

IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização



Martin N. Dreher
Jaqueline Anschau Kunz
Miquéias H. Mügge
(Organizadores)

**Martin N. Dreher
Jaqueline Anschau Kunz
Miquéias Henrique Mügge
(Organizadores)**

Imigração e Relações Interétnicas

XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização

São Leopoldo, 2008



© Instituto Histórico de São Leopoldo
Av. Dom João Becker, 491
93010-010 São Leopoldo/RS

Organização: Martin N. Dreher, Jaqueline Anschau Kunz e Miquéias Henrique Mügge

Arte-finalização: Jair de Oliveira Carlos

Foto da capa: Acervo do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – UNISINOS

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Por ocasião do cinquentenário do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) – 1975-2025 – estamos compartilhando com leitores e leitoras o e-book originalmente publicado no ano de 2008 em CD, resultado do “XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização”.

I32 Imigração e relações interétnicas / organizadores: Martin Norberto Dreher, Jaqueline Anschau Kunz, Miquéias Henrique Mügge – São Leopoldo: Oikos, 2008.

1 CD-ROM.

ISBN 978-85-7843-27-6

Reúne conferências e comunicações apresentadas no XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização, realizado em setembro de 2006 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

1. Imigração – Relação interétnica. 2. Imigração – Colonização – História. 3. Imigração – Cultura. I. Dreher, Martin Norberto. II. Kunz, Jaqueline Anschau. III. Mügge, Miquéias Henrique.

CDU 325.14

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Apresentação

Desde 1974, a cada dois anos, o Instituto Histórico de São Leopoldo promove simpósios, dedicados ao estudo da história da colonização e da imigração. Inicialmente, esses simpósios estavam restritos à imigração alemã e à colonização por ela realizada. Aos poucos, quando os simpósios se firmaram e o próprio Instituto Histórico de São Leopoldo não se restringia mais apenas à imigração alemã, passamos a verificar toda a gama de contribuições do mundo imigrante. Inicialmente, não existiam temáticas pré-estabelecidas e orientadoras para as comunicações. Os Anais publicados desde 1974 são vivo testemunho da pluralidade dessas comunicações. Havia “conferências de abertura”, seguidas de comunicações de associados do Instituto Histórico de São Leopoldo e de eventuais convidados. Depois, passou-se a privilegiar temáticas, geralmente orientadas em efemérides. Em 1988, lembrou-se, por exemplo, o centenário da Lei Áurea; em 1994, a temática da Nacionalização. Desde então, o crescente interesse pelos estudos relacionados à imigração, também manifestos em linhas de pesquisa de Programas de Pós-Graduação em História, levou-nos a ampliar os simpósios e a transformá-los em seminários internacionais. Assim, pudemos verificar, nos últimos anos, a temática “Imigração e Imprensa” e, depois, “Leituras e Interpretações da Imigração”.

Em 2006, a temática das relações interétnicas na imigração e colonização foi orientadora do XVII Simpósio. O estudo da temática se impunha, pois a historiografia sobre a imigração, mormente aquela que fixou sua produção desde as décadas de 1920 e 1930, teimava em sempre de novo acentuar a formação de “quistos étnicos” por parte dos diferentes grupos de imigrantes, falar de sua não integração. Desde a implantação do Estado Novo, este discurso tomou conta do Brasil. Regimes autoritários sempre criaram inimigos para mostrar como são indispensáveis e para, a partir dessa demonstração, manter-se no poder.

Verificadas no detalhe, as afirmações da não assimilação não se mantêm. Já nos primeiros anos da imigração alemã, por exemplo, estão acontecendo casamentos interétnicos na Colônia Alemã de São Leopoldo. As relações interétnicas também se manifestam, quando observamos as relações de compadrio. Não são poucas as vezes em que pais convidam descendentes de portugueses açorianos para serem padrinhos de seus filhos. Muitas vezes, as crianças recebem como prenome o nome do padrinho ou da madrinha. Os relatos poderiam ser continuados.

As relações interétnicas sempre foram realidade. A diferença é que, hoje, podemos discuti-las e trabalhá-las no estudo da História. Além disso, os estudos sobre etnicidade e relações interétnicas vêm se tornando populares. No entanto, foram necessários mais de 150 anos para que isso acontecesse. Foram necessárias muitas barganhas. Imigrantes eram e foram, por muito tempo, seres estranhos, diferentes e, por isso, nem sempre pessoas aceitáveis. No entanto, aprenderam a como barganhar com os estabelecidos, deixando de ser *outsiders*,

para tomar emprestado conceito que Norbert Elias tão bem soube empregar. Lembro do ex-presidiário de Mecklenburg, um ducado alemão, que despachado para o Brasil aqui, em pouco tempo, se tornou auxiliar judiciário. Lembro de outros tantos imigrantes que logo aprenderam a como lidar com os poderes constituídos brasileiros. Mesmo assim, uma questão permaneceu por muito tempo: É possível preservar raízes? É possível manter a tradição dos antepassados, viver da cultura dos que foram antes de nós? Por muito tempo essa possibilidade foi contestada com frases de efeito como: “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou é traidor!” Ao iniciar-se o século XXI, as pesquisas constataam cada vez mais que na América Latina somos um povo de identidades hifenizadas.

Na presente publicação estão reunidas conferências e comunicações apresentadas no XVII Simpósio de Imigração e Colonização, realizado em setembro de 2006 na Universidade do Vale do Rio do Sinos. Para que o Simpósio pudesse ser realizado, contamos com o apoio de diversas instituições que merecem ser mencionadas: Universidade dos Açores, Fundação Capes, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Catarina, LUTERPREV-Entidade Luterana de Previdência, Editora Sinodal. Sem sua valiosa contribuição, o Simpósio não poderia ter sido realizado, nem adquirir as características de Seminário Internacional. Na organização da publicação, foi valiosa a participação dos bolsistas de iniciação científica Jaqueline Anschau Kunz (BIC-FAPERGS) e Miquéias Henrique Mügge (BIC-CNPq).

Martin N. Dreher

Sumário

Conferências

Como Judeus se Tornaram Japoneses e Outras Histórias sobre Nação e Etnia - <i>Jeffrey Lesser</i>	11
De Como Não se Pode Ser Quem se É. Reação às Colocações de Jeffrey Lesser, “Como os Judeus se Tornaram Japoneses e Outras Histórias Sobre Nação e Etnia - <i>Martin N. Dreher</i>	20
A Imigração no Sul do Brasil: Identidade e Alteridade - <i>Giralda Seyferth</i>	23
Um Pequeno Mosaico no Brasil: As Migrações no Estado do Espírito Santo - <i>Joana Bahia</i>	57
Os Açores na Colonização do Brasil: Do Descobrimento ao Advento de Pombal - <i>Avelino de Freitas de Meneses</i>	89
Estranhos no Ninho: Zona de Contato e Relações Interétnicas em Produções Literárias de Pe. Balduino Rambo e Clodomir Vianna Moog - <i>Imgart Grützmann</i>	112
Comentários à Conferência - <i>Os Açores na Colonização do Brasil: Do Descobrimento ao Advento de Pombal</i> , de Avelino de Freitas Meneses - <i>Ana Silvia Volpi Scott</i>	154
Teutos e Ítalos no Oeste de Santa Catarina na Era Vargas - <i>Eunice Sueli Nodari</i>	159

Seminário Temático 1 - Comunicações Gerais Ligadas à Imigração

Imigração: Terra Indígena <i>Versus</i> Relações de Poder - <i>Maria Eloísa Cavaleiro</i>	169
Os Indígenas e o Olhar de um Médico Italiano: Críticas aos Contatos Interétnicos - <i>Leonor Carolina Baptista Schwartzmann</i>	180
“O Bauerverein” - <i>Cristina Seibert Schneider</i>	192
¿Qué Comió Alberto Gerchunoff?: Judíos, Banquetes, y Clase en los Veinte - <i>Mollie Lewis</i>	205
Os Mucker: A Dialética de Jacobina e a Defesa de um Passado Ultrapassado - <i>Flavia Renata Machado Paiani e Daniela Machado Rob</i>	210
Japoneses em Santa Catarina: Distribuição Espacial, Núcleos Colônias e Questões Agrárias - <i>André Souza Martinello</i>	222
Os Imigrantes Japoneses na História do Rio Grande do Sul - <i>Tomoko Kimura Gaudio</i>	233
Eugenia, Japoneses e a Invasão da Manchúria – Disputas em Torno da Lei de Cotas de 1934 - <i>Endrica Geraldo</i>	244
Cientificismo no Debate Italiano sobre a Emigração para o Brasil - <i>Núncia Santoro de Constantino</i>	255
A Religiosidade na Região Colonial Italiana - <i>Fabiana Zanandrea</i>	261
Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul - <i>Milton Cleber Pereira Amador</i>	275
Imprensa Católica e Identidade na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: <i>Il Corriere D’italia e Il Colono Italiano</i> (1909-1920) - <i>Gustavo Valduga</i>	284
Aspectos Sanitários da Travessia Transocêânica de Massa dos Italianos nos Séculos XIX e XX - <i>Cátia Dalmolin</i>	296

Imigração e o Perfil Étnico do Rio Grande do Sul - <i>Loraine Slomp Giron e Vania Beatriz Merlotti Herédia</i>	305
Imigrantes Alemães e Recreação: A Sociabilidade Segundo Emílio Willems e Jean Roche - <i>Dalila Müller</i>	315
O Uso da História Oral e da Fotografia na Recuperação da Memória de uma Comunidade: O Caso da Colônia Alemã de Friburgo, na Cidade de Campinas - <i>Denise Quitzau Kleine</i>	328
Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: Análise da Construção de um Mito Histórico - <i>Eduardo Iepsen</i>	335
A Contribuição da Imigração Alemã para o Processo de Modernização de Porto Alegre e o Olhar dos Próprios Alemães sobre a Imigração - <i>Isadora Eckardt da Silva</i>	349
A Política de Nacionalização e a Imprensa Policial no Rio Grande do Sul - <i>Tiago Weizenmann</i>	354
Gasa: Uma Vida de Muitas Histórias - <i>Valdir Gregory, Lia Dorothea Pfluk e Lúcia Tersinha Macena Gregory</i>	368
O Museu de Imigração Alemã como Lugar de Estudo da Identidade Étnica Teuto-Brasileira - <i>Gisele Inês Baller</i>	374
O Instituto Martius-Staden em São Paulo: Missão e Acervos - <i>Rainer Domschke</i>	382
A Arquitetura Açoriana no RS: Realidade e Mitos - <i>Günter Weimer</i>	389
Pescadores Açorianos: Notas de Pesquisa - <i>Sinara Santos Robin</i>	396
Mídia e Memórias: Delineamentos para uma Investigação da Midiatização da Memória Étnica Desde a Recepção - <i>Jiani Adriana Bonin</i>	401
Por Campos, entre Florestas: Thomas Bigg-Wither e a Descrição da Natureza do Paraná no Fim do Século XIX - <i>Lorena de Pauli</i>	414
A Questão de Limites na Batalha de Irani - <i>Samuel Lopes Paz e Sandra Oenning da Silva</i>	425
Terras e Florestas em uma Sociedade de Fronteira: Campo Mourão, Paraná, 1903-1939 - <i>Ely Bergo de Carvalho e Eunice Sueli Nodari</i>	433
Museus como Espaços de Representação da Diversidade Cultural - <i>Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos</i>	446
Seminário Temático 2 - Relações Interétnicas no Mundo do Trabalho	
Trabalhadores do Rio: Balsas e Balseiros do Rio Uruguai - 1930-60 - <i>Noeli Woloszyn</i>	453
A Vida na “Babel Operária”: Inter-Relações entre as Identidades Étnica e Operária no Mundo do Trabalho (Porto Alegre 1896-1920) - <i>Isabel Bilhão</i>	465
A Comunidade Kolping no Contexto da Colônia Porto Novo - <i>Márcio José Werle</i>	476
40 Anos dos Contratos Coletivos de Trabalho da CELESC - <i>Adriano Luiz Duarte, Daniely Wendland, Deborah M.S.B. Xavier e Jordana Coan</i>	485
Um Breve Olhar sobre a Família e a Infância na História Operária (Caxias do Sul, Século XX) - <i>Ramon Victor Tisott</i>	494
Poloneses, Italianos e Alemães no Processo de Colonização do Rio Grande do Sul - <i>Isabel Rosa Gritti</i>	508

Seminário Temático 3 - As Colônias Mistas

Colônias Mistas - <i>René E. Gertz</i>	519
Colônias Mistas: Denominação e Conceituação Através da Análise das Relações Interétnicas na Região Colonial Italiana do RS - <i>Aline Marques de Freitas, Lucas Caregnato e Mario Alberto Tomazoni</i>	531
Protestantes, Batistas e Católicos na Colônia Neu-Württemberg - <i>Rosane Marcia Neumann</i>	541
Um Mesclar de Diferentes Etnias... O Município de Abdon Batista - SC - <i>Samira Peruchi Moretto, Cristiane Fortkamp e Eunice Sueli Nodari</i>	549
“Agora Tu Tá no Brasil e Tu Tem que Aprender Falar Alemão...” Relações Entre Nacionais, Imigrantes e Teutos em Neu-Württemberg - Atual Panambi - <i>Eliane de Mello</i>	561

Seminário Temático 4 - Fronteiras

Luteranos em Roraima: A Paróquia de Boa Vista 1974-1997 - <i>Rogério Sávio Link</i>	573
Territorialidade, Etnicidade e Fronteiras Étnicas na Formação do Brasil Meridional - <i>Sílvio Marcus de Souza Corrêa</i>	587
A Fronteira Verde da Americanização - <i>Juliana Bublitz</i>	612
Insultos ao Presidente: Italianos e Descendentes no Tribunal de Segurança Nacional - <i>Silvia Regina Ackermann</i>	625
O Mito de Sepé Tiaraju: Etnografia de uma Comemoração - <i>Ceres Karam Brum</i>	636
A Construção da Identidade Étnica dos Imigrantes Libaneses Muçulmanos de Foz do Iguaçu - <i>Tupiara Guareschi Ykegaya</i>	652
Fronteira e Espacialidade: O Caso dos Guarani no Oeste do Paraná - <i>Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro</i>	661
O Gaúcho e o Caipira: A Construção das Identidades - <i>Simone Moro Pirotti</i>	668
Banditismo de Calabreses e Brasileiros na Fronteira de Café: Notas Sobre a Imigração do Crime Organizado - <i>Karl Monsma</i>	678
A Construção da Fronteira no Vale do Sinos: Diversidade e Inserção no Projeto Sulino de Ocupação Português/Brasileiro - <i>Doris Rejane Fernandes Magalhães</i>	687

Seminário Temático 5 - Relações Interétnicas e Gênero

Jacobina não Era Apenas Ela, mas Também a Sua Fama - <i>Haike Roselane Kleber da Silva</i>	697
Sobre Maria “Toucinho” e Outras Adjetivações (Rio Grande do Sul; Século XIX) - <i>Marcos Antônio Witt</i>	706
Orquestrando Vozes do Gênero de Estudantes Estrangeiros(as) Latino-Americanos(as) - <i>Roberta de Alencar Rodrigues, Dra. Regina Mutti e Dra. Marlene Neves Strey</i>	710
Colcha de Retalhos. A Permanência e a Herança da Mulher Rural do Sul do Brasil - 1937 a 1945 - <i>Daiana Riechel</i>	721
O Processo de Construção de “Uma” Identidade Feminina Étnico-Confessional. Mulheres Teuto-Brasileiras Evangélicas no Sul do Brasil no Último Quartel do Século XIX e Primeira Metade do Século XX - <i>Scheila dos Santos Dreher</i>	730

Seminário Temático 6 - Relações Interétnicas e Religião

O Papel da Religião na Construção da Identidade Cultural de um Grupo Imigrante Italiano.	
Curato de Colombo, Paraná, 1878-1899 - <i>Fábio Luiz Marchioski</i>	745
“Médicos do Corpo e da Alma”: Os Padres Palotinos Entre os Imigrantes Italianos da Ex-Colônia Silveira Martins - <i>Maíra Ines Vendrame</i>	762
A Cidade de Todos os Santos - <i>Alexandre de Oliveira Karsburg</i>	768
Rumo a <i>Cuccagna</i> : Imigração e os Fios Condutores na Confecção de Nova Trento - <i>José do Nascimento</i>	778
A Religião de Jacobina e “O Mistério do Sangue”. <i>Visão do Historiador Gustavo Barroso Acerca do Movimento Messiânico Mucker</i> - <i>Caroline von Mühlen</i>	788
O Movimento Mucker: Reação Contra Diferentes Vertentes Ideológicas do Século XIX - <i>Stela Ana Santin</i>	797
Teuto e Afro-Descendentes no Protestantismo Luterano Rio-Grandense - <i>Ricardo Willy Rieth</i>	805
Cultura Material: Templos no Protestantismo de Imigração do Século XIX Como Expressão de Confessionalidade e Espiritualidade - <i>Wilhelm Wachholz</i>	818
A Colônia Alemã Protestante de Três Forquilhas: Relações Interétnicas e Interconfessionais - <i>Nilza Huyer Ely</i>	841
Questões Pertinentes para a Historiografia da Igreja Evangélica no Brasil - <i>Joel Haroldo Baade</i>	846

Seminário Temático 7 - Escola, Educação

A Educação na Colônia Antonio Prado no Paraná: O Ensino Entre Brasileiros, Italianos e Poloneses - <i>Elaine Cátia Falcade Maschio</i>	861
Igreja e Escola: Aspectos do Comensalismo Institucional nas Colônias Alemãs do Sul do Brasil - <i>João Klug</i>	871
A Questão Religiosa Desterrense: Uma Análise dos Regimentos do Collegio Santíssimo Salvador (1865-1869) e das Críticas Feitas a Eles Pelos Professores do Collegio Lyceo (1857-1864) - <i>Thiago Cancelier Dias</i>	878
Os Períodos da Imigração Japonesa Para o Brasil – 1908 a 1973 - <i>Christian Astigarraga Ordoque</i>	891
Educar Para a Nação: A Maquinaria Escolar na Campanha de Nacionalização em Nova Trento (SC) nas Décadas de 1930 e 1940 - <i>Anderson Sartori</i>	902
A Ação Educativa do Exército na Campanha de Nacionalização: A Construção de Uma Nação e de Uma Língua nos Núcleos Coloniais Teuto-Brasileiros Durante o Estado Novo - <i>José Fabiano de Paula</i>	912
As Interferências do Hunsrückisch Como Língua Materna no Aprendizado do Alemão-Padrão Por Descendentes de Imigrantes Alemães - <i>Karen Pupp Spinassé</i>	922
Mitos e Lendas na Revitalização do Patrimônio Cultural Kaingang - <i>Ana Lúcia Vulfe Nötzold, Giuliano Albuquerque de Medeiros, Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi e Samuel Lopes da Silva Paz</i>	932
Quando a Migrante Olha Para Rondônia o Que Ela Vê Com os Olhos Só a Sua Alma Descreve - <i>Nara Nörnerberg</i>	941

A Imprensa Educacional Periódica e os Livros Escolares dos Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul, 1870-1939 - <i>Lúcio Kreutz</i>	954

Seminário Temático 8 - Africanos, Caboclos, Indígenas e Colonos

À Sombra da Cruz: Trabalho e Resistência Servil no Noroeste do Rio Grande do Sul	
1840-1888 - <i>Leandro Jorge Daronco</i>	981
Heterologia das Gentes do Brasil Meridional Por Viajantes Alemães - <i>Sílvio M. de Souza Correa</i>	992
Caboclos e Estrangeiros na Formação do Planalto Rio-Grandense - <i>Fabian Filatow</i>	1000
Alteridades e Fluxos Migratórios no “Atlântico Negro”: Estudantes Africanos no Sul do Brasil	
- <i>Dulce Maria Domingos Chale João Mungoi</i>	1010
Os Caboclos no Sudoeste Paranaense: De Uma Sociedade Autárquica a um Grupo Social Excluído - <i>Marcos Leandro Mondardo</i>	1021
Bugres e Bugreiros no Sertão: Caça e Apresamento Indígena em Santa Catarina (1870-1940)	
- <i>Almir Antonio de Souza</i>	1032
O Papel do Poeta Indígena na Promoção da Interculturalidade: Ariruma Kowii e a Memória do Equador Indígena - <i>Clarice Blessmann E Barcellos</i>	1039
Botocudo e Serviço de Proteção aos Índios: O Primeiro Contato Pacífico de Santa Catarina	
- <i>Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann</i>	1048
“Nós Não Somos de Origem”: Açorianos e Africanos Numa Freguesia do Sul do Brasil	
- <i>Sérgio Luiz Ferreira</i>	1055
Intrusos na Fazenda de Quatro Irmãos: A Ação do Bando de João Inácio – 1927/1929	
- <i>Márcia dos Santos Caron</i>	1062
Um Olhar Sobre as Relações Interétnicas em Caxias do Sul a Partir dos Cadernos de Pesquisa de Thales de Azevedo - <i>Fabrizio Romani Gomes</i>	1075
Índios, Caboclos, Fazendeiros e Colonos no Ambiente da Floresta de Araucária: Médio Vale do Iguaçu, Séculos XIX e XX – <i>Miguel Mundstock Xavier de Carvalho e Eunice Sueli Nodari</i> ...	1084

Seminário Temático 9 - Língua e Literatura nas Relações Interétnicas

“Um Rio Imita o Reno” ou “‘Longe do Reno’ Também Se É Feliz”: Considerações Sobre Uma Obra de Clodomir Vianna Moog e Uma Resposta de Bayard de Toledo Mercio	
- <i>Martin N. Dreher</i>	1095
Reflexos da Globalização: Os Descendentes Alemães na Literatura Gaúcha Contemporânea	
- <i>Clarissa Mombach</i>	1102
“Os Sonhos de Um Jovem Engenheiro Alemão”. Representações Sobre Conflitos Entre Étnicos na Literatura - <i>Dilza Pôrto Gonçalves</i>	1110
A Representação do Imigrante Alemão no Romance <i>A Divina Pastora</i>	
- <i>Ivânia Campigotto Aquino</i>	1119
Entre a Literatura e a História: Helmuth Abeck e a Presença dos Suábios do Danúbio no Paraná	
- <i>Marcos Nestor Stein</i>	1131
Crônicas de Viagem do Século XIX: O Olhar dos Viajantes Estrangeiros Sobre os Imigrantes Alemães Estabelecidos em Porto Alegre - <i>Sheila Staudt</i>	1142

Imigração e Relações Interétnicas. Observações a Partir de Carta do Imigrante João Diemer I - <i>Jaqueline Anschau Kunz</i>	1152
O Ensino da Língua Kaingáng na Escola Indígena: Estratégia e Identidade - <i>Talita Daniel Salvaro e Ana Lúcia Vulfe Nötzold</i>	1162
Bilingüismo Passivo: Um Ponto de Recomeço - <i>Marley Terezinha Pertile</i>	1173
Fundamentos Para Uma Escrita do Hunsrückisch Falado no Sul do Brasil - <i>Grupo ESCRITHU / UFRGS (Cléo V. Altenhofen, Gerson R. Neumann, Karen Pupp Spinassé, Mário S. Klassmann, Jaqueline Frey, Maria Lidiani Käfer)</i>	1199
A Tradição Escrita do Hunsrückisch - <i>Gerson Roberto Neumann</i>	1217
Implicações da Política Lingüística na Educação e na Manutenção do <i>Hunsrückisch</i> em Comunidades Teuto-Brasileiras - <i>Maria Nilse Schneider</i>	1230
Brasil e Estados na Ótica de Moog e Verissimo - <i>Enildo de Moura Carvalho</i>	1245
 Seminário Temático 10 - Polonidade, Germanidade e Italianidade... e suas representações	
Cotidiano e Lazer na Região Colonial Italiana - <i>Adelmir Fiabani</i>	1251
Festas de “Família”: Genealogias e Memória Patrimonial Imaterial - <i>João Carlos Tedesco</i>	1262
Italianidades em Trânsito: Breves Digressões Metodológicas Sobre a Pesquisa Etnográfica Entre Grupos Étnicos - <i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	1279
Migna Terra - Migrantes Italianos e Fascismo na Cidade de São Paulo (1922/1935) - <i>José Renato de Campos Araújo</i>	1291
Os Dez Primeiros Anos da Imigração. Relações Interétnicas - <i>Arthur Bl. Rambo</i>	1326
Conflitos Culturais Entre Descendentes de Imigrantes e Recém-Imigrados - <i>Andrea Helena Petry Rahmeier</i>	1334
Representações de Germanidade no “Jornal Geral Para o Professor” - <i>Isabel Cristina Arendt</i>	1347
O Líder dos Imigrantes: Por Uma Biografia a Karl von Koseritz (1834-1890) - <i>Marines Dors</i>	1378

COMO JUDEUS SE TORNARAM JAPONESES E OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE NAÇÃO E ETNIA

Jeffrey Lesser

Muitas pesquisas na área de estudos judaicos analisam os judeus como se estivessem destacados das nações onde vivem. Quando não são integrados, freqüentemente, são apresentados como vítimas; quando estão integrados, são, muitas vezes, representados como não totalmente judeus. Tais noções foram ainda mais além nos estudos sobre o povo judeu na América Latina, onde judeus são incluídos na categoria de “brancos”, juntamente com outros descendentes de europeus. (Faz pouco tempo que os estudos sobre judeus sefarditas ganharam importância entre aqueles que estudam a América Latina contemporânea). Realmente, as discussões sobre o fato de judeus serem “brancos” (ou não), centrais em estudos sobre o povo judeus (e outros grupos étnicos) nos Estados Unidos, têm sido ignoradas no caso da América Latina.

Essas atitudes afetaram minhas pesquisas iniciais sobre a vida dos judeus na América Latina. Minha obra *O Brasil e a Questão Judaica* é o exemplo típico de um trabalho que parte do pressuposto segundo o qual judeus “são brancos”, como todos os outros imigrantes europeus. Contudo, a documentação mostrou uma história diferente. Judeus não eram brancos nem negros: eles estavam em uma categoria que os estudos tradicionais não mencionavam. Minha suposição inicial era que tal alocação devia-se às especificidades da história das relações entre judeus e não-judeus nas Américas. Ou seja, tentei compreender a questão da “raça” dos judeus no Brasil através de uma comparação com a vida dos judeus em outros países do hemisfério.

Essa abordagem foi posta à prova, quando Albert Hourani, acadêmico de renome na área de estudos árabes, pediu-me que contribuísse para um trabalho que ele estava escrevendo sobre a diáspora libanesa. “Professor Hourani”, implorei, com uma expressão clássica dos estudos étnicos, “eu estudo judeus, não árabes”. O professor não se interessou pela minha desculpa. “Volte para a documentação”, disse ele, e é que claro que voltei. O que descobri me levou a reavaliar minhas suposições a respeito de judeus e outros grupos étnicos. Praticamente quase toda a discussão pública sobre judeus no Brasil também envolvia árabes e japoneses.

Qual era o significado da ligação entre esses três grupos, que chegaram ao Brasil em épocas distintas, se inseriram na economia de forma diferente e, no discurso da elite brasileira, pouco tinham a ver uns com os outros? E, por que os estudos tradicionais

ignoravam esses grupos, aglomerando-os em uma categoria honorária de “brancos”? Enquanto pesquisava sobre tais questões, comecei a perceber a lógica das associações. Meu objetivo com esse ensaio, portanto, é usar a estrutura de estudos comparativos das condições das minorias para ampliar o diálogo acadêmico sobre etnicidade judaica e não-judaica na América Latina e em outros lugares. Não pretendo oferecer respostas, mas levantar novas questões.

A comparação entre diferentes grupos étnicos em um contexto nacional sugeria que minha abordagem dos estudos sobre os judeus fosse basicamente a de alguém que estuda o Brasil. Como vocês sabem, a identidade nacional do Brasil tem sido caracterizada, ao menos a partir do século XIX, por um discurso público de miscigenação racial, freqüentemente rejeitado na esfera privada. Ou seja, há uma noção pública, amplamente divulgada, de que o Brasil é uma nação com um nível de racismo muito baixo (ou completamente destituída de racismo). A estrutura econômica, social e política contradiz tal noção, pois leva a correlações intensas entre raça e indicadores como renda e educação, em que os “negros” ocupam as posições mais baixas. Além disso, a linguagem racista é prática comum no dia-a-dia brasileiro. Qualquer estudo de etnicidade no Brasil – que focalize judeus ou qualquer outro grupo étnico brasileiro – deve, portanto, questionar o que significa haver um discurso normativo sobre raça e etnia aceito, na prática, por poucas pessoas.

As formas estrutural e discursiva, através das quais a raça é construída no Brasil, levam muitos brasileiros a ver identidades múltiplas e estáveis que são usadas de acordo com a circunstância. No Brasil, a etnia não é “natural”, mas construída, e, à medida que as pessoas circulam entre espaços diferentes, a forma em que ela é expressa se altera. Embora essas construções sejam normalmente implícitas, nem sempre é o que ocorre. Às vezes, na verdade, etnia/identidade/lar parece ser um recurso usado como resposta a situações específicas. Os que estudam os Estados Unidos talvez se surpreendam com a idéia de etnia como moeda no mercado de trabalho, casamento ou ação cultural, mas parece ser esse o caso do Brasil. A etnia, contudo, não é simplesmente estratégica. Na verdade, é, às vezes, “real”, no sentido de prover uma forma emocional de sentir-se seguro tanto em situações desconfortáveis como em situações confortáveis. A etnia, no Brasil, parece ser menos um “é” do que um “está”.

Uma vez que a comparação entre diferentes grupos no mesmo contexto nacional é a chave para meu argumento, permitam-me começar com uma piada:

Passeando por Chinatown, São Francisco, um turista fica fascinado com os restaurantes, lojas, placas e cartazes chineses. Ele dobra uma esquina e vê um prédio com a placa: LAVANDERIA CHINESA DE SAUL DUMBROWSKI .

“Saul Dumbrowski?”, pergunta-se. “Como é que isso veio parar aqui?” Então, ele entra na loja e vê um senhor chinês atrás do balcão. O turista pergunta: “Como é que pode esse lugar ter um nome como ‘Lavanderia Chinesa de Saul Dumbrowski’?”

O senhor responde: “É o nome do dono.”

O turista pergunta: “E, quem é o dono?”

“Sou eu”, responde o homem.

“O senhor?” E onde arrumou um nome desses?”

“Simples”, disse o homem. “Muitos anos atrás, quando chegar aqui, ficava na fila no Centro de Documentação. Homem na frente é judeu da Polônia. Moça olha para ele e dizer ‘Seu nome?’, e ele diz, ‘Saul Dumbrowski’. Depois ela olha para mim e diz ‘Seu nome’, e eu diz “Sem Ting’ (que soa *same thing* – em inglês ‘mesma coisa’).”

A piada é engraçada por várias razões. Misturando idéias de nação, raça e religião, ela supõe, incorretamente, que não existem “chineses judeus”. Ainda assim, uma formulação “judeus” e “chineses” como categorias estáticas pressupõe que os ouvintes achariam absurdo que os dois grupos pudessem ser confundidos. Tal pressuposto, no entanto, é problemático do ponto de vista acadêmico. Nada tem de absurdo encontrar similaridades culturais entre grupos étnicos “diferentes”, e nação pode se tornar uma etnia, ou vice versa, com bastante facilidade.

Embora Saul Dumbrowski viva em São Francisco, a piada poderia ser facilmente reformulada para incluir aqueles brasileiros que se auto-definem como judeus, árabes, japoneses, alemães, italianos ou açorianos. Mas há implicações em, seguindo a lógica da piada, dizer que judeus e japoneses são “a mesma coisa”. Certamente isso sugere a necessidade de aprofundar a abordagem tradicional em matéria de comparações entre etnias (como os “judeus” ou “japoneses” nos Estados Unidos são ou não “judeus” e “japoneses” no Brasil). Ao mesmo tempo sugere que a análise comparativa de minorias pode ampliar nossa compreensão tanto dos grupos quanto das culturas nacionais, nas quais eles vivem.

Essa abordagem se baseia em uma série de suposições. A primeira é que “a nação”, no sentido de cultura ou identidade, existe. Parece ser o caso do Brasil, onde pelo menos nos últimos cento e cinquenta anos se dispõe de identidade étnica e racial. É um lugar, onde o Pelé diz à imprensa: “Me lembra da época em que eu era preto” e a

maioria das pessoas compreende o que ele quer dizer e de bom grado isso é incorporado na memória coletiva. Esse tipo de mutabilidade étnica também pode ser vista na propaganda de uma novela muito popular nos anos 1980, “Os Imigrantes”: “Portugueses, japoneses, espanhóis, italianos, árabes – não perca a mais brasileira der todas as novelas”.

Essa fluidez, entretanto, traz consigo um sentimento forte do imutável. Pense-se, por exemplo, sobre a linguagem que os brasileiros usam para descrever etnia: a terceira geração brasileira de descendentes japoneses ou judeus ainda são “japoneses” ou “judeus”, e não japoneses-brasileiros ou judeus-brasileiros. Ou seja, ser cidadão brasileiro não elimina a condição de estrangeiro, seja comendo *sushi* abrasileirado em São Paulo, no bairro “japonês” da Liberdade, ou *cholent* abrasileirado no Bom Retiro, antigo bairro “judeu”, atualmente “coreano”. Aqui no Rio Grande do Sul, turistas locais visitam a cidade “alemã” de Gramado, ou a “italiana” Caxias do Sul. Nesses lugares, a mensagem é a mesma: trata-se de território estrangeiro; o Brasil não consegue incorporar etnia distinta de nacionalidade.

Meu segundo objetivo nessa palestra é examinar a identidade étnica pública para encontrar espaços onde ela seja construída sobre noções majoritárias de diversidade. Definições públicas de identidade grupal e diversidade – que podem ser consideradas negociações entre o discurso no interior do grupo e o discurso popular – permitem que membros tanto de grupos minoritários quanto de majoritários criem identidades, assumindo estereótipos arraigados, mesmo quando a tolerância é reivindicada. Por exemplo, muitos brasileiros judeus, árabes, japoneses e coreanos, freqüentemente, reclamam em público de estereótipos relativos a inteligência e trabalho, enquanto em ambientes “étnicos” (escolas, bairros, locais de culto, restaurantes e outros espaços em que membros da maioria não estejam presentes) eles apontam a precisão desses estereótipos, o que os torna “brasileiros melhores” do que aqueles que pertencem à maioria e que foram contaminados pela combinação de “latinidade” com “africanidade”. A integração de noções aparentemente tão contraditórias permite que minorias localizadas em escalões superiores na sociedade brasileira consigam, ao mesmo tempo, se enquadrar e manter-se à parte.

Os pontos que defendo, e a flexibilidade cultural que constituem implicações destes, são ilustrados por alguns dos mitos étnicos de origem que são muito ouvidos no Brasil.

História 1: A comunidade judaica no Brasil conta com cerca de 120.000 pessoas, o que corresponde a menos de um décimo de um por cento da população brasileira. A maioria dessa comunidade descende de imigrantes que chegaram entre 1920 e 1940. O mito, entretanto, sugere que, durante a Inquisição, judeus em Portugal na época colonial escolhiam nomes não-judeus que remetiam a animais e árvores da Bíblia. Diz-se que qualquer pessoa com um sobrenome como Coelho ou Cardoso descende de judeus. Fiz uma pesquisa rápida por ambos os nomes apenas considerando pessoas registradas em contas de correio eletrônico (obviamente uma percentagem pequena da população brasileira, que em sua maioria é pobre): para ambos os nomes havia milhares de entradas, o eu demonstra que esses nomes são muito comuns entre não-judeus. *Gerações*, um boletim informativo da Sociedade Genealógica Judaica do Brasil, com sede em São Paulo, publicou uma Árvore Genealógica, em 1995, sugerindo que Fernando Henrique Cardoso, na época presidente do Brasil, descendia de judeus.

História 2: Esse mito começou a circular no Brasil na década de 1870 e foi retomado por intelectuais de ascendência árabe. Há cerca de meio milhão de brasileiros com ascendência árabe no Brasil. No início do século XIX, alguns teóricos franceses renomados, mas excêntricos, sugeriram que o Rei Salomão teria navegado pelo rio Amazonas e que a língua quéchua derivaria do antigo hebreu. A teoria foi abraçada nos anos 1930 por Jorge Salomão, poeta brasileiro famoso, escritor e locutor de rádio. Jorge modificou o mito pra sugerir que as tribos indígenas eram, na verdade, descendentes de Salomão que, segundo ele, era descendente de Jesus. A versão judaica do mito simplesmente ignora a conexão com Jesus.

História 3: (A Lenda da cidade de Marataizes): Havia um grupo de mascates que vendia seus produtos no interior do Espírito Santo, viajando de mula. Um dos mascates se chamava Aziz e sua esposa (*marat*, em árabe coloquial), era considerada a líder das mulheres que ficavam esperando seus homens que partiam para vender seus produtos. Essas mulheres lavavam suas roupas em um lugar chamado “bacia dos turcos” e, com o tempo, a cidade que cresceu em torno do local foi batizada de *Marataizes*, em honra à esposa (*marat*) de Aziz.

História 4: Entre 1908 e 1941, cerca de 190.000 japoneses entraram no Brasil e, atualmente, mais de um milhão de brasileiros alegam ser descendentes de japoneses.

Rokuro Koyama veio para o Brasil ,em 1908, no primeiro navio que trzia imigrantes japoneses. Ele era um dos intérpretes do navio, já que conseguia falar um pouco de espanhol. Estabeleceu-se em Bauru, interior de São Paulo, e ficou conhecido como “pai do jornalismo Nissei, por ter criado o semanário *Seishu Shinpo*, em 1921. Koyama ficou fascinado pelos índios brasileiros depois de ver uma índia nua “que parecia uma japonesa” agachada em uma rocha perto da linha do trem. Essa fascinação levou-o a estudar o idioma tupi-guarani, e ele perguntava na introdução de seu dicionário tupi-japonês-português: “Será que nós japoneses e os tupi-guaranis, originalmente, viemos e compartilhamos a mesma origem polinésia? Será que novamente nos encontramos, depois de quatro mil anos? O idioma falado pelos nativos tupi-guaranis é o mesmo falado pelos antigos japoneses?” Tais idéias foram retomadas, nos anos 1920, por Hachiro Fukuhara, um negociante rico do Japão que decidiu formar uma colônia na Amazônia, a qual seria povoada por imigrantes japoneses. Ele voltou de uma viagem exploratória à área ao norte de Belém do Pará, afirmando que o Brasil fora “fundado pelos asiáticos”, já que

“ao nativos ao longo do rio Amazonas eram exatamente como os japoneses. Também há uma semelhança muito grande entre seus hábitos e costumes [e] um certo secretário chinês na embaixada alemã no Rio de Janeiro estudou cuidadosamente o idioma e concluiu que esses indígenas descendiam dos mongóis.”

Fukuhara afirmou conhecer uma cerimônia budista, realizada no Himalaia, em que uma mulher, carregando uma criança, abraça uma árvore, enquanto seu marido dá voltas em torno dela. Ele disse: “Eu vi a mesma coisa na Amazônia”.

História 5: Atualmente o Brasil possui uma colônia de coreanos e seus descendentes, formada por 120 a 150 mil pessoas, muitas das quais vivem no bairro paulista de Bom retiro, um lugar que durante boa parte do século XX foi associado a judeus. Em relatos orais de residentes coreanos desse bairro, um comentário freqüente é que judeus, que são em geral tomados por brasileiros primordiais (ou seja, estavam no país muito antes da chegada dos coreanos) recebiam coreanos “como família”, por causa das semelhanças entre os dois grupos:”respeitam a família, são muito trabalhadores e instruídos.”

Esses “mitos de origem” têm muito em comum. Cada um inclui uma cultura nativa imaginada, que se mantém solidária e que se mistura com outras para criar a nação brasileira em seus momentos iniciais. Ao agirem assim, esses imigrantes e seus descendentes tornam-se brasileiros mais “originais” ou “autênticos” que outros membros da sociedade brasileira, sejam estes descendentes de europeus ou de africanos. Não é difícil perceber a estratégia existente por trás desses mitos. Eles permitem que as minorias rejeitem a noção de uma sociedade uniforme branca e católica, enquanto também aceitam a idéia de que o maior problema social e econômico do Brasil é a “negritude” da maioria que não pertence à elite. Sugerem uma condição simultânea de *insider/outsider*, na qual grupos étnicos – ou ao menos aqueles que expressam publicamente posições étnicas – querem ser aceitos como brasileiros “típicos” e ser reconhecidos pela sua diferença em relação à norma brasileira.

Mitos, no entanto, não são consumidos apenas dentro da cultura da minoria étnica. De fato, aqueles que fazem parte da elite brasileira, geralmente católicos e descendentes de europeus, também têm idéias contraditórias a respeito de japoneses e judeus. Imagens de judeus e japoneses no Brasil do século XX eram ao mesmo positivas e negativas, e ambos os grupos eram vistos como parte de uma categoria que poderia arruinar o Brasil e salvar o Brasil de si mesmo. Em outras palavras, aqueles que se imagina serem etnicamente visíveis e em ascensão social eram símbolos da ansiedade da própria elite em relação ao Brasil e seu povo, uma vez que supostas qualidades inerentes ao grupo os posicionavam tanto como não-negros quanto como não-brancos. Vale à pena ressaltar que essa ansiedade não estava confinada ao Brasil. Como Eric Goldstein já mostrou, comentaristas norte-americanos, às vezes, agrupavam judeus e japoneses como grupos problemáticos que desafiavam uma categorização fácil do sistema branco/negro. Até mesmo o *New York Times* afirmou, em 1906, que alguns políticos japoneses eram “judeus russos, carregando sem dúvida mais marcas da Ásia do que seus irmãos na Europa Ocidental, mas ainda assim descendentes de Jacob (ver a ilustração no *New York Times* de 11 de fevereiro de 1906, seção 3.3: “Tipos judeus de japonês”). Mais recentemente, embora talvez com menos distorção eugênica, aqueles que estão nos Estados Unidos têm visto uma ampla disseminação de um estereótipo de judeus como sendo “JAPS” (*Jewish American Princesses/Princes* – Príncipes/princesas judeus americanos).

O papel dos judeus nessa busca de identidade empreendida pela maioria é fruto de uma noção muito difundida de membros da elite de fé cristã: que, a despeito das

características aparentemente negativas dos judeus, eles também carregam uma cultura étnica cuja relação com a expansão do capital seria central para o futuro da sociedade brasileira. É importante apontar, contudo, que essa premissa dos cristãos não se aplicava somente aos judeus. Muitos imigrantes japoneses, coreanos e do Oriente Médio eram vistos, assim como seus descendentes o são agora, de forma parecida: carregando características rompidas e também positivas. Uma ilustração da amplitude dessas imagens que rompem limites entre etnias pode ser vista no sexo pago: as operárias do sexo do início do século XX que se autodefiniam “polacas” (palavra código para “judias”) eram vistas como excitantes e, portanto, perigosas para a nação, situação que encontra correspondência, no último quartel do século, no incrível crescimento do grupo de “japonesinhas” como categoria para trabalho sexual pago. É importante notar que essas categorias étnicas são declaradas e podem ou não ter ligação real com as genealogias de cada um: as “polacas” eram tão freqüentemente não-polacas quanto as “japonesinhas” são não-japonesas. Na última década, com o aumento significativo da imigração coreana para o Brasil, foi até mesmo sugerido que a maioria dos indivíduos de sexo feminino que integram essa corrente imigratória seriam prostitutas sob a máscara de “japonesinhas”.

O mesmo fenômeno pode ser encontrado na descoberta contemporânea do “converso” no passado de brasileiros famosos, judeus ou não-judeus. Novamente vemos uma busca pela autenticidade, mas com uma distorção. Para brasileiros que não são da elite nem são judeus, a descoberta do “converso” na família permite que eles sejam ao mesmo tempo “judeus” (do tipo rico e poderoso), embora não “judeus de verdade” (do tipo esquivo e problemático). Os judeus que participam da construção do mito do “converso” parecem estar buscando autenticidade, pura e simplesmente. Colocando todos, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao líder abolicionista André Rebouças, no grupo dos que possuam antepassados “conversos”, os judeus tornam-se os únicos brasileiros autênticos. De fato, a afirmação freqüente (sem evidência lingüística) de que muitas palavras em português são palavras do hebraico me faz lembrar da figura paterna no filme americano *Casamento grego*, que conseguia até mesmo “provar” que a palavra japonesa *kimono* tinha raízes no grego.

A variedade dos discursos culturais mencionados anteriormente é importante porque membros da elite étnica brasileira sempre tentaram incorporar a ambivalência em suas próprias expressões de identidade nacional. Certamente, todos os brasileiros étnicos trabalharam muito para afirmar que não são descendentes de africanos. Isso

pode ser visto nos mitos citados antes que transformaram índios em árabes, japoneses ou judeus, colocando-os desse modo no Brasil antes da chegada dos africanos. Ainda assim, a conexão dos judeus com a população indígena faz muito mais do que afirmar uma não-africanidade, já que a afirmação de que populações indígenas eram as “tribos perdidas” era comum entre religiosos e exploradores portugueses e espanhóis. Essas pretensões têm seus correspondentes entre as comunidades nissei e sírio-libanesa no Brasil: a primeira sugere que as Américas teriam sido povoadas por navegantes japoneses que foram levados à região por um vento divino no século XIII, enquanto a última celebrou o centenário de 1922, colocando uma enorme estátua de São Paulo no parque principal, que incluía figuras de “irmãos” indígenas, sírios e brasileiros. Se judeus eram ameríndios e ameríndios eram japoneses, só é preciso saber da propriedade comutativa para concluir cientificamente, no mínimo, que judeus são japoneses.

CONCLUSÃO

Pretendi, com esta palestra, examinar os caminhos intelectuais usados por estudiosos quando eles tomam como pressuposto que a especificidade étnica é um fenômeno social ou cultural dominante. Assim, defendi que uma comparação entre etnias permite a introdução de novos questionamentos em nossas pesquisas sobre grupos étnicos. Nos exemplos apresentados, concentrei-me na questão da cultura nacional, mas não pressuponho que seja essa a conclusão necessária de todo estudo comparativo entre etnias.

Não estou, obviamente, sugerindo que judeus e japoneses e árabes sejam “a mesma coisa”. Ainda assim, de fato, parece que a afirmação da “diferença” é tão teoricamente problemática quanto a afirmação da “uniformidade”. Em outras palavras, a análise comparativa de grupos étnicos inseridos em um contexto nacional ressalta os momentos e espaços em que judeus não são “a mesma coisa” que japoneses. Para nós que estudamos grupos étnicos, levantar questões sobre ser “branco”, “negro” ou “índio” parece ser fundamental, e isso irá enriquecer nossa compreensão sobre etnicidade nas Américas.

**DE COMO NÃO SE PODE SER QUEM SE É
REAÇÃO ÀS COLOCAÇÕES DE JEFFREY LESSER, “COMO OS JUDEUS SE
TORNARAM JAPONESES E OUTRAS HISTÓRIAS SOBRE NAÇÃO E ETNIA**

Martin N. Dreher

Colega convidada para fazer a reação às perspicazes e instigantes colocações do Prof. Dr. Jeffrey Lesser viu-se impossibilitada de estar aqui nesta noite. Como organizador deste evento, não pude me furtar, no entanto, a fazer a leitura do texto do Prof. Lesser. Pesquisei a imigração alemã no Rio Grande do Sul, especialmente durante o século XIX. Não sou especialista em relações interétnicas, mas à medida que lia seu texto, caro Prof. Lesser, foram me ressurgindo imagens pelas quais sou acompanhado ao longo de minha vida.

Todos nós lemos história a partir de nossa aldeia. Minha aldeia se chama Montenegro, município do Rio Grande do Sul. Em minha infância, o núcleo urbano deste município tinha cerca de quatro mil habitantes. Nossos vizinhos e conhecidos tinham sobrenomes: eram Dutra e Moraes, mal sabia eu que eram flamengos que uma vez tinham migrado para os Açores e dali para o Brasil; eram Leser, Saenger, Ely, mal sabia eu que os Leser e os Saenger descendiam dos leitores e dos cantores da sinagoga e que os Ely, como o estava a indicar seu sobrenome, eram “meu Deus”. Quem me cumprimentava amigavelmente e sempre tinha balas para distribuir era o “seu” Lewis; sempre pensei que ele tivesse inventado as calças de brim que eu usava. Ele descendia de Levi. Bem na periferia de minha cidade ficava a Alfama. Só mais tarde fiquei sabendo que ela se originava do árabe *aljamaa*, asilo, abrigo, e que na Alfama de Lisboa ficava a judiaria, a Judengasse.

Por longo tempo se escreveu a história da imigração alemã, mas também a italiana e a polonesa no Brasil como se fosse “ariana”. Só poucos conseguiam entender por que Igrejinha, Dois Irmãos e Picada Café eram designadas de “Judengasse” (Gueto). Ninguém mais sabe por que em alguns cemitérios luteranos existem pedras tumulares, pedras memoriais, nas quais não há cruz, mas um *מגן דוד*, a estrela de Davi. Na segunda leva de imigrantes alemães chegados a São Leopoldo, um imigrante de nome Siegmund, de profissão ourives, declarou ser “israelita”. Quando em 1829 o veleiro “Olbers” chegou ao Rio de Janeiro e, dias depois, em três levadas, seus passageiros foram embarcadas com destino a São Leopoldo, entre eles constavam os nomes de :Samuel Abraham, Jacob Boni, Simon Busch, Benjamin Biermann, Mathias Kohn, Johann

Aliás, em nossa história colonial, israelitas jamais puderam ser israelitas. Eram, no máximo, cristãos-novos. E, sobre cristãos-novos silenciou-se na era Vargas. Anita Novinski começou a chamá-los de volta a nossa memória. Nossa história passou a ser formada por portugueses, indígenas e africanos, as “três raças constitutivas”. No nosso linguajar, contudo, ficaram a judiação, a judiaria, a bugrada, a negrada, entre outros designativos para “alienígenas”. Imigrantes também puderam se adaptar a esse linguajar, pois ao invés de “acaboclar” se utilizava nas regiões de colonização alemã o “verpollaken”=apolacar e o mascate sírio-libanês era “judeu”. Outros o designariam de “turco”. Eu próprio era “alemão batata” e revidava, dizendo “gringo polenteiro come tripa de carneiro”, sem saber muito bem o que era “polenteiro”, muito menos “gringo”.

Na década de 1920, Max Voraus veio morar em Montenegro. Era barbeiro. Como alemão foi convidado a se associar na Alemanha., pois era *Landsmann*, compatriota. Em 1933 descobriram que Max Voraus era judeu e foi, em consequência, convidado a se retirar da Alemanha. Em 1942, o delegado de polícia de Montenegro desconfiou que Max era nazista, prendeu-o e submeteu-o a duro interrogatório. Com fortes dores de cabeça, Max que era gago pediu uma aspirina e o que saiu foi asch...asch...asch...pirin. Para sua infelicidade, a única palavra alemã que o delegado entendia era “Asch”, corruptela de “Arsch”, conceito obsceno, traduzido em português erudito por “esfíncter”. Max teve os dentes quebrados, foi levado preso a Porto Alegre e trancafiado no porão da Usina do Gasômetro, no qual os prisioneiros constantemente pisavam na água. De lá saiu doente, vindo a falecer em Novo Hamburgo.

Na primeira metade da década de 1940, o mesmo delegado de polícia passava em frente da casa do pastor luterano. Sobre o muro, os filhos de pastor olhavam o movimento na rua. Quando o delegado passou, fizeram o que todo menino malcriado da época fazia e gritaram ao delegado, sem saber quem ele era: Oh, alemão! No dia seguinte, o pastor foi citado à delegacia, sendo admoestado a educar melhor seus filhos.

Fico por aqui com minha reação. Quis apenas mostrar como é complicado trabalhar relações interétnicas e ajudar a entender por que duas importantes obras da década de 1920 sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, de autoria de Francisco de Leonardo Truda e de Aurélio Porto, apesar dos muitos louvores tecidos aos imigrantes – altamente idealizados por sinal – terminam lamentando que os imigrantes não tenham feito o mais importante: mesclar-se de imediato com os da terra, auxiliando, assim, a branquear população de baixa eugenia. Na temática que norteia o presente seminário internacional temos que debater, também, uma questão ético-filosófica, a da “alteridade”.

A IMIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL: IDENTIDADE E ALTERIDADE

Giralda Seyferth*

A imigração no Brasil foi objeto de ampla discussão, incluída entre os “problemas nacionais”, desde a retomada do processo de colonização em meados do século XIX. Afinal, a fundação de “colônias estrangeiras”, iniciada pouco antes da independência, havia sido interrompida em 1830 por causa da pressão parlamentar diante dos gastos previstos para a colonização subsidiada¹. As tentativas particulares de localização de colonos europeus, autorizadas pelo governo imperial antes de 1845, não tiveram sucesso². A nomeação do Visconde de Abrantes — um grande proprietário escravista fluminense e partidário da imigração alemã — para chefiar uma representação diplomática do Brasil na Prússia, aponta ao interesse governamental na fundação de novas colônias, num período em que estava sendo discutida uma nova lei de terras³. Antes da sua promulgação, em 1850, que também resultou na regulação da imigração e da colonização, o governo imperial patrocinou a fundação de novas colônias em diferentes pontos do território nacional: Petrópolis (RJ), Santa Isabel (ES) — estabelecidas, respectivamente, em 1845 e 1847 — Santa Isabel (SC) e outros assentamentos na região do Rio Cubatão iniciados em 1847; e, no Rio Grande do Sul, ocorreu a expansão da colônia de São Leopoldo, fundada em 1824 como primeiro empreendimento colonial após a independência, bem como o estabelecimento de novos núcleos coloniais.

Essa distribuição espacial mostra que o investimento na imigração visava o povoamento de terras devolutas, através de um modelo de exploração agrícola que valorizou a pequena propriedade e o trabalho familiar, contrastando com o regime da grande propriedade escravista. Tal configuração

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ e bolsista pesquisadora do CNPq.

¹ A criação dos núcleos coloniais — iniciada em 1818 com a concessão de sesmarias, na Bahia, para o naturalista Freyreiss fundar a “colônia alemã” de Leopoldina, seguida da fundação de Nova Friburgo (RJ) com imigrantes suíços, em 1819, e, após a independência, ampliada com a fundação de São Leopoldo (RS) em 1824, São Pedro de Alcântara e Mafra (SC), e Rio Negro (PR), em 1829, por imigrantes alemães — era dispendiosa porque não ocorreu um fluxo espontâneo de europeus e dependia do recrutamento através de contratos do governo com agenciadores, além da infra-estrutura de localização. Isso, em parte, motivou a interrupção, mas deve ser lembrado que, apesar de ser discursivamente imaginada como parte de um processo civilizatório, a imigração tinha adversários nos meios políticos. Sobre a política imigratória durante o Império, ver Seyferth, 2002^a.

² Vários estrangeiros interessados em formar empresas colonizadoras entre 1835 e 1847 tiveram seus projetos aprovados pelo governo imperial, mas nenhum teve resultados relevantes. Os casos mais conhecidos são o da colônia falansteriana do Saí, uma utopia socialista do médico francês B. J. Mure, fundada em 1841, e da colônia belga de Ilhota (Vale do Itajaí), estabelecida pelo engenheiro Charles van Lede em 1844.

³ No período em que esteve em Berlim, Abrantes publicou um texto onde tece elogios aos camponeses alemães (para ele, os mais adequados para colonizar), sugere maior facilidade de naturalização e liberdade de culto, e posiciona-se a favor de uma nova lei definindo a terra como mercadoria, isto é, o acesso à propriedade deveria ser exclusivamente por compra, inclusive os lotes coloniais. O texto foi republicado na *Revista de Imigração e Colonização*, ano II, 2/3, 1941.

tornou-se mais evidente com a proibição da escravidão em regiões coloniais, consignada na legislação a partir da década de 1840.

A maior parte dos núcleos surgiu em regiões florestais, dando margem à inclusão dessas áreas na definição de “zonas pioneiras” ou “fronteiras”, conforme atribuição da Geografia (cf. Waibel, 1958). Petrópolis era a exceção nesse modelo de ocupação territorial através de linhas e lotes “coloniais” porque, além de estar situada numa região montanhosa próxima à capital do império, ali os colonos alemães receberam suas terras não por compra ou concessão simples, mas subordinadas à figura jurídica da enfiteuse (a área colonizada pertencia à família imperial).

Depois de 1850 essa forma de localização de imigrantes passou a ser responsabilidade das províncias que também receberam o controle de grande parte das terras devolutas. A Lei 601, regulamentada em 1854, alterou as formas de acesso à terra no país, visando a regularização fundiária, e deu novas diretrizes à colonização com imigrantes, abrindo espaço também para a atuação de empresas particulares criadas para esse fim. A nova legislação, a volta dos subsídios, a ação das empresas colonizadoras e dos agenciadores a serviço do governo imperial, impulsionaram os assentamentos e centenas de colônias foram criadas, principalmente nas três províncias do sul, na segunda metade do século XIX. Sem grandes modificações, o processo teve continuidade após a proclamação da República, privilegiando o colono europeu. Em São Paulo, estado que recebeu a maior parte dos fluxos migratórios após a abolição, a colonização ocorreu na periferia dos latifúndios (cf. Petrone, 1982), envolvendo, a partir de 1908, também imigrantes japoneses. A imigração ali serviu aos interesses dos cafeicultores na mão de obra livre. A colonização com imigrantes teve alguma relevância também no Espírito Santo, mas em outros lugares (caso de Minas Gerais ou Rio de Janeiro) foi incidental.

Embora restrita a apenas uma parte do território nacional, pode-se dizer que a colonização, desde seus primórdios, teve motivações geo-políticas (a ocupação do território) e econômicas (produção de alimentos, etc.), defendida, por isso, no âmbito do aparelho de Estado, e criticada por setores nacionalistas preocupados com a formação de grupos muito diferenciados que, supostamente, ameaçavam a identidade nacional. Foi justamente a concentração de núcleos majoritariamente “estrangeiros” no sul que produziu o criticismo nacionalista à forma desatada de colonizar patrocinada pelo governo imperial, conforme expressão irada do republicano Silvio Romero em 1906. Isso mostra que as diferenças culturais e as novas identidades ancoradas a pertencimentos nacionais outros perturbavam a imaginada unidade da nação. Na realidade, a imigração associada a colonização estava

longe de ser numericamente a mais expressiva, a não ser no período anterior à abolição. Muitos imigrantes preferiram uma inserção urbana, outros deixaram as áreas rurais, tanto em São Paulo como em outros lugares. As etnicidades emergiram nas cidades pois ali também formaram-se “colônias” — uma expressão denotadora de fronteiras étnicas e não exclusiva dos espaços rurais. Entretanto, e dentro dos parâmetros do assimilacionismo, o “problema” estava exatamente nas comunidades etnicamente configuradas no espaço colonizado por imigrantes — gente mais distanciada da sociedade brasileira ameaçando a unidade lingüística e cultural da formação luso-brasileira. O foco do presente trabalho é justamente a construção da alteridade baseada em pertencimentos de natureza étnica e cultural vinculados à imigração e à ocupação territorial na forma de colonização, lembrando que a noção de etnicidade usualmente está respaldada na diferença cultural, mas as similitudes são igualmente notáveis e nem sempre destacadas.

I

A noção de identidade, enquanto fenômeno social, foi construída teoricamente no campo das ciências sociais em meados do século XX. É um elemento importante para entender as relações sociais e refere-se a dialética entre indivíduo e sociedade, conforme assinalaram Berger e Luckmann (1976); ou, conforme os postulados do interacionismo simbólico, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade (cf. Hall, 1998). O referente aí é a identidade individual ou pessoal, imagem da modernidade em geral associada à concepção de pessoa do Iluminismo. Mas como idéia geral, e numa perspectiva que interessa mais diretamente à discussão sobre identidades étnicas e culturais, é preciso mencionar Herder e seu postulado de que cada pessoa tem uma forma própria de ser humano, portanto, cada pessoa possui uma originalidade que lhe é peculiar; só que Herder estendeu essa concepção a cada povo (**Volk**) — um povo, como uma pessoa, deve ser fiel a si mesmo pois tem sua própria cultura e língua. Dumont (1985:126) mostra que, diante de um universalismo reinante em fins do século XVIII, Herder afirmava a diversidade das culturas e a história apontando para “o jogo contrastado de individualidades culturais, cada uma das quais constitui uma comunidade específica, um povo, **Volk**, onde a humanidade exprime cada vez de modo insubstituível um aspecto de si mesma e de que o povo alemão, portador da cultura cristã ocidental, é o exemplo moderno”. Nesse postulado está contida a idéia de que um indivíduo só é completo porque pertence a uma comunidade cultural — e todas as comunidades culturais têm os mesmos direitos, daí a observação de Dumont sobre a individualidade das culturas presente em Herder, uma expressão holística que faz das culturas indivíduos coletivos. De

fato, o pensamento de Herder acerca do **Volk** está na raiz das teorias étnicas da nacionalidade que emergem no romantismo. A conjunção de povo e nação se completa em Fichte, particularmente na obra *Discursos à nação alemã* (de 1808), onde o “espírito germânico” aparece, numa forma hierárquica, como característica diferenciadora, universal, do povo alemão. A língua, nesse caso, tornou-se o elemento distintivo por excelência no conjunto das particularidades da nação que deve permanecer livre da corrupção e intrusão externas⁴.

Numa análise sobre o nacionalismo, Hobsbawm (1991) mostra como, ao longo do século XIX, o critério etnolinguístico, isto é, etnicidade e língua, transformou-se no fato dominante para definir uma nação — a base da identidade nacional. O século XIX foi marcado pela emergência plena do Estado-nação, e os movimentos nacionalistas se multiplicaram na esteira da imigração em massa e da apropriação ideológica do conceito de raça forjado no campo científico. Por outro lado, o nacionalismo romântico também teve como característica marcante a descoberta folclórica do povo, a partir das pesquisas dos irmãos Grimm, filólogos dedicados à poética, mitos e contos da tradição oral, mas que contribuíram, através da lingüística comparada, para o debate sobre as relações étnicas com base nas formas comuns da linguagem. De certa forma, ajudaram a criar a idéia de folclore na tradição humanista da primeira metade do século XIX e que depois seria apropriada pelo nacionalismo para falar das peculiaridades do **Volk** — um termo que, na língua alemã, tem o duplo significado de povo e nação. O folclore, portanto, é uma fonte de símbolos demarcadores de uma genuína ou legítima cultura nacional. Enfim, língua, folclore, raça, etnia e outras tantas referências formam, em conjunto ou não, a simbólica do particularismo (nacional ou étnico).

As primeiras manifestações de etnicidade no contexto imigratório brasileiro são, aparentemente, pouco significativas, mas representativas desse período de afirmação das identidades nacionais. São pouco conhecidas, assunto comentado por estrangeiros de passagem pelo Brasil, envolvendo imigrantes alemães, colonos em Petrópolis e Nova Friburgo — portanto, localizados em região próxima à capital do país. Antes da década de 1870 a grande maioria dos imigrantes que receberam terras no regime de colonização tinha origem alemã. Havia outros fluxos, especialmente de portugueses, nenhum deles muito significativo, mas a concentração de alemães nesse formato de ocupação territorial motivou críticas de pessoas preocupadas com o problema da assimilação, um assunto debatido inclusive na imprensa e minimizado pelos setores imigrantistas. Conflito de interesses, ou não, dependendo do ponto de vista econômico ou nacionalista, a grande questão nesse debate era, justamente, a

⁴ Sobre essa discussão, ver os trabalhos de Krieger (1957), Dumont (1985) e Taylor (1993).

diferenciação cultural, lingüística e religiosa que os críticos consideravam abissal em relação à formação brasileira redefinida como latina, católica e marcada pela língua portuguesa.

As colônias agrícolas, por seu maior isolamento, provocaram manifestações de xenofobia de nacionalistas preocupados com a assimilação dos estrangeiros. Mas uma das primeiras formas organizadas de comunalismo étnico ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, onde comerciantes alemães fundaram a **Gesellschaft Germania** em agosto de 1821 — a primeira sociedade desse tipo formada no Brasil. Nos primeiros anos após a fundação eram admitidos (poucos) sócios de outras nacionalidades, em sua maioria gente dedicada à mesma atividade dos fundadores — o comércio de exportação — importação. Esse grupo de famílias abastadas tinha contato com imigrantes alemães em trânsito para regiões de colonização e, eventualmente, procurava ajudar àqueles descontentes que queriam retornar à Europa ou reemigrar. O texto comemorativo do centenário de fundação, editado por Hinden (1921), embora destacando o perfil dos associados e suas atividades econômicas, exalta a germanidade fazendo referência ao uso da língua alemã (que se tornou condição para pertencer à sociedade ainda na primeira metade do século XIX) e as atividades culturais e comemorativas que evidenciavam os sentimentos de pertença a uma etnia ou nacionalidade alemã. Muitos dos primeiros associados — entre eles, o de maior autoridade era o cônsul da Prússia, Wilhelm von Theremin — não se consideravam imigrantes, mas ao longo do século XIX formou-se uma “colônia alemã” na cidade, onde também surgiram outras associações (de canto e ginástica) próprias do contexto imigratório (cf. Aldinger, 1923; Seyferth, 2000; Michahelles, 2003).

No seu estudo sobre a **Gesellschaft Germania**, Michahelles (2003) mostra que, se na época da fundação havia um tipo de identificação marcada por um *ethos* profissional (também assinalado por Aldinger, 1923), logo tomou forma uma identidade étnica cujo principal sinalizador era a língua alemã e a distinção formal entre alemães e não alemães (**nicht – deutscher**). No entanto, apesar de expressar valores germânicos, esse grupo só passou a ser visualizado como problema nacional em fins do século XIX, relacionado ao pangermanismo, e que culminou nos conflitos registrados durante a 1ª. Guerra Mundial — em 1917, logo após a declaração do estado de guerra com o II Reich, a sede da sociedade foi depredada. Os dados apresentados por Hinden apontam para a formação da etnicidade no âmbito da imigração, mesmo num período em que os pertencimentos nacionais ainda estavam conformados pela visão primordialista da diferença cultural, percebida nos escritos mais nacionalistas de Herder e dos irmãos Grimm.

As situações conflituosas ocorridas em Petrópolis e Nova Friburgo em meados do século XIX, relatada por Hadelmann e von Tschudi — o primeiro, historiador alemão preocupado com questões imigratórias analisadas na História do Brasil que escreveu e publicou na Alemanha em 1859, e o segundo, naturalista, representante diplomático da Suíça e viajante que percorreu diversas colônias, descritas no seu relato de viagem pela América do Sul, publicado em 6 volumes entre 1866 e 1869 — tem maior relevância para configurar as relações interétnicas envolvendo imigrantes que ficaram em contato mais direto com os brasileiros.

Tschudi foi nomeado ministro plenipotenciário da Confederação Helvética no Brasil, com a missão de analisar a imigração suíça, daí sua ida a Nova Friburgo que classificou como uma tentativa frustrada de colonização. Realizou uma análise bastante negativa daquela experiência colonial, inclusive da introdução de alemães, em 1824, para substituir parte dos suíços que haviam abandonado seus lotes. Além de informar sobre as dificuldades impostas pelo modelo de colonização — aliás, as mesmas em toda parte⁵ — menciona o sentimento de nativismo dos brasileiros em relação aos estrangeiros naturalizados (alemães e suíços), cerceados principalmente nos seus direitos políticos, apesar da sua relevância numérica no contexto municipal (mais de 1/3 da população, na época da visita de Tschudi, era de estrangeiros). Essa é uma situação característica da inserção do imigrante no novo país: a assimilação (quando é valorizada como forma de integração) nunca é suficientemente rápida para o nativismo mais exarcebado, e a primeira geração, mesmo naturalizada, torna-se minoria⁶ (nacional, étnica), portanto, privada, legalmente ou não, dos direitos plenos de cidadania. O que fica claro no nativismo mencionado por Tschudi é a dificuldade de aceitação da diferença (social, cultural, lingüística) trazida pelo estrangeiro; portanto, a alteridade assim construída passa por uma concepção de nacionalidade articulada, primeiramente, ao **jus soli**, mas também à conformidade com os padrões culturais e históricos da sociedade brasileira latina ou lusa e católica.

O caso relatado por Handelman é mais explicitamente um problema de identidade étnica que remete aos ideais **volkisch** do nacionalismo alemão, também presentes nas considerações finais do

⁵ Seria exaustivo falar sobre tais problemas, mas o que Tschudi encontrou em Nova Friburgo não é muito diverso das situações enfrentadas pelos colonos estrangeiros em outras áreas, basicamente, demarcações em áreas impróprias para a agricultura, epidemias, altas taxas de mortalidade, falta de infraestrutura (desde vias de comunicação até escolas e atendimento médico), etc. Em alguns lugares isso provocou protestos e movimentos sociais ou, simplesmente, a reemigração. Mas a crítica mais contundente dirigiu-se à forma de agenciamento durante o Império — os agenciadores recebiam pagamento *per-capita*, daí o uso de uma propaganda considerada enganosa e baseada em promessas que o governo brasileiro não podia cumprir. Além de Tschudi (1866/69), essa dimensão conflituosa foi estudada por Roche (1969) e Seyferth (1999) entre outros.

⁶ O conceito está sendo empregado aqui no sentido da definição clássica de Louis Wirth (1945), que destaca grupos ou categorias sociais que ocupam posições desiguais ou desvantajosas na sociedade onde vivem.

autor acerca da imigração. Segundo o autor, em 1850 havia cerca de dois mil e quinhentos “habitantes da raça alemã” em Petrópolis — portanto, um grupo significativo de estrangeiros que falavam outra língua e mais de um terço dos quais pertenciam à religião evangélica luterana. Refere-se, então, à oposição entre alemães e brasileiros, ao ódio religioso e às atitudes “tirânicas”, coercitivas, dos administradores da colônia que se refletiam nas relações conflituosas entre os colonos e seus vizinhos nacionais⁷. Deixa entrever, inclusive, a existência de conflitos por causa do germanismo, e que se estenderam às relações tensas entre o padre católico alemão (que dava assistência religiosa aos colonos) e as autoridades eclesiásticas brasileiras, que culminou com sua expulsão do país. A questão subjacente mais geral era a assimilação: os colonos deviam conformar-se aos costumes brasileiros. Na parte conclusiva dessa História do Brasil expressa seu próprio germanismo mostrando sua contrariedade com o desejo expressado pelas autoridades “de fundir rapidamente e à força o elemento alemão com o brasileiro”, nas colônias de São Leopoldo e Petrópolis (Handelmann, 1931: 994). Na verdade, estava defendendo para seus compatriotas imigrantes uma identidade (ou comunalidade) própria e condizente com suas características nacionais. Nas colônias devia ser admitido, legalmente, o uso da língua alemã, sem pedir para ela as mesmas prerrogativas da “língua oficial” portuguesa. Usa o termo comuna em vez de colônia, supondo-se aí uma certa autonomia administrativa e uma configuração sócio-cultural-identitária teuto-brasileira.

De fato, apresenta-se aí uma situação itnerétnica em seu início. Com o crescimento urbano de Petrópolis e sua transformação em cidade turística a serviço do lazer dos nobres e outros abastados frequentadores da Corte, reforçada pela presença da família imperial, a maioria dos colonos deixou as atividades agrícolas para atender à demanda de mão de obra em outros setores, e a ascensão social desse segmento foi se tornando mais visível com a criação de associações, jornais e incentivo ao uso da língua alemã. Ali, a assimilação da segunda geração foi bem mais consistente do que em outros lugares de colonização, mas a alteridade construída em relação aos brasileiros persistiu, periodicamente recriada, de forma semelhante às colônias congêneres no sul.

No caso dos alemães no Brasil, a etnicidade, na metonímia do senso comum, seguiu o modelo do nacionalismo étnico característico da segunda metade do século XIX (estendido, de fato, até a 1ª.

⁷ Handelmann, como Tschudi, criticou com veemência o sistema de colonização, preocupado com as condições de localização e com a má conduta dos agenciadores a serviço do governo imperial. A menção ao “ódio religioso” tem relação com o poder temporal da igreja católica e o assimilacionismo brasileiro (cf. Handelmann, 1931: 488 – 494). Deve ser lembrado que o Estado, embora restringisse os cultos, impondo a necessidade de autorização legal para que pudessem ser realizados, e impedindo a construção de igrejas, não proibiu as atividades religiosas dos protestantes e, em algumas colônias oficiais, pagava salários para os pastores.

Guerra Mundial), que deu grande peso à língua vernácula e à noção de povo com origem comum na definição da identidade nacional. Conforme observação de Hobsbawm (1991: 126-128) o critério etnolinguístico se tornou um fator dominante para definir uma nação e teve particular relevância para a identidade nacional de alemães e italianos porque a língua dava a eles um argumento central, quase único, para a criação de um Estado unificado. A isso acrescentaram-se dois outros argumentos próprios da tradição inventada de formação da nação — a tradição popular (apontada pelos irmãos Grimm, entre outros) e o consequente florescimento do folclore, e a identificação da nação com descendência genética. O último aspecto, por exemplo, está contido na referência de Handelsmann à “raça teuto-brasileira”, que supõe, idealmente, colônias homogêneas no Brasil.

Tal forma de pertencimento — onde a idéia de nação estava presente numa configuração de grupo étnico — foi sendo reforçada entre os imigrantes alemães através da criação de associações, jornais, e até de uma literatura própria, voltada para um público restrito à comunidade étnica, presentes em quase todas as colônias de maior expressão e em cidades com índices significativos de população teuto-brasileira. Os primeiros jornais surgiram ainda na década de 1850⁸, portanto, na mesma época dos fatos relatados por Handelsmann, antes mencionados. Juntamente com os almanaques e outras revistas que proliferaram a partir da virada para o século XX, a imprensa teuto-brasileira foi criada, segundo seus editores e redadores, para defender a germanidade tanto quanto os interesses políticos e econômicos dos colonos não reconhecidos (pelos brasileiros) como cidadãos plenos. Havia, também, o lado noticioso e a abertura para publicação de textos ficcionais (contos, poesias, etc.). Mas os editoriais e matérias de conteúdo étnico tinham primazia e seus princípios remetiam a uma identidade *a priori* nacional. A aparente sinonímia entre etnia e nação implícita na qualificação inicial de uma identidade teuto-brasileira, formalizada através das diferentes publicações e expressando, certamente, o pensamento de uma pequena burguesia e classe média emergente com interesses políticos envolvendo a emancipação das colônias mais importantes com algum desenvolvimento urbano e econômico, deu respaldo ao nacionalismo brasileiro para condenar o modelo de colonização que privilegiou o assentamento de imigrantes.

O embate entre esse nacionalismo, com conteúdo muitas vezes xenofóbico, e os setores imigrantistas da sociedade e do aparelho de Estado pode ser observado, por exemplo, no livro de

⁸ Nesta década já existiam cinco jornais em língua alemã: dois em Porto Alegre, dois no Rio de Janeiro e um em Petrópolis. Circularam por pouco tempo, mas nas décadas seguintes quase todas as colônias mais importantes tinham seus jornais, alguns com longa periodicidade, caso do **Koseritz Deutsche Zeitung** (Porto Alegre), do **Kolonie Zeitung** (Joinville) e **Der Urwaldsbote** (Blumenau). Sobre a imprensa teuto-brasileira, ver Gehse (1931).

Augusto de Carvalho (publicado em Portugal em 1874), político fluminense que não só defendeu a continuidade da colonização estrangeira, mas sugeriu meios de incrementá-la, dando melhores condições de emancipação para as colônias “em condições de passar ao regime civil”, facilitando a naturalização, etc — medidas também preconizadas por Tavares Bastos e o Marques de Abrantes. Carvalho também critica a imprensa posicionada contra a imigração alemã, ironizando a figura de retórica que a comparava à invasão bárbara do Império Romano. Exageros à parte, a imagem de uma “invasão germânica”, caso houvesse crescimento significativo dessa imigração, exprimia o temor de um possível desvio da formação nacional luso-brasileira e católica. A ironia, porém, não tinha uma contrapartida de alguém descuidado com assimilação. Esta era desejada, porém a prioridade ia para a ocupação do território associada à imigração européia subsidiada, conforme se verifica na própria legislação (cf. Seyferth, 2002b). Havia, porém, um elemento adicional na defesa da imigração, igualmente observado no autor citado:

Havemos dicto muitas vezes e repetimol-o aqui, mau grado o arripiamento dos que estremecem à aproximação da verdade: o estrangeiro, intelligente e activo, que trabalha e edifica no paiz, é mais brasileiro do que o nacional, que, vivendo na indolência, nada faz, quer moral, quer materialmente, para o engrandecimento da pátria. (Carvalho, 1874: 210)

O posicionamento acima não é algo isolado — nem no pensamento imigrantista, nem no nacionalista que compartilhavam os estereótipos relativos à suposta inferioridade do brasileiro comum, mestiço e negro — pois começava a delinear-se um ideal de branqueamento da população com o concurso do imigrante europeu, convertido em tese científica no início do século XX e desqualificada décadas depois como racista. Aí está um dos motivos para a presença efêmera, para não dizer ausência, dos brasileiros na fase de implantação das colônias — inclusive durante a Primeira República. Pode parecer paradoxal, mas este posicionamento mostra que, apesar do sentimento assimilacionista, o ideal de modernidade prescindia de motivações não econômicas, embora todos compartilhassem as preocupações com a integração dos estrangeiros à sociedade brasileira. Ao construir a alteridade num sentido teuto-brasileiro, muitos imigrantes alemães e descendentes instituíram como o “outro” por excelência justamente esse brasileiro desqualificado socialmente pelas elites nacionais através dos estereótipos relativos à sua suposta incapacidade de trabalho numa sociedade moderna, desiderato agravado no período de maior influência do pangermanismo quando o ideal de **Volk** foi convertido em raça. Enfim, os conflitos relacionados à assimilação apareceram desde os primórdios da colonização e as críticas incidiram mais sobre a imigração alemã porque esta predominou, quase absoluta, nos

assentamentos coloniais até a década de 1870. A partir daí, os italianos chegaram em maior número para gáudio dos nacionalistas preocupados com a assimilação de ádvenas — para todos os efeitos, sendo latinos e católicos, sua integração parecia muito mais fácil.

O episódio do sacerdote acusado de ser um arauto do germanismo entre os alemães localizados em Petrópolis, mencionado por Handelsmann em 1859, é apenas a face mais visível da etnicidade incômoda numa situação de imigração. Lá e em Nova Friburgo os estrangeiros ficaram muito mais próximos da sociedade brasileira, convivendo com os nacionais e com o regime escravista. Muitos realizaram a ascensão social saindo da situação de colono, competindo com os brasileiros num emergente mercado de trabalho associado à expansão urbana, ou engajando-se em atividades comerciais. As identidades contrastantes nesse contexto interétnico provocaram as primeiras manifestações de estranhamento, condenatórias da diferença cultural observada diretamente pelas elites do Império.

Apesar da presença de alemães em Porto Alegre e outras cidades do sul, as colônias, inclusive as menos isoladas (caso de São Leopoldo) estavam longe de um convívio permanente com a população brasileira. Esse isolamento espacial, cultural e linguístico, tanto quanto a constatação do germanismo assumido tão próximo à capital do país, deu respaldo ao discurso assimilacionista e a conseqüente inquietação produzida pela concentração de estrangeiros em um território ameaçado por forças externas e sentimentos separatistas⁹. As contradições são apenas aparência: havia interesse de ocupar terras devolutas, especialmente no sul e em outras áreas problemáticas¹⁰, com imigrantes produzindo sem o concurso da escravidão; a assimilação aos padrões da nação podiam ser resolvidos depois. O segundo ponto, porém, tornou-se problemático pois a distância cultural ampliou-se através dos novos fluxos imigratórios e pelo transnacionalismo que pode ser constatado até em autores como Handelsmann e Tschudi. O termo “transnacional”¹¹ tem sido usado para caracterizar a migração atual e se refere aos projetos culturais e políticos de estados nacionais relacionados a seus cidadãos na diáspora, chamando a atenção para a persistência das relações entre os emigrados e a sociedade de origem, e para práticas da ordem política que favorecem a formação de novas identidades ou, mais precisamente, a continuidade, no outro país, da identidade nacional do migrante.

⁹ Os conflitos com o Uruguai e a Argentina, bem como a Revolução Farroupilha, ainda estavam mal resolvidos quando o governo imperial retomou a colonização em 1845 — fato que se incorporou à discussão da política imigratória.

¹⁰ O problema indígena também estava em discussão nesse período e foi uma das razões para localizar imigrantes nas terras altas do Espírito Santo e no Vale do Rio Doce, áreas onde estavam os temidos Botocudos, na época considerados os mais primitivos dentro de uma escala civilizatória.

¹¹ Sobre o uso desse conceito no campo das ciências sociais, ver a resenha crítica de Kearney (1995).

A situação das migrações internacionais no período da “grande imigração” e, principalmente, na primeira metade do século XIX, era bem diversa, começando pelas dificuldades da travessia e da comunicação com o país de origem. Mesmo assim, os índices de retorno eram altos, bem como a reemigração. No Brasil, por exemplo muitos diretores de colônias mencionaram em seus relatórios as “fugas” de colonos para a Argentina, em busca de melhores condições de assentamento rural. Por outro lado, houve continuidade da imigração, inclusive no caso dos alemães, até a década de 1930, com alguma animosidade em relação aos recém-chegados, e até a criação de identidades distintas para eles (caso da expressão **Neudeutscher**, que designava os novos imigrantes alemães, especialmente após a primeira guerra mundial), mas a integração nos subsistemas culturais resultantes da imigração ocorreu com facilidade. Assim, pode-se dizer que não aconteceu um rompimento radical com o país de origem dada a própria dinâmica dos fluxos imigratórios e seus efeitos na elaboração das novas identidades. Da mesma forma, não é possível afirmar que os países de emigração se desinteressaram dos seus cidadãos na diáspora.

Sem a intensidade atual, o fenômeno transnacional também estava presente nas migrações do passado, conforme se verifica na missão de von Tschudi em Nova Friburgo. O naturalista foi ali verificar as condições de vida dos suíços que restaram do grupo inicial emigrado em 1819. Isso estava relacionado a uma possível emigração de compatriotas para o Brasil, daí ter-se dirigido para colônias alemãs em Santa Catarina. Numa delas (Joinville) existia um pequeno número de colonos suíços, trazidos pela Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo juntamente com alemães (a etnia ali predominante) e suecos. Havia interesse na emigração, mas também a preocupação com as condições oferecidas pelo país de acolhida; e Tschudi foi enfático na condenação do modelo brasileiro de colonização. Da mesma forma, Handelsmann deu seus palpites sobre as políticas de colonização referindo-se à essência imutável da identidade nacional dos imigrantes.

Associações civis foram criadas na Europa para dar assistência ou acompanhar os emigrantes no país de acolhida. Hermann Blumenau, fundador da colônia que levou seu nome, veio pela primeira vez ao Brasil em 1846 para verificar denúncias sobre as péssimas condições da vida nas colônias alemãs de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como representante de uma dessas associações. Seu projeto de colonização do Vale do Itajaí foi uma resposta negativa para as denúncias, mas seus escritos redimiram apenas os territórios catarinense e riograndense, considerados bons para receber imigrantes no regime da pequena propriedade, mas criticando o Brasil escravista, sua divisão do trabalho e a grande propriedade. A ação dos governos em relação à emigração talvez seja menos evidente, mas sempre

existiu, inclusive no que concerne ao destino dos seus cidadãos. A emigração de alemães para o Brasil, por exemplo, foi cerceada oficialmente em vários momentos. Pesaram nesse cerceamento tanto a existência da escravidão quanto as condições de localização em áreas coloniais relatadas por autores como Tschudi ou até nos relatos de colonos retornados, bem como as denúncias sobre o regime de parceria em São Paulo, que o Senador Vergueiro iniciou em 1847 na sua fazenda de Ibiacaba, palco de um levante de colonos suíços e alemães, relatado por um dos seus líderes, Thomas Davatz, em livro publicado na Europa em 1858. Esse conjunto de fatores motivou o ato legislativo do ministro prussiano Heydt, que impôs entraves à emigração dos súditos da Prússia para o Brasil. O ato em si não impediu a emigração (aliás, pouco significativa se comparada ao volume de entradas nos Estados Unidos e Argentina), mas teve efeitos sobre as atividades de propaganda dos agenciadores a serviço do governo brasileiro, e praticamente anulou os esforços diplomáticos do Visconde de Abrantes em Berlim¹². De fato, não ocorreu a desejada imigração espontânea e, ao longo do Império, persistiu a nomeação de agenciadores pagos e encarregados de trazer, prioritariamente, colonos, e entre os quais destacaram-se, cercados de polêmicas, J. A. Schaeffer (logo após a independência) e Caetano Pinto Junior (na década de 1870).

Após a unificação da Alemanha, em 1871, a interferência do Estado alemão junto às comunidades teuto-brasileiras ficou mais visível através da ação consular, dos interesses econômicos e políticos na América do Sul e, sobretudo, por interferir no ensino primário ministrado em alemão em escolas particulares. Para o nacionalismo, assim como para o Estado (nação), a escola é fundamental para criar sentimentos patrióticos, configurar a consciência nacional, ensinar a língua vernácula. É através dela que a noção de uma língua e uma cultura se impõe, produzindo a identidade nacional, o que explica o acirrado debate que a chamada “escola alemã” produziu no Brasil. Sem descuidar dos aspectos políticos da formação do Estado-nação, Gellner (1983:55) mostrou que, sob muitos aspectos, é o nacionalismo que engendra as nações. A presença de um ensino fundamental em outra língua era visto como algo que interferia na consciência da brasilidade e na percepção dos deveres da cidadania, pois reforçava o pertencimento étnico vinculado a outra nação. Pode-se dizer que a alteridade em relação aos brasileiros, concidadãos, tem esse perfil condenado pelo nacionalismo pois está centrada na diferença lingüística e cultural (fundamentos da brasilidade) e não no pertencimento político e na

¹² Entre outras coisas, Abrantes negociou a liberdade de ação para os agenciadores (portanto, a propaganda para atrair colonos) e deu a entender que haveria mudanças nas formas de acesso à terra (depois implementadas na Lei 601 de 1850), liberdade religiosa e facilidade de naturalização, temas constantes no texto que publicou em Berlim. O livro de Davatz, traduzido e publicado no Brasil por Sérgio Buarque de Holanda (cf. Davatz, 1941), mostrou as falácias do sistema de parceria idealizado por Vergueiro; um sistema também criticado por Tschudi (1866/69).

consciência da cidadania. A ideologia de pertencimento nacional subjacente à identidade teuto-brasileira recebeu, na virada para o século XX, o reforço do pangermanismo (e seu conteúdo primordialista-racial) e, na década de 1930, da propaganda nazista patrocinada pelo Estado nacional – socialista.

Os exemplos dados referem-se à imigração alemã. Mas este fenômeno aparece em outros casos. Ianni (1972), tratando da emigração italiana, mostra os interesses nela envolvidos, inclusive do Estado italiano, desde os tempos da grande imigração. O foco principal do autor é a política do Estado que transformou a emigração num instrumento político na vida interna e nas relações internacionais da Itália. Mas outros estudos falam da atividade consular e da igreja católica como fontes de atualização e perpetuação da italianidade (ver, por exemplo, o trabalho pioneiro de Azevedo, 1982), coisa que o Estado italiano intensificou durante o regime facista (cf. Araujo, 2003), assim como o germanismo, no caso teuto-brasileiro, foi reconfigurado pelo racismo sob influência da intensa propaganda nazista na década de 1930 (precedida, antes de 1914, pelo pangermanismo).

A relação simbiótica da dupla alteridade que tem como referencial dois estados-nação é a raiz da elaboração da própria identidade de imigrante, que supõe a permanência no país de acolhida. “Todos partem pensando em voltar”, afirma Ianni (1972) ao falar dos “homens sem paz”, os italianos vítimas da emigração cuja vida é transformada, quer permaneçam no outro país, retornem ao seu ou fiquem sistematicamente em trânsito. Os imigrantes japoneses têm discursos semelhantes (cf. Sakurai, 2000); a perspectiva da volta, porém, raramente se concretiza. É uma das muitas razões simbólicas que marcam a identidade de grupo no país dos “outros”. É difícil aceitar a condição de imigrante, pois ela representa uma ruptura e um novo cotidiano num lugar estrangeiro. Ou, como assinalou Sayad (1998), a categoria é sempre construída pela contradição, mesmo quando assumida como provisória e tornada permanente.

Os indicadores estatísticos da imigração no Brasil (até a década de 1940) mostram que, para alguns períodos, as taxas de retorno/reemigração são altas, e a proporção (média) dos imigrantes que se retiraram do país, de acordo com estudo de A. H. Neiva e J. F. Carneiro, estava em torno de 40% (Carneiro, 1950: 63). De fato, a perspectiva do retorno, além de ser uma realidade social possível de mensuração, estava mais presente no discurso de alguns grupos do que em outros no período histórico da grande imigração. Mas o próprio ideal de retorno ajuda a compor a identidade de imigrante, mantida na relação com o país de origem, o que, na prática, faz dessa identidade uma coisa permanente.

A categoria **imigrante** pode ser elaborada pelos atores sociais de diferentes formas, mas seu referencial mais evidente é a dupla pertença antes mencionada e também representada nas identidades

étnicas. Nesse sentido, narrativas memorialísticas ou matérias de jornais contextualizadas pela colonização alemã são bastante elucidativas. Ao falar da condição dos imigrantes estabelecidos na colônia D. Francisca (Joinville), Ottokar Doerffel, criador do jornal *Kolonie Zeitung*, em 1862, usou a palavra **Heimatlosen** (apátridas). É claro que esta não era uma palavra de senso comum, mas serviu para expressar, nas páginas daquele jornal, a liminaridade característica do estrangeiro em nova pátria. Doerffel, formado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Leipzig, era uma das principais lideranças da colônia, de início marcada por ideais utópicos de comuna. Emigrou por razões políticas — a revolução de 1848 — sem perspectiva de retorno. Num discurso bem elaborado, evidencia sua própria condição, mas também a dos colonos alemães cujos interesses o *Kolonie Zeitung* devia defender: imigrantes são aqueles que deixaram sua (velha) pátria para sempre, com o objetivo de construir um novo lar numa nova terra que ainda não é uma pátria verdadeira. Nessa formulação houve uma ruptura em relação ao país de origem e uma nova pátria a ser conquistada; portanto, o imigrante se encontra numa situação liminar, entre duas pátrias, e sua identidade nova precisa ser construída tendo como referência concreta a colônia. Só que esta colônia localizada no sul do Brasil é “alemã”, e a noção de reatamento com a pátria perdida passa pela persistência do espírito, índole e tradições germânicas, através dos quais também será possível obter o reconhecimento dos brasileiros. Na verdade, esse discurso está marcado pelo fato de que a grande maioria dos colonos não tinha naturalização, privados dos direitos de cidadania, na posição de estrangeiros, embora sua condição de imigrantes estivesse assumida definitivamente. Representa a formulação inicial de uma identidade teuto-brasileira assentada numa vida própria, de raízes teutônicas, numa nova pátria, tema bastante explorado mais tarde na ficção e na poesia em língua alemã produzida no Brasil nas primeiras décadas do século XX¹³.

O memorial do pastor W. G. Lange, recentemente publicado por iniciativa de familiares, é um exemplo diverso da mesma percepção acerca de ser imigrante. É a trajetória de um religioso ordenado pastor em Herrenhut, em 1886, no seio de uma irmandade pietista independente da igreja luterana, nomeado para atender comunidades alemãs situadas em território dominado pelo Império Russo. A interferência do governo russo sobre as comunidades protestantes — portanto, estava em questão a

¹³Kuder (1936/7) foi um dos primeiros a abordar essa literatura, publicada principalmente em jornais e **Kalender**. A poesia tematizou a paisagem, atribuiu valor fundamental à preservação da língua alemã e à **Heimat** colonial; a prosa (contos, romances) estava voltada para a vida cotidiana nas colônias. É nos escritos de autores nascidos na Alemanha, portanto, imigrantes, que o estado liminar é melhor observado. As publicações em língua alemã desapareceram ao final da década de 1930, no contexto da campanha de nacionalização.

liberdade religiosa — motivou a emigração do pastor, liderando parte da sua comunidade até Santa Catarina, com o objetivo de fundar uma comunidade igualitária de colonos com o significativo nome de **Brüderthal**. No relato do pastor a condição de imigrante é dada no desembarque (após uma travessia tumultuada): “A última ponte para a velha pátria está rompida” (Lange, 2003: 85). Referia-se ao navio e, certamente, a uma Alemanha simbólica, tendo em vista que o grupo embarcado em Hamburgo vinha de uma situação de minoria nacional enfrentada na Rússia czarista — eram alemães e protestantes. A motivação religiosa, nesse caso, assim como a motivação de ordem política no outro, mostram vivências diversas do processo migratório, mas que convergem numa nova identidade dada pela travessia do Atlântico e pela noção de comunidade construída em outro país dentro dos princípios do nacionalismo étnico. A movimentação consular e de viajantes em Brüderthal mencionada por Lange, assim como as atividades culturais de cunho germânico incentivadas por Doerffel no seu jornal e nas associações que ajudou a fundar — modo concreto de reatar com o passado nacional —, a própria continuidade do fluxo imigratório até a década de 1930, o uso da expressão “velha pátria”, mostram que o rompimento consistia numa figura de retórica para marcar a alteridade em relação à sociedade de origem.

A viagem, ou a travessia (**Überfahrt**), para usar um termo de maior simbolismo, porém, é a marca do imigrante, que também é viajante (**Wanderer**). Ela termina, invariavelmente, no desbravamento da floresta, dando espaço à saga dos colonos que caracteriza os relatos mnemônicos deixados por escrito por pessoas comuns e destinados, em primeiro lugar, aos familiares/descendentes. É o caso dos manuscritos de Lange e do boêmio Josef Umann (publicado em 1981), entre muitos outros. Eles apresentam o cotidiano colonial e sua especificidade cultural permeados pelas alusões à velha pátria, no momento inicial da ocupação de linhas coloniais muitas vezes abertas com o concurso dos próprios imigrantes. Os mesmos temas são encontrados em narrativas mais recentes sobre essa experiência imigratória como, por exemplo, os de João Weiss (1950) e Barbara Göhr (1996). O primeiro relata a experiência colonial da família numa região de mata do Rio Grande do Sul entre 1912 e 1917, a segunda conta a história da família emigrada na década de 1930 para áreas coloniais abertas em Santa Catarina. Assim como nos textos de conteúdo similar, a ênfase recai no caráter pioneiro do processo colonizador, instrumentalizando uma identidade específica de colono adjetivado (ou “alemão”).

II

As narrativas acima mencionadas, bem como a tradição oral, isto é, as muitas versões sobre a natureza pioneira/civilizatória da colonização, passadas de uma geração para outra, mostram que a categoria imigrante converge para a categoria colono apropriada do jargão oficial de modo positivo até mesmo por pessoas que sequer passaram pela localização em um lote colonial. A própria legislação brasileira contribuiu para a convergência das duas formas de identificação pois nela, sempre que se define o que é “linha colonial”, entra em cena o “colono estrangeiro”. Assim, apesar da eventual menção ao “trabalhador nacional”, no Decreto 9081, de 03/11/1911, no seu artigo 140, a linha colonial “é uma estrada de rodagem ladeada de lotes, medidos e demarcados, seguidamente ou próximos uns dos outros, destinados a ser povoados por imigrantes, como seus proprietários”. Apesar das críticas à política de colonização do Império no sul do Brasil, a Primeira República manteve o processo atrelado à imigração preferencialmente familiar (especificada, sobretudo nos alvarás e instruções, mas também, como nesse caso, na legislação mais ampla). Olhando para a argumentação que justifica essa política, mesmo no período republicano, é possível perceber os preconceitos de natureza racista acerca do brasileiro das camadas populares (concorrente mais próximo do colono estrangeiro) e a colonização vinculada à idéia da civilização, tal como se observa nos escritos imigrantistas da segunda metade do século XIX (cf. Seyferth, 2002 b). De certa forma, temos aí o próprio Estado, por suas políticas de povoamento, corroborando uma distinção social convertida em identidade étnica por diferentes grupos de imigrantes e descendentes. Mas é preciso lembrar que colono é uma categoria positiva e valorizada por referência ao passado, coisa mantida no tempo presente, num sentido classificatório, pois permite distinguir o “outro” mais óbvio — o brasileiro — tanto quanto outras formas de diferenciação. Quando o referencial é a dicotomia rural-urbana, porém, colono torna-se uma categoria (des)qualificada pela ruralidade ou rusticidade; um detalhe que confirma o caráter situacional (entre outros) das apropriações identitárias.

Há também o pressuposto civilizatório contido na noção de frente pioneira, ou mesmo de fronteira (agrícola), associado ao progresso econômico. As condições difíceis enfrentadas pela primeira geração fazem parte dos relatos que constroem a identidade do colono adjetivado como imigrante oriundo de uma determinada tradição nacional. A figura do pioneiro encarna o “colono na selva” que está no título da obra de João Weiss, mas cuja apropriação é geral entre imigrantes e descendentes e não apenas no contexto da colonização alemã. Nas representações discursivas teuto-brasileiras o corolário da colonização é o pioneirismo, e seu símbolo mais importante é a idéia de conquista

territorial, o meio hostil, a floresta, subjugado pelo “trabalho alemão”. Nesse caso, as colônias são espaços construídos, civilizados, a nova pátria assegurada pelas virtudes do imigrante, seu legado para os descendentes.

Tal desiderato está presente na imprensa teuto-brasileira, nos textos comemorativos, nos escritos literários — antes de 1939 — e nas representações atuais reportadas ao passado, e configura as colônias como territórios étnicos num contexto nacional plural formalizado pela imigração. A identidade, então, é um somatório de símbolos que, na versão teuto-brasileira supõe cidadãos que falam outra língua, tem costumes e cultura diferenciados e uma precedência enquanto “pioneiros” sobre todos os outros. A campanha para instituir o dia do colono, na década de 1930, expressa essa anterioridade da imigração alemã, pelo menos no sul: a data a ser festejada era (e ainda é) a da fundação da colônia de São Leopoldo — 25 de julho (de 1824). Assunto bastante divulgado nos jornais da época, de vez em quando polemizado quando são citadas iniciativas anteriores de colonização — especialmente a colônia “alemã” de Leopoldina (Bahia), fundada antes da independência, e o assentamento de alemães em Nova Friburgo, após a desistência de muitos colonos suíços — mas indiscutivelmente aceita como a data comemorativa da imigração alemã para o Brasil, sobretudo porque ela ficou ligada à colonização, apesar da presença germânica anterior em lugares como a cidade do Rio de Janeiro. Essa “precedência” — contida na identidade teuto-brasileira — foi assinalada nas comemorações do centenário da imigração, em 25/07/1924. Transforma os alemães em símbolo do pioneiro por excelência, aquele que chegou primeiro à fronteira, o desbravador.

A conjunção do pioneirismo com a tradição cultural da velha **Heimat** — inclusive o uso da língua materna — traduzida num modo de vida próprio em relação aos “outros” (brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidades), portanto, a base da alteridade, pode ser visualizada especialmente na poesia produzida por literatos ou por simples colonos, caso dos versos de Umann (1981: 78) que falam da substituição da floresta (a natureza bravia) pela cultura, ou o sussurrar sinistro da mata pelo **Lied**, a canção alemã, símbolo nacional cultivado em associações que o autor ajudou a criar na colônia onde viveu. Conforme procurei mostrar em outro texto (Seyferth, 2004), a idéia de uma cultura teuto-brasileira serviu para acentuar as diferenças atinentes à etnicidade, pois é produto de ação coletiva (refletida, inclusive, nas associações) observável em diferentes regiões coloniais, estimulando a construção social de uma identidade diferenciada, recriada também pela literatura em língua alemã e, mais recentemente, pela tradição reinventada. No período de maior tensão entre essa etnicidade e o

nacionalismo brasileiro assimilacionista¹⁴ (que culminou na campanha de nacionalização do Estado Novo, atingindo todos os grupos imigrados) houve um esforço de retórica para conciliar as diferenças culturais e a germanidade com o pertencimento à pátria (**Vaterland**) brasileira.

Na reivindicação de um Estado plural (não nacional) postulado pelas lideranças teuto-brasileiras, a identidade étnica foi legitimada várias vezes através da atribuição de identidades homólogas aos **outros**, inclusive imigrantes, e do uso sistemático da categoria **luso-brasileiro** para designar aqueles com presumida ascendência portuguesa, num modelo de alteridade que transformou todos os “diferentes” em nacionais com hífen (pelo menos na língua portuguesa).

As breves referências ao pluralismo presumido pela etnicidade teuto-brasileira mostram que ela foi construída, como discurso, a partir da idéia de distintividade cultural reportada à nação de origem (o que também supõe, por vezes, um primordialismo racista) e por uma apropriação da noção de etnia que se define por uma identidade (ou categoria), origem, história compartilhada (no caso, de imigração), cultura própria e território — este último legitimado pela ação “pioneira”. A simbólica teuto-brasileira, de fato, é uma expressão empírica do modelo de etnicidade na Antropologia que, segundo Jenkins (1997) refere-se, primeiramente, à dialética entre similaridade e diferença cultural, portanto, é concernente à cultura e identidade (coletiva e individual).

III

A colonização do sul do Brasil foi regulada por lei e planejada para localizar imigrantes em terras devolutas e supostamente não ocupadas. As empresas de colonização não trouxeram mudanças substantivas a esse processo; apenas serviram como intermediárias entre o poder público e os colonos (imigrantes num primeiro momento, e depois também descendentes em busca de novas frentes agrícolas), administrando os núcleos¹⁵. Apesar das designações adjetivadas pela origem nacional, é quase impossível encontrar colônias realmente homogêneas, a não ser nos estágios muito iniciais. Colônias alemãs ou italianas — teve até uma colônia irlandesa em Santa Catarina, nos idos de 1860, mas por pouco tempo — são atribuições que evidenciam mais a etnia majoritária numa dada área

¹⁴ De um modo geral, o ideal assimilacionista podia conviver bem com alguma diferenciação cultural, mas o uso de outras línguas por grupos considerados “quistos étnicos” — caso dos teuto-brasileiros — era visto como ameaça concreta à unidade nacional; um pressuposto que já estava presente em escritos nacionalistas do início do século XX. Ver, por exemplo, Romero (1906).

¹⁵ Investimentos realmente particulares foram poucos, principalmente no século XIX. Poucos proprietários lotearam suas terras para fins de colonização na forma da lei e nem sempre obtiveram resultados satisfatórios. As empresas formadas para esse fim poucas vezes adquiriram terras particulares.

colonial do que sua exclusividade. É o caso do Vale do Itajaí: os fundadores das principais colônias (Blumenau e Brusque) eram alemães, e ali também chegaram italianos e poloneses, ainda na fase inicial do povoamento. As estatísticas brasileiras não registram essas entradas porque tais imigrantes provinham do Império Austríaco, mas sua presença foi assinalada nos relatórios dos diretores de colônias. Com a intensificação da imigração, na década de 1870, aparecem “colônias italianas” e “mistas” (conforme definição oficial). Entretanto, nas representações sobre a germanidade, inclusive na literatura ficcional, desde o século XIX, a região é definida pela “colonização alemã”. É interessante observar que existem registros oficiais (correspondência e relatórios de diretores) de conflitos interétnicos na região, envolvendo colonos irlandeses, alemães e poloneses, localizados no Itajaí-Mirim na década de 1860, cuja causa é atribuída à “incompatibilidade nacional”. A natureza da disputa aponta para uma dialética da identidade, a partir da precedência dos imigrantes oriundos de Estados alemães, o grupo mais numeroso e disposto a defender a singularidade da “colônia alemã”. O discurso do pioneirismo e as diferenças nacionais carregadas de etnocentrismo parecem ter sido a causa dos conflitos ali registrados envolvendo os colonos, cujo desfecho foi a saída da maior parte dos irlandeses e poloneses, desqualificados, inclusive pela administração, como desordeiros e pouco afeitos ao trabalho (cf. Seyferth, 1999).

Duas coisas emergem dessa situação tomada como exemplo: a história compartilhada de colonização, que colocou em contato indivíduos e grupos de diferentes procedências nacionais, e a constatação, mais ou menos óbvia, de que o **outro** é sempre aquele que está mais próximo, pois é no contexto das relações sociais que as identidades étnicas emergem e são objetificadas. A convivência num mesmo sistema social aproxima, especialmente quando há algo compartilhado, e as diferenças nacionais singularizam através da interiorização do pertencimento a uma imaginada comunidade de contornos étnicos. A identidade (étnica), subjetivamente ou não, é construída por contraste, opondo-se a outras da mesma natureza. Mas os imigrantes localizados em áreas coloniais adotaram uma categoria social distintiva comum a todos e, por isso, há forte similaridade nas formas de estruturar as identidades, tanto no domínio da memória como na definição da alteridade. Afinal, o termo colono, e a simbólica que evoca, são denotativos de uma condição social compartilhada e representam uma realidade objetiva — o processo migratório e seus desdobramentos.

Tratando-se da etnicidade, são as diferenças culturais e as identidades contrastantes que aparecem com mais nitidez. Mas, às vezes, o que chama a atenção do observador são as similaridades, mesmo quando as identidades são ostensivamente diferentes umas das outras, conforme assinalou

Harrison (2003). Citando uma observação de Talcott Parsons sobre a uniformidade com que, nos Estados Unidos, a mãe aparece como a guardiã simbólica da identidade étnica nos discursos de diferentes grupos hifenizados (americanos judeus, italianos, poloneses e assim por diante), afirma:

The respondents all viewed their ethnicities as distinctive, and ascribed this distinctiveness to the peculiar role of their mothers. Yet in sharing this notion they were indistinguishable. Such a pronounced disjunction between imagined difference and objective similarity calls for explanation. One wonders, for a start, by what processes these groups came to acquire the same self constructs. (Harrison, 2003: 344).

A pergunta que emerge desse ponto de vista é simples: de que forma grupos aparentemente diferentes compartilham os mesmos meios de se apresentar como distintivos, ou melhor, vem a compartilhar os mesmos discursos de pertencimento. No caso da imigração no sul do Brasil, a semelhança na formação de novas identidades, no passado e hoje, está relacionada à experiência colonizadora. À sua maneira, imigrantes e descendentes se apropriaram da categoria colono e seu corolário, o caráter e qualidades do pioneiro. Não importa a precedência dos alemães, nem tampouco as reais condições de assentamento rural: memória e identidade proclamam e reafirmam a “conquista” da nova pátria desde a travessia, e só eventualmente a idéia de retorno é rememorada na evocação das dificuldades iniciais de desbravamento, reais ou imaginadas.

No horizonte mnemônico, individual ou coletivo, os problemas relativos a localização no lote colonial no curso da instalação dos núcleos tem tanta importância quanto o temor dos bugres e das feras escondidos na floresta impenetrável. A presença indígena era uma realidade em muitos lugares, mas não em todos, e existem muitos registros de conflitos — localizados — entre colonos e bugres que, em alguns casos, resultou na morte de indivíduos ou famílias mais isoladas. Os registros são, impreterivelmente, do século XIX e, nesse confronto interétnico os perdedores foram aqueles designados pela categoria estigmatizada — bugre. Histórias sobre os bugres e o enfrentamento da floresta fazem parte do imaginário coletivo que heroiciza o colono pioneiro. Assim, se os imigrantes alemães forjaram essa imagem assumindo-se como os primeiros e verdadeiros pioneiros da colonização — algo evidente, por exemplo, nas representações da identidade teuto-brasileira desde meados do século XIX — ela aparece, com o mesmo sentido civilizatório, nos demais grupos. Assim como ocorreu no contexto da imigração alemã, a imagem pioneira é passada e atualizada através da tradição oral, de manuscritos deixados para a família ou das publicações de historiadores locais.

No seu trabalho sobre os poloneses que fundaram dois núcleos coloniais na região do alto vale do Tijucas (SC) em 1891, Barreto (1983) faz referência a relatos (que aparecem num manuscrito e nas entrevistas que realizou com descendentes) sobre a morte de uma mulher flechada por bugres. Um caso real, confirmado na documentação sobre a área colonizada, que recontada muitas vezes ajudou a compor a saga desses imigrantes. Documentos oficiais falam em “vestígios da presença dos selvagens na região”, para onde foi mandado um grupo de trabalhadores com o objetivo de “afugentá-los”. O que emerge nas narrativas sobre a instalação das colônias são os mesmos temas: “tudo mato”, falta de estradas (na verdade havia uma picada que permitia o acesso à pé), fome, “avanço dos bugres todo dia”, “tinha tigre”, o penoso trabalho da derrubada, etc. (cf. Barreto, 1983: 20-24).

A mesma perspectiva pode ser encontrada em textos sobre a história de núcleos específicos (bastante comuns), caso do livro do padre José E. Finardi sobre a colonização italiana de Ascurra (no Vale do Itajaí), publicado em 1976 por ocasião do centenário de fundação. Ali, a fé católica é percebida como um atributo do colono italiano, e boa parte da obra é dedicada à atividade religiosa; mas o enfoque mais presente é a “vida pioneira”, marcada por perigos diversos tais como a “derrubada da mata virgem”, índios, enchentes, epidemias e, acrescenta-se aí,

o trauma afetivo inerente a todo imigrante, decorrente do abandono da terra natal, o isolamento na mata virgem, os hábitos alimentares, o método de trabalho, a saudade dos parentes distantes — tudo isso martirizava sobremodo os pioneiros da civilização nas selvas marginais dos ribeirões São Paulo e Guaricanas — que formam o núcleo do atual município de Ascurra. (Finardi, 1976: 124)

A presença de “bugres” no Vale do Itajaí foi assinalada desde o início da colonização, sendo comum a recomendação do porte de armas, principalmente aos colonos das áreas mais distantes das vilas. As expedições de grupos “bugreiros” para matar ou apresar índios foram comuns até o início do século XX (cf. Santos, 1973), inclusive em Ascurra.

Atirados como estavam à sua sorte, os colonos de Ascurra, com estas armas (espingardas e garruchas) organizaram seus grupos ‘bugreiros’, a exemplo do que fizeram os moradores de outras linhas coloniais... Estes grupos eram constituídos de colonos selecionados entre os mais corajosos, e, desde então, passaram a dar caça aos bugres, nas matas próximas... (Finardi, 1976: 127).

Essa observação é acompanhada da fotografia de um grupo de 14 pessoas exibindo arcos e flexas, com a seguinte legenda:

Flagrante fantástico do quase lendário Martinho Marcelino de Jesus natural de Angelina — SC — conhecido por ‘Martinho Bugreiro’ — (o que está em cima da pedra) — o mais célebre exterminador de bugres que se conhece, ao lado do seu lugar-tenente Belarmino Luciano, natural de Apiúna e mais 13 companheiros de caçadores silvícolas. Foto tirada em 1903, após o massacre praticado pelos índios contra a família Francisco Schiochet, na serra de Guaricanas,

em Ascurra. Nessa ocasião Martinho Bugreiro e seus companheiros fizeram uma ‘limpeza’ na região, como o demonstram os arcos e flexas apreendidos, representando cada arco um índio abatido. (Finardi, 1976: 126-127).

Os índios mencionados pertenciam ao grupo Xokleng, “pacificado” em 1914 e localizado numa área hoje pertencente ao município de Ibirama, cujo núcleo principal era constituído pela colônia Hansa, que recebeu, principalmente, colonos de origem alemã. Os diversos episódios envolvendo luta contra os bugres, mencionados pelo padre Finardi, são indicadores da violência resultante do encontro entre índios e imigrantes nesse contexto de colonização que produziu um tipo de relação interétnica marcada pela morte de colonos, mas, principalmente, pelo extermínio dos índios adultos e apresamento de mulheres e crianças (cf. Santos, 1973; Penny, 2003) — algumas das quais adotadas por famílias alemãs. De qualquer forma, mesmo num autor como Finardi, o “bugre” é a antítese da civilização, faz parte da natureza bravia tanto quanto a floresta que habitava.

A atividade bugreira no Vale do Itajaí até a década de 1910, mencionada com certa frequência nos jornais, explica a ênfase dada por Finardi a esse assunto, que tem implicações simbólicas na categorização do pioneiro italiano que traz a “civilta”¹⁶. A imagem da “civilização” tem o reforço do progresso da colônia, que vai da roça à indústria, da natureza inóspita à vida urbana, graças ao pioneiro abnegado, amante do trabalho, empreendedor. Como em outros escritos semelhantes, também são destacados os pioneiros exemplares, lideranças, entre as quais o fundador da colônia e o pai do autor, que participaram mais ativamente da vida política local ou tiveram papel relevante no crescimento econômico do município, gente que “desbravou selvas” e “civilizou regiões virgens”, “contribuindo ao

¹⁶ Ao terminar a descrição dos ataques indígenas na região de Ascurra, mencionando, inclusive, a tentativa de rapto de uma criança de sua própria família por um bugre, transcreve um soneto “do pioneiro Giovanni Trentini”, bem representativo da imagística civilizatória e intitulado “Ai Botocudi”:

“Autentici selvaggi, oh botocudi
Che andate errando nei vicini monti,
Quanti potremo far strani confronti
Fra noi, vestiti, e voi selvaggi nudi!
Sfruttati e sfruttatori, iloti e arconti,

Trafficante de donne a suon di sardi,
Di Mercurio e di Marte Sacri e ludi
Questa la civiltà, in fin dei conti.

Qual vostra, non so. Ma fin che un giorno
Giustizia e Libertà non sian palesi,
Oh botocudi, non andate attorno.

Per questi civilissime paesi,
Dove la verità non vale un corno,
E dove impera sol la catechesi.

futuro e grandeza do Brasil”. Sem a retórica germanista da **Heimat** construída no Brasil, os mesmos elementos de formação comunitária e solidariedade étnica estão presentes no engrandecimento dos resultados da colonização e do pioneirismo italiano num espaço cercado de alemães, formando um modelo básico de identidade mais do que adjetivada pela idéia de civilização, onde o **outro** mais distante está situado na natureza.

Alguns estudos sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul apontam para representações do mesmo tipo, mas o convívio e o conflito direto com populações indígenas não é mencionado. No entanto, o índio, como a natureza, está onipresente nas memórias dos descendentes quando se trata dos primórdios de cada colônia. Num estudo minucioso sobre a construção e reconstrução da identidade italiana na região de Santa Maria (RS), a partir das memórias dos descendentes, Zanini (2000: 80-81) indica os atributos delegados aos primeiros imigrantes — processo que denominou “tipificação dos predecessores” — praticamente os mesmos destacados por Finardi em Ascurra: pioneirismo, audácia, coragem, abnegação, força de trabalho, espírito religioso, apego à terra e à família. Segundo a autora, embora de natureza mítica, impregnam a vida cotidiana com uma série de expectativas de comportamento — uma tipificação que se dá através da história compartilhada e torna-se institucionalizada com o passar do tempo. O passado de heróis agrega valor ao indivíduo no presente. A identidade étnica, até mesmo a **italianidade**, ficou marcada, na configuração brasileira, ou melhor, gaúcha, pela história da colonização, e nesse processo

O colono, trabalhador da terra foi, simbolicamente, o titã que dos terrenos pedregosos fez lavouras, do espaço vazio fez casas, família e civilização... (Zanini 2000: 158).

Nesse espaço construído, há a valorização da “cultura italiana” recriada em terras brasileiras.

Aliás, a italianidade, a germanidade, e a polonidade, termos próprios da pertença nacional, estão subjacentes nos discursos sobre o passado colonial, pois num sentido primordialista são imaginadas qualidades inatas, próprias das categorias étnicas construídas através da diferença cultural em relação aos estranhos; elas existem também por referências territoriais que, no sul do Brasil, são as colônias num sentido muito geral, hoje, pois o termo abarca o mundo urbano. É no contexto urbano que a vinculação entre trabalho e progresso aparece com mais nitidez e prevalece a figura da colônia transformada em cidade progressista, outra imagem remetida ao passado pioneiro e recriada por elites urbanas, conforme assinalou Santos (2004) ao tratar da festa da uva em Caxias do Sul. Ali a auto-imagem coletiva que remete ao pioneiro italiano é compartilhada por todos aqueles que têm a mesma

“origem”¹⁷, não importa a classe social ou a dicotomia rural urbana, isto é, o termo colono deixa de ser simplesmente um indicador da ruralidade daqueles que ficaram nos seus lotes coloniais para ser também um indicador das qualidades étnicas.

Além de descrever as apropriações da história da colonização no contexto da festa da uva em Caxias do Sul — onde aparecem com pequenas variações os mesmos elementos simbólicos da identidade italiana assinalados por Zanini — Santos (2004) destaca o grande mural de Aldo Locatelli que homenageia a imigração italiana, e procura mostrar o papel dos políticos e da elite local na construção da imagem do imigrante pioneiro e civilizador, arquiteto do progresso urbano-industrial. De fato, o mural fala por si mesmo pois é a iconografia do processo colonizador desde seu início. Estão representados homens, mulheres e crianças portando ferramentas de trabalho e as imagens vão da derrubada da mata à grande indústria de Caxias do Sul, passando pela vindima, pela indústria doméstica, etc., e os índios são apenas observadores ocultos nas folhagens. O mural e a própria festa da uva dramatizam a história para marcar a identidade diversa dos italo-gaúchos ou, nessa situação comemorativa, simplesmente (colonos) italianos.

A elaboração dessa identidade não apela ao ideal **volkisch**, mais presente no discurso étnico teuto-brasileiro apropriado do nacionalismo romântico, mas o seu pressuposto civilizatório cristaliza a imagem do pioneiro na configuração de trabalho e progresso, também assinalada por Oro (1996). Ao longo do tempo, e para os diferentes grupos imigrados, as representações sobre o “colono pioneiro” baseiam-se nos mesmos princípios de pertencimento: a “conquista” de um território transformado em “colônia” com denominação “nacional”, um ideal civilizador que confronta a natureza, cujo principal elemento de contraste é o indígena mesmo nas situações em que o contato interétnico inexistiu, e o progresso (econômico) atribuído a um *ethos* do trabalho definido pelo “sangue”. Isso reflete a história compartilhada da colonização, embora cada território seja singularizado por uma etnia — termo aqui empregado para denotar a diferença cultural demarcadora da fronteira étnica— portanto, não é apenas representação idealista sobre o passado, contida na memória coletiva.

A documentação oficial, as cartas de imigrantes, os escritos de indivíduos que passaram pela experiência da colonização (publicados ou não), entre outras fontes, a historiografia da imigração, os movimentos de colonos reivindicando melhores condições de assentamento (cf. Seyferth, 1999), os

¹⁷ A palavra “origem”, amplamente usada como distintivo étnico até hoje, não sinaliza apenas a nacionalidade dos antepassados imigrantes. É uma forma simbólica de referência a sangue comum ou mesmo a raça comum. Arlene Renk (1997) trabalhou mais detidamente essa dimensão ao tratar das relações interétnicas entre caboclos ervateiros e descendentes de imigrantes no oeste de Santa Catarina.

debates sobre políticas migratórias, são pródigos na demonstração das falhas e problemas que marcaram a vida nos primórdios da maioria dos núcleos coloniais. Os colonos enfrentaram muitas situações adversas, inclusive epidemias de varíola e febre amarela, altos índices de mortalidade (principalmente infantil), demora na regularização fundiária, falta de recursos para demarcação e abertura de vias de comunicação, dificultando a distribuição de lotes — entre outras muitas mazelas. Trata-se da situação de fronteira economicamente definida, no caso em questão envolvendo o povoamento sistemático através da concessão de terras para cultivo familiar. A presença de população indígena, ou mesmo de posseiros e sesmeiros (em alguns lugares) foi ignorada pelo Estado, e pelas empresas colonizadoras em nome do progresso — imagem também incorporada pelos imigrantes. Sobre este substrato repousa, em grande parte, o sentimento pioneiro passado às gerações seguintes, que o converteram num conceito civilizatório.

IV

As elaborações dos diferentes grupos em torno do pioneirismo para marcar uma nova identidade, dada inicialmente pela própria categoria imigrante, ou aquele que optou por estabelecer-se numa nova pátria, produziu uma divisão dicotômica entre colonos e brasileiros. Embora a designação “brasileiro” tivesse, desde o início, um sentido mais geral, na realidade estava referida àqueles pertencentes aos estratos inferiores da sociedade nacional, uma situação que se reflete nos termos alternativos empregados com certa frequência — “negro”, “caboclo”, “bugre”, “pelo duro”, etc. Os estigmas associados a essas categorias sociais são de natureza racial e refletem etnocentismos que têm como referência sentimentos de superioridade dos imigrantes/descendentes auto-qualificados pela idéia de civilização. Esse outro brasileiro, afinal, não estava tão distante assim (pelo menos no espaço), nem mesmo nos tempos “pioneiros” e seu imaginário povoado de “bugres” onipresentes. Sua presença nos arredores, até mesmo na prestação de serviços, era uma realidade, mais tarde intensificada com o crescimento urbano-industrial de antigos núcleos coloniais italianos e alemães. Nesse último contexto a alteridade acima mencionada é construída não tanto pela diferença cultural objetivada, mas pela subjetividade dos preconceitos traduzidos em estereótipos ou imagens banalizadas para tipificar e desqualificar. Os já citados trabalhos de Oro (1996), Zanini (2000) e Santos (2004) — entre outros dedicados à imigração italiana no Rio Grande do Sul — mostram como a relação com os “brasileiros” resultou em símbolos de distinção étnica baseados nos ideais de trabalho e progresso: o italiano (ou

íto-gaúcho, íto-brasileiro) é aquele que deseja progredir porque traz consigo a ética do trabalho, da poupança, enfim, conjuga o verbo trabalhar; o brasileiro representa a preguiça, a vagabundagem, o atraso — estereótipos quase sempre associados a uma condição biológica. Entre os descendentes de alemães e italianos do Vale do Itajaí (SC) encontrei as mesmas expressões estereotipadas, atribuídas aos “caboclos” (ou brasileiros originários de outras partes do Estado, principalmente pescadores e pequenos agricultores de regiões próximas) que chegaram a partir da década de 1930 em busca de trabalho na indústria têxtil. Tais premissas etnocêntricas, porém, não foram produzidas exclusivamente na década de 1930, ou no tempo presente, marcando comportamentos e relações sociais em diversos níveis. Elas aparecem, na mesma forma estereotipada, nas primeiras manifestações acerca das identidades étnicas observáveis na imprensa étnica e em escritos sobre a colonização produzidos no século XIX. Por outro lado, é notável a semelhança com que a ideia da pátria aparece nesse tipo de representação (no passado e no presente). A colonização bem sucedida é apresentada por todos como um exemplo de patriotismo, embora o referencial mais presente nos discursos seja o da “construção” de uma “nova pátria” no Brasil, o que também supõe a preservação da cultura dos imigrantes. O patriotismo é acionado como corolário dos deveres de cidadania, portanto, assinala o pertencimento ao lugar da “nova pátria” — o Brasil. Oro (1996: 619), por exemplo, observou que “a capacidade de trabalho dos brasileiros-italianos é também apontada como uma forma de patriotismo”, pressuposto igualmente forte nas manifestações teuto-brasileiras, inclusive nos jornais em língua alemã que circularam até 1939. Hoje, na rememoração do passado, é comum dizer que os imigrantes e seus descendentes contribuíram mais para a grandeza do Brasil do que os brasileiros, mais afeitos à preguiça e sem vocação para o trabalho. Como já observei, essa percepção negativa repete os estereótipos correntes sobre o povo(a massa misturada segundo os critérios racistas da época) até a década de 1930 entre as lideranças imigrantistas brasileiras.

A questão da identidade, porém, é bem mais complexa do que sugere essa alteridade em relação aos brasileiros. O conjunto de representações coletivas sobre a colonização que embasa a identidade (social) do colono alemão, italiano ou polonês, engloba qualificadores que são próprios do mundo do trabalho camponês, o que remete à origem rural de uma parcela significativa dos imigrantes (e à conversão rural daqueles que vieram das classes operárias, como se percebe nas memórias de Josef Umann); qualificadores etnicamente apropriados, mesmo no contexto urbano. Cada grupo procura fazer algum tipo de hierarquização — por exemplo, é fácil ouvir um descendente de alemães no Vale do Itajaí dizer que os verdadeiros pioneiros são seus antepassados porque chegaram primeiro — porém

todos se reconhecem partícipes de um mesmo processo de formação social, a colonização. No entanto, a etnicidade e sua configuração pela diferença cultural produz outras formas de identificação, relacionadas aos mesmos princípios de singularidade porque evocam, pelo menos na origem, pertenças nacionais diversas. A primeira forma consistente de alteridade étnica surgiu do contato entre diferentes grupos de imigrantes, cada um apegado aos seus valores nacionais, moralidade, língua e cultura. Nesse sentido, denominações como colônia italiana ou alemã procuravam marcar fronteiras comunitárias e étnicas sinalizadas pela cultura e identidade.

As diferenças ainda eram bastante visíveis na década de 1930, pois a desejada assimilação segundo os padrões do nacionalismo brasileiro não ocorreu, levando o governo autoritário do Estado Novo a interferir nas instituições comunitárias através da “campanha de nacionalização”. E no que consistiam essas diferenças? Certamente aquilo que Willems (1946) chamou de “cultura híbrida”, referindo-se aos teuto-brasileiros. Ele estava analisando um processo de aculturação, mas desvendou uma sub-cultura ou, mais explicitamente, um sistema cultural dinâmico e diverso, nem alemão, nem brasileiro — “hibridação cultural” que denominou teuto-brasileira. A parte especial do livro de Willems é justamente um arrolado de diferenças culturais, incluindo uma linguagem, uma organização social, econômica e recreativa específicas (para ficar nas principais referências), exatamente porque reconfiguradas (em relação à sociedade original) no novo ambiente geográfico e social.

A língua materna, as instituições comunitárias, particularmente as associações beneficentes, profissionais e recreativas que tiveram papel relevante para sedimentar a noção de grupo e a identidade, além de características outras incluídas na ampla definição dos costumes e da sociabilidade (como, por exemplo, hábitos alimentares, divisão do trabalho, formas de socialização, etc.) tornaram-se as marcas visíveis das colônias etnicamente adjetivadas, repositórios de símbolos identitários. Assim, as semelhanças que derivam do processo histórico compartilhado — a colonização — refletidas nas apropriações dos diferentes significados da categoria colono, não impediram as clivagens ou divisões fundamentadas nas peculiaridades produzidas pelos respectivos fluxos imigratórios. Cada grupo procurou marcar sua identidade em relação aos que estavam próximos em termos de posição social, e nessa construção de alteridade também não faltaram os estereótipos envolvendo — como na relação com os brasileiros — conceitos de valor (cf. Seyferth, 2005).

A campanha de nacionalização, por outro lado, é o exemplo mais significativo das relações conflituosas com o nacionalismo brasileiro que buscava estabelecer os princípios da nacionalidade a partir da assimilação dos estrangeiros. A categoria **alienígena** foi aplicada com certa constância para

designar imigrantes e descendentes não assimilados, baseada na intolerância com sistemas culturais diversos no interior do Estado-nação. Daí a expressão “quistos étnicos” aplicada às formações coloniais no sul para assinalar a suposta ausência de assimilação e brasilidade, ameaçando a unidade nacional.

No plano das identidades, a interferência do Estado na vida cotidiana resultou numa inversão. Na atribuição de pertencimento interna a cada grupo o estrangeiro tornou-se imigrante, colono e cidadão étnico caracterizado por uma cultura idealmente definida pela singularidade. Os nacionalizadores de 1937 transformaram todos em alienígenas que precisavam ser “abrasileirados” — violência simbólica que motivou estranhamentos pois a condição de brasileiros estava contemplada no discurso étnico¹⁸. As medidas nacionalizadoras surtiram efeitos de longo prazo pois atingiram os espaços da convivência, da sociabilidade ou, mais precisamente, as associações recreativas e culturais, o ensino das línguas maternas e seu uso público. Resumindo, os aspectos mais diretamente associados à estrutura de grupo étnico (um conceito presente no discurso nacionalista) motivaram a intervenção, também justificada pela atividade nazista e facista (inicialmente tolerada e depois condenada) e pela situação de guerra.

Mas as identidades étnicas, apropriadas coletiva ou individualmente, não são apenas redutíveis a “grupos étnicos”. Sua dinâmica depende muito mais da alteridade e da diversidade cultural. Aculturação, assimilação e outros processos relativos à mudança sócio-cultural ocorrem sem necessariamente redundar em homogeneidade ou predomínio absoluto de imaginadas culturas nacionais. Alguns estudos sobre a imigração e colonização no sul, aqui citados, analisam processos de “reconstrução” de identidades em diferentes lugares (ou “colônias”) e contextos sociais. A articulação mais recorrente é aquela entre memória, história e identidade. Memórias e identidades não são coisas fixas, nem constituem fenômenos objetivos; antes, são representações ou construções da realidade subjetiva, conforme observação de Gillis (1994: 3). Identidade, em conjunção com cultura, etnia ou nação, é um conceito amplamente problematizado, mas sua utilidade tem sido sistematicamente reafirmada diante da persistência dos particularismos no mundo moderno (cf. Handler, 1994; Hall, 1998). O multiculturalismo e as novas migrações, por sua vez, trouxeram à tona a legitimidade da diversidade cultural, num sentido “politicamente correto”, uma situação bem diversa daquela que produziu a campanha de nacionalização, baseada numa visão restrita de pertencimento nacional.

¹⁸ A campanha de nacionalização não recebeu muita atenção dos estudiosos. Willems (1946) apenas anunciou a dificuldade de realizar pesquisa mais ampliada sobre a imigração alemã naquele período, numa referência indireta à atuação militar nas “colônias”. Mais recentemente surgiram alguns trabalhos importantes sobre esse assunto — caso da coletânea organizada por Müller (1994); Zanini (2000) abordou o tema a partir de entrevistas com descendentes de italianos em Santa Maria (RS).

Memória e história aludidas à subjetividade dos princípios identitários para recriar tradições é um fenômeno comum (hoje) entre descendentes de imigrantes europeus no sul. A razão disso não é somente a priorização do localismo, nem tampouco a conjuntura mundial de formação de novas identidades, mas principalmente o distanciamento em relação ao período repressivo iniciado no Estado Novo e que se prolongou no imediato pós-guerra, e o contexto de comemorações mais abrangentes com o centenário da imigração italiana e o sesquicentenário da imigração alemã em 1974, seguidos de numerosas publicações, muitas delas de resgate histórico e destaque das tradições culturais, ou ainda as visitas do Papa João Paulo II ao Brasil que ajudaram a reavivar o sentimento da polonidade vinculado à fé católica professada como qualidade étnica pelos descendentes de imigrantes poloneses¹⁹. Nos últimos anos houve a comemoração do sesquicentenário de fundação de várias colônias, inclusive Blumenau (em 2000), que na década de 1930 foi considerada paradigma do “enquistamento étnico” pelo nacionalismo. Além disso, festas que hoje têm motivação turística, como a Festa da Uva (de longa tradição), a **Oktoberfest** e outras do mesmo gênero que proliferaram por toda parte, servem para reafirmar pertencimentos e aludir ao passado de forma alegórica. Tais festas tem sentido comemorativo de uma condição étnica, mesmo criticadas, eventualmente, porque envolvem interesses econômicos, pois nelas está presente, direta ou indiretamente, o colono civilizador no encontro com os **outros**.

As diferenças culturais entre os vários grupos de imigrantes e entre estes e a sociedade brasileira eram mais marcantes na primeira metade do século passado, mas seus elementos essenciais persistem no presente. As festas e as memórias só podem ser ordenadoras da alteridade porque existe uma história ou histórias que podem ser compartilhadas ou singularizadas pelos diversos atores sociais que as vivenciam. De fato, o folclore (na sua apropriação atual), os hábitos alimentares, a arquitetura e outras particularidades que prescindem da chancela de autenticidade, além das homenagens e celebrações e da produção escrita, memorialística ou não, individualizam cada grupo e cada lugar em relação ao passado da imigração. A colonização e as representações da imagística pioneira peculiariza todos na relação com os demais brasileiros.

Finalmente, é preciso mencionar uma dimensão não discutida nesse trabalho, mas perceptível na produção mais laudatória sobre a colonização (da qual o texto de Finardi é um bom exemplo). Trata-se do papel das elites locais na produção e reprodução desse tipo de identidade de grupo²⁰, que costuma personalizar os heróis civilizadores associados à sua classe social. Claro que, enquanto fenômeno

¹⁹ O caráter instrumental da identidade étnica não deve ser subestimado, particularmente na conjuntura da emigração de brasileiros descendentes de imigrantes que buscam obter a dupla cidadania através do **jus sanguinis**.

²⁰ Santos (2004) aborda essa questão no contexto da Festa da Uva em Caxias do Sul.

social, não pode ser reduzida a uma forma ideológica. Memória, história e identidade não são prerrogativas de uma classe, mas são seletivas e envolvem relações de poder.

Referindo-se à subordinação dos valores humanistas e morais da classe média alemã aos ideais de nação, após a unificação da Alemanha em 1871, Elias (1997) mostra como ocorreu a apropriação idealizada do passado para compor o “nós-imagem” e o “nós-ideal” a partir da noção de tradição e herança nacionais. De fato, estão em evidência os sentimentos de pertencimento (no caso, nacionais) expressados através da necessária dicotomia nós — eles que caracteriza também as etnicidades. A questão, para Elias, é entender como as elites da classe média, inclusive no campo acadêmico, adquiriam sentimentos de identidade apoiados na crença na nação como um nós-ideal articulado com símbolos impessoais de coletividade. Isso não é muito diferente no caso das identidades étnicas, como entendeu Hobsbawm (1991) ao juntar nacionalismo e etnicidade. Assim como no nacionalismo, a imagem do **eu** confunde-se com o “nós-imagem” (conforme expressão de Elias), ou seja, prevalece uma identidade coletiva ideal que produz uma ligação emocional. Isso é, precisamente, o que ocorre na apropriação simbólica dos tempos pioneiros e da correspondente categoria social colono no contexto de formação das identidades (étnicas) relacionadas a imigração no sul do Brasil. Proximidade e compartilhamento do mesmo processo social produziram simbólicas semelhantes ajustadas à realidade diferenciada das tradições culturais de cada grupo imigrado. As efemérides, as festas, os grupos folclóricos, as publicações laudatórias (ou não), a atuação das classes médias e altas locais, são importantes na conformação dos símbolos da identidade e sua permanente atualização. Mas, tratando-se de sentimentos e de um *ethos* — ou conjunto de valores e significados que fundamentam o comportamento cultural, nos termos de Epstein (1978: 122)²¹ — as expressões de senso comum, cotidianas, não devem ser minimizadas. O próprio Epstein chamou a atenção para a importância do domínio privado, doméstico, dos círculos de relacionamento mais íntimos e menos visíveis, na persistência das identidades étnicas. Mães (conforme a observação de Harrison, 2003) e pioneiros (no sul do Brasil) ajudam a formar símbolos de exclusividade e consciência de grupo, portanto, coletiva. A identificação étnica supõe estilos de vida próprios, daí a relevância das diferenças observadas no cotidiano, as vezes imperceptíveis, mas que tem tanta importância na elaboração de símbolos carregados de distinções sociais quanto as apropriações do passado ou, no caso em questão, do

²¹ Mencionando a linha de continuidade de um grupo, Epstein define *ethos* como

“... the structure of assumptions, values, and meanings which underlie particular and varying expressions of cultural behaviour; and just as in the case of the individual the notion of personality is accompanied at the level of self-perception by the sense of ego-identity, so *ethos* has as its counterpart the sense of collective identity, the consciousness of belonging to a group that exists in time”.

“pioneirismo” associado à fronteira agrícola. As semelhanças, em geral, são esquecidas nas situações interétnicas, prevalecendo a alteridade própria das identidades contrastantes, associada à imagem ideal, subjetivada, da diferença (cultural).

Referências Bibliográficas

- ALDIGER, Paul. 1923. *Deutsche Mitarbeit in Brasilien*. Curitiba, T. Locher.
- ARAÚJO, José Renato de C. 2003. *Migna Terra. Migrantes italianos e facismo na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. IFCH, UNICAMP.
- AZEVEDO, Thales de. 1982. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. Cátedra/Fundação Nacional Pró-Memória.
- BARRETO, Maria Theresinha S. 1983. *Poloneses em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. UFSC, Ed. Lunardelli.
- BERGER, Peter I. e LUCKMANN, Thomas. 1976. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 3ª. Ed.
- CARVALHO, Augusto de. 1874. *Estudo sobre a colonização do Brasil*. Porto, Tipografia do Comércio.
- DAVATZ, Thomas. 1941. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Martins.
- DUMONT, Louis. 1985. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco.
- ELIAS, Norbert. 1997. *Os alemães*. Rio de Janeiro, Zahar.
- EPSTEIN, Alfred L. 1978. *Ethos and Identity*. Londres, Tavistock.
- FINARDI, José E. 1976. *Colonização italiana em Ascurra – 1876 – 1976*. Blumenau, Fundação “Casa Dr. Blumenau.
- GEHSE, Hans. 1931. *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart*. Münster, Aschendorf.
- GELLNER, E. 1983. *Nations and Nationalism*. Oxford, Blackwell.
- GILLIS, John R. 1994. “Introduction. Memory and identity: the history of a relationship”. In: Gilles, J. R. (ed.) *Commemorations. The politics of national identity*. Princeton, N. J., Princeton University Press.

- GÖHR, Barbara. 1996. *Ein Familien – Schicksal zwischen Hakenkreutz und brasilianischem Urwald*. Curitiba, edição do autor.
- HALL, Stuart. 1998. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP& A, Editora.
- HANDLER, Richard. 1994. “Is identity” a useful cross-cultural concept?” In: Gillis, J. R. (ed.). *Comemorations. The politics of national identity*. Princeton University Press.
- HANDELMANN, Heinrich. 1931. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional/IHGB.
- HARRISON, Simon. 2003. “Cultural difference as denied resemblance: reconsidering nationalism and ethnicity”. In: *Comparative Studies in Society and History*, 45 (2).
- HINDEN, Heinrich. 1921. *Deutsche und deutscher Handel in Rio de Janeiro: 1821-1921*. Rio de Janeiro, Paul Witte.
- HOBSBAWM, Eric J. 1991. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IANNI, Constantino. 1972. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores de emigração italiana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JENKINS, Richard. 1997. *Rethinking Ethnicity: arguments and explorations*. Londres, Sage.
- KEARNEY, Michael: 1995. “The local and the global: the Anthropology of globalization and transnationalism”. In: *Annual Review of Anthropology*, 24.
- KRIEGER, Leonard. 1957. *The german idea of freedom*. Chicago, The University of Chicago Press.
- KUDER, Manfred. 1936/7. “Die Deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der Deutschen Volksgruppe in Brasilien”. In: *Ibero Amerikanischer Archiv*, X (4).
- LANGE, W. G. 2003. *Ein Leben im Glauben*. Blumenau, Nova Letra. Edição bilingue.
- MICHAHELLES, Marina. 2003. *A “colônia alemã” do Rio de Janeiro: a Sociedade Germania e a construção de uma identidade teuto-brasileira*. Dissertação de mestrado. Niterói, PPGH-UFF.
- MÜLLER, T. L. (org.) 1994. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo, Ed. UNISINOS.
- ORO, Ari. P. 1996. “Mi son talian: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul”. In: BONI, L. A. de (org.) *A presença italiana on Brasil* (v. VIII). Porto Alegre, EST; Torino, Fondazione G. Agnelli.
- PENNY, H. G. 2003. “The politics of Anthropology in the age of Empire: german colonists, brazilian indians, and the case of Alberto Vojtech Fric”. In: *Comparative Studies in Society and History*, 45(2).
- PETRONE, Maria Thereza S. 1982. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo, Brasiliense.

- RENK, Arlene. 1997. *A luta da erva. Um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó, Grifos.
- ROMERO, Silvio. 1906. *O allemanismo no sul do Brasil. Seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro.
- SAKURAI, Célia. 2000. *Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH, UNICAMP.
- SANTOS, Miriam de O. 2004. *Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de italianos de Caxias do Sul – RS*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. 1973. *Índios e brancos no sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis, EDEME.
- SAYAD, Abdelmalek. 1998. *A imigração*. São Paulo, EDUSP.
- SEYFERTH, Giralda. 1999. “Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX”. In: SANTOS, José V. T. dos (org.) *Violência em Tempo de Globalização*. São Paulo, Hucitec.
- _____. 2000. “A imigração alemã no Rio de Janeiro”. In: Gomes, A. de C. (org.) *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, E. 7 Letras.
- _____. 2002a. “Colonização e política migratória no Brasil Imperial”. In: SALES, T. e SALLES, Maria do Rosario R. (orgs.) *Políticas Migratórias. América Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior*. São Paulo/São Carlos, Sumaré/EDUFSCar/FAPESP.
- _____. 2002b. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. In: *Revista USP*, 53.
- _____. 2004. “A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade”. In: *Horizontes Antropológicos*, 22.
- _____. 2005. “Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos”. In: *Travessia*, ano XVIII, nº 5.
- TAYLOR, Charles. 1993. “La política del reconocimiento”. In: *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. Ensayo de Charles Taylor. México, Fondo de Cultura Económica.
- TSCHUDI, Johann J. Von. 1866/69. *Reisen durch Südamerika*. Leipzig, F. A. Brockhaus. 5 volumes.
- UMANN, Josef. 1981. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre, EST.
- WAIBEL, Leo. 1958. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- WILLEMS, Emílio. 1946. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

WEISS, João. 1950. *Colonos na Selva*. Rio de Janeiro, edição do autor.

WIRTH, Louis. 1945. "The problem of minority groups". In: Linton, R. (ed.). *The science of Man in the World Crisis*. New York, Columbia University Press.

ZANINI, Maria Catarina C. 2000. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH, USP.

UM PEQUENO MOSAICO NO BRASIL: AS MIGRAÇÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Joana Bahia**

Mosaico. Palavra que melhor define o que representa as migrações no estado do Espírito Santo. Vários pequenos grupos, fluxos diferenciados e a importância dos italianos e alemães, como etnias expressivamente significativas, constituem parte da história da composição étnica, cultural, econômica e política do estado.

Trataremos inicialmente da bibliografia disponível sobre os fluxos imigratórios e com particular atenção respectivamente para a imigração italiana e alemã .

A historiografia sobre o estado do Espírito Santo é desigual, sendo tão diversificada quanto os fluxos migratórios que lá estiveram. Esta compreende desde poucos trabalhos de cunho acadêmico, descrições de folcloristas, romances como *Canaã* de Graça Aranha, trabalhos de pastores e arquivos pertencentes a igreja luterana, historiadores locais até alguns viajantes que estiveram na região. Dentre os trabalhos de maior expressão, temos a geografia, em menor grau os da história, da antropologia e da sociologia, e poucos possuem teor acadêmico. No caso da imigração alemã, a maior parte está produzida em alemão, editada na Alemanha e nas colônias, sendo localizadas em pequenas bibliotecas, nos arquivos da igreja luterana, em acervos particulares ou em Institutos, como por exemplo, o Instituto Hans Staden e o Instituto Histórico Geográfico do Estado do Espírito Santo.

No âmbito dos estudos com maior ênfase nas correntes migratórias italianas e alemãs destaco a importância dos trabalhos pioneiros dos historiadores e geógrafos locais Abreu (1943), Lima (1944), Cruz (1950), Moraes (1950), Egler (1951), Morais (1954), Azevedo (1962), Petrone (1962), Santos (1964/66), Novaes(1966), Abreu (1966/67), Neves (1966), Ferrari (1974), Derenzi (1974), Oliveira (1975), Carvalho (1978), Pacheco (1978), Bank (1978), Ribeiro (1990), Lazzaro, Coutinho & Francisqueto (1992), Franco(2000), Saleto (1996 e 2000) e Cavatti (s/d) que mostram os aspectos da colonização no estado, muitos operavam com uma análise de cunho assimilacionista, enfatizavam aspectos climatológicos, morfológicos e demográficos das regiões de fluxos migratórios e também descreveram aspectos conflitivos presentes no histórico das colônias.

* Doutora em Antropologia Social/PPGAS/Museu Nacional- Professora Adjunta da UERJ

Rocha (1984) sob o ponto de vista da história se destaca pela demarcação dos fluxos migratórios presentes no estado entre os anos de 1847 e 1896, evidenciando de que modo a imigração contribuiu na economia do estado.

Chamamos atenção para o trabalho de Zanetti (s./d) sobre o tratamento dado pelo jornal *A Província do Espírito Santo* ao fenômeno da imigração estrangeira que estava em curso no século XIX.

No caso dos italianos, temos os trabalhos acadêmicos de Colbari (1995 e 1997) e Castiglioni (1997 e 1999) e Vangelista (1992,1996 e 1998). Colbari (1997) analisa a contribuição dos imigrantes italianos na afirmação dos alicerces culturais e morais da sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao chamado *ethos* do trabalho.

Nesta reflexão, a autora destaca dois aspectos: o primeiro situa a imigração como componente de um projeto de gestão da população que envolvia o adensamento, branqueamento e *elevação civilizatória* dos habitantes do país; e o segundo destaca a importância do capital cultural dos imigrantes italianos na definição de um padrão de racionalidade, cuja contribuição foi marcante tanto na formação do mercado de trabalho exigido pela produção capitalista quanto para o sucesso dos núcleos coloniais organizados nas áreas despovoadas, como foi o caso do Estado do Espírito Santo.

Castiglioni (1997 e 1999) abordou o perfil dos imigrantes trentino-tirolezes que se dirigiram para o Estado do Espírito Santo, assim como a comparação dos comportamentos demográficos - especificidades e semelhanças - deste grupo com relação à imigração italiana em geral, destacando alguns dentre os inúmeros impactos gerados pela imigração no Espírito Santo.

Vangelista (1992,1996 e 1998) estuda as relações de gênero entre os imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo, desde a metade do século XIX até a primeira década do XX. A autora (1998) analisa uma amostra de emigrantes procedentes do Piemonte, Região da Itália Norte-Occidental, que embarcaram em três navios no final de 1894.

Nogueira (2004) analisou como estão estruturados os processos sociais relativos ao agro-turismo, modalidade de atividade rural não-agrícola, desenvolvida no município de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo. A autora privilegiou a atividade do agro-turismo enquanto uma modalidade alternativa de geração de renda rural, e, em particular, como uma forma de inserção da

mulher no mercado de trabalho ¹, entretanto não aborda questões referentes a origem étnica destes trabalhadores rurais.

No caso dos grupos de origem alemã, há trabalhos com aspectos mais descritivos, que abordam aspectos como casamento Jacob (1992 e 1997) e (Neves;1953), cemitérios teuto-brasileiros (Neves;1965) canções de ninar (Neves; 1974), problemas geracionais entre os falantes do pomerano (Discher; 1994), aspectos da assimilação (Hees,1978).

Como exceção temos os recentes trabalhos realizados no âmbito das ciências sociais e respectivamente nos programas de pós-graduação de antropologia, educação e letras/lingüística e com análise comparativa de Lôfego (1991), Bahia (2000, 2001 e 2002), Weber (1998), e Tressmann (2005) que abordam questões relacionadas as seguintes temáticas: reprodução do modo de vida camponês e os aspectos importantes na construção e na manutenção de sua identidade étnica no interior do contexto nacional, os problemas da escolarização do grupo e sua relação com o ensino público e análise lingüística da população.

Estes estudos se destacam pelo uso comparativo de fontes diferenciadas, privilegiando não somente material de arquivo das igrejas, dos institutos históricos, secretarias de educação, agricultura e outras vinculadas a prefeitura local e do Instituto Hans Staden, INCRA-ES, mas por ressaltarem a importância da dinâmica da tradição oral presente no cotidiano destes imigrantes para a melhor compreensão dos problemas que estes possuem na reprodução de sua condição campesina Bahia (2000a;2000b;2003) e Tressmann (2005).

Chamamos ainda a atenção sobre o trabalho de Bolognini e Payer (2005) sobre a importância das línguas dos imigrantes, pois a análise da questão a partir da lingüística, focalizando a diversidade das línguas introduzidas no Brasil pelos imigrantes, não foi considerada até recentemente com a força histórica que teve, capaz de produzir em certos momentos estremecimentos na imagem de unidade da língua nacional brasileira.

No caso da imigração alemã, destacando os pomeranos, as autoras mostram que

¹ A atividade do agro-turismo vem sendo exercida por famílias inteiras ou somente por alguns membros das famílias, com ou sem ajuda de empregados. Estas constituem-se basicamente na produção e comercialização de gêneros alimentícios, tais como: bolos, biscoitos, macarrão, geléias, compotas, bombons, queijos, iogurtes, fubá, café torrado e moído, doces em massa, dentre outros; bebidas alcoólicas como vinhos, licores e cachaças; artesanatos em madeira, em pedra, bordados, produção de sabonete de leite de cabra e produção de arranjos de flores vivas e secas, dentre outros. Também existe o turismo na modalidade de visitas a sítios e fazendas da região. O turismo ecológico, entendido como visitas a cachoeiras, trilhas e outras paisagens naturais, sem qualquer associação a atividades agropecuárias, aparece no município, embora ainda de forma incipiente.

embora o Brasil ocupasse o segundo lugar como país de destino dos falantes de alemão que vieram para o continente americano (o primeiro país de destino foram os Estados Unidos), eles não se destacaram do conjunto de imigrantes que vieram para o Brasil. Mesmo sendo o primeiro grupo vindo ao país, representam apenas 9% do total de imigrantes. Entre 1824 e 1830, entraram no Brasil cerca de 5 mil falantes de alemão, em decorrência dos grandes problemas econômicos nos países de origem, e motivados pela propaganda das companhias de imigração. Entre 1847 e 1854 entraram cerca de 2,7 mil falantes de alemão no país. No Espírito Santo os falantes dessa língua se fixaram, principalmente, nos vales superiores dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Dentre eles, havia falantes originários da Alemanha e Pomerânia (região alvo de disputas entre a Polônia e a Prússia, estado da atual Alemanha), que chegaram entre 1860 e 1879 e encontram-se, hoje, em comunidades relativamente coesas, em Pancas, Santa Maria do Jetibá e Santa Teresa, com prática do pomerano”.

O trabalho de Rocha (2004) distingue dois tipos de literatura de viajantes estrangeiros produzida sobre o estado do Espírito Santo. O primeiro é representado por aqueles que aqui chegaram sem nenhuma vinculação com o governo de seus países de origem, sendo apenas visitantes e observadores que se propunham a narrar suas impressões de viagem, a exemplo do príncipe Maximiliano de Wied Neuwied (1816), de Auguste de Saint-Hilaire (1818) e de Auguste-François Biard (1858/1859).

O segundo tipo é representado por aqueles que visitaram a Província/ Estado do Espírito Santo investidos de prerrogativas oficiais (dos seus países), tendo uma missão determinada a cumprir; nesse último caso estão, por ordem cronológica, Johann Jakob von Tschudi (1860), Carlos Nagar (1895) e R. Rizzetto ²(1905). Nos três autores nota-se que não há muitas concessões ao estilo puramente narrativo e o objetivo é muito claro: oferecer aos governos aos quais serviam um retrato fiel das condições em que aqui viviam seus compatriotas.

O primeiro autor descendente de tradicional e ilustre família suíça, Johann Jakob (Jean-Jacques) von Tschudi (nascido em Glarus, 1818), cursou as Ciências Naturais e a Medicina. Quando Johann Jakob von Tschudi visitou o Espírito Santo a província contava com três colônias de imigrantes, a saber: Santa Isabel, Santa Leopoldina (estabelecimentos oficiais) e Rio Novo (empreendimento particular).

No ano de 1860, foi ele nomeado, pelo governo do seu país, Ministro Plenipotenciário no Brasil, e recebeu a recomendação de estudar os problemas dos imigrantes suíços nas províncias de São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desse trabalho deu ao Conselho Federal, em relatório impresso, tendo um exemplar do mesmo pertencido à Biblioteca Varnhagen, existente na Biblioteca do Itamaraty. Estendendo-se em considerações mais amplas, Tschudi registrou as

² Cônsul da Itália no Espírito Santo, nos fornece dados descritivos sobre a situação das colônias italianas e sobre as condições do convênio assinado entre a província do estado com o governo italiano em 1892.

impressões de viagem às colônias nos cinco volumes do livro, lançado em Leipzig, 1866-69: *Reisen durch Südamerika* (Viagens na América do Sul). Dessa importante obra, a parte referente às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo já foi traduzida para o português e publicada pela Editora Martins.

Acompanhado do cônsul-geral suíço no Rio de Janeiro, Eugène Èmile Raffard, o barão de Tschudi desembarcou do pequeno vapor costeiro São Mateus, em Vitória, a 28 de outubro de 1860. Segundo Rocha (2004), a narrativa de Tschudi sobre o Espírito Santo tem esse mérito, pois sabemos que os relatórios dos presidentes de província, nomeados que eram pelo Governo Imperial, não primavam pela imparcialidade. Primeiro porque eram políticos que quase sempre desconheciam a realidade do Espírito Santo (e isso é válido para todos os presidentes de província do império) e, também, porque pouco ou mesmo nenhum compromisso tinham com a terra que governavam, sendo meros executores das ordens do Governo Central.

O cotidiano dos primeiros anos dos imigrantes suíços em terras capixabas, e de todos os demais, é narrado pelo barão de Tschudi. Designado pelo governo da Suíça para averiguar as condições de vida dos imigrantes na América do Sul, na década de 1860, Tschudi colocou no papel o seu desencanto com o presente e a descrença quanto ao futuro. Sobre a colônia de Santa Isabel, disse: “*Não creio que ela tenha um futuro muito próspero*”. “*A colônia de Santa Leopoldina não tem futuro*”.

O autor nos oferece um retrato muito próximo não somente das mazelas em que se envolveram muitas das autoridades encarregadas dos assuntos referentes à imigração, mas também dos desacertos e enganos cometidos por essas mesmas autoridades – e que muitas vezes são reconhecidos por estas: má escolha de locais para assentar os colonos, promessas de um eldorado que não existia, superfaturamento nas obras dos núcleos coloniais, conluio entre agentes governamentais e os próprios colonos para se apropriarem do dinheiro público, enriquecimento ilícito, funcionários mal preparados para exercer suas funções, falta de instrumentos apropriados para medição de lotes, dificuldade de comunicações entre os núcleos coloniais e entre estes e os mercados mais próximos.

O relatório produzido por Tschudi em 1860 provocou a reação do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Em seu extenso Relatório de 23 de maio de 1861 ele alude, sem citar nomes, às “...calúnias e falsidades de maldizentes que em grande parte receberam os dons da liberal hospitalidade brasileira...”, referindo-se à propaganda negativa feita na Europa em relação aos serviços de imigração. É muito pouco provável que Costa Pereira Júnior, naquela altura, desconhecesse o documento de Tschudi, sendo, portanto, quase certo que ao escrever essas palavras ele estivesse se referindo ao diplomata suíço.

Mas no seu relatório do ano seguinte apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, o mesmo presidente faz referência explícita à “*injusta condenação*” de que foi vítima a Colônia de Santa Leopoldina por parte do “*Sr. barão de Tschudi enviado da Confederação Helvética*” cuja opinião, segundo Costa Pereira Júnior, “*não foi o resultado do estudo prolongado e paciente que as circunstâncias especiais da colônia exigiam*”, faltando-lhe o tempo suficiente para melhor avaliar a situação do estabelecimento.

Se por um lado, a grande maioria dos homens que ocupava esse cargo dele se servia, para subir na hierarquia da elite política do império, por outro a monarquia deles se servia para ganhar eleições: “*em vez de serem árbitros objetivos, estavam os presidentes envolvidos nas lutas locais, sendo para eleger-se pessoalmente num cargo legislativo na corte, sendo para assegurar a vitória eleitoral para o governo central. Segundo, e por conseqüência, procuravam mostrar em seus relatórios e demais documentos, serviços e ações que nem sempre condiziam com a realidade*”.

Carlo Nagar, Cônsul da Itália no Espírito Santo, comenta em seu relatório Colonizzazione italiana nello Stato di Espirito Santo (Brasile) a situação dos colonos italianos ³. Seu relatório foi publicado em Roma em 1895 contribuiu com informações importantes sobre a administração dos núcleos coloniais do Espírito Santo e sobre o serviço de imigração estadual.

O autor faz duras críticas à política imigrantista do governador José Carvalho de Mello Moniz Freire. Através de suas denúncias escritas no Boletim do Ministério dos Assuntos Exteriores em 1895, o governo italiano proibiu a imigração dos seus cidadãos para o referido estado. Em 1896, Moniz Freire, administrador da província ao passar o cargo para Graciano Neves comentou que foi

exagerada a divulgação na Itália, de que no Rio Doce havia ocorrido uma devastação epidêmica na qual sucumbiram cerca de 300 italianos, abandonados ali pelo Estado sem recursos. No meio da mata virgem, sendo os sobreviventes obrigados a fazer longas caminhadas para fugirem ao deserto e a fome, ou forçados a despojar-se dos seus fatos durante a viagem e a trocá-los pelos alimentos de que careciam.

Citado por Rizzetto (1905:23), o decreto de 20 de julho de 1895 afirmava que

o régio ministério do interior, considerando que no Estado do Espírito Santo, seja pelo modo como foram conduzidos os serviços de imigração, seja pelas condições econômicas, climáticas e higiênicas da região submetendo aqueles que emigram a riscos e danos gravíssimos, decreta: é proibido até nova ordem aos agentes e subagentes de efetuarem operações de imigração para o porto de Vitória, e em geral, para o Estado do Espírito Santo.

³ Ver Colonizzazione italiana nello Stato di Espirito Santo (Brasile), in Ministero Degli Affari Esteri, **Bolletino dell'emigrazione**, anno 1905, n.7, Roma., 1905.

De certo modo o relatório de Nagar também nos faz refletir sobre a excessiva centralização na cidade do Rio de Janeiro dos interesses administrativos das vinte províncias que constituíam o país, situação que muda após o advento da República e com a conseqüente mudança das antigas províncias para estados autônomos, fato que dinamiza o fenômeno migratório no estado.

Bahia (2005) ressalta ainda que há outros tipos de viajantes que não necessariamente se enquadram nos dois tipos citados por Rocha (2004). A autora (op.cit.) lembra dos estudos referidos a viajantes que se detiveram em determinados grupos étnicos, especialmente os alemães. A autora (2005) abordou os relatórios dos pastores da igreja luterana ⁴, realizados em diferentes épocas, que são conhecidos e compreendidos na região como historiadores locais e chamou atenção para dois estudos de viajantes respectivamente dos anos 30 e 70 do século XX. Estes últimos não se relacionavam a missões oficiais, nem se detinham a mera descrição da paisagem, do clima ou dos aspectos econômicos.

Quanto a literatura de viagem sobre o estado do Espírito Santo, especialmente sobre as colônias alemãs, Bahia (2005) destacou respectivamente os trabalhos de Giemsa & Nauck e o de Hans Glanzow.

Giemsa e Nauck, ambos pertencentes a Universidade de Hanseática, publicaram em 1939, no Instituto Tropical de Hamburgo na série de medicina e veterinária, um estudo de medicina tropical.

Sant'Ana traduz o referido estudo_ numa edição do Boletim Geográfico de 1950_mostrando os reais objetivos dos autores e afirmando ser este trabalho uma continuidade dos estudos iniciados por Wagemann em 1912 publicada pelo Conselho Nacional de Geografia.

As pesquisas foram realizadas nas localidades, aonde se concentram as colônias de descendentes de pomeranos, sendo as seguintes: Santa Maria, Laranja da Terra, Recreio e Pontal.

Em seu relato temos o uso de determinações antropométricas, especialmente do crânio _circunferência da cabeça, comprimento da cabeça, largura frontal mínima, largura do arco zigomático, altura nasal, largura da mandíbula inferior, distância nasomentoniana, distância entre os olhos, distância entre as pupilas, profundidade nasal e a seguinte justificativa para este estudo:

⁴ Segundo Seyferth (1988: 18), os estudos realizados pelos pastores da igreja luterana tratam da formação e da história da igreja evangélica de confissão luterana e da indissociável relação entre a chegada e instalação desta instituição com o processo de colonização alemã, ou seja, da relação entre a história da colonização alemã e do germanismo (Deutschum). Destaco entre as várias obras citadas por Seyferth as de Rotermund (1917) e as de Dreher (1984). Estes estudos são importantes para a melhor compreensão dos princípios do Deutschtum. Cabe lembrar do trabalho de Wernicke (1910) sobre o referido estado.

O destino desses indivíduos de origem alemã, transplantados para um mundo diferente nas bordas dos trópicos, o conhecimento de seu espaço vital e das suas condições de vida são, ainda, de grande alcance político-nacional para futuros empreendimentos coloniais teutos. É verdade que o espaço colonial reivindicado por nós, como um direito, deveria se prestar, antes, à exploração de fontes de matérias primas, do que à colonização. Já por motivos de ordem política nacional é condenável uma colonização em massa, nos trópicos, por valiosos elementos étnicos teutos. Ainda assim, incumbe à medicina tropical alemã o estudo de todos os problemas relacionados com a sanidade dos europeus nos trópicos. Tendo em mira esta idéia, as pesquisas demo-biológicas dos meus colaboradores Giemsa e Nauck, em povoadores de origem teuta, no Brasil, embora ultrapassem o campo estrito da medicina tropical, pretendem contribuir para o esclarecimento dos problemas de povoamento e aclimação da raça branca, nos trópicos .

Percebemos a retomada a concepção de espaço vital, elemento chave nos princípios nacionalistas alemães do século XIX e a conseqüente preocupação com a saúde das populações teutas existentes fora da Alemanha. Mantendo a continuidade com o clássico trabalho Wagemann (1915), o conceito chave de sua análise será o de aclimação, ou seja, pensar o clima como possível obstáculo à colonização européia nos trópicos.

A preocupação com os caracteres hereditários aparece relacionado aos problemas do meio e referido aos estudos realizados pelo pesquisador Hans Grimm intitulados *Körperliche Entwicklung Auslandsdeutscher Jugend* e *Anthropologie in der Volksforschung*, ambos publicados em 1938. Hans Grimm, citado por (1950:654) Giemsa e Nauck, “*formula o problema como se desenvolvem as mesmas disposições hereditárias em meios diversos?*”, classificando a fixação de teutos no estrangeiro como experimento importantíssimo de transplantação da etnia, demonstrando a necessidade de novas pesquisas sobre a “*Biologia dos alemães no estrangeiro*”.

Os autores (1950: 653 e 654), buscavam nos levantamentos genealógicos e de relações de parentesco no Espírito Santo, material para a comparação de grupos hereditários chamados de similares, “*da mesma procedência fixados em meios diversos, isto é, as mesmas parentelas e famílias, na Alemanha e no Brasil (antropobiologia ou antropologia da compleição)*”.

O uso de estereótipos está presente em seu artigo, sendo comparados às outras colônias de alemães provenientes do Hunsrück, considerados pelos pesquisadores como sendo mais desenvolvidos do que os pomeranos. A melancolia, a desconfiança são citadas como características “*naturais*” dos pomeranos: “*É um povo mais bondoso do que amável, não se destacando pela bravura, nem pela alegria , mas sério e melancólico; é um povo singelamente fiel e reservado, que odeia a mentira e a lisonja* (1950:663)”.

Nas conclusões finais de seu trabalho, Giemsa & Nauck (1950) mostram que

não se nota, no Espírito Santo, degenerescência física da descendência em virtude de dano ocasionado pelo clima, tão pouco modificação de desenvolvimento constitucional. A degeneração aparente é constituída por alterações do tipo, de natureza somática individual (fenotipicamente condicionadas / phenotypisch bedingt), causadas, em regra, por opilação, modo de alimentação, ou por outras influências externas. Não seriam de esperar modificações, hereditárias determinadas pelo clima, após tão poucas gerações.

Para os autores (1950:667), não apontam para um pleno êxito na colonização dos trópicos, mas apontam como obstáculos mais freqüentes “*os fatores econômicos, a a carência cultural do que nos fenômenos climáticos-meteorológicos e, por isso, acreditamos ter ocorrido lá uma adaptação bem sucedida*”.

Ainda mostram que

a população de origem teuta, no Espírito Santo, representa um contingente substancial para a germanidade ultramarina. Ensina-nos que, para um povoamento bem sucedido nas regiões tropicais, certos pressupostos são necessários e certas condições imprescindíveis. Desejamos acentuar que não é nosso intuito defender a emigração de alemães, como colonos, ou a fundação de novas colônias nos trópicos, mesmo porque outra leva de teutos para o Espírito Santo é matéria que está fora de qualquer cogitação. A nosso ver, conforme já dissemos repetidas vezes, os erros e os danos da antiga política de colonização e imigração, que redundaram na perda de precioso (1950:668).

Retomado por Ackermann (2005), a autora analisou a presença dos referidos cientistas no estado e as relações entre campo científico e campo político no contexto brasileiro e alemão entre 1935 e 1939.

Hans Glanzow, nascido na Pomerânia, região norte da Alemanha, se torna refugiado quando esta é invadida pela Polônia na segunda guerra mundial.

Seu relato foi produzido por ocasião de sua viagem ao estado nos anos 70 e posteriormente nos anos 80 do século XX, possuindo extrema importância ao tratar de temas como: o difícil relacionamento da população com os pastores luteranos, a ausência de escolas públicas na região, as agruras do cotidiano camponês e os demais problemas de uma população trilingüe no interior da sociedade nacional.

A sensibilidade do viajante Glanzow também pode ser melhor compreendida pela exaustiva necessidade de compreender a inserção do grupo no contexto brasileiro e de um certo modo refletir os problemas de identidade com os quais o próprio autor se colocava.

Conforme Seyferth (2004:7), a produção sobre imigração é diversificada também pelo seu caráter interdisciplinar, pois se constitui tema de interesse de áreas como a geografia, demografia, sendo, portanto, impossível de dar conta de sua totalidade.

Alguns trabalhos se destacam pela capacidade analítica que apresentam um conjunto de questões que permanecem presentes ao observarmos o presente cotidiano das colônias alemãs do estado. Neste sentido, os trabalhos de Willems e Wagemann se destacam por consolidarem uma tradição analítica fundamentada respectivamente nas teorias da assimilação e da aculturação.

Entretanto Bahia (2000 e 2005) chamou especial atenção para trabalhos e relatórios (1991) escritos no âmbito da igreja luterana, seu material de arquivo e que vão retratar o cotidiano das colônias especialmente os aspectos religiosos que são conflituosos com as normas e as condutas adotadas pelos pastores luteranos. Temos especialmente os trabalhos de Punch (1967), (Wilbert;1977), Schmidt (1980), Droogers (1984) e Roelke (1996). A autora nos lembra do recente trabalho de mestrado em história da igreja (no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação) de Link (2004) sobre o desenvolvimento da igreja luterana na região amazônica entre os anos de 1967 e 1987. Este último trata majoritariamente dos pomeranos provenientes do Espírito Santo, sendo que os primeiros grupos chegaram à Rondônia em 1967.

Karl Heinrich Oberacker, ao viajar por várias colônias pomeranas, escreve, em 1961, trabalho sobre „*Brauchtum und Aberglaube bei Kolonisten Pommerischer Abstammung in Brasilien*“, atribuindo as práticas mágicas dos camponeses de origem pomerana à influência que sofreram ao entrarem em contato com a cultura brasileira, especialmente do caboclo. Neste artigo vemos a problemática relação entre a cultura campesina de origem alemã e as práticas de um luteranismo oficial professado pela figura do pastor. Relação retomada em estudo de Droogers (1984) que busca modificar a visão da igreja luterana apresentando seu relato de viagem como parte de um estudo sobre o cotidiano do grupo.

É uma das primeiras iniciativas que partem da igreja e busca um diálogo mais aberto no entendimento dos aspectos mágicos desta cultura.

Seyferth (1988:12) mostra que as narrativas de viagem não se esgotaram no século XIX e prosseguem no século seguinte, podendo ser divididas em dois tipos: os textos mais conhecidos e festejados são de autores que viajaram pelo Brasil e registraram sua passagem, dentre outros lugares, por áreas de colonização alemã (no Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), outros viajantes escreveram sobre as colônias preocupados não só com a condição de vida do colonos, mas também com problemas mais gerais da emigração alemã.

Sobre este segundo tipo de narrativa, temos a visita no decorrer dos anos 70 do século XX, Hans Glanzow, refugiado da região da Pomerânia, às colônias localizadas na região centro serrana do

estado do Espírito Santo, tendo seu trabalho grande ênfase nos estudos lingüísticos. O autor relatou através de viagem a esta região o registro da língua pomerana, os intercâmbios e usos da língua portuguesa e da língua alemã.

A importância de seu relato se deve ao fato de descrever minuciosamente o uso cotidiano das três línguas na interação entre os pomeranos e as autoridades locais e nacionais, verificar os tipos de falantes e as imagens e representações decorrentes destas situações. Os conflitos entre as diferentes gerações decorrentes da escolarização das crianças, entre os diferentes grupos os distintos projetos de ascensão social_ que de um certo modo inclui o processo educativo_ e as formas distintas de perceber o que é a educação para o grupo são temas constantemente referidos em seu relato.

Temos ainda documentos como os publicados pelo Secretaria de Educação nos anos da campanha de nacionalização e que tratam dos problemas do ensino nas regiões de colonização alemã do estado (Rabelo, 1939). Neste caso, a bibliografia é mais extensa no que se refere daqueles indivíduos que tiveram participação mais direta na ação nacionalizadora. Sobre os italianos, Colbari (1997) afirma que na década de 30, a crise econômica mundial atingiu duramente as comunidades agrícolas voltadas para a exportação. Geert Banck apud Colbari (1997), mostra que essa situação teria criado um ambiente favorável à propagação do fascismo italiano, o que fez das colônias italianas o baluarte do Partido Integralista no Espírito Santo. Segundo a autora (op.cit), o material sobre a adesão ao fascismo recolhido por Lazzaro, Coutinho & Francisqueto (1992) e Bank (1978) sugere que o espírito de comunidade estruturado pelo núcleo familiar e pela religião, em um contexto de crise econômica, teria potencializado a insegurança dos imigrantes italianos e facilitado a adesão às idéias políticas oriundas de sua pátria de origem.

A bibliografia sobre nazismo e campanha de nacionalização⁵ é reduzida, tendo maior peso o material produzido a partir dos relatos orais de quem viveu no referido período ou consequência da chamada “*memória por tabela, isto é, a memória herdada não propriamente vivida (Pollack;)*”. Lembramos que até a Campanha de Nacionalização, os jornais – dentre estes o **Heimatbote**/Correio do Lar, da Pátria – pertencentes à IECLB eram veiculados em língua alemã entre as comunidades alemãs do Estado. Atualmente algumas colunas do jornal *O Semeador* são escritas em alemão por pastores ou

⁵ Cabe ressaltar que no período da Campanha de Nacionalização muitos membros migraram da IECLB para a Igreja Missouri diante do fato de que a maioria dos seus pastores não sabia falar o português. Não obstante o fato de que muitos pomeranos consideram a Igreja Missouri uma igreja de imigrantes alemães, esta seria menos alemã se comparada com a IECLB, sendo esta considerada a “mais alemã”, portanto, a igreja originalmente “*mais pomerana*”. Isto é, a mais representativa da identidade étnica do grupo. A questão da preservação da língua alemã sempre constituiu preocupação na IECLB, fato distinto na história da Igreja Missouri na região (Bahia, 2000).

por correspondentes nascidos na Alemanha, e a seção de cartas enviadas pelos pomeranos são escritas na lógica da língua pomerana e alemã.

Cabe ressaltarmos a importância das edições comemorativas, conforme relata Seyferth (1988:15), foram, na maior parte dos casos, organizadas por comissões de festejos, nem sempre constando os nomes dos organizadores. Temos no caso algumas informações sobre a igreja luterana no estado do Espírito Santo a publicação “*Lutherische Kirche in Brasilien. Festschrift zum 50-jährigen Bestehen der Lutherischen Synode am 9.Oktober 1955*”.

Vimos a bibliografia produzida sobre os grandes fluxos migratórios italianos e alemães, entretanto cabe ressaltarmos a importância dos demais fluxos e de que modo estes se desenvolveram na história do estado.

OS FLUXOS MIGRATÓRIOS DE UM ESTADO-MOSAICO

Abreu (1966) nos adverte que não obstante os imigrantes italianos e alemães serem respectivamente os que representam os maiores fluxos no estado do Espírito Santo, muitos outros grupos étnicos participaram na história do estado. Sem esquecermos de variados grupos que circularam na história do estado, mas que não construíram uma marca étnica nas regiões do estado, nem se constituíram em projetos migratórios propriamente ditos. Faremos um breve histórico dos fluxos migratórios no estado.

Segundo Roche (1968), o povoamento no Estado do Espírito Santo obedeceu ao padrão geral da colonização européia no Sul do País. Observando as características geográficas da região (vales estreitos, terrenos acidentados e cercado de pequenas serras), vemos que os lotes coloniais (de 25 hectares) foram demarcados com formato alongado, a partir de picadas traçadas junto aos principais cursos d'água. O tamanho da propriedade (25 a 30 hectares) foi delimitado pela política de colonização pelo governo da Província. Cada família de imigrantes recebia um lote financiado pelo governo através da administração da Colônia.

Segundo Roche (1968, p. 44-45),

a característica da zona de colonização é, portanto, o campo cultivado no sítio ocupado anteriormente por floresta, seja em clareiras na zona recentemente valorizada, seja alargada progressivamente, tanto quanto o relevo o permita, até predominar ou ocupar a quase totalidade da paisagem. O impulso pioneiro moderno elevou de 23,2%, em 1950, para 25,2%, em 1960, a proporção das terras cultivadas no conjunto do Estado.

Segundo Rocha (1984), o ingresso do Espírito Santo na economia mercantil cafeeira não promoveu o predomínio da grande propriedade, tal como em terras paulistas e fluminenses, de forma que opusesse resistência à política imperial de formação dos núcleos coloniais. A grande propriedade predominante no sul do estado estava suficientemente abastecida de mão-de-obra escrava para criar resistência ao assentamento de colonos estrangeiros nas áreas despovoadas.

No estado, os núcleos coloniais não iriam se especializar na produção para o mercado interno; eles se integrariam à produção mercantil exportadora, contrariando a tese de que a mesma não seria acessível aos colonos. O fraco dinamismo do setor cafeeiro capixaba teria sido responsável pela possibilidade de ingresso do pequeno proprietário na economia mercantil, que dessa atividade retirava os recursos para se abastecer de bens produzidos fora do núcleo e para quitar os débitos com o estado. Segundo Rocha (1984), a história da imigração, para o Espírito Santo, compreendeu três fases: a) 1847 a 1881; b) 1882 a 1887 e; c) 1888 a 1896.

Na primeira fase foram criadas quatro colônias: Santa Isabel, em 1847; Rio Novo, em 1855; Santa Leopoldina, em 1857; e Castelo, em 1880.

Em 1847, o Governo Imperial enviou para o Espírito Santo 163 imigrantes alemães provenientes do Hunsrück e do Hesse, região central do Reno. Eram 38 famílias que foram instaladas entre os Rios Jucu e Braço do Sul, a sete léguas de distância de Vitória, os quais fundaram a colônia de Santa Izabel.

Após a sua fundação, Santa Isabel só voltou a receber novos colonos a partir de 1858. Em 1859 e 1860 chegaram mais imigrantes alemães, sendo a grande maioria oriunda da mesma região daqueles que haviam fundado a colônia; junto com eles vieram bávaros e prussianos.

Santa Isabel foi emancipada pelo Governo Imperial em 1886, e a partir dessa data nenhum imigrante foi nela instalado oficialmente, ao contrário de Rio Novo e Santa Leopoldina que, mesmo depois da emancipação, continuaram a receber os imigrantes.

É somente na década de 1870, em decorrência do aumento das entradas de imigrantes, que se dá a expansão territorial da colônia de Rio Novo. Ao núcleo inicial foram acrescentados mais quatro. O segundo território, em 1875, recebeu 230 tirolezes. O terceiro território recebeu a primeira leva de imigrantes, composta por 773 italianos, em 1878. O quarto começou a ser povoado em 1875 por imigrantes austríacos.

Dez anos após a criação da colônia de Santa Isabel foi fundada a colônia de Santa Leopoldina. Situada à margem direita do Rio Santa Maria, em março de 1857 recebeu 140 imigrantes, em sua maioria suíços, mas também hanoverianos, luxemburgueses, prussianos e holsteinianos. Descontentes com seus contratos de parceria nas fazendas de café de Ubatuba, foram enviados, pelas autoridades centrais, para a nova colônia.

Esta colônia, chamada inicialmente de Santa Maria, situava-se em terreno montanhoso e pouco fértil. Por este motivo, com a autorização do Governo Imperial, foi prolongada na direção sul dos primeiros estabelecimentos. O novo núcleo recebeu o nome de Santa Leopoldina.

Após três anos de sua fundação este estabelecimento colonial recebeu novos contingentes de imigrantes luxemburgueses, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses e pomeranos.

Entre 1861 a 1866 não houve entrada de imigrantes, porém, a partir de 1867, a colônia recebeu grandes levas de alemães. Nessa data a população total era de 1.235 habitantes, e em 1874 já havia alcançado o total de 5.000. Esse aumento populacional levou à fundação de mais dois estabelecimentos, ligados administrativamente à colônia de Santa Leopoldina: Núcleo Timbuy e Núcleo Santa Cruz.

Somente a partir década de 80 do século XIX, nos momentos que antecederam a abolição do trabalho escravo, a crise de mão-de-obra chegou à grande lavoura do sul do estado. Neste momento teremos o pedido dos grandes proprietários para que os núcleos coloniais fossem criados junto às grandes fazendas, incentivando a idéia de que a colonização era também uma forma de abastecimento de mão-de-obra para a lavoura. Os proprietários de fazendas firmavam contrato com o governo imperial para a formação dos núcleos coloniais de imigrantes próximos de suas terras. Apesar dos esforços do governo em redirecionar o sentido da imigração para facilitar o abastecimento da grande lavoura, a imensa fronteira agrícola inexplorada dificultava a implantação do sistema de parcerias. A grande extensão de terras devolutas estimulava os parceiros ao abandono da fazenda para se estabelecerem por conta própria.

A década de noventa foi marcada como sendo o período de maior incremento demográfico da história do povoamento do Espírito Santo. Já no regime republicano, a melhoria da situação econômica do Estado decorrente da expansão e valorização da cultura do café, associada à descentralização administrativa, possibilitou a instituição de programas próprios, destinados a incrementar a vinda de imigrantes para o Espírito Santo. Além da continuidade das medidas destinadas a suprir as

necessidades de mão-de-obra das fazendas, o Presidente Moniz Freire (1892-1896) tomou medidas que tiveram resultados positivos na intensificação das entradas de imigrantes (Gilda Rocha, 1984).

Uma das medidas foi a assinatura de contratos, sendo o mais importante o convênio realizado com o italiano Domenico Giffoni ⁶, em 03/06/1892, com a finalidade de introduzir 20.000 agricultores italianos no Espírito Santo². A outra medida foi a Regulamentação do Serviço de Terras e Colonização, pelo Decreto nº. 4, de 4 de junho de 1892, que estruturava o órgão e normatizava os serviços dos setores instituídos: da Repartição Central, situada na capital, das comissões distritais das diversas zonas que deveriam ocupar-se dos serviços de colonização e demarcação dos terrenos, e dos encarregados da imigração.

Como resultado da política imigratória do Governo de Moniz Freire, no período de 1893 a 1896 intensificaram-se os fluxos migratórios dirigidos ao Espírito Santo. Em 1895 foram registradas as maiores entradas no Estado, porém a falta de condições adequadas para a acolhida dos migrantes em seus locais de destino, levou o Governo Italiano a suspender a emigração com destino ao Espírito Santo, com o Decreto de 20/07/1895. O período imigratório é praticamente encerrado em 1896, porém, muito mais como consequência da forte crise econômica e financeira que assolou o Estado a partir de 1896, do que em decorrência da proibição da emigração italiana para o Estado (Rocha:1984).

Muitos dos grandes latifundiários retalharam sua propriedade em pequenos lotes para serem vendidos a preços módicos e a longo prazo para os colonos italianos. Em contrapartida, o colono deveria vender sua produção à firma de comercialização. O pagamento era demorado, pois o café começava a produzir depois de quatro a seis anos; a produção dependia das variações atmosféricas e os preços oscilavam, aumentando as incertezas quanto ao investimento de dinheiro e de trabalho.

Muitos imigrantes, em Muniz Freire, trabalharam como meeiros para conseguirem comprar suas próprias terras. Nessa região, a imigração italiana teve como destino as lavouras cafeeiras de regiões

⁶A este respeito, R. Rizzetto, Cônsul da Itália no Espírito Santo, comenta em seu relatório sobre a Colonização Italiana no Espírito Santo *“Tutt’altro carattere ebbe la immigrazione nostra in questo paese dal 1893 al 20 luglio 1895: fu il Governo stesso di Vittoria che, trovandosi le casse piene d’oro per um prestito di 700 mila sterline e per abbondanti raccolti di caffè, único prodotto del paese e che allora si vendeva a buon prezzo, volle far venire per suo conto 20 mila emigranti italiani, cioè quattromila nel 1894, quattromila nel 1895 e dodicimila nel 1896. Per la loro introduzione stipulò con un certo Domenico Giffoni un contratto che però rimase a mezzo perchè, appena introdotti dieci mila emigranti circa, il R. Ministero dell’interno dovette sospendere ogni immigrazione italiana per questo Stato in causa dei gravi inconvenienti verificatisi, atteso che il paese non era preparato a collocarne un si gran numero in qualità di piccoli proprietari, assegnando, cioè, a ciascuna famiglia un lotto di terra secondo l’impegno preso nei rispettivi contratti di emigrazione”* (R.Rizzetto, 1905, pp473-474).

organizadas na forma de grandes propriedades. Para muitos, o sonho da posse da terra só foi conseguido pelos descendentes, às vezes na terceira geração.

Italianos

Segundo Castiglioni (1997,1998 e 1999), a maior parte dos migrantes que se dirigiram para o Espírito Santo provém do norte da Itália, estruturada em núcleos familiares. Da Região Trentino-Alto Adige vieram 12% dos imigrantes, a autora destacou que dentre as principais regiões de origem dos imigrantes, o Veneto (36%), a Lombardia (17%), a Emilia Romagna (13%), e o Piemonte (8%)⁴. A Região do Trentino-Alto Adige ocupou grande destaque quando se analisou a procedência dos migrantes segundo a província de origem: 12% dos imigrantes são originários de Trento, a província de maior representação no fluxo migratório ítalo-tirolês, seguida, em ordem de participação, por províncias vênetas: Verona, Treviso e Vicenza.. Focalizando a procedência do fluxo do Trentino-Alto Adige por Província, observa-se que os originários do Trento representam 98% do total, e os de Bolzano, 2%.

A imigração originária do Trentino-Alto Adige ocorreu, com intensidades diversas, durante as três últimas décadas do século XIX, mas esta imigração marcou particularmente os anos setenta, quando os tirolezes formaram os primeiros grupos de imigrantes de cultura italiana a se estabelecerem no Espírito Santo, atraídos pelos incentivos oferecidos pela política de organização de núcleos coloniais.

Dentre o total de migrantes do Trentino-Alto Adige que se dirigiram ao Estado, 60,42% chegaram nos anos setenta. Nos dois primeiros anos da imigração, 1974 e 1975, o fluxo trentino-tirolês representou 85,77% das entradas. No ano de 1875, o ano de maior importância deste movimento, transferiram-se para o ES, 798 imigrantes, que contaram por 89,86% das entradas do ano.

Os imigrantes originários do Trentino-Alto Adige estabeleceram-se inicialmente nas Colônias de Rio Novo e em Santa Leopoldina, fundadas respectivamente em 1855 e 1857 e nas terras de Santa Cruz concedidas a Pietro Tabacchi pelo Governo Imperial em 1872 para acolher 700 imigrantes italianos, tirolezes e alemães na colônia por ele denominada Nova Trento. Em 1875, 325 tirolezes estabeleceram-se no Núcleo Timbuy, fundado em 1874 e ligado administrativamente à Colônia de Santa Leopoldina. Este núcleo deu origem à localidade de Santa Teresa, onde se estabeleceu o mais numeroso contingente de imigrantes trentino-tirolezes.

Na década de oitenta, no mesmo sentido que a da tendência geral, os números da imigração do Trentino-Alto Adige declinam, e somente nos dois últimos anos as entradas voltam a ser significativas.

No último período imigratório, os migrantes trentino-tirolezes voltam a interessar-se pelo Espírito Santo, em resposta aos incentivos propiciados pelo Convênio Giffoni. Os imigrantes destes períodos estabeleceram-se em Santa Teresa, Benevente, Santa Leopoldina e Itapemirim. Em etapa posterior, grupos de imigrantes originários do Trentino-Alto Adige transferiram-se para outras localidades, dentre as quais Itaguaçu e Colatina.

Os estudos sobre imigração italiana não obstante tratem da cultura italiana como uma cultura rural, estes não abordam os desdobramentos ocorridos na reprodução social da condição campestre do grupo e nem sua inserção no campo político da sociedade nacional.

Como exceção, temos o trabalho de Nogueira (2004) que mostra de que modo o agroturismo será um modo de maior inserção da mulher na esfera do trabalho campestre, entretanto a autora não compreende os aspectos identitários marcantes na história da imigração italiana no estado.

Estes ainda tratam de enfatizar a importância da memória e das redes de sociabilidade (Colbari;1995 e 1997) (Castiglioni;1997;1998 e 1999) entretanto sem estabelecer maiores vínculos com sua condição campestre. Conforme afirma (Castiglioni;1997;1998 e 1999), a última década registrou um aumento significativo nas atividades de busca de identidade cultural⁷.

Alemães

A imigração alemã no Brasil esteve vinculada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade promovida por iniciativa do Estado Brasileiro desde a primeira metade do século XIX nos estados do Sul do País e no Estado do Espírito Santo.

De acordo com Seyferth (1988, p. 4), a importância da imigração alemã se deve mais ao seu aspecto histórico e sociológico do que ao contingente numérico. Isto se deve ao fato de esta ter se estabelecido em colônias em regiões pioneiras, contribuindo para a construção de uma sociedade

⁷ Multiplicaram-se os estudos científicos, a busca de informações no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo e no Vice-Consulado da Itália no Espírito Santo, a procura e oferta de cursos de língua italiana, a criação de “círculos”, de grupos de danças e de corais. O Programa “Vozes da Itália” é transmitido aos domingos pela Rádio Gazeta AM. Em várias localidades, a festa do imigrante italiano constitui uma festividade importante no calendário de eventos. Tornaram-se também frequentes as festas de “famílias”, que reúnem os descendentes das famílias que emigraram há mais de cem anos para comemorações. Existem hoje 19 Associações italianas, 25 corais e 13 grupos de dança. Dentre as associações, destacam-se 3 “círculos” trentinos.

distinta da nacional e uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar nas áreas onde se estabeleceu.

O berço da colonização alemã no estado do Espírito Santo foi constituído pelos dois vales superiores do Rio Jucu e Santa Maria da Vitória, localizados na área montanhosa, em grandes extensões de terras altas, com altitudes que oscilam de 300 a 1.000 metros, na região centro-serrana do Espírito Santo.

Atualmente as antigas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, com predominância de imigrantes alemães, são formadas pelos Municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá. Podemos acrescentar o município de Santa Teresa, cujos distritos de Alto Santa Maria e Vinte e Cinco de Julho são habitados, principalmente, por descendentes de alemães, ao passo que os outros distritos contam com a presença dos italianos.

Citando Medeiros (2006), "*Naa, mir sein ka deitsche, mir sein hunsruckler (não, não somos alemães, somos hunsrucklers)*", lembramos que a maioria dos alemães que imigraram para o estado não tinham uma concepção de nação imaginada, pois o projeto de unificação da Alemanha se consolidou somente em 1870⁸. Conforme nos lembra Seyferth, as referências às províncias são usadas como demarcadores na construção de suas identidades étnicas.

Em 1847, os hunsruckler fundaram a colônia de Santa Isabel, atual Município de Domingos Martins. Advindos do Hunsrück, na Prússia Renana, especialmente das cidades de Koblenz, Litzbeuren e Traben-Trarbach.

De acordo com Wagemann (1915, p. 26), a chegada dos pomeranos à região ocorreu no período entre 1870 e 1879, constituindo a parte principal dos povoadores protestantes, alemães, no Espírito Santo. A grande maioria do contingente de imigrantes era constituída por trabalhadores rurais diaristas e membros das classes trabalhadoras das áreas urbanas, segmentos que melhor vivenciaram o processo de transformação da estrutura fundiária na Alemanha.

O resultado relativamente positivo de Santa Isabel incentivou o governo imperial a formar outros núcleos de imigrantes. Assim, surgiram as colônias imperiais de Rio Novo, em 1855, que

⁸ No ponto referente à história dos sínodos e sua importância na produção de uma literatura evangélica, inicialmente produzida na língua alemã, temos a relevância da Igreja na construção de uma identidade étnica. Temos como exemplo, o *Heimatbote* (correio da pátria/lar), um dos primeiros jornais publicados em alemão e editados pela IECLB. Neste sentido, a IECLB representa a construção de uma imagem da Alemanha para os imigrantes e seus descendentes num período em que aquele país ainda se encontrava em processo de unificação nacional (1870). A identidade alemã foi uma atribuição construída pela religião luterana e que caracteriza uma das formas de os pomeranos pensarem sua auto-identificação étnica.

inicialmente pertenceu a particulares, e de Leopoldina, em 1857. Mas foi para essa Segunda colônia imperial que vieram novos imigrantes alemães, junto com europeus de outros países.

Os alemães eram, no entanto, predominantes nesse grupo. Vieram 384 prussianos, 760 saxônicos, 61 hessienses, 27 bandenses, 13 alsacianos, um nassauense e 19 alemães de outras regiões. O governo havia destinado para ocupação 567 km², divididos em lotes de 62.500 braças. Em 1861, já existiam 1.065 imigrantes que, a essa altura, formaram um leque multiétnico. Entraram também belgas, franceses, havonerianos, holandeses, holsteinianos, ingleses, luxemburgueses, macklemburgueses, shuramburgueses, saxônicos, tirolese e mais prussianos. Parte deles seguiu para Vinte e Cinco de Julho, Guandu e Afonso Penna.

Em 1878, existiam cerca de sete mil habitantes na região de Santa Leopoldina. O seu crescimento econômico baseou-se na estrutura familiar do europeu como unidade de produção e consumo.

As diferentes regiões habitadas pelos hunsruckers e pelos pomeranos usam cotidianamente seus dialetos: pomerod e o hunsrück. A chamada língua alta, que é o idioma oficial da Alemanha, ainda ouve-se muito pouco, a não ser nos cultos das igrejas luteranas.

Roche (1968) nos mostra que mesmo depois de alguns anos com a renda obtida através do comércio de produtos coloniais, poucos colonos conseguiram acumular o suficiente para obtenção de mais terras. Muitos dos terrenos possuíam uma pequena área fértil para o plantio, sendo em sua maioria pequena em relação à área total da propriedade. As dificuldades de adaptação das técnicas agrícolas oriundas do contexto europeu ao novo ambiente levaram os colonos a desenvolverem técnicas de rápido esgotamento do solo, tais como a derrubada e a queimada (coivara). O tamanho dos lotes somado à má qualidade dos terrenos levam à busca de atividades complementares de renda fora da atividade agrícola ou de novas fronteiras agrícolas.

Como nos mostra Roche (1968, p. 31):

Muito depressa, entretanto, iriam seus descendentes espalhar-se pela periferia das antigas colônias, na vertente sul do Vale do Rio Doce, e fundar aí uma segunda série de colônias a partir do fim do século XIX e principalmente do começo do século XX. Esta região de terra quente, muito mais vasta, está constituída pelos atuais municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Itaguaçu e uma parte dos de Santa Teresa e de Colatina (distritos de Itapina, Boapaba, Baunilha e distrito de Colatina, ao sul do rio Doce). O povoamento aí não tem a homogeneidade da zona de Domingos Martins-Santa Leopoldina [Santa Maria de Jetibá]; encontram-se, com efeito, descendentes de imigrantes não apenas germânicos, mas também italianos e mesmo poloneses (núcleo de Santo Antônio dos Polacos).⁹

⁹ Segundo Roche (1968, p. 31), “o povoamento efetuou-se em datas diferentes e em duas direções opostas. De início, e sobretudo, partindo das antigas colônias germânicas do sul para o norte: Alto Santa Maria (1905), Paraju-Palmeira

A escassez de terras se faz sentir já na primeira geração, que compreende o período de 1847/1900, pois novas fronteiras foram abertas, resultando nas seguintes localidades: na direção da colônia de Santa Isabel e Domingos Martins; ao longo do Rio Jucu temos Califórnia, Rio Ponte, Tijuco Preto, Alto Jucu, Melgaço e Rio Lamego; a partir de Cachoeiro e Santa Leopoldina temos Rio Santa Maria de Vitória e Caramuru; a partir de Luxemburgo temos Jequitibá, Califórnia e Recreio; a partir da colônia de Santa Maria temos Rio Possmoser, Garrafão, Alto Santa Maria e Rio Lamego.¹⁰

Na segunda geração, que compreende o período de 1900 a 1935, temos Santa Joana, Alto Limoeiro, Palmeira, Serra Pelada, Criciúma, Laranja da Terra, Santo Antônio, Mutum e Jacutinga. A partir daí ocorre o deslocamento para a região norte do estado, considerada “*terra quente*”. Atualmente, os pomeranos desta região retornam a Santa Maria de Jetibá para trabalharem como meeiros, ou nos períodos de colheita de café.

Temos, na terceira geração, período de 1935 a 1970, a criação de São Bento (Pancas), São Gabriel, Córrego Bley, Barra de São Francisco, Vargem Alegre, Córrego Grande, Vila Pavão e Colatina.

A quarta geração marca a saída dos pomeranos para a criação de colônias em outros estados, tais como Rondônia (Espigão do Oeste), Mato Grosso, Pará, Goiás e Paraná, a partir de finais dos anos 60 (1967). Muitas famílias que saíram para estas regiões já retornaram a Santa Maria em busca de áreas de ocupação no meio urbano mais próximo com o auxílio da rede familiar que permaneceu na região. Os que ficaram em Rondônia encontram dificuldades na reprodução da condição camponesa, pois não terão terras para todos os filhos. A terra está ficando escassa em Rondônia. O mesmo acontece com os descendentes das famílias que partiram para o norte do Estado, região chamada de terra quente, dos quais muitos estão retornando a Santa Maria e outras colônias na condição de meeiros.

A possibilidade de obtenção de um padrão econômico mínimo para os pomeranos é extremamente penosa, insuficiente e difícil numa propriedade de 25 hectares situada em área de floresta subtropical. Seyferth (1985, p. 3) citando Waibel (1958), afirma que “*a área mínima deveria*

(1889), Pontal (1920), assim como no caso dos italianos a partir de Santa Teresa, seja pelo baixo Vale do Santa Maria do Rio Doce, seja pelo vale médio do Santa Joana (Itarana, ex-Figueira; Itaguaçu), seja no Guandu (Serra Pelada, 1905)”.

¹⁰ Chamamos a atenção para um ditado popular, constantemente referido pelos pomeranos quando relatam as dificuldades enfrentadas na reprodução da condição étnica e social. O ditado é o seguinte: “**Den Ersten, den Tod. Den Zweiten, die Not. Den Drietten, das Brot**”. (**Aos primeiros, a morte. Aos segundos, a miséria. Aos terceiros, o pão**). A diversidade de significados deste ditado será explicitada nos capítulos posteriores.

ser entre 55 e 65 hectares em terras boas, e pelo menos 80 hectares em terras ruins” no caso das regiões com estas características climáticas.

Conforme relatou Roche (1968), as gerações posteriores de pomeranos avançaram em novas zonas pioneiras a fim de obterem mais terras para plantio. A saída dos filhos dos colonos a partir da segunda geração é decorrente da escassez de terra e de recursos para compra. O autor aponta para a importância do núcleo familiar na reordenação das redes de parentesco nos momentos de mudança, como ocorreu nas várias migrações por conta da busca de novas frentes pioneiras

Nas colônias alemãs estão presentes a Igreja Missouri e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Inicialmente, ambas faziam parte dos sínodos que formaram os primórdios da história igreja luterana no Brasil.

A partir de 1930, houve a divisão dos sínodos, o que resultou nas seguintes afiliações: a filiação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil ao Sínodo de Missouri e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil à Federação de Igrejas na Alemanha. Essas filiações evidenciaram formas diferenciadas no entendimento do que era ser luterano. Nos quadros hierárquicos da IECLB, havia a preocupação com a preservação da língua alemã como forma de manutenção da religião luterana, o que, conseqüentemente, resultou em sua relação de subordinação à Federação Alemã. Vale lembrar a criação, em 1900, de uma lei eclesiástica que permitia a afiliação de comunidades eclesiais alemãs no exterior ao Conselho Superior Eclesiástico em Berlim.

Ao contrário desta perspectiva, o Sinodo Missouri se preocupava com a ênfase no aprendizado da língua portuguesa, fato que contribuiu para a formação de pastores que falassem a língua nacional, com o entendimento de que ser luterano não está relacionado a uma identidade específica.

Roche (1968, p. 27-28) chama atenção para a importância da religião no desenvolvimento e expansão das antigas colônias alemãs de Santa Isabel e Santa Leopoldina e aponta para a questão da clivagem religiosa existente entre luteranos e católicos. O autor (*op.cit*, p. 28) ainda lembra que no caso de Santa Leopoldina, a clivagem religiosa foi maior, pois a colonização se realizou numa espécie de segregação religiosa. Os católicos foram instalados no Tirol e os protestantes em Santa Leopoldina, de onde se espalharam subindo o vale do rio Santa Maria, passando do vale de um afluente para outro.

Cabe ressaltar que tanto a presença de açorianos quanto de americanos e ingleses respectivamente nos municípios de Viana, Piuma, Iconha, e Linhares não se constituíram em projetos subsidiados pelo governo ou iniciativas próprias de tais grupos étnicos (Rocha,1984).

Em 15 de fevereiro de 1815, Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral da Política, estabeleceu algumas famílias de açorianos nas proximidades do rio Jucu e seus afluentes, Formate e Santo Agostinho. Três anos depois os colonizadores viram confirmadas as doações das sesmarias, já demarcadas e autorizadas por Carta Régia de 17 de janeiro de 1814. Nas terras cedidas ao Capelão formou-se o núcleo populacional que recebeu o nome de Viana, em homenagem ao intendente. A cultura agrícola desenvolveu-se favoravelmente, inclusive depois que eles introduziram novas espécies como o trigo e o arroz, melhorando do mesmo modo, a cultura do milho e o da mandioca, já conhecidas pelos nativos. Dessa forma, a população da cidade começou a crescer, miscigenando-se com os imigrantes italianos e os alemães que povoaram Domingos Martins.

Medeiros (2006), destaca que houve participações menores, resultantes de esforços individuais, do que o autor chama de “*aventureiros*”. Medeiros (op.cit) mostra a iniciativa em 1865 de Thomaz Dutton Júnior (nascido em 1822 em Londres), Charles Gunter (americano do Alabama), Merçon (nascido na Filadelfia) respectivamente no envio de ingleses e americanos nas áreas de Piuma, Iconha, e Linhares situadas nas áreas do estado. Todas estas tentativas fracassaram, resultando apenas na permanência dos mesmos no estado.

Suíços, Belgas, Holandeses e Luxemburgueses

Assim como os suíços, os luxemburgueses foram, das etnias européias, os que mais se movimentaram dentro de Santa Leopoldina, desde a sua chegada à região, por volta de 1859, época em que vieram também os belgas e os holandeses. Já naquela ocasião, eles preferiram residir na sede do município e em Domingos Martins, envolvendo-se principalmente em atividades comerciais.

Hoje a região, apesar de conhecida por Luxemburgo, tem raros proprietários rurais dessa origem, talvez três ou quatro no máximo, que se incorporaram a outra descendência, como é o caso das famílias Entringer, Reisen, Briek, Brommerchenkel, Francisco Doerz, José Schaeffer, Flamang, Gonoring, Luxinger, Lunderhus, Kunsch, Maheng, Pilger, Schaeffer e Seibel. Os luxemburgueses ao lado dos suíços, belgas e holandeses foram, entre os imigrantes de origem européia, os mais absorvidos pela etnia germânica, especialmente os pomeranos.

Os holandeses se concentraram nas pequenas propriedades das regiões de Holanda, Holandinha (maior concentração), Meia Légua e Garrafão, pertencentes respectivamente aos municípios de Santa Leopoldina, e de Santa Maria de Jetibá, sendo que muitos distantes dos problemas de reprodução da

condição camponesa vieram para Cariacica e Vitória para se empregarem em outras atividades ¹¹. Algumas correntes de holandeses tomaram também a direção do Norte do Estado.

Libaneses

A colônia libanesa que se estabeleceu no Espírito Santo entre os anos 10 e 40 do século XX, sendo mais expressiva em Vitória e nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre. Esses imigrantes deixaram o Líbano, pressionados pela Primeira Guerra Mundial, que acirrou a denominação otomana no seu país. Segundo Campos (1984), os libaneses que vieram para o Brasil não buscavam as propriedades agrícolas, mas dedicaram-se ao comércio e às pequenas indústrias. Tornaram-se, na verdade, os mascates que, por muitos anos, abasteceram de mercadorias os colonos europeus e os fazendeiros remanescentes das propriedades escravocratas.

Para o Espírito Santo, vieram os da região de Ghazir, estabelecendo-se em Vitória. Fixaram-se em Cachoeiro de Itapemirim os vindos de Trípoli, cidade marítima situada ao Norte do Líbano (segunda maior do país e centro de grandes conflitos políticos) enquanto os que tomaram o rumo de Alegre foram maronistas da vila de Bekassine, situada nas montanhas do Líbano. Apesar de se espalharem por três municípios capixabas, eles não eram numerosos, talvez pouco mais de mil imigrantes.

Campos (1984:35) mostra que se formou no estado *“uma verdadeira colcha de retalhos, onde estão representados quase todas as variantes regionais do Líbano”* e que a escolha do lugar se deu por conta.

A preferência por esses municípios relaciona-se com a possibilidade do seu desenvolvimento comercial. Estes se localizaram no Sul do estado, onde surgiram vilas e cidades em decorrência da lavoura cafeeira. Não estiveram os libaneses, entretanto, a ela diretamente vinculados, mas executando atividades paralelas, ligando-se aos compradores de café e mesmo a alguns agricultores. Instalaram-se no comércio quando as vilas começaram a contar já com um mercado consumidor. Mercado esse que permitia a proliferação do pequeno comércio, como armazéns de secos e molhados, as vendas de tecidos, os armarinhos e os bares.

¹¹Para maiores estudos sobre os holandeses situados no referido estado, consultar Buysse, Frans. De Zeeuwse gemeenschap Van Holanda, Brazilie 1858-1982. Een antropologische studie over integratie en identiteit. Doctoraalscriptie culturele antropologie. Nijmegen, juli, 1984.

Poloneses

Os poloneses que começaram a chegar a partir de 1928 ao estado, oriundos da devastação do seu país de origem pela Primeira Guerra Mundial. Estes se estabeleceram na região de Água Branca. A cidade, inicialmente foi uma pequena e paupérrima vila pertencente ao município de Colatina e depois ao de São Gabriel da Palha, apresenta, atualmente, bom desenvolvimento no cenário econômico do estado. Com 8,5 mil hectares de área plantada, a cafeicultura produz anualmente cinco mil toneladas e é a principal fonte de renda, vindo em segundo lugar a pecuária, com um rebanho formado por 11.500 cabeças de gado, responsável pela produção anual de dois milhões de litros de leite e 21 mil arrobas de carne. Entretanto, a quantificação do grupo, bem como a expressão de seus elementos identitários não foram ainda estudados, mas acreditamos que muitos foram também absorvidos pela influência dos grupos majoritários.

CONCLUSÃO

Os conflitos entre os colonos e administração colonial, entre grupos católicos e luteranos, o ensino escolar oficial e o ensino religioso, problemas quanto a ausência do estado no que se refere a implantação de escolas nas áreas¹², problemas econômicos, de transporte entre as colônias e os demais centros são constantes, ainda que de forma bastante descritiva, na maioria dos trabalhos sobre imigração italiana e alemã e em menor escala nos demais grupos.

Não obstante termos a presença significativa de italianos e alemães e vários pequenos grupos na constituição da história da imigração no estado, caberia melhor estudarmos as relações inter-étnicas, isto é, entre estas populações e destas com os demais grupos que também tornam o estado um pequeno mosaico: as populações indígenas e as áreas de antigos quilombos pertencentes às populações negras descendentes de ex-escravos.

Ainda que não estejam presentes na historiografia tradicional, conforme vimos sua presença aparece de modo sutil nos relatos de viajantes e na bibliografia sobre povoamento do estado no momento em que esta aborda os conflitos nas regiões com o uso de termos que muitas vezes suavizam a gravidade dos contatos ainda sob o olhar do conceito de assimilação, a exemplo temos:

¹² Conforme apontado por Diegues Junior (1964) e Pacheco (1978:131), ambos demonstram o contraste entre a preocupação dos colonos pelo ensino das novas gerações, e a frieza do governo brasileiro diante de tais solicitações. Problema novamente tratado no relato de Glanzow (1975) quando visitou as colônias nos anos 70 e 80 do século XX.

caboclicização da cultura européia (Abreu;1966)”, “a presença dos índios existentes na província foram elementos que mataram ou levaram de volta muitos colonos de menos ânimo (Pacheco;1978:129) ”, “apenas o isolamento em que ficaram muitos colonos de origem alemã, especialmente os pomeranos, retardou, até muito recentemente, este abasileiramento ...(op.cit;1978:135)”, “Não foram cordiais as relações entre os dois grupos _ o dos colonos e o dos aborígenes [Goitacazes e Tamoios]; ao contrário : criou-se desde logo um ambiente de desconfiança (Diegues Junior;1951) .

Bibliografia :

- ABREU, Frois. Feições morfológicas e demográficas do litoral do Espírito Santo In **Revista Brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, 5(2), abr/jun. 1943.
- ABREU, Adilson. A colonização ítalo-germânica no Espírito Santo e seus problemas In **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, Associação dos Geógrafos brasileiros, n. 44, 1967.
- ACKERMANN, Silvia Regina. Sob a lente alemã: súditos de Hitler pesquisam populações de origem alemã no Estado do Espírito Santo
<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st2/st2silvia.doc>
- AZEVEDO, Luiz. Tipos de vegetação do estado do Espírito Santo. In **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 24:111-5, 1962.
- BANCK, Geert Arent. Estratégias de sobrevivência em duas comunidades ítalo-capixabas. In **Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978.
- BAHIA, Joana. “O tiro da bruxa”. Identidade, magia e religião entre os descendentes de pomeranos do estado do Espírito Santo. **Tese de doutorado em antropologia social**. Rio de Janeiro, Museu Nacional, março de 2000a.
- BAHIA, Joana. Histórias que os camponeses nos contam In **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. SBPH, Curitiba, 2000b.
- BAHIA, Joana. Canaã, a utopia da nação. In **Anais da XIX Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. SBPH, Curitiba, 2000c.
- BAHIA, Joana.. “A lei da vida”. Confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os descendentes de pomeranos do estado do Espírito Santo. In **Educação e Pesquisa Revista de educação da USP**. São Paulo, USP, 2001.
- BAHIA, Joana.. “O perigo alemão”. Breve relato de um conflito étnico In **Anuário antropológico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.
- BOLOGNINI, Carmen Zink e PAYER, Maria Onice. Língua de imigrantes In **Ciência e Cultura**. São Paulo, vol.57 no.2, Apr./June 2005.
- BUYSSE, Frans. De Zeeuwse gemeenschap Van Holanda, Brazilie 1858-1982. Een antropologische studie over integratie em identiteit. **Doctoralscriptie culturele antropologie**. Nijmegen, juli, 1984.
- CARVALHO, Regina Hees de. **Santa Maria de Jetibá; uma comunidade teuto-capixaba**, mimeo. 1978
- CASTIGLIONI, Aurélia H. e REGINATO, Mauro. **Imigração Italiana no Espírito Santo. O Banco de Dados**. Vitória:UFES, 1997, 815p.
- CASTIGLIONI, Aurélia H. [et.al.]. **Imigração italiana no espírito santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES, 1998, p.171-172.
- CASTIGLIONI, Aurélia H., Alguns aspectos da Imigração italiana no Espírito Santo: estratégias migratórias, in J. Dal Bó e outros (org.) **Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros**, Caxias do SUL:EDUCS, 1999, pp65-82.

CAVATTI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**, Belo Horizonte, Ed. São Vicente, s.d.

CENSO SOCIOEDUCACIONAL realizado pela Prefeitura de Santa Maria de Jetibá. Município de Santa Maria de Jetibá, ES: 1994.

COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira, in **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Umanitas Publicações, vol.17, nº 34, 1997.

COLBARI, Antonia. **Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional**. São Paulo: Letras & Letras/SPDC/UFES, 1995.

COSTA, Maria Cida da; CAMPOS, Mintaha Alcuri; RODRIGUES, Hielgina e FRANCO, Sebastião Pimentel. **Correntes Migratórias no Espírito Santo: Italianos, alemães e libaneses**. Editora da Ufes, 62 páginas.1996

CRUZ, Ruth Bouchard da. Distribuição da população no estado do Espírito Santo In **Revista Brasileira de Geografia** Rio de Janeiro, ano XII, n. 3,1950.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo**, Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1974.

DER HEIMATBOTE. Publicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1967 e 1969.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. Primórdios do povoamento do Espírito Santo In **O jornal**, 1951.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. Imigração, urbanização e industrialização. Rio de Janeiro, 1964. pp.78-89.

DISCHER, Delma. Acerca dos falsos escritos e Pomerana Morena. **Jornal Correio Popular**, Cariacica, out. 1994.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade. Estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Editora Sinodal; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DREHER, Martin Norberto A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. In: **Presença Luterana 1990**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1989.

DROOGERS, André. **Religiosidade popular luterana**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

EGLER, Walter Alberto. **A zona pioneira ao norte do rio doce** In **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE , ano XII,n. 2,1951.

FERRARI, Ângela de B. Contribuição para o estudo da colonização no Espírito Santo; estado sanitário de Santa Leopoldina no 1º lustrado de sua existência. In **Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, (25/7):27-38,1964/6.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

GIEMSA, Gustav; NAUCK, Ernst. (1939) Uma viagem de estudos ao Espírito Santo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, Ano VIII, n. 88, p. 451-470; n. 89, p. 560-575; n. 90, p. 653-701, 1950.

GRANZOW, Klaus. **Pomeranos unter dem Kreuz des Süden**. Horst Erdmann Verlag: Tübingen und Basel, 1975.

JACOB, Jorge Kuster. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Espírito Santo: Departamento Estadual de Cultura, 1992.

JACOB, Jorge Kuster; FOERSTE, Erineu. **Pommerhochtied. Um casamento pomerano no Espírito Santo**. Nova Venécia: Gráfica Cricaré, 1997.

KRAYER, E. Hoffmann; STÄUBLI, H.; BÄCHTOLD. **Handwörterbuch des Aberglaubens**. Berlim e Leipzig: Walter de Gruyter: CO, 1930/1931.

LAZZARO, A., COUTINHO, G. e FRANCISQUETO, C. **Lembranças Camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

LERINA, Eduardo. Passado presente. Documentário, 2000.

LIMA, Miguel. Último relatório geral da excursão do vale do rio doce; a viagem Vitória-Cachoeiro do Itapemirim. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, 2(21):1961/7,dez.1944.

LINK, Luteranos em Rondônia: O perfil de uma igreja protestante na região amazônica (1967-1987). http://www.est.com.br/nepp/numero_05/primeiros.htm

LUTHERISCHE KIRCHE IN BRASILIEN. Festschrift zum 50-jährigen Bestehen der lutherischen Synode am 9. Oktober 1955. Rio Grande do Sul: Rottermund: Co, 1955.

MEDEIROS, Rogério. As etnias do Espírito Santo. <http://www.seculodiario.com.br/etnias/> Consultado em 5 de setembro de 2006.

MORAES, Cícero. **Como nasceram cidades no espírito Santo**. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, 1950.

NAGAR, Carlo. **O estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895): relato do cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. Coleção Canaã, volume 1.

NEVES, Guilherme Santos. Costumes nupciais da Pomerânia entre colonos teuto-brasileiros. **Folclore**. Espírito Santo: Comissão Espírito Santense de Folclore, n. 24-25, maio/ago. 1953.

NEVES, Guilherme Santos. Cemitérios teuto-brasileiros. **Folclore**, Espírito Santo: Comissão Espírito Santense de Folclore, jan./dez. 1965.

NEVES, Guilherme Santos. Cantigas de ninar. **Folclore**, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, n. 39, p. 45-50, mai./ago. 1974.

NOGUEIRA, Verena Seva. *"A venda nova das imigrantes: relações de gênero e práticas sociais do agroturismo"*. **Dissertação de Mestrado**. Campinas, UNICAMP, 2004.

NOVAES, Maria Stella de. Os alemães e seus descendentes no Espírito Santo. A gazeta de Vitória. **Caderno especial**, Vitória, 5 jun., 1966.

OBERACKER, Karl Heinrich. Brauchtum und Aberglaube bei Kolonisten Pommerischer Abstammung in Brasilien. In: **Die Büsser, Religiöse Volkserzählungen, Quimbanda Kulte**. São Paulo: Staden Jahrbuch Band 9/10, 1961/1962.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do estado do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória, Ed da Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

OS POMERANOS. Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul- Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

PACHECO, Renato José da Costa. Os primeiros anos (conflitos nas colônias agrícolas espírito-santenses-1847-1882) In **Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória, Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978.

PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga no estado do Espírito Santo**. São Paulo, Associação de Geógrafos, Avulso n.3, 1962.

PUNCH, Heinrich. **Lied zum Erntedankfest**. *Folha de Notícias*. IECLB, 1967.

RABELO, Fernando Duarte Rabelo. **O problema da nacionalização do ensino no estado do Espírito Santo**. Vitória, Imprensa Oficial, 1939.

REGINATO, M., VANGELISTA, C. L'emigrazione piemontese in Espírito Santo tra '800 e '900. Una analisi in base ai registri navali. In: REGINATO, M. (*a cura di*), **Dal Piemonte allo Stato di Espírito Santo. Aspetti dell'emigrazione italiana in Brasile tra Ottocento Novecento**. Torino: Regione Piemonte, 1996. p. 227-242.

RELATÓRIO apresentado pelo núcleo avançado sobre espiritualidade no meio rural à Escola Superior de Teologia da IECLB em junho de 1991.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Subsídios à História da Imigração Italiana nos Municípios de Ibirajú e João Neiva**, 1990.

RIZZETTO, R. Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo (Brasile), in Ministero Degli Affari Esteri, **Bolletino dell'emigrazione**, anno 1905, n.7, Roma., 1905.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984. 163p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo**. São Paulo: Difel/USP, 1968.

RODRIGUES, Lelia Lôfego. **O avesso do casamento. Uma leitura antropológica do celibato entre camponeses ítalo e teuto-capixabas**. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, 1991. Dissertação de Mestrado.

RÖELKE, Helmar Reinhard. **Descobrimos raízes. Aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia**. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

ROMERO, Sylvio. (1906) **O Alemanismo no Sul do Brasil**. In *Provocações e Debates (Contribuições para o estudo do Brasil Social)*. Porto: Livraria Chardron, 1910.

SALETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo**, Edufes, Vitória, 1996.

SALETO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba, in Dimensões, **Revista de História da UFES**, nº 11, Vitória, jul/dez 2000.

SANTOS, Aldo. Nota preliminar sobre os solos do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo**, Vitória, (25/7), 1964/66.

SCHMIDT, Artur Gustav. **Plauderein beim Chimarrão**. Rio Grande do Sul: Fundação Diacônica Luterana/Verlag Ausburg, 1980.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimento/SAB, 1974.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1985.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: n. 25, 1988.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil : uma revisão da bibliografia In **BIB**, Rio de Janeiro, nº 25, 1988, pp.3-55.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil :comentários sobre a contribuição das ciências sociais In **BIB**, São Paulo, nº 51, 2004, pp.7-47.

TRESSMANN, Ismael. Bilingüismo no Brasil: o caso da comunidade pomerana de Laranja da Terra. **Revista da Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. **Viagem à província do Espírito Santo : imigração e colonização suíça 1860** / Johann Jakob von Tschudi ; posfácio com fotografias inéditas de Victor Frond; Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004 173 p. : il. – (Coleção Canaã ; v.5)

VANGELISTA. C. Dal Bella Dolinda alla colonia Santa Izabel: emigrati valdesi in Brasile nel 1858. **Ventesimo Secolo**, v. 2, n. 5-6, p. 429-443, 1992.

VANGELISTA, C. Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo, Brasil (1894-1895) In **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, Minas Gerais, Caxambu, 1998.

WAGEMANN, Ernst. (1915) **A colonização alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WEBER, Gerlinde Merklein. A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins. Vitória: Faculdade de Educação/Universidade Federal do Espírito Santo. 1998. **Dissertação de Mestrado**.

WEBER, Max. (1892) A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba. In: **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WEBER, Max. Comunidades étnicas. In: **Economia e Sociedade**. México, Fondo de Cultura Economica, 1944.

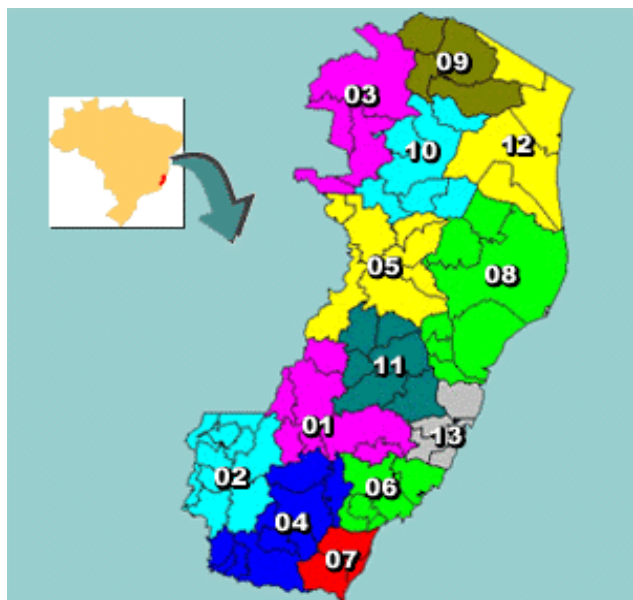
WERNICKE, Hugo. **Deutsch-evangelisches Volkstum in Espírito Santo**. Postdam: Stiftungsverlag, 1910.

WILBERT Anildo. **Cadernos do povo. Material para ensino confirmatório**. Primeiro Ano-Primeira parte. Edição provisória, 1977.

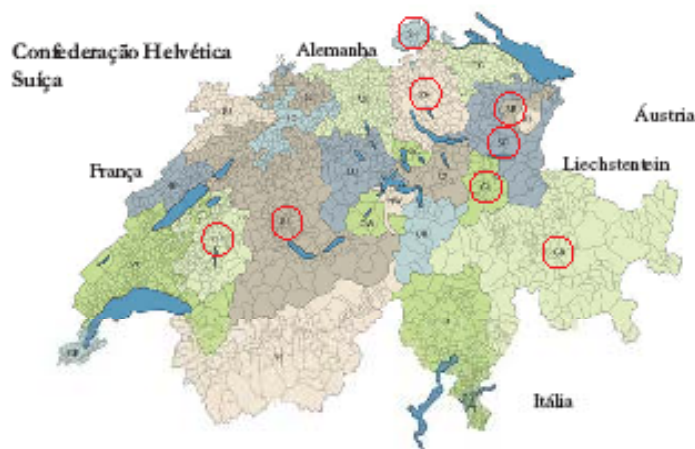
WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

ZANETTI, Thiago. Imigração estrangeira sob a ótica do Jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889) In <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/jornal/thiagozanetti.doc>

ANEXOS:



Região	Cidades
01 - Afonso Cláudio	Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante
02 - Alegre	Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuá, Ibatiba, Ibitirama, Irupé, Iúna, Muniz Freire
03 - Barra de São Francisco	Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mantenedópolis
04 - Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim, Apiacá, Atilio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, São José do Calçado, Vargem Alta
05 - Colatina	Colatina, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte
06 - Guarapari	Guarapari, Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Píuma, Rio Novo do Sul
07 - Itapemirim	Itapemirim, Marataizes, Presidente Kennedy
08 - Linhares	Linhares, Aracruz, Fundão, Ibiracú, João Neiva, Rio Bananal, Sooretama
09 - Montanha	Montanha, Mucurici, Pinheiros, Ponto Belo
10 - Nova Venécia	Nova Venécia, Águia Branca, Boa Esperança, São Gabriel da Palha, Vila Pavão, Vila Valério
11 - Santa Teresa	Santa Teresa, Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São Roque do Canaã
12 - São Mateus	São Mateus, Conceição da Barra, Jaguaré, Pedro Canário
13 - Vitória	Vitória, Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha



Capital: Berna; Área: 41.284 km²; População: 7.261.200; Idiomas: alemão, francês, italiano e romanche.
Cantões suíços que mais contribuíram com emigrantes para o Espírito Santo: Argau (Argóvia) (AR), Zürich (Zurique) (ZH), St. Gall (St. Gallen) (SG), Glarus (Glaris) (GL), Bern (Berna) (BE), Fribourg (Friburgo) (FR), Graubünden (Grisões) (GR) e Schaffhausen (Schaffhouse) (SH).

Estado do Espírito Santo Brasil



Capital: Vitória; Área: 46.077,52 km²; População: 3.097.232 (2000); Região: Sudeste (Brasil).

Destino dos imigrantes suíços no Espírito Santo, indicado pelos círculos. Os municípios da região do Capangá (microregião 12), sudoeste do Estado, recebeu centenas de descendentes de suíços provenientes da Colônia de Nova Friburgo (RJ), a partir da segunda metade do século XIX. Fonte: *Mapa das Microregiões Administrativas de Gestão* (IPEIS).

OS AÇORES NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL: DO DESCOBRIMENTO AO ADVENTO DE POMBAL

Avelino de Freitas de Meneses*

1. Portugal e a construção do Brasil

1.1. Generalidades

Em Portugal, a necessidade de ocupação e arroteia de novos espaços, resultante do surto e da continuidade da expansão ultramarina, motiva o êxodo de populações metropolitanas, cujo ritmo deriva do empenho régio e da esperança dos particulares. A persistência deste fenómeno corresponde ao incremento da emigração, ordinariamente elevada à categoria de característica estrutural da sociedade portuguesa¹. Contudo, na análise global da diáspora lusitana, Joel Serrão distingue entre colonização e emigração, considerando a riqueza do Brasil dos alvares de setecentos por principal factor de separação². Nesta perspectiva, o colonizador cumpre desígnios monárquicos, que por norma não implicam o atropelo da própria vontade, enquanto o emigrante persegue objectivos exclusivamente pessoais, por vezes até antagónicos das políticas oficiais. Assim, o povoamento das ilhas atlânticas nos séculos XV e XVI e ainda o alargamento do domínio brasileiro na era de seiscentos quadram no qualificativo de colonização, porque amparam a construção de um império, firmado no significativo controlo da coroa. Ao invés, no século XVIII, a transcendência do Brasil no mundo português, que decorre do reconhecimento do filão metalífero, suscita a acção individual, que supera as estratégias do rei, ditando a emergência da emigração hodierna. Esta distinção adquire inteira propriedade no plano da teoria. Contudo, levanta dificuldades de delimitação prática, que obrigam à observação de muitas excepções. Na verdade, ainda antes da expansão brasileira de setecentos, os colonos portugueses transportam para o Além-Mar uma expectativa de fortuna, que eventualmente excede a consciência do cumprimento de um arbítrio superior³. Do mesmo modo, no decurso do século XVIII, também identificamos o

* Reitor da Universidade dos Açores

¹ Num estudo sobre a emigração portuguesa entre os séculos XV e XX, Vitorino Magalhães Godinho expende esta tese, apresentando uma síntese e uma interpretação muito sugestivas, que reclamam uma análise mais parcelar, para preencher o quadro geral. (Cf. Vitorino Magalhães Godinho "L' Émigration Portugaise (XV-XX siècles): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde", in *Revista de História Económica e Social*, 1, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 5-32).

² Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa, sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, Colecção Horizonte-12, 1977, pp. 105-106; id., "Emigração", in *Dicionário de História de Portugal*, II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, pp. 364-366.

³ No tempo da colonização insular, por exemplo, o sistema de distribuição de terras pelos colonos constitui um incentivo ao concurso de mais povoadores, porque faculta a conquista de uma existência menos adversa. Por isso, Vitorino Magalhães Godinho admite um propósito de utopia social na génese da ocupação das ilhas. No nosso entendimento, esta tese corresponde a uma

transporte de gentes para o Ultramar em condições muito próximas de um processo de colonização. A comprová-lo, nos anos de 1747 a 1756, citamos a iniciativa régia do envio de casais açorianos e madeirenses para o Brasil meridional, no intuito de defesa e alargamento da jurisdição de Portugal contra idêntico estratagema de Espanha⁴. À margem da problemática das definições, ressalta, entretanto, a preponderância do Brasil setecentista no giro dos portugueses durante a Modernidade.

1.2. O século XVI

No império ultramarino de Portugal, a ocupação e o alargamento do Brasil movem um esforço de colonização, que supera em muito os encargos de povoamento das ilhas do Atlântico, de domínio da Costa de África e de organização do Estado da Índia. Com efeito, os portos brasileiros constituem o principal destino dos portugueses, que abandonam o Reino a partir de meados do século XVI⁵. Nesta altura, vislumbramos claramente o esboço de uma política colonizadora, que implica a reorganização administrativa e o incremento económico. Na génese desta estratégia, ressalta o surto de potencialidades de produção, que não despontam no tempo do descobrimento, por exigirem uma diligência de exploração, então muito divergente dos supremos interesses coloniais portugueses, centrados no incremento do comércio das especiarias indianas. Ademais, a opção sul-americana de meados de quinhentos quadra decerto num processo de reorganização ultramarina, ditado pela concorrência dos estrangeiros, que ameaça o litoral brasileiro e disputa o primado português no Oriente. Nestas circunstâncias, à necessidade intrínseca de desenvolvimento do Brasil, acresce o impulso resultante das dificuldades da Índia, que aconselham ao aproveitamento de novos espaços, embora não signifiquem a revelação de uma decadência irreparável. Na verdade, a transferência da principal base do império português do Índico para o Atlântico, concretamente de Goa para S. Salvador da Baía, ocorre com demasiada lentidão⁶.

sugestiva hipótese de trabalho, mas ainda carece de apropriada confirmação. De facto, se a virgindade do meio facilita a construção de uma comunidade nova eventualmente igualitária, os colonizadores transportam sempre consigo os arquétipos continentais, decerto insensíveis aos difusos desígnios utópicos. Nestas circunstâncias, julgamos que o generoso regime de dadas de terras deriva simplesmente dos requisitos de brevidade da arroteia, que demandam a afluência das gentes. (Cf. Vitorino Magalhães Godinho, "As ilhas atlânticas da geografia mítica à construção das economias oceânicas", in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira - 1986*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração - D.R.A.C., 1989, pp. 40-41; Avelino de Freitas de Meneses, "Madeira e Açores: ensaio e sustentáculo da expansão ultramarina", in *Estudos de História dos Açores, I. As ilhas no conhecimento do Mundo*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994, pp. 98-102).

⁴ A consulta do Conselho Ultramarino de 8 de Agosto de 1746 define as vantagens de embarque de casais açorianos para o sul do Brasil, que sucede a partir de 1747 (Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, caixa 407, s/nº, consulta do Conselho Ultramarino sobre pedido açoriano de transporte para o Brasil, Lisboa, 8 de Agosto de 1746).

⁵ Vitorino Magalhães Godinho, "L'Émigration [...]", já cit., in *Revista de História Económica e Social*, 1, pp. 8-9; Guy Martinière, "A implantação das estruturas de Portugal na América", in *Nova História da Expansão Portuguesa, VII - O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)*, coordenação de Frédéric Mauro, Lisboa, Estampa, 1991, p. 214.

⁶ C.R. Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 136-153; Jorge Couto, *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa,

1.3. O século XVII

No século XVII, aumenta a partida de metropolitanos para o Brasil. Neste caso, as motivações residem no estabelecimento de maior correspondência com as possessões espanholas vizinhas e sobretudo no progresso agrícola, nomeadamente o incentivo da cultura sacarina. De facto, no 2º quartel de seiscentos, avulta a proeminência mercantil das frotas do açúcar brasileiro, que possui implicações óbvias na origem e na consolidação do movimento da Restauração⁷. Neste contexto, os portugueses buscam sobretudo os campos açucareiros do Nordeste, apesar da individualização de incursões para o Sul e o Oeste, curiosamente determinadas pela procura de mão-de-obra escrava para a laboração dos engenhos⁸. Assim, a distribuição dos povos manifesta grande desequilíbrio, ressaltando a concentração de cerca de 3/4 do efectivo demográfico brasileiro nas regiões de Pernambuco e Baía⁹. No entanto, o acréscimo das entradas de forasteiros nos portos sul-americanos durante a centúria de seiscentos ainda não equivale ao reconhecimento de um avultado surto migratório. De facto, entre 1600 e 1700, a população de origem europeia ascende de 30.000 a 100.000 indivíduos, sobressaindo nesta evolução o predomínio da reprodução sobre os ingressos¹⁰.

1.4. O século XVIII

No dealbar de setecentos, sucede o grande incremento da emigração portuguesa para o Brasil, que possui nítida correspondência com a descoberta dos metais-preciosos. Curiosamente, o fluxo migratório converge nas primeiras seis décadas do século XVIII, enquanto perdura a exploração mais rentável do ouro e dos diamantes¹¹. Na globalidade, os habitantes de proveniência europeia

Edições Cosmos, 1995, pp. 183-308; A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, I, Lisboa, Palas Editores, 1978, pp. 631, 636 e 639-640; Vitorino Magalhães Godinho, "1580 e a Restauração" e "Portugal, as frotas do ouro e as frotas do açúcar (1670-1770)", in *Ensaio, II. Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 379-421 e 423-448; Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos*, I. *Poderes e Instituições*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, pp. 3-58.

⁷ Jaime Cortesão, "A economia da Restauração", in *O Congresso do Mundo Português*, 7(2), Lisboa, 1940, pp. 673-687; Joel Serrão, "Em torno das condições económicas de 1640: uma política nova: o Brasil e as vias comerciais do Atlântico", in *Vértice*, Coimbra, 1952, pp. 38-87.

⁸ Neste caso, alude-se principalmente às "bandeiras" paulistas que, entre 1628 e 1640, se empenham «... em empurrar os limites da expansão portuguesa para sul e ocidente do núcleo de colonização inicial, subindo o Tietê de São Paulo ao Paranaíba e aos seus afluentes. Procurando responder às necessidades de mão-de-obra do Brasil açucareiro do Nordeste, percorriam o interior do planalto à procura de escravos índios, esbarrando com as resistências missionárias do Paraná e do Sul de Mato Grosso». (Cf. Guy Martinière, "A implantação das estruturas [...]", já cit., in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VII, pp. 143-148).

⁹ Cf. Guy Martinière, "A implantação das estruturas [...]", já cit., in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VII, p. 214.

¹⁰ Id., *ibid.*, pp. 212-213.

¹¹ Cf. João Pedro Ferro, *A População Portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença,

decuplicam durante a centúria, atingindo a ordem do milhão¹². Neste caso, ao invés do crescimento seiscentista, o peso das entradas talvez prevaleça sobre a multiplicação natural. Com efeito, apesar da divergência dos cálculos, admitimos um aumento de aproximadamente 500.000 pessoas, resultante da imigração¹³. Deste modo, o êxodo dos metropolitanos levanta problemas económicos e sociais no Reino, que movem a coroa à disciplina e até à proibição das saídas. De facto, na sequência das prevenções ineficazes de 1709 e 1711, uma lei de 20 de Março de 1720 condiciona a autorização de ida para o Brasil à apresentação de passaporte, exceptuando apenas os agentes do rei, incumbidos do desempenho de missões oficiais¹⁴. Além do acréscimo das gentes, a nova geografia económica brasileira impõe uma distribuição demográfica diferente, que privilegia naturalmente as regiões da mineração. Assim, persiste a conveniente ocupação de Pernambuco e da Baía, mas prospera o povoamento das capitanias de Minas Gerais, S. Paulo e Rio de Janeiro, que em 1750 comportam cerca de 40% da população do Brasil¹⁵.

1.5. Síntese

No ultramar português, a unidade territorial e humana do Brasil constitui um desafio muito problemático, quando consideramos a falta de potencialidades do Reino. De facto, na construção brasileira, os portugueses defrontam as contrariedades da arroteia, a resistência dos indígenas e a cobiça dos estrangeiros. Nestas circunstâncias, a emigração significa o meio de avigoramento da colónia, embora resulte em eventual prejuízo do país, que empreende um esforço muito superior ao das demais metrópoles europeias, designadamente Espanha. De facto, atribui-se ao surto migratório ultramarino a estagnação demográfica de Portugal, que por um longo período de mais de dois séculos, entre 1527-31 e 1766, não logra a duplicação do número de habitantes¹⁶. Do mesmo modo, em referência à era de setecentos, admite-se a perda de 1/5 dos activos reinóis, para a garantia da

1995, p. 64.

¹² Cf. Guy Martinière, "A implantação das estruturas [...]", já cit., in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VII, pp. 212-213.

¹³ João Pedro Ferro, *ob. cit.*, p. 64; Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 57; Guy Martinière, "A implantação das estruturas [...]", já cit., in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VII, pp. 212-213.

¹⁴ Francisco Xavier da Silva, *Elogio fúnebre e histórico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelíssimo Rey de Portugal e Senhor D. João V em que se referem as acções da sua religião, piedade, clemência, justiça, liberalidade; as fundações tanto Sagradas, como Civis; os sucessos do tempo da guerra, e da paz; as victorias, que as Armas Lusitanas alcançarão no Estado da India no seu reynado; com huma relação da enfermidade, morte e mais actos, que precederão até o deposito do seu Real Cadaver*, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, M.D.C.C.L.; Joel Serrão, "Emigração", in *Dicionário de História de Portugal*, II, já cit., p. 366.

¹⁵ Cf. Guy Martinière, "A implantação das estruturas [...]", já cit., in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VII, p. 214.

¹⁶ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, "L' Emigration [...]", já cit., in *Revista de História Económica e Social*, 1, pp. 8-9.

extracção metalífera¹⁷.

2. Os Açores e a ocupação do Brasil

2.1. Generalidades

A ocupação ultramarina decorre principalmente da cooperação dos metropolitanos. No entanto, entre as parcelas de Além-Mar, identificamos o estabelecimento de uma importante correspondência, que atenua a falta de homens nas possessões de colonização mais recente pela transferência de gentes das regiões de povoamento mais primitivo. Nestas circunstâncias, ressalta o exemplo dos arquipélagos do Atlântico, particularmente a Madeira e os Açores, que constituem uma experiência pioneira de domínio português à distância. Porém, as ilhas também se convertem em agentes da gesta do Ultramar, sobretudo quando a necessidade de exploração e alargamento do Brasil suscita a participação dos insulanos¹⁸. Na disseminação de açorianos e madeirenses pelas longínquas partes do Além-Mar, impera a conjugação de diversos factores, mormente as vicissitudes da arroteia ilhense e os embaraços jurídicos, que tolhem a distribuição da propriedade, e os incentivos dos novos espaços e os estímulos do poder régio, que significam a abertura de outras oportunidades. No império espanhol, as Canárias desempenham curiosamente um papel muito semelhante. De facto, a conquista da Jamaica pelos ingleses em 1655 e a fundação da Colónia do Sacramento pelos portugueses em 1680 movem o governo de Madrid à defesa do Caribe e do estuário do Prata, através da intensificação do povoamento. Nesta conjuntura, avulta o concurso dos canários, que edificam a cidade de Montevideu, conjuntamente com famílias de Buenos Aires, numa estratégia de oposição ao acréscimo da influência de Portugal. Aliás, a coroa espanhola, com a conivência das elites insulares, estabelece clara dependência entre a manutenção de trato mercantil canário-americano e a continuidade da emigração, impondo o denominado tributo de sangue, estatuído em diploma de 1678¹⁹.

2.2. O século XVI

Logo no século XVI, reconhecemos a presença de açorianos nas principais frentes da expansão portuguesa, nomeadamente em África e na Índia. Todavia, ainda se trata de uma

¹⁷ Cf. Guy Martinière, "A implantação das estruturas [...]", já cit., in *Nova História da Expansão Portuguesa*, VII, pp. 212-213.

¹⁸ Vitorino Magalhães Godinho "L' Emigration [...]", já cit., in *Revista de História Económica e Social*, 1, pp. 15 e 20; Joel Serrão, "Emigração", in *Dicionário de História de Portugal*, II, já cit., p. 364.

¹⁹ Cf. Manuel Hernandez Gonzalez, *Canarias: la emigracion*, Tenerife, Centro de la Cultura Popular Canaria, 1995, pp. 23, 26 e 53.

participação individual, muito determinada por motivações de natureza político-militar e religiosa, que relevam os intentos de reforço de foros nobiliárquicos e de cumprimento de desígnios divinos sobre vulgares ambições de maior fortuna²⁰. Contudo, em meados de quinhentos, os imperativos da colonização brasileira admitem já o recurso à participação dos insulanos. Este propósito ainda enraíza no usual socorro das frentes afro-asiáticas de domínio português, que demanda a cooperação de gente da guerra e da religião. A comprová-lo, em 1541, o Dr. Manuel Álvares sugere a extracção de um contingente de 900 micalenses, seleccionados à razão de dois peões por cada cavaleiro²¹. Porém, reconhecemos simultaneamente a transição para um novo regime, estribado na partida de muitos populares, que garanta a extensão do povoamento nos vastos e inóspitos sertões do Brasil. De facto, no ano de 1550, as dificuldades do governador Tomé de Sousa no processo de organização da capitania da Baía movem o próprio rei à busca do expediente migratório ilhense. Na altura, D. João III encarrega o provedor das armadas Pero Anes do Canto do arrolamento de 300 pessoas, de preferência casadas, que aceitem a transferência para a colónia sul-americana, sob os efeitos da persuasão e do privilégio, designadamente o júbilo régio, a gratuidade do transporte e a distribuição de terras²². Mais tarde, individualizamos até o surgimento da iniciativa dos particulares, movida pela crença na prosperidade colonial, sobretudo na ocorrência de crises agrícolas no arquipélago. Com efeito, em 1579, numa conjuntura de esterilidade, Gaspar Frutuoso alude ao empenho do mariense Diogo Faleiro, que disponibiliza 200\$000 para a condução de familiares repentinamente empobrecidos para terras brasileiras²³.

2.3. O século XVII

No século XVII, crescem significativamente as saídas de insulanos, ressaltando já o destino brasileiro. Ademais, em vez da busca de nobres feitos, imperam os propósitos de melhoria das condições de vida. Contudo, avulta em simultâneo o cumprimento de projectos político-económicos da coroa, que assentam no incremento do povoamento, tido por seguro móbil de multiplicação de proventos e de confirmação da soberania portuguesa. As fontes não possibilitam a individualização dos diversos contingentes, cujo cômputo ainda defronta maior dificuldade.

²⁰ Urbano de Mendonça Dias, *A Vida dos Nossos Avós. Estudo etnográfico da vida Açoreana através das suas leis, usos e costumes*, 2º vol., Vila Franca do Campo, Tipografia de "A Crença", 1944, 225-227; José Damião Rodrigues, "Os Açores e a Expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV-XVIII)", in *Insulana*, XLIX, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1993, pp. 160-161.

²¹ Cf. "Colecção de documentos relativos às ilhas dos Açores", in *Arquivo dos Açores*, V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p. 162, carta do Dr. Manuel Álvares ao rei, Ponta Delgada, 1 de Maio de 1541.

²² Cf. "Provedoria das Armadas nos Açores (correspondência oficial)", in *Arquivo dos Açores*, XII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983, pp. 414-415, carta régia ao provedor Pero Anes do Canto, Lisboa, 11 de Setembro de 1550.

²³ Cf. Gaspar Frutuoso, *Livro Terceiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1983, pp. 60-61.

Todavia, detectamos muitos factos e indícios, que comprovam um contínuo fluxo de gentes, particularmente considerável na 2ª metade de seiscentos.

Em 1617, Jorge Lemos de Bettencourt propõe ao rei a organização do transporte de 200 casais açorianos para o estado do Maranhão, em troca da concessão da capitania de Pernambuco. Depois da análise da iniciativa, o monarca consente no empreendimento, decidindo a cedência de embarcação e a dádiva de 2000 cruzados de ajudas de custo. No entanto, as famílias insulanas só desembarcam na colónia sul-americana em 1619. Porém, prestam um assinalável contributo ao desenvolvimento económico e à ocupação humana, compensando a precedente influência dos degredados no efectivo demográfico²⁴. Na década de vinte, persiste a demanda ilhense pelos portos brasileiros. Na verdade, em 1621, certificamos a partida de mais de 200 pessoas²⁵. No ano seguinte, saem outros 40 casais, que uma vez mais possuem o Maranhão por objectivo²⁶. Em ambos os casos, subsiste a dúvida da existência de eventual correlação entre estas levas e o cumprimento do programa colonizador de 1617, alvitado por Jorge Lemos de Bettencourt. Ainda nos anos vinte, Frédéric Mauro aponta a deslocação em 1628 de 200 agregados familiares dos Açores para os estados do Maranhão e Rio de Janeiro²⁷. No termo da 1ª metade da centúria, concretamente em 1648, o almoxarife de Santa Maria promove o recrutamento de 200 casais, equivalente a cerca de 500 a 600 criaturas, cujo encargo de transferência para a região maranhense se consigna ao rendimento da comenda por um período de dois anos. Porém, registamos somente o embarque, em Abril de 1649, de 52 famílias, compostas de 352 indivíduos, desprovidos de ocupação quotidiana e, por conseguinte, tributários da caridade pública²⁸. Esta estratégia, que frequentemente se repete por meados do século XVIII, consiste na harmonização de necessidades insulares e coloniais. Com efeito, a diminuição das tensões sociais marienses, que melhora o convívio dos povos, favorece o preenchimento dos espaços vazios da fronteira norte do Brasil, que defende e impulsiona o domínio português. Contudo, por diversas vezes, as autoridades coloniais deploram semelhante estratagem, considerando a dificuldade de enquadramento de populações visceralmente indisciplinadas. Verificamo-lo precisamente neste caso, como se depreende do desapontamento do governador Luís

²⁴ Cf. Manuel Diégues Júnior, "Contribuição dos casais ilhéus à fixação do "uti-possidetis", in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, p. 474.

²⁵ Cf. Manuel de Sousa Menezes, "Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, Angra do Heroísmo, 1952, pp. 64-69.

²⁶ Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670) - Étude Economique*, 2ª ed., Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1983, p. 585; Manuel de Sousa Menezes, "Os casais açorianos [...]", já cit., in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, pp. 64-69.

²⁷ Cf. Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 585.

²⁸ "Transporte de colonos para o Brasil", in *Arquivo dos Açores*, I, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980, p. 485, mandado do Conselho da Fazenda, Lisboa, 9 de Outubro de 1648; Manuel de Sousa Menezes, "Os casais açorianos [...]", já cit., in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, pp. 64-69; Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 585.

de Magalhães, que solicita o envio de mais colonos logo em 1650, para suprir os malefícios do espírito absentista e pedinte dos componentes da leva do ano anterior²⁹.

Na 1ª metade do século XVII, o acréscimo do transporte de civis, determinado pelo confronto entre a real pobreza dos Açores e a suposta riqueza do Brasil, não obsta à contínua partida de contingentes militares, no seguimento das iniciativas quinhentistas de alargamento do domínio português no Além-Mar. Nos decénios de 1630 e de 1640, sobejam efectivamente as provas de semelhante procedimento. Com efeito, em 1637, o terceirense Manuel do Canto e Castro sugere o recrutamento de 1000 soldados e 200 marinheiros³⁰. No ano seguinte, certamente na sequência desta proposta, D. Diogo Lobo recebe o efectivo encargo do alistamento de 1000 insulanos, considerando a conveniência do menor custo³¹. Na altura, no propósito de reforço deste terço, o capitão Pedro de Lemos Cabral ainda intenta o levantamento em S. Jorge de uma companhia de 100 homens³². Na década de quarenta, concretamente em 1644, os madeirenses Simão Machado e Bartolomeu Machado aventam a possibilidade da reunião de 100 indivíduos nos Açores e na Madeira³³. Porém, no Verão de 1645, individualizamos o apresto na Terceira de 200 infantes, que acresce ao desígnio do Conselho Ultramarino de envio para São Salvador da Baía de uma força de cerca de 100 defensores, que o provedor das armadas da ilha Terceira remetera à capital em protecção das naus da Índia³⁴. Finalmente, em 1649, Manuel do Canto e Castro assume de novo o expediente de arrolamento de 600 milicianos para a colónia sul-americana, justificando agora a reunião de menos combatentes com a diminuição da base de recenseamento, resultante da continuidade das saídas³⁵.

Na 2ª parte de seiscentos, crescem as provas da tentação brasileira. Na altura, preponderam os intentos de partida dos açorianos do grupo central, principalmente do Faial e Pico, mas também da Graciosa. Na justificação dos requerimentos de saída, os poderes locais invocam o excedente

²⁹ Cf. Manuel de Paiva Boléo, “Filologia e História. A emigração açoriana para o Brasil (Com documentos inéditos)”, in *Biblos*, XX, Coimbra, Faculdade de Letras, 1945, pp. 34-35, parecer do Conselho Ultramarino, Lisboa, 3 de Agosto de 1650.

³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, *Açores*, cx. 2, nº 6, parecer sobre proposta de Manuel Canto e Castro acerca do recrutamento de militares açorianos para o Brasil, Lisboa, 8 de Junho de 1649.

³¹ A.H.U., *Açores*, cx. 1, nº 60, consulta sobre o recrutamento de militares açorianos para o Brasil, Lisboa, 1638. Veja-se também: António Raimundo Belo, “Relação dos emigrantes açorianos para os Estados do Brasil, extraída do Livro de Registos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, VII, Angra do Heroísmo, 1949, pp. 244-246, carta régia de 27 de Março de 1638.

³² A.H.U., *Açores*, cx. 1, nº 63, consulta sobre o recrutamento de militares açorianos para o Brasil, Lisboa, 31 de Agosto de 1638.

³³ A.H.U., *Açores*, cx. 1, nº 89, consulta sobre o recrutamento de militares açorianos para o Brasil, Lisboa, 8 de Junho de 1644.

³⁴ A.H.U., *Açores*, cx. 1, nº 96, carta do provedor da fazenda real ao rei, Angra, 28 de Agosto de 1645; nº 97, consulta sobre o envio de soldados terceirenses para a Baía, Lisboa, 31 de Agosto de 1645; nº 99, consulta sobre o recrutamento de militares açorianos para o Brasil.

³⁵ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 6, já cit.

demográfico, que gera a miséria das gentes, e as catástrofes sismo-vulcânicas, que desorganizam o quotidiano. À semelhança do passado, as terras do Maranhão permanecem por principal destino dos insulanos, que jogam o papel de atalaias da soberania portuguesa na irrupção de disputas fronteiriças.

Nos anos sessenta, assinalamos o embarque de um contingente de faialenses em 1666 e a representação do governador do Maranhão, que solicita o envio de mais povoadores, logo no ano seguinte³⁶. Todavia, a busca da solução brasileira ressalta sobretudo na sequência da erupção vulcânica, que ocorre no Faial em Abril de 1672. Este evento afecta fundamentalmente as freguesias do Capelo e da Praia do Norte, obrigando à redistribuição das populações por outros povoados e ao acolhimento dos idosos na Misericórdia da Horta³⁷. Nestas circunstâncias, a câmara expõe ao soberano a calamidade, sugerindo por relevante providência a autorização do transporte dos sinistrados para os campos maranhenses. Na resposta, o monarca propõe diversos procedimentos, que facultem a reposição da normalidade. Assim, determina a união administrativa das freguesias afectadas e a reconstrução da igreja do Capelo e consente na transferência de 100 casais para a capitania do Pará do Estado do Maranhão³⁸. Além disso, ordena a realização da viagem por conta da fazenda real, concede 8\$000 de ajudas de custo a cada família e prescreve às autoridades ultramarinas o condigno acolhimento dos novos colonos, que inclui a reserva de locais para instalação e o fornecimento de utensilagem e víveres³⁹. No entanto, a demora das embarcações acarreta dificuldades para os alistados, que enfrentam graves problemas de subsistência⁴⁰. Aliás, em Novembro de 1676, uma parte dos candidatos sobrevive a expensas do capitão-mor da Horta, que clama pela sua rápida passagem ao Brasil⁴¹. De facto, a saída dos faialenses processa-se com lentidão. O primeiro contingente de 50 famílias, composto de 234 pessoas, parte em 1675⁴². No ano imediato, o monarca notifica os poderes locais da conveniente acomodação do grupo na

³⁶ Manuel Diégues Júnior, "Contribuição dos casais [...]", já cit., in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, p. 478; Manuel de Sousa Menezes, "Os casais açorianos [...]", já cit., in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, pp. 64-69.

³⁷ Cf. António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, I, reimpressão fac-similada da edição de 1871, s/l, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981, pp. 184-185 e 417-426.

³⁸ Id., *ibid.*

³⁹ "Cartas Regias", in *Arquivo dos Açores*, V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p. 265; Manuel Diégues Júnior, "Contribuição dos casais [...]", já cit., in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, p. 478.

⁴⁰ Na miragem da breve partida, os casais procedem precipitadamente à venda de parques haveres, que rendem valores muito exíguos. Apesar de somado ao subsídio régio, este pecúlio não garante a subsistência até ao embarque. Assim, em Julho de 1676, os candidatos suscitam a piedade régia, quando deploram o pagamento das ajudas de custo em géneros, entretanto avaliados por preços muito superiores aos da terra. (Cf. "Transporte de colonos [...]" já cit., in *Arquivo dos Açores*, I, p. 373).

⁴¹ Id., *ibid.*, p. 371.

⁴² Frédéric Mauro, *ob. cit.*, p. 585; Manuel Sousa Menezes, "Os casais açorianos [...]", já cit., in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, pp. 64-69.

colónia sul-americana e estabelece a deslocação dos restantes 50 casais, constituídos por 219 indivíduos⁴³. Ademais, preceitua a organização do transporte de uma nova leva de 100 famílias, que por relatos oficiais facilmente se reuniria nas ilhas de Faial e Pico⁴⁴. Contudo, a saída do segundo corpo de migrantes sucede apenas em 1677. Neste caso, corresponde à última remessa de 50 casais, pelo que desconhecemos a evolução do propósito monárquico de passagem de novo bando de faialenses e picoenses para o Brasil⁴⁵. Deste modo, em 1677, releva antes a mercê do regente D. Pedro, que aprova a ida de 200 famílias da Graciosa para solo brasileiro, considerando os inconvenientes do excesso populacional insular, que motiva a indigência dos moradores. Porém, no dizer do emissário régio António Couto Castelo Branco, que visita as ilhas de baixo no fim do primeiro decénio de setecentos, saem apenas 20 casais, com aproximadamente 200 indivíduos⁴⁶. Por fim, no ocaso do século XVII, detectamos informações de 1692 e 1696 sobre emigração para o Brasil. No primeiro caso, Oswaldo Rodrigues Cabral noticia o deslocamento de 260 açorianos para Santa Catarina⁴⁷. No último, o governador Gomes Freire solicita o envio de 50 homens solteiros, aptos para o cumprimento de serviço militar e constituição de família⁴⁸.

2.4. O século XVIII

No século XVIII, cresce a busca do Brasil por gentes dos Açores. Este fenómeno decorre do surto da exploração metalífera e do propósito oficial de consolidação do domínio português em novos campos de disputa. No arquipélago, avulta sempre a maior iniciativa dos moradores das ilhas mais pobres do grupo central, nomeadamente do Pico, que enfrentam crises de subsistência graves e frequentes, muito potenciadas pela destruição do vulcanismo. Na colónia sul-americana, além da

⁴³ Cf. "Transporte de colonos [...]", já cit., in *Arquivo dos Açores*, I, pp. 371 e 373.

⁴⁴ Id., *ibid.*, pp. 373-374.

⁴⁵ Na ocasião, o capitão-mor da Horta recrimina, entretanto, o almoxarife, que não concede as ajudas de custo regulamentares a novos pretendentes, contrariando o espírito das resoluções da coroa, favoráveis ao embarque de mais gente e ao aproveitamento da capacidade total das embarcações (Cf. Manuel Diégues Júnior, "Contribuição dos casais [...]", já cit., in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, p. 478; "Transporte de colonos [...]", já cit., in *Arquivo dos Açores*, I, p. 372).

⁴⁶ O agente régio António Couto Castelo Branco confirma a apresentação de um requerimento gracioso à corte, para «... que se tirem 200 cazais ao menos desta Ilha porque a gente que ha, he muita, e pouco o em que se occupem e com que vivão E sendo lhes feito o S^o F. Rey D. Pedro merce a Requerimento do mesmo Povo, que se lhe tirassem 200 cazais, por rezões de particulares, se levarão so 20 que levarão 200 pessoas...» (Cf. "Carta a El Rey nosso Senhor em que lhe fez relação Antonio do Couto das seis ilhas baixas e da Terceira, anno de 1709", in *Arquivo dos Açores*, XII, p. 468). Veja-se também: Manuel Sousa Menezes "Os casais açorianos [...]", já cit., in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, pp. 64-69.

⁴⁷ Cf. Oswaldo R. Cabral, "Os Açorianos. Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução económica e social de Santa Catarina", in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, p. 511.

⁴⁸ Cf. Manuel Sousa Menezes, "Os casais açorianos [...]", já cit., in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X, pp. 64-69.

diligência de demarcação da fronteira setentrional, releva agora o desígnio de alargamento para sul da jurisdição portuguesa. Neste caso, o rio da Prata constitui, na óptica do governo de Lisboa, o limite natural do Brasil na frente meridional. Aliás, este entendimento já motivara a fundação da Colónia do Sacramento em 1680, gerando logo a firme repulsa dos vizinhos espanhóis⁴⁹. Todavia, o desígnio régio de avigoramento da presença de Portugal nas extremidades brasileiras defronta as dificuldades de organização de um sistema de transporte, semelhante a um projecto clássico de colonização⁵⁰. Nestas circunstâncias, a coroa estabelece uma prudente conexão entre a outorga de privilégios comerciais nas carreiras do Brasil e a obrigatoriedade de condução de um número prefixo de casais açorianos. Assim, os portugueses adoptam uma modalidade próxima da prática espanhola nas Canárias, pois utilizam o móbil económico e optam pela deslocação de famílias, que garante a rápida multiplicação dos povos⁵¹.

No termo da 1ª década do século XVIII, o emissário régio António Couto Castelo Branco aconselha o transporte de casais do Pico, alegando o excesso de população⁵². Todavia, esta probabilidade ganha maior premência no início dos anos vinte. Na altura, a coroa combina as consequências das erupções vulcânicas de 1718 com a necessidade de ocupação do sul do Brasil, correspondendo simultaneamente às súplicas dos picoenses e às diligências das autoridades coloniais. Na verdade, em Fevereiro de 1718, a violência do vulcanismo atinge duramente a ilha do Pico. Com efeito, o fogo rebenta nas vertentes da montanha, originando caudalosas torrentes de lava, que afectam principalmente as freguesias de Bandeiras e Santa Luzia, a Norte, e de S. João, a Sul. Este cataclismo motiva a destruição de muitos campos de cultivo e o consequente decréscimo da produção agrícola, originando o alastramento da penúria, que provoca, uma vez mais, a impressão do excedente demográfico⁵³. Nestas circunstâncias, os poderes públicos solicitam

⁴⁹ Acerca dos propósitos e das implicações da fundação da Colónia do Sacramento, veja-se: Jaime Cortesão, *Tratado de Madrid: Antecedentes - Colónia do Sacramento (1669-1749)*, Rio de Janeiro, 1954; Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil, I, (1493-1700)*, Coimbra, 1947; id., *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1973.

⁵⁰ Nesta altura, a livre iniciativa dos particulares reforça extraordinariamente o povoamento das regiões da mineração, movendo o controlo e a proibição oficiais. Porém, a ocupação das regiões de fronteira, que acarreta o risco do confronto militar e da desorganização económica, ainda depende do empenho e dos incentivos da coroa.

⁵¹ Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, *Capitania Geral*, Livro de registo geral da provedoria da fazenda de Angra (1700-74), fls. 249v.-250v., alvará de concessão ao contrato do tabaco do privilégio de envio anual de um barco de comércio ao Brasil, Lisboa, 27 de Junho de 1744. Consulte-se também: Oswaldo R. Cabral, "Os Açorianos [...]", in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, p. 513; Manuel Hernandez Gonzalez, *ob. cit.*, p. 26.

⁵² Cf. "Carta a El Rey [...]", já cit., in *Arquivo dos Açores*, XII, p. 470.

⁵³ As erupções picoenses causam até grande temor nas ilhas circunvizinhas, nomeadamente em S. Jorge e no Faial. Aliás, em preito de gratidão pela protecção divina, a câmara da Horta assume o compromisso da realização anual de uma festividade religiosa em honra da imagem de Santo Cristo da Praia do Almoxarife, que constitui o principal amparo dos devotos durante a catástrofe. Esta manifestação, que ainda persiste na actualidade ocorre sempre no dia 1 de Fevereiro, que assinala o início da actividade sismo-vulcânica do Pico em 1718. (Cf. "Vulcanismo nos Açores. XX. Anno de 1718. Erupção na Ilha do Pico", in *Arquivo dos Açores*, III, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, pp. 497-506). Veja-se também: A. H. U., *Açores*, cx. 2, nº 40, consulta do Conselho Ultramarino sobre transporte de

autorização régia para a transferência dos sinistrados para o Brasil. Além disso, considerando a miséria das gentes, requerem a realização do transporte a expensas da fazenda real e a concessão de privilégios no destino, nomeadamente a distribuição de terras e a cedência de alfaías e sementes⁵⁴. Neste processo, ressalta a iniciativa da câmara das Lajes, decerto determinada pelo assombro dos “mistérios” de S. João. De facto, a vereação lajense remete um delegado à corte, concretamente João Machado Goulart, que durante anos sente, com particular ansiedade, o estímulo das promessas reais e o desânimo da dilação das viagens. Porém, o empenho municipal suscita logo o consentimento do monarca. Na realidade, D. João V suplanta as expectativas camarárias, concordando na efectivação da levada à custa do erário público e ainda na atribuição de terras e casas e no fornecimento de ferramentas, armas, sementes e até alimentação, por um período de seis meses⁵⁵. Para a execução deste plano, o soberano ordena então a elaboração de um minucioso alistamento de voluntários⁵⁶. Contudo, a aquiescência da monarquia possui por contrapartida a deslocação dos insulanos para as principais frentes de alargamento do domínio português na América do Sul. Aliás, as autoridades açorianas sugerem inclusivamente tal solução, no intuito da rápida obtenção do beneplácito da corte. A testemunhá-lo, a proposta de João Machado Goulart presente ao Conselho Ultramarino radica na harmonização dos propósitos da coroa com as esperanças dos particulares, denotando até a busca e a individualização de virtualidades, que ocultem a influência dos centros da mineração. Deste modo, aconselha o despacho dos ilhéus para a Colónia do Sacramento e admite a sua difusão pelo litoral do Brasil meridional, entre o Rio de Janeiro e o estuário do Prata, reforçando o povoamento da região brasileira mais disputada pelos espanhóis. Ademais, refere a adequação do novo ambiente à vivência dos açorianos, atendendo ao reconhecimento de maior analogia climática com o arquipélago e o Reino⁵⁷.

Nas ilhas, a mercê régia gera, como é óbvio, o regozijo dos picoenses. Contudo, move também a súplica dos povos da Terceira e de S. Jorge, que alegam sempre os inconvenientes do acréscimo populacional e a consentânea generalização da pobreza. A comprová-lo, em 22 de Agosto de 1722, o elenco camarário do Topo reputa de excedentário cerca de um terço do efectivo demográfico do concelho, considerando a média das disponibilidades alimentares⁵⁸. Precisamente

picoenses para o Brasil, s/l, s/d (anterior a Agosto de 1723).

⁵⁴ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 33, carta do corregedor ao rei, Angra, 6 de Agosto de 1720.

⁵⁵ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 34, alistamento de colonos para o Sacramento, Topo, 22 de Agosto de 1722.

⁵⁶ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 40, já cit.

⁵⁷ Uma consulta do Conselho Ultramarino, anterior a Agosto de 1723, certifica a sugestão de João Machado Goulart, que propõe o transporte de picoenses «... para Terras de suas Conquistas na America e munto particularmente, sendo Vossa Magestade servido para as Terras da Nova Collonia do Sacramento, e as mais adjacentes a ella que correm desde a boca do Rio da Prata athe o Rio de Janeiro por serem as lavours das ditas Terras em munta parte mais semelhantes às que se praticão na Cultura da Europa...». (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 40, já cit.).

⁵⁸ No auto de alistamento de voluntários para o transporte para o Brasil, a vereação do Topo considera que «... a terça

no mesmo dia, o senado angrense emite idêntico parecer. Perante a informação da matrícula de 1435 pessoas no Pico, a governança de Angra entende que da sua jurisdição «... se podem extrair o mesmo numero, ou mais, por se achar opulenta de gente, sem bens, nem razão que possa dificultar o seu embarque, antes delle lhes redonda conveniencia, e utilidade, rezulta a terra, por nella faltar produção de mantimentos pera seu sustento...»⁵⁹. No entanto, à margem do embarque de voluntários, diversas autoridades insulares, designadamente o corregedor e a câmara das Lajes, sugerem a saída compulsiva de prisioneiros e marginais⁶⁰. Na defesa desta proposta, que possui correspondência em processos tradicionais da colonização ultramarina, avulta a reciprocidade dos benefícios, resultantes da melhoria do convívio social nos Açores e do reforço da ocupação humana no Brasil. Todavia, a coroa resiste ao constrangimento das populações, que afrouxa o ímpeto do voluntariado, e previne o desalento dos candidatos, que duvidam da habitabilidade das paragens de Além-Mar, na eventualidade da prioritária deslocação de vagabundos e indigentes. Assim, o monarca preserva a imagem da fortuna brasileira, que ocasiona regularmente a espontânea saída de muitos ilhéus para os portos sul-americanos, importando apenas a conciliação desta vontade com os projectos coloniais da monarquia⁶¹.

O alistamento de candidatos ao transporte para os portos do Brasil ocorre primeiramente no Pico. Com efeito, na sequência da decisão régia, o corregedor incumbe às autoridades locais a realização do arrolamento, avultando a iniciativa do capitão-mor das Lajes. Todavia, o isolamento dos lugares, a aspereza dos caminhos e os incómodos da deslocação de mulheres e crianças aconselham à delegação de competências em agentes comunitários. Assim, após o conveniente requerimento, os ouvidores eclesiásticos das Lajes e de S. Roque autorizam a participação dos párocos, que dirigem o registo nas freguesias. Depois, o capitão-mor lajense procede à reunião das listas, beneficiando da cooperação da câmara de S. Roque, que procede à prévia junção dos róis da respectiva jurisdição. Por fim, o emissário João Machado Goulart assume o encargo da entrega das pautas na corte, que sucede ainda no verão de 1720⁶².

Os assentos manifestam a matrícula de mais de 1700 pessoas, correspondentes a cerca de 300

parte desta gente abonda para o povoamento do lugar pellos pocos mantimentos que prudus a terra...». (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 34, já cit.).

59 A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 35, carta da câmara de Angra ao rei, Angra, 22 de Agosto de 1722.

60 A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 33, já cit.; nº 36, informação do capitão-mor das Lajes sobre o alistamento de picoenses, s/l, 15 de Setembro de 1722.

61 Em Agosto de 1722, a câmara de Angra antevê a possibilidade de alistamento de muitos candidatos ao transporte para o Brasil, considerando o fluxo regular das gentes, que embarcam «... voluntariamente a fazer fortuna, ainda com o onus, e encargo do pagamento de sua passagem...». (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 35, já cit.).

62 A.H.U., *Açores*, cx. 2, nºs. 33, 36 e 40, já cit.

casais⁶³. No entanto, em Fevereiro de 1722, a averiguação das inscrições, as notícias do esmorecimento popular e o risco de avultado dispêndio motivam a coroa à ordem de repetição do recrutamento, no respeito por critérios de maior rigor⁶⁴. Na altura, as intenções régias revelam estranheza pela falta, nos documentos originais, da competente assinatura de mais de metade dos pretendentes e demandam, por conseguinte, a reconfirmação de todos os registos⁶⁵. Neste caso, a operação decorre sob a superintendência do provedor da fazenda real, que comete a tarefa ao capitão-mor do Faial e superintendente militar do Pico⁶⁶. Nestas circunstâncias, em Setembro de 1722, o ajudante da Horta dirige no Pico a implementação do novo alistamento, incumbindo aos capitães-mores das Lajes e de S. Roque a condução de todos os procedimentos⁶⁷. Assim, em Novembro seguinte, ocorre o 2º processo de arrolamento, cuja uniformidade metodológica ainda carece de prova. Nas Lajes, por alegada incapacidade física, o capitão-mor delega no sargento-mor e no escrivão da câmara a reformulação das listas. Contudo, determina a minuciosa visita dos povoados e a inquirição de homens, mulheres e filhos maiores, prevenindo o alheamento das gentes⁶⁸. Em S. Roque, o capitão-mor assume a investigação, promovendo a realização de autos de ratificação na Madalena, Santo António, Prainha, Santo Amaro e Santa Luzia, cujo sucesso depende muito da concorrência dos particulares⁶⁹.

No termo das inquirições, certificamos a matrícula de apenas 315 pessoas: 181 nas Lajes e 134 em S. Roque⁷⁰. Estes números comprovam as suspeitas régias, que demandam a repetição do recrutamento, considerando os indícios de arrependimento de muitos voluntários. Ademais, os responsáveis ainda admitem a redução do contingente, que sucede quase invariavelmente na altura do embarque⁷¹. Na justificação deste decréscimo, ressalta a influência da dilação do transporte, que

⁶³ Id., *ibid.*, cx. 2, nº 33 e 40, já cit.

⁶⁴ Id., *ibid.*, cx. 2, nº 37, carta do provedor da fazenda real ao capitão-mor do Faial, Angra, 11 de Novembro de 1722.

⁶⁵ Numa carta dirigida ao capitão-mor do Faial, o provedor da fazenda real justifica a repetição do alistamento «... para que com toda a segurança se veja quantas e quaes pessoas são as que voluntariamente querem passar aquelle Estado do Brasil [...] cujas listas assim assignadas por todas as pessoas e por vossa merce me virão autenticas...». (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 37, já cit.).

⁶⁶ Na prática, o capitão-mor da Horta ainda procede à delegação de competências em subalternos hierárquicos, designadamente os capitães-mores e de ordenanças. (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 37, já cit.).

⁶⁷ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 36, já cit.

⁶⁸ Em auto de 25 de Novembro de 1722, o capitão-mor das Lajes incumbe ao sargento-mor, coadjuvado pelo escrivão do concelho, a elaboração de «... nova listra em que todos assignem e suas mulheres e filhos maiores para que declararem se estavam todos conformes para por suas livres vontades hirem...». (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 37, auto sobre novo alistamento de picoenses, Lajes, 25 de Novembro de 1722).

⁶⁹ Na jurisdição de S. Roque, a averiguação das intenções dos alistados obedece a uma conduta regular, que destaca a inquirição do capitão-mor sobre «... se estavam conformes para embarcarem para a Costa da America...», consistindo o sentido das respostas «... que sim que estavam promptos para hirem para honde sua Magestade que Deus guarde lhes ordenace a quem agradecião o beneficio que lhe queriam fazer...». (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 37, auto sobre novo alistamento de picoenses, Madalena, 19 de Novembro de 1722).

⁷⁰ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 37, já cit.

⁷¹ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 37, carta do provedor da fazenda real ao secretário de estado Diogo Mendonça Corte Real,

resulta no desânimo, ausência e óbito de muitos alistados, eventualmente ainda sugestionados pelos boatos da deslocação para terras inóspitas, habitadas por povos bárbaros⁷². A considerável diminuição dos candidatos não desencoraja, entretanto, o emissário picoense João Machado Goulart, que contestara o propósito de confirmação do primitivo arrolamento. Aliás, o delegado camarário atribui responsabilidades à inacção da coroa, que agudiza a indigência dos sinistrados, provocando muitas mortes⁷³. Além disso, representa ao Conselho Ultramarino, possivelmente no decurso de 1723, a duvidosa inscrição de mais de 1900 pessoas que, conjuntamente com a sua própria família, perfaz um total de cerca de 2.000 pretendentes⁷⁴. Porém, contra todas as expectativas, ainda acredita no acréscimo desta leva, quando motivada pelo estímulo da viagem⁷⁵. Contudo, apesar do empenho do representante insular, o rei abdica praticamente do propósito de transferência de açorianos para o Brasil. Nesta decisão, imperam a recepção e a análise das novas pautas, remetidas pelo provedor de fazenda real em Fevereiro de 1723, através de Pedro Miranda, passageiro que viaja de Angra para Lisboa⁷⁶. Com efeito, avulta claramente o risco de grave prejuízo financeiro, na hipótese de concretização da passagem ao Atlântico Sul de um tão reduzido grupo, ainda sujeito a maior quebra, por via das adversidades da longa travessia.

As súplicas das autoridades insulares tendentes à transferência para o Brasil de populações excedentárias nem sempre possuem correspondência em longos alistamentos de voluntários. Este fenómeno decorre certamente da descrença popular, da incapacidade administrativa e até da incerta avaliação da realidade, muito dependente da mutação das conjunturas. De facto, em 1723, além da inscrição de 315 picoenses, registamos apenas a matrícula de 194 moradores do Topo, que ocorre em auto camarário de Agosto de 1722⁷⁷. Nos demais concelhos e ilhas do grupo central, que ordinariamente alegam a falta de subsistências e a conveniente redução dos efectivos demográficos, não individualizamos a realização de arrolamentos. Nestas circunstâncias, o soberano protela o cumprimento do projecto da colonização açoriana no Brasil meridional, particularmente na área de jurisdição da nova Colónia do Sacramento. Esta conduta deriva também da falta de financiamento da deslocação. Na verdade, o intento monárquico de contracção de um empréstimo a juro de 5% não logra concretização, apesar da indexação do respectivo pagamento ao valor das cargas de

Angra, 15 de Janeiro de 1723.

⁷² A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 33 e 37, já cit.

⁷³ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 40, já cit.

⁷⁴ Id., *ibid.*

⁷⁵ Id., *ibid.*

⁷⁶ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 38, carta do provedor da fazenda real ao secretário de estado Diogo Mendonça Corte Real, Angra, 12 de Fevereiro de 1723.

⁷⁷ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 34, já cit.

produtos brasileiros, anualmente desembarcadas na barra de Lisboa⁷⁸. Neste caso, confirma-se a convicção dos membros do Conselho Ultramarino, que admitem a dificuldade da obtenção de dinheiro na capital, por uma taxa inferior a 6%⁷⁹. Desta forma, no Outono do mesmo ano, a reapreciação das pretensões açorianas de envio de gente para a colónia sul-americana constitui, porventura, um pretexto para a dilação do processo⁸⁰. Com efeito, só em Maio de 1727, encontramos nova referência à problemática migratória, curiosamente seguida por outro período de omissão⁸¹.

No termo dos anos vinte, ganha novo alento a possibilidade de deslocação de gente dos Açores, nomeadamente do Pico e Faial, para o sul do Brasil. Nesta altura, ressalta uma vez mais a harmonização de conveniências insulares e coloniais, que estimulam o desígnio migratório dos açorianos. Com efeito, de passagem por Lisboa no ano de 1728, o pároco de Nossa Senhora do Desterro, da ilha de Santa Catarina, sustenta o propósito da utilidade dos ilhéus na ocupação das regiões meridionais brasileiras⁸². Todavia, a iniciativa açórica avulta apenas no Outono de 1729, movida por uma violenta crise sísmica, que atinge o Pico e o Faial no termo do Verão, causando a ruína de templos e habitações e a morte de populares. Neste caso, releva outra vez a diligência da câmara das Lajes, que intenta a transformação do incumprimento das promessas régias do passado em dever de resolução do novo problema⁸³. O requerimento municipal certifica a difusão da pobreza e alude ao espectro da superpopulação, sugerindo a extracção de 500 casais de cada ilha⁸⁴. No exame da petição, o Conselho Ultramarino concorda com o expediente do transporte de gente para a colónia sul-americana, propondo naturalmente o encaminhamento para o Rio Grande de S. Pedro e Santa Catarina ou ainda para os campos do Maranhão⁸⁵. No entanto, a falta de informação sobre o decurso deste processo constitui decerto uma prova de dilação ou fracasso do

⁷⁸ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 41, consulta do Conselho Ultramarino sobre contracção de empréstimo para custear o transporte de colonos dos Açores para o Brasil, Lisboa, 20 de Outubro de 1723.

⁷⁹ Id., *ibid.*

Nestas circunstâncias, os tribunais da corte desistem da consideração da proposta do comerciante lisboeta Pedro Miguel, que sugerira a organização do transporte do primitivo contingente picoense de mais de 1700 pessoas, pelo preço de 40\$000 por cabeça, incluindo a preparação das embarcações e o fornecimento de alimentação. Do mesmo modo, releva a indiferença pelo alvitre de João Machado Goulart, que solicita a efectivação da viagem em Julho ou Agosto de 1723, aproveitando o benefício da monção. (Cf. A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 40, já cit.).

⁸⁰ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 45, revisão de consulta do Conselho Ultramarino sobre o transporte de colonos para o Brasil, Lisboa, 30 de Outubro de 1723.

⁸¹ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 44, carta do secretário de estado Diogo Mendonça Corte Real para revisão da consulta do Conselho Ultramarino sobre transporte de picoenses para o Brasil, Lisboa, 10 de Maio de 1727.

⁸² Cf. Oswaldo R. Cabral, "Os Açorianos [...]", já cit., in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, p. 511.

⁸³ A.H.U., *Açores*, cx. 2, nº 46, carta da câmara das Lajes do Pico, solicitando o transporte de picoenses para o Brasil, Lajes, 30 de Outubro de 1729.

⁸⁴ Id., *ibid.*

⁸⁵ Id., *ibid.*

empreendimento.

Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul em meados de setecentos

2.5.1. Introdução

No ano de 1746, a questão da transferência de insulanos para o Brasil adquire novo e decisivo fulgor, originando um singular giro de gentes, que persiste por cerca de uma década. De facto, o clamor ilhense e a conjuntura colonial movem D. João V ao transporte, por conta da fazenda real, de casais açorianos e madeirenses para os portos brasileiros do Sul, principalmente para a ilha de Santa Catarina. Com efeito, em Agosto de 1746, o Conselho Ultramarino convence o monarca da utilidade da solução insular no incremento da ocupação ultramarina, motivando a publicação de um edital, que publicita as condições da mercê régia, sobretudo a forma do alistamento e os privilégios dos pretendentes⁸⁶. Depois, sucede a organização da deslocação, que implica a assistência das autoridades das Ilhas e do Brasil e a elaboração do Regimento dos transportes, para prevenir a transferência em segurança de todos os alistados⁸⁷. Por último, ocorrem as viagens que procedem dos Açores entre Outubro de 1747 e Novembro de 1753 e da Madeira em Abril de 1749 e de 1756, manifestando uma participação muito superior de açorianos⁸⁸. Nestas circunstâncias, a usual demarcação do movimento migratório entre 1748 e 1756 deriva da acção dos estudiosos brasileiros, que consideram a chegada das primeiras embarcações em Janeiro de 1748 e o naufrágio, no litoral da Baía no termo do Verão de 1756, do navio *Nª Sª da Conceição e Porto Seguro*, que conduz a última leva de madeirenses⁸⁹.

2.5.2. As motivações da diáspora açoriana (1747-1753)

O edital joanino de 31 de Agosto de 1746 gera, porventura, a maior transferência de açorianos para o Brasil, concretamente para a ilha de Santa Catarina. De facto, de Outubro de 1747 a Novembro de 1753, a saída de cerca de 6000 pessoas constitui em simultâneo um marco relevante da diáspora açoriana e um meio indispensável de estruturação dos estados brasileiros do sul. Neste caso, a análise das condições releva bem a harmonização entre os clamores açóricos, resultantes

⁸⁶ Serviços de Documentação da Universidade dos Açores, Edital do alistamento de casais para o Brasil [na sequência de resolução régia de 31 de Agosto de 1746]. A.H.M.F., cx. 407, doc. s/nº, consulta do Conselho Ultramarino [...], já cit.

⁸⁷ B.P.A.P.D., *Câmara de Ponta Delgada*, Livro de Registo (1719-95), fls. 215v.-217, representação do corregedor e carta régia sobre transporte de casais açorianos para o Brasil, 1746. Consulte-se também: Walter F. Piazza; *A Epopeia Açórica-Madeirense, 1748-1756*, Florianópolis, Editora da U.F.S.C./Editora Lunardelli, 1992, pp. 119-125.

⁸⁸ Walter F. Piazza, *A Epopeia* [...], já cit., p. 355; Maria de Lourdes Freitas Ferraz, "Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII. Seus condicionalismos", in *Islenha*, 2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Janeiro-Junho de 1988.

⁸⁹ Cf. Walter F. Piazza, *A Epopeia* [...], já cit., p. 356.

das adversidades do quotidiano, e a conjuntura colonial, decorrente do plano de ocupação do Brasil meridional, então corporizado pelo brigadeiro José Silva Paes, tendente à concretização do intento monárquico de união do Rio de Janeiro ao Rio da Prata. Porém, na execução do empreendimento, os pretextos insulares, designadamente o flagelo da pobreza, a influência da demografia e a acção das calamidades, ficam de novo aquém da influência dos fundamentos coloniais, por exemplo as vantagens económicas da arroteia, mas sobretudo a preponderância dos objectivos político-militares. Aliás, são decerto as prioridades coloniais que incitam o rei ao exercício da persuasão e à outorga de privilégios, no intuito do alistamento de grande número de voluntários.

2.5.2.1. Os pretextos insulares

Na averiguação das causas da saída de açorianos para a ilha de Santa Catarina, a tradição destaca o estímulo da penúria dos Açores, que gera a utopia da riqueza do Brasil. Esta convicção radica muito naturalmente na identificação dos processos de colonização/emigração com intentos individuais e comunitários de melhoria das condições materiais de sobrevivência. No arquipélago, na década de 1740, ocorrem algumas contrariedades climáticas, que originam o decréscimo da produção de cereais. Com efeito, os maus anos agrícolas sucedem logo em 1740-41, mas o principal agravamento acontece entre 1744 e 1748⁹⁰. A crise, que atinge S. Miguel e a Terceira, lavra sobretudo nas ilhas mais periféricas do grupo central, onde se reconhece a partida de muita gente. No entanto, todas estas quebras produtivas possuem equivalência em conjunturas do passado, que não ocasionam a debandada dos povos. Ademais, ficam inclusivamente muito aquém da carência frumentária de 1756-58, que provoca a fome e a revolta dos povos, também sem o correspondente recurso migratório.

A documentação, sobretudo a camarária, desenvolve uma argumentação miserabilista, que destaca a influência da falta de víveres e da concomitante difusão da miséria na busca de soluções de vida no Ultramar. Todavia, o discurso oficial corresponde a um estratagema muito comum, tendente à necessidade da obtenção de propósitos bem contraditórios, nomeadamente o sossego dos povos, através da reserva de cereais indispensáveis à garantia do abastecimento público, e o proveito dos poderosos, por intermédio do acréscimo dos preços e das margens de lucro.

Nos Açores de meados de setecentos, reconhecemos indícios de miséria, mas em tudo condizentes com os padrões de vida próprios das sociedades de Antigo Regime. Assim, a paupérie constitui decerto um pretexto da busca de novas paragens, mas muito dependente da força das conjunturas. Deste modo, em 1746, a premência da consolidação do domínio português em partes

⁹⁰ Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, II. *Economia*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, pp. 40-42 e 49-51.

da América descobre apenas nas adversidades insulares uma possibilidade de organização de uma corrente migratória, que em vez de resolver um constrangimento açoriano acode antes a uma carência do Brasil, em consonância com a hierarquia de prioridades da realeza.

Nos Açores, a quantificação das gentes ressent-se da falta de estatísticas oficiais até à criação da Capitania Geral dos Açores em 1766. Assim, avulta inclusivamente a dificuldade de ponderar sobre a abundância ou a escassez de população, porque as sociedades de Antigo Regime assentam em equilíbrios muito precários, que obrigam à permanente harmonização do número de habitantes com as reservas alimentares das localidades. Desta forma, em tempos de fartura, ressalta a impressão da adequação ou eventualmente da falta de braços. Porém, em épocas de penúria, releva o síndrome do sobrepovoamento, que aconselha ao expediente migratório.

Entre os séculos XV e XVIII, ocorre o acréscimo da população açoriana, que evidencia maior intensidade na 1ª metade de setecentos. Além disso, avulta a concentração demográfica do centro do arquipélago, onde registamos a maior parte das gentes, na ordem de 56% do total em 1747, as mais elevadas densidades populacionais, mormente na Graciosa e no Faial, e ainda o maior índice de urbanização, pertença da cidade de Angra na ilha Terceira⁹¹. Este quadro demográfico condiz, por sinal, com a cronologia e com a geografia da partida de casais para o sul do Brasil. De facto, a saída de famílias para a ilha de Santa Catarina principia no Outono de 1747, quando verificamos a maior taxa de multiplicação dos povos. Do mesmo modo, a maioria dos alistamentos e, por conseguinte, das deslocações acontecem no grupo central, mais atreito às crises de subsistência e às adversidades da natureza, que motivam a deterioração das condições de sobrevivência, gerando a síndrome da profusão dos moradores.

A variante demográfica não constitui, entretanto, uma causa decisiva do transporte de açorianos para o Brasil meridional em meados do século XVIII. Aliás, duvidamos do sobrepovoamento insular propalado pela bibliografia, considerando o sentido dos indícios coevos, que até aludem à falta de gente. Com feito, logo no princípio da década de 1750, após a realização dos primeiros embarques, anotamos a escassez de candidatos, que obriga à troca do alistamento voluntário de casais pelo recrutamento compulsivo de marginais. Depois, em 1758, a lei dos passaportes, que proíbe as deslocações sem justa causa, equivale curiosamente a uma prevenção contra a rarefacção dos homens. Por último, em 1766, os textos constitutivos da Capitania Geral dos Açores referem a necessidade do aumento da população, para garantir o desenvolvimento da economia.

Em suma, o excesso de população, ou mais provavelmente a impressão de semelhante

⁹¹ Avelino de Freitas de Meneses, *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997 (policopiado), pp. 8-55.

fenómeno, constitui outro pretexto da procura do Ultramar, que também aguarda pela acção dos estímulos, tanto os internos, por exemplo, a generalização da penúria, como os externos, sobretudo, os imperativos da colonização ultramarina.

As calamidades naturais, nomeadamente os eventos sismo-vulcânicos, constituem um factor tradicional das migrações de origem açoriana. Porém, o vulcanismo e a sismicidade não influem no transporte de casais dos Açores para a ilha de Santa Catarina, por meados do século XVIII. De facto, entre 1746 e 1756, não registamos fenómenos sismo-vulcânicos de relevo, à excepção de uma réplica marítima do terramoto de Lisboa em 1755, que sucede já depois da transferência das famílias para o Brasil meridional. Curiosamente, pouco mais tarde, em 1757, ocorre o maior tremor de terra da história do arquipélago. A tragédia atinge sobretudo a ilha de S. Jorge, designadamente, os concelhos de Calheta e Topo, onde provoca cerca de 1000 mortes, mas repercurte-se também nas ilhas vizinhas, por exemplo, no Pico e na Terceira, onde origina derrocadas e algumas vítimas⁹². Apesar da coincidência do desastre com a manifestação de uma profunda crise frumentária, não encontramos indícios da busca do expediente migratório, no intento de minorar os efeitos da adversidade.

As manifestações sismo-vulcânicas constituem um pretexto da deslocação de muitas famílias açorianas para o Ultramar, quer para o Brasil no decurso da Modernidade, muitas vezes na sequência de iniciativa régia, quer para a América do Norte já no decorrer da Contemporaneidade, por via da compaixão e do interesse dos estrangeiros. Contudo, em vez de condicionalismo constante das migrações insulares, o vulcanismo e a sismicidade equivalem antes a um estímulo episódico, dependente da cadência imprevisível da natureza.

2.5.2.2. Os estímulos coloniais

As vantagens económicas da arroteia influem tradicionalmente na deslocação de gentes para o Ultramar. Aliás, o edital de 1746 define a preferência por casais jovens e numerosos e incentiva o transporte de sementes e plantas, evidenciando aparentemente motivações idênticas às da colonização de outras partes do Brasil, que crescem por força da exploração do açúcar, do tabaco ou dos metais. Por isso, o Conselho Ultramarino até quase menospreza o investimento requerido pela organização das levas, considerando o breve acréscimo dos direitos reais, gerados pelo labor das novas comunidades.

Nas enseadas da ilha de Santa Catarina, onde desembarcam os primeiros colonos, escasseiam entretanto as oportunidades económicas susceptíveis da promoção do povoamento. Por isso,

⁹² Avelino de Freitas de Meneses, “S. Jorge, 9 de Julho de 1757: a memória de um terramoto devastador”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séc. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp. 583-596.

cremos na maior influência de outros estímulos.

À data da negociação do tratado dos Limites, a ocupação dos confins do Brasil contra a ameaça dos espanhóis constitui o principal objectivo da colonização açoriana em território catarinense, então convertida em factor de maior segurança, que depois propicia o desenvolvimento. Neste contexto, os açorianos são os agentes de uma estratégia da monarquia portuguesa na América do Sul, definida na 2ª metade do século XVII, na sequência da Restauração, que possui por objectivo a expansão até ao rio da Prata, considerado a fronteira mais natural, e por corolário a construção da Colónia do Sacramento em 1680, movida pela riqueza da pecuária, pela crise do açúcar, pela miragem do ouro e, sobretudo, pelo intento do estabelecimento de correspondência com o império espanhol, em virtude da “febre” da prata. Assim, no termo do decénio de 1740, ainda no processo de estruturação do Brasil sulista, agora protagonizado pelo brigadeiro Silva Paes, avulta a necessidade da ocupação e da defesa da ilha de Santa Catarina, estrategicamente situada entre a Rio de Janeiro e Buenos Aires, os dois principais centros sul-americanos de influência ibérica. De facto, pela combinação do posicionamento geográfico com a excelência do ancoradouro, Santa Catarina corresponde à principal atalaia portuguesa na costa meridional brasileira, logo indispensável à concretização do projecto português de extensão territorial. Com efeito, desde tempos muito antigos, a ilha equivale a uma importante escala, insistentemente demandada por comerciantes, piratas e estudiosos, que aí procedem à reparação de avarias, ao reabastecimento de víveres e à compilação de informações. Aliás, diversos testemunhos certificam a utilidade catarinense na extensão do domínio português para sul. No ano de 1714, no decurso de uma missão política em solo de Santa Catarina, Gonçalo de Aguiar destaca a relevância para o socorro da praça do Sacramento⁹³. Mais tarde e com maior propriedade, firmado no parecer do próprio brigadeiro Silva Paes, o vice-rei da Baía André de Mello e Castro enaltece também as vantagens estratégicas catarinenses, considerando que “...hoje nos he de tanta importancia que sem ella não podemos manter couza alguma do que temos do Ryo da Prata, e principalmente o Ryo Grande de Sam Pedro...”⁹⁴.

A organização dos cabeças de casal açorianos em companhias de ordenanças constitui uma das principais provas da preponderância de objectivos político-militares na colonização catarinense. De facto, à partida dos Açores, os chefes de família integram destacamentos de 50 milicianos, comandados por uma hierarquia constituída por capitão, alferes e sargento, com semelhança na orgânica de guerra das localidades. Assim, à chegada ao Brasil, adquirem o estatuto duplamente

⁹³ Oswaldo R. Cabral, “Os Açorianos [...]”, já cit, in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II, p. 511.

⁹⁴ Citado por Walter F. Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes. Estruturador do Brasil Meridional*, Florianópolis, 1988, p. 124.

vantajoso de colonos e de militares, propício à ocupação e à defesa dos sertões mais fecundos e vulneráveis.

A persuasão e os privilégios também favorecem os propósitos geopolíticos da coroa, pois influem decerto na decisão de muitas famílias, que trocam as contrariedades insulares pelas expectativas brasileiras. Na verdade, a monarquia define uma prática de civilidade, que promove a animação das gentes. Nos Açores, o alistamento efectua-se na base do voluntariado puro, que admite as desistências. No Brasil, a fixação faz-se após a prévia definição das condições, que evita o constrangimento dos colonos. Todavia, a distribuição de terras, gado, alfaia e sementes contra a obrigatoriedade da cultura dos solos constitui o principal incentivo à deslocação de cultivadores, cansados de uma labuta desafortunada em propriedades alheias. Além disso, a doação de víveres e armas e até a concessão de ajudas de custo também demovem alguns dos receios da instalação. Com efeito, pelo período de um ano, a realza procede ao fornecimento dos alimentos básicos, sobretudo a farinha e o peixe. Ao mesmo tempo, as autoridades fazem a entrega de armas de fogo, indispensáveis à garantia da sobrevivência, perante a adversidade da natureza e o perigo das incursões militares. Por acréscimo, a compensação monetária representa um incitamento à participação de jovens e de artífices, imprescindíveis no processo de estruturação e de desenvolvimento das novas comunidades. Finalmente, as isenções fiscais e militares completam o rol das regalias que atraem os povoadores aos portos meridionais brasileiros. A comprová-lo, as condições do edital de 1746 desobrigam do pagamento de impostos por 5 anos, com excepção dos dízimos, e dispensam da prestação de serviço nas tropas pagas, contra o dever de estabelecimento no prazo máximo de 2 anos.

2.5.3. Conclusão

Na análise das migrações de procedência açoriana, a história destaca a preponderância dos destinos ultramarinos, que correspondem às sucessivas etapas da expansão portuguesa e europeia. Assim, os insulanos participam na conquista, exploração e defesa do Norte de África e da Índia, mas ressalta sobretudo a sua dispersão pelo Novo Mundo, de início no Brasil e depois na América do Norte. Aliás, o desafio da colonização do Além-Mar move a coroa ao incentivo deste movimento, considerando a ineficácia do direito histórico para a conservação do império, em conjunturas de crescente concorrência internacional. Na verdade, em 1758, a lei dos passaportes, que dificulta a saída dos açorianos para a metrópole, fomenta o êxodo sul-americano. Assim, o soberano converte a restrição dos rumos da emigração em meio de fortalecimento da ocupação das áreas mais necessitadas, concretamente as regiões brasileiras mais sujeitas à pressão militar estrangeira.

Na frente ultramarina, impera a peculiaridade do transporte de casais açorianos para a ilha de Santa Catarina, na sequência da publicação do edital de 31 de Agosto de 1746. Na determinação desta corrente migratória, reconhecemos o ajustamento entre pretensões insulares e objectivos coloniais, designadamente a justaposição de requerimentos locais de transferência para terras brasileiras com a política régia de alargamento do domínio português a sul do Rio de Janeiro, então protagonizada pelo brigadeiro Silva Paes. No entanto, sobrepomos as causas de procedência sul-americana às motivações de origem açoriana. Assim, no nosso entendimento, avulta a necessidade de efectiva ocupação do Brasil meridional, por razões militares resultantes da ameaça espanhola, sobre as contrariedades ilhenses, designadamente a miséria, o sobrepovoamento e os cataclismos, susceptíveis de agravamento do impreterível sustento dos homens. Com efeito, no Ultramar, o preenchimento das fronteiras prevalece sobre o intento da exploração económica, que tradicionalmente sustenta a colonização, como se deduz da averiguação dos destinos, do perfil dos novos colonos e da organização dos contingentes. Porém, nas ilhas, sempre admitimos a influência da penúria, particularmente sensível no grupo central no decénio de 1740, que constitui o principal fundamento da crença na prosperidade brasileira. Do mesmo modo, as adversidades do quotidiano geram o síndrome do excedente demográfico, que também demanda a opção migratória. Ao invés, a sismicidade e o vulcanismo não determinam o êxodo insulano de 1747, considerando a ausência de manifestações, que motivem a interrupção dos equilíbrios sócio-económicos. Nestas circunstâncias, em lugar de solução de um problema dos Açores, a deslocação de famílias para o sertão catarinense significa sobretudo uma diligência de alívio de uma questão ultramarina, em nítida consonância com a hierarquia de prioridades da coroa. De facto, só este propósito justifica o forte empenho da realza, que ainda estimula a iniciativa dos povos, através da persuasão e dos privilégios.

**ESTRANHOS NO NINHO: ZONA DE CONTATO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS
EM PRODUÇÕES LITERÁRIAS DE PE. BALDUINO RAMBO¹ E CLODOMIR
VIANNA MOOG**

Imgart Grützmann²

Esta conferência insere-se nas programações alusivas ao centenário de nascimento do Pe. Balduino Rambo³ (1905-1961) e de Clodomir Vianna Moog⁴ (1906-1988), cuja trajetória apresenta vários pontos em comum, além do fato de terem nascido, no Rio Grande do Sul, no início do século XX e de serem descendentes de imigrantes alemães. Pe. Rambo e Vianna Moog foram jornalistas, escritores e, principalmente, intelectuais que refletiram sobre questões nacionais e internacionais, criando, por meio da linguagem literária, representações (Chartier, 1990) acerca dessas questões, as quais, por sua vez, foram responsáveis pela instituição de novas interpretações. Um destes aspectos, comum aos dois autores, consiste na tematização literária da imigração alemã no sul do Brasil em um período histórico específico: a década de 1930, precisamente durante a vigência do Estado Novo, quando Pe. Rambo publica seus primeiros contos, em dialeto do *Hunsrück*, no almanaque *Die Fahne des heiligen Ignatius* (A Bandeira de Santo Inácio), e Vianna Moog lança o romance *Um rio imita o Reno*. Ainda que tome como referente o real a literatura aqui é entendida como “fonte de si mesma, ou seja, diz sobre o presente da sua escrita e não sobre a temporalidade do narrado.” (Pesavento, 2003, p.39) Diante disso, a análise não está centrada na averiguação das representações literárias em conformidade com o real, mas no modo como o texto literário constrói, por meio da linguagem, efeitos de sentido. O real assume, nesta perspectiva, uma outra conotação, constituindo-se a realidade

¹ A parte referente a Pe. Balduino Rambo retoma resultados do projeto de pesquisa *Leituras sob o céu do Cruzeiro do Sul: os almanaques em língua alemã no Rio Grande do Sul (1855-1941)*, financiado pela FAPERGS, que desenvolvi entre 2002 e 2004 junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

² Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Pós-Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS.

³ Dados biográficos e aspectos da vida e obra de Pe. Rambo constam em RABUSKE, Arthur. Balduino Rambo, S.J. Sacerdote, naturalista, escritor e líder popular. *Pesquisas-História*, n. 26, 117 p., 1987; e RAMBO, Arthur B.; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel C. (Org.) *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.

⁴ Dados biográficos e aspectos da vida e da obra de Vianna Moog encontram-se em CLODOMIR VIANNA MOOG. Porto Alegre: IEL, 1989.

“a própria maneira como ele[texto] a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura.” (Chartier, 2002, p.56) Este presente da escrita das produções literárias de Rambo e Vianna Moog ocorre dentro de certas condições que precisam ser levadas em consideração na análise, na medida em que as formas simbólicas (Thompson, 1999, p.79) “estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.” (Id., p.192) Esta contextualização também necessita comportar os suportes materiais em que as produções de Pe. Rambo e Vianna Moog foram veiculadas, pois, conforme salienta Chartier (2002, p.256), “deve-se lembrar que as formas que os [textos] dão a ler, a ouvir ou a ver participam, elas também da construção de sua significação.” Além dos meios técnicos de construção e de transmissão das formas simbólicas, torna-se relevante verificar a inserção destes meios em aparatos institucionais e em contextos sócio-históricos mais amplos.

Em sua produção literária acerca da temática imigratória, Pe. Rambo e Vianna Moog constroem e transmitem representações acerca de brasileiros, de imigrantes alemães e de seus descendentes e de práticas culturais, como é o caso dos textos privilegiados nesta conferência: os contos⁵ de Pe. Rambo, intitulados *Wie dat Pittche Pada woa is* (Pedrinho fica padre), de 1938⁶, e *Warum de Hannes Jesuitebruder wor is* (Porque o João ficou irmão Jesuíta)⁷, de 1939; e o romance *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, publicado em 1939. Estas produções literárias apresentam como característica comum o que Pratt (1999, p.27) define como zona de contato, ou seja, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, freqüentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e de subordinação.” É nesta zona de contato que nos contos de Pe. Rambo e no romance de Vianna Moog se estabelecem relações, entre elas interétnicas, e ocorre a delimitação de categorias de identificação e de diferenciação, cuja emergência se dá em função do contato das personagens com a alteridade. A representação literária desta zona de contato e das relações que nela se estabelecem está preponderantemente embasada

⁵ Além destes contos, Pe. Rambo ainda publicou, na década de 1930 e início da de 1940, outras produções literárias no *Die Fahne des heiligen Ignatius*, entre elas poemas e reminiscências. A maior parte de seus contos, no entanto, veio a lume após a Segunda Guerra Mundial.

⁶ Cabe lembrar que o ano de 1938 do almanaque estava disponível aos leitores entre outubro e dezembro de 1937. O exemplar destinado ao ano de 1939 veio a lume em janeiro de 1939.

⁷ Estes dois contos, bem como os demais da autoria de Pe. Rambo, foram reunidos e traduzidos por Arthur Blásio Rambo e encontram-se em RAMBO, Balduino. *O rebento do carvalho: contos dialetais (1937 a 1961) de Pe. Balduino Rambo, S. J.* São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002. 2 v. Desta obra também foram retiradas as citações de contos de Balduino Rambo, em língua portuguesa, utilizadas ao longo deste trabalho.

em uma estratégia de construção simbólica denominada de fragmentação que visa manter relações de dominação por meio da segmentação daqueles “indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real aos grupos dominantes, ou dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador.” (Thompson, 1999, p.87) A fragmentação nos textos literários em questão manifesta-se principalmente por meio da diferenciação, na qual a ênfase recai nas “distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder” (Id. Ibid.); e por meio do expurgo do outro “que envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.” (Id. Ibid.)

I De indesejados, intrusos e expurgos nos contos de Pe. Rambo

Os contos *Wie dat Pittche Pada woa is* e *Warum de Hannes Jesuitebruder wor is* foram publicados no almanaque *Die Fahne des heiligen Ignatius* (doravante FHI), editado em Porto Alegre, em sua primeira fase, para os anos de 1934 a 1941. Como estas formas simbólicas constituem-se em constructos socialmente situados e inseridos em um meio de comunicação específico –almanaque –, que traz consigo implicações ideológicas e mediáticas próprias da imprensa (Cf. Capelato, 1988), torna-se necessária uma rápida caracterização do *FHI*, especialmente sua linha editorial e seu vínculo institucional. (Cf. Grützmann, 2007)

O almanaque *FHI* foi um periódico anual católico vinculado, do ponto de vista de sua linha editorial, à Companhia de Jesus, vinculação essa já visível em sua denominação – A Bandeira de Santo Inácio –, e ao projeto de Restauração Católica desenvolvido pelos padres jesuítas entre os imigrantes alemães e seus descendentes no sul do Brasil, projeto esse que iniciou em 1872 e perdurou até 1961 quando foi redefinido pelo Concílio Vaticano II. (Cf. Kreutz, 1991; Rambo, 1998; Silva, 2003) Orientados por um conjunto de pressupostos, normas e valores, definidos pelas decisões do Concílio Vaticano I que, por sua vez, reafirmou decisões do Concílio de Trento, ocorrido no século XVI, os jesuítas

atuantes no sul do Brasil foram incumbidos, segundo enfatiza Silva (2003, p.226), da tarefa de condicionar elementos estruturais e culturais dos imigrantes e de seus descendentes em situação de dependência da Igreja, de suas instituições, doutrinas e determinações, entre outras ações. Pe. Rambo foi um dos articuladores da Restauração juntamente com uma intelectualidade de origem alemã e lideranças católicas leigas afinadas com o ideário e as práticas do catolicismo ultramontano. Dentre o conjunto de medidas colocadas em ação por este grupo coube ao Apostolado da Imprensa um papel relevante, pois por meio da imprensa escrita os jesuítas investiram na “construção de seu imaginário social” (Id. Ibid.) e sedimentaram práticas embasadas no catolicismo. Na imprensa de orientação católica, os almanaques e as diversas formas simbólicas neles publicadas, entre elas as formas literárias, contribuíram significativamente para a concretização dessas metas.

O *FHI*, no que tange ao seu vínculo institucional, foi um almanaque especializado diretamente vinculado à Escola Apostólica, também denominada de Seminário Menor, reaberta em 1932, situada inicialmente em Pareci Novo, no município de Montenegro, mais tarde na Estação São Salvador (hoje, Salvador do Sul), no Rio Grande do Sul, da qual o periódico era porta-voz. A Escola Apostólica tinha como meta central a formação de meninos e jovens que aspiravam ao sacerdócio e pretendiam ingressar na Companhia de Jesus. Essa formação se fazia necessária em função da elevação da Missão à condição de Província Independente, ocorrida em 1927, cujo desenvolvimento também estava relacionado a um clero originário do Brasil. Consoante seu vínculo institucional e doutrinário, o *FHI* tinha como objetivos principais afirmar e fixar a identidade católica rural, fomentar vocações religiosas e divulgar informações gerais acerca da Ordem Inaciana e da vida no Seminário Menor, atuando, deste modo, em prol da propaganda vocacional. É a partir deste meio de comunicação, de seu vínculo institucional, de sua linha editorial, bem como da filiação de Pe. Rambo, que os contos podem ser analisados e ser entendidas suas representações acerca da zona de contato e das relações nela travadas.

Os dois contos de Pe. Rambo selecionados, como sugerem seus respectivos títulos, apresentam como tema a descoberta da vocação religiosa e a trajetória que conduziram as personagens principais – Pedrinho e João – à decisão de ingressar no Seminário, possuindo uma função didático-pedagógica bem clara: despertar e fomentar a vocação religiosa de outros meninos e rapazes, de origem alemã, católicos e residentes na zona rural, por meio

da imitação dos atos dos heróis dos contos. Estes dois contos ainda têm em comum a sua organização em quadros sequenciais, diversamente intitulados, que se sucedem ao longo da narrativa e estão permeados por um tom humorístico, estando as trajetórias de Pedrinho e de João imbricadas nos acontecimentos das localidades em que a ação se passa e na trajetória das demais personagens. (Cf. Grützmann, 2007) É neste tipo de narrativa que se inserem os episódios dos contos a serem analisados neste trabalho, nos quais a zona de contato se caracteriza pela presença de personagens com características díspares e antagônicas e de personagens consideradas na economia da narrativa como intrusas, as quais precisam ser banidas do mundo rural católico porque atuam como corpos estranhos que ameaçam a integridade e a unidade do grupo católico rural.

De fandangos, galinhadas e outras práticas indesejáveis

No conto *Warum de Hannes Jesuitebruder wor is* a zona de contato ocorre no episódio “Como terminou a festa do Gambá Gigante.” O Gambá Gigante, que recebeu este nome em função de suas reiteradas visitas noturnas a galinheiros alheios, morava no Baixo Basseredão, perto do arroio. De tempos em tempos, especialmente na época do Carnaval, o Gambá costumava realizar galinhadas, arrasta-pés e fandangos em seu barraco, ocasiões em que “apareciam fabricantes de erva e tropeiros da Serra, além de um monte de brasileiros lá das bandas do rio Torto e alguns vagabundos da vila. Bebião, dançavam, berravam, tocavam gaita, jogavam cartas e inventavam outras tantas diabruras.” (Rambo, 2002, p.105) Em mais um Carnaval, João, Francisco e Carlos resolveram dar uma lição no Gambá Gigante. João, que gostava de abelhas e cuidava de cinco colméias, prendeu um enxame em uma lata de querosene, enchendo-a de pequenos furos, a fim de mantê-lo vivo. Na noite do Carnaval, com os rostos e as mãos cobertas de fuligem e vestidos com roupas rasgadas, João e seus amigos saíram com a lata de abelhas em direção ao barraco de Gambá. Em um momento propício, João atirou a lata no meio do barraco, e as abelhas, furiosas ao saírem do cativeiro, perseguiram e ferroaram os participantes da festa que dispararam em todas as direções. O episódio resultou na saída do Gambá do Basseredão, oito dias depois, e no restabelecimento da ordem: “daquele dia em diante não aconteceu mais nenhum arrasta-pé,

nenhum fandango e nenhuma festinha com galinhada no Basseredão e as galinhas começaram a pôr o dobro de ovos.” (Id., p.107)

Neste episódio, a fragmentação estabelece-se pela estratégia da diferenciação centrada em diversas categorias marcadas pela assimetria, começando pela procedência das personagens. De um lado, estão os moradores do Basseredão que não freqüentam o barraco do Gambá e, de outro lado, “os fregueses do Gambá que não eram do Basseredão” (Id., p.105), mas procediam da Serra, das redondezas do rio Torto e da vila. A segunda diferenciação acionada é de ordem religiosa e moral. Os moradores do Basseredão são católicos e obedecem aos preceitos cristãos e à autoridade religiosa, pois “o povo do Basseredão observava o que o padre dizia.”(Id. Ibid.) Gambá Gigante infringe um mandamento cristão e juntamente com os demais freqüentadores do barraco rejeitam valores religiosos, visto que “bebiam, dançavam, berravam, tocavam gaita, jogavam cartas e inventavam outras tantas diabruras.” (Id. Ibid.) Uma terceira diferenciação acionada no episódio é de ordem étnica. Os moradores do Basseredão são colonos católicos de origem alemã. Grande número dos freqüentadores das galinhadas e dos fandangos são “brasileiros lá das bandas do rio Torto.”(Id. Ibid.). Os freqüentadores do barraco do Gambá ainda são homogeneizados por meio de outra categoria étnica que assume uma conotação negativa: “e aquela gente selvagem berrava e uivava como os bugres.” (Id., p.106) Além da diversidade étnica, há a diferença de classe social. Os moradores do Basseredão são agricultores e sedentários. Os freqüentadores do barraco do Gambá caracterizam-se por atividades marcadas pelo nomadismo – tropeiros – e pelo extrativismo – fabricantes de erva -, bem como pela inatividade –vagabundos da vila. Estas personagens, além de se diferenciarem dos moradores do Basseredão, já que não são pequenos proprietários rurais, sofrem, por parte do narrador, uma desqualificação por meio do termo “aquela gentilha”. (Id., p.107) O desmerecimento do Gambá ainda ocorre pela sua localização no espaço em que se passa a ação do conto, pois reside no baixo Basseredão onde a “terra era muito pior e não morava ninguém além do Envelope, do Gambá Gigante, do velho ‘Com Certeza’, do arrumador de ossos e do velho Bastião.” (Id., p.96). O grande Basseredão, por sua vez, “era a metade mais importante do Basseredão. Aí, encontrava-se a igreja, a escola, a venda e o moinho e moravam o Cepo Miúdo, o Miguel-do-Bico, o João Tintureiro, a velha Bárbara, o João Peludo, o Jorge Ruivo e o José Angico.” (Id. Ibid.)

A fragmentação acionada neste episódio do conto *Warum de Hannes Jesuitebruder wor is* evidencia as distinções entre os dois grupos que não se esgotam em si mesmo. Os contrastes são vistos como uma ameaça contra a qual é preciso resistir, levando, inclusive, ao banimento de Gambá Gigante e de seus companheiros do Basseredão. Esta necessidade de resistência coletiva e a construção de uma fronteira nítida e intransponível entre os dois grupos ficam evidentes no fato de que as festas organizadas pelo Gambá Gigante são duramente criticadas pelo padre que “em todas as suas visitas ao Basseredão (...) falava no sermão contra as galinhadas e dizia que o rapaz e a moça que fossem ao fandango não aparecessem na mesa da comunhão.” (Id., p.105). A fim de fomentar e concretizar esta resistência coletiva, o padre ameaça excluir os participantes do fandango do sacramento da eucaristia, exclusão essa, caso fosse colocada em prática pela autoridade religiosa, colocaria em perigo a salvação de suas almas. A necessidade do expurgo do Gambá Gigante e de seus companheiros, portanto, do outro, do diferente, também se manifesta na aprovação pela autoridade religiosa das ações de João e de seus amigos: “na semana seguinte, quando veio o padre e ouviu a história, riu e disse que, se na paróquia toda houvesse dez rapazes como o João, filho do Tintureiro, sem demora, terminariam aqueles arrasta-pés idiotas, os fandangos e as festas com galinhada, e isso seria muito bom.” (Id., p.107)

A construção e difusão de uma imagem negativa, desqualificada e ameaçadora das festas organizadas pelo Gambá Gigante e de seus freqüentadores no conto em questão, que redonda no seu afastamento do Basseredão, relaciona-se com o perigo que a presença destas personagens representa para os ideais da Restauração Católica, na medida em que coloca em perigo a manutenção de uma identidade católica rural e desestruturam, por meio de suas atitudes e práticas, a unidade e a solidariedade do mundo rural. Com base no conservadorismo romântico e influenciada pelas concepções de Rousseau, a Igreja Católica organizava suas iniciativas pastorais,

privilegiando a organização de comunidades rurais, orientando a expressão do sagrado mais em sintonia com o agrário e natural em oposição ao sentido pecaminoso e artificial da crescente sociedade industrial. Postulava uma reconciliação dos indivíduos no plano das reações naturais comunitárias sob a primazia de valores espirituais. (Grifos do autor) (Kreutz, 1991, p.31)

No projeto de Restauração Católica a afirmação de uma identidade católica rural constituía outro de seus elementos centrais que seus articuladores procuravam assegurar por meio do estímulo à vida familiar, pois, conforme salienta Silva (2003, p.229), na família era

possível a formação de consciências católicas, já que nela se aprendia a rezar, a obedecer aos pais, a desenvolver uma devoção e a cumprir os sacramentos instituídos pela Igreja Católica. A importância do mundo rural na Restauração Católica decorria do fato de que para a Igreja, com base no conservadorismo romântico, “eram nestas pequenas comunidades que poderiam e deveriam ser formados cidadãos pacíficos, ordeiros e católicos” (Id., p.245), sendo ainda representativas como esteio de candidatos ao clero. Este clero deveria ser “comprometido com a igreja hierárquica, dedicado e preparado para o ministério da catequese, de evangelização em uma sociedade riograndense a ser recristianizada, ou melhor, recatolizada; atividades para as quais, aos olhos da Arquidiocese e jesuítas, não se encontraria facilmente candidatos no meio luso.” (Id., p. 258-59)

A partir destas concepções da Restauração Católica, reafirmadas e reproduzidas nas páginas do *FHI* e nos contos de Pe. Rambo, uma das causas de o Gambá Gigante representar uma ameaça ao mundo rural e à família, necessitando ser segregado e expurgado do meio católico rural, reside na sua infração do mandamento cristão –“não furtarás”- ao se apropriar das galinhas alheias. Ao infringir este mandamento, Gambá Gigante desobedece ao dogma cristão e à autoridade religiosa e, deste modo, quebra a hierarquia e coloca em risco sua salvação, servindo de mau exemplo para os moradores do Basseredão. Na ótica dos articuladores da Restauração, a infração deste mandamento não afeta apenas a esfera pessoal, mas também a social e a coletiva. Esta dimensão negativa foi ressaltada por Franz Metzler (1932, p.102), ao tratar dos diversos delitos que se enquadram no 7. mandamento, na *Katholikenversammlung*, realizada, em 1932, na Colônia Selbach: “onde se mente e se rouba aberta e egoisticamente, onde os maiores mentirosos e ladrões são admirados, imitados e invejados pelo seu sucesso, em vez de serem desprezados; lá a sociedade está doente e lá é preciso que os 10 mandamentos de Deus sejam gravados na memória das massas, de modo que a consciência pública novamente os professe.”⁸

Gambá Gigante e os freqüentadores de seu barraco também constituem uma ameaça aos ideais da Restauração porque durante o transcorrer das galinhadas jogavam e bebiam, práticas que não deveriam ser seguidas e nem adotadas pelos católicos do Basseredão. O jogo e a bebida foram duas práticas condenadas pela Igreja e pelas lideranças afinadas com

⁸ A tradução desta fonte em língua alemã, bem como das demais utilizadas ao longo do trabalho, foi realizada pela autora deste texto.

o catolicismo ultramontano em virtude dos malefícios que traziam para a família e a vida comunitária, duas categorias centrais da Restauração. Os vícios da bebida e do jogo foram hábitos condenados em diversas publicações católicas, entre elas o almanaque *Der Familienfreund*, e nos *Katholikentage*. Os perigos da bebida e do jogo residiam, nesta ótica, no fato de que corrompem os costumes, a ordem, a religiosidade e a família, conduzindo ao materialismo, ao retrocesso cultural e à desunião. Na *Katholikenversammlung* de 1926, Ernst Bender (1928, p.51) delineia, em sua preleção, um perfil do jogador e das conseqüências negativas que o jogo acarreta para a vida pessoal e do grupo:

Quem é um jogador apaixonado distancia-se do caminho da cultura, pois ele não tem mais interesse por nada; todo seu pensamento e toda sua ação estão direcionados para as cartas. Com um homem assim não se pode mais falar, nem conversar; nada lhe interessa; cada prédica, cada conselho perdem-se junto a ele sem efeito. Não é possível socorrer o jogador. Ele se embrutece no que concerne aos costumes, torna-se inconstante e indolente e perde-se para a cultura e muitos também estarão perdidos em toda a eternidade.

O vício da bebida também é representado como uma prática de desdobramentos funestos para a vida familiar como ilustra o conto *Durch Trübsal geläutert* (Purificado pela tribulação), publicado no *Riograndenser Marien-Kalender*, outro almanaque de orientação católica editado em Porto Alegre. Neste conto a personagem Anton adquire o vício da bebida e, em decorrência dele,

tudo que ele ganhava era ofertado ao deus da sede, era vertido na ávida barriga. Sua mulher em casa podia viver na indigência, podia esperar à noite aflita por ele. Para isso ele há muito não tinha mais compreensão e sentimentos. A isso se acrescia com crescente freqüência as maneiras rudes, as descomposturas e as maldições quando do seu regresso ao lar e os maus tratos causados por suas mãos brutas à sua infeliz mulher durante a embriaguez. (Gansweidt, 1927, p.35)

O perigo que Gambá Gigante representa para os valores católicos e o mundo rural ainda decorre da realização dos fandangos e arrasta-pés em seu barraco, práticas igualmente condenadas pela Igreja Católica. A condenação de bailes e outros divertimentos similares relaciona-se, conforme salienta Azzi (1993, p.77), com a “espiritualidade marcadamente monacal”, a qual permeava também a organização social da prática cristã, que “foi inspirada e pautada em grande parte por princípios da ascese que orientavam os conventos e os claustros.” (Id. Ibid.) Bailes, danças e práticas similares, entre eles o *Kerb*, constituíam uma ameaça na ótica dos articuladores da Restauração porque deturpavam a moral e os bons costumes, na medida em que eram considerados “um solo pantanoso no qual o lírio da castidade soçobra.” (Lassberg, 1932, p.97) A castidade assumia um papel significativo no

ideário da Restauração, cabendo-lhe, na ótica de Pe. Lassberg, um papel central no desenvolvimento dos povos e dos Estados, especialmente no âmbito social, além de ser apontada como “o baluarte da família, do Cristianismo e da verdadeira cultura.” (Id., p.94) Além de serem atentatórios à castidade, os bailes constituíam “lugares de tentação” (Bender, 1930, p.130) para os colonos, pois neles “o demônio do alcoolismo e o vício da fanfarronice, a intemperança em qualquer relação e o diabo da volúpia realizam as suas orgias”(Id. Ibid.), excessos esses em parte também presentes no fandango do Gambá. No barraco

a algazarra era tão grande que não se entendia a própria palavra. Dançavam com tanta fúria que as tabuinhas do telhado matraqueavam e o barraco balançava de um lado para o outro. Em meio à cachaça derramada, viam-se pernas de galinha e garrafas quebradas sobre a mesa. O Gambá Gigante carregava um garrafão depois do outro para dentro.” (Rambo, 2002, p.106)

Na ótica dos articuladores da Restauração, os bailes e as danças precisavam ser combatidos em virtude da procedência de algumas práticas dançantes, consideradas inferiores do ponto de vista cultural e social. As danças modernas eram vistas como “de origem pagã” (Bender, 1928, p.56) e praticadas por povos bárbaros, originárias, em sua maior parte, da Malásia, cuja população encontrava-se no estágio cultural inferior e constituía-se basicamente de “canibais”. (Id. Ibid.) Sua prática trazia consigo a decadência cultural, razão pela qual, na ótica de Bender, precisavam ser duramente combatidas. Os fandangos, por sua vez, eram vistos pelos articuladores da Restauração como “um resto da época da escravidão”(Der zweite Versammlungstag, 1900, p.44), um tipo de diversão que nascera em virtude da exclusão dos escravos dos bailes, de péssima fama em muitos lugares, um mal que “dá livre acesso à desordem dos costumes”(Id. Ibid.), necessitando, por isso, serem terminantemente proibidos. A associação do fandango a práticas de negros também está presente no episódio em análise. João e seus companheiros, antes de se dirigirem ao barraco de Gambá Gigante, “pintaram com fuligem os rostos e as mãos, de preto. Pareciam negros.” (Rambo, 2002, p.106) Esta caracterização das personagens evidencia que os participantes do fandango eram dessa cor, daí a necessidade de se pintarem para não destoarem do grupo no barraco.

A expulsão do Gambá Gigante do Basseredão torna-se necessária na lógica do conto e da Restauração pelo fato de a realização de galinhadas e fandangos introduzir elementos estranhos ao grupo católico de origem alemã, pois nessas ocasiões “apareciam fabricantes

de erva e tropeiros da Serra, além de um monte de brasileiros lá das bandas do rio Torto e alguns vagabundos da vila.” (Id., p.105) Na Restauração Católica, a formação e manutenção de comunidades rurais homogêneas do ponto de vista étnico e religioso foram questões representativas debatidas em diversas instâncias e apoiadas pela “resolução 102” (Silva, 2003, p.233) que ordenava a fundação de uniões populares em conformidade com a índole e a língua da população. Esta resolução, traçada conforme orientações de Pio X, segundo assinala Silva (Id., p.235-36), “determinava a interligação direta entre germanidade e religiosidade e estimulava a formação de comunidades teuto-católicas.” Esta idéia de homogeneidade concretizou-se nos projetos de colonização efetuados pela Sociedade União Popular, entre eles o de Porto Novo. Estas questões, por sua vez, inseriam-se no ideário da missão da germanidade católica, ou seja, a idéia de que

o povo germânico, a semelhança do povo luso no período das grandes navegações e colonizações dos séculos XV, XVI e XVII, era portador e investido da ‘missão’ de levar a palavra de Deus aos católicos e desraigados da Igreja: uma germanidade católica chamada e eleita por Deus para os seus desígnios. (Grifos da Autora) (Id., p.238)

A preservação da identidade étnica dos colonos católicos foi um aspecto privilegiado pelos jesuítas com o objetivo de “utilizá-la como instrumento (de poder) de um projeto de restauração católica rural”(Id., p.8), a partir da idéia de que por meio da permanência dessa identidade os imigrantes e seus descendentes manteriam “sua catolicidade e, assim, práticas religiosas, que poderiam ser diretamente instrumentalizadas como recurso de poder para o sucesso do projeto ultramontano de Restauração no Estado.” (Id., p.9) A preservação da germanidade por meio da formação de núcleos católicos etnicamente homogêneos foi defendida pelos articuladores da Restauração a partir do argumento de que

a mistura de pessoas pertencentes a diversos povos e raças é um grande mal. Dificulta a cura das almas e impede a nós de origem alemã o desenvolvimento do herdado modo de ser. A experiência ensina que eles, sejam alemães ou italianos, melhor progridem onde podem interagir com as suas virtudes étnicas. (Katholikenversammlung in Neu-Hamburg, 1928, p.17)

A necessidade de se formar e manter comunidades homogêneas do ponto de vista religioso os articuladores da Restauração baseavam na idéia de que

Onde os católicos moram com pessoas de outro credo religioso torna-se extremamente difícil, e muitas vezes impossível, a criação de escolas e de comunidades eclesiais, conduzindo também a casamentos mistos, que ocasionam uma divisão na família, e freqüentemente a uma indiferença nas questões religiosas. (Id. Ibid.)

Assim, a expulsão do Gambá Gigante e dos freqüentadores do seu barraco constitui um mecanismo que visa assegurar um mundo católico rural harmônico, homogêneo e voltado sobre si mesmo. Esta meta pretendida pelos contos de Pe. Rambo e pelo *FHI* também está presente em outra zona de contato na qual ocorre a derrocada e o expurgo de outra personagem indesejada no mundo rural católico: o caixeiro-viajante.

De andarilhos e citadinos mal-vindos

O caixeiro-viajante aparece no episódio intitulado “A história do Bolobes e de suas baguinhas” integrante do conto *Warum de Hannes Jesuitebruder wor is*. Bolobes é caracterizado pelo narrador como um homem pobre, mas trabalhador, que recebeu outrora esse nome engraçado por não se lembrar do nome do invólucro para cartas. Ao ser informado na venda de que o invólucro se denominava de envelope respondeu “é isso mesmo (...) eu quero um bolobes.” (Rambo, 2002, p.111) Perto da casa do negociante, no Basserdão, Roque, filho de Bolobes, brincava com baguinhas que saltam ao serem lançadas ao solo. Ao ver este movimento das frutinhas, o caixeiro-viajante resolveu pregar uma peça no Bolobes, afirmando que elas tinham muito valor comercial na cidade, especialmente na confecção de artefatos de borracha, razão pela qual oferece dez mil réis por um quilo das baguinhas. Bolobes aceita a proposta e colhe vinte quilos de baguinhas. Ao vê-las na venda, o caixeiro-viajante percebe que está em apuros, pois “fez uma cara de um bode que levou uma facada” (Id. Ibid.) e “ficou branco como leite de cabra”(Id. Ibid.) É ameaçado pelo Bolobes: caso não pagasse os duzentos mil-réis, receberia uma surra e seria amaciado como couro de veado. O episódio resulta na partida do caixeiro-viajante que, após pagar ao Bolobes o valor estipulado, montou na sua mula, deixando as baguinhas na casa do comerciante, e foi embora sem olhar para trás.

A figura do caixeiro-viajante também está presente no conto *Wie dat Pittche Pada woa is*, especificamente no episódio intitulado “Como o Pedrinho se meteu com os porcos”. Um caixeiro-viajante que se gabava do seu dinheiro e da agilidade de seu cavalo na carreira foi desafiado pelo pai do Pedrinho, o qual resolve apostar que a porca criadeira de sua propriedade, denominada de velho Satanás, era mais veloz do que o cavalo do caixeiro. A aposta no valor de quinhentos mil-réis, efetuada em favor da igreja, foi vencida por Satanás

graças a um estratagema utilizado pelo pai de Pedrinho. Construiu no potreiro duas cercas de tábuas, uma perto da outra, medindo em torno de meio metro de altura e quinhentos metros de comprimento. Deixou-as abertas na frente e, atrás, acrescentou dois cercadinhos consecutivos, colocando, no entanto, entre eles uma portinhola. No dia da corrida, duas semanas após a aposta, o pai de Pedrinho prendeu o velho Satanás no cercadinho da frente e os cachorros – Gigante, o brasino, a cadela e o guaieca – no cercado de trás. Ao começar a corrida, abriu a portinhola entre os cães e Satanás, atizando os cachorros, o que fez com que a porca disparasse. Resultado da corrida: o cavalo do caixeiro-viajante não tinha corrido cem metros e o velho Satanás já disparava morro acima.

A zona de contato neste episódio, do mesmo modo que no caso do Gambá Gigante, na qual interagem o caixeiro-viajante e os colonos católicos de origem alemã caracteriza-se pela fragmentação que opera por meio da diferenciação e do expurgo do outro. Os dois episódios envolvendo o caixeiro-viajante, nos quais predominam sua derrota e saída do mundo rural, estabelecem uma diferenciação a partir da procedência das personagens. De um lado, estão os colonos católicos de origem alemã e, de outro lado, o caixeiro-viajante oriundo do meio urbano. Uma segunda diferenciação consiste na ocupação das personagens envolvidas e suas implicações. Os católicos de origem alemã são sedentários, pequenos agricultores e criadores de porcos enraizados no mundo rural. O caixeiro-viajante é um ser nômade em função de sua atividade de representante de casas comerciais, firmas e indústrias instaladas na cidade. Uma terceira diferenciação é de ordem moral. Os colonos católicos são representados como trabalhadores, modestos, respeitadores e religiosos. O caixeiro-viajante é tematizado como arrogante, proseador, alguém que se vangloria de seu dinheiro e de seu cavalo e desvaloriza os colonos, considerando-os ignorantes e passíveis de serem ludibriados com facilidade. Devido a essas diferenças, o caixeiro-viajante é neutralizado por meio da astúcia do pai de João e do Bolobes e desqualificado, tratamento que ocasiona a sua saída do mundo rural católico.

A neutralização do caixeiro-viajante torna-se necessária dentro da lógica dos contos porque suas atitudes e sua procedência opõem-se às categorias idealizadas e defendidas pelo projeto de Restauração Católica. Da mesma forma que o Gambá e os freqüentadores do seu barraco, o caixeiro-viajante também fere os valores cristãos ao praticar o pecado da soberba, pois “proseava além de todas as medidas com muito dinheiro que tinha na guaiaca

e como seu cavalo era bom de carreira.” (Id., p.37) Esta soberba ainda se manifesta no fato de o caixeiro-viajante se considerar superior às personagens do mundo rural, na medida em que “se julgava muito mais do que os colonos ignorantes”(Id. Ibid.) e considerava o Bolobes “um desses colonos ignorantes.” (Id., p.111) Ao se orgulhar de sua pretensa superioridade e ao desqualificar e tentar ludibriar os colonos, o caixeiro-viajante entra em choque frontal com os valores da Restauração Católica, por apresentar uma conduta que desvaloriza e desdenha o principal componente deste projeto: o colono católico de origem alemã. Além disso, o caixeiro-viajante é um ser nômade que não possui raízes, que transita entre diversos espaços e culturas, não cultiva a lavoura ou cria animais, portanto, em oposição ao elemento rural ensejado pela Restauração: pequeno agricultor e vida no campo, enraizamento nos valores cristãos e alemães. Esta valorização do colono e do mundo rural encontra-se explicitada em uma preleção da *Katholikenversammlung*, ocorrida em 1930, na qual se acentua que

O campesinato é a primeira e a mais necessária categoria de nossa vida corpórea: ele providencia o pão de cada dia. O agricultor, graças ao seu trabalho, depende diretamente do criador da natureza, o qual concede a chuva e a luz do sol, o crescimento e a fertilidade. Por causa disso, a religiosidade e os bons costumes devem ser, em medida especial, próprios da população rural. O campesinato é o fundamento do Estado e do progresso. Por isso, cada governo deve procurar fomentar a agricultura. (Scheid Sobr., 1930, p.113)

Esta importância imputada ao mundo rural reflete-se nos contos de Pe. Rambo por meio da centralização da ação nas picadas denominadas de Sampaio e Basseredão e por meio da representação dos colonos como bem sucedidos em seus empreendimentos. O pai de Pedrinho, o Matias Batata, por exemplo, “plantava, colhia e vendia sempre uma enormidade de batatas.” (Rambo, 2002, p.23) e, na opinião do padre, “ninguém colhe tantas batatas (...) ninguém cria tantos porcos e tão gordos” (Id., p.49) O colono e sua laboriosidade também foram convertidos pelos jesuítas e por D. João Becker em elemento “diacrítico sócio-econômico rural” (Silva, 2003, p.245) de uma identidade alemã-brasileira, a partir de referências do conservadorismo romântico que, por sua vez, “inspirava-se na harmonia e unidade do mundo rural da Cristandade Medieval.”(Id. Ibid.)

O caixeiro-viajante ainda necessitava ser neutralizado porque representava um perigo que vem da cidade, embora fosse uma figura corriqueira no universo rural e importante para o desenvolvimento das relações comerciais. Em sua condição de representante de casas comerciais e de outros estabelecimentos do meio urbano, o caixeiro-

viajante atua como intermediário entre a cidade e o campo. Nesta sua trajetória “traz, com os ecos da política, da atualidade, da moda e da civilização moderna, uma boa dose de sonho à imaginação dos sedentários camponeses.” (Roche, 1969, p.433) Ao trazer para o mundo rural as notícias, as novidades e os novos comportamentos, o caixeiro-viajante introduz nas colônias elementos diferentes e modernos, oriundos da cidade, que, ao serem adotados, poderiam levar à quebra do controle e da hierarquia ensejados pela Restauração.

Em virtude dessas características, o caixeiro-viajante precisa ser vencido, neutralizado e banido do mundo rural. Este processo, que apresenta aspectos do *Schwank* (Hein, 1991), ocorre por meio da astúcia e esperteza de Bolobes e de Matias Batata, o pai de Pedrinho, que conseguem reverter em seu favor uma disputa inicialmente favorável ao caixeiro-viajante, invertendo por meio de ardis os papéis e os atributos das personagens no início do episódio. Esta reviravolta tem uma função didático-pedagógica clara: valorizar o colono por meio da afirmação e exaltação de sua superioridade sobre o representante do meio urbano. Assim, a lição aplicada pelos colonos ao caixeiro-viajante deve ser entendida como uma estratégia acionada para reforçar a identidade rural católica, categoria de identificação e de diferenciação cara à Restauração.

A supremacia do colono sobre o caixeiro-viajante ainda é demonstrada nos episódios em questão por meio da desqualificação deste representante do meio urbano. Sua desqualificação está presente no epíteto que lhe é dado pelo Bolobes: “citadino lustroso”(Rambo, 2002, p.111), que remete à ostentação, às aparências, ao engano e ao engodo, atributo reforçado pela denominação “príncipe de chinelo” (Id. P.37), a qual desnuda a verdadeira condição do caixeiro-viajante. Esta denominação resulta do fato de que ele se vangloriava do muito dinheiro que trazia consigo, por isso, os colonos resolveram abrir “às escondidas, a guaiaca do proseador e dentro só encontraram um par de chinelos velhos e nenhum vintém em dinheiro.” (Id. Ibid.) A desqualificação do caixeiro-viajante ainda verifica-se na ausência de seu nome, sendo apenas denominado a partir de sua condição profissional, enquanto que todas as outras personagens dos contos, inclusive os animais, possuem um nome próprio que lhes assegura o reconhecimento de sua identidade pessoal.

A idéia de que os elementos citadinos são perigosos e, por isso, precisam ser evitados e/ou vencidos, estabelecendo-se uma fronteira nítida entre o espaço urbano e o

rural, insere-se em um processo de crítica à sociedade moderna acionado pela Igreja Católica já no século XIX. Kreutz (1991, p.32) considera que o “período de 1864 até meados do século XX é um período de ataques e condenações violentas da Igreja para com o Mundo Moderno que se laicizava, caminhava autonomamente”, condenações essas que se tornaram oficiais com a encíclica *Quanta Cura* de Pio IX, em 1864. A desvalorização do cidadão como uma estratégia de valorização e de reforço dos critérios internos e externos da identidade católica rural também se insere nas orientações da Arquidiocese referentes a evitar o contato com elementos urbanos. Nesta ótica, conforme salienta Silva (2003, p.246-47),

o ‘outro’ urbano deveria ser evitado porque ele não seguia corretamente os sacramentos, e, por isso, colocava em risco a sua salvação; e, além disso, seguia idéias liberais, socialistas e anarquistas, que incentivavam comportamentos anticlericais e defendiam questões sociais que negavam a organização tomista hierárquica da sociedade, e que poderiam comprometer o projeto católico de recristianização da sociedade rio-grandense. (Grifos da Autora)

A desvalorização de elementos urbanos ainda se manifesta de outras formas nos contos de Pe. Rambo. No conto *Wie dat Pittche Pada woa is* ocorre a oposição campo e cidade por ocasião da escolha do nome para Pedrinho, portanto, a instituição de sua identidade. A filha do velho Eu-Disse, a Maria, sugeriu nomes que estavam em voga na cidade, como Darcy, Ubirajara e Lulu. Estas sugestões de nomes são ridicularizadas pelas filhas do Matias-Batata, a Isabel, a Luísa e a Catarina, “que riram às gargalhadas. Disseram que não passavam de nomes de cachorros.” (Rambo, 2002, p.23) Por meio da ridicularização e inferiorização, concretizadas por meio das gargalhadas e da comparação com animais, os costumes da cidade são desqualificados, estratégia essa que ainda se manifesta em outro momento do mesmo conto. A filha mais nova do velho Tenho-Dito chama-se Sônia, denominação que o narrador desqualifica, afirmando que “esse nome bobo a Maria trouxera da cidade.” (Id., p.55) Assim, o uso de nomes procedentes da cidade é aqui neutralizado pelo riso e pelo deboche que servem como estratégia para afirmar os nomes do mundo rural. Essa afirmação dos valores rurais ainda ocorre por meio da imposição. No conto em questão,

o Matias-Batata bateu com o punho sobre a mesa e falou que não permitiria tal coisa em sua família, que o primeiro Schneider, que fora o pai do avô do pai do Matias-Batata e que viera da Alemanha e morava na Picada dos Portugueses, se chamara Pedro. Tinha sido um homem sobre o qual se podia construir uma igreja e, por isso, o menino receberia o nome de Pedro, quando batizado, e que ninguém se metesse.” (Id., p.23)

Aqui a autoridade paterna não se manifesta apenas com o intuito de acabar com a intenção de adotar costumes da cidade, mas também com o objetivo de reforçar valores patriarcais, católicos e étnicos. Eleger o nome de um antepassado, do ponto de vista religioso, significa respeitar os antepassados, remetendo assim à obediência ao quarto mandamento cristão: “honrarás teu pai e tua mãe.” Além disso, o nome Pedro remete a São Pedro e às origens do Cristianismo e da sua institucionalização, questão essa aludida na qualificação atribuída ao antepassado de Pedrinho: “um homem sobre o qual se podia construir uma igreja.”(Id. Ibid.) Adotar o nome de Pedro também significa honrar os antepassados que vieram da Alemanha e preservar a memória da imigração e colonização alemãs.

A fim de que os moradores do Basseredão e do Sampaio e por extensão os leitores do *FHI* não se desvirtuem do caminho ensejado pela Igreja, torna-se necessário fragmentar o grupo, apontando os “intrusos” e os “estranhos” como portadores de características e praticantes de ações que são prejudiciais ao grupo. Por isso, precisam ser neutralizados e afastados para que não paire mais nenhuma ameaça no mundo católico rural e para que as condutas dos “intrusos” não sejam maus exemplos capazes de induzir ao desvio das normas estabelecidas.

II De racistas, forasteiros e miscigenados em *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog

Na obra *Um rio imita o Reno* a zona de contato ocorre na cidade de Blumental, no sul do Brasil, caracterizada pelo narrador “como uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas. Tudo nela, à exceção do jardim, era grave, rígido, tedesco” (Moog, 1973, p.13). Trata-se de uma cidade na qual os imigrantes e seus descendentes preservam os costumes, as tradições e a língua alemãs, bem como os laços de pertencimento à Alemanha, “uma terra distante no espaço, mas próxima do coração.” (Lara, 1989, p.16). Este caráter “alemão” da cidade encontra-se aludido no próprio título da obra, ou seja, um lugar que em “tudo imita a Alemanha. Até a natureza, para ser agradável, pôs à nossa disposição um rio que imita o Reno....” (Moog, 1973, p.175) A zona de contato em Blumental apresenta como característica principal “o encontro de dois mundos diferentes” (Id., p.134) que se posicionam assimetricamente e

estão marcados pela fragmentação que se concretiza nas estratégias de diferenciação e de expurgo do outro, decorrentes do racismo (Kuon, 2000, p.435) que, na acepção de Correa (2004, p.31) “assume uma posição central no romance”, regendo as relações entre brasileiros e alemães e seus descendentes⁹ e estruturando o universo diegético do romance. O núcleo central desta zona de contato consiste no conflito que se estabelece entre a família Wolff, proprietária do curtume e da fábrica de calçados, e Geraldo Torres, engenheiro, natural do Amazonas e procedente do Rio de Janeiro, que vem a Blumental com a missão de construir uma hidráulica. Este conflito eclode em decorrência do namoro que Geraldo entabula com Lore Wolff, elemento central da trama romanesca de *Um rio imita o Reno*, na medida em que esta ligação afetiva acirra os preconceitos raciais da família Wolff. É em nome da superioridade ariana que Marta Wolff proíbe o namoro de sua filha Lore com Geraldo, conseguindo também expulsar o engenheiro de Blumental.

Para a construção desse universo diegético, Vianna Moog vale-se do romance de tese, ou seja, de uma forma literária narrativa baseada em “estratégias do tipo argumentativo e marcado quase sempre por sistemas ideológicos claramente estabelecidos, cuja pertinência axiológica se pretende evidenciar.” (Reis; Lopes, 1987, p.353) Esta opção se traduz no emprego de certas categorias na composição do universo ficcional de *Um rio imita o Reno*, como observa Lara (1989, p.16): “a trama principal é entremeada pela voz do narrador, que se sobressai quando apresenta idéias e reflexões, propõe teorias, disserta sobre conceitos, critica sistemas de governo: deixa entrever, assim, o ensaísta de grandes conhecimentos e hábil em esgrimir idéias que está por trás da narrativa ficcional.”

A partir deste viés interpretativo, parte-se da idéia de que a zona de contato construída em *Um rio imita o Reno*, baseada na diferenciação e no expurgo do outro, visa demonstrar a tese de que o racismo se concentra na elite econômica e cultural, urbana e de origem alemã, representada principalmente pela família Wolff, elite essa também partidária do nacional-socialismo, assumindo, assim, o romance um caráter de denúncia.

⁹ Ainda que o conflito entre a família Wolff e Geraldo Torres seja o núcleo central da trama romanesca de *Um rio imita o Reno*, a questão dos preconceitos de raça e de classe e das hierarquizações das identidades ocorre ao longo do desenrolar da ação, estando o encontro das personagens constantemente marcado pela emissão de juízos de valor em relação à sua origem. Esta questão já foi aventada por Correa ao afirmar que “a interação entre os grupos ocorre já desde o primeiro momento sob o peso das suas experiências anteriores e também dos preconceitos presentes em cada um (...) através de suas personagens, Vianna Moog apresenta diferentes possibilidades de auto-imagem e de percepção do outro, todas oriundas da interação entre brasileiros, alemães e teuto-brasileiros.” (Correa, 2004, p.32)

De arianos, nazistas e inferiores

A família Wolff representa a elite econômica e cultural arraigada aos valores alemães e à idéia da superioridade ariana que se tornam visíveis por meio do uso da língua alemã em família e de sua casa majestosa e acastelada, na qual as paredes “enfileiravam cabeças de cervos, chifres de veados nórdicos” (Moog, 1973, p.84) e na qual se encontram livros de Goethe e de Lessing ricamente encadernados, um quadro com vistas de Heidelberg, uma figura de Bismarck em bronze e um quadro de Adolf Hitler enfeitado com um ramo de miosótis.

Os principais defensores e praticantes da idéia de superioridade ariana são Marta e Karl Wolff. Marta, mãe de Lore e de Karl, é caracterizada pelo narrador como orgulhosa de ser descendente de alemães, de ter casado com um filho de alemão, considerando-se ela mesma uma autêntica alemã, e como portadora de “tremendos e invencíveis preconceitos de raça.” (Id., p.133) Marta é admiradora do nacional-socialismo e de suas teorias raciais. Graças à ascensão de Hitler ao poder “a Alemanha era de novo a Alemanha.” (Id., p.86) Em razão disso, defende a idéia de “quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro” (Id., p.85), considerando os brasileiros como pertencentes a uma raça inferior e dos quais “não se deveria esperar nada de bom.” (Id. Ibid.) Marta também é caracterizada como sendo adepta do anti-semitismo (Nipperdey, 1976), pois ao descobrir em sua casa obras de um autor judeu, mandou queima-las. Na sua opinião “Freud era um judeu desprezível” (Id., p.178) e as autoridades brasileiras, na década de 1930, “deveriam também proibir esses médicos judeus de clinicar. Um horror! Estão invadindo tudo.” (Id., p.99) Caso ela pudesse, “mandava enforcar todos os judeus.” (Id., p.102) Na ótica de Marta, a nova Alemanha de Hitler se concretiza em Otto Wolff, médico em Berlim e primo de seu marido, no qual também vislumbrava o marido ideal para Lore. Para Marta “primo Otto era Alemanha moderna ... Primo Otto era decerto a ciência contemporânea do nacional-socialismo(...) Sim, o doutor Otto Wolff era a Nova Germânia.” (Id., p.168-69) Esta idéia de pureza racial que Marta defende com tanta veemência encontra-se metaforizada na limpeza da casa, pois “o espelho do guarda-chapéus resplandecia. Tudo limpo, escariolado. Não se notava ali o mais longínquo sinal de poeira.” (Id., p.41)

Em função de sua crença na superioridade ariana, Marta considera qualquer tipo de relações inter-raciais extremamente prejudiciais. Não tolera que seu neto Paulinho brinque na calçada de casa com os “mulatinhos do Cardoso”. (Id., p.101) Está convicta de que os modos independentes de sua filha Lore era “tudo resultado de haver transigido em mandar educá-la num colégio católico, junto com moças de outra raça.” (Id., p.87) Esta intolerância estende-se também às sociabilidades da elite em Blumental. Marta reputa como intolerável a admissão de Geraldo como sócio da Sociedade Ginástica e sentencia: “até no tênis os pretos já estão entrando?! *Ach!* Blumental está ficando inabitável.” (Id., p.88) O racismo de Marta manifesta-se plenamente ao tomar conhecimento do namoro de Lore com Geraldo, proibindo-o terminantemente: “não suporto a idéia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava.” (Id., p.85) Na ótica de Marta, “mesmo que não fosse possível casar a filha com um alemão, tinha de ser com um filho de alemão, como ela.” (Id., p.86)

Karl Wolff, filho de Marta, é caracterizado pelo narrador como portador de “movimentos bruscos, ginásticos, angulosos (...) de olhar duro, arrogante, visionário, fanático.” (Id., p. 58) Não se interessa por política brasileira, pois “vivía de olhos voltados para os problemas europeus.” (Id., p. 61) Não tem maiores conhecimentos da história brasileira, valorizando apenas poucos episódios em que os alemães tomaram parte, entre eles a Guerra do Paraguai “que o Brasil não teria vencido, se não fosse a ajuda dos primeiros colonos alemães”. (Id., p.62) Para Karl, o 13 de maio fora um engano ao proporcionar a “liberdade da negrada”(Id. Ibid), pois, na sua opinião, os negros era “uma gente que podia afinal de contas continuar escrava e não precisava andar por aí a faltar com o respeito aos arianos.” (Id., Ibid.) Karl considerava que o comércio e a indústria no sul do Brasil eram “fruto exclusivo do esforço germânico” (Id., Ibid.) Karl também é partidário do nacional-socialismo, sendo admirador de Hitler e de sua atuação política. Considerava que

Felizmente na Alemanha velava um homem forte, batalhando em várias frentes e tendo atrás de si uma nação invencível. Um homem extraordinário que de simples pintor de paredes, de simples soldado na Grande Guerra se transformara pelo próprio gênio no maior dos alemães (...) o mundo nunca conhecera um político como aquele. Maior que Frederico II., maior do que Bismarck! Salvava a Europa do comunismo, abaixava a proa da Inglaterra e livrava a Alemanha dos judeus, esses traidores. Além disso, reduzia o tratado de Versalhes, essa vergonha, a um farrapo de papel. (Id., p.61)

Do mesmo modo que Marta, também Karl é partidário da teoria racial do nacional-socialismo, defendendo a idéia de que a manutenção da pureza racial deve predominar sobre as opções pessoais e os sentimentos: “acima da dor dos indivíduos, do perigo das guerras, estava o Império alemão, a raça alemã! As pessoas, as famílias passavam, mas a raça e a nação eram eternas.” (Id., 171-72)

A idéia da superioridade ariana e a simpatia pelo nacional-socialismo também se fazem presente no principal ponto de sociabilidade da elite de Blumental – a Sociedade Ginástica – caracterizada pelo narrador como “antro de germanismo e de agravo aos brasileiros.” (Id., p.140), no qual “as estantes embutidas estão cheias de publicações recentes da Nova Alemanha: desde o *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, ao *Das dritte Reich*, de Moeller van den Bruck; desde o *Staat, Bewegung, Volk*, de Hans S. Ziegler ao *Praktische Kulturarbeit im dritten Reich*, de Hans S. Ziegler” (Id., p.44), contendo apenas um livro brasileiro: *Por que me ufano do meu país*, de Affonso Celso. Da biblioteca da Sociedade também desapareceram as obras de Heinrich Heine, escritor alemão de ascendência judia, ação essa atribuída à diretoria.

Geraldo Torres constitui a outra parte desta zona de contato que “vem desencadear um conflito de culturas e de raças: ele é o elemento cuja descendência e origem, o extremo norte do país, fazem com que a percepção do preconceito racial se tinja de cores mais fortes e agressivas.” (Lara, 1989, p.16) Geraldo é brasileiro, de pele bronzeada, de cabelos negros e de antepassados índios, pois sua mãe era nheengaíba. O engenheiro não acredita “em superioridade de raça. Enquanto não me provarem que uma raça possa independer das condições do meio, reservo-me o direito de não levar essa história a sério.” (Moog, 1973, p.159) Geraldo “como sua mãe, não distinguia entre brancos, judeus, sírios, pretos e caboclos. Aceitava ou repelia instintivamente a cada um individualmente, mas não sabia compreender um ódio universal contra um povo, uma raça.” (Id., p.73) Por essa razão não tem restrições à obra de Heinrich Heine, o qual é “o lírico alemão de sua preferência.” (Id., p.44) Geraldo, na ótica do narrador, “era filho duma terra nova, duma raça adolescente, duma civilização diferente da européia, duma civilização sem preconceitos absurdos, sem a obsessão do heroísmo e da guerra.” (Id., p.184)

Estas características físicas e as idéias de Geraldo acerca da questão racial diferenciam o engenheiro da elite representada pela família Wolff. Assim, o critério racial

torna-se o cerne do processo de diferenciação na zona de contato, pois, por meio desta estratégia de construção simbólica, enfatiza-se as distinções entre as duas partes e a impossibilidade de uma convivência e aciona-se o expurgo do outro que redundará na expulsão de Geraldo de Blumental. Aos olhos de Marta Wolff, Geraldo é um inimigo que precisa ser combatido, visto que é um mestiço e um “homem de raça inferior.” (Id., p.85) Seu relacionamento com Lore e uma possível união matrimonial é para Marta algo inadmissível: “mas uma alemã com um negro?...era demais. Uma afronta ao espírito da raça.” (Id., p.86) Na ótica de Marta, Geraldo, por ser brasileiro, é, por definição um homem promíscuo e doente, e sentencia: “e ainda por cima o diabo do mestiço tomava banho no rio. Ah! Daquela água é que ela não ia beber. Da água em que ele se banhava. Viria cheia de sífilis. Frau Marta nem mesmo em pensamento usava a palavra sífilis, substituía-a por – *das grosse S* – o grande mal. No Brasil eram todos doentes.” (Id., p.87) Esta idéia de doença associada à raça também é defendida por Karl: “querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater, ele morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca...” (Id., p.88) Karl também está convencido de que os mestiços são “fracos, tarados, revoltosos, inadaptáveis, criminosos.” (Id., p.101) Marta também considera Geraldo um perigo porque, na sua opinião, integra o mesmo grupo que fizera com que durante a Primeira Guerra Mundial a elite econômica e cultural de Blumental fosse obrigada a hastear a bandeira nacional, um vexame que ela não perdoaria nunca, evidenciando seu julgamento não apenas preconceitos de raça, mas também de classe. Marta classifica este grupo de “uns pobres diabos, uns pobretões. Nunca passaram de funcionários públicos e medíocres empregados de balcão, de operários turbulentos e de péssima educação.” (Id., p.86) Em virtude disso, Marta proíbe o namoro: “então havia de entregar sua filha para um deles? Para aquele engenheiro bronzeado que ninguém sabia de onde vinha? De certo havia de ser um aventureiro. Mandar um homem daqueles construir a hidráulica! Boa coisa sairia dali!”(Id., p.86-87)

É em nome dessa idéia de superioridade racial dos arianos que Marta Wolff acaba com o namoro de sua filha Lore com o engenheiro Geraldo Torres, como uma forma de “preservar um lar da contaminação do sangue negróide” (Id., p.171), mesmo que essa proibição quase tenha custado a vida de sua filha, a qual, ao ter seu amor contrariado, adoece com febre tifóide. Graças a um acordo político entre a família Wolff e o prefeito, as

obras da hidráulica são interrompidas, medida que obriga Geraldo a abandonar a construção e Blumental, ocorrendo, por meio deste estratagema, o expurgo do forasteiro e do perigo que ele representa para a manutenção da pureza racial da elite econômica e cultural da cidade.

Por meio destas representações e por meio da hierarquização da pureza racial e da desqualificação do outro, do diferente, o narrador de *Um rio imita o Reno* procura demonstrar que o racismo e o nacional-socialismo se alojam nas elites de Blumental e fornecer aos leitores uma imagem do sul do Brasil em que predomina o enquistamento desta elite urbana de origem alemã e a sua refração a qualquer tentativa de tradução cultural (Hall, 2002, p.88-89) e miscigenação racial. Trata-se de uma localidade em que sobressai um “espírito germânico, brumal, impenetrável e misterioso para o homem de outras raças” (Moog, 1973, p.51) e que faz Geraldo ter “vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil.”(Id., p.13) Nela, os pastores protestantes realizam propaganda anti-nacionalista por meio das aulas de religião e posicionam-se contra o ensino da língua portuguesa e a nacionalização, pois “no dia em que a colônia se nacionalizar por completo, eles não poderão mais vender seus jornais e fazer propaganda política, por conta da Alemanha.” (Id., p.118) Estes pastores também se recusam a realizar a cerimônia religiosa do casamento em língua portuguesa, prática “que não podia ser, porque a sua Igreja era ‘protestante, evangélica, de língua alemã’ (...) Era só o que faltava até a religião ter nacionalidade!” (Grifos do autor) (Id., p.118-119)

Este caráter “alemão” da elite de Blumental, evidenciado no romance, metaforiza-se no título da obra de Vianna Moog: *Um rio imita o Reno*, ou seja, um rio que mimetiza os padrões vigentes na Alemanha, sobretudo na Alemanha nacional-socialista, com suas idéias de superioridade ariana e com seu anti-semitismo. A referência aos valores alemães também está presente em dois símbolos - o rio Reno e a Lorelei – que reforçam uma identidade alemã no plano simbólico. O rio Reno adquire caráter de símbolo nacional no âmbito do pensamento romântico-nacionalista alemão, impulsionado pela ocupação napoleônica, ocorrendo, neste ideário, a elevação da região renana à condição de “antiga paisagem alemã *par excellence*” (Dieterle, 2001, p.99) e sua integração no processo de construção da identidade nacional alemã. Neste processo de “equiparação de uma paisagem à nação” (Id., p.111) também está presente a figura de Lorelei que em sua rocha, junto ao

Reno, seduz e enfeitiça com seu canto os tripulantes das embarcações, levando-as ao naufrágio. Neste processo de instrumentalização do rio Reno em símbolo patriótico e de identidade nacional a Lorelei também passa a integrar a cultura alemã que tinha nas paisagens renanas e nas sagas, das quais se origina esta figura mítica, uma de suas mais autênticas expressões. Em *Um rio imita o Reno* a Lorelei encarna-se em Lore Wolff, “a feiticeira branca” (Moog, 1973, p.53), a qual, do mesmo modo que sua antecedente mítica, enfeitiça Geraldo pela música, sendo “arrastado ao abismo pelas seduições de Lore.”(Id. Ibid.)

A tese de que a elite urbana de Blumental é racista, enquistada e refratária o narrador também demonstra no romance pelo contraste que estabelece entre este segmento social e a classe operária da cidade. Na ótica do narrador, o bairro operário de Blumental, onde reside a maioria dos trabalhadores da fábrica de calçados de Wolff & Filhos, caracteriza-se pela tradução cultural, especialmente no âmbito lingüístico, enquanto que a elite fala apenas o alemão entre si. Imbuído de uma visão idealizada, o narrador acentua que

Loiros, morenos, caboclos, mulatos, cafusos, negros, alemães, polacos, teuto-brasileiros, luso-brasileiros, viviam todos numa perfeita comunhão. Uma variedade humana como Geraldo ainda não tinha visto. Muitos deles manejavam indiferentemente o português e o alemão, mas a maioria falava uma língua à parte, um dialeto feito dos outros dois idiomas. Tratavam-se entre si com afetiva rudez. ‘Seu alemão duma figa’, ‘negro do diabo’ eram expressões que, à força de repetidas, haviam perdido entre aquela gente todo o poder agressivo. E não tinham eles preguiça de trabalhar. (Id., p.15)

Ao contrário da elite, os operários não possuíam preconceitos de raça, resultando que no bairro operário, ao redor da fábrica de calçados, havia “casais curiosos: teutos e alemães casados com cabrochas; alemães repolhudas casadas com morenos e mestiços. A garotada que brincava junto às obras afinava pelo mesmo diapasão: meninos loiros, morenos, tipos claros de cabelo vermelho, faces cheias de sardas; sararás de olhos muito azuis.” (Id., p.15-16) Esta ausência de preconceito racial o narrador também detecta entre os moradores do campo, especialmente entre as mulheres, pois “as coloninhas gostam de casar com brasileiro. Consideram isso uma honra. E depois...casando com brasileiro não precisam trabalhar na roça.” (Id., p. 118)

Esta denúncia a que *Um rio imita o Reno* se propõe é reforçada pela personagem de Geraldo que sofre os preconceitos, mas que também é alguém de fora do grupo capaz de

traçar uma radiografia mais acurada, na medida em que “aos olhos do forasteiro tudo é percebido com mais vivacidade, sob uma luz mais nítida.” (Lara, 1989, p.16) Esta condição de forasteiro fica caracterizada na seguinte descrição de Geraldo efetuada pelo narrador:

Apesar da tranqüilidade aparente dos gestos, via-se que não estava à vontade, que se movia num meio diferente do seu. O seu ar de surpresa ao escutar o coro de vozes que partia do caramanchão, onde os homens do Gesangverein faziam vibrar no espaço um Lied bávaro, ao ritmo festivo e marcial da banda de música; a maneira como olhava para os ranchos de garotas e meninos que passavam correndo de braços dados, a cordial indiferença com que comprava as cautelas que lhe ofereciam, o jeito voluptuoso de levar o cigarro à boca sensual, o seu andar descansado, tudo denunciava nele o forasteiro. (Moog, 1973, p.78)

Esse olhar acurado de Geraldo, decorrente de sua condição de forasteiro, é corroborado pelo seu modo de ser e pelo seu interesse na cultura alemã. Geraldo, como já foi salientado, é representado como isento de preconceitos raciais, portanto, alguém que enxerga o outro, o diferente, com imparcialidade e simpatia, procurando entendê-lo, razão pela qual “começava a aceitar Blumental de boa vontade.” (Id., p.15) Além de sua clareza de olhar, Geraldo é um observador com conhecimento de causa porque se interessa pela cultura alemã, sendo leitor assíduo de Heine, Nietzsche, Spengler e Goethe e um ser fascinado pela filosofia alemã. Por meio da leitura das obras destes autores e da música clássica, especialmente as composições de Bach e Wagner, Geraldo procura compreender os meandros e as especificidades do pensamento e da cultura alemães, constituindo-se, assim, uma personagem de fala autorizada pelo conhecimento e pela vivência.

A fragmentação acionada em *Um rio imita o Reno* por meio da diferenciação e do expurgo do outro não visa afirmar as relações de dominação que se instauram na zona de contato com base na superioridade ariana e nem apenas denunciar a presença de “estrangeiros” no Brasil e de seu racismo que expurgam o diferente de sua convivência. A obra visa ainda desmascarar e enfraquecer as idéias acerca da superioridade racial por meio da crítica e da capitulação, estratégias essas que também funcionam como um expurgo do outro, agora da elite de Blumental e do nacional-socialismo.

Do expurgo de pretensos arianos

A crítica às idéias de supremacia racial em *Um rio imita o Reno* encontra no Dr. Stahl seu maior representante. Dr. Stahl, médico de Blumental; partidário do liberalismo;

naturalizado brasileiro, mas de “sangue alemão desde o século XV” (Id., p.100); amante da política; e defensor da “liberdade em tudo”. (Id., p.103) Esta personagem funciona na economia da narrativa como um antagonista às concepções de Marta e de Karl acerca da raça, que são desconstruídas a cada instante pelos argumentos do médico, atuando como uma voz crítica de dentro do grupo. Dr. Stahl não perdoa aos judeus “o crime de terem dado a Bíblia a ler ao povo alemão, sobretudo o Velho Testamento”(Id., p.99), na medida em que após a sua leitura os alemães “ficaram malucos. Andam sempre à procura de um Moisés e com essa mania de superioridade da raça.”(Id. Ibid.) O médico entende como absurdo “falar de raça pura na Alemanha e na Itália”(Id., p.100), visto que era

A Itália, um ninho de úmbríos, vênnetos, árabes, norte-africanos, judeus, turcos, tudo. A Alemanha, o ponto de passagem de todas as invasões bárbaras do Oriente para o Ocidente, o cadinho de cruzamentos de bretões, germanos, de chineses, tártaros, mongóis. Vocês já viram o retrato do Keyserling? Mongol puro. Aliás, os nossos melhores pensadores e artistas, os Bach, os Händel, os Nietzsche, tinham sangue de eslavo ou de judeu nas veias. (Id. Ibid.)

Dr. Stahl, ao contrário de Marta, defende a idéia de que a inferioridade dos negros não vem da raça, mas “da escravidão, do regime em que viviam.” (Id. Ibid.) O médico argumenta que a fraqueza e a revolta atribuída por Karl aos mestiços não derivam da raça, mas do fato de serem resultados “das uniões sem amor, das uniões de baixa sensualidade.” (Id., p.101) Está convicto de que “na natureza como nas raças, deve-se praticar o enxerto em larga escala” (Id. Ibid), razão pela qual apóia os casamentos inter-raciais, desde de que tenham como fundamento o amor. Dr. Stahl também rejeita a concepção de Karl de que a repulsa ao negro é inata no branco, argumentando que se trata de uma questão de educação. Como prova de sua tese o médico relata o seu processo de formação:

Não, não gosto de negros. Mesmo que o quisesse, por um ato de vontade, não podia. Fui educado já com preconceitos raciais. Nesse tempo a Alemanha andava maluca com as teorias de Chamberlain e Gobineau. Agora seria difícil desintoxicar-se por completo. Infelizmente, não há purgativos espirituais para lavar a gente por dentro. (Id. Ibid.)

Dr. Stahl também expõe os interesses por detrás da proposta de filiação da Sociedade Ginástica de Blumental ao *Verband Deutscher Vereine im Ausland*, sediada em Berlim. A oferta de vantagens em termos de revistas, aparelhos de ginástica, barracas para os acampamentos da juventude seria uma estratégia da política nazista que, deste modo, pretendia “introduzir nas colônias alemãs o espírito nacional-socialista, por meio de

escolas, sociedades e igrejas, sob a direta orientação do Reich...Intercâmbio cultural, remessa de instrutores de ginástica, era só para uso externo...”(Id., p.142)

A crítica ao nacional-socialismo evidencia-se também na comparação que Geraldo efetua entre um bando de pardais na praça de Blumental e a apresentação, na mesma localidade, de um grupo da juventude hitlerista com seus rufos de tambores, marchas, alinhamentos, canções guerreiras e a saudação *Heil Hitler!* Ao observar os pássaros na praça e a manifestação nazista, Geraldo dá-se conta que os pardais, do mesmo modo que os nacional-socialistas, grasnam e fazem um barulho ensurdecedor, não deixando espaço para outras vozes. Na opinião do engenheiro, os pardais “só queriam atordoar, apossar-se do ninho dos outros, e que o seu lema era este: abaixo os diferentes!” (Id., p.22), fazendo com as outras aves canoras sejam obrigadas a emigrar, ação que traz consigo a expulsão da diferença e da alteridade, como no nacional-socialismo. Apesar destas ações dos pardais, e por comparação dos nacional-socialistas, o destino deste tipo de aves não seria, na ótica de Geraldo, nobre e produtivo. Geraldo, ao observar seu entorno, “olhava nesse instante para um pequeno busto de pedra, noutro recanto da praça. Estava coberto de excrementos de pardais. Então concluiu consigo mesmo, tendo nos lábios a expressão de um sorriso interior; talvez o destino dos pardais seja fazer porcaria nas estátuas.” (Id., p.23)

A capitulação das idéias acerca do nacional-socialismo e da superioridade ariana ocorre em *Um rio imita o Reno* por meio da vinda de Otto Wolff a Blumental e de suas revelações acerca do Terceiro Reich e do passado da família Wolff. Embora um pouco surpresos com a vinda repentina do primo berlinense, Marta e Karl têm grandes expectativas em relação a ele, pois “Otto era um dos orgulhos da família. Médico em Berlim, desfrutava ali de grande prestígio.” (Id., 168) Marta já vislumbrava “Otto narrando as maravilhas que Hitler dera à Alemanha.” (Id. Ibid.) Karl, por sua vez, interpreta a viagem inesperada de Otto como uma missão política do governo alemão, já que “havia colônias alemãs em todo o sul do Brasil. Era preciso organizá-las, levar para a Grande Pátria documentos que dessem ao Führer uma idéia das possibilidades da colônia. Primo Otto...Missão secreta... Havia de lhe contar coisas, dar-lhe-ia informações preciosas. “ (Id., p.169) Na ótica de Karl, “era mesmo tempo de dar organização à colônia alemã em torno dos novos princípios. A última decisão da Sociedade Ginástica tinha sido um desastre.” (Id., p.170)

A chegada de Otto, no entanto, frustra as expectativas de Marta e de Karl. A aparência do médico em nada lembra os membros do NSDAP. Marta “achava-o taciturno e sem apuro marcial. Esperava um rapagão de postura rígida, ar desportivo e cheio daquela alegria de aço que tem a mocidade da Nova Alemanha. Ali, entretanto, estava um homem prematuramente envelhecido, de olhos medrosos e ar arredio...” (Id., p.175) Em vez de narrar as realizações do Terceiro Reich, conforme a expectativa de Marta, Otto revela-se um crítico feroz e desaponta seus parentes, pois “esperavam um soldado de Hitler, um emissário do Führer e lá estava um inimigo do regime...” (Id., p.177) Otto desconstrói o nacional-socialismo por meio do relato de suas mazelas, indagando a respeito do futuro da Alemanha, “levada por esses malucos.” (Id., p.176) Expõe as arbitrariedades do regime nazista no cotidiano em que impera o controle dos indivíduos e o racionamento, de modo que “o país tem 70 milhões de habitantes e 80 milhões de espiões. O marido não diz mal do partido nem à mulher, nem ao filho, com medo de ser denunciado. Vive-se um regime de apertos...Tantas gramas de manteiga e de carne por semana ...Tudo em rações medidas...É horrível.” (Id., p.177) Otto também desvenda o horror por detrás das paradas nazistas, evidenciando que “a realidade cotidiana é negra: os campos de concentração...aperturas de toda a sorte, perseguições, barbaridades, banimentos, assassínios....”(Id. Ibid.) A radiografia do nacional-socialismo efetuada por Otto, que constitui “o amargor duma grande decepção” (Id. Ibid.) para Marta, também estende-se a Hitler, o qual, à luz da psicanálise “é um desviado. Tem um complexo paterno. Impressões da infância lhe deixaram marcas fundas...O pai era um bebedor, mulherengo, que fazia a esposa sofrer....Hitler criou-se com horror ao casamento, às mulheres, a toda a espécie de vícios, até aos mais pequenos.” (Id., p.178) Tratamento similar Otto também dispensa a Göring, o qual “era muito conhecido no tempo da guerra.(...) Mas era um sujeito violento, egoísta, vaidoso e brutal. Por muitos anos foi viciado em morfina e a sua ficha não é das mais limpas (...) gosta tanto de condecorações e fitas que anda sempre que parece uma árvore de Natal...(Id. Ibid.)

A reviravolta em *Um rio imita o Reno* ocorre em virtude da revelação do passado da família: o bisavô Wolff, natural de Frankfurt am Main, era judeu, passado esse descoberto pelos nazistas. Este reconhecimento altera substancialmente o futuro das personagens, especialmente de Otto e Marta. Esta descoberta também ocasionara a saída de Otto de Berlim e o abandono de suas atividades como médico, como esclarece: “não que me

obrigassem a vir embora, não... Mas a vida se tornou insuportável para mim. No Hospital os colegas passaram a me tratar com desprezo... Um dia, ao chegar em casa, vi escritas na fachada estas palavras: ‘Morra o judeu renegado!’ Pode-se lá viver numa terra como aquela?” (Grifos do Autor) (Id., p.179)

A revelação de que a família Wolff tem sangue judeu em suas veias causa um impacto imenso em Marta: “foi como se de repente a terra tivesse cessado de girar e uma súbita e aflitiva parada se tivesse produzido no Universo inteiro.” (Id. Ibid.) A partir desse reconhecimento, quando “algo se tinha desmoronado dentro dela” (Id. Ibid.), Marta capitula e muda de comportamento, pois o “cataclismo que tudo destrói, transforma e subverte” (Id., p.184) trazido por Otto deixara-a

De tal modo abalada que ela parecia ter envelhecido muitos anos naqueles poucos dias. Já não mantinha a mesma rigidez dos velhos tempos. Andava taciturna, perdera o ar autoritário, a postura orgulhosa, já não gostava de dar ordens com voz de comando. Frequentava ainda mais a igreja e, quanto à Alemanha, ao arianismo e à pureza racial, ninguém lhe ouvira mais nenhuma palavra. (Id. Ibid.)

Esta reviravolta na trama de *Um rio imita o Reno*, ocasionada por Otto, constitui uma lição, por meio da derrota moral e ideológica, aplicada à elite por ser refratária à tradução cultural e à miscigenação racial, finalização aludida na chuva que cai sobre Blumental. A reviravolta também tem um sentido de futuro porque sinaliza a possibilidade de um novo modelo identitário e de relacionamento interétnico, modalidade e probabilidade essas que podem ser interpretadas como a segunda tese defendida no romance: a assimilação e a miscigenação como solução para o Brasil. Conforme salienta Seyferth (2000, p.92), assimilação e miscigenação “são palavras-chaves do discurso nacionalista republicano, oficial ou não, e na própria instituição das quotas de imigração, na década de 1930, que limitou a entrada dos estrangeiros em geral, as correntes imigratórias possíveis eram avaliadas, entre outras coisas, por suas supostas condições de caldeamento.”

De brasileiros bem brasileiros

A idéia de que a assimilação e a miscigenação possam ser a solução para o Brasil da década de 1930 é desenvolvida na última parte de *Um rio imita o Reno*, intitulada “Primavera“. Esta nova realidade vislumbrada para o Brasil em que raças e culturas

convivem harmoniosamente se concretiza na parte final do livro, após a reviravolta ocasionada pelas revelações de Otto. Paulinho, neto de Marta Wolff, na rua “pulava e ria no meio dos moleques, dos mulatinhos do Cardoso e dos pequenos da vizinhança” (Id., p.211), prática essa que estava terminantemente proibida e era severamente castigada antes da revelação do passado da família. Agora, Marta autoriza este convívio e enfatiza: “deixe o menino brincar....Deixe o menino fazer o que quiser. (...) Deixe que ele se crie de acordo com os seus instintos...com sua natureza.” (Id. Ibid.)

No plano simbólico esta nova realidade ensejada está representada pela chuva que se abate sobre Blumental, uma retomada do motivo bíblico do dilúvio, que “simboliza o final de um período” (Cirlot, 1984, p.210) e também a renovação, pois “toda a chuva equivale a uma purificação e regeneração, o que no fundo implica na idéia de castigo e finalização.” (Id. Ibid.) Essa aniquilação de uma antiga ordem e a preparação de uma nova reduplica-se na imagem do arco-íris, que surge após a chuva em Blumental, simbolizando a firmação de uma nova aliança e a renovação:

Lore escancarou as janelas. Uma golfada de ar úmido e perfumado invadiu a sala. Lore abriu os braços num desejo de libertação e de vida. Por cima das casas, no céu nevoento, desenhava-se o arco-íris, o arco da aliança, como símbolo de alguma coisa que ela não compreendia com nitidez, mas que sentia de um modo tão agudo que chegava a ter vontade de gritar. (Moog, 1973, p.212)

A essa simbologia ainda se somam dois outros elementos: o sol e a primavera. *Um rio imita o Reno* finaliza com a presença do sol, símbolo que “teogonicamente expressa o momento de máxima atividade heróica na transmissão e sucessão dos poderes”(Cirlot, 1984, p.534), sinalizando a passagem de uma antiga ordem para uma nova, ou seja, da pureza para a assimilação e a mestiçagem. O simbolismo solar também expressa “uma força heróica e generosa, criadora e dirigente”(Id., p.535), remetendo, assim, a essa nova realidade em gestação. O símbolo do sol ainda traz consigo as conotações de purificação e iluminação, revelando a realidades das coisas, sentidos esses presentes nas frases que fecham o romance: “feixes de luz entravam em jorros pelas janelas, espantando as sombras que se tinham adensado naquela sala, havia pouco ainda, povoada de fantasmas.” (Moog, 1973, p.212) Estes sentidos que os símbolos mencionados sugerem estão presentes no título desta última parte de *Um rio imita o Reno*. A primavera alude ao renascer da vida após o inverno, denominação da parte anterior do romance, ao desabrochar das espécies, à renovação das seivas, ao florescimento e ao início de um novo ciclo.

A afirmação e a hierarquização da miscigenação e da assimilação em detrimento da pureza racial e do enquistamento, que são derrotados no romance, e o começo de um novo ciclo marcado pela integração harmônica das chamadas minorias étnicas nos outros segmentos da população brasileira, representada por Paulinho, de modo que “no meio de cabeças negras e morenas havia agora uma loira”(Id., p.211), estão diretamente atreladas ao pensamento em vigor na década de 1930. No governo Vargas, uma das questões centrais consistia na construção de uma identidade nacional coletiva, “contraposta à perspectiva individualista e pluralista que caracteriza as formulações liberais.” (Capelato, 1998, p.212) No bojo das discussões em torno da nacionalidade predominava a preocupação com a questão étnico-racial que, conforme sublinha Capelato (Id., p.215), “se colocara no centro das análises sobre a sociedade brasileira desde o século XIX. De Silvio Romero a Nina Rodrigues chegando a Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, as teses raciais eram expostas não apenas nos escritos dos intelectuais, mas também na literatura, na imprensa e nos discursos políticos, permeando o imaginário social.” Nestas discussões também se inserem os imigrantes e seus descendentes no Brasil e seu papel na constituição de uma nova identidade coletiva nacional, ocorrendo, contudo, uma mudança de perspectiva em relação ao imigrante, decorrente do novo viés reinante, na década de 1930, nos discursos acerca das raças. Neste sentido, Ventura (1991, p.66-67) salienta que

De 1870 a 1910, o destaque dos fatores étnicos, biológicos e climáticos produziu a ideologia do branqueamento como forma de ajuste do racismo europeu às condições brasileiras. A partir de 1930, com ênfase no social, no cultural e no econômico, o branqueamento se converteu em melting pot, cadinho de raças de uma sociedade multirracial. O perfil interpretativo passou a ser moldado não mais pelos conceitos de raça e natureza, mas pelos de cultura e caráter. (Grifos do Autor)

Na ótica de Ventura, “o abandono oficial do racismo tornou, ao contrário, mais entusiástica a valorização da mestiçagem, como ‘síntese’ de raças e culturas e definição de ‘identidade’ nacional.” (Grifos do Autor) (Id., p.66) Esta mudança de perspectiva que “privilegiou a assimilação e o caldeamento racial como base da formação nacional” (Seyferth, 1997, p.3), Capelato atribui, em parte, à “necessidade de aproveitamento do trabalhador nacional” (Capelato, 1998, p.229) e “à preocupação com a unidade étnica do país, elemento importante na construção da consciência nacional.” (Id. Ibid.) Assim, a assimilação e integração dos imigrantes e de seus descendentes tornavam-se necessárias dentro da lógica do ideário nacionalista porque a “unidade nacional dependia também da

resolução do problema étnico.” Na base desta questão estava a “idéia de nação incompleta. A completude da nação brasileira dependia de vários fatores: caldeamento étnico, integração territorial, centralização do poder político, reconhecimento da autoridade estatal em todos os cantos do país, comunhão cultural e religiosa do povo.” (Id., p.223) Nesta ótica nacionalista, os imigrantes e seus descendentes são tematizados em diferentes formas simbólicas como um perigo para o Brasil e a completude da nação. Dentre as imagens produzidas na década de 1930 acerca dos imigrantes, Seyferth destaca a do alienígena que precisa ser caldeado em nome da unidade nacional: “a categoria alienígena – preponderante no jargão oficial – englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não-assimiláveis’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade.” (Grifos da Autora) (Seyferth, 1997, p.1) Foi no bojo das discussões acerca da construção da identidade nacional coletiva e da integração das chamadas minorias étnicas, possibilitando, assim, a completude da nação, e

Em nome de uma futura homogeneidade nacional que a xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram uma campanha (de ‘nacionalização’) para impor o ‘abrasileiramento’, usando, inclusive, efetivos militares. A assimilação forçada começou, formalmente, em 1937, com a proibição do ensino em língua estrangeira, e prosseguiu em 1939, com o fechamento de todas as instituições comunitárias que pudessem remeter a sentimentos de pertencimento primordial às nações de origem. Logo depois houve a proibição do uso das línguas maternas e o cerceamento geral das liberdades individuais de todos os que não fossem considerados suficientemente brasileiros. (Grifos da Autora) (Seyferth, 2000, p.92)

É dentro destas perspectivas que se insere a questão étnico-racial tematizada em *Um rio imita o Reno*. Ao representar a elite urbana de origem alemã com um entrave para a integração racial e cultural no Brasil e partidária do nacional-socialismo, considerado uma ameaça à unidade nacional, o romance retoma, reproduz e reforça uma imagem também recorrente no Estado Novo acerca dos imigrantes e de seus descendentes no Brasil. Segundo o estudo de Seyferth (1997, p.6)

Os grupos étnicos e suas culturas são definidos como quistos (ora raciais, ora exóticos, ora alienígenas) e as etnicidades, expressadas por termos como germanismo, polonidade, italianidade etc., são vírus que atingiram o corpo da nação, ameaçando sua integridade. Vírus que impõem vinculações com ‘pátrias artificiais’ (os países de origem dos imigrantes) que afetaram a mente da nação e a sua própria razão de ser. Só podiam ser vencidos, erradicados, se fossem atacados os grandes baluartes antinacionais dos alienígenas: a escola, o lar e a Igreja. (Grifos da Autora)

No pensamento acerca das minorias étnicas em vigor nas décadas de 1930 e 1940, Seyferth (2000, p.100) sublinha que os japoneses e os alemães “eram considerados os menos assimiláveis, possuidores de identidades nacionais irredutíveis.”

A erradicação da germanidade e da pureza racial, presentes na elite de origem alemã, em *Um rio imita o Reno* obedece aos parâmetros elencados por Seyferth. A reviravolta causada pela revelação de que os Wolff são judeus, atinge em cheio seu lar, desencadeando novas formas de relações familiares e sociais. No romance também se defende uma outra medida para assimilar e miscigenar os imigrantes alemães e seus descendentes: a nacionalização, desencadeada no Estado Novo, que, conforme salienta Seyferth (Id., p.92)

Procurou pôr em prática objetivos que vinham sendo delineados desde as primeiras elaborações sobre o ideal de branqueamento: os imigrantes deviam cumprir as expectativas de unidade nacional – unidade de raça, de língua, de pensamento, de cultura -, seguindo os ditames da formação tradicional brasileira baseada na miscigenação. Afinal, os imigrantes precisavam ser incorporados ao mito da mistura das três raças fundador da nação.

Estes objetivos da nacionalização são afirmados e reproduzidos em *Um rio imita o Reno* pela personagem do velho Cordeiro, certamente uma referência ao coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor no Rio Grande do Sul de 1938-1943, que exalta

a necessidade urgente de uma campanha de nacionalização da colônia alemã no Rio Grande do Sul. Cerrava os punhos, a face se lhe contraía em rugas nervosas. Era preciso acabar de vez com os incensos a outra raça que não a brasileira. Do contrário, jamais se chegaria a dar início ao combate aos que viviam dentro do Brasil, a celebrar em vez de sua, a pátria dos seus antepassados. E os tempos estavam mais do que maduros para a organização de uma cruzada em prol da unidade nacional. (...) Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica (...) que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo dos seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremecem de civismo com as epopéias dos seus antepassados, saibamos dizer aos representantes de todas as correntes humanas a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identificação de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação. (Moog, 1973, p.130-31)

Além de hipotecar solidariedade ao Estado Novo e sua campanha de nacionalização, *Um rio imita o Reno* também aciona na linguagem literária outras categorias em voga na década de 1930, concernentes à construção de uma identidade nacional coletiva, processo ao qual também está atrelada a nacionalização das chamadas minorias étnicas.

Geraldo, após a sua partida de Blumental, retorna ao Rio de Janeiro e lá, ao reencontrar Armando Seixas, velho amigo da época da construção da hidráulica no Sul, travam uma conversa, na qual o engenheiro tece, a partir de sua experiência, uma imagem do Brasil baseada na idéia da integração nacional:

Vi a Amazônia faiscante de promessas, berço de uma nova civilização, onde se há de realizar mais cedo ou mais tarde a profecia de Humboldt, que a queria para celeiro do mundo. Vi o sertão comburido pela seca, reverdecendo às primeiras chuvas do inverno. Vi, recortado de portos e

enseadas, o nosso litoral batido pelo “velho mar selvagem de nossas praias solitárias.” Vi as montanhas mineiras rebrilhando ao sol dos minérios que já lhes não cabem nas entranhas. Vi as cidades ponteadas de chaminés e campanários, que pareciam atestar na sua mudez que civilização e espiritualidade não são termos incompatíveis. Vi por último a colônia....(...)Vi o que ela está realizando de significativo no plano social, político e econômico. No plano social, a sua ação integradora de excelentes elementos de imigração. De tal forma se manifesta esta força integradora que são bem raros aqueles que, depois de alguns anos de permanência entre nós, tornando à Europa, consigam novamente habituar-se à pátria de origem. No plano político, com seu grande número de agricultores, é um exemplo de democracia rural. No plano econômico, graças à fragmentação dos latifúndios, da inexistência de desigualdades insuperáveis, parece indicar que no rumo do seu exemplo está, até certo ponto, a chave da questão social brasileira...Vi a planície e o sertão, o litoral e a montanha, a cidade e a colônia. Vi o Brasil. (Grifos do Autor) (Id., p.205)

Na década de 1930, conforme salienta Capelato (1998, p.220), “a ênfase na unidade nacional constituía elemento-chave na configuração da nova identidade nacional coletiva.” Em *Um rio imita o Reno* Geraldo corporifica esse ideal de unidade nacional e integração territorial, na medida em que, conforme afirma: “Vi a planície e o sertão, o litoral e a montanha, a cidade e a colônia. Vi o Brasil.” (Moog, 1973, p.205) Ao vivenciar e recuperar aspectos da história pátria nesta sua trajetória integradora, Geraldo percebe o todo nacional e, por seu meio, salienta a sua consciência nacional, atuando o engenheiro como um exemplo de nacionalismo.

Uma outra categoria salientada em *Um rio imita o Reno* consiste na “formação nacional baseada no caldeamento” (Seyferth, 2000, p.101) que decorre da mudança significativa que ocorreu no discurso sobre as raças na década de 1930, pois, conforme salienta Capelato (1998, p.229), “as teses baseadas nas ciências biológicas e na sociologia evolucionista orgânica que justificara o racismo e a necessidade de branqueamento na sociedade até o final dos anos 20 foram sendo, paulatinamente, substituídas por outras perspectivas que acabaram por valorizar a miscigenação.” Geraldo, ao imaginar um tipo humano representativo da brasilidade, sublinha o ideal da miscigenação:

vi o caboclo bronzeado, bandeirante ainda não teatralizado, em luta contra a selva. Vi o nordestino, piloto de minúsculas jangadas, em luta contra o mar. Vi o colono, cooperando com a sua carne e seu sangue nesse Brasil bem brasileiro, que nas retortas de meios geográficos tão diversos, prepara, com a contribuição de todas as raças, o tipo étnico, rijo de corpo e de alma, que os meus olhos deslumbrados já entrevem no panorama do futuro. (Moog, 1973, p.206)

Capelato (1998, p.223) ainda enfatiza que na década de 1930, “a miscigenação passou a ser vista, por outros parâmetros, como fator positivo. Os intelectuais do Estado Novo anteviam o futuro da nacionalidade com otimismo, no que se refere à solução da questão étnica.” Este otimismo também é expresso por Geraldo quanto antevê o futuro dos

novos empreendimentos de colonização, especialmente na Amazônia, formados com trabalhadores de diversas procedências étnico-culturais, que seriam “Babéis no começo...Cidades do Brasil, depois. O meio é um grande nivelador...Escolas e quartéis fariam o resto. Dentro de pouco tempo teríamos integradas no Brasil as gerações novas...Só as gerações novas é que interessam. Os velhos, esses estão de há muito perdidos.” (Moog, 1973, p.203)

A idéia de miscigenação em *Um rio imita o Reno* ainda se concretiza na valorização de um ritmo – o samba – que, na ótica de Geraldo,

há nele qualquer coisa indefinível que me seduz...É uma alma que se procura, que se busca a si mesma. Talvez seja uma forma de libertação dos complexos que ainda nos afligem. Nele há um pouco de todos nós: a nostalgia da maloca, o masoquismo do quilombo, mas ao mesmo tempo a ironia de um povo compreensivo, simples, cordial e já um pouco da alegria de uma raça que desponta para a vida.” (Id., p.204)

Na década de 1930, ocorre a promoção do “samba ao título de nacional” (Ortiz, 1986, p.43), passando, este ritmo, a integrar o processo de construção da brasilidade e a ser representativo da nacionalidade. Sua incorporação decorre da positividade que a mestiçagem adquire neste período, positividade essa “que diferentes setores sociais procuram orientar para uma ação racional mais compatível com a organização social como um todo.” (Id. Ibid.) Neste sentido, ocorreu um redimensionamento no processo criativo deste gênero musical, na medida em que “os artistas eram induzidos a compor músicas cujas letras fossem adequadas aos valores apregoados pelo regime e alguns autores foram pressionados a modificar as letras de sambas: as que enalteciam a malandragem tiveram de ser alteradas.” (Capelato, 1998, p.115) Neste período, foi incentivada a composição de sambas que enaltecessem o trabalho, uma das categorias centrais do governo de Vargas e do ideário nacionalista, e o “ambiente político estimulava a criação do samba de exaltação nacional que teve como melhor exemplo a *Aquarela do Brasil* de Ary Barroso.” (Id. Ibid.)

Em *Um rio imita o Reno* também se faz presente a idealização do “campo/natureza, como lugar de ‘pureza e harmonia’ em contraposição ao ‘inferno urbano’”(Grifos da Autora) (Id., p.217) acionada na década de 1930. Nesta dicotomia o litoral foi o principal alvo de oposição que era “visto como lugar de exploração capitalista estrangeira e seus aliados nacionais (...) No litoral desenvolvera-se o materialismo corrupto, degenerador dos costumes e provocador das desordens.” (Id. Ibid.) Esta questão está visível na decisão de

Geraldo de abandonar o Rio de Janeiro e ir para o Mato Grosso, “rumo do oeste, a zona das grandes pastagens” (Moog, 1973, p.194), com o objetivo de construir uma rede de esgotos. A este interior “primitivo” Geraldo opõe a cidade do Rio de Janeiro, traçando dela uma imagem como “uma cidade absorvente, tentacular, que dispersa a gente. Não compreendo que aqui se possa criar alguma coisa. Nas cidades pequenas leva-se uma vida mais concentrada. Tem-se mais tempo para os exames de consciência.” (Id. Ibid.) A cidade do Rio é também representada como um local de corrupção na qual “há tentações e ilhas de prazer por toda a parte.” (Id., p.195) Em sua permanência no Rio, Geraldo compreendera o sentido das lendas de Homero, especialmente a lenda de Circe, comparando o poder da cidade ao da feiticeira da ilha de Ea:

Circe costumava corromper os hóspedes, desenvolvendo todas as forças de sedução de que era capaz. À mesa dos festins apresentava-lhes o que havia de melhor na ilha: frutas, ambrosia, comestíveis divinos. Embriagava-os. Depois encantava-os e eles nunca mais voltavam. O primeiro que voltou foi Ulisses. Isso mesmo graças ao nêmo que o protegia. No momento em que ele corria perigo de sucumbir aos encantos de Circe, a musa lhe mostrou a célebre vara de porcos num dos recantos da ilha, advertindo-o de que não eram propriamente porcos: eram antigos reis, antigos monarcas, grandes generais, artistas famosos que se tinham deixado corromper. (Id., p.194-95)

A decisão de Geraldo de ir para o oeste ainda agrega uma outra categoria acionada na década de 1930: as imagens do interior/sertão que “constituíram um dos pilares da construção da nova identidade nacional coletiva.” (Capelato, 1998, p.217) O interior era representado, nesta ótica nacionalista, “como depositário das energias da nacionalidade” (Id. Ibid.), formando o povoamento, a colonização e a exploração do sertão “as bases do progresso e da grandeza futura.” (Id. Ibid.) A construção da rede de esgotos significa, assim, retirar o sertão do atraso e prepara-lo para o desenvolvimento e a grandeza do Brasil. Esta idéia também se expressa no sonho que Geraldo acalenta: voltar à Amazônia “onde o homem isolado estava condenado à derrota” (Moog, 1973, p.201) e prepara-la para “a civilização do futuro” (Id. Ibid.). Geraldo pensa em recrutar em todo o mundo, sem preferência de raça, pessoas sem trabalho e com o auxílio do exército, por meio de transporte aéreo, efetivar o povoamento planejado na Amazônia, projeto assim apresentado ao amigo Seixas:

Que me dizes de levar para a minha terra grupos regulares de trabalhadores debaixo da direção de engenheiros e agricultores industriados nos segredos da planície? Em vez de levantarmos casas isoladas, construiríamos cidades complexas, com um sistema de refrigeração central, capaz de contrabalançar os efeitos depressivos do calor sobre os imigrantes. (Id., p.201)

A conquista deste espaço não era apenas uma forma de integração nacional, mas também uma forma de transformar o Brasil, por meio de produtos diferenciados, em uma potência exportadora, ou seja, “é claro que não iríamos cogitar de culturas que já se produzem em quantidade excessiva no resto da terra. (...) embarcaríamos madeiras em bruto para a América do Norte, óleos naturais e graxas vegetais para a Europa e para a Ásia.” (Id., p.2002)

A partir desta perspectiva *Um rio imita o Reno* constitui um dos textos que se insere e, ao mesmo tempo, constrói e reproduz as tentativas de interpretação do Brasil e da formação e imposição de uma nova identidade coletiva brasileira durante a década de 1930. Este caráter engajado do romance, engajamento esse que, segundo evidencia Bosi (1984, p.439), “qualquer que fosse o valor tomado como absoluto pelo intelectual participante, foi a tônica dos romancistas que chegaram à idade entre 1930 e 1940”, e o alinhamento aos valores apregoados pelo Estado Novo, especialmente a campanha de nacionalização, certamente favoreceram o sucesso do romance, já que a “recepção de uma obra na temporalidade de sua escrita nos revela, em termos de recepção, as expectativas do público.” (Pesavento, 2003, p.41) *Um rio imita o Reno* teve repercussão nacional, esgotando-se a primeira edição de cinco mil exemplares em apenas três semanas, fato que ocasionou, durante a vigência do Estado Novo, uma segunda edição, com impressões em novembro de 1939 e janeiro de 1940; uma terceira edição em agosto de 1940; e uma quarta em julho de 1943.¹⁰ Gertz (2005, p.116) aponta a proximidade de Vianna Moog com as autoridades do Rio Grande do Sul como uma das causas do sucesso do romance, fazendo com que, deste modo, “servisse à causa da campanha de ‘nacionalização’, uma das principais metas do governo de Cordeiro de Farias.” (Grifo do Autor) Neste sentido, Gertz (Id. Ibid.) ainda salienta o seguinte: “o fato de que a Secretaria de Educação tenha adquirido duzentos exemplares para distribuição às bibliotecas escolares do estado demonstra a simpatia que as autoridades tributavam ao livro.” A recepção favorável de *Um rio imita o Reno* ainda ocorreu em outros segmentos. Em 1939, o romance obtém o prêmio Graça Aranha, premiação que lhe rendeu projeção nacional. Em Porto Alegre, é convertido em novela radiofônica. O romance chegou a ser cotejado para argumento de filme pela Paramount, projeto abandonado em virtude das dificuldades criadas pela Segunda Guerra

¹⁰ Estas informações constam em MOOG (1973).

Mundial. A obra ainda causou celeuma, tendo sido considerada perniciosa e ultrajante por alguns segmentos, ocorrendo o protesto da embaixada alemã no Brasil que exigiu a apreensão do livro.¹¹ Em 1940, é publicado *Longe do Reno. (Uma resposta a Vianna Moog)*, obra essa, conforme sugere seu título, que objetiva apresentar uma outra visão dos imigrantes e seus descendentes.

Algumas considerações finais

Os contos de Pe. Rambo e o romance de Vianna Moog configuram-se em espaços onde se confrontam representações acerca da identidade e da diferença. Afirma-se e hierarquiza-se, por meio de um viés punitivo, um modelo único de identificação ao qual se atribui a meta de assegurar a unidade do grupo.

Nos contos de Pe. Rambo a afirmação de uma identidade católica rural e a manutenção da unidade e homogeneidade do grupo dá-se a partir da derrota e da expulsão das personagens consideradas “estranhas” ao e indesejadas no mundo rural, estratégia que constitui uma forma de delimitar, por meio da literatura, as fronteiras ensejadas pela Restauração Católica. Os antimodelos mobilizados – Gambá Gigante e o caixeiro-viajante – estão imbuídos da tarefa de manter os contornos do grupo e neutralizar os ensaios de mudança, ou seja, transmitem aos leitores uma mensagem didático-pedagógica bem clara: aqueles que se desviarem das normas traçadas e não se comportarem receberão uma lição e serão afastados do convívio do grupo. Por meio da aplicação de uma lição os episódios analisados desvalorizam a diversidade e a alteridade. Por afirmarem o mundo católico rural de origem alemã, os contos de Pe. Rambo privilegiam um mundo fechado sobre si mesmo, no qual não entra nenhum elemento diferente, e afirmam e hierarquizam uma identidade de raiz única, calcada na homogeneidade e na pureza, mostrando-se avessos aos seres traduzidos e/ou aos fatores que possam desencadear este processo de participação em mais de uma cultura. Desta forma, a fragmentação tematizada nos contos procura reforçar uma identidade católica rural e o paradigma da homogeneidade étnico-religioso defendidos pela Restauração Católica com base no romantismo conservador.

¹¹ Dados retirados de CLODOMIR VIANNA MOOG (1989, p.12)

Em *Um rio imita o Reno* hierarquiza-se uma identidade miscigenada de várias raízes, cuja afirmação ocorre por meio da derrota dos “estrangeiros” que constitui uma forma de colocar em prática o ideal identitário apregoado pelo Estado Novo. Mesmo que o romance defenda a idéia de harmonia racial e de miscigenação como solução para o Brasil, efetua-se também uma negação da identidade e da diferença, na medida em que o outro, o diferente, não pode permanecer de acordo com as suas peculiaridades étnico-culturais, necessitando ser amalgamado e fundido em uma unidade maior.

Diante disso, os contos de Pe. Rambo e o romance de Vianna Moog, ainda que visem atingir objetivos diferentes a partir do seu caráter engajado, criam, por meio das representações em linguagem literária, a idéia de uma realidade baseada na homogeneidade, sendo essencial a reprodução de um paradigma e não a invenção e a diversidade. Nos contos de Pe. Rambo esta idéia de homogeneidade origina-se de uma concepção essencializada e purista de identidade e no romance de Vianna Moog deriva da noção de fusão. Estas representações também afirmam e reforçam no plano literário o fechamento sobre a diversidade colocado em ação pelos articuladores da Restauração Católica e pelo Estado Novo. Os contos de Pe. Rambo e o romance de Vianna Moog, em virtude de seu caráter engajado, também se fecham, pois não incitam à reflexão e nem propõem questões aos leitores. Em seu afã de impor os valores que defendem, estas formas simbólicas encenam e dão a ler uma realidade em que apenas existem dois pólos que se opõem, excluindo as zonas cinzas e os nuances.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin N. (Org.) *Imigração e história da igreja no Brasil*. Aparecida: Ed. Santuário, 1993. p. 65-98.

BENDER, Ernst. Kulturelle Aufgaben des Volksvereins in Bezug auf des Kolonistentums. In: KATHOLIKENVERSAMMLUNG IN NEU-HAMBURG AM 14., 15. u. 16. März 1926. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1928. p. 45-62.

BENDER, Ernst. Führe uns nicht in Versuchung. In: VOLKSVEREIN FÜR DIE DEUTSCHEN KATHOLIKEN IN RIO GRANDE DO SUL (Hrg.). *Katholikenversammlung in Arroio do Meio*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930. p. 128-131.

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da. (Org.) *Cultura alemã – 180 anos = Deutsche Kultur seit 180 Jahre*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p.31-41.
- DER zweite Versammlungstag. In: VERHANDLUNGEN DER III. GENERALVERSAMMLUNG DER DEUTSCHEN KATHOLIKEN VON RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1900. p. 41-47
- DIETERLE, Bernard. Der Rhein – Landschaft, Kultur, Literatur. *KulturPoetik*, Bd. 1, n.1, p.96-113, 2001.
- GANSWEIDT, Mathias J. Durch Trübsal geläutert. *Riograndenser Marien-Kalender*, p.33-44, 1927.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GRÜTZMANN, Imgart. De malandros, religiosos, colonos e católicos: identidade e diferença nos contos de Balduino Rambo. In: RAMBO, Arthur B.; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel C. (Org.) *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2007. p.123-141.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HEIN, Jürgen. Der Schwank. In: KNORRICH, Otto. (Hrgs.) *Formen der Literatur: in Einzeldarstellungen*. Stuttgart: Kröner, 1991. p. 360-67.
- KATHOLIKENVERSAMMLUNG IN NEU-HAMBURG. In: KATHOLIKENVERSAMMLUNG IN NEU-HAMBURG AM 14., 15. u. 16. März 1926. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1928. p. 11-19.

KUON, Bárbara. Rassismus. In: SCHNELL, Ralf. (Hrsg.) *Metzler-Lexikon Kultur der Gegenwart: Themen und Theorien, Formen und Institutionen seit 1945*. Stuttgart; Weimar:Metzler, 2000. p.435-436.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LARA, Elizabeth Rizzato. A metáfora da vida. In: CLODOMIR VIANNA MOOG. Porto Alegre: IEL, 1989. p.15-18.

LASSBERG, Max von. Das 6. und 9. Gebot. In: VOLKSVEREIN FÜR DIE DEUTSCHEN KATHOLIKEN IN RIO GRANDE DO SUL. (Hrg.) *Katholikenversammlung in Colonia Selbach 1932*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1932. p. 92-100.

METZLER, Franz. Ehrlichkeit in Handel und Wandel. In: VOLKSVEREIN FÜR DIE DEUTSCHEN KATHOLIKEN IN RIO GRANDE DO SUL. (Hrg.) *Katholikenversammlung in Colonia Selbach 1932*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1932. p. 100-108.

MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. Porto Alegre: Editora Globo; Brasília: INL, 1973.

NIPPERDEY, Thomas. Antisemitismus – Entstehung, Funktion und Geschichte eines Begriffs. In: NIPPERDEY, Thomas. *Gesellschaft, Kultur, Theorie*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1976. p.113-132.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, n.14, p.31-45, set. 2003.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.) *Populações rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre: Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998. p.147-162.

RAMBO, Balduino. Pedrinho fica padre/Wie dat Pittche Pada woa is. In: RAMBO, Balduino. *O rebento do carvalho: contos dialetais (1937 a 1961) de Pe. Balduino Rambo, S. J.* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. vol.1, p.23-95.

RAMBO, Balduino. Por que o João ficou irmão jesuíta/Warum de Hannes Jesuitebruder wor is. In: RAMBO, Balduino. *O rebento do carvalho: contos dialetais (1937 a 1961) de Pe. Balduino Rambo, S. J.* São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. vol.1, p. 96-136.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina, 1987.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. vol. II.

SCHEID SOBR., Jakob. Förderung der Landwirtschaft. In: VOLKSVEREIN FÜR DIE DEUTSCHEN KATHOLIKEN IN RIO GRANDE DO SUL (Hrg.). *Katholikenversammlung in Arroio do Meio*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930. p.112-115.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZAZUR, George de Cerqueira leite (Org.). *Religião e nação na América Latina*. Brasília: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p.81-109.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, vol. 3, n.1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br>, acesso em: 13/09/2005.

SILVA, Neli Schäfer Tesch da. *A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul: instrumento (de poder) do projeto de Restauração Católica Regional (1872-1961 – Rio Grande do Sul)*. (Doutorado em História), UNISINOS, 2003.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

**COMENTÁRIOS À CONFERÊNCIA - OS AÇORES NA COLONIZAÇÃO DO
BRASIL: DO DESCOBRIMENTO AO ADVENTO DE POMBAL, DE AVELINO
DE FREITAS MENESES**

Ana Silvia Volpi Scott

Conferência suscita muitas questões. Tanto aqueles de ordem mais geral, sobre a temática da emigração/ imigração portuguesa, quanto às reflexões mais específicas, suscitadas a partir da conferência do professor Avelino de Freitas Meneses.

De ordem mais geral:

- 1) Considerar a emigração como uma característica estrutural da sociedade portuguesa, desde o início do processo de expansão até, pelo menos o terceiro quartel do século XX. Discussão a partir dos conceitos fundamentais:
 - ⇒ **Colonização:** colonizador cumpre os desígnios monárquicos
 - o Povoamento das ilhas e alargamento ao domínio no Brasil
 - ⇒ **Emigração:** emigrante persegue objetivos exclusivamente pessoais e, por vezes, até antagônicos em relação às políticas oficiais;
 - o Transcendência do Brasil no mundo português: reconhecimento de que a descoberta das minas suscita a ação individual, ditando a emergência da emigração hodierna;
 - o Mudança no conceito ligado à riqueza do Brasil nos inícios dos setecentos.
 - ⇒ Distinção propriedade no plano teórico => dificuldades de delimitação prática (muitas exceções)
- 2) Refletir também sobre a recente inversão desta tendência: hoje Portugal é um país que recebe importantes fluxos imigratórios; não só de brasileiros, mas também de países do leste europeu, como apontou recentemente Maria Ioannis Baganha; impacto desta imigração na população portuguesa ou a estudo das interferências das dinâmicas migratórias e das populações estrangeiras na demografia de Portugal;
- 3) Também a própria inversão de tendência que ocorreu no Brasil nas últimas décadas: de país de imigração a país de emigração (EUA, Comunidade Européia, Japão). No entanto o Brasil, paralelamente, ainda é um país de

“imigrantes”, pois recebe importantes fluxos migratórios de vários países sul-americanos;

- 4) Que relações se estabelecem entre as diversas etnias nestes novos contextos? Sobretudo no caso português, que agora está na posição inversa, “de receber as populações emigrantes”?

O processo migratório que, tradicionalmente, têm ligado Portugal e Brasil merece mais atenção dos pesquisadores brasileiros: comparar com os estudos sobre as outras etnias – Problemática da *Invisibilidade da Imigração portuguesa para o Brasil* – dificuldades e desafios impostos ao estudo deve ser contornado pelos estudiosos – e referirei a uma proposta ao final.

Esta invisibilidade pode ser demonstrada de uma maneira grosseira, embora sugestiva. Ela fica clara ao observar-se o acervo da Biblioteca do Memorial do Imigrante (São Paulo), que reúne importante parte da produção na área dos estudos migratórios. Chama a atenção do pesquisador o desequilíbrio no espaço destinado às obras dedicadas à imigração italiana, japonesa, alemã que ocupa uma vasta parcela das estantes abertas à consulta, em contraposição à escassa “meia dúzia” de livros disponíveis sobre a imigração a partir da Península Ibérica, com especial lacuna para o caso português.

Corroborando essa observação “grosseira”, nunca é demais citar o caso do livro organizado por Boris Fausto (*Fazer a América – A imigração em massa para a América Latina*, 1ª ed. 1999), onde o único artigo que se refere ao caso português foi escrito por Joaquim da Costa Leite, do ponto de vista da emigração; não há um artigo que discuta a imigração portuguesa para o Brasil¹.

Especificamente sobre a temática dos *Açores na colonização do Brasil*

- 1) Conceito de colonização e Emigração: distinção mais simples no plano teórico do que na prática, como bem apontou Prof. Avelino Meneses;

¹ Sobre os temas veja-se Scott, A.S.V. – Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930. *Oceanos* (Volume especial – Portugueses no Brasil independente), publicado no âmbito das Comemorações dos Quinhentos Anos dos Descobrimentos Portugueses. Também os resultados do projeto “A imigração invisível: portugueses no Brasil independente”, financiado pelo CNPq (coordenado por Ana Silvia Volpi Scott, e realizado em colaboração com Oswaldo M. Serra Truzzi).

- 2) Emigração significa, sobretudo, e de uma maneira geral, o meio de avigoramento da Colônia: estagnação demográfica de Portugal; perda significativa de população, especialmente no XVIII (mineração);
- 3) A presença açoriana é constante desde o início da colonização portuguesa na América, como também participa de maneira significativa em outras áreas do império que se constrói, paulatinamente, remontando aos meados do XVI; O Professor Avelino Meneses cita algumas fontes, mas existiriam por ventura, outros dados sobre o envio destes contingentes de açorianos? E nas demais referências à transposição de ilhéus para a colônia portuguesa na América, existem outras fontes, que poderiam enriquecer a composição de um quadro mais rico dessa mobilidade das populações açorianas?
- 4) Outro dado fundamental apontado é o crescimento dos quantitativos ao longo do século XVII: uma contagem rápida dos dados apresentados me leva a um número próximo das 2600 pessoas, apenas na primeira metade do XVII, e o afluxo continua significativo na segunda metade do mesmo século.
- 5) Também me pareceu de extrema relevância a referência à contínua partida de contingentes militares:
 - i. *Diversos exemplos arrolados: alguém trabalhou ou está a trabalhar com esta problemática?*
 - ii. *Quais são as possibilidades de estudo deste grupo específico de militares açorianos – fontes? Vale citar, nesse caso os trabalhos de Maria Beatriz Nizza da Silva, faz referência específica a este grupo no seu livro Ser Nobre na Colônia (p. 154-159).*
- 6) Os dados apresentados pelo Professor Avelino Meneses apontam para o fato de que, na segunda metade dos seiscentos, não se limitam a registrar apenas o contínuo afluxo. Introduce a questão das motivações que os poderes locais se utilizam para justificar os requerimentos de saída apresentados à Coroa:
 1. Excedente demográfico
 2. Miséria das gentes
 3. Catástrofes sismo-vulcânicas
- 7) No século XVIII crescerá ainda mais a busca do Brasil por gente dos Açores, fato esse vinculado ao propósito oficial de consolidação do domínio português. Além disso, refere a iniciativa dos moradores das ilhas mais pobres do grupo central (Pico), para deixar o arquipélago.

- 8) Esse fato leva à constatação de que, em meados do século XVIII tenha início um singular giro de gentes dos arquipélagos atlânticos (Madeira e Açores)
- a. Entre 1747-1753 saída de 6000 pessoas => diáspora açoriana; comparar com os quantitativos arrolados sumariamente para a primeira metade do XVII (2600 indivíduos, aproximadamente, com base no dados arrolado pelo Professor Avelino Meneses)
 - b. Relativizar os motivos tradicionalmente elencados:
 - i. miséria/ pobreza (não era pior que outras áreas – padrão condizente com o AR) – argumentação camarária
 - ii. Excesso populacional
 - 1. Falta de estatísticas
 - 2. Dificuldade de ponderar sobre abundância ou escassez
 - 3. Temática que mais me interessou e que me fez refletir sobre alguns trabalhos sobre o estudo da demografia de algumas ilhas açorianas: Trabalhos comprovam o crescimento desta população em níveis bastante mais elevados que a população europeia em geral (Freguesias do Pico 5% ao ano; população e da Europa em torno de 1.3%); índices de mortalidade bastante suaves em comparação com outras populações europeias ou de outras regiões portuguesas; esperança de vida muito mais alargada, fecundidade elevada = crescimento de população que levaria a excesso
 - 4. Questão que é o desafio: seria uma particularidade do Pico? Até que ponto este comportamento seria generalizado? É o caso de se estimular outros estudos para a comprovação ou refutação da tese do excesso populacional...
- ⇒ As calamidades: não influem no transporte de casais açorianos: por exemplo, na Ilha de São Jorge regista-se em 1757 o maior tremor de terra. Curiosamente, não houve a busca do expediente emigratório.
- ⇒ A principal motivação da emigração não foi a solução para um problema açoriano, mas uma saída para prioridades de coroa, em relação a uma questão ultramarina.

O que deve ficar de mais importante para os que acompanharam esta conferência, deve ser:

- o Desafio de se analisar a questão da emigração/ imigração açoriana nas duas pontas do percurso;
- o Apostar não apenas na análise das motivações, dos fluxos e perfil dos emigrantes, mas procurar desenvolver estratégias metodológicas para reconstruir percursos migratórios, recuperar redes familiares e de sociabilidades, recompor trajetórias de indivíduos e famílias através de metodologias micro-analíticas aplicadas aos estudos sobre migração;
- o Estímulo a projetos conjuntos entre pesquisadores e instituições luso-brasileiras, para minimizar a “invisibilidade da migração” portuguesa para o Brasil, tanto no período colonial como no Brasil Independente, que obviamente tem que levar em conta a questão da definição dos importantes conceitos de colonização e emigração.

Essas considerações podem ser sugestivas para que os pesquisadores interessados no estudo da emigração/ imigração, de uma maneira geral, sintam-se desafiados a abordar esta problemática, do ponto de vista da experiência da mobilidade das populações portuguesas para o Brasil. Esse pode ser um projeto que poderia dar a “visibilidade” que a experiência plurissecular de deslocamentos de portugueses para o Brasil merece.

TEUTOS E ÍTALOS NO OESTE DE SANTA CATARINA NA ERA VARGAS

Eunice Sueli Nodari

Influenciados pela constante corrente migratória que procede do Rio Grande do Sul, – e os novos colonos para as glebas catarinenses já são todos nascidos no vizinho Estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho levando aqueles rincões, até a pouco incultos e abandonados, a prosperidade e a riqueza, - os referidos lugares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso.

O Oeste de Santa Catarina, no nosso trabalho, compreende os dois municípios que foram criados na região com o fim do Conflito ou Questão do Contestado, Cruzeiro/Joaçaba¹ e Chapecó. O ato administrativo não teria valor se as terras não fossem ocupadas imediatamente. A solução encontrada pelo governo do Estado de Santa Catarina foi a de negociar com companhias colonizadoras que fizessem a ocupação rapidamente. A extensão territorial total da área, em 1917, era de 21.248 quilômetros quadrados. A metade da área pertencente à Santa Catarina constituiu o município de Chapecó, com um total de 13.958 quilômetros quadrados, enquanto a Cruzeiro/Joaçaba coube uma área de 7.290 quilômetros quadrados,² sendo que a população total dos dois municípios, em 1920, era de 24.650 habitantes.³ Desse total, 11.315 habitantes eram moradores do município de Chapecó e no município de Cruzeiro/Joaçaba havia um total de 13.335 habitantes.⁴

A história do povoamento do Oeste de Santa Catarina é dividida em três fases, com características bem distintas. A primeira delas refere-se à fase da ocupação indígena quando até meados do século XIX, com exceção de algumas incursões exploratórias

¹ Usaremos sempre esta forma, pois é dentro do período em estudo, mais especificamente em 1943, que o município e a cidade sede passam a chamar-se de Joaçaba.

² GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório da Diretoria de Terras e Colonização referente ao ano de 1931**, p. 33 A. Estes dados, de acordo com o relatório, referem-se ao ano de 1928.

³ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. **Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil (realizado em 1 de setembro de 1920)**. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1926, volume IV, p. 520.

⁴Ibid. p. 520.

portuguesas era território ocupado pelos índios Kaingang. A segunda fase denota a ocupação cabocla, ou seja, de luso-brasileiros, cuja condição fundamental de identificação é seu modo “pobre” e “tosco” de viver, que se impõe quando vieram a ocupar as terras. E a terceira fase é a da colonização, com o estabelecimento dos teutos e ítalos. Esta classificação por si só é discriminatória, tem o pressuposto de que são os teutos e ítalos os elementos civilizadores da região.

A necessidade de montar um processo de ocupação imediata para evitar novas disputas das terras com a Argentina e com o Paraná, fez com que o governo de Santa Catarina recorresse à iniciativa privada. Desta forma, as companhias colonizadoras pertencentes, em sua maioria, a empresários do Rio Grande do Sul, tornaram-se responsáveis pelo processo de recrutamento e povoamento do Oeste de Santa Catarina. Competia às colonizadoras pôr em prática, a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo Governo Estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região de forma ordeira. Os teutos e ítalos brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, foram os principais alvos, pois já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e tinham se mostrado, como foi definido pelo jornal **República**, em 1932, como “morigerados e trabalhadores.”⁵

Pelo número de empresas colonizadoras formadas para atender a região, podemos deduzir que era um negócio financeiramente atrativo e, no caso de algumas delas, como a Brazil Development and Colonization Company,⁶ a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia.,⁷ a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. e a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, mais tarde conhecida como Companhia Territorial Sul Brasil, o governo concedia as terras devolutas em troca da construção de estradas.

A forma mais eficiente para alcançar o sucesso pretendido pelas companhias colonizadoras era a montagem de um esquema de publicidade e de recrutamento nas principais colônias do Rio Grande do Sul com condições de fazer frente à concorrência

⁵ M. V. O Oeste Catarinense. **República**, Florianópolis, 16 de agosto de 1932, n. 551, p.2.

⁶ Empresa subsidiária da Brazil Railway Co. A colonizadora que tinha como finalidade promover a colonização das terras, tinha a sua sede em Portland (EUA) e foi autorizada a funcionar, no Brasil, pelo Decreto n. 9.442, de 13 de março de 1912. PIAZZA, **A colonização**, p. 250.

⁷ Surge antes da criação dos municípios e tem os seus trabalhos interrompidos durante o Conflito do Contestado, mas retoma as suas atividades na década de 1920.

entre as diferentes colonizadoras. As formas de propagandas mais utilizadas para a atração de novos habitantes para a região eram os anúncios e as reportagens dos jornais, os almanaques anuais, os cartazes que eram afixados em pontos estratégicos, panfletos, livros e, principalmente, os agentes contratados pelas companhias.

Os agentes das colonizadoras constituíram-se, como fora planejado, no maior grupo de recrutamento de colonos para o Oeste de Santa Catarina. As companhias exigiam certos requisitos para contratarem os seus agentes como: ser ou ter sido colono, ser conhecedor de terras, ou ser comerciante e, ainda, dispor de um círculo relativamente amplo de parentes e amigos a quem oferecer as terras. A credibilidade era outro fator importante, pois de sua habilidade dependeria parte do sucesso da colonização, além de receber um percentual sobre a venda de lotes. O maior argumento usado para a venda de terras no Oeste, tanto pelos agentes como em diferentes propagandas era o seu preço e a sua fertilidade, não colocando os aspectos negativos, o que era previsível:

Muito boa. Diziam que dava tudo. Café, banana, açúcar... diziam que em cada pau oco tinha uma abelheira com mel. Era perigoso pois tinha tigre, mas diziam isto para atrair os caçadores. Dava de tudo, só que não disseram que não tinha comércio para vender estas coisas.⁸

Caetano Chiuchetta migrou com 23 anos de idade de Caxias do Sul para a região do atual município de Concórdia, então pertencente a Cruzeiro/Joaçaba, incentivado pela empresa colonizadora. E nas suas palavras: “Me mandaram aqui porque eu era moço e que para que convidasse mais rapaziada. O que um velho de 60, 70 anos vai fazer no sertão? Dar comida para tigre? Estava cheio de tigres e outros bichos aqui.”.

O jornal A Voz de Chapecó mostrava a eficiência das colonizadoras no trabalho de sedução de colonos para a região, como também as atrações oferecidas pelas terras da região e as facilidades oferecidas como mostra a notícia publicada em 1948:

⁸ WERLANG, Alceu A. **A Colonização as margens do rio Uruguai no extremo-oeste catarinense - atuação da Cia. Territorial Sul Brasil 1925 a 1954**. Florianópolis: UFSC, 1992. Dissertação de Mestrado. p. 59.

A Cia Sul Brasil, com escritório em Passarinhos, registrou no ano findo, a entrada de mais de mil e seiscentas famílias, que se estabeleceram nos distritos de Passarinhos e São Carlos, todas elas vindas do Rio Grande do Sul, trazidos unicamente pela fertilidade das terras de Chapecó, e, além disso, dadas às facilidades de aquisição feita pelos colonizadores [...].

Existia por parte das colonizadoras a preocupação em destinar áreas para as diferentes etnias e confissões religiosas. No Vale do Rio do Peixe existem colônias homogêneas de teutos em Luzerna, Ipira e Piratuba ao lado de núcleos predominantemente de ítalos como Videira e Joaçaba. As colônias de descendência italiana predominam em direção ao Oeste, e na região mais próxima da Argentina temos a presença de alemães imigrados no século diretamente para a região assim como descendentes. As duas companhias mais exigentes em relação à etnia e ao credo religioso eram a Sociedade União Popular Católica (*Volksverein*), que permitia o assentamento somente de alemães católicos, e a Companhia Territorial Sul Brasil com colônias separadas de teutos católicos, teutos evangélicos e ítalos. As propagandas publicadas nos jornais e revistas explicitavam essas divisões por etnias ou credos, como explícita este fragmento do *Kalender der Serra Post*, de 1928:

Os nossos principais lugares são Cascalho e Palmitos. As áreas são divididas entre alemães e italianos, católicos e protestantes. [...] Toda a área é dividida em duas partes: católicos para São Carlos e os protestantes para Palmitos. Ambos os lugares possuem a residência pastoral.[...]

Este tipo de divisão por etnia e/ou por credo religioso, contribuiu para a manutenção e criação de práticas sócio-culturais específicas desses grupos, definindo assim, num primeiro momento, uma cultura étnica que gerava solidariedades no interior do grupo e que os mantinham distantes de tensões internas e externas.

Este distanciamento, com outras etnias e com as elites de origem portuguesa, do setor público das sedes municipais, fez com que quando o Governo de Vargas começasse a criar uma memória pública nacional e que essas comunidades étnicas tivessem que renegociar com mais vigor as suas práticas sócio-culturais, como garantia da própria sobrevivência física, social e econômica do grupo. Era mais uma atitude de reação, de

renegociação, do que de passividade, com as elites e os demais moradores da região pertencentes a outras etnias. As cidades e vilas dos municípios de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó vão ser construídas no período em que as idéias nacionalizadoras são discutidas e executadas, e quando os próprios habitantes e membros das elites, em inúmeros casos, serão considerados como “estrangeiros.” Para evitar que isso ocorresse, de forma mais intensa, antigas tradições teutas e ítalas foram abolidas, dando seu lugar a tradições inventadas que demonstrassem a lealdade, o patriotismo e o dever para com esta sua “nova” pátria.

Assim, o cerne da discussão se centra na tentativa, por parte do governo, da criação da memória pública celebrando o passado da nação brasileira através de atividades comemorativas e as dramáticas trocas de interesses que são envolvidas em tais exercícios. No Brasil, a tentativa de criar uma memória pública nacional, durante o período estudado, foi crucial para a própria manutenção do regime, em especial durante o Estado Novo, quando temos um “despertar” de um patriotismo forçado pelo poder público em todo o território nacional que atingiu com grande força os Estados do Sul do Brasil.

Os decretos do presidente Getúlio Vargas foram direcionados, de um lado, para a criação de uma memória pública nacional e, de outro, para o apagamento da memória pública regional/local. A construção desta memória priorizou, entre outros procedimentos, a ênfase nas comemorações cívicas que eram coordenadas e direcionadas pelo poder público para a defesa dos valores nacionais introduzidos por seus representantes, tais como defesa e enaltecimento da pátria (patriotismo), unidade nacional, obediência cega e irrestrita aos ditames do Governo e reverência ao Presidente da República. A atividade comemorativa argumenta John Gillis, é política e social, visto que, envolve em igualdade de condições, memórias individuais e de grupo, cujos resultados podem parecer consensuais quando são, na verdade, produtos de intensa contestação, discussão e em alguns casos de aniquilamento.⁹

Antes da implantação do Estado Novo, as festividades cívicas em Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba, eram, geralmente, relacionadas a fatos locais ou regionais. As pessoas

⁹ GILLIS, John R. (Ed.). **Commemorations: the politics of national identity**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 5.

como vimos devotavam maior tempo à memória local, étnica, familiar e religiosa. Consideravam muito mais significativas as comemorações locais em vez das nacionais.

Entre as datas nacionais escolhidas para serem lembradas, anualmente, estavam aquelas que poderiam rememorar atos de civismo e patriotismo. A independência do Brasil, geralmente, denominada como a “Semana da Pátria” ou o “Dia da Pátria,” foi transformado pelos governantes como uma das principais datas para a promoção do sentimento nacional envolvendo a comunidade como um todo.

Existia por parte do poder público e mesmo da própria imprensa, como aconteceu em uma comunidade no município de Cruzeiro/Joaçaba, em 1943, um patrulhamento ideológico do sentimento patriótico, e quem não cumprisse com o seu “dever patriótico” seria denunciado perante a opinião pública:

Estamos bem informados de que na sede de Arcoverde as comemorações ao dia da Pátria não revestiram o cunho de brasilidade, próprio do espírito da raça que pela sua cultura sabe bem dignificar, como o culto de sua admiração, os grandes feitos e os grandes vultos da nossa História. Aquele dia o comércio não fechou as suas portas, [...].¹⁰

Todas as práticas nacionalizadoras, de uma forma ou outra, passavam pelo ensino e pelas comemorações cívicas, em última análise, tinham como atores principais, os representantes do poder público local, estadual e federal, e como coadjuvante, os professores e os estudantes, pois eram eles que atuavam com mais intensidade fosse aos desfiles cívicos ou como ouvintes das palestras proferidas por autoridades civis, militares e eclesiásticas.

A dualidade dos descendentes de alemães e italianos, no Sul do Brasil, manifestando, de um lado, o respeito e a manutenção das tradições com a pátria de origem, e, por outro, expressando a lealdade política ao Brasil, inevitavelmente, teria que ser questionada na nova ordem, pois a preservação dos hábitos e costumes não correspondiam aos ideais de brasilidade. Por que somente agora, já que as diferenças étnicas estavam presentes ao longo do tempo, eram vistas e codificadas como salientes de uma maneira que não havia sido

¹⁰7 DE SETEMBRO em Arcoverde. **Voz d'Oeste**, Cruzeiro, 11 de setembro de 1943, n.251, p.6

anteriormente? O que havia mudado não era somente a visibilidade das pessoas carregando os sinais de origem de imigrantes, mas também as formas nas quais os brasileiros estavam vendo a si mesmos e a sua sociedade. E também não podemos esquecer que as identidades locais, regionais e nacionais, como qualquer outro fato histórico, são construídas, delegando-se ao pesquisador a responsabilidade de decodificá-las para descobrir as relações que as criam e as mantém.

Por outro lado sentindo-se ameaçados, sem razões aparentes no seu entender, os momentos específicos de crises tornaram-se períodos de intensa invenção da etnicidade, em que formas de proteção para os teutos e os ítalo tinham que ser elaboradas. Na medida em que aumentam as exigências para lealdade e conformidade com as normas brasileiras, os teutos e ítalo são forçados a responderem, através da afirmação e demonstração de compatibilidade das suas etno-culturas com os ideais nacionais, iniciando um processo de renegociação e de adaptação das suas características culturais.

Para ter um controle e formas de atuação mais eficientes, foi montado pelas autoridades estaduais, um quadro dos núcleos de populações ainda não “assimiladas”:

De origem alemã: [...] Nos municípios do oeste: Cruzeiro (com uma colônia tirolesa), Concórdia (com uma pequena colônia no distrito do rio do Peixe), Chapecó (com várias colônias às margens do rio Uruguai).

De origem Italiana: Nos municípios do oeste: Concórdia, Campos Novos (com colônias à margem da E.F.S. São Paulo-Rio Grande), Cruzeiro (com colônias à margem do rio do Peixe e no interior; Chapecó (com colônias na linha limítrofe de Cruzeiro).¹¹

A reportagem intitulada “Colônias,” ilustra a situação em que se encontravam as comunidades:

É comum ler-se na imprensa dos jornais e até em livros de escritores brasileiros conceituados, as expressões, colônias alemãs, colônias italianas, colônias polacas, quando se referem a povoações brasileiras do Rio Grande do Sul, de

¹¹ D’AQUINO, Ivo. **Nacionalização do ensino: aspectos políticos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942. p. 28-29.

Santa Catarina e do Paraná. [...] No território chapecoano, nesta zona fértil, progressista e futura, o maior dos municípios do Estado, o maior em riquezas florestais e um dos maiores em relação ao quantum das rendas públicas [...] existem populações de origem germânica e de origem italiana. Mas é preciso que se diga, se afirme e se proclame, que se trata de populações brasileiras, brasileiríssimas, elementos nativos do Rio Grande do Sul, muitos já distanciados dos troncos estrangeiros duas, três ou mais gerações. Há incompatibilidade em falar-se em nacionalização e depois vir chamar de colônias alemãs, colônias italianas a povoações essencialmente brasileiras. Certo é que ocorre muitas vezes ser desconhecida a língua nacional e haver conservação das tradições estrangeiras. Isto é um mal ou são dois males, mais propriamente, é um tríplice mal, porque evidencia também o relaxamento, descuido e negligência dos governos anteriores. A orientação atual é corrigir o abandono em que foram deixadas as colônias, entregues a própria orientação em o que diz respeito à educação.¹²

As comunidades rurais dos municípios do Oeste, onde havia maior concentração de teutos e ítalos, foram as mais visadas pelas autoridades governamentais e por membros das próprias comunidades que acabavam delatando as pessoas sem se preocuparem com possíveis injustiças. Como exemplo podemos citar PortoNovo/Itapiranga, pois além dos teutos católicos oriundos do Rio Grande do Sul, havia também grupos provenientes diretamente da Alemanha. Em entrevistas realizadas, notamos as marcas profundas que foram deixadas por esse período, já que muitos que haviam deixado a pátria com o medo de uma outra guerra acabaram sofrendo, no Brasil as perseguições e humilhações dos agentes policiais. Além de denúncias e controles diretos sobre a população considerada “perigosa”, houve medidas, que afetaram a vida religiosa dessas pessoas.

As diversas práticas sócio-culturais como falar, cotidianamente, a língua alemã ou italiana, ou a pregação na igreja por parte de padres e pastores, e a leitura de textos religiosos nessas línguas, eram consideradas comuns e que agora estavam sendo criminalizadas. A vida em família também estava sendo vigiada, como mostram as recordações de Ledvina:

¹² COLÔNIAS. **A Voz de Chapecó**, 10 de dezembro de 1939, n.23, p.01.

Nem podia mais falar alemão em casa. Não falava nada, ficavam quietos. Onde nós morávamos na cidade a estrada passava que nem aqui, nós tínhamos que ficar quietos... Aqui também, na cidade, as polícias andavam de noite sempre, sempre perto das casas. Uma vez eu estava doente, você sabe como era a nossa casa, a gente tinha que ir primeiro na área, daí passava pelo corredor e só então na sala, eu estava doente, e me fiz um chá, e daí uma pessoa parou na janela, espiando.

A campanha de nacionalização no Oeste ocorreu num momento de fragilidade das etnias que estavam se estabelecendo na região, exigindo delas uma renegociação imediata e contínua para facilitar a sua permanência física, e garantir a sua sobrevivência no local. Essa peculiaridade histórica regional contribuiu para que atualmente não se encontrem muitos traços fortes de retórica, de símbolos e de rituais específicos de origem alemã ou italiana a ponto de caracterizarem as cidades de Chapecó e Joaçaba como cidades ligadas a essas etnias e, ao Oeste, a uma identidade étnica específica.

IMIGRAÇÃO: TERRA INDÍGENA VERSUS RELAÇÕES DE PODER

Maria Eloísa Cavalheiro¹

INTRODUÇÃO

Muito tem sido escrito a respeito da questão agrária brasileira, porém pouco se sabe a respeito da desapropriação de terras indígenas, particularmente, no Rio Grande do Sul. A história da ocupação e da colonização do espaço indígena, bem como os conflitos de terras nas áreas mais internas do país são costumeiramente aprendidos e datados em especial desde a ocupação e descobrimento de terras brasileiras. O que se percebe é que o colono trabalhador, desbravador das florestas e o gaúcho conquistador dos pampas parecem ser suficientes e únicos para explicar nossa história e as origens rurais.

O que se conhece ainda hoje dessa antiga historiografia é que o Rio Grande do Sul é formado por estancieiros de um lado e colonos de outro. Porém, a tradição ensina aos rio-grandenses que sua história foi construída, de um lado pelos grandes criadores de gado (os estancieiros) e seus peões, e de outro, ensina que a região foi construída também pelos colonos imigrantes, pequenos agricultores de origem européia, trabalhadores, portadores do espírito de progresso. A base dessa história é a formação da estrutura agrária, caracterizada por pequenos estabelecimentos agrícolas, de um lado, e por enormes estabelecimentos pastoris de outro. Ficam marginalizados nessa tradição os escravos africanos, os indígenas e os lavradores nacionais (mestiços/caboclos).²

De conformidade com o supracitado, é pertinente caracterizar esse bravo personagem de nossa história que se fez presente em um passado de lutas e permanece como estranho em nossa sociedade, tendo em algumas situações que imigrar em busca de novas terras.

Dessa forma, não se pode deixar de evidenciar os diferentes povos indígenas que compõem o Brasil e de situá-lo no seu contexto atual, tempo e espaço vivenciado por eles, bem como as políticas indigenistas, denúncias sobre o processo de expropriação contínua dos territórios indígenas e a atuação do Estado do Rio Grande do Sul no processo de expropriação.

¹Especialista em Mercosul e Desenvolvimento Regional: Mestra em História Regional – Universidade de Passo Fundo – UPF. Doutoranda em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Docente da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo. Telefone: 54-3311.5567. Endereço Eletrônico: mecavalheiro@yahoo.com.br.

² ZARTH, Paulo Afonso. Comentários sobre a conferência “História agrária”, de Helen Osório. História Unisinos – Centro de Ciências Humanas do Vale do Rio dos Sinos. V Encontro Estadual de História, São Leopoldo, 2001. p. 142-145.

ORIGEM DOS GRUPOS INDÍGENAS

Os grupos indígenas existentes no Rio Grande do Sul, no século XVII, foram: o Jê ou Tapuia que ocupavam a região em que havia abundância de araucárias, onde atualmente localizam-se os municípios de Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Caxias do Sul. O grupo pampeano (Charrua, Minuano, Guenoa,...) ocupava o pampa gaúcho e uruguaio. E por último o grupo Tupi no qual pertenciam os guarani que ocupavam o litoral (Pato ou Carijó), margens da Lagoa dos Patos (os Arachane) e as circunvizinhanças dos grandes rios (os Tape). Enquanto as mulheres praticavam a agricultura, os homens caçavam, pescavam e guerreavam.³

Os Jê estabeleciam-se nas cabeceiras dos rios, onde havia, é claro, pinhão. Já os Guarani permaneciam ao lado dos rios navegáveis, não permitindo que os Jê ali se estabelecessem, pois costumavam usar barcos para pescarem.

Após a conquista das Missões pelos portugueses, os índios de tradição Jê, mais tarde denominados de kaingangue (que significa morador do mato), dominariam a região de Santo Ângelo, São Miguel até Soledade. Invadiam as estâncias e matavam os Guarani. De acordo com Martins, os Guarani provêm de um grupo emigrado para a região das missões, a partir da planície amazônica, há dois mil anos atrás. Ocuparam com suas aldeias os vales quentes e úmidos, sem jamais ultrapassarem as cotas de 600m de altitude. Foi nesse habitat florestal que os Guarani caçaram e praticaram uma horticultura baseada no milho. Em síntese, tratava-se de um povo caçador e dotado de uma agricultura seminômade, no período neolítico.⁴

No que concerne aos índios do século XVII, Zarth, escreve que para os tropeiros e comerciantes de bestas, os indígenas deveriam ser eliminados, por serem considerados uma ameaça, capazes de atacar a qualquer momento. Por isso pediam medidas capazes de solucionar o problema às autoridades provinciais. Para o governo provincial e imperial, o índio era visto como elemento fundamental para povoar a zona fronteira com as Repúblicas do Prata. Por meio da catequização, criaram-se os aldeamentos indígenas para demarcar o seu espaço de ocupação.⁵

A TERRA PARA QUEM VIVE DELA

³ LAZZAROTO, Danilo. *Os sete povos das Missões*. Ijuí: UNIJUÍ, 1996. p. 12.

⁴ MARTINS, Nestor Torelly. *Exemplares do Arcanjo São Miguel na Escultura Missioneira e suas Interpretações*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do rio dos Sinos, 1992. p.5.

⁵ ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. 1850-1920. Ijuí: UNIJUÍ. 1997. p. 41-44.

Através de atos e decretos inconstitucionais, o Estado do Rio Grande do Sul, usurpou quase 50% (cinquenta por cento) do território indígena já demarcado. A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada, na Assembléia Legislativa “para apurar a situação em que se encontram os índios do Toldo Nonoai e os chamados agricultores sem terra”, determinava que o governo restituísse o que usurpara dos povos indígenas.⁶ A proteção aos índios tem como base indispensável à garantia da posse do território em que habitam. A organização política do Brasil oferece farta legislação protetora dos índios. A efetivação dessas garantias dos índios cabe ao Governo.

Todos têm conhecimento e reconhecem que a situação real dos índios no Rio Grande do Sul foi e continua sendo a pior possível. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), teve seu início no ano de 1942, quando assumiu o controle das maiores reservas indígenas no Estado: Nonoai, Guarita e Cacique Doble. Os seis toldos restantes ficaram ainda sob a proteção do Governo do Estado que outrora era vanguardero da proteção aos índios.

O Estado tomou posição de omissão e apossou-se das florestas dos índios, diante da alegação de formar reservas florestais, porém, mais tarde, colonizou e vendeu terras de vários toldos indígenas. Em Votouro apropriou-se de uma vasta área de pinhal. Já o SPI, por sua vez, promoveu arrendamentos de terras indígenas, sendo dessa forma acusados de venais e corruptos por se beneficiarem e enriquecerem com o patrimônio indígena.

O Estado do Rio Grande do Sul, em seu decreto de Regulamento das Terras n.º 7.677, de 09.01.1939, no que se refere às terras e assistência aos índios, compromete-se a garantir as terras ocupadas e já demarcadas antes de 1939, compromete-se ainda a respeitar os territórios indígenas de forma solene e pública. A realidade nos demonstra o contrário, pois, as expropriações das terras dos índios praticadas pelo Governo do Estado revelam a incompreensão da política brasileira de proteção aos índios, o que se constitui um atentado à fraternidade, cuja brutalidade espanta e constrange.⁷

É pertinente demonstrar a situação das Terras Indígenas que revela de 1911 e 1990, conforme dados do Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Terra Indígena	Hectares
Inhacorá	5.859
Votouro	3.361
Guarani Votouro	717
Ventarra	753
Caseiros	1.112

⁶ Conforme relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação em que se encontram os Índios do toldo de Nonoai e os chamados agricultores sem terra. Assembléia Legislativa do Estado, Porto Alegre- RS, 1968, p. 25-26. In: *A defesa das terras indígenas: uma luta de Westphalen*, Moysés. Ijuí- RS, 1979. p. 2.

⁷ Dados fornecidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Administração Executiva Regional de Passo Fundo - RS. 2005.

Serrinha	11.950
Nonoai/Rio da Várzea	34.908
Cacique Doble	4.426
Ligeiro	4.552
Carreteiro	602
Guarita	23.406
Total	91.646

Quadro 1. Terras Indígenas Demarcadas em 1911. Fonte FUNAI.

Terra Indígena	Hectares
Inhacorá	1.060
Votouro	2.169
Guarani Votouro	280
Ventarra	0
Caseiros	0
Serrinha	0
Nonoai/Rio da Várzea	15100
Cacique Doble	4.426
Ligeiro	4.552
Carreteiro	602
Guarita	23.406
Total	51.595

Quadro 2. Terras Indígenas Diminuídas ou Extintas. Fonte FUNAI.

Terra Indígena	Hectares
Inhacorá	2.843
Votouro	3.361
Guarani Votouro	717
Ventarra	772
Caseiros	1.112
Serrinha	11.950
Nonoai/Rio da Várzea	30.909
Cacique Doble	4.426
Ligeiro	4.552
Carreteiro	602
Guarita	23.406
Barra do Ouro	2.285
Canta Galo	286
Irai	279
Pacheca	1.910
Salto do Jacuí	234
Varzinha	795
Capivari	40
Total	90.479

Quadro 3. Terras Indígenas a Partir da Década de 90. Fonte FUNAI.

De conformidade com os dados acima expostos, pode-se perceber que durante o início do século XX, a situação das terras indígenas em comparação com a década de 90, teve um considerável aumento e também se percebe que novos toldos foram criados, nesse caso fica

transparente que a diminuição das terras indígenas acentuou-se nos governos militares, quando em 1964, foi criado o Estatuto da terra.

A questão indígena não pode ser debatida apenas pelos especialistas “aqueles que entendem do assunto”, sob a pena de deixar um perigoso espaço na consciência social para ser preenchido, seja pelos preconceitos e estereótipos vigentes na população brasileira, há séculos, como consequência do processo colonizador ainda vigente entre nós.

A questão indígena, hoje, está intimamente ligada à construção da cidadania em nosso país e deve se tornar um assunto compreensível e significativo para o conjunto da população.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1962, pelo processo n.º 15.703-61, determinou medidas espoliativas contra os índios mantidos sob a sua proteção direta, ao promover a tomada e colonização das terras de vários toldos, por exemplo, como no caso de Inhacorá e Votouro, deixando aos índios uma área de 20 hectares para cada família. Quando se fixou uma área máxima de 20 hectares por família indígena, lavrou-se a sentença de sua progressiva redução e extermínio.⁸ Após os processos de reforma agrária ocorridos no Estado e com a invasão e tomada das terras indígenas durante o transcorrer do tempo, nota-se o critério com que se procedeu contra o patrimônio dos índios, ferindo com indiferença o Regulamento de Terras, pois a área reservada a cada índio pela reforma agrária foi de 4 a 5 hectares, equivalendo a aproximadamente 4 a 15 hectares por família, o que dispensa qualquer tipo de comentário.(grifo nosso).

Cabe, analisar, as localidades onde estão os acampamentos indígenas, bem como sua situação:

Acampamentos Indígenas para Retomada ou Ampliação de Terra Indígena

	Local	Etnia	Município	Ocupação da terra	Situação fundiária
	Passo Da Forquilha	Kaingang	Sananduva	Acampamento na da rs sananduva/ cacique doble	Realizado diagnóstico e aguardando formação de grupo técnico para identificação e delimitação da área.
	Carazinho	Kaingang	Carazinho	Acampamento na rodovia carazinho/sarandi	Aguardando estudos de diagnóstico por antropólogos da FUNAI.
	Morro Do Osso	Kaingang	Porto Alegre	Acampamento próximo da entrada do morro do osso	Diagnóstico antropológico realizado, aguardando o relatório.
	Estrela	Kaingang	Estrela	Acampamento na rodovia Estrela/Porto Alegre	Diagnóstico antropológico concluído. aguardando formação de grupo técnico para identificação e delimitação da área.
	Novo Xingu	Kaingang	Novo Xingu	Acampamento na terra indígena Serrinha, divisa com Novo Xingu	Aguardando estudos de diagnóstico antropológico pela FUNAI.
	Kandóia	Kaingang	Faxinalzinho	Acampamento na área que reivindicam	Realizado diagnóstico, identificação, delimitação e estudo ambiental. aguardando o relatório.
	Pontão	Kaingang	Pontão	Acampamento na sede da comunidade bugre morto	Realizado estudo de diagnóstico antropológico pela FUNAI. Aguardando formação de grupo técnico para identificação de delimitação.

⁸ Idem.

Mato Preto	Guarani	Erebango	Acampamento próximo da área que reivindicam.	Realizado estudo de diagnóstico antropológico, identificação e delimitação pela FUNAI. aguardando relatório do GT.

Quadro 5: Acampamentos Indígenas. FONTE: Delegacia Regional da FUNAI de Passo Fundo RS.

Diversas medidas foram adotadas para manter os índios nas aldeias, tarefa não muito fácil, uma vez que, alguns grupos não suportavam a convivência com grupos rivais, além de não estarem habituados com a imposição de um determinado estilo de vida. Porém, devido à arregimentação de estancieiros e governo, os índios do aldeamento de Guarita transformaram-se em excelentes agricultores sedentários e produtores de erva-mate.

Em contrapartida no aldeamento de Nonoai, de acordo com o censo de 1850, existia a permanência de divisão entre vários grupos existentes e, havia ainda os grupos que preferiam permanecer circulando pelas florestas do Alto do Uruguai. Dessa forma em ambas as situações a tarefa de imobilizá-los se tornou complicada. No entanto, com o impulso da fronteira agrícola, restava aos índios estabelecerem-se nos aldeamentos, pois não havia mais a possibilidade de manter a caça o extrativismo e a agricultura de coivara com a qual estavam habituados.

Nesse sentido, vamos utilizar como exemplo a comunidade de Nonoai, os conflitos emergentes que tinham como propósito reivindicar o direito e a posse de terras onde está assentada essa reserva foram originados e desenvolvidos, no período de 1940 a 1970, onde os índios perderam parte das terras devido a instalação de um parque florestal, aos indígenas posseiros⁹, demais posseiros, arrendatários de roças do Posto Indígena.

Estes ocupavam a mão-de-obra indígena que recebiam em troca comida e, eventualmente algum instrumento ou roupa para o trabalho. Ainda trabalhavam para granjas mantidas pelo Departamento Geral do Patrimônio Indígena, que pertencia a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). O estado do Rio Grande do Sul promoveu uma pseudo-reforma agrária que provocou a perda de terras indígenas.¹⁰

Um fato relevante e que não poderia deixar de ser citado nessa análise, foi a invasão ocorrida no todo de Nonoai pelos sem-terra, onde as próprias autoridades que transmitiram e confirmaram tal invasão o faziam como se não houvesse leis de proteção ao silvícola, confessando dessa forma, o fracasso de sua política preventiva. Dessa maneira, a terra como objeto de disputa fica cada vez mais como fonte de conflitos, uma vez que índios e colonos reivindicam direitos, cada qual à sua maneira e, os governantes, ao invés de solucionarem ou criarem mecanismos que solucionem o problema, muitas vezes mantêm-se omissos.

⁹ Entenda-se aqueles expropriados de suas terras e, ocupantes de outras terras pertencentes a comunidades indígenas.

¹⁰ SIMÃO, Édina Francini. *A Compreensão Étnico-Cultural no Ensino de História*. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. UNIJUÍ, 2003. p. 99-102.

Os colonos que praticaram o delito de invadir as terras dos índios fizeram animados pelos precedentes do descaso e conivência das autoridades estaduais que consentiram no esbulho dos índios pelos particulares e promoveram a inominável reforma agrária nos toldos de Inhacorá, Votouro e outros.¹¹

Nesse sentido, o apoio a tais invasões e espoliações sistemáticas das terras dos índios corresponde a aceitar, pelos mesmos motivos, a invasão dos territórios brasileiros, por nações estrangeiras, com o mesmo objetivo de torná-los úteis sob o ponto de vista dos interesses dessas nações. Essas ocupações intensivas e predatórias de áreas florestais atingiram as reservas indígenas que passaram a ser deslocadas, divididas pelos traços das rodovias, invadidas por garimpeiros, grileiros, jagunços, situação que provocou a disseminação de doenças, a desagregação dos grupos tribais e o desaparecimento de culturas inteiras e ramos lingüísticos.

Um fato, porém, é interessante nessa relação, no início de 1978, foi eleito, para cacique da área de Nonoai, o índio Nelson Xangrê que representava o grupo dos que não concordava com a presença de colonos nas áreas. A partir de então, trataram de definir as táticas para expulsar os colonos por força e iniciativa própria.¹² Numa reunião da liderança indígena, em abril de 1978, foram ultimados os preparativos e tomada a decisão definitiva para expulsar os colonos. Os índios foram percorrendo a reserva com “patrulhas” de até 250 homens que davam o “*ultimatum*” para os colonos se retirarem. Posteriormente retornavam para ver se as ordens haviam sido cumpridas¹³.

Utilizando-se das tradicionais armas de guerra (arcos, flechas e porretes) e alguns revólveres, os Kaingang expulsaram os colonos num curto espaço de tempo, ou seja, em torno de uma semana. O estopim do conflito, de acordo com Wagner (1986), ocorreu no dia 4 de maio, quando sete escolas dos brancos, dentro da reserva, amanhecaram queimadas. Após os incidentes iniciais, acorreram para o local a Brigada Militar e o III Exército que intermediaram a retirada dos colonos, sem conflitos. Os colonos praticamente não resistiram em decorrência de dois fatores básicos: a) estavam desorganizados; b) não acreditavam que os índios tivessem forças para cumprir as ameaças. Diante da gravidade da situação, a própria imprensa ficou impedida de entrar na reserva. Alguns jornalistas que furaram o bloqueio policial foram presos¹⁴.

¹¹ SIMONIAN, Lúcia. T.L. (Org.). *A defesa das terras indígenas: uma luta de Westphalen*, Moysés. Ijuí- RS, 1979. p. 70-71.

¹² WAGNER, C. et.al. *A guerra dos bugres*, p. 24.

¹³ O NACIONAL de Passo Fundo, 11 de maio de 1978.

¹⁴ A imprensa estava proibida de dar cobertura ao conflito. A situação política ainda era de forte controle e censura. Mesmo assim alguns jornalistas conseguiram entrar na área e, ao serem identificados pela polícia, foram presos imediatamente. Eram: Antônio Holfeldt do Correio do Povo, Flávio de Carvalho do jornal O Movimento e Murilo de Carvalho. Todos foram conduzidos presos para Planalto, depois para Nonoai e, por fim, para Porto Alegre onde foram interrogados pela Polícia Federal e acabaram no DOPS. In: CARVALHO, M. Brasil: Sangue da Terra, 1987, p. 97.

Esse fato possui uma importância muito grande no entendimento dos atritos sociais decorrentes da luta e posse de terras, pois deriva dessa desorganização dos colonos que habitavam a reserva, a tomada de consciência e a necessidade de se organizar um grupo de resistência. É dessa ocorrência que são exercitados o movimento de luta pela terra e, se é ensaiado os primeiros passos do MST (Movimento dos Sem Terra).

Nota-se, dessa forma, que a Reforma Agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural. Nesse sentido, o PNRA reconhece a diversidade social e cultural da população rural e as especificidades vinculadas às relações de gênero, geração, raça e etnia que exigem abordagens próprias para a superação de toda forma de desigualdade. Reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etnodesenvolvimento.¹⁵

Outro fator a ser considerado - principalmente em relação às comunidades indígenas -, é que a atuação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), sob a supervisão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, se dará de forma conjunta com a FUNAI, integrando procedimentos administrativos comuns e complementares no processo de demarcação das terras indígenas, a fim de prever a partir deste momento, as ações de reassentamento dos ocupantes não índios. As ações de desintrusão terão como prioridade as terras indígenas onde há a ocorrência de conflitos, aquelas que já receberam ações indenizatórias de benfeitorias de boa fé por parte da FUNAI e que se enquadram nos critérios de seleção do público potencial para reassentamento. Esse ponto é interessante, uma vez que é protagonista de uma série de conflitos ligados à questão da terra.¹⁶

Além da desintrusão, o II PNRA prevê o apoio ao etnodesenvolvimento dos povos indígenas, por meio de políticas de autosustentação das comunidades que contemplem a proteção e recuperação ambiental das terras, o apoio às economias indígenas e a certificação dos produtos. Isso envolve o fomento de atividades produtivas (crédito, assistência técnica e extensão rural), o apoio às ações de segurança alimentar e nutricional, de valorização de sua cultura e práticas tradicionais, valorizando a diversidade e os conhecimentos e garantindo um novo patamar de bem-estar para os povos indígenas.¹⁷

¹⁵ BRASIL, *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Brasília, 2005. p. 1-30.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Dessa forma, por meio de uma ação integrada com outros ministérios será implementado um programa de disseminação de direitos sociais básicos e de documentação que possibilitarão que seja incorporada à renda familiar uma renda de cidadania que contribuirá com o estabelecimento de uma existência digna, principalmente, para as comunidades mais isoladas e menos atendidas ou visada pelas diretrizes orçamentárias estaduais e nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da terra é uma luta constante do homem, seja ele pequeno, médio ou grande produtor, morador da roça ou do ambiente urbano. Portanto, ao se fazer uma análise mais conjuntural dessa problemática deve-se levar em conta muitas implicações e, sobretudo, corre-se o risco de desagradar muitas esferas. Mas, é necessário e, imprescindível que sejam adotados critérios sólidos de desenvolvimento agrário, principalmente, no que se refere aos pequenos proprietários e aos que lutam pela posse de um local em que possam dignamente sobreviver.

A reforma agrária em terras indígenas remonta de longa data como pode ser comprovada pela historiografia brasileira, porém vale dizer que os conflitos evidenciados entre índios e posseiros são, datados em especial a partir dos governos militares pós-64. Não que tal baliza seja desmerecedora de crédito; acontece que em muitas dessas áreas de conflito as disputas vinham sendo fermentadas em momentos anteriores, agravando-se o estado de violência a partir da política geral de colonização que os governos militares incrementaram desde os anos 60, como se pôde averiguar pelo contexto descrito acima.

Momentos políticos diferentes entre si preparam lentamente a projeção de conflitos, em particular, atente-se para os anos 50, época de livre exercício democrático e de atividades parlamentares, condições insuficientes, no entanto, para coibir os abusos relativos à farta distribuição da terra pública e a subsequente especulação do solo, fonte segura de acumulação para grandes capitalistas.

Em particular, chama a atenção o fato de que o jogo partidário e eleitoral, ao invés de servir de barreira à depredação do bem público, acabou se transformando no canal preferencial por meio de que os grupos econômicos e políticos deitaram e rolaram, convertendo em riqueza extensos territórios virgens, obtidos a baixos preços, loteados em seguida, ou estocados, para gerarem riqueza sem trabalho.

A situação dos índios do Rio Grande do Sul retrata o futuro de todos os índios do Brasil. Isso que aí está, é o retrato de uma população fetichista em pleno século XXI, que carrega as marcas deixadas do século passado e, oculta nas profundezas da memória as fraudes, esbulho e violência

que conduziram os índios, a miséria, degradação e morte. É necessário fazer jus e praticar o que dita a Constituição, em seus princípios de legalidade, liberdade e fraternidade.

Partindo-se da reflexão de ser o Rio Grande do Sul um estado extremamente heterogêneo, formado por uma variedade de etnias, que a seu modo conseguem sobreviver em seus diversos contextos, sente-se que, ao se adotarem medidas compensatórias e favorecedoras de implantação de sistemas produtivos e geradores de renda para comunidades excluídas, é o ponto crucial para a remodelação e a extinção de uma série de estatísticas sociais e populacionais em déficit, tanto econômico como cultural.

Sobretudo, pelo fato de que as sociedades indígenas, pela sua relação bastante íntima com a natureza, sofrem, na visão do senso comum, de um preconceito que distorce a compreensão da relação dessas sociedades com o seu meio ambiente. Evidencia-se o fato de essas sociedades preservarem o seu meio circundante, de viverem num eterno romance com o mundo animal e vegetal e de serem as guardiãs dos “segredos” da floresta. E, a Terra, é uma dessas relações. Portanto, um aspecto importante da questão indígena hoje é, de um lado, assegurar de fato aos índios o usufruto exclusivo das riquezas existentes em seus territórios, promovendo, além das atividades de subsistência tradicionais, novas atividades econômicas em bases condizentes com a proteção ambiental. E, por outro lado, proteger os territórios indígenas, de acordo com a lei, seja dos danos causados por grandes projetos desenvolvimentistas, seja das invasões cada vez mais agressivas por parte de garimpeiros e madeireiras.

Pode-se, promover o desenvolvimento regional, sem afetar-se as culturas primitivas e autóctones existentes em determinados contextos brasileiros, principalmente, com a promoção de incrementos que visem o desenvolvimento sustentável de locais de risco, garantindo assim, a adoção de técnicas e práticas que preservem a cultura tradicional, aliada à inclusão de novas técnicas, que não ameacem a integridade desses povos. E isso não fica restrito somente às comunidades indígenas, mas também, se estende aos pequenos e médios agricultores, que beneficiados por uma agricultura familiar, geradora e mantenedora de recursos próprios, possibilite à essas camadas, a geração de renda própria e a manutenção de suas práticas costumeiras e particulares.

O desenvolvimento de uma região, portanto, não se entende somente com criação de postos de emprego, de estruturação de empresas, de geração de riqueza, mas sim, da adoção de critérios valorativos dos trabalhadores do campo e demais indivíduos, no direcionamento de planos e estratégias que possibilitem com que fiquem em seus locais de origem e, ao mesmo tempo, consigam sobreviver de forma digna e humanitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Brasília, 2005.

CARVALHO, Murilo. **Sangue da Terra: a luta armada no campo**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Administração Executiva Regional de Passo Fundo - RS. 2005

LAZZAROTO, Danilo. **Os sete povos das Missões**. Ijuí: UNIJUÍ, 1996.

MARTINS, Nestor Torelly. **Exemplares do Arcanjo São Miguel na Escultura Missioneira e suas Interpretações**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do rio dos Sinos, 1992.

SIMÃO, Édina Francini. **A Compreensão Étnico-Cultural no Ensino de História**. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. UNIJUÍ, 2003.

SIMONIAN, Lígia. T.L. (Org.). **A defesa das terras indígenas: uma luta de Westphalen, Moysés**. Ijuí- RS, 1979.

WAGNER, Carlos et.all. **A guerra dos Bugres**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

ZARTH, Paulo Afonso. **Comentários sobre a conferência “História agrária”**, de Helen Osório. Historia Unisinos – Centro de Ciências Humanas do Vale do Rio dos Sinos. V Encontro Estadual de História, São Leopoldo, 2001.

_____. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. 1850-1920. Ijuí: UNIJUÍ. 1997.

OS INDÍGENAS E O OLHAR DE UM MÉDICO ITALIANO: CRÍTICAS AOS CONTATOS INTERÉTNICOS

Leonor Carolina Baptista Schwartzmann¹

INTRODUÇÃO

Giovanni Palombini, diplomado na Universidade Real de Roma em 1895, exerceu a profissão médica na Itália como *medico condotto* (médico sanitarista). No ano de 1901, emigrou para o Brasil e, após estadia em São Paulo, radicou-se no Rio Grande do Sul. Trabalhou como clínico e cirurgião em várias cidades do interior do estado, tais como, Jaguarão, Rio Grande, Uruguaiana, Encruzilhada, Soledade e Vacaria. Fora sua atividade de médico itinerante, dedicou-se a divulgar as qualidades desse estado para fins de imigração no Rio de Janeiro e na Itália na primeira década do século passado. Ele é o autor do relato de viagem intitulado: *Usos e costumes do Rio Grande do Sul*, produzido durante a primeira década do século XX.² Esse relato contém observações sobre diferentes tópicos, como, por exemplo, a situação de saúde da população, as práticas de cura, os contatos inter-étnicos, o meio ambiente, o clima, a geologia, a fauna e a atuação dos colonos. Um dos seus objetivos seria a sua utilização, como veículo de propaganda, para a imigração italiana.

Qual papel pode ser atribuído ao médico na elaboração e na aplicação do pensamento médico e qual a dimensão e a capacidade de intervenção que este saber alcançou no exercício de qualificar e de propor resoluções aos problemas sociais decorrentes dos contatos interétnicos? Pensar sobre o sentido e o modo como a medicina interveio nesses contatos, a partir da higiene, encontra sustentação em uma de suas particularidades que é a sua capacidade de se apropriar de problemas cotidianos, revestindo-os de significados.

Os relatos de médicos viajantes servem como substrato para análise do pensamento médico contemporâneo. A partir do relato de viagem de Palombini, pode-se averiguar a influência do pensamento higienista no seu olhar sobre os diferentes grupos étnicos que encontrou no sul do Brasil, em especial, o indígena.

O RELATO DE VIAGEM

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, Brasil.

² PALOMBINI, B.C., SCHRÖER, M.T. João Palombini: As agruras de um médico trilhando uma floresta de araucária. In: Possamai, O., Bertelli, Á. *et al.* (orgs.). **Raízes de São Marcos e Criúva**. Porto Alegre, EST, 2005, p. 776-781.

Utilizar um texto do início do século XX para interpretação é uma maneira de permitir que um homem do passado fale por si próprio e observar que suas idéias são partilhadas pelos seus contemporâneos. Através do estudo desse texto, pode-se descobrir uma certa classe de idéias que subjaz e condiciona quase todo o pensamento formal. Esses pressupostos fundamentais são as pré-concepções, as pré-suposições que os homens absorvem do seu ambiente mental, mas que não estão freqüentemente conscientes. Essas idéias podem fornecer a chave para o pensamento mais íntimo de um povo ou de uma época. O médico, como intelectual, reflete as idéias de outras pessoas e também as aperfeiçoa e as esclarece.³

O discurso de Giovanni Palombini, identificado em seu relato, é um dispositivo, isto é, um conjunto heterogêneo que engloba instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições morais e filosóficas. Tal discurso pode aparecer como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda, funcionar como re-interpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Ele é um tipo de formação que, em determinado momento histórico, tem, como função principal, responder a uma urgência, a uma função estratégica dominante.⁴

Os relatos dos viajantes são registros do cotidiano. Esses documentos possuem uma função social específica, são importantes testemunhos dos modos de ser e de agir do passado, por meio dos detalhes que registram, dos assuntos que revelam e da linguagem intimista que mobilizam. A importância para o historiador está na ótica assumida pelo registro, a maneira que o autor a expressa. Eles são, de forma geral e, por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como as vidas de seus autores. O valor desses registros, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características.⁵

Esses relatos, apesar da tentação de historiadores de *imaginem-se que estão vendo com os olhos do escritor e escutando com seus ouvidos*, são valiosos documentos de contatos culturais que revelam tanto a percepção da distância cultural como a tentativa de compreendê-la ou de traduzi-la a algo mais familiar.⁶ Deve-se, no entanto, reconhecer o perigo real da trivialização sempre que estes se investigam por si mesmo, sem relacioná-los à a cultura em que estão inseridos.⁷ Não obstante, conforme Constantino, ao se ler um documento histórico *é de fundamental importância o reconhecimento da*

³ BAUMER, F. **O pensamento Europeu moderno: séculos XVII e XVIII**. Lisboa, Edições 70, 1977. 1 v. p. 23.

⁴ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 244.

⁵ GOMES, A.C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004, p. 13-5.

⁶ BURKE, P. El discreto encanto de Milán: los viajeros ingleses en el siglo XVII. In: **Formas de historia cultural**. Madrid, Alianza, 2000, p. 127-8.

⁷ BURKE, 2000, p. 88-89.

*possibilidade de ler em duas dimensões: no sentido manifesto ou ao pé da letra; como leitura soterrada, buscando o sentido latente do material sob análise.*⁸

Todorov assinala cinco características que um relato de viagem precisa apresentar: o relato é uma narração pessoal e não uma descrição objetiva de uma viagem; nele, ocorre a localização das experiências no tempo e no espaço onde há o descobrimento do *outro*, a alteridade a respeito das terras ou dos seres evocados; o narrador não deve ser muito distinto do leitor; a percepção do próximo, em uma visão eurocêntrica, é sustentada pelo colonialismo e, por último, a identificação do narrador com a posição do colonizador que mostra, independentemente de uma curiosidade em conhecer o outro, a sua superioridade.⁹

Eder Silveira frisa que esses viajantes, deslocados tanto de seu país como de suas convicções, postas em xeque pela complexidade da cultura local, constroem suas narrativas no *entre-lugar*, como teorizou Bhabha. Ao analisar os relatos, observa-se que estes são atravessados pela negociação de conceitos, dados na zona de contato entre as culturas que ali se encontram. *Há negociação, estranhamento e recusa da alteridade nesses discursos, perpassados sempre pela ambigüidade entre a rejeição imediata da diferença e a fascinação pelo exotismo da natureza.*¹⁰

O RELATO DE VIAGEM NO RIO GRANDE DO SUL

Vários foram os viajantes que deixaram relatos de viagens realizadas que incluíram o Rio Grande do Sul no século XIX. Entre eles, citam-se Auguste de Saint-Hilaire, Arsène Isabelle, Alexandre Nicolas Ghislain Baguet, Joseph Hörmeyer, Michael Mulhall e o médico alemão, Robert Avellemant, autor do relato *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul* (1850). Diney Oliveira, ao estudar os objetivos desses relatos, observou que, excetuando Saint-Hilaire, que pretendia apenas informar e trazer novidades ao leitor europeu e que colaborou na construção de um imaginário de opinião da época, os outros autores possuíam objetivos práticos e interesses mediatos, assumindo *uma perspectiva de propaganda, ou seja, de divulgação utilitária ou instrumental, visando não apenas um*

⁸ CONSTANTINO, N.S. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRHÃO, M.H. M. B. (org) **A aventura (auto)biográfica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 67.

⁹ TODOROV, T. El viaje y su relato. In: **Las morales de la historia**. Barcelona, Paidós, 1993, p. 99-101.

¹⁰ SILVEIRA, E. **A cura da raça**: Eugenia e higienismo no discurso médico-sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX. Dissertação, Pós-Graduação História, PUCRS, 2004.

consenso, quanto uma ação prática por parte do Europeu: viajar, transladar-se para o Novo Mundo ou nele investir, ao menos.¹¹

No ano de 1906, o médico italiano Ricardo D'Elia publicou a obra *Argentina, Paraguai e Brasil: ricordi, impressioni e consigli*. Após longo périplo, iniciado em 1888, pela Argentina, Paraguai e Mato Grosso, estabeleceu-se no Rio Grande do Sul. Nesse livro, que é permeado por uma visão colonialista, constata-se uma preocupação em informar e destacar as virtudes do sul do Brasil para local de imigração italiana, e os benefícios decorrentes desse fato. Na saudação proferida pelo médico, ao ser convidado para homenagear o novo agente consular italiano da cidade de Rio Grande, este destacou a *grandeza de nossa pátria [Itália], concluindo em dizer que a Itália havia dominado o mundo com a espada, havia dominado o mundo com a cruz cristian, e agora estava dominando com a corrente imigratória, que muito concorre para o progresso e a civilização dos povos.*¹² Constantino observou a influência do positivismo quando D'Elia associa o trabalho do imigrante italiano à propulsão do progresso das cidades paulistanas.¹³

O contato com grupos étnicos distintos permeia esses relatos. Nos discursos sobre os nativos americanos feitos por viajantes, no século XIX, nota-se que os elementos de enunciação referentes aos indígenas são feitos de forma a mostrá-los como seres inferiores, primitivos e incivilizados em relação à progressista, à madura e à civilizada Europa. Essa explicação segue os preceitos dos evolucionistas que consideravam ser esse o estágio inferior de barbárie dentro da evolução da humanidade, estando essa etapa da vivência indígena em conformidade com os hábitos, os costumes e as necessidades de uma fase primária de sociabilidade, à qual a Europa já havia superado.¹⁴

Nos relatos deixados pelo engenheiro belga, François Mabilde (1848-1866), quando se deslocou para o interior do Rio Grande do Sul, foi observada a influência do Romantismo e o discurso a respeito da civilização e da barbárie. Entretanto, Laroque constatou uma contradição na forma como o engenheiro narrou a reação dos nativos frente ao avanço da sociedade nacional, ao mesmo tempo em que os via como selvagens, preguiçosos e indolentes.¹⁵

¹¹ OLIVEIRA, D. A. **Relatos de viagem pelo Rio Grande do Sul (século XIX)**: A comunicação dos viajantes europeus. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em Comunicação) –PUCRS, p. 177.

¹² D'ELIA, R. **Argentina, Paraguai e Brasile**: ricordi e impressioni e consigli. Torino: Tipografia Torinese, 1906. p. 145.

¹³ CONSTANTINO, N. Um medico calabrese nel Rio Grande do Sul. **La Regione Calábria- Emigrazione**. Catanzaro, n. 1, ano VI, p. 42-45, 1993.

¹⁴ LAROQUE, L.F. da S. O discurso sobre os nativos americanos: percorrendo a trilha de um viajante. **Histórica Unisinos**, São Leopoldo, v. 4 (2), p. 180-1, 2000.

¹⁵ LAROQUE, L.F. 2000, p. 184-5.

Ao abordar a questão dos contatos interétnicos, Gauer esclarece que esta está situada dentro dos preceitos dos antropólogos do século XIX, no qual a razão prática explicava a diferença entre os civilizados e os selvagens, baseada em elementos da cultura. Esta era uma realização instrumental de necessidades biológicas constituídas a partir da ação prática e do interesse. Dentro dessa visão, encontra-se o evolucionismo que, como teoria explicativa da diferença, surgiu como idéia básica que sustentou a teoria antropológica. Essa noção de evolução estava ligada ao desenvolvimento orgânico que já ocorria nos debates dos iluministas do século XVIII e que, posteriormente, uniu-se ao evolucionismo social.¹⁶

5 RELATOS DE VIAJANTES MÉDICOS

Sabe-se que a história da medicina reflete a especial influência que o saber médico exerce sobre o contexto social e o indivíduo - influência que, em maior ou menor medida, exercem todas as ciências; mas, nesse caso, é mais universal e pessoal. Ela reflete uma variedade de questões, como os processos realizados na própria atividade específica, e os modos de atuar do meio social sobre a arte de curar, mediante a concepção que cada tempo e lugar teve do enfermo e da doença, do papel assinalado ao médico e da missão confiada à medicina.¹⁷

Na área médica, os relatos de viagens preocupavam-se em assinalar as doenças encontradas nos habitantes das regiões percorridas e os meios empregados para a cura. Esses empreendimentos, liderados por clínicos e higienistas das potências coloniais européias, estavam voltados para a construção de um conhecimento médico adequado à patologia e às terapêuticas tropicais.¹⁸

O deslocamento dos médicos, em uma zona tropical, conferia-lhes prestígio e reconhecimento científico em instituições européias, principalmente, se eles se dedicassem ao estudo das enfermidades dos países quentes. No caso dos naturalistas, eles traçavam suas trajetórias a partir do interesse em conhecer diferentes regiões e do apoio institucional dado a elas. Barreto e Aras, em estudo sobre atividades de médicos estrangeiros no Brasil, observaram que o apoio financeiro que esses profissionais recebiam determinava sua permanência e seu percurso no país.¹⁹ Podemos incluir Palombini entre os

¹⁶ GAUER, R.. Cumplicidade entre idéias científicas, história e antropologia. **Histórica**, Porto Alegre, n. 5, p. 29, 2001.

¹⁷ BABINI, J. **Historia de la Medicina**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2000, p. 13-4.

¹⁸ EDLER, F.C. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII, (supl.), p. 296, 2001.

¹⁹ BARRETO, M.R., ARAS, L.M.B. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10 (1), jan.-abr., p. 160, 2003.

naturalistas, dentro das concepções da época, pois era membro de sociedades geográficas no Rio de Janeiro e, na Itália, colaborava com jornais e revistas italianas, como a do *Touring Club* italiano, tendo recebido ajuda, conferida pelo governo estadual gaúcho, para seus deslocamentos.

É possível observar uma relação entre a disciplina de higiene e os programas que visam a determinar quais são os locais do globo propícios para a colonização do homem. Entre as preocupações da higiene, seu campo de ação inclui matérias como antropologia, preocupação com as teorias raciais, demografia, influência do clima, geografia das doenças, climatologia, doenças infecciosas, alimentação, condições de habitação e de saneamento. Proust (1904) sustenta que a higiene possui uma relação estreita com os grandes interesses das nações. Entre as suas funções, ela poderia indicar a cada raça qual é o país que convém a seu desenvolvimento, dirigir os povos em seus movimentos migratórios; enfim, seria, a partir dessas leis, que deveria ser feita toda empresa de empreendimento de colonização.²⁰

A melhoria da saúde dos povos colonizados é claramente apresentada como um meio de crescimento da força de trabalho e como consequência da rentabilidade da colônia relacionada ao lucro da metrópole. O projeto médico colonialista coloca os interesses do Estado antes daquele das populações. Esta projeto, que dá prioridade ao coletivo sobre o individual, originou-se na Europa, no século XVII. Neste, os sentimentos filantrópicos não excluía os interesses populacionais, militares e econômicos dos soberanos absolutistas e dos nascentes estados nacionais.²¹

Através da análise do relatório de viagem do médico francês Alphonse Rendu ao Brasil entre 1844 e 1845, Edler destacou uma fase característica do ramo da medicina acadêmica européia, a geografia médica que institucionalizou a viagem exploratória como condição inerente à produção de conhecimento médico e à formação de profissionais aptos para tratarem as populações residentes nos trópicos. Nas informações, contidas na parte de sua viagem realizada pelo extremo sul do Brasil, foi observado pelo viajante que o clima, sendo mais próximo do europeu, determinaria que a população fosse superior tanto física quanto moralmente se comparada ao resto de seus compatriotas. Já as condições de salubridade das regiões mais quentes eram profundamente marcadas pela presença do calor e da umidade, o que determinaria a propensão às doenças.²²

²⁰ PROUST, A. **Traité d'Hygiène**. Paris, Masson et Cie Éditeurs, 1904, p. 630.

²¹ BOURDELAIS, P., FAURE, O. Le nouveau dans le domaine médical et sanitaire: objets, pratiques, logiques sociales. In: BOURDELAIS, P., FAURE, O. **Les nouvelles pratiques de la santé: acteurs, objets, logiques sociales** (XVIIIe.-XXe. Siècles). Paris, Belin, 2005. p. 17.

²² EDLER, 2001, P. 926-36, 2001.

Quanto aos aspectos acima abordados, estes podem ser verificados nas anotações feitas por Palombini durante sua viagem ao sul. Seu texto apresenta as características de ser um relato alegórico, onde esta é um pretexto escolhido pelo autor para expressar suas opiniões a respeito do que via. Suas observações são subordinadas a um desígnio preconcebido que aquelas estão destinadas a ilustrar.²³

No campo médico, suas: suas constatações encontram-se sustentadas pela disciplina de higiene. É possível identificar suas opiniões com as idéias românticas ainda vigentes e também com o pensamento de Rousseau, influenciador do Romantismo²⁴ Ao observar a opinião de Palombini sobre o comportamento dos índios, a entrada na *civilização* e as questões sobre a propriedade privada, percebe-se uma leitura de Rousseau onde originalmente os homens eram iguais, mas perderam esse estado com a introdução da propriedade privada.²⁵ Segundo Garcia, Rousseau instala a crítica à condição do homem e da radicalização do mal estar na condição deste como homem social. Ele apresenta as depravações do homem social sob a perspectiva da universalidade da condição humana e como resultantes de escolhas e de decisões políticas.²⁶

No relato de Palombini, inserido em uma perspectiva do Romantismo, ocorre uma preocupação em descrever a natureza como poderosa, dona de um princípio vivo, cheio de potencialidades; ao mesmo tempo, selvagem e bravia, onde se constata a integração dos nativos aos elementos e o medo que estes fossem corrompidos devido aos contatos com outros grupos étnicos, em especial aos brancos. Considera os indígenas como os nobres possuidores das terras que estão sendo desbravadas, mas o que não impede o estabelecimento de colonos italianos nessas terras para ocupá-las e trabalhá-las.

A seguir, foram selecionados alguns aspectos relativos ao olhar de Palombini sobre o indígena em seus contatos realizados principalmente na parte de sua viagem conduzida pelo noroeste do estado do Rio Grande do Sul, regiões que englobam o Mato Castelhana e Mato Português. A imagem que ele constrói do imigrante italiano serve como contraponto.

6 PECULIARIDADES DO RELATO DE GIOVANNI PALOMBINI

O relato de viagem opera com um olhar que segue a linha evolutiva da sociedade européia - civilização *versus* barbárie. Além da identificação de uma pretensa cientificidade, contidas em suas

²³ TODOROV, T. El viaje y su relato. In: **Las morales de la historia**. Barcelona, Paidós, 1993, p. 98-9.

²⁴ BAUMER, F.L. **O pensamento europeu Moderno**, vol. 2, Lisboa: Edições 70, 1977, p.25-35

²⁵ BAUMER, 1977, p. 261-2.

²⁶ GARCIA, Cláudio Boeira. Rousseau: Homem natural, crítica à civilização e passeios pelas florestas **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 14, n. 4, p. 662-72.

observações referentes às características da flora, da fauna e da geologia, há, no relato de Palombini, a descrição do modo de viver da população, dos costumes locais, dos aspectos de saúde, do comportamento dos índios, dos negros e dos brancos, dos contatos interétnicos e das potencialidades de colonização pelos imigrantes italianos.

Sua percepção tanto do indígena quanto do negro, e os efeitos dos contatos interétnicos aparecem freqüentemente em seu relato. Pode-se observar a modificação de seu pensamento acerca dos indígenas que se transforma à medida que sua viagem vai adentrando-se pelo interior do Rio Grande do Sul, especialmente na região noroeste, chegando a zonas inóspitas que recentemente estavam sendo colonizadas. Essas descrições seguem reflexos de seus condicionamentos culturais.

Em sua primeira descrição dos indígenas, observa-se o estranhamento e o temor frente a possíveis contatos.

Há alguns lustros havia ainda, no Mato Castelhana, índios e tigres, que quando podiam incomodavam aos criadores de gado com matanças e rapinas. Deve-se à energia do governo, que, com o emprego de tropas, exterminou quanto fosse possível, obtendo que uns e outros se retirassem mais para o interior, podendo-se, agora, viajar quase seguros.²⁷

Na perspectiva de um encontro com os indígenas, refere já ter conhecimento destes como *tremendos e sérios cabisbaixos, que se sentem donos de suas terras e tratam a todos os brancos como invasores* e os compara com os negros que considera *alegres, joviais e sinceros*. No primeiro contato com os indígenas, Palombini destaca seus comportamentos e seus esforços para aparecerem *civilizados*. O grau de *civilização* é observado no comportamento à mesa. Destaca a diferença nos gestos e nas maneiras de comer em um momento de sociabilidade entre o italiano e o nativo.

Comiam, repito, sérios e silenciosos, sem gestos incorretos com as maxilas. Apenas o alimento chegava à boca, fosse ele carne ou pão, com um só golpe era trincado pelos robustos dentes, sem forçar a cabeça ou as mãos a auxiliarem. Nem uma anedota ou sorriso, como geralmente se usa entre os brancos durante as refeições, especialmente se de caráter recreativo. Somente olhares rápidos e fugazes.

Depois constata seus esforços para sobreviverem ao contato com os europeus e serem incorporados pela *civilização*. O autor destaca a maneira de saudar desse povo:

²⁷ PALOMBINI, Giovanni. **Usos e costumes do Rio Grande do Sul**. [S.l.]: [S.e.], 1910. p. 135.

Observava eu aqueles homens, quase virgens de civilização e na iminência de terem de fazer um grande salto no mundo, que teriam desejado estar em equilíbrio com os brancos em um só dia; por isso se haviam apressado em dar-me a mão, tinham comido e bebido comigo, esforçado em demonstrar-se sociáveis, como que preparando terreno para novo encontro...

Manifesta sua posição em relação ao lugar ocupado pelo indígena na construção do Brasil. Ironiza a situação destes que, após terem sido perseguidos e abandonados à sua sorte, necessitavam agora da proteção dos brancos.

...aliás, começava a sentir um certo constrangimento, uma mortificação, pelo fato de prever ter de partir sem ter entrevistado os verdadeiros brasileiros, os verdadeiros donos daquela imensa e esplêndida extensão de terra, tão rica e tão pouco explorada! Aqueles homens que, após terem sido tão perseguidos pelos brancos depois da descoberta da América, vinham agora pedir-lhes proteção, auxílio e conselhos, decididos a aceitar aquela civilização da qual por tanto tempo de esquivaram, que combateram, pela qual sentiram aversão.

Em suas digressões sobre as conseqüências do contato deste com a sociedade, aproveita para questionar essa organização social com os vícios que a acompanham.

Observava e me compadecia daqueles pobres selvagens, que se encontravam na iminência de imergir no mare magnun da inesquecível civilização. Dentro de poucos anos, eles, protegidos pelas leis, estariam de posse de terrenos de sua propriedade, circundados por cercas mais de convenção do que protetoras, registrados nos livros municipais, tornar-se-iam donos legalizados. Teriam, então, também, roupas e casas, camas e louças, aprenderiam a ler e a escrever, a jogar o osso, em primeiro lugar, e, depois, cartas.

Suas observações médicas permeiam o relato, e uma de suas preocupações é com o uso excessivo de bebidas alcoólicas. Estas, na forma de licores, assumiam caráter medicinal e encontravam-se dentro de uma tradição européia de origem mediterrânea que foi transposta ao Brasil e ao Rio Grande do Sul e tardiamente utilizada.²⁸ O indígena é utilizado como alegoria para ilustrar sua opinião referente à

²⁸GOUBERT, Jean-Pierre. A divina garrafa: viagens, alcóois e remédios nos dois hemisférios dos séculos XVI ao XX. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (supl.), p. 945-58, 2001.

sociedade que está conhecendo. Através dele, critica o hábito contumaz da população de se medicar, o seu comportamento sexual, os seus vícios e a presença de doenças contagiosas, como a sífilis.

Não tardariam em assinar promissórias, tomar a cachaça e aperitivos de todas as denominações e cores; e, enfim, pouco a pouco, com a introdução do deus Amor ou outro... a raça ficará diluída e a grande extensão selvagem tornar-se-á civilizada, habitada não só por homens sadios, como por muitos de nariz avermelhado, ou que falarão, com a maior indiferença, de licores, ioduretos, hidragírio e Neosalvarsan [remédios do tratamento da sífilis].²⁹

Entretanto, seus preconceitos europeus o impedem de acreditar na assimilação do indígena – o êxito será do imigrante. A visão idealizada do colono imigrante e de seu possível sucesso no novo mundo está inserida em uma perspectiva colonialista. Palombini reconhece a luta deste, para se estabelecer em uma terra inóspita, e o sucesso que será alcançado com seu esforço pessoal, o que condiz com o seu projeto de incentivo à imigração.

São estes os mais admiráveis dos trabalhadores: sós e ignorados, sem outra esperança a não ser na própria força e nos recursos naturais, com poucas roupas, com poucos instrumentos de trabalho, com poucas sementes, partem de onde os sentimentos os coagem, frequentemente a pé, arrastando consigo por léguas e léguas a família, e vão à procura de um terreno que devem contender com os mais poderosos representantes da flora e da fauna.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de seu singular testemunho, rico em elementos para a reconstrução do passado, pode-se entender melhor o fenômeno imigratório italiano, a sua relação no que tange ao contato com o grupo social composto pelos indígenas, que ocorre em um momento de expansão da fronteira noroeste do Rio Grande do Sul. A importância do relato está na sua percepção das dificuldades dos indígenas para serem assimilados em seus esforços para que isso ocorra. Por meio desse conflito, é possível conhecer aspectos da sociedade local que ele critica.

Palombini é um exemplo de homem do século XIX em seu pensamento relativo às questões de identidade, de raça e da visão do outro. Reflete um pensamento etnocêntrico que enfatiza a

²⁹ PALOMBINI, 1910, p. 292-293.

³⁰ PALOMBINI, 1910, p. 97.

superioridade do Ocidente, da cultura européia em relação ao resto do mundo. Ele é considerado um indício, um elemento revelador de um fenômeno mais geral que é a visão de mundo de uma classe social. A utilização desse indício possibilita a reconstrução das trocas e das transformações culturais que ocorreram no Rio Grande do Sul no início do século XX, a partir do contato de um médico italiano com uma nova realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABINI, J. **Historia de la Medicina**. Barcelona: Editorial Gedisa.

BARRETO, M.R., ARAS, L.M.B.: Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol.10(1), p. 151-72, 2003.

BAUMER, F. **O pensamento Europeu moderno: séculos XVII e XVIII**. Lisboa, Edições 70, 1977, v.1 e v. 2.

BOURDELAIS, P., FAURE, O. **Les nouvelles pratiques de la santé: acteurs, objets, logiques sociales (XVIIIe.-XXe. Siècles)**. Paris: Belin, 2005.

BURKE, P. **Formas de historia cultural**. Madrid: Alianza, 2000.

CONSTANTINO, N: Un medico calabrese nel Rio Grande do Sul. **La Regione Calabria-Emigrazione**. Catanzaro, n. 1, ano VI, p. 42-45, 1993.

D'ELIA, R. **Argentina, Paraguay e Brasile: ricordi e impressioni e consigli**. Torino: Tipografia Torinese, 1906.

EDLER, F.C. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (supl.), p. 926-36, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GARCIA, C.B. Rousseau. Homem natural, crítica à civilização e passeios pelas florestas **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 14 (4), p. 662-72.

GAUER, R. **Cumplicidade entre idéias científicas, história e antropologia**. **Histórica**. Porto Alegre, n. 5, 2001, p. 29.

GOMES, A.C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GOUBERT, Jean-Pierre. **A divina garrafa: viagens, alcóois e remédios nos dois hemisférios dos séculos XVI ao XX**. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. VIII (supl.), p. 951-55, 2001.

- LAROQUE, L.F.da S. **O discurso sobre os nativos americanos: percorrendo a trilha de um viajante**. Histórica Unisinos, São Leopoldo, vol.4 (2), p. 175-93, 2000.
- OLIVEIRA, D.A. **Relatos de viagem pelo Rio Grande do Sul (século XIX): A comunicação dos viajantes europeus**. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em Comunicação), PUCRS.
- PALAZZO, C.L. **Imagens do Brasil nos relatos de viajantes franceses (século XVI a XVIII). Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 25 (2), p. 61-90, 1999.
- POSSAMAI, O., BERTELLI, Á. (orgs.) **Raízes de São Marcos e Criúva**. Porto Alegre, EST, 2005.
- PALOMBINI, G. **Usos e costumes do Rio Grande do Sul**. [S.l.]: [S.e.], 1910.
- PROUST, A. **Traité d'Hygiène**. Paris: Masson et Cie Éditeurs, 1904.
- SILVEIRA, E. **A cura da raça: Eugenia e higienismo no discurso médico-sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação, Pos-Graduação História, PUCRS, 2004.
- TODOROV, T. **Las morales de la historia**. Barcelona: Paidós, 1993.

INTRODUÇÃO

“Cooperar...

...É tornar realidade a apologia das varas,
que se quebram facilmente, quando separadas;
mas que não se torcem, nem estalam
quando unidas por mútuas confianças e lealdades.”³

Assim como nos versos acima o termo latino “*viribus unitis*” (união de forças) perpassou os estados sulinos e teve sua institucionalização na Associação Rio-grandense de Agricultores ou *Bauerverein*. O que diferencia este empreendimento dos demais é o fato de ter sido planejado e organizado pelos religiosos da Companhia de Jesus que começaram a chegar em maior número a partir de 1873 expulsos pelo *Kulthurkampf* de Bismarck. O *Bauerverein* foi uma associação de leigos, mas, com um forte caráter religioso. Estes jesuítas europeus traziam a orientação do catolicismo ultramontano europeu, voltado para as questões sociais. Tal postura direcionou as suas atividades não só para os aspectos religiosos, mas também para a garantia do bem-estar da população através da assistência social e da promoção de estratégias que visassem o desenvolvimento econômico da região. Os jesuítas reproduziram no sul do Brasil os mesmos mecanismos que eram utilizados na Alemanha como as Assembléias de Católicos, o Partido do Centro e o Cooperativismo.

UM PROJETO DE PROMOÇÃO HUMANA

Foi durante a terceira Assembléias de Católicos (*Katholikentag*) em Santa Catarina da Feliz que foi sugerido pelo Padre Jesuíta Teodor Amstad a criação do *Bauerverein*:

Entre essas últimas organizações, a mais antiga, a mais abrangente e, por isso mesmo, a mais ambiciosa, foi, sem dúvidas, a Associação Rio-Grandense de Agricultores. Pretendia-se com ela pôr em andamento um verdadeiro modelo global de desenvolvimento, não só para os colonizadores alemães, mas também para os italianos e os lusos. Abstraindo das querelas de natureza doutrinária e disciplinar, propôs a colaboração entre protestantes e católicos para, unidos, pensarem e realizarem um grande e um rico projeto de promoção humana.⁴

¹ Artigo apresentado no Seminário Internacional de Imigração no Seminário Temático: Comunicações gerais ligadas à imigração.

² Mestre em História (UNISINOS) e profª no Centro de Ensino Superior Cenecista de Farroupilha- CESF.

³ Relatório Cooperural 1977, que se encontra no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da UNISINOS.

⁴ RAMBO, *op. cit.* p. 10.

O Padre Amstad, fazendo uso da palavra durante o *III Katholikentag*⁵ denunciou a situação econômica das colônias dependentes das exportações. O alcance da proposta do “pequeno padre” trazia no bojo de seu discurso a fundação de uma Associação interétnica e interconfessional como resultado da conjuntura caótica que se encontravam as comunidades teuto-brasileiras. E no convite que circulou no jornal *Deutsches Volksblatt* temos uma noção do significado e da abrangência de tal empreendimento:

Pouco a pouco, os homens alemães de todas as regiões do nosso estado começam a se preparar para a participação da Assembléia... Dessas deliberações pode e deve participar tanto o camponês, quanto o artesão, o comerciante assim como o erudito um vez que se trata de questões de natureza social... de grande importância, para o indivíduo, quanto para a comunidade..⁶

Rambo⁷ ao referir-se à constituição do Bauerverein destaca a ousadia do projeto de promoção humana que previa a união entre protestantes e católicos pautados no seguinte lema: “colaborar em tudo que é comum e transgredir em tudo que é peculiar”⁸. Mas a proposta de Amstad extrapola as questões confessionais e étnicas para fomentar um espírito de solidariedade nas comunidades não se restringindo apenas ao agricultor mas incentivando a participação de outros segmentos de atividades econômicas, detentores de recursos financeiros tão necessários para o desenvolvimento de tais projetos. A finalidade da associação será, como já o próprio nome diz o estímulo “utilizando todos os meios da produção nacional, tanto das matérias-primas agrícolas, quanto da produção artesanal e industrial.”⁹

Acompanhemos agora um quadro sintético dos anos de ocorrência, local, os palestrantes e os assuntos que foram palco as Assembléias do Bauerverein¹⁰ no início do século XX:

ANO/ LOCAL	PALESTRANTES	TEMA
1900 Feliz	Amstad	Bauerverein
11, 12 de fevereiro de 1902/ São José	Pe. Amstad	Associação
	Sr. Pedro Meyrer (redator <i>Bauerfreund</i>)	<i>Bauerfreund</i>

⁵ Os *Katholikentag*, ou *Assembléias Gerais de Católicos* eram eventos que buscavam atender a todos os aspectos da vida sob a ótica teológica do catolicismo tendo através das palestras e debates o canal para esvair e direcionar os problemas das comunidades. Estes solenes encontros tiveram início em 1898 em Harmonia no Rio Grande do Sul e se repetiram geralmente de dois em dois anos até a Segunda Guerra Mundial, sendo interrompidos por dez anos devido a Primeira Guerra Mundial. São poucos os trabalhos que se referem ao tema entre os principais citamos: RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. IN: Anais do 1º Simpósio de História e Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974; KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: UCS, 1991; LUTTERBECK, SJ, P. Jorge Alfredo, Jesuítas no sul do Brasil. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas; WERLE, André Carlos. Discussões acerca da imprensa nos Congressos Católicos organizados pelos jesuítas alemães (1898 a 1940). In: DREHER, Martin; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (orgs.). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

⁶ *Deutsches Volksblatt*, 13/02/1900.

⁷ RAMBO, *op. cit.*, p.10.

⁸ RAMBO, Arthur Blásio. A Sociedade União Popular. Série Perspectiva Econômica, vol. 27, NRº 79, Série Cooperativismo, NRº 32, 1992, p. 35.

⁹ RAMBO. O associativismo teuto-brasileiro ..., *op. cit.*, p. 94

¹⁰ RAMBO, *op. cit.*, p. 114 a 186.

do Hortêncio	Franz Hillebrand (secretário distrital Nova Petrópolis)	Bibliotecas
	P. Pedro Gasper	Escola
	Sr. Wilhelm Hansel (Santa Cruz)	Inventários
	Friedrich Schneider (Montenegro)	Proteção legal
	Dr. Low (São Leopoldo)	Legalização da terra
	Pe. Amstad	Novas Fronteiras
	Dr. Horst Hoffmann	Companhia de Estrada de Ferro Noroeste
	Wilhelm Wittmann	Recuperação de terras desgastadas
	Sr. Berger e Schenk	Insetos
	Sr. Johann Gross	Suínos
	Sr. Alfredo Steglich	Problemas das estradas
27 e 28 de abril de 1903/ Lajeado	Pe. Amstad (pai da Associação)	Abertura
	Sr. Peter Meyrer	Associação
	Sr. Anton Sturm	Criação e manejo do gado
	Dr. Low	Produção e aproveitamento racional do leite e da manteiga
	P. Droste (Alemanha)	Feira de animais
	Amstad	Comércio interno
	Sr. Alfredo Steglich	Caixas Rurais
17/18 e 19 de abril de 1904/ Santa Cruz do Sul	Johann Schroeder	Novas fronteiras de colonização
	P. Amstad	Finalidades da Assembléia
	P. Lassberg	Colonização de Cerro Azul
	Reinhold Stoeve	Incentivo a produção de leite-cooperativas
	P. Amstad	“Vida e objetivo da Associação dos Agricultores”
	Sr. Kulhleis	Deveres para com a Associação
	P. Amstad	A vida associativa a serviço da agricultura
23, 24 e 25 de março de 1905/ Porto Alegre	Sr. Kulhleis	Criação de animais
	P. Amstad	Cooperativismo rural e proteção legal
	Sr. Weber	Inventários
	Dr. Martim Friedel	Suinocultura
	Sr. Barão von Wahl	Criação de animais
	Sr. Loewen	Vivências e observações no setor agrícola na Fazenda Progresso
	P. Lassberg	Plantação e cultivo de florestas
12, 13 de maio de 1906/ Pareci Novo-27 delegados (ao todo são 45 seções e um total de 1707 sócios)	Sr. Anton Feix	Produzir melhor e com preços mais baixos
	Professor Haendler	Aproveitamento das terras de campo perto de Porto Alegre
	Sr. M. Forneck	Classificação dos colonos
	P. Amstad	Promoção da sociedade colonial: o capital espiritual e o capital material
	Professor Siegfried Kniest	Promoção do ensino
	Sr. Alfredo Steglich	Inventários e os impostos territoriais
	Sr. Winge	Cooperativa de produção: fruticultura
27, 28 e 29 de abril de 1907/ Estrela (24 delegados das 45 seções e mais de 1700 sócios)	Sr. Feix	Cooperativas
	Professor Ruecker	Seguro mútuo entre os agricultores
	Dr. Álvaro Nunes Pereira (presidente do Centro Econômico)	Incentivo a Associação para tornar-se um sindicato rural filiando-se ao Centro Econômico
	P. Amstad	Crédito fundiário através de cooperativas
	Sr. Paul Schoenwald	Baixa qualidade dos nossos produtos agrícolas
	Dr. Loew	Métodos de incrementos a agricultura e meios de amenizar os efeitos da seca
	Sr. Winge	Prevenção à estiagem
	Sr. João Gross (Lajeado)	Criação de gado leiteiro e suíno
	Sr. Streicher	pragas agrícolas

	Sr. Winge	Pomicultura, viticultura, cultivo de oleaginosas e culturas fornecedoras de fibras
	Ernesto Zietlow	Erva-mate
	Dr. Schlatter	Carência de parteiras
15,16,17 de maio de 1908/ Hamburgo Velho(25 delegados)	P. Amstad	“os males provenientes do sistema de empréstimos
	Pastor Gans	A aplicação do princípio cooperativo na organização das instituições de beneficência
	Sr. Johann Gross	Melhor aproveitamento do leite:cooperativas
	Pastor Pechmann (Hamburgo Velho)	Fundo de auxílio em caso de falecimento
	Pastor Gans	A aplicação do princípio cooperativo nas instituições de beneficência e de previdência no âmbito da Associação dos Agricultores
	Sr. Feix	Questão das estradas
1 e 2 de maio de 1909/ Taquara(14 delegados de 28 seções)	Dr. Simch	Assistência jurídica
	P. Lassberg	Depredação florestal
	P.Amstad	reflorestamento
	Sr. João Spitteller	suinocultura
	Sr. Jacob Schneider	Criação de abelhas
	Sr. Wustrow	Criação do bicho-da-seda
	Sr. Winge	Pragas agrícolas

Os temas tratados nos encontros são fruto das adversidades encontradas pelos colonos e demais segmentos para o desenvolvimento econômico da região. O cooperativismo é um assunto recorrente em quase todos os eventos. Também se repetem os mesmos tópicos como a criação e a diversificação dos produtos agrícolas, o problema do crédito e a expansão das fronteiras. Da mesma forma alguns palestrantes tornaram-se presença obrigatória na tribuna como o P. Amstad e o P. Lassberg, ambos jesuítas. O caráter soteriológico¹¹ é um outro aspecto de relevância que se evidencia no encaminhamento que seria dado aos problemas da sociedade que traziam imbricado os valores teológicos, aproximando o campo religioso das práticas diárias. Assim procurava-se garantir “o monopólio da gestão legítima dos bens da salvação”¹² atendendo as próprias expectativas do clero. Como nos *Katholikentag*, os objetos das Assembléias do *Bauerverein*, já estavam sendo previamente definidas nas colônias pelos seus representantes e principalmente através de suas autoridades religiosas¹³.

De todas as Assembléias a que recebeu maior destaque por parte do *Deutsches Volksblatt* foi o *III Katholikentag*, dedicando várias edições convidando e ressaltando a importância da participação de todas as comunidades, uma vez que nele seria lançada a idéia do *Bauerverein*. Da

¹¹ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado – crítica ao populismo católico*. 1ª edição. São Paulo: Kairós, 1979, p. 23. O termo utilizado pelo autor decorre de sua análise da atuação dos bispos do Nordeste onde os discursos por eles proferidos são resultado das apropriações interpretadas através da teologia eclesial.

¹² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992, Coleção Estudos, p. 57.

¹³ Segundo estatuto a associação será composta pelos representantes das picadas que juntos formam a diretoria distrital ou de paróquia e estas por sua vez formam os representantes municipais. Estes últimos, na assembléia geral escolhem o presidente, vice, secretário, tesoureiro e dois assistentes. In: RAMBO, *op. cit.*, p.110.

mesma forma o jornal era o veículo de divulgação e preparação dos seus leitores para o contexto que estavam inseridos, pré-determinando os assuntos que seriam tratados na Assembléia alguns meses depois e convencendo seus leitores dos temas mais recorrentes.

Em 26 de janeiro de 1900 a Associação Comercial e Industrial alerta para o envio de uma carta ao governo reivindicando que a lei nº 641 estaria prejudicando os pequenos agricultores e comerciantes. A inquietação do setor deve-se a multa que teriam que pagar não tendo como salvar o seu comércio¹⁴. Este pedido nos dá uma noção da situação que se encontravam as elites econômicas na colônia, sofrendo com as novas diretrizes governamentais e a crise econômica que os atingia. A imprensa era o espaço para expor a situação precária que se encontravam todos os segmentos de atividades econômicas. A resposta a esta situação vem no *III Katholikentag* quando Hugo Metzler então redator do *Deutsches Volksblatt* sugeriu a criação de instituições de empréstimo do tipo *Raiffeisen* e recebeu também o apoio do Padre Gasper tomando entre outras resoluções a seguinte:

Os colonos e os comerciantes da colônia são insistentemente solicitados a realizar cada quatro meses um balanço; Aos jovens insiste-se, para seu próprio bem, a depositar na poupança o dinheiro que recebem dos pais(...) Aos colonos se pede que se organizem com o objetivo de fundar caixas de poupança.¹⁵

Destarte estes congressos não se ocupavam somente do agricultor, mas, de toda estrutura social que tinha na vida comunitária seu sustentáculo. Assim o sistema creditício não era voltado unicamente ao colono e sim ao comerciante, ficando claro que a intenção dos líderes é promover o sucesso econômico do pequeno agricultor e também de todas as atividades econômicas. Não estavam eliminando o comércio local, mas, apoiando-o, pois o colono tendo onde recorrer, neste caso, as cooperativas de créditos, poderia investir mais na sua produção e, portanto, produzindo mais, tendo como escoar os produtos agrícolas teria também condições para consumir. Enfim, tanto o comerciante, como intermediário da sua produção, quanto o artesão, que teria para quem vender seus artigos, todos são dependentes e se relacionam economicamente. Da mesma forma o comerciante também teria uma instituição com juros mais baixos para recorrer ou então para buscar recursos para investir na sua propriedade. A declaração no *Deutsches Volksblatt* sobre a situação de penúria que estavam as elites econômicas e os discursos que se ocupam destas questões no *III Katholikentag* preparam o ambiente para a fundação da Associação dos Agricultores.

O P. Amstad, ao sugerir a Associação de Agricultores, após um discurso emocionado, já tinha o estatuto provisório e contou com todo um ambiente de suspense em torno da sua apresentação, transferindo as outras palestras e dando prioridade ao seu tema: “*de que maneira podemos tornar-nos economicamente independente do estrangeiro?*”¹⁶ A primeira medida seria

¹⁴ *Deutsches Volksblatt*, 26 de janeiro de 1900.

¹⁵ RAMBO, *op. cit.*, p. 81.

¹⁶ RAMBO, *op. cit.*, p. 83.

comprar menos na venda, mas não para destruir o comerciante e sim visando aproveitar o que se produz nas colônias como por exemplo em Nova Petrópolis, onde italianos colheram um bom trigo que poderia compensar a necessidade de feijão produzido pelos alemães. Não se está eliminando o comércio local, mas, evitando que os recursos se esvaíam para o exterior. E segue citando outros que poderiam substituir as importações de artigos não rio-grandenses como o arroz, o leite e principalmente os tecidos. Desta forma incentivaria a produção artesanal, as nossas pequenas indústrias e as matérias-primas dos colonos teuto, italianos e outros imigrantes europeus. Estes passariam a confeccionar os artigos necessários para o consumo das colônias impedindo que os recursos acumulados pelos imigrantes fossem para fora, pagando o consumo cada vez mais crescente de artigos importados.

Amstad reconhece que os artefatos importados têm melhor qualidade, mas, também são os responsáveis pela ruína tanto do colono, do comerciante, dos artífices e dos donos das pequenas indústrias. Utiliza como exemplo uma fábrica de tecidos em Caxias que deduzindo-se o salário dos empregados, custos com matéria-prima, impostos e outras despesas a indústria seria viável. Seguindo o raciocínio de Amstad diríamos que o sucesso das indústrias locais levaria em contrapartida uma melhoria no padrão salarial dos empregados, uma maior circulação de mercadorias favorecendo o comerciante e por fim o colono que teria para quem vender os artigos na venda por preços melhores. Quem forneceria a matéria-prima seriam os próprios colonos. Júlio Issler, comerciante de secos e molhados de Porto Alegre apóia as propostas de Amstad, destacando a necessidade da diversificação dos produtos agrícolas¹⁷. Neste momento percebemos que o objetivo do diagnóstico do “pequeno padre” sobre o “gigante Golias”¹⁸ é alcançado, pois o desenvolvimento das colônias depende diretamente da união de todos os segmento de atividades econômicas, funcionando como uma *”colméia de abelhas: com aplicação, com harmonia, conjugando esforços para o benefício de todos.”*¹⁹

A *“Associação de Interesse Comum para Promover a Produção Nacional”*, como foi chamado o *Bauerverein*, era mais que uma Associação de Agricultores. Ela congregava a solidariedade cristã como princípio norteador das ações econômicas evidenciando a célula comunitária como meio para o destino independente e auto-sustentável das colônias. Interétnica e interconfessional, mas também fruto das circunstâncias aqui do Sul do Brasil. O sucesso deste empreendimento dependia da mobilização de todos os segmentos de atividades econômicas. No *Deutsches Volksblatt*²⁰ encontramos a opinião de que no *Bauerverein* os comerciantes, artesãos e trabalhadores estão todos organizados e centralizados de acordo com seus interesses comuns,

¹⁷ RAMBO, *op. cit*, p. 96.

¹⁸ RAMBO, *op. cit*, p. 84.

¹⁹ RAMBO, *op. cit*, p. 122, durante a abertura da terceira Assembléia Geral em Lajeado.

²⁰ *Deutsches Volksblatt*, 22/02/1901

protegendo seus objetivos numa demonstração que “o bem-estar material, quando corretamente compreendido e corretamente conduzido, só poderia favorecer o espírito religioso.”²¹

Desta forma, a concepção cristã da “função do comerciante é vista como uma vocação”, um servidor da sociedade, onde ele “procura fazer circular os bens da terra, destinados por Deus ao proveito de todos, de modo a leva-los onde devem servir, então sim, o comerciante é um bom e verdadeiro servidor da sociedade, uma defesa contra a miséria, um promotor da prosperidade geral.”²². A profissão de comerciante e o lucro advindo desta atividade não é vista de forma exploratória pela Igreja, pois os objetivos “convergem para um mesmo fim: aumentar o serviço real prestado á comunidade. Quanto ao lucro, ele virá, como consequência normal”²³. Esta concepção está presente na convocação feita por Amstad: “é perfeitamente correto que os comerciantes chamem a atenção às fábricas a respeito das deficiências de seus artigos, a fim de remediar a situação. Simplesmente rejeitar os produtos nativos é a mesma coisa que jogar fora a criança com a água do banho e inviabilizar de vez a nossa indústria.”²⁴ Este discurso vai ao encontro das mais de quatro mil pessoas²⁵ que se fizeram presente no evento. Neste terceiro *Katholikentag* os comerciantes e donos de pequenas indústrias foram convidados e participaram com 85 expositores com “o objetivo de incentivar o crescimento dos produtos e reerguimento da colônia”²⁶, sendo que 46 deles foram premiados com medalhas tais iniciativas, e destacamos aqui a grande presença de expositores de artigos artesanais e indústrias teutas e de italianos como Santo Gufi e Cia., chapéus de palha, da colônia Conde D’Eu; Giuseppe Casa e Cia, toalhas, V Léguas de Caxias e outros.²⁷ Desde o espaço no jornal para a apresentação dos problemas que afligiam os comerciantes, o encaminhamento dado pelos jesuítas nos Congressos Católicos e o incentivo a produção através desta exposição nos atestam a preocupação das lideranças católicas em congregar sob o seu jugo todas as ações que primam pelo desenvolvimento da colônia.

Os porta-vozes destes Congressos foram os padres jesuítas, professores e lideranças das comunidades locais e entre eles os comerciantes, figuras importantes no cenário colonial e também em Porto Alegre. De um cunho, considerado por muitos historiadores de "comunitário", encontramos nestas organizações uma alternativa viável para a comunidade como um todo, sem distinção de atividade: o Cooperativismo:

A grande ênfase e a prioridade quase total que se atribuía à forma cooperativista

²¹ RAMBO, *op. cit.*, p. 80

²² Alocução aos membros do Congresso Mundial das Câmaras de Comércio, 27 de abril de 1950, DC 1950, col. 646. IN: Jean-Yves; PERRIN, Jacques, *Igreja e sociedade econômica: o ensino social dos papas de Leão XIII a Pio XII (1878-1958)*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1960, p. 417.

²³ Alocução ao II Congresso da distribuição dos produtos alimentares, 22 de junho de 1956, col. 972. In: CALVEZ, *op. cit.*

²⁴ RAMBO, *op. cit.*, p. 92

²⁵ Cartas anuas de Santa Catarina da Feliz(1900), Arquivo dos Jesuítas, Porto Alegre.

²⁶ *Deutsches Volkblatt*, 17/04/1900.

²⁷ *Deutsches Volksblatt*, 17/04/1900.

para dinamizar a economia colonial, poderia levar à impressão equivocada de que se pretendesse declarar guerra às outras formas de produção, de comércio e de crédito. As explicações dadas pelo autor da proposição demonstram que em absoluto não se tratava disso. Tencionara-se engajar na produção, como co-responsável e como co-beneficiário direto dos resultados o maior número possível de participantes. De forma alguma, pretendeu dificultar ou então eliminar a empresa capitalista convencional. Uma observação similar cabe quanto ao cooperativismo de compra e de venda. Visa-se com ela a combater uma das figuras e uma das atividades mais nefastas, agarrada com um carrapato em qualquer economia: De forma alguma, pensou-se em concorrer e muito menos em tomar o lugar do comércio tradicional praticado por particulares.²⁸

A primeira cooperativa de crédito já surge em 1902 em Nova Petrópolis²⁹. Nos próximos encontros do *Bauerverein* percebemos que a essência não se alterou em relação aos *Katholikentag*, pois se buscavam ações concretas como a fundação de cooperativas e a expansão de novas fronteiras de colonização. O *Bauerverein* é um exemplo da necessidade de transformar as deliberações em ações práticas: “Não é de se admirar que desses Congressos surgissem novas organizações associativas concretas, pois não se queria ficar no mero debate verbal e sim proceder à ação.”³⁰

As raízes do cooperativismo que marcarão a trajetória econômicas das áreas de colonização européia, devem ser buscadas nos temas e debates das reuniões da Associação dos Agricultores (*Bauerverein*) criada em 1900 em Santa Catarina da Feliz, durante o III *Katholikentagen*:

No seio dessa Associação foram concebidos e postos a funcionar as primeiras cooperativas de produção, de consumo e de critério. Nela o ideal da colaboração inter-étnica e intercultural foi sinceramente tentada. Nela, pela primeira vez no país, praticou-se um autêntico espírito ecumênico. As culturas que hoje compõem o carro-chefe da economia agrária do Brasil, foram sugeridas e algumas delas implantadas pela associação dos agricultores. Nela devem ser procurados as raízes da industrialização dos Estados do sul.³¹

Acompanhemos agora a análise de Rambo para o quarto Assembléia Geral do *Bauerverein*, em Santa Cruz do Sul em 17, 18 e 19 de abril de 1904, ao tratar das cooperativas de produção e onde em 1906 teremos mais uma cooperativa, agora de laticínios:

Os debates concentram-se em seguida na importância do incentivo à produção de leite, mediante a instalação de indústrias de laticínios, em forma de cooperativas. Foi palestrante o Sr. Reinhold Stoeve. Desenvolveu sua palestra ao longo do seguinte raciocínio. Partindo do princípio de que a forma cooperativa significava o pré-requisito mais eficaz para estimular e também para valorizar a produção, aqui entre nós, o produto mais adequado para desencadear o cooperativismo de produção seria o leite e seus derivados. Nas considerações que seguiram à

²⁸ RAMBO, *op. cit.*, p.191.

²⁹ Nasceu em 28 de dezembro de 1902 com o nome de “Caixa Econômica e Empresarial Amstad de Nova Petrópolis”. Teve sua primeira sede na casa do primeiro gerente Josef Neumann Sênior, distando 5Km de Nova Petrópolis em direção a Linha Imperial.

³⁰ RABUSKE, Arthur. Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul. IN: Anais do 1º Simpósio de História e Imigração Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974, p. 124.

³¹ RAMBO, *op. cit.*, p.10.

palestra, analisou o bom êxito das pequenas fábricas de laticínios na região de Santa Cruz do sul. A chance de resultados ainda mais apreciáveis, certamente aumentaria muito mais caso a atividade passasse a ser assumida de forma coletiva, dando-lhe a forma de cooperativas.³²

A opção pelas cooperativas de leite deve-se ao fato que a atividade econômica de grande importância na área agrícola era o leite e seus derivados. O discurso não foi proferido por um jesuítas e sim um leigo: o Sr. Reinhold Stoeve. Mas estes estão presentes na organização do evento e na seleção dos participantes, uma vez que, estavam a frente das paróquias. A Diretoria era apenas eleita no início da Assembléia, demonstrando que as decisões, o encaminhamento que seria dado a Assembléia já estavam previamente definidos. Mais uma vez não ficou apenas no debate e sim partiram para ações concretas: a fundação de uma cooperativa de leite.

Como as questões eram tomadas antecipadamente e as decisões também, era de interesse dos jesuítas a participação dos protestantes e principalmente dos italianos, pois, desta forma impedia-se a penetração das idéias liberais, anarquistas ou socialistas, grandes inimigos do catolicismo, e se mantinha a população sob os olhos vigilantes dos missionários.

Entre os italianos o cooperativismo teve como primeira iniciativa também o clero com a ordem dos escalabrinianos. Os padres mentores destas empresas foram Henrique Preti³³ e Eugênio Medicheschi³⁴.

O Padre Preti sofreu com o “*ódio passageiro*”³⁵ do então comerciante Francioni que certamente sentiu-se lesado por não realizar mais o trabalho de intermediário entre o colono e o grande centro comercial. Mas a revolta não se restringiu a um negociante e atingiu as localidades vizinhas que chegaram a ameaças de morte contra o padre³⁶. Este é apenas um exemplo do poder simbólico que detinham os comerciantes na localidade. Sem o apoio destes segmentos dificilmente o cooperativismo teria se tornado uma realidade e prejudicaria o desenvolvimento da comunidade. Havia sim a necessidade de congregar todos os indivíduos independentemente de atividade econômica nesta iniciativa maior que era a fundação de cooperativas.

Estes interessados em conduzir a sociedade de acordo com as suas convicções e interesses próprios promovem o surgimento de novas representações, ou como nomeia Roger Chartier, percepções do social, de como pensam que a sociedade é ou como deveria ser. São apoiados ainda por outras duas importantes figuras no meio social: o jesuítas e a ampla rede de escolas paroquiais que tinham no professor os guardiões da moral e dos bons costumes. Uma parceria interessante

³² RAMBO, *op. cit.*, p.132.

³³ Pároco de Monte Belo a partir de 1904 e fundou em 1908 a primeira cooperativa.

³⁴ Fundou uma cooperativa de laticínios em Monte Vêneto em 1909.

³⁵ Carta de 24/05/1910 do superior regional Rinaldi ao Superior Geral Vicentini- Arquivo Geral da Congregação Escalabriniana, ROMA, Itália, IN: AZZI, Riolando. A Igreja e os imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904). São Paulo: Paulinas, vol. 1, 1987.

³⁶ RIZZARDO, Redovino. Carlitas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST, 1981, p40-44.

quando se trata de conduzir os rumos que as cooperativas vão tomar de modo que: “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas(sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”³⁷

A TRANSFORMAÇÃO DO BAUERVEREIN EM SINDICATO

O ruralismo ou agrarismo aqui entendido como uma política agrária de sentido mais amplo em defesa dos interesses de uma elite não cafeeira³⁸ implementou uma série de ações como a SNA- Sociedade Nacional da Agricultura, fundada em 1897 com o objetivo de desenvolver o setor primário no Brasil. Promoveu eventos significativos como o I e II Congressos Nacionais da Agricultura (1901 e 1908) e influenciou a legislação referente a sindicatos, de cooperativas agrícolas, de produção e de crédito no Brasil. Serviu também como consultora do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio criado em 1909: “A Associação Nacional da Agricultura constituiu-se então numa entidade que fazia às vezes de movimento político, de espaço para o debate e divulgação das idéias do ruralismo, além de implementar políticas públicas, acessando a pauta governamental”³⁹

Com o objetivo de reverter a situação de atraso do setor agrário brasileiro encontramos uma certa similaridade com o *Bauerverein* uma vez que a SNA tinha sua ação articulada em três frentes: a educação, a modernização/razionalidade produtiva e o fomento a crédito e organizações cooperativas com o objetivo de financiar e desenvolver o setor agrário, comercial e industrial no Brasil⁴⁰. Estas práticas aconteceram a nível local, entre os colonos teutos através da Associação dos Agricultores, que como vimos congregava outros setores de atividades econômicas como os comerciantes.

A “apologia das varas” no sul do Brasil, institucionalizada no *Bauerverein*, concorre com o estado positivista no atendimento as questões ligadas a educação e substituindo os processos tradicionais por outros mais modernos. Dentro da ótica positivista o desenvolvimento de saberes científicos e novas tecnologias permitiria o controle social⁴¹. Atividades como a Estação Agrônômica em Porto Alegre(1898), o professor ambulante(1906) e a formação de técnicos e

³⁷ CHARTIER, Roger. A história cultural, entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, p. 19.

³⁸ ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. Colonização, Modernização Agrária e Grilagem: faces de uma mesma ação pública (Rio Grande do Sul - 1889-1930). Tese de mestrado. UNISINOS, 2002, p. 295

³⁹ ALVES, *op. cit.*, p. 113

⁴⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de. O ruralismo brasileiro (1881-1931). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 83.

⁴¹ ALVES, *op. cit.*, p. 124

trabalhadores nas empresas rurais, bem como a criação do Posto Agrônomo da Colônia de Guaporé em 1903 nos dão uma idéia da dimensão do projeto positivista para o setor agrário. Paralelo a estas ações na área educacional, investimentos na em infra-estrutura para facilitar a distribuição e o escoamento da produção.

Inicialmente entre a população teuta e após por influência da política agrária positivista, o ruralismo se estendeu a elite pecuária gaúcha com a criação da primeira Sociedade Agrícola Pastoral gaúcha, fundada em doze de outubro de 1890 em Pelotas. O incentivo a formação de sindicatos e associações para defender os interesses peculiares dos segmentos sociais estruturou-se nos moldes apregoados pela SNA⁴². Visando operacionalizar a atuação destas inúmeras entidades em 1909 criou-se a FARSUL- Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul⁴³:

TAMBARA, também destaca a participação de grupos congregados sob os mesmos interesses: “...o movimento associativista, salvo raras exceções, nasceu como um movimento de elite, caracterizando-se por articular interesses dos grandes proprietários.”⁴⁴

Quanto ao *Bauerverein*, uma associação composta por lideranças leigas e jesuítas, criou, principalmente por ação do Padre Amstad, a primeira Cooperativa de Crédito Rural da América Latina em Nova Petrópolis em 1902, empreendimento este que se enraizou por toda a área teuta riograndense até as fundação de novas colônias como Porto Novo em Santa Catarina. A caixa rural de Santa Cruz, por sua vez, fez grande parte de seus investimentos em infra-estrutura.

O governo positivista teve na institucionalização do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre no ano de 1904, a busca do desenvolvimento integrado da economia gaúcha, agregando o comércio exportador, indústrias e profissionais liberais⁴⁵. Estes segmentos de atividades econômicas também se fizeram presente na constituição do *Bauerverein* e na organização das Cooperativas de crédito, mas enquanto a Associação de Agricultores compunham-se de extratos do interior do Estado, o Centro Econômico representava a classe média urbana da capital.

Mesmo os opositores assistiram o discurso ruralista como fator importante para almejar o desenvolvimento econômico do Estado: “... o que demonstra a complexidade de interesses convergentes na constituição do ruralismo gaúcho.”⁴⁶

MENDONÇA chama a atenção para a proliferação no número de sociedades e instituições agrícolas que se formaram no Rio Grande do Sul. Em 1899 eram cinco enquanto que em 1908 já havia quarenta⁴⁷

⁴² ALVES, *op. cit.*, p. 133

⁴³ ALVES, *op. cit.*, p. 135

⁴⁴ TAMBARA, Elomar. *RS: modernização e crise na agricultura*. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985, p. 61

⁴⁵ Um exemplo da aproximação do Centro Econômico do Rio Grande do Sul (CERGS) com a SNA foi a promoção da I Exposição de Aparelhos de álcool no ano de 1906 em Porto Alegre.

⁴⁶ ALVES, *op. cit.*, p. 137

⁴⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1881-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.201 Apesar do estado sulino ter um número significativo este não é o único estado onde encontramos organizações desta natureza que

A partir da propaganda publicada em uma série de artigos no jornal “A Federação” intitulados: “Sindicatos Agrícolas e Caixas Rurais” assinados pelo Major Euclides de Moura, o governo borgista deu início a campanha para a implantação de sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul. De 1905 a 1909 formaram-se cinquenta e duas organizações desta natureza no Brasil, sendo que vinte e uma delas no Rio Grande do Sul apoiadas pela CERGS. O estado assume uma postura de orientador no processo organizacional.⁴⁸

Com o objetivo de “*chamar para colaborar e para se integrar na atividade colonial os comerciantes e homens de finança*”⁴⁹ foram convidados para fazer parte da quinta Assembléia Geral ocorrida em Porto Alegre de 23 a 25 de março de 1905. Neste evento a CERGS também se fez presente, bem como a Estação experimental do Estado e a Sociedade Agrícola e Pastoril, numa clara tentativa de aproximar as instituições. Ao final conclui-se que “...combater juntos, mantendo cada um a sua autonomia. em outras palavras, cada um iria preservar a sua identidade característca e manter o seu espaço de atuação próprio. com o objetivo comum, porém, defenderiam os interesse econômicos do Rio Grande do Sul.”⁵⁰

A identidade que ambos pretendiam preservar era a orientação que as perpassava: o *Bauerverein* como uma organização nos moldes do catolicismo social e o CERGS nos ideários positivistas. Interesse comuns, mas ideologias contrárias que aprenderam a conviver. Mas o assunto não se esgotou e na Assembléia em Taquara em 1909 relatou-se os problemas advindos da colonização de Cerro Azul com um grande prejuízo causado por especulações nos meios de comunicação, denegrindo a imagem dos administradores e da Diretoria da Associação de Agricultores. O tema seguinte foi a transformação do *Bauerverein* em Sindicato motivado: “...em primeiro lugar, na condição de sindicato, a Associação gozaria da proteção e da aceitação oficial por parte do governo. Em segundo lugar, caso não optasse pela transformação poderia sofrer penalizações na forma de impostos.”⁵¹

Segundo RAMBO as principais personalidades como Pe. Amstad, .dos Pastores Gans, Pe. Lassberg, Schlieper, do Dr. Metzler, do Dr. Schlatter entre outros ausentaram-se dos próximos encontros por entenderem “*a transformação em sindicato como um desvio radical dos objetivos que haviam levado aa fundação da Associação Rio-grandense de Agricultores.*”⁵². ERTZOGUE chama a atenção para a posição de autonomia e de isolamento do *Bauerverein* e finaliza acrescentando:

tiveram um incremento expressivo no período.

⁴⁸ ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *A formação dos sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul durante a 1ª fase de governo de Borges de Medeiros (1905-1909). Limites e possibilidades de um projeto inacabado*. Tese de mestrado. PUCRS, 1992. A autora desenvolve sua tese utilizando principalmente como fonte documental esta série de doze artigos do jornal “A Federação” editados no mês de junho de 1905.

⁴⁹ RAMBO, Arthur Blasio. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. Série Perspectiva Econômica, vol. 23, nº 62, 1998, p.135.

⁵⁰ RAMBO, *op. cit*, p.136.

⁵¹ RAMBO, *op. cit*, p.171.

⁵² RAMBO, *op. cit*, p.187.

podemos concluir que o ideal de uma associação de agricultores interétnica e intercultural, preconizada pelo Pe. Amstad, na prática não foi concretizada, ao contrário, a Associação Rio-grandense de Agricultores, permaneceu independente em relação as demais associações congêneres existentes no Estado até o ano de 1909, quando essa associação foi transformada em sindicato agrícola, em virtude de mecanismos de pressão adotados pelo governo do Estado...⁵³

Enfatizamos ainda que a transformação do *Bauerverein* em sindicato representava dissociar a organização de seu caráter religioso que se apresentava em disputa no campo socioeconômico com o Estado positivista. Ambos estavam legitimando seu espaço de atuação. Neste embate saem de cena os principais líderes para se organizarem de acordo com a sua opção religiosa: os protestantes fundaram a “*Liga das Uniões Coloniais Rio-grandenses*” e os católicos a “*Sociedade União Popular*.”⁵⁴

⁵³ ERTZOGUE, Marina Haizenreder. A formação dos sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul durante a 1ª fase de governo de Borges de Medeiros (1905-1909). Limites e possibilidades de um projeto inacabado. Tese de mestrado. PUCRS, 1992, p. 99.

⁵⁴ RAMBO, *op. Cit*, p.267. Para maiores informações sobre o *Volksverein* ou Sociedade União Popular ver: SCHALLENBERGER, Erneldo. O associativismo cristão no sul do Brasil, Porto Alegre, 2001. Dissertação de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¿QUÉ COMIÓ ALBERTO GERCHUNOFF?: JUDÍOS, BANQUETES, Y CLASE EN LOS VEINTE

Mollie Lewis

En noviembre de 1927, el escritor Alberto Gerchunoff comió bien. Se sirvió pollo asado, lomo, pejerrey, espárragos, y una variedad de entradas, todo lo cual fue acompañado por vinos finos y champagnes. Además, comió en la Galería Güemes, uno de los edificios más bellos al estilo arte nouveau en Buenos Aires, y en el Restaurant Conte, un café elegante de la época. No fue un destino malo para un hombre que vino de Rusia hacia 1890, y que luego se convirtió en un famoso periodista y autor en Argentina. En las primeras décadas del siglo veinte, los banquetes servían para marcar momentos importantes en la vida social y profesional de los hombres de la burguesía. Los amigos les ofrecían banquetes a modo de fiestas de solteros, o cuando los homenajeados se recibían de la universidad. Los colegas les brindaban cenas para celebrar eventos importantes de la vida profesional; un trabajo nuevo, una promoción en el negocio, o cuando se jubilaban. Los hombres burgueses hacían tales banquetes en los restaurantes de moda de la ciudad. En estos restaurantes, ellos podían ostentar su poder y estatus a si mismos y ante los otros clientes. Los banquetes de las primeras décadas del siglo XX eran ocasiones felices para celebrar, pero también eventos para mostrar al mundo la pertenencia del grupo a la burguesía. La década del veinte fue una época de prosperidad para los argentinos, y también de inmigración masiva. En esos tiempos terminó la primera guerra mundial y la revolución rusa en Europa, y llegó una época de tranquilidad y crecimiento económico para los argentinos. Los judíos de la burguesía prosperaron en esa década tanto como los otros burgueses. Estos judíos no eran los inmigrantes recientes que huían de los eventos en Europa. Los judíos burgueses de los veinte, que habían llegado antes de la primera guerra mundial, construyeron sus negocios y recibieron su educación en Argentina antes de los años veinte.

Ser parte de la clase burguesa era más importante que integrar cualquier grupo étnico o religioso. Muchos hombres burgueses participaban en organizaciones étnicas o religiosas, pero su identidad como burgués era lo más importante. Los hombres de la burguesía organizaban sociedades para ayudar a sus paisanos, instituciones de socorro mutuo, y también asociaciones religiosas. Los judíos de la burguesía no eran una excepción sino que más bien hacían lo mismo. Ellos participaban en organizaciones judías, como la Chevra Kedusha y los landsmanschaftn (organizaciones de paisanos), pero también tenían relaciones profesionales y sociales con otros hombres no judíos.

Los judíos y no judíos de la burguesía trabajaban juntos, estudiaban juntos, y festejaban juntos. Los judíos de la burguesía tenían mucho más en común con otros burgueses que con los judíos pobres, por ejemplo. Tenían las mismas profesiones y metas sociales, y vivían en departamentos lujosos localizados en las mismas zonas de la ciudad. Los judíos pobres, por otro lado, vivían en un mundo totalmente diferente. Los pobres no podían comer en los restaurantes caros, para mostrar su estatus, pues no tenían dinero. Aunque los judíos burgueses tenían relaciones con grupos judíos y no judíos, un estudio de los platos que comían los judíos burgueses revela que en sus vidas cotidianas, parecía que ellos eran más burgueses que judíos.

Estos vínculos entre los burgueses judíos y no judíos aparecen cuando se analizan dos banquetes diferentes que fueron realizados en honor de don Alberto Gerchunoff, “con motivo de sus últimos éxitos periodísticos.”¹ En este año, Gerchunoff se fue del diario *La Nación* para dirigir *El Mundo*, un periódico que ayudó a fundar.² Gerchunoff, periodista y autor de *Los gauchos judíos*, era un judío intelectual importante de esta época, con vínculos y amistades con judíos y no judíos de la clase burguesa. El primer banquete fue ofrecido por los colegas de Gerchunoff de *La Nación* a modo de cena de despedida, mientras que el segundo fue organizado por un grupo de judíos burgueses.

El banquete de *La Nación* tuvo lugar en el Restaurant Florida, en la Galería Güemes, el 11 de noviembre 1927.³ Aunque la invitación no sobrevivió, los colegas que fueron firmaron su menú, por lo cual sabemos que alrededor de noventa personas asistieron al evento. En el piso decimocuarto de la Galería Güemes, el Restaurant Florida era una de los sitios de moda para los burgueses de los años veinte. No sólo era popular entre la burguesía en general, sino también entre la burguesía judía. Por ejemplo, los amigos de Elías Singer celebraron su enlace en ese restaurante el 27 de julio de 1923, y el evento apareció en las notas sociales del periódico judío de la burguesía, *Mundo Israelita*. La nota social no describió la comida o el ambiente, pero es posible imaginar que el banquete de Singer y sus amigos en 1923 no fue tan distinto del banquete de Gerchunoff y sus colegas cuatro años atrás.

Para el banquete Gerchunoff en el Restaurant Florida, el menú estaba en castellano, pero algunos de los platos parecían inspirados en la cocina francesa. Los periodistas comieron mayonesa de pavita, crema ambassadeur, filet de lenguado Colbert, lomo de ternera Gladiateur, espárragos

¹ Invitación a un banquete, Buenos Aires, noviembre 1927. Archivo Gerchunoff, Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires.

² Miryam E. Gover de Natansky, “Alberto Gerchunoff 1884-1950, Cuadro bio-bibliográfico” en Ricardo Feierstein, ed. *Alberto Gerchunoff, judío y argentino*. (Buenos Aires: Editorial Mila, 2000) 18.

³ Menú de un banquete, Buenos Aires, noviembre 1927. Archivo Gerchunoff, Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires.

mousseline, pollo asado, y ensalada. Para el postre, el restaurante ofreció peche melba y cafés, licores, y cigarros para culminar la velada. Los vinos de la noche fueron sauternes, un pinot chileno, y champagne Pommery. Es interesante que para una cena de honraba un colega judío, el menú no fuera kasher, con una mezcla de productos lácteos con carne. Es otro ejemplo de la identidad burguesa de Gerchunoff y los otros judíos burgueses; la idea de una cena kasher no apareció en las mentes de sus colegas. Gerchunoff era un argentino de la burguesía como ellos. El Restaurant Florida no era un restaurante kasher, y la mayoría de los otros periodistas no eran judíos. Era un banquete burgués, y es muy posible que los colegas de Gerchunoff no pensaran en la identidad judía del homenajeado durante la cena.

El 15 de noviembre de 1927, cuatro días después del banquete en el Restaurant Florida, un grupo de judíos ofrecieron a Gerchunoff otro banquete, esta vez en el Restaurant Conte.⁴ El menú de la cena estaba totalmente en francés. Los primeros platos fueron hors d'oeuvre Parisienne y consommé aux pâtes. Después, el restaurante les ofreció supreme de pejerrey maitre d'hôtel, cœur de Durham bouquetière, asperges au parmesan, didonneau a la broche, y salade mascote. Una traducción da cuenta de aperitivos parisienes, fideos con salsa de carne, un plato llamado “corazón de una florista de Durham,” espárragos con queso parmesano, pavo en broqueta, y una ensalada con pescado. Para el postre, los hombres comieron poire melba (o peche melba), café, liquers surfines, y cigare Havane. En la sección de vinos, aparecieron Nacional B, Nacional T, Cliequot D & Sec, y Villavicencio. Aunque toda la comida tenía nombres franceses, en verdad era muy similar al banquete anterior. En los dos hubo ensaladas, platos de espárragos, postres idénticos y carnes de ave; en uno pollo asado y en el otro pavo asado. El uso de nombres franceses para los platos sugiere que el Restaurant Conte pretendía poseer cierta sofisticación, porque la comida y cultura francesa eran las que los porteños más valuaban en esa época.

Para este grupo de judíos de la burguesía, era importante mostrar su estatus como miembros de la burguesía, y un lugar como el Restaurant Conte era un sitio perfecto, pues era un restaurante de moda en el estilo francés. Era popular en el mundo de la burguesía en general, y asimismo, era del gusto de la burguesía judía. En el periódico *Mundo Israelita*, por ejemplo, las noticias sociales reportaban fiestas de enlace y banquetes en este restaurante. La Sociedad Hebraica era el sitio

⁴ Invitación, menú del banquete, Buenos Aires, noviembre 1927. Archivo Gerchunoff, Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires.

preferido para eventos del entorno social alrededor de *Mundo Israelita*, pero restaurantes de moda, como el Restaurant Conte, eran populares también.

El Restaurant Conte no era un restaurante judío. Aunque algunos clientes se identificaban como judíos, el restaurante no era kasher ni realizaba publicidades en la prensa judía. El menú estaba en francés, no en idish, el idioma que leían la mayoría de los judíos de la época, ni tenía platos parecidos a la cocina judía de Europa Central y Oriental. El Restaurant Conte era un restaurante de moda de la época, con clientes que querían considerarse como gente a la moda. Asimismo, la cocina y cultura francesa eran importantes para la burguesía porteña, que quería imitar a los franceses en este período. Según Jorge Bossio, autor de *Los cafés de Buenos Aires*, el Restaurant Conte era famoso por su cocina y por su atmósfera elegante.⁵ Para los judíos burgueses, comer en este lugar, junto al resto de la burguesía porteña, era una oportunidad para identificarse con otros miembros de su clase que no eran judíos. Los judíos de la burguesía estaban tratando de abrir una brecha entre ellos y los judíos pobres, como los famosos cuentaniks (vendedores ambulantes), o judíos izquierdistas.

Para el banquete Gerchunoff en el Restaurant Conte, los invitados eran los judíos más ricos y exitosos en Buenos Aires, la mayoría de los cuales eran empresarios, doctores, e ingenieros. Como en los periódicos y otros documentos de este estrato de la sociedad judía, la invitación estaba en castellano, no en idish. Los invitados eran los líderes de organizaciones judías pero también profesionales exitosos en la vida porteña. Aunque habían logrado mucho en la vida no judía, conservaban vínculos con sus identidades judías. La mayoría de los invitados o sus negocios aparecían en las publicidades de prensa judía. Se consideraban a sí mismos como argentinos y judíos de la burguesía. Aunque eran judíos por sus trabajos en las organizaciones judías y sus identidades étnicas y religiosas, también podían participar en la vida de los otros burgueses porteños. Como profesionales exitosos, tenían el dinero para ir y participar en los mismos eventos en que socializaban los otros burgueses: ir a los cafés de moda, viajar a Europa en un barco de lujo, y disfrutar un estilo de vida que no tenía nada que ver con los pobres inmigrantes recientes.

Gerchunoff era un ejemplo perfecto de este mundo. Nació en 1884 en Proskuroff, Lituania, y emigró a la Argentina con su familia en 1889.⁶ Trabajó como periodista en Rosario y después en Buenos Aires. Escritor del libro más famoso sobre los judíos argentinos, tenía muchas amistades e intereses en la colectividad judía. Asimismo, era parte importante de la vida literaria de Buenos Aires

⁵ Jorge Bossio, *Los cafés de Buenos Aires*. (Buenos Aires: Editorial Schapire, 1968).

⁶ Natansky, 17.

en esta época. Amigo de escritores como Leopoldo Lugones y Roberto Arlt, Gerchunoff, como los otros miembros de su clase, no vivía únicamente en el mundo de los judíos burgueses. Los dos grupos de amigos, el primero compuesto de escritores y el segundo por judíos burgueses, le ofrecieron banquetes para honrarlo. Es probable que otros judíos de la burguesía hubiesen tenido vínculos similares, con otros correligionarios y con miembros de la misma profesión.

Aunque en la superficie los dos banquetes eran muy similares, con comidas muy parecidas en restaurantes de moda, el significado de los banquetes era diferente. Para un periódico como *La Nación* ofrecer un banquete de despedida en un restaurante de moda a un periodista de renombre probablemente era normal. Como uno de los diarios más importantes del país, sus periodistas eran los mejores escritores del período. En esta época, los banquetes eran la manera normal de homenajear a un colega. El mundo de los periodistas no era excepcional.

La cena de los judíos de la burguesía era un evento diferente. Los invitados no eran de la misma profesión, pero de la misma clase, etnicidad y religión. Aunque comían en uno de los restaurantes más lujosos de la ciudad, como demostración de su estatus burgués, sus identidades judías eran vitales. Este grupo de judíos se juntaron para celebrar los logros de un amigo, Gerchunoff, pero eligieron hacerlo de la manera de otros grupos integrados por burgueses del período.

Cuando asistieron a los banquetes, es probable que los invitados no pensasen mucho en los significados de la comida o en su presencia en esos eventos. Estaban allí para honrar a un colega y amigo. Sin embargo, estos banquetes ofrecen una imagen del mundo social y profesional de estos porteños de la burguesía. Los burgueses pertenecían a etnicidades y religiones diferentes, pero al fin, todos eran de la burguesía. Comían la misma comida en los mismos restaurantes con colegas y amigos de la misma clase. Los judíos no eran diferentes; primero eran burgueses y segundo judíos.

OS MUCKER: A DIALÉTICA DE JACOBINA E A DEFESA DE UM PASSADO ULTRAPASSADO

Flavia Renata Machado Paiani¹
Daniela Machado Rob²

A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO E O SURGIMENTO DOS MUCKER

A imigração alemã no Rio Grande do Sul, iniciada em 1824, assumiu, no decorrer do século XIX, características diferentes de seu início. Essa mudança, num curto prazo, gerou conflitos sociais nos quais a revolta dos Mucker³ poderia ser inserida.

São Leopoldo, uma das regiões gaúchas que mais recebeu essa leva de imigrantes, era constituída de mata fechada, ocupada por índios. Os alemães, incluindo aqueles que se estabeleceram na região, eram, em geral, lavradores, artesãos, comerciantes e militares. Abandonados à própria sorte, sem a assistência do governo, eles tiveram de enfrentar todas as adversidades concernentes a um país que, três anos antes, declarava a independência de Portugal, e a uma região que, desde a ocupação efetivamente brasileira, lutava para manter-se inserida no país.

Nessa primeira fase da imigração, compreendida entre 1825 e 1845, a assistência governamental aos colonos resumiu-se à distribuição de lotes de terras, nos quais cada família mantinha uma agricultura de subsistência. Dessa forma, a organização social desenvolvida foi do tipo familiar. Unidas pelos laços de parentesco e de solidariedade, as famílias estabeleceram relações de compadrio entre si. Sob o modo de produção comunitário, as mulheres não eram privadas do trabalho na lavoura. Antes, assumiam a função dupla de também cuidarem dos filhos e dos afazeres domésticos, ocupando certo espaço na sociedade. Percebe-se, portanto, que não havia uma diferença substancial na condição social de cada colono: eram todos iguais sob um sistema de ajuda mútua e de coletividade, possível graças à presença pouco efetiva dos governos nacional e provincial.

Pelo próprio fato de o governo não prestar qualquer tipo de auxílio a esses colonos, coube a eles reestruturar a sua vida como melhor lhes aprouvesse. Assim, foram construídas igrejas e escolas, e escolhidos os professores e os líderes religiosos. O que se via era a figura do “colono-pastor” e do “colono-padre”: pessoas que, embora não tivessem formação religiosa, eram escolhidas pela comunidade por terem mais instrução que as demais. Também se via a procura constante pelos

¹ História/ UFRGS

² História/ UFRGS

³ Mucker é palavra invariável no alemão. Há controvérsias concernentes ao significado do termo. Dentre a bibliografia consultada, Mucker pode ser o falso beato, o santarrão. Pode ser também o resmungador. Há ainda a alusão ao zumbido da abelha (as orações seriam semelhantes a esse zumbido).

curandeiros e benzedadeiras. Devido à escassez de médicos na região e ao difícil acesso a eles, competia aos curandeiros diagnosticar as doenças e curá-las de forma mágica.

Essa sociedade auto-suficiente não aspirava a uma participação política no plano regional ou nacional. Os imigrantes e seus descendentes não falavam a língua portuguesa tampouco comungavam com a mesma religião do país. Eles eram, basicamente, os protestantes alemães face a um Brasil mestiço e católico.

A partir de 1845, contudo, os valores compartilhados modificaram-se: a sociedade igualitária cedeu lugar a uma sociedade marcada pela existência de classes, fragmentada em valores diversos uns dos outros. Burgueses, intelectuais, egressos de prisões e desocupados, de origem católica ou protestante, migraram para a região.

São Leopoldo expandiu-se, ao mesmo tempo em que se emancipou politicamente. A abertura de novas picadas propiciou o crescimento da colonização e, conseqüentemente, do povoamento branco em detrimento do bugre. Houve uma melhora no sistema de comunicação, o que levou a região a sair de seu isolamento inicial. As transformações ocorridas não afetaram os interesses dos estancieiros. Antes, a prosperidade econômica atingiu, de alguma maneira, tanto a população rural quanto a urbana em desenvolvimento. A sanção da lei de terras de 1850 resultou na concentração da terra a partir do momento em que se tinha de pagar para adquiri-la. Por conseguinte, resultou também na restrição do acesso do colono pobre ao seu meio de subsistência. .

Os comerciantes transformaram-se nos mais ricos, poderosos e influentes na região de São Leopoldo e de seus arredores: fato visível pela ocupação de cargos políticos e administrativos, onde podiam defender os seus interesses e servir de mediadores entre os políticos e os colonos (como na câmara municipal ao tornarem-se vereadores). A ascensão dessa burguesia foi possível devido ao comércio da produção rural dos pequenos agricultores das picadas. O excedente dessa produção era comercializado, na venda rural da picada, a um preço baixo. Esse mesmo excedente era vendido, a um preço mais elevado, na venda do núcleo em São Leopoldo, que, por sua vez, revendia-o a um preço ainda mais alto aos comerciantes em Porto Alegre. Percebe-se, a partir daí, o crescimento da importância dos comerciantes frente aos produtores rurais, formando, assim, duas classes distintas. De acordo com Janaína Amado:

À medida que aumentou a produção agrícola de São Leopoldo e os contatos comerciais com Porto Alegre se tornaram freqüentes, começaram a se instalar dentro da colônia relações do tipo capitalista. O complexo sistema de comercialização da produção acabou por criar uma classe detentora de capital (comerciantes) e outra desprovida de capital (agricultores), embora em parte dona dos meios de produção. (AMADO, 1978, p. 272)

Quanto às relações sociais, estas passaram a fazer parte da situação econômica: rico casava com rico e pobre casava com pobre. Estabeleceram-se relações de compadrio interclasses, como expressão da relação de dependência.

Já o controle coletivo da vida religiosa foi substituído por uma religião institucionalizada. A Igreja católica enviou jesuítas que ocuparam o lugar dos colonos-padres e dos professores, ao passo que os pastores protestantes foram enviados para tentar regular a vida religiosa dos fiéis. Esses religiosos tinham formação teológica e, ao se depararem com a situação da religião na colônia, bastante distinta da oficial, chocaram-se de tal forma que chamaram os colonos de “bárbaros da fé”. Para promover a institucionalização da religião, esses jesuítas e pastores foram apoiados financeiramente pela elite, que via nesses religiosos um meio de controlar o povo em benefício dela própria. A educação, a partir de então, tornou-se a responsabilidade do Estado e da Igreja.

A transição do igualitarismo da primeira fase para o modo capitalista da segunda se deu de uma forma bastante rápida, em menos de uma geração. Os imigrantes da primeira fase, que ainda se mantiveram como pequenos agricultores, estavam ligados por valores comunitários e familiares. Não compartilhavam nem aceitavam os valores impostos na segunda fase, em que a situação econômica se sobrepunha às relações familiares.

Nesse contexto de mudança de perspectivas do germanismo em São Leopoldo, surgiram os Mucker, nome dado pelos seus opositores. O movimento, liderado por Jacobina Mentz Maurer, durou cerca de seis anos (de 1868 a 1874). Inicialmente, a figura de seu marido, João Jorge Maurer, era mais proeminente. Era ele quem exercia a função de curandeiro da comunidade em sua casa no Morro Ferrabrás. Jacobina apenas o auxiliava no tratamento dos doentes. Entre 1869 e 1871, contudo, a situação inverteu-se. Alegando a inspiração divina, Jacobina substituiu o marido na cura dos enfermos, majoritariamente gente pobre e analfabeta, e manteve a leitura dos textos bíblicos.

Entre 1871 e 1872, os Mucker adotaram novas idéias, como o milenarismo, que propagava o fim do mundo, e o dualismo, que contrapunha os ímpios ao povo escolhido por Deus (os Mucker seriam esse povo escolhido). O grupo, ligado por relações de parentesco, passou a formular conceitos, relações e comportamentos, em substituição àqueles delineados pelo novo sistema. Pela oposição à ordem vigente, impregnada de valores mundanos, os adeptos de Jacobina atraíram a atenção de uma gama de adversários, os quais sentiam-se, de alguma forma, ameaçados pelos Mucker. A seita representava o assombroso desconhecido para o povo, ao passo que, para as camadas sociais mais elevadas, representava o retorno a um passado recente que devia ser ultrapassado.

OS PORQUÊS DOS MUCKER E DOS ANTI-MUCKER: MOTIVAÇÕES E REIVINDICAÇÕES EM UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

É um episódio de sangue, extraído dos Anais do Rio Grande; é a reprodução fiel dessa horrenda tragédia que trouxe em contínuo e atroz sobressalto, ensangüentando-a e enlutando-a durante dois longos anos, a laboriosa e pacífica colônia alemã estabelecida no Município de São Leopoldo. Não é um romance, como talvez possa afigurar a muitos, mas sim a realidade histórica em todas as suas particularidades. Disso é penhor não só a palavra autorizada e veraz do autor, como também os documentos autênticos por ele escrupulosamente compulsados e as testemunhas presenciais, ainda sobreviventes, por ele ouvidas. É, pois, o livro, como se vê, um subsídio poderoso e interessante para os que se interessam das coisas pátrias⁴.

O trecho reproduzido consta no prólogo da edição brasileira do livro *Os Muckers*, obra escrita pelo padre alemão Ambrósio Schupp e traduzida por Alfredo Clemente Pinto, responsável pelo prólogo. Como se vê, o tradutor exalta a fidedignidade da obra através da valoração do caráter do autor, cuja justificativa baseia-se na lisura das fontes consultadas. Essas fontes são compostas por pessoas que se opuseram aos Mucker, não sendo ouvida a palavra dos responsáveis pelo movimento.

Assim, Schupp impressionou-se pelos relatos dos anti-Mucker, e os leitores, bem como o tradutor da obra de Schupp, foram influenciados pelas palavras impactantes empregadas pelo jesuíta. O livro não se trata de uma obra literária, porém assume ares de romance não apenas por utilizar diálogos que teriam sido travados entre os personagens, mas também por atribuir-lhes certas características, pensamentos e atitudes.

Schupp chegou ao Brasil em outubro de 1874, dois meses após ter se desenrolado o conflito que culminou com a morte de Jacobina, a líder dos Mucker. Os acontecimentos ainda estavam vivos na memória dos habitantes de São Leopoldo, assim como o ódio dedicado aos santarrões. Nesse clima de exaltação, o padre não escreveu uma obra imparcial, mas sim uma narrativa que condenou Jacobina, uma mulher protestante, e os seus seguidores, que lhes imputou as atrocidades ocorridas nas redondezas e as imoralidades daqueles que não respeitam Deus e a religião. Jacobina seria acometida pela soberba ao considerar-se logo abaixo de Deus e, dotada de tal poder, teria proibido “aos membros de sua seita que continuassem a freqüentar as escolas e igrejas de outras comunidades religiosas, pois nestas se ensinavam doutrinas falsas”. (SCHUPP, [s.d.], p. 105)

As razões para a violência empregada contra os Mucker permeiam toda a obra do padre. As motivações e reivindicações dos Mucker, contudo, não são claras. Schupp os reduz a fanáticos,

⁴ PINTO, Alfredo Clemente. IN: SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers: Episódio Histórico Extraído da Vida Contemporânea nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível online.

seguidores de um falso ídolo, e atribui a Jacobina características de uma embusteira e de uma meretriz ao afirmar que ela teria incitado a troca de casais entre os membros de sua seita, tendo ela própria dado o exemplo ao trocar o seu marido, João Jorge Maurer, por Rodolfo Sehn.

Mais de cinqüenta anos depois, em 1957, Leopoldo Petry lança um outro olhar sobre o episódio do Ferrabrás, enveredando por uma orientação diferente daquela adotada pelos historiadores que o precederam, provenientes das cidades. Nesse sentido, ele foi inovador. Ele procurou compreender o movimento dos Mucker “sob o ponto de vista social, humano e psicológico, como reação de homens dignos e laboriosos, revoltados contra as arbitrariedades de órgãos da polícia que tentaram espoliá-los de seus direitos sagrados”. (PETRY, 1966, p. VI).

Petry considera a sua interpretação como a correta face à alegada indiscutibilidade das provas. Ele, como filho de colonos, se diz conhecedor da boa índole do agricultor alemão. Em sua obra, percebe-se a tentativa não de inocentar o casal Maurer (até porque uma das bibliografias utilizadas pelo autor é a do padre Ambrósio Schupp), mas a de justificar as atitudes dos sectários sob a perspectiva de um conterrâneo.

Para o autor, primeiramente, a ascensão de Jacobina como líder apenas foi possível porque os seus seguidores não encontraram conforto material nem espiritual nas colônias: a pregação dos pastores luteranos ou até mesmo dos jesuítas foi dificultada seja pela distância entre as sedes paroquiais seja pela condição das estradas. Em segundo lugar, os adeptos da profetisa (termo usado por Petry, assim como Schupp) provinham de um meio ignorante, não lhes sendo possível distinguir o que havia de bom e de mau nas palavras e nos ensinamentos proferidos pelo cérebro doentio de Jacobina. Em terceiro lugar, a mentalidade conservadora do colono leva-o a rechaçar o novo (o anti-Mucker critica a religião da profetisa ao percebê-la como nova), ao mesmo tempo em que incita o colono rechaçado a prosseguir no caminho escolhido. Os deboches e os insultos, ao invés de coibirem as ações da seita, desencadearam uma obstinação ferrenha em manter os cultos e as práticas até então desenvolvidas. Em quarto lugar, a intromissão das autoridades locais sobre as suas práticas religiosas foi considerada pelos Mucker como um acinte a seus direitos pelo próprio fato de a liberdade religiosa ser assegurada pela lei do país.

Os Mucker não eram violentos até então: não utilizavam armas de qualquer espécie nem as armazenavam em suas casas. Defendendo-se das arbitrariedades dirigidas contra eles, tentaram, em vão, recorrer até mesmo ao Imperador. Permaneceram, contudo, a mercê dos ataques de seus adversários. A prisão de Jacobina, acusada como responsável por atentados na região, e os vexames aos quais ela foi submetida publicamente inflamaram os ânimos de seus sectários. A sua posterior

soltura trouxe como consequência a ratificação de sua condição: a mártir, sendo presa e humilhada injustamente, exortou os seus adeptos a vingarem sobre os seus inimigos a injustiça cometida.

Na década seguinte à de Petry, Maria Isaura Pereira de Queiroz escreveu sobre o messianismo no Brasil e no mundo, trazendo o movimento dos Mucker como messiânico. Para tanto, ela utilizou basicamente as narrações de Schupp e de Petry, além de ter adotado um conceito weberiano para classificar Jacobina como messias. Jacobina angariou adeptos não apenas por ser uma líder carismática (Weber), mas por representar a redenção mediante Deus. Os seus seguidores, assim como ela própria, eram aqueles considerados pobres em uma época na qual começava a se estabelecer a diferenciação social em São Leopoldo. O movimento, portanto, teria se originado da estratificação social ocorrida entre os membros de um mesmo tronco familiar, visto que as famílias na região ainda eram unidas pelos laços de consangüinidade. Jacobina, por exemplo, era do ramo pobre, enquanto Lúcio Schreiner, o seu primo, era do ramo rico, atuando como delegado de São Leopoldo e como opositor do movimento religioso liderado pela prima.

No final dos anos setenta, Janaína Amado apresentou a sua versão sobre a revolta dos Mucker, baseada em uma análise econômica. Para a autora, a imigração apresentou duas fases econômicas distintas. A primeira, de 1825 a 1845, consistiu em um modo de produção auto-suficiente, ligado à pequena produção mercantil, com os agricultores compartilhando os mesmos valores de cunho comunitário. A comunidade controlava a vida religiosa e o sistema educacional, definindo, pelo parentesco, as relações sociais. Já na segunda fase, após 1845, ocorreu uma transformação rápida e radical dos valores até então conhecidos. A sociedade igualitária foi substituída por uma sociedade de classes. O sistema educacional, antes controlado pelos próprios colonos, tornou-se responsabilidade do governo e da Igreja, assim como a religião. Os valores e as relações sociais passaram a ser norteados pelo compadrio e pela situação econômica.

A velocidade da transição do modo de produção de subsistência para o modo de produção capitalista, bem como dos valores comunitários para os valores econômicos, levou a manifestações populares, como o movimento dos Mucker. Tanto a mudança quanto a sua própria rapidez resultaram em uma incapacidade de adaptação imediata desses colonos, cuja reação consistiu no repúdio dos valores em voga em benefício dos antigos.

Já nos anos noventa, João Guilherme Biehl⁵ trouxe a sua colaboração para a interpretação do episódio. Doutor em Antropologia pela Universidade da Califórnia, ele percebeu o fenômeno sob um viés psicológico e filosófico.

⁵ João Guilherme Biehl trabalhou os Mucker em sua dissertação de Mestrado, intitulada Jammerthal: O vale da lamentação. Trabalhamos, entretanto, com o capítulo do livro organizado por Edson Luís André de Sousa (1999), quando Biehl já era doutor em Antropologia e em Teologia.

O autor procurou mostrar o abandono inicial dos imigrantes alemães ao chegarem a São Leopoldo (1824) e o surgimento de uma elite, composta pelos mercenários alemães, os *Brummer* (1850). A prosperidade econômica da região (1860) definiu a exclusão daqueles que não correspondiam às exigências modernas de uma burguesia esclarecida, impositiva de sua *Kultur*.

Enquanto a *Kultur* na Alemanha surgia como elemento de contestação racional à *Zivilization* francesa, considerada superficial e aristocrática, a *Kultur* em São Leopoldo abominava o primitivismo do colono, os resquícios de um mundo mágico que já não tinha mais espaço no progresso e na racionalidade adotados pelos burgueses e pelos intelectuais.

Os colonos de ética ultrapassada foram feitos Mucker, representantes da barbárie, do retorno a um mundo que devia ser esquecido e destruído. Assim, para macular a imagem dos adeptos do movimento e incitar a violência contra eles, era válido o uso de diversos aparatos como uma literatura que os depreciasse, publicada regularmente no jornal *Deutsche Zeitung*, de Karl von Koseritz. As metáforas utilizadas não tinham apenas um sentido literário (no plano simbólico), mas também um sentido literal (no plano da ação), como na edição de 10 de dezembro de 1873: “Caso o governo não libertar a sociedade deste monstro, os moradores das colônias farão justiça de linchamento a fim de assegurar a segurança pessoal, e mortes serão daí decorrentes”. (Karl Von Koseritz *apud* João Guilherme Biehl, 1999)

A presença dos Mucker e o seu necessário aniquilamento trazia, de qualquer forma, uma função social e moral: os colonos bestiais exemplificavam aquilo que não se deveria ser, aquilo que se deveria combater. Para os colonos a serem combatidos, a *Kultur* carecia de significado: a realidade que lhes era imposta era muito diferente da sua realidade. O mundo de sonhos de Jacobina não se debatia com o mundo real onde eles viviam: antes, coexistia com o seu jeito colono e com os sistemas e regras há muito implantados por eles.

A visão mais recente sobre o caso dos Mucker é de Maria Amélia Schmidt Dickie. Ela contesta Queiroz e Amado por considerar a existência de uma lacuna nas explicações das duas autoras: elas não esclarecem como uma crise social deu origem a um movimento de cunho religioso.

Segundo Dickie, no próprio processo de formação de São Leopoldo, havia três vertentes que procuravam criar a sua realidade e defini-la como a realidade a ser estabelecida. A partir desse momento, a liberdade outrora desfrutada pelos colonos passava a ser moldada ou restringida conforme os interesses de determinado grupo, que os desabilitava como suficientes e capazes. Para os jesuítas, os colonos deviam viver conforme os preceitos da verdadeira religião, o Catolicismo. Para os luteranos, a liberdade religiosa estava vinculada à interpretação adequada da Bíblia, condenando a antiga prática dos imigrantes e descendentes de elegerem um pastor leigo da

comunidade para as pregações religiosas. Para os intelectuais, a razão se sobrepunha à religião e às práticas consideradas primitivas, o que originou uma ambigüidade. Se, por um lado, exaltavam o trabalho braçal do colono como contribuidor do progresso do país, por outro lado, consideravam o uso do intelecto restrito ao seu grupo de pensadores.

Como resposta ao cerceamento da liberdade até então conhecida, surgiram os Mucker. Jacobina representava uma alternativa às verdades contestáveis impostas pelos grupos emergentes. Privilegiada por Deus, Jacobina era capaz de resgatar a verdade da Bíblia através da sua interpretação dos textos sagrados. Dessa forma, os Mucker rompiam com a mediação dos luteranos e dos jesuítas, ao mesmo tempo em que não mais freqüentavam as igrejas e as escolas, cujos ensinamentos amputavam os seus sonhos e as suas expectativas. Por conseguinte, a ruptura de um sistema que se configurava como o correto mediante outros colonos provocou primeiramente a estupefação, depois a indignação virulenta. A reivindicação mucker pela liberdade religiosa, que se dava através de um retorno ao passado em desintegração, transfigurou-se em perigo à ordem moral e racional. Como agentes da desordem, os Mucker foram execrados e perseguidos até serem, finalmente, silenciados.

A FIGURA CONTROVERSA DE JACOBINA

Quando Hegel escreveu a Fenomenologia do Espírito, Jacobina não era nascida, tampouco o avô dela, Libório Mentz, pensava em sair da Alemanha para juntar-se à leva de famílias que migraria para o Brasil. Libório praticava atos religiosos em sua própria casa, assim como outros participantes do movimento do qual ele era um dos líderes. O sínodo da cidadezinha onde eles viviam, ao considerar subversiva a atitude de Libório e de outros adeptos do movimento, negou-lhes o direito de enterrar seus mortos no cemitério da comunidade. Oito anos depois, em 1824, Libório e sua família partiam para os confins do Brasil.

Tal qual o avô, Jacobina, quase cinqüenta anos após a imigração de seus antepassados, foi revolucionária no âmbito religioso. Ávida pela leitura dos textos da Bíblia, Jacobina aprendeu, a muito custo, a decodificar as letras na língua que ela conhecia, o alemão. Mulher, semi-analfabeta e pobre, ela tornou-se a líder de uma seita composta por famílias cuja origem assemelhava-se à dela. Vivendo em uma região isolada, cercada por mata fechada e por estradas em condições precárias, ela e os seus seguidores criaram um mundo à parte. Carentes de conforto material e espiritual, as curas milagrosas de João Jorge Maurer, marido de Jacobina, e as interpretações da Bíblia realizadas por ela eram uma alternativa reconfortante aos colonos esquecidos pela prosperidade e pelo progresso vivido por São Leopoldo.

Nesse contexto de desamparo, Jacobina divinizou-se. Ela tornou-se o alento espiritual daqueles abandonados à própria sorte enquanto corpo e enquanto alma. Ao substituir o marido no tratamento dos doentes, ela trazia a cura que transcendia as mazelas da carne. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se tornava santa ante os seus adeptos, ela se demonizava perante os jesuítas e os luteranos, se barbarizava perante os intelectuais e se amaldiçoava perante outros colonos.

Os constantes ataques de epilepsia e de sonambulismo eram vistos como embuste para impressionar os seus seguidores. Para aqueles que a seguiam, os ataques de Jacobina representavam manifestações sobrenaturais, ratificando, assim, o seu caráter divino. Viam-se, dessa maneira, como os escolhidos por Jacobina e por Deus, como aqueles que, sequiosos pela purificação da alma, suportavam o sofrimento da carne. Era essa convicção que corroborava as suas atitudes: abandonavam as escolas e as igrejas, não sucumbiam mediante a violência perpetrada pelos colonos e pelas autoridades, rompiam com a realidade “certa” imposta por aqueles que primeiramente os haviam esquecido e que posteriormente lembraram-se deles para eliminá-los. Jacobina conseguiu, através de seus mais de setecentos sectários, provocar, portanto, a ruptura de uma ordem em construção ao ir de encontro à essa ordem.

A santa subversiva tornou-se o símbolo da perversidade, dos ensinamentos diabólicos, da afronta à moral e aos bons costumes. Do Morro Ferrabrás, lugar afastado da balbúrdia da incipiente civilização, irradiavam-se as notícias mais desabonadoras referentes aos santarrões, aos seus cultos, às suas práticas. As reuniões de cunho religioso transformaram-se em orgias sexuais. O sangue de Jacobina não foi derramado pelo filho, mas o sangue do filho foi derramado por Jacobina. Os boatos provocaram os insultos, e os insultos culminaram em ódio e violência, ainda que Jacobina já estivesse morta.

Provavelmente, os colonos desconheciam Hegel. Quando, no século XVIII, o Iluminismo apregoava a supremacia da racionalidade, Hegel, em direção oposta, voltava-se para o misticismo. A sua filosofia buscava integrar Deus e o Homem. Assim, em sua obra, *Fenomenologia do Espírito*, ele procurou mostrar as etapas da consciência rumo ao saber absoluto. O que transparece em cada etapa é a consciência dialética em seu eterno devir, é o sofrimento inerente a cada desvelar da consciência. O último estágio, o da consciência infeliz, consiste na dualidade da consciência ao contrapor Deus (o Universal, o Imutável, o Infinito) ao Homem (o Singular, o Mutável, o Finito). Encontrar o repouso na unidade é unir o que fora cindido, é unificar o que fora duplicado, é reconciliar o Homem e Deus.

Mesmo desconhecendo a filosofia hegeliana, não buscaria Jacobina, quase um século depois, a unidade proposta por Hegel? Assim como ele, ela também pregava um discurso contrário àquele em voga. Insistia em um mundo mágico que ia de encontro à *Kultur* alemã, adaptada pela camada

social mais elevada de São Leopoldo. As verdades esclarecidas dos intelectuais, dos missionários, dos negociantes e dos administradores eram muito diversas daquela apregoada por Jacobina. Talvez ela buscasse a supremacia do espírito através da supremacia de Deus. Ou talvez ela incorporasse a filosofia hegeliana ao procurar coincidir o mundo orgânico da matéria, do corpo, com o mundo inorgânico da consciência, do espírito.

Herdeira de Hegel e de Libório, do misticismo e do sofrimento, Jacobina foi dialética do corpo e da alma. O tiro mortal silenciou as suas pregações, interrompeu a subversão de suas palavras e atitudes, transformou-a em santa, em bruxa, em louca, em mucker.

CONCLUSÃO

MORTE, PRISÃO E PERSEGUIÇÃO: OS MOMENTOS FINAIS DOS MUCKER

A campanha maciça contra os Mucker desencadeou o massacre da seita. Dos dezessete sitiados no Morro Ferrabrás em 02 de agosto de 1874, todos morreram, inclusive a líder do movimento, Jacobina, abraçada ao seu marido espiritual, Rodolfo Sehn. O seu primeiro marido, o de espírito fraco⁶, João Jorge Maurer, foi encontrado morto no início de 1875, ao lado do cadáver do irmão. As autoridades preferiram acreditar em suicídio, mas Leopoldo Petry preferiu acreditar em um ato de vingança de um integrante radical da seita contra os irmãos Maurer.

Os Mucker sobreviventes foram condenados, em 1876, de 7 a 23 anos de prisão. Aqueles considerados inocentes permaneceram livres, porém com o temor constante da violência anti-Mucker. Não lhes bastou a mudança para outras cidades: com a repercussão da tragédia, a descoberta do passado de ‘falso beato’ culminou em agressões físicas e verbais dos vizinhos pacatos, horrorizados pelos boatos da barbárie.

Bárbaros não foram os opositores ao queimarem as plantações e ao matarem os animais dos membros da seita. Afinal, eram todos heréticos, seguidores da Jacobina endiabrada. Jesuítas e luteranos propagavam os Mucker profanos, criadores de uma religião extra-oficial, violenta e despótica. Exemplo disso foi a morte da família Cassel, em 1874, atribuída aos integrantes do grupo. A origem da desavença teria sido a recusa do casal Cassel de seguir à risca a doutrina de Jacobina, quando o marido e a mulher não concordaram em separar-se um do outro para trocar de

⁶ O que Jacobina teria dito a João Jorge Maurer, em discurso indireto, reproduzido pelo Padre Ambrósio Schupp: “Declarou-lhe, sem ambages, que ele não estava à altura de sua vocação, não sendo capaz de levar a cabo uma empresa de tão alta monta como a sua. Por isso, resolvera escolher outro que o substituísse e para quem o espírito havia passado; que estouro era Rodolfo, e que, em compensação, a mulher de Rodolfo passava a pertencer-lhe dali em diante”. (SCHUPP, 2004, p. 173)

par. Todos os traidores, em geral, teriam sido perseguidos: a saída da seita teria significado a própria morte dos ex-membros.

Sob o clima de crimes atribuídos aos Mucker, o Presidente da Província, que até então se absteve de intrometer-se em um conflito que não o ameaçava politicamente, sofreu as pressões de diversos grupos, além dos religiosos e dos colonos. Os comerciantes e as autoridades locais viam na seita a formação de uma sociedade paralela; os charqueadores receavam a possível influência das idéias Mucker sobre os seus escravos; os liberais e os intelectuais, através dos jornais, condenavam a inação do Presidente conservador face às mortes de pessoas inocentes. Dessa maneira, os Mucker foram perseguidos ferozmente. Primeiramente, João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer foram presos em maio de 1873, mas, logo em seguida, foram libertos por falta de provas que pudessem incriminá-los. Posteriormente, com as acusações de assassinatos de ex-integrantes, a caça aos sectários voltou com maior ferocidade: com mais caçadores, com mais armas e com derramamento de sangue.

Em 1874, o sangue derramado de vários Mucker desfez o movimento: a morte do corpo de Jacobina representou não apenas a vitória sobre a líder e sobre os seus seguidores, mas também a morte do espírito subversivo. Cortar a boca da mulher morta simbolizava calar definitivamente as pregações religiosas que incitavam a criação de um mundo diverso daquele estabelecido por Deus, pela Razão, pelo Capital. Ou, antes, significava a ação impulsionada pelo ódio, pela certeza categórica de que Jacobina não mais reconstruiria, através de sua palavra, o mundo destruído.

Era a morte do corpo e da alma da seita: era o fim de uma dialética para o início de outra. Por um lado, os pensamentos onipotentes ratificaram a posição desses pensamentos através das repetições de um mesmo discurso. Por outro, o discurso proferido imortalizou o combate, os vencedores e, especialmente, os vencidos. O silêncio daqueles que já não podiam falar sobrepôs-se, com o decorrer do tempo, à tautologia dominante, resultando na construção de significados sobre palavras não ditas.

Mais de cem anos depois dos eventos, diferentes visões historiográficas mantêm-se na tentativa de reconstrução do passado Mucker. Antes da década de 50, a obra mais consultada era a do padre Ambrósio Schupp, cujo texto enfatizava o caráter sacrílego do movimento. Depois dessa década, historiadores e estudiosos, em geral, buscaram compreender as razões da seita através da desmistificação do discurso até então apregoadado. Essa postura não significou a tentativa de santificar os sectários: enxergar os colonos sob um viés social, econômico e psicológico consistiu, acima de tudo, em humanizá-los.

REFERÊNCIAS:

AMADO, Janaína. **Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker: Rio Grande do Sul 1868-1898**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BIEHL, João Guilherme. **A guerra dos imigrantes: o espírito alemão e o estranho mucker no sul do Brasil**. In: SOUSA, Edson Luís André de (Org.). *Psicanálise e colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 148-168

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. **Milenarismo em contexto significativo: os Mucker como sujeitos**. Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://64.233.179.104/search?q=cache:Pj01cSCnAacJ:www.ifcs.ufrj.br/jornadas/papers/09st0804.rtf+milenarismo+em+contexto+significativo&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1>. Acesso em: 01. jun. 06

KUNZ, Marines Andréa. **Jacobina Mentz Maurer: a representação de uma líder**. Disponível em: http://www.est.com.br/nepp/numero_02/jacobina_representacoes.htm Acesso em: 01. jun. 06

MATTEO, Vincenzo di. **A Consciência Infeliz e seus Destinos**. In: *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*. Ano 2, Nº 3, Dezembro 2005. Disponível em: <http://www.hegelbrasil.org/rev03p.htm> Acesso em: 15. jun. 06

PETRY, Leopoldo. **O episódio do Ferrabraz (os mucker): documentos para o estudo da história dos “mucker” do Ferrabraz**. 2. ed., São Leopoldo: Rotermond, 1966.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo: no Brasil e no mundo**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SCHUPP, Ambrósio. **Os Muckers**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, [s. d.].

_____. **Os Muckers: Episódio Histórico Ocorrido nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/sf000063.pdf> Acesso em: 22. jun. 06

**JAPONESES EM SANTA CATARINA:
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL, NÚCLEOS COLÔNIAS E QUESTÕES AGRÁRIAS¹**

André Souza Martinello

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS IMIGRANTES JAPONESES ENTRE 1940-1980

Segundo o Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – no ano de 1940, havia no Estado de Santa Catarina, apenas dois estrangeiros de nacionalidade japonesa. Um residente no município de Joinville e outro no município de São Francisco do Sul. Entretanto, o mesmo Censo informa que nos municípios de Itajaí e de São José residiam um e dois japoneses respectivamente, porém estes haviam obtido a nacionalidade brasileira, por isso, de acordo com a classificação do IBGE, não eram considerados estrangeiros. É possível concluir rapidamente, segundo o Censo de 1940, que residiam no estado cinco pessoas nascidas no Japão, duas destas com nacionalidade brasileira. Estas observações devem ser levadas em conta, porque podem enriquecer ou modificar interpretações. No caso deste trabalho apresentado, estamos analisando apenas a distribuição espacial dos japoneses em Santa Catarina, considerados estrangeiros, portanto aqueles que não haviam adquirido a nacionalidade brasileira.

Relacionar estas informações, às vezes, torna-se importante, pois permite o entendimento de que, embora o número total de japoneses no estado pareça baixo ao longo do século XX, deve ser lembrado que grande parte dos japoneses conquistou nacionalidade brasileira. Talvez esta seja uma das condições contributivas para a diversidade étnica existente em Santa Catarina, pois segundo afirmação de Ilka Boaventura Leite: “[...] Santa Catarina é um dos estados que possui uma maior diversidade étnica, em se tratando de contingentes espacialmente agrupados [...]”². Em Santa Catarina, na década de 1960, por exemplo, o Censo informava residir aqui cento e quatorze estrangeiros nascidos no Japão. Assim, se levarmos em conta aqueles japoneses com nacionalidade brasileira, é possível estimar, o número de cento e oitenta e quatro japoneses naturalizados brasileiros, o que de certa maneira aumenta o número mínimo desta etnia em Santa Catarina na década de 1960, para duzentos e noventa e oito pessoas. Contudo, os japoneses representam uma presença reduzida neste estado quando comparados, a outros emigrantes, sobretudo os de nacionalidade italiana e alemã. Segundo o Recenseamento Geral de

¹ André Souza Martinello, acadêmico de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço eletrônico: andresoumar@yahoo.com.br, cel: (48)99599075. Pesquisa orientada pelo Professor PhD. João Klug.

² LEITE, Ilka Boaventura. “Descendentes de africanos em Santa Catarina: a invisibilidade histórica e segregação”. In ____ (org). “Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade”. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1996. P. 37.

1940, havia 2.601 propriedades agrícolas pertencentes a pessoas nascidas na Itália e 4.057 proprietários de terras nascidos na Alemanha, enquanto que no mesmo período, nenhum proprietário agrícola em Santa Catarina havia nascido no Japão.

Se na década de 1940 havia apenas duas pessoas consideradas japonesas pelo IBGE, em 1960 o número de estrangeiros, nascidos no Japão e residentes em Santa Catarina, era de cento e quatorze. Sendo o município de maior densidade japonesa, Lages, com vinte e seis japoneses. Seguido por Itajaí com treze, Joinville com onze, Ilhota com nove e Guaramirim com oito japoneses. Outros municípios contavam com números menores, como o caso de Florianópolis, com sete. No início da década de 1960, o Governo do Estado de Santa Catarina transformava a Diretoria de Terras e Colonização em Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina – IRASC³. Em seguida, de acordo com suas competências, este órgão criava sua primeira colônia oficial no estado⁴, inaugurada em 1966 e formada por japoneses e descendentes, vindos dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo ou diretamente do Japão⁵. Esta atração populacional e concentração na colônia, localizada em Curitibanos, torna-se evidente com os números do Censo de 1970, quando duzentos e cinquenta japoneses estabelecem-se em Santa Catarina. Inclusive ocorre certo decréscimo em Lages destes estrangeiros, o que caracteriza a transferência dos orientais para a vizinha Curitibanos, pois ali o Governo incentivava mais intensamente e auxiliava na formação de um Núcleo Colonial. Esta vila agrícola fora organizada em parceria com a empresa JAMIC - Imigração e Colonização Ltda., órgão representante do consulado japonês de Porto Alegre e responsável pela imigração japonesa. Em 1970, apenas o município de Curitibanos “arrebanhava” o número de cento e quarenta e três japoneses, ficando novamente Itajaí na segunda posição com onze japoneses e Canoinhas com dez. Os restantes dos imigrantes localizavam-se em outros municípios, em números menores, como por exemplo, em Lages e Florianópolis, com nove japoneses em cada.

É durante a década de 1970 que o Governo do Estado “finaliza” a implantação das colônias criadas/formadas por japoneses e descendentes. Em Itajaí, Caçador e Criciúma são estabelecidos

³ Lei nº2. 939, de 09 de Dezembro de 1967. “Cria o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), extingue a Diretoria de Terras e Colonização e dá outras providências.” Publicada a presente lei na Secretaria do Interior e Justiça. Atualmente tal documento encontra-se no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴ “Durante o exercício findo manteve o IRASC estreito contacto com o Consulado Japonês de Imigração e Colonização (JAMIC), para o estabelecimento de colonos japoneses no município de Curitibanos, em terras fronteiriças ao Núcleo Tritícola”. 3ª Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, Governo Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, 15 de abril de 1963. Florianópolis, 1963 p174.

⁵ Em trinta de janeiro de 1966 ocorreu o ato inaugural do “Núcleo Colonial Governador Celso Ramos”. Detalhes e mais informações em: Jornal *O Estado*, Florianópolis, quinta-feira, 02 de março de 1966, nº15. 356. P. 08 (disposto para pesquisa na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis).

núcleos, seguidos por São Joaquim e Canoinhas. Entre o final de década de 1970 e início de 1980, Santa Catarina registrava a presença de trezentos e trinta e dois estrangeiros nascidos no Japão. Novamente o município com maior concentração japonesa é Curitibanos, com oitenta e oito pessoas, em seguida não mais Itajaí, agora Caçador com sessenta e quatro japoneses, São Joaquim com vinte e oito, Itajaí com sete, Canoinhas com cinco e Criciúma com quatro japoneses estrangeiros. Embora estes dois últimos municípios não sejam de alta densidade de japoneses, ali foram criadas colônias desta etnia, sendo possivelmente, grande maioria formada por descendentes. É interessante observar que os quatro municípios com maior densidade de japoneses, são justamente aqueles aonde foram implantados e criados os núcleos de produção agrícola, ligada a Fruticultura, como no caso de Curitibanos, Caçador e São Joaquim, ou Horticultura como em Itajaí e Criciúma. Observe os detalhes na tabela abaixo:

Municípios de SC	Nacionalidade dos Estrangeiros. JAPONESA	Censo 1940	Censo 1960	Censo 1970	Censo 1980
TOTAL		2	114	250	332
Municípios	Nacionalidade japonesa	1940	1960	1970	1980
01) Araranguá			4		
02) Blumenau			2	1	7
03_ Bom Retiro			1		
04) Braço do Norte				2	
05) Brusque				1	
06) Caçador			2		64
07) Campo Belo do Sul					4
08) Campos Novos				2	15
09) Canoinhas			1	10	5
10) Capinzal				1	
11) Chapecó			2	1	
12) Concórdia				1	
13) Criciúma			1		4
14) Curitibanos			4	143	88
15) Erval Velho					5
16) Florianópolis			7	9	7
17) Fraiburgo					8
18) Garuva					4
19) Gaspar				2	
20) Guaramirim			8	8	
21) Ilhota			9		
22) Itaiópolis				2	
23) Itajaí			13	11	17
24) Jaraguá do Sul			1	1	5
25) Joinville		1	11	9	4
26) Lages			26	9	17
27) Mafra			1	7	

28) Major Vieira		5	
29) Monte Castelo			4
30) Palhoça		2	8
31) Papanduva		2	
32) Ponte Alta		2	7
33) Ponte Alta do Norte			
34) Porto Belo	3		
35) Porto União	11	2	
36) Rio do Sul		2	
37) Santo Amaro da Imperatriz	2	2	
38) São Bento do Sul	2	1	
39) São Francisco do Sul	1	1	
40) São Joaquim			28
41) São José	3	1	15
42) Sombrio		2	
43) Três Barras		1	
44) Tubarão		2	16
45) Videira		2	
46) Xanxerê		2	

A seguir analisamos alguns aspectos de três colônias agrícolas formadas por japoneses em Santa Catarina.

OBSERVAÇÕES DE TRÊS COLÔNIAS VISITADAS: ITAJAÍ, CRICIÚMA (FORQUILHINHA) E CURITIBANOS (FREI ROGÉRIO).

Núcleo Rio Novo

Em 1972 o Governo do Estado de Santa Catarina, através de seus órgãos ligados a Secretaria de Agricultura, como IRASC, ACARESC (Associação de crédito e extensão rural de Santa Catarina) e em parceria com o órgão de imigração japonesa: JAMIC e com a prefeitura municipal de Itajaí, implantou neste município, as margens de um braço do rio Itajaí e próximo a BR-101, o Núcleo Rio Novo. Em uma área dividida em dez lotes de aproximadamente seis hectares cada um, em que se fixaram oito famílias japonesas e duas brasileiras. Sendo a maioria das famílias japonesas provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, a família de Mitsugi Takahashi, este migrou para Itajaí com vinte dois anos de idade. Acompanhando seus pais Toji e Kano Takahahi, atualmente falecidos, e mais sua irmã, na época com vinte anos, chamada Sumiko e irmão de dezoito anos, Yukiya. Assim como seus pais, Mitsugi nasceu em Hokkaido, Japão. Tornaram-se emigrantes em busca de melhores condições de vida, dirigindo-se ao Brasil, entrando pelo Porto do Rio Grande (RS). Fora com onze anos de idade que Mitsugi saiu do Japão, em viagem marítima em direção ao Brasil. Após alguns anos no

Rio Grande do Sul, migram para Santa Catarina na oportunidade de estabelecerem-se no Núcleo organizado pelo IRASC e pela JAMIC em Itajaí.

Desde o surgimento do Núcleo Rio Novo, em 1972, Mitsugi e sua esposa Etsuko, dedicam-se a agricultura, abastecendo inclusive alguns mercados, supermercados e restaurantes de Itajaí e região. Na conversa que tive com Mitsugi, pude observar certa frustração sua, pela ausência da inauguração quando este ainda era um “novo bairro”, ou seja, quando fora criado, pois observa senhor Mitsugi que a Colônia de Forquilha, da qual procede a sua esposa é presente e visível uma “placa” que marca o surgimento e reconhecimento da “inauguração”. Porém, a ausência desta “placa” ou da “inauguração formal” na Colônia japonesa de Itajaí, caracteriza para o seu morador, “certo” abandono ou mesmo invisibilidade da comunidade em geral, em relação a esta agrovila. Entre outras “conclusões” que pudemos ter ao conversar com Mitsugi, quando este se remeteu a Colônia localizada no sul do Estado, no município de Forquilha, é que muita das relações sociais destes japoneses e descendentes, ocorre em redes ligadas à etnia. É o caso do próprio casamento do entrevistado, aja vista que a família da sua esposa encontrava-se no núcleo japonês de Forquilha.

Na época em que visitei a propriedade da família Takahashi em Itajaí, a filha do casal encontrava-se trabalhando no Japão, pois a renda da família não conseguia atender as despesas com a Faculdade de Arquitetura, por ela freqüentada em Itajaí. Em relação à produção agrícola, o casal estava dedicando-se à produção de alimentos sem agrotóxicos, principalmente devido ao maior valor de mercado destes produtos, diminuição de gasto com fertilizantes sintéticos e principalmente, menores danos à saúde e ao meio ambiente. O próprio Mitsugi alertava, que devido ao excesso de agrotóxico exigido no cultivo do tomate, ele adquiriu complicações na sua saúde, fazendo com que cambiasse para o cultivo agro-ecológico para evitar ao máximo tais danos vindos dos “venenos”.

Núcleo Sanga do Café

A Colônia japonesa em Forquilha foi implantada na localidade de Sanga do Café, e no ano da sua inauguração (1977), era pertencente ao município de Criciúma. Segundo o imigrante japonês e morador do bairro, Masaru Akaishi, algumas famílias japonesas estabeleceram-se ali em 1975. Assim, como em Itajaí, este Núcleo foi formado por japoneses que estavam no Estado do Rio Grande do Sul e tiveram oportunidade de migrar para Santa Catarina, quando foram criadas algumas colônias, nas décadas de 1960 e 1970. Esta Colônia também fora criada com objetivo de produzir hortifrutigranjeiros que abastecessem Criciúma e região.

O núcleo formado por seis famílias japonesas, sendo uma delas a esposa de Mitsugi Takahashi: senhora Etsugo da família Fukushima, que após casar-se vai para Itajaí. Inclusive, o casal de Masaru e Katsugo Akaishi, moradores do Núcleo de Forquilha recordam-se da família que foi formada com o casamento de Etsugo e Mitsugi. É possível percebermos que além de algumas pessoas destes núcleos conhecerem-se, há algumas similitudes das colônias de Forquilha e Itajaí referente à produção agrícola. A produção familiar em pequenos lotes, e consequência proximidade física da vizinhança, bem como utilização de algumas ferramentas e maquinários como o trator ou a chamada “tobata”, presente nestes núcleos.

Quando realizei saída de campo em Sanga do Café, a família Akaishi relatou-me que também sua filha encontrava-se trabalhando no Japão. Embora seu pai, o senhor Masaru nunca mais tenha retornado ao Japão, desde sua vinda ao Brasil com cinco anos de idade, sua esposa acabara de retornar a visita feita à filha que no Japão se encontrava.

Produzindo para abastecimento de restaurantes e supermercados de Criciúma e região, grande parte dos moradores do Núcleo Sanga do Café, tem suas terras arrendadas para a produção de arroz. Foi possível observar, na entrada no Núcleo à “placa” no qual Mitsugi de Itajaí havia nos falado. Esta placa marca a inauguração em 1977, embora os japoneses ali de Forquilha não a reconheçam como símbolo. Inclusive o próprio nome do Núcleo presente na Placa não é o nome que os japoneses costumam chamar o bairro no qual moram.

Núcleo Celso Ramos

O primeiro Núcleo Estatal/oficial formado por japoneses em Santa Catarina foi em Curitiba, mais especificamente no atual município de Frei Rogério. A criação desta Colônia fazia parte dos objetivos do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, órgão criado no Governo Celso Ramos em 1961. E uma das diferentes atribuições deste órgão, era além de propor/executar Reforma Agrária, incentivar a criação de Núcleos coloniais entre outras. Criava-se, portanto, o Núcleo com o nome do Governador da época: “Núcleo Celso Ramos”, inaugurado em 1966.

A característica desta vila agrária, é a produção de fruticultura de clima temperado, embora também tenha desenvolvido uma nova variedade de alho, que impulsionou a economia da região, denominado “alho chonan”. As famílias japonesas deste núcleo, não conhecem e não realizem contato com os japoneses de Itajaí ou de Forquilha. A não comunicação ou reconhecimento da existência destes japoneses em outras coloniais foi confirmado pelos entrevistados destes Núcleos localizados na

região litorânea do Estado, portanto, embora tenham algumas relações em redes de etnia, a integração dos diferentes núcleos coloniais não se dá de maneira semelhante. Talvez esta pouca “comunicação étnica” se deva pelas distâncias geográficas, diferentes produções, época/momento da imigração ou mesmo origem da região dos migrantes no Japão, não contribuindo para maiores “relações de redes” étnicas, econômicas ou sociais.

Outra particularidade do Núcleo Celso Ramos, em Frei Rogério, é a existência de moradores que são sobreviventes das Bombas Atômicas de agosto de 1945. Se nas duas colônias apresentadas anteriormente, havia poucas lembranças em relação à segunda guerra mundial, em Frei Rogério, quando foram instalados estes japoneses, a memória da Guerra era uma constante. Tanto que no ponto mais elevado do bairro, está localizado o Parque do Sino da Paz. Ali, com a paisagem da produção local, como Pêra japonesa, maçã, kiwi, cogumelos, está à obra dos irmãos Ogawa. Nascidos no Japão, quando adolescentes, os irmãos Ogawa viveram e sobreviveram a grande explosão que marcava o fim da segunda-guerra mundial e início da “guerra-fria”.

Ali se estabeleceram e formaram o Núcleo Celso Ramos, com apoio da JAMIC e ação do IRASC. Atualmente a vila encontra-se produzindo diversas frutas e iniciando a divulgação turística como o Parque da Cereja, Floração de Cereja geralmente em setembro e o Parque do Sino da Paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS⁶

A imigração e, a movimentação dos japoneses no espaço catarinense está relacionada principalmente a política de modernização da agricultura, implantada nas décadas de 1960 e 1970 no Estado. A concepção feita dos japoneses, era, entre outras, a de um grupo de agricultores possuidores de muita técnica, principalmente na produção de fruticultura de clima temperado. Por isso, além de relativa atração desta etnia, houve diferentes incentivos e financiamentos no início da implantação das colônias. Através dos censos demográficos do IBGE, é possível perceber aonde os japoneses fixaram-se em maior número em Santa Catarina, como na década de 1980, por exemplo.

É interessante observar também, que enquanto a identidade brasileira busca a inclusão que contempla a diferença étnica⁷, Santa Catarina participa timidamente desta construção. A etnia japonesa quase não está presente em estudos acadêmicos, segundo Patrícia de Freitas:

⁶ Esta pesquisa apresentada é um panorama da investigação que vem sendo feita, com objetivo de monografia de final de curso.

Enquanto Santa Catarina é reconhecida como um Estado eminentemente branco, a Bahia é reconhecida pela significativa população negra. O antagonismo de dois continentes, de um lado a Europa, do outro, a África. É bem provável que os brancos baianos também sejam confundidos fora e mesmo dentro do Estado da Bahia como estrangeiros. Importante lembrar que nem todos os loiros são catarinenses, como nem todos os baianos são negros, da mesma forma que nem todos os nisseis são paulistas.⁸

Entretanto, não é possível afirmarmos que os japoneses e afro-descendentes vivem uma invisibilidade semelhante em Santa Catarina. Os orientais conquistaram níveis de produção e acumulação de capital com a produção da Pêra, da maçã e outros. Os orientais geralmente são reconhecidos como etnia de rápida ascensão social, ao contrário dos afro-descendentes que em Santa Catarina, não conquistaram financiamentos, terras, núcleos de colonização ou incentivo de produção, assim como tiveram os japoneses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ANEXOS.

Censo Demográfico de Santa Catarina. Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, 1940, 1960, 1970 e 1980.

LEITE, Ilka Boaventura. **Descendentes de africanos em Santa Catarina: a invisibilidade histórica e segregação.** In: _____ (org). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número: o negro na Historiografia da Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997.

OUTUKI, Anderson; OUTUKI, Élson K. **A Colonização Nipônica de Santa Catarina.** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir/UFRGS. Edição Especial, v.1, n.3 (nov 2003). Porto Alegre: PPGDir/UFRGS, 2003. p. 63-70.

3º Mensagem Anual apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, Governo Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, 15 de abril de 1963. Florianópolis, 1963 p174.

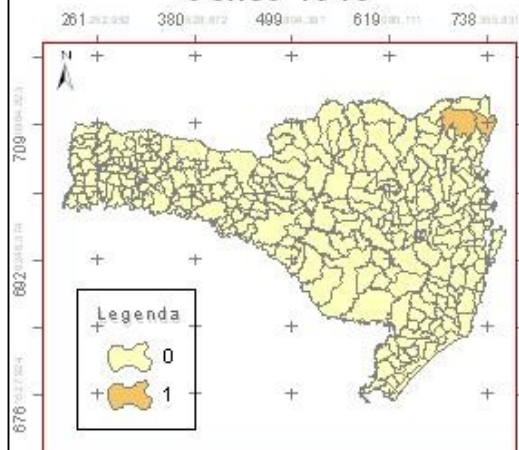
Jornal “O Estado”, Florianópolis, quinta-feira, 02 de março de 1966, nº 15. 356, (disposto para pesquisa na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis).

⁷ LEITE, Ilka Boaventura. **Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade Histórica e Segregação.** In: _____ (org). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. P. 49.

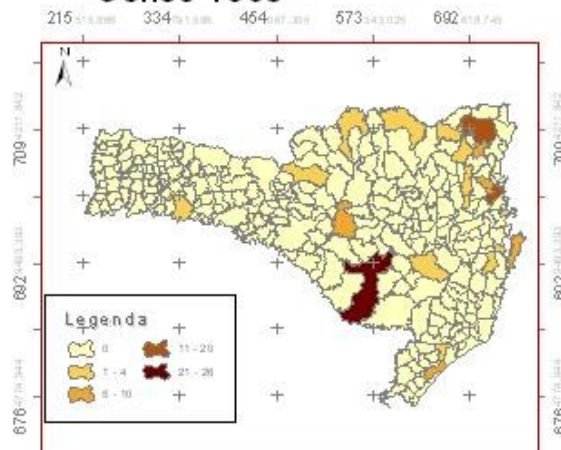
⁸ FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número: o negro na Historiografia da Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1997. p. XII.

Japoneses em Santa Catarina

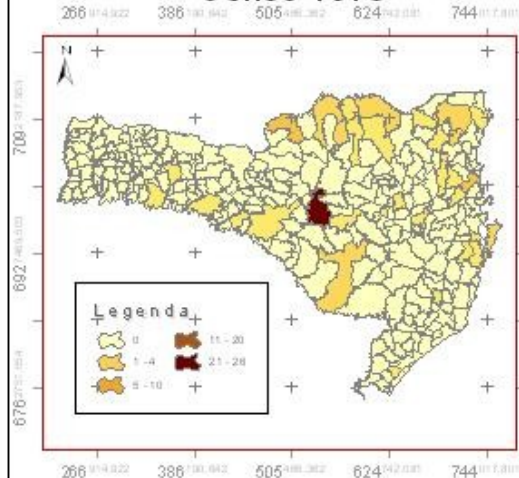
Censo 1940



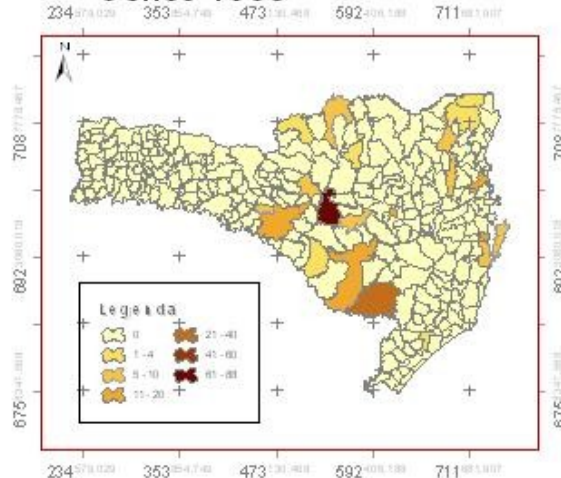
Censo 1960



Censo 1970



Censo 1980



Escala: 1:6.748.621

02.000.000 12032.1876.240

0 100 200 300 400 500 600 700 800 900 1000 1100 1200 1300 1400 1500 1600 1700 1800 1900 2000 2100 2200 2300 2400 2500 2600 2700 2800 2900 3000 3100 3200 3300 3400 3500 3600 3700 3800 3900 4000 4100 4200 4300 4400 4500 4600 4700 4800 4900 5000 5100 5200 5300 5400 5500 5600 5700 5800 5900 6000 6100 6200 6300 6400 6500 6600 6700 6800 6900 7000 7100 7200 7300 7400 7500 7600 7700 7800 7900 8000 8100 8200 8300 8400 8500 8600 8700 8800 8900 9000 9100 9200 9300 9400 9500 9600 9700 9800 9900 10000

Fonte da Base Cartográfica: IBGE
Sistema de Coordenada Cartográfica
GCS_South_American_1969
Datum: D_South_American_1969

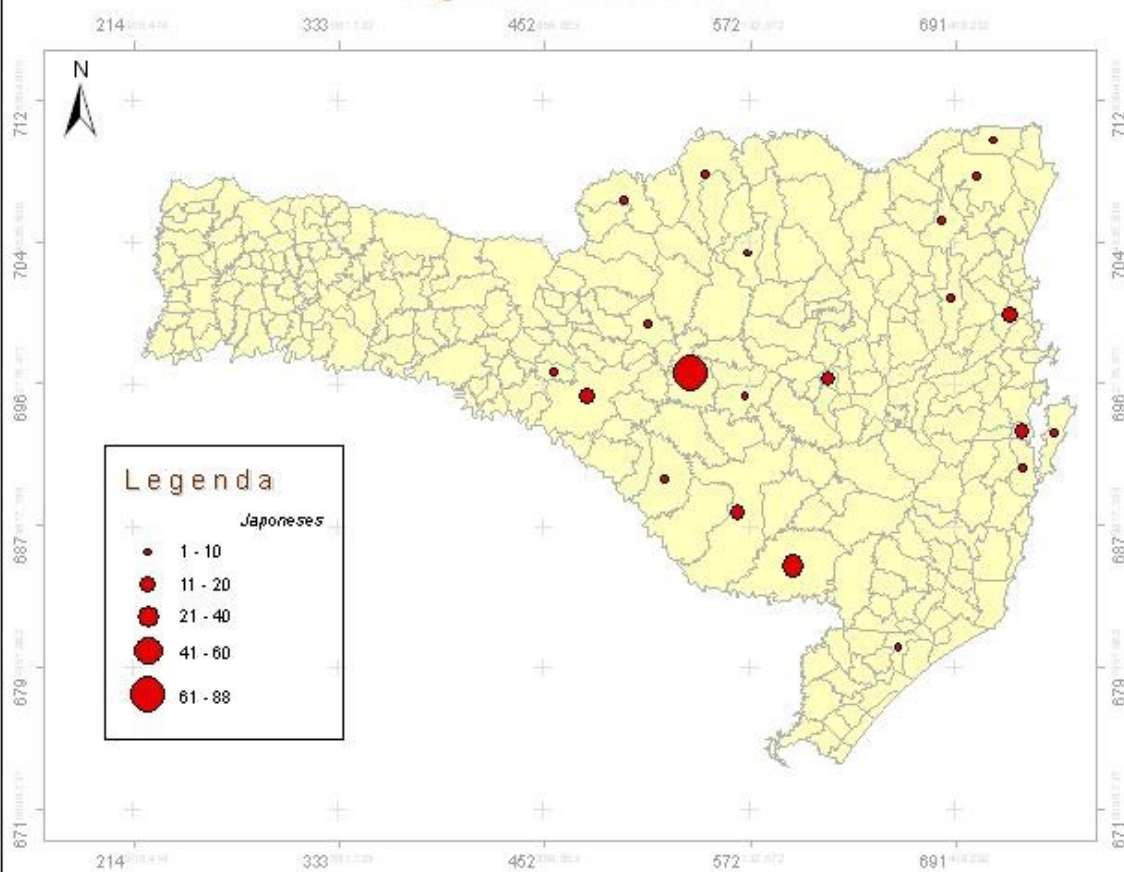
Distribuição Espacial de Estrangeiros de Nacionalidade
Japonesa em Santa Catarina

Elaboração dos Mapas temáticos: Julianna Luiz Steffens

Andre Souza Martinello

Trabalho realizado nas disciplinas de Cartografia
Temática e Geografia da População

Presença da Nacionalidade Japonesa em Santa Catarina Segundo Censo 1980



Escala: 1:3.261.668



Fonte da Base Cartográfica: IBGE
Sistema de Coordenada Cartográfica
GCS_South_American_1969
Datum: D_South_American_1969

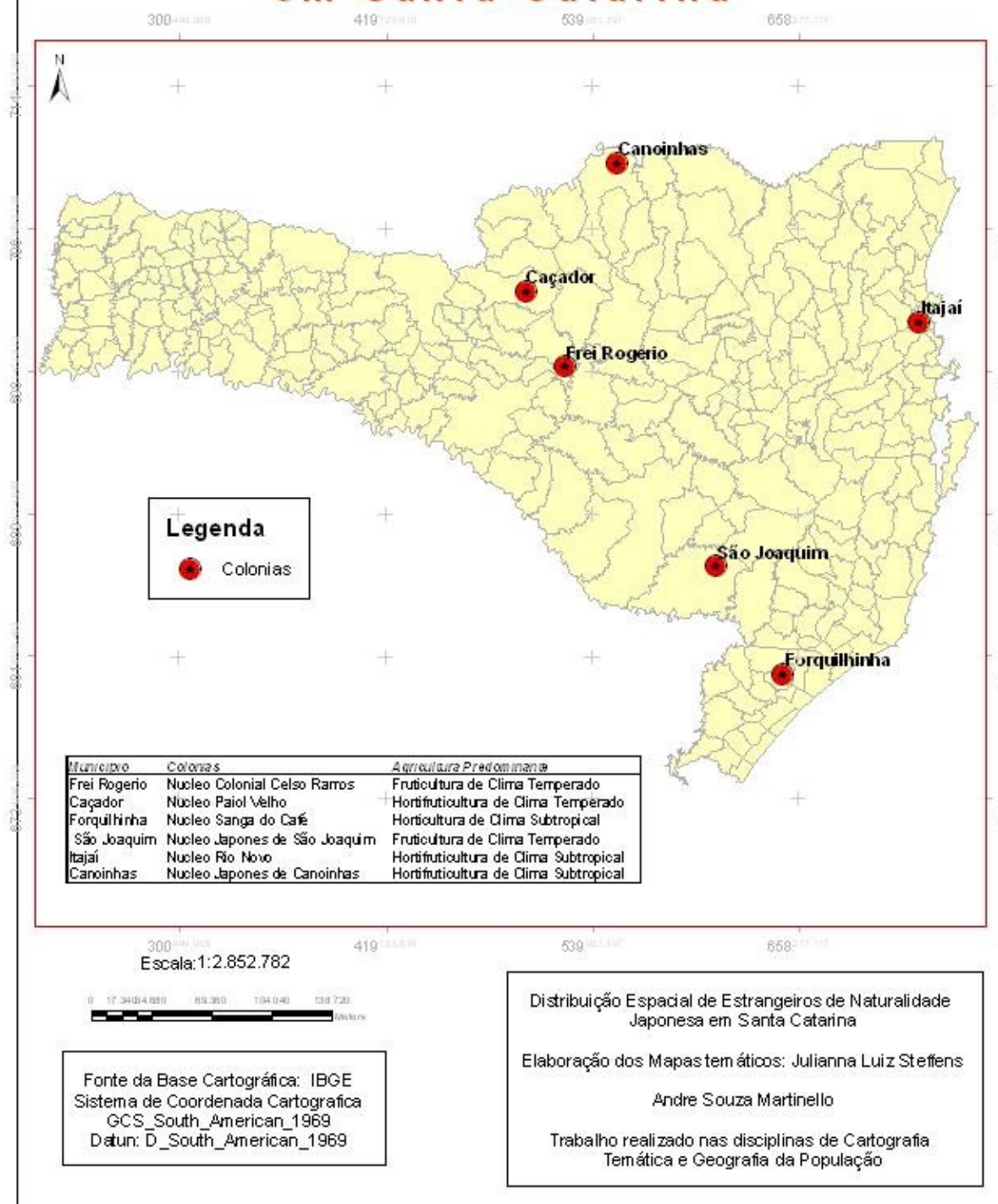
Distribuição Espacial de Estrangeiros de Nacionalidade
Japonesa em Santa Catarina

Elaboração dos Mapas temáticos: Julianna Luiz Steffens

Andre Souza Martinello

Trabalho realizado nas disciplinas de Cartografia
Temática e Geografia da População

Núcleos Coloniais Japoneses em Santa Catarina



OS IMIGRANTES JAPONESES NA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL

*Tomoko Kimura Gaudioso**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende mostrar o processo da imigração japonesa ocorrida desde os primórdios da colonização até os dias de hoje. Ele fornece uma visão geral do processo de desenvolvimento da comunidade dentro do estado do Rio Grande do Sul.

A primeira parte trata de períodos iniciais da imigração, abordando os aspectos históricos, desde os seus primórdios. A segunda parte mostra a formação de cada um dos núcleos da comunidade japonesa, na medida do possível, mediante os dados coletados durante a pesquisa. Os aspectos gerais da cultura japonesa e brasileira, o perfil do processo de adaptação dos imigrantes à nova terra, assimilação ao ambiente e sua gradativa integralização com a cultura local são os temas abordados no presente trabalho.

I - PRIMEIRA PARTE:

A. OS ANTECESSORES

Embora tenha sido oficializada a data de 20 de agosto de 1956 como início da imigração japonesa no Rio Grande do Sul com a chegada de 23 jovens japoneses com intuito de radicar-se nas terras gaúchas, segundo consta no livro “Takuseki: Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996”, editado por esses imigrantes para comemorar seu quadragésimo ano no solo brasileiro documentos, o primeiro japonês a pisar o solo gaúcho foi o médico Yunosuke Nemoto, que chegou em 1920, da província de Ibaragi, seguido pelo Sr. Eito Asaeda em 1924, da província de Yamaguchi, ambos falecidos¹.

Durante a Segunda Guerra quase não houve entrada de japoneses no estado, excetuando-se uma família japonesa, que estabeleceu-se no ramo de comércio.

Interrompida a imigração durante a guerra, a nova onda de imigração dos japoneses, agora com outros perfis, ressurgiu nos meados da década de 1950. Os imigrantes deixaram de ser apenas mão de obra barata e, por exigência de acordos bilaterais, passaram a ser mais escolarizados, inclusive vinham para preencher cargos de chefia em empresas.

* Núcleo de Estudos Japoneses/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹ “Takuseki: Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996”, São Paulo, 1996, p. 6.

B. CHEGADA DE IMIGRANTES DO JAPÃO

A chegada de imigrantes no estado do Rio Grande do Sul, vindos diretamente do Japão ocorreu em 1956, quando 23 jovens promissores desembarcaram no porto do Rio Grande com o sonho de estabelecerem-se na terra gaúcha, contribuindo para o desenvolvimento de técnicas agrícolas. Desde então, até a extinção da migração sistemática em 1963, desembarcaram diretamente do Japão total de 1786 japoneses no Rio Grande do Sul.

A partir da década de 1960, cada vez mais famílias japonesas administravam negócios próprios, sejam na agricultura com aquisição de chácaras ou estabelecimento de comércio. A imigração de mulheres japonesas solteiras, noivas ou casadas, ou até casadas através de cartas também se intensificou. Passados algumas décadas, esses imigrantes que envelheceram mantêm suas identidades de origem formando grupo social bem organizado. Os imigrantes, mantendo-se unidos na sua identidade cultural, criaram dentro do Enkyô, o departamento de Idosos conhecido como Rôjin-Kai. Esse departamento é formado por pessoas que consideram idosas, com idade média de 65 anos. A principal atividade entre os membros é o Gate-ball. Anualmente, na data comemorativa ao idoso estabelecido pelo calendário japonês, a comunidade organiza encontro específico para homenageá-los, chamado *Keirôkai*, envolvendo os idosos e jovens. Através dessas atividades, os mais velhos passam a cultura do seu país de origem aos que são mais novos, preservando sua identidade de origem.

Quanto à atualização das informações como acontecimentos que ocorrem no mundo, a maioria dos idosos assistem ao canal de televisão NHK², um canal oficial japonesa que pode ser visto através da assinatura, ou pela internet. Outros recorrem ao meio de DVD para assistirem aos filmes e músicas japoneses.

Quanto a pesquisa referente à saúde dos idosos, o Centro de Geriatria da PUC/RS, cujo seu fundador é Dr. Yukio Moriguchi³, especialista e pioneiro nos estudos desta área, realiza a inspeção anual dos imigrantes. A atividade, que consiste em efetuar check-up da saúde da comunidade japonesa, chamada de *Junkai Shinryô*, é realizada através da participação da JICA, beneficiando todas as pessoas de origem japonesa.

II – SEGUNDA PARTE: COMUNIDADES JAPONESAS NO RIO GRANDE DO SUL

² NHK: é abreviatura do *Nippon Housou Kyoukai*.

³ Dr. Yukio Moriguchi foi o primeiro médico a criar e ministrar a disciplina de geriatria na PUC/RS.

A segunda parte do texto mostra as diversas comunidades existentes no estado do Rio Grande do Sul, desde o início da formação até os dias de hoje, abordando as características peculiares a cada região. As comunidades foram dispostas no texto em ordem alfabética, visto que cada comunidade possui características próprias, com deslocamento dos moradores de uma região para outra, dificultando sua disposição em ordem cronológica.

A. CACHOEIRA DO SUL

Cachoeira do Sul, localizada na região central do estado, a 188 km de Porto Alegre, com aproximadamente 90 mil habitantes, é considerada a Capital Nacional do Arroz, Capital Sul-Americana de noz pecã e Pólo Orquidófilo. A maioria dos imigrantes residentes no município é oriunda da colônia de São Pedro e da colônia de Camaquã que resolveram procurar melhores oportunidades de trabalhos na nova terra, nos meados de 1959. Os moradores mais antigos são os membros da família do Sr. Kaoru Ishikawa e Masamitsu Kanno.

Logo após a chegada, dedicaram-se à produção de hortaliças e tomates, abastecendo todo o mercado da cidade. Em alguns anos, passaram também ao ramo de comércio, abrindo fruteiras e lojas.

Em 1967 cria a Associação Japonesa de Cachoeira do Sul, hoje composto de 26 membros, todos japoneses e seus descendentes. Entre várias atividades, faz-se reuniões de chá e pescaria. Na sua maioria, os membros da comunidade são originários das províncias de Hokkaido e Kumamoto.

A peculiaridade dessa comunidade é que todos os moradores têm laços de parentesco, criados através de casamentos. De modo geral, esse fato pode ser interpretado como demonstração de um bom relacionamento entre os próprios imigrantes e uma tentativa de preservar a comunidade com traços de seu país de origem.

B. CAXIAS DO SUL

Localizada na região de serra, a 125 km de Porto Alegre, o município de Caxias do Sul é o pólo econômico que concentra atividade de metal-mecânico e autopeças, bebidas/vinhos, turismo, móveis, madeira e vestuário.

A presença japonesa no município não é significativa, sendo que no senso realizado pela Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul, até outubro de 2005, havia 17 homens e 10 mulheres de nacionalidade japonesa, num total de 27 pessoas. Segundo o resultado obtido pelo levantamento de dados dos moradores, constatou-se que os imigrantes que chegaram antes de 1966 dedicam-se à floricultura e horticultura.

A partir de 1966, o perfil de imigrante muda. Acompanhando o desenvolvimento industrial da região, no ramo da indústria metal-mecânica, chegam os imigrantes técnicos, com qualificação exigida pela indústria. Oriundas de outras regiões do Brasil como o estado de São Paulo e do próprio Japão, atingindo a idade média de 60 anos, esses imigrantes participam ativamente no desenvolvimento industrial do estado do Rio Grande do Sul.

C. GRAVATAÍ

A imigração japonesa para o município de Gravataí, situado a menos de 23 km da cidade de Porto Alegre, iniciou-se antes da Segunda Guerra, em março de 1945, quando o Sr. Fujitomo Hanawa trouxe a sua família para ali estabelecer-se aceitando o convite do Sr. Bromberg, que era proprietário de uma grande loja em Porto Alegre.

Advinda a guerra, o deslocamento de famílias japonesas de uma localidade a outra ficou extremamente difícil, de modo que nenhuma outra família veio a morar em Gravataí. O reinício da vinda de imigrantes somente teve início no ano de 1959, quando vieram as famílias do Sr. Yoshihiro Hayashi e Sr. Itsuo Hayashi, que mudaram posteriormente para a Colônia Japonesa de Ivoti. Em 1960, já havia mais de 73 famílias japonesas.

Até 1978, duas famílias retornaram ao Japão e os demais 46 famílias mudaram para outros municípios e estados de São Paulo e Bahia, além da Argentina.

A atividade que se destaca é a realização do Festival de Produtos Agrícolas no município. Este festival, iniciado em 1963, repete-se em junho desde sua criação, reunindo todos os agricultores, envolvendo japoneses e brasileiros.

D. IJUÍ

Os japoneses que moram em Ijuí são todos imigrantes de pós-guerra, sendo que o Sr. Mitsuya Harada é um dos integrantes do primeiro grupo de 23 jovens que chegaram ao Rio Grande do Sul, através do programa de imigração estabelecida pelo Instituto de Imigração e Colonização – INIC. Esses japoneses são oriundos de outros municípios do estado, como Taim, Santa Vitória do Palmar e Pelotas.

A maioria das famílias dedicou-se ao plantio de hortaliças, sendo que a utilização de máquinas agrícolas adquiridas após algum tempo de estada, facilitou suas atividades.

No início dos anos 70, grande atacado de produtos hortigranjeiros pertencente a família Suzuki abastecia o mercado. Em 2005, residiam no município 7 japoneses e uma japonesa.

A integração das famílias japonesas com a comunidade é bem sucedida, com inserção de

seus membros na comunidade brasileira, como se pode ver pela participação de alguns membros nos jogos de bocha, esporte praticado pelos homens dos campos do Rio Grande do Sul.

E. ITAPUÃ

Na época em que a Colônia Japonesa foi fundada, a região do banhado de Itapuã pertencia a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. A partir da política de desenvolvimento e ampliação da área agrícola do estado do Rio Grande do Sul, no início da década de 1970, essa área pertencente ao estado foi transformada em área de assentamento de agricultores, maioria orizicultores.

Segundo o documento redigido em 1994 pela Associação Nipo-Brasileira de Itapuã, em homenagem a 20 anos de fundação da colônia, muitos colonos japoneses atenderam ao chamado da JICA e vieram estudar o assentamento.

A documentação de assentamento foi aprovada em maio de 1974. Os primeiros 232 hectares liberados foram ocupados por 9 famílias; em seguida, mais dez famílias japonesas passaram a ocupar 238 hectares. Assim, 19 famílias com média de 23 hectares cada, passaram a morar na área total de 470 hectares.

Os principais produtos da colônia são tomates, alface e cenoura, couve-flor, pepino, abóbora, abóbora italiana, entre outros, que são escoados para o CEASA de Porto Alegre, três vezes por semana, em transportes próprios.

Os colonos, para manterem a união, fundaram em maio de 1976, a Associação Nipo-Brasileira de Itapuã. Atualmente existe Associação Esportiva e Recreativa da Colônia Japonesa de Itapuã (ASERJI) que unem jovens e idosos.

A Associação Esportiva e Recreativa da Colônia Japonesa de Itapuã – ASERJI, foi fundada em agosto de 1991. Atualmente conta com 60 membros, com idade média de 55 anos, entre os quais 25 são homens e 35 são mulheres.

F. ITATI

A colônia japonesa de Itati no vale do rio Três Forquilhas, próximo a cidade de Terra de Areia, localizada a 150 Km de Porto Alegre, iniciou-se com a aquisição de terras, conhecido como “Sítio da Figueira”, pela família do Sr. Masaharu Aso, em 1967. No dia 3 de janeiro do ano seguinte realizou-se a mudança, trazendo toda sua família. Assim, deu-se o início da colonização japonesa no então chamado Vila Itati, naquela época pertencente ao município de Osório.

Visto que a região era receptiva aos japoneses, já no primeiro ano vieram mais sete famílias, ao todo perfazendo 34 pessoas. Mais tarde, vieram quatro famílias que completariam a formação da colônia japonesa de Itati.

O fator que facilitou a integração dos imigrantes com a comunidade brasileira foi a naturalização dos japoneses. Devido à localização geográfica, o município de Osório, onde situava a colônia, era considerada “Área de Segurança Nacional” por ser município costeiro ao oceano Atlântico.

Em 1990, criou Associação Cultural e Esportivo de Itati – ACEI, com objetivo de fomentar a cultura e esporte, tanto entre familiares da colônia como entre estes e brasileiros, visando o desenvolvimento daquela localidade. Com 60 membros, envolvendo japoneses, os nisseis e os brasileiros não descendentes, a associação realiza atividades esportivas e eventos culturais de forma regular de modo a incentivar a consciência de fortalecer a entidade.

G. IVOTI

No contexto da imigração japonesa no sul do Brasil, a colônia de Ivoti ganhou uma importância especial, pois se trata de uma das experiências consideradas bem-sucedidas de uma colônia japonesa no Rio Grande do Sul.

Na primeira fase da colonização, em 1966, vieram 26 famílias japonesas para ocuparem 120 hectares, ou seja, cada família ocuparia aproximadamente, cinco hectares aráveis. Como o terreno era propício ao plantio de uvas, decidiram plantar uvas de mesa que, três anos mais tarde já havia efetuado o primeiro plantio e a primeira exportação foi para São Paulo

Hoje, no total, são aproximadamente 40 famílias que moram na colônia. O plantio de variedades de uvas de mesa também aumentou, que inicialmente era somente uva italiana para outras como o caso da uva *kyohô*, genuinamente japonesa, além de ser pioneiro na introdução de plantio de kiwi para enriquecer o paladar brasileiro.

Atualmente, produz-se na colônia, uvas de mesa, kiwi, flores e hortaliças, sobretudo cultivadas com o sistema de hidroponia com uso de tecnologia avançada, servindo de referência aos estudantes de faculdades de agronomia

Uma outra característica interessante é que, devido a cidade de Ivoti ser predominantemente da colonização alemã, as crianças da colônia japonesa acaba adquirindo o português com sotaque alemão ao ingressar na escola.

H. PASSO FUNDO

Localizado a 280 km do capital, no planalto médio do estado, o município de Passo Fundo é um importante pólo agropastoril e industrial.

O estabelecimento de imigrantes japoneses iniciou-se em 1957, quando a família do Sr. Kanichi Hida, vindo de Rio de Janeiro, chegou ao município de Passo Fundo. Ao contrário de japoneses que foram para outras localidades, a família Hida encontrou um ambiente já preparado para a atividade agrícola. Depois de plantar batata inglesa, trigo e soja, a família também trabalhou no comércio. Entre moradores atuais, há pessoas que migraram de outras colônias do estado, como a Colônia de São Pedro, Pelotas e Carazinho, no período entre 1959 a 1965.

Dentre essas pessoas, é interessante encontrar um político da cidade de Asahikawa, da província de Hokkaido. Ex-vereador daquela cidade, o Sr. Hideaki Tanabe (falecido), escolheu a terra brasileira para viver. Até falecer no dia 24 de fevereiro de 1994, por acidente de carro, trabalhou na horticultura junto com sua esposa Sueko. Os japoneses que se fixaram, agora com participação da segunda geração, além de exercer a horticultura, também atuam nos ramos de comércio e serviços.

I. PELOTAS

Os imigrantes japoneses chegaram ao município de Pelotas, localizado a 243 km de Porto Alegre, oriundas de colônias de Camaquã, Santa Rosa e do próprio Japão. A entrada de japoneses vindos de outras regiões do Brasil para o município de Pelotas ocorreu muito cedo, remontando nos fins da década de 1930. Na época, considerada segunda maior cidade do estado, atraiu os imigrantes que buscavam os novos investimentos, de forma que, no período entre 1939 e 1952, já havia em torno de 15 famílias japonesas.

Em janeiro de 1957, cria a Associação Japonesa de Pelotas, tendo o Sr. Nagatoshi Yamaguchi como primeiro presidente. A nova entidade foi criada com o objetivo de fortalecer os laços de amizade entre as famílias, fomentar a educação dos filhos e contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Em janeiro de 1959, contava com participação de 23 famílias, totalizando 31 membros, todos residentes nas proximidades de Pelotas.

Em 15 de abril de 1986, a entidade foi registrada como Associação Cultural Nipo-Brasileiro de Pelotas, hoje com 50 membros, com idade média de 55 anos. O curioso é que a maioria de seus membros são de sexo masculino, sendo 20 pessoas naturais do Japão, 23 descendentes e 7 pessoas não descendentes, dentre os quais há presença de somente três mulheres, levando a acreditar que os sócios são chefes de família e os demais membros considerados dependentes.

J. PORTO ALEGRE

O Porto Alegre foi primeira cidade que passou a abrigar o cidadão de nacionalidade japonesa. Dr. Yunosuke Nemoto, que chegou a ser Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul. A sua atuação provavelmente foi marcante na comunidade gaúcha, como pode se comprovar pela existência da rua que leva o seu nome, na cidade de Porto Alegre.

Outra pessoa que não podemos esquecer é o Sr. Eito Asaeda que abriu restaurantes na cidade, um no aeroporto internacional Salgado Filho e outro no bairro Ipanema, zona sul da capital. Vindo solteiro em 1924 para a cidade de Porto Alegre, logo se apaixonou por uma gaúcha e casou-se.

Após meados da década de 1970, vieram aos poucos, os imigrantes espontâneos, vindo diretamente do Japão, via aérea. Atualmente, é o município que abriga maior número de japoneses de primeira geração, chegando a somar 650 pessoas, entre homens e mulheres, ou seja, quase a metade de toda população japonesa do Rio Grande do Sul. Na sua maioria com idade superior a cinquenta anos, ainda continuando a receber os jovens imigrantes, como o caso do Sr. Tomohiro Ehara que chegou em 2005, um artista plástica, a fim de transmitir a beleza da cerâmica japonesa.

L. RIO GRANDE

A cidade portuária de Rio Grande, localizado a 309 km de Porto Alegre, foi a porta de entrada de muitos estrangeiros que se estabeleceram no estado. O fluxo de imigrantes japoneses, vindos diretamente do Japão, teve início no dia 20 de agosto de 1956 e, a partir de então, continuou até os meados da década de 1960, quando o governo brasileiro suspendeu a imigração programada de estrangeiros no seu território.

Quanto à presença de imigrantes nas redondezas do município, sabe-se que em 1960 já havia família japonesa chamada Nakamura morando no local.

Acredita-se que Sr. Nakamura Shitijiro foi o primeiro japonês que se estabeleceu em Rio Grande. Conhecido como homem excêntrico por não gostar de funcionários públicos, percorreu todo o Brasil desde Amazônia até São Paulo até decidir permanecer, em 1939, no Quinto. Morou em Rio Grande até os 85 anos de idade, quando se aposentou e mudou-se para São Paulo onde os filhos viviam.

Atualmente, na região de Rio Grande, há em torno de dez japoneses e mais 30 descendentes, na maioria dedicando-se à atividade não-agrícola. A comunidade mantém uma associação com o objetivo de manter o convívio entre as famílias e transmitir a cultura aos membros mais novos e aos não descendentes.

M. SANTA MARIA (COLÔNIA DE SÃO PEDRO)

Para entender como a imigração ocorreu no município de Santa Maria, é necessário conhecer sua localização geográfica. Estando no centro da rota desde a capital até o município de Uruguaiana, sempre foi um município próspero. A estrada de ferro, que cortava o centro do estado de leste a oeste, passava pela cidade e chegava ao município de Uruguaiana.

Nos meados da década de 1950, o governo brasileiro retomou a política de imigração interrompida pela II Guerra. Naquela época, a fazenda de São Pedro, localizada a 70 km de Uruguaiana, solicitou através da JAMIC (Companhia de Migração), famílias japonesas para trabalharem na orizicultura, numa área de 20 hectares cada, oferecendo-lhes um contrato de trabalho de quatro anos. Assim, no dia 2 de abril de 1957, desembarcaram no porto do Rio Grande 33 famílias, com destino à Fazenda São Pedro, em Uruguaiana.

Entretanto, pouco mais de 8 meses de estada, os imigrantes foram forçados a retirarem-se da fazenda pois o proprietário não cumpriu o contrato e não pagou nenhum serviço, falindo logo em seguida. Entre os imigrantes, oito famílias dispersaram-se nas localidades como Porto Alegre, São Paulo e Paraná, a procura de uma sorte melhor. As 25 famílias restantes resolveram permanecer no município de Santa Maria, dedicando-se principalmente a horticultura, trabalhando como meeiros, de modo que a colônia de Santa Maria também é conhecida como colônia de São Pedro.

A contribuição japonesa para a comunidade local foi significativa, sendo que foi estabelecido pelo decreto municipal, o dia 2 de abril como dia da colônia Japonesa, em 1977, na ocasião da festa comemorativa de 20 anos de imigração japonesa naquele município.

N. SANTA ROSA

A colonização japonesa planejada no estado do Rio Grande do Sul iniciou antes mesmo da segunda guerra mundial. Na época em que a cafeicultura brasileira estava em declínio, afetado pela crise de 1929, muitos proprietários de cafezais tiveram que optar por outras culturas, como o de cultura de algodão. Os japoneses também foram influenciados pela crise, visto que muitos imigrantes haviam chegado para trabalhar nos cafezais. Neste clima de procura de oportunidade, em 1933, o governo do Rio Grande do Sul contratou a firma Dahne, Conceição & Cia. para medir uma área de terras públicas localizada na Horizontina, 8º Distrito do município de Santa Rosa, situada a 495 km de Porto Alegre, dividi-la em 5 mil lotes com 25ha cada.

Com o capital inicial na mão, os assentados prepararam terras para o plantio, abrindo a mata nativa. Um ano depois, já havia 18 famílias estabelecidas na colônia.

Pouco tempo depois, em 1940, foi decretada a lei que proibia aos estrangeiros a aquisição de terras ao longo de 150 km a partir da fronteira. Banhado pelo rio Uruguai e tendo a Argentina como

fronteira, os japoneses foram forçados a retirarem-se. Outro fator que influenciou a decisão de abandonar a colônia pode ter sido uma desavença dos colonos com o chefe da colônia, Tomii Oka.

A partir de então, a idéia de estabelecer a colônia japonesa no estado foi abandonado até o término da segunda guerra mundial. A Colônia de Santa Rosa, a partir do fracasso, passou a ser chamada de “colônia miragem” pela comunidade japonesa. Seus habitantes se dispersaram para Santa Catarina, Pelotas e Porto Alegre, dedicando-se à agricultura e comércio.

Atualmente, ainda permanecem em Santa Rosa, três pessoas de nacionalidade japonesa, segundo senso realizado pela Associação de Assistência Nipo-Brasileira do Sul. (até outubro de 2005.)

O. SÃO LEOPOLDO

Não se sabe exatamente quando os primeiros japoneses chegaram ao São Leopoldo, mas segundo informações obtidas através da pesquisa, em 1959 chega o Sr. Yoshihiro Takeuchi, diretamente do Hokkaido que, desde então permanece residente no mesmo local. Como entidade de grupo, existe Associação Japonesa de São Leopoldo que funciona há quase cinquenta anos, com aproximadamente 20 famílias, com idade média de 70 anos, incluindo os sócios que moram nos municípios vizinhos como Esteio, Portão, Canoas e Sapucaia do Sul. Como atividade econômica, desenvolve principalmente a horticultura que abastece a região metropolitana do estado.

Com modernas instalações, o Lanifício Kurashiki do Brasil S.A. , adotando o sistema de empresa japonesa, oferecia o benefício-saúde e moradia, tanto para os solteiros como para os funcionários que possuíam família. O seu pátio, grande o suficiente para receber algumas centenas de pessoas, foi usado por vários anos como local de realização de *undô-kai*, um tipo de gincana esportiva japonesa.

Outra indústria existente nas imediações de São Leopoldo é a Plástico Suzuki Ltda., do município de Estância Velha, da propriedade do Sr. Jorge Suzuki. Inovando sempre a tecnologia utilizada nos seus produtos, foi a empresa pioneira em fabricar embalagens de plástico com furinhos para o embrulho de pães, o que permite ao consumidor levar pães quentinhos da padaria a suas casas, sem que eles fiquem abafados com o vapor.

P. VIAMÃO

Distanciado a 24 km de capital Porto Alegre, Viamão foi o primeiro município a abrigar os 23 japoneses que, em 1956 imigraram através do programa oficial do governo brasileiro pós-segunda guerra. Até então, a imigração havia se dado via São Paulo, pelas famílias do Sr. Saburo Kagami e do Sr. Masasumi Hinohara, que instalaram em 1945, para trabalhar na horticultura. Dez

anos mais tarde, quando os imigrantes planejadas pelos governos japoneses e brasileiros chegaram, tornaram-se referência para os mesmos.

Com o passar do tempo, todos os japoneses que haviam se instalado na chácara tornaram-se independentes e se mudaram. Segundo o senso realizado pelo consulado do Japão, em 2005, há ainda 25 moradores de nacionalidade japonesa residindo no município. Outros, mudaram para outras localidades como a colônia de Ivoti e de Itapuã, adquirindo seus lotes de terras.

CONCLUSÃO

Os imigrantes, ao longo da jornada da vida, experimentaram morar em vários lugares. Na primeira fase, os japoneses que vieram do hemisfério norte, passam pela região Sudeste, deslocando-se, posteriormente, para o sul. Já nas gerações seguintes, optam por tracejar o caminho oposto, indo ao encontro com o Japão. Das 17 comunidades onde foram distribuídos os questionários, houve retorno de 15 localidades. Excetuando-se o resultado em que pôde se perceber uma boa integração da comunidade japonesa de primeira geração na terra gaúcha, torna-se necessário no futuro, uma nova pesquisa referente ao comportamento migratório da segunda e da terceira geração, os chamados *decassegais*, isto é, o retorno de filhos de imigrantes ao Japão, visando obter trabalho naquele país. Na verdade, com o advindo de novas tecnologias, a distância que separa entre o Japão e o Brasil já não é sentida. Então, quem sabe nós interpretarmos esse fenômeno como aproximação cada vez maior entre os dois mundos?

BIBLIOGRAFIA

SAITO, H.; MAEYAMA, T.. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973;

FLORES, Moacir. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Nova Dimensão, 1997;

Takuseki. **Rio Grande do Sul Nihon Imin dai Ikkai – 1956-1996**. São Paulo: 1996.

Questionários aplicados aos imigrantes;

Acervo de documentos encontrados nas associações japonesas.

EUGENIA, JAPONESES E A INVASÃO DA MANCHÚRIA – DISPUTAS EM TORNO DA LEI DE COTAS DE 1934

Endrica Geraldo¹

Desde o primeiro ano do governo de Getúlio Vargas, os decretos sobre a entrada e a presença de trabalhadores estrangeiros revelavam a intensificação de um combate à imigração. Em fins de 1930, o Governo Provisório aprovou decretos visando aumentar o controle sobre o ingresso de imigrantes, além de estabelecer privilégios para trabalhadores nacionais nos centros urbanos. Em 1934, a Constituinte aprovou a “lei de cotas”, a qual estabelecia que cada nacionalidade de imigrantes poderia ingressar no país respeitando o limite de 2% sobre o total dos que haviam imigrado nos últimos cinquenta anos.

A maior parte das questões envolvidas nessas medidas já havia sido abordada anteriormente, o que incluía propostas de seleção, controle e expulsão de estrangeiros. Nos debates parlamentares de 1869, por exemplo, foram apresentados projetos de restrições para negros e asiáticos, acompanhados de uma imagem bastante negativa do trabalhador nacional.² No entanto, o uso das teorias raciais na defesa da vinda de europeus para o branqueamento não havia impedido que a imigração japonesa tivesse seu início em 1908, contando com números crescentes nas décadas seguintes.

O estímulo à imigração por meio de subsídio governamental havia sido uma das conquistas dos cafeicultores paulistas, para quem a imigração se mostrara um fornecimento de mão-de-obra extremamente vantajoso. No caso da imigração japonesa, o subsídio chegou a ser interrompido pelo governo paulista em 1913. Porém, como a Primeira Guerra Mundial prejudicou a imigração em geral, inclusive a japonesa, esse subsídio foi retomado em 1917.³ Finalmente, esses subsídios foram totalmente abolidos em 1923, em especial devido à insatisfação dos fazendeiros com o fato de muitas das famílias imigrantes terem alcançado a condição de agricultores independentes, desligando-se, portanto, das fazendas de café.

¹ Doutoranda em História Social do Trabalho pela Unicamp-SP.

² Os debates parlamentares de 1869 questionavam qual seria o melhor tipo de imigração para a província paulista. As preferências se dividiam entre alemães e norte-americanos, enquanto chineses e africanos eram condenados, assim como os trabalhadores nacionais. Estes últimos eram considerados descendentes de raças não-viris e pouco inclinadas ao trabalho e, portanto, não possuíam condições de levar o país ao progresso desejado, como se acreditava que os estrangeiros pertencentes às raças “vigorosas” seriam capazes. Célia Marinho do Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 143-156.

³ A imigração japonesa foi dirigida, subsidiada e estimulada tanto pelo Brasil quanto pelo Japão. Célia Sakurai, “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)”, in: Boris Fausto (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, pp. 201-238, 2000, p. 202 e 214-215.

Esse tipo de insatisfação ganhou força ao longo da Primeira República entre membros das elites políticas e econômicas brasileiras, já que se acirravam os conflitos com os trabalhadores tanto no campo quanto nas cidades. Essas elites mostravam-se insatisfeitas com as dificuldades em manter os imigrantes nas fazendas, ou ainda com a evidência do crescimento de um movimento operário constituído, em sua maioria, por elementos estrangeiros.⁴ Tais conflitos alimentaram a elaboração de leis para regular a entrada desses trabalhadores, a sua situação no país, e ainda a possibilidade de sua expulsão. A imigração era muitas vezes considerada como responsável por trazer a experiência sindical européia, contribuindo para uma crescente mobilização da força de trabalho urbano. Entre 1893 e 1927, pelo menos cinco leis visavam especialmente a expulsão de trabalhadores estrangeiros relacionados à militância sindical.⁵

Quando Vargas alcançou o poder em 1930, portanto, uma série de elementos contribuía para um crescente combate à imigração. Em 1929, um estudo publicado pelo diplomata Carlos Martins, futuro embaixador brasileiro nos Estados Unidos, evidenciava não apenas a tendência internacional em regulamentar os fluxos migratórios, mas também o interesse do governo brasileiro em melhor definir suas relações de migração.⁶ O diplomata procurava demonstrar que diversas nações estariam compartilhando o processo de limitar e selecionar os contingentes imigratórios na defesa de interesses étnicos e políticos.

Em geral, as justificativas para as restrições incluíam tanto a idéia de que o trabalhador nacional necessitava de proteção no mercado de trabalho quanto de que o trabalhador estrangeiro deveria ser controlado. As mudanças que estavam ocorrendo a respeito da imagem do trabalhador estrangeiro podem explicar por que logo no início do Governo Provisório seria criada a “Lei dos dois terços”, segundo a qual dois terços dos trabalhadores da indústria e do comércio deveriam ser constituídos por

⁴ Michael Hall destaca a predominância de imigrantes no movimento operário na cidade de São Paulo. Isso também teria contribuído para a realização de uma repressão bastante severa, pois os governos teriam aproveitado a facilidade de deportar militantes de origem estrangeira para combater os movimentos e as instituições dos trabalhadores. Michael Hall, “O movimento operário na Cidade de São Paulo: 1890-1954”, in: Paula Porta (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*, São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 259-289, 2004, p. 260 e 265.

⁵ Wanderley Guilherme dos Santos. “Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira”. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979, pp. 72-73. Claudia B. Leal tratou, em sua tese, da questão da expulsão de militantes anarquistas e comentou as leis de expulsão de estrangeiros promulgadas o decreto 1641, de 7 de janeiro de 1907, e suas emendas em 1912 e o decreto 4269 de 17 de janeiro de 1921, evidenciando as preocupações do patronato em relação às manifestações operárias. Cláudia F. Baeta Leal. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Campinas, SP: Tese de doutorado, 2006, pp.114 a117 e 289.

⁶ Martins apresentava uma exposição sobre como as nações possuíam diferentes definições para o termo “imigrante”. No Brasil, apenas os que ingressavam como passageiros de 2ª e 3ª classes recebiam essa classificação. Carlos Martins. *Uma política de imigração*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio/Rodrigues & C., 1929, pp. 26-27.

trabalhadores brasileiros.⁷ A iniciativa fazia parte do plano de “nacionalização do trabalho”, a qual constituiu uma importante questão durante a presença de Lindolfo Collor no recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no período de 1930 a 1932.⁸ A nacionalização foi a primeira medida a ser tratada com a criação do Ministério do Trabalho⁹, e foi alvo de mais seis decretos até o começo de 1932.¹⁰ O controle da imigração e a política de localização dos trabalhadores nacionais foram apresentados como medidas para o combate ao desemprego e às ideologias consideradas subversivas. A partir de então, a questão da proteção ao trabalhador nacional aparecia também em outras leis posteriores.¹¹

Dessa forma, se a imagem do trabalhador estrangeiro tornava-se alvo de críticas, isso se mostrou ainda mais intenso em relação a então crescente imigração japonesa. Durante a *Assembléia Nacional Constituinte* de 1933/34, essa campanha alcançou uma dimensão ainda maior, especialmente a partir de falas de deputados como Xavier de Oliveira, Artur Neiva, e Miguel Couto.¹² Como resultado, a lei de cotas foi fixada pela Constituição, depois mantida pela de 1937, e assim justificava a possibilidade de restrições, no parágrafo 6 do artigo 121:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias á garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por

⁷ Os dispositivos do artigo 3º obrigariam as firmas, indivíduos e empresas de qualquer ramo do comércio e da indústria a manter nos quadros do pessoal, quando empregassem acima de cinco indivíduos, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos, em igualdade de condições de trabalho, para cargos idênticos ou similares. Na falta destes, a prioridade deveria ser dos naturalizados e, por último, dos estrangeiros. Decreto nº 19482, de 12 de dezembro de 1930, in: *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1930*, vol. II, Atos da Junta Governativa Provisória e do Governo Provisório (outubro a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

⁸ Tal projeto foi tratado juntamente com temas como a política de emprego, a previdência social e a sindicalização, sendo este último o de maior destaque na ação de Collor. Rosa Maria Barboza de Araújo. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 33 e 92-93.

⁹ Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, promulgado, portanto, menos de um mês após o decreto de criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930).

¹⁰ Decreto 19.740, de 7 de março de 1931, para estender os prazos da Lei dos 2/3; decreto 20.261, de 21 de julho de 1931; decreto 20.291, de 12 de agosto de 1931; 20.303, de 19 de agosto de 1931, para a nacionalização do trabalho na marinha mercante; decreto 20.917, de 07 de janeiro de 1932 e o decreto 20.989, de 21 de janeiro de 1932.

¹¹ Segundo Rosa M. B. de Araújo, direitos adquiridos pelos trabalhadores, como o de aposentadoria, foram por vezes restritos aos trabalhadores nacionais. “Os estrangeiros só podem formar uma associação de classe quando reunidos a um grupo composto de no mínimo 2/3 de brasileiros natos ou naturalizados. A valorização do trabalhador nacional e a minimização da importância do braço estrangeiro dominam o espírito da legislação social promovida pelo Governo Provisório”. Rosa M. B. de Araújo, *op. cit.*, p. 102.

¹² Esses deputados estiveram envolvidos nessa campanha ao longo de vários anos. Miguel Couto Filho reuniu vários discursos e artigos da imprensa em que seu pai defendia uma campanha antinipônica ao longo dos anos 20 e 30. Miguel Couto. *Seleção Social – Campanha antinipônica*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942. Segundo Jeffrey Lesser, Miguel Couto, Arthur Neiva e Xavier de Oliveira estavam envolvidos em movimentos contra os japoneses por todas as Américas. Jeffrey Lesser. *A negociação da identidade nacional – imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, pp. 212-213, nota 5.

cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.¹³

Miguel Couto foi um dos que desempenharam um importante papel na discussão das políticas imigratórias na Constituinte. Em 1929, havia incentivado a realização do *I Congresso Brasileiro de Eugenia* na Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, onde era diretor. Este evento foi rememorado em seu discurso realizado na Assembléia no final de 1933¹⁴. Miguel Couto partiu de vários estudos para defender o papel da imigração na criação de valores étnicos, e condenou fortemente que fosse tratada como simples fornecimento de mão-de-obra. Para tanto, comentou a tese apresentada por Azevedo Amaral¹⁵ no *Congresso Brasileiro de Eugenia*, e apresentou algumas das conclusões relacionando eugenia e imigração.

Entretanto, era o crescimento do fluxo de imigrantes japoneses que este, como a maioria dos deputados envolvidos nesse debate, desejava conter. Em discurso que apresentou em fevereiro de 1934, Miguel Couto fez uso de argumentos dos debates eugenistas para sustentar sua crítica à imigração japonesa.¹⁶ Por um lado, procurava demonstrar que esses imigrantes não poderiam contribuir para o desejado “branqueamento”. Por outro, porém, fez uso de um outro elemento que passou então a ganhar crescente importância: a questão do imperialismo e expansionismo japonês como ameaça à segurança nacional. Por várias vezes, em seus discursos, alertava quanto à invasão japonesa na Manchúria como exemplo concreto dessa ameaça.¹⁷

Os japoneses pareciam reunir alguns fatores temidos por esses deputados: a condição racial de não brancos, e de membros de uma nação imperialista que, por fim, dificilmente seriam assimilados,

¹³ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil – promulgada a 16 de julho de 1934; e Artigo 151 em Constituição dos Estados Unidos do Brasil – decretada a 10 de novembro de 1937. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1979.

¹⁴ *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. IV, pp. 490-430. Miguel Couto (DF), natural do Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade de Medicina, e membro do “Partido Economista”. Flávio V. Luizetto, *Os Constituintes em face da imigração – estudos sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na Constituinte de 1934*. São Paulo: FFLCH/USP, 1975. Dissertação de mestrado, Anexo I, p.165.

¹⁵ Antônio José Azevedo do Amaral formou-se em medicina, mas logo se dedicou ao jornalismo político. Desde os inícios do século XX, passou a atuar como correspondente de jornais como *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, além de redator-chefe de *O País*. Pouco antes da Revolução de 30, Azevedo Amaral publicou seu primeiro livro, *Ensaio Brasileiro*, defendendo um Estado autoritário e intervencionista, e tornando-se, posteriormente, um apologista do Estado Novo. Além disso, foi bastante influenciado pelo darwinismo social e pelo evolucionismo, associando o conceito de classes sociais e elites à critérios raciais. Luís Guilherme Bacellar Chaves. “Azevedo Amaral”, in: Alzira Alves de Abreu et alii (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, pp. 194-195.

¹⁶ *Anais da Assembléia...., op. cit.*, vol. VIII, pp. 75-84 e pp. 487-501.

¹⁷ A Manchúria foi ocupada militarmente pelo Japão, o qual chegou a estabelecer aí um governo em 1932. Assim, segundo Sakurai, essa ocupação se torna “o ponto culminante dos temores do Ocidente diante do militarismo japonês”. Célia Sakurai, *Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000. Tese de doutorado, p. 64.

mantendo-se como colônias. A intenção de priorizar trabalhadores nacionais aparecia também nas inúmeras discussões e propostas sobre a região da Amazônia. Uma das emendas propostas, a de nº 1.052, onde figurou especialmente o nome de Arthur Neiva, sugeria que a União fosse responsável por organizar um serviço de colonização e exploração econômica na Amazônia, “principalmente com elementos nacionais”.¹⁸ Para justificar a proposta, o Amazonas passa a ser apresentado como um Estado abandonado pelos poderes públicos e, o que seria ainda mais grave era que outros povos estariam investindo na região, com capitais e elementos humanos, ou “súditos”, referindo-se, assim, aos “beneméritos serviços organizados pela Empresa Ford e com os trabalhos iniciados pelos japoneses”.

Em seguida, a Amazônia é comparada com a Manchúria, pela riqueza e necessidade de ser explorada e pela necessidade de um projeto para dirigir essa exploração. Mas o mais relevante dessa comparação estava no fato, incansavelmente repetido, da existência de uma invasão japonesa em tal região. Assim, o deputado afirmava: “Substitua-se a Manchúria por Amazônia, China por Brasil, onde existem mais de 500.000 hectares de terras japonesas e as profecias mais arriscadas e obscuras se iluminam como realidades presentes”. A eficiência do poder militar japonês e o “inexcedível” patriotismo de seus filhos eram ressaltados, e nessas qualidades é que residiria o perigo amarelo. Aqui se pode perceber o argumento que tornou bastante usado em relação aos japoneses, de se ressaltar determinadas qualidades para, em seguida, apontá-las como ameaças à segurança nacional.¹⁹ O Japão poderia, assim, ser caracterizado como uma grande nação, mas por outro lado, os imigrantes japoneses estariam se instalando sem controle em território brasileiro, prejudicando os humildes trabalhadores nacionais.

Os argumentos de teor eugenista sobre o papel dos japoneses na composição racial nacional estavam acompanhados, portanto, da idéia de que a imigração tornava-se mais uma ameaça do que uma necessidade. A imigração japonesa pôde ser caracterizada como um problema racial e um risco à segurança nacional. Embora os imigrantes japoneses estivessem maciçamente concentrados no Estado de São Paulo, a comparação foi realizada entre o Amazonas e a Manchúria. A preocupação cercava a colonização nas terras que estavam nas mãos de Companhias de Colonização japonesas, tanto no

¹⁸ *Idem*, vol IV, p. 210. Emenda apresentada em 19 de dezembro de 1933.

¹⁹ Priscila Nucci. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*. Dissertação de mestrado: Campinas - IFCH/UNICAMP, 2000, p. 21.

Amazonas quanto no Pará, já que nos anos de 1927 e 1928, estes Estados haviam assinado contrato de concessão de um milhão de hectares cada um para a colonização japonesa.²⁰

A tendência dos imigrantes japoneses, ao longo dos anos no país, em conservar um isolamento étnico e promover manifestações culturais (como ensino, periódicos e associações), certamente favoreceu esse tipo de avaliação. Dados sobre a dificuldade de assimilação foram apresentados para justificar essa visão. Dos problemas representados pelos japoneses, um era relativo à ameaça da ação de uma nação imperialista, e quanto a isso a invasão da Manchúria constituía um exemplo concreto e atual. O segundo era sobre como lidar com os imigrantes japoneses já instalados no Brasil, mas este pouco foi abordado durante a Constituinte.

É possível identificar, portanto, que entre os participantes do *I Congresso Brasileiro de Eugenia* encontravam-se muitos dos principais personagens que participaram ativamente e exerceram forte influência nos debates e na formulação da legislação imigratória brasileira durante todo o governo de Vargas.²¹ Assim, Azevedo Amaral tornou-se um dos principais intelectuais vinculados ao regime.²² Além disso, foi durante a sessão de 30 de novembro de 1933, da Constituinte, que Miguel Couto leu o estudo e as propostas de Azevedo Amaral apresentados no *Congresso de Eugenia*, para defender a emenda que acabou por criar a lei de cotas para a imigração na Constituição brasileira. Até o final do governo Vargas, Miguel Couto e Xavier de Oliveira promoveram uma acirrada campanha contra a imigração japonesa. Roquette-Pinto tornou-se membro, em 1935, da Comissão de Imigração criada por Getúlio Vargas para avaliar o desempenho da lei de cotas.

Em novembro de 1934, já havia sido nomeada por Agamemnon Magalhães, Ministro do Trabalho, uma comissão para avaliar a aplicação da lei de cotas e, segundo o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, para elaborar um anteprojeto de lei para regular a questão imigratória, nos termos do art. 121, parágrafo 6º, “o problema da imigração no Brasil”. Oliveira Vianna presidiu a Comissão de Imigração, como foi chamada posteriormente por Vargas, a qual contava ainda com Dulphe Pinheiro Machado, diretor Geral do Departamento Nacional de Povoamento; pelo professor Roquette Pinto, diretor do Museu Nacional; Dr. Renato Kehl, “especialista em assuntos de eugenia”; e

²⁰ Valdemar Carneiro Leão Neto, *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) – Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 78.

²¹ *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: Actas e Trabalhos*, Rio de Janeiro, 1929.

²² Além disso, o periódico dirigido por Azevedo Amaral, a *Gazeta do Rio*, apresentava severas críticas a esses imigrantes. Ver *Gazeta do Rio*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1933. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ: Lata/maço: 323/4553.

Raul de Paula, indicado pela *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*.²³ Como membro do Ministério do Trabalho, Oliveira Vianna integrou ainda os encontros e discussões dos representantes das polícias civis dos estados sobre o controle e fiscalização da entrada de estrangeiros. Foi, ainda, idealizador do Conselho de Imigração e Colonização, criado em 1938.²⁴

Ainda no período final do Governo Vargas, em setembro de 1945, Oliveira Vianna elaborou um estudo chamado “Imigração e solução imigratória”.²⁵ Neste, Vianna começa por defender a manutenção do que chamou de critérios tradicionais de “seleção individual negativa”, ou seja, com a proibição da entrada de “cacogênicos, aleijados, ineficientes, criminosos, vagabundos, etc”. Mas essa seleção individual implicava, afirmava Vianna, a solução prévia da seleção propriamente étnica. A seleção da imigração deveria considerar os japoneses como contra-indicados pela sua tendência a manter “colônias homogêneas” – isto é, inassimiláveis. Porém, o autor não chega à mesma conclusão em relação aos alemães. Para estes últimos, segundo Oliveira Vianna, bastava evitar que entrassem em massa e que se regulasse a sua distribuição, impedindo assim a concentração. Dessa forma, afirmava que “os inconvenientes da imigração alemã entre nós derivaram de um erro ou uma imprevidência administrativa nossa e não propriamente desta etnia, que é excelente, como fator de progresso e como elemento plástico”.

Na avaliação que fez sobre os japoneses, a mesma característica – formação de colônias homogêneas – constituía uma consequência da etnia, e não da ação administrativa dos governos. Assim, os alemães continuavam como imigrantes desejáveis, juntamente com o resto dos europeus. Depois das etnias latinas, segundo acreditava, estes grupos possivelmente viriam em grande número como resultado do final da Segunda Guerra.²⁶

Por outro lado, o período que cercou a Constituinte de 1933/34 suscitou uma proliferação desse assunto na imprensa. Esses artigos parecem ter sido acompanhado de perto pelo Ministério das Relações Exteriores. Assim, foram reunidos diversos recortes a partir dos quais torna-se possível

²³ *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, n. 3, novembro de 1934, p.291; Correspondências entre Roquette Pinto e Oliveira Vianna sobre a *Comissão de Imigração*. 15/03/1935 e 01/11/1935, Academia Brasileira de Letras-RJ; e República dos Estados Unidos do Brasil. *Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1935 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 126. (<http://www.wcl.uchicago.edu/>).

²⁴ Fábio Koifman identificou que o *Conselho*, criado em 1938, havia sido em grande parte idealizado por Oliveira Vianna em 1935, em sua proposta sobre um Conselho Nacional de Imigração. AHI, 136/3/4. Divisão de passaportes. “Informações e relatórios” de 28/10/1935, citado por Fábio Koifman. *Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 104.

²⁵ Oliveira Vianna. “Imigração e solução imigratória” – setembro de 1945, in: EAP 36.07.00 – div – Pasta I, CPDOC-FGV. Este documento encontra-se no acervo de Ernani do Amaral Peixoto, não há registro de se foi apresentado publicamente.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 3.

identificar inúmeras críticas à proposta do sistema de cotas. Ao contrário dos discursos da Assembléia Nacional Constituinte, a maioria dos artigos encontrados destacava a importância e o sucesso da colonização com imigrantes japoneses no Brasil. Mesmo nos anos de 1930 até 1933, alguns jornais publicaram informações sobre o desempenho dos imigrantes japoneses no Brasil e sobre o desenvolvimento e a organização do governo japonês para selecionar, preparar e enviar esses trabalhadores.²⁷ Assim, o *Diário da Noite*, em 1931, destacava que o grande interesse dos fazendeiros paulistas e atrair cada vez mais colonos japoneses. Abaixo do título principal do artigo, aparecia em destaque a seguinte afirmação: “Uma prova de que os lavradores paulistas se acham satisfeitos com os resultados de emprego do braço nipônico, reside no número sempre crescente de pedidos ao Departamento de Emigração em Kobe”.²⁸

Nos dia seguinte, o mesmo periódico dava continuidade às informações sobre a imigração japonesa e das intenções de acordo entre as autoridades de ambos os governos para que esses colonos fossem distribuídos “de maneira a não permitir a natural constituição de agrupamentos nipônicos”.²⁹ Aqui, é possível identificar a preocupação com a concentração e uma dificuldade de assimilação desses colonos. O artigo procurava demonstrar que este era um problema de solução simples e que o próprio Departamento de Emigração em Kobe pretendia controlar essa questão.

Nesses artigos, a vinda dos trabalhadores aparecia como perfeitamente controlada e administrada pelas autoridades brasileiras e japonesas. Com o início da Assembléia Nacional Constituinte, no entanto, o número de registros dessa questão na imprensa alcançou um crescimento vertiginoso. Em 1934, vários jornais, especialmente no Rio de Janeiro, criticaram severamente o caminho que os deputados estavam traçando na Assembléia. Uma disputa se tornou bastante presente: entre o professor Bruno Lobo, da Universidade do Rio de Janeiro, e Miguel Couto. Essa polêmica pode ser encontrada em algumas edições de *O jornal*. Uma série de informações sobre as possíveis mudanças na política migratória brasileira em relação aos japoneses foi divulgada nesse periódico, como sobre as repercussões que as emendas restritivas propostas na Constituinte provocaram no Japão.

Assim, os comentários do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão foram divulgados na edição de 25 de março de 1934, enfatizando a idéia de que a “proibição importaria na quebra das

²⁷ “Referências japonesas sobre a emigração daquele povo no Brasil e suas relações comerciais”, in: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de junho de 1930; “Colonização japonesa”, in: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1930. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ: Lata/maço: 323/4553.

²⁸ “Em torno da imigração japonesa”, in: *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1931. O autor do longo artigo, José Jobim, foi descrito como enviado comercial dos “Diários Associados” ao Extremo Oriente.

²⁹ “Em torno da imigração japonesa”, por José Jobim, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1931. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ: *op. cit.*

relações de amizade entre os dois países”. Tal reação do ministro, que teria sido divulgada em Tóquio, também pode ser encontrada em outros periódicos, como o *Jornal do Brasil*, na mesma data. Neste, o Ministro teria afirmado que havia pouco apoio no Brasil para a proposta de limitação para japoneses, e que acreditava na conservação das relações entre as duas nações. Segundo a nota, o Ministro indicara que a adoção da cláusula sobre a assimilação seria a “primeira sombra” nessas “felizes relações”.³⁰

Em entrevista sua publicada em *O Jornal*, Bruno Lobo defendia que os interesses dos colonos japoneses estariam de acordo com os dos brasileiros e “seus filhos serão patrícios e companheiros, em todas as situações, dos nossos filhos. É este o nosso pensar, após o quarto de século da chegada do primeiro imigrante ao Brasil, ainda que isto desespere a patologia cancerosa do professor Miguel Couto e o desespero irrequieto do dr. Arthur Neiva.”³¹ *O Jornal*, portanto, apresentou uma série de discussões nesse período, procurando combater a pretendida restrição. Além disso, divulgava informações e dados para demonstrar a importância da colonização japonesa no Brasil e dava espaço para seus defensores.³²

No entanto, o acirramento desse embate levou a denúncias de que o governo japonês estaria subvencionando uma campanha a seu favor na imprensa brasileira. Em maio de 1934, Xavier de Oliveira demonstrou grande irritação com a forma como as discussões da Assembléia Nacional Constituinte estavam sendo tratadas. De acordo com sua explanação, a imprensa havia interpretado equivocadamente a referência que havia feito à intervenção da embaixada japonesa na questão imigratória, “intervenção que evidentemente se vem fazendo por intermédio de alguns jornais daqui, e de São Paulo”. De acordo com seu discurso, a maioria da imprensa carioca, especialmente o *Jornal do Comércio*, estaria freqüentemente se manifestando contra a entrada, em massa, de imigrantes japoneses. No entanto, teriam sido divulgadas denúncias de suborno promovidas por elementos ligados aos representantes daquele país. Isso teria feito proliferar seções de matéria paga dos jornais, com artigos que exaltavam as virtudes do trabalhador japonês. Assim, o deputado se refere à declaração do ministro Koki Hirota ao governo japonês, indicando que poucos estariam apoiando a proposta de limitação da corrente de imigração nipônica, e que tal devia ser combatida em nome das boas relações entre os dois países. Xavier de Oliveira considerou esta uma declaração insolente e concluiu dizendo:

³⁰ “Imigração japonesa no Brasil – A proibição importaria na quebra das relações de amizade entre os dois países”, in: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1934; “A questão da imigração japonesa no Brasil”, in: *Jornal do Brasil*, 25 de março de 1934. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ: *op. cit.*

³¹ “A atuação do emigrante japonês no Brasil”, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1934. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ: *op. cit.*

³² “Contra o preconceito de raça – A opinião do sr. Evaristo de Moraes sobre a emenda que proíbe a imigração dos elementos africanos e japoneses”, in: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de março de 1934. Arquivo Histórico do Itamaraty – RJ: *op. cit.*

Auguro que a minha Pátria não venha a ser a Manchúria do futuro e, repetindo aqui o que já disse acima, considero indébita e impertinente a interferência da política exterior do Japão na política imigratória do Brasil e, muito especialmente, nos trabalhos desta *Assembléia*.³³

Xavier de Oliveira havia demonstrado grande preocupação com as pressões que os representantes do governo japonês poderiam exercer sobre a legislação imigratória brasileira, e com a iniciativa que esses realizaram em divulgar na imprensa brasileira informações positivas sobre esses imigrantes.

Dessa forma, a ameaça de uma nova Manchúria no Brasil foi, de fato, a imagem mais recorrente nos debates sobre a imigração japonesa. Muito mais do que uma possível desqualificação racial destes imigrantes, suas características raciais ou culturais foram constantemente ressaltadas com o objetivo de se apresentar esses imigrantes como perigosos invasores. Dessa forma, distante de qualquer análise mais aprofundada das condições dos trabalhadores japoneses em território nacional, os discursos na Assembléia Constituinte foram moldados principalmente a partir de um contexto internacional em que o Japão aparecia como crescente ameaça militar e imperialista. Além disso, os registros de imprensa presentes no Arquivo Histórico do Itamaraty revelam maiores dimensões dos conflitos que cercaram os debates sobre as políticas de imigração. A pesquisa diretamente nos principais jornais do período poderia revelar ainda o quanto o Itamaraty realmente acompanhou o debate ou que tipo de seleção realizou desses registros. Vale lembrar que o Itamaraty desempenhou importante atuação para que o sistema de cotas não fosse específico contra os japoneses, atingindo todas as nacionalidades.³⁴

Nos anos seguintes, vários indícios apontam para problemas na aplicação do sistema de cotas. Um exemplo disso está no fato de que boa parte das resoluções tomadas pelo *Conselho de Imigração e Colonização*, criado no Estado Novo, resumia-se em aumentar a cota anual de diversas nacionalidades.³⁵ Por fim, embora as idéias raciais e eugenistas acerca da imigração tenham deixado de ocupar principalmente publicações e debates médicos, passando a influenciar também os debates políticos e as publicações oficiais, parece que seus defensores enfrentavam dificuldades em ver suas propostas aprovadas e colocadas em prática. Porém, a articulação dessas teorias com questões como desemprego, desordem social e, particularmente, a iminência de conflitos internacionais, os quais

³³ *Anais da Assembléia ...*, vol. XX, pp. 201-202.

³⁴ Valdemar Carneiro Leão Neto. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) – Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 124-125.

³⁵ Resoluções do *Conselho de Imigração e Colonização*. Acervo Arthur Hehl Neiva – CPDOC/FGV.

acabaram resultando na Segunda Guerra Mundial, ajudou a complicar as políticas destinadas à entrada e ao controle de estrangeiros no Brasil.

CIENTIFICISMO NO DEBATE ITALIANO SOBRE A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

Núncia Santoro de Constantino*

No amplo debate que acompanhou a emigração italiana em massa, nas duas últimas décadas do século XIX, a palavra impressa de jornalistas italianos alcança razoável repercussão contrária ao Brasil. Seus textos enfatizam os males que então afligiam o país, assim como más características dos seus habitantes. Dentre estes textos, são analisados aqueles de Alfonso Lomonaco, Ferruccio Macola e Ubaldo Moriconi, que publicaram livros respectivamente em 1889, 1894 e 1897.¹ Assim, da análise do conteúdo deste *corpus documental*, surpreende a emergência de duas categorias: - características da cidade do Rio de Janeiro; - os usos e costumes dos brasileiros, que serão destacadas nesta comunicação. Entretanto, lendo em duas dimensões, no sentido manifesto (ou ao pé da letra) e como leitura soterrada, buscando o sentido latente, posso elencar ainda mais duas categorias: cientificismo e imigração.

Sobre a categoria *cidade*, bem explícito é o Conde Ferruccio Macola, ao definir o Rio de Janeiro,

... é verdade que a chegada no Rio de Janeiro é o espetáculo mais belo do mundo; poetas celebraram a baía encantada... acontece que, às vezes, no baile de máscaras, descobre-se embaixo do belo corpete de talhe elegante, do pequeno e bem calçado pé, dos macios cabelos e dos olhos negros, entre outras coisas, um rosto envelhecido e uma careta como sorriso.

E conclui, afirmando que a mesma sensação de desgosto impõe-se ao estrangeiro quando coloca o pé na terra firme do Rio (pp. 226-229). Também ácidas são as observações de Lomonaco: o Rio é uma cidade feia, suja e abafada, as casas são emendadas umas às outras, em ruas estreitas.

Ubaldo Moriconi é ainda mais impiedoso no livro cujo título é sugestivo: *Nel Paese dei "macacchi"*. O Rio de Janeiro não passa de uma imensa praça comercial; no Centro transitavam longas filas de veículos carregados de mercadorias que, com freqüência, afundam no calçamento esburacado. A Rua do Ouvidor seria considerada pelos brasileiros, pretensiosamente, como o parisiense *Boulevard des Italiens*. Escreve: "É necessária toda a boa vontade e a indulgência de um estrangeiro para elevar aquele beco à denominação de rua".

Garante que a vida cultural do Rio é deplorável, em meia dúzia de teatros nos quais "...os artistas nacionais exibem mágicas, horríveis *vaudevilles*". Os artistas brasileiros, "...destoam no vestir e na voz, abusam nos gestos e nos motes pornográficos..". Quanto às mulheres no palco, são

* Doutora em História Social, Docente no PPGH-PUCRS, Pesquisadora CNPq

1 LOMONACO, Dott. Alfonso. *Al Brasile*. Milano: Società Editrice Libreria, 1889. MACOLA, Ferruccio. *L'Europa alla conquista dell'America Latina*. Veneza: Ferdinando Ongania Editore, 1894. MORICONI, Ubaldo. *Nel Paese dei "macacchi"*. Torino: Roux Frassati e Co. Editori, 1897.

ex-coristas ou bailarinas do último “rango” que, nos intervalos das mágicas, cantam, recitam e dançam. (Moriconi: pp.50-52).

Passamos à segunda categoria, destacando alguns exemplos da análise realizada.

Lomonaco) lembra que o jogo de loteria é muito difundido no Brasil. O Brasil é um “estranho país onde a instrução é encorajada com proventos do jogo”, dissimulando a real paixão pelo jogo (pp. 259–262).

O estudo da música distrai as mulheres que nada tem para fazer. Os brasileiros apreciam qualquer música; uma medíocre companhia lírica desperta um entusiasmo exagerado.

Quanto aos hábitos alimentares, seriam “primitivos”. Diz sentir náuseas assistindo a refeição de um brasileiro: todas as comidas colocadas no mesmo prato, misturadas. Ademais, essa refeição era tristemente assistida por um negrinho com o abanico, para espantar moscas e amenizar o calor. Lembrando banquetes dos quais participou, menciona o hábito brasileiro de proferir discursos “idiotas”, que acabavam com o bom humor. As mulheres não recebem qualquer consideração de Lomonaco (pp. 264-267;271-273). Destaca que são freqüentemente desdentadas e explica serem as cáries muito difundidas pelo abuso de doces. Critica o tamanho exagerado dos pés dos brasileiros, tão grandes porque as crianças andavam sempre descalças, inclusive aquelas das famílias ricas, e até mesmo na rua.

Costumes familiares, em geral, constituíram alvo de virulentas críticas. Comenta o “relaxamento” nas relações sexuais e a convivência doméstica entre filhos “...legítimos e ilegítimos, por vezes de cor”. Acrescenta que os filhos fazem o que querem; os estudos não são valorizados e , mesmo nas famílias pobres, não há preocupação com o aprendizado de um ofício.

Moriconi (pp.188-190) considera inerte“...a mulher legítima brasileira”, além de qualificá-la “... resignada, ociosa, apática, inconstante e superficial”. Não era como a mulher italiana,“...guardiã inteligente e vigilante “ da família.

Retornando à rua do Ouvidor, Moriconi registra os maus modos dos brasileiros. Em plena rua, ouve-se a discussão em voz alta dos homens encasacados de preto, que gesticulam. Jovens elegantes, muitas vezes enluados que, de vez em quando, “...escrafunham o nariz com o dedo...sem preocupação com os passantes...”. (pp. 46-47)

Outro grande “defeito” sublinhado é a mania de viver gastando além dos recursos, expressa sobretudo na forma de vestir. Os homens usam enormes brilhantes e desperdiçam no jogo de cartas, além de sustentarem amantes em luxo de rainha. Assinala que esta “a mania do luxo” manifesta-se entre “...a gente de baixa condição”, especialmente entre os negros, que chamar a atenção.

Os autores transitam pelo Brasil na década de 1880, às vésperas da abolição e quando a imigração já era fenômeno corrente. Trata-se de sublinhar a terceira categoria, ou seja, a imigração.

A população de imigrantes aumentava: por volta de 1895 já seriam aproximadamente oitenta mil indivíduos no Estado do Rio de Janeiro. Somente na cidade eram cerca de 25 mil italianos, na maior parte naturais da Calábria. Os primeiros tempos da república brasileira revelavam-se ainda mais atraentes para os que desejavam emigrar.

Antes que findasse o século XIX, a coletividade italiana no Rio era numerosa e representativa, incluindo uma elite capaz de organizar-se em torno de várias sociedades. Já atraía a atenção das autoridades na Itália pelo volume de remessas de dinheiro para o país de origem (Constantino, 2001: 24-25). Mas é nos imigrantes pobres que se detém os autores analisados. Suas narrativas explicitam a miséria, as epidemias em geral e, em especial, a febre amarela. Destacam os maus tratos que recebem os italianos por parte dos funcionários brasileiros da alfândega, as más condições de viagem, de hospedagem e de trabalho no Brasil.

A corrente favorável à emigração, na Itália, sempre obteve maiores vantagens, a começar pelos armadores genoveses. Entretanto havia os que se manifestavam contrários, como os grandes proprietários de terra, que temiam a escassez de mão-de-obra e a valorização da mesma no mercado; também eram contrários os partidos de extrema esquerda, lutando pela organização de um proletariado na Itália e nas “colônias” em países estrangeiros.

A pesquisa biográfica dos viajantes-escritores revela um claro posicionamento contra a emigração para o Brasil: Lomonaco, médico, está comprometido como propagandista da imigração para a Argentina. Macola, deputado pelo partido conservador, alinhado com os grandes proprietários, combate a emigração para o Brasil e para a Argentina, argumentando que destes países não são reenviados para a Itália benefícios proporcionais ao número de imigrantes.

Moriconi realiza viagens com objetivos comerciais, pois ao governo italiano o comércio seria a alternativa encontrada para substituir a fracassada miragem expansionista na África. Assim, também deseja que seja estimulado o incremento ao consumo, por parte dos imigrantes.

Todos os três são típicos intelectuais e reconhecidos como tal, apresentam-se encharcados pelo *cientificismo* da época, cujo conhecimento usam para denegrir o Brasil.

Assim, sobre esta categoria, lembra-se a palavra de Lomonaco ao dizer que o Rio de Janeiro era uma cidade “pestilencial”, sem circulação de ar, circundada de morros e com construções inadequadas ao clima: Como “anomalia social” aponta a paixão pela música e os capoeiras. Chega a concluir que, no Brasil, “...as manifestações da vida são mesquinhas e limitadas”, em decorrência do regime alimentar frugal e indigesto.

Moriconi (pp.191-194) discorre sobre a ignorância em que eram mantidas as “classes pobres”, sobre o vício da embriaguez nelas disseminado, sobre a insalubridade de suas habitações, inspiradas no absurdo sistema de construção dos portugueses. Detém-se na questão da dieta alimentar; explica a manutenção de antigos hábitos portugueses. Escreve: “É preciso ver com que orgulho patriótico as pálidas e esbeltas mocinhas da nobreza devoram a infalível feijoada, uma mistura nojenta (...) que rebelaria até mesmo as galinhas”. Sublinha “...a importância da alimentação no caráter e no destino de um povo”, criticando o abuso de doces que provocam cáries. De outra parte, não digerindo bem os alimentos por falta de dentes, um bom sangue deixava de ser produzido e isso influía no caráter dos brasileiros.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições insalubres do Rio de Janeiro foram enfatizadas. Mas, a par deste conteúdo manifesto, que expõe todas as condições de insalubridade, há um conteúdo latente no realce dado a outros aspectos negativos, pelos três autores analisados. Além de esboçarem caprichosamente uma cidade “pestilenta”, onde o calor abrasa e a umidade sufoca, onde é escassa e deficiente a vida cultural. A Rua do Ouvidor, espaço-símbolo e reconhecido ambiente para sociabilidades, é descrita como um palco para a encenação do ridículo, com bizarros atores.

No Rio de Janeiro transitam os brasileiros, porque ali está a vitrine do Brasil. São ignorantes, jogadores viciados, preguiçosos, promíscuos, corruptos, vaidosos, irresponsáveis, perdulários e, ademais, alimentam-se de modo deplorável. Suas mulheres são ainda mais ignorantes, além de indolentes, gulosas, desdentadas, mal vestidas, incompetentes como donas de casa e como mães e, como se não bastasse tantos defeitos, tocam mal o piano.

Como outros viajantes que descrevem o Rio, manifestam má impressão sobre o Centro da cidade, com ruas estreitas e imundas, as casas escuras, amontoadas, afrontando concepções higienistas e estéticas em vigor. Omitem que a cidade vinha recebendo muitos melhoramentos no sentido da pretendida modernização.

Na Itália, como no Brasil, impunha-se a retórica da higiene e o imaginário da cidade apresentava-se pré-construído, distante da realidade, impregnado pela ideologia do progresso. A cidade italiana, real ou imaginária, sob o ponto de vista do *progresso* não era portanto muito diferente da cidade brasileira.

O número crescente de visitantes italianos no Brasil correspondia à uma nova fase de expansão colonialista que Surdich refere. O autor lembra Paul Leroy Beaulieu como teórico deste colonialismo, tendo definido diferentes classes de população. Onde houvesse a *civilização ocidental*

estariam populações consideradas de classe superior, em decorrência da raça e do clima, inclusive com direito de intervenção nas regiões pouco habituadas à “civilização”. Beaulieu encontraria inúmeros seguidores na Itália (Surdich, 1980).

Sobre doutrinas como justificativa para o colonialismo ou sobre discursos raciais, como via transversa para conquistar territórios, Todorov pode muito acrescentar. Afirma que as idéias também funcionam como forças sociais e econômicas, tornando possíveis determinadas ações. Discorre sobre o etnocentrismo, lembrando que um dos seus ideólogos foi Joseph- Marie de Gérando, que publicou opúsculo em 1800, como membro da *Société des Observateurs de l'Homme*, criada para estimular a investigação de viajantes em países distantes. Por outro lado, o *universalismo* defendido por Fontenelle, Montesquieu e por Rousseau, desde o século XVIII, gerou um perigoso cientificismo e, em consequência, a doutrina racista. (pp.12-15-18). Os expoentes do racismo foram Renan e Gobineau, sendo que este definiu uma hierarquização de raças, tendo por base os critérios da força física, da capacidade intelectual e da beleza, que seria absoluta e não relativa. Para Gobineau, a raça branca possuía, já na origem, o monopólio destas três características (Todorov: 134,138, 151-153).

Os autores estão impregnados do pensamento racista que permeava a sociedade italiana, como elemento que compõe um “espírito clássico”, na expressão de Todorov, capaz de encerrar conteúdo semelhante aquele definido por Foucault (1993, p.244-255) no conceito de *dispositivo*, como conjunto de estratégias das relações de força que sustentam diferentes tipos de saber e são por estes sustentadas. Era o tempo em que se desenvolviam as ciências antropológicas na Itália, sobretudo com Mantegazza e Giglioli Hillyer, sendo o último considerado o grande representante do positivismo e do darwinismo no país (Tentori, 1992). Era o tempo em que Nicéforo e Lombroso representavam este cientificismo que hierarquizava raças.

Naqueles últimos anos do século XIX; os jornalistas oriundos das camadas superiores da sociedade italiana, partilham códigos de pensamento que apontam para o cientificismo, racismo e etnocentrismo, elementos essenciais no âmbito do mental coletivo dos homens do seu tempo. Lomonaco garante acreditar que o meio brasileiro é pernicioso, capaz de corromper seus conterrâneos, como corrompe os brasileiros. Macola admite a emigração, mas desaconselha que seja para a América do Sul; critica o governo italiano pela incapacidade de tutelar o emigrante, desperdiçando a preciosa possibilidade de auferir lucros com as “colônias” no exterior. Também polêmico é Moriconi, cuja principal preocupação esteve nos negócios que poderiam expandir o comércio italiano.

Para os autores, os brasileiros são indivíduos que humilham e hostilizam os imigrantes, a quem negam razoáveis condições de trabalho no seu país onde o mal prospera; seria esta a tradução

das entrelinhas do texto dos autores que, em muitos assuntos parecem repetir-se e que serão posteriormente repetidos. Sem dúvida são ricas fontes históricas que, entretanto, precisam ser lidas de forma transversa.

Em descrições que ridicularizam o Brasil e os brasileiros, considerados representantes de uma raça inferior, narram um país para onde os italianos não devem emigrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Gli italiani nelle città: l'immigrazione italiane nelle città brasiliane.** Porto Alegre: Acirs; Perugia: Guerra, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfisica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LOMONACO, Dott. Alfonso. **Al Brasile.** Milano: Società Editrice Libreria, 1889.

MACOLA, Ferruccio. **L'Europa alla conquista dell'America Latina.** Venezia: Ferdinando Ongania Editore, 1894.

MORICONI, Ubaldo. **Nel Paese de “macacchi”.** Torino: Roux Frassati e Co. Editori, 1897.

SURDICH, Francesco. **Esplorazione geografiche e sviluppo del colonialismo nell'età della rivoluzione industriale: fasi e caratteristiche dell'espansione coloniale.** Vol. Firenze: La Nuova Italia Editrice, 1980.

TODOROV, Tzvetan. **Noi e gli altri: la riflessione francese sulla diversità umana.** Torino: Einaudi, 1991.

A RELIGIOSIDADE NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA

Fabiana Zanandrea¹

Após um longo período, em que a historiografia não contemplava os percalços da colonização italiana e, portanto, desconsiderava parte integrante da história sul-rio-grandense, as comemorações do I Centenário de Imigração mobilizaram as primeiras produções direcionadas ao tema. O binômio “fé e trabalho” permeou a historiografia, conferindo à colonização italiana uma aura mítica em que os personagens se despojavam da condição de seres humanos comuns para incorporar um caráter heróico e desbravador.

Não somente a obstinação do colono frente às adversidades deve ser contemplada pelos teóricos, como também a sua fragilidade ao se deparar com os reveses da imigração. Dessa forma, a diversidade presente na trajetória dos colonos italianos poderá contribuir para enriquecer e conferir veracidade à narrativa histórica. Corteze ressalta que a documentação judiciária, rica em dados, demanda pesquisas mais profundas, pois denuncia a ocorrência de assassinatos, estupros, roubos, suicídio e demência entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul.² Esses registros fornecem elementos importantes para reconstrução histórica: são nuances que precisam ser analisadas e que contribuem efetivamente para uma apreciação sem distorções.

A colonização do Rio Grande do Sul esteve sob o controle do governo federal até 1895, sendo realizada por meio da Delegacia das Terras e da Colonização. Após esse período, o governo local responsabilizou-se pelo processo imigratório. No ano de 1875 um considerável contingente de italianos chegou à Encosta Superior do Nordeste Gaúcho.³ Esses imigrantes, oriundos de diferentes regiões do norte da Itália, foram atraídos pela propaganda imigratória que acenava com possibilidades que a terra natal, assolada por uma forte crise, não oferecia. A Itália, saída da guerra de unificação, expulsava os seus filhos mais pobres. As terras confiscadas do clero pelo Estado Liberal não reverteram em propriedade para os trabalhadores rurais desprovidos⁴, mas foram inseridas em uma política capitalista e excludente. Embora constituísse a maioria, não foi somente a população agrária pobre que se aventurou *in America*, mas também agricultores com alguma economia, negociantes e artesãos.⁵

¹ Mestranda no PPG /História da Universidade do Vale do Sinos.

² CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p.22.

³ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. Ed. Porto Alegre: Est, 2001, p.58.

⁴ POSSAMAI, Paulo César. “Dall’Itália siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. p.57.

⁵ GIRON, Lorraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

Os imigrantes, que chegavam para povoar espaços “vazios” do Rio Grande do Sul, eram parte de um antigo projeto de colonização promovido pelo governo imperial. As terras direcionadas aos colonos eram vetadas ao acesso da população indígena, negra e cabocla, marginalizada por políticas socioeconômicas segregantes. Além do intuito de povoar áreas de fronteira, e de criar uma classe média que atenuasse a hegemonia dos grandes proprietários, o branqueamento da raça também estava projetado pelo governo imperial quando promoveu a imigração de europeus.⁶

Na Região Colonial Italiana, os lotes coloniais adquiridos e povoados pelos imigrantes possuíam tamanho variado e, por vezes, ocupavam relevo bastante irregular. O valor atribuído à terra variava conforme a fertilidade e a proximidade dos núcleos urbanos. Azevedo destaca que a impressão de distância entre as casas de imigrantes possivelmente era acentuada pelo isolamento provocado pela mata densa e pela existência de animais selvagens que assustavam os novos habitantes.⁷ A natureza que, inicialmente, lhes era estranha e hostil, aos poucos iria ser desvelada e os seus segredos conhecidos. Cabe ressaltar que a natureza do Brasil já povoava o imaginário do colono antes mesmo de sua chegada na América. Na percepção de Mário Maestri, o espaço a ser desbravado no território americano, de “caráter inculto e selvagem”, assombrava o imigrante desde o momento em que optou por partir.⁸ Entretanto, para além do temor e do impacto provocado, a nova terra impulsionou o uso da matéria-prima, a produção agrícola e um novo modo de vida que caracterizava a pequena propriedade fundiária.

O colono italiano, mal saído de laços feudais que o vinculava à terra na Europa, tinha a chance de se tornar senhor de sua pequena propriedade, e esse sentimento era mais forte do que o medo. A nostalgia da Península Itálica não o despojava das reminiscências, que também evocavam as dificuldades econômicas e sociais lá vividas, e, certamente, influenciaram na decisão de partir à nova pátria promissora, exaltada pela propaganda imigratória.

Na nova terra, distante e diversa da que os imigrantes conheciam, uma nova sociedade se formou. Os colonos trouxeram na bagagem valores e costumes que faziam parte de uma cultura agrária própria dos camponeses europeus. No entanto, as variações dialetais e as diferenças regionais também estavam presentes, já que os emigrantes italianos partiam de diferentes localidades. No sul do Brasil, não obstante o isolamento inicial, eles se depararam com um novo sistema econômico, social e político. O ambiente ecológico, o clima, a língua e a cultura brasileira

⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 19... P. 121-122

⁷ AZEVEDO, Tales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982, p. 182.

⁸ MAESTRI, Mário. A travessia e a mata. In: CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. p. 99.

eram diversos e, progressivamente, contribuíram para transformar o modo de vida dos colonos, dando origem a peculiaridades explicadas à luz da vivência na nova terra.

É importante ressaltar que os imigrantes provinham de uma nação recém unificada com sérios conflitos entre o Estado e a Igreja. A unificação política, promovida na esteira do *Risorgimento*, enfrentou forte resistência da Igreja Católica. O papa não reconheceu a legitimidade do novo governo e não aceitou a perda de seus antigos territórios, principalmente no que concerne a anexação de Roma, que se tornou a capital da nova nação.⁹ Portanto, o nacionalismo italiano não convivia harmoniosamente com a instituição eclesiástica. Foi nesse contexto que muitos deixaram a Itália. Segundo Manfroi, os imigrantes “abandonaram uma Itália politicamente unida, mas antes que os italianos existissem”¹⁰, não obstante, muitos viviam sob o domínio austríaco e, portanto, não havia identificação nacional entre eles. Foi em território brasileiro que o contingente de imigrantes da Península Itálica foi identificado como italiano¹¹ e passou a autodenominar-se como tal. Nesse sentido, desenvolve-se também a análise de Thales de Azevedo quando afirma que a Igreja e a religião foram fundamentais para a realização de “um micro-mundo italiano”, além de exercerem controle sobre a socialização representada pela escola, pelas associações beneficentes e pela imprensa, instituições estas que sustentavam as tradições e as reminiscências da Itália.¹² Contudo, esses fatores não são indicadores de afinidade ou aceitação dos princípios do Estado italiano, no que concerne a parte significativa do clero católico. A Igreja empenhava-se na manutenção da fé católica e a preservação da cultura e da língua era vista como mecanismo essencial.

É significativo observar que a *italianità*, forjada posteriormente na Região Colonial Italiana, é parte de um processo exógeno em relação a aquele vivido na Península Itálica e diz respeito à afirmação de uma identidade cultural entre imigrantes e descendentes. O sentimento de italianidade, que ainda hoje permeia as manifestações culturais na serra gaúcha, começou a ser exaltado de forma um tanto ufanista a partir das comemorações do I Centenário da Imigração Italiana em 1975.¹³ A partir desse marco temporal não se tratava mais da história de pobres colonos, em busca de um pedaço de terra, e sim de colonizadores de uma região com grande pujança econômica e indiscutível vocação industrial. Corteze alerta que, sobre a imigração no Rio Grande do Sul, não há pesquisa “sobre os fracassos parciais ou totais do processo de colonização”.¹⁴

⁹ MANFROI, op. cit., p. 114.

¹⁰ MANFROI, idem, p.117.

¹¹ MANFROI, idem, p.156.

¹² AZEVEDO, op. cit., p. 230.

¹³ O conceito *italianità* pode ter acepções diversas e não é objetivo deste estudo aprofundar a questão. Entretanto, o sentimento de nação forjado pelo Estado italiano é distinto da manutenção da cultura e das tradições compartilhadas pelas comunidades de imigrantes.

¹⁴ CORTEZE, op.cit., p. 22.

Para Possamai, há uma simplificação na análise de Manfroi quando este minimiza a importância da italianidade, já que em essência este sentimento não concerne à política oficial promovida pelo Estado italiano. Se não havia identificação dos imigrantes com a recém formada nação italiana, certamente a manutenção das tradições trazidas da terra natal fez com que “A identidade aldeã, ou, no máximo, provincial” cedesse lugar a

identidade nacional italiana à medida que o imigrante se encontrava com elementos de outras etnias; era reforçada sempre que surgiam fricções interétnicas, especialmente com os luso-brasileiros e com os teuto-brasileiros, mas também com elementos portadores da mesma cultura, como os trentinos.¹⁵

A questão da italianidade também não era consenso entre o clero católico, ou seja, a postura de cada sacerdote podia identificar-se ou não com os ideais ultramontanos, que defendiam a autoridade absoluta do Papa e o conseqüente repúdio ao Estado italiano. Os sacerdotes liberais afinavam-se com as autoridades italianas. Mesmo no que diz respeito às ordens há diferenças: os capuchinhos e palotinos eram ultramontanos, enquanto os escalabrinianos objetivavam auxiliar os imigrantes “a preservar os sentimentos de italianidade e catolicidade” e pretendiam reconciliar a Igreja Católica e o Estado italiano.¹⁶ Conforme a análise de Azevedo, no Rio Grande do Sul a religião teria sido o “catalisador desse sentimento (italianidade), confundindo-se a fé católica com a consciência nacional, ambigüidade da qual, aí como noutras áreas e épocas, o próprio padre, agente principal dessa aglutinação, nem sempre consegue libertar-se”.¹⁷

Dentre as características atinentes à vida nas colônias, a religiosidade teve papel de destaque e foi enaltecida pela historiografia tradicional, juntamente com a capacidade produtiva e a vocação para o trabalho que o imigrante italiano representava. Para muitos autores, o catolicismo era o elemento que mantinha a comunidade imigrante coesa, e a fé cristã, além de fornecer conforto espiritual, servia como alento e mobilizava a obstinação do colono frente às adversidades. É importante lembrar que uma quantidade significativa do que foi produzido sobre o processo de imigração na RCI¹⁸ foi desenvolvida por religiosos católicos e/ou descendentes italianos. No dizer de Corteze, grande parte das obras regionais sobre imigração foi produzida “sob a égide ideológica e material eclesiástica”, e/ou por “intelectuais não profissionais e semiprofissionais relacionados afetivamente com a colônia (...)”.¹⁹

¹⁵ POSSAMAI, op.cit., p. 250.

¹⁶ POSSAMAI, idem, p. 251.

¹⁷ AZEVEDO, op. cit., p. 230.

¹⁸ “Região Colonial Italiana”.

¹⁹ CORTEZE, op.cit., p.63-64.

O sociólogo Manfroi destacou a força integradora da prática religiosa católica na comunidade imigrante. Em sua obra fica evidente a importância conferida à religião católica como característica essencial para que as comunidades coloniais prosperassem e para que o italiano conseguisse ajustar-se à nova terra sem abandonar suas tradições.²⁰

Vista por muitos teóricos como bálsamo para o sofrimento dos imigrantes abandonados à própria sorte, a fé religiosa explicava a força sobre-humana que superou as dificuldades e triunfou sobre a mata densa e os animais selvagens. Conforme as considerações de Dom José Baréa, antigo Bispo de Caxias do Sul, o colono “Exausto pelo trabalho do dia, reunia à noite a sua familiazinha ao redor da parca mesa, recitava suas breves orações e se recolhia e adormecia com a consciência tranqüila, cheia de fé na Providência Divina.”²¹ Além da fé na intercessão divina, o colono sabia que o esforço da mão-de-obra familiar era imprescindível para a cultura da terra, o que garantiria a sobrevivência e, se não houvesse contratempos, a produção de excedentes para comercializar e pagar as dívidas.

Os escritos de Dom José Barea enalteciam os feitos dos religiosos junto às comunidades de imigrantes no sentido de manutenção da fé católica, da língua e das tradições italianas, sem, contudo, descuidarem-se da integração dos colonos à pátria que os acolheu. A influência da religiosidade proferida pelos sacerdotes buscava afastar os fiéis de doutrinas contrárias aos preceitos católicos, apostólicos e romanos. O colono italiano deveria evitar a ilusão propagada “pelos que, comodamente instalados nas cidades ou nos centros construídos com o teu suor, te apresentavam uma doutrina diferente daquela que te ensinava o sacerdote, que veio desde o começo compartilhar contigo a mesma vida cheia de dificuldades, de dores e de sacrifícios.”²²

Além das preocupações com a existência da fé espírita e da protestante, o catolicismo luso-brasileiro, criticado pelo clero romanizador, era associado às veleidades, escândalos, envolvimento com a maçonaria e com a política, e à negligência com os fiéis.²³ Segundo Possamai, a província rio-grandense, palco de constantes guerras de fronteira, contava com uma população masculina que havia introjetado valores militarizados e era pouco afeita à religiosidade. Havia um empenho por parte do clero na romanização da fé cristã, já que muitos religiosos e leigos estavam habituados ao catolicismo popular; e os imigrantes, que traziam consigo um forte clericalismo, adequavam-se a esse projeto.²⁴ No entanto, os colonos, em sua maioria oriundos da população agrária européia, apresentavam uma religiosidade embebida de elementos pagãos que, muitas vezes, os inclinava ao

²⁰ MANFROI, op. cit., p. 156-157.

²¹ BAREA, Dom José. *A vida espiritual nas Colônias Italianas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995. P. 14-15.

²² BAREA, op. cit., p. 14.

²³ MARIN, Jéri Roberto. “Ora et Labora”: o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins. In: POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Itália siamo partiti”*, p. 110.

curandeirismo e ao benzimento.²⁵ Essa característica, própria das culturas campesinas, influenciava a maneira do imigrante relacionar-se com o sagrado e o modo de perceber os fenômenos naturais e os acontecimentos de seu cotidiano. Para Thales de Azevedo, o colono buscava “manipular as forças sagradas e dobrá-las à sua vontade e aos seus interesses, a serviço de aspirações temporais como a produtividade, a proteção contra as intempéries e as pragas, os preços dos produtos, a segurança dos indivíduos e da família.”²⁶ Nesse sentido, um aspecto interessante a ser considerado no cotidiano do colono era a presença da blasfêmia que, embora condenada pelos padres, foi parte integrante do vocabulário. Quando alguma infelicidade ocorria, principalmente no que concerne à produção agrícola e ao atolamento de animais de carga, a blasfêmia era o modo de demonstrar o descontentamento com o divino e de buscar uma intervenção celestial para minimizar o infortúnio. Cabe reproduzir as imprecações citadas por Gardelin:

O carreteiro, em caso de grande apuro, blasfemava complicadamente. Tirava o chapéu, segurava-o com ambas as mãos feito um cálice, erguia-o bem alto e bradava: - *Dio Padre Eterno, Figlio, Spirito Santo, Madona, San Giuseppe, tutti dentro indel capel* (Vinde todos para dentro do chapéu). A esta altura fechava-o cuidadosamente como a deixar que ninguém escapasse, metia-o sob uma das rodas da carreta e urrando porcos a plenos pulmões acicatava as mulas, fazendo com que a roda esmagasse o chapéu.²⁷

O clero mais conservador, que atuou na região, exercia controle sobre os “maus hábitos” dos colonos e também buscava evitar a presença de padres liberais e/ou condescendentes com essa forma de religiosidade. Nesse sentido, teve grande importância o estabelecimento das primeiras ordens religiosas na região. Para Possamai, a maioria dos clérigos, refratária aos princípios morais da doutrina católica, como o celibato e os demais hábitos ortodoxos, era proveniente da Itália meridional. Porém, o autor alerta que era corrente “uma visão estereotipada do clero proveniente do sul da Itália e de Portugal”, pois a este era atribuída uma postura “liberal e regalista” que dificultava o processo de romanização. As blasfêmias, os bailes, o alcoolismo, e as práticas pouco afinadas com os preceitos cristãos mais formais também foram coibidas, embora essa atitude nem sempre surtisse resultado.²⁸

Segundo o Pe. Galioto, em grande parte analfabetos, os imigrantes cultuavam os santos, “protetores contra todos os males, proviessem das intempéries, da falta de saúde ou da sorte”. E para adequar os colonos à doutrina católica “Muitas vezes o pregador fazia incursões no terreno moral, condenando a blasfêmia, que só acabou quando deixou de ser combatida, as bebedeiras e o

²⁴ POSSAMAI, Paulo César. “Dall’Itália siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p.111 e 114.

²⁵ POSSAMAI, *Idem*, p. 125.

²⁶ AZEVEDO, op. cit., p. 202-203.

²⁷ GARDELIN, Mário. A blasfêmia na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: AZEVEDO, *Idem*, p. 206.

²⁸ POSSAMAI, op. cit., p.118-119 e 125.

sexo, que ia desde o comprimento dos cabelos, das mangas ou decotes, do uso de meias.”²⁹ É notável, portanto, o controle que a Igreja Católica buscava exercer nas colônias, o que certamente não impediu os colonos de blasfemar, utilizar práticas não-cristãs ou mesmo freqüentar os bailes condenados pelo clero. Possamai lembra que a intensa pregação contra a realização de bailes na Região Colonial Italiana era indicativa da freqüência e do apreço que os colonos nutriam por estes acontecimentos.³⁰

Nos primeiros tempos de adaptação à uma terra estranha, sensibilizado pela grande mudança nos rumos de sua vida e cheio de expectativas quanto ao futuro, era natural que o colono italiano evocasse o conforto espiritual. Nesse sentido, cabe lembrar que no início da colonização, nem sempre os imigrantes podiam contar com sacerdotes, o que propiciava uma forma mais rústica de exercício da fé. Normalmente, um leigo mais familiarizado com as escrituras sagradas e com um pouco mais de cultura era escolhido entre os colonos para coordenar as orações e as atividades concernentes à vida religiosa. A existência do “padre leigo” contradiz a afirmação de D. José Baréa que desde o começo da colonização houve sacerdotes que proferiam sermões em italiano e que recomendavam preservar tradições da família, da Pátria e da religião.³¹

Conforme De Boni, o padre leigo exercia diversas funções dentro da comunidade, que contemplavam: o catecismo, as cerimônias fúnebres, o batismo, e também a benção das plantações, lares, alimentos, entre outras relacionadas a doenças e pestes. Embora não houvesse consagração e comunhão nos encontros religiosos presididos pelo padre leigo, a comunidade mencionava *Dio sia benedetto* após a benção final.³² Incumbido dessas atividades, o indivíduo adquiria uma posição de destaque na vida da colônia e não raro assumia “ampla liderança em sua comunidade”.³³

Os padres leigos cediam seus postos na ocasião da chegada de um sacerdote ao local de atuação e, normalmente, assumiam o cargo de sacristão ou de auxiliar. Essa mudança ocorria naturalmente e quase sempre sem conflitos. Porém, o padre ordenado poderia enfrentar resistência da comunidade se não demonstrasse cautela e diplomacia ao lidar com a religiosidade que lá se desenvolvia: entremeada por crenças populares e por superstições. Essa forma agrária de catolicismo era combatida pelo clero romanizador, bem como o contato com os brasileiros de origem lusa e africana, cuja crença não se enquadrava nos princípios do catolicismo tridentino oriundo da Europa.³⁴

²⁹ GALIOTO, Pe. Antônio. O Significado das capelas nas colônias Sul italianas do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luís Alberto (org.). *Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. P. 296 e 300.

³⁰ POSSAMAI, op. cit., p. 180.

³¹ BAREA, op.cito., p. 14.

³² DE BONI, Luís A.; COSTA; Rovílio, op. cit., p.114.

³³ POSSAMAI, op. cit., p.129.

³⁴ POSSAMAI, idem, p.130-132.

O desconforto dos membros eclesiásticos com a existência de leigos imbuídos de funções próprias da instituição católica pode ser compreendido à luz dos preceitos conservadores difundidos no período. Os sacerdotes mais ortodoxos, no púlpito e na vida dos colonos, ocupavam um espaço impositivo na comunidade, onde não cabiam contestações ou participação popular. O uso do latim nos rituais litúrgicos era sintomático dessa conduta da Igreja. As mudanças significativas quanto à participação laica, especialmente das camadas menos favorecidas, somente seriam incentivadas pela Instituição Católica partir do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, e não sem resistência de alguns clérigos e dissidências no seio da Igreja. De Boni e Costa observaram a reação do clero, no que concerne às iniciativas surgidas entre os imigrantes, como por exemplo, a edificação de inúmeras capelas e a presença do padre leigo à frente das atividades religiosas:

À hierarquia da Igreja faltou, apesar da dedicação e do talento de outros tempos, o sopro do gênio para compreender, em sua amplitude, o alcance da organização religiosa surgida entre os imigrantes. A verdadeira causa disso estava, a nosso ver, no conceito de Igreja, dominante na época. Para tal conceito, herdado do Concílio de Trento e reforçado pelo Vaticano I e por toda uma teologia, o leigo fazia parte da estrutura como elemento passivo, como “Igreja discente”, a quem competia ouvir e executar ordens, sem o menor poder decisório.³⁵

Um dos aspectos mais marcantes da religiosidade nas comunidades de imigração italiana é certamente representado pela construção das capelas na área rural. Esse destaque não se deve somente ao grande número de edificações e ao significado religioso, como também às situações polêmicas e conflituosas decorrentes do processo de construção. Muitos autores destacaram a importância das capelas nas colônias italianas. O Padre Galioto apontou a singularidade desse fenômeno na região, além de sublinhar o fato de dez ou quinze destas comunidades serem filiadas à sede da paróquia. Essa organização surpreendeu D. Carlo Colombo, então bispo auxiliar de Milão, em visita à cidade de Caxias do Sul no ano de 1966. Segundo o bispo, na Itália cada comunidade contava com um pároco. A essa experiência Colombo chamou de “comunidades de leigos”, vistas por ele como solução para paróquias grandes demais, em que as relações eram diluídas pela distância e dificultadas pela impessoalidade.³⁶ A postura do bispo estava em consonância com os novos preceitos divulgados no início da década de sessenta pelo Concílio Vaticano II.

Conforme Galioto, em lugares como o México, a Colômbia, o Peru e a Argentina, as pequenas igrejas existentes pertenciam aos latifundiários, como as encontradas no centro e no norte do Brasil, e não eram organizadas pelos trabalhadores rurais. Portanto, nas regiões latifundiárias as questões concernentes à Igreja também eram controladas pelos grandes proprietários fundiários. O autor afirma que as capelas edificadas na RCI frutificaram, enquanto as construídas pelos

³⁵ DE BONI, Luís A.; COSTA; Rovílio, op. cit., p. 117.

³⁶ GALIOTO, Pe. Antônio, op.cit., p. 293-294.

latifundiários desapareceram. Mesmo na Itália, existem “pequenas paróquias rurais, com poucas famílias sim, mas não capelas filiais como as do sul do Brasil” e, a partir dessa observação, constata que “Estava, pois, diante de uma experiência sócio-religiosa, originalíssima e única no mundo e que bem merecia um estudo aprofundado e, por que não, uma maior divulgação.”³⁷

Maestri destacou que “A figura do ‘padre leigo’ e a multiplicidade das capelas assinalam importante tendência de as práticas religiosas católico-romanas a assumirem caráter ritualístico e laicizante que as aproximavam do protestantismo, evolução compreensível em comunidade de pequenos produtores proprietários.”³⁸ No caso dos imigrantes italianos na RCI, eram pequenos proprietários que, muitas vezes, não contavam com a presença efetiva do sacerdote e conferiam ao “padre leigo” boa parte das funções eclesiais. No intuito de dar continuidade à vida religiosa na nova terra, os colonos organizavam-se em mutirão para edificar a capela e, na ausência do padre, nomeavam um membro laico.

A capela tornou-se espaço de sociabilidade onde não somente o aspecto religioso estava presente como também as vivências comunitárias. Em sua órbita o comércio desenvolvia-se e eram estabelecidas algumas casas, a escola e o cemitério. Nos domingos e nos dias santos a população da linha colonial concentrava-se no entorno da capela para expressar sua fé, confraternizar e realizar negócios. Esse processo daria origem ao centro do povoado e era natural, portanto, a valorização do local e o interesse de muitos em abrigar essas construções em suas propriedades. Ao observarem o fenômeno da proliferação das capelas, De Boni e Costa registraram:

Cada linha – ou travessão – sentia-se obrigada a construir seu pequeno templo. Não tê-lo equivalia a reconhecer-se como inferior aos vizinhos. Daí a multiplicação, por vezes aparentemente desnecessária, das construções, em certos casos erigidas apesar da oposição formal da autoridade religiosa.³⁹

Em geral, o local a ser construída a capela virava motivo de discórdia, pois o terreno oferecido por um colono dava a ele prestígio, além de oferecer vantagens comerciais com a valorização do espaço. Os conflitos estavam sempre presentes porque os mais abastados disponibilizavam terrenos para abrigar a capela e demoravam a encontrar uma solução, já que se tratava também de uma disputa pelo poder na localidade. Após a decisão do terreno, a escolha do padroeiro também era motivo de discussão acalorada entre os moradores dos travessões. Muitas vezes, a questão era solucionada com a adoção de mais de um padroeiro.⁴⁰

É consenso entre diversos autores a resistência e até mesmo a proibição do clero à proliferação de capelas nos travessões coloniais. Esse fato, entretanto, não interrompeu o crescente

³⁷ GALIOTO, Pe. Antônio, op. cit., p. 294-295.

³⁸ MAESTRI, Mário. A travessia e a mata. In: CORTEZE, op. cit., p. 142.

³⁹ DE BONI, Luís A.; COSTA; Rovílio, op. cit., p. 111-112.

⁴⁰ POSSAMAI, op. cit., p.126.

número de construções. Se a Igreja Católica era uma instituição extremamente respeitada e presente na vida colonial, estas características certamente não impediram que a vontade dos colonos muitas vezes transgredisse as suas determinações. Isso ocorria com a criação de mecanismos particulares que os colonos empreendiam para adequar a religiosidade católica à concepção sacral e utilitária que lhes era inerente. Entre os exemplos que corroboram essa conduta pode-se citar: a atuação do padre laico, o grande número de capelas, os benzimentos para garantir boas colheitas, além de outras situações em que o colono mantinha uma postura contrária às orientações professadas pelo clero romanizador.

A leitura realizada por parte significativa da historiografia constrói uma imagem muito específica da participação do sacerdote na sociedade colonial italiana. Dotado de grande controle social, a ele cabia “abençoar e amaldiçoar”⁴¹, e a sua influência se fazia sentir na vida pública e na vida familiar do colono. Para tanto, era essencial que o sacerdote participasse ativamente da vida social da comunidade e conhecesse profundamente o seu rebanho, o que, na maioria das vezes, ocorria através da confissão. Esse poder se justificava pela função eclesiástica que conferiu ao padre o *status* de intermediar os assuntos mundanos e as forças sobrenaturais da divindade cristã. Conforme a observação de Manfroi, a existência de “um padre residente foi o desejo e a aspiração de todas as linhas e sedes coloniais”, e, ao citar Sponchiato, destacou que os colonos “não encontraram a paz enquanto não tiveram, entre eles, seus sacerdotes; certas colônias, que ainda não os possuíam, encaminhavam pedidos e insistiam para tê-los’.”⁴²

Thales de Azevedo também discorreu sobre a autoridade do sacerdote nas colônias italianas. O fato de o padre ser oriundo de uma família de imigrantes, e partilhar das mesmas tradições, o aproximava dos colonos e favorecia relações mais harmoniosas. Junto às autoridades civis, era o elemento que exercia maior influência. Conforme afirmação de um ajudante da Inspetoria Geral de Terras em 1886, a atuação do padre na comunidade era essencial para a manutenção da ordem, da moralidade e da estabilidade. As autoridades encarregadas pelo processo de povoamento da RCI utilizaram, dessa forma, a influência do sacerdote sobre a comunidade para garantir dedicação ao trabalho agrícola e a permanência nos lares. Azevedo vai além quando afirma que “o sacerdote cria o ambiente psicológico de segurança indispensável ao ajustamento do imigrante às suas novas condições existenciais (...)”.⁴³

⁴¹ SPONCHIATO, Luis. Crônicas da Colonização. In: MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. Ed. Porto Alegre: Est, 2001, p.139.

⁴² MANFROI, op. cit., 139.

⁴³ AZEVEDO, op. cit., p. 195.

Dilse Piccin Corteze destacou as diversas atribuições do padre no contexto colonial. As funções transcendiam ao caráter religioso para atuarem no âmbito social, político e econômico.⁴⁴ Assim como Azevedo, a autora menciona o papel intermediador que o sacerdote exercia entre o Estado e o colono. Essa atuação visava garantir relações que possibilitassem ao Estado concretizar os objetivos concernentes ao empreendimento de colonização.

Ao contrário do que apontam muitas obras, nem sempre os sacerdotes apresentavam uma conduta adequada e respeitável. Não faltam à historiografia exemplos de conflitos que envolveram corrupção, desrespeito ao celibato, despreparo e motivação material. Muitos eram os padres que se aventuravam na América a fim de compensações mais mundanas. Claramente, esses elementos não gozavam de confiança por parte da comunidade imigrante e muitas vezes eram motivo de chacota e repúdio. Alcoolismo, abandono de batina, entre outras situações vexatórias não eram raras na nova sociedade que se formava.⁴⁵

Outro fator relevante, quanto à fé católica nas colônias italianas, foi o crescente número de ordens religiosas que lá se estabeleceram. Esse aspecto favoreceu a construção de escolas religiosas, de seminários e de conventos, o que resultou em um número expressivo de vocações na Região Colonial Italiana. Segundo Possamai, era objetivo das ordens existentes, tanto na educação de meninos quanto de meninas, a criação de vocações. O autor destacou que na Região Colonial Alemã a escola paroquial tinha por objetivo a educação de todos os filhos de colonos, enquanto na Região Colonial Italiana os colégios católicos buscavam instruir os filhos da classe média e da nascente burguesia. Dessa forma, o acesso de filhos de agricultores ao ensino se dava por meio do ingresso nas instituições religiosas, já que as escolas paroquiais eram escassas e distantes de grande parte dos colonos. Além disso, a vocação religiosa constituía uma estratégia para reduzir o número de herdeiros na numerosa família de imigrantes.⁴⁶

Em decorrência da análise das obras acima referidas é possível observar a presença da religiosidade católica como parte integrante das comunidades de imigrantes. Contudo, é contestável a imagem do italiano profundamente devoto à fé católica a ponto de ser este o mote de suas ações na comunidade e da dedicação ao trabalho, elementos essenciais para o “sucesso” das colônias italianas. Esta leitura do processo de colonização está entrelaçada com o esforço da Igreja Católica em garantir a manutenção da fé, “padronizar as práticas religiosas segundo os costumes romanos”⁴⁷ e evitar o anticlericalismo, que rondava os italianos na América por meio da maçonaria e de idéias liberais, entre outras ideologias que se opunham a seus preceitos.

⁴⁴ CORTEZE, op. cit., p. 145.

⁴⁵ POSSAMAI, op. cit., p. 120-122.

⁴⁶ POSSAMAI, idem, p. 196-197.

⁴⁷ POSSAMAI, op. cit., p.14.

Apesar de relevante, a fé católica não foi o único alento ou mesmo a força motriz geradora de uma obstinação sobre-humana dos colonos frente às dificuldades, o isolamento e o abandono das autoridades. Na verdade, a importância excessiva conferida à religiosidade deve ser relativizada, bem como as agruras iniciais, muitas vezes super valorizadas pela historiografia em detrimento de outros aspectos que concernem à vivência e à expectativa dos imigrantes. Embora muitas obras tenham por base relatos que evidenciam os sacrifícios e os temores dos colonos, é necessário ponderar que a memória é permeada pela emoção, o que a faz privilegiar eventos em detrimento de outros. Como afirma Michael Pollak, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”.⁴⁸

O catolicismo fervoroso, aliado ou não à vocação étnica para o trabalho que comumente é associada ao imigrante italiano, não pode explicar a superação das dificuldades na nova terra e o sucesso da colonização. A presença da fé cristã nas colônias é parte de um conjunto de elementos complexos e, certamente, a prática mais fervorosa não era inerente a todos os seus membros. Ressaltar esses aspectos de forma cabal é ignorar que o colono italiano vislumbrava nessas terras a possibilidade real de uma vida *senza padroni*, experiência inédita para eles. Em sua maioria *contadini i braccianti*, os imigrantes deixaram para trás uma situação de privações, de controle senhorial e de pesados tributos. A empresa imigratória, não obstante as suas deficiências oferecia ao colono a possibilidade de se tornar um pequeno proprietário rural.

As condições propiciadas aos colonos europeus jamais beneficiaram as camadas desfavorecidas no Brasil. É notório que nem sempre o imigrante obteve as melhores terras para o cultivo, o que dificultou o processo de cultura agrícola em alguns casos ou mesmo impediu a manutenção da sobrevivência. Entretanto, o empenho das famílias numerosas na economia agrária era a atitude racional frente ao empreendimento que eles se propuseram quando deixaram o velho continente. Nem mesmo a religião fornecia um impulso tão grande ao trabalho quanto à necessidade de garantir a sobrevivência e de quitar as dívidas com o Estado Brasileiro.

Cabe ressaltar que as capelas nas colônias italianas estavam associadas, além do conforto espiritual, a uma importante organização social que agregava o comércio e a escola. Como foi destacado no desenvolvimento deste trabalho, a escolha do local era motivo de transtorno para os colonos, justamente pela valorização do terreno e pela importância comercial adquirida, já que os espaços de sociabilidade concorriam para a fundação do centro do povoado. Portanto, além do sentido religioso, a sociabilidade e o poder exercido pelos administradores das capelas também concorriam para a importância e para a quantidade destes estabelecimentos.

⁴⁸ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989. P.3

A crença religiosa de um povo influencia por certo a sua visão de mundo, mas não pode explicar isoladamente a complexidade de suas vivências. É indiscutível a importância da religiosidade para os colonos, como também é notável o esforço da Igreja para enquadrá-la nos princípios mais formais promovidos pela romanização. A natureza da fé presente nas colônias italianas possuía fortes elementos ritualísticos e laicos, próprios da cultura campesina européia. Essa característica propiciou a criação de mecanismos peculiares de religiosidade na RCI, como a criação de inúmeras capelas e a figura do “padre leigo”, já que o período inicial da colonização não contou com o efetivo acompanhamento de sacerdotes. O catolicismo exercido pelo padre leigo foi parte da cultura da nova sociedade em formação e distanciava-se dos princípios tridentinos pregados pelo clero e dos costumes que os italianos trouxeram da Europa. A Igreja buscava coibir esta atividade, bem como a proliferação de capelas, o que demonstra que a religiosidade dos imigrantes não estava perfeitamente afinada com os interesses e preceitos da Instituição Católica.

No que concerne às imposições do clero romanizado no ambiente colonial, cabe destacar que nem sempre foram acatadas. Os bailes, a blasfêmia, a religiosidade popular, a maçonaria e a existência de membros eclesiais pouco ortodoxos foram constantes na sociedade que se desenvolvia a partir da formação dos núcleos coloniais.

A catolicidade, a origem, os costumes e tradições trazidos pelos imigrantes na bagagem cultural constituíam na nova terra elementos que favoreceram uma identidade comum. Ora, a grande maioria dos colonos eram estrangeiros provenientes da Itália unificada, mesmo que não tivessem participado da construção do sentimento nacional em sua terra de origem. Entretanto, o processo de formação da identidade na Região Colonial Italiana foi lento, na medida em que se deparou com diferentes dialetos e idiossincrasias regionais. Entretanto, na historiografia tradicional, esses aspectos cederam lugar a uma cultura homogênea. Mesmo que os vênets constituíssem a parcela predominante no contingente imigrante, esta não era a única origem presente e a diversidade deve ser ponderada na análise histórica.

Cabe ao pesquisador uma postura acurada no sentido de evitar generalizações e de perceber os diferentes elementos que orquestraram a trajetória dos colonos italianos na RCI. A história homogeneizada e mitificada construída ao longo dos anos, sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul atende a expectativas de segmentos específicos da sociedade e, neste sentido, a Igreja Católica é um exemplo, já que influenciou a elaboração de obras acerca da imigração. Vale reproduzir Corteze quando afirma que o fenômeno religioso é parte e produto do processo colonial

e a “universalização da presença-funcionalidade da religião e dos sacerdotes é um fenômeno da história da imigração italiana sulina que deve ser relativizado e contextualizado”.⁴⁹

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982.

BAREA, Dom José. **A vida espiritual nas Colônias Italianas do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in America: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

DE BONI, Luís A.; Costa; Rovílio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Ed. Vozes, 1982.

DE BONI, Luís Alberto (org.). **Presença Italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2. Ed. Porto Alegre: Est, 2001.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989.

POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Itália siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

⁴⁹ CORTEZE, idem., p. 138.

IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O RIO GRANDE DO SUL

Milton Cleber Pereira Amador*

Por décadas, o estranho mundo colonial, onde todos possuíam uma pequena propriedade, constitui, talvez, a sociedade mais democrática da civilização ocidental de então. Os sem-terra do Brasil de hoje, comumente descendentes de imigrantes europeus, vegetam nas beiras das estradas, sob sinistras barracas de plástico negro, sonhando com o que era garantido ao imigrante desde a sua partida da Europa – terra para trabalhar (MAESTRI, 2005, p. 47-48).

Penso que esta idéia de Mario Maestri sintetiza um pouco a história dos imigrantes italianos, que vieram para o Rio Grande do Sul, em busca de terras para trabalhar e construir uma vida com dignidade.

A terra que lhes negaram na Itália, encontraram em abundância no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, especificamente na região da serra. No final do século XIX e início do século XX, as autoridades brasileiras ofertavam colônias de terras para os imigrantes em condições em que estes poderiam adquiri-las. Mas com o tempo a terra foi escasseando e o drama da falta de terras voltou a atingir os descendentes de imigrantes.

Foi a partir de 1875 que começou o grande êxodo da Itália para o Brasil, devido à expulsão de suas terras encontravam-se em profunda miséria sem mais terem condições de buscar o mínimo necessário para a subsistência. Vinham principalmente das regiões de Vêneto e Lombardia, estas participando com mais de 80% de italianos para o Brasil.

Quando falamos de imigração européia para a América, muitas vezes não refletimos o necessário para compreender as razões de por que milhares de pessoas arriscavam suas vidas, muitas deixando quase toda a família para tentarem a sorte em lugar desconhecido e longínquo. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 43) destaca que:

Sem dúvida, o ato de migrar teve diferentes razões, muito específicas e peculiares, que variavam de região para região, de país para país. Porém, como se trata de um *fenômeno de massa*, cabe a nós investigar as razões que motivaram grandes grupos a enfrentar a travessia oceânica; procurando, sempre que possível, cotejar com memórias, cartas e demais documentos produzidos pelos imigrantes e seus descendentes.

Pelo número de contingente humano que movimentou o processo de imigração européia para a América, foi um dos maiores, fenômenos, ocorridos na história da humanidade pós Revolução Industrial. Desta forma, está correto Paulo Pinheiro Machado, quando diz que

* Doutorando em História – UNISINOS

precisamos investigar as razões que levaram este grande fenômeno de massa a movimentar-se de maneira tão intensa para lugar totalmente desconhecido.

A Europa começou a sofrer profundas modificações no mundo do trabalho, após o advento do capitalismo industrial, no século XVIII. Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 385), assim destaca este momento. “A passagem do sistema de produção feudal para o início da produção em moldes capitalista seguiu linhas básicas em todos os países que se industrializaram; o que variou foi à época em que isso aconteceu”.

No campo irão ocorrer mudanças na base social, provocadas principalmente pela privatização da propriedade rural. Conforme destaca Hobsbawm (1982, p. 203). “A desarticulação do artesanato doméstico, em razão do crescimento da indústria, a privatização de terras comunais e a quebra de antigos vínculos de subordinação modificaram por inteiro a vida no campo”.

A emancipação do camponês em relação à tutela senhorial, levou-os a um certo distanciamento da terra, pois teriam de adquiri-la em compra ou arrendamento, e assim passaram a não terem mais condições de permanecer no campo, muitos indo para as cidades em busca de trabalho, alguns encontravam pequenos afazeres de biscate, sendo que a remuneração não daria para sustentar uma pessoa, ficando a família num processo de miserabilidade total.

Fatores como estes começaram a provocar um processo gradativo de imigração dessas pessoas, em busca de condições de sobrevivência, visto que cada vez mais aumentava o número de desempregados na cidade, devido ao processo de desocupação dos trabalhadores no campo e à exploração que ocorria nas fabricas. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 45), destaca ainda que:

A grande emigração européia durante o século XIX foi, principalmente, consequência das transformações agrárias processadas pelo capitalismo. O campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados. Objetivamente, o que ocorreu em todas as partes, foi a destruição da ordem tradicional camponesa, que mantinha um equilíbrio entre a produção agrícola e artesanal durante as diferentes estações de um ano.

Desta forma, o que podemos constatar, é que a emigração ocorrida no mundo europeu será fruto da desarticulação da sociedade camponesa surgida após o advento do mundo industrializado. Thales de Azevedo (1975, p. 47) acrescenta que “O extremo fracionamento da terra, os salários baixos e os elevados tributos eram também um fator de pobreza no Vêneto. O cultivo dos minúsculos lotes em todo o Norte não bastava para sustentar as famílias, em sua maioria numerosas”.

A emigração italiana para o Rio Grande do Sul terá início a partir de 1875 devido ao aumento das grandes propriedades e à concentração fundiária e ao crescente confisco de terras fruto

da especulação e agiotagem, patrocinada pelas autoridades italianas. Isto fazia cada vez crescer mais o número de desempregados e famintos. A população camponesa encontrava-se cada vez mais em estado de miséria, não tendo mais onde morar e sem as mínimas possibilidades de subsistência. Mario Maestri (2005, p. 31), acrescenta que:

O *bracciantte* – assalariado rural – partia para o estrangeiro para fugir do desemprego, dos baixos salários, da vida cara. O *mezzandro*, lançado na miséria negra, sonhava emancipar-se dos arrendamentos escorchantes. Catástrofes naturais assentavam o golpe de misericórdia numa economia camponesa extremamente fragilizada. Aldeias inteiras partiam após serem golpeadas por uma inundação, uma seca, uma tempestade de granizo particularmente forte, por epidemias. O longo serviço militar obrigatório reforçava a vontade de emigrar.

Assim, podemos constatar que muitos fatores influenciaram a emigração européia, particularmente a italiana para o Brasil. Esta, portanto não foi fruto de uma ação espontânea, mas a conjugação de vários fatores ligados principalmente a interesses econômicos de uma nova ordem social que se estabelecia com a Revolução Industrial e o surgimento da burguesia como nova classe social que buscava de todas as maneiras enriquecer. Também pode-se constatar estas análises no trabalho de Dilse Piccin Corteze (2002, p. 107), quando destaca que:

Na historiografia da imigração italiana no Rio Grande do Sul, são muitas as referências às promessas mirabolantes e falsas feitas pelos agentes de imigração na Itália. Financiados pelo governo brasileiro e pelas companhias de colonização e de navegação, os agentes da emigração faziam uma ampla propaganda enganosa.

Desta forma, não restou outra alternativa aos camponeses empobrecidos da nova Itália, agora unificada em um só país, a não ser saírem em busca de outra pátria, pois esta não lhes deu a possibilidade de sobreviverem com dignidade. Segundo José Carlos Radin (2001, p. 52), a expulsão dos camponeses é provocada pela expansão capitalista, ao que ainda acrescenta.

Neste sentido, pode-se dizer que a imigração constituiu-se numa forma de resistir à exploração que sofriam. Um canto dos emigrantes evidencia esta situação quando diz: *andaremo in Mérica, in tel bel Brasil e qua i siori lavorarà la terra col badi!*” ou seja, “iremos para a América, no belo Brasil e aqui os ricos terão que trabalhar a terra com sua pá”.

O início da viagem do imigrante também é marcado por um longo processo de sofrimento, provocado, primeiramente, pela decisão de abandonar sua terra natal, talvez num eterno exílio, deixando toda uma relação social construída ao longo da vida. O abandono da aldeia deixa para traz parentes próximos; é a primeira decisão traumática a ser enfrentada. Reunir os poucos pertences que possui e levar junto significa algo muito mais que material e sim lembrança de um passado que muito distante ficou.

A travessia do grande oceano é lembrada por naufrágios, embarcações inadequadas, com pouco espaço, levando o imigrante a total insegurança e medo antes do embarque. Dilse Piccin

Cortese (2002, p. 71) destaca: “É também recorrente na memória e na historiografia étnica e acadêmica o registro da alta mortalidade entre os passageiros durante a travessia. Chega-se a falar de passageiros doentes lançados aos tubarões após e, em alguns casos, antes de falecerem”.

Ao chegarem no Brasil, grande parte dos imigrantes dirigiu-se a São Paulo nas lavouras de café e uma parcela menor para o trabalho urbano. Para o Rio Grande do Sul vão uma parcela menor que foi levada para as áreas coloniais do nordeste do Estado, conforme destaca Olívio Manfroi (2001, p. 51).

Em 1875, as melhores terras do Rio Grande do Sul estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã. Os italianos estabeleceram-se na borda meridional do planalto: uma região montanhosa, coberta por uma densa floresta virgem, e isolada do Rio Grande do Sul real.

Outro grande desafio dos imigrantes italianos após a chegada nas colônias gaúchas seria enfrentar todas as dificuldades oriundas de uma região coberta por matas virgens e isolada de tudo e de todos pelas dificuldades de comunicação. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 34) afirma que os colonos foram levados a estes locais por que. “efetivamente, a colonização estrangeira dirigia-se às regiões de matas e subidas de serra, locais desinteressantes para o grupo pecuarista dominante”. Este fato é comprovado, se verificarmos o processo histórico de ocupação do Estado riograndense, que teve na estância de gado sua principal atividade econômica, marcando desta forma a ocupação das melhores terras para a pecuária extensiva. Sobraram, assim, as regiões montanhosas e de pouco interesse econômico para a época.

Compreende-se porque a maioria dos imigrantes era do norte da Itália, pois foi esta região uma das mais atingidas pela crise econômica, principalmente após a unificação. Como eram trazidos para a região colonial da serra gaúcha, esta foi demarcada para receber os novos moradores, conforme esclarecem De Boni e Costa (1984, p. 80). “A colônia foi dividida em travessões ou linhas, que, por sua vez, dividiam-se em lotes rurais”.

Os imigrantes italianos além de serem levados a uma região de difícil acesso e em terreno muito montanhoso e recortado, tiveram desvantagem em relação aos colonos alemães. Os imigrantes de origem alemã já haviam chegado ao Rio Grande do Sul a mais de meio século e tinham levados para as melhores terras. Ocuparam as regiões próximas a Porto Alegre, sendo terras planas e vales, banhadas pelos rios Jacuí, Taquari, Sinos e Caí e suas propriedades eram maiores, chegando a 75 há, enquanto os lotes para os italianos na maioria das vezes não chegava nem a metade. De Boni e Costa (1984, p. 80), destacam como eram divididos os lotes nas colônias.

O tamanho dos lotes variava. Por vezes, peraus ou terras de difícil acesso faziam com que seu tamanho aumentasse; reduzindo-se quando o solo era plano, mais fértil e próximo à sede. Outras vezes, influíam também as fontes de água, pois

nenhum colono aceitaria instalar-se onde elas não existissem: era necessário, então, reduzir o tamanho de um lote, para que outro também tivesse acesso à água. Em alguns lugares, perto do rio das Antas, por exemplo, ficaram faixas de terra sem medição mas os colonos limítrofes delas se apoderaram pacificamente pouco tempo depois. As variações situavam-se, na maioria dos casos, entre 15 e 35 ha. Era possível também adquirir apenas $\frac{1}{2}$ lote, ou mesmo uma área menor, havendo quem adquiriu apenas $\frac{1}{8}$, o que parecia muita terra para pobres campônios europeus. Em alguns casos, houve imigrantes que compraram mais do que um lote.

Fator de destaque na história da imigração brasileira é o papel do Estado enquanto agente político do processo. Algumas versões aparecem nos relatórios da época. Por exemplo, durante o Império era desejo dos liberais incentivar povoamento no Sul do Brasil com objetivo de garantir a posse dessas regiões devido ao problema de fronteira com os vizinhos do prata. Também esses mesmos liberais defendiam a entrada de imigrantes pobres para a região sudeste com propósito de substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Alguns autores entre eles Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 384), defende que:

O embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como o branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários.

Como o Brasil foi colonizado na lógica de uma colônia de exploração, com mão-de-obra africana, não ocorrendo em nenhum momento de sua história colonial preocupação por parte das elites em criar condições para que a colônia tivesse condições de buscar seu próprio modelo de desenvolvimento. Tem sentido um projeto de colonização para branquear a população, embora a história oficial não o admita por razões óbvias.

No Rio Grande do Sul, vai ocorrer um modelo de colonização diferente do centro do país, ou seja, enquanto lá se pensava em uma colonização apenas para substituir a mão-de-obra escrava, sem o colono ter a posse da terra, no Estado gaúcho o pensamento das autoridades era diferente, queriam o imigrante no sentido de possuir uma pequena colônia, para derrubar árvores, legitimar a ocupação do território, abrir picadas para construir estradas e também desenvolver um outro modelo, para aumentar a produtividade agrícola, que era muito reduzida, não atendendo às necessidades de consumo do Estado. Thales de Azevedo (1975, p.80-81) atesta esta idéia da seguinte forma.

A orientação que vingou no Rio Grande continuava controversa no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em discussão na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em fins do século, o Dr. Parigot, exprimindo o pensamento dos fazendeiros, considerava como principal tarefa “a promoção da emigração, de preferência à colonização”. O que, assim, se propunha como emigração era a simples importação de braços para a lavoura nas grandes fazendas de café, em oposição à política imperial de formar núcleos colônias constituídos de pequenas propriedades.

Desta forma, o que se dará no Rio Grande do Sul, é uma colonização com distribuição de terras a famílias de colonos, que irão fazer brotar da mesma uma possibilidade concreta de construir o sonho da riqueza, que trouxeram da Europa. Embora Mario Maestri (1996, p. 62) ateste que não “houve enriquecimento significativo dos colonos. Eles trabalhavam sobretudo para manter-se. Quando os filhos cresciam, novas propriedades eram abertas, se houvesse terra”. A riqueza que houve deu-se muito mais pela acumulação do capital comercial do imigrante.

O que se percebe é que o fenômeno da imigração promove um fato revolucionário no Brasil. Traz para cá, pessoas com outra concepção social e de trabalho, isto determina mudanças de comportamento cultural, político e econômico ao longo do processo histórico, onde se estabeleceram as colônias e mesmo trabalhadores em centros urbanos. Dilse Piccin Cortese (2002, p. 126) fala que foi um movimento de reforma agrária, destaca que este modelo foi capaz de entregar terras para milhares de camponeses europeus, e acrescenta.

Foi um processo que, constituindo a única reforma agrária multitudinária realizada até hoje no Sul, transformou profundamente o perfil da apropriação da terra e de acumulação de capitais do estado gaúcho, apoiando, a seguir, seu processo de industrialização. A principal limitação desse processo foi não ter sido ainda mais ambicioso na repartição das terras e não ter envolvido, igualmente, os nacionais pobres sem terra, deixados à margem da iniciativa.

No Rio Grande do Sul, toda a região de vale dos rios Jacuí, Taquari, Sinos e Caí, da Serra e parte do Planalto Norte, terá um perfil econômico diferente do restante do Estado. O mesmo até então era ocupado por fazendas e grandes estâncias voltadas à criação bovina e ovina em grandes extensões de terras. A formação cultural do homem desta região econômica era completamente diferente do colono, pois este tinha adquirido sua propriedade de forma muito diferente do imigrante, que comprou uma pequena colônia pagando com o trabalho de toda a família.

Mas, pensar que as dificuldades do imigrante terminariam ao chegar na colônia será um grande engano. Todo o tipo de dificuldade foi encontrada, desde o não cumprimento de contratos por parte de autoridades e empresários gananciosos, até de políticos conservadores, que usavam da imprensa para denegrir a imagem do imigrante junto a sociedade. Paulo Pinheiro Machado (1999, p. 92), destaca ainda.

Alguns problemas agravavam as dificuldades da colonização. Os contratos com empresários para fornecimento de auxílios (rações, ferramentas) e serviços (medições, desbaste, construção de casas provisórias) eram muito questionados por diretores de colônias e pela imprensa de oposição. Com frequência os empresários forneciam rações estragadas, construíam casas inabitáveis não concluíam contratos de medição de lotes. Muitas vezes estes empresários eram, ao mesmo tempo comerciantes que vendiam fiado para os colonos e pressionavam pelo mais pronto pagamento de auxílios e das quinzenas.

O recomeçar uma nova vida não foi fácil, tudo era desafio. A limpeza do terreno para construir sua primeira habitação será o início e marcava a referência para o novo lar, e criava as bases para a economia familiar. O trabalho era de sol a sol, tinham que ter persistência na tarefa. Houve muitos casos de desistência, outros foram para as cidades, até mesmo houve inúmeros casos de quem voltou ao seu país de origem.

A aquisição da colônia e todos os apetrechos iniciais, necessários para começar o trabalho, eram financiados pelo governo, isto até 1880. Após houve restrições a subsídios de passagens e a outros tipos de auxílios. Mesmo assim continuaram tendo algum tipo de ajuda, pois é de imaginar que os imigrantes chegavam ao Brasil com muito poucos utensílios agrícolas e domésticos. A maioria era muito pobre, sem as mínimas condições de garantir a sua própria subsistência. “Poucos eram os que traziam algumas economias, algum capital da Itália” (Azevedo, 1975, p. 145). Por isso se fazia necessário o financiamento por parte do governo, como relata Mario Maestri (1996, p. 80).

O governo financiava o transporte até o lote colonial e a hospedagem nos barracos. Os eventuais subsídios – alimentos, ferramentas, sementes, etc. – eram calculados acrescentando-se 30% ao valor dos lotes. A dívida colonial devia ser paga de cinco a dez anos; caso não o fosse, era acrescida de juros. O título provisório era entregue quando 50% da dívida fosse coberta; o definitivo, quando exaurida. A família inadimplente era executada nos bens. Os títulos descreviam a localização e os limites dos lotes.

Portanto, percebe-se que os imigrantes não tiveram vida fácil para iniciar seus novos empreendimentos. Embora tivessem apoio governamental tudo era desafio. As condições de isolamento na colônia impunham dificuldades extras ao novo habitante. O medo de enfrentar toda a situação de desconhecido passou a ser exigência para que pudessem superar as dificuldades. Havia inclusive o medo de animais selvagens ou mesmo dos nativos, embora isto não tenha passado de folclore, fruto da fantasia e do imaginário criado antes mesmo de chegarem ao Brasil

Após, instalado na colônia, o imigrante começa o processo de utilização da terra. Devido à necessidade de produzir inicialmente para a subsistência, irá plantar de tudo um pouco em pequenas quantidades, dando um novo perfil à ocupação da terra, ou seja, criando uma atividade agrícola voltada à policultura. (Thales de Azevedo, 1975, p.187 - 188), destaca ainda que:

Assim, a produção da região e a de cada estabelecimento é diversificada, não existindo grandes e extensas culturas de nenhuma planta nem lote algum dedicado à monocultura. Cedo esboçado, o esquema de uso da terra vem a ser determinado pela repartição do lote em parcelas com diferentes destinações, num padrão mais ou menos uniforme.

Desta forma, irá se configurando nas colônias italianas o novo modelo de desenvolvimento econômico de pequena propriedade e diversidade de produção. Esta ocupação

rapidamente ocupará toda a região da serra e o planalto norte do Estado do Rio Grande do Sul, expandindo-se, no início do século XX, para o Estado vizinho de Santa Catarina. Neste sentido, terá absoluto sucesso o projeto de imigração das autoridades brasileiras, pois o objetivo eram esses elementos, de origem européia ocuparem as terras devolutas, impróprias para o grande latifúndio. Conforme Dilse Piccin Corteze (2002, p. 113).

O sucesso macroeconômico e macrossocial do movimento migratório, inicialmente com colonos alemães, mais tarde italianos, é evidente. Entre as razões desse sucesso encontram-se, certamente seu planejamento e desenvolvimento relativamente harmônicos e satisfatórios, considerando-se as condições da época, os recursos e, sobretudo, os objetivos das autoridades estatais e das elites da época.

Devido à cultura familiar de viverem em pequenas propriedades na Itália, não foi difícil aos colonos adaptarem-se no Brasil ao projeto de produzirem em diminutas colônias de terras, se comparadas aos grandes latifúndios existentes na época. A isto, pode-se atribuir em parte o sucesso do modelo colonial. A nova ordem socioeconômica garante ao Estado suportar com mais segurança os períodos de crise enfrentados principalmente pela economia do latifúndio pecuarista. Zuleika Maria Forcione Alvim (2000, p. 394), destaca outros fatores da nova atividade econômica.

a paisagem sulina ganhou uma perspectiva muito diferente do restante do país, onde predominava a grande propriedade. O que se via era um suceder de pequenos lotes onde o milho e o trigo, cereais básicos na dieta italiana, dominavam ao lado de verduras de toda a espécie. No Rio Grande do Sul também os italianos se voltaram muito cedo para o cultivo da uva, transformando esse estado no maior produtor nacional do vinho até hoje.

Esta mesma atividade familiar em pequena propriedade é que levará este colono a buscar constantemente novas terras em outros espaços. A produção capitalista não integra o filho do imigrante ao sistema produtivo urbano. Como as famílias dos colonos tornavam-se muito numerosas e a colônia era pensada apenas para atender uma família, esta não suportaria a segunda geração, levando muitos dos filhos a buscarem outras terras.

Assim, num suceder constante de migração foi que os descendentes de imigrantes fizeram novas ocupações de espaços vazios até mesmo em, outros Estados. Ao longo deste processo histórico, o modelo capitalista tornou-se cada vez mais acumulativo e transferidor de riquezas aos grandes conglomerados econômicos. O pequeno agricultor, como na Itália pós unificada, continua sendo uma das principais vítimas do atual modelo. Muitos descendentes de famílias de imigrantes continuam sonhando com a terra prometida. Os milhares de sem terra que hoje vivem em baixo de lonas e em acampamentos nas beiras de estradas são os deserdados da terra como eram os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao Brasil.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses va in america**: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2002.

DE BONI, Luis A., COSTA, Rovílio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. 3 ed. ilustr. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias; Correio Brasiliense. 1984.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). In.: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era do Capital. 1848-1875**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1982.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra**: a colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2ª ed. ren. e ampl. – Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. **História e literatura**: O quatrilho. Belo Horizonte: Práxis, 1996.

MANFROI, Olívio. **A Colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. 2 ed. Porto Alegre: Est, 2001.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. 2 ed. rer. ampl. – Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

IMPRESNSA CATÓLICA E IDENTIDADE NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL: *IL CORRIERE D'ITALIA* E *IL COLONO ITALIANO* (1909-1920)

Gustavo Valduga*

De uma forma geral, a imprensa católica que se efetivou nas primeiras décadas do século XX no Brasil, foi um instrumento de luta da Igreja para recuperar o espaço perdido diante da República laica inaugurada em 1889. Manter-se influente junto ao povo era o objetivo da Igreja e a imprensa fornecia o meio necessário para tal ação pastoral. Os anos aqui analisados se enquadram no que Oscar de Figueiro Lustosa periodizou como a terceira fase do desenvolvimento do jornalismo católico nacional (1900-1945), marcado por um momento de organização e articulação, onde o episcopado, através dos Congressos Católicos, tentou definir linhas gerais de ação para a Igreja e, entre os campos em que ela deveria atuar, encontrava-se em destaque a imprensa. Nesse momento se dá a criação do Centro e da Liga da Boa Imprensa. A função do primeiro seria o de “auxiliar os jornais e revistas que quisessem adotar o seu programa, difundindo a boa imprensa e a sã literatura [...] e fornecer aos jornais e revistas, pertencentes à coligação, artigos dos melhores escritores, sobre todas as questões.”¹ O Objetivo da Liga, por sua vez, era o de dar suporte financeiro e administrativo ao Centro.

Na região colonial italiana o primeiro jornal católico a surgir foi *Il Colono Italiano* que circulou entre os meses de janeiro a agosto de 1898. Fundado pelo então pároco de Caxias do Sul, Pedro Nosadini, logo entrou em atrito com as autoridades locais pelo fato de que o mesmo sustentava uma crítica árdua ao novo regime italiano que expropriara o papado de seu poder sobre a cidade de Roma, acusando abertamente a maçonaria pelo fato e provocando a ira dos maçons locais, em especial das autoridades administrativas do município. A luta que implicou Nosadini e o então intendente municipal José Cândido de Campos Júnior, ligado à maçonaria, alimentava os rancores trazidos do Velho Mundo onde católicos e liberais ocupavam campos opostos da política pelo fato da unificação italiana. Tal disputa logo degenerou em acusações mútuas provocando atentados à vida de ambas as partes. O caso sofreu intervenção até do presidente do Estado, Borges de Medeiros, que em 1900 transferiu Campos Júnior da cidade e fechou a loja maçônica Força e Fraternidade. O pároco Pedro Nosadini seria transferido para a Itália ainda no mês de dezembro de 1898. Desta forma, os ânimos arrefeceram e a primeira experiência de um jornalismo católico regional sucumbiu às disputas políticas locais.

* Mestrando em História PUCRS.

¹ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a Imprensa**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983, p. 14 a 18.

Mas isso não significou o fim da tentativa de implantar um noticioso católico e, em 13.02.1909, passa a circular na mesma cidade o jornal *La Libertà*, dirigido pelo padre Carmine Fasulo, também pároco da paróquia Santa Tereza de Caxias do Sul. Com um início tumultuado Fasulo permaneceu como diretor do jornal até maio daquele ano, quando foi substituído por Pe. Francisco Baldassare que também assumia suas funções paroquiais. Francisco Baldassare e Carmine Fasulo iniciaram uma polêmica que envolvia questões administrativas e pessoais e que resultaria na volta de Fasulo à paróquia e à direção do jornal em 11.12.1909.² No entanto, novamente atritos com as autoridades locais levaram Carmine Fasulo a abandonar Caxias deixando o jornal em uma situação delicada quando o então pároco de Garibaldi, João Fronchetti, auxiliado pelos Capuchinhos e por mais dois católicos, Adolfo Moreau e Giovanni Carlotto, adquirem o maquinário e o transfere para aquela cidade dando continuidade ao jornal agora rebatizado com o nome de *Il Colono Italiano*.

Em 1912 surgiria mais um jornal católico na região, *Il Corriere d'Italia*. Publicado em Bento Gonçalves, teve como primeiro diretor Pe. Estevão Minetti que, devido a sua repentina saída da cidade transferiu o encargo ao Pe. Henrique Domingos Poggi. O início difícil e a repentina mudança de Minetti havia deixado o jornal em uma situação crítica, fato que levava Domingos Poggi a bater às portas dos missionários de São Carlos. A tentativa dera certo e o superior da congregação, padre Henrique Preti, além de sanar as finanças do jornal, mandara em auxílio de Poggi o padre João Costanzo com o qual passou a dividir a direção da publicação. Os dois jornais eram declaradamente católicos, mas apresentavam algumas sutis diferenças que pode ser vista através dos programas dos dois periódicos

1 – O PROGRAMA DOS JORNAIS

Em seu primeiro número *La Liberta* trazia claramente explicitado seus objetivos e definia desde já seu programa.

La Liberta aspira à suprema autoridade eclesiástica diocesana saindo hoje pela primeira vez na arena jornalística.

Tendo em vista as normas seguidas por aqueles que nos precederam cumprimos o dever de manifestar neste primeiro número qual será o programa por nós proposto a desenvolver e o diremos em poucas palavras.

O nosso jornal será semanal de índole essencialmente católica, apostólica, romana, será papal no mais estrito sentido da palavra. Nós não sabemos conceber um jornal católico sem que seja papal. Para um verdadeiro católico, depois de Deus o papa é tudo.

² DE BONI, Luis A; COSTA, Rovílio. **Os Capuchinos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1996, p. 44.

La Liberta fará seu não só o comando mas os mesmos desejos do romano pontífice. Nós não entendemos e não queremos iludir ninguém. *La Liberta* nasce católico e viverá católico e se um dia devesse morrer o último suspiro será consagrado ao augusto vigilante do Vaticano lugar tenente de Cristo na terra.

La Liberta poderá morrer, mas Deus não morre.

Com isso não se deve entender que o nosso jornal tratará exclusivamente de assuntos religiosos. Nós levaremos aos nossos egrégios leitores tudo o que os possa interessar também do lado material.

Portanto trataremos de agricultura, indústria, higiene e também um pouco de medicina prática, tudo coisas que consideramos não só úteis mas também necessárias ao desenvolvimento da vida social.

La Libertà será rico em notícias mundiais e mais especialmente da Itália e deste estado do Rio Grande do Sul.

Se tanto obtivermos, até agora podemos afirmar que a nossa modesta *Liberta* é reservada a glória de um longo porvir, glória que deverá redundar em honra das opiniões que haveremos extenuamente de justificar no atual e presente programa inspirado no daquele do reinante pontífice: *instaurare omnia in Cristo*.³

A liberdade é entendida apenas como liberdade em Cristo e como sua palavra emana da suprema autoridade de Roma, é nela que o jornal se apoiará. O espírito moderno estava impregnado da idéia de destruir a palavra santa, no mundo predominava uma só política, a de “guerrear a fé católica e seus defensores”. Essas forças desagregadoras procuravam lançar a ruína sobre obra cristã, combater esse mal era a função da boa imprensa.⁴ No entanto, a questão crucial era a relação entre cristianismo e pátria. Como o jornal articularia esses dois conceitos já que a defesa incondicional do papado entrava em conflito com a da Itália oficial? Seguindo o raciocínio da argumentação, o conceito de pátria surge primeiramente como patrimônio material, fruto da guerra e do egoísmo humano. “A pátria era o solo do campo e das florestas, o depósito de minério, o porto, o rio, o lago”. Porém, o mero sentido material da conquista não dura muito e é sobreposto por um mais nobre, o sentimento de amor aos antepassados e aos deuses. Pátria ganha um sentido sobrenatural, diz respeito não só a matéria, mas ao espírito. A herança da educação em família é que mantém a sobrevivência desse sentimento, a pátria torna-se uma extensão da família que universaliza o amor e une as fronteiras entre os povos. Unidos pelo sentimento fraternal os povos se irmanam e lançam as pedras milenares do progresso humano.⁵

Portanto, a idéia a aparecer é a de uma pátria universal, “a pátria do homem é o mundo”, “nós cristãos somos por um cosmopolitismo intenso”⁶, e o centro deste mundo cosmopolita era, claramente, a Itália e especificamente Roma. No entanto, o excessivo amor de pátria havia desvirtua seu sentido e

³ *La Liberta*, 13 fev. 1909, p. 1.

⁴ *La Liberta*, 20 fev. 1909, p.1.

⁵ *La Liberta*, 08 maio 1909, p. 1.

⁶ *La Libertà*, 29 maio 1909, p. 1.

dado margem ao egoísmo e às violências praticas contra ela. A arrogância e a intolerância tornaram-se os qualificativos da nova ordem, surrupiando o centro vital da suposta pátria universal. Os acontecimentos de 1870 na Itália são o marco desses novos tempos.

Os anos 70 foram fatais para a Itália porque essa data é a data do ódio. Desde os 70 passaram anos de opressão para quem sustentava sua condição de crente. Aos que tinham fé, se viam fechadas as portas de empregos, dos cargos, das honras, mantidos como homens de natureza inferior a da humana. A opressão dura e mantida pela etiqueta de um partido liberal (a ironia do nome é significativa) que não sabe compreender a alma italiana e a qual dá cegamente ao povo cristão o mesmo tratamento dos circos romanos.⁷

O patriotismo do católico italiano era diferente daquele dos italianos oficiais. Os primeiros amavam a Itália das grandes figuras humanísticas como Verdi, Tiziano, Miguel Ângelo, Rafael, amavam a língua italiana que sonoramente espalhava a voz do evangelho pelo mundo, a Itália que em seu coração vivia Pedro, o vigário de Cristo e que deveria continuar a sua missão de levar a civilidade para toda e qualquer parte do mundo.⁸ Sem dúvida amar essa Itália, embora aviltada pelos inimigos era repetir o gesto mais sublime de toda a história da humanidade, aquele em que Cristo, embora traído e condenado à morte pelo seu povo, não o abandonava e não rogava a Deus que lhe imputasse o castigo divino, mas sim, pedia que os perdoassem, pois, estes não sabiam o que estavam fazendo.⁹ Assim, Jesus não abandonando seu povo morria fiel à sua pátria.

Desta forma, o universalismo patriótico se condensa na estirpe italiana, amar a Itália é amar o mundo, mas, sobretudo, amar a Itália católica é dar continuidade à sagrada missão de Cristo. Patriotismo e cristianismo se encontram, justificam-se um ao outro, para o jornal, os italianos eram o segundo povo eleito. O fato de que em 1910 João Franchetti assumiria a direção do jornal implicaria em uma mudança importante no seu programa, pois Franchetti era de origem austríaca, trentino, e passaria a defender as causas políticas da casa da Áustria o que terá importantes repercussões nos anos da Primeira Guerra Mundial.

Quanto ao jornal de Bento Gonçalves, ao filiar-se aos missionários de São Carlos, passou a adotar uma linha editorial de defesa da *italianità* oficial do governo peninsular aliando-se aos desígnios políticos imperialistas da Nova Itália. Fiel ao pensamento Scalabriniano¹⁰ o jornal definia-se como

⁷ *La Libertà*, 15 maio 1919, p. 1.

⁸ *La Libertà*, 12 jun. 1909, p. 1.

⁹ *La Libertà*, 05 jun. 1909, p. 1.

¹⁰ João Batista Sacalabrini, fundador da ordem dos carlistas era considerado parte do clero ultramontano transigente que aceitava uma via de negociação como o governo liberal italiano. Sacalabrini via na união entre religião e pátria o futuro seguro para a nação italiana e esses vínculos haveriam de ser mantidos inclusive em relação aos imigrantes, despertando

italianíssimo apresentando o objetivo de “aumentar o conceito dos italianos entre os brasileiros através da promoção do decoro e da força moral entre os colonos.”¹¹ O jornal, na verdade, não apresenta em primeiro número um editorial que esclarecesse seu posicionamento e seu programa, estes serão percebidos na leitura de suas matérias, no enfoque dado a seus artigos. “O programa que os míopes queriam ver já no primeiro número aparece pouco a pouco, linha após linha de cada exemplar, fazendo-se líder dos colonos nas mais vitais questões que agitam nossa colônia.”¹² De fato, o jornal dedica espaços exclusivos em suas edições para as notícias da “Itália Colonial”, “A Itália no Exterior” e a “Grande Itália”, onde relata os feitos de seus imigrantes no mundo assim como os progressos alcançados nas terras conquistadas militarmente pelo país, haja visto que os anos de 1911 e 1912 serão marcados pela conquista da Tripolitânia, da Líbia e das ilhas do mar Egeu, fazendo reascender o nacionalismo italiano em todo o mundo.

Mas o jornal não se furtaria a uma definição de seu programa, embora tardiamente publicaria em 1916 um esclarecimento sobre seus ideais de religião e pátria. Neste ponto, deixemos o jornal falar.

Nós portaremos a bandeira da religião católica porque o nosso jornal é feito especialmente para os italianos que são, quase todos católicos. É escrito na língua daquela nobre nação que colocou no primeiro artigo de seu estatuto o catolicismo como religião do Estado. [...]

Isso não quer dizer que falaremos só de religião, mas quando ocorrer, quando vermos que a religião corre perigo por parte dos inimigos e dos adversários, quando se atentar contra a existência da mesma, nós levantaremos a voz, protestaremos e daremos o alarme contra o inimigo, venha ele de qualquer parte, sem tergiversação, sem temor, seguros da boa causa que defendemos.

Quanto à nossa pátria a faremos amada e respeitada por todos e a defenderemos como bons filhos. Se fizéssemos o contrário, faríamos obra nefanda, seríamos desnaturados, mereceríamos a censura de todos e desagradaríamos a Deus[...]. Amaremos, respeitaremos, defenderemos a nossa pátria e a faremos ser amada e respeitada por todos, porque merece pela sua grandeza, pelo seu valor, pela sua história e pela ótima qualidade de seus cidadãos.¹³

Sobre a definição mais específica de pátria temos que,

O amor de pátria tem em nós raízes naturais e profundas como o amor de família, da fé de nossos iguais. O amor de pátria se impõe como uma voz dolorida e natural, como o amor inspirado nos vínculos de sangue. [...]

neles o amor à pátria distante como forma de manter neles a fé católica e seu padrão civilizacional. Ver: Souza, Wlaumir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin Norberto. **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002, p. 276 a 293.

¹¹ POSSAMAI, Paulo. Imprensa e Italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, Martin Norberto (org). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004, p. p. 574.

¹² *Il Corriere d'Italia*, 23 out. 1913, p. 1.

¹³ *Il Corriere d'Italia*, 04 fev. 1916, p. 1.

A pátria está no sangue, no ritmo particular de nossa vida, no nosso pensamento, na nossa língua e até na inflexão da nossa voz [...]

Nós a levamos em nossa natureza física como um eco da terra materna e nos nossos corações radiosas e indeléveis a sua imagem.

A pátria é tudo o que dorme nos túmulos, os pais de nossos pais, a chama de nossa vida passada de mão em mão através do tempo até chegar em nós; é o patrimônio de experiência e de glória, de virtudes e de defeitos de força viva e de fraquezas por curar.

A pátria é o terço glorioso de fé que Deus pôs e conservou nos povos e em meio a qual fez surgir a face do verdadeiro cristianismo

Tudo isso é a pátria, uma força indestrutível e também terrível. Por este sentimento de amor, o homem sábio sacrificou sua vida sobre os livros, pais e mães provaram a força de sacrifícios heróicos, milhões de jovens vidas foram para o holocausto, voluntariamente, entusiasticamente. Esse sentimento não é prerrogativa somente dos povos evoluídos, mas também dos mais bárbaros, e a história da humanidade proclama a universalidade deste amor, a sua profundidade e a sua poesia.

Porém, existem jovens que dizem amar a pátria, mas esse amor não demonstra o entendimento de seu significado. Da pátria só conhecem a página gloriosa do *Risorgimento* que não faz em suas almas mais do que um fogo fátuo. Convivem mais com suas jóias do que com sua dor [...] A pátria não é mais do que uma grande família e vale, de certo modo, por essa.¹⁴

Percebe-se a vinculação de religiosidade e pátria e da noção desta última com a idéia de hereditariedade, a pátria é um vínculo de sangue e de cultura, mais do que isso, é uma dádiva divina, o elemento material e espiritual se condensa em seu significado. Portanto, *Il Colono Italiano*, assumia uma posição de defesa do colono e das prerrogativas papais, mas não se identificava com o programa oficial de italianidade do governo italiano, oposição que ficaria mais marcada quando o austríaco Fronchetti assumiria a direção do jornal; já *Il Corriere d'Italia* era abertamente italianíssimo e defendia a vinculação entre catolicismo e pátria italiana. O conflito de 1914-1918 faria as duas concepções de identidade entrar em conflito, reflexo das tensões interétnicas existentes na região.

2- A PRIMEIRA GUERRA E O DEBATE ENTRE JORNAIS

Antes mesmo de assumir a direção de *Il Colono*, Fronchetti já havia enfrentado críticas a seu comportamento pró-Áustria. As polêmicas que o envolveram Fronchetti e italianos contava desde 1909. Naquele ano o jornal liberal editado em Porto Alegre, *Stella d'Italia*, e dirigido por Adelgi Conalghi, acusava o pároco de Garibaldi de em uma celebração da festa do padroeiro da cidade, São Pedro, em 29

¹⁴ *Il Corriere d'Italia*, 15 fev. 1918, p. 1.

de junho de 1909, ter armado um palco ao lado da igreja sendo que neste haviam sido colocadas diversas bandeiras, e que a única ausente era a da Itália, Conalghi atribuía o fato a má vontade que Fronchetti dispensava ao país. Em resposta a tal acusação, a comissão organizadora da festa publica em *Il Colono* um longo artigo explicando o sucedido e defendendo Fronchetti.

Aproximando-se o dia 29 de junho, data em que se costuma nesta vila, solenizar a festa do padroeiro São Pedro, o digno vigário D. Fronchetti, encarregou o Sr. Luiz Ruggero Casacurta, para organizar uma comissão de festejos. Acendendo o Sr. Casacurta àquele convite, escolheu para seus companheiros de comissão, os Srs. Francisco de Matos Miller, Leonardo Santini e Dante Toniuzzi. Composta assim a comissão, que a exceção do cidadão Miller que é austríaco, sendo os demais todos italianos, encarregou-se ela da ornamentação do palco, onde deveria ter lugar a extração da tómbola, e para tal fim, pediu e obteve da intendência municipal, algumas bandeirolas, com as quais foi enfeitado o palco. Nenhuma intervenção quer direta, quer indiretamente teve o bom sacerdote D. Fronchetti quanto a ornamentação do aludido palco, no qual, não figurava bandeira de nacionalidade alguma, como perfidamente assevera o Sr. Conalghi conforme provamos com a declaração da comissão de festejos.¹⁵

Mas o fato era que Fronchetti dava margem a estas polêmicas, pois o sentimento patriótico austríaco se fazia cada vez mais presente no jornal. As notícias sobre Trento ocupavam um lugar especial, as mobilizações do exército austro-húngaro ganham relevo. Os acontecimentos que marcaram o início da guerra de 1914 são acompanhados segundo a ótica dos jornais de Viena como, por exemplo, o assassinato de Francisco Ferdinando. O jornal descrevia Belgrado como um covil de assassinos e em suas páginas publicava as convocações militares aos súditos austro-húngaros residentes no estado para que se apresentassem aos consulados a fim de regularizarem sua situação e de partirem para a Europa a fim de defenderem sua pátria. Cartas de soldados trentinos são publicadas reforçando seus sentimentos cristãos e sua devoção nacionalista; na matéria intitulada “Um comovente episódio” é narrado o heroísmo de um soldado alemão que no campo de batalha buscava pelo corpo de seu irmão morto em combate.

Enquanto os países adversários são descritos como ateus, a França é acusada de confiscar os bens da Igreja, prender sacerdotes, transformar canônicas em casernas, etc; são cada vez mais comoventes os relatos dos acontecimentos por parte dos soldados e autoridades austro-húngaras. Os pronunciamentos escritos ou falados são publicados com destaque nas páginas centrais do jornal como, por exemplo, o da arquiduquesa húngara Elizabete de Habsburgo que pedia orações ao povo em nome dos soldados que, em guerra, desempenhavam sua santa missão. A fé católica é a principal aliada dos impérios centrais, em longo artigo “Um espetáculo medieval: a Áustria aos pés de Jesus Sacramento”, é

¹⁵ *La Liberta*, 07 agosto 1909, p. 1.

relatado as noites e dias de vigília e orações em Viena e em todo o país pela vitória das tropas imperiais na frente oriental quando os mesmos lutavam contra os russos.

De todas as potências européias presentemente em guerra, a única oficialmente católica é a Áustria; convém não esquecer esta fato de máxima importância pelo progresso da Igreja Católica na Europa Oriental. Também o povo, na sua quase totalidade é católico. Quando se iniciou a guerra esse sentimento se intensificou ainda mais.

Ao engajar-se naquela batalha na fronteira austro-russa, foi oficialmente ordenado orações nacionais para a vitória das armas imperiais. Durante o dia 2 de setembro de 1914 e durante a noite entre os dias 2 e 3, foi exposto o SANTÍSSIMO SACRAMENTO em todas as igrejas e capelas da Áustria e Hungria. Esta noite foi denominada como “noite santa”.

Nesta noite ninguém se deitou! Enquanto os soldados combatiam, imperador, arquiducos, arquiducas, damas, personalidades da corte, bispos, clero, fiéis de diferentes idades e sexo, passaram dia e noite em profunda adoração aos pés de NOSSO SENHOR SACRAMENTO.

Do êxito desta batalha depende a vida ou a morte do império, a salvação ou a destruição da Áustria-Hungria. É uma luta terrível da barbárie e escravidão contra a civilidade e a liberdade. Muitos são os russos, ninguém nega: poucos, muito poucos, em confronto são os austríacos e húngaros; mas entre estes últimos está, porém, *a fé e a esperança de um império inteiramente crente e religioso...*¹⁶

Era de se esperar reação por parte deste posicionamento, e ela viria de Bento Gonçalves, isto é, do jornal católico mais fervorosamente italiano da região, *Il Corriere d'Italia*. O jornal a princípio defendia a posição neutra da Itália, expondo seus motivos favoráveis tentando analisar a conjuntura européia do período. Para melhor compreensão, explicitar-se-á brevemente o contexto em que se encontrava a Itália. O governo italiano alegava que a declaração de guerra era uma provocação e uma agressão a seus interesses, acusando ainda os governos austríaco e alemão de ocultarem entre si seus verdadeiros interesses deixando a Itália de lado e violando o tratado da Tríplice Aliança. Mas havia uma parcela das lideranças políticas que queriam a intervenção ao lado dos impérios centrais, os militares e conservadores, pois respeitavam e temiam a Alemanha, não confiavam no republicanismo francês, consideravam a Tríplice Aliança como o baluarte dos princípios monárquicos e julgavam uma traição a neutralidade após 30 anos de aliança com os austro-húngaros e germânicos¹⁷.

No entanto, a neutralidade ganhava cada vez mais apoio entre a população e politicamente se reforçava quando Áustria e Alemanha não se pronunciavam claramente quanto às vantagens italianas se da entrada no conflito ao seu lado. Aproveitando esta instabilidade os aliados não permaneceram parados e a Rússia, em agosto de 1914, oferecia a Itália, em troca de seu apoio, os territórios do Trento,

¹⁶ *Il Colono Italiano*, 12 nov. 1914, p. 1

¹⁷ FLICHE, Augustín; MARTIN, Víctor. **História de la iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitarios**. Vol. XXVI, t. 1. Valencia – Espanha: EDICEP, 1980, p. 84.

Trieste, Valona e Dalmácia. O governo italiano no mesmo mês preparara um memorando onde expunha suas condições para atuar ao lado dos aliados, mas a aproximação dos alemães de Paris freou os entusiasmos dos líderes italianos. No entanto esta posição neutral seria de difícil sustentação nos meses seguintes, as pressões para uma intervenção, seja de um lado ou de outro era cada vez maior. Como já foi visto acima, havia uma parte dos intervencionistas que queriam se manter ao lado dos impérios centrais enquanto outros preferiam a aliança ao lado da França, país das liberdades humanas, como os liberais, socialistas reformistas, maçons. O desenrolar da guerra e as mudanças na política italiana pendeu a gangorra para o lado dos aliados e em abril de 1915 firmava-se o Pacto de Londres cujas promessas territoriais para a Itália compreendiam parte do litoral Adriático, as ilhas Dálmatas, a Ístria, o Trentino, Tirol meridional e possibilidade de expansão colonial na Ásia Menor.¹⁸

Quando a questão intervencionista já havia sido resolvida, assim *Il Corriere d'Italia* se pronunciava sobre ela:

Todos sabem que a aliança da Itália com os impérios centrais era puramente defensiva, vale dizer que a Itália teria intervindo ao lado dos aliados se estes não tivessem se mostrado como seus inimigos. [...] A Áustria foi a que iniciou a conflagração européia ao declarar guerra à Sérvia, sem avisar a Itália, rompendo o equilíbrio nos Bálcãs que era a base principal da Tríplice Aliança. Cessou assim o dever de intervir a Itália a favor da Áustria e Alemanha por vários motivos: 1º - Porque a Áustria invés de ser assaltada, assaltou; 2º - porque a Itália não foi pré-avisada; 3º - porque com a declaração de guerra à Sérvia se quebrou o equilíbrio nos Bálcãs. [...] Invadindo a Sérvia, a Áustria ofendia os interesses da Itália no Adriático. Com tudo isso a Itália poderia perguntar à Áustria a razão de seu modo ileal de agir, se contentando com sua neutralidade e denunciando o antigo tratado. Mais tarde para proteger os povos irredentos e salvar a existência dessas terras gravemente ameaçadas pela própria Áustria e por outros motivos ainda, a Itália se viu obrigada a fazer guerra contra ela, quando já não mais era sua aliada. Onde está a traição?¹⁹

Se por parte do governo italiano não havia traição alguma, o mesmo não se podia dizer do jornal de Garibaldi. O seu posicionamento pró-Áustria e sua simpatia pelo governo católico e monárquico dos Habsburgo era visto de forma acintosa pelos carlistas, tanto que em duas matérias em setembro e outubro de 1914, tratou de criticar abertamente *Il Colono Italiano* julgando ser o nome do jornal ofensivo aos italianos e que de fato deveria chamar-se de *Il Colono Austríaco*. *Il Corriere* acusava Franchetti de ser representante consular austro-húngaro, que de fato o era, e de incitar os sentimentos pró-Áustria em relação aos colonos trentinos. Afirmava ser o Trento uma região “biológica e

¹⁸FLICHE, Augustín; MARTIN, Víctor. **História de la iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitarios**. Vol. XXVI, t. 1. Valencia – Espanha: EDICEP, 1980, p. 86-87-90.

¹⁹ *Il Corriere d'Italia*,

eticamente” italiana criticando a postura politqueira de Fronchetti. “Repetimos em voz alta que o Trentino continua a viver como nós em uma ideal unidade e não poderia ser diferente, porque contra os decretos políticos está a força histórica infinitamente maior, a perenidade dos costumes latinos e o vigor da fé.”²⁰

A resposta de Fronchetti não tardaria e na edição de 24 de setembro afirmaria ser seu jornal

Católico e brasileiro-rio-grandense em língua italiana para quem fala e entende o idioma e se interessa pela prosperidade, progresso e bem-estar moral e material daquela parte do glorioso Estado do Rio Grande do Sul que é habitado pela boa, laboriosa e industriosa gente falante da língua italiana, seja ela nascida aqui ou vinda da Itália, Trentino, Trieste ou de qualquer outra parte da Europa ou do mundo.²¹

O jornal ainda acusava *Il Corriere* de ser desrespeitoso à segunda pátria, o Brasil, não respeitando a hospitalidade do Rio Grande desenterrando antigos ódios, semeando a divisão entre os imigrantes italianos e austríacos domiciliados aqui para formar uma nova e grande família unida. O jornal carlista não demoraria em retrucar a tal resposta e, em 02 de outubro publicaria novo artigo no qual mantinha e reforçava as acusações.

Vilmente *Il Colono Austríaco* quer dar a entender que suas páginas têm o único objetivo de se fazer compreender àqueles que falam italiano. Se não se visse claramente que faltam argumentos as considerações feitas por nós no último artigo se teriam todas as razões para compreender de que italianos falam eles. Da mesma forma se teriam todas as razões para crer que os senhores do semanário da vila Garibaldi, além de serem ingênuos acreditam na ingenuidade de seus leitores. Querem fazer crer que escrevem e falam àqueles que entendem italiano, mas ignoram o significado etimológico da própria palavra. Colônias italianas, “colono italiano” senhores, significa unicamente: colônias, colonos da Itália e não daqueles que simplesmente falam a língua deste país. Mas todos sabem bem, e também vocês, lobos austríacos, que jogaram com o significado da palavra.²²

As acusações prosseguem dizendo que *Il colono* utilizava-se da língua italiana para fazer propaganda austríaca, insultando a pátria da maioria dos colonos ali residentes. *Il Corriere d'Italia* continua a discussão indiretamente durante os anos seguintes tratando de denunciar o autoritarismo austríaco nas regiões sob seu domínio, autoritarismo que incluía a perseguições a religiosos no reino mais católico da Europa. Sua cobertura da guerra passa a ser a visão oficial do Estado italiano. As notícias do conflito do qual agora a Itália tomara parte, eram descritas na seção “A Nossa Guerra”, a campanha do exército, suas vitórias e conquistas são festejadas pelo jornal, a bravura e o heroísmo dos combatentes peninsulares são destacadas. Cartas de soldados que habitavam na região colonial e que

²⁰ *Il Corriere d'Italia*, 18 set. 1914, p. 1.

²¹ *Il Colono Italiano*, 24 set. 1914, p. 1.

²² *Il Corriere d'Italia*, 02 out. 1914, p. 1.

estavam lutando no exército italiano são seguidamente publicadas. Enfim, a guerra mundial é basicamente a guerra da Itália, os outros países aparecem na medida em que entram em conflito com o país, não há notícias sobre a política brasileira em relação ao contexto internacional, a ótica nacionalista italiana é a que predomina. A vitória dos aliados mais parece fruto dos sacrifícios itálicos, o jornal comemora quando “a bandeira tricolor balança sobre Trento e Trieste”, mas tece duras críticas a Conferência de Paris e a traição de França, Inglaterra e Estados Unidos pela não cessão de todos os territórios prometidos como a Ístria, Dalmácia e regiões da Somália na África. Internamente atribui o fracasso italiano na Conferência à ação da maçonaria e lamentava a ausência do Papa nas negociações já que no tratado de Londres de 1915 havia uma cláusula que excluía o Sumo Pontífice de futuros congressos de paz. Mas, fora as polêmicas, *Il Corriere d'Italia* passou o período de guerra sem grandes sobressaltos já, bem diferente foi a vida do *Il Colono Italiano* no período.

As críticas a Fronchetti e as suspeitas quanto a sua tendência pró-Áustria tornavam sua situação delicada frente ao jornal. O problema tornou-se mais agudo quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com os Impérios Centrais em 14 de abril de 1917, a posição de Fronchetti se tornara insustentável. Através de uma reunião com os proprietários do jornal decidiu-se que um deles, Adolfo Moreau assumiria a direção. Porém Moreau não era simpático aos italianos e muitos assinantes devolveram os jornais naquela edição. Por fim decidiu-se convidar o italiano Agostinho Mazzini para o cargo, no entanto, Mazzini passara a ser ridicularizado sendo acusado de ser testa de ferro de um jornal antiitaliano, pois era ainda Fronchetti quem de fato o dirigia. Desgostoso pelas ofensas, Mazzini pede então demissão e exige que Fronchetti desminta certas notícias dadas no periódico, o pároco, no entanto, se recusa e Agostinho entra na justiça pedindo a suspensão definitiva da folha. Em nova reunião seus proprietários não consentem que a publicação cesse de circular e, agora sem diretor e com seu nome alterado para *Staffetta Riograndense* continua seus trabalhos já com os capuchinhos atuando como novos sócios.²³ Este fato se deu em julho de 1917, a percepção destes conflitos fica nítida nas páginas do jornal, pois desaparece o noticiário internacional, o seu lugar é ocupado pelas notícias da região colonial, os assuntos marcadamente políticos também estão ausentes, somente aparecem artigos de cunho religioso e de interesse comunitário, a crise parece ter tornado o jornal explicitamente local, pelo menos por um espaço de tempo até que as rivalidades amainassem.

²³ Correio Riograndense, Edição Comemorativa: **Um Século de Presença dos Freis Capuchinos no Rio Grande do Sul**, 16 out. 1996. p. 28

Com o fim da guerra e a anexação do Tirol e do Trentino cessam também as hostilidades, todos agora eram súditos de uma mesma bandeira. Em 1921 Fronchetti vende sua parte do jornal e os capuchinhos passam a ser proprietários exclusivos do *Staffetta*.

BIBLIOGRAFIA

DE BONI, Luis A; COSTA, Rovílio. **Os Capuchinos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1996.

FLICHE, Agustín; MARTIN, Víctor. **História de la iglesia: Guerra Mundial y Estados Totalitarios**. Vol. XXVI, t. 1. Valencia – Espanha: EDICEP, 1980.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a Imprensa**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

POSSAMAI, Paulo. Imprensa e Italianidade: RS (1875-1937). In: DREHER, Martin Norberto (org). **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004, p. p. 561 a 584.

Souza, Wlaumir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin Norberto. **500 anos de Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST/CEHILA, 2002, p. 276 a 293.

JORNAIS

Correio Riograndense, Edição Comemorativa: **Um Século de Presença dos Freis Capuchinos no Rio Grande do Sul**, 16 out. 1996.

La Liberta – fevereiro de 1909 a dezembro de 1909/ *Il Colono Italiano* – janeiro de 1910 a julho de 1917 / *Staffetta Riograndense* – julho de 1917 a dezembro de 1918.

Il Corriere d'Italia – julho de 1913 a dezembro de 1918.

ASPECTOS SANITÁRIOS DA TRAVESSIA TRANSOCÊANICA DE MASSA DOS ITALIANOS NOS SÉCULOS XIX E XX

Cátia Dalmolin¹

O mito da imigração italiana se forma a partir das comemorações do seu centenário, em 1975- com o início de uma explosão bibliográfica sobre a imigração ítalo-gaúcha, contada em sua grande maioria por religiosos e se reproduz de uma maneira impressionante entre as diferentes gerações de descendentes italianos até os dias atuais.

Nesses primeiros trabalhos a história encontra-se repleta de sofrimentos, agruras, frustrações, promessas não cumpridas e isolamentos mostrando que os italianos venceram tudo graças a sua excelência étnica e a forte religiosidade que os acompanhava. No relato totalizante as contradições, os fracassos desaparecem. O que se vê são os inúmeros sofrimentos pelos quais milhares de italianos passaram desde sua saída da Itália até a chegada ao Brasil, mas que acabaram vencendo. Através deste discurso todos obterem sucesso absoluto.

Entre os principais representantes da “geração de 75” pode-se citar, entre outros: Olívio Manfroi, Luis Alberto de Boni, Rovílio Costa, Arlindo Battistel, Silvino Santin, obras pioneiras e de suma importância até os dias atuais. Através da (re)leituras dessas obras, de depoimentos, de documentos esboça-se uma “nova” história sobre a imigração italiana.

Na revisão bibliográfica em um segundo momento, quebra-se alguns mitos e reconstrói-se a história por detrás destes, da mesma forma que novas fontes aparecem para (re)construir a história dos imigrantes italianos. Nessa “segunda geração” tem-se, entre outros: José Clemente Pozenato, Mario Maestri, Luiza Iotti, Loraine Slomp Giron, Núncia Santoro Constantino, Florence Carboni e Berenice Corsetti.²

Emigração italiana: considerações

¹ Professora Substituta do Departamento de História da UFSM (Santa Maria-RS); Mestranda em História pela UPF (Passo Fundo-RS); Especialista em História da América Latina: o Cone Sul pela Unifra (Santa Maria-RS); graduada em História pela Unifra (Santa Maria-RS); autora do livro “Senza Ritorno: a emigração italiana no Brasil”. Autora. catia_dalmolin@hotmail.com

² Obras relevantes para o estudo da imigração italiana nessa segunda etapa são, entre outras: CORTEZE, Dilse. *Ulisses Va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002; VANINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo*. Demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul-1906-1970. Passo Fundo: UPF, 2003; ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Tese de Doutorado PP Antropologia Social. São Paulo: USP, 2002 [no prelo]; SGANZERLA, Cláudia Mara. *A Lei do Silêncio Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: UPF/ Porto Alegre: EST.2001.

Augusta Molinari, no artigo *Aspectos sanitários da emigração transoceânica de massa*, se apropria de uma definição fornecida por Abdelmalek Sayad que define a emigração como *doppia assenza* ou seja, dupla ausência. Se por um lado à sociedade de onde os emigrantes partiram os considera como fugitivos aquela que os acolhe os vê como intrusos. O imigrante passa a representar um ser “invisível” porque acaba perdendo seu valor social.³

A migração não era algo novo para os italianos, principalmente do Norte, ela era uma questão de sobrevivência. “No Trento, de acordo com Grosselli, era comum girarem pela Europa e se aventurarem num raio de milhares de quilômetros, como, por exemplo, os vendedores de imagens sacras do Tesino. Esses homens (...), deveriam voltar à família com certa soma de dinheiro e isto os obrigava a economias extremas (...) contudo, eram eles também os mensageiros das mudanças sociais e econômicas que estavam transformando a Europa, inclusive das notícias sobre a emigração para a América.”⁴

Emilio Franzina em *Traversate: Le grandi migrazioni transatlantiche e i racconti italiani del viaggio per mare* destacou que na Europa não faltava, desde o final do período medieval em diante uma atitude da população frente a emigração, devido a problemas climáticos, baixa produtividade do solo e sobrevivência, estes determinavam quase sempre, ou por “necessidade”, ou “cálculos”, a emigração temporária, sobretudo de homens jovens e adultos.⁵

Foram muitos os motivos que impulsionaram a emigração italiana para várias partes do mundo em fins do século XIX e início do XX.

O processo de industrialização englobou a modernização desarticulando o artesanato doméstico e privatizando as terras aumentando o desemprego rural. A Península Itálica era uma região pobre em recursos naturais e terras para a agricultura. As constantes catástrofes naturais-secas, inundações, granizos e epidemias- contribuíram para o empobrecimento da população que ainda sofria com arrocho fiscal, superpopulação, falta de emprego, de terras e de comida.

Mario Maestri em *Os senhores da Serra* mostrou que de 1873 a 1881, 62 mil pequenas propriedades foram confiscadas na Itália porque não conseguiram pagar seus impostos.⁶ Segundo o mesmo autor o emigrante na Itália era *mezzadro* ou seja, arrendatário, não tinha nada, era

³ MOLINARI, Augusta. Aspetti sanitari dell'emigrazione transoceânica di massa. *História Debates e Tendências*. Passo Fundo, v.5, n.1, julho/ 2004, p.205-224., p. 205.

⁴ Cf ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Tese de Doutorado PP Antropologia Social. São Paulo: USP, 2002, p.30.

⁵ FRANZINA, Emilio. *Traversate: Le grandi migrazioni transatlantiche e i racconti italiani del viaggio per mare*. (I Quaderni del Museo dell'Emigrazione). Itália: Editoriale Umbra, p .15.

⁶ MAESTRI, Mario. *Os senhores da serra. A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2000.

empregado. Já no Brasil a situação era diferente, este seria pequeno proprietário, não tendo patrões e tornando-se dono do seu pedaço de terra.⁷

Breno Antonio Sponchiado na obra *Imigração & 4ª Colônia, Nova Palma & Pe. Luizinho* explicou que: os agentes de imigração faziam uma grande propaganda na Itália a fim de aliciar os imigrantes, eles anunciavam o Brasil como o “*paese de la cucagna*”, ou seja, o “país da fartura”. Prometia-se transporte gratuito, hospedagem, assistência durante os primeiros tempos, instrumentos de trabalho, sementes, assistência médica, instrução para as crianças e crédito para comprar um lote de terras. Subsidiando a viagem dos imigrantes italianos, da Itália para o Brasil, o governo da Província trazia os mais pobres que dificilmente teriam condições de repatriamento e de estabelecerem-se por conta própria.⁸

Travessia

Em *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*, Maria Catarina Zanini expressa que: “tão forte é o papel exercido pela travessia na construção da identidade de colono no Brasil que, nas construções locais sobre a história, seja das localidades ou das famílias, é partindo-se dela que se inicia o mito de origem.”⁹

Os relatos referentes à travessia esbarram em pontos em comum: muitas pessoas morriam ou, quando doentes eram jogadas ao mar. Os navios que transportavam os imigrantes não tinham segurança e muitos destes afundaram-(quase unânime entre os historiadores é citar o caso do Sírío).

Segundo Dilse Corteze, em *Ulisses Va in América*, alguns depoimentos mostram as pessoas partindo felizes da Itália como o imigrante Júlio Lorenzoni que expressou-se: “precisava ver como a alegria era geral, quantas festas, quantos comentários eram feitos sobre o incerto futuro e como todos somente se preocupavam com os preparativos da viagem embora se afastassem definitivamente dos parentes e amigos, do torrão natal, desse aconchego do lar que os havia visto nascer.” Em outro relato o imigrante Andréa Pozzobon-descrevendo a reação do avô- referiu-se “quando meu pai lhe deu a conhecer o desejo de emigrar para o Brasil, ele exultou de alegria: ‘E vivaaa l’Americaaaa!’”.¹⁰

Gio Batta Missan em carta endereçada a família no ano 1878 que ficou na Itália descreveu a viagem: “... finalmente após travessia de 30 dias, a 11 de janeiro, bem de manhã, começamos a ver as montanhas do Brasil. Então todos começaram a gritar viva, viva a América. Enfim, antes de

⁷ Ibidem, p.32.

⁸ SPONCHIADO, Breno. *Imigração & 4ª Colônia, Nova Palma & Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996.

⁹ ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional* [Ob. Cit], p.28.

¹⁰ CORTEZE, Dilse. *Ulisses Va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p.75.

clarear do dia 12, chagamos ao Porto do Rio de Janeiro. Nasceram 3 e morreram 7, mas eu e minha família agradecemos a Deus, estamos bem...”¹¹

Em relação à mortalidade, a pesquisadora Augusta Molinari, descreve que: a primeira lei orgânica referente a aspectos sanitários das viagens data de 1901 e estabeleceu que os emigrantes deveriam ser alojados em dormitórios onde existisse uma escotilha a cada 150 lugares e uma latrina a cada 80 passageiros.¹²

As más condições higiênicas da viagem representavam um grande risco a proliferação de doenças entre seus tripulantes; a temperatura dentro do navio era irrespirável, o ácido carbônico da respiração e o odor exalado dos corpos, unidos ao cheiro da urina e fezes que eram feitas nos cantos dos dormitórios tornava o local propício a epidemias. Geralmente entre os doentes estavam as crianças e idosos, que apresentavam baixa imunidade.¹³

A italiana Augusta Molinari analisa aspectos de emigrantes que foram para os Estados Unidos e Brasil; diferenciando-os. Para ela, os primeiros eram *contadini* do sul da Itália que iam para os Estados Unidos somente para ganhar o dinheiro suficiente para retornarem a Itália e viverem sem a miséria que os assolava, enquanto os que foram destinados ao Brasil chegavam para construir uma vida no novo país.¹⁴

Molinari explica que a psiquiatria fornece o paradigma científico do emigrante como sujeito psicologicamente fraco e predestinado a loucura. Estes, segundo a pesquisadora, sofriam um stress psicofísico muito elevado. Trabalhar intensamente, viver em um ambiente degradado e doente, isolado e na solidão, sem uma rede de assistência, são fatores que favoreceriam a manifestação de doenças mentais.¹⁵

De acordo com os relatórios do *Comissariato Generale Dell'emigrazione* cerca de 30 mil emigrantes loucos retornaram dos Estados Unidos entre 1903 a 1925.¹⁶

A mortalidade durante o percurso da viagem atingia principalmente crianças—até 3 anos e idosos mais vulneráveis as doenças. Em 1907, No navio “Gallia”, cinquenta crianças de zero a três anos morreram de tracoma. Outra doença que atingia crianças em grande escala causando óbito era a varicela. Além do stress causado pela viagem aos recém-nascidos, outra dificuldade era a manutenção do aleitamento materno.¹⁷

¹¹ FRANZINA, Emilio. *I veneti in Brasile*. Vicenza: Edizioni dell'Academia Olímpica. 1977.

¹² MOLINARI, Augusta. *Aspetti sanitari dell'emigrazione ...*[Ob. Cit], 205.

¹³ Ibidem, p. 211.

¹⁴ Ibidem, p. 209.

¹⁵ Ibidem, p. 209.

¹⁶ Ibidem, p. 208.

¹⁷ Ibidem, p. 218.

Em 1909, os tripulantes do navio “Bologna”, que fazia a rota para a Argentina, foram afetados por uma epidemia de sarampo contagiando duzentas crianças e mais de vinte adultos. Em 1912, no navio “Conte di Biancamano” houve uma epidemia de varicela e tracoma que vitimaram quinze crianças e deixaram outras cem pessoas gravemente feridas.¹⁸

Augusta Molinari, na obra *La navi di Lazzaro* explica que: “ a pouca hiegne pessoal e a situação de aglomeração por um período bastante longo (não menos de vinte dias) de massas de imigrantes são considerados pelos higienistas como determinantes para a difusão das doenças contagiosas”.¹⁹

Para Dilse Corteze “o que os entrevistadores (Rovílio Costa e Arlindo Batistel) chamam de força e coragem pode-se também apresentar como sentimento de normalidade com que as mulheres italianas, sobretudo no mundo rural, enfrentavam a gravidez, maternidade e mortalidade infantil, acontecimentos habituais, apesar de traumáticos, sobretudo nas épocas da imigração.”²⁰

Ainda Dilse Corteze nos fornece explicações a respeito do sepultamento durante a viagem. Segundo ela essa “era uma prática ancestral, por razões atinentes à saúde dos tripulantes e passageiros.”²¹ É preciso ter cuidado por que, não há indícios de que pessoas vivas tenham sido jogadas ao mar conforme alguns dos autores da “geração de 75” afirmam em suas obras.

Haviam enfermarias, ainda que precárias, onde os doentes seriam isolados dos demais. Jogar um doente ao mar seria um assassinato passível de punição pelas autoridades italianas responsáveis pelos navios.²²

Os vapores “Colombo”, “Tommaso di Savoia” e “Giulio Cesare”; foram navios que transportaram imigrantes para o Brasil; porém infelizmente pouco se sabe ainda a respeito destes navios.

José Carlos Rossini em *Esperança de uma nova vida* descreve que a primeira viagem do navio “Colombo” transportando imigrantes ao Brasil foi em 1888. O navio tinha capacidade para transportar cerca de 700 passageiros em acomodações comuns e 80 a 100 em classe cabina (alojamento individual). Foi o pioneiro a dispor de instalações frigoríficas para armazenar víveres frescos, porém com relação aos imigrantes as condições eram precaríssimas.²³

Para se traçar uma paralelo o navio “Giulio Cesare” tinha 21.657 toneladas, 183,60 metros de comprimento, com acomodações para 256 passageiros de primeira classe, 306 de segunda e 1.800

¹⁸ Ibidem, p.217.

¹⁹ MOLINARI, Augusta. *La nave di Lazzaro*. Milão, Itália: Franco Angeli, 1988, p.151.

²⁰ CORTEZE, Dilse. *Ulisses Va in América* [Ob. Cit], p.81.

²¹ Ibidem, p.83.

²² Ibidem, p.84.

²³ ROSSINI, José Carlos. *Esperança de uma nova vida*. Ponta Grossa: Gráfica Planeta. 1996, p.30.

de terceira (Imigração). A viagem inaugural foi realizada a 4 de maio de 1922, na linha entre Gênova, Nápoles e Buenos Aires, passando por Santos e Montevideú.²⁴

Os navios transportavam imigrantes na terceira classe. Dependendo seu tamanho o número de pessoas variava de 800, como no caso do “Colombo” a 1800, como no “Giulio Cesare”; porém não mudando a precariedade dos tratamentos dispensados a estes.

Quanto a alimentação durante a travessia, alguns imigrantes destacavam o bom tratamento. Júlio Lorenzoni, disse que a ração era farta, destacando que “as oito horas da manhã, vinha distribuído o café com biscoitos em abundância; era a refeição habitual de todas as manhãs, salvo às quintas-feiras, em que aquele era acrescido de um decilitro de rum e cinco ótimas anchovas para cada um.” Para o jantar era servida sopa de massa ou arroz com legumes, carne, batatas, ovos, entre outros. Não era esquecido o pão e o vinho que estavam a mesa todos os dias.²⁵ Nenhum pesquisador explica como eram conservados esses alimentos, o que faz com que muitos dele questionem a qualidade da alimentação. Abaixo o quadro 1 apresenta o cardápio servido aos imigrantes durante a travessia.

Cardápio dos imigrantes durante a travessia

Pão branco ou	700 gr	Todos os dias
Biscoito de 1ª qualidade	500gr	idem
Carne fresca	250 gr	Cinco dias da semana
Arroz	80 gr	Dois dias da semana menos nos dois em que tem carne
Massa fina	50 gr	Todos os dias junto com a carne
Batatas	150 gr	Dois dias da semana menos nos dois em que tem carne
Queijo		Dois dias da semana menos nos dois em que tem carne
Café	20 gr	Todos os dias. Em três dias da semana

²⁴ <http://silvares.fotoblog.uol.com.br/>

²⁵ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre:Sulina, 1975, p. 23.

		poderá ser substituído por chá.
Açúcar	30 gr	Todos os dias
Pimentão no vinagre e pepinos	20 gr	Dois dias da semana menos nos dois em que tem carne
Ólio de oliva (azeite)	10 gr	Todos os dias
sal	20 gr	Todos os dias
vinho	½ litro	Todos os dias

Fonte: SPONCHIADO, Breno Antonio. *Imigração & Quarta Colônia, Nova Palma & Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996,24. [tradução nossa].

Difícilmente uma longa viagem *senza ritorno* não era algo muito bem pensado, planejado e ponderado. Nesse caso era preferível o desconhecido-o Brasil- do que a realidade conhecida-a Itália com a fome e a miséria.

Paulo Machado na obra *Política de Colonização do Império* descreve que as pessoas estavam migrando para a América não por ilusão, mas por pão e trabalho.²⁶ Não raramente vinha um integrante da família na frente e posteriormente através das cartas mantinha contato ressaltando as belezas sobre a colônia e mandando buscar os familiares restantes. A grande propaganda da imigração italiana foram às cartas aos parentes de além-mar!

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para melhor abrigar os imigrantes italianos, dividiu-se, no ano de 1875, em quatro núcleos coloniais: Conde D' Eu, Dona Isabel, Campos dos Bugres e Colônia Silveira Martins que hoje são respectivamente Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e a conhecida *Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio do Sul*, esta última compreendendo atualmente, em termos políticos, os municípios de Silveira Martins (berço da colonização italiana), Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca.

Nosso objetivo principal é estudar as condições sanitárias a que estavam sujeitos milhares de emigrantes italianos que saíram de seu país de origem em fins do século XIX e início do século XX. A emigração não era algo novo, era uma questão de sobrevivência. Dentro do processo imigrantista, talvez a viagem, tenha sido a experiência mais traumática (o que estudos recentes tem mostrado também seus benefícios- descanso, turismo, comida farta, etc). Sem dúvida o navio era um lugar de

²⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS,1999,p.54.

proliferação de doenças devido ao grande número de pessoas e principalmente a falta de higiene comum nessas embarcações. Ressaltamos que esta pesquisa está em sua fase inicial onde estamos levantando a bibliografia a respeito da temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTEZE, Dilse. **Ulisses Va in América: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

FRANZINA, Emilio. **Traversate: Le grandi migrazioni transatlantiche e i racconti italiani del viaggio per mare. (I Quaderni del Museo dell'Emigrazione)**. Itália: Editoriale Umbra.

FRANZINA, Emilio. **I veneti in Brasile**. Vicenza: Edizioni dell'Academia Olímpica. 1977.

FRANZINA, Emilio. **Merica!Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in América Latina 1876-1902**. Verona: Cierre, 2000, 2ª ed.

FRESCURA, Bernardino. **Sull'oceano cogli emigranti (impressões e ricordi...)**. Vicenza: La Serenissima, 2000.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MAESTRI, Mario. **Os senhores da serra. A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2000.

MOLINARI, Augusta. **Aspetti sanitari dell'emigrazione transoceânica di massa. História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v.5, n.1, julho/ 2004, p.205-224.

MOLINARI, Augusta. **La nave di Lazzaro**. Milão, Itália: Franco Angeli, 1988.

MOLINARI, Augusta. **Medicina e sanità a Genova nel primo novecento**. Milão (Itália): Selene, 1996.

ROSSINI, José Carlos. **Esperança de uma nova vida**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1996.

SGANZERLA, Cláudia Mara. **A Lei do Silêncio Repressão e Nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)**. Passo Fundo: UPF/ Porto Alegre: EST, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999, p.54.

SPONCHIADO, Breno. **Imigração & 4ª Colônia, Nova Palma & Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996.

VANINI, Ismael Antônio. **O sexo, o vinho e o diabo. Demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul-1906-1970**. Passo Fundo: UPF, 2003.

ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS.** Tese de Doutorado PP Antropologia Social. São Paulo: USP, 2002.

IMIGRAÇÃO E O PERFIL ÉTNICO DO RIO GRANDE DO SUL

Loraine Slomp Giron*

Vania Beatriz Merlotti Herédia**

A presente comunicação faz parte da pesquisa “A Imigração italiana no Rio Grande do Sul”, e tem como objetivo trazer dados à discussão acerca do perfil étnico do Rio Grande do Sul, mediante informações disponíveis nos censos demográficos. A mudança do perfil étnico do estado sulino parece reafirmar que a política de imigração e colonização serviu não só para as mudanças socioeconômicas, como também aos propósitos racistas da época, que pretendiam branquear o Brasil, livrando-o, dessa forma, da mancha representada pelos escravos africanos, que, segundo supunham, impedia o desenvolvimento nacional. Parte-se da observação de Guilhermino César em Capítulos da História do Rio Grande do Sul sobre o censo de 1950, que registrou “sensível decréscimo percentual do negro em relação aos demais grupos étnicos, nestes últimos setenta anos”, e que revela que, na distribuição segundo a cor, o percentual de negros era de 5,22% sobre o total da população.

Sendo o Rio Grande do Sul palco de disputas entre Espanha e Portugal (1494 a 1801), e mais tarde entre castelhanos moradores da bacia do Prata e brasileiros do extremo Sul do Brasil (1810-1853), a criação de colônias tinha um caráter estratégico. Visava, portanto, a impedir a tomada do território gaúcho pelos castelhanos. Dessa forma, foi a região na qual foi criado o maior número de colônias para estrangeiros do país. São mais de 170 as colônias oficiais e particulares criadas no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1822 e 1914. Se o número de colônias do Rio Grande do Sul é o mais elevado do Brasil, os dados não se repetem em relação ao número de imigrantes entrados na província meridional. Do total de imigrantes italianos chegados ao Brasil, somente cerca de 16% fixaram-se no Rio Grande do Sul¹.

As colônias oficiais e particulares, criadas no período compreendido entre 1822 e 1914, demonstram o cuidado que o império tinha com as terras conquistadas pelos portugueses e espanhóis, e que não desejava perdê-las para as repúblicas platinas. Do total das colônias oficiais criadas pelo império, aproximadamente 48% situam-se na província.

Assim, o processo de imigração e colonização serviu a mais de um propósito, isto é, não só o de garantir a posse da terra e o aumento da produção agrícola, como o de promover o branqueamento da população.

* Departamento de História e Geografia

** Departamento de Sociologia

¹VIOTTI, Emília da Costa. *Da senzala à colônia*. Rio de Janeiro: Grijalbo, 1977. p. 69.

A população do Rio Grande do Sul, tendo como base a população nativa, em sua maioria composta por Caingangos, Minuanos e Guaranis, foi plasmada a partir da ocupação da terra pelos colonizadores lusos, pelos imigrantes e pelos escravos africanos.

A ocupação do extremo Oeste do atual território gaúcho, no período compreendido entre 1720-1756, deu-se de forma paulatina pelas Missões Jesuíticas, conhecidas como os Sete Povos. Os nativos nesse período estavam submetidos aos padres espanhóis; receberam instrução religiosa, aprenderam a ler e a escrever na língua do europeu, além de trabalharem na lavoura e na criação de gado. Tal situação perdurou até a destruição das Missões e a expulsão dos jesuítas. A política da criação de reduções fazia parte dos planos da Igreja, que por meio de Urbano VIII, “expediu um Breve (Comissium Nobis, de 22 de abril de 1639), proibindo, sob a pena de excomunhão”,² a escravidão indígena e a matança de nativos. A partir de então, houve um esforço da Igreja em protegê-los, por meio da criação de reduções pelos jesuítas no continente americano. Tal situação se prolongou até o final do século XVIII quando os jesuítas foram expulsos. Com as Guerras Guaraníticas (1753-1759) e com a posterior expulsão dos jesuítas em 1759, ocorre a dispersão da população das reduções, que passa de 300 mil para menos de 14 mil em poucos anos. Os povos das reduções não fogem, eles se integram às sesmarias como peões, miscigenando-se com os lusos.

A ocupação do Norte do Rio Grande do Sul se dá pela ocupação das terras, mais tarde legalizada por Portugal, com a concessão das sesmarias. A ocupação parte dos Campos de Cima da Serra e estende-se à Campanha. A ocupação do Sul se dá a partir da ocupação militar, “com a entrada de 160 praças, vindos do Rio de Janeiro para os quais foram concedidas terras para construção” de suas casas. [...] “Em 1740, vieram, para o presídio do Rio Grande, oficiais com seus escravos, duzentos índios civilizados para o trabalho, mozelas de vida fácil foram trazidas do Rio de Janeiro para casarem com os soldados. Finalmente em 1747, foi fundada a Vila de Rio Grande. Formava-se uma comunidade de várias etnias e cuja economia estava baseada na pecuária”³.

Logo após o Tratado de Madrid, em 1750, os açorianos ocupam o vale do Guaíba e as terras de Rio Grande, Viamão, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo (1752) e Porto Alegre (1853). Em 1763, após a invasão castelhana, ocorre também a dispersão dos açoritas. Ainda se espalham pelas terras sulinas do Estreito de Santo Antônio da Patrulha, de Taquari e de Cachoeira⁴. A dispersão não reduz a população açoriana, cujo número, em 1780, já era de 10.053⁵, o que representava então nada menos que 55% do total da população gaúcha.

² CESAR, Guilhermino. *Formação do Rio Grande do Sul: o período colonial*. Porto Alegre: Globo, 1972. p. 68.

³ Ibidem, p.133.

⁴ Ibidem, p.111.

⁵ LAYTANO, Dante de. A imigração açoriana no Rio Grande do Sul. In: *Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, IV., São Paulo: ANPUH, 1969. p. 408.

Em 1801, nas Missões, em lugar dos quase 100 mil habitantes do final do século XVIII, havia, na área conquistada pelos portugueses: San Miguel, 1.900 habitantes; San Juan Batista, 1.600; San Lorenzo, 960; Santo Angel, 1.960; San Luis Gonzaga, 2.350; San Nicolas, 3.940; San Francisco de Borja, 130. ⁶ Observa-se que, então, cerca de 52% da população era composta por negros e índios, e os brancos representavam apenas 48,42% do seu total. Segundo César, “em 1814, a população da Província acusava cerca de 29% de negros e quase 8% de mestiços.”⁷

Saint Hilaire, em suas viagens pelo Rio Grande em 1819, observa convivência entre brancos, índios e negros nas estâncias. De acordo com sua contabilidade, “a população sobe a 32.000 brancos, 5.399 homens de cor livre, 20.611 homens de cor escravizados e 8.655 índios”.⁸

Quadro 1: População do Rio Grande do Sul

População	Número	Percentual
Brancos	32.000	58, 00
Pretos livres	5.399	8, 09
Índios	8.655	12, 98
Pretos escravos	20.611	30, 91
Total	66.665	—

Fonte: SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. De Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, USP, 1974. p.46.

A população da cidade do Rio Grande era “5.125 indivíduos, a saber: 1.195 brancos, 1.388 brancas, 17 índios, 26 índias, 61 mulatos livres, 98 mulatas livres, 32 negros livres, 38 negras livres, 1.391 negros e mulatos escravos e 379 negras e mulatas escravas”⁹ ou seja, 2.583 brancos, 43 índios, 1.967 negros e mulatos. Assim, a população de Rio Grande era composta em sua maioria por 50,4% de brancos, possuindo cerca de 21,58% de negros.

A maioria branca se fazia sentir também em Porto Alegre, onde “vêem-se pouquíssimos mulatos. A população compõe-se de pretos escravos e de brancos em número considerável, e constituídos de homens grandes, belos, robustos, tendo maior parte o rosto corado e cabelos castanhos”.¹⁰

Em 1822, com a Independência do Brasil, não mais podiam ser importados colonos portugueses. Tornara-se vedada a entrada de estrangeiros, como: portugueses, franceses, holandeses, espanhóis e ingleses, em especial súditos de impérios que possuíssem colônias na América. Os portugueses que vivem no Brasil são levados a se naturalizar, os demais são considerados inimigos do império brasileiro. Tal fato se prolonga até 1826. Restam os outros europeus; assim, a partir de 1824, tem início a importação de imigrantes dos estados alemães: como

⁶CESAR, op. cit., p.217.

⁷Ibidem, p. 31.

⁸ SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. De Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, USP, 1974. p.46.

⁹ Ibidem, p.66.

os prussianos e os hessenianos, considerados os melhores soldados do mundo, e, ainda, os pomeranos e os bávaros, entre outros. Os alemães de vários estados pareciam ser a solução tanto para o processo de colonização brasileiro quanto para a formação das tropas imperiais. No período compreendido entre 1824 e 1835, chegam, pois, colonos alemães, atraídos pela concessão gratuita de sementes, ferramentas e, sobretudo de terras. Na colônia situada na Real Feitoria do Linho Cânhamo, entram 5.350 imigrantes alemães, recebendo, cada família, 160.000 braças quadradas de terra, que correspondem a 77 hectares.

No Rio Grande do Sul, a colonização, antes de 1850, foi totalmente subsidiada pelo governo imperial, começa em 1824 e vai até 1850. As terras foram doadas pelo governo aos colonos; o qual paga suas passagens e demais despesas decorrentes tanto da medição das terras quanto de sua administração. As terras situadas na Depressão Central, ao longo do vale do rio dos Sinos, foram divididas em 13 picadas, num total de 1.025 lotes, que tinham em média 75 hectares, numa área aproximada de 73 mil hectares (162 000 braças).¹¹ Entre 1824 e 1849, entraram cerca de 7.491¹² imigrantes alemães, assentados nos vales dos rios Caí e dos Sinos.

As guerras internas do período regencial (1831-1840) suspendem a colonização da província sulina, bem como a Revolução Farroupilha (1835-1845) travada entre gaúchos e o governo regencial que interrompe o processo de imigração e colonização.

Em 1848, foi reiniciado o processo de imigração, quando colônias privadas e públicas duplicam a área colonizada. Três anos após o término da Guerra dos Farrapos (1835-45), o governo imperial concede terras devolutas para que as províncias reiniciassem a colonização, mediante a Lei 514, de 28 de outubro de 1848.

A ocupação de terras do Rio Grande, a partir da Lei de Terras de 1850, foi feita com critérios distintos dos anteriores, constatando uma redução do papel do Estado na colonização, motivo pelo qual aparecem muitas colônias provinciais e inúmeras particulares. Para as Províncias, se na verdade não faltavam terras, por outro inexistiam fontes orçamentárias. Por isso, precisava vender as terras para poder manter o processo de colonização. Nas províncias, era a venda de terras que garantia a manutenção e o funcionamento do sistema.

Em 1862, a população já era de 392.725 habitantes, sendo que 315.306 eram homens livres, dos quais 25,37% eram alemães; 77.419 eram escravos, ou seja 80,38% era de brancos. Os municípios mais populosos eram Porto Alegre com 77.872 habitantes; Rio Grande com 41.969;

¹⁰ Ibidem, p.290.

¹¹ *Cem anos de germanidade no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923. p. 62.

¹² Ibidem p. 70

Cruz Alta com 39.140 e Rio Pardo com 30.385 habitantes.¹³ Naquela época, a população avançava em direção às 42 colônias alemãs, havendo 80 mil habitantes, que se dedicavam à agricultura, enquanto nos campos a pecuária dominava.

Quadro 2: População da província em 1862 segundo a cor

População	Número	%
Branços	315.306	80,28
Pretos escravos	77.419	19,71
Total	392.725	-

Fonte: MULHALL, Michael G. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: DAC/SEC/BELLS, 1984, p.38. Tradução de Euclides Santos Moreira.

“Em 1872, os resultados do Censo, excluídos os habitantes de quatro paróquias davam ao Rio Grande do Sul uma população de 434.813 almas. Os pretos constituíam 18,28% e os pardos 22,30%”. Uma sexta parte do território era ocupada por germânicos. As leis que abolem de forma gradativa a escravidão exigem a substituição de mão-de-obra escrava pela livre. A vinda de colonos estrangeiros é indispensável para garantir a produção agrícola nacional.

Foi em 1875 que começou a grande imigração. No período compreendido entre 1875 e 1914, entraram no Rio Grande do Sul cerca de 76.168 imigrantes italianos, dos quais cerca de 70% entraram entre 1875 e 1894. O ano em que o Rio Grande do Sul recebeu mais colonos foi o de 1891, quando entraram mais de 9 mil colonos.¹⁴

Em 1890, a população dobrara e já havia na província 897.455 habitantes, distribuídos em 63 municípios, sendo que, destes 459.418 eram homens e 438.337 mulheres.¹⁵ “Ao fim do império, a distribuição percentual da população era a seguinte: brancos 70,17%; pretos 8,68%; caboclos 5,35%; mestiços 15,80%.”¹⁶

Segundo recenseamento ¹⁷realizado em 1º de setembro de 1920, havia no Rio Grande do Sul uma população de 2.182.713 habitantes, sendo que, destes, apenas 151.025 eram estrangeiros. Esse censo não fez o levantamento por cor. A mensagem de Borges de Medeiros, no mesmo ano, informa que a população do estado é de 2.226.000 habitantes, o que não confere com o censo oficial e informa ainda que a população colonial era de 924.000 habitantes, o que correspondia a 41,5% do

¹³MULHALL, Michael G. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Trad. de Euclides Santos Moreira. Porto Alegre: DAC/SEC/BELLS, 1984, p.38.

¹⁴GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa E. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2004. p. 192.

¹⁵Almanach Popular Brasileiro para o ano de 1998. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e Irmão, 1897, p.55.

¹⁶CESAR, Guilhermino. *Op.cit.*, p.31.

¹⁷O recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920, p. 25.

total da população ¹⁸. A população colonial está formada por 120.000 lusos, 379.000 alemães, 295.000 italianos, 74.000 poloneses e russos e 56.000 de outras nacionalidades.¹⁹ Segundo os dados do censo os habitantes da região colonial são brasileiros, sendo descendentes de estrangeiros. A mensagem governamental tinha assim, como objetivo político, fornecer dados para impedir a manutenção do sistema de colonização estadual para estrangeiros.

Quadro 3: Origem dos colonos - 1920

Origem dos colonos	Número de propriedades	Área
Alemanha	6.887	545.413
Áustria	4.292	214.892
Bélgica	82	12.306
Dinamarca	51	16.064
França	335	163.873
Espanha	4.725	449.024
Hungria	138	4.918
Inglaterra	110	9.349
Holanda	91	120.861
Itália	35.894	2.743.178
Noruega	9	4.070
Portugal	9.552	3.629.383
Rússia	4.471	197.508
Suécia	120	5.917
Suíça	386	57.591
Turquia	429	83.501
Outros países	7.764	297.435
Argentina	197	125.401
Bolívia	7	2.061
Estados Unidos	87	361.348
Paraguai	156	323.712
Peru	34	286.243
Uruguai	1.365	763.883
Venezuela	9	265
Outros países da América	33	15.923
Japão	1.167	43.239
China	771	1.498
Outros países	771	2.698.897
Total	79.169	10.748.987

¹⁸É interessante observar que os habitantes nascidos no Brasil, moradores da antiga zona colonial eram ainda considerados estrangeiros.

¹⁹Cinquantannario della Colonizzazione Italiana nello Stato del Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Globo, 1925, p.192.

Com o término da colonização no estado, os estrangeiros passam a procurar os Estados de Santa Catarina e do Paraná, onde o sistema de colonização, por meio das Companhias de Colonização, ganhava força a partir de 1910. Ainda assim, no censo de 1940, as nacionalidades predominantes dos estrangeiros que viviam no Rio Grande do Sul eram de uruguaio; os italianos representavam 24,46% do total e os alemães 20,00%. Não havia no estado um grupo étnico dominante. As múltiplas etnias existentes têm sua origem na formação histórica regional, especialmente na criação de colônias destinadas a serem povoadas por estrangeiros.

Quadro 4: Nacionalidades predominantes - 1940

Origem	Número	%
Uruguaia	19.739	25,85
Italiana	18.685	24,46
Alemã	15.279	20,09
Polonesa	9.380	12,28
Russa	7.149	9,39
Portuguesa	6.127	8,02
Total	76.359	100,00

Fonte: Censo de 1940.

Segundo o Censo de 1940,²¹ a população total do estado era de 3.320.689 habitantes; destes, 2.944.204 habitantes eram brancos, 220.659 eram pretos, 153.670 eram pardos, havendo ainda 843 amarelos e de cor não declarada 1.007 habitantes. Foi evidente a redução da população negra e houve uma significativa diminuição de estrangeiros, o que reflete a política nacionalista do período. O registro de estrangeiros é de 90.710.

Quadro 5: População do estado segundo a cor - 1940

População	Número	%
Branco	2.944.204	88,66
Negro	220.659	6,64
Pardo	153.670	4,62
Outros	1.850	0,56

²⁰CHICERO, Lorenzo. *L'imigrazione agli Stati del Brasile*. Cinquantenario della colonizzazione italiana nello stato del Rio Grande del Sud:1875-1925. Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1925. p.313.

²¹Recenseamento Geral de 1942. Comissão Censitária Nacional, Rio de Janeiro, IBGE, 1941, p. 42.

Total	3.320.689	100,00

Fonte: Censo de 1940.

Em 1940, segundo César,²² a “percentagem era de 5,22 para os pretos, dado que a população era de 4.164 821, havia 217 520 daqueles”, ou seja, a população negra já havia sido assimilada pela branca. Ao mesmo tempo que existiam poucos negros, o número de estrangeiros que viviam na zona rural e que possuíam propriedades era expressivo.

Quadro 6: Estrangeiros no Rio Grande do Sul – 1872-1950

Ano	Total da população	Estrangeiros	%
1872	474.813	41725	9,5
1890	897.455	34765	3,8
1900	1.149.079	135099	11,7
1920	2.181.713	151025	6,9
1940	3.182.689	109470	3,2
1950	4.164.821	78118	1,7

Fonte ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Trad. de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 224.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto diminui o número de negros, aumenta o de estrangeiros, cuja entrada é reduzida com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas não cessa, sendo formada por perseguidos dos regimes nazi-fascistas. Terminada a guerra, novas levas de estrangeiros procuram o estado, dessa feita são os antigos líderes dos movimentos nacionais socialistas, que procuram abrigo em compatriotas.

Cesar chama a atenção para o resultado do Censo de 1940, que registrou, para os negros, a presença correspondente a menos de 2% do total gaúcho nas cidades de “Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Farroupilha (13 pretos e 100 pardos em 12387 habitantes), Flores da Cunha, Garibaldi (97 pretos e 83 pardos em 17.689 habitantes)”.²³

Na década de 40, quando mal se esboçava a industrialização de Caxias e de Bento Gonçalves, na maioria dos pequenos municípios originados das antigas colônias povoadas por

²²CESAR, Guilhermino. op.cit., p. 33.

²³ CESAR, Guilhermino. Op.cit., p. 33.

italianos, havia poucos negros e mulatos, tal fato é devido à proibição da presença de escravos, nas colônias, onde foram usados na demarcação das terras e, na entrada de Luís Antônio Feijó Júnior, que atingiu a região então chamada Campo dos Bugres. Nessa região, dominava a produção agrícola na pequena propriedade rural.

Quadro 7: Síntese da População do RS segundo a cor – 1814-1940

Ano	Pretos		Brancos		Total
1814	-	52%	-	48,42 %	32000
1819	20611	21,9	32000	58,00	66665
1862	77419	19,71	315306	-	392725
1872	-	18,28%	-	70,17%	434 813
1889	-	8,68	-	70,17	-
1940	220.659	6,64	2.944.204	88,56	3320689
1950	21752-	5,58	-	-	4164821

Fonte: Censos brasileiros.

Em primeiro lugar, deve-se chamar a atenção para a variedade e contradição existente nos dados levantados. Mas ainda assim fica evidenciado o branqueamento da população sulina, que poderia ter ocorrido mesmo sem a imigração. Fica demonstrado que o sistema de colonização, unido à imigração, foi fundamental para que a população de origem européia determinasse o perfil étnico do estado. A imigração é responsável pela variedade étnica existente no RS, juntamente com a colonização, ou seja, é o processo de colonização que acelera o branqueamento, enquanto a imigração delinea os traços da variedade étnica do Sul. Sem a colonização, não haveria imigrantes europeus nem proprietários brancos no RS.

Não é possível esquecer que, a partir de 1850, muitos escravos gaúchos são vendidos para as lavouras paulistas de café; à medida em que o latifúndio se torna improdutivo, os escravos passam a ser vendidos para as charqueadas, cuja reprodução é dificultada pelo pequeno número de escravos.

Dessa forma, há uma dupla condição para o branqueamento da população: a redução do número de escravos e o aumento das terras postas a venda para a colonização e para a ocupação de europeus.

REFERÊNCIAS

ALMANACH POPULAR BRASILEIRO PARA O ANO DE 1998. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e Irmão, 1897.

Cem Anos de Germanidade no Brasil. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923.

CESAR, Guilhermino. **Formação do Rio Grande do Sul: o período colonial.** Porto Alegre: Globo, 1972.

Cinquantannario della Colonizzazione Italiana nello Stato del Rio Grande del Sul. Porto Alegre: Globo, 1925.

CHICERO, Lorenzo. **L'imigrazione agli Stati del Brasile. Cinquantannario della Colonizzazione Italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925.** Porto Alegre: Globo; Roma: Ministero Degli Affari Esteri, 1925.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa E. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil.** Caxias do Sul: Educs, 2004.

LAYTANO, Dante de. **A imigração açoriana no Rio Grande do Sul.** In: Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História. Organizador Eurípedes Simões de Paula. São Paulo. ANPUH. 1969.

MULHALL, Michael G. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs.** Trad. de Euclides Santos Moreira. Porto Alegre: DAC/SEC/BELLS, 1984.

VIOTTI, Emília da Costa. **Da senzala à colônia.** Rio de Janeiro: Grijalbo, 1977.

RECENSEAMENTO realizado em 1º de setembro de 1920.

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940. Comissão Censitária Nacional. Rio de Janeiro, IBGE, 1941.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Trad. de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia /USP, 1974.

IMIGRANTES ALEMÃES E RECREAÇÃO: A SOCIABILIDADE SEGUNDO EMÍLIO WILLEMS E JEAN ROCHE¹

Dalila Müller²

Introdução

Este artigo tem por objetivo identificar os espaços e formas de sociabilidade dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e seus descendentes a partir de dois autores: Emilio Willems (1946) e Jean Roche (1969).

Os alemães foram os primeiros imigrantes estrangeiros, não portugueses, que vieram para o Brasil a partir de uma política de imigração. Eles foram instalados inicialmente no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo e, posteriormente, em outros locais do Estado, em Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, entre outros Estados.

A vinda dos imigrantes para o Brasil respondeu a alguns objetivos do governo brasileiro e esteve diretamente ligado a fatores de ordem econômica, seguidos de motivos políticos e religiosos dos países de origem dos imigrantes. Dreher (1995) aponta o branqueamento da raça, a formação do exército nacional, a eliminação de indígenas, a segurança nacional, a valorização fundiária, entre outras, como as causas que levaram o governo brasileiro a buscar imigrantes não-ibéricos.

Os principais fatores ligados à Alemanha apontados por Dreher (1995) foram: as mudanças ocorridas a partir da revolução industrial; as modificações na situação agrária, como a libertação do campesinato, significando a separação do camponês da terra, a eliminação das terras comunitárias e dos direitos de uso do solo alheio; o encarecimento do custo de vida; o empobrecimento, que quebrou todo o sentimento de apego à terra de origem; os motivos religiosos tiveram menor influência.

Além dos imigrantes de origem agrícola, muitos imigrantes alemães eram de origem cidadina. Estes eram também pequenos e médios burgueses que fugiam da proletarização, representantes da burguesia intelectualizada e liberal que se envolviam em lutas políticas. Várias classes sociais saíram da Alemanha com destino ao Brasil, contribuindo para a heterogeneidade dos imigrantes. Também, nas primeiras levas de imigrantes germânicos havia mendigos e presidiários de Hamburgo e Mecklenburgo. (WILLEMS, 1946)

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a colonização se deu no curso dos rios costeiros, ocupando os vales e toda sua área cultivável. “No Rio Grande do Sul foram principalmente o Rio dos Sinos, o Caí e o Jacuí com seus inúmeros afluentes da margem esquerda que constituíam a base

¹ Trabalho apresentado na disciplina História da Imigração da América Latina I do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Professora Assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas.

hidrográfica do chamado “cinturão do Jacuí”, zona mais importantes de colonização germânica, no Brasil.” (WILLEMS, 1946, p. 67)

A partir de 1849 uma segunda área de colonização alemã se desenvolve no Estado, Santa Cruz, entre o rio Pardo e o Taquari. A terceira área se desenvolve na serra, nas matas adjacentes aos rios afluentes do rio Uruguai.

Segundo Willems (1946) as aldeias prussianas da primeira metade do século XIX eram comunidades muito coesas, auto-suficientes e dificilmente permeáveis a influências estranhas; sua organização social era familiar e tradicional; as relações eram patriarcais; a comunidade local funcionava a base de uma reciprocidade acentuada, ajudavam-se entre vizinhos, davam presentes, emprestavam ferramentas, ajudavam na colheita, na construção de casas, na alimentação dos pobres, etc.

A estrutura social dos imigrantes alemães no Brasil era mais familiar e vicinal do que no país de origem; a natalidade era elevada, eram endogâmicos, possuindo, dessa forma, parentelas numerosas; eram mais solidários do que no país de origem, o que era decorrente da relativa fraqueza dos poderes estatais. (WILLEMS, 1946)

Roche (1969) afirma que a colonização alemã foi um “enxerto vigoroso” na vida rio-grandense, porque transformou sua economia e sua sociedade. Nestas transformações estão incluídas mudanças ocorridas nas atividades recreativas. Muitas foram conservadas da sociedade de origem, mas, pouco a pouco foram se modificando a partir das características da realidade brasileira e da relação com a população nativa.

Conforme afirmado, os primeiros imigrantes chegaram em 1824 no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, porém, somente na segunda metade do século XIX começaram a desenvolver mais intensamente uma vida social. Os autores pesquisados concordam em afirmar que, primeiramente, os alemães se dedicaram a sua sobrevivência, sendo que após se estabelecerem economicamente, foram desenvolvendo, paulatinamente, uma série de novas formas de sociabilidade.

Estas formas de sociabilidade impulsionaram novas e modernas relações de convívio que permitiram a sobrevivência dos alemães e o florescimento de uma nova consciência de pertencimento.

Sociabilidade dos alemães no RS

A partir dos autores Willems (1946) e Roche (1969) pode-se identificar vários espaços de sociabilidade entre os imigrantes alemães, entre eles a casa, na qual eram realizadas conversas entre vizinhos e festas familiares; a igreja; e, as associações.

A sociabilidade, segundo Maurice Agulhon teria um duplo sentido. O sentido mais amplo envolve formas mais gerais de relações sociais e o sentido mais estrito refere-se a formas específicas de convivência com os pares. A sociabilidade é a vida social organizada, sendo as associações sua forma privilegiada. (AGULHON citado por GOMES, 1993) As redes de sociabilidade são entendidas como um grupo permanente ou temporário, qualquer que seja seu grau de institucionalização, no qual se escolha participar. (GOMES, 1993)

A sociabilidade também foi analisada por outros pesquisadores, entre eles, Baechler (1995), que estuda a sociabilidade a partir dos salões aristocráticos, dos círculos e dos cafés. A partir de diversos autores pesquisados, Baechler (1995) propõe uma abordagem mais ampla e detalhada sobre o tema, considerando sociabilidade como:

a capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões ...: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações ... (BAECHLER, 1995, p. 65-66)

As redes são definidas pelo autor como “[...] os laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com outros atores, e assim por diante.” (BAECHLER, 1995, p. 77). Essas redes implicam no conhecimento de três categorias de sociabilidade. A primeira categoria diz respeito as formas de sociabilidade que se estabelecem espontaneamente entre os indivíduos, esta categoria diz respeito às redes que se estabelecem no dia-a-dia, como de parentesco, de vizinhança, de classe.

A segunda categoria é definida pelo autor como “redes de algum modo deliberadas, no sentido de que são definidos espaços sociais, onde se encontram, por opção, atores sociais que têm prazer e interesse em ser sociáveis uns com os outros.” (BAECHLER, 1995, p. 78) Nesta categoria, a sociabilidade pode traduzir-se em:

agrupamentos formais e organizados, podendo constituir unidades do ponto de vista jurídico e administrativo, mas cuja finalidade própria é a de propor a seus membros espaços sociais, onde possam alcançar, cada um por si e todos em conjunto, determinados objetivos específicos, o principal deles podendo ser muito simplesmente o prazer de estar junto. (BAECHLER, 1995, p. 82)

A última categoria pressupõe a noção de civilização. O autor cita Marcel Mauss por ter abordado o conceito de civilização, considerando-o a extensão última da sociabilidade. A civilização é um produto das atividades humanas.

Simmel (1983) também discute a sociabilidade e a considera como uma forma autônoma ou lúdica de sociação, a partir deste conceito, estuda as formas sociológicas lúdicas, como os jogos

sociais, a coqueteria e a conversação, sendo esta última considerada a forma mais típica da sociabilidade.

Segundo o autor, interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se unam em diferentes associações, como econômicas, religiosas, políticas, as quais se caracterizariam pelo sentimento de estarem sociados e pela satisfação provocada por isto.

Gomes (1993, p. 3), a partir das obras de Agulhon, considera que a sociabilidade pode ser utilizada em seu sentido mais estrito, ou seja, “como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um ‘domínio intermediário’ entre a família e a comunidade cívica obrigatória.”

Os espaços de sociabilidades são o locus da interação das pessoas pelo simples prazer do contato, interagindo fora dos rigores da necessidade. Assim, este artigo busca identificar as formas de sociabilidades desenvolvidas pelos imigrantes alemães e seus descendentes nas localidades de imigração alemã.

A partir dos dois autores, identificou-se as categorias de sociabilidade citadas por Baechler (1995). Neste caso específico – a sociabilidade dos imigrantes alemães e seus descendentes – as formas espontâneas de sociabilidade, que se estabelecem no dia a dia referem-se as conversas com vizinhos e parentes, as conversas e as festas. No que se refere à categoria dos agrupamentos formais e organizados, identificou-se uma variedade de sociedades formadas pelos imigrantes.

Simmel (1983) considera que toda a sociabilidade possui uma estrutura democrática e este caráter democrático só pode se realizar no interior de um dado estrato social:

[...] sociabilidade entre membros de classes sociais muito diferentes é amiúde inconsistente e dolorosa. [...] A sociabilidade, se se quiser, cria um mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está intimamente ligado ao prazer dos outros. Em princípio, ninguém pode encontrar satisfação aqui se esta tem de ser realizada à custa de sentimentos diametralmente opostos aos que o outro pode ter. (SIMMEL, 1983, p. 172)

Da mesma forma, Baechler (1995) apresenta algumas características que a sociabilidade exige dos indivíduos. Para integrar uma mesma formação social:

Cada um deve, de algum, modo, oferecer-se aos outros como membro aceitável de um círculo de civilidade, o que significa que todos devem desenvolver traços comuns, que os definem como oriundos de uma *determinada* sociedade. É por essa razão que a civilidade se baseia na igualdade e até, em certa medida, na identidade dos participantes. Por conseguinte, os critérios de recrutamento são muito rigorosos, uma vez que só indivíduos do mesmo mundo poderão ser suficientemente semelhantes entre si para criarem seu “mundo”. (BAECHLER, 1995, p. 83) [Grifos do autor]

Pode-se supor que os participantes de associações devem possuir uma mesma identidade; por esse motivo, formavam várias sociedades com objetivos específicos, como sociedade de canto,

de excursionistas, de tiro, entre outras, demonstrando que os alemães, além da germanidade que os identificava, se uniam por interesses comuns.

Segundo Willems (1946) as diferenças na nova sociedade – Brasil – exigiam novos padrões de habitação, de vestuário, de alimentação, de trabalho, de locomoção, de recreação. Essas mudanças implicavam a aceitação de elementos culturais encontrados na sociedade nativa.

Mas, o mesmo autor afirma que “parece ser na esfera recreativa da vida dos teuto-brasileiros que as influências da cultura originária persistem em maior número e com maior tenacidade.” (WILLEMS, 1946, p. 558) Porém, algumas atividades recreativas, como a corrida de cavalos, o carnaval, a conversa numa roda de chimarrão, foram adotadas pelos imigrantes e seus descendentes a partir do contato com a comunidade nativa.

Nas colônias rurais, a diferenciação das atividades recreativas se refletia na multiplicidade de clubes, sociedades, estabelecimentos industriais e comerciais ligados à recreação. Difundiram-se as mais diversas formas de sociabilidade: clubes de boliche, de ginástica, de montaria, de baralho, de canto orfeônico, de tiro ao alvo, círculos femininos e associações teatrais. (WILLEMS, 1946, p. 558)

Alguns autores consideram “exageradas” as atividades recreativas dos alemães, pela sua intensidade e por envolver bebidas alcoólicas e danças, como Ehlers e Kurze Geschichte, citados por Willems (1946), respectivamente:

A intemperança dos colonos teria sido inacreditável, a julgar pelas palavras de Ehlers. Eles construíram, ao lado das igrejas existentes, certo número de capelas a fim de arranjar pretextos para festas. A quermesse propriamente dita era precedida por uma quermesse preliminar (Vorkerbs) e uma festa final (Nachkerbs). Até na Sexta-feira Santa, os colonos se teriam entregue, nas imediações da igreja, a orgias alcoólicas. (WILLEMS, 1946, p. 171)

É preciso dizer que neste ponto há exageros. Não é que se queira privar de seus divertimentos os colonos que tem de trabalhar pesadamente, mas os bailes e festivais realizados todos os sábados e domingos, são pouco propícios à saúde, às finanças e aos bons costumes. Como também as associações de cantores e de ginástica organizam os seus bailes, festas comemorativas e saraus, não se pode deixar de apontar o perigo que ameaça, pelo excesso de dança e álcool, valiosas reservas étnicas. (WILLEMS, 1946, p. 559)

A partir de alguns problemas ocorridos nos bailes, em 1930 o Congresso Católico de alemães realizado em Arroio do Meio instituiu algumas normas às festas:

a) se abstenha de levar armas aos salões de baile; b) restrinja a realização de bailes; c) se abstenha completamente dos fandangos e músicas monótonas (leiermusiken). (WILLEMS, 1946, p. 560)

Observa-se que procuravam instituir algumas normas para a convivência entre os pares. O controle social aos poucos vai se tornando imperativo e vai aumentando cada vez mais a compulsão de policiar o próprio comportamento.

A casa, a igreja, as associações, os festejos, os jogos foram os espaços de sociabilidade identificados nos autores citados. A **casa** era o local onde eram realizadas as visitas e as festas familiares.

Vários momentos (comemorações) serviam para reunir parentes, amigos e vizinhos, como batizados, primeira comunhão ou confirmação e casamentos. Estas comemorações eram realizadas no âmbito doméstico, ou seja, na própria residência dos colonos.

As “visitas” realizadas principalmente entre vizinhos eram uma forma comum de sociabilidade entre os colonos. Esses cerimoniais se conservaram do país de origem, como o batismo, a primeira comunhão (católica) ou confirmação (luterana), o casamento ou o enterro.

Um costume das famílias alemãs era a visita à recém nascidos. “O nascimento de uma criança suscita a alegre curiosidade das vizinhas, que imediatamente vão em visita, levando cada uma delas um presente.” (ROCHE, 1969, p. 640) Observa-se aqui, o que afirma Baechler (1995), que os comportamentos de sociabilidade permanecem influenciados pela distribuição de papéis entre os sexos, cabendo às mulheres as relações com os mais próximos, como parentes, comerciantes e vizinhos.

A conversação é considerada a forma mais típica da sociabilidade.

[...] a sociabilidade apresenta talvez o único caso em que a conversa é o legítimo propósito de si mesma. [...] a conversa é a forma mais pura e elevada de reciprocidade. A conversa é desse modo a realização de uma relação que, por assim dizer, não pretende ser nada além de uma relação – isto é, na qual aquilo que usualmente é a mera forma da interação torna-se seu conteúdo auto-suficiente. (SIMMEL, 1983, p. 177)

Durante a semana os imigrantes/colonos se dedicam à plantação, somente no domingo costumam visitar algum vizinho para conversar e jogar cartas. (WILLEMS, 1946, p. 439)

As crianças batizadas possuem padrinhos e madrinhas, os quais são chamados de “compadres e comadres”, atando, no dia do batismo, laços de amizade. Participam da primeira comunhão ou da confirmação. Essas cerimônias e o casamento são seguidos “... de um banquete a que parentes, amigos e vizinhos são generosamente convidados e retribuem a atenção oferecendo presentes.” (ROCHE, 1969, p. 640)

O casamento era celebrado segundo os mesmos rituais do século XIX, envolvendo a festa onde participam parentes e vizinhos e a dança, acompanhada de vários rituais. O casamento era realizado na residência dos pais da noiva ou do noivo. Quando os noivos são de localidades

diferentes, é realizada uma festa de despedida naquela em que parte um dos noivos. Nesta festa é realizado um banquete acompanhado de baile. Também é comum fazerem-se visitas de despedida nas casas de parentes mais próximos e de famílias vizinhas. (WILLEMS, 1946, p. 436-7)

Roche (1969) e Willems (1946) descreveram essa festa familiar – o casamento:

Os convites, a refeição vespertina, a recepção dos convidados, a ordem do desfile, o anúncio da cerimônia civil e religiosa pelas bombas, a remessa dos presentes, o banquete (cardápio, lugares, brindes e brincadeiras obrigatórias), o baile (com a vez de cada participante e até da cozinheira), a troca de vestido da noiva, tudo é previsto e regulado pelo uso, com tanta exigência de rigor quanto o envergar o vestido branco e fixar o dote. (ROCHE, 1969, p. 640)

O *Hochzeitsbitter* convida vizinhos e parentes para o banquete. [...] Depois do almoço inicia-se um baile estritamente ritualizado: “Com passos graves o noivo, de chapéu na cabeça, dirige-se à noiva e, juntos, dansam [sic], talvez três vezes, pela sala acompanhados das melodias de uma sanfona e pisando a folhagem, os ossos (que os comensais lançaram ao chão durante o banquete) e as flores. Depois a noiva dança com o sogro, o noivo com a sogra, a noiva com seus próprios irmãos e os de seu noivo, o noivo com suas próprias irmãs e as de sua noiva. Mas isso é só o começo. Agora se aproxima a tarefa principal para ambos. A noiva é obrigada a dançar com cada homem casado, com cada rapaz solteiro e até com cada menino e o noivo por sua vez deve dançar com toda mulher casada, toda moça e toda menina.” (WILLEMS, 1946, p. 260)

O enterro é outra cerimônia da qual participam parentes, amigos e vizinhos que vão prestar homenagem ao defunto, manifestando sua solidariedade.

Constata-se que as visitas, as festas de casamento, batizado, primeira comunhão ou confirmação e até mesmo os enterros eram formas nas quais os imigrantes se integravam com seus pares, se encontravam, conversavam, se divertiam. Além da casa, a **igreja** também era um espaço de sociabilidade, sendo palco de várias festas religiosas.

A vida religiosa nas colônias alemãs, com suas festas e procissões oferecia várias formas de sociabilidade. As principais festas religiosas celebradas pelos imigrantes alemães e seus descendentes eram o Natal, a Páscoa, as quermesses, o Kerb. Nestas festas, igrejas e templos recebiam uma multidão, às quais se associavam divertimentos familiares.

Para celebrar o Natal, vários costumes trazidos pelos alemães do século XIX são mantidos: a árvore de Natal, armada na casa e na igreja, a coroa de folhagem verde ornada de fita vermelha e o oferecimento de presentes. (ROCHE, 1969).

Segundo Willems (1946, p. 566), diferentemente da Alemanha, onde apenas o círculo íntimo da família participava da festa de Natal, nas colônias alemãs, as famílias, depois da Missa do Galo, recebiam a visita de vizinhos e amigos.

Vários costumes eram utilizados para celebrar a Páscoa. “No Sábado Santo, faz-se um boneco representando Judas, que é queimado à noite, ou encosta-se um Judas, cheio de palha, à

porta do colono cuja conduta se deseja censurar.” Outro costume é o dos *Stippen*: “os rapazes vão surpreender os amigos na cama e, levantando os lençóis, fustigam-lhes as pernas com uma vara; a esse despertar segue uma ligeira refeição com café e bolos.” (ROCHE, 1969, p. 641)

Outro costume da Páscoa era a *lebre de Páscoa*, “segundo o qual as crianças armam, Sábado Santo, dentro de casa ou no jardim, “ninhos” onde a lebre deporá ovos coloridos, chocolates, doces. Em outros lugares, as crianças devem procurar os ovos e os bombons que os pais esconderam.” (ROCHE, 1969, p. 641)

O primeiro de janeiro também era comemorado com festa: “O início do ano é saudado com tiros de espingarda, bombas, sirenas; trocam-se votos e expressões de afeto.” (ROCHE, 1969, p. 642) Entre os católicos celebra-se a festa dos Reis, com as mesmas visitas, cantos, votos, presentes e doces. Desta festa participam músicos que tocam música de circunstância ou marchas alegres.

A quermesse era uma festa de larga importância nas colônias alemãs:

A quermesse é, nas colônias meridionais, um acontecimento que ultrapassa, em forma e importância, o que se pode considerar costume no país de origem. A larga aceitação dos fogos de artifício, sobretudo o foguete e o rojão, as fartas churrascadas, as novenas solenes deram à quermesse uma feição bem diferente da que tem na Alemanha. (WILLEMS, 1946, p. 568)

Outra festa religiosa era o Kerb, abreviatura de *Kirchweihfest*; é a festa mais típica da colônia, é a “festa votiva da paróquia”. Esta festa perdeu progressivamente seu caráter religioso e tornou-se a festa da povoação, reunindo protestantes e católicos.

Geralmente, começa por um culto solene ou missa cantada, de manhã, e associa-se, de tarde, a uma quermesse com estandes, jogos para crianças, tômbola, etc. Quando o caráter religioso diminuiu ou quando a festa se tornou comum aos dois credos, também se consagra a tarde à dança. Tomam-se as refeições em família, ao redor de imensas mesas copiosamente guarnecidas, porque grande número de parentes que vivem nos distritos vizinhos ou nas cidades, vêm esse dia. À noite, sempre há baile. Constitui o essencial do Kerb. A sala das festas é ornamentada com ramagens, palmas, festões de flores de papel-crepom; o parquet, encerado com vela; mesas coloridas fazem a volta da sala, permitindo que muitos grupos se sentem uns ao lado dos outros. As moças trazem vestido e sapatos novos, os rapazes estréiam sempre um terno. Dançam valsas, marchas, sambas e tangos. [...] Danças e refeições alternam durante toda a noite do domingo e da segunda. Entretanto, modernamente e na medida em que o kerb perde seu caráter religioso, a festa começa sábado à tarde. (ROCHE, 1969, p. 642)

A dança ocupava um lugar preponderante em todas as festas alemãs, com a participação de homens e mulheres da colônia. A partir dos 15 ou 16 anos os jovens começam a freqüentar os bailes.

Nas cidades a mulher solteira das famílias teuto-brasileiras possuía mais liberdade que as moças luso-brasileiras; as mulheres teuto-brasileiras participavam muito mais das atividades sociais

do que as lusas. A participação das mulheres e moças na vida social alemã muitas vezes era censurada pelos luso-brasileiros, bem como pelos viajantes que aqui estiveram.

As mães não lhes vigiam todos os passos, e mesmo nas famílias burguesas, os passeios à noite, as visitas, a assistência às domingueiras ou bailes se toleram freqüentemente, sem a presença das mães ou outros parentes mais velhos. (WILLEMS, 1946, p. 448)

A existência de clubes recreativos exclusivamente femininos reflete a posição social da mulher. Círculos femininos foram observados em muitos lugares, mesmo em zonas rurais. (WILLEMS, 1946, p. 563)

Após a segunda metade do século XIX os alemães começaram a fundar um grande número de associações no Rio Grande do Sul, com as mais diversas finalidades. Roche (1969, p. 643) chegou a afirmar que “os alemães sentem prazer em agrupar-se”.

O autor considera que até meados do século XIX, os alemães se dedicavam principalmente para assegurar sua sobrevivência, não se ocupando de divertimentos; não possuíam, nem em Porto Alegre, um baile organizado, um teatro ou sociedades corais. “As sociedades apenas aparecem quando os comerciantes adquiriram certa prosperidade e os Brummers despertaram o *Deutschtum*, o germanismo.” (ROCHE, 1969, p. 644)

A perpetuação de determinadas formas de recreação depende do desenvolvimento econômico das colônias. Antes de mais nada é preciso que os colonos disponham *do tempo indispensável* para se dedicar ao culto de festas e jogos tradicionais. Na melhor das hipóteses isso se tornava possível depois de alguns anos de intenso labor. O teatro exige local apropriado com palco e inúmeros requisitos dispendiosos, além das horas de lazer que devem ser dedicadas aos ensaios. O mesmo pode-se dizer com referência ao canto orfeônico e, em parte, ao jogo de boliche. Os ensaios e reuniões são ritualizados e a tradição exige o consumo de respeitáveis quantidades de bebidas alcoólicas. (WILLEMS, 1946, p. 564) [Grifo do autor]

Quando os imigrantes alemães conseguem sua estabilidade financeira começam a dedicar um tempo para o lazer através das associações. O estatuto da primeira sociedade criada em São Leopoldo, a Sociedade Orpheu, citado por Ramos (2000) demonstra a preocupação com a sociabilidade dos alemães:

[...] a Sociedade debaixo da denominação Orpheus é uma sociedade de homens que tem por fim exercitar, cultivar e enobrecer o canto alemão, influindo e animando o gosto por ele, a fim de, por meio dele, promover uma verdadeira vida sociável e harmoniosa entre os patrícios alemães. (RAMOS, 2000, p. 8)

A partir da metade do século XIX, a maioria dos alemães participa de sociedades. Segundo Roche (1969), em São Leopoldo, um habitante de cada cinco participa de uma sociedade e cada família está representada em pelo menos uma associação.

A multiplicidade e a quantidade de sociedades recreativas nas colônias alemãs é demonstrada por Willems (1946, p. 559). O autor afirma que em 1931, nas colônias novas da Serra

(RS), havia 130 sociedades recreativas: 48 de canto orfeônico, 37 de atiradores e montaria, 07 sociedades de ginástica, 15 clubes de boliche e 05 clubes de futebol. Esses dados demonstram o que Roche (1969) também afirma: que os alemães participavam intensamente de associações.

Cabe destacar que, segundo Willems (1946), a ginástica em aparelhos, ao lado do canto orfeônico e do jogo de boliche, é uma forma genuinamente germânica de recreação.

O culto da ginástica liga-se à própria tradição histórica simbolizando a “revirilização” do povo prussiano derrotado por Napoleão. Comum é encontrar, no brasão ou na denominação das sociedades de ginástica, a imagem do carvalho, árvore essa que simboliza a “força germânica”. (WILLEMS, 1946, p. 562)

Destaca-se neste artigo, ainda, os clubes de montaria ou cavalaria, que estavam associados aos cavalos que tiveram importância na cultura teuto-brasileira.

Introduzidos por imigrantes novos, os clubes de montaria representam provavelmente imitações das “sociedades hípias” que, no país de origem e nas cidades brasileiras, são consideradas como forma de recreação aristocrática. Dada a barateza dos cavalos e a predileção que principalmente os imigrantes novos revelavam pela montaria, compreende-se essa tentativa de transferir, para o meio rural, o hipismo como recreação. (WILLEMS, 1946, p. 564)

Os objetivos dessas associações eram variados: algumas tinham fins espirituais ou educativos; outras visavam a beneficência; e, outras ainda, visavam o divertimento. Tonnelat, citado por Willems (1946, p. 558), observou que várias sociedades tinham como único objetivo o divertimento.

As sociedades de bolão organizavam campeonatos e promoviam saraus para os teuto-riograndenses. As sociedades artísticas também tiveram destaque na população alemã, especialmente as musicais. As mais numerosas e as mais antigas foram as sociedades de canto (ROCHE, 1969).

Segundo Roche (1969) cada picada possuía uma sociedade-tipo: uma de recreação, de canto, de tiro e de desporto. Willems (1946, p. 559) também destaca que cada picada tinha sua associação de atiradores, a cada três ou quatro vendas tinha um clube de boliche, muitos faziam parte de clubes de futebol; “senhoras e senhoritas” faziam parte de sociedades femininas de tiro ao alvo e clubes de boliche.

As associações foram uma forma de manutenção das tradições germânicas entre os alemães. Segundo Roche (1969):

As associações rurais, que se multiplicaram até nas menores localidades, tinham muito mais importância que na Alemanha, porque representavam, com a Família e a Igreja, a terceira célula da vida dos colonos teuto-brasileiros; ordinariamente, foi pelo modo indireto da recreação que elas conservaram uma tradição cultural de origem alemã. (ROCHE, 1969, p. 648)

As sociedades de canto são as associações recreativas mais antigas das colônias alemãs, que se dedicavam, não só ao canto sacro como ao canto alemão. Segundo Roche (1969) esse foi um meio espontâneo de evocar a lembrança nostálgica da Alemanha.

A imigração de intelectuais alemães trouxe o interesse pelo teatro, principalmente nos centros urbanos. Porém, essas sociedades culturais, como os saraus teatrais e literários, vão sendo substituídos pelo jogo de boliche, de cartas e pelas bebedeiras em geral. (WILLEMS, 1946, p. 562-3)

Abordando especificamente a sociabilidade das crianças nas colônias alemãs, observa-se, principalmente a partir da obra de Willems (1946), que as crianças participavam da vida social das famílias.

De todos os acontecimentos que ocorrem na comunidade, as crianças participam em massa: nos cinemas e préstitos carnavalescos, nos comícios políticos e representações teatrais a criança está presente. Os salões de baile estão rodeados de bandos de crianças que, de portas e janelas, assistem a festas, banquetes, recepções, etc. permanecendo aí horas a fio. Poucos são os adultos que procuram, geralmente sem resultado, pôr fim à algazarra e às tropelias praticadas pela criançada. (WILLEMS, 1946, p. 451)

Para as crianças, a escola também representava um espaço de sociabilidade; a escola atraía as crianças devido à rarefação demográfica das colônias e seu conseqüente isolamento, pois, “a escola é uma das poucas oportunidades de reunir-se a outras crianças e de fugir, em parte, ao controle da geração adulta.” (WILLEMS, 1946, p. 414)

Observa-se que as formas de sociabilidade citadas anteriormente tinham como função não só a recreação, mas representavam uma forma de manutenção de costumes e hábitos germânicos. Mas, pouco a pouco, principalmente a partir do início do século XX, as tradições germânicas foram sendo abandonadas e novos costumes brasileiros foram adotados, como as festas de carnaval, o jogo da loteria, uso de bombas e churrascos em comemorações. (ROCHE, 1969)

Willems (1946, p. 569) acrescenta a introdução do tênis e do golf nas camadas superiores; banquetes de recepção e de despedida; os jogos de azar, como o jogo do bicho; o boxe, introduzido pelos imigrantes italianos, o qual substituiu o jogo de boliche; o futebol, considerado pelo autor a forma recreativa mais importante do ponto de vista aculturativo.

Outro costume, no que se refere à recreação, que os alemães adotaram do gaúcho foi a corrida de cavalos, que se tornou, segundo Willems (1946, p. 204) “uma das atividades recreativas prediletas em todas as áreas de colonização germânica.”

A corrida de cavalos exerce as mesmas funções que se lhe associam na cultura gaúcha: reúne aos domingos a população da redondeza que ordinariamente vive dispersa e só em acontecimentos dessa espécie encontra motivos de reunião. Além disso, as corridas oferecem ensejo para “fechar apostas”. É a aposta que dá à

corrida uma feição mais emocionante porque lhe associa outro complexo cultural profundamente arraigado na cultura brasileira e integralmente aceito pelos teutos: o complexo do jogo. (WILLEMS, 1946, p. 204-5)

A importância da conversa como forma de sociabilidade já foi abordada neste artigo; essa forma foi associada ao uso do chimarrão incorporada pelos teutos a partir do contato com a cultura do planalto.

O costume de muitas pessoas sorverem a bebida da mesma cuia e pela bombilha, o tempo considerável que se gasta com essas reuniões, as conversas que necessariamente se vão entabulando à “hora do chimarrão” – todas essas circunstâncias fazem pensar que a introdução desse elemento cultural se afigura, na realidade, como adoção de padrões de sociabilidade que tiveram um papel relevante na conquista de um status social definido. (WILLEMS, 1946, p. 206)

Na conclusão de seu livro, Willems (1946) faz uma avaliação das mudanças ocorridas na cultura dos imigrantes alemães no Brasil, abordando especificamente a cultura recreativa, ressalta:

Quase toda cultura *recreativa* dos imigrantes foi transferida para o Brasil e algumas de suas formas chegaram a desempenhar um papel mais importante do que no país de origem. Com o tempo ocorreu a perda, modificação ou substituição de não poucos traços recreativos devido sobretudo à proletarização de muitos teuto-brasileiros. Nas gerações novas, o futebol está desalojando formas tradicionais de recreação. É inegável a influência assimiladora que o futebol exerce principalmente nas classes médias e inferiores. (WILLEMS, 1946, p. 578)

A sociabilidade exerce a função de oferecer compensação pelos encargos que pesam sobre os indivíduos; este sistema de compensações serve como fonte de satisfação individual. A sociabilidade exerce outra função na cultura teuto-brasileira: “a perpetuação do patrimônio cultural dos imigrantes e seus descendentes exigiu que se compensasse o insulamento por uma forma de sociabilidade intermitente, mais intensa.”(WILLEMS, 1946, p. 561)

Considerações Finais

A partir dos autores trabalhados pode-se levantar alguns pontos importantes da sociabilidade dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Um espaço de sociabilidade importante era a casa. Nela, eram realizadas visitas entre parentes e vizinhos e festas familiares, como batizados, casamentos, entre outras. Outro espaço de grande importância para os imigrantes alemães era a igreja. As festas religiosas, como o Natal, a Páscoa, o Primeiro de Ano, o Kerb, são espaços de sociabilidades que envolvem toda a comunidade.

As associações tiveram uma participação importante na vida social dos alemães. Os autores concordam em afirmar que existiam várias sociedades nas localidades de imigrantes e a maioria das associações tinha como único objetivo a recreação. Eram várias as modalidades: sociedade de canto, de boliche, de montaria, de ginástica, de tiro, entre outras.

A partir do mapeamento das formas de sociabilidade dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, constatou-se que as formas de sociabilidade foram elementos que permitiram a manutenção e o fortalecimento dos costumes alemães, bem como o fortalecimento da germanidade/identidade. Também as formas de sociabilidade foram uma maneira de solidariedade entre iguais, uma forma de se fortalecerem enquanto grupo social. Os alemães mantiveram muitos traços da cultura recreativa da Alemanha, mas, pouco a pouco foram incorporando, absorvendo formas de sociabilidade dos luso-brasileiros, como a montaria, os jogos de azar, os churrascos, as festas de carnaval, o boxe e, principalmente, o futebol.

Bibliografia

BAECHLER, Jean. **Grupos e Sociabilidade**. In: BOUDON, Raymond (Org.). *Tratado de Sociologia*. (Tradução de Teresa Curvelo). Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-106

DREHER, Martin. **O Fenômeno Imigratório Alemão para o Brasil**. *Estudos Leopoldenses*. Vol. 31, nº 142, maio/jun 1995. p. 59-82.

GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio ... os intelectuais cariocas e o modernismo**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993. p. 62-77.

RAMOS, Eloísa Helena C. da Luz. **O Teatro da Sociabilidade**. Um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. 2000. 408 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. I e II (Tradução de Emery Ruas). Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou forma**. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel*. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34). p. 165-81.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946. (Brasiliana, vol. 250)

O USO DA HISTÓRIA ORAL E DA FOTOGRAFIA NA RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA DE UMA COMUNIDADE: O CASO DA COLÔNIA ALEMÃ DE FRIBURGO, NA CIDADE DE CAMPINAS

Denise Quitzau Kleine

O presente trabalho pretende apresentar a experiência de reconstrução da trajetória histórica de uma colônia rural alemã em Campinas / SP. O trabalho foi resultado de uma pesquisa realizada em parceria entre o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU / USP) e o Centro de Memória da Unicamp, intitulada “Educação, Lazer e Consumo Cultural de Famílias Imigrantes em Cidades em Rápido Desenvolvimento”, abordando as imigrações alemã e japonesa para as cidades de Campinas e de São Paulo.

A escolha desses dois grupos em especial deve-se ao fato de que em São Paulo japoneses e alemães carregam a imagem de que “são os imigrantes que deram certo”, em detrimento a outros grupos imigrantes que não teriam conseguido se estabelecer bem na sociedade brasileira ou que passaram a integrar de forma homogênea a sociedade brasileira de maneira que se torna difícil distingui-los.

A pesquisa teve a peculiaridade de ter sido desenvolvida não apenas como o resultado de um interesse acadêmico sobre a comunidade pesquisada, mas por ter sido, também, resultado de um interesse do próprio grupo pesquisado em recuperar a sua memória e reelaborar as suas tradições.

Os imigrantes que deram origem ao bairro *Friedburg* (mais tarde abrasileirado pelas autoridades municipais com o nome de Friburgo) vieram em sua maioria de Schleswig-Holstein, estado ao norte da Alemanha. Havia no grupo a presença de suíços de língua alemã e de confissão luterana. Diferentemente do processo de introdução de mão-de-obra imigrante alemã no sul do Brasil, organizado pelo Estado, esses alemães e suíços foram trazidos ao Brasil por iniciativa e esforço das sociedades de promoção da imigração ligadas aos fazendeiros cafeicultores paulistas: suas passagens foram subvencionadas pelos fazendeiros e as famílias eram inseridas diretamente no trabalho nas fazendas de café. Um dos pioneiros na introdução dessa forma de trabalho imigrante foi Nicolau de Campos Vergueiro¹.

A vinda para o Brasil com suas passagens subvencionadas resultou no atrelamento desses imigrantes às fazendas por causa de suas dívidas tanto das passagens quanto da sua instalação e das suas compras nas vendas das fazendas, cujos proprietários cobravam desses trabalhadores o preço

¹ Nicolau de Campos Vergueiro foi o primeiro a introduzir a mão-de-obra livre européia em sua fazenda. Depois de uma experiência inicial com colonos portugueses o Senador Vergueiro trouxe trabalhadores de Holstein, da Prússia e da Baviera. Após o sucesso dessa experiência fundou em 1846 a empresa Vergueiro & Cia., responsável por importar trabalhadores para as fazendas de café.

que lhes aprovesse. Aliado a isso, havia o fato de que a realidade do outro lado do Atlântico era diferente do que apregoavam as propagandas das sociedades de imigração na Europa.

Contratados sob o **sistema de parceria**, esses imigrantes não eram donos das terras e dividiam o lucro líquido com o fazendeiro que, muitas vezes, não cumpria sua parte nos contratos ou ludibriava o seu parceiro. Thomas Davatz, em seu livro *Memórias de um Colono no Brasil*, fez o relato de uma revolta que ocorreu numa dessas fazendas do interior paulista, motivada pelos abusos sofridos pelos imigrantes. Encontramos também relatos de trabalhadores que fugiram dessas fazendas na tentativa de se livrarem das dívidas contraídas.

O resultado disso é que, em média, levava-se mais de uma década para amealhar dinheiro suficiente para pagar as passagens, as dívidas nas fazendas e comprar um pedaço de terra. Não foi diferente com os imigrantes instalados em Friburgo.

Entre 1864 e 1877 surgiu nas proximidades de Campinas a colônia agrícola de **Friedburg**. Em 1847 seus primeiros moradores imigraram diretamente do Reno para a Fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro. Depois deles vieram outras famílias oriundas da Suíça e, entre 1870 e 1877, várias outras vindas de Schleswig e Holstein e que passaram pela Fazenda Sete Quedas. Ao se estabelecerem nessa nova área, os imigrantes optaram pelo cultivo do café em suas propriedades rurais por dois motivos: já haviam obtido experiência nas fazendas onde trabalharam e era um produto muito rentável naquela época.

Apesar do sucesso como produtora de café e outros produtos que estava experimentando, a comunidade recém-formada estava preocupada com a educação de seus filhos. Impossibilitados de mandá-los estudar na cidade de Campinas, fosse pelas estradas péssimas, fosse pelos altos custos, os alemães resolveram então construir uma escola no bairro. Para essa escola contratariam um professor alemão que não precisava “(ser) exigente, porque mais de trezentos ou quatrocentos mil réis não vamos poder pagar. Mas ele terá moradia e terra boa para plantar, o quanto ele necessitar.” (Krähenbühl, 1992).

Em outubro de 1879 a escola começou a funcionar sob os cuidados da recém fundada Sociedade Escolar do Bairro Friburgo, responsável pela construção do prédio, contando também com uma caixa de auxílio mútuo para seus membros. Apesar das facilidades oferecidas em contrapartida ao salário não muito alto, a permanência de professores alemães na comunidade foi bastante irregular e por muito tempo um dos membros do próprio grupo – leigo, mas com uma formação um pouco mais aprofundada que outros – tomou para si a responsabilidade pela educação dessas crianças.

O governo brasileiro, em momentos diferentes, estabeleceu uma legislação que orientava para a nacionalização da educação brasileira e que atingia diretamente as escolas de núcleos de imigrantes, nas quais o ensino em língua estrangeira era mantido. Ao exigir que o professor fosse brasileiro nato ou naturalizado, essa legislação colocou dificuldades para a manutenção dos trabalhos em muitas dessas escolas.

Ainda assim, percebe-se na comunidade estudada que, mesmo com as dificuldades em se conseguir a fixação de um professor na comunidade e de que ele cumprisse as normas da legislação educacional brasileira, as exigências de que dominasse a língua e a cultura alemãs predominavam, conforme aponta o excerto da ata da sociedade escolar:

Die Schule ist eine Deutsch-brasilianische. Der Lehrer muss aber ein geboren oder naturalisierter Brazilianer sein und perfekt die portugiesisch Sprache können so, daß er nach dem neuen Schuljetzte auch als Lehrer anerkannt werden kann. In der Schule wird unterrichtet im Portugiesischen, Rechnen, Lesen und Schreiben, so wohlin Grammatick, als in Übersetzung und Abfassung portugiesische Briefe, Geographic und Landesgeschichte (História do Brasil). In Deutsch, Rechnen, Lesen, Schreiben, Kalligraphie, Orthographic, Sprachlehre. Biblische Geschichte, wenn möglich auch Gesänge.²

O prédio da escola representou para a comunidade um papel de suma importância. Além de ser o espaço de aprendizado de seus filhos a escola era, também, o espaço de encontro da comunidade durante as festas e os cultos, realizados nesse prédio até a construção da igreja, em 1934. Assim como ocorreu com a construção da escola e do cemitério, a sociedade escolar também se envolveu com a construção da igreja, através da concessão do terreno.

Durante muito tempo a preservação da língua alemã e das tradições oriundas da terra de origem foi mantida na comunidade. A distância em relação à cidade de Campinas e a existência de um professor brasileiro (conforme a legislação brasileira exigia), mas de origem alemã e, portanto, com o domínio da língua e da cultura, foram os elementos que permitiram a manutenção das raízes culturais germânicas dessa comunidade, mesmo durante o processo de nacionalização implementado pelo governo brasileiro e do controle social resultante da II Guerra Mundial. Todavia, ainda que isolada da cidade grande³, a comunidade sempre conseguiu manter contato com

² Extraído do livro de atas da Sociedade Escolar do Bairro Friburgo.

Tradução livre: “A escola é teuto-brasileira. O professor deve, porém, ser nascido ou naturalizado brasileiro e saber perfeitamente a língua portuguesa, conforme nova legislação escolar, todo professor deve ser também diplomado.

Na escola haverá aulas em português, aritmética, leitura e redação, como ainda gramática, além de tradução e redação de cartas em português, geografia e história do Brasil.

Em alemão, aritmética, leitura, redação, caligrafia, ortografia, gramática, histórias bíblicas, e canto quando possível.”

³ É importante destacar, porém, que esse isolamento da cidade é relativo, já que os alemães de Friburgo mantiveram contato com outras comunidades germânicas relativamente distantes deles.

a Alemanha buscando a preservação do *Deutschtum*⁴. Apesar do seu isolamento a comunidade recebeu, na década de 1930, uma carta do então presidente alemão Hindenburg na qual ele exortava a manutenção por essa comunidade das raízes alemãs no exterior⁵.

A dificuldade econômica enfrentada após a grande crise de 1929 e a conseqüente queda do preço do café, aliadas às constantes partilhas de terras entre os filhos das famílias, foram os elementos fundamentais que deram início ao processo de fragmentação da comunidade original. Em busca de terras mais férteis do que aquelas esgotadas que encontravam em Friburgo, ou de postos de trabalho nas cidades, os descendentes começaram a migrar para áreas ao redor de Campinas como, por exemplo, Monte Mor e Indaiatuba, originando novos núcleos alemães nessas áreas.

Progressivamente, as famílias originais do bairro foram vendendo suas propriedades rurais, que já não eram capazes de garantir a subsistência, e se instalaram na cidade. No entanto, o prédio escolar, que sempre foi uma referência para a comunidade, continua ainda hoje sendo o ponto de encontro das gerações mais jovens de descendentes. Embora ele não mais abrigue uma instituição de ensino⁶, o prédio original foi reformado e continua atraindo as famílias nos finais de semana para encontros e jogos de cartas.

No início dos anos de 1990, a geração de descendentes, então por volta dos 50 anos, começou a se preocupar com a memória da comunidade. O primeiro passo indicativo disso foi o processo de reestruturação da Sociedade Escolar do Bairro Friburgo, reorganizando suas contas, buscando associados e se perguntando de que forma poderia atrair o interesse dos jovens por essa comunidade com tradições que remontavam ao século XIX. O segundo passo foi a formação de um grupo de danças folclóricas alemãs, cativando um grande contingente de jovens descendentes que passaram a encher os salões da antiga escola nos domingos à tarde para seus ensaios e suas atividades de convívio⁷. Se, num primeiro momento, o grupo de danças folclóricas atraiu os

⁴ A escritora alemã Maria Kahle viajou pelo Brasil como enviada do V.D.A. (Verein für das Deutschtum im Ausland) e esteve em Friburgo, onde observou a manutenção do uso do platt deutsch entre os imigrantes e seus descendentes, bem como registrou a boa situação financeira em que se encontraram. Essa visita de Kahle aconteceu na escola da comunidade.

⁵ O professor Ricardo Gübel escreveu, em 1937, um artigo para a revista alemã *Der Volksdeutsche* descrevendo as conquistas da comunidade de Friburgo e apontando o esforço que se fazia no sentido de preservação da língua e costumes alemães. Ele observava, com pesar, que algumas famílias utilizavam cada vez com maior frequência a língua portuguesa com seus filhos.

⁶ O ensino da língua alemã em Friburgo perdurou até a década de 1950, quando o professor Ricardo Gübel faleceu. Quem assumiu seu posto já não dominava o idioma nem as tradições culturais, as quais foram sendo progressivamente esquecidas pelas gerações mais novas. A partir da década de 1960 a escola deixou de ser particular e cedeu seu espaço para abrigar uma escola estadual de ensino fundamental. Essa concessão durou até meados da década de 1990, quando a escola foi desativada.

⁷ O entusiasmo gerado pela descoberta dos documentos, como livros de atas da sociedade escolar e de livros de presença da escola, em 1992, e pela possibilidade de atrair os jovens para a comunidade foi tão grande que em 1993 foi fundado o grupo e, em maio de 1994, realizado o seu primeiro baile de aniversário. Para orientar seus trabalhos, o grupo folclórico associou-se ao Departamento de Danças Folclóricas Alemãs da Associação Cultural Gramado, em Gramado, RS, passando a participar de seus cursos anuais de folclore alemão.

descendentes dos imigrantes alemães, com o tempo esse grupo se expandiu e atraiu jovens de fora da comunidade, muitos sem ascendência alemã, mas “simpatizantes da cultura alemã”. O grupo, além de atrair os jovens, representou uma ferramenta para a recriação de tradições culturais já perdidas e passou a servir como cartão de visitas da própria comunidade, identificando-a para a sociedade em geral como “colônia alemã”.

Obtendo o equilíbrio financeiro, o prédio da escola começou a ser reformado e, em meio às obras, um armário velho e tomado por cupins foi encontrado, guardando antigos livros de leitura da escola (muitos publicados pela editora Rotermund, de São Leopoldo). O mais surpreendente, contudo, foi o achado de livros de atas da associação, alguns deles em alemão gótico, manuscrito. Muitos dos descendentes não dominam mais a língua alemã, mas estavam cientes da importância da descoberta dessa material, de forma que procuraram o Centro de Memória da Unicamp, através de sua diretora, professora Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson, com o objetivo de conseguir ajuda para resgatar a trajetória histórica dessa comunidade.

O processo para retratar a história da comunidade partiu, enquanto pesquisa, da recuperação dos livros de atas (muitos bastante avariados pelo tempo) e de sua transcrição para o alfabeto latino. Aliada a isso, e com um papel de suma importância, a história oral foi o instrumento que permitiu a recuperação de parte da memória dessa comunidade através das entrevistas feitas primeiramente com os membros mais antigos do grupo e, depois, com a geração mais nova. Entretanto, sabemos que, sob a modernidade, as experiências tornam-se individuais⁸ e as lembranças, antes coletivas e de significação para um grupo maior, não encontram mais na sociedade os mesmos suportes que anteriormente encontravam como a vida estável numa localidade e os laços de confiabilidade construídos com sua vizinhança. Segundo Chauí (2001, P. 19), “*Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros*”.

A memória, seja ela grupal ou individual, é constantemente (re)construída e ganha novas significações de acordo com o contexto em que o seu narrador está inserido. Procura-se dar à lembrança e a essa memória a maior fidedignidade possível, mas isso não significa que alguns elementos não sejam descartados ou mesmo reelaborados – a memória é reconstruída, muitas vezes, com o objetivo de legitimar o presente. Ela, às vezes, prega peças e precisa de um auxílio visual para que alguns elementos anteriormente (e involuntariamente) descartados possam ser adicionados.

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável,

⁸ Sobre a mudança do caráter da vivência para a experiência e da mudança do espaço e do significado da narração no grupo ver texto “O Narrador”, de Walter Benjamin.

alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se o quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de alterá-lo. (W. Stern, *apud* BOSI, 1994, p. 68)

Sabemos que as experiências recebem forma, interpretações e sentidos diferentes à medida que o tempo passa. Para Italo Calvino (2006 p. 146, grifos nossos), *“As perspectivas da infância e da meninice são diferentes; impressões e julgamentos disparatados se colocam uns ao lado dos outros sem uma lógica; mesmo para quem cresce em um ambiente não fechado às opiniões e informações, uma linha de julgamento só se forma com os anos.”*

Ao historiador cabe a difícil tarefa de reconstruir esse passado; mas a mesma tarefa de reconstrução cabe também ao entrevistado – reconstruir, avaliar, construir um julgamento sobre o mesmo. Para que esse passado possa ser reconstruído dentro da proximidade do que realmente foi, é primordial que o entrevistador e seu entrevistado construam uma relação de confiança. A partir disso, então, a “memória preparada” desse entrevistado lentamente vai abrindo espaço a uma rememoração mais espontânea.

No caso da comunidade de Friburgo, dois pontos foram muito importantes: reunir imagens e relatos da comunidade e compartilhar esse processo de construção com o grupo. Dessa forma, a partir das entrevistas feitas com os membros da comunidade, fotografias foram sendo recolhidas, copiadas pelo Centro de Memória e devolvidas, sendo usadas em dois momentos:

- Durante as entrevistas individuais, em que serviram para a reconstrução da memória do entrevistado em questão, ajudando a recordar-se de fatos e de pessoas que anteriormente passaram despercebidas nas entrevistas.
- Durante a primeira apresentação dos resultados da pesquisa, quando toda a comunidade foi reunida no salão da escola e as fotos copiadas de cada entrevistado foram reunidas sob a forma de slides e apresentadas a todos, resultando numa contribuição riquíssima que não teria acontecido se as imagens tivessem ficado limitadas aos depoentes.

Na tarde de um domingo, várias gerações friburguenses foram reunidas para ouvirem os primeiros relatos acerca da reconstituição da história da comunidade e verem os slides. Nesse momento, as gerações mais novas puderam identificar, com o auxílio dos depoimentos recolhidos na hora, as suas raízes familiares e também de grupo. Reconheceram ali a origem de uma série de práticas familiares que os diferenciavam de outros jovens, mas para as quais não haviam conseguido, ainda, determinar as suas raízes. Para o processo de pesquisa, esse encontro com o grupo foi um dos pontos mais importantes, pois informações puderam ser corroboradas ou revistas e novos dados foram acrescentados ao trabalho.

Posteriormente, numa cerimônia realizada na festividade de homenagem aos pioneiros do bairro, percebeu-se que o discurso proferido pelo presidente da sociedade escolar fundamentava-se na leitura de textos escritos com os resultados da pesquisa o que significa, na prática, a aceitação, compreensão e aprovação dos resultados pela comunidade.

Ao serem questionados acerca da importância que a reconstituição da história do grupo adquiriu para os descendentes, não se percebeu nas falas um sentimento nostálgico da Alemanha. O que pôde ser percebido, de fato, foi que vários deles viam nesse resgate da sua história de origem a abertura de uma nova e vantajosa possibilidade: o acesso a uma dupla cultura, isto é, a chance de se aproveitarem dos elementos positivos característicos tanto dos alemães quanto dos brasileiros colocando-os como indivíduos diferenciados na sociedade e, portanto, em vantagem.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas (1). Magia e técnica, arte e política**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CALVINO, Italo. **Eremita em Paris: páginas autobiográficas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **“Os Trabalhos da Memória”**. IN: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª edição. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

KRÄHENBÜHL, Walter. **Friedburg: castelo da paz**. Campinas, 1992.

SOCIEDADE ESCOLAR DO BAIRRO FRIBURGO. Livros de atas da Sociedade Escolar do Bairro Friburgo.

TRABALHADORES. “Imigrantes”, nº3. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

VON SIMSON, Olga R. de Moraes. **“Imagem e Memória”** IN: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. Editora Hucitec / CNPq, 1998.

“História oral, memórias compartilhadas e empoderamento: um balanço de experiências de pesquisa”. Texto apresentado no 14º Congresso Internacional de História Oral. Sidney, Austrália, 12 a 16 de julho de 2006.

VON SIMSON, Olga (Coordenadora), CARMO, Andréia Cristina do, RUEDA, Eliana Cristina e QUITZAU, Denise Amgarten (pesquisadoras). **“Os Alemães”. Relatório de Pesquisa CERU/CMU/ CNPq. Projeto: “Vida Familiar de Diferentes Grupos Étnicos em São Paulo: educação, lazer e consumo cultural em cidades em rápida transformação (1890-1950)”**. Campinas, Unicamp, 1994.

JACOB RHEINGANTZ E A COLÔNIA DE SÃO LOURENÇO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO HISTÓRICO

Eduardo Iepsen

Jacob Rheingantz: breve introdução biográfica

Jacob Rheingantz, o fundador da Colônia de São Lourenço, nasceu em Sponheim, uma região da Prússia Rhenana, em 9 de agosto de 1817. Chegou ao Brasil em 1843, após permanecer alguns anos na França e nos Estados Unidos. Em 1856, firma contrato com o governo imperial, visando investir na imigração de elementos germânicos para o sul do Brasil¹, mais especificamente para a Serra dos Tapes, região então pertencente à Pelotas. Jacob, além de ser o empresário responsável pela vinda dos imigrantes para esta colônia particular, foi seu administrador de 1858, com a chegada dos primeiros colonos, até a sua morte em 1877. Rheingantz é reconhecido na historiografia, como um dos principais empresários que investiram na imigração de estrangeiros; principalmente, por que está se deu em uma área distante da grande área de colonização do Rio Grande do Sul, tipicamente localizada na região do Vale dos Sinos.

Exaltação bibliográfica a Rheingantz

No estudo da história sul-lourenciana encontramos apenas os relatos de três escritores²: Carlos Guilherme Rheingantz, Vivaldo Coaracy e Jairo Scholl Costa. Carlos, o primogênito de Jacob e Maria Carolina Fella Rheingantz, nasceu em abril de 1849, na cidade de Pelotas. Destacou-se no ramo industrial, ao fundar na década de 1870, a fábrica têxtil Rheingantz, no Rio Grande. Teve ainda, alguma participação no ramo político, ao eleger-se vereador. Publicou em 1907, o livro *Colônia de S. Lourenço. histórico de sua fundação por Jacob Rheingantz*, em dois idiomas: português e alemão. Carlos ajudou a criar o mito em torno de seu pai, exaltando suas virtudes e transformando-o em um herói:

Meu pai, não obstante enormes sacrifícios, concluiu a sua obra, elevando a sua colônia de S. Lourenço ao primeiro e mais alto lugar de entre todas as colônias fundadas por particulares. Este resultado é devido à sua energia e ao seu gênio iniciativo.

Faço anteceder o presente pequeno esboço histórico da colônia de S. Lourenço por estas considerações, porque me parece serem elas justa homenagem à memória de seu fundador, que dedicou a essa colônia toda a sua vida, que constituiu uma série ininterrupta de trabalhos, os quais só cessaram com a sua morte prematura (RHEINGANTZ, 1907, p. 6).

¹ Este contrato garantia à Rheingantz uma renda de 15\$000 por imigrante entre 10 e 45 anos e 10\$000 na faixa etária dos 5 aos 10 anos.

² Além, é claro, daqueles autores que citam a Colônia de São Lourenço em obras de caráter mais amplo.

É importante observar no referido discurso de Carlos, a relação que ele faz de seu pai com a colônia de São Lourenço: “meu pai, (...) concluiu **sua** obra, elevando a **sua** colônia de São Lourenço (...)”. Ou seja, dessa forma, ele transmite ao leitor a clara idéia de que a colônia era dele, e de que ela só progrediu graças aos seus enormes esforços. Em outro momento, “porém”, Carlos parece um tanto desapontado com a modéstia de seu progenitor:

As maiores colônias particulares do Brasil são Blumenau, em Santa Catarina, e São Lourenço, no Rio Grande do Sul. Aquela, denominada em honra do seu fundador, perpetua-lhe o nome; esta, derivando a sua denominação do arroio de São Lourenço, que atravessa parte de seu território, não memora o fundador, porque meu pai, por excessiva modéstia, não quis ligar seu nome ao de sua meritória empresa. Eis por que pouco se fala no nome de Jacob Rheingantz, quando se trata de assuntos relativos a nossa colonização. Este fato é deplorável, pois, a meu ver, foi meu pai o colonizador a quem compete de entre todos lugar proeminente (Rheingantz, 1907, p. 5-6).

É interessante salientar, também, a própria referência que Carlos faz à Jacob: “meu pai”; essa visão patriarcal se estende não só no sentido familiar, mas também relativo à colônia. Vivaldo Coaracy apropriou-se dela, sendo bem direto em sua devoção ao “fundador”:

Inicialmente, a Colônia constituiu-se sob um regime que quase se poderia chamar de patriarcal. O fato de Jacob Rheingantz ter transferido para o núcleo colonial a sua residência e da família, evidenciando o propósito de entrelaçar intimamente a sua vida pessoal com a obra que criava, dobrava-lhe o prestígio e a autoridade. Não era mero Diretor da Colônia e proprietário de terras. Tornou-se o conselheiro e orientador dos colonos que se habituaram a recorrer a ele não apenas nas emergências de sua vida econômica, como para lhe submeter os seus problemas individuais e as necessidades coletivas (COARACY, 1957, p.62).

O autor prossegue, sempre num tom laudatório:

(...) o êxito da empresa foi devido à dedicação que Rheingantz lhe consagrou. Do seu ponto de vista, a colônia não era apenas uma iniciativa comercial, uma aplicação de capital e trabalho destinada a proporcionar, em futuro próximo ou distante, lucros e proveitos compensadores. Era uma obra que realizava, uma criação do seu espírito e da sua vontade. Fazer surgir de uma região bruta e agreste um centro humano de atividade produtora; transformar a terra virgem em fonte de riqueza; facultar a semelhantes seus, descontentes com as condições de vida na Europa de então, a oportunidade de erguer um lar, fecundando pelo trabalho um solo que viria ser deles, realizando assim uma aspiração que na pátria feneceria sem esperança; contribuir para o bem estar de muitos e para a incorporação de novas glebas de lavoura à imensidade de uma nação ainda na juventude; há em tudo isso um anseio de criação, a febre da inspiração que anima e dá vida às obras do espírito. Jacob Rheingantz obedecia a essa inspiração. Todos os seus atos e iniciativas desde que fundou a colônia são dominados pela preocupação com o empreendimento a que se dedicou. São expressões dessa atitude, a sua preocupação com o bem estar e satisfação dos colonos (...) (COARACY, 1957, p. 26).

Vivaldo Coaracy nasceu no Rio de Janeiro, em novembro de 1882; entre outras atividades, foi jornalista, engenheiro e escritor; quanto as suas publicações, foi bastante eclético, reunindo obras nas mais diversas áreas: crônicas, romances, ensaios sociais, econômicos, políticos e históricos. Além disso, escreveu duas autobiografias *Todos contam sua vida* (sobre sua infância e mocidade) e *Encontros com a vida* (mocidade e maturidade). Em 1957, por ocasião do centenário de fundação da Colônia de São Lourenço, escreveu *A Colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz*.

O último e, também, o único dos três autores estudados que tem origem sul-lourenciana, é Jairo Scholl Costa; formado em Direito pela UFPEL, atua tanto no campo da advocacia, quanto no da pesquisa. Sobre a história local, organizou e publicou artigo no livro *São Lourenço do Sul 100 anos*, intitulado *Origens históricas do município de São Lourenço do Sul*; além de ter publicado, mais recentemente, *Navegadores da Lagoa dos Patos- A saga náutica de São Lourenço do Sul (1999)*³. Este autor trouxe acréscimos importantes à história municipal, não se limitando exclusivamente à colonização alemã, dando atenção, também, ao período pré-colonial, aos portugueses e à área litorânea, além dos eventos posteriores à morte de Rheingantz. Em grau comparativo, Costa, embora em vários momentos reproduza as mesmas idéias de Carlos e Vivaldo, é o que menos engrandece Jacob Rheingantz. O caráter exaltativo de seu discurso é mais voltado para a terra lourenciana e seus colonizadores:

Fundada em 15 de janeiro de 1858 por seu idealizador Jacob Rheingantz, (a colônia de São Lourenço) estava destinada a servir de prova perene da vitória do homem sobre o meio hostil.

As terras dobradas da Serra dos Tapes, cobertas de matas virgens, praticamente esquecidas pelo homem luso-brasileiro que as desprezou em seu afã de buscar planícies com pastagens para rebanhos, acabou sendo o lugar onde homens e mulheres da Rhenania, do Holstein, da Prússia, da Pomerânia e de tantos outros lugares da loira Germânia, viriam a construir seus lares, iniciar seus negócios, plantar suas glebas, criar e educar seus filhos. Seria, ainda e por fim, onde, após uma existência profícua e laboriosa, haveriam de entregar suas almas ao criador!

Seria em São Lourenço, nas terras virgens da Serra dos Tapes, que a mais meridional das colônias formadas no solo brasileiro se formaria e acabaria por transformar a terra bruta e selvagem num local possível de acolher a vida humana, pelo prodígio do trabalho produzindo riquezas que viriam a granjear-lhe fama e respeito de todo o País!

A colônia de São Lourenço nasceu do sonho de Jacob Rheingantz (...) (COSTA, 1984, p. 54).

Apesar da diferenciação já citada, podemos reparar a semelhança desses discursos. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas “o pressuposto essencial das metodologias propostas

³ Neste artigo limitaremos-nos exclusivamente à análise de sua primeira obra, pois em seu segundo trabalho, como o próprio título sugere, é investigada a saga náutica sul-lourenciana, desde seus primórdios até a contemporaneidade. Obviamente, o autor destacou um capítulo à imigração, mas que pouco (ou quase nada) acrescenta em relação ao seu artigo no livro *São Lourenço do Sul: 100 anos*.

para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*” (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p.377). Ou seja, existe uma intencionalidade por trás do discurso. Após esta breve explicação chegamos a conclusão (óbvia) de que, Carlos Rheingantz, Vivaldo Coaracy e Jairo Costa têm um propósito quando escrevem. Esse intento vai ficando mais claro na medida em que apresentamos novos exemplos de sua interpretação dos fatos; talvez o melhor destes seja a polêmica que envolveu a *grande revolta*..

Creio que tal ocorrido reflete de maneira bem clara o engajamento à que estes escritores estão sujeitos; em sua análise do episódio, reproduzem as mesmas idéias: elementos de fora, desajustados e que não se encaixavam dentro dos modelos de disciplina impostos pelo diretor. Estes “arruaceiros” teriam manipulado os outros colonos, que ingenuamente seguiram seus passos. A revolta teria se originado devido a um edital do Tenente Sá Queirós, que trouxe à tona queixas dos colonos contra Rheingantz. Ao exemplificarmos esta manifestação revezaremos os autores e seu sentido permanecerá o mesmo:

Desse descontentamento aproveitaram-se os elementos perturbadores para insuflar nos habitantes da colônia um sentimento de revolta e propagar a insubordinação. Instigaram ressentimentos, fomentaram animosidades, exploraram a ignorância de uns e as ambições de outros, instilaram desconfianças. Na véspera do natal, quando muitos dos colonos, tendo-se excedido nas libações festivas em celebração da data, estavam incapazes de raciocinar, explodiu a desordem (COARACY, 1957, p.99-100).

A situação evoluiu e atingiu seu clímax na véspera do Natal daquele ano, quando estourou a revolta. Um grande grupo de colonos (instigados por “elementos estranhos”), embriagados após as comemorações natalinas, tomou de assalto o quartel do destacamento, desarmando os policiais. A partir daí, arrombaram as portas das casas tomaram as bebidas das vendas e espalharam o terror. Ao final, dirigiram-se à casa de Rheingantz, no alto da Coxilha do Barão, onde ele comemorava a data com a família (COSTA, 1984, p. 67).

Na noite de 23 para 24 de dezembro de 1867, um grupo de descontentes obrigou a muitos colonos alheios aos fins revolucionários dos cabeças (cujos nomes deixo de mencionar, para não reacender odiosidades, visto descendentes deles ainda existirem na colônia) a acompanhá-los até a residência do empresário (RHEINGANTZ, 1907, p.17-18).

Apesar da essência permanecer inalterada, neste primeiro bloco de citações, podemos encontrar uma discordância quanto à data do ocorrido: enquanto os dois primeiros afirmam que a revolta deu-se na véspera do Natal, o último menciona o dia anterior. Faz diferença? Pensamos que sim, pois tratava-se da véspera de Natal, um feriado religioso geralmente associado à paz. É mais um motivo para “jogar” o leitor contra os “revoltosos” e para justificar a embriaguês dos colonos (ficando assim facilmente descontrolados e manipuláveis). Visto que o único presente ao acontecimento foi Carlos Rheingantz, temos razões para acreditar que ele ocorreu mesmo do dia 23 para 24 de dezembro de 1867.

Dando seqüência aos acontecimentos da revolta, e a narração dos autores:

a chegada da turba enfurecida foi dos mais pavorosos episódios que a crônica da colônia registrou. Como era noite e os amotinados portavam tochas, quiseram, inicialmente, incendiar a casa no que foram impedidos por pessoas de bom senso que embora acompanhando a massa, não tinham o intuito de desordens. Mesmo assim, não lograram impedir a invasão da residência pela horda que destruiu todas as dependências e mobiliário (COSTA, 1984, p.67).

A conselho do então professor F. Sellin, o empresário evitou o encontro com o grupo ameaçador; compareceu, porém, quando os ânimos se tinham acalmado um pouco. Obrigaram-no os revoltosos a submeter-se às suas imposições, subscrevendo tudo quanto dele exigiam, por exemplo: vender os lotes coloniais inteiros (de 100.000 braças quadradas) a 300\$000, do que muitos se aproveitaram, compelindo-o a aceitar 300\$000 em dinheiro por lotes anteriores comprados a prazo e por maior preço; outros que já haviam pago os seus lotes comprados ao preço, então corrente, de 400\$000 exigiram a restituição do excedente, no qual foram obedecidos (RHEINGANTZ, 1907, p.18).

Na sua ignorância, cometeram os amotinados um erro fatal. Pensando dar-lhes assim valor legal, exigiram do Tenente comandante do destacamento que assinasse, como testemunha, os papéis que extorquiam. Tornaram assim o oficial testemunha da coação sob a qual haviam sido conseguidos os documentos e que os anulava (COARACY, 1957, p.101).

Sobre essa influência negativa que “elementos estranhos” (COSTA, 1984, p. 66) ou “elementos vindos das cidades vizinhas” (RHEINGANTZ, 1907, p. 14-15), exerceram sobre os colonos no ataque à Rheingantz, há uma interessante explicação nas palavras de Kathryn Woodward, quando ela descreve a relação entre forasteiros e locais:

A ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre ‘locais’ (insiders) e ‘forasteiros’ (outsiders). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de ‘forasteiros’, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. Por exemplo, o criminoso é um ‘forasteiro’ cuja transgressão o exclui da sociedade convencional, produzindo uma identidade que, por estar associada com a transgressão da lei, é vinculada ao perigo, sendo separada e marginalizada (WOODWARD, 2004, p. 46).

Relativo à isto, Bronislaw Baczko acrescenta:

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (BACZKO, 1984, p. 300).

Essa visão dos eventos assume proporções maniqueístas: há os bons, que querem o melhor para a colônia e tentam fazê-la prosperar (Família Rheingantz e alguns colonos); os maus, que trazem a discórdia (os “elementos estranhos”); e ainda, os que transitam entre eles de maneira

ingênuas⁴ (o resto dos colonos). Esta divisão do mundo entre bem e mal, luzes e trevas é totalmente parcial, sendo mais uma forma de manipular o leitor, para que este identifique-se com uma causa e, simultaneamente, repudie outra. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, em seu estudo intitulado história e análise de textos, destacam justamente o valor das entrelinhas: “a história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, (...) de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho” (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 378).

Nessa investigação podemos perceber, então, que estes três escritores ajudaram a criar e consolidar uma imagem dos heróis, dos inimigos, dos colonos e de todo o município, formando assim uma identidade própria ao sul-lourenciano. Baczko (1984, p.309), explica que a formação da identidade é fruto do imaginário de uma coletividade, onde ela distribui os papéis e as posições sociais; assim, como impõe crenças comuns, de certo e errado. A partir da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o do ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade e a sua razão de ser. Formam-se assim, também, as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc.

Assim como existem essas representações⁵ locais, existem também as de incontáveis outros lugares, de pessoas, de raças, etc. Voltando-nos exclusivamente para as representações dos heróis, eles existem da macro à micro história, podendo assumir sentido religioso (Jesus Cristo), político (Tiradentes) ou militar (Bento Gonçalves). Para Marilena Chaui (2004, p. 7) os heróis são forjados para o engrandecimento de um local.

Embora, em seu estudo, Chaui esteja falando sobre as representações do Brasil, como um todo, podemos fazer uma comparação com São Lourenço, quando a filósofa diz: “se indagarmos de onde proveio essa representação e de onde ela tira sua força sempre renovada, seremos levados em direção ao mito fundador do Brasil, cujas raízes foram fincadas em 1500” (CHAUÍ, 2004, p. 9). Associando ao nosso estudo e à fundação da colônia alemã de São Lourenço, verificamos, então, a importância que tem a figura de Rheingantz dentro do município.

Ainda, sobre o valor da fundação ela acrescenta:

A fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanado da sociedade e, simultaneamente, como engendrando essa própria

⁴ Ou ignorante, conforme definiu Carlos Rheingantz (1907, p.16)

⁵ Entendemos o conceito de representação como à “forma pela qual um indivíduo ou grupo vê determinada imagem, determinado elemento de sua cultura ou sociedade” (SILVA & SILVA, 2005, p. 214).

sociedade da qual emana. È por isso que estamos nos referindo à fundação como mito (CHAUI, 2004, p. 9-10).

Antes de prosseguirmos, talvez faça-se oportuno conceituar mito; para José Ferrater Mora, “dá-se o nome de ‘mito’ a um relato de algo fabuloso que se supõe ter acontecido num passado remoto e quase sempre impreciso. Os mitos podem referir-se a grandes feitos heróicos (no sentido grego de ‘heróicos’) que são considerados, com freqüência, como o fundamento e o começo da história de uma comunidade ou do gênero humano em geral” (MORA, 2001, p.478). Mas, qual a sua necessidade? Qual o interesse de se criar mitos? Uma das possíveis explicações é dada pela antropologia; segundo Marilena Chaui, a narrativa mítica torna-se a “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUI, 2004, p. 9).

Cabe agora entender a quem interessava que essas histórias fabulosas fossem perpetuadas; e é justamente o que respondem Cardoso e Vainfas, quando afirmam que “as ‘condições de produção’ de um discurso têm a ver com o ‘ideológico’, com os valores sociais da sociedade que o produz, ao passo que as ‘condições de seu reconhecimento’ dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade” (CARDOSO & VAINFAS, 1997, p.378). Ou seja, se esses mitos existem até hoje é porque haviam fortes interesses para que eles se mantivessem; sejam estes interesses validados pelo Estado, pelas elites ou pelos intelectuais.

Percebemos, então, que essas construções mitológicas certamente não foram feitas pelo povo. Mas, como ele reage ante a estes heróis? Woodward citando Daniels coloca que, “para lidar com a fragmentação do presente, algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido. ‘Ordenado... por lendas e paisagens, por histórias de eras de ouro, antigas tradições, por fatos heróicos e destinos dramáticos localizados em terras prometidas, cheias de paisagens e locais sagrados’”(Daniels citado por WOODWARD, 2004, p. 23). O povo torna-se, assim, um instrumento para legitimar os interesses do estado.

Assim, trata-se de uma troca: Rheingantz engrandecido como o herói local, cheio de virtudes e valores nobres, termina por engrandecer o próprio município. É justamente o que diz Malinowski, em sua teoria funcionalista, quando afirma que o mito tem uma função, uma finalidade dentro da sociedade, podendo funcionar como forma de repassar os valores morais para ela. Sendo assim, Rheingantz refletindo valores heróicos, laboriosos e honestos servem muito melhor para São Lourenço, do que outros de sentido negativo, como, explorador, mentiroso e desonesto. Podemos concluir, então, que o fundador serve como um modelo para as futuras gerações desta sociedade, para que se inspirem nele e no seu ideal de vida. Certamente se no presente todos soubessem que seu fundador era um mal caráter, foi por que a construção ideológica feita de si não funcionou. E, especificamente, em São Lourenço do Sul, funcionou ou não? Por enquanto ainda não podemos

afirmar, no entanto, é certo que foi feita uma tentativa; prova disto são os três autores que trabalhamos.

São justamente estes escritores que acabam por moldar a personalidade de Rheingantz para aqueles que o desconhecem, vinculando a ele uma série de valores positivos. Seguindo sugestão de Cardoso e Vainfas (1997, p. 382) selecionamos seus traços de caráter, papel, posição social e familiar, demonstrando como ele é apresentado por estes escritores ao leitor⁶;

Carlos Guilherme Rheingantz qualifica-o, como:

1. Pai
2. Fundador
3. Empresário
4. Diretor
5. Modesto
6. Dedicado
7. Gênio

Por sua vez, Vivaldo Coaracy, associa a figura de Jacob Rheingantz com as seguintes características:

1. Patriarca
2. Trabalhador
3. Desbravador
4. Persistente
5. Estudioso
6. Generoso
7. Devotado
8. Carinhoso
9. Amoroso

Por fim, Jairo Scholl Costa, apresenta o fundador como:

1. Administrador
2. Inspirado
3. Idealizador
4. Idealista
5. Sonhador
6. Pioneiro

⁶ Várias destas “palavras-chave” repetem-se em dois ou até nos três textos, para evitar a repetição optamos por destacar cada uma delas apenas uma vez.

Estas vinte e duas qualificações positivas⁷ à respeito do fundador, além de, obviamente, engrandecerem Jacob, tornaram-no um ser quase sobre humano; suas virtudes são ideais, e ele passa a ser admirado como “O” modelo à ser seguido pelos outros sul-lourencianos. Representado com tantas virtudes por esta tríade de escritores, Rheingantz tornou-se uma figura mítica dentro de São Lourenço do Sul. O que se segue após isso é muito bem explorado pelo município: a Coxilha do Barão passa a ser lembrada como o “local onde viveu o fundador”; sua casa e seu túmulo viraram pontos turísticos⁸; monumentos e estátuas são erigidos em sua memória, e em agradecimento à sua valorosa contribuição; e o tributo, talvez, mais comum de todos: ruas municipais passam a levar seu nome. Sobre a importância destas homenagens, Michael Pollak afirma que, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. (...) Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, freqüentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e origem” (POLLAK, 1989, p. 10).

Sobre isto, Marieta de Moraes Ferreira acrescenta que,

a iniciativa de diferentes setores da sociedade para recuperar e divulgar suas memórias, através de livros, exposições, inauguração de monumentos e criação de centros de memória, tem como objetivo reelaborar identidades, difundir uma determinada visão sobre o passado, e reforçar a imagem pública de grupos ou personagens. São projetos em geral concebidos para valorizar o registro de trajetórias institucionais ou pessoais, para confirmar a importância de eventos considerados fundadores, bem como para instituir ou atualizar determinadas celebrações (FERREIRA, 2004, p. 98).

Sobre os monumentos erigidos em memória ao fundador⁹, existem dois, próximos ao local onde viveu; o primeiro, um obelisco, é datado de 1908, em comemoração aos 50 anos de colonização alemã, em São Lourenço, e contém o seguinte texto:

A Jacob Rheingantz
Fundador da Colônia de São Lourenço
No Seu 50º Aniversário
Homenagem do Povo

⁷ Destacamos apenas vinte e duas, mas existem muito mais.

⁸ Tinha-se a idéia de transformá-la em um museu com os pertences da família Rheingantz e dos colonos.

⁹ Ver imagens nos anexos.

E o segundo, de 1958, em homenagem ao centenário da colonização alemã em São Lourenço do Sul, apresenta a estátua de um colono sob a inscrição:

Homenagem do povo de São Lourenço do Sul

Ao fundador da colônia

Jacob Rheingantz

Primeiros imigrantes chegados em 18-01-1858¹⁰

Nossa intenção, citando a estatuária, não é adentrar em uma discussão mais aprofundada sobre o tema, mas apenas fazer uma breve leitura de dois pontos fundamentais sobre a mesma, e que estão altamente vinculados a este estudo. O que primeiro chama a atenção, é que os dois monumentos são associados como sendo uma homenagem do povo à Rheingantz. Mas que povo? O povo não tem poder, nem capital para erigir monumentos; segundo Alves e Fuão (2005, p. 6), a estatuária, comumente, é patrocinada por interesses de setores político-partidários. Quanto ao povo, ele é, isso sim, um instrumento de legitimação desta forma de cultura material.

Observando mais detidamente a, hoje designada, “Estátua ao Colono”, se observa aquela figura que o imaginário perpetuou dos imigrantes alemães: “homens ordeiros, industriais, trabalhadores e que tem muito contribuído para a prosperidade da pátria adotiva¹¹”. O interessante é que esse colono está vinculado à Jacob Rheingantz, como se ele representasse esses valores. “As estátuas apresentam em torno de sua simbologia a capacidade da materialização de toda uma produção de discursos em torno de acontecimentos de grandes personagens e, por meio deste peculiar atributo, há viva possibilidade de influir no sentimento da população, de modo a convencê-la a aceitar sua proposta política e/ ou cultural” (ALVES & FUÃO, 2005, p. 8).

Assim, além de uma maior proximidade entre os colonos e Rheingantz, eles tornam-se semelhantes; ou seja, criam-se condições para que haja uma simpatia por parte dos primeiros para com o segundo; e, mais importante, impede que ele seja esquecido.

Observa-se que durante os processos de erguimentos dos monumentos e estátuas, normalmente no grupo patrocinador, existe uma freqüente preocupação em não relegar ao esquecimento um passado consagrado e aplaudido. Contra esse temor da possível deteriorização da lembrança, surgem os principais agentes criadores da memória nacional e regional com seus esforços para reservar ao passado um lugar capaz de solidificar e perpetuar uma idéia sobre o mesmo. São designados, de forma idealizada, lugares, personagens, acontecimentos e criadas construções com o intuito da materialização de uma memória no cotidiano das pessoas (ALVES & FUÃO, 2005, p. 7).

¹⁰ A inscrição segue, com a relação dos primeiros imigrantes.

Segundo Marieta Ferreira (2004, p.98) os monumentos servem para reforçar esta identidade que vinha sendo construída apenas nos livros; vemos, assim, que este caráter laudatório perpassa a historiografia, chegando à cultura material, um meio muito mais eficiente e próximo do povo; a partir daí, o “homenageado” expande-se aos demais setores da sociedade, fazendo parte do cotidiano da mesma. Mas, visto que essa representação de Rheingantz surgiu nos livros, na história oficial, voltemos à ela, para a questão fundamental a ser respondida: qual a motivação desta tríade de escritores ao escrever sobre Jacob Rheingantz?

Carlos Guilherme Rheingantz, o primogênito de Jacob, foi o primeiro a escrever sobre o fundador da colônia, e deixa clara qual a sua intenção ao falar sobre o mesmo:

No dia 15 de Janeiro de 1908 terão decorrido 50 anos desde que meu pai, Jacob Rheingantz, fundou a Colônia de São Lourenço. Em comemoração desta data, resolvi publicar alguns dados que se encontram nos papéis deixados por meu progenitor, dados esses que se referem à fundação e ao desenvolvimento da mesma colônia. Assim procedendo, tenciono não só prestar homenagem à sua memória e aos grandes serviços por ele prestados à colonização, lembrando-os aos que deles se têm esquecido, e relatando-os a quem os não conhece, como também por me parecerem ser elementos aproveitáveis para uma futura história da colônia (RHEINGANTZ, 1907, p. 5).

Naturalmente, seria difícil exigir de Carlos uma postura imparcial ao falar sobre seu pai. O segundo escritor, Vivaldo Coaracy, escreveu seu livro em 1957, e é o mais intrigante destes três escritores; não apenas por ser carioca, mas também pelo seu ecletismo literário, como já mencionado. Apesar de ter vivido alguns anos em Porto Alegre, não consta em suas autobiografias que tenha morado, ou ao menos entrado em contato com São Lourenço do Sul; como escrevia para jornais da capital gaúcha, era um nome conhecido, o que nos leva a crer que foi contratado para escrever sobre o centenário da colonização alemã em São Lourenço do Sul.

O último dos três escritores, Jairo Scholl Costa, escreveu um dos artigos no livro *São Lourenço do Sul, 100 anos*, e como declarado em seu texto, pelo prefeito local, “é uma obra oferecida à comunidade lourenciana pela passagem dos 100 anos de emancipação política de São Lourenço do Sul” (1984, p. 6).

O que primeiramente “salta aos olhos”, são os anos em que esta tríade escreveu: ou em anos comemorativos, ou na sua véspera: Carlos (1907), um ano antes do cinquentenário de fundação da colônia, e trinta anos da morte de seu pai; Vivaldo (1957), também em uma véspera, a do centenário de fundação da colônia; e Jairo (1984), no centenário de emancipação de São Lourenço. Ou seja, todas estas obras têm caráter comemorativo. E é, justamente, aí que reside o sentido da exaltação à Rheingantz. Como observamos anteriormente, Carlos e Vivaldo são mais diretos no engrandecimento ao diretor da colônia, enquanto que Jairo, possui um tom, igualmente laudatório,

¹¹ Trecho de um discurso de Getúlio Vargas, em 1937 (citado pelo Jornal ABC Domingo, 25 de julho de 2004).

mas mais voltado para a terra lourenciana como um todo, não priorizando apenas a colônia e seu fundador. A conclusão, óbvia, a partir daí, é que essa exaltação assume proporções cada vez mais amplas: surge com o filho de Jacob, em sua tentativa de preservar a memória do pai (pois, passaram-se 30 anos de sua morte); passa por Coaracy, que mantém o mesmo discurso de Carlos sobre seu pai, mas agrega, também, a colônia (em virtude do centenário de colonização alemã); e finaliza com Costa, que engloba todo o município em seu tom laudatório, incluindo Rheingantz e a colônia (devido ao centenário de emancipação de São Lourenço do Sul). Assim, podemos notar que esta diferenciação, entre os autores, é, na verdade, uma simples agregação de homenagens, que com o passar do tempo, vai sendo ampliada em virtude das datas comemorativas do momento.

Sobre a importância das datas comemorativas, Marieta Ferreira destaca que “aniversários e festejos são momentos importantes na vida de pessoas, instituições e países (...). Do ponto de vista dos historiadores, preocupa o fato de comemorações serem momentos de vulgarização do conhecimento histórico, sem que, muitas vezes, as informações veiculadas tenham sido objeto de avaliação e crítica” (FERREIRA, 2004, p. 98). Podemos, na sequência, citar Pollak, quando este afirma a importância do enquadramento da memória: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, (e) sua complementaridade” (POLLAK, 1989, p. 9). Ou seja, desta forma, há o reforço de determinada identidade, num sentido de inclusão.

Portanto, esta volta ao passado, celebrada em datas comemorativas, embora contenha, geralmente, falta de uma maior criticidade, serve, justamente, para promover uma maior integração da sociedade, por meio de um reforço de sua identidade central. No caso sul-lourenciano, esta tríade, analisada ao longo do trabalho, tem um papel muito maior do que simplesmente narrar a história oficial do município; é ela quem forma esta identidade local, escolhendo tanto os aliados como os rivais, tanto os heróis como os “elementos de fora”.

Conclusão

Polêmico em vida, devido aos problemas que enfrentou com os colonos, polêmico, também, após sua morte: Jacob Rheingantz virou um símbolo local, um mito, um herói; foi o homem que trouxe vida a uma região selvagem e aquele que cultivou o progresso. No decorrer de todo este estudo, procuramos na história oficial sul-lourenciana as origens deste herói, e por que ela se fazia necessária.

Vimos assim, que, por ter fundado a colônia, Jacob era perfeito para ser explorado como um símbolo municipal, encaixando-se perfeitamente nas necessidades de uma jovem sociedade. A exaltação, iniciada por seu filho, Carlos Guilherme Rheingantz, propagou-se então, para outros escritores e, a partir daí, rompendo o campo da história, alcançou a cultura material; daí para as

escolas e para a sociedade em geral, foi questão de tempo, afinal Rheingantz já fazia parte do cotidiano sul-lourenciano.

No decorrer deste artigo tentamos mostrar como é comum representações desta espécie e, como é importante que, mesmo nos menores locais, existam símbolos que representem a população. Procuramos demonstrar, a partir disso, a exaltação bibliográfica, ao mesmo tempo em que explicamos por que ela se fazia necessária.

Em suma, o que acabou diferenciando Carlos Rheingantz, Vivaldo Coaracy e Jairo Scholl Costa, entre si, como já demonstrado, foi a amplitude de suas homenagens, sempre vinculada às datas comemorativas; em grau crescente ela vai se expandido, embora jamais esquecendo-se de engrandecer Rheingantz: do primeiro caso, quando tratava-se da homenagem particular de um filho a um pai; para uma segunda situação, quando toda a etnia alemã é louvada; para, finalmente, no último caso, a homenagem estender-se a todo o município. Parece-nos que, por esta tríade estar comprometida com uma causa (o engrandecimento de Jacob Rheingantz, da Colônia de São Lourenço ou de São Lourenço do Sul), faltou-lhes uma leitura mais crítica dos eventos.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves & FUÃO, Juarez José Rodrigues. **Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da República Velha (1889-1909)**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. IN: Enciclopédia Einaudi, V. I, Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 1984

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. **História e análise de textos**. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAUI, Marilena. **Brasil- Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva S.A, 1957.

COSTA, Jairo Scholl. **Origens históricas do município**. IN: São Lourenço do Sul 1884-1984. São Lourenço do Sul: Corag, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Memórias da História**. IN: Nossa História (Ano 1, nº 9). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: GOMES, Ângela de Castro. MOURA, Gerson & OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estudos Históricos Vol.2, n.3. São Paulo: Editora revista dos tribunais Ltda., 1989.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

A CONTRIBUIÇÃO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE E O OLHAR DOS PRÓPRIOS ALEMÃES SOBRE A IMIGRAÇÃO

Isadora Eckardt da Silva¹

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Letras da UFRGS: *Viajantes dos séculos XIX e XX: a representação da cidade*, presidido pela Professora Doutora Gínia Maria Gomes, e no qual sou bolsista de iniciação científica.

Durante o século XIX, inúmeros viajantes, em sua maioria europeus, percorreram as cidades brasileiras, olhando-as sob a influência do fenômeno da Modernidade, do qual nossas cidades ainda estavam longe, o que causava estranhamento e uma impressão de barbárie nestes viajantes. Sendo que, este olhar forasteiro, o qual capta a alteridade, é extremamente importante por analisar outros aspectos que não são percebidos pelos autóctones. Walter Benjamin comenta sobre a importância deste olhar forasteiro sobre a cidade: “*Se dividirmos os retratos existentes de cidades em dois grupos, conforme o lugar de nascimento do autor, perceberemos que os escritos por autóctones são minoria. O motivo superficial, o exótico, o pitoresco só atrai os de fora. Para o autóctone obter a imagem de sua cidade, são necessárias motivações diferentes (...)*”. (Benjamin, apud Bolle, 2000, p. 316)

Vários exemplos deste olhar de quem é de fora, do qual fala Benjamin, podem ser encontrados no livro *Os viajantes olham Porto Alegre*, organizado por Valter Antônio Noal Filho e Sérgio da Costa Franco. O primeiro volume, o qual será trabalhado aqui, consta de trechos de relatos de viajantes que estiveram em Porto Alegre entre os anos de 1754 e 1890. Ao ler esta coletânea de relatos, percebe-se o quão forte foi a influência da colonização alemã em Porto Alegre ao longo do século XIX, tendo esta contribuído muito para o crescimento e modernização de nossa capital. Viajantes de diversas nacionalidades lançaram seus olhares sobre a presença alemã nesta cidade, inclusive os próprios alemães que por aqui passavam em suas viagens, olhar sobre o qual me concentrarei neste trabalho.

Por volta do século XIX, nossas capitais estavam longe de serem metrópoles. Porém, já havia se esboçado em nosso país cidades relativamente grandes, e estes viajantes observaram e registraram suas impressões de nossas cidades, que ainda estavam dando seus primeiros ares de grandes centros. Segundo Benjamin, no século XIX, a imagem da metrópole fazia parte do que ele chamou de sonhos

¹ Sob a orientação da Professora Doutora Gínia Maria de Oliveira Gomes.

coletivos, que se materializaram nas construções que formaram as grandes cidades e que estariam fundando o que viria a ser a identidade do século XX.

Sendo assim, esta época é muito interessante para se observar o “fenômeno urbano”. Willi Bolle, em *Fisiognomia da metrópole moderna*, baseado nas idéias de Benjamin, afirma que é entre os séculos XIX e XX que há

(...) o choque entre, de um lado, os ideais da “modernização” e do “progresso” e, de outro, o atraso e a barbárie reais: com relação à população mundial aumentaram a pobreza e a miséria, graves problemas econômicos continuam sem solução, os valores do humanismo caíram em descrédito, e em toda a parte observa-se uma decadência da ética política e um aumento da violência e da destruição. O conceito de metrópole (“cidade mãe”), uma categoria histórica que ressurgiu na era do imperialismo oitocentista com as cidades de Londres e Paris (a “capital do século XIX”), revela-se, juntamente com sua contraparte, a “periferia”, um instrumento útil de reflexão sobre as relações entre países altamente desenvolvidos (hegemônicos) e atrasados (dependentes). (Bolle, 2000, p. 18)

No século XIX as metrópoles estavam apenas surgindo (ou ressurgindo), e no caso de Porto Alegre, a imigração alemã teve grande contribuição em seu processo de modernização e desenvolvimento, para que esta cidade, mais tarde, se tornasse um grande centro.

O viajante alemão Carl Seidler esteve em Porto Alegre em 1827, quando o processo de imigração alemã tinha apenas começado (começara em 1824); e já apontava para a colônia alemã de São Leopoldo como um dos principais fatores para o desenvolvimento do comércio da capital, por contribuir com muitos produtos. Além disto, Seidler comenta sobre o estereótipo do trabalhador alemão, infatigável e disciplinado, o que, segundo este viajante, também contribuiria para o progresso da cidade:

Os víveres são bem baratos e bons, principalmente os que são trazidos da colônia alemã de S. Leopoldo, distante apenas sete léguas. Favorecido pelas circunstâncias, o comércio naquele tempo estava extraordinariamente florescente; constantemente partiam desta cidade para o interior, com destino ao exército, grandes transportes de artigos e víveres e por isso nos últimos anos aqui se haviam estabelecido diversos negociantes europeus, notadamente franceses e ingleses, que faziam grandes negócios. Aqui existiam a esse tempo operários alemães, como marceneiros, alfaiates e sapateiros, em grande número, e todos prosperavam, pois de bom grado pagava-se a um operário alemão o dobro do que se pagava a um nacional, pois aqueles ainda tinham fama de hábeis e infatigáveis. (Seidler apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 57)

O alemão Johann Karl Dreher, que chegou em Porto Alegre em 1840, também escreveu sobre a forte presença do elemento teuto na capital, discorrendo sobre os sobrenomes alemães, pois se conhecia

os nomes de todas as famílias que aqui moravam; e este viajante, bem como o citado anteriormente, também aponta para a contribuição dos alemães para o desenvolvimento da cidade ao aqui fundarem firmas e estabelecimentos de importação, contribuindo assim para o crescimento da indústria e do comércio:

O elemento teuto ainda estava francamente representado no início dos anos 40 em Porto Alegre e a gente conhecia pelo nome todas as famílias que aqui moravam. O comércio de importação era então representado por duas casas, a de João Diederichs e de Hermann Cordes. Além disso, a casa Hugentobler tinha somente uma filial de manufaturas inglesas e as americanas eram representadas por um certo senhor Falkmann. Naquele tempo já existiam duas casas de artigos coloniais (secos e molhados) como firmas importantes, Friedrich Bier e Bormann & Cia., representada por Bormann e Scheller. (Dreher apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 80)

Ao lado da indústria e do comércio, a presença dos alemães também contribuía para o desenvolvimento da agricultura, e, sendo os viajantes em questão alemães, encontra-se, geralmente, comentários que mostravam o estereótipo do alemão como responsável e diligente. Além de, em tese, contribuírem para o trabalho, segundo a visão dos viajantes alemães, a imigração do seu povo também colaboraria para o refinamento da moral dos brasileiros, que eram vistos como bárbaros, em contraponto aos europeus modernizados e desenvolvidos. O viajante Karl Andrée, que esteve aqui por volta de 1861 comenta a este respeito:

A potência crescente do elemento alemão no sul do Brasil traz a influência moralizadora a que nos referimos anteriormente e cuja bênção o Brasil realmente aproveita, por mais que resista em reconhecê-lo.
A influência do trabalho alemão abre novos horizontes para o sul do Brasil e principalmente para a província do Rio Grande, pois atrai para a agricultura a população que até agora predominantemente criava gado, ou seja, transforma uma sociedade pastoril em agrícola e assim, abre o caminho para o maior desenvolvimento cultural, cuja base é sempre a lavoura, mas cuja coroa é a sólida florescência da indústria, do comércio, das ciências e das artes. (Andrée apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 147)

Além de ajudarem no crescimento da indústria e do comércio de Porto Alegre, os alemães também contribuíam para o refinamento da vida social propriamente dita, fundando cassinos, sociedades, e promovendo festas, como constata o viajante alemão Michael Kröff, que esteve aqui em 1854: *“Também nessa cidade moram muitos alemães que organizaram sua vida social bem à maneira da usual em sua pátria antiga; foi instalado um cassino alemão, realizam-se bailes alemães etc”*. (Kröff apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 85)

O alemão Friedrich Gerstäcker, que esteve aqui entre os anos de 1861 e 1862 também comenta sobre a criação de estabelecimentos alemães e o costume deste povo de fundar associações tanto para fins de entretenimento como para fins práticos propriamente ditos, como ajudar os imigrantes que aqui chegavam, por exemplo: “Em Porto Alegre, encontrei também uma vida alemã ativa – até mesmo em seus vícios, com um monte de associações (...).” (Gerstäcker apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 124) E quanto às associações de ajuda aos imigrantes especificamente, Gerstäcker ainda comenta que:

Mas os alemães de Porto Alegre não pararam por aqui. Procuraram também criar ainda alguma coisa com recursos próprios, o que os outros alemães fora da terra, sem exceção, até agora haviam deixado somente aos donos da terra, ou talvez à especulação de pessoas isoladas: um órgão próprio para seus interesses, independente, em língua alemã. (Gerstäcker apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 125)

Em função de haver muitos alemães na cidade, isto também influenciava na imprensa, provocando a fundação de jornais exclusivamente alemães, como atesta o viajante Robert Avé-Lallemant, que visitou a capital em 1858:

Existe em Porto Alegre um jornal alemão, “Der deutsche Einwanderer”, folha, para mim, de dolorosa recordação, para cujo aparecimento auxiliei ao fundador, no Rio, decerto com a melhor das intenções. Mas há muito tempo “Der deutsche Einwanderer” passou a outras mãos e vai vivendo no sul do Brasil. Encontrei-o freqüentemente no Rio Grande e em Santa Catarina. (Avé-Lallemant apud Noal Filho e Franco, 2004, p. 113)

Em conclusão, como estas passagens de relatos de viagem demonstram, a imigração alemã ao longo do século XIX contribuiu de maneira decisiva para o desenvolvimento e modernização da cidade de Porto Alegre. Os alemães contribuíram para o crescimento da indústria, comércio, agricultura, bem como para o refinamento da vida social da nossa capital e até mesmo para a cultura, ao levarem a cabo a abertura de jornais, por exemplo. Os brasileiros, suas cidades e costumes eram então vistos como bárbaros pelos viajantes alemães, e, segundo o ponto de vista destes, nada como o trabalho árduo e competente dos alemães para transformar Porto Alegre em uma cidade pelo menos próxima do que seria então uma cidade européia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43: Paris, capital do século XIX.

BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p. 44-122: A Paris do Segundo Império em Baudelaire.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 2000.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades , a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NOAL FILHO, Valter Antonio, FRANCO, Sergio Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre**. Porto Alegre: Anatterra, 2004. 2 vls.

SANTOS, Paulo Ferreira **Formação das cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

A POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO E A IMPRENSA POLICIAL NO RIO GRANDE DO SUL *

Tiago Weizenmann¹

“Quando a influência da colonização alemã começou a estender-se ao domínio político, apresentou-se um problema cívico: os rio-grandenses de origem lusitana preocuparam-se com a segregação social e cultural das colônias, e bem assim com a repercussão dos movimentos germanistas até nas cidades. A conservação ou o estreitamento dos laços entre descendentes de imigrantes e seus países de origem não punham em risco o próprio Estado brasileiro?” (Roche, 1969, p. 703)

O ESTADO NOVO

Os assaltos aos poderes constituintes em vários pontos da América Latina e da Europa, de forma civil ou militar, e a emergência de regimes autoritários caracterizam a conjuntura política internacional da década de 1920 e 1930. Essa realidade não será diferente no Brasil. É neste espaço de tempo que emerge uma nova ordem, centralizada no fortalecimento do papel do Estado, consequência de um projeto político-ideológico extremamente articulado.

Sob a ótica da continuidade, o Estado Novo é a conclusão da chamada Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao poder. Mesmo Vargas pregando uma mensagem modernizadora, o governo provisório, nas palavras do historiador José Luiz Martins Nunes, seria a “ante-sala de 1937”. As esperanças referentes à possibilidade de se viver em uma democracia no Brasil acabam-se com o golpe em 10 de novembro de 1937. Nada fora casual, tudo intencional, levando em conta as estratégias para se garantir o êxito do golpe e até mesmo as ambições de Getúlio Vargas em permanecer no poder.

Entender as políticas do Estado Novo é perceber a amplitude de suas influências nos diferentes setores da sociedade brasileira da época, sendo ela referente à economia e à política ou também quanto à definição de paradigmas para uma “determinada conduta ideal brasileira”, na medida em que o Estado assume claramente o papel de direção e organização da sociedade², antes assumido por outras esferas da sociedade.

A opinião pública a seu favor, a censura sobre os meios de comunicação, a elaboração e divulgação da própria versão sobre a fase histórica do Brasil e a difusão da imagem do Estado Novo fizeram com que o mito Vargas surgisse. Com a criação, em 1939, do Departamento de Imprensa e

* Este trabalho é um estudo de caso, com análises iniciais, referente ao tema desenvolvido na pesquisa do Mestrado, não trazendo, portanto, conclusões mais amplas sobre a Revista Vida Policial e a construção do inimigo nazista. Estes aspectos serão largamente discutidos na dissertação em construção.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.

² VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 72

Propaganda (DIP), subordinado ao presidente da República, controlava-se toda a produção cultural do país.

Dentro desse conjunto, a chamada política de nacionalização pregada pelo Estado Novo é um dos assuntos centrais no que se refere à questão cultural. Mencionar o nacionalismo dentro da esfera estadonovista é apontar um dos pilares básicos de sustentação do próprio regime.

No dia 27 de novembro de 1937³ desapareceriam supostamente os regionalismos. Não mais os estados, mas o Brasil, uno e coeso, no centro de todas as questões. É neste sentido que as bandeiras são queimadas no “altar da pátria” em praça pública no Rio de Janeiro, seguindo-se um discurso que elogiava o país.

“A bandeira brasileira é o Brasil, “tu és única, porque só há um Brasil, em torno de ti, refaz-se agora a unidade do Brasil, a unidade de pensamento e de ação, a unidade que se concretiza pela vontade e pelo coração” (NUNES, 1992, p.62). Como afirma José Luiz Martins Nunes, a questão do nacionalismo no Estado Novo vincula-se ao processo político-ideológico e não a um contexto étnico-antropológico⁴. Assim, a dimensão ideológica, como menciona Mônica Pimenta Velloso⁵, adquire um peso fundamental, enquanto o projeto político do regime estadonovista constitui-se dentro de “uma obrigação política” para a sociedade civil, redimensionando o significado da cidadania e envolvendo os diferentes setores sociais. “*O sentimento nacional, a integração geográfica do Brasil, a integração da heterogeneidade étnica do país [...] e a mobilização econômica, política, social e cultural em prol do nacionalismo foi a tônica da política interna do regime autoritário de Vargas* (NUNES, 1992, p. 77 e 78).

Enquanto plano ideológico, a chamada nacionalização repercutiu principalmente no Ministério da Educação e Saúde, na atuação do ministro Gustavo Capanema. Nas unidades federativas, os secretários estaduais da educação tornavam-se executores do grande propósito nacionalizador, expedindo portarias normativas, fiscalizando diretamente as ações em prol do projeto “unificador”, ou seja, reproduzindo nos estados a estrutura imposta pelo governo do Estado Novo.

Tanto a questão da educação quanto a questão da cultura enquadravam-se no objetivo de criar e impor sentimentos cívicos e patrióticos. Enquanto ministro, Capanema definiu uma importante reforma educacional para o Estado Novo, visando um ensino público abrangente,

³ Nesta data, Getúlio Vargas, em solenidade pública, organizara o “altar da Pátria”, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião foram queimadas as bandeiras estaduais, como sinal de exaltação à brasileira, que deveria ser a única a expressar o símbolo da nacionalidade.

⁴ Sobre o nacionalismo político-ideológico, pode-se afirmar que é “imaginário”, na medida em que surge dos palácios, das constituições e das elites, diferentemente do nacionalismo “real”, que emerge dos movimentos étnico-culturais.

⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 71

padronizado e centralizador, dentro de um contexto extremamente patriótico, buscando em âmbitos culturais formar a “alma nacional brasileira”. Isto porque a educação era percebida como principal meio para a formação cívica dos indivíduos, desde crianças a jovens.

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E OS TEUTO-BRASILEIROS

A declaração de guerra à Alemanha, a 22 de agosto de 1942, agravou ainda a tensão. Sobrevindo depois do fechamento de escolas, a supressão da imprensa em língua estrangeira, a proibição de falar alemão em público e as investigações policiais criaram um clima de desconfiança nas colônias, todavia pacíficas e legais. Pela sua origem os colonos foram jogados, contra a vontade esta vez, para o grupo alemão. Os descendentes de imigrantes já não se diriam teuto-brasileiros, seria provocação, os brasileiros chamavam-lhes “alemães” e “batatas”. (Roche, p.724)

O alcance dessa política nacionalizadora buscava atingir, principalmente, regiões que haviam se desenvolvido até então fora de uma cultura nacional “adequada”, que por muitas vezes se mostrava “nociva” à manutenção da integridade coesa do país. Redutos de imigração italiana e alemã no Brasil passariam a ser controlados, de forma sistemática e organizada, incutindo, muitas vezes de forma violenta, os valores cívicos e patrióticos sustentados pelo governo autoritário de Getúlio Vargas. A intenção de integrar essas regiões nas quais prevalecia uma cultura “estranha” ao país, uma cultura imigrante, deve ser entendida também dentro da idéia da segurança nacional, muitas vezes defendida pelas Forças Armadas, no sentido de um projeto estratégico de mobilização controlada, percebendo a educação “*como setor estreitamente ligado aos imperativos da segurança nacional*” (SCHWARTZMAN, 2000, p.86).

Os núcleos de imigrantes encontravam-se principalmente no Sul do Brasil e eram integrados de forma especial por italianos e por alemães.

A imigração alemã no Rio Grande do Sul, desde 1824, vinculou-se principalmente ao processo de colonização implementado pelo Estado brasileiro, com base na pequena propriedade. Em diferentes pontos, ao longo das décadas posteriores, estabeleceram-se assentamentos alemães. Segundo Giralda Seyferth (1994, p. 12), chegaram ao total um pouco mais de 235 mil imigrantes germânicos ao Brasil, sendo que se apresentava um contingente apreciável de camponeses e membros das classes trabalhadoras urbanas, o qual foi assentado principalmente na região Sul⁶ –

⁶ Giralda Seyferth (1994, p. 11 – 12) aponta os motivos para que a concentração da etnia alemã ocorresse principalmente na região Sul, em relação ao sistema de colonização controlado pelo governo. Entre eles, destacamos em primeiro lugar a experiência mal sucedida em São Paulo referente ao sistema de colonato, justamente pela revolta dos colonos em Ibiacaba. Em segundo, o regime de colonização baseado na pequena propriedade não interessava aos latifundiários de São Paulo e do Nordeste. Havia também o discurso científico em torno da idéia de que o Nordeste era pouco apropriado à colonização com europeus. Além dessas razões, a imagem de que a região Sul apresentava problemas de fronteira e era composta por “vazios demográficos”, mesmo com a presença de uma população nativa e de posseiros caboclos, constituía argumento para que se iniciasse o processo “racional” de povoamento.

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo atraídos pelo governo imperial brasileiro, oferecendo diversas vantagens em espécie ou em dinheiro⁷.

Entre os fatores que se apresentam como motivações dos imigrantes para deixarem a sua terra natal, destacam-se aqueles de ordem econômica (efeitos produzidos pela Revolução Industrial, a situação agrária e a libertação do campesinato, encarecimento do custo de vida, os impostos e as más colheita), de ordem política (os liberais que perderam força política diante do movimento de Restauração) e de ordem religiosa (grupos religiosos dissidentes, como os “Separatistas”, Amonitas, etc)⁸.

A imigração podia se organizar de diferentes maneiras, seja através de iniciativas imperiais, provinciais, ou até mesmo, através de companhias particulares de colonização. Eram empreendimentos dirigidos que buscavam atender os interesses do governo imperial em promover a vinda de imigrantes ao país. Dessa maneira, a intenção de proporcionar o “branqueamento da raça”, o interesse em angariar soldados ao exército brasileiro, a ocupação de espaços de baixa densidade demográfica por um contingente humano considerável e a formação de uma classe média independente, tornam-se alguns dos elementos capazes de decifrar o interesse brasileiro pela vinda de imigrantes ao Brasil, entre eles, alemães.

Uma vez estabelecidos no Brasil, esses imigrantes conservariam a língua alemã no seu uso cotidiano, estabeleceriam uma organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino alemão) e constituiriam um complexo econômico baseado na pequena propriedade familiar policultora. É importante assinalar que esta nova população no país, não formava um grupo homogêneo. Existiam imigrantes que se diferenciam pelas questões culturais (expressada principalmente na língua e nos costumes), pelas diferenças religiosas entre evangélicos-luteranos e católicos, constituindo identidades regionais que puderam ser percebidas através do processo de organização dos núcleos coloniais estabelecidos nas mais diferentes regiões.

Ao renunciarem à cidadania de origem, rompendo laços com o território alemão, esses imigrantes escolheriam a “colônia” como sua nova pátria. É neste local que continuariam a ser alemães e, para tanto, deveriam preservar a língua, os costumes, os hábitos, as instituições e a tradição de “origem”. A idéia de pátria passou a integrar implicitamente o significado do verbo “fixar”. Passariam a constituir, então, uma nova identidade étnica, representada pela teuto-brasileira.

⁷ ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

⁸ DREHER, Martin. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. São Leopoldo: Unisinos. Estudos Leopoldenses, Volume 31, nº 142, 1995.

A preservação da identidade se fez presente na medida em que a reapropriação da própria ideologia nacionalista alemã constituía pressuposto essencial para perpetuar a etnia. Através da língua⁹, das associações, das escolas, da celebração de datas nacionais, do estímulo a atividades folclóricas, das tradições, reforçava-se uma ligação nacional com a Alemanha, vinculada também, e principalmente, ao direito de sangue. O *jus sanguinis*, associado à idéia de nacionalidade, o *Volkstum*, considerava, assim, “alemão” todo aquele que possuísse “sangue alemão”. Da mesma forma, a identidade étnica construída pelos alemães no Sul do Brasil estaria ligada à concepção político-econômica, mais explicitamente, ao *ethos* do trabalho, o que por muitas vezes acabou opondo teuto-brasileiros a brasileiros¹⁰.

A categoria teuto-brasileira – *Deutsch-brasilianer* –, surgida na segunda metade do século XIX, seria resultado do duplo pertencimento, à etnia alemã e ao Estado brasileiro na qualidade de cidadão. Afirmava-se a lealdade cidadã dos colonos em relação à nova pátria ao mesmo tempo em que se pontuavam diferenças em relação aos brasileiros, enquanto preservação da cultura germânica, representada pelo *Deutschtum*. Para Arthur Blasio Rambo (1994, p. 49), a lealdade aos princípios do *Deutschtum* é também a garantia para o cumprimento dos deveres como cidadão brasileiro e era pressuposto para qualquer autêntico teuto-brasileiro. Enfim, conciliava-se germanidade e cidadania, “*alemães dentro dos limites do grupo étnico e brasileiros na esfera mais ampla da sociedade*” (SEYFERTH, p.21), mas observando que o nacionalismo teuto-brasileiro encontrava-se desvinculado da questão da cidadania.

Tais características quanto à formação dos grupos teuto-brasileiros estenderam-se ao longo dos anos, durante os séculos XIX e XX. A identidade étnica surgiria como afirmação social para os descendentes de alemães, da mesma forma em que seria vista com desconfiança pelas autoridades brasileiras. É fato inegável que houve a preocupação de uma política capaz de integrar as regiões que haviam se desenvolvido de forma “isolada”¹¹ ao contexto brasileiro. Será justamente no período do Estado Novo, que a política nacionalizadora ganhará impulso e força no sentido de assimilar todas as culturas étnicas em uma única, a brasileira. O conflito que acaba sendo instaurado podia ser resumido pela expressão “quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”, exposta em repartições e lugares públicos das zonas de colonização.

⁹ A língua constituía, segundo o historiador Arthur Blasio Rambo (1994, p.45 – 46), o sinal unificador do povo germânico, o elemento mais marcante, acima do sangue, da raça, da cultura, da maneira de ser alemão, para afirmar a nacionalidade, ao que nomeia de *Volkstum* alemão.

¹⁰ Segundo Giralda Seyferth (1994, p. 19), a ideologia étnica teuto-brasileira sobre “capacidade de trabalho” vem associada à idéia de raça. Assim, frente ao *ethos* do trabalho, os teuto-brasileiros se determinavam “mais capacitados” ao trabalho, delimitando um ideário de superioridade racial, desqualificando os brasileiros.

¹¹ Seyferth (1994, p. 13) escreve que o “isolamento geográfico”, quando aplicado às regiões de colonização imigrante, deve ser relativizado, tendo em vista que os principais núcleos se estabeleceram em áreas próximas às capitais provinciais.

As regiões de colonização européia no sul do Brasil seriam, portanto, alvo central da nacionalização pretendida pelo governo de Vargas e posta em prática pelo importante ministério da Educação e Saúde, representado por Capanema. Atuando em todas as organizações sociais dentro das comunidades germânicas, atingiu-se todos os grupos descendentes de imigrantes, instaurando mais uma crise vivenciada pela população teuto-brasileira – a maior delas de uma história de confrontos.

O modelo étnico cultural lusitano foi escolhido, proposto e imposto (RAMBO, 1994, p. 49). Para as autoridades, era impossível entender a idéia de se exibir a nacionalidade alemã e também se declarar cidadão brasileiro. Não podemos esquecer que no Brasil, o indicador de brasilidade era dado pelo princípio do *jus soli*.

Se o nacionalismo alemão supõe compromisso étnico-cultural-lingüístico, nacionalismo para o luso-brasileiro supõe, em primeiro lugar, compromisso político com o Estado brasileiro. Nacionalidade, brasilidade, estado e cidadania confunde-se num conceito híbrido em que um determinado substrato étnico-cultural entra em associação ou em parceria indissolúvel com a cidadania, da qual resulta, como produto final, o nacionalismo brasileiro (RAMBO, 1994 p.49).

Destarte, os dois princípios, o *jus soli* que definia a nacionalidade brasileira e o *jus sanguinis* que norteava a nacionalidade alemã, acabaram entrando em conflito. E em épocas de regime autoritário, não havia espaço para ambos, logo, a cidadania brasileira era definida pelo princípio que trouxesse as diferentes etnias dentro de um mesmo propósito, de um ideal maior frente às características peculiares de cada grupo.

Surgia dessa forma, um processo de assimilação compulsória, manifestada em diferentes ações do governo federal, estadual e local, inclusive. A campanha de nacionalização passaria a atuar no fechamento das escolas étnicas a partir de 1938, ou pela substituição de professores por outros que tivessem “amplo” domínio da língua portuguesa. Da mesma forma, o uso da língua alemã acabava de ser proibida em seu uso cotidiano e diferentes associações comunitárias, recreativas e culturais eram impedidas de continuar com as suas atividades (sociedades de leituras, de tiro ao alvo, de coral...), chegando-se à radicalização da campanha nacionalista em 1939, quando publicações em língua estrangeira foram vedadas, o que representava um golpe irreversível na imprensa teuto-brasileira (SEYFERTH, 1994, p. 21).

O projeto de nacionalização, na medida em que forçava a assimilação das diferentes culturas imigrantes instaladas no país em uma única, implicava ao mesmo tempo na percepção dos teuto-brasileiros como “estrangeiros e alienígenas” dentro da própria sociedade brasileira¹². Até mesmo,

¹² Góis Monteiro, figura do alto escalão das Forças Armadas no período do Estado Novo, afirmava que se tratava de uma pátria alemã em território brasileiro. Enumera providências em relação a isso, sugerindo a atuação do Ministério da

na época da Segunda Grande Guerra, sealaria no “perigo alemão”¹³, fruto do imaginário sobre as populações de descendentes de alemães. Passaram a ser usados, a partir desse processo de marginalização, termos pejorativos pouco abonadores, como “alemão-batata”, “quinta-coluna”, “boche”, “nazista”. Este último seria utilizado com sentido negativo, em face da situação da Segunda Guerra Mundial, enquanto o Brasil se posicionava país aliado à França, aos Estados Unidos, à Inglaterra e à Rússia, contra as nações do Eixo, representado pela Alemanha, Itália e Japão, em 1942. Esta adesão se deveu ao episódio em que navios brasileiros foram afundados por outros alemães. Este contexto internacional tornaria as tensões ainda mais tensas entre luso-brasileiros e teuto-brasileiros, fazendo com que a repressão se generalizasse e até mesmo se brutalizasse¹⁴, associando-se a difusão da ideologia nazista entre os descendentes de germânicos. Seriam os descendentes de alemães acusados de “*estarem contaminados com o vírus do fanatismo político e étnico*” (GERTZ, 1998, p. 63). Pela avaliação do governo, a ofensiva nazista no Sul do país se disseminava por três diferentes setores: pelas Igrejas evangélicas alemãs, pelas sociedades de todas as naturezas e pelas escolas. Seguindo esses referenciais, a política de nacionalização buscava apontar e praticar as mais diferentes ações para reprimir e extinguir a suposta proliferação perigosa dos ideais nazistas.

No Rio Grande do Sul, as tensões produzidas em relação ao intento nacionalizador do governo de Getúlio Vargas ganharam amplitude nas ações de diferentes personagens públicos – homens de credibilidade dentro da estrutura do Estado autoritário imposta pelo ditador. Todos os governadores de estado e os prefeitos foram substituídos por pessoas de confiança, conhecidos como interventores. No Rio Grande do Sul, exercendo esses cargos principalmente autoridades militares, como o Coronel Daltro Filho (19.11.1937 a 19.01.1938), o coronel Osvaldo Cordeiro Farias (1938 a 1943) e o coronel Ernesto Dornelles (1943 a 1945)¹⁵.

A campanha nacionalizadora, com o objetivo de “assimilar” as culturas “perigosas”, realizou-se em dois níveis, segundo o historiador René Gertz (1998, p. 64). O primeiro deles diz respeito ao nível repressivo, com a proibição do idioma alemão, o funcionamento de jornais que utilizassem essa língua, o fechamento de associações culturais e recreativas e, também, de escolas. O segundo realizou-se no nível educativo, uma vez que o ensino em todos os estabelecimentos de

Guerra, por exemplo, na criação de núcleos escoteiros, transformando os existentes e constituindo novos, capazes de imprimir um verdadeiro cunho nacionalista ao “penetrar” nos redutos estrangeiros.

¹³ Segundo René Gertz (1998, p.64), o imaginário das pessoas era povoado por histórias sobre as populações germânicas. Justamente, uma de suas obras, na qual analisa questões como germanismo, nazismo, nacionalização, recebe como título “O perigo alemão”.

¹⁴ Segundo Fábio Kuhn (2002, p. 131)), com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, uma onda de saques e depredações atingiu pessoas e empresas de origem germânica e italiana. Cita, como exemplo, as lojas Renner e Guaspari em Porto Alegre.

¹⁵ KÜHN, Fábio. Breve história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002, p. 129.

educação deveria ser realizado exclusivamente na língua pátria – o português, bem como a instituição de horas cívicas obrigatórias nas escolas, as quais estariam ligadas a questões de representação, homenageando símbolos, lembrando datas significativas, exaltando a nação e heróis brasileiros.

Assisti, entre comovido e pensativo, a passagem daquela mocidade loira... A minha comoção vinha motivada pelo reintegroamento à comunidade de um pedaço da estrutura humana da Pátria... Aquela geração de cabelos loiros como palhetas de ouro ao sol, entre a juventude morena como a própria terra brasileira, desfilando frente à mesma bandeira e cantando o mesmo hino, demonstra o espírito imortal do Brasil... Eles, os ‘coloninhos’, aprenderam nos lares onde se haviam abrigado, nas festas que assistiram, que não abrigamos o ódio ao estrangeiro, quando o seu coração é puro e o seu braço forte, para ajudar-nos na obra sugestiva de construir grande e forte uma nação (SOUSA apud GERTZ, 1998, p.66).

As palavras de Coelho de Sousa deixam transparecer o desejo nacionalizador, a miscigenação das culturas como um ideal maior, para alcançar o ideal patriótico brasileiro. A partir de sua atuação como secretário da Educação e Saúde, Coelho de Sousa ajudou a impor às comunidades teuto-brasileiras um sentimento cívico-patriótico que, segundo as autoridades da época, até então se encontrava ausente, já que demonstravam muito mais valor pela cultura do país de seus ascendentes, do que pela pátria que os havia abrigado.

O projeto de nacionalização foi muito bem acolhido pelas autoridades no Rio Grande do Sul, visto que nessa unidade federativa se encontravam os principais redutos de colonização imigrante, o que justamente requeria uma atenção especial.

Frente a essa situação, as ações desenvolvidas pelo governo do estado apostavam na modernização cultural e institucional através da educação, sendo que as escolas eram percebidas como locais de formação da brasilidade idealizada, como agências de difusão e de propaganda de normas de convivência social inspirada em valores marcadamente autoritários (BASTOS, 1998, p. 33), como desejado pela política getulista.

A IMPRENSA POLICIAL: A CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO” ALEMÃO ATRAVÉS DA REVISTA VIDA POLICIAL

As práticas nacionalizadoras, pensadas em uma estrutura hierárquica superior, pretendiam, por um lado, criar um inimigo que promovesse a coesão em torno de uma unidade ditatorial, e por outro, promover uma centralização e unificação da cultura nacional.

A atuação das repartições públicas quanto à concretização das medidas da Campanha de Nacionalização tiveram uma considerável repercussão no âmbito das colônias teuto-brasileiras.

Entre as autoridades engajadas neste ideal, destacam-se o interventor federal Cordeiro Farias, o delegado Aurélio da Silva Py, bem como o secretário de Educação e de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Sousa, os quais assumiram posições centrais dentro da política de nacionalização no estado. Todos eles procuraram agir de forma a constituir um aparelho repressor eficaz, que ora agia de forma violenta, ora de forma sutil e camuflada.

Enquanto força promotora de opiniões, a imprensa rio-grandense exerceu papel importante também nas questões referentes às medidas de nacionalização. Se por um lado a imprensa teuto-brasileira, impressa em língua estrangeira, havia sido proibida de continuar atuando, a imprensa local luso-brasileira, por outro, passaria a tomar posições cada vez mais contrárias aos teuto-brasileiros, levando em consideração, principalmente, à eclosão da Segunda Guerra Mundial. A Imprensa de grande tiragem na época, como a *Revista do Globo*, assumiria um discurso fortemente anti-nazista, embora tivesse apresentado, anos anteriores, apologias ao regime nazista da Alemanha¹⁶. Da mesma forma, a imprensa oficial, produzida por repartições públicas atuaria na divulgação de discursos essencialmente carregados de idealismo, tentando promover entre os leitores “aversão” ao nazismo.

A expulsão de alemães e a prisão de alguns dirigentes teuto-brasileiros, em torno dos quais a imprensa teuto e luso-brasileiras fizeram, sem dúvida, mais barulho do que convinha, chamaram a atenção para o aspecto repressivo da política brasileira, quando o Governo do Rio Grande do Sul continuava um programa de realizações concretas e positivas destinadas a instruir os teuto-brasileiros dos deveres que lhes impunha o gozo dos direitos cívicos brasileiro, bem como a facilitar sua integração. (ROCHE, p.721)

Neste sentido, a revista *Vida Policial* foi criada para promover um conjunto de valores através de suas reportagens. Tratava-se do principal órgão mensal da Repartição Central de Polícia e de maior tiragem no sul do Brasil, criada durante a atuação do Delegado de Polícia Plínio Brasil Milano. Entre as diferentes e variadas reportagens, encontravam-se séries de registros que divulgavam de forma agressiva o combate às ações nazistas, através de publicações com imagens de acusados, participantes da “quinta coluna”, combates à cultura material teuto-brasileira, através do confisco de livros, de rádios e de outros objetos que se caracterizavam como ilegais.

A polícia política e a revista *Vida Policial* foram um suporte do regime estadonovista no Rio Grande do Sul. Nesse contexto ambas desempenharam uma

¹⁶ Mateus Dalmáz apresenta um trabalho referente à *Revista do Globo*, buscando analisar e compreender o papel de um importante meio de comunicação do Rio Grande do Sul e do Brasil, ao tratar sobre a imagem de Hitler e sobre a Alemanha nazista. Procura evidenciar que o discurso da revista acompanhava as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. Embora tenha apresentado apologias e elogios ao governo nazista da Alemanha, a declaração de guerra a esta nação promoveu a mudança de discurso, passando, a partir de então, a elaborar textos totalmente contrários a este país. DÁLMAZ, Mateus. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933 – 1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

função vital para o sistema político do Estado Novo: expandir a ideologia estatal e reprimir os opositores políticos. Dessa forma o braço do regime no Rio Grande do Sul realizou sua tarefa no momento em que institucionalizou os policiais, expandiu a rede de repressão em toda região sul e criou raízes na sociedade brasileira.” (BENEVENUTO, 1997)

A revista Vida Policial teve seu primeiro número lançado em 30 de agosto de 1938. O edital de apresentação aponta o papel que ela assumiria enquanto instrumento de divulgação do papel da Polícia, da mesma forma em que atuaria para promover a política estadonovista. Assim, sua “missão” era acompanhar “*pari passu o ritmo do progresso incessante*”¹⁷, que acompanhava esse momento histórico.

Vida Policial terá nessas condições, uma alta finalidade social, visando ser um órgão educacional e, ao mesmo tempo, permitir uma cooperação intelectual entre todos os elementos da Polícia, esparsos pelo estado a fora, como zeladores incansáveis da segurança à tranquilidade públicas. Através das páginas da nossa revista, será levado ao mais longínquos recantos do Rio Grande o espírito novo e sadio que anima a Polícia estadual, no cumprimento exato de seu elevado e nobre dever para com a coletividade rio-grandense. (Vida Policial, 1938, p. 03)

Nas diferentes matérias editadas pela revista, encontrava-se uma série fixa¹⁸, “*Cortando as asas do nazismo*”, editada pela primeira vez no início do ano de 1942, a qual era composta por um conjunto de reportagens que relatavam as ações policiais efetivadas no intuito de desmontar células nazistas que se encontravam no sul do Brasil. Os procedimentos relatados nos textos carregam consigo uma linha ideológica que se configurava nacionalmente, na medida em que a prática do nazismo se transformava em crime no país e, portanto, passível de punição através da atuação policial.

Entre as inúmeras reportagens editadas pela revista, dentro da série “*Cortando as asas do nazismo*”, apresentamos a edição datada de Dezembro de 1943, no sentido de analisar alguns pontos referentes ao discurso elaborado pela reportagem, transmitindo através dela determinadas impressões¹⁹ aos leitores sobre o “inimigo alemão”.

¹⁷ Vida Policial. Exemplar número 01. Agosto de 1938. p. 03.

¹⁸ Outra seção regular desta revista intitulava-se “*Os astros da Quinta Coluna*”, trazendo comentários e imagens sobre os acusados.

¹⁹ Caracterizando-se como um meio de comunicação de massa, deve-se ressaltar que a mensagem transmitida pelo conteúdo nas matérias nem sempre é a mesma absorvida pelos leitores. Há um distanciamento entre aquele que escreve e aquele que recebe a informação. Dessa maneira, ao analisar o conteúdo da revista, estaremos identificando alguns pontos do discurso elaborado e que possui intenção de construir uma determinada imagem sobre o “inimigo alemão”. Portanto, a preocupação referente à receptividade e interpretação da mensagem da matéria não está presente neste artigo.

Inicialmente a reportagem faz referência ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial e ao avanço dos países democráticos sobre a Europa, destituindo Mussolini na Itália e proporcionando vários momentos de vitória sobre os países do Eixo. Da mesma forma, exalta-se a condição do Brasil no conflito, “*por termos sido, graças ao auxílio material proporcionado e à cessão de bases aéreas em nosso litoral, um dos fatores decisivos da vitória das armas da democracia*”. Neste contexto, a reportagem apresenta alguns dos procedimentos realizados pela Polícia, os quais buscavam identificar os inimigos nazistas e dessa forma, combater o perigo eminente.

Paralelamente, temos visto em todo o Brasil, serem desmascarados e destruídos antros pestilentes da quinta coluna. Insidiosos inimigos vem sendo descobertos, quer isoladamente, quer organizados em grupos ou redes de espionagem, e castigados pelo seu crime nefando.

[...]

No Rio Grande do Sul, intensa continua a ser a atividade da polícia política. Cada distrito, cada município é um posto de vigilância ativa e permanente a zelar pela segurança dos nossos ideais e a reprimir e neutralizar os derradeiros intentos da quinta coluna.” (Vida policial, 1943, p. 29 - 30)

Dessa maneira, a matéria relata a atuação da Polícia em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul – Arroio do Meio, efetuando ali “*numerosas deligências*”, por se tratar de um “*viveiro da quinta-coluna*”. Realizou-se, segundo a reportagem, a apreensão de uma grande quantidade de armas e cartuchos, o que representava uma ameaça nas mãos de teuto-brasileiros, que supostamente poderiam, algum dia, defender a pátria de seus antepassados. Descarta-se a possibilidade de que as entidades de Tiro ao Alvo neste município fossem exclusivamente recreativas, pelo fato de que seus membros serem teuto-brasileiros. Esse era um motivo suficiente para fechá-las e considerá-las nocivas à toda ordem pública. Além disso, fala-se de membros da quinta coluna, presentes naquela localidade, mencionando José Pohl, um viajante “*contumaz e misterioso*”, e Armin Guttmann, um desenhista e construtor.

Ambos são apresentados como agentes nazistas, que atuavam clandestinamente pela região daquela cidade. Tratavam-se de elementos que, para a Polícia, tinham como finalidade incentivar “*o culto do racismo básico da política de Hitler*”. Afirma-se que recebiam apoio financeiro de entidades germânicas do local, enquanto gozavam de certas regalias. A reportagem ainda destaca com ênfase a formação política que Guttmann recebeu na Alemanha, o que o tornava “*versado em nazismo e germanismo*”, e que apresentava ainda um vasto material sobre a sua formação. Para os inspetores e delegados, todas as evidências levavam à conclusão que os dois suspeitos se tratavam de elementos subversivos, perigosos e mal intencionados, por praticarem e difundirem em diferentes localidades a ideologia nazista.

Enquanto discurso policial, a reportagem também transparece o seu teor político e ideológico. Interessa-nos analisar alguns pontos importantes quanto à elaboração de uma linguagem carregada de preconceitos, diante da negação apresentada pelos suspeitos, bem como, a apologia que a reportagem realiza em relação à atuação da Polícia. *“Foi, em suma, um exemplo de como no Estado, a repartição Central de Polícia sabe agir quando, no exercício de sua missão, vem cortando as asas do nazismo.”* (VIDA POLICIAL, p. 30)

O desempenho policial transparece eficiência e verdade. Qualquer que seja a relutância dos acusados em provar a sua inocência, ela é prontamente “desmascarada” pela “competência” dos agentes policiais, que pela dedução das provas e através de outros indícios, não apresentam dúvidas quanto à postura subversiva dos suspeitos. Embora Armin Guttmann se declare “teuto-israelita”, filho de pai judeu e mãe ariana, para então se libertar das acusações, os policiais estavam convencidos de que se tratava de um elemento perigoso, pelo seu histórico e pela sua formação política. *“O “seu” Armin, porém, já estava aposentado, atualmente. Ele como bom alemão (perdão, digo, teuto-israelita) fátuo e cheio de fumaça de superioridade, julgou-se o “tal” em política. Tinha feito um curso completo na Alemanha e... para que insistir?”* (p. 35)

As palavras empregadas para se referir aos suspeitos revelam, de fato, um discurso calcado em impressões fechadas e totalmente consolidadas. O inimigo alemão, o nazista, o quinta coluna, os

novos personagens desta história em série do quinta colunismo no Estado. Novos sub-produtos da estranha psicologia nazi irão ocupar estas páginas, com o desenrolar de inglórios episódios nos quais foram atores, nesta farsa miserável e satânica representada, em nosso território, pelos asseclas fanáticos de Hitler.

A origem tornava-se um dos motivos para que a Polícia os acusasse, sendo que o caso se tornava mais grave à medida que novos elementos eram revelados, bem como algumas práticas pessoais e profissionais. Se Pohl e Guttmann eram ou não culpados, não podemos afirmar neste momento. Porém, o que nos chama atenção é o discurso que se produz a partir de duas pessoas de ascendência teuta, que se tornaram extremamente suspeitas pelos seus comportamentos, pelos objetos que portavam e principalmente pela sua origem.

Vale lembrar que a revista *Vida Policial* se caracterizava por um meio de comunicação de massa, que circulava por diferentes regiões do estado. Portanto, o objetivo era, através da revista, divulgar a eficiência da Polícia quanto a sua atuação, garantindo a segurança nacional contra a disseminação da ideologia nazista. Se a reportagem faz referência a uma cidade pacata, mostrava-se que mesmo pequenas localidades não estavam livres do “terrível” inimigo. Ele poderia estar em qualquer parte e por isso, toda a atenção deveria ser máxima. Da mesma forma, a linguagem

utilizada pela reportagem procurava caricaturizar os “elementos” criminosos, através de adjetivos pejorativos.

De suspeitos a criminosos; não restavam dúvidas à Polícia da época. O discurso policial deixava clara a sua postura enquanto repartição pública de segurança, atrelada às estruturas de poder superiores. Reproduziam-se, através de sua atuação, práticas nacionalizadoras, através das quais se eliminavam possíveis suspeitos que ameaçavam a ordem nacional, ao mesmo tempo em que se produziam discursos carregados de uma determinada intencionalidade. Assim, garantia-se também uma maior eficiência de outras políticas de nacionalização, aplicadas em diferentes localidades teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BASTOS, Maria Helena Camara. **Rio grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937 – 1945)**. In: Revista da Educação. Porto Alegre, ano XXI, nº 34, abril 1998.

BENEVENUTO, Estela Carvalho. **A polícia e a revista Vida Policial: uma face do Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DÁLMAZ, Mateus. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933 – 1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DREHER, Martin. **O fenômeno imigratório alemão para o Brasil**. São Leopoldo: Unisinos. Estudos Leopoldenses, Volume 31, nº 142, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/ Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

GERTZ, RENÉ. **A construção de uma nova cidadania**. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

_____. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica**. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

NUNES, José Luiz Martins. **Formação da juventude brasileira: Um instrumento do Estado Novo**. São Leopoldo: Unisinos, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

RAMBO, Arthur Blasio. **Nacionalidade e cidadania**. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**. In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (org). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994.

SOUSA, J. P. Coelho de. **Conflito de culturas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1953.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria Castro. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

VIDA Policial. **Cortando as asas do nazismo**. Porto Alegre: Órgão da Repartição Central de Polícia. Dezembro/1943.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1980.

GASA: UMA VIDA DE MUITAS HISTÓRIAS

*Valdir Gregory
Lia Dorothea Pfluk
Lúcia Tersinha Macena Gregory*

Heribert Hans-Joachim Gasa nasceu, em 14 de março de 1920, em Dambeitsch, Kreis Neumarkt, na cidade de Breslau (hoje Wroclaw em território polonês) e faleceu, em 10 de março de 2003, em Cascavel.

Antes da Segunda Guerra Mundial era estudante de medicina e depois da guerra dedicou-se aos estudos de ótica. Durante esta guerra foi convocado pelo exército alemão. Integrou o pelotão de pára-quedistas, foi motorista de caminhão e mecânico, sonhava ser piloto de caça. Sofreu com os horrores da guerra, perdeu a audição de um ouvido devido à explosão de uma bomba, ficou prisioneiro do exército da Inglaterra durante 6 meses. Sobre a guerra dizia: “Não. Não quero falar sobre a guerra. A guerra é algo infeliz, que não leva a nada” (Revista Região, nº 56, p.29).

Veio para o Brasil em 03 de maio de 1961 e, por influência de amigos, teria escolhido como sua nova “terra natal” a cidade de Marechal Cândido Rondon. No Visto de Entrada no País (Acervo Casa Gasa), encontra-se a seguinte declaração: “dizendo a verdade, sob pena da lei brasileira” que não está sofrendo condenação e que “não é considerado nocivo à nação”, assinado por ele.

Marechal Cândido Rondon é considerada uma cidade germânica. Com relação à colonização empreendida pela Maripá, tenho tratado desta questão, quando discuto aspectos étnico-culturais presentes nas preocupações de administradores da colonização. Retomo alguns aspectos. Kalervo Oberg (OBERG, Kalervo, JABINE, Thomas. Toledo: um Município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960, p.36) informa que 85% dos colonizadores de Toledo teriam nascido no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, segundo pesquisa feita em 1956. A mesma mostrou que 53% dos sobrenomes das famílias eram alemães, 20% italianos, 19,3% portugueses, 5,2% eslavos e 2,5% espanhóis. Marechal Cândido Rondon foi criando uma imagem de forte presença de descendentes de alemães. Diversos dados e diversas fontes mostram que a delimitação étnico-cultural fazia parte de discursos e preocupações nos anos 1940 a 1960 e que teve reflexos em conceituações, preconceitos e atitudes na região. Os próprios migrantes manifestaram tais desejos, sendo que os novos habitantes introjetaram este espírito de segregação. A nova terra seria,

preferencialmente, destinada a colonos descendentes de imigrantes aclimatados ao sul do Brasil. Esta conotação, apesar de mudanças ocorridas na região, continuou a se manifestar fortemente em décadas posteriores.

Hans Gasa tinha um estilo de vida que foi chamando atenção de várias pessoas em Marechal Cândido Rondon durante 45 anos em que morou nesta cidade. Parcela da mídia mostrou interesse a respeito da sua figura, destacando-se reportagens de jornais de circulação nacional, do Programa Fantástico da Rede Globo e de revistas. Na comunidade local, ele despertou curiosidade e a construção de mitos e narrativas torno de sua vida e do seu patrimônio material e simbólico. Construiu sua moradia, acumulou e preservou interessante acervo de documentos escritos, de imagens, de equipamentos e de utensílios. Teve o cuidado de identificar e registrar esta documentação.

A Casa Gasa, como é denominada atualmente, apresenta características próprias pelos aspectos exteriores e interiores. O imóvel é um terreno de esquina de 800 metros quadrados, quase todo ocupado com construções.



A Casa Gasa foi projetada pelo próprio Hans Gasa e em 1966 começou a ser construída.



A planta original da casa está assinada por Arno Noé, construtor de Marechal Cândido Rondon. O subsolo foi a última parte do imóvel a ser concluída, na década de 1990, após mais de 20 anos do início.

A Casa Gasa chama a atenção pelos seus traços arquitetônicos (colunas e arcos) ímpares para a região, e pelas cores fortes (azul, vermelho, verde), pelas texturas, uma mescla arquitetônica sob o ponto de vista da arquitetura e da engenharia.

Quando perguntado sobre as histórias de túnel na casa respondia “*é fantasia do Fantástico*” (Revista Região, nº 56, p. 29).



As atividades desenvolvi-das por *Heribert Hans-Joachim Gasa*, em Marechal Cândido Rondon foram:



Ótico – desde o início dedicou-se à ótica, com conhecimentos trazidos da Europa e aperfeiçoados e aplicados na região Oeste

do Paraná. Sua primeira ótica estava estabelecida na Rua Tiradentes esquina com Rua Rio de Janeiro e mais tarde nesta casa por ele construída (Rua Independência esquina com Rua Santa Catarina).



Fotógrafo – a sua vida de fotógrafo e de filmador foi dedicada a registros de diferentes períodos da cidade e da região,

de aspectos do dia-a-dia. Os registros fotográficos foram feitos de diversos locais, inclusive de pontos altos da cidade (torre da Telepar, por exemplo) e tomadas aéreas.

Pesquisador – Física Teoria de Foucault (Teoria da Velocidade da Luz) x Teoria de Gasa – Ele se considerava pesquisador na área da física. Em depoimento, destaca: “Desde minha época de segundo grau, na Alemanha, não acreditava na teoria de Foucault e ninguém conseguia me convencer de que ela estava correta. Por conta própria, elaborei minha teoria que contesta a de Foucault. Desde aquela época eu estava certo” (Revista Oeste, nº 132, p.14-15). Para ele a velocidade da luz se mantém constante em todos os meios (vácuo, água, vidro ou qualquer outro meio transparente) a luz encontraria um caminho inconstante levando um pouco mais de tempo para atravessar barreiras, mas depois continuaria sendo de 300.000 Km/s. Hans Gasa informa teria criado a fórmula de uma lente que poderia revolucionar o mercado ótico, dando nova dinâmica à fotografia, aos microscópios e a tudo que necessita de lentes. A Lente de Gasa teria sido patenteada desde 1966 no Brasil, Inglaterra e França. A fórmula teria sido

enviada para os Estados Unidos, Brasil, Alemanha, Japão, França e para a Nasa. Segundo seu conhecimento, o Telescópio Hubble estaria usando uma destas lentes para fotografar partes do universo com qualidade de imagens.

Professor – Foi professor no Colégio Rui Barbosa de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1960/70.



Hobby –

- o que mais gostava de fazer era tocar piano;
- colecionava selos;
- gostava de conversar;
- passava horas lendo ou fazendo cálculos;
- buscava conhecimentos de história, física e matemática.

Heribert Hans-Joachim Gasa deixou um rico patrimônio histórico e cultural, como:

- centenas de fotografias, principalmente sobre a cidade;
- uma biblioteca com livros em alemão, português e inglês, principalmente nas áreas de literatura, física, história, biologia, geografia.
- coleção de selos;
- diversas câmaras fotográficas e objetos da área;
- diversos objetos e equipamentos de ótica;
- suas pesquisas;
- um romance manuscrito, em alemão;
- a casa com estilo arquitetônico ímpar;
- filmes de 8 mm sobre o início de Marechal Cândido Rondon.

Dorotéia Kocko Gasa, considerando o valor histórico e cultural do patrimônio para o município e região, contactou especialistas e interessados na área visando à organização, catalogação e preservação desse patrimônio. Para tanto foi elaborado em 2004 o Projeto “GASA: uma vida de muitas histórias”, coordenado pelo Prof. Dr. Valdir Gregory (historiador, conhecedor da colonização do município e região); colaboradoras a doutoranda Lúcia Teresinha Macena Gregory (mestre em história e doutoranda, com estudos relacionados a acervos fotográficos, experiência em história oral e com acervo fotográfico); doutoranda Lia Dorotéia Pfluck (geografia e história da colonização do município, atuou durante vários anos como pesquisadora e coordenadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina - CEPEDAL, desenvolveu trabalhos com história oral e fotografias); Claudia Hoffmann (historiadora e docente da Unioeste); Neiva Salete Kern Macari (mestre em história e professora); Dorotéia Kocko Gasa, proprietária do patrimônio; acadêmicos selecionados Anelise Boschetto, Ângela Ferreira, Bárbara Nagae, Eva Nunes, Gelsiney Schell, Gerta Bock Akamine, Gisele Andréia Melz, Loreni Willemann, Schaiana Hack.

O projeto está sendo desenvolvido com apoio e atividades integradas, com as seguintes instituições e ou órgãos: Unioeste, Dorotéia Kocko Gasa, Ministério da Cultura, Acimacar, Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, Sebrae, Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros, Caminhos Turismo Integrado do Lago de Itaipu.

O projeto, *GASA: uma vida de muitas histórias* tem como objetivos:

- Catalogar, organizar e preservar o conjunto patrimonial Gasa;
- Diagnosticar o acervo material e imaterial do patrimônio Gasa;

- Organizar o acervo de acordo com os diferentes tipos de conjuntos materiais;
- Registrar e catalogar o acervo de acordo com orientações arquivísticas, museológicas e bibliotecárias;
- Informatizar o acervo;
- Disponibilizar o acervo para visitas da comunidade local, turistas e pesquisadores;
- Integrar o conjunto arquitetônico Gasa ao projeto turístico de Marechal Cândido Rondon e Região;
- Proporcionar fonte de geração de emprego e renda em Marechal Cândido Rondon.

O MUSEU DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ COMO LUGAR DE ESTUDO DA IDENTIDADE ÉTNICA TEUTO-BRASILEIRA

*Gisele Inês Baller*¹

Os museus têm ocupado papéis importantes nas discussões contemporâneas em especial quando nos referimos a eles como lugares de memória. Conceito esse elaborado por Pierre Nora, que demonstra a importância dessas instituições como fundamentais na valorização da memória e das identidades tanto individuais como coletivas. A essa ampliação no interesse e valorização dos museus, uma verdadeira museomania, visível pelo aumento expressivo do número de museus em especial a partir da década de 70, exemplificada pela abertura de um museu a cada três semanas na Inglaterra, e de mais de quinhentos no Japão nos últimos quinze anos (PINHEIRO, 2004, p. 109).

Essa valorização do papel dos museus, como lugares de memória, se encontra inserida nas discussões atuais sobre a globalização. De acordo com Michel Agier,

A mundialização colocou em questão, pelo acesso maciço aos transportes e às comunicações, as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares e identidades. Por outro, a circulação rápida das informações, das ideologias e das imagens acarretou dissociações entre lugares e culturas. Nesse quadro, os sentimentos de perda de identidade são compensados pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias (2001, p. 7).

Desta forma, seria visível um aumento do distanciamento dos indivíduos em relação ao seu passado, às suas origens. Em face dessa suposta ausência de referentes de identidade, se produziria um sentimento de nostalgia em relação ao passado, “abrindo o caminho ao desenvolvimento de uma indústria da nostalgia em que o passado é resgatado, idealizado, romantizado e não raras vezes inventado, mediante processos que incluem a patrimonialização da cultura”(ANICO, 2005, p. 2-3).

Essas questões produziram um interesse pelo passado, pela valorização da memória, que se reflete na criação de lugares de memória, locais de rememoração do passado, como monumentos, museus, arquivos, que buscam evitar o esquecimento e impor a noção de um tempo estável à instantaneidade atual. Esses lugares de memória, enquanto representações de um passado procuram enfatizar uma noção de continuidade e pertença.

O homem contemporâneo se refugia cada vez mais nas tradições, na comunidade, fato este visível, por exemplo, pelo grande número de encontros de famílias, pelo surgimento de grupos de danças e corais típicos, que buscam resgatar as “origens dos antepassados”, isto é, valorizar a memória.

¹ Licenciada e Bacharel em História – UFRGS. Especialista em Patrimônio Cultural e Museologia – UFRGS. Mestranda em História – UFRGS.

Pierre Nora conceitua a memória, destacando que,

(...) memória é a vida, emerge de um grupo que ela uni, é múltipla, coletiva, plural e individualizada, é afetiva e mágica, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto; a materialização da memória está representada nos museus, arquivos, bibliotecas (NORA apud LUPORINI, 2002, p. 332).

A memória, no entanto, não se mantém única, sempre igual, ela sofre momentos de mudanças, de alterações, pois ela, da mesma forma que a identidade, não passa de uma construção. Construção esta, elaborada e reelaborada inúmeras vezes conforme a necessidade dos elementos aos quais fazem referência. Nesse sentido, ela também não deixa de ser seletiva, por priorizar determinados aspectos em detrimento de outros, considerados mais importantes dentro de determinado grupo.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS apud POLLAK, 1989, p. 3-4).

A memória não deixa de ser um elemento formador do sentimento de identidade, pois permite dar um sentimento de continuidade e coerência para uma pessoa ou um grupo. Essa memória comum reforça a união pela própria adesão afetiva ao grupo, isto é, forma-se uma “comunidade afetiva”. A memória busca reforçar sentimentos de pertencimento, onde a referência a um passado serve como um meio de manter a união de um grupo. Segundo Pollak, “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, (...), eis as duas funções essenciais da memória comum” (1989, p. 9).

Nesse sentido, os estudos de identidades étnicas² tornam-se bastante pertinentes por enfocarem aspectos fundamentais dessa temática. A etnicidade pode ser entendida como “The term ethnicity refers to the degree of conformity by members of the collectivity to these shared norms in the course of social interaction”³ (COHEN, 1996, p. 370).

A idéia de uma presumida origem comum constitui uma das principais características da identidade étnica. Essa suposta origem comum, muitas vezes pode ser real ou fictícia, inventada. A memória sobre a qual um grupo baseia a sua identidade pode alimentar-se de lembranças de um passado glorioso ou mesmo de um período de sofrimento. Conforme Hobsbawn, “O passado

² Grupos étnicos são aqueles grupos que se reconhecem e são reconhecidos pelos outros, enquanto que as minorias étnicas são definidas pelo preconceito e discriminação exercidos pelo grupo dominante.

³ “O termo etnicidade refere-se ao grau de conformidade dos membros da coletividade a estas normas compartilhadas no curso da interação social.”

legítima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito a comemorar” (1998, p.17).

Em muitos casos é necessária a comprovação da própria descendência para que os direitos étnicos possam ser reivindicados. Muitas tribos indígenas americanas especificam a quantidade de sangue indígena que se deve ter para ser reconhecido como membro do grupo (KEYES apud POUTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p.162). Mas na maioria das vezes as exibições de determinados atributos ligados a esta origem já são suficientes para presumir um laço genealógico. É justamente esta crença que “justifica e corrobora as outras dimensões ou signos da identidade e assim o próprio sentido da unicidade do grupo” (POUTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p.162) Weber já afirmava que a crença na origem comum constitui um dos traços da etnicidade.

Nem toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e do hábito. (...) semelhante crença pode existir e desenvolver uma força criadora de comunidade, quando apoiada na lembrança de uma migração real: de uma colonização ou emigração individual. De fato, os efeitos da adaptação ao habitual e as recordações da juventude continuam atuando nos emigrantes, como fonte do ‘sentimento de apego à terra natal’, mesmo quando estes se adaptaram tão completamente ao novo ambiente que um retorno ao país de origem lhes seria insuportável. Nas colônias, a relação interna dos colonizadores para com o país de origem sobrevive até a fortes misturas com os habitantes locais e a consideráveis modificações tanto do patrimônio tradicional quanto do tipo hereditária (1994, p. 270).

O grupo, no momento em que leva em consideração seu passado, sente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (HALBWACHS, 1990, p.87). Essa busca por uma origem comum, muitas vezes se encontra relacionada com a própria necessidade de ter constituído uma tradição, tradição esta, que também pode ser inventada. Tradições que reivindicam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente.

Tradição inventada significa um conjunto de práticas (...), de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HOBSBAWN, 1983).

Num segundo momento, podemos perceber que a identidade étnica não se define de maneira endógena, mas ela é um produto de atos significativos de outros grupos.⁴ Um grupo não tem como ignorar a maneira pela qual os não-membros o categorizam, e em muitos casos, a sua própria autodefinição só tem sentido através dessa definição de fora. Em alguns casos, quanto mais severo

⁴ Já de acordo com a concepção primordialista dos grupos étnicos, “aquela que procede pela identificação prévia de populações às quais são atribuídos traços culturais específicos vistos como sua posse e cuja manutenção é garantida de forma endógena pelo processo de socialização, independentemente de seus efeitos na organização das interações sociais”(POUTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p. 176).

for o ato de dominação, mais as pessoas às quais se aplica essa definição externa são forçadas a retomá-la por conta.

O esquema de rotulação étnica nunca pode ser resumido a uma pura imposição de identidade de dominante a dominado. Os próprios dominantes retomam às vezes por sua conta os nomes ou os sentimentos que lhes são atribuídos pelos dominados. Um grupo só consegue rotular um outro com eficácia quando está bem colocado em posições de poder das quais o grupo rotulado é excluído. Como se pode perceber, os diferenciais de coesão podem ser vistos como fontes de diferenciais de poder.

Dessa forma, a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro das pessoas, mas de uma falta de inteireza que busca ser preenchida a partir do exterior, pelas formas através das quais se imagina ser visto pelos outros (HALL, 2005, p.39).

Erikson já afirmava de que o homem sempre precisou sentir que pertencia a um grupo especial, cujos ideais e hábitos ele ostentava e defendia contra outros grupos que fossem sentidos como uma ameaça, sendo esta uma necessidade evolucionária do homem. Esse sentimento de fidelidade só surge na interação de uma fase vital do desenvolvimento humano com os indivíduos e as forças sociais de uma comunidade. Esse sentimento está relacionado com a participação do indivíduo na vida social, de forma que se sinta valorizado e útil, isto é, estabelecendo a confirmação social da identidade do indivíduo, dando a certeza de que pertence e é aceito por aquele grupo (ERIKSON apud LOUREIRO, 2004, p.53-54).

Nesse sentido, no plano do indivíduo, a identidade se define pelo que é subjetivamente reivindicado e pelo que é socialmente atribuído. Onde as reivindicações identitárias de um indivíduo podem ser ou não aceitas pelo grupo. Para que exista a formação de uma identidade étnica são necessários determinados índices e critérios definidores deste pertencimento. Isto é, os símbolos aos quais uma determinada identidade se encontra ligada, como por exemplo, a língua, traços comportamentais e físicos. No caso da identidade teuto-brasileira existem alguns critérios determinantes de pertencimento ou não a esse grupo: o uso da língua, a preservação de costumes (comportamento religioso, concepção de trabalho), a vida associativa (sociedades de tiro, de cantores, ginásticas), o papel preponderante da escola particular alemã e a própria origem comum.

Um dos mais importantes conceitos ao estudarmos a identidade étnica é a noção de fronteira, introduzida por Fredrik Barth. Até então, não se dava importância em estudos de etnicidade às relações e os contatos em situações de fronteira.⁵ Persistia uma visão bastante simplista de que o

⁵Não estamos nos referindo a fronteiras em termos geográficos e políticos, mas sim em fronteiras culturais.

isolamento geográfico e social tinham sido fatores responsáveis pela sustentação da diversidade cultural (BARTH, 1998, p.188). Segundo Barth,

(...) para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social. (...) as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade (Apud POUTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p.152).

A identidade só pode existir quando está em contato em confronto com o “Outro”. São na verdade essas fronteiras étnicas que definem o grupo e permitem a sua manutenção. Com o tempo, essas fronteiras podem reforçar-se, manter-se, ou mesmo desaparecer, dependendo das próprias alterações internas, bem como, das mudanças na natureza da própria fronteira. Para que esta fronteira persista é necessária a participação de seus membros na sua manutenção, sendo que esta se baseia no reconhecimento e na validação das distinções étnicas decorrentes das interações sociais.

Essas fronteiras são manipuláveis pelos atores, elas aumentam ou diminuem conforme a escala de inclusividade na qual se situam e da pertinência, localmente situada, de estabelecer uma distinção Nós/Eles (POUTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p. 158). Essa diferença pode ser construída negativamente, por meio da exclusão, por outro lado, pode ser vista como enriquecedora por estar valorizando a heterogeneidade.

A noção de realce é de uma importância central nas abordagens de etnicidade. Ela exprime a idéia de que a etnicidade é um modo de identificação em meio a outros possíveis.

De acordo com as situações nas quais ele se localiza e as pessoas com que interage, um indivíduo poderá assumir uma ou outra das identidades que lhe são disponíveis, pois o contexto particular no qual ele se encontra determina as identidades e as fidelidades num dado momento (POUTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p. 166).

O realce da identidade étnica é expressa, em primeiro lugar, por um rótulo étnico. Somente quando este rótulo se encontra selecionado que os comportamentos, características que se referem a um grupo passam a ser quase naturalmente vistos como étnicos. A etnicidade pode ser realçada por meio de inúmeros signos, que podem ser mobilizados para tipificar um determinado grupo.

Conforme Lyman e Douglass,

(...)os traços étnicos nunca são evocados, atribuídos ou exibidos por acaso, mas manipulados estrategicamente pelos autores, como elementos de estratégia, no decurso das interações sociais, por exemplo, para exprimir a solidariedade ou a distância social, ou para as vantagens imediatas que o ator espera obter pela apresentação de uma identidade étnica particular (Apud PONTIGNAT, STREITT-FENART, 1998, p.168).

Nesse sentido e de acordo com as considerações acima, o museu, como um espaço novo de possibilidades de estudo de grupos étnicos, não pode mais ser visto como uma instituição estável, fixa, como um templo de consagração de alguns indivíduos, mas como um espaço de integração e de socialização. Ele passa a representar o comportamento de uma sociedade contemporânea. Há muito tempo ele deixou de ser o local de coisas velhas, esquecidas, ou que atrapalhavam nos lares, para se tornar um local de discussão sobre as questões sociais atuais, em especial quando nos referimos ao estudo de determinadas comunidades ou grupos sociais, como por exemplo, as comunidades teuto-brasileiras.

Os museus basearam durante muito tempo a sua atividade numa aura de autenticidade histórica e cultural dos objetos que colecionavam e exibiam, ou mesmo, na sua raridade ou genialidade do seu autor, remetendo para um período de cultura erudita, elitista. Nesse contexto, os significados conferidos aos objetos baseavam-se fundamentalmente em suas características físicas. No entanto, nos dias de hoje se tem procurado valorizar as mais variadas formas de expressão de diferentes objetos, o museu, em parte, tornou-se mais democrático.

Devemos deixar claro que no momento em que se escolhe um determinado objeto em detrimento a outro e o torna uma “peça de museu”, ele toma uma aura de significado única e de fundamental importância para expressar o significado e o contexto em que esse objeto se encontra inserido, no entanto, essa atitude não deixa de ser uma expressão de poder, pois alguém definirá o que serve e o que não serve.

No momento em que determinados objetos são escolhidos para representar uma determinada realidade para uma sociedade. Aqueles que o escolhem tem o poder de definir de que maneira os outros irão ver esta representação da realidade. Muitas vezes, com o intuito de supervalorizar determinadas características, ou mesmo, de tornar determinados fatos, episódios, em momentos positivos e belos de serem vistos e lembrados, muitos museus selecionam determinados objetos como únicos e fundamentais para a temática de suas exposições.

A partir das questões elaboradas anteriormente, busco em minha pesquisa realizar uma análise crítica sobre o papel dos museus históricos, cuja temática se relaciona à imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, no que se refere a sua função de geradores e mantenedores de uma determinada identidade teuto-brasileira.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar de que maneira os museus de imigração alemã são “lugares de memória” que reforçam e legitimam uma identidade dita teuto-brasileira e de que maneiras explícitas ou não, essas características que reforçam esta identidade se encontram em seus discursos. Partindo desta análise, realizar uma crítica sobre o seu papel no contexto social atual e

refletir a respeito da elaboração de novas maneiras de apropriação destas características por parte deste grupo e dos demais públicos que freqüentam estes museus.

Além disso, busco verificar de que maneira essa identidade pode ser transmitida através da museografia, isto é, através da exposição de determinados objetos e de que maneira o público percebe ou não, a valorização de determinadas características dentro destes museus.

A atual fase de pesquisa encontra-se na coleta das fontes para posterior análise, sendo que como fonte principal de pesquisa além dos objetos e dos prédios em que os museus se encontram, utilizo fontes orais, isto é, entrevistas tanto entre os doadores de peças como entre os freqüentadores dessas instituições.

Pelas constatações feitas até o momento, percebe-se uma valorização maior desses locais pelos doadores de objetos, que buscam freqüentemente visitar o museu para rever as suas doações ou mesmo mostrá-las a algum visitante. Verifica-se a importância que o doador dá à sua peça, pois não consegue conceber o fato de seu objeto doado, muitas vezes, não estar sendo exposto.

Quando analisamos as peças expostas verifica-se uma certa valorização das características associadas a figura do imigrante alemão como um exemplo de trabalhador, aquele que passou por inúmeras dificuldades e privações, que superou obstáculos e que venceu. Muitas pessoas ao verem determinadas peças expostas afirmam que se não fosse pelo trabalho desses pioneiros não estariam onde se encontram hoje. No entanto, se analisarmos o público que freqüenta estes ambientes, podemos perceber que grande parte dele não se insere no grupo de descendentes germânicos, mas sim, um grande número de freqüentadores de outras cidades, estados e grupos étnicos. Muitas pessoas das localidades afirmam que não freqüentam assiduamente esses espaços, pois sempre encontram as mesmas peças expostas, as mesmas temáticas, isto é, se você visita uma vez não tem por que retornar.

Essas são apenas breves constatações que ainda devem ser reavaliadas para futuras afirmações, mas que serão fundamentais para o entendimento do papel dos museus e sua relação com a identidade étnica teuto-brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Mana, Out. 2001, vol.7, no.2, p.7-33.

ANICO, Marta. **A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade**. Horizontes Antropológicos, v. 11, n.23. Porto Alegre, jan./jun. 2005.

BARTH, Fredrik. Grupo étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COHEN, Abner. The lesson of Ethnicity. In: SOLLORS, W. (ED.) **Theories of ethnicity: a classical reader**. New York: New York University Press, 1996, p. 370-384.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (orgs.). **The invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade étnica em re-construção**. A ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo na perspectiva existencial humanista. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Educação patrimonial: projetos para a educação básica**. Ciências e Letras. Porto Alegre, n. 31, jan/jun 2002. p. 322-338.

PINHEIRO, Marcos José. **Museu, Memória e Esquecimento**. Rio de Janeiro: E papers, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1994.

O INSTITUTO MARTIUS-STADEN EM SÃO PAULO: MISSÃO E ACERVOS

Rainer Domschke

O **Instituto Martius-Staden** certamente não é uma instituição de nome desconhecido entre o público deste *Simpósio de Imigração e Colonização*, uma vez que o Instituto conta entre os guardiões da história da colonização de origem alemã no Brasil. No entanto, dada certa distância regional, o conhecimento do nome e da missão desta entidade talvez não signifique necessariamente um conhecimento mais concreto e mais detalhado a respeito do trabalho que a instituição tem promovido assim como do acervo que ela possui e que possa oferecer para pesquisas sobre muitos dos diversos assuntos tratados aqui neste evento. Além do mais, o Instituto tem passado por uma série de mudanças constitutivas que iniciaram um processo de modernização e ampliação dos seus recursos de pesquisa, que, como fatos recentes, talvez tenham chegado ainda menos ao conhecimento geral. Ainda também cabe observar que, apesar da intensificação e multiplicação das relações comunicativas ser a marca emblemática da nossa época, no ramo da história da imigração e colonização a integração de instituições e pesquisadores locais e regionais numa rede comunicativa abrangente, até agora, não alcançou sempre um nível de interatividade desejável. Por essas razões, o Instituto Martius-Staden aceitou de bom grado a sugestão dos organizadores do *Simpósio* de aproveitar o contexto deste evento para apresentar uma breve descrição atualizada do perfil do Instituto, destacando os aspectos que possam ser mais relevantes em termos de informação e pesquisa históricas.

A respeito disso, o setor mais significativo sem dúvida será o **arquivo sobre a imigração alemã** em São Paulo e no Brasil. Este arquivo constitui o ‘núcleo histórico’ da instituição, tanto no sentido do conteúdo como da própria história do Instituto. Esta história, por sua vez, está relacionada estreitamente com a *Deutsche Schule* de São Paulo, a escola fundada em 1878 pela comunidade alemã da cidade para garantir a educação escolar dos seus filhos. A criação do arquivo remonta ao ano de 1925. Foi o ano em que a associação mantenedora da escola, o *Verein Deutsche Schule S. Paulo*, publicou no jornal *Deutsche Zeitung* uma convocação dirigida a todos os membros da ‘colônia alemã’ da cidade, assim como a associações e empresas, para colaborar no projeto da criação de um “arquivo para a história da colônia”. Para tal finalidade pediu-se que remetessem “documentos, gravuras, fotografias, relatórios anuais, publicações de comemorações e jubileus e de todo tipo” para a Escola Alemã, contanto que estes documentos e materiais “tivessem relação com a formação ou o crescimento da colônia”. Foi o início daquilo que hoje abrange um acervo documental e documentário com bem mais de 100.000 itens e um fichário correlacionado com aproximadamente 70.000 fichas.

As vicissitudes posteriores da História interferiram profundamente no destino das instituições mencionadas e, portanto, também no contexto institucional do arquivo. O marco fundamental foram os decretos nacionalistas do ano 1938. Estas medidas obrigaram a escola ao ‘abrasileiramento’ forçado, com a conseqüente extinção de sua *Associação Alemã de Professores* (que já desde 1935 levava o nome de *Hans-Staden-Verein*) e o afastamento de todos os sinais e fundos suscetíveis de ostentar uma diferença cultural. Para salvar aquilo que a escola não podia continuar abrigando sem arriscar a sua existência, recorreu-se a uma solução ‘diplomática’ de emergência: a fundação de uma entidade que deveria acolher o espólio do *Lehrerverein* e os fundos culturais tornados ‘imprestáveis’ da escola, com a missão de cuidar desses acervos e promover o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha; havia, porém, um distintivo formal essencial: o fato de ser uma entidade constituída sob a lei brasileira. Criou-se, assim, a *Sociedade Hans Staden*, origem institucional do atual *Instituto Martius-Staden*.

Estas prevenções legais não podiam impedir, entretanto, que com o clima político ficando ainda mais tenso após a entrada do Brasil na guerra, a nova *Sociedade*, mesmo assim, tivesse que suspender suas atividades no início de 1945. Por ocasião da sua reanimação em 1947, a denominação *Sociedade* foi alterada para *Instituto Hans Staden*. Para chegar ao nome e à situação atual, falta apenas indicar ainda como o botânico alemão Martius entrou no jogo.

Foi com a ajuda de Karl Fouquet, teuto-brasileiro nascido em Blumenau e que depois da sua formação universitária na Alemanha exerceu, a partir de 1927, o magistério na *Escola Alemã* em São Paulo, além de se engajar na organização associativa dos professores e atuar como defensor da causa da comunidade alemã. Em 1938 Fouquet teve que deixar o seu cargo como vice-diretor da escola e presidente do *Lehrerverein* e assumiu, em compensação, a direção da *Sociedade* e depois do *Instituto Hans Staden*, atividade a qual se dedicou plenamente durante os trinta anos seguintes, até 1968. Como, a partir da constituição da *Sociedade*, tratava-se de uma instituição independente, o trabalho da direção sempre se dividia em duas vertentes: a das atividades propriamente relacionadas com a missão cultural e a dos esforços para garantir a sobrevivência financeira da instituição. Foi no contexto destes esforços que Fouquet criou, em 1951, a *Fundação Martius*, como organização paralela ao Instituto, também para facilitar a angariação de recursos financeiros.

A transferência do nome de Martius e a sua inclusão na denominação do Instituto ocorreu em 1997. Nos anos noventa a situação financeira do Instituto havia se agravado devido a certas mudanças do seu contexto vital: por um lado mudanças recentes, relacionadas com a reunificação da Alemanha e que diminuíram e redirecionaram drasticamente o fluxo de recursos de fomento cultural que, até lá, haviam fluído também em certa medida para o *Instituto Hans Staden*; por outro lado foram mudanças socioculturais que já vinham se verificando desde antes: com a sucessão das

gerações, o vínculo anímico de muitos descendentes de imigrantes alemães com a cultura dos antepassados não conseguia se manter num nível suficientemente intenso para animá-los a apoiar o Instituto ainda como sócios contribuintes. Nesta situação, a ameaça da extinção pairando sobre o Instituto com seus quase 60 anos de existência, acudiu um salvador: o *Verein Deutsche Schule* assumiu a manutenção do Instituto, só que esta associação, na época, já havia passado também por uma metamorfose nominal e constitucional: desde 1942, tanto a associação como o colégio atendem pelo nome de *Visconde de Porto Seguro* e desde 1955 a mantenedora se constitui como *Fundação*. No entanto, a volta às origens do *Instituto Hans Staden* implicou a extinção da *Fundação Martius*, salvando-se apenas o nome do patrono para incrementar o patronato do Instituto cuja denominação completa atualmente reza: *Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão / Martius-Staden-Institut für Wissenschaft, Literatur und deutsch-brasilianischen Kulturaustausch*.

Voltemos, depois deste rápido esboço histórico, ao conteúdo do arquivo. O foco temático já ficou claro, cabe só ressaltar que este foco foi se alargando com o tempo: se no início o escopo possuía uma definição local na preservação da história da ‘colônia alemã’ paulistana, depois passou a incluir a imigração alemã no Brasil em sentido geral, para chegar finalmente ao ponto de compreender tudo que documenta relações e contatos significativos entre o Brasil e a Alemanha, seja no passado ou na atualidade.

Dentro deste horizonte temático, o acervo se divide essencialmente em dois grupos fundamentais. Por um lado, materiais propriamente arquivísticos: atas ou correspondências de pessoas jurídicas ou entidades (p. ex. escolas, associações ou o próprio *Instituto*); fundos procedentes de pessoas físicas (p. ex. espólios ou arquivos pessoais completos ou parciais); e documentos históricos ‘soltos’, que pertencem a determinados contextos pessoais ou organizacionais, mas não constituem conjuntos documentais (p. ex. certidões, correspondências, manuscritos, fotos etc.). Por outro lado, uma coleção de recortes de jornais, *clippings* de notícias sobre assuntos relacionados com o foco temático, que se realizou de maneira mais ou menos sistemática desde os primeiros tempos do Instituto. Os jornais explorados a este propósito tem sido principalmente os jornais em língua alemã impressos no Brasil (sobretudo *Brasil-Post* e *Deutsche Zeitung*) e jornais paulistanos em português (*Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *Gazeta Mercantil*), com aportes eventuais de outras fontes de imprensa, também da imprensa alemã. Iniciada há mais de 50 anos, esta coleção documentária certamente representa hoje um acervo informativo único referente aos diversos aspectos da imigração alemã em São Paulo e no Brasil em geral: oferece um registro noticiário, de mais de meio século, sobre pessoas, famílias, associações,

empresas, locais e outros tópicos ligados com a imigração alemã ou com as relações entre o Brasil e a Alemanha.

O acesso a este fundo de informações é viabilizado por dois catálogos, um onomástico e outro de assuntos. O **catálogo onomástico** contém 70.000 fichas com o registro de mais de 60.000 pessoas de origem ou descendência teuta. As fichas têm a seguinte estrutura: primeiro um cabeçalho com o nome da pessoa e os dados biográficos básicos dela; a seguir a lista de entradas que remetem a todos os materiais ou referências vinculados com esta pessoa: **documentos** do arquivo, **recortes de jornais** onde aparece seu nome, **publicações** dela ou sobre ela que se encontram na biblioteca do Instituto, e também remissões a **referências** não disponíveis no Instituto. O **catálogo de assuntos** (com aprox. 15.000 fichas) tem estrutura análoga, sendo que entre os assuntos figuram organizações (associações, empresas, entidades, escolas etc.), localidades (p. ex. São Leopoldo, Linha Imperial, Rolândia) e assuntos temáticos (p. ex. ‘questões étnicas’, ‘literatura teuto-brasileira’, ‘navios de imigrantes’, ‘Hunsrücker no Brasil’ etc.). As fichas dos dois catálogos remetem a um acervo documental e informativo de 100.000 – 150.000 itens disponíveis no Instituto. O número no momento ainda é aproximativo, mas os catálogos estão sendo informatizados e o acesso por internet ao primeiro lote destes registros já será possível até o final deste ano. A conclusão da informatização também permitirá uma visão estatística mais exata sobre o acervo.

O volume e à estrutura do catálogo onomástico, com seus respectivos fundos, evidentemente convidam e de fato sempre têm convidado a pesquisas genealógicas. No entanto, os fundos arquivísticos também oferecem materiais para pesquisas históricas de índole diversa, conquanto esta oferta não tenha sido aproveitada com a mesma intensidade. Certamente há muito material ainda inexplorado ou apenas parcialmente explorado.

Dentre estes materiais, cabe mencionar o conjunto de atas e documentos da *Liga Nacional de Professores Teuto-Brasileiros (Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer)*, dos anos 1930 e 40. Entre estes documentos figuram, por exemplo, estatísticas sobre escolas alemãs no Rio Grande do Sul, assim como os questionários com as respostas a uma pesquisa realizada pela Liga no final dos anos 1930 nos diversos Estados, com a finalidade de um levantamento detalhado e abrangente sobre a situação e as condições das escolas alemãs em todo o território nacional. Encontram-se, nesta seção, também conjuntos de processos documentais de escolas e associações que tiveram que encerrar as suas atividades. Outro exemplo de um conjunto documental pouco explorado é o arquivo do próprio Instituto, as atas, os protocolos e a correspondência que se acumularam desde o início da instituição em 1938 até hoje e que ocupam vários metros lineares nas estantes. Não existe ainda nenhum trabalho monográfico sobre a história do Instituto.

Material inexplorado também encontra-se na seção dos materiais procedentes de espólios e arquivos pessoais. Quanto à procedência dos materiais, não surpreende que predominem aqui os nomes de alemães ou teuto-brasileiros cuja presença esteve mais ligada com a cidade ou a região de São Paulo, ainda que também se possa encontrar nomes como Friedrich Wilhelm Brepohl, por exemplo. Entre os paulistanos destacam-se nomes como Friedrich Sommer, Karl Oberacker ou o próprio Karl Fouquet. Sommer deixou uma série de manuscritos inéditos, além do seu volumoso trabalho “Die Deutschen in São Paulo”, que também acabou não sendo publicado; quem vasculha os materiais de Sommer, pode se surpreender com um conjunto de cartas que reúne uma correspondência que ele manteve, entre 1925 e 27, com Monteiro Lobato. Nos materiais procedentes de Fouquet ressalta uma versão do diário que escreveu durante toda sua vida e que refundiu, nos anos 1970, em um texto datilografado de cerca de mil páginas. Os originais se encontram num arquivo estadual na Alemanha, na cidade de Wolfenbüttel. Nesse contexto, cabe mencionar também a cópia completa do arquivo pessoal de Oswald Nixdorf, com um volume de cerca de oito mil páginas e cujo original se guarda na Universidade de Londrina. Nixdorf foi encarregado, nos anos 1930, de dirigir a fundação e organização da colônia Rolândia no norte do Paraná. Estes documentos contêm um registro histórico dos inícios desta colônia criada em tempos politicamente complexos. A exploração historiográfica deste fundo, contudo, já começou e rendeu uma monografia que está para ser publicada.

O arquivo também possui algumas singularidades de interesse particular, como p. ex. um diário do jovem C. Ph. Fr. von Martius, que este começara a escrever em 1811; 9 cartas, de autoria de Johann Andreas Schmeller (1785 – 1852), destinadas a Martius; ou também um caderno procedente de Karl ou Carl Friedrich Rath, um engenheiro alemão que teve uma atuação notável em São Paulo nos meados do século XIX.

A **biblioteca** constitui o segundo pilar do fundamento patrimonial do Instituto. No contexto aqui relevante, são duas seções que precisam ser ressaltadas: a primeira, a seção **imigração alemã**, histórica e tematicamente de importância central, é uma coleção sistematicamente formada, já desde os tempos da antiga associação de professores, de publicações relacionadas com o tema em questão. Nos anos 1940, Fouquet se orgulhava de que o acervo voltado para este assunto já superava o respectivo acervo da Biblioteca Nacional; possivelmente hoje não seja mais o caso, porém, com os seus 47.000 volumes (entre livros, periódicos e publicações avulsas em alemão e em português), esta seção sem dúvida oferece um dos acervos mais abrangentes e mais completos com respeito à temática da imigração alemã no Brasil e das relações históricas e atuais entre o Brasil e a Alemanha. Entretanto, dentro desta seção há certamente um setor que constitui um acervo único: a coleção de **jornais e revistas publicadas no Brasil em língua alemã**. Os jornais compreendem 110 títulos,

desde publicações antigas até periódicos ainda existentes como o *Deutsche Zeitung* e o *Brasil-Post*, ambas de São Paulo. Os exemplares mais antigos são alguns números do *Colonie-Zeitung* de Joinville, da década de 1860. Em termos de completude, naturalmente há maiores lacunas nos títulos ou períodos mais antigos. Conquanto a única coleção realmente completa seja a do *Brasil-Post*, há uma série de coleções que chegam perto, como o *Deutsche Zeitung* (São Paulo), o *Germania* (São Paulo), o *Serra-Post* (Ijuí); da região de Porto Alegre existem consideráveis acervos do *Deutsche Post* (com exemplares do ano de 1913 até 1928), do *Deutsches Volksblatt* (com exemplares do ano de 1916 até 1960); do Paraná, o jornal *Der Kompass*, publicado em Curitiba (com exemplares do ano de 1911 até 1941). Uma fonte histórica de interesse particular constitui da coleção do jornal *Deutscher Morgen*, o órgão publicitário dos propagandistas nazistas entre 1932 e 1941 em São Paulo. Há também títulos de periódicos vinculados a comunidades alemãs em outros países da América latina (4 da Argentina, 1 do Chile e 1 do México). O acervo dos 40 títulos de jornais mais relevantes está disponível e pode ser consultado também em microfilme.

Além dos jornais, há coleções de outras publicações periódicas que tiveram importância na história da cultura dos imigrantes. Pertencem a este setor os almanaques, como o *Rotermund Kalender*, o *Serra-Post Kalender* e o *Koseritz Kalender*, assim como uma importante lista com títulos de revistas. Estas se dividem em dois grupos: por um lado revistas de cunho confessional, com 22 títulos de revistas católicas, 68 de revistas evangélico-luteranas (a maioria das regiões do Sul) e 2 de revistas menonitas (uma, *Bibel und Pflug*, de Curitiba, com 685 volumes); por outro lado revistas escolares, a maioria também procedente das regiões do Sul, como p. ex. *Lehrerzeitung* (RS), *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*, *Das Band* (RS), *Die Kolonie-Schule* (SC).

A biblioteca possui outras seções, que neste contexto aqui são de menor interesse, mas que sejam mencionadas para completar o quadro: uma seção de literatura em língua alemã e com obras de história, filosofia e teologia (15.000 volumes); a seção ‘Biblioteca de Exílio Thomas Durlacher’, um conjunto de uma biblioteca particular adquirida em 2005 (4.000 volumes); assim como uma notável coleção de História da Arte, com 17.000 volumes, em sua maioria em língua alemã. Como estas seções têm se formado a partir de doações, estes acervos não possuem um perfil sistemático, mas oferecem, não obstante, muitos títulos e conjuntos de valor bibliográfico e bibliófilo, constituindo hoje uma biblioteca com um total de 85.000 volumes. Naturalmente não falta um acervo com livros raros, entre os quais se encontram exemplares da *Flora Brasiliensis* de Martius e antigas edições da *Warhaftige Historia* de Staden, p. ex. também uma edição holandesa de 1707; edições da História de Barlaeus e da *Medicina Brasiliensi* Marcgraf de 1647 e 1648 respectivamente; e uma curiosidade: um livrete impresso em 1729 na Alemanha, contendo um

diálogo fictício, no reino dos mortos, entre Cristóvão Colombo e Hans Staden, de autoria de David Fassmann.

Assim como o catálogo relacionado ao arquivo, os registros da biblioteca também estarão acessíveis em breve através de consulta via internet. Além disso, informações específicas sobre detalhes dos acervos podem e sempre poderão ser solicitadas por telefone ou e-mail.

Como não se ignorará, o *Instituto Martius-Staden* não só guarda e preserva, mas também produz. Com efeito, há mais de 50 anos, desde 1953 exatamente, publica um **anuário**, o *Staden-Jahrbuch* cujo título também se ampliou conforme para *Martius-Staden-Jahrbuch*. Concebido inicialmente como um “Handbuch der Brasilkunde”, destinado à informação de um público interessado de língua alemã, o perfil da publicação certamente tem variado também ao longo dos anos com a variação das circunstâncias. No entanto, o cerne da missão, promover o conhecimento intercultural e oferecer uma plataforma para o intercâmbio intelectual a esse respeito, nunca mudou. E esta missão desde o início contou com o apoio e a contribuição de autores importantes na vida intelectual do país, citando só Egon Schaden, Florestan Fernandes ou também Fernando Henrique Cardoso (em tempos de início da sua carreira de sociólogo), assim como também autores procedentes ou ligados à vida cultural e intelectual desta região do Sul: Balduino Rambo, Erich Fausel, Carlos H. Hunsche, Lúcio Kreutz, Cléo Altenhofen. Nesse sentido, propostas para contribuições de artigos para o anuário sempre são bem-vindas. Inclui-se também, desde alguns anos, artigos em português.

Finalmente, para concluir o quadro resta só fazer menção de outro setor produtivo do Instituto, aquele que organiza eventos procurando promover o intercâmbio cultural, seja no campo da música, das artes, da literatura ou das ciências, seja em forma de concertos, palestras ou encontros.

Seriam estas as linhas essenciais do perfil atual do *Instituto Martius-Staden* em São Paulo. Para mais informações e contatos servirá a nossa homepage na internet: <http://www.martiusstaden.org.br/>.

A ARQUITETURA AÇORIANA NO RS: REALIDADE E MITOS

Günter Weimer¹

Desde a década de 1940 a imigração açoriana tem recebido destaque na história do Rio Grande do Sul. Tem-se afirmado que os rio-grandenses se distinguem do restante dos brasileiros devido à ascendência açoriana já que esta população diverge da portuguesa p.d. devido a hipotéticas influências nórdicas. Em homenagem aos açorianos tem sido elevados monumentos; obras arquitetônicas têm sido distinguidas com seu nome; livros laudatórios de sua bravura têm encontrado bom mercado.

Apesar disso, investigação sérias são escassas; estudos sobre a arquitetura da imigração açoriana no sul do Brasil ficaram muito a dever da efetiva importância da contribuição étnica que os ilhéus prestaram a nosso povo.

Uma rápida revisão histórica da formação dos Açores

As ilhas foram descobertas por volta de 1440 e passaram a ser ocupadas 20 anos mais tarde. Da maior importância é o fato de que os imigrantes tiveram de se adequar ao novo meio e a arquitetura teria de passar por um processo de recriação inovadora. Daí decorre a necessidade de identificar, por um lado, os elementos de permanência da arquitetura continental e, por outro, as mudanças introduzidas e que viriam a imprimir características novas que poderiam ser qualificadas como “típicas” das ilhas.

Uma primeira aproximação

O estudo da arquitetura regional do Rio Grande do Sul desde há muito nos levou a reunir toda a bibliografia acessível sobre os Açores. Publicações² de fotografias mostravam a predominância de *Strassendörfer* (aldeias-rua) à imagem das do Algarve ou Alentejo. A profusão de casas integralmente caiadas indicava na mesma direção. Mais do que isto, chamava especial atenção o largo emprego de muros divisórios de terrenos agricultados funcionando como pára-ventos, comuns no sul de Portugal.

¹ Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Professor titular aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FAU-PUCRS. Professor em cursos de pós-graduação da FAU-UFRGS e da FAU-PUCRS. E.mail: gunterweimer@gmail.com

² Entre elas, as de VALDEMAR, António: *Açores vistos do céu*, Lisboa, Argenteum, 1998; OLIVEIRA, Álvaro & ABREU, Maurício: *Açores*, Setúbal, Abreu, 1987; LIMA, Diogénia de Bettencourt & GODARD, Daniel Luc: *Os Açores, o paraíso desconhecido*, Lisboa, Bertrant, 1992; RÖNN, Undine von & GRAU, Javier: *Açores*, Rio de Mouro, Everest, 1997; GIL, Júlio: *As mais belas vilas e aldeias de Portugal e As mais belas cidades de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1983 e 1995, entre outras.

O material de pesquisa³

Após muitas reflexões sobre o modo de enfrentar o problema, veio em nosso socorro uma exposição realizada por arquitetos⁴ da Associação dos Arquitetos Portugueses. Durante os meses de verão de 1982 e 83, os mesmos vasculharam as ilhas de ponta a ponta e recolheram um rico material cuja publicação se torna mais do que urgente. Baseado neste material pudemos constatar que, dentre as construções indexadas, 9% das residências tinham dois compartimentos; 41%, três; 30% quatro e 2%, cinco. As mesmas tinham um arranjo em planta baixa na seguinte forma: 59% em forma linear; 24%, em L; 3%, em T e 13% em X. Isto significa que o programa dominante é o da casa de três compartimentos com arranjo linear. Estas residências se caracterizassem por ocuparem áreas muito reduzidas (por volta de 30 m²), o que fez com que 27% casas apresentassem um forro rebaixado nos dormitórios de modo a poder incluir um quarto no desvão do telhado com o curioso nome de “falsa”.

A residência típica dos Açores

Estes dados vieram a comprovar serem verdadeiras as características normalmente apontadas como sendo dominantes na arquitetura residencial das ilhas. Segundo Martins:

...as casa foram normalmente... divididas em três compartimentos: ao centro ficava o chamado “meio-da-casa” (quarto de entrada); de um lado, o quarto da cama e, do lado oposto, a cozinha, com um recanto onde se situava a lareira⁵ e o forno...

O pavimento era de terra batida, ao que se chamava entijolado. Apenas o quarto de cama tinha tecto de forro e o chão coberto dum sobrado de madeira. O espaço entre o forro do tecto do quarto de cama e o travejamento da cobertura chamava-se “falsa” ou sótão e o acesso era feito por uma escada de mão encostada à parede.

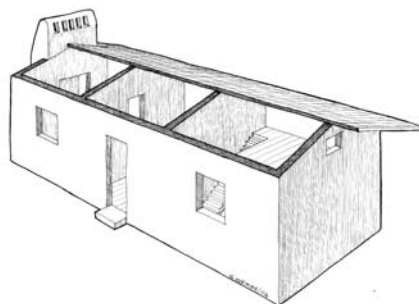
³ Todos os desenhos deste artigo são de autoria de G. Weimer.

⁴ Estes arquitetos foram Ana TOSTÕES, Filipe Jorge SILVA, João Vieira CALDAS, José Manuel FERNANDES, Maria de Lurdes JANEIRO, Nuno BARCELOS e Vítor MESTRE

⁵ Aqui há necessidade de assinalar que o termo lareira tem um sentido muito diferente nos dois hemisférios: nos Açores seu significado é o de fogo aberto colocado sob a trempe enquanto que no Brasil o termo designa o receptáculo com respectiva chaminé para o fogo cuja finalidade única é o aquecimento do ambiente.

... Na cozinha sob a chaminé ficava o “lar” e um forno, construído exteriormente contra a parede. Fora já da área da chaminé, havia uma mesa (amassadeira) onde se amassava o pão num alguidar⁶ de barro e se preparavam os alimentos antes de os pôr ao lume.⁷

Esta citação não dá o devido destaque para algumas peculiaridades exclusivas da arquitetura açoriana: a primeira delas está relacionada com a existência da *falsa*, uma sutil solução para local um dormitório para as filhas como que para preservá-lo na mais completa intimidade. A segunda se refere ao forno de pão. Nada de novo em sua construção em forma de cúpula⁸. A curiosidade está em que sua abertura dá diretamente para dentro da cozinha enquanto que, noutras culturas, ele sempre se constitui numa construção à parte do corpo da. Noutras regiões, ele apresenta uma chaminé no extremo oposto à portinhola de entrada de modo que o ar entra pela mesma e a fumaça é “sugada” pela chaminé que a conduz para fora, para não poluir o ar do ambiente que o antecede. Nos Açores o forno só tem uma abertura: a fumaça é obrigada a sair pela portinhola de entrada o que significa que a mesma tem de ser despejada para dentro da cozinha que só não é poluída por existir *em toda a largura do forno* uma ampla chaminé à romana, em forma de pirâmide truncada destinada a captar a também a fumaça do fogo aberto sob a trempe. Em terceiro lugar e mais importante, é a divisão interna da casa em três compartimentos alinhados na ordem cozinha/meio-da-casa/quarto-de-cama. Esta organização não faz parte do repertório formal da assim chama “arquitetura ocidental”.



Esquema de uma casa açoriana

A procura de relações de semelhança

⁶ O destaque é nosso.

⁷ MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. *Arquitectura popular açoriano-brasileira*, Angra do Heroísmo, s.e., 1996, p. 51/2.

⁸ A forma mais comum da construção de fornos é a estrutura de abóbada que se justifica pela facilidade na implantação, por uma extremidade, da portinhola para a alimentação do fogo e introdução do pão para ser assado e, pelo oposto, pela saída da chaminé. Como os fornos açoritais não possuem a última, fica perfeitamente justificado a substituição da abóbada pela cúpula: se é verdade que esta dificulta a implantação da abertura, tem a vantagem de ser estruturalmente mais resistente.

Dada a origem desta população, seria de esperar que estas formas pudessem ser encontradas no continente o que não pôde ser confirmado integralmente em nossos levantamentos.

Não achando construções iguais, procuramos programas semelhantes que foram encontradas nas “casa alpendrada” ribatejanas, nas casas “de saloio” da Estremadura e em casas da Arábida. Assemelhadas também são dois tipos de casas que são endêmicas no Algarve, na “casa de pescadores” e na “casa rural algarvia”. Ao norte da Estremadura foram encontradas as “casas de madeira”. Igualmente foram encontradas algumas tipologias assemelhadas no Alentejo.



Uma casa típica dos Açores

Interpretação dos dados

Para Giese⁹, as casas açorianas seriam aparentadas com as do sul do país e de origem berbere. Torres & Macias¹⁰ apresentam um mapa em que assinalam as zonas de mais intensa islamização em Portugal. A partir daí, pudemos constatar que todas as tipologias se enquadravam nas zonas mais islamizadas. Portanto a casa “típica dos Açores” faz parte do universo integrante das casas de origem islâmica, especialmente, as dos berberes (antigamente denominados de “mouros”) já que foi este povo que se estabeleceu no ocidente andaluz, no “*al Gharb*”, denominação que originou “Algarve”.

⁹GIESE, Wilhelm. “A casa rural da ilha do Faial”. In: MARTINS, Francisco Ernesto de O. *Arquitectura nos Açores - Subsídios para seu Estudo*, Horta, Governo dos Açores, 1983, p. 42/6.

¹⁰TORRES, Cláudio & MACIAS, Santiago. *O legado islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p18.

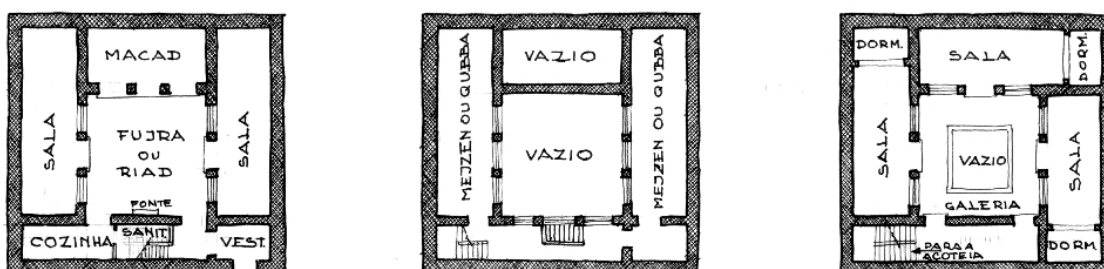


Comparação das áreas de maior influência islâmica com as tipologias residenciais

O elo de ligação com a cultura islâmica

Cruzando observações em Marrocos e com dados da obra de Ochoa¹¹, evidencia-se a influência da arquitetura erudita de origem árabe. As residências ditas “árabes” se constituem em casas-poço, totalmente fechada em seu exterior, à exceção da porta de entrada, e os espaços internos se abrem todas para a abertura central. Esta casa se compõe de três pisos. No térreo está implantada a parte “social” da casa e no piso mais alto, os dormitórios. Entre os dois, encontra-se um terceiro, dito *falso*. Seu pé-direito reduzido ao mínimo é o refúgio das mulheres sempre que qualquer homem que não for parente imediato, estiver na casa.

Este modo de habitar explica a estranha denominação de *alcova*¹², tão lusitana e tão árabe: trata-se da sobrevivência de uma terminologia depois de ter sido superada pelas transformações funcionais. De qualquer maneira, a alcova ainda conserva seus ares de serralho, sua reclusão e seu cerceamento mesmo depois de ter deixado de ser escondido sobre a abóbada. Este andar *falso* deu origem à *falsa* açoriana.



Esquema de uma casa-tipo “árabe” de Marrocos

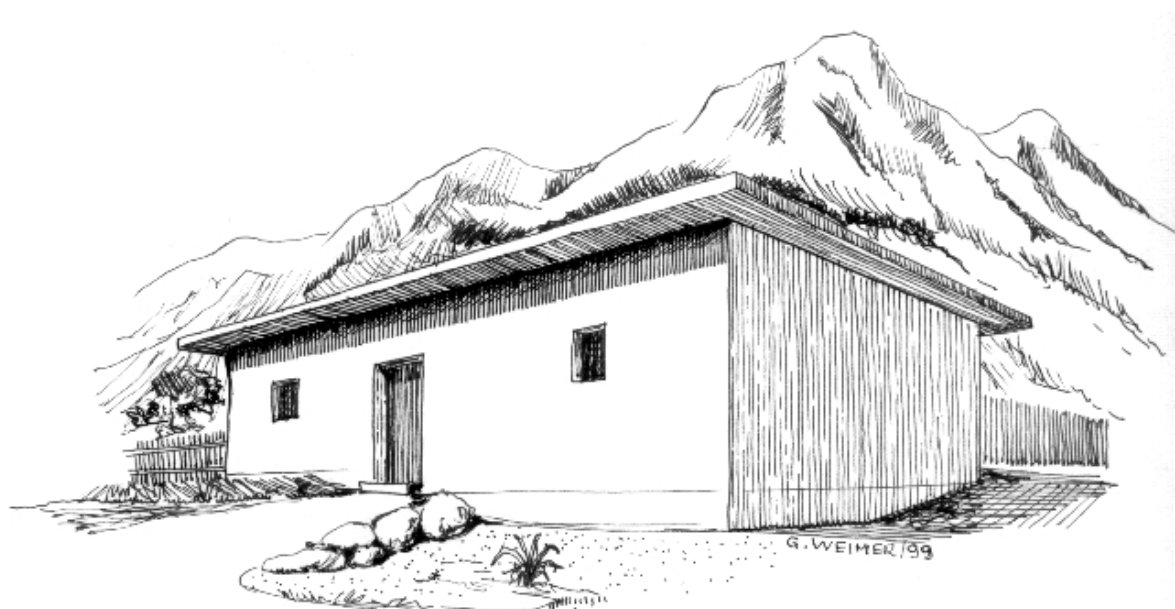
¹¹ OCHOA, Alfoso de Sierra. *La vivienda marroquí (Notas para una teoria)*, Málaga, Algazara, 1996.

¹² Do árabe *al-qubbâ* = a abóbada.

A casa berbere marroquina

Foi nas encostas da montanha do Rif que encontramos o tipo de casa, chamado de *bit* que deu origem às dos Açores. Trata-se de uma construção cuja entrada é feita pelo do meio da casa (um misto de vestíbulo e sala) que dá acesso ao dormitório por um lado, e à cozinha/comedor, pelo outro.

Condicionadas pelas diferenças de continente, de religião e de clima, as casas açoritas são descendentes diretas das casas campesinas do Rif por intermédia das do sul de Portugal. Deixando de lado o “lar” com seu forno¹³ e a *falsa*, poder-se-ia dizer que a última é uma cópia quase que literal da casa berbere descrita.



Uma casa berbere das montanhas do Rif

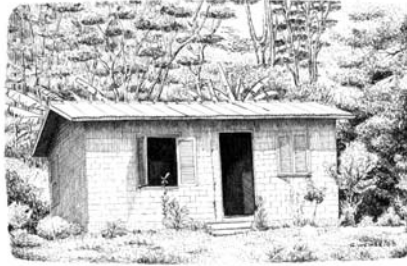
A arquitetura açoriana no sul do Brasil

No auge do período da mineiração, o rei promoveu a vinda de açorianos para Santa Catarina de onde eles seriam levados ao *tapé*¹⁴ depois de concluído o tratado de Madri. Boa parte destes açorianos se encontravam a caminho quando o tratado foi revogado. Isso fez com que os mesmos se assentassem ao logo da Lagoa dos Patos e no baixo Jacuí. Exaustivas investigações nesta área demonstraram a quase total ausência de casas açorianas nos termos antes descritos. Eventuais exemplares encontrados não apresentaram *falsas* nem os *lares* com respectivo forno. Isso significa que esta tipologia de há

¹³ Estes fornos são quase idênticos aos das padarias públicas marroquinas.

¹⁴ Noroeste do Rio Grande do Sul onde se encontravam as missões dos jesuítas.

muito deixou de ser praticada entre nós e aquilo que impropriamente é qualificado como “casa açoriana” nada tem a ver com a arquitetura residencial das ilhas.



Uma rara casa com traços açorianos no RGS

Conclusão

Dado as condições de penúria na qual se encontrava a população antes da emigração, fez com que abandonassem suas tradições arquitetônicas quando foram contemplados com amplas terras férteis e se filiaram às tradições arquitetônicas do continente que já haviam passado por um longo período de adaptações no Brasil.

Enquanto em Santa Catarina conglomerados açorianos puderam se manter e, com isso, conservar tradições construtivas das ilhas apesar de algumas inevitáveis adaptações, no Rio Grande do Sul a existência de uma tradição arquitetônica açoriana não passa de um mito.

PESCADORES AÇORIANOS: NOTAS DE PESQUISA

Sinara Santos Robin

Toda realidade ergue-se numa superfície repleta de abismos. O relevo da história está cheio de clivagens dobras e descontinuidades. Se tomarmos a liberdade de dar ao pensamento social brasileiro o estatuto de uma cosmologia nacional, veremos que (apesar do que foi dito sobre a fábula das três raças) ela se organizou, em boa medida, mediante e a repartição de grupos humanos em diversos semânticos distintos.

São muitos os caminhos que levam os sujeitos às suas identificações. E estes movimentos se inserem na contemporaneidade através do imaginário inaugurante deste século que recoloca os sonhos e desejos de um futuro melhor, estimula a realização do inventário sobre os caminhos trilhados e a reflexão sobre as possibilidades da humanidade na terra. Os temas da marginalização social e da destruição do meio ambiente, que tem desafiado a modernidade e seu projeto civilizatório quanto às possibilidades do futuro, mobilizam a busca compartilhada entre crescimento econômico, (des)envolvimento social e conservação ambiental.

Daí a idéia do trabalho histórico-etnográfico como um processo de tradução cultural. Na tradução da língua oral, popular ou nativa, para a escrita acadêmica, o “informante” traduzido (um sujeito qual objeto) na maioria das vezes tem estado inteiramente indefeso e desprotegido diante do tradutor. Para caracterizar o modelo mais comum da tradução etnográfica, que ainda segue uma herança teórico-política que pode ser chamada de neocolonial, vale adaptar uma expressão de Pierre Bourdieu e reconhecer que freqüentemente o etnógrafo-tradutor tem desapropriado o nativo do seu capital lingüístico e expressivo. A distância de poder e de acesso à informação opera inversões unilaterais no modo como a produção cultural alheia foi representada, mediante o que o nativo de algum lugar adquire uma aura de anonimato passividade frente à exuberância que o seu texto passa a alcançar ao ser inscrito numa escrita de prestígio.

Martin Heidegger, existencialmente tão alheio à problemática dos textos culturais não ocidentais de tradição oral, foi justamente quem reivindicou o valor desse nativo-autor do texto inscrito na academia interpretante ao teorizar, com elegância e precisão, o ato da tradução no interior de uma mesma língua: “Somente o que se pensa verdadeiramente guarda a sorte de sempre ser compreendido de novo e “melhor” do que foi compreendido. Só que esse melhor nunca é mérito do intérprete, mas a dádiva do que se interpreta” (Heidegger 1998:78). No mundo do saber como capital, porém, que contagia a relação dos indivíduos com o consumo e até mesmo a relação dos acadêmicos com seus

objetos de estudo (que na verdade são sujeitos), a dádiva do conhecimento pode nem sempre ser reconhecida no seu valor humano de troca gratuita, sendo assimilada pelo estudioso como informação potencialmente capaz de assumir um valor de uso na hierarquia da produção acadêmica, que agora se quantifica quase como se fosse uma mercadoria.

O acelerado processo de globalização contemporâneo acrescenta uma maior complexificação na percepção das sociedades sobre si mesmas, expondo uma realidade que se apresenta constituída pelas conexões de tudo com todos. O destino de todos, no planeta, são percebidos como irremediavelmente inter-relacionados, introduzindo a perspectiva de *agir localmente e pensar globalmente*. O mundo se torna mais complexo e mais simples, micro e macro, épico e dramático.

O avesso é o lugar do novo, um pouso para a imaginação filosófica e científica construir as suas interpretações buscando, na história de uma comunidade, compreender o contra-movimento de ações e significados para uma realidade já descrita anteriormente, mas repleta de conflitos, mitos, rituais.

Memórias, saberes, artes e ofícios da escritura constituem [e devem constituir] um intenso e profundo diálogo (hermenêutico) entre os atores/autores. A conversação entre indivíduos e culturas é possível dentro de contextos moldados e delimitados por relações históricas, culturais, políticas e práticas sociais parcialmente discursivas que as constituem. O que é preciso que esteja presente é uma discussão sobre como o pensamento e as práticas sociais se interconectam.

Penso que esta questão é “de fundo” na compreensão da sociedade em que vivemos e na reflexão sobre a inserção do historiador ou do cientista social neste universo complexo. Pois a razão está nua. A racionalidade não é uma nova divindade ela é produto humano, talvez “demasiado humano”. Temos de re-encontrar-nos para além da racionalidade. A lucidez de que toda autocompreensão é parcial e qualquer autodefinição é relativa, passou a ser condição, no meu ponto de vista, para a compreensão e escrita de processos históricos.

Representação, hoje e sempre, passa necessariamente por auto-apresentação. Os dilemas da representação etnográfica são também dilemas de como se auto-apresentar face aos pares, aos nativos e ao terceiro (no nosso caso, um europeu ou um norte-americano) que nos atribuirá o lugar de mensageiros da voz da ciência. Esses dilemas se intensificam após a constatação de que passados estão os dias em que um “nós” unia toda a comunidade científica. Além desse “nós”, também o impessoal “se” denotava ainda mais cientificidade e objetividade.

Nesta busca do verdadeiramente humano nós relativizamos a racionalidade, situando-a na condição humana, isto é, relativa-relacional. Por isso não podemos explicar-nos racionalmente, mas

implicar-nos vitalmente, simbolicamente naquilo que somos. Este sem-fundo tragicamente humano chamamos de imaginário. Sua principal característica é a criação. Paradoxalmente ele possui a possibilidade de encolher-se, determinar-se, numa identidade finita e histórica.

É nesta “esteira” que vemos, contemporaneamente, que as Ciências Humanas têm deslizado dos cânones sedimentados pelas instituições oficiais de ensino, para a captação da experiência da modernidade. Walter Benjamin no estudo sobre o drama barroco alemão trabalha esta perspectiva, isto que é o oposto do símbolo, estável, autocentrado. Na história, processos até então tidos como menos fundantes, sucateados pela grande produção histórica, são observados refletidos. Nas Ciências Sociais, há a implosão das idéias reitoras surgidas na própria construção das ciências sociais no início do século XX, principalmente das noções que pressupõe o nível de totalidade com seus correlatos integração, coesão, coexistência interna, preponderância teórica do centro sobre a margem.

Carvalho, nos mostra que categorias fundamentais como nação, cultura, sociedade, cultura nacional, tradição, são submetidas a uma crítica desconstrutivista. Temos, por exemplo, a discussão de Eric Hobsbawm (1984) sobre a invenção das tradições, onde ele mostra como se realizou, na Inglaterra a construção de uma parafernália ritual em tempos recentes, que transformou a aparência de profundidade histórica.

Ainda aponta que questiona-se, nesta esteira, a noção de cultura nacional a partir da desterritorialização da cultura. Como a experiência dos “chinos” em NY feita por Renato Rosaldo ou o estudo sobre a cultura de Tijuana, na fronteira entre os EUA e o México feita por Canclini ou a penetração das tradições afro-brasileiras na Argentina, estudo feito por Rita Segato. Da mesma forma a idéia de uma comunidade nacional é questionada por B. Anderson, que procura mostrar que trata-se de uma unidade imaginária, cuja âncora maior é uma certa produção literária e não a própria realidade social. Quando se pensa o mundo a partir de um centro, postula-se a existência de uma fronteira: paradoxalmente, esta fronteira parece esfumar-se quando tentamos nos aproximar.

Precisamos desta epistemologia para compreender como a identidade funciona, A Identidade requer, enquanto conceito adjetivações e não raro reivindica essencialidades sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário e nesta questão a literatura nos mostra que, por mais que nesta perspectiva ela seja vista como imutável e fixa, é necessário, desde o ponto de vista da sua análise (epistemologia) que seja concebida como estando sempre “em movimento”. Isto me parece fundamental, pois muitas das observações neste campo são baseadas ou na “natureza” – “raça”,

identidade étnica, relações de parentesco – ou em alguma versão essencialista da história e do passado. Contudo, vimos que a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma “marcação simbólica” relativamente a outras identidades – são os sistemas representacionais, os meios pelos quais damos sentido a práticas e a relações sociais¹. Ela é também social e material, nós investimos na nossa identidade simbolicamente marcada nos usos dos objetos que operam como distinções nas nossas relações sociais. O “social” e o “simbólico” apesar de referirem-se a processos diferentes são fundamentais na construção e manutenção das identidades. A dicotomia presente nas formulações “nós e eles” é um exemplo da necessidade da análise dos sistemas classificatórios dos grupos sociais, pois certamente estão organizadas de maneira diferente, são marcadas de maneira que algumas diferenças podem estar obscurecidas – como, por exemplo, a identidade nacional pode omitir as diferenças de classe e diferenças de gênero.

Na pesquisa de doutoramento que desenvolvo, estas questões dentro do universo da construção social da identidade açoriana numa comunidade de pescadores, é fundamental, pois tais sujeitos são descendentes de imigrantes ilhéus que tem a ilheidade presente nas suas práticas e na materialidade da sua existência. A análise da relação entre o homem, os mares, as ilhas em seus aspectos simbólicos, míticos e imaginários é complexa, exigindo boa dose de “pluralismo metodológico” e vertentes explicativas na História, nas Antropologia, na Sociologia.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON B. **Comunidades Imaginadas**. México: FCE, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**. Paris,: Minuit, 1987

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EdUSP, 1998.

_____. **Tijuana. La casa de toda la gente**. México: UNAM- IZTAPALAPA, 1990.

CARVALHO, José Jorge. **O Olhar etnográfico e a voz subalterna**. UnB Série Antropologia, 1994.

_____. **Imperialismo Cultural Hoje: uma Questão Silenciada**, *Revista USP*, No. 32, 66-89, 1997.

¹ É necessário que a diferença identificada entre os sujeitos pesquisados (entre eles e o pesquisador, inclusive) seja praticada na análise. Isso significa ouvir a “voz subalterna” e reconhecer seu saber como conhecimento compartilhável e compatível com o conhecimento científico no estabelecimento de um “modo de conhecimento” do mundo que nos cerca.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. (orgs) **Usos e Abusos da História Oral** Rio de Janeiro: FGV. 1998.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz Sobre a Antropologia**. RJ: Jorge Zahar Editores, 2001.

HEIDEGGER, Martin **Heráclito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.

DERRIDA, Jacques. **A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas**. In: A Escritura e a Diferença. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MÍDIA E MEMÓRIAS: DELINEAMENTOS PARA UMA INVESTIGAÇÃO DA MIDIATIZAÇÃO DA MEMÓRIA ÉTNICA DESDE A RECEPÇÃO

Jiani Adriana Bonin

Introdução: alguns contornos de um problema-objeto

Neste texto trago para a reflexão uma problemática em torno da qual estamos laborando na construção de um problema-objeto de investigação. Devido à natureza desta construção, *em processo*, o que aqui propomos é desenhar certos contornos que esta problemática vem assumindo, mais especificamente em termos de questões e objetivos que se desenham em nosso horizonte de investigação, assim como e de problematizações teóricas que podem nos ajudar nesta construção.

O projeto de investigação que estamos construindo tem como horizonte mais amplo de preocupação a problemática do sentido do tempo na sociedade atual, pensada em relação ao processo de midiatização, com angulação específica na questão da memória no âmbito deste processo. Certos autores vêm chamando a atenção para o fenômeno de emergência da memória como uma das preocupações centrais das sociedades atuais, de uma *cultura da memória*, que se globaliza, fortemente marcada pela atuação da Indústria Cultural.¹ No contexto da midiatização da sociedade, processo que se instaura com a expansão sistêmica das mídias no âmbito do social, operando transformações nos ordenamentos das mais diversas dimensões sociais, as mídias passam a ter um papel importante também na construção de *enquadramentos de memória*.² Instituem-se, como aponta Montesperelli (2004), como *próteses de memória*, o que nos coloca o desafio de pensar concretamente, via investigação, sua ação configuradora em termos da conformação das memórias sociais. Um âmbito que vemos como importante para pensar tal problemática é o relativo à memória étnica. Neste sentido, constatamos um investimento histórico e atual de mídias e gêneros em torno desta modalidade de memória, seja a relacionada a descendentes de imigrantes de grupos que vieram no período da colonização,³ seja de outros grupos de imigração contemporânea,⁴ o que nos permite pensar numa específica configuração destas memórias quando submetidas ao trabalho

¹ Entre eles Huyssen (2000, 2005), Candau (2002), Montesperelli (2004) e Berger (2005).

² Pollak (1989), historiador, trabalha com a noção de enquadramento de memória para pensar a construção de memórias sociais por agentes diversos, como profissionais de história das diferentes organizações sociais que trabalham com resgate de memória, atentando para as dimensões de trabalho de fabricação (que inclui por exemplo a escolha das testemunhas autorizadas a falar) e de controle sobre a memória que aí se dão. Berger, em projeto de pesquisa que vem desenvolvendo na Unisinos intitulado *A memória no tempo do jornalismo* propõe pensar, no trabalho de memória, a ação dos atualizadores do passado desempenhada pelos jornalistas, nesta função de enquadramento da memória.

³ No caso destes grupos, para dar exemplos, em nossa pesquisa anterior, pudemos constatar um investimento na cobertura noticiosa da RBS TV em temas relativos à memória da imigração alemã e italiana, em vários programas produzidos pela emissora. Também em observações exploratórias constatamos este investimento em outras emissoras regionais como a TVE e o SBT, assim como a TV-COM da RBS. Na investigação conduzida por Cogo (2004) sobre imigração e mídia impressa, também foi verificada a presença de temas relativos à memória da imigração alemã e italiana, particularmente em mídias regionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em emissoras nacionais, tivemos as telenovelas *Terra Nostra* e *Esperança* (Rede Globo); no cinema, por exemplo, o filme *O Quatrilho*.

⁴ A pesquisa de Cogo (2006) sobre a midiatização da migração contemporânea em jornais regionais e nacionais permite ver investimentos das mídias investigadas em temas relativos a memórias de grupos de imigração contemporânea.

de enquadramento das mídias. Neste processo, as mídias não “transportam” simplesmente a memória étnica, elas a fabricam e a condicionam na sua própria estrutura e forma, instituindo-se, para usar os termos de Mata (1999) como marca, modelo, matriz, racionalidade produtora e organizadora de memórias e de seu sentido.

No âmbito deste processo, interessa-nos investigar questões específicas, relacionadas: à particular configuração e ao modelamento das memórias de grupos étnicos de imigração histórica (italianos) e contemporânea (argentinos)⁵ pelas mídias - grupos cuja memória vem tendo presença marcante em mídias, sendo objeto de enquadramentos diversos, de acordo com observações que viemos empreendendo até o momento; aos palimpsestos - trama de textos midiáticos e não midiáticos que se cruzam e se inscrevem na memória étnica dos sujeitos⁶ - de memórias midiáticas que se instituem e ao esquecimento, constitutivo deste processo. O que implica considerar as imbricações entre mídia e outros âmbitos de mediação da memória; as relações que se estabelecem entre a mídia e outros agentes e lutas simbólicas que se expressam no ordenamento da memória e do esquecimento na recepção. Neste sentido, são interrogações que se desenham no horizonte da nossa investigação: Que papel as mídias estão tendo na conformação da memória étnica na recepção? Como participam da urdidura de particulares *palimpsestos* de memória étnica? Que matrizes midiáticas se expressam nas narrativas de memória dos sujeitos? Como a mídia se articula com mediações provenientes de outros âmbitos da experiência destes sujeitos (pensados sincrônica e diacronicamente) e que lutas simbólicas marcam a conformação de suas memórias? Que memórias são construídas nestes processos e que esquecimentos se instituem? Que sentidos adquire no presente destes sujeitos? Em torno das questões colocadas no horizonte de pesquisa, projetamos investigar os *palimpsestos* de memória étnica de descendentes de imigrantes italianos e de imigrantes argentinos, buscando compreender como as mídias se instituem como lugares configuração destas memórias e como se articulam com outros agentes neste processo. O desenho de interrogações anteriormente explicitadas levou-nos a delinear alguns contornos de problematizações teóricas em torno das relações mídia e memória, que buscamos agora explicitar.

Pensando a memória étnica em seu lastro coletivo

Pensar a configuração da memória étnica nos coloca o desafio de refletir sobre a problemática da memória em sua conformação/vinculação coletiva. Evocadas por sujeitos

⁵ Seleccionamos o grupo étnico italiano por sua forte presença na mídia e por termos percebido, no âmbito da pesquisa que estamos finalizando, a presença de matrizes midiáticas de memória entre os pesquisados deste grupo; no caso do grupo de imigração contemporânea, até o momento, nossas observações exploratórias vêm nos levando a perceber uma presença significativa de elementos relativos ao grupo argentino em mídias regionais.

⁶ A noção de *palimpsesto* é utilizada por Martín Barbero (1997), em *Dos meios às mediações*, para pensar a trama dos textos e das matrizes culturais presentes nos gêneros e por Martín Barbero e Germán Rey (2001), em *Os exercícios do ver* para pensar em textos nos quais “um passado apagado emerge tenazmente, embora imprecisamente, nas entrelinhas escritas pelo presente” (p.63). Aproprio-me aqui desta noção para fazer referência à trama de textos, provenientes da mídia e de outros lugares, que se cruzam e se inscrevem na memória étnica dos sujeitos.

individuais, tais memórias carregam *marcos coletivos de constituição*, relacionados à pertença a um grupo étnico, à ação da mídia e, ou de outros agentes sociais.

Halbwachs (2004) trabalhou o conceito de *memória coletiva* para pensar, desde uma perspectiva sociológica, a dimensão propriamente social da memória. Para ele, a memória individual se assenta e se organiza com base em quadros sociais; carrega consigo a dimensão social dada pela linguagem, pela inserção do indivíduo num contexto social e em relações de pertencimento; ampara-se e constitui-se nas relações que o indivíduo mantém com os demais membros de seus grupos de pertença. A recordação/reconstrução de um acontecimento passado se faz a partir de dados e noções comuns que se encontram no indivíduo e nos demais, e isso só é possível se os membros fazem parte e continuam fazendo, de uma mesma configuração social. Recordar significa voltar a evocar, mediante a interação social, a linguagem, as representações, as classificações coletivas, ou seja, reatualizar a memória do grupo social de pertencimento. A memória coletiva, nesta perspectiva, é pensada como a seleção, interpretação e transmissão de certas representações do passado a partir do ponto de vista de um grupo social determinado.

O pensamento do autor privilegia, portanto, a dimensão coletiva de conformação da memória, o que não significa que não reconheça sua interação com a dimensão individual da memória. Neste sentido, o autor propõe que, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um grupo de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, que se apóiam umas sobre as outras, não são necessariamente as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Assim, cada memória individual é pensada como um ponto de vista sobre a memória coletiva e esse ponto de vista muda conforme o lugar que o indivíduo ocupa no grupo e conforme as relações que mantém com outros âmbitos sociais. Tomando em conta a perspectiva do autor, a idéia de uma memória de um grupo unificada (tanto quanto a de sociedade) é problemática.⁷ Se tal memória existe, só pode ser fruto de cruzamentos e integrações de distintas memórias (e produto da instauração de diferentes formas de esquecimento), como argumenta Montesperelli (2004).

O conceito de memória coletiva conserva sua fecundidade para pensar formas de consciência do passado de alguma maneira compartilhadas por grupos sociais, em nosso caso, de grupos étnicos. É possível admitir que tais grupos produzem certas “percepções fundamentais”, que existem configurações de memória características, *marcos sociais de memória*, como propõe Candau (2002). Mas, como bem observa este autor, no interior destas configurações, cada indivíduo impõe seu próprio estilo, estreitamente dependente por uma parte de sua história - pensemos no caso dos sujeitos de imigração contemporânea, cujas histórias conservam particularidades advindas da experiência migratória - e da organização de seu cérebro, que sempre é única. A memória coletiva pode também compartilhar mais de esquecimentos do que propriamente de lembranças.

⁷ Na perspectiva de Halbwachs, faz sentido fazer referência a grupos e não a toda a sociedade quando se fala de memórias coletivas: grupos identitários, culturas, instituições, comporiam uma pluralidade de memórias coletivas dentro de um mesmo sistema social (Halbwachs, 2004).

Pierre Nora traz uma noção que consideramos produtiva para pensar a problemática da memória étnica em termos das articulações entre memória individual e memória coletiva e as contradições e conflitos que a atravessam: a noção de *lugares de memória*, que remete a uma unidade significativa, de ordem material ou simbólica, a que a vontade de homens (grupos) e, ou o trabalho do tempo convertem num elemento simbólico de uma determinada comunidade/grupo. A idéia de fabricação, de produção do lugar subjaz nesta definição e permite pensar que os lugares de memória são móveis, passíveis de reinterpretações diversas e, inclusive, de tornarem-se lugares de esquecimento. Lugares de memória referem-se a lugares que *pertencem à memória*, que são *produto dela* e não lugares em que a memória se encarna (NORA, 1984, citado por CANDAU, 2002). Os lugares de memória são pensados como produto da articulação de estratos de memória distintos, como a condensação de memórias plurais, mais ou menos antigas, com frequência conflitivas e que interatuam entre si. Os lugares de memória – que nos interessa investigar nesse projeto – seriam a obra de memórias múltiplas, às vezes convergentes, às vezes divergentes e inclusive antagônicas. Eles são aqui pensados como lugares perpassados por múltiplas referências de memória, provenientes do contexto sócio-cultural em que vivem os sujeitos/grupos e da ação das mídias, que aí se inscrevem com suas matrizes, modelos, pactos, significações. Candau (2002) alimenta nossas proposições ao propor pensar também os *lugares de amnésia*, aqueles que, dado o passado dos grupos, poderiam ter se convertido em lugares de memória, mas onde a memória não se encarnou e em relação aos quais nos interessa pensar também o papel da mídia.

Seguindo vários autores, é fundamental pensar nos modos como as estruturas de poder e as lutas em torno da hegemonia pela definição da memória e do esquecimento impactam e modelam os marcos da memória étnica. A questão do poder sobre a memória suscita também a discussão sobre a manipulação da memória e a imposição da amnésia. Neste sentido, os marcos sociais de memória são o resultado, nunca adquirido definitivamente, de conflitos e compromissos entre vontades de distintas memórias. Diferentes grupos e agentes competem pela hegemonia sobre os discursos plausíveis e relevantes sobre a memória dentro da sociedade em seu conjunto.⁸ Estas vontades/grupos/agentes distintos se enfrentam na esfera pública, onde lutam pela hegemonia sobre os discursos de memória.

Os aparatos e modalidades de transmissão da memória desempenham papel relevante também nas lutas em torno da supremacia da memória, e aqui jogam papel importante as mídias, como arenas centrais de publicização e de visibilização (ou de esquecimento) da memória dos grupos. Torna-se relevante pensar também como, por exemplo, no caso da memória italiana, repercutem as ações históricas do Estado para elaborar uma identidade nacional, como a campanha da nacionalização no Brasil - que determinou o fechamento das escolas e das sociedades de caráter étnico, a proibição da língua; como iniciativas integracionistas de imigrantes podem repercutir em

⁸ Perspectiva que perpassa o trabalho de autores como Huyssen (2002), Pollak (1989) e Candau (2002), guardadas as especificidades das problematizações e do pensamento de cada um deles.

termos de amnésias e de reconfigurações da memória étnica. Enfim, interessa pensar como tais lutas em torno de definições da memória étnica marcam os *palimpsestos* de memória na recepção. Podemos pensar também em conflitos internos aos grupos étnicos em torno da leitura “legítima” do seu passado, que podem carregar consigo projetos e políticas de identidade e de memória.

Mediatização e memória étnica

Até aqui viemos rastreando algumas proposições para pensar a dimensão coletiva da memória. Entretanto, interessa-nos investigar a conformação de memórias étnicas sob a ação das mídias e, sobre este enfoque, tais proposições necessitam ser tensionadas e reconstruídas para pensar como elas podem estar reconfigurando os marcos ou lugares de memória étnica. Para fazer esta passagem, parece-nos importante recuperar alguns elementos relacionados às transformações sofridas nos processos de construção da memória social num longo processo histórico, sob a ação de vários fatores. Montesperelli (2004) lembra que a memória não é apenas um acervo de conhecimentos interior a cada indivíduo, ela se exterioriza, se torna coletiva, intersubjetiva, compartilhada. Num longo processo histórico, a sociedade foi criando o que ele denomina de *próteses externas de memória*: técnicas de memorização, testemunhos, arquivos, textos, imagens - e, aqui cabe pensar as mídias como elementos que compõem tal trama. Estas próteses *solicitam e, ou potenciam as capacidades mnemônicas dos indivíduos*, portanto agem sobre a memória, remodelam seu modo de se configurar, seus modos de compartilhamento social, sua qualidade. Estas invenções não significam, portanto, somente modificações na quantidade de informações e nas formas de acesso a elas: *produzem novas modalidades narrativas; enquadramentos distintos da memória de acordo com lógicas de operações das mídias, com seus gêneros e formatos; causam modificações sobretudo quando se volta a evocar e sobre como se evoca a memória. Em resumo, muda não apenas a quantidade de memória acessível, mas também a sua qualidade.*

Os conceitos de *mediatização* e de *cultura midiática* vem se impondo no âmbito da reflexão comunicacional para fazer frente ao desafio epistemológico-teórico de se pensar as profundas alterações que se instituem nos mais diversos âmbitos de conformação social com a formação, consolidação e expansão histórica do campo das mídias.⁹ Com a noção, não se alude apenas a um estágio mais avançado no intercâmbio dos produtos culturais, fruto do incremento de tecnologias e instituições destinadas à produção de mensagens e do uso destas tecnologias e meios. O que se busca tornar inteligível é *o caráter estruturador das práticas sociais e conformador de desenhos das interações sociais que os meios adquirem; as alterações substantivas em termos do redesenho dos modos como a sociedade se estrutura, produz significados, se comunica, se reproduz e se*

⁹ A mediatização atenta para o lugar estratégico que tal campo passa a ter na configuração das sociedades contemporâneas, possibilitado pela sua capacidade de “*atravessar todos os outros campos sociais, condicioná-los e adequá-los às formas expressivas e representativas da mídia*” (Maldonado, 2002, p.6). Nas sociedades modernas, as mídias se instituem como um campo social central, lugar de passagem, definição e publicização dos outros campos, ainda que com especificidades neste *atravessamento* do campo midiático (Esteves, 1998, citado por Maldonado, 2002).

transforma – e neste contexto, o que nos interessa, a memória (especificamente étnica) – no decorrer do processo de expansão e inscrição das mídias nos diversos âmbitos do social. Mudanças que no dizer de Mata nos estão exigindo recuperar a materialidade dos processos significantes, repor a centralidade dos meios na análise cultural, mas já não enquanto transportadores de algum sentido acrescentado (as mensagens), mas enquanto “marca, modelo, matriz, racionalidade productora y organizadora de sentido” (Mata, 1999, p.84).

Em relação a este processo, no âmbito de nosso projeto de pesquisa, interessa pensar *que transformações estaria o processo de midiaticização instaurando no sentido do tempo e na memória étnica*. Para enfrentar tal problemática, uma questão fundamental a atentar diz respeito a uma das características da modernidade que se exacerba na contemporaneidade, relativa ao fenômeno do desencaixe espaço-temporal propiciado pelas tecnologias e pela mídia. Tal fenômeno instaura a condição para a articulação de relações sociais não mediadas pelos lugares, assim como para a aceleração temporal. Um novo regime espaço-temporal se organiza, marcado pela co-existência, pela co-habitação e pela imediatez (Mata, 1999).

Martín Barbero (2001b, 2002, 2003) e Andreas Huyssen (2002), refletindo sobre as transformações atuais da memória, argumentam que para entendê-las é necessário pensá-las em relação ao fenômeno da transformação da estrutura da temporalidade social e da experiência do tempo, provocada pela complexa intersecção entre mudança tecnológica, mídia e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global, assim como em relação ao fenômeno da planificada obsolescência dos objetos cotidianos pelo mercado – da qual faz parte a acelerada sincronicidade produzida pelos meios. Vivemos numa sociedade cujos objetos cotidianos que durante séculos haviam sido feitos para durar se tornam rapidamente obsoletos – condição de funcionamento do sistema – o que se projeta também sobre as idéias, os costumes, os estilos, os gostos, a memória. Frente à memória que em outros tempos os objetos acumulavam e através da qual conversavam as gerações, hoje a maioria dos objetos são descartáveis.¹⁰ Essa mesma amnésia é reforçada pelos meios de comunicação. As mídias, neste processo, como lugares de fabricação do presente, estariam contribuindo para debilitar o passado, a consciência histórica. A aceleração tecnocultural estaria levando à perda da noção do tempo e à instalação num presente contínuo, em “*una secuencia de acontecimientos que no alcanza a cristalizar en duración, y sem la cual ninguna experiencia logra crear, mas allá de la retórica del momento, um horizonte de futuro*”.¹¹ Um sentido de continuidade histórica ou, no caso, de descontinuidade, ambos dependentes de um antes e de um depois, cederia lugar à simultaneidade de todos os tempos e espaços, prontamente acessíveis no cotidiano.

¹⁰ Lembremos que o espaço joga um lugar fundamental na ordenação da memória coletiva, como propõe Halbwachs (2004). A memória ancora-se nos espaços (ou lugares). Quando os grupos estão inseridos numa parte do espaço, eles o transformam à sua maneira, imprimem a sua marca neste espaço. Os objetos também são suportes de memória, inserem o passado no presente.

¹¹ Lechner (19950, citado por Martín Barbero (2004, p.32).

Problematizando o modo como as mídias referem-se ao passado, Martín Barbero (2001a, 2001b) argumenta que elas muitas vezes o fazem descontextualizando-o, reduzindo-o a uma *citação*. Este deixa então de ser parte da memória e se converte em ingrediente de pastiche - operação que permite mesclar fatos, sensibilidades, estilos e textos de qualquer época, sem articulação com os contextos e movimentos de fundo desta época. Deste modo, o passado não pode iluminar o presente, nem relativizá-lo, já que não permite tomar distância do que se está vivendo. Assim, as mídias estariam contribuindo para instalar-nos num presente sem fundo, sem piso e sem horizonte. Em lugar de trabalhar os acontecimentos como algo que ocorre num tempo largo, os meios muitas vezes apresentam os eventos sem nenhuma relação entre eles, numa sucessão onde cada acontecimento acaba borrando o anterior, dissolvendo-o, e impedindo o estabelecimento de verdadeiras relações entre eles. A maioria da memória que os meios dão conta, argumenta Martín Barbero (2001a) é uma memória de consenso e não memória viva, conflitiva, o que acaba sendo uma forma de borrar o passado, de torná-lo difuso, indolor. Obviamente, como nos alerta o próprio autor, há muito que matizar nestas proposições, pensando as especificidades de gêneros, de formatos, de modalidades midiáticas, o que se constitui num desafio para a pesquisa.

A obsolescência acelerada, as alterações da temporalidade e o debilitamento das ancoragens identitárias, das quais participam os meios como agentes importantes, parecem levar à vitória do presente e instauram o risco da amnésia. Entretanto, paradoxalmente, estariam gerando também um desejo de passado - fenômeno de *boom*, ou febre de memória referido por Martín Barbero (2001a, 2001b), de cultura da memória no dizer de Huyssen (2002), do qual participam as mídias - cujo sentido não se esgota na evasão, mas expressa a forte necessidade de tempos mais largos e a materialidade de nossos corpos reclamando menos espaço e mais lugar. A *febre* de memória estaria expressando a necessidade de ancoragem temporal que sofrem as sociedades (e os grupos) cuja temporalidade é sacudida pela revolução tecnológica informacional, que dissolve as coordenadas espaço-temporais do mundo da vida, ancoragens também fundantes da memória, como propõe Halbwachs (2004). Nela se manifestaria a transformação profunda por que passa a estrutura de temporalidade que a modernidade nos legou, desestabilizando o lugar do passado como lastro e fazendo da *novidade* a fonte de legitimidade cultura. O risco que este processo carrega é de desaparecimento do passado como continuidade da experiência, que não significa uniformização nem nostalgia, mas um mínimo de horizonte histórico que faz possível o diálogo entre gerações e a leitura/tradução entre tradições. Tradição pensada na versão benjaminiana, como herança não acumulável, não patrimonial, mas profundamente ambígua em seu valor e em permanente disputa por sua apropriação, atravessada e sacudida pelas mudanças, os conflitos permanentes e as inércias de cada época. A memória que se encarrega da tradição, nesta perspectiva, não é a que se relaciona a um tempo imóvel, mas a que faz presente um passado que nos desestabiliza (Martín Barbero, 2002, 2005).

Montesperelli (2004) também argumenta que as transformações que sofre a sociedade na contemporaneidade, a aceleração do curso histórico, estariam levando a uma condição em que o passado estaria sendo incapaz de iluminar o presente, levando a uma progressiva presentificação da experiência. Outra ameaça apontada por Eco seria a excedência cultural, a superabundância de referências no seio de sociedade midiaticizada, *“no se olvida por cancelación, sino por superposición, sin producir ausencia, sino multiplicando las presencias. Una masa sobreabundante de informaciones determina que el lector o el telespectador ya no se encuentre en condiciones de recordar lo ocurrido.”*¹²

Numa discussão que se articula a esta, Martín Barbero (2002) nos fornece outras pistas para pensar a ação das mídias sobre as memórias ao refletir sobre a fragmentação dos relatos que se instaura via o que chama de ecossistema discursivo dos meios, com suas linguagens e escrituras específicas. A propósito disto, é importante lembrar que a relação entre memória e narração é constitutiva. Como nos lembra Benjamin (1994), a narrativa da memória, ou a reminiscência, funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração a geração. A narração, pensada assim, conserva a capacidade de articular as experiências, dar unidade e coerência ao passado. Ela tem uma temporalidade e gramática própria. As mídias instauram novos modos de narrar, condicionados por seus dispositivos, gêneros e linguagens, potenciando a coexistência de códigos e relatos diversos, que incidem sobre a experiência de conformação dos relatos de memória. Se de um lado, a conformação histórica dos gêneros, enquanto estratégias de comunicabilidade entre emissores e receptores possibilitou a incorporação e reciclagem de elementos e memórias que remetem ao universo da recepção, por outro, sua subordinação aos formatos remete ao obscurecimento de uma tradição em que os relatos possibilitam a inserção do presente nas memórias do passado e nos projetos do futuro.

A experiência multifacetada da recepção hoje, configurada por múltiplos *palimpsestos* midiáticos de memória, assim como as especificidades da gramática narrativa dos relatos midiáticos instituem uma experiência de fragmentação/proliferação dos relatos, como se a narração explodisse em pedaços. A propósito do nascimento das *short stories*, Benjamin nos lembra que estas *“não mais permitem a lenta superposição de camadas finas e translúcidas, que representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia, como coroamento das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas.”* (Benjamin, 1994, p.206).

Dialogando com Benjamin e com Martín Barbero, podemos pensar que as especificidades dos relatos de memória midiáticos, assim como suas modalidades específicas de narrar, podem estar operando transformações na produção de narrativas de memória étnica; as mídias podem estar colaborando para a fragmentação desta memória, dos relatos/narrativas sobre a mesma e para a produção de lugares de amnésia. É preciso, entretanto, nuançar tais considerações, pensando as

¹² Eco (1990, p.19), citado por Montesperelli (2004, p.60).

especificidades em termos dos relatos de gênero - pensemos nas peculiaridades, por exemplo, do relato da telenovela, cuja duração temporal é larga, diferentemente do relato noticioso televisivo, cuja duração em geral é curta e de composição fragmentada - considerando também particularidades em termos de mídia impressa e televisiva.

Na esteira destas proposições, pensamos que a memória étnica, que nos interessa particularmente pensar, deve estar sofrendo transformações em sua natureza, qualidade e sentido, marcada pela transformação da estrutura espacial e temporal que marca a sociedade contemporânea e em cujo processo a mídia joga um papel fundamental. As mídias podem estar colaborando para um apagamento do sentido do tempo e da memória, e para a transformação das relações com o passado étnico e seu sentido. Pensamos, junto com Candau (2002) que, neste processo, a produção de *lugares de memória* pode estar se tornando mais difusa, dispersa e fragmentária; que a mídia pode estar atuando como agente importante de configuração dos *lugares de memória e de amnésia* – produção marcada por suas matrizes, seus gêneros, suas modalidades narrativas e sua racionalidade de produção de sentido. Entretanto, também propomos que os lugares de memória e de amnésia não podem ser pensados apenas como resultado da ação da mídia, mas articulam-se e são cruzados pelas dinâmicas dos contextos em que os sujeitos vivem, onde operam *mediações* na constituição das memórias étnicas. É o que buscamos problematizar na sequência.

Mediações na conformação da memória étnica

Ao pensar a mediação da memória étnica, torna-se fundamental atentar para a delicada questão - já levantada por autores como Mata (1999) e Verón (1997) - de que nem todas as práticas sociais se mediatizam de maneira homogênea. As alterações e transformações devem ser pensadas nas especificidades de cada âmbito do social, segundo os atores destas práticas e os desiguais universos materiais em que se desenvolvem, para não incorrerem no risco de subsumir a materialidade do social, das práticas e significações que se instauram no âmbito dos processos socioculturais. Decorre disso nossa percepção de que, ao pensar a memória étnica, necessitamos atentar para o fato de que, em sua configuração, ainda que marcada pela ação da mídia, se inscrevem marcos coletivos/individuais fabricados em *outros lugares*, que também constituem os *palimpsestos* de memória na recepção. É atentando para o jogo conflitivo entre estes *outros lugares* e a ação da mídia, pensamos, que se abrem possibilidades produtivas para entender a conformação destes *palimpsestos* de memória, das lutas, dos conflitos que os marcam e do sentido particular que adquirem.

Nesta perspectiva, inscrevemo-nos na problemática da recepção na perspectiva das **mediações**, o que implica deslocar-nos da concepção de que os meios são os únicos lugares de produção de sentido para pensar as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais; para pensar o *contexto cultural, os processos sociais, a história, as matrizes culturais também como lugares de inteligibilidade do processo de recepção*. Esta perspectiva demanda tomar

em sério a *cultura e as competências culturais como lugar de mediação dos processos de recepção, de instauração de usos, negociações, pactos, consensos, conflitos e apropriações na relação com os meios, cujas lógicas não se resumem à ação da mídia* (Martín Barbero, 1997).

Desde aí propomos que a memória étnica é também lugar onde se inscrevem marcas que vêm da experiência cultural e vivencial dos sujeitos, constituídas desde seu lugar social, dos contextos de seu mundo da vida e das redes de relações que aí se estabelecem, que precisam ser pensados diacronicamente, pois se a memória, como nos lembra Halbwachs (2004), se reconstrói a partir do presente e dos sistemas/quadros simbólicos que definem o sujeito/os grupos no presente, ela lança uma ponte ao passado, às históricas experiências e vivências que marcaram o sujeito, onde se inscrevem os marcos sociais da memória, reinsertando-os no presente.

Quando propomos investigar a memória étnica, estamos focalizando uma modalidade específica de memória que teria, em sua natureza, lastro coletivo. Pois estamos nos referindo a uma memória que se constitui no sujeito, mas que se inscreve de alguma maneira no âmbito das conformações coletivas dos grupos étnicos e de suas experiências relacionais, desenhadas em contextos específicos. Entretanto, não podemos hoje pensar numa memória étnica coerente, assentada sobre a constituição de grupos nitidamente demarcados – horizonte histórico dentro do qual se inscreve o pensamento de Halbwachs sobre a memória coletiva – se atentamos para as profundas transformações na experiência dos sujeitos na contemporaneidade. A multiplicidade de sistemas de significados, de mundos simbólicos inter-relacionados e em competição tem consequências diretas sobre a memória étnica. As distinções não se expressariam somente em termos de grupos distintos, mas de indivíduo para indivíduo. “*Em esta condición de pluripertenência, típica del actor de las sociedades modernas, la memoria de cada uno constituye un punto de intersección de vários flujos coletivos de memória en los que el próprio sujeto participa, una combinación individual plasmada por la biografía del individuo*” (Montesperelli, 2004, p.42). Nesta condição, a memória étnica se modifica na intersecção da memória do indivíduo com uma pluralidade de memórias coletivas – daí pensarmos a noção de *palimpsestos* midiáticos de memória como lugar de cruzamento de vários fluxos de memória.

Isto não exclui pensar na vigência de certos marcos coletivos de memória e mesmo de lugares de memória residuais, para usar a noção cunhada por Williams (1979) para pensar elementos do passado vigentes, constitutivos do presente, e na presença de matrizes culturais de memória, seguindo a proposta de Martín Barbero (1997), para pensar na vigência de certos marcos ou lugares de memória de longa duração. Na pesquisa que estou finalizando, que estuda a recepção da cobertura noticiosa da RBS relativa aos grupos étnicos alemães e italianos por telespectadores destes grupos, é possível constatar a vigência deste tipo de *lugares de memória* matriciando a produção de sentidos para os produtos midiáticos, instaurando *modos táticos de fabricar sentidos*, no sentido cereteuniano de entendimento do consumo. Nesta linha pensamos que, na recepção da memória midiática, certos referentes de memória se instituem como *restos* que podem funcionar

como *operadores de apropriações e de reconstruções* nestes fluxos de memória e na relação com a memória étnica midiática.

A apropriação é aqui entendida na linha de Certeau (1996), que com o conceito nos oferece uma via para captar potenciais produtivos, de criatividade e de transformação nas práticas de consumo, abrindo um espaço para divisar possibilidades de reapropriação dos produtos midiáticos. A perspectiva certauniana pensa o sujeito inscrito em relações de poder, mas não passivo. Sujeito que também pode instaurar uma outra produção, fabricar num espaço que é do outro, aqui o outro midiático, fabricação que se faz notar na forma de empregar os produtos, na apropriação, nas artes de fazer, que adquirem um sentido *tático*. Desde esta perspectiva, podemos pensar que, na relação com os produtos de memória étnica midiática, certos referentes de memória do sujeito podem funcionar como lugares de apropriação de elementos da mídia, possibilitando operações táticas na reconstrução dos relatos/narrativas de memórias étnicas, que instituem a fabricação de outros sentidos para os *lugares* midiáticos de memória.

Seguindo a perspectiva de pensar as mediações que operam na constituição dos lugares midiáticos de memória, torna-se importante observar os referentes de memória constituídos desde outros lugares de experiência e de relações dos sujeitos. Desde aí podem revelar-se referentes de memória étnica conformados no âmbito das relações familiares – pensando a família desde uma perspectiva extensa e multigeracional,¹³ atentando para especificidades relativas aos sujeitos étnicos de migrações contemporâneas ou históricas, visto que os primeiros vivenciam processos de ruptura e reconstituição em outras bases de relações familiares/grupais, outrora enraizadas nos lugares de origem. A geração constitui também uma dimensão importante a ser considerada. Neste sentido, Jedlowski atenta para a distância geracional que hoje atravessa os sentidos da memória “*todos tienen memoria, pero cada generación tiene la suya, con sus modos de seleccionar el pasado y de interpretá-lo*” (Jedlowski, citado por Montesperelli 2004, p.42). Cenários onde se constituíram/constituem as relações com o grupo étnico – seja os grupos cotidianos de convivência informais ou formalizados (associações por exemplo), assim como iniciativas relativas a projetos turísticos também devem ser pensados como lugares potenciais de mediação da memória étnica. Em nível macro, certas ações e políticas históricas do Estado relativas aos grupos étnicos também jogam papel importante como lugares de mediação.

Estes espaços/agentes distintos, mediadores da memória étnica, devem ser pensados em registro de intercâmbio e de conflito, de luta pela hegemonia sobre os discursos plausíveis e relevantes de memória. Neste sentido, torna-se importante pensar como se inscrevem, nos *palimpsestos* de memórias dos sujeitos, marcas destas lutas sobre a legitimidade da memória étnica, nas quais a mídia também se inscreve.

¹³ A tese de Strohschoen (2003) fornece dados importantes a respeito da ação dos agentes familiares na constituição das memórias étnicas de sujeitos do grupo italiano.

REFERÊNCIAS

- BERGER, C. **Proliferação da memória: a questão do reavivamento do passado na imprensa.** In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005. p.60-69.
- BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov.** In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. 7. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986. p.197-221.
- CANAU, J. **Antropologia de la memoria.** 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002. 128 p.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 351 p.
- COGO, D. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas.** Rio de Janeiro, E-papers; Brasília: CSEM, 2006. 223 p.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004. 196 p.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.
- HUYSEN, A. **Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público.** In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2000. p.22-36.
- MALDONADO, E. **Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica.** Rio de Janeiro: Ciberlegenda, 2002. (9):1-15. Acessado em: 19/03/2006, disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/efendy2.htm>
- MARTÍN BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 356 p.
- MARTÍN BARBERO, J. **Medios: olvidos e desmemorias. Debilitan el pasado y diluyen la necesidad de futuro.** Ciberlegenda, 2001a. (6):1-15. Acessado em: 19/08/2005, disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/barbero1.htm>
- MARTÍN BARBERO, J. **El futuro que habita la memoria.** PCLA Revista científica digital, 2001b. (3):1-18. Acessado em: 10/08/2005, disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista7/artigo%207-1.htm>
- MARTÍN BARBERO, J. **Tecnicidades, identidades, alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación en el nuevo siglo.** Diálogos de la comunicación, 2002. (64):8-23. Acessado em: 20/11/2005, disponível em: <http://www.felafacs.org/dialogos-64>
- MATA, M. C. **De la cultura masiva a la cultura mediática.** Diálogos de la comunicación, 1999. (56):80-91. Acessado em: 20/03/2005, disponível em: <http://www.felafacs.org/dialogos>
- MONTESPERELLI, P. **Sociologia de la memoria.** 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004. 192 p.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, 1989.2(3):3-15. Acessado em 10/04/2006, disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>

STROHSCHOEN, A. M. **Mídia e memórias coletivas**. São Leopoldo, RS. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. 211p.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 215p.

VERÓN, E. **Esquema para el analisis de la mediatizacion**. Diálogos de la comunicación, 1997. (48):9-17. Acessado em: 20/03/2003, disponível em: <http://www.felafacs.org/dialogos>

**POR CAMPOS, ENTRE FLORESTAS:
THOMAS BIGG-WITHER E A DESCRIÇÃO DA NATUREZA DO PARANÁ NO FIM DO
SÉCULO XIX¹**

*Lorena de Pauli**

Com diferentes razões, no século XIX, muitos homens vieram para a América no intuito de desbravar o lugar, conhecer suas riquezas, registrar e levar para a Europa todo tipo de informação que encontravam. Este período se caracterizou por uma política de incentivo à imigração. Muitos relatos foram feitos para mostrar o modo de vida em terras consideradas perdidas. Eles procuravam indicar um mundo a ser conhecido.

No século XIX podemos citar três discursos diferentes: o dos agentes de emigração, o dos colonos europeus e o dos viajantes. Os primeiros tinham a obrigação de falar bem da vida na América, fazendo promessas de uma vida melhor para as pessoas que pretendiam se dirigir além-mar e trabalhar nas terras infinitas e férteis do Brasil. Os relatos de colonos se contrapõem com o dos agentes por contar a experiência real da vida na América. Não havia promessas. A idéia era mostrar as dificuldades para que outros europeus não se submetessem a sair do seu país e viver na condição de escravo branco de fazendeiros brasileiros. Porém, estes relatos são raros, visto que poucos colonos puderam voltar ao seu lugar de origem. Os relatos de viajantes eram diferentes dos outros. Eles vieram para o Brasil em nome da ciência e por ela produziram inventários que pretendiam ser confiáveis. Ser cientista era ser imparcial e objetivo. Apesar dessa premissa e dos relatos fornecerem inúmeros dados, não é difícil perceber julgamentos e pré-conceitos quando estamos viajando com aqueles homens (PAZ, 1987).

As informações registradas nos diários de viagem retratam a visão do viajante sobre uma cultura diferente e distante. Através deles chegamos a informações sobre a economia, os usos, os costumes, as crenças e os recursos naturais de um tempo no passado. Tudo isto descrito com muitos detalhes, destinado a um público específico: os interessados no movimento populacional europeu do século XIX que consumiam as publicações do agitado mercado editorial. Daniel Defert situa duas leis que definiram o interesse em publicações de viajantes. A lei do prazer e a lei política. As duas derivam de um descontentamento com teorias e dissertações. A primeira está relacionada aos prazeres do leitor. As narrativas contemplam três figuras que se articulam no imaginário da sociedade européia: o selvagem, o poder e a grandiosidade da natureza. Juntos eles se constituem em

1 Este texto é uma versão do capítulo 2 da monografia de conclusão de curso, intitulada “Um estudo de História Ambiental: as represas de água nos Mananciais da Serra do Mar paranaense (1870 a 1905)”. Esta discussão também faz parte do projeto de mestrado.

* Mestranda em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

motivos que dão prazer, mas também medo. Este conjunto de desejos despertou a atenção daquela sociedade. A lei política se posicionava diante da ligação entre as regiões percorridas e o padrão de civilização tido como universal pelos europeus. Entretanto, ao constatar que os povos da América contradiziam esta norma, foi desencadeado o descobrimento de novas formas de vida. Por isto tanto interesse nos relatos de viajantes (*apud* PAZ, 1987).

Uma das características em comum aos três viajantes que passaram pelo Paraná no século XIX - Saint-Hilaire (década de 1830), Ave-Lallementt (década de 1850) e Thomas Bigg-Wither (década de 1870) - era a atitude de estranhamento. Eles estavam em terras distantes, que nada pareciam com a que estavam acostumados na Europa. Conviver com os brasileiros foi uma novidade estranha e curiosa. Por isto a preocupação em anotar tudo o que viram em seus diários de viagens. Esta atitude também existia entre os nativos. O viajante era um estranho para os homens locais, eles desconheciam os costumes europeus (PAZ, 1987).

Pelo fato de serem comprometidos com a ciência, os trabalhos de viajantes seguiam um rigor científico e deviam obedecer aos preceitos estabelecidos pela sociedade acadêmica para dela fazer parte. Os viajantes eram cientistas, pesquisadores ou técnicos de diversas especialidades, mas apesar de cada um ter uma formação, no campo de trabalho eles não restringiam a coleta de informações somente aos seus objetos de estudo específicos. A vinda deles para a América objetivava esclarecer informações sobre as características naturais e humanas da vida nos trópicos. Vinham para fazer estudos visando a realização de um serviço para empresas particulares ou para o governo. Algumas viagens se destinavam a complementação na formação acadêmica de jovens cientistas europeus (Id. Ibid.).

Muitos foram os olhares lançados sobre a natureza do Brasil. Os viajantes a representaram encantados pelo desconhecido. O mundo natural despertou um sentimento de magnificação perante os homens de ciência. E também um julgamento sobre os nativos da terra. Houve um desencantamento com a postura indolente dos brasileiros perante o trabalho. Eles viviam essencialmente da natureza, mas não transformavam seus recursos em benefícios para a sobrevivência. A grandeza da natureza somada a ausência de homens capazes deixava a região em um estado de atraso. Para o viajante quem produzia eram os imigrantes, principalmente os alemães. Eles acreditavam existir uma ignorância generalizada, instalada em todas as províncias (Id. Ibid.).

A literatura produzida pelos viajantes europeus levantou as diferenças entre os dois mundos, demonstrando a relação entre europeus e outros povos, tendo por base a cultura ocidental civilizada. É uma riqueza no que diz respeito a busca de fontes sobre o passado.

Optou-se pelo relato do viajante inglês Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1974), que esteve no Brasil entre os anos de 1872 e 1875, porque sua descrição encontra-se no período da limitação

temporal da pesquisa que exige a investigação da natureza do final do século XIX. Engenheiro com formação naturalista, Bigg-Wither integrava a comitiva da *Paraná and Mato Grosso Survey Expedition*. Bigg-Wither tinha 26 anos quando chegou ao Brasil e veio ao Paraná com a intenção de registrar toda a sua aventura, para depois publicá-la em livro². O grupo do qual Bigg-Wither fazia parte era composto por pessoas de nacionalidade inglesa e sueca. Vinham para explorar as condições naturais, para serem os pioneiros da civilização no “ermo interior brasileiro”, e para dar início a “grande empresa” que estava sendo preparada para eles. Pode-se perceber que havia uma preocupação com os emigrantes europeus. Segundo o autor: “alguns sacrifícios foram precisos para colidir as informações de especial interesse ao emigrante ou ao colono, ou melhor, a todos os que almejam o bem-estar dos excedentes de nossa população espalhada pelo mundo”. O chefe da expedição era o capitão sueco Palm. O projeto, aprovado pelo governo brasileiro, era para a construção de uma estrada de ferro que fosse do Atlântico ao Pacífico, passando pelo centro do continente sul da América. As operações seriam feitas por dezessete engenheiros. O trabalho deles consistiu em explorar e levantar as plantas de uma área de mais de um terço de largura do continente. Portanto, por muito tempo, estes homens permaneceram no interior do Brasil, lutando, sem tréguas, contra o meio natural.

Primeira parada da expedição: Rio de Janeiro. A impressão foi boa, eles se deparam com o Pão de Açúcar, muito famoso na Inglaterra e logo em seguida com uma baía. Atitudes de estranhamento podem ser notadas de início. Ele fala da calma e da tranquilidade das águas, aonde não se encontrava nem um mastro ou uma vela. Tudo parecia deserto, a natureza selvagem se encontrava na mais profunda solidão. De repente, a cidade de São Sebastião ou Rio de Janeiro se mostra ao autor quando o navio aporta. Observando a cidade e tendo como base o mapa-múndi, ele explicou o aumento de população e o progresso dela. Ele diz que o Rio de Janeiro se encontra em posição geográfica privilegiada em relação ao comércio com o velho mundo e por isso se desenvolveu. Bigg-Wither se impressionou com o Morro do Corcovado, tanto é que fez questão de subir até o topo. Mais impressionado ainda ele ficou quando seguindo o “curso do grande aqueduto, quase seis milhas de comprimento, até a sua fonte de abastecimento” para chegar ao Corcovado. Concluiu ser aquela obra “uma das maravilhas do Rio, tanto em beleza quanto em utilidade. Foi construído há mais de meio século, com o fim do abastecer a cidade de água pura e desde então, vem funcionando perfeitamente”. Ele descreve a estrada: “Na primeira parte do caminho, segue a rampa ocidental de um contraforte do próprio Corcovado. Durante as últimas milhas o caminho é sinuoso e vai pela rampa oriental do mesmo contraforte, seguindo o aqueduto em todas as suas

2 E foi o que aconteceu: em 1878 seu livro é publicado em Londres, sob o título “Pioneering in South Brazil”.

curvas, até o manancial. Esta parte é a mais bonita”. Em um outro dia, ele visitou o Jardim Botânico, e registra que aquele “é certamente um dos lugares mais dignos de visita”. O encantamento com a natureza persiste em todo o relato.

Apesar de se deslumbrar com o ambiente natural carioca, ele se incomodou muito com a insalubridade e o clima do Rio de Janeiro. Segundo ele, o problema se assentou em causas naturais e artificiais: pelo fato da cidade não ter caimento suficiente para a drenagem, por ter sido construída em plano perfeito, terreno pantanoso e estar a poucos pés acima do nível do mar. O sistema de escoamento, portanto, era deficiente por estas razões naturais. Mas a causa das condições serem precárias no que diz respeito ao sanitarismo, estava ligada também a falta de obras de melhorias por parte do governo brasileiro e a ausência de noções de higiene da população. A febre amarela horrorizou Bigg-Wither, mas seu olhar de cientista não deixou passar despercebido que os negros e os brasileiros eram menos atingidos pela epidemia. Quinze dias haviam se passado e o que a expedição mais queria era deixar o Rio de Janeiro. O destino: Paranaguá, porto da província do Paraná. Dividiram-se em quatro grupos, cada qual formado por três engenheiros e um cartógrafo ou delineador, além dos auxiliares. Bigg-Wither integrou o grupo II. Iriam desembarcar em Paranaguá, ir a Curitiba e de lá seguir até a Colônia Teresa para fazer o levantamento de parte do vale do Ivai. Perto do litoral paranaense, Bigg-Wither disse sentir uma emoção de prazer que só a natureza sabe dar. Achou a baía de Paranaguá bonita, mas não tanto quanto a do Rio de Janeiro. Parecia ser mais sadia que a outra, embora não comportasse as proporções da que viu na sede do império.

A organização geográfica e social do litoral paranaense, ponto de partida para a expedição de Bigg-Wither, foi descrita por ele no caminho de Paranaguá à Antonina. Enquanto navegava até seu destino o engenheiro observou que:

Toda a região, que se estende por muitas milhas até a encosta da serra do mar, parecia ser um imenso pântano, com um ou outro baixo montículo aqui e ali. Toda esta parte não era cultivada, naturalmente, e quem a olhasse sentiria arrepios. No lado oposto da baía, o terreno era montanhoso, cultivando-se ali o solo em pequena extensão (Id, Ibid).

Nesta cidade, a cinqüenta milhas de Curitiba, eles parariam para providenciar transporte para as quarenta toneladas de material que haviam trazido. Por caminhos complicados, a subida da serra do mar seria muito difícil por conta da situação precária da estrada até a capital, já que ela ainda não estava com todo o seu percurso pronto.

Nas primeiras dez milhas, depois de sairmos de Antonina, a estrada era sinuosa e seguia quase plana, margeando, em grande extensão, a encosta da serra do mar, para descer depois rumo a planície e tomar a direção da cidade. A planície, em si, nada mais era do que uma série de grandes pântanos, separados por colinas e

morros ocasionais, nos quais se viam alguns bois pastando. A terra era pouco ou nada cultivada (Id, Ibid).

Em pouco tempo chegaram à aldeia de São João, situada na encosta da cadeia de montanhas. Dali começaria a subida da difícil serra do mar. Durante o percurso ele constata que desde que foi iniciada a subida, “a estrada conservava a inclinação quase uniforme de 1:16”, em uma altura já considerável em relação ao nível do mar, numa altitude de cerca de 2.300 pés, ele descreve o panorama que viu:

(...) Era realmente deslumbrante. Embaixo estendia-se a vasta planície que havíamos margeado pela manhã. Víamos a nossa estrada que, de longe, parecia uma fita estreita e sinuosa. Lá também estava a pequena aldeia de São João, como encerrada num nicho, debaixo dos nossos pés e, a distância, as casas brancas de Antonina, brilhando distintamente e, ainda mais distante, para a direita, as janelas das casas de Paranaguá, luzindo como diamantes, sob a luz dos últimos raios do sol poente. E a baía, pontilhada de ilhas e alvíssimas velas de barcos, formava o mais admirável contraste com os maciços umbrosos do segundo plano (Id, Ibid).

A idéia concebida por europeus, de ser o Brasil uma região totalmente tropical, foi questionada quando, no “alto do desfiladeiro da Graciosa”, aonde haviam dormido, em uma casa de vendas que servia de parada aos tropeiros, os membros da expedição acordaram e se deparam com o capim “a margem da estrada, coberto de geada branca” (Id, Ibid).

Estávamos fora dos trópicos, embora, no dia anterior, tivéssemos atravessado terras de laranjeiras, palmeiras, bananeiras e cafeeiros. Agora estávamos cercados de gigantescos pinheiros que, como se pensava, são comumente encontrados apenas na latitude do Báltico. Tínhamos desde a véspera ingressado numa zona completamente diversa, pois ali a altura era de 3.000 pés acima do nível de Antonina. O clima era completamente diferente (Id, Ibid).

(...) Parecia ser vasta a planície ondulante, quase inteiramente coberta pela copa verde-escura dos pinheiros, entrecortados em todas as direções por pequenos vales e recôncavos, cada qual, provavelmente, com seu riacho de água pura e fresca. Uma das características da região, como averigua mais tarde, era o abundante abastecimento de água que podia ser utilizada como força hidráulica para máquinas. Esses dias, contudo, ainda estão por vir e, com toda certeza, não precederão a construção de uma estrada de ferro (Id, Ibid).

Além de ele deixar explícita a potencialidade do local para abastecimento de água, ele considerava os pinheiros como “senhores do solo na região”. Segundo ele,

Havia muito poucas árvores de outra espécie que chegassem a altura do pinheiro. Muitos deles tinham dimensões gigantescas, medindo de 20 a 22 pés de circunferência na base e, fazendo um calculo por alto, de 120 a 140 pés de altura, subindo reto e sem ramificação até alguns pés próximos do seu ápice, onde se estendia uma copa abundante de galhos e folhas, com cerca de 35 a 40 pés de diâmetro. Visto a distancia, oferecia um efeito muito curioso, dando a impressão de uma floresta de cogumelos (Id, Ibid).

Diante desta boa impressão que a natureza lhe causou, o viajante confessou que foi quando entrou em contato com o planalto do Paraná, que ele começou a sentir amor e estima pelo Brasil. Em uma ocasião, Bigg-Wither saiu logo pela manhã com seus parceiros, e disse: “a maravilhosa frescura do ar me fez lembrar uma daquelas manhãs de outono que, ocasionalmente, temos na Inglaterra” (Id, Ibid).

Ainda antes de chegar à Curitiba, Bigg-Wither visita as serrarias de Antonio Rebouças. Nesta ocasião ele pode “verificar que a força motriz era a vapor e não a água”. Isto o impressionou, porque, “A dificuldade e despesas conseqüentes da colocação de várias peças do engenho no alto da serra tinham sido enormes e não me saía da cabeça a idéia de que a força hidráulica poderia ter sido aproveitada com a mesma eficiência e por muito menos”. Mesmo assim, ele elogia Antonio Rebouças, por ser ele um dos primeiros a utilizar sistematicamente a ótima madeira da região.

Deixada, contudo, a zona dos pinheirais, iriam então, “atravessar um campo aberto, plano e alagadiço”. Era um curto caminho até Curitiba, “uma légua, mais ou menos” (Id, Ibid).

Durante uma saída para caçar, “muito perto de Curitiba, sendo os tiros ouvidos na cidade”, Bigg-Wither pode analisar aspectos gerais da região. Em um lago cercado de mato rasteiro encontraram diversas aves. Este lago “pareciam ser as nascentes do Rio Iguaçu, perto de cujas cabeceiras Curitiba está situada” (Id, Ibid). Aqui o viajante está próximo a área dos Mananciais da Serra do Mar, aonde anos depois seriam construídas as represas do Sistema do Carvalho.

A cidade (de Curitiba) ficava numa planície aberta, embora, à pequena distancia do lado norte, comessem os pinheirais entremeados de pastagens. Para o lado sul, tudo era uma planície aberta de se perder de vista e tanto o lado do ocidente como o do oriente eram de extensas pastagens, entrecortadas embora de moitas e matas (...) Nas longas elevações ondulantes da planície de em torno, o gado bovino pastava (Id, Ibid).

(...) Estávamos em agosto e, durante o dia, o sol era muito forte. Contudo, de manha, quando saímos, o chão estava coberto de geada. Coisa rara é cair neve em Curitiba. A razão não é porque deixe de fazer bastante frio, mas sim porque a estação fria seja bastante seca, havendo, portanto, pouca umidade a ser condensada, na forma de neve ou de chuva (Id, Ibid).

Saindo de Curitiba, Bigg-Wither passou pela região dos campos gerais.

Ao entrarmos nos campos gerais” (...) “Boa brisa sopra do sueste, vinda do Atlântico, através dos desfiladeiros da Serra do mar, e daí para as regiões ermas do planalto até a serrinha, em cujo cume agora estávamos, numa altura de 4000 pés acima do nível do mar. Mais uma vez havíamos galgado um mundo completamente diferente daquele de onde havíamos vindo, há apenas algumas horas (Id, Ibid).

As características naturais que ele registrou praticamente desenharam o mapa fitogeográfico.

Subindo a serra do mar, deixamos para trás a vegetação exuberante o calor úmido dos trópicos, para mergulharmos na região fresca dos pinheiros e de outras variedades de árvores peculiares à zona mais temperada. O terreno agora não apresentava nenhuma vegetação, vendo-se apenas grandes extensões de capim enquanto o ar penetrante e vigoroso parecia mais o de um desfiladeiro alpino do que o de uma latitude de apenas três graus afastada dos trópicos. Até ai, pelo menos, na nossa viagem do litoral para o interior, não podíamos nos queixar da monotonia de cenário, embora, pelo que diziam os nossos tropeiros, até o fim da jornada ainda fossemos encontrar muitas revelações da natureza (Id, Ibid).

Tendo como base o mapa fitogeográfico verificamos que a região de campos no território paranaense se estende por uma faixa cruzada dentro da região da Floresta com Araucárias. O limite entre floresta e prado está marcado “a alguma distância de Curitiba, na direção do mar, ao passo que, no texto, eu falei na serrinha como sendo o começo ou a fronteira dos prados”. A explicação, diz ele:

É simples. Não há, nesta província, a rigor uma divisão bem definida separando a floresta do prado. Não são ambos divididos por nenhuma linha única e estreita. Ao contrario, sempre notei que existe uma zona ou faixa, em largura, de dez a trinta milhas aproximadamente de terreno neutro, por assim dizer, ou seja, uma região que nem é toda de floresta, nem toda de prado, mas dividida entre si, havendo mais daquela do que deste”.

Assim sendo, no mapa, a divisão foi feita em qualquer parte dentro dos limites desta faixa neutra e, no caso especial mencionado, a linha representada aproxima-se mais da floresta do que da orla do prado, incluindo-se nesta faixa neutra todo o planalto de Curitiba (Id, Ibid).

Baseado em “informações interessantes” de um fazendeiro sobre a formação dos campos e as suas precisas observações, Bigg-Wither formulou o que ele mesmo chamou de “zona neutra da floresta e do prado”.

Como se sabe há um ponto controvertido sobre como se formaram os campos sul-americanos. Alguns dizem que eles, em muitos casos, foram cobertos por florestas. Outros dizem que eles sempre foram assim, descobertos e sem arborização desde o dia em que surgiram das águas do dilúvio. Sem pretender dar opinião sobre esse assunto geral, posso, contudo, registrar um fato interessante, já talvez bastante conhecido, de que a operação de transformar terras de floresta (de certa qualidade) em terras de campo é continuamente aumentada pela simples atuação do fogo e, além disso, - e este é talvez o ponto pouco conhecido - tal terra, quando transformada em campo, não tende a voltar à sua condição primitiva. Este é forte argumento dos que sustentam a opinião de que os campos já foram cobertos de florestas. No entanto, eu disse que a floresta propriamente dita é que quando qualquer porção dela é limpa a machado, a fogo, ou então por ambos, sempre tende a voltar ao estado primitivo, e, de fato, voltara se for abandonada por um numero de anos suficientes para isso. (...)

(...) A zona neutra intercalada de floresta e campo não é, geralmente, deste caráter. Na maior parte, suas florestas consistiam em pinheiros, com uma parte inferior de bambus ou taquara. Em todos os lugares onde se encontra, está espécie particular de taquara, igual à que geralmente se vê nas terras mais altas desta província, é

encontrada na mesma abundancia conjuntamente com os pinheirais, sendo que o terreno em que ela assim floresce pode, no decorrer de poucos anos, ser convertido em campo ou terra de campina, simplesmente por meio de queimadas, feitas duas ou três vezes no máximo em cada período e, além do mais, esse terreno assim limpo não tende a voltar ao estado primitivo (Id, Ibid).

Depois de caminhar quase oito milhas por entre a vastidão do campo, contemplado desde a serrinha, e que foi se estendendo de sul a oeste, em uma região aberta e contínua, ele novamente se encontra prestes a atravessar mais um território neutro, só que,

Desta vez no lado ocidental do grande prado. A nossa primeira visão da nova ordem de coisas foi do alto de uma elevação, por onde o caminho de mulas passava numa distância de seis milhas além do rio Tibagi. Deste local, vimos, outra vez mais, enormes florestas de pinheiros cobrindo as encostas das colinas e montanhas à nossa frente, numa área de centenas de milhas quadradas. Numa perspectiva mais ampla, veríamos que as grandes extensões de campo aberto estavam entremeadas aparentemente entre compactas florestas e que em outros lugares existiam muitas léguas de campo, pontilhadas de árvores aqui e ali, isoladas ou em grupos mais ou menos esparsos. Do nosso mirante, contudo, tudo a nossa frente parecia ser vasta floresta, estendendo-se reta até a extremidade da linha divisória das águas, entre os dois rios, o Tibagi e o Ivaí, a distancia talvez de vinte milhas ou mais, em linha reta (Id, Ibid).

A paisagem tomada por pinheiros novamente se forma. Por algumas horas, Bigg-Wither viaja “ora através de florestas, ora através de terras cobertas de capim”.

Os pinheiros começavam a aparecer à nossa direita e à nossa esquerda em desordem dispersa. Meia hora mais tarde, estávamos viajando, em marcha vagarosa, debaixo da sombra fresca de seus altos e estirados galhos, ficando o prado para trás e esquecido (Id, Ibid).

Atravessaram o Bitumirim, depois de terem saído da praça, no vilarejo de Ipiranga, por uma ponte estreita e entraram em “uma região de grandes florestas como até então não viramos. Os pinheiros eram ainda os grandes monarcas de tudo”. A dimensão destes pinheiros eram maiores que os da serra do mar, chegavam a atingir altura de 160 pés, sendo o contorno deles, nas mesmas grandezas.

(...) Embaixo desta floresta crescia outra, de caráter inteiramente distinto. Esta segunda, composta de árvores de crescimento mais tropical, juntamente com muitas espécies de arbustos da família da murta, palmeira delgadas e altas, samambaias gigantes de vinte a trinta pés de altura e touceiras de bambu ou taquara. Uma confusão de cipós grandes e pequeno, suspensos em todas as direções, por entre os altos troncos e longos ramos (Id, Ibid).

Estas são algumas das muitas características naturais do estado do Paraná detalhadas por Bigg-Wither. A visibilidade dada a estas descrições no relato do viajante sugere aspectos da

caracterização das unidades fitogeográficas do Estado do Paraná. A cobertura vegetal no século XIX visualizada nesta descrição feita por Bigg-Wither pode ser comparada com informações atualizadas, detalhadas e sistematizadas sobre a fitogeografia paranaense. Apesar de o território paranaense ter tido formações florestais contínuas, desde o litoral até o interior, visto que 83% do território era formado por florestas, podemos distinguir diferenças regionais em relação ao clima, relevo e solos. Estas diferenças ocasionam a ocorrência de vários tipos de cobertura vegetal e são separadas de acordo com suas principais características, resultando no que é chamado por unidades fitogeográficas. O Paraná se destaca como um estado de grande diversidade vegetal. Dentre as que ocorrem no Brasil, no estado há a incidência de cinco delas, sendo a Floresta Atlântica, a Floresta com Araucárias e a Floresta Estacional as três principais, por se constituírem em grandes unidades fitogeográficas (RODERJAN, 2002).

. As formações florestais da planície litorânea e das encostas da Serra do Mar formam, juntamente com uma parte do Vale do Ribeira, a Floresta Ombrófila Densa, ou a Floresta Atlântica. Esta unidade está situada na região leste do estado do Paraná e é definida em sua extensão pela barreira geográfica natural da Serra do Mar. Possui altitude máxima de 1.887 m., sendo diretamente influenciada pelas massas de ar quente e úmido do Oceano Atlântico, assim como pelas chuvas intensas e bem distribuídas em todas as estações. A maioria da flora arbórea é exclusiva. Não ocorre em outras regiões. A Floresta Ombrófila Densa tem como importante aspecto a diversificação ambiental, ela é uma coleção complexa e exuberante de formas biológicas. A reunião de múltiplos fatores permite o desenvolvimento de várias formações. Sendo assim, ela se torna a unidade mais delicada do sul do Brasil (Id, Ibid.).

Hoje esta região não tem conservada a sua cobertura original. A vegetação que existe são formações muito recentes. Estas terras foram transformadas praticamente no seu todo pela agropecuária ao longo dos anos. O que existe é uma floresta secundária, regenerada, por não ser mais utilizada. Como exemplo, destaca-se alguns trechos da baía de Guaraqueçaba que antes era um arrozal e hoje é um guanandizal³. O tempo de regeneração foi de 100 anos. Encontramos também as florestas das encostas da serra. No alto das montanhas, estão as “matinhas nebulares”, exemplares de vegetação virgem. Talvez, devido ao fato de estarem elas em difícil acesso, não foram interessantes ao homem. Embora ali estejam concentradas as mais ricas espécies vegetais. No conjunto, elas constituem a Floresta Atlântica, mas cada região dessas pode ser inserida dentro de um tipo de formação florestal. A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas está situada entre o nível do mar e aproximadamente 20 metros de altitude. A planície litorânea é a principal unidade tipológica, por

3 Floresta periodicamente inundada. Tem predominante a espécie guanandi e se complementa com palmitais, arazás e jerivás.

causa da elevada representatividade e diversidade florística. A Floresta Ombrófila Densa Submontana compreende as formações florestais da planície litorânea e o início das encostas da Serra do Mar. Sua altitude é de 20 a 600m. Possui como característica ter a maior diversidade vegetal, resultante de um bom solo, chuvas abundantes distribuídas ao longo do ano e a ausência de baixas térmicas inverniais (geadas). Sendo assim, a cobertura é tipicamente florestal, multiestratificada, parecida com a das terras baixas. Situadas entre 600 m. e 1.200 m. estão as formações florestais que abrangem a Floresta Ombrófila Densa Montana. Ela ocupa a porção intermediária das encostas da Serra do Mar. Aqui já não se encontra mais tantas espécies de caráter tropical, diferenciando-se da florística das formações submontana. Isto porque há uma diminuição das médias térmicas anuais, resultante da elevação da altitude. Sendo assim, há a ocorrência regular de geadas. Este ambiente ainda é bem conservado. Acima de 1.200m., nas porções mais elevadas da serra do mar, estão as formações da Floresta Ombrófila Densa Altomontana. Ela se confronta com as formações campestres e rupestres das cimeiras das serras. Devido às baixas temperaturas, ventos fortes, grande nebulosidade e solos rasos de menor fertilidade, o desenvolvimento das árvores está condicionado às associações arbóreas simplificadas e com porte reduzido. Regionalmente, são chamadas de "matinhas nebulares". A Floresta Ombrófila Densa Aluvial constitui-se nas formações florestais das planícies dos rios que deságuam na região litorânea (Id, Ibid.).

Quando atravessada a cadeia de montanhas, a oeste dela, está a Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta com Araucárias. Ela é composta por formações florestais típicas dos planaltos da região sul do Brasil, aonde há uma predominância de pinheiros. Esta é uma das maiores unidades do estado e a mais prejudicada com o crescimento do Paraná. "Dos pinhais, que tanto ajudaram o Paraná a crescer, não restou nada de inteiro, nem para um bom parque. Na realidade não quiseram conservar esta unidade". A Floresta Ombrófila Mista, ou a Floresta com Araucárias é uma unidade fitoecológica na qual há uma coexistência de representantes da flora tropical e temperada. Ela se situa entre 800 m. e 1200 m. de altitude. Nela há a predominância de elementos Coniferales e Laurales. Tem relevância fisionômica a *Araucária angustifolia*, espécie de grande valor econômico predominante nas formações florestais dos planaltos da região sul do Brasil. Na Floresta Ombrófila Mista Montana a *Araucária angustifolia* domina a paisagem, continuamente elas passam de 30 metros de altura, podendo chegar a 40 metros. Associadas a elas, ocorrem diferentes espécies. Parecidas com as formações Montana, as formações Altomontanas, situadas a uma altitude acima de 1.200 m., se diferenciam por possuir uma menor diversidade florística, pelo rigor do clima em pontos altos da serra do mar. Há ainda a Floresta Ombrófila Mista Aluvial, elas são denominadas florestas de galerias ou ciliares. Desenvolvem-se nas margens dos rios (Id, Ibid.).

Entre a Floresta com Araucárias localiza-se a região de campos limpos, é a chamada estepe, elemento característico na constituição da cobertura vegetal dos planaltos do sul do Brasil. Ela abrange 13% da cobertura vegetal do Paraná e geralmente ocorre nos lugares mais elevados do planalto, Curitiba está localizada nesta unidade. O homem transformou estas regiões em pastos, terras agrícolas e hoje vemos a intensificação da introdução do Pinus. Apesar de ter uma composição basicamente graminóide verificada sobre terrenos suave-ondulados, há a ocorrência de formações arbóreas marginais aos rios, ou mesmo isoladas sobre o campo. Em outras palavras, uma região de campos pode ter capões esparsos e florestas de galerias, estas nas planícies dos rios. A *Araucária Angustifolia* se destaca entre os diferentes grupos de espécies arbóreas (Id, Ibid.).

A terceira principal unidade fitogeográfica é a Floresta Estacional Semidecidual, ou somente Floresta Estacional, encontrada nas regiões norte e oeste do estado e nos vales dos rios formadores da bacia do rio Paraná. Das três florestas descritas, ela é a mais rica em madeiras nobres e cobria cerca de 40% do território paranaense a 800 m. e 200 m. de altitude. Em relação às formações Ombrófilas, ela é menos rica e possui menor diversidade florística. Possui baixa precipitação pluviométrica e há a ocorrência ocasional de geadas. Entre as formações florestais encontramos no Paraná as da floresta Estacional semidecidual Submontana, Montana e da Floresta estacional Semidecidual Aluvial. Hoje resta apenas 1% dela. Com muito valor, a terra desta região tinha boa qualidade, e nela foi e é praticada monocultivos extensivos (Id, Ibid.). Contudo, esta região não faz parte da pesquisa, apesar desta formação florística ter servido de pretexto à viagem de Bigg- Wither ao Paraná .

No Paraná, as regiões de cerrado, conhecidas como savanas, são encontradas em pequenos lugares do estado. Ocupa cerca de 1% do território nas regiões norte e noroeste. São muito parecidas com as do planalto central brasileiro. O restante da superfície é formada por restingas litorâneas, manguezais, várzeas, campos de altitude e vegetação rupestre (Id, Ibid.).

BIBLIOGRAFIA

PAZ, Francisco M. **História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XIX na perspectiva dos viajantes.** In: História: questões e debates. Curitiba: APAH, 1987

BIGG-WITHER, Thomas. **Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

RODERJAN, C.V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y.S.; HATSCHBACH, G.G. **As unidades fitogeográficas do estado do Paraná. Ciência e Ambiente**, Universidade Federal de Santa Maria-RS, n. 24, p. 75-92, jan./jun. 2002.

A QUESTÃO DE LIMITES NA BATALHA DE IRANI

*Samuel Lopes Paz*¹

*Sandra Oenning da Silva*²

A Guerra do Contestado, em linhas gerais, foi um conflito armado, entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal brasileiro travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916. Essa região já era disputada antes mesmo da criação da província do Paraná em 1853, permanecendo o litígio até o período republicano. O presente trabalho, pretende em linhas gerais fazer uma breve análise dos relatórios dos presidentes de província de Santa Catarina e Paraná no ano de 1913 no que se refere a batalha do Irani, conhecida como a primeira do contestado.

Região rica em erva-mate e madeira, era povoada por sertanejos sem oportunidade de ascensão social ou econômica, posseiros, sitiantes e agregados das grandes fazendas. Procurando alternativas para uma “nova vida” esses “posseiros” vão se congregar com os operários da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ao longo do vale do Rio do Peixe, que serviria de escoamento para a produção de Erva Mate e Madeira.

A “Brazil Railway” responsável pela construção da estrada de ferro recebeu concessões de terras ao longo da ferrovia com extensão de aproximadamente 9 km por margem. “Entre 1908 e 1910, houve um violento processo de grilagem no vale do Rio do Peixe. A Brazil Railway fez cumprir seu domínio sobre os terrenos devolutos das margens de até 15 km de cada lado do leito da sinuosa estrada de ferro”³. Através de um contingente armado a companhia expulsa os posseiros da região agravando ainda mais a situação da população local.

Numa sociedade economicamente diferenciada e autocrática que não oferece as mínimas condições de sobrevivência pode-se perceber a importância de uma figura que represente uma autoridade justa e que traga esperança de um futuro promissor. Entre os sertanejos surge a figura do Monge João Maria que se destaca como representante dessa autoridade.

¹ Acadêmico do Curso e Bacharelado em História na Universidade Federal de Santa Catarina.

² Acadêmica do Curso e Bacharelado em História na Universidade Federal de Santa Catarina.

³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, p.148.

Segundo Oswaldo Cabral, existiram 3 homens distintos que exerceram essa função no planalto. Um monge chamado João Maria, de origem italiana, percorreu a região pregando e atendendo doentes entre 1844 e 1870, que vivendo humildemente arrebanhou milhares de seguidores. Acabou por morrer em Sorocaba, no Estado de São Paulo. O segundo monge adotou o nome de João Maria, mas seu verdadeiro nome era Atanás Marcaf , provavelmente de origem síria. Aparece publicamente com a Revolução Federalista de 1893, partidário dos maragatos, mostrando uma postura firme e uma posição messiânica, fazendo inclusive previsões sobre os fatos políticos da sua época. Atuava na região entre os rios Iguaçu e Uruguai, tinha grande influência sobre a população a ponto desta, após seu desaparecimento em 1908, aguardar seu retorno através da ressurreição.



Em 1912, surge um curandeiro que se apresenta com o nome de José Maria de Santo Agostinho. Ninguém sabia ao certo qual a sua origem, seu verdadeiro nome era Miguel Lucena Boaventura e, de acordo com um laudo da polícia da Vila de Palmas/PR,



tinha antecedente criminal e era desertor do exército. Era considerado um homem que veio à terra apenas para curar e tratar os doentes e necessitados. Metódico e organizado, estava muito longe do perfil dos curandeiros vulgares por saber ler e escrever, anotando em seus cadernos as propriedades medicinais das plantas encontradas na região.

Conflitos no Irani

Após circular por toda a região do planalto efetuando curas, o Monge se estabelece em Irani onde continuou suas práticas. Graças ao seu trabalho de curandeiro, passou a ser bastante admirado e procurado tanto por pessoas simples como por autoridades da região. Certo dia, em conseqüência da sua fama, José Maria é convidado a participar da festa do Senhor do Bom Jesus que aconteceria no início de agosto em Taquaruçu. Sua presença na localidade se estende além da festa atraindo grande número

de doente e curiosos, além dos sertanejos expulsos pela Lamber e Brazil Railway que não tinham mais por onde voltar e aguardavam pelo retorno de João Maria⁴.

Ao contrário do que defende grande parte da historiografia, José Maria era apartidário no antigo conflito dos dois chefes políticos de Curitiba (Henriquinho de Almeida e Francisco Ferreira de Albuquerque). Henriquinho de Almeida, que tentava cultivar a fama de protetor dos pobres, aproveita a popularidade do Monge divulgando um boato de que José Maria o apoiava na oposição política local ao coronel Albuquerque.

Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente de Curitiba, ordena que José Maria apresente-se na vila para uma conversa a respeito de suas intenções. O monge responde que a distância é a mesma e que aguarda a visita do coronel, sendo sua resposta vista pelo coronel como uma afronta. Para agravar ainda mais a situação, corria pela região um boato de que na festa em Taquaruçu, durante um duelo de trovas, um dos trovadores venceu a porfia com um “Viva Monarquia”, pois o companheiro não teve resposta. “Os espectadores ergueram então, muitas vivas a monarquia! Final do verso vencedor.”⁵

Aproveitando-se deste episódio o Coronel Albuquerque telegrafou ao governador de Santa Catarina fazendo denúncia de um ajuntamento de fanáticos no Taquaruçu:

Nos últimos dias do mez de setembro do passado, o activo e esforçado Superintendente municipal de Curitiba Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque digno membro deste Congresso denunciou o Governo do Estado a existência de um ajuntamento de fanáticos no lugar denominado Taquarussú, no referido Município e pediu providencias para dispersal-os, visto que a attitude assumida pelo bando de sertanejos á frente do qual estava um individuo audacioso, contituia um perigo para a ordem publica.⁶

Certamente José Maria fica sabendo da mobilização policial comandada pelo governador após o telegrama de Albuquerque, resolvendo então abandonar Taquaruçu e seguir para os campos de Palmas, mais precisamente no Faxinal do Irani, cuja

⁴ MACHADO. Op. Cit., pg.178.

⁵ AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Segunda Edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina pelo Governador José de Oliveira Ramos, em 24 de Julho de 1913, p. 18. Gab Typ. d'O DIA, Florianópolis. (Relatório da Província de Santa Catarina)

população era considerada pelo Monge como “sua gente”. Esse fato pode ser observado nos Relatórios da Província de Santa Catarina em 1913:

Por solicitação de S. Exa. O Governo Federal fez também seguir pela Estada de Ferro S. Paulo-Rio Grande uma força do exercito, sob o commando do disticto Coronel Pedreira Franco.

Ao ter noticia da aproximação destas forças grande parte da gente de José Maria debandou, fugindo elle na direcção de Palmar com 40 companheiros.⁷

O Desembargador, Chefe de Polícia Sálvio Gonzaga avisa o governador paranaense da migração do grupo de José Maria. Contudo, a Província do Paraná via com desconfiança as informações que circulavam a respeito do monge e seus fiéis, passando a acreditar que a expulsão dos Sertanejos seria uma farsa para justificar o policiamento da área, o que facilitaria a execução da sentença de limites favorável a Santa Catarina.

Para chefiar a tropa que enfrenta o reduto de Irani, é escolhido pelo Governo do Paraná o Coronel João Gualberto, comandante da força pública do estado. A tropa paranaense divide-se seguindo grande parte dela rumo a Palmas, enquanto Gualberto parte diretamente para Irani. O Coronel Domingo Soares tenta fazer uma mediação com José Maria, o qual afirma não querer lutar e que estava na região apenas porque sofrera perseguição do Coronel Albuquerque em Curitiba. Nessa negociação o líder dos sertanejos pede um prazo de três para dissipar o ajuntamento. Entretanto o Coronel Gualberto, ao receber a noticia de Soares, não concorda com a dispersão dos caboclos e ataca o povoado de Irani no dia seguinte. É bom lembrar que Gualberto ataca o povoamento devido às instruções recebidas de “(...)não apenas dissolver o ajuntamento, mas de trazer alguns sertanejos para fazê-los desfilar amarrados pelas ruas da capital, numa demonstração de força do estado do Paraná contra os que desejassem planejar a execução unilateral da sentença de limites, utilizando-se dos caboclos de José Maria para este fim.”⁸

Às sete horas da manhã começa o tiroteio contra os fiéis de José Maria, nesta batalha morrem nas duas frentes o monge José Maria, que estava em defesa dos caboclos, e o Coronel João Gualberto.

⁷ Mensagem (Relatório da Província de Santa Catarina), Ibidem, 1913, p.19.

⁸ MACHADO Op. Cit., p 185

A notícia da batalha de Irani foi recebida como tragédia pela polícia paranaense por ter perdido nela vários soldados e seu comandante. Entretanto, a morte do monge significou para eles o fim do movimento sertanejo. No relatório enviado ao presidente Hermes da Fonseca, a província de Santa Catarina destaca o coronel Gualberto como homem brioso, bravo que enfrentou o movimento dos sertanejos no sertão do Irani⁹. O funeral do Comandante do Regimento de Segurança do Paraná foi realizado em Curitiba, e nele esteve presente grande número de pessoas que buscava homenagear o coronel.

O ataque ao reduto teve o intuito de barrar qualquer execução que fosse favorável a Santa Catarina e que colocasse fim a contenda entre os dois estados.

A documentação oficial produzida meses após a batalha declara que os acontecimentos em Irani despertaram a atenção do país pelo atrevimento dos sertanejos, fazendo com que os estados vizinhos tomassem medidas enérgicas para abafar o movimento, evitando assim que o agrupamento tomasse maiores proporções¹⁰. Percebe-se que a documentação oficial catarinense evita maiores complicações com o estado vizinho, pois não revela suas reais intenções na região contestada.

Por meio de décimas declamadas em festas, Antônio Fabrício das Neves reproduz uma breve memória da batalha, onde se observa que o conflito vai além da simples repressão ao ajuntamento dos caboclos:

João Gualberto já está vindo
comandando um Batalhão
trazendo em sua muamba
metralhadora e canhão
veio pra fazer banditismo
com os caboclos do sertão

O monge mandou uma carta
Escrita bem declarado:
“precisamos se falar
talvez teje mal informado
não precisamos brigar
porque não somos intrigado
Respeite meus sertanejos
Que eu respeito teus soldados
Não vamos fazer injusta
Matar quem não é culpado.”

Coronel deu um sorriso

⁹ Mensagem (Relatório da Província de Santa Catarina), Ibidem, 1913, p. 20.

¹⁰ Mensagem (Relatório da Província de Santa Catarina), Ibidem, 1913, p. 20.

Com olhar entusiasmado:
“eu não aceito esta carta
e muito menos o recado
porque já trouxe até as cordas
pra levar tudo amarrado”¹¹

O relatório do Presidente da província do Paraná, falando do combate, declara-se grato ao “governo catharinense, o qual juntamente com sua ilustre representação Federal foram dos primeiros a manifestarem sua fraternal e tocante solidariedade ao Paraná, no episódio que o feriu na mais funda e dolorosamente, no decurso do anno que findou”¹²

Segundo o depoimento do comerciante e juiz substituto de Canoinhas, Adolph Balding, o movimento teria se dissolvido se as coisas tivessem seguido seu próprio rumo, pois o monge provavelmente teria seguido adiante na sua caminhada.

A policia Catarinense conclui que após a morte de José Maria os sertanejos se dispersaram pela região e não ofereciam mais ameaça alguma :

Nada mais havendo a temer da gente de José Maria, depois de sua morte, regressou a esta Capital o sr. Desembargador Chefe de Policia, com satisfação de haver efficazmente contribuído pra tranqüilizar as populações dos municípios serranos que, com razão, temiam que a ordem publica fosse perturbada.¹³

Entretanto, para os seguidores do monge seu ato foi de puro heroísmo ao enfrentar as forças armadas para defender as famílias que o acompanhavam. Um momento de excitação religiosa toma conta dos sertanejos após a batalha e, dá-se então inicio a uma reelaboração religiosa entre outubro de 1912 e outubro de 1913, um processo que Vinhas de Queiroz chama de Encantamento do Mundo.¹⁴

José Maria foi enterrado com tábuas pelos seus fiéis, a fim de facilitar a sua ressurreição, já que os caboclos acreditavam que este ressuscitaria, após um ano da batalha, acompanhado de um Exército Encantado de São Sebastião, que os ajudaria a fortalecer a Monarquia Celeste e a derrubar a República, que cada vez mais se acreditava ser um instrumento do diabo, dominado pelas figuras dos coronéis. O monge,

¹¹ MACHADO, Op Cit, p185.

¹² Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 01 de fevereiro de 1913. p.7.(Relatórios da Província do Paraná.)

¹³ Mensagem (Relatório da Província de Santa Catarina), Ibid, 1913, p 21.

¹⁴ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

tido até então como um simples curandeiro, passa a ser considerado santificado.

Os seguidores do monge, vencedores em Irani, incluindo aí alguns fazendeiros, reagruparam-se e reorganizaram a comunidade do "Quadro Santo", bem como a "Monarquia Celestial".

Morto José Maria, os caboclos passaram a obedecer as ordens de um novo chefe, e em Taquaruçú fortaleceu-se um núcleo de fiéis que reuniram-se atendendo ao chamamento de uma mulher, Teodora, antiga seguidora de José Maria, que dizia ter visões do monge.

O governo brasileiro, decidido a reprimir o movimento e exterminar este novo reduto antes que ele crescesse e se tornasse ainda mais perigoso, montou uma *Força Pública Catarinense*, que para lá se dirigiu com 200 soldados em 29 de Dezembro de 1913. Novamente, os resultados não são os esperados pelo governo, e esta vitória foi fundamental para dar ainda mais credibilidade ao movimento, que fortaleceu-se a ponto de formar novos redutos em locais cada vez mais afastados e de difícil acesso, com o claro intuito de dificultar as represálias militares das tropas legais.

A Guerra do Contestado segue seu curso sangrento até 1916, e tem seu desfecho pouco antes da assinatura do acordo que colocou ponto final no litígio entre os dois estados. Servindo de agravante para o episódio da guerra, a questão de limites foi central no episódio da primeira batalha no Irani, já que foi motivo para demonstração de poder por parte da polícia paranaense. Ao ser assinado o acordo, segundo Cabral, “(...) sobre os escombros dos redutos ainda pairava o fumo dos incêndios. E, no fundo dos vales, à beira dos caminhos, na sombra das Florestas, cruzeiros recentes diziam que a terra disputada ainda não consumira os corpos dos que haviam caído na luta.”¹⁵

A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina serviu como um dos agravantes ao Episódio da Guerra do Contestado, pois foi por conta da pretensão de demonstrar poder na região de Palmas que ocorreu a primeira batalha, levando a morte o monge e o comandante das forças policiais paranaense.

¹⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1903-1978. **A campanha do contestado**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979.



Bibliografia

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Segunda Edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1903-1978. **A campanha do contestado..** Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1979.

COSTA, Licurgo Ramos da. **Um cambalacho político: a verdade sobre o acordo de limites Paraná - Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste : memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. 2. ed Caçador: UnC, 2000.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina pelo Governador José de Oliveira Ramos, em 24 de Julho de 1913, p. 18. Gab Typ. d'O DIA, Florianópolis.

Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 01 de fevereiro de 1913.

TERRAS E FLORESTAS EM UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA: CAMPO MOURÃO, PARANÁ, 1903-1939

Ely Bergo de Carvalho¹ |
Eunice Sueli Nodari²

Nos estudos de ciências ambientais há um debate entre aqueles que se aproximam de uma visão de *Homo devastans*, “com a premissa de que os seres humanos em qualquer contexto cultural, mesmo nas culturas primitivas do paleolítico, acabam destruindo o meio ambiente ou no mínimo empobrecendo a biodiversidade”. De outro lado há aqueles que afirmam que, “não é parte da natureza humana destruir o meio ambiente ou reduzir a biodiversidade, pois isso depende das condições econômicas, sociais e culturais dos grupos humanos.” O extremo dessa corrente de pensamento “seria a idéia de que os seres humanos teriam condições de viver em harmonia total com a natureza. Por esse motivo, os autores dessa linha também foram tachados por sustentar uma idéia de *Selvagem Ecologicamente Nobre*.”³ O principal eixo deste debate é a permanência ou não de “populações tradicionais” em unidades de conservação, mas tal debate tem implicações bem mais amplas.

O principal trabalho sobre uma história ambiental das florestas no Brasil, *A Ferro e Fogo: história e devastação da Mata Atlântica*, de Warren Dean, foi acusado de aderir à primeira perspectiva.⁴ Como bem argumenta Regina H. Duarte, na perspectiva de Dean, a história ambiental do Brasil “passa a ser uma seqüência de destruições”, desta forma, “a história da Mata Atlântica é narrada através do desfile cronológico das mazelas, ganância e imprevidência da sociedade brasileira”. Todavia,

a perspectiva do homem unicamente como um elemento destruidor acaba por sintonizar-se à arraigada oposição entre a sociedade e a natureza, na qual o homem, para criar a cultura, afasta-se do meio natural, usando os seus recursos como uma espécie de armazém. Não nos espreitaria aí, dissimulado, o pressuposto da incompatibilidade entre a sociedade e a natureza, em que a ocupação humana é sempre vista como a causa da destruição, e o homem aparece como o único grande erro da natureza? Finalmente, não se reforçaria um traço marcante da autoconsciência ocidental moderna, com matrizes hobbesianas, em que o homem se percebe como um ser naturalmente competitivo, econômico, belicoso e

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. E-mail: elycarvalho@zipmail.com.br. (Bolsista CNPq)

² Professora Doutora do Departamento de História da UFSC. E-mail: eunicenodari@yahoo.com.br

³ CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. p. 110.

⁴ CARVALHO, Ely Bergo de. Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A ferro e fogo*. **Esboços**. Florianópolis, v. 13. Dossiê História Ambiental. p.107-124. 2005.

destrutivo que o contrato social deve conter através de regras estabelecidas? Como substituir uma história antropocêntrica por uma história antropofóbica?⁵

Dean aborda a relação dos brasileiros com a floresta nos seguintes termos:

O ódio secular da vida selvagem, expresso pela maioria dos neo-europeus brasileiros, conjugado à **disposição geral de saquear o patrimônio nacional em proveito privado, como se o país ainda fosse uma colônia** e houvesse algum outro El Dourado em outras índias para compensar quando nada de valor restasse dessa morada temporária, talvez seja suficiente para explicar, em termos gerais, por que a floresta está desaparecendo (grifo nosso).⁶

É correto que Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra seminal, já identificava a “mentalidade” brasileira produzida na colônia através do tipo ideal: “aventureiro”, em oposição ao “trabalhador”, e como tal estava sempre pronto a “se adaptar ao meio” para “feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”.⁷ Por mais que possamos concordar, de forma geral, o “mundo natural”, no Brasil, luso-brasileiro não foi algo positivado.⁸ Devemos reconhecer certo essencialismo nestas teses. Não podemos considerar apenas as formas hegemônicas de pensar que conformam o imaginário nacional, mas os diferentes modos de vida – em um país com uma diversidade cultural tão grande – que produzem imaginários específicos sobre os seus ambientes.⁹

José Augusto Drummond, ao avaliar a tese de Dean sobre o processo de “transformação de capital natural em capital social”, afirma que:

Sem negar que houve desperdícios incríveis no aproveitamento dos recursos da Mata Atlântica e que há desigualdades sociais escandalosas na sociedade brasileira contemporânea, sinto que Dean foi neste livro implacável com os habitantes das terras florestadas brasileiras, desde os anônimos indígenas coletores e caçadores até os modernos ambientalistas urbanos.¹⁰

E lembra que outros países também devastaram suas florestas, em especial, durante seus processos de industrialização. Desta forma, para Drummond, “os brasileiros acabam injustamente estigmatizados como excepcionais destruidores de florestas e sofríveis produtores de riquezas.”¹¹

⁵ DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. In: SIMPOSIO DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA, 2., 2003, Santiago. **Anais**. Santiago: Universidade de Chile, 2003. 1 CD.

⁶ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 298-299.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 95.

⁸ DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: _____. **Conta de mentiroso: Sete ensaios de antropologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 91-124.

⁹ Roger L. Cuniff já chamava a atenção para o quanto a obra de Dean, neste aspecto, se manteve na órbita da elite, e da necessidade de se pensar “as bases do pensamento ambiental na cultura popular”. CUNIFF, Roger L. Warren Dean. **The Hispanic American Historical Review**. v. 76, n. 3. p. 600-601, ago. 1996. p. 601.

¹⁰ DRUMMOND, José Augusto. Mata Atlântica: A História de uma Destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 239-250, 1996. p. 247.

¹¹ Ibid., p. 248 WEINSTEIN, Barbara. Warren Dean. **The American Historical Review**. v. 101. n. 3. p. 951-952, jun. 1996. p. 952.

Enrique Leff, também, critica um modelo de história ambiental que se limita a descrever como diferentes formações sociais apropriaram e destruíram o seu entorno, sem perceber as formas de racionalidade e de identidade cultural que definem a relação da sociedade com o ambiente.¹² Ou posto de outra forma, é um equívoco pensar o ser humano como um *homo econômico*, sem perceber as diferentes racionalidades que informam os processos de apropriação dos recursos naturais.

Neste trabalho procura-se esboçar algumas formas de apropriação da terra e da floresta presentes em um contexto específico, a região de Campo Mourão, situada entre os médios rios Ivaí e Piquiri, entre os anos de 1903 e 1939. Ao apontar as diferentes racionalidades presentes na apropriação de recursos naturais testar-se-á fugir da tese de um *Homo devastans*, sem cair no extremo oposto, de presumir o ser humano com um idealizado *Selvagem Ecologicamente Nobre*.

CAMPO MOURÃO: UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA

O recorte espacial da pesquisa corresponde à atual mesorregião Centro Ocidental Paranaense, com quase de 12.000 km². Apesar de estar cercada por rios, foi uma região de difícil acesso para a sociedade nacional, pois a navegação comercial não era viável.

Basicamente a cobertura florestal da região de Campo Mourão era formada por dois tipos de floresta. Ao norte, bem como em faixas que acompanham os vales do Rio Ivaí e Piquiri em que predomina a floresta estacional semidecidual, classificada por Reinhard Maack como floresta pluvial tropical do terceiro planalto; no Sul e na área central predomina a floresta ombrofila mista (ou mata de araucária). Havia ainda uma vegetação de campo cerrado, na área intermediária entre os dois tipos de florestas anteriores, que segundo Reinhard Maack cobriria 102 km² e seria uma “reliquia do Quaternário Antigo”, ou seja, o remanescente de um tipo de vegetação que foi dominante na área em outras épocas.¹³

Nessa região vão se sobrepor os três fluxos migratórios responsáveis por transformar o “sertão do Paraná”, durante o século XX, de uma vasta área florestal em uma vasta área de agropecuária comercial. Uma composta por gaúchos e catarinenses, vindos do sul; outra composta, predominantemente, de paulistas e mineiros, vindos do norte, e uma terceira, vinda do “Paraná Tradicional”.

As primeiras tentativas de (re)ocupar a região de Campo Mourão foram a partir dos campos de Guarapuava, atravessando a faixa de Floresta Ombrofila Mista em direção a área de serrado em

¹² LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços**. Florianópolis, v.13. Dossiê História Ambiental. Tradução: Ely Bergo de Carvalho, p. 11-29, 2005.

¹³ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do governo do Estado do Paraná, 1981.

Campo Mourão. Na segunda metade do século XIX, ocorreram várias expedições à região de Campo Mourão. Essas expedições eram motivadas por dois interesses: a comunicação com o Mato Grosso – fator geopolítico e econômico central para o Estado, que era obrigado a se comunicar com aquela província através do rio da Prata, e o interesse de fazendeiros de gado de Guarapuava de expandir suas terras, uma vez que o sistema de criação extensivo de gado nos campos naturais de Guarapuava tinha uma produtividade decrescente, o que demandava mais terras.¹⁴ Tendo já em “1875, Rocha Loures, Manoel Joaquim de Oliveira, Domingo Aires de Araújo e outros registraram um requerimento de compra [na região então denominada Campo do Mourão] ao governo provincial”.¹⁵

Uma destas expedições comandada por Norberto Mendes Cordeiro, guiada por um indígena conhecido como Capitão Índio Bandeira, chegou aos campos cerrados de “Campo do Mourão” em 1880. Em 1893, Cordeiro juntamente com vários fazendeiros da região de Guarapuava, como Guilherme de Paulo Xavier, fizeram uma declaração de “posse mansa e pacífica” de 60 mil hectares, “somente Jorge Walter fixou-se em Campo Mourão tentando alargar empreendimentos, que afinal feneceram. Jorge Walter fora um russo que se aliara a fazendeiros de Guarapuava, financiado por estes para realizar o trabalho de colonização de Campo Mourão.”¹⁶

A expedição de Cordeiro deparou com populações indígenas Kaingang que ocupavam a região, porventura, desde que perderam o controle dos campos de Guarapuava no início do século XIX. Na década de 1950 foram “encontrados” próximos a região de Campo Mourão a etnia Xetá, que já a muito fugia do contato com a sociedade nacional, e que foi praticamente extinta neste contato. E não apenas indígenas tinham aquela região como seu território, era uma área freqüentada por trabalhadores na extração de erva mate, em geral paraguaios. Como conta Eugenio Custodio de Oliveira: “‘Eu amadrinhava tropa de mulas e passava por uns lugares chamados Mamborê e Ronquita Cuê acampamentos de paraguaios que vinham roubar erva-mate, daqui até na Borboletinha e Pitanga.’”¹⁷ Ou como afirma o engenheiro Geraldo Boz: “‘A estradinha de Juranda a Mamborê foi aberta pelos paraguaios que vinham retirar madeira e erva mate.’”¹⁸ Portanto, a região

¹⁴ SORIANO, Sara Mônica Pitot de. **Expropriação e violência: A luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra** (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina, Maringá. p. 65 et seq.

¹⁵ Ibid., p. 66

¹⁶ VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999. p. 29.

¹⁷ BATHKE JÚNIOR, Wille. Família Custodio de Oliveira, 47. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 21 jul. 2002. Projeto Raízes.

¹⁸ BATHKE JÚNIOR, Wille (ed.). ALVES, Eleano (reportagem). Walkyria Goertner e Geraldo Boz, 52. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 25 ago. 2002. Projeto Raízes.

de Campo Mourão era território de outras sociedades, Kaingang, Xetá, extrativistas paraguaios, as quais também se apropriavam de recursos naturais da região.

Desta forma a região que já estava ocupada foi (re)ocupada, primeiramente pela família Pereira:

Em 1897, José Luiz Pereira, audacioso sertanejo, deixa sua terra natal, em São Paulo e embrenha-se para o sul, conduzindo sua mudança em carros de bois, juntamente com seus filhos, sua mulher e sua mãe. Já naquela época, tinha notícias sobre Campo Mourão, porém não conseguiu chegar, devido às muitas dificuldades encontradas pelo caminho. [...] Fixou-se em Guarapuava e fez muitas tentativas para chegar em Campo Mourão, onde conseguiu finalmente chegar, em 1903.¹⁹

A partir da vinda dos irmãos Pereira, parece haver um fluxo migratório, primeiro de paulistas, como os Custódio de Oliveira que chegaram em 1910, mas também, do Paraná Tradicional em especial dos campos de Guarapuava, e em menor numero elementos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em visita a região de Campo Mourão em 1909, Pe. Francisco Vedder estimou que “não ultrapassaria a cem pessoas”, a população que ali se encontrava. Porém, em 1921, a população do Distrito Policial e Judiciário de Campo Mourão, seria de 200 pessoas. Já em 1934 a população do Distrito era de dois mil habitantes. Em 1940, o distrito possuía 11.964 habitantes. O município de Campo Mourão foi criado em 1947 e em 1950 o município possuía 32.675 habitantes²⁰. Chegando a mesorregião a possuir, em 1970, mais de 500 mil habitantes.

O grande fluxo de migrantes a partir de década de 1940 relacionou-se a chegada das frentes pioneiras que se sobrepuseram na região, contando também, com a melhoria das possibilidades de transporte. No início do século XX o acesso às terras no “Campo do Mourão”, se dava através da cidade de Guarapuava, abrindo picadas ou aproveitando e alargando picadas indígenas no meio da floresta. Entre 1908 e 1921 empreendeu-se, por diversas tentativas, a construção de uma estrada para conduzir gado de Mato Grosso para Guarapuava, ampliando, assim, o acesso entre Guarapuava e Campo do Mourão. Todavia, tal caminho conhecido como “Estrada Boiadeira” inicialmente foi “uma estrada frustrada, já que depois de algumas viagens ela foi abandonada, tal o estado miserável em que os bois chegavam aos Campos Gerais após atravessar a floresta bravia e indomável”.²¹ Somente em 1940, a estrada ligando Campo Mourão-Pitanga (Guarapuava) foi melhorada, permitindo um tráfego mais constante.²² Entretanto, o primeiro prefeito eleito de Campo Mourão

¹⁹ SIMIONATO, Edina. **Campo Mourão sua gente... sua história**. 2. ed. rev. e amp. Campo Mourão: Bacon, 1999. p. 15.

²⁰ VEIGA, op. cit., p. 55-56

²¹ Ibid., p.87

²² Ibid., p. 144

(1947/1950), Pedro Viriato de Souza Filho, chamou tal estrada, de a “péssima que nos ligava a Pitanga”, e lembra que o governo do Estado argumentou que o melhor para o Município seria produzir energia no local por meio de uma pequena hidrelétrica, pois não havia “estradas para garantir o transporte de óleo”.²³

A outra via de escoamento da produção da região foi em direção ao Norte do Paraná, ou seja, as cidades de Maringá e Londrina.

A partir de 1938 começaram as comunicações de Campo Mourão com a região Norte paranaense, através do porto das Bananeiras e por Vila Rica (Fênix). Tais comunicações eram caminhos de cargueiros que demandavam a Apucarana, para onde se conduziam alguns produtos agrícolas da região, inclusive porcadas. As comunicações mais freqüentes, porém, se faziam com Pitanga e Guarapuava, por comitivas periódicas.²⁴

Em 1944, a região “liga-se por estrada de rodagem com Maringá e passa a receber o influxo de lavradores e criadores em busca de novas áreas para o plantio do café e para a formação de safras”.²⁵

No ano de 1939, iniciaram-se os serviços de colonização em terras no, então, Município de Guarapuava. O plano de colonização compreendia a região entre os rios Ivaí e Piquiri”.²⁶ Estabelecendo assim, na região estudada, as colônias: Cantú; Gio-Bang; Goio-Erê; Muquilão; e Mourão. No ano de 1943 se estabelece uma Inspetoria de Terra, no distrito de Campo Mourão.

Estes dois fatores, o da abertura da região ao grande fluxo migratório vindo do Norte do Estado ligado à produção cafeeira, e os trabalhos de colonização planejados pelo governo do Estado, detonaram o rápido, violento e desordenado processo de colonização dirigida e do brutal desflorestamento na região. No entanto o foco deste trabalho refere-se ao período anterior a este processo.

TERRAS: UMA RACIONALIDADE CAMPESSINA

Neste período aqui enfocado, 1903-1939, a região de ‘Campo de Mourão’ [...] era uma frente de expansão, conforme José de Souza Martins,²⁷ à frente de expansão é uma “expansão da

²³ SOUZA FILHO, Pedro Viriato. Discurso na semana da pátria de 1978. In: VEIGA, op. cit., p. 97-102.

²⁴ SIMIONATO, op. cit., p. 39

²⁵ Ibid., p. 39.

²⁶ SORIANO, op. cit., p. 70

²⁷ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996. p. 27 et seq.

civilização”, sendo o conflito gerado na sua expansão o que a caracteriza. Como é comum na frente de expansão se praticava uma “economia de excedente”.²⁸

Um depoente, nascido em 1908, cuja família migrou para a atual região de Campo Mourão em 1910, vindos do interior de São Paulo, assim descreve a vida econômica da época:

Quando minha família chegou aqui (10/10/1910) era sertão bruto. Não tinha uma loja pra comprar sal. As compras eram feitas em Guarapuava. [...] Iam comprar querosene, sal, algumas roupa prá vestir, pólvora... – **Não tinha dinheiro...** eles levaram arroz e café limpo, socados no monjolo... couros de bichos que eles matavam... Eles se revezam nas viagens de compras, mas cada animal era de um dono, tinha seu pedido e **os produtos prá trocar**. Transportavam tudo em lombo de 15...20 mulas... (grifo nosso)²⁹

A região estudada não se constitui numa sociedade fechada voltada para a subsistência. Existiam ligações comerciais, fundamentalmente com a cidade de Guarapuava. Havia, portanto, uma exploração voltada para o mercado capitalista, que segundo a interpretação de Martins³⁰ referindo-se as frentes de expansão no Brasil, tal exploração pode ser entendida como dada em moldes não capitalistas. Trata-se de uma economia pouco monetarizada, baseada principalmente no trabalho familiar, devido à dificuldade de transporte, os produtos deveriam ter um bom valor agregado e o acesso aos produtos apesar de serem vitais, como o sal, era escasso. Em tal contexto há fortes relações de reciprocidade dentre os moradores da região.³¹ Por isso, configura um modo de vida diferenciado do mundo dito moderno.

Em tal modo de vida se insere em uma tradição de campesinidade na qual há uma “ordem moral” própria, na qual:

Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projete o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.³²

Um “pioneiro” da família Custódio de Oliveira afirma:

As terras ocupadas pela família Custódio de Oliveira foram legalizadas mais de 20 anos depois [...] ‘O pai de papai ficou só com 100 alqueires, no começo. [...] Os

²⁸ Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que, do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio. MARTINS, 1996, op. cit., p. 50

²⁹ BATHKE JÚNIOR, Wille. Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. p. 7.

³⁰ MARTINS, 1996, op. cit., p. 30-1, passim.

³¹ “As vezes acontecia de demorar mais tempo e o alimento começava a faltar. Aí, então uma família socorria a outra até a tropa voltar.” BATHKE JÚNIOR, Wille. Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. Projeto Raízes, p. 7.

³² WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. p. 11-73, 1987. p. 13.

posseiros que tinham aqui não brigavam entre si [...] Era comum chegar alguém e dizer: você tem tanta terra dá um pouco prá mim?!... E papai, meus tios, davam os requerimentos de terra', conta Carlinhos, 'As brigas e mortes eram com os grileiros que vinham de fora'³³

Pode-se questionar o que significava “dar” terra entre posseiros, em especial porque os entrevistados afirmam, também, haver “compra de posses” nesse período. Mas o fato de haver comércio de terras não implicava, necessariamente, que houvesse um mercado de terras em moldes capitalistas, uma vez que isto depende dos termos em que estes negócios eram realizados.³⁴ E a tais termos de troca não se teve acesso, o que é certo é que em terra de fronteira aberta a posse da terra tem uma ligação maior com as relações pessoais e a ordem moral, do que há fatores de mercado.

O gado e os cavalos se misturavam com os animais dos Pereira por toda a campina e carrascais entre a água dos divisores dos rios de Campo e 19, mas era tudo marcado a ferro e fogo pra não se perder e não virar confusão entre as duas famílias, que se davam muito bem, fala sério Sebastião.³⁵

Da fala do membro da família Custódio de Oliveira podemos inferir a existência de terras de uso comum. Isso pode ser derivado de uma longa tradição de tal prática na cultura camponesa e/ou resultado das condições biogeográficas e econômicas locais. Pode-se presumir que haviam normas (explícitas ou não) de apropriação destas terras comuns, bem como de outros recursos. Tais normas perderam a eficácia com a apropriação privada do serrado e demais terras, que se seguiu a colonização dirigida.

No período estudado, a região de Campo Mourão foi uma região de fronteira aberta. As entrevistas registrarem a presença no período de “agregados e empregados”, era uma sociedade fundamentalmente de agricultores familiares. Embora não se possa definir bem os fatores restritivos de acesso a posse da terra para estes agregados e empregados, é bem mais claro os fatores que complicavam o acesso à propriedade da terra, não obstante a vastidão de terras devolutas. Desde a Lei de Terras, de 1850, a compra era a única forma de acesso a propriedade de terras devolutas. Apesar do preço cobrado pelas terras ser relativamente baixo, os caminhos burocráticos para efetivar tal compra, para homens com pouca instrução e morando a centenas de quilômetros de Curitiba, era extremamente complicado. Ademais em uma economia pouco monetarizada era muito difícil conseguir os recursos para efetuar o pagamento, mesmo que as terras fossem relativamente baratas. Assim, por exemplo, lembra Eugenio Custodio de Oliveira: “ ‘Os irmãos Custódios de Oliveira tinham receio de se apossar de grandes porções de terra e depois não poder pagar ao

³³ BATHKE JÚNIOR, Wille. Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. p. 7

³⁴ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 131 et seq.

Governo. Perderam muito porque não escrituraram. Outros vieram e tomaram.”³⁶ E ainda um membro da família Pereira: “Tudo que a gente tinha, quase a metade de Campo Mourão, perdemos”, lamenta dona Deolinda.”³⁷ Em geral conseguiram o título de propriedade, mas de áreas pequenas e médias: “As terras ocupadas pela família Custódio de Oliveira, foram legalizadas mais de 20 anos depois [...] ‘O pai de papai ficou só com 100 alqueires [...]’³⁸ Todavia, aqueles que tinham maior capacidade de circulação e influência junto à burocracia estatal tinham maior possibilidade de ter a propriedade da terra. Por exemplo, filhos de Guilherme de Paulo Xavier, que foi o primeiro juiz de paz do distrito de Campo Mourão, em 1921, e que era chamado de “coronel”, afirma: “Os Pereira deram uma bobeadas, não titularam as posses da terra e perderam quase tudo. Meu pai titulou tudo direitinho. Antes de morrer deixou a Fazenda Santa Maria pros filhos e minha mãe ficou com o gado.”³⁹

Cabe observar, entretanto, que Guilherme de Paulo Xavier, passou a morar com a família na região em 1926, após conflitos políticos que teve na região de Laranjeiras do Sul, no Paraná.⁴⁰ A dificuldade de transporte e o tipo e relativa exigüidade de pasto disponível não tornavam a região uma área de interesse para os pecuaristas tradicionais dos campos de Guarapuava, daí apesar dos requerimentos efetuados de terras não houve um forte interesse por concretizar a exploração da área por parte daqueles fazendeiros. Mesmo entre os paulistas os “campos” do Mourão foram enganadores:

Nossa mãe e os tios gostavam de campo de pasto nativo aqui não tinha nada. Era tudo carrascal, capoeira e um descampado de árvores retorcidas. Tinha um capim meio alto, que nasce até hoje nos terrenos vazios. Mata fechada mesmo só tinha pra lá dos rios do Campo e 19. [...] A melhor terra pra planta é onde nasce palmito.’⁴¹

Por isso, muitas destas famílias buscaram terras nas áreas de floresta estacional semidecidual, as “terras de palmito”, e se dedicaram à agricultura. Neste período a especulação referente a terras acontecia, mas geravam pouco efeito na região. Assim, grande parte das terras da região sofreram tentativa de “grilagem”, aparentemente, sem geral efeitos práticos na localidade.⁴² Até mesmo funcionários públicos e profissionais liberais podiam especular com terras. Como narra

³⁵ BATHKE JÚNIOR, Wille. Família Custodio de Oliveira, 47. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 21 jul. 2002.

³⁶ Ibid..

³⁷ BATHKE JÚNIOR, Wille. Deolinda Luiza Pereira, 20. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 13 jan. 2002. p. 7.

³⁸ BATHKE JÚNIOR, Wille. Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. p. 7

³⁹ BATHKE JÚNIOR, Wille. Guilherme de Paula Xavier, 37. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 12 maio 2002.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ BATHKE JÚNIOR, Wille. Família Custodio de Oliveira, 47. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 21 jul. 2002.

⁴² PARANÁ, Secretaria de Estado dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Manoel Ribas d. d. governador do Estado do Paraná pelo Secretário de Estado dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas, Othon Mäder exercício de 1934**. Curitiba, 1935. p. 214 et seq.

uma filha sobre o pai que era engenheiro vinculado ao Departamento de Terras do governo do Estado: “ ‘Meu pai foi apaixonado pelos Campos do Mourão. Para cá veio a cavalo em 1922. Adquiriu posses de terra no descampado onde hoje está a região do Jardim Lar Paraná.’ ”⁴³

Desta forma ao ser implantada a colonização dirigida, encontra uma estrutura fundiária já com grandes propriedades, graças ao acesso que alguns tinham aos caminhos burocráticos. Por exemplo, quando a empresa colonizadora começou a atuar, no atual município de Engenheiro Beltrão, desmembrado de Campo Mourão, encontrou posseiros. O tratamento dado pela empresa colonizadora, segundo seus relatórios, foi que: os “ocupantes” que tivessem chegado antes de 1942 poderiam solicitar ao estado as terras em que estavam ou comprar da empresa colonizadora pelos preços praticados pelo estado, era um total de 38 posseiros/ “ocupantes”, sendo que o menor imóvel possuía 10,5 e o maior, 102,0 hectares, com uma média de 52,8 hectares. Havia ainda oito pessoas que aparecem como proprietários de terras no interior da gleba, que já tinham requerido as terras, algumas já aprovadas pela Secretária de Viação e Obras Públicas. Eram imóveis bem maiores, o menor possuía 103,4 hectares e o maior, 774,7 hectares, com uma média de 374,8 hectares.⁴⁴ Entretanto, estas áreas maiores, em geral, não eram efetivamente cultivadas, havia apenas uma pequena parte “aberta” e o restante da área eram florestas.

FLORESTAS: UM MODO DE VIDA DE BAIXO IMPACTO

A agricultura de coivara é apontada por Dean como uma das grandes vilãs na destruição da Mata Atlântica, entretanto, a agricultura de coivara não é uma técnica destruidora do ambiente por excelência, seu impacto é “aceitável”, ou não, dependendo de uma série de condições:

Essa agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é restabelecido. Mas em algum momento, à medida que se intensifica esse tipo de agricultura, a capacidade regenerativa da floresta é afetada permanentemente, e o ecossistema é prejudicado.⁴⁵

Na primeira metade do século XX, na região de Campo Mourão, o sistema de criação de porcos soltos na floresta e a coivara com uma baixa densidade demográfica – em torno de um

⁴³ BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Leony Bittencourt Prado e Manoel Andrade, 53. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 1 set. 2002. Projeto Raízes.

⁴⁴ BELTRÃO, Alexandre. **Plano de loteamento: Memorial referente ao terreno denominado Rio Mourão**. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná).

⁴⁵ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991., p. 205.

habitante por quilometro quadrado em 1940⁴⁶ – eram com certeza menos impactantes que o desflorestamento sistemático que se seguiu a partir da década de 1940.

Não se quer aqui afirmar que tal sociedade vivia em harmonia com a natureza. É claro que a nova presença humana alterou aquele ambiente. Afinal a floresta era uma fonte de recursos fundamental para aquela sociedade, em especial fornecendo carne, madeira, remédios e fertilizando a terra. A primeira loja comercial a se estabelecer na região já possuía na compra de pele de onça e outros animais, uma de suas atividades. Como afirma Sebastião Custódio de Oliveira:

O maior comprador de couro de caça era o Léo Guimarães – estabelecido por volta de 1930 perto da Laje Grande (bica) – que depois vendeu o armazém pro Francisco Ferreira Albuquerque. Eu negocieei um couro de onça com o Léo em troca de seis metros de linho, forro de seda, botões, linha e tudo que precisava. Fiz um terno e fiquei faceiro alinhado’ Conta feliz.⁴⁷

Mas o impacto do seu modo de vida, pelo menos até a década de 1930, não parece ter a capacidade de alterar a dinâmica geral bio-geo-química, o que não pode ser dito dos resultados da colonização dirigida. É evidente que, a partir da colonização dirigida, a capacidade de resiliência do ecossistema é rompida com o brutal desflorestamento. Os trabalhos pioneiros de análise do impacto ambiental da “colonização” da região, como os do geógrafo R. Maack,⁴⁸ apontam claramente as grandes mudanças em tais ciclos e a redução brutal da biodiversidade. Em geral, tal como Dean, são pouco atentos para os diferentes modos de vida e diferentes racionalidades no que erroneamente parece um processo homogêneo de desflorestamento.

USAR, MAS NÃO ABUSAR: ÉTICA E PERCEÇÃO AMBIENTAL

Ao analisar um conjunto de 37 entrevistas feitas com agricultores de Engenheiro Beltrão, e também, 53 entrevistas com “pioneiros” de Campo Mourão publicadas no jornal *Tribuna do Interior*, que serviram de fonte para esse trabalho. Pode-se perceber elementos de uma determinada ética para com o mundo natural.

Por exemplo, Lucidio, 84 anos, após narrar suas caçadas de onças em Engenheiro Beltrão, afirma:

⁴⁶ E de 0,2 hab/Km² em 1934, por um lado deve-se considerar que as estimativas “oficiais” não deveriam abranger todos os moradores do “sertão” dado a dificuldade de acesso à tal população, por outro lado deve-se considerar que a Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, tem uma densidade demográfica de 1,24 hab/Km². Guardas as diferenças nos modos de vida, a baixa densidade demográfica é um dos fatores centrais para se pensar o impacto ambiental destas populações.

⁴⁷ BATHKE JÚNIOR, Wille. Família Custodio de Oliveira, 47. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 21 jul. 2002. Especial: Projeto Raízes.

⁴⁸ MAACK, op. cit.

Peixe não tem mais... muito veneno que eles põem nas lavouras, matou todos os peixes. Porco do mato, eu tinha chiqueiro no barreiro... [...] caçava até 18 porcos do mato, **ia lá, tinha 18 porcos, matava um porco, abria a porta da mangueira e soltava o resto tudo**. Aqueles bandos de jacutinga, **passarinho mais lindo que tem no mato**, matava um... dois, o resto num... nem ligava [...] hoje a gente vê uma... um sabiá... uma pombinha... Tem uma coisa que... na ocasião da soja, se num vigia-se não colhia soja, desce um bando de pomba de 5 ou 10 mil pombas e come a semente da soja... carece de espantar da soja... [...] agora, ainda tem pouco mais, de primeiro era uma imensidade... uma imensidade.⁴⁹

O objetivo dessa fala é ressaltar a abundância de “caça” “antigamente” e a sua relativa exiguidade hoje. Contudo, essa fala permite perceber certa admiração para com o mundo natural, e também certa ética de não matar todos os animais, apenas os “necessários”. Isso, evidentemente, excluía os animais “inúteis” e perigosos, como as onças, as quais não se via mal algum em matá-los.

É claro que há uma percepção utilitarista nessa ética. Assim se pode entender o agricultor Aparecido, que afirmou ter deixado “reserva” de “mato”, pois era o “sistema de minas” de “não vender o milho do paiol sem ter outro colhido”, ou seja, de não esgotar um recurso “necessário”, no caso, a madeira.⁵⁰ Ou ainda a fala de Eugenio: “**O desmatamento acabou com tudo**, mas Casca de Anta e Barbatimão, que tinha muito [...] é santo remédio pra dor-de-barriga (desidratação)’.”⁵¹ Por um lado, há aqui um indício da formação de um *conhecimento local* sobre o ambiente, elemento fundamental para gestão de recursos naturais. Por outro lado, ocorre uma afirmação do tipo “o desmatamento acabou com tudo” ou a de uma filha, sobre seu pai que “abriu” fazenda na década de 1940, “‘jamais pescou e nem caçou porque respeita a vida’”.⁵² Estes são exemplos de como nas últimas décadas passamos a viver “sob a ideologia do verde”, e o meio ambiente passou a ser uma grande referência para todos os grupos, mesmo que de forma superficial.⁵³ Já trabalhamos em outro momento o quanto à memória atual dos agricultores é um esforço de enquadramento na “ideologia do verde”, mas que se dá nos próprios termos dos agricultores.⁵⁴ Quer-se destacar aqui, que foram justamente os entrevistados que cresceram no “sertão”, cercados pela floresta, que mais positivavam suas lembranças da floresta. Nestes casos, não é rememorado como lugar de medo: “‘Nunca tive medo de nada. Ficava e dormia sozinha no meio do sertão’”.⁵⁵

⁴⁹ CARVALHO, Ely Bergo de. **Conjunto de 30 entrevistas com agricultores beltrandenses**: depoimento [maio – set. 1998]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 1999. 19 fitas cassete, 171 p.

⁵⁰ CARVALHO, Ely Bergo de. 1999. op. cit.

⁵¹ BATHKE JÚNIOR, Wille. Família Custodio de Oliveira, 47. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 21 jul. 2002.

⁵² BATHKE JÚNIOR, Wille. José Luiz Arana, 35. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, ?? abr. 2002. Projeto Raízes.

⁵³ BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991. p. 242.

⁵⁴ CARVALHO, Ely Bergo. **Sombras do passado, projetos de futuro**: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC, Florianópolis.

⁵⁵ BATHKE JÚNIOR, Wille. Francisca Teodora Pereira, 40. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 9 jun. 2002. Projeto Raízes.

Não se trata de afirmar simplesmente que a experiência da floresta alterou a percepção da mesma, mas de que há elementos em uma cultura caipira/cabocla, que não são apenas de “ódio secular da vida selvagem”. Como já sugeriu Miguel M. X. de Carvalho ao analisar as “Leis da Natureza”, alguns princípios deixados pelo monge João Maria de Jesus, que peregrinou entre 1890 e 1908 nas terras do “Contestado”, entre Paraná e Santa Catarina, do tipo: “VII – O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou. [...] XI – Bicho do mato é filho da terra. Só se matam os danosos.”⁵⁶

Dos ensinamentos dos monges, é razoável supor que a religiosidade cabocla abrangia algum padrão de ética no relacionamento ser humano – natureza, embora seja difícil de relacionar tais concepções a prática cotidiana de agricultura e de manejo dos recursos naturais da floresta de araucária realizadas pelos caboclos.⁵⁷

É realmente difícil descrever com precisão o conteúdo de tal padrão ético presente na cultura popular, que figuras como o Curupira e o Pai d’Água exemplificam bem, e muito mais a sua eficácia na gestão dos recursos naturais. Assim como, afirmar que um dado modo de vida garante a “manutenção da biodiversidade” é algo complicado de ser demonstrado e depende do que se entende por biodiversidade. No entanto, o modo de vida estudado tem todas as características para ter se mantido dentro da capacidade de resiliência do ambiente.⁵⁸ E podemos inferir, ainda, que: se “a literatura que faz a apologia da colonização paranaense” concebia a natureza como um “perigo a ser vencido” e “domado”,⁵⁹ não podemos acreditar que tal visão fosse compartilhada pela sociedade “mourãoense” que aqui foi analisada, nela a racionalidade na relação com o ambiente era outra.

⁵⁶ CARVALHO, Miguel M. X. de. op. cit., p. 116

⁵⁷ Ibid., p. 116

⁵⁸ Marcos Gerhardt ao analisar o modo de vida “caboclo”, constituído nas frentes de expansão, no norte do Rio Grande do Sul, afirma que tal sociedade gera a “manutenção da biodiversidade”, não chegamos a afirmar tanto, mas o caso aqui abordado se aproxima bastante do caso por ele analisado. GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a relação com a natureza no norte do Rio Grande do Sul. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 33, p. 165-173, jul./dez. 2006.

⁵⁹ MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: A História épica dos índios Kaingang no Paraná**. Maringá: EDUEM, 1994.

MUSEUS COMO ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

Introdução

Quando as luzes se acendem, a coleção se ilumina e, no espaço musealizado, emergem **imagens de santos** entre flores roxas e amarelas, num todo capaz de dar a dimensão do barroco brasileiro do séc. XVIII. Adiante, o cenário vai se metamorfoseando, imbuindo-se da religiosidade popular, de variadas manifestações da cultura religiosa e termina com uma batucada de carnaval, a tradução popular do barroco no povo brasileiro. Ao percorrer tal exposição, assistimos uma aula de história, uma representação da diversidade cultural do Brasil, ao mesmo tempo em que a expografia nos permite presenciar um discurso sobre a linguagem museológica. “O museu é, por excelência, um espaço de ficção”, diz Ulpiano Bezerra de Menezes (2002), e tem um discurso, implícito ou explícito, que quer comunicar ao público visitante.

Tal como a descrição acima, o texto que trazemos aborda os Museus vistos como espaços de representação da diversidade cultural e, por consequência, como possíveis espaços para a formação da cidadania. Um Museu, conforme Moreno (1996:72) [citando a Junta de Museus do Reino Unido], *é uma instituição que coleciona, documenta, preserva, exhibe e interpreta evidência material[ou imaterial] e informação associada, para o benefício público*. Ou seja um Museu organiza os mais variados acervos, desenvolve estudos e pesquisas sobre os mesmos e depois os expõe, usando para isso uma linguagem própria, conforme o exemplo acima. No espaço museológico, portanto, a cultura material/imaterial é **elaborada, exposta, comunicada e interpretada**. Consideramos estas palavras, como chaves do processo museológico já que são portadoras de representações e de diferentes visões de mundo. São, assim, palavras portadoras de discursos.

O coração de um Museu, conforme Osório (2000: 67), é o seu acervo. É ele quem mostra a finalidade da Instituição assim como a vontade de seus organizadores (muitos ou poucos, às vezes em diferentes épocas). É no acervo que os objetos são **elaborados** (recolhidos, limpos, acondicionados, restaurados, catalogados), completando-se nesse espaço a segunda etapa do processo museal. Ali os objetos culturais despem-se de suas antigas funções e são postos à disposição dos pesquisadores para serem estudados, contextualizados e é daí que saem para as exposições. Assim sendo, “elaborar a cultura material/imaterial” não é uma atitude ingênua ou neutra, porque tal elaboração possui uma carga de subjetividade oriunda de quem a elabora. Do mesmo modo a **exposição** é carregada de

significados, de discursos, de representações. Nesse caso, o Museu cria um outro contexto de interpretação das coisas. A exibição de uma peça, por si só, pode trazer uma interpretação. Entretanto, a ação de exhibir significa também representar e explicar. Se nesse processo adotamos um conceito hermenêutico de expografia, exhibir implica mostrar os modos de compreensão de uma comunidade científica o que faz com que a exibição compreendida na expografia, seja vista como um exercício conceitual.

A forma como a cultura material é exibida no espaço museológico tem por trás da exibição um mundo de perguntas como, o que queremos comunicar com a exibição de determinados objetos? A que perguntas da sociedade a exposição quer responder? As respostas a estes questionamentos, juntamente com o estudo do acervo é que devem mover as equipes da museografia e os curadores das exposições no Museu.

Retomando a idéia da exposição como fruto de uma pesquisa, verificamos que ela tem sempre algo novo para dizer. Toda exposição, a nosso ver, tem discursos que, muitas vezes, ultrapassam a interpretação dada pelos estudiosos. Se, **comunicar** através de objetos tridimensionais é a finalidade precípua do Museu e de suas exposições, a leitura dessas exposições é o que se quer como resposta do público visitante, pois é para quem, em última instância, a exposição é organizada. Já a **interpretação** vai mais longe, ultrapassando, muitas vezes, àquilo que seus criadores imaginaram, indo além da interpretação pensada porque não há como controlar ou mensurar os diferentes desdobramentos que uma exposição provoca. O grau de satisfação poderá ser medido, no caso, pelo grau de participação do público na exposição.

Ao cumprir sua finalidade, um Museu expressa diferentes aspectos da sociedade em que está inserido, relacionando os objetos expostos com o que foi produzido/apropriado por tal sociedade, num processo museal que se revigora permanentemente. Assim sendo, um Museu pode ser visto também como um local possível de leitura e observação da sociedade. É nesse sentido que o Museu pode e deve espelhar a diversidade cultural, pode e deve ser o porta-voz de distintas culturas.

A diversidade cultural de que falamos leva em conta a diferença, a dessemelhança. Por isso, ter presente tal diversidade cultural e permitir sua visibilidade nos Museus, especialmente do Brasil e da América Latina, nosso espaço de pesquisa, torna-se extremamente pertinente já que tanto a pesquisa histórica quanto os Museus poderão servir como subsídios na educação para a cidadania, do séc. .XXI.

A diversidade cultural na América Latina

Nossa reflexão sobre a diversidade cultural está ligada a questões pertinentes à temática do multiculturalismo. Palavra polissêmica, o multiculturalismo pode ser interpretado como “*um tipo de consciência coletiva, para a qual as orientações do agir humano se oporiam a toda forma de centrismos culturais, ou seja, de etnocentrismos*”(Gonçalves: 2000,p.14). Outros grupos, diz o mesmo autor, advogam a idéia de que o multiculturalismo deve ser entendido como “*uma estratégia política de integração social*”(Gonçalves: Idem, p. 14) ou, ainda, funcionar como representação da diversidade cultural de um país e/ou região. Deve-se levar em conta também, o contexto histórico-cultural onde ocorrem ou ocorreram manifestações e/ou reivindicações de caráter multicultural, pois a multiculturalidade está, supostamente, imbricada com a questão da diferença, da alteridade.

Cremos, neste aspecto, que tal fenômeno se repete com mais freqüência, a partir do chamado processo de globalização. Historicamente, os Estados nacionais produziram as identidades nacionais, isto é, geraram sentimentos de pertencimento e de identificação, dando aos seus habitantes uma nação. A globalização veio transformar este contexto trazendo em seu bojo o desarranjo do *status quo* e novos questionamentos. Assim, a um mundo supostamente sem fronteiras, caberia perguntar – Quem sou eu? A que lugar eu pertenço? O mundo é minha aldeia, ou minha aldeia é o meu mundo? - .

Olhando a questão da globalização e do multiculturalismo associada à questão das minorias tem-se um outro prisma, uma outra face do mesmo problema. É possível falar-se aqui, também, da questão da alteridade e do direito à diferença. O direito à diferença, como sabemos não tem sido garantido aos cidadãos, assim como outros direitos fundamentais para a sua sobrevivência. Isto os torna permanentemente excluídos e alarga-se cada vez mais o círculo dos despossuídos.

Buscando compreender os meandros do multiculturalismo em suas várias faces valemo-nos de François Hartog que no *O espelho de Heródoto*, (1999) ensaio sobre a representação do outro, faz uma análise da obra *Histórias*, de Heródoto e nela destaca, centralmente, esta pergunta: *como os gregos, que pensavam o homem radicalmente como um ‘animal político’ podiam conceber a organização do espaço e do poder entre um povo nômade, cujo modo de vida se baseava justamente na recusa radical da polis?* Na busca de uma resposta, Heródoto, através de Hartog, nos propõe os mais diferentes tipos: — guerreiros, sábios, mulheres, santos, deuses, reis, e outros — na mais “desconcertante alteridade”. Como Heródoto os tornou inteligíveis, na interpretação de Hartog? Ele os tornou inteligíveis porque os

viu refletidos num espelho grego, isto é, só conseguiu traduzir o outro pela visão do seu mundo — do mundo grego já conhecido.

Da mesma forma, quando discutimos sobre história da América Latina, a partir da chegada dos europeus ao nosso Continente sabemos do que Hartog está falando, porque fomos/somos historicamente — **os outros** —. Este “outro” latino-americano, embora dependente da cultura européia por muito tempo, desenvolveu táticas (à moda Certeau) e práticas embasadas na sua cultura. Um exemplo do que falo é a “combinação das rezas dos feiticeiros de Chichicastenango e dos candomblés da Bahia com o catolicismo oficial”(Morse, 1988: 156). Ou seja, do ponto de vista da religião, ela não era nem mais católica, nem mais européia, mas mesclada, em processo de interação.

No que tange à Literatura, a escrita de uma história latino-americana híbrida, está em franco desenvolvimento. A palavra híbrida , *“que vem sendo utilizada sobretudo pela crítica pós-moderna”*, quer dizer originária de espécimes diversas. *“A pós-modernidade, diz Zilá Bernd (1998), ao trazer à tona o conceito de híbrido, enfatiza, acima de tudo o respeito à alteridade e a valorização do diverso. Segundo Schüller (1995), a hibridez floresce nas culturas empurradas para a margem. Lançados à periferia, se misturam estilos, línguas, costumes.(...) O híbrido mistura cores, idéias e textos sem anulá-los”*.

Já Serge Gruzinski (2001)– no *“O pensamento mestiço”*, destaca que ao cruzar com a sociedade nova que aqui se impunha – percebeu que os nativos criavam uma nova cultura, perpassada pelos seus valores, mas também mediada pelos valores novos que chegavam. Assim — nem uma resistência a tudo e a todos — nem uma assimilação completa sem salvamento do que havia antes, mas uma cultura mestiça, que o autor olhou como uma forma e resistência e de identidade.

Nos exemplos dados por diferentes estudiosos, os latino-americanos foram olhados desde a perspectiva da criatividade e da interação, sendo ao mesmo tempo o seu gesto, tomado também como forma de resistência. Neste contexto, as palavras - chave mesclada, híbrida e cultura mestiça se completam e se complementam. A busca de uma resposta para a identidade latino-americana que é em essência multicultural, deve levar em conta estas palavras.

Queremos ainda acrescentar ao que estamos apresentando, um outro aspecto que nos parece complementar ao que afirmamos. É o que fala das fronteiras. Ao falar delas estamos também falando da possibilidade de seu apagamento por causa da globalização ou estamos marcando o acirramento das identidades locais, devido às suas “marcas”? Podemos, certamente pensar, em se tratando de

MERCOSUL, ou de América Latina, que as fronteiras deveriam ser, doravante, não as que se apresentam como barreiras, como divisórias, mas as que falam de passagens, de comunicação, de intercâmbios. Poderiam ser, quem sabe, fronteiras rompidas entre áreas de conhecimento, por exemplo. Ou, como diz Sandra Pesavento (2001), poderiam pelo contato e permeabilidade indicar “o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço”. Algo novo que se “insinua nesta situação de passagem”(2001:8).

A diversidade cultural latino - americana nos Museus

Partindo das constatações acima referidas, queremos ver como alguns Museus têm representado a diversidade cultural latino-americana e como poderiam fazê-lo. Tomemos como primeiro exemplo o Museu Nacional de Antropologia, da Cidade do México. Ali se encontram passado e presente, numa mescla perfeita e onde a diversidade cultural é um dos traços mais marcantes. Ali temos também um verdadeiro templo da mexicanidade. Um outro espaço museológico que visitamos foi o de Rio Cuarto, na Argentina. Este espaço cultural é mais regional e retrata os diferentes segmentos populacionais que construíram a cidade e a região. Nele o processo histórico está presente como um guia e embora bem montado, sua proposta é contar a história dos vencedores. Neste sentido, não representa a diversidade cultural da região. Por exemplo, os indígenas aparecem no Museu na parte pré- histórica através dos artefatos que produziram e dos mapas que os localizaram. Depois aparecem na tomada do território pelos brancos, isto é, sendo expulsos do lugar. E é só. Pensamos que o Museu Histórico Nacional do Chile, localizado em Santiago, tem esta mesma perspectiva, ou seja, uma linearidade expográfica e uma História contada pelo vencedor. É uma exposição tradicional. Já o Museu pré – Colombino tem uma exposição temática exemplar do ponto de vista da expografia, mas não representa o Chile e sim a América pré-Colombina. O Museu que nos pareceu mais próximo dos chilenos foi a casa-Museu de Pablo Neruda em especial a de Isla Negra. É um museu pessoal, com objetos que dizem respeito só ao poeta, mas cremos que já foi apropriado pelo nacional que Pablo Neruda representou. Neste Museu, o que talvez possa marcar identitariamente seja a questão da chilenidade, uma das características do poeta.

Dos Museus brasileiros que destacamos o primeiro é o Museu da República. Situado no Rio de Janeiro, num antigo palácio, é um Museu Histórico. Nesse sentido, suas diversas salas mostram aspectos da vida dos ex-Presidentes do Brasil e ao mesmo tempo contam a História da República. Sua

expografia é inovadora em especial para as exposições temporárias e há uma equipe que vem se dedicando à pesquisa no Museu. Não se pode dizer, entretanto, que o Museu da República faz uma representação da identidade nacional ou da brasilidade. Nesse sentido, cremos que ele fica bem distante do povo. Quanto à diversidade cultural do Brasil, está ainda pouco representada neste espaço. O outro Museu destacado é o Museu Júlio de Castilhos, localizado em Porto Alegre. É também um Museu Histórico e seu perfil expográfico é bastante tradicional. Considerando que um Museu é uma instituição que alberga parte do processo museal com o objetivo de preservá-lo, ele cria um outro contexto de interpretação das coisas. O Júlio de Castilhos é um Museu cujo acervo propõe-se a fazer uma amostragem da cultura rio-grandense. Esta cultura, está presente nos espaços do Museu, somente através dos abjetos, que são muito pouco contextualizados.

Diversidade cultural, museologia e cidadania – uma proposta

Num momento em que a vida de muitos é decidida por alguns poucos — e segundo o critério desses poucos, cabe à grande maioria dos **outros** pensar, discutir, tirar conclusões e posições do que queremos e, melhor dizendo — de como queremos ser vistos, ouvidos, pensados, incluídos. Somos latino-americanos e, como tais, temos, grosso modo, uma história comum de dominação e resistência às Metrópoles ibéricas. Somos também, pelas nossas origens, culturalmente mestiços, híbridos mesmo. Mas não temos o estatuto do reconhecimento dessa diversidade e isso pressupõe que não temos, de fato, o estatuto da cidadania. Como os Museus podem contribuir para que tal passo seja dado?

Em primeiro lugar através do estudo de seus acervos; depois, pela montagem de exposições que deixem de lado as lembranças da elite e passem a representar também o povo nestes espaços. Por último, é importante que as ações educativas sejam ampliadas nestes Museus, de forma a incluir as populações marginalizadas, sem necessariamente excluir os outros. É uma mudança de postura o que está faltando.

TRABALHADORES DO RIO: Balsas e balseiros do rio Uruguai - 1930-60

Noeli Woloszyn¹

INTRODUÇÃO

A efetiva colonização feita por descendentes de imigrantes europeus, no Oeste de Santa Catarina, deu-se a partir do final da Guerra do Contestado, ocorrida de 1912-16. Esse acontecimento de ordem econômico-político-social estabeleceu nessas terras, antes ocupadas por remanescentes de nativos e *caboclos*, colonos-camponeses descendentes de imigrantes europeus, vindos especialmente do Rio Grande do Sul. Os caboclos eram descendentes de nativos ou mestiços de nativos, portugueses, espanhóis, africanos. Na região, eram e são também chamados de *brasileiros*.

Ao chegarem a suas terras, os colonos procuraram encontrar meios de produção voltados à subsistência e ao acúmulo de capital atendendo, assim, a ótica mercantilista. O confronto cultural entre os caboclos e os ‘novos colonos’ foi inevitável, já que os primeiros praticavam economia de subsistência, distante da visão européia mercantilista. A região do Alto Uruguai catarinense e rio-grandense passaram a ser exploradas nesse contexto.

Os migrantes buscaram apropriar-se da terra e dos recursos naturais existentes na região. A madeira foi uma das primeiras fontes de riqueza. As árvores eram retiradas da mata, levadas até as encostas do rio Uruguai, onde eram *embalsadas*. Para tal, amarravam-se as toras umas às outras, utilizando o cipó e, mais tarde, o arame galvanizado. Os trabalhadores ficavam à espera de enchente que permitisse o seu transporte até São Borja, no Rio Grande do Sul, de onde eram comercializadas ou seguiam até o Uruguai e a Argentina, para obter melhor preço pelo produto.

A partir da década de 1920, intensificou-se a exploração do corte das matas, que era feita por pequenos proprietários, empresários, empreiteiros ou apenas prestadores de serviço braçal. O trabalho era árduo e realizado de forma bastante rudimentar, baseado na tração animal e, sobretudo, na força física do homem, no machado e no serrote, no contexto de precárias condições climáticas, demográficas, administrativas e de segurança. O transporte da madeira para as serrarias ou pontos de embarque era realizado por carroças ou através do arrasto, tracionado por três, quatro ou cinco juntas de bois. A partir da década de 1940 aparecem os veículos motorizados, época em que o cedro começa a ficar escasso e a exploração do pinho torna-se mais intensa.

O ‘*negócio das balsas*’ desenvolveu-se em vários municípios do Oeste Catarinense e Alto Uruguai rio-grandense. Essa atividade incrementou a economia regional, já que impulsionou a criação de várias serrarias e melhorias da infra-estrutura nas estradas da região, possibilitando a

¹ Historiadora, professora do curso de História da UnC – Concórdia. Mestre em História Regional (UPF – RS).

abertura de novos mercados e o escoamento da produção agropecuária dos colonos. Além disso, deu origem a vários municípios, às margens do rio Uruguai.

1 O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Para compreendermos esse processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina, é imprescindível a menção dos fatos que caracterizaram o maior acontecimento de caráter popular dessa região e do Brasil – a Guerra do Contestado. Vários motivos estiveram envolvidos nesse episódio. Entre eles a disputa de território entre Paraná e Santa Catarina, a luta dos caboclos pela posse da terra, a oposição ao imperialismo americano (representado pelo sindicato *Farquhar*), a atuação do coronelismo e a forte presença da crença messiânica, que servia de acalento frente ao abandono a que estavam submetidos.

Esse conflito pode ser caracterizado como o divisor de águas, no processo de ocupação e modelo econômico local. A região antes era habitada pelos caboclos, que tinham uma economia de subsistência, sendo a erva-mate seu principal produto de comercialização. Aos poucos essa economia passa a ser exploratória, pois atende à lógica capitalista e submete a população nativa ao novo modelo.

Com o fim da Guerra do Contestado, as Companhias Colonizadoras passam a lotear as terras do Oeste catarinense e a vendê-las a um preço acessível. Os ‘novos colonos’, no entanto, se deparam com o habitante local. É inevitável o confronto cultural, já que as percepções de mundo e de vida são muito diferentes. Os migrantes são vistos como superiores, porque seu trabalho gera opulência e acúmulo de mercadorias. Sua concepção de riqueza está centrada na produção de bens em abundância; para o caboclo, no entanto, o trabalho é visto como meio de obter a sobrevivência. Por isso, foram chamados de ‘preguiçosos’.

O caboclo não consegue conviver com essa visão capitalista, introduzida na região pela colonização, patrocinada por companhias colonizadoras. Estando à margem dessa sociedade e não tendo dinheiro suficiente para adquirir uma propriedade, o caboclo torna-se a força de trabalho nas lavouras do novo proprietário, ou então é isolado em regiões distantes. Jaci Poli (1991, p.65) assim descreve essa situação: “Com a instituição da propriedade privada e com as concessões de grandes áreas a quem tivesse prestígio político, os habitantes delas passaram a ser empurrados para terras mais distantes, onde não havia colonização ou reclamação da terra pelos proprietários, ou, então, permaneciam em lugares onde as terras não prestavam à exploração pecuária ou para as atividades agrícolas mais racionalizadas”.

De posse da terra, os colonos recém-chegados dedicaram-se à abertura de estradas, à derrubada das matas e ao cultivo de novos produtos a serem comercializados. Dessa forma, temos

na região outro modelo econômico implantado, no qual os colonos dedicam-se à propriedade rural familiar, e, além de produzir toda a sua subsistência, concretizam o grande sonho de acumular riquezas.

2 COMÉRCIO DE MADEIRAS: UMA ATIVIDADE LUCRATIVA

A região Oeste catarinense caracterizou-se pela economia essencialmente agrária. O cultivo do arroz, milho, feijão e trigo serviam para abastecer as necessidades locais e comercializar com regiões mais distantes como São Paulo, por exemplo. Além do trabalho agrícola, a região destacou-se também pela criação de animais, especialmente do suíno. Em função disso, surgiram os primeiros abatedouros, o que tornou a região - até hoje - conhecida como área de grandes empresas frigoríficas brasileiras.

A madeira foi uma das atividades comerciais mais lucrativas, especialmente nos períodos de 1930-1950. Na década de 1930, foi o principal produto de exportação do estado. A maior parte da produção madeireira “era destinada ao mercado argentino e uruguaio, transportada por meio do rio Uruguai, em forma de balsas, durante o período de cheias” (GOULARTI FILHO, 2002, p.91).

As árvores eram, geralmente, compradas no mato. Segundo Aloísio Lauxen, que trabalhou como balseiro e cozinheiro na atividade balseira, em 1947, pagava-se de vinte a vinte e cinco mil-réis por árvore (final da década de quarenta). “*Eles [os patrões] compravam madeira no mato, ficavam junto para derrubar o cedro, e também já tinha boi e tudo. Então eles mandavam levar para o rio. Aqui no mato, pagava naquele tempo vinte a vinte cinco mil réis a árvore*”².

Nessa época, com tal soma, era possível comprar dois alqueires de terra. Para retirar a madeira, primeiro escavavam em torno da árvore até que ficasse o mais próximo possível da raiz. Em seguida, cortavam a tora com machado. Após isso, descascavam a madeira e cortavam o cimo da árvore. Finalmente, arrastavam e encarreiravam, colocando cada tora ao lado da outra.

Para tirar as toras do mato, usavam três, quatro ou até cinco juntas de bois. Das glebas, primeiramente, o transporte era feito com *carretão*, ou seja, espécie de carroça sem a caixa, puxada por burros ou por juntas de bois. Mais tarde, como assinalado, depois da Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, foram utilizados os primeiros caminhões. A princípio, utilizava-se o carvão (conhecido popularmente por *gás pobre*) como combustível e, mais tarde, o óleo diesel.

Segundo Bellani (1995, p.118), o pelotão era formado “de 10 a 15 toras, amarradas a uma travessa de madeira de lei, forte, cuja espessura variava de 20 a 25 cm de diâmetro, chamada pelos balseiros de ‘lata’. A lata possibilitava a amarração e a fixação da madeira”. Em seguida, as madeiras eram amarradas com cipó, doze voltas de cada lado da vara, para que ficassem bem firmes

² Atualmente mora em Itá/SC. Entrevista concedida à autora em 01/10/04. Acervo Particular.

– era a *gravata*. Isso dava a devida aderência à madeira, formando um *pelotão* compacto, que era unido a outro *pelotão* por mais uma *gravata*. Feito assim, de maneira sucessiva, tinha-se a balsa, formada por dez pelotões ou mais.

Uma balsa possuía, em média, de 180 a duzentas toras. Seu tamanho era de dez metros de largura, por noventa a cem metros de comprimento. Em cima das toras eram construídas duas casinhas (ou *ranchos*). Uma era utilizada para armazenar os mantimentos e fazer a comida, a outra, um pouco maior, servia para proteger as mochilas, as roupas dos balseiros e para abrigar os peões quando a balsa estava ancorada.

Na região do Alto Uruguai catarinense, o cedro era a principal madeira destinada ao comércio por meio das balsas. Comercializava-se também o louro, a guajuvira, a araucária, a açoita e a cabriúva. Para fazer o transporte das madeiras pesadas, como o pinheiro, por exemplo, era preciso intercalá-las com o cedro. Também era necessário fazer uma amarração bem resistente para que as toras não afundassem.

Depois de prontas, as balsas ficavam à espera de uma enchente que elevasse o nível da água, para serem levadas até São Borja, no Rio Grande do Sul, e dali para a Argentina e Uruguai, onde seriam comercializadas. O professor Delmir José Valentini (1994, p.85) lembra, em *Tropeiros, Ervateiros e Balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense*: "Pronta a balsa era só aguardar a enchente, indispensável para a largada e requisito para vencer o itinerário dos obstáculos naturais que se compunham de cachoeiras, remansos, pedras, peraus, ilhas, curvas, corredeiras, neblina, chuva e frio. Tudo dependia das condições climáticas, do número e da habilidade dos balseiros".

O nível das águas deveria aumentar em quatro metros, no mínimo, e era chamado de *ponto de balsa* (VALENTINI, 1994). Este era o limite mínimo para elevação do nível da água. Quanto maior o nível da água, menor o tempo da viagem. As balsas de toras eram preparadas no leito, ao longo de todo o rio Uruguai. Os locais de partida eram os chamados pontos baixos e ficavam em Entre Rios, Porto Itá, Barra do Uvá e Linha Simon, todos no estado de Santa Catarina.

De Chapecó, no porto de Goio-En, saíam as balsas feitas com madeira de pinheiro serrada. Para fazer as amarras, era utilizado o arame galvanizado, embora o cipó oferecesse maior segurança, devido à sua maleabilidade. Heitor Angeli (2000, p.58) comenta o fato e menciona os principais comerciantes envolvidos nessa atividade: "A partir da década de quarenta, muitos madeireiros partiram para a construção de balsas de pinho serrado. Muitos foram os que adotaram esse meio de transporte para a Argentina, possuindo uma liderança destacada o coronel Francisco Bertazo e seu filho Serafim Bertazo, a Cooperativa Chapecó, Irmãos Pagnoncelli, Emílio Grando, Germano Hoffmann, Ernesto Fronza, Nenê Barthier e os Frare de Nonoai".

A opção pela venda do pinho deu-se especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, em 1939-45, quando essa madeira teve um aumento de valor considerável. Apesar das dificuldades, como a distância do rio para encontrar as árvores e o fato de que essa madeira flutuava de maneira precária, os madeireiros dedicaram-se com afinco ao transporte de toras de pinho.

Durante muitos anos, a balsa foi a principal fonte de renda para os balseiros que, em geral, também eram pequenos agricultores. O rendimento obtido com essa atividade era bem maior que o da venda de produtos cultivados. Muitos balseiros, concluídas as viagens, investiram os salários nas propriedades ou em outros negócios, como madeiras, alambiques ou mesmo no comércio.

3 APESAR DOS PERIGOS... FINALMENTE A VIAGEM

A viagem era um misto de perigo e aventura. Em média, eram necessários de dez a doze homens para conduzir uma balsa, cada qual com funções determinadas. Heitor Angeli (2000, p.57) narra: “Geralmente eram utilizados cinco homens para cada remo, dois para levantar e três para puxar a remada. Em poucas passadas a balsa obedecia e rumava para o lado desejado; em cada extremidade da balsa eram colocados dois remos.”

Segundo o dicionário Globo (1989), remo é uma “peça comprida de madeira, achatada num dos lados, que serve para fazer avançar na água embarcações pequenas”. Heitor Angeli (2000, p.57) assim descreve o *remo* das balsas: “[...] esses remos de uns oito metros de comprimento eram feitos de madeira menos propensa a quebrar. A preferência era para o *guatambu* e a *gramixinga marfim* [...] eram muito bem faquejados e alisados para dar maior conforto e melhores condições de remar”.

O *guatambu* é madeira de coloração amarelada, com superfície lustrosa e lisa, pesada e dura, que se encontra do Rio de Janeiro e Minas Gerais até Santa Catarina. Ela é usada na construção civil (caibros, vigas e assoalhos); em obras externas, na confecção de móveis, peças torneadas e cabos de ferramentas. Por sua vez, o *gramixinga marfim* é madeira pesada, de cerne branco-palha-amarelado, de textura fina e superfície lisa ao tato, medianamente lustrosa. É utilizada na fabricação de móveis, laminados decorativos, molduras, peças torneadas, peças para esporte e outros artefatos; na construção civil, serve para a fabricação de vigas, caibros, ripas, rodapés, tábuas e tacos para assoalhos, cabos de ferramentas, etc.

Um dos trabalhadores era o responsável pela alimentação, tarefa que, segundo parece, não era considerada prazerosa. Nesse sentido, Aloísio Lauxen relatou: “*Eu fui umas quantas vezes o cozinheiro. Então, quando tinha uma defesa braba, eu ajudava a remar, senão eu ficava na cozinha. Pra mim, o pior trabalho era fazer comida, eu não gostava muito*”³. Os mantimentos eram fornecidos pelo patrão, o dono da balsa, que levava feijão, arroz, farinha de milho, carne suína

³ Atualmente mora em Itá/SC. Entrevista concedida à autora em 01/10/04. Acervo Particular.

e frango, charque, pão, erva para o chimarrão, banha, água, e aguardente. A popular ‘pinga’ tinha boa utilidade. Ao ser entrevistado, o ex-balseiro José Martins de Oliveira comentou: “[...] *[a gente] levava cinco até seis garrações. De noite, naquele frio do inverno, ou lá para baixo, onde tinha vento de dia e à noite frio, a solução era tomar uma pinga*”⁴.

O *fogão* era um caixão com terra, com uma chapa de ferro, coberto com folhas e galhos de taquara, sendo que mais tarde foram utilizadas tábuas. Fazia-se um *estaleiro* para pendurar as panelas, também de ferro. A lenha era sempre mantida em local protegido, já que era necessário que estivesse sempre seca para fazer o fogo. O cozinheiro ajudava habitualmente no controle dos remos, enquanto os demais balseiros faziam as refeições.

Quando iniciava a época das chuvas torrenciais, que provocavam as enchentes, mesmo as paragens habitualmente não navegáveis do rio Uruguai permitiam o transporte das balsas. Como assinalado, os balseiros eram, em sua maioria, agricultores. Ao iniciar o período de chuvas, aceleravam a colheita, recolhiam a lenha para a família e guardavam o pasto para os animais, procurando deixar a família abastecida durante a ausência, devido à viagem pelo rio.

Para Tedesco e Sander (2002, p.222) outras categorias de profissionais viajavam com as balsas: “Havia, em meio aos peões (que se deduz serem, em grande parte, caboclos), os cortadores, os arrastadores, o rolator, os armadores, os buscadores de cipó, os fazedores de roça, o pescador, o cozinheiro e o ajudante. A balsa era uma atividade que exigia precisão, perspicácia, previsão, projeção (das condições do tempo, do tempo e da maneira de chegar ao destino), coordenação, aventura e paixão”.

Um desses trabalhadores do rio era o prático, o maior responsável pelo bom andamento da viagem e pela segurança dos trabalhadores. Para chegar a esse posto, era necessário fazer algumas viagens e, sobretudo, conhecer bem o rio e seus perigos. Ele tinha a melhor remuneração, em função do cargo que ocupava. Recebia de três a quatro vezes mais que os outros profissionais. A professora e historiadora Eli Maria Bellani (1995, p. 118), em *Balsas e balseiros no rio Uruguai*, descreveu o *capitão* da balsa: “O prático era o elemento indispensável para o manejo da balsa. Homem que tinha grande esperteza e vivacidade, conhecia tudo, desde a formação da balsa, a época certa para o início da viagem, o nível do rio, os perigos das corredeiras, *ressorjos*⁵, ilhas e os chamados chefadores que são as pontas de mata que avançam sobre o rio”.

Todos os balseiros viajavam em cima das madeiras. Quando o trajeto estava tranquilo, após alguns dias de viagem, a balsa era amarrada às margens do rio, para que os tripulantes pudessem dormir e descansar. Às vezes, o *patrão*, ou seja, o *armador-balseiro* acompanhava os balseiros.

⁴ Entrevista concedida à autora em 01/07/2005. Atualmente reside em Linha Santa Catarina – Concórdia/SC.

⁵ O resorjo era espécie de redemoinho que *sugavam* as balsas, *debulhando-as*.

Porém, mais costumeiramente, ele seguia por terra, livrando-se dos perigos e dos trabalhos, aguardando os empregados e as madeiras em São Borja.

Devido à instabilidade do clima da região, não havia uma época certa para realizar as viagens, que se efetuavam quando ocorria muita chuva. Segundo depoimentos, nos anos de 1942 e 1943, não ocorreram enchentes. Entretanto, no ano seguinte, em 1944, choveu o ano inteiro e o rio permaneceu com o nível de água elevado, o que permitiu que fossem preparadas e levadas balsas praticamente o ano inteiro.

A viagem de Itá, em Santa Catarina, até São Borja, no Rio Grande do Sul, durava em média sete dias, dependendo do volume d'água, pois, como assinalado, quanto mais cheio o rio, mais rápida era a duração da viagem, pois mais rápida era a vazão das águas. Cada trabalhador recebia o pagamento por dia trabalhado.

Os primeiros dias, depois que saíam de Itá, eram os mais atribulados, pois havia muitas corredeiras e ilhas, que exigiam mais atenção e destreza dos profissionais. Os balseiros deveriam continuar remando, independente das condições de tempo.

O sucesso da viagem era medido pelo mínimo de toras que se perdia. Isso acontecia quando a balsa batia nas pedreiras, nas ilhas ou em uma corredeira, quebrando-se o cipó que a prendia, o que ensejava que as madeiras se soltassem. Cilfredo Klein⁶ assim descreve: “[...] o remanso do Uvá fazia um ressurjo muito grande [...] A balsa entrava lá, chupava e saía todas as toras soltas, debulhava tudo, [...] dava umas três voltas e virava um funil, até que, por fim, ela ia retornando até fechava em cima e as toras saltavam fora, hoje não tem mais nada disso. O passo do Uvá encheu de terra e de madeira é hoje um poço só”.

Muitas vezes já havia, próximos aos locais mais perigosos, homens esperando para pegar as madeiras desgarradas, para vendê-las clandestinamente, conforme Severino Aigner⁷ comenta: “Eles [os ladrões] cortavam a marca a das toras e roubavam as madeiras [...]. Ficavam nos rios que entram no Uruguai. A madeira ficava represada e era levada para dentro do rio onde eles estavam, aí eles a escondiam. E depois, mais tarde, vendiam”.

Havia trechos bastante perigosos, como o Salto Grande, a ilha Comprida, as Nove Voltas, as ilhas Gêmeas. Como esses locais exigiam toda a atenção possível dos balseiros, eles passavam dia e noite sem dormir, quando atravessavam essas regiões. Tedesco (2002, p. 222) narra: “[...] os perigos maiores eram, em ordem crescente: as pequenas ilhotas, o saltinho do Lameu, a Rapadura, a Ilha do Chapecó, a Corredeira Comprida, Passarinhos; adiante vinham as Ervas, a Fortaliza, Macaco Branco, Salto de Macunã; aí então vinha o ressurjo do Cipó, as Nove Voltas, o Saltinho do Sertão, a

⁶ Cilfredo Klein foi balseiro. Entrevista concedida à autora em 13/08/2004.

⁷ Severino Aigner foi balseiro e filho de patrão. Entrevista concedida à autora em 01/10/2004.

Corredeira do Santo Ezídio, a Cancha de Santa Maria; seguindo o Salto Grande, que era muito perigoso, totalizando dezesseis quilômetros com uma caída e uma velocidade intensa de água”.

Para proteger a balsa no Salto Grande, era necessário colocá-la na entrada do canal. Para tal, o prático ordenava o recolhimento dos remos. Quando a balsa chocava-se com as *marretas*, que eram altas ondas, o primeiro pelotão subia e cortava o fundo. Então, os balseiros permaneciam todos no meio da balsa, pois nas pontas era perigoso. Ninguém estava protegido. Para Cilfredo Klein, “a segurança era a coragem”.

Em alguns locais, como no Uvá, em Itá, Santa Catarina, havia os citados *ressorjos*. O risco foi assim descrito por Barbosa (1995, p.71): “Aqui os balseiros novatos ou distraídos, por vezes, passavam horas rodopiando, rodopiando, sem poder sair”. Esses eram alguns dos motivos pelos quais era necessário esperar que o nível do rio se elevasse ao máximo, pois assim diminuiria o risco de encontrar esses perigos pela frente.

A responsabilidade e experiência do prático eram fatores determinantes para o sucesso de uma viagem. Ele deveria tomar grande cuidado com a neblina no rio Uruguai, pois ficava sem visão e a balsa poderia chocar-se nos barrancos. Valentini (1994, p.85) diz que a “neblina dificultava a localização da altura da viagem. O relógio e o eco dos gritos ou assobio dos balseiros permitiam que os mesmos pudessem orientar-se e determinar mais ou menos em que ponto do trajeto se encontravam”. Acrescente-se a isso o fato de que próximo a esses locais de perigo, em algum afluente do rio Uruguai, estavam os ‘ladrões’, conforme mencionado, esperando que alguma balsa se desfizesse.

Para evitar o saque das toras, cada *patrão* possuía uma espécie de martelo, com uma marca, que geralmente era uma palavra ou sigla que o identificasse. Severino Aigner explica: “*Cada balseiro ou empresário tinha marca. Por exemplo, a nossa marca era Uvá, porque era um martelo escrito Uvá. Então, batia aquele martelo, cravado, batia na tora então ficava em cima ‘Uvá’, que era marca da firma. Então se extraviasse a madeira pelo rio, a gente recuperava. Umas era ‘Bósio’, era tudo assim, a nossa marca era Uvá*”. Sobre isso, Barbosa (1995, p.69) também assinala: “André chegou. Distribuiu ordens. Trepou na pilha de tábuas que traziam as letras R + C, iniciais de Reinaldo Cherubini, fabricante e proprietário.”

4 FIM DE UMA VIAGEM... PREPARAÇÃO PARA OUTRA

Quando os balseiros chegavam ao seu destino, em São Borja, no Rio Grande do Sul, encontravam com o patrão, que já estava à espera dos empregados e das madeiras. Algumas vezes eram recepcionados com um churrasco, para comemorar a chegada. Ali mesmo, os trabalhadores

recebiam o pagamento. Alguns gastavam o seu dinheiro em São Borja, mas a maioria trazia para casa e investia nos negócios da família, como registrado.

Para Angeli (2000, p.65), havia outras formas de gastar o dinheiro: “A descida de balsa para o peão era uma aventura gostosa. Além de viajar e conhecer outros lugares ganhava um bom dinheiro. Em cinco dias recebia o valor de dois meses de trabalho, mas, como não tinha noção de economia, gastava tudo em supérfluos, principalmente coisas da Argentina. O Uruguai era uma esperança, uma porta que se abria para o futuro, para as aventuras, as farras nas descidas, os cabarés de São Borja, que na época de enchente se enchiam de mulheres de todos os cantos e principalmente correntinas... O balseiro quase sempre era explorado pelas damas da noite, e muitas vezes um velho remador tinha que pedir dinheiro emprestado para voltar, porque gastara todo o seu em uma única noite”.

O retorno acontecia por via terrestre. De São Borja até Santa Maria, eles vinham de trem. De Santa Maria a Erechim, de ônibus, e, de lá, vinham a pé até Itá (aproximadamente 50 km). A partir dos anos 1950, era utilizado o caminhão como meio de transporte até Erechim. De lá a Itá já poderiam dispor de ônibus. O retorno demorava de três a quatro dias. Dependendo das condições do tempo, muitas vezes esses trabalhadores logo seguiam viagem com mais uma balsa pelo rio Uruguai.

Enquanto os balseiros retornavam para casa, o *patrão*, com um ou dois peões, ficava para comercializar a madeira. Os trabalhadores cuidavam da balsa e o *patrão* procurava os compradores. Muitas vezes a negociação era difícil, em função da superprodução e da especulação. Isso prolongava a permanência em São Borja. Eventualmente pernoitavam nos hotéis da cidade, o Glória, o Silva, o Muller e o Guedes. A madeira era vendida por *varas*, sendo que dezoito delas correspondiam a um metro cúbico. Os compradores eram brasileiros e argentinos, que adquiriam as toras para exportar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a abertura de novas estradas e a utilização do caminhão como meio de transporte, a madeira deixa de ser escoada pelo rio Uruguai e transita por terra. Essa atividade ocorre com muito menos intensidade, já que o cedro, madeira principal, estava se tornando escasso. Para o balseiro Alfred Gerhad Schefler (GERASUL, 2000, p. 60): “O comércio da madeira com a Argentina começou, mais ou menos, em 1918 e terminou em 1965 porque o governo proibiu”.

Encerra-se, assim, essa modalidade de trabalho tão importante para a região e para esses trabalhadores que tiravam dessa atividade o capital para manter a pequena propriedade de que dispunham. Alguns aplicaram o lucro obtido em outras atividades, como o comércio, madeireiras e

alambiques. Outros, na terra e na agricultura. Outros, ainda, gastaram seu capital, sem investir em nada.

De um modo geral, desde o Estreito do rio Uruguai, em Marcelino Ramos/RS, até Goio-En, em Chapecó/SC, a atividade balseira foi muito intensa. O comércio da região foi financiador dos balseiros e beneficiário deles. Angeli (2000, p. 60) assim descreve: “Uma coisa era evidente: o crédito dado aos balseiros tinha retorno certo. Podia demorar, porque devia-se esperar o regresso de San Tomé, mas voltava”.

O ‘negócio das balsas’ deixou de existir há mais de cinquenta anos. Sua história hoje é representada nos palcos de teatro, no cancionero nativo e em contos da região. A importância maior dessa atividade é que ela representou a principal fonte de renda para muitos trabalhadores e foi fundamental no alicerce da economia regional.

Há muito ainda a ser pesquisado e isso tem sido feito incansavelmente. Pretendemos utilizar a maior quantidade de fontes possíveis, para podermos relatar de forma mais completa essa modalidade de trabalho. Ela foi, durante muito tempo, a principal fonte de renda para muitas famílias da região, além de contribuir para o crescimento econômico e desenvolvimento de muitas cidades do Alto Uruguai catarinense e gaúcho.

REFERÊNCIAS

ANGELI, Heitor Lothieu. **O Velho Balseiro**: a saga dos balseiros do rio Uruguai. Porto Alegre: EST Edições, 2000.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Semblantes de pioneiros**. Porto Alegre: EST Edições, 1995.

BARCELOS V. D. **O governo Borges e a indústria da madeira na região nordeste do estado (1928-1989)**. Porto Alegre: PUC, 1988.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**. Florianópolis: UFSC, 1991.

_____. Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950). In: **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste**. Para uma História Catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____. **A campanha do Contestado**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca da História, 1981.

CUNHA, Idaulo J. **A Evolução econômico industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

D'ANGELIS, Wilmar. **Contestado**: a revolta dos sem-terras. São Paulo: FTD, 1991.

FERREIRA, Antenor Geraldo Ferreira. **Concórdia**: o rastro de sua História. Concórdia: Fundação Municipal de Cultura, 1992.

GERASUL. **Os trabalhos e os dias**: histórias de vida de antigos moradores da barragem da UHE – Itá. Caxias do Sul: UCS, 1985

GERASUL; CSN; Itambé. **Ita**: memória de uma usina. Itá: Gráfica Takano, 2000.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

GREGORI, V. **Capitalismo, latifúndio, migrações**: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – zona norte e a região de Santa Rosa. Porto Alegre: PUC, 1988

LUFT Celso Pedro; FERNANDES, Francisco; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1989.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

POLI, Jaci. **Caboclo**: pioneirismo e marginalização. Chapecó: FUNDESTE, 1991.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. São Paulo: Ática, 1981.

RÜCKERT, A. **A produção capitalista do espaço**: construção, destruição e reconstrução do território no planalto rio-grandense. São Paulo: Unesp, 1991

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF, 2002.

VALENTINI, Delmir José. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. Caçador: Universidade do Contestado, 1998

_____. **Tropeiros, ervateiros e balseiros**: memoráveis personagens da história do sertão catarinense. In: **Ágora**: Revista de divulgação científica da Universidade do Contestado, Caçador, v.1, n.1, p. 84-87, jan./jul.1994.

WERLANG, Alceu. **A colonização do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2002.

Entrevistas:

Aloísio Lauxen

Cilfredo Arthur Klein

José Martins de Oliveira

Severino Carlos Aigner.

A VIDA NA “BABEL OPERÁRIA”: INTER-RELAÇÕES ENTRE AS IDENTIDADES ÉTNICA E OPERÁRIA NO MUNDO DO TRABALHO (PORTO ALEGRE 1896-1920)*

Isabel Bilhão**

No ano de 1896, ao comentar os avanços da organização operária porto-alegrense, decorrentes da criação da *Liga Operária Internacional*¹, um artigo publicado no jornal *Gazetinha* destacava, como um dos principais problemas da nova associação, a dificuldade de entendimento devido à diversidade idiomática dos grupos que a compunham. Para o articulista, a *Liga Operária* era “quase uma Babel” e o principal problema daí decorrente era a morosidade com que transcorreriam as reuniões uma vez que a elas compareciam “sócios de diversas nacionalidades, brasileiros, alemães, italianos” e estes acabavam por não se entender sendo, portanto, necessário a intermediação de intérpretes para que todos os presentes tomassem conhecimento das “opiniões ou propostas apresentadas no decorrer da sessão”. O articulista ponderava que essa medida, além de tornar a reunião enfadonha, obstava “a que qualquer assunto sujeito da deliberação da assembléia geral daquele grêmio [fosse] discutido com a amplitude necessária, e mesmo [podendo] dar margem a inconvenientes oriundos de má tradução se por acaso o interprete não [fosse] bastante habilitado”. Portanto, opinava que,

Preferível seria que os operários se reunissem em clubes conforme o idioma que falam, isto é, os brasileiros e os portugueses em um clube brasileiro, e os alemães e os austríacos em um outro alemão, e assim os italianos etc.

Esses núcleos, no entanto trabalhariam de acordo naquilo que fosse de interesse geral da classe, e para isso suas diretorias escolheriam companheiros dentre si para formar um diretório da confederação operária².

Embora se possa ressaltar que essa não é uma característica exclusiva dessa ou daquela cidade e sim uma das formas marcantes da constituição do movimento operário brasileiro, particularmente, esse documento deixa entrever como a incipiente organização operária porto-alegrense tentava lidar com os problemas decorrentes da diversidade étnica que marcou a formação

* Essa discussão é parte de minha tese de doutorado intitulada “Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)” que se encontra disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000521033&loc=2006&l=925d99832fd2ae17>

** Doutora em História pela UFRGS, Professora do Departamento de História e Geografia da UCS. E-mail: bilhao@brturbo.com.br

¹ A *Liga Operária Internacional* foi fundada em 17 de novembro de 1895, segundo o cronista Archimedes Fortini, as primeiras reuniões ocorreram em um sobradinho da Rua Ramiro Barcelos, onde residia um velho alemão chamado Frank, que cedia sua casa para essa finalidade. Encabeçando a fundação dessa entidade estavam Francisco Xavier da Costa, Pedro Tácito Pires e Lucídio Marinho Prestes. FORTINI, Archimedes. *Revivendo o passado*. Porto Alegre: Sulina, p. 163-165. Apud: PETERSEN, Silvia. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, p. 96.

² *Gazetinha*, Porto Alegre, 10/5/1896, p.1.

da cidade, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, e interferiu substancialmente na forma como as relações sociais ocorreram no interior do mundo operário.

À primeira vista, a fonte de conflitos parecia emanar apenas da dificuldade de entendimento entre operários que falavam diferentes idiomas, algo que na opinião do articulista poderia ser resolvido tão somente com a separação desses operários em grupos que pudessem “falar a mesma língua”.

Mas, indo um pouco além, o texto permite observar que, no final do século XIX, os principais grupos étnicos formadores do operariado porto-alegrense, ou pelo menos aqueles que mereciam as preocupações do articulista, seriam: os “nacionais” – onde estavam inseridos todos os descendentes, miscigenados ou não, da colonização mais antiga da cidade: açorianos, indígenas, afro-descendentes, falantes de português; os “alemães”: grupo heterogêneo formado por falantes de línguas germânicas, como por exemplo, os austríacos, e abrangendo tanto estrangeiros quanto nascidos no Brasil, descendentes de imigrantes oriundos da área de colonização (os teuto-brasileiros); e os “italianos”, compreendendo igualmente os indivíduos vindos da Itália ou seus descendentes, provenientes da região colonial rio-grandense (os ítalo-brasileiros). Ainda não estão contemplados nesse artigo outros grupos que viriam a se somar ao contingente operário da cidade como, por exemplo, os poloneses e os espanhóis.

Esse texto ilustra um período onde ainda era possível pensar a solução dos problemas apenas com a organização de entidades étnicas de trabalhadores. Com o passar do tempo e com o aumento significativo do número de operários de diversas procedências, novas tensões tenderão a ocorrer – aí incluídas as ideológicas – e o próprio debate em torno da comunicação operária irá se complexificar, pois o contexto operário da segunda metade do século XIX foi marcado pela chegada de um contingente populacional formado por levadas sucessivas de imigrantes que, entre outros fatores, saíam de regiões ainda em vias de unificação e que se identificavam, inclusive do ponto de vista lingüístico, com suas regiões de origem e não propriamente com os novos Estados e que tinham, portanto, seu elo mais forte de ligação baseado no orgulho étnico e não na identidade nacional³.

Ao longo do tempo, novas tensões e disputas irão surgir, estimulando transformações na convivência e nos significados que perpassavam o cotidiano desses novos trabalhadores da cidade.

³Ver: IANNI, Octávio. “Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana”. In: *Imigração Italiana: estudo*. Porto Alegre/ Caxias do Sul: Editora EST/EDUCS, 1979, p. 11-14; GIRON, Loraine. “A imigração italiana no RS: fatores determinantes”. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2ª ed. 1992, p.47-66; LANDO, Aldair & BARROS, Eliane. “Capitalismo e Colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul”. In: DACANAL. *RS: Imigração...*, p. 9-34.

Joan Bak, em seu estudo sobre a greve de 1906⁴, aponta para algumas dessas mudanças. Para ela, essa greve ocorreu em um momento de rápida transformação da autoconsciência, no qual comunidades étnicas – principalmente a germânica e a italiana – começavam a se transformar em comunidades heterogêneas. A autora constata que a experiência da greve não apenas acelerou esta mudança como também forçou os empresários (em sua maioria alemães) a demonstrar inequívoca e publicamente em que medida seus interesses de classe eram superiores a qualquer solidariedade étnica que os trabalhadores pudessem achar que existia⁵.

O enfoque principal dessa comunicação está, portanto, centrado nas relações, nem sempre pacíficas, entre as identidades étnica e operária. Entretanto, para melhor entendermos essa questão, cabe definir o que entendo por “identidade étnica”. Nesse sentido, pode-se observar que a identidade étnica, como qualquer outra identidade coletiva, é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo aqueles que os integram ou não.

Dessa forma, é mais importante procurar saber em que consistem tais processos de organização social, através dos quais se mantêm, de modo mais ou menos duradouro, as distinções entre o “nós” e “os outros”, mesmo quando se transformam ou perdem o significado as características diferenciadoras do “nós” e dos “outros” no decorrer da história do grupo. Encarada dessa perspectiva, observa-se que a etnicidade não é um conjunto atemporal, imutável de “traços culturais” (crenças, valores, símbolos, ritos, etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo. Pelo contrário, ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de transformar-se⁶.

Girarda Seyferth agrega à idéia de identidade étnica “uma definição mais ou menos objetiva”⁷, destacando, para isso, dois aspectos: o primeiro, de que a distintividade de um grupo está baseada numa cultura e numa história comuns “[...] o que significa a classificação categórica

⁴ Essa é a primeira greve geral do Estado do Rio Grande do Sul; estima-se que a maioria dos operários da cidade tenham paralisado suas atividades por 21 dias, durante o mês de outubro de 1906. Ver, entre outros: BAK, Joan. “Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre”. *Métis História e Cultura: Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*: Caxias do Sul (RS): EDUCS, v.2, n.4, jul.-dez./2003, p. 181-224. BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 42-68. PETERSEN, Silvia. *Que a União Operária...* SCHMIDT, Benito. *O Patriarca e o Tribuna: Caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas/SP: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2002, p.165-267. Publicada em livro como: *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

⁵ BAK. “Classe, etnicidade...”, p. 201.

⁶ Ver: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. Seguido de “Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth”. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.11.

⁷ SEYFERTH, Girarda. “Etnicidade e cultura: A constituição da identidade teuto-brasileira”. In: ZARUR, George Sequeira Leite. *Etnia e nação na América Latina*. Washington, D.C.: OEA/INTERAMER, 1996, p. 18.

dos membros do grupo a partir de um conjunto de critérios de pertencimento que incluem características culturais e sociais objetivamente identificáveis”.

O segundo aspecto diz respeito à importância dos elementos de natureza simbólica que podem levar ao reconhecimento da presumível origem comum dos membros de um determinado grupo étnico. Nesse sentido,

[...] a etnicidade oferece um conjunto de identificadores culturais e sociais que relacionam pessoas a um grupo específico através de critérios de inclusão e exclusão que podem mudar no curso da história. Em grande parte, tais identificadores formam um sistema de símbolos étnicos que criam uma espécie de consciência coletiva⁸.

Dessa forma, o foco das pesquisas sobre etnicidade passou do estudo das características dos grupos para o estudo das propriedades de um processo social. “A forma tomou o lugar da substância, os aspectos dinâmicos e relacionais substituíram os aspectos estáticos e o processo tornou-se mais importante do que a estrutura”⁹. Logo, os grupos étnicos não podem mais ser definidos isoladamente, mas como entidades que emergem da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto dado de relações inter-étnicas que podem ser perpassadas por diferentes fatores: situações migratórias, fenômenos de colonização e de descolonização, etc.

Particularmente, tais observações interessam a essa discussão, pela relevância dada aos elementos objetivamente identificáveis de inclusão e exclusão em uma comunidade identitária, pois, como já foi dito, estou partindo da hipótese de que, em alguns momentos, as inter-relações identitárias podiam manter uma convivência “pacífica” ou complementar no interior de uma mesma comunidade, ao passo que, em outros, as tensões existentes levavam os sujeitos a se reconhecerem prioritariamente a partir de uma ou outra forma de identificação.

Nesse sentido, é interessante observar mais concretamente alguns exemplos do contexto de vivências étnicas e operárias na Porto Alegre da segunda metade do século XIX. Naquele momento, a cidade tornava-se atrativa a um novo contingente populacional, verificando-se um crescimento comercial e industrial profundamente vinculado ao circuito econômico da chamada região colonial do Rio Grande do Sul. Um dos resultados significativos dessa integração com a economia colonial foi a grande transformação urbana que marcou a cidade¹⁰. O ritmo acelerado das obras fez com que Porto Alegre se tornasse atrativa a novas levas de trabalhadores, que afluíram tanto do interior do RS quanto de outras partes do país e mesmo do exterior.

⁸SEYFERTH. “Etnicidade...” p. 19.

⁹POUTIGNAT. *Teorias...* p. 64.

¹⁰ Cito alguns eventos reveladores de tal processo: em 1861 – encanamento de água; 1864 – primeira linha de bondes; 1872 – instalação definitiva do serviço de bondes; 1874 – iluminação a gás; 1879 – fundação da primeira companhia de seguros do RS (a Phenix); 1884 – serviço telefônico; 1896 – fundação da Escola de Engenharia. SINGER. *Desenvolvimento econômico...* p. 162.

Na virada para o século XX, Porto Alegre passou por um rápido crescimento urbano, sua população que era de 52.000 habitantes, em 1890, dobrou em 1910. Juntamente com a população, cresceram os problemas habitacionais da cidade, os cortiços aumentaram em mais de quatro vezes, de trezentos, em 1890 para mais de mil e duzentos em 1904¹¹.

Além dos antigos cortiços, localizados nos arrabaldes, novos núcleos (ou ajuntamentos) populacionais passaram a ser cenário de convivência de diversos grupos étnicos e essa situação acabou por marcar a geografia da cidade. Exemplar, nesse sentido, é a ocupação do 4º Distrito – região operária formada pelos bairros São João e Navegantes –, originária tanto da chegada de imigrantes alemães e de outras nacionalidades quanto da concentração de trabalhadores de descendência alemã provenientes de São Leopoldo e outras regiões do Rio Grande do Sul¹².

Essa nova realidade permitiu que pessoas provenientes de distintos lugares, e que dificilmente se sentiriam parte de um mesmo grupo étnico em suas regiões de origem, passassem a ser vistas pelos outros e a se identificarem a partir de uma identidade étnica redimensionada e redefinida nesse novo contexto. Aqui se pode citar o exemplo dos “alemães”, grupo proveniente de distintas regiões e falantes de diferentes dialetos de origem germânica que, ao conviverem entre si e com os descendentes de imigrantes provenientes da região colonial, passaram a se perceber e a serem percebidos como formadores de um mesmo grupo étnico. Assim, características que antes os distinguiam foram amenizadas e traços identificadores foram reforçados (gostos, aspecto físico, teatralização de festas ou cerimônias).

Some-se a isso o fato de que a modernização e o crescimento das oficinas e fábricas da cidade esteve profundamente vinculado aos investimentos de empresários provenientes da região colonial, especialmente os teuto-brasileiros¹³, da mesma forma que o emprego da mão-de-obra muitas vezes obedeceu a critérios étnicos. Essa situação explica-se pelo fato de que os empresários (tanto das indústrias quanto de grandes empresas comerciais) preferiam recrutar na Alemanha os técnicos para a montagem, operação e supervisão do funcionamento das novas máquinas, ao passo que os trabalhadores não especializados eram recrutados entre os oriundos da colônia alemã e entre os trabalhadores “nacionais”.

Além disso, os trabalhadores de origem germânica seriam vistos pelos líderes políticos locais, conforme destaca Joan Bak, não como elementos perigosos que precisassem de repressão, “mas

¹¹ RIO GRANDE DO SUL. *Anuário do Estado*, 1893, p. 156; RIO GRANDE DO SUL. “Repartição de Estatística - Relatório 1913”. *A Federação*, Porto Alegre, 1914, p. 24.

¹² FORTES, Alexandre, *Nós do quarto distrito Nós do Quarto Distrito – a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2004, p. 3-22.

¹³ Um estudo já clássico sobre o tema é o de SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977. Outro trabalho, mais específico, é o de PESAVENTO, Sandra. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

como artesãos independentes, trabalhadores e virtuosos de ‘boa estirpe européia’ que muito poderiam contribuir para o desenvolvimento regional”¹⁴. Assim, o peso da etnia alemã no contexto operário da cidade será um dos pontos importantes a considerar nessa análise.

Um dos fatores que merecem destaque no que diz respeito à participação dos alemães nos primórdios da organização do movimento operário porto-alegrense é, entre outros, o fato de que a primeira entidade operária da cidade – a *Allgemeiner Arbeiter Verein* (União Geral de Trabalhadores), fundada em 1892 e que funcionou até a década de 1930¹⁵ – é obra de alemães. Desde o principio, uma das características marcantes da *Allgemeiner* foi a propaganda do pensamento social-democrata alemão ou, pelo menos, de um socialismo difuso e da divulgação da vida e obra de alguns de seus pensadores¹⁶.

Além disso, a publicação de importantes documentos, como os estatutos do *Partido Socialista*, de 1897, em português e alemão, pode indicar tanto a proximidade de parcelas do operariado alemão à social-democracia quanto a relevância do componente étnico no movimento operário nascente em Porto Alegre.

Esses indicativos levaram alguns estudiosos a considerar que em Porto Alegre chegou a formar-se “uma elite operária étnica e culturalmente alemã”¹⁷. Talvez seja devido a isso que uma das primeiras disputas levadas a efeito pelas lideranças anarquistas porto-alegrenses tenha sido justamente pela redução das influências idiomática e ideológica dos alemães no interior das entidades operárias da cidade. Uma das grandes campanhas realizadas, em inícios do século XX, pelos militantes anarquistas, defendia que o operariado em geral passasse a se comunicar no idioma local, sendo propagandeada a tese de que a língua oficial “deve ser aquela do país onde os trabalhadores moram”¹⁸.

Contudo, na prática, imperava o reconhecimento pragmático de que muitos trabalhadores locais ainda dependiam da língua alemã. Prova disso é que a maioria dos grandes movimentos grevistas ocorridos nas primeiras décadas do século XX contaram, em suas mobilizações, com

¹⁴ BAK. *Classe, etnicidade...* p. 185.

¹⁵ A *Allgemeiner* constitui-se, portanto, numa das mais duradouras entidades operárias que se tem notícia no país. GERTZ, René. “Um jornal anarquista em Porto Alegre: *Der Freie Arbeiter*. *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 140, dezembro, 1990, p. 607.

¹⁶ Nesse período se encontram vários textos comemorativos ou honoríficos. Assim, por exemplo, a respeito da morte de Ferdinand Lassalle, dizia o jornal *Gazetinha*, em 1897: “comemorando o trigésimo terceiro aniversário do trespasse do grandiloquo vulto do socialismo alemão ofereceu, no dia 29 do passado, à família operária porto-alegrense, a *Allgemeiner Arbeiter Verein*, uma festa cheia de vida e entusiasmo”. *Gazetinha*, Porto Alegre, 2/9/1897, p. 2.

¹⁷ GERTZ. “Um jornal anarquista..”, p. 607.

¹⁸ *A Luta*, Porto Alegre, 13/9/1906, p.2.

discursos feitos em alemão e português¹⁹, ou que, mesmo as constantes campanhas feitas pelos anarquistas pela adoção do “idioma nacional”, não conseguiram impedir que jornais operários anarquistas também fossem dirigidos a esses grupos em seu idioma. Esse é o caso, por exemplo, do *Der freie Arbeiter (O Trabalhador Livre)*, de orientação anarquista, editado de 1920 a 1930, pelo grupo ligado a Friedrich Kniestedt.

As primeiras comemorações do Primeiro de Maio em Porto Alegre também tiveram, entre seus iniciadores, membros da *Allgemeiner Arbeiter Verein*. A título de ilustração, apresento a narrativa do jornal *A Democracia* sobre as comemorações do Primeiro de Maio em 1905. Diz o articulista,

Reuniu-se em frente à sede da *Arbeiter Verein* uma multidão de operários [...] Se fizeram ouvir os srs. [...] José Zeller Rethaler e Guilherme Koch, em alemão, como representantes do elemento operário de origem germânica ente nós, Antônio Nalepinski, do eslavo e Pedro Paulo Pereira, do latino²⁰.

Por esse relato, pode-se perceber que a divisão em pelo menos três grupos étnicos distintos ainda era marcante na Porto Alegre do início do século XX, não obstante já ser mencionado o “elemento operário de origem eslava” – tratando-se provavelmente de representantes da sociedade operária polonesa *Towzystwo Napzód*. Podemos observar, além disso, que o texto procurava reforçar a idéia de coesão na diversidade, ressaltando que as comemorações do Primeiro de Maio abrangiam o operariado em suas variadas etnias. Na prática, entretanto, o que se verificava naquele momento era uma forte ligação dos grupos étnicos com sua área de atuação profissional, ou seja, cada etnia tendia a reunir-se em torno de ocupações comuns e era identificada com as mesmas.

Dessa forma, os italianos eram principalmente sapateiros, alfaiates, carpinteiros, fabricantes de móveis, funileiros, ferreiros, açougueiros, padeiros, carroceiros, pedreiros e trabalhadores da construção civil²¹ e os alemães metalúrgicos, chapeleiros e marceneiros. Em consequência, quando se formavam os sindicatos profissionais, alguns acabavam ficando sob o controle de um único grupo étnico. Assim, a associação profissional onde os italianos predominavam era a *Associação dos Sapateiros*, fundada em 1901. Já *A União dos Metalúrgicos*, fundada em 1905, contava somente com membros alemães até 1910 e se reunia na sede da *Allgemeiner*. *A União dos Chapeleiros*, formada durante a greve de 1906, também refletia o caráter germânico dos seus sócios e possuía somente um oficial que não era alemão²².

¹⁹ Exemplar nesse sentido é a greve dos trabalhadores madeireiros em 1906. Ver: Marçal, João Batista. *As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1985, p. 103; *Petit Journal*, Porto Alegre 3/10/1906, p. 2. Agradeço a Benito Schmidt pelo acesso aos seus fichamentos desse jornal.

²⁰ *A Democracia*, Porto Alegre, 7/5/1905, p. 2.

²¹ BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 66-80; CONSTANTINO, Núncia. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991, p. 58, 60-61, 97, 118.

²² *A Luta*, Porto Alegre, 15/3/1907, p. 1.

Com o passar do tempo, e devido a uma série de fatores – entre eles, o aumento populacional e as diferenciações de caráter ideológico – as relações identitárias tenderam a se tornar mais complexas ou mesmo tensas. Assim, se por um lado, a social-democracia desenvolveu-se em Porto Alegre a partir do operariado alemão, por outro, o anarquismo parece ter tido sua divulgação inicial ligada aos imigrantes italianos. Nesse sentido, provavelmente teve influência considerável a vinda de ex-integrantes da Colônia Cecília em 1894 e 1895. Segundo um relatório de Polydoro dos Santos, eles “intrometeram-se logo no movimento operário local e aí imediatamente fizeram sentir sua ação”²³.

Logo, não chega a ser um fato estranho constatarmos a atuação de militantes anarquistas de origem italiana no *Primeiro Congresso Operário Sul Rio-Grandense* – realizado em 1898 e presidido pelo socialista Xavier da Costa. Dessa “intromissão”, são resultados assinaláveis: a defesa das táticas de boicote e sabotagem como formas de luta do operariado e, após o Congresso, a fundação do *Grupo de Estudos Sociais* e do *Grupo dos Homens Livres*. Ao que tudo indica, nesse período, as clivagens ideológicas começaram a se tornar tão fortes que não foi mais possível que a *União Operária Internacional* continuasse congregando socialistas e anarquistas²⁴.

Mas, se até aqui venho apenas contextualizando como ocorria essa presença dos trabalhadores de diferentes grupos étnicos na organização do incipiente movimento operário da cidade, é chegado o momento de tentar demonstrar mais claramente como essa convivência, esses conflitos e inter-relações no interior do mundo do trabalho, acabaram por marcar a forma como se construiu a identidade operária porto-alegrense. Nesse sentido, os momentos onde afloravam tensões e contradições são privilegiados na oferta de possibilidades de análise.

Com efeito, um dos principais pontos de tensão era a disputa pelo mercado de trabalho entre “estrangeiros” e “nacionais”, pois mesmo que, como foi dito, as obras públicas em Porto Alegre crescessem em ritmo acelerado, a disputa por empregos fazia com que aparecessem reclamações em torno da preferência pelos trabalhadores “de fora”. É esse o caso do artigo publicado em dezembro de 1899, na seção proletária do jornal *Gazetinha*.

Nele, Norberto Jacques da Silva lamentava que os colonos “já não viessem ao Brasil para colonizar as matas”²⁵ e cobrava das autoridades que os obrigassem permanecer nas áreas rurais, apontando para o fato de que as gerações de descendentes de imigrantes estavam progressivamente buscando novas frentes de trabalho, migrando para as cidades e empregando-se nas obras públicas

²³Relatório enviado ao Centro Libertário de São Paulo e publicado na revista *A Vida*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, dez. 1914, p. 14. Apud: PETERSEN. *Que a União....*, p. 135-136.

²⁴JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre: PPG-História PUCRS, 1990, (dissertação de mestrado), p. 85.

²⁵*Gazetinha*, Porto Alegre, 22/12/1899, p. 2.

ou nas novas fábricas, fazendo com que os nacionais vagassem “pelas ruas da cidade a procura de trabalho, dias, semanas e meses sem o achar”²⁶.

A solução desse problema estaria, segundo o texto, na força eleitoral dos trabalhadores nacionais. Estes deveriam fazer valer seu voto e obrigar os políticos a legislarem de maneira a garantir-lhes a prioridade nos empregos.

A reação a esse artigo não se fez esperar. No dia seguinte Xavier da Costa respondeu-lhe – utilizando-se da mesma coluna na *Gazetinha* – com um texto intitulado “Má orientação”, no qual defendia que o escrito de Jacques da Silva era “um dos funestos resultados da desorientação e da falta de organização em que vive aqui a nossa classe, para nossa vergonha e para nosso desproveito, em todo sentido, perante o burguês”.

Xavier da Costa iniciava seu artigo perguntando, em tom indignado: “Mas, pelo amor de Deus, companheiro! o que é que vale mais do que o operário italiano, alemão, espanhol ou de outra qualquer nacionalidade e estrangeiro do que o operário brasileiro?”. E, em seguida, fazia questão de esclarecer que ele também era “operário, brasileiro, rio-grandense e porto-alegrense...”, portanto, alguém “acima de qualquer suspeita”.

O ponto central do texto de Xavier da Costa era a defesa de que os operários, em geral, deviam “abolir [...] esse preconceito ridículo de nacionalidade”, enfatizando que: “somos uma e a mesma coisa aqui ou ali, no Brasil ou nos Estados Unidos da América do Norte; aqui no continente colombiano, ou na Europa, na Ásia ou em qualquer outra parte do mundo não passamos da condição de vítimas sujeitas ao poder do Maloch; nosso esforço, nossa vida é mais em proveito do burguês do que em nosso mesmo”²⁷.

No entanto, por mais que Xavier da Costa criticasse as idéias discriminatórias de Jacques da Silva, não se pode deixar de perceber que em Porto Alegre, assim como em outros centros industriais do país, persistia um forte componente de preconceito racial quando da contratação dos trabalhadores. Dessa forma, a associação, pelo pensamento dominante, dos negros com o crime urbano e com a desordem ajudou a relegar a maioria dos não-brancos a trabalhos domésticos mal-pagos e a preencher as vagas na produção, preferencialmente, com brancos²⁸.

Talvez o fato de alguns empresários porto-alegrenses declararem abertamente que contratavam somente “europeus” possa ter sido o motivador de um indignado artigo escrito também por Xavier da Costa, intitulado “A Estupidez Branca”, publicado no jornal *A Democracia*, em 1905.

²⁶ *Gazetinha*, Porto Alegre, 22/12/1899, p. 2.

²⁷ *Gazetinha*, Porto Alegre, 23/12/1899, p. 2.

²⁸ PESAVENTO, Sandra. *A emergência dos subalternos. Trabalho livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FAPERGS, 1989, p. 71 e 75-79.

Nele, o articulista que, por ser “um mulato entre alemães”²⁹, poderia ter vivido pessoalmente alguma dessas situações, denunciava: “em geral é uso de certos indivíduos brancos, cujo valor deve ser aquilatado pela nenhuma educação que têm, tentar deprimir outras pessoas da epiderme morena ou preta citando em tom de desprezo a cor delas”. Em sua opinião,

[...] tais indivíduos não sabem nem conseguirão justificar a razão do desprezo que manifestam pelos que não podem dizer-se representantes da raça caucásia; mas apesar disso o seu supremo argumento, a sua ‘melhor’ forma de insultar é chamar alguém de negro ou mulato como se o fato de alguém não ser branco importasse em prejuízo das qualidades morais ou intelectuais desse mesmo alguém.

E arrematava dizendo, “nota-se comumente que quanto mais baixo em inteligência, em condições de moralidade e de origem é o ‘branco’ mais pronto ele é em exprimir apreço ao preconceito de cores epidérmicas”³⁰.

Uma das principais formas de lidar com esse preconceito era reforçar a solidariedade étnica entre os negros. Assim, Porto Alegre viu surgir, desde o século XVIII, várias associações e irmandades. Liane Muller³¹ refere-se às principais: *Irmandade do Rosário*, fundada em 1786, *Floresta Aurora* e *Sociedade Beneficente Laço de Ouro* (do século XIX), como entidades voltadas inicialmente à compra de alforrias e, após a abolição, às sociabilidades, à educação e ao socorro financeiro das famílias necessitadas, bem como ao amparo às crianças órfãs.

Paralelamente às associações, um veículo de imprensa teve destacado papel na valorização social dos negros em Porto Alegre. Ainda conforme Müller, “o jornal *O Exemplo*, criado em 1892, durante mais de três décadas procurou, entre seus objetivos explícitos, conscientizar a comunidade de suas reais potencialidades e direitos”, empenhando-se especialmente “em divulgar o trabalho realizado nos clubes e sociedades”, realçando suas atividades de ajuda mútua, discutindo as várias formas de preconceitos e trabalhando “incessantemente para a ascensão social dos descendentes de escravizados”³².

Entretanto, não se pode desconsiderar que, com o desenvolvimento urbano industrial e com a eclosão de conflitos, os interesses de classe começavam a se sobrepor rapidamente à solidariedade étnica, exemplar nesse sentido foi a forma como os empresários se organizaram para a negociação da greve de 1906. Capitaneadas por Alberto Bins, empresários nacionais e estrangeiros buscaram dar uma resposta coletiva ao movimento e, logo após a fundação da *Federação Operária*, chegaram a cogitar a organização de um convênio de industrialistas que viria, dali em diante, a negociar com a

²⁹ A expressão “mulato entre alemães”, referindo-se a Francisco Xavier da Costa, foi utilizada por SCHMIDT. *O Patriarca...*

³⁰ *A Democracia*, Porto Alegre, 12/11/1905, p.2.

³¹ MÜLLER, Liane Susan. ‘As contas do meu rosário são balas de artilharia’ – *Irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre (1889-1920)*. Porto Alegre: PPG-História, PUCRS, 1999. (Dissertação de Mestrado).

³² MÜLLER. ‘As contas...’ p. 17.

FORGS. Mesmo que essa associação de industrialistas não tenha chegado a se efetivar, é interessante perceber a existência de um movimento de união de interesses classistas, para além da solidariedade étnica, já na primeira manifestação de força mais efetiva dos operários porto-alegrenses.

Esse era, portanto, um momento de complexificação das vivências identitárias dos operários na cidade, no qual as novas convivências no dia-a-dia do trabalho, geradas por novas realidades demográficas, econômicas e sociais, ajudaram a redimensionar os sentimentos de pertença dos operários porto-alegrenses. Sua identidade deixou de assentar-se preferencialmente nos traços definidores de sua etnicidade e/ou nacionalidade e passou, paulatinamente, a ligar-se ao processo de reconhecimento e distinção gerado por suas vivências cotidianas no interior do mundo produtivo.

A COMUNIDADE KOLPING NO CONTEXTO DA COLÔNIA PORTO NOVO

Márcio José Werle

As décadas seguintes à morte de Adolph Kolping podem ser caracterizadas certamente como um período de crescimento e continuidade dentro do âmbito das associações, pois ocorreu uma significativa expansão, na qual até o final do século a rede de associações cobria grande parte dos países da Europa. Nesse período, ainda não se constata nenhuma grande mudança no que se refere às atividades – religiosas, trabalhistas e culturais – organizadas pelas associações. Também não houve mudanças significativas nas estruturas e na organização das associações, a modo que os estatutos gerais de 1864 ao longo dessas décadas não sofreram nenhuma mudança que valha a pena mencionar.¹

Não obstante, o crescimento e expansão das associações e sua consolidação no interior das sociedades foram motivos suficientes para fazer com que elas assumissem novos sentidos e significados, e assim ampliassem e aprofundassem iniciativas e atividades de acordo com as necessidades dos lugares no qual se estabeleciam. Assim, por exemplo, nas dioceses que contavam com um número especialmente elevado de associações locais, foram se criando “associações de distrito”, ou seja, uma espécie de centrais dirigentes que tinham o objetivo de disponibilizar um maior nível operativo entre as associações locais.

Uma característica que deve ser mencionada dentro desse contexto de desenvolvimento, se refere à maneira como se desenvolveram também as iniciativas de ajuda mútua, que marcaram o ideal das associações desde a sua fundação, posto que em muitos países não existiam, ou estavam se formando os sistemas de seguridade social. A compreensão do sentido objetivo e da importância que as atividades e programas da comunidade Kolping tinham e tem para os imigrantes passa pelo entendimento não somente dos ideais e princípios norteadores dessas associações, mas também e principalmente pelo entendimento de sua inserção no contexto histórico da colonização, dos problemas de existência material e das necessidades de integração comunitária e de solidariedade social vivenciados pelos imigrantes.

A Comunidade Kolping faz parte de um conjunto de estratégias associativas colocadas em prática pelos imigrantes para conseguir enfrentar as agruras dos primeiros tempos da colonização, mantendo vivos os ideais de sua forma de vida cultural. Dessa maneira, sabemos que o oeste

¹ **Estatutos Generales de La Obra Kolping Internacional** Disponível em: <<http://www.kolpinglinks.net/1002_pp-estatutos.html>>. Acessado em outubro de 2004.

catarinense foi promovido por várias empresas colonizadoras, as quais a maioria eram privadas. Essas empresas colonizadoras perceberam grandes perspectivas de lucros na revenda das terras às quais estavam interessados os imigrantes que vinham do Rio Grande do Sul.

As empresas colonizadoras adquiriam grandes áreas de terras através de concessões em troca da construção de estradas ou através de compra. Essas terras eram divididas em lotes e revendidas aos imigrantes. Desse modo, a colonização do oeste catarinense foi intermediada por essas empresas de colonização que fundavam e organizavam novas colônias.

O processo de colonização da região do Município de Itapiranga, naquela época chamada de Colônia Porto Novo, se insere nesse contexto de fundação de novas colônias. Mas, contudo, no caso de Itapiranga é necessário assinalar algumas particularidades. O que diferencia a colonização de Itapiranga do resto das demais colonizações do oeste catarinense é o fato de ter sido organizada pela Sociedade União Popular para Alemães Católicos, comumente chamada “Volksverein”, fundada e dirigida pelos Jesuítas de São Leopoldo em 1912. No entanto, a Sociedade União Popular não era propriamente uma empresa colonizadora, pois não tinha como objetivo a simples revenda de terras. A atuação da Sociedade União Popular visava também o desenvolvimento econômico dentro de um conjunto de idéias e princípios éticos e morais que objetivavam um determinado estilo de vida social. Nesse estilo de vida social, a idéia de religião e etnia ocupavam um lugar de destaque, juntamente com o caráter de trabalho associativo e cooperativo entendidos enquanto mecanismos de desenvolvimento econômico.

Sendo assim, a colonização da região do extremo-oeste catarinense foi gerenciada pelos Jesuítas, e dessa maneira, formada dentro de um sistema de tradição correspondente ao catolicismo europeu, especialmente germânico. Compreende-se que este catolicismo, também conhecido como social-catolicismo era mais voltado para as questões sociais e políticas dos católicos e se insere em um contexto maior conhecido como Doutrina Social da Igreja. Segundo Erneldo Schallenberger², o “social-catolicismo alemão formulou um estatuto social que, durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, mobilizou a sociedade alemã e a Igreja Católica em particular diante do acelerado processo de industrialização, da urbanização desenfreada, da afirmação do liberalismo e da emergência do socialismo. Sem referência igual, traduziu suas propostas em movimentos sociais e

² Doutor em História, Prof. Adjunto do CCHS e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

em formas associativas que marcaram profundamente o curso da História”³. Nesse sentido “fundamentou seu pensamento na premissa de que a valorização de todo o esforço e de toda a construção individual adquire sentido e expressão quando comungadas e articuladas coletivamente”⁴.

Desse modo, objetivando o amparo às organizações corporativas, da liberdade sindical e até da organização de associações interconfessionais estabeleceram-se construções teóricas e desenvolveram-se práticas associativas que referenciaram a ação católica num mundo marcado pela influência da ideologia liberal, pelo Estado anticlerical, pelo avanço tecnológico, pelo desenfreio individualismo e pela difusão da doutrina socialista⁵. O catolicismo social, emergido na Alemanha na segunda metade do século XIX e base para a Doutrina Social da Igreja, buscou a sua reafirmação entre os imigrantes teutos com a fundação, em 1912, da Sociedade União Popular para Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, que centrou suas atividades em torno da educação, da religião, da família e da propriedade, concebidas como os esteios de um desenvolvimento comunitário autônomo.⁶

A Sociedade União Popular comprou as terras destinadas à instalação da Colônia Porto Novo, da Empresa Chapecó-Pepery Ltda. Segundo André Carlos Werle, “a Volksverein colonizou as terras entre os rios Macuco e Pepery-Guaçu, onde planejou implanta Porto Novo: uma colônia formada exclusivamente de colonos de fala alemã e de religião católica”⁷ Analisando o modelo de estruturação das glebas, “as terras deveriam ser divididas em pequenas propriedades rurais, em moldes não muito diferentes dos lotes das antigas colônias. Isto resultaria numa estrutura fundiária ideal para o desenvolvimento da vida comunitária dos colonos. 25 hectares seria terra suficiente para uma família se estabelecer, sobreviver e até progredir. Pequenas comunidades, com lotes não muito distantes de um

³SCHALLENBERGER, Erneldo. **Social-Catolicismo E Associativismo Cristão: Alemanha E Sul Do Brasil**. Disponível

em: << <http://www.brasilalemanhaonline.com.br/site/materias/tese3.htm> >>. Acessado em Novembro de 2004.

⁴ Idem ibidem.

⁵ Idem ibidem.

⁶SCHALLENBERGER, Erneldo. **Cooperativismo e Política: Redes de Associações e Estado na Constituição do Marco Tecnológico e na Organização da Agricultura Sul-Brasileira no Período Vargas**. Disponível em: << >>. Acessado em Outubro de 2004.

⁷ WERLE, André Carlos; DIRKSEN, Valberto. **O reino jesuítico germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)**. Florianópolis, 2001. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, p.58.

pequeno centro com igreja e escola, talvez ainda uma venda e salão de festas seria o cenário ideal para a nova colônia da Volksverein”⁸.

Assim sendo, a Sociedade União Popular seguia uma estrutura ideal de colonização. Essa estrutura ideal seria aquela que mais promovesse a integração dos colonos, em eventos recreativos e religiosos, especialmente os que estavam localizados mais distantes do centro da comunidade. Por isso, seria importante organizar as linhas coloniais de modo que as comunidades não se distanciassem muito uma das outras e os lotes estivessem próximos do centro da comunidade onde havia a igreja e a escola⁹. Mas as atividades orientadas pelos Jesuítas não se restringiam somente à venda e organização dos lotes coloniais. Dentro do contexto amplo, abrangiam também o incentivo e organização de escolas, seminários e hospitais, além de associações direcionadas à vida social e cooperativas que visavam o desenvolvimento econômico, e assim pretendiam “assumir os interesses materiais, espirituais e culturais dos associados”¹⁰.

A Comunidade Kolping se estabelece na colônia Porto Novo dentro dessa estrutura ideal do modelo de colonização da Sociedade União Popular. Ao se instalar em Porto Novo a Comunidade Kolping, naquela época chamada de “Grêmio Católico de Artífices” trouxe consigo os ideais e programas de atividades fundamentadas no social-catolicismo europeu.

No Grêmio Católico de Artífices logo após a Santa Missa reuniram-se no Hotel Frantz numerosos interessados para fundar uma Sociedade Recreativa. Na apresentação oficial inscreveram-se imediatamente 19 pessoas que se declararam Sócios da Sociedade Católica de Artífices. O Reverendo Sr. Nattermann deu a jovem Sociedade um lema e conclamou outrossim os presentes para com ânimo e perseverança iniciarem a tarefa.¹¹

Mas o contexto econômico que existia no oeste catarinense era muito diferente do contexto europeu, este marcado pelas mudanças ocorridas no processo de revolução industrial e o advento da modernidade. A situação da colônia de Porto Novo, assim como as demais colônias fundadas no oeste catarinense, resumia-se às necessidades típicas de uma sociedade agrária, a saber, problemas elementares como a deficiência financeira, o desamparado e a distância aos grandes centros consumidores, a devastação do solo através de métodos e técnicas incorretas de produção são alguns

⁸ Idem ibidem. p.118-119.

⁹ Idem ibidem. p.119

¹⁰ Idem ibidem. p.122.

¹¹ Livro de atas do Grêmio Católico de Artífices (1911-1937).

dos exemplos que podem ser citados. Esses problemas se apresentavam como obstáculos para o desenvolvimento de um estilo de vida religiosa e cidadã ao colono.

Portanto, as atividades da Comunidade Kolping tiveram de ser ajustadas a essa nova realidade, os temas abordados nas suas reuniões e debates deveriam ser principalmente relacionados com esses problemas de ordem emergencial, e dito em outras palavras, para conseguir uma maior aceitação entre os colonos era necessário que a Comunidade Kolping se aproximasse dos colonos. Uma das maneiras de conseguir essa aproximação, foi através da promoção da divulgação do ideal de companheirismo e ajuda mútua plasmada pela imagem do principal fundador Adolph Kolping. Na segunda assembléia de fundação do Grêmio Católico de Artífices, dia 15 de novembro de 1931,

O Sr Rohde esclareceu que leigos e sócios desinteressados da Agremiação não trazem nenhum proveito para a Comunidade. Todo aquele que quiser ser sócio da Comunidade, incondicionalmente teria que ser sócio por puro idealismo e convicção e ocupar o espaço que lhe for confiado.¹²

Em seguida na mesma assembléia o Sr. Dalinghaus leu trechos do livro *Adolf Kolping und sein Werk*, e assim transmitiu à Assembléia, em notável apresentação uma visão sobre o início das *Gesellenverein* e a vida do principal fundador Adolf Kolping. E nessa mesma assembléia o Sr. Aierle leu ao público¹³ o Estatuto Geral do Grêmio Católico, assim como o Programa social e religiosos educativo do Grêmio Católico de Artífices. Na ata da primeira Assembléia Geral Ordinária de 19 de novembro de 1931, novamente o “Sr. Dalighaus apresentou um trabalho sobre *Adolf Kolping und sein Werk*, apresentando assim aos presentes uma clara visão sobre o primeiro desenvolvimento da Comunidade”.¹⁴

Agindo dessa maneira a Comunidade Kolping funcionava como um “importante mecanismo de conservação e recriação de valores e da cultura. Constituindo-se pela necessidade do exercício e da explicitação de crenças e convicções religiosas e progressivamente, vão revelando-se também espaços para onde convergem diferentes necessidades: sociabilidade, educação, fortalecimento de identidades e mútua ajuda”.¹⁵ Segundo Schallenberger. “os imigrantes, em condições sócio-ambientais diferenciadas, ao mesmo tempo em que sentiram a ausência de políticas públicas, viram-se, de certa forma, jogados

¹² Livro de Atas do Grêmio Católico de Artífices em Porto Novo.(1931-1937)

¹³ Refere-se aos sócios do Grêmio Católico de Artífices, que nessa ocasião constavam com 19 pessoas inscritas.

¹⁴ Idem.

¹⁵ HILLESHEIM, Jaime; MENDONÇA, Elaine Cristina, **Algumas Reflexões sobre o Associativismo Religioso em Blumenau**. IN: SCHERER-WARREN Ilse; CHAVES, Iara Maria. **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004. p.76

diante de um certo vazio de referenciais norteadores da reinvenção de sua identidade. As famílias isoladas e as comunidades locais dispersas e desprovidas de instrumentos de mobilização social, facilmente se acomodavam diante das situações limite definidas pelas rotinas do cotidiano. A vivência da mesmidade, o atraso cultural e tecnológico e a falta de oxigenação das idéias representava, pois, o empecilho maior para a afirmação de uma ideologia social que tivesse como referencia a utopia cristã.”¹⁶

Dessa forma, além serem realizadas palestras e reuniões voltados para os assuntos referentes ao trabalho e a sociedade, realizavam-se também confraternizações com fins recreativos. Na Assembléia Geral Ordinária de 13 de março de 1932,

“o Sr. Schikling propôs que em cada Assembléia fosse por algum associado, abordado algum tema qualquer que fosse. Ocasionalmente deveria ser designado um associado neste sentido. A primeira dissertação será apresentada no Hotel Schöler pelo senhor Schikling. A posposta foi aceita por todos.”¹⁷.

Nessas confraternizações realizavam-se discussões sobre assuntos polêmicos como a origem do socialismo e seu desenvolvimento, sobre as situações políticas, comerciais e sociais na Alemanha e os atuais destinos e finalidades das Associações Kolping na Alemanha, sobre o comportamento cristão e visão mundial. Por exemplo na assembléia de 13 de março de 1932:

O senhor Vice-presidente Dalinghaus pediu a palavra e lança a pergunta se as suas observações feitas na última reunião por acaso podiam ser interpretadas contra a Sociedade União Popular. Nisso tomou a palavra o presidente e justificou o real sentido e objetivo as Sociedade do Grêmio Católico, qual seja: a alegre descontraída concentração dos associados, etc. A Associação Católica não se destinava para fins comerciais, pois isto não fazia parte, em principio, do programa específico da sociedade. Em todas as hipóteses, deverá ser evitado que o Grêmio de Artífices se coloque lado a lado com outras Sociedades com objetivos opostos, pois na última assembléia o senhor Dalinghaus em certo sentido se expressou negativamente contra outras Sociedades.¹⁸

¹⁶ SCHALLENBERGER, Erneldo. **Social-Catolicismo E Associativismo Cristão: Alemanha E Sul Do Brasil.**

Disponível em: << <http://www.brasilalemanhaonline.com.br/site/materias/tese3.htm> >>. Acessado em Novembro de 2004.

¹⁷ Livro de atas do Grêmio Católico de Artífices em Porto Novo (1931-1937).

¹⁸ Idem. Refere-se a assembléia anterior na qual o Sr. Dalinghaus propôs que se realizasse uma viagem para conhecer e futuramente se unir à “Associação Germânica de Artesãos de Porto Alegre”.

Em momentos oportunos de descontração também se abordavam assuntos inéditos para a época como a influência da lua sobre a vida das plantas, por exemplo. Entre as atividades organizadas destacavam-se as excursões que eram conduzidas com o objetivo de promover um intercâmbio de informações e sociabilidade entre os colonos:

ao anoitecer a convite do antigo associado Senhor Rohde, foi feita uma visita rápida à colônia do mesmo, afim de apreciar um modelo de organização colonial, onde cada qual teve um novo impulso para as suas próprias atividades. [ata do dia 28 de março de 1932]¹⁹

Nos anos seguintes, mais precisamente em 1933, a Sociedade União Popular emprestou dinheiro para a compra de lotes para a construção do edifício onde seria a sede do Grêmio Católico de Artífices. Sem perda de tempo, a diretoria logo fez o orçamento das madeiras necessárias para construção e muitos sócios doaram as toras necessárias para a madeira. Existia uma certa urgência na construção do edifício, pois este foi utilizado no ano de 1934 para a realização do Congresso Católico. A realização do congresso trouxe um novo ânimo para os colonos de Porto Novo.

Dando seqüência [à assembléia] foram admitidos à Sociedade definitivamente 3 novos sócios, o Ver. Senhor Präses proferiu algumas palavras sobre o dia de hoje [05/12/1937], aniversário do dia de Kolping, e recomendou aos recém admitidos, como os demais irmãos em Kolping conservar fidelidade e firmeza na grande Obra de Kolping. Acentuou principalmente que a Sociedade dos Artífices não é uma entidade mundana, mas sim, uma Sociedade Religiosa. Falou ainda sobre a Saudação Kolping: Deus abençoe a honrosa Arte do Artífice. Honroso significado que a Arte manual, ou obra braçal foi introduzida por Deus, e que o próprio Deus nos colocou em meio a esta mão de obra.²⁰

Através dessas atividades a Comunidade foi se firmando entre os colonos e aos poucos atingindo cada vez mais o seu objetivo principal de sanar os problemas da colônia pelo viés do associativismo e ajuda mútua, e por uma rigorosa vida religiosa. No ano de 1936 a sociedade se compunha de 161 pessoas. As associações, juntamente com suas atividades e participações na vida associativa dos colonos, serviam como veículos norteadores influenciando os padrões éticos e morais da sociedade, suas formas de conceber o mundo atuando sobre ele e lhe conferindo um sentido. Esse sentido é apreendido pelos colonos através de indicações de padrões comportamentais considerados certos, justos e bons pela comunidade. A aceitação desses padrões assegurava a manutenção da organização social.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

Mas o processo da campanha de nacionalização comandada por Getúlio Vargas após o golpe de 1937 influenciou toda a estrutura de associativismos da região. Somente foram permitidas a existência de associações de cunho recreativo. Juntamente com a proibição da língua alemã cessaram também os encontros, pois todos os colonos eram de origem alemã e não compreendiam muito bem a língua portuguesa. Durante esse período, o prédio da Comunidade Kolping foi utilizado pelos colonos para a estocagem de grãos e de fumo que era colhido na colônia. Mais tarde com a eclosão da segunda guerra mundial a situação das Comunidades Kolping passou por pesadas repressões, tanto na Alemanha quanto no Brasil.

Segundo uma investigação realizada pelo Pe. Arsênio José Schmitz,

no começo da II guerra mundial as “Associações de Profissionais Autônomos” de muitas Dioceses (da Alemanha) tinham caído vítimas do nazismo. Os jovens tinham sido convocados todos para o serviço militar. No fim da ditadura nazista, de 150.000 associados haviam sobrado entre 30 a 40 mil associados. Dezenas de milhares de jovens tinham sido mortos na guerra. As Casas Kolping tinham sido desapropriadas ou destruídas pelas Bombas. A Igreja dos “Minoritas”, com a sepultura do Pe. Adolfo Kolping, tinha sido reduzida a pó e cinza. O assistente Eclesiástico Geral Mons. Hürth, tinha morrido durante um ataque aéreo na Casa Kolping de Colônia no dia 27.09.1944. seu representante tinha sido sepultado nas ruínas de sua cidade natal, Düren. O Assistente Eclesiástico Heinz Richter e o Administrador da Casa Kolping de Colônia tinham sido condenados pela polícia secreta e morrido, em abril de 1945 no campo de concentração de Ohrdruf. O mesmo sucedeu a muitos Assistentes Eclesiásticos e Membros da Obra Kolping da Alemanha e de outros países como a Áustria, a Holanda, a Bèlgica, e Luxemburgo. Na Europa Oriental: Iugoslávia, Romênia, Tchecoslováquia, Polónia e Danzig, a Obra Kolping foi extinta e as Casas Kolping confiscadas pelos regimes comunistas.²¹

No Brasil as coisas não foram muito diferentes, durante a guerra as Comunidades Kolping foram todas, com exceção de duas, dissolvidas porque eram consideradas “ninhos de nazistas”²². As duas Comunidades Kolping que sobreviveram, uma é a de Itapiranga e outra é de Piraquara em São Paulo. Essas comunidades conseguiram se manter, pois reduziram suas atividades e se enquadraram na categoria de sociedades recreativas que não dispunham nenhum alcance político.

Com o termino da guerra, e a morte de grande parte dos dirigentes a “Obra Kolping”, como é chamada a ordem de nível internacional, passou por uma reorganização da estrutura administrativa. Reuniram-se os Conselhos Gerais da Suíça, da Alemanha e da Áustria com o objetivo de organizar uma Direção Geral, mas existindo a impossibilidade dos alemães entrarem em outros países, os

²¹ SCHMITZ, Arsênio José. **Obra Kolping Estadual de Santa Catarina, Subsídios para uma Reflexão e Orientação**. Rio do Sul: Impressora Continental LTDA, 2000. p.35

²² Idem. Ibidem. p. 36.

conselhos decidiram que a direção seria exercida por um trio de Assistentes Eclesiásticos Nacionais, um em cada país²³.

Dessa maneira, a Obra Kolping se mostrava presente em muitos países desenvolvidos, mas por decisão tomada no “Congresso Internacional em Comemoração ao Centenário da Morte de Pe. Adolfo Kolping”, realizado em Köln em 1965, chegava a hora das atividades se expandirem mais intensamente nos países em desenvolvimento.²⁴ Para não pulverizar os recursos por todo o mundo resolveram concentra-los mais em um espaço determinado. Após inúmeras análises e debates, foi decidido no Congresso Internacional em Salzburgo na Áustria em 1968, realizar o projeto chamado de “Ação Brasil”. Que consistia em concentrar as atividades maciçamente no Brasil. As razões que levaram os participantes do Congresso a optar pelo Brasil foram a grande extensão geográfica do país, o fato do Brasil se encontrar em uma fase de passagem de um país agrário para industrial e por isso necessita de pessoas profissionalmente preparadas para esta nova fase; e o fato de existir no Brasil uma “Família Kolping” em atividade que poderá prestar um importante papel no início dos trabalhos.²⁵

²³ Idem. Ibidem. p. 37-38.

²⁴ Idem. Ibidem. p. 39.

²⁵ Idem. Ibidem. p. 41.

40 ANOS DOS CONTRATOS COLETIVOS DE TRABALHO DA CELESC

Adriano Luiz Duarte^{*}

Daniely Wendland^{**}

Deborah M.S.B. Xavier^{***}

Jordana Coan^{****}

Acordos coletivos de trabalho podem ser definidos como o contrato de caráter normativo entre entidades sindicais com uma ou mais empresas, que estipula salários e condições de trabalho aplicáveis – no âmbito da empresa ou grupo de empresas contratantes – às respectivas relações de trabalho. Os acordos coletivos de trabalho foram regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), outorgada em 1942, em plena ditadura do Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas. Até então, as relações de trabalho eram pautadas pelo que se poderia chamar “liberalismo clássico”, portanto, eram assentadas numa lógica individualista que recusava a ação coletiva dos trabalhadores.

É preciso considerar também que os acordos coletivos de trabalho não resultam apenas da interação entre os trabalhadores de uma determinada categoria – representados pelos seus sindicatos – e seus respectivos empregadores – também representados pelos seus sindicatos – eles estão inseridos numa complexa teia de relações sociais com aspectos multifacetados e diversos. O sucesso de um acordo coletivo de trabalho depende tanto das condições específicas da negociação em si mesma, quanto das possibilidades oferecidas pelo contexto político-social em que essa negociação acontece. Dessa forma, analisar os contratos coletivos de trabalho implica não apenas deslindar as cláusulas propriamente ditas, mas compreender o contexto – social, político e econômico - no qual elas foram debatidas, apresentadas, defendidas ou denegadas.

Quando lemos as cláusulas de um Acordo Coletivo de Trabalho nos deparamos com um texto, em geral, muito árido, constituído num jargão carregado de acentos jurídicos e que, muitas vezes, mais esconde do que revela. O texto improprio das cláusulas esconde exatamente aqueles “procedimentos correlatos e integrados” que constituem a própria seiva na qual os embates se consolidaram. Ou seja, as cláusulas ocultam as disputas políticas, as pelejas, os conflitos, as ambigüidades, as dúvidas, as incertezas, as ousadias, os avanços e os recuos. Enfim, as cláusulas encobrem a ação humana. Contudo, dito desse modo, pode parecer que os acordos coletivos

^{*} Doutor;

^{**} Estudante de graduação;

^{***} Estudante de graduação;

^{****} Estudante de graduação;

constituem um conjunto hermético e impenetrável, cuja lógica estaria para sempre perdido para todos aqueles que não participaram das etapas que o constituíram como tal.

Esse é o desafio desse trabalho: encontrar, por trás desses textos áridos, e algumas vezes pantanosos, a ação humana, a organização coletiva que lhes deu forma e que os constituíram. Para isso é necessário, em primeiro lugar, partir da óbvia constatação de que os acordos coletivos são produzidos num tempo e num espaço determinados, eles não flutuam no espaço etéreo; é preciso contextualizá-los, compreender os tais “procedimentos correlatos e integrados”: o contexto político nacional, o espaço da ação institucional do sindicalismo, os limites da sua liberdade de operação, as forças e as fraquezas dos sindicatos de trabalhadores e dos sindicatos patronais etc. É preciso investigar também as configurações específicas do contexto local – em que medida as particularidades do Estado de Santa Catarina podem ser decisivas para a facilidade ou a dificuldade da realização de um acordo?

É necessário, também, indagar sobre as condições específicas dos sindicatos envolvidos na negociação, sobre o estágio em que se encontram como entidades representativas de suas respectivas categorias, sobre a sua ligação com o sindicalismo nacional e sobre o compasso dessa ligação etc. É preciso investigar as especificidades do setor elétrico, suas condições de expansão e retração, suas políticas de contratação, as políticas salariais, a oferta e demanda de trabalhadores, etc. Só assim os acordos coletivos e as cláusulas específicas começam a revelar a sua tessitura. É preciso também pensar os acordos coletivos – e as suas cláusulas em particular – na “longa duração”. Isso porque, tomando-se um acordo coletivo e suas cláusulas particulares, de um ano qualquer, aleatoriamente, ele revelará aspectos e dimensões muito pontuais, porém limitadas; mas colocá-lo numa longa série, ano a ano, podem revelar os caminhos da sua mudança e as sutilezas da sua transformação.

Optamos por um recorte temporal em três fases: 1) 1964/1977, no qual as cláusulas são concisas e genéricas e os acordos praticamente mantidos ano após ano; evidenciando um sindicalismo essencialmente assistencialista e limitado pela legislação repressiva em vigor; 2) 1978/1985, no qual as cláusulas vão ficando crescentemente diversificadas, a generalidade vai dando lugar à especificidade, refletindo o crescimento da conflitividade entre sindicatos e empresas que, aos poucos, vai colocando em cheque o assistencialismo da fase anterior; 3) 1986/2004, no qual as cláusulas aumentam não apenas em tamanho mas em densidade, se diversificam, há um misto de cláusulas genéricas e muito específicas, o seu número aumenta enormemente, revelando uma conflitividade patente, expressão de um movimento sindical cada vez mais presente na vida da categoria e no âmbito da esfera pública.

No Brasil, a negociação coletiva que resulta num acordo coletivo de trabalho ocorre, em geral, num determinado mês do ano, conhecido como data-base. Cada categoria profissional, em sua região específica, tem o mês da sua data-base, período em que devem ocorrer as reuniões entre patrões e empregados para o fechamento dos acordos. O mês da data-base das categorias não segue um padrão comum. Os bancários, por exemplo, negociam nacionalmente e o mês da data base é setembro, comum para toda a categoria profissional.

A organização do trabalho da Intercel inicia-se, geralmente, no mês de maio, com a realização de um *Planejamento das atividades*, que tem como principal função servir de preparação para o processo de negociação coletiva. Essa atividade é realizada entre dois a três dias e consiste em vários momentos de discussão, tendo como referência o seguinte roteiro:

- a) recuperação da última campanha salarial;
- b) avaliação da atuação da Intercel e da relação com a categoria;
- c) análise e avaliação do contexto político, social e econômico;
- d) construção de cenários para a campanha e identificação dos problemas;
- e) definição dos objetivos;
- f) avaliação e atuação dos atores interessados na campanha;
- g) definição das ações para atuar no contexto, superando os problemas e atingindo os objetivos;

O produto do planejamento é um relatório com o conjunto de ações que devem pautar a atuação da Intercel no período seguinte. Todos os sindicatos da Intercel, obrigatoriamente, participam dessa atividade porque ela é primordial para organizar coletivamente o trabalho. O tamanho do grupo é definido previamente em função da necessidade em encontrar um local adequado e adaptar a metodologia ao número de participantes. Em geral participam entre 30 e 40 dirigentes sindicais e convidados.

Depois de debatida e unificada a atuação da Intercel, uma das primeiras ações é elaborar uma pré-pauta de reivindicações que ocorre logo na primeira semana de junho. Nesse documento já deve constar, através das cláusulas, os objetivos definidos pela Intercel no seu planejamento. O debate com a categoria se inicia com a distribuição, ainda no mês de junho, dessa pré-pauta, que deve ser orientadora das discussões. A pré-pauta é composta por várias cláusulas, divididas em cinco categorias diferentes:

- a) reivindicações econômicas;
- b) manutenção de cláusulas já existentes;
- c) modificações de cláusulas já existentes;
- d) cláusulas novas;
- e) cláusulas obrigatórias,

Como parte do processo de preparação da negociação, a Intercel organiza uma *oficina* com o objetivo de atualizar os dados da conjuntura, discutir as argumentações para as cláusulas da pauta e a sua distribuição entre os dirigentes sindicais. Nessa oportunidade também é definida a organização da mesa de negociação, estabelecendo a coordenação e os papéis de cada participante. A cada rodada de negociação é feita imediatamente uma avaliação que serve de base para a elaboração de um boletim informativo que deve ser encaminhado à categoria, permitindo o acompanhamento e participação, quase que imediata, dos empregados. Há nesse período vários movimentos de mobilização organizados pela Intercel que ocorre de acordo com os andamentos das negociações. Em geral, as negociações se esgotam no momento em que uma proposta de acordo é posto em apreciação e aprovado pela categoria. Essa situação pode ocorrer com ou sem greve. Mesmo quando finalizadas as negociações e obtido um acordo essa situação não esgota a relação entre as partes. Além do necessário acompanhamento do cumprimento do que foi acordado entre elas, muitas questões do acordo acabam sendo apenas orientadoras, sendo necessário constituir grupos de estudo e/ou trabalho para dar forma aos temas definidos nessa condição. Por isso a relação se mantém durante toda a vigência do novo acordo coletivo.

Cláusulas 1964 – 1978

Com os altos investimentos nas indústrias de base, necessários para o crescimento do país, intensificados na década de 50, surge uma nova massa trabalhadora. A classe trabalhadora se diversifica com o crescimento da migração interna e uma contínua migração campo cidade. A área energética foi uma das que mais cresceram durante o período; sendo, inclusive, metas emblemáticas de campanhas políticas. A figura do eletricitário ganha mais destaque e importância. Cada vez mais a organização dos trabalhadores se torna fundamental para a conquista de seus direitos. A primeira associação dos eletricitários de Florianópolis e região foi a *Associação dos Trabalhadores de Energia Hidro e Termo Elétrica de Florianópolis*, fundada em 1960. A criação dessa associação era uma exigência legal do Ministério do Trabalho, como condição prévia para que, no prazo mínimo de um ano, fosse estabelecido o sindicato. Assim foi feito, e em 1961 foi criado o *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Florianópolis*, que futuramente adotaria a sigla Sinergia. Nestes anos iniciais da década de sessenta são criados os sindicatos de eletricitários que compõem a Intercel.

A interferência da conjuntura política nacional foi sensível no decorrer da análise das cláusulas dos ACTs. Esta década assistiu ao crescente cerceamento da luta por melhorias no trabalho, que no início da década de 60, estava em desenvolvimento, quando os sindicatos encontravam-se em processo de formação e crescimento. No final da década, a lenta e gradual distensão do general Ernesto Geisel e a iminência do retorno à vida democrática vão paulatinamente

alterando o sentido e o significado dos ACTs implementadas pelo recrudescimento das reivindicações dos trabalhadores. Com a volta da liberdade de organização associada às mudanças constantes de planos econômicos, altas taxas inflacionárias, instabilidade no país fortalecem o empenho organizativo do sindicato em manter e ou melhorar, ano a ano, a condição dos trabalhadores da área energética dentro das empresas.

Os quatorze acordos coletivos referentes ao período 1964/1978 ilustram, de maneira clara, uma parte do período repressor pelo qual o país foi submetido por vinte anos. As redações das cláusulas, de modo geral, são curtas e abrangentes. O sindicato tem postura eminentemente assistencialista. Ou seja, tinha como função precípua oferecer aos empregados serviços médicos, odontológicos, barateamento na compra de alimentos, através de cooperativas, etc. A batalha nas negociações dos acordos coletiva anuais era, portanto, de modo geral, para manter ou, se possível, ampliar os benefícios assistencialistas, já conquistados. Se, por um lado, durante este período, o Brasil tem um crescimento significativo do PIB e consegue manter as taxas inflacionárias em níveis menores que na administração de João Goulart, por outro, atravessa uma fase de repressão dura, censura, perseguições políticas. O trabalhador sindicalizado, em especial, pouco podia fazer para melhorar sua situação no trabalho, se não acatar os ganhos assistencialistas adquiridos nas brandas negociações permitidas ao sindicato.

Cláusulas 1978-1985

As reivindicações e lutas sociais espalhadas pelo Brasil no período de 1978 até 1985, não podiam deixar de aparecer nos acordos coletivos negociados nessa década. Impulsionados pela reorganização sindical, pela formação da Conclat em 1981, da CUT em 1983 e pelas greves do ABC paulista que tomavam força desde 1978; e pela crise no modelo econômico adotado pelos militares (que já não podia ser maquiados pelo aumento do poder de compra que decaía drasticamente ano a ano), os eletricitários de Santa Catarina fizeram com que sua voz fosse escutada não somente como uma categoria de trabalhadores, mas também como cidadãos alertas e ativos na política brasileira. Havia também, uma recessão mundial que afetava diretamente a economia dos países latino-americanos através dos altos juros e da inflação que prejudicavam diretamente as exportações brasileiras. Em 1983, foi apresentada a primeira emenda constitucional que reivindicava eleições diretas para presidência da República, por Dante de Oliveira, e que foi derrotada em 1984, quando Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos indiretamente ainda pelo Colégio Eleitoral.

No Estado de Santa Catarina, obedecendo às especificidades regionais, o espírito reivindicatório foi retardado pela violenta repressão as manifestações trabalhistas do ABC, do Paraná e Rio Grande do Sul. Refletindo, em certa medida, uma postura cautelosa para o

sindicalismo do Estado. Em 1985, o Governador Esperidião Amim eleito dois anos antes, por voto direto, tendo como vice Victor Fontana, teve seu mandato testado pelas greves de servidores e grandes enchentes no Vale do Itajaí que abalaram a economia de Santa Catarina. Além disso, em 1984, a criação da frente liberal e a falta de bons relacionamentos com o presidente do PDS, José Sarney fragilizaram ainda mais o Estado. Essa fragilidade foi muito bem aproveitada pelo movimento sindical dos eletricitários, foi nessa mesma época, que foi conquistado o direito ao décimo terceiro salário para o empregado afastado do serviço por motivo de doença, o triênio, o auxílio funeral, a gratificação de férias e a garantia de emprego.

Cláusulas 1985-2004

Os últimos vinte anos dos Acordos Coletivos de Trabalho podem ser considerados como o período mais conturbado, produtivo e conflitivo nesses quarenta anos dos acordos coletivos. Exatamente por isso, as cláusulas passam a ser mais numerosas, específicas, detalhadas e, cada vez mais, passam a abranger um maior número de direitos. Os Acordos passam de uma média de quinze cláusulas para aproximadamente quarenta nos últimos anos, passando a tratar de assuntos, ao mesmo tempo, mais diversificados e específicos com redações mais complexas, sutis e elaboradas. A tessitura de cada cláusula é algo que se destaca nesse período, pois é cada vez maior a atenção dada à forma com que é elaborada, e as possíveis alterações que são realizadas. Portanto, não apenas o conteúdo da cláusula é motivo para uma tensa negociação entre os sindicatos e as empresas, mas do mesmo modo sua redação final. No fim da década de oitenta e início de noventa, há um grande número de dissídios e extra-acordos, o que revela um clima crescentemente mais tenso entre sindicatos e empresas. Os dissídios ocorrem quando não é possível a realização de acordo entre as partes, quando isso acontece as cláusulas são julgadas por juízes que decidem sobre sua legitimidade e redação. A exceção talvez seja o Acordo de 1991, por ter dois anos de vigência para a maioria das cláusulas, exceto as de natureza econômica. Conseqüentemente em 1992, o Acordo é bastante sucinto e se refere de forma geral as cláusulas econômicas.

Muitas vezes as leis (e tudo o que se refere a ela: a legislação e a instituição do direito) têm sido pensadas como instrumentos para a subordinação de um grupo, para a contenção da sua ação coletiva e, principalmente, como armação legal para a circunscrição da conflitividade dentro de uma estruturação definida, conhecida e controlável. Nesse sentido, a legislação seria um “recurso” nas mãos do poder instituído: seja o Estado, sejam os patrões. Desse modo, a lei seria um “instrumento” nas mãos de um grupo, ou de uma classe, e poderia ser usada em conjunturas de contestação e de insubordinação, visando o restabelecimento da ordem, da harmonia e da paz social. Sendo manipulada como um “recurso” ou “instrumento”, a legislação permitiria uma grande margem de manobra para a reafirmação do poder e da ordem instituídas. Destarte, o universo do

que é criminalizável se ampliaria e se reduziria de acordo com as necessidades de manutenção de uma ordem já estabelecida. A legislação estaria lá, repousando tranqüila, aguardando apenas os momentos de confrontação explícita para ser aplicada, restaurando-se a paz social e recuperando-se a deferência perdida. O corolário dessa perspectiva é que a lei obedeceria a uma lógica com desenvolvimento próprio, cujas transformações são internos e imparciais, coerentes apenas com sua própria integridade, que permaneceria inabalável diante das considerações de conveniência sejam políticas, sociais ou econômicas, ou outras quaisquer.

Entretanto, o que esse longo percurso de discussões sobre os contratos coletivos nos mostraram é que os acordos coletivos – nesse caso, *a lei* – podem ser vistos como instrumentos da mediação e do reforço das relações de classe estabelecidas; podem ser vistos, também, como legitimadores dessas relações. Contudo, e é isso que nos interessa, as relações de dominação e de subordinação poderiam ser expressas de muitas maneiras diferentes mas elas foram expressas *através das formas da lei*, nesse caso, por meio dos contratos coletivos de trabalho. Ora, os contratos coletivos de trabalho, como outras instituições que servem à mediação das relações de classe existentes, embora tenha suas regras específicas de funcionamento e suas características próprias necessita, até para reiterar o consentimento dos “subordinados” e reafirmar o domínio dos “poderosos”, de uma aplicação lógica e de critérios e padrões de universalidade, justiça e igualdade, para que seja reconhecido como soberano e tenha a força da obrigação legal. Ou seja, a lei (os acordos coletivos de trabalho) precisa aparecer para todos os envolvidos como sendo justa e imparcial, ampla e igualitária e para aparecer como isenta e neutra é necessário que ela seja eficiente: que mostre independência frente às manipulações evidentes “dos de cima”, portanto aberta às “demandas dos de baixo” Somente assim ela aparecerá para todos os envolvidos como sendo justa, equânime e imparcial. Portanto, ela cumpre um duplo papel: precisa “beneficiar” os de baixo com concessões, benefícios e direitos, ao mesmo tempo em que educa “os de cima”, moralizando as suas funções e limitando seus excessos.

Essa constatação pode parecer simplista diante da longa discussão acumulada nos últimos anos sobre direitos e cidadania. Entretanto, posta em perspectiva, ela revela o importante papel desempenhado pelos acordos coletivos de trabalho na constituição de uma sociedade efetivamente democrática.

Discutindo os efeitos nefastos da taylorização sobre as condições de vida e de trabalho do homem comum, Weil (1979:115) sugeriu que a contrapartida dessa forma de “racionalização”, que serve à lógica do capital, seria a existência e a contínua ampliação de *direitos* nos locais de trabalho. Mas ampliar o conjunto dos direitos e limitar a racionalização independem de acabar com a propriedade privada, argumenta Weil. A partir dessa constatação, Weil distingue *exploração de*

classe: que se define pelo lucro capitalista, de *opressão de classe*: expressa na disciplina industrial e na racionalização e suas múltiplas formas modernas. Uma pode existir sem a outra, basta lembrar dos regimes “socialistas” do leste europeu. A *opressão de classe* independe do regime – socialista ou capitalista – porque a sua lógica é produzir muito e barato, mas quem produz são homens com aspirações e desejos que quase nunca se conformam à lógica do lucro a qualquer preço.

Os acordos coletivos, todavia, estão diretamente vinculados à lógica da ampliação dos direitos – portanto seriam estratégicos para a limitação da opressão de classe – dentro e fora dos locais de trabalho. O princípio que os orienta não é o de colocar em cheque a *exploração de classe*, mas o de pôr limites à *exploração de classe*. E é preciso reconhecer que eles impuseram limites, práticos, precisos e muito concretos à racionalização, à lógica das relações capitalistas de trabalho. Não existissem os acordos coletivos, não haveria direitos no local de trabalho, não existindo direitos legalmente acordados a lógica do capital não teria limitações.

O que esses quarenta anos de disputas em torno das cláusulas dos contratos coletivos de trabalho nos mostraram é que não está em disputa apenas o salário ou a genérica melhoria nas condições de trabalho – o que não seria pouco – o que esteve em disputa foram as *definições dos limites dos direitos*: o que se podia e o que não se podia reivindicar, o que poderia aparecer como uma conquista coletiva e o que deveria aparecer como dádiva generosa das empresas ou do Estado, qual a amplitude da opressão e quais os limites da exploração. O que assistimos, nas linhas e nas entrelinhas das cláusulas, ao longo desses quarenta anos, foi a contínua disputa sobre a noção de direitos.

Toda nossa vida social e política está ritualizada, nossos comportamentos e ações obedecem a um roteiro mais ou menos definido, é esse roteiro que permite que transitemos pelas diversas esferas da vida, tanto as públicas quanto as privadas. No caso específico dos acordos coletivos, a ritualização se dá desde a preparação das pautas de negociação e segue até a assinatura do acordo. De um lado, encena-se o “teatro da racionalidade”, do poder, do patrão; de outro, o contrateatro popular, dos direitos, do trabalho. Cada uma das partes desempenha um papel nesse longo processo de negociação, um papel bem claro e definido, e o desempenho desse papel supõe certos ritos muito específicos, como um jogo em que não se sabe o final, mas as regras estão subentendidas. Na mesa de negociação, de um lado e de outro, cada elemento desempenha uma função (ou várias), mas todos os “personagens” compreendem muito bem o roteiro comum e o final ao qual se chegará, mesmo que no meio do caminho haja, de ambas as partes, muita improvisação.

Portanto, o que os quarenta anos dos acordos coletivos põem em cena são os caminhos e descaminhos para a constituição de uma esfera verdadeiramente pública. Esfera pública como o espaço aonde, pela *ação* e pela *palavra*, sujeitos historicamente determinados intervêm numa ordem

pré-estabelecida reivindicando um novo significado – democrático e plural – e estabelecendo um novo sentido para aquela ordem. Se é um espaço historicamente determinado, é um espaço sujeito à conquista e à perda. Nenhuma conquista está garantida para sempre, assim como nenhuma derrota é definitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARAÚJO, Ângela M. C. (org.) **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo. Scritta, 1997.

Arno, Construindo uma política de Recursos Humanos. Folheto avulso produzido pelo Sindicato dos eletricitários de Florianópolis.

ARENDT, Hannah **A condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro. Forense, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 4ª ed. São Paulo. Cortez, 1989.

PEDRO, Joana Maria (at alli). **(Re) inventando a cidadania: a historia do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis**. Florianópolis: Sinergia, 1994.

RENNER, Cecília Ornellas. **A constituição de 1988 e o acordo coletivo de trabalho**. In: Duas estratégias: o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo do Campo. São Paulo. Letras a margem, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entrem em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-1980**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Maria Margarida Barbosa. **Da Privatização ao Apagão**. Florianópolis, Insular, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicalistas no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2001.

SIQUEIRA NETO, José Francisco, advogado do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do campo e Diadema, proferiu a palestra “**Contratação coletiva**” em 19 de junho do Inca em São Paulo. Revista do Programa de Formação Sindical do Instituto Cajamar, 1991.

THOMPSON, E. P. **Senhores & caçadores: a origem da lei negra**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

UM BREVE OLHAR SOBRE A FAMÍLIA E A INFÂNCIA NA HISTÓRIA OPERÁRIA (CAXIAS DO SUL, SÉCULO XX) ¹

Ramon Victor Tisott ²

Um primeiro contato com a historiografia da antiga região colonial italiana do Rio Grande do Sul já revela a importância que é dada à família. A bibliografia produzida referente a essa região invariavelmente coloca o trabalho e a família como “valores fundamentais” da cultura. Obras de histórias de famílias e de localidades, escritas geralmente por padres ou pelos “letrados” da família, destacam esses dois conceitos entre os que os colonos mais prezavam³. Estudos de caráter acadêmico, como o da socióloga Vania Herédia, também afirmam que a família e o trabalho estão entre os principais valores humanos para a cultura regional. A autora afirma que, na região, a família é representada como “uma instituição sagrada com a função de ser transmissora da cultura” (HERÉDIA; PAVIANI, p. 60), e o trabalho como “um elemento forte da construção identitária do desenvolvimento da cultura e da região, onde a experiência de transformação da natureza e o seu resultado deram condições de emancipação e liberdade aos emigrados” (p. 64).

Ao estudar a industrialização, a historiografia trata da família e cita a presença de crianças no ambiente fabril. O presente trabalho se propõe a estudar a abordagem dessas duas variáveis, *família* e *infância*, pela historiografia produzida no âmbito acadêmico, sobre o processo de industrialização e a constituição do operariado de Caxias do Sul. Dessa forma, serão articulados dois importantes temas da historiografia contemporânea, e dois valores da cultura regional: o trabalho e a família. Para auxiliar nesse estudo, também estabelecerei relação com análises referentes à produção estadual e nacional sobre a história operária e a história do trabalho.

Beatriz Ana Loner nomeia “história operária” a produção historiográfica que diz respeito à constituição do operariado, excluindo temas considerados por ela “correlatos”, como industrialização, mercado de trabalho etc. Dessa forma, a autora limita história operária à referente a um grupo de trabalhadores “caracterizado pelo trabalho livre, assalariado e urbano”, considerado por ela “amplo o suficiente pra abranger quase todo tipo de trabalhador urbano” (LONER, 2001, p. 53). Esses limites podem ser aplicados no âmbito estadual, pois, num contexto de ampla produção historiográfica, definem melhor o objeto de análise da historiadora. Porém, não podem ser aplicados

¹ Trabalho realizado para a disciplina *Documentos e outras fontes históricas: leitura e interpretação I; fontes para a história da família*, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Ana Sílvia Volpi Scott durante o primeiro semestre de 2006, do PPG em História da Unisinos.

² Mestrando em História pela Unisinos, orientando da Prof.^a Dr.^a Ana Sílvia Volpi Scott e bolsista CNPq. E-mail: rvtisott@yahoo.com.br

³ Por exemplo FARINA, 1986 e GASPERIN, 1984.

da mesma forma ao caso da historiografia referente a Caxias do Sul, já que a história do desenvolvimento industrial da cidade está intimamente ligada à agricultura e ao comércio praticados na área rural.

Neste estudo, considerou-se história operária a que trata da constituição do operariado industrial do município de uma maneira geral, não se limitando à área urbana da cidade. Isso porque, o lanifício de Galópolis, uma importante unidade fabril de Caxias, se localizava numa área distante da cidade, e a mão-de-obra que abastecia essa indústria inicialmente estava fixa no seu entorno. O operariado de Caxias não foi basicamente urbano, sendo a condição de camponês-operário uma característica de parcela importante de sua constituição (HERÉDIA, 1997, p. 165). Também não excluí deste trabalho um estudo referente à industrialização da região, já que dele faz parte uma importante análise da mão-de-obra industrial local.

O mapeamento da história operária referente à região colonial italiana foi realizado, inicialmente, com base no meu conhecimento sobre a historiografia local, em atividades desenvolvidas na disciplina eletiva “História do trabalho no Brasil republicano”, ministrada pela professora Isabel Bilhão no curso de História da UCS, e em conversas com pesquisadoras. Nesse primeiro mapeamento já foi possível constatar que as pesquisas realizadas sobre a indústria e o operariado da região se concentram no caso da cidade de Caxias do Sul, que se constituiu em importante pólo regional. Também utilizei o *Guia Catalográfico dos Estudos (Dissertações e Teses) sobre a Imigração Européia no RS*,⁴ no qual, além dos estudos localizados anteriormente, constam duas dissertações de mestrado em Sociologia que estudaram casos referentes aos temas indústria e trabalho, no município de Bento Gonçalves (*Colonos do vinho*, de José Vicente Tavares dos Santos - USP, e *Imigração e industrialização*, de Jeanete Holst Antunes - PUCRS). Como a proposta deste texto é centrar-se no município de Caxias do Sul, esses dois estudos não foram incluídos na primeira análise. Por falta de tempo hábil, deixei de fora as pesquisas realizadas por estudantes da graduação em História, embora tenha conhecimento da existência de algumas. Certamente todos esses estudos farão parte de uma segunda análise, mais aprofundada.

Como resultado desse mapeamento, foram selecionados os seguintes estudos: um referente ao processo de industrialização da região, realizado por Vania Herédia, onde a autora analisou os fundamentos socioeconômicos do desenvolvimento regional por meio do caso da indústria têxtil; o de Valentim Lazzarotto, que trabalha com a absorção da mão-de-obra e a expansão industrial (estudando o caso da Metalúrgica Eberle, de 1905 a 1970); o realizado por Cleci Favaro Klein, sobre a presença da comunidade lusa em Caxias do Sul, constituída principalmente por tanoeiros; e

⁴ Publicado em HERÉDIA; PAVIANI, 2003.

o de Maria Abel Machado, que disserta sobre a mão-de-obra industrial feminina na primeira metade do século XX.

Para contextualizar o processo de industrialização que foi objeto dos estudos selecionados para a presente análise, apresento a seguir um esboço do conhecimento histórico referente às origens da ocupação por europeus da região colonial italiana.

Os processos de imigração e colonização

O final do século XIX marca o início do processo de migração de um considerável número de pessoas que se deslocam da Europa para a América. O fato associa-se à expansão do capitalismo, que nesse período modifica as formas de produção e conseqüentemente a mobilidade da mão-de-obra (GIRON, 1980, p. 48).

A história da península italiana foi marcada por diversos problemas de ordem econômica, política e social durante a segunda metade do século XIX. Enfrentava a instabilidade política, a insatisfação da população, fortes desigualdades de condições entre o norte e o sul e o surgimento das diversas facções políticas (GIRON, 1980, 50-51). Segundo Constantino Ianni, a situação econômica na península era difícil diante da falta de capitais, do esgotamento da terra, das crises agrícolas, da opressão fiscal, do desflorestamento, da política comercial, entre outros fatores. O contexto social era de péssimas relações entre trabalhadores e grandes proprietários (IANNI, 1972, p. 84), e eram escassas as chances de mobilidade vertical (GIRON, 1980, p. 50-51).

No período posterior à unificação, a Itália continuava com dificuldades, ainda mais agravadas. O sul e o centro eram tomados pela estrutura latifundiária, enquanto no norte predominava a pequena propriedade. Esses fatores impulsionavam a emigração da população, que estava em condições favoráveis para aceitar a influência das forças emigrantistas (GIRON, 1980, p. 52).

O Brasil, que na segunda metade do século XIX busca substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho livre, e sua elite deseja o “branqueamento” da população, vê na imigração uma possível solução para tais agravantes. Emília Viotti da Costa afirma que “não foi por acaso que a Lei de Terras de 1850 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos” (COSTA, 1999, p. 191). A Lei de Terras proibia a aquisição de terras públicas através de doações ou posses, permitindo apenas a compra. Segundo Costa, “os produtos da venda das terras públicas e das taxas de registro das propriedades seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas e para a ‘importação de colonos livres’” (p. 171). Além de escasso, a autora afirma que o trabalho escravo tornou-se improdutivo e oneroso com o advento das novas técnicas de cultivo

agrícola. Isso gerava problemas econômicos ao Brasil, que começou a ver na mão-de-obra livre uma alternativa viável (p. 327).

Fazendo parte dessa política do Estado brasileiro de substituição da mão-de-obra e da diversificação do regime de propriedade, foram criados núcleos coloniais nas terras devolutas que o Império possuía no território gaúcho. A colônia de São Leopoldo, estabelecida em 1824 e povoada com imigrantes alemães, foi uma das experiências de colonização oficial de maior sucesso. A opção pelos italianos para ocupar parte do planalto gaúcho se deu a partir de 1875, quando se iniciou a ocupação dos núcleos divididos em pequenos lotes rurais vendidos às famílias de imigrantes. Para Thales de Azevedo, além de substituir a mão-de-obra escrava, pensava-se desenvolver a agricultura na Província, já que a produção era predominantemente pecuária (AZEVEDO, 1975, p. 25).

Formou-se, então, no nordeste do Rio Grande do Sul uma região bastante diferente do que considerava-se dominante no país. A região apresenta especificidades que tornam distinto o seu processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico. Ela foi ocupada por estrangeiros proprietários da sua terra, onde deveriam cultivar produtos agrícolas, e onde a escravidão negra era proibida. A possibilidade de posse da terra foi uma vantagem oferecida pelo sistema de colonização oficial, a qual muitos dos imigrantes não tinham no país de origem, e nem era dada pelo Brasil à maioria dos brasileiros.

Caxias do Sul teve origem como uma dessas colônias imperiais, fundada sob o regime da pequena propriedade na qual era empregada a mão-de-obra familiar. A família era a reprodutora da mão-de-obra; quanto mais numerosa, mais braços eram empregados na produção. Nas colônias, os filhos representavam uma potencialização da transformação da natureza e da produção de riqueza (GIRON, 1992, p. 12). O uso da mão-de-obra de crianças na lavoura, provavelmente, era uma prática cotidiana, e estava longe de ser condenada.

O processo de industrialização

Todos os trabalhos que tratam da formação da mão-de-obra industrial local abordam o processo de industrialização, como forma de contextualizar o desenvolvimento econômico onde estavam inseridos os seus personagens-foco. O estudo de fôlego específico sobre esse processo foi realizado posteriormente à elaboração dos trabalhos que se referem ao operariado. A dissertação de Valentim Lazzarotto data de 1981, a de Cleci Favaro Klein foi concluída em 1984, e a de Maria Abel Machado em 1993, enquanto a tese de doutoramento de Vânia Herédia foi concluída em 1992, e só foi traduzida e publicada em 1997.

Herédia (1997) indica no desenvolvimento urbano as origens do processo de desenvolvimento da indústria nessa região, decorrente da expansão do comércio e do crescimento da produção agrícola. A autora afirma que o cultivo dos lotes coloniais pelas famílias dos imigrados propiciou o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, gerando uma produção agrícola que tornava a região reconhecida em todo o estado. Herédia constata que “a Colônia Caxias, em relação as demais da zona colonial, apresentou um rápido crescimento econômico, transformando-se em um centro de intensa produção agrícola e de intercâmbio comercial” (p. 227). Por meio desse regime de produção, os colonos imigrantes atingiram o mercado já delimitado pelos comerciantes alemães, com o qual conseguiram “solidificar a posição no mercado regional e garantir a venda do excedente da produção fora da colônia” (p. 227).

O crescimento da colônia foi acompanhado do aumento considerável do número de oficinas artesanais, que abasteciam o mercado local atendendo às necessidades dos colonos. Segundo Herédia,

esses benefícios desencadearam um aumento na produção agrícola, sendo o excedente econômico exportado para outros mercados, garantindo o processo de circulação de bens e gerando uma nova fase econômica para a zona colonial. Esse percurso demonstrou o forte papel desempenhado pelo comércio, pelas pequenas oficinas, pelo artesanato rudimentar, sendo que a Colônia Caxias se transformou no centro principal das colônias de origem italiana. O crescimento econômico, decorrente da produção agrária e do forte ritmo do comércio, ocorreu paralelamente ao surgimento de pequenas indústrias que despontavam no município (p. 227).

Essas primeiras indústrias compreendiam a vinícola, a metalurgia, a indústria de alimentos, a extrativa-manufatureira e a têxtil, e a expansão e diversificação industrial acompanharam a trajetória da política econômica do Brasil República. Herédia apresenta a indústria como um elemento de crescimento econômico,

causado pelas transformações socioeconômicas desencadeadas pela política empresarial. Essa política sustentada na absorção da mão-de-obra local e na atualização tecnológica, acompanhada da demanda do mercado interno, provocou um salto qualitativo na economia regional (p. 231).

O contato com a produção historiográfica local permite constatar que, embora ainda incipiente, a história da mão-de-obra que abastecia a indústria em desenvolvimento na região já conta com uma produção qualificada, resultado de trabalhos para obtenção de títulos de pós-graduação. Esses trabalhos serão estudados a seguir.

Os operários e as operárias

A força de trabalho e as relações desta com o capital receberam atenção no estudo de Herédia, que destacou as condições de trabalho, a procedência da mão-de-obra, o seu valor e os mecanismos de sua retenção, além do processo de aprendizagem do operariado. “As transformações ocorridas no mercado de trabalho, desde o início do século XX, da não-interferência do Estado à institucionalização do conjunto de leis que regeram as políticas sociais estaduais e nacionais” foram pontuadas no estudo de Herédia, por meio da análise da política da fábrica (p. 157).

Mas as primeiras produções sobre os operários e as operárias caxienses datam do início da década de 1980. Segundo Cláudio Batalha (1988), esse período foi marcado “por mudança na conjuntura que deu novo alento à história operária” (p. 152). Batalha cita as greves do ABC paulista, a diminuição da repressão política e o crescimento do movimento de contestação à ditadura militar como elementos contextuais que favoreceram essa retomada do operariado como objeto de estudos históricos. Além disso, também destaca a produção acadêmica estrangeira que chega ao Brasil no período, como os trabalhos de E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, e a que influenciou mudanças no enfoque da história operária, como os estudos de Michelle Perrot. A produção da história do trabalho nesse período deixa de se ocupar principalmente com o movimento operário, e passa a dar atenção às condições de existência da classe (p. 152-153).

O primeiro estudo encontrado que se detém na absorção da mão-de-obra pela indústria caxiense é o de Valentim Lazzarotto, intitulado *Pobres construtores de riqueza*, escrito em 1981 para a obtenção do título de mestre em História pela PUCRS. O autor teve como objetivo principal “analisar a evolução do capital industrial, comparando-o com as características da mão-de-obra economicamente excedente” (LAZZAROTTO, 1981, p. 23).

Lazzarotto analisou a riqueza e o crescimento do capital da Metalúrgica Abramo Eberle de Caxias do Sul, entre os anos de 1905 e 1970, relacionando-a com a formação do operariado da empresa. Como o título já indica, o autor buscou demonstrar que o progresso produtivo da empresa se deu em detrimento do padrão social dos operários (operários pobres construtores da riqueza da empresa). Para isso, utiliza como fontes principais as fichas de empregados encontradas no arquivo da empresa, de onde analisou os níveis salariais que utilizou como demonstração da pobreza. O uso de fontes encontradas em arquivos de empresas é apontado por Batalha como um sinal da “diversificação das fontes tradicionais”, que acompanhou o movimento de ampliação, fragmentação e crise que a história operária viveu nos anos 80 (p. 152-153).

Povoada prioritariamente por europeus provenientes da península itálica, Caxias do Sul, a partir de 1911, também recebeu um considerável número de imigrantes portugueses provenientes de famílias operárias (KLEIN, 1984 p. 58). Esses imigrantes lusos ocuparam-se principalmente da tanoaria, e passaram a abastecer a indústria vinícola com os barris que armazenavam o principal

produto da região. Os tanoeiros lusos formaram o chamado “bairro Lusitano”, próximo ao atual centro da cidade, que se constituiu em uma comunidade com certa coesão cultural (p. 84). Esse grupo aparece na historiografia como protagonista dos primeiros movimentos dos trabalhadores em busca de uma organização base para a ação classista em busca de melhorias nas condições de trabalho (p. 58).

Os tanoeiros lusos foram os personagens estudados por Cleci Favaro Klein, que trata das condições de desenvolvimento da indústria vinícola, da prática da atividade tanoeira e da formação da mão-de-obra que se ocuparia com a construção dos barris, além de lançar um olhar sobre localização espacial desse grupo na cidade, sua identidade, relação com patrões e comunidade em que se inserem, seu movimento associativo e finaliza tratando da sua desagregação.

Na análise de Loner (2001), é destacada a abordagem de Klein sobre a organização operária e o componente étnico dos tanoeiros (p. 60 e 71), o que denota a importância que esse estudo tem por ser um dos poucos que falam da organização operária e da diversidade étnica na cidade. Para Loner, os estudos que centram o foco sobre o comportamento de algumas categorias do operariado do RS “permitem reconstituir parcelas importantes do conjunto dos trabalhadores urbanos, resgatando, às vezes, categorias já desaparecidas e seu universo de trabalho” (p. 60-61).

As mulheres na indústria caxiense são o objeto de estudo de Maria Abel Machado (1998); sua pesquisa foi publicada em 1998 com o título *Mulheres sem rosto*, e teve o objetivo de estudar as condições do trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul, na primeira metade do século XX (p. 17). Machado apresentou uma pesquisa pioneira no estudo do processo desencadeado pela presença da mulher no interior da unidade fabril da região de colonização italiana do estado. A historiadora iniciou contextualizando os processos de imigração e industrialização, a seguir abordou o papel da mulher na região, e, utilizando como fontes principais relatos orais de 50 mulheres, passou a analisar a presença da mulher nas indústrias, dando especial atenção às relações intra-fábrica. Essa pesquisa de Machado é parte importante da história dos trabalhadores industriais da região, e recuperou a memória de operárias também construtoras da riqueza regional, mas que nem sempre são consideradas como tal.

Para Loner, “os trabalhos existentes sobre mulheres trabalhadoras orientam-se na perspectiva de quebrar o silêncio existente sobre sua participação tanto dentro das fábricas quanto no movimento operário” (p. 67). No caso da historiografia caxiense, o trabalho de Lazzarotto destacou a importância e a subjugação das mulheres na sua análise sobre os trabalhadores da Eberle, destinando algumas páginas para o tema. Mas, certamente, foi a obra de Machado que quebrou o silêncio mencionado por Loner. Os acontecimentos, tanto na academia quanto na vida política,

indicam que a década de 1990 foi muito importante nesse processo de rompimento do silêncio das mulheres caxienses⁵.

O contato com a produção historiográfica local permite constatar que, embora ainda incipiente, a história do trabalho já conta com uma produção qualificada, resultado de trabalhos para obtenção de títulos de pós-graduação (LAZZAROTTO, 1981; KLEIN, 1984; HERÉDIA, 1997; MACHADO, 1998). Todas as pesquisas que tratam da força de trabalho empregada na indústria regional, produzidas até então, citam a presença de crianças no ambiente fabril e abordam a família para explicar determinados fenômenos. Porém, não existe nenhum trabalho que se debruce especificamente sobre a relação da infância com a indústria da região, ou que estude as mudanças e permanências da família com o processo de industrialização ou seu papel nele.

Família e infância na história operária

A ausência da tematização explícita sobre a família nos estudos sobre o operariado também foi apontado por Maria Célia Paoli, no seu trabalho sobre a formação histórica da família operária no Brasil (PAOLI, 1992). Para essa autora, o primeiro fato a ser levado em conta é a “visibilidade parcial e deslizando que as formas de organização familiar tomam na história da proletarização dos trabalhadores” (p. 20). Essa condição da família na história operária é atribuída à matriz teórica desses estudos, que se dedicam aos “temas ‘maiores’”, como sindicato, partido, fábrica, salário, níveis de vida, mesmo estando a família “quase sempre presente no material com que lida o historiador” (p. 18).

Em sua análise da história operária produzida no Rio Grande do Sul, Beatriz Loner confirma a constatação de Paoli. Loner afirma que “a família operária é muito pouco estudada, mas os estudos feitos sobre o papel das mulheres em profissões ou etnias em que a figura masculina frequentemente ressurte-se de longos períodos de ausência deixam clara a importância das mulheres, de sua atuação e trabalho no lar, no cuidado dos filhos e na busca de estratégias de sobrevivência familiar” (LONER, 2001, p. 70).

Sobre as crianças, a autora afirma que a sua proporção entre os envolvidos com o trabalho industrial, e em que setores elas estavam presentes, “ainda praticamente não foi objeto de estudos” (LONER, 2001, p. 72). Loner encontrou apenas um artigo sobre esse tema, de autoria de Sandra Pesavento (1995). Esse artigo estuda a utilização da mão-de-obra infantil na indústria gaúcha,

⁵ Em 1993 foi concluída a dissertação da Maria Abel Machado, em 1994, a tese de Cleci Favaro, que tratou das contradições e ambivalências das imagens femininas na região, e em 1996 foi eleita a primeira mulher para o cargo de vice-prefeita da cidade, que também era reconhecida na cidade pela sua atuação na gestão, no ensino e na pesquisa da Universidade de Caxias do Sul.

estabelecendo contraponto entre a realidade praticada nas indústrias do Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas e o discurso positivista, como uma vertente da teorização burguesa do período. Pesavento aponta para a “assimetria de posição” que “matizava o endosso seletivo do ideário positivista na sua aplicação prática” pela elite dirigente (p. 193). Estudando o *Catecismo positivista*, de Augusto Comte, a autora identifica que, nessa doutrina, o feminino é considerado o sexo afetivo, responsável pela manutenção da ordem e dos laços familiares, e pela formação das crianças por meio da educação doméstica. Já as crianças seriam os “homens novos do amanhã”, que deveriam ser protegidos pela mãe. Porém, tanto mulheres quanto crianças enfileiravam-se na exaustiva produção das fábricas gaúchas. Segundo Pesavento, essa distância entre o discurso e a prática era legitimada pela incerta noção da “ordem natural das coisas” presente na interpretação gaúcha do positivismo, e pelas desigualdades da estrutura social defendida por essa doutrina (p. 192-193).

Embora leve o nome do estado no título, o texto de Pesavento se limita ao caso da capital gaúcha. Para esse estudo, a autora utilizou como principais fontes periódicos publicados em Porto Alegre, entre eles alguns jornais da imprensa operária, catálogos de exposições, relatórios da intendência de Porto Alegre e algumas publicações do período estudado. O estudo de Lion Murard e Patrick Zylberman, *Le petit travailleur infatigable*, publicado na revista *Recherches* de Paris, em 1976, é usado como base teórica. As referências utilizadas permitiram à autora concluir o texto com a seguinte afirmação: “Adulto em miniatura, futuro cidadão, trabalhador do futuro: a sociedade que se aburguesava e se queria progressista investia na criança pobre como a melhor estratégia de assegurar a permanência de uma ordem dada” (p. 200).

No caso de Caxias do Sul, a família aparece em três momentos da industrialização estudada por Vânia Herédia. Na pequena propriedade que caracterizou a economia regional, era a família que organizava a produção. Foi com a mão-de-obra familiar dos colonos que Caxias “transformou-se em um centro de intensa produção agrícola”, formando a base sobre a qual se desenvolveria a indústria (HERÉDIA, 1997, p. 55-56).

Como dito anteriormente, o caso estudado por Herédia foi o de um importante lanifício da cidade. Ao estudar a forma gerencial da fábrica, a autora constatou que o Lanifício foi mantido e dirigido “por uma estrutura de tipo familiar-gerencial” nos diversos períodos da inserção do estabelecimento no processo capitalista de produção (p. 150). Mesmo a passagem para sociedades anônimas “não tirou o caráter de empresa familiar que envolvia a família ampliada, incluindo parentes e amigos próximos” (p. 150). Os estudos realizados permitiram à autora concluir que esse domínio de grupos familiares sobre a gestão de empresas foi forma freqüente de organização do capital.

O terceiro momento em que a família aparece no processo de industrialização é o da constituição da força de trabalho. O trabalho no lanifício, para a maioria dos funcionários, era uma estratégia para aumento da renda familiar, e, para a fábrica, a unidade familiar era o elemento principal da força de trabalho. O Lanifício investiu no operariado por meio de benefícios que atingiam toda a família, como a vila operária onde eram oferecidos moradia com água, luz e horta, cooperativa de consumo, ambulatório, atividades recreativas, atendimento religioso, escola, “tendo sempre a certeza da continuidade da força de trabalho na vila pela geração seguinte” (p. 162). Essa política paternalista “tinha como meta principal a imobilidade da mão-de-obra familiar e a manutenção do lanifício através de um circuito sustentado pela rede de parentesco” (p. 173).

A fábrica tinha preferência pelo emprego de famílias, “o que nos permite refletir se ocorre uma forma de controle sobre um grupo através de uma única pessoa que é o chefe da família, ou se é apenas a necessidade de mão-de-obra” (p. 174). Provavelmente, ambas as hipóteses explicam essa preferência. A primeira é percebida pela autora nas entrevistas realizadas, onde “percebe-se o medo do operário diante da repercussão sobre seus familiares trabalhando na fábrica, por possíveis faltas técnicas ou disciplinares a serem punidas pela administração, associando-se à perda de emprego do grupo, da moradia na vila ou mesmo da perda de um quase inexistente prestígio social perante o gerente” (p. 174).

A autora destaca a importância da família como reprodutora da mão-de-obra da fábrica, e da fábrica como fonte de renda para as famílias. Herédia sintetiza essa importância com a seguinte afirmação: “Os filhos dos velhos operários foram os novos operários, pois a história de vida da família desses operários começava na fábrica e terminava na fábrica” (p. 162).

É também nesse momento que aparecem as crianças. Vania Herédia constatou que era comum o processo de aprendizagem dos ofícios industriais começar ainda quando criança. Citando entrevistas com moradores da localidade formada em torno do lanifício estudado, a autora escreve que “quando os meninos completavam nove a 10 anos, seus pais ofereciam à fábrica para aprender o ofício ou para ajudar nas secções” (p. 162). A autora afirma que “o uso de mão-de-obra de menores na produção fabril era visto como forma de aprendizado do processo fabril e pequeno aumento da renda familiar” (p. 162).

O trabalho do menor foi utilizado por muitos anos no Lanifício São Pedro, sendo que crianças e jovens recebiam praticamente a metade do salário pago ao trabalhador adulto masculino. Mesmo que se limitassem à função de “ajudantes”, as crianças “vivenciavam desde cedo a disciplina da fábrica e começavam a se sujeitar às relações estabelecidas” e, com o tempo, o menor passava a ter uma função produtiva na indústria (p. 194).

No caso do estudo da Metalúrgica Abramo Eberle, a família não foi incluída como uma categoria. A análise que Lazzarotto realizou das fichas dos empregados da Metalúrgica Abramo Eberle não incluiu um cruzamento das informações contidas nessas fichas que permitisse encontrar membros das mesmas famílias constituindo a força de trabalho da indústria. Além disso, talvez uma pesquisa qualitativa com os envolvidos pudesse demonstrar certo controle da fábrica sobre as famílias dos operários que habitavam suas redondezas. Embora os laços familiares não tenham ganhado destaque na análise das suas principais fontes, Lazzarotto se utiliza desse elemento para entender fenômenos percebidos no seu estudo.

Um deles é a crescente presença das mulheres entre os operários da Eberle, que é explicada por Lazzarotto como uma forma de complementação do salário familiar, além de atender aos interesses da indústria por mão-de-obra de baixo custo (p. 111). Outro é a presença das crianças no ambiente industrial. Segundo o autor, “há um interesse da família na colocação à disposição desta mão-de-obra, o que representa aumento no bolo familiar, a fim de fazer frente aos gastos mensais cada vez mais freqüentes” (p. 132). Lazzarotto contextualiza e avalia essa questão da seguinte forma:

Na região colonial, a criança faz parte da força de trabalho, espontaneamente, desde os seus primeiros anos, onde muitas vezes brinquedos e trabalho não são separáveis. O trabalho não representa uma ruptura na sua evolução; ele brota do sentimento de solidariedade de pais e filhos. Já nos centros onde há um princípio de industrialização, colocar um menino, mesmo que seja um aprendiz, significa romper com suas estruturas, introduzindo o num mundo diferente. Pode haver a mesma solidariedade colonial, mas aqui existe o transplante do mundo infantil para o mundo adulto (p. 125-126).

Os jovens trabalhadores constam na pesquisa de Lazzarotto como uma classificação da “mão-de-obra economicamente disponível”, juntamente com as mãos-de-obra negra, estrangeira e feminina. Esses jovens da Eberle eram 76 menores de 14 anos encontrados nos documentos de registro de funcionários, e mais as inúmeras crianças que são registradas pelas fotografias de interiores e de grupos de funcionários da Eberle, mas que nem sempre constam no que restou dos arquivos formais da empresa. Nas dez páginas dedicadas à mão-de-obra jovem, Lazzarotto realizou uma breve análise e levantou interessantes questões. Encontramos a afirmação que os jovens eram “considerados na sua maioria como simples funcionários”, e apenas um estava registrado como aprendiz. Também afirma que quatro meninos eram “chefes”, “comandando certamente outros pequenos grupos de crianças dentro das oficinas” (p. 126-127). O estudo também considera o enorme contingente de operários contratados entre os 14 e os 20 anos, que forneciam mão-de-obra “muito robusta e afeita aos duros trabalhos na Metalúrgica” (p. 132).

No caso dos tanoeiros portugueses, as crianças também estiveram presentes no processo de produção. Cleci Favaro Klein afirmou que a profissionalização dos tanoeiros passava por algumas etapas. Esse processo se iniciava com a aprendizagem, que se dava a partir dos “12 ou 13 anos, com a realização das tarefas menos importantes”. Passados dois a três anos, “o jovem aprendiz era colocado junto a um profissional para adquirir os conhecimentos técnicos próprios do ofício” (p. 77). O treinamento contava ainda com um ritual de iniciação profissional, cercado de regras que deveriam ser obedecidas dentro da tradição tanoeira (p. 78).

Numa versão de sua dissertação publicada em uma revista portuguesa (FAVARO, 2002), Cleci Favaro destina poucas linhas para as famílias dos tanoeiros. Pelo que é apresentado no texto, a imigração para a maioria dos lusos não foi um projeto familiar. Segundo a autora, “muitos do recém-chegados eram solteiros; outros, embora com a família constituída em Portugal, emigravam sozinhos, na expectativa de mandar buscar os familiares, em um segundo momento” (p. 267).

No trabalho de Maria Abel Machado (1998), a família dos operários é abordada de uma maneira especial. Para conhecer as mulheres operárias, que são as principais personagens de sua obra, Machado começa estudando a família. Para isso, se apóia no clássico de Engels e em bibliografia marxista, mas também utiliza o olhar de Michelle Perrot sobre o tema. A mulher que a autora vê no interior da família é submissa, confinada no espaço privado (p. 68) e de papel complementar ao do homem, chefe da família (p. 82). A obra de Machado denuncia a exploração sexista do trabalho e questiona a estrutura familiar patriarcal, dando voz à presença silenciosa das mulheres na produção da riqueza regional.

Essa abordagem tangencial da família pela história operária caxiense pode ser explicada, primeiramente, pela incipiência da historiografia. São poucos os trabalhos sobre o operariado, e todos de caráter introdutório. A origem rural marcou a cultura regional, e é até hoje fortemente representada em eventos como a Festa da Uva, nos lugares de memória, nas referências da cidade e na historiografia. A pesquisa acadêmica sobre a região priorizou os processos de colonização e imigração, focando seus aspectos culturais e lingüísticos (HERÉDIA; PAVIANI, 2003), o que pôs em segundo plano a proletarização. Os trabalhos que trataram da industrialização cumpriram a tarefa de iniciar a compreensão histórica do fenômeno econômico, matizando suas explicações com aspectos da cultura. Além dessa priorização teórica, também há uma explicação prática. O acesso às fontes para o trabalho dos historiadores era precário até pouco tempo atrás. O acervo documental da cidade só passou a ser disponibilizado de uma maneira adequada pelo poder público no final da década de 1990, quando todos os trabalhos que constituem a história operária da cidade já estavam concluídos.

Por outro lado, mesmo sem ser focada e com as dificuldades técnicas que seu estudo impõe, a família sempre apareceu na historiografia estudada. Talvez isso indique a importância dessa instituição para os operários e para a indústria. O mesmo ocorre com as crianças, o que denota a participação freqüente delas no trabalho industrial. A família e a infância não estiveram no foco dos estudos sobre o operariado da cidade, mas também nunca se distanciaram dele.

Bibliografia

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BATALHA, Claudio H. M.. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. História do Trabalho: um olhar sobre os anos 1990 **História**, São Paulo, 21: 73-87, 2002

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FARINA, Geraldo. **História de Nova Prata**. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

FAVARO, Cleci Eulália. De Bairro Lusitano a Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911 – 1931). **Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA**. Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 263-286.

GASPERIN, Alice. **Vão Simbora: relato de imigrantes italianos da colônia Princesa D. Isabel**. Caxias do Sul: Educs, 1984.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **Produção e reprodução: a mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: UCS, 1992. (Cadernos de pesquisa).

HERÉDIA, Vania B. M. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: Educs, 1997.

_____; PAVIANI, N. **Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil**. Porto Alegre: EST, 2003.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1972,

KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. **De Bairro lusitano a Zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS, 1984.

LAZZAROTTO, Valentim A. **Pobres construtores de riqueza:** absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970. Caxias do Sul: Educs, 1981.

LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. **História Unisinos** / Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – número especial – São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 53-80

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto.** Caxias do Sul: Maneco, 1998.

PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Tempo Social;** Ver. Sociol. USP, 4(1-2): 17-41, 1992.

PESAVENTO. Sandra. Os trabalhadores do futuro: o emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da República Velha. **História.** São Paulo, v. 14, p. 189-201, 1995.

POLONESES, ITALIANOS E ALEMÃES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Isabel Rosa Gritti

Conflitos e hostilidades nas sociedades e entre as sociedades estão sempre presentes, da mesma forma que forças que impulsionam a coesão e as relações pacíficas. “Contudo não deve ser esquecido que certo grau de hostilidade e de conflito pode ser normalmente esperado nas relações inter-grupais. Estas tensões observam-se particularmente nas relações entre majorias e minorias como as de imigrantes”.¹

A vasta literatura produzida sobre a imigração, européia ou não, mostra que a mesma foi sempre discutida, contestada, colocada em dúvida em nome de um sentimento nacionalista que pregava a defesa do trabalhador nacional.

No caso do Rio Grande do Sul, a imigração polonesa esteve entre as correntes imigratórias não apenas mais discutidas, mas sobretudo combatida.

No Livro Tombo n. 1, da Paróquia de Frederico Westphalen, Monsenhor Vitor Battistella registrou no ano de 1936 o seguinte comentário:

Não há em geral corrupção de costumes, antes no seio da Colônia, especialmente italiana, há grande pureza de costumes, sendo raros os escândalos, os quais mais freqüentes se registram no seio das famílias polacas pela familiaridade que muitas delas permitem aos moços com as filhas. Não há mania de bailes muito freqüentes, e os que se registram não parece que merecem censura incondicional. Também não há cinemas, nem modas indecentes, salvo algumas extravagâncias ocasionais. Há, entretanto, entre o povo sertanejo, bom número de amancebados e é de lastimar a insensibilidade moral com que por muitos se encara semelhante abuso. Quanto à honestidade nos negócios, não faltam por parte de certos comerciantes e funcionários públicos os habituais prevaricamentos sobre o colono e o pobre, explorando-os nos preços de compra e venda, onde é possível. Mas há também comerciantes e pequenos industriais muito honestos².

Ao se defrontarem com a realidade dos núcleos coloniais, muito freqüentemente as expectativas dos imigrantes não se concretizavam, uma vez que nem sempre as condições oferecidas para a colonização das terras eram as mais adequadas.

Era muito comum que o número de imigrantes enviados aos núcleos coloniais superasse o de lotes demarcados. E apesar de aceitarem trabalhar na construção de estradas como uma forma de garantirem alimentação até a primeira colheita, o período de permanência dos mesmos nos barracões

¹ AZEVEDO, Thales de. Italianos e Gaúchos: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. 1982 p. 161. Apesar de não ser um estudo recente ele é importante para melhor compreensão do processo imigratório europeu, sobretudo nos anos iniciais da colonização italiana no Rio Grande do Sul.

² SPONCHIADO, Breno Antônio. Mons. Vitor Batistella Na História de “Baril”. 1989, p. 116.

tem-se revelado um período de sofrimento e angústia. E no caso dos imigrantes poloneses enviados para o núcleo de Alfredo Chaves, a experiência foi trágica. Um grande número de crianças são vítimas de uma doença desconhecida e acabam morrendo. Essas condições pouco adequadas à sobrevivência dos poloneses nos barracões de imigrantes fez com que os mesmos encaminhassem um abaixo-assinado à Delegacia de Terras e Colonização, pedindo agilidade na execução dos trabalhos, especialmente o de demarcação dos lotes, para que eles fossem o mais rápido possível instalados e, conseqüentemente, os barracões abandonados. Diante desta atitude dos imigrantes poloneses de São Marcos, veja-se a reação de Montaury, então chefe da Comissão de Terras de Alfredo Chaves.

É preciso considerar que estes imigrantes, péssimos de natureza, estiveram sendo alimentados cerca de três meses nos barracões, sem fazerem o menor serviço onde gastaram mais de cem contos de réis e agora como têm de trabalhar na construção de caminhos, donde manda o governo tirar os recursos de subsistência, não se querem sujeitar pela indolência em que viveram e que se identifica com a ignorância, preguiça, servilismo e imoralidade desta nacionalidade.

Nunca os imigrantes polacos-russos trabalharão a contrato, como se tem feito com os imigrantes italianos, alemães, porque são tão ordinários, que pelo preço máximo de 500 réis por metro de caminho vicinal, onde estes tirariam de 3\$500 a 4\$000 diários, aqueles morreriam de fome.

O Ofício número 18, de 19 de março próximo findo, do ajudante, vos mostra que não foram 78 e sim 58 famílias as quais se retiraram de São Marcos, e o abaixo-assinado feito por elas e traduzido pela Senhora do Sr. Tenente Coronel Antônio Móis, juntamente remetido com o ofício que outras são as razões que alegam e diferentes das emprestadas pelo tradutor. São estas as razões apresentadas – não podem suportar o clima e terem morrido seus filhos. É bom notar que os filhos destas famílias morreram no barracão na sede, onde viveram contentes e somente lembram-se de invocar os túmulos e o clima, quando a atmosfera que respiravam era pura – preferindo a podre dos barracões em que viviam, mas onde se alimentavam sem trabalho³.

Comentando “o fato lamentável de uma revolta de imigrantes polacos, que nem sequer quiseram escolher lotes na 6ª e 7ª secções da Colônia Alfredo Chaves”⁴, Montaury mais uma vez compara os poloneses, “trazendo algumas famílias apenas 31/2 kg de bagagens”⁵, com os imigrantes italianos,

e somente a coragem, a afeição ao trabalho, o instinto industrioso, o respeito à lei, o amor a sua pátria, que tem o italiano (condições não observadas nos imigrantes a tanto por cabeça, sem procurar-lhes as aptidões dos fins aos quais se destinam), serão os únicos lares para uma colonização econômica e proveitosa à nossa pátria. Quem traz três e meio quilos de bagagem por família, sem dinheiro, sem vontade alguma de trabalhar, se é tecelão, gravador, relojoeiro não pode concorrer absolutamente para o progresso da agricultura.

³ Alfredo Chaves, 20 de abril de 1891. José Montaury de A. Letão. Para Secretaria de Obras Públicas. Obras Públicas 52, lata 382 - 1891. Documentação Avulsa. AHRGS.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

Tenho aos artistas que manifestam desejo de trabalharem, feito o que é humanamente possível para transformar-lhes as profissões, mas é muito difícil, se não impossível consegui-lo. Mando dar-lhes os mais fáceis, fazer adiantamentos animando-os, mas debalde. O que no imigrante italiano se consegue facilmente, apesar da robustez aparente do organismo do polaco, talvez devido ao clima, se torna impossível neste imigrante.⁶

A superioridade técnica e moral dos outros grupos imigratórios e mais particularmente dos italianos e alemães é destacada e propalada pelos administradores dos núcleos coloniais, sem que haja contestação por parte dos demais integrantes da Secretaria de Obras Públicas.

Da mesma forma, não encontramos nos Relatórios enviados anualmente pela Secretaria ao Presidente da Província referência às sérias dificuldades enfrentadas pelos poloneses e particularmente às idéias negativas manifestadas pelos administradores dos núcleos coloniais, para onde os poloneses foram encaminhados pelo Estado a fim de ali serem assentados como pequenos proprietários.

Necessário salientar que em nenhum momento os administradores e funcionários dos núcleos coloniais fizeram uma avaliação mais cuidadosa das condições e das circunstâncias que envolveram a chegada e a instalação dos alemães, dos italianos e dos poloneses no território rio-grandense.

O comportamento ou o posicionamento dos funcionários dos diversos núcleos coloniais em relação aos imigrantes poloneses pode ser melhor compreendido se atentarmos para o fato de que

o conservadorismo dos altos funcionários civis dos países capitalistas avançados deve ser encarado não em termos gerais, mas específicos, em relação às configurações de classe e às hierarquias daquelas sociedades particulares, constituindo o seu objetivo principal não apenas a defesa de uma ordem social, mas daquela ordem social particular típica de tais sociedades em todas as suas grandes manifestações. Em outras palavras, os altos funcionários públicos daqueles países não são simplesmente conservadores de modo geral: são conservadores no sentido de que são, dentro da esfera que lhes compete, os aliados conscientes ou inconscientes das elites econômicas e sociais existentes.

Para isso existe mais que uma razão. Aquela mais óbvia e que já foi mencionada é a de que sua origem social, além da educação e situação de classe dos altos servidores civis, faz com que eles constituam parte de um meio específico, cujas idéias e cujos preconceitos e concepções provavelmente irão compartilhar e os quais estão destinados a influir, na realidade a definir, a sua imagem de interesse nacional.⁷

A defesa da honra e da integridade de funcionários públicos é muito freqüentemente manifestada pelos responsáveis pela administração dos núcleos coloniais.

Montaury de Aguiar Leitão escreve em agosto de 1893: “São estas as estradas de rodagem construídas sob minha administração e para as quais vos peço o exame delas, a fim de que mais tarde

⁶ Idem.

⁷ MILIBAND, Ralph, op.cit., p. 151-152.

não se venha a negar por falta de conservação a existência delas e como é de costume, procure ferir-se a minha honrabilidade de funcionário público”.⁸

Além de salvaguardar a honra de funcionário público, a defesa dos interesses nacionais, enquanto brasileiro, é dever de todo o cidadão. Mais uma vez o responsável pela administração das Colônias criadas pelo Governo Central no Estado, o engenheiro Montaury de Aguiar Leitão, argumenta:

No que se passa atualmente, não é somente a comodidade de funcionário público que advogo, da qual nunca precisei, mas o meu dever de brasileiro, que me impõe a obrigação de embarçar uma colonização inconveniente à agricultura, perigosa à paz de uma Colônia, que jamais presenciou os fatos desmoralizadores ultimamente dados, prejudicial ao crédito do meu país, e só conveniente aos interesses do contratante. Já tenho por diversas vezes e mais uma vez o faço – pedido um inquérito rigoroso para os trabalhos, que me estão confiados.

A minha consciência de brasileiro, a minha reputação de funcionário público ressentem-se quando a imprensa, desconhecedora das causas reais, vem atacar o serviço da colonização, alegando que os imigrantes vagueiam pela cidade por falta de lotes. O meu desejo é e será sempre provocar a divulgação e mais pública do meu procedimento.⁹

Os imigrantes italianos e alemães através do trabalho prosperaram. Os poloneses não. O fato de os imigrantes poloneses não prosperarem através do trabalho não surpreende Montaury de Aguiar Leitão, uma vez que este resultado negativo foi apresentado pelos mesmos em outros países.

Em 5 de agosto de 1893, em correspondência ao Delegado de Terras e Colonização, Montaury escrevia:

Atualmente, por não dispor mais de serviço onde possa empregar os polacos-russos, que estão por mim avisados desde agosto do ano próximo findo, conforme vos comuniquei em of. nº 227 e 232 de 10 e 14 de dezembro do ano passado, de trabalharem em suas roças, pois de janeiro do corrente ano não terão mais serviço do governo, não me é possível satisfazê-los em pedido, que me tem sido feito e os tenho aconselhado, que procurem trabalho nos municípios de Vacaria, Lagoa Vermelha, Montenegro ou São Sebastião do Caí.

A totalidade quase destas estradas de rodagem tem sido construída por imigrantes, em sua maioria da referida nacionalidade, no período de 2 anos e meio, e já tinham tempo de estarem independentes, como os italianos, que em um ano emancipam-se do concurso do governo.

Desde janeiro que deveria ter suspenso o trabalho, de conformidade com o meu aviso, e se não o fiz, foi pelas razões apresentadas em of. n. 315 de 14 de abril do corrente ano e poder ainda dispor de alguns quilômetros de estradas a construir. Neste mesmo mês avisei-os novamente que se prevenissem e que concluída a construção das estradas, ficarão sem recursos e o governo não poderia inventar trabalho para atender imigrantes, que viviam a suas expensas há mais de dois anos, e aos quais tinham dado casas, caminhos vicinais, favores reconhecidos pelo

⁸ José Montaury de A. Leitão. Alfredo Chaves, 5 de agosto de 1893, n. 411. Para Américo F. da Cunha. Delegado de Terras e Colonização. Obras Públicas 64, lata 388 - 1893. Documentação Avulsa. AHRGS.

⁹ Alfredo Chaves, 12 de janeiro de 1891, n. 7. José Montaury de A. Leitão para Manoel C. da Silveira Netto. Obras Públicas 52, lata 382 - 1891. Documentação Avulsa. AHRGS.

Ex.mo. Sr. Conselheiro Pedro Bogdanoff, ministro do seu país, que vissem os italianos chegados muito depois deles (ano e meio), que se ocuparam unicamente de suas lavouras e bem assim os alemães.

Não tem sido, portanto, por falta de aviso, que deixaram de prevenir-se e o juízo que fiz as primeiras levas, que chegavam em of. n. 7 de 12 de janeiro de 1891, dirigido a esta delegacia e com conhecimento da Inspetora Geral, tenho visto infelizmente confirmarem-se os fatos dados com esta colonização nos Estados Unidos e Colônias inglesas não poderiam fenomenalmente deixar de se reproduzirem no nosso país. Fabulosas têm sido as somas gastas para conservação de pequenas Colônias de imigrantes desta nacionalidade e o governo já reconheceu tarde o erro.

Já vos disse que espero aproveitar mais de 45% destes imigrantes, pois há neles excelentes trabalhadores, cujos esforços são destruídos pela indolência da maior parte.¹⁰

Essa avaliação negativa dos poloneses em contraposição à exaltação dos demais grupos étnicos, especialmente dos italianos e alemães, não corresponde à realidade, uma vez que os estudos efetuados sobre estes grupos migratórios destacam problemas por eles enfrentados nos anos iniciais de sua instalação.

O descontentamento era motivado pelas mesmas causas que vitimavam os imigrantes poloneses. Isto é, rebelavam-se quando as terras que deveriam cultivar eram de má qualidade, quando do pagamento de serviços prestados e, além disso, “elementos qualificados como criminosos, vagabundos, mendigos, desertores, prostitutas, débeis mentais, etc. figuravam, como já vimos, em quase todas as empresas de colonização. Por um processo de peneiramento interno, organizado ou difuso, os indivíduos imprestáveis eram eliminados. Pelo menos, esta era a regra e não há prova de que um sistema todo tivesse abortado devido à influência de tais elementos”.¹¹

Analizando a competição ecológica com imigrantes de outras origens, Emílio Willems comenta que nas Colônias mistas, a competição ecológica entre grupos etnicamente diversos faz surgir inúmeros processos de invasão, de sucessão e de segregação.

No auge da confusão, uma ou outra nacionalidade chega a dominar e desalojar as outras, ou as diversas nacionalidades repartem, pacificamente, a área colonial, mas sempre de tal forma que cada nacionalidade ocupa determinadas picadas. Sempre se pode verificar o velho adágio, semelhanças atraem-se. Pode-se fazer essa observação em todas as Colônias que já existem há algum tempo, a começar em Marquês de Herval e Vila Nova, no município de Conceição do Arroio, até Porto Lucena, no rio Uruguai.¹²

¹⁰ Alfredo Chaves, 5 de agosto de 1893, n. 411. De José Montauray A. Leitão. Para Américo F. da Cunha. Delegado de Terras e Colonização. Obras Públicas 64, lata 388 – 1893. Documentação Avulsa. AHRGS.

¹¹ WILLEMS, Emílio. A Aculturação dos Alemães no Brasil. 1980, p.81.

¹² WILLEMS, op.cit., p. 85.

Ainda segundo Willems, a competição ecológica em áreas de colonização mista apresenta dois aspectos principais: o desalojamento definitivo de certo número de elementos e a redistribuição dos remanescentes em subáreas étnica e religiosamente homogêneas.

Diz: “Geralmente, o desalojamento ocorre na primeira fase da colonização, afigurando-se como efeito de um peneiramento geográfico e cultural. A redistribuição é mais lenta, ocorrendo em função direta do grau de diferença cultural e das vantagens econômicas resultantes de um reagrupamento em sub-comunidades com padrão de vida relativamente homogêneo”.¹³

Continua o autor dizendo que na competição com poloneses e italianos, os imigrantes alemães são freqüentemente desalojados. Cita exemplos como o de Cândido Abreu no Paraná, onde alemães foram estabelecidos entre poloneses e brasileiros. Após algum tempo, os alemães cederam lugar aos poloneses e, na esperança de encontrar trabalho na indústria, dirigiram-se para as cidades. Em 1909 é criada a Colônia Miguel Calmon, também no Paraná, com 313 famílias austríacas, 78 polonesas, 16 alemães, 12 holandesas e 59 nacionais. Em poucos anos quase todos os alemães abandonaram a Colônia movidos, “segundo a expressão do observador, por atritos nacionais”.¹⁴

Observa ainda que em 1911 fundou-se em Boa Vista, RS, uma Colônia que se desenvolveu rapidamente. “Apesar dos sucessos, um pânico emigratório apoderou-se dos colonos que abandonaram a Colônia em 1913-14 à procura de terras ainda melhores na Argentina e no Chile. Colonos italianos os substituíram. Afirma-se que estes são não só mais econômicos, mas também psiquicamente mais resistentes.”¹⁵

Prossegue Willems sua análise comentando que a urbanização de Petrópolis foi acompanhada de um deslocamento gradativo de alemães por italianos e portugueses e que o cinturão do Jacuí não se alargou mais porque esbarrou com áreas de colonização italiana. “Onde no norte a serra não opunha obstáculos, a grande zona de colonização italiana de Caxias, Garibaldi, Encantado, etc. tolhia as tendências expansivas dos colonos alemães. Da mesma forma, os italianos, que desde 1874 estavam entrando no país, haviam ocupado as terras a oeste, à margem direita do alto Jacuí”¹⁶.

Citando o caso da Colônia Ijuí, chama a atenção para o fato de que contrariamente aos imigrantes alemães, os colonos teuto-brasileiros desalojavam, às vezes, imigrantes de outras etnias. Neste núcleo criado em 1890, estabeleceram-se sobretudo russos e poloneses, mas também teuto-russos e austríacos de língua alemã.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem, p. 86.

Diz: Muitos russos, no entanto, emigraram, pouco tempo depois, para os pampas argentinos e as cidades. Não estavam habituados ao trabalho nas terras montanhosas cobertas de matas. Também parte dos poloneses não se ajustou e vendeu Colônias endividadas a colonos de descendência alemã, pois naquele tempo, as Colônias velhas já estavam ocupadas e começou a grande imigração interna dos filhos de colonos de sangue alemão para a terra. O seu primeiro objetivo era Ijuí.¹⁷

É ainda Emílio Willems quem diz que são raras as publicações sobre a imigração alemã que não se refiram, de uma ou de outra maneira, a elementos “maus” que “perturbavam” a vida das Colônias recém-fundadas.

Cita o exemplo de que em 1824 os colonos de São Leopoldo foram divididos em dois grupos. Os “melhores” ficaram e os “duvidosos” foram levados para São João (Missões). Essa mudança foi efetuada não só para evitar conflitos entre colonos antigos e recém-chegados, mas também para evitar aglomerações “excessivas” numa só Colônia.¹⁸

Quanto à acusação de que os imigrantes poloneses eram “inveterados ébrios”, podemos constatar pela exposição de Emílio Willems que os imigrantes alemães, quando desanimados pela demora em serem definitivamente assentados, recorriam à bebida. É o caso dos imigrantes alemães pioneiros de São Pedro de Alcântara, em Santa Catarina, que tiveram que aguardar em Florianópolis a demarcação de seus lotes.

A consciência de que as condições oferecidas aos imigrantes italianos estabelecidos na região de Caxias foram superiores às que estavam sendo apresentadas aos poloneses está presente no relato, aliás longo, que Jan Wietrzykowski faz em 1891 aos pais e irmãos que permaneceram na Polônia.

Após ter construído a casa, vou receber 150 mil réis. Pela desmatção da picada junto ao meu lote rural vou receber o salário diário de 2 mil réis. Os impostos são insignificantes. Disse-nos um brasileiro, o qual há 20 anos reside aqui, que só pagou 2 mil réis de imposto. Vou receber víveres por 6 meses, até a primeira colheita. Atualmente, temos para duas pessoas o subsídio de 6 mil réis, cada 10 dias. Com isso podemos alimentar-nos bem. E quando importavam para cá italianos, cada família recebia 2 contos de réis, cavalos, vacas e todo amparo. Ao passo que para nós reduzem o auxílio e não nos dão nem cavalos, nem vacas. Deveis saber que esse auxílio é concedido sem nenhum ônus, de outra forma a gente não estaria em condições de reembolsá-lo, mesmo que trabalhasse a vida inteira.¹⁹

Dentre as muitas idéias manifestadas por Jan Wietrzykowski chama especial atenção a de que os poloneses são insignificantes para os demais habitantes do país.

¹⁷ WILLEMS, op.cit., p. 87.

¹⁸ Idem.

¹⁹ STOLTZ, Roger. Cartas de Imigrantes. 1997, p. 110-111.

Durante a viagem abster-se-á de comer laranjas, porque é daí que vem a primeira doença. Evitará qualquer briga, porque há grandes punições. Tomará todo o cuidado em não furtar, embora para nós não exista punição tão grave, já que somos considerados como mudos. Somente após três anos de permanência por aqui é que será aplicada a pena de talião: dente por dente, cabeça por cabeça. Se a pena fosse aplicada agora, muita gente pereceria. O maior número de amigos do alheio verificou-se no começo. O que para nós não é nada honroso.²⁰

Difícil apreendermos o exato significado da idéia manifestada pelo imigrante polonês nos primeiros dias de sua estada em terras gaúchas. É possível que o fato de serem considerados mudos esteja relacionado à dificuldade de comunicação em decorrência da complexidade da língua polonesa. Também é provável que a manifestação faça referência ao fato de serem imigrantes e, como tal, sem direitos e, portanto, sem voz.

Os conflitos e as hostilidades estiveram presentes de forma permanente na vida dos componentes do grupo étnico polonês. Os conflitos ocorriam, como já discutimos, de forma mais intensa com os funcionários e administradores dos núcleos coloniais.

Não apenas a superioridade técnica dos imigrantes italianos e alemães é destacada pelos responsáveis pela administração dos núcleos coloniais, mas principalmente a superioridade moral. Os imigrantes italianos e alemães são trabalhadores, são leais à ordem estabelecida.

Quando empregados na construção de estradas, trabalho oferecido aos imigrantes no período inicial de seu estabelecimento na Colônia, os imigrantes poloneses muito dificilmente se submetiam às mesmas regras que os italianos e alemães.

Assim, “todos os italianos, alemães trabalham por contrato, mas poucos são os polacos russos que tenho conseguido que imitem as outras duas nacionalidades”.²¹

A má qualidade dos trabalhadores poloneses que estão em Alfredo Chaves em janeiro de 1891 contribui para o aumento das despesas do Estado, no que diz respeito à construção de estradas, uma vez que “dispondo de péssimos trabalhadores polacos, pode calcular-se em 2000\$000 o km para uma estrada de 5,0 m de largura, serviço que poderia ser feito com os italianos por metade do preço referido”.²²

As comparações e, sobretudo, a exaltação das qualidades dos imigrantes de outras nacionalidades que convivem com os poloneses são freqüentes.

Na opinião do diretor da Colônia Guarani, a presença de colonos italianos na mesma é garantia de prosperidade. Diz: “Tenho procurado obter colonos italianos porque só reputarei

²⁰ Idem.

²¹ Alfredo Chaves, 20 de agosto de 1891. De José Montaury de A. Leitão. Para Diretoria de Terras e Colonização. Obras Públicas 52, lata 382 – 1891. Documentação Avulsa. AHRGS.

²² Idem.

estabelecida esta Colônia, quando tiver pelo menos 50 famílias italianas: então dividirei as culturas: para os germanos, eslavos, etc. as margens dos rios, com os plantios de algodão, anil, arroz, fumo, cana-de-açúcar, etc. e para os italianos as zonas elevadas onde produz bem o vinho, o trigo, centeio, etc, etc”.²³

O grupo étnico italiano tem sido o grupo de referência mais destacado pelos administradores dos diversos núcleos coloniais. Isso porque os primeiros imigrantes poloneses que chegam ao Rio Grande do Sul são enviados pelo Estado para a região de Caxias, já ocupada pelos imigrantes italianos. Daí o processo de competição interétnica estar presente e contribuir para a distribuição espacial dos imigrantes.

Não podemos esquecer que “apesar de seu sucesso, a imigração italiana foi afetada no Rio Grande pelo retorno de descontentes inadaptados e malsucedidos.”²⁴

Entre os imigrantes italianos vamos encontrar indivíduos que, insatisfeitos com as condições oferecidas nos núcleos coloniais, abandonam os mesmos. Porém, na opinião de Thales de Azevedo, esse comportamento é extremamente reduzido entre os imigrantes italianos.

O referido autor escreve que, escolhido o lote, o imigrante era transferido do barracão para a casa tosca e provisória que a Diretoria construía na sua terra, ordinariamente no limite do travessão. O próprio colono podia ser encarregado dessa construção, recebendo em moeda o valor arbitrado à mesma. Acontecia, algumas poucas vezes, que o colono não construía a casa convenientemente, utilizando-se da quantia recebida a fim de comprar mercadorias para negociar. Outros recebiam o dinheiro e logo deixavam o núcleo colonial. É a queixa que fez um Diretor já em 1876, penitenciando-se: “Julguei que praticava um ato de boa administração dando-lhes as casas para eles mesmos fazerem, proporcionando-lhes, por essa forma, os meios de poderem comprar animais com que principiassem os seus estabelecimentos. Vejo, porém, que a medida que tomei não atingiu o fim desejado e, ao contrário, o dinheiro dessas casas lhes fornece meios para continuar suas viagens”²⁵. No ano seguinte torna ao assunto, afirmando que fora mau dar dinheiro aos colonos que se tornaram quase todos negociantes e deixaram de trabalhar em seus prazos.²⁶

Essa mesma idéia negativa em relação aos imigrantes poloneses vai ser manifestada pelo Itamaraty a partir de 1930. A partir desta data, outros grupos que não apenas os africanos e asiáticos passaram a ser vistos como indesejáveis. No caso dos poloneses, são os judeus-poloneses que têm a sua entrada no país dificultada.

²³ Guarani, 10 de abril de 1897. Para Diretoria de Terras e Colonização. Obras Públicas 74 , lata 393. Documentação Avulsa. AHRGS.

²⁴ AZEVEDO, op.cit., p. 111.

²⁵ AZEVEDO, op. cit., p. 181-182.

²⁶ Idem.

Até essa data não encontramos nos documentos do Itamaraty objeção ou entraves à entrada dos poloneses. Estes, enquanto agricultores, assim como os demais grupos imigratórios europeus, são desejáveis, desde que observadas as condições impostas pela política imigratória.

Jeffrey Lesser nos diz que após os anos 30 os novos governantes do Brasil começaram a se perguntar se a identidade nacional não havia progredido para o ideal desejado devido à entrada de muitos imigrantes nos últimos cinquenta anos. Embora não fossem africanos ou descendentes de africanos (ou pretos, isto é, inaceitáveis na linguagem da época) muitos, no regime Vargas, ansiosos para imitar os regimes autoritários europeus e suas doutrinas científico-racistas que as embasavam, julgaram, para seu desespero, não serem aceitável grande parte dos imigrantes, mesmo os brancos”.²⁷

Os imigrantes judeus poloneses estão entre os imigrantes indesejáveis ²⁸. Os muitos documentos do Arquivo do Itamaraty mostram isso. O telegrama enviado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil pela Legação Brasileira em Varsóvia é um exemplo. Diz: “Tive, hoje, longa conferência, na audiência de despedida, com o Presidente da República, que me expôs amplamente o problema da imigração judaica, o qual será proximamente discutido em Genebra, procurando convencer-me não ser intenção da Polônia dirigir o contingente indesejável da sua população para o Brasil”.²⁹

O documento, de abril de 1937, da Legação Brasileira em Varsóvia diz:

Esta Legação que, in loco, é testemunha das dificuldades de ordem racial, social, econômica e higiênica que para a Polônia representa o elemento israelita, voluntariamente confinado em bairros e localidades, ousa insistir junto ao Ministério das Relações Exteriores, por meios concretos ao seu alcance, na adoção de providências que façam cessar o fluxo hebraico desencadeado sobre o Brasil, enxertado capciosamente na corrente migratória que lhe dirige a Polônia. A documentação fotográfica, quando não bastasse a interdição do navio Pulaski, recentemente posto em quarentena pelas autoridades sanitárias brasileiras, em nossos portos, - está a demonstrar, de modo alarmante, o que serão os quistos hebraicos em breve futuro no litoral e interior do Brasil.³⁰

Evidente que a dificuldade encontrada pelos poloneses para entrarem no Brasil a partir de 1930 e sobretudo no período Pré-Segunda Guerra Mundial, deve-se ao fato de serem judeus. Quem estava impedido de entrar no Brasil eram os judeus e não os poloneses.

²⁷ LESSER, Jeffrey. Imigração e Mutações Conceituais da Identidade Nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. In: Revista Brasileira de História. 1994, p. 121-122.

²⁸ Para essa discussão ver LESSER, Jeffrey. O Brasil e a Questão Judaica. 1995 e CARNEIRO, Maria L. T. O Antissemitismo na Era Vargas. (1930-1945). 1988.

²⁹ Da legação em Varsóvia em 24 de novembro de 1937. Barros Pimentel para o Ministro das Relações Exteriores. Maço 289/1/9 Parte 1. Polônia - Notas e Telegramas Recebidos. Arquivo do Itamaraty. Rio de Janeiro.

³⁰ Da legação dos Estados Unidos do Brasil. Varsóvia, 19 de abril de 1937. Para Mário de Pimentel Brandão – Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores. Maço 289/1/9 Parte 1. Polônia - Notas e Telegramas Recebidos Arquivo Itamaraty. Rio de Janeiro.

Pela discussão até aqui realizada podemos dizer que o período de maior intensidade da corrente imigratória polonesa para o Rio Grande do Sul coincide com o período de implantação da República Positivista comandada pelo PRR – Partido Republicano Rio-grandense. E os anos iniciais de assentamento dos imigrantes poloneses no Estado têm-se caracterizado pelas dificuldades.

As dificuldades são várias. E estão presentes de forma mais intensa nos primeiros núcleos de colonização polonesa, como é o caso de São Marcos, São Feliciano e Mariana Pimentel.

Não podemos deixar de considerar, pelo que até aqui discutimos, que nestas Colônias agrícolas as condições oferecidas aos imigrantes não correspondiam ao propagado no além-mar, aliás, estavam muito longe disso.

O imigrante polonês que chega ao Brasil e ao Rio Grande do Sul traz consigo, não apenas uma experiência de dominação, de submissão, mas a da vivência em um contexto marcado pela estagnação econômica, ou como diz Ruy Wachowicz, este imigrante vem de uma Polônia arcaica, atrasada, dominada.

Aqui no território gaúcho ele chega depois dos imigrantes italianos e alemães, que saem de países considerados superiores à Polônia pelos administradores e funcionários das Comissões de Terras e dos núcleos coloniais. Estes, se não se declaram positivistas, pelo menos simpatizam com a República Positivista Gaúcha, uma vez que são funcionários e ocupam postos administrativamente importantes no Estado positivista.

Pelos documentos por nós analisados e discutidos, evidencia-se que quando os poloneses chegam em solo gaúcho, a idéia de inferioridade dos mesmos também se faz presente.

Reagem, pelo que pudemos constatar, de forma mais agressiva que os imigrantes italianos e alemães frente aos problemas vivenciados. Isso contribui para a estigmatização dos mesmos.

E este estigma, o de serem técnica e moralmente inferiores aos demais imigrantes europeus, é aqui cristalizado. Ele está claro e expressamente manifesto nos documentos da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Colonização.

A idéia de inferioridade do imigrante polonês vai estar presente nos seus descendentes no território gaúcho e vai se expressar de diferentes formas.

COLÔNIAS MISTAS

René E. Gertz*

As pretensões deste texto não vão muito além da tentativa de servir de introdução ou de apresentação para o conjunto de textos dedicados ao tema “colônias mistas”, neste evento. Por “colônias mistas” pode-se entender várias coisas e situações em contextos diferentes. Poderíamos falar de colônias mistas num contexto urbano em que não há concentração de moradores de uma mesma etnia em um território restrito, uma guetização, ou de colônias urbanas que congregam grupos com alguma afinidade, por exemplo. Talvez o caso mais clássico, neste último sentido, no Brasil sejam as colônias “sírio-libanesas” urbanas, responsáveis por algumas instituições de grande projeção. Fenômenos desse tipo não são estranhos ao Rio Grande do Sul, onde encontramos, ao menos em Porto Alegre, grupos minoritários agregando-se ou criando vínculos mais ou menos permanentes, como suíços e franceses, por exemplo, com associações recreativas e culturais comuns.¹

Mas quando se fala em colônias mistas pensa-se, sobretudo, em colônias rurais nas quais há certa mistura da população do ponto de vista *étnico* e/ou *religioso*, ou mesmo de imigrantes mais recentes com descendentes de imigrantes mais antigos – ainda que da mesma etnia.² E dentre elas, não há dúvida de que os casos mais destacados e mais tematizados são os de mistura étnica, ao menos na historiografia em geral. A discussão sobre colônias mistas sob o ponto de vista religioso está mais restrita à historiografia ligada às confissões religiosas. Possivelmente, se pode avançar uma interpretação para a referência mais rarefeita à “mistura” religiosa na historiografia mais geral: a religião constitui uma área da vida humana – sobretudo, da rural – na qual as mudanças, a troca, a “miscigenação” são mais raras. É evidente que casamentos interconfessionais podem levar

* Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS.

¹ Por ter como principal campo de pesquisa a imigração e a colonização alemãs no Rio Grande do Sul, minhas referências serão predominantemente dedicadas às regiões de colonização alemã. Isso significa que nas regiões de colonização italiana e polonesa do estado, por exemplo, a situação pode apresentar alguns elementos diferentes, mas certamente também há muitas semelhanças.

² No caso da imigração alemã, é conhecida a distinção entre “Deutsche” e “Neudeutsche” ou “Deutschländer”, nomenclaturas nas quais o primeiro elemento designa “alemães”, isto é, gente de etnia alemã, em geral, enquanto os dois outros designam “alemães-novos” ou “alemães da Alemanha”. Mas há também as diferenças entre “tribos” provenientes do mesmo país. Nas regiões de colonização alemã, pode haver *Hunsrücker*, suábios, bávaros etc., nas regiões de colonização italiana, trentinos, vênnetos, calabreses etc.

à conversão de um dos cônjuges à confissão religiosa do outro, mas, no senso comum, dificilmente se pode encontrar uma expectativa de que um grupo inteiro venha a aderir a uma outra comunidade religiosa. O que acontece com mais frequência, são, certamente, adesões ou conversões individuais. Um exemplo nesse sentido são os casos relativamente freqüentes de imigrantes alemães que vieram ao Rio Grande do Sul professando a fé judaica e que acabaram aderindo a uma das confissões religiosas cristãs aqui existentes.³ Mas tratava-se, sempre, de “conversões” individuais, no máximo, familiares – em geral, por razões óbvias: constituir família única de confissão judaica numa pequena cidade do interior do estado.

A rigor, o pensamento sobre a imigração nos países de imigração maciça é, por definição, favorável à colonização mista. A ideologia do *melting pot* presente nessas áreas exige isso. Talvez os Estados Unidos sejam o exemplo clássico no qual, inclusive, a questão da mistura religiosa recebeu uma resposta-padrão. Se um dos atrativos de migrar para lá era a possibilidade de continuar cultivando sem maiores interferências e, sobretudo, sem perseguições, a confissão religiosa do imigrante, pressupunha-se, por outro lado, sua total integração, sua diluição na sociedade, do ponto de vista étnico-cultural, com seus corolários: língua, costumes, modos de ser, lealdade política, e até adaptação do sobrenome. Transformar a todos numa “única América” poderia não pressupor adesão a uma mesma religião, pelo contrário, a liberdade religiosa poderia ser um dos chamarizes para migrar para lá, para aderir àquela sociedade, mas, em contrapartida, se esperava que o imigrante alemão Schmidt, por exemplo, se transformasse de imediato em um Smith – sem que se pensasse na necessidade de renegar sua fé luterana, por exemplo.

Mesmo que a expressão “cadinho”, que no Brasil costuma ser utilizada no lugar de *melting pot*, tenha uma conotação um pouco diferente, as premissas básicas são as mesmas. Todos aqueles que têm algumas informações gerais sobre a política de imigração e colonização no país sabem que um dos objetivos visados pela política de imigração era o “branqueamento” da raça. Imaginava-se que com a mistura do sangue imigrante branco o sangue do conjunto da população brasileira seria gradativamente depurado da suposta influência negra, considerada maléfica. Isso exigia, evidentemente, a miscigenação.

³ Becker, Klaus. Apontamentos sobre os judeus alemães no Rio Grande do Sul no tempo do Império. In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1974, p. 183-190.

Um ideólogo de peso nesse contexto é Sílvio Romero, sobretudo pela direção peculiar em que suas idéias se desenvolveram sob esse aspecto, tratando da colonização alemã no sul do Brasil. Cabem, por isso, algumas observações a respeito de sua forma de pensar sobre a questão. Romero foi discípulo de Tobias Barreto (1839-1889), que costuma ser apresentado como “o brasileiro que mais profundamente compreendeu a essência alemã e que com maior ardor ajudou a construir a ponte do pensamento alemão para a maneira de ser brasileira”.⁴ Barreto costuma ser citado como o grande precursor da germanofilia ou do “germanismo”⁵ no Brasil, um país essencialmente francófilo.⁶ Nas pegadas de Tobias Barreto, em Sílvio Romero (1851-1914) a admiração pela Alemanha, pela cultura alemã e pelos alemães desembocou numa concepção muito peculiar e aparentemente contraditória sobre o projeto de colonização com alemães. Essa admiração levou-o a defender o aumento da presença alemã no Brasil, o que incluía o incremento na vinda de imigrantes e colonizadores da Alemanha. Na linha da ideologia do branqueamento, pensava que quanto maior fosse a importação de cultura e sangue alemães, mais o país se desenvolveria.

O interessante, porém, são os corolários quase metafísicos derivados dessa concepção. Numa forma simplificada, mas não exagerada, poderia dizer-se que, para Romero, os efeitos benéficos da imigração alemã só se fariam sentir se os imigrantes rompessem de forma total seus vínculos com o país de origem, se ao pisarem em território brasileiro abrasileirassem seu sobrenome, se não falassem mais nenhuma palavra em alemão, se casassem com uma pessoa de origem étnica “antípoda”, o que quer dizer preferencialmente uma pessoa negra. O caráter metafísico dessa concepção estava no fato de que ele acreditava no e louvava piamente o valor da cultura e do sangue alemães⁷, mas seus efeitos benéficos sobre a sociedade brasileira só se efetivariam caso se diluíssem e desaparecessem de forma total no sangue e na cultura brasileiros. Nosso sangue e nossa cultura seriam tanto mais beneficiados, quanto maior fosse a diluição do sangue alemão. Isso significa que Romero foi um fervoroso “germanista”, admirador e cultor da Alemanha

⁴ Palavras do pastor Hermann Dohms, provavelmente o mais destacado defensor teuto-brasileiro do germanismo. In: Dreher, Martin N. (org.). *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 35.

⁵ O termo é colocado entre aspas para sinalizar que há uma diferença entre o “germanismo” dos assim chamados germanófilos entre políticos e intelectuais brasileiros e o germanismo cultivado por alemães e descendentes (como o pastor Dohms, por exemplo).

⁶ Cf. Oberacker, Karl H. *Freunde der deutschen Kultur in Brasilien*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1982, p. 15-51.

⁷ Seu mestre Tobias Barreto chegou a editar um jornalzinho em língua alemã na caatinga nordestina.

e dos alemães, mas, na sua opinião, se um imigrante alemão ou descendente manifestasse apego à cultura e à etnia alemãs, defendesse um germanismo tal como era defendido por ideólogos de origem alemã, estaria descumprindo a função que se lhe atribuía pela política de imigração.⁸ O resultado dessa concepção refletiu-se no conhecido livro *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*, publicado em 1906.⁹ Pelo título, pode-se aquilatar a avaliação que fazia da imigração alemã no sul do Brasil tal qual ela, na sua opinião, efetivamente se dera.

Sílvio Romero foi citado aqui pelo caráter algo peculiar de pensar sobre essa questão, mas, em última instância, esse é o padrão do pensamento imigrantista brasileiro, pois, por caminhos mais ou menos tortuosos, quase invariavelmente desemboca na defesa da assimilação a mais rápida e completa possível dos imigrantes e de seus descendentes. E um caminho sugerido para que esse processo se realizasse passava pelo cuidado de evitar colônias homogêneas. A citação de um pequeno trecho de texto de Romero deixa isso muito claro: “O Brasil possui uma certa unidade étnica que lhe tem garantido a existência até hoje. Mas essa unidade não deve ser perturbada com a ingestão sistemática de elementos estrangeiros em privilegiada zona do país, nem deve ser posta em prova com um projeto perigoso de federação. [...]. Quanto aos estrangeiros, deve-se fazer com eles o que intitulei a colonização integral, isto é, que se vão espalhando por todo o país, especialmente o norte e o grande Oeste. Nada de aglomerá-los às dezenas e centenas de milhares de uma só raça nas quatro províncias do sul”.¹⁰

Por ser conhecido de todos que têm algum conhecimento sobre a história da imigração e da colonização, sobretudo do sul do Brasil, não há necessidade de entrar em detalhes sobre os efeitos de tal forma de pensar. Nossa História e nossa Sociologia sobre o tema estão cheias de apreciações sobre “assimilação”, sobre “quistos étnicos”, inclusive sobre “graus de fusibilidade” dos diferentes grupos de imigrantes. De tudo isso resultou que a idéia de colônias mistas foi a dominante entre intelectuais e políticos brasileiros envolvidos na discussão sobre a política de imigração e de colonização. Mas, na realidade,

⁸ Sem querer comprometer o autor com o conteúdo do resumo que acabo de fazer sobre as concepções de Romero, esse tema foi abordado, recentemente, no capítulo “O alemanismo no sul do Brasil” do livro *Sílvio Romero, hermenêuta do Brasil*, de Alberto Luiz Schneider (São Paulo: Anablume, 2005, p. 155-189). Cf. também, Oberacker, op. cit., p. 53-64.

⁹ Romero, Sílvio. *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro, 1906.

¹⁰ Citado por Schneider, op. cit., p. 150.

entre a teoria e a prática quase sempre houve um hiato significativo. Assim, o estabelecimento de colônias com algum tipo de homogeneidade foi antes a regra que a exceção e, inversamente, há apenas relativamente poucos exemplos, no sul do Brasil, do estabelecimento de colônias propositalmente mistas.

Além disso, cabe atentar para um outro fenômeno. Jeffrey Lesser chamou a atenção para uma freqüente ambivalência no pensamento brasileiro quando se trata da imigração. Analisando a situação criada com a declaração de guerra ao Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, mostrou que, por um lado, se passou a odiar tudo aquilo que lembrasse aquele país, inclusive os japoneses e seus descendentes no Brasil, mas, por outro lado, em meio a esse quadro de ódio, se continuou falando com certo fascínio sobre o Japão e a cultura japonesa.¹¹ O processo mental certamente não é muito diferente daquele que se passava na cabeça de Sílvio Romero, o qual manifestava profunda paixão pela Alemanha e pela sua cultura, mas odiava os alemães de carne e osso que estavam estabelecidos no sul do Brasil.

Mais ou menos na mesma linha, encontrei, também, uma situação de peculiar ambivalência sobre as colônias mistas quando estudei o período do Estado Novo (1937-1945) no Rio Grande do Sul. O secretário de educação, J. P. Coelho de Souza, um dos principais responsáveis pelo assim chamado processo de nacionalização contra a preservação dos traços culturais nas regiões de colonização manifestou reiteradas vezes sua desaprovação pelo estabelecimento de novos grupos étnicos em regiões nas quais a imigração já tinha um caráter relativamente misto. Nesse sentido, manifestou-se, de forma específica, contra a presença de japoneses na região de Santa Rosa, que, justamente, se caracterizava pela existência de grupos humanos de origem étnica e nacional muito variada – como será referido mais adiante. Segundo Coelho de Souza, “ensaia-se agora uma experiência de colonização japonesa em Santa Rosa, comuna essa que parece destinada, como se vê, a tornar uma realidade contemporânea a confusão da Torre de Babel”.¹² Santa Rosa fora planejada exatamente para ser uma colônia mista, mas para Coelho de Souza essa mistura, aparentemente, fora longe demais.

¹¹ Lesser, Jeffrey. Tornando-se japonês: literatura de viagem em busca de identidade nacional. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. XXV, n. 2, 1999, p. 175-184.

¹² Citado por Gertz, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005, p. 148.

E Coelho de Souza parece não ter sido o único que não conseguia lidar muito bem com a situação. A região despertou – no período do Estado Novo – a curiosidade e gerou preocupação entre autoridades civis, militares, jornalistas e outros. Assim, para exemplificar, a *Revista do Globo* de 30 de novembro de 1940 trouxe uma reportagem na qual se manifestava certo espanto pelo fato de que ali, “apesar das diferentes origens da população, é admirável a harmonia reinante. Não se observam os choques e atritos *próprios da mistura de raças*”.¹³ Essa observação mostra que se, teoricamente, a “mistura de raças” era considerada ideal no processo de colonização, por evitar a formação de “quistos étnicos” e favorecer a assimilação e a nacionalização, em situações concretas se manifestava um posicionamento ambivalente justamente em relação a regiões de colonização mista.

No que tange especificamente ao Rio Grande do Sul, é necessário destacar mais um aspecto da defesa da colonização mista. Trata-se da influência positivista sobre a política de colonização no período republicano. Breno Antônio Sponchiado analisou as concepções e a prática da colonização tal como concebida pelo positivismo ortodoxo de Torres Gonçalves, que durante longo período da Primeira República foi secretário das Obras Públicas, órgão ao qual estava afeta a política de imigração e colonização do governo estadual.¹⁴ Mesmo que não se tratasse de uma posição inédita, Gonçalves tinha restrições à própria importação de “braços”, manifestando preferência pela utilização de trabalhadores nacionais nas empresas de colonização: “É corrente invocar como uma das causas das desgraças reais ou imaginárias que pesam sobre o país a *falta de braços*. Introduzir *braços* torna-se, pois a preocupação dos que assim pensam. [...]. Se o progresso se reduzisse ao só desenvolvimento material, não há dúvida que os *braços* seriam então a solução. Mas o organismo social é muito complicado e não consente essa materialização”.¹⁵ Com isso, pretendia dizer que deveriam ser arrebanhadas as populações relativamente marginais brasileiras e assentadas nos projetos de colonização.

¹³ *Revista do Globo*, Porto Alegre, ano XII, n. 285, de 30 de novembro de 1940, p. 262. O grifo é meu.

¹⁴ Sponchiado, Breno Antonio. *O positivismo e a colonização no norte do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUCRS, 2000 (dissertação de mestrado).

¹⁵ Citado por Sponchiado, op. cit., p. 198. Esse posicionamento permite entender o famoso incidente com João José Pereira Parobé, secretário das Obras Públicas anterior, que em seu relatório de 1903 afirmou que diante da escassez de mão-de-obra era preferível adiar o progresso material do Rio Grande do Sul a trazer mais imigrantes alemães, que se constituiriam em verdadeiros exilados, e cuja constituição afetiva não contribuiria em nada para elevar a moral da sociedade gaúcha (Cunha, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Leo Quatke da UNISC, 1995, p. 241).

As duas principais experiências de colonização dirigida pelo estado nos anos iniciais da República foram Ijuí e Santa Rosa. Ambas se constituíram como colônias mistas, mas a tentativa de assentar populações “nacionais” foi mais marcante nesta última. Numa avaliação desse projeto, Torres Gonçalves escreveu: “No começo de nossa ação ali [em Santa Rosa] era por assim dizer unânime o parecer que nada se conseguiria com os nacionais, porquanto habituados à vadiagem, retirar-se-iam no primeiro momento. Certo dos resultados que poderíamos conseguir, sentindo, por outro lado, a necessidade inadiável e imperiosa de fixar os nacionais, tanto por dever de fraternidade em relação a eles como por civismo para melhorarmos a sua situação e promovermos a fusão gradual com o elevado elemento de origem estrangeira existente entre nós, empenhamos o máximo dos nossos esforços neste objetivo”.¹⁶

Apesar do otimismo de Torres Gonçalves, há indícios de que a fixação e a permanência dos nacionais nessa região de colonização não foi tão bem sucedida quanto a citação sugere. Valdir Gregory, baseado em estudos de Erneldo Schallenberger, informa que “apesar de todo o esforço por parte da política oficial, o ritmo do desenvolvimento da região foi imprimido pelas levas de imigrantes advindos das zonas coloniais de formação teuta. Esses grupos, à medida que foram se estruturando, foram adquirindo os lotes dos caboclos nacionais e impuseram o seu modelo de estruturação econômica e social na região”.¹⁷

Os problemas de integração de etnias diferentes nas regiões de colonização parecem não ter sido específicos e exclusivos em relação aos “nacionais”. Emílio Willems, ao estudar “alguns aspectos ecológicos da colonização germânica” em seu conhecido livro sobre *A aculturação dos alemães no Brasil*, refere casos de deslocamento de colonizadores alemães por outros grupos étnicos imigrados, e vice-versa. Willems destaca que a colonização homogênea era vantajosa para as empresas colonizadoras, pois os lotes eram mais valorizados, e os indivíduos, em tese, também lhe davam preferência, pois, segundo o sociólogo, os seres humanos parecem ter uma tendência de se sentir mais confortáveis entre seus iguais, o que levou muitas vezes a processos de desalojamento mesmo em colônias

¹⁶ Ibid., p. 162.

¹⁷ Gregory, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – zona norte e região do Grande Santa Rosa*. Porto Alegre: PUCRS, 1988 (dissertação de mestrado), p. 123.

originalmente mistas. Nesse sentido, para o caso da imigração alemã, o autor cita, inclusive, alguns casos de separação ou distanciamento entre alemães recém-imigrados e descendentes de imigrantes mais antigos – fenômeno já apontado acima.¹⁸

Entre muitos imigrantes alemães e, principalmente, entre suas lideranças observa-se, ao contrário dos ideólogos brasileiros, uma defesa muito freqüente e apaixonada da colonização homogênea. Dos argumentos em favor da homogeneidade, alguns são de caráter puramente étnico ou racial, outros são de caráter religioso, cultural, econômico.

Um dos principais ideólogos do germanismo, na década de 1930, Carlos Henrique Oberacker, conhecido por seus estudos sobre a presença alemã no Brasil, escreveu em sua tese de doutorado, defendida na Alemanha, no início dos anos 1930, que “se verifica em todas as colônias de mistura¹⁹ étnica que também no campo econômico os homens não estão aí como auto-suficientes, como *homines oeconomici* que não dependem um do outro, mas sim que são homens que vivem em comunidade. Uma comunidade, porém, é inviável ali onde – mesmo na pressuposição da igualdade racial ou do parentesco – a língua, a tradição e a concepção de vida de cada um sejam diferentes e não representam qualquer base comum”.²⁰ O autor afirma que há uma certa resistência por parte de imigrantes para estabelecer-se em colônias governamentais, que são mistas, e quando isso acontece haveria freqüentes abandonos ou mesmo trocas entre grupos diferentes para se reagregarem por etnia. Transparece aqui a típica preocupação germanista de evitar qualquer mistura de etnias e o perigo da perda das características étnicas, o que, em última instância, na opinião de Oberacker, leva à lusitanização, isto é, à assimilação e ao desaparecimento do próprio grupo étnico no cadinho de cunho luso.

Outra figura muito importante nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul foi o padre jesuíta Theodor Amstad. Em suas *Memórias autobiográficas* deixa transparecer aquilo que ele pensava sobre as colônias mistas, quando se refere à sua atuação na paróquia de Nova Petrópolis. Ele escreve: “A vila, com seus arredores mais chegados era o campo de trabalho do próprio padre ‘vigário’, em si do pároco. Sofria ela do mal da promiscuidade étnica e

¹⁸ Willems, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 125 e segs.

¹⁹ O termo alemão utilizado pelas lideranças teuto-brasileiras para as colônias mistas é *Mischmaschkolonien*. É um termo de difícil tradução – como o próprio Willems destaca (op. cit., p. 134) –, mas de cunho pejorativo. Daí a proposta de traduzi-lo por “mistura”.

²⁰ Oberacker, Karl-Heinrich. *Die volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1936, p. 34.

confessional, que caracterizava quase todos esses lugares, sendo que os teutos protestantes superavam em muito, numericamente, os católicos. Também no concernente à sua colocação social e quanto às posses. Diga-se o mesmo dos arredores mais próximos da Vila de São Sebastião do Caí, onde os colonos alemães e protestantes moravam de mistura com os luso-brasileiros”.²¹ Essa observação está acompanhada de uma nota de rodapé aposta pelo tradutor do texto, o padre jesuíta Arthur Rabuske, o qual, por ser um grande estudioso da imigração alemã, pode ser arrolado como autoridade com conhecimento sobre o tema, mostrando que a preocupação com as colônias mistas era bastante difundida e tematizada entre os cleros católico e luterano. Rabuske anota: “A um leitor desprevenido da atualidade dizemos que o relato oferecido por Amstad no concernente a seu rebanho espiritual seja realista. Sob o ponto de vista pastoral, tanto católico como protestante, aquilo não era menos de certo que um desafio para os ministros de ambas as confissões cristãs. Assim acreditamos que qualquer pastor protestante, verdadeiramente zeloso, na época, tenha sentido de modo idêntico que Amstad. Informes seguros do passado nos dizem que tanto os sacerdotes católicos como os pastores evangélicos achavam que tais misturas étnicas e religiosas vinham em prejuízo de ambas as igrejas. Por isso eles, mais tarde e de comum acordo, ao se tratar da fundação de novas colônias, procuravam evitar de antemão tais ‘promiscuidades’. Hoje, a partir de uma sociedade ‘pluralista’ e em clima ameno de ecumenismo, temos as nossas dificuldades em compreender a posição daqueles servos do Evangelho, parecendo-nos ela exagerada ou ao menos discutível. Fica, porém, a pergunta: teríamos nós, em circunstâncias e épocas diferentes, agido de maneira outra e mais acertada que eles?”²²

Já no famoso livro comemorativo do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, de 1924, o mesmo Amstad escrevera que “o sistema de colonização dos nossos atuais governantes positivistas consiste [...] em criar colônias de misturança, nas quais são estabelecidas, sem separação, pessoas das mais diferentes nacionalidades. Mas este sistema não agrada nem aos colonos de descendência alemã, nem aos de descendência italiana, nem

²¹ Amstad, Teodoro. *Memórias autobiográficas*. São Leopoldo: UNISINOS, 1981, p. 151.

²² Ibid.

aos de descendência polonesa”.²³ O autor, inclusive, atribui a migração crescente para Santa Catarina e Paraná a essa causa.

Outra figura católica de destaque na colônia alemã do Rio Grande do Sul foi o padre jesuíta Max von Lassberg. Em suas *Reminiscências*, escreve que em certas áreas de colonização os funcionários das empresas colonizadoras não se importavam com a origem religiosa dos adquirentes de lotes de terra, o que, muitas vezes, fez com que “boas famílias católicas estiveram a ponto de mudar-se para outro local, porque nada queriam saber daquela confusão”. Porém, causava-lhe maior desgosto ainda a prática nas áreas de colonização governamental, onde eram fixados, de forma sistemática, “colonos no sistema de mistura tão apreciado pelo nosso governo, que não conhece nem Deus nem religião”.²⁴

Se essas são opiniões muito presentes entre líderes católicos, aquelas encontradas entre lideranças luteranas não são diferentes. Um artigo publicado no almanaque anual do Sínodo Riograndense, a principal organização eclesial luterana gaúcha da época, em sua edição de 1931, conclamava os agricultores a se organizarem na defesa de seus interesses. Nesse texto, podemos encontrar as seguintes considerações sobre as colônias mistas: “Em todo lugar o sistema de mistura ou se revelou como um verdadeiro fiasco ou então como erro, com perda de dinheiro e de tempo, como entrave para o progresso, para a cultura e para a economia – e, mesmo assim, tenta-se vendê-lo aqui e acolá. Toda a história da colonização mais recente no Brasil apresenta as mais claras e incontestáveis provas a favor de uma política agrária e de colonização com mão-de-obra que seja homogênea na sua essência e contra a teoria do relacionamento de políticas raciais e culturais com os mandamentos da prática econômica natural. Essa experiência já devorou muito dinheiro, mas continua sendo posta em prática, apesar dos evidentes fracassos, porque não se quer reconhecer que existem outros caminhos saudáveis e úteis, que prescindem dessa tática de dilaceração. Quem, porém, foi vítima dessa experiência teve de pagá-lo com o colapso de sua existência material, com a perda de seu lote de terra, e teve de retomar a migração”.²⁵

²³ Verband Deutscher Vereine (ed.). *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924, p. 124.

²⁴ Lassberg, Max von. *Reminiscências*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2002, p. 121.

²⁵ Bauern, an die Front! *Kalender (Jahrweiser) für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien*, Porto Alegre, 1931, p. 136. Opinião semelhante foi defendida pelo fundador do Sínodo Riograndense, Pastor Wilhelm Rotermund, como se pode ler na biografia sobre ele: Fausel, Erich. *Dr. Rotermund: ein Kampf*

As citações apresentadas refletem apenas opiniões de líderes ligados às regiões de colonização alemã, mas entre lideranças das colônias italianas, polonesas, japonesas a opinião provavelmente não era muito diferente, sob esse aspecto. Isso resultou numa clara contraposição entre os projetos dominantes em círculos governamentais e os projetos e as concepções das principais lideranças das regiões de colonização.

Uma decisão sobre as vantagens e desvantagens de cada uma dessas políticas só pode ser tomada após estudos individuais. Além disso, não há dúvida de que a observação de Max Weber de que cada período histórico coloca para os analistas perspectivas próprias também deve ser levado em consideração. Para os políticos brasileiros da década de 1930, a colonização homogênea era responsável por enormes problemas de assimilação, de integração e até de segurança nacional, pois estavam preocupados com a construção do Estado brasileiro e, por isso, grassava um nacionalismo muitas vezes xenófobo. Para os atuais formuladores da política educacional do Rio Grande do Sul – com a prática hoje aceita como natural de ensino da “língua estrangeira” a partir da origem étnica dos alunos –, a colonização mista, porém, pode trazer problemas para organizar as aulas, incluindo possível aumento dos custos com professores.

Mas certamente também há elementos objetivamente observáveis que caracterizam os dois projetos. É possível que as colônias homogêneas tenham contribuído para uma maior segurança psicológica das populações, para uma maior sensação de bem-estar, com reflexos positivos no desenvolvimento econômico. Essa parece ser a tônica do estudo de um grupo de sociólogos italianos sobre as regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul, em livro recentemente publicado em português. Eles fizeram um estudo sobre “um modelo de desenvolvimento, no sul do Brasil, que é, em certo sentido, peculiar, sendo embasado sobre pequenas e médias empresas esparsas no território, em um ambiente social e cultural que mantém elementos vitais da tradição, da *Gemeinschaft*, uma forte solidariedade familiar e comunitária, que controla as estimulações do individualismo moderno...”. E mais: “A investigação enfrenta o problema e formula algumas hipóteses conclusivas que confirmam a compatibilidade entre caracteres solidários do tecido social, relevância da religião e da religiosidade na vida pessoal (e social), e desenvolvimento

um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien. São Leopoldo: Rotermond, 1936, p. 183 e segs., em especial 194. Opinião parecida também está em Porzelt, Hanns. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Ochsenfurt am Main: Buchdruckerei Fritz & Rappert, 1936, p. 45.

socioeconômico”.²⁶ Em contrapartida, essas colônias podem apresentar-se, em tese, como mais “conservadoras”.²⁷

Por outro lado, há indícios de que nas colônias mistas se desenvolveu uma maior tolerância e um certo pluralismo político, religioso, cultural, mesmo que a história também registre casos de conflitos.²⁸ Mas um veredicto mais consistente sobre as vantagens e desvantagens das colonizações homogênea e mista só poderá ser dado após a realização de um número significativo de estudos de caso.

²⁶ Gubert, Renzo; Pollini, Gabriele (orgs.). *Cultura e desenvolvimento*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 9 e 10, respectivamente.

²⁷ Mesmo que o significado de um eventual “conservadorismo” deva ser tratado, aqui, com cautela. Muitas das colônias homogêneas e rurais do Rio Grande do Sul, que, às vezes, apresentam uma tendência eleitoral favorável aos partidos mais à direita do espectro político – e, por isso, chegando a ser classificadas de “reacionárias”, por militantes de esquerda – apresentam os melhores índices de distribuição de renda e riqueza do Brasil, uma característica certamente não tão “conservadora” ou “reacionária” assim. Não há espaço para detalhar essa questão, mas ela é extremamente interessante.

²⁸ Sobre isso, cf. Gertz, René E. Elogio da diferença. *Zero Hora/Cultura*, Porto Alegre, 24 de julho de 2004, p. 10-11.

COLÔNIAS MISTAS: DENOMINAÇÃO E CONCEITUAÇÃO ATRAVÉS DA ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RS

*Aline Marques de Freitas**

*Lucas Caregnato**

*Mario Alberto Tomazoni**

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Pretende-se mostrar neste trabalho que as colônias criadas após 1850, não são nem poderiam ser o colônias italianas ou homogeneizadas, como é comum se afirmar, mas são sim colônias mistas que podem inicialmente apresentar na sua composição elementos predominantemente de origem italiana, mas que num olhar mais aprofundado e crítico também apresentam vários elementos de outras origens. Esses que em maior ou menor importância, fizeram-se relevantes para a construção de uma cultura própria da região, pois foram eles os elementos de antítese à cultura trazida pelos italianos, e foi nessa diversidade étnica que ocorreu a dialética cultural a nível das colônias de imigrantes. O trabalho faz parte do projeto Formação Econômica Regional coordenado pela professora Loraine Slomp Giron da Universidade de Caxias do Sul, do qual somos bolsistas

A criação de colônias pelo governo brasileiro, após a Lei N.º 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras¹, tinha por objetivo povoar as terras devolutas do Império. Sua criação e ocupação destinavam-se aos imigrantes europeus e nacionais, na tentativa de implantar um novo modelo de colonização, através do trabalho livre, do regime da pequena propriedade, da utilização da mão-de-obra familiar de procedência européia. Essa mudança no caráter da imigração, tem como objetivo outro, nas regiões próximas as lavouras monocultoras, operar a troca da mão-de-obra escrava pela livre, de forma que os fazendeiros do café não sejam prejudicados. Essa condição se dá devido à Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos.² No caso das colônias do Rio Grande do Sul, onde a imigração não será para a substituição da mão-de-obra, mas sim o povoamento das terras devolutas, teremos a proibição da posse de escravos nestes espaços destinados aos imigrantes.

Em 1850, gera-se a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava, tanto devido a proibição da entrada de novos escravos no Brasil como também da necessidade de uma inserção deste, no capitalismo internacional. Desta forma o império passa a buscar a mão-de-obra na Europa,

* Acadêmicos do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul.

¹ Lei que visava organizar a situação dos registros de terras doadas desde o período colonial e legalizar as ocupadas sem autorização, para depois reconhecer as chamadas terras devolutas, pertencentes ao Estado.

² Cedendo as pressões inglesas o Brasil acaba com o tráfico negreiro, através da Lei de Número 581 de 04 de setembro

importando trabalhadores livres. Por outro lado, a colonização passa a ter um caráter mais econômico, como é o caso da venda de lotes nas colônias para os imigrantes. Ao contrário do antigo objetivo da colonização, que era político, e visava a manutenção dos territórios através do povoamento, tanto por súditos do império português, os açorianos, como por imigrantes alemães, que para possuírem suas terras nas colônias teriam de compor o exercito nacional, sendo um condição para o outro, realidade esta anterior a 1850. Posteriormente com uma visão mais econômica sobre a imigração, a origem do imigrante passou a um segundo plano e o êxito econômico das colônias torna-se o fator determinante na alocação dos colonos, como nos mostra Ianni³ :

É claro que havia também a preocupação de dinamizar o conjunto da economia como um efeito reflexo, por assim dizer, isto é, criar novas atividades, trazer o que seria a capacidade artesanal, trazer economias de imigrantes, trazer imigrantes que sabiam fazer coisas e que tinham conhecimento de técnicas que poderiam ser úteis para o desenvolvimento econômico do país.

Vê-se assim a necessidade de uma imigração diversificada, a fim de complementar a atividade nas colônias aumentando assim as chances de sucesso, e consequentemente do país. Esta prática vai caracterizar a formação posterior destas colônias como colônias mistas.

COLÔNIAS MULTIÉTNICAS

Neste “novo” processo de colonização criam-se um total de 65 colônias sendo de caráter oficial ou particular.⁴ Grande parte destas são denominadas colônias italianas ou alemãs, porém o que se encontra nos registros, da província, deste período é a entrada de imigrantes de diversas nacionalidades nessas colônias que são criadas, o que reforçaria o caráter interétnico no processo de desenvolvimento destas, taxadas até então por uma homogeneidade étnica.

ENTRADAS DE IMIGRANTES NO RS

ANO	1888		1889		1891		1901	
Nacionalidade	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Alemães	277	5,62	423	423	1901	9,17	269	21,43
Austríacos	44	0,89	59	0,60	781	3,77	36	2,87
Belgas	7	0,14	27	0,28	150	0,72	1	0,08
Brasileiros	-	-	-	-	-	-	45	3,59
Espanhóis	133	2,70	1382	14,08	1565	7,55	59	4,70
Franceses	6	0,12	44	0,45	245	1,18	6	0,48

de 1850.

³ IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 139

⁴ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Eloísa Eberle. Terras e Homens: colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. P.46

Holandeses	35	0,71			12	0,06	3	0,24
Ingleses	-	-	-	-	97	0,47	-	-
Italianos	4241	86,08	7629	77,79	9440	45,52	631	50,26
Polacos	-	-	-	-	4783	23,06	71	5,66
Portugueses	177	3,59	228	2,32	324	1,56	88	7,01
Russos	3	0,06	-	-	-	-	37	2,95
Suecos	-	-	-	-	1316	6,35	7	0,56
Suíços	4	0,08	-	-	-	-	-	-
Turcos	-	-	-	-	-	-	2	0,16
Outros	-	-	15	0,15	125	0,60	-	-
Total	4927	100,00	9807	100	20739	100	1255	100

Fontes: Anuários do Rio Grande do Sul

Conforme os dados vistos é possível concluir, que se há um predomínio de algumas etnias, estas se sobrepõem na constituição das populações em várias colônias, porém não é possível ignorar a presença dos demais imigrantes, que não serão excluídos pela Comissão de Terras, e sim colocados juntos aos imigrantes de maior predominância. Estes ainda não ficarão à margem do desenvolvimento, misturando-se no dia a dia, nos negócios, nas sociedades e até na constituição de famílias, sendo assim impossível ignorar a presença deles bem como a sua contribuição para o desenvolvimento da região. Configuram-se assim estas colônias não mais como hegemônicas italianas, ou de alguma outra determinada etnia.

As Colônias Mistas que são criadas pelo império, visam a fixação de colonos de diversas nacionalidades, com o intuito de favorecer a integração destas colônias na vida social do país, como é o caso das Colônias Mistas da fronteira – Erexim e Ijuí, que visavam desde a sua formação a integração de diversas etnias, conforme Manfrói⁵:

A distribuição de diferentes nacionalidades numa mesma colônia deveria favorecer, segundo as autoridades, uma integração mais rápida dos estrangeiros na vida sócio-cultural do país. Assim, nas antigas colônias italianas, o governo instalará colonos de diversas nacionalidades, mas a predominância numérica foi tão importante que toda essa região tornou-se com o tempo, uma área cultural italiana.

Essa concepção de colônias mistas amplia-se e se mostra mais coerente na designação da grande maioria das colônias pós 1850. Que apesar de possuírem muitas vezes a predominância de algumas etnias sobre as outras, como é o caso das colônias chamadas italianas da serra gaúcha, percebe-se a contribuição das diversas nacionalidades, em seu o processo de desenvolvimento. O que nos leva a pensar estas colônias italianas de um novo ponto de vista, como também sendo

⁵ MANFROI, Olivio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975. Pg 125

colônias mistas.

O império pretendia com a prática de constituir Colônias Mistas separar os grupos étnicos menores de imigrantes que eram alocados em núcleos coloniais já existentes, ao invés de serem criadas novas colônias onde grupos ficariam isolados. Esta prática pode ser comprovada tomando o exemplo dos imigrantes suíços no Rio Grande do Sul, conforme foi colocado no texto de Fauth “uma característica da imigração suíça é o fato de a história não registrar qualquer colônia composta apenas de imigrantes suíços, eles sempre se juntavam com outros grupos de imigrantes, notadamente italianos e alemães” ⁶.

Assim como os suíços, que migraram para o Rio Grande do Sul em número reduzido, um número expressivo de imigrantes de diversas nacionalidades entraram no estado para estabelecer-se nas colônias já existentes como é o caso das colônias da serra gaúcha, de predominância italiana.

Para exemplificar e visualizar a formação interétnica dessas colônias, iremos retratar as colônias ditas italianas da serra gaúcha como são os casos de: Caxias, Dona Izabel, Conde D'Eu, Silveira Martins e Alfredo Chaves. Pretende-se mostrar que estas colônias, não são colônias italianas ou homogêneas, como é comum se afirmar, mas são sim colônias mistas que podem inicialmente apresentar na sua composição elementos predominantemente de origem italiana, mas que num olhar mais aprofundado e crítico também apresentarão elementos de outras origens. Esses que em maior ou menor importância, fizeram-se relevantes para a construção de uma cultura própria da região, pois foram eles os elementos de antítese à cultura trazida pelos italianos, e foi nessa diversidade étnica que ocorreu a dialética cultural a nível das colônias de imigrantes.

Este conceito de interetnicidade que tomamos aqui como as relações de convívio e troca de experiências por povos de diferentes nacionalidades e culturas, e que após um processo de migração, passam a residir num mesmo espaço geográfico, é o catalisador de uma dialética dentro da própria colônia, onde uma série de valores trazidos pelas mais diversas etnias, que compõe cada colônia em maior ou menor grau, chocam-se criando novos valores responsáveis pela identidade destas populações, muitas vezes isoladas geograficamente em si.

A cultura local encontrada nas colônias tem suas raízes mais profundas nas relações interétnicas que foram proporcionadas na então formação populacional destas. Não é o objetivo deste trabalho analisar as peculiaridades destas culturas, mas sim desmistificar a categorização de algumas colônias como colônias italianas, ampliando esta visão, no sentido de perceber uma característica comum de que todas as colônias se fizeram colônias mistas a partir de 1850.

Caxias é a primeira colônia a ser demarcada, partindo ao norte da picada feliz e alongando-

⁶ FAUTH, Adonis Valdir. A imigração Suíço-Valesana no Rio Grande do Sul, p.133.

se até o rio das antas. A partir do processo de demarcação do *Campo dos Bugres*, assim anteriormente chamada a Colônia Caxias que só recebe esse nome oficialmente em 1877. Os alemães já em 1872 subiram as encostas da serra e formaram um núcleo na 1ª Léguas, que passou a se chamar “Picada dos Boêmios”. Demonstrando que é presente nesta colônia, a entrada de outras nacionalidades mesmo antes dos italianos⁷.

O quadro abaixo mostra os quatro primeiro anos do processo de colonização de Caxias, que desde seu início teve uma forte presença de colonos de diversas nacionalidades o que denotaria a esta, o conceito de Colônia Mista.

ANOS	1875	1876	1877	1878	TOTAL
ORIGEM	Nº DE FAMÍLIAS				
Alemães	1	60	31	4	96 2,99
Austriacos	44	126	10	1	191 5,95
Belga	-	-	1	-	1 0,03
Espanhois	10	4	-	-	14 0,43
Franceses	8	5	7	-	20 0,60
Indigenas	2	-	-	-	2 0,06
Inglese	-	2	-	2	4 0,12
Italianos	102	2.233	101	345	2.781 86,77
Poloneses	-	-	16	-	16 0,49
Russos Alemães	-	37	40	-	77 2,40
Suíços	-	1	2	-	3 0,09

⁷ GASPERIN, Alice. Farroupilha: ex-colônia particular setorina. Caxias do Sul: Edição do Autor, 1989. P. 70

Total	167	2468	208	352	3205

Fonte: GARDELIN, Mário; COSTA, Rovilio. Colônia Caxias, origens. 1993. Pg 150 à 163

COLÔNIA CAXIAS 1872-1884

NACIONALIDADE	Nº DE IMIGRANTES	PERCENTUAL
Alemães	39	0,35
Argentinos	2	0,04
Austríacos	975	23,80
Boêmios	57	1,39
Brasileiros	86	2,10
Espanhóis	11	0,27
Franceses	15	0,37
Húngaros	1	0,02
Ingleses	3	0,07
Italianos	2909	70,99
Total	4.127	100

Fonte: GIRON, Lorraine Slomp. Caxias do Sul Evolução Histórica. 1977. Pg 29

Os lotes da colônia Dona Isabel estão distribuídos entre as linhas ,cada lote tem cerca 27 a 28 hectares. Cada linha tem uma capela e um cemitério. Em 1883 a população é de 6081 habitantes, composta de 5175 italianos, 735 austríacos todos tirolese e 10 franceses, 5 alemães e 46 brasileiros.⁸

A sede de fato mudou o aspecto entre 1877 e 1883 .Em 1877 só havia a casa da direção da Colônia , a do médico e uma capela provisória e mais 4 casinhas , em 1883 há 21 casas de pedra e cerca de 40 de madeira.⁹ Neste ano segundo Perrod a colônia tem 14 mil habitantes dos quais 12 mil eram italianos, todos brancos.¹⁰

Em Conde D'Eu os lotes da colônia são marcados em 1872, e tem sua história comum com a da Colônia Dona Isabel. Em 1875 chegam os primeiros imigrantes, sendo eles italianos principalmente vênnetos, lombardos e tirolese, também neste mesmo ano chegam algumas famílias

⁸ PERROD, Enrico. *As colônias brasileiras Com d' Eu e Dona Isabel* in : Bento Gonçalves...p.24

⁹ PERROD, Enrico. *As colônias brasileiras Com d' Eu e Dona Isabel* in : Bento Gonçalves...p.30

¹⁰ Idem

de imigrantes franceses.

A história de Silveira Martins recua alguns anos mais, os russos-alemães aportaram a região de Santa Maria em 1828, eram mercenários que participaram das campanhas cisplatinas. Em 1835 novos colonos alemães chegam provenientes do vale do rio dos Sinos, fugindo das lutas da Revolução farroupilha. Em 1850 são os *Brummer*, mercenários contratados pelo Brasil na guerra contra Rosas. Em 1869 foi fundada a Colônia Particular Pinhal em cima da Serra ¹¹. A região já possuía muitos moradores que ocuparam a região ao longo de mais 50 anos de história, quando chegam os primeiros italianos,

As primeiras 70 famílias de imigrantes italianos chegam em 1877 ,conduzidos por barco até o Rio Pardo e o restante do caminho em carretas, levando 15 dias de viagem até o barracão em Val de Buia. No ano seguinte são mais 170 famílias são instaladas no sopé da Serra Geral. Foram povoadas as regiões de Vale Vêneto, Vale Veronese, Nova Palma, Núcleo Norte, Nova Treviso e Dona Francisca.¹²

A fundação da Colônia Alfredo Chaves data de 1885, por determinação do governo Imperial, primeiramente são estabelecidos na região imigrantes de origem italianos, alemães e poloneses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando então as colônias aqui analisadas como um conjunto expressivo, dentro do universo das colônias historicamente conhecidas e denominadas pela sua constituição étnica predominante, concluímos que o termo colônia mista caberia a todas estas. Foi visto a forte presença de imigrantes das mais diversas nacionalidades desde o período inicial da formação colonial da região, assim como aponta a documentação existente, em que temos como exemplo o caso da Colônia Caxias, ocupada inicialmente por imigrantes alemães, mas sendo exaltada como uma região italiana. A predominância do italiano na região é indiscutível, no entanto há variação percentual durante o período de entrada de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, sendo que em alguns momentos há maioria absoluta de imigrantes italianos, em outros, esse percentual cai para pouco mais da metade como podemos visualizar no quadro abaixo:

¹¹SPONCHIADO, Luís Pe. in: Presença Italiana II. Org Luís Alberto De Boni. Porto Alegre/EST/F.G. Agnelli,1990 p.427

¹²ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Organizador Klaus Becker. Imigração e colonização italiana. Porto Alegre: Sulina, 1968 p. 141 v.1

ORIGEM DOS COLONOS 1880-1894

ORIGEM	DONA ISABEL	CONDE D'EU	SÃO MARCOS	CAXIAS	ALFREDO CHAVES	TOTAL
Itália	6495	2291	201	2909	3976	15866
Tirol- Áustria	800	780	-	975	79	2634
Ignorada	-	395	-	-	1384	1789
Brasil	1040	--	94	86	304	1524
Alemanha	-	373	-	39	191	603
Polônia –Boêmia	-	-	191	57	36	284
França	2	18	1	15	17	153
Espanha	-	-	-	11	42	153
Suíça	-	-	-	-	11-	11
Argentina	-	-	-	2	4	6
Portugal	1	-	-	-	3	4
Inglaterra			-	3	-	3
Hungria	1	-	-	1	-	2
Rússia	-	-	-	-	1	1
Total	8339	3957	487	4098	6052	22933

Fonte: Arquivo do Projeto Formação econômica Regional.

Em Dona Isabel os italianos representaram 78 %; em Conde D'Eu 58 %; em São Marcos 41%; em Caxias 71% e 65% em Alfredo Chaves do total da população no período analisado. Por último se for levada em consideração 69% destas populações são de italianos e os demais, 31% são compostos por diversas etnias, número esse que não pode ser ignorado e que é muito relevante na composição de uma cultura multiétnica.

Os dados falam por si, pois se percebe que as colônias criadas após 1850 tinham esse caráter multiétnico, e em todas havia imigrantes de várias etnias. Não se pode esquecer que nas chamadas colônias italianas predominavam os imigrantes provenientes da Itália. Observa-se ainda a discrepância dos dados coletados, em matéria de estatística o Brasil e seus pesquisadores quase nunca conseguem dados suficientes ou mesmo completos. A preocupação dessas denominações das regiões conforme a origem predominante dos imigrantes que a povoaram é excludente no sentido que ignora o caráter multifacetado da imigração, não levando em conta a composição multiétnica destas colônias.

Esse fato tem como consequência o surgimento de uma realidade regional distinta, com um maior nível de integração com o estado, diferentemente do que nas experiências de colônias

formadas apenas por uma etnia como no caso dos alemães e açorianos antes de 1850. Desencadeando, então, uma série de fatores fortemente influenciados pelas relações interétnicas criadas no seio destas colônias, proporcionando o desenvolvimento característico que essas colônias apresentam.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Rovilio. **Antropologia visual da imigração italiana**. Caxias do Sul, RS: UCS, 1976.

DE BONI, Luis A. **Bento Gonçalves era Assim**. Caxias do Sul: EST/ FERVI, 1985.

BECKER, Klaus (Org). **Imigração e colonização italiana**. In. Enciclopédia Riograndense. Porto Alegre: Sulina, 1968 p. 141 v.1.

BECKER, Klaus (Org). **Enciclopédia Riograndense**. Porto Alegre: Sulina, 1968. 5 volumes.

FAUTH, Adonis Valdir. **A imigração suíça-valesana no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Associação Valesana do Brasil, 2000.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovilio. **Colônia Caxias: origens**. Caxias do Sul: Edições EST, 1993.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha: ex-colônia particular sertorina**. Caxias do Sul: Edição do Autor, 1989.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul, RS: UCS, 1977.

GIRON, Loraine Slomp. **Colonos e fazendeiros: imigrantes italianos nos campos de Vacaria**. Porto Alegre: EST, c2001.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KOFF, Elenita Josebel Girondi. **Os primórdios da colonização de Garibaldi Conde D'Eu: 1870-1875**. Bento Gonçalves: Grafite, 1995.

MANFROI, Olivio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

PERROD, Enrico. **As colônias brasileiras Conde D'eu e Dona Isabel**. In: De BONI, L. A. Bento Gonçalves era assim. Porto Alegre: Escola Superior de Brindes; Caxias do Sul: Correio Riograndense; Bento Gonçalves: Fundação Educacional dos Vinhedos, 1985.

SPONCHIADO, Luís Pe. **A Anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins.**
In: BONI, Luís Alberto de (Org). Presença Italiana II. Porto Alegre/EST/F.G. Agnelli, 1990.

TASCA, Vilma Lourdes Bohm. **A terra onde corre leite e mel: memórias da imigração sueca inserida na região colonial italiana da serra gaúcha.** Porto Alegre, RS: EST Edições, 2005.

PROTESTANTES, BATISTAS E CATÓLICOS NA COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG

Rosane Marcia Neumann¹

No último decênio do século XIX, instalaram-se no Planalto gaúcho colônias com perfis distintos: públicas, privadas, mistas, étnicas, confessionais. Havia, por parte do governo, o interesse em demarcar as terras devolutas ainda existentes e vende-las, expulsar os posseiros, recuperar terras apropriadas indevidamente, e ampliar a produção de alimentos nessa região, suprimindo a demanda. A extensão do ramal ferroviário até Cruz Alta, em 1894, interligando esse município com Santa Maria e Porto Alegre, desempenhou papel fundamental, tanto para o povoamento quanto para a valorização das terras.

A Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer também seguiu esse caminho, usufruindo das facilidades disponíveis. Seu proprietário, o livreiro, editor e filósofo alemão Herrmann Meyer, adquiriu de particulares várias glebas de terras descontínuas em Cruz Alta e Palmeira, a partir de 1897, com o intento de ali instalar colônias germânicas e protestantes. A maior área, denominada Neu-Württemberg, sita em Cruz Alta, comprada em 1898 e ampliada posteriormente, era a sede da Empresa de Colonização e consistiu na sua “colônia modelo”.

Meyer tinha em mente um modelo de colonização germanista e de desenvolvimento econômico no sul. Almejava “trabalhar para assegurar aos meus emigrantes que na América do Norte encontraram dificuldades muito maiores, uma região salubre e fértil, onde, por seu trabalho, conquistassem posição segura em prazo relativamente curto.”² Seu modelo de colonização foi idealizado baseado em uma viagem realizada em 1898-99 pela zona de colonização alemã do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estudar a manutenção da identidade étnica nessa região. Relatou essa viagem em um livro, por meio do qual pretendia “em palavras e imagens mostrar ao povo alemão seus concidadãos em seu próprio lar e no seu trabalho, despertar interesse e amor pelo Rio Grande do Sul, intensificar as relações que estão estabelecidas e desenvolver novas; de forma a assentar a pedra fundamental de uma ‘Alemanha no Brasil’.”³ Incentivava a emigração para o Estado, ressaltando os bons vencimentos que poderiam ser obtidos, desde que os emigrantes quisessem adaptar-se à simplicidade do lugar. Salientava a hospitalidade e gentileza dos brasileiros.

¹ Doutoranda do PPG em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Bolsista CNPq.

² MEYER apud FAUSEL, Eric. *Cinquentenário de Panambi 1899-1949*. s.l.: s.ed., 1949, p. 7-8.

³ CUNHA, Jorge Luiz da.; GÄRTNER, Angelika. **As culturas alemã e brasileira no relato da viagem de Herrmann Meyer, nos anos 1898 e 1899, pelas colônias alemãs no Rio Grande do Sul**. REDES. Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, p. 55-72, set./dez. 2001.

A partir da observação da zona de colonização germânica, concluíra que o desenvolvimento do Estado era “obra dos alemães”, embora estivessem perdendo seus traços culturais. Ainda, tecia críticas ao Brasil e seus habitantes, marcadas por preconceitos racistas.⁴

Foi em sua segunda viagem ao Brasil, em novembro de 1898, que Meyer esteve a primeira vez em Cruz Alta e, em seguida, em terras de sua propriedade, adquiridas pelo seu procurador Carlos Dhein. Sobre Neu-Württemberg, registrou:

Todo este terreno é sumamente valioso para a colonização, porque o acesso é relativamente fácil e os produtos encontram colocação vantajosa em Cruz Alta. Há ainda a linha férrea que oferece grandes possibilidades para a exportação. Atravessamos a região em todos os sentidos, dentro, naturalmente, dos limites que nos ofereciam os trilhos estreitos. Penetramos nos soberbos matos, abrimos clareiras nas elevações para podermos apreciar o panorama todo; descemos aos rios, onde, em mente, já via surgir moinhos, curtumes e, o que em colônia alguma deve faltar, cervejarias, enquanto a fantasia me fazia ouvir do alto da colina mais próxima o tanger dos sinos da igreja, em torno da qual artífices e comerciantes construíam as suas casas.⁵

A colonização privada dependia da disponibilidade de capital financeiro e imigração espontânea. A propaganda era essencial para tornar conhecidas as áreas de colonização. Meyer valeu-se largamente desse recurso, divulgando o seu projeto de colonização na imprensa alemã. Quando percebeu que não surtia os efeitos esperados, estendeu-a para as “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, mantendo agentes da Colonizadora em Porto Alegre.

Como livro de propaganda da colônia Neu-Württemberg e Xingu, editou *Ackerbaukolonien. Neu-Wuerttemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*, publicado em Leipzig, pela *Bibliographischen Institut in Leipzig*, em 1904. Nele, afirmava que a via férrea passava próxima à colônia de Neu-Württemberg, o que facilitava o deslocamento dos imigrantes. Sublinhava como um ponto favorável e importante para quem quisesse migrar para a mesma, que a venda das terras e a maior parte dos lotes estava “em mãos de alemães” como também seriam atendidos por alemães. Um dos desígnios da Colonizadora consistia em só aceitar colonos alemães, conseqüentemente, seria possível preservar a cultura de origem. Garantia que tinha autorização do “presidente” do Estado para a comercialização das terras e que cada colono com certeza receberia o seu lote legalizado. Ainda, que os possíveis “intrusos” já estariam se retirando da área, no caso, os caboclos, e havia poucos índios na região, mas não na sua colônia. Enfim, era o lugar ideal para os emigrantes alemães.

⁴ Idem.

⁵ MEYER *apud* FAUSEL, Op. cit., p. 7-8.

Se, por um lado, Meyer idealizava Neu-Württemberg como um modelo de colônia germânica homogênea, por outro, definira-a como protestante – ele também o era – ao contratar, em 1902, o pastor Hermann Faulhaber. Com isso, não pretendia provocar problemas religiosos internos, embora tenha afastado os colonos católicos, pois menos de 1% dos imigrantes alemães e descendentes eram católicos. Todavia, não impediu a organização dessa pequena parcela com a constituição da comunidade católica, muito menos a instalação da igreja batista. No aspecto religioso, apresentou um caráter heterogêneo.

O povoamento efetivo de Neu-Württemberg iniciou em 1899, com a instalação das primeiras famílias em seus respectivos lotes. O atendimento religioso era realizado por pregadores itinerantes. Entre julho e agosto de 1901 a colônia recebeu a visita do missionário batista Karl Roth⁶, vindo de Porto Alegre, o qual oficiou o culto de inauguração do Barracão dos Imigrantes e, por várias noites consecutivas, realizou reuniões de oração nesse local. No mesmo ano, entre os meses de novembro e dezembro, estiveram de passagem na colônia dois pastores protestantes, proferindo culto no Barracão. Em seu relatório para Meyer, do período compreendido entre 16 de novembro e 15 de dezembro, Horst Hoffmann explicava a situação embaraçosa que se verificou:

Há alguns dias atrás apareceu em Neu-Württemberg o pastor Schulze, e apenas 24 horas após chegou o pastor Sudhaus. Foi inicialmente uma situação constrangedora tanto para mim como para os dois pastores. Como eu já confirmara ceder uma dependência do Barracão ao pastor Schulze e ele não mais quisesse desistir do culto programado, houve por isso dois cultos, o primeiro de manhã e o segundo à tarde, a cargo do pastor Sudhaus.⁷

De fato, um pastor não sabia da passagem do outro, daí o encontro.

Já na segunda quinzena de dezembro de 1901, estive em Neu-Württemberg, com o objetivo de celebrar missa e realizar batismos e outros ofícios religiosos, o padre jesuíta Max von Lassberg, demorando-se por vários dias no local. Ao contrário dos demais, não foi recebido no Barracão e sim, na residência particular da Sra. Wagner, uma alemã católica.

A presença mais incisiva de missionários batistas, aliada a chegada de um grupo de imigrantes alemães batistas de Porto Alegre em 1900, liderados por Adolf Schwarz, permitiu a organização da comunidade batista antes mesmo da protestante. Na ausência de pastor formado, um pastor leigo, Hermann Geiser, vindo de Wuerttemberg, Alemanha, em 1903, atendia essas

⁶ Karl Roth era missionário da *Allgemeiner Missionskomitees der deutschen Baptisten Nordamerikas nach Brasilien*. Sobre a Igreja Batista Imanuel, ver: *50 JAHRE BAPTISTENGEMEINDE "IMANUEL" – PANAMBI. 1906-1956*. Porto Alegre: Metrópole, 1956.

⁷ HOFFMANN *apud* LEITZKE, Eugen. **Pontos de nossa história**. In. ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES DE PANAMBI. *Porções de Bem Querer*. Ijuí: SEDIGRAF, 1997, p. 26.

famílias.⁸ Realizavam seus cultos no Barracão dos Imigrantes e em casas particulares. Já na inauguração da *Stadtplatzschule*, em 1903, o coral masculino batista se apresentou.

A Empresa Colonizadora doou em 1905 um terreno com área de 1.250 metros quadrados para a edificação da capela batista. Em seu relatório de 16 de fevereiro de 1905, Alfred Bornmüller assinalava: “Comunidade Batista local se colocou o propósito de construir uma igreja própria. Estou apoiando essa iniciativa e portanto reservei para a localização da capela, o terreno n. 9 da quadra 33, situado em lugar alto e panorâmico.”⁹ A 22 de março de 1906, por ocasião da visita do missionário Karl Roth, ocorreu a fundação oficial da “Igreja Batista Imanuel”. A sua pequena capela de madeira foi a primeira igreja edificada na colônia, inaugurada em 8 de março de 1908. A partir de 1914, passaram a contar com um pastor efetivo. Somente no final da década de 1940 edificaram uma igreja de alvenaria.

Antes mesmo da chegada de um pastor protestante, a Empresa de Colonização construiu uma casa paroquial e um prédio escolar, em 1902. A primeira serviria de moradia para o pastor e a segunda, além de escola, seria o local das atividades religiosas, sociais e culturais, até a construção de uma igreja. O pastor Hermann Faulhaber, teólogo formado em Württemberg, e sua esposa Maria, professora, chegaram a Neu-Württemberg em 26 de novembro de 1902, celebrando o primeiro culto dia 30 do mesmo, no Barracão dos Imigrantes. A comunidade evangélica tornou-se uma realidade a partir de 1902, constituída juridicamente em 1908. Faulhaber desempenhou as atividades religiosas na colônia até 1908, quando, após uma viagem a Alemanha, no seu retorno acabou por assumir a direção da Empresa de Colonização.

Em Neu-Württemberg, Faulhaber foi o responsável pela organização religiosa e educacional. Coube-lhe encontrar meios para recuperar e preservar a cultura germânica desses habitantes, predominantemente descendentes de alemães migrados das colônias velhas, cujas famílias imigraram no Brasil antes mesmo da unificação alemã.

A carência de atendimento religioso, somado a dispersão dos colonos nas diferentes linhas coloniais, fez com que muitas famílias se afastassem da igreja. Poucas pessoas freqüentavam os cultos celebrados na *Stadtplatz* e nas linhas¹⁰. Faulhaber apontava como uma das razões a ignorância e o desinteresse religioso, na semicultura e na indiferença de muitos imigrantes novos e na fundação de

⁸ Famílias fundadoras: Wilhelm Restel, Jacob Rehn, Adolf Schwarz, Adolf Kepler, Karl Hasenritter, Johann Rehn Filho, Heinrich Rehn, Peter Rehn e Fritz Retzlaff.

⁹ BORNMÜLLER *apud* LEITZKE, op. cit., p. 33-34.

¹⁰ Em 1904, havia em Neu-Württemberg 100 famílias protestantes. Em 1913, os mesmos estavam congregados em 5 comunidades: *Stadtplatz* (centro) com a Linha *Leipzig*, *Nordbezirk*, *Westbezirk*, *Magdalenenland*, *Hinter der Palmeira*. Já em 1927, a comunidade possuía 490 famílias (503 sócios), distribuídas em 11 comunidades, e em 1930, 640 membros. Cf. *PROTOKOLLBUCH der Evangelisch Gemeinde Neu Württemberg*, 1913-1941, p. 2, Secretaria Paróquia Evangélica Panambi Centro.; SCHRÖDER, Ferdinand. *Brasilien und Wittenberg*. Berlin e Leipzig: Berlag Walter de Gruenter & Cia, 1936.

“sociedades mundanas”. Uma das formas encontradas para reativar nos colonos o hábito de participar das atividades religiosas foi a realização das festas de Natal. Maria Faulhaber escreveu uma série de peças de teatro em língua alemã, as quais eram encenadas nessa ocasião e outros eventos especiais. O frenesi dessas apresentações natalinas foi descrito na imprensa nesses termos:

A tradicional festa do Natal, foi este ano comemorada brilhantemente, nesta colônia. A Sociedade Alemã Escolar e o Club Dramático, no vasto salão do novo edifício do Hotel Heinrich, perante uma numerosíssima concorrência demonstrando desempenho ao seu programa, que contava de vários hinos, cantos escolares, monólogos e comédias. (...) Essa linda festa de Natal, a festa alemã por excelência e que tão bem traduz o nobre caráter destes dedicados colaboradores do nosso adiantamento material e social, tão cheia de simplicidade e de poesia, todos os anos repetida no dia 25 de Dezembro, é uma das mais eloqüentes e expressivas que conhecemos (...).¹¹

O pastor Faulhaber também notava certo desinteresse por parte dos colonos relativo a construção de uma igreja. Essa situação, talvez, era reflexo de uma colônia em fase de instalação, onde o colono ainda não dispunha de um excedente produtivo suficiente para aplicar em obras grandiosas, como o projeto da igreja. A construção da igreja foi adiada inúmeras vezes, e quando enfim iniciada, levou vários anos para ser concluída. A edificação grandiosa, em estilo gótico, no alto da colina, foi inaugurada em 1923, com grandes festividades. Já os sinos, importados da Alemanha, chegaram apenas em 1926, sendo recebidos festivamente, levados em grande cortejo até a igreja. A partir de então, seu badalar integrou-se ao cotidiano dos habitantes da colônia.

Os católicos, embora fossem predominantes na área quando a Empresa de Colonização comprou as terras, foram os últimos a se organizarem em comunidade. De acordo com Fausel¹², em 1901 moravam na área que viria a formar Neu-Württemberg, 60 famílias, das quais 24 eram católicas. Já em 1905 havia na colônia 125 famílias com 635 almas. Destas, 102 famílias com 543 almas eram evangélicas; 6, com 54 almas católicas; 5, com 25 almas batistas; e duas, com 13 almas, não pertenciam a nenhuma comunidade. Relativo ao número de católicos, provavelmente só considerou os alemães e descendentes, e não incluiu as famílias que residiam fora dos limites da colônia.

As reclamações referentes ao desinteresse dos colonos em relação aos ofícios religiosos se repetiam de modo mais grave entre os católicos. Como as visitas dos padres eram esporádicas, em datas incertas, muitos nem sabiam da sua vinda. Ocorreu então de comparecerem uma ou duas pessoas à missa. Para amenizar esses problemas, os padres passaram a comunicar com alguns dias

¹¹ *Cruz Alta*, janeiro 1913. ÁLBUM de recortes de jornais de Minoly Gomes de Amorim, 1906-1923. Panambi, Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP).

¹² FAUSEL, op. cit.

de antecedência a sua vinda, afixando uma nota em local público. Mesmo assim, a frequência à missa era reduzida. Os encontros se realizavam em casas particulares.

Em 28 de julho de 1909, por ocasião da visita do padre Carlos Kolb, ocorreu uma reunião de fundação da comunidade católica na colônia, ficando estabelecido que o referido padre a atenderia, com uma visita anual. A construção de uma capela passou a ser articulada em 1911, segundo a descrição de Minoly Gomes de Amorim:

No dia 16 do pp. realizou-se concorrida reunião no salão da escola pública municipal, afim de tratar-se da construção de uma Igreja católica, na sede desta colônia. Foi aclamado presidente da comissão o capitão Minoly Amorim e membros os srs. Francisco Xavier da Costa, Eugênio Simões e Miguel Baumgarten, a esse senhores tendo ficado afeto todo o serviço para a realização dessa obra. Para angariar donativos, foram distribuídas dez listas, estando já quase todas, subscritas com regular quantia. Nota-se geral animação entre os católicos afim de conseguir este *desideratum*, sendo provável que dentro de 6 a 8 meses esteja terminada a construção desta Igreja, que será toda de madeira e ficará situada num belisco local. Para este fim, foram oferecidos dois lotes urbanos pela *Empresa de Colonização*.¹³

Ao contrário da igreja batista e protestante, a capela católica ficara localizada a rua Bismark, afastada da área central, ao sul. Também não lhe foi destinado o alto de uma “colina”, e sim, um terreno próximo ao rio Fiúza, com risco de inundação. Logo após a construção da capela, esta foi destruída por um furacão em 1916. Novamente sem capela, os católicos adquiriram então um pequeno prédio com terreno em frente à praça central, que servira de casa comercial e estava desativado, pertencente à viúva Ketzer. Após uma reforma e a colocação da torre, passou a servir de igreja. A comunidade recebia atendimento pastoral por padres pertencentes à Paróquia de Pejuçara e Cruz Alta, subordinada à Diocese de Santa Maria.¹⁴

Na área delimitada como urbana havia um lugar para a praça, no ponto mais baixo. No alto da colina, defronte a praça, ao sul, foi reservado um terreno para a igreja protestante e escola. Atendendo ao pedido da comunidade batista, cederam-lhe outro terreno, na colina em diagonal à protestante, ao leste da praça. Já aos católicos, foi oferecido um local afastado da área central. Em virtude da destruição de sua capela, compraram um terreno com construção justamente em frente à praça central, no lado oeste, onde abrigaram a sua capela e, mais tarde, uma igreja de alvenaria. Por ironia, uma colônia idealizada como protestante conta na sua praça central com uma igreja católica.

Nas duas décadas iniciais, a colônia Neu-Württemberg foi marcada por um intenso movimento migratório, tanto no que diz respeito à chegada de colonos das zonas de colonização e

¹³ Jornal, 31/ago./1911. ÁLBUM de recortes de jornais de Minoly Gomes de Amorim, 1906-1923. Panambi, MAHP.

¹⁴ Cf. SCHMITT-PRYM, Elmar et. all. *Paróquia São João Batista de Panambi, 45 anos*. Sarandi: A Região, 1997.

imigrantes, quanto à migração interna, de um lote para o outro; dificuldades econômicas; infraestrutura precária, dentre outros problemas comuns em áreas de colonização. No campo religioso, verificou-se inicialmente um ecumenismo forçado, onde os colonos assistiam às celebrações religiosas indiferentes à religião do oficiante. Ao que consta, a grande maioria das famílias batistas eram anteriormente protestantes, e se converteram porque já realizavam encontros mesmo antes da chegada de um pastor. Os imigrantes alemães católicos acabaram por ingressar tanto na igreja protestante quanto na batista, em virtude da língua. Cabe salientar que a maioria absoluta dos membros católicos era composta por nacionais ou descendentes de alemães que já dominavam o português, o que inviabilizava a realização de missas em língua alemã, ao contrário da protestante e batista.

Os vencimentos do pastor protestante até 1913 eram pagos pela Empresa de Colonização, quando passou a ser atribuição da comunidade. As comunidades batista e católica arcaram com as despesas de seus religiosos desde o começo. Em linhas gerais, batistas, protestantes e católicos foram os primeiros a se organizarem em comunidade em Neu-Württemberg. Em seguida, os novos (i)migrantes que chegavam traziam consigo as suas crenças religiosas, organizando suas igrejas.

Paralelo às igrejas ditas oficiais, houve na colônia também um grupo de ascetas, liderados por Luiz Zügel, imigrante alemão chegado em 1902. Eram adeptos da teosofia, isto é, o conhecimento de Deus e a adoção de uma forma de vida humana, visando ao aproveitamento das forças secretas e ignoradas da sua natureza, por meio da meditação e do exercício ascético. Reuniam-se no sítio de Zügel, localizado próximo ao rio Palmeiras, denominado “Retiro dos Ascetas”. Em 1916, Zügel e um grupo de colaboradores passaram a editar um periódico mensal em língua alemã, sob o título “Die Selbsterziehung”, no qual apresentavam como propósito central dedicar-se integralmente à educação da humanidade. Não há dados mais precisos ainda sobre esse grupo asceta.¹⁵

Portanto, Neu-Württemberg, uma colônia idealizada por Hermann Meyer como homogênea, destinada a alemães e protestantes, na prática, constitui-se em um grande mosaico de trajetórias migratórias e uma colônia mista no aspecto religioso. Os imigrantes alemães e migrantes internos se reagrupavam conforme as suas afinidades, ingressando na comunidade religiosa que melhor se adequava aos seus princípios, ou mantendo as suas crenças paralelas. A partir das reclamações dos religiosos, percebe-se que essas populações, por inúmeras razões, não eram assíduos freqüentadores das celebrações religiosas, deixando a igreja em segundo plano, mostrando-se mais preocupados com a sua sobrevivência no lote colonial. Relativo a origem, nota-se uma

¹⁵ Cf. LEITZKE, op. cit.

presença maciça de imigrantes alemães entre os membros batistas. Contudo, no decorrer do desenvolvimento da colônia, a configuração religiosa inicial se manteve: protestantes predominam numericamente, seguidos pelos batistas e por fim católicos. Se a comunidade protestante conseguiu construir uma igreja de alvenaria já em 1923, a batista e a católica só edificaram suas igrejas no final da década de 1940. A distribuição das igrejas no espaço urbano da colônia denota as relações de poder existentes e o projeto da Colonizadora, o ideal: a igreja no alto da colina, com uma vista panorâmica privilegiada, servindo sua torre e seus sinos de referência aos seus fiéis.

UM MESCLAR DE DIFERENTES ETNIAS... O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC

Samira Peruchi Moretto¹

Cristiane Fortkamp²

Eunice Sueli Nodari³

A região onde se insere o município de Abdon Batista, como a maior parte do Estado de Santa Catarina, compõe-se de um conjunto de comunidades de diferentes etnias ou mescladas onde cada uma tem as suas especificidades e características que devem ser devidamente observadas, respeitadas e relatadas. Lembrando sempre que as identidades locais, regionais e nacionais, como qualquer outro fato histórico, são construídas, delegando-se ao pesquisador a responsabilidade de decodificá-las para descobrir as relações que as criam e as mantêm.

As pessoas ao se estabelecerem na região, mais especificamente em comunidades, sem dúvida, entravam em contato com o meio circundante e com as comunidades já existentes e assim viviam a experiência entre a mudança e a manutenção dos seus modos de vida. Desta forma, ao fazermos a pesquisa, estivemos atentos na observação de como ocorreu a recriação de modos de vida reaprendidos por estas pessoas em vista das novas relações sociais que se estabeleceram nesse tempo e espaço.

Um dos primeiros aspectos que devemos observar, ao estudarmos uma região, é o seu processo de povoamento e as condições de acesso à mesma. A região de Campos Novos era, inicialmente, local de passagem e de parada de tropeiros período este com pouca formação de povoados. E na etapa seguinte, onde iremos iniciar a nossa história propriamente dita, a região passa por uma grande transformação a partir da chegada da ferrovia. A ferrovia acabava contribuindo com a vinda de migrantes, com a difusão de notícias de todas as partes do país, assim como facilitava a entrada e saída de mercadorias.

Ao mencionarmos que Abdon Batista foi povoado por diferentes grupos étnicos, assim como toda a região o município teve a presença de grupos indígenas, o que foi comprovado através de resquícios encontrados através de sítios arqueológicos, artefatos líticos e fragmentos cerâmicos.⁴

Já o início da ocupação oficial, pelo homem branco, data do princípio do século XX, quando migrantes ítalos e teutos, oriundos do Rio Grande do Sul, assim como teutos de Santa Catarina, começaram a ocupar as regiões próximas ao rio Canoas. Só que, antes desta ocupação, algumas áreas da região já eram habitadas por caboclos. Alguns deles se retiraram mais para o interior, mas

¹ Aluna do Curso de graduação em História da UFSC e Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq

² Aluno do Curso de Mestrado em História da UFSC.

³ Professora Dra. do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

⁴ ROSA, Eneidy F. Padilha da. **Resgate histórico-ambiental da região.** (apostila) s/d, p. 8.

na medida que as localidades foram construídas eles acabam entrando na história oficial. Assim com o mesclar destes diferentes grupos formam-se as comunidades que hoje fazem parte do município de Abdon Batista, sendo que, algumas delas se identificam, com mais força, através das suas práticas sócio-culturais com os ítalos, outras com os teutos e outros com os caboclos. Entretanto, na maioria das comunidades e mesmo na sede do município, podemos observar que houve uma adaptação destas práticas dos diferentes grupos étnicos, através de casamentos interétnicos e do convívio cotidiano.

O mundo sócio-cultural criado em Abdon Batista não tem especificidades das etnias ítalas ou teutas e sim nuances de mistura das práticas sócio-culturais dos três grupos. Esta tese é confirmada se observamos, por exemplo, o sobrenome das inúmeras pessoas que tinham atividades comerciais nas diferentes comunidades entre os anos de 1949 a 1955, no então Distrito de Abdon Batista. Na sede do Distrito temos pessoas com sobrenomes das diferentes etnias. Após analisarmos, detalhadamente, diferentes documentos de anos distintos observamos que a comunidade de Rio da Várzea, a segunda em número de registros, segue o mesmo padrão. Já nas comunidades de Santo Antônio e Santa Catarina observamos a predominância, quase absoluta, da etnia italiana.

Descrevendo a natureza...

A natureza é descrita em toda a sua exuberância, nos primeiros anos do processo de colonização. A primeira descrição de Vila Nova, em 1932, é bastante bucólica:

Está situada entre dois morros, isto é, em um vale, onde sopram mansamente ventos trazendo o ambiente sempre impregnado do oxigênio dos vastos campos compreendidos dentro do município. Tem um formoso lageado que descendo do oeste para o leste banha a vila e vai deslizando suavemente até desaguar no Rio Canoas que dista de Villa-Nova, apenas 3 quilômetros, e por seu turno lança-se no majestoso Pelotas.[...] O clima de Vila-Nova é ameno e saudável.⁵

A descrição feita por antigos moradores se insere dentro das grandes áreas florestais, no caso específico era uma Floresta Ombrófila Mista, onde tem a predominância de araucária ou do pinheiro brasileiro. A senhora Ernestina Vieira, esposa do senhor José Vieira Branco, antes moradores de Barra do Arroio desde a década de 1960, pois moravam numa área agora pertencente ao município de Anita Garibaldi, relembra-se de toda a região perto do rio Canoas:

Ernestina: Ih!... aqui era mato, mato, fechado mesmo.

⁵ COELHO, Annibal. *Villa Nova* **A Época**. Campos Novos, 19 de junho de 1932.

[...]Nem estrada não tinha. Era só mesmo mato. E não existia carro. Para tirar um doente, tinha que tirar no "banguê" assim, erguido.⁶

Já o senhor José Vieira Branco, de 81 anos de idade, lamenta o que foi feito com a mata desde então:

Não, não, até se tivesse mato fechado até agora ainda estaria melhor.[...] Mas ao meu dizer, que a mão foi dura, que pra quem nasce em berço de ouro, tudo é fácil, agora quem nasce onde não tem nem um cueiro para se enrolar, é dura a vida, mas dura mesmo, sabe! Mas o quê, a gente vai tapeando, tapeando, tapeando, vai se criando, vai crescendo. Vai crescendo até que chega num ponto bom.⁷

A reportagem especial sobre os Municípios Catarinenses do jornal Diário Catarinense de dezembro de 1993, vem de encontro às descrições feitas por nossos entrevistados:

Até a década de 60 a região era coberta de araucárias, mas com o ciclo da madeira no planalto serrano, o município é mais um que ficou pelado. Naquela época, cada uma das dez comunidades do antigo distrito tinha sua serraria, e hoje só duas empresas deste tipo ainda funcionam.[...] Nenhuma delas fez reflorestamento.⁸

Aníbal Coelho que conheceu Vila Nova, em 1932, observa que “é uma freguesia central, por enquanto, sem vias de comunicação, a não ser uma estrada de rodagem ligando-a Vila de Campos Novos. Além disso, outras estradas de cargueiros, que vem de todos os pontos, de outros distritos.” Após a descrição ele anuncia a criação do novo distrito, fato que só acontecerá dois anos depois: “Vila Nova cuja Padroeira é a gloriosa Nossa Senhora da Saúde, no Município de Campos Novos, é a sede projetada para o distrito do mesmo nome a criar-se.”⁹

O distrito de Abdon Batista foi desmembrado do 1º. Distrito de Campos Novos pelo decreto nº. 534 de 2 de março de 1934 passando a ser o 8º. Distrito, sendo instalado oficialmente em 17 de março do mesmo ano. As divisas entre os dois distritos eram:

Começa na foz do lageado da Freguesia no rio Canoas e por aquele acima até sua mais alta nascente e daí por linha reta até as cabeceiras do lageado dos Pocinhos. Desce por este até a sua foz no rio da Vargem Grande e por até sua foz do lageado Ervalzinho, continuando por este acima até a confluência do arroio do Pinho,

⁶ Entrevista Ernestina Vieira. Barra do Arroio, Abdon Batista, 21 de maio de 2003.

⁷ Entrevista Jose Vieira Branco. Barra do Arroio, Abdon Batista, 21 de maio de 2003.

⁸ DIÁRIO Catarinense. **Diário Especial**. 27 de dezembro de 1993, p. 4.

⁹ COELHO, Annibal. *Villa Nova A Época*. Campos Novos, 19 de junho de 1932.

prosseguindo por este acima até sua mais alta nascente e daí por linha reta até a cabeceira do rio Bonito, descendo por este até sua foz no Rio Canoas.¹⁰

Na entrevista realizada com a senhora Anelite Vieira Ross, nascida na localidade de Santa Catarina e moradora há trinta anos em Barra do Arroio temos uma descrição da localidade próxima ao Rio Canoas: “Aqui o primeiro fundador foi o João Matias Martendal. Depois foi Serafim Ross, depois Angelino Graciete e depois vieram os outros! [...] Eu acho que faz uns 50 anos.”¹¹

A distância de uma propriedade a outra, nos primeiros anos era grande, e na ausência do marido que ia para Lages negociar os produtos, dona Ernestina relembra: “ai, sabe, eu ficava em casa nesses oito dias, com as crianças. Não via uma pessoa para dizer um adeus. Ficava com a criançada e a vida se passava. Até ele volta. Era tempo bom, ih!... era só difícil para vim para casa, né.”¹²

Entre o religioso e o profano...

O primeiro documento que temos sobre o aspecto religioso refere-se à bênção da imagem da Capela Santo Antônio do Rio Canoas feita juntamente com a de Nossa Senhora da Anunciação, em 15 de julho de 1922, pelo Frei Lourenço Fresmann.

No levantamento feito em 1936 e registrado no Livro Tombo nº.2, sobre a realidade material e espiritual das capelas localizadas no município de Campos Novos e pertencentes à Paróquia São João Batista temos referências a algumas pertencentes ao distrito de Abdon Batista. A capela de Santo Antônio, já mencionada, aparece “como a primeira capela construída pelos imigrantes italianos, mas que muitos abandonaram, para um local mais favorável, Nossa Senhora da Saúde”.¹³ A capela possuía pedra sacra, um cibório, um casulo, um sino. O levantamento também faz referência a São Paulo, um pequeno oratório, numa distância de meia hora da Capela de Santo Antônio.

O que podemos inferir do que foi comentado acima que, apesar do primeiro local ter sido escolhido pelos imigrantes foi Santo Antonio, grande parte das pessoas acabaram se deslocando para uma outra área que foi denominada no referido levantamento de 1936 como Nossa Senhora da Saúde, mas que, de fato, era Vila Nova, e a padroeira era Nossa Senhora.¹⁴

¹⁰ LÚCIO, Antonio. **Álbum Comemorativo de Campos Novos**, 1941.

¹¹ Entrevista Anelite Vieira Ross. Barra do Arroio, Abdon Batista, 19 de maio de 2003.

¹² Entrevista Ernestina.

¹³ LAZZARINI, Sérgio. **História Demográfica da Paróquia São João Batista de Campos Novos 1872-1940**. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, p. 37.

¹⁴ COELHO, Annibal. *Villa Nova A Época*. Campos Novos, 19 de junho de 1932.

Por ocasião da Visita Pastoral de D. Daniel Hostin, Bispo de Lages, em 1940, ao município de Campos Novos, e, em especial a então Capela Nossa Senhora da Saúde, o referido Bispo solicitou ao vigário de Campos Novos estudos preliminares para instalar uma paróquia em Abdon Batista, povoado por migrantes italianos.¹⁵

Assim, no dia 18 de janeiro de 1946, Abdon Batista foi desmembrada da Paróquia de Campos Novos, formando com outras comunidades vizinhas, a Paróquia de Nossa Senhora da Saúde. O fato é assim registrado no Livro Tombo nº. 3 “o primeiro fato de importância digno de ser registrado é a fundação da Paróquia de Abdon Batista. Por este fato desmembrou-se a parte espiritual mais adiantada da Paróquia.”¹⁶

Entre as festas religiosas do município, sem dúvida, 25 de novembro, o dia da padroeira Nossa Senhora da Saúde é a mais importante. As diferentes comunidades, também, tem os seus padroeiros e são atendidas pelo padre da Paróquia e em muitas localidades, como é o caso de Barra do Arroio, o padre vem rezar a missa uma vez por semana, pois “ tem bastante capela e só tem um padre.”

O município tem, assim como outros, um calendário de festas, onde a comunidade se reúne para conversar, rever amigos. Algumas destas festas tem participação maior enquanto outras são simplesmente um feriado. O dia 26 de abril é o dia de emancipação do município, data que tem sua importância política. Já no dia 25 de julho é comemorado o dia do colono, tradição trazida ainda do Rio Grande do Sul, que já na década de 1930 enaltecia a vinda dos imigrantes para o Brasil. Na mesma data também é comemorado o dia do motorista, tradição bastante interessante devido ao número de caminhoneiros que existem em quase todas as localidades do interior do Estado, pois até a alguns anos atrás ser motorista de caminhão era uma forma dos homens conseguirem um outro tipo de profissão. Além disso, não podemos esquecer que São Cristóvão, padroeiro dos motoristas, tem muitos devotos entre os descendentes de teutos e ítalos.

No mês de fevereiro acontecem os rodeios crioulos, promovidos pelo CTG Porteira Abdonense. Além disso, Abdon Batista possui três clubes recreativos que promovem festas e eventos esportivos.

Mesclando o rural e o urbano...

¹⁵ LAZZARINI, p. 38-39.

¹⁶ LAZZARINI, p. 40.

A futura sede do distrito de Abdon Batista tinha, em 1932, aspectos que a identificam com os ares urbanos, mesclados com o rural: “o comércio desenvolve-se dia a dia e a sua população aumenta num crescendo admirador”¹⁷

O aspecto urbano era conferido através de vários detalhes como a pintura das casas “[...] tem 14 casas habitadas, quase todas tinha tintas a óleo” As casas pintadas obedeciam ao Código de Posturas Municipais que afirma no artigo 34º. “Os proprietários farão rebocar, caiar ou colorir de três em três anos, nos meses de setembro a dezembro, as frentes dos seus prédios e pintar a óleo ou verniz claro, de quatro em quatro anos, nos referidos meses os portais, portas, janelas, postigos, caixilhos, varandas e grades que ficarem para a rua.” (lei n.º. 107, de 11 de janeiro de 1904, art 1.º.)

Vila Nova teve a sua planta confeccionada pelo agrimensor, Sr. Levy Linhares que a dividiu em lotes, ruas e praças. Além de “uma rua bem nivelada e a Praça Sto Antônio, onde está situada a majestosa Capella da Padroeira Nossa Senhora da Saúde.”

As Posturas Municipais no artigo 13º, garantiam que: “as praças, ruas e travessas da Vila e povoações do Município, bem assim as estradas ora existentes e as que se abrirem terão a direção, o nivelamento e as proporções indicadas nas respectivas plantas.”¹⁸

O próprio estilo das casas era normatizado pelas Posturas Municipais, como observamos no artigo 22º. que se refere às construções feitas nos povoados pertencentes ao município. Vejamos alguns itens:

Art.22º. As casas que se edificarem ou reedificarem nas demais povoações terão as seguintes dimensões:

§1º. Altura entre a soleira e a linha da base da coruja 3 metros e 50 centímetros, no mínimo;

§2º. Altura mínima das portas 2 metros e 10 centímetros, das janelas 1 metro e 60 centímetros; largura mínima de umas e de outras 1 metro e 10 centímetros;

§3º. Largura dos claros, entre as portas e as janelas, no mínimo, 1 metro e 50 centímetros.

[...]§6º. Altura das calçadas ou passeios 25 centímetros sobre o solo e a largura dos mesmos 1 metro e 30 centímetros.

A existência de iluminação pública era outro aspecto que distinguia a vila de um simples povoado, e Abdon Batista, em 1941, a energia elétrica era fornecida pela usina de Girolano

¹⁷ COELHO, Annibal. *Villa Nova A Época*. Campos Novos, 19 de junho de 1932.

¹⁸ POSTURAS MUNICIPAIS. Lei n.º 21, de 9 de janeiro de 1898 e outras leis complementares promulgadas posteriormente. In: **Codificação de Leis Municipais**. Município de Campos Novos, 1919.

Debastiani¹⁹ Já nas comunidades rurais a energia elétrica demorou bem mais para chegar, como no caso de Barra do Arroio onde, de acordo com a senhora Anelite, “faz uns 22 anos”.²⁰

Antonio Lúcio na sua descrição de Abdon Batista afirma:

... apesar de estar afastado da estrada de Ferro já está bastante colonizado a vista da fertilidade de suas terras. Conta com uma apreciável agricultura, principalmente a cultura do trigo que tem um início promissor. Boas casas de comércio, moinho colonial, pequena fábrica de banha, igreja, escola, estação atraindo a atenção pelo seu futuro que se esboça com promessas de um rápido progresso.²¹

A descrição feita, várias décadas depois, ainda nos mostra uma cidade onde o urbano continua se confundindo com o rural:

Uma das menores cidades de Santa Catarina, Abdon Batista passou a receber mais recursos do que no período em que era distrito. A população dispõe de uma unidade sanitária, médico e dentista no mínimo uma vez por semana (serviço pago pela prefeitura), central telefônica, quadras de esporte e escolas reformadas.[...] Abdon é uma cidade de poucas ruas, mas existe calçamento. O maior prédio é a escola e o cavalo continua a ser um importante meio de transporte, uma vez que a cidade fica distante uma hora da BR – 470.²²

O município de Abdon Batista além da cidade, possui as seguintes comunidades rurais: Nossa Senhora das Graças, Santo Antônio, São Paulo, Barra Grande, Colônia Dal Piva, São Roque, Colônia do Salto, Nossa Senhora Aparecida, Belópolis, São José da Gruta, Senhor Bom Jesus, Santa Catarina, Santa Terezinha, Arroio Bonito e Barra do Arroio. O número de comunidades rurais é expressivo, justificando de certa forma que o município de Abdon Batista é predominantemente rural. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a população urbana é de 715 habitantes enquanto que na área rural vivem 2.061 habitantes.

Analisando a economia local e os seus reflexos...

Vila Nova, segundo Aníbal Coelho, foi fundada entre 1918 e 1919 por José Zanchett, originário de Guaporé-RS. O povoado é descrito como um lugar promissor com: “duas casas comerciais, girando com capitais regulares, um importante engenho de serra de propriedade dos

¹⁹ Correio Lageano. Lages, julho de 1941, n. 92, ano II.

²⁰ Entrevista Anelite.

²¹ LUCIO, Antonio.

²² Diário Catarinense, Florianópolis, 27 de dezembro de 1993.

irmãos Debastiani esforçados construtores que aqui residem, uma sapataria, uma selaria, uma ferraria.”²³

Estes números mencionados, em 1932, triplicaram até o final da década de 1940. Além das atividades já mencionadas, quando falamos das diferentes etnias, podemos citar aquelas existentes fora da sede do distrito, ou seja, nas diferentes comunidades rurais que o compunham.

Na comunidade de Rio da Várzea existia, além de um grande número de “vendas” de gêneros alimentícios, a fábrica de bebidas de Alexandre Tonin e as olarias de Antenor da Veiga e a de Evaristo A. Tonin.

Nas diferentes comunidades o tipo de comércio que mais aparece é a de venda de gêneros alimentícios. Na comunidade de Salto temos cinco “vendas” de gêneros alimentícios: Júlio Antunes, Augusto Vacin, Domingos Marin, Angelo Marafon e Pedro Bortoli também tem um botequim. Já em Canoas temos o seguinte proprietários: Venceslau Alves Carneiro, Fogaça e Cia e Antônio Mocelin Filho, também vende fazendas e é o proprietário de um moinho. Em São Pedro temos Leopoldo Fagundes, com gêneros alimentícios, Lourdes Kunen é dona de um botequim e Valdomiro Sauer tem um moinho e venda de cereais.

Em Santo Antônio já existe uma diversificação maior, com a especificidade de que todos os proprietários são de origem italiana: Afonso Maita (botequim), Arlindo Mecabó (gêneros alimentícios, cereais, moinho, botequim e quarto para hotel), Domingos Zanchett Primo (gêneros alimentícios, cereais, ferraria e botequim), Júlio Zanchett (gêneros alimentícios), Luis Mecabó (gêneros alimentícios e cereais), Vitor Polati (fazendas) e ainda a olaria de Felipe Massoquini.

O autor também já previa a vocação do município, classificando-o como eminentemente agrícola: “a agricultura vai se desenvolvendo aos poucos, devido mesmo à falta de melhores meios de transporte. Entretanto as terras são fertilíssimas, a vinicultura também promete excelentes resultados. A principal riqueza pode se afirmar positivamente é a indústria agrícola.”²⁴

O Relatório de 1918, apresentado ao Conselho Municipal de Campos Novos, comparando duas áreas distintas do município de Campos Novos observa que as áreas próximas a Linha Férrea tem um maior desenvolvimento devido ao escoamento dos produtos, apesar das terras da região do Rio Canoas serem mais férteis:

...os colonos e lavradores das margens do Canoas, cujas terras são de muito melhor produto, que para venderem o resultado de quase um ano de trabalho precisam caminhar alguns dias, conduzindo suas mercadorias em cargueiro até a cidade de

²³ COELHO. Op.cit.

²⁴ COELHO. op. cit.

Lages ou para esta vila, pontos mais próximos onde geralmente dispõem daqueles gêneros.²⁵

Impressão idêntica é mostrada por Antonio Lúcio que elogia o distrito de Abdon Batista: “... Apesar de estar afastado da Estrada de Ferro já esta bem colonizado devido a fertilidade de suas terras. Conta com uma apreciável agricultura principalmente a cultura do trigo que tem um início promissor.”²⁶

É interessante que a fase extrativista que atingiu em cheio a região entre as décadas de 1940 a 1970 é pouco mencionada nestes relatos, a nossa entrevistada a senhora Ernestina Vieira, já mencionada, anteriormente, nos dá a descrição de praticamente toda a área do rio Canoas “Ih!... aqui era mato, mato, fechado mesmo.” No que é complementada por seu esposo: “É, se não fosse tudo destruído os matos que tinha, ainda taria melhor ainda.”

O número de serrarias existentes na região ajuda a reforçar estas impressões, além de mostrar a realidade da devastação das florestas. No período referente a 1949-1955 temos 26 serrarias registradas no 8º. Distrito. Não temos informações se haviam serrarias clandestinas na região, fato que geralmente acontecia. As serrarias eram as seguintes: Na sede de Abdon Batista: Frank Mello e Cia., Madeireira Rio do Cedro Ltda., Melo Gaut e Cia. Ltda., Santos Almeida S.A., Antônio Panisson, Augustinho João Petri, Bertoldo Nicolau Conradi, Galileu Debastiani, Geronimo Debastiani, Domingos Maier, Produtora de Madeiras A.B. Ltda. Na comunidade de Rio da Várzea: Madeireira Rio do Pinho Ltda, Comércio Indústria Santos Almeida Ltda (duas serrarias), Saturnino Corrêa Pinto, Silvio Dall'Oglio e Cia, Antônio Panisson. Em São Pedro temos as serrarias: de Mello, Gaut e Cia Ltda; em Salto temos as de Domingos Marin, Hermínio Mocelim, Ildo Maniga. Na comunidade de Santa Catarina aparecem as de: Augusto João Petri, Bertoldo Nicolau Conradi, e Tessari, Gobi e Cia., e na Colônia Demeneck as serrarias de Gerônimo Debastiani e Gerônimo Demeneck.²⁷ Estas serrarias trabalhavam a todo vapor e neste período não havia preocupação com o reflorestamento.

Tanto os relatos oficiais, quanto as impressões, sobre Abdon Batista são confirmadas por relatos de pessoas moradoras ou conhecedoras da região nas décadas de 1940 a 1950. Ela é lembrada como “uma colônia forte, produzia muito trigo, fumo em corda, tinha moinhos coloniais,

²⁵ GODOY, Pedro Antunes de. Relatório...p. 17-18.

²⁶ LUCIO. op.cit

²⁷ Livro de Registro de Impostos de Licenças e Taxas de Fiscalização de Serviços diversos. Abdon Batista anos de 1949 a 1955. Acervo: Museu de Campos Novos.

atafonas, ferrarias, alambiques, fábrica de banha, criavam bovinos, porcos e animais para transporte.²⁸

Dona Ernestina, uma das nossas entrevistadas já mencionada, lembra que, apesar de plantar milho e feijão, “nós fizemos mais a vida de plantar fumo... É, compramos terra, tudo pra plantá fumo... Tinha galpão pra secá. E agora temo que saí e ir embora, não sei para onde.”²⁹

O número de moinhos e atafonas existentes na região, neste período, realmente era expressivos, praticamente, todas as comunidades tinham pelo menos um. Na sede Abdon Batista aparece o registro de sete moinhos e atafonas. Na comunidade de Santa Catarina, onde também temos a predominância da etnia italiana, os proprietários eram os seguintes: Albino Mecabó, Angelo Zanchett, Bertoldo Nicolau Conradi, João Antônio Santin, João Mocelin, Santo Mocelin, Bartolomeu Wilbert, Espártico Vicente, Fermino Pedro Hermes e Avelino Niser de Moraes.

Na Colônia Demeneck existiam três moinhos cujos proprietários eram: Galileu Debastiani, Gerônimo Debastiani e Gerônimo Demeneck. Em Lageado do Pinto o moinho pertencia a Antônio Mocelin Filho, na Colônia Flores o proprietário era Clemente Kunen, e nas comunidades de São José e Salto era Paulo Kunen, enquanto que em São Pedro aparece o nome de Waldomiro Sauer e o senhor Olírio Vilpert é o proprietário do moinho em Rio Bonito.

A fertilidade da terra fazia com que a produção por área fosse elevada, entretanto, no decorrer das décadas houve o desgaste natural do solo que, sem descanso, e com a erosão provocada pelo desmatamento desenfreado, fez com que “de uns anos para cá precisa, adubo, calcário, mas de primeiro não precisava... só de uns cinco anos para cá nós começamos a ter despesas com calcário, adubo... se não ponhá, não dá nada.”³⁰

Entretanto, observamos que, constantemente, é lembrado seja através de relatos oficiais, seja através de notícias ou de entrevistas o problema do escoamento dos produtos. Dona Ernestina lembra que nos primeiros anos:

Dna. Ernestina - ...feijão era de apodrecer assim no caixão, porque a gente não dava conta de comer e a gente, e daí não tinha estação pra saí pra fora, né!

Paulo: Não tinha estrada para vender?

Ernestina: Nada, nada, nada, nada. Se quisesse pegar um dinheiro e tinha que leva em Lages, para fora, assim, um cargueiro.³¹

²⁸ ROSA, Etedy.

²⁹ Entrevista Ernestina.

³⁰ Idem

³¹ Entrevista Ernestina.

Os principais produtos cultivados na região são o milho, a soja, o fumo, o feijão, o arroz e a erva-mate. Evidencia-se uma agricultura de subsistência e pequena diversificação de produtos. Assim também o arrendamento de terras parece uma atividade bastante desenvolvida, numa região em que as oportunidades de sobrevivência são limitadas.

Os agricultores de Abdon Batista, assim como de outros municípios da região, a partir da década de 1990, além das culturas agrícolas tradicionais, começaram a procurar outras opções para saírem da crise. As alternativas encontradas foram à apicultura e a fruticultura. “O mel é a alternativa de 10 agricultores que usam o produto para complementar o orçamento”.

A fruticultura tem sido para muitos municípios uma outra fonte de renda, e Abdon Batista não é exceção, só que em médio prazo “em função do tempo que a árvore leva para fornecer os frutos, mas é bastante rentável. A uva tem se destacado neste setor, e na última safra o município produziu 55 toneladas deste produto.”³²

A emancipação e seus efeitos...

A emancipação de um município envolve tanto questões políticas quanto econômicas, e Abdon Batista não fugiu à tradição. Com políticos e pessoas da comunidade interessadas na emancipação, a mesma aconteceu pela Lei Estadual N° 5.584, de 26 de abril de 1989, quando se desmembra de Campos Novos. O novo município abrange uma área de 198 quilômetros quadrados e tem os seguintes limites: ao Norte, Vargem e Campos Novos; ao Sul, Anita Garibaldi; ao Leste, Cerro Negro e São José do Cerrito; ao Oeste, Campos Novos.

O abandono do distrito de Abdon Batista, por parte de Campos Novos, foi uma das principais razões mencionadas, pois a saída do dinheiro dos impostos cobrados e a pouca aplicação de recursos no distrito eram sentidos pela população. Campos Novos era um município muito extenso dificultando o atendimento a todas as comunidades. Quatro anos após a emancipação:

[...] já conta com os serviços básicos que antes eram um sonho distante, mas mesmo assim continua sendo uma das menores de Santa Catarina. [...] Com mais recursos no município, a população local já dispõe agora de uma unidade sanitária, um médico... Central telefônica, quadras de esporte na sede e em comunidades e, em parceria com o Estado estão sendo reformadas escolas.³³

³² Idem.

³³ Diário Catarinense, 27 de dezembro de 1993, p. 3.

Infelizmente estas melhorias anunciadas e realizadas não evitaram o êxodo de um grande número de pessoas, o decréscimo da população, ano após ano, mesmo depois da emancipação, é visível e preocupante. Em 1991 a população era de 3.245 pessoas já em 2001 temos 2.718 habitantes.

Concluindo...

No decorrer da nossa pesquisa in loco e documental pudemos observar que no município de Abdon Batista, com o mesclar das diferentes etnias, especialmente a cabocla, a italiana e a alemã, aconteceu a construção de um mundo sócio-cultural bastante interessante com nuances de mistura das diferentes práticas sócio-culturais.

Assim é importante reafirmamos que a construção deste mundo foi feita por estas três etnias, em conjunto, onde uma não deve desmerecer a outra, pois cada uma teve o seu papel nesta história.

“AGORA TU TÁ NO BRASIL E TU TEM QUE APRENDER FALAR ALEMÃO...”
RELAÇÕES ENTRE NACIONAIS, IMIGRANTES E TEUTOS EM NEU-WÜRTTEMBERG -
ATUAL PANAMBI

Eliane de Mello

Este artigo pretende tecer algumas considerações a respeito da construção da representação de Neu-Württemberg/atual Panambi como “cidade alemã”, através da análise das relações estabelecidas entre os imigrantes, (i)migrantes/descendentes alemães, também chamados de teuto-brasileiros e os luso-brasileiros, comumente denominados de “nacionais”.¹

A colônia Neu-Württemberg foi fruto do investimento de um capitalista alemão chamado Herrmann Meyer,² proprietário da Empresa Colonizadora Herrmann Meyer, cuja intenção inicial era constituir um núcleo confessional luterano formado por imigrantes alemães.³ Esse fator servia como fator de atração para muitos imigrantes saudosos da pátria de origem e transparecia de modo explícito em um livreto de propaganda de sua autoria, escrito em 1904 em língua alemã, com circulação tanto no Brasil como na Alemanha, no qual afirmava que em suas colônias aceitavam-se apenas imigrantes alemães, bem como, às “atividades comerciais mais relevantes eram desenvolvidas por estes e que os ‘intrusos’, que por ventura houvessem, já estavam partindo em retirada para áreas mais longínquas”.⁴

É relevante ressaltar que os (i)migrantes carregavam um grande sentimento de perda da pátria de origem e este foi um dos fatores que influenciou suas ações na nova pátria: a “saudades” fez com que tentassem reproduzir no Brasil a Alemanha que guardavam em sua lembranças, na maioria das vezes, uma Alemanha idealizada. Esta pretensão se materializa na forma como organizavam as colônias, tanto

¹ Na metade do século XIX, a zona de campos deste território havia sido ocupada por imigrantes lusos e lusos brasileiros, que desalojaram os povos indígenas.

² Herrmann Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hilsburghausen. Sua família era proprietária do Instituto Bibliográfico de Leipzig, do qual torna-se chefe mais tarde. Em 1896 empreendeu uma expedição ao Brasil Central, visitando o Xingu matogrossense. Foi aí que resolveu adquirir terras no Brasil para destinar a colonização. Para esta tarefa designou Carlos Dhein, o qual efetuou várias aquisições de terras a partir de 1896. Em agosto de 1898, realiza a compra mais significativa, a saber, as posses que formaram a colônia Neu-Württemberg. Meyer visitou pela primeira vez essas possessões em novembro do mesmo ano. Faleceu em Leipzig em 17 de março de 1932. A empresa encerrou suas atividades, declarando falência no início dos anos 1950, após um longo processo, contando com vários problemas e dívidas. **A Notícia Ilustrada**. Panambi, 19, març. 1980, p. 7.

³ Nos primeiros anos, os imigrantes europeus foram insignificantes em termos numéricos, a maioria dos habitantes de Neu-Württemberg provinha das chamadas colônias velhas. No entanto, eram reservadas para eles as posições chave na colônia, desde a administração até o ensino, atendimento religioso e organização de atividades culturais. Desta forma assumiam posições de destaque na colônia e se consideravam mais competentes que os teutos.

⁴ Meyer, 1904, p. 1-5. C.f. MICHELS, Sérgio Ervino. A história ensinada na colônia particular de Neu-Württemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação. Ijuí : UNIJUÍ, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências).

na reprodução de uma arquitetura que remetesse a Alemanha, quanto em seu jeito de agir, o qual se baseava nos princípios do que tinham como característico do grupo étnico alemão. Outro aspecto importante desta relação era o de que diante luso-brasileiros, considerados diferentes, os migrantes buscavam elementos de distinção que tinham como fonte a pátria de origem.

O povoamento da área de Neu-Württemberg por (i)migrantes de origem alemã, iniciou em julho de 1899, com a vinda dos primeiros colonos, oriundos das colônias velhas.⁵ Tratavam-se de descendentes de alemães já nascidos no Brasil. O que demonstrava uma primeira concessão ao projeto original de colonização.

Ao chegarem a Neu-Württemberg, os (i)migrantes/descendentes constatavam que a área era povoada por luso-brasileiros, o que lhes causava duplo espanto: primeiro, porque conforme a propaganda da empresa colonizadora o lugar era “desabitado” e, segundo, porque as diferenças culturais entre ambos eram significativas, como se percebe nas palavras de Wahlbrink: “A gleba comprada pela Colonização Herrmann Meyer, era fechada. Foi comprada e paga. E o contrato dizia desabitado. E esses caboclinhos tavam morando ali. Bicho do mato a gente chamava eles”.⁶ E acrescenta:

Então chegava um caboclinho àqueles que a família não levou junto, a família dos donos daquelas glebas enormes de terras. Eles diziam, mostravam enxada (o imigrante entendia que queriam trabalhar). Daí ganhava uns níqueis, além da comida, vinha pra vila se embriagar com cachaça. Digo, não cuidava de guardar esse dinheiro pra comprar uma roupa melhor, pra ir ao barbeiro, até se degenerava, a cachaça fazia o resto...⁷

A má impressão não se restringia apenas ao grupo formado pelos caboclos, mas também aos fazendeiros: “Eles tinham tudo, eles eram os donos de tudo! Nos primeiros anos de 1910, 1912, 1914, 1915...começaram a vender...Quando não tinham mais dinheiro vendiam um pedaço de terra e era festa o resto do ano! Até que não tinha mais nada...”⁸

De acordo com Prass,

já havia na área aqui, mais ou menos umas 500 pessoas quando vieram os primeiros alemães. Sim, porque eles vieram lá por mil oitocentos e pouco. Tinha os Malheiros, os Moura, o Encarnação, os Bairros, vieram de São Paulo principalmente. E eles se

⁵ Ou seja, cidades como São Leopoldo, Santa Cruz, Estrela, Lajeado e São Lourenço.

⁶ WAHLBRINK. Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

⁷ WAHLBRINK. Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

⁸ WAHLBRINK. Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

fixaram por aí, mas não... Como é que eu vou dizer... Eles não criaram, eles ficaram vegetando, vivendo assim... Não criaram nada de progressista... E os alemães eram interessados em crescer.⁹

Neste contexto, as atitudes dos nacionais serviam para sustentar o imaginário germânico, colaborando para a produção de uma representação negativa, a qual era contrastada com seu grupo étnico. Por exemplo, enquanto os luso-brasileiros pobres, muitos vezes gastavam seu dinheiro na compra de cachaça ou, no caso dos mais abastados, vendiam suas terras para financiarem festas; os “alemães” se dedicavam integralmente ao trabalho, tido como uma de suas principais características étnicas.

Até os 17 anos, eu não admitia se alguém me chamasse de brasileiro. Brasileiro pra mim era sinônimo de vergonha, sujeira, mal cheiro, cabeludo, barbudo, bêbado e esfarrapado e sujo. É a imagem que, a gente não tinha outra imagem. Depois, mais tarde, com os que Cruz Alta mandavam pra cá, sub-prefeito, sub-delegado, também não eram lá sempre uns, umas pessoas que a gente pudesse respeita, orgulho, foi uma transição terrível. Pra mim foi horrível. E depois eu casei com uma alemoazinha. E quando os alemães conversam sobre ‘os brasileiro’, é pra ver que imagem que eles carregam do peãozinho que foi esquecido por aí...¹⁰

Kepler explica: “a gente não tinha outra imagem.”¹¹

Desta forma, o próprio termo “brasileiro” era usado de forma pejorativa para identificar o “outro”. Logo, quando esses alemães e descendentes, no período do Estado Novo (1937-45), foram compelidos a assumirem uma identidade brasileira, houve uma forte resistência: “Agora, muda essa imagem. Crie o orgulho de ser brasileiro dentro de você, como era o meu caso. É uma trabalhadeira tremenda, viu”.¹²

Os imigrantes/descendentes não conseguiam associar a imagem dos “nacionais” com algo positivo. Assim, procuravam marcar a fronteira que os separava dos primeiros elegendo características que julgavam diferenciadoras como seu apreço pelo trabalho e a preocupação em manter aspectos de sua cultura, principalmente a língua.¹³ Segundo Seyferth: “uma imagem construída por oposição a brasileiros estereotipados, num contexto de identidades contrastivas”.¹⁴

⁹ PRASS, Bruno. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

¹⁰ KEPLER, Walter Roberto. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 18, fev.2002.

¹¹ KEPLER, Walter Roberto. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 18, fev.2002.

¹² KEPLER, Walter Roberto. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann, Panambi, 18, fev.2002.

¹³ Entende-se aqui fronteira étnica, no sentido descrito por Barth.

¹⁴ SEYFERTH, Giralda. A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica, p.23. In: MAUCH, Claudia.

Os imigrantes

Os imigrantes vieram em maior escala nas décadas de 1920 e 1930.¹⁵ Todavia, as posições estratégicas na colônia como administração, ensino, atendimento religioso e organização de atividades culturais, eram reservados aos mesmos. Este fato gerava certo desconforto entre os teutos, o que aponta para a existência de conflitos gerados por disputas de poder e diferenças culturais, não apenas entre germânicos e nacionais, mas também dentro do próprio grupo étnico/alemão.

Os europeus imigrados para Neu-Würtemberg procuravam manter,¹⁶ de forma mais intensa que os teutos, os laços que os ligavam à terra natal: “Eles vieram pra sobreviver. Trazendo de lá a cultura social tudo isso trouxeram de lá. Fundaram escolas, as igrejas, fundaram tudo isso. Mas eles não deixaram de ter uma profunda ligação com a Alemanha...”¹⁷ Característica que incomodava tanto alguns (i)migrantes e descendentes alemães quanto muitos nacionais: “Tinha também uns alemães que eram, que gostavam de dizer que a Alemanha era muito melhor, que não sei o que... aí eu mesmo, pessoalmente, cansei de dizer, mas então vão pra Alemanha, vão pra lá!”¹⁸

Os imigrantes trouxeram conhecimentos sobre si e o mundo que eram ignorados pela comunidade local, o que fazia com que seus comentários, muitas vezes, parecessem arrogantes: “As fábricas das quais o Sr. Faulhaber¹⁹ nos tinha falado com muito entusiasmo, eram para nós que vínhamos da Europa, pequenas oficinas instaladas em prédios de madeira já bastante velhas...”²⁰

Nem teutos, nem brasileiros possuíam as mesmas “qualidades”. A cultura européia trazida por estes imigrantes, bem como a própria Europa eram apresentados como melhores: “... eles tinham uma arrogância maior, não podemos esquecer, esse pessoal, eles eram arrogantes. Eles vinham duma terrinha pequena, com uma tecnologia avançada contra a nossa! Eles queriam que eles fossem os que

VASCONCELOS, Naira (org.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

¹⁵ Existe no Museu e Arquivo Histórico de Panambi uma listagem de imigrantes alemães que ingressaram no povoado nas décadas de 20 e 30, perfazendo um total de 176 famílias, discriminando o número de membros de cada família, resultando em mais de 600 pessoas, bem como o local de estabelecimento.

¹⁶ Os imigrantes que vieram para o Brasil em 1824 provinham de uma Alemanha não unificada, que estava iniciando sua fase de industrialização. Na nova pátria ocupavam-se geralmente com a agricultura e, devido a situação precária que viviam no velô continente, muitos procuravam esquecer seu passado reiniciar sua história a partir da chegada ao Brasil. Já os que emigraram no século posterior, deixavam uma Alemanha unificada (1871), industrializada, em ampla expansão e muitos alimentavam o sonho do retorno.

¹⁷ SCHNEIDER, Orlando Idílio. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 13, fev. 2002.

¹⁸ SANTOS, Nelci Silva dos. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 15, fev. 2002.

¹⁹ Hermann Faulhaber era então diretor da colônia e entre suas responsabilidades estava atrair novos (i)migrantes para Neu-Würtemberg.

²⁰ Tradução de uma carta escrita por Gertrud Schmitt-Prym. Museu Municipal de Panambi.

davam, assim, as tintas...”.²¹ Ou seja, queriam mandar. Segundo Wahlbrink, os imigrantes apresentavam “sempre aquela expressão de superioridade, de raça superior”.²²

Eles eram arrogantes assim pela situação... Eles sempre achavam que só eles tinham razão! E o resto, pode ser até alemão que veio de lá, ou já brasileiro nascido no Brasil, eles sempre achavam que eles eram mais inteligentes! Nunca, eles são é arrogante por natureza! Não existe! O alemão é arrogante por natureza! Isso não adianta! Por isso que sempre quando dá uma guerra dá com eles!²³

Enfim, percebe-se que essa relação triangular entre nacionais, teutos e imigrantes era mais complexa do que geralmente é apresentada.

“nós nos relacionávamos muito bem...”

No cotidiano das regiões coloniais, os conflitos étnicos nem sempre eram visíveis, como atesta o discurso de um representante luso-brasileiro em saudação ao cônsul alemão em Neu-Württemberg : “os brasileiros e alemães aqui estão de tal modo confraternizados que jamais se preocupam com estéreis questões de raças, religião ou mal entendido patriotismo; que a luta que a todos preocupa e que de dia a dia mais se impõe é a luta do trabalho, mas essa é a grande luta que dignifica o homem, a pátria e a família.”²⁴

“Harmonia” esta confirmada por Schneider, o qual destaca o fato de que, se por um lado, havia a tentativa de manter a cultura germânica, por outro, a negociação estava presente no dia a dia dos colonos que ali viviam, o que Stuart Hall chamou de “tradução”.²⁵ Ou seja, para essas pessoas, um estava aprendendo com o outro, a fim de viverem no mesmo universo, sem abandonarem suas singularidades.

Nós nos relacionávamos muito bem. Os alemães, os brasileiros daqui começaram a aprender a falar em alemão e os alemães aprenderam a falar o português. Aí um e outro se entendiam, não havia, não havia uma forte ojeriza entre as raças, entre as raças que aqui existiam e os que vieram de fora.²⁶

No entanto, este convívio era circunscrito pela distância geográfica,

²¹ WAHLBRINK. Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

²² WAHLBRINK. Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

²³ WAHLBRINK. Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

²⁴ ÁLBUM de Recortes de Minoly Gomes de Amorim, (1913).

²⁵ Ver HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós Modernidade. 7ª Edição. RJ: DP &ª; HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

²⁶ SCHNEIDER. Orlando Idílio. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 13, fev. 2002.

Panambi tinha assim a beira do campo era dominada pelos chamados caboclos, e a cidade tinha só um nucleozinho que era que era a Vila Nova ali que era, que era oprimida da vinda lá do pessoal do campo, eles moravam na cidade e o resto era, essa região aqui assim era quase que puro de origem alemã. E a Iriapira, e o Rincão ali era difícil achar um que era de outra etnia, era tudo, isso era tudo alemão.²⁷

Também por fatores políticos e econômicos,

você veja só, os brasileiros estavam radicados no campo, quase não participavam das coisas. Eles eram, tinham no máximo um cavalo e uma carroça, o campo era campo, campanha. Os alemães que estavam mais na parte colonial, na área de mato, onde era mato, esses mais vinham para a cidade... Os brasileiros não, eles ficavam mais fora da cidade. Por isso que não houve nunca um grande choque assim, de idéias políticas.²⁸

Por sua vez, os luso-brasileiros afirmavam que “acostumaram” com os alemães,²⁹ ou com o fato destes deterem o poder econômico, político e cultural na localidade. Existia um distanciamento entre nacionais, imigrantes e teutos, todavia, essas discrepâncias eram naturalizadas nas relações cotidianas. Quando a negociação não era possível, emergia então a diferença: “Todos os de origem alemão que vieram para o município de Panambi, era bem separado, isso era bem separado!”³⁰

Desta forma, as relações cotidianas evidenciam a existência de um processo emaranhado no qual interagem (i)migrantes/descendentes e nacionais. Os primeiros preocupados em manter a cultura de origem no país receptor; os segundos, muitas vezes, demonstrando preocupação com as dimensões que esta intenção poderia assumir. Essa relação também dava margem para a busca de pontos de equilíbrio entre ambos e novas formas de identificação, baseadas na negociação, todavia, paralelo a essa convivência no dia-a-dia, verificam-se os casos extremos, onde os conflitos latentes emergem.

Percebe-se que até o início da Campanha de Nacionalização, desenvolvida ao longo do Estado Novo (1937-1945) os (i)migrantes descendentes detinham o poder econômico, político e cultural na então colônia Neu-Württemberg e o convívio com os lusos era aparentemente pacífico. Os descendentes procuravam manter relação com a pátria de origem através da formação de corais, da preservação da língua, do estudo da história e da literatura de seu país de origem e ainda mantendo-se informado a respeito dos rumos tomados pela Alemanha. Todavia, dado o início da Campanha de

²⁷ WAHLBRINK, Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

²⁸ SCHNEIDER, Orlando Idílio. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 13, fev. 2002.

²⁹ SANTOS, Nelci Silva dos. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 15, fev. 2002.

³⁰ CAVALHEIRO, José dos Santos. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 23, fev. 2002.

Nacionalização o poder se inverte em favor dos luso-brasileiros e as relações que se estabelecem a partir de então demonstram que havia rixas não resolvidas entre estes dois grupos.

Uma demonstração de poder dos lusos brasileiros foi a troca do nome do então distrito: de Elsenau passa a ser Panambi, nome indígena que significa “vale das borboletas azuis”. O nome desagradou a muitos (i)migrantes descendentes, um cidadão justificava: “‘Panambi’, palavra do idioma guarani, que em língua de gente, significa ‘borboleta’, e que para um forasteiro daria talvez a entender que a população deste distrito tem gênio de borboleta, isto é, vive no ar, sem sentido prático da vida”.

³¹ Em outras palavras, insinuava que a população não trabalhava, o que foi considerado uma ofensa gravíssima para o grupo étnico alemão.

Terminada a Campanha de Nacionalização, os grupos dirigentes da localidade, representados principalmente pelos membros da associação comercial e industrial, começaram a se articular a fim de pleitearem a emancipação política do Distrito, iniciando em seguida uma Campanha de Emancipação, o que também demonstra que o período anterior havia ensinado profundamente a necessidade de se obter poder político, dado que a perseguição fora uma medida política.

Nesse contexto, percebem-se algumas estratégias, com fins específicos, articuladas pela comissão emancipacionista. A começar pela relação de seus componentes, que reunia representantes dos alemães/descendentes e dos luso-brasileiros. Essa medida parecia querer demonstrar que na localidade os grupos estavam integrados e unidos em prol dos mesmos interesses. Outra estratégia foi a publicação de um livro patrocinado pela Associação Comercial e Industrial local. Lançado em 1949, “Cinqüentenário de Panambi 1899-1949”, de Erich Fausel, apresenta-se como uma obra comemorativa e destacava o progresso econômico da localidade. Fausel atribuía o desenvolvimento econômico local ao fato de os habitantes terem mantido os ideais de seus fundadores, ou seja, era mérito do grupo étnico alemão.

Todavia a campanha não ocorreu de forma pacífica. A localidade não possuía o número de habitantes exigidos para efetuar o processo de emancipação, o que levou a Comissão Emancipacionista a propor a incorporação da vizinha localidade de Condor, distrito que pertencia ao município de Palmeira das Missões, o qual não aceitou o desmembramento, visto que perderia território e contribuição fiscal, e iniciou propaganda contrária ao “movimento”. Nessa conjuntura, destaca-se o fato de que tanto as rivalidades originadas pelas disputas políticas entre os coronéis de Palmeira das

³¹ Quem assina este artigo é Assino Fiorini, italiano integrante do grupo que preservava a cultura teuta em Neu-Württemberg. FIORINI, Assino. Panambi ou Elsenau? **Correio Serrano**. Ijuí, 07, nov. 1951.

Missões e Cruz Alta, quanto o contexto da Campanha de Nacionalização, ainda se mostravam latentes na memória e nas relações locais, o que fez com que a disputa escancarasse conflitos étnicos e sociais. Numa ocasião, de acordo com denúncia dos palmeirenses, ocorrerá o seguinte: “Walter Faulhaber, na presença de inúmeras pessoas, quando o Meritíssimo Sr. Juiz de Carazinho respondia pela comarca de Palmeira, disse: quero ver como que a negrada analfabeta de Palmeira vai chegar na frente do juiz, em Carazinho...”³² Em contrapartida, os palmeirenses denunciavam: “É mentira que os intrusos de Panambi são todos brasileiros natos! Os emancipacionistas são os “exploradores dos colonos”.”³³

Essa situação parece ter sido amenizada após a efetivação da emancipação que ocorreu em 1954. Kepler menciona:

Arno Goldhardt, duas vezes, o pai dele dormiu no cimento. Esse eu sei, porque eu assisti, eu acompanhei isso tudo. *E o que mudou muito foi o fim da guerra e o Walter Faulhaber se tornar prefeito de Panambi*, aí, aí acabou de vez, porque o Walter Faulhaber ele, afinal, o nome dele já diz tudo, era filho de imigrantes. Mas foi uma época muito negra, eu vi muita gente bonita pedindo colchão pra pelo menos não dormir no cimento. O pessoal lá de Cruz Alta tinha ódio do pessoal daqui. Quando o Walter Faulhaber começou a Campanha de Emancipação, e conseguiu a emancipação, gente, isso foi um presente pra Panambi, melhor não podia ser!³⁴(Grifo nosso)

A conquista da independência política foi um poderoso instrumento para pleitearem benefícios e investir em infra-estrutura de forma independente. Garantiu, também, a possibilidade de “preservarem a cultura germânica”, o que lhes fora negado durante a Campanha de Nacionalização. Desse modo, continuariam a prestar contas ao estado brasileiro, mas dentro de seu espaço geográfico o poder lhes pertenceria: em Panambi, os imigrantes/descendentes alemães seriam os “estabelecidos”, tendo poder econômico, político e a hegemonia cultural, o que possibilitaria a manutenção da imagem de Panambi como “segunda Alemanha”.

Miguel Schmitt- Prym recorda: “Naquela época, inclusive o comércio selecionava recursos humanos exigindo que o candidato, principalmente no comércio, falasse alemão. Era exigência. Naquele tempo ainda havia muita gente aqui que não falava português, só falava alemão”. E complementa:

³² Panfleto assinado por David Martins, Arthur Amaro e Alarico Morais. “Contestando Ofensas”. PEM 11, Caixa 48, MAHP.

³³ Panfleto, “Ao Povo de Condor”, PEM 11, Caixa 48, MAHP.

³⁴ KEPLER, Walter Roberto. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 18, fev. 2002.

quando os meus pais vieram da Alemanha, em 1939, o povo aqui da vila estranhou muito a primeira providencia do meu pai e minha mãe foi contratar professores para aprender português. E o pessoal dizia, mas pra que fala português? Que não precisa falar em português. Aliás tinha uma velha senhora que é a mãe da dona Brunhilde Goldhardt. A mãe dela um dia me chamou, eu era criança e cantava música italiana na praça, que meu pai e minha mãe tinham que trabalhar, eles vieram muito pobres de lá. Então eu sentava na praça e cantava música italiana, cantava muita musica italiana com 3, 4 anos de idade. E os colonos iam lá me levavam bolacha, refrigerante, bala, chocolate prá mim cantar prá eles e eu cantava. Eu só falava italiano, não falava nenhuma palavra em alemão, nem português... E a senhora Bendorfer, um dia atravessou a rua, sentou na praça, e começou a falar comigo, e eu dizia “capitche niente”, e ela só falava em alemã. E aí, ela me disse: “*olha menino, vou te dizer uma coisa, agora tu tá no Brasil e tu tem que aprender falar alemão*”. Era assim aqui em Panambi. (Grifo nosso).³⁵

Portanto, nesse contexto o desejo de se tornar “estabelecido”, ou seja, um membro bem sucedido da comunidade nacional, fundia-se com anseio de retornar à pátria mãe e, para alguns grupos, à tentativa de reconstruir uma nova “Alemanha no Brasil”. O desejo foi sintetizado na direção indicada em Heinrich von Ofterdingen, citado por Grützmann: “Pois, para onde nós vamos? Sempre para casa.”³⁶ Pois, mesmo que a “casa” não esteja mais na Europa, as lembranças e os laços que ficaram levaram muitos a buscar a reconstrução do “cenário” conforme suas recordações os orientavam, ou como ouviram de seus pais, parentes, etc. Esse mecanismo parecia dar segurança aos (i)migrantes/descendentes e servia como referência para que reconstruíssem sua identidade, o que, evidentemente, faziam em relação ao “outro”, no caso, “os brasileiros”. O processo complexo nos parece resumido nas palavras de Werner: “Você sabe como é que chamavam Panambi naquele tempo? Segunda Alemanha viva, porque aqui tinha gente que só falava alemão (...) Segunda Alemanha viva!”³⁷

³⁵ SCHMITT-PRYM, Miguel. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Márcia Neumann. Panambi, 15, fev. 2005.

³⁶ NOVALIS apud. GRÜTZMANN, Imgart. A mágica flor azul: A canção alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. PUC-Faculdade de Letras. Curso de Pós Graduação em Letras. Julho de 1999, p. 404.

³⁷ WERNER apud ALMEIDA, Elmar Soero de. **Aprendizagens para o mundo do trabalho: histórias de metalúrgicos em Panambi – RS**. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências)-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), 2000, p. 52.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul: A canção alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. PUC-Faculdade de Letras. Curso de Pós Graduação em Letras. Julho de 1999.

MAUCH, Claudia. VASCONCELOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

NEUMANN, Rosane Márcia. **“Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor”**. **A Campanha de Nacionalização nas Colônias Alemãs**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS, 2003.

DEPOIMENTOS ORAIS

CAVALHEIRO, José dos Santos. Bairro Arco-Íris. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 23, fev. 2002.

KEPLER, Walter Roberto. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 18, fev. 2002.

PRASS, Bruno. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

SANTOS, Nerci Silva. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 15, fev. 2002.

SCHMITT-PRYM, Miguel. Bairro Centro. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 25, ago. 2005.

SCHNEIDER, Orlando Idílio. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 13, fev. 2002.

WAHLBRINK, Walter. Entrevista cedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. Panambi, 14, fev. 2002.

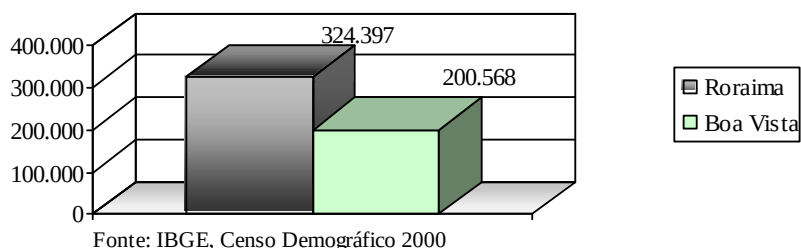
LUTERANOS EM RORAIMA: A PARÓQUIA DE BOA VISTA 1974-1997

Rogério Sávio Link*

Descrição geral de Boa Vista e Roraima

Boa Vista é a capital do Estado de Roraima, no extremo norte do Brasil. Roraima faz divisa com a Venezuela ao Norte e a Oeste, com a Guiana a Leste e com o Amazonas ao Sul. Tem uma área territorial de 224.298,980 Km², possui 15 municípios e uma população contabilizada, em 2000 pelo IBGE, em 324.397 habitantes. Conforme se pode ver no gráfico abaixo, Boa Vista contava naquela época com 61,83% da população total do Estado, o que equivalia a 200.568 habitantes¹.

População de Roraima e Boa Vista em 2000



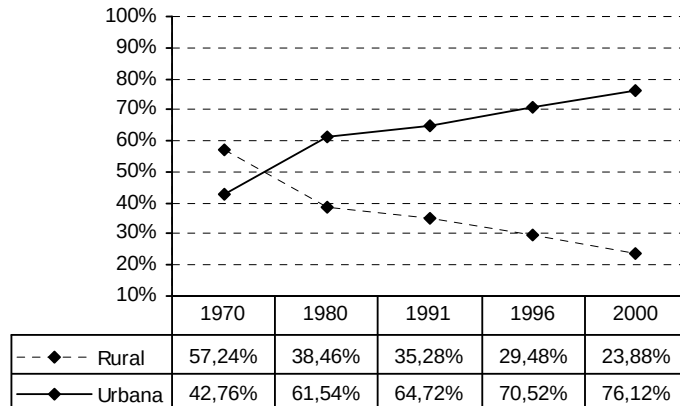
A evolução da populacional urbana e rural em Roraima segue a tendência nacional. No final da década de 1970, o índice da população urbana ultrapassa o da população rural, que era maioria até então. Nos anos que se seguem, como pode ser visto no gráfico abaixo, essa diferença é crescentemente acentuada. Entre o censo de 1980 e o censo de 2000, a população urbana de Roraima, em comparação direta com a população rural, cresceu 14,58%, elevando a taxa de urbanidade para 76,12%. A população rural, por sua vez, decresceu de 38,46% para 23,88%².

* O autor morou toda sua infância em Espigão do Oeste/RO. Graduiu-se na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo e, atualmente, faz doutorado, com bolsa CAPES, em história da igreja, no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação. Sua pesquisa concentra-se na história da igreja na Amazônia.

¹ Cf. IBGE, Censo Demográfico 2000. www.ibge.gov.br, acessado em 27/07/2006.

² Cf. IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 1996, 2000. www.ibge.gov.br, 17/07/2005.

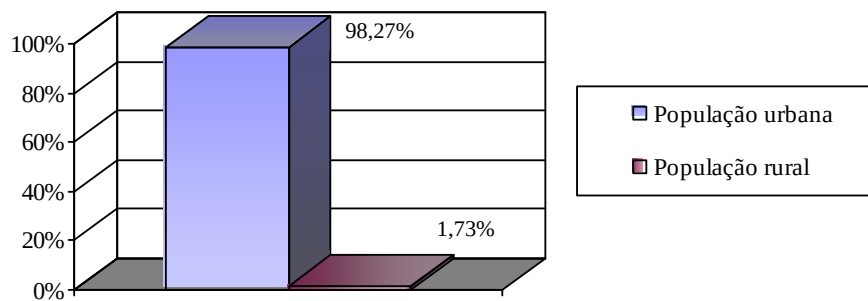
Evolução da População Rural e Urbana em Roraima



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 1996, 2000

O índice da população urbana de Boa Vista é um dos maiores do Brasil. No censo demográfico de 2000, como ilustra o gráfico abaixo, Boa Vista contava com 98,27% da população vivendo na cidade. A área rural ficava com apenas 1,73%³.

População urbana e rural de Boa Vista em 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Constituição da paróquia de Boa Vista

O perfil da paróquia

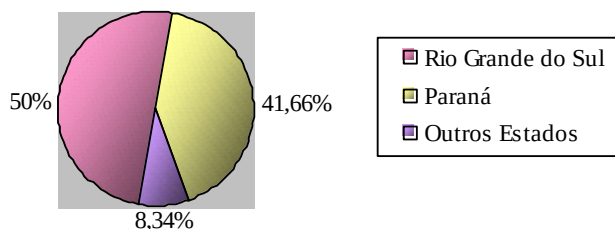
Em todo o Estado de Roraima, a IECLB tem somente uma estrutura pastoral, pois os membros são poucos. As comunidades e pontos de pregação se juntam para formar uma estrutura semelhante a uma paróquia. A comunidade de Boa Vista é a sede e recebe o título de comunidade com funções paroquiais. Uma vez que essa diferenciação é usada apenas para dentro da igreja — o que garante para

³ Cf. IBGE, Censo Demográfico 2000. www.ibge.gov.br, 17/07/2005.

essa região um tratamento financeiro diferenciado por parte do Sínodo da Amazônia e da igreja, mas que não implica uma compreensão estrutural diferenciada na prática —, neste trabalho, opta-se por designar de paróquia de Boa Vista para que se torne mais compreensível ao leitor.

Os membros que fazem parte da paróquia luterana de Boa Vista são, em sua maioria, migrantes do Sul e Sudeste do Brasil que emigraram para lá nas décadas de 1970 e 1980. Para ser mais exato, conforme os resultados de um questionário aplicado nas duas principais comunidades de Roraima — Boa Vista e Alto Alegre —, 8,33% migraram na primeira metade da década de 1970; 75% teriam migrado no final da década de 1970 e início da de 1980 os 16,66% restantes migraram no final da década de 1980 e início da de 1990. Quanto à procedência, 91,66% dos membros migraram do Sul do Brasil, mais especificamente Rio Grande do Sul e Paraná. Perguntados se já teriam migrando para algum lugar antes de chegarem em Roraima, a metade respondeu que sim. A trajetória desses geralmente é: saindo do Rio Grande do Sul passando pelo Paraná depois Mato Grosso do Sul ou Mato Grosso e depois Roraima⁴.

Procedência dos migrantes da paróquia luterana de Boa Vista



Fonte: Questionário de pesquisa de campo, 07 e 08/05/2005

Quando questionados quanto ao motivo que os teria levado para Roraima, 58,33% responderam que foram em busca de terra. Os outros 41,66% foram em busca de trabalho. Dentre esses últimos, 8,34% afirmaram estar seguindo familiares. Apesar de que mais de 58% dos entrevistados terem afirmado que foram em busca de terras, 91,66% responderam que estavam vivendo atualmente na cidade. Dentre esses, 41,66% já teriam vivido no campo e agora viveriam na cidade. Apenas 8,34% dos migrantes luteranos permaneceriam vivendo no campo. Interessante é notar também que 50% dos entrevistados afirmaram já terem vivido em cidades nos seus Estados de origem⁵.

⁴ Cf. Questionário de pesquisa de campo, 07 e 08/05/2005. O questionário foi aplicado com doze famílias.

⁵ Cf. Questionário de campo, 07 e 08/05/2005.

O controle de transferência dos membros da Comunidade de Boa Vista atesta a procedência dos migrantes. Foram encontradas sete transferências para a comunidade, sendo que uma é de Santa Catarina (Criciúma) e seis do Rio Grande do Sul (duas de São Leopoldo, uma de Ijuí, uma de Estrela, uma de Lajeado e uma de Panambi). Existem também sete transferências da Comunidade para outras paróquias. Quatro são para o Rio Grande do Sul (Erval Seco, Tenente Portela, Canoas, Ijuí), uma para Jarú em Rondônia, uma para Alto Garças no Mato Grosso e uma para Palmitos em Santa Catarina⁶. Essas transferências demonstram que a comunidade é muito volátil. Para o mesmo número de pessoas que chega existe o mesmo tanto que sai.

Esses números permitem fazer um diagnóstico da paróquia luterana em Roraima. Em primeiro lugar, eles vêm ao encontro da alta taxa de urbanidade de Roraima, conforme expressado acima. Roraima sofre o mesmo processo de êxodo rural desencadeado pela industrialização e os luteranos não estão fora dele. Em segundo lugar, mais da metade dos migrantes foram para Roraima com o intuito de serem agricultores. Metade já teria passado por alguma experiência migratória, o que indica que eles foram expulsos pelo processo de mecanização do Sul do país, não suportaram a concorrência no Centro Oeste (MS e MT) e decidiram ir mais adiante. Por outro lado, também, não pode ser menosprezado que metade dos migrantes já teriam saído de seu Estado de origem atraídos pela possibilidade de um trabalho assalariado na cidade. Em terceiro lugar, as dificuldades encontradas em Roraima fazem com muitos migrantes retornem para seus Estados de Origem ou migrem para outros lugares. Isso dificulta a auto-subsistência da paróquia e demanda muitos recursos por parte do Sínodo e da igreja. Ou seja, a paróquia sobrevive basicamente de projetos e parcerias.

O atendimento pastoral e a criação da comunidade

Igreja Luterana de Boa Vista



⁶ Cf. Arq. da Com. de Boa Vista.

Como foi visto acima, Boa Vista é uma comunidade com funções paroquiais. Sua origem está vinculada à migração de luteranos para Roraima que, como pode ser visto acima, chegaram a partir da primeira metade da década de 1970. Um entrevistado afirmou ter chegado em 1974⁷.

Entre os primeiros migrantes, encontram-se as famílias Breunig, Strücker, Ellwanger, Lampert, Ruwer, Kommers, Drews, Kreutz, Prochnow, Wotrich, Israel e Kommers. Essas famílias participaram da reunião de fundação da comunidade realizada no dia 13 de abril de 1980, na casa do Sr. Balduino Wotrich, que foi também eleito o primeiro presidente. Martinho Paulo Israel ficou como vice-presidente; como secretário e 2º secretário foram eleitos Nestor Erico Ellwanger e Nestor Breunig, respectivamente; para tesoureiro e 2º tesoureiro Lotário Prochnow e Helmuth Kommers. O pastor que esteve acompanhando a reunião de fundação foi Erno Dieter⁸. Dieter foi o pastor que assumiu durante o ano de 1979 os trabalhos na então paróquia de Pimenta Bueno em Rondônia, por ocasião da saída do pastor Geraldo Schach⁹. Ele teria ido para Roraima com o objetivo de atender espiritualmente os migrantes e tentar organizar uma comunidade para que eles pudessem pedir um obreiro para a igreja.

Mas antes disso, outros pastores passaram pela região em busca dos luteranos. Depois da migração das primeiras famílias luteranas para Roraima em meados da década de 1970, os pastores das comunidades de origem deles entraram em contato com Arteno Spellmeier, que tinha sido escolhido em 1974 para ser o coordenador do então recém criado Departamento de Migração, e lhe colocaram a par de que existiam família luteranas em Roraima. Com o objetivo de acompanhar esses migrantes, Spellmeier delegou, em 1976, ao pastor João Artur Müller da Silva a incumbência de visitar a região e fazer contato com esses luteranos. Silva era, na época, o pastor mais ao Norte. Ele acabava de chegar em Rondônia, na recém criada paróquia de Cacoal que abarcava todas as comunidades e pontos de pregação que estivessem ao norte dessa cidade¹⁰.

Depois dessa visita de Silva, em vista da enorme distância e do longo período de afastamento da sede da paróquia de Cacoal, ficou estabelecido informalmente que Spellmeier também acompanharia os luteranos em Roraima por ocasião de suas viagens pelas Novas Áreas de Colonização. Silva continuaria visitando esporadicamente os pontos de pregação em Roraima. Nesse sentido, Spellmeier

⁷ Cf. Questionário de campo, 07 e 08/05/2005.

⁸ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 13/04/1980 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 1.

⁹ Cf. Rogério Sávio LINK, *Luteranos em Rondônia*, p. 134.

¹⁰ Cf. Rogério Sávio LINK, *Luteranos em Rondônia*, p. 82s.

escreveu em quatro de maio de 1978 desde Cuiabá ao pastor Silva dizendo que ele deveria, quando ele for atender as comunidades mais ao norte, chegar também até Roraima, mais especificamente Boa Vista e Taiano. Ele diz que em Taiano deve dar atenção especial à integração do grupo, pois ele avalia que existiriam “sintomas de desagregação”¹¹. Joca visitou Taiano nesse mesmo ano¹².

Essa situação perduraria até 1979, quando Roraima teria um atendimento mais regular. Nesse ano, foi criada a paróquia de Ariquemes, cujo primeiro pastor foi Walter Werner Paul Sass que deveria atender todo o então chamado Extremo Norte: Ariquemes, Ouro Preto, Porto Velho, Acre, Manaus e Roraima¹³. Sass acompanharia regularmente os diferentes pontos de pregação de Roraima até a vinda do primeiro pastor.

Como as atividades demandavam mais tempo, em 1983, Sass foi liberado das atividades nos arredores de Ariquemes para atuar mais exclusivamente no assim chamado “Extremo Norte”. É o que se pode ler numa carta datada do dia 30 junho de 1983, na qual Hans Alfred Trein, então coordenador das Novas Áreas de Colonização, pedia ao Conselho Diretor da IECLB pela criação de um pastorado em Roraima e Manaus. Diz ele:

Em 26 de outubro de 1982, foi encaminhada à secretaria geral uma carta com considerações sobre um projeto ‘Extremo Norte’. Na época sentiu-se a necessidade de fazer da extensão Acre-Roraima uma unidade de trabalho desvinculada de Ariquemes/RO. A partir de janeiro de 83 o P. Walter Sass passou a se dedicar integralmente ao trabalho nessa região, enquanto o P. Friedel Fischer, com os outros integrantes da equipe – Irmãs Gerda Nied e Alda Sprandel, Sigmar Heumann e estagiários – Ficaram ligados diretamente ao trabalho em Ariquemes e arredores.¹⁴

Com o objetivo de pressionar a direção da igreja para que mantivesse um trabalho pastoral regular em Roraima e Manaus, Sass escreveu uma carta no dia três de maio de 1983 ao Conselho Diretor em Porto Alegre usando a justificativa de que a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) já

¹¹ Cf. Carta de Arteno Spellmaier (Cuiabá) a João Artur Müller da Silva (Cacoal), 04/05/1978 (Arq. da Com. de Cacoal).

¹² Cf. Carta de João Artur Müller da Silva (Cacoal) a Arteno Spellmeier (Porto Alegre), 15/05/1978 (Arq. da Com. de Cacoal).

¹³ Cf. Rogério Sávio LINK, *Luteranos em Rondônia*, p. 84.

¹⁴ Carta de Hans Alfred Trein (Cuiabá) ao Conselho Diretor da IECLB (Porto Alegre), 30/06/1983 (Arq. da Com. de Ariquemes).

teria um pastor na região e de que muitos membros já estariam mudando de igreja¹⁵. A IECLB, por sua vez, achou viável e importante o projeto “Extremo Norte” e se comprometeu em conseguir verbas para sustentar o projeto¹⁶.

Na segunda reunião do presbitério da comunidade de Boa Vista, em 23 de outubro de 1983, estiveram presentes o pastor Trein e o pastor Sass. Nessa reunião, foi eleita a nova diretoria, sendo que Nestor Breunig seria o novo presidente. Também foi comunicado à comunidade que o pastor Sass assumiria todo o trabalho no norte¹⁷. Já por ocasião da terceira reunião do presbitério, em 11 de julho de 1984, o pastor Guilherme Lieven estava presente¹⁸. Ele foi o primeiro pastor a atuar regularmente em Roraima e Manaus. Seu tempo de trabalho foi de 15 de março de 1984 até 30 de setembro de 1987¹⁹. Sass foi liberado para o trabalho missionário com povos indígenas no Acre.

Em 10 de novembro de 1985, Lieven relatava seis comunidades ou pontos de pregação onde fazia atendimento: Alto Alegre, Caroebe, Manaus, Tapequem, Boa Vista e Monte Cristo. Ao que parece, o ponto de pregação em Taiano teria deixado de existir nessa época. Lieve destaca Caroebe como o ponto no qual existiriam membros de outras etnias e culturas que faziam parte da comunidade²⁰. Trein lembra que, em Caroebe, mais de 20 famílias teriam passado da Assembléia de Deus para a IECLB, pois o pastor teria fugido com todo o dinheiro da igreja²¹.

Um marco para a comunidade de Boa Vista foi a construção, em 1985, do que eles chamavam de *malocão*, um barracão aberto, redondo e coberto com folhas de buriti, no qual poderiam se reunir para celebrar cultos, festejar e fazer reuniões²². Em Roraima, também existia uma equipe de trabalho. Ao lado do pastor, atuavam um técnico agrícola e uma enfermeira²³.

Malocão

¹⁵ Cf. Carta de Walter Sass (Ariquemes) ao Conselho Diretor da IECLB (Porto Alegre), 03/05/1983 (Arq. da par. de Ariquemes).

¹⁶ Cf. Carta da Secretaria Geral da IECLB (Porto Alegre) à Paróquia de Ariquemes (Ariquemes), 05/04/1983 (Arq. da par. de Ariquemes).

¹⁷ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 23/10/1983 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 2.

¹⁸ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 11/07/1984 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 3.

¹⁹ Cf. Sistema de Banco de Dados da IECLB.

²⁰ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 10/11/1985 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 14 s.

²¹ Cf. Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, 24/09/2003.

²² Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 10/03/1985 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 8s.

²³ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 20/02/1985 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 7. Isso será desenvolvido no ponto seguinte.



Lieven atuaria em Roraima e Manaus até o início de 1987, quando seria designado um pastor para Manaus. Isso parece ter ocorrido sem o conhecimento de Lieven, pois, em 12 de março de 1987, ele escreveu, desde Boa Vista, à Secretaria de Missão da IECLB dizendo que estava feliz em saber que a comunidade de Manaus agora tinha um pastor, mas que não gostou de ser o último a saber, pois ele deveria ser consultado e estar a par do assunto uma vez que ele era o responsável pelo trabalho nessa região. Ele disse que a IECLB não considerou os dois anos de sua atuação²⁴. Isso parece ter contribuído para a saída do Lieven da paróquia em setembro de 1987.

O pastor designado para Manaus foi Miguel Frederico Fontes. Infelizmente, a atuação de Fontes seria curta. Por divergências teológicas e conflitos com o pastor distrital Rosemar Ahlert, na reunião do presbitério, datada do dia dezesseis de maio de 1988, Fontes formalizou seu desligamento da comunidade²⁵. Mas antes disso, por ocasião da saída do pastor Guilherme, o pastor Fontes e o pastor distrital Ahlert ficaram responsáveis por atender os trabalhos em Roraima até a vinda de um outro pastor²⁶. O pastor Paulo Gilberto Böhn, com uma linha teológica afinada com Fontes, foi designado para Roraima. Ele pertencia ao Movimento Encontrão que buscava um reavivamento espiritual, semelhante ao dos EUA. A primeira reunião na qual Böhn participou foi no primeiro dia do mês de março de 1988²⁷. Böhn atuaria do dia três de fevereiro de 1988 até 31 de julho de 1990²⁸.

²⁴ Cf. Guilherme Lieven (Boa Vista) à Secretaria de Missão da IECLB (Porto Alegre), 12/03/1987 (Arq. da Com. de Boa Vista).

²⁵ Cf. Livro ata da comunidade de Manaus, 16/05/1988 (Arq. da Com. de Manaus), p. 16. Não será trabalhado este conflito neste trabalho.

²⁶ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 04/08/1987 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 40.

²⁷ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 01/03/1988 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 48.

O pastor Böhn teve uma prática de trazer evangelistas para fazer pregação nas comunidades. Essas pregações criaram atritos, pois defendiam propostas teológicas e práticas diferentes daquelas às quais o Distrito Eclesiástico e a comunidade conhecia ou aceitava. Além do mais, Böhn teria iniciado essa prática sem comunicar ou consultar seus superiores. Uma carta de Böhn em 24 de junho de 1988 para o pastor Rosemar Ahlert atesta isso. Na carta, Böhn pede desculpas por não ter comunicado antes a vinda do evangelista Sérgio Schaefer. Mas reafirmava: “A vinda do pastor Sérgio já foi aprovada pelo presbitério da Comunidade Evangélica de Boa Vista, pois julgaram ser importante ouvir outros pastores com estilos diferentes”²⁹.

Em agosto de 1988, o evangelista Schaefer visitou a comunidade, o que teria causado brigas e discussões. Uma segunda visita estava programada para setembro de 1990. O então presidente da comunidade Carlito Ruwer disse que cooperaria na preparação dos trabalhos, mas não participaria, porque a vinda do primeiro evangelista teria causado o afastamento de um membro e que havia a suspeita de que esse evangelista teria sido torturador durante o governo militar³⁰.

O referido membro seria o presidente da comunidade Nestor Erico Ellwanger. Ellwanger escreveu uma carta para o presbitério da comunidade de Boa Vista em 31 de agosto de 1988, desligando-se da comunidade e da IECLB. Na carta ele não diz os motivos, mas diz estar irado e sua permanência na igreja poderia contagiar outras pessoas³¹. Mas, no livro ata da comunidade, consta que o desligamento seria por causa das diferentes linhas teológicas presentes na igreja e por causa de que a IECLB não estaria tomando atitude quanto aos abusos teológicos cometidos³².

Quanto às acusações que caíam sobre Schaefer, na reunião do presbitério do dia 25 de maio de 1990, o pastor Böhn disse que eram infundadas e que Schaefer gozava de ótima reputação na IECLB³³. Mas os ânimos não foram amenizados. Foi realizada uma outra reunião, três dias depois da reunião acima, na qual Böhn comunicou que o evangelista não viria mais e que ele estaria deixando a

²⁸ Cf. Sistema de Banco de Dados da IECLB.

²⁹ Carta de Paulo Böhn (Boa Vista) a Rosemar Ahlert (Ariquemes), 24/06/1988 (Arq. da Com. de Boa Vista).

³⁰ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 25/05/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 70.

³¹ Cf. Carta de Nestor Erico Ellwanger (Boa Vista) ao Presbitério da Comunidade de Boa Vista, 31/08/1988 (Arq. da Com. de Boa Vista).

³² Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 07/09/1988 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 55.

³³ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 25/05/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 70.

comunidade no máximo até o final do ano³⁴. Alguns meses depois, o pastor Paulo Böhn pediu também desligamento da IECLB³⁵.

Relembrando os conflitos causados pelos pastores afinados com a linha teológica do Encontro, Trein diz:

O Paulo Böhn deixou um rastro de bagunça. Não conseguiu acompanhar a dimensão política do trabalho que tinha sido realizado antes, ao qual os membros de lá estavam já bastante habituados e participantes. E tanto ele quanto Hans Horstmann [pastor que teria atuado em Juína, MT], por sua postura em relação a Batismo, provocaram uma confusão muito grande na comunidade. Eles estavam se negando ou estavam dificultando, aí eu não sei bem o que foi, o batismo de crianças. E acabaram criando uma situação onde não puderam ficar. [...] Ele [Paulo Böhn] foi transferido pra lá justamente quando eu estava saindo da coordenação e o Rosemar Ahlert estava entrando como Pastor Distrital do DERN. Não tinha ninguém pra perguntar, aí a Direção da Igreja mandou o Paulo Böhn pra Roraima. Foi um desastre, pra falar com palavras brandas. E eram desastres previsíveis. Naquela vez, fiquei muito puto da cara com a Direção da Igreja, porque eles fizeram aquilo justamente naquele período intermediário entre uma saída da coordenação. A gente até poderia pensar que fizeram por gosto. Botar ali e não esperar pra coisa ser acompanhada. E deu no que deu.³⁶

Depois da saída de Böhn, o pastor Ralf Weissenstein assumiu o cago. Seu trabalho iniciou no dia primeiro de novembro de 1991 e permaneceu até 31 de dezembro de 1996³⁷. Weissenstein atendia, em 1996, as seguintes localidades: Boa Vista, Confiança (65 Km); Taiano (80 Km); Alto Alegre (85 Km) Pacaraima (200 Km); Caroebe (380 Km)³⁸.

Os projetos

O trabalho da igreja em Roraima não fora diferente das demais regiões de colonização na Amazônia. Além de acompanhar pastoralmente os luteranos, a IECLB teve uma proposta de ajudar no desenvolvimento e na melhoria de vida dos colonos em geral. Nesse sentido, foram elaborados projetos

³⁴ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 28/05/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 71.

³⁵ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 06/07/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 72. Ao que parece, essa decisão não durou muito, pois Böhn voltaria a atuar como pastor da IECLB no Rio Grande do Sul até que, em 2006, saiu definitivamente, fundando uma nova igreja e levando consigo parte dos membros e do patrimônio da comunidade.

³⁶ Hans Alfred TREIN, *Entrevista*, 24/09/2003.

³⁷ Cf. Sistema de Banco de Dados da IECLB.

³⁸ Cf. Relatório da Comunidade de Boa Vista/RR, 23/07/1996.

nos moldes dos projetos UMA em Rondônia³⁹. A idéia era acompanhar os colonos também na área da saúde, com uma enfermeira, e na área da agricultura, com um técnico agrícola. O trabalho seria basicamente “fixar o homem daquela região à terra através de um trabalho cooperativo na área agricultura e da saúde”⁴⁰.

Nesse sentido, foi montada uma comissão para elaborar o projeto o qual foi enviado para Pão para o Mundo. Em português, o projeto foi conhecido como “Projeto de Missão Social da Comunidade de Boa Vista” ou “O Projeto de Ação Social — às vezes aparece Comunitária — da comunidade de Boa Vista”. Em Genebra, o nome foi alterado para torná-lo mais interessante para os mantenedores. Passou a chamar-se *Integrated Development Program for New Settlement Area Roraima, Brazil*⁴¹.

Aos seis dias do mês de setembro de 1986, Guilherme Lieven comunicou ao presbitério que o projeto teria sido aprovado⁴². Em 25 de novembro de 1986, Lieven recebeu confirmação oficial através de uma carta de Carl Hofmeister na qual comunicava a aprovação do projeto por Pão para o Mundo e a liberação de 60.000 dólares⁴³.

Outra forma de conseguir recursos foi uma parceria que a comunidade de Boa Vista manteve com o Distrito Eclesiástico de Ronnemberg na Alemanha⁴⁴. *Partnerschaft*⁴⁵, como ficou conhecido, era o nome dado a esse intercâmbio de convivência que buscava trocar experiências. Era uma organização que auxiliava o trabalho pastoral e o trabalho dos técnicos. Eles doaram dinheiro e equipamentos⁴⁶. Uma delegação dessa instituição esteve acompanhando o trabalho entre os dias 10 a 23 de outubro de 1986. Eles também pagaram para que seis pessoas da comunidade fossem para a Alemanha em 1987⁴⁷. Essa parceria perdura até hoje.

Com a finalidade de começar os trabalhos, a comissão do projeto reuniu-se no dia sete de dezembro de 1986 e decidiu que o projeto começaria por Caroebe, ao Sudeste de Boa Vista. Somente depois se estenderia para outras regiões do Estado, como Confiança, por exemplo. Os técnicos também

³⁹ Para saber mais sobre os projetos UMA, consulte Rogério Sávio LINK, *Luteranos em Rondônia*, p. 123ss.

⁴⁰ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 20/03/1988 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 50.

⁴¹ Programa de Desenvolvimento Integrado para Nova Área de Assentamento em Roraima, Brasil.

⁴² Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 06/09/1986 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 25.

⁴³ Cf. Carta de Carl E. C. Hofmeister (Porto Alegre) a Guilherme Lieven (Boa Vista), 25/11/1986 (Arq. da Com. de Boa Vista).

⁴⁴ *Kirchen Kreiss Hammesburg*.

⁴⁵ *Parceria*.

⁴⁶ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 15/02/1987 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 32.

⁴⁷ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 04/11/1986 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 28s.

deveriam morar em Caroebe⁴⁸. Flávia Koch foi enfermeira do projeto⁴⁹ e Renato Lang o técnico agrícola⁵⁰. Os técnicos foram registrados como funcionários da comunidade no dia quatro de dezembro de 1986⁵¹.

Os documentos deixam transparecer conflitos de relacionamento entre os técnicos. Em 19 de outubro de 1988, a enfermeira Koch entregou à comissão do projeto uma carta de demissão. Consta na ata desse dia que ela alegava não ter trabalho em equipe. Segundo ela, o relacionamento e o diálogo entre a equipe era muito escasso, inclusive com o pastor⁵². Na reunião seguinte ela reconsiderou e decidiu ficar, porque a comunidade de Caroebe teria lhe pedido que ficasse⁵³.

O técnico Lang também teve problemas. Diz-se que o trabalho foi fraco, que ele fez política partidária e que não havia bom relacionamento com o conselho. Ele não queria se submeter ao conselho. Por isso, decidiu-se demiti-lo⁵⁴. Parece que, realmente, o engajamento partidário seria a causa principal. Nesse sentido, é sintomático que foram rasgadas três folhas do livro ata da comunidade, justamente nas quais estava registrada a ata que tratava do assunto. Consta em registro que alguém invadiu a casa da secretária Marlene Israel e rasgou as páginas. Pode ser lido na declaração da invasão que o motivo seria desconhecido⁵⁵. A ata foi reconstituída no dia quatro de dezembro de 1989. Nessa reconstituição, consta o envolvimento político do técnico agrícola Renato Lang. Ele teria usado bandeiras e adesivos na janela de sua casa e o presbitério questionou isso. Ele, por sua vez, teria dito que “em sua casa ninguém teria nada que ver”⁵⁶. Como justificativa para demitir o técnico, o conselho aproveitou o término do projeto que estava sendo fechado em três de dezembro de 1989. Assim, em

⁴⁸ Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 07/12/1986 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 2.

⁴⁹ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 29/03/1986 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 19.

⁵⁰ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 13/08/1987 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 41.

⁵¹ Cf. Carta de Guilherme Lieven (Boa Vista) ao Departamento de Projetos da IECLB (Porto Alegre), 11/12/1986 (Arq. da Com. de Boa Vista).

⁵² Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 19/10/1988 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 16.

⁵³ Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 11/01/1989 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 16.

⁵⁴ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 04/12/1989 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 67.

⁵⁵ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 03/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 65.

⁵⁶ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 04/12/1989 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 66.

cinco de dezembro de 1989, o presidente da comunidade Carlito Ruwer escreveu ao técnico agrícola Renato Lang comunicando a rescisão de seu contrato, em vistas do término do projeto⁵⁷.

No dia 26 de março de 1990, a comissão encerrou definitivamente os trabalhos e acertou as contas com os funcionários. Na ata, consta que o projeto praticamente não tinha mais dinheiro e o que tinha iria para a comunidade com o objetivo de pagar dívidas do projeto com a comunidade⁵⁸. A enfermeira Flávia Koch desligou-se do projeto em 31 de março de 1990⁵⁹.

Como o projeto estava sendo encerrado, durante o ano de 1989, o conselho estava procurando financiamento para dar continuidade ao trabalho. Organizou-se um novo projeto que seria encaminhado somente em março de 1990⁶⁰. O projeto chamou-se em inglês *Social Action for the Boa Vista Settlement*⁶¹. Flávia Koch continuou trabalhando com enfermeira neste novo projeto. Como técnico agrícola, foi contratado Edgar Carlos Niederberger⁶². O conselho foi reativado em 14 de dezembro de 1991, já com a presença do pastor Ralf Weissenstein⁶³.

Em 25 de abril de 1992, o novo projeto estava em crise. O conselho discutiu um relatório feito pelo consultor alemão de Pão para o Mundo que esteve visitando o projeto. O relatório é negativo quanto ao projeto e recomenda uma avaliação, pois segundo ele, não poderia continuar da forma como estava. Não havia uma definição clara das atividades que o projeto deveria desenvolver. Na verdade, o projeto estaria parado. O conselho concordou com o relatório, mas achou que todos — os técnicos, comunidade, secretaria geral da IECLB, entidades mantenedoras — deveriam assumir a culpa. A comissão decidiu deixar os técnicos trabalhando em “banho-maria”, até que se tivesse uma definição final⁶⁴. Essa foi a última ata da comissão. Na reunião do presbitério da comunidade do dia nove de julho de 1992, a diretoria da comunidade decidiu encerrar definitivamente o projeto, pois não havia

⁵⁷ Cf. Carta de Carlito Ruwer (Boa Vista) a Renato Lang (Boa Vista), 05/12/1989 (Arq. da Com. de Boa Vista).

⁵⁸ Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 26/03/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 20.

⁵⁹ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 19/04/1990 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 69.

⁶⁰ Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 15/08/1989 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 19.

⁶¹ Ação Social para os Assentamentos de Boa Vista.

⁶² Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 10/05/1991 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 78.

⁶³ Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 14/12/1991 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 21.

⁶⁴ Cf. Ata da Comissão do Projeto de Ação Social da Comunidade de Boa Vista, 25/04/1992 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 25.

esperança de que se poderia dar continuidade, nem por parte da comunidade e da igreja, nem por parte dos mantenedores⁶⁵.

Os relatórios finais dos projetos foram encaminhados ao Departamento de Projetos da IECLB em 20 de julho de 1993⁶⁶. Em três de setembro de 1992, o pastor Ralf Weissenstein escreveu ao Departamento de Projetos da IECLB comunicando que os técnicos Flávia Koch e Edgar Niederberger já haviam recebido o pagamento final⁶⁷.

Em 22 de setembro de 1994, o presidente da comunidade Nestor Breunig escreve ao Departamento de Projetos da IECLB dando uma justificativa sobre o baixo aproveitamento dos projetos. Diz ele: “A verdade é que quase ninguém se interessava pelos projetos e muito menos se identificava com os objetivos deles. Conseqüentemente houve pouca vontade e determinação para assumir responsabilidades”⁶⁸.

Entretanto, durante os anos em que estiveram funcionando, os projetos ajudaram a estruturar e fundar alguns sindicatos e associações. Entre aquelas organizações que os projetos auxiliaram estão a Associação Comunitária Unidos Venceremos (ACOMUV) localizada em Caroebe, a Associação dos Pequenos Produtores do Sul de Roraima (APPROSUR), a Associação de Cooperação Agrícola (ACA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁶⁹.

⁶⁵ Cf. Livro ata da comunidade de Boa Vista, 09/07/1992 (Arq. da Com. de Boa Vista), p. 83.

⁶⁶ Cf. Carta de Carl E. C. Hofmeister (Porto Alegre) a Nestor Breunig (Boa Vista), 19/10/1994 (Arq. da Com. de Boa Vista).

⁶⁷ Cf. Carta de Ralf Weissenstein (Boa Vista) ao Departamento de Projetos da IECLB (Porto Alegre), 03/09/1992 (Arq. da Com. de Boa Vista).

⁶⁸ Carta de Nestor Breunig (Boa Vista) ao Departamento de Projetos da IECLB (Porto Alegre), 22/09/1994 (Arq. da Com. de Boa Vista).

⁶⁹ Cf. Relatório de atividades do projeto CDS 1241 (Arq. da Com. de Boa Vista).

TERRITORIALIDADE, ETNICIDADE E FRONTEIRAS ÉTNICAS NA FORMAÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL

Sílvia Marcus de Souza Corrêa*

Introdução

A referência ao ensaio de Frederick Jackson Turner (1861-1932) é incontornável quando o assunto é fronteira.¹ Ao apontá-la como elemento estruturante da democracia americana, Turner consagrou a relação intrínseca entre a fronteira aberta e a americanização. A partir dele, o mito da fronteira se tornou um paradigma a estudos comparativos entre as Américas. No Brasil, alguns ensaios dos meados do século XX, como *Bandeirantes e Pioneiros* (1955), de Vianna Moog, e *Caminhos e Fronteiras* (1957), de Sérgio Buarque de Holanda, trataram da peculiaridade da expansão rumo ao oeste brasileiro, em comparação com a experiência norte-americana.² No Rio Grande do Sul, a historiografia regional contou com uma outra interpretação sobre a fronteira, cujo ideólogo foi Moysés Vellinho.

Para esse trabalho sobre a relação entre territorialidade e etnicidade em espaço de fronteira do Brasil meridional, faz-se necessário uma introdução sobre alguns pontos de convergência e divergência entre os conceitos de fronteira de Frederick J. Turner, Sérgio Buarque de Holanda e de Moysés Vellinho. A partir deles, mostrar-se-á como a fronteira do Brasil meridional não se deixa enquadrar por certas categorias importadas ou ideologicamente fabricadas. Por último, tratar-se-á da mobilidade das fronteiras étnicas que, tanto em termos espaciais quanto temporais, difere daquela fronteira móvel do Rio Grande do Sul. Apesar da coexistência dessas fronteiras, deve-se atentar para a arritmia de ambas, pois as dinâmicas respectivas a essas fronteiras lhes imputam certa autonomia.

* Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

¹ TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. New York: Dover, 1996.

² Apesar de *Caminhos e Fronteiras* vir a lume apenas em 1957, pela Editora de José Olympo no Rio de Janeiro, a influência turneriana já se encontra no artigo homólogo de 1939, publicado na Revista do Brasil, Rio de Janeiro, n.9, p.14-20. Uma série de ensaios de Sérgio Buarque de Holanda, publicados em revistas nas décadas de 40 e 50, também acusam a influência de Turner para tratar a expansão da fronteira no Brasil.

1. A fronteira enquanto espaço de miscigenação

Em sua *Frontier Thesis*, Turner interpretou o pioneiro enquanto variável dependente da fronteira.³ A fronteira aberta foi uma “válvula de escape” (*Safety Valve*) para os conflitos sociais do Leste.⁴ Assim, a democracia se consolidava ao manter suas fronteiras em expansão. Turner enfatizou a situação histórica (da fronteira aberta) enquanto matriz do regime político dos EUA, distanciando-se, assim, da explicação genética que deitava as raízes da democracia americana no continente europeu. Para o historiador norte-americano, o caráter regenerativo da fronteira se combinava com a supremacia do pioneiro que se adaptava ao novo meio sem se corromper. Nesse sentido, os casos de mestiçagem entre adventícios e nativos eram ocasionais nas possessões anglo-saxônicas.⁵

Aspecto importante para a expansão da fronteira foi a superioridade tecnológica dos pioneiros, que favoreceu o ritmo intenso da conquista do Oeste entre 1820 e 1890.⁶ Além disso, essa conquista, mesmo que tardia, não foi obliterada por rivalidades extra-americanas.

Para o caso brasileiro, a fronteira desempenhou papel semelhante àquela dos EUA. Mas, ao traduzir a lógica da fronteira para o caso brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda colocou um bemol na explicação situacionista.⁷ Como o legado ibérico era crucial à compreensão da modernização brasileira, a fronteira não se configura como ruptura radical entre a herança ibérica e o devir americano.⁸ Mas, tal como nos EUA, a fronteira formaria uma “nova mentalidade”. Para Sérgio B. de Holanda, trata-se de uma relação dialética entre iberismo e americanização, entre tradição e modernidade.

³ AVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. Porto Alegre, 2006. Dissertação de mestrado, IFCH/UFRGS.

⁴ *Ibidem*, p.259.

⁵ Sérgio Buarque de Holanda *apud* WEGNER, Robert. A Conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p.121-122.

⁶ Sobre a superioridade tecnológica dos pioneiros e sua relação com a conquista do Oeste, ver Wegner, R. *op. cit.* p.137-141.

⁷ A tese da fronteira turneriana foi retomada por vários outros historiadores norte-americanos. Críticas foram, igualmente, emergindo na nova historiografia americana. Devo ao Arthur Ávila a seguinte bibliografia sobre o assunto: BILLINGTON, Ray Allen. *The Genesis of the Frontier Thesis: a study in historical creativity*. San Marino: Huntington, 1970; BILLINGTON, R. A. *Frederick Jackson Turner: historian, scholar, teacher*. New York: University of Oxford Press, 1973; CARPENTER, Ronald H. *The Eloquence of Frederick Jackson Turner*. San Marino: Huntington, 1983; SLOTKIN, Richard. *The Fatal Environment: the Myth of the Frontier in the Age of Industrialization*. Norman: University of Oklahoma Press, 1985; SLOTKIN, R. *The Gunfighter Nation: the Myth of the Frontier in Twentieth-Century America*. Norman: University of Oklahoma Press, 1992; TRACHTENBERG, Alan. *The Incorporation of America: culture and society in the Gilded Age*. New York: Hill and Wang, 1982; WROBEL, David M. *The End of American Exceptionalism: frontier anxiety from the Old West to the New Deal*. Lawrence: University of Kansas, 1993.

⁸ Para a relação entre herança ibérica e modernização brasileira, ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1978 [1936].

Através da “atenuação plausível” e da “plasticidade” da experiência portuguesa no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda propôs uma configuração histórica particular, na qual o processo adaptativo foi positivamente radical. O mesmo historiador ressalta a carência de “orgulho racial” dos portugueses, que facilitaria a sua africanização e o seu abasileiramento nas respectivas costas do Atlântico Sul.⁹

“[...] a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical, não constitui, na América portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua.”¹⁰

No caso brasileiro, a marcha para o Oeste acabou sendo condicionada por fatores ausentes na história dos EUA. Entre esses fatores, destacam-se os seguintes: a) fronteira parcialmente fechada; b) precoce, mas letárgico processo de interiorização; c) adventícios detentores de baixa tecnologia para se impor ao meio tropical e aos grupos selvagens; d) mestiçagem física e cultural como norma.

No início da colonização, a fronteira foi controlada pela metrópole para não despovoar o litoral da América portuguesa. Mal controlada, a fronteira foi paulatinamente sendo definida num processo letárgico, sem a intensidade e o impacto político da conquista do oeste norte-americano. A baixa tecnologia dos adventícios para domesticar a natureza tropical e subordinar suas gentes também contribuiu para uma fronteira que mais unia do que separava os adventícios dos nativos.

Ao acentuar a “plasticidade” dos portugueses nos trópicos e a sua carência de “orgulho racial”, Sérgio B. de Holanda estava afinado ao diapasão de um outro intérprete do Brasil dos anos 30. Para Gilberto Freyre,

“... o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. [...] Outros europeus, estes brancos puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial

⁹ *Ibidem*, p.34-35.

¹⁰ *Ibidem*, p.36.

sucumbiram ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores [...] O português, não; por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com mulher de cor...”¹¹

Em relação à tese de F. J. Turner, Gilberto Freyre ponderou que “o colonizador inglês dos Estados Unidos levou sobre o português do Brasil decidida vantagem, ali encontrando condições de vida física e fontes de nutrição semelhantes às da mãe-pátria.”¹² Em resenha ao livro de Vianna Moog, o escritor de Apipucos enfatizou uma “América portuguesa que se contrapõe à Espanhola e à Inglesa por um conjunto inconfundível de particularidades. Inclusive pelos seus processos de expansão no Continente, que se distinguem tanto dos métodos dos conquistadores espanhóis como dos que tornaram célebres os pioneiros anglo-americanos.”¹³

Uma outra interpretação da fronteira foi a de Moysés Vellinho.¹⁴ Diferentemente de F.J. Turner e S.B.de Holanda, ele se debruçou sobre a expansão vertical da fronteira (do sul) e não horizontal (do oeste).¹⁵ A fronteira sulina, segundo o ideólogo gaúcho, foi cunhada pelo deslocamento de uma rivalidade extra-americana. A disputa pela estremadura entre as coroas ibéricas foi constante e sua força simétrica, em termos beligerantes, fez da fronteira um intermitente teatro de guerra. A fronteira forjou, assim, uma precoce consciência política entre os sul-brasileiros. Se Turner havia enfatizado o caráter regenerativo da fronteira, Vellinho insistiu numa interpretação genética da virtude lusitana

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 35ª ed. 1999 (1933) p.13.

¹² *Ibidem*, p.15.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Livro que faz pensar*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1955.

¹⁴ Devo a Silmei S. Petiz a informação de que Ieda Gutfreind associa os estudos ‘mais antigos’ relativos à fronteira do Rio Grande do Sul com o paradigma turneriano. Segunda Gutfreind, a idéia de frente de ocupação, de renovação da democracia, atraiu muitos historiadores da matriz lusitana da historiografia regional que viram no conceito de fronteira de Turner o pressuposto teórico capaz de abarcar a amplitude da nossa história. O mito da fronteira, do gaúcho e da democracia das estâncias teve, pois, em Turner um de seus principais teóricos. GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992, p.84.

¹⁵ Cabe salientar que o mito da fronteira sulina, de Moysés Vellinho, parece ter sido elaborado à revelia do paradigma turneriano ou da copiosa produção historiográfica de Sérgio B. de Holanda. Tanto em *Capitania d’El-Rei* quanto em *Fronteiras*, F. J. Turner não figura na lista onomástica. Ao autor de *Raízes do Brasil* há apenas uma referência.

que teria sido herdada pelos fronteiriços.¹⁶ Com tom ufanista, Vellinho afirmou que o sul-rio-grandense seria o brasileiro mais nacionalista, e o Rio Grande do Sul o mais brasileiro dos estados federados.

Para Vellinho, a fronteira apresentava o perigo da corrupção física e cultural e seu antídoto foi a imigração de casais insulares. Segundo Ieda Gutfreind, o discurso historiográfico sul-rio-grandense já com Aurélio Porto e Borges Fortes sugere uma versão familiar e lusitana para o povoamento do Rio Grande do Sul.¹⁷ Essa matriz lusitana foi retomada por Souza Docca e Othelo Rosa, tendo em Moysés Vellinho o seu aprimoramento literário.¹⁸

Na visão de Vellinho, o açoriano continha os atributos do pioneiro turneriano. Como o historiador norte-americano, ele afirmou que, na fronteira, a miscigenação entre adventícios e nativos foi esporádica.¹⁹ Desse modo, predominou na composição demográfica do Rio Grande do Sul a cepa portuguesa de várias procedências (reinóis, insulares, vicentinos, lagunenses ...).²⁰ A distinção entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino demonstra, igualmente, o esforço desse historiador diletante em fazer da fronteira uma linha divisória entre dois mundos: o hispano-americano e o luso-brasileiro.

Conforme Vellinho, o gaúcho rio-grandense difere física e culturalmente do seu homólogo platino. O gaúcho platino seria supinamente mestiço, descendente de varões espanhóis e mulheres nativas.²¹ Além disso, seu caráter seria fortemente marcado pelo “vício étnico” da soberba hispânica.²² Assim, a fronteira aparece como um demarcador entre territórios e gentes distintas.

¹⁶ Conforme a observação acurada de Arthur Ávila, Turner não ignorava os aspectos corruptíveis da fronteira como, por exemplo, os negócios ‘sujos’ e a falta de respeito às autoridades, mas ele acreditava que isso era insignificante diante da regeneração mais ampla oferecida pelas terras livres do Oeste. No caso da fronteira do Rio Grande do Sul, Guilhermino César atentou para o contrabando cujos protagonistas eram, entre outros, aqueles portugueses e luso-brasileiros a quem Vellinho atribuiu fina estampa. CESAR, Guilhermino. *O Contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS-EST, 1978.

¹⁷ Sobre o ciclo historiográfico lusitano, ver GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre, Editora da Universidade (UFRGS), 1992.

¹⁸ Idem, p.37.

¹⁹ Devo ao Arthur Ávila a informação precisa de que F.J. Turner, em *Significance of the Frontier in American History*, enfatizou uma miscigenação entre brancos que resultou num grupo americano não-inglês, mas anglófono. Nesse sentido, a miscigenação não é ignorada pelo historiador norte-americano. Ele apenas enfatiza a miscigenação entre brancos, predominante na fronteira norte-americana. Para Arthur Ávila é aqui que entra o caráter regenerativo da fronteira, pois os Europeus que foram impelidos a deixar o Velho Mundo se transformam na América em um grupo completamente novo e livre de qualquer pressão social anterior.

²⁰ Para o caso uruguaio, Alberto zum Felde também recusa a importância da mestiçagem com índios e atribui aos Espanhóis a ancestralidade direta dos nacionais da Banda Oriental do Uruguai. ZUM FELDE, A. *Proceso historico del Uruguay*. Montevideo: Arca, 4ªed.,1967.

²¹ GUTFREIND, Ieda, *op. cit.* p.118.

²² VELLINHO, Moysés. *Capitania d’El-Rei*. Aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. p.152-153.

Com a imigração europeia do século XIX, uma fronteira interna se delineou no Rio Grande do Sul. Para Vellinho, as colônias de imigrantes europeus representaram uma fronteira interna. Assim, Vellinho concordava com o libelo *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, de Gilberto Freyre, mas se apressava a divergir do prognóstico de Oliveira Vianna, para quem “os resultados emergentes, no ponto de vista da hibridação das culturas, como no ponto de vista da hibridação das raças, serão, pois, [no Rio Grande do Sul] incomparavelmente mais variados e complexos [do que em São Paulo].”²³

Segundo Vellinho, as componentes lusitanas como a língua, a religião, os valores e mesmo as características físicas predominaram no *melting pot* do Rio Grande do Sul. Mas Vellinho subestimou a permanência das fronteiras étnicas ao afirmar que a campanha da nacionalização havia dissolvido o perigo corruptor das fronteiras internas dessas áreas de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul.

Como se não bastasse o longo contacto litigioso com os povos vizinhos, vieram depois, em grossas levas sucessivas, as imigrações alemães e italianas, que foram enquistadas em áreas incultas e praticamente segregadas da comunidade castiça.²⁴

Na construção ideológica da fronteira sulina, o território nacional não abrigaria fronteiras étnicas. Próximo ao *approach* turneriano, Vellinho afirmou o predomínio do adventício sobre um território onde a miscigenação com o ameríndio teria sido ocasional.²⁵ Também correlacionou fronteira com uma determinada consciência política no Brasil meridional. Assim, Vellinho recalcou o sentido primordial da fronteira. De híbrida, ela acabou se tornando fator de homogeneização (= abrasileiramento) do Rio Grande do Sul. Além disso, Vellinho se alinhava a uma interpretação da formação sulina que considerava as estâncias na zona de fronteira um fator determinante da democracia pastoril. Para Alcides Lima, “o aparecimento das estâncias foi o primeiro passo da democracia rio-

²³ VIANNA, Oliveira *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.p.149.

²⁴ *Ibidem*, p.232.

²⁵ Sobre a revisão historiográfica da *New Western History* sobre a miscigenação durante a conquista do Oeste, devo ao Arthur Ávila as seguintes referências bibliográficas: FARAGHER, John Mack & HINE, Richard. *The American West: a new interpretive history*. New Haven: Yale University Press, 2000. KLEIN, Kerwin. *Frontiers of Historical Imagination: narrating the European conquest of Native America, 1890-1990*. Berkeley: University of California Press, 1996. WHITE, Richard. Frederick Jackson Turner and Buffalo Bill. In: GROSSMAN, James (org.). *The Frontier in American Culture*. Berkeley: University of California Press, 1994. Para a miscigenação na fronteira meridional entre as coroas ibéricas, ver CORREA, Sílvia M. de S. Fronteira ibero-americana e miscigenação. Revista Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v.27, n.2, 2001.p.79-102.

grandense.”²⁶ Também Oliveira Lima apontou para a estrutura fundiária da fronteira e para a sua divisão do trabalho como fatores da democracia sulina.²⁷ Na mesma corrente ideológica, Jorge Salis Goulart associou o latifúndio fronteiriço à democracia pastoril.²⁸ Escusado dizer que, atualmente, os estudos sobre capital social no Rio Grande do Sul têm demonstrado que na metade sul do estado, onde se consolidou a estrutura do latifúndio e houve escravidão, as experiências associativas e de cooperação foram insuficientes para encetar o desenvolvimento regional.²⁹

Apesar do predomínio da matriz lusitana na historiografia sul-rio-grandense, houve outras leituras dissonantes, não menos interessantes. Em *Gaúchos e Beduínos* (1948), Manoelito de Ornellas apontou à sua maneira para a fronteira como fator de americanização. Sem fazer referência direta à *Frontier Thesis*, o autor de *Gaúchos e Beduínos* endossou a afirmação de Oliveira Vianna de que o temperamento rural do campeiro sulino é “de pura formação americana, temperamento oriundo da ação combinada de várias particularidades, particularidades do nosso meio e da nossa história”.³⁰ Também retomou um apontamento de Alfredo Varela, de que o “pesado minhoto e o tosco açoriano se fizeram irreconhecíveis em poucos anos no belo centauro das fronteiras americanas” para desfazer o paradoxo através da miscigenação.³¹

Além da miscigenação na fronteira do Brasil meridional, Ornellas salientou a influência espanhola na formação do sul-brasileiro. Evidentemente, que suas teses sobre a miscigenação e a influência espanhola foram alvos da crítica de Moysés Vellinho.³² Como para F.J. Turner e S.B. de Holanda, Manoelito de Ornellas considerou a fronteira como fator de americanização. Longe do primeiro e próximo do segundo, demonstrou ainda que a fronteira sulina foi espaço de miscigenação com o ameríndio. Em harmonia com o pensamento de Gilberto Freyre e Sérgio B. de Holanda, Manoelito de Ornellas apontou para a Península Ibérica enquanto fronteira da Europa, onde a influência mourisca foi

²⁶ LIMA, Alcides M. *História Popular do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1882, p.11.

²⁷ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1952.

²⁸ GOULART, Jorge S. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1978.

²⁹ CORREA, Sílvia M. de S. (org) *Capital Social e Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

³⁰ ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e Beduínos*. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul Rio de Janeiro: José Olympo, 1948, p.10.

³¹ *Ibidem*, p.11.

³² GUTFREIND, Ieda. Historiografia sul-riograndense contemporânea e a tese da lusitanidade de Moysés Vellinho. Cadernos de Estudos. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, n.4, 1991. p.3.

expressiva e importada – tanto por castelhanos quanto por lusos – para a região da fronteira americana entre as coroas ibéricas.³³

Mas tanto a matriz lusitana quanto a platina da historiografia regional não deram a devida atenção aos grupos étnicos pré-existentes à colonização ibérica. Também pouca ênfase se deu à sua resistência frente à expansão hispano-platina e luso-brasileira que fez da fronteira entre os domínios coloniais de Espanha e Portugal - depois área limítrofe entre Argentina, Uruguai e Brasil - um espaço de extermínio dos grupos indígenas.

2. Territorialidades e fronteiras

A apropriação de territórios americanos por parte dos adventícios europeus implicou novos arranjos entre nativos e suas respectivas territorialidades. Ao forçar o deslocamento de grupos nativos, confiná-los em outros territórios ou reduzir seu espaço de mobilidade, a colonização européia alterou a relação entre territorialidade e etnicidade no Novo Mundo. No Rio Grande do Sul, o maior deslocamento ocorreu entre o grupo Guarani. Além da sua dinâmica migratória do período pré-colonial, o grupo Guarani foi obrigado a se deslocar em função das investidas de bandeirantes durante o século XVII. Os novos aldeamentos do grupo Guarani tiveram conseqüências para os grupos nômades. Sob as ordens dos missionários e/ou das forças militares de Portugal e Espanha, a reterritorialização dos indígenas implicou em novos conflitos interétnicos entre os grupos nativos e também destes com os grupos adventícios.

Novo deslocamento do grupo Guarani e ainda dispersão populacional ocorreram após a decisão unilateral de Espanha e Portugal em acordo firmado pelo tratado de Madri em 1750. Próxima à vila de Rio Pardo, a aldeia de São Nicolau foi povoada por sobreviventes da guerra guaranítica. Já os índios coroados lograram permanecer por mais tempo em seu território cuja densa floresta hidrófila aparecia economicamente pouca atrativa aos grupos adventícios. No século XIX, a colonização alemã no vale do rio dos Sinos foi marcada em sua fase pioneira por conflitos étnicos. Raptos e assassinatos de imigrantes alemães foram registrados. O incremento da imigração européia e a proliferação

³³ O ensaio de Manoelito de Ornellas foi elogiado por Gilberto Freyre em artigo no jornal *Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 30/10/1948) por apontar “a influência dos árabes e dos berberes sobre a Espanha e Portugal e, através da Espanha e Portugal, sobre o Brasil. Particularmente sobre o Rio Grande do Sul”.

de núcleos coloniais na segunda metade do século XIX acabaram por reduzir o território dos índios coroados, comprometendo ecologicamente seu equilíbrio demográfico.

As disputas ecológicas entre os grupos nativos e adventícios e os processos de resistência, assimilação e acomodação tiveram configurações distintas no tempo e no espaço. A belga Marie van Langendonck mencionou em seu livro, por exemplo, a convivência dos imigrantes europeus com indígenas “civilizados” na colônia mista de Santa Maria de Soledade, os ataques de “bugres selvagens” e também a presença de negros foragidos nas matas.³⁴ Após a Lei de Terras (1850), as áreas para colonização se confundem com as ‘áreas devolutas’. A colonização adentra as florestas deixando sem abrigo os últimos grupos nômades. A relação entre territorialidade e etnicidade foi completamente alterada com a política de imigração européia que garantiu o vínculo fundiário aos colonos em detrimento dos povos da floresta.³⁵

Todo grupo étnico tem seu pressuposto lugar de origem. Esses lugares têm espaços de fronteira e, por conseguinte, de disputa entre vários grupos. Por isso, a relação entre etnicidade e territorialidade implica uma abordagem etno-histórica, na qual as fronteiras étnicas assumem uma importância ímpar para o estudo das dinâmicas etno-culturais em espaços fronteiriços.

Quando uma coletividade reivindica um espaço é porque a ele se atribui sentido(s). Além do sentido econômico, o espaço reivindicado se reveste de sentido histórico, político e principalmente religioso. A dimensão simbólica de um espaço lhe imprime uma configuração territorial tão marcante quanto os seus limites físicos. A delimitação territorial de uma configuração espacial implica a sua particularização em relação aos territórios vizinhos e a sua condição relacional com os espaços vizinhos. A fronteira assume a dupla função de separar e aproximar territorialidades.

Para a fronteira em tela, os limites geográficos, estipulados em tratados entre Portugal e Espanha, variaram do final do século XV ao início do século XIX. Como observa Camargo, “foi sob a perspectiva geopolítica que os limites das possessões

³⁴ LANGENDONCK, M. *Une colonie au Brésil* (1862). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

³⁵ Em 4 de março de 1848, o presidente da província de São Pedro, Francisco José de Souza Soares de Andréa, fez um aditamento em sessão da assembléia provincial, no qual foram expostas as razões para a indispensável colonização das áreas ‘desabitadas’ da Província. Entre elas, foram mencionados os seguintes objetivos: para extinguir os tigres e obrigar os indígenas que habitam com eles as matas, a procurar as civilizações e, nos lugares desertos da fronteira, para sustar a projeção das populações platinas sobre o território brasileiro.

ultramarinhas portuguesas e espanholas tiveram suas primeiras definições.”³⁶ Desde o tratado de Alcáçovas (1479), a idéia de limites artificiais acusa uma lógica geopolítica, expressa na cartografia e nos tratados diplomáticos, que não corresponde aos limites dos territórios dos grupos étnicos do Novo Mundo, envolvidos pelo imperialismo ibérico. O Tratado de Tordesilhas (1494) foi outro exemplo de uma linha imaginária artificialmente desenhada sobre um continente quase totalmente desconhecido dos Europeus à época.

A partir do Tratado de Madri (1750) houve uma averiguação *in loco* para fins de demarcação dos limites.³⁷ Escusado dizer que nos meados do século XVIII havia um grande conhecimento geográfico e etnográfico da região em litígio, o que não impediu às coroas ibéricas redefinir a linha fronteira sobre uma região à revelia das fronteiras dos territórios de grupos nativos. Dos 26 artigos do Tratado de Madri, não há uma linha sobre os grupos Charrua e Minuano, o que oblitera qualquer territorialidade indígena. O Tratado de Madri acusa a total falta de reconhecimento da soberania dos grupos nativos que aparecem apenas subjacentes aos termos vassalo ou súdito de uma ou outra coroa ibérica. No artigo XVI, ao tratar da transferência dos missionários e dos índios aldeados, há uma referência geral aos demais grupos indígenas das áreas transferidas em comum acordo pelas coroas ibéricas.

Das povoações ou aldeias, que cede S. M. C. na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvoras e munições, que tiverem em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal com todas as suas casas, igrejas e edifícios, e a propriedade e posse do terreno. As que se cedem por Sua Majestade Fidelíssima e Católica nas margens dos rios Pequiri, Guaporé e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no artigo XIV; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão de poder fazer os moradores daquela praça; exceto que os que se forem perderão a propriedade dos bens de raiz, se os tiverem.³⁸

³⁶ CAMARGO, Fernando. *O Malon de 1801. A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001 p.23.

³⁷ *Ibidem*, p.65.

³⁸ SOUSA, Octávio Tarquínio. *Colecção documentos brasileiros*, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympo Editora, 1939.

Em 1763, o Tratado de Paris firmou a devolução da Colônia de Sacramento aos portugueses. No entanto, essa restituição não ocorreu e, no mesmo ano, Rio Grande foi tomado pelos espanhóis e hispano-platinos que estenderam seu domínio até a Ilha do Desterro. Entre 1763 e 1776, milícias luso-brasileiras se concentraram na região beligerante entre as duas coroas ibéricas e lograram fazer recuar os inimigos e lhes impor os limites acordados pelo Tratado de Madri.

Os Tratados de Santo Ildefonso (1777) e El Pardo (1778) firmaram novos limites entre as metrópoles ibéricas na América do Sul. Porém, as dificuldades de demarcação e a predominância de outras fronteiras invalidaram na prática os tratados firmados em gabinetes europeus. A idéia dos campos neutrais, por exemplo, malogrou em seu intento diplomático, pois as fronteiras geopolíticas pouco representavam aos grupos nativos e mestiços em contato sobre o referido território.

O deslocamento de povos indígenas em função dos tratados de limites entre as coroas ibéricas acusa a ‘desterritorialização’ física e simbólica dos nativos. Em carta de 12 de setembro de 1777, o tenente-general de Böhm refere-se ao expressivo contingente de índios Minuano que, sob a custódia do major Rafael Pinto Bandeira, foi introduzido nos domínios portugueses. João Henrique de Böhm faz saber que o grupo Minuano deveria se comportar como qualquer vassalo e súdito portugueses.³⁹

Em 1801, o acordo diplomático de Badajoz decidiu o novo contorno da fronteira luso-hispânica na Europa, mas nada sobre a linha de fronteira dos respectivos domínios na América do Sul. A anexação *manu militari* da região missioneira aos domínios de Portugal foi motivo de contenda diplomática durante toda a primeira metade do século XIX. A posse brasileira sobre as Missões Orientais foi legitimada apenas com os Tratados de Limites de 1851, entre o Brasil e o Uruguai. Já a fronteira entre Brasil e Argentina foi definida através do arbitramento norte-americano na Questão de Palmas, no final do século XIX.⁴⁰ Mas quando foram definidas as fronteiras entre os Estados nacionais da Argentina, Uruguai e Brasil, os grupos nativos Charrua e Minuano já estavam com a sorte selada.

No início do século XIX, tem-se um registro de uma aliança luso-charrua. Em 18 de julho de 1806, o presidente da capitania do Rio Grande, Paulo J. da Silva Gama, firmou um pacto com o cacique Don Gaspar.

³⁹ *Ibidem*, p.182-183.

⁴⁰ CAMARGO, *Op. cit.*, p. 206.

“Aos dezoito dias do mez de Julho de mil oito centos e seis nesta Villa de Porto Alegre, na Salla da Prezidencia deste Governo, onde se achava o Ill.mo e Ex.mo Snr. Governador desta Capitania, Paulo Joze da Silva Gama, acompanhado da principal nobreza desta Villa, compareceu hum Cassique dos Povos Charruas, que habia no Sitio chamado Vararaucaý, ao Sul do Rio Ibicuy, perto da Guarda Portugueza Nhanduy, então em idioma Guarani, que se fazia entender por meio do seu lingoa, ou Interprete Agostinho Martins, disse que elle se chamava D. Gaspar, que era chefe de um Toldo, ou Povo, que constava de cincoenta indivíduos d’armas; e entre todos (incluindo hum, e outro Sexo e menores) cento e cincoenta pessoas, que vinha procurar a protecção do dito Snr. Governador para viver em páz e socesso, no mesmo Sitio em que se achava, debaixo do amparo e abrigo da Nação Portugueza, com quem dezejava só ter amizade permitindo que nem a sua gente, nem suas mulheres, nem filhos, fossem jamais perseguidos ou deteriorados: O que sendo ouvido lhe respondeu o Ex.mo. Snr. Governador, que em nome do Príncipe Regente Nosso Senhor, Nosso Augusto Soberano, prometia a elle e a seus subordinados toda a protecção e amparo, e que sempre acharião na Nação Portugueza a melhor amizade, com tanto porem que elles nos correspondessem em todos os tempos com iguaes provas de boa fé e alliança, conservando-se em socego, e sem perturbarem e roubarem as Estâncias, e estabelecimentos da Nação Hespanholla, em quanto com esta tivesse-mos em páz, máz que em tempo de Guerra se onirião as Tropas Portuguezas, e serião obrigados a dar-lhes todo o gênero de auxilio e Socorro; que praticando assim lhes protestava que se algum Vasallo Portuguez levemente os Offendesse e insultasse, seria exemplarmente punido. O que tudo sendo prometido pelo Mencionado Cassique D. Gaspar, mandou o dito Ex.mo Snr. Governador lavrar este Auto para que constasse deste ajuste e promessa Solemne, no qual não assignou o referido Cassique por ignorar o uso da escripta, e só sim a Signarão o mesmo Ex.mo Snr., e alguns Assistentes.”⁴¹

Em 1812, o cacique Don Gaspar é referido em nova tentativa de aproximação com os portugueses durante o governo de Francisco Xavier de Viana. Seu contingente armado havia quase dobrado.⁴² O mesmo cacique se faz presente num encontro em Passo das Pedras, às margens do rio Daymán, com o coronel português Joaquim de Oliveira Alvarez, de quem recebeu aguardente, fumo e erva. Dias depois, as forças luso-brasileiras atacaram

⁴¹ Devo ao Fernando Camargo a informação sobre o supracitado documento, n.40, caixa 18, “Rio Grande do Sul”, do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).

⁴² BECKER, Ítala *Op. cit.* p.173.

os toldos do grupo Charrua, matando de sessenta a oitenta índios.⁴³ Cabe salientar que Don Gaspar havia anteriormente se aproximado do caudilho José Artigas com quem se ressentiu pela falta de apoio frente ao ataque luso-brasileiro. A situação dos grupos Charrua e Minuano piorou com a invasão portuguesa e a anexação da Província Cisplatina. Apesar das referências aos dois grupos, nenhuma distinção diacrítica entre ambos é fornecida pela documentação.

Para o extermínio físico dos indígenas contribuiu não apenas a perseguição dos *terratenientes* e das tropas de *blandengues*, mas também a dos luso-brasileiros que invadiram por duas vezes a Banda Oriental (1811-1812 e 1816-1821) para derrotar o projeto artiguista cujo teor revolucionário não agradava os interesses privados das elites proprietárias de ambos os lados do rio Uruguai.⁴⁴ Como ressalta Fredrik Barth, onde há menos segurança e os grupos étnicos minoritários vivem sob maior ameaça de arbitrariedade e de violência dos grupos majoritários, esta condição age como uma restrição para os contatos interétnicos. Nesta situação, muitas formas de interação entre membros de diferentes grupos étnicos podem ser bloqueadas em razão da falta de confiança entre os grupos. A documentação em espanhol e em português acusa uma valoração pejorativa aos grupos Charrua e Minuano, constantemente denominados infiéis, selvagens e ladrões.⁴⁵ A mesma documentação é pródiga em casos de traição e de ação planejada de extermínio visando minorias étnicas.

Ao final do primeiro quartel do século XIX, as minorias étnicas nômades da fronteira se encontram em franca extinção. Elas desaparecem ao passo que a fronteira entre a recém criada república do Uruguai e o Império brasileiro foi sendo definida. Sobre o grupo Charrua, o francês Paul Rivet foi o último a fazer um registro deste grupo que resistiu na fronteira americana entre as coroas ibéricas durante todo o período colonial.⁴⁶ Com a paulatina privatização das terras e do gado na região da fronteira, a ecologia dos grupos nativos ficava cada vez mais comprometida; porém, a tardia definição das fronteiras geopolíticas entre as coroas ibéricas na América meridional e, posteriormente, as

⁴³ *Ibidem*, p.174.

⁴⁴ PICCOLO, Helga. Os confrontos nos encontros In AZEVEDO, Francisca e MONTEIRO, John M. (org.) *Raízes da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1996, p.352.

⁴⁵ Sobre as oscilações historiográficas em torno do índio herói a ladrão, ver HILBERT, Klaus. A interpretação étnica na Arqueologia dos caçadores-coletores da região do Prata. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.27, n.2, 2001.p.103-142.

⁴⁶ RIVET, Paul. "Les derniers Charruas". *Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueología*. Montevideo, (1833) 1930.

pendengas entre o Império brasileiro e as repúblicas platinas quanto aos seus limites, facultou a prolongada resistência indígena, especialmente do grupo Charrua.

3. (Des)territorialização e fronteiras étnicas

Se, em termos geopolíticos, os conflitos entre Portugal e Espanha definiram, em grande parte, a fronteira sul-americana até o início do século XIX, faz-se necessário apontar para outras fronteiras pré-existentes a essa rivalidade ibérica e também para aquelas que foram formadas ao longo desse embate imperialista e para as novas fronteiras que surgiram com os Estados nacionais da Argentina, Brasil e Uruguai. Trata-se das fronteiras étnicas entre os grupos em concorrência ecológica em um determinado meio. Como salientou Fredrik Barth, os grupos étnicos não são necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e os diferentes modos pelos quais eles se conservam não são por meio de um recrutamento definitivo, mas por uma expressão e validação contínuas.”⁴⁷ Assim, o processo de (des)territorialização devido à expansão imperialista das coroas ibéricas sobre o continente sul-americano tem consequências na relação entre território e etnicidade dos grupos nativos. Isso não significa unicamente o inexorável fim dos grupos nativos, mas sua transformação. A manutenção das fronteiras étnicas ocorre, no entanto, se persistir nas relações interétnicas um conjunto sistemático de regras dirigindo tais relações, pois a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a continuidade das diferenças etno-culturais.⁴⁸

Cabe, então, investigar a formação das prescrições e do seu código de valores que estruturaram as relações interétnicas na fronteira do Brasil meridional. Durante o processo de colonização da macro-região platina, a interdependência ecológica entre grupos nativos e adventícios assumiu diferentes configurações. Alguns grupos ocuparam nichos claramente distintos em territórios específicos, onde a competição por recursos foi mínima. Outros monopolizaram territórios separados e a competição por recursos ganhou uma dimensão política, notadamente ao longo da fronteira. Houve também a ocupação de nichos

⁴⁷ BARTH, Fredrik “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” in POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.p.195-196.

⁴⁸ *Ibidem*, p.196.

diferentes, mas recíprocos através dos quais os grupos em competição trocam importantes bens e serviços. Com o passar do tempo, um grupo pode deslocar o outro ou a acomodação e a interdependência dos grupos podem se tornar cada vez maior.

A extensa fronteira geopolítica entre os domínios de Portugal e Espanha na América meridional comportou, portanto, vários grupos nativos (Charrua, Minuano, Guarani, Tape...) que passaram a competir com os colonizadores e com os mestiços luso-brasileiros e *criollos* hispano-pletinos. Assim como foi cambiante essa fronteira durante o período colonial, pode-se inferir que muitos indivíduos também atravessaram as fronteiras étnicas de um ou outro desses grupos. Como já apontou Barth, a migração e a conquista desempenham um papel intermitente na redistribuição populacional e na mudança das relações entre os grupos étnicos. Apesar das fronteiras étnicas persistirem, as pessoas podem atravessá-las por um processo que pode ser metaforicamente denominado de “osmose”.⁴⁹ Nesse sentido, a presença de um indivíduo guarani ou minuano vivendo com um grupo Charrua ou a de mulheres e crianças brancas sob os toldos dos mesmos índios permite supor estratégias de reprodução bio-social cujos métodos osmóticos podem variar. Adoção, raptos, cativoiro ou alianças matrimoniais induzem fluxos de pessoas a atravessar as fronteiras étnicas e afetam diretamente o equilíbrio demográfico entre diferentes grupos étnicos.⁵⁰ Quanto mais fácil for a assimilação ao grupo, maior é a chance de aumentar seu contingente. Dito de outra forma, quanto mais porosas as fronteiras étnicas entre os grupos, maior pode ser o fluxo de pessoas. No Brasil colonial, a passagem de indivíduos de grupos nativos ao grupo dos adventícios foi talvez a mais freqüente, mas a presença de franceses entre tupinambás ou portugueses entre os tupiniquins pululam na historiografia brasileira. Para o Rio Grande do Sul dos meados do século XIX, o viajante belga A. Baguet comentou sobre um jovem francês que vivia em uma estância da fronteira e sequer lembrava de sua língua materna.

“Ele contou que toda a sua família morrera no cadafalso do Terror; que um amigo o embarcara num navio de partida para Montevidéu e que, chegando naquela cidade, fora recolhido por uma família pobre. Encontrando-se na Banda Oriental quando

⁴⁹ *Ibidem*, p. 204.

⁵⁰ Sob a influência clássica do rapto das Sabinas, o pintor alemão Johann M. Rugendas pintou várias telas com cenas de rapto de mulheres pelos índios araucanos e também cenas com gaúchos platinos. DIENER, Pablo e COSTA, Maria F. (org.) *A América de Rugendas. Obras e Documentos*. São Paulo: Kosmos, 1999. p.70-73.

Artigas ali guerreava na chefia de seus gaúchos, alistou-se em seu exército. Em resumo, seu destino o conduziu àquele lugar, onde vivia com uma índia.”⁵¹

Além das informações sobre a travessia das fronteiras étnicas, o viajante belga denomina todos os subordinados de Artigas por “gaúchos” quando outras fontes registram a presença de índios charrua e guarani nas tropas do caudilho.⁵² Isso permite supor a porosidade das fronteiras étnicas através das quais alguns indivíduos podiam passar de um grupo nativo a um grupo mestiço, mas tal passagem foi, em geral, imperceptível ao olhar dos viajantes europeus. No relato de Baguet, há outra passagem que revela a confusão com as fronteiras étnicas. Trata-se do seu encontro com uma família que lhe parece autenticamente guarani. Porém, um soldado lhe explica que “não existiam mais guaranis em estado primitivo nesta província e que se tratava de alguma família nômade de mestiços que, apesar da aparente pobreza, possuía bom número de cabeças de gado.”⁵³

Em 1858, o viajante alemão Robert Avé-Lallemant encontrou, por sua vez, um jovem compatriota entre os índios na fronteira com a Argentina.

“[...] Sentamo-nos em bancos diante da porta. Julgava achar-me num mundo autenticamente americano, de pureza ainda não vista, e num ambiente em que nada mais me recordava a Europa. Só um rosto me parecia estranho na roda dos pardos, ou melhor, facilmente reconhecível entre os estranhos filhos do Uruguai – mais um alemão que se achava entre nós. Naturalmente já quase nada sabia de alemão, pois chegara aos três anos de idade a São Leopoldo e pouco depois viera dali para as Missões, onde se tornara um verdadeiro índio alemão, um guarani de cabelos louros.”⁵⁴

A passagem de pessoas entre os grupos indígenas, como, por exemplo, Charrua e Minuano ou Guarani e Tape, não foi tratada pela historiografia regional, embora a arqueologia e a antropologia tenham se debruçado sobre a passagem de grupos caçadores e coletores a agricultores itinerantes, de grupos nômades a semi-nômades.⁵⁵ A passagem de

⁵¹ BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: Edunisc/Paraula, 1997, p.97-98.

⁵² O viajante comenta que os ‘gaúchos’, chefiados por José Artigas, poderiam ser chamados de ‘vândalos do Prata’. BAGUET, A. *Op. cit.* p.90.

⁵³ *Ibidem*, p.97.

⁵⁴ AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul* (1858). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p 248.

⁵⁵ Como exemplo de incorporação de indivíduos pertencentes a um grupo minoritário ao grupo majoritário para a região platina, pode-se citar os seguintes casos: a distribuição de oitenta mulheres e crianças indígenas que haviam sido capturadas pelos castelhanos nas

peessoas de grupos nativos a grupos mestiços (charrua a gaúcho, por exemplo) também merece um estudo sob um enfoque etno-histórico que considere a formação dos grupos étnicos e de suas fronteiras. Sobre os gaúchos platinos, o espanhol Feliz Azara comentou o seguinte:

“Além do dito povo, há naquela região, e principalmente nas proximidades de Montevideu e Maldonado, uma outra classe de gente, mui apropriadamente chamada de gaúchos ou gaudérios [...] Sua nudez, suas barbas crescidas, seu cabelo sempre despenteado, sua sujeira e a brutalidade de sua aparência os tornam horríveis de ver. Por nenhum motivo ou interesse querem eles trabalhar para alguém, e além de serem ladrões, também raptam mulheres. A essas levam para os matos e vivem com elas em choças, abatendo o gado bravio para o seu sustento.”⁵⁶

No caso das fronteiras geopolíticas entre os domínios das coroas ibéricas e posteriormente entre o Império brasileiro e as Repúblicas platinas, atravessá-las se revestia de outros significados para os negros fujões.⁵⁷ Apesar da mudança de status político, a travessia das fronteiras geopolíticas não esmaecia automaticamente as fronteiras étnicas. Mas o predomínio de jovens adultos e “de nação” entre os negros fujões permite inferir um potencial osmótico deste contingente alienígena em território platino. Provavelmente, estes varões de ébano foram incorporados aos grupos marginais (indígenas e mestiços) da Banda Oriental do Uruguai. Afinal, a fronteira étnica entre indígenas e mestiços parece ter sido mais porosa do que a fronteira entre os grupos indígenas e o grupo hispano-platino, notadamente da elite *criolla*.

Embora não tenha tratado das fronteiras étnicas, Max Weber apontou para a construção histórica dos grupos étnicos. Para ele, “grupos étnicos são aqueles grupos que nutrem uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa e/ou dos costumes e/ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunidade, independente se seus laços sanguíneos existem objetivamente ou não”.⁵⁸ Pode-se inferir

cercanias de Montevideu depois do levante minuano de 1751 (BECKER, *op. cit.*, p.189) e a distribuição de dezenas de mulheres e crianças do grupo Charrua após os combates de Salsipuedes e Mataojos de 1831.

⁵⁶ Feliz Azara *apud* NICHOLS, M. *O gaúcho*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p.30.

⁵⁷ Sobre a fuga de escravos para a região platina, ver PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Buscando a liberdade. As fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.

⁵⁸ WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen, 5ª edição, 1972, p.237.

uma exo-definição dos grupos Charrua e Minuano pelos adventícios, mas quase nada se sabe sobre a endo-definição desses grupos tanto em relação à crença coletiva de sua origem e de suas semelhanças de aparência externa e/ou de costumes.

Uma interpretação weberiana da etnicidade permite abordar a interação entre grupos étnicos a partir da construção de duas dimensões das fronteiras étnicas. Uma fronteira sincrônica que se constrói na relação com os outros (dimensão externa), e uma diacrônica que se opera na relação com a história e a cultura (dimensão interna) do grupo étnico.⁵⁹ Nesse sentido, também há pouca informação sobre o deslocamento dessas fronteiras entre Charrua e Minuano.

As fronteiras étnicas pré-existentes à conquista dos espanhóis e portugueses na região platina não eram estáticas. Elas também eram historicamente construídas e variavam conforme os contatos entre os grupos. Apesar dos avanços das pesquisas em antropologia, arqueologia e etno-história sobre os grupos nativos da região platina, a falta de documentação não permite estudar a dinâmica dessas fronteiras, pois não há como precisar os critérios de pertença a um grupo étnico ao longo do período colonial. Em relação ao período pré-colonial, o estudo das fronteiras étnicas se limita a mínimos traços diacríticos obtidos através dos vestígios da cultura material. Como a arqueologia classificou os grupos humanos das regiões platina e sul-brasileira quase que exclusivamente através de suas tecnologias, então, tradições como Vieira, Humaitá e Umbu não correspondem a grupos étnicos específicos.

Em relação ao período colonial, a documentação portuguesa e espanhola já representa uma fonte mais sistemática sobre os grupos nativos. No entanto, a ação dos colonizadores ibéricos promove novas fronteiras étnicas que também influenciam aquelas pré-existentes. Além da introdução do gado vacum, cavalar e muar na região, aos adventícios coube o controle do comércio de fumo, erva-mate e aguardente. Pode-se supor que as mudanças decorrentes dessas inovações no *modus vivendi* dos grupos nativos dissiparam algumas fronteiras étnicas e outros realces diacríticos foram definidos. Já o aldeamento dos indígenas serviu como catalisador da mestiçagem. Conforme relato do inaciano Nogueira, no inverno de 1750, um grupo Minuano foi incorporado às outras brigadas de índios sob comando português. O aldeamento Minuano suscitou resistência da

⁵⁹ Para as faces interna e externa das fronteiras étnicas, JUTTEAU, Danielle. *L'éthnicité et ses frontières*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1999, p.21-23.

vizinhança, receosa em ver seu gado roubado pelos índios e suas terras tomadas pelos jesuítas.⁶⁰ O governador Pedro Pereira Chaves ordenou, então, o deslocamento do grupo Minuano que teve pouco mais de 60 indivíduos, entre adultos e crianças, batizados em Rio Grande na primavera daquele ano.⁶¹ Conforme o mesmo relato, os índios Minuano eram já em pequeno número “porque os índios, chamados Tapes, e outros chamados Charruas, em muito maior número, os andavam acabando e destruindo.”⁶²

Apesar das rivalidades interétnicas, a expansão colonial sobre os territórios indígenas favoreceu algumas alianças entre os grupos nativos. A partir do século XVIII, a documentação denomina indistintamente por “infiéis” tanto os índios Charrua quanto Minuano. Isso não significa que os termos Charrua e Minuano desapareceram da documentação, mas o emprego do termo genérico de “infiéis” serve para contrastar os grupos Charrua e Minuano com os índios missioneiros. Em outros documentos, todos os índios são súditos ou vassalos de uma ou outra coroa ibérica. Há também na documentação uma dicotomia entre civilizados e bárbaros ou selvagens. Tais denominações permitem, no entanto, inferir alguns critérios de pertença a um grupo ou outro conforme o poder de nomear de quem produz o documento.

Durante o primeiro quartel do século XIX, a documentação acusa a coabitação dos grupos Charrua e Minuano. Sua população conjunta se reduzia a setecentos indivíduos.⁶³ Em 1831, o combate de Salsipuedes provocou forte baixa entre os indígenas. A sorte dos presos dependeu da faixa etária e do gênero. Mulheres e crianças foram distribuídas entre famílias uruguaias e os homens ficaram atrás das grades ou foram empregados em trabalhos compulsórios a fim de inibir futuras resistências coletivas por parte dos indígenas.⁶⁴

Embora a documentação faça referência a índios Charrua e Minuano até quase meados do século XIX, não há como deduzir suas fronteiras étnicas tanto no período pré-colonial quanto pós-colonial. Para a região do Prata, Klaus Hilbert atentou para alguns sinais diacríticos dos caçadores e coletores.⁶⁵ Também para a evolução das fronteiras étnicas entre índios Charrua e Minuano na antiga Banda Oriental do Uruguai, há outros

⁶⁰ Situação diferente ocorreu em Montevideu, quando, em 1751, houve resistência de um grupo Minuano à tentativa de aldeamento (BECKER, Ítala, *op. cit.* p.228).

⁶¹ “Catequese e Aldeamento dos Minuanos (1749-1751)” in CESAR, Guillermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1981, p.142-143.

⁶² *Ibidem*, p.143.

⁶³ BECKER, Ítala. *Op. cit.* p.174.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 208-220.

⁶⁵ HILBERT, Klaus. A interpretação étnica na Arqueologia dos caçadores-coletores da região do Prata. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUCRS, v.27, n.2, 2001.p.103-142.

indícios, especialmente para o período colonial.⁶⁶ Porém, os registros sobre alguns sinais diacríticos de um grupo não permitem estabelecer uma relação com aqueles de um outro grupo, pois faltam dados empíricos ao estudo comparativo.

Em relação às escarificações entre os homens do grupo Minuano, por exemplo, pouco se sabe sobre sua evolução durante os séculos XVIII e XIX.

“También os homens fazem as suas demonstrações, que é ferirem os próprios braços e espáduas com frechas, enxergando-se, depois, tanto nos braços quanto nas espáduas os sinais das feridas. O que é muito comum ver-se naqueles bárbaros.”⁶⁷

Sobre elas também se referem Antonio Díaz que entrou em contato com o grupo Charrua em 1812. Porém Modesto Polanco negou qualquer escarificação ou pintura corporal para o mesmo grupo.⁶⁸ Se pouco se sabe sobre as pinturas corporais e escarificações enquanto sinais diacríticos, muito menos sobre as vestimentas de Charrua e Minuano. Elas parecem ter sido muito semelhantes e ter seguido a mesma evolução durante o período colonial.⁶⁹ De forma um tanto contraditória, Ítala Becker afirma que, de modo geral, “a vestimenta dos Charrua e Minuano é igual”, mas “a diferença mais notória entre os grupos nos parece ser o *cayapi*, não referido especificamente para os Charrua”.⁷⁰

De um modo geral, os resultados das pesquisas no campo da antropologia histórica ou da etno-história demonstram pouco empenho em apontar as diferenças entre os grupos Charrua e Minuano, bem como no estudo das suas fronteiras étnicas.⁷¹ Geralmente, os grupos Charrua e Minuano foram tratados isoladamente ou em relação com os adventícios.⁷² A literatura pouco trata dos critérios de pertencimento para Charrua e Minuano, pois predomina uma visão essencialista dos grupos étnicos.

⁶⁶ BECKER, Ítala I. *Os índios Charrua e Minuano na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

⁶⁷ Autor anônimo de “Catequese e Aldeamento dos Minuanos (1749-1751)” in CESAR, Guillermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1981, p.144.

⁶⁸ Apud BECKER, Ítala, *op. cit.*, p.120.

⁶⁹ *Ibidem*, p.116.

⁷⁰ *Ibidem*, p.120-121.

⁷¹ Além do livro supracitado de Ítala Becker, constitui rara exceção o trabalho de BECKER, I. e PARIS DE CEBEY, Joana. Os índios da antiga Banda Oriental do Uruguai. Charrua e Minuano: Histórico, abastecimento e assentamento. Sua relação com as frentes de expansão. Estudos Leopoldenses, ano XIII, vol. 4, n.47, p.131-171.

⁷² Para o grupo Minuano, a principal referência é LARRAÑAGA, Damaso. “Noticias sobre los Minuanes” In *Escritos*, tomo III. Montevideo: Publicaciones del Instituto Histórico Y Geográfico del Uruguay. s/d. Para o grupo Charrua, destacam-se as seguintes obras: ACOSTA Y LARA, Eduardo. *La guerra de los Charrúas en la Banda Oriental*. Montevideo: Impresores A. Monteverde, 1969/1970; CORDERO, Serafin. *Los Charrúas. Síntesis etnográfica y arqueológica del Uruguay*. Montevideo: Mentor, 1960. ; SOSA, Mário F. *La Nacion Charrúa*. Montevideo: Letras, 1957.

Com a formação dos Estados nacionais, muitas identidades étnicas se confundem em identidades nacionais. Assim, muitos indígenas foram incorporados à nacionalidade argentina, uruguaia e brasileira. Também estancieiros luso-brasileiros da região de Cerro Largo e Tacuarembó enfrentaram o dilema da nacionalidade. Em meados do século XIX, suas estâncias perfaziam mais de 1.600 léguas quadradas, com um rebanho superior a um milhão de cabeças de gado o que fazia da região ao norte do rio Negro um apêndice econômico do Império brasileiro.⁷³

Mas o grupo predominante na região da fronteira sul-americana entre as metrópoles ibéricas e, posteriormente, entre Argentina, Brasil e Uruguai foi o mestiço. O gaúcho seria a figura emblemática desse processo de etnização dos grupos subalternos aos Estados nacionais da Argentina, Brasil e Uruguai em sua zona de fronteira. Como já foi apontado anteriormente, historiadores diletantes se empenharam em delimitar as fronteiras étnicas entre o gaúcho sul-rio-grandense e o platino. Porém, nenhum deles logrou distinguir Charrua de Minuano. A antropologia histórica também poucos subsídios oferece para o estudo das fronteiras étnicas entre Charrua e Minuano durante o período colonial ibérico.

Etnicidade e territorialidade foram, portanto, construídas ao longo de mais de três séculos de conflitos beligerantes na fronteira sul-americana. Para a formação do espaço fronteiriço na estremadura dos respectivos domínios das coroas ibéricas na América do Sul, diversos grupos étnicos (Charrua, Minuano, Guarani, entre outros...) tiveram papel decisivo, pois o expansionismo espanhol e português sobre aqueles territórios esteve praticamente dependente das relações mantidas com os nativos.

A documentação alusiva aos primeiros encontros entre ibéricos e nativos da região platina e sul-brasileira permite inferir os territórios dos segundos, que acabam tendo suas fronteiras alteradas pela fronteira geopolítica imposta por tratados firmados entre os primeiros. Do século XVI até o opúsculo dos impérios ibéricos no continente sul-americano, as fronteiras geopolíticas entre espanhóis e portugueses coexistiram com as fronteiras dos territórios dos grupos étnicos nativos e cuja mobilidade foi também constante à época da expansão ibérica sobre seus territórios.

Além das fronteiras dos domínios ibéricos não coincidirem com as fronteiras das territorialidades dos grupos nativos, havia ainda as fronteiras étnicas que eram, igualmente,

⁷³ SOUZA, Suzana B. A Fronteira Uruguaio-rio-grandense no Século XVIII. In AZEVEDO, Francisca e MONTEIRO, John M. (org.) Raízes da América Latina. São Paulo: Edusp, 1996, p.363.

móveis. Sobre as fronteiras étnicas, a massa documental em espanhol e português aporta pouquíssimas informações. Ao descrever os principais grupos daquela macro-região (Charrua, Minuano e Guaraní), espanhóis e portugueses trataram cada grupo em si, sem atentar para as interações entre eles. Assim, os distintivos dos grupos étnicos foram parcamente apontados e disso resulta a dificuldade em estudar as suas fronteiras étnicas.

Desde a primeira metade do século XVI, o grupo Charrua aparece nos relatos de viagem em espanhol e português. Sobre o grupo Minuano, os registros datam do século XVII em diante. As primeiras informações sobre esses dois grupos não são precisas para afirmar que se trata, realmente, de dois grupos distintos ou se um é subgrupo do outro ou pertencentes a um mesmo grupo. Como o registro alusivo ao grupo Minuano é posterior, pode-se supor um deslocamento do grupo Charrua após a colonização espanhola da região platina. Cabe salientar o poder de nomear dos ibéricos no emprego de várias denominações.

Ainda no primeiro quartel do século XIX, a documentação em espanhol e português distingue Charrua de Minuano. No entanto, não se explicita(m) a(s) diferença(s) entre os grupos. Sem saber como hispano-platinos e luso-brasileiros distinguem um Charrua de um Minuano, o estudo sobre as fronteiras étnicas entre ambos os grupos nativos se torna um trabalho de Sísifo. A própria diferença lingüística que difere tão facilmente os hispano-platinos dos luso-brasileiros, não se aplica para o caso dos nativos, pois pouco se sabe sobre sua(s) língua(s). Sobre os costumes, as vestimentas e outros realces de caráter etnográfico, a documentação nos informa mais sobre similitudes entre Charrua e Minuano do que sobre suas idiossincrasias.

O que a documentação permite inferir, no entanto, é que havia traços marcantes – e óbvios para a época – que permitiam identificar um Charrua, um Minuano. Ao simples olhar de um corpo abatido pelas tropas de *blandengues*, por exemplo, era possível saber se o defunto era Charrua ou Minuano. Significa dizer que não era a língua que permitia a identificação, mas o fenótipo e/ou alguns distintivos materiais (vestimenta, ornamentos...). Em relação ao fenótipo de ambos os grupos, a antropóloga Ítala Becker já apontou algumas diferenças entre Charrua e Minuano.⁷⁴ Mas a miscigenação ocorrida desde o século XVIII, quando ambos os grupos passam a conviver num território mais confinado, leva a crer que seria muito difícil distinguir Charrua e Minuano somente pelos traços físicos. Cabe

⁷⁴ BECKER, Ítala I. *Op. cit.*, p.74-75.

salientar que tal miscigenação não é apenas física, mas também cultural. Além disso, as fronteiras étnicas não são demarcadas unicamente pelo fenótipo. Uma distinção meramente física entre Charrua e Minuano reduziria a análise antropológica a uma anacrônica tipologia racista.

O historiador também não conta com nenhuma documentação sob a forma de testemunho charrua ou minuano sobre suas diferenças e seus critérios de pertencimento. A antropologia histórica acusa uma mudança nos hábitos alimentares, na divisão do trabalho, nas práticas religiosas e nas formas de se vestir de ambos os grupos étnicos devido ao contato com os adventícios. Apesar da dependência de produtos e instituições da sociedade ibero-americana, a redução drástica das diferenças culturais entre Charrua e Minuano não pode ser correlacionada com uma redução da pertinência organizacional das identidades étnicas, ou com um declínio dos processos de manutenção das fronteiras. Para Barth, a melhor maneira de analisar essa interconexão seria o exame dos agentes de mudança. Dito de outra forma, que estratégias foram abertas e atrativas para os grupos e quais foram as implicações organizacionais das diferentes escolhas por parte deles?⁷⁵

As mudanças de ordem econômica, social e cultural permitem supor que as fronteiras étnicas também se deslocaram ao longo dos séculos. A etnicidade desses grupos se alterou, assim como seus respectivos territórios. Outras fronteiras étnicas foram construídas durante o período colonial.

Considerações finais

Apesar da convicção de Fredrik Barth de que “as fronteiras são igualmente mantidas entre as unidades étnicas e que, conseqüentemente, é possível especificar a natureza da continuidade e a persistência de tais unidades”, o presente ensaio demonstra a dificuldade de tal operação etno-histórica para grupos étnicos cuja documentação se faz rara e lacunar.⁷⁶ Se a persistência da unidade étnica depende da persistência das diferenças culturais, pode-se apenas supor que as mudanças dos grupos Charrua ou Minuano, por

⁷⁵ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. in POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.p.220.

⁷⁶ *Ibidem*, p.226.

exemplo, resultam das mudanças nas diferenças culturais definidoras de suas fronteiras étnicas.

A mobilidade das fronteiras étnicas parece ter sido tão grande quanto à própria “fronteira viva” entre o Rio Grande do Sul e seus vizinhos platinos. Nesse espaço fronteiriço, grupos nativos (Charrua, Minuano e Guaraní) foram confinados e, ao passo que a fronteira geo-política foi sendo definida, estes grupos foram exterminados. Com o extermínio dos grupos Charrua e Minuano, o mestiço se tornou o homem da fronteira, território ao mesmo tempo periferia física e simbólica do centro colonizador. Assim, a fronteira se tornou espaço marginal e de grupos marginais.

Mas a alteridade do gaúcho pode ter servido aos grupos indígenas marginalizados. Como apontou Barth, “quando os párias tentam introduzir-se na sociedade mais ampla, geralmente, é porque a cultura da população hospedeira é bem conhecida; desse modo, o problema fica reduzido à possibilidade de fugir aos estigmas do estatuto subalterno, dissociando-se da comunidade pária e simulando uma outra origem.”⁷⁷ Assim, é plausível inferir que muitos sobreviventes Charrua, Minuano, Guaraní foram se tornando “gaúchos da fronteira”. Trata-se de uma “reterritorialização” e de uma nova etnicidade, mesmo que o status de indígena ou de mestiço na hierarquia social seja quase o mesmo. Conforme o português José Saldanha, o termo gaúcho era usado no último quartel do século XVIII para se referir aos vagabundos ou ladrões do campo, costumados a matar gado xucro, sacar-lhes o couro e levá-los às povoações para venda e troca por outros gêneros.⁷⁸ Cabe lembrar que índios Charrua e Minuano aparecem na documentação da época como ladrões de gado. Enfim, indígenas e gaúchos representam as camadas marginais da fronteira. A eles se somam os negros fujões que aumentam consideravelmente a competição ecológica na fronteira durante a primeira metade do século XIX.⁷⁹

No espaço fronteiriço pós-colonial, grupos Minuano, Charrua e, principalmente, Guaraní foram se diluindo na amálgama que resultou em diversos mestiços. Mas esses mestiços construíram novas etnicidades cuja interação redefiniu suas fronteiras étnicas. A formação dos novos Estados Nacionais (Argentina, Brasil e Uruguai) e a definição de seus

⁷⁷ *Ibidem*, p. 218.

⁷⁸ José Saldanha *apud* MEYER, Augusto “Gaúcho, história de uma palavra” in *Prosa dos Pagos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960, p.22.

⁷⁹ PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a liberdade. As fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: UPF, 2006.

limites tiveram conseqüências para a etnicidade desses novos grupos. Cabe salientar que, ao se investigar a história de grupos étnicos ao longo do tempo, não se está traçando a história de suas culturas. Como assevera Barth, “os elementos da cultura presente de um grupo étnico não surgem do conjunto particular que constituiu a cultura do grupo em um período anterior, embora o grupo tenha uma existência organizacional contínua, com fronteiras (critérios de pertença) que, apesar das modificações, nunca deixaram de delimitar uma unidade contínua.”⁸⁰

Estudar a fronteira e seus atores é adotar uma perspectiva próxima àquela da história dos marginais. Trata-se de uma história da exclusão que acentua não apenas os valores e as recusas da sociedade pretérita, mas também os da nossa própria sociedade.⁸¹ As interpretações de Moysés Vellinho e de Alberto Zum Felde que, respectivamente, negaram a importância da mestiçagem entre adventícios e nativos no Brasil meridional e no Uruguai, acusam uma ideologia racista que nada contribui para a melhor compreensão da formação social sulina. Ao tratar dos marginais, índios e mestiços, a etno-história permite lançar luz sobre estes grupos duplamente excluídos; primeiramente, pelas armas dos adventícios e, posteriormente, pela pluma de ideólogos de origem européia.

⁸⁰ Barth, F. *op. cit.*, p.227.

⁸¹ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990. p.291-292

Resumo:

O presente artigo aborda o processo de colonização européia no Rio Grande do Sul do século XIX a partir da perspectiva da história ambiental, enfatizando as relações entre os colonos europeus e a natureza sul-brasileira. Mais precisamente, atenta para o papel da *fronteira*, aqui representada pela floresta subtropical, no processo de americanização desses imigrantes e nas suas relações interétnicas. Longe de convergir com a tese da suposta marcha épica de uma nação rumo a seu destino ‘natural’, como quis Frederick J. Turner para o caso norte-americano, pode-se dizer que a *fronteira verde* teve um papel preponderante ao moldar as relações dos europeus com os ecossistemas do Brasil meridional. Mais do que isso: teve relação direta com a própria configuração de uma identidade colonial, que se funda em oposição aos outros grupos locais, e de uma mentalidade de conquista, fortemente marcada por um *ethos* cristão e pela oposição entre civilização e natureza.

Palavras-chave: fronteira verde, americanização, colonização, relações interétnicas

Introdução

Desde o princípio da ocupação européia do Rio Grande do Sul, as condições físicas e naturais, aliadas a fatores de ordem política e econômica, condicionaram o uso do território (Etges, 2001, p.352). A despeito das imensas florestas localizadas sobre o relevo irregular de trechos no centro e no norte da então Capitania de São Pedro, a ocupação por europeus e luso-brasileiros se iniciou pelos campos naturais – “uma vasta planície suavemente inclinada para o Rio Uruguai, pontilhada de coxilhas tabulares no centro e drenada por cursos de água em leitos rasos” (Rambo, 1942, p.105).

Distante dos principais povoamentos estabelecidos inicialmente no Brasil, a estremadura da América Portuguesa foi tardiamente ocupada pelos colonizadores reinóis. Na bacia Platina, a presença ibérica só seria intensificada a partir de finais do século XVII, no lastro dos encontros e confrontos entre portugueses, espanhóis, *criollos* e ameríndios (Piccolo, 1996, p.345). Pouco a pouco, a região até então preterida pela Coroa portuguesa passaria a apresentar-se como uma importante rota comercial, onde se desenvolvia uma economia

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

própria, baseada na pecuária (Gutfreind e Raichel, 1996, 112). Já na primeira metade do século XIX, de acordo com Nilo Bernardes (1997, p.61), todos os campos do interior da província estariam ocupados.

Essa província feita de estâncias e marcada pela produção do charque seria o Rio Grande que mais tarde Jean Roche (1969, p.39-40) metaforicamente denominaria de “real” – o “Rio Grande dos Pampas”. Para além dos campos, onde os vales e a escarpa da serra geral quebravam as linhas uniformes do horizonte da Campanha, onde as florestas eram onipresentes, estaria localizado um outro Rio Grande – o Rio Grande apenas “virtual”, nas palavras do historiador francês.

Todavia, essa porção supostamente “virtual” do território sul-rio-grandense, ao contrário do que indica a historiografia tradicional, não era um vazio demográfico. Indícios arqueológicos e registros etnográficos demonstram que nas florestas localizadas ao norte da província viviam principalmente índios coroados, cujas atividades de subsistência voltavam-se à coleta de pinhões, à caça, à pesca e à horticultura (Quevedo e Santos, 2002). Na região central, bem como nas margens da laguna dos Patos, no litoral norte e nas bacias dos Rios Jacuí e Ibicuí, incluindo a região dos Sete Povos das Missões, os guaranis eram maioria – segundo Schmitz (1997, p.295-330), chegaram a 200 mil indivíduos à época da colonização européia, embora ao final do século XIX este número não passasse de três mil. Além de ceramistas, esses grupos cultivavam mandioca, milho, batata-doce, feijão, abóbora e fumo, entre outras culturas.

A simples presença dos ameríndios sugere a existência de comunidades distribuídas espacialmente no *Rio Grande das Matas*. Tanto as queimadas quanto a agricultura itinerante e o extrativismo florestal praticados por esses grupos ao longo de mais de mil anos antes da chegada dos primeiros europeus foram elementos importantes para a própria conformação da paisagem regional. O Rio Grande “virtual” seria, portanto, bem mais “real” do que supuseram Roche e muitos de seus contemporâneos.

Foi exatamente neste “outro” Rio Grande que se desencadeou o novo ciclo povoador da província, caracterizado pela inserção de milhares de colonos europeus e pela implantação de centenas de colônias ao longo de mais de cem anos no interior das florestas (Bernardes, 1997, p.65). Ciclo, este, que seria considerado o grande manancial do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, já desde o século XIX, quando muitos deputados e presidentes provinciais o consideraram a solução para transformar uma área tida como selvagem no verdadeiro cenário do progresso.

Também não é difícil perceber essa associação entre colonização e desenvolvimento na produção bibliográfica referente ao tema. Principalmente no correr da primeira metade do século XX, uma profusão de livros enfatizou a importância econômica e cultural do empreendimento colonizador para o Estado e acentuou a contribuição dos imigrantes para a expansão e modernização da agricultura, o florescimento do comércio e a industrialização gaúcha. Na raiz dessas análises estava o padrão de ocupação colonial, associado à pequena propriedade, à policultura e à mão-de-obra predominantemente livre do imigrante. A transformação (leia-se *civilização*) do *Rio Grande das matas* em uma área cujo ordenamento territorial se daria pelo minifúndio e pela agricultura foi considerada obra de alemães, italianos, poloneses e tantos outros grupos que atravessaram o oceano em busca de terras no Brasil meridional. O *boom* demográfico relacionado a esse processo e a sua importância para a ocupação produtiva dessas áreas seriam provas cabais da dimensão socioeconômica adquirida pelo projeto colonizador. Entretanto, é significativo notar que relativamente poucos pesquisadores atentaram para as consequências ambientais desse processo. Trata-se, aliás, de uma lacuna na historiografia sul-rio-grandense que apenas recentemente começa a ser preenchida (Bublitz e Correa, 2006).

O presente artigo insere-se nessa nova tendência ligada à história ambiental e toma o chamado *Rio Grande das matas* como foco de análise. Mais precisamente, atenta para o papel da *fronteira*, aqui representada pela floresta subtropical, no processo de americanização desses imigrantes. Longe de compactuar com a tese da suposta marcha épica de uma nação rumo a seu destino ‘natural’, como quis Frederick Jackson Turner (1893) para o caso norte-americano, pode-se dizer que esta fronteira (polissêmica e dinâmica, simbólica e biofísica) teve um papel preponderante ao moldar as relações, na maioria das vezes predatórias, estabelecidas entre os europeus (“homens-fronteira” por excelência) e os ecossistemas do Brasil meridional. Mais do que isso: a *fronteira verde* teve relação direta com a própria configuração de uma identidade colonial e de uma mentalidade de conquista, fortemente marcada pelo *ethos* cristão e pela oposição entre civilização e natureza. Mentalidade, esta, que forjou ações concretas por parte dos colonos, implicando alterações ecológicas drásticas na biota sul-rio-grandense.

1. Decifrando fronteiras – a polissemia de um conceito

Em 1893, quando Frederick Jackson Turner apresentou pela primeira vez, na celebrada *World's Columbian Exposition*, em Chicago, suas considerações sobre o significado da fronteira na história norte-americana, poucos foram aqueles que lhe deram atenção. Somente mais de uma década mais tarde, sua *frontier thesis* ganharia efetivamente o centro das discussões, a ponto de propiciar a Turner o título de pai da historiografia moderna nos Estados Unidos (Wegner, 2000, p.96-97; Ávila, 2006, p.9).

Ao demonstrar que a presença da fronteira aberta em território estadunidense funcionou como o fermento para a profusão do propalado *ethos* democrático norte-americano, Turner rompia com as teorias até então preponderantes de que tal característica seria uma herança remota originária da Europa. Em outras palavras, Turner ressaltava a singularidade da experiência história dos Estados Unidos, assim como tornava possível o redimensionamento da identidade nacional. Nessa interpretação, ao empreender a sua marcha rumo ao Oeste, o europeu abandonaria parte de seu legado cultural. Ao adaptar-se à nova terra, o imigrante assumiria uma nova feição. Distante do solo pátrio, “o colono renascia como ‘americano’, o senhor do Novo Mundo” (Ávila, 2006, p.69-70). Nas palavras de Turner (1996[1893], p.4), “the frontier is the line of the most rapid and effective Americanization. The wilderness masters the colonist [...] In short, at the frontier the environment is at first too strong for the man [...] Here is a new product that is American.”

A fronteira, portanto, forçaria o imigrante a se desprender de seu passado europeu, num momento em que o ambiente falava mais alto. Mas esse homem – e Turner efetivamente omitiu as mulheres de sua história – não permaneceria indefinidamente “rebaixado” ao suposto primitivismo ameríndio. Pouco a pouco, sua índole civilizada (e civilizadora) suplantaria a temporária, selvagem. Ao passo que a fronteira se expandia para o Oeste, a influência européia declinaria em face da americanização. Evidentemente, o criador da *frontier thesis* apropria-se do Mito da Fronteira, com toda a sua força de expressão entre os norte-americanos, e lhe dá uma roupagem científica, angariando, com essa operação, ilustres adeptos nos Estados Unidos, entre eles dois presidentes da República, no início do século XX (Ávila, 2006, p.10).

Tamanho foi o sucesso dessa interpretação, que, ainda em princípios de 1930, a tese *turneana* foi considerada “virtualmente inquestionável”, como ressaltou Billington (1966, p.3). Apesar disso, ela não seria imune a críticas. Lamar e Thompson (1981, p.4), chamariam atenção para o fato de que a tese de Turner fora formulada em um contexto de exacerbação do nacionalismo norte-americano, impregnado de darwinismo social e relacionado à ascensão dos Estados Unidos à categoria de grande potência mundial. Conforme David Arnold (1996,

p.101), as críticas a Turner foram duríssimas, principalmente por parte de pesquisadores de tendência esquerdista, que consideraram sua produção “racista, sexista e imperialista”. Apesar disso, ainda segundo Arnold (1996, p.101),

“...se ha reavivado marcado, aunque delimitadamente, el interés por el tema, en parte por el impulso ecológico que se encuentra detrás de la tesis de Turner. Aun cuando la frontera no haya hecho a Estados Unidos en el sentido defendido por Turner, sí es claro que fue el escenario de muchos de sus episodios formativos.”

No caso da colonização européia iniciada a partir de 1824 no Rio Grande do Sul, pode-se dizer o mesmo. A *fronteira verde*, representada pela densa floresta subtropical que se estendia do centro ao norte da Província, foi igualmente cenário e, mais do que isso, *agente ativo* no processo de americanização dos imigrantes. Longe de incorrer em um determinismo geográfico, é possível afirmar que a presença das terras cobertas de mata, supostamente “livres”, moldou e condicionou em muitos aspectos a ação dos europeus em solo sul-rio-grandense, ao mesmo tempo em que esses homens e mulheres igualmente imprimiram suas marcas na paisagem, alterando de forma decisiva os ecossistemas regionais e reinventando a si próprios – o que mais seria o processo de “caboclicização”, identificado (e condenado, diga-se de passagem) por muitos pesquisadores dedicados ao tema (Weibel, 1958; Roche, 1969), senão a própria americanização?

Tratava-se, enfim, de uma fronteira polissêmica, porque física e simbólica, cuja linha, ao contrário do caso norte-americano, não foi geograficamente horizontal (no sentido leste-oeste), mas vertical, rumo ao norte, para além das fronteiras políticas sul-rio-grandenses – aliás, vale lembrar que essa fronteira permanece aberta, dando lastro a uma contínua marcha dos descendentes dos antigos colonos, agora rumo à Amazônia. Essa fronteira ‘natural’ não era de maneira nenhuma homogênea nem estática. Nesse sentido, deve ser entendida como um fenômeno histórico.

Outro aspecto a destacar quando se trata da fronteira verde do Brasil meridional é a sua singularidade em relação ao restante do país. Se, para Sérgio Buarque de Holanda, a conquista do oeste brasileiro foi um processo lento e gradual, de centenas de anos, no qual o legado ibérico teve papel fundamental, no caso das colônias sulinas, a expansão foi relativamente rápida, com conseqüências drásticas, convergindo, nesse sentido, muito mais com o caso norte-americano. A inserção de milhares de imigrantes nas áreas de mata da província, incentivada através do projeto de colonização coordenado pelos governos imperial e provincial e por iniciativas privadas, implicou uma conquista em massa, espacialmente ampla, em um curto espaço de tempo. Nesse caso, além disso, os protagonistas não foram os ibéricos,

e a fronteira foi mantida sob estrito controle da metrópole, a fim de evitar a dispersão demográfica do litoral brasileiro.

Essa característica, no entanto, não se aplica ao caso específico das colônias estabelecidas na Província de São Pedro. Através dos relatórios de presidentes provinciais, assim como de inspetores de colonização e de agentes intérpretes ao longo do século XIX, fica explícito que o Estado incentivou a conquista da fronteira verde. A expansão das colônias e a conseqüente difusão do ordenamento territorial agrícola sobre o “caos” da floresta foram considerados imperativos civilizatórios. A marcha rumo ao Norte da Província foi, portanto, premeditada – embora muitos de seus efeitos não tenham sido calculados, entre eles a devastação ambiental dessas áreas.

Nesse processo, os colonos tornaram-se, sem dúvida, “homens-fronteira”, que, penetrando na mata, “se tornam eles próprios marcos de fronteira” (Correa, 2005, p.10). Das florestas desbravadas por esses fronteiriços, ergueram-se não apenas cidades, umbilicalmente ligadas aos campos cultivados, mas também insurgiram *novas gentes*. Mais do que uma fronteira em expansão da Europa, este foi um *locus* de mudança cultural – o que não implicaria, por outro lado, que as fronteiras interétnicas entre os diferentes grupos de colonos fossem abolidas (Correa, 2005, p.9).

Há que se destacar um outro aspecto particular da fronteira verde sul-rio-grandense. Esse aspecto diz respeito aos Pampas gaúchos e à impossibilidade de expansão colonial em direção à metade sul da província, já ocupada por estancieiros. Esta fronteira, representada pela Campanha, já estava fechada ao imigrante. Os campos naturais não seriam, portanto, sua zona de expansão, mas sim as florestas em terras acidentadas, desvalorizadas e preteridas pela elite latifundiária regional, cuja base econômica era a pecuária. O isolamento geográfico dos colonos, circunscritos desde cedo à zona florestal da Província, não pode, enfim, ser menosprezado. Principalmente porque essa característica física condicionou de maneira decisiva as nuances de sua relação com a natureza, tanto quanto sua cosmovisão cristã.

2. Fronteira verde e americanização no Sul do Brasil

A julgar pelo relato do imigrante Josef Umann (1981), morador da Colônia alemã de Venâncio Aires, a floresta subtropical figurava como uma imensidão tão misteriosa quanto desconhecida pelos seus patrícios. Segundo ele, “poucos imigrantes sabem exatamente o que significa o termo selva”. Da mesma forma, para Rudolf e Anna Gressler (*apud* Martin, 1999, p.32), a força da vegetação era tanta, que excedia “toda e qualquer imaginação”. Mesmo os

conhecedores das obras de viajantes, de acordo com Umann (1981, p.61-62), consideravam “o início na mata muito mais difícil do que haviam imaginado”. Na mesma linha, o diretor da Colônia alemã de Santa Cruz, Martin Buff, diria, em seu relatório de 1850, que “para a gente que vem da Europa he muito penozo acostumarem-se no matto nos primeiros tempos, por isso vivem sempre incomodados e doentes”. Essas dificuldades foram inerentes ao processo de americanização.

De um modo geral, os colonos tiveram de aprender a se relacionar com a nova terra e a sua biota, inclusive para garantir a própria sobrevivência. Havia diferenças flagrantes entre as florestas subtropicais e as européias, a começar pelas espécies predominantes em ambas as paisagens (A. Rambo, 2004, p.34). Os carvalhos, abetos, tílias, plátanos, castanheiras e bétulas, típicos do continente europeu, davam lugar, nas matas do Rio Grande do Sul, a louros, cedros, cabriúvas, angicos, canafístulas e araucárias. Para além destas últimas, não havia coníferas de maior destaque. Além disso, nas terras sul-rio-grandenses, sob as copas das árvores de maior porte, cujos troncos exibiam um emaranhado de cipós e trepadeiras, difundia-se uma densa vegetação rasteira e arbustiva, quase impenetrável e às vezes repleta de espinhos (A. Rambo, 2004, p.34). Para completar o cenário, havia ainda os vales, morros e as encostas rochosas, marcas, enfim, de um relevo na sua maior parte acidentado, de difícil acesso para quem, via de regra, não fosse nativo. Foi esta fronteira aberta, preterida pela elite agrária gaúcha, a área oferecida aos imigrantes com o intuito de que fosse transformada, rápida e definitivamente, em espaço civilizado e produtivo.

Inseridos nesse novo ambiente, os colonos tiveram de abrir mão, entre outros aspectos, de seus antigos hábitos alimentares, adotando os recursos disponíveis nos ecossistemas regionais, como o milho, a mandioca e carne de macaco. Tiveram igualmente de adaptar-se à nova terra, erguendo suas casas em meio a clarões abertos na mata, que, no início, não passavam de cabanas construídas a partir da biomassa rústica da floresta. As transformações também incluíram inevitáveis interações, em alguns casos violentas, com os ameríndios que viviam no interior das matas. Tudo, enfim, modificava-se no limite da fronteira – o limite entre o mundo civilizado e o selvagem, tal como o significaram os colonos. Esse processo, apesar de não ter eliminado o legado europeu, incitou transformações decisivas. Embora muitos pesquisadores ressaltem que a distribuição dos imigrantes em “quistos étnicos”, teoricamente fechados em si mesmos, contribuisse para reforçar as identidades originais, algo se modificava.

Mas a adaptação e, mais do que isso, a *mudança cultural* que se operou entre os imigrantes, não foi um processo simples. Muitos, inclusive, não resistiram ao choque inicial.

Outros, expuseram-se a riscos de vida ao empreender a luta contra a floresta, inclusive pelo desconhecimento inicial em relação às técnicas mais apropriadas e por não acatarem os conselhos dados pelos diretores e inspetores das colônias. O imigrante teve de aprender a desbravar – o primeiro passo (e talvez o mais difícil) no processo de americanização.

Em 1899, Henz (*apud* Rambo 1956, p. 101) admitia que “ninguém de nós sabia como aqui se deve trabalhar”, complementando que “não tínhamos coragem de pôr fogo nas derrubadas, temendo que o fogo invadisse o mato e destruísse tudo”. Os colonos, no início, relutaram em adotar as queimadas. Não se tratava, porém, de uma crítica ambiental. Tratava-se, sim, de conceber uma nova relação com a natureza, diferente daquela vivenciada na Alemanha. Com o passar do tempo, a “coivara à européia” passou a ser uma técnica corrente, passada de geração em geração. Entretanto, esse processo de “caboclicização” foi considerado por muitos estudiosos, entre eles Roche (1969) e o geógrafo Leo Weibel (1958), como uma verdadeira regressão – embora tenha sido uma opção consciente do europeu, em prol de sua própria sobrevivência. É possível perceber na “caboclicização” o prelúdio do processo de americanização aqui referido – todavia ausente da historiografia tradicional sobre o tema.

Tal como identificou Turner em relação aos pioneiros norte-americanos, houve inicialmente uma apropriação de certas características nativas por parte dos colonos. Isso não impediu, entretanto, que no futuro eles voltassem a utilizar o arado e passassem a cultivar sementes tipicamente européias. Por outro lado, também cabe a ressalva de que muitas das características apropriadas dos nativos tiveram continuidade entre os descendentes dos colonos, como o uso de certos alimentos (pinhão, mandioca, abóbora, etc.) e bebidas (chimarrão). Houve de fato um hibridismo cultural em muitos aspectos – o que seria a “Kuchen” de abacaxi, se não o exemplo mais concreto disso?

Nesse sentido, cabe aqui uma crítica ao conceito de “Neo-Europa”, cunhado por Alfred Crosby (1986). Se o imperialismo ecológico de fato marcou a diáspora européia mundo afora, e o êxito dessa expansão deveu-se a fatores de ordem biológica, parece arriscado afirmar que as colônias sul-rio-grandenses, nesse caso, tenham sido cópias genéticas idênticas ao Velho Mundo – embora Crosby não afirme isso com todas as letras. Por outro lado, a explicação de Robert Dunlap (1999), ao tratar da diáspora inglesa para os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, parece ser mais apropriada.

Ao invés de uma reprodução fiel da biota européia nessas áreas, Dunlap (1999, p.19) afirma que os imigrantes procuraram, de certa forma, tornar a nova terra familiar, usando plantas e animais europeus. Para Dunlap (1999, p.47), o *leitmotiv* da expansão colonial do século XIX teria sido efetivamente “o sonho de refazer a terra natal”, destruindo para recriar.

Esse processo teria implicado, de um lado, a devastação de muitas regiões mundo afora, mas também a formação de novos ecossistemas, numa escala nunca vista na história humana. No caso das colônias do Brasil meridional, tanto documentos oficiais quanto cartas de imigrantes e relatos de viajantes demonstram que muitas plantas do Velho Mundo foram transferidas e aclimatadas, com relativo sucesso, no continente americano. É possível afirmar que, em parte, a biota européia foi de fato enxertada nas terras de mata do Brasil meridional, porém lado a lado com o milharal, constituindo novos ecossistemas, que mesclaram características distintas.

Segundo o ex-inspetor colonial Adalberto Jahn (1871, p.49), muitas “madeiras européias” prosperavam em solo gaúcho, entre elas “o carvalho, o álamo e o salgueiro, dos quais existem bonitos espécimes nas imediações de São Leopoldo. A macieira, a pereira, o pessegueiro e outras árvores frutíferas aclimatam-se bem”. Por outro lado, Jahn (1871, p.49) igualmente ressaltou que “encontram-se também aqui as plantas próprias da zona tropical: *assim vemos ao lado do carvalho e do louro a bananeira e a laranjeira e ao lado da canna d’assucar as plantações de batatas em terrenos semelhantes*” (grifo meu). Em muitas de suas cartas, os colonos também confirmam essa informação, ressaltando que o clima, muito parecido com o europeu, facilitava o plantio de suas sementes. Mas os ecossistemas regionais jamais perderam todas as suas características originais e seria um erro afirmar que houve simplesmente uma duplicata da biota européia nas colônias.

Talvez o ponto mais marcante em relação a essa dinâmica ambiental tenha sido a boa qualidade da terra escondida sob as florestas gaúchas. Aliás, este foi sem dúvida um dos fatores imprescindíveis para a diáspora colonial rumo ao norte. O caso é que a vegetação subtropical característica das regiões coloniais guardava um solo coberto de húmus, rico em cálcio, potássio e fósforo: uma terra úmida e fecunda, que parecia ainda mais fértil quando acrescida das cinzas das queimadas. A *Urwald*, ou floresta virgem, associava-se à fertilidade e, por essa razão, atraía muitos colonos sempre em busca de novas terras.

Mas a floresta tinha ainda uma outra utilidade, menos concreta e talvez nem sempre perceptível aos olhos dos colonos. Como já apontou Robert Harrison (1993, p.7), homens e mulheres não têm apenas explorado as florestas materialmente; eles também se utilizam delas para forjar seus símbolos, suas analogias, suas estruturas de pensamento e seus *emblemas de identidade*. Em última instância, é possível afirmar que a fronteira verde, para os colonos estabelecidos no Rio Grande do Sul, demarcava o mundo civilizado. Em oposição a ela, os colonos definiam sua própria identidade na nova terra. Como aponta Correa (2004, p.34), “na fase pioneira da imigração alemã, a densa floresta condicionou, junto com o contato raro e

esporádico com os outros grupos, a formação de um grupo étnico ‘alemão’ enquanto um tipo de organização social”. Poder-se-ia dizer mais: a floresta foi, sem dúvida, um elemento definidor do que se poderia chamar de uma “identidade colonial”, figurando como um fator unificador.

Foi vencendo as frondosas árvores, o aglomerado de cipós, epífitas e fetos, que o colono se definiu como trabalhador austero e obstinado – imagem que ainda hoje permanece viva no senso comum. Vale lembrar que essa identidade, antípoda à floresta, foi uma construção coletiva, portanto dinâmica, e teve a participação de inspetores e diretores de colônias, presidentes de província, agrimensores e mesmo por viajantes que passaram pela Província ao longo do século XIX.

Ao visitar a colônia alemã de Mundo Novo, o então presidente da Província de São Pedro, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (1853, p.22), registrou que se tratava de uma população “orgulhosa de ter fundado no seio de nossas florestas uma Pátria para seus filhos”. Por se sobrepôr à floresta, “o elemento alemão”, nas palavras do agrimensor Maximilano Beschorem (1989, p.35), possuía “uma posição dominadora” em solo sul-rio-grandense. Em outras palavras, *colono* e *civilizador* tornaram-se sinônimos. Conforme Homem de Mello, presidente da Província em 1868, “há pouco tempo existia aqui apenas um *vazio*, povoado somente por animais. Hoje este chão se *transformou* e foi entregue para sempre ao homem *civilizado* devido ao esforço de um povo cheio de energia e religiosidade” (grifos meus).

Como fronteira, a floresta foi mais do que um marco divisor – fronteiras também são linhas unificadoras. Esta foi, além disso, uma linha móvel. Divisora, à medida que demarcou dois espaços distintos: o civilizado, marcado pela agricultura colonial, e o incivilizado ou inculto, marcado pela própria mata. Unificadora, à medida que sua presença forjou uma identidade colonial intrinsecamente americana, que, mesmo longe de ser homogênea, permitiu a inserção dos imigrantes na sociedade sul-rio-grandense.

Considerações finais

A colonização européia em terras meridionais, ao contrário do que afirmaram economistas, historiadores e sociólogos, não trouxe consigo apenas desenvolvimento econômico ao Rio Grande do Sul. No lastro da modernização da agricultura, da expansão das indústrias e do florescimento do comércio, o empreendimento colonizador trouxe ainda alterações de ordem ecológica. Nesse sentido, ainda que de maneira introdutória, o presente artigo procurou abordar o papel da floresta no processo de americanização dos colonos

instalados em terras sulinas a partir de 1824, atentando igualmente para os danos ambientais relacionados à conquista dessa fronteira verde.

Tal perspectiva ainda não havia sido contemplada pela historiografia sul-rio-grandense, embora as conseqüências ambientais relacionadas à expansão colonial na província já tivessem sido notadas em finais de oitocentos, por alguns observadores (Lindman 1974; Lopes 1867; Almeida, 1894; Medeiros, 1913). As críticas ambientais, porém, foram escassas e não passaram disso. Entretanto, a implantação das colônias dinamizou a ação antrópica nos biomas sul-rio-grandenses, humanizando e transformando a paisagem, em detrimento da vegetação natural (Marchiori 2002, p.8). Como no caso norte-americano, a conquista da fronteira verde do Brasil meridional foi relativamente rápida e drástica. Mas a diáspora dos descendentes dos pioneiros ainda não chegou ao fim. A fronteira continua aberta, e o seu limite, hoje, situa-se na Amazônia, o que só reforça a atualidade e importância deste tema, ainda tão pouco explorado pela historiografia regional.

Bibliografia

- ARNOLD, D. 1996. La naturaleza como problema histórico. México, Fondo de Cultura.
- ÁVILA, Arthur Lima de. 2006. E da fronteira veio um pioneiro: a *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner. Dissertação de mestrado defendida no PPGH da UFRGS.
- BERNARDES, Nilo. 1997. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, Ed. Unijuí.
- BESCHOREM, Maximiliano. 1989. Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887). Porto Alegre, Martins Livreiro.
- BILLINGTON, R. 1966. The frontier thesis: Valid interpretation of American History.
- BUBLITZ, J. e CORREA, S. 2006. Terra de Promissão: Uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF.
- CARVALHO, Manoel Maria de. 1886. Relatório sobre o serviço de Imigração e Colonização na Província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Biblioteca Nacional, seção de obras raras, 74,6,1.
- CESAR, Guilhermino. 1978. O contrabando no sul do Brasil. Caxias do Sul, UCS-EST.
- CORREA, Silvio. 2004. "Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul". In: Cultura Alemã 180 Anos. Porto Alegre: Nova Prova.

- _____. 2006. “Territorialidade e etnicidade: Outras fronteiras do Brasil meridional” In: Seminário Internacional Imigração e Relações Interétnicas e XVII Simpósio de Imigração e Colonização. São Leopoldo, Unisinos.
- _____. 2005. “Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: Etnicidade e alteridade através da literatura de viagem”. In: Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre.
- CROSBY, Alfred W. 1993. Imperialismo ecológico. São Paulo, Companhia das Letras.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. 2001. “A região no contexto da Globalização – o caso do Vale do Rio Pardo”. In: VOGT, Olgário Paulo e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org). Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- FRANZEN, Mathias. 1922. Carta datada de 27 de agosto de 1832, Colônia de São Leopoldo. Familien Freund.
- FREUDENBERGER, Emilie. 1981. Relato. In: UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre: EST.
- GUTFREIND, Ieda e REICHEL, Heloisa. 1998. As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial. São Leopoldo: Unisinos.
- HARRISON, R. 1993. Forests – Shadow of Civilization. University of Chicago Press.
- JAHN, Adalberto. 1871. As colônias de São Leopoldo na Província Brasileira do Rio Grande do Sul e reflexões gerais sobre a imigração espontânea e colonização no Brasil. Leipzig. Biblioteca Nacional, setor de obras raras, código 103, 5, 3.
- LANGENDONCK, Marie van. 2002. Uma Colônia no Brasil. Santa Cruz do Sul, EDUNISC.
- LAMAR, Howard e THOMPSON, Leonard. 1981. The Frontier in History: North America and Southern Africa Compared.
- LOPES, José Joaquim Rodrigues. 1867. “Considerações gerais sobre a ex-Colônia de São Leopoldo”. In: Relatório apresentado à Assembléia geral Legislativa pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança.
- MARTIN, H. Recortes do passado de Santa Cruz. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- MELLO, Homem. 1868. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Mercantil.
- PÁDUA, José A. 2002. Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- PÍCCOLO, H. 1996. Os confrontos nos encontros: a dinâmica do processo de colonização no sul do Brasil. In: Raízes da América Latina. SP, EDUSP, p.343-356.

- QUEVEDO, J. e SANTOS, T. 2002. Rio Grande do Sul: Aspectos da História. Porto Alegre, Martins Livreiro.
- RAMBO, Arthur B. 2004. Às sombras do Carvalho. Organizado por Antonio Sidekum. São Leopoldo, Nova Harmonia.
- RAMBO, Balduino. 2000. A fisionomia do Rio Grande do Sul. Ensaio de Monografia Natural. 3ª ed. São Leopoldo, Editora Unisinos.
- _____. 1956. A imigração alemã. In: Enciclopédia Riograndense. O Rio Grande antigo, v. 1, Canoas, Ed. regional.
- ROCHE, J. 1969. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo.
- SCHAMA, Simon. 1996. Paisagem e Memória. São Paulo: Cia das Letras.
- SEIDLER, Carl. 1976. Dez anos no Brasil. São Paulo; Brasília, Martins; INL.
- SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. 1853. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Mercantil.
- THOMAS, Keith. 1999. O Homem e o mundo natural. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- TURNER, Frederick J. 1893. The Significance of the Frontier in American History. New York, Dover, 1996.
- UMANN, Josef. 1981. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre: EST.
- WEGNER, Robert. 2000. A conquista do Oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- WEIBEL, Leo. 1958. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE.

INSULTOS AO PRESIDENTE: ITALIANOS E DESCENDENTES NO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

Silvia Regina Ackermann¹

O crime ocorreu no dia 18 de maio de 1941, na barbearia do Sr. Biazutti. Esse episódio teve grande repercussão e mobilizou a pequena cidade de Santa Teresa, no interior do Estado do Espírito Santo.² Não houve derramamento de sangue. O crime, segundo o inquérito, estaria enquadrado no art. 3º, XXV, do Decreto-lei 431, de 18 de maio de 1938. As cinco testemunhas do inquérito afirmaram que o crime envolveu uma moeda, quatro delas apontaram ainda a flatulência e duas delas o desejo de revolução.³

Já faz algum tempo que os processos criminais entraram no circuito de possíveis fontes para historiadores, antropólogos e demais interessados em estudar a vida social, principalmente das chamadas “classes populares” (REVEL, 1998). Por certo, as histórias, ou melhor, as versões apresentadas nesses documentos trazem fragmentos de experiências vividas por muitas pessoas que dificilmente apareceriam em outras fontes, especialmente, quando se trata de períodos mais recuados no tempo.

Mas, como qualquer outra fonte, é necessário lembrar que os processos criminais são produzidos com um determinado objetivo e, portanto, devem ser compreendidos na sua especificidade. Se, por um lado, conseguimos perceber “as vozes populares”, por outro, não podemos esquecer que essas vozes foram mediadas por escrivães e interpretadas por delegados, advogados e juízes. Para alguns pesquisadores, tais fontes seriam mais reveladoras do próprio aparelho jurídico-policial, seu funcionamento e representações de mundo, do que efetivamente das pessoas e histórias surgidas nessas narrativas.

Conforme Carneiro (2004), delegados, advogados e juízes utilizaram as representações sociais existentes na própria sociedade no momento de construir argumentações e julgar as ações dos envolvidos. Porém, o autor lembra também que o Direito tem um papel ativo na criação e propagação de valores e comportamentos. Dessa forma, partimos do pressuposto de que esse tipo de documentação permite, sem dúvida, uma maior compreensão do funcionamento do aparelho jurídico-policial, mas também possibilita aproximar-se dos valores, dos anseios e de outras

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos; bolsista CNPq.

² As primeiras grandes levas de imigrantes chegaram a Santa Teresa entre 1875 e 1877. Os imigrantes eram italianos, alemães, poloneses e suíços. Entre 1877 e 1890, ainda chegaram pequenos grupos de imigrantes, a maioria de italianos. Calculava-se que eram 3.500 estrangeiros em 1897. Destes, cerca de 80% eram italianos (DERENZI, 1974). Segundo o Censo de 1940, Santa Teresa tinha 21.496 brasileiros natos, 157 naturalizados, 525 estrangeiros e um de nacionalidade não declarada.

³ Processo Criminal nº 1.697 de 1941. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro.

percepções populares (MONSMA, 2005; CARNEIRO, 2004). Como as interpretações, tanto das classes populares quanto da própria Justiça, não são a-históricas, faz-se necessário atentar para o contexto específico em que foram produzidas.

Este trabalho insere-se no período conhecido por Estado Novo e enfoca a cidade de Santa Teresa. A época em questão é relevante, pois as marcas do Integralismo ainda eram visíveis nessa comunidade, criando um contexto marcado por tensão e solidariedade.⁴ O objetivo desta pesquisa é tecer algumas reflexões sobre as interações sociais produzidas nessa cidade, conhecida por abrigar um grande número de descendentes de imigrantes italianos, enfocando as relações com a Justiça. Dessa forma, o interesse recai sobre as redes sociais acionadas, os valores compartilhados, as limitações dos atores envolvidos, assim como sobre a própria visão de mundo expressa pelo aparelho jurídico-policia. O suposto “crime” teve ampla repercussão entre os moradores de Santa Teresa e chegou ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

O TSN foi criado, pela Lei nº 244, de 11 de setembro de 1936, após a Intentona Comunista (CAMPOS, 1982). Pelo Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, ficou definido que o TSN julgaria as seguintes situações: “[...] a) crime contra a integridade do Estado, b) contra as instituições e c) crime contra a economia popular” (FAVERI, 2004, p. 97). O crime, segundo o inquérito, estaria enquadrado no art. 3º, XXV, do Decreto-lei 431, de 18 de maio de 1938: “Injuriar os poderes públicos, ou os agentes que os exercem, por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa”.⁵

O percurso normal de um processo começava com uma denúncia na Delegacia local, que, por sua vez, acionava a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em Vitória. Feito o contato, delegado e escrivão dirigiam-se até a cidade para abrir o inquérito, ouvindo as declarações do denunciado e de testemunhas. Se as acusações fossem julgadas procedentes, a denúncia e o inquérito eram encaminhados ao TSN no Rio de Janeiro. Então, o processo criminal era aberto.

O Inquérito

No dia 25 de abril de 1941, o delegado do DOPS recebeu uma denúncia de um fato ocorrido no dia 18, véspera do aniversário de Getúlio Vargas, na cidade de Santa Teresa. Conforme a denúncia, numa barbearia local, Fortunato Bonino deixou cair de suas mãos uma moeda com a

⁴ Burke (2002) salienta que o termo comunidade é útil, porém problemático, pois traz consigo a idéia de solidariedade, homogeneidade e ausência de conflitos.

⁵ Diário Oficial. 20 de maio de 1938.

efígie do Presidente, pisou-a, fez gestos impróprios, além de ter proferido uma série de palavras de baixo calão dirigidas ao Presidente.

Fortunato Bonino, 30 anos, casado, guarda-livros, contestou a acusação e afirmou que a denúncia era fruto de seus inimigos, porém Fortunato não soube nomear esses inimigos. De acordo com a sua versão, ele pisou a moeda – e não lembrava se tinha a efígie do Presidente – para fazê-la parar de correr e, talvez, tenha dito algum gracejo sobre o tamanho dessas moedas, que foi transformado em insulto pelos seus inimigos. Declarou ainda que ele e sua família admiravam Getúlio Vargas, possuindo um retrato do Presidente na firma da família e na sua casa. Ao final, afirmou que “[...] não [era] dado ao vício da embriaguez” e que já havia pertencido à Ação Integralista Brasileira (AIB), mas, naquele momento, apenas se dedicava a seus interesses particulares. Invocou, para corroborar suas afirmações, o próprio Dr. Juiz de Direito da Comarca.

Foram convocados a depor no inquérito os barbeiros Florêncio Paviotti e César Biazutti, Alberto Quiapani, Frederico Poli e Manoel Ferreira.

Florêncio Paviotti, proprietário da barbearia afirmou que “[...] sabe por conversa com diversas pessoas desta cidade” que Fortunato jogou uma moeda com a efígie do Presidente, pisando-a reiteradas vezes e dizendo que “[...] quando queria se aliviar de gazes sentava-se sobre a referida moeda”. Esses fatos, “segundo contaram”, se passaram na sua barbearia, mas não assistiu a eles. Disse que conhecia Fortunato, qualificando-o de “homem rico e instruído”.

A segunda testemunha, César Biazutti, disse que ele estava atendendo um freguês de nome Alberto Chiappani, enquanto Fortunato aguardava sua vez. A conversa acabou resvalando para assuntos políticos, quando Fortunato tirou uma moeda com a efígie do Presidente, jogou no chão, pisou em cima, dizendo que “[...] fazia por não gostar do Presidente Getúlio”. A testemunha prosseguiu: “[...] ainda não satisfeito com a demonstração pública de desrespeito [...] disse que quando queria se aliviar de gazes sentava-se em cima da moeda”. Estavam presentes Alberto Chiappani, Florêncio Paviotti e Frederico Poli. O último, a testemunha desconfiava que estivesse dormindo na hora do ocorrido. Afirmou também que o fato foi imediatamente trazido ao domínio público e toda a população da cidade teve conhecimento.

Alberto Chiappani, *chauffeur*, contou que, no dia 18, estava se barbeando, quando Fortunato começou a falar de política, queixando-se da realização da festa em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas. De acordo com a testemunha, para demonstrar seu desagrado com o Presidente, tirou do bolso uma moeda com sua efígie, jogou a moeda ao chão e, “irado”, passou o pé diversas vezes, dizendo que, quando queria se aliviar de gazes, sentava-se em cima da moeda e “[...] que daria graças a Deus se no dia seguinte rebentasse uma revolução para depor o senhor Presidente da Republica”. Afirmou ainda que Fortunato era um homem instruído, “[...] dono de sólida fortuna

neste município” e que os fatos ocorridos na barbearia foram trazidos ao conhecimento público e ninguém mais os ignorava.

Frederico Poli, pedreiro, afirmou “saber” que, no dia anterior, Fortunato jogou uma moeda com a efígie de Getúlio Vargas ao chão e “[...] enraivado passou o pé diversas vezes sobre ela”. Soube que tal fato aconteceu no dia 18, na barbearia, e que estava fazendo a barba nesse momento, mas a nada assistiu, pois estava dormindo. Porém, acrescentou que “[...] todos na cidade contam o ato como verídico”.

Manoel Ferreria, pernambucano, coletor estadual, disse que, no dia 18, encontrou por acaso, no bar “Passoline”, o *chauffeur* Chiappani e este contou ao depoente que Fortunato, “pessoa de recursos e educada”, havia acabado de insultar o Presidente por gestos e palavras, contando a ele o caso da moeda e da revolução. A testemunha afirmou que ficou receosa em acreditar em toda a história, mas, no dia 19, encontrou Fortunato e perguntou sobre o ocorrido, tendo como resposta: “O que tem isto?”. Diante da resposta, disse ter perdido a calma e retrucou: “Sou muito seu amigo, mas não permito que você, nem outra pessoa qualquer, procedam desse modo na minha vista sob pena de levar o fato ao conhecimento do Tribunal de Segurança ou Ministro da Justiça”. A testemunha acrescentou que não foi o autor da denúncia e que conhece Fortunato muito bem, considerando-o seu amigo.

Todas as testemunhas foram unânimes em afirmar que nunca viram o réu bebendo ou embriagado e, com exceção de Manoel Ferreira, todos disseram que Fortunato era um membro de destaque na extinta AIB em Santa Teresa.

Carta ao Presidente

O remetente era Paulo Bonino, pai do réu. A carta foi iniciada com um pedido de desculpas pelo fato de roubar o “precioso” tempo daquela autoridade e prossegue ressaltando a sua admiração pela “obra reconstrutora da Nação Brasileira”.

Paulo argumentou que “inimigos gratuitos”, utilizando a Lei de Segurança Nacional, denunciaram seu filho por fatos diferentes daqueles que realmente aconteceram, sendo a intenção das testemunhas prejudicar a ele e a seu filho.

O remetente ressaltou ainda que possuía a fotografia do Presidente no comércio da família e em casa e solicitou:

[...] que lance suas justiceiras vistas sobre esse facto, para que não seja consumada uma injustiça, e, mais ainda, uma ingratidão em torno de uma família que sempre

respeitou o atual Primeiro Magistrado da Nação, o que, assim, virá dar azas a esses que se escondem nas dobras da lei, para desfecharem golpes traiçoeiros, por inveja ou qualquer outro motivo, aos seus desafeiçoados. [...] dotado como é, de um espírito superior e privilegiado, providencie a respeito, para se pôr freio a uma exploração, o que lhe ficaremos eternamente gratos (1941).

A carta apresentada poderia ser enquadrada naquilo que James Scott (1990) chama de “Transcrição Pública”. Tal conceito se relaciona com as interações marcadas por um “desequilíbrio de poder”, ou seja, entre poderosos e subalternos. Segundo Monsma (2000, p.101), “A palavra transcrição (*transcript*), no sentido incomum que ele a usa, significa as palavras, gestos, as expressões culturais e as outras ações que se poderia incluir em um relato escrito”.

Assim, de acordo com Scott, nesse tipo de interação, os subalternos adequariam de forma estratégica o seu discurso às expectativas dos poderosos. O tom de humildade transparece a todo o momento na carta de Paulo Bonino. Ele elogiou as atitudes de Vargas e manteve uma postura de respeito e obediência, encerrando sua carta como “admirador sincero, humilde servo”. Em meio a tal discurso, Paulo fez o seu pedido, qual seja, o de não prenderem seu filho, atitude entendida por ele como injusta e, para tanto, apelou para as “justiceiras vistas” de Getúlio Vargas. Para Scott, essa postura, que pode ser entendida como uma estratégia para se obter o resultado desejado, acaba constringendo aquele que está na situação privilegiada, já que este precisa manter a legitimidade do seu poder.

Foi dessa forma que Paulo Bonino buscou os seus objetivos, falando aquilo que Getúlio Vargas gostaria de ouvir, sem utilizar, prudentemente, os seus próprios recursos de poder, registrando apenas embaixo da sua assinatura “agente consular italiano e negociante”, escolhendo manter um comportamento, aparentemente, submisso.

O Abaixo-Assinado

O texto que veio seguido pelas assinaturas dizia que os abaixo-assinados, residentes em Santa Teresa, conheciam de perto o “acatamento e consideração” que gozava a família de Paulo Bonino, um dos mais antigos negociantes da cidade e que exercia também a função de agente consular da Itália. O texto, possivelmente escrito pelo advogado de defesa, salientava que o réu, de comportamento exemplar, era brasileiro e casado com brasileira, tratando-se de um moço “[...] que reunia todos os predicados precisos de um bom cidadão, ponderado em todas as suas ações, e que inclusive havia sido distinguido com a nomeação de suplente de Juiz Distrital”. Novamente, as fotografias do Presidente surgiram para corroborar as afirmações. O texto ainda informava que a firma da família Bonino hasteou a Bandeira Nacional no dia do aniversário de Getúlio Vargas,

sendo o cunhado do réu o orador oficial das comemorações. Assim, a carta sustentava que houve “[...] fortes explorações de inimigos gratuitos, em torno da realidade do facto”.⁶

Outro elemento que apareceu nesse texto buscando confirmar o patriotismo do réu foi a sua participação como membro na Comissão de Recenseamento.⁷ Contudo, o relatório do Delegado de Santa Teresa, responsável pela Campanha do Recenseamento, salientou alguns problemas ocorridos, insinuando que ainda havia ressentimentos de alguns grupos com o poder instituído. Segundo o delegado:

Num meio como o nosso, onde predomina o sangue estrangeiro, com tais Comissões Censitárias como disse, nada se consegue e nem se conseguirá nunca. O povo do interior vive ainda constringido pelos erros políticos do passado, e não bastando suas desastrosas conseqüências, vieram, para ludibriar mais um pouco o seu pacato sentimento de timidez, as falsas ideologias políticas contaminando a tudo e a todos. Embora já não exista mais, pelo menos aparentemente, esses grandes males que ceifavam e entravavam a vida do País, qualquer coisa ainda perdura, cuja prova está na escolha da maioria dos membros da Comissão Censitária que, por se tratar de uma organização nacional que estava patrocinada diretamente pelo Governo da Republica, nada fez nem procurou fazer, como quem procurasse uma desforra.⁸

Assim, um ano antes, o delegado de Santa Teresa falava em “desforra”. Por certo, Santa Teresa não era uma cidade isenta de tensões onde reinaria uma solidariedade irrestrita entre seus moradores e deles com as autoridades. Não há dúvidas de que o Delegado se referiu à AIB quando mencionou as “falsas ideologias políticas”.

No relatório do Delegado do DOPS, ainda durante o inquérito, a atuação do réu como membro influente da AIB foi utilizada para explicar a ofensa dirigida ao Presidente:

O crime tem a mesma explicação que teve o assalto do Palacio Guanabara; é uma demonstração de que os elementos do Sigma não se esquecem de que foi o Presidente Vargas que impediu as suas nocivas e impatrióticas atividades.

Por meio do abaixo-assinado, percebe-se que o acusado e sua família desfrutavam de um grande capital econômico e social, participando de uma rede de sociabilidade e solidariedade na população local. No abaixo-assinado em que aparecem os nomes datilografados, as profissões citadas sugerem apenas o apoio da elite local. Já na outra versão do abaixo-assinado, com as

⁶ No processo, há três versões de abaixo-assinados: uma de 28-04-1941, com 23 nomes e respectivas profissões datilografados; outra de 30-04-1941, com 55 assinaturas e respectivas profissões; e uma terceira com 18 assinaturas e respectivas profissões. O texto que antecede as assinaturas é o mesmo. Em nenhuma delas há nomes de mulheres.

⁷ A campanha para o Recenseamento de 1940 apelava para o patriotismo da população, ao solicitar que fossem fornecidas informações verídicas.

⁸ Relatório Delegado Orlando Nascimento. Serviço Nacional de Recenseamento. Delegacia Municipal – Santa Teresa. Estado do Espírito Santo. APEES. Recenseamento de 1940, p. 9.

assinaturas, aparecem profissões mais diversificadas, constando vários profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes e lavradores. Parece que o segundo documento seguiu a orientação do advogado de defesa, mostrando que o acusado não era apenas um membro da elite local, mas um cidadão respeitado por todas as classes sociais. Foi o próprio advogado que ressaltou a existência dessa “diversidade”.

Contudo, é necessário redimensionar o apoio e a espontaneidade admitida por aqueles que assinaram tal documento, pois se pode imaginar que uma recusa poderia gerar situações bastante delicadas. Além dos abaixo-assinados, há ainda declarações de boa conduta escritas pelo prefeito e ex-prefeito da cidade e pelo vigário da Paróquia. Todos qualificaram o réu como um exemplar chefe de família, de temperamento ponderado, trabalhador, honesto e sem vícios.

Os depoimentos ao Tribunal de Segurança Nacional (TSN)

No novo depoimento, o réu contou a história da moeda, omitindo o possível gracejo incluído no inquérito, e apontou o seu inimigo: Alberto Chiappani.⁹ Segundo ele, seus desafetos exploraram a história que acabou sendo divulgada de modo inverídico no jornal “A Tribuna”.¹⁰

Duas testemunhas arroladas no inquérito, os barbeiros Paviotti e Biazuti, voltaram a testemunhar, agora para a defesa, no processo do TSN.

Paviotti afirmou que o réu não pronunciou as palavras, não fez os gestos denunciados e que não teve intenção de ofender o Presidente. Paviotti alegou que ficou preso por duas horas na sala das armas da Delegacia de Polícia, pois não queria dizer coisas que não havia presenciado. Afirmou também que sabia que Chiappani era “inimigo capital” de Fortunato, sendo o desentendimento motivado por um rádio, além de ser o chauffeur “dado a intrigas”. O réu, por sua vez, foi qualificado como ordeiro e trabalhador, sempre demonstrando respeito pelas autoridades, mesmo quando ele ainda pertencia à AIB.

Nesse novo depoimento, Biazuti também assegurou que o réu não fez gestos e nem pronunciou palavras com a intenção de ofender o Presidente. Declarou que foi coagido com ameaças de prisão durante o inquérito. Ele afirmou que foi levado à presença de Paviotti que se achava preso, dizendo a autoridade que aquele seria seu lugar, se não contasse a verdade. Salientou também que Chiappani era “inimigo capital” do réu e que ouviu dizer que o motivo era um rádio,

⁹ O advogado de defesa não levou a idéia do “gracejo” adiante e pautou sua argumentação na deturpação dos fatos, feita por vingança.

¹⁰ Segundo a nota intitulada: “Desagradável ocorrência na cidade de Santa Teresa”, “pessoas dignas de crédito” disseram que o delegado local “lamentavelmente e impatrioticamente” não tomou providências e por isso apelavam para o jornal. Em Nota Oficial, o delegado afirmou que antes da publicação da nota, o delegado do DOPS já estava na cidade para presidir o inquérito. Recortes de Jornal foram anexados ao Processo Criminal.

além de ser “dado a intrigas”. Para ele, o réu era trabalhador, de bom procedimento, tendo sempre respeitado as autoridades do País.

Nos novos depoimentos, que seguem praticamente a mesma narrativa, já que são respostas a um questionário formulado pelo advogado, temos a corporificação do inimigo. Os denunciadores não são mais os “inimigos gratuitos” ou “invejosos”, ele é o *chauffeur* Alberto Chiappani, embora, no inquérito, Chiappani tenha figurado apenas como testemunha e como um dos autores dos “boatos” sobre o ocorrido. Junto à corporificação do denunciador, surgiu também o motivo da denúncia: não se tratava de ressentimentos de um antigo integralista, mas sim de uma desavença motivada por um rádio. Uma informação solta, sem maiores explicações, mas que justificava a atitude de Chiappani que, supostamente, usou o “incidente da moeda” para se vingar de Fortunato.

Os depoimentos narrados buscaram construir também as imagens de Chiappani e do réu. Chiappani apareceu como “intrigueiro”, já o réu foi mostrado como trabalhador, ordeiro, responsável, mesmo quando ainda era membro da AIB. Os atores pareciam compartilhar dos critérios de avaliação dos comportamentos, assim como conhecer os valores enfatizados pelo Governo, reinando um aparente “consenso ético” (BOURDIEU, 1989). A ampla repercussão do caso pode sugerir também uma forte coesão entre os membros da pequena cidade (ELIAS, 2000).

Embora a acusação tenha recaído sobre Alberto Chiappani, ele não foi chamado para explicar o “caso do rádio”. Chiappani foi desqualificado como “intrigueiro” e o fato de já ter sido processado e condenado em outra ocasião pareceu corroborar a afirmação das testemunhas.¹¹ Com certeza, solidariedade e desavenças faziam parte das relações do próprio grupo étnico, já que o suposto “denunciador” também carregava um sobrenome italiano. Talvez a ameaça de prisão feita pelo delegado possa indicar a resistência dos barbeiros em não testemunhar, motivados por uma solidariedade étnica, vínculos de amizade, medo de represálias ou, talvez, apenas receio de perder a freguesia.¹²

As fissuras no grupo que se apresentaram, nesse caso, parecem ser mais de caráter econômico do que étnico. Os envolvidos mantinham relações de vizinhança e a denúncia surgiu de comentários políticos numa conversa informal. Fortunato, por certo, não esperava que seus comentários e gestos fossem levados às autoridades.

Voltando a Scott, poderíamos enquadrar as conversas na barbearia naquilo que o autor denomina de “Transcrições Escondidas”. Estas seriam as representações feitas entre os próprios

¹¹ Art. 294, § 2º, combinado com o art. 13 do Código Penal. Condenado a pena de reclusão de 17 dias e 12 horas. Processo Criminal n. 1.697 de 1941. Processos Criminais do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

¹² A única testemunha que não possui sobrenome italiano é o pernambucano Manoel Ferreira, que afirmou ser amigo do réu.

pares, portanto numa situação de equilíbrio de poder. Mas, nesse caso, o que deveria ficar apenas entre os pares acabou nos ouvidos das autoridades. Assim, podemos imaginar que os “dominados” não formavam um grupo coeso; havia divergências entre eles. Porém, ao mesmo tempo, podemos apontar a solidariedade demonstrada pela comunidade ao réu e até mesmo a mudança no testemunho dos barbeiros. Essa seria uma forma de punir aqueles que colaboraram com as autoridades?

No decorrer do processo, é bastante evidente que o promotor não utilizou as armas disponíveis contra o réu. O fato de ser ex-integralista não ganhou a importância demonstrada no inquérito e a imagem do réu e sua família, construída durante o processo, foi ao encontro da imagem esperada pela Justiça. O chefe de família, trabalhador, ordeiro, de temperamento ponderado, honesto, sem vícios, adequou-se ao que se esperava de um bom cidadão nesse contexto, reforçando, por sua vez, esses mesmos valores. Os recursos disponíveis para Fortunato e Chiappani eram bastante desiguais, e não há dúvidas também de que o capital econômico e social desfrutado pela família Bonino pesou no julgamento.

Por fim, voltando novamente a Scott, o julgamento do TSN parece ser mais uma “dramatização da dominação” a fim de difundir o medo, do que efetivamente condenar. Dutra (1997) afirma que grande parte dos processados pelo TSN no Estado de Minas Gerais foi acusada por motivos pueris e a imediata aceitação das denúncias demonstra que o intuito do Governo era criar um clima de vigilância e medo que chegou à esfera do cotidiano. Mas, além do medo, podemos perceber que o contexto da guerra provocou também alterações nas posições de poder nessas pequenas cidades, ao menos temporariamente. Algumas famílias que desfrutavam de um capital econômico e social ficaram, enquanto corria o processo, em uma situação desconfortável, fragilizadas, necessitando do apoio dos moradores da localidade. As peças do processo sugerem a mobilização da comunidade ou, ao menos de parte dela, na busca da absolvição do réu, talvez como uma forma de retratação do poder instituído para a comunidade.

Na sentença, o Juiz Antônio Pereira Braga afirmou que apenas o gesto ficou asseverado (pisar a moeda), mas o TSN não julgava gestos, apenas injúrias verbais, as quais não foram devidamente indicadas. Ademais, para o juiz, as “palavras de baixo calão” não poderiam ser enquadradas no conceito legal de injúria, figurando apenas como “ofensas”, que a lei “incoerentemente” não punia. Fazendo uso da retórica da neutralidade, o juiz reservou para si apenas o papel daquele que faz a interpretação da lei e a sua “justa” aplicação (BOURDIEU, 1989). Na seqüência das suas justificativas para o veredicto “escolhido”, o juiz afirmou que os elementos da prova não o convenceram de que o fato não foi deturpado e, diante da falta de provas do contrário, entendia a negativa do réu como uma “absoluta retratação”. O réu foi absolvido. Percebe-

se que não apenas a lei escrita tangenciou o desfecho desse processo. O juiz precisava ser “convencido” e não o foi. Assim, sob a capa da aparente neutralidade, o juiz fez uso do seu poder de criação. Nas palavras de Bourdieu (2001, p. 227):

Uma manifestação exemplar desse poder estatal de consagração da ordem estabelecida é o *veredicto*, exercício legítimo do poder de dizer o que é e de fazer existir o que enuncia, por meio de uma constatação performática universalmente reconhecida.

Considerações Finais

Por meio de um vocabulário verbal e gestual, os processos criminais deixaram pistas sobre os valores compartilhados, as normas, os comportamentos esperados por mulheres, chefes de família, jovens, estrangeiros e outros grupos étnicos/sociais em determinado contexto (CARNEIRO, 2004). Também é possível “observar” os grupos e suas redes sociais, as estratégias utilizadas pelos atores, bem como suas margens de manobras. Assim, deve-se estar atento para o movimento e as aparentes contradições surgidas nas “peças” dos inquéritos e processos. No caso analisado, as testemunhas de acusação se transformaram em testemunhas de defesa, uma “comunidade indignada” que procurou o jornal para exigir providências, ressurgiu em forma de abaixo-assinado a fim de evitar uma suposta injustiça.

Podemos entender esses “momentos críticos” desencadeados pelas denúncias, como potencialmente reveladores, pois essas são ocasiões privilegiadas de criação e redefinição de fronteiras étnicas/sociais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão Judicial no Estado Novo**: esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora 1858/1921). Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2004.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro:UFRJ, Belo Horizonte:UFMG, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: uma avaliação crítica. **Revista BIB**, n. 49, p. 95-121, 1 semestre 2000.

_____. Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. (Org.). **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 159-221.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, FGV, 1998. p. 15-38.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance**: hidden transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

O MITO DE SEPÉ TIARAJU: ETNOGRAFIA DE UMA COMEMORAÇÃO

Ceres Karam Brum¹

Morto em combate contra os impérios da Espanha e Portugal, em 7 de fevereiro de 1756, Sepé Tiaraju é lembrado por lutadores e lutadoras do povo brasileiro que, 250 anos depois, ainda precisam gritar: “Esta terra tem dono!”
(Contracapa do livro “Sepé Tiaraju 250 anos depois”, 2005)

Introdução

A cidade de São Gabriel, localizada na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 4 e 7 de fevereiro de 2006, foi palco de uma série de comemorações com o objetivo de homenagear Sepé Tiaraju. Este texto pretende interpretar estas atividades, enfocando as relações estabelecidas entre o passado e o presente, no Rio Grande do Sul, a partir da análise do mito de Sepé Tiaraju.

As atividades de homenagem aos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, coordenadas pelo Comitê do ano de Sepé Tiaraju, iniciaram em 22 de junho de 2005, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião, foi apresentado um projeto de lei e vários estudos a respeito de Sepé Tiaraju. Neste sentido, foram promovidos seminários e a elaboração do livro *Sepé Tiaraju: 250 anos depois*, organizado pelo próprio comitê, reunindo artigos e entrevistas sobre as Missões Jesuíticas e a figura histórica, literária e política de Sepé Tiaraju.

É também neste contexto das comemorações que se situa o projeto de lei 5.516, de 2/12/2005, da Câmara dos Deputados, que inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria e a sanção da lei estadual 12.366, de autoria do Frei Sérgio Görden, de 3/11/2005, pelo governador Germano Rigotto, que institui o dia 7 de fevereiro como data oficial do Rio Grande do Sul e Sepé Tiaraju como herói guarani missioneiro rio-grandense.

A estas atividades se seguiram as comemorações ocorridas entre os dias 4 e 7 de fevereiro, em São Gabriel, ocasião em que o culto à memória de Sepé Tiaraju alcançou proporções notáveis. À história das Missões, encerrada no século XVIII, se somou um novo capítulo – uma história da história

¹ Antropóloga. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. cereskb@terra.com.br

– a ressurgência do mito de Sepé, vivido por visitantes, estudiosos das Missões, por movimentos sociais, autoridades, políticos, comunidades indígenas, produtores rurais e os cidadãos locais.

Preparativos

Para a realização das comemorações, em São Gabriel, à atuação dos membros do Comitê se somou também a de uma comissão local, nomeada pelo prefeito municipal e composta por membros da administração municipal, do legislativo local, do Movimento Tradicionalista Gaúcho, do exército, de um folclorista e de um historiador, objetivando a operacionalização do evento, com a recepção de autoridades e visitantes.

As semanas que antecederam às comemorações na cidade formam pontuadas de muitos preparativos e reuniões, e da construção de uma cruz missioneira e de um oratório guarani, na Sanga da Bica (local em que Sepé Tiaraju foi morto há 250 anos).

Ao clima de expectativa se somou o de desinformação sobre a realização das inúmeras atividades programadas. A população de São Gabriel apenas possuía vagas referências sobre as atividades que ocorreriam. Em nenhum momento a imprensa local publicou a programação oficial do evento, que esteve disponível apenas no local do acampamento.

Neste clima de desinformação, a Farsul (Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul), no Jornal Rural do mês de janeiro, manifestou-se encarando com um certo exagero as manifestações previstas para as comemorações alusivas a Sepé e o presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, Tarso Teixeira, enviou por e-mail o texto que transcrevo a seguir:

SEPÉ TIARAJU: CHE GUEVARA DE COCAR?

O mês fevereiro de 2006 reserva para a cidade de São Gabriel, no coração da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, um acontecimento que está sendo anunciado com grande pompa e circunstância em toda a mídia estadual: uma programação especial comemorativa aos 250 anos da morte do guerreiro indígena Sepé Tiaraju, cacique guarani que lutou ao lado dos jesuítas espanhóis pela preservação das terras dos Sete Povos das Missões nas mãos dos guaranis, contra os efeitos do Tratado de Madrid de 1750, que deu a posse dos Sete Povos aos portugueses em troca da Colônia de Sacramento. O guerreiro indígena lutou contra as tropas de Portugal sob o incentivo da Companhia de Jesus, e terminou morto em combate no dia 07 de fevereiro de 1756, junto às cabeceiras da Sanga da Bica. As últimas notícias dão conta de que a comissão organizadora prevê uma presença de mais de 20mil visitantes, atraídos pelas comemorações que tem apoio do Governo Estadual e o respaldo de personalidades do mundo intelectual gaúcho. Justamente por conta de todo este marketing, algumas reflexões se fazem oportunas.

Como sepeense de nascimento, convivo desde muito cedo com a aura que sempre envolveu a figura de Sepé Tiaraju. É sabido que a biografia do líder guarani é cercada de poucos dados históricos e muitos mitos, o que certamente contribui bastante para a fantasia e alguma deformação, o que sempre se torna um desserviço ao verdadeiro interesse histórico. Por força do mito que envolve o personagem, o nome de Sepé Tiaraju tem sido apresentado por certa

corrente de pesquisadores como um revolucionário, uma espécie de precursor do socialismo nas coxilhas gaúchas. Algo assim como um Che Guevara de cocar e lança, imagem que se cristalizou no imaginário de muitos grupos que afirmam se inspirar em seu exemplo para praticar ou apoiar invasões de terra e outras mobilizações raivosas contra produtores rurais. Estas organizações, que há pouco mais de três anos estiveram em São Gabriel com uma postura agressiva e foram repudiados pela população, estão agora entre as principais entidades que organizam os festejos. Quem sabe, tendo fracassado em sua primeira tentativa, busquem agora, com uma nova roupagem, propagar seus valores antidemocráticos valendo-se da figura do guerreiro guarani. É bom frisar que organizações verdadeiramente empenhadas na cultura, como o Movimento Tradicionalista Gaúcho, retiraram-se da Comissão Organizadora, por sentir no ar um forte cheiro de propaganda ideológica e ranço revanchista.

É curioso o interesse repentino destes senhores por história, querendo valer-se de Sepé Tiaraju como um ícone do marxismo, da mesma forma que Hugo Chavez utiliza a figura de Simon Bolívar para justificar seus desmandos autoritários na Venezuela. Talvez porque os radicais da ultra-esquerda sempre se considerem donos da história, a “vanguarda do proletariado” que conduziria a um socialismo inevitável. Só que a mesma história já soterrou seus valores na lata do lixo. Mais curioso ainda querer tratar de história gaúcha, justamente estes grupos que abominam os valores do tradicionalismo gaúcho, fortemente ligado ao campo e à imensidão das coxilhas.

É bom que saibam de antemão que não pegarão o povo gabrielense desaparecido. A terra de São Gabriel, que sempre foi chamada de “Atenas Riograndense” pelo brilho intelectual de sua gente, tem um povo que conhece a história, e que não permitirá abusos em nome de uma ideologia autoritária, ultrapassada e que rejeita os valores do gaúcho.(Teixeira: 2006 a)

O texto atribui uma conotação negativa e de animosidade à realização das homenagens a Sepé Tiaraju em São Gabriel. Opõe-se frontalmente a elas, ao denunciá-las por seu caráter manipulatório e ideológico. Segundo o autor, as apropriações efetuadas do mito de Sepé possuem um caráter revanchista e se relacionam à esquerda engajada, na deturpação do personagem histórico e na sua transformação em herói revolucionário, a ser utilizado em prováveis invasões de terra. Além disto, o texto, ao alertar a população local sobre os interesses envolvidos na realização dos festejos, enfatiza o caráter mitológico de Sepé Tiaraju, remetendo a um “desserviço ao verdadeiro interesse histórico”, efetuado pela existência do mito e sua utilização.

Nos dias que antecederam às comemorações, Tarso Teixeira enviou ainda o artigo *Sepé Tiaraju e a máscara do frei*, onde explicita sua revolta como ruralista às comemorações previstas e as relaciona explicitamente aos conflitos de terra ocorridos em São Gabriel entre o MST e o ruralistas, no período de 2001 e 2003:

De mais a mais, já se sabe que estes “festejos” pretendem apresentar Sepé como uma espécie de Che Guevara de cocar. Nesta hora, é inspirador lembrar o movimento da comunidade gabrielense contra a presença do MST, em 2001, que foi denominado “Esta Terra tem Dono”. Naquela ocasião, o povo gabrielense fez justiça à história de Sepé como um guerreiro que lutou contra a desapropriação de suas terras pelos colonizadores, portanto, A FAVOR DO DIREITO À PROPRIEDADE. No entanto, alguns intelectuais que se julgam donos da história, como Alcy Cheuiche, Antonio Cechin e tantos outros que agora colaboram com estes festejos, insistem em pintá-lo como um pré-revolucionário socialista, o que não tem amparo algum na veracidade dos fatos, somente para justificar a pretensão de grupos que, ao arrepio da lei,

invadem propriedades e tentam desfigurar a formação sócio-cultural de nossa região, ligada fortemente ao agronegócio, que estes senhores insistem em combater. (Teixeira: 2006, p..2)

Nesta passagem, a revolta de Tarso Teixeira é diretamente dirigida ao MST em relação aos conflitos de terra ocorridos em São Gabriel e aos intelectuais que produzem uma interpretação comunitária da experiência missioneira ocorrida durante os séculos XVII e XVIII, a qual se vincula Sepé Tiaraju. É interessante assinalar que, nesta produção de sentido, Sepé Tiaraju é percebido como símbolo protetor da propriedade privada da terra, um herói que lutou contra a desapropriação, mas sem o caráter revolucionário que caracteriza sua figura, por exemplo, nas interpretações de Cheuiche e Cecchin. Nelas o brado de Sepé de “Esta terra tem dono” significa a relação entre o presente e o passado de uma herança de exclusão social no Rio Grande, a que se opôs Sepé Tiaraju a mais de 250 anos e que continua atual, capaz de simbolizar a luta dos movimentos sociais pela terra.

Mas, apesar da franca oposição por parte dos produtores rurais da cidade à presença do MST e demais movimentos sociais nas comemorações previstas, São Gabriel viveu um clima de expectativa e ebulição em torno de Sepé. O renomado historiador local Osório Santana Figueiredo, (que se define como autodidata), em 2005 escreveu o livro *Vida e morte de Sepé Tiaraju*. Um texto “comemorativo aos 250 anos da sua morte”, publicado com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel, para ser distribuído à população.

Segundo o autor, o texto se constitui em um ensaio fruto de 50 anos de estudos e pesquisas sobre a vida e morte de Sepé Tiaraju (2005:7) em que, além de sua interpretação, baseada em fontes documentais e bibliográficas, o autor também apresenta, ao longo do texto, uma série de lendas sobre Sepé:

Por fim, chegamos a convicção de que havia uma confusão entre as personalidades bem distintas do capitão Tiaraju, da história dos Sete Povos, e o Sepé da lenda e do mito. História é fato comprovado, e lenda é o episódio fantástico, criado pela imaginação inventiva dos povos. (Figueiredo:2005,46).

A passagem efetuada pelo autor, entre a narrativa verdadeira da história e a visão fantasiosa da lenda, se dá através do texto “Desfazendo Equívocos”, em que este desmente que a frase “Esta terra tem dono” tenha sido proferida por Sepé Tiaraju e a atribui, baseado nos estudos dos folcloristas Carlos Galvão e Antônio Augusto Fagundes, ao cacique Guairacá, que defendeu, com seus guerreiros aborígenes, a Província Espanhola do Guairá, “200 anos antes de Sepé” (2005: 46).²

² Júlio Quevedo se refere ao encontro de Sepé Tiaraju com a Comissão demarcadora de limites, ocasião em que este se posicionou sobre o direito à terra das Missões: “Neste momento, talvez Sepé tenha proferido: esta terra é nossa”, ou seja, aquela terra tinha dono e sua posse estava legitimada pela autoridade de Deus e de

Ante as posturas de Tarso Teixeira e de Osório Santana Figueiredo, sobre o mito de Sepé Tiaraju, é oportuno retomar a crítica de Pierre Bourdieu, no texto *Le mort saisit le vif: as relações entre a história reificada e a história incorporada* (1989: 78), a fim de repensar as relações estabelecidas pelo historiador na interpretação do passado.

Segundo Bourdieu, a narrativa historiográfica é concebida e afirmada pelos historiadores e reconhecida legitimamente como a representação do passado verídico por excelência (por ser produto da história como ciência balizada, e que possui o monopólio da interpretação do que realmente ocorreu). Ele critica a defesa da neutralidade científica e do ocultamento da também vivência de um mito, por parte dos historiadores. Um mito que se estabelece nas atividades de interpretação do passado, com a utilização das fontes. Uma atividade que ocorre no presente, como uma busca da gênese, das origens, sendo a geradora do poder da verdadeira história a ser contada. Uma história que incute a busca das responsabilidades sociais, do que realmente ocorreu.

Ainda nesta linha interpretativa, uma dupla observação: a vivência do mito é relegada ao plano do irreal e do inverossímil por uma parcela de historiadores que se reconhece como produtor da verdade científica e não de mais uma versão do passado, a par de outras narrativas. Assim, como eficácia simbólica, o discurso da isenção do historiador se transforma em imaginário social, sendo vivido como o mito da neutralidade científica.

O poder da ciência é advogado pelos grupos que o incorporam como divisor de águas e juízo de valor. Estão preocupados com a história verdadeira. O não reconhecimento, de seu também interesse, de interpretar o passado, se constitui na própria forma escolhida para dele se aproximar, miticamente.

Em um momento de comemoração, de re-lembrar e re-viver o passado, há uma nítida aproximação entre a história e o mito, na medida em que a referência à história (em termos de homenagens a um herói desaparecido materialmente há 250 anos) se dá como tomada de posição acerca deste passado histórico e se traduz em afirmações de identidades presentes.

A história do mito de Sepé Tiaraju

O antropólogo Marc Augé (1994) discorre sobre a mitificação da história situando-a como produção simbólica dos grupos que a vivenciam. Essa leitura do passado, através da construção da

seus Santos. Os jesuítas, fiéis ao papado de Roma – autoridade capaz de legitimar qualquer território do mundo – haviam convencido os guaranis do seu direito sobre aquele chão. Permitir a entrada dos demarcadores era

história mitificada como narrativa inter-relacionada ao alargamento da capacidade de contar e viver a história, conduz à reflexão sobre o processo de produção simbólica como objeto da Antropologia e seus desdobramentos com relação à manipulação da memória a partir da construção de sentido ao narrar o passado, produzindo identidades e pertencimentos.

A história mítica referida por Augé corresponde às reflexões de Mircea Eliade (1963: 27) de que a história narrada pelo mito constitui um conhecimento de ordem esotérica não somente porque é secreta e se transmite ao longo de uma iniciação, mas também porque este conhecimento é acompanhado de uma força mágico religiosa. Assim, o mito pode ser pensado como linguagem para pensar o presente e decifrá-lo na força mágica do que seria o fim dos tempos da história como “única” detentora do poder de recontar o passado e o re-figurar a seus fins.

A construção da falsa oposição conceitual mito/logos é ainda estudada por Gian Paolo Caprettini (1987: 102), quando se refere aos processos para a realização de investimentos sobre a verdade e a definição dos sentidos dessa contraposição conceitual. O poder do mito, para ele, se relaciona ao sentido conferido à história nas relações que estabelece via narração com a memória dos eventos históricos e com a verdade, não a partir da correspondência com o real, mas pela ação prescritiva da sanção social.

Logo, o que define o mito frente a outros gêneros narrativos não são apenas as particularidades de seu conteúdo, ou a estrutura das histórias que conta, mas as marcas aplicadas no seu exterior referentes as suas variações e modalidades, onde a falsidade assume relevância de definição, num modelo discursivo que tende ao ocultamento e a mistificação do real. (Caprettini 1985: 95).

Pensar sobre as homenagens a Sepé Tiaraju remete às relações que nós gaúchos estabelecemos com o passado histórico no Rio Grande do Sul e a diversidade de formas com que este passado alimenta o nosso imaginário presente, quando o vivemos como mito.

Para entender o processo de geração do mito devemos nos reportar ao século XVIII, com a desestruturação dos Sete Povos das Missões em virtude da Guerra Guaranítica (1754-1756), ocasião em que os guaranis missioneiros lutaram contra os exércitos unidos das duas coroas, se opondo à troca acordada entre as mesmas no Tratado de Madri (1750) da Colônia do Santíssimo Sacramento, pertencente a Portugal, pelos Sete Povos das Missões, possessão da Espanha.

permitir que estes se apropriassem e profanassem a terra que haviam recebido de Deus e de São Miguel.” (2000: 169).

É sobre esta disputa, que culminou com a troca de territórios entre as duas coroas, determinando o processo de integração das Missões às possessões lusas, e, posteriormente o Rio Grande do Sul ao Brasil, que a historiografia, a literatura regionalista e a memória popular destacam a atuação de Sepé Tiaraju.

Sepé foi o comandante das tropas missioneiras, morto em 07/02/1756, nas escaramuças que antecederam à Batalha de Caiboaté (10/02/1756). Esta culminou com o massacre de cerca de 1500 índios e a derrota dos guaranis missioneiros frente ao exército luso-hispânico. A Sepé Tiaraju se atribui a expressão “Esta terra tem dono”, referência atávica conhecida como o grito de Sepé, freqüentemente percebida em representações que remetem à bravura dos gaúchos, que se representam como seus descendentes.

As menções a Sepé Tiaraju iniciaram já no século XVIII, com o poema Uruguai (1769) de Basílio da Gama. Com a literatura regionalista de João Simões Lopes Neto, através do poema *O Lunar de Sepé* (1913), o mito de Sepé Tiaraju se popularizou e, ainda hoje, pode ser percebido através da produção de representações tendentes a homenageá-lo.

As constantes referências a Sepé Tiaraju, por sua atuação na Guerra Guaranítica, põem em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais sulinas, uma vez que, por um lado, o gauchismo integra sua figura aos seus discursos designando-o como “primeiro caudilho rio-grandense”, “fundador de uma genealogia de bravos” e, por outro lado, existem disputas pelo poder de nomeá-lo como “bandeira” de transformações sociais no estado.

Há inúmeros CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) e Piquetes, que se referem em seus nomes a Sepé Tiaraju, bem como poesias e músicas regionalistas, que narram sua história, e ainda há monumentos que representam sua figura, narrativas tradicionais que o santificam e o espetáculo de *Som e Luz*, encenado em São Miguel, que o apresenta como herói, além de sua menção pelo pacote turístico Caminho das Missões, que concebe Sepé Tiaraju como o Guia dos peregrinos.

Além destas representações, há duas polêmicas³ atuais marcantes na história do mito Sepé. Verdadeiras disputas de representações em torno de sua figura mitológica.

Mesmo sendo considerado como um santo popular no Rio Grande do Sul⁴ há a proposta de sua canonização por uma parte da Igreja Católica, inspirada na Teologia da Libertação. O processo de

³ Em *Sepé Tiaraju missioneiro: um mito gaúcho* (Brum:2006, 41) apresento a questão ocorrida em 1956 em que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, após uma enorme polêmica, desaconselhou a construção de um monumento em homenagem ao herói Sepé Tiaraju. O argumento da corrente de

canonização é coordenado pelo irmão marista Antônio Cecchin (também presidente do Comitê do ano de Sepé Tiaraju). Porém, a canonização de Sepé Tiaraju não é uma proposta unânime dentro da Igreja Católica, uma vez que a própria Companhia de Jesus opõe certos óbices ao processo, tais como algumas máculas na biografia de Sepé Tiaraju apontadas pelo jesuíta Antônio Rabuske (Jornal Zero Hora 21/01/2003).

A segunda polêmica em torno de Sepé se relaciona a sua referência nos conflitos de terra na região de São Gabriel, em 2003, onde, conforme Görden, (2004: 100) Sepé foi mencionado pelo Movimento dos Sem Terra (MST), que batizou sua marcha de Sepé Tiaraju. Ao longo da marcha, seu estandarte foi carregado como símbolo da luta pela terra e Sepé passa a ser considerado como protetor dos excluídos. Por seu turno, os ruralistas da região de São Gabriel batizaram seu movimento de oposição aos sem terra com o slogan “*alerta: esta terra tem dono*”, conforme já referido.

Mas, apesar das disputas e da enorme polêmica que paira sobre as apropriações da sua figura e utilização pelos mais diversos grupos no Rio Grande do Sul, antecedendo as comemorações relativas aos 250 anos de sua morte, Sepé Tiaraju foi oficialmente transformado em herói gaúcho e brasileiro para ser exaltado por todos, como símbolo nativo, integrando o índio, por suas virtudes brancas, ao imaginário regional e nacional.

Neste sentido, as representações, aqui apresentadas, podem ser referidas enquanto necessidade de perpetuar a memória de sua atuação e se relaciona a tomadas de posição sobre o momento que Sepé protagonizou, através das relações estabelecida com seu mito.

Sepé Tiaraju, 250 anos depois

As reflexões anteriores demonstram o ambiente da comemoração que se seguiria em São Gabriel. Um cenário pontuado por disputas simbólicas entre a história oficial⁵ e as memórias, ressignificadas nas narrativas dos atores sociais envolvidos nas comemorações.

historiadores vencedores se apoiava no caráter liminar das identidades de Sepé Tiaraju (nem índio, nem brasileiro e tampouco espanhol ou português) e na natureza revolucionária de sua luta na Guerra Guaranítica.

⁴ Na região central do estado há um município que se chama São Sepé. Além disso, Aydos (2004: 31) se refere ao culto de Sepé Tiaraju na Romaria da Terra que ocorre anualmente na terça-feira de carnaval.

⁵ Quanto à história, é preciso referir a existência de uma pluralidade de histórias em se tratando de Sepé Tiaraju e das Missões. A historiografia missioneira, conforme Torres (1996: 387), produz um sentido histórico das Missões que deve ser relativizado, uma vez que está relacionado à leitura hispanófila ou lusitanófila da

Paul Ricoeur: (2000, 747) analisa esta disputa entre a memória e a história, referindo-se ao jogo entre a fidelidade e a veracidade da representação do passado. Neste jogo, ainda em aberto, apesar do poder de cientificidade da história, há o reconhecimento da força da memória na construção das identidades que atingem o leitor e, neste, o cidadão.

No momento das comemorações em São Gabriel, cabe referir que as múltiplas memórias com relação às Missões e a Sepé Tiaraju possuem sua própria história. Esta confronta identidades presentes e identidades passadas, em transformação, como no caso do mito de Sepé Tiaraju, em suas diferentes vivificações.

As atividades de comemoração iniciaram no dia 4/02/2006 com a montagem de um acampamento no Parque Farroupilha de São Gabriel formado por vários movimentos sociais localizado a 5 km da cidade e que contou com a presença de cerca de 5000 pessoas. Durante quatro dias os Quilombolas, o Acampamento da Juventude, as entidades que compõem a Via Campesina, as Comunidades Indígenas do sul e do centro do Brasil, da Argentina e do Paraguai, além de um Piquete de cavaleiros do MTG, permaneceram reunidos, debatendo em fóruns plurais e heterogêneos a vida de Sepé Tiaraju, a experiência missioneira e seu legado presente, em relação as suas lutas sociais e seus interesses.

À noite, num palco montado na Sanga da Bica (local onde tombou Sepé 250 anos atrás, em 7/02/1756), se realizaram os shows musicais e encenações teatrais. Nelas o mito de Sepé foi vivido duplamente, significando, em suas múltiplas performances, por um lado, a visão dos produtores dos espetáculos e, por outro, a recepção do público presente, nas representações de Sepé Tiaraju, com a produção de uma consciência histórica a ser internalizada e vivida magicamente.

Majoritariamente, a vivência do mito se deu com relação à frase de Sepé Tiaraju; “Esta terra tem dono”, significada de diversas formas no evento. O impresso com a programação se intitulava “Alto lá, esta terra tem dono”

A imprensa gabrielense transmitiu do acampamento, no domingo pela manhã, um programa ao vivo, em que o repórter insistia em representar Sepé Tiaraju como um cacique proprietário das terras missioneiras da região de São Gabriel, ao entrevistar intelectuais e as lideranças políticas presentes.

No mesmo programa radiofônico se apresentaram os corais de crianças guaranis vestidas com tipóys, trajes missioneiros do século XVIII, buscando inequívocas relações com o passado. Trovadores

formação do Rio Grande do Sul, envolvendo identidades de exaltação do nacional e do regional. Isto se dá porque a desestruturação do passado missioneiro implicou uma troca de territórios entre Espanha e Portugal e a conseqüente incorporação do território do Rio Grande do Sul ao Brasil.

de CTGs locais elaboravam cuidadosos versos para homenagear Sepé Tiaraju. Cuidado se justificava, porque o espaço das trovas e o público diferia do seu palco e do vocabulário usual de glorificação dos latifúndios.

Apesar da organização conjunta das atividades por parte da Comissão Organizadora (Comitê e comissão local) era perceptível uma certa divisão de espaços e papéis. O acampamento correspondia ao espaço majoritário dos movimentos sociais, de que a população de São Gabriel participava como visitante, para comprar artesanato e ver os índios presentes.

Estes “exóticos”, ao entrarem nas dependências de um dos supermercados da cidade, causavam temor aos consumidores e “aos caixas”, que interromperam momentaneamente suas atividades. Por outro lado, à noite, durante os shows, o público do acampamento efetuava o movimento inverso e se misturava à gente de São Gabriel, como espectadores, no palco da Sanga da Bica, sob a cruz missioneira, para assistir as apresentações dos artistas que homenageavam Sepé.

No dia 4 de fevereiro, a abertura do evento ocorreu com a encenação, em campo aberto, de um teatro histórico sobre a vida de Sepé Tiaraju – *Sepé Tiaraju, o centauro*. Neste épico, o herói foi apresentado através de suas virtudes e valores cristãos de defesa da honra, da liberdade e do apego à terra. Sua luta é mostrada em relação à “civilização” das Missões, sendo esta percebida como uma experiência comunitária e Sepé Tiaraju como um líder possuidor de dotes sobrenaturais.

Nesta performance, as identidades do índio guarani Sepé Tiaraju são invisibilizadas (Souza 1998: 20), em relação ao líder heróico missioneiro apresentado (um híbrido de identidades liminares). Conforme menciona Thiesse (2000:16) “todo o processo de formação identitária consistiu em determinar o patrimônio de cada nação e difundir seu culto”, cuja primeira etapa corresponderia à determinação da herança dos antepassados, descobrindo quais deles seriam ascendentes condizentes. Com Sepé, a formatação do herói obedece a esta lógica e a pedagogia do mito, neste momento de comemoração, está em viver “a história de sua história” (Thiesse: 1997, 74) através da recepção do teatro histórico e da internalização de suas características exaltadas.

Porém, no caso de Sepé Tiaraju, como já referi, a exaltação é plural e se encontra em embate. No dia 6 de fevereiro de 2006, ocorreu um grande ato de manifestação popular, na Coxilha de Caiboaté, que dista 18 km do centro de São Gabriel e faz parte do distrito de Tiaraju. No local, dois monumentos marcam a ocorrência da Batalha, em que os guaranis missioneiros foram mortos. A atividade, apesar de uma certa organização prévia, foi caracterizada pela espontaneidade da ocupação do espaço, pelos índios e, demais presentes, conforme descrevi no meu Diário de Campo:

- Descemos dos ônibus e nos dirigimos à coxilha. Lá avistamos um monumento (o marco de limites português), os índios iniciaram suas homenagens a Sepé e aos mártires guaranis, cantando e dançando, numa mística que se dirigiu, apenas num segundo momento, à cruz de concreto que demarca o massacre dos guaranis na Batalha de Caiboaté. Apesar de se escutar “este é o monumento do colonizador, vamos até a cruz”, por parte de um dos líderes Quilombolas, os índios continuaram a cantar e dançar em torno do marco.

Nada importava, neste momento de êxtase coletivo, parecia que o tempo havia parado. Tentávamos retornar ao tempo de Sepé, mesmo antes das falas e da distribuição de pequenos sacos de algodão para carregarmos até nossas casas a terra manchada para sempre do sangue missionário, marcando nossa visita a Caiboaté.

Sentíamos o passado tomar conta daquele presente em busca de retorno e de arrependimento, pela terra que pisávamos e pela chuva torrencial que desabou, após uma fala emocionada do cacique guarani (em guarani), sem que houvesse tempo para a bênção cristã programada.

A cerimônia se extinguiu em instantes. Todos correram para os ônibus encharcados, em direção ao acampamento para o almoço. Frei Sérgio Görden me confidenciou, emocionado, no nosso retorno: “acho que esta é a primeira vez que aqui se fala guarani, após a batalha, nestes 250 anos”. (Diário de Campo 1. 6/02/2006).

Inegavelmente, aquele havia sido o grande momento das comemorações,⁶ pelo fato do estar lá no local da Batalha de Caiboaté, e, espacialmente, poder retornar ao passado, em uma data marcante, vivendo de forma plural o mito de Sepé Tiaraju. E, igualmente, porque aquele momento de comemoração extrapolou a história do mito de Sepé Tiaraju, atingindo, em termos de produção de uma consciência histórica mais abrangente, o mito Missão como a Terra da Promissão.

Este mito, já presente nos escritos jesuíticos do Pe. Antônio Sepp, no século XVIII, é analisado por Brum (2005: 342) em narrativas que exaltam as Missões como uma civilização perfeita e igualitária, pontuada pelas benesses cristãs que os jesuítas introduziram, oportunizando aos guaranis um momento feliz na sua história, uma vez que a Missão, como terra da Promissão é também associada a um momento de encontro da terra sem males do povo guarani.

Na Coxilha de Caiboaté, o passado interpretado do massacre dos índios guaranis foi revivido a partir de um processo de identificação com o momento histórico atual, em que os povos indígenas, quilombolas e Via Campesina lutam pela terra.

Estes processos de identificação, para além da construção social das identidades, a que se refere Thiesse (2000), quando analisa a formatação do herói, implicou correlatamente, por parte destes comemoradores, pertencimentos acionados às Missões como uma experiência comunitária, suscitada por seus sentimentos, nesta busca de retorno ao passado.

⁶ O encerramento das atividades se deu no dia 7 de fevereiro, pela manhã, com uma marcha dos movimentos sociais entre o trevo de acesso à cidade e a Sanga da Bica. Após uma cerimônia mística dos povos indígenas, as autoridades federais, estaduais e municipais presentes e os representantes dos movimentos sócias e dos Guaranis fizeram suas derradeiras homenagens a Sepé e aos guerreiros de Caiboaté.

Tentando concluir

Este feixe de narrativas em torno de Sepé Tiaraju e do passado das Missões, percebidas através de representações com construções de sentidos que se contrapõem, em um evento de proporções gigantescas para o município de São Gabriel, mostra uma festa de identidades plurais, conforme Oliven (1992: 106). Estas identidades dizem respeito a fatos recentes e remotos, não só em relação a Sepé Tiaraju, mas à própria história de lutas e convicções envolvidas através da menção de Sepé, ao viverem seu mito. E, neste sentido, os debates e palestras, os cantos indígenas, a mística dos movimentos camponeses, se constituem em narrativas relativas à elaboração da memória coletiva.

A memória coletiva, segundo Todorov (2002: 155), corresponde à produção de um discurso no espaço público, refletindo uma imagem que um grupo ou uma sociedade deseja conferir a si mesma, a partir das menções à figura de Sepé Tiaraju. Para Ricoeur:

Estes eventos que a gente diz em inglês “epoch making” tiram sua significação específica de seu poder de fundar ou reforçar a consciência de identidade da comunidade considerada sua identidade narrativa, assim como a de seus membros. Estes eventos engendram sentimentos de uma identidade ética considerável, seja no registro da comemoração fervente, seja naquele da execração, da indignação, da deploração, ver do apelo ao perdão. . (Ricoeur:1985, 339).
Eu quero dizer que o horror como a admiração exerce na nossa consciência histórica uma função específica de individuação. (Ricoeur:1985, 340).⁷

O autor se refere a eventos marcantes cuja significação é construída a partir da potencialidade de provocar reações. A consciência histórica é produzida dialeticamente no seio da comunidade que refigura o passado, através da narração ao se expressar e identificar com o mesmo, no sentido de se sentir *affecté-par-le-passé* (1985: 411). Mas, embora se refira a um processo coletivo de pertencimento, os sentimentos de orgulho ou de repulsa suscitados pela recepção do evento são individualmente concebidos no sentido de que o passado é peculiarizado pelo leitor.

Nas duas modalidades de comemoração e execração apresentadas está subentendido, via menção, a produção de significação gerada pelas emoções potenciais que suscita uma tendência a apologização (também observadas por Habermas (1990: 258) do passado para ser utilizado no presente.

⁷ Ces événements, qu'on dit en anglais <<epoch-making>>, tirent leur signification spécifique de leur pouvoir de fonder ou de renforcer la conscience d'identité de la communauté considérée, son identité narrative, ainsi que celle des ses membres. Ces événements engendrent des sentiments d'une intensité éthique considérable, soit dans le registre de la commémoration fervente, soit dans celui de la exécration, de l'indignation, de la déploration, voire de l'appel au pardon.

A consciência histórica que engendra consciência de identidade do grupo e vice-versa necessita e se desdobra em ações tendentes a viver o passado no presente.

Trata-se, assim, de perceber, via elaboração da memória coletiva, em que momento e que atores efetuam a glorificação ou o acerto de contas com o passado, no que tange a manutenção ou a transformação do status quo, para perceber a dinâmica do mito.

Para Ricoeur (1985: 347) a possibilidade de re-conceber o mundo se dá a partir da narração entendida como ato que ordena o passado no presente e aponta para o futuro. A autoridade do narrador se baseia na convicção dos leitores/interlocutores de sua capacidade de dizer o que ocorreu. É através do processo de criação nas narrativas que ocorre a produção de uma consciência histórica a ser festejada ou denunciada pelos leitores identificados com a visão de mundo expressa nas representações.

Neste sentido, concluo que o fascínio exercido por Sepé Tiaraju (um personagem histórico vivido como mito) está justamente no seu poder de significar o presente de quem o utiliza, transformando identificações com o passado interpretado das Missões em pertencimentos a sua figura lendária, presentificada nos interesses e sentimentos de quem os aciona.

Conforme Claude Lévi-Strauss (1996: 241), o mito tem por objetivo resolver as contradições entre o passado e o presente. No caso de Sepé Tiaraju e do passado missioneiro, suas apropriações, neste caleidoscópio de significações, “servem para pensar” sobre as relações que estabelecemos com o passado e sobre nossas identidades.

Identities e pertencimentos acionados na celebração de Sepé, herói gaúcho e brasileiro, em que buscamos celebrar a todos e a cada um de nós através da comemoração dos 250 anos de sua morte. Sepé Tiaraju, índio guarani missioneiro, herói gaúcho e brasileiro, que torna o passado presente, no mais amplo espectro da afirmação do “*Esta terra tem dono*”.

A “construção” de uma consciência histórica a ser internalizada se relaciona a um trabalho de concepção do mito enquanto gerador de crenças e catalisador de uma verdade passada a ser vivida no presente. Régine Robin aborda este intrincado processo:

Os passados legendários, tornados mitos antecipadores de utopias ou dos desastres, não são apanágio nem dos historiadores, nem dos filósofos, nem da ficção. Eles estão no coração da cultura, sobre a cena do presente, ricos de toda a experiência do passado que os tem, há muito reprisados, tecidos e destecidos. Apesar de ser a ficção que inventa o passado, a História retifica os aportes legendários. Doutra vez é a história que constrói o mito. O discurso político o reforça dando nascimento ao passado se penetrando em distâncias fabulosas. Acaba ainda que seja a

Je veux dire que l'horreur comme l'admiration exerce dans notre conscience historique une fonction spécifique d'individuation. Tradução, Brum (2005, 48).

ficção que desconstrua este passado opaco. Os discursos se fazem e desfazem. . (Robin: 2003, 61)⁸

Para Robin, os destinos do mito são incertos, pois os discursos se fazem e desfazem. O cenário do coração da cultura, em sua dinâmica, é elucidativo, neste sentido. A respeito do mito de Sepé Tiaraju, as polêmicas em torno de sua figura no momento das comemorações pelos 250 de sua morte, em São Gabriel, não se dissiparam.

No entanto, as comemorações de Sepé neste momento são afetadas por um movimento pendular da vivência do mito, em que da exaltação a-crítica se passa a uma exigência de transformação radical através de sua construção como símbolo dos excluídos. As significações remetem ao universo simbólico dos que clamam por terra e se identificam com a denúncia da exclusão social no Brasil. Ou seja, estes comemoradores exigem uma modificação do status quo, a partir das menções a Sepé Tiaraju.

Essa guinada radical, no atual estado de vivência do mito, inclui também os índios de diferentes nações que se fizeram presentes e atuantes em São Gabriel.

Os índios hiper-reais (Ramos: 1988) que, de atores invisibilizados, denunciados nas performances do herói forjado com virtudes brancas, conforme referi anteriormente, conferiram uma nova e importante significação ao mito: mostraram que Sepé está presente no seu universo representacional, como índio guarani, que lutou por suas terras no passado e reviveram simbolicamente este triste passado de expropriados no presente, ainda em busca da terra sem males. como elo de união entre o passado, o presente e o porvir dos guaranis.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Pour une anthropologie des mondes contemporains**. Paris: Flammarion, 1994.

AYDOS, Valéria. **A invenção do mito de Sepé Tiaraju na romaria da terra** In Debates do NER, Porto Alegre, IFCH/UFRGS-PPGAS, ano 5 n° 5 (org.) Carlos Alberto Steil, p. 31-56, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRUM, Ceres Karam. **Esta terra tem dono. Uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado em Antropologia

⁸ Les passés légendaires devenus mythes, anticipateurs d'utopies ou des désastres, ne sont l'apanage ni des historiens, ni des philosophes, ni de la fiction. Ils sont au cœur de la culture, sur la scène du présent, riches de toute l'expérience du passé qui les a, à maintes reprises, tissés et dé tissés. Parfois c'est la fiction qu'invente le passé, l'Histoire rectifiant les apports légendaires. D'autre fois c'est l'Histoire qui construit le mythe, le discours politique, le renforçant, donnant naissance à un <<passé>> s'enfonçant dans des lointains fabuleux. Il arrive encore que ce soit la fiction qui déconstruise ce passé opaque. Les discours se font et se défont. Tradução Brum (2005: 42).

Social. PPGAS/UFRGS, jan.2005.

_____. **Sepé Tiaraju missioneiro: um mito gaúcho**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

CAPRETINI, Jean Paolo et alli. **Mitos/logos**. _____. *In* Enciclopédia Einaudi Mythos/logos – Sagrado Profano. Portugal: Imprensa nacional, Casa da Moeda, 1987, v.12,p.75-104.

COMITÊ do Ano de Sepé Tiaraju (org.) **Sepé Tiaraju 250 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ELIADE, Mircea. **Aspects du mythe**. Paris:Gallimard, 1963.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **Vida e morte de Sepé Tiaraju**. São Gabriel, 2005.

GAMA, Basílio da. **O Uruguai** [1769]. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **De l'usage publique de l'histoire in Écrits Politiques**. Paris, Flammarion, 1990.

Jornal Zero Hora 21/01/2003

Jornal Rural janeiro de 2006.

LEVI-STRAUSS, Claude. **A estrutura dos mitos in** Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1996, p. 241-242.

LOPES NETO, João Simões. **Lendas do sul**. [1917] Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992. (2ª edição 2006).

QUEVEDO, Júlio Ricardo. **Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata**. São Paulo: EDUSC, 2000.

RAMOS, Alcida Rita. **O índio hiper-real. Seminário sobre Ética e Antropologia** (org.) Luis Eduardo Soares. IUPERJ, 1988.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit 3. Le temps raconté**. Paris: Seuil, 1985.

_____. **L'écriture de la histoire et la représentation du passé**. Annales. Jul/âut, Paris: MSH, 2000, p. 731-747.

ROBIN, Régine. **La mémoire saturée**. Paris: Stock, 2003.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Aos “Fantasmas nas Brenhas” etnografia, invisibilidade e etnicidadedas alteridades originárias no sul do Brasil** (RioGrande do Sul). Tese de doutorado. PPGAS/UFRGS, 1998.

TEIXEIRA, Tarso. Sepé Tiaraju: **Che Guevara de cocar?** Texto recebido por e-mail em fevereiro de 2006.

_____. **Sepé Tiarajú e a máscara do frei**. Texto recebido por e-mail em fevereiro de 2006

THIESSE, Anne-Marie. **Ils apprenaient la France: l'exaltation des régions dans le discours patriotique.** Paris: Maison des sciences de l'homme, 1997.

_____. **A criação das identidades nacionais.** Lisboa : Temas e Debates, 1999.

TODOROV, Tzevetan. **Memória do mal: tentação do bem: indagações sobre o século XX.** São Paulo: ARX, 2002.

TORRES, Luiz Henrique. **Historiografia sul-riograndense: o lugar das Missões Jesuítuco-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975).** 1996, (412f). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA DOS IMIGRANTES LIBANESES MUÇULMANOS DE FOZ DO IGUAÇU ¹

*Tupiara Guareschi Ykegaya*²

O objetivo deste trabalho é o de compreender a construção da identidade étnica dos imigrantes libaneses muçulmanos inseridos em um contexto de diversidade cultural e de fronteira, como é o caso de Foz do Iguaçu. O recorte empírico da pesquisa compreende o contingente de imigrantes libaneses muçulmanos da cidade de Foz do Iguaçu que passaram a constituir e integrar organizações sociais cujo conteúdo definidor e agregador é étnico.

A experiência da imigração em sua amplitude, como um ato de abandono voluntário das origens históricas e culturais em direção a uma outra sociedade, pode possibilitar aos grupos de imigrantes novas formas de organização, bem como a (re)construção de uma identidade étnica e a elaboração de representações de si mesmos. Cabe ressaltar a pertinência de um estudo que trate da compreensão das relações ativadas em contextos específicos, em que emerge a construção da identidade étnica de um grupo numeroso e participativo na cidade de Foz do Iguaçu, como os libaneses, grupo de imigrantes que faz parte da colônia árabe³.

O termo identidade, remete a outra palavra, identificação. Quer dizer, o processo de identidade é uma construção classificatória de pertença e exclusão e é usada pelos atores sociais nas suas relações cotidianas. Por isso, de acordo com Cuche (1999) é que se pode afirmar que a identidade é um processo que só deve ser entendido sociologicamente, pois é construída socialmente, construída e reconstruída nas relações entre os atores sociais.

A partir dessa perspectiva, segundo Barth (*apud* POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998), pode-se compreender a identidade e principalmente a identidade étnica como representações coletivas, na medida que o indivíduo e o grupo são regidos por um mesmo estatuto identitário manifestado neles. A ênfase na atribuição é característica dos grupos étnicos, pois cada um possui seus critérios que determinam a pertença ou a exclusão deles, delimitando fronteiras sociais e culturais.

A etnicidade enquanto repertório de rótulos e de estereótipos, é um elemento de um saber cultural compartilhado, ativado pelos atores em ocorrências situadas e com objetivos interacionais específicos (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 177).

¹ Artigo proposto a partir da discussão da dissertação de Mestrado.

² Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

³ Árabe neste trabalho apenas constitui uma categoria genérica que se refere aos povos que falam a língua árabe.

A partir dessas reflexões é que se pode compreender a identidade étnica dos imigrantes libaneses residentes na cidade de Foz do Iguaçu. Ou seja, numa cidade onde o confronto com o “outro” assume uma forma intensa, buscou-se compreender como é constituída a representação de si, a auto-imagem dos imigrantes libaneses muçulmanos. Para tal, buscou-se em meio às suas características, identificar quais elementos da identidade étnica são positivamente valorizados pelo grupo.

O conceito de etnia no século XIX está ligado com as noções de raça e nação, numa relação nebulosa. O que se pretendia explicar com esta discussão era o movimento de atração e repulsa entre grupos sociais distintos. Weber em seu livro “Economia e Sociedade” (1991) se dedica a reflexões sobre comunidades étnicas e distingue claramente a noção de etnia, raça e nação.

O que distingue a pertença racial da pertença étnica é que a primeira é realmente fundada na comunidade de origem, ao passo que o que funda o grupo étnico é a crença subjetiva na comunidade de origem. Quanto a nação, ela é, como o grupo étnico, baseada na crença da vida em comum, mas se distingue deste último pela paixão (*pathos*) ligada à reivindicação de um poderio político (WEBER, 1991, p. 37).

Weber (1991) define como grupo étnico grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem (passado) fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou migração, de forma que esta crença se torne importante para a propagação da comunização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não.

Toda produção social da nação, esta enquanto geradora do sentimento de pertencimento, de acordo com Mauss (1920), forma a referencialidade para os seus integrantes, ela é a base etnicidade. É a etnicidade que marca a produção coletiva de um grupo, diferenciado-se dos outros. De acordo com Mauss (1920), a nação enquanto fornecedora de sentido forja uma língua, uma civilização, a nacionalidade⁴, uma cultura com a qual os sujeitos se identifiquem. É neste sentido que a constituição da nação suprimiu sua segmentação interna, pois ela é um poder centralizado que cria uma autoconsciência, um aparato jurídico e moral em que todos estão sujeitos, um sentimento de pertença a um grupo maior, sacralizado.

Alguns motivos que explicam a imigração libanesa no final do século XIX (TRUZZI, 1997), entre eles a grande instabilidade na região devido ao sucessivo domínio estrangeiro e aos

⁴ Marcada também pela expressão da repulsa aos estrangeiros.

acirramentos religiosos/ideológicos. Se o primeiro momento da imigração para Foz do Iguaçu tinha o caráter de temporário (vir, ganhar dinheiro e retornar), após a Primeira Guerra Mundial houve a imigração permanente, principalmente devido às complicações da guerra como o serviço militar obrigatório, o regime de protetorado da França e o sucesso dos imigrantes na América. Em Foz do Iguaçu, aproximadamente em torno de 1960, houve um grande contingente de imigrantes, destacando-se a grande colônia árabe formada na cidade. Hoje Foz do Iguaçu tem a segunda maior colônia árabe do país, com uma parcela considerável de seus integrantes trabalhando no comércio (no Brasil e no Paraguai), trazendo à tona novamente os sentidos da imigração (a busca por melhores condições de vida através do trabalho de mascate – em menor escala do que em São Paulo - e de comerciante).

De forma geral, o movimento migratório de libaneses muçulmanos para a cidade de Foz do Iguaçu está em consonância com a história da imigração árabe em São Paulo (TRUZZI, 1997), maior colônia do Brasil. A maioria dos indivíduos que imigraram o fizeram devido a uma condição social e econômica abalada pela forte crise no Líbano, pela Segunda Guerra Mundial e pelos problemas gerados pela criação do Estado de Israel em 1948⁵. Entretanto, toda a situação problemática do Oriente Médio já vinha se arrastando desde o século XIX, impulsionando o primeiro ciclo da imigração (1860-1938), que foi marcado pela repressão do domínio otomano, pela imigração quase que totalmente cristã e pelo desalento trazido por consecutivas guerras. Já o segundo ciclo teve início em 1945 e se estende até os dias de hoje e tem como característica a imigração de indivíduos com certa consciência política acerca dos problemas sociais e religiosos do Líbano.

Se o primeiro momento da imigração libanesa foi basicamente cristão, o fluxo migratório para Foz do Iguaçu é quase que totalmente muçulmano, cerca de 90% da comunidade advinda do Oriente Médio⁶. A chegada dos primeiros imigrantes libaneses na cidade corresponde ao final do primeiro ciclo migratório e mais intensamente no início do segundo ciclo. Um dos diferenciais da imigração libanesa ocorrida em Foz do Iguaçu é justamente a delimitação deste período, marcado principalmente, pelo *revival* político demonstrado no nacionalismo e suas diversas manifestações.

⁵ O Estado de Israel é um pequeno país do Oriente Médio. É uma democracia parlamentar e um Estado judaico. Israel é o berço do judaísmo no século XVII a.C. e do cristianismo no início do primeiro século d.C. A população de Israel é predominantemente judia com uma grande minoria não-judia, sendo em sua maioria muçulmanos, cristãos e árabes. Os territórios que Israel controla, incluindo a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, fazem fronteira com os Estados do Líbano, Síria, Egito e Jordânia. Israel partilha do litoral do Mar Mediterrâneo, o Golfo de Agaba e o Mar Morto. A capital reivindicada pelo Estado israelense é Jerusalém, cujo nome significa "Cidade da Paz", e é lá onde se encontra o Knesset (Parlamento israelense), mas a maioria das representações diplomáticas encontra-se em Tel Aviv (LINHARES, 1982; HAJJAR, 1985).

⁶ Não há dados exatos da população libanesa ou muçulmana na cidade de Foz do Iguaçu, apenas estima-se que seja em torno de 15.000 na cidade e 25.000 em toda a tríplice fronteira.

Os imigrantes de Foz do Iguaçu carregam consigo as marcas deste período histórico. Ao aliar-se a este fato a realidade de intenso confronto étnico vivido em Foz do Iguaçu localizada numa tríplice fronteira, pode-se compreender como os libaneses se consolidaram como uma grande colônia na cidade.

A partir deste movimento, formou-se na cidade uma comunidade libanesa de destaque, na sua maioria muçulmana sunita. Deve-se notar que, devido à época da chegada dos libaneses à cidade, somente uma pequena parcela desta população trabalhou como mascate. A maioria dos que vivem na cidade, já chegaram no período de expansão e de maior desenvolvimento, inserindo-se diretamente na atividade comercial.

Como já se tinha afirmado, a nação é o que vai dar referencialidade aos integrantes que estão fora do local de origem. A partir do trabalho de campo realizado com integrantes da colônia, três características são marcantes: a comunidade de origem, o trabalho e, de forma mais marcada, a religião.

1. O LOCAL DE ORIGEM

Há na construção da representação do que é ser libanês, a estratégia de identidade de referir-se não somente à nação, mas sim à classificação de árabe, enquanto oriundo do Oriente Médio e se referindo a ele como uma grande nação. Cuche (1999) chama de estratégias de identidade a manipulação desta pelo indivíduo para alcançar um objetivo seu em determinada situação, ou seja, ele tem a capacidade de instrumentalizá-la.

Se a representação é ligada à nação, há também a referência aos países árabes islâmicos como um todo, remontando às experiências históricas comuns (os vários domínios estrangeiros, e relação com o islamismo, o movimento nacionalista de unificação dos países árabes, etc). Mas o que deve ficar claro é que a identidade se firma a partir da referência à nação, e pode ser alternada por uma relação estabelecida pelo islamismo com os integrantes de outras nacionalidades do Oriente Médio, os árabes⁷.

Uma das formas de rememorar a produção social comum aos membros da comunidade libanesa de Foz do Iguaçu é percebida pela sacralização da terra natal e das características culturais do libanês. A sacralização da comunidade de origem é verificada através de uma visão romântica das origens, pela idealização da terra natal.

A história do Estado do Líbano é povoada de conflitos políticos e ideológicos, transformando não somente este país, mas a região do Oriente Médio como um todo num palco de

⁷ Não como a identificação primordial, mas como um recurso acionável em determinadas circunstâncias.

guerras e retaliações, impossibilitando uma independência política. Ao lado da visão romântica da terra natal, demonstra-se a condição problemática do país, tentando justificar o seu abandono. Deve-se atentar para o momento político vivido no Líbano quando da imigração para Foz do Iguaçu, que ocorreu a partir de 1950, aproximadamente. Este período é formado pelo pós-guerra, pela implantação do Estado de Israel, independência libanesa, a LEA (Liga dos Estados Árabes), o nasserismo⁸ e o nacionalismo.

2. O TRABALHO DE COMERCIANTE

Há dois pontos na história da imigração libanesa que se entrecruzam: objetivo da imigração e atividade comercial. Como Truzzi (1997) afirmou, a atividade de mascate foi a primeira ocupação do libanês recém-chegado no Brasil, pois com pouco entendimento da língua e também com pouco capital se conseguia fazer negócios. Nos primeiros ciclos da imigração, o objetivo era de uma permanência curta no Brasil e esta intenção foi crucial para a inserção do libanês na atividade de mascateação. O ingresso na atividade econômica em Foz do Iguaçu se deu de outra forma, como já foi exposto.

Outro fator interessante é a imigração gradativa da família. Os integrantes da comunidade libanesa que chegavam mais tarde, trabalhavam com os patrícios e parentes que já estavam aqui, estabelecendo uma relação de parentesco aliada à atividade profissional.

Entretanto, as condições adversas no Líbano iam mudando então desejo de retorno. O sentido da imigração em geral deixa de ser provisório e passa a ser definitivo, acarretando um fluxo maior de imigrantes, pois os que já estavam aqui agora traziam suas famílias para o Brasil. Com este deslocamento de objetivo, há também o redirecionamento do modo de ganhar a vida no Brasil. O trabalho de mascate serve agora de acúmulo para a abertura de um pequeno comércio. A vocação para a atividade comercial, algumas vezes, é justificada pela herança fenícia⁹.

⁸ Gamal Abdel Nasser governou o Egito de 1953 até sua morte, em 1970. Nasser promoveu, durante seus quase vinte anos no poder, forte política nacionalista.

⁹ A Fenícia foi um antigo reino cujo centro se situava na planície costeira do que é hoje o Líbano e a Síria, no Mediterrâneo oriental. A civilização fenícia tinha uma cultura centrada no comércio marítimo. Entre os séculos X a.C. e I a.C., os fenícios criaram entrepostos comerciais ao longo de todo o Mediterrâneo, chegando mesmo às costas atlânticas da Península Ibérica e norte da África. As suas cidades principais foram Sídón, Tiro, Biblos e Beritus (atual Beirute). A agricultura e a pecuária eram importantes para a sobrevivência dos fenícios, mas suas principais atividades econômicas se concentravam no comércio e no artesanato. Os fenícios eram exímios navegadores, em função de suas atividades comerciais. Em suas viagens, orientavam-se durante o dia pelo sol e durante a noite pela Ursa Maior. Utilizavam em seus barcos a combinação de remos e velas, o que lhes proporcionava maior velocidade.

Em Foz do Iguaçu a atividade comercial libanesa é muito marcante, na cidade há várias lojas que pertencem a libaneses. Tanto no centro de Foz do Iguaçu, nos arredores da Ponte da Amizade e mesmo no Paraguai, a presença libanesa é maciça.

A atividade comercial como um todo deu suporte ao imigrante libanês para que ele pudesse acumular dinheiro e abrir o próprio comércio, principalmente numa cidade de fronteira como Foz do Iguaçu. Por meio do sucesso na atividade comercial possibilitou-se um maior fluxo migratório familiar e a consolidação de uma grande comunidade árabe na cidade e ainda; permitiu a inserção do libanês na economia da cidade.

3. RELIGIÃO

Um dos grandes fatores agregadores da comunidade libanesa e um dos elementos fundantes da sua representação do que é ser árabe é a religião. É ela que permite a integração social, que permite sentir um elo forte de união entre diversos indivíduos, de pertencer a alguma coisa superior, sagrada. A construção das mesquitas sunita e xiita em Foz do Iguaçu expressa a necessidade tanto de unificação na religião da comunidade árabe quanto da celebração das tradições.

Montenegro (2002) ao discutir as identidades muçulmanas no Brasil, aponta dois movimentos distintos: a união e a separação entre o que é ser árabe e o que é ser muçulmano. Ela define que, o que parece acontecer na sociedade de Foz do Iguaçu, formada por um fluxo migratório recente, é a união da identidade étnica e da identidade religiosa, aliadas ainda à língua árabe como um elo de ligação com a religião e a terra de origem. Quando está se falando da questão da representação organizada a partir desta articulação, é inevitável a discussão sobre a língua. Se Weber (1991) já havia afirmado que o sentimento de pertencimento pode ser produzido através do compartilhar de uma língua, neste caso específico, a língua também é o elo com outro fator agregador importantíssimo, a religião. Religião e língua se interconectam na construção da representação. A família, dentro deste contexto, é uma das grandes produtoras do sentimento de pertencimento à comunidade étnica. É dentro da família que o ensinamento e a valorização da produção social do grupo árabe acontece de forma mais marcada. Tanto a língua quanto a religião são também a base dos relacionamentos familiares.

No contexto da cidade, é produzida uma distinção de acordo com a religião. Há a separação entre os libaneses muçulmanos sunitas e xiitas, mas esta classificação perde espaço para outra mais genérica: entre o muçulmano e o cristão. Como a grande maioria dos libaneses de Foz do Iguaçu é muçulmana, há nesta condição um elemento de valorização ainda maior da religião.

No contexto de produção e reprodução de um modo-de-vida, as instituições árabes (mesquitas, escolas e associações) têm entre suas funções, duas que são prioritárias. As escolas estão voltadas para a comunidade interna, contribuindo para a recriação das tradições da terra natal através de uma grade curricular diferenciada¹⁰. As instituições ligadas às mesquitas, além de possuírem o caráter de integração da comunidade libanesa no que se refere às tradições como um todo, estão também orientadas para a sociedade iguaçuense, devido ao seu caráter assistencialista. O que fica demonstrado é a necessidade deste grupo de se fazer conhecer, de mostrar à sociedade como um todo, quem são os árabes e o que é o islamismo.

Entretanto, a representação de si elaborada pelo grupo de imigrantes libaneses muçulmanos residentes em Foz do Iguaçu está baseada na relação com o lugar de origem (e pelo período histórico marcado pelo nacionalismo), na religião e na atividade comercial, mas ela também está sendo balizada a partir de outras atribuições, produtos de outros tipos de relacionamentos sociais e de fenômenos mais amplos que englobam o árabe, no plano internacional.

Enquanto a comunidade libanesa tem na religião um forte classificador entre o “nós” e os “outros” (muito mais externo que interno), há também outras duas características que são atribuídas por outros que também foram identificadas pela comunidade, são imagens atribuídas à ela e que devem ser “resolvidas” a todo instante. As duas características são: a nomeação de turco (devido ao domínio otomano) e a relação estabelecida entre islamismo e terrorismo (inscrita principalmente no conteúdo midiático).

A identidade pressupõe também a afirmação ou rejeição de estereótipos, a elaboração da representação de si também é constituída pela representação elaborada por outros constituem a identidade. Desta forma, verificou-se que há em especial outro estereótipo que a comunidade árabe se organiza para rechaçar, o de terrorista. Há, de acordo com o que se levantou, há a relação entre islamismo e fundamentalismo, relação esta produzida principalmente pela mídia internacional (repetida pela nacional) e refletida na sociedade iguaçuense. Na cidade de Foz do Iguaçu, o que se percebe, em geral, é um tipo de estatuto diplomático que permeia estas idéias, de maneira velada e eficiente.

Em contrapartida a esta sensação de insegurança, há o discurso nivelador da harmonia na fronteira, da convivência fraterna entre as etnias. O que se pode verificar em Foz do Iguaçu, pode-se dizer, não é uma espécie de sincretismo étnico harmonioso, mas sim um discurso da convivência harmoniosa que tem como objetivo o obscurecimento ou o esquecimento das contradições derivadas do confronto étnico intenso.

¹⁰ Aulas de árabe, de História árabe e de religião.

Afinal, o que se pôde depreender sobre o grupo libanês em Foz do Iguaçu¹¹, é que para além da suposta harmoniosa integração é um grupo que se autovaloriza frente aos outros, que tem um poder de organização social bastante apreciável, que tem como valores supremos sua origem, religião e trabalho, este último que garantiu a sua fixação na cidade (pela possibilidade de trabalho nas três fronteiras). Ao mesmo tempo, é um grupo que se organiza tanto para a celebração de sua produção social como tem a preocupação com a continuidade no tempo e no espaço de suas tradições, mesmo vivendo numa sociedade que tem como marca a sua diversidade cultural. E ainda, é um grupo que mesmo consolidado há tanto tempo neste peculiar espaço social, ainda é penalizado com estereótipos produzidos pela mídia e reproduzidos no contexto da cidade, tornando-a um palco de negociações e lutas simbólicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 2001.
- CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.
- DURKHEIM, E; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas. In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe: 100 anos de reflexão**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da identidade**. Tese de Doutorado. Chuí/RS. UFRJ, Museu Nacional, 2000.
- MAUSS, Marcel. La nación (1920). Mimeo
- MAYBURY-LEWIS, David. Vivendo Leviatã: Grupos étnicos e o Estado. In: OLIVERIA, Roberto Cardoso (org). **Anuário Antropológico 83**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições UFC, 1985.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, UnB, 1976.
- POUTIGNAT, Philppe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.

¹¹ Que consolidou um processo migratório muito semelhante ao que aconteceu em São Paulo, maior colônia árabe do Brasil.

SAYAD, Abdekmalék . **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 13-40

TRUZZI, Oswaldo M. S. **Patrícios**: sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

YKEGAYA, Tupiara Guareschi. **Colcha de retalhos**: Cultura e identidades em Foz do Iguaçu. Trabalho de conclusão de curso, Ciências Sociais, 2002.

MONTENEGRO, Silvia. **Identidades muçulmanas no Brasil**: entre o arabismo e a islamização. Lusotopie 2002, p. 59-79.

FRONTEIRA E ESPACIALIDADE: O CASO DOS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ

Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro *

Este estudo tem como escopo esboçar a relevância do espaço e do território como elementos constituintes e constituídos culturalmente, e, em decorrência analisar especificamente uma das possibilidades de abordagem da noção de fronteira, quer seja, a fronteira interétnica, tendo como referência para a análise a espacialidade característica de uma sociedade indígena, ou seja, os Guarani no Oeste do Estado do Paraná. Neste caso, o grupo a ser estudado deve ser entendido como uma minoria étnica, um *outro*, em consequência, que não está apenas geograficamente próximo, mas é parte constitutiva do *nós*, ou seja, do país, no sentido de Estado-nação, no qual o indígena é uma parcela não integrada social e/ou ideologicamente¹.

De maneira a proceder esta análise é necessário, *a priori*, elucidar o fato de que a institucionalização de um Estado-nação envolve diversificados processos de integração territorial e social, cuja efetivação encontra apoio na existência de um aparato ideológico de unificação e uniformização para o qual os intelectuais, muitas vezes, contribuem através do seu ofício e do produto do seu trabalho. É imprescindível, desta forma, a ampliação do engajamento sócio-político do pesquisador e a conscientização de que trazer à boca de cena pequenas partes de um todo infinitamente mais amplo, implica na opção de estudar um objeto determinado tendo como pressuposto a construção de uma nação multiétnica e pluralista. Destarte, enfatiza-se que no Brasil o modelo de Estado-nação não está integrado, mas em processo de integração, sendo relevante e necessário resguardar a heterogeneidade ao se escolher temas de investigação, uma das formas mais eficazes de que é dotado o historiador para intervir efetivamente no contexto sócio-histórico no qual está inserido.

Considera-se que fronteiras interétnicas são possíveis de identificar em pelo menos três situações. Em primeiro lugar, há as determinações de cunho geográfico, circunstâncias nas quais limites territoriais são fixados pelos poderes estatais, ao mesmo tempo em que se processam a interpretação, apropriação e adaptação pelos indígenas dessas balizas; em segundo, as interações entre grupos indígenas, neste caso específico, os Guarani, e as várias frações da sociedade nacional que se sucedem no Oeste paranaense desde a década de 1940; e, em terceiro, mas não menos

* Professora Adjunta da Graduação em História e do Programa de Pós Graduação em História/Mestrado em História, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. E-mail: sarah@fsnet.com.br ou sarah1401@hotmail.com

relevante, é essencial destacar a existência de demarcações espaciais intrínsecas ao mundo de significações dos Guarani, apenas que outras, com sentidos diversos, motivando o sentimento de posse sobre territórios específicos.

Por fim, é válido afirmar que as fronteiras, podendo ter contrapartidas territoriais, são, sobretudo, culturais. Consistem em circunstâncias que intervêm nas propriedades assumidas pela auto-alteração de um grupo em particular, em função da interação do mesmo com os *outros*. A fronteira étnica traz em si uma organização complexa de relações sociais e comportamentais, visto que, ao qualificar os interlocutores ocasionais como estrangeiros, impõe limites na compreensão comum, ou seja, “diferenças de critérios de julgamento, de valor e de ação, e uma restrição da interação em setores de compreensão comum assumida e de interesse mútuo”².

A conservação das diferenças, malgrado os intercâmbios, permite que os grupos étnicos persistam como unidades significativas, fator relevante, uma vez que, em conjunturas nas quais sociedades portadoras de pautas culturais diversas estão em relação é provável que as distinções sejam progressivamente reduzidas, já que a aproximação simultaneamente demanda e cria uma mútua compreensão do *outro*. Desta forma, a permanência de sociedades em conexão, enquanto elas próprias, requer uma estruturação do contato que comporte a manutenção das especificidades culturais.

É importante elucidar também que não será por acaso que se elege os Guarani no Oeste do Paraná como referência para a análise de uma situação de contato interétnico. Este procedimento se justifica diante da visível incongruência do caráter impositivo de uma memória coletiva relativa à *construção* da região e de sua configuração étnica. Nestas, os elementos humanos reconhecidos são migrantes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de ascendência ítalo-germânica³ e seus descendentes, que se situam como *estabelecidos*, no sentido que Norbert Elias⁴ confere ao termo. Assegura-se, outrossim, que os *estabelecidos* tecem ao longo de sua permanência nestas paragens, por meio dos mais variados artifícios, uma *identidade regional* nitidamente excludente, o que aponta para a relevância de trazer à tona a história de um povo, até então, supostamente *sem história*.

Propor um discurso historiográfico que, tendo o Oeste como cenário, traga à tona outros sujeitos, os Guarani em particular, e mostre que a *conquista* e a ocupação contemporâneas resultam de conflitos que se perpetuam até a atualidade, importa em divergir de uma representação de colonização, determinada e reificada, imaginada como o resultado de um processo contínuo de trabalho que gera prosperidade e desenvolvimento, mascarando conflitos e contradições. Em

essência, apresentar os Guarani como sujeitos e atores principais da história autoriza a superação de um modelo de história centrada no fator colonizador.

Dar a conhecer a presença indígena nestas terras deve permitir contrapor, à concepção de um grupo homogêneo que “partilha de uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica de sua unidade”⁵, um panorama pleno de contradições, substituindo a idéia de uniformidade, por um palco de divisão e de fronteira cultural.

No que tange às especificidades intrínsecas à espacialidade guarani, evidencie-se que esta implica em aldeias relativamente distantes umas das outras, compostas por habitações e parcelas para cultivo não muito próximas entre si. Visualize-se, portanto, a dificuldade dos Guarani, e a conveniência para os agentes do Estado-nação, imbuídos do sistema de valores de uma sociedade *moderna*, para validar uma forma de organização territorial que rotulam como ociosa. Essa concepção autoriza aos núncios dos poderes institucionalizados, caso seja oportuno, ignorarem a existência dessa sociedade indígena em lugares determinados.

Na medida em que o Oeste paranaense é inserido às esferas do Estado-nação, marcadamente desde fins do século XIX, perpassando a fase que se costuma designar como colonização contemporânea da região por migrantes sulistas, até a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, a disponibilidade de espaços a vivenciar pelos Guarani é reduzida radicalmente. Considere-se que os lugares preferidos por estes índios para se estabelecerem são dotados de particularidades relativamente constantes. Nesta perspectiva, Melià⁶ certifica que há uma conformação geográfica típica fora da qual é improvável que se deparem com este grupo, exceto em conjunturas de crises de quaisquer ordens. Saliente-se que a retenção em terrenos específicos é elemento constitutivo do modo de ser deste povo, entendendo-se que sua vivência está vinculada diretamente, nunca liberta, nem abstraída, das condições da terra.

O espaço guarani, *locus* da reprodução das relações sociais e, em conseqüência, da própria sociedade, decorre, a princípio, da escolha de um local pleno de estabilidade, dotado de características determinadas. A espacialidade é, portanto, o lugar praticado, instância na qual a sociedade se materializa, produz-se e se reproduz, bem como confere a si própria inteligibilidade, levando em conta vetores de direção, velocidade e a variável tempo⁷. Em outros termos, uma forma específica de vivenciar o espaço é fruto do enlaçamento aos lugares através das lembranças, repletas de espíritos múltiplos, ali escondidos e em silêncio e que se pode evocar ou não.

Os Guarani, longe de serem nômades, são itinerantes ou caminhantes por excelência. Esta particularidade da sociedade não impede que a agricultura encerre um papel de extremo relevo na

subsistência dos grupos. Pelo valor que o labor agrícola assume para a sobrevivência dos coletivos, a fertilidade do solo é mais significativa do que as probabilidades de caça, pesca ou coleta verificadas em determinada área. Como horticultores que são, portanto, estes índios procuram para viver e, em efeito, constituir em espaços guaranis, lugares em que a terra seja dotada de qualidades que facilitem a lida na lavoura, permitindo uma maior produtividade⁸.

A peculiaridade de eternos andantes faz com que não se fixem indefinidamente nos lugares, criando e recriando espaços continuamente. Antes de tudo, todavia, o perambular denota a produção e a reprodução do mundo com base no movimento. “Ao caminhar, o mundo é ampliado (...) sem fronteira, em construção e podendo ser constantemente expandido”⁹. Formando-se aldeias, estas se distinguem por uma distância razoável entre as habitações e as partes destinadas ao cultivo. A unidade aldeã manifesta-se em instâncias variadas com a função específica de concentração da vida coletiva, como a casa de reza, por exemplo, e a realização de diversos rituais em comum, bem como as relações de reciprocidade, dentre outros.

Ademais, a mobilidade guarani está circunscrita por uma configuração territorial específica, concebida como um movimento cíclico que tem como fundamento elementos sócio-culturais ou econômicos, o que implica afirmar que o perambular pelo interior de um espaço determinado, ou seja, a circularidade peculiar ao seu movimento, consiste na mobilidade exercida pelo grupo no interior de um setor conhecido e delimitado culturalmente, entendido como território. Neste sentido, afirma-se que as sociedades em geral necessitam de referentes espaciais de maneira a viabilizar o próprio significado da sua existência, ou seja, vivenciando o espaço, as sociedades constituem seus territórios.

Caminhando, o Guarani realiza o que Certeau¹⁰ denomina como “a arte de fazer o espaço”, aleatoriamente pondo em xeque e atualizando uma ordem regional instituída, bem como seu conjunto de possibilidades e proibições. A arte de transformar lugares, a partir de práticas microbianas e singulares, possibilita a consolidação da espacialidade dos Guarani. Os caminhantes, nas suas idas e vindas, variações e improvisações, alteram injunções territoriais, permitindo partidas e regressos, com a função itinerante de propagar e manter vivas as memórias dos antepassados.

A espacialidade guarani não se distingue por um caráter impositivo, o que se exprime pela disposição em compartilhar com interlocutores diversos um território que concebe como seu. Esta abertura para o *outro*, ou melhor, para a história, inerente à teia de sentidos destes índios, viabiliza que a sociedade reconstrua seus espaços nos mais ínfimos recônditos onde isto ainda seja possível. A despeito das interações constantes com diferentes agentes do Estado-nação e as auto-alterações

decorrentes, os Guaraní persistem em sua singularidade e até mesmo numa espécie de insularidade, olvidando que não existem mais as mesmas condições de concretização da espacialidade de outrora.

Da mesma forma, deve-se salientar que ao se fazer menção aos *Guaraní no Oeste do Paraná* o objetivo é tão somente dar a perceber sua situação circunstancial no interior de uma demarcação territorial, política e administrativa fixada pelo Estado, ou seja, a região Oeste da unidade da Federação denominada Estado do Paraná, o que não significa dizer que os Guaraní entendam a mesma como um limite simbólico relativo à sua própria cultura.

Isto se revela ao tratar da mobilidade atinente a esse grupo indígena, para o qual fronteiras artificialmente definidas pelos países latino-americanos têm seus significados por vezes reelaborados e se, conveniente, aparentemente assimilados. Assim, a opção pelo Oeste como marco espacial responde à necessidade de estabelecer balizas de análise histórica.

Considerando a intenção de recuperar a densidade e a longevidade da presença dos Guaraní na região, parte-se da apreciação do seu estar em um lugar determinado. O suporte para esta reflexão é a idéia de situação proposta por Mariza Peirano¹¹. Estar situado para a autora indica uma presença de caráter contingente, caracterizando uma ação, ou o ato de situar. O situado não é definido pela situação, pelo contrário, ele a define, definindo o que conta como situação. Neste sentido, o Oeste só é parte da situação histórica da sociedade Guaraní, isto porque essa região é um dos objetos do trabalho ativo de posição em situação realizado por estes índios.

O reconhecimento de que a localização dos povos indígenas dentro das fronteiras de um país, neste caso específico, de uma região, não é uma condição fundante da constituição social dos mesmos, mas apenas uma circunstância adventícia ou superveniente, tem-se exprimido no uso cada vez mais comum da expressão “índios no Brasil”¹².

Insiste-se em sublinhar que a delimitação territorial eleita como palco para investigação consiste numa mera ficção político-administrativa instituída pelo Estado-nação e, embora haja o reconhecimento de que a localização dos Guaraní nesta circunscrição determinada implique em eventuais reelaborações no seu modo de ser e viver, a presença indígena não é tratada de maneira naturalizada, tal qual fossem os Guaraní do Oeste, ponderando-se, isto sim, acerca de como os índios situam *a* e se situam *na* região.

Reitera-se, neste sentido, a relevância de ponderar sobre as relações que os grupos nativos estabelecem com os segmentos diversos dos Estados nacionais que lhes imputam limitações geográficas ao dividir arbitrariamente suas terras ancestrais. Destaque-se que os Guaraní, um dos povos indígenas de população mais abundante na América do Sul, tem seus territórios tradicionais

discricionariamente divididos, estando dispersos por várias fronteiras nacionais. Esta disseminação se traduz na sua localização involuntária em uma diversidade de países modernos, tais como Paraguai, Brasil, Argentina e Bolívia; no conseqüente cerceamento de sua mobilidade característica; e, por fim, nos experimentos dos agentes governamentais no intuito de integrá-los como cidadãos, homogeneizando populações inteiramente variantes entre si, não atentando para suas peculiaridades culturais.

No caso do Estado brasileiro, especificamente, a tentativa de converter todos os grupos étnicos presentes em território nacional na categoria genérica *índios brasileiros* expressa a intenção de impor uma quimérica *igualdade*, de conotação nitidamente etnocêntrica, com a intuito, de, partindo da desqualificação do *outro*, converter todos os diferentes no arquétipo de ser humano ideal, laborando o desvanecer da heterogeneidade. A ponta do arco-íris é, pois a conformidade, a identidade nacional.

Assim, desconsiderar o contato, visto que está dado, implica em incorrer em extrema ingenuidade, sem, contanto, deixar de ter em conta a dinâmica Guarani, elemento crucial para apreciar eventuais conexões com qualquer entorno que se estabeleça. Esta proposição encontra respaldo no pressuposto de que a transformação histórica não é exclusividade da sociedade nacional. Para Castoriadis¹³ as sociedades são intrinsecamente história, em outros termos, auto-alteração perpétua. A historicidade inerente às coletividades é revelada pela instalação de formas relativamente estáveis e pela sua explosão, o que demanda a criação de novas formas. Vale lembrar que cada sociedade tem uma maneira típica de se auto-alterar, fenômeno que pode ser definido como temporalidades diversas ou modos de ser distintos.

A auto-identificação decorre da habilidade da sociedade de se auto-alterar e, sua análise pressupõe inquirir a respeito do contexto social no qual está inserido um grupo determinado. Ela resulta da influência exercida pelas interações com o exterior, ou mesmo com a memória do próprio coletivo em tempos e espaços distintos, manifestando-se na modificação do modo de viver da coletividade, expressa na interpretação e eventual adoção pela sociedade de características inerentes aos interlocutores ou, ainda, na mutação dos significados atribuídos aos componentes culturais ditos tradicionais. O amparo para as transformações sociais é proporcionado pelo mundo de significações, instituinte *da* e instituído *pela* sociedade num tempo anterior, que, por seu lado, sofre metamorfoses, quando posto em ação em face da vivência concreta dos indivíduos.

Em contrapartida, a identidade étnica, não obstante fundamentada no sistema de valores, exprime-se através dos discursos que a apregoam e pela utilização consciente de peculiaridades

culturais, mesmo que, muitas vezes, portadoras de sentidos diversos dos originais, inexistindo concretamente. Forja-se e é expressa pelo grupo em circunstâncias nas quais se mostre necessário demonstrar unidade e uniformidade de modo a poder confrontar-se com um opositor mais poderoso. Mas esta é uma questão a ser abordada em outra ocasião.

¹ PEIRANO, Mariza. Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Brasília: Ed. UNB, 1992.

² BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. 1969, In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. pp. 187-227 (196).

³ Evidentemente os fatores que deram o mote para o processo de migração de colonos sulistas para o Oeste do Paraná são bastante complexos, entretanto, não cabe neste trabalho uma apreciação sobre a questão em específico. Pode-se ter uma análise mais apurada sobre o tema em RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná**. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Tese de Doutorado.

⁴ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. pp. 117.

⁶ MELIÀ, Bartomeu. **A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia**. In: *Revista de Antropologia*, n. 33, 1990. pp. 33-46.

⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I.

⁸ MELIÀ, op.cit.

⁹ GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Dissertação de Mestrado. pp. 156.

¹⁰ CERTEAU, op.cit. pp. 200.

¹¹ PEIRANO, op.cit.

¹² VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Etnologia brasileira*. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo/Brasília/DF: Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999. pp. 109-224. pp.162.

¹³ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O GAÚCHO E O CAIPIRA: A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Simone Moro Pirotti¹

A construção das representações identitárias regionais, especialmente a do gaúcho e do caipira paulista, inseriram-se na problemática da criação e consolidação do Brasil como um Estado-nação moderno, entre o final do século XIX e o início do XX.

A história do Rio Grande do Sul esteve ligada, desde sua origem, às lutas de fronteira contra os espanhóis e os indígenas, num processo de contínuas disputas pelo espaço platino e pela definição dos limites coloniais de Portugal e Espanha no extremo sul do continente americano.

O tipo social do gaúcho, forjado nesse processo, é apontado, mais tarde, pela literatura e a historiografia sul-rio-grandenses, como o herói primordial, representante de qualificativos que podem ser traduzidos em valores de bravura, honestidade e lealdade. O estudo do discurso elaborado pela intelectualidade sul-rio-grandense em relação ao gaúcho, identificando-o ao herói, nos fez refletir sobre as condições de sua produção.

Os dois tipos sociais analisados, o gaúcho e o caipira, terão suas representações positivas, construídas no início do século XX. O gaúcho, até o final do século XIX era considerado marginal e desviante, ligado ao contrabando e relacionado à violência. O caipira que encontramos nos relatos dos viajantes do século XIX, é preguiçoso, indolente e ignorante.

A negação dessas representações e a valorização do gaúcho e do caipira que encontraremos na literatura e na historiografia no século XX, demonstram uma inversão do discurso, um processo de idealização e mitificação desses tipos sociais, reabilitados e transportados para o centro da construção de uma identidade nacional.

Mas, se toda identidade se define em relação a algo que lhe é estranho, exterior, ela também é diferença. É preciso refletir a identidade em relação a seu oposto, que é a alteridade. O debate sobre identidade não esconde dificuldades conceituais, no entanto, julgamos adequado indicar a noção de identidade com a qual trabalhamos neste estudo. A definição expressa por Lévi-Strauss² de que a identidade é uma entidade abstrata, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência, foi adotada para o estudo da realidade brasileira nos séculos XIX e XX.

¹ Mestra em Integração Latino Americana-UFSM, CNPq, spirotti@terra.com.br.

² Encontramos a definição de identidade de Lévi-Strauss nas obras de OLIVEN, Ruben. **A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992, p.26, ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p.137 e BERND, Zilá. **Literatura e Identidade Nacional**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

Além do conceito de identidade, necessitamos pensar o conceito de representação. Ao admitirmos que as representações do gaúcho e do caipira são construídas e reconstruídas culturalmente, lhes atribuímos valor histórico.

De acordo com Chartier, a noção de representação pode ser a pedra angular de uma abordagem ao nível da história cultural, pois permite articular mais do que o conceito de mentalidade³, permite articular três modalidades de relação com o mundo social: a realidade, que é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; as práticas, que visam fazer reconhecer uma identidade social, uma maneira própria de estar no mundo; as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (pessoas ou instâncias coletivas) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo ou da comunidade.⁴

Tão arriscado quanto o conceito de representação é o conceito de cultura. Inúmeros são os estudos⁵ que tratam das questões culturais relacionadas à história, porém, Chartier adota o conceito de cultura desenvolvido por C. Geertz, segundo o qual cultura “(...) denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida”.⁶

A aplicação de tais conceitos ao objeto que nos propomos estudar permite apreendê-lo com mais propriedade. As representações do gaúcho e do caipira, do final do século XIX e início do XX, combinam ideologia e cultura para responderem à necessidade histórica de construção do Ser nacional.

As transformações estruturais ocorridas no Brasil no final do século XIX, das quais destacamos a abolição do trabalho escravo e a implantação de um regime político republicano, imprimem ao país uma nova feição. O desenvolvimento desigual entre as regiões gera conflitos, São Paulo desponta, já nos últimos decênios do século XIX, como o principal produtor e exportador de café, alcançando uma posição de supremacia econômica no interior da sociedade brasileira.

O pacto político realizado entre as elites regionais desde a implantação da República, conhecido como “política dos governadores” que garantia aos estados mais influentes na economia, correspondência política, também gerou a insatisfação dos estados alijados do poder. A Revolução de 1930 opera nova inversão nos rumos do país ao recuperar a idéia da centralização política.

³Conforme J. Le Goff “(...) a mentalidade de um indivíduo, mesmo que se trate de um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens do seu tempo (...) o nível da história das mentalidade é o do cotidiano e do automático(...)” In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, S.A. 1990. p.41.

⁴ CHARTIER, 1990, Op.cit. pp.13-28.

⁵ HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992. ORTIZ, 1985. Op.cit.

O Estado idealizado a partir de 1930 é nacional antes de ser regional, e toma para si a tarefa de criar um modelo de nacionalidade, válido e reconhecido pelo povo brasileiro.

O discurso produzido pela historiografia sul-rio-grandense e brasileira tradicionais, a respeito do processo de ocupação do território, teve por objetivo a construção de uma identidade nacional, afirmando a colonização portuguesa e a idéia do atual Rio Grande do Sul pertencer, naturalmente ao Brasil.

Contribuem para essa produção autores como José Honório Rodrigues, **O Continente do Rio Grande**; Sergio Buarque de Holanda, **História Geral da Civilização Brasileira**; Moysés Vellhinho, **Capitania d'El rei e Fronteira**.

A criação, em 1921, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), faz parte do esforço empreendido pelos autores nacionalistas, dos quais Moysés Vellhinho é um representante, para afirmar a origem tardia e lusitana do Rio Grande do Sul, separando-o da área platina e valorizando o sentimento de brasilidade do gaúcho.

A origem lendária do gaúcho, como guardião da fronteira, soldado e peão, que lutou contra espanhóis e índios pela conquista e posse dos extensos campos da campanha (área geográfica de produção pecuária), é a representação mais comum da literatura e da historiografia, tenuamente separadas.

A representação do gaúcho, construída, nos séculos XIX e XX, imagina um ser altaneiro que vivia na região do Prata desde o período colonial, e corresponde, como toda representação, às necessidades políticas e ideológicas do momento. Segundo Marilena Chauí "(...) ideologia não é um reflexo do real na cabeça dos homens, mas o modo ilusório (...) pelo qual representam o aparecer social como se tal aparecer fosse a realidade social"⁷.

A multiplicidade da análise historiográfica para o termo *gaúcho* é comum ao Uruguai, à Argentina e ao Brasil, no entanto, apesar das diferenças de tratamento, a historiografia dos três países o relaciona, nos séculos XVII e XVIII às atividades econômicas desenvolvidas na campanha.

Ao estudarmos a produção literária e historiográfica produzida no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e a primeira metade do XX, o que podemos depreender da análise é o esforço empreendido na construção da identidade do estado e de seu habitante.

Até a segunda metade do século XIX, o termo gaúcho não é sinônimo de herói. O processo de re elaboração pelo qual adquire, na literatura e na historiografia, o caráter de herói primordial, ainda não se completou.

⁶ CHARTIER. Op.cit. p.67.

Costuma-se atribuir à fundação da Sociedade do Partenon Literário de Porto Alegre, em 1868, o início efetivo da literatura no Rio Grande do Sul, que teve papel fundamental na elaboração da imagem do gaúcho.

Desde sua fundação até seu fechamento, em 1885, a conjuntura histórico-social no qual tem origem a construção do gaúcho, modifica-se. Por volta de 1870, ocorre no Rio Grande do Sul o cercamento dos campos, produzindo modificações econômicas profundas no cenário da produção pecuária e, conseqüentemente, nas relações sociais de produção.

O surgimento de novas raças de gado, o incremento na rede de transportes, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo, as campanhas abolicionista e republicana, e , posteriormente, o aparecimento de frigoríficos, na primeira metade do século XX, significaram a modernização da região da campanha, e com ela, o desaparecimento de determinadas atividades ligadas à pecuária, determinando a expulsão do homem do campo.

Para compreender o processo de apropriação da palavra gaúcho, e transformação de seu sentido, indo de marginal e desregrado, entre os séculos XVII-XIX, passando pelo herói da fronteira, símbolo de coragem e lealdade, até adquirir o atual significado gentílico do habitante do Rio Grande do Sul, é necessário considerar aspectos da economia e da política rio-grandenses, em sua relação com a nova feição que assumia o Estado brasileiro nas décadas de 20-30, do século XX.

A economia rio-grandense sempre teve uma função subsidiária e periférica em relação ao centro da colônia. Foi fornecedora de gado *vacum* e cavalar para as feiras de Sorocaba, posteriormente, as minas de ouro no século XVIII, e, mais tarde, através do charque, oferecendo alimento barato para os braços da lavoura cafeeira escravista.

A partir da instalação do regime republicano no Brasil, o poder político no Rio Grande do Sul esteve nas mãos do Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que governou o estado de 1892 até 1930, implantando a ditadura científica positivista, da qual emergirá um estado centralizado e autoritário, porém, com um discurso apoiado no homem coletivo e na máxima de “progredir conservando a ordem”.

Do discurso legitimador do PRR, interessa-nos apreender apenas os elementos que serviram de sustentação para a transmutação que se opera na figura do gaúcho de ora em diante.

Se até 1930 o cenário político brasileiro havia sido marcado pela descentralização política, em que as oligarquias regionais dividiam e organizavam seus espaços de mando, a Revolução de 1930 inaugura um novo ciclo de centralização e nacionalização.

⁷ CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3 ed. 1981, p. 106.

A uma nova feição de Estado, corresponde uma nova relação com a sociedade, educação e a cultura, as relações de trabalho e o capital. O Estado toma a si a tarefa de constituir a nação⁸, o sentimento de nacionalidade deve sobrepor-se aos regionalismos.

A ausência de uma identidade nacional, capaz de aglutinar as forças produtivas em torno de um projeto de desenvolvimento, indicava dificuldades no sentido da centralização desejada pelo governo autoritário de Getúlio Vargas que se iniciava.

Quando tratarmos de identidade, usaremos como referência o conceito desenvolvido por Lévi-Strauss e aceito por Oliven, de que “Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. Nesse sentido, Lévi-Strauss afirma que a identidade é algo abstrato, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência.”⁹

Como poderia o Rio Grande do Sul inserir-se neste contexto de nacionalização política e contribuir para a construção da identidade brasileira? Deveria, antes de tudo, afirmar sua própria “brasilidade”, evocando seu passado de lutas em defesa da consolidação do território, para reafirmar sua vontade de pertencer ao Brasil.

A partir desse momento, a construção da imagem do gaúcho sofre uma alteração radical, de marginal à símbolo de heroísmo da sociedade sul-rio-grandense.

A imagem do gaúcho precisava ser reabilitada, e “(...) o rastreamento das origens da imagem positiva do gaúcho remete-nos para 1835.”¹⁰

Os intelectuais rio-grandenses não pouparam esforços no sentido de afirmar o sentimento patriótico dos farrapos. A profusão de trabalhos preocupados em mostrar a Revolução Farroupilha como resultado dos ideais republicanos e federativos de seus líderes e dos rio-grandenses, é impressionante. A literatura e a historiografia do período permitem que se observe uma transmutação do discurso, uma nova construção, onde novas imagens devem ser reconhecidas. Os interesses e objetivos a ela subjacentes não são difíceis de captar.

⁸ O conceito de nação que utilizaremos será o desenvolvido por Eric Hobsbawm, em **Nações e Nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990., que define nação como um produto cultural, surgido na Europa no final do século XIX. Também, a respeito de nação consultar ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo, Ática, 1989 e HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

⁹ OLIVEN, Op. cit. p. 26.

¹⁰ GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: **RS: Cultura e ideologia** [por] Décio Freitas [et al] Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980., p. 113 – 132.

A necessidade em reforçar os laços do Rio Grande do Sul com a Coroa portuguesa no Brasil, teve grandes expoentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), como Othello Rosa, Souza Docca e Aurélio Porto.

Além do IHGRS, a fundação da Revista **A Província de São Pedro** em 1945, dirigida por Moysés Vellhinho até 1975, veio reforçar o princípio da lusitanidade do Rio Grande do Sul, bem como a obra **Frenteira** (1975), que ainda repetia os mesmos argumentos sustentados em 1925/30, período em que devemos buscar o início da construção da identidade lusitana para o Rio Grande do Sul.

A mudança ocorrida nos escritos historiográficos, obriga-nos a uma reflexão. Que tipo de exigências estão postas pelo quadro histórico descortinado a partir dos anos 30? Que tipo de sociedade e quais os valores são ultrapassados, cedendo espaço a novas percepções?

Sob o ponto de vista econômico, no período que vai da Revolução de 1930 até o término da ditadura do Estado Novo em 1945, o Brasil inicia a implantação de um modelo de desenvolvimento industrial, dirigido e controlado pelo Estado, que procura integrar as economias regionais, desarticulando suas bases de sustentação política, ou, dito de outro modo, enfraquecendo as elites locais. O que o Estado pretende é a formação de uma economia nacional.

Politicamente, esse projeto de desenvolvimento econômico deverá ser sustentado pela superação das disputas locais de poder, e, substituído por um governo centralizado, capaz de representar a todos, defendendo um único interesse, que ao mesmo tempo é o interesse geral da nação.

No Rio Grande do Sul, berço do movimento de 30, tem início a construção do mito do gaúcho. Poderíamos concluir que a Revolução de 1930 alterou a escrita da história sul-riograndense, em que o gaúcho real é esquecido, os negros e índios comparecem no nível das representações de forma pálida e idealizada.

O outro tipo social construído entre o fim do século XIX e o início do XX, para representar a nação brasileira é o caipira do interior de São Paulo. Utilizamos o trabalho desenvolvido por Célia Regina da Silveira: *A Epopéia do Caipira: Regionalismo e Identidade Nacional* em Valdomiro Silveira para analisar o processo de confecção positiva da imagem do caipira nas primeiras décadas do século XX.

A autora analisa a construção da tipologia caipira do estado de São Paulo, enquanto tipo étnico-cultural ideal para representar a nação brasileira.

A economia cafeeira colocava São Paulo numa posição de destaque frente aos demais estados. Segundo Célia Regina da Silveira¹¹, esse desenvolvimento econômico levou a intelectualidade paulista a buscar, para si, uma representação do nacional, voltada para sua história e elaborada sobre um passado glorioso.

Nessa perspectiva, é que aproximamos a literatura e a historiografia sul-rio-grandenses da produção ficcional paulista, produzida no século XX, especialmente a da década de 30. Ambas construindo tipos sociais representativos da região, mas com pretensões a representar a nacionalidade brasileira.

O objetivo com que os escritores produzem suas obras, literárias ou historiográficas é que as aproximam. O gaúcho e o caipira são construções ideais, presas a um passado glorioso, cujos valores preservados, serviriam de base para a construção da nação brasileira.

O caipira, no fim do século XIX e início do XX, afigurava-se como um tipo étnico-cultural; depois, como o homem do interior do estado de São Paulo, influenciado pelos hábitos dos indígenas, parente dos antigos bandeirantes ou, qualificado pela timidez, acanhamento, ou vergonha como um *estilo de vida*, mas, “(...) dentre os significados do caipira, o mais recorrente serviu-se da referência espacial”¹².

Dos primeiros registros sobre os caipiras, feitos no século XIX, utilizaremos como exemplo, o do viajante francês Saint-Hilaire¹³, de passagem por São Paulo. As características atribuídas ao caipira são a preguiça, a ignorância, a idiotice e a impolidez. Este é um exemplo de construção negativa do caipira, que por muito tempo permaneceu no imaginário das elites.

Da representação de Saint-Hilaire, ao discurso valdomiriano da cultura caipira como reserva de tradição e, portanto, raiz da identidade nacional, um longo caminho precisou ser percorrido.

A definição do caipira encontra-se disseminada pela obra de Valdomiro Silveira, que, por meio de elementos característicos da cultura caipira, o traçou como um tipo cultural, dividindo-o em categorias. Sitiantes e fazendeiros (que possuem a terra) e meeiros, parceiros ou empreiteiros (que não a possuem) são os caipiras, diferenciados pelo nível econômico, mas pertencentes à cultura caipira, porque são todos provenientes dos mesmos troncos familiares e ligados ao trabalho “duro”, fonte de sua sobrevivência.

¹¹ SILVEIRA. Célia Regina da. **A Epopéia do Caipira: regionalismo e identidade nacional em Valdomiro Silveira**. UNESP, Assis, 1997. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGH.

¹² Op. cit. p. 48.

¹³ “(...) Esses homens, embrutecidos pela ignorância, pela preguiça, pela falta de convivência com seus semelhantes e, talvez, por excessos venéreos primários, não pensam: vegetam como as árvores, como as ervas do campo.” In: SILVEIRA. Célia Regina. Op cit. p. 140.

O gaúcho bravo, corajoso, guerreiro destemido que exerceu a função de guardião da fronteira, perdeu boa parte de sua função ao longo do século XX, da mesma forma que o caipira ingênuo, tímido, reserva da tradição, não é mais o representante da sociedade paulista.

A contraposição estabelecida entre os antigos modos de sociabilidade e os novos códigos sociais, antagonizou o campo e a cidade. Na disputa pela indicação do tipo social que representaria a nação brasileira, o homem do campo, (o caipira ou o gaúcho), ou o citadino, o debate traz à tona temas recorrentes na literatura e historiografia brasileiras, desde o século XIX.

O percurso realizado pelas construções históricas do gaúcho e do caipira, respondem igualmente, às necessidades postas pelo Estado centralizado, resultado da Revolução de 1930, e da busca de uma identidade nacional, diante da qual o Rio Grande do Sul e São Paulo colocaram-se, como portadores da tradição nacional, o gaúcho e o caipira representavam, ou queriam representar, o tronco ancestral do Brasil.

Nesse sentido, São Paulo reivindicava privilégios baseando-se na hegemonia econômica advinda da cafeicultura e o Rio Grande do Sul apoiava-se na sua história de lutas pela defesa das fronteiras, que haviam, definido o mapa geopolítico do Brasil.

Para avançar na compreensão da identidade nacional brasileira, engendrada nos limites do Estado moderno brasileiro, é que aproximamos o processo de construção cultural das representações do gaúcho e do caipira.

De tipos marginais a tipos ideais, as imagens do gaúcho e do caipira, elaboradas pela literatura e pela historiografia do Rio Grande do Sul e de São Paulo, entre o fim do século XIX e a primeira metade do XX, acompanham as transformações conjunturais do Estado e respondem a motivações políticas e ideológicas, é em razão delas que se reordenam, ganhando ou perdendo sentidos.

A complementaridade do discurso literário e historiográfico, permitiu o diálogo entre a realidade histórica e a construção das imagens, integradas pela ação do Estado, para dar forma ao Ser nacional, culturalmente rico, diverso e capaz de conter em si todas as imagens. A inclusão das figuras do gaúcho e do caipira ao tronco ancestral do povo brasileiro é um processo de construção e integração culturais.

BIBLIOGRAFIA

ALBECHE, Daysi Lange. **Imagens do gaúcho: história e mitificação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

- ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**; tradução de Maria Manuela Galhardo –Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 3.ed.1981.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Eric Hobsbawm, Terence Ranger; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. **Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **Sobre História** / Eric Hobsbawm; tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**; tradução de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LOBATO, Monteiro. **Ideias de Jéca Tatú**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1949.
- Nós, os gaúchos** / coordenado por Sergius Gonzaga, Luís Augusto Fischer. – 4.ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- QUEVEDO, Júlio. (org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre : Martins Livreiro, 1999.
- REICHEL, Heloisa Jochims. **As raízes históricas do Mercosul**: a região platina colonial / Heloisa Jochims Reichel e Ieda Gutfreind – São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.
- SILVEIRA, Célia Regina da. **A Epopéia do Caipira: regionalismo e identidade nacional em Valdomiro Silveira**. UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1997. (Dissertação de mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Assis, 1997.
- VELLHINHO, Moysés. **Capitania D’El Rei**. Porto Alegre: Globo, 1964.
- _____. **Frenteira**. Porto Alegre: Globo, 1975.

BANDITISMO DE CALABRESES E BRASILEIROS NA FRONTEIRA DE CAFÉ: NOTAS SOBRE A IMIGRAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

Karl Monsma

Entre o final de 1895 e início de 1898 uma quadrilha de bandidos calabreses liderada por Francesco Mangano realizou vários crimes espetaculares em São Carlos e municípios vizinhos do Centro-Oeste paulista. Entre outras ações, eles incendiaram as instalações de uma fazenda, cujo dono havia se recusado a lhes pagar os trinta contos que exigiam, assaltaram e tentaram matar dois outros fazendeiros (um sobreviveu), roubaram o cofre de um hotel, arrombaram casas comerciais, e assaltaram várias outras pessoas, incluindo vendedores ambulantes e trabalhadores.¹ Não se tem notícia de outra quadrilha imigrante tão bem sucedida no Brasil durante a época da grande imigração. A correspondência recebida pelo Chefe de Polícia menciona alguns outros bandos de ladrões italianos, mas parece que duraram pouco tempo e tinham menos integrantes que os quarenta e tantos acusados de envolvimento com o bando Mangano.² Embora o crime organizado de italianos meridionais tenha se estabelecido em algumas cidades dos Estados Unidos, máfias e outras manifestações do crime organizado italiano não conseguiram se fixar no Brasil (Fausto 2001, p. 81-82) Um caso excepcional como a quadrilha Mangano, que prosperou durante alguns anos, pode nos ajudar a entender porque, de maneira geral, o banditismo e outras formas de crime organizado de imigrantes era tão raro no Brasil. Se conseguirmos explicitar as condições que permitiram a atuação do bando Mangano, entenderemos melhor porque foi difícil, na maioria das vezes, quadrilhas de bandidos imigrantes se estabelecerem.

Desde a publicação do livro *Primitive Rebels* por Eric Hobsbawm em 1959, o debate sobre banditismo se pautou por sua idéia de que muito banditismo constitui formas de resistência camponesa aos latifundiários, ao capitalismo ou ao Estado. O livro *Bandits*, publicado originalmente em 1969 (com novas edições revisadas em 1971, 1981 e 2000) é uma versão mais elaborada e completa deste argumento (Hobsbawm 2000). Os bandidos sociais, segundo Hobsbawm, são parte da comunidade camponesa e, embora definidos como criminosos pelo Estado, não são vistos como tais pelos camponeses, que muitas vezes

¹ Monsma, Truzzi e Conceição 2003.

² Por exemplo, cinco integrantes de uma quadrilha de assaltantes italianos foram capturados em Araraquara em 1894. (Juiz de Paz de Boa Vista das Pedras a Subdelegado de Araraquara, sem data

fornece ajuda e abrigo. Os bandidos se sustentam com roubos dos ricos ou de forasteiros, mas não vitimam a população camponesa que os protege. Hobsbawm concede que, para sobreviver, os bandidos sociais muitas vezes precisam manter boas relações com uma parte da elite local, mas insiste na importância fundamental dos laços do bandido social com os camponeses.

Este argumento já foi muito criticado. Anton Blok (2001), em um artigo originalmente publicado em 1972, afirma que a noção do bandido social é em grande parte um mito, e aponta que boa parte da evidência que Hobsbawm usa provém de fontes folclóricas. A vida desses bandidos, segundo Blok, quase sempre foi bem diferente dos mitos construídos a respeito deles. Quase qualquer bandido bem sucedido tinha laços mais próximos com elites locais, sobretudo latifundiários, que com os camponeses. Em vez de expressar a resistência camponesa, bandidos geralmente serviam mais para controlar e desmobilizar os camponeses, porque faziam serviços violentos para potentados locais, muitas vezes aterrorizando camponeses recalcitrantes ou assassinando ativistas de esquerda em troca da proteção dos latifundiários. Quando não reprimiam os camponeses ativamente, roubavam deles, mostrando pouca preocupação em poupar os pobres.

Este paper compara a quadrilha Mangano com bandidos brasileiros que prosperaram por muito mais tempo, focalizando sobretudo suas relações com as elites locais. Os mais bem-sucedidos bandidos brasileiros conseguiram a proteção de elites locais, permitindo que eles atuassem com impunidade, ao passo que bandidos imigrantes dificilmente estabeleceram relações semelhantes. O principal caso comparativo aqui é o de Diogo da Silva Rocha, ou Diogo da Rocha Figueira, conhecido como Dioguinho, um pistoleiro e bandido que atuou com impunidade entre 1883 a 1897 na mesma região, o Noroeste de São Paulo, sobretudo nos municípios de São Simão, Cravinhos, Batataes e Jaboticabal.

Em outro artigo, com dois co-autores, comparamos a situação no interior paulista com a da Calábria no final do século XIX, onde o banditismo era bastante comum. Várias fontes sugerem que, para os bandidos calabreses sobreviverem e continuar seus roubos, precisavam da proteção de latifundiários ou outras elites locais. Em troca, tipicamente faziam serviços violentos para essas elites, acuando ou eliminando rivais e intimidando trabalhadores e inquilinos. No Brasil, porém, os latifundiários pouco se interessavam em usar bandidos

estrangeiros para tais serviços porque já tinham capangas brasileiros, que para eles eram mais confiáveis, sobretudo no Oeste paulista, onde os fazendeiros enfrentavam uma massa de trabalhadores imigrantes, muitas vezes descontentes e propensos à rebelião.

Aqui pretendo aprofundar a análise das dificuldades que bandidos estrangeiros enfrentavam se quisessem desenvolver relações de troca com os fazendeiros ou outros “coronéis” locais, mediante a comparação da carreira da quadrilha Mangano com a de Dioguinho. Tal comparação fornece subsídios para explicar porque o banditismo e outras formas de crime organizado de imigrantes não prosperou no Brasil. As questões centrais a serem respondidas aqui são as seguintes: Como se desenvolveram as relações de confiança entre Dioguinho e seus protetores da elite? Como esses patronos agiam para assegurar a impunidade de Dioguinho e seus associados? E por que era mais difícil bandidos estrangeiros formarem o mesmo tipo de relações de ganhar o mesmo grau de proteção? Finalmente, pergunto por que, depois de sua morte, Dioguinho passou por certo processo de mitificação entre a população local, ao passo que a Quadrilha Mangano caiu no esquecimento.

Quase toda a carreira criminosa de Dioguinho foi desenvolvida em associação com elites locais, sobretudo grandes fazendeiros.³ Quando se mudou de Botucatu para São Simão, aparentemente em 1881, com 18 anos de idade, ele foi acolhido pelo irmão maior, dono de um hotel onde se reunia um dos grupos políticos da elite local. O irmão participava nesse grupo, que também aceitou o jovem Dioguinho. Ou seja, a relação de confiança entre o futuro pistoleiro e uma facção da elite local se construiu no primeiro momento a partir de um laço de sangue. Tudo indica que o jovem era bastante corajoso, forte e hábil no uso das armas, tornando-o candidato ideal para capanga do grupo. O primeiro processo contra Dioguinho em São Simão foi por um ato de violência relativamente simples: para impedir a intimação de um integrante do grupo, Dioguinho atacou o oficial de Justiça e arrancou o mandato de Justiça de seu bolso.⁴ No processo contra Dioguinho resultante deste evento, ele foi absolvido, como aconteceria em vários outros processos posteriores. As testemunhas chaves não apareciam, ou depunham a favor do capanga. Em outros casos, o delegado não concluía o inquérito ou o juiz arquivava o processo por falta de provas. Para garantir a impunidade, certamente ajudou que a

³ A descrição a seguir da carreira de Dioguinho se baseia principalmente em Carvalho 1988.

⁴ Segundo Selma Carvalho (1988) os dois grupos estavam ligados a duas companhias distintas de estradas de ferro, a Melhoramentos e a Mogiana, e boa parte do conflito entre eles era sobre qual dessas companhias ganharia a concessão ferroviária local.

facção de Dioguinho e seu irmão incluía dois juizes municipais, o líder do partido republicano local e o subdelegado.

Em 1884, um ano depois de brigar com o oficial e tomar o mandato de Justiça, Dioguinho mesmo foi nomeado Oficial de Justiça pelo juiz. Sua impunidade e o cargo de confiança vieram com um preço: agora Dioguinho era devedor do grupo político que o protegia, e podia ser chamado para serviços maiores. Ainda em 1884 ele espancou e matou o comandante do destacamento policial de São Simão porque este pretendia prender um integrante do grupo. Desta data até sua morte em 1897 a principal profissão de Dioguinho parece ter sido matador de aluguel, embora tenha servido como agrimensor também, profissão útil para seus protetores em brigas por terras. Ele assassinou umas cinquenta pessoas, rotineiramente cortando as orelhas para enviar aos mandantes como comprovantes do serviço realizado. Também roubava suas vítimas e extorquia dinheiro de fazendeiros mediante pedidos que eram difíceis de desconsiderar. Com seu fama temível e a organização de um pequeno bando de seguidores, ganhou a capacidade de intimidar indivíduos da elite local e lucrar disso.

Dioguinho gozava de proteção tão eficaz na região que somente uma força vinda de fora podia acabar com sua carreira. Finalmente, um delegado especial, enviado da cidade de São Paulo em 1897 com um destacamento policial, descobriu o esconderijo do pistoleiro e seu bando à beira do Rio Mogi-Guaçu, matando o Dioguinho e um irmão menor enquanto tentavam fugir de canoa. Durante a perseguição a Dioguinho, sete fazendeiros proeminentes na região foram presos como coiteiros, inclusive um deputado pelo estado do Rio de Janeiro, embora todos fossem soltos depois com pedidos de *habeas corpus*. Segundo uma autora, o governo de São Paulo só decidiu eliminar Dioguinho porque alguns de seus protetores, sobretudo o fazendeiro e deputado federal (posteriormente senador) Alfredo Ellis, haviam rompido com o governador Campos Salles.⁵

Em contraste, a Quadrilha Mangano durou menos de três anos.⁶ O bando só conseguiu atuar com impunidade por um tempo porque uma forte epidemia de febre amarelo assolava São Carlos nesses anos, impedindo o trabalho da polícia. Vários policiais adoeceram ou

⁵ SCHNEIDER 2003.

⁶ Esta descrição da trajetória da Quadrilha Mangano se baseia principalmente no processo contra o bando (Fundação Pró-Memória de São Carlos (FPM), Autos Penais, Caixas 272 e 273, Número 90, Francisco Mangano e outros, 1898).

morreram e o Chefe de Polícia do Estado de São Paulo não quis enviar mais praças porque eles também podiam contrair a doença. O efetivo disponível pelo patrulhamento e para perseguir criminosos foi diminuído mais ainda pela necessidade de escoltar os inspetores de higiene, que enfrentavam contínuos distúrbios populares quando tentavam remover doentes das suas casas para o hospital de isolamento.⁷ Com a epidemia, as classes abastadas e a classe média saíram da cidade, refugiando-se nos bairros rurais ou em outros municípios. Além do fato de que, sem dos donos, as casas e lojas constituíram alvos fáceis para arrombamentos, a ausência de boa parte da elite do núcleo urbano de São Carlos afastou justamente a parcela da população mais disposta a colaborar com a polícia. Ficaram na cidade as classes populares e estas, sobretudo os italianos, viam a polícia com suspeito e eram menos propensos a ajudá-la.

A quadrilha Mangano nunca se aproximou com as elites brasileiras e tampouco com a elite italiana de São Carlos. Como recém chegados, sem relações de parentesco com pessoas próximas à elite local, era bem mais difícil para eles que para o Dioguinho desenvolverem relações de confiança com os fazendeiros e comerciantes brasileiros. Além disso, os fazendeiros preferiam capangas brasileiros. Também parece que vários participantes do bando haviam trabalhado nas fazendas de café e nutriam antipatia a todos os fazendeiros, que eram alvos preferidos para seus assaltos. Quanto aos imigrantes italianos abastados, ficou evidente depois da prisão da quadrilha que a maior parte deles percebia Mangano e seus seguidores como uma vergonha para a comunidade italiana. Os italianos que suspeitavam dos bandidos não haviam os denunciado, ou por medo de represálias ou por desconfiança da polícia, mas somente alguns pequenos comerciantes calabreses, donos de hotéis ou vendas, como o próprio Mangano, colaboraram ativamente com eles. Quando ao fim os bandidos calabreses foram presos, no início de 1898, ninguém da elite italiana local apareceu para depor a seu favor.

Hoje a quadrilha Mangano é quase esquecida, ao passo que Dioguinho é bem conhecido na região. Sua vida já virou tema de filmes, livros e canções. Em uma consulta ao Google, as únicas coisas que aparecem a respeito de Mangano e seu bando são os escritos deste autor, e de seus co-autores e alunos, mas aparecem dezenas de referências ao pistoleiro Dioguinho. Segundo Hosbawm, muitos bandidos são celebrados depois da morte em estórias, canções e poesias. Nessas manifestações culturais os aspectos “sociais” dos bandidos tipicamente são exagerados e seu egoísmo e suas crueldades ficam amenizados. Os críticos de

⁷ Subdelegado de São João da Lagoa a Chefe de Polícia, 23/04/1897, AESP, Polícia 1897, C02860;

Hobsbawm concordam sobre essa tendência de celebrar os bandidos depois da morte e até convertê-los em heróis. De fato, uma das principais críticas à tese do “bandido social” é que Hobsbawm se apoiou demais em fontes folclóricas, lendo as representações de bandidos sociais de maneira ingênua, como se correspondessem à vida real dos bandidos. No caso de Dioguinho, as canções e histórias o retratam como um homem valente que se enveredou para o crime em função de suas circunstâncias e as manobras dos poderosos – temas refletidos nos relatos orais dos moradores da região hoje – e desconsideram seus requintes de crueldade e o fato de que ele ganhou bastante dinheiro como assassino.⁸ Em muitos casos, parece que ser um homem valente e aterrorizar uma parte da elite bastam para um bandido se tornar um herói popular depois da morte. Como Hobsbawm enfatiza, muitos bandidos captam a imaginação popular porque parecem encarnar as fantasias dos subalternos: eles - pelo menos nas representações póstumas - não se submetem aos poderosos e vivem, nas palavras de Hobsbawm, “sem se curvar”.

A natureza da morte de Dioguinho certamente contribuiu para sua mitificação. Ele foi surpreendido pela polícia no seu acampamento ao lado do rio Mogi-Guaçu, que dividia os municípios de São Carlos e São Simão (posteriormente, esta parte de São Simão se emancipou, tornando-se o município de Luis Antônio). Tentando fugir em uma canoa com seu irmão menor, os dois foram baleados e caíram na água, mas somente o corpo do irmão foi encontrado. O mais provável é que Dioguinho caiu morto na água e seu corpo afundou com o peso dos cartuchos que carregava, mas anos depois ainda circulavam boatos de que o Dioguinho havia sido visto com vida em vários lugares.⁹ Nem mesmo os delegados e o Chefe da Polícia acreditavam totalmente que o Dioguinho estivesse morto.¹⁰

Os participantes da quadrilha Mangano reuniram várias qualidades que podiam ter levado a sua mitificação. Eles eram inimigos ferrenhos dos fazendeiros, que eram os alvos preferidos de seus assaltos, e se intitulavam “anarquistas”, embora não evidenciavam conhecimento dessa doutrina política. Eles certamente não se curvaram, enfrentando as autoridades – e a febre amarela - sem medo. Eles executaram algumas façanhas dignas de histórias populares. Por exemplo, eles drogaram os donos e hóspedes de um hotel, servindo-os

Delegado de São Carlos a Chefe de Polícia, 03/05/1897, AESP, Polícia 1897, C02849.

⁸ Andriolli 2004, p. 33-38; Martins 1975, p. 157-158.

⁹ Por exemplo, Delegado de São Carlos a Chefe de Polícia, 21/02/1900, AESP, Polícia 1900, C02930.

vinho misturado com ópio, e levaram o cofre pesado do hotel enquanto todos dormiam. Na época que foram presos, planejavam descarrilar e roubar o trem de pagamento da Companhia Paulista. Apesar de todo isso, e de sua prisão ter sido um grande evento em São Carlos, merecendo até um retrato do bando em bico de pena na primeira página de *O Commercio de São Paulo* (27/07/1898), essa quadrilha caiu no esquecimento.

O fim inglório do bando certamente não contribuiu para sua mitificação. Eles foram presos e depois de algumas sessões de interrogação - e espancamento - pelo delegado, vários confessaram ou incriminaram os outros. 23 dos 42 acusados foram condenados. Tentaram fugir da cadeia municipal pelo menos duas vezes, sem sucesso. Em 1899 organizaram uma revolta na cadeia com o intuito de dominar o carcereiro e os guardas e fugir, mas a revolta foi controlada e ninguém escapou porque outro preso denunciou o plano.¹¹ Em 1902 tentaram fugir da cadeia municipal, em um plano bem organizado que quase deu certo, mas somente um deles escapou porque a corda quebrou quando o segundo homem descia. Com a queda ele se machucou e não conseguiu fugir, e o som do tombo alertou os guardas, que seguraram a cadeia.¹²

Mas existe outro aspecto importante. A criação e perpetuação do mito do bandido social geralmente envolve a palavra escrita – ou seja, envolve a classe média ou a elite. Hobsbawm apresenta evidências de que, em sociedades com tradições puramente orais, os bandidos são esquecidos em poucas gerações. Os mitos duradouros sobre “bandidos sociais” quase sempre foram preservados em textos escritos. Acha-se referências à atuação e prisão da quadrilha Mangano nos almanaques antigos de São Carlos, mas o bando nunca se tornou mito popular. Claramente os pobres brasileiros não se identificavam com bandidos imigrantes. O mais surpreendente é que a quadrilha não virou mito entre os imigrantes italianos e seus descendentes. Acredito que isso se deve ao fato de que a classe média e a elite italianas de São Carlos eram pouco dispostos a celebrar as façanhas do bando e, por isso, nada escreveu sobre eles. Justamente em um período em que os italianos em geral eram estereotipados pela polícia e pela elite brasileira como desordeiros e violentos, a atuação da quadrilha Mangano parecia validar esses preconceitos. A elite italiana local percebia essa quadrilha como uma vergonha

¹⁰ Delegado de Batataes a Chefe de Polícia, 27/07/1898, AESP, Processos Policiais 1898, C03230.

¹¹ Ocorrencias do Interior", AESP, Polícia 1899, C02928; Delegado de São Carlos a Chefe de Polícia, 20/06/1899. AESP, Polícia 1899, C02899.

¹² FPM, Autos Penais, Caixa 311, Número 227, réu: Pedro Corrêa de Moraes, 1902.

para todos os italianos. Além disso, boa parte da elite italiana era do Norte da península – embora seja difícil especificar a proporção exata, o que só podia selar seu repúdio a esses bandidos calabreses.

Outro grupo que podia ter mitificado a quadrilha posteriormente eram os filhos de imigrantes calabreses em processo de ascensão social. É possível imaginar representações do bando como defensores da honra e dignidade calabreses contra os desmandos de latifundiários brasileiros e contra a avareza de comerciantes italianos setentrionais. Mas com o passar do tempo a identidade coletiva distinta dos calabreses ficou atenuada. Na primeira geração dos imigrantes da Itália, as identidades regionais geralmente prevaleciam sobre a identidade nacional, mas a partir da segunda geração, houve uma tendência dos vênéticos, calabreses, friulanos, pulhianos, abruzzianos, etc. se transformarem em “italianos”, ou de se identificar simplesmente como brasileiros (Trento 1988, p. 161-163, 191-205). Os brasileiros geralmente tratavam todos como “italianos” e, com o passar do tempo, os imigrantes da Itália e, sobretudo, seus descendentes, adotaram essa identidade coletiva mais abrangente como a melhor maneira de defender seus interesses. Mesmo entre a geração imigrante, as lideranças da “comunidade” trabalhavam para unificar os italianos, mas essa postura só vingou a partir da segunda geração (Monsma 2007). Hoje os ítalo-brasileiros de São Carlos dizem que nunca houve tensões significativas entre os italianos meridionais e setentrionais no município, o que contradiz as evidências dos processos e dos jornais do final do século XIX e início do XX.¹³ Com o desaparecimento das identidades regionais, não havia mais espaço para um mito fortemente ligado a uma região da Itália.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANDRIOLLI, Carmen Silvia. *Trabalho, gênero e memória. Um estudo sobre a Fazenda Jatahy (1925-1959)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, 2004.
- BLOK, Anton. Social banditry reconsidered. In: BLOK, A. *Honour and violence*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- CARVALHO, Selma Siqueira. *Dioguinho (1863-1897). Estudo de caso de um bandido paulista*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-São Paulo, 1988.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

¹³ Oswaldo Truzzi, comunicação pessoal.

- HOBBSBAWM, Eric J. *Primitive Rebels*. Manchester: Manchester University Press, 1959.
- _____. *Bandits*. 4 ed. New York: The New Press, 2000.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.
- MONSMA, Karl. Emergência e declínio do “perigo imigrante” no interior paulista, 1880-1900. XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2007.
- MONSMA, Karl, TRUZZI, Oswaldo e CONCEIÇÃO, Silvano da. Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, pp. 71-96, outubro de 2003.
- SCHNEIDER, Marília. Além da justiça: o homicida Dioguinho e seus cúmplices. *Justiça e História* (Porto Alegre), v. 2, n. 3, 2003, p. 131-159.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*, trad. M. Fabris e L. E. L. Brandão. São Paulo: Nobel; Istituto Italiano di Cultura di San Paolo; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA NO VALE DO SINOS: DIVERSIDADE E INSERÇÃO NO PROJETO SULINO DE OCUPAÇÃO PORTUGUÊS/BRASILEIRO

Doris Rejane Fernandes Magalhães

O Vale dos Sinos é o espaço localizado no Rio Grande do Sul contíguo a Porto Alegre, onde se localiza o núcleo inicial da colonização alemã. Na extremidade nordeste e leste deste Vale está uma área que não será inicialmente ocupada com a colonização estrangeira. Meu marco espacial é exatamente essa área. Tenho como objetivo caracterizar a ocupação anterior a colonização alemã, apresentando uma diversidade étnica ali localizada. Parto do princípio de que este espaço é uma fronteira em construção durante o século XVIII e parte do XIX.

A fronteira é um lugar em construção a partir de frentes. Essas frentes são compostas, como José de Souza Martins nos apresenta, por uma frente de expansão e outra pioneira. A primeira libera o terreno a ser ocupado e a outra instala os ocupantes a iniciar uma nova fase de aproveitamento e inserção no contexto econômico local e regional. O Vale dos Sinos é uma frente de expansão, parte de um *continuum* agrário; um espaço que se redefine continuamente com disputas por terras, poder e prestígio. É um lugar de confronto e conflito, onde as vítimas são "deslegitimadas", o "pioneiro" é transformado em "herói". Trato a fronteira como fronteiras. Um espaço em construção, realizado através de frentes de expansão e da instalação da frente pioneira. Ao insistirmos em dizer fronteiras, quero me referir ao aspecto múltiplo e simultâneo desse conceito. Na construção desse limite, o avanço se faz entre Portugal/Brasil/Espanha/Prata, tanto dentro do espaço conquistado, como entre as etnias presentes, e as posses de terras e seus possuidores/proprietários. Diante dessa pluralidade, o conflito se instala. Entendemos que a ocupação do Vale dos Sinos se fez através de frentes sucessivas e múltiplas de ocupação, geradoras de conflitos, numa sucessão de pequenas vitórias e novas etapas de avanço. São sucessivas frentes de expansão, revelando uma dinamicidade distante da imagem construída de "vazio" espacial. Essa dinamicidade se revela nas atividades econômicas desenvolvidas desde os finais do século XVIII e nos grupos étnicos presentes no espaço.

O Vale dos Sinos faz parte da fronteira meridional do Brasil. Na ocupação das terras, verificamos a presença militar, em decorrência das guerras. Nessa fase a produção (couro, gado em pé, charque) não atendem, apenas, o mercado do centro do Brasil, mas também as tropas, que por ali passavam, com alimentos e animais. Esse aspecto pode ser visto não só na produção agrícola,

mas, principalmente, na criação de cavaleiros e muars. A guerra é uma realidade presente¹. Há uma crescente militarização da sociedade.

O espaço riograndense inclui-se no conjunto que, por sua vez, compõe o mundo platino. A fronteira, como linha divisória, foi marcada pelo Tratado de Tordesilhas. A Coroa Portuguesa atuou para conquistar o Continente de São Pedro, resultando disto tratados² que, durante anos, construíram a fronteira como linha, garantida com a posse e conquistada com a guerra. Enquanto as guerras entre os países vizinhos, ocorriam para instalar uma fronteira como divisa, o espaço riograndense tornou-se uma grande frente de ocupação para garantir a posse das terras como portuguesas.

A fronteira não é apenas esse espaço de construção de uma linha divisória, demarcatória ou divisão política. A fronteira, como uma frente de expansão, é o lugar em que ocorrem encontros e desencontros, no qual a posse predomina, juntamente com a idéia de que o trabalho gera o direito de propriedade, possuindo uma diversidade de personagens, com seus valores e suas crenças. Porém, essa frente de expansão é um lugar de conflitos, porque desloca moradores antigos, confronta etnias diferentes e ocupa a terra de outrem.

Passada a frente de expansão, instala-se a frente pioneira. Esta estabelece a modernização, conduz à mudança social e à formulação de novas concepções de vida. O pioneiro é o empreendedor. Na região do Vale dos Sinos, essa frente corresponderia ao imigrante que adquire, dos empresários, terras e nelas se estabelece.

Nesse espaço de fronteiras, há um *continuum* agrário platino e queremos mostrar como essas frentes o redefinem, continuamente. A definição dos limites da fronteira ocorre tanto em nível da posse, das individualidades, quanto entre Estados. Essas fronteiras são lugares de construção e de redefinição, de desconstrução e construção, de dualidades e de pluralidades, de confronto, de conflitos e de continuidades, onde as vítimas são esquecidas, e o pioneiro afirma-se sendo lembrado como se nada houvesse antes dele. Na historiografia riograndense, estudam-se índios, portugueses, açorianos e negros. No entanto, esse espaço é multiétnico e é ocupado de tal maneira, que ao cabo de cinquenta anos, a fronteira está fechada. Conquista-se a terra através da guerra, da ocupação e das disputas diplomáticas. O Rio Grande recebe a imigração alemã, responsável "única" pela imagem de progresso aqui desenvolvida. Simultaneamente a esses movimentos que constroem a fronteira entre países ou em termos de ocupação regional, verificamos a construção de outra fronteira: uma entre municípios/vilas e outra entre posses/propriedades. Essa construção revela

¹ Sobre a formação do Rio Grande do Sul ver Guilhermino Cesar (1970), Sandra Pesavento (1984), a série Documenta com vários volumes entre eles o organizado por José H. Dacanal e Sergius Gonzaga (1979).

² São eles: Tratado de Madri (1750), Tratado de El Pardo (1761), Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Tratado de Badajós (1801); esses tratados definiram a linha demarcatória e divisória no sul do Brasil.

relações de poder e de prestígio em nível local e regional. Verificamos que a história não é tão simplista. A dinamicidade da frente de expansão preparou a instalação da frente pioneira, consolidando as fronteiras, no Rio Grande do Sul. Na historiografia, percebemos a existência de pequenas vitórias na ocupação da terra e de uma sucessão de etapas que caracterizam a frente de expansão. A frente pioneira concomitante com a de expansão, caracteriza-se pela consolidação das etapas e pela construção imagética, idealizada e romântica do imigrante como o herói, aquele que venceu e dominou o espaço natural, trazendo o trabalho, o progresso e a modernização. O Vale dos Sinos é parte desse contexto.

A partir dessa concepção volto a definir o espaço do Vale dos Sinos como sendo aquele que está contíguo a Porto Alegre e depois a Colônia de São Leopoldo. Nesse espaço foram construídas vilas no século XIX, conhecidas como Santa Cristina do Pinhal e Taquara. Esse espaço foi construído como português a partir da decisão pombalina de reunir os índios missioneiros na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos. Pelos registros da Provedoria da Fazenda Real encontro diversos indivíduos ocupando áreas da Aldeia. São militares, negros, índios, espanhóis e açorianos que declaram estar ocupando as terras.

Os ocupantes das terras do espaço em estudo justificam a forma como ocupam as áreas: *lavours para família, para pôr casas por estar pedindo a alguns vizinhos que os deixe plantar em suas terras, por estar vivendo em terras de favor para plantar lavours com a família; para estabelecimento de casas, pomares e cultura com a família, por ter nas terras em que possa cultivar suas roças e lavours e ter um pequeno campestre para pasto de alguma vaca leiteira, onde tem suas lavours; terreno cultivado a largos anos; tendo fabricado casas, curraes, plantando árvores e fazendo suas plantações para sustento de sua família; por possuir uns poucos escravos e querendo ocupados na agricultura, por se achar estabelecido com casas, terras e gado; mato onde tem tirado madeiras para sua fazenda e agriculturas; para fazer roça; é homem cultivador de terras e para se poder manter de seu trabalho o tem feito sempre em terras alheias por empréstimo; vive de favor em campos alheios; vive em arrendamentos*³. Ou então *vindo para povoar terras deste Estado e como para sustentar sua mulher e sete filhos e não tinha tido terras para se arrancar e fazer lavours; em Itacolumim se achão umas terras cansadas e deixadas pelos índios; com casas e currais e outras benfeitorias; vivendo de suas lavours, que não tendo terras para nela fazer plantações de árvores frutíferas e onde possa empregar em agricultura seus escravos.*⁴ Em muitas justificativas há a afirmação de que são *lavradores*. Essas afirmações comprovam que as unidades produtivas são tanto de criação quanto de cultivo. Praticava-se a agricultura e a pecuária.

³ AHRS, Fazenda Real, F-1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250.

⁴ AHRS, Fazenda Real, F- 1249, 1250, 1239.

As lutas resultantes das disputas entre lusos e espanhóis foi responsável pela migração de moradores das áreas envolvidas. O estabelecimento de espanhóis no “lado” português e vice-versa demonstra a opção por melhores condições de existência. Para ilustrar essa afirmação Francisco Martins Espanhol se dirige ao brigadeiro Comandante da seguinte forma:

Diz Francisco Mis Esendol que elle suplicante Se acha cazado com Maria Solemé de Nação Guaraní Viúva que ficou de Manoel Diaz e moradores no Rincão de Itaculomi Situs na Freguezia de Nosa Senhora dos Anjos aonde são moradores e Freguery em Eu pedaço de Terreno que o dito Seu Antecessor e dita sua mulher possuíram largos annos e cultivado e como nas terras suficiente terreno para continuar suas lavouras pella pequenez bem que vivem e immediato no seu estabelecimento se segue Sertão de Matos Geraez do Morro de Iraculomi cujos estão devolutos.⁵

O pedido de Francisco, um espanhol que casou-se com uma índia aldeada nos Anjos, demonstra a presença de moradores resultantes das políticas das Coroas que movimentam populações devido as guerras e tratados de fronteiras. A afirmação mostra que a política de Pombal para miscigenar a população restante dos conflitos nas Missões estava sendo colocada em prática através de casamentos. O pedido mostra o avanço sobre terras devolutas, por estarem disponíveis para solucionar o problema da sobrevivência, através da ocupação de novas terras para produção agrícola de subsistência. O uso de áreas de matos que eram derrubados, o inço queimado e a cinza fertilizando o solo, oferecem uma oportunidade de melhoria da produção, através de métodos extensivos e primitivos. A solicitação de terras devolutas revela um espaço dinâmico. O movimento da frente de expansão, no caso descrito, mostra etapas do avanço, ocasionadas pela presença espanhola, no território riograndense e pela guerra nas Missões. Essa movimentação da frente de expansão foi ocasionada pelas guerras, pressionando as populações locais e causando mobilidade, isto é, migração das mesmas para lugares mais seguros.

Num outro requerimento, de Braz José Caetano⁶, o pedido sobre um terreno no “*Cantão de Campos da Sapucaya*” nas margens do Rio dos Sinos, se justifica através da ocupação “[...] *fabricando casaz, curraez (...), plantando árvores e fazendo suas plantações....*”⁷ para sustento de sua família.

Outro registro, o de João Paulo Ferreira, preto forro, morador na serra de “Sapocaya” revela conflitos e dificuldade para posse.

Ilustre Senhor Marechal Governador= Diz João Paulo Ferreira preto forro que elle Suplicante he cazado e morador neste continente que elle Suplicante se acha creando Seu gado evivendo nos campos de Sapucaya dos quais pagão venda todos os annos utilizandoce dos Matos realengos da Serra etem seu aranchamento ao pe

⁵ AHRS, Fazenda real, F-1247, 1793, p. 94, 94v.

⁶ AHRS, F-1247, 1792, p. 94v-95v.

⁷ AHRS, F-1247, 1792, p. 95.

da estrada e porque deste trabalho que tem feito na dita Serra Sequer chamar dono a familia do Tenente Francisco de Souza eja os tem vendido a deverssas pessoas equerem expulcar fora ao Suplicante ficando desarrancado esem absoluta de absolutamente Ter para honde se aranche digo, cem coste aplantar com que sepossa Sustentar eaSua familia Requer a V, S^a como Pay da Pobreza se sirva mandarlhe entregar hum despacho de huma dacta de Terras concedidas pelo anterior de V. S^a lhe foi conferido cem emgasos lhe apanhou o dito Tenente Francisco de Souza que cujos há deparar namão daviuva; que cujos lhe apanhou com partidos dolozos emaliciozos echeios deenganos por que herão pretos e pobres e porque o Suplicante tem trabalhado nos ditos matos da Serra fica frontiando aestrada honde estavivendo e Trabalhando a dezasete annos para dozoito sem haver prejuizo a Terceiro Requer a Vossa Senhoria sesirva concederlhe despacho nesse mesmo lugar do matto da Serra para poderem fazer seu aranchamento sem que ninguem os possa a Tropelar cem poder o comferirlhe o mesmo despacho que hão deparar mando da viuva do dito Tenete que obteve do antececor de V.S^a que lho não querem entregar eavista delle confirmarlhe a mesma graça....⁸

João Paulo se declara casado e morador, criador de gado, se “arranchando” ao pé da estrada. Essas informações caracterizam um posseiro que enfrenta dificuldades para reconhecer-se como “dono” sofrendo a expulsão pela família do tenente Francisco de Souza e dos compradores da área. Afirma que *“esem absoluta de absolutamente ter para honde se aranche digo, sem coste aplantar”* deseja a confirmação da concessão do Governador anterior. Relata o sofrimento por tantos enganos *“por que herão pretos e pobres e porque o Suplicante tem trabalhado nos ditos matos da Serra fica frontiando aestrada honde estavivendo e trabalhando a dezasete anos para dozoito sem haver prejuizo a terceiro”*. O caso ilustra a ação de militares em relação a posseiros. João Paulo é um dos moradores do Vale. Sua origem e forma de chegada é desconhecida. Esse relato é um documento da pressão de sucessivas frentes de expansão sobre os indivíduos. No caso anterior, a ocupação feita por Espanhol é resultado das invasões no Rio Grande e o fim do aldeamento com o pedido de novas terras além. Nessa declaração temos a frente seguinte que se manifesta com os militares que se “arrancham” tomando posse de suas doações de terras. No despacho há o registro de que o Tenente Francisco:

[...] alcançou na data de Dous de Fevereiro do anno proxime passado de huma Legoa de Comprido e meya de largo não deve prejudicar a posse em que o Suplicante muito antes se achava enaqual mando seconcerve [...]“⁹

Os critérios de antigüidade, ocupação e de título são considerados na decisão de manter João Paulo Ferreira na área próxima da estrada. O mesmo documento não deixa de ser uma denúncia a discriminação sofrida pelos negros e ação dos militares que ocupam áreas e pedem a concessão usando de sua patente expropriando e expulsando moradores livres.

⁸ AHRS, F-1247, p 129v, 130.

⁹ AHRS, F-1247, p. 130v.

A presença de militares no espaço se resumia ao número de sete. O fato é explicado pelas exigências mínimas para concessões, por serem as autoridades militares que prestavam informações ao governador para que esse procedesse a doação, facilitando a apropriação por parte de militares¹⁰. Bem como, foram militares que participaram da demarcação de limites apropriando-se de terras e depois vendendo-as¹¹.

As informações eram dadas pelos Comandantes militares: (...). A Câmara não era ouvida e tampouco o Provedor da Fazenda e portanto a concessão dependia exclusivamente dessa informação dada pelos militares, baseado na qual o Governador concedia a extensão de terreno que quisesse.”¹²

A presença açoriana estava aglutinada no leste do Vale do Sinos em número reduzido:

Joze Ignacio dos Santos cazado com huma filha de Cazal no Continente do rio Grande de São Pedro onde he morador, que elle obtivera agração de duzentas e quarenta e huma braças deterras de matos [...] ¹³

Ignacio Antonio Dutra filho de cazal do numero de sua Magestade morador na Freguezia de Nossa senhora que ele Suplicante he homem cultivador de terras e para se poder manter de seu trabalho o tem feito sempre em terras a lhas por emprestimo que destas lhe tem feito os fies de Deus; e porque lhe consta, que nos matos da Serra, que deve com o Ryo dos Sinos encostado a data de Miguel Antonio Dutra se acha a inda devoluto mato bastante, em que pode o Suplicante acomodar-se, sendo do agrado de Vossa Senhoria, cujo mato confronta pelo Norte com odito Ryo dos Sinos a onde faz fundos, pelo Sul com a data de Miguel Antonio Dutra, pelo Leste com outra de Joze Antonio; e pelo Oeste com omorro do Pontal por tanto: Pede a [...] ¹⁴

Outro aspecto que complementa o quadro até o momento apresentado é a declaração de pobreza. Para ilustrar temos o caso de Jozefa Ferreira, preta forra e moradora na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos desde a invasão do Rio Grande¹⁵ e que havia recebido um terreno no “soburbio” e que ignorava os procedimentos para legitimação da posse “*por ser huma pobre preta que devia procurar titulos para legitimamente os possúhir...*”¹⁶

A concessão foi justificada na Aldeia dos Anjos:

Sñr. Brigadeiro Comandante Geral= Diz Manoel Gonçalves dos Santos morador na Freg^a de Nossa senhora dos Anjos que esta vivendo pobrememnte por não Ter aonde possa plantar para sustento da sua muita familia que tem ecomo nos matos da Serra seachão terras devolutas [...] ¹⁷

Acrescentamos outro registro de data de matos, justificado com a pobreza dos moradores:

¹⁰ OSÓRIO, op. cit., 1990, p. 147-150.

¹¹ Idem, p. 151.

¹² OSÓRIO, op. cit., 1990, p. 149.

¹³ AHRS, F-1248, 1795, p.32-33v.

¹⁴ AHRS, F-1248, 1795, p. 39v.

¹⁵ AHRS, F-1247, 1793, p. 159-160.

¹⁶ AHRS, Idem.

¹⁷ AHRS, F-1247, 1793, p. 170-170v.

Ilustre Senhor Marechal Governador= Diz Joze Rodrigues da Silva, morador na Freguezia de Nossa dos Anjos que elle sevé precionado dehua crecida familia, que sustentar, epela Extremada pobreza emque vive e não pode fazer sem plantar com que apossa a sumentar; e por não tem terras, emque afaça, e lhe consta que detras do Morro Itacolomy seacha devoluto hum Mato que fica nas cabeceiras do Arroyo dos ferreiras ao Norte, [...]¹⁸

Esses casos acima têm em comum a situação de serem moradores pobres com intenção de buscar seu sustento e moradia. Estão localizados na Aldeia dos Anjos e declaram sua ignorância quanto as leis, buscando legalizar sua posse. Podem ter a intenção de evitar problemas quanto a contestação da posse, ou possível expulsão da terra, bem como revelam a busca de garantias e o processo de concessão a suas terras. O temor revela discriminação social, mas também que o lugar estava sendo ocupado mais intensamente, e a existência de moradores/ocupantes nacionais/homens livres. O registro de terras se deve à ocorrência de situações na vizinhança, de outras terras que foram retiradas de outros pequenos lavradores e criadores. Buscar registro significava legalizar a terra, prevenindo-se de futuros conflitos e/ou garantindo provas da concessão. Por outro viés, reflete a percepção do avanço feito sobre as terras e, portanto, se fazia necessária uma proteção, o registro. Outro dado a ser ressaltado é a declaração de pobreza que, segundo OSÓRIO, significava [...] *que os rebanhos de tal tamanho não eram suficientes para o sustento de uma família, e que seu sustento provinha principalmente da agricultura*¹⁹. Apesar de não existir, nos casos acima citados, uma declaração de alguma espécie de criação, acreditamos que os moradores possuíam pouquíssimos animais, que serviam para o provimento de proteínas, essenciais ao sustento da família. Ao registrarem suas terras, estavam procurando alguma forma de proteção, pois o avanço sobre as mesmas já era percebido.

No registro da viúva de Manoel Joaquim Homem consta ser ela a quarta possuidora por herança da Fazenda “chamada da Figueira”²⁰. O falecido realizou a venda de duas partes passando uma escritura pública do “Rincão de Campo” e de “hum terreno q. tera humquarto de Legoa”²¹. A observação registrada e transcrita acima revela a existência de famílias Guarani no local e consideradas intrusas. OSÓRIO aponta para o uso dos intrusos pelo governo:

[...] vemos como os “intrusos” são utilizados pela Coroa na apropriação de “campos indecisos”: são úteis justamente enquanto o campo é indeciso, pois não

¹⁸ AHRS, F-1247, 1794, p. 266-267.

¹⁹ OSÓRIO, 1999, p. 71.

²⁰ “Mariana Eufrazia Quintanilha, viuva de falecido Manoel Joaqm. Homem. Possue hum Fazda. Chamada ada Fifueira. Oprimeiro possuidor desta Estancia foi o falecido Sargto. Mor Dom Gomes ribeiro aoqualhavia sido conferida porsesmaria regia a 30 de Mço. De 1756, cujo campo comprehendia trez legoas de comprido, ehuma de Largo: porfalecimto. Ded.e Sarg.to Sua Enteadada, dazada com o Alf.s de Drag.a Fran.co Joaq.m Hom~e, decujo matrimonio era filha (...) Manoel Joq.m que por falecim.to de seus Pays Heficou pertencendo amencionada Estancia; porem não seconserva aviuva Guam.er na pose de todo terreno pello Ter vendido como sedeclara aonde pertence.” AHRS, F-1198 A.

²¹ AHRS, Provedoria da Fazenda Real, F-1198^a

comprometem a Coroa. Solidificada a possessão portuguesa, provavelmente fossem expulsos para dar lugar àqueles que tiveram possibilidade de requerer sesmaria [...] ²².

Ao que sugere a observação na “Relação” algo semelhante ocorreu na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.

O povoador ao que tudo indica avançou sobre a área indígena, pois na declaração da viúva há a indicação da extensão expressa da sesmaria régia e não indica seus limites. Um dos compradores com título não faz referência nem a extensão nem a limites, apenas a um campo. A situação é característica de conflito entre índios e posseiros. A venda realizada tem como comprovação apenas um requerimento do vendedor ao governador José Marcelino para que o mesmo despeje os intrusos do campo para efetivação da posse. A ocupação lusa nesse caso empurra os índios, restringindo o espaço da Aldeia dos Anjos. São indicações do avanço da ocupação por sobre a área indígena com aval do governador.

Na mesma observação final há o registro da existência de um terreno pertencente à Sua Majestade para estabelecimento das famílias Guarani com povoação e freguesia. Na “Costa da Serra” do mesmo terreno estão alguns casais oriundos da invasão do Rio Grande no ano de 1763 e que vivem de lavouras. Temos a ocupação (invasão) de casais, nas terras destinadas pelo Governo, para abrigar os índios sobreviventes dos Sete Povos e da guerra Guaranítica.

Nesse mesmo espaço próximo da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos há cinco fazendas. Dessas três pertenceram a militares: a Fazenda Gravatahy ao Coronel Rafael Pinto Bandeira²³, a fazenda Sapocaya ao Tenente Francisco de Souza Oliveira e a Fazenda Tacoara ao Capitão Mor Paulo Rodrigues Xavier Prates, capitão de Laguna. A Estância dos Ferreiros pertenceu a uma das vítimas da “devassa de Rio Grande” quando esta perdeu sua sesmaria anterior. A Fazenda Itacolomim, estava do terceiro para quarto possuidor²⁴. E Euzébio Francisco recebeu de seu sogro, povoador do Rio Grande, Araújo Villella, um terreno. Outro declara que possui apenas parte²⁵ de uma fazenda²⁶, pois os demais campos vendeu e se transferiu para a Freguesia de Encruzilhada. O comprador declara que possui a terça parte da mesma.

A dinamicidade da frente de expansão está presente nesses casos arrolados. A diversidade social (índios, açorianos, espanhóis, militares, negros e pobres) caracteriza a frente de expansão. A

²² OSÓRIO, op. cit., 1990, p. 201.

²³ O Coronel Rafael Pinto Bandeira era filho do Capitão Pinto Bandeira.

²⁴ A Fazenda fora deixada aos filhos como herança. AHRS, Provedoria da Fazenda Real, F-1198 A.

²⁵ O ajudante Manoel Carvalho de Oliveira declara possuir um “...pequeno Sitio encostado a Serra ondetem as Cazas dehuma Estancia que neste lugar (ilegível) campoz já osvendo: emudou oseu estabelecimento passo a Fregª da Encruzilhada aonde sefez menção delle. Tem neste Lugar algumaz Lavouras.” AHRS, Provedoria da Fazenda Real, F-1198 A, p. 24v.

²⁶ A Fazenda é denominada de Rincão da Egoada. AHRS, Provedoria da Fazenda Real, F-1198 A.

antiguidade da ocupação que, nos documentos vistos, reporta aos finais do século XVII, é outro aspecto visível da frente de expansão. A sucessão de etapas demarca o movimento da frente. Os avanços são causados por guerras, por invasões, por colonização e pelo fim de projetos estatais²⁷. À ocupação de terras, seguiu-se a expulsão de moradores, mas também a reação e defesa dos mesmos. Estes moradores procuram garantir sua posse, enfrentando a discriminação, para poder registrá-la. Enquanto isso, quem ocupa por invasão de terra, utiliza-se de mecanismos legais, de sua influência junto às autoridades e da própria reação dos supostos prejudicados, para legalizar sua posse. Temos, assim, a caracterização da construção da fronteira, através da frente de expansão.

Quando vierem os colonos, a ocupação já está em toda a encosta e planalto. As fazendas e sítios se multiplicam, pois há mercado para os produtos dessas posses: farinha de mandioca, bolachas para os soldados, uniformes, ferragens.... A produção abastece Porto Alegre com alimentos e serve como reserva de soldados quando os ataques se intensificam. O terreno foi limpo dos primeiros ocupantes e os que chegarem para modernizar o Brasil com mão-de-obra livre, está disponível para implantar o progresso. É a frente pioneira que se instala.

BIBLIOGRAFIA:

BISCHOFF, Marcelo Belmiro. **A construção do espaço urbano na região de Porto Alegre: um estudo das localidades do Pinhal e Capela de Santana**. São Leopoldo: UNISINOS, trabalho de conclusão, História, 2000.

EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Século XVIII e XIX**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

LANGER, Protásio Paulo. **A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos**. Porto Alegre: EST/Correio Riograndense, 1997.

LAYTANO, Dante de. **Origem da Propriedade Privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro/EST, 1983.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia: reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1980.

LEHNEN, Arno Carlos; CASTELLO, Iára Regina et SCHÄFFER, Neiva Otero [org]. **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre/Uruguaiana: Ed. Universidade UFRGS/co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter. *A escrita da história* São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992.

²⁷ Para esclarecer cito o fim da vinda de casais açorianos para o sul do Brasil.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

_____. **O cativo da terra**. 3ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC/Programa de Pós-graduação/ Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.

MEDEIROS, Laudelino T. **O processo de urbanização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia/Universidade do Rio Grande do Sul, 1985.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Pelas “bandas d’além”(Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora – 1808-1888)**. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1989.

_____. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. Campinas, SP: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996.

_____. **Jogos da memória: conflitos de terra e amnésia social**. In: Tempo Social, Rio de Janeiro, n. 6, p. 183-198.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado, 1990.

_____. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói, UFF, Tese de Doutorado, 1999.

_____. **As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda et GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 107-137.

JACOBINA NÃO ERA APENAS ELA, MAS TAMBÉM A SUA FAMA¹

Haike Roselane Kleber da Silva²

O trabalho que aqui apresento é uma versão adaptada de um projeto que comecei a desenvolver no início deste semestre em torno da figura de Jacobina Maurer, a liderança feminina dos Mucker. O andamento atual do trabalho não permite grandes conclusões ou interpretações inovadoras, por ser ainda embrionário, mas aqui exposto tem o objetivo de, com a divulgação da pesquisa, ampliar o leque de questões que a envolvem. Embora não façam parte dos problemas norteadores do projeto, um estudo sobre a trajetória de Jacobina Maurer inspira perguntas que envolvem reflexões do âmbito dos estudos de gênero. Por esta razão me encontro aqui neste seminário.

O projeto que desenvolvo constitui-se fundamentalmente de um estudo biográfico de Jacobina Mentz Maurer (1842 – 1874), principal líder do movimento sócio-religioso ocorrido entre os anos de 1869 e 1874, na então antiga colônia alemã de São Leopoldo (RS), denominado de “movimento”, “revolta” ou “episódio” Mucker. Concentra-se, de um lado, na trajetória de Jacobina e, de outro, na construção do mito criado sobre sua pessoa. Tem por objetivos analisar sua atuação como liderança junto ao grupo Mucker e os diferentes discursos a seu respeito produzidos no decorrer do tempo. Esta personagem, que tanta polêmica gerou durante sua vida, continuou provocando debates também depois de morta. Em cada narrativa, uma caracterização, uma imagem de Jacobina é ressaltada. Jacobina é mulher, esposa, mãe, amante, sensual, prostituta; Jacobina é doente, sonâmbula, epilética; é sacerdotisa, embusteira, dissimulada, um falso messias. Ao se comparar os diversos discursos, é difícil encontrar apenas uma Jacobina. Com isso, tudo o que foi produzido sobre esta personagem — do ponto de vista político ao científico, do ficcional ao acadêmico — contribuiu para a cristalização do mito Jacobina Maurer.

Nesta pesquisa, portanto, buscarei analisar as ações empreendidas pela personagem e as condições existentes no contexto que possibilitaram, facilitaram ou entravaram suas escolhas, e também a construção das memórias relativas à sua atuação – ou seja, tanto a personagem quanto as memórias sobre a personagem. Não tenho a pretensão de chegar a uma Jacobina mais “real” ou “essencial”. Ao contrário, proponho uma compreensão das múltiplas imagens construídas a seu respeito, das razões e dos fundamentos das escolhas dos elementos que compuseram tais imagens como

¹ Parodiando Luis Antônio de Assis Brasil, ao referir-se ao coronel Genuíno Sampaio, na obra “Videiras de cristal” (p.398, 1991).

² Pesquisadora (CNPq/Unisinos).

forma de discutir a produção, a reprodução e os significados atribuídos a esta personagem histórica, as diversas formas de enquadramento e de silenciamento da memória sobre ela e a perpetuação do mito. Por outro lado, proponho também a construção de mais uma imagem da personagem, amparada em pressupostos teóricos e metodológicos da biografia histórica na forma como ela vem sendo praticada nos últimos anos.

Assim sendo, achei importante avaliar a trajetória de Jacobina e as imagens perpetuadas a seu respeito, a partir das seguintes questões: que condições foram abertas pelo contexto social vivido pela personagem que lhe permitiram ter ou a condicionaram a uma atuação específica no movimento Mucker? quais foram as ações empreendidas e os instrumentos empregados por Jacobina Maurer que possibilitaram a construção de sua trajetória? como a imagem de Jacobina Mentz Maurer foi enquadrada em diferentes épocas, por diferentes atores, em diferentes discursos? que aspectos da trajetória de Jacobina foram amplificados e que aspectos foram silenciados? como se constituiu e se transformou o mito Jacobina Maurer?

Como estudo biográfico amparado na micro-história italiana, concentro minhas questões na percepção do permanente embate entre o contexto e o indivíduo, entre as normas sociais e a vontade individual. E aí situo as duas principais questões levantadas neste trabalho a respeito da trajetória de Jacobina, quais sejam, qual o peso do contexto social nos rumos de sua vida e, por outro lado, quais foram suas escolhas, os desvios de rota, a liberdade em definir seu caminho.

Para a leitura das imagens produzidas sobre Jacobina, utilizo-me do conceito de “representação” desenvolvido e consagrado na historiografia pelos estudos de Roger Chartier (1990), que a considera como expressão de um pensamento através de imagens e discursos, mas também matrizes de práticas. No caso em estudo, as representações produzidas sobre Jacobina definem a personagem, definem o conhecimento que se tem sobre ela, a caracterizam e constituem sua identidade. Ou seja, Jacobina não era apenas ela, mas também sua fama.

Na medida em que estas representações são veiculadas em diferentes discursos – científicos, religiosos, ficcionais e históricos – uma certa memória a respeito da personagem é moldada ou, apropriando-me do termo usado por Pollak (1989), a memória é *enquadrada*, uma certa interpretação do passado é salvaguardada com objetivo de justificar uma sociedade, de manter a coesão social, de definir lugares e oposições. Este trabalho de enquadramento exige um esforço de convencimento caracterizado pela disputa de representações – o que Pollak chama de *batalhas de memória* (1989, p.4).

Os discursos produzidos no decorrer do tempo sobre Jacobina Maurer contribuíram para a construção de um mito sobre sua pessoa, na medida em que, na *batalha da memória*, certas características e também ações da personagem foram amplificadas e outras silenciadas. Procuro, portanto, a trajetória de Jacobina, sua constituição como personagem histórico, mas também a trajetória de seu mito, os rumos tomados pelas leituras e interpretações de sua vida.

A bibliografia que trata do tema Mucker é consideravelmente vasta. Há obras literárias, relatórios militares, estudos acadêmicos no campo da História, da Antropologia, da Filosofia e das Letras. Alguns deles já perseguiram, de certa forma, as perguntas as quais me coloquei, sem atingir, no entanto, plenamente as respostas. A primeira obra em perspectiva biográfica sobre Jacobina é a de Elma Sant’ana (1981). Geógrafa, pós-graduada em Folclore, a autora propõe-se, às vezes, a narrar, às vezes, a explicar o episódio Mucker e, no meio disso, construir a imagem de Jacobina Maurer, a líder do movimento. Ao estudar a trajetória desta mulher, Sant’ana avalia as caracterizações que dela fizeram outros autores e escolhe uma como verdadeira, enquanto assume as demais como falsas. Não problematiza, portanto, as análises anteriormente feitas dentro das condições sociais, políticas e científicas de sua produção. Toma, igualmente, o caminho das biografias tradicionais, que dão um sentido unitário à trajetória e à identidade de seus personagens. A obra de Sant’ana não inova em nenhuma explicação e também pouco contribui como síntese sobre a personagem ou sobre o acontecimento ao qual está ligada. Além do mais, não se preocupa em citar as fontes das informações que fornece. Em 2004, o texto de Sant’ana é reeditado em outra obra de sua autoria — “Minha amada Maria: cartas dos Mucker”. O livro resume-se traz a reedição do texto publicado na obra anterior e a transcrição bilíngüe de 44 cartas de indivíduos que participaram dos acontecimentos junto ao Ferrabraz, pelas quais tenta revelar o caráter “familiar” e pacífico dos envolvidos contradizendo a idéia de fanatismo que os levaria a reações violentas.

A busca pelas representações sobre o episódio Mucker e seus protagonistas pode ser encontrada basicamente em dois trabalhos acadêmicos. Luciano Gevehr (2003), em sua dissertação de mestrado em História, analisou as formas de representação anti-mucker na imprensa da cidade de Sapiranga entre os anos de 1949 e 1960. Trabalhou, portanto, com a memória sobre o episódio do Ferrabraz, examinando o impacto causado pelas imagens presentes nos textos jornalísticos no imaginário social da comunidade. Para Gevehr, as representações anti-mucker apresentadas no jornal “O Ferrabraz” reforçavam tal imaginário, sublinhando o caráter depreciativo da memória sobre o movimento Mucker

– e seus personagens – em prol da construção de uma imagem positivada da população, o que vinha a beneficiar o crescimento e desenvolvimento econômico do município.

Marines Kunz (2005) direcionou seu estudo para as representações de Jacobina Maurer expressas em algumas narrativas históricas e ficcionais sobre o movimento Mucker. Esta tese de doutorado em Letras utilizou-se da teoria semiótica a fim de analisar tais representações. Entre as fontes escolhidas para esta análise estão dois textos históricos (Schupp e Petry), três obras literárias e dois filmes.

Afora estes trabalhos, alguns títulos devem necessariamente ser citados. É o caso da obra de Ambrósio Schupp, não só por ser a primeira a sair em forma de livro, mas também pela grande divulgação que teve, pelas freqüentes reedições, sintoma da aceitação da legitimidade de sua interpretação. A primeira edição, publicada então na Alemanha, é de 1900. Recebeu sua primeira tradução para o português em 1901. Chegando ao Brasil justo no desfecho dos acontecimentos, Schupp ainda pôde sentir o calor do recém ocorrido; pôde também se valer de depoimentos de pessoas envolvidas, de testemunhas oculares para compor seu texto. Isso dá certa confiabilidade para o que escreve. Mas sua condição de padre jesuíta, imbuído de um discurso católico restaurador não escapa aos olhos atentos do leitor contemporâneo. Sua função profissional é persuadir a população imigrante alemã da superioridade do catolicismo romanizado, protegê-la das influências do protestantismo e combater qualquer outro tipo de religiosidade que esteja fora dos cânones da Igreja oficial. Schupp condena as atitudes dos adeptos de Jacobina que, influenciados pela difusão do luteranismo e sua proposta de livre interpretação dos textos bíblicos, acabaram por se tornar um grupo de fanáticos guiados por “falsas palavras”. A pergunta que norteia a obra é justamente esta: de quem é a culpa dos trágicos acontecimentos ocorridos no Ferrabraz? Para respondê-la, usa de um estilo novelesco que prende o leitor à narrativa. Nestes cem anos, sua versão da história tem sido reeditada diversas vezes (a última, em 2004), influenciando a compreensão de várias gerações a respeito do ocorrido.

A interpretação de Ambrósio Schupp só foi contestada em 1957, quando então é publicada a obra de Leopoldo Petry — “O episódio do Ferrabraz”. Petry recusa a orientação dos que o antecederam de ver o episódio Mucker como “movimento sectário”, “inspirado pelo fanatismo religioso”, e busca “estudar os acontecimentos desenrolados no Ferrabraz sob o ponto de vista social, humano e psicológico, como reação de homens dignos e laboriosos, revoltados contra as arbitrariedades de órgãos da política que tentaram espoliá-los de seus direitos sagrados, garantidos pelas Leis do País” (1966, p.VI). Petry fez carreira na política sul-rio-grandense, tendo sido secretário de governo de São

Leopoldo, prefeito de Novo Hamburgo e deputado estadual. Tem por objetivo relativizar a culpa que é carregada pelos descendentes dos Mucker, assim como por toda uma população “de origem alemã” das gerações subseqüentes. Isso fica claro na organização do texto que, desde o início, polemiza com as afirmações de Schupp, buscando justificar as ações dos Mucker ao contestar ações atribuídas pelo padre ao grupo. É, portanto, uma obra dependente da de Schupp, pois é com esta que debate, ficando circunscrita ao campo por ela determinado. Não deixa, no entanto, de concordar no caráter fanático do grupo.

Maior fôlego de pesquisa pode ser encontrado na obra de Moacyr Domingues, publicada em 1977, “A nova face dos Mucker”. Neste livro, além do diálogo com as obras anteriores, o autor promove a análise de material documental e jornalístico, remetendo o leitor às fontes. Integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Domingues também era diretor do Arquivo Histórico do estado, e isto marcou sua forma de trabalhar o tema, propondo uma leitura objetiva das fontes e dos fatos. Mesmo em seu declarado positivismo, Domingues amplia as reflexões sobre o episódio, entendendo o problema Mucker como de origem social.

O interesse acadêmico pelo assunto surge ainda no final da década de 60 e, deste, dois trabalhos preocupados em explicar as causas do movimento Mucker. O primeiro é o de Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicado em 1965, a qual reserva a este episódio apenas uma pequena parte de seu livro. O importante para a autora é mostrar as regularidades sociológicas que definem as condições do surgimento e do desenvolvimento dos movimentos messiânicos no Brasil, e por isso sua atenção se volta também aos Mucker.

Na esteira de Queiroz vem Janaína Amado, que define o movimento dos Mucker como “conflito social”. Apesar de insistir na interpretação do episódio como resultado da luta de classes dentro de um modo de produção capitalista — e, com isso, desconsiderar fatores culturais e religiosos importantes à interpretação do ocorrido —, os méritos de seu trabalho são vários. Chama muita atenção o quadro da sociedade imigrante claramente contextualizado, mostrando as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, dentre as quais destaca o desenvolvimento da desigualdade social, o que é colocado no trabalho como motivação principal para o surgimento da revolta. Importante também é a forma como analisa o desenvolvimento do grupo Mucker em suas diferentes fases até se transformar em movimento messiânico. Mesmo aí, a autora insiste na explicação econômica, buscando na situação de crise, de empobrecimento da população do Ferrabraz e de surgimento de uma elite imigrante as razões da revolta. A obra de Janaína Amado é um marco para o estudo dos Mucker, um

trabalho acadêmico de historiadora alinhada às tendências teóricas de sua época. Continua, no entanto, a ser referência obrigatória de qualquer estudo relativo ao tema.

Por quase vinte anos depois do lançamento da obra de Janaína Amado, a problemática dos Mucker saiu do foco de atenção dos pesquisadores acadêmicos, talvez porque suas explicações parecessem suficientes ao longo deste período. Em 1991, no entanto, João Guilherme Biehl retomou o tema numa nova perspectiva, analisando a retórica dos intelectuais alemães nos jornais publicados em Porto Alegre em comparação com o discurso dos Mucker, inferido a partir das falas e observações cotidianas dos colonos que vivem hoje na região onde ocorreu o conflito. Contrapõe, portanto, aos intelectuais da época a versão dos fatos produzida pelos atuais habitantes da região de colonização alemã. “Jammerthal, o Vale da Lamentação: crítica à construção do messianismo Mucker” é uma dissertação de mestrado em Filosofia, na qual o autor busca encontrar nos Mucker a afirmação de uma cultura colona em oposição ao germanismo local que surge como dominante; visualiza o grupo como movimento religioso dentro de uma perspectiva simbólica amparada em Clifford Geertz entre outros teóricos da Antropologia e da Filosofia.

Algum tempo depois (1996), Maria Amélia Schmidt Dickie defendeu sua tese em Antropologia, trazendo também uma proposta inovadora. Seu objetivo não é encontrar as causas do Movimento, mas compreender os significados produzidos pelos Mucker e sobre eles por seus inimigos. A produção destes sentidos é conflitante, na medida em que relaciona interpretações diferentes, e às vezes até opostas, resultantes da relação entre colonos, Mucker, pastores, padres, intelectuais e autoridades policiais e judiciárias. Dickie apresenta também uma fonte nova, até então não utilizada pelos pesquisadores, que são os Autos dos Processos Judiciais, onde a autora consegue ler o discurso dos diferentes atores — dos colonos que acusaram os Mucker, dos próprios Mucker, dos intelectuais, enfim. Dickie é, assim, a primeira a dar voz aos considerados “fanáticos”.

Atualmente, Martin Dreher desenvolve projeto de pesquisa a respeito da religião de Jacobina, no qual busca entender os Mucker a partir de uma “religião colona”, herdeira do Pietismo alemão, que se choca com 1) a Ilustração alemã trazida ao Rio Grande do Sul por colonos e pelos intelectuais conhecidos como Brummer, 2) com a Teologia da Restauração trazida pelos sacerdotes jesuítas e 3) com a Teologia trazida por pastores luteranos, igualmente restauracionista e clerical.

A análise da bibliografia aqui empreendida mostra que o “episódio”, “revolta”, “movimento” Mucker ainda suscita interesse acadêmico e, do ponto de vista das trajetórias dos indivíduos envolvidos, muito ainda está por ser feito. Em todas as obras sobre o tema podem ser encontradas

caracterizações da personagem Jacobina, narrativas a respeito de suas ações, imagens e leituras de sua personalidade, de sua excepcionalidade ou de sua integração ao contexto. Por esta razão, a bibliografia acadêmica recente será analisada também como fonte, junto às demais manifestações discursivas (narrativas escritas e visuais).

Voltemo-nos agora à análise de uma das primeiras narrativas do episódio Mucker – “A fraude Mucker na colônia alemã” de Karl von Koseritz. Não é, certamente, a primeira referência ao caso em questão, já que a imprensa, tanto em língua vernácula como em língua alemã, vinha cobrindo os acontecimentos do Ferrabraz ao longo do movimento. É, no entanto, a primeira narrativa global do episódio, escrita no mesmo ano da tragédia e publicada no almanaque Koseritz Kalender para o ano de 1875. Koseritz era um jornalista influente nos círculos políticos da capital, intelectual germanista e de tendência liberal, o que transparece claramente em seu texto, principalmente nos ataques ao que considera obscurantismo promovido pela religião. Quando perguntamos pelas condições dadas pelo contexto social para a construção da liderança de Jacobina, Koseritz responde de forma coerente com esta tendência: em primeiro lugar, a falta de instrução da população, falta portanto de ilustração, culpa do Estado conservador que mantém seus súditos na maior carência educacional; em segundo lugar, a má influência dos padres católicos, que propagam credices e estimulam a reprodução de idéias sobrenaturais; em terceiro lugar, a má influência do luteranismo, ou melhor, de pastores luteranos mal-formados e pouco integrados ao contexto de pobreza da região. Além disso, a liberdade de leitura da Bíblia propagada pelo luteranismo incitaria as mais estapafúrdias interpretações. A conjugação destes fatores teria, segundo Koseritz, preparado o terreno para o surgimento de uma seita religiosa à parte, liderada por Jacobina Maurer.

No campo das representações, Koseritz é voraz na caracterização da personagem. Recorre várias vezes à expressão depreciativa “mulherzinha”, apesar de deixar transparecer a posição de liderança desta mulher no grupo. Permite a Jacobina um diagnóstico mais objetivo dentro da linguagem médica, prescrevendo sua condição como de “histeria” e “sobreexcitação nervosa ligada a sintomas de sonambulismo”. Ao mesmo tempo, rasga acusações de cunho moral ao denunciar a “natureza desmesuradamente sensual que degenerou em ninfomania formal”, além de considerá-la “mulher desalmada”, pois “degolara sua própria criança, de apenas alguns meses de vida, e a metera debaixo da terra nas proximidades do leito, no qual dormia com Rudolf Sehn!!”, seu amante. Apesar de tratá-la como libertina e cruel, Koseritz reconhece a liderança de Jacobina, na medida em que, mesmo que depreciativamente, chama-a de “profetiza”, ou seja, aquela que prediz, aquela que indica o caminho.

Do ponto de vista masculino do observador, uma mulher com tal posição de mando e autoridade desvirtuaria sua natureza feminina num contexto de rígida separação de papéis sexuais. A extrema sensualização das atitudes e a negação da maternidade como valor central da vida são efeitos imediatamente relacionados.

Koseritz consolida uma imagem daí para frente muito propagada da figura de Jacobina Maurer. As narrativas posteriores reproduzirão, de forma mais ou menos contundente, esta interpretação. No ensejo de confirmar as representações ou de contestá-las, os diversos discursos produzidos a posteriori sempre retornam a esta matriz. Resta agora analisar a gama de discursos posteriores que construíram a personagem histórica, que construíram a fama de Jacobina.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMADO, J. **A revolta dos Mucker**. 2ª ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

ASSIS BRASIL, Luis Antônio de. **Videiras de cristal: o romance dos muckers**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

BIEHL, J. G. **Jammerthal, o vale da lamentação: crítica à construção do messianismo Mucker**. Dissertação (mestrado em Filosofia), Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. por Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990, p.16. (Coleção Memória e Sociedade)

DICKIE, M. A. S. **Afetos e circunstâncias: um estudo sobre os Mucker e seu tempo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 1996.

DOMINGUES, M. **A nova face dos Mucker**. São Leopoldo: Rotermond, 1977.

DREHER, M. N. **Projeto de Pesquisa “A religião de Jacobina”**, Unisinos, 2004.

GEVEHR, D. L. **Fanáticos, violentos e ferozes liderados por Jacobina endiabrada: as representações anti-mucker em “O Ferrabraz” (1949-1960)**. Dissertação (mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

GINZBURG, C. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: GINZBURG, C. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KUNZ, M. **Mosaico discursivo: Jacobina Maurer nos textos históricos, literários e filmicos**. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.133-161.

_____. Usos da biografia. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p.167-182.

PETRY, L. **O episódio do Ferrabraz: os Mucker**. 2 ed., São Leopoldo: Rotermond, 1966.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 103-130.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Ed.Dominus, 1965.

REVEL, J. Microanálise e a construção do social. In: REVEL, J. (org.) **Jogos de Escalas; a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p.15-38.

SANT'ANA, E. **Jacobina Maurer**. 3ª ed. Porto Alegre: Tchê, 1983.

_____. **Minha amada Maria: carta dos Mucker**. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

SCHUPP, A. **Os Mucker: episódio histórico da vida contemporânea nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul**. 3ª ed., Porto Alegre: Selbach, s.d.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

SOBRE MARIA “TOUCINHO” E OUTRAS ADJETIVAÇÕES (RIO GRANDE DO SUL; SÉCULO XIX)

Marcos Antônio Witt*

Antes de dar início a este texto, preciso avisar aos ouvintes e futuros leitores que estou apenas tangenciando o tema *gênero*. A pesquisa que desenvolvo desde a graduação em História, concluída na UNISINOS em 1998, não se refere especificamente a este tema. Os conceitos sobre os quais tenho me debruçado giram em torno da política e da imigração no e para o Rio Grande do Sul do século XIX¹, portanto, é dentro desta pesquisa e estudo que a vertente *gênero* tem aparecido. Então, por que escrever sobre uma mulher identificada como “Maria ‘Toucinho’”? Talvez, por não valorizá-la como deveria nos estudos em que líderes “exponenciais”² masculinos vêm sendo contemplados. Quem sabe este texto é uma mea-culpa, uma espécie de tentativa de redenção. Dito de forma mais direta, o objetivo deste texto consiste em valorizar outros agentes históricos além daqueles que tenho tentado *ressuscitar* todos os dias. Declarando, então, que não sou especialista neste ramo da História, peço licença para fazer breves considerações sobre esta personagem singular, mas tão representativa. Vamos ao texto.

Procura-se Maria “Toucinho”! Por favor, quem souber o seu paradeiro, avise-me, pois pouco sei sobre sua existência. Desconheço sua face, idade ou estado civil. Não tenho medo de errar ao afirmar que me considero tão intrigado quanto o possível ouvinte ou leitor deste texto. Terá sido ela uma colona alemã que criava porcos em sua propriedade e que vivia da venda de toucinho? Pontos de interrogação sem praticamente nenhuma resposta. Não obstante a figura de Maria “Toucinho” permanecer no anonimato, algumas considerações podem ser feitas a seu respeito. Em primeiro lugar, Maria foi uma litorânea do Rio Grande do Sul, moradora do espaço compreendido entre Osório e Torres, possivelmente pobre, uma vez que a sua conta na venda da localidade somou apenas

* Professor de História na rede pública municipal e estadual de ensino (São Leopoldo/RS); doutorando em História – PUCRS.

¹ Ver: WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/1889*. São Leopoldo, 2001. Dissertação [Mestrado]. História da América Latina. Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

² O conceito de “exponencial” foi cunhado durante a Dissertação para identificar os colonos alemães que se destacaram no plano político. Ver: WITT, op. cit.

15\$700.³ Deduz-se, daí, que dificilmente poderia ter sido um grande suinocultor, ao contrário, a sua ínfima capacidade de compra sugere que essa mulher foi proprietária de um sítio modesto, com poucos animais para criação, engorda e abate.

Maria “Toucinho” se apresentou a mim quando comecei a pesquisar o livro de escrituração de contas correntes doado ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo⁴, o qual pertencia a uma venda localizada no interior de Osório. Os registros deste livro datam de 1871 a 1910, portanto, foi dentro deste marco cronológico que Maria tornou-se freguesa daquele estabelecimento comercial. Seu nome apareceu na página 278, sem haver menção à data da compra. Neste mesmo documento, outras mulheres foram identificadas com adjetivos aparentemente desqualificativos, como Francisca “(irmã do Lázaro)”, Maria “mulher do mulato Adão”, Amalia “negra”, Jacinthia “negra” e Catharina Machmann “velhaca”. Essas identificações tinham como objetivo identificar a freguesa para posterior cobrança, ligando-a a uma figura masculina – Maria “mulher do mulato Adão” – quiçá numa tentativa implícita (ou explícita) de empalidecer a identidade feminina frente à do irmão ou à do marido. Afora isso, havia o registro que *marcava* a idoneidade da freguesa, classificando-a de boa pagadora ou de “velhaca”, como foi o caso de Catharina Machmann. De tudo isso, percebe-se que mulheres litorâneas tornaram-se freguesas de uma venda no último quartel do século XIX, adentrando espaço primordialmente masculino. Pobres ou “velhacas”, essas freguesas estabeleceram diálogo e fizeram negócios com o vendeiro.

No entanto, algumas litorâneas realizaram negócios de maior vulto, como foi o caso de Carolina Germann, a qual arrendou um sítio do vendeiro por cinco anos, pelo valor de 1:000\$000. Do mesmo modo, Thereza Lopes vendeu ao comerciante a quantia de 125 alqueires de farinha, comercializados por 187\$500. Em 2000, apresentei um pequeno texto⁵, no qual destaquei a atuação de mulheres litorâneas proprietárias de terras: a fazendeira Anna Maria Hoffmann, viúva, moradora nos Campos de Cima da Serra, e Anna Gertrudes da Silva e Maria Joaquina da Silva, fazendeiras em Torres. A primeira estava enfrentando problemas com seu vizinho Honório Teixeira, o qual foi acusado de invadir

³ A título de comparação: o barril de aguardente, um dos produtos típicos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, poderia custar neste mesmo período o valor de 120\$000 a 165\$000.

⁴ Museu Histórico Visconde de São Leopoldo – Livro de escrituração de contas correntes – Interior de Osório – 1871 a 1910.

⁵ WITT, Marcos Antônio. A inserção de dois universos: o feminino e a terra. In: BEMFICA, Coralia Ramos et al (Orgs.). *Santo Antônio da Patrulha: mulheres fazendo história*. Porto Alegre: EST, 2000. (p. 48-50).

propriedades, roubar gado e de formar quadrilha, enquanto que as segundas requereram às autoridades competentes que o capataz da fazenda não fosse incorporado à Guarda Nacional.⁶

Os exemplos apresentados neste texto, tomados como *estudo de caso*, mostram mulheres agindo, requisitando e protestando em universo predominantemente masculino. A observação pertinente de Martin Dreher sobre a valorização do elemento masculino na História da Imigração em detrimento de outros agentes históricos, como crianças e mulheres, é bem-vinda, sobretudo porque serve de alerta para pesquisadores que se debruçam sobre a temática imigração, quer seja açoriana, alemã ou italiana.⁷ Em muitas ocasiões, o “pioneiro”, o “desbravador”, o “pastor” ou “padre”, o “colono”, ou o “vendedor” ocupou as partes centrais de uma história que não teria se concretizado sem a participação da família, especialmente da mulher. Graças a uma certa renovação que ainda paira sobre parte da historiografia que estuda imigração, novos temas têm recuperado a atuação de personagens negligenciados, como escravos, crianças e mulheres. A pesquisa em inventários, por exemplo, desmascarou a *velha* assertiva de que colonos alemães não teriam tido escravos em suas propriedades.⁸

Do mesmo modo, tanto na História Social quanto na História Agrária, a mulher deixou de ser a esposa do estancieiro ou do fazendeiro para ocupar novos lugares. A fazendeira e viúva Anna Maria Hoffmann, ex-colona alemã⁹, além de residir em espaço preferencialmente destinado à pecuária – Campos de Cima da Serra (hoje, a região de São Francisco de Paula/RS) – tomava conta da propriedade, chegando a denunciar o vizinho que seguidamente lhe causava prejuízos. Por outro lado, não são apenas as mulheres fazendeiras que se destacaram no cenário onde viviam. Colonas alemãs ou italianas,

⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG) – Requerimentos – Polícia - Maço 137 – São Francisco de Paula de Cima da Serra – 1868; AHRG – Requerimentos – Guarda Nacional – Maço 115 – Torres – 1865.

⁷ DREHER, Martin Norberto. A Alemanha da década de 1820 e a emigração à Ponta das Torres. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Três Cachoeiras: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2004. (p. 33-43).

⁸ A título de exemplo, ver: GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Anpuh/RS, 2004; TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Unisinos, 2000 e WITT, Marcos Antônio. *Os escravos no Vale do Três Forquilhas*. São Leopoldo, 1998. Trabalho de Conclusão [Graduação]. Curso de História [Licenciatura Plena] da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 1998.

minifundiárias, cuidavam da casa, dos filhos e ainda participavam ativamente de todo o trabalho que envolvia plantação e colheita, criação, engorda e abate de animais, e da tomada de decisões importantes, como a compra ou a venda de um pedaço de terra. Verifica-se, portanto, o mesmo procedimento para mulheres que administravam fazendas ou colônias.¹⁰ Origem étnica, neste caso, lhes trazia peculiaridades culturais que se fragilizavam frente às necessidades do cotidiano. Antes de serem açorianas, alemãs ou italianas, eram pessoas com situações diárias pendentes e urgentes. Uma cerca estragada pelo vizinho ou a possível perda do capataz não eram assuntos adiáveis, ao contrário, era preciso assumir uma posição e brigar por ela.

Voltemos, para concluir, a Maria “Toucinho”. Assim como ela, outras mulheres menos destacadas economicamente tiveram seu nome ou identificação registrados no livro-caixa antes mencionado. Francisca “(irmã do Lazaro)”, por exemplo, entregou duas dúzias de ovos a \$400 e doze frangos a 2\$880 ao vendeiro no ano de 1890. Se sua humilde produção foi usada para amortizar a dívida certamente pouco expressiva, sua presença naquele estabelecimento comercial serviu para demonstrar que era preciso comunicar-se, fazer negócios, comprar e/ou vender. Enfim, as vivências do cotidiano se fizeram presentes e ditaram normas que traspassaram a aparente rígida hierarquia do cenário colonial do século XIX. É nesse detalhe que reside a importância de Maria “Toucinho” e de Francisca “(irmã do Lazaro)”: conseguiram extrapolar o espaço socioeconômico que estava destinado a elas e adentrar outros mundos, não os das fábulas, mas os da sua própria realidade.

Maria e Francisca: tão singelas e tão pouco valorizadas como agentes históricos. Não sabiam elas que sua *pobreza* revelaria outras nuances das relações estabelecidas no Rio Grande do Sul do século XIX.

⁹ A categoria de “ex-colona alemã”, neste caso, identifica a mulher que deixou o espaço tipicamente colonial (minifúndio com base na agricultura), permutando suas atividades diárias por outras, como, neste caso, as da pecuária.

¹⁰ Neste caso, o termo “colônia” refere-se à pequena propriedade territorial recebida pelo imigrante quando da sua chegada ao Brasil. Neste espaço, deveria residir, trabalhar (de um modo geral) e produzir alimentos.

ORQUESTRANDO VOZES DO GÊNERO DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS(AS) LATINO-AMERICANOS(AS)

Roberta de Alencar Rodrigues¹

Dra. Regina Mutti²

Dra. Marlene Neves Strey³

INTRODUÇÃO

A globalização possibilita que as pessoas vislumbrem outros horizontes em um outro país, levando-as cruzar fronteiras em busca de novas oportunidades e experiências. O governo brasileiro através de convênios como o Mercosul e Conesul facilita o deslocamento de indivíduos entre alguns países da América Latina. Observa-se o aumento da imigração latino-americana no Rio Grande do Sul, pois, conforme Zamberlan (2005) em entrevista ao jornal Correio do Povo, em 1940, 70,84% dos(as) imigrantes que viviam no Rio Grande do Sul eram europeus e européias e 26,28% latino-americanos(as) e, já no ano 2000, os(as) latinos(as) representam 60,39% desse universo. Dado o crescimento do número de imigrantes latino-americanos(as) nesse Estado, torna-se necessário verificar como os nossos “vizinhos” e “vizinhas” se inserem na cultura brasileira.

O encontro entre grupos culturais diferentes impulsiona transformações em ambos os grupos. DeBiaggi (2002) reitera que a mudança para um outro país implica que os valores, as crenças e os costumes dos(as) imigrantes sejam desafiados, o que leva esses indivíduos a questionarem também os papéis de gênero. Desse modo, o nosso objetivo, neste estudo, é investigar como alguns(as) estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as) percebem os papéis de gênero no seu país de origem e no Brasil. Para tanto, utiliza-se a abordagem discursiva de linha francesa para analisar os dados das entrevistas realizadas com estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, que faz parte de uma dissertação de mestrado que está em andamento. Por isso, no presente trabalho, pretende-se abordar como a literatura vem retratando a perspectiva do gênero no contexto migratório, definir o conceito de aculturação e conceitualizar os princípios da análise do discurso. No presente estudo, serão apresentados apenas os resultados obtidos de três entrevistas semi-estruturadas feitas com dois estudantes peruanos e uma estudante peruana.

¹ Psicóloga, Mestranda em Psicologia Social e da Personalidade da PUCRS. Bolsista CAPES. Email: rroberta@hotmail.com.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Email: reginamutti@terra.com.br.

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri. Coordenadora do Grupo de Relações de Gênero do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Email: strey@pucrs.br.

1. Revisitando o Gênero no Contexto Migratório

Os estudos de migração ocultaram a presença feminina no fenômeno migratório, pois muitas das pesquisas eram formatadas segundo valores tradicionais e patriarcais. Assim, o registro da vida das mulheres imigrantes foi reduzido à posição de membro da família, deixando de considerar outros aspectos como a relação entre a vida doméstica e vida pública e a percepção delas em relação ao seu mundo. A omissão das mulheres nas pesquisas sobre esses deslocamentos não significa que elas não cruzassem fronteiras, pois Leite (1997) mostra a trajetória de oito mulheres viajantes do século XIX, sublinhando a experiência da francesa Rose Marie de Saulces de Freycinet, que foi a primeira mulher em seu país a dar a volta ao mundo, enfrentando, aos 23 anos, a desaprovação geral da família e das autoridades francesas.

A cultura exerce influência no comportamento (BERRY, POORTINGA, SEGALL e DASEN, 2003), e a Psicologia se ocupa em estudar como um novo contexto cultural interfere nos papéis sociais de gênero após a imigração. Adota-se o conceito de gênero como uma categoria construída por atravessamentos sociais, históricos e culturais (DEBIAGGI, 2003), isto é, são as imagens prescritas pela sociedade de como homens e mulheres devem ser (STREY, 2001). Os papéis de gênero não são estáticos e mudam conforme as necessidades da sociedade, levando as pessoas interagirem de acordo com as prescrições do que é apropriado para homens e mulheres (DEBIAGGI, 2002).

Oliva Espin (1987) pesquisou mulheres latino-americanas em processo de psicoterapia nos Estados Unidos, que vivenciavam conflitos familiares gerados pela imigração. Os achados dessa autora indicam que a empregabilidade feminina desestabiliza a autoridade do homem.

Feldman-Bianco e Huse (1995) investigaram duas gerações de mulheres portuguesas no contexto de imigração em Massachussetts, Estados Unidos, mostrando como essas imigrantes percebem e confrontam os valores culturais contrastantes referentes ao gênero. Os resultados dessa pesquisa indicaram que as mulheres que migraram mais jovens costumam revisar os valores culturais buscando a reconstrução do gênero feminino e escolhendo, na maioria das vezes, a identidade americana, pois percebem a constituição do gênero feminino nos Açores como estático e fixado por limites rígidos.

DeBiaggi (2003) estudou, na sua tese de doutorado, como a inserção numa nova cultura influenciou a relação conjugal de 50 famílias imigrantes brasileiras em Boston, Estados Unidos. Como achados da sua pesquisa, constatou mudanças nas relações de gênero, pois as mulheres ao saírem de casa para trabalhar, também dividem as tarefas domésticas com seus maridos. Esses

homens imigrantes brasileiros além de contribuírem no serviço doméstico e no cuidado dos filhos, se mostram mais expressivos no relacionamento conjugal.

2. Aculturação

A Psicologia Intercultural se preocupa em estudar a manifestação da variedade do comportamento humano na adaptação a contextos culturais diferentes. São inúmeros os modelos teóricos explicativos sobre aculturação desenvolvidos nos últimos vinte anos (SARRIERA ET AL., 2000), e, neste trabalho, esboçaremos alguns dos principais conceitos deste termo, que mais se aproximam dos objetivos desta pesquisa.

O conceito de aculturação é empregado por Sam e Berry (1997) e Berry, Poortinga, Segall e Dasen (2003) para referir-se às mudanças culturais resultantes do encontro entre grupos com bagagens culturais diferentes. Embora seja um conceito neutro, significando que a mudança ocorra em ambos os grupos, Sam e Berry (1997) chamam atenção ao fato que nem sempre isso acontece, pois a tendência é que a mudança seja maior num dos grupos. Da mesma forma, Sarriera et al (2000, p.179) entendem aculturação como “o processo que acontece quando pessoas ou grupos, procedentes de diferentes contextos culturais, entram em contexto regular com outra cultura no meio da qual têm que refazer suas vidas”.

3. Análise do Discurso

Nesta investigação, a análise de dados baseia-se na abordagem discursiva de Michel Pêcheux. É uma teoria que trabalha com a determinação histórica dos processos de significação, isto é, debruça-se sobre os processos e as condições de produção da linguagem, levando em conta a sua exterioridade e historicidade (GRANTHAM, 2005).

A Análise do Discurso é uma teoria que trabalha com as relações de contradição entre a Psicanálise, Materialismo Histórico e Linguística, buscando repensar alguns conceitos introduzidos por essas disciplinas (FERREIRA, 2001). A Psicanálise contribui ao instaurar a noção de sujeito ao invés de indivíduo (GRANTHAM, 2005), o Materialismo Histórico imprime seu legado ao inscrever na língua a história, produzindo discursividades (PFEIFFER, 2005) e, por sua vez, a Linguística “ procura mostrar que a relação entre linguagem, pensamento e mundo não é direta, nem se faz termo-a-termo (GRANTHAM, 2005, p.138). Como destaca Orlandi (1999, p.20):

A Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como,

considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Desse modo, percebe-se o caráter interdisciplinar da Análise do Discurso, que trabalhando no entrecruzamento desses três campos do conhecimento, elege um novo objeto: o discurso. Orlandi (2005, p. 11) reitera que Pêcheux concebe o discurso como sendo “efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico em que o lingüístico está pressuposto. Critica a evidência de sentido e o sujeito intencional que estaria na origem do sentido”. Em outras palavras, Fernandes (2005, p. 20) sublinha que o discurso não é a língua nem texto, nem fala, mas que necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material(...) implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística”. Isso equivale a dizer, segundo Ferreira (2001, p. 14), que o discurso “se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua)”.

O termo discurso é usado por Pêcheux (1990) em detrimento da palavra mensagem, pois nunca o discurso é uma transmissão de informação entre A e B, mas sim de um efeito de sentido. Logo, A e B são lugares determinados na estrutura de uma formação social, não correspondendo à presença física, individual e humana. No processo discursivo, atuam as formações imaginárias que A e B atribuem como lugar a si e ao outro, a imagem que eles(elas) têm de si e do outro (Pêcheux, 1990, p. 82). Em outras palavras, Grantham (2005) explica que num discurso, há a representação do que cada um(as) dos(as) interlocutores(as) faz de si e do outro e a relação que eles(elas) estabelecem com a formação ideológica. Esse autor chama atenção ao fato de que “a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas” (Pêcheux, 1990, p.85), o que significa, segundo Orlandi (2005, p. 11) que o “já dito torna possível todo o dizer”. Orlandi (2005) explica que o conceito de interdiscurso proposto por Pêcheux refere-se à memória discursiva, na qual há presença de diferentes discursos originários de distintos momentos da história e de distintos lugares sociais inscritos no interior de uma formação discursiva (FERNANDES, 2005).

Pêcheux (1990) discorre sobre formação discursiva, recorrendo ao conceito de formação discursiva empregado por Foucault. Neste sentido, ele destaca:

a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal em seu exterior: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (PÊCHEUX, 1990, p.314).

Isto posto, percebe-se que uma formação discursiva jamais é homogênea, pura e coesa, sendo edificada por diferentes discursos (FERNANDES, 2005; PFEIFFER, 2005) que manifestam

uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica (FERREIRA, 2001). Nesse caso, uma situação de enunciação específica corresponde ao que Pêcheux (1990) denomina condições de produção, que são os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso e possibilitam sua produção (FERNANDES, 2005), incluindo-se nesse conceito também o sujeito. Ferrari (2005) também comunga da mesma definição de condições de produção do discurso dos(as) autores(as) citados(as) anteriormente, explicando que o processo de produção de discurso envolve o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso em determinadas circunstâncias.

Fazendo a incursão em algumas noções de análise do discurso, percebe-se que o discurso caracteriza-se por ser heterogêneo, uma vez que variam as condições de produção que o constituem. Como inexistem regularidades no discurso, o interlocutor procura apagar essa heterogeneidade através de esquecimentos. O primeiro esquecimento, conforme Grantham (2005), a partir de Pêcheux (1995), é a ilusão que o sujeito tem de ser fonte do sentido e o segundo esquecimento refere-se à ilusão do sujeito se sentir dono de sua enunciação, capaz de dominar as estratégias discursivas para proferir o que deseja. Nesse caso, trata-se de uma ilusão devido ao fato de que os sentidos produzidos pelos sujeitos não são oriundos deles, mas retomados do interdiscurso (GRANTHAM, 2005).

Os pressupostos da Análise do Discurso propostos por Pêcheux parecem coerentes com as proposições das concepções sobre papéis de gênero, pois ambas as abordagens consideram a historicidade e o contexto como ingredientes constituintes das práticas sociais. Isso equivale a dizer que a concepção do que é ser mulher numa dada sociedade depende das condições de produção de onde ela está inserida. Os estudos de gênero são consoantes à proposta da Análise do Discurso, pois ambos os construtos se propõem a questionar proposições ilusórias acerca de um sujeito universal. Desse modo, infere-se que a representação do feminino não é universal, o que implica que as formas de ser mulher já são múltiplas no Brasil, assumindo também uma dimensão plural nos demais países da América Latina.

4. Discussão dos Resultados

Uma faceta positiva da globalização é a possibilidade de experimentar a heterogeneidade da vida humana, pois numa localidade homogênea não há possibilidade de se deparar com a diferença e situações de incerteza (LOPES, 2003). Entretanto, esse autor adverte que o contato com o outro pode gerar tensão pelo fato desse outro ser bizarro, diferente, não familiar. Diante dessa nova realidade, a vida tradicional, como valores, ideologias e percepções de vida são questionados, possibilitando que novas identidades surjam nesse contexto de mudanças sócio-político-culturais.

Nesse sentido, reside o nosso interesse em adentrar nos discursos dos(as) estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as) para inspecionar que valores e crenças são problematizados após a inserção na cultura brasileira.

Nessa análise, pretendemos evidenciar os efeitos de sentidos que caracterizam as posições que os sujeitos assumem no discurso. Parte-se do fio do discurso, onde marcas lingüísticas apontam as relações interdiscursivas. Segundo Rodrigues (2003), a sociedade estabelece normas consideradas senso comum, que ensinam a que gênero cada sujeito pertence. Nessa perspectiva selecionamos abaixo trechos de entrevistas de dois peruanos e uma peruana que tematizam aspectos relativos à concepção de gênero no Brasil e no Peru:

no Brasil, as mulheres são mais preocupadas com o campo profissional, desenvolvimento pessoal e bastante dominadoras(...) mais determinada que as peruanas que se preocupam mais com a casa, os filhos, que também é bom, né, tipo, tu tem uma boa criação e tal, os filhos são mais criados em casa mesmo com as mães sempre do lado, faz com que os filhos saiam bonzinhos (...) as mulheres no Peru, em geral, terminam a graduação, se elas fizerem mesmo a graduação e terminam criando os filhos e isso aconteceu com minha mãe, uma administradora de empresas muito boa e ela se sentiu frustrada até agora e ela terminou cuidando dos filhos (...) as mulheres são batalhadoras a respeito dos filhos e tal, mas tipo se resignaram um pouco. (Z., 26 anos, peruano, aluno do mestrado)

é um pouco mais rápida, na hora de namorar do que nós, né. No meu país, a gente gosta de namorar, que o cara te convida ao cinema, daí um café, tudo isso. Eu acho que, no Peru, a gente fica muito dependente, né, dos nossos esposos, maridos, namorados, então eu acho que tem uma diferença que a mulher aqui é mais liberal. Uma coisa assim, que eu acho excelente, que é vaidosa a mulher assim, a mulher aqui se cuida muito e eu acho isso muito legal assim (...) eu imito isso, às vezes, um pouco, tento me arrumar (D., 28 anos, peruana, aluna do Mestrado)

para ter como esposa é uma mulher que parece, pelo que eu vejo de várias pessoas que conheço, uma mulher que luta bastante, tenta sempre manter a família junta, né, isso que ensina para nós desde pequenos no geral, né (...) a mulher peruana tenta manter esse relacionamento assim duradouro, né. Ela é mais, em questão de relacionamento, ela é bastante mais difícil (risos), desculpa, tá, eu falando dessa forma, né. Ela, lógico, né, ela pensa que o homem, atualmente, já mudou um pouquinho, mas pouca coisa, tem que sempre tomar iniciativa, né (J., 23 anos, peruano, aluno do Mestrado)

A visão de J. revela o estereótipo veiculado pela ideologia patriarcal, pelo qual seu discurso parece estar capturado. O não-dito de sua fala sugere que as mulheres estão subordinadas aos homens na medida em que são eles que tomam a iniciativa num relacionamento. Além disso, percebe-se esse padrão sexista patriarcal atravessado no seu depoimento da mulher ser a responsável por manter um relacionamento duradouro. Isso denuncia que J. assume um

posicionamento, no qual quer passar a imagem de um conquistador, características do macho hegemônico (TÍLIO, 2003; DUTRA, 2003).

A análise das falas de Z. e D. revelou que os efeitos de sentido encontrados em seu discurso deslizaram entre diferentes posições-sujeito, pois Z. valoriza o fato das mulheres brasileiras se preocuparem mais com o campo profissional do que as mulheres peruanas e, ao mesmo tempo, credita vantagens às mulheres peruanas que ficam em casa cuidando dos(as) filhos(as) para que se tornem bonzinhos e boazinhas. A ocupação de diversas posições-sujeito é encontrada na fala de D. que caracteriza-se por certa tensão ao oscilar entre a valorização das mulheres brasileiras que se cuidam mais e à crítica ao fato de serem mais fáceis para namorar. Ao mesmo tempo que D. se vê capturada pela formação discursiva patriarcal dominante que prescreve subordinação aos homens ao referir que, no Peru, as mulheres são mais dependentes de seus maridos, namorados, ela também tenta imitar as mulheres brasileiras no que concerne ao cuidado com a aparência, e aqui apontam a um sentido diferente. O fato de nomear reconhecer comportamentos diferentes é também visualizar outra posição. Esse trecho da entrevista de D. mostra os significados construídos por ela acerca dos papéis de gênero, que podem ser (re)construídos por meio do discurso (SANTANA, 2003), pois segundo Coimbra (2003), relatar uma história é auto-reconstrução.

As colocações dos(as) entrevistados(as) sobre a concepção do ser homem no Brasil e no Peru desvelam a predominância de traços fortes da construção de uma masculinidade hegemônica em ambos os países, conforme pode ser observado nas entrevistas:

Eu acho, no geral, os profissionais peruanos são muito bons, dentro das limitações, eu acho o profissional peruano muito bom assim, não é para eu querer me achar, mas eu comparo aqui (...) os peruanos são muito mais determinados, muito mais trabalhador, a nível educativo, muitas coisas que estão ensinado aqui, eu já vi na graduação e isso é uma pós-graduação. Eu acho o homem brasileiro um pouco relaxado, um pouco relaxadinho (...) eles vão deixar de trabalhar, inventar uma desculpa para deixar de trabalhar ou sair para festa entendeu. Homem peruano se preocupa muito em trabalhar e no desenvolvimento dele mesmo, profissional sobretudo. Aqui eu vejo aquilo que legal é feriado não vamos trabalhar, que preguiça, não vou trabalhar (...)mas ser como homem pelo simples fato do gênero não vejo nenhuma diferença (...) todos se preocupam com seu desenvolvimento profissional, mas mais relaxados assim (Z., 26 anos, peruano)

Eu acho que o homem peruano e o homem brasileiro são machistas (D., 28 anos, peruana)

“ O homem é sempre a figura paternal no meu país, a figura forte da família, o homem é machista por natureza (...) acredito que os homens da América Latina, tanto o peruano, eles são de caráter mais forte, né, tentam ser bastante amáveis com as mulheres, né, ser, bastante simpáticos, (...) na questão do relacionamento, ele que toma iniciativa, tenta ser trabalhador (...) a gente tem que tratar uma mulher como uma pétala de rosa, uma pessoa delicada, né, mas em si, o homem peruano é bastante dedicado, dizem por

aí, que nós somos bastante inteligentes (...) o homem, como a maioria dos países da América Latina, é bastante lido e informado”. (J., 23 anos, peruano)

Através desses depoimentos, identifica-se que a construção da masculinidade no Brasil e no Peru são pautadas pela ideologia patriarcal, em que valores como trabalho e racionalidade são ligados ao reino masculino (RODRIGUES, 2003). Tanto o homem peruano como o homem brasileiro são vistos como machistas, não existindo diferenças entre eles.

As percepções de J., 23 anos, peruano sobre os homens peruanos corresponderam à formação discursiva patriarcal que atribui maior valor aos homens por serem de caráter forte, são os que tomam a iniciativa, são inteligentes e trabalhadores. Também a fala de J., 23 anos, segundo Dutra (2003, p. 139), “vem ratificar a naturalização dessas representações hegemônicas do homem em nossa sociedade, confirmando o senso comum de que o homem deve conquistar parceiras”. Esse autor afirma que os conceitos de masculinidade e feminilidade são construídos de forma relacional, o que implica inferir que por trás da fala de J., 23 anos, peruano, refugia-se o não-dito de que a mulher é fraca, passiva e delicada em oposição ao homem forte, que toma iniciativa.

A análise desses trechos de entrevistas permitiu concluir que os papéis de gênero são percebidos no país de origem como mais estereotipados, pois desvelam forma tradicional, hierárquica e rígida, conforme ditames patriarcais. Espera-se que o contato com a cultura brasileira resulte em mudanças na forma de conceber os papéis de gênero nesses(as) estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as) conforme preconizam Sam e Berry (1997) e Berry, Poortinga, Segall e Dasen (2003). Nesse sentido, cruzar fronteiras geográficas implica também em revisar conceitos sobre ser homem e mulher, coexistindo uma tentativa de concebê-los de uma forma mais plural na medida em que são apresentados no Brasil a uma nova forma de ser mulher. Pode-se inferir que houve uma tentativa da construção de contra-discurso por parte da entrevistada D., 28 anos, peruana, ao tentar reagir aos discursos hegemônicos de ser mulher no Peru e revelar que tem procurado cuidar da sua aparência aqui no Brasil.

Neste breve trânsito pelos dados, percebe-se que os(as) entrevistados(as) internalizaram conceitos do senso comum do que é ser homem e mulher. Entretanto, tiveram a oportunidade, ao narrarem suas histórias, de repensar e de (re)construir seus conceitos acerca dos papéis de gênero por meio da ação do seu discurso (COIMBRA, 2003). Talvez não se tenha observado a presença de muitos contra-discursos que desconstruam e questionem a visão naturalista e essencialista de gênero (DUTRA, 2003), pois a cultura brasileira por ser uma cultura latina também se assemelha às crenças culturais dos(as) entrevistados(as).

O uso da abordagem discursiva na análise das entrevistas desse trabalho viabilizou compreender as percepções dos(as) estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as) no que

concerne às relações de gênero, pois sendo o discurso dos sujeitos heterogêneo, é possível transpor as experiências desses(as) participantes para outros(as) estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as) que não foram investigados. Isto é, as vozes dos(as) participantes orquestradas nessa pesquisa ecoam no discurso de outros(as) estudantes estrangeiros(as) latino-americanos(as).

Referências

BERRY, John; POORTINGA, Ype; SEGALL, Marshall; DASEN, Pierre. **Cross-cultural psychology: Research and applications**. New York: Cambridge University Press, 2003.

COIMBRA, Alda Maria. **Histórias Contadas em sala de aula: a construção da identidade social de gênero da mulher**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). Discursos de Identidades: Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

DEBIAGGI, Sylvia. *Changing gender roles: Brazilian immigrant families in the U.S.* N.Y., LFB Scholarly Publishing, 2002.

_____. **Famílias brasileiras em um novo contexto cultural**. In: MARTES, Ana; FLEISCHER, Soraya (Orgs). Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DUTRA, Flávia Silveira. **Letramento e Identidade: (re)construção das identidades sociais de gênero**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). Discursos de Identidades: Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ESPIN, OLIVA. **Psychological Impact of Migration on Latinas: Implications for Psychotherapeutic Practice**. Psychology of Women Quarterly, 11, p.489-503, 1987.

FELDMAN-BIANCO, Bela.; Huse, Donna. **Entre a saudade da Terra e a América: mulheres imigrantes**. Estudos Feministas, v.3, n.1., p.96-121, 1995.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de Termos do Discurso**. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

FERRARI, Ana Josefina. **Por uma leitura de leituras: uma reflexão sobre possíveis leituras de Pêcheux na AAD 1969**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

GRANTHAM, Marilei. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Mulheres viajantes do século XIX**. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Introdução**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). *Discursos de Identidades: Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. *Estudos da Língua(gem)*, n. 1, p.9-13, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PFEIFFER, Cláudia Castellanos. **O fogo que desengessa e mobilize – uma entrada na obra de Michel Pêcheux**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, Renata Lopes de Almeida. **A arte de construir um menino ao contar histórias em família**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). *Discursos de Identidades: Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SAM, D.; BERRY, J. **Acculturation and Adaptation**. In: BERRY, John; SEGALL, Marshall; KAGITÇIBASI, C (edit). *Handbook of Cross-cultural Psychology: Social Behavior and Applications*, v.3, 1997.

SANTANA, Luíza Mara. **Alinhamento entre meninos e meninas na construção de gênero em sala de aula**. LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). *Discursos de Identidades: Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SARRIERA, Jorge. **Educação para a Integração entre Culturas e Povos: da Aculturação para o Multiculturalismo**. In: SARRIERA, Jorge (coord.). *Psicologia Comunitária: Estudos Atuais*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

STREY, Marlene. **Gênero**. In: JACQUES, Maria; STREY, Marlene (et al.). *Psicologia Social Contemporânea: livro texto*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TÍLIO, Rogério. **O jogo discursivo na vida afetiva: a construção de masculinidades hegemônicas e subalternas**. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). *Discursos de Identidades: Discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ZAMBERLAN, J. In: WINCK, L. **Estabilizando o processo migratório no Estado**. Correio do Povo, 22/05/2005.

COLCHA DE RETALHOS
A PERMANÊNCIA E A HERANÇA DA MULHER RURAL DO SUL DO BRASIL -
1937 A 1945

Daiana Riechel

A figura feminina construída pela humanidade, ganhou papéis secundários no decorrer dos tempos. Papéis que não costumam aparecer nos relatos que revelam a história e que se repetem em todos os lugares do planeta. Portadoras da criação, pilares sustentadores da vida humana, essa figura feminina atravessou os tempos envolta em afazeres domésticos, dentro de seus lares, vivendo em seus dias as insatisfações e deficiências sociais, culturais e econômicas que se abateram sob a nação e se refletiram dentro dos seus espaços domésticos.

A mulher rural do sul do Brasil foi durante os anos de 1937 a 1945, fundamental na formação de toda uma identidade regional, que se cristalizou em imagens peculiares da região sul do Brasil e que permanece impressa nas pequenas coisas que fazem parte de nossas vidas. A mulher rural do sul do Brasil está presente em cada detalhe que nos faz ser brasileiros. Seus trejeitos, sua postura, seus artesanatos, suas prendas domésticas, suas casas de madeira, e todo o seu universo particular e único, moldura nossa brasilidade e nos identifica perante um Brasil e um universo.

Trabalhos, costumes, hábitos, tradições, cada elemento que a mulher rural do sul transportou em seu ventre, para além de seu tempo, são para nós fontes de informação, mensagens únicas, estímulos, signos, lembranças de um período especial de nossa história. Cada objeto, móvel, prenda doméstica, detalhe, transmite uma linguagem e deixa transparecer as expressões de uma época, de uma cultura regional. São as tramas culturais que nos envolveram, e que se fortaleceram através dos tempos, através de mãos habilidosas, de braços que trabalharam em conjunto e que construíram a região norte de Santa Catarina.

As heranças deixadas por essa mulher rural, colona, estão nos detalhes temporais que atravessaram gerações, sobreviveram às revoluções, e continuam presentes em nosso tempo, provando a importância de seu trabalho para a sociedade contemporânea, esquecida de seu passado. A mulher colona não trabalhava para si, suas produções domésticas, que ultrapassavam as fronteiras de seus lares, estiveram sempre voltadas para o seio familiar e a sua comunidade envolta. Portadora de uma essência inconfundível, a mulher rural do sul do Brasil, foi elemento fundamental na formação da imagem do sul brasileiro.

Quem é essa mulher rural ?

As mulheres que viveram e construíram a região norte de Santa Catarina, durante os anos de 1937 a 1945, ainda traziam consigo a imagem da mulher imigrante européia do final do século XIX. Exibindo um modelo de mulher do interior, ilustravam o seu reconhecimento a partir do que eram por natureza, a partir de seu papel de devotamento à família, aos costumes tradicionais e ao modelo da mulher da época. Esse modelo investia a doce mulher rural, esposa e mãe, de uma missão utilitária e produtiva: economizar, gerir a casa e educar os filhos.

Essas atividades que elas exerciam em seus espaços, em seus cotidianos marcados por uma realidade de necessidades básicas não satisfeitas, eram essenciais para a sobrevivência da família colona. A produção doméstica feminina começava já no plantio dos alimentos e na criação dos animais, e passava por vários processos até chegar à mesa da família. Toda a vasta produção de gêneros de primeira necessidade que as mulheres produziam, refere-se a bens de consumo não duráveis, consumíveis por si sós. Assim, o preparo das carnes, gorduras, doces, conservas, compotas, farinhas, pães, manteiga, queijos, arroz, feijão e tantos outros exigia a participação de todas as mulheres da família, enquanto que os homens ficavam com a produção de materiais utilitários para a vida no campo, como cestas, balaios e móveis. Mas, no entanto, as receitas, as técnicas de produção, as medidas e quantidades certas, que variavam de acordo com a qualidade dos produtos, com o clima e a umidade do ar, com as mudanças da lua e os segredos da produção são as heranças culturais que atravessaram gerações e chegaram até nossos dias.

São partes de uma identidade, de uma cultura de raiz, calcada, fortificada que resistiu aos modismos. São as prendas domésticas que se tornaram combustíveis para uma indústria regional; prendas que antes eram produzidas cada uma em sua essência particular, manualmente e que agora são produzidas aos milhares por maquinários, povoando prateleiras em comércio gerais. A indústria substituiu o artesanato doméstico, feito antes por mãos habilidosas.

Nesse cenário, somos testemunhas das várias coisas que antes estavam presentes na casa e na vida cotidiana dessa mulher rural, e que sofreram as transformações da indústria e da modernidade. São detalhes que encontramos na gastronomia, nos trejeitos, no dialeto, no linguajar... São detalhes que passam despercebidos em meio à multidão de informações que corre todos os dias por nossos olhos e mentes. Por exemplo, lembremos as famosas receitas de bolos que não necessitam mais que cinco minutos para se fazer, são fáceis e rápidas, já que trazem a massa pronta, restando apenas acrescentar os demais ingredientes. Além disso, podemos citar outros elementos que fizeram parte da

vida dessas mulheres colonas e que não se restringem apenas a área da culinária ou a área têxtil, mas que também constituem como essenciais para as leis básicas da boa higiene e boa saúde, como por exemplo, os produtos desinfetantes, os quais provêm dos saberes femininos que foram trazidos e transmitidos pelas mulheres coloniais. Para ilustrar esta questão, citemos a técnica utilizada pelas mulheres colonas, desprovidas dos mecanismos e confortos da indústria, para a produção de sabão e de outros produtos necessários para a manutenção da higiene e limpeza da casa e da família. “Lavávamos as roupas no rio, com sabão que fazíamos em casa; depois para deixar a roupa mais branca, mais limpa ainda, usávamos a água de cinza e então passávamos tudo com ferro à brasa.” Sra. Natália Demarchi Satler, 86 anos.

Parte da vida da mulher rural está em nosso tempo, envolta em pacotes e plásticos... Elementos que fizeram parte do cotidiano feminino regional, a indústria produz em escalas gigantescas, incapazes de entrar no universo mágico e único dessa mulher colona.

Os produtos, antes produzidos através de longos processos, como a produção dos alimentos, dos produtos essenciais a higiene humana, como o sabão, que era feito a partir de uma mistura de gordura e cinzas, hoje estão simples nas prateleiras. Os mecanismos, as ferramentas utilizadas por essas mulheres rurais fazem parte de setores industriais e estão aos olhos da sociedade como novidades. Mas essas novidades já datam de algum tempo, e realmente apenas se transportaram para outros formatos. Já são partes de nossa história desde o tempo de nossas avós.

Para nós, são os facilitadores dentro de nossas vidas tumultuadas, prontos a nos auxiliar em nosso espaço doméstico e social, visivelmente concorrido. A mulher, mãe rainha do lar, desapareceu, está perdida em algum lugar, em meio ao turbilhão do seu papel fora do seu universo doméstico e íntimo. Assim, observa-se uma variedade de produtos industriais encontrados no comércio, com a referência colonial e materna. São os artesanatos caseiros, as prendas produzidas pela mulher rural, por suas mães, por suas filhas e outras mulheres da família.

Mas, não podemos deixar de citar a mulher em seu papel de proeminente facilitadora desse incremento industrial, e uma facilitadora em potencial, pois foi ela quem cedeu espaços, subsídios e sonhos, revelando receitas e segredos, e sendo a principal mão-de-obra por excelência para o crescimento da indústria que compõe a imagem da região norte de Santa Catarina. Foram essas mulheres, que auxiliaram seus companheiros, suas famílias a produzir, a trabalhar a terra, e que, além disto, foram responsáveis por uma infinidade de outros trabalhos, pela manutenção de toda uma

cultura enraizada, provinda através de imigrantes, repassadas e transportadas pelas mãos e pelos ventres, através de seus papéis sociais desempenhados durante o decorrer das gerações.

Em nosso tempo, além de todo esse relevante papel, ainda podemos encontrar a facilidade de adquirir os saberes femininos rurais em meios eletrônicos e de rápido acesso. Aquilo que outrora passava por um longo processo de comunicação direta entre as mulheres, e que por isso mesmo necessitava de certo tempo para se ter acesso, já não alcança as mesmas proporções de sociabilidade, pois hoje a aquisição é fácil para todos. Alia-se a isso ainda, o fato da indústria ter facilitado a vida doméstica com suas engenhocas mecânicas, tornou a cozinha e a arte de cozinhar um espaço mais agradável e facilitador para as mulheres, proporcionando mais tempo para que elas cuidassem de sua família e dos assuntos da comunidade. “As coisas estão bem mais fáceis hoje em dia... O que a gente tinha que fazer antes, tudo dentro de casa, para limpar as panelas, era tudo no fogão a lenha, hoje em dia tem tudo limpo, com gás, panelas sempre limpas...Antes tinha que arrumar tudo, plantar e ver como ia fazer...Hoje em dia se compra tudo pronto, é bem mais fácil.” Sra. Selma Randoll Krutsch, 86 anos.

A mulher rural, colona deixou marcada em nosso cotidiano aspectos da sua individualidade, da sua personalidade, e de toda uma cultura milenar que atravessou os tempos sendo transportada em seu ventre. Ela é parte de uma cadeia ancestral que nos chega rica de impressões culturais. Vivendo em suas rotinas, os reflexos das crises econômicas, sociais e políticas que afetavam o seu entorno e suas atividades, essas mulheres zelavam por suas casas, alimentavam maridos e filhos e representavam parte do trabalho produtivo nas lavouras. A colonização da região norte de Santa Catarina teve na figura feminina colona, um importante apoio. Sua presença era fundamental para, além de produzir, manter costumes e tradições provindos da terra de origem.

Da mãe, esposa, filha, e agricultora eram exigidos também os saberes do universo feminino da época. Deveriam saber das belas artes do lar, das prendas e do artesanato doméstico. A mulher deveria ter o domínio das costuras, do remendo e cerzido, dos bordados, das tramas - do crochê, do tricô; devia ainda produzir laticínios, fazer conservas de frutas e vegetais; devia conhecer das artes gastronômicas, dos chás curadores, dos emplastos e unguentos, das ervas medicinais que curavam enfermidades próprias da região; também deveria produzir óleo, cera, sabão, velas e outras necessidades a vida no campo. Por outra parte e, além disso, tudo, a mulher colona era extremamente importante saber administrar o lar, seus gastos, suas provisões, suas necessidades, enfim.

Assim, a mulher rural era também uma espécie de respaldo para seus companheiros no constante exercer das atividades econômicas. O casamento era uma sociedade recíproca, aonde as mulheres eram prestadoras de serviços, inclusive sexuais. Sendo então, a mulher rural a responsável pela ordem doméstica, seu papel social privado, estava restrito ao lar, zelando pela sua família a célula principal da sociedade pré II Guerra Mundial. De outra parte, o homem era o provedor da renda e permanecia associado aos papéis instrumentais e públicos, que buscava na rua o sustento econômico da casa e em troca recebia os serviços da esposa. A mulher na realidade, e por incrível que pareça, estava submissa a figura masculina, era literalmente construída por ele, que temia a sua independência. A elas certos comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos foram impostos, e através dos tempos elas os carregaram dentro de si, e transportaram para seus descendentes tais atitudes através de uma educação patriarcal. A própria condição natural de primeira filha e irmã, nada mais eram do que uma preparação para a função posterior de mãe e dona de casa.

A igreja e o seu papel na vida colonial

A presença da igreja foi para a maioria das mulheres rurais, o pilar sustentador que permitiu o prosseguir na caminhada frente às dificuldades que existiam. Mas não foi apenas um apoio no sentido de nutrir esperanças e um futuro promissor. A igreja se constituía também no local de entretenimento desses indivíduos, quando o trabalho na lavoura cessava e a vida rural ofertava poucos momentos para a diversão e o descanso.

Para as mulheres rurais, os festejos na igreja eram acontecimentos ímpares que sempre reservavam alguma surpresa. Festas de casamentos, batizados, comunhões, confirmações, encontros juvenis, e tantos outros, eram sempre motivo de alegria e ansiedade. As reuniões que aconteciam em paióis, e depósitos eram em sua maioria, uma oportunidade para encontros juvenis e amorosos, aonde muitas dessas mulheres conheceram seus companheiros nessas celebrações e com eles dividiram a vida. “Conhecíamos nossos pretendentes na igreja e tudo era muito mais bonito e simples do que hoje”. Natália Demarchi Satler, 86 anos. A igreja era o centro da vida familiar e social dessas pessoas e segundo as palavras dessas mulheres rurais, mantinha os indivíduos mais próximos.

Isolados em uma terra desencorajante, sem fundamentos básicos, a vida seria impossível sem a força da fé cristã. A situação que essas mulheres se encontravam foi fator determinante para a união comunitária formada refletida no cotidiano. A nossa história nos revela que a primeira providência que os primeiros imigrantes fizeram por essas terras, fora construir uma igreja e posteriormente edificar as

demais necessidades. Sem o auxílio por parte de autoridades ou afins, foram as mãos de mulheres e homens que deram início a construção da região norte de Santa Catarina. Primeiramente as igrejas, depois escolas, estradas e hospitais.

Unidos por uma trama coletiva e solidária, a região foi erguida por mãos imigrantes, em especial das mulheres que geraram condições concretas para a formação de tudo o que se vê. Produtoras, enquanto que o pai, marido e filhos construía, elas produziam o sustento, cuidavam da propriedade, dos filhos e tantas outras tarefas. Constantes vigilantes eram mães, filhas, irmãs que contribuíram para a manutenção da igreja. Voluntárias nos festejos que aconteciam e que geravam grande expectativa e movimentação na vida comunitária, essas mulheres foram, e algumas ainda o são, importantes peças na engrenagem cristã. Mantenedoras da religião que atravessou um oceano, a mulher rural deu sustentabilidade mental, espiritual para seu entorno carente. Interligadas com a igreja, foram responsáveis pela transmissão das heranças e da corrente religiosa as outras gerações. Ensinaaram não somente as orações e as regras comuns e necessárias, mas também um elemento que era fundamental na vida e convivência comunitária, a língua da terra de origem. Inicialmente as celebrações, missas e cultos eram realizados na língua mãe das etnias que aportaram em Santa Catarina, em especial a língua alemã e italiana. Esse elemento era uma forma de manter e conservar costumes, hábitos, leis, e valores da linhagem principal com a cultura e com a tradição. A conservação da língua era um elemento muito importante para as famílias rurais e muitas dessas não dialogavam dentro de suas casas na língua nativa, brasileira. A força deste valor é tamanha que em alguns locais do estado, esse costume ainda perdura.

A igreja sendo então o ponto principal da comunidade, era um caminho importante para a conservação desta e dos demais elementos que caracterizavam a cultura mãe, como os festejos, a culinária regional, o vestuário e outros. Além disto, haviam as informações que circulavam e chegavam aos ouvidos dos membros da comunidade através da figura dos padres e pastore, informantes provindos de regiões em sua maioria distantes. As notícias que não chegavam impressas em papel, eram em sua maioria, mais uma vez transmitidas pela igreja, que na ausência da figura de padres e pastores se fazia presente através dos sinos. Casamentos, batizados, comunhões, confirmações, falecimentos...Tudo era noticiado através do badalar dos sinos, suspensos nos campanários das igrejas. A peça que esteve escondida na parte alta das capelas teve um papel fundamental no cotidiano da sociedade rural. Era além de um chamamento para cultos e missas, era um importante comunicador no dia a dia das comunidades colonas.

Importante base na manutenção das unidades identitárias dos povos provindos das terras distantes, a religiosidade foi extremamente importante e necessária para a sobrevivência, para a união e para a conservação do modelo de coletividade necessárias e solidárias que se estabeleceram no norte de Santa Catarina.

Moda, entretenimento e comportamento na região entre 1937 a 1945.

O fator da estética é um assunto muito interessante para as senhoras rurais do norte catarinense. Envoltas em suas memórias, relatam as curiosidades que pertenceram aos momentos festivos e abertos ao lazer.

A “moda” usada por essas mulheres esteve impressa de forma maravilhosa em vestidos e saias com motivos florais e poucos ornamentos. Apesar de possuírem poucas peças para os festejos, aquela que os tinham, eram tratadas de forma ímpar, com muito zelo. As recordações dos momentos de lazer se resumem de fato ao campus da Igreja, local aonde muitas delas conheceram seus companheiros, e os poucos bailes que aconteciam nos paióis e depósitos de igrejas e armazéns. Dentre esses, os bailes de Carnaval, Páscoa e Natal. “Saíamos e geralmente nos bailes de Páscoa e Natal, eram poucos, mas aproveitávamos.” Sra. Selma Randoll Krutsch, 86 anos. As horas de lazer ocorriam sempre aos finais de semana, principalmente aos domingos. “Me lembro que costumávamos sair sempre aos domingos a tarde, nos encontros jovens. Quando não ia ou quando chovia, eu ficava em casa e aproveitava para bordar. Assim bordei todo meu enxoval.” Elvi Grutzmacher, 81 anos. Curiosamente essas palavras revelam um importante passatempo para essas senhoras, o passatempo dos trabalhos domésticos, principalmente os trabalhos sob tecidos, em especial atenção aos bordados.

A sisudez em que viviam impediu de certa maneira no florescer da juventude dessas mulheres. Vigiadas pelos pais e atarefadas com os trabalhos rurais e domésticas, nem tempo possuíam para o cuidado com a imagem; ainda contribuindo para isso, a carência econômica foi mais um fator para essa situação. Relembrando os tempos de sua mocidade, a senhora Hilda Enke, 86 anos, revelou como ganhou seu segundo vestido para festas. “Meu pai tinha alguns porcos e depois de algum tempo quando meu único vestido já estava bem gasto, ele vendeu um porco e comprou mais um vestido para mim.” Este era um fato comum entre os núcleos femininos da época. Sendo a região, uma região distante e de difícil acesso, os produtos estéticos, de beleza tinham um alto custo, o que significava geralmente sacrificar algum animal da propriedade para adquirir roupas e sapatos para as esposas e filhas. As demais peças utilizadas no cotidiano eram confeccionadas em casa, pelas mãos e máquinas

de costuras rudimentares. “Mamãe costurava nossas roupas para usar em casa, fazia também os remendos. O tecido era comprado, mas as roupas que usávamos para sair, ir a igreja, e nos bailes, tínhamos que comprar, aí vendíamos algum animal de casa. Me lembro que uma vez papai vendeu um porco para comprar tamancos para mim.” Natália Demarchi Satler, 86 anos.

Pouco acostumadas a ganhar presentes, e sendo então esse fato algo difícil de ocorrer em função do custo, é curioso e cativo o zelo e o cuidado que essas mulheres possuíam com seus poucos objetos de “moda”. Cuidado este que se transferiu para os demais objetos no contexto de suas vidas-casa, família, mobília, utensílios domésticos- e que está presente ainda dentro de seus lares, em retratos, objetos de decoração, transmitindo e lembrado as heranças, a família e os antepassados troncos, raízes de uma cultura. A preocupação com a vestimenta se estendia também para outras partes do corpo, como os cabelos, elemento muito importante na figura feminina rural. Em tempos de festas, era comum o uso do sabonete para realizar algum penteado e dar alguma forma aos cabelos desarrumados no cotidiano. O estilo preferido na época eram as ondas.

O desejo de conquistar algum pretendente também esteve presente nos momentos de lazer destas mulheres. Para isso, seguia-se a ordem da época: delicadeza, sisudez, discrição e pele muito branca. Este último item causa curiosidade, mas a mulher rural explica que a mais bonita do baile, nem sempre era aquela mais “enfeitada”, muito pelo contrário, a mais bonita geralmente era aquela que tinha a pele mais alva, branca. “ Como o salão de baile era longe de casa e íamos a pé, eu costumava ir sempre com roupas compridas, e na roça também, por que a mais “branca” era sempre a mais bonita da festa. As roupas então eram usadas como arma em favor de um padrão estético na época na região norte de Santa Catarina. Não tendo dinheiro para adquirir produtos que fornecessem o aspecto branco à pele, como o pó compacto “ruge”, essas mulheres avistaram nas roupas uma importante ferramenta e fizeram ampla utilização das mesmas em prol de uma causa justa.

Sendo a região norte de Santa Catarina, uma região de colonização germânica e italiana persistiu (e de certa forma ainda persiste, através dos laços do tempo) um certo padrão europeu de cor, em função inclusive das unidades que se formaram e que deram continuidade aos grupos étnicos imigrantes. Atualmente esse padrão vem perdendo força em função da ampla imigração que tem ocorrido na região em questão, em favor a crescente industrialização, gerando assim uma forte miscigenação. Mas ainda hoje, perdura na vida dessas mulheres rurais este padrão étnico e estético. Enraizadas em sua cultura de berço, de origem, constantemente dialogam na língua germânica e nos interrogam a respeito de nossas origens.

Porém, em contrapartida, temos a partir disto, uma visão mais clara do desejo por parte não apenas dessas mulheres, mas também de toda uma unidade étnica regional- os grupos- de manter um sistema de parentesco e conseqüentemente uma tipologia humana, dando continuidade as unidades que se construíram através dos tempos e que formaram a raiz e a fonte principal de permanência e resistência do povo catarinense. Esse sistema constitui o mais importante elemento de controle de comportamento social. Trata-se do germe, palavra de origem alemã, que significa origem e designa o interesse e a preocupação por parte dos grupos imigrantes europeus de manter através das suas unidades comunitárias e sanguíneas, o sangue que eles chamam de “bom”; e conseqüentemente dar continuidade a história de sua gente, transmitindo, além disto, as propriedades de pai para filho e de mãe para filha. Propriedades estas que não estão presentes apenas nas posses carnais, da terra, mas também nas propriedades humanas, sentimentais, e principalmente culturais, quando se forma a partir disto uma forte rede que atravessa os tempos e constitui uma legítima trama temporal.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE “UMA” IDENTIDADE FEMININA ÉTNICO-CONFSSIONAL.

MULHERES TEUTO-BRASILEIRAS EVANGÉLICAS¹ NO SUL DO BRASIL NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Scheila dos Santos Dreher

Situando a questão

Segundo Tânia Mara Vieira Sampaio “[...] não há sociedade que não *elabore* imagens vinculadas ao masculino e ao feminino, sendo que tais *construções* são *datadas* e *contextualizadas*”². Tal elaboração implica, pois, num processo contínuo de construção de identidades, visto que “As identidades não são, nunca, plenamente e finalmente feitas; elas são incessantemente reconstituídas e, como tal, estão sujeitas à lógica volátil da iterabilidade. Elas são aquilo que é constantemente arregimentado, consolidado, reduzido, contestado e, ocasionalmente, obrigado a capitular”³. Isto permite entender que não se nasce sendo “naturalmente” mulher ou homem, como bem o expressa Ivone Richter Reimer ao dizer que “A *construção* de nossas identidades femininas e masculinas depende mais da nossa cultura do que da nossa anatomia”⁴. Antes, porém, a elaboração de imagens do masculino e do feminino e a construção contínua de identidades revelam a existência de discursos que conduzem a essa elaboração/construção e de interesses que fundamentam tais discursos. Sendo assim, “[...] a constituição de uma identidade social é um ato de poder”⁵. Tais discursos, por sua vez, não são assumidos tal e qual; antes, são *ressignificados*, também continuamente, pelas pessoas que os sofrem e os produzem⁶.

Essa perspectiva permite perguntar pelo processo de construção de “uma” identidade feminina étnico-confessional entre a comunidade teuto-brasileira evangélica, no sul do Brasil. Por isso retomo, ainda que brevemente, a história da imigração alemã (evangélica) neste espaço geográfico. Especialmente por causa do pauperismo que assolava a Alemanha no século XIX, devido à transição de um Estado agrário para um Estado industrial, se verificou a emigração em

¹ O termo “evangélico” refere-se a pessoas oriundas do protestantismo alemão que, no século XIX, era formado por três grupos, a saber: unidos, luteranos e calvinistas. Segundo Martin N. Dreher, “(...) os emigrantes que se dirigiram para o cone sul das Américas, porém, se designaram de ‘evangélicos’”. DREHER, Martin N. **A Igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 142.

² SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Horizontes em discussão na arte de fazer teologia. In: SOTER (Org.). **Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas**, p. 195.

³ J. Gender Trouble Butler *Apud* HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 130.

⁴ REIMER, Ivone Richter. **O Belo, as Feras e o Novo Tempo**. São Leopoldo: CEBI; Petrópolis: Vozes, 2000, p. 19.

⁵ HALL, 2000, p. 110.

⁶ GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 112ss.

massa de alemães/ãs. Entre aqueles/as que se dirigiram ao Brasil ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em torno de 255 mil pessoas, a maioria foi destinada a colonizar o sul do país, por interesses do governo brasileiro; neste caso, encaminhados/as como proprietários/as para pequenas propriedades rurais chamadas de “colônias”. Deveriam desenvolver a policultura familiar. Nas primeiras décadas da colonização, portanto, independente da classe social, do dialeto alemão em uso, da região e mesmo da realidade rural ou urbana procedente, a maioria dos/as imigrantes “alemães/ãs” no sul do Brasil se tornou “colono/a”, ainda que uma pequena parcela tenha se juntado à população dos núcleos e pequenas cidades em desenvolvimento. Paulatinamente, os/as imigrantes alemães/ãs passaram a se entender como teuto-brasileiros/as.

Boa parte destes/as imigrantes professavam a fé evangélica num país oficialmente católico, precisando conviver com uma série de restrições⁷. Mulheres teuto-brasileiras evangélicas enfrentaram, contudo, uma dupla privação: como *evangélicas*, precisaram viver sua fé em espaço privado (não público), em relação à sociedade brasileira como um todo⁸, e como *mulheres* estavam privadas de direitos concedidos aos cidadãos (homens), mesmo quando sua confissão religiosa passou a ser reconhecida no país, a partir da separação entre Igreja Católica e Estado, em 1890. Essa situação só veio a ser alterada a partir da Constituição de 1934 que previa o princípio (pelo menos formal) da igualdade entre os sexos⁹. As precárias condições de vida, a omissão do poder público e a concentração de pessoas do mesmo grupo étnico em determinadas regiões, ainda que muito heterogêneo e portador de diversas culturas, possivelmente, foi responsável pela auto-organização social e religiosa da parte de imigrantes alemães/ãs, visível, por exemplo, na formação de comunidades evangélicas e de escolas étnico-confessionais¹⁰.

⁷ DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 24s; DREHER, Martin N. Os Imigrantes Alemães e a Religião. In: CUNHA; Jorge Luiz da (Org.). **Cultura Alemã – 180 anos** = Deutsche Kultur seit 180 Jahre. Ed. Bilíngüe. Porto Alegre: Nova Prova, 2004, p. 59.

⁸ Segundo Martin N. Dreher, o artigo 5º da Constituição Imperial de 1824 permitia a “liberdade religiosa dos acatólicos”, desde que reunidos para o “seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”. Transgressões eram punidas com multas. DREHER, 2003, p. 24s.

⁹ CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Guia dos Diretos da Mulher**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996, p. 23s.

¹⁰ A respeito da história da imigração alemã (evangélica) no Brasil confira DREHER, 2003; WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização**. A Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996; RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: O Papel da Mulher no Vale do Itajaí 1850-1950**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995; Janaína AMADO, **A revolta dos mucker**. Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002; Giralda SEYFERTH, A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.; Jean ROCHE, **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução de Emery Ruas. Prefácio de René Poirier. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969; GANS, 2004; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identities traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000.

Quando pergunto pelo processo de construção de “uma” identidade feminina étnico-confessional entre a comunidade teuto-brasileira evangélica, o faço considerando a diversidade de perfis existentes entre essas mulheres e suas histórias e experiências plurais. Mulheres teuto-brasileiras evangélicas, no período em questão, não exerceram as mesmas atividades, não estiveram sujeitas às mesmas influências o tempo todo, não tiveram a mesma formação, não viveram num único ambiente, não emigraram da Alemanha e nem se somaram aos/às imigrantes alemães/ãs no Brasil num mesmo período histórico, não tiveram a mesma posição socioeconômica e nem mesmo a mesma posição nos espaços familiar, comunitário e social. Em comum essas mulheres tiveram sua participação histórica, geralmente, invisibilizada, por pertencer ao sexo feminino e, como tal, não estar no “centro” do poder possível, salvo exceções¹¹. Isso não significa, contudo, que elas não exerceram um poder considerável na família (mas não só), em ambiente rural especialmente, mas também “urbano”, pela sua significativa participação econômica, biológica e cultural – na preservação da germanidade – ainda que no âmbito de uma cultura patriarcal.

Magda Roswita Gans vislumbra o papel desempenhado pelos intelectuais¹² em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, na “constituição de uma identidade própria dos alemães no sul do Brasil e de seus descendentes, ou seja, uma identidade nem alemã nem brasileira, mas sim original, [...] teuto-brasileira”¹³. Não se trata de um discurso homogêneo, mas de uma “multiplicidade de posicionalidades, de discursos que lutam entre si pelo poder de interpelar sujeitos”¹⁴. Em se tratando especificamente de mulheres teuto-brasileiras evangélicas, os discursos revelam interesses diversos, em contextos e épocas distintos que, de certa forma, representaram uma *tentativa* de “nivelar” uma identidade feminina étnico-confessional e não, efetivamente, a produção de uma única identidade feminina.

No início da colonização o “modelo” de mulher teuto-brasileira evangélica correspondia a tais interesses¹⁵. O seu trabalho, ainda que não com a mesma valoração do trabalho do homem/marido, e a sua função como “mãe da nação”, entre outros, a distinguia (positivamente) de outras identidades étnicas femininas dentro de um discurso produzido num processo de identidade contrastiva¹⁶ calcada na estigmatização da “outra”¹⁷, como se verá adiante. À medida que a elite

¹¹ Exceção “gritante”, neste sentido, foi a liderança religiosa exercida por Jacobina (Mentz) Maurer no episódio dos *mucker*. AMADO, 2002, p. 145.

¹² Segundo a autora, “São considerados intelectuais, nesta ocasião, aqueles indivíduos que elaboravam ou reproduziam proposições claras a respeito da comunidade imigrante e de sua inserção na sociedade local, e que se encontravam em posição de divulgá-las como jornalistas, escritores, clérigos, políticos, professores, lideranças comunitárias”. GANS, 2004, p. 112.

¹³ GANS, 2004, p. 112.

¹⁴ Celi Regina Pinto *Apud* GANS, 2004, p. 113.

¹⁵ RENAUX, 1995, p. 61, 64.

¹⁶ Dagmar E. E. Meyer se utiliza dos estudos de Tomaz Tadeu Silva para definir “identidade” como “o conjunto daquelas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são. Aquilo que eles são,

intelectual e socioeconômica se firmou e passou a produzir/reproduzir discursos, “o modelo” feminino difundido passou a ser a mulher da elite, em conformidade com o modelo da “nova mulher” importado da burguesia européia. Ainda se esperava que essa mulher correspondesse ao papel de esposa virtuosa e mãe dedicada, porém, cada vez mais distante do “mundo dos negócios” – uma “administradora da casa e das empregadas”¹⁸. Tal modelo “assumido” pela elite foi ditado como “norma”, em nível de discurso, para todas as mulheres teuto-brasileiras, urbanas e rurais¹⁹, e esteve à serviço da construção de uma identidade étnica feminina.

Esse movimento de retorno do público (possível) ao privado da casa, no entanto, não foi adotado (e nem poderia ser) pelas mulheres teuto-brasileiras evangélicas urbanas em geral, muitas das quais se tornaram trabalhadoras nas indústrias nas primeiras décadas do século XX, mas, sim, por uma minoria abastada²⁰. Tais circunstâncias revelam, outrossim, o limite dos discursos! Muito menos, tal discurso foi adotado pelas mulheres teuto-brasileiras evangélicas rurais, cuja força de trabalho, também fora do “lar” – na roça -, era essencial para a sobrevivência familiar. Além disso, cedo começaram a surgir discursos, concomitantemente, que apelavam para a preservação da germanidade através da manutenção da língua alemã, dos costumes, da religião, da tradição, de casamentos intraétnicos e, por vezes, intraconfessionais. Tais discursos valorizavam o ambiente rural, especialmente, menos sujeito à “contaminação”²¹, em detrimento do urbano, e não “apoiavam” o modelo da “nova mulher”; antes, conservavam o modelo de mulher ligado ao projeto de colonização²².

Quando se fala em construção (contínua) de uma identidade feminina étnico-confessional entre a comunidade teuto-brasileira evangélica, portanto, é preciso considerar diferentes discursos atuando simultaneamente, às vezes, conflitantes entre si. Além disso, há que se considerar, ainda, que a própria *etnicidade* não é algo dado e estático, senão um processo que sobrevive pelos

entretanto, é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos”. MEYER, 2000, p. 103.

¹⁷ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 23; RENAUX, 1995, p. 111s.

¹⁸ PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 290s; AMADO, 2002, p. 91.

¹⁹ AMADO, 2002, p. 91s; RENAUX, 1995, p. 123ss.

²⁰ PEDRO, 1997, p. 291.

²¹ ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 26ss.

²² Assim o faz, por exemplo, W. Rotermund, no conto de sua autoria “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”, publicado em 1883/84. No conto, o autor contrapõe a personagem Luíse, moça criada no “seio” da colônia alemã, que agia, no casamento, conforme as normas do grupo, com a personagem Sulmire, moça alemã oriunda da cidade, que “perdera” o que o autor descreve como valores tipicamente alemães, e é responsabilizada pela “desgraça” de seu casamento. ROTERMUND, Wilhelm. Os dois vizinhos. Cenas da colônia. In: ROTERMUND, Wilhelm. **Os Dois Vizinhos e outros textos**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997, p. 10-82.

constantes limites étnicos constituídos²³. Nesse sentido, me aproximo da história de mulheres teuto-brasileiras evangélicas para sinalizar vivências e discursos de seu cotidiano (plural) que implicaram na construção de suas identidades.

Mulheres envoltas por uma cultura patriarcal

As relações de gênero e entre os sexos, especificamente, no grupo étnico teuto-brasileiro evangélico aconteciam dentro de uma cultura patriarcal, onde prevalecia, salvo exceções, a autoridade do homem/marido/chefe de família/pai no âmbito das relações familiares e, especialmente, nos espaços públicos (possíveis), em espaço rural e urbano: na comunidade confessional, na escola, na venda, nas sociedades recreativas e nas nascentes indústrias. Como sinalizei anteriormente, isso não significa a ausência de poder por parte de mulheres teuto-brasileiras evangélicas, especialmente de mulheres colonas no espaço nem privado, nem público da propriedade rural familiar, senão uma visível desigualdade do poder atribuído a ambos os sexos, principalmente no espaço público possível, diante do qual mulheres teuto-brasileiras evangélicas ora se submetiam, ora contestavam, ora exerciam um poder quase paralelo (ainda que dentro de uma lógica de submissão), muitas vezes não percebido como tal²⁴.

O casamento, nesse contexto, constituía-se em espaço “privilegiado” onde se produzia/reproduzia identidades masculinas e femininas, condizentes com tal cultura patriarcal. Num texto escrito entre o final do século XIX e o início do século XX, sobre as donas de casa alemãs na selva – “*Deutsche Hausfrauen im Urwald*” –, o Pastor Wellmann²⁵, como o autor mesmo subscreve seu texto, expressa essa construção ideológico-social com “naturalidade”, ao referir-se ao homem como “*senhor e esposo*”, que ocupa o “*primeiro lugar*” no matrimônio, e que detém “*as rédeas*” da vida familiar em suas mãos.

A vida na selva educa melhor do que qualquer severidade dos pais ou dos professores. Os rapazes já aprendem suas piores lições no árduo trabalho inicial de suas colônias, e as moças, depois de suas primeiras semanas de *casadas*, são quase irreconhecíveis. Quase não dá para reconhecer que esta moça leviana e festeira se transformou numa *séria e organizada dona de casa*. Suas obrigações diárias são muitas. No amanhecer começa seu trabalho, pois quando o *senhor e esposo*

²³ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras (1969). In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 195.

²⁴ ALTMANN, Friedhold. **A Roda**. Memórias de um Professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991, p. 24s; AMADO, 2002, p. 46s.

²⁵ O Pastor [Reinhold] Wellmann atuou no Brasil entre os anos 1899 e 1905, no Estado do Espírito Santo. DEDEKIND, [Max]. **Verzeichnis der deutschen evangelischen Pfarrer in Südamerika von 1823 bis 1. April 1937**. W./Erberfeld, Wesdeutsche, 1937. Mesmo tratando-se de outro espaço geográfico que o anunciado por este estudo, a colonização no Espírito Santo por imigrantes alemães/ãs respondeu a mesma lógica do projeto de colonização levado a cabo no sul do Brasil; nesse sentido, creio que o texto do Pastor Wellmann oferece importante contribuição para vislumbrar a atuação de mulheres teuto-brasileiras evangélicas no cotidiano e para vislumbrar a construção de “uma” identidade feminina étnico-confessional e, por isso, faço referência a ele.

levanta, ele quer um fumegante café e uma panela com leite na mesa. *Na selva a expressão ‘ele deve ser teu senhor’ é muito usada. No casamento isto aparece de forma muito drástica.* No caminho para a igreja, a noiva cavalga na frente, mas depois do casamento as posições se trocam para mostrar que agora o homem vem em primeiro lugar. Também na selva há exceções, mas normalmente o homem tem as rédeas na mão²⁶.

Cléia Schiavo Weyrauch, quando resgata a memória da colonização alemã em Nova Filadélfia (atual município de Teófilo Otoni/MG), observa algo no relato de suas entrevistadas que revela a construção histórica que prevaleceu, inclusive através da “boca” de mulheres, na qual a figura masculina consta (mormente) como “responsável pelas grandes mudanças”, pelos “rumos a serem tomados pelos integrantes de um dado grupo familiar”; ao mesmo tempo, permite vislumbrar como se processava a construção de identidades femininas e masculinas no âmbito do casamento. Nas palavras da autora: “Quase todas as mulheres entrevistadas referiam-se primeiramente ao avô, que mencionavam por nome e sobrenome; só depois à avó como integrante de um grupo familiar específico”²⁷. Essa “perda” aparente de identidade própria a partir do casamento (independente da região geográfica no Brasil) era a forma habitual de tratamento entre a comunidade teuto-brasileira (evangélica), onde a mulher se tornava a esposa do fulano, “*Frau*” (senhora) Raasch, por exemplo. Mencionava-se sua condição de casada – “*Frau*”-, seguida do sobrenome do marido, que passava a ser também o seu, após o casamento, e não se mencionava seu primeiro nome²⁸. Sua “nova” identidade, portanto, a partir do casamento, revelava sua situação civil e a pessoa que respondia por ela social e juridicamente e ocultava/invisibilizava/relativizava seu fazer e pensar, seu poder de iniciativa, criatividade, decisão (ainda que sob a autoridade do homem/marido) e contestação submetendo-a a uma *existência à sombra do homem/marido*. Além disso, essa “nova” identidade “justificava” o uso da violência, em muitos casos, por parte do homem/marido, especialmente em situação de alcoolismo (não raro entre a comunidade étnica teuto-brasileira), dentro da relação matrimonial²⁹.

Suspeito que para mulheres teuto-brasileiras evangélicas (e não deve ter sido diferente entre outras confissões cristãs no período em questão) pesava, ainda, o caráter “sagrado” do matrimônio, ou seja, o consentimento dado diante de Deus, da comunidade e do pastor, por ocasião do matrimônio, de um casamento “até que a morte nos separe” e de “submissão ao marido”. Tal concepção perpassou a teologia evangélica (protestante) desde Martin Lutero, um dos

²⁶ (Tradução de Walli Dreher) WELLMANN, [Reinhold]. **Deutsche Hausfrauen im Urwald**. Potsdam: Vereindruckerei G.m.b.H, [19..], s.p.

²⁷ WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **Pioneiros alemães de Nova Filadélfia** Relato de Mulheres. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 62.

²⁸ OBERACKER, Karl Heinrich. **Im Sonnenland Brasilien**: Bilder und Gestalten, Erlebnisse aus Südbrasilien. Karlsruhe: Verlag Gebrüder Schneider, 1932, p. 102s, 316; RENAUX, 1995, p. 57.

²⁹ WELLMANN, [19..], s.p.; RENAUX, 1995, p. 145.

Reformadores do século XVI (e antes dele, certamente), até o século XX³⁰. Essa compreensão encontra-se expressa num dos contos de Wilhelm Rotermund, expoente da imprensa teuto-brasileira evangélica, onde uma das personagens diz o seguinte: “Podes fugir de teu marido? É certo que ele me abandonara, mas com isso eu não me libertara dele. ‘*Até que a morte vos separe!*’ dissera o pastor que nos casara no navio. E meu marido não morrerá. Com isso, eu continuava presa a meu juramento e queria ser fiel”³¹.

Ainda assim, Janaína Amado possibilita vislumbrar a influência (poder) das mulheres/esposas nas decisões familiares da propriedade rural, mesmo que dentro de uma lógica de submissão³². Segundo a autora,

Dentro da *família* a principal posição era ocupada pelo homem, que devia ser respeitado e ter suas ordens acatadas. Os homens idosos, especialmente os patriarcas de famílias grandes, mereciam a consideração de toda a comunidade. Uma decisão sua transformava-se automaticamente numa decisão de toda a família. Apesar da preponderância masculina, a mulher gozava de certos direitos, que a colocavam, por exemplo, numa situação muito superior à da mulher gaúcha da época. *Não se tomava uma resolução familiar sem consultar as mulheres*. A opinião delas era levada em conta na compra de um lote de terra, de uma vaca ou mesmo de algumas sementes. Respeitavam-se sua religião (que podia ser diferente da do marido), seus pontos de vista e conselhos. As mulheres solteiras tinham bastante liberdade de movimento e escolha, podendo, desde os quinze ou dezesseis anos, irem sozinhas a bailes, festas paroquiais e casas de amigas, decidindo por conta própria sobre namorados ou futuros maridos. Os namoros não eram muito vigiados, e alguns colonos – dependendo da região da qual haviam emigrado – permitiam inclusive relações sexuais das mulheres antes do casamento. A separação entre casais, no meio dos evangélicos, era vista com naturalidade. Não se toleravam, no entanto, a infidelidade conjugal nem a

³⁰ A esse respeito confira LUTERO, Martinho. Manual da bênção matrimonial para os pastores pouco letrados. In: LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas**. Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação – Economia. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995, p. 284ss. No “Manual de Ofícios da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil” – IECLB, editado há apenas uma década (1996), o texto previsto para a bênção matrimonial ainda faz diferença entre a pergunta dirigida ao noivo e à noiva, diante de Deus e da comunidade. Somente no caso da noiva a pergunta inclui o seguinte: “[...] ser a ele sujeita no Senhor [...]”. **MANUAL de Ofícios da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1996, p. 28.

³¹ ROTERMUND, Wilhelm. Ilusões. In: ROTERMUND, Wilhelm. **Os Dois Vizinhos e outros textos**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997, p. 101.

³² Além do texto do Pastor Wellmann citado acima, através de um dos contos de Wilhelm Rotermund se obtém a noção da lógica de submissão a que estavam sujeitas mulheres teuto-brasileiras evangélicas no casamento ou de um discurso que se procurava incutir nelas através da imprensa teuto-brasileira, quando o autor fala da personagem Sulmire: “*Sentia-se pertencente ao marido e pensava ter que suportar tudo com ele*. Pois o *matrimônio* é um laço que não se rompe quando os corações dos esposos se estranham; a partir de então, ele é sentido apenas como uma algema”. ROTERMUND, 1997b, p. 74. *Ao mesmo tempo*, no casamento também se fazia sentir um poder das mulheres na participação efetiva nos momentos de decisão. Disso também dá mostras Wilhelm Rotermund, no mesmo conto: “É grande felicidade ter uma *esposa* que não seja apenas o eco do *marido*, que imita e que ainda o confirma em suas manias. Tal era a mulher do bodegueiro. Certamente a esposa de Peter Lip não o amava menos, mas julgava ser sua tarefa opor-se às arestas e asperezas do mesmo. E Peter Lip já experimentara seguidas vezes que uma palavra amiga de sua esposa não só havia impedido muita desgraça, mas também o tornara mais calmo e cordato. Era por isso que *ele também gostava de se deixar guiar por ela*. Também dessa vez a palavra dela evidenciou-se quase como palavra mágica [...]”. ROTERMUND, 1997b, p. 34.

prostituição. *A posição relativamente importante da mulher dentro da família tinha origem na grande parcela de sua contribuição econômica [...]*³³.

Nesse sentido, porém, o trabalho *concebido* como um dos “pilares” na *criação* de uma identidade teuto-brasileira³⁴, não foi atribuído de uma mesma valoração entre mulheres e homens. A história da imigração alemã, em geral, deu mostras disso, quando preservou a memória do *colono pioneiro* e não da colona, igualmente pioneira, no desenvolvimento da colônia rural e, por extensão, das áreas urbanas nas suas proximidades³⁵. Nas camadas mais populares em ambiente urbano, nas primeiras décadas do século XX, a valoração maior do trabalho masculino em relação ao trabalho feminino se mostrava nos salários diferenciados de ambos os sexos³⁶. Além dessas vivências, a construção de “uma” identidade feminina étnico-confessional na comunidade teuto-brasileira evangélica se deu também através de discursos onde o trabalho desenvolvido especialmente pelas mulheres recebeu a conotação de *elemento de diferenciação*, dentro do processo de construção contínua de limites étnicos através da contraposição: “nós” e “elas”³⁷, principalmente em relação às mulheres luso-brasileiras (mas não só). A imprensa teuto-brasileira evangélica, neste sentido, atuou na produção de um perfil ideal de mulher teuto-brasileira evangélica, a partir de uma *identidade contrastiva*, valorizando a atuação de umas e estigmatizando a atuação de outras³⁸.

Maria Luiza Renaux observa que “o trabalho, como princípio, era o fundamento do pensar e da estética *camponesa*, portanto, tanto o amor quanto o erotismo se ajustavam a fins práticos”³⁹. A beleza da mulher teuto-brasileira evangélica colona residia, por isso, antes, na sua capacidade para o trabalho e para a maternidade (em sentido biológico e cultural - “mãe da nação), do que, propriamente, na sua aparência física. Isso se observa nas palavras de um imigrante alemão, Julius Baumgarten, residente no Vale do Itajaí, em carta ao seu pai, quando conta do noivado com uma

³³ AMADO, 2002, p. 46s. Se, de fato, assim como constata a autora, “A separação entre casais, no meio dos evangélicos, era vista com naturalidade”, isso pode indicar uma ressignificação do caráter indissolúvel do matrimônio, ou seja, uma distância entre o discurso religioso e a prática; ao mesmo tempo, conduz a pergunta pelas oportunidades de sobrevivência que havia, de fato, para mulheres teuto-brasileiras evangélicas, na colônia, fora do casamento. Lembro, ainda, que Martim Lutero já previa o divórcio, em algumas circunstâncias. Neste sentido veja LUTERO, Martinho. Assuntos Matrimoniais. In: LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**. Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação – Economia. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995, p. 262.

³⁴ MEYER, 2000, p. 52, 59, 94.

³⁵ LERMEN, Gisela Anna Büttner. **Mulheres e Igreja – memórias desafiadoras**. Contribuição ao resgate da história de mulheres imigrantes alemãs católicas, na região colonial alemã do Brasil Meridional, durante a época da Restauração Católica (1850-1939). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004, p. 119ss; PEDRO, 1997, p. 288s; ALTMANN, 1991, p. 25.

³⁶ ROCHE, 1969, p. 591.

³⁷ ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 38; BARTH, 1998, p. 195s.

³⁸ Veja, por exemplo, como Wilhelm Rotermond apresenta a questão ao longo do conto “Os dois vizinhos. Cenas da colônia”. ROTERMUND, 1997b, p. 10-82.

³⁹ RENAUX, 1995, p. 112.

descendente de imigrantes alemães, nascida já no Brasil: “Eu nunca me *apaixonaria* por uma *brasileira*, pois *como donas de casa são péssimas*”⁴⁰!

Ambas as questões – tanto a dedicação ao trabalho como padrão estético do corpo da mulher teuto-brasileira evangélica *colona* quanto tal elemento sendo produzido numa “sociodinâmica da estigmatização” – é esboçado por Gustav Stutzer, pastor evangélico, que dirigiu a colonização do vale do Rio da Velha⁴¹. Segundo ele, diferentemente da colônia, onde “a mão da dona de casa” é reconhecida na “ordem, limpeza, conforto, mesmo na maior simplicidade”, na cidade, quando as mulheres de origem alemã entram em contato com “as brasileiras”, não prestigiam mais tanto o trabalho, a educação escolar e a língua materna alemã e, ainda, aprendem a gostar da *aparência pessoal*⁴². Apreciar a aparência externa é, pois, atitude apresentada negativamente pelo autor, num sinal evidente da supremacia do trabalho e da atuação da mulher na preservação da germanidade, enquanto valor cultural produzido/reproduzido, entre o grupo étnico teuto-brasileiro evangélico. Neste sentido, mãos calejadas, corpo cansado, saúde debilitada e envelhecimento precoce, como resultado de trabalho excessivo, não era motivo de vergonha e/ou exclusão, mas conseqüência de vivências culturais assumidas⁴³.

Desde pequenas, as meninas já eram educadas para o seu papel de mãe/esposa/dona de casa dedicada, em ambiente rural e urbano, embora com características distintas, pelas próprias mães⁴⁴, no âmbito das normas de pertença e de exclusão aceitas pelo grupo⁴⁵. Por vezes, no caso de famílias pobres, onde isto fosse possível, as moças eram enviadas para trabalhar como empregadas na casa de famílias de mais posses na cidade⁴⁶ ou, então, eram admitidas como tal na casa da família do pastor para, junto à sua esposa (normalmente, mulher com formação diferenciada e de indiscutível liderança nas comunidades evangélicas), adquirir o conhecimento e a prática necessárias à vida da mulher no matrimônio⁴⁷. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, nas famílias de classe média em ambiente urbano, as meninas, além de acompanharem a mãe nas suas atividades e de freqüentarem o ensino elementar, recebiam reforço de literatura, línguas e piano

⁴⁰ RENAUX, 1995, p. 111s.

⁴¹ RENAUX, 1995, p. 138.

⁴² RENAUX, 1995, p. 109ss.

⁴³ Neste sentido veja também ASSIS, Valesca de. Uma frau contruída com palavras. In: FISCHER, Luís A.; GERTZ; René E. (Coords.). **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1986, p. 65-67.

⁴⁴ Neste sentido, quando escreve a respeito do falecimento de sua “filhinha”, W. Rotermund assim se expressa: “E a mãe que tanto teria gostado de criar ao lado da multidão de meninos uma *menina delicada que a auxiliasse e se tornasse sua imagem e semelhança* [...]”. ROTERMUND, Wilhelm. O sepultamento de minha filhinha. In: ROTERMUND, Wilhelm. **Os Dois Vizinhos e outros textos**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997, p. 114.

⁴⁵ BARTH, 1998, p. 195.

⁴⁶ RENAUX, 1995, p. 93.

⁴⁷ OBERACKER, 1932, p. 187.

(símbolo de *status* social)⁴⁸; “moças das melhores famílias” eram encaminhadas para estudar em escolas cuja finalidade principal consistia em prepará-las para o *matrimônio* e a *maternidade*⁴⁹.

Às mulheres teuto-brasileiras evangélicas em geral cabia, no cotidiano, o papel de “guardiã do lar”, educadora dos/as filhos/as e mantenedora, por excelência, da cultura alemã, sendo a língua alemã seu elemento mais visível⁵⁰. Como “mães da nação”, elas deveriam incutir nos/as filhos/as comportamentos, costumes e valores⁵¹, incluindo aí a vivência da fé *evangélica*⁵². Especialmente em tempos de embates nacionalistas, quando as opiniões na comunidade teuto-brasileira evangélica se dividiam em torno da discussão sobre “Igreja e Germanidade”⁵³, se projetou um discurso sobre mulheres teuto-brasileiras evangélicas (através dos grupos de OASE, os quais mencionarei em seguida) da parte de “[...] pastores que cultivavam o germanismo e o ligavam estreitamente à fé evangélica [...]”, defendendo e estimulando seu engajamento no âmbito da família, da comunidade e da sociedade, em atividades que visassem a preservação e o fortalecimento de uma *germanidade teuto-brasileira evangélica*⁵⁴. Neste sentido, elas produziam e reproduziam identidades culturais⁵⁵.

Sem concluir em definitivo essa questão, quero ressaltar, novamente, que ao se falar em mulheres envoltas por uma cultura patriarcal no seio do grupo étnico teuto-brasileiro evangélico não

⁴⁸ RENAUX, 1995, p. 143.

⁴⁹ MEYER, Marlise Regina. Evangelisches Stift: “Uma escola para moças das melhores famílias”. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, 1999, p. 134ss; BAESKE, Sybilla (Org.). **Retalhos no tempo: 100 anos da OASE**. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 22.

⁵⁰ MEYER, 2000, p. 71.

⁵¹ MEYER, 2000, p. 85.

⁵² RENAUX, 1995, p. 176.

⁵³ DREHER, 2003.

⁵⁴ BAESKE, 1999, 38s. Dagmar E. E. Meyer dá mostras de como a língua alemã foi posicionada como um elemento visível unificador da comunidade teuto-brasileira evangélica e símbolo da nacionalidade alemã, no período em questão. MEYER, 2000, p. 71. Ao mesmo tempo, e isso gostaria de destacar, a mesma autora procura demonstrar, através de palavras veiculadas pela imprensa teuto-brasileira evangélica – *Kalender*, 1917, p. 46 -, a produção de um discurso que reivindicava uma íntima ligação entre idioma e confessionalidade evangélico-luterana: “Que nós alemães agora falemos uma língua, que nós nos entendemos em todos os cantões, em todas as partes da terra, que nós tenhamos uma literatura unificada, isto nós devemos a Lutero: nós falamos e escrevemos o alemão de Lutero [...]”. *Apud* MEYER, 2000, p. 78.

⁵⁵ Não abordo a questão sobre a construção de “uma” identidade de mulheres teuto-brasileiras *evangélicas* em relação às *católicas*. Certamente há muitas similitudes e distanciamentos entre ambas as comunidades étnico-confessionais, assim como entre as identidades femininas (e masculinas) que se produziam/reproduziam (permanentemente) em seu interior. Lembro, apenas, que a confissão religiosa (ser evangélico/a ou católico/a), em maior ou menor grau, em contexto urbano ou rural, determinava espaços distintos de participação e, em muitos lugares, fundamentava a “crença na superioridade” de uns/umas sobre outros/as e a manutenção de identidades contrastivas entre “nós” e “eles/as” (reais ou supostas), como em partidos opostos, fundamentadas especialmente pelas comunidades confessionais, pela imprensa teuto-brasileira (católica e evangélica) e pelas escolas comunitárias confessionais. Que a confissão religiosa foi usada num processo de identidade contrastiva é demonstrado num artigo do *Deutsche Post* de 22/10/1900, do qual Dagmar E. E. Meyer resgata o seguinte: “[...] para isso existem as comunidades eclesiais e escolares. É um dos objetivos delas: aproximar os alemães de diferentes regiões e procedências com suas peculiaridades, fazer esquecer o não comum, enfatizar, cuidar e incentivar o senso comum, e com isso juntar, conservar e cuidar das qualidades compartilhadas em língua, costumes [...]. Onde a diferença de religião não possibilita suficientemente a manutenção do senso comum, entram as associações: sociedades rurais, de canto, tiro e ginástica que devem seguir esse objetivo e tentar atingi-lo”. *Apud* MEYER, 2000, p. 52. Neste estudo tenho por objetivo apenas refletir sobre o processo de construção (permanente) de identidades femininas na comunidade teuto-brasileira evangélica, embora considero a questão mencionada um ponto de debate a ser perseguido.

se pode, de modo algum, homogeneizar as experiências - elas não são idênticas para todas as mulheres! Não se pode, também, relativizar ou minimizar o poder que mulheres teuto-brasileiras evangélicas exerceram nos espaços privado e público (conceitos que assumem dimensões diversas em épocas e contextos distintos), ainda que diferenciado e sob aquele exercido pelos homens. Além de sua importância no já referido espaço nem privado, nem público, da propriedade rural familiar, no final do século, o espaço então considerado público começou a ser ocupado, lentamente, também por mulheres teuto-brasileiras evangélicas de diferentes classes sociais, por razões específicas e com “prestígio” diferenciado. Há registros de mulheres conduzindo sociedades, como é o caso de Roese Gaertner, fundadora do primeiro Teatro de Blumenau e artista no mesmo⁵⁶, de mulheres operárias em fábricas⁵⁷, de mulheres se destacando como escritoras, como é o caso de Gertrud Gross e Therese Stutzer⁵⁸, de mulheres conduzindo negócios da família, como Selma Wagner Reunax⁵⁹ e Cecília Weege Lischke⁶⁰, de mulheres como acionistas de empresas⁶¹ e proprietárias de estabelecimentos comerciais⁶² ou mesmo, de mulheres colonas admiradas por sua habilidade em comercializar produtos oriundos do meio rural no centro das cidades, aos sábados⁶³. Também essas experiências são constitutivas de “uma” identidade feminina em permanente construção.

Entre mulheres teuto-brasileiras evangélicas no período em questão, o primeiro espaço organizado de mulheres no âmbito da comunidade confessional evangélica foram os grupos que vieram a se constituir na Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas – OASE -, a partir de 1949, mas já organizados em Ligas na década de 1930. (Isso não significa que essas mulheres não atuaram no seio das comunidades evangélicas antes mesmo do surgimento de tais grupos!) O primeiro grupo de OASE surgiu em 1899, na cidade de Rio Claro/SP, e em 1939 já eram 131 “grupos de OASE”, a maioria na região sul do Brasil⁶⁴. Em muitas de suas iniciativas a atuação de mulheres teuto-brasileiras evangélicas através da OASE reproduziu seu papel de “mãe” no âmbito da sociedade eclesial e secular, ainda que em espaço público. Simultaneamente, contudo, a OASE se tornou espaço emancipador, porque permitia às mulheres vivências e iniciativas para além do espaço “privado” da casa/propriedade familiar e, neste sentido, lhe conferia “nova” identidade, mesmo que não rompendo em definitivo com a cultura patriarcal vigente. Em alusão à fundação de

⁵⁶ RENAUX, 1995, p. 151s.

⁵⁷ RENAUX, 1995, p. 190; PEDRO, 1997, p. 288.

⁵⁸ **CENTENÁRIO de Blumenau**. 1850 – 2 de setembro – 1950. Blumenau: [Edição da Comissão de Festejos], 1950, p. 330s.

⁵⁹ RENAUX, 1995, p. 169.

⁶⁰ RENAUX, 1995, p. 202.

⁶¹ RENAUX, 1995, p. 118.

⁶² GANS, 2004, p. 52ss.

⁶³ PEDRO, 1997, 295; RENAUX, 1995, p. 94.

⁶⁴ BAESKE, 1999, p. 19s, 39.

“grupos de OASE” no Vale do Itajaí, Maria Luiza Renaux expressa esse duplo significado: “Tratava-se para as mulheres, de uma *nova identidade*, de uma *nova maneira de conferir sentido à vida*. A missão das fundadoras, como disse uma das integrantes mais antigas e atuantes do ‘*Frauenverein*’ de Blumenau, foi basicamente de *extensão do papel da mulher no âmbito doméstico* [...]”⁶⁵. Através da OASE, muitas mulheres teuto-brasileiras evangélicas atuaram na sociedade, justamente pela iniciativa da fundação de Hospitais e Maternidades, Creches, Casas de Recuperação para mulheres gestantes e recém-nascidos/as, Lares de Idosos/as, entre outras⁶⁶.

Considerações finais e perspectivas

Como foi indicado inicialmente, qualquer sociedade (ou comunidade étnica) atua na elaboração de imagens e na construção de identidades masculinas e femininas; não foi diferente entre a comunidade teuto-brasileira evangélica. Visto que as identidades não são “naturais” ou estáticas, mas, sim, continuamente (re)constituídas, isto é, produzidas/assumidas/reproduzidas e, por vezes, contestadas, a partir de vivências e discursos heterogêneos que atuam simultaneamente, *perceber tal processo de construção de identidades femininas* na história da imigração alemã (evangélica) no sul do Brasil *possibilita ressignificar “a” história* de mulheres teuto-brasileiras evangélicas visualizando-as em suas experiências plurais e visibilizando sua atuação, mesmo no âmbito de uma cultura patriarcal. *Chama à responsabilidade na construção permanente de identidades masculinas e femininas*, com vistas a uma distribuição mais equivalente dos espaços de poder atribuído/delegado entre homens e mulheres (ainda que aqui se deva considerar outras perspectivas para além dos sexos, como a de classe, de etnia, de gênero e de gerações); e, ainda, *permite o reconhecimento de poderes alternativos* que atuam simultaneamente e são integrantes, também, da história humana.

Referências bibliográficas

- ALTMANN, Friedhold. **A Roda**. Memórias de um Professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991. 196 p.
- AMADO, Janaína. **A revolta dos mucker**. Rio Grande do Sul, 1868-1898. 2. ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. 379 p.
- ASSIS, Valesca de. Uma frau contruída com palavras. In: FISCHER, Luís A.; GERTZ; René E. (Coords.). **Nós, os teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1986. p. 65-67.
- BAESKE, Sybila (Org.). **Retalhos no tempo: 100 anos da OASE**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. 199 p.

⁶⁵ RENAUX, 1995, p. 197s.

⁶⁶ BAESKE, 1999, p. 89ss.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras (1969). In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998 [1995], p. 187-227.

CENTENÁRIO de Blumenau. 1850 – 2 de setembro – 1950. Blumenau: [Edição da Comissão de Festejos], 1950. 492 p.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Guia dos Direitos da Mulher**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1996. 270 p.

DEDEKIND, [Max]. **Verzeichnis der deutschen evangelischen Pfarrer in Südamerika von 1823 bis 1. April 1937**. W./Erberfeld, Wesdeutsche, 1937. 32 p.

DREHER, Martin N. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. 244 p. (História da Igreja, 4)

_____. **Igreja e Germanidade**. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: Sinodal, 2003. 280 p.

_____. Os Imigrantes Alemães e a Religião. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). **Cultura Alemã – 180 anos**. Deutsche Kultur seit 180 Jahre. Ed. bilíngüe. Porto Alegre: Nova Prova, 2004b. p. 57-63.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004. 263 p.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LERMEN, Gisela Anna Büttner. **Mulheres e Igreja – memórias desafiadoras**. Contribuição ao resgate da história de mulheres imigrantes alemãs católicas, na região colonial alemã do Brasil Meridional, durante a época da Restauração Católica (1850-1939). 2004. 428 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

LUTERO, Martinho. Assuntos Matrimoniais. Tradução de Ilson Kayser. In: LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas**. Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação – Economia. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. p. 238-282. (Obras Seleccionadas, 5)

_____. **Manual da bênção matrimonial para os pastores pouco letrados**. Tradução de Walter O. Schlupp. In: LUTERO, Martinho. Obras Seleccionadas. Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação – Economia. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1995. p. 283-286. (Obras Seleccionadas, 5)

MANUAL de Ofícios da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1996. 51 p.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identidades traduzidas**: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000. 242 p.

MEYRER, Marlise Regina. Evangelisches Stift: **“Uma escola para moças das melhores famílias”**. Estudos Leopoldenses, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p.133-154, 1999.

OBERACKER, Karl Heinrich. **Im Sonnenland Brasilien**: Bilder und Gestalten, Erlebnisse aus Südbrasilien. Karlsruhe: Verlag Gebrüder Schneider, 1932. 364 p.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord de textos). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. p. 278-318.

REIMER, Ivoni Richter. **O Belo, as Feras e o Novo Tempo**. São Leopoldo: CEBI; Petrópolis: Vozes, 2000. 113 p.

RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história**: O Papel da Mulher no Vale do Itajaí 1850-1950. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. 238 p.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução de Emery Ruas. Prefácio de René Poirier. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. 806 p. v. 1 e 2

ROTERMUND, Wilhelm. **Ilusões**. In: ROTERMUND, Wilhelm. Os Dois Vizinhos e outros textos. Tradução de Martin N. Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997a. p. 83-112. (O Pensamento Teuto-Brasileiro; 1)

_____. **Os dois vizinhos. Cenas da colônia**. In: ROTERMUND, Wilhelm. Os Dois Vizinhos e outros textos. Tradução de Martin N. Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997b, p.10-82. (O Pensamento Teuto-Brasileiro; 1)

_____. **O sepultamento de minha filhinha**. In: ROTERMUND, Wilhelm. Os Dois Vizinhos e outros textos. Tradução de Martin N. Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997c, p. 113-121. (O Pensamento Teuto-Brasileiro; 1)

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Horizontes em discussão na arte de fazer teologia**. In: SOTER (Org.). Gênero e Teologia: Interpelações e perspectivas. São Paulo: SOTER/Paulinas/Loyola, 2003. p. 187-202.

SEYFERTH, Giralda. **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Orgs). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 11-27.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **Pioneiros alemães de Nova Filadélfia** Relato de Mulheres. Caxias do Sul: EDUCS, 1997. 286 p.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na Migração e Colonização**. A Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996. 148 p. (Série Teses e Dissertações; 8)

WELLMANN, [Reinhold]. **Deutsche Hausfrauen im Urwald**. Potsdam: Vereindruckerei G.m.b.H, [19..].

O PAPEL DA RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DE UM GRUPO IMIGRANTE ITALIANO. CURATO DE COLOMBO, PARANÁ, 1878-1899

Fábio Luiz Marchioski

Este estudo visa discutir a importância da religião na vida dos imigrantes italianos que se instalaram no Brasil no final do século XIX. Mais especificamente, o que se pretende é investigar se a religião pode ser, ou não, considerada como a principal vertente na construção da identidade cultural dos imigrantes dessa origem.

Nessa direção, apresentamos aqui um estudo de caso, tomando como objeto de pesquisa um grupo de imigrantes italianos que se estabeleceu nos arredores da capital paranaense. Esse grupo se instalou em cinco colônias, entre os anos de 1878 e 1888, e formou a freguesia do Curato¹ da Vila de Colombo que, como veremos mais adiante, foi inaugurado em 1895, e deu origem ao município de mesmo nome.

Tabela 01 - Colônias Italianas que formaram a freguesia do Curato de Colombo

Ano	Município	Colônia	Distância da Capital	Área em hectares	Número de Lotes	Número de Imigrantes	Grupos étnicos	Localidade
1878	Curitiba	Alfredo Chaves	24 Km	431,3	40	220	Italianos	Butiatumirim
1886	Curitiba	Antônio Prado	18 Km	414,9	54	248	Italianos e poloneses	Tamandaré
1886	Curitiba	Presidente Faria	20 Km	493,4	50	450	Italianos	Canguiri
1887	Curitiba	Maria José	19 Km	128,0	13	78	Italianos	Canguiri
1888	Bocaiúva	Eufrásio Correia	34 Km	426,9	33	198	Italianos	Capivary

*Tabela construída basicamente pelas informações de duas obras:

1- BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P. e WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. 1º vol. Curitiba: GRAFIPAR, 1969; pp.165 e 166.

2- MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos, dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná**, pp. 148, 152 e 160.

Portanto, nosso objeto de estudo é constituído pelos imigrantes italianos e descendentes de cinco colônias: Alfredo Chaves, Antonio Prado, Presidente Faria, Maria José e Eufrásio Correia². Abrange o período de 1878, data de instalação da primeira colônia, até o ano de 1899, quando

¹ Jurisdição religiosa referente a uma povoação pastoreada por um cura, um sacerdote que reside no local e ali exerce a função vigário.

² Essas foram as cinco colônias instaladas em território que hoje pertencem ao Município de Colombo. Diferentemente do que afirma *Sebastião Ferrarini*, na obra *o Município de Colombo*. Curitiba: Champagnat: 1992, a colônia Santa Gabriela não foi instalada no bairro Ressaca da Vila de Colombo, conseqüentemente não fez parte deste grupo, essa colônia se localizava em território que hoje pertence à municipalidade de Almirante Tamandaré.

ocorreu a benção da pedra fundamental para a construção da Igreja Matriz do Curato da Vila Colombo.

NA ITÁLIA PARTIR SE TORNA A SOLUÇÃO

O contexto em que a Itália fornecedora de emigrantes se inseriu foi o do avanço do capitalismo e da *transição demográfica*³. Momento em que os países europeus tornavam-se industrializados e que pressões econômicas e sociais foram geradas pelo avanço demográfico, que fez a Europa aumentar sua população duas vezes e meia. Assim, surgiu em toda Europa um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia de países como a Itália não tinham como absorver. A primeira tentativa para solucionar a falta de emprego foi à migração interna, do campo para a cidade. Porém, como já dissemos, a industrialização italiana não era capaz de absorver os excedentes do campo. Então a solução foi emigrar, atravessar o oceano.

Torna-se evidente que a transição demográfica, a expansão do capitalismo e as grandes migrações formam um conjunto de processos interligados igualmente no espaço. “As diversas ondas emigratórias européias, que atingiram o apogeu na passagem do século XIX para o XX e retomaram com outras características no período entre guerras, acompanharam de certa forma o avanço da transição demográfica e do capitalismo, expandindo-se sucessivamente do Noroeste para o Sul e Leste Europeus” (Andreazza e Nadalin, 1994:63).

Isso explica, no caso da emigração italiana, o fato de que, entre as primeiras correntes de estrangeiros dessa origem vindos para o Brasil, predominem italianos setentrionais. É desta região que provém o grupo de imigrantes instalado nas colônias que estamos investigando. Esta foi a primeira resposta para nossa pesquisa, pois no momento em que conhecemos o lugar de origem do grupo investigado pudemos analisar a realidade vivida por este antes de emigrar.

Nessa direção, construímos uma tabela com base nas atas de casamentos dos imigrantes dessas colônias. Encontramos 293 imigrantes dos quais os registros fazem menção da região de procedência, observando-se a seguinte distribuição:

Tabela 02 – Procedência Geral dos Imigrantes Italianos do Município de Colombo

REGIÕES ITALIANAS	VÊNETO	FRIULI VENEZIA GIULIA	LOMBARDIA	PIEMONTE	TRENTINO ALTO ADIGE	TOTAL
Número	254	21	8	5	5	293
%	86,6	7,2	2,8	1,7	1,7	100

Fonte
:
Regis
tros

³ Transição demográfica é a designação dada ao fenômeno populacional ocorrido inicialmente na Europa e que se refere à passagem de uma sociedade que se equilibrava com níveis elevados de natalidade e mortalidade, para uma fase que anunciava outro equilíbrio com níveis baixos de natalidade e mortalidade. Como a natalidade manteve-se durante algum tempo nos antigos níveis, e a mortalidade diminuiu, o fenômeno gerou excedentes populacionais na Europa.

de Casamento da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Colombo e da Paróquia São José de Santa Felicidade, e da Catedral Nossa Senhora da Luz de Curitiba.

Fica claro que a origem regional da maioria dos imigrantes italianos instalados nas colônias investigadas é o Vêneto, com 86,6% de representatividade⁴. Na prática, a região do Vêneto se divide em áreas de colinas e montanhas, como Vicenza, Treviso, Belluno, e áreas de planícies, como Verona, Rovigo, Padova e Venezia. A divisão da propriedade obedecia ao seguinte critério: “pequenas e médias nas regiões de montanha e colinas; grandes propriedades, já com caráter capitalista, nas regiões de planície” (Alvim, 1986:28).

As famílias que, num primeiro momento, abandonaram a Itália pertenciam, em grande parte, ao universo dos pequenos proprietários. Isso se explica pela forma como ocorreu a penetração capitalista no campo: concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao conseqüente endividamento; oferta, pela grande propriedade, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e, finalmente, a sua transformação em mão-de-obra para a indústria nascente.

A produção desses pequenos proprietários se apoiava no trabalho de toda família, e era da terra que eles tiravam a maioria dos alimentos para a sua sobrevivência. Esse hábito milenar ligado à pequena propriedade criava a ilusão, para esses camponeses, de independência. As famílias vênetas, geralmente bem numerosas, viviam do pequeno núcleo de terra que lhes pertencia. O pai era a autoridade máxima e o grupo se mantinha unido enquanto a propriedade fornecia os recursos necessários à sua manutenção.

Toda essa população alimentava-se basicamente de polenta. Quando a mesa era farta, o cardápio não passava de peixe, ovo, salames e verduras e raramente se comia pão de farinha de trigo e carne de gado. O vinho era tomado somente na época da colheita da uva; depois, só se consumia o “vinhete”, espécie de qualidade inferior obtido da segunda prensagem das uvas com água. As roupas, tanto dos homens como das mulheres, eram grosseiras, tecidas em casa. Em geral eram feitas de algodão cru e de lã mista. A grande maioria vivia descalça e só cobriam os pés no inverno com sapatos e tamancos feitos de madeira e alguma lã qualquer. As moradias desses pequenos proprietários também deixavam muitas a desejar, como podemos perceber por meio de um relato encontrado na obra de *Zuleika Alvim*, que descreve as casas dessa porção da população italiana como:

⁴ De qualquer forma, todas as regiões que aparecem são do norte da Itália, e considerando a área setentrional como um todo, podemos levar em conta a semelhança das características sócio-econômicas entre as regiões que a constituem.

Casebres baixos, cheios de frestas, caindo aos pedaços, que deixavam transparecer, pelos buracos usados como janelas e pelas fissuras dos muros, a mais triste miséria; no interior, poucos cômodos imundos (...), as paredes revestidas de pó secular (...); o chão do térreo é de terra ou de pedras mal ajustadas, o plano superior é formado por tabuleiros bamboleantes, as pequenas janelas onde normalmente faltam os batentes, são tapadas por vidros ou folhas de papel, os únicos móveis são um leito ou dois sobre cavaletes, um baú e os utensílios indispensáveis para a cozinha e a agricultura. (...) o número de cômodos de uma casa é variável, mas sempre muito inferior a necessidade da família (...) cada quarto serve a três ou quatro pessoas, (...). Assim como descrevemos são quase todas as casas dos trabalhadores da terra (Alvim, 1986:31)

Portanto, o que observamos é que essa porção da população italiana vivia num estado de extrema pobreza, e que, por esse motivo, gastavam suas vidas unicamente na luta pela sobrevivência. Sendo assim, podemos imaginar que o mundo desses homens e mulheres ligados a terra era formado pelos limites da comunidade, e que o ideal econômico desses camponeses era o da subsistência. Conseqüentemente, a organização social e familiar era estritamente local, onde o cotidiano variava do trabalho para a igreja. Sem dúvida eram esses dois valores, o amor a terra e a religião, que impulsionavam a existência desses camponeses e os faziam dedicar a vida inteira para a manutenção de seu pedaço de terra e de sua família.

Traçada essa paisagem de pobreza causada pela industrialização e pelo grande aumento demográfico podemos entender quais os motivos que levaram muitos camponeses a abandonar sua terra natal para se aventurarem em outros continentes. A falta de terra e a falta de emprego na Itália fizeram com que muitas famílias encontrassem na emigração a única solução para a sua sobrevivência.

Dessa forma, podemos classificar o imigrante italiano que primeiro chegou ao Brasil como pequeno agricultor proveniente das regiões montanhosas da parte setentrional da Itália. Foram esses os emigrantes de origem italiana que se deslocaram num primeiro momento e que vieram instalar-se nas colônias inseridas no contexto paranaense e que servem para nós de objeto de estudo. Essa primeira análise nos permitiu saber quais foram os motivos que fizeram esses camponeses abandonar a Itália. Desde já também, os primeiros indícios nos revelam qual era o sonho desses homens e mulheres ao deixar a terra natal: uma porção de terra que ficasse perto de uma igreja, onde pudessem se sentir independentes, a fim de reconstruir um mundo à semelhança do que deixavam para trás.

O PARANÁ DENTRO DO CENÁRIO DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Ao contrário de outras regiões do Império, como era o caso da província paulista, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no

Paraná, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento. Esse problema que tomava conta de todo o país pode ser observado no Paraná através de um trecho do Relatório do Presidente da Província de 1858:

É para se lamentar que esta província, cujos terrenos produzem com abundância a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a maior parte daqueles gêneros. Este estado de cousas porém tenho que continuará e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas.
(Relatório do Presidente Francisco Liberato de Matos, 1857:21)

Sendo assim, o governo da província paranaense desenvolveu uma política imigratória, sempre visando à criação de núcleos coloniais voltados para a agricultura de abastecimento, fator que atraiu uma diversidade de europeus. Dentre esses os que mais se destacam na contribuição demográfica do Paraná, em termos de densidade, são os seguintes: “Poloneses (49,2%), Ucranianos (14,1%), Alemães (13,3%) e, finalmente, Italianos (8,9%), formando as outras etnias apenas 14,5%” (Balhana; Machado e Westphalen, 1969:184).

O grupo específico que pretendemos analisar está inserido entre os 8,9%, representados pelos imigrantes italianos estabelecidos no Paraná. Foi a partir de 1875 que esse contingente começou a chegar em grandes levadas, ano em que surgiu no litoral paranaense a colônia Alexandra, estabelecida pelo empresário de colonização Sabino Tripotti. Porém, este empresário não estava preocupado com o estabelecimento dos colonos, na verdade queria atrair o maior número de imigrantes simplesmente para obter mais lucros, fato que impediu o sucesso do primeiro núcleo de imigrantes italianos no Paraná.

Esta experiência criou um clima desfavorável para a colonização no litoral paranaense de modo, que os estrangeiros ali instalados, sentiram a necessidade de remigrar para o planalto; para isso, contaram com o apoio do governo. “Esse fato se insere no programa colonizador elaborado na administração do Presidente de Província Adolpho Lamenza Lins, que direcionou a atividade colonizadora para os arredores de Curitiba, e de modo geral para o planalto curitibano” (Balhana; Machado e Westphalen, 1969:169). Esse programa colonizador visava implantar colônias agrícolas nas proximidades dos centros urbanos, com o objetivo de colocá-las em contato com os mercados consumidores. Assim, nos arredores de Curitiba foram instalados numerosos núcleos coloniais situados a distâncias que variavam de 2 quilômetros até 30 quilômetros do centro urbano da capital paranaense.

É nesse contexto que podemos inserir a inauguração dos núcleos coloniais que formaram o grupo que estamos investigando. Tomemos como exemplo a fundação da colônia Alfredo Chaves, a mais antiga das colônias que formaram o grupo. Sobre a criação dessa colônia, uma notícia importante é encontrada no Jornal Dezenove de Dezembro, que informa sobre a sua estrutura, bem como sobre sua emancipação, meses depois de sua fundação:

No dia 04 do corrente realizou-se a emancipação da colônia Alfredo Chaves, fundada em setembro do ano findo, procedendo-se nessa ocasião a distribuição dos títulos provisório de lotes de terras aos colonos. Situada a 23 Km desta Capital, assenta em terrenos de grande fertilidade. Conta 80 lotes, sendo 40 urbanos e 40 rurais, formando os primeiros a povoação que se denomina - Alfredo Chaves, composta pelas ruas Therezio, Antunes, Limoeiro, Chaleo e Torres. Ocupa a colônia a área total de 4.847.970 metros quadrados. Sua população é de 162 pessoas, sendo 48 homens, 42 meninos, 42 mulheres e 30 meninas. (Dezenove de Dezembro, 09/01/1879)

O que mais chama atenção nesse documento é o fato do núcleo possuir 80 lotes, subdivididos igualmente em lotes urbanos e rurais. “Os primeiros eram destinados à construção das casas desses imigrantes, da igreja da colônia, da escola e ao futuro estabelecimento de casas comerciais; já os lotes rurais eram dispostos em linhas vicinais e serviam para a atividade agrícola dos colonos” (Andreazza e Nadalin, 2000:45).

Esse fato nos permite imaginar que a colônia foi induzida a formar não só uma unidade de produção de alimentos de subsistência, mas também uma vila. Essas intenções estão demonstradas na planta da colônia:

Colônia Alfredo Chaves – 1878.



Fonte: *Planta da Colônia Alfredo Chaves*. Acervo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado Paraná. Redução do original na escala 1:10.000.

Tal hipótese é confirmada ao constatarmos que esse núcleo deu origem ao município de Colombo, ao ser elevado à categoria de Vila pelo decreto nº 11 de 8 de janeiro de 1890: “Art. 1º -

Fica elevada à categoria de vila, com a denominação de ‘Colombo’, a povoação sita na colônia Alfredo Chaves.” (Leis do Estado do Paraná, 1890:19).

Tanto o mapa como o extrato de jornal que apresentamos anteriormente, trazem informações sobre os lotes da colônia e nos revelam que os imigrantes italianos ali instalados deveriam se dedicar à agricultura de subsistência, em pequenas propriedades rurais, suposição que é confirmada ao analisarmos mais um extrato de fonte:

Fundada em setembro de 1878 por italianos do Padre Angelo Cavalli, que recusaram estabelecer-se no Piraquara, está situada em terrenos de boa qualidade e a pouca distância da Colônia Santa Cândida, arredores de Curitiba. Os colonos acham-se satisfeitíssimos, a ponto de preferirem trabalhar em seus lotes, a aprontarem estradas...

(Correspondência do Governo do Estado, livro 567, 1879).

Este último documento nos permite duas observações sobre os imigrantes dessa colônia. Primeiro, a participação de um imigrante sacerdote, que com certeza serviu de líder para esses colonos italianos remigrados do litoral para o planalto curitibano, indica que a cultura desse grupo estava ligada a religião. E mais, a maneira como o documento se refere sobre eles, *italianos do Padre Angelo Cavalli*, pode estar apontando que a identidade do grupo era pautada basicamente no valor religioso, e este sustentava o sentimento de pertença desses imigrantes.

Da mesma forma, o fato de optarem por uma região, ao mesmo tempo, que rejeitaram outra, nos faz imaginar que esses imigrantes italianos formavam um grupo homogêneo e que essa, provavelmente, foi uma atitude de autopreservação, na medida em que o grupo não quis se misturar com outro. Sabe-se que a região do *Piraquara*, a qual foi rejeitada pelo grupo, já havia recebido imigrantes italianos, dando lugar a Colônia Santa Maria do Novo Tirol, porém, tratavam-se de colonos vindos de outra região da Itália, do Trentino Alto Adige, e que certamente falavam outro dialeto e possuíam uma outra *cultura imigrante*, diante da qual os italianos da região do Vêneto optaram por não manter um *contato cultural*⁵.

Portanto, os documentos apresentados nos informam sobre a formação de um núcleo colonial independente e de certa forma isolado, pois estava localizado a uma distância considerável, na época, do centro urbano de Curitiba. Esse fato sugere que nesse núcleo colonial formou-se um grupo étnico bem homogêneo, na medida que era constituído por indivíduos que possuíam

⁵ Para a construção desta análise estamos nos pautando nos conceitos de *cultura imigrante* e, conseqüentemente, de *contato cultural*. Esses dois conceitos já foram amplamente discutidos pelos estudos sobre a imigração, o primeiro, refere-se à constituição de uma identidade cultural desenvolvida em função dos anseios do imigrante e da resposta do mesmo em relação à sociedade receptora. A segunda diz respeito à relação que esses grupos de estrangeiros e seus descendentes passam a manter com a nova sociedade.

elementos culturais em comum, capazes de agir, mesmo que inconscientemente, para autopreservar suas tradições, suas práticas específicas, em resumo sua identidade.

O CURATO DE COLOMBO E A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA IMIGRANTE

Os italianos da região do Vêneto eram católicos fervorosos a ponto de terem seu cotidiano dividido apenas entre o trabalho e a igreja. Esse fato nos faz imaginar que, ao chegarem em uma terra desconhecida, seriam esses valores que pautariam a ‘reconstrução’ da identidade étnica desses estrangeiros. “Os imigrantes encontravam na fé religiosa e na assistência de seus pastores um elo de proximidade e de identificação cultural que possibilitava ultrapassar o trauma da mudança e da adaptação às novas contingências e estruturas” (Balhana, 2002:295). “O fato era que esses imigrantes não descansavam enquanto não construíssem uma capela e não tivessem um padre para rezar a missa” (Alvim, 1998:261).

Nesse sentido, o primeiro passo depois de obterem uma pequena porção de terra para construírem suas casas e desenvolverem sua atividade agrícola, era unir forças para a construção de uma igreja. Este local serviria para o encontro dos moradores da colônia, onde além de cumprirem com seus preceitos religiosos poderiam conversar a respeito do seu dia-a-dia, trocar experiências, escapando do isolamento social.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que esse processo unia os moradores da colônia e fortalecia os seus laços de vizinhança, como também afirmava a identidade do grupo, na medida que um imigrante encontrava no outro as mesmas características e anseios, e isso criava em si um sentimento de pertencimento. Isso na realidade era uma retomada da vida coletiva que era desenvolvida no país de origem. Ou seja, através da prática religiosa os imigrantes queriam reorganizar-se social e culturalmente, mantendo seus valores étnicos. Além da língua de origem, o que criava um sentimento de coletividade entre esses italianos e seus descendentes era o fato de que se consideravam católicos, e essa catolicidade permitia que eles se identificassem uns com outros.

Vejamos os indícios históricos que demonstram que o grupo de italianos que estamos investigando passou por esse processo. Isso pode ser comprovado pelo documento que apresentamos a seguir. Trata-se de um abaixo-assinado no qual quarenta e um italianos da Colônia Alfredo Chaves solicitam ao Presidente da Província a construção de uma igreja e um cemitério:

Nós, abaixo assinados, colonos residentes na colônia Alfredo Chaves, pedimos a V. Ex.^a que mande colocar a Igreja e o cemitério da dita colônia que muito precisamos para conseguir a nossa religião, o que esperamos em V. Ex.^a esse benefício moral e, outrossim, lembramos a V. Ex.^a que para a construção desses edifícios poderá o governo utilizar-se das madeiras de dois barracões existentes nesta colônia. Colônia Alfredo Chaves, 21 de janeiro de 1879. (Correspondência Oficial da Província, 1879, L. 583:20 e 21).

Por meio deste documento percebemos que esses imigrantes consideravam indispensável para o seu *benefício moral* a existência de um local onde pudessem se reunir em comunidade para *ter sua religião*. “Isso se explica pelo fato de que o espaço vital do homem vai além das dimensões biológicas, ele amplia-se a um sistema de valores, ao qual chamamos de cultura” (Santin, 1996:599).

Outra informação que chama bastante atenção é que esse abaixo-assinado foi organizado rapidamente, apenas quatro meses depois da instalação desse núcleo colonial que foi inaugurado em setembro de 1878. Isso nos possibilita imaginar que, ao unir forças em favor de sua prática religiosa, esse grupo de colonos rapidamente abandonou o isolamento social no qual possivelmente estavam vivendo. Na verdade, acreditamos que, por de trás dessa atitude de fé, esses estrangeiros carregavam também um outro desejo. Queriam ter um lugar que fosse comum a todos, aonde pudessem inserir-se socialmente, e que lhes possibilitassem fazer parte da comunidade.

Nessa mesma direção, podemos apresentar aqui outro acontecimento comum para as colônias que investigamos, também inserido no campo da religiosidade, mas que acentua a busca por um lugar de convívio social. O fato é que em mais de uma das colônias que investigamos os imigrantes uniram suas forças para obter um terreno que fosse destinado unicamente para a construção de uma capela. Além de pagarem pelos seus lotes particulares eles juntavam as economias de todos os colonos no intuito de quitar um terreno que pertencesse a todos da comunidade. Isso ocorreu, por exemplo, nos núcleos: Presidente Faria e Eufrásio Correia. Sobre o primeiro, os registros contidos no livro “Cadastro da Colônia Presidente Faria” conservado pelo Arquivo Público do Estado do Paraná, trazem a seguinte informação ao se referir sobre os proprietários dos lotes dessa colônia: “ ... Lote nº 49 - Annibale Ferrarini. Quitado: 15/09/1893. Lote nº50 – João Vicentin. Quitado: 24/04/1895. Lote nº 51 - Igreja da Colônia Presidente Faria. Quitado: 14/11/1899” (Cadastro do Núcleo Presidente Faria. Livro nº 10, 1886).

O mesmo ocorre para o núcleo Eufrásio Correia que teve seu lote número 20 separado para a construção da igreja e do cemitério, como nos informa o livro de cadastro da respectiva colônia no momento em que trata dos nomes dos proprietários dos seus lotes: “... Lote nº 20 – Este lote é do patrimônio da Igreja e do Cemitério com área de 135.655 m² ...” (Cadastro do Núcleo Eufrásio Correia. Livro nº 15, 1888).

Porém, essa questão não era resolvida simplesmente com a construção de uma capela, pois outros fatores impediam que as necessidades religiosas desses imigrantes fossem supridas de imediato. Entre estes, os mais importantes eram a distância dos núcleos coloniais e a falta de sacerdotes para realizar as celebrações. Diante dessa realidade, entre os anos de 1878 até 1885, os imigrantes da região que desejassem cumprir com os seus preceitos religiosos precisavam deslocar-

se até o perímetro urbano de Curitiba. Foi na Paróquia Nossa Senhora da Luz que os italianos instalados nos núcleos que investigamos celebraram seus primeiros atos religiosos indispensáveis, como batizados, casamentos e óbitos.

Outra forma de solucionar o problema da falta de assistência religiosa foi apresentada somente em 1885. A partir deste ano os colonos passaram a receber visitas esporádicas de missionários italianos que os confortavam espiritualmente. Em 1886, o missionário apostólico Pe. Pietro Cobalcchini recebeu a autorização do Bispo Diocesano Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho para batizar e casar os colonos italianos do Paraná. (Balhana, 2002:298).

Porém, esse trabalho itinerante do missionário não solucionou a carência religiosa dos colonos italianos que almejavam ter o seu próprio pároco. Na tentativa de solucionar o problema, no ano de 1887 o Pe. Pietro Colbacchini dirigiu-se às autoridades eclesásticas solicitando medidas para regularizar o atendimento religioso nessas colônias. “Em 5 de dezembro do mesmo ano o Bispo de São Paulo transferiu a responsabilidade ao Vigário Geral Forense de Curitiba, para que este, conhecendo melhor as circunstâncias locais, encontrasse a melhor solução para o problema” (Balhana, 2002:299). O resultado foi a criação de uma Capelania Curada Italiana, inaugurada pelo decreto episcopal de 14 de fevereiro de 1888. Este decreto estabelecia em seu primeiro artigo que essa capelania seria constituída pelos seguintes indivíduos:

catholicos imigrados da Itália e seus filhos domiciliados nos ex-núcleos coloniais ora emancipados que são os seguintes: Dantas ou Água Verde, Santa Felicidade, Campo Comprido, e Alfredo Chaves da Parochia de Nossa Senhora da Luz de Corityba; Antônio Rebouças ou Timbutuva e Jugica Mendes da Parochia de Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo; Santa Maria do Novo Tyrol, Murici e Zacarias da Parochia do Patrocínio de São José dos Pinhaes da comarca eclesiástica de Corityba da Província do Paraná, deste Bispado, que de sua muito livre e espontânea vontade, se quiserem inscrever como aplicados ou jurisdictionados nesta Capelania.
(Cópia da Portaria referente à Capelania Italiana, 1888:118).

Também ficou determinado por esse decreto que a sede da Capelania ficaria localizada na Colônia Dantas (atual bairro Água Verde em Curitiba) e que seu primeiro Capelão seria o Padre Pietro Cobalcchini. Porém, em 1889 o referido cura fixou residência na Colônia Santa Felicidade, transferindo para lá a sede da Capelania Italiana. Portanto, a partir de 1888 os imigrantes italianos das colônias instaladas ao redor de Curitiba passaram a receber assistência religiosa permanente.

Entendemos que esse foi um passo muito importante para a construção da identidade cultural desses colonos, na medida que agora possuíam um líder, de âmbito espiritual e moral, e mais que isso, um imigrante como eles. “Padre Pietro Colbacchini era vêneto, como a maioria de seus paroquianos, portanto portador das mesmas tradições culturais e podia comunicar-se com eles no seu dialeto próprio” (Balhana, 2002:299).

Segundo Balhana (1958:155), em uma comunidade essencialmente católica, o padre goza, como sempre gozou, da maior consideração social. O sacerdote é respeitado, seguido e obedecido, não só como o guia espiritual dos seus paroquianos, exercendo ação paternalista e mantenedora da ordem moral e religiosa, como também a liderança de movimentos e atividades coletivas de ordem temporal.

Desta maneira este sacerdote permaneceu à frente da capelania até o ano de 1894, ano em que regressou a Itália. Deste ano até o seguinte a assistência religiosa aos colonos italianos ficou por conta do Pe. Francesco Bonato. “Em 1895 chegaram mais dois missionários italianos, os padres Faustino Consoni e Francesco Bresciani, o que possibilitou uma reorganização da capelania. Isso foi feito pelo decreto do Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, na data de 1º de novembro de 1895” (Balhana, 2002:302).

Por meio deste decreto houve o desligamento de cinco colônias da Capelania Italiana, Alfredo Chaves, Presidente Faria, Maria José, Antonio Prado e Eufrasio Correia, todas situadas perto ou dentro da recém criada Vila de Colombo. Conforme as informações obtidas do documento apresentado a seguir, o desligamento dessas colônias está relacionado à criação do Curato de Colombo, em 28 de outubro de 1895, data na qual o Padre Francesco Bonato passou a residir na respectiva vila, ficando responsável pelos cinco núcleos de imigrantes italianos que por ali se localizavam.

Dom José de Camargo Barros, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Curitiba...

...Atendendo a necessidade urgente que há de acender-se com administração dos Sacramentos e socorros espirituais aos fiéis do Município Civil da Vila Colombo, até agora pertencentes à Capelania Curada Italiana, já ereto em freguesia civil, mas ainda sem os requisitos legais e canônicos para uma paróquia e tendo em vista o bem espiritual dos fiéis daquela parte do Bispado: Havemos por bem erigir ali, como de fato ereto fica, pelo presente ato oficial, um curato, com todos os privilégios e regalias de direito, tendo como limites os mesmos limites do Município, e este até que observadas as prescrições canônicas seja possível a elevação de Curato a categoria de Paróquia. E para este fim damos Comissão ao Rev^{mo}. Padre Francisco Bonato a fim de que possa instalar este novo Curato, fazer aquisição dos livros necessários, a saber, o livro de Tombo e os livros de assentos de Batismo, de Casamento e de Óbito, os quais poderá abrir, numerar, rubricar e encerrar conforme o direito e uso na Diocese e administrar os Sacramentos, e no prazo de trinta dias requerer-nos sua Provisão anual de Cura deste novo Curato... (Livro Tombo, nº I:1).

Dessa forma, é que foi constituída a comunidade religiosa que serve para nós de objeto de estudo, formada pelos imigrantes de cinco colônias de italianos, sendo ainda uma delas mista, contendo imigrantes de origem polonesa, e também pelos luso-brasileiros que habitavam o lugar. Com a formação deste novo curato os imigrantes italianos dessas cinco colônias deixam de conviver

somente com os elementos da mesma identidade étnica e são inseridos em uma comunidade que passaria a atender também os indivíduos de outras etnias, incluindo os luso-brasileiros. É neste contexto que percebemos todo o processo de criação do grupo homogêneo que estamos investigando, na medida que inserido em uma comunidade formada por diferentes elementos étnicos, o grupo passaria agir para preservar a sua identidade etno-cultural.

Os fatos mostraram que em um primeiro momento os imigrantes italianos encontraram-se abandonados, isolados socialmente, na medida que não possuíam assistência religiosa e não tinham um local para praticar sua religião. Em um segundo momento, no intuito de saírem do isolamento social, foram conduzidos a formar uma comunidade religiosa, com pessoas que possuísem a mesma identidade etno-cultural, buscando assim superar o abandono a que foram submetidos. Só mais tarde veio o terceiro passo, a oportunidade de integração com os brasileiros e os imigrantes de outras nacionalidades.

“Acreditamos que a identidade étnica é um modo particular de identidade social, construída pela situação resultante dos contatos culturais; a identidade expressa-se em um conjunto de representações que um grupo social se faz delimitando suas fronteiras e marcando suas diferenças em relação aos outros grupos com os quais está em contato” (Oro, 1996:611 e 612). Em outras palavras, o que queremos apresentar é que a identidade étnica aparece no contraste das relações interétnicas, ou seja, trata-se da afirmação de um “nós” diante dos “outros”.

Portanto, o que nos permite dizer que o grupo estudado era homogêneo, além da realidade de pertencerem a um mesmo contingente étnico, é exatamente o fato de que formaram uma mesma comunidade religiosa. A homogeneidade do grupo não foi estabelecida tão somente pelas fronteiras físicas da Vila de Colombo, ou seja, pelas colônias que se localizavam dentro dos limites da dita vila. A união desses colonos deve-se muito mais a existência de um sacerdote, que portava os mesmos traços étnicos desses imigrantes, pois o Padre Francesco Bonato era um italiano como eles, de origem veneta, nascido em Oliero, localidade do município de Valstagna, Província de Vicenza, fato que o tornava um legítimo representante de seus fiéis.

Esse sacerdote lhes oferecia uma unidade religiosa, aonde, ao mesmo tempo, podiam preservar seus valores culturais e integrar-se a sociedade receptora. Isso fica constatado ao lermos um trecho do relatório da visita pastoral de 1897, feita pelo Bispo Diocesano Dom José de Camargo Barros, no qual refere-se a respeito das capelas que faziam parte do Curato:

... Dentro dos limites da Villa, alem da Igreja que esta servindo de matriz, existem mais cinco capellas, em diversos pontos da povoação, todas provisionadas com a provisão quinquenal. A Capella de Nossa Senhora da Saude, na Colonia Canguery, de madeira e de tamanho regular, tem como propriedade algum terreno; a Capella de São Sebastião, no bairro da Ressaca, assoalhada, mas ainda não

forrada, é feita de tijolos; a Capella da Colonia Antonio Prado, que embora esteja collocada na villa de Tamandaré e parochia de Corytiba por estar além do rio Atuba, é entretanto frequentada pelos colonos, que em grande parte acham-se aquem do rio; e no caminho para Bocayuva estão as Capellas do Espírito Santo e de São Pedro, esta de madeira e aquella, de parede barroteada, ambas forradas e assoalhadas...

(Livro Tombo, nº I: 25).

Este documento informa que o Curato de Colombo era constituído pelas seguintes igrejas: a capela que servia de matriz localizada na Colônia Alfredo Chaves, elevada a Vila Colombo; a capela da Colônia do Canguery, que correspondia aos núcleos, Presidente Faria e Maria José; a capela do bairro denominado Ressaca, constituído por brasileiros; a capela da Colônia Antonio Prado, que se localizava na Vila de Tamandaré e; duas capelas que ficavam no caminho para a localidade vizinha: a primeira, a capela do Espírito Santo, também formada por brasileiros e ainda dentro dos limites da Vila de Colombo e a segunda, a capela São Pedro, porém pertencia a Colônia Eufrásio Correia, que já estava nos limites de Bocaiúva.

O que chama atenção é o fato de que duas colônias, Antônio Prado e Eufrásio Correia, estavam fora do perímetro da Vila de Colombo, porém faziam parte da unidade religiosa criada neste local. Isso com certeza deve-se ao fato de que foi nesta unidade religiosa que os colonos desses núcleos encontraram elementos que os permitissem integrar-se à sociedade receptora sem perderem sua identidade étnica. Já no ano de 1896, um ano após a criação do Curato, por designação do Padre Francesco Bonato, o Bispo Dom José nomeou uma comissão composta pelos cidadãos:

... Benedito Eleutério Cabral, Emanuel Gomes Pereira, José Francisco da Silva, Ildefonso José de Camargo, Benedito da Costa Cabral, Theolindo da Silva Monteiro, Januário Prestes de Araújo, João Baptista Lovato, José Cavasin, Jerônimo Cavalli dito Mello, Francisco Busato, Pedro Brotto de Andreata, Domingos Ceccon e Ângelo Bertolin, a fim de que possam, enquanto não mandarmos o contrário, promover a construção da Igreja Matriz da mesma paróquia, sempre e de acordo e sob a direção do respectivo pároco, que será o Presidente da referida Comissão.

(Livro Tombo, nº I: 2).

Através deste documento observamos que a comissão formada para a construção da Igreja Matriz, era assim constituída: sete luso-brasileiros e seis italianos. Assim fica confirmado que foi esta comunidade religiosa, denominada Curato de Colombo, que permitiu que esses imigrantes italianos construíssem uma cultura imigrante no momento em que se integravam à sociedade brasileira. Essa comissão ao trabalhar na arrecadação dos meios necessários, propiciou que em 1899 fosse dada a benção da primeira pedra da atual Matriz de Colombo que foi aprovada pela seguinte provisão:

Provisão de fundação da Igreja em Vila Colombo de S. Exa. Revma. Bispo Diocesano, Dom José de Camargo Barros, de 18 de março de 1899 autorizou o Pe. Francisco Bonato, Cura da Vila, a benzer a primeira pedra do edifício da nova Igreja que deve servir de Matriz da Vila Colombo, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário.
(Livro Tombo, nº I: 59).

Portanto, esse processo nos revela que as práticas religiosas desses estrangeiros extrapolaram o campo espiritual e assumiram também um papel social. Em outras palavras, o que queremos demonstrar é que a comunidade constituída em torno da religião serviu não só para a prática da fé, mas também para que esses imigrantes fossem inseridos na nova sociedade. Contudo, não estamos afirmando que a religiosidade não era pura, ou seja, não era uma convicção de fé para esses imigrantes italianos, e que simplesmente foi usada por eles para que fossem incorporados na nova sociedade.

O que queremos afirmar é que a religião foi importante para os imigrantes dessa origem, na medida que lhes serviu como um canal de sociabilidade, sem que perdessem sua própria identidade etno-cultural. Pois, o processo de integração precisa ser conduzido com uma certa habilidade para não causar grandes traumatismos. De um lado, precisa-se evitar o fechamento do grupo, já de outro lado, não se pode provocar sua total abertura. Finalmente, o que estamos propondo é que não só o grupo de italianos que investigamos nesse trabalho, mas também outros grupos de imigrantes dessa origem, que se instalaram no Brasil nesse período, encontraram esse equilíbrio por meio da religião. Na medida que ela oportunizou a esses imigrantes um pertencimento social, ao mesmo tempo, que abriu um caminho para integração sem que tivessem que abandonar a sua identidade étnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sergio Odilon. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 11, n.1: 61-87, jan./jun.1994.

____ & _____. **Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores**. Curitiba: Editora Nova Didática, 2000.

ALVIM, Zuleika. **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo, 1870 – 1920**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo**. In: SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil; v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BALHANA, Altiva Pilatti. **História Demográfica do Paraná**. In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Un Mazzolino de Fiori; v. I. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

_____. **A vida familiar em Santa Felicidade.** In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Un Mazzolino de Fiori; v. II. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

_____. **Reconstituição de Famílias: instrumento de análise demográfica.** In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Un Mazzolino de Fiori; v. III. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

_____. **Política Imigratória no Brasil Meridional.** In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Un Mazzolino de Fiori; v. III. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

_____. **Fontes para o Estudo da Imigração Italiana no Paraná.** In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Un Mazzolino de Fiori; v. III. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

_____. **Religião e Imigração no Brasil Meridional.** In: WESTPHALEN, Cecília Maria (Org.). Un Mazzolino de Fiori; v. III. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

_____. **Santa Felicidade: um processo de assimilação.** Curitiba: Tip. João Haupt & CIA LTDA, 1958.

_____. **Santa Felicidade: Uma Paróquia Vêneta no Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.

_____. **Arquivo da Paróquia de Santa Felicidade.** Boletim n.º 11, Departamento de História. Curitiba: 1971.

_____; MACHADO, Brasil P. & WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná; v. I.** Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

_____; _____. **Alguns Aspectos Relativos aos Estudos de Imigração e Colonização.** In: PAULA, Eurípedes Símons de (Org.). Colonização e Migração, Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. (s/ed.): São Paulo, 1969.

COSTA, Rovílio. **Valores da Imigração Italiana cem anos após.** In: **Imigração Italiana: Estudos,** Anais do I e do II Forum de Estudos Ítalos-Brasileiros. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

FERRARINI, Sebastião. **O Município de Colombo.** Curitiba: Champagnat, 1992.

_____. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo.** Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1973.

_____. **Colombo: centenário da imigração italiana.** Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico; reações e transações.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

MARTINS, Romário. **Quantos somos e Quem somos, dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná.** Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

_____ & BIDEAU, Alain. ***Comment des luthériens allemands sont-ils devenus des brésiliens? (un essai methodologique)***. 14^e Entretiens du Centre Jacques Cartier (Lyon, França, 2001.) [Texto em português publicado no Boletim de História Demográfica. São Paulo, 10(29):01-39, 2003.

ORO, Ari Pedro. “Mi son talian”: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul. *In*: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil, v. III**. Porto Alegre: Ed. Est, 1996.

PETRONE, Pasquale. Imigrantes italianos no Brasil: identidade cultural e integração. *In*: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil, v. III**. Porto Alegre: Ed. Est, 1996.

SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. *In*: DE BONI, Luis Alberto. **A presença italiana no Brasil, v. III**. Porto Alegre: Ed. Est, 1996.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

FONTES PRIMÁRIAS E FONTES IMPRESSAS

Cadastro do Núcleo Presidente Faria. Livro nº 10, 1886. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Cadastro do Núcleo Eufrazio Correa. Livro nº 15, 1888. Arquivo Público do Estado do Paraná.

CÓPIA da Portaria de 14 de fevereiro de 1888, referente à Capelania Italiana, transcrita no Livro 2 da Vigararia Geral Forense. Curitiba, 1888. Arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba.

Dezenove de Dezembro, 09/01/1879. Arquivo do Círculo de Estudos Bandeirantes. (Coleção de jornais do século XIX).

PARANÁ (Província). **Correspondência do Governo do Paraná, livro 567, ano de 1879**. Arquivo Público do Estado do Paraná.

PARANÁ (Província). **Correspondência do Governo do Paraná, livro 583, ano de 1879**. Arquivo Público do Estado do Paraná.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 11, de 8 de janeiro de 1890. **Leis do Estado do Paraná, 1890 – 1891**.

Planta da Colônia Alfredo Chaves. Acervo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado Paraná. Redução do original na escala 1:10.000.

Planta da Colônia Antonio Prado. Redução do original na 1:10.000. Instituto de Terras e Cartografia de Curitiba.

Planta da Colônia Eufrazio Correia. Redução do original na 1:10.000. Instituto de Terras e Cartografia de Curitiba.

Planta da Colônia Presidente Faria. Redução do original na Escala 1:10.000. Instituto de Terras e Cartografia de Curitiba.

Livro de Casamento 1, 1895 – 1910. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Colombo, PR.

Livro de Casamento 1b, 1888 – 1897. Paróquia São José. Santa Felicidade, Curitiba, PR.

Livro de Casamento 12, 13, 14 e 15, 1878 – 1889. Catedral Nossa Senhora da Luz, Curitiba, PR.

Livro Tombo, n. I. Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Colombo, PR.

RELATÓRIO do Presidente Francisco Liberato de Matos, apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858. Curitiba, Typografia Paranaense, 1857.

“MÉDICOS DO CORPO E DA ALMA”: OS PADRES PALOTINOS ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS DA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

Maíra Ines Vendrame*

1. “Médicos do corpo e da alma”

Na comunidade de Vale Vêneto, localizada na ex-Colônia Silveira Martins, que a Pia Sociedade das Missões se estabeleceu em 1886, tornando-se o berço irradiador da formação religiosa ultramontana na região central do Rio Grande do Sul. Foi entre a população colonial que os padres palotinos se instalaram, mas esses não desconsideravam o fato de que mesmo sendo os imigrantes “muito fiéis” ao cumprimento dos sacramentos, eles possuíam um tipo de religiosidade que se encontrava um pouco afastada daquela que os sacerdotes consideravam ideal.

O modelo de Igreja que os sacerdotes palotinos eram representantes defendia um padrão moral rígido, adepto de uma concepção eclesial hierarquizada, que via o Papa como um “monarca infalível”, enquanto que os leigos deviam estar submetidos a essa estrutura de poder.¹ Compreender como os representantes da Pia Sociedade das Missões, engajados no projeto romanizador, agiram frente às crenças dos imigrantes é um dos objetivos da presente pesquisa. Entende-se que há uma grande distância entre o discurso e a prática, por isso deve-se partir das experiências vividas para compreender o que significa ser um sacerdote ultramontano nas comunidades coloniais.

Em suas memórias, o padre Francisco Burmann² fez anotações a respeito da frequência com que os imigrantes pediam para que ele rezasse ou fizesse benzeduras para proteger as plantações. O mesmo declarou: “conheci todas as casas daquela picada, todas as vacas, porcos e galinheiros. Os colonos dão quase mais importância as bênçãos dos currais do que das próprias casas. Se Deus abençoa os animais dizem eles, não há mais miséria na família”.³ Os padres palotinos tiveram que conviver e legitimar certas crenças que faziam parte da visão de mundo dos imigrantes. Se por um lado o líder religioso se via obrigado a atender esses pedidos, que extrapolavam os ritos permitidos pela religião Católica, por outro ele assumia frente aos colonos um papel cada vez mais importante.

* Mestranda em História PUCRS – vricamaira@yahoo.com.br

¹ BIASOLI, Vitor Otávio F. P. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul – 1870/1920)*. São Paulo: USP, 2005, p. 72-3. (Tese de doutorado).

² O sacerdote palotino Francisco Burmann deixou em suas memórias vários relatos sobre suas atividades entre os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins. BURMANN, Francisco. *Memórias do Padre Francisco Burmann*. p. 35, Caixa 2, Missão Brasileira, AHPNSC. .

³ Idem.

Ao realizar as visitas às famílias, o sacerdote entrava em contato com o espaço privado dessas, passando a atender seus pedidos. Como bem se expressa Burmann, “eu acho muito louvável este costume, pois em primeiro lugar o padre nessa oportunidade aprende a conhecer melhor as suas ovelhinhas. E onde for necessário pode dar um bom conselho (...)”.⁴ Quando das visitas às famílias os sacerdotes podiam verificar quais eram as práticas cotidianas da população, e ao realizar suas pregações estabeleciam fortes vínculos com os imigrantes, pois atendiam suas necessidades religiosas mais íntimas e particulares.

Na ex-Colônia Silveira Martins, os padres palotinos tiveram que atuar também como curandeiros e exorcistas, uma vez que os imigrantes solicitavam que agissem dessa forma, assim, aqueles tiveram que conciliar suas funções religiosas com práticas de cura.⁵ Era amplo o papel dos clérigos palotinos entre os colonos, preocupando-se não apenas com as questões espirituais e de fé, mas também com as coisas terrenas.

Não era somente aos padres que os imigrantes recorriam quando necessitavam de ajuda, os curandeiros também davam respostas e apontavam caminhos para solucionarem seus problemas cotidianos. Quando visitava as famílias, o sacerdote Francisco Burmann percebeu que os colonos estavam “apegados aos curandeiros e espíritas”:

Nem eu nem o pároco tínhamos a mínima idéia das constantes correrias aos espíritas. Desconhecíamos especialmente que alguns colonos participavam das suas sessões noturnas. Ficou-nos agora bem claro qual era a causa dos diversos casos de doença (...), os colonos recorriam aos curandeiros não só em casos de doenças, mas também alguns, secretamente, *participavam de reuniões noturnas era preciso frear isto tudo.*⁶ (sem grifos no original)

A grande preocupação do sacerdote se refere ao fato dos curandeiros e espíritas serem procurados não só nos casos de doença, mas também em outros momentos. Ao tomar conhecimento da frequência com que os imigrantes recorriam àqueles o padre Francisco Burmann, através da sua pregação, procurava macular a sua imagem, desqualificando as atividades que realizavam entre a população colonial.

⁴ Idem.

⁵ Na Inglaterra houve, após a Reforma, uma aparente diminuição da participação do clero na magia popular, pois medidas haviam sido tomadas para provocar esse afastamento. Na mente popular, a associação entre magia e sacerdócio demorou a ser erradicada. Em muitas paróquias rurais, “o ministro combinava suas funções religiosas com a prática da medicina e, algumas vezes, seus métodos diferiam pouco daqueles empregados pelos curadores populares da época”. Alguns clérigos anglicanos até chegaram a ser acusados de bruxaria maléfica, práticas mágicas e encantamentos. Mas de forma geral “o pastor-feiticeiro trabalhava com o seu rebanho, e não contra ele”. A Reforma não conseguiu fazer com que aqueles desaparecessem, pois ainda no século XIX, havia párocos que desfrutavam da reputação de praticantes da magia entre os seus paroquianos. THOMAS, Keith. *Religião e declínio da magia: crenças populares na Inglaterra do século XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 231-32.

⁶ BURMANN, Francisco. *Memórias do Padre Francisco Burmann*. p. 30, Caixa 2, Missão Brasileira, AHPNSC.

Aqueles agentes de cura eram então identificados como “doutores milagrentos”, “médicos milagrentos” e “charlatões”, já que para Burmann não tinham habilitações para curar. Além disso, as explicações, as bênçãos e rituais que faziam e os remédios que receitavam não eram eficazes, isto é, não tinham o poder de curar, mas, sim, de agravar as enfermidades da população.

Na comunidade de Dona Francisca, na Picada do Moinho, o padre Francisco Burmann notou “como o charlatanismo e as fraudes espíritas florescem”. Havia um funcionário que era espírita no distrito e este conseguia curar doentes físicos e psíquicos, curas que pareciam impossíveis. Frente ao sucesso de certos ritos de cura entre os imigrantes, o sacerdote afirmou que com o “hocus pocus dos espíritas” ele conseguiu curar e convencer algumas pessoas da origem de suas enfermidades.⁷ Assim, Burmann buscava fazer com que curandeiros e espíritas não fossem mais procurados ao se apropriar de algumas práticas de curas que tinham grande aceitação entre os colonos.

Como os imigrantes não tinham conhecimento de suas doenças, geralmente atribuíam a elas características sobrenaturais, e por isso passavam a apelar aos mais diversos tratamentos para obter a cura. Realizavam rezas, rituais mágicos, bênçãos e lançavam mão das mais várias receitas. A compreensão da origem das doenças permitia que se “ampliasse infinitamente as possibilidades de cura. Até a morte, nenhuma doença era incurável”. Sempre existia uma alternativa a ser tentada: um exorcismo, uma curandeira que podia cortar os feitiços, um raizeiro afamado ou um médico (formado ou prático).⁸

A população colonial procurava padres, curandeiros e espíritas a fim de se livrar dos mais diversos males, pois esses podiam diagnosticar a causa sobrenatural das doenças, como também curá-las. Não existia hierarquia nem uma ordem a respeito de quem procurar por primeiro, deste modo, todos podiam ser consultados pelos colonos. Na ex-Colônia Silveira Martins, os sacerdotes palotinos passaram a atender as vontades dos imigrantes para que pudessem ser os únicos a ter o controle sobre o sobrenatural. Apenas a condenação não foi suficiente para alcançar a hegemonia entre os colonos. Os padres, para livrar aqueles de suas enfermidade, passaram a realizar exorcismos e outros “ritos mágicos”, legitimando as crenças e fazendo propaganda da eficácia de seus ritos e conseqüentemente o poder que possuíam.

Portanto, os missionários palotinos tiveram que exercer as mais variadas funções, pois a população colonial solicitava que assumissem diversos papéis. Foi através do diálogo com as crenças dos imigrantes que a fama de alguns padres aumentou. Caso esses não estabelecessem

⁷ BURMANN, Op. cit., p. 63, Caixa 2, Missão Brasileira, AHPNSC.

⁸ WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001, p. 138.

certos vínculos, ou tentassem eliminar os “vícios” dos colonos, eles poderiam tornar-se figuras indesejadas, “estranhas” à comunidade.

A história da Igreja mostra que ela aceitou certas práticas e crenças populares, desde que a mesma coordenasse e controlasse para que não houvesse excessos. Keith Thomas ressalta a postura ambivalente da Igreja durante a Idade Média, pois os seus “dignitários abandonavam a luta contra a supressão sempre que isso lhes parecia do seu interesse”. Não tinham vontade de desestimular as atitudes que impulsionavam a devoção popular, e se havia a crença na eficácia mágica da hóstia, e essa servia para “aumentar o respeito ao clero e fazer com que os leigos fossem mais regularmente à Igreja, por que não tolerá-la tacitamente?” Nas comunidades coloniais, os sacerdotes também agiram no sentido de tirar proveito da credulidade dos imigrantes em certos rituais, para conquistar a confiança e aumentar o poder entre os mesmos.

Em suas memórias, Francisco Burmann também comentou sobre o sucesso que o padre Jacó Pfändler⁹ atingiu entre os imigrantes italianos, entendendo de medicina e realizando também exorcismos. Para o mesmo “não eram raros naquela época [última década do século XIX] os casos de possessão diabólica, na maior parte não eram verdadeiros, mas fictícios”. Os padres eram solicitados por diversos motivos, e “muitas vezes era por pouca coisa”. Mas “foi de grande vantagem para a Colônia que o Pe. Jacó Pfändler soubesse curar muitas doenças. Não passou nenhum dia sem que fosse chamado junto a um doente”.¹⁰

O sacerdote era solicitado a se fazer presente na casa dos imigrantes, mostrando o quanto era importante que atuasse no cotidiano desses abençoando suas atividades. Para Burmann, o padre Pfändler dava ênfase aos aspectos mágicos dos rituais que realizava, lembrando também que quando era estudante no colégio São Patrício, na Itália, tivera notícias dos feitos do padre Jacó e da sua “fama de mágico”.¹¹ A atuação de Pfändler nas comunidades acabara por lhe conferir sucesso. Ao exercer sua pregação, aquele sacerdote ultrapassava o que era permitido pela Igreja Católica, mas assim procedia porque havia demanda da população para que agisse de tal forma. Para os imigrantes, aquele sacerdote tinha poderes sobrenaturais, mas só atingiu grande sucesso por não ter entrado em choque com a visão de mundo daqueles.

⁹ O sacerdote Jacó Pfändler nasceu em Steinerberg na Suíça, em 1856. De família protestante, quando jovem se converteu ao catolicismo, e entrou para a Pia Sociedade das Missões. Ordenando-se em 1884, primeiramente prestou atendimento religioso às capelas rurais da região de Roma, e após emigrou para o Brasil, onde ficou até 1896. BONFADA, Genésio. *Os palotinos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pallotti, 199, p. 47. O fato de padre Pfändler ter trabalhado entre a população italiana da área rural contribuiu para que esse tivesse contato com as crenças da cultura agrária, permitindo assim, que adquirisse conhecimento, experiência e sensibilidade em relação a visão de mundo das pessoas que viviam no meio camponês.

¹⁰ BURMANN, Op. cit., p. 30, Caixa 2, Missão Brasileira, AHPNSC.

¹¹ As histórias das atividades do padre Jacó Pfändler entre os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins chegaram ao conhecimento dos seminaristas na Itália, mostrando que muitos padres ao se deslocarem para trabalhar entre a população colonial já tinham conhecimento das práticas e dos exorcismos que possivelmente teriam que realizar.

A fama que alguns sacerdotes da Missão palotina alcançaram entre os colonos se deve ao fato de terem sido compreensivos com as crenças dos imigrantes, que se encontraram afastados da ortodoxia da religião Católica. Os padres vistos como médicos, benzedores, exorcistas, curandeiros ou mágicos foram adquirindo popularidade no decorrer das suas andanças pela região colonial,¹² e as pessoas por eles atendidas se encarregavam de comunicar aos vizinhos, parentes e conhecidos sobre a eficácia de seus exorcismos e bênçãos.

Francisco Burmann apresentou um episódio que ocorreu na comunidade de São João do Polêsine, aonde dois imigrantes se dirigiram à casa paroquial em Vale Vêneto buscando o vigário, porque “o tal de Luiz se vê perseguido por três demônios pretos.” Declarou o padre:

Quando chegamos à picada em que morava a família, vimos já de longe um grande multidão de gente diante da casa (...) defronte a casa, desci do cavalo e Luiz, o perseguido pelos demônios me saudou e me deu a mão (...) entrei na casa e ele me respondeu que três demônios, pretos como carvão, sempre o perseguiam para agarrá-lo e levá-lo embora. Informei-me à respeito dos seus deveres cristãos e perguntei-lhe se ele fazia Páscoa todos os anos (...). Portanto, tú deves primeiro confessar-te, antes que eu expulse de ti os três demônios. Eu te ajudo a desenterrar os teus pecados e defeitos cometidos (...). Mandeí que me trouxessem água e sal para benzê-lo (...) deu um grito e para a porta me indicou, ‘lá estão os três demônios’. Espera, disse-lhe eu, vou enxotá-los (...) tomei água benta e aspergi a porta, mas não vi nenhum demônio. Estão ainda ali os três demônios? Perguntei eu. ‘Não, eles fugiram’. Após ter benzido a casa fomos para fora, fiquei olhando para o monte alto que se elevava atrás da casa. Graças a Deus, disse eu, agora os três demônios já estão em cima do monte e se dirigem para Silveira Martins. Crês isto, Luiz? ‘Sim, creio’ disse ele (...). Entrei na casa para benzer os leprosos (...). Quando tinha acabado tirei a estola e disse com força: Graças a Deus ! Agora estão os três demônios novamente no inferno.¹³

O sacerdote que praticou o exorcismo simulou acreditar na história que lhe fora contada, coordenando o rito em que se investiu de poder para realizar a expulsão dos demônios. O exorcismo feito pelo padre serviu para fiscalizar se a família do “endemoniado” estava cumprindo os exercícios sacramentais. Burmann negociou com a vítima, quando afirmou que ela devia se

¹² Segundo pesquisa de Giovanni Levi, o padre Giovanni Batista Chiesa realizava a atividade de exorcista e curandeiro entre os camponeses do Piemonte no século XVII. Aos seus exorcismos públicos “acoriavam ‘um grande número de pessoas’ e a elas Chiesa dizia publicamente que Deus havia feito as criaturas perfeitas, que tinha sido os Demônios e os espíritos a estragarem-nas e que a maior parte delas que sofria de doenças era endemoninhada”. De diversas regiões as pessoas procuravam o sacerdote para serem libertadas das mãos do demônio. No seu livro de curas apontou de que sofriam as pessoas que o procuravam; muitos são genericamente descritos como ‘obsessas’ ou vítimas de malefícios, ou então enfeitiçadas ou invadidas por espíritos. Muitos outros “são aleijados, paralíticos, coxos ou sofrem de ciática”. Mas “alguns poucos pediam para ser exorcizados por apresentarem comportamentos derivados de malefícios”, e ainda menos são aqueles que se diziam ‘possuído pelo demônio tal ou qual, que o atormentou durante 30 anos’ ou ainda de terem ‘as pálpebras dos olhos fechadas, o que os privava da visão, antes de serem libertados dos espíritos imundos’. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 59-67.

¹³ BURMANN, Op. cit., p. 50, Caixa 2, Missão Brasileira, AHPNSC.

submeter à confissão antes mesmo de ser realizado o ritual de expulsão. Podia ser também que a família estivesse longe da conduta que Igreja considerava ideal, portanto, este era um bom momento para o sacerdote controlar o imigrante, mostrando o seu poder através da realização do rito.¹⁴

Se o padre simulava acreditar no ritual que havia realizado, para a população esse acontecimento era totalmente legítimo e verdadeiro. Quando os imigrantes clamavam pelo atendimento do sacerdote, o que desejavam era serem libertados não das doenças físicas, mas de terem sido eles próprias vítimas de malefícios.

O fato das práticas populares dos imigrantes se distanciarem do catolicismo oficial, não foi empecilho para que elas se mantivessem vivas nas comunidades coloniais. Os padres palotinos tiveram de estabelecer uma relação harmoniosa entre a sua visão de mundo - cultura romanizada - e a da população. Para o historiador Jérri Roberto Marin, “a Igreja Católica sempre teve que se esforçar para obter uma aparente unidade doutrinária entre os leigos e impedir uma fragmentação entre o catolicismo ortodoxo oficial (...) e os vários catolicismos dos leigos”.¹⁵ Entre os imigrantes, a preocupação dos palotinos era ter o controle sobre as atividades ligadas ao sobrenatural e outras práticas da cultura agrária daqueles. Esse controle só seria alcançado se administrassem os “costumes dos italianos”, legitimando-os muitas vezes e, assim, foram sendo aceitos e respeitados como portadores de grande poder.

Alguns sacerdotes da Missão palotina realizaram atividades que se distanciavam do que era expresso pelo discurso da Igreja Ultramontana. Entre o que era permitido e o que realmente acontecia na vivência diária das comunidades tinha uma distância considerável. Havia uma política cotidiana que exigia que os padres agissem de forma a estabelecer relações de solidariedade e confiança com os imigrantes.

¹⁴ Segundo Giovanni Levi, para os camponeses do século XVII, o recurso do exorcismo se dava devido a incapacidade dos sistemas médicos, que sugeria a existência de maléficos de causas não-naturais. “Não houve uma guerra entre a medicina e exorcismo, pelo menos, na prática cotidiana do mundo camponês e urbano, mas, ao contrário ocorreu foi uma forte solidariedade auto-justificante”. LEVI, Op. cit., p. 79.

¹⁵ MARIN, Jérri Roberto. “*Ora et Labora*”: O projeto de Restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 137. (Dissertação de Mestrado)

A CIDADE DE TODOS OS SANTOS

Alexandre de Oliveira Karsburg*

1. A cidade de todos os santos

Para entendermos esses eventos que mobilizavam praticamente toda a população durante boa parte do ano, devemos ter em vista que, no período colonial e imperial, a única forma de expressão social da população eram os festejos religiosos. Segundo Riolando Azzi, o aspecto social acabava se tornando inerente à festa religiosa, onde se incluíam danças e representações de mistério, músicas e fogos de artifício, quermesses, jogos e comidas típicas.¹

As folias do Divino eram divertimentos permitidos a todos, tanto em termos de culto quanto de participação nas comemorações, integrando a cidade numa “verdadeira comunidade de religião e, principalmente, de diversões”.² Os fogos, por exemplo, tinham uma enorme potencialidade para atrair fiéis, sendo uma oportunidade para demonstrar a todas às pessoas presentes o esplendor do evento.³

Além dos fogos de artifício, o momento mais esperado da parte profana da folia do Divino, era, sem dúvida, o banquete, a distribuição de comida que ficava a cargo do festeiro. Escolhido com um ano de antecedência, normalmente pessoas ricas ou importantes na cidade,⁴ o festeiro tinha a incumbência de agregar a todos os devotos num grande banquete, onde esses se fartavam com comidas típicas. Esse instante era especial porque os fiéis, em sua maioria, eram pobres que não partilhavam senão nesta data para se saciarem com boa comida.⁵

O papel de organizar o banquete e distribuir comida para as pessoas ultrapassava o aspecto festivo ou profano. Para a antropóloga Alba Zaluar, os festeiros “eram instados a manter o comportamento ritual correto de ‘respeitar as coisas do santo’ [no caso do Divino Espírito Santo]”, ou seja, precisavam assumir “seus encargos enquanto pessoas de maiores posses localmente: o de redistribuir parcela de sua riqueza entre os pobres e de protegê-los, o que era simbolizado no ritual

* Mestrando em História pela PUCRS – alexkarsburg@zipmail.com.br

¹ AZZI, Riolando. “Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil”. In: *Religião e Sociedade*. Maio, n. 1, 1977b, p. 132.

² ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro*. (1830-1900). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 51.

³ A historiadora Martha Abreu verificou que havia uma grande concorrência entre as irmandades para ver quem fazia a melhor festa, e os fogos de artifício eram um bom momento para mostrar a força do santo da corporação. Essas práticas tradicionais do catolicismo brasileiro foram intensamente praticadas entre os anos de 1830 e 1900 na cidade do Rio de Janeiro. ABREU, Op. cit, p. 190-1.

⁴ BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. Vol. 2. São Paulo: Editora da USP, 1971b, p. 488.

⁵ ETZEL, Eduardo. *Divino – simbolismo no folclore e na arte popular*. São Paulo: Giordano; Rio de Janeiro: Kosmos, 1995, p. 51.

da festa de distribuição de comida a estes”. Desse modo, “a classe de pessoas identificadas como as que detinham os recursos sociais era controlada ritualmente pelos despossuídos e lembrada de suas obrigações com os seus semelhantes”. A antropóloga finaliza afirmando que “essas histórias indicam como se legitimava as posições de superioridade social e as diferenças de classe, sacralizadas pela ‘santidade’ das relações entre pobres e ricos”.⁶

Do mesmo modo que havia uma concorrência entre irmandades para ver quem fazia a melhor festa, entre os festeiros não era diferente, pois viam na Festa do Divino uma maneira de fazer crescer o seu status no interior da comunidade.⁷ Talvez por esse motivo que o luterano e boticário Guilherme Fischer tenha aceito a incumbência de ser festeiro do Divino no ano de 1881. Além de organizar a festa, ele se tornou membro da comissão de construção da Capela, e não deixou esse cargo até a conclusão da mesma, em 1887. Uma vez tomando frente nas festividades, e também “metendo-se de ombros” na edificação de um templo religioso em homenagem ao Espírito Santo, Guilherme Fischer talvez estivesse pensando mais no seu sucesso profissional e no prestígio que alcançaria do que na sua condição de luterano. Era uma ótima oportunidade para ver crescer a sua popularidade entre a sociedade santa-mariense, pois essa o veria como um “homem de Deus”,⁸ já que estava cumprindo de forma correta suas obrigações rituais com o Espírito Santo, independente de sua condição de protestante.

Em seu livro de memórias, João Daudt Filho relembra com entusiasmo todos os preparativos que envolviam a Festa do Espírito Santo em Santa Maria, pois “punha em alvoroço a cidade inteira”. As mulheres cuidavam do preparo dos doces e sequilhos a serem ofertados no leilão do Divino, além de se encarregarem “de dourar, no forno, perus, leitões, galinhas e dos assados com couro”. As famílias forneciam cestinhas que seriam levados pelos “anjinhos” que marchavam, junto com as virgens e os alunos dos colégios, na procissão.⁹

Outro momento da Festa do Divino eram as Cavalhadas, que simulavam a batalha entre mouros e cristãos, e que também mereceram atenção de Daudt Filho. Realizadas na praça do fim da Rua do Comércio (onde atualmente estão os Quartéis do Exército), esse espetáculo era feito pelos “rapazes mais ginetes”, ganhando a admiração de toda a população.¹⁰ As Cavalhadas eram, sem

⁶ ZALUAR, Alba. “Milagre e Castigo Divino”. In: *Religião e Sociedade*. N. 5, Junho, 1980, p. 168-169.

⁷ BASTIDE, Roger, op. cit, 1971b, p. 488; REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 68 e 70.

⁸ Termo usado por ZALUAR, Op. cit, p. 177.

⁹ DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 4ª ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003, p. 201.

¹⁰ DAUDT FILHO, Op. cit, p. 202.

dúvida, o evento mais lusitano dentro das folias do Espírito Santo, aludindo à época da Reconquista na Península Ibérica.¹¹

Se os momentos mais esperados eram os profanos, como os banquetes, os fogos e as Cavalhadas, por outro lado, havia períodos em que o sagrado predominava, como na realização de novenas, missas e sermões dentro do templo. É nesse cerimonial interno que se fazia sentir a presença da Igreja, pois era o padre que dava o sermão e a missa. Para o pesquisador Eduardo Etzel:

A importância representada pela Igreja é que sem as cerimônias religiosas não haveria possibilidade de realização da festa, já que o Divino é Deus, ao mesmo tempo que *o Império do Divino, sendo uma representação totalmente leiga*, não pode existir sem sua aceitação pelos padres. É o conúbio de duas partes separadas, que se completam.¹² (grifos nossos)

Mesmo havendo essa complementação entre as partes, ou seja, Igreja e leigos, a folia do Divino foi obra exclusiva dos segundos, e não da Igreja. Entretanto, essas devoções populares vinham sendo questionadas pelos bispos reformadores durante o século XIX, pois ao buscarem centralizar tudo em suas mãos, principalmente as festas religiosas, procuravam cada vez mais diminuir a participação ativa dos leigos na vida da Igreja.¹³ Mas essa não era ainda a realidade de localidades como Santa Maria, uma pequena vila do interior da província mais meridional do Brasil, onde a presença secundária do sacerdote no andamento da festa era algo habitual para a população, que encontrava em outros elementos a chance de entrar em contato com o sagrado.

No principal dia da festa, após a missa solene, fazia-se o sorteio para o novo festeiro do Espírito Santo. Segundo Daudt Filho, “ao ser entregue a bandeira na residência do eleito, ele e a família recebiam-na de braços abertos, beijando a pombinha simbólica”.¹⁴ Lembra o autor que, em 1877, antes de rumar para o Rio de Janeiro a fim de cursar a Faculdade de Farmácia, sua mãe, Catarina Daudt:

Solene e cheia de fé, desfraldou a fâmula rubra e nela me envolveu, ordenando que nós ajoelhássemos. Invocando o Poder Divino, disse: “*Vai, filho de minha alma, e volta feliz. O Espírito Santo nos há de proteger.*” Em seguida, beijamos todos o símbolo sagrado bordado a ouro.¹⁵ (grifos nossos)

¹¹ Na cidade de Caçapava do Sul ainda são praticadas as Cavalhadas, evento esse estudado por duas antropólogas. TREVAS, Paula Benites das; SILVEIRA, Ada Cristina da. “Identidade e festividade do Divino Espírito Santo em Caçapava do Sul (RS) Brasil.” In: ROSSATO, Noeli (org.). *O simbolismo das Festas do Divino Espírito Santo*. Santa Maria: UFSM, FAPERGS, 2003.

¹² ETZEL, Op. cit, p. 50.

¹³ AZZI, Op. cit, 1977a, p. 114.

¹⁴ DAUDT FILHO, Op. cit, p. 202.

¹⁵ DAUDT FILHO, Op. cit, p. 65.

A bandeira do Divino estava na casa da família por que o pai, João Daudt, havia sido sorteado como festeiro daquele ano. O ato de enrolar-se na bandeira e beijar a pomba, que simbolizava o Espírito Santo, eram hábitos comuns entre os devotos. Esses símbolos eram vistos como possuidores de grande poder, tanto de proteger as pessoas, quanto curá-las de enfermidades, além de abençoar as casas e garantir abundância para as famílias.

A bandeira ganhava uma força extra quando era empunhada pelo festeiro, que a levava de casa em casa, tanto de ricos quanto de pobres, para deixar o seu “traço sagrado”.¹⁶ O fato de ir a todas as casas, inclusive as mais humildes, estreitava os laços de identidade entre a comunidade e o Império do Divino. Desse modo, o santo acabava sendo muito querido pela população, sobretudo entre os mais pobres, pois se facultando a todos o privilégio de ter a bandeira em casa, era uma garantia de recebimento da benção que augura saúde, boas colheitas e fartura.¹⁷

Pelo relato de Daudt Filho, os hábitos religiosos da tradição luso-brasileira eram adotados por sua família, que era de origem germânica. Por esse motivo, concluímos que o uso da bandeira como forte instrumento de religiosidade estava de tal forma integrada às crenças da sociedade oitocentista de Santa Maria que, embora havendo distinção entre as etnias, tanto os ricos quanto os pobres faziam uso de tais símbolos, esperando algum benefício do sagrado.

No ano de 1846, quando Santa Maria era ainda uma vila, um centro devocional surgiu e deu início a uma prática religiosa nitidamente popular, e que se estende até os dias atuais: a Festa do Campestre, ou Festa de Santo Antônio Abade. A peregrinação ao morro do Campestre¹⁸ começou quando o monge italiano João Maria D’Agostini chegou à localidade, em 1846, e afirmou que as águas de um córrego que por ali passavam eram milagrosas. Com o auxílio de moradores do local, ergueu uma Ermida e passou a realizar práticas de cura com as águas do córrego, atraindo pessoas de toda a província e até da região do Rio da Prata.

O Campestre se tornou um dos maiores centros de peregrinação do século XIX, convertendo-se numa verdadeira Romaria de fiéis que procuravam os mais diversos benefícios, além do pagamento de promessas. Cruzando as décadas, esse evento religioso continuou sendo realizado todo mês de janeiro, desde 1846, mas logicamente que com várias mudanças, principalmente a partir de 1896 quando a Pia Sociedade das Missões – congregação religiosa européia ultramontana – tomou para si a organização dessa manifestação da religiosidade popular. O Cerro do Campestre foi muito procurado até o início da década de 1930, quando outras romarias passaram a acontecer na cidade.

¹⁶ BASTIDE, Op. cit, 1971b, p. 490.

¹⁷ ETZEL, Op. cit, p. 48.

¹⁸ O Cerro do Campestre possui 480 metros de altura, e fica a uma distância de 09 (nove) quilômetros do centro de Santa Maria, no antigo caminho para se chegar à vila de São Martinho.

A Festa do Campestre tinha uma grande importância para Santa Maria, pois mobilizava não só os seus habitantes, mas também pessoas de lugares mais distantes. Sendo assim, se atualmente a Romaria de Nossa Senhora da Medianeira concede a Santa Maria o título de “cidade mais católica do interior do estado”, arriscaríamos dizer que, no século XIX, a Romaria ao Cerro do Campestre emprestava à vila de Santa Maria a alcunha de “freguesia mais religiosa da província”.¹⁹ Dessa forma, o monge João Maria D’Agostini deu a sua contribuição para tornar a cidade um verdadeiro “centro de peregrinação”.

Outra forma de religiosidade praticada em Santa Maria era à devoção a Nossa Senhora do Rosário, vivida por mulatos e negros, escravos ou libertos. Esses possuíam a sua forma de homenagear a santa, o que muitas vezes não agradava à sociedade ou aos párocos. Para tentar conter os excessos dessa manifestação, em 1873, o então vigário de Santa Maria, Marcelino de Souza Bittencourt, tentou organizar a devoção entre os negros, para que futuramente se instituisse uma Irmandade. Mas foi somente em 1889 que a confraria foi oficialmente fundada, bastante tardiamente se compararmos com o restante do Brasil.

A intenção de criar uma irmandade de negros, era o de permitir à população de cor uma forma de associação, um canal de manifestação para seus membros, um veículo para suas queixas e um palco para suas discussões.²⁰ Mas acima de tudo, uma irmandade de negros significava que essa era a única instituição na qual o homem de cor podia exercer, dentro da legalidade, “certas atividades que pairavam acima de sua condição (...) onde, esquecida a sua situação de escravo [ou de pobreza], poderia viver como um ser humano.”²¹

A devoção e a Festa a Nossa Senhora do Rosário era vista e vivida pelos negros, escravos ou forros, como um acontecimento diferenciado, pois ali poderiam eles próprios organizar e dar encaminhamento ao festejo, talvez pensando que a sua maneira de homenagear a Virgem não fosse provocar reações, seja dos brancos ou da Igreja Católica. De acordo com a descrição de Daudt Filho, que foi testemunha de algumas dessas celebrações:

Era por ocasião da festa de Nossa Senhora do Rosário, que *os pretos perdiam a cabeça*. No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem

¹⁹ Enquanto a devoção a Nossa Senhora da Medianeira foi trazida a Santa Maria pelo clero diocesano, e a Romaria é organizada pela Igreja Católica, a do Cerro do Campestre iniciou como descrevemos, de modo genuinamente popular. Talvez por estar identificada ao povo e a um monge, e não ao catolicismo “oficial”, é que os pesquisadores locais insistam em afirmar que Santa Maria era uma “cidade descrente”, ou de “escassa religiosidade”. Quando se tem o catolicismo “oficial” como parâmetro, obviamente que tais práticas viram “superstição”, “ignorância”, “paganismo” e “idolatria”. Ao não considerarem a Romaria do Campestre uma autêntica manifestação do catolicismo popular, há uma negação, talvez consciente, de mais de trezentos anos da história do Brasil.

²⁰ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. (Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Ática, 1986, p. 14.

²¹ Julita Scarano, apud BOSCHI, Op. cit., p. 14.

chibata que intimidasse. *Em bandos precatórios, roncando as cuícas e, ao som da batucada de cuias e pandeiros*, entravam nas casas com o estandarte da santa, pedindo espórtulas para os festejos. Alegres com os tragos do “matabicho” que lhes eram oferecidos, saíam cantando:

“Bamos s’imbora
Não fica ninguém
A Virgem do Rosário
E Maria também.”²² (grifos nossos)

Essa observação de Daudt Filho, provavelmente em tons exagerados, afirmando que “os pretos perdiam a cabeça” por ocasião da festa, é um indício de que os negros aproveitavam a seu modo os poucos instantes de liberdade, sendo uma chance de extravasarem sentimentos reprimidos, recriando ritos que tinham qualquer coisa de similar a sua cultura ancestral africana. Reunidos em “bandos precatórios”, os negros se usavam de instrumentos musicais para alertar que estavam passando pelas ruas, e que bateriam às casas para pedir espórtulas para os festejos. Além de carregarem cuícas, cuias e pandeiros, transportavam o estandarte de Nossa Senhora do Rosário, um símbolo religioso que habilitava o bando e seus procedimentos profanos.

Essa mistura de imagens católicas com batuques, cantorias e danças, seria o resultado do sincretismo do catolicismo em terras brasileiras, pois como certificou Roger Bastide, “a Igreja sem o querer, ajudou a sobrevivência dos cultos africanos”, pois permitiu aos negros se reunirem em confrarias, que constituíam “uma forma de solidariedade racial que podia servir-lhes de núcleo e continuar em candomblé com o cair da noite.”²³

2. Religiosidade brasileira ou “povo sem religião”?

Após expormos as práticas que compunham o universo religioso dos habitantes da região de Santa Maria no século XIX, fica difícil concordar com a idéia de que a “cidade era descrente”,²⁴ ou que seus moradores tinham uma “escassa religiosidade”.²⁵ As festas do Espírito Santo, do Campestre e a devoção dos negros a Nossa Senhora do Rosário provam justamente o contrário. Essas compunham o que se convencionou chamar de “catolicismo luso-brasileiro” e, muito embora tenhamos visto que existiam diferenças entre elas, e que nem sempre conservavam as suas características originais por muito tempo, possuíam um atributo que as aproximavam: *todas eram de iniciativa dos leigos*.

²² DAUDT FILHO, Op. cit, p. 43.

²³ BASTIDE, Op. cit, 1971a, p. 79 e 82.

²⁴ BORIN, Marta Rosa. *Santa Maria: de cidade descrente a centro de peregrinação*. In: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Anais da XXI Reunião. Rio de Janeiro, 2001.

²⁵ BIASOLI, Vitor Otávio. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte* (Rio Grande do Sul – 1870/1920). São Paulo, USP, 2005, p. 13-15. (Tese de doutorado)

De forma mais ou menos indireta, certos ritos da Igreja oficial estavam presentes nesse catolicismo leigo, o que pode ser comprovado na devoção dos negros a Virgem do Rosário, nas práticas de rezas e novenas na Festa do Campestre, ou ainda na presença do sacerdote nos cerimoniais sagrados do Espírito Santo. Essa aproximação é explicada por Hugo Fragoso:

Por mais que as expressões religiosas do povo se desenvolvessem numa área fora do controle da Igreja institucional, quase nunca, porém, eram colocadas em oposição à Igreja. Elas eram como que uma *tradução em termos populares* da realidade pouco compreensível da Igreja oficial. E estas expressões religiosas populares tinham tanto mais foros de importância, quanto mais *imitassem os atos religiosos “oficiais”*.²⁶ (grifos nossos)

Embora sem a presença direta da Igreja, fica claro que os fiéis recriavam à sua maneira a liturgia oficial, reinterpretando os atos religiosos em que expressavam a sua piedade autônoma. Momentos para mostrar a sua religiosidade não faltavam: romarias, promessas, novenas, terços, ofícios ou ainda edificando Ermidas ou Capelas evidenciam uma devoção intensa.

Além dos aspectos “sagrados”, havia os elementos profanos, e que, muitas vezes, confundiam-se no andamento das festas religiosas. Com certeza, foram esses momentos que mais chamavam a atenção dos estrangeiros quando visitavam o Brasil durante o século XIX. Um dos mais conhecidos e citados pela historiografia é Auguste de Saint-Hilaire, que em visita ao Brasil no início do século XIX, declarou que “na Igreja brasileira não há o que possa causar espanto: está fora de todas as regras”.²⁷ Referindo-se aos sul-rio-grandenses, Saint-Hilaire foi mais enfático: “*Um povo sem religião*, que passa a maior parte da vida na ociosidade, poderá ter poucas necessidades, mas não será menos corrompido e sua simplicidade de costumes não será mais que ignorância e rudeza”.²⁸ Como a maioria dos europeus católicos, o francês estava longe de se reconhecer como pertencente ao mesmo catolicismo brasileiro, e considerou ilegítimo tanto as feições devocionais, quanto o significado dos ritos e das festas.

Também os bispos com formação ultramontana, além das várias Congregações religiosas européias, fizeram críticas às manifestações “exteriores” dos habitantes brasileiros. Partindo dessa leitura pouco atenta da religiosidade popular, o período anterior à chegada da Igreja romanizada,

²⁶ FRAGOSO, Hugo. “A Igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875)”. In: BEOZZO, José Oscar. (org.). *História da Igreja no Brasil* (Ensaio de interpretação a partir do povo). Tomo II/2. Segunda Época - A Igreja no Brasil no século XIX. 2ª ed. Petrópolis: Edições Paulinas; Vozes, 1985, p. 148 e 221.

²⁷ Saint-Hilaire, apud HAUCK, Op. cit, p. 17.

²⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1974, p. 110-111. (grifos nossos) Essa declaração de Saint-Hilaire serviu de impulso para que o historiador Fábio Kühn pesquisasse sobre “as modalidades pelas quais se formou um discurso por parte da historiografia tradicional sobre a religiosidade popular”, no qual procurou “evidenciar como se deu a construção de uma representação idealizada sobre o assunto”. Cf KÜHN, Fábio. *O povo sem religião: as representações da historiografia tradicional sul-rio-grandense acerca da religiosidade popular*. Revista de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo, ano 14, n. 02, 1998, p. 31-49.

tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, foi considerado como um tempo “sem Igreja”, ou ainda, um período “sem religião”.²⁹ Para José Oscar Beozzo, escondido atrás do verniz social da religião:

Brotava uma relação familiar própria: o batismo fazia com que a mãe solteira que levava o filho a pia Batismal, ainda que fosse escrava, podia tornar-se “comadre” do seu próprio senhor e senhora, de uma outra pessoa livre importante ou de companheiros escravos mais velhos. A criança que não tinha pai reconhecido, ganhava de imediato um padrinho e uma madrinha que contraíam para com ela obrigações sagradas e por toda a vida.³⁰

Para os europeus, fossem eles visitantes ou imigrantes, essas questões eram inaudíveis, pois o que se visualizava era a festa, as devoções ruidosas e nada mais. Talvez estejamos sendo críticos em demasia ao querer que os estrangeiros percebessem tais relações de parentesco e as intrincadas redes de sociabilidade que o catolicismo permitia no Brasil do século XIX. Isso porque, além desses pontos menos perceptíveis, “as festas religiosas, as procissões, as solenidades dos santos padroeiros, as associações e irmandades religiosas”, e mesmo a maneira de se fazer os sermões, tudo realmente constituía “uma teia complicada, misto de religião e de cultura local”, através do qual a sociedade impunha suas normas aos comportamentos religiosos.³¹

Em Santa Maria da Boca do Monte, a urbanização e a busca do que era considerado moderno, civilizado, enfim, teve na chegada da ferrovia, em 1885, seu momento crucial. A partir de então, todas as festas que envolviam a população deveriam ser fiscalizadas, controladas, e o Centro, que antes reunia os maiores eventos religiosos, depurou-se da presença deselegante do passado, tanto de hábitos quanto de prédios que estivessem em ruínas – como a velha matriz católica.

Não defendemos um modelo de religiosidade em detrimento de outro, ou seja, não levantamos a bandeira do “catolicismo luso-brasileiro” em oposição ao novo tipo de religião que se gestava. Temos consciência de que a sociedade oitocentista em que se manifestava o primeiro catolicismo era perpassada por sérios problemas, e alguns foram muito bem lembrados por Marilena Chauí:

No catolicismo rural popular, latifundiários, coronéis, prefeitos, comerciantes pertencem às mesmas irmandades, cultuam os mesmos santos, patrocinam as mesmas festas que negros, colonos, homens livres (tropeiros e sitiantes), pequenos

²⁹ Essa crítica foi feita por: DREHER, Martin N. (org.). “Rostos da Igreja no Brasil Meridional: o cristianismo do sul do Brasil.” In: *Populações rio-grandenses e modelos de Igreja*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 1998. p. 31.

³⁰ BEOZZO, Oscar José. “As igrejas e a imigração”. In: DREHER, Martin N. (org.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 1993, p. 41.

³¹ Frei Rolim, apud BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974, p. 41.

funcionários e empregados? Sua distribuição nas procissões é aleatória ou a geografia de seu perfilamento obedece a critérios hierárquicos? Estas questões ganham alguma relevância na medida em que a identificação operada pela noção de laicato pode sugerir que o catolicismo popular (passado) foi uma expressão da vida rural comunitária, esquecendo-se, talvez, de que essas comunidades são perpassadas por (...) formas de violência institucionalizada.³²

A autora quer afirmar que o catolicismo popular do passado pode dar a falsa impressão de que se vivia numa espécie de “vida rural comunitária”, que foi rompida com a chegada das Igrejas estrangeiras. Partindo de nossos exemplos de religiosidade praticadas em Santa Maria no decorrer do XIX - as festas do Espírito Santo, a do Campestre e a de Nossa Senhora do Rosário -, somos levados a concordar com Marilena Chauí. Qualquer um dos eventos religiosos analisados, veremos desigualdades sociais, separação dos fiéis obedecendo a critérios hierárquicos, irmandades de brancos e de negros (escravos), além do que a forma de encarar o acontecimento religioso se dava de modo diferente dependendo do grupo social que se tem em vista.

Todos esses pontos são deveras importantes na hora de estudar a religiosidade praticada no Brasil durante o período Imperial. Mas existe um que não deveria ser esquecido:

Quem se debruça sobre a religiosidade colonial brasileira *não pode ter como parâmetro as normas e os padrões do catolicismo doutrinal*, ditado pela teologia e pelo direito canônico. (...) Ao contrário, o que aqui se vê é um catolicismo popular marcado pela *precariedade da evangelização e pela hipertrofia das constelações devocional e protetora*. Por isso mesmo, na análise da religiosidade colonial deve-se procurar penetrar na natureza dessa aparente exterioridade. Só assim se poderá compreender, por exemplo, o real significado que as festas religiosas tiveram naquele contexto e identificar, sob o manto diáfano da superficialidade, a expressão original que singulariza a religiosidade colonial brasileira.³³ (grifos nossos)

Estamos diante do principal argumento que sustenta a presente pesquisa: ao analisarmos a religiosidade dos santa-marienses do século XIX, levamos em conta justamente esse aspecto descrito por Caio César Boschi: não tivemos como parâmetro as normas e os padrões do catolicismo doutrinal, ou seja, o modelo religioso que veio de Roma no final do século XIX, e que foi implantado por congregações européias na região. Só assim conseguimos penetrar na aparente

³² CHAUI, Marilena Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 8 ed. SP: Cortez, 2000, p. 73-4. A autora aponta que uma forma de violência se dava nas relações entre os homens pobres e os dominantes, cuja síntese e sentido era a relação de favor que ocultava a desigualdade pelos laços de dependência pessoal. Outra questão apontada por Chauí, era o tipo de religiosidade popular que se praticava no Brasil Império, que tendia a legitimar o *status quo* mediante uma visão sacralizada do mundo, que justificava a ordem vigente. A partir do momento que o catolicismo tridentino chegou ao país, sendo adotado pela classe dominante, operou-se uma outra separação além da que já existia na sociedade brasileira: demarcando fronteiras rígidas entre o sagrado e o profano, realizou-se, assim, sob a forma da religião, a mesma separação efetuada pela política. Idem, p. 74-5.

³³ BOSCHI, Op. cit, p. 59-60.

exterioridade das festas e entender a expressão original do catolicismo vivido em Santa Maria, que corresponde, num âmbito geral, ao que era praticado no restante do Brasil.

O seu caráter essencialmente *prático e imediatista*, em que se busca suprir a insegurança emocional, levar consolo e *prestar auxílio nas doenças*, permitiu que se impusesse uma religião calcada no íntimo e *direto contato com os santos*. Por isso, o *culto aos santos*, longe de ser uma atipicidade, tornou-se exatamente o seu *traço peculiar*. Em síntese, *não houve naquela realidade social sinais de irreligiosidade; antes, ali aflorou uma forma própria de vivência do catolicismo, em que a fé se associava à cultura local*.³⁴ (grifos nossos)

Um catolicismo com caráter prático e imediatista, que levava consolo e prestava auxílio nas doenças; um contato direto com os santos, homenageados de modo grandioso tal e qual se fazia a Santo Antônio Abade, ao Divino Espírito Santo ou a Nossa Senhora do Rosário; romarias, rezas, procissões aliado às práticas festivas, como fogos, banquetes, cavalhadas e danças. Esse era o catolicismo praticado pelo brasileiro no século XIX e que foi considerado “fora de todos os padrões”.

Se não havia sinais de irreligiosidade entre os habitantes brasileiros de modo geral, ou santamarienses particularmente, o que motivou o surgimento de afirmações que o povo era “sem religião”, ou o que é mais agravante, era hostil aos padres e à Igreja Católica? Para respondermos essa pergunta devemos levar em conta que a Igreja que se instalou no Brasil oitocentista defrontou-se permanentemente com um espírito pouco ortodoxo em relação aos padrões definidos pela cristandade romana,³⁵ além do que a ingerência e influência dessa mesma Igreja sempre se fizeram de forma complementar a dos leigos.³⁶

Os padrões definidos pela Igreja ultramontana não aceitava a gerência dos leigos em assuntos da religião, igualmente criticando a pouca ortodoxia por parte dos fiéis. Mudar essa situação era objetivo de padres e bispos ultramontanos que chegavam ao Brasil no decorrer do século XIX. Mas isso não seria uma tarefa simples, pois muitos leigos se acreditavam no direito de tratar a religião como “coisa própria”, e não aceitariam facilmente a interferência da Igreja. Desse modo, quando os bispos ou padres passaram a agir no sentido de adequar o catolicismo brasileiro aos padrões ultramontanos, encontraram resistência em partes da sociedade.

³⁴ BOSCHI, Op. cit, p. 178-9.

³⁵ BOSCHI, Op. cit, p. 59-60.

³⁶ BOSCHI, Op. cit, p. 178.

RUMO A CUCCAGNA: IMIGRAÇÃO E OS FIOS CONDUTORES NA CONFEÇÃO DE NOVA TRENTO

José do Nascimento *

1 O início da Odisséia italiana fora das colunas de Hércules

Com o Decreto nº 6.663, de 17 de junho de 1874¹, entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Junior, autorizava-se a odisséia dos imigrantes europeus para o Brasil, que se iniciou em grande escala por volta da década de 70, em direção ao Brasil, embora já fosse observado um pequeno fluxo de italianos e outros estrangeiros em *terrae Brasilis*, anteriormente. Mas, antes de chegarem à sua nova Ítaca, onde “corre leite e mel”², os italianos precisavam sair do ‘território de batalha’ que eram os portos europeus.

No contexto italiano, Gênova era um dos portos mais procurados, por estar ali a sede da emigração, e, lá, a partida da terra natal era muitas vezes dilacerante. Pode-se conhecer, com Renzo Maria Grosselli, um desses momentos: “Esta manhã às 5 horas e meia vi uma multidão de gente vagueando pela cidade; uns cantavam, outros blasfemavam, outros arrastavam mulheres e crianças chorando, em suma parecia o fim do mundo”³.

Com a saída das suas terras, os imigrantes vendiam o que tinham ou deixavam tudo para trás e seguiam de trem até os portos que as Companhias de Imigração indicavam.

Os trentinos do Tirol Austríaco zarparam dos portos de Gênova, norte da Itália⁴, enquanto outros partiam do porto francês de *Le Havre*, norte-ocidental da França⁵. E assim foram os trentinos do *Mare Nostrum* em direção às colunas de Hércules, em busca de um mundo desconhecido e rico de fantasia, a terra prometida: *cuccagna*.

Os imigrantes navegavam pelo Oceano Atlântico numa viagem que, se tudo corresse bem, duraria em torno de 30, 40 dias ou até mais. Assim, os *degradados filhos de Eva* iam em busca da sua *Mérica*, com sua sina e sonhos, esperando aportar em *berços esplêndidos*, utopias estas construídas a partir das promessas dos agentes migratórios na Itália, como Pietro Tabacchia e o

* Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC.
E-mail: josephe34@gmail.com (Bolsista CAPES)

¹ MADRE PAULINA. Biografia Comentada. Vol. 1. **Positio sobre a vida e as virtudes**. Roma, 1986. p. 39.

² NARDONI, Fulvio. **La Sacra Bibbia** – traduzione Italiana dai testi originali: Êsodo. Cap. 33. Ver. 3. Italia: Libreria Editrice Fiorentina, 1960. p. 132.

³ GROSSELLI, Renzo Maria. **Vincer ou Morrer**: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987. p. 229. Apud Jornal: Voce Cattolica de 12/12/1878.

⁴ SERPA, Ivan Carlos. **Os engenhos de Limeira**: história e memória da imigração no Vale do Itajaí. Itajaí: UNIVALI, 2000. p. 22-23.

⁵ LORENZI, Guido. **La Beata Madre Paolina**: fra carisma e obbedienza. Milano: Editrice Ancora, 1991. p. 179.

mais famoso dentre eles, Joaquim Caetano Pinto Junior. Segundo Giralda Seyferth, este último era “agente encarregado de recrutar emigrantes europeus, que tinha como finalidade colonizar o Sul do país e, em São Paulo, suprir as necessidades de mão-de-obra enfrentadas pelas grandes fazendas de café por ocasião da abolição da escravatura”⁶.

Conforme Agenor Neves Marques, os agentes tinham “plenos poderes para alistar as famílias que quisessem emigrar e encaminhá-las para o Vale do Itajaí”⁷. A Colônia de Blumenau mantinha em *Trento*, Norte da Itália, o agente Joaquim Caetano Pinto, para a imigração trentina. Anos se passaram e se intensificou a imigração, como relata Roselys Isabel Correa dos Santos: “se observam deslocamentos individuais de pessoas destas regiões, ou mesmo nada comparável com o que viria a acontecer a partir principalmente do referido ano de 1875”⁸. Esta data é considerada a da grande leva de imigrantes por estas paragens e para tantos outros continentes.

2 Rumo à *cuccagna*

Do continente europeu vieram muitos imigrantes. Do Norte da Itália vieram vênnetos, lombardos e trentinos, habitantes das regiões de onde afluíram os maiores contingentes de almas, que seguiam para o Sul e Sudeste do Brasil. Os do Sul da Itália foram para outros países e, em menor escala, para o solo brasileiro. A maneira como eles vieram foi um tanto desastrosa, conforme relata Renzo Maria Grosselli. A desorganização imperava nos portos brasileiros, sem uma estrutura adequada para recebê-los: “faltavam intérpretes para prestar as devidas informações sobre a disponibilidade de terras nas colônias de Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, ou para indicar a disponibilidade de trabalho assalariado, nas fazendas de café, em São Paulo”⁹.

Segundo Nelma Baldin, aqueles que desembarcavam no porto de Santos eram destinados ao estado de São Paulo, para trabalhos agrícolas, e os que desembarcavam no porto do Rio de Janeiro seguiam para os diversos pontos do Brasil¹⁰. Assim, os emigrantes com destino à Colônia *Itajahy* Príncipe Dom Pedro aportavam no Rio de Janeiro e seguiam por mar até Desterro, a capital, hodierna Florianópolis, e daí para Itajaí, cidade portuária, porta de entrada para os vales de Itajaí-Mirim com o Itajaí-Açu e o Vale do Rio Tijucas.

A colonização européia em Brusque fez parte do projeto de ocupação do Vale do Itajaí-Mirim e seus vales, e se intensificou em torno da segunda metade do século XIX. Para esse fim, o

⁶ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990. p. 22.

⁷ MARQUES, Agenor Neves. **Imigração italiana**: edição comemorativa do Centenário de Urussanga 1878-1978. Urussanga, 1978. p. 45.

⁸ SANTOS, Roselys Isabel Correa dos. **A terra prometida-emigração italiana**: mito e realidade. 2ª ed. Itajaí: UNIVALI, 1999. p. 63.

⁹ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit. p. 432.

¹⁰ BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade**. Florianópolis: Insular/UFSC, 1999. p. 60-62.

Governo Imperial incentivou a vinda de imigrantes de origem européia, principalmente alemães, italianos e poloneses, vistos como trabalhadores ideais para promover o desenvolvimento da região.

A fundação de Brusque data de 04/08/1860, quando um grupo do Sul da Alemanha chegou a Vicente Só, antigo nome do município. Deu-se, então, início à Colônia *Itajahy* que, em 17/02/1890, ganhou oficialmente a denominação que tem hoje, em função do nome do seu diretor, Francisco Carlos de Araújo Brusque¹¹.

Os trentinos partiram de Brusque, e se estabeleceram temporariamente no quilômetro 16, atual distrito de Claraíba em Nova Trento. Os imigrantes que ficaram em Brusque instalaram-se em barracos de pau-a-pique no porto de Itajaí. Observa-se também, nos escritos de Madre Matilde, CIIC¹², que “quando nossos pais chegaram da Europa ficaram três meses em Brusque, fazendo estradas nestas terras desertas, onde os animais silvestres tinham livre domicílio”¹³.

Enquanto isto, para o grupo trentino foram assinaladas terras para colonizar em Alferes, antigo nome de Nova Trento, no Vale de Tijucas, que foram imediatamente povoadas e nomeadas com a ressignificação dos nomes das terras deixadas: Vígolo, Bezenello, Valsugana e tantos outros. Quando os imigrantes trentinos tomaram posse de suas terras, já existiam presentes no local assentamentos indígenas, uma madeireira norte-americana, instalada ali entre 1833 e 1838, e ocupantes de outras nacionalidades¹⁴.

A vida dos imigrantes era árdua e laboriosa, mas na colônia de Nova Trento houve uma perspectiva de funcionalidade superior a de Brusque. Segundo Renzo Maria Grosselli, havia “a viabilidade do rio do Braço, em cujas margens se desenvolveu o centro urbano de Nova Trento, afluente do rio Tijucas”¹⁵. A navegabilidade do rio do Braço fez com que esta se destacasse das outras colônias. Foi também, no entanto, razão do seu enfraquecimento econômico, devido ao assoreamento do rio e às secas, e por causa das autoridades que não viam com bons olhos a abertura de estradas “entre os dois centros vizinhos”¹⁶, de Nova Trento a Tijucas. Toda a dificuldade vivenciada não estava no contrato firmado com Caetano Pinto, que prometia terras para cada família e subvenção do governo para abertura de estradas e espaços para casas e lavouras nas colônias. As complexidades relacionadas à nova terra, aos costumes, à língua, ao clima sub-tropical e a todos os obstáculos na instalação da colônia e

¹¹ CAMPOS, Custodio Francisco de. **Achegas para a história de Brusque**. In: Álbum do 1º Centenário de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

¹² A sigla CIIC significa: Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição.

¹³ Madre Matilde. **História da Congregação**. São Paulo, 1919. p. 21.

¹⁴ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit. p. 432.

¹⁵ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit. p. 483.

¹⁶ Idem. p. 485.

adaptação dos colonos¹⁷ eram imensas. No transferimento de pátria, se observa o fator agregador dos imigrantes italianos, caracterizados pela forte religiosidade. O significado da religião, para eles, era o de uma âncora em meio a um mar de turbulência diante do desconhecido e o de apoio para a transposição/transformação de uma nova vida num outro país.

1.5 Os risomas dos Jesuítas em Nova Trento

Nova Trento dependia administrativamente da Colônia *Itajahy* até 1881. Quanto à questão religiosa, pertencia à paróquia de São Luiz Gonzaga, em Brusque que, por sua vez, estava subordinada à arquidiocese de Curitiba. Segundo o texto manuscrito de Madre Matilde, os padres eram responsáveis pelas almas dos neo-trentinos, sendo apenas um deles alemão: “[...] Padre Alberto Gattone foi que disse a primeira missa na recente colônia, na localidade Alliança, a 12 quilômetros de Nova Trento [...]”¹⁸. Madre Matilde afirma ainda que:

Sucedeu-lhe o padre Arcângelo Ganarini, tirolês da Diocese de Trento [...]. Porém, ficou pouco tempo [...]. Em 1879 chegou do Colégio São Luis de Itu, enviado pelo Reverendo padre Vicente Cogumelli, Superior da Missão dos padres da Companhia de Jesus da Província Romana, o padre Augusto Servanzi, com ordem de abrir uma residência [convento] em Nova Trento¹⁹.

Os religiosos da Companhia de Jesus, presente no Vale do Rio Tijucas, eram de nacionalidade italiana pertencentes juridicamente à “Província romana, [em Nova Trento] que foi administrada até 1913 [...] depois passou a ser atendida por representantes da missão alemã. Então, o Município foi elevado à dignidade de Província, em 1927”²⁰, situação que perdura até os dias atuais. Isso ocorreu “em razão do fechamento da casa em Florianópolis e os jesuítas foram transferidos, em janeiro de 1879, para a vila que surgia, na foz do ribeirão dos Alferes”²¹.

Desde 1879, ano de entrada dos Jesuítas em Nova Trento, o retiro de Santo Inácio era realizado, todos os anos, por homens e mulheres, moços e moças²². Observa-se que a religião era perpetuada pelos Exercícios Espirituais, seguindo o método de Santo Inácio de Loyola, pregado aos neotrentinos. Estes exercícios serviam de controle político, econômico e social.

¹⁷ Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes foram chamados de colonos pelo Governo Imperial. O termo designa aquele que cultivava a terra. Ver: BOSI, Alfredo. *Colônia, culto e cultura*. In: **Dialética da colonização**. 3º ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 11.

¹⁸ MADRE PAULINA. Op. cit. p. 54.

¹⁹ MADRE MATILDE. Op. cit. p. 22.

²⁰ LUTTERBERCK, Jorge Alfredo. **Jesuítas no sul do Brasil**. São Leopoldo: UNISINOS, 1977. p. 80.

²¹ MARCHIORI, Tarcísio. **Madre Paulina**. Florianópolis, [1989]. p. 5.

²² Idem. p. 10. Cf.: DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

Nova Trento, como “município se deu a sua elevação em 1892, e em 1875, foi criado como distrito colonial, e em 1885 com a lei nº 1.074, criaria a freguesia e o distrito de paz que foi um passo”²³ para a sua elevação. Quando da sua criação, o município era conhecido como um convento municipalizado pela existência de três congregações religiosas²⁴ - uma feminina: a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição (CIIC), e duas masculinas: os Irmãos da Congregação do Santíssimo Coração de Jesus, CSCJ, que eram conhecidos como Robertinos, e os próprios padres Jesuítas, assinando como S.J, que atendiam espiritualmente os dois Institutos e todos os munícipes católicos, como também os da região circunvizinha. Por isso a alcunha de Convento Municipalizado, já que outros municípios eram desprovidos espiritualmente do clero, e assistidos pelos “padres leigos” ou “padres da capela”, como eram chamados no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, eram conhecidos como “Capelão”, “Sacristão” ou “Ministro”. Estes eram os colonos que sabiam ler ou que tinham certo carisma para tal função²⁵.

Em vários pontos de Nova Trento se observam construções de edifícios religiosos que, “em brevíssimo tempo, os Jesuítas fizeram surgir no município como igrejas, capelas, oratórios, dois institutos religiosos”²⁶ e santuários que, sob a ótica eclesiástica, não eram reconhecidos como tal pelo Ordinário local, ou seja, pelo Bispo e sim pelo povo, por devoção. Eram dois: o de Nossa Senhora do Bom Socorro, no Morro da Onça, que logo em seguida foi denominado Morro da Cruz, por ter sido posta uma cruz pela comemoração da virada do século XIX para o século XX; e o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, em Vígolo. Ambos os Santuários foram eleitos pela devoção popular, primeiramente, e depois pelo Bispo.

O Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro, no Morro da Cruz, conhecido popularmente como o “da Santa”, tem as suas festas nos dias três de maio e quinze de agosto. A sua construção se deu mediante o desejo do Pe. Alfredo Russel, S.J, que, a 24 de março de 1901, ao benzer a Cruz do Século, plantada no cimo do Morro da Onça, pronunciara uma oração na qual lembrou o “Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro de Ruem na França e das grandes graças que aí dispensava a Santa Virgem aos seus devotos”²⁷.

Relata Walter Fenando Piazza que “os colonos se coligaram e por 300\$000 (sic) adquiriram do Governo as terras (236,485m²) onde se ergueu, primeiramente, modesta capela e, hoje, se ergue o imponente santuário”²⁸. Enio de Oliveira Matos ressalta que “em 1905, Dom

²³ PIAZZA, Walter Fernando. **Nova Trento**. Florianópolis, 1950. p. 23-25.

²⁴ MARCHIORI, Tarcísio. Op. cit. p. 05-06.

²⁵ GROSSELLI, Renzo Maria. Op. cit. p. 452.

²⁶ DALL’ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**: documentário. Caxias do Sul: EDUCS/ EST/ co-edição LUNARDELLI, 1983. p. 94.

²⁷ PIAZZA, Walter Fernando. **Nova Trento**. Florianópolis, 1950. p. 84.

²⁸ Idem. p. 84.

Duarte Leopoldo e Silva, então Bispo Diocesano de Curitiba, sob cuja jurisdição estava todo o estado de Santa Catarina, oficializou-o como ponto de peregrinações”²⁹. Mas o santuário foi elevado a tal categoria somente em 1988, em ocasião do Ano Mariano, no dia 15 de junho, por Dom Afonso Niehues, arcebispo de Florianópolis (1967-1991), que oficializara e decretara a criação e previu que o Pároco da Paróquia de São Virgílio, de Nova Trento, exerceria também as funções de Reitor do Santuário.

Já o santuário de Vígolo, que vigolanos e Jesuítas denominaram de Nossa Senhora de Lourdes, deu-se primeiramente como Capelinha, dedicada a São Jorge, celebrando-se a sua festa em 23 de abril, no vale do Alto Alferes, a seis quilômetros da Sede; mais tarde o lote foi denominado Vígolo. Assim explica-se tal origem toponímica da Capelinha: como o santo patrono na terra natal dos moradores de *Vigolo Vattaro* na Itália era São Jorge, também aqui os imigrantes colocaram o nome em homenagem a ele.

Podemos observar que a construção da Capelinha se deu em forma de mutirões, entre os anos de 1876 e 1879, como nos relata Madre Matilde: “A primeira missão pregada pelo padre Servanzi, S.J, foi no Vale de Vígolo, na Capelinha de São Jorge [...] e no fim da missão benzeu com grande solenidade a mesma [...]”³⁰. A Madre afirma ainda que “o povo [os vigolanos] trabalhou alguns anos na construção da Igreja”³¹. A dedicação do santuário a Nossa Senhora de Lourdes deve-se ao sentimento devocional dos Jesuítas, por Nossa Senhora ter aparecido a Bernadette de Soubirou, em Lourdes, na França, que faz parte da definição dos dogmas da Imaculada Conceição, desde 1854. E a benção se deu em 11 de fevereiro de 1895. Segundo o relato do Diário da Residência,

bem cedo, muita gente foi à festa da Virgem de Lourdes. [...] Benzeu-se o novo Santuário, levou-se em procissão a Estátua da Imaculada. [...] Entrados na Igreja, o Pe. Rocchi disse algumas palavras ao colocar a estátua no nicho da Gruta. Todo o povo replicou três vezes ‘*Evviva Maria*’. Depois, no Evangelho, pregou o Pe. Manardi. Depois da Missa, seguiu-se a bênção do Ssmo Sacramento³².

Para os vigolanos, a devoção à Maria já vem desde a sua terra natal, no âmbito mediterrâneo, e está ligada a um sentimento materno, à imagem do feminino, de proteção, porque “*la mamma è sempre la mamma*”, simbolizada pela figura arquetípica da Virgem como forma de expressão. Ela é aquela que perdoa, provê tudo e está próxima dos filhos. A mãe de Jesus Cristo, sob o título de Nossa Senhora de Lourdes, vem ao encontro de seus filhos degredados numa atitude

²⁹ MATOS, Enio de Oliveira. **Arquidiocese de Florianópolis: preservando a sua história**. Florianópolis, 1996. p. 142-144. Ver: PIVA, Cláudio José. **O Santuário Carregado às Costas**. São João Batista: Gráfica Guarany, 1999.

³⁰ Madre Matilde. Op. cit. p. 22.

³¹ Idem. p. 24.

³² *Diario della Residenza del Sacro Cuore di Gesù*: 11.2.1895 apud MADRE PAULINA. **Biografia Comentada**. Vol. 1. *Positio* sobre a vida e as virtudes. Roma, 1986. p. 70-71.

de mansidão. Como apareceu a Bernadette de Soubirous, uma jovem necessitada como eles, os peregrinos acalentavam através dela a nostalgia dos parentes distantes, buscando superar as dores e as provações na nova terra, e conquistar as graças que tanto almejavam para os seus pedidos. Enfim, o mito da Grande Mãe. Assim, percebemos aqui não uma providência e fé que acolhe, mas uma conveniência como a da futura teologia da prosperidade, ou seja, *Do ut des*, em que se dá para receber do sobrenatural alguma coisa em troca.

Com a permanência dos Jesuítas em Nova Trento, observamos fortemente que, no cotidiano das famílias dos imigrantes, a religião se faz mediante uma rede de solidariedade em que os colonos se doavam em formas de compadrio, ou seja, em ajuda a compadre necessitado que, futuramente, o ajudaria quando por sua vez precisasse. E, a cada vez que participavam de mutirões, existia a alegria de estarem juntos, entrelaçados pelos laços de amizade.

Vale lembrar que as palavras não surgem ao acaso e guardam em si não apenas a origem etimológica, mas também resquícios do tempo no qual surgiram. Nesse sentido, a palavra religião – do latim *re-ligare* - significa unir o céu e a terra, o espiritual e o material³³. No contexto da imigração italiana para o Brasil, no final do século XIX, a religião era o ponto de ligação entre a Itália - mundo antigo, berço da sua cultura - e a nova Pátria, símbolo de um futuro promissor. As práticas religiosas também serviam como elo de comunicação com o sobrenatural, dando força aos colonos principalmente nos momentos iniciais na nova terra. Nesta, o sofrimento humano se assemelha ao de Cristo, na medida em que a própria vida era oferecida a um lugar desconhecido, sempre na esperança de *fare l'America*.

A Igreja, como instituição, era o ponto que culminava não somente no sobrenatural, mas no político, porque os padres eram conhecidos como os intelectuais orgânicos na concepção gramsciana, e que detem a hegemonia na sociedade civil³⁴. A organicidade se dava de maneira prática, como na interpretação da moral e da fé e no modo como esta última poderia ser realizada, e numa visibilidade pela qual a Igreja buscava restaurar o seu domínio junto ao espaço público, devido à marginalização sofrida pela sua separação do Estado³⁵. Por isso que “o sacerdote vinha de manhã, para a missa, e ficava até de tarde”³⁶. Tem-se relatos de que os padres, antes ou depois da missa, além das confissões, acudiam os fiéis nas mais variadas ocupações. Como escreve Pe. Ganarini:

Além da velha ponte que une as duas margens do Ribeirão Alferes, mais para baixo, vi uma outra que dá passagem a quem vai para a outra margem do Rio do

³³ EICHER, Peter. **Dicionário de Conceitos Fundamentais do Cristianismo**. São Paulo: Paulus, 1999. p. 694; WILGES, Irineu. **Cultura religiosa**. São Paulo: Vozes, 1983.

³⁴ PORTELLI, Hugues. **Gramsci et la question religieuse** (Préface par Jean Pierre Cot). Paris: éditions Anthropos, 1984. p. 69.

³⁵ ANTONIAZZI, Albert et al. **Nem anjos nem demônios. Interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 34.

³⁶ MARCHIORI, Tarcísio. Op. cit. p.11.

Braço, sobre o qual existe uma terceira ponte com correntes de ferro, para pedestres. Essas duas últimas pontes devem-se à iniciativa dos RR. PP Jesuítas que se puseram à testa do povo o qual com prestação de serviços e contribuições em dinheiro ou de conduzir a bom fim estas duas obras de utilidade pública³⁷.

Neste contexto, os Jesuítas fazem parte da romanização, também conhecida como ultramontanismo, como destaca Elza Daufenback Alves ao afirmar que “os Padres eram construtores, empreendedores socializados na tradição seminarística e religiosa trentina (ou romanizada). Assim, não era incomum entre os padres de mentalidade romanizada construírem igrejas, pontes, escolas paroquiais, enfermarias, asilos, hospitais, e outros”³⁸. Nesta perspectiva, “a igreja devia ser compreendida como uma sociedade hierarquizada e autônoma, sob a chefia direta do Pontífice Romano”³⁹.

Em Nova Trento, contando sempre acompanhado dos serviços prestados pelas freiras dos institutos religiosos por eles fundados, Elza Daufenback Alves ressalta também que os Jesuítas faziam cumprir o papel que um líder religioso deveria – dentro de tal mentalidade – fazer, por caridade e também para dar visibilidade à Igreja Católica romanizada⁴⁰.

Dentro do processo de romanização, o Jesuitismo triunfa e foi fato marcante no município de Nova Trento. Tanto que o município era conhecido pelos administradores, em Desterro, como Convento Municipalizado, pela força administrativa dos religiosos apesar de existirem três entidades: Apostolado da oração, Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição e Banda Musical Padre Sabbatini – Sociedade Filarmônica Neotrentina. Eles deram continuidade à sustentação da submissão campesina a uma realidade social e política que os imigrantes estavam acostumados a receber na sua terra natal. Esta relação bilateral convinha a ambos os lados; aos imigrantes numa subordinação - já que eram de “índole bondosa e religiosa”⁴¹, e aos Jesuítas, pela condição de mantenedores da ordem e dos bons costumes. Esta índole bondosa e religiosa dos imigrantes dava-se não por serem naturalmente cordiais, mas sim por se tratar de uma troca de favores, e por terem vindo dos países europeus que passaram pela Reforma e Contra-Reforma, tendo um catolicismo ligado à figura do padre, à capela e à escola paroquial. E, como fala Sérgio Buarque de Holanda, “a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do povo

³⁷ GANARINI, Angelo. **Nova Trento: impressões de viagem pelo padre Arcangelo Ganarini**. Apud Walter Fernando Piazza. Op. cit. p. 142.

³⁸ ALVES, Elza Daufenbach. **Discurso religioso católico e normatização de comportamentos: São Ludgero - SC 1900-1980**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em História, p. 28.

³⁹ AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal: história do pensamento católico no Brasil-II**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 226.

⁴⁰ AZZI, Riolando. Op. cit. p. 28.

⁴¹ DALL'ALBA, João Leonir. Op. cit. p. 94.

que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência”⁴².

Essa “proteção” vem também manifestada na Banda Musical Padre Sabbatini, através da religião católica, com os seus símbolos e seus organizadores, que eram os padres Jesuítas e as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, como meio de se renovar e de ir ao encontro do processo de aculturação⁴³, embora com pequeníssimas variantes por parte dos imigrantes, e suas repercussões na identidade e na alteridade estabelecida na comunidade.

São com os elementos religiosos e sociais destas transposições de cultura que eles vivificaram e transpuseram para cá o seu modo de viver. Conforme Maurice Halbwachs “os habitantes assemelham-se ao quarteirão ou à casa [...] há uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e o aspecto dos lugares onde ele vive”⁴⁴.

Observa-se, assim, a importância da figura dos Jesuítas, que percorriam os vales catarinenses e que, desde o final do século XIX, fixaram-se em Nova Trento, onde encontravam grande receptividade por parte dos trentinos, lombardos, bergamascos e de outras nacionalidades. Por onde eles passavam, qualquer palavra de conforto era bem-vinda. Contudo, a religiosidade popular da época expressava-se ainda pela devoção à *Madonna*, ao Rosário, aos santos devotos, procissões e *Via Crucis*. Esta forma simplificada de religiosidade – de desprendimento e abandono – dos imigrantes dava sempre margem a “estratégias de poder como: o poder disciplinar, o bio-poder”⁴⁵ e a governabilidade da Igreja.

As inúmeras viagens que os Jesuítas fizeram, em suas andanças por Nova Trento e arredores, uma vez que eles eram os olhos do Papa onde ele não podia estar, tinham o intuito de dar governabilidade e estratégias de poder à Igreja Católica Apostólica Romana dentro do processo de romanização. Eles se fizeram detentores das vidas dos neotrentinos. Segundo Ana Maria Marques, quando os padres faziam alguma espécie de visita às comunidades e, por conseqüência, às famílias “diziam: por que esse não pode ir pro seminário? Já indicando!”⁴⁶. Existe também um ditado popular em Nova Trento, segundo o qual se repetia “quando nasce um filho, se joga na parede, se colar é pedreiro, se cair no chão é padre. Então saiu daqui também muito padre e muita freira”⁴⁷.

⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 147.

⁴³ A aculturação é o processo de interação entre duas ou mais culturas mediante o qual se dá uma transposição de símbolos, significados, produzindo uma perda de elementos das culturas de origem e gerando uma outra sincrética. BRIGHENTI, Agenor. **Por uma evangelização inculturada**. São Paulo: Paulinas 1998, p. 31. Cf.: EICHER, Peter. **Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia**. São Paulo: Paulus, 1993. p. 395. Ver: MOSCONI, Luis. **Santas missões populares: uma experiência de evangelização voltada para as massas**. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 20-22.

⁴⁴ HALBWACHS, Maurice. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 69.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **Da arqueologia do saber à estética da existência**. Rio de Janeiro: NAU/ Londrina, PR: CEFIL, 1998. p. 104.

⁴⁶ MARQUES, Ana Maria. **Nova Trento em Canto de Fé**. Itajaí: UNIVALI, 2000. p. 20.

⁴⁷ ORSI, Agostinho José. 45 anos. Nova Trento. Entrevista concedida a José do Nascimento. Nova Trento, 17/09/2005. p. 2.

Com esses elementos se observa a religiosidade e o domínio da Igreja através dos Jesuítas, como fala Dall’Alba, criticando-os como aproveitadores da índole bondosa e religiosa dos imigrantes e apontando-os como a causa da esterilidade de Nova Trento⁴⁸.

Com efeito, e segundo essa perspectiva, Gilberto Freire nos informa:

Em oposição aos interesses da sociedade colonial, queriam os padres fundar no Brasil uma santa república de ‘índios domesticados para Jesus’ como os do Paraguai; seráficos caboclos que só obedecessem aos ministros do senhor e só trabalhassem nas suas hortas e roçados. Nenhuma individualidade nem autonomia pessoal ou de família. Fora o cacique, todos vestidos de camisola de menino de dormir como num orfanato ou num internato. O traje dos homens igualzinho ao das mulheres e das crianças⁴⁹.

Dentro do enraizamento religioso dos neotrentinos, engendrado paradoxalmente no imaginário dos Jesuítas, no período do início da colonização, quando eles ditavam a moral sob a égide da Igreja.

Em suma, através da dinâmica dos fatos ocorridos durante o século XIX, que tiveram como protagonistas a Igreja e os Estados liberais, observa-se a complexidade dos problemas e a dificuldade de contorná-los com atitudes dignas de ambas as partes⁵⁰. Por outro lado, havia uma demanda por conta de carências econômicas, uma vez que as pessoas não foram favorecidas como o prometido em suas novas conquistas. A maneira encontrada foi partirem para o trabalho fora dos seus *comuni* e *provincie*, fora dos confins territoriais onde viviam em situações de privação. Essa maneira de proceder provocou um espantoso processo de migração. E, assim, o homem migrante, acreditando no progresso, encontrou como saída a busca por novas paragens. O seu destino era a tão desejada *cuccagna*. Esse movimento ampliou enormemente os limites da vida e satisfaz uma gama cada vez mais ampla de necessidades. Uma vez realizados, e tendo tornado suas vidas mais repletas, continuam seus descendentes a fazer *la Merica*.

Neste processo, a religião constituiu um marco fundamental do início da ocupação, colonização, exploração e urbanização, não só de Nova Trento, mas também das regiões circunvizinhas. E como afirma Nietzsche “[...], foi a moral que protegeu a vida do desespero e do assalto no nada, naqueles homens e classes que foram violentados e oprimidos por homens”⁵¹.

⁴⁸ DALL’ALBA, João Leonir. Op. cit. p.94.

⁴⁹ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1. 45ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. p. 96.

⁵⁰ ZAGHENI, Guido. Op. cit. p. 138.

⁵¹ NIETZSCHE, Friedrich. **NIETZSCHE: Vida e Obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 434.

**A RELIGIÃO DE JACOBINA E “O MISTÉRIO DO SANGUE”
VISÃO DO HISTORIADOR GUSTAVO BARROSO ACERCA DO MOVIMENTO
MESSIÂNICO MUCKER**

*Caroline von Mühlen**

O movimento Mucker foi um movimento messiânico que envolveu exclusivamente imigrantes de origem alemã da Colônia Alemã de São Leopoldo. Teve início em 1869 e o episódio final ocorreu em 2 de agosto de 1874, com a morte de dezessete integrantes do grupo, inclusive Jacobina, pelo Exército e pela Guarda Imperial.

Trata-se de um movimento de cunho religioso, no qual havia a participação tanto de católicos como de protestantes. Estes por sua vez, reuniam-se na casa de João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer, onde realizavam seus próprios cultos e devoções de acordo com seus princípios e concepções de religião. A comunidade que cercava Jacobina acreditava, segundo alguns, que ela era a “enviada do messias”¹ e através de seu discurso falava sobre o fim do mundo e tentava alertar os colonos que não a seguissem iriam para o inferno, pois os Mucker eram o grupo escolhido e portanto teriam suas almas salvas e passariam deste plano terrestre para o plano espiritual. Através deste discurso podemos ter a clareza de que Jacobina explicava o mundo de acordo com a maneira e as necessidades dos colonos adeptos do movimento messiânico Mucker.

O palco do movimento messiânico foi a Colônia Alemã de São Leopoldo, antiga Feitoria do Linho Cânhamo, que recebeu em 1824 as primeiras levas de imigrantes alemães vindos das mais diversas regiões que compõem hoje a Alemanha. É importante ressaltar que a maioria dos integrantes do movimento Mucker veio das regiões próximas ao Rio Reno, onde após a destruição do templo de Jerusalém, no ano 70dC, por Tito, se instalaram comunidades judaicas. Este é um dos motivos que levam o autor Gustavo Barroso acreditar que os membros do movimento Mucker eram descendentes de judeus. Alguns descendentes de imigrantes das primeiras levas se instalaram junto ao Morro Ferrabraz, onde atualmente se localiza o município de Sapiranga. Não podemos esquecer que os primeiros imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul tiveram a garantia de vários direitos e benefícios como: passagem paga, lote de terra gratuito, animais para o sustento inicial e instrumentos para trabalhar na terra, subsídios diários de 160 réis no primeiro ano e 80 no segundo ano, **cidadania brasileira**, isenção de impostos e **liberdade de culto**.

* Graduada do curso de História Licenciatura Plena, UNISINOS; Bolsista de iniciação científica UNIBIC-UNISINOS, orientada pelo Prof. Dr. Martin N. Dreher.

¹ Os messianismos estão presentes em toda a história, são marcados pela presença de um líder espiritual, “messias” que, através de suas pregações religiosas, agrupa grande número de fiéis em organização que foge aos padrões tradicionais. Por isso são vistos como ameaça para a sociedade.

As promessas feitas aos imigrantes alemães foram tentadoras. Nada tinham a perder, pois estavam fugindo da destruição após as guerras napoleônicas e de outras dificuldades que assolavam sua região de origem. Quando chegaram aqui se depararam com outra realidade e inclusive com o total abandono e o não cumprimento das promessas pelas autoridades que haviam promovido sua imigração. Muitas foram as promessas e poucas, ou melhor, nenhuma foi cumprida. Somente em 1846 foi concedida a cidadania brasileira aos imigrantes alemães. Já a liberdade religiosa só foi permitida após a instalação da República. Mas apesar de todas essas falsas promessas e dificuldades enfrentadas neste novo mundo, o Brasil recebeu mais de 200 mil imigrantes alemães, desde o início da imigração em 1824 até o ano de 1914.

Os Mucker quando aqui chegaram também enfrentaram muitas dificuldades, pois grande parte do território do Rio Grande do Sul ainda possuía grandes extensões de mata virgem, a qual estes colonos tinham que desmatar para poder construir a sua primeira casa e somente depois disto iniciar a plantação de produtos para a subsistência de sua família. Em meio a essa situação de dificuldade, frustração, e saudade de sua terra de origem, misturavam-se a alegria e esperança de uma nova etapa para todos com melhores condições de vida. À medida que esses imigrantes vão se adaptando à nova terra, podemos notar que ocorre o crescimento e desenvolvimento da Colônia Alemã de São Leopoldo. Enquanto uma parcela da população está prosperando, outro grupo (Mucker) vai se distanciando cada vez mais do meio social e formando uma comunidade isolada, onde ocorre a germinação de um novo grupo religioso liderada por uma mulher, Jacobina Mentz Maurer.

Inicialmente a questão religiosa no Rio Grande do Sul era muito complicada. Havia poucos padres e pastores e estes não conseguiam atender todas as comunidades. Somente a partir do ano de 1849, chegaram os primeiros padres (porque a religião dominante durante Império, era o catolicismo, mas o credo evangélico foi permitido, enquanto que as religiões estavam proibidas até a Proclamação da República) para fazer pregações em alemão, para os imigrantes alemães católicos que representavam pouco mais de um terço do total dos imigrados. Enquanto isso, os colonos protestantes representavam a maioria, mas tinham apenas a permissão de realizar cultos em ambientes domésticos. Como a liberdade plena de culto só foi permitida após a República (§ 5 da Constituição do Império), os Mucker vão ser severamente punidos e exterminados. São vistos como criadores de nova seita religiosa, dissidente de grupo apenas tolerado, em um ambiente onde havia a predominância da religião católica. Além disso, em ambiente claramente patriarcal, seu movimento destoava por ser liderado por figura feminina, caso único nos messianismos brasileiros.

Diversos autores se empenharam no estudo do Movimento Mucker, cada um com uma visão diferenciada do acontecimento. Dentre todas, chama a atenção a leitura feita pelo historiador,

escritor e membro da Academia Brasileira de Letras, Gustavo Barroso, que nos dá uma visão exótica do movimento e ímpar em relação a tudo o que já estudamos ao longo da pesquisa acerca da “Religião de Jacobina”, que está sendo realizada no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

Antes de analisar a sua obra, é necessário trazer algumas informações sobre sua vida e sobre o contexto histórico em que escreveu a obra. Tais informações nos ajudam a entender por que o historiador Gustavo Barroso assumiu tal posição frente a este acontecimento, após 64 anos do fim do movimento messiânico Mucker.

O historiador Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza, em 29 de dezembro de 1888, e faleceu no Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1959. Foi um exímio escritor e responsável pela publicação de cento e vinte e oito obras que podemos encontrar dispersas em jornais e revistas de Fortaleza e do Rio de Janeiro, para os quais escreveu artigos, crônicas e contos, bem como desenhos e caricaturas. Além disso, diversas obras deste autor estão voltadas a história, folclore, ficção, biografias, memórias, política, arqueologia, museologia, economia, crítica e ensaio, além de dicionário e poesia. Devido a sua relevante produção e publicação de livros, em 8 de maio de 1923 foi designado para ocupar a Cadeira nº. 19 da Academia Brasileira de Letras.

Além de ser um bom escritor, Barroso também era advogado, professor, político, contista, folclorista, cronista, ensaísta e romancista. Alimentava idéias anti-semitas, era membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) e tornou-se um dos mais importantes doutrinadores do Integralismo na era Vargas, mas sobretudo era adepto das idéias do nazismo alemão, aspecto este que o diferenciava das idéias de Plínio Salgado, Chefe da AIB. Muitos autores afirmam que a ligação de Barroso com o nazismo alemão explica-se pelo fato de ser filho de uma alemã de Württemberg. Além disso, o autor mantinha contatos freqüentes com dirigentes do nazismo alemão, dos quais recebia constantemente informações e propagandas anti-semitas.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) era composta pela classe média urbana, como: funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais, além de operários e militares. Com o lema “Deus, pátria e família” tornou-se uma das organizações políticas de extrema-direita mais importantes do Brasil, graças também ao apoio de Getúlio Vargas. Sua marca principal é a busca por um nacionalismo exacerbado, autoritarismo, intolerância e racismo no mundo entre-guerras, expressado através do anti-semitismo. Através da ideologia anti-semita vai combater ferrenhamente os judeus, pois acredita que a cultura judaica não poderia fazer parte da cultura nacional, tornando-se, portanto, um perigo para a população brasileira. Não podemos esquecer que os integralistas acreditavam também que os judeus, que não conseguissem se integrar à sociedade brasileira, deveriam ser deportados para Alemanha de Hitler (Getúlio Vargas vai entregar Olga Benario a

Hitler por ser uma judia) ou eliminados. Temos aqui o pano de fundo para a leitura que será feita por Barroso sobre os Mucker do Ferrabraz no Rio Grande do Sul.

O anti-semitismo presente na Ação Integralista Brasileira encontrou força para se manifestar principalmente durante o Estado Novo, caracterizando-se por um anti-semitismo essencialmente político de grande alcance. Em função desta ideologia, Vargas serviu-se do Integralismo para seus interesses de governo. Além disso, contou com o apoio dos integralistas para a Revolução de 1930 e para fazer frente ao levante comunista no Brasil. A intenção primordial era obter o consentimento das elites políticas para a suspensão das eleições presidenciais e decretar a ditadura do Estado Novo. Mas com a instalação do Estado Novo, contudo, diversas organizações políticas acabaram caindo na ilegalidade, inclusive a Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado.

Todavia, o anti-semitismo presente no regime de Vargas, mostrou-se como um instrumento de poder, visando a auto-afirmação de um estado totalitário e nacional, no qual a presença semita não era desejada. Devido à aproximação de Vargas com o nazismo alemão de Hitler, a comunidade judaica vai ser alvo de duras perseguições no Brasil, principalmente no auge da imigração judaica para o Brasil. Neste período, vamos ter diversos pensadores nacionalistas anti-semitas (principalmente Gustavo Barroso) que se levantam contra o “perigo semita” e, entre 1918 e 1938, se mobilizam para impedir a entrada e estabelecimento de estrangeiros, contribuindo para o crescimento do anti-semitismo no Brasil, através da publicação de diversas obras anti-semita.

A repressão ao movimento comunista de 1935 reforçou o autoritarismo de Vargas com o apoio de amplos setores do exército e dos grupos dominantes, ele passou a conspirar para se perpetuar no poder. A situação interna favorecia a solução autoritária. Assim, o Estado Novo de Vargas organizou-se e estruturou-se com base no modelo da ditadura européia de direita. Durante seu governo, Vargas impediu que um grande número de judeus ingressasse em território brasileiro. Em nenhum momento de seu governo colocou-se a favor ou contra a causa judaica, bem pelo contrário, tanto Vargas como as autoridades diplomáticas, de forma “camuflada”, alegavam “...*que a imigração semita era indesejável para a construção de um novo Brasil, afirmava-se que os judeus eram “inassimiláveis, indivíduos inúteis a sociedade, destituídos de escrúpulos, sem pendor algum para a agricultura, além de constituírem-se em fatores de desintegração étnica e religiosa.”*(CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. 1988,p. 422)²

O anti-semitismo tinha um papel muito importante e significativo, do ponto de vista ideológico entre estes militantes da Ação Integralista Brasileira. Estes, por sua vez, encontraram na Ação Integralista Brasileira uma oportunidade para difundir a “seita anti-semita”, cuja intenção era

² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 590 pg

a disseminação de um grande número de publicações em relação a este assunto. Muitas destas obras tiveram várias edições e traduções, cujo objetivo era que um maior número de pessoas tivesse acesso à “filosofia anti-semita” e difundisse o ódio em relação aos judeus que, pretensamente, queriam dominar o mundo.

As obras de Barroso foram muito bem aceitas pela população brasileira e estrangeira, porque encontraram um campo favorável na década de 1930 para florescer. Além disso, o maior número de obras anti-semita publicadas durante a era Vargas foi de autoria dos integralistas da AIB. De acordo com visão da autora Maria Luiza Tucci Carneiro, “*as obras de autoria de Barroso nada mais são do que mensagens repetitivas de temas e concepções anti-semitas já existentes e contestadas no plano internacional, resultado em um aglomerado de idéias ecléticas. (...) o discurso anti-semita de Gustavo Barroso repete-se em todas as suas obras, expressando ideologicamente posições similares à doutrina alemã.*”(CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. 1988. Pg. 367 e 373).³

Gustavo Barroso aderiu à Ação Integralista Brasileira em 1933 e esta, por sua vez, desenvolveu uma doutrina para tentar explicar o Brasil. De acordo com essa doutrina a influência dos estrangeiros na economia, política, cultura e em outros setores aumentava ainda mais os problemas existentes no Brasil. Sua proposta estava voltada para a construção de uma sociedade caracterizada pelo tradicionalismo e pela moral cristã. O principal objetivo da Ação Integralista Brasileira foi tentar “abrasileirar” os imigrantes e formar uma identidade nacional, além de manter a união do estado e da nação. Pretendia um Estado unido, no qual se partilhasse dos mesmos interesses e sentimentos, se tivesse os mesmos ideais em relação ao Brasil, além de libertar sua população da exploração econômica do capitalismo e da exploração dos candidatos corruptos. Para o autor, este ideal só poderia ser alcançado por meio de pessoas pensantes, com dignidade, com virtudes patrióticas e com amor pelo Brasil. Os judeus não se encaixam nesses pré-requisitos, pelo fato de serem vistos como responsáveis pela destruição do mundo tradicional, o advento da modernidade e desejarem dominar o mundo.

Em seu livro, “*O que o integralista deve saber*”, Gustavo Barroso, enfatiza que o integralismo

é uma Ação Social, um movimento de Renovação Nacional em todos os pontos e em todos os sentidos. Prega uma doutrina de renovação política, econômica, financeira, cultural e moral. Prega essa doutrina, completa-a e a amplifica constantemente com seus estudos, e prepara os homens capazes de executar as medidas dela decorrentes. (...)O integralismo constrói uma doutrina política, em consequência da qual poderá formular inúmeros programas de administração.

³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: Fantasmagorias de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 590 pg.

(...)Integralismo quer dizer soma, reunião, integralismo de esforços, de sentimentos, de pensamentos, ao mesmo tempo de interesses e de ideais. Não pode ser um simples partido. É cousa muito mais elevada. É um movimento, uma ação, uma atitude, um despertar de consciências, um sentido novo da vida, a marcha dum povo que desperta!” (BARROSO, Gustavo, 1935, p. 9, 10 e 13)⁴.

Faz-se necessário primeiramente conhecer um pouco da vida e dos ideais de Gustavo Barroso, para que dessa forma seja possível entender melhor porque ele assumiu tal postura e porque aplica aos Mucker do Morro Ferrabrás posturas judaicas. Ele tem por objetivo demonstrar que os grandes problemas brasileiros tinham uma causa específica e determinada, na qual os judeus eram responsáveis pelos conflitos que estavam ocorrendo pelo mundo. Em seu artigo, *O mistério do sangue*, publicado em *História Secreta do Brasil*, em 1938, o autor enfatiza que a revolta messiânica dos Mucker ocorrida do Morro Ferrabrás, em Sapiranga/RS, entre 1869 e 1874, tinha raízes judaicas, pois os assassinatos, os incêndios, os roubos, ou seja, toda revolta tinha o perfil típico de atividade judaica.

Na medida em que vai interagindo com os fatos, o autor constata que a base do conflito que ocorreu no Morro Ferrabrás não era política, mas de caráter religioso. Defende a tese de que os acontecimentos são de fundo judaico, voltados para a descristianização da população local. Acredita que a revolta chegou a alcançar a dimensão que teve, porque havia poucos padres naquela época, e portanto faltou disciplina entre esses alemães, uma vez que eles mesmos escolhiam seus representantes. Na maioria das vezes esses representantes eram membros da própria comunidade, o que é visto pelo autor como um erro, pois levava à escolha de pessoas perversas e sem nenhuma moral, cuja intenção era aproveitar-se da ignorância dos colonos “ignorantes”.

É possível observar que o autor é um ferrenho opositor do movimento Mucker e em diversos momentos faz críticas a Jacobina e a seu marido. Via ambos como um casal de “místicos espertalhões”, que tinham o propósito de se dar bem na vida à custa dos outros colonos “ignorantes” que acreditavam em suas profecias. De acordo com o autor Erni Engelmann, em recente publicação, os Mucker “*eram samaritanos que acolhiam os pobres colonos, muitas vezes, só com doenças da alma que podiam ser resolvidas com um pouco de descanso, uma sopa quente nas horas certas, algumas palavras de conforto e eventualmente as interpretações da Bíblia Sagrada.*” (ENGELMANN, Erni G. 2005,549). Para Engelmann, a prática no Ferrabraz não estava voltada para o enriquecimento de Jacobina; por isso recebiam milhares de pessoas que procuravam por cura, explicação da Bíblia e conforto.

⁴ BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A. 1935. 209 pg.

Os integralistas tiveram muita força política na década de 30, procuravam mostrar que os judeus provocavam a guerra e diversos conflitos no Brasil. O anti-semitismo é o tema central de sua produção literária e, por isso, deixam explícito seu ódio em relação aos judeus. É partindo desse pressuposto que, baseado em Ambrósio Schupp e em Eduardo Marques Peixoto, dos quais obteve as principais informações para a confecção de seu texto, que Barroso vai fazer suas divagações sobre os Mucker, por ele considerados judeus.

Barroso, ao estudar a seita dos Mucker, acredita que a escolha dos doze apóstolos e inclusive do personagem Judas, por Jacobina Mentz Maurer, esteja associada à seita judaica e, esta por sua vez, é uma obra diabólica do satã. Este é outro elemento fundamental para classificar sua revolta contra os princípios judaicos. Os Mucker foram alvo de muitos boatos e na maioria das vezes a população contrária à seita inventou diversas histórias que provocavam a ira dos demais colonos e inclusive das autoridades. Assim, Barroso ressalta que Jacobina era uma “tarada”, permitindo que seu parente Klein pudesse desfrutar de inteira liberdade em sua casa e, além disso, Jacobina tinha total domínio sobre o seu marido e seus sectários. Enfatiza ainda que foi responsável pela discórdia familiar, a separação de casais e conflitos ocorridos na colônia. Segundo o autor Erni Engelmann,

versões como a de que Jacobina nomeara apóstolos foram, mais tarde, veementemente negadas por todos os Mucker no julgamento final. O boato talvez tivesse surgido do fato de ter sido objeto de discussão, na casa dos Maurer, o capítulo 11 do evangelho de São Mateus que trata dos apóstolos. (ENGELMANN, Erni G. 2005, 559).

É possível observar que o historiador Gustavo Barroso tentou de todas as formas descobrir semelhanças entre os fatos do Ferrabrás e o que considera seita judaica. Não podemos esquecer que o autor é o produto resultante do período em que estava inserido, mas o fato de ser marginalizado por Vargas em 37, não vai impedir Barroso de combater os judeus. Neste período, algumas ideologias vão encontrar campo favorável para prosperar, exemplo disso são as ideologias nazistas, fascistas e stalinistas. Adotando princípios da ideologia nazista e do anti-semitismo, o autor vai combater ferrenhamente os judeus, vistos como causadores de toda a desgraça no Brasil.

Barroso, observa que os judeus caracterizavam-se como grupo muito unido no sentido de ajudarem-se mutuamente. Esse princípio de ajuda mútua também vai encontrar no movimento Mucker, com que estaria se assemelhando ainda mais com a tradição judaica. Outro fato que evidencia essa aproximação ao judaísmo é o assassinato da mulher de Abílio Schroeder, na Terra dos Bastos, onde segundo as informações obtidas pelo autor: “*cortaram-lhe a jugular e recolhendo o sangue a uma vasilha... conclui-se que se tratava dum assassinato ritual*”. (BARROSO, Gustavo. 1938, p. 292) Para o autor todas as suas suspeitas vão se confirmando, porque no livro sagrado dos

judeus, o Talmud⁵, judeus tinham que matar pessoas depois de suas assembléias, para dessa forma utilizar seu sangue em rituais religiosos e oferecer em sacrifício a Deus.

Após a tragédia de 1874, alguns Mucker foram residir na Terra dos Bastos, no então município de Lajeado, e ali foram acusados de serem os responsáveis pelo assassinato da mulher do colono Abílio Schroeder. Junto ao corpo da senhora teria sido encontrada vasilha, na qual teria sido coletado seu sangue. Anos após os colonos terem dizimado os últimos descendentes dos Mucker na Terra dos Bastos, o próprio Abílio Schroeder confessou ser o autor da morte de sua esposa, pois pretendia casar-se com outra mulher. Baseando-se na morte da senhora Schroeder e tomando o relato da coleta do sangue da assassinada, Barroso vai afirmar que nada estaria inventando em relação ao ritual praticado por judeus. Ele realmente seria praticado desde o ano de 408. Ressalta que os assassinatos rituais realizados pelos judeus seriam parte da história e freqüentes; eram comuns. As cenas relatadas por Schupp, segundo as quais o sangue das vítimas de Mucker teria sido coletado em vasilhas, estariam a comprovar que os Mucker do Ferrabrás na realidade seriam judeus. As práticas do Ferrabrás seriam práticas judaicas, praticadas por judeus ou por descendentes de judeus.

O historiador Gustavo Barroso não se contenta em “comprovar” que os Mucker seriam judeus, antes aproveita a oportunidade para “comprovar” que todas as coisas ruins que acontecem ao longo da história são de autoria de judeus.

No governo Vargas de 1930 a 1945, com a crise do liberalismo, com o nacionalismo, movimentos de extrema-direita e o auge da imigração judaica no Brasil o anti-semitismo encontra seu auge. Barroso vai se valer do movimento Mucker para alimentar a ideologia anti-semita e fazer propaganda contra a imigração judaica. Suas colocações, contudo, também contribuíram para colocar mais um manto preconceituoso, entre tantos outros, sobre grupo de colonos protestantes, com alguns aderentes católicos, de tradição pietista e anti-racionalista. Além de colonos obscurantistas e adversários do progresso das ciências e da razão, acusação que lhes foi feita por Carlos von Koseritz, de decaídos da ortodoxia protestante, acusação que lhes foi imputada por pastores, e de serem exemplo de que todo o protestantismo termina em muckerismo, hipótese levantada por sacerdotes católicos, desde Gustavo Barroso passaram a estar também a serviço do anti-semitismo da Era Vargas, como exemplo das atrocidades que pretensamente seriam cometidas por judeus.

⁵ Para Gustavo Barroso o livro sagrado dos judeus – Talmud – é o verdadeiro código de bandidos, e por meio deste os não- judeus poderiam compreender os desejos e ações disfarçadas do judaísmo.

Referências Bibliográficas:

BARROSO, Gustavo. **O que o integralista deve saber**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A. 1935. 209 pg.

BARROSO, Gustavo. **História secreta do Brasil**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A. 1938. p. 281-298.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: Fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 590 p.

CHIAVENATO, Julio José. **O inimigo eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 320 p.

DREHER, Martin N. (org.) **Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 313 p.

ENGELMANN, Erni Guilherme. **A saga dos Alemães – Os Mucker**. Igrejinha, 2005, 523 - 601 p.

MAIO, Marcos Chor. **“Nem Rotschild nem Trotsky”: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1992, 162p.

MORAIS, Vamberto. **Pequena história do anti-semitismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, 387 pg.

Internet: http://www.cpdoc.fgv.br/nav.historia/htm/biografias/ev_bio_gustavobarroso.htm

O MOVIMENTO MUCKER: REAÇÃO CONTRA DIFERENTES VERTENTES IDEOLÓGICAS DO SÉCULO XIX

Stela Ana Santin

O movimento Mucker, ocorrido entre 1869 e 1874 no Vale do Rio dos Sinos, caracterizou-se como um movimento messiânico à semelhança do acontecido mais tarde em Canudos, na Bahia e também em Santa Catarina e Paraná, com a questão do Contestado. Trata-se de um movimento de cunho religioso, cujos participantes, tanto católicos como protestantes, reuniam-se na casa de João Jorge Maurer e Jacobina Mentz, onde realizavam seus próprios cultos e devoções, passando a, no decorrer dos anos, comungar da convicção de que sua líder, Jacobina, se comunicava com Deus, além de ter o poder de interpretação da Bíblia.

Na discussão sobre etnicidade, a questão Mucker chama a atenção, pois não se tratou propriamente de um conflito entre etnias diferentes, porém, tratou-se de um movimento que envolveu quase que exclusivamente a etnia alemã. A pergunta, então, diz respeito a como foi possível a configuração de um ambiente tão hostil dentro de indivíduos da mesma etnia, dos quais se esperava antes uma postura solidária e companheira uns para com os outros, em vista das adversidades comuns na nova terra. Ao investigarmos a questão religiosa em torno dos Mucker, percebemos a configuração de um contexto bastante complexo de ideologias que se afirmavam na época, que se sobrepuseram à questão da etnia, fazendo com que a legitimidade religiosa de um colono alemão fosse negada pelo seu próprio vizinho, também alemão, que um dia havia compartilhado das mesmas práticas de fé daquele vizinho que agora condena.

Algumas peculiaridades tornam o movimento bastante intrigante em sua constituição. Uma delas é o fato de que ele teve como participantes exclusivos imigrantes de origem alemã, muitos deles oriundos da primeira geração chegada no Brasil. Sendo este o perfil dos protagonistas, a língua alemã apresenta-se como o idioma predominante do movimento, mesmo que, mais tarde, as autoridades brasileiras tivessem envolvimento com o caso. A Colônia Alemã de São Leopoldo, principal foco de imigração de alemães para o país em 1824, foi o palco dos acontecimentos. Mais especificamente foi o morro Ferrabrás, onde morava Jacobina Mentz, localizado atualmente no município de Sapiranga, o principal local do ocorrido.

Outra característica singularizadora do caso Mucker é o fato de sua líder ter sido uma figura feminina. Para o Brasil do século XIX, em que a condição da mulher ainda estava condicionada à

submissão e obediência em relação ao homem, esta emancipação do feminino através de Jacobina Mentz enquanto condutora e idealizadora do movimento é um aspecto muito significativo para o estudioso do movimento; ademais, percebe-se que a questão de gênero foi tonificante na culpabilização dos Mucker, pois, para os seus opositores, era inconcebível e lascivo um grupo liderado por uma mulher.

Quanto à questão das particularidades do movimento Mucker, há quem, em virtude delas, veja-o como um caso bastante isolado e particular da História do Rio Grande do Sul, ou ainda antes da História da Colônia Alemã de São Leopoldo e por isso menos merecedor da atenção historiográfica. O projeto que desenvolvemos com vistas à Religião de Jacobina tem verificado justamente o contrário: o caso dos Mucker insere-se num contexto histórico muito amplo e complexo, que até então não havia recebido a atenção satisfatória da historiografia, principalmente no que diz respeito à religião, elemento motor dos conflitos que se sucederam.

Com o apoio dos preceitos da Micro-História e da História Cultural percebemos cada vez mais que os Mucker resultaram de processos aparentemente exteriores a eles, mas que os determinaram decisivamente. Verificamos a existência de uma rede de tensões na Colônia Alemã de São Leopoldo, constituída por vertentes ideológicas opostas que fizeram frente aos Mucker. Quanto à metodologia utilizada, escreve Pesavento:

É próprio do método da micro-história estabelecer esta grade de múltiplas relações, o que o faz uma espécie de laboratório de experiências. Na medida em que estas relações pressupõem um *in* e um *out* com relação a escala escolhida, a micro-história seria ainda o método que jogaria com as dimensões do geral e do específico, do todo com a parte, do particular com o geral, da regra com a anomalia, do consensual com a diferença ou ainda do texto com o contexto. (PESAVENTO, 2004, p.183)

Esta grade de múltiplas relações, de que fala Pesavento, é o nosso ponto de partida para o estudo dos Mucker, já que somente a partir da apreciação dos diferentes discursos em litígio na época é possível fazer inferências sobre o movimento. Partindo de um intratexto, isto é a realidade dos próprios colonos Mucker, ampliamos nosso olhar para o entorno do movimento. Através deste extratexto, podem-se *intensificar os cruzamentos possíveis, numa tentativa de ampliação das possibilidades de interpretação*. (PESAVENTO, 2004, p. 180) Faz-se aqui necessário, portanto, uma reconstituição do panorama histórico da época.

Sabe-se que, depois do conturbado período napoleônico, o catolicismo europeu empenha-se na renovação da consciência católica, de forma a restaurar o modo de atuação da Igreja, com o objetivo de consolidá-la mais firmemente através de um papa fortalecido, que ditava os dogmas a serem seguidos. Este é o contexto da Restauração Católica, em que a incondicional supremacia do Papa se acentuava

decisivamente e culmina com a instituição de documentos oficiais como o *Syllabus* de 1864 e o Concílio Vaticano I, que efetivam o catolicismo romano como uma monarquia absoluta e universal. Através da infalibilidade papal, a Igreja se legitima e rejeita a sociedade moderna e todos os seus “ismos”, a separação da Igreja e Estado, a liberdade religiosa, o cientificismo, a educação pública sem controle eclesial, etc. É este tipo de Igreja que chega às regiões de imigração alemã através dos jesuítas em fins do século XIX.

Os sacerdotes católicos deparam-se, ao embrenharem-se nas picadas da Colônia Alemã, com uma maneira de exercer a fé muito distante daquela que eles almejavam: havia certa harmonia entre as religiões católicas e protestantes; a fé era exercida de forma pouco sofisticada, como uma espécie de “culto doméstico”, cujo padre ou pastor era um colono escolhido entre os membros da comunidade para exercer tal função, sem que para tal encargo tenha se preparado ou estudado.

Com a chegada dos jesuítas e seu novo projeto de tornar a Igreja mais sacramental, hierarquizada e clerical, este modo harmônico em que se organizava a prática da fé entre católicos e protestantes foi afetado. Os colonos foram aclamados a se adaptarem ao novo modelo de Igreja que se impunha ao modo rústico de religião que até então estava presente nas picadas. Porém, alguns colonos não concordaram com a adequação à nova religião e seguiram com sua própria piedade. Estes colonos foram os Mucker. Além de não se adequarem à nova igreja dos jesuítas, também não freqüentavam a igreja protestante que ali se instalava. Neste sentido, os Mucker representaram para ambas vertentes religiosas o desvio do desvio, pois se recusam a fazer parte de qualquer instituição religiosa, para formar uma nova igreja, para organizarem-se de maneira autônoma, o que é uma verdadeira afronta para a o catolicismo restaurador da época.

Assim, o catolicismo da colônia opõe-se ferrenhamente aos Mucker, já que estes contrariavam as normas de qualquer forma de organização eclesial: apesar de se dizerem protestantes, já não freqüentavam mais tal ordem e, além disso, organizavam-se independentemente dela. Havia, para os olhos da Igreja Católica ali presente, uma nova religião que se formava, um paganismo emergente. Apesar de haver uma certa tolerância religiosa, a religião oficial do império era a católica, o que dava aos jesuítas um respaldo ainda maior no combate aos Mucker.

Um forte representante desta vertente foi o padre jesuíta Ambrósio Schupp, que chega ao Brasil em 1874, justamente o último ano do movimento. O padre reproduz em seu livro “Os Mucker” o senso-comum da época, acusando os Mucker de assassinos, fanáticos, incendiários, entre outras alcunhas.

O protestantismo também se opõe aos Mucker. Após o ano de 1864, com a chegada do pastor Hermann Borchard à Colônia Alemã, inicia-se uma espécie de restauração nos templos protestantes das colônias, que, até então, tinham em sua liderança “pseudo-pastores”, que, como já mencionado, eram representantes religiosos escolhidos pela própria comunidade.

O pastor Borchard, espantado com a situação de abandono espiritual em que se encontravam os colonos alemães, inicia um processo de sinodalização da Igreja Evangélica, através da substituição dos pastores colonos ou pseudo-pastores, por pastores ordenados vindos da Alemanha. Sobre o interior de um templo da comunidade evangélica de São Leopoldo escreveu Borchard:

Na igreja encontra-se um retábulo, a ascensão de Cristo, originalmente destinado a um convento católico e, mais tarde, dado de presente, por dois comerciantes ingleses de Porto Alegre, à comunidade local. Sobre o altar há velas. Na celebração da Santa Ceia é usado pão. Ao invés de um cálice de Santa Ceia usa-se um copo comum, ao invés do jarro de Santa Ceia usa-se um copo comum, ao invés do jarro de Santa Ceia usa-se a garrafa, ao invés da pia batismal usa-se uma velha bacia. Como (...) pode ver, temos aqui uma mistura caótica de reformado e luterano e algo de católico, de cristão e racionalista, de hábitos cristãos e de maus hábitos. (Borchard *apud* Dreher, 1990, p. 102-112).

“*Mistura caótica de reformado e luterano*”: tal era a apreciação de Borchard quanto à situação religiosa dos colonos. Mais tarde, com o surgimento do movimento Mucker pode-se inferir que Borchard tenha reprovado ferrenhamente o movimento, já que ele representava a estagnação e o retrocesso; aquela forma de piedade que ele tanto tentou extinguir através da clericalização do protestantismo nas picadas presentificava-se nos Mucker. A líder do movimento era como um pseudo-pastor – sem nenhuma formação, e, o que piorava a situação, uma mulher. Esta, nas palavras de Borchard, *mistura caótica* de diferentes vertentes religiosas e de maus hábitos mostra-se em seu ápice através dos Mucker.

De forma semelhante à Igreja Católica, a Igreja Protestante chega à Colônia Alemã com o intuito de instaurar uma Igreja que afaste os colonos do abandono espiritual, e os acolha numa Igreja mais sacramental e institucionalizada, que deve restabelecer a ordem espiritual na comunidade. Os colonos acusados de muckerismo foram justamente os transgressores destas regras ditadas por ambas as Igrejas, foram aqueles que não aceitaram a racionalização de sua fé e as imposições religiosas contra sua maneira particular de exercer a piedade. Ao recusarem-se a fazer parte do novo sistema de igreja evangélica – e também católica, eles se afastam do culto e da missa, enterram seus mortos em espaços privados e realizam seus próprios cultos e interpretações bíblicas.

Até aqui pudemos visualizar como a situação de restauração religiosa que vivia a colônia alemã mostrou-se opressiva aos Mucker, que não queriam desfazer-se de sua forma doméstica de praticar religião. É importante ressaltar que, a prática de culto-doméstico era, desde a chegada do imigrante no Brasil até meados do século XIX, quando começam a chegar os primeiros pastores e sacerdotes ordenados, uma atividade muito comum na colônia alemã. Desta forma, só se pode inferir que, pelo menos num primeiro momento, o caráter religioso dos Mucker não era anômalo. Tornou-se excêntrico somente a partir deste processo de clericalização e sacramentalização das instituições religiosas na colônia, da qual os Mucker recusam-se a participar para permanecerem exercendo sua fé como até então tinham feito. *Como o cristianismo leigo dos primeiros quarenta anos estaria sendo destruído pela vinda de pastores formados em universidades ou em casas-de-missão, o grupo em torno de Jacobina seria reação ao novo tipo de Igreja* (DREHER, 1990).

Como se pode perceber, o panorama religioso em torno dos Mucker era bastante complexo: de um lado tinham-se os católicos e de outro os protestantes, que, apesar de pertencerem a correntes religiosas totalmente opostas, estes adversários dos Mucker compartilhavam da visão de que os participantes da seita eram um bando de fanáticos religiosos que se desviaram do bom caminho, por não aceitarem pertencer às igrejas que ali se estabeleciam, e insistiam em reunir-se de forma pagã e organizar-se independentemente. Para as duas vertentes religiosas, tanto a católica, como a protestante, os Mucker não se enquadravam no perfil do bom alemão, em função da recusa a incorporar as leis da Igreja Católica ou Evangélica, consideradas legítimas e respeitáveis pela população, e do afastamento dos sacramentos e dos rituais por ela previstos.

Para entendermos a religião dos indivíduos Mucker é fundamental que se tenha em vista a mudança que gradativamente se deu na concepção de pertencimento à Igreja, já que os Mucker, mesmo dizendo-se protestantes e tendo entre eles alguns católicos, recusam-se a permanecer presentes nas atividades da Igreja Evangélica. Há, portanto, um cristianismo que, oriundo dos processos de restauração religiosa e política da Europa, chega mais organizado e aparelhado às colônias alemãs no Brasil, onde se depara com o movimento Mucker, que representará um total atraso religioso.

A Europa do século XIX caracterizou-se pela predominância das idéias racionais e científicas provenientes dos processos históricos dos séculos XV e XVI. Imperativo era opor-se à religião, ao metafísico, à tradição e ao esoterismo. As novas teorias científicas detiveram-se ao estudo da natureza, isto é, daquilo que é essencialmente material e empírico, em detrimento dos temas abstratos. A filosofia materialista e o positivismo de Comte ganham campo próspero nesta época e dão legitimidade aos

postulados darwinistas. Estes entram então em conflito direto com a Igreja, justamente por negarem o criacionismo divino e proporem a teoria da Evolução das Espécies.

As picadas de imigração alemã de São Leopoldo não ficavam totalmente alheias a esses processos que culminavam na longínqua Europa. As teorias científicas chegavam à colônia através de figuras como Karl von Koseritz, mais especificamente através de seus fervorosos artigos publicados em seu almanaque, que tinha uma considerável circulação entre os imigrantes teutos. Jornalista alemão de ideais liberais e iluministas, Koseritz se transfere para o Brasil acompanhando a legião dos “Brummers”, grupo de soldados recrutados pelo Governo Imperial brasileiro para lutar na guerra contra Rosas. Koseritz considerava-se o verdadeiro ilustrado, o porta-voz dos pressupostos científicos da época. Como não podia ser diferente, dada sua ideologia, Koseritz combate ferrenhamente Jacobina e seu séquito, por considerá-los de mentalidade alienada pelas forças religiosas e também corrompidos pelo perigoso livro: a Bíblia.

O interessante é que Koseritz corrobora em seus incisivos textos, críticas contundentes não só ao comportamento mucker, mas também a ambas as orientações religiosas em atividade na região: a católica e a protestante. Para Koseritz, como representante do ateísmo materialista e dos ideais liberais e científicos que tomavam fôlego na época, os Mucker eram o verdadeiro desvio da norma, eram a estagnação absoluta da evolução humana, maculavam a laboriosa e ilustrada raça alemã com sua ignorância e sua piedade extremada; dois elementos que, conjugados, produziam, para Koseritz, indivíduos dementes, bárbaros, fanáticos e assassinos como os Mucker. Seus escritos revelam sua posição pró-iluminista. :

Se nossas colônias, ao invés de marotos de toda a espécie, tivessem mestres escolares capazes e ilustrados, que iniciassem as crianças desde a mais tenra idade nos mistérios da natureza, lhes interpretassem todos os fenômenos naturais e remetessem tudo à fonte original da vida – as leis imutáveis e eternas da natureza – uma mulherzinha doida, histérica como a Jacobina Maurer teria sido simplesmente ridicularizada, sem jamais encontrar adeptos que se deixassem inflamar a tais atos macabros. (KOSERITZ, 1875)

Na opinião de Koseritz faltaram ao grupo de Jacobina os atributos da razão, eles não eram esclarecidos o suficiente para não se deixarem ludibriar por esta mulher. Como mencionado, o jornalista alemão inflamava não apenas contra os Mucker, mas criticava com o mesmo tom fervoroso as instituições religiosas presentes na Colônia, que tiveram nos Mucker a prova viva do insucesso e incompetência da Igreja na supervisão e aconselhamento espiritual dos colonos. Sobre os pastores, Koseritz faz a seguinte observação:

Na crença necrófila na Bíblia, condenando todo o progresso e toda a Ilustração, difundindo temor ao inferno e preparando as bocas para a crença em milagres, promovem tanto quanto os jesuítas, só que são menos cultos, estudaram menos e em seu todo têm menor importância. (KOSERITZ, 1875)

O que se vê, portanto, é uma piedade colona sendo confrontada por um iluminismo que se instaura através das orientações religiosas e também através da pessoa de Koseritz. Esta constatação nos remete à trajetória da família de Jacobina, de sobrenome Mentz, que, uma geração antes, se vê inserida numa situação bastante semelhante a dos Mucker. Através da tese de doutorado de Ferdinand Schröder, publicada em 1931, na Alemanha, tomamos conhecimento de que na comunidade de Tambach, na Turíngia, diversas pessoas se negaram a participar de cultos, comungar na santa ceia, retiraram seus filhos da escola e realizaram reuniões religiosas separadamente, confessando-se em comunidades fora do território da Turíngia, onde também batizavam seus filhos. Esta atitude seria resultado da introdução na comunidade pelo Superintendente Geral Löffler de um novo catecismo em 1788, de um novo livro de leituras em 1796 e um novo hinário em data desconhecida, nos quais estava contido um ensino religioso de orientação racionalista. Desagradados da atitude do Superintendente, os moradores de Tambach encaminharam petição ao Duque, solicitando o retorno do catecismo e do livro de leitura antigos. Ao terem seu pedido indeferido, assumem a posição separatista acima descrita, isolando-se das práticas comunitárias. Por este comportamento, são convocados pelo Supremo Consistório Ducal, em Gotha, onde foram condenados “*a abjurar a antiga doutrina e a desistir de se apresentar como separatistas ou a desistir de seu pátrio direito e a emigrar*”. Muitos optaram por emigrar, entre eles encontravam-se Johann Liborius Maenz (sic) com esposa, 3 filhos e 2 filhas, que optaram por se retirar de Tambach, a 16 de abril de 1799, rumo a Sternberg, no território de Würzburg. O filho mais velho de Johann Liborius Mentz foi Andreas, pai de Jacobina.

O que levou a comunidade de Tambach, na Alemanha, e os adeptos de Jacobina, no Ferrabrás, a se oporem à Igreja e a se afastarem das atividades da comunidade? Acreditamos que a memória da família Mentz, já uma vez confrontada com a introdução do pensamento iluminista na Alemanha através da pessoa do Superintendente Geral Löffler e suas reformulações na Igreja, é aqui no Brasil reavivada pela penetração de idéias racionalistas na Igreja, através de figuras como Borchart e do Pastor Boeber, pároco de Sapiranga, e também na sociedade em geral, através de ilustrados como Koseritz.

A história se repete. Diferentemente dos alemães de Tambach, os adeptos de Jacobina não emigram da colônia alemã de São Leopoldo - pelo menos não num primeiro momento - mas se unem

no alto do morro Ferrabrás para enfrentar aqueles que ridicularizam sua piedade em nome de um pensamento que se diz moderno, assim como já havia sido feito com seus ascendentes em Tambach, na Alemanha.

Ao investigarmos a trajetória da família de Jacobina Mentz e reconstituirmos os principais discursos que circulavam nas picadas à época dos Mucker, percebemos que todos os seus opositores, mesmo que cultivassem divergências ideológicas entre si, compartilhavam de um aspecto: ancorados numa forte idealização do imigrante alemão enquanto indivíduo virtuoso e honrável e também numa necessidade latente de modernização, todos tinham a certeza de que os Mucker representavam um desvio, uma anomalia e por isso deviam ser combatidos. Seja pela recusa à adaptação ao novo tipo de Igreja, seja pelo não acompanhamento do fluxo das evoluções científicas, os Mucker situavam-se à margem da sociedade da época, melhor dizendo, foram uma excrescência dela.

Referências Bibliográficas

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. **Afetos e circunstâncias. Um estudo sobre os Mucker e seu tempo.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996

DREHER, Martin Norberto. **A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial.** São Leopoldo: Sinodal, 1999.

_____. **Igreja e Germanidade.** 2 ed. – São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003

_____. **O movimento Mucker na visão de dois pastores evangélicos.** In. Peregrinação: estudos em homenagem a Joachim Herbert Fischer pela passagem de seu 60º aniversário. São Leopoldo : Sinodal, 1990. p. 102-112.

KOSERITZ, Karl von. **Embuste Mucker na Colônia Alemã. Uma contribuição para a história da cultura da germanidade destas bandas.** In: Koseritz Kalendar, Porto Alegre 1875, p. 119-144, tradução de Martin N. Dreher.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado.** In Revista HISTÓRIA UNISINOS – v. 8, n° 10. São Leopoldo: Unisinos, 2004. p. 179 –189.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859.** Tradução e apresentação de Martin N. Dreher. São Leopoldo e Porto Alegre: Editora UNISINOS e EDIPUCRS, 2003.

SCHUPP, Ambrósio. **Os Mucker: a tragédia histórica do Ferrabraz.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

TEUTO E AFRO-DESCENDENTES NO PROTESTANTISMO LUTERANO RIO-GRANDENSE

*Ricardo Willy Rieth**

1 A inserção do luteranismo em uma sociedade escravista

O protestantismo luterano brasileiro é religião de imigrantes europeus e seus descendentes. Com isso está dada sua determinação fundamental e ao mesmo tempo são estabelecidos os seus limites.

O povo luterano era, em sua maioria, gente simples, camponeses e pequenos artesãos, que deixaram sua pátria pressionados pela falta de terra, pela pobreza, pela ausência de perspectivas e pela esperança de uma vida melhor para suas famílias no Brasil. Para os governantes de seus territórios, a saída dessa gente representava um alívio principalmente das tensões sociais, já que a pobreza provinha da injusta distribuição de renda e do desemprego. Parte desses imigrantes foi trabalhar nas plantações de café, na região sudeste, mas a maioria veio para os três estados do extremo sul – RS, SC e PR.

O governo imperial brasileiro, por sua vez, tinha um grande interesse na imigração desses europeus. Afinal de contas, eles iriam: ocupar o extremo sul do país, fortalecendo uma fronteira constantemente ameaçada por invasores da América hispânica; fornecer à cidade e aos quartéis produtos agrícolas e manufaturados, algo que a pecuária, principal atividade econômica regional, não tinha condições de oferecer; gerar uma classe média, passível de ser mão-de-obra assalariada, numa sociedade formada até então quase que exclusivamente por latifundiários e escravos; dignificar o trabalho, num país onde realizar atividade braçal significava perder a honra e a liberdade diante da sociedade; "branquear" a raça num Brasil que era predominantemente negro a começos do século passado (e poderia a qualquer momento tornar-se palco de uma revolução da esmagadora e oprimida maioria negra contra a minoria branca, a exemplo do que ocorrera no Haiti em 1804); promover a valorização de terras virgens, que até então tinham reduzido ou nenhum valor, pois eram ocupadas por florestas ou habitadas por indígenas; expulsar os indígenas para a margem das terras colonizadas e colaborar no seu extermínio, ou então garantir a ocupação das

* EST, São Leopoldo, RS e ULBRA, Canoas, RS

terras de onde estes já tinham sido expulsos; consolidar, enfim, na qualidade de pequenos proprietários, o regime de grande propriedade da terra, pois assegurariam as fronteiras do latifúndio e produziram o que este era incapaz de produzir: alimentos para os brasileiros (cf. Dreher, 1984: 21-28 e Witt, 1996: 17-21).

Fica claro, portanto, que o luteranismo foi trazido ao Brasil por pessoas chegadas com a missão de substituir a população negra. Os luteranos vieram ser alternativa aos negros, considerados os grandes responsáveis pelo atraso econômico do país e, portanto, um entrave ao seu progresso. É bem ilustrativo, nesse sentido, que a primeira leva de imigrantes alemães chegados a São Leopoldo, há exatos 175 anos atrás, foi assentada na área da Real Feitoria do Linho Cânhamo, um projeto desativado, onde o trabalho era feito por escravos negros. Foi nas proximidades da antiga senzala que as famílias imigrantes tiveram seu primeiro abrigo.

Tal conjuntura histórica colocou o luteranismo em um dos lados de uma barreira intransponível a separar duas situações: de um lado, a de ser branco e trabalhador livre; de outro, a de ser negro e escravo/ex-escravo. Esta separação, por sua vez, foi ainda potencializada pelo caráter de religião de minoria étnica constitutivo do luteranismo.

2 O encontro de brancos livres com negros escravos

Houve situações episódicas de contato entre imigrantes luteranos e escravos negros, pelo menos durante certa parte do século XIX. Carl Leopold Voges (1801-1893), pastor e comerciante em Três Forquilhas (Itati), RS, desde 1826, possuía e negociava escravos. O historiador Carlos Henrique Hunsche traz o seguinte relato sobre a relação do "pastor-empresário" luterano Voges com escravos negros:

Para sua subsistência, o Pastor Voges recebeu, em vez de uma, duas colônias de terra, ou seja, 150 hectares que se estendiam ao longo do riacho, conhecido por "Arroio do Padre" ou "Arroio do Voges". Aqui tinha a sua residência de construção simples, como os demais colonos, a poucos metros da igreja em construção (ou já construída). [...] Voges instalou um armazém de secos e molhados, bem sortido, inclusive com ferragens, louças e vidros, e tornou-se intermediário em toda a classe de negócios, inclusive de rapadura e cachaça que vendia mesmo aos domingos, depois dos cultos. Tendo, inicialmente, encontrado dificuldades na aquisição de mão-de-obra para as suas lavouras, atafona e caravanas de transporte, o Pastor Voges passou a comprar, nas imediações de

Torres, escravos que eram conduzidos pelos caminhos do litoral, a Porto Alegre, Rio Pardo e outras localidades. "Com o tempo o Pastor Voges chegou a ter mais de 20 escravos, empregando-os especialmente na lavoura e na atafona que ele havia construído do outro lado do Arroio do Voges. No fundo do seu sobrado mandou construir uma senzala bem espaçosa para dar-lhes moradia. Voges era um legítimo "senhor velho". Costumava batizar seus escravos com sobrenomes alemães, o que continuou como costume de seus descendentes, como é o caso da preta Adelina Schmitt, mais conhecida por Picucha..." (Hunsche, 1983: 21-23).

Livros de comunidades luteranas rio-grandenses atestam batismos e casamentos de negros. No sul da Bahia, na Colônia de Leopoldina, fundada em 1818 por suíços e alemães, o visitante suíço Johann Jakob von Tschudi contava em meados do século passado 200 descendentes de imigrantes convivendo com cerca de 2 mil negros (Dreher, 1991: 80). Esta colônia está de certo modo ligada à pré-história do Sínodo de Missúri no Brasil. Este sínodo norte-americano iniciou suas atividades no Brasil apenas em 1900. Para um grupo considerável de seus membros, porém, esse trabalho já poderia ter iniciado décadas antes. Mas sua intenção se chocava com a reprovação de um grupo politicamente bem representativo.

Um dos principais líderes do grupo contrário ao envolvimento com o Brasil era o pastor Heinrich C. Schwan, presidente do Sínodo de Missúri de 1878-1899. Schwan era natural da Alemanha, onde fora ordenado pastor em 1843. Antes de ir aos EUA, trabalhara de 1844 a 1850 como tutor dos filhos de um fazendeiro alemão assentado em Leopoldina. Ao que tudo indica, Schwan tivera uma experiência negativa naquela colônia decadente e, ao final, fracassada economicamente. Ao contrário da maior parte das colônias alemãs, Leopoldina não era formada por pequenos, mas por grandes proprietários. Schwan não se identificara com a maneira daqueles imigrantes alemães viverem sua fé, tendo por isso desrecomendado e, como pastor-presidente, impedido totalmente qualquer esforço pastoral da parte do Sínodo de Missúri em relação a eles. Por outro lado, proclamar o evangelho à população baiana, formada predominantemente por escravos negros brutalmente explorados e oprimidos, foi algo que Schwan sequer cogitou (cf. Rehfeldt, 1962: 24s).

No âmbito do Sínodo Riograndense, fundado em 1886, houve episódios de trabalho pastoral entre negros. Osmar Witt destaca a atividade de Ernst Theodor Lechler, sucessor do escravista Voges na Paróquia Evangélica de Três Forquilhas (Itati) entre 1898 e 1907. Diferentemente do que em núcleos de colonização alemã, os teuto-brasileiros dali estavam assimilando de forma mais

acelerada o português e costumes de outros grupos étnicos. A existência de muitos negros, ex-escravos de alemães, que tinham sido batizados na fé evangélica, mas não eram atendidos devido à barreira lingüística, levou Lechler a introduzir pregações em português que ocorriam a cada 14 dias. A frequência nesses casos chegaria a superar a dos cultos em alemão. Os negros também se entusiasmaram com seu coral de 22 vozes, organizado por Lechler, e sentiam orgulho pelo fato de ter um "padre", assim como o tinham os teuto-brasileiros. Esta experiência, porém, deveu-se muito mais à "conversão" operada em Lechler pelo desafio imposto por aquelas pessoas negras, que queriam viver a fé na qual tinham sido batizadas. A postura dominante no Sínodo Riograndense de então afirmava a exclusividade étnica e era conseqüência de um modelo missionário voltado precipuamente à preservação da germanidade (Witt, 1994: 154-156).

3 A comunidade luterana de afro-descendentes em Manoel dos Regos

Por volta de 1919 começou a surgir uma comunidade luterana formada por pessoas negras no sul do RS. A presença negra no RS se deu desde sua colonização, que oficialmente inicia com a fundação do forte de Jesus-Maria-José (Rio Grande) em 1737. O negro participou de diversas atividades na Província: na criação de gado, no transporte de cargas, como soldado, em serviços domésticos, públicos, na artesanaria, na agricultura e, com destaque, nas charqueadas. As charqueadas foram os primeiros e mais significativos empreendimentos pré-industriais no RS. Entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, época áurea das charqueadas, cerca de 30% da população rio-grandense era constituída de negros. As maiores empresas charqueadoras, e que mais empregavam trabalho escravo, estavam localizadas no sul da Província, na região de Pelotas. É esta justamente a região de Solidez, 1º Distrito de Canguçu, onde surge a comunidade luterana negra em questão. A partir de 1850 começaram a entrar em declínio as charqueadas. Parte dos escravos foi vendida ao centro do país, parte foi engrossar a força de trabalho urbana, especialmente de Porto Alegre (cf. Oro, 1994: 11s; Bento, 1976: 133-172. 240-255; Maestri Fº, 1984: 74-111).

Em Solidez existia uma comunidade formada por oito famílias de teuto-brasileiros. Para pastoreá-las e ao mesmo tempo iniciar a missão entre pessoas negras interessadas, foi chamado o pastor Augusto Drews, natural de Santo Amor, Pelotas, e recém-formado no Seminário Concórdia de Porto Alegre, a casa de formação do Distrito Brasileiro do Sínodo de Missúri, hoje Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Este sínodo norte-americano, fundado na primeira metade do séc.

XIX e voltado predominantemente ao trabalho pastoral junto a alemães e seus descendentes, havia iniciado suas atividades mediante o envio de obreiros especialmente para o sul rio-grandense. Nos EUA, o Sínodo de Missúri já atendia pastoralmente pessoas negras desde 1877, mas não há indícios de que a iniciativa para o trabalho no sul do estado tenha partido de lá. A relação deste sínodo teuto-norte-americano com os negros era no mínimo ambígua nesta época, pois alguns anos antes sua liderança teológica e político-eclesiástica havia defendido ser a instituição da escravidão compatível com a ordem divina da criação. Aliás, foram talvez os únicos luteranos do norte dos EUA a fazê-lo (cf. Meyer, 1964: 234-238; 317-319; Kuenning, 1988: 133s).

Augusto Drews atuaria em Solidez e cercanias de 1919 até 1930. As principais informações que temos a respeito da história dessa comunidade vêm todas de relatos, publicados ou não, do próprio Drews. Num destes relatos, datado de 1948, ele descreveu a situação em Solidez no ano de 1919 e lembrou como começou o vínculo entre comunidade, pastor e pessoas negras da região.

A comunidade do lugar acusava 8 membros votantes. A capelinha representava um aspecto humílimo. As instruções sobre a missão do lugar que a Comissão Missionária dera ao missionário constavam numa folha de papel almasso em branco, apenas com o cabeçalho. Tive que me conformar com este gesto estranho. "Deve caber a mim - dizia eu - encher esta folha de papel com o devido assunto." Quero fazê-lo aqui, pondo como cabeçalho: "Aos pobres será pregado o evangelho." S. Luc. 4:18. Este trabalho que o signatário empenhou durante 11 anos em Solidez, Mun. Canguçu não deixou de ser um trabalho humilde e insignificante aos olhos dos filhos deste mundo, como o próprio obreiro, casualmente, teve ocasião de ouvir da boca de um deles. Mas Deus em sua palavra tem razão, quando diz que o seu reino é semelhante a um grão de mostarda, ou a um pouco de fermento. Nos primeiros cultos realizados na capelinha da congregação, aparecia na porta, constrangido, o tio M. [Manuel Leal] Era uma pessoa de côr e já de idade bem adiantada. Este tio M. [Manuel Leal] voltava aos cultos e assumia o seu lugar na porta e, de vez em quando, espreitava para ver o que se dava e se realizava dentro da capela. Com as repetidas vezes de comparecer, foi trazendo uns e outros de sua gente. Em pouco tempo tínhamos um grupo pequeno de interessados que formaram o início de cultos especiais e de uma escola. Estas pessoas com outras mais, com o tempo, foram instruídas na religião cristã em duas classes e casas particulares (Drews, 1948: 1s).

O tempo de uso compartilhado da capela para os cultos e demais atividades de ambos os grupos, o dos teuto-brasileiros e o dos negros, foi breve. A tensão, provocada por teuto-brasileiros contrários à dedicação do pastor às pessoas negras e contrariados com a necessária convivência com elas, era crescente. No Natal de 1922, pouco antes de iniciar a programação relativa à data, houve uma grande briga entre os membros da comunidade. De acordo com os documentos, o grupo de negros, mesmo não sendo responsável pelo conflito, acabou sofrendo as conseqüências e teve vedado o acesso à capela, que lhes servia de local de cultos, instrução religiosa e prédio escolar. Durante cinco anos a comunidade de luteranos negros reuniu-se nas próprias casas. A 30 de novembro de 1927 foi inaugurada na localidade de Manoel dos Regos, distante 1,5 km de Solidez, uma capela, onde também funcionaria a escola. O terreno foi doado por um teuto-brasileiro, Emil Wille, que posteriormente veio a substituir Drews como professor da escola. O material de construção foi doado, sendo a feitura dos tijolos e a construção assumidos por membros da própria comunidade luterana negra. Nessa época, a escola contava com 25 alunos (Drews, 1927: 349).

Com esta nova configuração na paróquia diminuiu o confronto direto entre teuto-brasileiros e negros. Por vezes, no entanto, a situação ficava difícil para o pastor, uma vez que dividia seu tempo entre as comunidades. Certa vez, por exemplo, quando Drews estava lecionando na escola, foi procurado por um membro da comunidade alemã que solicitou a celebração de um batismo. Este disse ao pastor: "Es ist mir eine Erniedrigung, wenn ich den Pastor fern in einer Negerschule beim Schulehalten aufsuchen muß!" [Para mim é uma humilhação ter que procurar o pastor longe, enquanto este dá aula em uma escola de negros] (cf. Drews, 1948b, 1).

A partir do trabalho em Solidez e depois em Manuel dos Regos, pessoas - negras e também brancas - não pertencentes ao grupo teuto-brasileiro de outras localidades do município de Canguçu buscaram o acompanhamento da comunidade e de seu pastor. Drews estendeu sua atividade a Iguatemi I e II, Florida, Canguçu e Campos. Em Iguatemi II surgiu um núcleo formado principalmente por negros. É interessante notar que os brancos luso-brasileiros também não queriam compartilhar a vida comunitária com os negros. Como, em razão da língua, não havia modo de serem integrados à comunidade de teuto-brasileiros, acabaram tendo seus próprios cultos e atividades. Os negros, por sua vez, também passaram a rejeitar a possibilidade de vida litúrgica e comunitária com os dois grupos de brancos. Em razão da intensa migração na própria região, membros da comunidade de Manuel dos Regos acabaram fixando residência em Pelotas, Rio Grande ou Lixiguana (Piratini). Ali surgiram pontos de pregação e até comunidades luteranas com

forte presença negra, que viriam a receber atendimento pastoral de João José Alves, sucessor do pioneiro pastor Drews. Os nomes de algumas das primeiras pessoas luteranas negras da região de Canguçu eram: Valério Antônio Alves, Ornélia Alves, Manuel Leal, a viúva Laurinda e o pai Chico (cf. Drews, 1948a: 3).

Como se deu esta relação entre luteranismo e pessoas negras em Solidez/Manuel dos Regos? O que de atraente havia na fé luterana para aquela gente pobre, que até uma ou duas gerações atrás ainda vivera a tragédia da escravidão? Que caracterizava sua vida litúrgica e comunitária? Que lhes pregava um pastor de origem teuto-brasileira? Seguem abaixo alguns trechos de relatos de Drews sobre o período de 1919 a 1930, cujo conteúdo lança um pouco de luz no sentido de responder a estas perguntas.

Em um ponto de pregação distante aconteceu o primeiro sepultamento. Uma irmã na fé, mais idosa e de cor, mãe de uma numerosa família, faleceu repentinamente. No dia seguinte, recebeu sepultamento cristão. Quando fui ao local do velório, encontrei um grande grupo. O dono da casa, um homem grisalho, mais do que pobre e alquebrado, estava deitado, no calor da tarde, sobre um pequeno pelego, do lado de fora da casa, debaixo de uma figueira. A lamentação e a miséria o tinham levado até ali para um breve momento de descanso. Quando fui até ele e o abordei, ele se levantou, veio cambaleante em minha direção e se queixou de sua situação atual, mais deplorável ainda. Eu disse a ele algumas palavras de consolo e pedi que se sentasse ao lado do corpo [da esposa falecida] para ouvir. Ele o fez e ouviu com devoção. Na mensagem fúnebre, perante uma audiência que ouvia em silêncio e em parte balançava afirmativamente a cabeça, desenvolvi os seguintes pensamentos: que a morte é mais terrível do que qualquer coisa e que o pecado trouxe tal miséria e tal desgraça sobre as pessoas; que nós próprios não podemos nos redimir disso; que, contudo, em meio a esta desgraça, miséria e abandono há um Salvador, que nos faz bem-aventurados, a saber, nosso Redentor Jesus Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que nos redimiou de todos os pecados, da morte e do poder do diabo, que também é nossa vida no aquém e no além, e que nós, crendo nele, também iremos ressuscitar um dia e viver em eterna bem-aventurança, assim que podemos confessar: "Cristo é minha vida e a morte é lucro". Podia-se perceber em certos ouvintes o quanto estavam agradecidos por palavras de consolo como jamais tinham ouvido. Muitos adultos e alunos da missão também estavam por ali e cantaram muito bem, de modos que houve gente,

olhando para dentro da casa, admirada com o fato de haver negros pobres que pudessem cantar tão bem (Drews, 1927: 349).

Nem sempre o testemunho evangélico de Drews encontrou eco. A situação abaixo descrita traz explicitamente a voz de gente que sofre a miséria cotidiana e desafia o pastor a uma pregação mais encarnada na realidade vivida.

Era um mês de abril, logo após a Páscoa. Também nos pontos de missão propus levar a mensagem consoladora e edificante da ressurreição de Cristo. Chegado a um lugar, já encontrei uma casa repleta de gente. Expliquei a ressurreição de Cristo conforme os três pontos do Catecismo Menor. No decorrer do serviço registraram-se alguns fatos, como isto sucede em serviço de missão. Enquanto uma senhora idosa, com os olhos marejados de lágrimas, demonstrava profunda comoção pelo que ouvia, o marido da mesma ergueu-se com ar zombeteiro, voltando-se para sair, e disse-me: "Acho melhor que o senhor se enterta com as moças." Uma outra senhora, em dado momento, fez-me ouvir: "Eu acho que com a morte tudo se acabou." "Sinto muito - disse-lha." "Ah, é?!" - foi apenas a resposta. Finalmente levantou-se um moço de destaque e apresentou sua opinião com ar de convicção e disse: "Acho melhor o senhor falar contra a miséria, porque a miséria lutou com a morte e a venceu." "Como? - disse eu então - Então quer dizer que só temos mais miséria e não mais a morte?" "Ah, não sei - respondeu-me ele - li um livro onde dizia isso" (Drews, 1948c: 1).

O ambiente de culto era marcado pela informalidade. O fato de cultos e demais atividades comunitárias acontecerem por vários anos nas casas das famílias, sem dúvida contribuiu para isso. É o que se constata pelo relato abaixo.

Achava-me num outro ponto de missão. O povo era gente de cor e viviam em humildes choupanas e com poucos recursos, faltando, muitas vezes, os utensílios e móveis mais necessários de casa. Assim sucedeu-se também na casa da minha gente, onde se realizavam os cultos com regularidade. Um banquinho, do qual devia servir-me para assentar-me na hora do culto era meio falso. Já me tinha feito apresentar cenas ridículas. Portanto, conhecendo-o, metia-o no canto da casa, detrás de uma mesa baixa e tosca. No entanto, uma cena mais estranha do que esta ocorreu num dia de culto. Diante da mesa havia um corredor livre, de uma porta da sala à outra, que a dividia. Na parte da sala mais para os fundos estavam naquele dia mais ou menos uns vinte e poucos ouvintes escutando o sermão com silêncio e devoção. Subitamente este silêncio foi interrompido pelos latidos de cachorros que

vinham perseguindo um porco, que tinha invadido a lavoura. Quanto mais esta caçada se aproximava à casa, tanto mais foi o estorvo. E, o que não se esperava, aconteceu. No meio da sala os cachorros seguravam o porco e este gritava. Finalmente, um dos ouvintes bradou: "Já, diabo!" Foi então que os cachorros largaram o porco e este às pressas, pela outra porta, foi ao potreiro, dando lugar para poder seguir com o sermão. E, como se tratava de um caso banal, não pude me impressionar muito com o fato, seguindo o culto, então, normalmente (Drews, 1948c: 2).

4 João José Alves: um afro-descendente no ministério luterano

De Manuel dos Regos veio também o primeiro pastor luterano negro do Brasil. João José Alves (1909-1961) era filho de Valério Antônio e Ornélia Alves, em cuja casa costumava se reunir a comunidade negra. Sua infância foi marcada por privações e dificuldades, pois a família era muito pobre. Frequentou a escola mantida por Drews, e por ele também foi orientado no ensino confirmatório. Após revelar sua vocação ao pastorado, recebeu adicionalmente um preparo especial da parte de Drews. Estudou de 1924 a 1930 no Seminário Concórdia, em Porto Alegre. Na época, o estudo era realizado quase que exclusivamente em língua alemã. Alves se notabilizou por dominar com perfeição este idioma. Depois de formado, atuou por um ano como missionário entre negros em Porto Alegre e em Minas do Butiá. Em 1932 foi trabalhar em sua terra de origem, Manuel dos Regos. A partir dali começou o trabalho missionário em Pelotas, tendo-se mudado para lá em 1943, para pastorear a comunidade que ajudara a fundar. O trabalho pastoral em Pelotas era predominantemente em português. Porém, como teuto-brasileiros acabaram se filiando à comunidade, Alves também fazia pregações em alemão. Também organizou uma comunidade em São Lourenço do Sul, que era atendida principalmente em língua alemã. Iniciou um ponto de missão na cidade de Rio Grande com base em um grupo de Manuel dos Regos que para lá migrara (cf. Gedrat, 1961: 22; Warth, 1979: 360s).

Na época existia mais uma comunidade ligada à IELB em Pelotas. Reunia-se no bairro de Três Vendas e era formada majoritariamente por brancos teuto-brasileiros. Essa comunidade não aceitava o atendimento pastoral de Alves, salvo em casos de impossibilidade de seu pastor, que vinha do interior do município, ou em atividade de ensino confirmatório. De acordo com pessoas que vivenciaram essa época, aqui se refletia especialmente a forte segregação racial verificada na cidade de Pelotas. Na primeira metade dos anos sessenta, contudo, já durante o pastorado do

sucessor de Alves, os grupos de juventude das duas comunidades passaram a ter reuniões conjuntas, o que ampliou as possibilidades de comunhão entre luteranos brancos e negros. Por vezes, ainda nos anos sessenta, quando os encontros distritais de jovens eram sediados por comunidades teuto-brasileiras da zona rural, houve situações em que membros e até pastor da comunidade hospedeira queriam proibir os jovens luteranos negros de participar das brincadeiras de roda com os brancos.

João José Alves deixou o ministério em 1959, em razão de doença, à qual motivou seu falecimento em 1961. Pessoas que acompanharam de perto o ministério do pastor Alves caracterizam-no como alguém que exercia enérgica liderança em suas comunidades, sendo extremamente organizado e exigente. Era especialmente dedicado ao ensino confirmatório. Suas turmas de ensino confirmatório se destacavam pelo profundo conhecimento que tinham da doutrina cristã. Foi o primeiro pastor da IELB em toda a região sul a instituir envelopes de oferta dominical para cada comungante, quando na maioria das comunidades a contribuição era no mínimo trimestral e por família. Seu necrológio foi publicado em alemão na revista *Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt* (ano 51, 15/11/1961) e em português na revista *Mensageiro Luterano* (ano 15 [1], jan. 1962). Acerca de sua origem lê-se: "Depois de uma infância cheia de privações e dificuldades, foi matriculado no Seminário Concórdia, levado pelo propósito de tornar-se mensageiro e ministro de Deus. O auxílio, o apoio e o encorajamento de amigos e professores lhe deram ânimo e lhe ajudaram a vencer enormes contratempos." Não há detalhamento do que seriam esses "enormes contratempos" a serem vencidos, muito menos referência escrita ao fato de Alves ser negro. Eloquentemente o bastante, porém, é sua foto ilustrando o texto alemão. Contratempos, sem dúvida, foram a exigência de entrar num universo cultural e étnico totalmente distinto do seu para se habilitar ao ministério na Igreja luterana, além, naturalmente, das dificuldades financeiras para subsistir durante o tempo de formação.

Da comunidade luterana negra de Manoel do Regos veio posteriormente mais um pastor, formado em 1955 no Seminário Concórdia. Abrelino J. Borges pastoreou comunidades em Pelotas (1955-57) e Três Léguas, Soledade (1957-59), tendo depois deixado o pastorado para atuar na área do ensino.

5 Chegando aos dias atuais

Atualmente, a comunidade luterana teuto-brasileira de Solidez e a comunidade luterana negra de Manuel dos Regos continuam separadas. Isso apesar dos esforços dos pastores que por lá têm atuado nas últimas décadas. Os membros se visitam, os corais cantam conjuntamente, mas as comunidades rejeitam uma união. Na comunidade negra participam membros brancos de origem lusa. Teuto-brasileiros idosos participam dela como visitantes, por morarem mais perto de Manuel dos Regos do que de Solidez. A prática litúrgica é quase a mesma em ambas as comunidades. A comunidade luterana de afro-descendentes possui cerca de 30 famílias, sendo a frequência aos cultos de cerca de 50 pessoas. A situação econômica das famílias continua bastante precária, havendo acentuado êxodo para os centros urbanos mais próximos, especialmente Canguçu e Pelotas. Nestas cidades, os negros luteranos se integram às comunidades locais. Nos cultos e atividades em Manuel dos Regos o destaque é o canto. A comunidade tem um excelente coral, além de corais do grupo de jovens e de senhoras. Normalmente, todos os corais cantam em todos os cultos, o que faz da música o ponto alto da vida litúrgica. Os hinos cantados são os tradicionalmente usados em comunidades da IELB, havendo uma crescente adoção de cantos pentecostais.

Passados mais de 180 anos de presença do luteranismo no Brasil, é possível constatar que o número de afro-descendentes em suas comunidades é mais expressivo do que em qualquer outro momento de sua história. Porém, a julgar pelo modo como teuto- e afro-descendentes muitas vezes ainda se relacionam, faz-se necessário reafirmar sob muitos aspectos a atualidade das palavras que abriram este texto: O protestantismo luterano brasileiro é religião de imigrantes europeus e seus descendentes. Com isso está dada sua determinação fundamental e ao mesmo tempo são estabelecidos os seus limites.

Bibliografia

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Porto Alegre; Caxias do Sul. 1984.

DREHER, Martin N. **O negro na obra de Johann Jakob von Tschudi**. Estudos leopoldenses, 1991. 21 (121): 69-82, São Leopoldo : UNISINOS, jan./fev. 1991.

DREWS, Augusto. **Aus unserer brasilianischen Negermission**. Der Lutheraner 1927, S. 349.

DREWS, Augusto. **Reminiscências da missão de Solidez, Mun. Canguçu e de Soledade, Rio Gr. do Sul**. Novembro de 1948. IHIELB, Porto Alegre. Livro I. H. pág. 53v nº 151, item 26.

- DREWS, Augusto. **Ein weiterer Beitrag ... aus der deutsch-brasilianischen Arbeit**. Novembro de 1948. IHIELB, Porto Alegre. Livro I. H. pág. 53v nº 151, item 26.
- DREWS, Augusto. **Alguns fatos ocorridos na missão do Mun. Canguçu, R. Gr. do Sul**. Novembro de 1948. IHIELB, Porto Alegre. Livro I. H. pág. 53v nº 151, item 26.
- HUNSCHE, Carlos H. **Protestantismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre; São Leopoldo : EST; Sinodal, 1983. 77 p.
- KUENNING, Paul P. **The rise and fall of American Lutheran pietism: the rejection of an activist heritage**. Macon/Georgia : Mercer U. P. , 1988. 271 p.
- MAESTRI Fº, Mario J. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre; Caxias do Sul : EST; Ed. da Univers. de Caxias, 1984. 203 p.
- MEYER, Carl S. (ed.). **Moving frontiers: readings in the history of the Lutheran Church - Missouri Synod**. Saint Louis : Concordia P. H., 1964. 500 p.
- ORO, Ari Pedro (org). **As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : Editora UFRGS, 1994. 107 p.
- REHFELDT, Mario L., 1962. The first fifty years of the history of the Igreja Evangelica Luterana do Brasil, the Brazilian District of the Missouri Synod, Concordia Seminary, St. Louis, 1962, 213 p. (dissertação de mestrado inédita).
- RIETH, Ricardo Willy. **Evangélicos de "alma branca": os negros e o protestantismo no Brasil**. In: Koch, Ingelore Starke (org.) Brasil: Outros 500: protestantismo e a resistência indígena, negra e popular. São Leopoldo : Sinodal, COMIN, IEPG, 1999. p. 172-200.
- WARTH, Carlos H. **Crônicas da Igreja: fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil 1900-1974**. Porto Alegre : Concórdia, 1979.
- WITT, Osmar L. **Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense**. São Leopoldo : Sinodal; IEPG, 1996.
- WITT, Osmar Luiz. **Presença do Sínodo Riograndense entre populações não-germânicas - aspectos históricos**. Estudos teológicos 34 (2): 150-158, São Leopoldo, 1994.

CULTURA MATERIAL: TEMPLOS NO PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO DO SÉCULO XIX COMO EXPRESSÃO DE CONFESSIONALIDADE E ESPIRITUALIDADE

Wilhelm Wachholz¹

Introdução

A partir de 1819/1824, o Brasil passou a receber imigrantes, especialmente europeus de fala alemã, entre os quais, grande parte era protestante. Quando chegados no Brasil, além da construção de suas próprias casas, tiveram de construir escolas e templos. Com relação aos templos, tiveram de obedecer a restrições arquitetônicas, não podendo assim expressar plenamente a sua identidade religiosa em público. As restrições se lhes haviam sido impostas pela Constituição Imperial de 1824 (Art. 5º), a qual estabelecia que

“a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.”²

Em geral, entendia-se por “forma exterior de templo” a edificação com torres e sinos. Desta forma, limitou-se extraordinariamente a inscrição pública da identidade protestante através da arquitetura sacra. Somente com a primeira Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, que estabeleceu separação de Estado e Igreja, possibilitou-se legalmente a igualdade religiosa aos protestantes³.

Os imigrantes europeus protestantes eram de confessionalidades distintas, a saber, luterana, reformada e unida. Ao se constituírem em comunidades, as diferenças confessionais vieram a refletir-se, entre outras formas, na arquitetura interna de templos, pois, enquanto os luteranos cultivavam a iconografia, os reformados a consideravam idolatria. O estudo da história dos templos protestantes de imigração no Brasil do século XIX na perspectiva da História Cultural, particularmente da cultura material, permite uma análise em perspectiva teológico-confessional, cultural e jurídico-política deste protestantismo num contexto religioso majoritariamente católico.

¹ É professor de História da Igreja na Escola Superior de Teologia (EST), São Leopoldo/RS.

² CONSTITUIÇÕES DO BRASIL, p. 12.

³ Ainda que legalmente a inscrição pública da identidade confessional protestante estivesse proibida, ela pode ser percebida de formas mais ou menos veladas. Pelos menos desde a década de 1860 já podem ser encontradas torres (ou campanários) com sinos (possivelmente pequenos) em alguns templos protestantes no Brasil. Contudo, já antes desta década existem registros sobre ornamentos externos em templos protestantes. Este é o caso, por exemplo, do templo da comunidade Martin Luther do Rio de Janeiro/RJ que, por volta de 1849, recebeu uma Bíblia e um cálice como ornamento na cumeeira. Nossa tese é a de que a inscrição pública da confessionalidade protestante (no âmbito do “protestantismo de imigração”) através da arquitetura sacra variou de lugar para lugar. Isso se deveu, em grande parte, às relações sociais locais – especialmente entre autoridades políticas, policiais, eclesiásticas – que não poderão ser analisada aqui de forma particular.

1.0 – CULTURA MATERIAL

Entendemos, juntamente com Michel Vovelle⁴, que outras fontes, como, por exemplo, os documentos iconográficos, outrora considerados insignificantes, devem ser privilegiados ao lado das tradicionais fontes escritas. Isso nos leva ao campo da cultura material. Neste âmbito, Jean-Marie Pesez analisa a cultura expressa na materialidade. Segundo ele, “a cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura.”⁵ A cultura material, particularmente a iconografia, é testemunha mais direta do imaginário das sociedades passadas, defende Patlagean⁶.

No âmbito da iconografia, impõe-se a análise entre significado e significante, entre conceito e símbolo, ou seja, aquilo que Kramer denomina de “intertextualidade” Segundo ele, é um equívoco estabelecer uma oposição entre ambas as dimensões. Valendo-se de LaCapra, afirma que “o passado chega em forma de textos e remanescentes textualizados – memórias, relatos, escritos publicados, arquivos, monumentos etc.”⁷ e esta materialidade não pode simplesmente ser analisada de forma objetiva, pois apresenta uma complexidade de significados simbólicos. “É essa a fascinante e desconcertante ambivalência dos símbolos – o fato que nada escapa inteiramente de seu poder de significação, nem é simplesmente apresentado, apreendido ou dado por eles”, afirma LaCapra⁸.

A manipulação pela análise científica implica inevitavelmente em assertivas redutivas ou metafísicas a respeito dos símbolos. As assertivas podem ser relativamente fixas para que se possam ter percepções da realidade histórica em jogo. Contudo, pelo fato de estarem os significados simbólicos em constante movimentação, nunca poderão ser apreendidos de forma definitiva e plena. Isso não inibe à busca pela realidade. Pelo contrário, auxilia no sentido de evidenciar que a realidade se apresenta em níveis diferentes, para além das pretensas tentativas últimas de descrevê-la⁹.

Entendemos que nosso ensaio precisa ser concebido a partir destes paradigmas. Analisar e “ler as inscrições” das confessionalidades luterana, calvinista ou unida na arquitetura sacra em

⁴ Cf. Michel VOVELLE, A História e a Longa Duração, In: Jacques Le GOFF (dir.), **A História Nova**, São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 78.

⁵ Cf. Jean-Marie PESEZ, História da Cultura Material, In: Jacques Le GOFF (dir.), **A História Nova**, São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 180.

⁶ Cf. Evelyne PATLAGEAN, A História do Imaginário, In: Jacques Le GOFF (dir.), **A História Nova**, São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 293.

⁷ Cf. Lloyd S. KRAMER, Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominik LaCapra, In: Linn HUNT (ed.), **A Nova História Cultural**, São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 15.

⁸ Cf. Dominik LaCapra, apud Lloyd S. KRAMER, 1992, p. 171.

⁹ Cf. Lloyd S. KRAMER, 1992, p. 171s.

templos do “protestantismo de imigração”, implica em considerar a “intertextualidade” e dinâmica inerente aos símbolos. Portanto, ainda que isso nos permite realizar assertativas, não é possível estabelecer significações de nível último da realidade. Estes, portanto, não pretende ser a pretensão nem o objetivo deste ensaio.

2.0 – TEMPLOS E MEMÓRIA

Segundo Jacques Le Goff¹⁰, o conceito de memória é fundamental. A falta de memória, isto é, a amnésia, não se limita somente a indivíduos, mas também diz respeito às coletividades, causando, neste caso, perturbações da identidade coletiva. Por este motivo, a memória é “antídoto do Esquecimento”, “fonte de imortalidade”.¹¹

Le Goff caracterizou o judaísmo e o cristianismo como sendo “religiões da recordação”, pois os

atos divinos de salvação situados no passado, formam o conteúdo da fé e o objeto do culto, mas também porque o livro sagrado, por um lado, a tradição histórica, por outro, insistem, em alguns aspectos essenciais, na necessidade da lembrança como tarefa religiosa fundamental.¹²

No contexto da história do povo judaico, a memória é fundadora e constitutiva da identidade e preservação da existência judaica. Isso pode ser percebido nos discursos sobre o reconhecimento da ação de Javé em favor do povo¹³.

Semelhantemente ao judaísmo, no cristianismo a memória está implicada na própria identidade, à medida que “o ensino cristão é memória, [e] o culto cristão é comemoração”¹⁴. As palavras da instituição da Santa Ceia de Jesus expressam isso explicitamente: “E, tomando um pão, tendo dado graças, o partiu e lhes deu, dizendo: Isto é o meu corpo oferecido por vós; fazei isto em

¹⁰ Cf. Jacques LE GOFF, Memória, In: **História e Memória**, Campinas: UNICAMP, 1996, p. 423, 425.

¹¹ LE GOFF, 1996, p. 438, 476.

¹² LE GOFF, 1996, p. 443.

¹³ LE GOFF, 1996, p. 443. Deuteronômio 8,11-20 é exemplar: “Guarda-te não te esqueças do Senhor teu Deus, não cumprindo os seus mandamentos, os seus juízos e os seus estatutos, que hoje te ordeno: para não suceder que, depois de teres comido e estiveres farto, depois de haveres edificado boas casas, e morado nelas; depois de se multiplicarem os teus gados e os teus rebanhos, e se aumentar a tua prata e o teu ouro, e ser abundante tudo quanto tens, se eleve o teu coração e te esqueças do Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa da servidão; que te conduziu por aquele grande e terrível deserto de serpentes abrasadoras, de escorpiões, e de secura, em que não havia água; e te fez sair água da pederneira; que no deserto te sustentou com maná, que teus pais não conheceram para te humilhar, e para te provar, e afinal te fazer bem. Não digas, pois, no teu coração: A minha força e o poder do meu braço me adquiriram estas riquezas. Antes te lembrarás do Senhor teu Deus, porque é ele o que te dá força para adquirires riquezas; para confirmar a sua aliança que, sob juramento, prometeu a teus pais, como hoje se vê. Se te esqueceres do Senhor teu Deus e andares após outros deuses, e os servires, e os adorares, protesto hoje contra vós outros que perecereis. Como as nações que o Senhor destruiu de diante de vós, assim perecereis; porquanto não quisestes obedecer à voz do Senhor vosso Deus.”

¹⁴ LE GOFF, 1996, p. 445.

memória de mim.” (Lc 22,19). A partir da perspectiva escatológica, João aponta para a função do Espírito Santo no que diz respeito à preservação da memória e, portanto, da identidade do povo cristão após a ascensão de Jesus: “Mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito.” (Jo 14,26)¹⁵. O apóstolo Paulo ainda mais explicitamente invoca a dimensão escatológica da recordação de Cristo através da Santa Ceia: “Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha.” (1Co 11,26).¹⁶

A memória associada à escatologia é perceptível no discurso e na caracterização de templos¹⁷. Heinrich W. Hunsche, referindo-se à recém-construída igreja de Nova Petrópolis/RS (1890), salientou que templo, sinos, púlpito e altar deveriam ser entendidos como espécie de chamado e convite de acordo com as palavras que constavam no sino maior: “Venham, pois tudo está preparado”¹⁸. Sobre o templo da comunidade de Candelária/RS, particularmente a respeito da torre e cruz colocada no seu alto, observou-se que ambas seriam símbolos que deveriam remeter as pessoas ao alto, isto é, voltar todo o sentido e agir na vida na direção do céu, de onde se espera pela vinda do Salvador Jesus Cristo¹⁹. A dimensão escatológica, portanto, é duplamente apontada aqui: a vida eterna e a segunda vinda de Cristo.

A fé cristã se expressa fundamentalmente pela co-memoração do evento Jesus. Em especial, isso pode ser percebido em torno da Santa Ceia que, como “co-memoração” se torna “re-memorização”. O calendário litúrgico como um todo também expressa isso²⁰. Pode-se, portanto, afirmar que a memória se vale de instrumentos, isto é, mediações para se manter. Le Goff, citando Tomás de Aquino e Aberto Magno, afirma a este respeito:

É necessário encontrar “simulacros adequados das coisas eu se deseja recordar” e “é necessário, segundo este método, inventar simulacros e imagens porque as intenções simples e espirituais facilmente se evolvem da alma, a menos que estejam,

¹⁵ LE GOFF, 1996, p. 444.

¹⁶ LE GOFF, 1996, p. 444.

¹⁷ Cf. Turm- und Glockenweihe der deutsch evangelischen Gemeinde der Kolonie Germania, **Sonntagsblatt**, 23 nov. 1890, p. 3.

¹⁸ Cf. [Th. HUNSCHKE], Rede des Herrn P. Th. Hunsche bei der Kirchweihe seiner Gemeinde Nova Petropolis, **Sonntagsblatt**, 2 jul. 1905, p. 2. Semelhantemente, por ocasião da inauguração do novo templo de São Sebastião do Caí/RS, em 1º de novembro de 1898, expressou-se o desejo de que a torre do templo quisesse sempre ser como um dedo estendido apontado: “Na direção do céu vai o nosso caminho”. Cf. Kirchweihe in S. Sebastião, **Sonntagsblatt**, 10 dez. 1899, p. 95. Também no contexto da consagração do templo de Picada Café/RS, manifestou-se que o templo, com a ponta de sua torre apontava para o caminho das pessoas: “Na direção do céu vai o nosso caminho, somente somos hóspedes na terra” (“Himmelan geht unsere Bahn, wir sind Gäste nur auf Erden”). Os soar dos sinos deveria ser entendido como: “Venham, está tudo preparado”. Cf. Die Einweihung der neuerbauten Kirche in der evangelischen Gemeinde Kaffeschneiz, **Der Deutsche Ansiedler**, jan. 1897, p. 8.

¹⁹ Cf. Turm- und Glockenweihe der deutsch evangelischen Gemeinde der Kolonie Germania, **Sonntagsblatt**, 23 nov. 1890, p. 3.

²⁰ LE GOFF, 1996, p. 446.

por assim dizer, ligadas a qualquer símbolo corpóreo, porque o conhecimento humano é mais forte em relação aos *sensibilia*; por esta razão, o poder mnemônico reside na parte sensitiva da alma.”²¹

Também o reformador Martin Lutero defendeu o uso de simulacros quando, por exemplo, cogitou uma Bíblia completamente ilustrada, pois entendia que ilustrações poderiam auxiliar para a oração. Segundo ele, o ser humano não consegue pensar nem entender nada sem a imagem. Quando ouve ou lê algo sobre as obras de Deus, logo cria uma imagem disso em seu coração. Por isso, no embate com os iconoclastas, particularmente com André von Bodelstein (Karlstadt), questionou por que deveria ser pecado ter um símbolo, por exemplo, da crucificação de Jesus, perante os olhos? O próprio Deus sabe disso, por isso veio ao encontro da natureza humana tornando-se figura, isto é, visível. A Bíblia está, segundo Lutero, cheia de visibilidades. O próprio Jesus criou imagens através de suas parábolas. Por tudo isso, Lutero entendia que a própria criação seria o mais maravilhoso livro ou Bíblia na qual Deus próprio se retratou²².

No contexto do protestantismo brasileiro de imigração, um pastor, comparando catedrais alemãs e uma capela da região serrana do Espírito Santo, valeu-se de um simulacro interessante e exemplar.

As catedrais alemãs alguém, certo dia, denominou de “Salmos petrificados”. Pois bem, esta pobre igreja, sem qualquer ornamento, desejo denominar de uma prédica poderosa, silenciosa e assim tão eloqüente. Uma prédica da saudação da pessoa por Deus. Uma prédica da bela luta da fé em tempos de necessidade. Esta igreja se tornou confissão visível de Jesus Cristo. É visível desejo impetuoso pela eternidade, um protesto contra naufrágio da preocupação, em prazer, uma vitória sobre o cotidiano. O entusiasmo da alma, próprio dos primeiros colonos, foi preservado durante década; queira ele não se perder nos filhos nem nos filhos dos filhos!²³

O simulacro está expresso na idéia do templo como prédica. Neste sentido, o templo é memória materializada. A preservação da memória através da “materilização” visa justamente à

²¹ LE GOFF, 1996, p. 455.

²² Cf. LOEWENICH, Walther von. Bilder VI; VI. Reformatorische und nachreformatische Zeit. In: Gerhard KRAUSE; Gerhard MÜLLE, (Hrsg.). **Theologische Realenzyklopädie**, Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1980, Bd. 6, p. 549s.

²³ G. HEIDENREICH, In Espírito Santo, In: **25 Jahre Mittelbrasilianische Synode**; Bericht von der neunten ordentlichen Synode der Deutschen Evangelischen Gemeinden in Mittelbrasilien in Rio de Janeiro am 20.-22. Novbr. 1937, Rio de Janeiro: Tip. Franz Timon, 1938, p. 48.

preservação de um capital simbólico. Focando o desenvolvimento da memória na Antigüidade, Le Goff constata:

Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas até o “mais profundo da montanha, na grande solidão”, as inscrições acumulava-se e obrigavam o mundo greco-romano a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da lembrança. A pedra e o mármore serviam na maioria das vezes de suporte a uma sobrecarga de memória. Os “arquivos de pedra” acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea.²⁴

Alguns casos são exemplares para a questão da ostentação e durabilidade de templos no contexto do protestantismo brasileiro. Começamos pela questão da durabilidade. Muitas comunidades construíram um primeiro templo bastante simples, geralmente de madeira, devido à situação financeira limitada. Estes templos, contudo, não tinham vida útil muito longa. Caso exemplar é o do templo de Curitiba/PR. Construído em madeira de pinheiro, após cinco anos, constatou-se que começava a apodrecer de forma que logo seria necessário um investimento substancial para reformá-lo²⁵.

Outro caso exemplar é o dos templos da comunidade de Badenfurt, no atual município de Blumenau/SC, fundada em 27 de novembro de 1864. O primeiro “templo” fora construído de palmitos, coberto com folhas de árvores, as paredes fechadas com argila. Em 1868, um vento destruiu este templo e um novo teve de ser construído. Surgiu, então, o dilema: construir um templo de madeira ou alvenaria. Acabou-se por construir, o segundo templo, de madeira, apesar do desejo de construí-lo em alvenaria, o que somente ocorreria com o terceiro templo da década de 1880. Quando, então, nesta década se começou a construir templos de “pedras” na região do Vale do Itajaí, observou-se que, aos filhos, estes templos deveriam ficar como testemunho de sua fé²⁶. Semelhantemente, ainda a respeito do templo da comunidade de Nova Petrópolis/RS, construído em alvenaria e consagrado em 1905, observou-se que seria um testemunho deixado pela comunidade para seus descendentes²⁷.

Conclui-se disso que se procura materializar o caráter memorial da fé cristã através na arquitetura sacra. Mais do que isso o templo representa uma espécie de *livri memoriales* da vida e identidade de uma geração para outra. E, finalmente, através da “pedra” – contra a

²⁴ LE GOFF, 1996, p. 432.

²⁵ Cf. WAMANN, Curitiba, 5 jul. 1887 (AHIECLB, SR 1/4, 009)

²⁶ Cf. Unser Jahresfest, **Der Deutsche Ansiedler**, out. 1893, p. 75.

²⁷ Cf. Schlußwort bei der Kirchweihe zu Nova Petropolis, **Sonntagsblatt**, 9 jul. 1905, p. 5.

madeira! – procura-se inscrever e legar de forma duradoura o capital simbólico e a identidade para as futuras gerações como forma de “publicidade”.

Finalmente o caráter de publicidade também está presente, segundo Le Goff, na ostentação que, por sua vez, é expressão de uma honra²⁸. Evoquemos o exemplo do templo de Petrópolis/RJ cujos detalhes apontam para a ostentação:

Em relação às decorações dos nossos muros ainda venho acrescentar o seguinte. Nós nos temos esforçado adotar sòmente desenhos rigorosamente dentro do estilo gotico, estilo este aliás tão bem representado pela nossa torre. Todas as reformas dos ultimos anos igualmente são goticas: sejam estes os nossos lustres, ou os castiçais e a cruz do altar, os vitrais – os dois ultimos podemos tambem inaugurar hoje – assim como a decoração das paredes do nosso templo.

No desenho decorativo ao alto do altar acham-se os antigos simbolos da Igreja Cristã: no centro a cruz.

A Cruz de Cristo é este o centro da pregação na Igreja Evangélica. Nunca devemos esquecer que a vida inteira do critão [sic] é uma vida debaixo da Cruz de Jesus. O nome de Jesus Cristo é o nome sobre todos os nomes.

Antigamente costumavam abreviar Jesus Cristo com as duas primeiras letras do nome em grego: XP, o que quer dizer: Cristo.

O Senhor Jesus disse uma vez de si mesmo: “Eu sou o Alpha e o Omega, o primeiro e o ultimo, o principio e o fim.” - Alpha e Omega – a primeira e a ultima letra do alfabeto grego – são estes os sinais que ornamentam uma outra rosa ao alto do altar.

Vendo pois os simbolos cristãos, vamos sempre lembrar-nos de que Cristo, o crucificado, deve ser o começo e o fim da nossa vida. Pelo batismo Ele nos aceitou a nós, mas pela fé viva queremos nós seguí-lo.

O simbolo do batismo, que se acha na parede atraz da pia batismal quer lembrar-nos a exhortação de Cristo: “Em verdade, em verdade te digo, que se alguém não nascer da agua e do Espírito, não pode entrar no Reino de Deus.” A agua do batismo só não nos faz ficar cristãos, mas o Espírito Santo quem nos torna em

²⁸ A título de exemplo de ostentação e honra, cabe citar o exemplo do templo construído pela Comunidade da Ascensão (Novo Hamburgo/RS) na década de 1950. No final da década de 1930, quando se planejava tal construção, ressaltou-se que era necessário edificar “[...] uma igreja condigna, condizente com os nossos foros de progressos, convidativa, portanto, para os officios divinos e que há de honrar a Comunidade e glorificar o nome de Deus, Nosso Senhor.” Cf. Comunidade da Ascensão, apud. Wilhelm WACHHOLZ, **Uma Igreja Diferente**, São Leopoldo: Co-texto, 2001, p. 26.

verdade filhos de Deus. Quem se curva debaixo da Cruz de Cristo – este receberá o dom do Espírito Santo.²⁹

A ostentação do templo é geralmente justificada por ser “santo [...] este lugar”. A casa de Deus é uma espécie de porta para o céu³⁰. Por isso, o mesmo não somente deve ser belo, mas, sobretudo, digno (“würdig”) de seu Senhor³¹.

3.0 – TEMPLOS COMO EXPRESSÃO ÉTNICA

Pierre Bourdieu, ao caracterizar as lutas da identidade étnica, menciona que

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.³²

O exemplo a seguir evidencia o êxito da imposição de uma visão referente ao estilo arquitetônico germânico. Cabe ressaltar, no entanto, que o referido discurso não somente descreve uma realidade firmada, senão também visa à preservação e perpetuação de um capital simbólico. As palavras do pastor Gustav Geisler (Petrópolis/RJ) indicam isso:

Também templos são filhos de seu tempo. Os esforços de transformar as velhas formas arquitetônicas de templos de acordo com o espírito germânico [!] suscitou inicialmente o estilo românico, o qual é base do estilo das antigas basílicas cristãs. A isso se somou a construção de abóbadas em forma ogival (cimbres), especialmente abóbadas em cruz, ornamentação arquitetônica mais rica e formas pontudas de construção através da construção de torres.

O estilo gótico ou germânico [!] coloca, em lugar dos arcos de volta redonda, a forma ogival e como isso se diferencia radicalmente de todas as construções seculares. O estilo carregado, pesado é suprimido, - tudo na estrutura aponta ousadamente para cima e culmina em torres ou arabescos plásticos. A vigorosa rosa – uma janela ogival sobre o portal – como símbolo do mistério, lembra que

²⁹ Cf. Igreja Evangelica de Petropolis 1863 – 1903 – 1943; Relatório, s.l., s.e. [1943?], p. 19. (AHIECLB, SBC 21/3)

³⁰ Cf. [Th. HUNSCHE], Rede des Herrn P. Th. Hunsche bei der Kircheweihe seiner Gemeinde Nova Petropolis, *Sonntagsblatt*, 2 jul. 1905, p. 1.

³¹ Cf. Kirchweihe in Conventos, *Der Deutsche Ansiedler*, fev. 1898, p. 14; Carta de Wilh.[elm] Kull e Esposa a Pechmann, Vila Thereza, 4/4/1900 (AHIECLB, SR 5/2, 043)

todo o mundano é emudecido. Como toda eminência e ganho aqui é simbólico, assim também a vitória sobre o reino da maldade será manifestada em formas demoníacas horrorosas, as quais precisam servir como instrumentos de base ou como goteira.

O nosso templo há dez anos atrás concluído, originalmente caracterizado pela forma de arcos de volta redonda, adquiriu mais tarde, através de reconstruções e anexos, formas góticas. Púlpito, altar, pia batismal, tábua **para número de hinos (?)**, portas de sacristia foram construídos de acordo com este estilo. A torre, em sua forma acabada semelhante à catedral de Milão [sic – católica!], em seu estilo arquitetônico puramente gótico, não é somente um adorno de nossa cidade, mas uma obra de arte entre os templos no Brasil³³.

Ao nomear o estilo gótico como germânico, se intenta a circunscrição de uma fronteira étnica. Segundo Bourdieu, as fronteiras étnicas consistem de circunscrever “espaços”, legitimando, assim, o princípio de “di-visão” da vida social. Não existe nada de natural nas fronteiras étnicas. Pelo contrário, são resultados de lutas pela legitimação de capitais simbólicos delimitados. Por sua vez, as fronteiras não somente produzem diferenças culturais, mas são, elas próprias, resultados destas diferenças³⁴.

O discurso étnico (ou regionalista, para Bourdieu) procura dar legitimidade a novas fronteiras no embate contra um “outro” dominante. A consagração de uma nova fronteira – neste caso estamos no âmbito de uma etnogênese – ocorre quando a coisa nomeada é trazida à existência³⁵. Citemos um exemplo. Na segunda metade da década de 1880, o pastor Johann Rudolf Dietschi (Taquara/RS) afirmou que

nossos templos são um castelo forte para a germanidade em país estranho [!], e isso cada qual precisa realizar com alegria, pois nisso reside a garantia da fidelidade, diligência, gratidão e pertença à pátria-mãe.³⁶

Evidenciam nestas palavras a busca pela circunscrição de fronteira e legitimação de capitais simbólicos – “germanidade” – no confronto com o “outro” – “país estranho”. No âmbito do

³² Pierre BOURDIEU, Espaço social e gênese de classe [1984]. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 113.

³³ Cf. [Gustav] GEISLER, Kirchen und Kirchenstil, In: Festschrift der Deutsch-Evangelischen Gemeinde in Petropolis; zur Erinnerung an die Einweihung der Kirchen am 24. Mai 1863 – 1863 – 1913, Petropolis: Druckerei der Nachrichten, 1913, p. 51. (AHIECLB – SBC 21/2)

³⁴ Pierre BOURDIEU, 1989, p. 114s.

³⁵ Pierre BOURDIEU, 1989, p. 116.

³⁶ Cf. J. R. DIETSCHI, Gedanken bei einem Kirchweihfest im brasilianischen Urwald, **Der Deutsche Ansiedler**, Barmen, maio 1886, p. 38.

discurso étnico, podemos encontrar sempre características estigmatizantes e de “di-visão”. Em outras palavras, o discurso étnico ocorre sempre no âmbito de um espaço estigmatizado³⁷.

Num contexto de diáspora, isto é, de imigração, elementos arquitetônicos, na qualidade de capital simbólico, também se constituíam em sentimento de pertença ao grupo étnico. Os exemplos a seguir evidenciam isso. Primeiro: Uma pessoa que não se identifica, descreve que, chegando perto de Petrópolis/RJ, ao ouvir o tinido de sinos, após perguntar, soube que se tratava dos sinos da igreja evangélica local. Segundo ela, os sinos podiam ser ouvidos pela comunidade a duas milhas de distância, assim como era comum na Alemanha³⁸.

Segundo exemplo: o templo da comunidade de Vera Cruz/RS, consagrado em meados da década de 1860, foi caracterizado como uma construção simples, mas bonita que possuía uma torre e, na ponta da mesma, um galo alemão. Os membros da comunidade diziam seus templos na “velha pátria” (Alemanha) tinham um galo na torre, por isso também o queriam na “nova pátria”³⁹.

O terceiro exemplo evidencia ainda mais explicitamente o templo como símbolo de unidade do grupo étnico. Em 1887, a respeito do templo de madeira Curitiba/PR, edificado na década de 1870, observou-se que dever-se-ia tê-lo construído em pedras – a madeira começava a apodrecer cinco anos depois! –, pois, na época, havia muito dinheiro e que o templo poderia ter se tornado um meio de unidade da germanidade [!] superando diferenças confessionais. Conclui-se que “hoje” haveria muitas sociedades as quais perseguiam o mesmo objetivo, especialmente a Associação de Canto, as quais requerem todas as contribuições e sacrifícios⁴⁰.

Os exemplos acima se constituem em intentos de circunscrição de uma nova fronteira étnica num país majoritariamente luso-católico. Concordamos com Fredrek Barth que não podemos defender a identidade étnica germânica no Brasil como *isolat* reprodutivo intocado de forma que se pudesse reconstruir linhas filéticas evolutivas de uma etnia⁴¹. A identidade étnico-confessional – teuto-brasileira! – foi construída no embate com o “outro” – especialmente luso-católico – diante do qual se procurou acentuar as diferenças. Em boa medida, a relação entre teuto-evangélicos e luso-católicos se caracterizou como sendo entre estabelecidos e *outsiders*, como o conceituou Norbert Elias.

³⁷ Pierre BOURDIEU, 1989, p. 124-126.

³⁸ Cf. Ein Osterfest in Petropolis, **Der Deutsche Ansiedler**, abr. 1890, p. 25.

³⁹ Cf. DIE ARBEIT UNTER DEN EVANGELISCHEN DEUTSCHEN IN BRASILIEN; Zweite Mittheilung des Comité's für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien, Barmen: J. F. Steinhaus, 1866, p. 11.

⁴⁰ Cf. WAMANN, Curitiba, 5 jul. 1887 (AHIECLB, SR 1/4 009)

⁴¹ Cf. Frederik BARTH, Grupos étnicos e suas fronteiras, In: P. POUTIGNAT; J. STREIFF-FENART, **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 190, 226s.

4.0 – TEMPLOS ENTRE ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS*

Norbert Elias realizou uma importante descrição da divisão entre um grupo de habitantes estabelecidos desde um período consideravelmente longo numa pequena comunidade – Winston Parva – e um grupo de habitantes fixado em tempo mais recente. Segundo Elias, Winston Parva pode funcionar como um exemplo de “paradigma empírico”⁴². Entendemos que este paradigma auxilia na compreensão da inserção do protestantismo de imigração no Brasil do século XIX, no sentido de que se possam considerar os estabelecidos como sendo a população (e o governo imperial!) católica e os *outsiders*, os imigrantes protestantes.

Elias observou que os estabelecidos procuravam atribuir a si próprios características superiores enquanto excluía o outro grupo – *outsiders* – das relações sociais não profissionais. Naquela comunidade, não havia diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, “cor” ou “raça”⁴³, o que, em nosso caso, por se tratarem de dois grupos bem distintos – de um lado, luso-brasileiros majoritariamente católicos, de outro, alemães, dos quais grande parte de protestantes – potencializa os fatores de estigmatização.

A “antigüidade da associação”, segundo Elias, se constituía em elemento fundamental para a criação do alto grau de coesão entre o grupo dos estabelecidos. A consciência de pertença a um grupo pretensamente superior se baseia na identificação coletiva e nas normas comuns deste grupo evocados contra o grupo dos *outsiders*⁴⁴. Na relação com as populações luso-brasileiras, em muitos casos, este elemento poderia ser evocado também, embora talvez nem sempre de forma absoluta, pois possivelmente nem sempre se poderia falar exclusivamente das populações luso-brasileiras como sendo as associações mais antigas. Ainda assim, elementos estigmatizantes podem ser percebidos.

A sociodinâmica da estigmatização se caracteriza pela constante busca por criar provas de que o seu grupo é bom e o outro, ruim. A estigmatização, por sua vez, não se dá a partir de preconceitos individuais, mas baseados em qualidades coletivas consideradas inferiores ou diferentes ao grupo estigmatizador. Fundamental para o êxito da estimatização é o domínio do exercício do poder por parte do grupo estabelecido de forma que possa excluir e estigmatizar o

⁴² Cf. Norbert ELIAS; John L. SCOTSON, ELIAS, **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 19-21.

⁴³ Cf. Norbert ELIAS; John L. SCOTSON, 2000, p. 21. Cf. também BARTH, Fredrik, 1998, p. 193-195.

⁴⁴ Cf. Norbert ELIAS; John L. SCOTSON, 2000, p. 21s. Elias constata que o grupo estigmatizador estava estabelecido na área por duas ou três gerações, em contraste ao grupo dos outsiders, recém-chegado. Nisso residiam podiam ser constatados os diferenciais de coesão e integração que davam suporte à unidade interna em ambos os grupos. Cf. Norbert ELIAS; John L. SCOTSON, 2000, p. 24.

grupo *outsiders*. Somente assim o grupo estabelecido consegue atribuir o rótulo de “caráter inferior” ao grupo estigmatizado⁴⁵.

Durante cerca de 300 anos de Brasil-Colônia, cultivou-se um estatuto sistêmico de capital simbólico, segundo o qual, os habitantes desta terra são homogeneamente católicos⁴⁶. A imigração de protestantes representou um rompimento deste estatuto. A partir de então, pode-se assistir a construção de um novo estatuto de sistema simbólico, caracterizado pela relação de dois grupos: maioria X minoria. Os imigrantes teuto-evangélicos e seus descendentes no Brasil, na relação com a população luso-católica, se constituíram em minoria étnica e religiosa – *outsiders*. Valendo-nos das palavras de Pierre Bourdieu, podemos afirmar que este novo estatuto se organizou

segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em *distinção* significante. O espaço social e as diferenças que nele se desenham “espontaneamente” tendem a funcionar simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes.

[...] os agentes sociais, dado que são capazes de perceber como distinções significantes as diferenças “espontâneas” que, a partir das suas categorias de percepção, têm por pertinentes, também são capazes de aumentar intencionalmente estas diferenças espontâneas de estilo devida por meio daquilo que Weber chama da “estilização de vida (*Stilisierung des Lebens*).”

“A distinção – no sentido corrente do termo – é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura [...].”⁴⁷

No contexto brasileiro do século XIX, a construção do espaço do estilo de vida católico e protestante ocorreu nitidamente segundo a lógica da diferença e de tal forma que a distinção era aumentada. Os luso-brasileiros, na qualidade de estabelecidos, procuravam estigmatizar os teuto-evangélicos, isto é, os *outsiders*, como não observadores das normas e restrições definidas pelo grupo estabelecido. Segundo Elias, o discurso da estigmatização se fundamenta no “medo da poluição” e na ameaça da “infecção anômica” – pelo fato de serem os *outsiders* considerados “fora

⁴⁵ Cf. Norbert ELIAS; John L. SCOTSON, 2000, p. 23.

⁴⁶ Não nos cabe aqui aprofundar o assunto. Cabe-nos somente mencionar que o sistema visava à unificação, ainda que esta nunca possa ser considerada uma realidade alcançada. Em todo caso, como uma força unificadora, ela se tornou excludente. Por isso, à exceção dos huguenotes franceses no século XVI, dos holandeses reformados do século XVII, expulsos (!), e de outros protestantes que marcaram presença esporádica, o Brasil se caracterizou pelo catolicismo.

⁴⁷ Pierre BOURDIEU, 1989, p. 144.

da lei”. Desta forma, através da estigmatização, se buscava aumentar a distinção entre ambos os grupos⁴⁸.

Michael Banton defende a idéia de duas fronteiras: inclusiva e exclusiva. Segundo ele, uma minoria responderá com uma fronteira inclusiva que se caracteriza pela afirmação de nacionalidade comum, mesma etnia e religião. A maioria traçará uma fronteira exclusiva, excluindo as minorias das relações sociais⁴⁹. No embate e defesa de fronteiras, as identidades são construídas. Desan, citando o estudo de Natalie Davis sobre as guerras religiosas na França ocorridas no século XVI, envolvendo os huguenotes, podem ser elucidativas:

Enquanto a violência se tornou, sem dúvida, um meio fundamental de definir a identidade e a solidariedade religiosas, o contexto do conflito religioso também forçou católicos e protestantes a viverem numa comunidade ideologicamente dividida. Essa realidade tinha duas ramificações principais: a longo prazo, significava que ambos os grupos acabariam tendo de aceitar uma nova concepção da diversidade e das tensões possíveis dentro da comunidade urbana; a curto prazo, significava que católicos e protestantes estavam engajados numa luta muito real pelo *poder* e o *controle*, bem como pelo significado, pela doutrina e pelas definições do corpo social.⁵⁰

Esta caracterização nos parece exemplar para a realidade do século XIX no Brasil, em que, tanto a identidade e solidariedade católica quanto protestante foram se definindo no embate, ainda que não marcadamente violento ou sangrento, de forma que cada grupo buscasse definir-se, pelo menos em grande medida, como sendo o “não-outro”. Desta forma, crenças e senso de identidade comunitária foram influenciados e moldados na oposição. Em outras palavras pode-se afirmar que o senso de diferença e o cultivo deste no sentido de “nós X eles”⁵¹ reforçou, transformou e afetou crenças, ritos e doutrinas protestante, respectivamente, católica⁵²

O princípio da oposição “nós X eles” pode ser percebido no seguinte narrativa ou discurso, em torno da consagração do templo da comunidade de Porto Alegre/RS, ocorrida em 8 de janeiro de 1865. Menciona-se que, perplexos, os padres católicos teriam “despertado” perplexos e ciumentos em consequência da ameaça à posição privilegiada da Igreja Católica como igreja estatal e nacional

⁴⁸ Cf. Norbert ELIAS; John L. SCOTSON, 2000, p. 26s. Cf. também Max WEBER, **Economia e Sociedade**, 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994, vol. 1, p. 269-273.

⁴⁹ Cf., Michael BANTON, **A idéia de raça**, Lisboa: Edições 70, São Paulo: Martins fontes, 1979, p. 164s.

⁵⁰ Cf. Suzanne DESAN, *Massas, Comunidades e Ritual* na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis, In. Linn HUNT (ed.), **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 88.

⁵¹ Sobre “nós X eles” cf. Eric HOBSEBAWM, *Etnia e nacionalismo na Europa de hoje*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da Questão Nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 278-280.

⁵² Cf. Suzanne DESAN, 1992, p. 93s.

do Brasil. Imediatamente após terem tomado conhecimento de que os protestantes desejavam realizar uma procissão pelas ruas da cidade por ocasião da consagração do templo, os clérigos católicos teriam protestado junto ao diretor de polícia. Contudo, não teriam obtido sucesso. O diretor de polícia teria consentido a procissão tão logo o vice-consul da Prússia teria assegurado que não se tinha a intenção de carregar “o santo Lutero”, ou “o santo Zwínglio” durante a procissão e que os protestantes sequer tinham santos. Após o término do culto, um bom número de católicos decentes e bem trajados teria entrado na nova igreja para observá-la. Quando viram o crucifixo sobre o altar, teriam se ajoelhado e proferido suas orações em plena igreja protestante. Assim, pois, eles também teriam podido crer que os protestantes também são verdadeiros cristãos, o que até então eles duvidavam fortemente⁵³.

Também na relação do “protestantismo de imigração” com “protestantismo de missão”, que se caracterizava majoritariamente pela ausência de imagens nos templos, pode-se perceber a existência da oposição “nós X eles”. Citemos um exemplo. Havia casos em que comunidades evangélicas cediam seus templos para a celebração de cultos por parte de “evangélicos brasileiros”, como, por exemplo, presbiterianos – este era o caso em Petrópolis/RJ. Contudo, imagens no interior do templo levaram os presbiterianos a suspenderem seus cultos deste templo. Escreve-se a respeito:

O Pastor Vorster [...] tinha [...] naquela época certas relações de amizade com um médico inglês, Dr. Kalley. Êste, morador em Petrópolis, sentiu-se chamado a missionar entre os brasileiros, no que foi muito apoiado pelo Pastor da Comunidade Evangélica de Petrópolis. O Dr. Kalley, fundador da Igreja Evangélica Fluminense, apresentou a nossa Comunidade o P. Blackfort – um pastor presbiteriano – pedindo que a Igreja ficasse à disposição dêste missionário. O Pastor Vorster estava de acôrdo. Os presbiterianos iniciaram o seu trabalho no templo evangélico, o que, porém, pouco tempo depois deixaram por polêmica a respeito do crucifixo, existente no altar de nossa igreja. A carta acusadora do Sr. Blackford, que ousava até falar em idolatria dos evangélicos, mesmo o Pastor Vorster tendo explicado a significação do crucifixo como símbolo e não como objeto de adoração, deu motivo a que os prebiterianos se abstivéssem do uso do

⁵³ Cf. DIE ARBEIT UNTER DEN EVANGELISCHEN DEUTSCHEN IN BRASILIEN; Zweite Mittheilung des Comité's für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien, Barmen: J. F. Steinhaus, 1866, p. 3s.

templo – procurando, contudo, mais tarde fazer uso da [p. 84] nossa escola para os seus cultos. E isto graças ao alto espírito ecumênico do Pastor Vorster.⁵⁴

A partir disso, é necessário considerar os discursos de ambos os grupos não simplesmente como descrição de realidades, mas como construção e implementação de significados visando a divisões, exclusões, inclusões, enfim, estabelecimento e legitimação de fronteiras de identificação e diferenciação. Eis porque se coloca o desafio da desconstrução destes discursos⁵⁵, situando-os a partir das compreensões confessionais a respeito da iconografia por parte dos reformadores do século XVI.

5.0 – TEMPLOS E A IDENTIDADE CONFESSIONAL

5.1 – O ESPAÇO LITÚRGICO

A arquitetura sacra, enquanto “documento iconográfico”, aliado às fontes escritas, permite-nos buscar pelas “inscrições” e “expressões” características das confessionalidades luterana, calvinista e unida. Isso é possível em se considerando o desenvolvimento das concepções de arquitetura sacra a partir de concepções teológicas e culturais ao longo dos séculos. Susan J. White escreve a este respeito assim:

Embora correntes gerais estéticas e culturais exerçam uma importante influência sobre a arquitetura dos templos, variações de estilo e de função dos templos são resultados de mudanças na teologia cristã. Por isso, os templos, enquanto construções, podem ser “lidos” como documentos teológicos *sui generis*. Observando-se historicamente, dois paradigmas teológicos fundamentais determinaram a construção de templos: 1) uma vez, a compreensão do templo como *domus Dei* (como casa de Deus), outra vez, entendido primariamente como *domus ecclesiae* (com casa da Igreja). As diferenças arquitetônicas entre uma catedral gótica e uma casa de assembléia dos quackers são resultado de duas decisões fundamentais diversas sobre o peso entre o numinoso [experiência do transcendental, do sagrado] e o significado relativo à comunhão da construção de templo.

Como um meio de expressão da teologia cristã do decorrer dos séculos, a arquitetura de templos também reflete os diferentes princípios, por exemplo,

⁵⁴ Cf. WIEMER, Esboço histórico da comunidade evangélica de Petrópolis, In: COMUNIDADE EVANGÉLICA DE PETRÓPOLIS, **Fragmentos Históricos**; compilados por ocasião dos congressos em Petrópolis A. D. 1954, Rio de Janeiro: Canton & Reile, [s.n.], 1954, p. 82.

⁵⁵ Cf. Dagmar E. Estermann MEYER, 2000, p. 55s., 59.

cristologia, eclesiologia, pneumatologia e a escatologia. Além disso, os templos servem como presença simbólica da Igreja no mundo, como testemunho visível e vivido do amor reconciliador de Deus e como um sinal de que a procura pelo sentido último continua.

Embora a arquitetura de templos sirva como documento da persuasão mais ampla compreensão teológica da fé comunitária, a função primeira de um templo reside no fato de servir como um espaço para a oferta da liturgia. A comunidade cristã se reúne em templos para a oração e o louvor, para batizar e para repartir a Ceia, para ouvir a Palavra de Deus e para cantar de sua fé. Cada uma destas atividades implica em demanda arquitetônicas adequadas. O recinto e seu mobiliário precisam ser ordenados de tal forma que cada uma destas atividades possa ser realizada de acordo com seu respectivo sentido, de forma digna e transparente.

Também aqui considerações teológicas sérias determinam as decisões sobre a forma da construção de templos. Cristãos que compreendem a Eucaristia como recapitulação do ato sacrificial de Cristo irão situar e dar forma à mesa do altar diferentemente de cristãos que vêem na Eucaristia somente uma ceia em memória à última Ceia de Jesus. De forma análoga será a organização interna do espaço de um templo, em que existe a compreensão teológica da prédica como lugar central do culto. Correspondentemente será o espaço litúrgico disposto para uma comunidade em que o batismo, a música litúrgica ou a oração extasiada ocupa o centro do culto.⁵⁶

Concretamente, cabe-nos refletir sobre os desdobramentos arquitetônicos decorrentes da compreensão reformatória sobre o culto. A isso, contudo, ainda se precisa acrescentar as compreensões distintas da imanência e transcendência de Deus, particularmente relacionados com símbolos e imagens, pelos reformadores Lutero, Zwinglio e Calvino.

5.2 – MARTIM LUTERO

Em Lutero, a questão dos símbolos somente era de importância secundária. Inicialmente limitou-se a afirmar os símbolos não são necessários para a salvação, embora também não os tenha proibido⁵⁷. Em 1518, quando da interpretação dos 10 mandamentos, Lutero distinguiu entre idolatria interior e exterior. Para ele, a idolatria exterior seria consequência da interior⁵⁸.

⁵⁶ Cf. Susan J. WHITE, Kirchenbau; III. Theologisch und praktisch-theologisch, In: BETZ, Hans Dieter (et. alli. Hrgs.), **Religion in Geschichte und Gegenwart**; Handwörterbuch und Religionswissenschaft. 4. völlig neu bearb. Aufl. Tübingen: Mohn Siebeck, 2001, Bd 4., col. 146s.

⁵⁷ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 546s.

⁵⁸ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 547.

Em consequência do iconoclasmo em Wittenberg em 1522, Lutero claramente se afastou de Andréas von Bodenstein, conhecido por Karlstadt. Este colocava símbolo e ídolo no mesmo nível. Diferentemente, Lutero afirmou que se a idolatria desaparecesse no coração, o símbolo exterior não mais seria perigoso. Karlstadt, ao contrário, afirmava que se o símbolo exterior fosse eliminado o perigo da idolatria interior também seria afastado. Por isso, ele combateu, em especial, símbolos sobre o altar como crucifixos e imagens de Cristo e de santos. Não concordava com a idéia de que símbolos sejam os “livros dos leigos”. Pelo fato de Karlstadt ficar preso ao que é exterior, não abordou a questão de símbolos e obras de justificação como Lutero o fez⁵⁹.

Depois de retornar do exílio no Castelo de Wartburgo em 6 de março de 1522, Lutero se posicionou sobre o iconoclasmo. Afirmou que em Êxodo 20.4 não o fazer, mas o adorar símbolos que seria proibido. Dever-se-ia compreender o versículo 4 a partir do 5⁶⁰. Além disso, entendeu que o abuso estaria relacionado às obras de justificação, de forma que se pudesse achar alcançar méritos perante Deus através de imagens. Portanto, não se deveria pregar contra as imagens em si, mas contra as obras de justificação. Dar dinheiro aos pobres seria muito melhor do que dá-lo às imagens. Em última análise, a eliminação de imagens pode não servir para nada, pois existiam pessoas que adoraram o sol, a luz ou estrelas os quais não poderiam ser eliminados. O nosso maior inimigo seria o coração, ainda assim não deveríamos nos suicidar. Assim, Lutero conclui que os iconoclastas não reconheceram o verdadeiro diabo, ou seja, o problema fundamental da imagem⁶¹. Na mesma linha de pensamento, ele afirmou em seu escrito “Contra os profetas celestiais, a respeito de imagens e sacramento”⁶², do final de dezembro de 1524, que primeiramente as imagens precisam ser eliminadas do coração, pois, então, eles não mais fariam mal aos olhos. Segundo ele, as obras de justificação estariam relacionadas com o culto às imagens. Além disso, em Moisés a proibição somente se refere a uma imagem de Deus. Contudo, fazer um crucifixo ou imagem de santo não seria proibido. Mais do que isso, a questão fundamental não giraria em torno do fazer imagem, mas do adorar imagens. Enquanto memória ou como “testemunhas”, as imagens não somente deveriam ser toleradas, senão até mesmo seriam “louváveis e honrosas”. Chegou a sugerir que se pintassem figuras nas paredes, pois entendia se tratar de uma “obra cristã”⁶³.

Paulatinamente, Lutero foi acentuando a concepção de símbolos como meios auxiliares pedagógicos e didáticos. Neste espírito, a Bíblia traduzida por ele para a língua alemã continha

⁵⁹ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 547.

⁶⁰ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 548.

⁶¹ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 548.

⁶² “Wider die himmlischen Propheten, von den Bildern und Sakrament”

⁶³ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 549.

muitas ilustrações. Aliás, ele chegou a cogitar uma Bíblia completamente ilustrada. Ele entendia que ilustrações poderiam auxiliar para a oração⁶⁴.

Lutero, contudo, entendia que a imagem em geral não deveria ser considerada sacramento. Sacramento só o é por ter sido instituído pelo próprio Deus. Além disso, uma imagem nunca é uma encarnação de Deus mesmo. Diferentemente do sacramento, a imagem é útil para a fé, mas não imprescindível para a salvação. A importância da imagem estaria no fato de auxiliar na pregação, embora não pudesse ser considerada, em si, pregação independente da Palavra⁶⁵.

5.3 – ULRICO ZWÍNGLIO

Através de seu escrito “Interpretação e Motivos dos Discursos Últimos”⁶⁶ de 14 de julho de 1523, Zwínglio condenou imagens como ídolos. Pouco depois, em outono do mesmo ano, ocorreu a destruição de imagens em Zurique. Em 17 de novembro de 1523, no escrito “Uma Breve Introdução Cristã”⁶⁷, Zwínglio afirmou que, enquanto induzem à adoração, as imagens seriam proibidas por Deus (primeiro mandamento). Em “Sugestões a Respeito de Missa e Imagens”⁶⁸ de dezembro de 1523, Zwínglio previu, entre outras coisas, a proibição de imagens de mesas, de procissões com imagens, a eliminação das imagens dos templos e a perda do benefício pelos sacerdotes que se colocam contra tais doutrinas⁶⁹.

Em 18 de agosto de 1524, através de “Resposta Cristã do Prefeito e do Conselho de Zurique ao Bispo Hugo”⁷⁰, Zwínglio afirmou que a Igreja que permitira a veneração de imagens não fora a verdadeira nem tivera ouvido a voz de seu bom pastor. Somente a Palavra ensina a conhecer a Cristo; externalizações somente desviam da Palavra. Segundo ele, o dinheiro que se emprega em favor de imagens deveria ser doado aos pobres⁷¹.

Zwínglio e Lutero concordam que a veneração de imagens era idolatria. Concordam também que as imagens que não são veneradas deveriam ser toleradas. Discordavam, contudo, do uso da imagem para fins pedagógicos como Lutero paulatinamente foi enfatizando⁷².

5.4 – JOÃO CALVINO

⁶⁴ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 550.

⁶⁵ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 550.

⁶⁶ “Auslegung und Gründe der Schlußreden”

⁶⁷ “Eine kurze christliche Einleitung”

⁶⁸ “Ratschläge betreffend Messe und Bilder”

⁶⁹ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 551.

⁷⁰ “Christliche Antwort Bürgermeisters und Rats zu Zürich an Bischof Hugo”

⁷¹ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 551.

⁷² Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 553.

Em sua *Institutio* de 1536, Calvino se externou contrário às imagens afirmando que Deus é espírito e precisa ser adorado em espírito. É pagão e carnal quem retrata Deus. A representação de Deus através de imagem leva ao antropomorfismo. Estes mesmos pensamentos retornam na *Institutio* de 1559. Segundo ele, Deus permitia ser ouvido, mas não mostrava sua forma. Por isso, imagens de Deus nada mais seriam do que superstições. As teofanias do Antigo Testamento seriam prelúdios da futura revelação em Jesus Cristo, contudo, não justificariam a representação de Deus como tal⁷³.

Diferentemente de Lutero que relacionava o perigo das imagens com as obras de justificação, Calvino concebia as imagens como violação da majestade de Deus. Cabe mencionar que, como em 1535 as imagens já haviam sido eliminadas em Genebra, tratava-se somente ainda de discussões fundamentais e não mais práticas como em Zwínglio⁷⁴.

Assim, enquanto as Confissões Luteranas somente mencionam imagens uma única vez (Apologia da Confissão de Augsburgo, 21,34), o assunto é abordado em diversos lugares nos escritos confessionais reformados. Na Confissão de Erlauthel (1562) e o Catecismo de Heidelberg distinguem entre a impossibilidade de retratar o Deus invisível e a veneração entre imagens criadas. As Teses de Berna (1528) defendem a eliminação de imagens quando existir o perigo de sua veneração. A **Confissio Helvetica Posterior** ressalta que imagens nos templos não podem ser consideradas como meios. Na *Confessio Tetrapolitana* (art. 22), as imagens são combatidas por lesarem o mandamento Deus e o amor aos pobres e por fomentarem obras de justificação. Pelo fato de não serem úteis ao melhoramento, mas até mesmo levarem à discórdia, as imagens não têm lugar justificado nos templos⁷⁵.

Os teólogos tridentinos concordavam a respeito da teoria das imagens de Lutero. Contudo, a prática existente na Igreja Católico-Romana não permitia que mal fosse extirpado. Por isso, Zwínglio e Calvino pleitearam pela eliminação completa das imagens. Contudo, deve-se mencionar que a fundamentação psicológico-pedagógica para a eliminação de imagens no âmbito zwingliano e calvinista – por exemplo, o exterior induz à idolatria – viria a tornar-se, no futuro, uma deficiência psicológico-pedagógica – descaracterização do símbolo como meio pedagógico⁷⁶.

5.5 – OS DIFERENCIAIS CONFESSIONAIS LUTERANO, ZWINGLIANO E REFORMADO NA ARQUITETURA DE TEMPLOS PROTESTANTES NO BRASIL DO SÉCULO XIX

⁷³ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 553.

⁷⁴ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 554.

⁷⁵ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 554.

Diante da necessidade de construírem seus templos em solo brasileiro quando aqui chegaram, os imigrantes protestantes em vários lugares se viram envolvidos com em discussões confessionais resultantes das compreensões distintas por parte dos reformadores a respeito de imagens e símbolos. Cabe-nos aqui apontar para alguns exemplos.

O caso mais expressivo verificado até o momento a respeito da discussão da legitimidade do uso de símbolos em templos pode ser encontrado na comunidade de Campestre, no município de Montenegro/RS, no ano de 1899. Em 1900, esta comunidade veio a constituir paróquia junto com as comunidades de Linha Brochier e Picada Nova. Até 1899, a comunidade fora assistida pastoralmente pelo pastor não-ordenado de nome Beckmann, de Teutônia/RS. Neste ano, a comunidade construiu um templo. Quando da conclusão do mesmo, parte da comunidade decidiu pela aquisição e colocação de crucifixo e castiçal sobre o altar. Outra parte da comunidade, de origem reformada – o pastor Friedrich Wilhelm Karl Wiehe, de Montenegro/RS, estimou o número destes em cerca de 1/3 dos evangélicos locais! –, não concordou com a decisão e passou a ser assistida pelo pastor Heinrich Ernst August Kunert (São Vendelino/RS), vindo a construir inclusive um outro templo (sem crucifixo e castiçal!). O conflito chegou, finalmente, à direção do Sínodo Riograndense⁷⁷, solicitado a posicionar-se. Havia pessoas na comunidade que argumentavam afirmando que o uso de crucifixo e castiçal seria algo típico da Igreja Católica⁷⁸. Neste contexto, escreve-se para o pastor presidente do Sínodo Riograndense para que este proclamasse seu veredicto a respeito. Poucos anos depois, em 1905, o pastor Wiehe, em carta ao pastor presidente do Sínodo, observou que a maioria da comunidade já teria aceitado crucifixo e castiçal. Sugeriu que se deixasse ambos sobre o altar,

[...] com o claro e público esclarecimento, de que eles não constituem parte essencial de um templo, mas somente servem para dirigir os pensamentos para o crucificado e para o caminhar na luz do Evangelho e desafiam para a busca por iluminação.⁷⁹

Um outro episódio semelhante, ocorrido por volta de 1875, pode ser verificado na comunidade de Ferraz, no interior de Vera Cruz/RS. Na comunidade havia um pequeno grupo de pessoas oriundo da Renânia e, como tal, “simpático” dos princípios reformados ou unidos. Por

⁷⁶ Cf. Walther von LOEWENICH, 1980, p. 556.

⁷⁷ Trata-se de um dos Sínodos que, em 1949, junto com outros três, viria a constituir a Federação Sinodal, denominada posteriormente de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

⁷⁸ Cf. Ferdinand SCHRÖDER, **Brasilien und Wittenberg**: Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien, Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936, p. 115.

⁷⁹ Carta de Wiehe ao amado irmão presidente [Dietschi] de 29/03/1905 (AHIECLB, SR 7/5).

ocasião de seu casamento, o pastor Michael Haetinger, como ação de graças, doou dois castiçais para o templo. Após isso, observou-se que os pomeranos (luteranos!) também desejavam um crucifixo para seu templo, enquanto os renanos (reformados/unidos!) se opunham a isso. A concepção distinta sobre símbolos em templos levou à cisão, sendo que os renanos, embora constituíssem um número pequeno de pessoas (sic!), “fizessem” um pastor próprio para si, fundando uma paróquia. Mais tarde, novamente teriam se unido à comunidade original⁸⁰.

Concluindo, ainda que não tivessem ocorrido discussões, conflitos, impasses e cisões de forma generalizada entre o “protestantismo de imigração”, oriundos das compreensões confessionais distintas a respeito de símbolos nos templos, se pode perceber que o tema foi suscitado na relação com a construção de templos. Concretamente, podemos afirmar que, nos casos constatados, os templos mais do que “*livri memoriales*” foram compreendido como “*livri confessionalis*”. Nesta qualidade, constituem-se em documentos iconográficos, capitais simbólicos e memoriais, inscrições de uma identidade étnica e confessional coletiva, produtos de estigmatizações e “di-visões” a partir do princípio “nós X eles”. Finalmente, cabe mencionar que a complexidade das relações pessoais e comunitárias envolvidas nos exemplos citados no âmbito do protestantismo necessitaria ser investigados mais topograficamente visando perceber melhor como tensões e conflitos se configuram, isto é, como os processos de “di-visão” e estigmatização se estabeleceram em seus detalhes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO HISTÓRICO DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. São Leopoldo/RS. (AHIECLB)

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras** [1969]. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 187-227.

BANTON, Michael. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins fontes, 1979.

⁸⁰ Cf. [Paul] DOHMS, Reisen durch evangelische Gemeinden in Rio Grande do Sul (Fortsetzung), **Der Deutsche Ansiedler**, maio 1887, p. 36.

CONSTITUIÇÕES DO BRASIL. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1958. 701 p.

DER DEUTSCHE ANSIEDLER, Organ der evangelischen Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika (zu Barmen) und der Berliner Gesellschaft für die deutsche evangelische Mission in Amerika. Barmen: D. B. [u. T. G.] Wiemann, [Vaterland e Westdeutsche] 1886, 1890, 1893, 1897, 1898. [**Der Deutsche Ansiedler**]

DESAN, Suzanne. **Massas, Comunidades e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis**. In. Linn HUNT (ed.) A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 63-96.

DIE ARBEIT UNTER DEN EVANGELISCHEN DEUTSCHEN IN BRASILIEN; Zweite Mittheilung des Comité's für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien. Barmen: J. F. Steinhaus, 1866. 16 p.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 19-50.

GONZALEZ, Justo. **A Era dos Mártires**. São Paulo: Vida Nova, 1978. 177 p. (Uma História Ilustrada do Cristianismo, 1)

HEIDENREICH G. **Espírito Santo**. In: 25 Jahre Mittelbrasilianische Synode; Bericht von der neunten ordentlichen Synode der Deutschen Evangelischen Gemeinden in Mittelbrasilien in Rio de Janeiro am 20.-22. Novbr. 1937. Rio de Janeiro: Tip. Franz Timon, 1938. p. 45-48.

HOBSBAWM, Eric. **Etnia e nacionalismo na Europa de hoje**. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da Questão Nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

KRAMER, Lloyd S. **Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominik LaCapra** In. Linn HUNT (ed.) A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 131-173.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 423-477.

LOEWENICH, Walther von. Bilder VI; VI. **Reformatorische und nachreformatorische Zeit**. In: KRAUSE, Gerhard; MÜLLER, Gerhard (Hrgs.). Theologische Realenzyklopädie. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1980. Bd. 6, p. 546-557.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **Identidades Traduzidas**; cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Sinodal, 2000. p.;242.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg**; Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Berlin/Leipzig: Walter de Gruyter, 1936. 418 p.

SONNTAGSBLATT FÜR DIE EVANGELISCHEN GEMEINDEN IN BRASILIEN. São Leopoldo: Evangelische Buchhandlung, 1890, 1893, 1899, 1905. [**Sonntagsblatt**]

WACHHOLZ, Wilhelm. **Uma Igreja Diferente**; 1951-2001 – o cinquentenário do Templo da Ascensão, São Leopoldo: Com-Texto Gráfica e Editora, 2001. 94 p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994. vol. 1, p. 267-277.

WHITE, Susan J. **Kirchenbau; III. Theologisch und praktisch-theologisch**. In: BETZ, Hans Dieter (et. alli. Hrgs.). Religion in Geschichte und Gegenwart; Handwörterbuch und Religionswissenschaft. 4. völlig neu bearb. Aufl. Tübingen: Mohn Siebeck, 2001. Bd 4., col. 1146-1147.

WIEMER, **Esboço histórico da comunidade evangélica de Petrópolis**. In: COMUNIDADE EVANGÉLICA DE PETRÓPOLIS. Fragmentos Históricos; compilados por ocasião dos congressos em Petrópolis A. D. 1954. Rio de Janeiro: Canton & Reile, [s.n.], 1954. p. 22-109.

A COLÔNIA ALEMÃ PROTESTANTE DE TRÊS FORQUILHAS: RELAÇÕES INTERÉTNICAS E INTERCONFESSIONAIS

Nilza Huyer Ely¹

Em 17 de novembro de 1826 chegaram, à incipiente localidade do presídio (pré-sítio) da Ponta das Torres, os pioneiros alemães num total de 421 pessoas entre católicos e protestantes.

Pelas dificuldades do assentamento de todo o grupo à margem direita do rio Mampituba, a administração da colônia decidiu separá-los de acordo com o credo religioso que professavam.

Os protestantes, acompanhados do pastor Carlos Leopoldo Voges, foram encaminhados, em meados de 1827, para o Vale do Três Forquilhas onde formaram a primeira colônia alemã protestante do Rio Grande do Sul.

Os católicos, por sua vez, foram localizados entre as lagoas do Forno e do Jacaré formando a Colônia de São Pedro de Alcântara, mais próximos da capela de São Domingos das Torres da qual receberiam assistência religiosa.

De acordo com a legislação vigente à época, a cada imigrante colono caberia uma gleba em torno de 77 hectares. As propriedades do Vale do Três Forquilhas foram mensuradas pela largura, sendo a cada uma delas atribuídas cem braças de frente ao rio e tantas quantas se encontrassem até o divisor de águas nos contrafortes da Serra Geral. Alguns lotes com 800 braças e outros alcançaram até 1600 braças de fundos.

Para enfrentar o ambiente estranho e hostil que se lhe apresentava, o imigrante tinha nas mãos, apenas, a foice e o machado

Defrontou-se com a mata atlântica de belas palmeiras e frondosas árvores, de cujos galhos pendiam grossos e longos cipós, que se entrelaçavam com espécies espinhosas e agrestes.

A rudeza da região e as dificuldades iminentes tornariam os imigrantes, de imediato, “colonos descalços”.

A clareira, resultante da derrubada da mata para as primeiras plantações, foi o espaço para a construção da casa, ao longo e às margens do rio que seria a fonte de água corrente para o consumo e uso domésticos.

Dos encontros com nacionais (luso e afro-descendentes) das sesmarias da Planície Costeira, receberam orientação básica de sobrevivência, como o aproveitamento de frutas silvestres e raízes comestíveis. Com eles também aprenderam a elaboração dos produtos da mandioca e da cana-de-açúcar. Essa convivência facilitou o aprendizado da língua pátria e a rápida adaptação ao meio.

¹ Historiadora três-forquilhense - Membro do CIPEL e IHSL

Tão logo lhes foi possível, os alemães protestantes, ergueram uma pequena casa de madeira para os cultos e reuniões da comunidade religiosa, em terras doadas por Karl Klein. Na década de 1850 foi substituída por um prédio de pedras, o qual, somente em 1927, receberia torre de alvenaria e sinos. A igreja protestante foi o único templo religioso de todo o Vale do Três Forquilhas durante o século XIX.

Estava-se a apenas seis anos do início da colônia e já, em 18 de julho de 1833, evidenciava-se o bom relacionamento dos alemães com os nacionais, através do apadrinhamento, por *Serafin Silveira Marques*, no batismo de um filho de Philip Gross e Catharina Reuter.²

Na década seguinte, em 4 de agosto de 1844, o batismo de Jacob *filho do índio Manoel dos Santos* e sua esposa Magdalena Strach³ comprova o início do relacionamento interétnico através de casamento

O menino *Anton*, filho da *escrava Maria* de nação nagô, pertencente ao pastor Carlos Leopoldo Voges, foi batizado e teve como madrinhas Magdalena Eigenbrod e Catharina Jacoby⁴

No livro de registros foram inscritos, com a omissão da paternidade, diversos batismos de filhos de escravas. Sabe-se, da tradição oral, que muitas dessas crianças tiveram como pai algum membro da família proprietária da escrava. Esta hipótese procede e pode ser confirmada pela alteração progressiva dos traços físicos e da cor da pele, tornando-os mulatos de olhos claros.

Para exemplificar lembra-se a senhora Osvaldina Moreira (a Negrinha), pessoa bastante conhecida em Três Forquilhas, falecida há poucos anos em Erechim. Negrinha, segundo voz corrente, era filha de Felipe Bobsin, teuto-descendente e bisneta da escrava Maria da casa de Voges, já referida. Negrinha tinha pele morena, não negra, e cabelos escuros encaracolados. De seu relacionamento com um ítalo-descendente teve o filho Benoni, de tez branca sem nenhum traço de sua ascendência negra.

Em 22 de julho de 1851 Voges realizava o ofício de casamento de sua filha Catharina Frederica, de 21 anos, *evangélica*, com Jacob Diehl, com 28 anos, *católico*, filho de Jacob Diehl e sua esposa Mariana Willheb ou Weibarth.

Também o açoriano *José Pereira de Souza*, (provavelmente católico) depois de contrair núpcias com Anna Maria Gross, batizou, em 16 de fevereiro de 1853 a filha Maria Carolina⁵

Durante a Guerra contra o Paraguai, diversos jovens do Vale do Três Forquilhas foram convocados e participaram da frente de batalha em território paraguaio. Muitos deles pereceram em combate, alguns, entretanto, conseguiram retornar, entre os quais, Carl Daniel Gross que lá trouxe a

² Registro de batismos da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas. Livro nº 1 pág. 35.

³ Op.cit. pág. 53.

⁴ Op.cit. pág. 60.

⁵ Op. cit. pag. 69

esposa, uma bela índia paraguaia. Fruto desse enlace, em 26 de setembro de 1874 Carl Daniel Gross e a *índia Isabela Lora da Silva*, natural de Debuck, Paraguai, batizaram o filho Carl Daniel⁶. Marcados por acentuadas características indígenas, os descendentes de Isabela, receberam a alcunha de “paraguaios”.

Do mesmo conflito, desertores nordestinos depois de perderem o caminho na tentativa de regresso através da estrada da laguna, chegaram em Três Forquilhas. Pela tez rude e escura foi-lhes atribuído o cognome de *baianos*. Conseguiram se fixar no Vale do Três Forquilhas através do trabalho, inicialmente, de construção de cercas de pedras, as conhecidas “taipas”. Logo granjearam amizades, se integraram à sociedade, constituíram família e, apesar de seu comportamento agressivo, foram acolhidos, sem qualquer restrição, na comunidade religiosa.

Assim, *Pedro Juvêncio Maria*, natural da *Bahia*, lavrador e Margarida Menger, batizaram o filho *Pedro Juvêncio Maria*⁷ nascido em 19 de junho de 1876, tendo como padrinhos Peter Schwartzhaupt e Margaretha Schwartzhaupt, Carl Röthgerot, Frantz Gross, todos residentes em Três Forquilhas.

Também, em 1º de fevereiro de 1882 era batizado *Ambrosinho*⁸, filho de *Cândido Alves da Silva*, natural da *Bahia*, lavrador e Maria nascida Witt, cujos padrinhos foram Lealdinho Alves da Silva, Luiz Jorge Hoffmann, Maria Triesch e Maria Luisa Gross.

O genitor do batizando, um dos desertores da Guerra do Paraguai, tornou-se conhecido como “Baiano Candinho”, o intrépido guerrilheiro que, na Revolução de 1893, comandou estrepolias em todo o Litoral Norte, principalmente no Vale do Três Forquilhas. A trajetória de “Baiano Candinho” deu origem ao extraordinário trabalho de Manuel Estevão Fernandes Bastos intitulado “Noite de Reis”, publicado em 1935.

Em 19 de março de 1887 *Karl Huyer*, católico, filho solteiro de Heinrich Huyer e Johanna Simm, natural de Przitzhowitch, atual República Tcheca, casa-se com Maria Carolina Justin, filha genealógica de Serafim Agostinho do Nascimento e Elisabetha Kellermann.⁹

Karl Huyer não só batizou todos os seus filhos na igreja evangélica, dela participando intensamente como pastor leigo, efetuando ofícios fúnebres na ausência do pastor.

Nos casamentos interétnicos e/ou interconfessionais, quando um dos nubentes era católico, geralmente o noivo, o novo casal assumiria a religião protestante, na qual batizaria os seus filhos.

A hegemonia confessional protestante só foi interrompida no início do século XX, com o ingresso de algumas famílias católicas oriundas da Colônia de São Pedro de Alcântara e Torres.

⁶ Op. cit. pág. 220

⁷ op. cit. pág. 259

⁸ op. cit. pág. 324

⁹ Livro Registro de Casamentos nº 01 pág. 56

Segundo padre Rizzieri Delai, em seu livro *Três Forquilhas e suas comunidades*, p. 57 [...]. Contudo, parece que até o ano 1900 havia um relaxamento dos curas torrenses no atendimento aos poucos católicos residentes no Vale do Três Forquilhas.

No começo deste século, os líderes católicos Luiz Gonzaga Capaverde, Hermenegildo Torres, José Justo, animados pelo cônego Pedro Wagner, pároco de Torres, decidiram erguer uma capela. Mesmo construída a capela, a visita do cura era rara, devido à distância de Torres, à estrada ruim, aos padres de idade avançada ou enfermos. Lá por 1910, o atendimento acontecia uma vez por ano.”

Em 2 de janeiro de 1913 o professor protestante Leopoldo Tietböhl doou uma área de 1800 m², num lugar privilegiado na encosta do morro e frente ao rio, para a construção da primeira capela católica do Vale do Três Forquilhas.

Delai menciona as lideranças da construção da capela: presidente Hermenegildo Prudêncio Torres, secretário Luiz Gonzaga Capaverde, conselheiro José Justo e tesoureiro o protestante José Jacó Tietböhl, irmão do doador da terra. Com apenas três famílias católicas, a espontânea contribuição dos protestantes foi decisiva. Quando da reforma da capela em 1961, foi encontrada, na pedra fundamental, a ata onde se lê: “Foi benta a pedra fundamental da Igreja São Sebastião de Três Forquilhas, dia 20.1.1913”, seguida de 32 assinaturas, sendo 13 de protestantes.

Na mesma época chegaram ao Vale do Três Forquilhas italianos e poloneses de segunda e/ou terceira geração, vindos da localidade de Barra do Ouro, distrito de Osório, que se somaram aos católicos.

Em 1967, integrantes das famílias Abe, Aso, Kanno, Miyazaki, Ouchi, Sato, Shimomura, Sho, Takimoto e Tanaka, imigrantes japoneses chegados ao Brasil no final da década de 1950, se somaram aos descendentes indígenas, africanos, europeus (lusos, alemães, italianos e poloneses) da colônia protestante das Três Forquilhas, completando a tríade das raças humanas do planeta terra. Os japoneses assumiram a confissão protestante IECLB.

Como entre as demais raças e etnias, a adaptação dos orientais foi rápida, com perfeito entrosamento na comunidade civil e religiosa.

Em 07 de outubro de 1973 a colônia das Três Forquilhas registrava o primeiro enlace matrimonial entre o teuto-descendente protestante José Paulo Lipert Brehm (que prestou a informação) e a *budista Ayako Ouchi*, natural da cidade de Fukushima, no Japão.

A diversificação religiosa só viria a acontecer, com maior intensidade, a partir dos anos de 1970, com o ingresso de diversas congregações confessionais, mesmo assim, ainda hoje a comunidade protestante mantém a supremacia no Vale do Três Forquilhas.

O relacionamento imediato e amistoso com os afro e luso-descendentes, a assimilação de seus hábitos e costumes, foi moldando um estilo próprio de comportamento dos alemães da Ponta das Torres e seus descendentes.

Os litorâneos do norte do Estado tornaram-se indivíduos com características comportamentais distintas, temperamento expansivo, afável e deveras hospitaleiro. Apesar da perda da germanidade, adquiriram identidade própria.

A miscigenação cultural e sócio-econômica aconteceu, natural e pacificamente, como resultante do convívio harmonioso e dos casamentos interconfessionais, interétnicos e inter-raciais, responsáveis pelo mosaico étnico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

QUESTÕES PERTINENTES PARA A HISTORIOGRAFIA DA IGREJA EVANGÉLICA NO BRASIL

*Joel Haroldo Baade**

A dissertação de mestrado à qual tenho me dedicado desde o início de 2006, mas cuja reflexão já se iniciou em meados de 2004, quando era bolsista de iniciação científica na Escola Superior de Teologia, está relacionada com o processo de formação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em Santa Catarina (SC) e no Paraná (PR). Nessas regiões, se formaram duas agremiações religiosas entre os imigrantes europeus que vieram a partir de 1850. Um primeiro grupo estava sob a liderança dos pastores alemães enviados pela Caixa de Deus Luterana e que é conhecido como Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e Outros Estados do Brasil (Sín. Evang. Lut.), fundado em 1905. Um segundo grupo constituiu-se em torno de pastores provenientes de diversos órgãos eclesiásticos alemães (Berlin, Barmen etc.), confessionalmente bastante diversos. Esse grupo formou a Associação Evangélica de Comunidades de SC e PR (Assoc. Evang. de Comunidades) em 1911. Essas duas organizações eclesiásticas serão chamadas daqui por diante de sínodos.

Esses dois sínodos coexistiram territorialmente em SC e PR por décadas, integraram a Federação Sinodal¹, mas somente se fundiram no Sínodo Evangélico Luterano Unido em 1962. O objetivo mais amplo da minha pesquisa é, nesse sentido, o de auscultar o processo de formação da identidade dos dois sínodos em SC e PR com vistas a sua gradativa aproximação. Essa questão, no entanto, está inserida na problemática da imigração para o sul do Brasil, dos meios de organização comunitária dos imigrantes, das relações com outros grupos estabelecidas no novo meio e das conseqüências daí decorrentes. Ou seja, trata-se de um quadro extremamente complexo de relações sociais que desembocou na formação da IECLB, também nas regiões de SC e PR. A abordagem do tema, em decorrência da complexidade, também poderá ocorrer sob diferentes enfoques e perspectivas.

Na literatura que me propus a contemplar para alcançar o objetivo proposto, pode-se observar duas linhas básicas de pesquisa. As obras menos recentes caracterizam-se pela orientação primordialmente a partir da história política e institucional, a qual poderia ser caracterizada como

* Bacharel e mestrando em Teologia no Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo. Bolsista do CNPQ.

¹ A Federação Sinodal foi constituída em 1949, reunindo quatro sínodos: Sínodo Riograndense, Sín. Evang. Lut., Assoc. Evang. de Comunidades e Sínodo Brasil Central. Ela auto-compreendia-se como Igreja em formação, adotando, em 1954, o nome de “Federação Sinodal, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil” e, em 1962, abandonou-se a formulação “Federação Sinodal”, restando “Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil”. Para quem busca uma aproximação do processo histórico de formação da IECLB e de sua inserção no âmbito ecumênico nacional e internacional, poderá orientar-se pela obra de Hans-Jürgen PRIEN, **A Formação da Igreja**

uma leitura mais tradicional. Quanto ao conteúdo, a historiografia tradicional se caracteriza por uma análise sob dois enfoques: a confessionalidade, estando as principais discussões ligadas às divergências entre os elementos luterano, reformado e unido; e a questão étnica, ligada ao desenvolvimento do pensamento nacional alemão e sua confrontação com o nativismo brasileiro na primeira metade do século XX. Tendeu-se, nesse tipo de análise, a esquecer o papel que o imigrante membro de uma comunidade exerce como sujeito histórico.

Uma segunda orientação da pesquisa histórica caracteriza-se pela consideração da complexidade das relações sociais, a qual poderia ser considerada uma leitura mais inovadora. Além dos conceitos enfatizados na pesquisa tradicional, ganham relevância perguntas pela formação da identidade grupal em outros níveis além do sentimento de pertença étnica, como a família, a comunidade, a situação de minoria na qual a grande maioria dos imigrantes de origem alemã se encontrava, a questão que diz respeito às fronteiras entre os grupos sociais, as relações de poder e de gênero, a religiosidade que o imigrante traz consigo e vive no novo contexto etc. Em outras palavras, pode-se observar uma mudança de paradigmas na historiografia da IECLB. Busca-se por uma dimensão mais profunda e holística do processo de formação da Igreja no Brasil, que transcenda a história institucional preconizada por lideranças comunitárias, entre as quais estão preponderantemente pastores e professores. No entanto, há o risco de perder de vista a dimensão da história da igreja de confissão luterano no Brasil enquanto Igreja Cristã. Os esforços são dessa forma exauridos na apreciação de aspectos culturais e perde-se de vista a dimensão da história como portadora da Revelação.

Assim, urge uma historiografia na IECLB que considere a relação dialética entre [i]greja enquanto instituição e [I]greja como Igreja Cristã. A Igreja ultrapassa os limites institucionais, mas não prescinde de organização. Assim, proponho uma análise histórica da Assoc. Evang. de Comunidades e do Sín. Evang. Lut. sob dois enfoques: o confessional e o étnico; e em dois níveis distintos: o institucional e o comunitário, tendo em mente a cada momento da análise o conceito de igreja enquanto instituição humana e objeto de Revelação. Sobre essa dimensão teológica, no entanto, não será possível refletir no âmbito deste artigo, mas o farei em outro momento. No que segue, procuro tecer algumas reflexões teóricas preliminares que venham a contribuir para um projeto na área da historiografia da IECLB.

1.0 - História Política e Etnicidade

1.1 - Nacionalismo e etnia

Uma questão difícil de ser esclarecida quanto à imigração alemã é a “complicada sobreposição que se efetua em torno das concepções de nacionalidade e cidadania”² ou, em outras palavras, de não se conseguir separar ou ao menos distinguir etnia e nacionalismo nesse grupo. Essa confusão se evidencia mais claramente em afirmações segundo as quais seria possível ser de nacionalidade alemã e, ao mesmo tempo, possuir a cidadania brasileira. Exemplos disso podem ser encontrados com frequência na imprensa teuto-brasileira da época:

Nós queremos ser e, por patriotismo, permaneceremos brasileiros, mas (somos) alemães em língua e sentimentos; com uma palavra: teuto-brasileiros³.

Segundo Prien, após o início da II Guerra Mundial em 1939, teria havido uma relativa amenização no programa de nacionalização do governo de Getúlio Vargas, o que provavelmente está ligado à declaração inicial de neutralidade do Brasil, pois tão logo é declarada guerra à Alemanha, os ataques a alemães e descendentes retornam com ênfase. Muitos pastores foram presos e, mesmo depois de libertados, não puderam retornar às atividades. As décadas de 1930 e 1940 são especialmente significativas para este estudo, pois neste período as divergências entre os diferentes grupos de imigrantes e sua relação com a sociedade na qual estão inseridos e simultaneamente excluídos são mais acentuadas. Ao que parece, a influência nas igrejas, escolas e imprensa teuto-brasileiras era buscada por três projetos políticos distintos: a) o projeto alemão sob o forte signo do nacional-socialismo de Adolf Hitler; b) o governo brasileiro de Getúlio Vargas e sua política de nacionalização; e c) o que muitas vezes talvez tem sido esquecido, é que a América do Norte também procura expandir as suas influências, o que se evidencia, por exemplo, na visita do secretário geral da ULCA (United Lutheran Church in America) aos sínodos brasileiros e na postura do Ministro do Exterior brasileiro Oswaldo Aranha, que era considerado a força motriz da política de adaptação aos EUA. Em outras palavras, há diferentes projetos políticos sendo difundidos no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 que são mutuamente excludentes e todos, em maior ou menor grau, dirigem-se às comunidades de imigrantes⁴. Há efervescências nacionais nos diferentes contextos e, quando estas entram em contato, acabam surgindo reflexões que tentam conciliar as

² Dagmar Elisabeth Estermann MEYER, **Identities Traduzidas**, 1999, Tese de Doutorado, p. 50.

³ Deutsche Post Apud MEYER, Op. cit., p. 50.

partes e também são geradas situações de conflito. Essas ideologias nacionais, em maior ou menor grau, fizeram uso de reflexões em torno da etnicidade.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, o nacionalismo seria indiscutivelmente o promotor da etnicidade e a necessidade de dois termos distintos residiria no fato de o nacionalismo ser um programa político e a etnicidade não seria um conceito político e não possuiria um conteúdo programático. O nacionalismo, nesse sentido, na busca por realizar o seu programa, procuraria identificar-se com a etnicidade, “já que ela permite que funde a nação em uma continuidade histórica e lhe forneça um sentido do ‘nós’, de uma identidade que lhe falta na exata medida em que ela é uma criação recente: ‘A etnicidade é uma das formas de preencher os espaços vazios do nacionalismo’.”⁵ A partir disso, tornaram-se relevantes na pesquisa os conceitos de identidade nacional e identidade étnica.

1.2 - Identidade nacional

Segundo Michael Banton, os movimentos do século XIX conseguiram convencer as pessoas de que a posse de uma nacionalidade era uma coisa natural do ser humano. A partir daí, o autor também pode constatar que os movimentos nacionalistas inventaram nações onde elas não existiam⁶. Se aplicarmos essa tese aos contextos nacionais alemão e brasileiro, perceberemos situações um tanto análogas. A Alemanha “passa a existir” em 1871, com a fundação do Reich sob Bismark, e o Brasil é uma recém ex-colônia, alcançando o status de república somente em 1889. Essas duas unidades nacionais em formação são ainda muito frágeis de modo que ambos os contextos se caracterizavam pela busca de laços que lhes proporcionassem unidade e coesão interna e, ao mesmo tempo, lhes diferenciassem de outras nações. O problema está em que os imigrantes alemães e seus descendentes serão reclamados por ambos os projetos. Nesse sentido, grande parte da reflexão do final do século XIX e início do século XX sobre a imigração alemã no Brasil irá se caracterizar pela busca de uma identidade que concilie esses dois projetos políticos. Segundo Lauri Emilio Wirth, nesse sentido, “o conceito de cidadania alemã é fundamental, na medida em que a pertinência ao povo alemão pressupõe um vínculo sangüíneo e não meramente territorial.”⁷

⁴ Cf. PRIEN, 2001, p. 465.

⁵ Philippe POUTIGNAT, Jocelyne STREIFF-FENART, **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 54. A tese apresentada, na verdade, é de Eric J. HOBBSBAWM, **Um mapa da questão nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 274. Em POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 38s., diz-se que, para Weber, a comunidade política também é o fato fundamental para a promoção da etnicidade, embora religião e língua possam representar um papel importante (Cf. Max WEBER, **Economia e Sociedade**, Brasília: Editora da UNB, 1994, p. 274.). A mesma tese aparece também em Michael BANTON, **A idéia de raça**, São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 162.

⁶ BANTON, 1979, p. 160.

⁷ Lauri Emilio WIRTH, Protestantismo Brasileiro de Rito Luterano, **Revista USP**, São Paulo, n.67, p.68-77, set/nov 2005, p.74.

1.3 - Identidade étnica

O termo “etnia” surgiu para definir a solidariedade de um grupo em particular, que é simultaneamente diferente da organização política em uma nação e daquela que é produzida pela semelhança antropológica da raça⁸. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, em Weber, haveria três contribuições significativas para a caracterização dos grupos étnicos:

1) O grupo étnico seria uma construção social cuja existência é sempre problemática. Isso pode ser relacionado, por exemplo, com aquilo que já foi mencionado acima de que há uma complicada sobreposição das concepções de nacionalidade e cidadania nos grupos teuto-brasileiros. A distinção de elementos que são resultado de elaboração político-ideológica daqueles que realmente surgiram de uma comunhão do grupo a partir da etnicidade não é possível.

2) A construção da identidade étnica se dá a partir da diferença. Isso explicaria, por exemplo, o argumento de René Gertz, segundo o qual o “germanismo, nazismo e integralismo fornecem a justificativa para a ação estatal conhecida como ‘campanha de nacionalização’.”⁹ Esta, por sua vez, poderia ter motivado o significativo aumento do número de membros em muitas comunidades durante o período de maior perseguição.

3) O conteúdo da comunidade étnica é a crença numa honra específica¹⁰.

Para Weber, em outras palavras, o que possibilita a comunhão étnica são as diferenças exteriormente perceptíveis, desempenhando papel extraordinariamente importante a comunidade lingüística e a homogeneidade da regulamentação ritual da vida, e estas devem diferenciar-se daqueles que não são aceitos como parte do grupo¹¹. Dessa forma, a adoção de costumes não “originais”, como o de os imigrantes alemães tomarem chimarrão, o que é um símbolo da pertinência étnica brasileira, passa a representar uma contaminação e um risco à comunhão étnica¹². Mas Weber também observa que fortes diferenças de dialeto e de costumes como, por exemplo, a religião, não impedem a existência de um sentimento de comunhão étnica. Assim seria compreensível a cooperação entre os teuto-brasileiros, apesar das grandes diferenças regionais de dialeto e religião conforme a sua proveniência dos diferentes reinos alemães anteriores à unificação de 1871. A partir disso, devemos perguntar, então, a partir de Weber, o que possibilitou a sua integração e comunhão a partir da etnia. Para Weber, as formas da vida econômica, as diferenças exteriormente refletidas, como a maneira usual de morar e alimentar-se, e a divisão do trabalho são critérios que não podem ser desconsiderados quando se pretende definir um grupo étnico. Neles se

⁸ Cf. POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 34.

⁹ René GERTZ, **O perigo alemão**, Porto Alegre: UFRGS, 1991, p. 63. A questão da identidade e da diferença ainda será retomada adiante.

¹⁰ Cf. POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 40.

¹¹ Cf. WEBER, 1994, p. 270s.

reflete a “convicção da excelência dos próprios costumes e da inferioridade dos alheios” e com isso se alimenta a “honra étnica”, fundamental para o sentimento de grupo¹³. No entanto, fundamental é a comunidade política, que alimenta a etnicidade. Aqui, retornamos ao primeiro ponto, exposto acima, de que os grupos étnicos são uma construção social e a honra étnica se insere nessa dinâmica, sendo alimentada pelos ideólogos do respectivo projeto político.

Entretanto, é preciso relativizar a homogeneidade do grupo que esta idéia possa sugerir. Evidencia-se a necessidade de uma distinção entre os ideólogos do sistema e as demais pessoas dentro do grupo de imigrantes e descendentes a partir dos quais surge a IECLB. Nesse sentido, pode ajudar a diferenciação entre “grupo étnico” e “comunidade étnica”. Para Banton, os conceitos de “grupo étnico” e “comunidade étnica” devem ser distinguidos, tendo o primeiro a característica da autoconsciência de existência, enquanto o segundo conceito se caracteriza por “[...] mesmo tipo de vida comum, mas que não se encontra comprometido num processo de competição por recursos com outros grupos semelhantes.”¹⁴ Para fins metodológicos, poder-se-ia caracterizar o grupo social que compartilha dos ideais da “germanidade” e os propaga como sendo um “grupo étnico”, estando nessa categoria principalmente pastores e professores. Entretanto, não podemos presumir que todas as pessoas de origem germânica que viviam no Brasil, pensando especialmente nas décadas de 1930 e 1940, compartilhavam dessa convicção. Assim, esse grupo mais amplo de imigrantes e descendentes poderia ser chamado de “comunidade étnica”, que poderia ser identificada com a comunidade local. Mas igualmente não deveria apenas ser identificado com a comunidade religiosa, a comunidade étnica é mais ampla. Essas classificações naturalmente possuem as suas limitações. Nem todos os pastores foram assíduos defensores da germanidade e da mesma forma houve muitos membros nas comunidades que militaram nas frentes nacional-socialistas.

Cabe, então, no ponto seguinte, perguntar pelos principais meios de propagação das idéias alimentadas pelo chamado “grupo étnico”.

1.4 - Escola – Igreja – Imprensa

A escola e a igreja representaram um princípio de organização comunitária entre os imigrantes. Meyer constata que, na literatura que se ocupa com o fenômeno da imigração para o sul do Brasil, sempre é ressaltada a função central que igreja, escola e imprensa ocuparam na vida dos imigrantes e que os pastores e professores teriam sido agentes determinantes para a “produção/preservação/reformulação”¹⁵ da cultura. Através dessas instituições, por exemplo, foi

¹² Cf. GERTZ, 1991, p. 19.

¹³ Cf. WEBER, 1994, p. 272.

¹⁴ BANTON, 1979, p. 168.

¹⁵ MEYER, 1999, p. 20.

difundido e ensinado o *Hochdeutsch* (alto alemão ou alemão padrão), o que também foi relevante para um processo de aproximação entre as diferentes comunidades, já que a homogeneidade baseada na língua pouco correspondia à realidade¹⁶. Por outro lado, há uma instrumentalização de escola, igreja e imprensa por parte do “grupo étnico”, que visa a concretização de suas ambições. O objetivo do “grupo étnico” era a “preservação da germanidade” com vistas à ampliação do grupo. O governo brasileiro de Getúlio Vargas procurou, primordialmente através de imprensa e escola, alcançar os seus ideais. De maneira não muito diferente, os adeptos do partido nacional socialista procuraram se infiltrar nas lideranças de muitos grupos e ali propagar seus interesses.

Ou seja, os meios de produção escrita, que por muito tempo serviram de principal fonte para a historiografia, estavam nas mãos dos ideólogos dos respectivos projetos políticos, determinando também os resultados das pesquisas. Por um bom tempo, a historiografia a respeito da IECLB seguiu por esse viés, mas, mais recentemente e em virtude de um processo de amadurecimento, têm sido feitas novas descobertas e encontrados novos aspectos passíveis de análise e reflexão. Desse modo, por exemplo, são possíveis, hoje, análises a partir da cultura material e arquitetura de templos como expressão de confessionalidade e espiritualidade, pesquisa esta que vindo sendo desenvolvida por Wilhelm Wachholz na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo.

2.0 – A Perspectiva Sócio-Cultural

Falar numa perspectiva sócio-cultural é buscar por novos paradigmas para a interpretação do processo de formação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A grande dificuldade das análises que dão demasiado valor à etnicidade e de seu poder de aproximar os quatro sínodos que formaram a IECLB é que elas tendem a obscurecer aqueles elementos que impediram a aproximação. Muitas vezes supõe-se que somente as concordâncias levam ao diálogo e interação e perde-se a noção de que a constituição da identidade é um processo bem mais dinâmico. Ela é um processo de articulação de diferenças e semelhanças, de identificações e exclusões.

Além disso, como visto acima, a etnicidade serviu de argumento principalmente na busca pela concretização de projetos políticos. Os respectivos Estados, na busca pela realização dos seus ideais, fizeram uso da escola, da igreja e da imprensa local. Essas instituições, na maioria dos casos, estavam nas mãos dos principais articuladores da etnicidade, que o faziam pelo fato de estarem convencidos pelos respectivos projetos nacionais. Esses indivíduos, em diferentes momentos e de diversas formas, declararam-se líderes dos grupos locais e fizeram da própria opinião a opinião do grupo. Ou seja, não é possível emitir um parecer sobre um grupo envolvido em tal situação sem

¹⁶ MEYER, 1999, p. 46s.

analisar, por exemplo, as relações de poder que ocorrem dentro dos respectivos grupos. A constituição da Assoc. Evang. de Comunidades e do Sín. Evang. Lut. não é homogênea, mas essas duas instituições estão inseridas num complexo sistema de relações sociais, políticas, culturais e religiosas assim como os demais grupos formados em meio aos imigrantes¹⁷. Nesse sentido, é fundamental olhá-las sob uma perspectiva mais ampla. Não se trata de negar o passado, mas justamente dar continuidade ao trabalho iniciado. Uma dessas novas formas de caminhar são as reflexões a partir da cultura.

Segundo Stuart Hall, haveria uma tendência atual nas ciências sociais de afirmar a centralidade epistemológica da cultura, pois a cultura teria passado a ser vista como constitutiva da vida social. Esse processo denomina-se, segundo Hall, de “virada cultural”. A revolução da “virada cultural” diz respeito principalmente às atitudes em relação à linguagem, pois somente através da linguagem a cultura é possível¹⁸. *Grosso modo*, poder-se-ia classificar o conteúdo cultural em duas categorias: 1) sinais ou signos manifestos: vestuário, língua, moradia, estilo geral de vida; e 2) orientações de valores fundamentais: a moralidade¹⁹. A “virada cultural” é perceptível na historiografia mais recente da IECLB, resultando daí a pergunta, entre muitas outras, pela identidade. É a identidade que diferencia o grupo, possibilitando identificação de seus membros e não-membros.

2.1 - O conceito de identidade

A identidade caracteriza a existência de cada pessoa, de cada grupo humano e de cada lugar em que haja consciência da própria existência. É, por isso, algo próprio do ser humano e, conseqüentemente, um tema para todas as áreas da ciência, tanto as naturais quanto as do espírito²⁰. Enfim, busca-se identidade em todas as esferas humanas, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente.

A identidade é, ao mesmo tempo, uma busca individual e coletiva. Quando nos perguntamos pela nossa identidade enquanto pessoas, não o fazemos no isolamento, mas justamente no contato com o “outro”, sendo que esses “outros” podem assumir diferentes formas: pessoas, grupos, o meio em que vivemos, nós mesmos somos um outro para nós! Em outras palavras, a experiência humana e a sua busca por identidade é um processo de confronto com a alteridade. O

¹⁷ Cf. GERTZ, 1991, p. 12.

¹⁸ Cf. Stuart HALL, A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**. Vol. 22, n. 2, 1997, p. 27ss.

¹⁹ Cf. Fredrik BARTH, Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 196.

²⁰ A partir de Reinhard Uhle, Jaime Jung reflete o conceito de identidade como um tema interdisciplinar (Cf. Jaime JUNG, “O Inferno no Paraíso”, de Oswaldo Jung, 2004, Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura Plena em Letras, p. 15.).

imigrante e os grupos por ele constituídos tiveram que buscar sua identidade num meio de contrastes extremos, o que não raro desembocou em conflitos e ambigüidades.

Sob um outro ponto de vista, a partir de Henning Luther, a identidade é, ao mesmo tempo, um fragmento do passado e do futuro²¹. Como fragmento do passado, a identidade é um pedaço daquilo que se viveu e experimentou. O imigrante não é mais a mesma pessoa que abandonou a terra natal e se embrenhou num novo lugar, ele é apenas uma parte daquilo que ele foi outrora. Mas também não é algo completamente diferente. Ele traz na mala da sua vida aquilo que foi. Simultaneamente, cada pessoa é um fragmento daquilo que virá a ser. Somos um projeto do amanhã; um fragmento de futuro já se faz presente em nós, pois amanhã não seremos mais os mesmos de hoje, mas também não seremos alguém completamente diferente. Nesse sentido, a identidade não é algo pronto, mas é um processo que se dá por toda a vida. Uma pessoa ou um grupo é somente na medida em que vem a ser. A formação da identidade só cessa com o fim da vida e da existência. Essa dimensão fragmentária da identidade também é mencionada por Stuart Hall, segundo o qual as identidades são “multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar (sic!) ou ser antagônicos.”²² Assim, escrever e reescrever a história da IECLB não é uma busca pela verdade, mas parte do processo de formação da própria identidade através do discurso.

Resumidamente, pode-se definir identidade como uma necessidade humana que se dá num processo discursivo vitalício de confronto com a alteridade. Proponho, então, continuar a reflexão perguntando pelo papel do confronto com a diferença no processo de formação da identidade grupal.

2.2 - Identidade e Diferença

Segundo Stuart Hall, “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela.”²³ É sempre no contato com o Outro, com o diferente, com o não-ser, que o ser pode encontrar ou construir a sua identidade. Fala-se, nesse sentido, de um “exterior constitutivo”²⁴. A análise de um grupo social nunca poderá ser feita somente a partir do próprio grupo, pois ele somente se constitui como tal em virtude dos grupos com os quais é confrontado. Dessa forma, perguntar pelas identidades da Assoc. Evang. de Comunidades e do Sín. Evang. Lut. remete inevitavelmente às relações que ambas as instituições mantém entre si e com outros grupos sociais. Essas relações, no

²¹ A respeito da identidade como fragmento do passado e do futuro me inspirei em Henning Luther, citado por JUNG, 2004, p. 16-20.

²² Stuart HALL, Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 108.

²³ HALL, 2000, p. 110.

²⁴ HALL, 2000, p. 110.

entanto, segundo Hall, antes de conduzirem à homogeneização, provoca renovadamente novas identificações²⁵.

Nesse sentido, tendo-se em mente a heterogeneidade dos imigrantes, Meyer nos fala em sua pesquisa sobre culturas sendo produzidas no novo contexto em que eles se encontravam e nas novas relações que foram estabelecidas. Essas culturas em gestação foram “confrontadas/transformadas/reconstruídas em função das transformações conjunturais no Brasil [...] assim como pelo contato político, social e pessoal mais intenso com os chamados ‘lusobrasileiros’ e outros grupos culturais [...]”²⁶. Com a migração, os grupos passam a ressaltar um conjunto mais restrito de traços culturais de modo que isso pudesse garantir a “distinção do grupo na sua relação com outros grupos.”²⁷ Ou seja, a identidade dos dois sínodos se constitui a partir e na dinâmica de identificações e negações das alteridades.

A formação da identidade dos imigrantes e de seus descendentes no Brasil é um processo longo e lento. Essa dimensão da imigração pode ser evidenciada quando se pergunta pelo núcleo familiar, pois, em geral, emigraram famílias e não apenas indivíduos. Por outro lado, essa reflexão em torno do núcleo familiar pretende vir de encontro à superação da lacuna histórica ocasionada pelos discursos silenciados, pelos silêncios históricos, que certamente revelarão outra história do que aquela à qual estamos acostumados.

2.3 - A Família

Para Dagmar Meyer, a formação da identidade teuto-brasileira começa já antes da chegada dos imigrantes à nova terra, ela começa no momento em que eles são confrontados com a “necessidade/obrigação/desejo/disponibilidade”²⁸ de imigrarem. A confrontação inicial com a necessidade de formulação de uma nova identidade se dá no âmbito familiar. É na família que será discutida a possível emigração, é nesse âmbito que serão compartilhadas, em primeiro lugar, as expectativas e os sonhos em relação a uma mudança tão radical de vida. Na maioria das vezes, essa dimensão é esquecida na pesquisa.

O processo de seleção cultural que se dá, em primeira linha, no âmbito da família irá refletir diretamente na organização posterior do grupo. Aqui poderão, por exemplo, ser encontrados os aspectos da religiosidade popular do imigrante e sua compreensão de Igreja. Uma das primeiras formas de organização das famílias de imigrantes é a comunidade. Pode-se perguntar, nesse sentido, de que forma o discurso oficial ou dominante reflete aquele discurso reprimido e silenciado.

²⁵ Cf. HALL, 1997, p. 19.

²⁶ MEYER, 1999, p. 52.

²⁷ MEYER, 1999, p. 49.

²⁸ MEYER, 1999, p. 51.

2.4 - Identidade e Comunidade

Segundo Giralda Seyferth, o isolamento, a dificuldade de implantação de serviços públicos e uma relativa homogeneidade entre os imigrantes levou à sua organização comunitária²⁹. Havia necessidades que não podiam ser sanadas somente no âmbito familiar. Isso levou à construção de escolas e igrejas e à busca por pessoas capacitadas para conduzirem essas atividades.

Para Michael Banton,

[...] as pessoas podem cooperar umas com as outras numa situação comunitária sem estar conscientes daquilo que há de característico no seu grupo. Quando encontram estranhos, tornam-se conscientes de aspectos a seu respeito que até então tinham tomado como seguros, e a espécie de consciencialização que adquirem da sua identidade pode ser influenciada por um desejo de se diferenciarem dos que são os vizinhos mais próximos³⁰.

A inserção dos imigrantes, que constituem um grupo muito diverso numa realidade igualmente diversificada gera uma situação no mínimo peculiar. Assim, no processo de organização comunitária, ocorreram muitos conflitos, pois ali começam a se evidenciar aspectos de sua vida que antes lhes eram inconscientes. Muitas divergências ocorreram, por exemplo, por causa da localização do templo a ser construído para a comunidade, por causa da organização do espaço litúrgico da igreja, durante a escolha de quem deveria dirigir as atividades eclesiais e escolares etc. Essas divergências dentro da comunidade levaram, então, à formação de novos grupos. Em movimentos sucessivos, a vida da comunidade se torna cada vez mais complexa. Também não tardou para que houvesse um aumento significativo da população dos primeiros núcleos coloniais, o que causou as migrações para o interior em busca de novas terras para o cultivo. Esse processo intensificou ainda mais a complexificação da sociedade em formação.

Além disso, a vida do imigrante não ficou restrita ao âmbito da comunidade, nem tudo pôde ser organizado por conta própria. Foi preciso iniciar relações de comércio em busca de, por exemplo, gêneros alimentícios não encontrados no âmbito da comunidade local. Esse processo acarretou o contato com outros grupos sociais. Por um lado, adotou-se também aqui o “jogo da ‘différance’”³¹ e construiu-se fronteiras inclusivas e exclusivas que permitiram a classificação das pessoas entre membros e não-membros da comunidade. Por outro lado, evidenciou-se a situação de minoria na qual o imigrante e a sua comunidade se encontrava.

²⁹ Cf. Giralda SEYFERTH, **Nacionalismo e Identidade Étnica**, Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 126s.

³⁰ BANTON, 1979, p. 161

³¹ Cf. HALL, 2000, p. 106.

2.5 - A situação de minorias e a identidade

A condição de minoria intensifica a formação de uma identidade contrastante com os demais grupos sociais. As situações de opressão social e as dificuldades extremas às quais estavam expostos os primeiros imigrantes propiciaram a sua organização como grupo e levaram à busca de melhoria da sua condição. A estratificação social, dessa forma, contribui para a formação de novos grupos, que puderam se configurar e reconfigurar de diferentes formas. Conforme o tipo de opressão e os estigmas lançados sobre cada grupo, eles se organizaram em minorias étnicas, religiosas, nacionais, raciais etc. Mas esse processo de cooperação e organização entre a minoria tendeu a diminuir quando se aproximaram de seus objetivos, ou seja, de deixar a posição na qual se consideravam erradamente colocados. Assim, a tendência passou a ser a de absorção pela maioria³². Esse processo de organização de minorias pode ser observado em diferentes momentos da história das comunidades “teuto-brasileiras” protestantes.

A situação de minoria na qual as comunidades “teuto-brasileiras” se encontravam pode, certamente, ser contada entre os motivos para que a ideologia germanista, e posteriormente o nacional-socialismo, encontrassem solo fértil no Brasil. Basicamente, a situação dos imigrantes pode ser caracterizada da seguinte forma: o isolamento dos imigrantes e a rejeição por parte do governo e povo luso-brasileiros; a discriminação religiosa, sofrida especialmente pelos protestantes; o choque cultural, especialmente lingüístico; e ainda o aspecto social, pois eram tidos como cidadãos de segunda categoria³³.

Para fazer frente à maioria, uma alternativa seria a coligação com outros grupos a fim de exercer pressão sobre o poder central para que este atenda aos anseios da minoria³⁴. Assim, a situação de minoria não possibilita somente maior coesão de um grupo, mas ela impulsiona para a superação de fronteiras e configuração de novos grupos com base em anseios semelhantes³⁵. Os quatro sínodos que constituíram a IECLB pretenderam seguir esse caminho quando da perseguição por parte do governo brasileiro, refletiram sobre a possibilidade de em conjunto formarem novos obreiros, nascidos no Brasil, para que estes pudessem dar continuidade ao trabalho existente, sendo que muitos pastores tinham sido presos durante a II Guerra ou foram proibidos de trabalhar. Cogitou-se, também, uma fusão administrativa entre os sínodos já no final da década de 1930 para fazer pressão junto aos órgãos governamentais e tentar diminuir as perseguições. Essa iniciativa, no entanto, foi desrecomendada pelas instâncias alemãs que exerciam influência sobre os sínodos com o receio de que isso pudesse ocasionar ataques ainda mais intensos por parte do governo

³² Cf. BANTON, 1979, p. 22.

³³ Cf. Wilhelm WACHHOLZ, **Teologia e Etnia**, Terceiro Trabalho Semestral - Bacharel em Teologia, 1990, p. 30.

³⁴ Cf. BANTON, 1979, p. 156.

brasileiro³⁶. A partir desse exemplo, parece muito plausível supor que a superação de uma situação de opressão é um importante elemento de diálogo nos sínodos.

A existência das minorias, bem como dos diversos grupos sociais, se dá a partir da construção de fronteiras, as quais têm a finalidade de separar os “nós” dos “outros/não-nós”.

2.6 - Barreiras à assimilação / Fronteiras

Uma característica importante em relação às fronteiras entre os grupos sociais é a de que os mesmo elementos servem para marcar os dois tipos de fronteiras. Assim, as noções de etnia e nacionalidade vistas acima podem servir, por um lado, para construir a coesão do grupo, e, por outro lado, podem servir de suporte para a construção de fronteiras exclusivas que diferencie o grupo de outros grupos³⁷.

Por um lado, os imigrantes constroem uma fronteira inclusiva em torno de língua e costumes de forma a promover a coesão interna do grupo. Essa fronteira é, ao mesmo tempo, exclusiva, pois afasta do grupo os que não correspondem aos critérios de inclusão. Por outro lado, e de forma simultânea, isso provoca nos “excluídos” luso-brasileiros o sentimento de união por estarem excluídos de uma organização que lhes deveria ser submissa, propiciando que estes construam fronteiras que delimitem o seu grupo. Esse grupo começa, então, a ressaltar traços que passam a ser os critérios de pertença do grupo. Esse processo entre os grupos é recíproco de modo que as elaborações de limites em um deles desencadeia resposta no outro. O atrito entre os dois grupos tende a aumentar na medida em que novas fronteiras vão sendo construídas.

É nessa dinâmica das identificações e das fronteiras que os dois sínodos vão definir a sua identidade. E este é um processo dialético de articulação de diferenças e semelhanças através de discursos a partir de outros discursos, sejam eles dominantes e preservados ou/e silenciados e dessa forma mais dificilmente encontrados. Nessa perspectiva precisamos enxergar e estudar a história da aproximação e fusão da Assoc. Evang. de Comundiades e do Sín. Evang. Lut. no Sínodo Evangélico Luterano Unido em 1962.

Perspectivas

Considero muito mais prudente falar em perspectivas do que concluir algo, considerando-se a natureza desta reflexão. Assim, a tendência atual na historiografia a respeito da formação da IECLB parece estar orientada por um duplo movimento. De um lado, há uma regionalização das reflexões a respeito da história da IECLB e, por outro, percebe-se uma ampliação do instrumental

³⁵ Cf. BANTON, 1979, p. 168.

³⁶ Cf. PRIEN, 2001, p. 487.

teórico-metodológico de análise empregado em tais reflexões.

Ocorre uma regionalização das reflexões, no sentido de que há uma maior delimitação dos objetos de pesquisa. Procura-se observar e descrever com maior precisão de detalhes aspectos específicos da história da IECLB. Isso de modo algum significa que obras como as de Hans-Jürgen Prien e Martin N. Dreher tenham perdido o seu valor pelo seu propósito de abarcar a história da IECLB como um todo, muito pelo contrário, elas surgiram em um contexto inicial da historiografia sobre os sínodos e a formação da IECLB no qual se carecia de uma visão panorâmica. Elas são justamente o impulso para muitos estudos recentes, constituindo-se em referenciais indispensáveis.

A segunda parte desse duplo movimento tem a ver com o avanço dos estudos das Ciências Sociais e da própria Teologia, que tem procurado maior diálogo com essas ciências. Graças a novas ferramentas e novos procedimentos são também possíveis novas histórias, as quais têm o propósito, ou pelo menos deveriam ter, de serem mais fiéis à diversidade de sujeitos que fizeram e fazem história. Quem na verdade tem ganhado com esse processo é a História da Igreja e oxalá ela saiba aproveitar esse momento que é *kairós* para ser voz profética e de fidelidade cristã.

Bibliografia

BANTON, Michael. **A idéia de raça**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 153-173.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984. 287 p.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**. Vol. 22, n. 2, 1997, p. 15-46.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HOBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

JUNG, Jaime. **“O Inferno no Paraíso”, de Oswaldo Jung**. 2004. 118 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras) – Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identidades Traduzidas**. 1999. 244 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

³⁷ Cf. MEYER, 1999, p. 62.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRIEN, Hans Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 2001. 581 p.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. 240 p.

WACHHOLZ, Wilhelm. **Teologia e Etnia**. 1990. 47 p. Terceiro Trabalho Semestral (Bacharel em Teologia) – Faculdade de Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora da UNB, 1994. vol. 1. p. 269-277.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo Brasileiro de Rito Luterano, **Revista USP**, São Paulo, n.67, p.68-77, set/nov 2005.

A EDUCAÇÃO NA COLÔNIA ANTONIO PRADO NO PARANÁ: O ENSINO ENTRE BRASILEIROS, ITALIANOS E POLONESES

Elaine Cátia Falcade Maschio

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes encontraram um quadro educacional bastante precário e até mesmo bem diferente daquele de seu país de origem.

A escola pública brasileira no período imperial era caracterizada por escolas isoladas. A precariedade do funcionamento desses estabelecimentos era complementada pela baixa frequência dos alunos e a falta de profissionais de educação. Esse quadro educacional foi revelado por Rosa Fátima de SOUZA (1998) e Luciano Mendes de FARIA FILHO (2000), referentes às províncias de São Paulo e Minas Gerais.

No caso paranaense, o ensino no século XIX não era diferente. Caracterizava-se por poucas escolas, que funcionavam com precariedade material e de pessoal e com baixa frequência escolar, tendo um número muito alto de crianças em idade escolar fora da escola. Havia em toda a província do Paraná, no ano de 1882, apenas 133 escolas públicas; dessas somente 91 funcionavam com uma média de 20 alunos. Havia cerca de 25.500 crianças que não frequentavam a escola primária (RELATÓRIO, 1882, p. 3).

A situação de precariedade do sistema escolar e de falta de escolas públicas no território paranaense refletia-se também nas colônias de imigrantes no século XIX. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonos, que, diante da demora da assistência por parte do governo quanto à educação, incumbia-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em outros casos, principalmente na etnia italiana, os imigrantes pressionavam o governo para a abertura de escolas públicas nas colônias.

Convém lembrar que se nem mesmo a população paranaense tinha acesso a escolas públicas providas para seus filhos, quanto menos o imigrante, os quais os governantes, desde sua vinda, depositavam expectativas de mão de obra para trabalho e de crescimento econômico das províncias com o intuito de não despender mais gastos públicos com essa população.

Diante deste cenário, a preocupação pela educação escolar esteve sempre presente entre os imigrantes que, buscando manter a tradição escolar anterior, empreenderam muitas iniciativas em prol da escola. Sendo assim, podemos inferir que uma das grandes contribuições trazidas pela imigração foi a valorização da educação escolar e, conseqüentemente, a expansão da escolarização nas regiões

coloniais. Maria Cecília SOUZA (2000, p.61) afirma que, *os estados brasileiros que adotaram o imigrantismo sofreram um processo significativo de expansão da escolarização.*

Segundo Lúcio KREUTZ (2000) os imigrantes que provinham de regiões altamente escolarizadas e de forte tradição escolar tinham uma maior preocupação pela escola e manifestavam tal preocupação ao criar ou reivindicar escolas para as colônias.

Partindo desses pressupostos, cada etnia lidou com o processo escolar de forma diferenciada. Para alguns grupos étnicos a escola era fundamentalmente considerada como um instrumento de preservação da identidade; para outros, a escola era vista como uma instituição responsável pela aprendizagem além do seio familiar.

Dessa forma, diante da falta de escolas nas localidades em que foram estabelecidos, cada grupo étnico providenciou o ensino. Uns através de escolas comunitárias étnicas, os quais tinham o objetivo de manter mais fortemente a identidade do grupo, como os alemães e os poloneses, por exemplo; outros, como os italianos, que além de criarem escolas étnicas também reivindicaram do governo a abertura de escolas públicas nas colônias, bem como, inseriram seus filhos nas escolas públicas já existentes mantendo um contato maior com a população brasileira já estabelecida.

Na Colônia Antonio Prado, os imigrantes italianos e poloneses que lá se estabeleceram buscaram o ensino através da abertura de escolas particulares, que apresentou um aspecto peculiar: a escola atendia, além dos filhos dos imigrantes destas duas etnias, alunos de nacionalidade brasileira. Posteriormente essas escolas transformaram-se em escolas públicas.

Sendo assim, o presente trabalho apresenta como se deu a educação escolar entre imigrantes italianos e poloneses que se estabeleceram nesta colônia, em fins do século XIX, ressaltando a sua importante contribuição na constituição e expansão do ensino escolar no território paranaense¹.

O contato com as fontes norteou a construção da narrativa em torno da investigação do tema e, buscando compreender este processo de escolarização nessas colônias, foram consultados documentos, na sua maioria, no Arquivo Público do Paraná. São constituídos por correspondência oficial, classificados em ofícios e requerimentos. Ainda foram levantados, Relatórios de Inspectores de Ensino e de Professores bem como Coletânea de Legislação de Ensino.

Além disso, foram realizadas leituras de trabalhos da historiografia paranaense, os quais proporcionou ainda o conhecimento da dinâmica imigratória, da formação política, econômica, social e

¹ O presente artigo é parte dos resultados levantados da pesquisa referente a dissertação de mestrado defendida pela autora em 2005.

cultural das cidades que receberam a colonização européia. De modo particular, consistiram em estudos primordiais para o entendimento do processo escolar, uma vez que a escolarização permeia toda a relação política, econômica e social ao mesmo tempo que, por essas dimensões, é permeada.

1. A Escola na Colônia.

A Colônia Antonio Prado foi criada em 1886 com a compra das terras do Sr. Roberto Lunkmoss por parte do governo provincial paranaense. Localizava-se nas proximidades de Curitiba e abrigava 26 famílias de imigrantes de origem polonesa e 12 famílias de origem italiana. A colônia era dividida em 54 lotes, sendo reservado um lote para a construção da escola e o outro para a capela. Segundo FERRARINI (1992, p.189), no dia da sua inauguração, a colônia contava com 59 lotes, sendo 37 ocupados por 36 famílias, e com o total de 170 indivíduos (italianos e poloneses), que se dedicavam exclusivamente à agricultura: milho, feijão, o cultivo da uva e a produção do vinho.

Em 1887, encontra-se o primeiro registro de uma escola particular para atender o ensino dos filhos de imigrantes que habitavam a colônia. Entretanto, a escola foi fechada sob a justificativa, da professora Maria D'Assunção Gonçalves, da insuficiência da subvenção concedida pela Província, considerando a extremada pobreza dos pais dos alunos, impossibilitados de ajudar na manutenção de seus proventos.

A abaixo assignada tem a honra de communicar a Vex^a para que se digne levar ao conhecimento de sua Ex^a o Snr^o Dr^o Presidente da Província que n'esta data resolveu fechar a escola particular que manteve n'esta colônia e que o governo da Província subvenciona. É causa dessa solução não poder essa abaixo assignada continuar a lecionar com a exígua subvenção que lhe é dada pela Província, mas que só lhe é paga sofrendo um grande desconto, para si bastante pesado.

Não havendo esperança, da parte da abaixo assignada, de obter as mensalidades ainda reduzidas, que lhe deviam pagar seus alunnos, tal é a pobreza d'estes, pensa ter assim justificado seu procedimento (OFÍCIO, 1887, p.315).

A subvenção paga pela Província não era compensadora diante dos esforços que a professora teria que despender para ensinar os alunos que tinham dificuldades para aprender em idioma nacional. Cumpre notar, que apesar de ser uma colônia de imigrantes, a escola recebe subvenção do governo, e a professora por sua vez, era de nacionalidade brasileira. Não se têm indícios da reabertura desta escola².

² As escolas particulares passavam a funcionar com uma subvenção do governo, que correspondia ao pagamento do professor e ao aluguel da casa escolar. Alguns anos após ser concedida a subvenção, poderia ocorrer a criação efetiva daquela cadeira; isto é, tornava-se pública sendo nomeado um professor. A escola poderia ser promíscua, feminina ou masculina.

Somente em 1892 foi possível encontrar um requerimento do professor José Fabris, de origem italiana, pedindo subvenção para uma escola particular que mantinha na Colônia Antonio Prado. Esta escola era freqüentada por 35 alunos, cuja maioria era de nacionalidade italiana e polonesa.

Nota-se que mesmo após o fechamento da primeira escola, os imigrantes novamente providenciam a viabilização do ensino. Desta vez, escolhem um dos seus como professor, entretanto, recorrem ao governo a manutenção da escola.

Conforme KREUTZ, para os imigrantes tornava-se difícil manter as escolas particulares por muito tempo, devido aos gastos que eles deveriam despende na sua manutenção. Desse modo, exigiam do governo a criação de escolas públicas. Além disso, a escola pública, em que seus filhos aprenderiam o idioma português, era um elemento fundamental para a integração com a população brasileira. Através dela, adquiririam o conhecimento da língua portuguesa, que facilitaria a comunicação e a comercialização de seus produtos, sem correrem o risco de serem enganados. Com o conhecimento da língua, além de conquistar uma estabilidade econômica com os negócios, poderiam também exercer cargos públicos junto à sociedade.

A subvenção não seria concedida enquanto o professor não conseguisse a comprovação de pobreza dos alunos.

Em 25 de maio daquele ano, o Presidente da Intendência Municipal de Colombo³, Benedito da Costa Cabral, enviou ofício à Diretoria, atestando a existência de 15 alunos pobres freqüentando a escola. Esta escola recebia da Intendência o auxílio de 10\$000 (dez mil réis) para ajudar em sua manutenção, conforme observa-se nas Atas de suas Reuniões.

Aos trez dias do mez de março de mil oito centos e noventa e dous nesta Villa Colombo na Intendência Municipal de Colombo ahi presentes o Presidente e vogaes foi aberta a sessão. Indicamos que se conceda a Fabris Jose a subvenção de dez mil reis mensais para reger uma cadeira na escola promiscua na colônia Antonio Prado, devendo sessar esta subvenção quando o Governo considerar a dita escola subvencionada. Assignados João Gualberto Bittencourt. Manoel Gomes Pereira Camargo e Araújo. Posta a votos a indicação foi aprovada (ATAS DA INTENDENCIA MUNICIPAL, 1892, p.22).

A subvenção paga pela Intendência Municipal de Colombo durou apenas três meses. Em 11 de junho de 1892, a escola da Colônia Antonio Prado foi subvencionada pelo governo, passando a ser fiscalizada pelos Inspectores Escolares do Município de Colombo.

³ Colombo foi o nome dado a antiga Colônia Italiana Alfredo Chaves criada no ano de 1878. No ano de 1890, a colônia foi elevada a categoria de município sendo formada uma Intendência Municipal para rege-lo.

Duas listas de alunos daquele ano foram localizadas. Em uma, constava o número total de alunos matriculados (35) e a frequência às aulas; em outra, constava o nome de 20 alunos pobres que freqüentavam a escola, os quais não podiam pagar a mensalidade para o professor. Esta última lista, anexada ao requerimento, serviu para comprovar a pobreza destes alunos e conseguir a subvenção para a escola. Esta escola era para os alunos do sexo masculino.

Na primeira lista, observa-se a frequência de apenas um brasileiro, Durval Silva; todos os outros alunos eram filhos de imigrantes.

Quadro 1			
Mapa de matrícula dos alunos que frequentavam a escola particular da Colônia Antonio Prado em 1892.			
Número	Nome	Idade	Filiação
1	Francisco Kamaroski	7	Francisco Kamaroski
2	João Kazubek	7	João Kazubek
3	João Razotto	12	Marco Razotto
4	Sebastião Razotto	7	" "
5	Dorva da Silva	9	Jose Francisco Antonio
6	Andrea Fabris	12	Jose Fabris
7	Jose Fabris	7	" "
8	Jose Manica	7	Roberto Manica
9	João Coradazzi	11	Tomazo Coradazzi
10	João Batista Coradazzi	9	" "
11	Jose Perrisutti	7	João Perrisutti
12	Pedro Bruno	12	Miguel Bruno
13	Alberto Bruno	10	" "
14	Jose Bruno	7	" "
15	João Cavaleski	7	João Cavaleski
16	Alstaquio Ansciutti	9	Agostinho Ansciutti
17	Paulo Vistuba	8	Valentina Vistuba
18	Anna Iglla	7	João Iglla
19	Veronica Iglla	141	Francisco Iglla
20	Amalia Kamaroski	11	Francisco Kamaroski
21	Marta Falcoer	8	Miguel Falcoer
22	Marta Przipisuis	7	Paulo Przipisuis
23	Maria Kazubek	11	João Kazubek
24	Tereza Razotto	7	Marco Razotto
25	Anna Fabris	10	Jose Fabris
26	Leonilda Fabris	9	" "
27	Corina Vanelli	12	João Vanelli
28	Maria Vanelli	10	" "
29	Giulia Pampo	11	Simão Pampo
30	Pulina Pampo	9	" "
31	Maria Pampo	7	" "
32	Francisca Illa	7	Jose Illa

33	Maria Manica	11	Roberto Manica
34	Susana Manica	9	" "
35	Rosalia Filla	8	Francisco Filla
Fontes : DEAP. Correspondência do Governo. Requerimento. AP. 964, fl. 137, 1892.			

Apesar de o professor José Fabris ser imigrante e haver somente um aluno brasileiro, a aula deveria ocorrer na língua nacional, uma vez que, a subvenção do governo só seria concedida se as aulas fossem ministradas em língua nacional, tornando-se assim uma escola pública. Entretanto, não se pode descartar que a língua italiana ou polonesa fosse empregada em certos momentos.

Outro ponto observado no mapa foi a alteração da grafia dos sobrenomes. Alguns nomes sofriam modificações de acordo com as pessoas que escreviam as listas, as quais, muitas vezes, não entendiam a pronúncia estrangeira na hora da matrícula. Várias alterações puderam ser observadas nas duas listas da Colônia Antonio Prado de em 1892. Uma lista foi escrita pelo Presidente da Intendência, João Gualberto Bittencourt, que era brasileiro, e a outra, pelo professor italiano, José Fabris. O sobrenome do aluno de origem polonesa foi escrito na primeira lista como (Francisco) Kamaroski; na segunda, fora escrito, Kamarovviski. A escola ficou sob a regência do professor José Fabris até o ano de 1895.

Em abril de 1898 o professor Antônio Thomé de Carvalho (outro brasileiro) assumiu a regência daquela escola, no entanto, no início do ano de 1899, após as férias, abandonou o cargo sem declarar os motivos. Foi substituído pelo professor Vidal Natividade da Silva, nomeado efetivamente para aquela cadeira. Este, por sua vez, permaneceu somente quatro meses nesta escola, saindo para assumir o cargo de ajudante na primeira cadeira do sexo masculino da Capital Curitiba.

Mesmo que os motivos não estejam evidentes em nenhum documento, pode-se refletir sobre as razões que poderiam ter levado o professor Antonio Thomé de Carvalho a abandonar aquela escola. Provavelmente eram as mesmas que motivavam o abandono de professores em outras escolas. O fato de a escola ter alunos de três nacionalidades - polonesa, italiana e brasileira - talvez tenha sido a causa do abandono do cargo, pois exigia muito esforço do professor. Imaginemos, como seria o cotidiano das aulas nesta escola.

Além do mais, era mais conveniente lecionar nas escolas da capital, pelo fato da centralidade da escola e da representatividade que adquiriria o professor. Enquanto que nas escolas dos povoados ou nas colônias, havia a dificuldade de acesso à escola, devido à sua localização distante da capital, principalmente se o professor não residisse na região. Havia também a impossibilidade de receber

auxílio material do governo, fazendo com que o próprio professor se encarregasse de sua manutenção, desencadeando o abandono as aulas por não ter condições de realizar tais gastos.

Após a desistência destes dois professores em apenas seis meses, no dia 08 de agosto de 1899, foi contratado para reger aquela cadeira Luiz Antoniacomi, imigrante italiano e morador da colônia. Este professor foi exonerado no dia 4 de agosto de 1902. Nos documentos não constava o motivo. Durante sua regência, a frequência era de 25 alunos. Não se encontrou, porém, nenhum registro sobre o ensino das meninas na colônia neste período.

A então escola masculina da Colônia Antonio Prado ficou fechada a partir do ano de 1902. Sem escola na colônia, alguns pais providenciaram uma escola particular em 1904. Esta era regida por Martha Hecke (polonesa) e contava com uma frequência de 36 alunos, sendo todos de origem polonesa (REQUERIMENTO, 1904, p.69). A professora Martha Hecke tentou conseguir subvenção e inserir seu nome no quadro de professores do magistério público paranaense, mas seu requerimento não foi deferido.

No ano de 1905, alguns moradores enviaram ao Vice Presidente do Estado, João Candido Ferreira, um abaixo-assinado contendo 51 assinaturas, solicitando a reabertura da escola masculina e a nomeação do professor Antonio Alves de Souza.

Não foi localizada qualquer informação acerca do deferimento, ou não, do abaixo-assinado. Entretanto, alguns indícios indicam que o pedido não foi deferido, pois de acordo com a documentação analisada, em 18 de abril de 1906, Julieta da Silva solicitou sua remoção da escola da cidade de Tibagi para a escola promíscua⁴ da Colônia Antonio Prado. Segundo a professora Julieta da Silva, a cadeira estava vaga devido ao fato de a antiga professora, Paulina Alves, ter se aposentado. Uma vez que havia sido convertida em promíscua, o fato de a escola ter a vaga para uma professora indica que a escola masculina não fora reaberta; tendo em vista que professoras não lecionavam em escolas masculinas.

O pedido feito pela professora Julieta da Silva não foi aceito. Em maio de 1906, a escola da Colônia Antonio Prado iniciou os exercícios tendo como regente a professora Amélia França Gomes. Esta permaneceu na regência desta escola até agosto, quando solicitou permuta de cadeira com a professora Saphyra Ferreira da Costa Souza regente na Vila de Tamandaré. O pedido foi deferido pela Diretoria de Instrução Pública e a professora Saphyra Ferreira da Costa Souza assumiu a regência da

⁴ No Paraná, no século XIX, a nomenclatura “escola promíscua” significava escola mista freqüentada por meninos e meninas.

escola da Colônia Antonio Prado em agosto de 1906 e permaneceu até abril de 1908. No ano de 1907, a escola tinha a seguinte frequência:

Tabela 2			
Tabela de alunos matriculados na escola promíscua da Colônia Antonio Prado em 1907.			
1º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	54	30	26
2º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	56	31	25
3º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	55	28	27
4º Trimestre	Matrículas	Masculino	Feminino
	-	-	-
Fonte: DEAP. Correspondência do Governo. Códice 102, fl. 05, 1907.			

Os dados do último trimestre não constam na tabela. Isso pode indicar que não houve aulas neste período. E era comum a falta de aulas. Por outro lado, a professora poderia não ter enviado a Diretoria os dados referentes a esse período, o que também era comum.

Em maio de 1908, assumiu a cadeira desta escola a professora Maria da Luz Cordeiro Cercal. Devido a escassez de algumas fontes, não foi possível saber por quanto tempo esta professora permaneceu. Somente localizou-se as informações que em junho de 1909 a escola passou a ser regida por Mercedes Ricardina de Souza Wallbach e, em 23 de outubro de 1911, a escola passou a ser regida pela professora Anália Agner Kendrick (polonesa).

Quadro 3			
Relação dos professores da escola do povoado de Antonio Prado de 1887 a 1912.			
Localidade	Professor	Tempo de Trabalho	
Antonio Prado	Maria D'Assunção Gonçalves (brasileira)	1887	Outubro/1887
	José Fabris (italiano)	Junho/1892	Maio/1897
	Antonio Thomé de Carvalho (brasileiro)	Abril/1898	Fevereiro/1899
	Vidal Natividade da Silva (brasileiro)	Março/1899	Junho/1899
	Luiz Antoniacomi (italiano)	Agosto/1899	Agosto/1902
	Martha Hecke (polonesa)	Abril/1904	---
	Paulina Alves (brasileira)	---	---
	Amelia França Gomes (brasileira)	Maio/1906	Agosto/1906
	Saphyra Ferreira da Costa e Souza (brasileira)	Agosto/1906	Abril/1908
	Maria da Luz Cordeiro Cercal (brasileira)	Maio/1908	---
	Mercedes Ricardina de Souza Wallbach (brasileira)	Junho/1909	---
	Analia Agner Kendrick (polonesa)	Outubro/1911	---
Fonte: DEAP. Correspondências do Governo. 1887 a 1912.			

Observando o quadro acima, convém aqui destacar, que a atuação dos profissionais da educação do processo de escolarização da colônia foi intercalado em momentos por professores brasileiros, italianos e poloneses.

Como vimos, a partir da primeira década do século XX a escola da Colônia Antonio Prado passou a ser promíscua, ou seja, tanto os meninos quanto as meninas freqüentavam as aulas. Isso corresponde a um grande avanço comparando ao final do século passado em que somente os meninos podiam freqüentar as aulas.

Outro ponto importante a ser ressaltado é o fato da escola da colônia passou a ser pública. Foi a partir de iniciativas por parte dos imigrantes (poloneses e italianos) que a região passou a receber atenção do governo paranaense no que tange ao ensino escolar. De acordo com WACHOWICZ (1984),

O governo apoiava as iniciativas particulares para a manutenção da instrução. Nos núcleos de imigrantes europeus, surgem escolas subvencionadas: são instituições particulares abertas por iniciativa da comunidade, geralmente em localidade onde não há escola pública [...] Nas localidades, havia a idéia de que a população brasileira deveria imitar a população imigrante, que tomava as iniciativas para a institucionalização da instrução (p.67).

Assim, pode-se verificar no decorrer que as instituições particulares foram fundamentais à constituição de todo o processo escolar da região.

Para finalizar, cabe aqui concluir que mesmo ocorrendo a dificuldade em agrupar três etnias diferentes no espaço escolar o ensino de alguma forma aconteceu. Mas o mais importante é que as iniciativas em prol da escola empenhada pelos imigrantes contribuíram para a expansão escolar, pois além de serem exemplos para que a população brasileira, também propiciou a sua freqüência as aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes**. São Paulo: Paulinas, v.I, 1987.

BALHANA, Altiva Pilati; MACHADO, Pinheiro; WESTPHALEM, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

COLBACCHINI, Pietro. **Lê condizione degli emigranti nello stato di Paraná in Brasile**. In: La società Italiana di Fronte Alle Prime Migrazioni de Massa. Roma: Centro Studi Emigrazionie, 1968.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. **Conviver e sobreviver: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880-1920)**. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERRARINI, Sebastião. **A Imigração Italiana na Província do Paraná e o Município de Colombo**. Curitiba: Lítero Técnica, 1973.

MIMESSE, Eliane. **A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar**. São Caetano do Sul: Fundação Pró-Memória, 2001.

SOUZA, Maria Cecília C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p.81.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

KREUTZ, Lucio. **Educação de Imigrantes no Brasil**. In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 347-370.

VECHIA, Ariclê. **Imigração e Educação em Curitiba (1853-1889)**. Tese de doutoramento em História. USP. São Paulo: 1998.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Curitiba: Cortez, 1984.

IGREJA E ESCOLA: ASPECTOS DO COMENSALISMO INSTITUCIONAL NAS COLÔNIAS ALEMÃS DO SUL DO BRASIL

João Klug

A compreensão da história da imigração alemã e da formação e trajetória dos vários núcleos coloniais teutos no Brasil, não pode ignorar o papel das instituições Igreja (tanto católica quanto luterana) e Escola. Era em torno destas duas instituições que se organizava a vida, o cotidiano das colônias, especialmente daquelas mais distantes dos núcleos urbanos (*Stadtplatz*). Ali as pessoas se encontravam, compartilhavam novidades, dificuldades, ali se combinava um mutirão, a abertura ou manutenção dos caminhos, a construção de uma ponte, a contratação de um professor etc.

Neste trabalho parto do princípio que estas instituições desenvolveram uma forte relação de interdependência e de benefício mútuo, razão pela qual tomo emprestado da biologia, o conceito de “comensalismo”. Comensalismo aponta para “comensal”, “que come junto”. Na biologia se refere à relação entre seres vivos de espécies diferentes, mas pertencentes a um mesmo biótipo, com benefício mútuo das partes associadas. Na literatura teológica, comensal é o convidado que senta-se a mesa para compartilhar do ágape.

A análise da história da igreja e escola de origem alemã no sul do Brasil nos permite falar de um “comensalismo institucional”, pois aquilo que afetava uma, produzia reflexos diretos na outra, quadro este muito bem percebido em 1865 pelo líder joinvilense Ottokar Doerffel, ao afirmar que “onde falta a escola, a igreja em nada poderá ajudar”.

Ao analisar esta temática, torna-se importante acentuar que os colonos alemães que emigraram para o Brasil, já viviam num contexto onde a escola exercia importante papel nos diversos Estados, ainda que com níveis bastante diferenciados.¹ Nesse contexto, uma

¹ Este assunto é tratado com propriedade em: KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial**. Porto Alegre, Florianópolis Caxias do Sul: Ed. da Universidade/Ed. da UFSC/EDUCS, 1991 ; KREUTZ, Lúcio. **Material Didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1994. FIORI, Neide de Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. Florianópolis, 1991 ; RAMBO, Arthur Blásio. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994 ; HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1992 (Dissertação de Mestrado em História) ; MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina: Os Colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)**. São Paulo: USP, 1988 (Tese de Doutorado em História) ; FIOD, Edna G. Maciel. **Homens sem Paz: Escola, Trabalho e Colonização**. São Paulo: PUC, 1995 (Tese de Doutorado em Educação) ; MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: Subsídios para a história da Educação no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936, 1937, 1938 - Coleção Brasileira, vols. 66, 87, 121. -----, A

das expectativas dos imigrantes dizia respeito a questão escolar, mas, nessa época o sistema escolar brasileiro encontrava-se num estágio ainda incipiente. Império e províncias não estavam em condições de atender essa necessidade, sendo a escola algo quase que completamente ausente. Como essa expectativa (e tantas outras) foi frustrada, os imigrantes tiveram que adotar uma solução local, doméstica para atender a essa necessidade, ao que Egon Schaden chamou de “emergência de soluções originais”, pois em sua terra de origem a escola era função e atributo do Estado.² Aqui, foram forçados a resolver uma questão que até então lhes era suprida pelas autoridades públicas alemãs.

Essas escolas podem ser vistas como uma resposta aos desafios de seu tempo. É necessário considerar que a imigração alemã no seu início, teve características marcadamente rurais, portanto, num contexto onde a escola como instituição ainda não havia chegado. Dessa forma, criou-se um modelo válido para sua época, respondendo às necessidades básicas de seu contexto. Estas escolas ajustaram-se às exigências e imprimiram uma dinâmica própria, de acordo com a comunidade na qual se inseriam. De acordo com Rambo, tais instituições tinham maior legitimidade, pois não se apresentavam como corpo estranho, indesejado e espúrio, imposto por especialistas e burocratas alheios a realidade concreta das colônias.³

Durante os primeiros anos do processo de formação de colônias alemãs no sul do Brasil, a igreja evangélica luterana esteve ausente, logo, também ausente na educação. Isto significa dizer que esta população permaneceu sem acompanhamento eclesiástico. Este quadro começou a mudar somente a partir dos anos 1860, quando Johann Jakob von Tschudi foi designado representante da Confederação Suíça junto à corte brasileira. Entre 1857-58 von Tschudi viajou pelo Brasil e outros países da América do Sul, visitando núcleos de colonização alemã e suíça, tornando-se o catalizador dos anseios destes núcleos e, entre esses anseios, havia o veemente pedido por assistência eclesiástica e educacional. Através da intervenção de von Tschudi junto a corte brasileira foi possível a autorização para mandar vir pastores e missionários, visando suprir, ao menos parcialmente, essa

Instrução e as Províncias: Subsídios para a História da Educação no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939, 1940 – Coleção Brasileira, vols. 147, 147 A, 147 B.

² SCHADEN, Egon. Aspectos Históricos e Sociológicos da Escola Rural Teuto-Brasileira. In: **I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre: 20-30 de julho de 1963, p. 66-67.

³ RAMBO, Arthur Blásio. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1994, p. 15.

necessidade. O mesmo von Tschudi encaminhou o caso à Sociedade Missionária de Basiléia, na Suíça a qual, a partir de 1861, enviou os primeiros missionários ao Brasil, de modo especial aos estados de Santa Catarina e Espírito Santo.

A partir de 1864, também a Sociedade Missionária Renana começou a dar atenção aos evangélicos emigrados para o Brasil e Chile. Começava, dessa forma, uma assistência eclesiástica mais sistemática aos luteranos no Brasil, com o envio do Pastor Dr. Hermann Borchard para São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Após seus primeiros relatórios se tornarem conhecidos junto aos órgãos eclesiásticos alemães, essa assistência tornou-se cada vez mais efetiva, com a criação do “Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil”.⁴

Com a queda de Otto von Bismarck, o imperador alemão Guilherme II expressou seu interesse pela “Alemanha maior”, iniciando uma política mais agressiva de preservação da germanidade, o que envolvia diretamente as igrejas e escolas alemãs no sul do Brasil. Nesse contexto, o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim estava totalmente a serviço da política externa do Estado prussiano. Guilherme II não era apenas Imperador do Reino Alemão, mas também Supremo Bispo de sua Igreja Territorial, o que nos permite falar numa espécie de “regalismo prussiano”.

Os primeiros pastores e missionários enviados ao Brasil, logo se ocuparam com a educação. Era uma questão de urgência, pois sem a educação, a confessionalidade luterana estaria ameaçada. Não seria possível permanecer na fé luterana sem uma escolaridade mínima que permitisse ler a Bíblia, o Catecismo Menor de Lutero e o Hinário, objetos que faziam parte do “baú do imigrante”.

Ao analisar a documentação eclesiástica luterana, fica evidente a grande preocupação que os dirigentes e líderes desta igreja manifestavam quanto à questão da

⁴ Sobre a inserção e história da Igreja Luterana no Brasil, devem ser consultados: DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984 ; ----- (Org.) **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida do Norte: Ed. Santuário, 1993 ; FISCHER, Joachim (Org.) **Ensaio Luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 1986 ; BRAKEMEIER, Gottfried (Editor). **Presença Luterana**. São Leopoldo: Sinodal, 1989 ; PRIEN, Hans-Jürgen. **Evangelische Kirchwerdung in Brasilien: Von den deutsch-evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien**. Gütersloh: Gütersloher Verlaghaus, 1989 ; WIRTH, Lauri E. **Protestantismus und Kolonisation in Brasilien**. Erlangen: Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1982 ; WITT, Osmar Luiz. **Igreja na Migração e Colonização. A Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense**. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, Série Teses e Dissertações, 1996 ; KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina – A Comunidade Alemã de Desterro-Florianópolis**. Florianópolis: Papa-Livro, 1994

educação. A confessionalidade estaria ameaçada sempre que a educação fosse negligenciada. A partir disso, é perceptível a mobilização, empenho e esforço, no sentido de criar e manter escolas e professores e conscientizar as famílias luteranas, sobre a importância de enviar seus filhos à escola, pois o analfabetismo não poderia conviver com o luteranismo.

É nesse contexto que se verifica em profusão, nas áreas coloniais teutas, a criação da “escola/templo”, isto é; a construção de prédios, que mesmo sendo rústicos, serviam para dupla finalidade: durante a semana eram escolas e nos domingos se transformavam em templos. Esta realidade nos permite afirmar que nas áreas de colonização alemã com predominância de luteranos, a escola precede a igreja, com raras exceções.

A grande preocupação dos primeiros pastores que atuavam nestas áreas era de que os “bens culturais” (*Kulturgüter*) que os imigrantes trouxeram de além mar estavam seriamente ameaçados em função das duras condições iniciais e dessa forma a juventude alemã caminhava em direção à selvageria.⁵

Digno de nota nesta discussão é o texto de Rodowicz-Oswiecimsky, escrito em 1853, quando a Colônia Dona Francisca dava os seus primeiros passos.⁶ Para este observador “religião e escola são alavancas dos bons costumes”. O autor via a escola e igreja com a importante função de normatizar condutas, o que elas conseguiram fazer com êxito.

Em Brusque – SC, fundada em 1860, a primeira escola entrou em funcionamento a partir da iniciativa do pastor Heinrich Sandreczky, que abriu este espaço em sua própria residência. Em sua autobiografia Sandreczky afirma que “era necessário dar à juventude além do ensino do catecismo, um espírito verdadeiramente evangélico. Planejei, assim, fundar uma escola da qual eu mesmo seria professor...” Fica evidente que para este pastor, o “espírito verdadeiramente evangélico” só seria atingido com a escolarização. Menciona, ainda, que um grupo de 5 pastores realizou em 1867, o primeiro Sínodo Evangélico no Rio de Janeiro e que esse Sínodo entendia como tarefa mais urgente, a fundação de institutos de

⁵ ... *die deutsche Jugend der Kolonie verwilderte...* . DECHENT, Nicholaus. **Festschrift zur Jubelfeier des Schulvereins zu Joinville**. Joinville: Typ. Bhoem, 1916, p. 5.

⁶ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992, p. 89-90.

educação.⁷ Ficava pois claro para estes primeiros pastores, que a tarefa e o cuidado eclesiástico dependiam de uma boa base educacional. Em 1870, Sandreczky chegou mesmo a tomar medidas que desagradaram parte da comunidade, medidas estas que forçavam a escolaridade, pois o jovem só seria confirmado (equivalente a Crisma católica) se tivesse 14 anos completos e se soubesse ler e escrever. As fontes indicam que décadas mais tarde, em 1923, esta prática continuava em Brusque, pois naquele ano, 4 jovens não puderam ser confirmados por não atender esse requisito de escolaridade mínima. Nessa época só se confirmaria o jovem que tivesse freqüentado a escola no mínimo por três anos. A mesma “pressão” era realidade no meio evangélico luterano no Rio Grande do Sul, pois em 1925 o Departamento de Ensino do Sínodo Riograndense lançava a proposta de exigir 4 anos de escolaridade mínima para que o jovem pudesse ser admitido nos estudos preparatórios com vistas a confirmação.⁸

Verifica-se nestes exemplos, que poderiam ser ampliados em larga escala, que o elemento religioso “forçava” a necessidade de escolarização e esta por sua vez, fortalecia a confessionalidade, reforçando-se desse modo uma profunda relação de comensalismo institucional.

Figura representativa desta parceria em Santa Catarina, foi o P. Hermann Faulhaber, enviado à Blumenau no final de 1889, pelo Conselho Superior Eclesiástico de Berlim. Em seu primeiro relatório, datado de 21/04/1890, deixa bastante claro que não haverá futuro para a igreja evangélica luterana no Brasil se não houver um investimento firme em escolas. Foi a partir dessas constatações e dessa leitura da realidade que Faulhaber traçou seu plano de trabalho. Nele, a educação deveria receber tratamento diferenciado e especial. Assim, Faulhaber inicia uma das mais espetaculares intervenções no campo da educação teuto-brasileira, marcando profundamente a história da educação em Santa Catarina. Em Faulhaber pode-se perceber nitidamente que a teologia exigia ousada ação pedagógica e esta por sua vez, fortalecia a teologia. Neste sentido, Martin Braunschweig, representante da Obra Gustavo Adolfo, de Leipzig, que esteve visitando comunidades evangélicas alemãs no Brasil entre 12 de junho de 1907 a 20 de janeiro de 1908, elogia os pastores que tinham

⁷ **Notícias de Vicente Só.** Brusque: Ano I, nr. 6, 1977, p.26

⁸ HOPPEN, Arnildo. Fundação do Ginásio Sinodal no contexto do sistema escolar do Sínodo Riograndense. In: **Simpósio de História da Igreja.** São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1986, p. 127.

como meta principal ou “ponto forte” do seu trabalho (*Schwerpunkt*), a questão escolar.⁹ Esta constatação era vista como algo muito positivo e promissor para o futuro da igreja luterana no Brasil.

Percebe-se claramente este aspecto no relatório do P. Zoellner, de 30/11/1910, enviado ao Brasil pelo Conselho Superior Eclesiástico de Berlim, no qual aponta para a formação de professores como a mais urgente tarefa da igreja e sugere que se crie e se facilite um caminho entre a docência e o clero ao sugerir que professores com alguns anos de experiência e destaque, pudessem estudar teologia na Alemanha, o que lhes possibilitaria exercer a função de pastores.

Mais uma vez a parceria estava colocada. Pedagogia e teologia caminhavam *pari passu*. É interessante observar que os líderes da igreja estavam convencidos de que o futuro da confessionalidade luterana no Brasil seria tanto mais promissor quanto maior fosse a aproximação entre discurso teológico e ação pedagógica. A teologia deveria afastar-se do discurso filosófico pois a realidade demandava outra postura.

Esta parceria tão intensa sofreu certo esfriamento na década de 1930, especialmente a partir de 1933 com a ascensão do NSDAP ao poder na Alemanha, visto que as lideranças eclesiais e escolares se dividiram quanto ao apoio ao Nacional Socialismo Alemão. Muitos entendiam ser importante que estas instituições estivessem afinadas com os ideais políticos do NSDAP, enquanto outros advertiam no sentido de continuar sua caminhada própria, sem vínculos com os ideais políticos da Alemanha.¹⁰

Apesar deste esfriamento, a relação escola/igreja continuava sendo tema nas esferas administrativas da igreja evangélica luterana quando da realização da Conferência Sul-americana de Líderes da Igreja Evangélica Alemã em Santos, entre 11-13 de julho de 1935.

A bibliografia e fontes até aqui consultadas apontam para uma estreita parceria, iniciada em meados do século XIX, e que foi se intensificando até as vésperas da IIª Guerra Mundial. É possível perceber também, que a motivação para esta ênfase, dada por parte do

⁹ EZA 5/2173 – Bericht des pastors Braunschweig in Leipzig über seine Reise durch die deutschen evang. Gemeinden in Brasilien im 1907.

¹⁰ A este respeito, devem ser consultados: PAIVA, César. Escolas de Língua Alemã no Rio Grande do Sul, o Nazismo e a Política de Nacionalização. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo: Ano IX, nº 26, abril 1987 ; HARMS-BALTZER, Käte. **Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen (1930-1938)**. Berlim: ColloquiumVerlag, 1970 ; LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989 ; GERTZ, René E. **O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, fascismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

clero à educação, não era exatamente a mesma. Por um lado verificava-se um intenso envolvimento dos pastores com a questão escolar, motivados acima de tudo, por razões etno-culturais. Por outro, este empenho era motivado mais por razões teológicas. De qualquer maneira, era evidente a indissociabilidade entre escola e igreja evangélica luterana, objeto principal desta pesquisa.

**A QUESTÃO RELIGIOSA DESTERRENSE: UMA ANÁLISE DOS
REGIMENTOS DO COLLEGIO SANTÍSSIMO SALVADOR (1865-1869) E DAS
CRÍTICAS FEITAS A ELES PELOS PROFESSORES DO COLLEGIO LYCEO
(1857-1864)**

Thiago Cancelier Dias¹

A Província de Santa Catarina no século XIX foi palco da disputa de diversos setores pelo domínio da instrução pública secundarista. No período de 1845 a 1883, especificamente na Capital Desterro, instalou-se uma sequência de colégios monásticos e seculares no domínio da instrução pública secundarista oficial: estes foram o “Collegio do RR. PP. Jesuítas” (1845-1853), “Collegio Lyceo” (1856-1864), “Collegio do Santíssimo Salvador” (1865-1869) e “Atheneu Provincial” (1874-1883). Essa pesquisa tem o intuito de compreender os motivos de tal alteridade no domínio da instrução pública. Para tanto, é proposto utilização da metodologia da micro-história italiana, essa que tem no jogo de escalas e nas biografias suas ferramentas de análise.

Primeiramente será pensado um conflito de longa duração, entre protestantes e católicos, dos primórdios da centralização da Igreja Católica em Roma. Em um período de intensas perseguições religiosas, de forte disputa pelo domínio do mercado de almas. Posteriormente, será observada a continuidade desta contenda na capital catarinense, como reflexo da crescente imigração luterana e da conseqüente fundação do Collegio Lyceo.

Um conflito que atravessa gerações

A Reforma Protestante se insere no contexto do declínio do sistema feudal europeu. Os burgos estavam em pleno aumento populacional. O corpo de trabalhadores livres crescia concomitantemente com uma classe burguesa que se formava e começava a influir no modo de produção. Novas rotas comerciais levaram a uma relação cada vez mais estreita entre as cidades; setores como agricultura, manufatura, mineração e comércio eram à base da produção econômica.

Manufatura e comércios eram praticados principalmente nas cidades, a produção estava em franca expansão impulsionada pelo aumento de consumo. A atividade

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em História pela UFSC.

manual dos artesãos foi cada vez mais subdividida para atender a demandas dos comerciantes. Um novo modo de produção estava tomando mercado, cada vez mais o conhecimento do artesão era desprezado em favor ao do trabalhador mais especializado e menos oneroso.

No séc. XVI diversas pedagogias foram forjadas nas monarquias absolutistas e nas guerras entre religiões. A Igreja Católica estava perdendo o domínio sobre o instruir. Alternativas para a educação monástica, realizadas pelas Ordens Religiosas, estavam surgindo. Ideais iluministas pregam um indivíduo livre e autônomo, decorrendo em pedagogias como as de Erasmo, Montaigne e Rabelais. Heréticos como os luteranos também contribuíram neste campo, Martinho Lutero e Philipp Melanchthon (1497-1560), produziram a pedagogia luterana.

As movimentações da Contra-Reforma, conduzidas pelo Concílio de Trento, levaram o Papa Paulo III (1540) criar uma instituição para o combate direto do luteranismo, a Ordem Religiosa chamada Companhia de Jesus. Os jesuítas são militantes religiosos católicos e têm como objetivo o combate das heresias e a conversão dos pagãos. Seu fundador Inácio de Loyola (1491-1556), escreveu as *Constituições* e o *ratio studiorum*, método pedagógico jesuíta que se manteve inalterado até 1832, recebendo uma reelaboração em 1859, intitulada *Ratio atque Institutio Studiorum*.

O *ratio studiorum* surgiu para contrapor as novas pedagogias, principalmente a luterana. A educação era a área que a Igreja estava mais bem aparelhada para combater o luteranismo. Algumas Ordens como os dominicanos e franciscanos estavam atuando na educação religiosa e recebendo retorno na conversão e manutenção das almas católicas há séculos. A pedagogia jesuítica busca formar clérigos e crentes, através do confinamento dos alunos em internatos, semi-internatos e externatos, com restrição de movimento e comunicação, em um ambiente altamente hierarquizado, na qual a disciplina do corpo, através da dor e da contemplação divina levam ao entendimento dos Evangelhos. A pedagogia luterana também tem o fim de evangelizar, mas difere-se por ter fortes bases no pensamento humanista clássico, principalmente quando se refere à Melanchthon (1497-1560). A idéia do homem como “centro do universo” levou a um tipo de escolarização religiosa não monástica, que será base da educação secular ocidental, pois exige que a educação seja feita pelo Estado, seja desejada como bem universal e não tenha apenas a religiosidade como fim.

Martinho Lutero era grande conhecedor da educação escolástica e era forte combatente da mesma, criticava o estudo monástico, por ser destinado a formar padres, monges e freiras, diz ele: “que aprendam algum ofício com que possam sustentar-se ” (LUTERO, 1524, p. 304). Considera os conventos e fundações como “devoradores e perversos de crianças” (Idem, p. 308) e como tal, afirma que “ é minha opinião séria, meu pedido e desejo que essas cozeiras e escolas do Diabo mergulhassem no abismo ou sejam transformadas em escolas cristãs”(Idem, p. 306). Com isto, combate de frente a educação promovida pelas ordens católicas. Lutero percebia as escolas cristãs como o cerne do desenvolvimento das cidades. Hubert pressupõe que para ele, a Reforma da Igreja é “reforma da educação, pois o direito de cada cristão interpretar as Santas Escrituras não pode subsistir sem a obrigatoriedade do ensino para todos ” (1976, p. 43).

A pedagogia jesuítica difere por ser direcionada a uma elite letrada, pois “ensinar os ignorantes a ler e a escrever seria uma obra de caridade se a Companhia de Jesus tivesse suficientes membros para prover a tudo; por causa da penúria de pessoal, ordinariamente não ocupamos deste ministério” (Inácio p.IV c. XIII, decl. Constituições apud MAIA et al, 1986, p. 7). Desta forma, a Companhia selecionava alunos letrados, pertencentes à elite econômica e política.

Com a Reforma Protestante foi proclamando a obrigatoriedade escolar, pois só os letrados podem interpretar de forma cristã e por conta própria a Santa Escritura. Além desta democratização do saber, uma secularização da instrução é ensaiada, visto se permitir “aos príncipes o poder de fiscalizá-la e se necessário, de assegurá-la; pois não é deles o dever de velar pela instrução pública, tão urgente como o de trabalhar pela prosperidade material de seus estados” (HUBERT, 1976, p. 43-44). Melanchthon era mais liberal e diferentemente de Lutero pode ser facilmente considerado humanista. A sua pedagogia dá ênfase ao trabalho “todas as profissões liberais exigem culturas fundamentais, enciclopédia, no qual o estudo de belas-letas tem o primeiro lugar” (Idem, p.44).

A pedagogia luterana transformou-se com o passar dos séculos, assimilando informações de filosofias e pedagogias que se desenvolviam em paralelo. Já o *ratio studiorum* manteve-se inalterado até 1832, quando um movimento em favor das línguas vernáculas provoca a revisão de seu texto, na nova redação é recomendado “uma formação sólida” (FRANCA, 1952, p. 16) na língua pátria e o aprimoramento do estilo “na escola dos melhores autores” (Idem), ou seja, o estudo da língua pátria amplia os

conhecimentos em belas letras, os autores não serão restringidos apenas aos da Antigüidade Clássica. Escritores recentes podem ser acessados, contudo que não sejam de autores que agridam o Vaticano e os dogmas católicos. O *ratio studiorum* é o discurso base de uma estrutura de vigilância que pune e adula no intuito de disciplinar e governar as condutas. Segundo Franca, ele “não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios” (Idem, p. 12). O *ratio studiorum* propõe regras e condutas, estratégias na condução do indivíduo as crenças ultramontanas.

Para compreender a pedagogia jesuítica é preciso ter em mente o caminho pelo qual é formulada. A máxima católica que afirma que “o sofrimento purifica” é a base da ascese católica. É possível conceitualizar a ascese católica como uma série de práticas necessárias para a ascensão, para a elevação, para a salvação ou paraíso. A ascese religiosa leva alguns indivíduos a organizarem sua vida baseada em uma moral religiosa, na busca pela salvação final. A ascese católica é contemplativa, com uma distinta separação entre mundo carnal e sobrenatural; faz da introspecção, advinda principalmente do recolhimento e da solidão, uma forma de atingir a contemplação mística.

Em um colégio monástico religioso estão presentes dois tipos de discursos autoritários: o primeiro é o religioso, este provê o sacerdote o poder de fazer a interlocução entre a verdade divina e o ouvinte, ele é o que domina unilateralmente o discurso, é detentor da língua da interpretação dos Evangelhos, que é expresso em latim nas missas. O segundo discurso presente também nos colégios jesuítas é o pedagógico, este também é unilateral, pois há um indivíduo que sabe e outro que tem a obrigação institucionalizada de assimilar tal conhecimento. Na instrução das Ordens Religiosas, o estudo tem como fim evangelizar. As matérias "científicas" são decorrentes de uma necessidade ocasionada pelo mercado de almas, o discurso autoritário religioso soma-se ao pedagógico, este tem a função de promover uma difusão e perpetuação de estruturas sociais, formuladas através de redes simbólicas e ritos.

O discurso autoritário é definido por um interlocutor que sabe, que detém o conhecimento, a verdade legítima, em detrimento do ouvinte, que apenas está incumbido de assimilar conhecimento. O primeiro (no caso dos colégios religiosos) com uma verdade institucionalizada e outro com uma “necessidade” de instrução socialmente ressarcida. O discurso pedagógico é “independente do interesse e necessidade do aluno, ao menos é, alheio aos mesmos, por isto necessita de um motivador, algo que dê utilidade e talvez crie necessidade, estes seriam os valores

sociais” (ORLANDI, 1978, p. 18). Estes são conduzidos pela ideologia do interlocutor, passando de uma desejável reprodução cultural, a uma social, quando dá a possibilidade material e os códigos necessários para ascender socialmente e manipular o poder a alguns poucos escolhidos. O direito de ensinar vira o de ordenar, os professores perpetuadores da verdade direcionam o conhecimento para atender determinada demanda. Neste sentido

(..) para ordenar exige-se uma certa relação hierárquica entre quem ordena e que obedece; para interrogar, há também a exigência de certas condições, e o direito de interrogar, exercido por uma autoridade, converte-se em poder de ordenar e, logo, não pode ser atribuído indistintamente. (Idem)

Foi contextualizado o *ratio studiorum*, em uma longa duração, sobre a sombra da pedagogia luterana, para assim serem analisados dois documentos decorrentes da disputa pelo domínio da instrução pública secundarista em Desterro. Um contexto amplo será contraposto a um regional, localizado em uma Província periférica, com alguns personagens biograficamente reconhecidos. De um lado, católicos fervorosos, pertencentes ao Partido Liberal² e detentores do jornal *O Mercantil*, do outro, alemães recém imigrados para Província, que juntamente com o Partido Progressista e seu jornal, *O Despertador*. Dialogavam sobre qual era o ideal de instrução pública para a Província. A realizada no colégio laico (Lyceo), com professores ditos luteranos, ou por uma congregação reconhecidamente católica e avessa ao protestantismo, como a Companhia de Jesus.

De maneira breve será feita uma análise das conjunturas regionais que levaram o fechamento do Collegio Lyceo e a abertura do Collegio Santíssimo Salvador. Para posteriormente ser colocado em questão dois documentos em específico. O primeiro é os Regimentos do colégio jesuíta Santíssimo Salvador, publicado em Desterro no jornal *Mercantil* em dez e vinte de novembro de 1864. Juntamente aos Regimentos serão analisadas as questões levantadas pelos professores remanescentes³ do Collegio Lyceo sobre o plano de ensino do novo colégio, no jornal *Despertador* de vinte e cinco de novembro de 1864.

A conjuntura desterrense

² Eram principalmente conservadores e liberais moderados.

³ Fritz Müller e

Através da análise dos jornais *Despertador* (1863-1864) e *Mercantil* (1864), dos relatos dos viajantes Johann Jakob von Tschudi e Robert Avé-Lallemant, de alguns documentos oficiais e publicações literárias, chega-se a conclusão que o principal motivo para o fechamento do Collegio Lyceo e abertura do Santíssimo Salvador, é o fato de haver imigrantes alemães intitulados pejorativamente de luteranos, pela opinião publica católica, no seu quadro de professores. Entre esses estavam Fritz Müller (1857-1864)⁴, Ricardo Becker (1857-1862), Carlos Parucher (1859) e Burkart (1858).

A conjuntura que levou o Collegio Lyceo a ser substituído pelo Santíssimo Salvador leva a crer que houve uma disputa pelo domínio da instrução publica secundarista. Esta instituição funcionou como colégio oficial da Província catarinense nos anos de 1857 a 1864. Foi o primeiro colégio secundarista “desvinculado” da Igreja Católica, e do estudo religioso. Inicialmente o colégio tinha em seu quadro quatro professores. A cadeira de francês foi assumida pelo médico Hermógenes de Souza Mirando Souto, a de matemática e posteriormente de ciências naturais (em 1859) pelo naturalista alemão Fritz Müller (1857-1864)⁵, o alemão e jurista Dr. Ricardo Becker (1857-1862) era o professor de latim e o estadunidense Guilherme Willigton (1857-1860) era o professor de inglês.

O Collegio Lyceo estava prosperando no número de alunos e variedade de cadeiras oferecidas. Apesar das intensas criticas publicas ao mesmo, Lallemant afirma sobre as críticas aos luteranos do Collegio Lyceo que “exatamente durante os dias da minha estada em Desterro [1858] à imprensa local lhes amarguravam a vida” (1980, p.24). O motivo apontado por ele para tamanhas críticas é que

(..) aqueles senhores são protestantes e julga-se que isto é perigoso para a juventude. Por Deus, que acabem com esta contenda! Primeiro, não nos querem deixar o Evangelho e depois não querem aceitar o nosso saber! Entretanto, podemos ficar tranquilos, pois, francamente, não creio que os três jornais de Desterro, o “Argos”, o “S. Elmo” e o “Cruzeiro”, por mais importantes que o sejam, possam deter o progresso do nosso século. (Idem).

Enquanto O Presidente João José Coutinho se manteve no cargo, o colégio estava blindado, pois nenhum Aviso (lei) poderia ser outorgada pela Assembléia

⁴ Data provável que os professores ministraram aulas no Collegio Lyceo.

⁵ As três datas entre parênteses que seguem são referentes ao provável período que os professores ministraram aulas no Colégio Lyceo.

Legislativa sem seu aval. Entretanto ele é remanejado para diretor geral dos Correios no Rio de Janeiro em 1859. Com a troca de presidente, o direcionamento político se modifica. Com a saída de João José Coutinho, as vozes católicas temerosas se erguem com mais força, estas “que desde o início criticaram seu [de Coutinho] empreendimento favorito e agrediram especialmente, os professores estrangeiros” (TSCHUDI, 1988, p. 86).

O novo presidente, Araújo Brusque, utilizou-se da lei que proibia professores estrangeiros e/ou não concursados de ministrarem aulas, demitindo os que não eram naturalizados ou eram interinos. Sabe-se que Fritz Müller e Ricardo Becker continuam no cargo. No ano de 1862, ocorre outra mudança de Presidente da Província, sendo este cargo assumido pelo padre Pires da Mota. Este reestrutura o colégio, diminuindo de seis cadeiras, para quatro. Em meados de 1864, a Assembléia Legislativa⁶ publica o Aviso que fecha o Collegio Lyceo, e fecha um contrato com o jesuítas Louis Ruiz para a abertura de um colégio monástico. Entretanto o contrato não chegou a ser assinado com este, mas sim com o jesuíta Jacques Razzini, que fundou o “Collegio do Santíssimo Salvador” em 1865.

Em um artigo do jornal *Despertador* (TRANSCRIPÇÃO. *Jornal Despertador*, Desterro, 28 abr 1863) há uma “transcrição” feita, segundo o redator, a pedido de um amigo. Nela provavelmente consta provavelmente a opinião da maioria dos alemães da Colônia Dona Francisca. É entendido que este artigo é retirado da “Revista Commercial” publicada em Santos. O exemplar consultado não possui parte do início e do final do texto, entretanto entende-se que é uma tradução de um artigo presente no jornal alemão da colônia Dona Francisca intitulado: *Colonie Zeitung*. Nele é afirmado que a “instrução secundaria” (da Província catarinense) encontra-se até o momento em “tão favorável andamento” que não há o por quê “atrahir sem necessidade os Jesuítas”.
Afirma

por toda parte onde os Jesuítas adquirirão influencia e poder, por elles foi espalhado a semente que sempre produziu fructos perniciosos; e muito principalmente naquelles lugares, onde vivião homens de culto differente, sempre houvérão as consequencias as mais funestas (Idem).

⁶ Com grande maioria de partidário liberais (descontentes com o Collegio Lyceo).

Este texto foi escrito para condenar “a medida do Sr. Presidente da Província” que fechou contrato com um colégio jesuíta, que segundo o jornal vai “contra ao interesse (da) colonização e ao desenvolvimento próspero da nossa Província, assim como o interesse do socego e paz da população”(idem). O fechamento do Lyceo (instrução laica) e o contrato com a Companhia de Jesus (instrução monástica), foi motivada pela existência de “luteranos” em seu quadro de professores. Certamente a escolha dos jesuítas não foi aleatória. Muitos católicos estavam temerosos com a imigração e a religião luterana crescente na Província. O método pedagógico jesuíta, *ratio studiorum*, tem como fim evangelizar: transformando os alunos em crentes da fé ultramontana e se possível formando novos clérigos. Uma das conseqüências da disputa pela instrução secundarista foi à busca por representação política dos imigrantes alemães no Partido Progressista e no jornal Despertador, junto com os *liberais exaltados*. Os imigrantes não possuíam certidão de nascimento brasileira, ou documentos que comprovassem seus casamentos ou óbitos, agora também não poderia mandar seus filhos para a instrução secundarista por ser ela católica e fornecida pela Companhia de Jesus.

Os Regimentos do Santíssimo Salvador e as críticas dos professores do remanescentes do Collegio Lyceo

Em um artigo intitulado "Collegio de S. Salvador" (RAZZINI, Jornal O Mercantil - 20 nov. 1864 n. 396) consta o Regimento Geral do novo colégio que seria aberto em 3 de fevereiro de 1865. Com a substituição do Collegio Lyceo pelo Santíssimo Salvador o governo perde o direito de inspecionar o ensino secundário, não mais podendo escolher as matérias e os professores. Apenas os batizados na fé católica e brasileiros terão o direito de se instruir na educação secundária oficial da Província. Antes a educação era feita no Collegio Lyceo gratuitamente e com embasamento laico, por professores autônomos, com diversas concepções conflitantes; como alemães chamados pejorativamente de luteranos, brasileiros, padres, estadunidense e outros não identificados.

Para ser aluno do colégio jesuíta é necessário estar dentro dos preceitos contidos no item 16 do regimento, o qual afirma que para o menino ser admitido como interno no collegio é necessário:

1. Que saiba ler e escrever
2. Que não tenha mais que 14 annos
3. Que apresente a certidão de baptismo, e mostre ter sido vaccinado
4. Que, sendo de fora, constitua na cidade um correspondente aceito pelo P. Reitor, que acuda ao alumno em tudo o que lhe for necessario.
5. Que traga na sua entrada roupa o sufficiente de corpo, e de cama, e todos os objetos de uso pessoal (Idem).

A restrição sobre a matrícula dos alunos segue a lógica do *ratio studiorum*. Os alfabetizados na Província são provavelmente os detentores de poder político e econômico, a idade menor de quatorze anos é o início da adolescência, tempo de dúvidas e estágio importante para a formação da personalidade. A terceira premissa para a admissão pede a certidão de batismo, excluindo os luteranos da instrução secundarista oficial.

O Santíssimo Salvador, como prega a Companhia de Jesus, apresenta aulas em forma de internato, semi-internato e externato. O item 24 do Regimento dispõe sobre os alunos externos, estes são admitidos gratuitamente “e instruídos nas matérias necessárias para se matricularem nas academias do Império (Idem), contudo há um porém, “elles deverão conformar-se com os regulamentos do collegio, e cumprir com os deveres religiosos e litterarios que lhe forem prescriptos” (Idem). Deveres religiosos criticados pelos professores do Collegio Lyceo, que indagam em que “direito se funda o Reverendo Jacques Razzini para pretender obrigar os alumnos externos e conformar-se e cumprir com os preceitos religiosos que lhe forem prescriptos?” (ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, Jornal O Despertador - 25 nov. 1864 n. 195).

A educação religiosa apresentada pela ordem jesuítica é de base monástica, e possui a intencionalidade de transmitir dogmas e preceitos ultramontanos para forjar futuros párocos ou fervorosos católicos. Com a disciplinarização do corpo e mente, os jesuítas formam uma elite cuja conduta é disposta em seus preceitos. O plano de ensino publicado por Razzini sofreu críticas dos professores dispensados do Collegio Lyceo: Amphilóquio Nunes Pires, Frederico Müller⁷, e João José das Rosas Ribeiro de Almeida, assinam em um texto no Despertador de 25 de novembro de 1864, sobre o Regimento do futuro colégio. O motivo alegado para tal feito é que os anos de instrução

⁷ Fritz Muller se naturalizou com o nome de Frederico Muller, nome pelo qual é citado nos documentos oficiais.

da mocidade feitos por eles não os deixaram ficar em silêncio diante de "uma tal monstruosidade". A principal crítica feita pelos professores sobre a pedagogia monástica dos jesuítas reside na exclusão social dos estudantes e na extrema vigília sobre as suas condutas. O item cinco exemplifica bem a educação jesuítica defendida por Razzini;

uma paternal vigilância, o excitar uma louvável emulação, o mover o coração pelos princípios de consciência e de honra, e pelos mais queridos interesses da família e da sociedade, com tudo o que desperta os sentimentos mais nobres e elevados, são os meios que empregão-se de preferencia para promover nos alunos tanto a educação religiosa e civil, como o progresso litterario e scientifico. (RAZZINI, *Jornal O Mercantil* - 20 nov. 1864 n. 396)

A principal crítica quanto ao *ratio studiorum* aplicado em Desterro é sobre a reclusão do internato, feita mesmo em época de férias. O item quinze do plano de ensino estipula que “abre-se o anno lectivo em 3 de fevereiro, e acaba em 7 de Dezembro. Neste dia começam as ferias que os alumnos passam no collegio, e que tem-se o cuidado de lh’as tornar agradáveis com recreios e divertimentos especiais” (RAZZINI, *Jornal O Mercantil* - 20 nov. 1864 n. 396). Os professores do Collegio Lyceo dizem que

repugna enfim á sociedade ver a sem-cerimônia com que o Reverendo Sr. P.e Razzini sem a necessidade authorisação, pretende estabelecer aqui um convento, em que os educandos estarão sujeitos não só a mais completa reclusão, mas também a mais revoltante seclusão! Onde, em que tempo, se vio praticar tão insólita invazão na liberdade individual á não ser só e unicamente nos estabelecimentos dirigidos por jesuítas? Que benefício podem resultar desta seclusão á educação de creanças? O fim não é certamente a sua educação, a sua instrucção; o fim é ir acostumando essas creanças á esquecer de seus pais, irmãos, parentes e amigos; á ageita-los assim a servir aos interesses e aos fins da companhia. (ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, *Jornal O Despertador* - 25 nov. 1864 n. 195)

O único contato realizado pelos pais com os alunos está descrito no item seis, quando a cada trimestre receberão "informações exactas sobre a saúde, o comportamento, a aplicação e resultado dos estudos de seus filhos por meio de um

boletim assignado pelo P. Reitor do collegio" (RAZZINI, Jornal O Mercantil - 20 nov. 1864 n. 396). A reclusão chega a ponto de no item 20 ser proposto que “para evitar despesas desnecessárias todas as encommendas, e os bilhetes enviados pelos alumnos á seus correspondentes devem ser authorisados e assignados pelo P. Reitor” (Idem). Privando assim qualquer troca de informações dos alunos com os pais que não sejam bem quistas pelos jesuítas, os professores denunciavam:

Não ha aqui somente escândalo, ha também immoralidade e argucia jesuitica. A’o passe que se affecta o propósito de evitar despesas inúteis deixa-se uma tangente para poder-se inspeccionar todos e quaesquer bilhetes ou versem sobe encommendas, ou sejão meramente familiares. (ALMEIDA; NUNES; MÜLLER, Jornal O *Despertador* - 25 nov. 1864 n. 195)

A Província catarinense era habitada por uma grande maioria católica, detinha muitas pessoas política e economicamente influentes e temerosas ao luteranismo. Dois meios legais são utilizados pelos professores para tentar manter seus empregos; o jornal e um processo administrativo. O último mantém Fritz Müller e João José das Rosas Ribeiro de Almeida no cargo de professor vitalício até 1867, quando são remanejados, já Amphilouquio Nunes Pires é demitido. O professor Fritz Müller é pertencente ao *Achtundvierziger*, ou “os de 48” (ano da revolução mal sucedida)⁸, e é uma importante figura do meio acadêmico chegando a ser chamado por Darwin de “o príncipe dos observadores” pelos seus trabalhos científicos sobre a natureza catarinense. Fritz Müller juntamente com os professores do Collegio Lyceo, indagam ao Reitor Razzini

Se, pois, os PP. quierão ensinar outra lingua além das que fazem parte do curso preparatorio as Academias do Império, deviam antes ter escolhido o Allemão, fallado por mais de seis mil habitantes d’esta provincia e por numero mais avultado ainda na provincia limitrofe do Rio-Grande do Sul. Mas talvez os RR. recciavão o mal que ás almas de seus alumnos pudesse

⁸ Dá-se o nome de Revoluções de 1848 à série de revoluções na Europa central e ocidental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, crises econômicas, falta de representação política das classes médias e nacionalismo despertado nas minorias da Europa central e oriental. A partir de 1840, uma grande depressão varreu o continente Europeu, os preços dos gêneros alimentícios subiam, a depressão industrial multiplicava o desemprego, e as massas urbanas de trabalhadores pobres eram privadas de seus modestos rendimentos no exato momento em que o custo de vida atingia proporções gigantescas. Em 1848, revoluções tomam boa parte da Europa, entretanto, elas são apaziguadas pelas forças conservadoras que defendiam um Estado monárquico absolutista e uma Igreja com poderes de Estado.

resultar do estudo do escriptos "impios" de um Schiller e Goethe, de um Rumboldt[sic], de um Straus e Feuerback[sic] &. (Idem)

Sobre a falta da matéria Zoologia e Botânica no plano de ensino jesuíta, necessárias segundo os professores, para o aprendizado do curso de geologia, indagam:

(..) falta tão essencial em um curso regular de instrução secundaria, como o é, nas circunstancias particulares d'esta provincia, a do Allemão, - será devida algum motivo pedagogico ou simplesmente a um esquecimento do P.e Reitor que por acaso não se lembrou de mais estas duas sciencias para ajuntá-las á longa lista de trinta e duas materias reunidas no seu Programa? (Idem)

Certamente a questão levantada por Fritz Müller é pedagógica, visto a ideologia jesuítica ser direcionada ao combate das heresias protestantes. Apesar de o Programa afirmar ter dois ramos de ensino separados de instrução, o religioso e o científico, é evidente que o discurso religioso permeia o estudo das ciências, sendo estas direcionadas para a compreensão das “grandezas” e dos dogmas da religião.

ORLANDI, Eni. **O Discurso Pedagógico: A Circularidade**. Apresentado na mesa redonda “*Linguagem e Educação*: no XX Seminário do GEL, 1978. Posteriormente publicado na Série Estudos, n.º 6, Uberaba, 1978

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o *ratio studiorum***.. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

MAIA, Pedro.(org.) **Ratio Studiorum, Método pedagógico dos jesuítas**. SP. Ed. Loyola, 1986.

HUBERT, René. **História da Pedagogia**. Trad. Luiz Damasco Penna e J.B. Damasco Penna. 3ª ed. São Paulo, ed. Nacional, 1976

LUTERO, Martinho. []Aos conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. **Obras selecionadas. Ética: Fundamentos** –

Oração – Sexualidade – Educação - Economia. Vol. 5. Comissão Interluterana de Literatura São Leopoldo, 1995.

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858).** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina.** Blumenau, Ed. CNPq, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.

Presente na Biblioteca Publica do Estado de Santa Catarina

Jornal Despertador - 25 nov. 1864. n. 195.

Jornal Mercantil - 28 abr. 1864, 20 nov. 1864, n. 396.

OS PERÍODOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL – 1908 A 1973

Christian Astigarraga Ordoque

1 - O CONTEXTO JAPONÊS E BRASILEIRO AS VÉSPERAS DA IMIGRAÇÃO

O desenvolvimento do Japão tem como fundamento a adoção de duas culturas estrangeiras. Primeiramente, a chinesa, a partir do século VI; até o final da Segunda Guerra Mundial, e a segunda, norte-americana, imediatamente após a derrota na guerra, com a rendição incondicional e a ocupação estrangeira, em 1945, ponto de partida para a reconstrução e a expansão econômica depois de 1955.

O primeiro contato dos japoneses com os ocidentais ocorreu nos séculos XVI e XVII, através da entrada no país de missões católicas, sobretudo jesuítas, e comerciantes portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses.

Mas o Shogunato¹ de Tokugawa, estabelecido em 1603, tendo unificado todo o Japão, deu prioridade política à segurança interna e proibiu o Cristianismo, suspeito de ser a vanguarda das potências coloniais e inspirador das revoltas dos dissidentes políticos.

Em 1889, o príncipe Augusto Leopoldo, neto de D. Pedro II, ainda no trono, visitou o Japão, a bordo do navio-escola brasileiro Almirante Barroso, e teve uma audiência com o então imperador Meiji.

Embora o Japão tenha enviado seus primeiros imigrantes ao Brasil em 1908, os primeiros japoneses a pisar o solo brasileiro foram quatro tripulantes do barco Wakamiya Maru, em 1803, que afundou na costa japonesa. Os náufragos foram salvos por um navio de guerra russo que, não podendo desviar-se de sua rota, levou-os em sua viagem. No retorno, a embarcação aportou, para conserto, em Porto de Desterro, a atual Florianópolis-SC, no dia 20 de dezembro, ali permanecendo até 4 de fevereiro de 1804.

Apesar de ter ocorrido alguns contatos anteriores de caráter isolado, podemos dizer que o relacionamento oficial entre o Brasil e o Japão se iniciou com a celebração, entre as partes, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, ocorrido em Paris, em 5 de novembro de 1895.

¹ Governo chefiado pelo Shogun, chefe militar que cobrava impostos e obediência dos demais clãs, com sua autoridade baseada na força de seu exército, semelhante ao sistema de suserania e vassalagem da Idade Média européia.

Pode-se dizer que houve um encontro de interesses entre as partes para chegarem à celebração do tratado. Da parte brasileira, a necessidade de resolver a questão da falta de mão-de-obra nas fazendas de café, principalmente na região de Mogiana e mais tarde, no desbravamento da parte ocidental do estado de São Paulo e norte do estado do Paraná, vale lembrar que a Itália havia fechado a saída de seus imigrantes em 1902. Do lado japonês, havia a política de emigração adotada desde o princípio de sua modernização que se inicia com a era Meiji (1867), com o propósito de aliviar a tensão social causada por seu alto índice demográfico, do excesso de mão de obra provocada pela rápida industrialização japonesa.

2 - PRIMEIRO PERÍODO: 1908 A 1924

O interesse pelo imigrante oriental, chinês, japonês e indiano, começou no Brasil antes da Abolição da Escravatura (1888), que, eliminando a mão-de-obra escrava, criou a necessidade de importar trabalhadores. Desde a época do Bill Aberdeen (1845), com a política antitráfico por parte da Grã-Bretanha, surgiram as primeiras sugestões para que o escravo fosse substituído por imigrantes de várias procedências, inclusive do Oriente. Mas os preconceitos eram fortes, e generalizada a apreensão de que esses imigrantes viessem a formar quistos raciais perigosos.

Se havia os que encontravam uma solução para o problema da falta de mão-de-obra na introdução do braço oriental, havia, também os que se opunham à penetração do nipônico no país. Fazia parte deste último grupo, Luís Guimarães, encarregado dos negócios do Brasil no Japão, pelo que se depreende de uma carta por ele enviada da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Tóquio, a 23 de setembro de 1907, em caráter reservado, ao Barão do Rio Branco, então Ministro de Estado das Relações Exteriores. Dizia que com a introdução dos japoneses, o Brasil se mete numa aventura perigosa. Chamando a atenção para o fato de o Canadá, os EUA e a Austrália estarem fechando as portas ao nipônico, enquanto o Brasil abria as suas.

Em 6 de novembro de 1907, agindo de acordo com o artigo 36 do decreto estadual número 1458, o governo de São Paulo firmou contrato com a Empire Emigration Company

(Kokoku Shokumin Kaisha). O contrato estipulava que seriam introduzidos 3 mil agricultores, em levas não superiores a mil pessoas, compostas por famílias de 3 a 10 membros com idade entre 12 e 45 anos, poderiam vir pedreiros, carpinteiros e ferreiros em número não superior a 5% do total; a companhia deveria trazer em até 4 meses após a assinatura do contrato, 6 interpretes japoneses que falassem português ou espanhol.

Os imigrantes, além das despesas com passagens, precisavam pagar uma comissão à companhia. O montante necessário para viajar explica o fato de grande parte dos imigrantes japoneses provinham da “classe média” rural, distinguindo-se entre eles 3 categorias: Jisaku, proprietários auto-suficientes, Jisaku-kosaku, proprietários arrendatários e os Kosaku, arrendatários.. A crença que em pouco tempo ganhariam o suficiente para sua independência econômica levou-os a não titubearem em contraírem dívidas para poderem viajar.

Deixaram o Japão pelo porto de Kobe no dia 28 de abril, no navio Kasato Maru, vindo pelo Cabo da Boa Esperança. Ainda informava sobre a idade dos imigrantes, que para os padrões ocidentais, deveria ser descontado um ano, pois para os japoneses, ao nascer, a criança já tem um ano de vida. Os passaportes eram expedidos pelas prefeituras, sendo que não existiam critérios uniformes para a expedição deste documento, podiam ser tanto documentos individuais como familiares.

Deram entrada no Brasil 781 pessoas, sendo 324 de Okinawa, 172 de Kagoshima, 107 de Fukushima, 66 de Hiroshima, 49 de Kumamoto, 21 de Ehime, 20 de Yamaguchi, 10 de Myiagi, 9 de Niigata e 3 de Tóquio, sendo que os procedentes de Okinawa são considerados pelos próprios japoneses como um tipo de gente à parte, descendentes dos ainus.²

Em 18 de junho de 1908, atracou no porto de Santos, as 11 horas e 17 minutos (após 52 dias de viagem), tendo parado apenas em Singapura na Ásia e Cidade do Cabo na África, o vapor Kasato Maru, trazendo a bordo os primeiros japoneses que vieram trabalhar na lavoura cafeeira paulista, dando início então à imigração japonesa no estado de São Paulo. O fato de ter o Maru atracado em Santos, em pleno período de festas juninas fez com que os imigrantes pensassem que os fogos e balões eram em sua homenagem.

² Os ainus (que significa “ser humano”) são considerados os primeiros habitantes do Japão, entretanto, não são valorizados, mas sim discriminados e considerados ainda hoje uma sub-raça pelos japoneses. Habitavam, originalmente a ilha de Okinawa.

Os imigrantes chegaram quando já havia decorrido a metade da época da colheita de café. Isso quer dizer que lhes restava apenas a metade do tempo para a obtenção dos ganhos pela colheita objetivados no contrato firmado com a Companhia Imperial de Emigração. O trabalho que lhes restou, após essa primeira metade, foi o de tratamento do cafezal. E, para se dedicarem a esse trato, se viram obrigados a suportar os trabalhos de um ano agrícola inteiro como trabalhadores colonos. Em todas as fazendas eram parecidas as disposições das colônias, permitindo que morassem duas ou três famílias debaixo de um mesmo teto.

Compreensivelmente, os primeiros imigrantes japoneses não corresponderam às expectativas dos fazendeiros. Não se poderia compará-los com os imigrantes italianos, entrados numa época de economia favorável e donos de grande experiência. As causas do fracasso da adaptação e produção, vista pelo prisma dos imigrantes: Terem vindo com o objetivo de rapidamente fazer fortuna. Para tanto, sacrificaram-se demasiadamente com empréstimos a juros elevados para a despesa com a passagem, e com as despesas na fazenda, o fato de não terem elementos lavradores nas famílias, não eram adaptados à agricultura, e dificuldades de comunicação e alimentação.

As causas do fracasso vista pelo prisma dos fazendeiros: O desconhecimento quase total da situação interna das fazendas de café, estrutura, regime e condições de vida dos trabalhadores. A demora na junção de número necessário de pessoas, com o que os imigrantes foram enviados já na metade do período de colheita do café. A convocação dos imigrantes ter sido feita por pessoas que não conhecia o Brasil, oferecendo muito mais do que os colonos iriam ter na realidade, pouca compreensão do que é um imigrante, que pressupõe o surgimento de dificuldades.

Para solucionar estes problemas, algumas medidas foram tomadas pelas companhias de imigração, como: Só pode emigrar quem esteja acostumado com a agricultura, tomar cuidado com a composição da família, não exagerar na propaganda, tratar de melhorar a estrutura oferecida aos imigrantes (privadas, casas, etc.), fornecer madeiras suficientes para a construção dos primeiros móveis e facilitar aos doentes a consulta médica.

Houve no Brasil, 3 tipos de núcleo de colonização japônês: Um tipo é o núcleo planejado pelas companhias de emigração subvencionadas pelo governo brasileiro, como a Kaigai Kyokai (Associação Ultramarina de Emigração) ou a Takushoku Kumiai (Cooperativa de Colonização), de cunho oficial, e que se desenvolveu com a introdução de

imigrantes vindos diretamente do Japão, sendo as despesas com educação, higiene e obras de estrutura foram custeadas por elas. O segundo tipo de núcleo foi aquele formado pelos próprios imigrantes em torno do líder. Este, tendo sofrido e passado pelas experiências dos primeiros imigrantes, fundou um tipo de núcleo para realizar seus ideais, sendo que a maior parte dos colonos já havia passado pelas fazendas de café. O terceiro, por fim, surgiu da venda de terras, acompanhando a tendência da época.

Entretanto, o sentimento anti-japonês ainda permanecia, no dia 22 de outubro de 1923, Fidelis Reis, deputado federal por Minas Gerais, apresentou a Câmara Federal o primeiro projeto de lei antijaponês, ao mesmo tempo em que pronunciou um discurso atacando os imigrantes japoneses radicados no Brasil. Esse projeto de lei cujo o título era “projeto de lei que atribui ao poder executivo a função de fomentar os convites formulados à famílias agricultoras européias e de ajuda-las a virem ao Brasil” compunhas e no total de sete artigos, sendo os mais importantes, os cinco primeiros. O artigo primeiro estipulava que se devia fomentar e ajudar a entrada de famílias de agricultores europeus no Brasil, sendo oferecida uma série de benefícios aduaneiros aos países europeus que autorizassem e subsidiassem famílias interessadas em imigrar para o Brasil. O artigo segundo definia que o governo federal deveria fazer um acordo com cada estado da federação, no sentido do mesmo subsidiar as despesas feitas para o fomento da imigração, de modo proporcional ao número de imigrantes que cada um acolhesse. O artigo terceiro definia que se devia reformular o departamento de colonização da terra, para que se agilizassem os trâmites burocráticos. O artigo quarto definia que o governo, para impedir a entrada de elementos prejudiciais a formação racial, moral e espiritual do povo brasileiro proceder a um rígido controle e inspeção dos candidatos a imigração. O artigo quinto prescrevia que se proibia a entrada de imigrantes da raça negra, e que com relação a amarela, iria permitir a entrada anual de apenas 5% do total dos imigrantes da mesma origem dos já radicados no Brasil.³

O fato de essa lei de restrição não ter sido proposta por São Paulo, que abrigava a maior parte dos imigrantes japoneses, e sim por um deputado mineiro, foi atribuído a influência da atitude anti-japonesa dos Estados Unidos. Dessa forma, a maioria dos defensores da imigração japonesa se concentrava indiscutivelmente em São Paulo.

³ HANDA, Tomoo, O Imigrante Japonês. São Paulo: Queiroz Editor, 1987, pag 707

Essa ideologia refletia a insatisfação de parte da elite brasileira quanto à formação racial do seu próprio povo e a disposição de querer transformar o Brasil em um país de brancos. Isso tudo se havia associado ao problema de adaptação dos japoneses e mais tarde ao temor estimulado pela situação mundial em relação ao imperialismo japonês. Por se tratar no entanto de uma oposição sustentada apenas por uma parcela dos brasileiros, não chegou a generalizar-se enquanto opinião pública corrente pois o Brasil era um país católico e de muitos mestiços.

Contra essa limitação da imigração, baseada na argumentação racial, surgiram numerosas teorias provindas dos mais diversos setores, destacando-se entre elas, as sustentadas pelo parlamentares Francisco Chaves de Oliveira Botelho e Lira Castro, então presidente da Associação Agrícola Central, que não mediram esforços para defender a causa dos japoneses. Botelho não só colheu opiniões dos mais diferentes segmentos da sociedade, como também fez levantamentos sobre a verdadeira situação dos imigrantes japoneses no Brasil, procurando com isso fundamentar o seu ponto de vista.

3 - SEGUNDO PERÍODO: 1924 A 1945

O ponto culminante para o Japão na questão da imigração é a proibição definitiva das entradas nos Estados Unidos, em 1924. Até lá, aquele país era o destino preferencial dos japoneses, apesar do clima de hostilidade. Com a proibição, é preciso buscar alternativas dentre as possíveis. Na América do Sul, o Peru, México, Canadá seguem o exemplo norte americano. Restam países como a Bolívia, Paraguai e a Colômbia, que recebem pequenos contingentes. Na Oceania, os países sob o protetorado inglês ou francês impedem a entrada de japoneses até como trabalhadores temporários. A alternativa torna-se efetivamente o Brasil, que ainda está aberto às imigrações. O mesmo ano de 1924 coincide com o corte dos subsídios à viagem dos imigrantes pelo governo paulista. A partir daquele ano, o governo japonês passa a financiar totalmente suas vindas para o Brasil.

Com a eclosão da Guerra no Pacífico, realizou-se a Reunião de Consulta dos Chanceleres de Estados Americanos no Rio de Janeiro com a participação de 11 países do continente. Resultou no rompimento das relações diplomáticas entre o Japão e os países

americanos, com exceção da Argentina, a partir de 29 de janeiro de 1942. Houve com isso, o fechamento de todas as repartições diplomáticas e consulares do Japão e o retorno dos respectivos funcionários e das empresas japonesas que exerciam atividades comerciais no país. Os imigrantes, contudo, não puderam embarcar de volta e foram deixados no país, sofrendo conseqüentemente, uma série de restrições próprias do estado de guerra, passando inclusive por congelamento de bens, proibição de falar a sua língua em público, e obrigados ao porte de salvo conduto para viagens interna no Brasil.

Já havia, nos anos 30, também diversas publicações em japonês com periodicidade semanal, quinzenal e mensal. Em 1938, ano que antecede o do início da Segunda Guerra Mundial, o Governo Federal começa a limitar as atividades culturais e educacionais dos imigrantes. Em dezembro, decreta o fechamento de todas as escolas estrangeiras, principalmente de japonês, alemão e italiano. As comunidades oriundas dos países integrantes do Eixo Roma-Berlim-Tóquio começam a sentir os sintomas do conflito iminente. Em 1940, todas as publicações em japonês têm a sua circulação proibida. No ano seguinte, chegam as últimas correspondências do Japão.

Na época, os jornais em língua estrangeira publicavam notícias que se centravam nos interesses de seus respectivos países, pois os imigrantes queriam estar informados das notícias de seus países em sua própria língua, o que não era normalmente aceito pelo povo brasileiro. E, ainda, eles desejavam educar seus filhos ensinando-lhes a sua língua pátria para que se tornasse possível a transmissão de seus ideais. Na cabeça dos imigrantes, fossem eles alemães, poloneses, ou japoneses, parecia não haver outro meio de educar os filhos, como eles desejavam, a não ser pelo ensino de sua língua materna. Este aspecto se agravava ainda mais no caso dos japoneses, educados em sua totalidade e em escala nacional de acordo com os ensinamentos do Imperador da Era Meiji, que incutia o sentimento nacional acima de tudo.

Os japoneses se organizaram para o processo de nacionalização imposto por Vargas. Foram realizados sob os auspícios da Liga dos Amigos da Escola Japonesa em São Paulo seminários de língua portuguesa para os professores japoneses em diversas regiões, desde o final de 1933 até janeiro de 1934, com duração de 50 dias. Os professores que não soubessem falar português não poderiam ensinar qualquer língua estrangeira e todos os

professores de língua estrangeira ,e entre eles os de japonês, precisariam submeter-se a um exame de qualificação para serem licenciados.

Logicamente, em 50 dias seria impossível aprender a ler e escrever em português e adquirir os conhecimentos gerais de história e geografia, havendo, professores idosos que de antemão já haviam desistido de participar dos seminários. Quem teve mais facilidade com ete aprendizados foram os professores nisseis (filhos de imigrantes) obtiveram licença como professores de japonês.

Em fins de agosto de 1945, no pós guerra, chegava, com atraso, às bancas de jornais da cidade de São Paulo a revista Time. A capa trazia em toda a sua extensão uma grande bandeira do Japão, riscada com um “x”, em negro. Indicava-se claramente que o Japão militarista havia desaparecido por completo. Logo em seguida, a 18 de setembro, a nova Constituição brasileira era promulgada e a edição de jornais em língua estrangeira novamente permitida. Assim, no dia primeiro de dezembro saíam os jornais São Paulo Shinbun (Jornal São Paulo), Nanbeijiji (Atualidades Sul– Americanas) e Brasil Jihô (Notícias do Brasil).

Passado o clima de guerra, a vida social e cultural dos imigrantes japoneses, depois das perseguições oficiais dos órgãos de repressão getulista, podiam voltar ao normal. De modo geral o sentimento do povo brasileiro sempre se manteve amistoso para com os japoneses. A discriminação racial em relação aos japoneses advinha de um sentimento bastante retrogrado de superioridade da raça branca e que, na realidade nada mais era que insegurança em relação ao estrangeiro, por sua carga cultural diferente.

4 – TERCEIRO PERÍODO: 1945 A 1973

Findo o período de tumultos que ocorreram no seio da colônia japonesa⁴, logo após a Segunda Guerra Mundial, e chegada a época em que os imigrantes japoneses tinham optado pela permanência definitiva no Brasil, a tendência assimilatória passou a marchar com toda força e os asiáticos, outrora considerados incapazes de se assimilarem ao Brasil, tiveram reconhecidas as suas condições para se tornarem brasileiros autênticos.

⁴ Conflitos entre os imigrantes que acreditavam na vitória (kachigumi) e os que tinham consciência da derrota de seu país (makegumi).

Estes conflitos resultaram num caos sucedido de diversos episódios trágicos fratricidas com centenas de vítimas entre mortos e feridos. Este confronto chamou a atenção das autoridades brasileiras que chegaram a prender os autores destes crimes, influenciando as discussões da Assembléia Constituinte de 1946 que por pouco não resultou na inclusão de uma cláusula constitucional que visava a proibição da imigração japonesa. A votação empatou com 99 votos a favor e 99 votos contra, e o projeto acabou rejeitado, graças ao voto de Minerva do presidente da Constituinte.

Com a assinatura do Tratado de Paz de São Francisco em abril de 1952, as relações diplomáticas foram restabelecidas e as discussões para o reinício da imigração foram retomadas. O Japão perdeu, com a sua derrota, as suas colônias e áreas de influência no exterior, inclusive a Manchúria para onde havia se dirigido um grande contingente de imigrantes japoneses que não mais puderam vir para o Brasil a partir de 1935.

Em 1951 aprova projeto para introdução no País de 5 mil famílias imigrantes. A primeira leva de imigrantes do pós-guerra, que vieram com suas famílias, foi a dos imigrantes para a Amazônia, do chamado “Projeto Uetsuka Tsuji”. Eram 18 famílias, totalizando 54 pessoas, que chegaram ao Porto do Rio de Janeiro no dia 11 de fevereiro de 1953. Destinavam-se às plantações de juta administradas pelos japoneses que se espalharam pela bacia amazônica, havendo entre estas 18 famílias, apenas seis de agricultores propriamente ditos.

No dia 8 de julho de 1953 chegaram em Santos, no navio holandês Ruys, 112 imigrantes, constituindo 22 famílias, que se destinavam ao núcleo federal de Dourados, em Mato Grosso. Era a primeira leva de imigrantes do Projeto Matsubara. Enorme foi a repercussão desta notícia, como registra o Paulista Nenkam (Anuário Paulista). “Toda a colônia deve recordar o passado na chegada de imigrantes japoneses após 13 anos”⁵. Embora não chegasse ao número do contingente alcançado em um ano no período áureo anterior à guerra, o fato trouxe através da imprensa uma imensa repercussão para a colônia, que não via imigrantes há muito tempo, apesar de terem ido para locais distantes com Amazônia, e Mato Grosso, longe do Estado de São Paulo. Além disso, toda vez que ocorriam casos de imigrantes que abandonavam os núcleos, fenômeno que antes da guerra

⁵ HANDA, Tomoo, O Imigrante Japonês. São Paulo: Queiroz Editor, 1987, pag 770

sequer era alvo de atenção, a imprensa registrava os fatos, acompanhados das razões pelas quais eles não haviam conseguido adaptar-se.

Desde os tempos anteriores à guerra, os novos imigrantes eram, para os velhos imigrantes, a personificação da saudosa imagem de uma parte do Japão. Quando os imigrantes que haviam chamado, naquele sistema de “reunião familiar”, chegavam, os chefes de família se deslocavam diligentemente para o porto de Santos a fim de recebê-los. Eles tinham pele branca e macia, diferentemente deles, que estavam constantemente expostos ao forte sol do Brasil.

Poderiam trazer a imagem recente do Japão, que trilhava o brilhante caminho do progresso. Quando chegassem aos núcleos, poderiam ouvir notícias dos conterrâneos que deixaram na terra natal. Nas festas de recepção poderiam talvez ouvir, cantadas, as músicas recentes do Japão e posteriormente poderiam aprendê-las. As crianças certamente corrigiriam seu linguajar errôneo, ouvindo o japonês correto dos recém-chegados.

Mas o contato com os japoneses do Brasil era motivo de espanto para os recém-chegados. Em primeiro lugar, não pensavam que os japoneses do Brasil fossem tão morenos. Além disso, a língua japonesa falada pelos colonos era mesclada de palavras em português, totalmente ininteligível. Por outro lado pareciam não entender quando eram feitos pedidos ou solicitações de esclarecimentos. De qualquer modo, os recém-chegados, estando no outro lado do globo, sem ter noção de nada, sentiam-se felizes em poder contar com os antigos, que não tinham nenhum problema de comunicação com os brasileiros.

Os patrões, geralmente imigrantes antigos, passavam a relatar suas experiências anteriores, sempre que os recém-chegados iniciavam os trabalhos e começavam a perguntar sobre pormenores da situação brasileira. Isso consistia em contar-lhes o sofrimento de trabalhar sob as ordens de exigentes administradores nas fazendas de café, discorrer sobre como tinham sofrido com a falta de alimentos, medicamentos e mão-de-obra quando abriam matas virgens, e como tinham superado essas dificuldades trabalhando muito.

Na posição de patrão e colono, as coisas não eram tão fáceis assim. Sempre havia reações a revelar que já estavam fartos das vantagens contadas pelos patrões. Parecia que recém-chegados não teriam sucesso se não repetissem os sacrifícios, não teriam sucesso se não repetissem os sacrifícios por que os antigos tinham passado, mas o fato é que se isso acontecesse não haveria progresso neste mundo. Os mais antigos não tinham nada mais

para se orgulhar do que a história de suas experiências anteriores. Os “japões-novos” deviam se preocupar com não repetir a experiência tola dos mais antigos.

O último navio de imigrantes, o Nippon Maru, chega ao porto de Santos em 1973 e depois disso, os imigrantes passaram a utilizar-se de aviões, e por conta própria, sem incentivo algum do governo japonês. De qualquer forma, os números vão minguando até chegar a casa de unidades na década de 80. Em 1993, a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA anunciou o encerramento da emigração oficial. Segundo as estatísticas, teriam vindo para o Brasil, nestes tres períodos, quase 250.000 japoneses. Somando ainda os descendentes até a 5ª geração que aqui nasceram, fala-se numa comunidade nipo-brasileira de aproximadamente 1.250.000 pessoas, a maior concentração de japoneses e seus descendentes fora do arquipélago japonês.

EDUCAR PARA A NAÇÃO: A MAQUINARIA ESCOLAR NA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO EM NOVA TRENTO (SC) NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Anderson Sartori

A constituição da maquinaria escolar

Nova Trento é um município com uma população, atualmente, de cerca de 12.000 habitantes e distante 100 quilômetros da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Nascer no município e falar italiano definem uma identidade: é ser considerado *italian*. O outro é sempre o *brasilian*, o diferente, aquele visto com olhares de reprovação: “*brasilian*, tudo malandro”. Constituem-se identidades no município a partir deste binômio.

Identidades que foram construídas pelo processo histórico de constituição da cidade, que remete-se à chegada dos primeiros imigrantes vindos do norte da atual Itália por volta de 1875. Imigrantes que buscavam na América a possibilidade de uma nova vida, devido à situação social no continente europeu no período: guerras, industrialização, miséria, perda de terras. A América e as campanhas incentivando a imigração, com uma série de benefícios (nem sempre cumpridos), levaram milhões de pessoas a venderem seus poucos pertences e buscarem uma nova vida nas terras americanas. Após todas as dificuldades encontradas neste processo migratório e o estabelecimento destes imigrantes, os padres da Companhia de Jesus passam a se preocupar em estruturar e sistematizar a educação escolar para atender estes imigrantes.

Assim, as primeiras referências a escolas no município remontam ao ano de 1877, quando o Padre Alberto Gattone reclama ao governo verbas para construir uma capela no “Alferes”. Diz que na falta da capela, ele e o Padre Ganarini celebram a missa na escola dos italianos¹. Ao desenrolar do século XIX e início do século XX, a situação ganha novas formas, com uma ênfase no trabalho com as séries iniciais. As possibilidades de continuar os estudos eram escassas, como também grande parte das crianças não freqüentavam as escolas, gerando insatisfações por parte dos poderes políticos instituídos.

Em um ofício datado de 29 de dezembro de 1921, temos o seguinte relato do Superintendente Municipal, José Hippolito Boiteux.

Já que nem todos os paes compreendem as vantagens da instrucção; já que muitos consideram o mandar seus filhos á escola um onus e não um benéfico (o que não se observa só em nosso Estado, nem unicamente em nosso Paiz), sendo por isso os Governos forçados a lançar mão de medidas repressivas contra os que discursam a

¹ CADORIN, Jonas. Nova Trento outra vez... Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.p. 123.

instrução dos menores que estão sob suas guardas; já que, infelizmente, é ainda preciso um trabalho de propaganda junto aos que deveriam ser os maiores interessados na assintencia da escola, - Venho appellar para V. Ex. no sentido de empenhar todo seu prestígio para que nossas escolas se encham de alunos, de modo que, ao entrarmos no segundo século da nossa política, a infância que se crie nas proximidades de escolas aproveite os benefícios da instrução (transcrito ipis litiris)².

É presente neste documento as influências do campo político na educação, que caminham juntas em muitos momentos. As concepções das funções da escola tornam-se distintas para os governantes e para a população. A escola não se constitui como algo que era parte integrante daquele grupo social e os benefícios alegados não eram os mesmos compartilhados pelos responsáveis pelos menores. As necessidades materiais falavam muito mais alto que o contato com as letras e os conhecimentos matemáticos, sendo uma realidade que não é exclusiva de Nova Trento, mas sim de grande parte do território nacional o período.

Céli Pinto ao analisar como foram se constituindo os sujeitos de direito dentro das constituições brasileiras, discute como estes foram sendo incluídos e excluídos dentro desta formação do Estado e aponta que:

Dois momentos da Constituição de 1937 são especialmente importantes: o primeiro está inserido no inciso IX do artigo 15, referente à competência privativa da União: “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. A educação pública, forma muito presente de inclusão das populações tanto nos velhos estados nacionais como nos estados pós-coloniais latino-americanos, nunca foi no Brasil uma prioridade.³

Em suma, somente a partir de 1937 inicia-se uma preocupação em sistematizar e organizar a educação no território nacional para atender a população brasileira com propósitos de controle políticos muito maior do que educacionais. A autora ainda concluiu:

A primeira vez que a educação aparece no texto constitucional, de forma explícita, não é sob a forma de garantia de educação para todos, mas como uma forma de fixação de significados, de construir uma nova cidadania. O Estado toma para si a formação física, moral e intelectual da infância e da juventude.⁴

² Livro de Cópias e Remessa de Offícios da Secretaria do Interior e Justiça. 1922 - 1923.

³ PINTO, Céli R.J. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos. *EDUCAÇÃO & REALIDADE*. Das diferenças. Porto Alegre, vol. 24, n° 2, jul/dez 1999, p 33-56.

⁴ Idem. p. 48.

A história da educação nacional passou a constituir ao longo do século XX a necessidade de freqüência ao espaço escolar, tornando obrigatório aos jovens até os 14 anos estarem na escola, com a Lei 5692/71. Temos um espaço de cerca de 35 anos entre esta lei e a constituição de 1937, um tempo no qual foram sendo elaboradas práticas políticas e discursivas de controle que legitimassem a necessidade de os pais matricularem e manterem sob os cuidados da escola seus filhos, por determinado período do dia. Diferente de como muitos professores e professoras pensam, freqüentar a escola é parte de um processo cultural, parte do processo de instituição da maquinaria escolar⁵.

Uma maquinaria que ganha maior espaço no município a partir de 1933 com a mudança para Escolas Reunidas, que terá a educação elementar ministrada em três anos, com alunos e alunas dos nove aos quatorze anos. As escolas conduzidas por religiosas se mantêm, mas em menor escala.

A educação em Nova Trento se caracterizava especialmente por escolas distantes umas das outras, agregando muitas vezes alunos e alunas de localidades próximas. Segundo Fiori

As escolas isoladas eram muito numerosas e típicas da zona rural. Nelas só um professor ensinava, no mesmo horário escolar e na mesma sala de aula, a todos os alunos da escola, embora estes apresentassem diferentes níveis de adiantamento escolar e de anos de escolaridade. Um pouco mais tarde, no ano de 1915, surgiram as chamadas Escolas Reunidas, expressando uma fase do processo de evolução de uma Escola Isolada em Grupo Escolar⁶.

O estabelecimento da Escola Reunida acontecerá no centro da cidade, transformando a forma de trabalhar em sala de aula. E nos anos de 1940 teremos a constituição do primeiro grupo escolar no município, seguindo esse processo de evolução, segundo Fiori, do ensino catarinense e mantendo-se, ainda, no interior, as escolas isoladas. Este Grupo Escolar, chamado de Lacerda Coutinho, será em 1947, transformado no Colégio Estadual Francisco Mazzola, que nas décadas seguintes também será freqüentado por alunos e alunas que vinham do interior completar sua escolaridade, sendo transportados por ônibus da Prefeitura Municipal.

Dentro da estrutura escolar implementada no município, com a atuação das freiras e de professores e professoras contratadas pelo erário público, temos a vigilância por parte dos órgãos

⁵ O conceito de maquinaria escolar é entendido a partir do estudo de Varella e Alvarez-Uria, que concebem a escola como uma instituição que “nem sempre existiu; daí a necessidade de determinar suas condições históricas de existência no interior de nossa formação social” (p.68). VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA; Fernando. A maquinaria escolar. TEORIA & EDUCAÇÃO. Porto Alegre, nº 6, 1992. p.68- 95.

⁶ FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Ensino público e política de assimilação cultural nos estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975p. 100.

estaduais e federais para conhecer e controlar as atividades que estavam sendo desenvolvidas nas escolas isoladas ou nas escolas reunidas próximas ao centro da cidade.

O papel do inspetor escolar reforça a presença do poder estatal na localidade, demonstrando frente à comunidade a importância concedida ao papel da escola para seus filhos e filhas por parte do governo estadonovista, como sendo parte da arquitetura estatal, para

Educar o catarinense, para constituí-lo como cidadão disciplinado, foi preocupação central do projeto político que afirmou-se em 30 e consolida-se no Estado Novo. A escolarização passou a ser tanto o elemento de afirmação do Brasil diante das demais nações, como do Estado catarinense diante dos demais Estados brasileiros⁷.

Uma maquinaria controlada pelos inspetores, que iam às escolas para avaliar o desempenho dos alunos e alunas e também dos professores e professoras. As formas de vigiar, controlar e, se necessário fosse, punir, passavam pelas orientações deixadas pelo mesmo.

A legitimidade do poder do inspetor era reforçada pelo acompanhamento do prefeito ou outras autoridades municipais nas visitas às escolas. Pode-se perceber por parte do poder público essa preocupação em deixar claro o interesse na instrução pública, além de o inspetor ser a representação das práticas políticas do período. Um momento solene, em uma época na qual visitas de autoridades eram algo extremamente esporádico e a preocupação com a nacionalização fez com que um deslocamento maior acontecesse do litoral, em especial, para as comunidades mais interioranas. Assim, o inspetor carregava a simbologia de um Estado Novo e transitava por diferentes regiões do Estado de Santa Catarina fiscalizando e possuindo “o espírito da nacionalização” como seu guia⁸. Mas Fiori afirma que sua função maior “era não somente fazer com que as escolas ensinassem na língua vernácula, mas conseguir que a nova geração vibrasse e sentisse com entusiasmo a pátria que a viu nascer”⁹.

A maquinaria do ensino gestada pelo Estado Novo para promover a nacionalização e a sua institucionalização no espaço escolar, legitimou-se pela disciplinarização de corpos e mentes, arquitetadas para homogeneizar e constituir uma Nação, “abrasileirando” aqueles e aquelas identificados como estrangeiros. A escola passa a reconstituir sua própria cultura, articulada agora a

⁷ CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana. (org) História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p.150.

⁸ FIORI. Op. cit. p.162.

⁹ Idem.

partir das práticas do projeto nacionalizador, com a preocupação em definir os espaços de poder dos envolvidos neste processo.

A avaliação realizada pelo inspetor escolar concedia a legitimidade ou não para o trabalho que estava sendo realizado nas escolas e deveria, com a visita, reforçar esta afirmação de identidades e de consolidar as prerrogativas do projeto de nacionalização. O procedimento para avaliação consistia numa banca examinadora, que tinha como participantes o prefeito, o chefe de inspeção escolar e um professor mais habilitado, com questões das seguintes matérias: “Português, Geografia do Brasil, Corografia de Estado, História Pátria, Educação Moral, Educação Cívica e Cantos Pátrios”¹⁰. Podemos perceber que este processo de avaliação realizado por estes representantes do poder estatal tinha o objetivo maior de investigar a atuação dos professores e professoras, pois sua prática seria questionada se os resultados esperados não fossem alcançados, especialmente no que se referia a constituição da identidade brasileira destes alunos e alunas.

A ênfase nos processos de avaliação e a proliferação das Escolas Reunidas vêm ao encontro da preocupação estatal com os níveis de educação no país e a necessidade destes grupos dirigentes de manter a unidade nacional, com o medo das influências européias do nazi-fascismo.

Desta forma, esta expansão da rede pública de ensino não é um fato isolado, mas sim de uma política nacional, que visava educar e higienizar as cidades brasileiras, com a estruturação de um aparato de fiscalização e vigilância que permitisse a esta instituição contribuir para a efetiva nacionalização da população. Neste sentido,

A escola foi a instituição onde pareceu possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normatizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos. O discurso da homogeneização apareceu, desta forma, veiculado às questões referentes à cidadania¹¹.

A diversidade cultural e identitária são negadas, prevalecendo o civismo e o patriotismo à nação brasileira. Os conteúdos escolares “cobrados” nas visitas e bancas examinadoras deixa claro essa massificação e homogeneização que se está buscando (História Pátria, Educação Cívica e Cantos Pátrios). Os impactos da instituição escola na sociedade passam aos poucos a serem sentidos.

¹⁰ Termo de visitas e atas dos exames da Escola Municipal do Morro da Onça. 1919-1937. p. 12. Apud: CADORIN (1992) Op. cit. p. 128.

¹¹ CAMPOS, Cynthia Machado. Op. cit. p. 151.

Os rituais públicos: manifestações de civismo

A preocupação em constituir uma Nação, com uma identidade nacional, é reforçada com alguns mecanismos nacionalizantes que produziram dispositivos de controle que tornam-se, pela sua repetição e disciplinamento, parte do cotidiano escolar, instituindo-se por meio de alguns rituais, como os desfiles cívicos que passam a ser incentivados e realizados no centro da cidade, com a participação das autoridades municipais e, mesmo, estaduais. O demarcar datas, personagens, homenagear a bandeira, o presidente, o governador, passam a definir as situações em que se deve respeitar e demonstrar o apego à idéia da nação brasileira. Momentos dentro da arquitetura escolar que possibilitam demonstrar e reforçar à sociedade o papel da escola dentro da situação social da qual o país passava, em que o rigor nestes rituais expunha a população a reconhecer e também fazer parte deste fervor cívico.

Algo presente na memória de Dorvalina Darós, aluna na época da Escola São Virgílio (em inícios da década de 1940), dirigidas pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição, no centro da cidade: “quando era no dia da pátria, no dia da bandeira, no dia da proclamação da república, isso elas observavam rigorosamente”¹². Fica presente na fala o rigor em que as religiosas davam a estas datas que homenageavam os símbolos e os fatos marcantes da história brasileira. A utilização dos símbolos nacionais, como a bandeira, reforçava ainda mais a presença do patriotismo que estava sendo propagado na educação escolar, considerada no período, como um instrumento eficaz de controle para a segurança nacional¹³.

Assim, estas manifestações públicas buscam construir significados para a simbologia utilizada para caracterizar o governo nacional e legitimar a preocupação do poder público em tornar estes imigrantes e seus descendentes parte da nação moderna que se buscava constituir. Ao mesmo tempo que estas manifestações reproduzem os padrões de sociabilidade, difundidos nas relações familiares e nas celebrações litúrgicas da igreja, o espaço escolar trabalha na perspectiva de negar a identidade italiana, através da educação para a pátria e moldar a reconstituição das identidades desses sujeitos, partindo dos pressupostos da campanha de nacionalização. É importante perceber como as implicações da educação familiar e religiosa influenciam grande parte das situações e atividades do

¹² Entrevista com a senhora Dorvalina Darós, concedida ao autor em fevereiro de 2001.

¹³ BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (org) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 141.

espaço escolar, pois são formas de educar e disciplinar os corpos e mentes que vem se complementando ao longo do desenvolvimento das sociedades ocidentais.

Em fotografias de fins da década de 1930 a meados da década de 1940 que retratavam os desfiles e comemorações cívicas na cidade é presente a organização e a disciplina trabalhadas no espaço escolar para constituir estas manifestações através destes rituais, que buscam corporificar a presença da nação brasileira neste espaço territorial. Alunos com calça e camisa, embora a maioria esteja de bermuda e as alunas de saias e camisas, com ambos possuindo uma faixa transversal cruzando o peito. Interessante analisar como o uniforme remete ao recato e ao esconder o corpo, parte dos discursos de moralidade empregados pela religião. As meninas se vestem com camisas, que são parte da indumentária masculina, o que nos possibilita visualizar como o espaço da escola disciplinava as formas de vestir, permitindo que nas atividades públicas, como à própria freqüência na escola, essas meninas se diferenciasssem dos meninos pelo uso da saia, porém prevalecendo a vestimenta dos meninos, com as camisas. O feminino e o masculino têm nas formas de se vestir uma forte carga simbólica e que demarcam também as relações de gênero que foram sendo construídas dentro deste contexto social.

O uniforme escolar, que também faz parte desses rituais, caracteriza as crianças que freqüentavam o espaço escolar, sendo um dos mecanismos de controle para diferenciar os que estavam dentro e fora da escola, como também para homogeneizar as identidades dos que estavam estudando. O uniforme na escola é um símbolo da inserção do sujeito dentro do sistema de ensino, e conseqüentemente do projeto de nacionalização, como também é uma forma de vigiar e controlar fora e dentro da instituição, neste processo de disciplinamento que a escola faz parte. Esses rituais que se caracterizam como mecanismos de controle estatal, estavam relacionados à concepção de homogeneização cultural –identitária, na qual

É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciar-lo, sancionar-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico¹⁴.”

¹⁴ FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. História da violência nas prisões. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 123.

As manifestações de civismo caracteriza este espaço no qual os sujeitos são vigiados dentro da ordem estabelecida no desfile, que privilegia o patriotismo a nação e não os indivíduos que compõem a cena, contribuindo para a constituição de uma política de representações e esteriótipos identitários, a partir das ações implementadas pelo governo federal neste espaço local, especialmente, por estas ações vinculadas a educação escolar, embora não exclusivamente por ela, sendo importante aqui destacar.

As bandeiras do Brasil e Santa Catarina, os símbolos maiores da Nação e do estado, e que caracterizam a presença destas instituições no município, seguem sempre à frente dos desfiles, carregadas por alunos ou alunas, e são seguidas de perto pelos demais alunos e alunas. Perceber se nas fotografias a formação em fila, ordenados um após o outro, sem esquecer o detalhe do movimento de marcha empregado. Toda uma arquitetura corporal é empregada para compor estas cenas, assistidas por um considerável número de pessoas adultas, que se colocam paralelamente ao desfile, se inserindo dentro deste ritual.

Nesta perspectiva, a utilização do uniforme, elaboração de desfiles públicos, homenagens a datas, o canto de hinos, fazem parte destes rituais que a escola, no espaço público, vai se utilizar, no intuito, de socialização destas práticas e da disciplina trabalhadas em sala de aula, correspondendo aos objetivos das políticas implementadas pelo governador Nereu Ramos, na qual “a escola catarinense assumiu uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão”¹⁵. As crianças que passavam pelo espaço escolar tinham o contato direto com estas atividades cívicas, legitimando um momento no qual os poderes estatais instituídos reforçavam, ainda mais, seu poder governamental e marcavam a presença deste processo de nacionalização das populações consideradas estrangeiras. A educação escolar foi se constituindo para as elites governantes como “instrumento eficaz para aplacar os impulsos de resistência popular, direcionando comportamentos dos indivíduos para aquilo que esperava-se de um cidadão catarinense”¹⁶.

É interessante perceber ao pesquisar no Arquivo da Prefeitura Municipal e da Paróquia, bem como nos trabalhos historiográficos sobre a cidade, que não se tem registros de atividades públicas, com funções cívicas, antes de meados da década de 1930. Imagens com este enfoque são presentes na referida década, com a organização destes rituais sendo coordenados pelas escolas. Assim, a maquinaria escolar ao trabalhar com a obediência e ordem, dispor e demarcar ainda mais os papéis dos sujeitos dentro da sociedade, ao mesmo tempo, construía e cristalizava os padrões aceitos nas relações

¹⁵ CAMPOS, Cynthia Machado. Op. cit. p. 150.

¹⁶ Idem. p. 160.

de gênero, classe, religião, política. Estes desfiles rompem com a rotina diária da cidade, impondo, de certa forma, o respeito dos sujeitos a tais manifestações, ao mesmo tempo que também passa a disciplinar as mentes e corpos de toda uma comunidade, pois define, por exemplo, um padrão em que todos e todas devem ouvir os hinos nacionais em posição de sentido, com o corpo parado, voltando-se para o local na qual estão os símbolos nacionais, se identificando como cidadãos deste território e, muito mais que isso, construindo identidades e o sentimento de “pertença” a pátria.

Ritos que transcendem o espaço da escola, se naturalizam no conjunto social e tem a função de gerar um sentimento de pertencimento e identificação com todo esse ritual. Essa educação de corpos e mentes, para o reconhecimento de símbolos, é parte fundamental para a constituição de novas identidades: o verde e amarelo da bandeira devem ser parte integrante da vida do cidadão catarinense e não mais o vermelho, verde e branco, caracterizados na bandeira da Itália. Desta forma, contribuiu também para o processo de constituição da representação cultural do que é ser cidadão brasileiro, com a negação do ser “italian”. Tal processo de representação é entendido como

produzir significados segundo um jogo de correlação de forças no qual grupos mais poderosos – seja pela posição política e geográfica que ocupam, seja pela língua que falam, seja pelas riquezas materiais ou simbólicas que concentram e distribuem, ou por alguma outra prerrogativa – atribuem significado aos mais fracos e, além disso, impõem a estes seus significados sobre outros grupos¹⁷.

A atribuição de significados pela parcela da população inserida dentro do padrão almejado pelo processo de nacionalização, será a força necessária para os grupos dirigentes legitimarem a ação do Estado nos espaços ocupados pelos “estrangeiros” e que deveriam ser inseridos, se necessário, pela força a cidadania brasileira.

Assim as políticas ritualistas e ritualizantes implantadas na instituição escola contribuíram para a construção e imposição de significados sobre os próprios grupos que freqüentavam tal espaço e por extensão, aos seus familiares e a comunidade. Significados esses, que com outras instituições, tais como a família e a Igreja, acabaram por engendrar uma maquinaria que impôs a necessidade de uma reconstituição das identidades neste mundo dos “italian”, com a imposição e valorização do seu pertencimento à sociedade dos “brasilianni”. Um processo que os sujeitos que freqüentaram os bancos escolares nas últimas décadas foram sendo inseridos e disciplinados, com maior ou menor ênfase.

¹⁷ COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). O currículo nos limiares do contemporâneo. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.p. 42-43.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMENY, Helena M. B. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo.** In: PANDOLFI, Dulce. (org) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CADORIN, Jonas. **Nova Trento outra vez....** Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.

CAMPOS, Cynthia Machado. **As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas.** In: BRANCHER, Ana. (org) História de Santa Catarina. Estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

COSTA, Marisa Vorraber. **Currículo e política cultural.** In: COSTA, Marisa Vorraber (org). O currículo nos limiares do contemporâneo. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público. Ensino público e política de assimilação cultural nos estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano.** Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões.** 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

PINTO, Céli R.J. **Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste se encontram com os nossos excluídos.** EDUCAÇÃO & REALIDADE. Das diferenças. Porto Alegre, vol. 24, nº 2, jul/dez 1999, p 33-56.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA; Fernando. **A maquinaria Escolar.** In: TEORIA & EDUCAÇÃO. Porto Alegre, nº 6, 1992.

A AÇÃO EDUCATIVA DO EXÉRCITO NA CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO E DE UMA LÍNGUA NOS NÚCLEOS COLONIAIS TEUTO-BRASILEIROS DURANTE O ESTADO NOVO

José Fabiano de Paula*

1. Ambientação

O tema que vamos tratar neste momento diz respeito à Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945) nos núcleos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, mais especificamente nas cidades de São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Ijuí e Santa Rosa. Usamos esse municípios como referência em virtude deles possuírem, para o Governo Estadual e Federal, parcelas consideráveis de quistos étnicos de origem alemã que não estavam devidamente assimilados à proposta de nação brasileira: una, coesa e homogênea que se planejava. Nesse sentido, *“excluíam-se os dramas particulares em nome do corpo/ nação/ pátria, na tentativa de incluir todos na grande marcha para o futuro, [...]”* (FÁVERI, 2002, p. 246-247).

Por isso, inicia-se uma intensa campanha pela Secretaria da Educação, onde centenas de Escolas públicas deveriam ser construídas a fim de nacionalizar esses redutos, principalmente no tocante a língua, isto é, a língua portuguesa como a força-motora da construção de identidade nacional. Pois, como Kujawski (1992) lembra *“a identidade lingüística é o vínculo mais genérico e um dos mais agregativos entre as pessoas”* (p. 68).

Além da língua, o governo trata de estabelecer um conjunto de leis e normatizações que passa a regulamentar um cotidiano que promovesse o patriotismo. Assim, um passado de conquistas e de heróis começam a ser revividos. Já que, como Ferro (1989) comenta, as *“nações-Estados, [...] reserva-se o direito de escrever a história a sua imagem, [...]”* (p. 27). Os mecanismos informais ou extra-escolares como rádio e o jornal começam a exaltar acontecimentos históricos que logo transformam-se em comemorações cívicas e símbolos nacionais.

Para alicerçar-se ainda mais, o Estado Novo também cria mitos que atingiriam a Segurança Nacional. Com isso, produzia-se os “perigos que ameaçavam a prosperidade brasileira”. Quem endossa isso é Lia (1998) quando diz que *“criou-se o mito que a sociedade estava sendo ameaçada por uma série de ‘perigos’: o perigo anarquista, o perigo comunista, o perigo judaico, o perigo alemão, o perigo subversivo, o perigo das minorias alienígenas, etc”* (p. 66).

* Mestre em Educação nas Ciências (Unijui)/ e-mail: josefabianop@bol.com.br

Nesse contexto e na tentativa de produzir uma “Comunidade Imaginada” – assim como Anderson (1989) sugere a nível de Europeu – o Estado-Nação vai sendo construído aos moldes do projeto Estadonovista. Assim, os quistos étnicos aparecem como áreas a serem nacionalizados fundamentados nos acontecimentos que eram narrados pelas autoridades locais. Por isso, os municípios de São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Ijuí e Santa Rosa seriam vigiados pelo governo estadual e mais tarde pela Instituição Federal representada na forma do Exército.

2. O “clima” nos núcleos coloniais teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul

Na classificação dos grupos étnicos que promoviam receio quanto a assimilação, estavam os italianos, os japoneses, os poloneses e principalmente os alemães¹. Os alemães eram “*frequentemente acusados de impedirem o processo de nacionalização pela constância como que mantinham suas características étnicas*” (SCHARTZMAN; BOMERY; COSTA, 2000, p. 92). O próprio secretário da Educação do Rio Grande do Sul Coelho de Souza (1941) relata no seu livro “Denúncia” que “*segundo uns, todos os teuto-brasileiros são elementos desnacionalizados*” (p. 41).

A imagem que se construiu das comunidades teuto-brasileiras de desnacionalizadas fez com que medidas fossem tomadas para a sua inserção na sociedade brasileira. Essas idéias, já haviam figurado na década de 10, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o Rio Grande do Sul, além da construção de escolas públicas nas colônias, também resolveu optar pela instalação de inúmeros Tiros de Guerra “*como instrumento do movimento nacionalista [...] para trabalharem de forma ativa nas campanhas de nacionalização*” (ACKER, 1996, p. 74).

A seqüência de denúncias ocorridas na Segunda metade da década de 30 e a primeira na de 40, nos núcleos coloniais, contribuíram para que os teuto-brasileiros fossem vistos como aqueles que mantinham “*hábitos, línguas, costumes e tradições na convicção [...] de serem estrangeiros*” (BETHLEM, 1939, p. 23). Assim, quem auxiliou na divulgação do que estava acontecendo nas cidades, acirrando os ânimos contra os descendentes de alemães foi a Imprensa. Pois no caso de São Leopoldo, o articulista Bugre Velho (Paim Lustoza) escreveu no Jornal desse município, sobre o Colégio Sinodal, vejamos: “*Lá em cima do morro, em lugar de destaque, uma grande escola para Fuehrers e sub=Feuhreres! Chefes e sub-chefes de <<extraordinário>> partido que iria dominar o Brasil, [...]*” (Correio de São Leopoldo: 04/ 04/ 1942).

A efervescência nacionalista passou a criticar um dos principais mecanismos de preservação das características etno-culturais dos teuto-brasileiros: a escola que “foi a principal instituição da comunidade a que coube estimular o uso e a manutenção do idioma alemão” (SEYFERTH, 1981, p. 130). Não foi diferente em Santa Cruz do Sul, onde o Colégio Mauá sofre com a intensa fiscalização, pois “foi o mais vigiado no período, chegando em certo momento a ser aventada a possibilidade do seu fechamento, [...]. Durante o período houve a troca de direção, porque seu diretor era alemão, bem como a mudança do nome da escola [...]” (KIPPER, 1998, p. 125-126).

Outro problema enfrentado pelo município de Santa Cruz foi a existência de um foco do partido nazista alemão (N.S.D.A) instalado em sua sede. O Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul Aurélio da Silva Py (1942) relata que “quando a polícia entrou em ação, realizando diligência e efetuando prisões que desarticularam em parte a organização local do Partido, este conseguiu salvar a maior parte de seus arquivos” (p. 111).

Assim, inúmeros incidentes começaram a ocorrer nos núcleos coloniais, muitos deles divulgados pela Imprensa. Da mesma forma, também comentava-se sobre as providências tomadas pelas autoridades locais: “NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO. Quanto à nacionalização apenas houve alguns incidentes nos municípios de Palmeira e Santa Rosa, sanados por providências enérgicas do Governo” (MADP – Correio Serrano nº 55: 9 de Julho de 1938). Em Santa Rosa denunciava-se os pastores luteranos que pregavam o nazismo nas colônias. Além disso, acrescentava-se notícias como essa abaixo do Jornal Correio Serrano que trata de uma atitude anti-patriota:

LIMPARAM O ASSOALHO COM A BANDEIRA NACIONAL – Rio, 17 (A.N.) – O procurador Ademar Vidal denunciou ao Tribunal de Segurança Nacional Alva Spall e Maria Doccaeiski, residentes no município de Santa Rosa, nesse Estado, acusadas de nazismo extremado, ao ponto de usarem a bandeira nacional em limpeza de assoalho. Foram presas [...] (MADP – Correio Serrano nº 85: 21 de Outubro de 1944).

Em Ijuí, um núcleo misto de povoamento, não foi diferente, pois durante uma viagem de fiscalização ao município, o Chefe da Nacionalização de Ensino no Rio Grande do Sul: Nei de Brito teceu o seguinte comentário sobre essa localidade:

Um fenômeno curioso fui encontrar em Ijuí, cuja colonização é feita por três raças, alemães, poloneses e russos. Estes últimos falam o seu idioma e falam também o alemão, mas o português... nenhum deles! O brasileiro fica a margem. Si quer transacionar com os seus patrícios, tem de aprender o alemão. Casa de negocio em que não se fale este idioma, esta condenada á falência!” (MCS – Jornal Diário de Notícias: 14/ 08/ 1938, s/ p.)

¹ Fato esse, que agravou-se ainda mais quando o Brasil rompe com os países do Eixo no transcorrer da 2ª Guerra Mundial em virtude do afundamentos dos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães.

Com isso, foi somando-se uma série de problemas que envolviam essas regiões e os teuto-brasileiros, tanto em suas sedes como no espaço rural. Escolas públicas são construídas para ilustrar a idéia de que “a escola deveria criar a nação” (KREUTZ, 1979, p. 55). Quanto aos colégios de procedência estrangeira, esses sofreram com as adaptações, muitas vezes não resistindo às exigências, porque aos olhos do governo, eles poderiam “*estar conspirando contra a Pátria*” (KIPPER, 1998, p. 55). Müller (1994) também lembra que: “*Houve perseguição a professores; professores foram presos*” (p. 71).

Assim todos aqueles que fossem caracterizados como teuto-brasileiros deveriam ser nacionalizados. Nesse sentido, o Regime busca fechar o cerco a esses quistos étnicos veiculando informações negativas e a forma utilizada por meio dos mecanismos legais (repressivos) para combater os “atos nocivos à construção da nacionalidade brasileira”. Pois, como Anderson (1989) comenta sobre a formação das futuras nações, o Brasil também passa por essa situação naquele período, já que é utilizada “*todas as alavancas políticas do nacionalismo oficial: educação primária compulsória controlada pelo Estado, propaganda organizada do Estado, reescrita oficial da história, militarismo*” (p. 114) para atingir seus fins.

3. A vinda dos quartéis para os núcleos étnicos

A Campanha de Nacionalização, contou com uma das Instituições mais importantes do Estado Novo: as Forças Armadas, destacando-se o Exército que por sua vez, com sua “*obediência e disciplina, colunas mestras da hierarquia militar*” (ROCHA, 1992, p. 117) contribuíram para a obra do Estado. Inicialmente, começou-se pelo emprego do ensino pré-militar nas Escolas, isto porque “*os Militares pretendiam, em nome da segurança nacional, intervir diretamente na política educativa, a fim de harmonizá-la com a política militar do país*” (BASTOS, 1998, p. 38). O Exército influenciou o Governo e fez parte dele, tanto que Trevizan (1985) diz que: “*Todos que analisam o Estado Novo sentem a pesada mão militar, o sustentáculo essencial do Regime*” (p. 41).

A idéia de um nacionalismo “triunfante e verdadeiro” tinha sua base nas Forças Armadas. Acreditava-se que o patriotismo incutido no Exército e na Marinha era o ideal para servirem de modelo e modelarem a sociedade. Estava “*aberta a porta legal para uma crescente intervenção militar na vida política brasileira*” (AGUIAR, 1986, p. 23). Com a Campanha de Nacionalização, a Instituição Militar passa a ser reivindicada, tendo por isso a responsabilidade de vigiar a sociedade e as ações que contrariassem as diretrizes governamentais dotadas de “fervoroso nacionalismo”, pois eles tinham o

poder para reprimir qualquer postura “anti-patriota” quando o Regime achasse necessário. “*Enquanto instrumento do poder civil, as Forças Armadas cumprem a sua função de aparelho repressivo, capaz de garantir a segurança e a ordem*” (HORTA, 1994, p. 20).

Com o estreitamento entre educação e Exército poderíamos dizer como Bauer (2000) comenta sobre a formação de uma Nação: “O que a escola começa, o exército continua” (p.50), ou seja, a nacionalização. No entanto, o emprego do Exército nos núcleos coloniais seria uma reivindicação do próprio secretário Coelho de Souza, quando já desencadeada a solicitação da transferência de Batalhões ou Regimentos para as cidades coloniais por parte do Comandante da 3ª Região Militar. Caso esse de Santa Cruz do Sul que segue abaixo e das outras duas Unidades, que mais tarde vem a se configurar na construção de quartéis nas cidades de Ijuí e Santa Rosa. Observamos a notícia que sustenta isso:

O EXÉRCITO NA REGIÃO A NACIONALIZAR

Acho que nenhuma medida será mais útil e mais eficiente do que a distribuição de algumas unidades do Exército na região a nacionalizar.

Todo o nosso esforço nas escolas redundará em pura perda, será um bracejar no espaço, si a criação não encontrar fôra das escolas um ambiente de brasilidade, que constitue o espírito que se lhe pretendeu incutir no collegio. [...]

Esse ambiente extra-escolar resultará, poderosamente, da presença das unidades do glorioso Exército Nacional, nas cidades de origem colonial.

[...], o ilustre General José Marcellino, comandante da 3ª. Região Militar, pleiteando o estacionamento de um batalhão do 7. R. I. em Santa Cruz, mostram uma exacta compreensão da hora que atravessamos e do trabalho que urge realizar.

E essa obra seria completa, si de outros regimentos fossem destacados mais dois batalhões organizados outros B.C. para localiza-los em diversos pontos da região colonial. (MCS - Coletânea Pasta/ Ensino: Legislação – Nacionalização do Ensino 1936-1942, p. 11).

As expectativas não foram frustradas por parte do secretário da educação, já que Regimentos foram desmembrados, e aquartelamentos foram construídos nos municípios onde se encontravam os quistos étnicos. Assim, os militares, além de serem “*membros de instituições que promovem formação homogeneizante e disciplina doutrinária [...]*” (FLORES, 1992, p. 28), também teriam que utilizar seus valores como exemplos para as sociedades de origem germânica.

Com isso, nos primeiros anos da década de 40 do século XX, Unidades Militares foram instaladas em Santa Cruz do Sul (III/ 7º RI), Ijuí (Grupo de Artilharia) e Santa Rosa (Grupo de Cavalaria). Já em São Leopoldo, o 8º BC existia desde 1918. A instalação dessa última, deveu-se a preocupação do governo na 1ª Guerra Mundial. Quem deixa subtendido isso, é a biógrafa do 19º BIMtz: Eni Melero (1995) quando disse: “*Durante a 1ª Guerra Mundial, interesses políticos indicavam a conveniência da construção de um quartel para Unidade do Exército acantonado em São Leopoldo, cidade de*

colonização alemã, [...]” (p. 53). É importante frisar que mais dois quartéis foram transferidos para este município durante o Estado Novo. Po 3º Grupo de Artilharia de Dorso (3º GADo), e a 3ª Companhia Independente de Transmissões.

Assim, cumpria-se a missão nacionalizadora, como Moraes (1996) comentou acerca do 8º BI: *“convivência [...] eminentemente proveitosa pelo amalgamento racial como pela identidade de propósitos sociais e cívicos”* (p. 149). Analisando o histórico do 8º BIMtz (Santa Cruz do Sul), encontramos uma consideração do Major Villas Boas – Comandante do 3º BC na época, que deixa mais claro os propósitos do Goveno quanto a instalação das Unidades – com relação a missão deste quartel no município. Ficou assim, especificado que esse quartel tinha a atribuição de vigilância sobre os soldados que por ventura viriam prestar o serviço militar obrigatório naquele Órgão. Vejamos:

[O] nosso governo houve por bem determinar a criação de uma Unidade do Exército com sede na referida cidade, com a missão de cooperar na campanha Nacionalizadora que há muito vem sendo empreendida em todo o País.

[...] A ida desta Unidade para Santa Cruz, atende, em grande parte aos anseios do numeroso grupo sadio do seio de sua população, mas, porque, a conduta de cada um dos elementos do Batalhão será observada e julgada por todos, e dela resultará a obtenção do objetivo culminado (Histórico do 8º BIMtz - LEMOS, 1985, p. 24).

Nesse sentido, com a vinda dos Batalhões e Regimentos para os quistos étnicos, os jovens teuto-brasileiros na idade de prestar o serviço militar obrigatório, principalmente aqueles que não sabiam falar a língua portuguesa ou que eram totalmente analfabetos passaram a ser preferencialmente recrutados para atender os ideais da nacionalização.

4. Escola Regimental e punição para os teuto-brasileiros

Na Campanha de Nacionalização desses núcleos coloniais, o ministro do Exército General Dutra lembrou que uma das aspirações castrenses seria o: *“revigoroamento da sã consciência nacionalista; uma serena, porém, enérgica atuação sobre a nacionalização dos núcleos coloniais, aliada à alfabetização de todos os nossos patrícios [...]”* [Grifo do autor] (AN – Coleção Salgado Filho 1888-1963: AP 49; CX 46; RO; nº 4).

Assim quando os soldados teuto-brasileiros adentravam ao quartel, eles tinham que se adaptar as regras e regulamentos nacionalizantes, principalmente no tocante a língua. Pois, era previsto no RDE (Regulamento Disciplinar do Exército) através do Artigo 124, a proibição de: *“Falar, habitualmente, língua estrangeira em quartel, estacionado de tropa ou estabelecimento militar, [...]”* (1940, p. 37-40).

Portanto, aqueles que não soubessem falar o “português” teriam que aprender rapidamente para não serem vítimas de punições como esta: “*O Soldado nº 407, Armando Cristmann, da 9ª Cia, por estar falando língua estrangeira no recinto do Quartel; [...], e sem agravamento tudo do R.D.E., transgressão grave; fica preso por 4 dias, [...]*” (Secretaria do 8º BIMTz, 1945, p. 479).

Além de combater um dos fatores de maior integração dos teuto-brasileiros: a língua; o Exército considerava seus quartéis como um importante mecanismo de combate ao analfabetismo. Por isso, surgem as Escolas Regimentais dentro das Unidades Militares que tinham por objetivo que:

Nenhum conscrito ou voluntário, salvo nos casos previstos nos arts. 170 e 171, pode deixar o serviço ativo das forças armadas sem saber ler, escrever e contar; sem possuir noções indispensáveis a respeito do Brasil, sua geografia, história e Constituição, e uma firme convicção dos seus deveres para com a Pátria (3ª RM – Secretaria: BE N. 10 – Suplemento – 8/3/ 1941, p. 672).

As Escolas Regimentais passaram a ser mais um componente das Unidades Militares, dentro do seu espaço físico. Para isso, os quartéis estabeleciam os horários de acordo com suas tarefas diárias. Normalmente esse tipo de educação ocorria após o expediente com a duração de uma hora de aula. Esse tipo de atividade contribuía para que o Exército cumprisse sua missão nacionalizadora. Transformava-se assim, essa Força Armada em um modelo para o restante da sociedade. Já que “*a instituição é, no sentido amplo, uma maneira humana de colocar uma certa ordem no espontâneo*” (Cury, 1979, p. 95).

4. Considerações finais

Desse modo, constatamos que a área de atuação dos quartéis na Campanha de Nacionalização restringia-se na representação da existência de um oponente Batalhão ou Regimento e, que sua repressão aos núcleos coloniais envolvia os jovens recrutas teuto-brasileiros que deveriam ser nacionalizados com os meios que o Exército dispunha, ou seja, a Escola Regimental e as punições. Contribuindo assim, para a construção de uma identidade nacional homogeneizada e disciplinada. Essa foi uma das ações educativas do Exército nos núcleos teuto-brasileiros durante o Estado Novo.

BIBLIOGRAFIA

ACKER, Celso Henrique. **Serviço militar e nacionalidade: os tiros de guerra no Rio Grande do Sul: o Tiro de Guerra 337 de Ijuí (1917-1944)**. Porto Alegre, UFRGS, 1996. (dissertação)

AGUIAR, Roberto A. R. **Os militares e a Constituinte: poder civil e poder militar na constituição**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986. (ciências Sociais; 4)

Arquivo Nacional: Coleção Salgado Filho 1888-1963, AP 49, CX 46, Cód. Fundo: RO. **O Exército no Estado Novo**. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1941.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, Ática, 1989. (série temas – vol 9 – tradução Lólio Lourenço de Oliveira)

BASTOS, Maria Helena Câmara. O Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino (1937-1945). In: **Educação**. Porto Alegre, v. 21, n. 34, p. 33-69, abr.-jul. 1998.

BAUER, Otto. **A nação**. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.) Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BETHLEM, Hugo. **Vale do Itajaí: jornadas de civismo**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1979.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda guerra mundial em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 2002. (tese de doutorado)

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo, Martins Fontes, 1989. (tradução Doris Sanches Pinheiro)

FLORES, Mário César. **Bases para uma política militar**. Campinas, UNICAMP, 1992.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

KIPPER, Maria Hoppe. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz, APESC, 1979.

_____. **A nacionalização em Santa Cruz do Sul**. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo, Unisinos, 1994.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A pátria descoberta**. Campinas, Papirus, 1992.

LE MOS, Juvêncio Saldanha (TC). **Histórico do 8º BIMtz de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul, Secretaria da Unidade, 30/ 12/ 1985.

LIA, Cristine Fortes. **Educação e consolidação do poder no Brasil**. Revista de História da Unicruz. Cruz Alta, Unicruz, n.1, p. 65-68, dez, 2000.

MCS (Museu do Colégio Sinodal): **Jornal Diário de Notícias** de Porto Alegre – 1938.

_____: **Jornal Correio de São Leopoldo** – 1938-1945.

Coletânea do Jornal Correio Serrano de Ijuí: 1937-1945 (Museu Antropológico Diretor Pestana – MADP).

MCS (Museu do Colégio Sinodal): **Processo de Cassação da Inspeção Federal no Colégio Sinodal/ 2º Volume – 1936-1943.**

MELERO, Eni. **História do 19º BIMTz – Batalhão Leão da Serra.** São Leopoldo, 1995.

Ministério da Guerra. **R/ 4 – Regulamento Disciplinar do Exército (R.D.E.).** Porto Alegre, Globo, 1940.

MORAES, Carlos de Souza. **Crônicas de minha cidade.** São Leopoldo, Unisinos, 1996.

MÜLLER, Telmo Lauro. **A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica.** In: _____. Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo, Unisinos, 1994.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Globo, 1942.

ROCHA, João Evangelista Mendes da. **O ensino militar e sua dimensão histórica.** Rio de Janeiro, n. 758, p. 115-118, out-dez, 1992.

SCHARTZMAN, Simon; BOMERY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** São Paulo, Paz e Terra, FGV, 2000.

Secretaria da 3ª Região Militar (Porto Alegre-RS): **Boletim Regional da 3ª Região Militar (BR)/ 1º Trimestre/ 1941.**

Secretaria do 8º BIMtz (Santa Maria-RS/ Santa Cruz do Sul-RS): **Boletim Interno do IIIº/ 7º RI (BI)/ 1942-1945.**

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí.** Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SOUZA, J. P. Coelho de. **Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande.** Porto Alegre, Thurmman, 1941.

TREVIZAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro.** São Paulo, Global, 1985. (cadernos de educação política: série o pensamento político; 6)

AS INTERFERÊNCIAS DO HUNSRÜCKISCH COMO LÍNGUA MATERNA NO APRENDIZADO DO ALEMÃO-PADRÃO POR DESCENDENTES DE IMIGRANTES ALEMÃES

Karen Pupp Spinassé¹

Introdução

O presente artigo, mantendo as características da palestra de mesmo nome, apresentada no “Seminário Internacional: Imigração e Relações Interétnicas”, configura-se como um relato. Pretendemos com ele, primeiramente, compartilhar nossos projetos de pesquisa e resultados obtidos até agora, para assim podermos visualizar melhor os caminhos a serem traçados.

Em meu doutorado em “*Deutsch als Fremdsprache*” (abrev. DaF; port.: Alemão como Língua Estrangeira) na Universidade Técnica de Berlim, Alemanha, procurei estudar as manifestações positivas e negativas da Língua Materna (L1) no momento do aprendizado do Alemão-Padrão no Brasil. Toda a crença em torno do papel exercido pela L1 nesse processo foi, com base na Teoria da Aquisição de Linguagem, bem como com base em testes empíricos aplicados em diferentes contextos escolares, discutida e analisada. Acredita-se, de modo geral, que a Língua Materna do aprendiz influencia bem mais do que realmente se pôde constatar. Além disso, a influência da L1 (ou das L1, no caso de crianças bilíngües) é, geralmente, relativizada, pois pode se manifestar de formas distintas, dependendo do contexto onde ocorre. Essas hipóteses conduziram a pesquisa.

Para que o papel da(s) L1 pudesse ser mais bem contemplado, foram estudados contextos monolíngüe e bilíngüe. Para este, escolhemos escolas onde os alunos apresentavam, junto ao português, também o Hunsrückisch como língua materna, ou seja, o contexto bilíngüe de contato lingüístico Hunsrückisch-Português foi contemplado, gerando interessantes aspectos a serem analisados. Através da comparação de resultados, conseguiu-se uma metodologia, bem como parâmetros, para se chegar aos elementos da Língua Materna.

Dando maior atenção ao contexto bilíngüe analisado, serão compartilhados a seguir os mecanismos de análise, assim como as deduções e conclusões que puderam ser averiguadas. A partir disso, apresentaremos os projetos atuais da UFRGS sobre o tema, que se vale das informações até então recolhidas, cabendo aí uma reflexão sobre as perspectivas para o ensino do alemão-padrão como

¹ UFRGS/IHSL

Língua Estrangeira (LE) em determinados contextos de contato lingüístico.

O presente artigo está dividido, portanto, em duas curtas partes, ambas caracterizadas por relatos: primeiramente exporemos a pesquisa de doutorado com seus resultados que elucidam a questão, e em seguida relataremos sobre os projetos da UFRGS que vêm se ocupando com os temas da relação hunsrückisch x alemão-padrão, da educação bilíngüe, do reconhecimento do Hunsrückisch como língua brasileira e do mapeamento e da descrição do Hunsrückisch.

Objetivos da Pesquisa de Doutorado

O tema de minha tese de doutorado foi, de forma geral, o ensino do alemão-padrão como língua estrangeira (DaF) em salas de aula no Brasil. Procurávamos descrever o contexto de DaF no país, expondo dados relacionados ao ensino, à formação dos professores de DaF, ao uso da língua alemã no Brasil, ao número de escolas de DaF, número de alunos, seus perfis... Especificamente, porém, ocupamo-nos com a questão das Interferências da Língua Materna, o que nos levou a percursos distintos no processo de aprendizado em diferentes regiões/contextos no Brasil. O objetivo maior era, então, observar o comportamento da L1 no momento do aprendizado do alemão-padrão em sala de aula de uma escola de DaF e identificar suas interferências.

Como já exposto acima, porém, trabalhamos tanto o contexto monolíngüe quanto o bilíngüe. O contexto bilíngüe apresentava uma dificuldade, pois frente a uma interferência teríamos ainda que nos questionar a qual das Línguas Maternas ela remeteria. Esse problema foi, de certa forma, solucionado com as comparações com o contexto monolíngüe: exemplos muitos característicos apenas da região monolíngüe seriam analisados sob a perspectiva da L1 diferente; casos semelhantes ao do contexto monolíngüe, eram vistos sob a perspectiva da influência do português.

Afirmamos que a problemática fora “em parte” solucionada, pois as interferências do Hunsrückisch (interlinguais) e as do próprio alemão-padrão como Língua Estrangeira (intralinguais) não se desfariam tão facilmente sob esta metodologia, devido às semelhanças das duas línguas no que diz respeito à sua base germânica. Procuramos, portanto, dar duas interpretações e ver a viabilidade das mesmas, avaliando principalmente o seu grau de ocorrência e, novamente, a estatística de ocorrência específica de cada região. Com isso, o contexto monolíngüe serviu não só como dado para a descrição

da situação do DaF no Brasil, como também de parâmetro metodológico para entendermos melhor as possíveis manifestações da L1 na produção em LE (no caso DaF) pelos falantes bilíngües.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as interlínguas dos dois contextos se mostraram realmente diferentes uma da outra, deixando claras as dificuldades específicas de cada grupo – independentemente de virem da Língua Materna ou não.

Diferentemente da crença que impera sobre as pesquisas nesse âmbito, não buscávamos avaliar as vantagens ou as desvantagens de se falar Hunsrückisch para o aprendizado do alemão-padrão. Procurávamos apenas ver a manifestação da L1, para avaliarmos se sua influência é realmente tão intensa e significativa quanto se acredita. Só analisando as interferências para averiguar sua origem, e assim podermos trabalhar melhor os problemas dos alunos.

A Pesquisa

Para a pesquisa empírica propriamente dita, foram escolhidas três escolas de DaF que estavam localizadas uma em um contexto monolíngüe e duas em um contexto bilíngüe, a saber, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respectivamente.

No Rio de Janeiro, escolhemos o Colégio Cruzeiro, escola de grande porte, na qual o alemão é ensinado como língua estrangeira desde o Jardim da Infância. Esse contexto pôde ser classificado, de forma geral, como “sem pré-conhecimento”, ou seja, os alunos não haviam tido nenhum contato prévio com a língua alemã.

Do contrário, os colégios escolhidos no Rio Grande do Sul, o Colégio Teutônia e o Instituto de Educação Ivoti, ambos localizados em contextos de contato lingüístico hunsrückisch-português (Teutônia e Ivoti respectivamente, além de acolherem alunos de muitas outras regiões de imigração alemã de semelhantes características lingüísticas), apresentaram alunos que afirmavam ter um “pré-conhecimento” do alemão, proveniente de casa.

A pesquisa contou com a participação de 382 alunos. Foram feitas entrevistas, que visavam a traçar o perfil dos alunos de cada escola (informações pessoais, atitudes, crenças e sentimentos lingüísticos...) e realizados testes para avaliar os conhecimentos nas quatro habilidades e averiguar os elementos da Interlíngua.

Os Testes e sua Análise

Os testes empíricos nos proporcionaram um material muito vasto e rico. Alguns foram tirados da análise por não se caracterizarem como proveitosos, por diversos fatores: má vontade do aluno ao fazê-lo, testes incompletos, inconsistentes, de perfil completamente diferente dos demais (como o de um falante nativo de alemão-padrão), entre outros. A grande maioria dos testes, porém, foi levada em consideração. Toda a produção do aluno, então, foi analisada: tanto estruturas ditas “corretas”, quanto as ditas “erradas”.

Os resultados, como afirmado acima, foram distintos nas duas regiões. A análise levava em conta, portanto, o contexto, tendo-o como pano de fundo para enxergar o todo da produção lingüística. Outros fatores de influência também foram considerados, como o nível de conhecimento, por exemplo. Argumentos para caracterizar a interferência como proveniente ou não da L1 eram contrapostos, a fim de se achar indícios e provas para afirmações mais concretas de que se refere a uma interferência da Língua Materna – ou não.

A título de ilustração, reproduzo aqui dois exemplos de estruturas que apareceram constantemente (de ambos os contextos) e descrevo os passos de sua análise: “*Ich habe zum Zoo gefahren*” (port.: Eu fui ao zoológico. / alemão.-padrão: *Ich bin zum Zoo gefahren*) e “*Sie haben *brigiert*” (port.: Eles brigaram / alemão-padrão: *Sie haben gestritten*)

No caso da primeira frase, de acordo com uma análise contrastiva, poder-se-ia dizer que os alunos se confundem na hora de usar os verbos auxiliares “*haben*” e “*sein*”, porque essa estrutura não se faz presente no português, e teríamos que constatar um caso de interferência da língua materna. Provavelmente, é de se agradecer ao Hunsrückisch o fato de os alunos bilíngües não terem apresentado esse desvio. Contudo, no contexto monolíngüe, é muito difícil de aceitar que o português contribua de alguma forma para essa estratégia. A consideração seria até plausível, não fosse este questionamento: se a língua portuguesa não possui essa estrutura, como ela pode transferir e causar essas interferências estruturais. Isso não é possível conceitualmente. Os alunos têm que ter achado a estratégia em outra fonte, que não na L1, pois lá, eles não achariam parâmetros para tal.

O caso seria interferência, se os alunos, por exemplo, soubessem falar italiano. Esse idioma também apresenta estruturas analíticas de passado, compostas por verbo auxiliar + verbo principal na forma de particípio. Para tanto, a língua se vale, como no alemão, de dois verbos auxiliares, a saber, *essere* (ser, estar) e *avere* (ter), utilizados alternadamente em casos específicos. Os alunos estariam

acostumados à estrutura. Quando ele quisesse formar a frase “*Ich bin geschwommen*” em alemão, por influência do italiano, que só oferece para o verbo nadar (nuotare) a formação de passado com o verbo *havere* (*Io ho nuotato*), ele se deixaria influenciar pela língua estrangeira já aprendida anteriormente e faria a frase “*Ich habe geschwommen*”.²

Esse desvio da norma padrão não é, para os alunos do contexto monolíngüe, na verdade, uma interferência, nem de L1 e nem de L2. Trata-se de uma peculiaridade da língua alemã, com a qual os alunos ainda não sabem lidar bem. A estrutura ainda não está presente na sua competência lingüística.

A segunda frase dada como exemplo não deveria provir, à primeira vista, de influência do Hunsrückisch, já que o verbo alemão “*streiten*” existe na variedade do sul do Brasil – enquanto **brigieren* não. Poderia se tratar de interferência do português (dominado pelos dois grupos), uma vez que nesse idioma há o verbo “brigar”, e os alunos poderiam ter utilizado simples e estrategicamente o sufixo alemão *-ieren* de forma hipergeneralizada através de analogias (português “produzir” = alemão *produzieren*; português “comentar” = alemão *kommentieren*; então, português “brigar” = alemão **brigieren*).

A análise é pertinente e pode realmente ser a explicação para a questão. Entretanto, exemplo semelhante não ocorreu com os alunos monolíngües, o que, na verdade, seria de se esperar. Só se observou uma forma dessas no contexto monolíngüe fora do testes, enquanto dois alunos conversavam entre si. A expressão, porém, foi usada de forma irônica, fazendo-se piada metalingüística, uma vez que era consciente aos alunos que tal forma não existia, e eles riam disso. Nos testes, eles tiveram a oportunidade de aplicar essa estratégia, sobretudo no exercício de descrição de uma gravura, já que lhes faltava o vocabulário adequado, mas mesmo assim ninguém o fez.

Todavia, os alunos do contexto bilíngüe se utilizaram dessa estratégia quando a palavra “*streiten*” lhes faltou – e isso ocorreu várias vezes. Não se pode falar de interferência morfológica ou mesmo lexical da língua materna Hunsrückisch, uma vez que *streiten* pertence ao seu vocabulário. E para ser interferência da língua materna portuguesa, por que os alunos monolíngües não o fizeram?

Analisando todo o processo histórico sofrido pelo Hunsrückisch no Brasil e levando em conta a atitude lingüística de muitos alunos e indivíduos da comunidade, não podíamos deixar de fazer também a seguinte análise: a interferência do Hunsrückisch, neste momento, ocorre sutilmente no processo de percepção da língua-alvo. Como na evolução do Hunsrückisch esses fenômenos ocorreram diversas

² Trata-se de uma frase gramaticalmente correta, por isso reforçamos: interferência não significa apenas influências negativas. No citado caso, porém, tem-se o agravante de que a forma com o *haben*, apesar de correta, não é usada com esse sentido pelos alemães, o que a torna um desvio estilístico.

vezes, os alunos têm a impressão, ou mesmo a certeza, de que eles também podem proceder dessa forma com a língua. A língua materna não transfere aqui o morfema ou o lexema, mas sim a “permissão” de o criarem. A interferência, se aceitássemos essa opção de análise, não seria de ordem lingüística, mas sim, extralingüística.

Não existe uma análise categórica. Vários fatores têm que ser levados em consideração e podemos especular mais de um caminho, mas é muito difícil retomar a origem exata da interferência. Os diversos caminhos da análise, porém, já foram respostas suficientemente importantes para nossas perguntas iniciais.

Depois da análise dos dados pudemos concluir que:

- As interlínguas, bem como as áreas problemáticas são diferentes nos dois contextos;
- Muitas interferências não provêm da L1;
- Muitas interferências tidas como da L1 não ocorrem;
- As interferências não ocorrem somente no patamar lingüístico, mas também em um patamar extra e até mesmo metalingüístico;
- A imagem da sua L1 para o indivíduo desempenha um importante papel na motivação no Sul;
- Lá as estruturas se “fossilizam” cedo.

Com isso, pudemos averiguar que várias crenças que se tem a respeito da L1, de sua influência quando do aprendizado de uma LE e da situação lingüística dos falantes de Hunsrückisch ao aprenderem (ou ensinarem) o alemão-padrão, não se comprovam.

Projetos Atuais

Após relatar os resultados da pesquisa já finalizada, vemos como compromisso nosso dar informações, agora, a respeito dos próximos passos em vista. Afinal, o assunto não está esgotado; pelo contrário, as conclusões dos trabalhos anteriores nos conduzem a novos questionamentos e novos caminhos a serem trilhados.

Temos, no momento, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vários pesquisadores que vêm se ocupando do Hunsrückisch em seus diferentes aspectos – entre docentes, doutorandos, mestrandos, bolsistas de iniciação científica e voluntários. Todas essas pesquisas estão relacionadas entre si, pois visam a preencher uma lacuna do vasto campo de trabalho que ainda é o Hunsrückisch.

Essas pesquisas ganham força, à medida que cada vez mais as línguas minoritárias brasileiras vêm ganhando espaço no cenário político e, conseqüentemente, na sociedade de forma geral. Estima-se que haja cerca de 180 línguas indígenas (autóctones) e mais de 30 línguas de imigração (alóctones) no Brasil. Esse dado tão importante levou a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados Federais, juntamente com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística), a realizar o “Seminário sobre a Criação do Livro das Línguas”, cujo objetivo é lançar o Livro das Línguas Brasileiras. Dentre as chamadas línguas brasileiras estão oito variedades de base germânica: o Hunsrückisch, o Pomerano, o Vestfaliano ou sapato-de-pau, o Suábio, o Wolgadeutsch, o Platt menonita, o Austríaco e o Bávaro – que passam a ser reconhecidas como “Patrimônio Cultural Imaterial” do Brasil.

Para nós, esse reconhecimento (que finalmente torna-se realidade) ajuda a legitimar nossas pesquisas, dando-as maior importância, já que se tratam ainda de pesquisas para registro dos aspectos relacionados ao Hunsrückisch e seus falantes – alguns daqueles nunca antes sistematicamente estudados. Como um grande grupo de trabalho, ganhamos força ao sentir que nossos projetos têm relevância a nível social. Principalmente por se tratar de um grande grupo de pesquisa, com vários pesquisadores e diferentes linhas, das quais exponho duas a seguir.

a) *ALMA-H*:

Há na Universidade de Kiel, na Alemanha, um grande projeto que visa a constituir um mapa das línguas minoritárias de base germânica em uma região da América do Sul. O Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs da Bacia do Prata (ALMA), sob idealização e coordenação do Prof. Harald Thun, busca mapear as variedades faladas na região, que abrange, além de partes da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, também o sul do Brasil. Por se tratar de um imenso recorte geográfico, diferentes órgãos devem se ocupar das diferentes variedades lingüísticas. Na UFRGS, o Prof. Cléo Vilson Altenhofen é o coordenador do grande subprojeto ALMA-H, responsável por averiguar e mapear o Hunsrückisch do Sul do Brasil.

O ALMA-H é, contudo, um “projeto guarda-chuva”, pois para mapear e registrar os mais diferentes aspectos de tal variedade lingüística, o ALMA-H tem que se dividir em muitas linhas de pesquisa específicas para dar conta de todas as informações necessárias. Há, portanto, o grupo responsável pelo mapeamento lingüístico propriamente dito, o projeto que coleta as tradições orais,

estudos sobre contato e manutenção lingüística, uma linha de pesquisa para a questão da educação bilíngüe (item b) e um grupo que estuda a sistematização da escrita do Hunsrückisch (vide item c).

Vale ressaltar ainda, que o ALMA, impulsionado pelo ALMA-H, começa a se expandir no Rio Grande do Sul, uma vez que há pesquisadores dentro do grupo que se ocupam com a variedade do Vestfaliano (ou sapato-de-pau). Há também o interesse de auxiliar, como parceiro, o desenvolvimento de projeto semelhante na região sul do estado, onde se fala o Pomerano. Isso aponta, lógico que a longo prazo, para a possível existência também de um ALMA-V e um ALMA-P.

b) Aspectos lingüísticos e sociolingüísticos do ensino do Alemão em contextos multilíngües de contato Hunsrückisch-Português:

Esse projeto de pesquisa, que a autora vem desenvolvendo na UFRGS como docente desde agosto de 2006, representa uma extensão de seu pós-doutorado, realizado na mesma universidade, que já fora uma continuação do doutorado.

Com este projeto, especificamente, pretendemos agora não mais estudar o processo de aprendizado do alemão-padrão sob a perspectiva do aluno, mas sim averiguar todos os fatores externos que influenciam essa aprendizagem. Trabalharemos mais diretamente com a questão do preconceito e da atitude lingüística, além das crenças e mitos, também com professores e corpo administrativo, buscando um meio de aproveitar melhor o substrato trazido pelos aprendizes falantes de Hunsrückisch. Queremos ouvir dos professores os maiores problemas e suas tentativas de contornar a situação, para juntos podermos tentar desenvolver o modelo mais adequado para um possível currículo bilíngüe em escolas de contextos de contato lingüístico.

c) ESCRITHU:

O grupo de pesquisa ESCRITHU (Grupo de Estudos da Escrita do Hunsrückisch), composto de seis integrantes (dentre eles a autora e o coordenador do ALMA-H), objetiva a criação e a sistematização de fundamentos para uma escrita do Hunsrückisch falado no sul do Brasil. O grupo, que se reúne desde julho de 2006, discute a formação de regras para uma escrita da variedade oral para fins, a princípio, de Transliteração de etnotextos do Hunsrückisch, auxiliando no registro do material gravado nas pesquisas de campo. Essa normatização pode vir a ter outras utilidades, como servir de manual para leitores, principalmente falantes, ou até mesmo auxiliar no aprendizado de alemão-padrão,

através de estudos comparativos. Inicialmente, porém, como já foi dito, o grupo almeja criar um elemento de facilitação para a pesquisa dentro do próprio ALMA-H.

Dentro das discussões traçadas pelos componentes, estão várias questões, como a padronização ortográfica (brasileira ou alemã), ponto de partida, além de outras questões mais específicas. Por isso, foram determinados alguns princípios básicos para a normatização da escrita da variedade em questão e deverão ser seguidos quando passarmos para a variante escrita do Hunsrückisch. São eles:

- consideração da tradição;
- vinculação histórica e lingüística ao alemão;
- escrita = convenção e regras;
- público-alvo incluindo falantes de outras variedades do alemão;
- distinção entre habilidades de leitura e escrita;
- Hunsrückisch como língua distinta do *Hochdeutsch* (alemão-padrão);
- pré-conhecimento de elementos gráficos do *Hochdeutsch*;
- reconhecimento de três variedades do Hunsrückisch:

[+moselano]

[+renano]

[+próximo do alemão-padrão]³

Cabe citar ainda que, como objetivo futuro, está também a criação de um Dicionário trilingüe Hunsrückisch-Hochdeutsch-Brasilianisch (Hunsrückisch/alemão-padrão/português).⁴

Considerações Finais

Ainda não temos muitos resultados a expor, nem muitas conclusões a serem tiradas. O ALMA-H, bem como seus subprojetos, ainda encontra-se em fase inicial. Achamos, contudo, importante dar esse relato em encontro tão significativo, para compartilhar nossas idéias, perspectivas, dúvidas, intenções e planos. Entretanto, não nos perguntem ainda por respostas. Queremos, antes, descobrir as perguntas.

³ Para mais informações a respeito das regras de escrita e da tradição levada em consideração, vide respectivamente ALTENHOFEN e NEUMANN neste mesmo volume.

⁴ Os projetos estão descritos na página do setor, onde se podem obter mais informações a respeito: www.ufrgs.br/setordealemao

Bibliografia

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Steiner, 1996.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *A constituição do corpus para um “Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata”*. In: *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004.

PUPP SPINASSÉ, Karen. *Deutsch als Fremdsprache in Brasilien: Eine Studie über kontextabhängige unterschiedliche Lernaltersprachen und muttersprachliche Interferenzen*. Berlin: Peter Lang, 2005.

MITOS E LENDAS NA REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL KAINGÁNG¹

*Ana Lúcia Vulfe Nötzold**

*Giuliano Albuquerque de Medeiros***

*Ninarosa Mozzato da Silva Manfroi****

*Samuel Lopes da Silva Paz*****

Este artigo é resultado das primeiras reflexões que estão sendo desenvolvidas no projeto “Ouvir memórias, contar histórias: mito, tradição e cultura na revitalização do patrimônio cultural Kaingáng” (Produção e publicação de material didático-pedagógico-bilíngüe), apoiado pela UFSC/ PRCE/ MEC/ SESu/ DEPEM (PROEXT2005).

As diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão que a equipe do LABHIN (Laboratório de História Indígena) desenvolve com a comunidade Kaingáng da Terra Indígena Xapécó (SC) desde agosto de 1999, permitiram percebermos a riqueza e complexidade de informações referentes aos mitos Kaingáng, sobretudo ao que remete ao mito de origem desse povo.

Os Kaingáng do Xapécó fazem parte de uma tradição milenar que vem transformando-se a partir do contato com outros povos, outras culturas. Esses contatos influenciaram também os costumes tradicionais indígenas, por isso a língua, religião e o sistema de saúde tradicional quase desapareceram. Atualmente esta comunidade trabalha para recuperar antigas lendas, mitos e tradições indígenas através da escola e da participação dos idosos da comunidade.

A designação Kaingáng foi introduzida na literatura por Telêmaco Borba em 1882, referindo-se aos não-guarani dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

Até o século XVIII, tiveram os primeiros contatos com os não-índios, através de viajantes, missionários e bandeirantes, porém estes contatos foram apenas esporádicos, tornando-se mais intenso

¹ O presente estudo é uma versão ampliada do artigo apresentado no XI Encontro Estadual de História: mídia e cidadania-Mini-simpósio temático 8: **As populações indígenas: tempo, espaço, memória, sociabilidades e etno-história** (UFSC – 2006) sob o título: “As transformações das lendas e mitos no tempo e na memória Kiangáng”

* Coordenadora do projeto, Etno-historiadora, Professora do Depto. de História, Coordenadora do LABHIN – Laboratório de História Indígena – UFSC, anotzold@cfh.ufsc.br

** Bolsista do projeto, graduando do curso de História – UFSC, giuliano16@bol.com.br

*** Sub-coordenadora do projeto, mestranda em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFSC, nmsmanfroi@yahoo.com.br

**** Bolsista do projeto, graduando do curso de História – UFSC, samuelirrigaray@gmail.com

durante o início do século XIX, com a luta pelo domínio dos campos de Guarapuava e Palmas, através da expansão dos campos de criação de gado pela Coroa, por intermédio das frentes pioneiras.²

No século XX sofreram as consequências da política de colonização, principalmente a chegada de descendentes de italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul; o que percebemos então no oeste catarinense é a exclusão dos índios de suas terras para a entrada destes imigrantes e descendentes, incentivados por companhias colonizadoras que negociavam títulos de terras pertencentes aos índios.³

A exploração madeireira tornou-se muito forte também nesta época, acompanhando uma política considerada progressista do governo Juscelino Kubitschek, de exploração econômica de todos os recursos, tendo como consequência a total dizimação de aproximadamente 60 mil pinheiros da área indígena.⁴

Atualmente, os Kaingáng distribuem-se em 28 Terras Indígenas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul. Constituem um dos cinco maiores grupos indígenas no Brasil possuindo cerca de 25 mil indivíduos. Pertencem ao tronco linguístico Jê meridional, derivado do Macro-Jê. Hoje, falam cinco dialetos espalhados por seus territórios, de acordo com estudos da lingüista Ursula Wiesemann.⁵

A Terra Indígena Xapecó (TIX), tem essa denominação por localizar-se no cruzamento dos rios Xapecó e Chapecozinho; situa-se entre os municípios de Ipuçu e Entre Rios, no oeste catarinense, e teve origem no decreto de 18 de junho de 1902, assinado pelo então presidente do estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva (nesta época esta região pertencia ao Paraná). Possui atualmente 15.623 hectares e aproximadamente 4500 indivíduos, de acordo com dados fornecidos pelo cacique Sr. Nilson Belino-Machado.

A TI Xapecó é sede das seguintes aldeias: aldeia Jacú Sede do Posto Xapecó, Olaria, Serrano, Cerro Doce, Pinhalzinho, Água Branca, Fazenda São José, Matão, Paiol de Barro, Barro Preto, Limeira, Guarani e Baixo Samburá e atendida pela Administração Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de Chapecó que administra também as Tis de Chimbanguê/SC, Pinhal/SC, Rio dos Pardos/SC, Xapecó/SC, Nonoai/RS e Palmas/PR.⁶

² D'ANGELIS, W. R; FOKÂE, V F. **Toldo Imbú** - história e luta Kaingang em Santa Catarina. CIMI, 1984, p.15-22; HEINEN, L. **Colonização e Desenvolvimento do oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-político-econômico e religioso. Joaçaba: UNOESC, 1997.

³ D'ANGELIS, WR. **Toldo Chimbanguê** - história e luta Kaingang em Santa Catarina. CIMI, 1984, p.54-55.

⁴ OLIVEIRA, MC. **Os curadores Kaingáng e a recriação de suas práticas** - estudo de caso na Aldeia Xapecó. Florianópolis, 1996. Dissertação (Pós-graduação em Antropologia)- Universidade Federal de Santa Catarina, p.34-35.

⁵ TORAL, A A(org.). **EG JAMEN KY MU** - textos KANHGÁG. Brasília: APBKG/Dka Áustria/MEC/PNUD, 1997, p.11.

⁶ NÖTZOLD, A.L.V. **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004, p.5-6.

Desde tempos imemoriais o ser humano busca explicações, dar sentido às coisas. O mito dá corpo à nossa necessidade de viver o mundo como algo dotado de sentido, “trata do desconhecido; fala a respeito de algo para o que inicialmente não temos palavras. Contempla o âmago de um imenso silêncio”⁷ e não se esgota na sua descrição, transcende o finito no desejo de elucidação verbal, de compreender aquilo que se sabe como incompreensível. Todas as culturas antigas encontraram no mito a forma de se estruturar e de se organizar.

Então surge a pergunta: - O que é mito?

Segundo Chauí⁸ é através dos mitos que surgem as concepções de unidade universal que a partir de si criam todas as formas vivas, do homem ao animal; a origem de mundo e diferenciação entre os seres e a partir de sua criação, a transformação do ser num tempo cíclico de aprendizagem e compreensão de si com a idéia de dualidade da vida mortal e imortal, sendo assim “a estrutura do pensar mitológico é, portanto, uma estrutura dualística. Ao mundo real, físico ou social, marcado pela precariedade significativa, opõe-se o mundo sagrado, também ele, segundo o mito, real, apesar de transcendente.”⁹

Para Campbell¹⁰ os mitos têm a função de entendimento da própria existência, de sua sociedade, da especificidade de outros povos, entretanto muitas vezes “o mito é uma categoria mal definida,”¹¹ pois algumas pessoas usam a expressão como se significasse uma história ou narrativa sobre o passado que sabemos ser falsa.¹²

No entendimento de Lévi-Strauss, para os povos indígenas o mito é uma narrativa sagrada e assim sendo a qualidade especial da narrativa do mito “tem início com uma tradição oral associada ao ritual religioso”¹³ que contém uma mensagem onde os indivíduos se identificam e até mesmo se apropriam do mito para explicar o porquê de determinadas atitudes.

O mito não tem localização no tempo cronológico, mas possui certas características que são igualmente comuns aos sonhos e conto de fadas. Em particular, a distinção entre Natureza e Cultura, que domina a experiência humana normal, desaparece em grande parte. Os homens

⁷ ARMSTRONG, K. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.9.

⁸ CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. Vol. 1, 2 ed., ver. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 21.

⁹ LARA, T. A. **Caminhos da razão no ocidente I**. A filosofia nas suas origens gregas. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 27.

¹⁰ <http://vidasimples.abril.com.br/edicoes/017/04.shtml>. Acesso em 07 março 2006.

¹¹ LEACH, E. **As idéias de Lévi-Strauss**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1970, p. 53.

¹² Id.

¹³ Ibid, p. 55.

conversam com animais ou casam com esposas animais, vivem no mar ou no céu, desempenham feitos mágicos como coisa normal e esperada.¹⁴

Qual a linguagem simbólica dos mitos? O que eles representam?

Os mitos são essencialmente narrativas mágicas ou maravilhosas, que não se definem apenas pelo tema ou objeto da narrativa, mas pelo modo de narrar, isto é, por analogias, metáforas e parábolas.¹⁵ Segundo Eliade¹⁶ os indígenas diferenciam os mitos que são chamados de histórias verdadeiras, das fábulas ou histórias falsas, pois as fábulas e lendas têm um conteúdo profano e contam proezas, de caráter maravilhoso e são embelezadas pela imaginação popular.

Os mitos da cultura Kaingáng modificaram-se com o passar do tempo por serem transmitidos através da tradição oral, no entanto, temos o sentimento de continuidade com relação à tradição, na perduração dos mitos e valores culturais transmitidos por meio da herança social, pois “aquele que recita os mitos deve ter dado provas de sua vocação e ter sido instruído pelos velhos mestres”.¹⁷ Recitar um mito exige um grande esforço de memorização, pois é fruto de um trabalho cumulativo de informações e saberes, “sob a pressão de fatores de interesses privados, ou eletivos, e deve-se mesmo colocar em princípio que, devido a esse fato, nenhuma versão dada pelo mesmo indivíduo pode ser idêntica à precedente”.¹⁸

A contribuição do povo Kaingáng é aqui manifestada através de seus mitos transformados e incorporados no seu viver. A sabedoria indígena repassada por seus parentes em longas conversas, perpetuando o conhecimento através da oralidade.

Este artigo pretende analisar o mito de origem dos Kaingáng por este estar relacionado com a sua cosmogonia, concepção de mundo e o nascimento de seu povo, abarca os mitos religiosos e se estendem além deles até um plano invisível onde humano e animais se relacionam como iguais.

Analisamos, a seguir o mito transcrito por Curt Nimuendajú (1913) e a narrativa presente entre os Kaingáng. Abordaremos o relato feito pelo professor Pedro Kresó (2001) observando as permanências, reelaborações e transformações. Fazemos uso da etno-história, trabalhamos com a metodologia da história oral, com os mecanismos da memória e a mitologia indígena, além de fontes

¹⁴ Ibid, p. 54.

¹⁵ CHAUI, op.cit., p. 36.

¹⁶ ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 13.

¹⁷ Ibid. p.128.

¹⁸ GUIART, J. **Chaves da etnologia**. Paris: Ed. Seghers, 1971, p. 128.

escritas como Herbert Baldus (1937), Telêmaco Borba (1908), Pierre Mabilde (1836), Loureiro Fernandes (1941) e Alfred Métraux (1946).

“A tradição dos Kaingáng conta que os primeiros desta nação saíram do chão, por isso eles tem a cor de terra. Numa serra no sertão de Guarapuava, não sei bem aonde, dizem eles que até hoje se vê o buraco pelo qual eles subiram.”¹⁹ O mito de origem dos Kaingáng faz parte do pensamento de seus ancestrais. É do mito de origem que surge o homem Kaingáng que passa a relacionar-se com a natureza e os animais, fornecendo um significado ao mundo e à sua própria existência.

O relato feito pelo Professor de língua Kaingáng, Pedro Kresó (2001), residente na Terra Indígena Xapecó no oeste de Santa Catarina, nos apresenta a maneira que o povo Kaingáng manifesta a forma de conceber o seu surgimento, seu relacionamento com a natureza, assim como os rituais significativos ao ser Kaingáng, como nomeação, pinturas corporais designadas pelos membros da comunidade de marcas tribais.

Nós nascemos da terra. A gente tem informação que é uma coisa muito antiga, a tradição do povo Kaingáng. Ela, segundo as informações, vem do mundo dos animais. Então tem uma história que diz que nosso povo nasceu da terra, o povo Kaingáng e nós nascemos de um buraco da terra. Só que nasceram dois grupos, primeiro então, nasceu um grupo grande, já digo de várias pessoas e após isso, não sei o intervalo de tempo, nasceu o outro grupo, só que o segundo grupo era menor, com menos número de pessoas. Então nasceram os dois grupos.²⁰

Essa transcrição parcial do mito relatado por Kresó nos remete não apenas ao surgimento de seu povo como também ao fundamento para a organização social dos Kaingáng a partir do surgimento de grupos distintos que estão na base dos relacionamentos e regras para os casamentos. Os irmãos mitológicos na origem dos Kaingáng chefiavam os dois grupos “por nome Kañerú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe um número de gente de ambos os sexos.”²¹

Essa divisão entre Kañerú e Kamé “é o fio vermelho que passa por toda a vida social e religiosa desta nação, o sol é Kamé, a lua Kañerú”,²² sendo que essas metades exógamas ou divisão em clãs, estavam na base da organização grupal, desde o nascer até o morrer, porém segundo a tradição

¹⁹ NIMUENDAJÚ, C. *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993, p. 58.

²⁰ KRESÓ, P. *Entrevista concedida a G. N. L. Silva*, em 2001.

²¹ NIMUENDAJÚ, op.cit., p. 58-59.

²² Id, p. 60.

Kaingáng, “no princípio, tudo, menos os homens já estava na terra. Os Kaingang foram os primeiros homens.”²³

Se contrapondo a essa afirmação de Baldus “no princípio, tudo, menos os homens já estava na terra” nós temos a narrativa de Nimuendajú, que segundo ele, foram os dois irmãos Kañerú e Kamé “que fizeram todas as plantas e animais, e que povoaram a terra com os seus descendentes, não há nada neste mundo fora da terra, dos céus, da água e do fogo, que não pertença ou ao clã de Kañerú ou ao de Kamé.”²⁴

Diferentes estudiosos da cultura indígena fazem narrações peculiares sobre o mesmo mito. Baldus que conviveu com os Kaingáng de Palmas, em 1933²⁵ relatou que o pensamento dos antigos Kaingang, como o de todos os povos primitivos, ocupou-se da própria origem e organização do mundo. A tradição diz que os primeiros Kaingang saíram da terra²⁶. Este registro vem da voz do chefe Kõĩkãng: “A terra pariu-nos e come-nos”, querendo significar, com isso, que, segundo a tradição, os primeiros Kaingang saíram da terra²⁷ e a ela retornarão após a morte, pois segundo Nimuendajú “uma parte deles ficou em baixo da terra onde eles permanecem até agora, e os que cá em cima morrem vão se juntar outra vez com aqueles.”²⁸

A aproximação do povo Kaingáng com a natureza e os animais também ocorreu de maneira singular, pois é no mundo dos animais que buscam o conhecimento da dança e dos cânticos. Antes “não sabiam cantar nem dançar. Em suas reuniões bebiam o quiquy, sentados junto ao fogo; sua bocca, porem estava fechada; por esse motivo suas festas eram monótonas. (...) Dezejavam aprender a cantar e dançar, mas não havia quem os ensinasse; as outras gentes ainda não existiam.”²⁹ Como conseguiriam então se tornarem alegres? Onde buscariam o conhecimento da dança e dos instrumentos musicais?

Seguindo a narrativa de Borba e de Métraux encontramos a seguinte explicação: “Um dia Kayurukré, durante a caça, viu alguns ramos dançando ao pé de uma árvore. Um ramo estava carregado de abóboras, as quais tilintavam e marcavam o ritmo de uma melodia cantada por um ser invisível”³⁰ e

²³ BALDUS, H. **Ensaio de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 5 ed. Vol. 101, 1937, p. 60.

²⁴ NIMUENDAJÚ, op. cit, p. 59.

²⁵ BALDUS, op. cit. p. 15.

²⁶ Ibid., p. 60.

²⁷ Ibid., p. 49.

²⁸ NIMUENDAJÚ, op. cit, p. 58.

²⁹ BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Typ. E Lytog. A Vapor Impressora Paranaense, 1908, p. 24.

³⁰ MÉTRAUX, A. The Caingang. In: **“Handbook of South American Indians”**. Washington, J. Steward, ed. 1946, vol. 1. Trad. J. C. PICCOLI, p. 43.

assim surgem os cantos, as danças e os instrumentos musicais que são utilizados até os dias atuais, nos momentos marcantes do ciclo de vida Kaingáng, seja por ocasião das festas, alegrias, rituais e luto.

Não sabendo ao certo como proceder voltaram no dia seguinte e “aproximaram-se cautelosamente do tronco e escutaram: dahi a pouco viram um pequeno purungo, na ponta de uma varinha, que se movia produzindo um som (...) as varas que estavam encostadas ao tronco, começaram a mover-se compassadamente, ao mesmo tempo que uma voz débil, porem clara, cantava...”³¹ Mesmo sem entender o significado dos cânticos decoraram-nos. Não encontraram ninguém, apenas pequenas pegadas no chão, foi então que movidos pela curiosidade, decidiram examinar o “purungo, encontraram dentro delle pequenas sementes duras, de côr preta. Prepararam outros eguaes; fizeram uma festa, dançaram, e, abrindo a bocca, cantaram os cantos que tinham ouvido, fazendo com as varas nas mãos os movimentos que tinham visto.”³² Desse dia em diante, as festas dos Kaingáng se tornaram alegres, aprenderam outros cantos e inventaram outras danças, mas têm como princípio sempre essas que foram ensinadas aos seus antepassados, mesmo sem compreenderem os significados das palavras.

Esse instrumento musical que os Kaingáng denominam de chocalho serve para dar ritmo às danças e de certa forma, para comunicarem-se com os mortos. Sua confecção é a partir do porongo contendo sementes no seu interior, para produzir ruído e ritmo.

O ensinamento dos cantos e danças que veio do mundo dos animais, a partir da observação, como manifestado no relato de Kresó.

E pelas tantas tinha uma mata e um pessoal andando, de repente um barulho na mata, o povo índio foi chegando mais próximo e estava aquela multidão, aquele barulhão de falas, de assobios, de cânticos, de chocalhos, sopro de flautinhas. Aí o primeiro grupo que nasceu foi se aproximando e eram os animais que estavam na mata e uma festa muito grande dos animais, e todos eles dançando. Então esse primeiro grupo que nasceu, sentaram ali próximo e ficaram assistindo, admirando aquele movimento. E o outro grupo que era o segundo grupo, também veio atrás. Então nesse momento começou a aproximação do povo Kaingáng com a natureza, com os animais. Tinha vários animais onde estavam o tamanduá e a mulher dele, tinha o porco espinho, o tatu, esses grupos estavam dançando até os pássaros estavam dançando. O tamanduazinho veio dançando e ele tinha a marca dele, os símbolos no rosto, o tamanduazinho com a mulher dele e a criança nas costas, então dançaram aqui na frente desse primeiro grupo que nasceu, que era o nosso povo e esse primeiro grupo ficou sendo o grupo Kairu que tem na canção as marcas do povo.³³

³¹ BORBA, op. cit, p. 24.

³² Ibid, p. 25.

³³ KRESÓ, P. Nascer. In: NÖTZOLD, ALV. **O ciclo de vida Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004, p. 13-14.

Para os Kaingáng as duas metades são opostas e se complementam, pois segundo o mito da criação o mundo pertence à metade Kañerú ou Kamé.

O outro grupo que a gente chama de baixinhos, que é o segundo grupo que nasceu, foi o macaco que ensinou a dançar, então vinha dançando a esposa dele também com seu filhinho nas costas, eles vinham, o macaco vinha na frente do grupo dos baixinhos, que é o segundo grupo que nasceu, eram mais baixinhos, mais magrinhos e menos gente, só que eram mais agitados, mais falantes, mais brincalhões, mais gritões. Assim eram os dois grupos diferentes que nasceram o nosso povo, que daí na verdade seria o grupo Kairu que é das bolinhas e o grupo Kamé que é os risquinhos, então são dois grupos diferentes.³⁴

Assim, os Kaingáng manifestam a sua descendência ou pelo temperamento que tiraram dos animais que ensinaram o seu povo, ou pelos traços físicos, pois “dizem que Kañerú e a sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos e resoluções,”³⁵ ou ainda de suas pinturas corporais, que caracterizam a que grupo pertencem dependendo do traço representado por linhas ou círculos, sendo Kañerú relacionados à marca redonda (círculos) e Kamé relacionados à marca comprida (linhas ou risquinhos).

Os relatos presentes na memória dos Kaingáng, ou mesmo as narrativas que já estão registradas na forma escrita nos dão ciência não apenas da origem mitológica de seu povo, mas encontramos referências aos procedimentos para pinturas corporais, relações da organização social e religiosa, rituais, origem dos instrumentos musicais, nomeação dos animais, entre tantas outras informações.

As permanências que percebemos em relação ao mito do surgimento desse povo são significativas do ser Kaingáng, pois nas narrativas encontramos subjetividades que refletem o valor de cada indivíduo, que buscam na sua origem as possibilidades imaginadas que enriquecem na narrativa pela experiência vivida e manifestada nas atividades cotidianas.

A arte de lembrar, rememorar e contar permanece individual, são atos essencialmente pessoais, mas o que temos no ato da narrativa do mito por Kresó são versões do passado elaboradas socialmente em um meio dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente construídos e compartilhados, que são eixos norteadores de coesão da identidade do grupo através da sua memória, sendo assim “é importante que as mudanças não o desintegram, rompendo as relações entre esses traços fundamentais tanto através do tempo com relação aos conteúdos anteriores, como também na manutenção daquilo que

³⁴ Ibid, p. 14.

³⁵ NIMUENDAJÚ, op. cit, p. 59.

permanece como a essência da identidade do grupo”,³⁶ pois a memória é um dos suportes essenciais para a definição dos laços de identidade e de pertencimento de um povo.

Mesmo que seus antepassados não marcassem o tempo por meses ou anos, os Kaingáng sabem que em épocas distantes, imemoriais, algo aconteceu e que foi significativo para o seu povo, que passou a partir daí a contar isso, que “é uma história bem longa, mas interessante”³⁷ merecendo ser visitada e revisitada, pois de certa maneira o grupo passa a viver os seus mitos que são responsáveis pela compreensão significativa que permite uma existência razoável, que permite ao homem viver e lutar contra o que lhe é adverso, distinguindo-os dos demais seres, “traçando caminhos de existência significativa e de comportamentos válidos.”³⁸ Compreender a estrutura, o significado e a linguagem do mito é fundamental, se quisermos ter acesso à cultura Kaingáng, sobretudo ao que remete ao mito de origem, pois é nele que encontramos o mistério que envolve a vida e o “ser” Kaingáng.

³⁶ BARROS, MML. Memória e Família. In: **Estudos Históricos- 3- Memória**. São Paulo: Ed. Vértices, 1989, p. 33.

³⁷ KRESÓ, P. Nacer. In: NÖTZOLD, ALV. **O ciclo de vida Kaingáng**, op. cit., p. 16.

³⁸ LARA, op. Cit, p. 28.

QUANDO A MIGRANTE OLHA PARA RONDÔNIA O QUE ELA VÊ COM OS OLHOS SÓ A SUA ALMA DESCREVE

Nara Nörnberg¹

Num trem para lugar nenhum, para nenhum lugar. Quando migrei para Rondônia, não fui em busca de terra ou de uma vida melhor. Penso que fui em busca, em busca de mim mesma, acreditando que *“só se acha quem não tem medo de se perder”*². O leitor pode se questionar: mas por que tão longe? Que relação tem buscar a si mesmo com pesquisa científica? De longe se vê/percebe o que de perto não se pode ver/perceber. Só se pesquisa quando se busca. Ir para Rondônia é como pegar um trem para lugar nenhum, para nenhum lugar.

Em janeiro de 1998, deixo o Rio Grande do Sul rumo a Ji-Paraná – RO. Rondônia configurou-se em meu olhar migrante como um marco, um divisor de águas, um antes e um depois. Uma Nara, outra Nara. As fronteiras que limitam meu andar/pensar se redefiniram em um contínuo movimento, e dentro de mim os atos, as pessoas, deixaram de passar, e começaram a acontecer. Essa metamorfose ocorreu a partir do choque cultural – cultural porque Rondônia representa, de uma forma muito peculiar, um lado bem brasileiro do Brasil, muito diferente do que se tem no Rio Grande do Sul, um Estado colonizado em grande parte pelos europeus; político – porque as regras sociais são outras; ainda se regem pela lei do mais forte; não que nos outros estados e inclusive no Rio Grande do Sul não aconteça isso, porém, em Rondônia, a lei /normas e condutas são estruturadas com base nos pressupostos de quem as delega e/ou executa; social – porque os grupos sociais têm uma dinâmica bastante singular que é a sua condição de migrante. O que se percebe é um grau de afetividade e solidariedade muito expressivo e acolhedor. Todas essas faces na minha face se projetaram e possibilitaram-me um crescimento pessoal e profissional muito significativo, levando-me a perceber o

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

² Esta fala é da Professora Dra Cleoni Barbosa Fernandes. Creio que este processo é inerente àquele que se posiciona como sujeito do conhecimento, conhecimento seu e do outro.

quanto minha visão sobre a educação fundamentava-se em pressupostos bairristas e sem muita conexão com a realidade experimentada naquele momento.

Eu, migrante/professora e arqueóloga de meu tempo, desconstruidora de meu espaço, encontro, neste tempo e espaço de estar/ser migrante/professora em Rondônia, a verticalidade/horizontalidade necessária para corporificar minha investigação. A verticalidade de que falo refere-se à carência de profissionais com “formação”; a horizontalidade refere-se ao Programa de Formação de Professores em Exercício/Leigos – PROFORMAÇÃO. O ponto de encontro entre a verticalidade e horizontalidade se dá no expressivo número de professores leigos em Rondônia. Diante desses fatos, advogo por pesquisar sobre a formação do professor leigo na cidade de Ji-Paraná – Rondônia. O leitor, ao se deparar com uma proposta de investigação em Rondônia, deve, no mínimo, achar estranha a escolha. No entanto, neste Brasil multifacetado e em termos de educação muito dilacerado, propor uma investigação em Rondônia é convidar o leitor a conhecer um outro Brasil. O que é um desafio, da mesma forma que o é ser migrante em Rondônia.

A partir deste momento, tentarei retratar um pouco o que é e como é Rondônia, lembrando que, por mais imparcial que tente ser, são os meus olhos que vêem e é a minha alma que relata.

Da janela do trem³ eu vejo... Rondônia integra a região amazônica, cuja paisagem oscila entre a mata altaneira, vegetação rasteira típica do sertão, e os descampados, cujo fim parece estar no horizonte. A vegetação rasteira assim se manifesta por causa do desmatamento. Durante o percurso, o limiar da fronteira me acompanha, não só entre os estados, mas também entre os países – Paraguai e Bolívia; são aproximadamente de 200km a 300km que demarcam este limiar. À beira da estrada, pequenas palhoças, onde as pessoas vendem pamonha, caldo de cana, suco de cupuaçu e castanha, entre outras coisas. Ao longo do caminho, a pele clara, os cabelos e os olhos claros vão sendo paulatinamente substituídos pela pele morena - cor de jambo⁴, pelos cabelos escuros, pelos olhos em sua maioria também escuros, algumas vezes claros – verdes em luminoso contraste com pele morena,

³ Trem – Termo utilizado em Rondônia para designar um momento de estranhamento. A expressão pode referir-se a um fato, a um lugar, a uma pessoa ou a um objeto.

⁴ Expressão popular utilizada para designar pessoa de pele morena que se assemelha a cor do fruto do jameiro.

perfilando uma beleza diferente, bem brasileira, acrescida de uma afetividade tipicamente latina. E devo admitir que me senti bem mais brasileira quando estive em Rondônia do que durante os longos anos em que morei no Rio Grande do Sul, embora eu tenha características físicas típicas dos imigrantes alemães, uma das etnias que colonizaram o Rio Grande do Sul.

Sendo parte integrante da Amazônia, o Estado de Rondônia é considerado fronteira agrícola. Perdigão e Bassegio (1992, p.149) dizem que a fronteira agrícola tem como característica ser um: “[...] *espaço a princípio vazio, para onde são empurrados os contingentes populacionais excedentes dos centros urbanos e do meio rural*”. Entretanto o conceito de fronteira não se restringe somente ao que Perdigão e Bassegio propõem; segundo José de Souza Martins (1997, p.12), não se pode reduzir o conceito de fronteira apenas à fronteira agrícola; para o autor, fronteira é: “[...] *na verdade um ponto limite de territórios que se redefine continuamente, disputado de diferentes modos por diferentes grupos humanos*”. Este ponto limite constitui-se através da luta pela sobrevivência, por uma vida mais digna. Luta esta que se trava em um cenário de *intolerância, ambição e morte* (MARTINS, 1997, p. 11). A fronteira é o lugar onde se pode observar os desencontros do homem, mediados pela maneira como os diversos grupos se organizam, se desorganizam, se reproduzem, se constituem no limiar da história como sociedade. Desse modo, ela não se reduz ao geográfico, sendo “[...] *muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, fronteira do humano*” (MARTINS, 1997, p. 13). A fronteira sou eu, é você, é antropofagicamente nós, sendo assim, é o que constituímos e redefinimos continuamente como lugar, como nosso lugar. Como afirmei no início deste capítulo, as fronteiras que limitam meu andar/pensar se redefiniram em um contínuo movimento, sobremodo humano, imbricado de sonho e esperança.

A partir dessa concepção de fronteira, que não é apenas geográfica, mas também humana, é que se dá a ocupação/exploração do Estado de Rondônia, que teve seu início em meados do século XVII,

quando ingleses, franceses e holandeses buscavam explorar as “drogas do sertão”⁵. A ocupação humana data do começo do século XVIII, quando foram descobertas as jazidas de ouro no rio Coxipó-Mirim⁶. Pode-se dizer que a ocupação das terras rondoniense obedece aos ciclos de extração do ouro e da borracha e à exploração das chamadas “drogas do sertão”. Entretanto, no século XX, com o processo de capitalização do campo na região sul e os movimentos do campo que eclodiam na região nordeste é que o Governo Federal abre oficialmente as portas das fronteiras da região amazônica através dos projetos de colonização oficial ou particular. O que subjaz a essa abertura, segundo Martins, é que:

É a partir dessa concepção da questão agrária, portanto, que a Amazônia é incorporada à situação social e à estrutura de relações sociais, econômicas e de poder que constituem a base contemporânea das lutas camponesas pela terra no Brasil. [...] as lutas pela terra na Amazônia não são corretamente entendidas se analisadas separadamente das lutas pela terra que ocorrem em todas as regiões do país. (MARTINS, 1984, p. 33-34).

Os migrantes que para lá se deslocaram vieram para se estabelecer na área do comércio e, principalmente, na agricultura e agropecuária, advindos em grande parte do centro-sul, sul e do nordeste. Poucos desses tornaram-se latifundiários, pois vieram do sul capitalizados para tal. A maioria ficou esperando a demarcação das terras nos projetos de assentamentos, alguns tornaram-se empregados das grandes propriedades, e outras centenas morreram em decorrência das doenças da selva. A estimulação destes deslocamentos populacionais, através de propagandas oficiais ou das agências particulares, trazia em seu bojo a finalidade de aliviar as tensões no campo principalmente no

⁵ O termo drogas do sertão refere-se a essências do tipo anil, cacau, baunilha, pau-brasil etc. (MATIAS, 1998, p.23) utilizo este autor por ele ser um autor orgânico. Porém José de Souza Martins, em sua obra *Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano*, define como drogas do sertão a coleta do látex e da castanha. (MARTINS, 1997, p. 147)

⁶ Afluente do Rio Cuibá – MT (MATIAS, 1998, p. 23)

sul e no nordeste, por isso a alta concentração de sulistas e nordestinos no Estado de Rondônia⁷. Mas não foi só dessa forma que Rondônia foi ocupada/explorada. Francinete Perdigão e Luiz Bassegio (1992), em sua obra “*Migrantes Amazônicos – Rondônia – A trajetória da ilusão*”, relatam que em 03 de fevereiro de 1911 desembarcaram no Porto de Santo Antônio em Porto Velho aproximadamente quatrocentas e quarenta e uma pessoas, advindas da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, que não vieram à procura de terra, mas sim para o trabalho escravo na linha telegráfica – Rondon.

Dentro deste contexto, percebe-se que, na cidade de Ji-Paraná, concentrou-se uma gleba de migrantes capitalizados. Tal fato não alijou Ji-Paraná das agruras do processo de colonização; a fala do marido (ex-agricultor) de uma das professoras entrevistada revela isso: “*Debaixo desse chão tem muita gente morta, que morreu lutando pela terra*”. (Entrevista com a professora MDC). O município mantém a sustentação econômica através das produções agrícolas e agropecuárias. Ji-Paraná é uma cidade com aproximadamente cento e seis mil setecentos e sessenta e oito habitantes, cuja concentração é maior na área rural. É mister dizer que a mistura de sonho, tragédia, ilusão e espera/esperança que acompanhou a rota de migração acompanha os programas de formação de professores⁸ e configura hoje o Estado de Rondônia na mesma proporção de desigualdade do início da colonização/exploração.

Essa trajetória de sonho e espera/esperança não constituiu somente a colonização e criação do Estado de Rondônia, mas também influenciou a trajetória da educação. Era necessário organizar um sistema escolar para oferecer educação básica aos migrantes que se instalavam ao longo da BR 364, rodovia que liga a região norte ao resto do país. Um dos primeiros professores licenciados a chegar em Vila de Rondônia⁹, professor ALM, imigrante espanhol, veio para lecionar, e foi um dos mentores desta organização.

⁷ As tensões no campo na região sul são em parte fruto da disseminação da soja e do trigo, cujo plantio requer uma grande extensão de terra. Com isso gerou-se a expulsão dos pequenos lavradores, os quais se lançaram rumo ao Mato Grosso e a Rondônia (MARTINS, 1984,p. 37).

⁸ Objeto de estudo dessa pesquisa.

⁹ Rondônia tornou-se Estado na década de 80, antes era considerado Território Federal, e Ji-Paraná chamava-se Vila de Rondônia.

Eu me lembro muitas vezes chegava quantidades de famílias, iam entrando naqueles paus-de-arara (para serem levados as linhas¹⁰ para fazer a colonização destas áreas) e ficavam lá isolados, sem estradas, sem nada... Vinha a malária e metade daquela gente morria e não tinha recursos [...] eles diziam: nós temos um monte de crianças por lá (em meio a mata) e não temos escola. Então eu pedia para eles fazerem uma escola de pau à pique, com palhas de coqueiro. E eu providencio professor. Eu contratei quantidade de professores, centenas de professores leigos. Você tinha o quarto ano eu te contrato. Por quê? Porque eu não tinha outro para ensinar a ler e a escrever. Era aquele mesmo. (Entrevista com o Professor ALM em Abril de 2003).

E desta forma deu-se início à organização das escolas em Ji-Paraná – Rondônia. Atualmente¹¹ a rede de ensino municipal é responsável pelo Ensino Fundamental, configurado por seis escolas na área urbana e cento e quarenta e oito escolas na área rural, atendendo a uma comunidade de aproximadamente mil cento e novena e oito alunos na área urbana e dois mil quinhentos e sessenta e quatro alunos na área rural. As questões econômicas, o desvio de recursos somados à questão geográfica, ou seja, o isolamento dos colonos, e por consequência das escolas, influenciam o processo educacional e de formação de professores no Estado. Somente na década de 70 é que começaram a chegar a Rondônia os primeiros professores com graduação; um deles, citado no parágrafo anterior, assumiu o posto de delegado de ensino e passou a “laçar” pessoas que soubessem ler e escrever e que estivessem dispostas a trabalharem como professores. A realidade educacional em Ji-Paraná - RO parece atender aos anseios de uma política de alienação. Em outras palavras, quanto menos acesso ao conhecimento e às ferramentas que possibilitam a construção deste, mais facilidade terá e tem a classe dominante de dirigir a sociedade.

Entretanto o que se percebe é que a formação dos professores em Rondônia ainda está muito centrada na formalização da equidade de titulação. Não que a busca da titulação seja ruim, mas somente a titulação por titulação não me parece ser o melhor caminho, pois dificulta o processo de

¹⁰ No caso de Rondônia as linhas são estradas de terra sem bifurcação que conduzem aos sítios e fazendas.

¹¹ Ano de 2000.

desalienação. Como salienta Althusser, ao dizer que “*A Universidade e a Escola deixando de ser uma conquista da humanidade [...] tornam-se [...] máquinas de sujeição ideológica*” (ALTHUSSER, 1995, p.17), produzindo e perfilando o epistemicídio da educação do migrante no que se refere à construção e apropriação de conhecimentos mediatizados pelos saberes adquiridos pelas experiências vividas por estes docentes ao longo de sua trajetória.

Nesse sentido, a história da educação no Estado de Rondônia foi marcada por projetos, durante as décadas de 70, 80 e 90, que tinham como meta a “qualificação do profissional” da educação. A qualificação perfilada nestes projetos implicava capacitação, treinamento de habilidades e titulação cuja base de organização predominante era o método modular. Em Ji-Paraná – Rondônia tem-se conhecimento de três projetos em nível de formação de professores, que antecedem o programa PROFORMAÇÃO (Programa de Formação de Professores em Exercício/Leigos): o Projeto Logos I, Projeto Logos II e o Projeto Fênix.

Os Projetos Logos I e II foram modelos trazidos do Estado do Paraná, na década de 70. Logos I correspondia ao Ensino Fundamental e Logos II correspondia ao Ensino Médio - Habilitação Magistério. Já o Projeto Fênix – Curso de Suplência Profissionalizante em nível de 2º Grau – Habilitação Magistério, que contemplava também o Ensino Fundamental, data da década de 90. Ambos eram desenvolvidos pelo CES – Centro de Estudos Supletivos, e NACES – Núcleos Avançados dos Centros de Estudos Supletivos. Na prática eram modulares e funcionavam no mesmo sistema do Supletivo que temos nos dias de hoje. É importante ressaltar que, em Ji-Paraná – RO, não existe nenhum material explicativo sobre esses projetos. As informações aqui transcritas são fruto de entrevistas com professores que hoje trabalham na SEMED – Secretaria Municipal de Educação. Todo o material referente a esses projetos foi queimado, sendo esta uma prática comum que costuma ocorrer na troca de governo ou de secretariado. O que pude recuperar foram alguns módulos do Projeto Logos II e o Manual de Instruções sobre a Escrituração Escolar no Projeto Fênix, isso através de professores que cursaram esses programas e gentilmente cederam-me estes materiais.

A importação destes projetos e o aligeiramento promovido por eles na formação dos professores buscaram dar à educação, em Ji-Paraná – RO, uma roupagem que possibilitasse crer na qualificação dos professores, configurando assim uma aparência não condizente com as necessidades reais que vão

além da mera titulação. Segundo Santos (2001, p. 331), “[...] a distribuição entre aparência e realidade nem sempre faz sentido e quando faz é sempre relativa e a aparência não é necessariamente o lado inferior do par”. A crise entre aparência e realidade ocorre em meio e devido a uma alteração profunda e irreversível que atinge os fundamentos da ciência moderna, ou seja, não é mais possível aplicar as leis e os processos epistemológicos e metodológicos das ciências naturais para as ciências sociais. Assim, penso ser isso que pode estar acontecendo com a educação em Ji-Paraná. Na presença dos fatos aparentes ou reais, pode-se levantar como hipótese que o PROFORMAÇÃO é mais uma tentativa de qualificação do profissional da educação, entendida como titulação, através do método modular.

Diante disso, faz-se necessário analisar, de forma mais detalhada a organização do PROFORMAÇÃO, sua estrutura e funcionamento. Afinal quem e o que é o PROFORMAÇÃO? O PROFORMAÇÃO nasce de uma necessidade político-educacional de habilitar os professores leigos em exercício nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) pelos estados e municípios possibilitou-se financeiramente a habilitação destes professores, habilitação esta exigida pela lei. Com isso, os dirigentes partiram em busca de parcerias para efetivar o cumprimento do dispositivo legal, ou seja, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional número 9394/96, artigo 87, parágrafo 3º, inciso III, a qual delega que: “§3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverão: III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância. (LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996)”.

A UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e o CONSED (Conselho Nacional dos Secretários de Educação), nesta busca, identificaram na SEED (Secretaria de Educação a Distância) a esperada parceria para pôr em prática a implantação de um programa de formação de professores em exercício, “[...] que pudesse ser implantado dentro dos princípios de qualidade”¹². Em 1996, após várias reuniões entre a UNDIME e a CONED, decidiu-se designar a professora Silke Weber

¹² Disponível no site do Ministério da Educação - <http://www.mec.gov.br/seed/profm/default.sthm>.

(em tempo Secretária Estadual de Educação em Pernambuco), para formular uma proposta pedagógica que serviria como base de negociação na formulação de um programa. No final de 1997, a “idéia” de um programa de formação de professores em exercício ganha corpo com a inclusão do FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola), que viabilizou a constituição de um Grupo de Trabalho, seguido da contratação de uma consultoria pedagógica cuja tarefa era coordenar e formular a concepção pedagógica e a definição de mecanismos de operacionalização e implantação do Programa. Em 1998, no *workshop* estavam reunidos os representantes das Secretarias Estaduais de Educação e das Universidades Federais de dezenove estados compreendidos pelo FUNDESCOLA e pela UNDIME, principalmente das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além dos representantes da UNESCO, quando discutiram a proposta pedagógica operacional visando à implantação do Programa no início de 1999.

Em junho de 1998, iniciam-se a seleção e a organização de equipes de especialistas nas áreas temáticas para elaboração e produção do material didático – Guia de Estudos e Vídeos. O Programa - PROFORMAÇÃO (Programa de Formação de Professores em Exercício/Leigos) teve sua implantação inicial, em caráter experimental, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 2000, o PROFORMAÇÃO expande-se, atingindo o Estado de Rondônia. Esse breve histórico sobre a elaboração do PROFORMAÇÃO torna-se importante não só para revelar seus progenitores, como também para subsidiar a análise sobre a permanência ou não de seu discurso oficial, independente do estado em que é implantado.

O PROFORMAÇÃO é desenvolvido em quatro módulos com duração de três mil e duzentas horas, as quais são distribuídas em quatro semestres e dezenove semanas. Cada módulo é subdividido em oito unidades, sendo trabalhada uma unidade por quinzena. Cada módulo compreende duas fases: a primeira chama-se Fase Presencial, que se concentra no período de seis horas/aula ministradas por professores formadores¹³ no início de cada semestre letivo. Isso ocorre nas Agências de Formação credenciadas; a segunda chama-se Fase a Distância, distribuída por todo o semestre letivo, abrangendo

¹³ Professores Formadores são aqueles que foram selecionados segundo as áreas temáticas e fazem parte das AGFs Agências Formadoras – Manual de Operacionalização, Brasília - 2000.

atividades de estudo apoiadas em material didático auto-instrucional e prática pedagógica orientada, de modo que o Professor Cursista trabalhe os conteúdos do curso na perspectiva de suas atividades docentes. Ocorre, ainda, o que se poderia chamar de Fase semipresencial, e que pelo PROFORMAÇÃO é denominado de Reuniões de Sábado. Acontecem quinzenalmente. São reuniões de estudo e trabalho apoiadas em material didático, textos e vídeos e visam à aprendizagem interativa dos Professores Cursistas (PCs). As reuniões são orientadas pelos Tutores (TRs), que são professores treinados pelos Professores Formadores (PFs) nas Agências Formadoras (AGFs) para orientarem, supervisionarem e auxiliarem os PCs na superação das dificuldades teórico-práticas. A meta do Programa é equilibrar as diferenças regionais em termos “qualitativos” que, para o PROFORMAÇÃO, segundo o Guia Geral, requer “*utilização de uma sistemática envolvendo material impresso e fitas de vídeo [...]*” (CUNHA, 2000, p.15) acrescido da articulação entre os PCs, TRs e a AGF e “quantitativos” no sentido da erradicação do professor leigo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Considerando esse conjunto de informações que, de alguma forma, apresentam o PROFORMAÇÃO e, instigada por elas, propus-me neste trabalho investigativo a analisá-las para melhor entendê-las. Penso que, ao fazer isso, posso perceber os impactos provocados pelo programa na formação do professor leigo em Ji-Paraná.

As possibilidades e os limites gerados pelo Programa na formação dos professores

Sustentado por este contexto, e tendo como um dos objetivos principais a erradicação do professor leigo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Programa proporcionou uma significativa redução no número de professores leigos, na cidade de Ji-Paraná. Hoje se estima que haja ainda um percentual de 3% a 5% de professores leigos. Faz-se necessário salientar que, embora o Programa tenha nuances de uma política compensatória, estes dados registram algo mais: as mudanças atitudinais – os professores cursistas apropriaram-se de novas técnicas, desenvolveram novas formas de organização da sala de aula e do planejamento valorizando o saber cotidiano do aluno; mudanças na concepção de docência – redescoberta da própria docência, assumindo-se como professor – agora não mais leigo. Em contraposição às possibilidades destaco alguns limites: apropriação de vocábulos educacionais sem

conexão com o conhecimento inerente a esses; a disputa de campo entre os professores formadores (que, em sua maioria, eram professores de área) e os professores tutores (que, em sua maioria, eram pedagogos); e, principalmente, o fato de que em alguns aspectos o professor leigo ainda continua leigo.

A necessária possibilidade – superação

Parece-me cada vez mais difícil fazer algo para além do que já foi feito com relação a formação do professor; entretanto é viável refletir sobre o que o professor faz da e com a sua formação. Para mediar esta caminhada nada mais adequado do que apropriar-me da idéia de espera/esperança é que a formação passe a ser construída com e em favor do professor. E que este possa se perceber e se assumir como autor de sua formação junto aos seus pares, com compromisso e afeto. Como afirma Freire (1998, p. 64), *“É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”*. O ato de comungar idéias com seus pares na construção emancipatória de sua própria formação pode possibilitar a reinvenção da educação de acordo com as necessidades e interesses dos professores envolvidos, sem centralizar a preocupação em conteúdos programáticos, etapas e guias, mas sim no sentido/significado que o comungar das necessidades e curiosidades há de revelar no decorrer de seu processar.

O ato de comungar idéias com seus pares na construção emancipatória de sua própria formação pode possibilitar a reinvenção da educação de acordo com as necessidades e interesses dos professores envolvidos, sem centralizar a preocupação em conteúdos programáticos, etapas e guias, mas sim no sentido/significado que o comungar das necessidades e curiosidades há de revelar no decorrer de seu processar. Tudo isso porque acredito que *“Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança”* (FREIRE, 1998 p. 91). Entrego-me a este sonho, mas não sonho só; a Professora Cursista MDC acompanha-me quando diz: *“Então [...] eu sonhava que a educação tinha que mudar, [...] mas eu não sabia como. Mas eu queria uma evolução na educação. [...] da pessoa ter liberdade de educação, ter liberdade de se posicionar em uma sala de aula”*.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Gerais, 1985.

ANDRÉ, Marli Dalmazo Afonso. **Etnografia na prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Traduzido por Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____; PASSERON, Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Traduzido por Reinaldo Bairão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1992

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Legislação Correlata. Bauru, SP: EDIPRO – Edições Profissionais Ltda, 1997.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Guia Geral do PROFORMAÇÃO**. 2 ed. Brasília: MEC – FUNDESCOLA, 2000.

FÁVERO, Osmar. HORTA, José Silverio Baia. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Políticas Educacionais no Brasil: Desafios e Propostas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.83, p.5-14, nov. 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

Ji-PARANÁ. Ji-Paraná. **Lei Orgânica do Município**. Ji-Paraná: Câmara Municipal, 1990.

MATIAS, Francisco. **Pioneiros – Ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho, RO: Gráfica Editora Maia LTDA, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil** (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

_____. **Fronteira – A degradação do Outro nos confins do Humano**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MENEZES, Mindé Badauy (org.). **Manual de Operacionalização**. Coleção Magistério. Brasília: FUNDESCOLA – SEED/MEC, 2000.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Portugal: Dom Quixote, 1995.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos - Rondônia: A trajetória da Ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice – O social e o político na modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, Geni A. Nader (org.). **Como me fiz professora**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

A IMPRENSA EDUCACIONAL PERIÓDICA E OS LIVROS ESCOLARES DOS IMIGRANTES ALEMÃES NO RIO GRANDE DO SUL, 1870-1939

Lúcio Kreutz¹

Para entender a questão da imprensa pedagógica entre imigrantes alemães, no Brasil, é importante levar em consideração sua tradição cultural e escolar de origem, sua forma de inserção e de localização na vida social, cultural e econômica do Brasil. Por exemplo, a forma de inserção no Estado de São Paulo como mão-de-obra urbana ou em fazendas de café foi diferente daquela do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, em que predominou a concentração em núcleos rurais, inicialmente bastante isolados, mas etnicamente homogêneos. A formação desses núcleos rurais, com homogeneidade étnica, foi favorecida pela política oficial de imigração e também foi uma tendência entre imigrantes, já que a homogeneidade favoreceria a formação de estruturas de apoio mútuo com base na própria tradição cultural.

Nessas circunstâncias, as colônias “alemãs”, “polonesas”, “italianas” e “japonesas”, isoladas por longo período, empreenderam ampla estrutura de apoio ao processo escolar, religioso e sócio-cultural, com características de seus países de origem. A organização física dos núcleos rurais tinha como princípio que determinado número de imigrantes (de 60 a 100 famílias) se instalasse em torno de um centro para a comunidade, com infra-estrutura de artesanato, comércio e atendimento religioso-escolar. Essas seriam condições básicas para a integração entre os moradores. Sem essa estrutura física dos núcleos rurais, propiciando a interação entre os imigrantes, não teria sido possível a rede de organizações sociais, culturais e religiosas a dinamizar suas instâncias coletivas. Estudos mostram que os imigrantes, especialmente os que vieram ao Brasil no século XIX, normalmente conservavam alguma forma de identificação étnica em relação ao idioma, à organização religiosa, associativa e escolar de origem.

Importa observar ainda que entre os grupos étnicos que investiram no processo escolar houve bastantes diferenças nas iniciativas e ênfases. A partir das fontes dos imigrantes, o Brasil chegou a ter em torno de duas mil e quinhentas escolas étnicas, das quais 1.579 eram de imigrantes alemães com a seguinte distribuição por estado: Rio Grande do Sul, com 1.041; Santa Catarina, com 361; Espírito Santo, com 67; São Paulo, com 61; Rio de Janeiro, com 16 e mais 33 espalhadas nos outros estados. Entre 1870 e

¹ Com a participação de Camila Gardini e Carla Kerkoff, bolsistas IC.

1939, os imigrantes poloneses chegaram a ter 349 escolas étnicas, os italianos 167 (em 1914 eram 396) e os japoneses 178 (Kreutz, 2003, p. 355). Outras etnias de imigrantes também tiveram suas escolas, embora em número bastante menor. Os números de escolas aqui apresentados são bastante discrepantes, dependendo das fontes. Atribuo-o às tensões com o poder público no período da nacionalização compulsória. Importa ainda observar que o Brasil teve número mais elevado de escolas da imigração alemã do que os demais países da América Latina. Enquanto no Brasil as escolas da etnia alemã chegaram a 1.579, na Argentina foram 204, no Chile 45, no Paraguai 25 e seis no Uruguai. Esta diferença deve-se especialmente às políticas de imigração de cada país e ainda, como fator importante, às diversas formas de localização geográfica e de inserção sócio-cultural e econômica.

Outro aspecto importante a ser considerado é que o número de escolas não é proporcional ao número de imigrantes dos diversos grupos étnicos. Até a década de 1940 haviam chegado ao Brasil em torno de 1.513.000 italianos, 1.462.000 portugueses, 598.000 espanhóis, 250.000 alemães, 188.000 japoneses, 123.000 russos, 94.000 austríacos, 79.000 sírio-libaneses, 50.000 poloneses e diversos outros grupos étnicos em número menor (CARNEIRO, 1950). Estes números indicam a grande diferença quanto às escolas étnicas entre imigrantes no Brasil.

O primeiro grupo de imigrantes vindos ao Brasil após a Independência, foi o dos alemães, chegando ao RS em 1824. Era um momento histórico de muita efervescência em torno da idéia de formação dos Estados Nacionais, independentes e laicos. Tomando o Estado e não a Igreja como referência maior de poder na organização da sociedade, entendia-se, tanto nos países europeus, como na América, que a escola seria a instância privilegiada para a formação de uma sociedade forte e independente. Essa idéia, considerada como uma das bandeiras da Revolução Francesa, foi aprofundada a partir de então por Kant e Fichte. Estes pensadores entendiam que um povo só seria forte e independente se fosse formado e unido em torno de princípios comuns, a partir da base racional, o que era visto como tarefa principal da escola. Por isso, nas regiões de língua alemã iniciou intensa mobilização para a organização de escolas para toda a população. Naquele momento histórico, a Prússia estava sendo reconhecida como a região que tinha conseguido organizar melhor o sistema escolar, tanto que muitos países da Europa e da América enviaram para lá observadores com o objetivo de obter subsídios para a implantação de uma rede de ensino público para seus países.

A maior parte dos imigrantes alemães —, próximo a 90% —, vieram alfabetizados ao Brasil. Estavam conscientes da importância da escola para seus projetos sociais, políticos e culturais. Não foi o único grupo étnico a organizar escolas, mas foi quem as organizou em maior número e com mais ampla estrutura de apoio.

As escolas da imigração não eram homogêneas. Torna-se necessário distinguir entre escolas urbanas e escolas de núcleos rurais. Também era possível constatar acentuada diferença entre os diversos grupos étnicos quanto às iniciativas escolares e, especialmente, quanto à estrutura de apoio elaborada para as mesmas. Em relação aos imigrantes alemães, foco deste ensaio, as escolas étnicas eram ou urbanas, ou de ordens e congregações religiosas ou de núcleos rurais. Os imigrantes que se estabeleceram em centros urbanos, especialmente os vinculados ao comércio, indústria e profissões liberais, formaram associações para manter as chamadas “escolas alemãs” (*Deutsche Schule*), situadas no Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Blumenau (SC), Joinville (SC), Porto Alegre (RS), Pelotas (RS), Rio Grande (RS) e Novo Hamburgo (RS). Eram escolas laicas, geralmente de boa qualidade, nas quais também foram aceitos alunos não pertencentes ao respectivo grupo étnico. O currículo atendia às exigências nacionais e era complementado com aspectos da cultura alemã, ficando o mais próximo possível ao currículo praticado na Alemanha. Estas escolas eram bastante conhecidas e ainda hoje existem as equivalentes em algumas capitais de estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Pelas pesquisas realizadas até o momento, ainda não se sabe o número desse tipo de “escolas alemãs”, no entanto, foi pequeno, possivelmente em torno de uma dezena.

Diversas ordens e congregações religiosas também mantiveram escolas, especialmente em centros urbanos. Estas eram escolas confessionais, não diretamente étnicas, todavia com muitas características da tradição cultural do país de origem da ordem ou congregação que as mantinha. Estas foram destinadas à formação de lideranças e, embora também não fossem muitas, eram consideradas de boa qualidade e exerceram função relevante nesse aspecto. As “escolas alemãs” e as confessionais tiveram seus alunos especialmente da classe média.

No entanto, o maior número das escolas da imigração alemã foi de escolas étnico-comunitárias de núcleos rurais, compondo mais de 90% do total das escolas desse grupo étnico. E estas escolas não se desenvolveram de forma isolada, cada uma restrita a seu núcleo populacional. Elas foram assumidas como prioridade pelas Associações dos imigrantes alemães e também estavam vinculadas a uma instância maior, isto é, à igreja

católica e/ou evangélica. Ademais, eram escolas étnicas porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes. Assim, parece mais adequado denominá-las escolas étnico-comunitárias, confessionais. Em 1931, as associações de professores da imigração alemã fizeram um levantamento de suas escolas. Constatou-se que das 1.345 escolas étnico-comunitárias da imigração alemã, 705 estavam vinculadas à Igreja Evangélica Luterana, 451 à Igreja Católica e 169 eram mistas. No Rio Grande do Sul a vinculação confessional das escolas da imigração alemã foi maior que noutros estados, tendo 911 escolas comunitárias vinculadas a uma confissão religiosa e apenas 41 escolas mistas (Cem anos de germanidade no RGS, 1999, p. 503 e 504).

Este dado é importante porque foi a homogeneidade étnica e confessional dos núcleos rurais que facilitou a coordenação do processo escolar por parte das respectivas igrejas, católica e luterana, com ampla estrutura de apoio para as mesmas. Toda a ação escolar foi planejada, incentivada e reestruturada como um assunto de interesse comum, a partir do estímulo e/ou coordenação da respectiva igreja. Assim, quando se introduziu a obrigatoriedade mínima de quatro anos, a partir de 1900, e de cinco anos, a partir de 1920, isto valeu para todas as escolas e localidades, sendo cobrado com sanções religiosas. Em nível confessional, católicos e luteranos tiveram, respectivamente, sua associação de professores, seu jornal do professor, sua escola normal, reuniões locais e regionais de professores, cursos e semanas de estudo, incentivando a produção de material didático específico para as escolas étnicas e organizando, em conjunto, um instituto de pensão e aposentadoria para os professores.

Também nos outros estados, especialmente em Santa Catarina, houve estrutura de apoio para as escolas da imigração, no entanto em número significativamente menor. A Associação Brasileira de Professores da Imigração Alemã elaborou, na década de 1930, uma lista dos professores e das escolas nos estados com imigrantes alemães. Esta lista contém o nome de cada professor, a localidade da escola, o nome da escola, o ano de fundação da mesma, o número de alunos, sua vinculação religiosa e se o professor recebia subvenção ou não do Estado. Trata-se de cópia manuscrita, encontrável no Instituto Martius Staden, em São Paulo.

Nos estados com número expressivo de imigrantes, houve convivência relativamente pacífica destes com o poder público, registrando-se estímulo governamental para as escolas étnicas até a Primeira Guerra Mundial. A partir de 1920 ocorreu progressivo decréscimo das escolas étnicas. Nesse momento São Paulo estava sendo o

centro de discussão de referenciais para a concepção de Nação, Cidadania e Nacionalidade. Nos estados em que os imigrantes se encontravam mais concentrados em área rural, o número de escolas étnicas ainda foi aumentando até a década de 1930, ocorrendo um processo de nacionalização preventiva, em que o governo abria escolas públicas junto às étnicas, porém sem impedir as iniciativas dos imigrantes.

A partir da tendência política crescentemente nacionalista, as escolas étnicas já foram vistas com mais restrição. E, em 1938/9, com a nacionalização compulsória, foram fechadas ou transformadas em escolas públicas por meio de uma sequência de decretos de nacionalização. No presente ensaio delimito-me à imprensa pedagógica da imigração, de 1870 até sua supressão com a Campanha da Nacionalização, em 1939, enfocando a experiência dos imigrantes alemães, especialmente no Rio Grande do Sul, estado em que as escolas étnicas tiveram maior expressão, com significativa estrutura de apoio e ampla produção de livros didáticos. A partir dessas informações introdutórias, apresento inicialmente a tradição escolar dos imigrantes alemães a partir de sua terra de origem, trato do contexto favorável que encontraram no Brasil para organizar as escolas étnicas e, em sequência, apresento suas iniciativas relacionadas com a imprensa educacional. Delimito o texto à imprensa pedagógica relacionada com as escolas étnico-comunitárias dos núcleos rurais de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul, de 1870 a 1939, quando essa imprensa em língua alemã foi proibida pelo processo de Nacionalização do ensino.

Em 1991 a UNISINOS formou o Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETB), transformado posteriormente em ADOPE (Acervo Documental e de Pesquisa) com o objetivo de formar um acervo e de pesquisar as fontes da imigração alemã, especialmente no Rio Grande do Sul. Estou integrado com os demais pesquisadores desse Núcleo e, há anos, estamos promovendo um trabalho, ao estilo mutirão, mobilizando descendentes da imigração alemã, perscrutando acervos e bibliotecas para o levantamento dos livros didáticos da imigração alemã. No presente texto apresento resultados de pesquisa desse grupo, especialmente os relativos à imprensa pedagógica entre os imigrantes alemães, objeto específico de minhas pesquisas, recorrendo inclusive a alguns resultados de pesquisa apresentados já em publicações anteriores.

2. Os imigrantes alemães provieram de tradição já secular sobre a importância da escola e do livro didático

A partir da invenção da imprensa tornou-se cada vez mais freqüente o uso da Bíblia impressa para treinar a leitura. Gradativamente, passou-se a elaborar manuais específicos para este objetivo, designando-os *Fibel* (cartilha). A expressão *Fibel* é conhecida desde 1419, significando “pequena Bíblia”. Segundo outra versão, esta palavra vem do termo latino *Fibula*, significando uma pequena lousa sobre a qual se escrevia com estilete. Nos séculos XV, XVI e XVII utilizava-se pouco esta expressão, sendo que as cartilhas recebiam outras denominações como *ABCBüchlein*, *ABCDarium*, *Hand-Figuren oder Grundtbiechel*, *Tabula Elementaris*, *Tafelbüchlein*, *Kindertafel*, *Syllabenbüchlein*, *Elementa Puerila*, *Kindertafel*, ou simplesmente *Tafel* (LZ, 1911, n. 2, p. 16 e *Lexikon der Pädagogik*, 1913, p. 1290).

A história sobre o início dos livros didáticos tem muitas referências a esses abecedários (cartilhas). Já no início do século XX, em torno de 200 cartilhas diferentes estavam em circulação na língua alemã. Na biblioteca central da Fundação Comenius, em Leipzig, há acima de 1.500 títulos de cartilhas, em que se refletem as mudanças de método e de ênfase no ensino da leitura e da escrita ao longo dos séculos. Historicamente, houve uma seqüência de estudos e iniciativas quanto à concepção e reformulação de livros didáticos, especialmente de cartilhas. Isso ocorreu com o objetivo de adaptá-las constantemente aos avanços teóricos sobre a arte de ensinar a ler e a escrever. O livro escolar deveria estar em conformidade com a idade e o grau de desenvolvimento da criança, facilitando seu aprendizado.

Provindos desta tradição já secular em relação à importância da literatura escolar, os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul investiram intensamente na elaboração e na impressão de livros didáticos, fazendo-o sob princípios pedagógicos acordados nas reuniões de docentes. As duas revistas dos professores teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, a católica e a evangélica, retratam esta dinâmica de produção do conhecimento e de sua expressão na literatura escolar. Até a década de 1930, os imigrantes alemães haviam elaborado e impresso acima de 160 manuais escolares, duas coleções de Jornal/Revista do Professor (*Lehrerzeitung*), um periódico intitulado *Das Schulbuch* (O Livro Escolar), e um anuário (*Lehrerkalender*) preparado especificamente para os professores da imigração alemã.

Esta imprensa pedagógica retrata a importância que a escola tinha no projeto das comunidades de imigração alemã do Rio Grande do Sul. Nas décadas de 1920/1930, os imigrantes haviam chegado praticamente à universalização da escola em mais de mil

núcleos rurais do estado. A partir de 1937, com o processo compulsório de Nacionalização do Ensino, a produção e o uso da literatura escolar dos grupos étnicos foram proibidos, procedendo-se a destruição de parte da mesma, seja por agentes de nacionalização, seja por imigrantes, buscando proteger-se de incômodos com os agentes.

No texto uso especialmente a expressão *livro escolar* porque é a tradução direta de *Schulbuch*, termo mais usado na literatura dos imigrantes alemães. Mas uso também e entendo como sinônimos as expressões *livro didático* e *manual escolar*, termos também usados no período.

3. Um contexto favorável para a produção da imprensa pedagógica dos imigrantes no Brasil

Os três periódicos, o anuário e os livros escolares dos imigrantes alemães do RS foram produzidos em momento histórico de intensa mobilização pelo direito para gerir o processo educacional, numa disputa entre Estado e Igreja, envolvendo também a autonomia comunitária sobre o processo escolar. Neste período histórico, a imprensa pedagógica nacional, considerada como instância privilegiada de ação, começou a ser usada para a caracterização e para a definição daquilo que deveria ser a nacionalidade brasileira.

As iniciativas dos imigrantes, em relação à imprensa pedagógica, precisam ser entendidas em contexto amplo. O século XIX caracterizou-se pelo avanço na formação dos Estados/Nação que, para tentar consolidar-se, investiram fortemente no processo escolar. As igrejas cristãs entenderam-no como perda de seu direito de gerir a educação, reagindo no espírito da Restauração Religiosa. O processo escolar e a imprensa pedagógica tornaram-se, neste contexto, eixo de atenção e campo de disputa. Os livros escolares de fato já vinham sendo bastante difundidos desde a Reforma Protestante e a Contra-Reforma, especialmente em países de influência protestante. Seu uso na escola era entendido como um complemento do processo de ensino e não como seu centro. Bünger (1898) identifica a década de 1840 como o momento histórico em que se começou a tomar os manuais didáticos como base para o ensino escolar, especialmente em países europeus, nos quais a maior parte da população já freqüentava aulas.

É importante entender que a difusão dos impressos pedagógicos, entre estes os livros escolares, sempre estiveram vinculados a processos político-sociais e culturais mais amplos de estruturação das sociedades. A partir do momento histórico da formação do

Estado-Nação, a escola e o livro didático foram vistos como instância privilegiada para a formação e legitimação de novas estruturas político-sociais. Trata-se de um processo que não teve uma linearidade de tempo e de políticas públicas entre os diversos países.

No Brasil, os livros de leitura praticamente não existiam nas escolas até meados do século XIX. Estudos como os de Bittencourt (1993), Batista (1998), Munakata (1997), entre outros, realçam que a história inicial do livro didático tem a ver com a tardia implantação da Imprensa Régia, a partir de 1808. Até então os materiais de leitura eram pouco disponíveis, tanto nas raras escolas, quanto na sociedade como um todo. O brasileiro era um povo predominantemente não-escolarizado. Batista (1998) e Soares (1996) explicitam que, já a partir da primeira metade do século XIX, foram se tornando mais freqüentes os discursos sobre a necessidade da escolarização do povo, e que isto ocorria em várias esferas da sociedade. As Assembléias Provinciais mobilizavam-se em torno da elaboração de textos legais para ordenar a instrução formal, escolar. A legislação sobre o livro, sobre sua escolha e sua utilização, ficava a cargo das Províncias. Se, em termos de discurso e de legislação, foi se estabelecendo um avanço, a prática efetiva de difusão de escolas e de impressos educacionais ainda era muito lenta, marcada fortemente pela herança do Brasil Colônia. Os escravos continuavam proibidos de freqüentar a escola, e para as meninas, o mais importante era uma educação geral, dirigida para o bom desempenho das atividades domésticas.

No Brasil, com a crise econômica e política de 1870, acentuou-se o debate em torno de novos horizontes. O projeto político republicano foi tomando corpo. Neste contexto a escola e a imprensa pedagógica começaram a ser entendidos como um apoio promissor para as novas propostas.

No entanto, o livro didático foi objeto da política governamental, de forma mais sistemática, apenas a partir da década de 1930. Para Guy de Holanda (Apud FREITAG, 1987) o livro didático nacional é uma consequência direta da Revolução de 30. Segundo este autor, a queda da moeda nacional, conjugada com o encarecimento do livro estrangeiro, provocado pela crise mundial, permitiu que o livro didático brasileiro, antes mais caro que o impresso no exterior, competisse com o mesmo.

Considero de suma importância a percepção de que o projeto republicano, com ênfase na escolarização e nos impressos pedagógicos, não se deu em espaço vazio de interesses conflitantes. Ao contrário, foi um momento histórico de agudas contradições e estranhamentos. Concomitante ao projeto republicano, e em parte contra este, ocorreu

também uma rearticulação das Igrejas Cristãs. Acuados pelo avanço do ideário liberal com a proposta de um Estado laico, católicos e luteranos reagiram em perspectiva de Restauração Religiosa, tomando seus princípios como a referência maior para a organização político-social e cultural. Valores como solidariedade humana e comunitarismo deveriam ser prioritários na institucionalização político-social. Para esta reação as Igrejas Cristãs encontraram junto aos imigrantes europeus, especialmente os da área rural, um terreno fecundo, caracterizando-se, aí, como Igrejas de Imigração. (KREUTZ, 1991). Se na visão tradicional da igreja católica havia uma concepção de cultura que minimizava os aspectos relativos ao modo de ser concreto, a igreja da imigração, ao contrário, buscava aproximar-se das vivências cotidianas, do modo de vida, para “construir seu marco operativo de ação pastoral”. Neste sentido, a igreja da imigração, reconhecendo a importância do sujeito e de sua participação na formação de estruturas de vida, “[...] trabalhava pela construção da identidade, da responsabilidade solidária e da ação participativa” (SCHALLENBERGER, 2001, p.188).

As lideranças da igreja da imigração consideravam que para o projeto sócio-cultural e religioso junto aos imigrantes alemães, era importante zelar pela preservação da língua de origem, da tradição religiosa com características étnicas, da escola com espaço privilegiado para a formação. Insistiam ainda que houvesse um zelo especial pelo espírito de organização, característica que já vinha sendo atribuída aos imigrantes e cujo desenvolvimento era vital para o amplo projeto de estruturas comunitárias. O projeto cristão junto aos imigrantes teria que começar com pequenas ações locais para tornar viável o engajamento de todos nas estruturas comunitárias.

Por ocasião do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, para uma população de 290.289 imigrantes alemães no estado, havia 918 comunidades rurais com igreja, escola, clube social e recreativo, entre outras estruturas comunitárias, dinamizadas por ampla rede de associações. Em sua ação pastoral, a igreja da imigração investia profundamente no processo educacional/escolar, dando espaço privilegiado para os impressos pedagógicos. Católicos e luteranos começaram a liderar a organização de um conjunto de instituições sócio-culturais coerentes com sua perspectiva de ação pastoral. Reconheciam que, frente ao avanço do ideário liberal, considerado ateu, era fundamental amenizar suas diferenças confessionais. Começaram, então, a investir na criação de estruturas sócio-culturais que lhes permitissem liderança na sociedade. É neste contexto que as Igrejas Cristãs lideraram, junto a grupos de imigrantes, a organização do processo

escolar étnico.

As instâncias que entraram fortemente na disputa por espaço, Estado e Igreja, tiveram em comum um acentuado investimento na educação escolar, fazendo-o com a produção de impressos pedagógicos adequados a seus objetivos. O exame dos impressos leva-nos a perceber imediatamente que foram concebidos a partir deste contexto. São impressos pedagógicos que retratam uma concepção de sociedade e de valores adequada aos objetivos e às peculiaridades das forças sociais em disputa de espaço. Em perspectiva de história cultural, podemos dizer que a imprensa pedagógica foi tomada como um poderoso instrumento para “[...] ajudar a conformar determinado modo de sociabilidade, sendo posto em convergência com outras estratégias políticas e culturais” (CHARTIER, 1998; BENITO, 2000).

4. Os periódicos criados em função das escolas étnicas dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul.

Boa fonte para pesquisar sobre a escola da imigração alemã e sobre o processo de produção dos livros didáticos encontra-se nos jornais e nas revistas editados pelos e para os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Em 1938, este conjunto somava trinta e sete títulos diferentes, entre jornais, revistas mensais, folhas semanais e anuários (*Kalender*). Como a escola era uma das instâncias básicas para o projeto de comunidade dos imigrantes alemães, é fácil entender que nas publicações se tratasse quase ininterruptamente desta temática. Portanto, todas estas publicações são fontes importantes para a pesquisa sobre a questão escolar entre teuto-brasileiros. Entre os jornais destacam-se, pela importância, o *Deutsche Zeitung* (*Jornal Alemão*), o *Deutsche Post* (*Correio Alemão*) e o *Deutsches Volksblatt* (*Folha Popular Alemã*). Entre as revistas o *Skt. Paulusblatt*, o *Mitteilungen des Vorstandes des Riograndenser Synode* (*Boletim da Diretoria do Sínodo Riograndense*) e, entre os almanaques, o *Familienfreundkalender* (*Anuário Amigo da Família*), o *Koseritz Deutscher Volkskalender für Brasilien* (*Anuário Popular de Koseritz para o Brasil*) e o *Kalender für die Deutschen In Brasilien* (*Anuário para os alemães no Brasil*).

Foram editados também três periódicos (jornais/revistas) e um almanaque do professor para tratar especificamente da questão escolar étnica. Um era o jornal da Associação de Professores Católicos da Imigração Alemã do Rio Grande do Sul, outro o da Associação dos Professores Evangélicos da Imigração Alemã do Rio Grande do Sul e o terceiro, como vimos, trata do Livro Escolar. Este último foi editado pela Livraria e

Editora Rotermund, de São Leopoldo que também publicava o *Lehrerkalender* (Almanaque do Professor). Os periódicos educacionais são:

1) ***Lehrerzeitung***. *Vereinsblatt des deutschen katholischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul* (Jornal do Professor. Folha da Associação de Professores Católicos da Imigração Alemã no RS). Nos primeiros sete anos o título foi: *Mitteilungen des katholischen Lehrer-und Erziehungsvereins in Rio Grande do Sul* (Boletim da Associação dos Professores e Educadores Católica do Rio Grande do Sul).

Este foi o jornal da Associação de Professores Católicos da Imigração Alemã do Rio Grande do Sul. Iniciou em janeiro de 1900 e foi extinto pelo processo de Nacionalização do Ensino em setembro de 1939. Era impresso em alemão, normalmente em letra gótica. Sua edição foi suspensa por dois anos e dois meses, de novembro de 1917 a janeiro de 1920, em consequência da Primeira Guerra Mundial. A coleção existe quase completa, se somados os números existentes no Instituto Anchietano de Pesquisas, de São Leopoldo, com os do Instituto Hans Staden, de São Paulo. Falta apenas localizar os números correspondentes a janeiro de 1907, abril de 1922, e janeiro e agosto de 1924. Com o apoio do CNPq a equipe de pesquisa do ADOPE/UNISINOS realizou a microfilmagem e providenciou cópia digitalizada dos números localizados até o momento. Está disponível no Acervo Documental e de Pesquisa (ADOPE) da UNISINOS.

A Associação de Professores Católicos (*Lehrerverein*) foi fundada em 1898 e, em 1900, assumiu a edição do jornal/revista da associação. Os objetivos do jornal foram postos no editorial do primeiro número, assinado pelo presidente da Associação, Siegfried Kniest, então professor em São João do Montenegro. Basicamente, buscava-se promover a escola comunitária (paroquial) de acordo com a perspectiva católica, promover a formação dos professores e seu acompanhamento, tanto na prática do magistério como nas demais instâncias relacionadas com a função. Objetivava-se ainda a organização da escola e o apoio aos professores. Há todo um leque de objetivos específicos a serem trabalhados através do Jornal: obrigatoriedade escolar mínima de quatro anos, currículo mínimo e básico comum para todas as escolas, impressão e difusão de material didático. Enfim, o objetivo era ter um jornal para a promoção da escola e do professor, em todos os sentidos, dentro da perspectiva católica.

2) ***Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul***. *Vereinsblatt des deutschen evangelischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul* (Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul. Boletim da Associação de Professores Evangélicos no Rio Grande do Sul).

Foi o jornal da Associação de Professores Teuto-Brasileiros Evangélicos do Rio Grande do Sul, publicado de 1901 até 1939, fechado então pela Nacionalização do Ensino. Era impresso em alemão, normalmente em letra gótica, foi editado em Santa Cruz, até outubro de 1925. O número de novembro de 1925 foi editado em São Leopoldo e os números posteriores, até 1939, em Porto Alegre, mas sempre sob a coordenação do *Lehrerverein* (Associação dos Professores) evangélico.

Os objetivos do *Allgemeine Lehrerzeitung* são semelhantes aos do congênere católico, respeitando a perspectiva evangélica. Até o momento foram localizados números de 1906 a 1939. Embora a equipe de pesquisa tenha procurado em todos os acervos do RS, a coleção continua incompleta. Uma parte desta existe no Instituto Hans Staden, em São Paulo. Com o apoio do CNPq, o grupo de pesquisas do ADOPE/UNISINOS realizou a microfilmagem e fez cópias digitalizadas dos números encontrados até o momento. Estão disponíveis igualmente no ADOPE da UNISINOS.

3) **Das Schulbuch.** *Organ zum Ausbau der Schulbuchliteratur in Brasilien* (O Livro Escolar. Órgão de apoio à literatura escolar no Brasil).

De 1917 a 1938, a editora Rotermund de São Leopoldo, editou cinquenta e dois números deste periódico. Tratava do livro escolar e o objetivo maior deste periódico era fomentar reflexões relacionadas com a concepção, elaboração, impressão e difusão da literatura relativa ao livro didático no Brasil (*Organ zum Ausbau der Schulbuchliteratur in Brasilien*). No frontispício de cada número aparecem junto ao título, e em destaque, três informações:

–A redação está nas mãos de pedagogos renomados; todas as colaborações devem ser enviadas à Editora Rotermund e Cia., São Leopoldo.

–Será enviado, gratuitamente, a todos os professores e interessados.

–Editado segundo a necessidade, tratando dos diversos aspectos que envolvem o trabalho pedagógico. Aceita-se, gratuitamente, o anúncio de procura e de oferta de vagas para professor.

Todos os números foram impressos em alemão, letra gótica. Os três primeiros apareceram respectivamente em julho, agosto e setembro de 1917, sobre os números quatro e cinco ainda não se obteve informações. Houve interrupção de sete anos na publicação do mesmo, reaparecendo com o número seis em outubro de 1925. Ao término da Primeira Guerra Mundial foi proibida a imprensa alemã no Brasil, significando duro golpe para a Editora Rotermund que vinha imprimindo desde 1880 todo um conjunto de impressos para os imigrantes alemães em sua língua materna. Entre esses impressos estavam um jornal

(*Deutsche Post*), livros didáticos, anuários, boletins, folhas dominicais e outros.

O editorial do número seis enfatiza que, em função da mudança dos tempos, devem seguir-se também transformações na ação pedagógica. Realça que não se pode depender de manuais escolares impressos em outro país e em outra realidade. O editor ainda faz um apelo aos professores para que divulguem o periódico e colaborem com artigos referentes a seu trabalho escolar, com relatos sobre reuniões de professores e com troca de informações sobre a oferta e procura de vagas para docentes. O periódico dispunha-se a ser um instrumento de formação e informação para os professores.

Até o presente foram localizados exemplares no acervo Mentz, Porto Alegre, no acervo Rotermund, São Leopoldo e no acervo Martius Staden, São Paulo. Com o apoio do CNPq, o grupo de pesquisa do Acervo Documental e de Pesquisa da UNISINOS (ADOPE/UNISINOS) realizou a microfilmagem e providenciou cópia digitalizada dos cinquenta e dois números já localizados, disponibilizando uma cópia para cada acervo e disponibilizando mais cópias no ADOPE da UNISINOS.

4) *Lehrer-Kalender, Merk-und Taschenbuch für Lehrer an deutschen Schulen in Brasilien* (Almanaque do Professor, Livro de Bolso e Agenda para Professores nas Escolas da Imigração Alemã no Brasil)

O Almanaque do Professor, Livro de Bolso e Agenda para Professores em escolas alemãs no Brasil também foi publicado pela Editora Rotermund, em São Leopoldo, de 1923 a 1938. Os editores visavam complementar o apoio aos professores através de um almanaque/agenda prático em formato de bolso. Este se compunha de artigos referentes a novas práticas didáticas, de resenhas sobre as associações de professores e estruturas de apoio aos docentes. Apresentava propaganda e informações relativas a livros didáticos para as escolas da imigração alemã.

O *Lehrer-Kalender* era enviado gratuitamente pela Editora Rotermund aos professores das escolas étnicas, mas, por vezes, não chegava aos destinatários. Em *Das Schulbuch* informa-se que a Editora, ao saber que diversos professores não o haviam recebido, investigou o processo de distribuição, descobrindo que era vendido por intermediários para não-professores interessados no mesmo. Isto comprova que existia interesse pelo *Kalender* em público bastante diversificado.

Localizamos, até o momento, no ADOPE da UNISINOS, as edições de 1925, 1929, 1930, 1931, 1932 e 1938. Temos ainda conhecimento de que existem exemplares do

Lehrer-Kalender no acervo Mentz, junto à UFRGS. Sabemos que lá se encontram os números de 1925, 1926, 1928, 1934 e 1938. Além disso, no Museu Histórico de São Leopoldo também há alguns números.

As informações apresentadas sobre a imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul são importantes para se entender a importância que este grupo étnico atribuía à escola, à estrutura de apoio para a mesma e, especialmente, para se entender o significado de ampla produção de material didático, com privilegiamento dos livros escolares.

5. Os livros didáticos

A produção de material didático a partir da realidade dos alunos foi um desafio enfrentado já pelos primeiros imigrantes alemães. No início o recurso disponível foi a produção de cartilhas manuscritas. Rambo (1956) cita o Prof. Rosenbock, de Hamburgo Velho, RS, como um dos elaboradores de cartilhas manuscritas. Em 1832, oito anos após a vinda dos imigrantes pioneiros, foi impressa a primeira cartilha para as escolas da imigração alemã no Brasil, sob o título: **Neuestes ABC Buchstabier und Lesebuch zunächst für die Kolonie von S't Leopoldo**. Porto Alegre, gedruckt und zu haben in der Buchdruckerey von C. Dubreuil und Cia, 1832 (O mais novo livro de soletração e de leitura para a colônia de São Leopoldo. Impresso e disponível na Editora Dubreuil de Porto Alegre). Além do título a folha de rosto ainda tinha a epígrafe: *Was Hänschen nichtt lernt, lernt Hans nimmermehr*, isto é, o que Joãozinho não aprende, João não aprenderá mais (CEM ANOS DE GERMANIDADE NO R.G.S. 1999).

Além destas informações sobre o material didático no início da imigração, sabemos muito pouco das décadas subseqüentes, até 1870. A partir de então, a questão da elaboração do material didático começou a ter incentivo especial da parte das lideranças da imigração alemã, especialmente das igrejas cristãs, católica e evangélica. Em função disso foram fundadas as duas Associações de Professores, os dois Jornais do Professor, as duas Escolas Normais para a formação de professores, um instituto de pensão e aposentadoria, entre outras iniciativas. Com estas instâncias a apoiar fortemente o processo escolar entende-se porque houve, pelo menos parcialmente, uma produção de material didático que mantinha conotação confessional em termos de religião e de valores ético-morais. Em relação ao ensino da língua, da matemática e de conhecimentos de ciências e geografia, o material a ser usado normalmente era comum às duas confissões religiosas. A Editora

Rotermund de São Leopoldo publicava principalmente o material didático produzido para as escolas evangélicas e os católicos recorriam mais à Typographia do Centro e à Livraria e Editora Selbach, ambas de Porto Alegre.

As assembleias gerais e regionais de professores tiveram como tema forte de suas reuniões a elaboração e o uso dos livros didáticos. Os dois periódicos dos professores e o periódico *Das Schulbuch* (o livro escolar) registram continuamente esta prioridade, relatando a preocupação dos professores e das diretorias de escola com a edição de manuais preparados especificamente para as necessidades das escolas étnico-comunitárias. Havia consenso sobre a necessidade de as escolas serem providas com bom e adequado material didático. No final da década de 1930, somente a editora Rotermund já havia editado acima de 40 títulos de abecedários e manuais para as escolas da imigração alemã. E, em 1931, já havia vendido, a título de exemplo, 160.000 exemplares do livro de matemática da autoria de Oto Büchler, *Praktischen Rechenschule (DAS SCHULBUCH*, n. 40, 1932, p. 5). Talvez seja o livro escolar dos imigrantes de maior tiragem entre imigrantes alemães, contudo diversos manuais passaram de 10 edições.

Esses manuais eram tratados, recomendados ou criticados nos periódicos acima citados e, principalmente, nas assembleias gerais e regionais de professores, quando se discutia a teoria vinculada à prática. Nessas assembleias os autores ou os defensores dos manuais eram convidados a dar aulas demonstrativas para os colegas professores, com os alunos da escola em que se realizava a reunião. Depois era iniciado o debate, publicando-se um relatório das discussões nos três periódicos educacionais da imigração alemã. A sequência de críticas e sugestões facultava a re-elaboração dos manuais, com as incorporações e/ou modificações sugeridas.

Os manuais didáticos não foram impostos. Em cada área de estudos havia os mais consagrados. Dizia-se que sempre era útil e recomendável que os professores tivessem seus manuais, por mais experientes que fossem e mesmo que não o seguissem literalmente.

Um rápido exame do conteúdo e da metodologia desses manuais permite concluir que tinham sido elaborados sob a diretriz de uma escola e currículo voltados para a realidade do aluno e da comunidade em área rural. Por exemplo, no ensino de matemática a prioridade eram as operações básicas que pudessem ser realizadas mentalmente (*Kopfrechnungen*), nas circunstâncias concretas da vida agrícola em que por vezes não havia papel e lápis à disposição. O próprio título do manual mais usado nesta matéria, o *Praktischen Rechenschule (o ensino prático da matemática)*, de Otto Büchler reflete este

entendimento. O mesmo valia para *realia* (*ensino de coisas reais — ciências, história e geografia*) e outras disciplinas. As duas associações de professores da imigração alemã sempre reconheceram que uma de suas principais atribuições era o zelo pelo material didático para as escolas comunitárias. Estimularam sua elaboração e procuraram disponibilizá-lo ao preço mais acessível.

É preciso lembrar que o processo de Nacionalização do Ensino compulsório foi traumático e, em muitas situações, incentivou-se a destruição da imprensa em língua alemã, com sérias conseqüências para os detentores da mesma. Crianças eram revistadas no caminho da escola, prisões eram efetuadas, em suma, criou-se um clima de muito medo, sendo que freqüentemente livros didáticos eram destruídos pelos agentes da nacionalização ou pelos próprios imigrantes, em gesto de autodefesa.

Assim, ao iniciarmos o processo de formação do acervo, escutávamos com freqüência que teríamos muita dificuldade nesta empreitada porque este material tinha sido destruído. No entanto, com um trabalho sistemático e com diversas chamadas pela imprensa lida em região de descendentes de imigrantes, conseguimos uma razoável mobilização em torno do assunto e gradativamente os resultados começaram a aparecer. Descobrimos que boa parte dos livros escolares havia sido escondida no período da última guerra e, em novos tempos, os detentores dos mesmos animavam-se a disponibilizá-los. É verdade que parte desse material está em precário estado de conservação, no entanto já localizamos 167 manuais escolares elaborados e impressos especificamente para as escolas da imigração, também localizamos uma centena de manuais impressos na Alemanha e presentes nos acervos da imigração, havendo indícios que tenham sido mais usados até o final do século XIX, quando começou intensa campanha pela elaboração de material didático específico para as escolas étnicas do Brasil com a justificativa que a realidade do Brasil era diferente da Alemanha, de modo que os livros escolares deveriam refletir a realidade local. Nessa perspectiva os manuais impressos na Alemanha não seriam adequados para as escolas da imigração no Brasil.

Nas duas coleções do jornal do professor encontramos, a partir de 1900, bastantes informes sobre a disponibilidade de livros elaborados especificamente para as escolas da imigração, cobrindo todas as áreas de estudo nessa escola. A atenção ao valor e à necessidade de adequado material didático desenvolveu-se e intensificou-se progressivamente entre imigrantes alemães, de tal modo que em 1917 já foi lançado o *Das Schulbuch* e em 1923 o *Lehrerkalender*, cujo tema central era a questão do livro didático.

Portanto houve como que um constante bombardeio junto aos professores sobre esta questão. Por sinal, o *Das Schulbuch* parece ser o único periódico específico sobre o livro escolar existente até hoje. Nas buscas não conseguimos informação sobre iniciativa equivalente em outros países. Por si só isto retrata a grande importância dada aos manuais escolares nesse grupo étnico.

Nas escolas da imigração alemã ensinava-se a língua alemã e o português. A partir de 1900 houve uma mobilização crescente pelo ensino do português. Os pais entendiam que seus filhos teriam melhores condições para se estabelecerem em termos profissionais numa sociedade em que as inter-relações ocorriam de forma cada vez mais freqüente, se entendessem bem o português. Os periódicos das associações de professores e o uso de livros didáticos comprovam-no. A questão do ensino do português tornou-se questão central nas assembléias de professores, sua carga horária foi aumentando gradativamente e houve cada vez maior busca por livros didáticos em português. Até o momento localizamos 89 títulos de livros em português, usados nas escolas da imigração. Partes desses não foram elaborados especificamente para as escolas da imigração, embora usados na mesma. Normalmente são da década de 1920 e 1930. Trata-se especialmente de manuais da coleção FTD e os de Clemente Pinto.

No levantamento dos livros didáticos da imigração alemã, procuramos fazer uma ficha descritiva de cada livro, informando autor, editor, ano de publicação, edição, número de páginas e observações relativas ao estado de conservação ou em relação a alguma peculiaridade do livro. Estas fichas descritivas foram incluídas na microfilmagem que realizamos desses livros, atividade que exigiu muito tempo e dedicação, seja para limpar o melhor possível os livros, geralmente em precário estado de conservação, seja para conseguir dados informativos sobre os mesmos, constantes nos periódicos educacionais. Não temos informações completas em relação a todos os manuais. Com certa freqüência falta a data da publicação, mesmo estando o manual inteiro e legível. Entendo que a omissão da data era uma estratégia dos editores para mantê-lo com a aparência de um manual atualizado. Noutros casos a falta de dados deve-se ao precário estado de conservação.

A análise dos manuais revela que as discussões e sugestões das assembléias dos professores provocavam uma dinâmica de renovação e de reformulação desses livros. Nas sucessivas reedições é possível perceber acréscimos e modificações por vezes significativas de uma edição para a subsequente. Há casos de manuais editados por um ou

mais autores, e, em edições posteriores, foram re-elaborados por um terceiro autor. Um exemplo é o *Fibel für deutsche Schulen in Brasilien* (Cartilha para escolas alemãs no Brasil), da autoria de Rotermund e Nack. A primeira edição é de 1878, elaborada em São Leopoldo e impressa em Leipzig. Sobre a segunda, a terceira e a quarta edição ainda não temos informações. A quinta edição, de 1896, já foi impressa na editora Rotermund, em São Leopoldo. A partir da décima terceira edição, em 1917, a mesma cartilha é reelaborada por Heuer. E a partir da décima oitava edição, em 1932, foi impressa com o *anexo A orthoepia da língua portuguesa para as escolas alemãs no Brasil*, publicada por Rotermund em 1879, e que, então, em 1932, já havia tido 19 edições sucessivas. Em 1932 a *orthoepia* tornou-se um anexo da cartilha. Já a partir de 1924 a cartilha passara a ser impressa sob duas modalidades: Edição A, em grafia gótica e Edição B, em grafia latina, sendo que ambas as edições também foram publicadas num só volume. Esta edição de 1924 é apresentada como *Dritte Auflage* (terceira edição), indicando que, com Heuer, passou a ter edição própria, não se levando mais em consideração as treze edições feitas sob a autoria de Rotermund e Nack. Este é apenas um exemplo, entre outros, de como ocorreram transformações, re-elaboraões participação de mais autores nas sucessivas reedições do mesmo manual escolar. Diversos livros didáticos tiveram quinze ou mais edições, sendo que até o momento só se conseguiu localizar uma.

As indicações acima permitem perceber que houve toda uma dinâmica relacionada com o livro escolar entre imigrantes alemães no Brasil, em momento histórico em que as políticas públicas ainda não davam maior importância a esta questão. Mas indicam também que a recuperação do acervo é apenas parcial, havendo lacunas importantes em relação a livros inteiros ou na sequência de reedições do mesmo manual. Apesar de muita busca, ainda não conseguimos localizar exemplar do primeiro livro, o de 1824 (*Nestes ABC und Buchstabierbuch*), do qual já foi tratado acima. As informações relativas ao mesmo estão no livro comemorativo do centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, publicado em 1924, onde é apresentada inclusive a imagem da capa do livro (CEM ANOS DE GERMANIDADE NO R.G.S., 1999). Os estudos relativos ao livro didático entre imigrantes alemães de fato são bem incipientes. O esforço realizado até o momento foi especialmente o de procurar a localização do que ainda existe, providenciando uma cópia em microfilme e cópias digitalizadas, para favorecer o acesso dos pesquisadores aos mesmos. Os originais estão em acervos diversos e, inclusive, com pessoas individuais e, assim, o acesso para pesquisa é dificultado. Em todo o caso, trata-se de material muito rico, disponível para ser pesquisado.

Félix (2004) compara em sua tese de doutorado as gramáticas da autoria de Rotermund (em São Leopoldo) e Damm (em Blumenau), elaboradas para o ensino do português dos imigrantes alemães com duas gramáticas e autores consagrados no Brasil, respectivamente as de João e de Júlio Ribeiro, publicadas no mesmo período, na década de 1890, sendo os autores considerados clássicos das gramáticas usadas nas escolas públicas. Félix busca detectar o índice de brasilidade lingüística dos dois autores da imigração alemã e conclui que em termos de fundamentação e de conhecimento do estado da arte, as gramáticas de Rotermund e Damm não eram inferiores às dos dois Ribeiro e revelavam notável atualização, acompanhando as discussões a respeito no Brasil e em países europeus. Conclui que Rotermund e Damm revelam elevado conhecimento da língua portuguesa. É possível perceber algo semelhante ao se ler as fundamentações teóricas de método, apresentadas nos periódicos relativos ao processo escolar entre imigrantes alemães, especialmente no *Das Schulbuch*, cujo enfoque específico é o livro escolar.

Entre os professores da imigração alemã houve um grupo significativo, especialmente os autores de manuais didáticos, que vieram ao Brasil com formação pedagógica em nível superior e continuavam a acompanhar os estudos na área. Muitos artigos, nesses periódicos, retratam o conhecimento que seus autores tinham dos avanços na área em países europeus, especialmente na Alemanha. Rotermund, que teve atuação mais destacada como autor de livros didáticos e como editor, chegou ao Brasil em 1874, com o grau de Doutor em Filosofia, sendo filho de professor na Alemanha e ele mesmo tendo lecionado lá. Dedicou-se intensamente ao aprendizado da língua pátria e em 1879 já publicou o livro *Orthoépia da língua portuguesa para o ensino nas escolas da imigração alemã no Brasil*. Em síntese, os autores de livros escolares entre imigrantes alemães procuravam acompanhar os avanços na área, aplicando estes conhecimentos com criatividade na elaboração de material didático o mais possível adaptado à realidade dos imigrantes no Brasil.

De 1900 a 1937 a produção de material didático entre os imigrantes alemães no Brasil deu-se num crescendo, com ampla participação dos professores no fervilhar de idéias e debates em torno da melhor forma de conduzir o processo educacional. Como a questão escolar era considerada tema prioritário pelas lideranças das igrejas, católica e evangélica, que assumiam a causa da escola como estratégia central para seu processo de evangelização e, como igualmente houve significativo número de lideranças laicas entre os imigrantes que também assumiam esta causa, não é de se estranhar que, na década de 1920

e de 1930, cada núcleo rural da imigração tivesse sua escola e professor e que praticamente todas as crianças iam à escola, motivadas para isto, inclusive, pelas igrejas que aplicavam sanções religiosas aos que não freqüentassem a escola. A quase totalidade dos imigrantes alemães era alfabetizada neste período.

A partir de 1937, com a criação do INL e a intervenção autoritária e centralizadora em relação à imprensa educacional, como vimos acima, iniciou o descompasso entre imigrantes e políticas públicas em relação à questão do livro escolar. A criação do INL acompanhava um conjunto de medidas com as quais o governo, em momento de acentuada tendência nacionalista, visava a reestruturação e controle ideológico do sistema educacional brasileiro. O conceito de nação era então elaborado a partir das características culturais da tradição luso-brasileira, tornando indesejáveis as manifestações culturais de outros grupos étnicos que também se consideravam cidadãos brasileiros, gerando tensões e consequências negativas para o processo escolar étnico.

O contraditório da história do livro didático no Brasil está no fato de que o poder público, ao interessar-se pela primeira vez de forma explícita pelo mesmo, no final de década de 1930, ter proibido e, em parte, induzido à destruição da literatura educacional de imigrantes, que compunha um conjunto de três periódicos educacionais, um anuário e mais de 170 livros didáticos, desarticulando também uma rede de mais de duas mil escolas étnico-comunitárias da imigração. Os imigrantes haviam investido muito na estrutura escolar e no material didático, entendendo que este deveria ser adequado à realidade brasileira, pois em sua grande maioria consideravam-se brasileiros que queriam manter sua tradição cultural. A ironia está no fato que os imigrantes haviam sido estimulados anteriormente pelo poder público para organizar seu processo escolar já que os governantes diziam não ter condições para fazê-lo. A partir do momento em que chamou a si a política do livro didático, em 1937, o governo teve uma postura marcadamente centralizadora e homogeneizadora, preterindo a participação de associações de professores, de círculos de pais e mestres, seja na organização e definição de conteúdos de livros escolares, seja em sua produção e distribuição.

Entendo que os imigrantes alemães escreveram uma página singular em relação à literatura escolar. E esta é uma fonte muito rica para pesquisar um aspecto marcante de nossa história escolar e cultural.

Considerações

As duas Associações de Professores da imigração alemã no Rio Grande do Sul (católica e luterana) sempre reconheceram que uma de suas principais atribuições era o zelo pelo material didático para as escolas comunitárias. Estimularam sua elaboração e procuraram editá-lo e vendê-lo a um preço acessível.

As duas coleções do *Jornal do Professor* e o *Das Schulbuch* são periódicos praticamente desconhecidos na historiografia da educação. O fato de serem de difícil acesso, terem sido impressos em língua alemã, letra gótica, deve ter contribuído para isto. Uma leitura rápida dos mesmos levou-me a perceber que se trata de uma fonte preciosa para entender o debate sobre os livros didáticos e as políticas educacionais do período. Catani e Bastos (1997) enfatizam, a partir de Pierre Ognier, que a imprensa educacional

[...] é um corpus documental de vastas dimensões, pois se constitui em testemunho vivo dos métodos e concepções de uma época [...] permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social, a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas didáticos, dentro e fora do universo escolar. (CATANI; BASTOS, 1997, p. 5).

Também para Nóvoa (1993) a imprensa periódica é um excelente meio para se compreender a dinâmica do campo educativo, por

[...] revelar tanto as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículo), como também o papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização de crianças e de jovens; ser o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática [...]; ser o lugar de uma permanente regulação coletiva: a elaboração de um periódico apela sempre a debates e a discussões, a polêmicas e a conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto aos poderes públicos ou nos editoriais de abertura. (NÓVOA, 1993, p. XXXII).

Catani e Bastos (1997, p. 7) expressam ainda a compreensão da extraordinária potencialidade analítica que a imprensa periódica educacional permite ao pesquisador, por constituir “[...] instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas [...].”

Enfatizam que a imprensa periódica educacional “[...] permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam dentro do campo e também analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares” (CATANI; BASTOS, 1997, p. 7).

Em *As utilizações do objeto impresso*, Chartier (1998) fundamenta o entendimento que este não pode ser isolado de sua materialidade e contexto histórico. Diz que é preciso estar atento para o suporte do objeto impresso, para as intenções de seu autor e editor e, o que é importante, para a forma como o leitor elabora representações a partir e sobre o objeto. Neste sentido, o impresso é um artefato cultural, pois é o resultado de um processo de construção social, produzindo ao mesmo tempo identidades e subjetividades em contexto de relações de poder. (SILVA, 1999). O alcance dos impressos vai além da intencionalidade de seu autor e de seu editor. Eles provocam também uma participação, por parte dos leitores, ao produzirem representações construídas a partir de todo um conjunto de interfaces e reações.

Chartier (1992), diz que através da análise histórico-cultural, o periódico é entendido como um *corpus* documental de vastas dimensões que precisam ser investigadas para que seus sentidos sejam revelados. Assim, os textos de um periódico não existem, não podem ser analisados fora do objeto impresso que os comunica. O periódico, enquanto impresso, faz parte da significação. Por isto, enfatiza ainda, que o investigador precisa estar atento, na análise de qualquer impresso, para a complexa relação entre o *próprio texto, o objeto que comunica e o ato que o apreende*. Para que se possa representar o tipo de leitura que os produtores do texto pretendiam criar, é fundamental estar atento para as peculiaridades editoriais e de escrita do periódico. Se isto se aplica à imprensa educacional periódica, penso que possamos concluir o mesmo em relação aos manuais escolares que para os imigrantes alemães formavam um todo com os periódicos educacionais, todos inseridos na mesma política educacional da igreja da imigração, católica e evangélica.

A produção da imprensa educacional da imigração alemã no RS deu-se, como vimos, em período histórico de crescente afirmação do nacionalismo no Brasil. Seguindo Guibernau (1997), a dimensão política do nacionalismo deve ser conjugada com a capacidade de se promover um processo identitário, pelo qual os indivíduos, vivendo em território comum, sintam-se ligados por laços culturais comuns. A autora enfatiza que no nacionalismo estava presente uma acentuada dimensão psicológica, expressando-se no processo, na tentativa de erigir uma coesão política e cultural. Hobsbawm (1984; 1990), Guibernau (1997), Gellner (1988) e Anderson (1997), são autores-referência para nos fazer perceber como a dinâmica sócio-cultural desenvolveu-se em profunda inter-relação com a questão do nacional. Entendem nação como “comunidade imaginária”. Significa dizer que não se fala em identidade nacional, mas em processo identitário, que se processa não

apenas a partir dos governos e agências oficiais, mas envolve e contempla também as aspirações e interesses populares. (HOBSBAWM, 1990). O que não se dá em forma linear e abstrata, mas em movimento concreto de interesses, de contradições, de tensões e de alianças.

O Estado/Nação foi instituído marcadamente no nível cultural. Nesta perspectiva entende-se que a literatura escolar dos imigrantes alemães tem profundas interfaces com o movimento de formação do Estado/Nação no Brasil. Isso foi particularmente importante para os imigrantes alemães que provinham de tradição em que era possível conjugar sua nacionalidade alemã (dimensões simbólicas, culturais) com a cidadania brasileira (pertencimento político, cidadania), o que gerou profundos estranhamentos em relação à tradição portuguesa.

Esta questão, trabalhada particularmente em Seyferth (1994), Gertz (1994), Rambo (1994b; 1994a) e Meyer (1999), é fundamental para entender ênfases e interlocuções na literatura pedagógica da imigração alemã, com crescente ênfase nacionalista. Esta literatura é um artefato cultural com que se busca um particular entendimento de processo identitário entre imigrantes alemães no Brasil. Assim, não se trata de uma imprensa fora do contexto brasileiro. Ao contrário, constituiu-se como uma das expressões de articulação da cidadania brasileira dos imigrantes, em contexto de afirmação do Estado/Nação.

Mais do que buscar o entendimento desta imprensa, em si, é preciso entender toda a literatura escolar dos imigrantes alemães como uma produção de significado, de processo identitário, neste contexto de entrecruzamentos e estranhamentos. Ela é uma resposta, uma prática social, uma produção de sentido. Por isso, procuramos tomar as providências para tornar a imprensa pedagógica da imigração alemã acessível aos pesquisadores interessados, pois entendemos que ela é uma fonte fecunda para a investigação de uma faceta da história da educação no período em questão. Estas fontes são importantes para a pesquisa em história da educação no Brasil. Foram destinadas para as escolas dos imigrantes, mas sua produção implicou em freqüentes diálogos/tensões com as políticas educacionais no país, o que amplia consideravelmente os possíveis interesses e temas de pesquisa.

Bibliografia

ALLGEMEINE LEHRERZEITUNG für Rio Grande do Sul. **Vereinsblatt des deutschen evangelischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1901 a 1939.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Apêndice** — A imprensa periódica educacional no Brasil. (1808-1944). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997 a, p. 173-187.

_____. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a revista do ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997b, p. 47-76.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Textos impressos e livros didáticos. In: CAMPELO, Bernardete Sales; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante. (Org.). **Formas e expressões do conhecimento**: introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Faculdade de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p. 217-247.

BENITO, Agustín Escolano. **Los comienzos de la edición escolar moderna en España**. El Libro y la educación. España: Anele Asociación Nacional de Editores de Libros y Material de Enseñanza, 2000, p. 15-57.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. 1993. 369f. Tese (Doutorado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BÜNGER, Ferdinand. **Entwicklungsgeschichte des volksschullesebuches**. Leipzig: Herausgegeben unter Benützung amtlicher Quellen—Nachdruck Glasshütten, 1898.

CARNEIRO, José Fernando. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro:

Universidade do Brasil, 1950.

CATANI, Denice Barbara, BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.). Apresentação. **Educação em revista**. A imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CEM ANOS DE GERMANIDADE NO R.G.S. **1824-1924**. Tradução Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

CHARTIER, Roger. **As utilizações do objeto impresso**. Portugal: Alges/ Difel, 1998.

_____. Textos, impressão, leituras. In: Hunt, Lynn. (Org.). **A nova história cultural**. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DAS SCHULBUCH. **Organ zum Ausbau der schulbuchliteratur in Brasilien**. São Leopoldo: Rotermund, 1917-1938.

DEUSCHE POST. São Leopoldo: Rotermund, 1880-1928.

FELIX, José Luís. **As gramáticas dos imigrantes alemães para aprender o português: índices de brasilidade lingüística**. 2004. 564 f. Tese (Doutorado em Lingüística) — Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

.FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP/REDUC, 1987.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismos*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

GERTZ, René. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Cansas: Editora da ULBRA, 1994. p. 29-40.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**. O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura. Notas sobre a revolução do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Veiga. *500 anos de Educação no Brasil*, 3ª ed., 2003, p. 347-370.

_____. **O professor paroquial**. Magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Editora UFRGS; Caxias do Sul: Editora UCS; Florianópolis: Editora UFSC, 1991.

.LEHRER-KALENDER, MERK-UND TASCHENBUCH. **für Lehrer an deutschen Schulen in Brasilien**. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1923 a 1938.

LEXIKON DER PEDAGOGIK, Erster Band. Herausgegeben von Ernest W. Roloff. Freiburg in Breisgau, 1913. p. 1290-1301.

LZ = LEHRERZEITUNG. **Vereinsblatt des deutschbrasilianischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1900-1939. (Anteriormente, de 1900 a 1906, chamava-se *Mitteilungen des katholischen Lehrer-und Erziehungsvereins in Rio Grande do Sul*).

MEYER, Dagmar. Identidades traduzidas. Cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul. 1999. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. Língua e religião como instituintes da nacionalidade. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GAERTNER, Angelika. (Org.). **A imigração alemã no Rio Grande do Sul**: história, linguagem, educação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. p. 187-215.

MUNAKATA, Kasumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. 218 f Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) — Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NÓVOA, Antonio. **A imprensa de educação e ensino** — repertório analítico (Séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. (Coleção Memórias da Educação).

RAMBO, Arthur Blásio. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**: gênese e natureza. Dão Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994b.

_____. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994a. p. 43-55.

RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: **Enciclopédia Riograndense**. O Rio Grande Antigo. Canoas: Regional, 1956.

SCHALLENBERGER, Erneldo. O associativismo cristão no Sul do Brasil. A contribuição da Sociedade União Popular e da Ligas das Uniões Coloniais para a organização e para o

desenvolvimento social sul-brasileiro. 2001. 593f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul dos Brasil:** cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 11-28.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SKT PAULUSBLATT. **Revista da Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul** (Volksverein). Porto Alegre: Typographia do Centro, 1912-2005.

SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 2, n. 12, p. 52-63, nov./dez. 1996.

Prof. Dr. Lúcio Kreutz
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
E-mail | lkreutz@terra.com.br

À SOMBRA DA CRUZ: TRABALHO E RESISTÊNCIA SERVIL NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL 1840-1888

Leandro Jorge Daroncoⁱ

À Sombra da Cruz

O tema escravidão poderia sem maiores entraves ser discutido a nível nacional, entretanto mesmo sendo à base estrutural-ideológica das relações escravistas semelhantes em todo o Brasil, existiram peculiaridades regionais em relação ao trabalho, as formas de resistência, ao cotidiano, etc. Acredita-se, que este passado possa ter influenciado diretamente a atuação da historiografia e da própria sociedade em relação ao trabalhador africano e afro-descendente escravizado.

Este artigo configura-se em reflexão sobre a historiografia rio-grandense, cotejando o sistema escravista na região Noroeste do Rio Grande do Sul – nascido do estudo de fontes primárias, como jornais do século 19, documentos paroquiais, processos-crime, inventários post-mortem e correspondências provinciais do século 19 – pesquisados no Museu da Biblioteca Pública de Pelotas, Museu do Colégio Santíssima Trindade, Mitra Diocesana do Divino Espírito Santo de Cruz Alta e sobretudo no Arquivo Público e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A temática escravidão historicamente apresentou-se envolvida em emaranhado de silêncios e contradições, sobretudo, no Rio Grande do Sul e mais recentemente na região Noroeste – onde as lacunas ainda são visíveis – o que por outro lado certamente permitirá o surgimento de estudos reveladores.

Nessa perspectiva o francês Marc Ferro, em *História vigiada*, de 1989, chama a atenção para os silêncios que a sociedade e a historiografia impõe a história de determinadas regiões, povos e culturas, deturpando o passado em detrimento aos interesses particulares do presente, nas palavras do autor “Hoje mais do que nunca a história é uma disputa. Certamente controlar o passado sempre ajudou a dominar o presente.”²

Esse texto pretende expor, por um lado, algumas concepções e equívocos que fizeram o trabalhador escravizado ser ocultado do passado regional, sendo ignorado pela sociedade e pela historiografia tradicional conservadora e, por outro, destacar a renovação historiográfica que se iniciou por volta dos anos 1980-90, por historiadores da chamada *nova história*, contemplada e difundida por estudiosos como o inglês Peter Burke.³

Estes pesquisadores, em especial os que dedicados à temática escravidão têm resgatado e re-interpretado a conjuntura, sobretudo do século 19, reconstruindo uma nova sociedade na qual o africano escravizado existe, trabalha, participa, relaciona-se e resiste a escravidão. Destaque-se que a província rio-grandense manteve-se ao longo de significativo período do século 19, no *ranking* das seis maiores províncias escravistas do Império do Brasil, chegando a possuir um contingente de próximo aos cem mil trabalhadores escravizados.

O intenso processo de expansão demográfica ensejado pela imigração européia iniciada na primeira metade do século 19, facilitou as visões apologéticas do passado, ocorrendo sua contínua difusão durante o século 20. Essa deturpação resultou na negação da escravidão rio-grandense, atribuindo-se todos os méritos da formação econômica, social e cultural do Estado como *fruto* exclusivo trabalho do imigrante europeu.

Entre os vários estudiosos da escola tradicional pode-se destacar Jorge Salis Goulart, cuja proposta ideológica foi inclusive assimilada pelo meio acadêmico. Em *A formação do Rio Grande do Sul*, de 1927, o autor fomenta uma concepção preconceituosa e transforma o trabalhador escravizado em um personagem passivo na história, “o negro sendo inferior culturalmente, aceitou com naturalidade a superioridade branca.”⁴

É inegável que os imigrantes europeus tiveram uma grande importância para o desenvolvimento sócio-econômico e sócio-cultural do Rio Grande do Sul. Entretanto, esse fator não pode servir de base ideológica para escamotear a fundamental participação do trabalhador escravizado no processo de construção sócio-econômica e sócio-cultural da província rio-grandense, mesmo porque, em longas épocas e importantes regiões, ele representou a principal força produtiva regional.

Esse fenômeno de negação que pode ser denominado de processo de *branqueamento* foi habilmente conduzido pelas autoridades provinciais, não através da substituição do trabalhador escravizado pelo imigrante, nas duras tarefas da produção mercantil. Mas, sobretudo, pela exclusão do africano e afro-descendente escravizado e livre da inserção social como camponês-proprietário, fato agravado pela Lei de Terras, 1850-4, quando se estabeleceu a compra como única via de acesso às terras públicas. Além disso, com a proibição do tráfico negreiro em 1850 e a conseqüente elevação do preço comercial do cativo, a partir da década de 1870, dar-se-á início a exportação de um significativo contingente de cativos do Sul para as regiões cafeeiras do Sudeste, devido à escassez de trabalhadores naquela região.

No campo historiográfico, o *embranquecimento* do passado rio-grandense teve um cunho ideológico de grande envergadura, no qual historiadores positivistas da República Velha tiveram grande influência, ao negarem a contribuição do trabalhador escravizado na formação do povo sul-rio-grandense.

Outro caso nítido de negação do sistema escravista rio-grandense é a obra de João Maia. Em *História do Rio Grande do Sul*, de 1927, o autor deixa transparecer toda sua concepção estereotipada em relação ao trabalhador escravizado, além de destacar de maneira apologética o suposto patriarcalismo rio-grandense: “Também, aqui, jamais imperou o excessivo rigor, que na região sententrional do paiz [sic], reduzia estes desgraçados às condições de manadas de seres irracionais [sic], para quem estava banidas todas as leis sociais [sic] e humanas. Além da amenidade do trato que geralmente se lhes dispensava, não raro, as festas íntimas dos possuidores de escravos, tinha, com generoso fecho, a concessão de uma ou mais cartas de alforria.”⁵

Salvo engano, no relativo à escravidão, apenas a região charqueadora de Pelotas foi contemplada de uma forma diferente pela sociedade e pela historiografia rio-grandense, uma vez que além de ser um dos grandes centros escravistas nacionais, foi igualmente fundamental para a inserção da província no contexto produtivo brasileiro. Entretanto, por outro lado, facilitou a negação daquele fenômeno ao transformar Pelotas na exceção que confirmaria a regra – a província produzida quase essencialmente pelo trabalho livre.

De modo geral no Rio Grande do Sul, até recentemente, prevaleceu o que se pode chamar de mito da democracia pastoril e racial, quando o trabalhador escravizado nas raras vezes em que é reconhecido como personagem histórico, passa a ser transformado em fiel companheiro de seu senhor, vivendo supostas relações de amizade e camaradagem com seu escravizador.

Em *História agrária do planalto gaúcho*, de 1997, o mais valioso estudo histórico geral sobre o Noroeste rio-grandense, o historiador Paulo Afonso Zarth ao mencionar a distorção histórica ocorrida no Sul em relação à escravidão comenta: “Certamente o Rio Grande do Sul é o Estado da federação onde a questão da escravidão foi mais profundamente negada pela ideologia oficial, em nome de uma suposta democracia racial.”⁶

Na região Noroeste do RS acredita-se que o problema seja ainda mais grave, pois, além da região ser caracterizada no imaginário popular como um local de grande diversidade étnica, a historiografia local ao escrever a história dessa região praticamente não fez referência aos

trabalhadores escravizados e ao sistema escravista. Portanto lançar um olhar sobre o passado dessa região significa mergulhar num emaranhado de contradições que embaça ainda hoje sua história.

O silêncio da historiografia regional sobre a contribuição do trabalhador escravizado na formação econômica e social da região é colocado em xeque quando se analisa a atual população de Cruz Alta e outros municípios a ela pertencente durante significativa parte do século 19. Para isso basta olhar os traços físicos, de significativa parcela dos cidadãos destes locais, que revelam um passado de marcante presença de trabalhadores escravizados.

Destaque-se algumas considerações relevantes para o objeto deste texto, como o fato da região Noroeste se limitar, ao menos durante a primeira metade do século 19, quase na sua totalidade territorial ao município de Cruz Alta. Os territórios dos atuais municípios de Passo Fundo, Soledade, Palmeira das Missões, Ijuí, Santo Ângelo, entre outros, estavam sobre o domínio administrativo de Cruz Alta e político-econômico de suas *elites*.

Nas imensidões territoriais da região Noroeste, sempre dominaram a pecuária e o extrativismo de erva-mate. O latifúndio impregnou as raízes formadoras da sociedade regional, formando uma classe social, política e economicamente distante das demais. Após usurparem o trabalho do africano e afro-descendente escravizado, esses segmentos foram responsáveis pela usurpação da memória escravista na região.

A estância que dominou o cenário do século 19, no noroeste da província, permanecendo viva no imaginário do século 20, não foi até hoje devidamente estudada. As razões desse fato não são simples. Podemos avançar algumas hipóteses: ao escrever sobre as estâncias, o historiador teria que analisar as origens da propriedade ou da posse da terra, e teria que discorrer sobre os trabalhadores da mesma. Os dois temas são motivos de inquietação para a elite latifundiária da região.

Como assinalado, considerar as estâncias como locais isentos de trabalhadores escravizados empregados no pastoreio não foi uma exclusividade da região Noroeste. Em *Deus é grande o mato é maior*, de 2002, o historiador Mário Maestri assinala que a sociedade e a historiografia transformaram o cativo em companheiro fiel do fazendeiro, sem deixar espaço para a inserção do seu trabalho na análise desses estabelecimentos: “Por um lado, a historiografia tradicional aceitava com dificuldades as decorrências inevitáveis da confirmação documental da presença de cativos na fazenda, já que corroia as construções ideológicas sobre a ausência de contradições sociais no seio das fazendas pastoris, conseqüentemente, na antiga formação social sulina. A tese da democracia pastoril constituiu m mito fundador da interpretação dominante do passado sulino. [...] Mesmo considerando a

possibilidade de formas patriarcais de escravismo no pastoreio, não deixava de ser perigoso entregar um cavalo a um cativo e enviá-lo a trabalhar; sem vigilância, sobretudo próximo às fronteiras.”⁷

O mito da democracia pastoril e da harmonia racial rio-grandense, romanticamente exposto pela historiografia tradicional regional, cai por terra quando, autores, a partir da análise da documentação da época, em especial os processo-crime registram que a resistência do trabalhador escravizado – justificações; fugas, roubos; suicídios; tentativas de sublevações etc. – fazia parte do cotidiano da estância.

Os abundantes processos-crime expõem atos de violência e resistência de cativos ou contra cativos de diversas regiões do RS. Porém, sua interpretação, análise e apresentação exigem do historiador processo criterioso de diálogo e sistematização, pois são documentos que descrevem ações do passado, por segmentos sociais profundamente interessadas nas mesmas. Não são, portanto documentos imparciais e transparentes, já que produzidos diretamente pelo mundo dos escravistas, no processo de submissão e pressão dos segmentos sociais escravizados. Entretanto, os processos-crime, registros singulares da ideologia e do discurso da classe dominadora, são igualmente fontes riquíssimas sobre o mundo dos escravizados. Trata-se, essencialmente, de fazê-los falar.

Além dos processos-crime, os inventários post-mortem apresentam-se como fonte riquíssima e singular, uma vez que demonstram a presença de trabalhadores escravizados em inúmeras atividades, assim como expõem as diferentes camadas sociais que exploravam o trabalho escravizado.

A nova historiografia da escravidão rio-grandense tem centrado suas pesquisas para a análise da documentação em cartórios, testamentos, inventários post-mortem, processos criminais e outros – fontes que podem oferecer pesquisas continuadas, propiciando a possibilidade de uma análise mais próxima do real processo histórico. Desta forma, apresenta-se uma proposta de pesquisa relacionada ao trabalho servil, as formas de resistência servil, ao cotidiano, as relações sociais, etc., para isso tem-se como parâmetro obras de Éster Gutierrez, Margaret Bakos, Mário Maestri, Paulo Afonso Zarth, Paulo Moreira, Solimar Oliveira de Lima e outros importantes pesquisadores sociais do Rio Grande do Sul, que direcionaram seus estudos para a temática escravidão.⁸ Na região Noroeste, após estudos pioneiros, esta ocorrendo um significativo avanço nas pesquisas e muito logo, teremos informações sistemáticas sobre o tema.

O mito da democracia pastoril e da fundação branca do Rio Grande ensejaram e determinaram o desinteresse da elite política e econômica regional em abordar o trabalhador escravizado em obras científicas e literárias. Na literatura caso semelhante podemos destacar na obra de Érico Veríssimo *O*

continente, quando o autor realiza uma apresentação pastoril livre e imigrantista da história da região que predomina ainda hoje, resultando em uma interpretação ficcional totalizante da história rio-grandense. Nas raras vezes que Veríssimo refere-se ao trabalhador escravizado ou acaba denegrindo a imagem do negro ou apresentando apologias sobre as relações escravistas “O trabalho das estâncias nivelava o patrão ao peão e ao escravo.”⁹

Porém, outros fatores contribuíram para a exclusão do trabalhador escravizado da historiografia regional. Entre eles, o fato de que não havia na região Noroeste grandes concentrações unitárias de cativos, como nas regiões charqueadoras de Pelotas e Jaguarão ou como no centro urbano de Porto Alegre. Os escravos se dispersavam na vasta área territorial que abrangia a região, o que facilitou sua invisibilidade historiográfica.

Os castigos extremados, a super-exploração, a falta de perspectiva em relação ao futuro, etc., desencadearam processos de resistência que instalava o medo permanente na sociedade regional. A realidade de tensão, verdadeira característica dos locais de maior concentração de trabalhadores escravizados, não era igualmente estranha a regiões com concentração demográfica inferior de cativos. Na região Noroeste do RS, apresentada pela historiografia tradicional com sociedade de hábitos afáveis, o estudo da documentação judiciária revela realidade substancialmente diversa. No estudo realizado de quarenta e dois processos-crime, dezesseis referem-se a homicídios envolvendo trabalhadores escravizados, sejam eles executores ou vítimas dos dispositivos de controle não conseguiam coibir a violência individual, expressão das tensões sociais.

Ao negar ou minimizar a escravidão regional, a historiografia conservadora automaticamente negou o trabalhador escravizado e, conseqüentemente sua contribuição na formação sócio-econômica e sócio-cultural da região. O mais contraditório é que os dados estatísticos oficiais existem e apresentam uma conjuntura preponderantemente escravista do século 19. Por exemplo, em 1859, o município de Cruz Alta contava com 4.019 cativos, constituindo o quinto pólo escravista da província do Rio Grande do Sul.

Embora o percentual relativo da população escravizada de Cruz Alta em relação à livre oscilasse de doze a quinze por cento, nesse momento o município era superado em números absolutos apenas por Porto Alegre, com 8.417 cativos; Jaguarão, com 5.056; Pelotas, com 4.788 e Rio Grande, com 4.369.¹⁰

Independente da posição adotada pela historiografia, um aspecto é inegável. São inúmeros os documentos oficiais e não oficiais, tradicionais e não tradicionais, que registram, de uma forma ou

outra, a presença de trabalhadores escravizados no Noroeste rio-grandense. Entre outros documentos, destaca-se: os inventários post-mortem, os processos judiciais, a correspondência administrativa, as leis e posturas municipais; os jornais do século 19; os registros arquitetônicos; a tradição oral; a antropologia humana; as casas afro-brasileiras de culto, etc.

Mas, a final de contas, onde labutavam os cativos da região Noroeste? Embora o escravismo regional tenha sido predominantemente rural, o trabalhador negro escravizado foi empregado em diversos setores produtivos.

Inicialmente pode-se destacar as próprias estâncias, que além dos valorizados cativos campeiros, dispunham de cativos em diversas atividades do complexo pastoril: agricultura de subsistência e/ou comercial [fazendas mistas]; na construção de benfeitorias, de taipas de pedra, de currais, etc. As olarias e as atafonas eram estabelecimentos onde se encontrava um significativo número de trabalhadores escravizados. Além desses locais, muitas outras atividades eram desempenhadas por trabalhadores escravizados no mundo rural-trabalhadores domésticos; transporte; produção de lenha e carvão, entre outras. Em, *Do arcaico ao moderno*, de 2002, o historiador Paulo Afonso Zarth apresenta importantes dados sobre o trabalho escravo na região Noroeste e no Rio Grande do Sul.¹¹

Através de todo o Brasil, embora o mundo urbano abrigasse um número menor de homens livres e trabalhadores escravizados, havia nas cidades uma enorme variedade de atividades onde os cativos eram utilizados, quase necessariamente: serviço doméstico; artesanato; serviços de ganho; transporte e comercialização; construção civil; entre outras. Entre os estudos que contemplam o trabalho do cativo urbano podemos destacar: *Negros, charqueadas & olarias* da historiadora e arquiteta pelotense Ester Gutierrez; *O sobrado e o cativo* do pesquisador Mário Maestri; *O trabalho escravo no RS* de Waimier Günter; *Os cativos e os homens de bem* do historiador Paulo Moreira.

Em relação à extração da erva-mate, uma das principais fontes de renda da região Noroeste, ocorreu também uma efetiva participação do trabalho escravizado, mesmo sendo costume na região se empreender sistemas de mutirão, onde os camponeses-coletores trocavam serviços nos períodos específicos, sobretudo durante a colheita. Ou seja, o coletor de erva-mate recebia ajuda de seus vizinhos ou parceiros de empreitada durante a colheita e retribuía participando da colheita dos demais.

É igualmente um paradoxo gritante que a literatura negue a escravidão na região e afirme, ao mesmo tempo, o fato do município e da região terem sido local de um muito forte movimento abolicionista. Em *Notícia descritiva da região missioneira*, de 1887, o jornalista e escritor Evaristo

Affonso de Castro, aborda de forma exaustiva as sociedades abolicionistas de Cruz Alta, principalmente a Aurora da Serra. Todavia, o autor não enfatiza a análise da ordem escravista, o trabalho escravizado, as formas de resistência do cativo.¹²

Percebe-se nitidamente que o objetivo do autor foi enaltecer os *ilustres* cidadãos que participaram e aderiram ao movimento abolicionista, inclusive ele próprio. Nesse sentido, a obra de Castro foi uma espécie de embrião dos escritos apologéticos posteriores e que se mantém até hoje. Castro trata da história missioneira, destacando vários municípios dessa região, o autor contempla muitas temáticas antagônicas em seu trabalho, questões naturais – clima, relevo, hidrografia; questões histórico-sociais – história dos municípios, população, costumes, instrução e política; questões econômicas – riqueza dos municípios, comércio, agricultura, extrativismo, pecuária. Entretanto, salvo algumas raras referências às sociedades abolicionistas, é quase impercebível a presença do trabalhador escravizado no decorrer de quase quatrocentas páginas de seu livro.

Em *A História de Cruz Alta*, de 1980, Prudêncio Rocha outro importante autor da história da região Noroeste retrata a região na mesma perspectiva conservadora, transformando o trabalhador escravizado em mero coadjuvante de uma história elitista, enaltecendo de forma apologética o movimento abolicionista: “[...] Reunindo o povo na sede do Clube Literário Aurora da Serra, os oradores fizeram saber que decidiram ir à casa dos senhores de escravos, afim [sic] de pedir-lhes a imediata alforria dos cativos. Dr. Joaquim Pereira da Costa, proferiu discurso que comoveu a sensibilidade popular, acolhido com as mais retumbantes aclamações. Um frêmito de entusiasmo propagou-se na multidão que se colocou até a residência do coronel Veríssimo Lucas Anes que imediatamente, declarou livre dois escravos ainda sujeitos ao tronco da servidão.”¹³

Considerações finais

Nesta breve reflexão, procurou-se chamar a atenção para os silêncios ocorridos e ainda não totalmente superados na história da região Noroeste do Rio Grande do Sul em relação ao sistema escravista, como fruto do descaso, do desinteresse e omissão de historiadores e escritores – que deixaram uma latente lacuna na história regional, transformado-a em grande apologia aos criadores *pastoris* e, sobretudo aos imigrantes europeus.

Obras importantes perderam seu brilho ao ignorar e ocultar o árduo passado do trabalhador escravizado na região Noroeste do RS, silenciando a história de indivíduos despossuídos e distorcendo

o próprio processo histórico regional, ao excluírem indivíduos que participaram da formação sócio-econômica e sócio-cultural da região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Procurou-se ressaltar, o fato da escravidão rio-grandense ter ultrapassado as *fronteiras* das charqueadas, da cidade portuária de Rio Grande e do centro urbano de Porto Alegre, e isso foi possível somente através de pesquisas em fontes primários do século 19, em especial os processos-crime e os inventários post-mortem que reinterpretem as relações cotidianas revelando uma sociedade em que o trabalhador escravizado resiste, mata e morre reivindicando uma melhor *sorte*.

Salvo engano, foi necessário mais de um século para o desabrochar de estudos contundentes e descomprometidos com o conservadorismo histórico que imperou na região Noroeste, iniciando o processo de rompimento dos paradigmas da história tradicional conservadora. O mito da democracia pastoril aliado a uma visão imigrantista, incorporado pela sociedade e pela historiografia que transformou a história da região Noroeste rio-grandense num romântico cenário de liberdade, trabalho e diversidade étnica vai gradativamente sendo substituído por uma descrição verossímil do processo histórico do Noroeste rio-grandense.

Referências bibliográficas

BAKOS, Margaret; BERND, Zilá. **O negro: consciência e trabalho**. 2.ed. Porto Alegre: Universidade /URGS, 1998.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas e abordagens**. 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTRO, Evaristo Affonso. **Notícia descritiva da região missioneira**. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.

CHAVES, Antonio José Gonçalves. **Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil**. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1978.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos de escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERRO, Marc. **História vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOMES, Aristides de Moraes. **Fundação e evolução das estâncias serranas**. Cruz Alta: A Dal Forno, 1966.

LAYTANO, Dante de. **O negro no Rio Grande do Sul. Primeiro seminário de estudos gaúchos.** Porto Alegre: PUCRS, 1957.

LIMA, Solimar Oliveira. **Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no RS 1818-1833.** Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1998.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Ediupf, 2002.

MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista.** Passo Fundo: Ediupf, 2001.

MAIA, João. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Selbach, 1927.

ROCHA, Prudêncio. **A história de Cruz Alta.** 2.ed. Cruz Alta: Mercúrio, 1980.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul.** 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.

VERÍSSIMO, Érico. **O continente.** 13.ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920.** Ijuí: Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul do século XIX.** Ijuí: Unijuí, 2002.

¹Graduado em História e Pós-graduado em Humanidades pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; Mestre em História pelo Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo – UPF; Bacharelado em Direito pela UNIJUÍ; Professor da Rede Pública Estadual, Colégio Evangélico Augusto Pestana – CEAP/Ijuí; Escola da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI/Santo Ângelo. E-mail: leandrodaronco@ceap.g12.br

² FERRO, Marc. *História vigiada.* São Paulo: Martins Fontes. 1989. p. 1.

³BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas e abordagens.* 2. ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

⁴GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul.* 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul, EDUCS, 1985. p. 56.

⁵MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Selbach, 1927. p. 193.

⁶ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920.* Ijuí: Unijuí, 1997. p. 146.

⁷MAESTRI, Mário. *Deus é grande o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: Ediupf, 2002. p. 186.

⁸Cf. ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio “Pelotas: escravidão e charqueadas [1780-1888]”. Porto Alegre: PUCRS, 1995. [dissertação]; GATTIBONI, Rita. “Escravidão urbana na cidade de Rio Grande [1850-1888]”. Porto Alegre: IFCH, 1993. PUC/RS [Dissertação]; GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense.* 2 ed. Pelotas: EdUFPEL, 2001; LIMA, Solimar. *Triste pampa: resistência e punição de escravos no RS [1818-1833].* Porto Alegre: PUC/IEL, 1998; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano.* Porto Alegre [1858-1888]. Porto Alegre: EST, 2003.; SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas [1822-1850].* Passo Fundo: EdiUPF, 2002; WEIMER, Günter. *Trabalho escravo no Rio*

Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/SAGRA, 1991. ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre [1840-1860]*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002; VECCHIA, Agostinho Dalla. *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPEL, 1994.

⁹VERÍSSIMO, Érico. *O continente*. 13.ed. Porto Alegre: Globo, 1976. p.211.

¹⁰BAKOS, Margaret; BERND, Zilá. *O negro: consciência e trabalho*. 2.ed. Porto Alegre: Universidade/URGS, 1998. p. 71.

¹¹ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul no século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002. p. 105-151.

¹²CASTRO, Evaristo Affonso. *Notícia descritiva da região missioneira*. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.

¹³ROCHA, Prudêncio. *História de Cruz Alta*. 2. ed. Cruz Alta. Mercúrio, 1980. p. 99.

HETEROLOGIA DAS GENTES DO BRASIL MERIDIONAL POR VIAJANTES ALEMÃES

Sílvia Marcus de Souza Correa*

1. Introdução

Para tratar da alteridade no Brasil meridional do século XIX, o presente trabalho privilegiou a fonte literária. Analisou-se a representação do outro através de quatro relatos de viagens: *Brasiliens gegenwärtiger Zustand und Colonial-System, besonders in Bezug auf Landbau und Handel, zunächst für Auswanderer* (1828), de Friedrich von Weech; *Reise durch Süd-Brasilien* (1858), de Robert Avé-Lallemant; *Brasilien: Land und Leute* (1877), de Oscar Canstatt; e, *Beiträge zur nähern Kenntnis der brasilianischen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul. Reisen und Beobachtungen während der Jahre 1875-1887* (1889), de Maximilian Beschoren.¹

Os relatos desses viajantes alemães permitem enumerar quatro alteridades distintas que, de certa forma, estão hierarquizadas segundo sua aproximação identitária com os viajantes: 1) a alteridade do próximo, ou seja, do teuto-brasileiro; 2) a alteridade dos demais europeus (geralmente, portugueses, ingleses e franceses); 3) a alteridade dos mestiços (no sul do Brasil, trata-se predominantemente do gaúcho); 4) a alteridade dos indígenas e negros.²

Cabe lembrar que a retórica da alteridade provoca, em geral, a exclusão de terceiros. Como observou François Hartog, parece que, em seu movimento para traduzir o outro, a narrativa mostra-se enfim incapaz de abordar mais que dois termos de cada vez.³ A retórica da alteridade tende, pois, a ser dual: Eu e o Outro, Nós e Eles. Assim, o viajante e o seu leitor compartilham de uma posição homóloga que contrasta com aquela de mestiços, indígenas e negros. Nesse sentido, a língua (alemã) através da qual se escreve e se lê sobre a alteridade no Brasil meridional do século XIX é uma das fronteiras da heterologia nos relatos desses viajantes.

A sociedade do Brasil imperial era plural em termos étnicos e seu espaço econômico estava sob o controle de um sistema estatal dominado por um dos grupos (o luso-brasileiro), mas deixando amplos espaços de diversidade cultural.⁴ Apesar da pluralidade étnica e cultural, os grupos marginais (indígenas, mestiços e negros) eram estigmatizados pelo grupo dominante que lhes privavam o acesso a certos recursos e posições na sociedade do Brasil oitocentista.

Como aponta Frederick Barth, as fronteiras com os grupos étnicos marginais podem ser mantidas pelo grupo dominante ao estigmatizá-los através de características diacríticas.⁵ Nesse sentido, a heterologia dos viajantes (re)produz, em grande parte, estigmas dos grupos marginais do Brasil meridional. O estudo desses relatos permite inferir duas ordens de

* Departamento de História da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) scorrea@unisc.br

¹ Para facilitar a leitura e a consulta destas obras, foram feitas todas as citações com as referências às publicações em português.

² Essas quatro alteridades foram tratadas em Correa, Sílvia M. de S. "Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: Etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem" in ANOS 90. Revista de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, v12, n.21/22, 2005, p.227-270.

³ Hartog, François O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, pp.270-271.

⁴ Sobre a sociedade pluriétnica do Brasil meridional do período imperial, ver Correa, Sílvia M. de S. "Multiculturalismo congênial" in Piccolo, Helga (org.) História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ediupf, vol. IV, 2006.

⁵ Barth, Fredrik "Grupos Étnicos e suas Fronteiras" in Poutignat, P. e Streiff-Fenart, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.p.185-225.

demarcação das fronteiras: a) através de apontamentos de traços diacríticos do outro, tais como vestimenta, língua, moradia ou estilo geral de vida; e b) de orientação de valores, padrões de moralidade pelos quais ações são determinadas.⁶ Os viajantes alemães não escapam, portanto, de uma descrição correlata da aparência física com a subjetividade do outro, seja ele mestiço, indígena ou negro.

2. Alteridades mestiças

O olhar dos viajantes sobre a alteridade mestiça no Sul do Brasil sofre a distorção da lente *made in Europe*. Através dela, o gaúcho é visto de forma mais positiva do que o mulato ou o caboclo. Sobre os gaúchos, escreveu Beschoren:

Essas pessoas, selvagens e ousadas, cuja pigmentação da pele varia numa escala de cores, desde o preto, mulato, até o branco, apesar da aparência perigosa, são sujeitos amáveis e não são tão maus como aparentam.⁷

Avé-Lallemant corrobora a poligenia étnica do gaúcho, observada por Beschoren, e destaca ainda a possibilidade de interação do estrangeiro com os gaúchos, desde é claro que o primeiro saiba se comunicar na língua do país.

É difícil descrevê-los pela constituição física, pois são de variadas origens e em geral procedem das três raças, negra, índia e européia. Em minha peregrinação estive em contato com todos esses elementos e entendi-me perfeitamente com todos eles.⁸

Já o mulato e/ou o caboclo despertam mais a desconfiança do que o interesse dos viajantes. Beschoren relata sobre um informante caboclo que “não inspirava confiança”.⁹ Canstatt acusa um desinteresse completo pelo mulato que lhe acolheu durante uma chuva intermitente que o impedia de continuar sua viagem pelo interior da colônia de Monte Alverne.

A permanência na miserável barraca, que chamavam rancho, em companhia do mulato amigável, mas bronco, e sua mulher, que sorriam constantemente, de modo pouco apetitoso, mas com grande prazer, o chá do Paraguai numa cuia imunda, e nos intervalos fumavam dúzias de cigarros de palha de milho, aborrecia-me. Os assuntos de conversa depressa se esgotaram, e que poderia eu fazer para matar o tempo? Não tinha nada para ler e não se podia esperar que meu hospedeiro tivesse.

Se os viajantes alemães acreditavam que a *Geistzeit* rondava pelas Américas, não seriam suas hordas de mestiços sujeitos históricos capazes de qualquer missão civilizadora. Eles até poderiam concordar parcialmente com as afirmações ufanistas do antropólogo Darcy Ribeiro de que o Brasil é uma “província da civilização ocidental”, uma “Roma tardia”¹⁰, porém, isso só teria sentido, segundo os viajantes, pela imigração alemã. A propósito, Avé-Lallemant recorreu ao célebre dito latino “*Tantae molis erat Romanam*

⁶ Ibidem, p.194.

⁷ Beschoren, Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875-1887). Porto Alegre : Martins Livreiro, 1989, p.101.

⁸ Avé-Lallemant, Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p.375

⁹ Beschoren, op. cit. 1986, p.122

¹⁰ Ribeiro, Darcy. O povo brasileiro : A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.265.

condere gentem” para elogiar o progresso da colônia alemã de São Leopoldo.¹¹ Cabe destacar que os viajantes alemães, que servem de guia a esse estudo, estiveram na Província antes da colonização italiana.

3. Alteridades indígena e negra

Os indígenas e os negros foram vistos como “empecilhos” ao curso da história em solo americano. Por ser uma história eurocêntrica em expansão, essas alteridades “frias” – para empregar o paradigma de Lévi-Strauss – eram quase incompatíveis com aquelas “quentes” vindas do além-mar.

Civilizar-se era um imperativo. Beschoren faz uma distinção entre os Coroados: “Os civilizados não mantêm um bom relacionamento com seus irmãos selvagens.”¹² Apesar dessa distinção, o viajante alemão reduz a alteridade indígena a uma substância ontológica.

Mesmo que se negue tudo sobre a origem do índio, vestindo-o adequadamente, cortando-lhe o cabelo comprido e desordenado, ensinando-lhe a falar o português, desenvolvendo uma determinada educação, mesmo com essa transformação, reconhecer-se-á nele, imediatamente, pelo olhar, o selvagem.

O olhar fixo, penetrante, que em nenhum ponto se apega, tem algo de sinistro. Grande deve ser a agitação interior, transmitida pelo brilho desconfiado de seus olhos.¹³

A forma de ver do Outro acusa seu próprio ser. Mesmo que Beschoren estivesse cômico da mudança de comportamento dos indígenas na presença de estranhos, relatada inclusive em outras passagens da sua narrativa, ele não atentou para o efeito do cruzamento de olhares e mesmo para sua interdependência.

Apesar das poucas linhas dedicadas a essas alteridades, os viajantes alemães foram cegados por preconceitos. Nesse caso, o encobrimento do outro acusa uma brecha da *teoría*, pois se pode viajar sem lograr medidas.

Para medir com precisão é preciso ajustar o olhar. Beschoren comentou que “viajando-se por essas terras, logo perde-se a mania alemã de julgar a fortuna das pessoas, pela aparência e conforto como vivem”.¹⁴ Se Beschoren logra ajustar seu olhar durante a viagem, não faz o mesmo com o falar. Dos índios, o viajante alemão reclamou:

Essa gente não é de muitos amigos e nem conversas. Diante dos estranhos permanecem calados, e, se preciso, dão no máximo uma breve e exata resposta.¹⁵

Também Avé-Lallemant reclamou do comportamento taciturno indígena a partir do qual julgou toda a aldeia como “um estabelecimento para esses retardados, onde lentamente, preguiçosamente vegetam sua vida de lêmures sem nada fazer, nada pensar, nada sentir!”.¹⁶ Para o viajante alemão, a dificuldade em falar dos indígenas era um sinal de sua inferioridade em termos ontológicos.

Ao visitar a aldeia de São Nicolau, encontrei na praça em frente da capela um silêncio verdadeiramente tumular. Chegando a um casebre, apareceu-me uma jovem índia de rosto amável, meio idiota, e sua mãe, uma miserável virago. Afora algumas

¹¹ Avé-Lallemant, op. cit. 1980, pp.141-142.

¹² Beschoren, op. cit. 1986, p.63.

¹³ Ibidem. p.65.

¹⁴ Beschoren, op. cit. 1986, p.62.

¹⁵ Ibidem. p.63.

¹⁶ Avé-Lallemant, op. cit. 1980, p.169.

engroladas palavras portuguesas e um acanhado sorriso, que me pareceu realmente doloroso, nada mais pôde expressar a pobre mulher. Nem sequer me soube dizer se vivia muita gente na aldeia.¹⁷

Mais adiante, o viajante alemão encontrou outras mulheres indígenas, e novamente frustrou-se. “Queria falar-lhe, mas repetiu-se a mesma cena; os esquisitos fantasmas das brenhas não conheciam nada, nem sabiam, nem desejavam, nem diziam.”¹⁸

Às margens do Uruguai, Avé-Lallemant discorre sobre esses “chineses do Oeste, de cujo perecimento como povo crepuscular ocidental já não se duvida.”¹⁹ No sentido de Levi-Strauss, a comunidade guarani seria, para o viajante alemão, uma daquelas sociedades “frias”. Já sobre duas índias “mais ou menos charruas puras”, Avé-Lallemant comentou que elas tinham o rosto distinto das mulheres guaranis e “olhavam com mais audácia e liberdade do que suas compatriotas do norte”.²⁰ Diferenças físicas da alteridade indígena foram percebidas pelo olhar do viajante alemão que também distinguiu diferenças internas do out-group através do olhar do Outro. Mais uma vez, a forma de ver do Outro acusa o seu próprio ser. Apesar dos diferentes grupos étnicos, a dicotomia entre bárbaros selvagens e civilizados prevaleceu no olhar dos viajantes ao esquadriñar a alteridade indígena.

Curiosamente, foi o próprio Avé-Lallemant que se considerou um bárbaro quando em casa do francês Jean Pierre Gay, em São Borja, lhe foram declamados versos em língua guarani. Barbarus hic ego sum, escreveu ele.²¹ E quando Avé-Lallemant se hospeda na fazenda de Sebastião Soares de Sousa, “o perfeito retrato de um príncipe da floresta, de Cooper, em estado civilizado”, lembra-se do seu compatriota, viajante e escritor Johann Gottfried Seume e de sua personagem canadense, que disse: “Vede, nós, os selvagens, somos gente melhor!”²²

Esse “estranhamento de si” do viajante alemão poderia aludir o filósofo cínico Diógenes de Sínope que, fazendo o elogio da vida selvagem, visava uma inversão da relação entre um centro grego e seus confins bárbaros.²³ Porém, percebe-se que a visão sobre a alteridade indígena oscila conforme o atendimento às expectativas subjetivas do próprio viajante. Onde ele foi bem acolhido e seus interesses atendidos de forma satisfatória, seu olhar tende a ser benevolente e romântico. Porém, onde prova de um tratamento inóspito e frustram-lhe os interesses, então, suas considerações são sempre desabonadoras.

Além de uma subjetividade muito sensível às adversidades da viagem, a autopsia de Avé-Lallemant das alteridades no Brasil tem influência de sua formação médica, observável em sua teoria racial.

Relativamente às diferentes raças que vi no solo brasileiro, tenho de dar ao índio o nome e os atributos de homem-do-ventre, para atribuir ao negro todas as qualidades somáticas e sentimentais do homem-do-peito, sobre os quais coloco depois o europeu e seus descendentes como homem-da-cabeça: divisão dos papéis que desempenham

¹⁷ Ibidem. p.168.

¹⁸ Ibidem. p.168.

¹⁹ Ibidem. p.274.

²⁰ Ibidem. p.285.

²¹ Ibidem. p.273.

²² Ibidem. p.249.

²³ Hartog, François *Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.21.

excelentemente no palco da vida. Isso não é simples figura de expressão, mas significativa verdade vital.²⁴

Dos viajantes alemães que servem de guias a essa viagem pela alteridade no Brasil meridional, Beschoren foi o que mais conviveu com os indígenas. Apesar do seu método de observação participativa, restaram alguns preconceitos que comprometeram a sua observação.

Durante dois meses realizei medições na região. Na oportunidade encontrava-me seguidamente com índios, espalhados na floresta, colhendo ervas. Encontrava-os no trabalho, na caça, nos seus fandangos e festas principais, podendo observá-los. Gostavam da cachaça, podendo-se transformá-los facilmente em amigos, se os presenteasse com algumas garrafas.²⁵

Ainda sobre o seu método de observação etnográfica, Beschoren destaca a necessária superação da desconfiança alheia pelo que ele denominou via diplomática.

Uma característica dos selvagens é a desconfiança com os estranhos. Quando se quer saber alguma coisa sobre hábitos, passado, pareceres religiosos, etc tem que se agir com muita diplomacia.²⁶

Esse seu método não está ancorado apenas em experiências de terceiros, como a do vigário ofendido pelos indígenas que interpretaram sua curiosidade como espionagem, mas também na sua própria experiência. Como Beschoren relata:

Eu queria completar o meu vocabulário indígena, adquirido em Nonoai. Perguntei a um índio, que falava bem o português, sobre palavras e pequenas frases de meu interesse. No início dizia prontamente. De repente me perguntou porque eu queria saber isso ou aquilo. Disse-lhe que gostaria de aprender a língua de seu povo. Pensou um pouco na minha resposta, que de maneira alguma o convenceu. Quando prossegui com minhas perguntas, me disse simplesmente: - “Isso você não precisa saber!” E desapareceu mata a dentro.²⁷

Nota-se que o viajante alemão nutria mais do que um interesse pelo Outro, um interesse por si mesmo. Beschoren queria apreender a língua indígena como fizera com a portuguesa, mas de forma alguma via no meio cultural indígena um ambiente possível para si mesmo. Por fim, Beschoren não logrou medidas válidas sobre a alteridade indígena em sua viagem.

Os índios não são tão maus: a gente pode muito bem tratar com eles. Deve-se contudo ter cuidado com a traição e a perfídia, visível em seu olhar.²⁸

Canstatt, que também esteve às margens do rio Uruguai e visitou aldeamentos dos Coroados, descreveu o olhar desses indígenas como “temeroso, pérfido, dos olhos pequenos

²⁴ Avé-Lallemant, op. cit. 1980, p.274.

²⁵ Beschoren, op. cit. 1986, p.64.

²⁶ Ibidem. p.64.

²⁷ Ibidem. p.64.

²⁸ Ibidem. p.45.

um pouco oblíquo” que dão a eles “um aspecto horrível”.²⁹ Dos índios em geral, Canstatt compartilha em muito das opiniões de Beschoren.

O trato com os índios do Brasil não é de forma alguma agradável, e, embora se tenha de considerá-los criaturas com os mesmos direitos que nós, acontece com eles quase o mesmo que com os negros, dos quais, em todos os sentidos, nos sentimos separados por profundo abismo. Por outro lado, os índios e os negros, mesmo os habituados aos seus usos e costumes, nunca poderão libertar-se duma certa desconfiança a respeito dos brancos. Está-se para com os índios, como para com outras tantas criaturas, que se domestica e que aparentemente parecem dedicadas, mas que ocasionalmente ameaçam, ou prefeririam voltar à completa liberdade, se pudessem escolher.³⁰

A retórica da alteridade indígena nas narrativas dos viajantes alemães permite inferir uma relação entre natureza e costumes que não deixa de revestir sua etnografia de um contorno filosófico. Ao tratar da etnografia dos gregos, Hartog demonstrou que, ao inventariar os gêneros de vida de alhures, ela não deixa de comparar o selvagem do civilizado e de enfrentar a reflexão sobre a partilha entre *physis* e *nómos*.³¹

Na etnografia dos viajantes alemães há uma clivagem entre os indígenas. Têm-se índios bons e maus. Hartog lembra que o sábio alexandrino Eratóstenes criticava aquela bipartição entre gregos e bárbaros e defendia os critérios da virtude (□□□□□) e da maldade (□□□□□) como os únicos válidos para o gênero humano, pois, para ele, muitos gregos eram “maus” enquanto muitos bárbaros eram “bons”.³² No olhar dos viajantes alemães, a divisão entre selvagem e civilizado permanece e se acopla àquela entre bons e maus; afinal, um índio “bom” é, geralmente, aquele civilizado. Ou seja, ele torna-se bom. A etnografia dos viajantes alemães contraria o bom selvagem de Rousseau.

Em relação ao negro, o viajante Friedrich von Weech dedicou algumas páginas do seu livro, pois quando escreveu não havia impedimento legal para aquisição de escravos por parte de colonos estrangeiros. Como o seu público leitor alvo era o imigrante alemão, o livro de Weech informa sobre a relação senhor e escravo no Brasil. Interessa dessas informações a visão que se faz dos negros escravos.

Entre eles, os de algumas nações são menos rudes, muitas vezes aprendem com facilidade e vontade; outros são iguais a bichos em todos os aspectos, vivendo como esses. Porém, todos, sem exceção, são indolentes e têm grande inclinação para o roubo e as bebidas alcoólicas. É necessário tempo para que paulatinamente se acostumem a trabalhos que exijam esforço ou raciocínio, pois sua aversão a qualquer ocupação séria e penosa, principalmente os homens, é espantosa.³³

Da eventual relação entre senhores alemães e escravos africanos no Brasil, Weech adverte seus leitores:

A permanência numa região pouco povoada, muitas vezes no meio de uma enorme floresta virgem, é em si mesma triste, e o habitante solitário restringe-se à convivência com a natureza e seus negros. Vendo-se rodeado por criaturas que o olham de modo

²⁹ Canstatt, Oscar, Brasil: Terra e Gente (1871). Brasília: Editora do Senado Federal. 2002, p.111.

³⁰ Ibidem, p.111.

³¹ Hartog, op. cit. 2004, p.116.

³² Ibidem. p. 119.

³³ Weech, op. cit. 1992, p.95.

medroso e hostil, em cuja fisionomia se lêem apenas o desânimo e a relutância contra tudo o que empreendem (...)³⁴

Visão pouco diferente do negro tem Beschoren que alforriou seu escravo “Sexta-feira” por recompensa a sua lealdade e afeição. Se a alcunha do viajante alemão a seu “companheiro negro, de muitos anos”, faz explícita alusão literária ao personagem de Daniel Defoe, acusa, outrossim, que tanto a personagem indígena quanto o indivíduo real africano ou afro-brasileiro tem em comum sua relação assimétrica com o branco civilizado, apesar de qualquer afeição recíproca ou não.

Ainda sobre a relação entre senhores alemães e escravos africanos ou afro-brasileiros, Canstatt registra uma singularidade na colônia de São Leopoldo, onde a língua alemã era soberana. O viajante testemunhou negros que lá falavam conforme o dialeto dos seus senhores e “em consequência encontravam-se pomeranos, suábios, como bávaros e saxões, pretos.”³⁵

Considerações Finais

As narrativas dos quatro viajantes imprimiram imagens na retina de seus leitores. Como guias turísticos, eles informaram sobre paisagens e gentes de alhures. Virtualmente, essas narrativas permitem aos seus leitores realizar suas próprias viagens através da leitura. François Hartog ao tratar do método de Fustel de Coulanges, fez sua assertiva: ler é ver. E se quem escreve, lê duas vezes (*quid scribit, bis legit*), o historiador empreende uma viagem dupla ao escrever com base na literatura de viagens.

Ver com os próprios olhos, a exemplo de Políbio e tantos outros historiadores de antanho, e ir ao encontro do desconhecido, do exótico, mesmo que inusitadamente o estranhamento revele algo de familiar reprimido, foi o que fizeram os viajantes alemães “em busca de uma realidade”. Suas narrativas sobre a alteridade no Sul do Brasil permitem ao historiador de hoje (mormente de pantufas como Timeu) reconstruir uma heterologia que comprova o quanto a viagem é uma experiência cognitiva ímpar.

Aos olhos dos leitores, o relato do viajante, que viu e ouviu ou se informou com quem viu, provou de manjares exóticos, expôs seu corpo às intempéries dos trópicos e correu risco de vida, parece assaz verossímil. Mas para o historiador, recorrer à narrativa daqueles viajantes que viram e coletaram farto material comprobatório do que escreveram exige, antes de tudo, submeter os enunciados a uma crítica hermenêutica. Afinal, deve-se perscrutar a ópsis dos viajantes que, tal como quer fazer crer a narrativa, se apresenta objetivamente descritiva.³⁶

Miriam L. Moreira Leite ressaltou a vantagem do viajante enquanto “observador alerta e privilegiado do grupo visitado” por ser alguém “de fora” e estar ali “de passagem”, sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar a seus conterrâneos o que conseguiu perceber. Por outro lado, “o viajante traz a postura do civilizado diante do povo atrasado e reforçada por uma série de obstáculos lingüísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado”.³⁷

³⁴ Ibidem, p.96.

³⁵ Canstatt, op. cit, p.407.

³⁶ Hartog, op. cit. 1999, p.276.

³⁷ Leite, M. M. *Livros de Viagem*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p.10.

Através de uma análise intertextual do “olhar dos viajantes” sobre a alteridade no Brasil meridional durante o século XIX, demonstrou-se que o esquema narrativo dos relatos de viagem tinha uma estrutura formatada aos leitores alemães com algumas características da retórica da alteridade tais como a comparação, a analogia e a obliteração de terceiros pela dicotomia Nós/Eles. Os relatos dos viajantes sobre o Outro se inscrevem no (re)conhecimento demarcado pela fronteira entre Nós e Eles. Nos casos estudados, a fronteira étnica não deixa de ser a própria fronteira da heterologia.

CABOCLOS E ESTRANGEIROS NA FORMAÇÃO DO PLANALTO RIO-GRANDENSE

Fabian Filatow*

*“O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar.
Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que
ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.”*

Marc Bloch

1. Introdução

No mestrado desenvolvi uma pesquisa referente aos Monges Barbudos, movimento social, de cunho religioso, alicerçado nos ensinamentos do monge João Maria. Os limites cronológicos encontram-se entre os anos de 1935, da formação do grupo e 1938, ano da repressão por parte da força militar.

A presente comunicação tem como objetivo apresentar um levantamento preliminar sobre a origem dos sujeitos históricos que compõem o referido movimento. Qual seria a contribuição dos caboclos e estrangeiros na formação social dos Monges Barbudos? Qual a origem dessas pessoas? Por que vieram a ocupar as terras devolutas?

Na tentativa de buscar soluções para tais questões, nos deparamos com os estrangeiros que ocuparam a região do Planalto Rio-grandense. Teriam eles contribuído para a expulsão dos nativos de suas terras? Qual a relação entre os estrangeiros e a idéia de modernidade?

2. Breves Notas: Formação do Planalto Rio-grandense

Podemos dividir os principais traços formadores do Planalto rio-grandense em três eixos básicos: a) período da presença jesuítica e do ciclo da erva-mate; b) o ciclo do tropeirismo; c) fase da política de terras, quando da instalação da Comissão de Terras e Colonização, tendo o objetivo de expandir o crescimento demográfico da região.

Daremos ênfase aos acontecidos e situações que se relacionem com o município de Soledade¹, por formarem o universo empírico no qual está inserido os Monges Barbudos.

* Mestre em História pelo PPGH-UFRGS, professor de História da rede pública municipal de Esteio e Estadual do Rio Grande do Sul.

A história de Soledade é marcada pela presença missioneira (século XVII). Sérgio da Costa Franco questiona a origem de hábitos religiosos, “*naqueles terços que velhos caboclos entoam nos cemitérios, em estropiado latim, não existirá um eco extraviado das rezas e cantorias jesuíticas?*”². Dúvida que nos reporta aos Monges Barbudos e a expressão religiosa dos caboclos, na qual há traços de orientação católica.

Em 1626 os jesuítas fundam a redução de São Joaquim situada na serra do Butucaraí³. Determinou sua fundação não só uma aldeia populosa de índios que havia no local, mas principalmente a facilidade de exploração de ervais nativos que ali se estendiam. Essa redução teve curta existência, pois em 1636 chegou a bandeira de Antônio Raposo Tavares, iniciando a derrocada das reduções, capturando índios e conduzindo-os a São Paulo de Piratininga como escravos.

No século XVIII, surge novo interesse pela região, novamente pelos jesuítas, na fase dos assim chamados Sete Povos, devido aos ricos ervais existentes na Serra que divide as águas do Jacuí e do Taquari⁴. A erva-mate era um verdadeiro ouro verde.

No século XIX teremos o início da ocupação da região de Soledade, com a abertura da Picada do Butucaraí, em 1810. Destacamos dois motivos para sua construção: o primeiro de ordem econômica, pois facilitaria a passagem dos tropeiros e a ligação entre Rio Pardo e o Planalto, chegando às capitânicas do norte (São Paulo); o segundo militar, sendo o sul uma região de fronteira, sua construção contribuiria para o envio de suprimento às tropas.

Foi no decorrer do século XIX, mediante a concessão de sesmarias, que a região conheceu a ocupação branca. A primeira sesmaria foi outorgada em 1816, pelo Governador e Capitão General Marquês do Alegrete e a última, em 1823, pela Junta Governativa da Província⁵.

Este processo vigorou até 1822, quando o então Ministro José Bonifácio o fez extinguir, por ser um sistema viciado pelo favoritismo governamental e pela injustiça contra os posseiros⁶. A respeito das injustiças do sistema de sesmaria, o qual propiciou a criação de excluídos e marginalizados, “[...] *pelo que se sabe através dos cronistas da época, a distribuição de sesmarias não atendeu a critérios de justiça, tendo relegado ao desamparo e à incerteza numerosos*

¹. O atual município de Soledade não corresponde as dimensões do município nos anos 30. Atualmente o município sofreu diversas divisões e subdivisões municipais, sendo que muitos de seus distritos, quando dos acontecimentos, hoje serem municípios emancipados.

². FRANCO, Sérgio da Costa. *Soledade na História*. Porto Alegre: Corag, 1975, p. 9.

³. Botucaraí era o antigo nome de Soledade. A redução de São Joaquim, localizava-se na região que hoje pertence ao município de Barros Cassal, que se emancipou de Soledade.

⁴. FRANCO, op. cit. p. 12.

⁵. FRANCO, op. cit. p. 23.

⁶. São chamados de posseiros os ocupantes das terras, mas que não haviam feito a solicitação formal, e nem comunicado o órgão responsável (no caso a Igreja) alegando já ocuparem estas terras há muito tempo. Entre estes encontramos camponeses - caboclos, não proprietários “legais” de terras.

moradores pobres, que se iam estabelecendo como podiam, ora como agregados dos sesmeiros, ora como lavradores independentes nas sobras de campos e de matos”⁷.

Na concessão das sesmarias, ficou acertado que os matos não seriam incluídos e, deste modo, poderiam ser explorados livremente pelos lavradores pobres. Houve um rápido processo de povoamento da região, fazendo com que a Câmara de Rio Pardo, município ao qual Soledade pertencia neste período, a elevasse à condição de Distrito.

Deixando de pertencer a Rio Pardo, Soledade foi anexada a Cruz Alta, tornando-se seu terceiro distrito, denominado Butucarái. A relação entre o terceiro distrito e sua nova sede municipal, durante os 23 anos que a ela pertenceu, foi conflitante, merecendo pouca atenção por parte dos vereadores cruz-altenses.

Dos problemas sociais existentes na região de Soledade, temos o documento de Lúcio Ferreira de Andrade encaminhado ao presidente da província em 1834, que denunciava o conflito entre fazendeiros - proprietários de campos de criação -, lavradores e ervateiros, apossados nas áreas de mato. Consta neste:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que, tendo-me esforçado o quanto está ao meu alcance para o aumento da agricultura neste Distrito, que até o presente, por esta falta, tem sido miserável. Exmo. Sr., parte destes moradores me representam não poderem aumentar as suas agriculturas por falta de terras, porquanto os sesmeiros, e ainda os que não têm sesmarias, defendem a entrada destes na Serra Geral, em toda a extensão que comportam com os seus campos; chamam seus aqueles matos da Serra Geral que verdadeiramente são realengos.

Procedimento este de grande prejuízo a este Distrito, e a meu ver até criminoso: e para minha inteligência recorro a V. Exa. por ser de tanta utilidade a cultura da Serra e fabrico da Erva-Mate, ramo de tanta utilidade, por esta forma proibido por estes proprietários de campos que não cultivam nem deixam cultivar, e não poderem os lavradores formar posses, de que espero V. Exa. se sirva determinar-me a respeito. Ds. Ge. A V. Exa. Distrito de Cima da Serra de Butucarái, 23 de fevereiro de 1834. Ilmo. E Exmo. Sr. Dr. José Mariani, Digníssimo Presidente da Província. (a) Lúcio Ferreira de Andrade, Juiz de Paz⁸.

⁷. FRANCO, op. cit. p. 26.

⁸. Arquivo Histórico do Estado, maço da Correspondência dos Juizes de Paz - Butucarái. Apud. FRANCO, op. cit., p. 34.

No ano de 1857, foi criado o Município de Passo Fundo, ficando o Distrito do Butucaraí a ele anexado. A respeito do desenvolvimento do novo município temos:

[...] um fator concorria para frear o desenvolvimento de Passo Fundo: a constante hostilidade dos índios da região. Na área de Nonoái, no Mato Castelhana, no Campo do Meio, os “bugres”, com frequência, praticavam roubos e assaltos. E ainda que mais não fizessem, sua simples presença atemorizava o isolado e desamparado pioneiro branco. Isso explica, em parte, a morosa ocupação do território passo-fundense, que até receber, neste século, o sopro modernizador da ferrovia São Paulo-Rio Grande e da colonização oficial, conservara uma cifra de habitantes inferior a Soledade⁹.

Percebemos o destaque atribuído aos imigrantes, percebidos como “sopro modernizador”. O pioneirismo foi atribuído ao homem branco. Com as sesmarias índios e caboclos foram expulsos de suas terras que, devido a sua atividade extrativa (principalmente a erva-mate), necessitavam de grande rotatividade e extensões de terras. O novo sistema de posse da terra os prejudicou, marginalizando e excluindo-os do acesso às terras.

Em 29 de março de 1875 Soledade emancipou-se de Passo Fundo¹⁰. Em 1879, foram criados novos distritos: Vila; Restinga; São Tomé; Lagoão; Jacuizinho.

No ofício datado de 3 de fevereiro 1882, os vereadores expressavam o medo da população frente a insuficiência da força policial. Era comum o roubo de gado vacum e cavalos para negócio fora desse município¹¹.

Nesse ofício, temos que a agricultura encontrava-se em seu início “*simples plantação de cereais para satisfação das necessidades da vida*”, ou seja, voltada para a subsistência. Quanto às indústrias, “*consistem somente no plantio de fumo exportado em pequena escala, no fabrico de erva-mate, na criação de gado vacum, cavalos e mui*”¹².

No ofício de 1883 temos que, “[...] a agricultura neste lugar é rotineira e não vai além da plantação de feijão, milho e trigo, para a manutenção dos plantadores, principiando recentemente a desenvolver-se a indústria comercial do fumo, além da erva-mate, que é principal indústria local, sendo a sua exportação de cem mil arrobas”¹³.

⁹. FRANCO, op. cit. p. 55.

¹⁰. A Lei Provincial n.º 962, de 29 de março de 1875, elevou Soledade à categoria de vila, emancipando-a de Passo Fundo.

¹¹. Cf. Correspondência da Câmara Municipal de Soledade, 1882, apud. FRANCO, op. cit., p. 83.

¹². FRANCO, op. cit., p. 83-84.

¹³. Ofício de 19/5/1883, apud. FRANCO, op. cit., p. 84.

A apropriação de terras, após fim da concessão de Sesmarias, foi efetuada mediante a formação de posses. Após 1854, legitimaram-se pelo sistema da Lei de Terras instaurada nacionalmente em 1850¹⁴. Aqueles que tivessem constituído posses, com cultura efetiva, antes da referida lei, legitimava-as por intermédio de uma declaração e de um registro paroquial. Após era necessário adquiri-las do Governo, sob condição de as medir e demarcar perante um juiz comissário¹⁵.

Na segunda metade do século XIX, o território de Soledade era esporadicamente ocupado principalmente nas terras de mato, havendo grandes áreas de terras devolutas. Com o advento da República e da Constituição de 1891, as terras públicas passaram da União para o Estado. Soledade ingressa no século XX contendo amplas extensões de terras devolutas. Somente em 1908 o Estado constituiu a Comissão de Terras de Soledade, destinada a demarcar e dividir terras públicas nos municípios de Cachoeira, Rio Pardo, Santa Cruz, Venâncio Aires, Lajeado e Soledade¹⁶. Apesar de restarem ainda grandes somas de terras devolutas, o município estava razoavelmente povoado. Segundo o recenseamento de 1900, havia 22.973 habitantes.

A Comissão de Terras surge para dar conta da ocupação de Sobradinho (4º e 5º Distritos). Conforme o relatório do Secretário das Obras Públicas de 1908,

Informa o Eng.º Lindolfo Silva que os habitantes de “Sobradinho” são nacionais, italianos e alemães, que a situação desordenada da colônia a impede que ela prospere, apesar de produzirem as terras abundantemente toda sorte de cereais. Sua pequena exportação, consistindo em fumos e banha de porco, faz-se quase que exclusivamente para a vila da Candelária, pagando de frete 33 mil-réis a tonelada, porque não há estradas e os caminhões são maus.¹⁷

A colonização oficial determinou uma profunda alteração étnica em Soledade. A vila, que era até pouco tempo basicamente cabocla, de origem luso-brasileira, receberia imigrantes alemães e italianos. Existem ainda notícias de imigrantes franceses e alemães desde meados do século XIX, mas a partir do início do século XX a presença de imigrantes tornou-se elevada, alterando em definitivo étnica e culturalmente o município. Italianos localizaram-se em Itapuca, vindos de

¹⁴. Sobre os mecanismos jurídicos para impedir a posse de terras pela população pobre confira ZARTH, Paulo Afonso. História agrária do planalto gaúcho 1850-1920. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997, p. 75.

¹⁵. FRANCO, op. cit., p. 104.

¹⁶. FRANCO, op. cit., pp. 105 e 106.

¹⁷. Relatório do Secretário das Obras Públicas, Dr. Cândido José Godoy, em 28/8/1908, Porto Alegre, 1908, p. 7. apud. FRANCO, op. cit., p. 106.

Guaporé e Anta Gorda, em Espumoso e Sobradinho; alemães em Tunas e Arroio do Tigre e nas divisas com Santa Cruz do Sul¹⁸.

O Recenseamento de 1920 creditou à Soledade 39.163 habitantes, um crescimento de setenta por cento em relação à 1900, apesar de Encantado emancipar-se de Soledade em 1915, levando consigo o distrito de Figueira, gênese do atual município de Arvorezinha¹⁹.

Nas décadas de 20 e 30 do século XX, “...o território abrigava uma população em torno de quarenta mil habitantes e compreendia 7.676 Km², mas a sede municipal era uma pequena vila de pouco mais de 1.000 habitantes”²⁰.

Economicamente os produtos mais importantes eram: o gado vacum, o fumo, a erva-mate e a banha, seguidos do trigo e muares.

Percebemos que o município de Soledade foi marcado pela presença missioneira, influenciando nos hábitos religiosos e no trabalho agrícola. O cultivo da erva-mate, ocupou por anos uma parcela importante na economia. A partir do século XIX, a região começou sua ocupação mais efetiva, e com as concessões das sesmarias conheceu a presença estrangeira. Esse sistema, que muitas vezes mostrou-se corrupto e privilegiando uma determinada parcela da sociedade, obrigou os caboclos a buscarem refúgio nos matos, nas terras devolutas, área que não era incluída nas concessões. Sendo assim, esses lugares poderiam ser explorados livremente pelos lavradores pobres, excluídos do sistema e de suas áreas de cultivo. Essa “necessidade” pode ter contribuído para a formação da população que, na segunda metade da década de 30, do século XX, participou do Movimento dos Monges Barbudos.

3. Caboclos e estrangeiros nos relatórios policiais

O relatório militar datado de 20 de março de 1938 descreve a situação dos Monges Barbudos e aponta a causa dos acontecimentos:

Como me é dado a observar, a maior parte do pessoal que habitam nos lugares acima mencionados são descendentes do nosso caboclo indolente, pouco gostam de trabalhar, de maneiras que, a miséria começou a bater-lhe a porta da casa, então, por meio de uma seita religiosa tendo como padroeira a Santa Catarina, procuram a se reunirem e se auxiliarem mutuamente. Os mais espertos então começaram a fazer a propaganda da religião, dizendo que, quem não pertencesse aquela religião

¹⁸. FRANCO, 1975, p. 107-108.

¹⁹. Decreto Estadual n.º. 2.133, de 31/3/1915, apud. FRANCO, op. cit., p. 113-114.

²⁰. FRANCO, op. cit. p. 115.

muito em breve morreria e seus bens seriam repartidos com o pessoal da seita, aconselham também andarem desarmados, respeitar as autoridades, apanharem e não brigarem, não beberem, trabalharem pouco, não trabalharem sábados e nem domingo e purificarem o sangue, tomando Caroba, erva de mato e outras²¹.

Os documentos policiais nos oferecem informações sobre a imigração de origem estrangeira existente em Soledade. Evidenciamos que a cultura dos caboclos e do movimento, não foram compreendida pelos imigrantes. Acreditamos que esse choque também ocorreu no âmbito religioso, ou seja, expressões religiosas diferentes que buscam afirmação na nova terra, frente as já existentes, vejamos:

Os colonos de origem estrangeira e os que não querem fazer parte da religião e que habitam naquelas paragens, vendo a união dos monges como são conhecidos e crescerem dia a dia os adeptos, estão ficando alarmados e começam a fazer os mais descontraídos comentários. Conforme estou informado, os fanáticos se reúnem sábados e domingos nas igrejas a rezarem completamente desarmados e depois dispersam-se e cada um vai para a suas casas²².

O Brasil dos anos 30 era regido por um projeto que se apoiava na promessa do progresso e da modernidade, percebemos nesse relato que o confronto entre o arcaico e o moderno está implícito. O nacional foi visto como expressão de “atraso”, pois reiteradas vezes os Monges Barbudos foram tidos como “fanáticos”, e sua religião qualificada como “seita”. Ao longo da história dos movimentos messiânicos no Brasil percebemos estas expressões associadas com o arcaico, acontecimentos de grupos incultos. Assim, os Monges assumiram essa tradição conceitual.

Sendo assim, consideravam: esses “nacionais não são dados ao trabalho, é o nosso caboclo indolente”. Frente a isso o estrangeiro surgiu como o exemplo do avanço, do progresso, enfim, o imigrante era o trabalhador. Não pôde produzir devido ao caos que se estabeleceu na região por causa do agrupamento dos fanáticos que impuseram o medo e a desordem. Fazia-se necessária a reinstauração da normalidade, se preciso fosse, utilizando-se da força e da violência, pois eram legitimadas no combate à ameaça de uma fragmentação nacional.

Os estrangeiros, nesse contexto, foram tidos como semeadores da modernidade, frente aos “indolentes” nacionais. Os europeus trabalhavam e praticavam religiões “normais”, catolicismo e

²¹. Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Destacamento do 3º Regimento de Cavalaria. Relatório enviado ao Sr. Comandante Geral da Brigada Militar. Soledade, 30 de março de 1938, assinado pelo 1º Tenente Comandante do Destacamento Januário Dutra, p. 2 e 3. (Arquivo Público do Estado - RS, Monges Barbudos).

protestantismo. O caboclo, por sua vez, assumiu a figura da mistura, do atraso, na qual o messianismo encontrou solo fértil, sendo fruto da ignorância ou da “esperteza de alguns”, chegando ao extremo de se tornarem “fanáticos”.

Em fim, o processo que propiciou a formação dos sujeitos históricos que compuseram o Movimento dos Monges Barbudos não pode ser analisada apenas no século XX, mas encontra-se inserida num processo de exclusão à posse da terra que vigora por um longo período. Deve se levar em consideração a alteração cultural ocorrida com a chegada da colonização oficial, dado que altera significativamente os hábitos e costumes da região. A promessa religiosa talvez tenha sido o único meio de reivindicação possível naquele momento.

²². Ibid., p. 3.

4. Bibliografia

BARROS, Eliane Cruxên et. al. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Orgs.) **RS: Economia e política**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

FILATOW, Fabian. **Do Sagrado à Heresia: o caso dos Monges Barbudos (1935-1938)**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Ed. da UFRGS, Porto Alegre.

_____. **Religião e política: o caso dos Monges Barbudos (Rio Grande do Sul, 1935-1938)**. Métis – História e Cultura. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.1, n.2, jul.-dez./2002, pp. 53-73.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Soledade na História**. Porto Alegre: Corag, 1975.

KUJAWA, Henrique Aniceto. **Cultura e religiosidade cabocla: Movimento dos Monges Barbudos no Rio Grande do Sul – 1938**. Passo Fundo: UPF, 2001.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

MARCON, Telmo. **Memória e cultura: modos de vida dos caboclos do Goio-En**. São Paulo: PUCSP, 1999. (Tese de doutorado em História).

MARTINI, Maria Luiza Filippozzi. **Sobre o caboclo-camponês: Um gaúcho a pé**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986.

PEREIRA, André e WAGNER, Carlos Alberto. **Monges barbudos e o massacre do fundão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. (Documenta, 9)

POMPA, Cristina. **A construção do fim do mundo. Para uma releitura dos movimentos sócio-religiosos do Brasil Rústicos**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 41, n. 1, 1998.

QUEVEDO, Julio; TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 5ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

RUBERT, Rosane Aparecida. **Construindo tempos, recompondo tradições: um estudo etnográfico de memória junto a velhos moradores de um contexto rural - região do Médio Alto Uruguai (RS)**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

SANTOS, Lucila M. Sgarbi; VIANNA, Maria L. Costa; BARROSO, Véra L. Maciel (orgs.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: EST, 1995.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da Silveira. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

VERDI, Valdemar Cirilo. **Soledade, das Sesmarias, dos Monges Barbudos, das Pedras Preciosas**. Não-Me-Toque: Gesa, 1987.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

ZIMMERMANN, Florisbela Carneiro; ZIMMERMANN Neto, Adolfo. **Biribas: A contribuição do tropeiro à formação histórico-cultural do planalto médio sul-rio-grandense**. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1991.

ALTERIDADES E FLUXOS MIGRATÓRIOS NO “ATLÂNTICO NEGRO”: ESTUDANTES AFRICANOS NO SUL DO BRASIL

Dulce Maria Domingos Chale João Mungoi¹

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a experiência de imigração estudantil africana no Brasil, a partir de uma pesquisa antropológica desenvolvida com estudantes provenientes de sete países do continente africano, residentes e matriculados em cinco Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas da cidade e região metropolitana de Porto Alegre². O trabalho de campo foi realizado de setembro de 2004 a novembro de 2005 e se fundamentou no método etnográfico.

A temática deste artigo se descortina a partir dois eixos centrais de discussão. Num primeiro momento, argumenta-se que a emigração estudantil africana para o Brasil corresponde a um modelo de imigração contemporânea peculiar que se diferencia das demais migrações africanas por ser impulsionada e regulamentada por políticas educacionais ao nível do ensino superior. Tais políticas estabelecem alianças políticas e diplomáticas entre países em vias de desenvolvimento e transformam o Brasil num país de imigrantes temporários que imprime marcas identitárias ao longo do percurso da sua formação. Num segundo momento, procura-se mostrar que este tipo de emigração surge como uma alternativa viável para a concretização de projetos familiares através da manutenção de vínculos afetivos e materiais dos que partem e ficam e na criação de obrigações mútuas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desta pesquisa foram realizadas entrevistas abertas com treze estudantes (seis mulheres e sete homens), dos quais três angolanos, um caboverdiano, dois guinenses, quatro moçambicanos, um nigeriano, um são-tomense e um senegalês. A maior parte deles possui o estatuto especial de *estudante-convênio* por estarem vinculados a programas de cooperação cultural e educacional bilateral firmados entre os governos brasileiros e de seus respectivos países. Trata-se do

¹ Mestre e Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista moçambicana do Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação financiado pela CAPES.

²As IES envolvidas foram : Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade do vale dos Sinos (UNISINOS), Rede Metodista de Educação – Instituto Porto Alegrense (IPA) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) .

Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) implementados e financiados pelo governo brasileiro há várias décadas. Eu também faço parte deste grupo de imigrantes que vivem essa experiência singular no percurso da minha formação universitária nos níveis de graduação e pós-graduação.

3. FUNCIONAMENTO DOS CONVÊNIOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS³

A cooperação educacional entre o Brasil e os países do continente africano é feita através do PEC-G e PEC-PG. Estes programas permitem que cidadãos de países que assinaram acordos bilaterais com o Brasil no setor de educação tenham acesso a vagas em várias IES federais, estaduais, municipais e privadas reconhecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) que aderiram formalmente aos programas. Participam dos programas 74 IES espalhadas por todas as regiões do Brasil. A região Sudeste participa com maior número de IES (36). Na segunda posição se encontra a região Sul com 21, onde se incluem duas universidades localizadas em Porto Alegre (a UFRGS e a PUCRS)⁴. Coincidentemente, estas duas instituições absorvem maior número de estudantes nesta cidade.

As normas do funcionamento destes programas são definidas pelos acordos bilaterais, protocolos e manuais do estudante-convênio à luz do estatuto de estrangeiro vigente no Brasil que define a situação jurídica do estrangeiro no país e cria o conselho nacional de imigração (lei nº 6.815/80, lei 6.964/81 e Decreto nº 86.715/81). É, portanto, partir destes instrumentos normativos e legais que é regulamentado o processo seletivo e definidos os direitos e deveres dos estudantes-convênio bem como a responsabilidades dos diferentes interlocutores que participam dos programas.

4. TRAJETÓRIAS FAMILIARES: TRÊS EXEMPLOS ETNOGRÁFICOS

Entendida por Bourdieu (1996), como uma “ficção bem fundamentada⁵”, a família participa de forma ativa na concepção dos projetos de formação superior da maioria dos estudantes entrevistados

³ Elaborado com base nos dados do Manual do PEC-G (MEC,2000) e do Manual do PEC-PG (2005).

⁴ Sesu – Ministério da Educação – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=609&Itemid=303> (acessado em 10 de julho de 2006)

⁵ Família é vista pelo autor como um princípio de realidade social que resulta de uma construção social. Ela envolve simultaneamente o individual e o coletivo. A família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada) (BOURDIEU, 1996)

nas suas mais variadas formas de apoio que se amplia até aos amigos. Os dados coletados durante a pesquisa revelam que o papel da família é determinante na concepção dos projetos de formação dos estudantes. Sendo assim, as famílias devem ser vistas como atores que geram possibilidades e expectativas neste processo de formação dos estudantes africanos, mesmo em casos em que os estudantes recebem bolsas de estudos de instituições governamentais e não governamentais. São os pais que muitas vezes articulam a vinda dos seus filhos ao Brasil e garantem a sua estada e formação no país.

Na busca de certeza de que os seus filhos terão acesso a um curso superior que lhes garantirá um futuro e uma melhor integração num mundo cada vez mais competitivo, muitas famílias⁶ urbanas africanas optam por mandar um, dois, três ou mais filhos para o exterior com seus próprios recursos. Com o aumento de número de candidatos que demanda pelo ensino superior nos países africanos e a dificuldade de absorção nas IES existentes, a opção de alguns familiares tem sido enviar seus filhos para realizarem seus estudos universitários no exterior, em especial em Portugal, África do Sul e Brasil (Subuhana, 2005).

No âmbito da realização da presente pesquisa, apurou-se que existem em Porto Alegre filhos de pessoas que ocupam lugares de chefia no governo como diretores nacionais, políticos, funcionários públicos e da rede bancária, ou seja, famílias de alto *status* socioeconômico e político que custeiam as despesas dos seus filhos com seus próprios recursos. No entanto, a maioria dos estudantes entrevistados provém de famílias com baixo capital econômico. Para a maior parte delas, manter os seus filhos no Brasil ou em instituições de ensino privado existentes nos seus países com seus próprios rendimentos, torna-se muito dispendioso ou quase impossível⁷. Por estes e outros motivos, mesmo cientes de que enfrentarão dificuldades para manter os seus filhos a estudar no Brasil, muitos pais optam por este caminho na esperança de que mais tarde conseguirão financiamento no Brasil ou no país de origem. A escolaridade e as ocupações dos pais e familiares dos entrevistados é variável. A maioria possui ensino primário básico e uma minoria ensino superior. Alguns deles são domésticos, uns trabalham por conta própria como mecânicos, costureiros, pequenos comerciantes e outros são professores primários e altos funcionários públicos de Ministérios.

⁶ Ao longo desta pesquisa, o termo *família* é utilizado para designar simultaneamente a família nuclear composta por marido, esposa e filhos ao grupo de indivíduos ligados entre si através de laços de consangüinidade e afinidade: mãe, pai, irmãos, tios, sobrinhos, primos, cunhados, sogros, etc.

⁷ Em Moçambique, um país onde o salário mínimo não chega a 50 dólares americanos, o custo de uma mensalidade numa IES privada varia de 250 a 300 dólares americanos.

Em Porto Alegre, o número de estudantes financiados pela família é expressivo e tende a crescer devido principalmente à carência de bolsas de estudos. São cada vez raros os países que possuem políticas governamentais claras e transparentes de atribuição de bolsa e de formação de quadros no exterior. Os que têm o privilégio de ter uma bolsa conseguem através de concursos promovidos por ONG, atribuição institucional (em caso de funcionários de Estado) ou através de redes de relações que funcionam com base em influências políticas e nepotismo (amizades, parentesco, cargo etc).

É importante destacar que o PEC-G assim como os outros convênios de cooperação funcionam com um modelo que prevê a co-participação da família ou de outros responsáveis financeiros através de financiamento dos estudos dos estudantes. O problema central deste modelo é que são poucos os estudantes que contam efetivamente com este suporte financeiro. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que muitas famílias não fazem remessas regulares de dinheiro para os estudantes devido a dificuldades financeiras, afetando assim a sua vida estudantil e pessoal no Brasil. Quando isso ocorre, os estudantes procuram ajuda de seus conterrâneos, professores orientadores, amigos ou um emprego mesmo sabendo que poderão incorrer pela ilegalidade.

Leandro (2004), na sua reflexão do fenômeno das migrações internacionais portuguesas, refere que não se pode pensar em projetos migratórios como estando desligados da dinâmica social e familiar em situações muito concretas. No caso dos estudantes africanos em Porto Alegre é fácil perceber os vínculos dos que ficam e dos que partem são mantidos de forma constante através de contatos permanentes. Tais contactos são feitos através de viagens de parentes para o Brasil e dos estudantes para os seus países, troca de mensagens por e-mail, telefone assim como de bens materiais e simbólicos como dinheiro, roupas, comidas típicas, músicas, fotografias, etc.

Ao contrário de deslocamentos onde os que ficam dependem de remessas de dinheiro dos que partem, muitos estudantes africanos são dependentes de recursos financeiros enviados por seus familiares dos seus países de origem ou de outros países.

A partir da trajetória de três estudantes africanos pode-se apreender três dimensões da intervenção família na formação dos estudantes. Na primeira, os pais assumem um papel ativo na concepção dos projetos de formação de seus filhos, na segunda, a formação superior se dá a partir de uma rede familiar e na terceira o estudante assume um papel de destaque na concepção de seu projeto de formação que se amplia até à sua família (esposa e filhos) tomando proporções inesperadas.

A história de Benedita, 24 anos, solteira, do grupo étnico Chope, estudante moçambicana do 2º ano do curso de Direito no IPA se encaixa perfeitamente na primeira dimensão. Foram os pais dela (pai e madrasta) que articularam e criaram as condições necessárias para que ela e seu irmão mais novo viajassem para o Brasil. O projeto de formação superior desta estudante não começou com o seu ingresso na IES no Brasil. Antes de conseguir a vaga para o Brasil, Benedita já tinha feito provas de admissão (vestibular) na faculdade de Direito na Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Na verdade, o sonho da Benedita sempre foi de estudar na UEM e se formar em Direito como seu tio, irmão do seu pai, que cresceu com ela. Benedita revela que não conseguiu ingressar na UEM e, como alternativa, os pais, que já se mostravam preocupados por ela ser a filha mais velha, a matricularam na Universidade Técnica de Moçambique (UCM), uma universidade privada em Maputo (capital de Moçambique) para fazer o curso de Direito. Estudar no Brasil foi uma das opções que surgiu dentro do campo de possibilidades criadas pelos pais. A bolsa de estudos para Benedita e seu irmão foi possível devido à rede de relações sociais dos seus pais. Foi a partir dos contatos estabelecidos pelos seus pais na Igreja Metodista, onde se casaram e freqüentam, que os dois irmãos conseguiram vir estudar no IPA.

À semelhança dos parentes dos estudantes do PEC-G, os seus pais são obrigados a mandar mensalmente mesadas de cerca de 300 a 400 dólares americanos para garantir a estada dos seus filhos no Brasil: livros, assistência médica, vestuário etc. Conforme relata a estudante, os seus pais nem sempre enviam os valores exigidos por falta de recursos. Como a estudante vive no alojamento do IPA de forma gratuita e durante o meio de semana passa refeições no restaurante universitário da sua faculdade, este fato não traz grandes implicações para a sua estada em Porto Alegre.

Como conceber este projeto de vida? Trata-se de um projeto familiar ou individual? O que motiva a família a mandar seus filhos para o exterior mesmo sem condições para tal?. Ao longo do seu depoimento Benedita procura mostrar através de um discurso coerente que o seu projeto de formação é mais da família do que dela. Por isso, ela aponta que uma das suas preocupações e obrigação é de dar retorno ao investimento à família. Isto significa que ela deve se formar, regressar, trabalhar e ajudar financeiramente à sua família. A formação superior pode ser assim concebida como um tipo de investimento familiar cujo lucro pode ser colhido a longo prazo. Após a sua formação, influenciados por uma ética de obrigação familiar que transcende seus projetos individuais, os estudantes se vêem na obrigação de regressar para o país para ajudar sua família fortalecendo assim a ligação entre eles e sua família. Ao longo da entrevista Benedita lembrou que antes da sua viagem para o Brasil o pai pediu por

muito para que ela voltasse para o país logo que terminasse o curso. Esta atitude do pai mostra que ele estava consciente de que a filha poderia romper com o projeto definido pela família.

Para Benedita, assim como para muitos estudantes africanos que se encontram em Porto Alegre, a família constitui o núcleo central e fonte de inspiração moral. Apesar da Benedita considerar que a sua formação é um projeto familiar, pode-se notar no seu próprio relato uma tendência de individualização do mesmo. As suas atitudes de uma “jovem metropolitana” induzem a pensar que existe um certo risco dela se desvincular dos ideais dos pais. As suas redes de relações estão se ampliando cada vez mais e estudar não é o seu único objetivo. Enquanto os seus pais têm como principal objetivo a formação superior dos seus filhos (dela e do seu irmão), Benedita, apesar de pretender ser uma brilhante advogada, define seus objetivos pessoais como uma jovem que pretende se divertir. Benedita tem um grande fascínio pelo Brasil, aliás, ela conta que foi por isso que veio para o Brasil com muita ansiedade. Para a estudante, *Brasil é bom para estudar, mas, também para passear*. O seu sonho é de conhecer pessoas diferentes, falar com sotaque diferente, passear pelo Brasil, viver no exterior. Pode-se ver que como jovem, os projetos da Benedita não coincidem inteiramente com o dos seus pais, fato que demonstram claramente o que os projetos podem ser vividos de formas diferentes pelos sujeitos Velho (1994).

A segunda dimensão pode ser elucidada a partir da história de uma família angolana que se deslocou para o Brasil com um projeto maior de obter um diploma de ensino superior nas universidades brasileiras. Trata-se da família de Vitor, 29 anos, solteiro, pertencente ao grupo étnico Bacongo. No período da realização da pesquisa de campo Vitor ainda era estudante do segundo ano de Mestrado em Engenharia Metalúrgica na UFRGS. Os dados biográficos de Vitor indicam que a história de imigração faz parte da sua família. Muitos membros de sua família estão espalhados por vários países da Europa e África como estudantes e/ou trabalhadores. Com a história familiar de Vitor que se apresenta a seguir, procura-se mostrar como a partir de redes familiares, os estudantes traçam e percorrem suas trajetórias pessoais e acadêmicas que têm um impacto direto na estrutura familiar.

Antes de emigrar para o Brasil, Vitor vivia em Luanda, capital de Angola e estava matriculado na Universidade Agostinho Neto (uma universidade pública de Angola), enquanto fazia negócios informais da família. A emigração estudantil da sua família para o Brasil começou em 1994, quando um de seus irmãos parte para a cidade de Porto Alegre a fim de se formar em Engenharia Química. Trata-se do Vicente, seu irmão mais velho, que após concluir o Segundo Grau “optou” por sair do seu país para “fugir” da crise política e ao mesmo tempo concretizar o sonho de se tornar um engenheiro

como seu pai. O que, inicialmente pode ser visto como uma “fuga”, se transformou, num exemplo que foi seguido por Vitor, bem como por seus irmão e primos. Naquela época, em Angola, o ambiente político trazia incertezas nas famílias e nos jovens. Sair do país para estudar ou para trabalhar era uma das alternativas para a busca de segurança e um futuro melhor. Percebe-se aqui que a iniciativa de um membro da família influenciou os outros, imprimindo uma nova dinâmica aos projetos e estruturas familiares. Neste contexto, uma vasta rede de relações foi se tecendo entre os primeiros que partiram e os que ficaram, permitindo assim que se pudesse elaborar elementos avaliativos em relação à sua situação futura (Leandro, 2004).

A partir do momento que o irmão mais velho passou por este ritual de passagem de muitos jovens, que é deixar a casa dos seus pais e começar uma nova vida, nos anos que se seguiram, ocorreu uma emigração em massa dos seus irmãos e primos com o mesmo propósito: tornar-se doutor ou engenheiro no Brasil. A partir daí, todos eles passaram a estabelecer relações diretas entre si a partir de rede finita composta por pessoas da mesma geração e família. No total, foram seis parentes⁸ da mesma geração que emigraram para o Brasil, quatro irmãos, onde se inclui o Vitor e dois primos. Em termos temporais sua vinda teve como suporte um parente já radicado, ou seja, o fato de existir um parente residindo em Porto Alegre permitiu a vinda dos outros. Isto significa que os laços de solidariedade foram relevantes para a viabilização da presença dos que chegaram mais tarde.

É importante esclarecer que, atualmente, apenas um dos seus primos se encontra em Porto Alegre. Os outros regressaram para Angola após o término da graduação e mestrado e já se inseriram no mercado de trabalho. Vitor prevê que futuramente, os irmãos mais novos, que estão no Segundo Grau, também seguirão o trajeto dos mais velhos. Vitor associou -se a um projeto coletivo de sua família que consistia na aquisição duma formação superior no exterior. Contudo, ele, diferentemente dos seus irmãos, prorrogou o seu retorno, optando por prosseguir o curso de Mestrado em Engenharia Metalúrgica tendo concluído em março deste ano (2006).

A terceira dimensão analisa uma experiência de emigração que envolve um estudante e sua família de procriação. É o caso de Paca, um estudante angolano da etnia Kimbundo, que vive há cinco anos no bairro de Partenon, na cidade de Porto Alegre, com sua esposa e filhos⁹. O estudante de 36

⁸ Todos tiveram acesso à vaga através do PEC-G, mas alguns deles obtiveram bolsas de estudo do governo angolano. Todos eles se formaram na área de Engenharia (exceto uma irmã que é economista).

⁹ Também reside em Porto Alegre uma família angolana (marido, mulher e dois filhos). A esposa e dois filhos emigraram para o Brasil há quatro anos para se juntar ao pai e esposo que era estudante vinculado ao PEC-PG na PUCRS. No entanto, este estudante se desligou da instituição onde estudava sem concluir o seu curso e atualmente estuda numa IES de Lageado.

anos de idade, é proveniente de uma família pobre da província de Kwanza-Norte, onde passou quase toda a sua infância. Foi lá, onde ele conheceu sua atual esposa, com quem tem quatro filhos com quinze, doze, três anos e oito meses de idade. Dois dos filhos do casal nasceram em Porto Alegre e possuem nacionalidade brasileira. Os outros dois filhos, em idade escolar, estudam numa escola pública e o de três anos frequenta uma creche localizada no seu bairro. Por ter filhos em idade escolar Paca passa evidentemente por experiências relacionados com a socialização dos filhos.

O que mais desperta atenção no Paca foi o fato de muitos estudantes africanos terem me falado da história dele e deste não ter características comuns aos demais estudantes africanos. Atualmente, Paca possui uma loja do estilo “1.99”, situado no bairro Azenha, onde são vendidos diversos artigos, na sua maioria utensílios domésticos e bijuterias. Apesar da loja se denominar “*african house*”, em homenagem à África, os artigos provenientes deste continente são pouquíssimos. A “presença africana”, na loja, se faz sentir com a permanência dos donos, pela música angolana que é tocada e dos cabelos postiços vendidos provenientes de Angola¹⁰. Os negócios são geridos diretamente por ele e sua esposa com apoio de duas funcionárias (uma brasileira e outra angolana). Tanto ele como a sua família possuem vistos permanentes, o que lhes permite o exercício de atividades remuneradas.

A história de Paca revela que o projeto de formação de um estudante africano pode transitar por diferentes caminhos e tomar configurações inesperadas. No caso deste estudante, ao contrário dos outros casos relatados anteriormente, é a ausência de laços com a sua família de origem ou orientação que define o seu itinerário.

Paca é filho único de sua mãe. O estudante diz que soube há bem pouco tempo que seu pai teve mais dois filhos, depois que a sua mãe morreu, quando era ainda uma criança de peito. Seu pai morreu numa emboscada durante a guerra de Libertação de Angola. Paca conta que praticamente não conheceu a sua mãe e que foi amamentado pela sua avó materna, tendo vivido com ela até os 7 anos. A partir desta idade, passou a viver com o seu tio materno. Ainda menino, ele dividia o seu tempo entre a escola e o trabalho, levando uma vida que ele considera pouco digna para a criança da sua idade.

Segundo Paca foi a infância sofrida e a conotação de “burro e pobre”, feita pela família, colegas e amigos que o motivou a emigrar para o Brasil para estudar. Com um discurso emotivo, Paca se lembra da sua infância com muita angústia e ressentimento.

Na verdade, a sua experiência de imigrante começou no seu próprio país, devido à guerra que assolou a sua terra natal Golungo Alto, situada na província angolana da Kwanza-Norte. Ele saiu de lá

¹⁰ Segundo uma das funcionárias da loja, muitas pessoas solicitam “artigos africanos”: CDs, panos e enfeites.

com a oitava classe do ensino básico. Depois disso teve que partir para Luanda, capital de Angola. Em Luanda Paca foi amparado por instituições governamentais como criança deslocada e abandonada de guerra, onde teve a oportunidade de ter acesso ao curso profissionalizante de petróleo. Paca veio ao Brasil pela primeira vez em 1997, no âmbito do PEC-G para cursar Engenharia de Minas, na UFRGS, com bolsa do Governo angolano. Porém, o curso técnico profissionalizante de Petróleo que ele havia feito em Angola não lhe dava equivalência de Segundo Grau, fato que originou o seu desligamento da UFRGS e a perda da bolsa de estudos. Entretanto, como o sonho de estudar de se “tornar alguém um dia” era grande, no ano de 2000, retornou à Porto Alegre “por conta própria”, como ele aponta, onde teve que fazer cursinho pré-vestibular. Foi assim que conseguiu prosseguir seus estudos em uma IES privada.

Ele conta que o projeto de trazer a família foi concebido antes da sua primeira chegada ao Brasil. A preocupação com os filhos foi uma das principais motivações da sua decisão de trazer a família. Esta decisão foi fortalecida porque o estudante tinha conseguido reaver a bolsa de estudos que lhe havia sido concedida em 1997. No seu entender, este foi um dos momentos que marcou, de forma negativa, a sua experiência e de sua família no Brasil. O estudante enfrentou várias dificuldades para sustentar a família. Conforme o relata de Paca, foi nesta época que a sua esposa teve idéia de abrir a sua lojinha. É, portanto, com base nos recursos oriundos deste negócio que Paca sustenta sua família e paga a sua faculdade privada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de cooperação educacional promovidos pelo governo brasileiro em parceria com os governos dos países africanos e por outras instituições privadas de ensino mediadas por igrejas e ONGS, além de estabelecerem alianças políticas e diplomáticas entre os países envolvidos transformam o Brasil num país de imigração temporária e formação superior. É através destes programas que a maior parte dos estudantes africanos no Brasil se inserirem nas IES e esperam concretizar seus projetos de formação superior. Neste sentido, a formação superior destes estudantes não deve ser visto como um projeto meramente individual, mas sim como um projeto coletivo caracterizado pela conexão entre os projetos de diversos atores sociais (estudante, família, governos e sociedade em geral), apesar desses nem sempre reconhecerem tal entrelaçamento. Todos estes interlocutores participam e se beneficiam de forma direta e indireta com esta formação. Como beneficiário direto deste projeto, o estudante, depois

de anos de permanência na universidade, passa a ser detentor de um capital social que lhe confere um novo *status* que pode garantir um prestígio social e criar oportunidades de ascensão social para si e para a sua família. Por outro lado, a sociedade, ao se beneficiar dos saberes e conhecimentos produzidos e transmitidos pelos estudantes já formados por intermédio das suas instituições governamentais e não governamentais permite o seu desenvolvimento social e cultural. É neste sentido que a formação superior dos estudantes africanos deve ser entendida como um projeto coletivo, com beneficiários diretos e indiretos que contam com a mediação de vários intervenientes.

Na qualidade de estrangeiros, este grupo enfrenta vários obstáculos que impedem a sua integração social em Porto Alegre. A chegada é para a maior parte deles o momento mais crucial da sua estada no Brasil, especialmente, devido à inexistência de uma estrutura que garanta o seu acolhimento e aos problemas de ordem administrativa (acomodação, legalização jurídica), cultural (alimentação, hábitos culturais e religiosos) e lingüística. Neste âmbito, as redes de relações pessoais assumem um papel importante no processo de integração. De igual modo, a sua condição jurídica e legal (tipo de visto), também dificulta a inserção social destes estudantes, sobretudo, para aqueles que não tem bolsas de estudo e provém de famílias que não possuem condições de enviar de forma regular recursos financeiros para custear as despesas dos seus filhos no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos dos. **Intelectuais literaturas e poder em Cabo Verde: Lutas pela definição da Identidade Nacional**. Tese de Doutorado em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS; Praia (Cabo Verde): INIPC 2002.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

BOSSEIVAN, Jeremy. **Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987. pp.195-205.

BOTT, Elisabeth. **Família e Rede social**. Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves Editora S. A, 1979. pp 71-123

CLIFFORD, James. **“Las diásporas”**. In: *Itinerários transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999 (1997).

FELDMAN-BIANCO, Bela. **“A Família na Diáspora e Diáspora na Família”**. In: Relações de Gênero e Diversidades Culturais na s Américas. (coords) HOLANDA, Heloísa Buarque de e CAPELATO, Maria Helena Rolim. Rio, Expressão e Cultura. São Paulo, EDUSP, 1999.(pp.253-274).

LEANDRO, M. E. **“Dinâmica social e familiar dos projetos migratórios: uma perspectiva em análise”**. In: Análise Social (Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa); 170, vol. XXXIX . Lisboa , abril e junho de 2004. p. 95-118.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação**. PEC-G. Brasília: Secretaria de Educação Superior, 2000: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/PEC-G.htm>, atualizado em 5/12/2005 (acessado no dia 22 de Dezembro de 2005).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação**. CAPES, CNPq. Brasília, Divisão de Temas Educacionais, Direção-GeralCultural, 2005. http://www.cnpq.br/servicos/editais/ct/2005/pec_pg_manual_05.pdf (acessado em 22 de Dezembro de 2005).

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. 1ª edição moçambicana. Maputo: Livraria Universitária, Coleção Nosso Chão, UEM, 1995.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil: Imigração Temporária de Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Serviço Social na UFRGS. Rio de Janeiro, 2005.

VELHO, Gilberto. **”Trajetória Individual e campo de possibilidades”**. In: Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

OS CABOCLOS NO SUDOESTE PARANAENSE: DE UMA SOCIEDADE AUTÁRQUICA A UM GRUPO SOCIAL EXCLUÍDO

Marcos Leandro Mondardo¹

INTRODUÇÃO

A região Sudoeste do Paraná teve sua chamada “ocupação efetiva” a partir de 1943, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), que organizou a colonização intensiva desse território. A criação da CANGO foi realizada, pelo então Presidente Getulio Vargas, para ser o instrumento fundamental do povoamento da região, com o intuito de firmar a posse territorial do até então “espaço vazio” regional. Posteriormente, este processo de ocupação, foi denominado de “marcha para o oeste” (LAZIER, 1998, p. 92).

No entanto, anteriormente ao ano de 1943 existiam aqui presentes, mesmo que de maneira dispersa e rarefeita, indivíduos habitando esta região do Paraná.

Como afirma Corrêa (1970, p. 6), o “sudoeste paranaense era uma região até então vazia ou esparsamente povoada, em grande parte, por caboclos”.

Neste contexto, o presente estudo, pauta-se no objetivo de desvendar, as *origens* dos caboclos do Sudoeste paranaense. Para isso, busca-se entender, e desmistificar, quem eram estes? Quais seus hábitos e sua organização espacial? Quais seus destinos? E, em quais condições históricas diluíram-se suas raízes culturais?

Assim sendo, entendemos ser de imprescindível valia, o esforço em refletir sobre como se deu a *ocupação histórica* da região pelos caboclos, para compreender posteriormente sua origem, fixação e ocupação no território do Sudoeste do Paraná. Este estudo será importante para desvendar e compreender a construção sócio-espacial destes habitantes.

A SOCIEDADE “CABOCLA” NO SUDOESTE PARANAENSE

No Brasil, várias explicações e derivações surgiram em relação à denominação de “caboclo”, tendo como variável de sua caracterização, sua localização geográfica e, fundamentalmente seu modo particular de vida². Para Camargo (1999, p. 94), o caboclo é aquele

¹ Bacharel em Geografia pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão – PR; E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br.

² “Diferentes autores se referem etnicamente aos caboclos, seriam estes, resultantes da miscigenação de índios, brancos e negros. Socialmente, na verdade, tudo indica que se tratavam, principalmente, de antigos ocupantes do espaço das

indivíduo mestiço, resultante do cruzamento do branco com o índio, que habita casas de pau-a-pique e barro e dedica-se ao cultivo de cereais. É sóbrio, corajoso, se alimenta mal, e é extremamente conformado com a vida que leva.

Já, para Maestri (2005, p. 231), a civilização cabocla foi constituída por numerosos nativos americanos que se adaptaram à sociedade latifundiário-exportadora através de processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas. “Grande parte dessa população dedicou-se a uma economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, pesca, coleta e na horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial”.

O nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri` uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico-produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade socioprodutiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *crioula*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu (MAESTRI, 2005, p. 232).

Portanto, a denominação de “caboclo”, passou a ser atribuída no Brasil³, a aquele indivíduo, que mais propriamente se detinha a uma produção agrícola de subsistência. A este, vinculava-se uma vida com características apoiadas na caça, pesca e coleta. Localizavam-se em floresta inóspita, que a servia de segurança, pois era considerada a “periferia da sociedade oficial”.

Neste contexto, o Sudoeste paranaense nos parece ter as condições favoráveis para o desenvolvimento e a sobrevivência de uma sociedade cabocla, que por volta de 1900, quando se tem os primeiros indícios de caboclos na região, de acordo com Corrêa (1970, p. 87), o Sudoeste paranaense era caracterizado, como sendo um “longínquo e pouco conhecido sertão florestal”.

Mas, quem era então o caboclo do Sudoeste paranaense? Para Corrêa (1970, p. 87), “o Sudoeste paranaense foi habitado, antes da vinda dos colonos, por uma população de origem *luso-brasileira* que se dedicava a algumas atividades extensivas”. Como afirma o citado autor, “esses *pioneiros anônimos* eram de origem *luso-brasileira*, tendo sido *genericamente* conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região” (p. 88).

fazendas - peões, agregados, escravos e até estancieiros empobrecidos - que excedentes nesse espaço, penetraram nas matas em busca de alternativas à sobrevivência” (BLOEMER, 2000, p. 3).

³ Os caboclos se auto-denominam brasileiros. A palavra “caboclo” ou “negro” foi atribuída pelos imigrantes - principalmente pelos italianos - a aqueles indivíduos cujo modo de vida vinculava-se a produção para a subsistência. Contudo, ambas as expressões utilizadas (“caboclos” e “negros”) tem uma forte conotação negativa. Por outro lado, aqueles que se auto-designam de italianos, ou como os “de origem”, são alcunhados pelos brasileiros de “gringos” (BLOEMER, 2000, p.11).

Já para Wachowicz (1987, p. 85), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo, precisava ter sido apenas *criado* no *sertão*, portanto, na floresta. Este, deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, caça, pesca e coleta (produção para subsistência). Porém, o caboclo não podia ter pele clara, a ele se atribuía uma *cor* mais ou *menos escura*.

De acordo com Bloemer (2000, p. 3), pode-se complementar que, além da população “estrangeira”, os caboclos eram compostos por estancieiros de origem paulista e portuguesa, em que seus escravos, agregados e peões, começaram a se espalhar pelas matas, dando origem, através da miscigenação com a população indígena, à população “cabocla”. Apoiando-se em Queiróz, (apud, BLOEMER, 2000, p. 3), tratavam-se de “forros carijós administrados, que andavam vadios, que não tinham casa, nem domicílio certo, isto é, antigos peões e índios, que viviam fugindo”.

Segundo Abramovay (1981), no Sudoeste paranaense, o que o caboclo mais buscava na floresta não era o refugio. Apesar de sua aparente inospitalidade, a mata era o lugar mais propício para a sobrevivência da população cabocla, ou seja, para ele, era o lugar *livre*.

Portanto, as formulações teóricas apresentadas nos levam a compreender, que os indivíduos denominados de “caboclos” no Sudoeste paranaense, eram de origem *lusu-brasileira* e, que precisavam ser *criados* no *sertão*. Constituíam-se *genericamente* pela miscigenação de índios, negros e brancos, mas o que os caracterizava substancialmente em relação à região Sudoeste paranaense, pautavam-se no modo de vida que os circundava, através da extração de erva-mate, criação de animais (principalmente o suíno), coleta de frutos e a caça de animais silvestres (porco do mato e veado).

Deste modo, após buscarmos refletir sob quem era o caboclo no Sudoeste paranaense, apresenta-se outra interrogação. De onde se originaram os caboclos geografizados no território do Sudoeste paranaense? Para Boneti (1998, p. 86), os primeiros habitantes a embrenhar-se nas matas do Sudoeste paranaense, eram fugitivos; uns, da justiça, por serem criminosos, outros, remanescentes da Revolução Farroupilha do Rio Grande do Sul, os quais são conhecidos na região Sudoeste paranaense como “farrapos”, e outros, ainda, remanescentes da Guerra do Contestado.

No entanto para Abramovay (1981), foram três locais de origem dos primeiros habitantes dessa região. 1) vários eram antigos “agregados” de fazendas de gado dos campos de Palmas. A mão-de-obra empregada nessas fazendas era relativamente escassa, incapaz de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte dessa população, que o sistema latifundiário não mais comportava, foi ocupar o *sertão* do Sudoeste paranaense, as matas virgens continuas aos campos de Palmas; 2) do estado do Rio Grande do Sul, partiu boa parte dos caboclos que iniciaram a ocupação do Sudoeste paranaense. Em função da escassez numérica dessa população, do fato de que seu

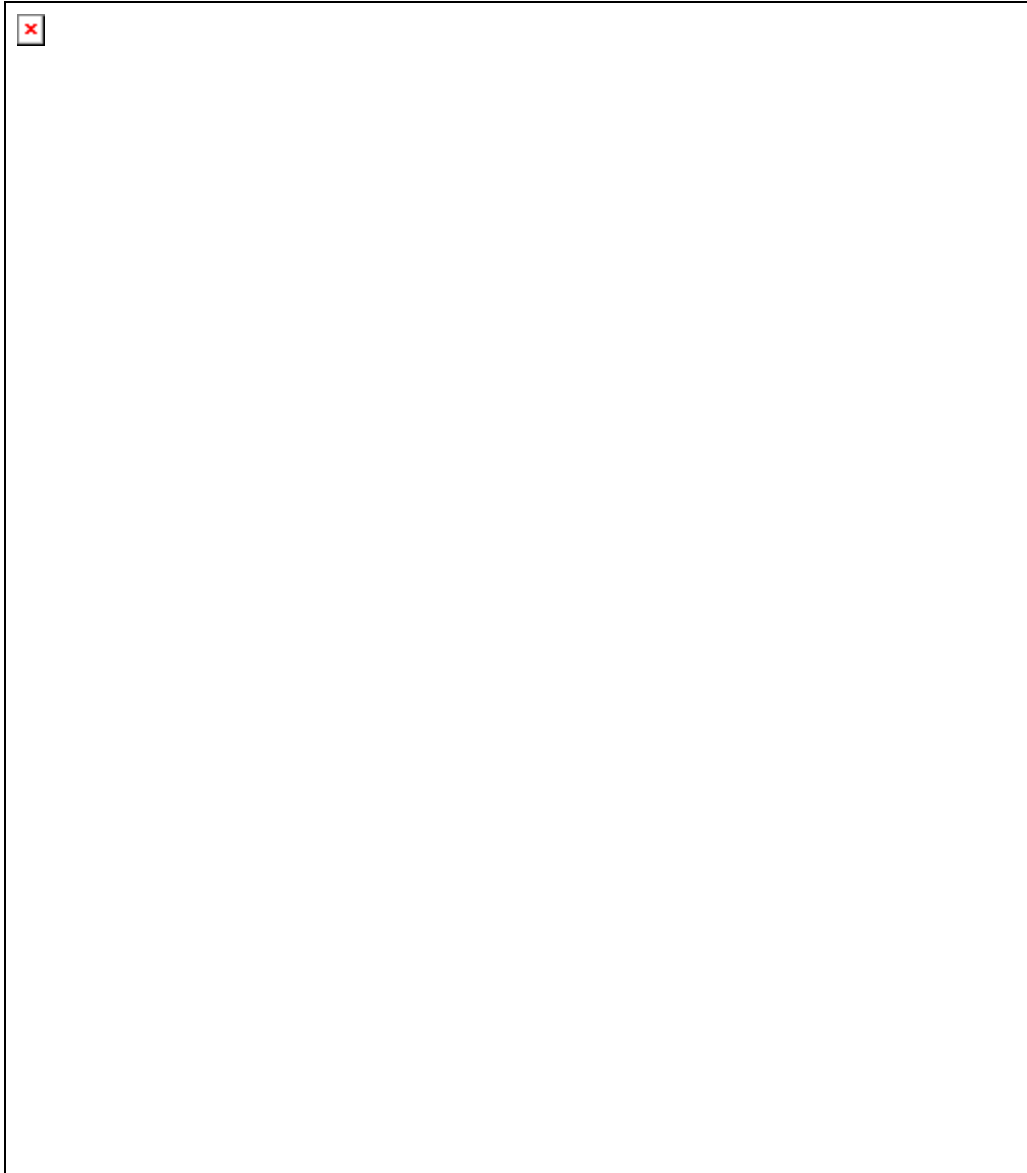
deslocamento não caracterizava um processo migratório maciço, é impossível determinar, com um mínimo de precisão, os locais exatos de onde saíam os caboclos gaúchos que se dirigiam ao Paraná; 3) A guerra do Contestado também forneceu a região do Sudoeste paranaense, boa parte de sua população inicial.

Verifica-se, neste contexto, que de diversas origens, indivíduos deslocaram-se ao Sudoeste paranaense em busca de novos espaços para produzir e sobreviver. Para Boneti (1998, p. 91), a *primeira* origem dos caboclos do Sudoeste paranaense, refere-se aos países vizinhos, sobretudo a Argentina. Os argentinos vinham para o território do Sudoeste paranaense, e se situavam próximos aos rios da região, (principalmente no Rio Quatorze ou Lajeado Grande), ficaram morando safras e safras⁴, extraíam a erva-mate, caçavam, e deste modo, com o passar do tempo se fixavam nesta terra, até então denominada de ninguém, pois haviam dispersos e desconhecidos habitantes.

Quanto aos caboclos de origem gaúcha, a principal gênese refere-se a um processo histórico denominado de *tropeirismo*, sendo assim, o caboclo, era um destes antigos tropeiros de mulas ou descendentes deles. O tropeiro saía da região serrana, Passo Fundo, Soledade etc, e traçava uma rota rumo a São Paulo ou Minas Gerais. Nessa rota, incluía-se a passagem pelo estado de Santa Catarina, sobretudo cidades como Curitibanos, Campos Novos, Lages, que geograficamente localizam-se próximas da divisa com o Paraná, especialmente da região do Sudoeste paranaense. Com os freqüentes extravios das tropas, os tropeiros foram se concentrando e povoando as cidades catarinenses já citadas, e se infiltrando na região Sudoeste paranaense, povoando cidades mais antigas, como é o caso de Clevelândia, Palmas, Mangueirinha e Guarapuava. Posteriormente, destas cidades mais “velhas”, saíram caboclos que desbravaram as matas dos municípios “atuais” do Sudoeste paranaense⁵ (figura 01) (BONETI, 1998, p. 91-92).

⁴ Denomina-se safra, na região Sudoeste paranaense, o processo de engorda do porco solto na mata ou no meio de uma lavoura de milho (BONETI, 1998, p. 103).

⁵ Fazem parte do Sudoeste do Paraná, segundo a classificação do IBGE (2002), os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Chopinzinho, Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Ampére, Realeza, Planalto, Marmeleiro, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, São João, Nova Prata do Iguaçu, Itapejara do Oeste, Barracão, São Jorge do Oeste, Verê, Pérola do Oeste, Renascença, Vitorino, Mariópolis, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Saudades do Iguaçu, Bela Vista da Caroba, Cruzeiro do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis, Sulina, Bom Sucesso do Sul, Boa Esperança do Iguaçu e Pinhal de São Bento.



Outro elemento importante da sociedade cabocla refere-se a sua *organização espacial*. Os caboclos vivem em espaços denominados de “lotes” ou “propriedades” familiares, que se constituem, ao mesmo tempo, em espaço de moradia e de (re)produção. Essas áreas, juntamente com determinados bens comunitários, escola, igreja, salão de festas etc, constituem as localidades denominadas de “linhas” que, por abrigarem uma coletividade, são referidas como “comunidades”. Estas "linhas" correspondem ao "bairro rural", que é a forma de organização espacial própria às áreas rurais que é identificado, não apenas por sua base territorial, mas também pelo sentimento de localidade de seus moradores, e cujo apego, não depende apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio das famílias e dos indivíduos. É, um espaço, em que os moradores têm consciência de pertencer a uma unidade, pois se apegam a “terra” diferentemente das outras (BLOEMER, 2000, p. 2).

Quanto aos *hábitos* praticados pelos caboclos, Westphalen et al (1988, p. 30) afirma que no Sudoeste paranaense “vivia uma população cabocla, rarefeita, de modo precário, com miserável cultura de subsistência e sem propriedade de terra que ocupava, como posseira, praticando suas queimadas e marchando sempre adiante logo que via a terra esgotada, despreocupada mesmo pela sua legalização”.

A sociedade cabocla que vivia na região, principalmente da caça (porco do mato e veado), viviam maltrapilhos, mas se alimentavam muito bem, em virtude, da riqueza que a floresta e as terras do Sudoeste paranaense apresentavam (ABRAMOVAY, 1981, p. 25). Portanto, é da mata que saía a riqueza do caboclo, pois retirava dali, as principais fontes de sua subsistência.

A floresta, também, oferecia condições ideais favoráveis para as *práticas agrícolas* dos caboclos. No entanto, estas práticas eram rudimentares, sendo que o procedimento mais comum era abrir uma *clareira* na floresta a *fogo* ou com a derrubada da mata virgem à foice e a machado.

Deste modo, o fogo era o principal meio que o caboclo tinha para *enfrentar* a floresta. O fogo, significava, em primeiro lugar, economia de trabalho no desmatamento. Mas, a esta função estão associadas outras ainda mais importantes.

As cinzas⁶ da queimada sobre a terra serviam como um excelente fertilizante para cuja produção não depende trabalho nenhum, somente a queimada. Além disso, a queimada, indubitavelmente, era o método mais rápido e devastador da floresta.

O caboclo, também, utilizava na agricultura o sistema de *pousio*, que era um sistema de rotação de terras. Para cada área plantada, era necessário corresponder uma área de *pousio*, onde a terra recupera suas “forças” para ser plantada posteriormente. Quando a produtividade da área plantada começa a cair, ela é deixada em repouso e passa-se a cultivar na área anteriormente em *pousio*. Assim, nesse sistema, tem-se uma sucessão contínua de terras plantadas e terras em repouso, sendo este um procedimento típico de uma agricultura denominada *primitiva* (ABRAMOVAY, 1981 e FERES, 1990).

Assim, a rotação de terras e as queimadas, constituem a *base técnica*, se assim podemos nos referir, das atividades praticadas pelos caboclos.

Para Feres (1990), o espaço cultivado na mata era reduzido ao “tempo das clareiras”, sendo que os caboclos plantavam em pequenos pedaços de terra e, também, semeavam as sementes por quilos. Tratava-se, basicamente, de uma pequena produção que se voltava para grandes famílias, constituídas, geralmente, de 10 componentes.

⁶ É importante destacar, ainda, que sobre as cinzas de uma terra virgem não há ervas daninhas em uma quantidade suficiente que venha a prejudicar o desenvolvimento da plantação. O trabalho de limpeza do terreno também é dispensado (FERES, 1990, p. 528).

No leque produtivo, os caboclos, plantavam, principalmente; milho, feijão, arroz e mandioca, sendo que esta última tinha um lugar de destaque na alimentação dos caboclos, talvez pela influência indígena. Além disso, a mandioca era de fácil plantio, sendo, ainda, uma fonte rica em calorias, além, de render muito para a alimentação. Uma pequena plantação de mandioca poderia alimentar uma família de caboclos por um ano inteiro (FERES, 1990, p. 496).

Abramovay (1981), afirma que vivendo na mata, em um lugar praticamente separado e/ou isolado do resto do estado do Paraná e do Brasil, em razão da inexistência de vias de comunicações acessíveis ao transporte de cargas, os caboclos eram, do ponto de vista econômico, e principalmente arraigado ao seu modo de vida, praticamente autárquicos, ou seja, auto-suficientes em relação a sua economia, e conseqüentemente, ao seu modo de sobreviver.

Na produção cabocla, também existia como destacado por Boneti (1998, p. 101), a extração da *erva-mate*. Esta fora produzida pelos primeiros habitantes da região, sobretudo pelos indivíduos provenientes de países vizinhos, como a Argentina e o Paraguai. Esta representou um importante intercâmbio comercial com os caboclos na venda da erva-mate e na compra de produtos de primeira necessidade para a sobrevivência do caboclo. A erva-mate era trocada, em pequenas bodegas (armazéns que vendiam e compravam produtos dos caboclos), por açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas e querosene.

Além da erva-mate, peles de animais e, muito raramente alguns produtos agrícolas também eram usados para troca. Podemos afirmar, que a estes produtos se reduzia o escasso e irregular comércio do caboclo. Prova disto é que o número de bodegas, na região Sudoeste paranaense, não era muito grande (BONETI, 1998, p. 102).

Também entre os caboclos, havia aqueles que se dedicavam à criação de suínos e em menos proporção de gado. O suíno e o gado eram criados soltos, e se alimentavam daquilo que a mata fornecia, principalmente frutos silvestres. A criação destes animais não se associava à propriedade da terra. As terras eram *livres* e a mata estava à disposição dos animais de criação (FERES, 1990, p. 497).

Para o referido autor, a grande maioria dos caboclos do Sudoeste paranaense possuía entre cinco, seis ou sete alqueires de terra. Viviam em ranchinhos de pequenos troncos com folhas de bambu. Nas décadas de 1920 e 1930, quase todas as casas eram de chão.

As famílias caboclas conformam-se e reproduzem-se em um ciclo longo, geracional. É através do casamento que se estabelece o controle social da divisão dos bens econômicos e culturais que garantirão a reprodução do segmento. Desse modo, é preciso saber com quem os filhos vão se unir e se os futuros cônjuges atendem aos critérios sócio-culturais idealizados pelo segmento caboclo (BLOEMER, 2000, p. 6).

Um outro aspecto ressaltado pela referida autora, é a prática do “rapto” da noiva ou “fuga” dos noivos que ocorre com maior frequência entre os caboclos. Apesar das fugas serem frequentes, os relatos são sempre acompanhados de diversas explicações e justificativas. Houve quem afirmasse que a fuga ocorreu por razões econômicas, para não fazerem gastos com a festa; ou, por oposição dos pais em relação à escolha do parceiro ou parceira, ou, ainda, porque é “costume do lugá”.

A EXCLUSÃO SOCIAL DOS CABOCLOS NO SUDOESTE PARANAENSE

Através da iniciativa do Governo federal, de colonizar a região Sudoeste paranaense, cria-se a Companhia Agrícola General Osório (CANGO), pela qual o governo federal passou a efetivar um processo de ocupação da área, normatizando as posses já existentes dos caboclos e incentivando a chegada de *migrantes*, oriundos principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Esse fato provocou uma significativa mudança no sistema de produção e no uso da terra na região Sudoeste paranaense. A limitação do tamanho das propriedades rurais fez com que se tornasse impossível aos caboclos dar continuidade ao sistema extensivo de produção (BONETI, 1998, p. 115).

O *segundo* fator, desfavorável à permanência dos caboclos na região, e apontado por Boneti (1998, p. 116), foi a chegada das *relações mercantis*, que iniciaram-se ainda com os caboclos, especialmente com a produção das *safras*, mas aceleraram-se à medida que os *migrantes* foram ocupando os espaços na região. A falta de habilidades dos caboclos no manuseio com o dinheiro, na lida com *relações capitalistas* (trazida pelos migrantes para a região), fazia com que, pouco a pouco, entrassem num violento processo de descapitalização e perda de suas posses.

Portanto, de modo geral, a falta de habilidade, por parte dos caboclos, no trato com as relações mercantis e ainda o poder dominante do *padrão cultural* dos migrantes foram os dois principais fatores de expulsão dos caboclos da região do Sudoeste paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiando-se em Boneti (1998, p. 117), podemos afirmar que, o caboclo do Sudoeste paranaense foi *excluído*, inicialmente, da sua terra, onde estava situada a base do seu sistema produtivo. Nesse aspecto, a própria dinâmica das relações capitalistas iniciada pelo próprio caboclo, através das safras, constitui-se no primeiro fator excedente. No momento em que, através das safras, os caboclos levavam as relações comerciais para a região e se capitalizavam, registrou-se a primeira diferenciação social, entre os caboclos *capitalizados* e os *não-capitalizados*. Dava-se, na verdade, o

início da exclusão social entre os próprios caboclos. A chegada dos *migrantes* acelerou o processo da consolidação das relações capitalistas na região. Com isso, acelerou-se também o processo de diferenciação social na região, mas, dessa vez, entre os migrantes e os caboclos que ainda permaneciam na região.

Deste modo, à medida que os migrantes foram chegando mais intensamente⁷, assumindo o comando da dinâmica produtiva e social, construindo uma infra-estrutura social com capelas, escolas etc., os caboclos foram sendo excluídos gradativamente também do convívio social. Tratava-se do fim do segmento social caboclo na região do Sudoeste paranaense (BONETI, 1998, p. 117).

Como afirma Abramovay (1981), o sistema agrícola correspondente ao *pousio florestal* e as *formas sociais* a ele correspondentes teve vida curta e dissolveu-se de maneira pacífica no Sudoeste paranaense a partir da chegada dos *migrantes* sobretudo riograndenses e catarinenses. Antes de os caboclos formarem uma civilização estável que se reproduzisse baseada em normas sociais estabelecidas coletivamente, e que pudesse, portanto, esboçar alguma resistência contra a sua extinção, o próprio caboclo, foi seduzido pelo dinheiro que tomou conta da mata.

Assim, o fim do *pousio florestal* praticado pelo caboclo, não só foi o término de uma certa forma econômica de *substituição* de uma população por uma outra, ou ainda, não apenas uma transição sócio-econômica, mas foi também, uma *mudança étnica e cultural* (ABRAMOVAY, 1981, p. 25).

A partir do momento que a imigração foi adquirindo proporções mais significativas, o desdobramento da terra pelo caboclo passou a se feito, visando não fundamentalmente à produção, mas a venda da terra, ou melhor, a venda do direito sobre ela⁸.

Podemos dizer, que o caboclo foi uma espécie de *pré-colonizador* do Sudoeste paranaense, pois através dele é que os imigrantes de outras etnias e culturas chegaram às terras no meio da mata, e fixavam residências em diversos lugares, mesmo que, sua intenção fosse somente para a venda da terra⁹.

⁷ Entre os anos de 1930 a 1950, marca um período com *intenso e acelerado processo migratório* de expressivos contingentes populacionais provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo seu auge à década de 1950. Em apenas três décadas (1930 a 1950), ocorre uma ocupação do território em um impressionante movimento de expansão e consolidação da fronteira agrícola do Sudoeste paranaense (MAGALHÃES, 1996, p. 1).

⁸ O caboclo adentrava na mata, abria uma clareira em um determinado lugar, construía sua casa de madeira lascada, e vivia lá até quando chegava algum migrante vindo, de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. Estes migrantes compravam as terras por preços muito baixos, ou simplesmente por utensílios que viriam a ser úteis aos caboclos (ABRAMOVAY, 1981, p. 24, e FERES, 1990, p. 499). Dessa forma, o caboclo migrava para outro lugar adentro da mata, construía sua casinha e ia se mudando, sucessivamente, através da venda das terras onde o mesmo se instalava.

⁹ Como afirma Silva (apud BLOEMER, 2000, p. 5), entretanto, "o que é preciso, e é justo, é não esquecer a obra dos caboclos que ainda continua. Eles é que rasgaram os trilhos por que se orientariam as primeiras estradas e pelas quais

Dessa forma, o caboclo foi se extinguindo, por não se fixar concretamente em determinado lugar para se desenvolver, tanto quanto em número, como em cultura. O mesmo foi migrando, alguns se misturaram as outras raças, mas em suma, a maioria foi dissipada, por outras raças que foram adentrando na região do Sudoeste paranaense.

Quanto aos diversos destinos dos caboclos, que hoje, estão diluídos na sociedade capitalista do Sudoeste paranaense, temos que muitos de seus descendentes estão nas periferias das cidades do Sudoeste paranaense (principalmente nas cidades maiores como; Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos). Estes descendentes diretos estão trabalhando em sua maioria no subemprego, na construção civil, e em indústrias das cidades.

Também, podemos considerar, levando em consideração a informação de Corrêa (1970, p. 95), que afirma que “apesar dessa população ser iletrada e pobre, alguns ‘safristas’ e bodegueiros prosperaram e adquiriram prestígio entre os novos ocupantes da região, de forma que depois de 1950, mas de um município teve um ‘caboclo’ como Prefeito”, deste modo, verifica-se que alguns devem ter conquistado alguma posição de destaque na sociedade, sendo na política, ou até mesmo, na agricultura, principalmente, na produção de suínos.

Em pesquisa realizada pela Assesoar (1998, p. 2), observou-se que da população cabocla que está fixada na zona rural do Sudoeste paranaense, e que se caracteriza como pequenos agricultores, apenas 18% se declararam de origem luso-brasileira ("caboclos", na maioria).

Apesar disso, o número é muito genérico, não se tem a quantidade exata dos caboclos ainda existentes, e seus descendentes diretos no Sudoeste paranaense. Certo é que os caboclos constituíram uma sociedade muito importante para a colonização do Sudoeste paranaense e que, hoje, estão *diluídos* em meio à sociedade constituída/construída de imigrantes que se fixou e transformou a região. Sem sombra de dúvida, o movimento migratório abarcou a sociedade cabocla, dizimando sua cultura e, principalmente, transformando seu modo particular de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste do Paraná**. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH/USP.

ASSESOAR. **História do ASSESOAR**. Francisco Beltrão/PR, 1998.

BONETI, Lindomar Wessler. **A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná**. In: Os caminhos da Exclusão Social (Org. ZARTH, Paulo). Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

seguiriam, mais tarde, os primeiros colonos. Eles, com seus produtos e animais domésticos, vendidos a longo prazo, é que ajudaram a garantir a subsistência desses colonos e de suas famílias”.

BLOEMER, Neusa M. Sens. **Brava Gente Brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages**. 1ª ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

CAMARGO, João Borba de. **Geografia Física, Humana e Econômica do Paraná**. 3ª ed. Gráfica Boa Ventura. Maringá, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Sudoeste paranaense antes da colonização**. Revista Brasileira de Geografia. Ano 32, nº 1, jan.-mar. 1970.

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra. Opressão e Miséria – O meio Rural na História Social do Brasil**. Amsterdam: CEDLA, 1990.

IBGE. Classificação dos Municípios do Sudoeste do Paraná – 2000.

_____. Base Cartográfica do Brasil – 2000.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. 3ª ed. Editora Grafite: Francisco Beltrão, PR, 1998.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira** in: STEDILE, J. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 231 - 232.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e as migrações – 1940 a 1991**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado) - CEDEPLAR, UFMG.

MONDARDO, Marcos L. **As Migrações e as Transformações Territoriais na Comunidade Barra do Rio Tuna – Francisco Beltrão – PR**. Francisco Beltrão, Paraná, 2005. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UNIOESTE.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. 2ª ed. Editora Vicentina: Curitiba, 1987.

WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altivia Pilatti. **Ocupação do Paraná**. Cadernos de Migração. Vol. 3, 1988.

BUGRES E BUGREIROS NO SERTÃO: CAÇA E APRESAMENTO INDÍGENA EM SANTA CATARINA (1870-1940)

Almir Antonio de Souza ¹

A pesquisa tem por finalidade discutir a experiência dos *bugreiros*, na ótica de uma profissão financiada por colonos, sociedades de colonização e governo provincial e imperial, cuja finalidade estava envolta num processo de limpeza étnica, onde os Xokleng deveriam ser erradicados de seus campos de morada e caça no sertão catarinense, permitindo a ocupação pela imigração. Nesse sentido, é inventada uma imagem do índio adequada ao momento histórico e a necessidade do genocídio, ele passa a ser o *bugre*, um inimigo cruel que pode e deve ser eliminado. O *Bugreiro*, suas origens, as técnicas e estratégias utilizadas na caça e apresamento indígena, num olhar sobre esses em contrapartida a amnésia histórica do extermínio étnico em Santa Catarina, e através dessa pesquisa, a possibilidade de escrever uma história social da cultura no sertão catarinense.

O texto a seguir procura pontuar algumas questões relevantes à complexidade social vivida por imigrantes, Xokleng, Kaingang e caboclos durante os sangrentos embates entre bugres² e seus caçadores quando do processo de colonização do sertão em Santa Catarina, desencadeado pela imigração e conseqüente desejo do governo brasileiro em invadir as terras habitadas pelos povos indígenas, desejo que alcançado concorreu diretamente no desaparecimento de grupos étnicos em um extenso território catarinense durante boa parte do século XIX e já bem adiantado o XX, resultando

¹ UFSC. E-mail: almirhl@hotmail.com.br.

² É necessário aqui, fazer um comentário sobre a terminologia empregada. No que se refere à palavra bugre, em alguns trabalhos os autores já procuraram defini-la, nesse caso vou relatar essas possibilidades. Sílvio Coelho dos Santos, em seu trabalho **Índios e Brancos no Sul do Brasil. A dramática experiência Xokleng**, publicado em 1973 pela EDEME, a define nos seguintes termos: Bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintivamente qualquer índio. Sua aplicação tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de “selvagem” e “inimigo”, p. 30. Rosilene Alves faz uso de Sílvio Coelho, embora não o tenha citado, em seu artigo “Bugres: As notícias correm!” Esse artigo faz parte do livro organizado por Cristina Ferreira e Méri Frotscher, **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**, publicado em Blumenau, em 2000 pela editora Nova Letra, a autora diz que bugre é o termo usado para identificar qualquer indivíduo ou grupo do sul do Brasil, este termo era usado de forma pejorativa p.34. Já Dáercio Kieser, em sua monografia de conclusão do curso de história intitulada **Um discurso para justificar a ação bugreira**, defendida na UFSC em 1994, diz que os termos bugres, silvícolas, índios, indígenas, gentio, aborígine, autóctones e nativos foram empregados como sinônimos, independente de não serem contemporâneos entre si, p.3. Por fim a definição de Paulo Pinheiro Machado em seu livro recentemente publicado **“Lideranças do Contestado”**, pela Editora da UNICAMP, em 2004. Paulo Pinheiro Machado diz que em relação à denominação genérica de Bugres, ainda hoje de uso comum no planalto, o padre Manoel Aires de Casal afirmava, em 1817, que era assim que os paulistas denominavam todos os grupos indígenas, do rio Tietê até o rio Uruguai. Cf. Corografia brasileira ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil., vol. 27. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1976, p.105, coleção Reconquista do Brasil. Essa observação sobre a palavra Bugre, está na nota de número 1 do primeiro capítulo do livro de Paulo Pinheiro – “Bugres, Tropeiros e Birivas” p. 108.

numa situação presente, de alguns restantes descendentes dos sobreviventes e “sobreviventes”, confinados em poucas reservas em Santa Catarina.

Durante o século XIX, no interior catarinense, saindo das praias, subindo a serra, entre litoral e planalto, nas encostas das serras, na mata fechada, nos grotões encostados aos penhascos, e no planalto próximo as montanhas que compõe a serra do mar e nas selvas de araucária, habitava imensa população, ou seja, numa vertente contrária ao pensamento do vazio demográfico, das terras incultas, existia uma considerável densidade demográfica³. Denominados de coroados ou botocudos, respectivamente Kaingang e Xokleng, eram visto como uma ameaça⁴. Os viajantes que passaram por Santa Catarina, deixaram algumas observações significativas sobre o sertão e seus habitantes. O Barão Georg Heinrich von Langsdorff, médico e naturalista, numa expedição russa de navegação ao redor do mundo chegou a 20 de dezembro de 1803 em Santa Catarina onde permaneceu colecionando e estudando até fevereiro de 1804. Em seu relato falou dos usos e costumes da população catarinense, dentre as quais a seguinte referência aos índios e habitantes do interior:

Os moradores dos lugares afastados no interior não são somente os mais pobres da província, como também os que estão mais expostos aos assaltos dos nativos da região e dos índios, que aqui são chamados de “gentio brava”, povos selvagens ou ‘Cabocolos’. Durante a nossa estada aconteceram tais assaltos e o governador precisou enviar até uma escolta de soldados em auxílio. Semelhantes assaltos, dizem, não são raros.⁵

³ Ver PIAZZA, Walter. **A colonização em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardeli, 1994, p. 252. Walter Piazza, ao pensar o interior catarinense, usa o termo *vazio demográfico*, é a ótica comum a certa historiografia catarinense, que olha a colonização apenas como a saga da imigração, do progresso e desenvolvimento, ficando à margem a consideração de uma imensa população que habitava e ou refugiava-se nas matas.

⁴ Verdadeiramente Xokleng e Kaingang não se autodenominam, embora atualmente essas sejam denominações aceitas por um bom número de pesquisadores, desde antropólogos a historiadores, arqueólogos e sociólogos, e até pelos atuais descendentes dos sobreviventes, que vivem nas reservas em Santa Catarina. Os Kaingang ocupavam o planalto e suas serras, e eram chamados de coroados devido ao corte de cabelo. Os Xokleng viviam nas matas entre o planalto e o litoral e eram chamados de botocudos porque usavam um botoque feito de madeira ou osso que perfurado a pele, permanecia preso embaixo do queixo. Esses grupos étnicos pertencem ao tronco lingüístico Jê. Na visão do europeu, durante o século XIX, eram vistos como o gentio brava, os tapuias, ou simplesmente bugres e constituíam-se antes de mais nada como inimigos e uma ameaça, já que respondiam as invasões com as mesmas táticas e estratégias dos invasores. Cf SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Editora Edeme, 1973. Ver também LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina. Uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. Outra discussão interessante é a recentíssima dissertação de mestrado de Luisa Tombini Wittmann, defendida em fevereiro de 2005 na Unicamp: **Atos do Contato: Histórias do povo indígena Xokleng no vale do Itajaí. (1850-1926)**. Uma obra para pensar a Pré-história do povo Xokleng e Kaingang é REIS, José Alberioni dos. **Arqueologia dos buracos de bugres: uma pré-história do planalto meridional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

⁵ HARO, Martim Afonso Palma de (org). **Ilha de Santa Catarina. Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII-XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC; Editora Lunardelli, 1996. Sobre o naturalista Langsdorff ver BECHER, Hans. **O Barão Georg Heinrich von Langsdorff: pesquisas de um cientista alemão no século XIX**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

Fica evidente que havia uma preocupação com a população indígena que povoava as tais terras devolutas como pretendia o governo, ou ainda o vazio demográfico como sugere a historiografia da vitoriosa epopéia dos imigrantes. O governador em 1803 providenciava escolta de soldados para afugentar e combater os índios. Esses soldados eram provavelmente soldados do regimento de 1ª linha do exército brasileiro ⁶, já que o serviço policial só vai ser criado em 1835, pelo então Presidente da Província Feliciano Nunes Pires, consolidado na fundação da Força Policial Catarinense ⁷. Nos anos 30 do século XIX, as províncias passam a vigorar com uma relativa autonomia, e nesse sentido há um reaparelhamento dos mecanismos de repressão na província catarinense, se a força policial é criada em 1835, o governo provincial pressionado pelos civilizados interessados em penetrar no sertão, criou em 1836 a Companhia de pedestres, através da Lei nº. 28, de 25 de abril, unidade militar que iria auxiliar no processo de estabelecimento do colono nos sertões catarinenses onde conviviam o bugre e o caboclo. ⁸

Entre outras missões a principal era explorar e correr os matos, fazer as picadas de comunicação e os acampamentos e “proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto de gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos ou arranchamentos, fazendo todo o possível por apreendê-los e, no caso extremo de resistência, destruí-los (...)”. ⁹ Segundo a Lei nº 120, de 26 de abril de 1839, deveria ser aberta uma via de comunicação, por meio de uma picada larga e transitável, pelo interior do mato virgem, paralela à costa do mar, quando os acidentes dos terrenos o permitissem, desde o rio das Três Barras, no rio de São Francisco, até o rio Biguaçu, na vila de São Miguel, e de maneira tal que a dita picada passasse em distância conveniente acima dos “mais internados, colonos e habitantes estabelecidos nas margens dos rios Itajaí, Cambriassu e Tijucas Grandes”. Por toda a extensão dessa picada seria estabelecida uma linha de postos convenientemente fortificados, e distantes entre si de modo que as guardas neles colocadas pudessem com facilidade

⁶ FAORO, Roberto. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol. I. São Paulo: Editora Globo, 2000. P. 216. Neste livro da página citada até a página 223 Faoro demonstra como se constitui o regime de força no período colonial, enfim como se estruturou as forças armadas e as milícias.

⁷ Lei Provincial Nº 05 de 12 de maio de 1835 que dá extinção ao Corpo de Guardas Municipais e criada em seu lugar uma Força Policial. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)**.

⁸ A terminologia “Caboclo” aqui empregada vai de encontro a sua utilização por Paulo Pinheiro Machado em **Lideranças do Contestado**, obra já citada; nesse sentido o caboclo é o habitante pobre dos sertões, sua definição não tem uma conotação étnica (embora sofra uma grande influência dessa), a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural. É bom pensar que na maioria das vezes o caboclo vai ser entendido como um mestiço de branco com índio, que faz sua morada perto das matas, vive pobremente e mantém um certo contato com os indígenas. Ver também SCHUTEL, Duarte Paranhos. **A Massambu**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988. Duarte Schutel em viagem pelos arredores de Desterro no início da segunda metade do século XIX, retrata os habitantes do interior, os ocupantes do sertão em seus costumes em comum.

⁹ SILVA, José Ferreira da. “Itajaí: a fundação e o fundador”. **Blumenau em Cadernos**, tomo VIII, nº9/10, Blumenau, 1967, p. 168. Apud SANTOS, Sílvia Coelho dos. Op. Cit., p. 66.

comunicar-se e mutuamente defender-se, protegendo os habitantes contra os ataques dos gentios ¹⁰.

As caçadas com a finalidade de eliminar e apresar as populações indígenas foram realizadas num primeiro momento, de uma forma ainda não organizada, e na maioria das vezes, como reação ao contato com os mesmos. As “batidas do mato”, eram executadas por militares, na maioria das vezes, da guarda nacional ou da Companhia de Pedestres, e os experientes homens do mato, que conheciam os hábitos dos bugres. Esses homens eram arregimentados na população pobre que habitava as matas, o caboclo. Com o aumento da população de colonos no sertão, as companhias de colonização organizavam suas próprias organizações de batidas no mato. Em Blumenau Friedrich Deeke foi nomeado para exercer o cargo de chefe dos caçadores. Esse Capitão de Mato, como era oficialmente chamado, ficou a frente das guardas de batedores do mato de 1872 a 1879. ¹¹

O governo, os colonos e as companhias de colonização passam a formar, esporadicamente, pequenas tropas de perseguição. Nos anos de intensificação da colonização, vai intensificar-se também a caça aos indígenas. “Deste momento em diante irão surgir os bugreiros profissionais, provenientes das tropas dissolvidas ou então caboclos que em troca de pagamento oferecem seus serviços aos colonos, agora com o sentimento de insegurança aumentado.”¹² A palavra *bugreiro*, caçador de índio, passa a ser comum nas comunicações escritas, oficiais ou não. Incorporada a uma profissão, uma atividade que adquire uma roupagem de imprescindível para o momento de onda larga e civilizatória.¹³ São tempos de colonização intensa, onde as fronteiras agrícolas entram em expansão, atropelando os antigos donos da terra- os bugres, caçados agora pelos bugreiros, atividade que nascida no Estado, passa agora para uma remuneração financiada por todos os interessados nas terras indígenas: governo, companhias de colonização e colonos. Os Bugreiros adentram o século XX e continuam caçando índios até já bem adiantado o século. Ireno Pinheiro, um dos últimos bugreiros, em entrevista para Sílvia Coelho dos Santos disse que “Getúlio Vargas já era governo, quando eu fiz uma batida” ¹⁴ Assim, a partir dos anos setenta do século XIX, e a intensificação da colonização, até a década de quarenta do século XX, temos a figura do *caçador de bugres*, ou simplesmente *bugreiro*, uma profissão criada e

¹⁰ Lei nº 120, de 26 de abril de 1839. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).**

¹¹ DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento.** Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 221.

¹² KIESER, Dácio. **Um discurso para justificar a ação bugreira.** Trabalho de Conclusão de Curso de História. Florianópolis: UFSC, 1994, p. 11.

¹³ AUED, Bernardete Wrublevski. **História de profissões em Santa Catarina: ondas largas “civilizadoras”.** Florianópolis: Edição do autor, 1999, p. 21.

¹⁴ SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: Ed. da UFSC: Editora da UNIVALI, 1997, p.28.

necessária à expansão capitalista nessa parte da América.¹⁵

A história, ou aquilo que habita a memória coletiva ou individual, é usada e abusada pelo discurso do vencedor, e nesse caso em relação aos indígenas, o embate sangrento com os colonos e os bugreiros resultando em seu extermínio, é quase uma amnésia. Edward Palmer Thompson ao falar da venda de esposas na Inglaterra, usaria o termo amnésia ao se referir a memória histórica sobre o caso, afinal quem iria querer lembrar práticas tão bárbaras?¹⁶ No caso de nosso objeto de estudo, a historiografia catarinense é um descortinar da epopéia do imigrante e de suas conquistas e vitórias. O elemento indígena passa a ser o bugre, e no caso ele é o invasor, como se as terras fossem sempre do colono, e não o contrário. A maioria dos trabalhos centra-se nas figuras do açoriano do litoral, do imigrante europeu do vale do Itajaí, em especial os alemães e os italianos, e do caboclo no interior, na região da Guerra do Contestado. Os indígenas, na maioria das pesquisas, são colocados como um problema a ser resolvido, é destacado a sua agressividade, tornando-se desnecessários ao progresso civilizador e cabe portanto afastá-los e o discurso deve justificar as medidas tomadas para esse fim.

Desta forma, na produção historiográfica acerca dos embates entre bugres, colonos e bugreiros, existe a carência de abordagens que privilegiem o cotidiano, as experiências dos sujeitos, as técnicas e estratégias de luta, tanto de um lado, como do outro ¹⁷. Uma investigação histórica que permita o estudo do cotidiano da atividade de extermínio e apresamento indígena em Santa Catarina, as possibilidade daí decorrentes, como a das fronteiras agrícolas, onde se necessita de braços e aí cabe pensar o quanto mulheres e crianças indígenas apresadas pelos bugreiros, eram utilizadas em atividades domésticas, no trabalho de expansão e incorporação dessas fronteiras ¹⁸, onde a princípio, seu aprisionamento seria para fins de educação e civilização, porém creio que é uma questão a ser investigada a possibilidade de trabalho cativo camuflada pela administração de índios, necessários a expansão das fronteiras agrícolas. Em 1910 o tenente José Vieira da Rosa é nomeado inspetor do Serviço de Proteção aos índios e “localização de trabalhadores nacionais”, o diretor geral da recém-criada entidade, em carta a Vieira da Rosa, recomenda tratar bem os indígenas “para captar-lhes a

¹⁵ Idem.

¹⁶ THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: _____. **Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 305.

¹⁷ Ver CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 97-106.

¹⁸ A possibilidade de trabalho cativo, era camuflado pela administração de índios. O resultado das caçadas aos bugres, era o extermínio de uns e aprisionamento de outros, a historiografia pertinente diz que foi para educar e civilizar, mas cabe um estudo mais apurado para desvendar tal mister. Sobre isso ver MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e o Brasil meridional. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 495. Outra obra interessante para essa discussão é MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo; Companhia das Letras, 1994.

confiança e a amizade, por meio do qual eles virão a nós de motivação própria, até chegarem ao ponto de serem colocados em povoações indígenas e estas transformadas, afinal, em núcleos agrícolas de trabalhadores nacionais.”¹⁹

Creio que não é possível analisar a atividade bugreira, sem pensar uma geografia da matança e do genocídio, numa análise da mobilidade das tropas bugreiras. Os bugreiros como Martinho Marcelino de Jesus ²⁰, atuavam em um extenso território no sertão catarinense, indo do vale do Itajaí até a serra do rio do rastro e adentravam o planalto até a região do rio Marombas. No sul, atuavam bugreiros como Natal Coral, Irineu Pinheiro, Leandro Demétrio, Cipriano Volpato, Maneco Ângelo e outros tantos que se dedicaram a atividade de caça e apresamento indígena. Realizavam as incursões também em extenso território, desde o extremo sul catarinense até os contrafortes da Serra do Rio do Rastro e mesmo acima dela já no planalto serrano, logo o delineamento da atividade deve resultar numa pesquisa que aborde esse extenso território, até porque os trabalhos até aqui estão voltados quase que exclusivamente a região do vale do Itajaí. No sul do estado, os trabalhos são escassos acerca da atividade bugreira, o pouco que se tem deve-se ao trabalho de memorialistas como o padre João Leonir Dall’Alba. Numa entrevista com um morador da região da Grande Orleans, de nome Augusto Brant, ainda rapaz quando em 1917 foi realizada uma ultima grande caçada de bugres, onde após a matança começaram a comemorar com cachaça e a “baderna foi tanta que chegaram a jogar os corpos das crianças mortas ao alto e apará-las na ponta do facão. Uma das índias tava morta. Abriram o ventre, tinha gêmeos. Acamparam ali mesmo.”²¹ O relato é aterrador, e como ainda não se efetivou uma pesquisa mais detalhada na região e também no planalto serrano, histórias como essa ficam praticamente apagadas da história. É, portanto necessário um encontro, com as outras histórias ainda a margem, para compor o mosaico da história social da cultura de bugres e bugreiros no Sertão Catarinense.

A perspectiva de pensar os discursos, os textos oficiais ou não, que inventam as imagens adequadas, como a do bugre, o inimigo aterrador que deve ser eliminado, e em contrapartida as

¹⁹ Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. **Carta de Cândido Rondon, diretor geral do Serviço de Proteção aos índios e Localização de trabalhadores nacionais ao tenente José Vieira da Rosa**. Rio de Janeiro, 20 outubro de 1910. Esta carta encontra-se no Arquivo público de santa Catarina, no Fundo Privado de José Vieira da Rosa.

²⁰ Sobre Martinho Bugreiro ver COELHO, Sílvio dos Santos. **Índios e brancos no sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973, pp. 89-97. Ver também ATHANÁZIO, Enéas. “Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?”. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, 25(9), 1984, p. 267. Outro trabalho recentemente concluído no curso de história da Univali é a monografia de Andréia Calbusch Velter intitulada **Heróis X Bandidos. Martinho e os bugreiros. Século XIX e início do XX em Petrolândia e região**. Esse trabalho foi defendido em julho de 2005.

²¹ DALL’ALBA, João Leonir. **Colonos e Mineiros no grande Orleans**. Florianópolis: edição do autor, 1986. Ver “Pioneiros das terras dos Condes” e “O vale do Braço do Norte”, também editados pelo autor.

imagens que restaram desse extermínio, uma busca nesse sentido completa o quadro social e cultural onde a história se revitaliza, eis nossa tarefa, a ela então.

O PAPEL DO POETA INDÍGENA NA PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE: ARIRUMA KOWII E A MEMÓRIA DO EQUADOR INDÍGENA

Clarice Blessmann E Barcellos¹

Ariruma Kowii é equatoriano da cultura Quechua da região de Otavalo. Poeta e acadêmico, é um dos intelectuais de expressão em seu país por seu comprometimento com a recuperação e preservação da memória das nações indígenas do Equador. Tal responsabilidade é comum a todos os escritores pós-coloniais, de acordo com Mudrooroo Nyoongah² (1990, p.3) que diz serem os escritores indígenas, ‘escritores comprometidos’ pois “Eles todos estão profundamente preocupados com os problemas de suas comunidades, ao ponto em que a comunidade é enfatizada às expensas do indivíduo”³. A evidência de que Kowii é um desses escritores está no cunho político-social de suas poesias e ensaios.

Uma leitura pós-colonial implica discussão prévia dos processos históricos no país de origem de um texto. No caso do Equador, por ter sido colonizado duas vezes, há uma distinção das outras ex-colônias sul-americanas. O país foi colônia Inca no século XV, passando a colônia Espanhola no século XVI.

Quando os Incas chegaram ao Equador, encontraram uma civilização formada por muitas nações organizadas e avançadas política e socialmente e cuja economia tinha como base a agricultura e o artesanato. É válido afirmar que o Império Inca contribuiu para o progresso daquela estrutura pré-inca ao estabelecer novos paradigmas governamentais e econômicos. Embora o estado Inca fosse centralizador e teocrático, seus imperadores mantinham relações internacionais diplomáticas com outros povos. A “Rodovia Inca”, um dos maiores feitos do Império, era utilizada para movimentar as populações entre as suas diversas regiões, causando intercâmbio cultural e comercial em uma estrutura econômica planejada. Acostumados ao contato com outras etnias e culturas, os Incas souberam respeitar as individualidades de cada nação indígena equatoriana e tirar proveito do conhecimento daqueles povos, em prol de todo o Império Inca. A visão de mundo dos Incas e das nações pré-incas era a mesma: respeito pela natureza e cultivo da espiritualidade.

¹ *Mestranda em Literaturas de Língua Inglesa. UFRGS*

² Escritor e acadêmico Aborígene Australiano caracterizando escritores Aborígenes no livro *Writing From the Fringe* (1990).

³ Minha tradução.

Quando os colonizadores espanhóis desembarcaram na costa da América do Sul, encontraram um Império Inca desestabilizado e enfraquecido pela desunião de dois irmãos governantes. Francisco Pizarro acabou conquistando o Equador em 1532, impondo sua presença pela força, invadindo e saqueando povoados sem que os indígenas pudessem evitar, embora tenham resistido e tentado muitas emboscadas contra os espanhóis. Em regiões nas quais a população equatoriana era maior e organizada militarmente, houve batalhas nas quais populações indígenas foram dizimadas. O período colonial iniciou com a ‘fundação’ de cidades pelos espanhóis. Essas cidades haviam sido, na verdade, tomadas dos indígenas e transformadas com o estabelecimento de igrejas e conventos, elementos essenciais no processo civilizatório europeu. Apesar dos conflitos gerados ao longo do período colonial, a igreja Católica ajudou a unificar o país em meados do século XIX e um novo processo, na tentativa de incluir o povo indígena ao mundo moderno, teve como resultado a implementação de práticas paternalistas que provaram ser prejudiciais por não permitirem a auto-determinação daquele povo. Embora muitas vezes desempenhadas de boa vontade, tais práticas tinham como base princípios da civilização branca européia, ignorando totalmente a realidade e as necessidades dos indígenas. Conta Kowii, em um artigo intitulado *Cultura Kichwa, interculturalidad y gobernabilidad*⁴ (2005), que os governantes e instituições paternalistas construíram casas de cimento e tetos de zinco; construções nocivas à saúde dos povos indígenas por absorverem o calor ao longo do dia e o frio à noite. Como os indivíduos acabaram usando tais construções para armazenamento de materiais, foram tachados de ‘pessoas atrasadas’. No mesmo artigo Kowii lembra que, na opinião dos colonizadores, em sociedades primitivas não havia literatura, pois não havia registros por escrito de nada que se referisse a uma cultura que pudesse ser considerada culta, civilizada e racional. Mas foi graças a sua habilidade em produzir artesanatos, tecidos, arte tradicional e moderna, além de seu profundo conhecimento em comércio internacional, que os indígenas equatorianos ressurgiram economicamente e a região de Otavalo é a mais rica do país hoje, sendo governada por um Prefeito indígena.

Foi a partir dos anos 1970 que começaram a se formar os primeiros grupos culturais Kichwa com reivindicações de cunho cultural e político em prol daquele povo que, segundo Kowii (2005), é um povo com uma cultura “*propensa a promover procesos interculturales*”. Esses grupos contavam com a participação de intelectuais de origem indígena, os quais desenvolveram teorias e métodos próprios para compreender os problemas herdados do período colonial. Um dos aspectos a serem apreendidos foi o fato de que todo povo nativo, que tenha passado pela experiência colonial, torna-se um povo

⁴ Disponível em <http://www.uasb.edu.ec/padh/centro/pdfs13/ariruma%20kowii.pdf>

híbrido. Como a linguagem dos povos indígenas pré-coloniais era oral, houve necessidade por parte dos intelectuais pós-coloniais, de elaborarem uma forma de escrita da língua nativa para fins de registro formal. Kowii é um desses intelectuais cujos trabalhos literários são escritos somente em kichwa. Em 1993 ele abriu uma exceção e escreveu *Tsaisik: Poemas para construir el futuro* em edição bilíngüe espanhol/kichwa, do qual retirei os poemas analisados neste artigo.

Considerando que os escritores indígenas são comprometidos com suas comunidades, que estão escrevendo em um período pós-colonial, e que por essa razão todos os aspectos históricos, políticos e sociais são relevantes para seu trabalho, podemos dizer que há uma estética própria da literatura indígena pós-colonial e, portanto, deve ter aporte teórico próprio, como afirma Graham Huggan em *The Post-Colonial Exotic* (2001, p.3), “[...] teorias e métodos produzidos localmente podem acabar sendo mais produtivos do que depender de tendências e hábitos de pensamento filosófico euro-americanos”⁵. Embora eu ainda não tenha conhecimento da existência de um material que descreva as características da literatura indígena pós-colonial equatoriana, observei traços comuns entre esse tipo de literatura e as literaturas aborígenes australiana e canadense, por exemplo. Temas de cunho social, de chamada à memória dos antepassados, referências a mitos e rituais nativos, ironia, crítica à sociedade colonizadora, mistura de vocabulário da língua do colonizador (aqui o espanhol) e vocabulário nativo (neste caso Kichwa), bem como a evocação a fatos históricos da época colonial, são aspectos comuns às literaturas indígenas que concentram-se no momento pós-colonial.

A memória de um povo indígena é resgatada e preservada através de poesias e narrativas nas quais são inseridos elementos da mitologia daquele povo. No entanto, o uso da língua do colonizador é de altíssima relevância no caso dos poetas indígenas, pois é um fato que carrega o significado de ‘tomada de poder’. Ashcroft, Griffiths e Tiffin (1994, p.38) afirmam que “A função crucial da língua como meio de poder, demanda que a escrita pós-colonial defina a si mesma, ao tomar a língua do centro e ao mudar seu local em um discurso totalmente adaptado ao espaço colonizado”⁶. Por outro lado, a decisão de mesclar vocábulos da língua nativa provoca opacidade em um texto, provocando uma sensação de exclusão no leitor não-indígena, conforme veremos ao analisarmos os aspectos da literatura indígena pós-colonial em funcionamento nos poemas a seguir⁷.

Madre Tierra é um poema que mescla uma chamada à memória do povo indígena, através do uso imperativo dos verbos, como se fosse uma instrução de como a comunidade deve agir para resgatar

⁵ Minha tradução

⁶ Minha tradução

⁷ Os poemas analisados não foram traduzidos para manter o sentido do texto em sua linguagem original.

seus valores tradicionais e seu espaço no território ao qual pertence e o qual, conforme os princípios indígenas de relacionamento com a terra, eles têm a obrigação de zelar.

Madre Tierra

*Para que la Madre Tierra
no muera
volvamos a danzar
alrededor del Sol
y de la Luna
la danza del cóndor
la serpiente
el venado
dejemos que nuestros corazones
se desborden en cataclismos
y engendremos el vacío
con nuestras palabras
dialoguemos en círculo, en el día
y en media luna, en la noche
hablemos en tiempo de ayer
de ahora y de mañana
con nuestros Yayas
y nuestros Wawas
encendamos con nuestro futuro
los contornos
de todos los caminos
avancemos como águilas
a través de todas las vicisitudes
e imprimamos en ellas
la armonía de nuestros sueños
Vigilemos con los más
sofisticados radares
la integridad de sus venas
su aliento, su espíritu
sus manos, sus manos
constructoras
del futuro
del sueño*

la ternura
del hermoso murmullo
de la vida.

Para que sua Mãe Terra não morra, a personagem diz a seu povo que é preciso voltar a seus rituais, onde a dança será executada em seu território (*deredor del Sol*) e de seu mundo espiritual, no domínio do inconsciente (Lua). Uma dança executada nessas duas esferas representa a resistência de um povo para defender sua identidade, pois é no espaço geográfico que ocupa, somado à construção cultural, íntima, pessoal e religiosa de seu ser, que é estabelecida a identidade. Entretanto, mais de uma dança deverá ser executada para que os indígenas possam manter viva sua Mãe Terra: a dança do condor, animal símbolo da Cordilheira dos Andes, do território equatoriano; a dança da serpente, animal símbolo da sabedoria; e a dança do veado, animal símbolo da luta diária pela sobrevivência.

A seguir, o poema estimula a liberação das emoções fortes (*que nuestros corazones se desborden em cataclismos*). Um dos significados da palavra ‘desbordar’ é ‘exaltar-se’, ou seja, extrapolar os limites da razão que, somado aos significados de ‘cataclismos’, adquire uma força discursiva importante. ‘Cataclismo’ se refere a uma transformação geológica produzida pela água (também símbolo de vida e mudança), bem como a um desastre social que altera profundamente a organização de um Estado ou sociedade⁸. Conclui-se, então, que a chamada para ação é forte: tomados pela emoção, vamos causar mudanças profundas em nosso Estado e sociedade. Além dessas mudanças e através delas, há uma ação adicional: “*y engendremos el vacío com nuestras palabras*”. Um significado forte de ‘engendrar’ é ‘procriar’. Portanto, o poema fala em procriar o vazio com nossas palavras, em um jogo discursivo que recorre ao inconsciente visto que, de acordo com a Teoria do Discurso de Pechêux, o silêncio (que consideraríamos como sendo o ‘vazio’ do poema) é o Real do Discurso, ou seja, faz parte do inconsciente. Portanto, o poema convida os indígenas a saírem da zona do ‘não-dito’ para a zona do ‘dito’, para a materialização do discurso; por isso, procriar. Mas como fazer isso? Dialogando em círculo, que é a forma como as culturas indígenas costumam passar conhecimento e sabedoria, falando do passado, do presente e do futuro, com a participação dos idosos (*Yayas*), sabidamente fontes de sabedoria em muitos povos. Há também o chamamento para que, com todas as gerações de seu povo, dos *Yayas* (idosos) aos *Wawas* (bebês), iluminem os caminhos com o

⁸ De acordo com o dicionário de Espanhol/Português da Porto Editora de Lisboa, 2ª ed., 1995.

futuro que vislumbram e que avancem como águias, ou seja, com força e domínio próprio, ultrapassando todos os reveses que possam surgir em seu caminho.

Até esse momento o poema teve como base um sentimento de volta ao passado. Entretanto, o próximo verso inicia com “*vigilemos com los más sofisticados radares*”, dando um salto para o presente, momento em que a tecnologia dá suporte à preservação do meio-ambiente através de um sistema de observação e policiamento. Agora o convite é para que os indígenas lancem mão do que há de mais moderno para proteger a integridade da natureza para que nela se mantenha o espírito da criação, pois só assim a Terra Mãe poderá continuar a construir o futuro e fazer possível a presença (murmúrio) da vida.

O próximo poema, *Bueno, Lo Siento*,

Así

todo marchaba en armonía

nadie era olvidado

todos eran atendidos

nadie tenía oportunidad de holgazanear

todos de acuerdo a la ley de la Pacha mama

tenían su función; su deber!

su responsabilidad!.

Así

los niños asustaban los pájaros

De las cementeras

jugaban con las flores

y hablaban con ellas

kikin sumai mana kanki

le decían ellos

kikin kushilla rimanki

le contestaban ellas.

Los ancianos en cambio

enseñaban a los niños

las diferentes estrategias

para sentir y defender la vida

mas no para destruirla

Ellos

que aprendieron lo más esencial

del universo
siempre ideaban algo nuevo que hacer
todos se preocupaban de edificar
mejor la vida...!
En estos tiempos
todos sabían que la disciplina
la responsabilidad comunal
era el arte de gobernar
la norma para el bienestar físico
espiritual del hombre
del hijo predilecto de la Pacha mama!
Kikin allpa mamashna
pajta pajta kashpaka
alli kausaita wachachinata
ushana kanki
-nij karianmi-
Ellos
a diferencia de otros dioses
crecieron en la tierra y no en los cielos
su lugar preferido era las montañas
su residencia las wakas
su función: calcular en la taptana
las cifras exactas de las necesidades
del presente y del futuro!.
"La exactitud es la partera
de mejores inviernos y veranos
una falla quiebra una sonrisa
un descuido puede costar muchas vidas"

- decían -

contém um discurso político que denuncia os males causados pelo colonizador europeu ao povo nativo e ao meio-ambiente, enquanto exalta o antigo povo indígena, seus hábitos, costumes e princípios de harmonia com a natureza. Diz o poema que tudo marchava em harmonia enquanto o ser humano vivia de acordo com as leis da Natureza (*Pacha mama*) cumprindo, assim, o seu dever.

Este poema apresenta ao leitor não-indígena a opacidade provocada pelo uso da língua nativa do poeta. Assim, quando ele diz que as crianças brincavam com as flores e falavam com elas, que respondiam - *kikin sumai mana kanki, le decían ellos... kikin kushilla rimanki,*

le contestaban ellas -, não sabemos que palavras eram trocadas entre as crianças e as flores. O efeito de sentido para o leitor não-indígena é que exclusão. Ao continuar a leitura do poema, o leitor é informado de que os idosos costumavam ensinar às crianças, estratégias pacíficas de sobrevivência. A disciplina é mencionada como método de governabilidade de um povo que era o preferido de *Pacha mama*. Seguem-se cinco versos na língua Kichwa, causando novamente um sentimento de exclusão ao leitor não-indígena que é obrigado a continuar a leitura a partir do verso que diz: '*Ellos a diferencia de otros dioses crecieron en la tierra y no en los cielos*', de onde é possível depreender que ele está se referindo ao povo indígena, ou ao xamã, como o preferido de *Pacha mama*, um tipo de deus que prefere as montanhas e tem a função de calcular, em um ábaco kichwa (*la taptana*), as cifras exatas das necessidades do presente e do futuro, como uma espécie de jogo místico.

Sendo a última estrofe uma citação sem indicação de autoria, conclui-se que é uma frase da sabedoria tradicional, afirmando que 'a exatidão é a parteira de melhores invernos e verões, uma falha suspende um sorriso, um descuido pode custar muitas vidas'⁹. Há uma segunda leitura possível desse poema, através das palavras em destaque por deslocamento para a direita. Vejamos quais são elas: '*de las cementeras*', '*mas no para destruirla*', '*del universo*', '*mejor la vida*', '*espiritual del hombre*', '*decían*'. 'Cementeras' são as fábricas de cimento, um dos elementos de construção trazidos pelos colonizadores europeus e que causaram impacto negativo aos povos indígenas, acostumados a suas moradias construídas com materiais naturais. 'Do universo', refere-se a todas as coisas naturais, existentes no mundo considerando-se todos os elementos. Então, as crianças assustavam os pássaros, os quais não pertenciam às cementeras. '*Não para destruirla*', refere-se à destruição da vida, seguida por '*mejor la vida*' e '*espiritual del hombre*', levando à inferência de que o melhor da vida está na parte espiritual, naquela que vive em harmonia com a natureza, que não a destrói. E tudo isso, '*decían*' aqueles que sempre conheceram as leis do universo e repassaram sua sabedoria através de muitas gerações. A lição a ser aprendida é recorrente nas duas poesias de Kowii: recuperar e preservar a memória de um povo é importante para sua identidade, pois conhecendo seu passado, é possível construir seu futuro.

Talvez interculturalidade seja uma forma transparente de colocar em funcionamento os elementos de culturas diferentes de uma forma consciente e clara, pois ao longo dos anos, os estudos culturais têm demonstrado que as sociedades pós-coloniais acabam por gerar um fenômeno chamado 'multiculturalismo' que, embora saudado como positivo por muitos, acaba causando segregação ao

⁹ Minha tradução

colocar grupos minoritários em compartimentos étnicos através de modos de preservação cultural. Tal compartimentalização acaba por prejudicar o reconhecimento de que houve uma transformação sociocultural ao longo do tempo. Em razão disso, o processo de interculturalidade traz mais benefícios às minorias por promover um contato entre culturas diferentes que resultará em uma cultura híbrida na qual os aspectos culturais de uma e de outra mantêm suas características, mesmo que adaptadas à nova realidade de uma nação.

O papel do poeta na promoção da interculturalidade é de suma importância, pois ele trabalha com símbolos, mesclando as duas línguas: a nativa e a adquirida ao longo do período colonial. E ele faz isso com o propósito de perpetuar a memória de seu povo, de denunciar os prejuízos causados pelo colonizador e em um movimento de volta ao passado, trazer à tona fatos que não devem ser jamais esquecidos em todos os momentos presentes de um povo para construir, como diz o título de *Tsitsik*, um futuro.

BIBLIOGRAFIA:

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back – Theory and Practice in Post-Colonial Literatures**. London: Routledge, 1994.

HUGGAN, Graham. **The Post-Colonial Exotic – Marketing the Margins**. London: Routledge, 2001.

KOWII, Ariruma. **Tsitsik: Poemas para construir el futuro**. Quito: Ediciones Culturales de Ibabura, 1993.

_____. **Cultura Kichwa, interculturalidad y gobernabilidad**. In Revista Aportes Andinos N. 13, Março 2005. Disponível em http://www.comunidadandina.org/bda/ficha_bda.asp?registro=484 . Acessado em 14 de agosto, 2006.

NAROGIN, Mudrooroo. **Writing From the Fringe**. Melbourne: Hyland House, 1990.

BOTOCUDO E SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS: O PRIMEIRO CONTATO PACÍFICO DE SANTA CATARINA

Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann

Com a Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro de 1850, estabeleceu-se que as terras que eram possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais fossem cedidas a empresas particulares para o estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras. Seriam consideradas desocupadas todas as terras não adquiridas por compra ou tomadas pelo governo. Com isso, os territórios ocupados pelos indígenas eram considerados devolutos e, portanto, propriedades do governo imperial.¹

A idéia principal do SPI-LTN era estabelecer um contato amistoso com os Botocudo, a fim de amenizar os ataques sofridos pelos imigrantes oriundos principalmente da Alemanha e Itália. Esse foi um dos principais motivos que levou a direção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais a ser mais atenciosa com a região sul do Brasil. A região sudeste, principalmente o Estado de São Paulo, também recebeu uma esmerada atenção do órgão, pois neste Estado havia grandes massacres de populações indígenas. Tais massacres eram justificados pelo término da estrada de ferro que visava à ligação do oeste paulista com a cidade de São Paulo.² No Estado catarinense, o tratamento do governo para com os Botocudo não foi diferente à realidade de São Paulo. No início do século XX, a Estrada de Ferro Santa Catarina começou a ser construída, invadindo grandes porções de terras pertencentes aos indígenas, os quais foram duramente perseguidos a fim de não “atrapalharem” as construções das ferrovias.³

O estabelecimento de uma unidade operante do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em Santa Catarina deu-se no ano de 1912. Nessa época, o SPI passava por uma crise de descrédito perante o governo e a opinião pública em decorrência dos exagerados gastos do tesouro público, sendo ainda acusado de inoperante. Para tentar mudar essa situação, Cândido Rondon organizou a expedição do Capitão Alípio Bandeira, com o objetivo de pacificar os Botocudo de Santa Catarina.

No início do ano de 1913 a expedição chegou a Joinville, onde se estabeleceu.⁴ O tenente José Vieira da Rosa foi nomeado inspetor e

¹ Cf. Publicada na Secretaria do Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850 – José de Paiva Magalhães Calvet. Registrada a folha 57 do livro 1 dos Atos Legislativos. Secretaria do Estado dos Negócios do Império em 2 de outubro de 1850. – Bernardo José de Castro.

² Cf. MELATTI, D. **Aspectos da organização social dos caingangues paulistas**. Brasília: FUNAI, 1976. p. 87.

³ Cf. HOERHANN, R.; TOMASINI, D. Transportes e comunicações. In: KLUG, J.; DIRKSEN, V. **Rio do Sul – Uma História**. Rio do Sul: UFSC, 2000. p. 177.

⁴ Cf. GOMES, M., op. cit. p. 68.

responsável pelos levantamentos destinados à elaboração da Carta Itinerária do Estado. O militar, em alguns dias de serviço deixou registradas as primeiras dificuldades enfrentadas:

Convidado pelo notável homem de ciência e distinto soldado coronel Candido Rondon para o cargo de Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, entrei em exercício dois dias depois da nomeação, marchando para norte do Estado, a fim de efetuar o reconhecimento da zona habitada pelos índios, conforme a ordem expressa da Diretoria Geral. Ao chegar à vila de Tijucas, porém devido ao desastre sucedido aos muares, dos quais em 24 horas morreram 11, atacados pela epizootia ainda reinante, se bem que combatida, tive de parar alguns dias [...].⁵

Em 1912 os Botocudo em Santa Catarina ainda não haviam sido contatados amistosamente e promoviam amiúdes ataques, principalmente em grandes latifúndios. As dificuldades encontradas pelo Serviço de Proteção aos Índios de acordo com as afirmações de SANTOS (1973) eram basicamente duas: a primeira, demonstrar para os indígenas as intenções pacíficas do órgão; a segunda dificuldade partia das populações coloniais que ameaçavam acabar com todo o trabalho do Serviço de Proteção Índios em virtude de preocupações econômicas e de segurança.⁶ Em seguida, a estratégia adotada pelo Serviço de Proteção aos Índios era a de criar diversos pontos de atração, a fim de contatar amistosamente os Botocudo, com a finalidade básica de desviá-los dos assaltos praticados pelos mesmos contra os colonos. Para tanto, foram criados três pontos estratégicos de atração: o Posto Plate (esse na foz do rio de igual nome), afluente do Rio Hercílio ou Itajaí do Norte; O segundo na região do Alto Krauel, na bacia do Alto Rio Dollmann; E o terceiro, provavelmente às margens do Rio Deneke, onde se abriu uma picada de 30 km de extensão.⁷

Os pontos de atração eram construídos após a derrubada de extensas áreas de mata virgem que, quando secas, eram queimadas e plantadas com milho (a conhecida técnica coivara). Desse modo, os funcionários do SPI-LTN pretendiam atrair os Botocudo para o um dos Postos e garantiriam-lhes um meio de subsistência. Junto com essas roças eram construídos diversos ranchos de pau-a-pique cobertos de palha. Somando-se as instalações, constava-se a construção de torres altas para a observação, a fim de detectar a presença dos indígenas. Junto a essas construções, os funcionários usavam como tática o emprego de grandes gramofones com música, em particular o hino nacional, ligados diariamente ao máximo volume e tocados à manivela em cima de carroças que circulavam nos arredores dos postos de atração.⁸

⁵ ROSA, J. Notas do arquivo. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. cit. p.127-128.

⁶ Cf. Idem, p.143.

⁷ ABBOTT, R. Documento citado.

⁸ HOERHANN, E. entrevista concedida a Rádio Blumenau e Rádio Estadual de Ibirama nas comemorações do 70º aniversário de Ibirama. Ibirama, 1968.

Essa estratégia fracassou no contato com os indígenas de Santa Catarina, contrariando a reação das demais comunidades do Brasil, visto que os Botocudo assustados destruíram o aparelho com seus bastões de madeira.⁹

Em um documento¹⁰ está relatado o serviço prestado pelos funcionários do SPI no local onde foram construídos postos de atração durante o ano de 1913. Nessa época contava-se com o auxílio do Exército para a proteção dos funcionários. Tencionava-se na atrair os indígenas para o Posto Plate a fim de se conseguir os aldeamentos. Com freqüência era feita a navegação dos rios locais e também expedições pelas matas com o intuito de encontrar os Botocudo. De acordo com os escritos, nada foi encontrado além de poucos vestígios às margens do Rio Hercílio e de seus afluentes. Com isso o inspetor Raul Abbott pôde concluir que os indígenas eram nômades, caçadores e coletores, o que o fez crer, que possivelmente, não os encontraria com facilidade. Apesar das claras decepções de não ter completado sua missão, o inspetor planejava ao menos dar continuidade às aberturas de estradas para facilitar a chegada de mantimentos e o acesso às colônias locais:

Esta inspetoria levou em Setembro uma expedição, que partindo da linha Moema desceu pelo vale do rio do Bispo afluente do Itajahy do Norte, atravessou este e com rumo S.SO; foi ter ao lendário morro Itayó onde supunha-se reducto dos humildes Botocudos. Infelizmente não foi encontrado vestígio algum que demonstrasse a existência de numerosos índios nessa região, nem mesmo que por alli houvesse transitado nestes últimos annos. Encontramos acampamentos provisórios todos nas margens do rio Hercílio e de seus afluentes, o que demonstra que os índios que aqui aparecem são índios nômades, caçadores.¹¹

A atuação de Eduardo Hoerhann começou com o pedido de demissão de Raul Abbott em 1914, depois de ter se cansado de suas inúmeras incursões sem êxito¹², ao exemplo do relato da citação acima. Nesse mesmo ano, o problema indígena foi reconhecido como único e específico e o SPI começou a tratar exclusivamente dele.¹³

Eduardo ingressou no serviço em 1912 graças a uma carta dirigida pelo Doutor Generino dos Santos - pessoa com grande influência política na época - a Manuel Tavares da Costa, chefe da

⁹ ZIMMERMANN, P. Os índios em S. Catharina no município de Blumenau. O valle do rio Hercílio. Uma expedição interessante. **O ESTADO**, Florianópolis: n. 64, 27, jul.1915.

¹⁰ Cf. ABBOTT, R. [Carta] **Relação dos serviços materiais feitos pela Inspetoria de Proteção aos Índios**. 1913.

¹¹ Ibidem..

¹² As razões pelas quais Abbott foi substituído ainda permanecem imprecisas. Na missiva de Eduardo Hoerhann ao seu pai, em dezembro de 1913, há relatos de inúmeras incursões sem êxito acontecidas entre outubro e dezembro do mesmo ano. Além disso, está registrado o descontentamento da maioria dos funcionários do SPI-LTN que ameaçavam abandonar o Serviço, caso não houvesse aumento salarial.

¹³ As modificações do caráter administrativo mantiveram, contudo, as linhas gerais daquele regulamento. As principais foram estatuídas pelo decreto-lei nº. 3454 de 1918 que transfere a outros serviços os dispositivos referentes a trabalhadores nacionais. (H. Oliveira – 1947), A. Ribeiro (1943) e V. de Paula (1939 - 1941).

segunda seção do SPI-LTN. Neste trecho Generino expõe as qualidades do jovem Eduardo e sua ânsia para engajar na instituição:

[...] dotado da bem mais formada natureza e do mais alto espírito cavalheiresco; pois achando-se actualmente empregado n'uma bôa casa allemã, deseja, entusiasmado pelos brilhantes successos da comissão Rondon, e com assentimento paterno, seguir-lhe o exemplo, auxiliando-o na cathechese dos nossos aborígenes que ainda vivem na selva brasileira. Muito desejaria servir junto delle mesmo; caso porém, seja de todo impossível, muitíssimo grato lhe ficaria se V. lhe podesse obter um modesto lugar junto a algum de nossos correligionários que, como elle, se dedicam de corpo e alma, a esta nobre e patriótica cruzada civilizadora.¹⁴

Não se sabe por que Hoerhann saiu do conforto de sua família para ingressar no SPI-LTN, pois era de origem urbana e provavelmente só havia ouvido falar a respeito dos indígenas com os quais viria a contatar e conviver. Eduardo Hoerhann possuía boa formação educacional e escolar e, por isso, em pouco tempo, apesar da parca idade, ele conseguiu se destacar dos demais membros do grupo de Santa Catarina.

No sétimo dia do mês de julho em 1914, Eduardo Hoerhann assumiu a responsabilidade do posto provisório de São João, localizado na cidade de Indaial. Em uma carta ele recebe a nomeação de encarregado do posto e, em anexo, as orientações de seu superior, o inspetor José Maria de Paula, de como deveria prosseguir para ter sucesso em seu dever de localizar os Botocudo e pacificá-los:

I – Esforçar-se por todos os meios ao seu alcance para que seja inteiramente restabelecida a tranquilidade entre os colonos e nacionaes naquella região, especialmente os que se acham localizados nas zonas onde deram os ultimos assaltos em S. Maria, onde colonos aterrorizados tambem abandonaram as suas moradias.

II – Fiscalizar os serviços de abertura de picadas e concertos das mesmas que forem apprehendidas pelos colonos da região de modo a evitar attritos de consequencias sempre lamentaveis entre colonos e indios bravios.

III – Promover expedições ás zonas de Liberdade e S. Maria ou em região vizinha, que lhe parecer conveniente procurando pelos meios ao seu alcance, e seguindo os melhores...¹⁵ em o nosso Serviço, estabelecer communicação pacifica e amistosa com os indios bravios.

IV – Proceder sempre com maior cautela e prudencia em sua expedição, evitando precipitação e imprudencias, prevenir desastres e evitar sacrificio de quem quer que seja.

V – Explicar aos moradores da região os fins do nosso Serviço de maneira a obter a sua cooperação quer moral, quer material, na obra da pacificação do selvagem.

VI – Communicar-se frequentemente com este Inspector, a priori communicará todas as occorrencias importantes, que se derem no decorrer do serviço.

¹⁴ SANTOS, G. **Carta dirigida a Manuel Tavares da Costa Miranda, chefe da segunda Seção do SPI-LTN**. 1912.

¹⁵ Palavra ilegível.

VII – Attender a qualquer outro serviço imprevisto de natureza dos que lhe forem confiados, mesmo em zona diferente das mencionadas nestas instruções.¹⁶

Alguns meses após o recebimento dessas instruções, Eduardo Hoerhann mudou a sua estratégia para dar início ao processo de contato com os Botocudo. Do seu acampamento situado no alto rio Benedito, partiu na manhã do dia 7 de setembro de 1914, com a intenção de atravessar toda a área compreendida entre os rios Benedito e Itajaí do Norte. Tal área era totalmente desconhecida pelos colonos e pelas companhias colonizadoras e, portanto, considerada propícia por Hoerhann para encontrar os indígenas.¹⁷

A região entre os rios Benedito e Itajaí do Norte já havia sido em outra oportunidade, vistoriada por Hoerhann, e pôde encontrar muitos indicativos da estada dos Botocudo. Hoerhann subiu o rio Benedito com sua equipe, quatro funcionários do Serviço e o indígena paranaense Préiyê para atuar de intérprete. No caminho encontrou picadas e verificou que uma dessas seguia exatamente o rumo por ele marcado, ou seja, para o rio Plate, enquanto que a outra possuía rumo para o norte. A primeira picada por ser mais estreita e menos trilhada pôde-se constatar que os levaria até a comunidade dos Botocudo e então a equipe seguiu em frente.¹⁸

Depois de três dias a pé por esse caminho, vestígios recentes da presença indígena foram novamente encontrados. Porém, percebeu-se que os Botocudo utilizavam os dois trilhos encontrados, sendo que o mais estreito era utilizado para o embrenho nas matas e o segundo, para facilitar o transporte dos objetos retirados das colônias. Uma vez distantes e longe das perseguições, os Botocudo mudavam sua rota e tomavam a picada estreita pela sua inacessibilidade e seguiam até sua aldeia. A equipe percebeu que os indígenas não se encontravam mais no local e decidiu retornar no dia seguinte para Hamônia. Nessa cidade, em 21 do mesmo mês, a turma tomou conhecimento de que o posto de atração nas margens do Rio Plate havia sido atacado pelos Botocudo, mas toda a equipe do SPI que estava presente no local conseguiu escapar. Os expedicionários retornaram para o mato em direção ao Posto Plate. No dia seguinte encontraram o Posto em chamas e completamente destruído.¹⁹

Aqui citamos, em parte a experiência de Hoerhann – narrada por ele mesmo em uma missiva já citada – acerca desse primeiro contato em 22 de setembro de 1914:

[...] Examinado minuciosamente tudo, encontrou mais adiante, nas cinzas de uma destas fogueiras, grandes rastros de homens indubitavelmente recentíssimos. Disperitando-lhe a atenção este importante achado, quiz Eduardo, mostrá-lo ao interprete, que ficára atrás, mas no momento em que se voltava a chamá-lo,

¹⁶ Cf. PAULA, J. [Carta] **Instruções fundamentaes para o Serviço do Posto S. João**. 1914.

¹⁷ Cf. HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

¹⁸ HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

¹⁹ Cf. *Ibidem*.

subitamente ouviu um formidável brado. Virando-se, instantaneamente, para verificar donde este partia, viu saltar de traz de um tronco de árvore, um homem inteiramente nú, armado de arco e flechas. De cima de um pequeno morro em frente, na beira do matto, este índio de grande estatura, com voz atrojadora e gestos ameaçadores, fazia-lhe um grande ‘discurso’. Logo em seguida, mais dois homens, também nus e armados de arco e flechas, saltaram de traz de outros troncos, ficando a direita e a esquerda do primeiro, encotando então os três, um formidável vozerio por completo incompreensível. [...] Tendo avançado uns cinquenta passos, foram porém Eduardo intimado a parar, pelos índios que exaltados, collocaram as flechas nos seus arcos, estirando-os com pontaria feita. [...] Dirigiu-se então Eduardo, a elles, em lingua dos índios paranaenses, porém, sem resultado. [...] Chamou então Eduardo, o índio Preiê, que ficára atraz, a certa distancia, perguntando-lhe se entendia alguma cousa, ao que este lhe respondeu que não. [...] Avançou resolutamente Eduardo, para a frente e vendo que os índios iam-no flechar, sacou o paletot e a camisa, mostrando-se com o tronco nú e os braços estendidos, falando n’outra lingua indigena que tinha aprendido.²⁰ Os índios, com seus arcos sempre retezados, promptos a desferir suas flechas, no minimo instante, attenderam a attitudo de Eduardo, que seguidas vezes repetiu a mesma phrase, na outra lingua. Por fim, calaram-se os índios escutando attentamente conversando, depois, em voz baixa entre sí. O índio de grande estatura, perguntou então, claramente:

- Hôliké, o que significa, - como é, repita.

Eduardo, que entendera esta palavra, repetiu novamente toda a phrase, o mais nitidamente possível. Os índios, que o escutavam, conversaram entre sí, em voz baixa, novamente, rindo-se por fim, um delles. Sempre fallando, quis approximar-se mais dos índios, sendo porém, outra vez ameaçado, pelos índios, que de novo, começaram a fallar, uma phrase que terminava sempre em – “ti-púuu”, batendo elles na coxa esquerda. Pela palavra (onomatopaica), e pelo gesto que faziam, comprehendeu Eduardo, que se referiam ao seu facão que trazia na cintura, do qual nem mais se lembrava. Este facão tinha cabo e guarnição de metal branco, que brilhava no sol, julgando por isso os índios, tratar-se de uma arma de fogo: “ti” = artigo o, e “púuu”, = tiro, estampido. Tirou o facão da bainha, e segurando-o pela ponta da lamina, lhes disse: - Kôniáhama, tipúuu tom. = é um facão, não uma arma de fogo. E com isto quis, entregar-lhes o mesmo, como prova de amizade, dizendo: - Amonem, Amonem tchóro, = quero vos dar, procurando approximar-se dos índios.²¹

Assim começou a “confraternização” do Serviço de Proteção aos Índios com os Botocudo. O total desconhecimento cultural desses indígenas por parte dos engajados do serviço proporcionou o acontecimento do fato inesperado descrito na citação acima. Pensou-se que o Kaingáng do Estado do Paraná poderia ser utilizado como intérprete para facilitar o contato com os Botocudo. Como podemos perceber os indígenas pertencentes a comunidades diferentes não compartilhavam o mesmo idioma, apesar de alguns anos mais tarde ficar conhecido que os dois grupos lingüísticos se originam do mesmo tronco lingüístico Jê. Eduardo Hoerhann logrou seu sucesso por ter se

²⁰ “Eram palavras do vocabulário do Dr. Gensch, colligidos por elle, e que Eduardo tinha estudado inteiramente de cór, formando com estes vocábulos, pequenas phrases, em lingua dos índios botocudos.” Nota de Eduardo Hoerhann presente no fim do texto desta carta.

²¹ HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

antecipado e se dedicado a aprender essa língua indígena através do dicionário elaborado pelo Dr. Hugo Gensch.

Hoerhann foi levado pelos Botocudo, permaneceu com eles por aproximadamente um ano e nove meses. Quando retornou seu contato com o mundo “civilizado” solicitou de imediato presentes para cativar a confiança dos grupos mais arredios, de acordo com Edmar Hoerhan, filho caçula de Eduardo Hoerhann.²² Por causa de seu porte físico, Hoerhann recebeu um nome Botocudo. Aqui ele refere-se a si mesmo,²³ a partir do que os indígenas lhe disseram: “O seu primeiro nome, Catanghára, pelo qual é denominada a mais elástica e resistente madeira que conhecem, para fazer os seus arcos. Explicaram minuciosamente a Eduardo, que lhe davam este nome, por seu physico, tão forte, elástico e resistente, como essa madeira.”²⁴ E por causa de sua personalidade, Hoerhann recebeu um segundo nome, *Meng’lê*, ou onça-negra, considerado o animal mais bravo e feroz existente no território histórico dos Botocudo.²⁵

Quando o contato interétnico foi estabelecido em 1914, não aconteceu a aceitação por parte dos indígenas de se fixarem em um território determinado não aconteceu imediatamente. A partir do momento os Botocudo limitariam o seu direito de ir e vir por toda a extensão das matas. Por um lado, perderiam em grande parte a sua liberdade, mas por outro, estariam livres de serem mortos pelos bugreiros ainda atuantes em determinadas áreas, ou até mesmo pelos colonos regionais.

²² Cf. HOERHAN, E. Entrevista concedida a Eliana de Mendonça. Florianópolis. 1980. p.12.

²³ Em seus textos, Eduardo Hoerhann escreve em primeira pessoa ou cita seu próprio nome quando está se referindo a si mesmo.

²⁴ HOERHANN, E. **Carta a Luiz...** Documento citado.

²⁵ Ibidem.

“NÓS NÃO SOMOS DE ORIGEM”: AÇORIANOS E AFRICANOS NUMA FREGUESIA DO SUL DO BRASIL

Sérgio Luiz Ferreira

“Nós não somos de origem. Mas, minha avó era bem clara, parecia ser de origem”.

Temóteo Antônio Ferreira (1913-1991)

A fala de meu avô, Temóteo Antônio Ferreira, é emblemática da forma como as pessoas que viviam na Ilha de Santa Catarina no início do século XX se percebiam: Ter origem era ser descendente de italiano ou alemão, geralmente.¹ Que significado tem para uma população dizer que não é de origem? Ao mesmo tempo o que implica ver o outro como sendo de origem?

Por que a informação sobre a procedência da maioria quase absoluta da população da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades da Praia Comprida (atual distrito de Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis, SC) permaneceu apenas nos documentos, ou seja somente na história? Por que não permaneceu na memória?

Pierre Nora diz que se “fala tanto de memória porque ela não existe mais”. Por isso se estabelecem lugares de memória, porque não há mais meios de memória.² “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”.³ Desde que haja distância que necessite de mediação entre o que foi vivido e o cotidiano atual já não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. Memória não é sinônimo de História. Ao contrário, elas estão sempre colocadas em oposição. Memória é a vida sempre em evolução e sujeita ao esquecimento e à lembrança, inconsciente de suas deformações. Já a história é a “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe

¹ Segundo Arlene Renk o “qualificativo de origem é a forma como se identificam e são identificados os descendentes de europeus, aqui tomados genericamente.”RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, p. 29. Faço, no entanto, a ressalva que os descendentes de portugueses não são considerados de origem. Giralda Seyferth e Eunice Sueli Nodari também discutem as relações entre brasileiros e “colonos de origem”. SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil.Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. NODARI, Eunice Sueli. A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954). Porto Alegre, 1999. Tese (Doutorado). Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

² NORA, Pierre.Entre memória e história: a problemática dos lugares.(trad. Yara Aun Khoury). Proj. História São Paulo (10) dez. 1993. p. 7

³ Idem. p. 8

mais”.⁴ Não só a memória não é a história, como a história vivida não pode ser confundida com a operação intelectual que a torna inteligível.⁵

O fato de utilizarmos na língua portuguesa apenas uma palavra, história, para expressar passado e ciência, gera esta confusão. Não temos termos específicos, como os alemães, por exemplo, *Geschichte* e *Historie* para designar estas duas coisas. “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos” e toda uma diversidade de celebrações porque “essas operações não são naturais”.⁶ Dessa forma a história cria a necessidade de se ter memória, e tudo o que chamamos de memória é, na realidade, história. Como a memória tradicional tende a desaparecer, “nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens e discursos”.⁷

É, certamente, por isso que Oswaldo Rodrigues Cabral, na iminência do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, escreveu que nosso arquivos estavam “semi-virgens” e que era preciso reunir tudo que fosse de origem açoriana.⁸ A ascendência açoriana não estava mais na memória, estava na história e foi possível “resgatar”⁹ através dos lugares de memória, sobretudo os arquivos eclesiásticos. Foi somente através dos arquivos que foi possível dizer àquela gente, que dizia não ter origem, que eram descendentes dos açorianos chegados no século XVIII. Nossa relação com o passado através da produção histórica acaba sendo muito diferente daquela que se espera de uma memória, não é uma continuidade retrospectiva, mas uma descontinuidade revelada.¹⁰ “A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória é inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória”.¹¹

Por outro lado, estes mesmos arquivos, onde se pôde encontrar a ascendência açoriana da maioria da população da freguesia, também demonstraram que a contribuição afro-brasileira para a formação desta população não foi tão insignificante como defendem alguns historiadores e uma parte dos moradores atuais da freguesia.

⁴ Idem. p. 9

⁵ Idem. p. 8

⁶ Idem. p. 13

⁷ Idem. p. 15

⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nobreza do arquipélago. Diário da Tarde, n.4.600, 14 fev.1948. p. 1. Apud FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. 2ª. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p. 120

⁹ Apesar de toda ojeriza dos historiadores à palavra resgate, ela tem sido amplamente utilizada pelos folcloristas e pelo poder público de modo inclusive a nortear muitas políticas públicas de incentivo às culturas locais.

¹⁰ Nora. Pierre. Op. cit. p. 18

¹¹ Idem. p. 21

Minha trajetória de vida se confunde com o objeto desta tese. Quando nasci, em 1969, em Sambaqui, distrito de Santo Antônio de Lisboa, Noroeste da Ilha de Santa Catarina, ainda não nos dizíamos açorianos.

A moda hoje em Florianópolis é se dizer açoriano. Até as pedras, o mar e as gaivotas estão sendo apontadas, por parte da mídia, como açorianas. O objeto de estudo desta pesquisa não é este fenômeno de “açorianização”. O objeto de estudo é o período anterior, quando esta população, proveniente dos Açores se “abrasileirou”. Da mesma forma, também pretendo demonstrar que a população de origem africana também foi significativa na formação desta população.

Néstor Garcia Canclini, em Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da modernidade, que estuda a modernização na América Latina, vem nos auxiliar na tentativa de lançar luz sobre essa novidade de os habitantes da Ilha de Santa Catarina se dizerem açorianos: “Ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável”.¹²

Minha bisavó, Delminda Francisca da Rosa (1877-1947), mãe de minha avó paterna, Emília Homem Ferreira (Miloca) (1908-1988), era filha de Manoel Ignácio da Rosa e de Francisca Carolina Goulart. Era seu avô paterno Ignácio Jorge da Rosa, que era filho do açoriano Jorge da Rosa, que era natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da Ilha do Pico, Açores. Minha bisavó Delminda viveu 70 anos morando sempre com minha vó. Vó Miloca adorava histórias e contava sempre com grande riqueza de detalhes e com muita fidelidade. Sua mãe nunca teria falado com ela sobre esse bisavô açoriano? O fato é que minha avó simplesmente não tinha memória dessa ascendência. Eu perguntava a ela: de onde eles vieram, vó? Não sei, meu filho, ela dizia. Goulart será da França? Não sei. A memória dela, que era privilegiadíssima, não chegava tão longe. Fui descobrir depois que o nosso Goulart era da freguesia de Santa Luzia da Ilha do Pico. Maria Bernardete Ramos Flores em Farra do boi: Palavras, ficções, sentidos relata esta mesma realidade, ela diz que ao perguntar aos habitantes do litoral catarinense de onde vieram seus avós, eles respondiam que não eram de origem, “ser de origem, é ser descendente de alemão ou outra etnia estrangeira”. Ela conclui, dizendo que “nem todos que identificamos como descendentes de açorianos, ou portadores de uma cultura açoriana, guardam na memória suas origens e nem se reconhecem como tal”.¹³

¹² CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 190

¹³ FLORES, Maria Bernardete Ramos. Farra do Boi: Palavras, ficções, sentidos. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p. 120

Justamente por esta ausência da ascendência na memória da população e pelo fenômeno da universalização da açorianidade em Florianópolis, nas décadas de 1980 e 1990, esta questão me intrigava. Eu queria saber se, realmente, a população de Santo Antônio de Lisboa era proveniente dos Açores. Pelas pesquisas realizadas, descobri que, de fato, a contribuição açoriana foi a mais expressiva para o povoamento de Nossa Senhora das Necessidades. Os dados completos desta descoberta serão apresentados no capítulo segundo.

Apliquei para os registros paroquiais de Santo Antônio de Lisboa a Metodologia de Reconstituição de Paróquia, criada pela professora Maria Norberta Amorim, da Universidade do Minho. Esta metodologia ultrapassou a preocupação da reconstituição de famílias da Demografia Histórica nascida na França nos anos de 1950¹⁴ e passou à reconstituição de paróquias. Isto abre uma infinidade de ações que podem ser desencadeadas a partir disto. Várias leituras podem ser feitas a partir dos dados obtidos.

Contingente importante desta população foi composto pelos africanos trazidos para a freguesia durante mais de um século para servirem como escravos nas propriedades rurais. O seu número girou sempre em torno de vinte por cento da população local, o que é um número expressivo. No entanto, nos últimos anos virou lugar comum se dizer nestas paragens que na região havia apenas uma “família de pretos”! Esta tentativa de menosprezar a presença negra nesta população também me incomodava no sentido de que a tentativa de eliminação desta memória é contestada pelos documentos referentes à freguesia. Tentei também aplicar a metodologia de reconstituição de paróquia à população cativa, com todas as limitações impostas pela exigüidade de dados referentes a esta população.

Ao longo do século XX os descendentes de açorianos passaram de “amarelos”, “indolentes” e “fracassados” a “açorianos-descendentes”. Enquanto a elite intelectual catarinense, na década de 1940 e 1950 pretendia dizer a esta população que ela descendia de açorianos, assistiremos na década de 1950, nesta freguesia, o estabelecimento das Missões Culturais que pretendiam levar civilidade, educação letrada e formação profissional à população integrando-a à pátria brasileira, ou seja, queria torná-la plenamente brasileira e não menciona, em momento algum, a ascendência açoriana desta população.

Durante o século XVIII a população livre desta freguesia tem ainda comportamento semelhante ao encontrado nos Açores daquele período, ou seja, ainda permanece açoriana.

¹⁴ FLEURY, M. e HENRY, L. *Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: INED, 1965. Apud AMORIM, Maria Norberta (coord.). *Informatização normalizada de arquivos: Reconstituição de paróquias e história das populações – um projeto interdisciplinar*. Universidade do Minho, 1995.

Esta semelhança pode ser encontrada em vários aspectos. Por exemplo, os prenomes atribuídos às crianças são restritos e pouco variados. À semelhança dos Açores, existem muitas pessoas a compartilharem poucos nomes. Não há ocorrência de nomes inventados, estrangeiros ou frutos da fusão de outros nomes, que se verificará mais tarde. As interdições religiosas parecem ser tão fortes quanto nos Açores. No século XVIII, não encontrei sequer um casamento realizado após o batizado do primeiro filho. Situação que tenderá a crescer ao longo do Século XIX, tornando muito comum no século XX primeiro batizar o filho mais velho e só depois casar. Este hábito, chamado na região de fuga, e em Portugal de raptó, será uma constante, sobretudo entre os mais pobres. Os padres, que atuaram no Brasil desde o século XVI, combatiam constantemente este “abrasileiramento” entre os portugueses, que eles chamavam de “casamentos à moda da terra”. No entanto, o fenômeno que os padres tanto combatiam e que chamavam de abrasileiramento, nós veremos que era uma campanha movida pela Igreja em todo o Ocidente. Os açorianos sofreram durante os dois séculos anteriores à vinda para Santa Catarina uma forte catequização e tentativa de disciplinarização de condutas e de corpos.¹⁵

Ao longo do tempo vimos várias alterações nas narrativas produzidas pela historiografia sobre o fenômeno da vinda dos açorianos para Santa Catarina. Este fenômeno tem sido chamado de várias formas: migração, povoamento, ocupação, epopéia. Cada uma das expressões utilizadas carrega uma forma de enxergar o fenômeno e de encarar o episódio. Percebe-se também que de uma seção pequena de três páginas na edição de 1829 de Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina¹⁶, o assunto foi ganhando cada vez mais páginas, a ponto de culminar com a edição de A epopéia Açórico-madeirense, de 490 páginas, em 1992.¹⁷ Esta adição do número de páginas sobre o assunto é emblemática da forma como o assunto foi tratado ao longo dos séculos XIX e XX e da importância que foi adquirindo ao longo do tempo em Santa Catarina.

Cerca de 75% da população livre da freguesia no século XVIII era constituída por açorianos. Dado interessante é que tivemos gente de todas as ilhas do arquipélago, nove ao todo. Em comparação com outras freguesias da região, percebemos também que a diversidade de ilhas foi maior em Santo Antônio de Lisboa, cerca de cinco ilhas deixando muitos descendentes na freguesia.

¹⁵ ENES, Maria Fernanda. Reforma tridentina e religião vivida (os Açores na Época Moderna). Ponta Delgada: Signo, 1991.

¹⁶ BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina. Lisboa: Edição da Academia de Ciências de Lisboa, 1829. p. 23-25.

¹⁷ PIAZZA, Walter Fernando. A epopéia açórico-madeirense (1748-1756). Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992.

Cerca de vinte por cento da população, ao longo do século XIX, será constituída por negros, sendo os escravos de 15 a 16% da população total e os libertos cerca de 5% da população total. No século XX, esta população negra diminuiu sensivelmente, sobretudo devido à migração para o centro da cidade.

O século XIX foi o século do abasileiramento desta população, a maioria entra no século XIX açorianos e escravos e saem brasileiros. Será ao longo do século XIX que veremos o fenómeno da fuga tornar-se uma característica da freguesia. Veremos também as classes sociais se estabelecendo. Os abastados da terra serão basicamente os proprietários de engenhos e de parelhas de pesca e os donos de venda. Por outro lado, veremos os pobres que, de modo geral, tinham pequenas porções de terra e que faziam roça em terras alheias ou comunais, mesmo os que viviam da pesca. Por outro lado, os agricultores também costumavam ter sua tarrafa para pescarem à noite.

Perceberemos várias distinções entre as formas de comportamento das classes sociais. Veremos que o casamento com todos os rituais da Igreja romanizada será característica forte entre os abastados, preocupação que não é tão presente entre os pobres. Entre os mais ricos percebe-se muitos casamentos entre parentes. Seria uma forma de não dividir o património? O que se percebe é que entre os pobres não se encontram dispensas de consagüinidade para o casamento. Outra questão que será abordada é que a transmissão de sobrenome também é uma questão de classe social. Entre os mais abastados o sobrenome permanece inalterado por várias gerações, inclusive com o abandono do sobrenome do pai e a adoção do sobrenome da mãe quando sua família é considerada mais importante. Já entre os mais pobres o que acontece, muitas vezes, é o abandono dos sobrenomes e a utilização dos prenomes dos pais como sobrenomes. Parece que a identificação se dá através de uma relação de pertença com os pais e não como sentimento de pertença a uma família determinada. Outra característica do abasileiramento é a formação de famílias numerosas, bem maiores do que as encontradas nos Açores. Durante o século XIX teremos uma média de seis pessoas por fogo. Outra característica que se pode considerar como tipicamente brasileira é o embevecimento pelos estrangeiros. Os estrangeiros, sobretudo europeus, eram não só bem recebidos como também muitos se casavam com as filhas das famílias mais abastadas.

O casamento civil, instituído pela República em janeiro de 1890, terá pronta adesão da população. Pelas pesquisas realizadas no Cartório de registro civil, pude perceber que inúmeras famílias que a história demográfica considerava como irregulares, pois ela costuma utilizar apenas os

registros eclesiásticos, eram muitas vezes casais que se casaram apenas no civil e que batizaram seus filhos.

Caracterizo o século XX como o século dos sem origem em Santo Antônio de Lisboa. Demonstrarei que até a década de 1960, quando chegou a luz elétrica e que eu considero como o início do processo de aburguesamento da freguesia, Santo Antônio de Lisboa terá uma população que não tem memória de sua ascendência. Veremos também neste período que os prenomes se diversificam enormemente, com a adoção de nomes inventados, nomes indígenas, estrangeiros e frutos da fusão de outros nomes. Neste século aconteceu a migração de muitos jovens em busca de trabalho, sobretudo, para Santos (SP) e Rio Grande (RS).

Em síntese, podemos dizer que o objeto de estudo deste trabalho é a trajetória de uma freguesia cuja população livre foi formada basicamente por açorianos. Podemos caracterizar esta população como ainda açoriana no século XVIII. Muitas são as características que nos apontam para este conclusão. Já o século XIX será o século em que esta população entra açoriana e sai brasileira. Veremos neste período, vários comportamentos demográficos e culturais que tornam esta população semelhante a populações de outras regiões do Brasil. Ao longo desta centúria esta gente vai se afastando da matriz demográfica açoriana e se aproximando da brasileira, apesar de a população continuar basicamente descendente de açorianos. A migração neste período se torna baixíssima, ou seja, chegam poucos novos migrantes à freguesia.

O século XX, sobretudo sua primeira metade, será o século dos sem origem, já que se perde a memória da ascendência. Não há nada mais brasileiro do que não saber a procedência de seus antepassados. Por isso o movimento chamado de “resgate da açorianidade”, na segunda metade do século XX, será uma verdadeira “invenção de tradições”, um movimento de nomeação, de tentativa de descobrir a paternidade ou a maternidade de determinadas práticas. Nesse afã de descobrir as “origens açorianas”, muita coisa que tinha origem açoriana assim foi nomeada, mas infinitas outras passaram a ser açorianas sem nunca terem sido.

Por outro lado, aos afro-brasileiros não se perguntará se ele “tem origem”, a cor de sua pele os coloca entre os descendentes dos escravos, tenham sido seus antepassados cativos ou não. A origem que se lhes atribui é a escravidão, não uma origem étnica ou geográfica. No entanto, assim como os descendentes de açorianos, os descendentes de africanos não serão considerados “como de origem”, o que os coloca no rol dos “sem origem” ao lado dos descendentes de açorianos.

INTRUSOS NA FAZENDA DE QUATRO IRMÃOS: A AÇÃO DO BANDO DE JOÃO INÁCIO – 1927/1929

Márcia dos Santos Caron

[...] Ninguém sabe, afinal, o que não andou em tudo isso! As informações que se têm acerca são de origem oficial. Que não haverá acontecido de verdadeiro? Essa interrogação fica para ser respondida mais tarde, depois dos ânimos serenados, quando se possa investigar, sem perigo, essa página sangrenta da história de Erechim.¹

Aldo Afonso de Castro. Erechim: 22/12/1928.

Os estudos historiográficos mostram que as intrusões no Rio Grande do Sul da República Velha – período compreendido entre 1889 e 1930 – representaram um fenômeno intenso e por vezes violento.

No estado positivista, implementado por Júlio de Castilhos/Borges de Medeiros e inspirado nos grandes mestres das ciências, os trabalhos das seções de terras e de colonização eram entendidos como colaboradores que visavam a consolidação do lema positivista “*O amor por princípio, a ordem por meio, o progresso por fim*”. De acordo com esta visão positivista, a improvisação era a geradora do caos, da desorganização.

E foi sob esta influência positivista que as chamadas colônias novas – no Planalto riograndense – foram organizadas no período castilhista-borgista.

Assim, a *intrusão* deve ser entendida em seu contexto histórico, como uma forma ilegal de ocupação da terra. Intrusos eram os colonos – em grande parte nacionais – que por não possuírem condições de adquirir terras nos moldes ditados pela Lei de Terras de 1850; e nem serem alvo das políticas de colonização oficiais (que primavam pelos colonos imigrantes), estabeleciam-se espontaneamente em terras devolutas ou então terras não aproveitadas/não valorizadas. As intrusões desafiavam a organização e a metodicidade da ocupação da terra planejada pelos positivistas; uma vez que geravam conflitos e desordens.

A importância do estudo reside em analisar, de forma introdutória e exploratória, o processo de intrusão na colônia Erechim – especificamente na Fazenda Quatro Irmãos e arredores, entre os anos de 1927/1929.

¹ CASTRO, Aldo Afonso de. *Subsídios para a História de Erechim*. Erechim: 1929. Esta citação de Castro é de 22/12/1928, contemporânea dos acontecimentos do Vau Feio e refere-se ao confronto mais violento que se deu entre as forças da Brigada Militar e o grupo de João Inácio.

Este recorte espaço-temporal justifica-se em função de que, neste período aconteceram confrontos violentos que chamaram a atenção da imprensa gaúcha e também do governo rio-grandense. O enfoque oficialmente dado ao caso em estudo, conhecido como “bando de João Inácio”, foi o de “sedição”. Portanto, o caso do bando de João Inácio esteve ligado até agora, na historiografia local, como uma revolta, um motim; enfim uma continuação do movimento revolucionário que convulsionou a região nos anos 1923/1924.

Através deste trabalho de pesquisa pretende-se dar outras nuances à luta empreendida por João Inácio e seu grupo, qual seja a disputa pela terra. Os documentos selecionados para a pesquisa demonstram que, muito mais do que um “reacender” do movimento revolucionário de 1923, a luta de João Inácio tinha outro objetivo: o de garantir a posse da terra em que ele, sua família e mais oito famílias viviam, na região do Vau Feio e mesmo em terras da Fazenda Quatro Irmãos.

Para tanto, a pesquisa foi dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo trata do “pano de fundo” dos acontecimentos desenrolados no recorte espaço-temporal delimitado pela pesquisa, abordando-se fundamentalmente o Estado; a Lei de Terras; os caboclos e os intrusos.

Nesta análise, na qual utilizou-se recursos bibliográficos que foram criteriosamente selecionados para a elaboração da pesquisa, percebe-se a intrínseca relação entre o Estado positivista – incentivador da ocupação do norte do estado através da colonização oficial² –; a Lei de Terras de 1850 – que pretendia disciplinar o acesso à terra, bem como impedir/difícultar a população mais pobre e mesmo os imigrantes de tornarem-se proprietários³ – e os chamados intrusos – que eram em grande parte colonos nacionais que, por não possuírem recursos e não serem contemplados pelas políticas de colonização, buscavam áreas de terras não aproveitadas e não valorizadas para estabelecerem-se à margem da sociedade, da economia e das leis, sobrevivendo em condições precárias⁴.

No segundo capítulo considera-se o cenário dos fatos: a Fazenda Quatro Irmãos. Buscou-se o *corpus* documental deste capítulo no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Lá pesquisou-se o processo jurídico de contestação de posse da fazenda – instaurado em agosto de 1927 – e a influência exercida por esta contestação de posse no objeto de estudo da pesquisa: o bando de João Inácio.

² Rückert (1997) afirma que a região norte do estado, no início do século XX, era uma região apenas parcialmente ocupada, dividida em poucos municípios que estavam entre os de maior extensão territorial do estado, rica em matas de madeiras nobres e em ervais nativos. Assim, após a implantação da República, o processo de ocupação oficial através da colonização, dirigiu-se principalmente para a região geográfica do Planalto.

³ ZARTH, Paulo A. *História Agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

⁴ PERES, Sebastião. *Os intrusos: discriminação contra os colonos nacionais no Rio Grande do Sul da República Velha*. s.d.

Um dos estudos de pesquisa mais completos sobre a Fazenda Quatro Irmãos é a produção historiográfica de Isabel Rosa Gritti⁵. Em seu trabalho, Gritti ressalta que uma das maiores preocupações da ICA era com a segurança e a preservação da posse sobre a Fazenda – uma área total de 93.985 hectares – uma vez que desde o início da ocupação, a Fazenda Quatro Irmãos foi alvo de intrusões.

Note-se que a intensificação das intrusões coincidem com o processo de contestação de posse da fazenda, apresentada por Francisco Heráclito dos Santos, herdeiro do Barão dos Campos Gerais, que afirmava que a Fazenda Quatro Irmãos havia sido vendida sem o seu consentimento. Logo, a contestação da posse da Fazenda apresenta-se como determinante no estudo em questão, uma vez que, a partir da instauração do processo, diversas famílias foram “autorizadas” a ocupar partes da Fazenda, pelo advogado de Francisco Heráclito dos Santos – Dr. José Dario de Vasconcelos.

A batalha judicial para garantir a posse da Fazenda estendeu-se até 11 de junho de 1931, quando a justiça determinou que a Fazenda era, legitimamente, da *Jewish Colonization Assossiation*. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho discutir a posse da Fazenda, esta contextualização faz-se necessária para entender-se as intrusões que dar-se-ão pelo objeto de estudo desta pesquisa: o bando de João Inácio.

Finalizando o trabalho, no capítulo intitulado – João Inácio: o novo caudilho? – pretende-se relatar e analisar os discursos da época; principalmente dos jornais. Durante o tempo em que João Inácio e seu grupo atuaram na região, os jornais deram aos acontecimentos amplo destaque; tanto os que circulavam em nível local quanto os que abrangiam o estado inteiro.

Diversos estudiosos da história de Erechim⁶ já falaram de João Inácio. Desde as primeiras obras que traçam o perfil da história do município, o item João Inácio é comum.

João Frainer⁷ foi o primeiro a escrever sobre João Inácio, descrevendo-o como “novo caudilho” e relacionando-o a Gaudêncio dos Santos⁸. Desta forma, antes de falar de João Inácio e seu bando, faz-se necessário alguns apontamentos sobre Gaudêncio dos Santos.

Gaudêncio dos Santos era caboclo “[...] de estatura reforçada, amorenado, com barba rala, cabelo preto, liso. [...] sabia qualquer coisa de escrita e contas. E era inteligente.”⁹. Lutavam ao lado

⁵ GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração Judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Assossiation e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

⁶ João Frainer; Chico Tasso – pseudônimo do Pe. Benjamim Busato; Juarez Miguel Illa-Font; Antônio Ducatti Neto. Ernesto Cassol escreveu um artigo para a revista “Destaque”, em 1981, intitulado *Tapir e Vau Feio – a definitiva expulsão do posseiro*, tratando especificamente deste tema.

⁷ FRAINER, João. *Álbum do Município de Erechim*. Erechim: Livraria Modelo, 1936. s. n.

⁸ Gaudêncio dos Santos foi um maragato, que embrenhou-se pelas matas do Tapir, executado em 1927 por membros do 30º C. A.

⁹ TASSO, Chico. Pseudônimo do Pe. Benjamin Busato. *Meu Erechim Cinquentão*. Erechim: Livraria Modelo, 1968.

dos maragatos. As memórias dos moradores de Floresta – hoje em dia Barão de Cotegipe – em relação à ação dos maragatos e chimangos, foi objeto de estudo de Pedro Giacomel¹⁰. Expressas através da história oral, os depoimentos contidos neste trabalho são importantes para demonstrar o quanto os confrontos ocorridos no Tapir foram marcantes:

Quando eles souberam que entrou força do Governo os maragatos se entocaram lá no Tapir. Foi depois que entrou aquela chimangada lá, que não mexeram mais. [...] Os maragatos tentaram sair outra vez do Tapir mas não apareceram, porque os chimangos estavam esperando eles, então os maragatos não apareceram.¹¹

De 1924 até 1927, Gaudêncio dos Santos e sua gente permaneceram no Tapir. Giacomel¹², em seu estudo, afirma que após o fim da revolução os maragatos se refugiaram no Tapir. Após a saída das tropas governistas ainda fizeram algumas tentativas de atacar e saquear o povo de Floresta. Os moradores, no entanto, organizaram-se e montaram uma emboscada como forma de se defender.

A gente se colocou num lugar estratégico onde dificilmente nos achavam. [...] Este lugar era uma espera que nem o diabo se salvava. Mas eles não apareceram. Depois que a gente resolveu se armar e cuidar do que era nosso, não apareceram mais na nossa comunidade. Eles também estavam com medo.¹³

Em princípios de 1927 começaram as negociações para que o grupo do “Capitão” Gaudêncio dos Santos se apresentasse às autoridades oficiais, com garantias de vida para si e os seus. Ressalva-se aqui que essa apresentação foi negociada por membros do Partido Libertador local. No entanto, ao apresentar-se, Gaudêncio e seu irmão Laudelino foram assassinados por membros do 30º C. A. – tenente Manoel Patrício.

Illa Font¹⁴ relata em sua obra que existia também “outra versão – de tradição oral – dizendo que Gaudêncio e seus companheiros dirigindo-se à Floresta, desarmados, para se entregarem, foram emboscados na estrada e mortos por elementos do 30º C. A.”¹⁵ Esta versão é confirmada na entrevista oral de Amélio Rosa¹⁶

O Gaudêncio que era revolucionário maragato do Tapir, lá então ele tinha sido preso. Os colonos disseram que eram maragatos. Então trouxeram presos aqui em Floresta. Eles estavam todos presos e amarrados com uma corda no pescoço e quando chegaram aqui amarraram num poste cerca de três, quatro ou cinco. [...] Não havia ninguém e nenhuma pessoa se encorajou para falar a favor do maragato.

¹⁰ GIACOMEL, Pedro. *Temidos e Indesejados: a ação dos maragatos e chimangos em Floresta no ano de 1923*. Erechim: monog. concl. de curso, 2004.

¹¹ GIACOMEL, Albino. 93 anos. Entrevista concedida a Pedro Giacomel. Barão de Cotegipe. s. d.

¹² Idem, p. 63.

¹³ Idem, p. 64.

¹⁴ ILLA FONT, Juares Miguel. *Serra do Erechim – Tempos Heróicos*. Erechim: Empresa Gráfica Carraro, 1983.

¹⁵ Idem, p. 171.

¹⁶ ROSA, Amélio. 86 anos. Entrevista concedida a Pedro Giacomel. Barão de Cotegipe. s. d.

Encerrado o episódio do Tapir, aconteceu a apresentação do bando de João Inácio ao comandante do 2º B. I. da Brigada Militar – Coronel Cândido Pinheiro de Barcellos – em 3 de agosto de 1927. Esta apresentação de João Inácio foi arquivada por Aldo Afonso de Castro¹⁷, que da ocasião guardou as fotografias apresentadas neste trabalho.

Pode-se concluir, então, que a relação comumente feita entre Gaudêncio dos Santos e João Inácio esteja ligada aos fatos acima relatados; principalmente à apresentação de João Inácio ao 2º B. I. da Brigada Militar em 1927, logo após o assassinato de Gaudêncio dos Santos. Pode também ser ligada à questão da escrita da história local, uma vez que João Frainer foi o primeiro a escrever sobre João Inácio – já em 1936 e contemporâneo dos fatos que aconteceram no período espaço-temporal delimitado pela pesquisa –, servindo de fonte primária para os demais que o fizeram.

A execução criminosa e bárbara de Gaudêncio dos Santos deu, talvez, margem a que outro grupo de revolucionários, receosos de que os aguardasse a mesma sorte do malogrado companheiro, se organizassem em armas.

João Inácio, o novo caudilho, vendo-se sem garantias e perseguido, embrenhou-se nos sertões de Vau Feio, e de lá iniciou uma série de incursões, que falam bem alto do desespero do chefe rebelde e de seus espartanos companheiros.¹⁸

Feitas as considerações necessárias para entender-se o que é comum e conhecido sobre o Tapir e o Vau Feio; entre Gaudêncio dos Santos e João Inácio; passa-se então a tentar desvelar um pouco mais dos fatos que aconteceram entre agosto 1927 – data de apresentação de João Inácio ao 2º B. I. da Brigada Militar – e dezembro de 1929 – ocasião em que a região do Vau Feio foi considerada “definitivamente pacificada”.

João Inácio, até o ano de 1927 quando foi apresentado ao Coronel Cândido Pinheiro Barcellos, era desconhecido. Os documentos citados anteriormente referem-se sempre à Gaudêncio dos Santos nomeando-o “chefe revolucionário”. A figura de João Inácio aparece posterior à morte de Gaudêncio, denominando-o “novo caudilho”. Tem sido, então, comum relacionar-se a figura de Gaudêncio com a de João Inácio.

Pretende-se então caracterizar João Inácio, a fim de compreender os atos por ele e sua gente cometidos entre os anos de 1927/1929 nas cercanias da Fazenda Quatro Irmãos.

Em entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo* em 17 de novembro de 1929, João Inácio contou sua história. E começou contando de onde veio

Morávamos na colônia Sarandy, e tendo, em 1923, explodido a revolução, para não aderirmos, fomos aos poucos nos retirando até que em 1924 viemos para o município de Boa Vista do Erechim, onde ficamos 8 famílias, morando. Tratamos logo de nos colocar, e para isso nos instalamos em terras pertencentes a uns

¹⁷ CASTRO, Aldo. *Subsídios para a História de Erechim*. Erechim: 1929. Arq. Part.

¹⁸ FRAINER. Op. cit.

judeus, e arrendadas, posteriormente à nossa chegada, a João Pedro Barbosa, vindo de Lagoa Vermelha.¹⁹

Rückert traz dados relevantes para a análise do depoimento de João Inácio. Em sua obra, afirma que a Fazenda Sarandy tanto durante a revolução de 1923 quanto após o acordo de Pedras Altas, foi território de muitos embates entre caboclos e as forças oficiais do Estado, que estavam ao lado da companhia colonizadora²⁰. A expropriação dos caboclos da Fazenda Sarandy, de acordo com Rückert foi um caso exemplar no que diz respeito à expropriação e marginalização dos camponeses caboclos, ditos *intrusos*.²¹

Em nota de rodapé, Rückert contextualiza a expropriação dos caboclos da Fazenda Sarandy dizendo que

A história oficial não guarda a trajetória da expropriação daqueles que são expulsos de suas terras. No entanto Vencatto (1988) apresenta-nos uma versão acerca da expropriação dos caboclos das terras de matas na Fazenda Sarandy no decorrer e após os fatos relativos à Revolução de 23. Apesar de o autor não explicitar quais as fontes e técnicas de pesquisa que utilizou (o que pode concorrer para dificultar a sustentação da veracidade dos fatos que apresenta), sua versão, até o momento, parece ser, senão das poucas, a única sobre a expropriação dos caboclos na Fazenda Sarandy durante a Revolução de 23 e a medição e colonização das terras de mata da área.²²

O depoimento de João Inácio coincide, então, com a delimitação espaço-temporal definida por Rückert para a expropriação dos caboclos da Fazenda Sarandy. João Inácio diz que foi se afastando da Fazenda Sarandy para não tomar parte na revolução de 23, saindo definitivamente em 1924; ano em que, de acordo com Rückert, os caboclos foram expulsos com grande violência e alto índice de mortandade, “[...] sendo costume levar à sede da companhia – em Sarandi – as orelhas dos caboclos assassinados, trabalho que é recompensado pelo número de pares de orelhas cortadas.”²³

Na entrevista, João Inácio revela informações que são importantes para compreender-se a posterior ação que irá desempenhar: a de que vieram em famílias (oito famílias) e a de que se instalaram [...] *em terras pertencentes a uns judeus, e que posteriormente foram arrendadas [...]*.

Estas informações são também encontradas no arquivo particular organizado por Aldo Castro. Neste arquivo encontra-se um memorial enviado ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas, em 27 de dezembro de 1928, o qual diz que João Inácio ocupava desde muito tempo as terras na Fazenda Quatro Irmãos *com o consentimento tácito da Companhia*.

¹⁹ Correio do Povo. Porto Alegre. 17/11/1929.

²⁰ Segundo Rückert a implantação da colonização particular na Fazenda Sarandy se dá a partir de 1917, pelos uruguaio Lapido, Mourinho e Mailhos.

²¹ RÜCKERT. op. cit., p. 131-132.

²² Idem. p.129.

²³ Ibidem, p. 132.

Implica dizer, então, que após sair da Fazenda Sarandy em 1924, João Inácio veio estabelecer-se na região do Vau Feio, ocupando também terras pertencentes à *Jewish Colonization Association*.

As primeiras referências às ações incomuns na Fazenda Quatro Irmãos, na imprensa local, são de novembro de 1928. Atente-se para que, nesta época, a ação de contestação de posse movida por Francisco Heráclito dos Santos contra a *Jewish Colonization Association* desde 1927, chegava ao ápice, com o decreto que determinou o seqüestro da zona chamada Linha Facão.

Em primeiro momento, não se encontra referência aos nomes dos causadores das desordens que ocorreram, nem às agressões. A primeira citação ao nome de João Inácio surge no jornal *Correio do Povo*, de 14 de dezembro de 1928, dizendo que o grupo por ele liderado era bem armado e municiados.

A partir de fevereiro de 1929, os jornais de circulação local passaram a fazer referências às badernas na região de Erechim, relacionando-as novamente com João Inácio. Jornais como *A Federação*; *Diário de Notícias*; *Sul-Brasil*; *O comércio e Correio do Povo*; são contundentes ao atribuir os crimes, saques e mortes ao bando de João Inácio. Passaram a relatar também – a partir de março de 1929 – que o contingente de militares voltaria a Erechim para dar combate aos bandoleiros; o que de fato aconteceu, não de forma tão intensa quanto em dezembro de 1928; quando o contingente militar chegou a 500 homens.

As notícias falando sobre a situação do Vau Feio e da Fazenda Quatro Irmãos, veiculadas pelos jornais já citados estender-se-ão até o mês de setembro de 1929. A partir desta data, passaram a mediar negociações que visavam a garantir a retirada de João Inácio e sua gente do Vau Feio o Major Leopoldino Silva e Emiliano Paulo do Nascimento.

Constante no discurso dos dois mediadores da rendição de João Inácio é a fala de que o mesmo agia “[...] sob a inspiração de interesses ocultos.”²⁴.

Pois então, de que interesses ocultos estariam falando?

Neste mesmo artigo publicado no jornal “Gazeta” de Passo Fundo, em setembro de 1929, os mediadores dão conhecimento de que o grupo de João Inácio era formado por

[...] mais ou menos 26 homens, armados de fuzis Mauser, com abundante munição, armamento esse que, com dinheiro, lhes é remetido de Passo Fundo. [...] o grupo tem um bem organizado serviço de espionagem entre os que habitam naquelas redondezas, contra os quais nada praticam.; o que não acontece com os colonos que são pilhados em seus bens e ameaçados em sua vida.²⁵

Os mediadores deixam implícito, no texto acima, que impossível seria João Inácio manter-se durante tanto tempo embrenhado nos matos e resistindo contra o contingente de forças do governo,

²⁴ Gazeta. Passo Fundo, 6/09/1929.

²⁵ Idem.

contando com poucos companheiros para lutar a seu lado, se não tivessem o patrocínio/ajuda de outras pessoas que lhe enviavam dinheiro e munição. Neste ponto fica claro que o apoio financeiro vinha de Passo Fundo, cidade onde morava e trabalhava o advogado que representava os requerentes da posse da fazenda – José Dario de Vasconcellos.

Retoma-se, aqui, o memorial enviado ao presidente do Rio Grande do Sul em final de 1928, no qual o Partido Liberal local denunciava que João Inácio agia por acordo com o advogado que mantinha uma ação de contestação de posse da Fazenda Quatro Irmãos – José Dario de Vasconcellos – residente em Passo Fundo; e acusado diversas vezes pela *Jewish Colonization Association* de ser o patrocinador das intrusões na fazenda.

Após tantos embates, a “pacificação” do Vau Feio implicou na saída de João Inácio e sua gente das terras que ocupavam. O acordo firmado com o major Leopoldino Silva, Altino Pinto Ribeiro e também com o Coronel Candido Barcellos – em consonância com o governo do Estado – fez com que o bando de João Inácio fosse estabelecer-se na colônia de Santa Rosa.

Foi a partir de 1915, com a colonização de Santa Rosa – então município de Santo Ângelo – que o governo passou a estender ao colono nacional as vantagens concedidas ao estrangeiro, iniciando a implantação de colônias mistas. Esta *mistura* fazia-se interessante aos olhos do governo, pois ao mesmo tempo em que impedia a formação dos temidos “quistos étnicos”, permitia aos colonos nacionais tornarem-se “bons colonos” a partir dos exemplos daqueles.²⁶

A preocupação da *Jewish Colonization Association* com as intrusões continuou sendo intensa, principalmente enquanto a posse da fazenda estava sendo contestada.

No processo de contestação de posse da fazenda, que encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, são abundantes os documentos – datados já de 1930/1931 – onde a ICA apresenta testemunhas que comprovam que as intrusões continuavam a dificultar a vida dos colonos assentados nas terras da Fazenda Quatro Irmãos.

Nestes documentos, o depoimento dos colonos que falavam a favor da Companhia são contundentes em afirmar que a região de Quatro Irmãos continuava cheia de intrusos. Além de confirmar que os intrusos estabeleciam-se fora da zona de seqüestro, afirmavam que os intrusos vinham armados de fuzis, winchester e outras armas. O motivo de instalarem-se na fazenda: fazer roças e preparar-se para o corte da erva.²⁷

²⁶ PERES, op.cit. p. 11.

²⁷ APERS, Porto Alegre. Nº 391, maço 12, e. 11, 1928. Os depoimentos citados foram feitos por Miguel Vieira dos Santos, João Barroso e Anaurelino Rodrigues da Silva, em 17/06/1930. Foram inquiridos sobre os intrusos armados que infestavam a fazenda Quatro Irmãos. Além dos citados, há depoimentos de pelo menos mais vinte colonos, todos “brasileiros”, falando sobre os intrusos.

Comprova-se, assim, que mesmo com a saída de João Inácio da região, os conflitos continuaram, havendo serenado apenas depois de 1931, quando a *Jewish Colonization Association* garantiu, de fato e de direito, a posse da fazenda Quatro Irmãos.

Há que se considerar, entretanto, as considerações de Isabel Rosa Gritti. Esta pesquisadora, no estudo que realizou sobre a *Jewish Colonization Association* e a colonização de Quatro Irmãos, demonstra que as intrusões continuaram sendo uma constante no território da Fazenda. Entre os anos 1948/1950 as intrusões em Quatro Irmãos avultaram-se, chegando as discussões na Assembléia Legislativa; ocasião em que foi proposta a desapropriação da área intrusada da Fazenda.

Esta proposta não chegou a efetivar-se “uma vez que o deputado que propôs a desapropriação da Fazenda, posteriormente suaviza sua condição de adversário da Companhia”.²⁸

Nas considerações finais apresenta-se as conclusões; resultados do trabalho de pesquisa. Pretende-se, assim, dar enfoque a elementos algumas vezes esquecidos pela historiografia regional: cada vez mais estuda-se a imigração européia e a influência que a mesma representou para a comunidade local e regional. Por outro lado há que se escrever também a história do caboclo, do índio e do negro – elementos fundamentais na formação do povo rio-grandense.

Erechim, por sua formação planejada e organizada sob a égide do positivismo, mantém certa tendência à supervalorização a figura do imigrante, o que reforça uma versão da história oficial que é dominante no município: “Erechim, Capital da Amizade!”

Perceba-se o excerto abaixo, que faz parte de uma obra cujo público alvo são as crianças

Eu adoro falar sobre o trabalho duro dos imigrantes que transformaram a floresta nesta próspera cidade em que vivemos: Erechim. Sempre conto que, quando os italianos, alemães, russos, franceses, austríacos e poloneses chegaram, enfrentaram muitas dificuldades, e até com tigres eles lutaram!

[...]

E não podemos esquecer que, quando os imigrantes chegaram aqui, já existiam alguns moradores que eram, na maioria, descendentes de paulistas. Eles criavam animais domésticos e plantavam milho, mandioca, feijão e erva-mate nas roças feitas em áreas que eles mesmos desmataram. É claro que a convivência entre os imigrantes e os antigos moradores foi superbacana; afinal não é à toa que Erechim é conhecida como a “Capital da Amizade”!²⁹

Este título de “Capital da Amizade” não admite a existência de conflitos, combates, entre os nativos – negros, caboclos e índios – que habitavam a primordialmente a colônia Erechim e os imigrantes – italianos, alemães, franceses, russos, [...] – que aqui chegaram trazendo, de acordo com esta história oficial, o desenvolvimento, o progresso e o avanço.

²⁸ GRITTI, op. cit., p. 144.

²⁹ Histórias do vovô e da vovó Bota Amarela. *Os Pioneiros*. Erechim: Edelbra – Edifapes, 2001.

Há que se ressaltar, neste ponto, a formação positivista da cidade: como já foi anteriormente referendado, a concepção de Erechim deu-se sob o signo do positivismo, no qual a ordem é pressuposto para o progresso. Logo, onde há conflito não há ordem; onde não há ordem não há progresso. Nasce aqui a concepção de que na história do município não houveram conflitos, bem como a necessidade de reiterar-se sistematicamente o lema “Erechim Capital da Amizade!”

Pode-se concluir, através da pesquisa, que as intrusões ocorridas na Fazenda Quatro Irmãos foram intensas no período de 1927/1929, e devem ser entendidas dentro do contexto no qual aconteceram. Este contexto, conforme ficou demonstrado, está diretamente ligado ao processo de contestação de posse da Fazenda.

Durante o processo de contestação de posse, movido por Francisco Heráclito dos Santos e outros contra a *Jewish Colonization Association*, muitos intrusos instalaram-se na Fazenda Quatro Irmãos, vindos de diversas partes do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina. Alguns destes intrusos portavam “autorizações” assinadas por José Dario de Vasconcellos, advogado dos requerentes da posse da Fazenda Quatro Irmãos.

Sabe-se que João Inácio e sua gente ocupavam, desde 1927 – data em que se apresentaram ao 2º B. I. da Brigada Militar – a região do Vau Feio, que é limítrofe da Fazenda Quatro Irmãos. Esta ocupação não era legitimada e acontecia “com o consentimento tácito da Companhia”³⁰.

A pesquisa demonstrou que, ao tomar conhecimento de que o advogado José Dario de Vasconcellos estava distribuindo “autorizações” para a ocupação da terra, João Inácio também entrou em acordo com o mesmo, a fim de legitimar a terra que ocupavam. A ação do grupo de João Inácio, fica então diretamente ligada à questão da terra. Acreditando estarem defendendo seu direito de posse foi que pegaram em armas.

O caso do bando de João Inácio foi peculiar por haver tido repercussão em nível estadual, sendo amplamente discutida pela mídia – principalmente os jornais – a ação dos mesmos na região da Fazenda Quatro Irmãos. Também porque para dar combate à esse grupo, foi mobilizado um grande contingente da Brigada Militar do estado.

Nos documentos do Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font, encontrou-se um requerimento encaminhado ao governo estadual pelos “intrusos das terras da Companhia Rio Grandense”; no qual os mesmos solicitavam legitimação de posse da terra por eles ocupadas, ao qual o despacho dado pelo presidente do estado em 25/04/1928 foi “Nada há a definir, por não serem de propriedade do Estado as terras a que se referem”.³¹

³⁰ Memorial enviado ao governo do estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Liberal local em 21 de dezembro de 1928.

³¹ AHMJMIF, Erechim-RS. Caixa 94G. Livro de Despachos e Requerimentos.

O despacho dado ao requerimento acima, fala da postura do governo do estado em relação aos intrusos: indiferença. Não sendo terras do estado, o estado nada tinha a ver com o problema da intrusão. A população “intrusa” – em sua maioria caboclos nacionais – não foi alvo das políticas oficiais de colonização e distribuição de terras, por serem considerados “inferiores” aos imigrantes estrangeiros, que representavam o avanço, a modernidade e a possibilidade de “branqueamento” da população do Rio Grande do Sul; o que também era consoante com o estado positivista vigente na época.

Sem dúvida, a história de João Inácio e sua gente teve continuidade. Após assentados na colônia Santa Rosa, João Inácio ainda voltou a Erechim, por ocasião da eleição para presidente da República, em 1930, na qual Getúlio Vargas era candidato à presidência. A presença de João Inácio na cidade causou um grande alvoroço.

O correspondente do jornal Correio do Povo noticiou a visita de João Inácio, ao mesmo tempo em que questionava os motivos que o traziam de volta à Erechim; ao que João Inácio respondeu, ironicamente, que apenas estava fazendo visita a velhos amigos³².

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS – constatou-se a abundância de documentos em processos envolvendo um certo João Inácio nos anos de 1945/1950. Por não ser o objetivo desta pesquisa, não apurou-se o conteúdo dos mesmos.

A atualidade do tema “posse da terra” ficou evidenciada no *I Seminário sobre assuntos indígenas e quilombolas da Costa do Uruguai*, que aconteceu em 28 de setembro deste ano de 2005 no Centro Cultural 25 de Julho, promovido pela FARSUL e FETAG. O Seminário contou com a presença de aproximadamente 700 agricultores de municípios da região – Rio Grande do Sul e Santa Catarina – e com diversos vereadores, prefeitos e vice-prefeitos dos municípios; presidentes de Sindicatos Rurais e Associações de Agricultores.

Neste seminário, que tratou de estratégias para que se impeça a intrusão nas áreas agrícolas passíveis de desapropriação por serem consideradas áreas indígenas ou de quilombolas, foram comuns frases como “em áreas ocupadas por índios e MST, se perde o valor da terra”; “Pequenos agricultores são ameaçados de expulsão com a criação de áreas agrícolas”; “Os imigrantes receberam uma foice, um arado e um serrote. Desbravaram o estado e construíram o que nós somos hoje!”

Há muito o que se pesquisar e escrever sobre a história dos expropriados da terra. Mesmo em se falando da República Velha ou dos dias atuais, sem dúvida este assunto gera polêmica. Sendo esta uma pesquisa introdutória, realizou-se um estudo exploratório - de apenas um caso - sobre a questão da intrusão em terras do norte do Rio Grande do Sul.

No entanto, o desafio está posto!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSATTO, Benjamim Luiz. **Meu Erechim Cinquentão**. Erechim: Carraro, 1968.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado**. Erechim-RS: Editora São Cristóvão, 2003.

_____. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979.

_____. Tapir e Vau Feio – **A definitiva expulsão do Posseiro. Destaque**, Erechim, RS, n. 9, p. 62-63, jul. 1981.

CASTRO, Aldo Afonso de. **Subsídios para a História de Erechim**. Vol 12/13. Erechim: 1928, 1929.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DUCATTI NETO, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Grafosul, 1981.

FELIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e cooptação política**. 2.ed. Ver. Ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. **História e Memória**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

GIACOMEL, Pedro. **Temidos e Indesejados: ação dos maragatos e chimangos em Floresta no ano de 1923**. 2004.69 f. Monografia de conclusão de graduação – Departamento de Ciências Humanas – Curso de História, URI, Erechim, 1995.

FRAINER, João. **Álbum do município de Erechim**. Erechim: Livraria Modelo, 1936.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a Colonização de Quatro Irmãos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim, tempos heróicos**. Erechim: Carraro, 1983.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. **RS: terra & poder. História da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PERES, Sebastião. **Os Intrusos: discriminação contra os colonos nacionais no Rio Grande da República Velha**. s.d.

³² Correio do Povo. Porto Alegre, 28/02/1930.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul 1827-1931**. Passo Fundo-RS: EDIUPF, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font – AHMJMIF – Erechim-RS

Arquivo Particular Castro – Erechim-RS.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS – Porto Alegre-RS.

UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS EM CAXIAS DO SUL A PARTIR DOS CADERNOS DE PESQUISA DE THALES DE AZEVEDO

Fabrício Romani Gomes

Thales de Azevedo foi um antropólogo reconhecido nacionalmente. Nascido na Bahia em 26 de agosto de 1904 esse pesquisador realizou seus estudos enfocando diversos temas. Muitos de seus estudos foram publicados, e entre os mais importantes estão os seguintes trabalhos: *Gaúchos: notas de Antropologia Social*, em 1943; *Civilização e mestiçagem*, em 1951; *As elites de côr*, em 1953; *O catolicismo no Brasil*, em 1955; *Cultura e situação racial no Brasil*, em 1966; *Namoro à antiga*, em 1975 e *Italianos e Gaúchos*, também em 1975. Para a produção de *Italianos e Gaúchos*, Thales de Azevedo realizou suas pesquisas de campo em Caxias do Sul, durante os anos de 1955 e 1959. Utilizando-se de um Caderno de Pesquisa, Thales fez diversas anotações sobre a cidade de Caxias do Sul e seus habitantes. Aqui, pretendo fazer algumas considerações sobre as anotações realizadas pelo pesquisador que informam sobre as relações entre a população italiana ou descendente, e a população negra que habita a cidade.

Antes de entrar no assunto proposto, pretendo explicar de que forma cheguei aos Cadernos de Pesquisa do Thales de Azevedo. Depois de tomar conhecimento da existência de um clube de negros em Caxias do Sul, o Clube Gaúcho – fundado em 1934, decidi que este seria meu objeto de estudo. A partir dessa decisão passei a buscar as fontes que pudessem me auxiliar na pesquisa. Foi aí que me deparei com as anotações realizadas por Thales na década de 1950, que estão publicadas. Suas informações sobre a população negra na cidade são diversas, desde a sua localização no espaço urbano até aquelas que informam sobre as relações entre negros e brancos na cidade. Essas últimas, como já disse, serão privilegiadas aqui.

São sete Cadernos de Pesquisa que foram publicados em volume único. As anotações são numeradas, sendo no total 1.088 (mil e oitenta e oito) anotações, e cada uma delas possui uma espécie de palavra-chave. Quando Thales vai fazer alguma anotação sobre a população negra da cidade, ele utiliza, geralmente, a palavra-chave *Morenos*.

Discriminação nos clubes sociais e recreativos

Nas anotações de Thales percebe-se uma preocupação do pesquisador em relação a participação da população negra nos clubes sociais da cidade. Essa preocupação é evidenciada na obra *As elites de côr*.¹ Nesse estudo, sobre a ascensão social do negro na Bahia, Thales diz que, os *clubes sociais e recreativos são o setor de mais difícil acesso às pessoas de côr mais escura [...]*.² E ainda, que:

Há mesmo quem afirme que são muito fortes os obstáculos á entrada em tais organizações por influência de preconceitos de cor e, simultaneamente, porque as mesmas são dominadas por famílias tradicionais que resistem á admissão de sócios que não sejam do seu grupo social e econômico.³

O assunto é freqüente nos Cadernos de Pesquisa, e os informantes não são unânimes nas respostas. Um de seus informantes sobre o assunto é Oscar Denicol⁴ que dá informações mais gerais sobre os clubes da cidade, e sobre quem freqüenta e quem não freqüenta determinados clubes. Diz o informante que:

Pensa que em Caxias existem diversas associações recreativas e esportivas importantes, como o Clube Juvenil (que já completou 50 anos) o Clube Juventude; estas competem muito, especialmente no esporte. Não diferenciam quanto à categoria dos seus sócios; “todas as pessoas que possam se apresentar decentes são admitidas”. Há associações para operários, que são hoje sobretudo assistenciais. Também há as associações para os “morenos”, que aliás são poucas na cidade.⁵

Pelas informações prestadas, para uma pessoa participar do Clube Juvenil ou Juventude⁶ é necessário que essa se apresente de uma forma *decente*, se não, não é admitida. O informante ainda diz que existem associações só para *operários* e outras só para *morenos*. Será que *operários* e *morenos* não eram *decentes* para ingressarem no Juvenil ou Juventude? Thales ainda volta a fazer anotações da conversa que teve com Oscar Denicol sobre os clubes:

O Juvenil e o Juventude são mais ou menos o mesmo; o Juvenil tem mais simpatia, é mais antigo, porém os dois equivalem-se em categoria. O Guarany é constituído de elementos modestos: operários que subiram. Na sua opinião os clubes se classificam, em escala decrescente: 1 – Juvenil; 2 – Juventude (pelos elementos de que se compõem, não se distinguem); 3 – Guarany: constituído de pessoas que em outros tempos foram *simples* operários ou comerciários ou pequenos comerciantes que progrediram; 4 – Juventus: constituído de 90% de operários “abastados”, de categoria. Há ainda numerosos clubes esportivos com parte recreativa. Existem sociedades “com distinção de cor” (o Gaúcho, o Quinze de Novembro): são só para “morenos”; o branco pode ser recebido, mas são clube para os de cor, [...].⁷

Percebe-se que a classificação feita pelo informante leva em consideração a *classe* e a *cor* dos indivíduos. Dessa forma, parecem existir clubes para a *elite* (Juvenil e Juventude), clubes para uma classe média, formada por comerciantes e operários (Guarany e Juventus), e clubes para as *pessoas de cor* (Gaúcho e Quinze de Novembro), que, aparentemente, não podem fazer parte dos clubes de classe média e alta. Será que operários negros não eram aceitos no Guarany e no Juventus?

Precisando cortar o cabelo, Thales vai até o *Salão Rio*, e lá aproveita para conversar com o barbeiro. Suas questões ainda são referentes aos clubes de Caxias do Sul. Sobre isso, diz o barbeiro (*rapaz branco, alto, franzino, bem limpinho*), [...] *que nunca foi ao Juvenil, mas tem ido o Juventude, Flamengo, Guarany. “A questão é poder se apresentar e pagar a mensalidade, que não é muito cara: [...]”*.⁸ O mesmo informante ainda diz:

Todo mundo, mesmo operário, que tenha *apresentação* (boa aparência), “não sendo negro” (sic), pode freqüentar qualquer clube, mesmo aqueles “*lá do centro*”, inclusive o Juvenil. Este é mais fino, mas, mesmo assim, aceita.⁹

Este informante confirma que estes clubes discriminam os negros na cidade. Não os aceitam como sócios. Essa exclusão pode ter motivado essa parcela da população a criar seus próprios clubes, seus próprios locais de sociabilidade. Uma população que conforme o censo de 1950 é de 2.393¹⁰ indivíduos, que representam 4,08% de um total de 58.594 habitantes.¹¹

Thales ainda conversa com Alcindo Rosa¹² sobre o assunto, e anota o seguinte da conversa:

Há um problema de cor em Caxias (ele é mulato brancóide, cor de café com leite forte). Com ele mesmo nada tem acontecido, talvez por ser desconhecido. Mas sabe de vários incidentes. Na piscina De Lazer não admitiam; três rapazes escuros quiseram tomar banho lá e negaram, esclarecendo afinal que era por causa de sua cor.¹³

Para encerrar uma anotação realizada por Thales onde, depois de conversas com seus informantes, ele faz uma espécie de conclusão sobre os critérios dos clubes para aceitação de novos sócios. Thales diz o seguinte nesta anotação:

Pelo que me lembro, os critérios para aceitação de sócios nos clubes são:

1) Antecedentes pessoais (que parecem incluir comportamento, maneiras, tipo físico) e 2) Capacidade para pagar jóia e mensalidade. Segundo afirmam, não se levam em conta nem 3) Fortuna, nem 4) Ocupação. Segundo o padrão ideal, os sócios devem ser brancos, mas vêem-se alguns mulatos brancos e morenos (classificação baiana).¹⁴

Percebe-se, pelo que foi exposto, que clubes sociais e recreativos em Caxias do Sul não aceitavam como seus associados a população negra da cidade. Esta *não aceitação* não está impressa ou expressa nos estatutos ou regulamentos dos clubes, mas pelo que nos informam os *Cadernos de Pesquisa* do Thales, essa discriminação era percebida pela população local. Talvez, por isso, tenham surgido organizações somente para negros em Caxias do Sul. A discriminação pode ter contribuído para que esta população se organizasse de uma forma original e independente na cidade. O *Clube das Margaridas* (1933), o *Clube Gaúcho* (1934) e o *Quinze de Novembro* (década de 1940) são exemplos dessa organização.

Zona do Cemitério ou África caxiense

As entrevistas realizadas por Thales na década de 1950 apontam para a ocupação territorial da chamada *Zona do Cemitério* pela população negra da cidade. A ocupação dessa região específica pode representar o que Sandra Pesavento chamou de *exclusão do espaço*. Pesavento defende *a idéia de que um centro urbano, ao constituir-se, reproduz, na apropriação do solo, a assimetria social que a cidade comporta*.¹⁵ Como exemplo, a autora utiliza o caso de Porto Alegre que

se constitui em leque a partir da ponta da península. A centralidade da urbe exigia, segundo as perspectivas do aburguesamento da vida, que o centro fosse a *sala de visitas* ou o *cartão postal* da cidade. De onde vamos encontrar uma política deliberada de *varredura* dos pobres da zona central. Mas muito antes que chegasse o *fim do século* com os seus sedutores ventos do progresso, já encontramos registro da exclusão dos negros na cidade que se montava como urbe, capital da província.¹⁶

Para o caso de Caxias do Sul é necessário um estudo mais aprofundado sobre o processo de urbanização e exclusão da população pobre. Mas é bem possível que a *Pérola das Colônias* não achasse agradável ter em sua *sala de visitas* ou em seu *cartão postal* a população negra da cidade. Como diz Brandalise, informante que Thales diz mostrar desprezo pelos negros:

estes [os negros] ficam pelos bairros, não vêm ao centro; só à tarde, mas a polícia já está com o olho neles, pois vem fazer esculhambação.¹⁷

Os Cadernos de Pesquisa do Thales contribuem com informações importantes sobre a ocupação territorial por parte da população negra na cidade. Um de seus informantes, o Padre Baumgartner, diz que:

Naquela zona adiante do cemitério, onde hoje estão as malocas e a zona de prostituição, havia antigamente só gente de origem alemã e italiana. “Os de cor não entravam”. Depois vieram vindo e se instalando esses “morenos” e pretos (usam os informantes, várias vezes, a expressão *negro*). Ainda hoje não se misturam; a não ser uma pessoa de cor bem colocada, em geral não mantém relações.¹⁸

A informação aponta para a ocupação do espaço pelos negros e ainda, sobre a possibilidade da região ser uma zona de prostituição na cidade. Ou seja, uma zona desvalorizada por estar próxima ao cemitério e por ser zona de prostituição.

Em 18 de janeiro de 1955, Thales resolve fazer uma caminhada pela cidade. Essa caminhada, como quase todas as atividades dele, gera uma anotação em seu Caderno. Diz Thales o seguinte:

Caminhei mais e encontrei malocas por entre casas médias e de segunda categoria. Meninos e mulheres de cor pela rua – mulatos de vários matizes. Um grupo de cerca de 8 mulheres, todas mulatas, lavavam roupa na água suja de uma pequena fonte. Andei mais e dei no cemitério [...].¹⁹

Mário Gardelin,²⁰ um dos informantes de Thales diz mais. Diz que *a zona do cemitério é chamada de África*.²¹ Essa denominação aponta para a possibilidade de que uma grande parcela da população negra da cidade esteja concentrada nesta região. A discriminação, os laços de parentesco e de solidariedade podem ter contribuído para que se formasse, em Caxias do Sul, uma África na década de 1950.

Outras formas de discriminação

A discriminação não ocorria somente nos clubes sociais e recreativos, e não era evidenciada somente pela exclusão no espaço territorial urbano. As anotações de Thales informam sobre discriminações em outros locais, e ainda, são percebidas pelo pesquisador quando conversava com algum de seus informantes.

Um dos outros locais onde parece existir discriminação é o cinema. Oscar Denicol diz a Thales que:

Nos cinemas, “barram a entrada dos pretos quando mal vestidos; antes faziam o mesmo com brancos”.²²

Ainda sobre os cinemas, a informante Nelly Vergamin²³ diz que:

O Cine Ópera era muito freqüentado “por negro”; depois da reforma, está muito fino; não há barreira mas não entram”.²⁴

Oscar diz que se mal vestidos os negros não entram nos cinemas. Já Nelly, diz que em um cinema específico, depois de ter ficado *fino*, os negros não entram. Diz ela ainda, que não existem *barreiras*, mas os negros não entram. A informante deve estar se referindo a *barreiras* estatutárias, escritas, comprovadas, pois como disse, negros não entram mais no *Cine Ópera*.

A professora de Sociologia, Ruth Ramos Bianchi, outra informante, aponta para outra forma de discriminação. Diz ela:

Aqui [em Caxias do Sul] há intolerância pelos de cor. Já tem havido casos com militares, cuja presença nos bailes causa estranheza; as moças esquivam-se de dançar com eles. Veio de fora, uma vez, um rapaz bem apresentado mas escuro, não negro, e isto aconteceu.²⁵

Lavra Pinto²⁶, outro informante, diz que a má vontade com os *brasileiros* iniciou com os primeiros descendentes dos *italianos*:

Os primitivos imigrantes não tinham antagonismo contra os “brasileiros”, mas sim a primeira geração dos descendentes daqueles; foi ali por 1908 que ele, Lavra Pinto, notou o começo da má-vontade dos descendentes de italianos para com os nacionais. Chamavam os brasileiros de macacos; a expressão “brasileiro” era empregada ora no sentido literal, ora no sentido de “negro”.²⁷

Thales busca também, informações sobre o mercado de trabalho para esta população em Caxias do Sul, e se há discriminação na hora de se contratar um funcionário. Conversa com a Sra. Pedro Acosta Rodrigues²⁸, que diz:

É difícil conseguir empregadas; não são muito caras: \$300 - \$350, mas são muito atraídas pelas fábricas. Prefere as de cor, mesmo as pretinhas: fazem todo o serviço (cozinham, arrumam, lavam), são mais calmas, saem menos.²⁹

Hélio Soledade³⁰ dá uma outra opinião sobre a utilização de negras no serviço doméstico na cidade. Diz ele:

As famílias de algum recurso geralmente têm empregada. Este é assunto principal da conversa entre donas-de-casa, devido a dificuldade em achar empregadas. Preferem brancas. Há quem diga que não comeria comida feita por uma preta.³¹

Thales realiza outra anotação sobre a discriminação dos empregadores, diz ele:

Belincanta trabalhou na seção de pessoal de uma fábrica, que tinha operárias. De vez em quando tomavam mais 6, 8 ou 10 operárias e lhe recomendavam que evitasse as de cor. Agora já não fazem mais isso.³²

Algumas informações ainda apontam para um certo *medo* da população branca de Caxias do Sul em relação ao negros da cidade. Thales, acompanhado de Zugno, faz uma visita ao Frei Armindo. Nesta conversa,

Fala-se na posição social dos “morenos”. Ele e sobretudo Zugno acentuam a aversão dos “italianos”, especialmente na colônia, pelos “negros” por causa, dizem, de crimes de homicídio, mortes traiçoeiras, de emboscadas, rapto de moças, cometidos por pretos.³³

Percebe-se a partir dessas últimas anotações realizadas por Thales e transcritas aqui, que a discriminação era freqüente na cidade de Caxias do Sul na década de 1950. Essa discriminação,

aparentemente, estava baseada em estereótipos que foram construídos historicamente, como por exemplo, a idéia do negro como um criminoso, foral da lei, causador de desordens.

Considerações finais

As anotações realizadas por Thales de Azevedo durante a década de 1950 em Caxias do Sul, demonstram que a população negra da cidade era discriminada nessa sociedade. A população branca da cidade, conforme o que foi exposto, excluiu o negro de seu convívio. Nos clubes sociais e recreativos, nos cinemas, no trabalho, e em outras situações, ficou evidente que essa exclusão foi baseada em estereótipos construídos historicamente. Assim, a criação de clubes negros foi uma das alternativas encontradas por essa população para minimizar os efeitos de tal discriminação. Porém, é imprescindível, que para maiores conclusões sobre o que foi dito, que outras fontes sejam incorporadas para que cruzadas possibilitem um maior entendimento da situação do negro em Caxias do Sul no período.

¹ Na transcrição de trechos dessa obra optei por manter a grafia original.

² AZEVEDO, Thales de. *As elites de côr: um estudo de ascensão social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955, p. 166.

³ Ibid., p. 166.

⁴ Oscar Denicol, aparentemente, é o proprietário, ou um dos proprietários, do Hotel Denicol onde Thales estava hospedado. A entrevista foi realizada em 14/01/1955.

⁵ AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul: cadernos de pesquisa*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1994, p. 33.

⁶ Acredito que quando Thales ou seus informantes se referem ao clube Juventude, estão se referindo ao clube Recreio da Juventude e não ao Esporte Clube Juventude.

⁷ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 41.

⁸ Ibid., p. 49.

⁹ Ibid., p. 49.

¹⁰ Somados pretos e pardos.

¹¹ IBGE. Estado do Rio Grande do Sul. *Censo Demográfico*. Volume XXVIII, Tomo 1, Rio de Janeiro, 1955, p. 66.

¹² Alcindo Rosa é funcionário da prefeitura e sócio do Clube Gaúcho.

¹³ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 119.

¹⁴ Ibid., p. 99.

¹⁵ PESAVENTO, Sandra. Os excluídos da cidade. IN: SEFFNER, Fernando (org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, p. 81.

¹⁶ Ibid., p. 81.

¹⁷ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 47.

¹⁸ Ibid., p. 57.

¹⁹ Ibid., p. 48.

²⁰ Professor, realizou diversas pesquisas sobre imigração e sobre a cidade de Caxias do Sul.

²¹ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 146.

²² Ibid., p. 41-42.

²³ Funcionária da prefeitura.

²⁴ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 71.

²⁵ Ibid., p. 81.

²⁶ Funcionário da Coletoria Estadual, aposentado e poeta.

²⁷ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 92-93.

²⁸ Não trás maiores informações sobre ela, só que pertence a uma família vinda da fronteira.

²⁹ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 64.

³⁰ Não trás maiores informações sobre o informante.

³¹ AZEVEDO, 1994, *op. cit.*, p. 77.

³² Ibid., p. 98.

³³ Ibid., p. 162.

ÍNDIOS, CABOCLOS, FAZENDEIROS E COLONOS NO AMBIENTE DA FLORESTA DE ARAUCÁRIA: MÉDIO VALE DO IGUAÇU, SÉCULOS XIX E XX¹

*Miguel Mundstock Xavier de Carvalho*²

*Eunice Sueli Nodari*³

Um dos debates mais interessantes da etnobiologia tem sido a discussão em torno dos diferentes modos de apropriação dos recursos naturais pelos diferentes grupos humanos. Um pressuposto frequentemente presente é a de que nem todos os grupos humanos destroem irremediavelmente o meio ambiente do local onde vivem. Assim, estudar o modo de vida dessas populações tradicionais representa uma busca de alternativas para a sustentabilidade ecológica de uma região. No caso do trabalho dos historiadores, o estudo da história das populações indígenas e caboclas, além das contribuições a esse debate das etnociências, representa dar visibilidade a esses personagens negligenciados pelas historiografias locais, em que normalmente se dá grande relevo a figura do imigrante pioneiro.⁴

Nesse artigo, o objetivo é fazer um panorama histórico dos diferentes grupos étnicos que povoaram a região do Médio Vale do Iguaçu, nas áreas antigas dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC)⁵, enfatizando, a medida em que as fontes permitem, as diferentes formas de apropriação e uso dos recursos naturais da floresta de araucária promovidas por esses grupos humanos.

Por ocasião da aração das lavouras e terraplanagem para construções, muitos agricultores têm encontrado uma série de artefatos indígenas, como pontas de flecha, machados, pedaços de cerâmica, atestando a inegável presença indígena na região em lugares que hoje nem se imaginaria a sua presença. Sérgio Ferreira dos Santos realizou um interessante trabalho arqueológico no vale do rio Vermelho, afluente da margem direita do Iguaçu, dando continuidade ao trabalho arqueológico de Igor Chmyz naquela mesma micro-bacia na década de 1960. Após a análise dos vários artefatos indígenas encontrados, o autor concluiu que o vale do rio Vermelho foi ocupado por grupos tribais

¹ Esse artigo é parte da nossa dissertação de mestrado, defendida em abril de 2006. CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

² Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. miguelmxdecarvalho@yahoo.com.br

³ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴ DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

⁵ Os municípios de União da Vitória e Porto União localizam-se na fronteira do Paraná com Santa Catarina, respectivamente na região do planalto norte catarinense e sul paranaense.

diferentes e em datas cronológicas diferentes, sendo a datação mais antiga de presença humana registrada pelo autor naquele local entre 3 e 4 mil anos atrás.⁶ Também é conhecido o fato de que os Xokleng habitavam tradicionalmente a região do interior de Porto União.

Walmir da Silva Pereira, com base em documentos do arquivo do estado do Paraná, apontou inúmeros conflitos entre os Xokleng e os primeiros fazendeiros dos campos de São João (atual Matos Costa), já na década de 1880.⁷ Os Xokleng, de acordo com relatos esparsos na historiografia local, viviam também nas planícies próximas ao rio Iguaçu e no vale do rio Timbó, ocorrendo vários casos de conflitos com os primeiros agricultores da região de Valões (atual Irineópolis) e no início da colonização européia na região de Santa Cruz do Timbó, no vale desse rio.⁸

Um mapa do Estado do Paraná de 1896, encomendado pelo governo do Estado, também aponta para a presença dos Botocudos, como eram chamados os Xokleng, em vasta extensão do atual planalto norte de Santa Catarina. Chama atenção, no fragmento desse mapa a caracterização de parte da área do Porto da União (como também era chamado União da Vitória) como um “sertão desconhecido”.⁹

O presidente da província do Paraná, Alfredo d’Escagnolle Taunay, fez em 1886 uma das primeiras viagens com barco a vapor rio Iguaçu abaixo, com o intuito de chegar a vila de União da Victoria, na época uma simples freguesia da comarca de Palmas, envolta em florestas exuberantes. A partir das anotações de viagem Taunay escreveu o texto *Excursão no rio Iguaçu*, um relato interessantíssimo sobre a paisagem do vale do Iguaçu no final do século XIX. Ao chegarem à embocadura do rio Timbó, nos limites atuais de Porto União, os ocupantes da embarcação tiveram a idéia de navegar por aquele rio, segundo Taunay, ainda não explorado pelos brancos.

Approximava-se a boca do magestoso Timbó e apareceu entre nós a idea, logo aceita, de faze-lo sulcar pelo vapor, pois até então fora sua corrente virgem de qualquer embarcação, ainda canoas, pelo terror que inspirão as margens, infestadas de índios bravios. [...] E o vapor sulcou sereno e por dia esplendido aquellas águas, por entre margens impollutas do machado, fazendo a cada

⁶ SANTOS, Sérgio Ferreira dos. **Arqueologia no vale do rio Vermelho**. 2000. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória-PR. p.118, 119.

⁷ PEREIRA, Walmir da Silva. **A ferrovia São Paulo - Rio Grande e os índios Xokleng - relações interétnicas e modernidade no Brasil meridional**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1995. p. 47, 60. Os Xokleng, do grupo lingüístico Jê, viviam em amplas áreas do planalto catarinense e sua cultura remonta, segundo Pereira, a cerca de 5.000 anos atrás.

⁸ CARNEIRO, Delci Maria Kliemann; ZANETTE, Dilce Maria; ZONTA, Solange Maria da Conceição de Araújo. **Conhecendo Porto União**. S/D. p.166,167.

⁹ Biblioteca Pública do Estado do Paraná. Mappa do Estado do Paraná organizado por ordem do governador Dr. José Pereira Santos Andrade. Pelos Engenheiro militar Alberto Ferreira de Abreu, Eng. civil Candido Ferreira de Abreu, Eng. geog. Manuel Francisco Ferreira Correia. Desenhado por Marcos Leschaud Desenhista da Secretaria das Obras Publicas e Colonisação do Estado de accordo com todos os documentos officiaes e dados fornecidos pelos trabalhos de diversas commissões até o anno 1896.

momento voar, ahi sim, muita caça e aves aquáticas, rodeado enfim de todos os signaes de que jamais havia sido essa região explorada.¹⁰

Na viagem de volta a Curitiba, relata Taunay que pouco depois de passarem pela embocadura do Timbó, desceram em terra para abastecer o vapor, e nesse momento:

De repente, bem distinctamente ecoou prolongado, embora longínquo, som de uma buzina dentro da matta virgem, respondido logo á maior distancia por outro. Erão avisos e signaes dos bugres; e, de descuidados que estávamos, tornámo-nos de prompto attentos, não que houvesse perigo real, mas pela novidade das impressões que recebíamos alli, perto, em contacto quase com a selvageria e indomável pertinácia do gentio, cujo rancor e ferocidade tinham tristonho attestado nas cruces erguidas á beira do rio.¹¹

Durante a construção da estrada de rodagem entre Palmas e União da Vitória, a partir de 1884, também apareceram notícias freqüentes de ataques dos Xokleng. Cleto da Silva também aponta ataques dos Botocudos no vale do Pintado em 1895 e no vale do Timbó em 1906.

Walmir Pereira também cita vários documentos relacionados aos ataques dos Xokleng aos operários e aos trabalhos de construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, no trecho União da Vitória ao rio Uruguai, na primeira década do século XX, incluindo conflitos próximos a São João e Porto União.¹²

Em 1918, um pequeno grupo de cerca de 50 indígenas¹³ foi então confinado em terreno de 150 alqueires (ou 363 ha)¹⁴, na margem do rio dos Pardos, em Calmon, pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Portanto, contemporaneamente ao confinamento dos Xokleng em Ibirama (SC), no vale do Itajaí. A criação dessas áreas simboliza a conquista definitiva do território Xokleng pela sociedade nacional, com o avanço da colonização e o povoamento oficial, como afirma Pereira sobre as áreas indígenas criadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul:

Essas áreas foram criadas com objetivo e orientação idêntica às áreas paranaenses, quer dizer, confinamento dos indígenas visando à liberação de território às várias agências de expansão da sociedade nacional.¹⁵

¹⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Curiosidades naturaes do Paraná e Excursão no rio Iguassu**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1890. p.45.

¹¹ Ibid., p.51.

¹² PEREIRA, op. cit., p. 64-66.

¹³ De acordo com o livro *Conhecendo Porto União*, e baseado provavelmente em depoimento da índia mais velha D. Maria, eram nessa época “aproximadamente 85 famílias, com mais de 200 índios.” A reserva era conhecida como Catequese. CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 176.

¹⁴ Esse dado é de MILIS, Hermínio. **Monografia de Porto União**. Organizado por José Fagundes e Joaquim Osório Ribas. Palmas: Kaygangue, 2002. p. 63. Segundo *Conhecendo Porto União*, a área reservada para os Xokleng era de 200 alqueires. (ou 484 ha). CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 176. Atualmente essa área, não regularizada até hoje, segundo Pereira, possui 828,7 ha. Cf. PEREIRA, op. cit., p.120-124, 131.

¹⁵ PEREIRA, op. cit., p. 118.

Sem citar fontes, em *Conhecendo Porto União*, as autoras apresentam algumas informações sobre a cultura material dos Xokleng na reserva:

Viviam da caça, da pesca e da plantação de mandioca (em larga escala, proporcionalmente ao número de nativos). Soube-se, mais tarde, que tinham vontade, também, de plantar milho, pois viam nas roças dos vizinhos, mas não tinham coragem de pedir explicação aos colonos. Então, roubavam as espigas verdes, plantavam o milho, mas nada nascia, pelo que achavam que era planta exclusiva de branco. Criavam animais domésticos de pequeno porte. [...] Eram extremamente religiosos, tendo um respeito muito grande pelo sol, pela lua, pelo relâmpago e outros, considerados como divindades, além de Deus, o Deus Maior. [...] Iam rezar nas grutas existentes na região, de onde traziam objetos e armas (lança) que achavam. Os homens proviam a aldeia de alimentação e fabricavam as armas para caça. As mulheres, além de cuidar das crianças, fazer comida, etc., trabalhavam fabricando cestos, balaios, redes para carregar crianças, peneiras, etc., que trocavam com os colonos. Como não possuíam utensílios domésticos, usavam para tudo os cestos e balaios. Para carregar água, tomemos o exemplo, os balaios eram revestidos, por dentro, de uma camada de cera de abelha. Os copos passavam pelo mesmo processo. Havia um feiticeiro para tratar dos doentes, porém o Capitão [como era chamado o chefe do grupo] possuía uma plantação de ervas que usava para fazer chás e receitas.¹⁶

Nas explicações desse livro sobre a cultura dos Xokleng na reserva, infelizmente não são mencionadas as fontes, de modo que fica autorizado pelos leitores até pensar em aspectos fantasiosos imaginados pelas autoras a respeito dos índios. Da mesma forma, o descuido com a linguagem dificulta entender as interferências e trocas culturais entre indígenas, caboclos, colonos e as autoridades políticas e religiosas dos brancos nessa época do confinamento.¹⁷

A partir dessa época, de acordo com *Conhecendo Porto União*, as terras da reserva, não regularizadas, passaram a ser invadidas por posseiros e por madeireiros, que exploravam madeira nesse local.¹⁸ De acordo com esse livro, a reserva se resumia a 20 alqueires (ou 48,4 ha) no início da década de 1990, demarcados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), e contava com apenas 17 pessoas. “Muitos morreram e outros tantos abandonaram a reserva, indo para a região de Ibirama.”¹⁹

De acordo com o trabalho mais recente de Walmir da Silva Pereira, escrito em 1995, e segundo o autor, o primeiro a focalizar sistematicamente o grupo do rio dos Pardos, existiam nesse ano “em torno de 46 pessoas” na reserva, cujas terras não teriam sido regularizadas até aquele ano.²⁰ Walmir Pereira também constatou que apenas três pessoas da comunidade falavam a língua

¹⁶ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 177-179.

¹⁷ Para um estudo mais aprofundado na cultura material Xokleng ver VIEIRA, Edna Elza. **Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 2004.

¹⁸ Walmir Pereira afirma que passou a haver corte de madeira em grande escala na área indígena a partir dos anos 1970. PEREIRA, op. cit., p.134.

¹⁹ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p. 179.

²⁰ PEREIRA, op. cit., p.122, 131.

nativa, “fato que por si só já confere grau de dificuldade considerável para qualquer tentativa de levar a pesquisa na língua nativa.”²¹ A escassez de informações sobre a área indígena atualmente nos impede de fazermos maiores considerações sobre a situação dos Xokleng do rio dos Pardos, cuja memória é bastante apagada ou desconsiderada pela historiografia local.

Embora a historiografia local privilegie bandeirantes paulistas do século XVIII, coronéis, fazendeiros e imigrantes dos séculos XIX e XX nas “origens” de Porto União e União da Vitória, ainda vamos comentar um segundo grupo social marginalizado, e que também se caracterizou por uma história de ocupação bem antiga das florestas de araucária nessa região. Os caboclos²² habitaram, como sugerem fontes e alguns livros, os “sertões” da região muito antes dos colonos imigrantes, dos fazendeiros e madeireiros.²³ Entretanto, semelhante ao caso do Oeste de Santa Catarina, os caboclos acabam, na maioria das vezes, ficando de fora da memória oficial de muitas regiões, como apontou Telmo Marcon:

A região, no entanto, não estava vazia, pois muitos caboclos e luso-brasileiros nela sobreviviam dos abundantes recursos existentes na natureza e/ou cultivando pequenos roçados. Com a crescente migração para o Oeste, na década de 1930, alguns grupos constituídos por colonos, madeireiros e colonizadoras, conquistaram uma posição hegemônica, identificados posteriormente como sendo os inauguradores da história propriamente dita. Grande parte da historiografia dominante consagra, ainda hoje, um destaque especial à presença destes sujeitos, corajosos desbravadores e inauguradores da história regional.²⁴

Embora os coronéis e fazendeiros possam até ser considerados os primeiros habitantes não-índios de algumas regiões da floresta de araucária, como nas regiões dos campos naturais de Lages, Curitiba, Campos Novos em Santa Catarina, e Guarapuava e Palmas no Paraná, nas exuberantes matas de araucária circundantes, que tornavam esses campos meras ilhas isoladas, os caboclos podem ser considerados pioneiros entre os não-índios.

A chegada dos caboclos e dos fazendeiros a região de União da Vitória está ligada a descoberta dos campos de Palmas no início do século XIX, o que teria sido, segundo a versão mais corrente, obra dos fazendeiros oriundos de Guarapuava. A criação de gado naqueles campos,

²¹ Ibid., p.14.

²² Entendemos a denominação caboclo com um significado próximo ao usado por Paulo Pinheiro Machado, como se referindo mais a condição de agricultor pobre e posseiro do planalto, do que a uma condição étnica. “Utilizo a palavra ‘caboclo’ no mesmo sentido empregado pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclados.” MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p.48.

²³ MACHADO, op. cit. RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. Curitiba: S/D, 1973.

²⁴ MARCON, Telmo. Espaço e cultura: os caboclos e a constituição da região. In: **Memória, história e cultura**. Chapecó: Argos, 2003. p. 69.

entretanto, era realizada com enormes dificuldades de transporte do gado a ser comercializado e para o provimento de sal e outras mercadorias. A longa rota dos tropeiros partia de Palmas em direção a Guarapuava, ao norte, e então a Ponta Grossa e Sorocaba ou Curitiba.²⁵

Desde as primeiras décadas do século XIX, entretanto, buscava-se um caminho alternativo pelo sul, que seria evidentemente mais curto, embora houvesse uma dificuldade considerável em transpor o rio Iguaçu. Assim, relata a historiografia que em 1842, a expedição do fazendeiro Pedro da Siqueira Cortes, encontrou um vau no local da atual cidade de União da Vitória que favorecia a passagem do gado, e estabeleceu uma picada entre Palmas e Palmeira. Essa picada, cada vez mais utilizada com o crescimento da economia do gado em Palmas, passou a ser um fator de atração das populações caboclas para as suas margens, pois uma parte da população cabocla vivia de serviços temporários nas fazendas de criação dos campos, e na maior parte do ano, habitavam suas posses no interior da floresta de araucária, abrindo clareiras para o estabelecimento de pequenos roçados de milho, feijão e outras culturas e também criando pequenos rebanhos.²⁶ O escritor Alvir Riesemberg, em um livro de considerável pesquisa bibliográfica e de fontes afirmava o caráter marginal do caboclo habitante da floresta, em relação ao fazendeiro ocupante dos campos, na segunda metade do século XIX:

O que se procurava era o campo – o campo desdobrado em extensão suficiente para a criação de rebanhos numerosos. Mas o arranjo e a manutenção de uma fazenda de gado era tarefa dispendiosa que só poderia ser cometida por pessoas abastadas, com capital bastante para a aquisição de animais de ventre e preparação do terreno. Além disso, era necessário organizar a defesa contra o assalto do gentio que senhoreava a região. Vê-se desde já que não eram os mais ricos, mas exatamente aqueles que não poderiam povoar de gado os campos recém-descobertos, aqueles que não poderiam formar “sociedades” povoadoras os que se localizaram nas margens da estrada de Palmas, onde os termos de declaração de posse assinalavam “terras lavradas”, “faxinais”, “capoeiras”, “catanduvas” e “ervais”, e onde as pastagens são pequenas e escassas. Aí está um dos primeiros aspectos do povoamento do vale do Iguaçu. Com raras exceções, na verdade, aqueles posseiros constituíam os excedentes pobres das margens dos campos gerais. Não se podiam dar, pois, a grandes cometimentos, e o pouco que tentassem nas lavouras e nos ervais não lhes poderia dar múltiplos elevados.²⁷

Paulo Pinheiro Machado também avaliou o papel marginal dos caboclos em relação à pujança econômica da pecuária dos campos, e assim observou a proeminência dos fazendeiros em Lages, contrastando com a vida modesta do caboclo das áreas de mata do interior de Curitiba e do planalto norte de Santa Catarina.

O fato de o planalto ser uma região de fronteira, no sentido de ser a frente de um processo específico de apropriação e colonização de terras, deu oportunidade para

²⁵ RIESEMBERG, op. cit., p.40.

²⁶ Ibid., p.39-50.

²⁷ Ibid., p.54, 55.

o estabelecimento, a partir de 1870, de uma importante camada social de pequenos e médios lavradores independentes, normalmente posseiros (mas muitos com posses legitimadas), principalmente nas regiões de matas e capoeiras do planalto médio e norte, nos vales dos rios Marombas, Taquaruçu, Paciência, Canoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçu, regiões a oeste e norte do município de Curitiba. Esses lavradores, provenientes tanto do Paraná como do Rio Grande do Sul, aproveitavam os excedentes de suas lavouras e criações para vender víveres aos tropeiros em trânsito; praticavam a criação de suínos em encerras nos pinheirais (os quais eram alimentados com espigas de milho no verão e engordados pelos próprios pinhões que caíam no inverno). Mais ao norte, nos vales dos rios Canoinhas e Paciência, e à oeste, em Campos Novos, também colhiam as folhas de erva-mate de ervas nativas e devolutos, para o beneficiamento doméstico e a venda a representantes de casas comerciais do litoral. Indiretamente, a coleta e beneficiamento da erva-mate produzida no planalto catarinense, em regiões mais próximas ao rio Uruguai, estavam associados à economia das tropas de mulas, de forma semelhante ao que ocorria no planalto gaúcho.²⁸

A erva-mate (*Ilex paraguariensis*), planta abundante em muitas regiões da floresta de araucária, mas que alcança também outros ecossistemas e regiões, foi/tem sido um recurso vital para as populações caboclas do planalto. A colheita e o beneficiamento das folhas eram realizados pelos caboclos em condições técnicas primitivas e então revendidas a comerciantes, fazendeiros e tropeiros para ser exportada. O surto econômico da erva-mate, expressivo até a década de 1930, levou posseiros a se estabelecerem nos lugares mais remotos da floresta de araucária, originando futuras vilas e cidades.²⁹

De acordo com o censo de 1890, o recém-criado município de União da Vitória, que envolvia uma área então de mais de 5 mil km², apresentava uma população de 2.533 habitantes. As categorias étnicas estabelecidas pelo censo distribuíam essa população entre “Branco”(1.383), “Pretos”(157), “Caboclos”(495) e “Mestiços”(457), embora não estejam claros os critérios para se atribuir às pessoas essas categorias.³⁰

Ao mesmo tempo em que crescia a população cabocla no vale do Iguaçu, principalmente em torno da picada Palmas – União da Vitória – Palmeira, também se expandia a pecuária nos campos de Palmas, e os fazendeiros paulatinamente foram migrando e se apossando das terras a leste, na região de União da Vitória.

²⁸ MACHADO, op. cit., p.69, 70.

²⁹ Ibid., p.70.

³⁰ IBGE - Curitiba. Censo de 1890. O município de União da Vitória, desmembrado de Palmas, foi instalado oficialmente em 27 de março de 1890. A somatória dessas categorias do censo alcança 2.492 habitantes para o total do município e não 2.533. Essa diferença se explica pela dificuldade de leitura que tivemos do referido censo, cujo documento estava bastante apagado. Mas o número total de 2.533 era perfeitamente legível, sendo o erro (pequeno) contido em alguma dessas categorias. Pelo fato do censo identificar 495 “caboclos” na população total não significa que essa população de posseiros e lavradores pobres não fosse maior, conforme o conceito de caboclo discutido anteriormente, e também pelas possíveis dificuldades dos recenseadores chegarem aos locais mais isolados.

O fazendeiro Pedro da Siqueira Cortes, que teria sido o primeiro europeu a atear fogo aos campos de Palmas³¹, e que teria sido de acordo com a historiografia o descobridor do vaú no rio Iguaçu, já havia estabelecido benfeitorias e provavelmente fazenda de criar em meados do século XIX nos campos de São João (atual Matos Costa).³²

E também uma série de outras fazendas na região de União da Vitória foi sendo comprada ou concedida pelo Império no final do século XIX e pelo governo dos Estados do Paraná e Santa Catarina a partir da República.³³ As fazendas eram instaladas em áreas geralmente já habitadas pelos caboclos, e tinham o efeito provável de promover a vinda de novos posseiros pelas oportunidades de trabalho e de meios de subsistência oferecidos.³⁴

As práticas de compadrio e o modelo coronelista de outras regiões do planalto certamente foram elementos importantes na vida dessas fazendas, permeadas de posseiros extraindo erva-mate, cultivando lavouras de subsistência e criando pequenos rebanhos, em troca de favores na lavoura e nos serviços do cuidado do gado dos coronéis.³⁵

O que fica evidente nos memoriais das fazendas do final do século XIX e início do século XX pesquisados por nós é que a atividade madeireira não tinha expressão alguma, embora sejam mencionados frequentemente as “madeiras de lei”. As enormes dificuldades de transporte para levar essa madeira para fora da região e a própria ausência de um mercado comprador da araucária naquela época já eram motivos suficientes para explicar isso.

A baixa densidade populacional dessas fazendas, assim como dos terrenos devolutos, as pequenas lavouras cultivadas para a subsistência dessas populações e a criação de gado em áreas de campos naturais não tinham grande impacto sobre as florestas de araucária, embora os fazendeiros buscassem também expandir os campos através do uso das queimadas. As árvores frequentemente só eram cortadas para a construção de benfeitorias da fazenda como casas, galpões e cercas, não tendo uma aplicação comercial de larga escala, como aconteceu mais tarde.

Um primeiro passo na reversão a essa tendência parece estar associado com a chegada em 1880 de Amazonas de Araújo Marcondes (1847-1924), o coronel Amazonas, como é conhecido na

³¹ MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968. p.57.

³² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Processos de Terras (Porto União). Interessado João Baptista Carneiro. Localidade Fazenda São Pedro.

³³ A partir da constituição republicana de 1891 as terras devolutas passaram a ser concedidas ou vendidas pelos Estados e não mais pela União.

³⁴ Afirmamos isso com base nas conclusões de Paulo Pinheiro Machado em *Lideranças do Contestado*. MACHADO, op. cit., p. 63, 64. “Não é nossa preocupação investigar o nome dos indivíduos pioneiros destas regiões [planalto serrano catarinense]. Os nomes tradicionalmente escolhidos como pioneiros são de indivíduos que promoveram o primeiro registro oficial sobre tal região, normalmente grandes fazendeiros ou chefes militares, deixando-se de lado tropeiros, posseiros e lavradores anônimos que geralmente precedem a chegada do mundo oficial.”

³⁵ Para uma explicação mais detalhada do coronelismo no planalto de Lages ver Ibid., p.57-122.

historiografia. Era filho do fazendeiro de Palmas, Francisco Ignácio de Araújo Pimpão. O coronel Amazonas é lembrado principalmente por ter instalado a navegação fluvial com barcos a vapor no rio Iguaçu. Já realizada desde há alguns anos por canoas, a navegação fluvial com barcos a vapor, inaugurada em 1882, trouxe grandes mudanças na economia e na sociedade de União da Vitória e do vale do Iguaçu. Com uma capacidade de até 5.600 arrobas de erva-mate (16.800kg), os barcos a vapor impulsionaram o comércio da erva e mais tarde contribuíram no escoamento de madeira serrada no trecho navegável do Iguaçu, que ia de Porto Amazonas a Porto Vitória, num total de 239 km. Além disso, os barcos penetravam também nos principais afluentes do Iguaçu nesse percurso, como o rio Negro, o Pottinga e o Timbó.³⁶

Os barcos a vapor ainda trouxeram uma caldeira para a instalação em 1884 da primeira serraria de União da Vitória e de toda a região, de propriedade do coronel Amazonas, localizada na margem direita do Iguaçu, em frente ao porto de atracação das embarcações. Essa serraria era provavelmente destinada principalmente ao consumo local de madeira serrada, pois o comércio da madeira da araucária ainda era muito incipiente e sofria pesada concorrência com os pinhos estrangeiros. Até 1910, apenas outras duas serrarias iriam ser construídas, sugerindo o caráter de indústria para o abastecimento das necessidades locais de madeira serrada, pois o comércio da araucária ainda não havia se transformado em uma fonte de lucro expressiva, e o próprio comércio da erva-mate era considerado muito mais importante.³⁷

Inicialmente explorando uma casa comercial, rapidamente Amazonas Marcondes adquiriu a fazenda Passo do Iguaçu, na margem direita do Iguaçu, onde instalou outras serrarias anos mais tarde. Vindo a ter grande prestígio político na região, exerceu bastante influência na criação da Intendência Municipal de União da Vitória em 1890, se desmembrando de Palmas, e se tornou o primeiro prefeito (presidente da Intendência) do município.³⁸ O coronel Amazonas ainda é lembrado por ter trazido os primeiros colonos europeus em 1881, um grupo de 24 famílias, na maioria alemães, vindos de São Francisco do Sul.³⁹

A colonização européia no vale do Iguaçu se inicia nos arredores de Curitiba e progressivamente vai se estendendo para o oeste, até chegar a União da Vitória no final do século XIX. As primeiras colônias mencionadas por Alvir Riesemberg para os arredores de União da Vitória foram Antônio Cândido e General Carneiro, ambas formadas de poloneses e instaladas em

³⁶ RIESEMBERG, op. cit., p.74. MAACK, op. cit., p. 281. Para maiores detalhes sobre a navegação fluvial no rio Iguaçu ver RIESEMBERG, Alvir. 90 anos de navegação à vapor do rio Iguaçu e Negro. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. V. XVIII. Curitiba, 1973. p.41-65.

³⁷ De acordo com uma reportagem do jornal Missões de 1910, existiam apenas 3 serrarias naquele ano em União da Vitória. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. União da Victoria. **Missões**. União da Vitória, 02 jul. 1910. p.2.

³⁸ SILVA, op. cit., p.46, 55, 56, 59.

³⁹ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit., p.169. Enquanto isso, o escritor Cleto da Silva dá a entender que se trata de 24 pessoas e não famílias. SILVA, op. cit., p.47.

1892.⁴⁰ Essas colônias ficavam às margens da Estrada de Palmas, que vinha sendo construída desde 1884. “A divisão dos lotes e a localização dos colonos destas duas fundações estiveram a cargo da comissão militar que abria a estrada de Palmas.”⁴¹

Uma terceira colônia de estrangeiros foi organizada pela prefeitura no rocio em 1895, área vizinha à vila de União da Vitória a qual foi dada o nome de Alberto de Abreu. Também surgiram colônias organizadas por particulares, como a Vila Zulmira, a 9 km a oeste de União da Vitória, constituída de italianos, em propriedade do engenheiro João Teixeira Soares. Nessa colônia, dirigida por Artur Baroncini, era proposta a cultura do trigo e a viticultura.⁴²

Outros exemplos de iniciativas de particulares eram o General João Soares Neiva de Lima e o Capitão Francisco de Azevedo Muller, que em suas terras fundaram em 1907 os núcleos coloniais Coronel Amazonas e Vitória, na maior parte com descendentes de alemães, e atualmente conhecidos como Colônia Amazonas e Porto Vitória.⁴³

Logo em seguida aparece a colônia federal Cruz Machado, inaugurada em 1910, e nas palavras de Alvir Riesemberg “a maior fundação colonial do Estado”. Inicialmente formado de uma imensa maioria polonesa, aos poucos também se juntam a estes várias outras nacionalidades, principalmente brasileiros e alemães. Localizado em terras devolutas ao norte do rio Palmital, os lotes urbanos e rurais demarcados cobriam uma área de 71.432 hectares, e em 1911 já apresentava uma população de 4.474 habitantes.⁴⁴

E assim várias outras colônias vão surgindo nas três primeiras décadas do século XX em União da Vitória e em Porto União (a partir de 1917). Nesse último podem ser destacadas Legru (1894), Nova Galícia (1908), Santa Cruz do Timbó (1910), São Pedro do Timbó (1917), Maratá (1918), São Miguel da Serra (1919) e outras, na maioria formadas de poloneses, alemães e ucranianos e seus descendentes.⁴⁵

Esse surto colonizador na região em grande parte é motivado pela chegada da ferrovia São Paulo - Rio Grande em 1904 a União da Vitória. Essas colônias também têm como consequência a fragmentação das enormes fazendas que existiam no município, e os pequenos lotes dos colonos, estabelecendo o seu modo de vida, vão ocupando os espaços “vazios” do interior dos municípios, onde “só havia mato”, ou um “sertão desconhecido” Com isso a população indígena e de posseiros

⁴⁰ O censo de 1890 não indica nenhum estrangeiro na população de União da Vitória, o que sugere a chegada da colonização européia já no final do século XIX. Ver IBGE-Curitiba. Censo de 1890.

⁴¹ RIESEMBERG, **A instalação humana no vale do Iguaçu**, op. cit., p.104, 105.

⁴² Ibid., p.105.

⁴³ Ibid., p.106.

⁴⁴ Ibid., p.107, 108.

⁴⁵ CARNEIRO; ZANETTE; ZONTA, op. cit. p. 149-151, 154, 155, 163, 164, 166, 167.

caboclos vão ficando cada vez mais encurralados nos locais mais inóspitos da região, até serem de uma forma ou de outra “incorporados” ao povoamento oficial.

Esse novo momento, da chegada da colonização, coincidindo com a chegada da ferrovia e das serrarias, passa a significar o início de um processo de rápida exploração da floresta de araucária na região, seja por atividades madeireiras, como por desmatamentos para a agricultura e pecuária. Embora as serrarias se multiplicassem e o comércio do pinho se expandisse consideravelmente, a questão do desmatamento da floresta de araucária no século XX não pode ficar restrita a questão madeireira. A colonização européia teve um impacto profundo na paisagem do ecossistema, pois significou a migração de todo um contingente populacional e de todo um modo de vida, baseado na pequena propriedade agrícola, exploração da pecuária e trabalho familiar. E também a colonização européia incentiva ainda mais - e em alguns locais da floresta de araucária inaugura - a atividade madeireira, uma vez que muitos colonos acabaram construindo serrarias e enriquecendo com a atividade. Os colonos ainda trazem consigo novas plantas e animais para muitas dessas regiões, cujo impacto ambiental precisa ser considerado.

De maneira geral, os resultados dessas pesquisas, aliado as conclusões de estudos de etnobiologia como os do antropólogo William Balée⁴⁶, nos permitem afirmar como hipótese que os indígenas e caboclos habitantes da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu e outros lugares provavelmente não causaram grande destruição da floresta. Isso não significa que os madeireiros e colonizadores tenham se deparado quando da sua chegada com florestas virgens primitivas. Na verdade, as matas de araucária exuberantes que os primeiros madeireiros e colonizadores conheceram, e que frequentemente imaginaram como florestas virgens intocadas, já eram o resultado de séculos de interação entre diversas culturas indígenas e a formação florestal. Assim, é razoável supor que essas florestas haviam sofrido alterações pelas atividades indígenas e caboclas de queimada, caça, plantio, domesticação e semi-domesticação, extrativismo, agricultura, embora isso não tenha significado a devastação ou destruição de grandes extensões do ecossistema, como foi o caso do século XX, em que a floresta de araucária em todo o sul do Brasil foi reduzida a 2 ou 4% de sua área original.⁴⁷

⁴⁶ BALÉE, W. People of the Fallow: A Historical Ecology of Foraging in Lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. **Conservation of Neotropical Forests**. New York: Columbia University Press.

⁴⁷ GUERRA, Miguel P. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana L., LINO, Clayton F. (Org.) **Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 87.

“UM RIO IMITA O RENO”
OU
“‘LONGE DO RENO’ TAMBÉM SE É FELIZ”
CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA OBRA DE CLODOMIR VIANNA MOOG E UMA
RESPOSTA DE BAYARD DE TOLEDO MERCIO

Martin N. Dreher

História e literatura têm seus limites. Sou historiador e pretendo discorrer sobre a obra de um escritor leopoldense, no ano de seu centenário de nascimento: Clodomir Vianna Moog. Aventuro-me em uma área que não é propriamente a minha. Penso, contudo que é fundamental que haja a atividade transdisciplinar, para que ciência seja ciência.

1.

Clodomir Vianna Moog nasceu em São Leopoldo/RS, em 28 de outubro de 1906 e faleceu no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1988. Seu pai, Marcos Moog era funcionário público federal, a mãe, Maria da Glória Vianna Moog, era professora. Originalmente, a mãe teve uma escola particular, mais tarde transferida para o Estado, dando origem à escola Visconde de São Leopoldo. Clodomir Vianna Moog estudou na escola da mãe e, após, foi aluno dos irmãos lassalistas, em Canoas, e dos irmãos maristas, em Hamburgo Velho. Os estudos preparatórios foram concluídos no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Ali, em 1925, matriculou-se na Faculdade de Direito. Neste mesmo ano passou a ser guarda-fiscal de Repressão do Contrabando na Fronteira. Desde 1926, agente fiscal do imposto de consumo, atuou em Santa Cruz e Rio Grande nesta função. Em 1930 concluiu o curso de Direito e foi o orador de sua turma.

Em 1930 participou da Aliança Liberal e da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Como combatente, na qualidade de jornalista, o tenentismo, e participou, em 1932, da Revolução Constitucionalista, foi preso e enviado para Manaus/AM. Dali seguiu para Teresina/PI, de onde retornou a Manaus. Anistiado, retornou ao Rio Grande do Sul, em 1934. Em Manaus escreveu dois livros: *Heróis da Decadência* e *O ciclo do ouro negro*. Em Porto Alegre, passou a dirigir a *Folha da Tarde*. Satirizando a situação político-social de então, produziu *Novas cartas persas*. Depois do golpe de 1937 passou a dedicar-se mais intensamente à literatura, publicando *Eça de Queirós e o século XIX* (1938) e *Um rio imita o Reno* (1938). Por causa da intervenção do Consulado da Alemanha hitlerista, que tentou tirar o livro de circulação, o romance ficaria famoso, tendo diversas edições. Também em sua cidade natal, as opiniões ficariam divididas. Em 1939, receberia também o Prêmio Graça Aranha.

Desde 1942 no Rio de Janeiro, onde participou do quadro de agentes fiscais do Distrito Federal, aqui proferiu neste mesmo ano, a pedido da Casa do Estudante do Brasil, a conferência *Uma interpretação da literatura brasileira*, uma das mais importantes contribuições para a interpretação da literatura no Brasil. Para ele, a literatura do Brasil deve ser vista em “ilhas de cultura mais ou menos autônomas e diferenciadas”. Cada uma das regiões que retrata está caracterizada por particularidades bem específicas. A partir de 1942, esteve por longo período, com interrupções, nos Estados Unidos e na cidade do México, a serviço do Brasil, das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, aposentando-se em 1969. Em 1966 suas *Obras Completas* foram publicadas, seguidas, contudo, em 1968, ainda por *Em busca de Lincoln, biografia*. Sua publicação de 1954, *Bandeirantes e pioneiros, estudo social*, continua merecendo a atenção de leitores.

2.

Quando saiu a primeira edição de “Um Rio Imita o Reno”, Vianna Moog já não mais era um escritor desconhecido. Pela Livraria do Globo já haviam sido publicados “O Ciclo do Ouro Negro” (1936), “Novas Cartas Persas” (1937), “Eça de Queiroz e o Século XIX” (2ª ed. 1938), “Heróis da Decadência” (2ª ed. 1939). Outras viriam nos anos seguintes. Com “Um Rio Imita o Reno”, Vianna Moog pretendeu escrever uma narrativa, por ele qualificada de romance.

Para construir sua narrativa, necessitou de personagens, enredo, ambiente, tempo, discurso, linguagem, estilo e ponto de vista. Buscou colocar experiências humanas dentro de um espaço limitado. Assim, pôde moldar, omitir, selecionar e inventar ações para seres humanos e construir sua história. Nessa sua produção escrita, teve a possibilidade de oferecer a seus leitores pedaços do real, interpretá-lo e fazer de sua interpretação uma verdade. Como não anunciou em qualquer parte de sua obra que qualquer semelhança seria mera coincidência, num país de farta tradição pré-crítica, Vianna Moog estava reproduzindo a “verdade”.

Agora, a verdade de cada romancista vai ser lida e interpretada em tempos diferentes. Assim, houve interpretações da “verdade” de Vianna Moog em seu tempo e essa mesma “verdade” pode ser lida e interpretada de forma totalmente diversa em nossos dias, com ou sem senso crítico da parte do leitor. Essa observação, sob o ponto de vista ético, coloca importante peso sobre os ombros de qualquer autor. Vianna Moog brincou com seus pensamentos e vontades e seu texto reflete sua forma de ver o mundo, mas também levou seus leitores a incorporarem representações que ficaram em seu imaginário e passaram a fazer parte de sua inteligibilidade.

Quais os limites e quais as possibilidades de história e de literatura? Aristóteles afirmava que a poética cria obstáculos para a convergência entre história e literatura. Obstáculos, é verdade,

mas isso jamais deveria impedir o historiador de escrever de forma saborosa. É possível uma vinculação entre arte e ciência. É necessário que a ciência possa ser absorvida de forma prazerosa.

Mesmo assim, poesia, arte, ficção são campos da fantasia do artista, do literato. Daí o perigo de se usar romances como fonte de informação sobre o passado. Ele pode ser usado com essa finalidade, mas deverá ser lido como produto de uma determinada época e de um determinado contexto e dos humores do autor na época em que o produziu.

Romances podem ter ligações com fatos reais. Daí a necessidade de conhecermos o autor, sua época, sua formação. Se o fizermos, poderemos entender as razões da obra, de suas intenções que resultaram em texto. Ele não tem compromisso com a verdade, mas como texto produzido na história, pode levar a que surjam novas interpretações sobre a história. Não podemos dizer: aqui ou acolá mentiu. Julgá-lo não faz sentido. O historiador poderá lê-lo como representante de uma época, de ideólogo, ou poderá encontrar no romance o próprio autor com suas alegrias e suas decepções. Assim, quando aprecio a obra de Vianna Moog, devo fazê-lo respeitando seu espaço de romancista e deixar, também, o juízo quanto à qualidade de seu romance a pessoas habilitadas da área de Letras.

Posso, contudo, obter conhecimento histórico a partir do romance. Posso verificar o gosto por determinado tipo de literatura em determinada época e perguntar as razões de aquela época ter apreciado um gênero hoje não mais apreciado. Posso também perguntar pela temática e pelas razões de aquela temática ter atraído o público leitor. Enquanto no romance o autor vai nele se colocar, no relato histórico, o autor vai fazer o esforço intelectual de se manter fora do texto, mesmo tendo que ter a honestidade intelectual de sempre de novo dizer que é filho de seu tempo.

3.

Vianna Moog foi filho de seu tempo, e filhos do seu tempo foram seus primeiros leitores. Em 1939 tinha 33 anos e já estava no seu quinto livro. Dois destes livros já contavam com uma segunda edição. Seus livros eram publicados pela então mais importante casa editora de Porto Alegre. Desde 10 de novembro de 1937, o Brasil vivia em tempos de “Estado Novo”. As palavras de ordem eram “brasilidade”, “nacionalização”. Em outubro e novembro de 1939, o mais importante jornal de Porto Alegre, o *Correio do Povo*, trouxe apreciações sobre “Um Rio Imita o Reno”. O primeiro comentador, Victorino Serra, considerava dramática a situação do Rio Grande do Sul, onde há “conflicto de raças no sul do Brasil, e um drama que a infiltração do nazismo, à distância exaltou e tornou, assim, mais evidente.” Já Alcides G. Mendonça Lima vê na obra de Vianna Moog denúncia das manifestações anti-brasileiras dos moradores de Blumental. Quer “impedir a infiltração perniciosa e soberana de estrangeiros arrogantes e, mais do que isso, impedir

que brasileiros, nascidos sob o nosso céu, se deixem dominar pelas tradições de seus Paes ou antepassados, enraizados no paiz de origem destes.” Segundo o articulista, Vianna Moog “exalta [...] o amor ao Brasil e a necessidade de adaptação dos estrangeiros ao nosso meio e aos nossos costumes.” Creio que já agora, podemos ver que os leitores de Vianna Moog o entendem como arauto do nacionalismo brasileiro, de um anti-nazismo e da necessidade de se nacionalizar os “alienígenas”, termo então em voga para caracterizar os descendentes de imigrantes.

“Os brasileiros têm, em ‘UM RIO IMITA O RHENO’, um estímulo ao amor da Pátria; os estrangeiros têm uma advertência de que serão mais felizes se procurarem, amando sua pátria de origem, viver a nossa vida, cooperando connosco na grandeza do Brasil, que não pode dispensar o trabalho honesto e constructor dos alienigenas, mas pode viver sem os que tentam ferir a soberania e a integridade da Nação.”

Os dois textos foram redigidos “Especial para o ‘Correio do Povo’” e representam, pois, a opinião do então mais importante jornal do Rio Grande do Sul, profundamente comprometido com a então secretaria de segurança pública, através de um familiar, Plínio Brasil Milano, Chefe de Polícia. Além disso, os autores reproduzem o senso comum exersso pelo Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, José Pereira Coelho de Souza, além de outros representantes do Estado Novo.

O romance de Vianna Moog fez coro com um senso comum, em época em que o Brasil ensaiava nacionalização e construía Estado nacional. O tempo era de fascismos.

No enredo do livro dedicado a Marcos Moog e a Maria da Glória Vianna Moog, seus pais, o autor deixa claro que, pessoalmente, está entre o Vianna e o Moog, mas pende em sua propaganda pró Estado Novo para suas raízes Vianna. Em conversa com Telmo Lauro Müller, disse em certa oportunidade que não era aceito nem como alemão nem como descendente de portugueses (diga-se: açorianos).

Vianna Moog leva-nos para Blumental, indiscutivelmente, São Leopoldo. Aqui há uma hidráulica em construção, um Seminário de Formação de Professores protestantes, uma igreja protestante de interior lúgubre, com relógio que bate de quinze em quinze minutos, pastores protestantes, uma Sociedade Ginástica, indústrias alemãs. Nenhuma referência é feita a populações de origem alemã católicas. Católicos são de ascendência lusa. Clodomir Vianna Moog é católico. Também no interior de Blumental há populações teutas que celebram seu Kerb, sob influência do pastor. Em tudo, Blumental imita o Reno. Está fora do Brasil imaginado por Vianna Moog.

Para evidenciar esse fato, Vianna Moog introduz em Blumental, vindo do Amazonas, o engenheiro Geraldo Torres. Blumental é “pequena e encantadora cidade colonial do estado. Encantadora, mas nada brasileira” (Serra). Ela é toda reflexo da Alemanha: no comércio, nas

relações sociais, na língua, na religião e na política. Ele vem de “um Brasil mais brasileiro”. Na cidade, Geraldo Torres sente a repulsa dos Wolff e dos Kreutzer, capitalistas que comandam as autoridades municipais lusas, mas politiquinhas. Em Blumental faz-se “gymnastica”, bebe-se cerveja, fala-se de moda alemã. O rio que banha a cidade é cópia do Reno. O ar que se respira foi importado da Alemanha pelos Kreutzer e pelos Wolff. De brasileiro, Geraldo Torres só encontra na cidade “um fiscal de imposto de consumo bohemio e viver, Armando Seixas, o velho escrivão Cordeiro, temível e exasperado nacionalista”, e o médico alemão, Dr. Stahl, um positivista no melhor estilo de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros. Além desses três brasileiros há a menina de origem alemã (Lore), filha dos Wolff, “brasileira por amor de Geraldo, o que é a mais segura garantia de sua definitiva nacionalização” (Serra). Ela também é amada por Geraldo “com sentimento brasileiro”.

A mãe de Lore, “Frau Marta”, exige para a filha marido da mesma raça e do mesmo sangue. Como não consegue acabar com o amor dos dois, com o marido e a cumplicidade do intendente e de seu partido (gente de Flores da Cunha, então já no exílio), consegue que o engenheiro seja chamado para o Rio de Janeiro. A hidráulica de Blumental não será construída, o tifo continuará em Blumental, mas o sangue de Lore não será poluído. Depois da partida de Torres, descobre-se o horrível: os Wolff têm sangue judeu. Tudo desmorona. Assim, a obra de Vianna Moog “é um livro eminentemente brasileiro no seu sentido mais profundo. E é um livro, além do mais, de sadio optimismo nacional”. Aqui, o problema racial tem que ser superado. Ele será superado quando o neto de Frau Marta se mesclar “com os mulatinhos do Cardoso”. Aqui está a solução do conflito. Em setembro de 1936, lembro, o governo de Getúlio Vargas embarcava Olga Benário, uma judia alemã, no navio La Coruña, entregando-a ao governo de Hitler. O antisemitismo do governo Vargas é silenciado.

Esse é um dos relatos sobre Blumental, São Leopoldo. O livro teve, até 1973, oito edições: 1939 (duas edições), 1940 (2 edições), 1943, 1958, 1966. Em 1940, o desembargador Bayard de Toledo Mercio, falecido em 24 de setembro de 2001 em Novo Hamburgo, escreveu “Longe do Reno. Uma resposta a Vianna Moog”. O livro teve, pelo que sei, apenas uma edição. Não teve editora e foi impresso nas “Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul”, tendo sido dedicado a J.P. Coelho de Souza, Clovis Pestana e Egidio Costa.

Nesta obra, da qual possuo o exemplar numerado de número 680, assinado pelo autor, Toledo Mercio antepõe a seu texto palavras de Getúlio Vargas amplamente favoráveis à imigração que, no entanto, contém a velha tese do isolamento dos imigrantes e acusações a seus antecessores por nada haverem feito pela integração dos alemães. No livro de Mercio, São Leopoldo não é Blumental, mas Cruzeiro.

Desta vez, quem vem a São Leopoldo/Cruzeiro é Mário de Vasconcelos, jovem médico, designado para atuar no posto de saúde de Cruzeiro. Vem obrigado para o interior que detesta. “Da cidade, onde vinha estabelecer-se, já tinha a pior das informações. Era uma zona onde predominava o alemão e ele odiava essa gente loura de olhos claros, que fala uma língua ininteligível, que tem aversão ao brasileiro e que é inadaptável ao meio nacional” (p.20). Ao chegar à cidade, chora, “num desespero sem limites”. Na cidade vivem “Frau” Berta, viúva de Roberto, seu filho Hugo, as netas Miriam, Raquel, Êdit e Lôni.

O filho Hugo antecederá os pais na vinda ao Brasil. Mais tarde, animou-os a virem, pois longe do Reno também se vive feliz. Vêm e amam o Brasil. Em Cruzeiro são recebidos pelo industrial alemão que dera emprego ao filho e pelo Dr. João Cardoso, a esposa e a filha. Hugo casa com Maria, filha dos Cardoso. Cardoso, no passado, também viera para Cruzeiro, aprendera a amar a cidade, tornara-se prefeito e agora era avô de quatro netas loiras. Não admite a divisão da população da cidade em dois grupos, o dos nacionais e o dos estrangeiros.- Na cidade, o jovem médico isola-se em seu preconceito. Pede sua transferência. “Ele caminhava isolado, único, dentro de seu orgulho, preso ao seu brasileirismo doentio, odiando a tudo e a todos, como se aquela gente fosse sua inimiga, como se as criaturas que o rodeavam fossem seres perigosos e indignos de consideração” (p. 62). Ao receber uma paciente, no posto de saúde, que não consegue se comunicar em português, manda-a sair do consultório e nega-se a atendê-la. Seu colega critica-o: “Só vês neles antibrasileirismos, atitudes desrespeitosas ao Brasil, ofensivas à nacionalidade. Estás obcecado. Se um homem da cidade toma de uma Bandeira Nacional e com outros amigos se põe a desfilar pelas ruas em comemoração a determinada data, tu logo já tomas as suas atitudes como um escárnio, como um deboche, quando eles estão possuídos do mais sã patriotismo, orgulhosos em conduzir o Pavilhão Sagrado! Para ti, basta que sejam loiros e que falem o alemão estropiado das colônias, para que os consideres inimigos teus e do país.”

Os preconceitos do médico Vasconcelos só são desfeitos, paulatinamente, a partir das comemorações do sete de setembro em Cruzeiro, quando presta socorro à neta do Dr. Cardoso, Flávia, jovem de 16 anos que desmaiara em virtude do forte calor. É paixão à primeira vista. O amor permite o ingresso na casa da família e nas tradições alemãs e lusas que formam Cruzeiro. Permite também leitura distinta. Vasconcelos passa a ver que “ser brasileiro, não é falar a língua pátria somente; é trabalhar, é procurar enriquecer o país, cultivando a lavoura, que dá pão.” (p.112). Mais adiante dirá: “Anti-teuto-brasileiro, sem saber bem porque, argumentando sem conhecer o povo atacado, crente de que o Brasil só pertencia ao caboclo e ao descendente do espanhol e do português, estava concluindo agora que o Brasil era bem maior do que os seus pontos de vista absurdos e que Ele pertencia a todos, de qualquer origem, de qualquer raça, que trabalham a terra

dadivosa ou que cooperam para sua grandeza, nos vários ramos da atividade humana, porque todos vieram para Ele, alemães, italianos, portugueses, espanhóis e tantos outros, e adotaram essa nova Pátria para si e para sua descendência, vencendo a natureza, não medindo sacrifícios, numa luta titânica contra tudo, conquistando muitas vezes com o sangue o direito de viver em Seu solo.” (p.113). O autor Mercio fala através da boca do Dr. Cardoso: a solução do que é visto como problema passa pela escola e pela saúde. A escola ensina o português e integra, a saúde melhora as condições dos miseráveis que estão excluídos do processo produtivo.

Vianna Moog e Bayard de Toledo Mercio são duas leituras de uma mesma situação. Ambas são leituras de época. Vianna Moog representa a geração dos que, tendo em si duas tradições, as vêem em luta e não conseguem ver nelas uma riqueza. A solução está nas tendências do Estado Novo. Por isso, sua exposição esteve mais ao gosto dos leitores sujeitos ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. A leitura de Mercio não encontrou tantos adeptos. A pluralidade não estava na moda. Na moda estavam o partido único, a bandeira única, o chefe ou *Führer* único, o pensamento único, a totalidade. Quando estão em moda os totalitarismos, não se vê o arco-íris. A função da História é mostrar o arco-íris, a função da literatura é mostrar toda a poesia que há no arco-íris. As duas obras também são reveladoras de quão conflituosas eram as relações interétnicas da década de 1930. Os nacionalismos campeavam e tentavam resolver de diferentes maneiras os conflitos que provocavam e com os quais se viam confrontados.

No Brasil, *abrasileirar o Brasil* significava deixar de lado tradições importadas da Europa, valorizar o nacional, como o estavam a exigir muitos intelectuais desde a Semana de Arte Moderna de 1922. Por outro lado, também significou nacionalizar os diversos grupos de imigrantes e de seus descendentes, exigindo que deixassem de lado a história de seus antepassados, sua cultura e, principalmente, seu idioma. Seguindo o estabelecido por Pombal no século XVIII, em seu *Directorio*, especialmente no parágrafo 6, “erradicou-se-lhes” o costume “rústico” e bárbaro, exigindo que só falassem “a língua do rei”. Havia também os que sonhavam com um Brasil plural, no qual se manifestasse a riqueza das tradições que formam seu povo. No seio das comunidades de imigrantes e de seus descendentes existiam, por outro lado, também aqueles que eram defensores dos ideários da supremacia racial e difusores de soberba que tornava inevitável os choques. Os dois romances nos apresentam os choques dos nacionalismos, os sofrimentos que eles representam, mas também as posturas de seus autores. São produtos de uma época e refletem e referida época.

REFLEXOS DA GLOBALIZAÇÃO: OS DESCENDENTES ALEMÃES NA LITERATURA GAÚCHA CONTEMPORÂNEA

Clarissa Mombach*

A globalização – processo antigo que adquiriu dimensões planetárias desde o fim da Guerra Fria, em 1989 - diminui as distâncias, facilitando a comunicação entre os povos. Convivemos diariamente com enxurradas de produtos importados, notícias do mundo inteiro, culinária de diferentes países e dispomos de uma maior facilidade para entrar em contato com quem foi morar no exterior. As empresas tornaram-se multinacionais e as mercadorias são vendidas no mundo inteiro. A televisão também contribui para o acesso aos modismos, que tomaram dimensões incomparáveis. Sem contar a internet, proporcionando-nos um novo mundo a ser explorado.

Dessa forma, estamos constantemente conectados ao que está acontecendo internacionalmente. Em meio a essa aproximação das fronteiras, a questão da identidade é trazida à tona. É antiga a crítica de que a globalização tenderia à homogeneização das culturas. Já em 1947, Gilberto Freyre afirmava: “O problema da monotonia cultural ou da excessiva unificação de cultura no continente americano provém do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o americano deve ser bom para todos os outros povos da América” (1947, p.144-145).

Discurso semelhante foi proferido pelo escritor argentino Mempo Giardinelli, no Seminário *Cultura e Identidade Regional*, realizado em 2003, em Porto Alegre, onde afirmou: “A identidade é saber quem somos, e a vida consiste hoje, mais do que nunca, em nos perguntarmos infinitamente como resistir a essa globalização que nos nega a identidade, que a deforma e a oculta. E podemos fazê-lo porque não estamos feridos de morte, e sim, feridos de vida.” (2004, p.86). Deste modo, o escritor aponta os perigos da globalização no sentido de aniquilamento das identidades, conclamando a todos para resistir a esse extermínio.

Stuart Hall, intelectual jamaicano e um dos principais pensadores dos Estudos Culturais, por outro lado, mostra-se descrente de que a globalização seja uma ameaça à identidade. Segundo ele, o que se tem verificado atualmente é uma valorização das diferenças e da cultura local. Dentre outros argumentos, o autor coloca que, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, “há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da alteridade”.

Há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (...), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de

* Clarissa Mombach é graduada em Letras Português-Alemão pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestranda em Literatura Comparada na mesma Instituição.

pensar no global “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa articulação entre “o global” e “o local”. (...) parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais” (HALL, p. 77-78).

Assim como Stuart Hall, Kathryn Woodward, professora britânica de Estudos Culturais na Open University, afirma que a globalização pode produzir diferentes resultados em relação à identidade: ao mesmo tempo que pode levar ao distanciamento da identidade à comunidade e à cultura local, também pode “fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas identidades” (2000, p.21). Desta forma, a globalização, em vez de homogeneizar, pode gerar também uma reação de determinadas identidades, que se sentiriam ameaçadas, ou criar novas identidades.

Ruben Oliven, professor da pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, também aponta para o fato da valorização das diferenças:

À medida em que o mundo se torna mais complexo e se interconecta, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades. Se a unificação nacional ocorrida no passado se mostrou contrária à manutenção de diversidades regionais e culturais, o mundo está assistindo justamente a afirmação das diferenças (1992, p.135).

Portanto, conforme o autor, a aldeia global é o lugar da diferença, e se antes se buscava a unidade nacional, atualmente, ao contrário, a tendência é reconhecer a diversidade cultural inserida numa identidade nacional.

Refletindo a partir do pensamento dos autores citados, no caso específico do Brasil, de fato, no passado, durante o Estado Novo (1930-1945), buscava-se a unidade nacional. No Rio Grande do Sul assistimos a proibição da língua dos imigrantes, que foram obrigados a falar português. Além disso, houve a queima das bandeiras estaduais brasileiras durante os primeiros anos da Era Vargas. Almejava-se um país com uma identidade homogênea. Os governantes, inspirados na Alemanha, a qual participava da Segunda Guerra Mundial, visavam à centralização que, pensavam, daria maior unidade ao país e melhores resultados nas ações administrativas.

Passado o tempo de busca à uma homogeneização da cultura brasileira, atualmente contamos com uma valorização das culturas regionais. O que predomina é um sentimento de que o Brasil não tem necessidade de ser um, mas pode ser vários, e que a diversidade cultural é a sua

característica. Basta observarmos a capoeira no nordeste, os Centro de Tradições Gaúchas no sul e as músicas e danças de cada região cada vez mais em evidência.

Além de contar com essa diversidade cultural, o Brasil pode ser considerado um país com diversas culturas híbridas. Zilá Bernd, professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirma que a etimologia da palavra “híbrido”, do grego *hybris*, remete a “ultraje”, pois corresponde a uma miscigenação ou mistura que violava as leis naturais. Essa origem teria sido responsável pelo fato de serem consideradas sinônimos de híbrido palavras como irregular, anômalo, aberrante, anormal, monstruoso. No entanto, aponta o outro sentido da palavra híbrido:

Híbrido é também o que participa de dois ou mais conjuntos, gêneros ou estilos. Considera-se híbrida a composição de dois ou mais elementos diversos anormalmente reunidos para originar um terceiro elemento que pode ter as características dos dois primeiros reforçadas ou reduzidas (2004, p.99).

Esse último sentido é o mais adequado no caso das culturas híbridas. No mundo global, verificamos o crescimento das imigrações, que tornam cada vez mais comum culturas híbridas espalhadas por todos os países do mundo. Basta observarmos as comunidades em que há de mexicanos nos Estados Unidos, de turcos na Alemanha, de asiáticos na Nova Zelândia, e assim por diante. Segundo Stuart Hall, os membros dessas culturas não pretendem voltar mais ao seu país de origem, mas também, mesmo integrados ao novo país, preservam traços de sua cultura anterior. O autor afirma ainda que os imigrantes são “o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas.”

No caso da cultura teuto-gaúcha, no sul do Brasil, podemos afirmar tratar-se de uma cultura híbrida, já que os descendentes alemães ainda cultivam os costumes herdados de seus antepassados, representados não apenas através da língua como também pela religião, na arquitetura, nas canções e nas comemorações festivas. Eles traduziram a cultura do país de procedência. Durante o Estado Novo, foram obrigados a negar suas origens; como desejava Vargas, tiveram de se integrar na cultura nacional. Essa integração forçada dos descendentes afetou o seu modo de vida cultural, mas percebemos que sua ascendência não foi totalmente esquecida, já que foi, por exemplo, preservada nas obras de ficção, assunto desse trabalho, nas quais se observa o descendente alemão como tema central das narrativas.

A imigração alemã tem sido trabalhada ficcionalmente na literatura gaúcha desde Viana Moog, com o seu livro *Um rio imita o Reno*, de 1939,¹ no qual o escritor aborda a questão do racismo dos descendentes germânicos. Geraldo Torres, um engenheiro do Amazonas, vem habitar a cidade de Blumenthal, uma cidade de colonização alemã no sul do Brasil, para construir uma moderna represa, e tem dificuldades para se adaptar aos costumes da pequena comunidade. É evidente o choque cultural entre os descendentes alemães e o brasileiro.

Entretanto, o tema da imigração atingiu seu auge com *A Ferro e Fogo*, de Josué Guimarães, que pretendia escrever uma trilogia, mas conseguiu terminar dois volumes: *Tempos de solidão* (1972) e *Tempos de guerra* (1975), respectivamente. O autor narra os primeiros tempos da integração dos alemães e seu contato com os gaúchos, a participação germânica na formação do estado do Rio Grande do Sul, as suas dificuldades, as suas lutas, abrangendo o período de 1824 até 1870. É o primeiro escritor a se aventurar na narração da saga da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Antes disso, a imigração alemã já havia sido abordada por Érico Veríssimo em *O tempo e o vento*, no entanto, não constitui seu tema central, sendo que os personagens alemães podem ser considerados periféricos no todo da obra.

Na década de oitenta, Lya Luft trata em seus primeiros livros, sendo eles *A asa esquerda do anjo* (1981) e *Reunião de Família* (1982), de mulheres nascidas e educadas em famílias com ascendência germânica, revelando a rigidez da vida familiar. A autora insere um olhar feminino e intimista sobre a questão, não trazendo a saga dos imigrantes, mas já apresentando um descendente alemão há gerações no Brasil.

Em *A Asa esquerda do anjo*, a dificuldade de integração entre os brasileiros e os descendentes de alemães ainda é evidente. A personagem Gisela sente-se discriminada pelos colegas brasileiros na escola devido a sua descendência germânica. Em casa, da mesma forma, sente a discriminação da sua família para com os brasileiros:

Alemão batata come queijo com barata! – de repente cinco, sete meninos e meninas berravam a mesma coisa no pátio da escola. Entre mim e seus rostos retorcidos de raiva erguia-se o muro do exílio. Que mal lhes fizera, eu que vivia desejando – Me amem, me aceitem? (...) Nossa família era muito conhecida; minha avó, famosa e antipatizada por causa dos ares de grande dama. Os brasileiros não a suportavam. Ninguém a convenceria Frau Wolf de que não fazia sentido exigir que se falasse

1

Refiro-me à literatura escrita em língua portuguesa. Antes disso, já havia sido produzida uma literatura no Brasil em que havia a presença dos imigrantes alemães, no entanto, era escrita pelos próprios imigrantes, como Wilhelm Rotermund, e em língua alemã.

unicamente alemão com ela, que viera menina para o Brasil e aqui tivera filhos e netos. (2005, p.19-20).

Percebemos a resistência ainda de Frau Wolf, a matriarca da família, de se integrar aos costumes da terra e o sofrimento de Gisela diante da discriminação dos colegas brasileiros devido ao fato de sua família querer preservar a cultura germânica.

Charles Kiefer, em seus romances *Valsa para Bruno Stein* (1986), *A face do abismo* (1988) e *Quem faz gemer a terra* (1991), também transmite o legado colonial. Em *A face do abismo*, faz um apanhado mais histórico, que abrange quase um século; nos outros, mostra o descendente alemão situado num contexto temporal mais atual e próximo da cultura brasileira. Seus personagens, tais como Bruno Stein, já tomam chimarrão e comem churrasco. Em *Quem faz gemer a terra*, narra a história de Matheus, cuja família perdeu suas terras e se juntou ao Movimento Sem Terra (MST). Matheus é quem conta a história, na prisão, para onde foi depois de ter matado um soldado.

Já em 1990, Luis Antônio de Assis Brasil, em *Videiras de Cristal*, retoma o que seria a temática do terceiro volume da trilogia *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, a quem dedica seu livro. Assis Brasil retrata o episódio dos Mucker, grupo liderado por Jacobina Maurer no Morro do Ferrabrás, no atual município de Saporanga, e da dizimação do mesmo, ocorrida em 1874. O autor mostra também a dificuldade de integração entre os descendentes alemães e os brasileiros, que eram vistos com maus olhos pela comunidade germânica:

Os padres brasileiros não eram aproveitáveis, e não só por desconhecerem por completo o idioma alemão e por sua extrema condescendência, mas também por seus costumes: bêbados, indisciplinados e, em alguns casos, abertamente maçons e socialistas. Melhor mantê-los afastados (palavras do Padre Superior dos jesuítas, 1992, p.64)

(...) Mais uma vez comprovo que os brasileiros são imprevisíveis. Acho que vou morrer sem entendê-los. (palavras de Von Koseritz, 1992, p.242).

Assim também Valesca de Assis, em *A Valsa de Medusa* (1990), traz o passado histórico dos imigrantes alemães, fazendo uma releitura do mito de Tristão e Isolda, transferindo-o para o início da colonização alemã em Santa Cruz do Sul. Já em *A colheita dos dias* (1991), mostra a união conturbada de Letícia, uma mulher de descendência germânica, com Modesto, um luso-brasileiro.

Fernando Neubarth, nos livros de contos *Olhos de guia* (1993) e *À sombra das Tílias* (1999) mostra o descendente alemão nos dias atuais. Nele se percebe traços da cultura germânica bem

como características oriundas da cultura gaúcha que lhe foram assimiladas. Eles são religiosos, gostam de cantar, apreciam uma cuca, uma lingüiça ou simplesmente um pão com *schmier*. Festejam o *Kerb* e ainda têm um certo conhecimento da língua alemã, no entanto, na maior parte do tempo, fala-se o português, às vezes com um peculiar sotaque.

Ainda na obra de Neubarth, os descendentes alemães já aparecem mais integrados à cultura gaúcha e participam ativamente do meio sócio-cultural sul-riograndense. Prova disso é o Centro de Tradições Gaúchas (CTG), *Fogão Gaúcho*, fundado na zona alemã e que é mencionado na obra do escritor. Segundo Antônio Augusto Fagundes, antropólogo, a criação do CTG Fogão Gaúcho em Taquara ocorreu menos de quatro meses depois da criação do primeiro CTG do Rio Grande do Sul, o “35” Centro de Tradições Gaúchas, em 1948. Afirmo que “de lá pra cá inúmeros centros de tradições gaúchas vêm surgindo como jardins floridos nas comunidades teuto-riograndenses” (1996, p.176).

Nos livros mencionados, às vezes percebermos que ainda há contato dos escritores com a cultura alemã através da literatura. No livro *Valsa para Bruno Stein*, de Charles Kiefer, por exemplo, observamos diversas passagens que remetem ao livro *Faust*, de Johann Wolfgang von Goethe. Também Fernando Neubarth traz o autor alemão Karl May para sua narrativa, o escritor predileto da infância e um de seus personagens. Além disso, uma das personagens de Neubarth chama-se Geórgia Samsla, numa clara alusão ao personagem de Franz Kafka *Gregor Samsa* do livro *A metamorfose*.

Além dos autores mencionados, poderíamos ainda citar vários outros, que também trouxeram o descendente alemão como personagem principal de seus livros, como, por exemplo, Rui Nedel (*Te arranca alemão batata*, 1986), Ivo Bender (*Trilogia Perversa*, 1988), Roberto Velloso Eifler (*Os 40 anos do Doutor Stummer*, 1988), Pedro Stiehl (*Bárbaros no paraíso*, 2001), entre outros.

Dessa forma, podemos afirmar que a tendência mundial ao fortalecimento dos regionalismos, observada por Stuart Hall e Kathryn Woodward, ocorre em relação aos descendentes alemães na literatura do Rio Grande do Sul, que não se intimidam diante do contexto global, mas antes fortalecem-se, conforme justificam as obras acima.

Vale lembrar que a literatura é o reflexo de idéias e pensamentos de determinada comunidade que não se desvincula da realidade. É o que nos revela Celeste H. M. Ribeiro de Souza:

(...) a literatura, apesar de ficcional, isto é, apesar de ser um constructo proveniente do subjetivismo, do imaginário de seus autores, não está solta, pairando acima da realidade, da referencialidade, das convenções humanas, ou delas totalmente desvinculadas; em outras palavras, a literatura não tem existência no vácuo. No

momento que a obra se mostra passível de ser lida e entendida por outras pessoas, é porque, de alguma forma, entrou no plano das convenções, que permitem o diálogo, a troca de experiências entre essas pessoas, e neste momento, o que era ficcional passa também a maior número de sujeitos capazes de ler a obra, de aceitá-la ou de negá-la. Poderá, para alguns, até surgir como valor de verdade. (2004, p. 350-351).

Assim, se percebemos nas obras a presença do descendente alemão, a sua integração com os gaúchos mas a manutenção ainda de traços da cultura germânica, isso, de alguma forma, está relacionado com a realidade do autor.

Observe-se que os livros mencionados conquistaram posições de destaque no cenário literário sul-riograndense e, em alguns casos, até nacional, como é o caso de Lya Luft e Assis Brasil, cujo livro *Videiras de Cristal* deu origem ao filme *A paixão de Jacobina*.

Por fim, é importante ressaltar que a valorização da cultura e a necessidade de fazer notar essa nova realidade não são exclusivas de um determinado grupo – o dos descendentes alemães – mas de todos aqueles que, inseridos no mundo globalizado, querem ter sua identidade preservada. Percebemos essa tendência em todo o regionalismo gaúcho *lato sensu*, que criou um mito para valorizar sua cultura: o mito da campanha, do pampa e da fronteira, fazendo-se presente em toda uma tradição literária, incluindo escritores como Barbosa Lessa, Darcy Azambuja, Sergio Faraco, Tabajara Ruas e outros.

Agora, porém, vêm surgindo obras na literatura gaúcha que permitem apontar um regionalismo étnico, quebrando a hegemonia do regionalismo da campanha. Representam essa produção literária os textos de Moacyr Scliar, que enfatiza a cultura judaica; José Clemente Pozzenato, com a cultura italiana; Charles Kiefer, Lya Luft e Fernando Neubarth, dentre outros, ampliando o espaço para a cultura de origem alemã.

Esse regionalismo étnico, no entanto, não pretende retornar aos costumes europeus em suas origens, o que configuraria uma identidade essencialista, mas se interessa mais em partilhar suas histórias e símbolos inseridos no contexto atual, que não estão nem lá e nem cá, mas em um entre-lugar, caracterizando-se, como vimos, como uma cultura híbrida, ainda com traços do país de origem, aos quais foram acrescentados características da cultura brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. **Videiras de Cristal**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

BERND, Zilá. **O elogio da criouldade: o conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe.** In: ABDALA JUNIOR, Benjamin. Margens da cultura – mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

FAGUNDES, Antônio Augusto. In: **Nós, os teuto-gaúchos.** FISCHER, Luís A.; GERTZ, René. (orgs). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996

FREYRE, Gilberto. **Unidade e Diversidade, Nação e Região.** In: Interpenetração do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

GIARDINELLI, Mempo. **Cultura, Identidade Regional e Globalização.** In: SCHÜLER, Fernando Luís, BORDINI, Maria da Glória. (orgs). Cultura e identidade regional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Col. Memória das Letras, n.18.

HALL, Stuart; tradução Tomaz Tadeu da Silva. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUFT, Lya. **A asa esquerda do anjo.** 13 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação.** Petrópolis: Vozes, 1992.

SOUZA, Celeste H. M. Ribeiro. **Do cá e do lá: introdução à imagologia.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: Identidade e diferença - a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Editora Vozes 2000.

“OS SONHOS DE UM JOVEM ENGENHEIRO ALEMÃO”

REPRESENTAÇÕES SOBRE CONFLITOS ENTRE ÉTNICOS NA LITERATURA

*Dilza Pôrto Gonçalves*¹

Neste texto, enfoca-se como as representações dos conflitos, entre “alemães” e “brasileiros”, podem aparecer na literatura. Ao abordar a temática *identidade* com uma perspectiva interdisciplinar, discute-se alguns caminhos possíveis nesta direção. Para isso, analisa-se o texto “Moinhos de Vento” de Faustia Blass Fanka, professora de Língua Portuguesa e bisneta de imigrantes alemães, moradora de Canguçu, município em que se está realizando esta pesquisa. A autora relata a trajetória de seu bisavô imigrante. Também foram realizadas entrevistas, utilizando a metodologia de História Oral, com imigrantes germânicos e descendentes, que segundo o grupo, fazem parte do que se chamou nesta pesquisa de “alemães”. Entende-se por grupo “alemães” os grupos formados por qualquer imigrante ou descendente germânico que se reconheça e seja reconhecido como tal.

Ao abordar a temática identidade com uma perspectiva interdisciplinar, discute-se alguns caminhos possíveis nessa direção. O mundo está vivendo transformações cada vez mais rápidas. Neste sentido, o presente está inquirindo a história e forçando o historiador a modificar seus objetos, buscar diferentes problemas, adotar novas interpretações. Assim, a História Cultural passa a ocupar cada vez mais espaço entre os pesquisadores. Segundo Le Goff², a nova história se formou a partir da relação da História com a Antropologia e a Sociologia. Para o autor “a história tornou-se essencialmente uma história social, quer se queira admiti-lo, quer não”³.

Os objetivos da História passam a ser culturais e segundo Paul Veyne⁴, “a história é uma atividade intelectual que através de formas literárias consagradas, serve para fins de simples curiosidade”. Conforme o autor, a historiografia seria reflexo da nossa situação e de nossos valores, pois “a Historiografia tem dimensão social e papel ideológico”⁵. Para Le Goff, a preocupação e o gosto pela história podem ser uma necessidade de busca de identidade. Veyne reforça essa idéia, pois para ele “a nossa pertença a um grupo nacional, social, familiar [...] pode fazer com que o passado desse grupo

¹ Mestranda em História no PPGH/PUCRS

² LE GOFF.; et alli. **A história: Uma paixão nova**. IN: ARIÉS, P.; CERTEAU, M.; LE GOFF, J.; LE ROY LADURIE, E.; VEYNE, P. **A nova história**. Ed. 70, Lisboa, 1983.

³ LE GOFF. Op. Cit. p. 48

⁴ VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 101.

⁵ Op. Cit. p. 101.

tenha para nós um atrativo particular; a segunda razão é a curiosidade, quer seja anedótica, quer acompanhada de uma exigência de inteligibilidade”⁶.

A proximidade da História com outras Ciências, ditas Humanas, traz algumas soluções, mas também alguns problemas. Darnton alerta sobre os riscos que se corre quando alguém se afasta dos métodos estabelecidos na História. Mas também oferece alguns conselhos ao historiador. Diz que: “ao historiador, portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação dos documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho”.

Sahlins⁷, no entanto, diz que “se multiplicamos nossos conceitos de história pelas diversidades de estruturas e assim, de repente, há um mundo de coisas novas a serem consideradas”, mas também alerta para os riscos da ação cultural, pois segundo ele, as pessoas colocam na ação cultural seus conceitos e categorias. Estes riscos, para o autor, são duplamente perigosos, “subjetivamente pelo uso motivado dos signos pelas pessoas para seus projetos próprios; objetivamente, por ser o significado capaz de contradizer os sistemas simbólicos que presumivelmente o descreveriam”⁸. Portanto, o pesquisador deve estar consciente dos riscos que corre ao dar a sua interpretação ao objeto pesquisado.

Além disso, a escolha do pesquisador é subjetiva, como os objetos a serem pesquisados. Esse deve estar consciente dessa subjetividade, já que para Morin⁹, “não existem fatos puros”, por que “os fatos são impuros”. Dessa forma, “a atividade do cientista consiste numa operação de seleção dos fatos, eliminação dos que não são pertinentes, interessantes, quantificáveis, julgados contingentes”¹⁰. Nesse momento, segundo Morin, o pesquisador deve se perguntar “como eu, portador inconsciente de minha cultura, posso julgar outra cultura?”¹¹. O autor sugere ao pesquisador refletir sobre o que está fazendo, pensar sobre os critérios de racionalidade que está usando, pois para ele “o observador deve se incluir na observação, que o conceptor se inclua na sua concepção [...] que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e auto-reflexiva no seu conhecimento dos objetos”¹².

A abordagem interdisciplinar na pesquisa acadêmica não é nova. Os objetivos, os problemas têm sido demonstrados muitas vezes de forma interdisciplinar, mas ainda persistem algumas

⁶ VEYNE, op. Cit. p.95

⁷ SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Outras épocas, outros costumes: a antropologia da história. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1997, p.94.

⁸ Ibid., p. 186.

⁹ MORIN, E. **Ciência com consciência**. Sintra Publicações Europa-América (1982). 1990.

¹⁰ Ibid. p. 35

¹¹ Ibid. p. 24

¹² Ibid. p. 24

dificuldades para que as interpretações sejam pensadas dessa forma. Quando se usa a literatura para uma interpretação histórica, o historiador deve também estar consciente que está trabalhando com representações. Segundo Marisa Lajolo:

o escritor da história – historiador chamado – recorta, seleciona, elege. A constituição do objeto da história não se faz pela sagração de um destes textos (como legítimo) e a exclusão dos outros (como falsos): dialeticamente, cada um com cada outro e todos entre si correspondem a visão (fragmentada) do real que é possível construir-se em diferentes momentos ¹³.

Conscientes de que uma abordagem interdisciplinar não é uma tarefa fácil, pretende-se analisar conflitos étnicos como formadores de identidades. Para isso, observam-se situações de conflito entre “alemães” e “brasileiros”, presentes na literatura. Em História não se trabalha com uma única realidade, mas com representações do real. Ao escolher o texto “Moinhos de Vento”, fomos motivados pela intuição, o que nos fez pesquisar sobre a temática *conflitos étnicos em Canguçu*. Ao ler o texto, pensamos: que história é essa que ninguém nos contou? O texto despertou-nos o interesse e conversando com as pessoas descobrimos um pouco mais sobre o Bruno.

Nesse texto, Faustia Fanka descreve a trajetória do planejamento até a decadência do Moinho Santa Glória, construído por seu bisavô Bruno Blaas. A autora ressalta o ideal do pioneiro e as dificuldades enfrentadas na nova terra através da personagem Bruno, o que pode ser observado no trecho a seguir: “Em busca deste sonho o jovem alemão resolveu enfrentar o oceano, juntou o pouco que tinha: sua mulher, seus cinco filhos e sua incessante vontade de vencer”. Belmont nos explica essa representação, “as crenças populares de uma cultura são reconhecidas pelas pessoas pertencentes à dita cultura, transmitem-se de uma geração para outra, estão presentes nas palavras e nos atos”¹⁴.

Assim como na Literatura, a luta e o ideal do pioneiro estão presentes nas falas dos depoentes das entrevistas, como por exemplo, naquela realizada com a senhora Elfrida B. Lenke¹⁵, “Eles nunca tinham subido numa carroça. Então, aquela viagem foi um horror”. Para Renate Schereiner é “através da criação de uma imagem, o autor pode comunicar uma representação que ultrapassa a precisão de um

¹³ LAJOLO, M. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALARD, Letícia et al. **Histórias da literatura: ensaios**. Campinas: Editora Unicamp, 1994. p. 22

¹⁴ *apud* OLIVEIRA, R. C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p.43

¹⁵ Entrevistada: Elfrida Bull Lemke. Data de nascimento: 13/07/1922, nasceu na Alemanha. Data da entrevista: 10/02/2004

relato na realidade externa. E o leitor passa a ver no texto a concretização verbal da representação mental de um objeto”¹⁶.

Muitas vezes, para que um grupo se identifique, ele necessita compartilhar as mesmas histórias e dificuldades, tanto que aparecem nos depoimentos e nos textos literários. Para Bordieu “as categorias segundo as quais um grupo se pensa, e segundo ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo”¹⁷. Assim, como também é recorrente na literatura e nos depoimentos, as dificuldades que enfrentavam na Alemanha e o sonho de uma vida melhor os encorajava a se arriscar numa viagem incerta. A autora de “Moinhos de Vento” exemplifica isso: “Numa bela manhã ouvimos gritos dos marujos: 'Terra à vista'. Foi uma emoção, ao longe avistávamos uma barra verde entre o mar e céu, era o novo mundo, a terra dos sonhos espalhados ao vento, o começo de tudo para quem não tinha mais nada a perder”. Isso é mostrado também no depoimento do senhor Ervino Neutzling¹⁸ quando diz que “o pai nunca quis voltar à Alemanha, pois não havia mais produção. A terra ficou esgotada. Depois, os mais ricos podiam ter dinheiro, que não tinha como comprar comida”. Na busca por uma identidade, tanto os depoentes quanto a autora de “Moinhos de Vento” reafirmam elementos da sua cultura e história que de alguma maneira os incluíam no grupo social em que estão inseridos.

Sabe-se que durante o Estado Novo, a partir de 1938, Getúlio Vargas quis criar uma identidade nacional e por isso proibiu o uso do idioma alemão e de qualquer outra língua estrangeira. Como as crianças, filhos dos imigrantes germânicos, só falavam o alemão, os conflitos se acentuaram, principalmente depois da entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra Mundial, em 1942. Sobre isso uma depoente relata: “tu vê só, o professor não queria, mas na nossa turma todo mundo papeava em alemão [risos]. Ele não enxergava e lá tava nós papeando”. Os conflitos ficam cada vez mais evidentes e a violência, inicialmente simbólica, passa a ser também física. Cita-se o exemplo de Bruno, personagem do texto analisado, que segundo suas netas Clarisse e Ilse¹⁹, foi levado algemado até a sede do município, onde foi interrogado e torturado. Comenta-se pela cidade que foi amarrado e exposto na rua principal, enquanto seus torturadores o chamavam de “alemão sujo”. Estes castigos públicos não foram confirmados por suas netas, sabe-se que alguns fatos marcantes as pessoas tem necessidade de esquecer.

¹⁶ SCHREINER, Rente. **Entre ficção e realidade: a imagem do imigrante alemão na Literatura do Rio Grande do Sul**. Lajeado, Santa Cruz: FATES, UNISC, 1996, p.20

¹⁷ BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996, p.123.

¹⁸ Entrevistado: Ervino Ritter Neutzling. Data de nascimento: 18/02/1925, nasceu no Brasil. Data: 22/01/2004

¹⁹ Entrevistadas: Ilse Blás e Clarisse Blás Fanka. Data: Fevereiro de 2004.

Hoje, a germanidade que tanto foi motivo de medo, apreensão e até mesmo de vergonha para alguns, é vista com orgulho. Na construção de identidade de grupo, as pessoas tendem a buscar elementos que demonstrem o quanto sofreram, mas também procuram ressaltar outros que as possam orgulhar. No texto “Moinhos de Vento”, vê-se um exemplo de construção de identidade, pois a autora ressalta elementos que são recorrentes em outras narrativas, os quais passa-se, então, a analisar.

A idéia de ruína e sonho está presente já no primeiro parágrafo do texto, no qual a autora diz que “Não se escuta mais o som das vozes infantis, nem o ruído sonolento das carroças e carretas, nem o relincho dos cavalos. Não entendo porque tudo terminou (...)”. Ao rememorar, ela demonstra que as coisas não aconteceram da mesma forma que foram sonhadas, pois o sonho acabou e isso fica evidente quando “não se ouve mais as vozes infantis”, já que quase sempre se associa a criança a sonho e à esperança de um futuro melhor.

No entanto, Faustia percebe que o sonho acabou porque algumas coisas mudaram o rumo dos acontecimentos. De certa forma, ela sugere “culpados” para essa ruína. Para esclarecer o leitor, ela retoma a trajetória de dificuldades de Bruno, e isso está presente em qualquer fala de imigrante ou descendente. Assim, ela ressalta o ideal do pioneiro. Com a história do Bruno, a autora conta um pouco da história de muitos imigrantes germânicos que vieram para o Brasil no início do século XIX. As dificuldades econômicas na Alemanha são lembradas para explicar os motivos que fizeram o imigrante sair da sua “amada” e “orgulhosa” terra para se arriscarem em terras desconhecidas. O medo das tempestades e o frio fazem lembrar o quanto a viagem foi difícil.

A chegada representa a possibilidade do sonho realizar-se. Cheio de esperança, o imigrante está vindo em busca de melhores oportunidades, principalmente porque muitos estavam sendo inquiridos para viajarem com a promessa de se tornarem colonos, embora esse não fosse o caso de Bruno.

O texto vai mostrando sempre a idéia de sonho-ruína. Dá-se exemplos disso: da chegada em uma “bela manhã”, mas logo “a primeira brisa que tocou-nos fez com que sentíssemos arrepios, talvez fosse bobagens, mas parecia mau presságio”. Neste trecho a autora já dá indícios que não vai ser tão boa como se sonhava a estada na nova terra.

Durante o tempo de procura do lugar para se instalarem, a fome e o frio dos filhos fazem o imigrante sofrer, mas como em qualquer romance, o que o faz resistir é o amor da esposa, que lhe dá forças. Vê-se isso no trecho: “Cortava-me o coração quando via meu jovem amigo sofrer com o choro dos filhos com fome e frio; o que consolava era a voz doce da amada que lhe encorajava quando as forças faltavam”.

Quando Bruno finalmente consegue instalar sua família, chora de felicidade, pois está mais próximo de realizar seu sonho. Porém, novamente a autora ressalta que as dificuldades não paravam por aí, pois agora não é o frio que os atormenta, mas o calor, ao qual não estão acostumados. Com isso, Faustia mostra que nos momentos de adaptação, até o clima pode ser um complicador. Na primeira parte do texto, ela destaca dificuldades que provavelmente seriam comuns a qualquer imigrante, como dificuldades econômicas e intempéries, mas ainda não relata como eram as relações sociais.

A partir da construção do moinho aparecem as primeiras pessoas que não pertencem à família de Bruno: são os homens que ele contratou para a construção. Em entrevista com as netas de Bruno, descobre-se que estes trabalhadores eram negros e que parecem ter convivido muito bem em conjunto. Segundo as netas, Bruno gostava dos negros porque eram trabalhadores e que durante toda sua vida tinham sido seus melhores amigos, “até mesmo na época da prisão”, ressaltam. Sabe-se que na localidade da Glória, onde estão as ruínas do moinho, muitas pessoas de descendência africana falam alemão ou pomerano, mas para ter mais informações sobre o assunto é preciso aprofundar esta pesquisa.

Percebe-se que a afabilidade no tratamento com os negros está associada com a valorização do trabalho. O imigrante tem o ideal do trabalho como princípio norteador da sua vida. A autora chega, em um trecho, a comparar o sofrimento de Bruno quando o levaram algemado com o dos escravos.

Ao mesmo tempo em que a autora reforça as dificuldades também ressalta o orgulho. No trecho que se refere à construção do moinho, diz que “eu estava ali, garboso e ameaçador, olhando de cima para aqueles que viram apenas um papel”. O tempo de construção remete ao tempo de solidez, associado ao alicerce bem profundo e às pedras. Depois de estar em pé, o moinho, como o imigrante, parece “garboso” e “ameaçador”, pois está crescendo economicamente. A beleza natural do lugar onde o moinho está “plantado”, bem como o progresso econômico causaram cobiça.

Quando o primeiro quilo de farinha é retirado do moinho, a autora compara-o com ouro, pois, para o imigrante, o alimento é riqueza. Isso faz rememorar as dificuldades na Alemanha.

As crianças brincando ao redor do moinho remetem à esperança, ao sonho. Mas logo a autora lembra que as pessoas que buscam a farinha não conhecem os sentimentos e as dificuldades dos imigrantes. De certa maneira, está inquirindo as hostilidades entre os moradores do local e os imigrantes. Também enfatiza que essas pessoas eram “ricas”, mostrando talvez as diferenças sociais existentes.

A autora mostra que existiu um tempo de estabilidade e felicidade, quando as crianças brincavam e sonhavam com um futuro promissor. No entanto, as duas guerras mundiais, principalmente a Segunda, teriam mudado o rumo dessa história.

As coisas mudaram, os tempos de paz acabaram, as dificuldades aumentam e as hostilidades que já existiam se tornam mais evidentes. Vem, então, a prisão, o sofrimento, a injustiça. O “alemão”, chamado de “sujo”, na visão da autora é trabalhador, teria ajudado a construir vários moinhos. Além disso, seu crescimento econômico era visível, pois estava se preparando para a construção de uma fábrica de massas.

O historiador José Plínio Fachel²⁰, em sua tese de doutorado, afirma que muitos ataques aos imigrantes germânicos e suas famílias, que ocorreram em 1942, devem-se à cobiça dos luso-brasileiros. Segundo o historiador, o crescimento econômico dos teuto-brasileiros e as relações comerciais com a Alemanha causavam inveja por parte dos luso-brasileiros. Mesmo tentando relativizar essa cobiça, pode-se perceber pelas entrevistas e até mesmo pelos textos literários, que hostilidades entre teutos e os luso-brasileiros aconteciam, antes mesmo de 1942.

No retorno para casa Bruno não era mais o mesmo. A autora ressalta o silêncio da personagem, pois, não poderia mais exaltar as tradições da antiga pátria, nem mesmo a língua de seu povo poderia falar. A autora mostra que hostilidades já existiam, mas as guerras os colocam em evidência.

Faustia destaca as diferenças sócio-econômicas, esclarece isso quando se refere à humildade de Bruno e aos ricos como pessoas sem sentimento. Ela parece culpá-los pelas mudanças na história e os sonhos desfeitos.

Mesmo com as perseguições, Bruno teria mantido contato com a Alemanha. Segundo a autora ia até lá buscar materiais para consertar o moinho. Em entrevista com as netas sabe-se que ele realizou várias viagens para a Alemanha. Além disso, segundo elas pensava e falava em retornar a sua pátria com toda família. Teria construído baús de madeira para levarem os objetos pessoais.

A vida de Bruno mudou em 50 anos, os sonhos desfeitos e enterrados (decadência econômica e pessoal). Para os filhos, o moinho não tinha o mesmo significado, os sonhos não eram os mesmos. O moinho é transformado em serraria, que faz barulho, é o “progresso”, é o fim do sonho. A idéia de progresso está associada à morte, pois uma criança morre na serraria. A morte de Bruno é associada à morte do moinho/sonho.

²⁰ FACHEL, José P. G. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, 2002

Hoje a família Bláas vê o moinho ruir e rememora os sonhos de Bruno. De certa maneira, após a morte de Bruno teve o reconhecimento da comunidade onde viveu, pois tem igreja, cemitério e escola com seu nome. Isso é possível devido às mudanças de atitudes em relação a germanidade.

Quando a bisneta escreve sobre a trajetória do bisavô está tentando reforçar as “coisas”, ou seja, bens materiais e imateriais como patrimônio histórico/cultural da imigração germânica. Se o moinho for preservado, a memória de seu bisavô, assim como sua trajetória de lutas e dificuldades estaria presente entre as pessoas da comunidade.

Ao analisar esse texto, observaram-se alguns elementos presentes em muitas histórias de imigrantes. Mesmo sabendo que se trata de uma representação, o texto tenta mostrar como os imigrantes germânicos e seus descendentes percebem a história da imigração e do uso que fazem para identificarem-se como grupo étnico.

Assim como na Literatura, a vida real reproduz os conflitos étnicos na formação das identidades. Quando observamos outros grupos, percebemos as diferenças que estes têm em relação a nós. A violência que foi, de certa forma, o projeto do Estado Novo na campanha de nacionalização, pode ter ocorrido por cobiça, mas também por diferenças étnicas existentes desde os primórdios da imigração alemã no Rio Grande do Sul: pelo isolamento de uma população, originalmente, urbana em contexto rural.

Percebe-se também que a memória da imigração repleta de dificuldades age na formação da identidade do grupo, quando se ressalta a imagem do imigrante pioneiro que as venceu devido à luta e, principalmente, ao trabalho organizado e caprichoso, tão exaltado na fala dos depoentes e no texto analisado. No texto literário, “Moinhos de Vento”, percebe-se como este ideal do pioneiro está presente na memória das famílias. Nas entrevistas, vê-se que a violência simbólica²¹ também interferiu na formação das identidades, mesmo quando os depoentes ficam quietos ou tentam não falar sobre as violências sofridas durante a Segunda Guerra Mundial, mas estão presentes no seu imaginário, pois muitas vezes o silêncio expressa mais sentimentos que horas de conversa.

21

Violência simbólica, segundo BOURDIEU, “Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.” (1982:19) O autor exemplifica isso, quando escreve que toda “ação pedagógica escolar que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura de relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio de violência simbólica legítima. (1982:21)”. BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.

O que se pretende mostrar é que o texto literário também pode servir para reforçar e construir identidades. Lembrando sempre que o texto literário também tem seu tempo e contexto histórico. Provavelmente, “Moinho de Vento” não tivesse espaço se fosse escrito durante o Estado Novo, ou seja num momento em que se estava reforçando o elemento nacional. No entanto, segundo Kevin Robin, citado por Stuart Hall, quando caminhamos em direção a globalização, “há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’. Há juntamente com o ‘global’, um novo interesse pelo ‘local’”²².

²²

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997, p.83.

A REPRESENTAÇÃO DO IMIGRANTE ALEMÃO NO ROMANCE *A DIVINA PASTORA*

Ivânia Campigotto Aquino¹

Introdução

O romance *A Divina Pastora*, do escritor gaúcho José Antonio do Vale, que, mais tarde, se designou simplesmente Caldre e Fião², foi publicado no Rio de Janeiro, em 1847, sendo esta a primeira e única edição até o ano de 1992, quando a RBS promoveu a segunda edição, num trabalho do professor e doutor Flávio Loureiro Chaves, que fez o ensaio crítico, notas e fixação do texto, e do jornalista Carlos Reverbel, que fez o ensaio biográfico.

Esta publicação de 1992 foi possível graças a um achado do livreiro Adão Fernando Monquelat, de Pelotas, Rio Grande do Sul, que resgatou o único exemplar do romance de que tivemos notícia, que se encontrava em Montevideu, Uruguai. No Brasil, se há algum volume em algum acervo, não sabemos. Julgamos, hoje, que todos os demais exemplares da primeira edição se perderam, pois, por cento e quarenta e cinco anos, como afirma Chaves (Caldre e Fião, 1992) foram inúteis os esforços de bibliófilos e pesquisadores para encontrar *A Divina Pastora*.

O autor escreve sua narrativa em uma época em que o romance ainda principiava como gênero no Brasil. Sendo assim, encontramos um estilo bastante distanciado do que verificamos na evolução da escritura dos romances, como a inclusão insistente de notas de rodapé explicando vocábulos próprios da linguagem gaúcha, situações e comportamentos peculiares ao povo, características da terra, do clima, do relevo, fatos históricos, enfim, conferindo uma estrutura didática ao romance, sem deixar de mergulhar, efetivamente, no universo ficcional.

Isso tem a ver com o fato de o romance ser uma experiência muito recente no Brasil quando Caldre e Fião escreve. Apenas Macedo o havia antecedido. Por conta disso, *A Divina Pastora* traz uma certa imaturidade do gênero, mostra a falta de separação entre os campos da arte e da história, do real.

A época de ambientação da história narrada é a da Revolução Farroupilha, episódio histórico do Rio Grande do Sul que ocorreu de 1835 a 1845. No cotejo dessa imagem do passado, há uma visão sobre o modo de ser da sociedade da Província de São Pedro do Rio Grande naqueles tempos, incluindo a etnia alemã, uma descrição da paisagem, um desenho dos caminhos de acesso que formavam a região

¹ Doutoranda em Letras pela UFRGS; Mestre em Letras pela PUCRS, Especialista em Filosofia pela UPF; Graduada em Letras pela UPF. Professora de Literatura no curso de Letras da UPF e de Língua Portuguesa na rede municipal de ensino de Passo Fundo.

² Segundo Reverbel (1992, p. 237), “em fins de 1849, ele acrescentaria ao nome de família os apelidos Caldre e Fião, palavras de feição inusitada, mas com raízes na toponímia lusitana.”

compreendida entre São Leopoldo e Porto Alegre, bem como uma exaltação à bravura, à consciência de nacionalização e à virtude dos habitantes da Província.

Nesse sentido, é um romance escrito sobre o presente, pois a escritura acontece enquanto as coisas ainda existem e o tempo dos fatos históricos representados, embora conte alguns anos antes, é o tempo de existência do escritor. Sendo assim, diferencia-se do romance histórico, segundo a conceituação trazida por Seymour Menton, crítico estadunidense, em seu livro *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. Baseado na definição de Anderson Imbert, Menton reserva a categoria "novela histórica para aquellas novelas cuya acción se ubica total o por lo menos predominantemente em el pasado, es decir, um pasado no experimentado directamente por el autor" (p.32).

Predominam, no enredo, as ações de pessoas de origem lusa, porém, atento ao novo que se apresentava no processo de colonização da terra, dado pelos alemães que estavam aqui há pouco mais de vinte anos, uma família de imigrantes é colocada em relação direta com as personagens do plano principal, como o Almênio, um destemido guerreiro farroupilha, e Edélia, a própria divina pastora.

Nesse sentido, observamos que o pouco tempo da presença alemã na Província rio-grandense já havia sido suficiente para, na visão de Caldre e Fião, serem, os alemães, considerados moradores comuns tanto quanto os demais. Sendo assim, o primeiro romance gaúcho, e um dos primeiros nacionais, já representa o imigrante alemão como parte integrante da sociedade e do espaço territorial do Rio Grande do Sul.

Notemos que, pela descrição do espaço, pelo uso do nome pastora e pela construção das personagens, especialmente as femininas, o romance também se caracteriza pelo aspecto pastoral, tributário da tradição classicista pré-romântica. A divina pastora é Edélia, uma jovem muito bela que ocupa a centralidade da história. Apaixonada pelo primo Almênio, um tenente republicano que, depois, numa revisão de sua consciência, reconhece como direito passar para os lados dos imperiais³, não vem a tê-lo como marido, pois ele conhece Clarinda, filha do velho Hendrichs, imigrante alemão no Vale dos Sinos, e passa a amá-la, casando-se com esta.

³ Assim Almênio explica sua mudança: “Entre no exército do Imperador, liguei-me à causa da minha pátria, porque a liberdade não está naquele que a pronuncia todos os dias mas no mais reto e naquele que sabe melhor fazer respeitar e sustentar os seus deveres e os seus direitos”(p. 144). Caldre e Fião, a julgar pelo seu romance, se posiciona contrário aos ideais e à luta dos revolucionários farroupilhas. Sendo assim, promove essa passagem de Almênio do lado dos farroupilhas para o lado dos imperiais, tratando isso como uma atitude correta, que eleva o caráter do guerreiro, uma vez que reconhece o dever e o direito de lutar pela sua pátria, no caso o Brasil.

Além de Clarinda atuar na história como definidora do rumo da relação amorosa entre os personagens principais, Edélia e Almênio, ocupando ela mesma o lugar da protagonista no coração do militar, o autor ainda atribui importância aos imigrantes alemães através da apresentação que faz da família do velho Hendrichs, das menções a Werner, açougueiro em São Leopoldo, a Rosinha, moradora de São Leopoldo, a qual, também, vem a desejar casar-se com Almênio, e da incorporação ao enredo de uma história narrada por Almênio sobre um menino campeiro punido por um alemão proprietário de terras nas redondezas de São Leopoldo, segundo a qual certo alemão, dono de um terreno sem cerca, mas divisado por ele, se sente lesionado e manda açoitar cruelmente um menino de nove anos que entra na propriedade para campear o gado de seu patrão. Quando crescido, o menino retorna ao local e mata o alemão.

Embora a importância evidente de todos os assuntos que fazem o romance, destaco, neste texto, o mundo germânico nele presente. Para tanto, organizo o que está representado em cinco categorias, quais sejam, Família, Trabalho, Religião, Espaço e deslocamento e Contato.

Família

A família Hendrichs vivia em São Leopoldo. Era constituída pelo pai, a filha Clarinda e o filho Antonico. A mãe já havia morrido, estando os filhos, portanto, a cargo do pai. Não lhe davam maiores trabalhos, pois eram “ambos parcos pela boa educação recebida” (p. 158). Emigraram da Prússia, sendo de origem nobre. Hendrichs era “amigo e companheiro de dois grandes reis da Prússia, tinha sido galardoado com o título de Marquês e servira com uma devoção nobre e sem exemplo” (Caldre e Fião, 1992, p. 85). Vítima de intrigas, conflituou-se com seu amo e achou por bem expatriar-se com sua família e seus poucos bens. Já estabelecido em São Leopoldo, esqueceram a vida na Corte e concentravam-se na vida de seus dois filhos.

Os germanos não eram nobres. Por que Caldre e Fião coloca assim o Hendrich? Não era a experiência da Província. O autor estava na Corte, no Rio de Janeiro, exercendo sua profissão de médico e com boas relações com os intelectuais, portanto, mais próximo do Imperador. Queria ser lido por lá. Lá era o centro cultural. Então, de acordo com as características do gênero romance na época e do contexto em que eu vivia, fala de nobreza.

Dentre os que primeiro imigrantes alemães que se instalaram em São Leopoldo não havia pessoas de origem nobre. Apresentar personagens que pertenciam à nobreza prussiana é, além de livre criação do autor, uma forma de considerar na história uma discussão em aberto na corte brasileira,

ainda bastante recente, de elevar os níveis social e cultural da população. Ora, caracterizando os alemães assim, sugere o autor que, com a imigração, o Imperador estava dando um importante passo rumo à transformação da nação, pois a experiência européia estava a se misturar com os nativos, podendo, assim, influenciá-los no modo de ser e de viver.

O Brasil ainda não tinha uma nobreza aos moldes europeus. Havia a vontade de Dom Pedro de fazer uma monarquia aos moldes do que havia na Europa. Queria-se a assimilação imediata para mostrar à Europa que éramos parecidos com ela, com a sua identidade. Nesse sentido, o autor passa a idéia de que os alemães foram chamados para vir até o Brasil e assim, fazê-lo melhor.⁴

Na primeira referência a Clarinda, são sugeridas algumas características familiares que orientavam a relação entre pai e filha, do que podemos depreender anúncios de comportamentos construídos num padrão educacional de nobres, por certo idealizado, que faz da jovem um modelo de heroína romântica: “virgem que levantara-se aos primeiros anúncios da aurora e aos cantos do canário que cativara com seus lacinhos de retrós e que conservava em gaiola de arame feita pelas destros mãos de seu pai. Era Clarinda. Bela como a beleza, dardejava, sem querer, a vida, o encanto e o prazer a todos os entes e ainda mesmo aos insensíveis” (p. 31). Ao se dirigir, bem cedo, para o vale do moinho, pela planície, ao convite do rumor das águas, depara-se com Almênio, sendo tomada de imediato por sentimentos desconhecidos. Apaixonada ficou. Inocente, sente o amor despertar e, numa relação harmoniosa com o pai, confia-lhe o que se passa em seu íntimo. Assim é narrado: “dirigiu-se pois a ele, e abriu-lhe o mais recôndito interior de seu coração. Hendrichs já tinha, antes de ouvi-la, tudo adivinhado” (p. 31).

Almênio era um rapaz “magro, de longos cabelos louros caídos em cachos sobre seus ombros”(Caldre e Fião, 1992, p. 29). Nascido o amor também em Almênio, este passa a visitar a casa e a ter momentos de convívio com os moradores. O narrador, em certo momento da história, transmite o pensamento de Almênio relativo à família de Hendrichs: “Seria feliz, se unir-se pudesse, em laços sagrados e indissolúveis, a essa família nobre, honrada e sem a menor mancha do aviltado opróbrio” (p. 68). Essa família logo o considerou um novo filho, dispensando-lhes o amor e o carinho próprios de uma relação assim.

Tanto entre o pai e Clarinda, como entre esses e os demais habitantes do local, a língua usada pelos alemães no romance é o português padrão. Portanto, não é mencionado qualquer problema

⁴ Sobre esse assunto, ler SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

relativo à comunicação verbal entre as personagens em ação. Esse elemento lingüístico é um dos indicadores da integração da família imigrante à sociedade nativa.

Outro elemento a sugerir isso é a comida servida na casa de Hendrichs. Em certa ocasião, ocorreu um almoço típico gaúcho: “(...) Clarinda punha o almoço sobre a mesa, que compunha-se de churrasco, de um frango ensopado, de algumas ervas, de abóbora com leite e do indispensável mate. Era uma refeição frugal, um alimento rio-grandense” (p.80).

Também o mate, bebida tradicional dos gaúchos, é um hábito na casa do velho Hendrichs. Clarinda o serve a Almênio na primeira visita que este lhes faz. Diz o narrador que “ela obedecia aos usos do país hospitaleiro que recebera em seu seio sua exilada família” (p. 35).

Nessa família, a filha aprendeu dotes artísticos comumente repassados às moças de famílias mais refinadas, como o desenho e o bordado. Ao apresentar-se por esses meios ao futuro marido, Clarinda expõe uma leitura de importantes regiões e fatos históricos do Rio Grande do Sul na época. Dentre os quadros, havia um desenho que representava a cidade de Porto Alegre submetida à Revolução Farroupilha, contendo a inscrição *Dia 15 de junho de 1836 – Reação contra os rebeldes*. Em outro encontrava-se a vila de Rio Pardo, com seus rio Jacuí e rio Pardo, também em momento de guerra, quando em 30 de abril de 1838 o exército brasileiro, comandado pelo marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto e dos brigadeiros Calderon e Cunha, foi derrotado pelo exército republicano rio-grandense, que estava ao mando do general Neto e do brigadeiro Bento Manoel Ribeiro. Outro mostrava a cidade do Rio Grande, com seu porto, suas poucas ruas, a população e a igreja de São Pedro. Ainda, um, que estava incompleto, representava as Missões. Nisso está sugerida mais uma evidência de que os alemães, no modo de pensar do autor, interessavam-se, com empenho, pelas coisas daqui, valorizando-as e interpretando-as pela arte.

Trabalho

Pelos discursos do velho Hendrich, a idéia de trabalho é relacionada à de dever. Quando, por exemplo, prestes a casar-se com Clarinda, Almênio, ainda na casa da noiva, recebeu esta ordem: “Por ordem de Sua excelência, o Sr. General Comandante-em-Chefe do Exército, tem o corpo a meu comando de marchar para a fronteira, a fim de entrarmos em operação com as forças rebeldes; o que comunico a Vossa Mercê para apresentar-se quanto antes neste quartel e seguir o dito destino com a sua companhia”(p. 165. Para se apresentar e lutar com as tropas imperiais, o que era o seu trabalho no momento, visto ser um capitão do exército, ouviu estas palavras do alemão: “todo homem está

subordinado ao dever; e o dever do soldado lhe impõe a obrigação de correr imediatamente ao primeiro grito da pátria em perigo; aquele que não satisfaz o dever não tem jus aos privilégios e garantias que a ele seguem”(p. 166). A esse dever ficavam submetidas outras vontades e até mesmo o dever de família, ao qual assim se referiu o Hendrichs: “A família está contida na pátria!”(p. 166), que queria dizer, naquelas circunstâncias, no trabalho.

Religião

O casamento de Clarinda com Almênio nos dá a informação de que a família alemã seguia a religião católica. Foi o vigário da vara de Porto Alegre, o Reverendíssimo Cônego Thomé Luiz de Sousa quem deu a licença em nome do Juízo Eclesiástico para os dois se casarem. No contexto histórico da época, em São Leopoldo, isso é uma exceção, pois a religião mais seguida pelos imigrantes germânicos era o protestantismo.

Num dos quadros feitos por Clarinda, que mostra ao noivo, em sua casa, está a pequena cidade de Rio Grande, com sua praia, navios, muitas pessoas circulando e a igreja de São Pedro, de onde saía uma família, “mostrando em suas faces a mais pura hospitalidade que caracteriza os bons habitantes deste lugar e os torna amados de todos os estrangeiros”(p. 163). Podemos perceber que essas ótimas características atribuídas às representadas pessoas rio-grandenses se ligam ao seguimento e à prática da fé católica, segundo a leitura da personagem Clarinda, que as fixa em seu trabalho artístico.

Uma cena de devoção acontece quando Almênio sai da casa do velho Hendrichs para cumprir ordens do Exército Imperial de lutar na fronteira contra os farroupilhas. A jovem alemã ajoelhou-se em frente a uma imagem de Jesus Cristo crucificado e, assim, fez preces e chorou, no que foi acompanhada pelo seu pai. Esse comportamento pio se reflete na postura familiar que orientava a vida desses imigrantes, sempre dedicados um ao outro, sempre convivendo em harmonia e cultivando um clima de respeito e apoio de um para com o outro. Aos de fora também eram dispensadas essas atitudes, recebendo bem os que chegavam em sua casa; quando o visitante era sem caráter, o velho Hendrichs, mesmo que fosse de seu direito praticar algum ato de justiça, apelava à religião para conceder ao aventureiro um castigo merecido. Assim o faz quando o Sr. Francisco, conhecido homem de má fé para com as famílias e, principalmente, com as moças, entra na casa dos alemães e passa a ser cortesmente tratado, até que o Ávila, o amigo da família, chegando para uma visita de domingo, encontra-o e pretende expulsá-lo daquele lar inocente à força, num ato de castigo à audácia do famoso

aproveitador. O velho Hendrichs, diante disso, diz simplesmente: “- Deixai-o ir em paz e Deus que o julgue!” (p. 168).

O casamento dos jovens alemães Rosinha e Teodoro também foi realizado dentro da religião católica, sob as bênçãos de um padre, como nos informa o narrador: “Eram dez horas do dia, depois da missa de Domingo, quando o Reverendo Pároco lançou a benção nupcial aos dois noivos. Rosinha suspirou neste momento profundamente e Teodoro cheio de alegria levantou-se para abraçar sua esposa como se não acreditasse na felicidade que tinha, como se temesse que a realidade lhe fugisse” (p. 156).

É, portanto, a religião católica a orientar a vida espiritual dos imigrantes representados no livro. Nesse sentido, seguem a oficialidade religiosa do país que os recebeu, sendo, isso, mais um elemento que os distanciam de conflitos com os luso-brasileiros. Além disso, a piedade com que agem no dia-a-dia os fazem bons e amigos de todos.

Espaço e deslocamento

Os espaços principais onde os fatos narrados acontecem são São Leopoldo e Porto Alegre, havendo deslocamentos para Viamão, Passo da Cavalhada e Belém Velho.

Na primeira referência aos alemães ocorre a apresentação realista de um espaço, a Rua do Paço, onde havia um açougueiro chamado Werner. O narrador, no dia 10 de fevereiro de 1832, no final da tarde, acompanha Rosinha, jovem alemã, até a Vila. “No dia 10 de fevereiro de 1832, quando o sol declinava em sua marcha, vi a bela Rosinha, e acompanhei-a até São Leopoldo, onde morava, na Rua do Paço, de frente de um açougueiro chamado Werner” (p. 30).

Caldre e Fião inclui em seu discurso a explicação sobre a criação de São Leopoldo, retomando a história do local onde se fixaram, em 1824, os 38 alemães que deram início ao processo de colonização da Província do Rio Grande de São Pedro assistida pelo Governo Imperial. Antes disso, o lugar chamava-se Feitoria do Linho-Cânhamo. Com a destinação das terras aos recém-chegados da Alemanha, passa a se chamar Colônia Alemã de São Leopoldo⁵, por determinação do Imperador Dom Pedro I, em homenagem à Imperatriz D. Leopoldina, sua esposa. O autor assim descreve a Colônia:

⁵ Na Nota do Autor da página 153 do romance, encontramos estes dados referentes a São Leopoldo: “Esta povoação foi elevada à categoria de vila em virtude da lei provincial nº 4 do 1 de abril de 1846, cujo Projeto foi apresentado sob nº 7 à Assembléia Provincial desse mesmo ano, assinado pelos deputados – J. Rodrigues Fagundes, Dr. Luís da Silva Flores, Patrício Corrêa da Câmara, Manoel José de Freitas Travassos Filho, Jacintho da Silva Lima, Oliveira Bello, João Capistrano de Miranda e Castro, Ignacio Joaquim de Paiva Freire de Andrade.”

Na margem oposta em que ela está assentada começam as habitações dos colonos alemães que, estendendo-se por uma vasta porção de terreno, vai terminar na encosta da serra geral e para as bandas do Fachinal e Pinhal, tomando o nome de Colônia de São Leopoldo. As línguas alemã e portuguesa são faladas simultaneamente até pela baixa classe do povo. Existiam aí, em 1834, duas casas destinadas ao culto particular do Protestantismo, da religião luterana; duas escolas alemães, uma das quais freqüentei pelo curto espaço de dois meses; e uma aula nacional. A indústria alemã, aí levada pelos colonos, prospera sem entraves, no meio de uma liberdade constante que é partilha dos brasileiros e que a ele bafeja agradavelmente. A agricultura, essa primeira mães da felicidade dos homens, única e verdadeira riqueza dos estados novos, é exercida pelos seus habitantes e de seus contornos com admirável desenvolvimento. Entre alguns dos colonos, expatriados de sua terra por motivos talvez bem justos, encontra-se uma pura e adiantada ciência; conversei com muitos que conheciam de perto as ciências físicas, as matemáticas, a história natural, as ciências morais e muitas aplicações desses conhecimentos abstratos aos usos da vida, como, por exemplo, um que tão bem me desenvolveu a causa da elasticidade dos gases e de sua aplicação às máquinas de navegação e outros princípios da mecânica que me maravilhou a ponto de acreditar ser ele, como apregoavam, filho de um conde alemão, cujo nome é bem conhecido nos gabinetes políticos da Europa (p. 153).

Essa descrição pormenorizada ainda inclui a localização geográfica da vila, à margem do Rio dos Sinos, quinze léguas acima da boca que o deságua no Guaíba. Suas casas são de estilo gótico, possui uma pequena igreja, católica, certamente, já que o espaço usado pelos protestantes o autor chama de “casa”. Não havia edifícios públicos e caracterizava-se pela simplicidade e alegria.

Nessa vila morava a família Hendrichs, a principal de origem alemã representada nesta narrativa, para a qual Almênio se dirigiu quando ainda guerreiro farroupilha e, adormecido em trajes de monarca, foi encontrado pela jovem Clarinda próximo do moinho, tendo sido acolhido na casa do velho alemão, que o convidou a repousar e subtrair-se à perseguição de um grupo de caramurus, ou seja, de soldados do Imperador.

A casa ficava no topo de um grande morro e parecia ser simples, como seus moradores. Era pequena, com uma laranjeira e uma horta, “onde couves, alfaces e ervilhas recebiam a pequena cultura de seus habitantes’ (p. 34). Nada ali excedia ao necessário, representando a sobriedade do estrangeiro que acompanhara a colonização alemã. Os móveis também eram simples e mostravam um gosto diferente, esquisito. Chamavam a atenção dos que ali entravam a boa ordem dos objetos e o asseio do lugar.

O lugar dos imigrantes fica, como vimos, restrito a São Leopoldo, que se apresenta com a arquitetura e a organização dada pela cultura dos alemães. A atmosfera que por ali paira, no entanto, não se torna um exclusivismo dos estrangeiros, pois suas relações são construídas com os luso-brasileiros e os modos de ser de ambas as etnias se aproximam e se harmonizam.

Contato

O contato dos alemães com as pessoas originárias do local é revelador de integração harmoniosa, sendo eles corteses, admiradores dos comportamentos dos outros e desprovidos de preconceitos.

No reencontro de Almênio e Clarinda observamos isso: “Clarinda apenas viu que os dois cavaleiros se tinham apeado junto à sua casa e reconheceu Almênio, correu para ele e precipitou-se em seus braços, apertou-o com efusão de ternura e deu-lhe um beijo na face” (p. 157).

O pai de Clarinda, Hendrichs, caracterizado como um generoso ancião, não cultivava nenhum preconceito em relação ao brasileiro Almênio, fazendo gosto que sua amada filha se case com ele: “- Meu pai me ensinou a amar-vos (...). Ele me assegurou que havíeis de ser meu marido” (p. 157). O próprio Hendrichs, aproximando-se dos dois que estavam abraçados, diz: “ – Meus filhos! (...). Deus vos lance a sua santa bênção! Deus vos guie à virtude que unicamente faz a felicidade da gente! Vinde para o nosso teto que ansioso vos espera, porque ele se tem acostumado a ouvir os vossos nomes ligados um com o outro! Vinde meus filhos! Minha testa enrugada se expande pela alegria que me causa a vossa felicidade” (p. 157-158).

Assim, o casamento de Clarinda com Almênio, de outra raça, é motivo de completa felicidade para a família alemã. Na casa de Bernardo, pai do noivo, foi feita a festa, que durou três dias e para a qual foi convidada toda a vizinhança. Incluindo à comemoração uma forma típica do gaúcho se divertir, realiza-se um fandango, proporcionando, assim, grande alegria a todos. Clarinda, “a inocente menina filha do velho Hendrichs, que neste dia solene havia dado a mão de esposa ao generoso Almênio” (p. 206). Almênio, por sua vez, “era feliz havendo realizado o pensamento mais nobre de sua alma, isto é, casando com a interessante Clarinda”(p. 206).

Notemos que é Clarinda, uma alemã, quem casa com um brasileiro. Isso é mais comum, no processo de assimilação, do que um moço alemão casar-se com uma brasileira, pois a passagem para os filhos dos valores característicos da cultura de uma raça é função primordial da mãe. Essa harmonia, portanto, nas relações interétnicas, idealizada por Caldre e Fião, encontra uma correspondência no processo histórico dos relacionamentos das duas etnias.

Clarinda é uma mulher virtuosa, inocente, terna, caridosa. Com esses atributos, seus contatos são, sempre, amigáveis, seja ao receber amigos, seja para colocar-se ao lado de Edélia, que sofre na solidão, mesmo sabendo que esta amou Almênio.

Com Edélia constrói fortes laços de amizade, a ponto de visitá-la, com o marido e a filha, na aldeia onde passou a morar depois de se decidir pela reclusão devido a não realização no amor. Chegou a inventar, juntamente com Almênio, uma festa de aniversário para Edélia, para a qual todos da Aldeia foram convidados, até mesmo o sacerdote, que rezou missa para a aniversariante. Nessa ocasião, Clarinda distribuiu “chitas e algodões tecidos para roupa, ajuntando em nome de sua filhinha brincos, lenços de seda e muitos objetos miúdos às raparigas e outros aos rapazes”(p. 231). Isso tudo receberam os pobres da aldeia, num gesto caridoso da alemã.

Edélia reconheceu em Clarinda a sua melhor amiga e do velho Hendrichs recebeu, também, muita atenção. Este, numa atitude típica de quem se sente familiar, visita-a na aldeia. Vendo todas as obras que Edélia fez no local, tanto de estrutura quanto de caridade, diz-lhe: “- deus vos recompense, minha menina, por todos os vossos atos... Ele há de recompensar-vos... Há de lançar-vos a sua infinita e misericordiosa benção...”(p. 232). Filha e pai, assim desprendidos de interesses, demonstram serem exemplos de pessoas regradas pela sinceridade, humildade e altruísmo, sendo guiados por uma forte religiosidade que os leva a empenharem-se a estar em conformidade de sentimentos com os outros.

Rosinha é outra alemã moradora de São Leopoldo. Veio a nutrir, também, amor por Almênio. Ela o esperou - “- Dois anos, cinco meses e dois dias! Tanto te esperei! Pensei que não voltasses!” (p. 154) -, mas não se revolta ante à opção do gaúcho de casar-se com a outra sua patrícia. Mostra-se compreensiva e deseja o bem do casal. Essa jovem alemã também é virtuosa e sua família desejava que se casasse com um moço alemão de sua aldeia. Como Almênio se casaria com Clarinda, Rosinha aceita o apelo dos pais e casa-se com Teodoro. A festa se realizou na casa do alemão Asmuss.

A família do velho Hendrichs é amiga, também, dos Ávila, uma tradicional família de portugueses. O jovem Ávila foi quem providenciou a documentação para o casamento de Clarinda: “- Estão dadas as justificações, acudiu Almênio, o nosso amigo Ávila de tudo se encarregou, durante o tempo que estive em Porto Alegre; eu fui esperá-lo perto da cidade e, quando veio, tudo trazia pronto”(p. 161). Chegou na residência dos alemães em companhia de Almênio, quando este ficou noivo de Clarinda. A confiança que se estabeleceu entre o Ávila e os Hendrichs foi tamanha a ponto de este fazer visitas, a pedido insistente de Clarinda, à família enquanto Almênio permanecia lutando com as tropas imperiais, para as quais tinha sido convocado no momento em que acertava o casamento com Clarinda: “Vinde, senhor Ávila, disse Clarinda, tornar menos amarga a longa ausência do virtuoso Almênio” (p. 166). Numa dessas visitas de domingo, surpreendeu o covarde sr. Francisco, que chegara à casa dos Hendrichs com a intenção de se aproximar como um bom amigo e aproveitar-se da jovem

filha, como já o fizera para tantas outras famílias. Dessa forma, Ávila passou a velar sobre a habitação de Clarinda.

O velho Hendrichs mantinha bom relacionamento com o velho Ávila, pai do jovem Ávila, o velho Lessa, antigo conhecido de Almênio, Paulo, pai de Edélia, e Bernardo, pai de Almênio, todos senhores de famílias tradicionais luso-brasileiras da região de Porto Alegre. Após a festa de casamento de sua filha, estes permaneceram juntos, na casa de Bernardo, por mais alguns dias. Numa ocasião em que passeavam no campo, decidiram fazer algo para simbolizar a sólida amizade que existia entre eles. É o alemão que sugere, para tanto, plantar árvores. Assim o fizeram, dando ao local plantado o nome de Pomar da Amizade e à estrada que conduzia a casa, Caminho dos Amigos.

Se houve vontade do autor de representar a hostilidade que o mundo real assistia entre o estrangeiro e o nativo, achou por bem distanciar o fato do enredo principal. Fê-lo aparecer como um caso destes “que se conta por aí”. Dessa forma, por meio de um outro discurso, é formulado um conceito negativo sobre o alemão. Ficam subentendidas as idéias de grosseria, de não familiaridade com os costumes e códigos dos estancieiros gaúchos. Trata-se da história contada por Almênio do menino de nove anos que entra em terras de um alemão e é por este castigado:

- Se o víssemos, continuou Almênio, nós que somos Rio-Grandenses compreendê-lo-íamos e o respeitáramos; mas um estrangeiro!... Oh! Um estrangeiro não o podia compreender. Ele estava a serviço de um seu parente e, no empenho de recolher-lhe o gado que se derramava na extensão das planícies e matas, esforçava-se com o maior zelo em cumprir a sua missão. Um dia atravessou além dos marcos de divisa do campo de seu amo e penetrou na estância de um alemão. (...) O alemão estranhou-lhe um ato bem indiferente entre nós que jamais suscitaria uma dúvida entre estancieiros da nossa nação. (...), mandou amarrá-lo pois a uma árvore e deu-lhe nove vergalhadas. (p. 109)

Como vemos, é uma diferença de culturas que o autor não esquece de representar, algo inerente a uma sociedade partilhada por nativos e estrangeiros. No entanto, são os aspectos relativos ao que não se difere e sim se soma à formação dessa sociedade que recebem a atenção principal no enredo.

Referências bibliográficas

CALDRE e FIÃO. **A Divina Pastora**. 2. ed. Porto Alegre: RBS, 1992.

MENTON, Seymour. **La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA: HELMUTH ABECK E A PRESENÇA DOS SUÁBIOS DO DANÚBIO NO PARANÁ

Marcos Nestor Stein*

Quando se lança um olhar sobre escritos que versam sobre a presença germânica no Estado do Paraná, Helmuth Abeck é um autor que não passa despercebido. Abeck nasceu em 1916, na cidade de Itajaí, Santa Catarina, mas foi em Curitiba que realizou seus estudos e viveu a maior parte de sua vida. Foi sócio fundador da Sociedade dos Amigos da Cultura Germânica e exerceu a presidência da Comissão 25 de Julho, ambas de Curitiba. Além disso, (...) *dedicou-se a formar o que chamou de Arquivo Paranaense de Imigração, um trabalho que consumiu anos e muita perseverança.*¹

Abeck publicou vários textos relacionados à presença alemã no Paraná, na forma de livros e de artigos em jornais e revistas. Um de seus escritos é a peça teatral bilíngüe intitulada “O Raiar do Oitavo Dia” (*Der Morgen des Achten Tages*)², publicada em 1964. Dividida em três atos, a peça trata da colônia Entre Rios, localizada no município de Guarapuava, Estado do Paraná. A formação da colônia se deu a partir de 1951, com a chegada de cerca de quinhentas famílias de refugiados da Segunda Guerra Mundial, conhecidos como suábios do Danúbio, oriundos, na sua maioria, da antiga Iugoslávia. Assim, o objetivo deste texto é analisar as interpretações de Abeck acerca da formação da colônia e, principalmente, daquilo que ele denominou de “processo de aculturação” dos imigrantes suábios na sociedade brasileira.

Na introdução, Abeck informa que a peça é baseada nos fatos históricos ocorridos entre a fundação da Colônia de Entre Rios e os seus primeiros dez anos de existência. Segundo ele, (...) *dez anos depois, estes imigrantes já estão profundamente enraizados na comunidade brasileira e, com o seu trabalho, seu exemplo e sua técnica adiantada, alteraram o semblante de uma vasta região.*³

Trata-se, portanto, de uma narrativa de ficção baseada em fatos reais. Tal informação pode ser interpretada como uma espécie de pacto que o autor estabelece com seus leitores-ideais, no caso, os

* Doutorando do PPGH da UFSC. Orientador: Prof. Dr. João Klug.

¹ GODOY, Manoel. Quem é Helmuth Abeck. In: **Jornal de Entre Rios**. n.º 115. 31-08-1992, p. 13.

² ABECK, Helmuth. **O Raiar do Oitavo Dia; Der Morgen des Achten Tages**. Curitiba: Imprimax Ltda, 1964.

³ Idem. p. 05.

suábios do Danúbio da Colônia Entre Rios. Os personagens são fictícios, mas o cenário representa um espaço geográfico real: é aonde a platéia (suábia) vive.⁴

Os personagens são Fabrício, um “pobre peão caboclo”, sua mulher Ana, Luciano, filho mais velho do casal, que na época da chegada dos suábios tinha a idade de 20 anos, seus irmãos José, Carlos e Rita, os quais contavam entre 8 e 10 anos de idade, e Inês, uma moça da vizinhança, com 18 anos. Os outros personagens são Willi, um imigrante, sua mulher Gertrud e seus filhos, Gretel e Hansel, também com idades entre 8 e 10 anos. No segundo ato há a inserção do personagem Roberto, um professor teuto-brasileiro.⁵

O primeiro ato tem início com o prólogo, o qual é recitado acompanhado por um fundo musical:

No sexto dia Deus criara a terra. Vastas planícies e montanhas escarpadas. Regiões glaciais e desertos abrasadores. Rios caudalosos e oceanos imensos. Estepes ensolaradas e florestas sombrias. **Aqui** o Gênio Criador, num assombro de benevolência, colocara de tudo um pouco: Colinas suaves cobertas por campos verdejantes, capões e pinheiros pitorescos como ilhas encantadas num imenso mar. Lagos amenos e rios fertilizantes. Invernos de sadio rigor e verões de um calor fecundo. Em tudo o áureo meio-termo, a predestinação da felicidade. – Deus olhou a sua obra e achou-a bem feita. No sétimo dia Ele descansou. E com Ele descansou a terra, mergulhada num sono profundo de muitos milênios. Os nossos rios se povoaram de peixes, pelos ares vieram os pássaros, em nossos campos pastava o cervo altivo, guarás e onças pardas lutam, em nossos capões, pela supremacia. Bandos de gralhas azuis semeavam vastos pinheirais. O vento, ciciando, acariciava as copas dos pinheiros, sacudia as frondosas imbuías, brincava com as folhas das humildes ervaíras. De quando em quando, os bugres de pele bronzeada varavam campos e matas, à procura de alimentos. Mas a terra dormia...⁶

Como se pode perceber, o processo histórico que antecede a chegada dos imigrantes na região têm origem na criação da terra por Deus. Diferentemente das outras partes do globo terrestre, na região onde se instalaria a colônia há uma característica das criações divinas que chama a atenção: o “meio termo”. Não há excesso no tamanho das colinas e nem na cobertura vegetal, a qual é composta pela intercalação entre florestas e campos. A esta paisagem idílica soma-se a presença dos primeiros seres humanos, os “bugres”, os quais viviam sem cultivar a terra.

Em seguida, o texto narra a chegada e a fixação dos primeiros “homens brancos”:

Depois vieram os primeiros homens brancos. Eles possuíam o segredo do fogo e da pólvora. Vinham em busca de aventuras, de riquezas e de escravos. Pela primeira vez, o medo e o terror alvoroçaram a terra. Alguns poucos aqui construíram as suas

⁴ Baseado em Coleridge, Umberto Eco denomina esse acordo ficcional que o leitor precisa aceitar tacitamente de “suspensão da descrença”. Para mais informações, ver: ECO, Umberto. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo: Companhia da Letras. 1994. p. 81-102.

⁵ ABECK. Helmuth. **Op. Cit.** p. 06.

⁶ Idem. p. 01.

habitações, tomaram posse de vastas regiões e consideraram-se donos absolutos de tudo. Deram a esta terra o nome de Guarapuava. Fundaram cidades e aldeias. Em outros continentes, nesse tempo, já raiava um novo dia. Aqui, porém, a terra continuava dormindo...⁷

Como a principal atividade econômica dos novos povoadores era a criação de gado, Abeck considera que a terra ainda continuava em repouso. Para ele, isso é um indicativo de atraso da região em relação a outros continentes, notadamente o europeu, de onde virão aqueles que tirarão a terra de Guarapuava da letargia. Isso somente irá ocorrer com o advento do século XX.

E assim veio o século 20 da era cristã. Em muitos países as populações haviam crescido demasiadamente e o espaço tornara-se insuficiente. Correntes migratórias demandavam as regiões de baixo índice demográfico. Um dia chegaram, também, a esta região guarapuavana. Chegaram em apreciável número, ruidosos, com todos os seus pertences, com máquinas e motores. – Quem pode dormir com o roncar dos motores? – A própria terra teve que acordar. Raiava, também aqui, o alvorecer do novo dia, do **oitavo dia** da criação. Corria o ano de 1951.⁸

A chegada dos suábios marca, portanto, o raiar do oitavo dia. Para este grupo se projeta a missão de dar continuidade à obra divina, que durara sete dias, quando finalmente a terra será arada e cultivada.

Após a leitura do prólogo, iniciam-se as encenações. A primeira cena apresenta José e Carlos, dois (...) *garotos caboclos de 8 a 10 anos, maltrapilhos, descalços, sujos, que se esgueiram por entre os arbustos, à espreita de uma caça. José empunha uma atiradeira, pronto para soltar a pelota.*⁹ Essa descrição dos dois personagens reforça a imagem acerca do estado de pobreza da população local e sua condição de meros caçadores e coletores, a qual pode ser verificada também no diálogo que se segue, após os garotos terem abatido uma codorna e a levado para Ana, sua mãe:

Carlos - Que bom! Vamos ter caldo para o pirão. Como mamãe vai ficar contente. – Mamãe! Mamãe! O Zé matou uma codorna! – (para o irmão) Como faz tempo que não comemos mais carne. Vai ser um banquete! (...).

Ana – Uma codorna? Que maravilha! Vamos já preparar para o jantar. Graças a Deus, vamos ter um caldinho e carne. Desde que Fabrício sofre dessas dores de reumatismo, não tivemos mais carne, e o pobrezinho fica cada vez mais fraco. Corram para casa e vão depenando! Eu também já vou. Só quero ajuntar uns paus de lenha para o fogo.¹⁰

As cenas seguintes ampliam o campo de visão da estrutura social local. A penúria dos caboclos não se deve à vontade divina, mas ao egoísmo de alguns homens. Por exemplo, os diálogos mencionam

⁷ Idem. Ibidem.

⁸ Idem. p.07-08.

⁹ Idem. p. 09.

¹⁰ Idem. Ibidem.

os atos do fazendeiro que, em função do pasto ruim e, conseqüentemente, da queda da produção de leite, nega o alimento aos personagens em favor dos terneiros, além de querer os pinhões apenas para tratar os porcos. A única chance de sair dessa situação é ir estudar na capital. É o caso do personagem Luciano, o qual está de partida para Curitiba.

Enquanto a família olha Luciano se afastar, escutam um ruído de caminhões se aproximando e vozes.

Carlos – Papai, um dos caminhões vem para este lado. Vai parar aqui.
(Ouvem-se vozes, ordens em alemão, como “**Weiter rechts! Passt auf! Noch etwas weiter! So ist es gut!**” etc.)

Rita – Que gente engraçada, papai. Eles têm cara vermelha e cabelo amarelo!

José – E que olhos esquisitos. Eles são russos, mamãe? São tão diferentes da gente aqui da terra.

Ana – Devem ser alemães. Escutem a fala deles.¹¹

Curiosamente, os caboclos analfabetos conseguem identificar a nacionalidade dos recém chegados por meio da fala destes. Por outro lado, ao suprimir ou diminuir os aspectos relacionados à dificuldade de comunicação, o que seria provavelmente comum entre pessoas reais, o autor torna mais dinâmico o desenrolar do enredo e focaliza mais diretamente o embate entre os personagens representantes dos dois grupos.

Isso se desenrola na cena seguinte, quando Willi escolhe uma árvore como local de abrigo, momento quando acontece o primeiro diálogo:

Fabrizio – Boa tarde!

Gertrud – (que acaba de entrar da direita, com Hansel e Gretel, esta última com uma boneca:) O que ele disse? “Boa tarde”? Deve significar boa tarde. – Sim, boa tarde, pessoas! Mas como a aparência deles é lastimável! E como são sujos! (esfarrapados) – Crianças, não se aproximem tanto deles.

Rita – Puxa, a gente não entende o que eles falam. Mas que boneca linda que a menina tem. – Menina, vem brincar comigo!

Gretel – Mamãe, eu acho que ela queria brincar comigo. Posso?

Gertrud – (com rispidez) **Nein, nein!**

Ana – Nossa Senhora, que gente antipática!¹²

Neste momento o autor procura mostrar que no primeiro contato entre os dois grupos ocorre uma manifestação de aversão por parte dos imigrantes aos receptivos caboclos. O estranhamento é justificado pela aparência dos nativos: sujos e com as roupas esfarrapadas, característica que estabelece uma diferença e impede o contato social mais íntimo.

¹¹ Idem. p. 14.

¹² Idem. Ibidem.

Apesar da demonstração pouco amistosa dos recém-chegados, Fabrício, ao ver que eles irão pernoitar sob o pinheiro, os convida, por meio de palavras e gestos, para dormirem em sua casa.

Willi – O que, nós devemos dormir na barraca? De modo algum! Nós preferimos dormir sob esta árvore. Aliás, quando realizarmos o plantio aqui, vocês precisarão desaparecer! (Acompanha suas palavras com gestos bruscos) Isso também irá acontecer com essa cabana.

Fabrício – Vocês estão vendo? Ele quer nos expulsar daqui!

Ana – Vai destruir a nossa choupana! Que gente! Vamos embora, antes que ele nos bata!

Inês – Eles talvez não nos quisessem ofender. Eu acho a senhora bem simpática. E as crianças louras são tão bonitinhas...

Fabrício – Eu vejo um futuro negro na nossa frente! Esta gente não se compreende. O que será de nós? (Voltando-se para Willi:) Mas daqui eu não saio não! Moro aqui desde criança. Temos Lei no Brasil! Saberemos defender os nossos direitos, nem que seja no tiro! Não saio não, ouviu?! Não saio! (Sai à esquerda, encostado na mulher. Os outros nativos permanecem no palco, ao lado).¹³

Em nota de rodapé, Abeck indica que este é o momento em que o conflito começa, mas sugere que ao regente da peça fique o critério de abrandar ou enriquecer as expressões, conforme o público. O conflito não se dá pela falta de compreensão entre pessoas de línguas diferentes, ou pelo caráter dos dois grupos (não há oposição entre o bem e o mal), mas ocorre em função da ocupação da área. Outro aspecto que chama a atenção é o fato do caboclo aclamar a lei, antes do uso da força, algo que, pelo menos no Paraná daquele período, não era muito comum quando se tratava de conflitos envolvendo a posse de terras.

A justificativa para o estranhamento dos imigrantes com a presença dos nativos é apresentada na oitava e última cena do primeiro ato. Willi comenta que a informação que lhe haviam dado era de que estas terras estavam livres da presença de pessoas e se questiona o que esses caboclos estariam fazendo ali. Por outro lado, Gertrud, tentando contemporizar a situação de conflito, comenta que o nativo não os teria entendido direito e que era apenas um problema de comunicação.¹⁴

Ela também observa que a aparência dos mesmos era de pessoas doentes, como se não tivessem comida suficiente, e sugere ao marido que deveriam tentar entender-se com eles novamente. Se na cena anterior a visão dos caboclos sujos motivou a repulsa, o afastamento por parte de Gertrud, a qual impediu que seus filhos brincassem com os filhos dos caboclos, nesse momento, sua interpretação acerca das características físicas destes as relaciona com as condições paupérrimas da referida população.

¹³ Idem. p. 15.

¹⁴ Idem. Ibidem.

Em seguida, Rita se aproxima de Gretel e, após uma troca de palavras sobre como se pronuncia a palavra boneca nas línguas alemã e portuguesa, começam a brincar juntas em silêncio. Desta vez, os pais não repreendem a filha e conversam a respeito de suas expectativas com relação ao novo lar.

A cena continua com a menção a outro fenômeno da natureza: o palco é escurecido e é apresentada uma imagem da lua cheia. Todos os personagens admiram o fenômeno. Em seguida, ao lado de onde estão os brasileiros, com um violão é catada a melodia “Luar do Sertão”. Hansel exclama o quão bela é a canção e Gertrud comenta que pessoas que tenham canções deste tipo não podem ser más e, portanto, eles poderão se entender com elas. Do lado dos alemães, acompanhados de um acordeom, é cantada a melodia intitulada “An Den Mond” (À Lua).¹⁵

O final do ato indica a possibilidade das desavenças serem colocadas de lado. A percepção de gostos musicais em comum sugere a existência de uma espécie de comunhão espiritual, pois ambas as músicas remetem a sentimentos que a lua cheia desperta.

O segundo ato representa o cenário após a passagem de cerca de vinte meses.

(...) O cenário é o mesmo, porém os campos, ao longe, estão cultivados, vendo-se trigo colhido etc. Por detrás da colina aparecem alguns telhados novos, uma igreja em construção. O nível de vida dos nativos apresenta sensível melhora em relação ao primeiro ato, o que se traduz em cores mais sadias, vestimenta melhor, choupana melhorada etc. É mês de dezembro, época de natal.¹⁶

A chegada dos imigrantes trouxe a prosperidade para a região, pois tiraram a terra do seu sono. Isso resultou também na melhora nos padrões de vida dos chamados nativos. O texto indica que a transformação não se deu de maneira fácil, mas foi fruto de um extenuante trabalho realizado pelos imigrantes. Isso é mostrado na primeira cena, na qual Willi, Hansel e Gretel trabalham no fundo do palco. O diálogo tem início com Willi afirmando que está farto de trabalhar dia e noite e o trabalho não rende o que ele espera. O imigrante ressalta que até mesmo a mulher e as crianças precisam trabalhar como mouros. Nesse instante entra Gertrud, a qual traz um cesto com alimentos e pede paciência ao marido.

Nas cenas seguintes, Willi se queixa para o professor Roberto, descendente de imigrantes alemães, que o trabalho não é fácil e que também lhe falta sorte. A fim de animar o imigrante, o professor procura mostrar que ali as condições são bem melhores do que aquelas encontradas pelos seus avós, imigrantes alemães, os quais se viram totalmente sozinhos nas espessas matas do Rio

¹⁵ Idem. p.17.

¹⁶ Idem. p. 19.

Grande do Sul. Segundo ele, naquele Estado, os imigrantes sofreram com a febre, com os roubos praticados pelos índios, com os animais selvagens e com a ameaça de todo o tipo de pragas. Destaca que somente com muita luta seus ascendentes resistiram e conseguiram construir para seus filhos uma existência digna, e finaliza aconselhando os suábios a se apoiarem mutuamente para, assim, renovarem o ânimo.¹⁷

Gertrud comenta que já falou isso para o marido, mas que ele tem esperanças de retornar para a Europa, onde acredita que terá melhores perspectivas de vida. Roberto, num tom mais contundente, tenta demover o imigrante desta idéia.

Roberto – Mas não na terra, como agricultor, como agricultor livre! Você preferiria ir para a Europa para, seja em qual abafada empresa for, ser um subordinado operário, um discreto número, uma ovelha anônima no rebanho? Aqui lhe acena a liberdade, aqui o espaço ainda é amplo, aqui você pode ser seu próprio senhor!¹⁸

Nesta cena, pode-se perceber claramente que, apesar de ser uma peça de ficção, trata-se de uma discussão que remete à saída de muitos colonos, os quais foram para cidades como Curitiba e São Paulo ou mesmo para a Alemanha. De acordo com Elfes, do período inicial da colônia até 1954, 60 famílias reemigraram para a Europa. Em 1958 houve uma nova onda de retorno com 25 famílias, cujo ponto mais alto ocorreu em 1962, com a saída de 42 famílias.¹⁹ A fala do personagem Roberto pode ser entendida como uma tentativa de Abeck em dissuadir prováveis espectadores que pretendem voltar para a Europa a mudarem de idéia e incentiva-los a ficar na colônia.

Mas o discurso de Roberto não consegue convencer Willi, o qual novamente menciona a não disposição dos nativos em trabalhar para eles:

Willi – Isto tudo que você disse é belo e bom. Aqui eu não sou só meu senhor, mas também meu próprio e único servo. Não se encontra ajudante. Os brasileiros não querem não. Eles são doentes e preguiçosos e estão sempre pensando em travessuras.²⁰

Diferentemente da sua esposa, a interpretação de Willi acerca dos brasileiros associa a doença e a preguiça a outra característica dos nacionais: a não seriedade. Ficar pensando em travessuras denotaria a falta de capacidade deste grupo em ter uma atitude de seriedade e de comprometimento com o progresso do local.

¹⁷ Idem. p. 23.

¹⁸ p. 23 e 24.

¹⁹ De acordo com Elfes, entre 1951 e 1971, reemigraram, completas, 284 famílias e 80 tiveram membros que deixaram a colônia. ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Op. cit. p. 58-59.

²⁰ ABECK, Helmuth, **Op. Cit.** p.24.

Roberto, no entanto, afirma que os nacionais não são tão ruins como Willi os julga e explica que esse comportamento dos brasileiros deve-se ao fato deles nunca terem sido habituados ao trabalho disciplinado. Além disso, são subnutridos e freqüentemente doentes e essa situação dos brasileiros, portanto, deve-se às condições sociais, e não à sua índole. O professor conclui dizendo que os imigrantes teriam que somente compreendê-los corretamente. Diante disso, Willi responde que irá tentar mais uma vez.

Na quinta cena, o diálogo inicia com Roberto e Ana, a qual agradece ao professor por ensinar seus filhos, algo que ela classifica como um “progresso maravilhoso”. O professor concorda e lança a pergunta sobre o quanto as coisas melhoraram com a chegada dos imigrantes, ao que a mulher responde afirmativamente.

Mas isso não consegue convencer Fabrício. O diálogo que se segue é exemplar:

Fabrício – Mas o ambiente está envenenado. Estes imigrantes são rudes e não nos compreendem, parece que nos desprezam. É um inferno! Seria melhor que voltassem para donde vieram.

Roberto – (com gravidade) Este seu desejo poderá se tornar realidade antes que o senhor pensa. Os alemães estão a ponto de abandonarem tudo isto aqui. Estão cansados!

Ana – (Assustada) Nem diga uma coisa dessas, professor! E vão fechar a escola? Que será de nós, então? Cairemos novamente nas unhas de algum fazendeiro? E os nossos filhos continuarão na ignorância? Morrendo, talvez, na miséria? – Fabrício, isto não pode acontecer!

Fabrício – Sim, não pode. Mas o que é que você quer que eu faça? Nós é que não poderemos alterar as coisas.

Roberto – Pois eu acho que sim, senhor Fabrício. A situação é tal que poucas gotas poderão fazer a água correr. E estas gotas bem que poderia ser um pouco de boa vontade, uma palavra amiga, um conselho, uma ajuda, a sua colaboração, a colaboração de todos. Eu sei que eles, os alemães, aceitariam a sua ajuda de braços abertos. Eles precisam de ajuda. E eles têm boa vontade. O que envenena o ambiente é unicamente a falta de compreensão de ambas as partes, é a falta de harmonia. Aqui se encontram dois povos diferentes, distintos. Uma aproximação entre os dois exige sacrifício de ambos os lados. Cada parte cedendo um pouco de seu orgulho possibilitará caminharem juntos, sem atritos. Vale a pena fazer este sacrifício, pois ele traria o progresso e o bem estar a este rincão.

Fabrício – São palavras...

Ana – Fabrício, acho que o professor tem razão. Os alemães não são ruins; eles são é diferentes da gente. Eu pareço que estou começando a compreendê-los.²¹

Ao contrário de Fabrício, as palavras de Ana e Roberto indicam a existência de uma interdependência entre os dois povos. A saída dos imigrantes poria a perder o projeto do oitavo dia e causaria um retrocesso neste “rincão”. A percepção da possibilidade de um convívio mútuo entre os

²¹

Idem. p. 25.

dois povos é sentida pelas mulheres Gertrud e Ana. São delas as principais manifestações para que os imigrantes permaneçam e para que os moradores locais os auxiliem na agricultura.

No momento seguinte, as atenções dos personagens voltam-se para Luciano, o qual se aproxima vestido com uma farda. Ele está retornando do serviço militar. Em sua fala, o recém chegado também defende a permanência dos imigrantes na região e prega a colaboração dos brasileiros para impedir que a terra caia no sono. Construir o oitavo dia não é mais uma tarefa só dos imigrantes, mas deve ser objeto do esforço de todos os que ali vivem.

Em seguida, Roberto apresenta Luciano a Willi e afirma que o brasileiro está disposto a colaborar. Willi aceita e declara que com isso a colônia terá êxito. A pedido do filho, Fabrício finalmente concorda em ajudar e se compromete em conversar com seus conterrâneos, a fim de convencê-los a fazer o mesmo. O aperto de mãos entre Willi e Fabrício celebra o início de uma nova fase da colônia.²²

O terceiro ato refere-se aos festejos dos dez anos da colônia. Na primeira cena, Willi e Gertrud inspecionam as plantações e admiram o estado do trigal, o que prenuncia uma ótima colheita. Gertrud exclama que não pode agradecer a Deus suficientemente por ter abençoado o trabalho, enquanto que Willi lembra que isso também se deu as custas de muito esforço. Além disso, afirma ele, (...) *desde que as relações com nossos vizinhos brasileiros melhoraram, vivemos em harmonia e em paz. Com certeza, não temos do que nos queixar.*²³

Todos estão se preparando para a festa do décimo aniversário da colônia. Hansel e Gretel, agora moços, estão vestidos com trajes típicos suábios. Um aspecto que reforça a comunhão entre os dois povos se dá quando Hansel pergunta para Ana e Fabrício se Rita irá à festa e Ana confirma. Gretel insinua então que (...) Hansel *namoriert* die Ritinha.²⁴

O diálogo que se segue permite perceber como o autor visualiza o processo de inserção dos imigrantes na comunidade nacional brasileira.

Gertrud – (Fazendo-se de surpresa) – Nossa senhora! Isso é interessante! Então logo teremos um deputado na família – E por que não? Por isso Rita é tão aplicada no estudo da língua alemã! – Finalmente todos aqui somos **UM** só povo. Afinal de contas isso depende da compreensão mutua e do nível cultural. A maioria dos nossos compatriotas, mesmo meu bom Willi, o qual mal somente sabe algumas palavras de português, já se candidataram para obter a cidadania brasileira.

²² Idem. Ibidem.

²³ Idem. Ibidem.

²⁴ Idem. Ibidem.

Willi – Por isso eu poderei tornar-me um bom brasileiro! Para isso não preciso falar! – Pra ser bom brasileiro, non precise falar... Importante como falar é o trabalho e a realização. Para isto basta meu caráter alemão, e eu não preciso renega-lo!²⁵

Ao ouvir ir as palavras de Willi, Roberto complementa.

Está muito certo, senhor Willi, ninguém deve renegar sua origem e tradição. (...) Um traidor jamais será bem vindo no seio da Família Brasileira. Eu me sinto 100% brasileiro e tenho orgulho da minha origem alemã, sempre me esforçarei para que os valores culturais legados pelos meus antepassados sejam conservados e cultivados para minha pátria brasileira.²⁶

Não há contradição entre ser cidadão brasileiro e manter sua cultura alemã. É uma mensagem cujo destinatário é o espectador suábio, pois procura incentivá-lo a manter suas características culturais, que enriqueceriam também a pátria brasileira.

Em seguida, ocorre a apresentação do grupo de dança, do qual os jovens fazem parte. Após a apresentação, Luciano e Inês entram no palco. O agora deputado parabeniza o grupo, afirmando que tais danças (...) *parecem exprimir um pedacinho da alma e do caráter do povo que as criou, durante séculos* (...).²⁷

Na qualidade de político, Luciano profere o seguinte discurso, que é traduzido para a língua alemã por Roberto:

Luciano – Cumpre agradecer este fabuloso progresso, em primeiro lugar a este punhado de valorosos imigrantes, que com um esforço inaudito reproduziram aqui, embora em menor escala, o “Wirtschafts-Wunder”, o milagre econômico, da terra dos seus antepassados. Este esforço titânico, num decênio, transformou a fisionomia de toda a região, de todo um município. Onde os seus tratores e os seus arados ainda não sulcam os campos, os moradores nativos copiaram-lhes o exemplo e participam ativamente desta autêntica batalha da produção. (...) Este progresso, porém, tem outro aspecto: Quando deixei esta terra, há dez anos, descalço, maltrapilho, doente, o meu povo, este valente povo caboclo, levava uma existência de sofrimento, de subalimentação, de sujeição, de miséria, de ignorância e analfabetismo. O contato com o elemento novo ergueu-o, suspendeu-o do pó. Hoje o seu nível é bem outro, hoje ele está bem alimentado, bem vestido, integrado no trabalho, seus filhos tem escola, seus doentes tem hospital, enfim, é um povo que pode colocar-se ao lado de qualquer povo do mundo (...). E ainda um terceiro aspecto precisa ser focalizado: o aspecto brasileiro-nacionalista deste empreendimento. Contrariamente ao que acontece com muitas outras empresas e investimentos estrangeiros, aqui o imigrante tem a sua vista voltada exclusivamente para o Brasil. Daqui nenhum real é levado para o além-mar. O fruto de todo este trabalho fica integralmente em nosso país, cuja cidadania grande numero destes imigrantes já requereu. (...) Tempos houve, em que a incompreensão ameaçou destruir esta obra patriótica. O amor pela pátria comum, porém, finalmente provou ter

²⁵ Idem. p. 32.

²⁶ Idem. Ibidem.

²⁷ Idem. p.33.

mais força. E ambas as partes, nativos e imigrantes, souberam se amoldar. Os nativos aprenderam ordem, organização e método de trabalho, e copiaram muitos hábitos de bem-viver, enquanto que os imigrantes perderam boa parte da sua rudeza e inflexibilidade, as quais substituíram pelas belas qualidades de coração, tão características da nossa gente. E assim operou-se o GRANDE MILAGRE DA ACULTURAÇÃO, que fez de dois povos diferentes um amálgama homogêneo, sobre o qual se alicerçará, seguramente, o futuro da nossa pátria.

O discurso, que marca o encerramento da peça, quando é cantado o hino nacional brasileiro, resume o enredo da mesma. Ele permite perceber como o autor interpreta o processo de aculturação, o qual é concebido não como a perda de valores culturais, mas como a união das características positivas de ambos os povos. A aculturação proporcionou aos nativos a possibilidade de mudarem sua visão e conduta acerca do trabalho, e assim alcançarem um nível melhor de condição de vida, enquanto que aos imigrantes trouxe uma modificação na forma destes se relacionarem entre si e com outros povos. Para Abeck, tal junção constitui o oitavo dia, pois dá prosseguimento à obra divina, a qual está alicerçada no meio termo, na mistura e na colaboração entre os caboclos e os imigrantes, agora cidadãos brasileiros.

CRÔNICAS DE VIAGEM DO SÉCULO XIX: O OLHAR DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS SOBRE OS IMIGRANTES ALEMÃES ESTABELECIDOS EM PORTO ALEGRE

Sheila Staudt

1. Literatura de viagens

O tema da viagem é recorrente na literatura mundial. Desde tempos remotos, a problemática da viagem vem sendo muito enfatizada, seja pelos textos de peregrinações, seja pelos textos de aventura e outros. Por ser uma temática abrangente, a viagem tornou-se uma constante nos textos literários, dando margem a inúmeras interpretações e reflexões. Contudo, apesar de ser bastante trabalhado, este assunto não é demasiado simples, pois envolve diversas etapas como toda e qualquer viagem que se pretende completar. A pesquisadora Seixo afirma:

a idéia da viagem integra potencialmente um conjunto nocional de componentes enraizados na existência humana (v.g. partida, chegada, projecto, realização, caminho, travessia, finalização, retorno), [...] viagem inclui também a fase de uma dinâmica mais abrangente: andar em viagem significa no fundo parar em algum sítio, deter-se na via, suspender o caminho (para um olhar, um diálogo, uma apreensão, um gesto, uma escrita, a renovação do viático; paragens) (SEIXO, 1998, p.12 -13)

Apesar de estar a viagem muito presente na vida dos seres humanos, como explica a estudiosa, entendemos que a mesma é também um processo complexo, o qual necessita de diferentes fases a fim de que seja plenamente completado. É necessário que haja um ponto de partida, as intempéries do caminho, a chegada ao destino previsto (ou não previsto) e o retorno, momento este em que se encerra esta trajetória. Por ser um tópico de grande complexidade, a temática da viagem vem ocupando um espaço privilegiado entre os estudos literários e, por isso, sentimos a necessidade de fazer aqui uma diferenciação entre três áreas que possuem a viagem como tema de estudo. De acordo com Seixo, a poética da viagem subdivide-se em três grandes zonas:

a da *viagem imaginária* (que recobre mitos e textos lendários e alegóricos da Antiguidade e da Idade Média' promovidos pelas viagens de relações comerciais e de descobrimentos) e a da *viagem na literatura Média*, assim com as utopias [...]), a da *literatura de viagens* (constituída por textos diretamente), na qual a problemática da viagem é utilizada como ingrediente literário, em termos de motivo, de imagem, de intertexto, de organização efabulativa, etc., e que está presente ao longo de toda a história da literatura, com particular acuidade para os séculos posteriores ao Renascimento. (SEIXO, 1998, p.17, grifos meus)

Foco da presente análise, a *Literatura de viagens* tem se tornado objeto de estudo de muitos teóricos. É interessante compararmos a definição de Seixo com a reflexão de Cristóvão, que traz à luz algumas questões:

Por Literatura de Viagens entendemos o subgênero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos, caráter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar a viagem real ou imaginária (por mar, terra e ar) temas, motivos e formas. (CRISTÓVÃO, 1999, p. 35)

Talvez por estar relacionada à Antropologia e à História, a literatura de viagens seja definida pelo pesquisador Cristóvão como um “subgênero” da literatura, pois, para muitos críticos, a emoção estética destes textos é inexistente. Fato de muita controvérsia até os dias atuais, a definição deste ramo da literatura denominado *literatura de viagens* e sua inclusão como parte da literatura universal, causa confrontos e divergências de opiniões entre diferentes correntes teóricas.

As crônicas de viagem constituem-se de particularidades narrativas que as distinguem dentro da literatura. A fim de explicitarmos o que de fato contém estes textos pertencentes à literatura de viagens, serão apresentados os estudos de François Hartog que esclarecem sobremaneira esta questão.

Estes textos que relatam viagens de deslocamento possuem como que uma estruturação básica, que segue esta ordem: o relato da partida do país de origem, a travessia marítima, a chegada ao local almejado, a permanência em terras estrangeiras e o retorno à pátria. Podemos encontrar estas narrativas em forma de diários ou separadas em capítulos temáticos.

Conforme Hartog, os relatos de viagem devem comportar uma rubrica dedicada aos “*thôma*” (maravilhas, curiosidades), isto é, faz-se imprescindível a narração de fatos curiosos e descrições maravilhosas nestes textos, pois a presença do *thôma* “produz um efeito de credulidade, até porque o narrador não pode deixar de usar essa rubrica que o público espera: se a omitir, arruinará de vez o seu crédito.” (HARTOG, 1999, p. 246). Desta forma, entendemos que, para uma crônica de viagem cumprir realmente o seu papel, ela deverá apresentar curiosidades daquele país onde esteve o viajante, bem como relatar as maravilhas encontradas por ele naquele local, o exotismo e as novidades avistadas, pois parece que está pressuposto aos leitores destes relatos que “nesses países distantes (ou nesses países outros), não pode deixar de haver maravilhas-curiosidades.” (HARTOG, 1999, p. 246). Estas pressuposições por parte dos destinatários destes relatos de viagem apontam para o horizonte de expectativa dos mesmos em cada período histórico. No século XVI, percebemos que os leitores destas crônicas esperavam piamente saber se havia realmente um paraíso terrestre em alguma parte longínqua do planeta, bem como obter informações acerca de povos e culturas estranhas às suas. Por outro lado,

no século XIX, período caracterizado por um grande desenvolvimento científico, os leitores interessavam-se por novidades relacionadas aos estudos e pesquisas científicas, que eram muito estimuladas e encorajadas durante a época em questão. Por isso, não é de se estranhar que os relatos deste período estejam repletos de descrições e nomenclaturas pertencentes ao campo da ciência.

Além da presença do *thôma*, Hartog reitera a existência de diversos procedimentos retóricos utilizados por esses viajantes no momento de escreverem seus relatos. Um dos mais importantes recursos, segundo ele, é a comparação, a qual é usada freqüentemente nas crônicas de viagem, pois o viajante lança mão de um conhecimento partilhado entre ele e o leitor, a fim de fazer-se compreender da melhor maneira possível. É graças à comparação que o viajante, ao descrever a alteridade observada em terras distantes, consegue torná-la inteligível ao destinatário.

A analogia é outra forma de comparação e é também bastante utilizada pelos viajantes em suas narrativas. Este recurso, empregado no instante de narrarem o novo, lança mão de um paralelo entre os objetos descritos com a finalidade de “pôr a coisa diante dos olhos”, ou seja, “é uma ficção que faz com que o destinatário veja como se estivesse lá, mas dando a ver uma outra coisa” (HARTOG, 1999, p. 242).

De acordo com Hartog, a comparação elaborada do mundo em que se conta faz ver diretamente que *a* é como *b*, ou analogicamente que *a* é para *b* como *c* é para *d*. Assim, estes procedimentos têm o objetivo de convencer o leitor de uma crônica de viagem na medida em que trazem para bem próximo deste as inúmeras novidades existentes em terras distantes através de comparações ou analogias com a realidade que os cerca, possuindo como garantia importante “o olho do viajante ou o saber do narrador” (HARTOG, 1999, p. 245).

A descrição é outra forma de narrar tudo o que é visto nestas viagens, tendo fundamental importância para o leitor, que consegue perceber detalhes naquilo que está sendo descrito pelo viajante. Segundo Hartog, “descrever é ver e fazer ver: é dizer o que você viu, tudo o que viu e nada mais do que viu” (1999, p. 261); é por isso que percebemos no instante de lermos estes relatos, o tamanho esforço despendido por estes viajantes no instante de descreverem os locais por onde passavam, os povos que encontravam, os animais estranhos que enxergavam, a fim de expressarem-se da melhor maneira possível sobre o que se passava diante de seus olhos, já que para Hartog “o olho do viajante encontra-se na posição de traço de união entre os elementos heteróclitos [...], portanto o produtor do monstruoso, pelo modo como recorta o visível” (1999, p. 263).

Muitas vezes há a necessidade de asseverar uma descrição nestes relatos de viagem e logo o viajante coloca o seu olhar como prova ou garantia de verdade, para reforçar seu testemunho sobre o ocorrido. Expressões como ‘eu vi’, ‘eu presenciei’, ‘eu assisti’ são recorrentes nestas crônicas de viagem e reiteram a descrição feita pelo viajante anteriormente. Nestes casos, “o olho fala e diz o visível” (HARTOG, 1999, p.263). Para este estudioso, o que autoriza uma descrição é o olho da testemunha, do viajante que presenciou e realmente lançou seu olhar sobre o alvo a ser descrito em sua narrativa.

Através destes pormenores contidos nos textos categorizados como parte do gênero literatura de viagens, torna-se compreensível sua classificação como tal, porque se trata de relatos únicos de viagens que seguem, em sua maioria, um padrão e que contém singularidades na forma narrativa, visto que atendiam a um propósito específico.

A questão do olhar destes viajantes sobre o novo é essencial nestas travessias, pois ao pensarmos na situação em que os mesmos se encontravam em comparação com os habitantes dos locais por onde passavam, há uma peculiar diferença. A pesquisadora Miriam Moreira Leite reflete sobre esta questão, caracterizando o olhar dos viajantes como sendo um olhar privilegiado ao longo de suas travessias:

[...] o viajante, em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida quotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber. O habitante vive sua vida e reflete apenas sobre seus aspectos mais próximos, sem tomar conhecimento de muitos outros do ambiente em que se encontra. [...] Por ser alguém que é “de fora” e está ali “de passagem”, sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar a seus conterrâneos o que conseguiu perceber, o viajante torna-se um observador alerta e privilegiado do grupo visitado.” (MOREIRA LEITE, 1997, p. 9-10)

Sendo assim, a posição do viajante favorecia sua percepção acerca de tudo aquilo que estava a sua volta. Suas descrições sobre as terras estrangeiras e seus habitantes eram enriquecidas por este *olhar* de viajante que observava e analisava detalhadamente o diferente, pois se encontrava na situação de ‘estrangeiro do lugar’. Por isso, tudo o que avistava era novo e, conseqüentemente, seu *olhar* tornava-se perspicaz ao refletir sobre culturas, hábitos e costumes tão estranhos aos seus.

Ilka Boaventura Leite também reflete sobre este olhar do viajante e faz uma comparação entre o viajante e o etnógrafo/antropólogo, visto que “no relato de viagem e na etnografia, viaja-se para escrever e escreve-se para relatar viagens”. A partir disso, a pesquisadora afirma que

[...] o olhar do viajante/etnógrafo/antropólogo, desloca-se, expande-se pelas novas fronteiras emergentes, atrás de novos aportes e questões: primeiro os sujeitos tradicionais, o olhar que localiza uma sociedade inteira e depois um outro que vai entrecortando-a em micropartes, através de grupos, indivíduos até chegar nas relações interpessoais. Cada olhar demandando diferentes tipos de experiência, diferentes tipos de viagens. Viagens que atravessam fronteiras de estados/nações, de grupos sociais, de grupos étnicos, de sistemas cosmológicos e míticos, de sistemas políticos, de gêneros e papéis sexuais, de estilos e muitas outras. (LEITE, 1994, p.352)

Depreende-se desta passagem a importância deste olhar diferenciado no momento de relatar uma viagem, pois é a partir da observação arguta deste viajante, comparado a um etnólogo/antropólogo - que reflete e analisa cada objeto encontrado na sua trajetória -, que será construído o relato de viagem propriamente dito.

Este olhar do viajante vai além do objeto visto: ele consegue enxergar as origens e fazer relações que uma visão desatenta não captaria. Ao mesmo tempo que observa, ele estuda, indaga, recorta, monta e desmonta seu foco de observação, a fim de que possa compreender o todo, o conjunto e não apenas o objeto em si.

Olhar o outro que está diante de nossos olhos requer um olhar arguto e sapiente, desprovido de pré-conceitos ou generalizações. O outro só pode ser entendido por meio de reflexões que o coloquem em meio aos seus iguais e, ao mesmo tempo, o singularize na presença do diferente. Entender o outro é entender a si mesmo, desviando e expandindo o olhar de forma a perceber diferenças sem estigmatizá-las ou diminuir-las, mas sim, compreendê-las.

2. Breve história sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul

Uma das razões motivadoras da imigração europeia para o país foi a escassez de mão-de-obra, já que o elemento negro era tido como menos apto ao trabalho agrícola que os europeus. A crença numa superioridade técnica dos estrangeiros e a necessidade de braços para a lavoura faziam com que os senhores de terra olhassem a imigração estrangeira com grande interesse. Este interesse é ilustrado pelas vantagens que se ofereciam aos estrangeiros que se estabelecessem no país.

O berço da colonização alemã, no Sul do Brasil, foi São Leopoldo, cujo nome resume as primeiras experiências da colonização oficial (nome originado a partir do nome da Imperatriz D. Leopoldina). O recrutamento foi organizado por um agente direto do Governo Brasileiro, Major Schaeffer, que oferecia condições vantajosas aos colonos como, por exemplo, viajarem por conta do Governo, serem logo naturalizados, gozarem da liberdade de culto, receberem 77 hectares de terra por

família com cavalos, bois, vacas, etc.; durante um ano receberiam ajuda em moeda corrente, bem como isenção de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos, desde que respeitassem uma única condição: a inalienabilidade de suas terras por dez anos. Muitas destas promessas não puderam ser cumpridas por estarem contrárias à posição da Constituição do Império, contudo, 5.350 imigrantes alemães entraram no Rio Grande do Sul de 1824 a 1830.

3. O olhar dos viajantes estrangeiros sobre as colônias alemãs de Porto Alegre nos relatos de viagem do século XIX

Investigar, coletar, classificar, listar. São estas as principais marcas do olhar científico, olhar este que se propõe a pôr em prática todos os ensinamentos científicos advindos da época das luzes, quando a razão se sobrepunha à emoção. Olhar objetivo e calculista, circundado por teorias e estudos práticos que analisam, à luz da ciência, toda e qualquer forma de vida posta em seu caminho.

Os relatos de viagens do século XIX são caracterizados pelo cientificismo e pelo impulso classificatório que marcavam as descrições acerca da natureza e sua história, pois ocupavam um lugar privilegiado na cultura européia. A viagem, neste momento, tem o propósito de instrução, de aprendizado, de aperfeiçoamento pessoal via experiência por parte dos viajantes-naturalistas.

Este período foi dominado por uma ideologia utilitarista, que impregnou as viagens científicas e a natureza era visada de maneira a favorecer o ser humano.

Através da análise dos relatos de cinco viajantes que passaram por Porto Alegre neste período, pretendemos averiguar a importância dos alemães que ali viviam para o desenvolvimento e progresso desta cidade. Os viajantes que aqui estiveram possuíam os mais variados objetivos em suas travessias pelo sul do Brasil e, por estarem na condição de “estrangeiros do lugar”, possuíam um olhar privilegiado no que diz respeito ao povo e costumes locais, já neste momento muito influenciado pelas tradições alemãs.

O viajante francês Aimé Bonpland, botânico, esteve em Porto Alegre em 1849 e fala sobre a presença alemã na cidade da seguinte forma:

19 de julho de 1849 - Visitei uma fábrica de sabão e velas, cujos proprietários são alemães e bem recentemente vindos de Hamburgo. Estes senhores começaram a trabalhar e tudo o que eu vi me faz justamente supor que farão grandes negócios, porque seus primeiros produtos são bonitos e bons. (BONPLAND *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p.87)

A previsão deste viajante quanto aos negócios destes alemães, proprietários de uma fábrica de sabão e velas na cidade, nos passa a idéia da ótima qualidade dos produtos alemães que eram produzidos no Estado e, portanto, fariam grandes negócios devido aos atributos da produção.

Na crônica de Marie von Langendonck, viajante de origem belga que esteve em Porto Alegre em 1857, notamos algumas referências importantes sobre os alemães que moravam na cidade:

O alto comércio de lá é constituído por alemães e portugueses: estes últimos representam ali os judeus da Europa. Para eles tudo aquilo que produz um ganho qualquer é justificado por sua conveniência. (...) Os alemães, que por sua perseverança e pelo seu trabalho, conquistaram no Brasil um grande bem estar e mesmo fortuna, conservam-se simples e dignos, muito unidos entre si e seus filhos são perfeitamente educados. (LANGENDONCK *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p.104)

Um grande elogio é feito à índole dos alemães por esta viajante, que diz ser o povo alemão muito trabalhador e, desta forma, fez fortuna em nosso país, embora mantivesse a simplicidade. Ao comparar os alemães com os portugueses, percebemos a diferença entre os dois povos e os objetivos que os diferenciavam entre si.

O viajante Johann Jakob von Tschudi, naturalista suíço, esteve no estado em 1861 e passando por Porto Alegre, não deixa de notar a presença dos alemães na cidade:

A maioria dos alemães aqui residentes descendem de antigos colonos de São Leopoldo, aos quais se juntaram muitos soldados e oficiais das legiões alemãs dissolvidas. [...] O importante comércio atacadista está principalmente na mão de linhagens alemãs altamente admiráveis. Não é necessário mencionar que também aqui os alemães fundaram várias associações, como de assistência, corais e círculos de leitura, já que estas associações surgem em qualquer lugar onde haja alemães no exterior; mas merece uma menção especial o jornal alemão que é publicado em Porto Alegre. Há aproximadamente 12 anos, experimentou-se fundar aqui uma folha alemã. Ela levava o título *Der Colonist* e estava sob a gerência de um tal Lindenberg. [...] Foi transformada mais tarde, em uma folha alemã independente sob o título *Deutsche Zeitung* [...] Este jornal sai também duas vezes por semana num formato grande e com uma apresentação decente. (TSCHUDI *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p. 119)

O aspecto cultural é especialmente referido por este viajante, que nos fornece informações acerca das associações criadas pelos imigrantes na cidade, as quais são tipicamente parte da cultura alemã e refletem as tradições e hábitos de um povo em uma terra estrangeira, bem como o enfoque detalhado sobre os jornais alemães existentes na cidade, os quais perpetuavam os costumes dos imigrantes mesmo longe de sua pátria-mãe.

O viajante segue percebendo como estes alemães eram vistos pelo povo local:

Os alemães não são especialmente bem vistos nem em Porto Alegre, nem nos distritos da colônia, são até mesmo profundamente odiados por um certo partido ultranativista. [...] eles temem uma preponderância moral e política dos alemães, que estes sem dúvida irão conquistar com o tempo pela inteligência, capacidade trabalhadora e capital. Eles gostariam de aproveitar as vantagens diretas e indiretas que a Província tira da imigração alemã, mas não de ter os colonos no país. (TSCHUDI *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p. 121)

É possível notar que os alemães não eram bem vistos na cidade pelos habitantes locais, pois estes tinham a supremacia nas esferas política e moral daquele povo e, através dos elogios deste viajante aos alemães – quanto à inteligência dos imigrantes, disposição para o trabalho e capital –, seria bem possível que os imigrantes superassem os nativos de Porto Alegre, o que fica compreensível após todas essas qualificações percebidas por este viajante.

Outro viajante que fez referência ao número de alemães que habitavam Porto Alegre foi Joseph Hörmeyer, austríaco, que esteve na cidade em 1851. Ele relata:

Ao desembarcar, vemos logo que nos achamos numa cidade importante, que está crescendo rapidamente; em toda parte, novos edifícios, bonitas casas, às vezes de dois andares, bom calçamento e ruas limpas. Eu já havia notado em outras cidades meridionais, grande número de alemães e Porto Alegre pareceu-me uma cidade inteiramente alemã. Todas as lojas, todas as oficinas pareciam ser de alemães, todas as estalagens, todas as vendas tinham nomes alemães e o cabelo louro parecia predominar.[...] Quase três quartos dos alemães de Porto Alegre procedem da antiga colônia de São Leopoldo, que fica a 5 ou 6 léguas para o norte. (HÖRMEYER *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p. 133)

Aqui, o viajante percebe a cidade que o cerca e conclui, após ver inúmeros estabelecimentos comerciais pertencentes a alemães, ser Porto Alegre uma cidade inteiramente alemã.

Outra marca recorrente nestas crônicas de viagem é o fato de vários dos imigrantes alemães que habitavam Porto Alegre serem procedentes da antiga colônia de São Leopoldo, fundada em 1824 pela primeira leva de imigrados ao Estado.

A crônica de viagem de Reinhold Hensel, zoólogo polonês, também ressalta o elemento germânico presente na cidade de Porto Alegre em sua passagem pelo Estado, entre os anos de 1863 e 1866:

Estima-se o número de alemães entre 2.000 a 3.000 e, conforme outras pessoas, até mesmo em 5.000 – 6.000. Tais números, no entanto, devem ser exagerados; talvez 2.000 seja o mais próximo da realidade. Pelo menos, é quantidade suficientemente elevada. [...] As maiores casas comerciais pertencem aos alemães, e estes, em sua maioria, são também os empregados. Em parte é essa diferença na composição da sociedade alemã, em parte é o antagonismo entre os alemães imigrados e os que nasceram no país, o motivo da existência de vários clubes de nossos compatriotas, entre os quais o Germânia ocupa o primeiro lugar. Ele reúne com os alemães todos aqueles que têm a educação como exigência e ao mesmo tempo sentem necessidade de entretenimento e sociabilidade. Em um restaurante do próprio clube, há um gabinete de leitura e, além de alguns jornais políticos e ilustrados, também as ‘folhas voadoras’ de Munique e o *Kladderadatsch* são objetos muito procurados. (HENSEL *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p. 145)

A ênfase dada às associações alemãs – como o clube Germânia – esteve presente em diversos outros relatos de viajantes que observavam a organização destes imigrantes e a forma de vida que tinham longe de sua pátria. A tentativa de manter em terras estrangeiras os hábitos que tinham em sua terra natal fez com que os alemães mostrassem-se orgulhosos de seus costumes e organizados, mesmo num ambiente adverso.

Ao mencionar que os proprietários dos comércios locais eram, na sua grande maioria, alemães, percebemos a perseverança e força de vontade deste povo em trabalhar e conquistar seus ideais em meio aos seus familiares e compatriotas, já que até mesmo os empregados eram de origem alemã.

Outra viajante que aqui esteve em companhia de seu esposo também relata a presença dos alemães em Porto Alegre. Marion Mulhall, inglesa, visitou o Estado em 1871 e afirma que

Porto Alegre pode ser chamada de colônia germânica: os primeiros colonizadores vieram em 1825* e hoje existem 60.000 alemães na província. Eles não pensam em retornar para a Europa, mas sim tornarem-se colonizadores permanentes em seu lar adotivo. Eles ainda preservam as recordações mais calorosas da terra paterna e da língua, sentimento e tradições; são tão fiéis ao seu país natal, como se fossem apenas viajantes numa terra estranha. Nossos companheiros de viagem eram quase todos alemães, e quando nós chegamos em meio a tiros de canhão, alguém cantou o “Wacht am Rhein”, e as águas amplas do lago ecoaram o estribilho – “Fest steht und treu / Die Wacht am Rhein”. [...] Em terra, finalmente, nós vimos tabuletas em alemão por quase todas as lojas, as quais são muito bonitas do que as do Rio Grande [...] (MULHALL *apud* NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p. 160)

Esta viajante fica admirada com o que enxerga entre os imigrantes alemães na cidade de Porto Alegre. Ela fica surpresa ao perceber as tradições alemãs preservadas, mesmo com a distância que separa os colonos de sua pátria, e isto pode ter ajudado os alemães a trabalharem para o desenvolvimento e o progresso da cidade, pois se sentiam como se estivessem realmente em sua terra natal, falando sua própria língua, cultivando seus velhos hábitos, enfim, cooperando para o crescimento de sua nação.

Com a análise mostrada, percebemos que os imigrantes alemães estabelecidos em Porto Alegre sobressaíam-se em relação aos habitantes da cidade e, por isso, eram objeto das crônicas dos viajantes que por ela passavam. O olhar de alguém de fora, por ser um olhar inquisidor e arguto, que visava a “exploração da alteridade”, bem como a investigação e compreensão do mundo novo que se apresentava diante destes olhares privilegiados de “estrangeiros do lugar”, permite que saibamos sobre a relevância histórica do povo alemão para o enriquecimento da capital do Rio Grande do Sul. O desenvolvimento e o progresso daquela cidade se deram pela força de trabalho de colonos alemães que, embora enfrentando inúmeras barreiras e falsas promessas, venceram e fizeram de Porto Alegre seu lar,

trazendo consigo suas crenças, hábitos e costumes, que podem ser vistos até hoje em meio ao povo gaúcho, que traz em suas raízes ensinamentos valiosos da rica cultura alemã.

Referências Bibliográficas :

CARDOSO, Sérgio. **O olhar viajante (do etnólogo)**. In: NOVAES, Adauto (Org.). O olhar. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 347-360.

CRISTÓVÃO, Fernando. **Para uma teoria da Literatura de Viagens**. In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Ed: Cosmos, 1999.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 225-314.

KRYSINSKI, Wladimir. **Discurso de viagem e senso de alteridade**. Revista ORGANON. Porto Alegre, n. 34, p. 21-43, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **As fronteiras do exótico: o antropólogo e o viajante**. In: ANTELO, Raul (Org.). Identidade e representação. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 349-359.

MOREIRA LEITE, Miriam L. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 284 p.

NOAL FILHO, Valter A . e FRANCO, Sérgio C. **Os viajantes olham Porto Alegre**. Santa Maria, Ana Terra, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SEIXO, Maria Alzira. **Poéticas da Viagem na Literatura**. Edições Cosmos, 1998.

_____. **Entre cultura e natureza: ambigüidades do olhar viajante**. Revista USP, São Paulo, p.120-133, Junho/Agosto, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

OBSERVAÇÕES A PARTIR DE CARTA DO IMIGRANTE JOÃO DIEMER I

Jaqueline Anschau Kunz [□]

Atividades de iniciação científica no estudo da colonização e da imigração requerem, freqüentemente, a utilização do idioma dos migrantes. Em relação à imigração alemã, além do conhecimento do idioma alemão e de seus diversos dialetos, se faz necessário também o aprendizado da escrita utilizada em diferentes épocas. A participação em projetos de pesquisa junto ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da UNISINOS oportunizou-me o aprendizado da escrita Sütterlin ou do “alemão gótico”, como muitas vezes é designado. Nos exercícios realizados, pude participar da transcrição e posterior tradução da carta abaixo reproduzida. Compartilhando-a, coloco-a à disposição da pesquisa histórica e lingüística e, observando a temática do presente Seminário Internacional, aponto para contribuições deste texto para a temática em estudo.

São João do Monte Negro¹
3 de janeiro de 1889.

Caríssimo amigo Seibert!

Certamente não pouco te hás de surpreender ao receber uma carta do longínquo Brasil, e ainda de um velho amigo, do qual tu ainda mal podes te lembrar e seguramente há muito debes ter esquecido. Também não seria de admirar, pois 30 anos, metade da vida de uma pessoa, já se passaram, desde que eu e minha família nos despedimos da velha querência e de seus queridos amigos e conhecidos. Jamais esqueci a hora e ainda hoje, em minha velhice, me lembro dela com alegria, em especial, de ti e de tua família que me fizestes tanto bem quando de vocês me despedi. Como hão de estar as coisas, lá fora, entre vocês após tanto tempo; muita coisa deve ter se modificado aí e alguns dos meus velhos amigos e conhecidos não hão de estar mais entre vocês. Também aqui, durante este longo tempo, a morte ceifou vidas. Foi o que aconteceu com a viúva de meu irmão Adam, com as suas 3 filhas e seu filho Johann, que todos, entrementes, haviam casado; depois meu irmão Gottfried, com 5 crianças, bem como com meu cunhado Jacob Hinkel. No mais todos se alegram por sua vida e passam bem, o que também ocorre comigo, pois ainda há pouco (18 de setembro) celebrei meu septuagésimo aniversário com saúde e vigor. Meus filhos e filhas estão todos casados, falta somente o mais novo, que aqui faleceu logo após a nossa chegada, em consequência da má e precária alimentação que nos era proporcionada no navio durante a travessia. – Só a contragosto recorro essa viagem, que durou 13 semanas, pois o que aí tivemos que suportar só pode ser compreendido por quem dela participou. A comida não só era extremamente miserável, mas também insuficiente, de modo que realmente tivemos que passar fome, mesmo que o capitão do navio tivesse mais do que o necessário para nós. Por exemplo: vinho, cachaça, manteiga, queijo, arenques, bacalhau, etc etc, do que, no entanto, nada vimos e que, como mais tarde ficamos sabendo, o capitão e seus oficiais utilizaram em proveito próprio. Quando, no entanto, chegamos a Rio Grande dirigimo-nos imediatamente ao Cônsul alemão, o qual levou o capitão às barras do tribunal e este, além de penas pecuniárias, ainda recebeu 3 meses de casa de correção como recompensa por seu real procedimento. Ele certamente há de ter levado o fato em conta em suas futuras viagens. – Hoje isto já está bem diferente, pois somente poucos veleiros ainda são utilizados para a travessia. Os viajantes são transportados em pouco tempo e de forma mais segura por vapores, bem como recebem uma alimentação adequada e suficiente por meio de um tratamento mais humano. – Quanto às condições daqui, elas são muito distintas das da Alemanha e se assemelham apenas no aspecto de que quem quiser conseguir alguma coisa tem que trabalhar arduamente. Mesmo assim, as condições são muito melhores para os artesãos e agricultores, pois aqueles ainda não têm tantos representantes e os últimos podem, com mais facilidade, vir a ser proprietários. A terra composta em parte por mata virgem, em parte por campo, normalmente, ali onde está habitada, foi dividida em colônias de 200,00 – 250,00 m² de superfície. Quanto mais

* Graduada do Curso de Letras Português/Alemão, UNISINOS; bolsista de iniciação científica FAPERGS; orientanda do Prof. Dr. Martin N. Dreher.

¹ Carta traduzida por Jaqueline Anschau Kunz (Bolsista da FAPERGS) e Stela Ana Santin (Bolsista do CNPq), sob a orientação do Prof. Dr. Martin Norberto Dreher - UNISINOS.

distante da sede do município (Kreis) uma colônia como esta ficar, tanto mais barata ela será; por exemplo: uma colônia que fica distante aproximadamente um dia de viagem (a cavalo) e ainda estiver totalmente coberta por mata virgem, custará de 600 – 1000 mil réis (1200 – 2000 Rs). Esse valor não precisa ser sempre pago de imediato; o comprador receberá, quando só puder pagar pequeno sinal, um prazo de 4 – 6 ou mais anos, tempo em que pode quitar tranqüilamente sua dívida. É uma grande vantagem para todos, já que a maioria vem para cá com pouco ou nenhum recurso. Quanto mais perto um pedaço de terra está da cidade, tanto mais caro ele será, de modo que se ele estiver bem nas proximidades da mesma, terá o mesmo valor que na Alemanha. Assim, aqui onde eu moro (1 ½ hora distante do centro da cidade municipal) já está em 10 – 15,000 marcos, em geral desmatado, cercado, plantado e com construções. – Também há terra que não custa nada e é distribuída pelo governo; no entanto, está tão distante dos mais próximos locais de comercialização que o proprietário de uma tal colônia só consegue transportar seus produtos para a venda (casa de comércio) com grande sacrifício. Para estas colônias gratuitas só se dirigem italianos. A terra acima mencionada é propriedade privada e se encontra, em sua maior parte, em poder de sociedades e de ricos brasileiros, que então as vendem como colônias parceladas. No geral, o solo, aqui, é muito produtivo; há alguns produtos, como por exemplo a batata, que são colhidos duas vezes ao ano. No entanto, os principais produtos que o agricultor leva ao mercado são, em primeiro lugar, o milho (milhos), ou grão italiano, com o qual também faz o seu pão, depois feijão preto, arroz, tabaco e vinho, este último cultivado principalmente por italianos. Do mesmo modo, o colono alemão muitas vezes planta a cana-de-açúcar, da qual se faz excelente cachaça e que, assim, se constitui na principal bebida do país, pois cerveja e vinho são muito caros e nem todos podem adquirir-los. Café e algodão só podem ser encontrados nas províncias do norte do Império, localizadas próximo ao Equador, e por isso mais quentes; via de regra, esses dois produtos só foram plantados por pretos ou escravos. Esses negros ou escravos (de cor de pele variada), dos quais rico plantador de café ou algodão tinha várias centenas, estão agora todos livres, pois finalmente, desde o mês de maio passado, a escravidão foi eliminada. No demais vingam todas as frutas européias. Por isso, não faltam espécies frutíferas como: laranjas, limas, bergamotas, bananas, figos, pêssegos, abacaxis e melancias e outras mais; somente maçãs, pêras e ameixas não as há, ou só as há parcialmente e de outra espécie. A mesa do almoço do agricultor é composta, basicamente, por feijão preto com farinha, toicinho e carne de porco, quando não foi muito sovina em relação a esta última ou dela dispõe, pois nem sempre há dinheiro disponível para outras carnes; é a mesma coisa em todo o lugar. A farinha da qual há pouco falei é obtida da raiz da mandioca e, muitas vezes, é utilizada – entre os brasileiros quase sempre – como pão, pois os mesmos não fazem pão. Tipos de verduras os há todos e cada colono cultiva, nas proximidades de sua casa, uma horta, porém não consegue fazê-la vingar, pois aqui tem tanta formiga, como talvez em nenhum outro lugar. Tu podes então ver que a região, que nós aqui habitamos é rica e fértil. Falta-nos apenas mão-de-obra para fazermos de nossa Província uma das mais ricas do país. O único obstáculo é que a passagem da Alemanha, lá fora, até aqui é muito cara, pois viagens gratuitas como antigamente e como no meu tempo não há mais. Até a América do Norte a viagem é 3-4 vezes mais barata, motivo pelo qual a maioria das classes menos favorecidas migra para lá, mesmo que lá, segundo se diz, deva ser pior, e na realidade também o é. – No presente momento aqui é verão, justamente o contrário do que aí, pois vocês estão metidos no meio do inverno, o que pode ser explicado pelo fato de que o nosso hemisfério está localizado na metade sul do globo terrestre, enquanto a Europa na metade norte. Assim o inverno aqui, que coincide com os meses de junho, julho e agosto, é muito ameno e toda a natureza ostenta continuamente um verde muito vivo. Ele só se manifesta através da freqüente e, às vezes, intermitente chuva, bem como através de algumas noites geladas, nas quais também vez ou outra cai geada. Neve não se conhece. Este seria então um pequeno relato das condições daqui, e assim podes verificar como, mais ou menos, as coisas são por aqui. Para o pobre homem daí, aqui é um paraíso, mas quem tiver seu sustento garantido deve aí permanecer, pois é muito difícil e exige grande força de vontade se adaptar numa terra desconhecida, onde o clima é insólito e quente como aqui. A maioria daqui e até mesmo eu tivemos que passar por esta experiência e alguns de nós, no início, prefeririam ter voltado a pé, se o oceano tivesse moirões (sc. sobre os quais se pudesse andar). Mas isso só ocorre nos primeiros tempos, quando tudo parece tão desconhecido, o que pode ser atribuído a um espécie de saudade da querência. Mas quem já está há 3-4 anos aqui, tempo em que consegue se organizar, este não irá depois, sob nenhuma condição, querer voltar, o que é meu caso, pois me sinto verdadeiramente feliz em meu novo lar. A foto² anexa, na qual o nosso professor mostrou toda a sua arte, há de reproduzi-lo, fielmente, ante teus olhos. À esquerda, em primeiro plano, fica a moradia, com a cozinha e o forno de pão na parte traseira; à direita o paiol com o curral, e no pano de fundo um laranjal, isto é, uma porção de laranjeiras. O todo está circundado por uma cerca, pois todo o colono deve cercar sua terra, da qual ainda deve fechar um pedaço de forma especial. Aquele é para o cultivo (plantação) e este para seu gado (cavalos, burros, vacas, porcos etc, etc), o qual o colono deixa livre neste cercado, pois o curral serve majoritariamente apenas para alimentar, ordenhar e para abrigo em ocasião de tempo ruim. Quando quiser sair, tem que ir a seu potreiro (pasto) para pegar sua montaria, pois aqui ninguém anda a pé; o animal aqui é barato. Há cavalos a partir de 14 – 20 Rs. Assim quero, pois, finalizar minha carta, acrescentando, caso um ou outro queira informações mais precisas daqui que eu o farei de bom grado. Não preciso te dizer que a mim também interessa saber como estão as coisas aí fora com vocês e quais dos meus poucos amigos e conhecidos ainda vivem. Penso, porém que tu, depois do recebimento destas linhas, haverás de corresponder a meu anseio.

² Também pode ser “imagem”, “desenho”, n.d.T.

Queira minha carta encontrar a ti e a tua família mais restrita felizes, são e salvos e, voltando a agradecer sinceramente por tudo o que fizestes de bem por ocasião de minha partida, saúdo-os mil vezes.

Johann Diemer I.

N. B.: se talvez um ou outro se admirar do fato de eu me haver dirigido justamente a ti, nada há de mais natural, pois me sentia na obrigação de fazê-lo, pois vocês foram praticamente os únicos que, tanto quanto puderam, ajudaram a nós, pobres emigrantes, a partir. No mais, de ninguém recebi apoio, a não ser de Valentin Köhler e de Gottfried Schmal, bem como de meu primo Gottfried Stefan, aos quais todos, mais uma vez, agradeço profundamente, bem como saúdo sinceramente.

De mais a mais, saúdo a todo o que ainda se lembre ou queira [se lembrar] mim; de modo especial ao louvável conselho comunitário que, na época, nos providenciou passagem gratuita e perante o qual também gostaria de expressar gratidão, a posteriori. Podes apresentar-lhe minha carta.

Meu endereço é

Sr.

João Diemer I.
São João do Montenegro
Província do Rio Grande do Sul
Brazil

Em 1889, o imigrante João Diemer I., após passar décadas no Brasil, decide escrever uma carta para seus amigos, que optaram por permanecer na Alemanha, para compartilhar com eles as alegrias e tristezas da imigração para a América do Sul. Sua chegada ao país deve ter ocorrido por volta de 1859, pois refere em sua carta já estar há trinta anos no Brasil.

Apesar de sua idade avançada - setenta anos, o imigrante demonstra muita lucidez ao descrever suas experiências na nova terra. Ele fala, inclusive, sobre as dificuldades da viagem no veleiro, realizada trinta anos antes. Os detalhes e a organização de idéias demonstram habilidade com a escrita, bem como com o vocabulário utilizado e o emprego de pontuação. O redator da carta possuía bons conhecimentos lingüísticos, apesar de ser um agricultor, sinalizando o recebimento de boa educação formal, mesmo que não informe seu grau de escolaridade nem que escola frequentou em sua infância, na Alemanha.

Analisando a carta original, temos provas da lucidez do escritor, que é demonstrada através de sua apurada caligrafia. A letra deixa entrever que não é apenas ocasionalmente que ele escreve. Há poucos erros gráficos e o traçado é firme e claro, o que facilitou a transcrição do texto, considerando que a carta foi escrita em alemão gótico.

Observando a progressão de assuntos, podemos listar os seguintes temas abordados: inicialmente, ele fala sobre o longo tempo que ficou sem se comunicar com os amigos da Alemanha, depois comenta sobre sua família, especialmente sobre as mortes e os casamentos. Em seguida, relata algumas das dificuldades da travessia até o Brasil, passando para os valores de compra e venda da terra e as condições de pagamento da mesma. Depois, fala sobre as terras destinadas aos italianos, além de listar o que se come no Brasil e que plantas há aqui, especialmente as que servem para a alimentação. O colono também demonstra conhecimento sobre a abolição da

escravatura, ocorrida no ano anterior à escrita da carta. Além disso, tece comentários sobre a importância dos imigrantes para a economia e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. As imigrações para os Estados Unidos e questões sobre o clima também são assuntos para ele, bem como o relato sobre o trabalho duro, mas recompensador nas lavouras. Para comprovar o que disse, o colono anexa um retrato à carta, e explica aos seus leitores o que cada construção que nele aparece representa.

Analisando o escrito com mais atenção, podemos observar como o autor se posiciona diante das dificuldades encontradas no Brasil. Após relatar com profundo pesar o quanto foi difícil a viagem até o Mundo Novo, enfatizando a omissão do capitão do navio, que privava os imigrantes de comida em quantidade suficiente, o que lhe custou a vida de um filho, e do longo tempo que tinham que passar em alto mar, o imigrante termina dizendo que o tempo de viagem, atualmente, é bem menor, pois os navios são movidos a vapor. Melhoradas foram também as condições dentro dos mesmos, principalmente em relação à alimentação. A impressão que tal informação causa é que o colono está tentando demonstrar que os amigos poderiam vir ao Brasil, já que as atrocidades cometidas pelos capitães dos navios, bem como o longo tempo em alto mar já não fazem mais parte da viagem até a América. O imigrante não deixa de relatar a viagem ruim que fez, mas depois arremata, afirmando que as condições nos navios melhoraram muito. Essa informação ele só pode ter obtido através de relatos de outros imigrantes, já que ele possivelmente não mais utilizou navios para viagens.

Quando fala sobre a família, uma grande ênfase é dada à situação de seus filhos. Ele relata com naturalidade que alguns dos seus familiares mais próximos morreram durante ou depois da travessia e, logo depois, fala dos filhos que se casaram, demonstrando que sabia lidar com a morte, possivelmente por ter convivido de perto com ela durante toda sua vida, inicialmente pelas péssimas condições enfrentadas na Alemanha, depois por causa da dura viagem de navio, ou pelo difícil início da nova vida no Brasil.

Ao falar sobre as terras e os valores das mesmas, um sentimento tipicamente alemão transparece: *“Quanto às condições daqui, elas são muito distintas das da Alemanha e se assemelham apenas no aspecto de que quem quiser conseguir alguma coisa tem que trabalhar arduamente”*. O imigrante muda de endereço, mas preserva suas concepções e as põe em prática: todos os alemães sabem que apenas o trabalho dignifica o homem. Ele ainda relata as facilidades de comprar terras no Brasil, demonstrando que, trabalhando arduamente, em pouco tempo um imigrante consegue saldar suas dívidas, e então ele já começa a trabalhar para construir seu patrimônio. Por outro lado, sua observação confirma a tese de que a razão da existência do migrante é o trabalho. Ele migra por causa da falta de trabalho, em busca de trabalho e só é aceito

no país que o recebe por causa de sua força de trabalho. A partir do momento que o trabalho faltar, ele não será mais aceito, pois estará tirando lugar de trabalho dos “filhos da terra”.

O colono também fala do tratamento dispensado aos imigrantes italianos, chegados depois dos alemães. Ele conta que os italianos receberam as piores terras, localizadas longe de Montenegro, onde reside, ou seja, longe da civilização, dos lugares de compra e venda de produtos, o que é um problema, já que nem todos os utensílios e alimentos podem ser produzidos pelos próprios colonos, e o excesso da produção agrícola ou de qualquer outra natureza precisa ser comercializada. Isso aconteceu porque, conforme explica João Diemer, na ocasião da chegada dos italianos, as terras mais próximas já haviam sido totalmente habitadas pelos alemães. A região destinada aos italianos está localizada onde atualmente encontramos Garibaldi e Bento Gonçalves. São estas as colônias italianas que consegue divisar desde Montenegro. É bom lembrar que no porto do rio Caí, em Montenegro, partia a Estrada Buarque de Macedo, em direção às colônias italianas.

Interessante é o fato de que o colono faz alusão aos imigrantes italianos em várias passagens, falando sobre suas terras, sobre seus produtos, mas não menciona mais nenhuma outra etnia imigrante que houvesse povoado o Rio Grande do Sul. Sobre os brasileiros de origem portuguesa (a região de Montenegro é de povoamento açoriano) ele nada fala, e aos negros ele faz apenas uma alusão, quando escreve sobre a abolição da escravidão e do plantio de algodão e café nas áreas do Brasil tropical.

O colono divaga sobre a abolição da escravidão, inclusive explicando como funcionava a escravidão no Brasil para seus amigos, que não conheceram tal realidade. Seus conhecimentos geográficos eram muito bons – ele fala sobre as regiões do país, bem como sobre alguns produtos cultivados em cada uma delas. Também menciona os preços e as desvantagens da emigração para os Estados Unidos. Mais uma vez, o colono demonstra ser uma pessoa informada, além de evidenciar alguns sinais de nacionalismo, pois considera que se mais imigrantes vierem à província em que vive maior será seu desenvolvimento. O colono ainda compartilha com o amigo a quem está escrevendo que, se houvesse apenas imigrantes alemães povoando a província, essa meta seria facilmente cumprida, já que estes trabalham muito. Dizendo isso, possivelmente está sugerindo que os brasileiros e as pessoas de outras etnias não são muito trabalhadoras, pelo menos não tanto quanto os alemães.

Com relação à alimentação, o colono se mostra muito orgulhoso ao falar da variedade de frutas, verduras e legumes que se pode plantar no Brasil. Ele cita espécies que existem na Europa e que se adaptaram ao clima do Brasil, mas também fala dos alimentos que não se possuía na Alemanha. Há uma tentativa, por parte do imigrante, de explicar aos amigos como são e como se consome estes produtos tão diferentes. As refeições diárias são feitas à base do que os imigrantes

produzem em suas hortas e lavouras. Há carne quando existe dinheiro para comprá-la ou quando os colonos abatem um animal.

No trecho a seguir, a instrução do colono transparece mais uma vez, no momento em que ele explica ao amigo que estará recebendo a carta que, no Brasil, é verão, enquanto na Alemanha, é inverno:

No presente momento aqui é verão, justamente o contrário do que aí, pois vocês estão metidos no meio do inverno, o que pode ser explicado pelo fato de que o nosso hemisfério está localizado na metade sul do globo terrestre, enquanto a Europa na metade norte. Assim o inverno aqui, que coincide com os meses de junho, julho e agosto, é muito ameno e toda a natureza ostenta continuamente um verde muito vivo. Ele só se manifesta através da freqüente e, às vezes, intermitente chuva, bem como através de algumas noites geladas, nas quais também vez ou outra cai geada. Neve não se conhece. Este seria então um pequeno relato das condições daqui, e assim podes verificar como, mais ou menos, as coisas são por aqui.

Em seguida, o imigrante expõe a condição real dos colonos emigrados. João Diemer desaconselha aqueles que têm seu sustento na Alemanha a emigrar, mas diz que aqueles que lá são miseráveis devem vir ao Brasil. Ele fala ainda das dificuldades de adaptação à nova terra, principalmente pela inexistência de qualquer tipo de estrutura – cada imigrante recebeu ou comprou seu lote de mato e teve de transformá-lo em moradia e lavoura.

Os amigos e familiares que ficaram também causavam muitas saudades. O imigrante cria uma bela metáfora para ilustrar essa situação: *A maioria daqui e até mesmo eu tivemos que passar por esta experiência, e alguns de nós, no início, prefeririam ter voltado a pé, se o oceano tivesse moirões (sc. sobre os quais se pudesse andar)*. Mas este sentimento foi superado, à medida que o tempo passava e as condições melhoravam.

Ao final da carta, o autor fala sobre uma fotografia que está enviando juntamente com a carta, explicando aos seus leitores todas as partes de sua propriedade, dando especial ênfase à casa. Neste momento, ele afirma que emigrar realmente pode ter vantagens, pois um patrimônio como João Diemer conseguiu no Brasil em poucas décadas, na Alemanha ele não conseguiria nem em uma vida inteira.

Estas são algumas observações que podemos tirar da carta a partir de sua tradução. Seu original, contudo, permite-nos observações de ordem lingüística igualmente importantes, pois apresenta relações interétnicas a partir da utilização de novo vocabulário, adquirido através do contato com a língua portuguesa.

Wertheater Freund Seibert!

Es wird dich gewiß nicht wenig wundern, einen Brief aus dem fernen Brasilien zu erhalten und zwar von einem alten Freunde, an den du dich gewiß kaum noch erinnern kannst und den du sicher schon längst vergessen haben wirst. Es wäre auch kein Wunder, denn 30 Jahre, $\frac{1}{2}$ Menschenalter sind seitdem verflossen, seit ich mit meiner Familie von der alten Heimath mit ihren lieben Freunden und Bekannten Abschied genommen, ohne daß ich jemals die Stunde vergessen und mich heute noch in meinen alten Tagen mit Freuden derselben erinnere, besonders an dich und deine Familie, die ihr mir noch durch soviel Wohlthat bewiesen, als ich auch von euch Abschied nahm. Wie mag es wohl bei euch draußen aussehen nach so langer Zeit; es wird [sich] da vieles verändert haben und mancher von meinen alten Freunden und Bekannten wird wohl nimmer unter euch weilen. Auch hier hat der Tod während dieser langen Zeit s.[eine] Ernte gehalten. So bei der Wittve meines Bruders Adam mit 3 Töchtern und ihrem Sohne Johann, die schon sämmtlich verheirathet waren; sodann mein Bruder Gottfried mit 5 Kindern sowie mein Schwager Jacob Hinkel. Sonst freuen sich noch alle Anderen ihres Daseins und geht es ihnen gut, was auch bei mir der Fall ist, indem ich noch erst vor kurzem (18 Sept.) meinen 70 jährigen Geburtstag gesund und rüstig passierte. Meine Söhne und Töchter sind alle verheirathet, nur der jüngste fehlt, der gleich nach unserer Ankunft hier starb in Folge der schlechten und mangelhaften Verpflegung, die uns auf dem Schiffe während der Ueberfahrt zu Theil ward. – Nur mit Widerwillen denke ich noch an diese Reise zurück, welche 13 Wochen dauerte, denn was wir da aushalten mußten, kann sich nur der einen Begriff davon merken, der es mitmachen mußte. Nicht nur war das Essen so miserabel, sondern lange nicht genügend, so daß wir richtig Hunger leiden mußten, trotzdem der Kapitain des Schiffes aufs reichlichste für uns versorgt war. So z. B. mit Wein, Schnaps, Butter, Käse, Häringe, Stockfische etc etc von dem Allem wir jedoch nichts zu sehen bekamen und dies der Kapitain mit seinen Steuerleuten zu ihrem eig. [enen] Vortheile wie wir später erfuhren, verwertheten. Als wir jedoch in Rio Grande ankamen, wendeten wir uns sofort an den deutschen Consul, worauf solcher den Capitain vor Gericht stellte, u. [nd] dieses dann unter and. [eren] Geldstrafen noch 3 Monate Zuchthaus erhielt als Belohnung für seine reelle Handlungsweise. Er wird sich dies sicher auf seinen späteren Reisen gemerkt haben. – Heute ist nun dies ganz anders, da jetzt nur noch wenige Segelschiffe für Passage benützt werden und die Reisenden durch Dampfschiffe in kurzer Zeit schnell und sicher befördert werden, sowie gute und reichliche Verpflegung bei humaner Behandlung. – Was nun die hiesigen Verhältnisse anbetrifft, so sind diese denen Deutschlands gegenüber sehr verschieden und gleichen sich, nur in dem Punkte, nämlich daß man eben auch tüchtig arbeiten muß, wer es zu Etwas bringen will. Sonst ist es für Handwerker und Bauern immerhin viel besser wie drüben, da erstere noch nicht so stark vertreten und letztere eher zu eigenem Grund und Boden kommen können. Das Land welches theils aus Urwald, theils aus Camp besteht, ist gewöhnlich da wo (sich) es bewohnt ist, in Colonien eingetheilt von 200,00 – 250,00 ² meter Größe. Je weiter nun eine solche Colonie von der Hauptstadt des Municipiums (Kreis) entfernt liegt, um so billiger wird sie; so daß z. B. eine solche, die ungefähr eine Tagereise (zu Pferd) davon entfernt ist und noch so ganz aus Urwald besteht, 600 - 1000 Milreis (1200 – 2000 Rm) kommt. Dies braucht aber nicht immer gleich ganz bezahlt werden, sondern der Käufer erhält dann, wenn er nur eine kl. [eine] Anzahlung machen kann, eine Frist von 4 – 6 und mehr Jahre in welchem Zeitraum er dann seine Schuld gemüthlich abtragen kann.

Ein großer Vortheil für Alle, da ja die Meisten mit nur wenig od. [er] gar keinen Mitteln herüber kommen. Je näher aber nun ein Stück Land der Stadt zu liegt, desto theurer wird es dann, so daß solches in unmittelbarer Nähe derselben beinahe im gleichen Werthe steht wie in Deutschland. So kommt hier wo ich wohne (1 $\frac{1}{2}$ Stunden v. [on] der Munic.[ipal] Stadt entfernt) schon auf 10 – 15,000 Mark, natürlich meistens aufgehauen, eingezäunt, bepflanzt und mit Gebäulichkeiten versehen.

– Es gibt aber auch Land, das nichts kostet und wird solches von der Regierung wertheilt, ist jedoch so weit von dem nächsten Absatzorten entfernt, daß der Besitzer einer solchen Colonie nur mit großer Mühe seine Produkte zur Venda (Geschäftshaus) bringen kann. Nach diesen Freicolonien ziehen sich auch nur Italianer hin. Das oben angeführte Land ist näml. [ich] Privatland und befindet sich dann größtentheils im Besitze von Gesellschafthen od. [er] reichen Brasilianern, die es dann Colonienweise verkaufen. Der Boden hier ist im Allgemeinen sehr ergiebig, manches wie z. B. Kartoffeln erntet man 2 mal jährlich. Die Hauptprodukte aber, die der Bauer zu Markte bringt, sind in erster Reihe der Mais (Miljos) od. [er] Welschkorn, von was er auch sein Brod bäckt, sodann schwarze Bohnen, Reis, Tabak und Wein,

³ Original im Besitz von Ottobert Seibert, Hamm am Rhein, bei Worms. Der Brief wurde veröffentlicht im Heimatjahrbuch Alzey-Worms 2003. Eine Kopie des Originals wurde uns von Dr. Helmut Schmahl, Alzey übergeben. Die Transkription wurde von Jaqueline Anschau Kunz (Stipendiatin der FAPERGS) und Stela Ana Santin (Stipendiatin des CNPq) besorgt, unter der Betreuung durch Prof. Dr. Martin N. Dreher –UNISINOS.

Original encontra-se com Ottobert Seibert, Hamm am Rhein, junto a Worms. A carta foi publicada em Heimatjahrbuch Alzei-Worms 2003. Uma cópia da carta original nos foi cedida pelo Dr. Helmut Schmahl, Alzey. A transcrição da mesma foi feita por Jaqueline Anschau Kunz (Bolsista da FAPERGS) e Stela Ana Santin (Bolsista do CNPq), sob a supervisão do Prof. Dr. Martin Norberto Dreher - UNISINOS.

letzteren jedoch meistens nur von den Italianern gezogen. Ebenso pflanzte der deutsche Colonist sehr häufig Zuckerrohr, von dem ein vorzügl. [icher] Schnaps bereitet wird und der so das hauptsächlichste Getränk hier zu Lande bildet, da Bier und Wein zu theuer und dies sich nicht jeder erlauben kann. Cafe und Baumwolle kommen nur in den nördlichen, dem Aequator näher liegenden und deßhalb heißeren Provinzen des Kaiserreiches vor und wurden diese beiden Erzeugnisse gewöhnlich nur von Schwarzen oder Sklaven angebaut. Diese Neger od. Sklaven (von verschiedener Hautfarbe) von denen so ein reicher Cafe- od. Baumwollen Pflanzter oft mehrere 100 hatte, sind aber jetzt alle frei, da endlich die Sklaverei seit vergangenen Mai aufgehoben ist. Sonst im Uebrigen gedeihen auch sämmtliche europäische Früchte. So fehlt es auch nicht an Obstarten, wie: Orangen (Apfelsinen) Limen, Pergamots, Bananen, Feigen, Pfirsiche, Ananas und Wassermelonen und mehr andere, nur Aepfel, Birnen, Pflaumen und und gibt es nicht, oder doch nur theilweise und auf andere Art. Den Mittagstisch des Bauern bilden sodann hauptsächlich schwarze Bohnen mit Farinha, Speck und Schweinefleisch, wenn er mit letzterem nicht zu sparsam ist od.[er] solches überhaupt hat, denn Geld zu anderen Fleische ist auch nicht immer bei jedem vorhanden; es ist eben wie überall. Dieser Farinha, von dem ist eben sprach, ist ein von der Mandiokawurzel gewonnenes Mehl und wird sehr oft, unter den Brasilianern fast durchweg als Brod benützt, da dieselben kein Brod backen. Gemüsearten gibt es auch alle und jeder Bauer hält sich in der Nähe seines Hauses einen Garten und bringt aber solchen selten ordentlich zu Stande, da es hier so viele Ameisen gibt, wie vielleicht nirgendwo. Du kannst also sehen, daß unser Erdstrich, den wir hier bewohnen ungemein reich und ergiebig ist und fehlt es nur noch an Kräften, um unsere Provinz zu einer der reichsten des Landes zu machen. Der einzige Uebelstand ist eben nur der, daß die Passage von Deutschland draußen bis hieher so theuer kommt, denn freie Reise wie früher und zu m. [einen] Zeiten gibt es nicht mehr. Nach Nord Amerika ist die Reise fast 3 – 4 mal billiger, weßhalb sich eben die Meisten der ärmeren Klasse dorthin ziehen, obgleich es dort sehr schlecht sein soll und in Wirklichkeit auch ist. – Gegenwärtig ist es hier Sommer, also gerade das Gegentheil wie bei euch, da ihr mitten im Winter steckt, was sich dadurch erklärt, daß unser Erdtheil auf der südlichen Hälfte der Erdkugel sich befindet, während Europa auf der nördlichen. So ist auch der Winter hier, der somit auf die Monate Juni, Juli und August fällt, ungemein mild und die ganze Natur prangt fortwährend in frischem Grün. Nur durch häufigen und mitunter tagelang anhaltenden Regen, sowie einzelne frostige Nächte, in denen auch hin und wieder Reifen fällt, zeigt er sein Dasein. Schnee kennt man nicht. Dies wäre nun somit eine kl. [eine] Schilderung der hiesigen Verhältnisse und kannst du daraus ersehen, wie es so ungefähr hier aussieht. Für den armen Mann draußen ist es hier ein Paradies, wer aber dorten sein sicheres Fortkommen hat, der bleibe lieber wo er ist, denn es ist sehr schwierig u. [nd] erfordert große Willenskraft, sich in einem fremden Land und dazu noch in so ungewohnten warmen Klima wie das hiesige, einzuleben. Die meisten hier und ich selbst mußten diese Erfahrung machen u. [nd] mancher von uns wäre in der ersten Zeit gerne wieder zu Fuß zurück, wenn der Ocean Balken hätte. Das ist aber nur in der ersten Zeit, wo einem alles so fremd vorkommt und kann man dies schließlich auf so eine Art Heimweh zurückführen. Wer aber erst dann so 3 – 4 Jahren hier ist, in welchen man sich ziemlich einrichten kann, den sehnt es nachher unter keiner Bedingung wieder zurück; was auch bei mir der Fall ist, denn ich fühle mich bis heute recht glücklich in meinem neuen Heim. Das beiliegende Bild, an dem sich unser Lehrer hier verkünstelte, wird dir dasselbe getreu vor Augen führen. Links im Vordergrund steht das Wohnhaus mit Küche und Backofen nach hinten, rechts des Fruchthäuschen mit Stall und im Hintergrunde eine Orangerie d. [as] i. [st] eine Anzahl Orangenbäumen. Das Ganze ist dann mit einem Zaune umgeben, denn jeder Colonist muß sein ganzes Land einzäunen, von dem er dann wieder einen Theil besonders zumacht. Das erstere ist dann für die Pflanzung (Plantage), das letztere für sein Vieh (Pferde, Esel, Rindvieh, Schweine und und), das er darin frei gehen läßt, denn der Stall dient größtentheils nur zum Füttern, Melken und zum Aufenthalt bei sehr schlechtem Wetter. Will er dann ausgehen, so muß er in sein Potreiro (Weideland) um sich dann sein Reitthier zu fangen, denn zu Fußgehen kennt man hier nicht, das Vieh ist hier billig. Es gibt Pferde von 14 – 20 Rs an.

So will ich denn mein Schreiben schließen, indem ich dir noch bemerke, falls sich einer oder der andere um das Nähere erkundigen möchte, ich dies bereitwilligst thun werde. Daß es auch mich interessiert wie es bei euch draußen geht und wer noch von meinen wenigen Freunden und Bekannten am Leben ist, brauche dir nicht weiter anführen, denke aber daß du nach Erhalt dieser Zeilen, meinem Wunsche nachkommen werdest.

So möge denn mein Schreiben dich und deine enge Familie glücklich und Wohlbehalten antreffen und indem ich mich nochmals für Alles, womit ihr mich bei meiner Abreise mit so viel Güte bedachtet, aufrichtig bedanke, grüße euch tausendmal

Johann Diemer I.

N. [ota] B. [ene] Wenn sich vielleicht einer od. der andere wundern sollte, daß ich mich gerade an dich richtete, so ist nichts natürlicher, als daß ich mich in jeder Hinsicht hiezu verpflichtet fühlte, denn ihr seid es fast ausschließlich gewesen, die uns armen Auswanderer, so gut es ging fortgeholfen, während ich sonst von Niemand, außer v. Valentin Köhler und Gottfried Schmal ebenso v.[on] m.[einem] Vetter Gottfried Stefan eine Unterstützung erhielt, welchen allen ich nochmals bestens danke, sowie ich sie innigst grüße.

Ueberhaupt grüße jeden, der sich noch meiner erinnern kann od.[er] will; ganz speziell aber den Wohllöbl. [ichen] Gemeindevorstand, der uns ja damals freie Passage besorgte und bei dem ich mich ebenfalls noch nachträglich bedanke. Du kannst demselben m/ Schreiben vorlegen.

meine Adresse ist

Sr.

João Diemer I.
São João do Montenegro
Provinz Rio Grande do Sul
Brazil

Observando o vocabulário utilizado pelo imigrante, percebe-se as primeiras influências da cultura da nova terra. Palavras como Colonie (colônia), Munizipium (município), Venda (venda), Miljos (milhos), Pergamots (bergamotas), Farinha (farinha), Mandiokawurzel (raiz de mandioca), Colonist (colono), Potreiro (potreiro) são freqüentes na carta. O imigrante, após permanecer trinta anos em terras com uma língua diferente, acaba adotando algumas palavras para melhor poder se comunicar, ou porque o vocábulo não existe em alemão, pois possivelmente nem o objeto nomeado exista. O imigrante possuía, então, duas opções – ou usava a palavra estrangeira, ou simplesmente não denominaria o objeto. Esse fenômeno de apropriação de palavras da nova terra é uma manifestação da **aculturação** de um povo.

De acordo com Seyferth (2005, p. 14), que utiliza uma definição de Redfield, a aculturação *compreende os fenômenos que ocorrem quando grupos de indivíduos de diferentes culturas entram em contato, com as subseqüentes mudanças nos padrões culturais originais dos grupos envolvidos*. E a similaridade das palavras utilizadas por ele em sua carta, escrita em alemão, em relação às palavras do português não deixam a menor dúvida em relação à aculturação, pelo menos parcial, de João Diemer, autor da carta.

Em relação à sintaxe, ou seja, a constituição da frase, o autor não apresenta sinais de aculturação. Os descendentes de alemães que ainda falam dialetos atualmente têm a construção frasal totalmente influenciada pela sintaxe do português – eles passaram a fazer a tradução literal de tudo o que dizem, o que não é o caso deste colono. Possivelmente o fato de ele não ter tanto contato com falantes do português fez com que ele mantivesse seu alemão puro, apenas acrescentando algumas palavras que se faziam necessárias à comunicação.

O lugar em que o imigrante João Diemer se instalou deixou nele suas marcas. Ele verificou que entrara em um contexto diferente do seu, e nele encontrou outras etnias, outro idioma. Neste contexto encontrou *Heimat*, querência. Na nova querência, mesmo sendo distinta da antiga, da qual permanecem lembranças de sofrimentos e de renúncias, há um mundo distinto, pessoas distintas, e a capacidade humana de adaptação fez com que ele se sentisse bem e feliz em sua nova terra.

BIBLIOGRAFIA

SEYFERTH, Giralda. **Cartas e Narrativas Biográficas no Estudo da Imigração**. In. DEMARTINI, Zélia de B. F.; TRUZZI, Oswaldo (Org). Estudos Migratórios – Perspectivas metodológicas. São Carlos: Edufscar, 2005.

STOLTZ, Roger. **Cartas de Imigrantes**. Porto Alegre: edições EST, 1997.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

O ENSINO DA LÍNGUA KAINGÁNG NA ESCOLA INDÍGENA: ESTRATÉGIA E IDENTIDADE

Talita Daniel Salvaro ¹

Ana Lúcia Vulfe Nötzold ²

Este artigo pretende analisar como se deu a instrução da língua Kaingáng no ensino escolar durante o período de atuação do SPI/LTN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais), quando havia uma educação para o indígena ³, bem como analisar em que contexto é ministrado esse ensino depois da Constituição Federativa do Brasil de 1988. Para realização do estudo, pesquisamos a etnia Kaingáng do Oeste de Santa Catarina e a escola da Sede, a Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê.

Os Kaingáng habitam os Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas seu território tradicional é o planalto catarinense. “A Terra Indígena Xapecó localiza-se entre os municípios de Ipuacú e Entre Rios” ⁴. Possui uma área de 15.600 hectares, com uma população majoritária Kaingáng e um pequeno grupo Guarani, estimado no total em 5000 indivíduos e dividido em 15 aldeias e uma sede.

Educação para o indígena: a escola durante o SPI

O ensino escolar para as sociedades indígenas foi introduzido primeiramente por não-indígenas, objetivando a “integração à sociedade nacional, através de um processo de substituição gradativamente da cultura pela cultura ‘civilizada’” ⁵. O que se teve no século XX com o SPI/LTN foi consequência e continuação de um processo histórico marcado pelo genocídio e etnocídio, que refletem até os dias atuais nas comunidades indígenas que não foram extintas.

O SPI/LTN foi criado “pelo decreto nº. 8072, de vinte de julho de 1910 e inaugurado em sete de setembro do mesmo ano. Previa uma organização que, partindo de núcleos de atração de índios hostis e

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: talitadanielsalvaro@yahoo.com.br

² Orientadora deste trabalho. Etnohistoriadora, professora do curso de Graduação e Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do LABHIN-Laboratório de História Indígena.

³ Experiência escolar vinda de fora e orientada por agentes externos à comunidade. Ver em: SILVA, Augusto César da. **Educação para Jovens e Adultos Indígenas: Fortalecimento e transformações na cultura Kaingáng**. 2004. (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.18.

⁴ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso Vizinho Kaingáng**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003, p.17.

⁵ TAUKANE, Darlene. **Escola: Território Estrangeiro**. In: _____. A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi. Cuiabá, 1999, p.111.

arredios, passava a povoações destinadas a índios já em caminho de hábitos mais sedentários e, daí, a centros agrícolas”⁶. Em 1914, o órgão passa a atender apenas os assuntos indígenas, passando a denominar-se SPI. Este órgão vai exercer uma política baseada no Positivismo de Augusto Comte. Um dos positivistas que vai dirigir o órgão é o Marechal Cândido da Silva Rondon, responsável pelo contato e aldeamento de vários grupos indígenas. A política do governo dessa época era a de integração nacional, visando o progresso do país. Os indígenas significavam um atraso para este progresso, pois tinham uma cultura diferente. Assim, através das pacificações e aldeamentos, desejava-se sedentarizá-los, incorporando-os à sociedade nacional e, por fim, atingir o objetivo do governo de formar uma identidade única para o país.

O ensino na comunidade Kaingáng começou “por agentes externos em 1912”⁷, depois em 1947 o indígena Felicíssimo Belino passou a dar aula embaixo de árvores e então, em 1960, é criada a Escola Estadual São Pedro na Terra Indígena. Daí por diante a escola foi passando por diversos nomes, passando em 2000 a denominar-se Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê.

A sociedade indígena se afirma como tal através de características que formam um laço de cultura. A língua é um traço muito importante dessa identidade, pois “constitui o código com que se organiza e mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações”⁸. Por isso, a educação exerce papel fundamental para que a língua seja mantida, pois ela também é um marco de resistência.

Porém, ao contrário da afirmação de identidade deste grupo, o que aconteceu foi a negação de sua cultura. A partir de 1850, o Governo Imperial desenvolve uma política de imigração européia para o Vale do Itajaí, concedendo para compra as terras ditas devolutas, onde estavam os nativos daquela terra, invisíveis nas propagandas para conseguir mais imigrantes. A ocupação dos colonos nestas terras aumentou ainda mais os confrontos entre estes e os indígenas, o que já acontecia anteriormente. Os indígenas eram vistos como uma barreira para o progresso das colônias, sendo que isso acontece quando “a observação de culturas alheias se faz segundo pontos de vistas definidos pela cultura do observador”⁹, e este por sua vez toma a sua cultura como superior. Os embates agravavam cada vez mais a situação, pois os indígenas invadiam as casas dos imigrantes, assaltando e às vezes matando pessoas. Vistos estes como uma ameaça para o processo de colonização, em 1877 o governo

⁶ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.157.

⁷ SILVA, Augusto César da. **Educação para Jovens e Adultos Indígenas: Fortalecimento e transformações na cultura Kaingáng**. 2004. (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.44.

⁸ Educação Indígena – I Reunião do Consed 1997. Recife-Pernambuco. Ministério da Educação e do Desporto, p.6.

⁹ SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.16.

“organizou um sistema para retirar os indígenas da floresta, a formação de uma Companhia de ‘Batedores de mato’ que saíam em perseguição aos indígenas para capturá-los, castigá-los ou afugentá-los”¹⁰. Logo em seguida ela foi extinta e “como medida para evitar os assaltos e correrias, as Companhias Colonizadoras e o próprio Governo Provincial adotaram outra medida, que foi a contratação das ‘patrulhas de bugreiros’, cujo objetivo era afugentar os bugres, atuando no caminho das tropas”¹¹.

O processo da perda lingüística entre os indígenas dessa região foi se acentuando nesse período devido à necessidade de comunicação com os colonos, pois muitos prestavam serviços como diaristas, peões, cortadores de erva-mate e outros. Após isso, durante as escolas instaladas pelo SPI, a língua indígena teve maiores problemas. Nas escolas dos postos indígenas o ensino era precário e o rendimento escolar também. “O material utilizado nas escolas indígenas é aquele padronizado para as unidades escolares do interior brasileiro”¹², “assim o ensino levado às referidas comunidades não as favorecem, não fazendo consideração à realidade específica das mesmas”¹³.

De acordo com atas da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, percebemos através de um relato que na década de 50, a área passou por muito preconceito. “Até 1950, índio não podia se identificar como índio. Pior. Arrendaram as terras. (...). Se falasse Kaingáng na sala de aula, era expulso. Tive que não falar mais”¹⁴. À medida que é utilizada a língua portuguesa na educação indígena, percebe-se a dominação da sociedade não indígena sobre esta. Por isso acontece o que chamam de assimilação, que seria “o processo pelo qual o grupo étnico se incorpora noutro, perdendo sua peculiaridade cultural e sua identificação étnica anterior”¹⁵.

A educação voltada aos povos indígenas durante o período do SPI visava a portugualização da língua, onde se impunha ao indígena a utilização de uma língua até então desconhecida. O professor de língua Kaingáng Carlos Alberto Jacinto, encontrou dificuldade por ser um falante da língua Kaingáng, ao estudar em uma escola não-indígena e diz que:

¹⁰ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe & VIEIRA, Edna Elza. **A ocupação do espaço**. In: KLUG, João & DIRKSEN, Valberto (Orgs.). Rio do Sul: uma história. Rio do Sul: Editora da UFSC, 1999, p.24.

¹¹ Idem, p.24

¹² SANTOS, Silvio Coelho dos. **Educação e Sociedade Tribais**. Garibaldi/Porto Alegre RS: Editora Movimento, 1975, p.61

¹³ NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe & MAIA, Delta Maria de Souza. **Educação Wapixana**. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História-Anais/Departamento de Ciências Sociais-Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p.470.

¹⁴ Fala do indígena Katyr em carta escrita por Mylton Severino à amigos, janeiro de 2001. (Atas da E.I.E.B.C.V)

¹⁵ SANTOS. Op. Cit., 1975, p.12.

A primeira vez que eu fui para a 5ª série, a professora de português mandava eu fazer leitura, e escrever também, né (...) eu escrevia tudo errado. Era o jeito de eu escrever. A professora falava em português pra mim, não entendia, alguma coisa eu entendia. O pessoal dava risada de mim, porque era só eu que tava naquele colégio, de índio¹⁶.

As escolas, durante o SPI, não desenvolverem atividades recreativas, ensinamentos sobre a cultura, como artesanato, o ensino era desconexo da realidade. Portanto o indígena tinha dificuldades em aprender e sentia-se impossibilitado, incapaz, introduzindo em si próprio, com baixa auto-estima, menosprezando a sua língua, sua cultura e até sua própria gente.

Há uma pequena discussão feita por Roberto Cardoso de Oliveira, onde ele aborda que por mais que não se prove que algo que aconteceu na infância seja consequência dos atos do futuro, “a permanência contínua em situações de discriminação desperta desde cedo nas crianças uma consciência negativa de si”¹⁷. Essa negatividade reflete no que Laraia, toma como “apatia”, onde “em lugar da superestima dos valores de sua própria sociedade, numa dada situação de crise os membros de uma cultura abandonam a crença nas mesmas, e conseqüentemente, perdem a motivação que os mantém unidos e vivos”¹⁸.

Isso pode ser um fator que reflete até hoje na T.I. Xapecó, pois um dos principais motivos da perda da língua é que os pais não são falantes do idioma materno. A maioria desses pais foram os que conviveram no período do SPI e que foram obrigados a falar a língua portuguesa. Nas atas da escola cita-se várias vezes, seja por professores ou pelo cacique, que os pais incentivem seus filhos a falarem a língua materna, como segue: “o professor Loreni da Língua Kaingáng, pediu para que os pais auxiliem no resgate a cultura, pois assim haverá mais progresso”¹⁹. Outros fatores como a vergonha, os casamentos mistos, vivência permanente ou parcial fora da reserva entre outros levam a não utilização da língua materna.

Após a extinção do SPI foi criada a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em 1967. Porém esse órgão continua mantendo objetivos do SPI, “continua a ser um braço do Estado autoritário que objetiva a transformação dos índios em não-índios”²⁰.

A primeira idéia na construção da educação bilíngüe foi “a figura do monitor indígena na sala de aula que, como auxiliar do professor branco, tinha o papel de tradutor da língua portuguesa na sala

¹⁶ JACINTO, Carlos Alberto. Entrevista concedida à Ana Lúcia Vulfe Nötzold, em 22/02/2000, T.I.Xapecó.

¹⁷ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 18.

¹⁸ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.77.

¹⁹ Ata nº 03/05/91, de 17/05/1991. (Atas da EIEB Cacique Vanhkrê).

²⁰ SANTOS, Op. Cit., 1989, p.16.

de aula, para facilitar a compreensão da criança que vem para a escola falando somente a sua língua materna,”²¹. Entretanto, a presença do monitor não significava que estava se dando importância ao ensino da língua materna, pois o Kaingáng era utilizado para facilitar a substituição desta pela língua portuguesa.

Sílvio Coelho dos Santos, que pesquisou sobre educação indígena na década de 70, nos esclarece sobre a situação escolar em Xanxerê e reflete também sobre a formação dos professores:

(...) Ali existem três escolas mantidas pelo órgão de Proteção, uma escola mantida pelo município, duas escolas estaduais e uma escola particular, dirigida pela Igreja Baptista. Todos os professores são leigos ou possuidores do curso normal ginasial e nenhum deles têm qualquer familiaridade com a língua ou instituições tribais²².

“Em fevereiro de 1970 foi instalado o primeiro curso de treinamento para a preparação dos professores no Centro de treinamento Clara Camarão, em Guarita (RS)”²³, orientado pelo SIL (Summer Institute of Linguistics), juntamente com a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil) e FUNAI.

Também nessa década, “surtem movimentos e organizações indigenistas não governamentais que iniciam discursos acerca dos direitos das populações indígenas à diferença e à educação bilíngüe”²⁴, sendo que:

Já na primeira metade da década de 70, iniciava-se nas escolas das áreas o chamado “bilingüismo de substituição”, método de ensino bilíngüe em que a língua indígena é adotada como língua de alfabetização (...). A metodologia prevê que a língua indígena vá cedendo espaço cada vez maior ao português nas atividades escolares, culminando com a total substituição da língua indígena nesse contexto até o final da 4ª série²⁵.

A conclusão que tiramos dessa experiência é que ainda vivíamos numa postura integracionista, ideal político da época da Ditadura Militar no Brasil e que nenhuma Constituição, até 1988, citava os indígenas em seus artigos como cidadãos com direitos garantidos à sua cultura, além do mais a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) anterior à de 1996 não tratava da educação escolar

²¹ TAUKE, Op. Cit., 1999, p.168.

²² SANTOS, Sílvio Coelho dos. **A integração do índio a sociedade Regional**: a função dos Postos Indígenas, 1970. p.94.

²³ SANTOS, S. Op. Cit., 1975, p.64.

²⁴ Pasta nº 25. Educação Escolar Indígena/Histórico Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. (Atas da E.I.E.B.C.V.).

indígena. Como descreve Sílvia Coelho, a introdução do bilingüismo não era entendida pela maioria dos chefes de postos, servidores e professores não-indígenas. Além do que se entende “por bilingüismo a situação de uma comunidade humana em que a totalidade ou uma parte considerável dos indivíduos domina duas línguas”²⁶. Esse propósito não seria realizado nesse período, pois a língua indígena seria substituída durante o processo de alfabetização pela língua portuguesa, até que esta predominasse sobre a língua materna.

O ensino depois da Constituição de 1988: Um fator de identidade

A escola indígena sempre passou e ainda passa por dificuldades para conseguir se manter. O que percebemos, através das atas das reuniões de pais e professores da E.I.E.B. Cacique Vanhkrê, foi que um dos motivos principais alegados pelos órgãos estaduais e municipais para não atender às necessidades da escola foi o nome Federal desde 1975, quando ela se chamava Escola Federal Posto Indígena Xapecó. A Escola pedia, através de cartas endereçadas a Secretários da educação, Administrador Regional da FUNAI de Chapecó e outros, para que fosse retirado o nome Federal da mesma, devido a dificuldades na manutenção.

Só em 1994, a escola passou a ser Escola Básica Vitorino Kondá. Em outubro de 1988, entrou em vigor a Constituição Federativa do Brasil que substituiu a de 1967. A partir desta Constituição, a educação indígena volta-se para um currículo intercultural, oferecendo mais autonomia para os professores indígenas trabalharem os conteúdos diferenciados. Verifica-se, portanto que a partir dessa lei:

(...) assegurou-se aos índios no Brasil o direito de permanecerem índios, isto é, de permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições. Ao reconhecer que os índios poderiam utilizar suas línguas maternas e seus processos de aprendizagem na educação escolar, instituiu-se a possibilidade de a escola indígena contribuir para o processo de afirmação étnica e cultural desses povos (...)²⁷

Logo após a Constituição de 1988, já se percebe mudanças adotadas pela Escola da Terra Indígena Xapecó: “Observamos que na referida grade, a escola não optou pela Língua Estrangeira

²⁵ VEIGA, Juracilda e D’ANGELIS, Vilmar da Rocha. **Bilinguismo entre os Kaingáng: situação atual e perspectivas**. In: MOTA, L.T; NOELLI, F.S.; TONMASINO, K. Uri e Wãxi. Estudos interdisciplinares dos Kaingáng. Londrina: Editora UEL, 2000, p.313.

²⁶ Documentos diversos desde 1988. Fala de Aryon Rodrigues. (Atas da E.I.E.B.C.V.).

²⁷ GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. (org). **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002, p.9.

Moderna e sim pela Língua Indígena Kaingáng (...)" ²⁸. Assim, retomando a língua materna através da escola, estaria se construindo uma identidade, pois esta é construída a partir do momento em que há um conflito e a identificação do grupo cumpre a necessidade de fortalecê-lo e uni-lo na busca de um objetivo, que para as populações indígenas seria ter seus direitos garantidos. A língua Kaingáng está sendo fortalecida na escola indígena com aulas na língua materna, que proporcionam às crianças o contato com sua cultura. A comunidade indígena sente-se mais forte quando seus membros falam a língua materna e lutam para que ela não se acabe.

Porém, as dificuldades sempre estiveram presentes, como se percebe nos documentos analisados. Os relatórios de necessidades da escola apontam que “Há necessidade da contratação no quadro pessoal de bilíngües, para melhor atendimento e desempenho de uma escola Indígena diferenciada” ²⁹. Isto se agravava mais, pois os alunos que chegavam a escola não sabiam a língua, pois não falavam em casa com os seus pais e por isso não a praticavam. Para eles, o Kaingáng seria uma segunda língua, pois dominavam o português, e de acordo com o professor Pedro, “metade dos 450 alunos chegou à escola sem saber a língua-mãe”.

Até o começo desse século, o ensino da língua materna acontecia na Cacique Vanhkrê de forma bilíngüe para as crianças que se iniciavam na escola, de 1ª a 4ª série do ensino primário. As aulas eram realizadas todos os dias, sendo que havia dois professores na sala de aula, o quadro era dividido e se ensinava nas duas línguas. No começo as aulas eram mais orais e depois vinha a escrita. O professor Leacir conta como acontecia a aula:

A gente vai conversando em português e falando também a nossa linguagem Kaingáng e aonde fizemos a aula prática nós, inclusive, a gente traz uma panela, a gente mostra né, pra toda as crianças que esse objeto seria a panela e aqui que nós chamamos o nome do Kaingáng, nos chamamos que é (aicrum), e esse (cucrum), [...] outros objetos a gente traz dentro da sala de aula, então ali onde a criança venha entender, que aquele objeto é aquilo que é usado né, então nós, a gente explica em português e no Kaingáng, onde que eles vêm em aprender ³⁰.

Também são utilizados cânticos em português e Kaingáng para a alfabetização das crianças.

Para que seja efetivado um bilinguismo é preciso cursos de formação específica para os professores indígenas, pois estes também possuem dificuldades em lidar com a língua e com materiais didáticos, que muitas vezes não atendem suas necessidades.

²⁸ Diário. Oficial 05-01-1989 nº 13.614. (Atas da E.I.E.B.C.V.).

²⁹ Relatório das principais necessidades da Escola Vitorino Kondá, documentos diversos a partir de 1988, Teresinha Tonello Bianchi, Diretora. Portaria 1249/93/SEC. (Atas da E.I.E.B.C.V.)

Por isso hoje, depois do currículo diferenciado e dos cursos de formação, produção e elaboração de material didático pedagógico próprio para a educação indígena, a cultura está sendo mais valorizada, pois a realidade indígena é discutida, bem como seus modos de vida, costumes e tradições, sendo que antes, ressalva um professor ao falar do modo em que trabalhavam: “nós trabalhava mais com livros, com livros que talvez pra nós não tinha nada haver, né, não mostrava a realidade, eu estudava a realidade fora que passavam para nós, então nós ia esquecendo, daquilo que nós vivia, a nossa convivência com a comunidade”³¹.

“A educação como processo, deve ser pensada como a maneira pela qual os membros de uma dada sociedade socializam as novas gerações, objetivando a continuidade dos valores”³², por isso a língua é tão importante, pois juntamente com a cultura material afirma a identidade de uma etnia.

Assim é no artigo 210, parágrafo 2º da Constituição de 1988, em que está garantido o uso da língua materna pelos indígenas: Art.210 §2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem³³.

O funcionamento atual da E.I.E.B.C.V. valoriza a cultura e a língua Kaingáng, trabalhando com os alunos as disciplinas obrigatórias de formação escolar, mas também o artesanato, as danças, a história indígena, a memória através de entrevistas e relatos dos mais velhos, fazendo com que o aluno se interesse pela sua cultura. Além do mais, a grande maioria dos profissionais que lecionam na escola é indígena, mais uma conquista sequencial à Constituição. A E.I.E.B. Cacique Vanhkrê já possui certa autonomia na gestão escolar, pois “indica seus professores, elabora planos diferenciados, tem uma grade que comporta disciplinas diferentes”³⁴.

Podendo ter um currículo intercultural e bilíngüe são realizados cursos de capacitação adequados aos professores, para que estes possam aperfeiçoar ainda mais seu trabalho. Nesses cursos, são elaborados e produzidos materiais didáticos-pedagógicos bilíngües que auxiliam no ensino-aprendizagem dentro da sala de aula.

³⁰ LOPES, Leacir. Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold, 22/02/2000, Terra Indígena Xapecó.

³¹ LUIS, Ronelson. **Entrevista realizada por Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, 22/02/2000. T.I. Xapecó.

³² SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Sociedades Tribais**. Garibaldi/Porto Alegre RS: Movimento, 1975, p.53.

³³ República Federativa do Brasil. **Constituição de 1988**. Brasília. Senado Federal, 2000, p. 169.

³⁴ Ata nº 14/99 de 21/09/1999. (Atas da E.I.E.B.C.V.).

Hoje a língua Kaingáng é tida como uma disciplina, como se fosse uma língua estrangeira. Entretanto, é importante destacar que ela continua afirmando a identidade étnica dos indígenas. É o que percebemos no Plano de aula da disciplina, onde segue nos objetivos gerais:

Conhecer e reconhecer a existência da Língua Kaingáng, aprender a falar e a escrever para fortalecer e valorizar a cultura Kaingáng, para que futuramente o Povo Indígena seja mais resistente. Que através da Língua materna o aluno indígena possa conquistar sua identidade, aprendendo a formular e expressar suas idéias sobre si mesmo e o mundo em que vive.³⁵

O Brasil, em séculos passados, contava com uma grande diversidade lingüística que, devido ao contato com os não-indígenas e com a interação das culturas, representa hoje cerca de 180 línguas indígenas. A etnia Kaingáng pertence ao tronco lingüístico Macro-Jê e à família Jê. Ao longo do tempo, a língua muda, se transforma, se adapta, ganha novos dialetos, novos sons e fonemas e até o sentido de utilização, hora, estratégia, poder ou identidade se modificam. Mas a única questão que a pode fazer deixar de existir e que aconteceu entre alguns grupos indígenas é que ela, “apenas desaparece se desaparecerem seus falantes: ou fisicamente, em conseqüência de genocídio, ou culturalmente quando seus falantes são assimilados à força por outro povo mais forte, dominador e colonizador”³⁶.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi mostrar o quanto a questão lingüística é importante para as sociedades indígenas e o quanto ela possui estratégias de poder, artimanhas e utilizações, seja para os indígenas como fator de identidade, resistência e luta, seja pelos não-indígenas, como até pouco tempo, objetivando a integração desse povo através do ensino da língua portuguesa.

Fontes

Atas da Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê desde 1988 a 2000.

JACINTO, Carlos Alberto. **Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, 22/02/2000, Terra Indígena Xapecó.

LOPES, Leacir. **Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, 22/02/2000, Terra Indígena Xapecó.

³⁵ Plano Anual de Ensino, Professora: Marilde Luiz, ano: 1999 / Série: 2ª A e 2ª B, Disciplina: Língua Kaingáng. (Atas da E.I.E.B.C.V.)

³⁶ Índios do Brasil 2/Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC: SEED: SED, 2001. FRANCHETTO, Bruna. **As Línguas indígenas**, p.10.

LUIS, Ronelson. **Entrevista concedida a Ana Lúcia Vulfe Nötzold**, 22/02/2000. Terra Indígena Xapecó.

Constituição de 1988. Brasília: Senado Federal.

Bibliografia

D' ANGELIS, Wilmar da Rocha. **A língua Kaingáng, a formação de professores e o ensino escolar.** Texto apresentado e distribuído no I Seminário de Educação Escolar Indígena da Região Sul. Balneário Camboriú, 23-24 de novembro de 1999.

Educação Indígena – **I Reunião do Consed 1997.** Recife-Pernambuco. Ministério da Educação e do Desporto, p.1-24

FRANCHETTO, Bruna. **As línguas indígenas.** In: Índios do Brasil 2/Secretaria de Educação a Distância. Secretaria de educação Fundamental. Brasília: MEC: SEED: SEF, 2001.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org). **As leis e a educação escolar indígena: programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

LARAIA, Roques de Barros. **Cultura, um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. **Nosso Vizinho Kaingáng.** Florianópolis: Imprensa Universitária, 2003.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe & MAIA, Delta Maria de Souza. **Educação Wapixana.** In: IV Encontro Nacional de pesquisadores do Ensino de História-Anais/Departamento de Ciências Sociais-Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000, p.467- 475.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe & VIEIRA, Edna Elza. **A ocupação do espaço.** In: KLUG, João & DIRKSEN, Valberto (Orgs.). Rio do Sul: uma história. Rio do Sul: Editora da UFSC, 1999, p.13-46.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **A Integração do índio na sociedade regional.** A função dos povos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1970.

_____. **Educação e Sociedades Tribais.** Garibaldi/Porto Alegre RS: Movimento, 1975.

_____. **Os povos indígenas e a Constituinte.** Florianópolis: Ed. da UFSC, Movimento, 1989.

SILVA, Augusto César da. **Educação para Jovens e Adultos Indígenas: Fortalecimento e transformações na cultura Kaingáng. 2004.** (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

TAUKANE, Darlene. **A história da Educação Escolar entre os Kurâ-Baikari.** Cuiabá, 1999.

VEIGA, Juracilda e D'ANGELIS, Vilmar da Rocha. **Bilinguismo entre os Kaingáng: situação atual e perspectivas.** In: MOTA, L.T; NOELLI, F.S.; TONMASINO, K. Uri e Wãxi. Estudos interdisciplinares dos Kaingáng. Londrina: Editora UEL, 2000.

BILINGÜISMO PASSIVO: UM PONTO DE RECOMEÇO

Marley Terezinha Pertile¹

A investigação do fenômeno social e individual do bilingüismo é uma das mais interessantes e atuais dos campos de estudo que se situam na área mais geral da linguagem e da sociedade. Assistimos, hoje, à crescente afirmação de uma diversidade cultural, étnica e lingüística, que em tempos anteriores anulava-se sob uma forte pressão estatal e seus aparelhos ideológicos, estabelecendo o preconceito sobre a língua e cultura “do imigrante”, portanto, minorizadas, sem lugar no espaço público português em relação à língua e cultura do poder, majoritária. A priori, estamos ainda longe de ter conseguido, seja no campo da psicolingüística, seja no campo da sociolingüística, uma análise adequada e objetiva do fenômeno complexo que é a aquisição e aprendizagem de uma segunda língua. A visão das pessoas sobre o assunto, em geral, é ofuscada por ideologias, mitos e crenças².

Há muitos diferentes modos e contextos pelos quais as crianças tornam-se bilíngües e, não surpreendentemente, muitos diferentes resultados. Alguns pesquisadores³ têm defendido a separação das duas linguagens ou por pessoa (uma pessoa, uma linguagem – o método de Gramont⁴) ou por contexto (um ambiente, uma linguagem), como mais desejável modo de condução ao bilingüismo infantil. Entretanto, não há suficientes evidências para sugerir que outros métodos conduzam a maus resultados, interferências ou substituição total de uma língua, ou ainda, que um bilingüismo dito passivo não possa ter um resultado positivo na (re) aprendizagem de uma língua supostamente relegada ao esquecimento.

O presente experimento constitui-se da análise dos dados provenientes de procedimentos realizados com bilíngües passivos – ítalo-português -, onde se procurou verificar o nível de entendimento ainda existente da língua minoritária para, assim, poder levantar a hipótese de que o bilingüismo passivo possa ativar a memória do indivíduo bilíngüe e, dessa forma, ser fator de auxílio na (re) aprendizagem da referida língua. Para tanto, investiga-se o grau de capacidade de compreensão da língua vêneta através do levantamento de palavras e idéias-chave do texto motivador. Os resultados obtidos serão considerados tendo em vista o nível de apreensão formal e

¹ Marley Terezinha Pertile – doutoranda do Programa da Pós-Graduação em Letras da UFRGS – Orientador Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen

² KIELHOFFER, Bernd; JONEKEIT, Sylvie: (1983, p.7-8) nos apresentam expressões usadas pelas pessoas em geral que demonstram um forte preconceito sobre o bilingüismo. Também em ALTENHOFEN (2002), In: Martins-Jahrbuch, São Paulo, nº 49, p. 141-161, 2002, no texto sob título “O conceito de língua materna e suas implicações para o estudo do bilingüismo (alemão-português)”, encontramos referências ao assunto.

³ Mackey apresenta in “Fishman, Joshua A – (1972) uma descrição das diferentes formas pelas quais uma criança pode tornar-se bilíngüe e também critérios para identificar o indivíduo bilíngüe.

⁴ Grammont’s – método de aquisição do bilingüismo baseado na fórmula – “une personne: une langüe”
M.GRAMMONT. Observation sur lê langage dès enfants. Melanges Meillet –Paris, 1902.

funcional da linguagem, segundo Labov e Waletzky (1998), e também quanto à hipótese do período crítico de aquisição da linguagem, mais especificamente nos automatismos orais. Com essa mesma ótica, Mackey (1968, p.554) afirma ser o bilingüismo não um fenômeno da linguagem, mas de seu uso e também um problema que afeta a maioria da população mundial e que necessita de mais pesquisas. Assim, acreditamos estar contribuindo para um maior conhecimento e amplitude de tal fenômeno e, ao mesmo tempo, fazendo acréscimos para a pesquisa científica sobre o bilingüismo ítalo-português na região sul do Brasil.

Contribuir para a descrição de parte da história de duas línguas que entraram em contato de uma forma tão singular servirá, certamente, para recuperar a memória de duas sociedades lingüísticas que compartilharam determinados espaços comuns em um mesmo tempo e no qual mantiveram estatutos próprios de comunicação, determinados por circunstâncias externas às próprias línguas. Pode-se dizer que a forma de bilingüismo passivo aqui enfocada constitui uma relação entre línguas e contexto, entre ouvinte e falante, na qual o fato de se ter um ouvinte passivo é fator determinante no entendimento e resultado dessa relação.

1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - O Bilingüismo Passivo

As pesquisas sobre os diferentes tipos de processos mentais que podem interferir na produção bilíngüe serviram para fazer uma distinção significativa entre o bilingüismo precoce e o tardio. Por bilingüismo precoce, nos referimos à aquisição de mais de uma língua na fase pré-adolescente da vida. É esse tipo de bilingüismo, denominado por Haugen (1956, p.72) de bilingüismo de infância, por Swain (1972) de bilingüismo como primeira língua, por McLaughlin (1984, p.101) de bilingüismo consecutivo e, ainda, por Titone (1983) como bilingüismo precoce sucessivo e precoce simultâneo, que faz parte do escopo deste experimento. Isso subentendendo-se que o bilingüismo passivo também seja considerado como uma forma de aquisição precoce de uma determinada língua.

Encontra-se em Lambert⁵ (1972) uma possível fundamentação sobre o que nos referimos acima. Ele afirma que as origens do bilingüismo são estabelecidas através de diferentes aspectos dos mecanismos sociais e psicológicos envolvidos na linguagem, particularmente no relativo status social de ambas as linguagens e na sua percepção pelo indivíduo. Alerta para o fato de que diferentes tipos de bilingüismo podem ter resultados de acordo com o contexto sociocultural no qual a experiência bilíngüe ocorre. Assim, distingue as formas aditiva e subtrativa de bilingüismo.

⁵ LAMBERT, Morrison (1961) e OSGOOD (1959) apresentam acuradas pesquisas sobre a posição da criança bilíngüe que apresenta certas vantagens em relação à monolíngüe em testes de inteligência.

Na forma aditiva de bilingüismo, o desenvolvimento é tal que ambas linguagens e ambas culturas produzirão elementos complementares positivos no total desenvolvimento dos aprendizes. Essa situação se estabelece quando comunidade e família atribuem valores positivos às duas linguagens. Já no bilingüismo subtrativo, as duas linguagens são competitivas e não complementares. Isso acontece, por exemplo, quando uma minoria etnolingüística rejeita seus próprios valores culturais em favor daqueles economicamente e culturalmente mais prestigiados no grupo.

Chamando a atenção para além da relevância do envolvimento sociocultural, Lambert acentua o papel atribuído ao jogo dos mecanismos sociais e psicológicos no desenvolvimento do bilingüismo, particularmente àqueles envolvidos no de valores sociais. Lambert introduz a noção de uma hipótese interdependente⁶ (ver também Cummins, 1978) entre o nível de internalização de valores socioculturais e o status das linguagens, ou seja, o relativo status entre as duas linguagens e sua internalização irá determinar a natureza do bilingüismo.

Os modelos de Lambert e Cummins atraem a atenção para a existência das relações, mas não explanam como elas acontecem. A identificação de todas as condições que são favoráveis a determinadas formas de bilingüismo é ainda um longo caminho. Saber se o chamado bilingüismo passivo pode contribuir para uma futura compreensão da língua envolvida é uma questão ainda a ser explorada. Pode-se perguntar em que extensão pode uma forma de bilingüismo aditivo ser desenvolvida em um contexto subtrativo, ou ainda o quanto é determinante o contexto sociocultural para o êxito do bilingüismo e como pode o indivíduo desenvolver estratégias e mecanismos sociais e psicológicos que modifiquem a influência do contexto social.

Nessa relação de contexto e aquisição bilíngüe, De Heredia (1989) explana uma definição de bilingüismo precoce “passivo” ao referir-se a crianças de famílias de imigrantes que, em casa, utilizam uma língua diferente daquela do meio. A medida que as crianças compreendem a língua do lar, mas não se expressam verbalmente, ocorre um bilingüismo passivo ou subtrativo. Ressalta que pouco ainda se sabe sobre bilingüismo precoce e que os raros estudos consagrados a isso são, em geral, monográficos e longitudinais.

Há que se considerar ainda, que as pesquisas já realizadas sobre bilingüismo precoce enfatizam a aquisição de duas línguas ao mesmo tempo, isto é, quando a criança tem duas línguas maternas (bilíngüe precoce simultâneo), e situações em que a criança termina abandonando a língua do lar e opta pela língua do ambiente (bilíngüe precoce sucessivo). Ambas situações referem-se a

⁶ Hipótese Interdependente, derivada de pesquisas de Skutnabb-Kangas e Toukomaa, afirma que o desenvolvimento da habilidade para a segunda língua depende do nível de competência na primeira língua quando do início da exposição intensa à segunda língua.

domínios da língua de forma ativa, isto é, a criança compreende e se expressa nas duas línguas, diferentemente da situação de bilíngüe passivo, em que a criança manifesta-se plenamente em uma língua (aquela do meio ambiente), e na outra (aquela da família), compreende sem manifestar-se verbalmente, seja por não querer ou por não saber expressar-se. Isso reforça nosso interesse em tratar dessa questão, já que os estudos encontram-se em fase inicial de exploração. Em uma entrevista dada à Revista Virtual de Estudos da Linguagem (REVEL)⁷ a Dr.^a Annick De Houwer, da Universidade de Antwerp – Bélgica, sobre o tema “Aquisição da linguagem e bilingüismo”, responde a seguinte pergunta “Como o aparato cognitivo da criança está equipado para lidar com itens lexicais de duas línguas diferentes?” desta forma:

“_Nós sabemos tão pouco a esse respeito sobre a aquisição bilíngüe, como sobre a aquisição monolíngüe. O que sabemos é que crianças que crescem com dois idiomas desde o nascimento não aparentam ter nenhum problema a respeito do fato de que um mesmo referente pode ter dois nomes, enquanto algumas crianças monolíngües podem apresentar problemas com a sinonímia em sua própria língua (...)...assim como acontece com a aquisição monolíngüe da criança, nós sabemos tão pouco sobre o desenvolvimento lexical em crianças bilíngües como sobre o desenvolvimento morfológico-sintático.”

Subentende-se que pouco se sabe, também, sobre o bilingüismo passivo.

Contudo, pelas pesquisas que estão sendo desenvolvidas, pode-se dizer que há, hoje, uma tendência entre pesquisadores bilíngües em afirmar que as pessoas que se marginalizam em relação à língua familiar minoritária possuem pelo menos um conhecimento passivo do idioma negado e são capazes de um certo entendimento se caso sejam criadas condições mínimas de motivação para isso (Hamers, 1995).

Um reforço a essa idéia é dado por Dodson (1981), ao afirmar que a língua preferida do bilíngüe é determinada por fatores que mudam a significância de uma dada língua através do tempo, de acordo com a história do sujeito. Entre esses fatores inclui-se a auto-avaliação subjetiva que o falante faz de sua fluência, relativa às duas línguas. Ao que tudo indica, este parece ter sido (e ainda o é hoje) um dos fatores preponderantes na formação do bilíngüe passivo, já que seria pouco científico afirmar que o indivíduo que cresce em contato com o falar de duas línguas, não se manifeste em uma delas por não sabê-la; pode muito bem ser que não se manifeste por não querer, isto é, por fatores subjetivos provenientes de uma auto-avaliação negativa da referida língua. E esse seria um tema para outra pesquisa.

1.2 - Aspectos psicolingüísticos e sociopsicológicos

⁷ Revista Virtual de Estudos da Linguagem (REVEL) – Ano 3- nº 5, agosto de 2005 – ISSN 1678 – 8931.

Além dos aspectos naturalmente lingüísticos, a questão se coloca tanto em termos psicolingüísticos, isto é, como se apresenta a memória bilíngüe e em que modelo⁸ de representação de significados as suas duas línguas – a atuante e a passiva- se enquadram, quanto em termos sociopsicológicos, ou seja, quais foram as circunstâncias e os motivos que constituíram a “negação da língua”. Tentaremos tecer algumas considerações sobre essas questões, já que um estudo aprofundado sobre o assunto demandaria um outro tipo de trabalho.

Grande parte da investigação no domínio da representação das línguas do bilíngüe centra-se no modo como as palavras e os conceitos nas duas línguas estão representados nos sistemas da memória lexical e conceptual. Mais recentemente, no entanto, a investigação sai da polêmica dos modelos partilhado/separado e assume que os conceitos têm representações partilhadas na memória do indivíduo bilíngüe. O que está por ser investigado é o modo como as palavras, nas diferentes línguas, acedem a esse armazenamento conceptual partilhado. Em pesquisa recentemente realizada sobre diferenças fonéticas inglês-português, usando o modelo CSRE (Canadian Speech Research Environment⁹), os resultados indicaram que bilíngües de infância não mantêm seus códigos lingüísticos separados. Sua competência lingüística parece basear-se em um sistema reestruturado, caracterizado por propriedades articulatórias e acústicas, derivadas da interação dos sistemas fonéticos das línguas envolvidas e da interação de outras variáveis, tais como idade, competência lingüística da família e do ambiente social preponderante.

Referindo-se especificamente ao acesso ao léxico, Soares e Grosjean (1984) defenderam que os bilíngües demoram mais tempo a aceder a palavras em situação de alternância de códigos, num modo de fala bilíngüe, do que às palavras da língua de base, num modo de fala monolíngüe. É muito provável que os bilíngües, na alternância de códigos, busquem primeiro as palavras no léxico menos ativado e só depois no da língua base. Ainda, a esse respeito, Green (1986) propõe que as línguas de um bilíngüe devem ter três níveis¹⁰ de ativação, um deles, o nível da latência: afirma que a língua em repouso está armazenada na memória a longo-termo, mas não tem um papel ativo no processamento imediato da linguagem. Dependendo da situação, as línguas são selecionadas,

⁸ NAJAB, in VERNES, Geneviève & BOUTET, Joseane (org.) – Multilingualism. Campinas (SP), ed. Da UNICAMP, 1989 –p.221-245 , diz que há dois modelos básicos de organização da memória bilíngüe – 1) a aquisição de duas línguas conduz a uma representação comum a essas duas línguas; 2) ela daria lugar a duas representações distintas, uma para cada língua. Najab apresenta um esquema dessas hipóteses de representação das duas línguas no psiquismo. ERVIN e OSGOOD tratam como sistemas coordenado e composto. SUSAN,M; ERVIN – Charles; E. OSGOOD. Second Language, and Bilingualism, in Psycholingüistic : A survey of Theory and research problems, Waverly Press, Baltimore,1954, p. 139-146. Weinreich (1968) também se refere aos sistemas composto , coordenado e sub-coordenado.

⁹ Endereço eletrônico:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO102-44502003000200004&script=sci_arttext&tlng=pt

¹⁰ GREEN (1986) propõe que as línguas de um bilíngüe devem ter três níveis de ativação : 1) seleção – a língua selecionada controla o output da fala; 2) activação – a língua ativa tem um papel importante na continuação do processamento, trabalha paralelamente à língua selecionada.

ativadas ou postas em suspenso. De um modo geral, cada língua está ligada a determinadas pessoas ou atividades. Durante o desenvolvimento da criança, uma das duas línguas vai exercer dominância sobre a outra. Esse desequilíbrio vai estender-se a todos os domínios da comunicação, levando a língua menos privilegiada a apagar-se ou a resumir-se a funções restritas, inclusive a um bilingüismo passivo. Mesmo assim, segundo Green (1986), Hamers (1995) e Dodson (1981), a língua existe na memória do bilíngüe em estado latente e este poderá fazer uso dela, dependendo das circunstâncias, **mesmo que seja apenas no nível da compreensão oral** (grifo e complementação nossa).

Se uma situação é relativa à alternância de código pelo bilíngüe, outra não menos importante diz respeito ao desenvolvimento de habilidades essenciais na aquisição bilíngüe. Em Titone (1983, p.139), lemos que *o domínio intuitivo da língua não poder ser produzido nem pelo estudo gramatical, nem pelo exercício da tradução. Pode ser gerado apenas pela imersão total na língua estrangeira, por sua absorção direta em contextos e situações de autêntica comunicação* (grifo nosso) *e pelo uso sistemático da própria língua*. Parece que a criança, filha de imigrantes, na situação em questão, está exposta a um contexto real de absorção direta da língua, embora não se expressando verbalmente, a percepção fonética encontra-se em capacidade total de absorção.

Ao referir-se à atividade perceptiva da criança como mais aguçada que no adulto, Titone (1983, p.158) explica que *os hábitos auditivos da criança ainda não são rigidamente fixados ao longo de uma única linha de esquemas fonéticos: sua psique é ainda amplamente receptiva a muitos novos gêneros de sons, e, conseqüentemente, pode ser treinada mais facilmente e discernir novos sons sem o perigo de confundi-los com os sons aos quais está acostumada a reconhecer*. Aliada à alta diferenciação auditiva, a compreensão vem inseparável. Isso significa que para a criança, as palavras não retêm apenas um interesse sonoro, mas ela distingue melhor aquelas palavras às quais conseguiu ligar um significado. Esse significado pode ser conseqüência de uma forte motivação oriunda do ambiente familiar ou das relações mantidas entre a criança e as pessoas próximas a ela.

O período da infância é particularmente favorável à assimilação das habilidades lingüísticas de natureza oral, e isso permite à criança adquirir o domínio de um meio de comunicação eficaz e de uma sólida base para o desenvolvimento superior do domínio lingüístico. Apesar de o âmbito de aquisição lingüística, nesta idade, centrar-se predominantemente, nos automatismos orais, assegura uma maior possibilidade de expansão futura de conhecimento da língua. (Titone, 1975, p.7).

Pode-se concluir, juntamente com o autor, que a contribuição específica da exposição à língua nesta idade é o domínio quase inconsciente do idioma, e este prepararia para graus mais avançados de aprendizagem posterior.

Gavin & Oller¹¹ (1982), analisando a percepção de fonemas desenvolvida por crianças criadas em ambiente bilíngüe (espanhol-inglês) ou ambientes monolíngües (inglês) estabeleceram que o primeiro parece discriminar melhor que o último, não somente fonemas entre inglês e espanhol, mas também entre os fonemas do inglês e aqueles de *czech*, uma linguagem à qual eles não haviam sido expostos. Os autores apontam esses resultados como uma possível evidência de que um rico *input* lingüístico do ambiente pode criar um maior e melhor desenvolvimento de relevantes habilidades, no caso, de discriminação fonética. O que nos dá indícios de uma possível futura “facilidade” de compreensão e interpretação de sons significativos.

Goodz¹² (1985) observa crianças oriundas de famílias com “*mixed-lingual*” em Montreal e também demonstra que uma criança exposta ao ambiente bilíngüe pode desenvolver habilidades perceptuais que a tornará hábil para distinguir sons de duas diferentes linguagens. Entretanto, se isso, mais tarde, facilitar a separação das duas linguagens no estágio de produção permanece como uma questão a ser explorada.

Bortoni-Ricardo (2005) coloca outra questão importante ao referir-se a fatores psicolingüísticos do bilingüismo. Ressalta a interação face a face como um envolvimento ou empatia entre os falantes. Há um jogo persuasivo de uma fala aceita sem resposta verbalizada, que tem por base uma relação afetiva, de certa forma inconsciente, que deposita na memória os sons como marcas registradas. O que poderá vir a acontecer com estas marcas é uma questão ainda a ser pesquisada. Entretanto, pelas diferentes leituras realizadas até o momento, parece despontar uma certeza: mesmo classificando-se esta situação de bilingüismo passivo como um semilingüismo, na medida em que não houve um aproveitamento proporcional de ambas as línguas, ela pode trazer algum resultado positivo.

Skutnabb-Kangas (1981) explicita esse fato ao expressar que há contradições nos diferentes modos de analisar o fenômeno do semilingüismo. A própria realização de pesquisas em rede torna-se muito difícil aplicando os atuais conceitos e métodos que temos à nossa disposição, isso porque o conceito lingüístico ou científico do semilingüismo não é comum a todos. No seu modo de ver, ele é um conceito político aplicado a um estágio pré-científico de desenvolvimento, portanto inapropriadamente, e em sua identificação fundem-se argumentos baseados num sistema de poder e opressão, ou seja, mascarizados. Então, se a origem do termo semilingüismo está ligada a estudos de habilidades de linguagem de minorias étnicas, é provável que a situação de bilíngües passivos aqui referida seja resultado de atitudes mais políticas do que individuais.

¹¹ Segundo apontamentos feitos em sala de aula nesta disciplina.

¹² Segundo apontamentos feitos em sala de aula nesta disciplina.

Já é consenso que a atitude dos italianos em relação à língua da família foi fortemente influenciada pela sua condição de língua minoritária, sem espaço na esfera pública e, portanto, relegada social, econômica, educacional e politicamente¹³. Desta forma, foi aos poucos sendo esquecida pelas novas gerações falantes do português que, mesmo alegando não compreender e mesmo não se expressando verbalmente na língua minoritária, o simples fato de estarem expostas a uma situação bilíngüe coloca-as dentro desse universo como mantenedoras de um certo grau de uso de cada uma das duas línguas, que pode variar em função do lugar que lhe é atribuído por cada um desses falantes.

2- O EXPERIMENTO

Se, como ressalta Mackey (1972), a questão do bilingüismo implica muito mais do que um simples domínio de duas línguas e que tal conceito, absoluto e limitado, esteja bem longe de fazer justiça aos inúmeros e variados fenômenos resultantes da coexistência de duas ou mais línguas em um indivíduo ou em uma comunidade, então se pode deduzir que o bilingüismo dito passivo é ainda pouco explorado e conhecido, de tal forma que hipóteses podem ser levantadas:

- A criança que desde o nascimento convive em um ambiente familiar onde duas línguas são faladas, uma pelos pais e a outra pelos avós ou outros membros da família, sendo que a língua do meio é uma delas; a criança compreende, se expressa verbalmente, é alfabetizada na língua do meio e compreende a outra língua sem, no entanto, querer ou poder expressar-se verbalmente: esse conhecimento passivo resultará em conhecimento ativo no momento da compreensão de um texto, através do levantamento das palavras e idéias-chave, visando a uma possível (re) aprendizagem desta mesma língua?
- Estudos já comprovaram - Titone. (1983) Mackey (1972) Cuminns (1978) Fichman (1967), Romaine (1995) - ser o bilingüismo mais positivo do que negativo no desenvolvimento integral da criança. Seria também positivo o bilingüismo dito passivo? Ou ele simplesmente deixa de existir e a língua é rapidamente substituída, conforme afirma De Heredia (1989). Ainda, conforme afirma Grosjean *Uma criança adquire uma segunda língua tão rapidamente como a perde de novo. Tão logo ela percebe que não necessita mais de uma de suas línguas, a criança deixará de usá-la, perdendo-se essa língua até a sua completa extinção. Isso vale, sobretudo, quando a criança percebe que seus pais são bilíngües e que, portanto, não há motivos para manter sua língua, se eles são os únicos que a falam* (1996, p.171).

¹³ Ver texto de Onice M. PAYER, 2001, pp.235-255 – A Interdição da Língua dos Imigrantes Italianos no Brasil: Condições, Modos, Consequências. In : ORLANDI, Eni,P. História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas-SP, Pontes; Cáceres (MT): Unemat Editora.

- É possível afirmar que a hipótese do período crítico de aquisição de linguagem seja também verificável no caso do bilingüismo passivo?

Essas situações encontram-se fortemente relacionadas à realidade de inúmeros descendentes de imigrantes que, em sua infância, tiveram como língua materna a língua portuguesa e nela foram alfabetizados mas que concomitantemente foram expostos à língua mãe de seus pais e avós (no caso o vêneto) ouvindo, compreendendo e assimilando, passivamente, além da língua, costumes, atitudes, modos de pensar e viver, porém não se pronunciando explicitamente, seja por não querer, seja por não saber. Dir-se-ia que essa constitui a camada da população descendente dos imigrantes à qual a língua foi negada, provavelmente por fatores de diferente ordem, quer social, econômica, religiosa ou política. Parece ainda que hoje essa mesma população está como a questionar e até a reivindicar explicações para essa perda, em uma cobrança muda por direitos lingüísticos e nacionalidade.

3 - METODOLOGIA

3.1 - O Corpus

O corpus constitui-se da análise da gravação de cinco textos transcritos, produzidos em língua portuguesa pelos sujeitos da pesquisa.

3.2 - Os Sujeitos do Experimento

Em número de cinco e detentores das seguintes características:

- ser descendente de família italiana;
- ter nascido e crescido em ambiente familiar bilíngüe vêneto-português, pelo menos até os 12 anos de idade;
- não ter aprendido a falar a referida língua, mas tê-la compreendido;
- ter sido alfabetizado na língua portuguesa;
- não ter estudado a língua vêneto em nenhuma etapa posterior.

3.3 - Procedimentos de coleta de dados:

A gravação – os sujeitos gravaram o corpus individualmente, em sala reservada (aparelho Panasonic- VAS-RN 305). Primeiramente, foi solicitado que dissessem o nome completo, a idade e a ocupação atual. Isso feito, solicitou-se que relatassem brevemente a experiência bilíngüe da infância. Por último, foram instruídos para que ouvissem por duas vezes o texto motivador “El gato

in tel caliero”, gravado na língua vêneta, e contassem o que entenderam, usando a língua portuguesa.

De posse das gravações, as mesmas foram transcritas, procurando conservar sua originalidade. Os titubeios foram representados por três pontos e as marcas de oralidade, tal como as repetições, foram fielmente reproduzidas. Não se utilizou a transcrição fonética por não ser relevante ao objetivo do experimento.

3.4 - O porquê da escolha do texto motivador:

Para justificar a escolha do texto, além de seu aspecto lingüístico (trata-se de uma narrativa e, portanto, de mais fácil compreensão) , encontra-se no livro *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias* (1988), de Mário Gardelin. Além disso, o autor faz um levantamento da literatura vêneta-rio-grandense, caracterizada por quatro fatores: ter sido escrita em dialeto vêneta; ter por autores pessoas nascidas no Brasil, mas descendentes diretos dos primeiros imigrantes; ter como foco a problemática da imigração italiana em nosso Estado e ter sido inicialmente escrita para jornais da época.

A primeira e mais importante dessas obras é *Vita e stória de Nanetto Pipetta: nassuo in Itália e vegnudo in Mérica per catare la cucagna* (1937), de Aquiles Bernardi, também conhecido como Frei Paulino de Caxias. Para Luís Alberto De Boni, em introdução à quarta edição em vêneta, essa obra é tão importante que diz tratar-se “sem dúvida da obra prima de literatura de imigração italiana na América...” (in Bernardi, 1975, p.3). Vida e história de Nanetto Pipetta: personagem fictícia, nascido na Itália e vindo para a América à procura da Cocanha, da fartura e fortuna, Nanetto Pipetta foi inicialmente publicado como folhetim pelo jornal Stafetta Riograndense entre 23 de janeiro de 1924 e 18 de fevereiro de 1925 (véspera dos festejos de 50 anos de imigração), atingindo um público de aproximadamente 300.000 pessoas (cfe. Mário Gardelin, 1988, p.14), predominantemente italianos e seus descendentes diretos, e sendo a primeira obra escrita no dialeto dos imigrantes a ser ambientada no RS, contando a saga dos pioneiros italianos.

3.5 - O porquê do dialeto Vêneta

Vêneta foi uma das línguas dos primeiros imigrantes italianos que aqui aportaram a partir do ano de 1875. Em GODOY (2002), encontramos uma boa referência sobre essa língua. O autor nos fala sobre o significado do dialeto vêneta:

Por muitos séculos, a língua oficial na República de Veneza (mais ou menos o equivalente hoje à região do Vêneta, ao norte da Itália), nunca foi homogênea. Em cada cidade italiana havia uma variante. Ainda hoje, dentre essas variantes locais se destacam o veneziano (na cidade de Veneza), o bellunese (em Belluno), o paduano

(em Pádua), o trevisano (em Treviso), o vicentino (em Vicenza) e tantos outros. Levando-se em consideração que vieram para cá imigrantes italianos de todas essas cidades e de outras tantas, não fica difícil imaginar que o dialeto vênето estabelecido por aqui fosse uma mistura desses diversos dialetos. Além disso, o contato desses diversos dialetos com o português foi-se estreitando ao longo dos anos, produzindo novas palavras, novas expressões e estruturas que em muito se diferenciam do dialeto vênето original. Quando se fala do dialeto vênето do Rio Grande do Sul, está se falando dessa língua que se formou pela mistura de vários dialetos e entrecortada pelo português e que foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Assim, o dialeto vênето do RS não é o dialeto vênето da respectiva região da Itália e, também, que o dialeto vênето falado ao início da imigração não é mais o falado ainda hoje nas regiões coloniais do Estado. Mas, os descendentes dos imigrantes italianos continuam a falar o vênето e, cada vez mais, emergem, dessa língua aparentemente silenciada, vozes que estão a exigir seus direitos lingüísticos, ou seja, seu espaço na esfera da sociedade institucionalizada, espaço esse, por tanto tempo negado e proibido.

3.6 - Transcrição do Texto motivador:

Texto de AQUILES BERNARDI – “**El gato in tel caliero...**” in Nanetto Pipetta – nassuo in Itália e vegnudo in Merica per catare la cuccagna. 7^a ed. Co-edição Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1982.

Zé na sera. El tempo nuvoloso e próprio in tel calar de la luna piena. La mamma de Nanetto la smíssia la polenta. El putelo, cussolá sú la séndare, zugava com um gatelo insima el larin e el faceva on diavolessa dellaltro mondo.

Sô maré in tel bel momento la ghe slonga na slepa sul muso.

El putelo se imbéstia e el ciapa el gato e smáchelo in te la caliera de la polenta Che, tenderina come la gera, el se gá planta e dopo dô sgnalade e um destiron el zé resta secco com dô oci da far spavento.

In te quela cápita sô pare e vedendo sto affare: la donna imbestiá, Nanetto Che pianze, el gato in te la polenta, ghe salta lê orbarole e:

“Lo gá dito el Piovan Che no ghe c”è sale in suca!...”

El te me branca la caliera e brúfete, gato, polenta, caliera e tutto fora par la finestrola. Pó, dopo il gá vossudo savere e el parcome e el percossa Del gato e de tutti sti bordei; e lá elme te gá scominsiá na letânia compagnada de qualche strisso, ma nó besteme.

Passada la borasca, cápita la sentensa:

“Nanetto in letto senza sena...e finché no te gavaré dimandá scusa e perdon, ostaria! alla mamma, no te magnaré pi e pi e mai pi... gheto inteso?...”

Dopo ghe zé sta on gran silêncio. La mamma la gá parecia na supeta com ácoa e on fiatin de ógio; e intanto Che popa e mamma i magnava, el Pipetta in te um cantonselo fifava... (p.13-4).

3.7 - Tradução do texto motivador –

O gato na panela

É noite. O tempo nebuloso e próprio do minguar da lua cheia. A mamãe do Nanetto mexe a polenta. O menino, encolhido em cima das cinzas, jogava com um gato sobre a lareira e fazia uma anarquia do outro mundo.

Sua mãe, em um determinado momento, espicha-lhe um soco na cara.

O menino fica enraivecido, pega o gato e atira-o dentro da panela da polenta que, quente como estava, lá ficou. Depois de dois miados e um esperneio restou seco com dois olhos de dar medo.

Naquele momento, chega o pai e vendo tudo aquilo: a mulher enraivecida, o Nanetto que chora, o gato na polenta, lhe salta a vista e:

“Piovan disse que não

Ele apanha a panela e joga gato, polenta e panela tudo fora pela janela. Depois, quis saber o porquê de tudo aquilo e inicia uma ladainha acompanhada de alguma blasfêmia, mas não ofensa a Deus.

Passada a tempestade, chega a sentença:

“Nanetto na cama e sem janta... e até não pedir desculpas e perdão a sua mãe, não comerá mais, mais...entendeu?”

Depois se fez um grande silêncio. A mamãe preparou uma sopinha com água e um pouquinho de óleo; e, enquanto papai e mamãe comiam, o Pipetta em um canto, resmungava..

3.8 - Relação das entrevistas

Entrevista nº 1

Dia 6 de setembro de 2005, às 16 horas.

Nome – M CL

Idade – 50 anos

Ocupação – Encarregada Administrativa de Universidade

Relato da experiência Bilíngüe:

“Na verdade, a minha mãe me deu para os meus avós com dois anos e meio de idade e até os dez anos – que foi quando a minha avó faleceu, nesse período, dos dois e meio aos dez eu ouvia eles falarem, ou às vezes fazer alguns comentários em italiano ou até rezar o glória em italiano, algumas orações assim, alguma coisinha assim eu escutei.”

Relato da estória de Nanetto Pipetta – **El gato in tel caliero**

Um gato na panela

“-Boa noite. O tempo está nebuloso. A mamãe faz uma polenta na panela. O menino brincava com o gato fazendo uma folia do outro mundo. Somando em fim, resumindo, o menino embraveceu e esmagou o gato na panela da polenta. A mamãe ficou brava, o gato estava na panela, enfim, após uma discussão, tudo fora pela janela, gato, polenta e panela. Tudo passado vem a sentença: se você não pedir perdão pra mamãe não terá alguns privilégios. Enquanto o papai e a mamãe comiam o menino não brincava, o menino reclamava, reclamava, alguma coisa assim.”

Entrevista nº 2

Dia 6 de setembro de 2005, às 17 horas.

Nome –ADC

Idade – 24 anos

Ocupação – Estudante de jornalismo e estagiária em livreria

Relato da experiência Bilíngüe:

“Assim, eu tenho os meus avós que são, que são descendentes do italiano e eu assim me criei praticamente escutando eles falarem né. Mas assim, eu não entendo muito bem do italiano, mas entendo algumas coisas, seria isso.”

Relato da história de Nanetto Pipetta – **El gato in tel caliero**

“_ Ela tava fazendo a polenta e tava o Nanetto e o gato junto, e ela se irrita com os dois e expulsa eles de lá. Resumindo a história, ela joga pela janela o gato e a polenta e começa a *bestemá* com os dois”.

Entrevista nº 3

Dia 6 de setembro de 2005, às 17 horas e 50 minutos.

Nome – DG

Idade – 26 anos

Ocupação – Secretária de Mestrado e Professora no Curso de Secretariado Executivo

Relato da experiência Bilíngüe:

“_ Foi, como eu poderia dizer, foi uma experiência interessante, legal que ocorreu em função da minha vó que morava junto conosco...ah...desde que eu nasci ela morou com a gente até os 14 anos de idade mais ou menos. E no momento em que o meu avô faleceu, eu de certa forma fiquei mais próxima da minha vó porque eu cuidava dela, pousava com ela à noite porque ela tinha medo de pousar sozinha. Ajudava ela com a limpeza da casa, com a comida, então eu...eu fiquei bem próxima dela, ela...me lembro que ela rezava toda a noite, e rezava em italiano, ah... até hoje ela...hoje ela não mora mais com a gente, mas...ah...ela só fala italiano até hoje, né. Então a gente

consegue se comunica ainda, a gente conversa numa boa, ela...ela sempre foi muito, muito motivadora pra gente aprende o..o italiano, ela insistia que a gente questionasse ela sobre o significado das, das palavras, a gente dizia em português e ela dizia em italiano, coisas assim que eu, que eu me lembre.”

Relato da estória do Nanetto Pipetta “**El gato in tel caliero**”

“_ Bem, então essa é a estória do gato in tel caliero. Tudo parece que.....é noite, a mãe está em casa fazendo polenta e o menino, o Pipetto está próximo, brincando com o gato. A mãe ficou brava e... de certa forma bateu ou indicou ao menino com a, a pá da polenta.

O menino, Pipetto, ficou bravo, não gostou da atitude da mãe e jogou o gato dentro da panela da polenta que (é isso né...).

Nesse momento chegou o pai, o Piovan, e quis saber o que é que estava acontecendo já que a, a mãe estava brava, o Nanetto tava chorando e o gato tava dentro da panela da polenta. Depois de entendido o que aconteceu o pai pediu que o.., na verdade o pai deu a sentença pro menino. É...deu a sentença pro menino. Pediu que ele...disse a ele que ele ficaria sem comer naquela noite durante todo o tempo até que ele pedisse perdão pra sua mãe.

Nesse momento ficou um silêncio, um *grán* silêncio, *la* mãe, a mãe comeu, foi comer uma sopa com um pouco de óleo e o pai.... e o menino tudo aparenta que ficou num canto da casa, triste, chorando, nervoso.

Entrevista nº 4

Dia 6 de setembro de 2005, às 18 horas e 30 minutos.

Nome – EP

Idade – 44 anos

Ocupação – Professora de Curso Superior e arquiteta.

Relato da experiência Bilíngüe

“_A experiência se resume nas visitas em casa da minha avó paterna, no convívio na casa da minha avó materna e em algumas muito poucas falas na minha casa porque o meu pai falava o dialeto italiano e a minha mãe não. Desde que eu nasci até em torno dos 18 anos que foi o tempo que eu convivi, ou com o pai, mãe e vó mais diretamente.”

Relato da estória do Nanetto Pipetta – **El gato in tel caliero**

“_ Foi de tarde, suponho, e diz que o tempo está chuvoso, né, com bastante chuva e a mãe do Nanetto começa a fazer uma polenta e daí não sei quem, tem alguma coisa que é com o tal do gato, que eu não entendo bem , né, mas é, tinha alguma confusão com o tal gato, uma confusão do outro mundo. Ta. Daí, a mãe do Nanetto, num momento, ela, daí eu não entendo o que é, daí

acontece, que pega o gato, *tchapa* o gato, pega o gato e aí faz uma, bom eu não entendo bem como é a confusão aqui com a, mas sei que tem a ver uma confusão aqui com o gato com a tal da polenta e... o gato salta a ver com a polenta e... não sei bem o que diz... e aí vai tufo pra fora da janela, o gato, a polenta, a panela da polenta com tudo o que tem, fica um bordel, uma anarquia, e passada a chuva, o Nanetto pede perdão, pede desculpas, pede perdão pra mãe dele, e tal e depois de um grande silêncio. *Dopo*, a mãe, pareceria, a mãe comia e aí não entendo bem o que é. Eu consigo entender que tem um rolo com o gato e com o filho, com a mãe que quebrou a panela e que no fim dá tudo certo, mas eu não consigo fazer uma tradução mais literal.”

Entrevista nº 5

Dia 7 de setembro de 2005, às 8h e 30 minutos.

Nome – CZ

Idade – 49 anos

Ocupação – cirurgião dentista

Relato da experiência bilíngüe:

“_ Meus avós maternos, ambos moravam conosco e falavam somente o italiano, então eu ouvia praticamente, diariamente, quase direto o italiano, isso desde o nascimento até os 6 anos de idade. Passado o tempo, quando meus avós faleceram e ainda ficou minha mãe que falava alguma coisa em italiano e misturava algumas palavras em português. Aí continuei ouvindo falar através de meus tios, avós paternos e a minha mãe até bem mais tarde quando saí para estudar fora.

Relato da estória de Nanetto Pipetta – **El gato in tel caliero**

Era uma noite nebulosa de lua cheia. A mãe mexia a polenta na panela e o Nanetto incomodava um bocadinho com o gato. A mãe se irrita e dá um tapa no menino. O menino pega o gato e joga dentro da panela. Chega o pai e vê aquele alvoroço todo: o menino que chora, a mãe braba e o gato seco dentro da panela da polenta. Pega panela, gato e polenta e joga tudo pela janela. Diz para a mãe se acalmar e contar o que aconteceu, mas sem bestemá. O pai dá uma sentença pro menino: - Não vai mais comer nada, nada, nada até não pedir perdão e desculpas à mãe. A mãe faz uma sopinha para eles e o menino fica em um canto, resmungando.

3.9 - Procedimentos de análise dos dados

Embora não sendo a intenção deste trabalho realizar uma análise do discurso dos entrevistados, de forma sistemática, tal como prevê a Análise do Discurso de origem francesa, que privilegia o contato com a História ou a Análise do Discurso anglo-saxã, que privilegia o contato com a Sociologia, ao analisar as marcas lingüísticas dos referidos textos, segundo sua entidade

formal (palavras-chave ou idéias-chave), conforme Labov e Waletzky¹⁴ (1998), não se deixou de considerar a proposta de Pêcheux (1969) ao oferecer um procedimento de leitura que relaciona determinadas condições de produção com os processos de produção de um discurso, exatamente por encontrar nesta referida proposta possíveis elementos que estão subjacentes a esta análise.

Para esse autor, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas formações sociais – conceito proveniente de Althusser (1970) –, são sempre determinadas pela sua relação com a história, portanto datadas¹⁵ E é precisamente na linguagem que o discurso se materializa e deixa transparecer toda sua ideologia.

Não desconsiderando essa realidade científica e pertinente ao atual experimento, mas não passível de maior aprofundamento devido ao recorte dado, faz-se uma análise lingüística onde a narrativa é definida, segundo Labov e Waletzky, como entidade formal e funcional. Formal, na medida em que se identifica como recurso constituído desde o nível da oração até o nível da narrativa e funcional na medida em que os padrões constitutivos formais são identificados a partir das funções do discurso narrativo, ou seja, resumo, orientação, complicação, resolução, avaliação e coda. Segundo os autores, *resumo, avaliação e coda dão conta da inserção da narrativa em uma determinada situação de interlocução. Já a orientação, complicação e resolução configuram a narrativa propriamente dita, de acordo com uma determinada cultura* (BASTOS, 1998, p.25).

De acordo com esse modelo¹⁶, a complicação e a resolução são indispensáveis para que haja uma narrativa, enquanto que a orientação, a avaliação e a coda podem não aparecer necessariamente.

Como no presente estudo o objetivo é mostrar o papel do bilingüismo passivo na capacidade de memória atual do indivíduo bilíngüe e sua possível conseqüente contribuição na (re) aprendizagem da referida língua em questão, optou-se por trabalhar a entidade formal e funcional da narrativa a partir do levantamento das palavras-chave e idéias-chave, já que as mesmas podem proporcionar uma idéia mais precisa do entendimento de todo e qualquer texto. Argumenta-se com Koch que *um texto, mesmo oral, se constitui enquanto tal no momento em que parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de*

¹⁴ Bastos, Lúcia Kopschitz, cita Labov e Waletzky que, ao estudarem narrativas orais, definiram esse tipo de texto, informalmente, como um “método de recapitular a experiência passada, através da correspondência de uma seqüência verbal de cláusulas e uma seqüência de eventos que realmente ocorreram” (1998, p.23).

¹⁵ Em nosso estudo, “datada” significa a relação com um determinado tempo da história da colonização italiana no RS em que a proibição lingüística deixou profundas marcas na própria língua minoritária e, portanto, de seus falantes.

¹⁶ No modelo de Labov e Waletzky, o resumo constitui-se geralmente de uma ou duas cláusulas que resumem toda e estória; a orientação situa o leitor em relação à pessoa, lugar, tempo e situação. A complicação é o corpo propriamente dito da narrativa. A resolução apresenta o desenlace dos acontecimentos – definida como a parte da seqüência narrativa que segue a avaliação. Se a avaliação é o último elemento, então a resolução coincide com ela. A coda é um mecanismo funcional que faz com que a perspectiva verbal volte ao momento presente – ao momento da enunciação (in. Bastos, 1998, p.26-7).

uma complicada rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de constituir, para ela, determinado sentido (Koch, 1997, p.25).

Portanto, mesmo tratando-se de texto falado, ele apresenta uma sintaxe característica, sem contudo deixar de ter como pano de fundo a sintaxe geral da linguagem. *Ele possui uma estruturação que lhe é própria, ditada pelas circunstâncias sociocognitivas de sua produção e é à luz dela que deve ser descrito e avaliado* (p.64). Koch recomenda, na descrição e avaliação de textos falados, estratégias de construção de que o locutor utiliza-se, quais sejam a inserção, a reformulação e a hesitação. Certamente, ser-nos-ão muito úteis numa continuidade deste estudo.

Voltemos às palavras e idéias-chave. As palavras-chave formam um centro de expansão que constitui o alicerce do texto. Tudo deve ajustar-se a elas de forma precisa. A tarefa do leitor/ouvinte é detectá-las, a fim de realizar uma leitura capaz de dar conta da totalidade do texto. Por adquirir tal importância na arquitetura textual, as palavras-chave normalmente aparecem ao longo de todo o texto das mais variadas formas e fornecem a pista para a leitura reconstrutiva, porque nos levam à essência da informação, que é o que nos interessa no momento. No texto motivador “O gato na panela”, as palavras-chave *gato* e *panela* aparecem dez vezes. São as primeiras palavras que nos chamam a atenção, mas não as únicas. Para explicar o significado e importância dessas duas palavras no texto, o autor fala:

- da mãe, da polenta e da panela;
- do menino e do gato em torno da mãe;
- do gato, na panela;
- do pai, do gato, da panela e da sentença.

Uma vez encontradas as palavras-chave, devemos procurar a informação que elas trazem. O autor diz que:

- 1 – é uma noite nebulosa de minguate de lua cheia;
- 2 – a mãe de Nanetto mexe a polenta na panela;
- 3 – o menino, em torno da mãe, faz alvoroço com um gato;
- 4 – a mãe dá um tapa no menino;
- 5 – o menino atira o gato na panela da polenta;
- 6 – o gato fica seco, com os olhos de dar medo;
- 7 – o pai chega;
- 8 – o pai joga panela, polenta e gato pela janela;
- 9 – o pai dá uma sentença ao menino;
- 10 – o menino fica em um canto, resmungando.

Segundo Labov e Waletzki, os elementos funcionais essenciais para que uma narrativa realmente exista são a complicação e a resolução. Portanto, podemos sintetizar o nosso texto motivador nas idéias-chave nº 2, 3, 4, 5, 8 e 9, ou seja : A mãe de Nanetto mexe a polenta na panela. O menino, em torno da mãe, faz alvoroço com um gato. A mãe dá um tapa no menino. O menino atira o gato na panela da polenta. O pai joga panela, polenta e gato pela janela. O pai dá uma sentença ao menino.

Em posse dessas informações, procedeu-se à análise formal e funcional dos textos transcritos, relacionando as idéias-chave do texto original com as idéias-chave levantadas de cada texto relatado. Após, comparou-se uma a uma cada idéia – de 1 a 10 - do texto original com as dos textos transcritos, fazendo as devidas observações e relatando o que estava de acordo e o que não estava de acordo com as idéias-chave do texto original.

4 - RESULTADOS

TEXTO Nº 1

Autor – MCL – 44 anos

Apresenta as seguintes informações-chave:

Título – Um gato na panela

- 1 – noite nebulosa;
- 2 – a mamãe faz uma polenta na panela;
- 3 – o menino brinca com o gato, fazendo uma folia do outro mundo;
- 4 – a mãe ficou brava;
- 5 – o menino embraveceu e esmagou o gato na panela da polenta;
- 6 – o gato estava na panela;
- 7 - -----
- 8 – tudo fora pela janela, gato, polenta e panela;
- 9 – tudo passado vem a sentença;
- 10 – enquanto papai e mamãe comiam o menino não brincava, o menino reclamava.

Pode-se observar:

- as informações nº 1, 4 e 8 estão incompletas; a nº 1 não fala da noite de minguante de lua cheia, a nº 4 diz que a mãe está brava mas não diz que dá um tapa no menino e a de nº 8 omite a figura do pai;
- a informação nº 7 não aparece.

As informações que nos dão a síntese do texto (os elementos funcionais essenciais de uma narrativa) estão praticamente todos presentes, ou seja, as informações de nº 2, 3, 4, 5, 8 e 9.

É possível inferir que cerca de 85% das informações foram assimiladas pela entrevistada nº 1, o que traduz um bom nível de compreensão lingüística do texto.

TEXTO Nº 2

Autor – A de C

Idade – 24 anos

Apresenta as seguintes informações-chave:

- 1 - -----
- 2 – ela tava fazendo a polenta;
- 3 – e tava o Nanetto e o gato junto;
- 4 – e ela se irrita com os dois e expulsa eles de lá;
- 5 - -----
- 6 -----
- 7 -----
- 8 – ela joga pela janela o gato e a polenta e começa a *bestemá* com os dois;
- 9 -----
- 10 - -----

Pode-se observar:

- as informações 3 e 4 estão incompletas; a de nº 3 não fala que o menino estava fazendo um alvoroço em torno da mãe, a de nº 4 não diz que a mãe dá um tapa no rosto do menino;
- a informação de nº 8 está equivocada, uma vez que não aparece a figura do pai;
- as informações nº 1, 5, 6, 7, 9 e 10 não aparecem no texto.

As informações que constituiriam a essência do texto encontram-se prejudicadas em quase sua totalidade, ou seja, a 3, a 4 e a 8. A de nº 5 e 9 não aparecem.

Assim, é possível inferir que apenas cerca de 30% das informações foram registradas pela entrevistada nº 2, o que resulta em um nível de baixa compreensão do texto modelo

TEXTO Nº 3

Autor – DG

Idade – 26 anos

Apresenta as seguintes informações-chave:

Título – A história do gato “*in tel caliero*”

- 1 – é noite;
- 2 – a mãe está em casa, fazendo polenta;

- 3 – Pipetto está próximo, brincando “do” gato;
- 4 – a mãe ficou brava e de certa forma bateu ou indicou ao menino com a pá da polenta;
- 5 – o menino Pipetto ficou bravo, não gostou da atitude da mãe e jogou o gato dentro da panela da polenta;
- 6 - -----
- 7 – Nesse momento chegou o pai (o Piovan);
- 8 – quis saber o que é que estava acontecendo já que a mãe estava brava, o Nanetto estava chorando e o gato estava dentro da panela da polenta;
- 9 – depois de entendido o que aconteceu, o pai deu a sentença pro menino. Disse que ele ficaria sem comer aquela noite durante todo tempo, até que pedisse perdão à sua mãe;
- 10 – e o menino, tudo aparenta, que ficou quieto num canto da casa, triste, chorando, nervoso...

Pode-se observar que:

- a informação nº 1 está incompleta, pois não diz tratar-se de uma noite minguante de lua cheia;
- a informação nº 8, embora não falando no pai, traduz muito bem o conteúdo do parágrafo a que se refere;
- a informação nº 9 foi devidamente completada de acordo com o texto original;
- a informação nº 6 não aparece.

Vemos que as informações que nos dão a essência do texto lido estão presentes na fala da entrevistada, ou seja, as informações nº 2, 3, 4, 5, 8 e 9.

É possível inferir que cerca de 95% do conteúdo das informações do texto base foram absorvidas pela entrevistado nº 3, a qual demonstra muito bom nível de compreensão.

TEXTO Nº 4

Autor – EP

Idade – 44 anos

Apresenta as seguintes informações-chave:

- 1 – Foi de tarde, suponho, e diz que o tempo está chuvoso, com bastante chuva;
- 2 – a mãe do Nanetto começa a fazer uma polenta;
- 3 – e daí, não sei quem, tem alguma coisa que é com o tal de gato (...) uma confusão do outro mundo;
- 4 – Nanetto, num momento,ela, daí eu não entendo bem...
- 5 – daí acontece que pega o gato, “tchapa” o gato, pega o gato e aí faz uma (...) confusão com o tal de gato e a polenta;

- 6 -----
- 7 - -----
- 8 – e aí vai tudo pra fora da janela, o gato, a polenta, a panela com tudo o que tem;
- 9 – fica um bordel, uma anarquia, o Nanetto pede perdão, pede desculpas pra mãe dele;
- 10 -----

Pode-se observar que:

- a informação nº 1 não está de acordo com o texto e apresenta incorreção;
- a informação nº 3 não faz referência ao menino que brinca com o gato em torno da mãe;
- as informações nº 4 e 5 dão a entender que algo aconteceu, mas não precisam o que é;
- a informação nº 8 não precisa quem atira a panela com a polenta e o gato para fora da janela;
- a informação nº 9 fala da confusão e do perdão que o menino pede à mãe (quando de fato, isso não ocorre), porém não fala da sentença que o pai dá ao menino;
- as informações nº 6, 7 e 10 não aparecem.

O texto é apenas tangenciado, não apresentando uma estrutura funcional.

É possível inferir que houve apenas cerca de 40% de entendimento do texto lido, o que demonstra um nível insuficiente de compreensão.

TEXTO Nº 5

Autor – CZ

Idade – 49 anos

Apresenta as seguintes informações-chave:

- 1 – Era uma noite nebulosa de lua cheia.
- 2 – A mãe mexia a polenta na panela.
- 3 – O Nanetto incomodava um bocado com o gato.
- 4 – A mãe se irrita e dá um tapa no menino.
- 5 – O menino pega o gato e joga dentro da panela da polenta.
- 6 - -----
- 7 – O pai chega.
- 8 – O pai vê o alvoroço – o menino que chora, a mãe braba e o gato seco dentro da panela da polenta. Pega panela, gato e polenta e joga tudo pela janela. Diz para a mãe se acalmar e contar tudo o que aconteceu.
- 9 – O pai dá uma sentença pro menino “_ Não vai comer nada até não pedir desculpas à mãe”. A mãe faz uma sopinha para eles
- 10 – O Nanetto fica num canto, resmungando.

Pode-se observar que o entrevistado conseguiu apreender todas as informações importantes da narrativa, conseguindo, assim, 100% no nível de entendimento textual. Embora a informação de nº 6 não esteja devidamente explicitada, ela encontra-se inclusa na informação de nº 8.

5 – CONCLUSÕES e DISCUSSÃO dos RESULTADOS

Ao se compararem as percentagens resultantes das análises dos textos transcritos, nota-se que, apesar de todos os sujeitos do experimento serem bilíngües passivos e terem vivenciado a experiência nas duas línguas – português e vêneto -, desde os primeiros anos de infância e em contextos semelhantes, os resultados apontam para níveis distintos de compreensão, indicando, possivelmente, que outros fatores, aliados à idade, período de exposição à língua e contexto, estejam interagindo no processo de constituição do bilíngüe passivo e em sua respectiva compreensão textual.

Verifica-se que a percentagem de compreensão de texto atinge um nível médio de 70%. Pode-se dizer que, nessas circunstâncias, é um bom nível de compreensão textual e confirma a hipótese de que o bilingüismo, mesmo passivo, contribui positivamente para a compreensão e identificação de sons significativos da referida língua vêneto, mesmo depois de transcorridos anos do contato com essa língua. Isso parece admitir uma resposta positiva à outra hipótese – a de que o bilingüismo passivo influi positivamente na (re) aprendizagem da língua. Entretanto, o que podemos já levantar é que alguns professores de língua não vêem como positivo, no processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira, o fato de o aprendiz ser um bilíngüe passivo de línguas alóctones, pelo contrário, isso é visto como fator de interferência e confusão de linguagem. Já na (re) aprendizagem da língua alóctone (no caso, o vêneto) pelo bilíngüe passivo dessa mesma língua, não se possui dados para fazer essa mesma afirmação.

Vejamos agora a questão (já apontada no primeiro parágrafo) sobre outros fatores que, aliados à idade, período de exposição à língua e contexto, estejam interagindo no processo de constituição do bilíngüe passivo. Aliando condições de produção com processos de produção, uma importantíssima abordagem é realizada pela psicanálise lacaniana, que constrói uma significativa relação entre a aquisição de uma primeira ou segunda língua, e o seu sujeito de aquisição. Apoiada em alguns critérios do estruturalismo lingüístico, prioriza o inconsciente, demonstrando que existe uma estrutura discursiva que é regida por leis. Como num sistema de correlação, o sistema lingüístico de Saussure, a partir do critério diferencial¹⁷, estabelece o critério relacional, que delimita a função do Outro dentro do próprio sistema. Assim, posição e relação determinam a

¹⁷ Segundo o qual na língua não há mais que diferenças e, portanto, não é possível tomar nada isoladamente e sim apenas em relação a sua posição com os outros elementos do sistema.

identidade de todo elemento no sistema da língua. Daí decorrem implicações para o conceito lacaniano de sujeito, que só passa a constituir-se a partir desse Outro, definido dentro dele mesmo pelos critérios diferenciais e relacionais. Como afirma Dionísio (2004) *O sujeito dessubstancializado não está onde é procurado, ou seja, no consciente, lugar onde reside a ilusão do "sujeito centro"* como sendo aquele que sabe o que diz, aquele que sabe o que é, mas pode ser encontrado onde não está, no inconsciente, lugar onde reside o Outro – o discurso do pai, da mãe, etc. -, que lhe imprime identidade (p.108).

No comportamento e nas palavras dos entrevistados podem estar implícitos, muito sub-repticiamente, discursos daqueles com os quais o tempo de infância e adolescência foi compartilhado. O entrevistado usa de suas próprias palavras para traduzir o discurso de um Outro - o discurso relatado, segundo Authier-Revuz¹⁸. Daí, talvez, poderia resultar a diferença de uma maior ou menor compreensão textual, já que esta compreensão textual foi construída, no período da infância e adolescência, na relação sujeito bilíngüe e Outro, sendo, portanto, única em sua constituição e fortemente marcada por fatores subjetivos e de difícil controle.

Vale ressaltar que os dados empregados e provenientes deste experimento são limitados tanto em número quanto em controle de variáveis. É importante dizer que, para conclusões definitivas, faz-se necessário ampliar o número de sujeitos envolvidos no experimento e manter controle rigoroso das variáveis intervenientes no processo de formação do bilíngüe passivo. Os fatores idade, tempo e contexto em que se deu a formação bilíngüe foram controlados no experimento. No entanto, o nível de importância desses fatores, como resultado de outros fatores associados, tais como atitude, motivação e qualidade do input das línguas não pôde ser determinado.

É importante dizer que embora as pesquisas concordem em que exista um período na aquisição das línguas de bilíngües que é sensível à maturação biológica (hipótese do período crítico de aquisição), os efeitos da variável idade são de difícil interpretação. Isso é válido tanto para a teoria que enfatiza o papel da maturação neural como a que se apóia no estágio de desenvolvimento de uma das duas línguas quando da introdução da outra. Assim, se está comprovado através deste experimento que o bilingüismo passivo precoce contribui para uma possível compreensão textual dos sujeitos envolvidos, não é tão certo que ele o seja de igual proporção para todos, já que o grau de compreensão, neste experimento, variou de 30% a 100%. A distância entre os dois percentuais é bastante significativa, o que leva a pensar que os fatores idade e contexto encontram-se intimamente

¹⁸ Authier-Revuz(1982) aponta três tipos de heterogeneidade mostrada: 1) aquela em que o locutor usa de suas próprias palavras para traduzir o discurso de um Outro (discurso relatado) ou então recorta as palavras do Outro e as cita; 2) aquela em que o locutor assinala as palavras do Outro em seu discurso, por meio de aspas, itálico, remissão,etc.; 3) aquela em que a presença do Outro não é explicitamente mostrada na frase, mas sugerida.

relacionados e que, como afirmam Green (1986), Hamers (1995) e Dodson (1981), a língua minoritária existe no indivíduo em estado latente e este pode fazer uso dela dependendo da motivação e das circunstâncias.

O fato de se constatar que os sujeitos bilíngües são beneficiados por terem acesso a um duplo léxico e, assim, demonstrarem uma boa capacidade de memória, pode trazer contribuições aos estudos sobre a aquisição e aprendizagem de línguas alóctones e estrangeiras, aumentando as possibilidades de que mais crianças se tornem bilíngües ou multilíngües. E, principalmente, que as línguas minoritárias, tal como a língua vêneta, ocupem o espaço que lhes é devido, seja na família ou na sociedade mais ampla.

Os brasileiros podem constituir um povo cujas tradições culturais diferentes venham a encontrar-se, não em relação de subserviência a um só modelo, e sim, em relação de escuta e aceitação recíproca, em relação a uma riqueza de etnias, culturas, línguas, credos e nacionalidades na constituição de uma mesma cidadania. Esta lucidez de consciência é que faz com que se queira retomar a língua vêneta como um bilingüismo adicional, na acepção de Skutnabb-Kangas (1984) e Cummins (1986) e de acordo com os resultados deste experimento.

6 - BIBLIOGRAFIA

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **O Conceito de Língua Materna e suas Implicações para o Estudo do Bilingüismo (alemão-português)**. In: Martins Stadan – Jahrbuch, São Paulo, n49, p.141-161, 2002.

_____. **Bilingüismo Precoce e Educação Bilíngüe**. Roma: Armando, 1993. [1972].

_____. **Política Lingüística, Mitos e Concepções Lingüísticas em Áreas Bilíngües de Imigrantes (alemães) no Sul do Brasil**. I: Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana – RILI I, (2004) 1 (3), 83-93.

BASTOS, Lúcia Kopschitz. **Coesão e Coerência em Narrativas Escolares**. Martins Fontes Ltda, São Paulo, 1994 – p.23-27.

BERNSTEIN, Basil. **Theoretical Studies towards a Sociology of Language**. 2a ed. London: Paladin, 1973.

BERNARDI, Aquiles. **Vita e Stòria de Nanetto Pipetta: nassuo in Italia e vegnudo in Mérica per catare la cucagna**. Porto Alegre, EST São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Correio Riograndense, 1990. (1ª edição em 1937)

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Holt Rinehart and Winston.1933. (Tradução xerografada).

BORTONI, Stella-Maris-Ricardo. **Educação em Língua Materna – a sociolingüística na sala de aula**. São Paulo, Parábola Editorial,2004.

COSERIU, Eugenio. **Sentido y Tareas De La Dialectología**. México: Instituto de Investigaciones Filológicas. Centro de Lingüística Hispánica. 1982, p.5-44.

CUMMINS, James. **The Cognitive Development of Children in Immersion Programs**. In: The Canadian Modern Language Review, v. 34, n.5, o. 855-8883, 1978. [CVA; Bib-RomKiel]

DODSON, A. A. **Reappraisal of bilingual development and education**. In H. Baetens Beardmore (ed.) Elements of Bilingual Theory. Free University of Brussels, 1981.

FISHMAN, Joshua A. **Bilingualism with and without diglossia; diglossia with and without bilingualism**. In: Journal of Social Issues, v.23, n. 2, 1967. p. 29-38 [CVA]

GODOY, Ana Boff de. **O Eu e o Outro na Terra da Cocanha: o Jogo da Identidade Italiana em Solo Gaúcho**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2002.

GREEN, D.W. **Control, Activation and Resource: a framework and a model control of and speech in bilinguals**. Brain Language, 1986, 27, 210-223.

HAMERS, F. Josiane, BLANC, Michel H. A. **Bilinguality & Bilingualism**. United States of América – Cambridge University Press, 1999.

HEREDIA, Christine De. **Do Bilingüismo ao Falar Bilíngüe**. In: VERMES, Geneviève. \BOUTET, Josiane (org.). Multilingüismo. Campinas (SP): Ed.da UNICAMP, 1989, p.177-220.

KIELHÖFER, Bernd / JONEKEIT, Sylvie. **Zwischsprache Kindergarten**. Tübingen: Stauffenburg, 1983. [Tradução de Carla Krohn].

KOCH, Ingedore Villaça. **O Texto e a Construção dos Sentidos**. São Paulo, Contexto, 1997.

LAMBERT, W.E. **A Social Psychology of Bilingualism**. In: PRIDE, J.B. / HOLMES, Janet [Eds.]. Sociolinguistics. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

LANCHET, Jean. **Psicolinguística e Pedagogia das Línguas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

LUNA, José Marcelo de Freitas. **A Política Governamental para o Ensino de Português a Imigrantes Alemães no Brasil: Geradora e Destruidora da Experiência da Escola Teuto-Brasileira**. In: Revista ANPOLL, n.8, p.59-86, jan/jun.2000.

MACKEY, William F. **The Description of Bilingualism**. In: FISHMAN, Joshua A.[ed.] Reading in the sociology of language. 3ª ed. The Hague, Mouton, 1972. P.554-84. [CVA; BSCSH 401/R287].

MATTOSO, Margot Levi. **A Ambigüidade do Conceito Bilingüismo no Brasil**. Anais do 1º Encontro sobre Bilingüismo no Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS/ Instituto de Letras/ Centro de Lingüística Aplicada, 1982, p. 114-133.

MCLAUGHLIN, B. **Second Language Acquisition in Childhood**. 1: Pré-school Children, 2ª ed. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., Publishers, 1984.

NAJAB, Faycal. **O Sujeito Bilíngüe; Abordagem Cognitiva**. In VERMES, Geneviève/BOUTET, Josiane (org.). Multilingüismo. Campinas (SP): Ed. DaUNICAMP, 1989. P.221-245.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. (org). **Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Lutas entre Culturas no Currículo em Ação da Formação Docente**. In Educação & Realidade 21(1), 137-155.

PAYER, Onice M. **A interdição da Língua dos Imigrantes Italianos no Brasil: Condições, Modos, Conseqüências**. In: ORLANDI, Eni P. História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional. Campinas (SP) Pontes; Cáceres (MT): Unemat Editora, 2001. P.235-255.

PÊCHEUX, M. **Analyse Autimatique du discours**. Paris, Dunod, 1969.

ROMAINE, Suzane. **Bilingualism.Cap. 5 The Bilingual Child**. .2ª ed.Oxford, England.Blackwel Publishers Ltda,1995,p.181-205.

SILVA, Eurides Brito da (org.). **A Educação Básica pós- LDB**. São Paulo, Pioneira, 1988, p.37-59.

SOARES, C.& GROSJEAN, F. **Bilinguals in a monolingual and a bilingual speech mode : The effect on lexical access**. Memory and Cognition, 1984, 12, 380-386.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. **Bilingualism or not: the education of minorities**. Clevedon/Avon:Multilingual Matters, 1981. 378p. (Multilingual Matters, 7) [CVA; Bib-RomKiel]

STAWINSKI, Alberto Victor. **Gramática e Vocabulário do Dialeto Italiano Rio-Grandense**. Porto Alegre/ Caxias do Sul/ UCS – co-edição, 1977. 124 p.

SWAIN, M. **Bilingualism as a First Language**. PHD. Dissertation. Irvine University of Califórnia, 1972.

TITONE, Renzo. **Psicolingüística Aplicada: Introdução Psicológica à Didática das Línguas**. São Paulo: Summus, 1983.[1971] p. 117-170.

TITONE, Renzo. **Bilíngües a los três años**. Buenos Aires: Editorial Kapelucsz, 1975. 112 p. [CVA]

TRUDGILL, Peter. **Myth 1: The Meannings of Word Should Not be Allowed to Vary or Change**. In: BAUER & TRUDGILL (1998). London, Penguin Books.

WEINREICH, Uriel. **Languages in Contact. Findings and Problems**. 8ª Printing. The Hague, Paris: Mouton, 1974. [1953] 149 p.

VIEIRA, Josalba Ramalho. MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Língua Estrangeira: Direito ou Privilégio?** In: SILVA, Fábio Lopes da & MOURA, Heronides Maurílio de Melo (orgs.). O Direito à Fala: A Questão do Preconceito Lingüístico. Florianópolis: Insular, 2000, p.113-127.

FUNDAMENTOS PARA UMA ESCRITA DO HUNSRÜCKISCH FALADO NO SUL DO BRASIL

Grupo ESCRITHU / UFRGS (Cléo V. Altenhofen, Gerson R. Neumann, Karen Pupp Spinassé, Mário S. Klassmann, Jaqueline Frey, Maria Lidiani Käfer)

1. Introdução

Com as discussões em torno da criação, no âmbito do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional),¹ de um Livro das Línguas Brasileiras, tem crescido o interesse na organização social das cerca de 180 línguas indígenas e aproximadamente 30 línguas de imigração faladas ao lado do português, no Brasil. Como uma dessas línguas do tipo alóctone ou de imigração² mais em evidência, ainda recaem sobre o Hunsrückisch uma série de tarefas. Uma dessas tarefas advém justamente da sua condição de variedade dialetal essencialmente falada que não dispõe de uma prática e registro escrito sistematizados, função que até hoje tem sido coberta pelas normas cultas do Hochdeutsch e do português. Entende-se, assim, por que o falante de Hunsrückisch, apesar de ser esta sua língua materna, sempre cogitou exclusivamente do português ou do alemão-padrão para a função da escrita, uma vez inexistindo a necessidade de escrever em Hunsrückisch, a não ser como forma de expressão da identidade e da cultura local, prioritariamente de cunho humorístico. Um exemplo que ilustra essa ausência sistemática da escrita da variedade dialetal do imigrante são os *Wandschoner* (panos para proteger parede), dos quais não temos conhecimento de exemplar que apresente uma frase ou ditado no dialeto local.

Neste sentido, pode-se admitir que, ao longo da história do contato alemão-português, tenha ocorrido uma espécie de *diglossia*, como os lingüistas chamam o uso de duas variedades (alta e baixa) para funções sociais distintas. Isso significa, em outras palavras, que se falava Hunsrückisch, porém se escrevia Hochdeutsch – a *Schriftsprache*, ou ainda popularmente o “alemão gramatical” –, isto é, uma variedade aprendida na escola, com o auxílio de uma gramática que sistematiza e normatiza essa escrita. Com a política de nacionalização do Estado

¹ Seminário sobre a Criação do Livro das Línguas, promovido pelo IPHAN (www.iphan.gov.br/), IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística - www.ipol.org.br) e Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em Brasília, 07 a 09 março de 2006.

² Optamos, aqui, pelo termo *língua*, quando consideramos seu *status* sistêmico e independente, em contato com o português (língua como sistema fônico e gramatical); a opção por *dialeto* ocorre, quando se destaca sua condição de sub-sistema do alemão e sua vinculação histórica ao alemão como língua-teto (*Überdachungsnorm*). Veja-se para tanto Coseriu (1982).

Novo (1937-1945) e a conseqüente repressão e retrocesso do ensino de alemão na escola básica e fundamental, a função de língua escrita passou a ser assumida pelo português.

Apesar dessa tendência geral, é possível identificar um conjunto de textos em Hunsrückisch que permitem ao menos falar de uma “pequena” tradição escrita dessa variedade (v. contribuição de Neumann 2006, neste mesmo volume). É verdade que o teor desses textos atende a um apelo fortemente humorístico sobre um fundo metarreferencial que busca documentar e cultivar um modo de expressão familiar e de cunho identitário. Poderíamos falar por isso da existência de *etnotextos escritos* e de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) que reflete a cultura do grupo étnico em questão. O que, no entanto, falta que impeça e justifique uma produção escrita mais significativa e constante, onde antes só havia a oralidade? Constitui premissa deste estudo de que talvez se trate de atribuir ao dialeto o mesmo *status* de língua a que têm direito o alemão-padrão e o português enquanto línguas históricas com existência oral e escrita. Isso implica naturalmente na criação de um instrumento inicial de sistematização dessa escrita, como ponto de partida.

A idéia de fixar, ou melhor, normatizar uma escrita para o Hunsrückisch tem, portanto, fundamento no próprio papel que a escrita exerce enquanto forma de expressão e segue, como tal, princípios próprios observáveis, por exemplo, na história de todas as grandes línguas internacionais. Todas essas línguas tiveram, em seus diversos estágios, especialmente os iniciais, variações muito grandes da grafia de uma mesma palavra ou lexema e, só com a prática e o trabalho de sistematização de estudiosos, foram estabelecendo sua norma escrita como a conhecemos hoje.

O presente artigo reproduz, de certa forma, esse caminho clássico. Pretende-se, com a consideração da “pequena” tradição, a que já se aludiu, dos estudos existentes, bem como de uma série de princípios previamente fixados, propor um conjunto de normas que oriente uma escrita sistematizada do Hunsrückisch. Para tanto, criou-se no Instituto de Letras da UFRGS o *Grupo de Estudos da Escrita do Hunsrückisch* (ESCRITHU) que tem por objetivo não apenas criar esse sistema de normas, mas também refletir e fomentar o estudo e educação lingüísticas dessa variedade que, segundo estimativas de pesquisas, conta com cerca de 500.000 falantes só no Rio Grande do Sul. O grupo ESCRITHU, constituído em sua maioria por falantes de Hunsrückisch e pesquisadores dessa variedade de contato com o português, insere-se no projeto ALMA-H (*Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch*), como sub-projeto deste (v. Altenhofen 2004). Por esta razão, cabem algumas considerações preliminares, para as quais se objetiva utilizar essa escrita:

- a) É intenção do ESCRITHU elaborar posteriormente um *Dicionário trilingüe Hunsrückisch-Hochdeutsch-Brasilianisch* (compreende-se o dicionário igualmente como instrumento de auxílio para consulta de dúvidas sobre grafia, como comumente fazemos até mesmo no português e no alemão-padrão).
- b) A escrita proposta servirá de base para a transliteração de dados, sobretudo etnotextos, coletados pelo ALMA-H na rede de pontos do projeto (ao todo, 38).
- c) A presente proposta de escrita considera a tradição pré-existente e a vinculação histórica e lingüística ao alemão, de onde proveio.
- d) Entende-se a escrita como convenção e regra sistemática que, como qualquer sistema novo que se fixe, por mais simples que seja, precisa ser aprendida (neste sentido, importa o resultado que a leitura de um segmento produz oralmente; p.ex. se fixarmos que *Johr* ‘ano’ se lê como *Rohr* ‘cano’, a representação grafemática do segmento é lida como tal, e não de outra forma, seguindo outro paradigma).
- e) A proposta não se direciona apenas a falantes de Hunsrückisch, mas pretende ser compreensível também a membros falantes de outras variedades do alemão (uma escrita puramente fonética baseada no português excluiria o público não-falante nativo e aumentaria o vácuo entre o Hunsrückisch e o Hochdeutsch, não permitindo por exemplo que um professor de alemão fizesse comparações relevantes, para fins didáticos).
- f) Distingue-se entre as habilidades de escrita e de leitura de textos produzidos de acordo com as normas fixadas (a primeira certamente exige um grau de letramento e portanto de familiaridade com o alemão escrito maior).
- g) Vale ressaltar que o Hunsrückisch é entendido como “língua” distinta do Hochdeutsch (alemão-padrão), embora se vincule a ele historicamente e por semelhança lingüística. Quando se adota no Hunsrückisch traços da escrita semelhantes à do Hochdeutsch, não se está de modo algum adequando ou adaptando a forma, mas sim apenas adotando uma convenção que atesta uma coincidência de formas independentes, apesar da semelhança.
- h) Não se considera que o pré-conhecimento de elementos gráficos do Hochdeutsch esteja totalmente ausente. Pelo contrário, partimos do princípio de que os falantes de Hunsrückisch possuem, naturalmente em grau variado, alguma noção prévia de convenções da escrita do alemão, desde sobrenomes (*Schneider, Müller, Neumann,*

- i) A proposta tem por isso objetivo didático, no sentido de que visa não somente a instrumentalizar o falante e a nós próprios para o registro do Hunsrückisch, como também fomentar a educação lingüística dos falantes sobre o papel e funcionamento de sua língua materna e de uma língua de modo geral.
- j) Reconhecem-se pelo menos três grandes variantes do Hunsrückisch, partindo da tipologia de Altenhofen (1996, mapa 6, v. anexo), a saber:
 - 1. Hunsrückisch com traços [+ moselanos] (o tipo com maior número de traços dialetais que o distanciam do Hochdeutsch): p.ex. falantes de *dat/wat* (predomina na maioria dos autores, como Rambo e Brummbär-Kalender);
 - 2. Hunsrückisch com traços [+ renanos] (segundo o estudo de Altenhofen (1996), o tipo mais falado): p.ex. falantes de *das/was* (mais comum em Spohr e Gross);
 - 3. Hunsrückisch atenuado, com traços mais próximos do padrão: p.ex. falantes de /ai/ em lugar de /e:/, como em *Bein*, (mais comum em Flach).

O ESCRITHU respeita cada uma dessas variantes como legítimas e toma como regra que cada autor utilize a sua variante materna, porém com as mesmas normas de escrita de cada som específico.

- k) A proposta destina-se inicialmente às finalidades internas do Grupo. Sua implementação e utilização externa a esse propósito depende de uma série de testes e atividades que, eventualmente, podem ser realizadas (p.ex. workshops, publicação de textos etc.), mas que não são prioridade inicial.

Segue a análise e discussão de alguns problemas e opções envolvendo diferentes aspectos passíveis de sistematização no registro escrito de sons do vocalismo e consonantismo, bem como de aspectos tipográficos e formais.

2 Aspectos tipográficos

- a) Substantivos com inicial maiúscula ou minúscula

Uma das primeiras decisões que cabe tomar envolve o registro da inicial dos substantivos. Poderia alguém alegar que o uso geral de inicial minúscula, como no português, facilitaria a escrita. Outros, porém, como por exemplo aprendizes de alemão têm apontado a vantagem de, na

leitura, reconhecer e identificar mais facilmente os componentes da frase, na medida em que o substantivo aparece discriminado pela inicial maiúscula. Não nos parece problemático optar por esta última forma, principalmente se pensarmos no caráter pedagógico que queremos imprimir ao trabalho com a escrita do Hunsrückisch. Além disso, tal decisão é respaldada quase unanimemente na tradição (vejam-se Rambo, Flach, Gross, Müller, Brummbär-Kalender, Collischonn et al.).

b) Palavras compostas

O mesmo argumento da compreensibilidade do escrito vale para as palavras compostas que, a nosso ver, deveriam respeitar a forma aglutinada, por constituírem unidades semânticas próprias (p.ex. *Reenscherrem* ‘guarda-chuva’, e não *Reen scherrem*, *Tischtuch* ‘toalha de mesa’, e não *Tisch tuch*). A forma separada pode dar margem a dúvidas e ambigüidades, como p.ex. em *spritz bier* ‘Spritzbier, a cerveja caseira’.

c) Empréstimos do português: empréstimos integrados ou estrangeirismos

No caso dos empréstimos do português, maciçamente encontrados no Hunsrückisch, colocam-se dificuldades em exemplos, onde a ortografia do português difere substancialmente da do sistema de referência do alemão e, por conhecimento do português, tendêssemos à ortografia da língua de origem. Um exemplo que ilustra esse impasse é o lusismo *calçada*, que no Hunsrückisch pode aparecer como estrangeirismo (quando mantém a mesma forma da língua-fonte) – neste caso, *die Calçada* – ou como empréstimo já integrado ao sistema fonológico do Hunsrückisch – neste caso, *die Kalsoode*. Tal se observa também em galicismos como *die chamant* ‘simpático’ (fr. *charmant*). Como proceder nesses casos?

Seguindo os princípios fixados, poderíamos sugerir que os estrangeirismos seguem a ortografia da língua de origem, e os empréstimos integrados as regras da escrita do Hunsrückisch. A isso, porém é preciso somar a força do uso corrente e recorrente de determinada forma. A prática ainda nem sempre tem sido tão conseqüente, como mostra o título de um texto de W. H. Collischonn, na coluna *Der Friedolin*, intitulada *Uff de Calçode abgeritscht*. Nos parece que a sistematização proposta pode ajudar como orientação, embora se deva reconhecer que esses casos são fortemente regulados pela regra do uso, a qual explica por exemplo grafias como *Chor* ‘coral’, ao invés de *Kohr*, que causaria forte estranhamento no leitor. Nessa linha de raciocínio, é preciso levar em conta também grafias como a do exemplo *Calçode*. A prática do uso recorrente certamente irá regular esses casos.

Vale ressaltar que, na nossa concepção de escrita, entendemos que ao processo de leitura de um texto subjaz um diálogo intertextual e intercultural, no qual o leitor compara e associa

conhecimentos e palavras. Ou seja, um texto em Hunsrückisch não existe no vácuo, mas dialoga com outros textos inclusive textos escritos em português e Hochdeutsch.

3 Vocalismo

3.1 Duração da vogal

No português, não há distinção entre vogais breves e longas, e conseqüentemente, não há grafemas no português para marcar esta distinção, o que nos leva a recorrer a regras do alemão.

3.1.1 Vogais breves

- a) No alemão, **vogal seguida de duas consoantes** é pronunciada com duração breve. Essa regra é seguida de maneira mais ou menos conseqüente pelos autores que escrevem em Hunsrückisch:

“*Wenn de alte Vetter Pitter sei gross Brill uff die Nas gesetzt hot*” ‘Quando o velho tio Pedro acavalava os óculos sobre o nariz’ (Rambo 2002, v. 1, p. 156)

“*Donnaschtags Mittags hatt’a de Zug geholl bis Santa Maria*” ‘Quintas-feiras à tarde pegava o trem até Santa Maria’ (Flach 2004, p. 102)

“*Die Kinna wolle, die Fraa will, unn de Mann will nix demit wisse. Unn dann?*” ‘As crianças querem, a mulher quer e o homem não quer saber de nada disso. E daí?’ (Spohr, Familien-Kalender 2006, p. 130)

A regra aplica-se de modo geral também a exemplos monossilábicos muito freqüentes, como *uff*, *unn* e *honn*. Talvez, aqui, o uso e a prática possam sugerir uma forma simples.

- b) Um caso particular de aplicação dessa regra são os exemplos decorrentes da **adição de uma vogal epentética**, como em *Milch* ‘leite’, que se torna *Millich*, ou *Berg* var. *Berch* ‘morro’, que fica *Berrich*. A duplicação da consoante, para marcar que a vogal é breve, é usada pela maioria dos autores, como Spohr (p.ex. *Kerrich*, Familien-Kalender 2006, p. 106) e principalmente Rambo (*Kerrich*, 2002, v. 2, p. 49; *Millichstross*, 2002, v. 1, p. 81). Em nossa proposta, apesar da inclinação inicial para a forma simples, por questões, decidiu-se por fim pela aplicação sistemática da regra apresentada em a).
- c) As vogais átonas não oferecem grandes problemas, a não ser a **vogal /a/ em final de sílaba**, que em muitas palavras, e inclusive em nomes e sobrenomes (ex. *Peter*, *Schneider*, *Käfer*), é grafada como <-er>. Aqui, parece haver bastante divergências. Alguns autores chegam a misturar as formas <-er> e <a>, muitas vezes no mesmo texto.

De modo geral, em Rambo, Rottmann e Gross predomina o emprego de <-er>, enquanto que Spohr e Collischonn variam o emprego entre <-er> e <a>. Exemplos: *imma* ‘sempre’, *awer* var. *awa* ‘mas’, *unsa* var. *unser* ‘nosso’ (Collischonn in: *Der Friedolin*, 2006). Uma exceção é Flach, que emprega sistematicamente a grafia <a>, inclusive no título de seu livro *Unsa gut deitsch Kolonie*.

Um problema maior aparece em contextos de sílaba tônica. Evidentemente que a grafia de um pronome como *Wer* ‘quem’ tem de fato o efeito desejado, na medida em que a sua pronúncia conhecida da escrita do padrão coincide com a do Hunsrückisch. O que fazer, no entanto, com palavras como *mehr* var. *meh* ‘mais’, *Meer* ‘mar’, *mir* var. *mea* ‘a mim’ e a forma para o pronome pessoal *mea* var. *mia* ‘nós’.

Nossa opção é pelo **emprego de <-er> em posição pós-tônica** (p.ex. *unser* ‘nosso’, *Fenster* ‘janela’, *awer* ‘mas’) e **de <ea> em posição tônica** (p.ex. *Weat* ‘valor’, *heat* ‘ouve’), ressalvadas as exceções fixadas pelo uso recorrente. A opção por <-er> se deve à sua relação lógica com a formação do plural e da declinação de modo geral, onde aparece um /r/. Exemplo: *unsre Fenstre* ‘nossas janelas’. Este argumento está em sintonia com nosso propósito de fomentar, com esse trabalho, a reflexão e a educação lingüística em torno da língua materna.

- d) Os mesmos argumentos usados para o caso anterior valem, em parte, também para a **grafia de <or>** (como em *vor* ‘antes, na frente’, *Motor* ‘motor’). Flach registra <oa>, seguindo a mesma tendência para <(e)a>. Nossa dúvida novamente recai sobre os monossílabos, onde já existe a **grafia <-ohr>**, como em *Rohr* ‘cano’, *Ohr* ‘orelha’. Estendemos essa escrita por analogia a contextos resultantes de mudança vocálica, como em *Johr* ‘ano’, *Hohr* ‘cabelo’, *wohr* ‘verdadeiro’, com a mesma justificativa da concordância sintática, p.ex. de plural, como em *die Johre* ‘esses anos’, onde aparece o /r/. Essa grafia aparece também em Rambo e Rottmann:

“*Et war eso em Määdche*
Vunn neinzeh – zwanzig Johr,
Hatt, wie Keschdanieschilze,
So braune, glatt Hohr.”³ (Rottmann 1950, p. 144)

³ Tradução: ‘Era uma vez uma menina / de dezenove, vinte anos / que tinha cabelos marrons e lisos / da cor da casca da castanha.’

- e) Por fim, o mesmo tratamento de d) pode ser dado aos **segmentos** <ur> (como em *nur* var. *nurre*, *nore* ‘somente’, *pur* ‘puro’, *Schnur* ‘fio’, *Natur* ‘natureza’) e <-uhr> (p.ex. *Uhr* ,relógio, hora’, *Fuhr* ,carreiro ao arar’).

3.1.2 Vogais longas

Para marcar que a vogal é longa, o alemão oferece duas grandes regras que são seguidas pelos autores e também por nós:

- a) **vogal diante de consoante simples** pronuncia-se como longa, em oposição à regra a) para vogais breves. Exemplos: *Lewe* ‘vida’ (compare-se *Lewwer* ‘fígado’), *brige* ‘brigar’ (compare-se com *Bricke* ‘pontes’).

Um problema sobre o qual muitas vezes não há muita clareza ocorre nos casos onde o Hochdeutsch usa o grafema <ß>, que obviamente é excluído da escrita do Hunsrückisch. Contudo, ao escrever palavras como alemão *Straße* ‘rua’ e *groß* ‘grande’ em Hunsrückisch *Stross* ou *gross*, os autores violam a regra da vogal breve diante de duas consoantes, deixando de marcar oposições como *Stros* ‘rua, estrada’ e *Stross* ‘garganta’. Às vezes essa oposição vem acompanhada apenas de variação simples da mesma palavra, como em *Hoss* var. *Hos* ‘calça’ e *Hoos* ‘coelho’. É verdade que o contexto auxilia na compreensão, mas o exemplo mostra a perspicácia dos falantes em marcar a distinção, ou através da duração (/o/ longo ou breve), ou através da abertura da vogal (/o/ longo fechado ou aberto).

Outro problema decorre da espirantização de /g/, resultando em um som equivalente a <ch> (v. abaixo no consonantismo). A vogal que antecede <ch> de modo geral é breve, p.ex. em *spreche* ‘falar’ e *lache* ‘sorrir’. Com a espirantização, surgem exemplos como *Kuchel* ‘bola’, *Kuche* ‘cuca’ ou *Vochel* var. *Vohl* ‘pássaro’, que pela regra seriam breves, mas se pronunciam como vogais longas. Optamos aqui em manter <ch> simples, por maior economia e por achar que não causa maiores problemas na leitura.

- b) **vogal diante de <h>** pronuncia-se como longa. Exemplos: *hohl* ‘oco’ (compare-se *holl* ‘pega’), *Stihl* ‘cadeiras’ (compare-se *Stiel* ‘cabo’ e *still bleiwe* ‘ficar parado, não se mexer’), *stehn* ‘estar parado, em pé’ (compare-se *Stenn* ‘estrela’, ‘testa’).

Um problema dessa regra é que exige de quem escreve um grau de letramento e de familiaridade com a escrita do alemão, como aliás o conjunto da proposta. Por outro lado, para a leitura parece não haver essa mesma dificuldade. Como qualquer língua, uma boa escrita

pressupõe uma boa experiência de leitura. Outras opções, além das já citadas, para marcar as vogais longas são encontradas na tradição. São as seguintes:

- c) é comum o **emprego do grafema <ee>** para marcar /e:/ longo, sobretudo nos casos em que existe a variante <ei> (tipo 3 do Hunsrückisch, mais próximo do padrão), como em *Steen* var. *Stein* ‘pedra’ (compare-se *stehn* e *Stenn* acima), *kleen* var. *klein*. Inclui-se aqui toda a série de verbos com sufixo *–iere* vs. *–eere*, como em *telefoneere* var. *telefoniere* ‘telefonar’, *schmeere* var. *schmiere* ‘esfregar, untar’. Por fim, em alguns casos onde o Hochdeutsch apresenta vogal longa arredondada /ö/, costuma aparecer, nos textos em Hunsrückisch, a grafia com <ee>, p.ex. *scheen* ‘bonito’ (compare-se Hdt. *schön*). São poucos exemplos. A nossa posição é favorável ao uso de <ee> que julgamos auxiliar na clareza sobretudo de monossílabos.
- d) o **emprego de <ie>**, inclusive como variante de pronúncia, aparece generalizado. Exemplos: *lieb* ‘querido’, *Besemstiel* ‘cabo de vassoura’, *Lied* ‘canção’, *namoriere* var. *namoreere* ‘namorar’. Como no caso de /ö/, o grafema <ie> pode assumir a mesma função para distinguir palavras, sobretudo monossilábicas, onde o Hochdeutsch possui <ü>, p.ex. *mied* ‘cansado’ (compare-se Hdt. *müde*), *Brieder* ‘irmãos’ (compare-se Hdt. *Brüder*). Rambo, como alguns outros autores isolados, emprega às vezes para esses casos ainda <ii>. Isso nos parece uma grafia desnecessária, pois já está coberta pelo <ie>. Nos contextos onde segue <h>, opta-se por <i> simples, pois o <h> já marca a duração longa.
- e) Talvez uma das maiores dificuldades na escrita do Hunsrückisch seja a **grafia para /o/ aberto e longo**. A maioria dos autores emprega, na verdade, a variante /a/ longo, grafando-a muitas vezes com dois <aa>. Esta opção coincide de fato com a variante do tipo 3 do Hunsrückisch, mais próximo do padrão; contrasta porém com o que, na verdade, se fala com mais frequência nas colônias, onde, como mostra o estudo de Altenhofen (1996, v. mapas 26, 27, 28, 54, 56, 59, 69), a partir de um *corpus* representativo de dez localidades situadas nas colônias novas e velhas do Rio Grande do Sul, predomina o uso de /o/ longo e aberto no dia-a-dia. Como registrar esta pronúncia grafematicamente?

A opção dos autores por <aa> ou <a>, representando quase a maioria (p.ex. *aarich* ‘muito’, *aach* ‘também’, *Taach* ‘dia’, *Fraa* ‘mulher’, *Gaade* ‘jardim’, como em Rottmann e Rambo), deve-se em parte a uma tradição anterior, que usava prioritariamente <aa>, e à falta de um

grafema mais apropriado para o som de /o/ longo aberto. Nossa posição, respeitando o emprego de <aa> ou <a> por quem o tipo 3 de Hunsrückisch, foi encontrar um grafema para essa vogal /o/ aberta e longa. Nos defrontamos com duas opções:

- 1) uso de <oo> para contrastar com <o> fechado longo diante de consoante simples ou <h>. Exemplos: *Galinhoode* var. *Galinhade* ‘galinhada’, *Goode* var. *Gaade* ‘jardim, horta’ (compare-se *Kote* ‘madrinhas’), além dos exemplos já mencionados *oorich*, *ooch*, *Tooch* e *Froo*. O emprego de <oo> aparece, em alguns autores como Rambo, Rottmann e Spohr, para /o/ fechado, em analogia ao que se pratica com <ee>, escrevendo p.ex. *Schoof* (Rottmann 1950, p. 147), *noore* (Spohr 2006, p. 106), *Bloos* var. *Blas* ‘bexiga’ (Rambo 2002, v. 1, p. 118).
- 2) uso de <ó>, valendo-se de um acento agudo, como no português. Esta opção aparece esporadicamente, como em Collischonn. Cogitamos também dessa forma de grafia, mas os exemplos nos pareceram muito esdrúxulos e estranhos ao público leitor não acostumado: *órich*, *óch*, *Fró*, *Tóch* etc.

Após muita discussão, optamos pela forma <oo>, convencionando que esta sempre se pronuncia como /o/ longo e aberto. A oposição é necessária para distinguir exemplos como *Rood* ‘roda’ e *rot* ‘vermelho’, *Boohn* var. *Bahn* ‘cancha’ e *Bohn* ‘feijão’.

3.2 Vogais desarredondadas

Diferentemente do Hochdeutsch, não ocorrem no Hunsrückisch as vogais arredondadas /ö, ü, ä/, que são pronunciadas respectivamente como /e, i, e/. Optamos, por isso, pelos grafemas <e> e <i>, salvaguardados os casos discutidos acima em relação à <ee> e <ie>, quando a vogal for longa. Exemplos. *here* ‘ouvir’ (Hdt. *hören*), *Glick* ‘sorte’ (Hdt. *Glück*), *Medche* (Hdt. *Mädchen*), mais os casos em que a grafia <ee> (p.ex. *bees* ‘brabo’ [Hdt. *böse*]) ou <ie> (p.ex. *mied* ‘cansado’ [Hdt. *müde*]) ajuda a marcar a vogal longa (v. 3.1.2 regras c) e d)). A literatura em Hunsrückisch ainda registra ocorrências de <ä>, principalmente Rambo e Rottmann (p.ex. *Männer* ‘homens’, ao invés de *Menner*). Tal como no caso de <ß> achamos que se trata de um grafema dispensável, além de ser exclusivo do sistema ortográfico alemão, portanto estranho ao usuário que se alfabetizou basicamente em português.

3.3 Ditongos

Além dos ditongos decrescentes /ea, oa, ua/ resultantes da vocalização de um /r/, já tratados acima, destacam-se ainda os seguintes casos:

- a) **Opção pela grafia <ei>:** presente em diversos sobrenomes, nos parece adequado optar pela forma <ei> em lugar de <ai>, como fazem alguns, quando escrevem em Hunsrückisch. Nos parece que basta convencionar que <ei> sempre se pronuncia /ai/, exceto em estrangeirismos do português (p.ex. *de Pai* ‘papai’) ou exemplos consagrados pelo uso, como *Mai* ‘maio’, e que isso não representa maiores problemas, além de didaticamente facilitar posteriormente no ensino de alemão-padrão como língua estrangeira. Exemplos: *Schneider* ‘alfaiate’, *fein* ‘fino, chique’, *heit* ‘hoje’, *Leit* ‘pessoas’, *Ei* var. *Eu* ‘ovo’, *Feier* ‘fogo’.
- b) **Opção pela grafia <eu>:** Aplicam-se aqui os mesmos argumentos usados em relação a <ei>. O emprego de <oi> poderia deixar dúvidas sobre a qualidade da vogal /o/, se fechada ou aberta. Já a marcação da abertura com acento (<ói>) viola outros princípios mencionados anteriormente. Os exemplos não são tão numerosos, sobretudo considerando a sua substituição por <ei> nos tipos 1 e 2 do Hunsrückisch, onde é visto como marca do alemão-padrão (*feines Deutsch* ‘alemão fino’). Exemplos: *Neumann* ‘um sobrenome conhecido’, *neun* var. *nein* ‘nove’, *Eu* var. *Ei* ‘ovo’, *zweu* var. *zwei* ‘dois’, *Meu* var. *Mei* ‘visita’, *heut* ‘hoje’, *Leut* ‘pessoas’.
- c) A **grafia de <au>** não oferece maiores problemas, dada a sua coincidência com o português. Exemplos: *Haus* ‘casa’, *Maus* ‘camundongo’, *raus* ‘para fora’, *Haut* ‘pele’, *Maul* ‘boca’, *haue* ‘bater’ e também nos casos onde é variante do tipo 3 do Hunsrückisch, mais próxima do Hochdeutsch (p.ex. *Baum* var. *Boom* ‘árvore’, *auch* var. *ooch* ‘também’).
- d) O mesmo vale para a **grafia <ui>**. Os exemplos, porém, são mais raros, muitas vezes de empréstimos do português: *Teekui* ‘cuia de chimarrão’, *Lui* ‘abreviatura de *Luís*’.

4 Consonantismo

A grafia das consoantes segue, em nossa proposta, a tendência das regras do alemão, por motivos que já foram explicitados. Os casos mais polêmicos além das vocalizações de /r/ e da função de <h> para alongar a vogal precedente já foram discutidos. Para os seguintes contextos, trata-se de convencionar que “grafema x se pronuncia como x”, o que para a leitura não traz grandes problemas, mas para a escrita exige certa familiaridade com o texto escrito. É o caso dos pares <f> e <v> (*Vater* ‘pai’, *fetter* ‘mais gorduroso’, *Vetter* ‘primo’), sobretudo no prefixo ver-

que convencionamos com duas variantes possíveis, *ve-* e *fa-* (p.ex. *vestehn* var. *fastehn* ‘compreender’).

O quadro final resume os grafemas utilizados e serve como uma espécie de guia. Destes, cabe destacar os seguintes exemplos mais discutíveis:

- a) <g> tem sempre pronúncia oclusiva (p.ex. *gille* ‘valer’); quando é aspirado, escreve-se como <ch> (p.ex. *richtich* ‘correto’, *Kuchel* ‘bola’).
- b) <g>, <d> e pronunciam-se, é verdade, com certo ensurdecimento. Seus correlatos surdos <k>, <t> e <p> acrescentam muitas vezes um traço de aspiração. Exemplos: *koote* ‘jogar cartas’ vs. *Goode* ‘jardim, horta’, *picke* ‘picar’ vs. *bicke* ‘agachar-se’.
- c) <ng> traduz a consoante velar (no fundo da garganta), como em *jinger* ‘mais jovem’, salvo exceções em que coincide com <nk>, como em *Bank* ‘banco’.
- d) preferimos <sp> e <st> à escrita <schp> e <scht>, por resultar no mesmo efeito de pronúncia pelo leitor, assim como também pela sua maior economia.
- e) <sch> ocorre diante e depois das demais consoantes e de vogal: *Schul* ‘escola’, *fösch* ‘forte’, *veschreiwe* ‘receitar’, *schneide* ‘cortar’, *schlicke* ‘engolir’, *schmeisse* ‘atirar’.
- f) <ch> representa dois sons inexistentes no português, seja palatal, como em *ich* ‘eu’, *richtich* ‘correto’, *schlecht* ‘ruim’, seja velar, como em *noch* ‘ainda’, *Tischtuch* ‘toalha de mesa’, *jachte* ‘caçar’, *Hietche* ‘chapéuzinho’ (compare-se *Hittche* ‘cabaninha’)
- g) casos de mera convenção, pelo menos para a leitura são as pronúncias de <v> como /f/ (p.ex. *Vater* ‘pai’), <z> e <tz> como /ts/ (p.ex. *Zeitung* ‘jornal’, *Katz* ‘gato’), <w> como /v/ (*Wasser* ‘água’, *Wowwo* ‘vovô’).
- h) o mesmo vale para <k> e <ck>, <j> e <w> (v. exemplos abaixo).
- i) <ck> pode ser interpretado como <kk>, tornando a vogal precedente curta. Exemplo *Mick* ‘mosca’.

5 Resumo da proposta de escrita para o Hunsrückisch

Resumindo a análise dos aspectos tipográficos, do vocalismo e do consonantismo que compõem uma proposta de escrita do Hunsrückisch, podemos apresentar o seguinte quadro em forma de exemplificação, pressupondo, é claro, que os exemplos falam por si e que a sua implementação depende naturalmente de um treinamento prévio, e que a prática e o uso irão determinar as adaptações ainda necessárias.

ASPECTOS TIPOGRÁFICOS:

substantivos com inicial maiúscula: *das Fest* ‘a festa’ (compare-se *fest* ‘preso, fixo’), *de Brige* ‘briga’ (compare-se *brige* ‘brigar’)

palavras compostas escritas junto: *Blitzlamp* ‘lanterna’, *Dickkopp* ‘cabeçudo’

escrita dos estrangeiros como na língua-fonte: *die Calçada* ‘a calçada’, *de Milho* ‘o milho’, *de Show* ‘o show’, *de Jorge* ‘o Jorge’, *di Corrupção* ‘a corrupção’

empréstimos integrados seguindo as regras do Hunsrückisch: *die Kalsoode* ‘a calçada’, *de Miljekolwe* ‘a espiga de milho’, *de Schosch* ‘o Jorge’ (cf. francês *Georg*), *die Korruption* ‘a corrupção’

VOGAIS BREVES:

vogal diante de duas consoantes: *kalt* ‘frio’, *holl* ‘pega’, *Stenn* ‘estrela, testa’, *Land* ‘terra’, *Stross* ‘garganta’, *Fest* ‘festa’, *lenne* ,aprender’, *bringe* ,trazer’, *krinse* ,resmungar’

duplicação da consoante em contextos de adição de vogal epentética : *Millich* ‘leite’, *Berrich* ‘morro’

<-er> em final de palavra: *immer* ,sempre’, *Kinner* ,crianças’, *Menner* ,homens’, *Fenster* ,janela’, *Lehrer* ,professor’, *Wasser* ,água’, *Lewwer* ,fígado’, *scheener* ,mais bonito’, *hetter* ,mais alto, mais duro’

VOGAIS LONGAS:

vogal diante de consoante simples pronuncia-se longa: *gros* ‘grande’, *Stros* ‘rua’, *ruwe* ‘chamar’, *Lewe* ‘vida’, *Bower* ‘abóbora’, *Buwe* ‘rapazes’, *Assude* ‘açude’, *blumich* ‘floreado’, *brige* ‘brigar’

vogal diante de <h> pronuncia-se longa: *hohl* ‘oco’, *stehn* ‘estar em pé’, *Kuhstall* ‘estábulo’, *Schuhbennel* ‘cadarço do sapato’

<u> diante de <ch>: *Kuche* ‘cuca’, *kluch* ‘inteligente’, *Kuchel* ‘bola’

<o> fechado diante de <ch>: *Vochel* ‘pássaro’

<ie> (/i/ longo) *lieb* ‘querido’, *Spiel* ‘jogo’, *mied* ‘cansado’, *Lied* ‘canção’, *schmiere* ‘passar em algo, esfregar’, *telefoniere* ‘telefonar’

<ee> (/e/ longo) *kleen* ‘pequeno’, *scheen* ‘bonito’, *Reen* var. *Reeche* ‘chuva’, *schmeere* ‘esfregar’, *telefoneere* ‘telefonar’

<oo> (/o/ longo aberto) *Goode* ‘jardim’, *Froo* ‘mulher’, *Tooch* ‘dia’, *woorem* ‘quente’, *Groos* ‘grama’, *soohn* ‘dizer’ (exceção: prefixo *on-*, *onmache* ‘ligar’, *onbinne* ‘amarrar’)

<aa> (/a/ longo) *Gaade* ‘jardim’, *Fraa* ‘mulher’, *Taach* ‘dia’

DITONGOS:

<ei> *Schneider* ‘alfaiate’, *fein* ‘fino’, *heit* ‘hoje’, *Leit* ‘pessoas’, *Ei* var. *Eu* ‘ovo’, *Feier* ‘fogo’

<eu> *Neumann* ‘um sobrenome conhecido’, *neun* var. *nein* ‘nove’, *Eu* var. *Ei* ‘ovo’, *zweu* var. *zwei* ‘dois’, *Meu* ‘visita’, *heut* ‘hoje’, *Leut* ‘pessoas’

<au> *Haus* ‘casa’, *Maus* ‘camundongo’, *raus* ‘para fora’, *Haut* ‘pele’, *Maul* ‘boca’, *haue* ‘bater’

<ui> *Teekui* ‘cuia de chimarrão’, *Lui* ‘abreviatura de Luís’

<ea> em sílaba tônica: *Weat* ‘valor’, *mea* ‘nós’, *Tea* ‘porta’, *Schea* ‘tesoura’ (exceções: *leer* ‘vazio’, *Meer* ‘mar’, *Lehr* ‘ensinamento’)

<-ohr, -or> com pronúncia de /oa/: *Rohr* ‘cano, mangueira’, *wohr* ‘verdadeiro’, *Johr* ‘ano’, *Ohr* ‘orelha’, *Hohr* ‘cabelo’, também *vor* ‘antes’

<-uhr, -ur> com pronúncia de /ua/: *Uhr* ‘relógio, hora’, *Fuhr* ‘carreiro ao arar’, também *pur* ‘puro’, *Natur* ‘natureza’.

CONSOANTES:

<j> *jedes Johr* ‘todos os anos’, *Jacke* ‘casaco’, *Jookob* ‘Jakob’, *Griensje* ‘salsinha’, *Bliesje* ‘blusinha’, *Miljehitt* ‘paiol’

<z> (em sílaba tônica) *Zeitung* ‘jornal’, *Zimmer* ‘quarto’, *Zeich* ‘roupa’, *Zucker* ‘açúcar’, *zackre* ‘arar’, *vezehle* ‘conversar’, *zurick* ‘de volta’, *zwerich* ‘diagonal, mal-educado’, *Zwiwwel* ‘cebola’

<tz> (em posição pós-tônica) *Katz* ‘gato’, *Hetz* ‘coração’, *Kotz* ‘vômito’, *spritze* ‘respingar, vacinar’, *kitzlich* ‘coceguento’, *putze* ‘limpar’

<s> *sauwer* ‘limpo’, *Kees* ‘queijo’, *Kuss* ‘beijo’, *sammle* ‘coleccionar, juntar’, *passeere* ‘acontecer’, *glense* ‘brilhar’

<w> *Wasser* ‘água’, *Worrem* ‘verme’, *lewe* ‘viver’, *Wowwo* ‘vovô’, *Wowwe* ‘vovó’, *Wunner* ‘admiração’, *Winter* ‘inverno’, *Woose* ‘vaso’

<v> *Vater* ‘pai’, *Vohl* var. *Vochel* ‘pássaro’, *vekoofe* ‘vender’, *vebreche* ‘quebrar’, *vorgehn* ‘avançar’, *vorrich Johr* ‘ano passado’, *vonne* ‘na frente’

<f> *Faulenser* ‘preguiçoso’, *finne* ‘achar’, *Fehler* ‘erro’, *fakoofe* ‘vender’, *fabreche* ‘quebrar’

<p> (por tradição + com aspiração): *Pans* ‘barriga’, *Pooter* ‘padre’, *Patt* ‘padrinho’, *petze* ‘beliscar’, *vespeet* ‘atrasado’, *planse* ‘plantar’

 (sem aspiração): *bettle* ‘pedir esmola’, *babble* ‘tagarelar’, *Bock* ‘bode’, *Bicher* ‘livros’, *Gebet* ‘oração’, *brille* ‘chorar’

<t> (por tradição + com aspiração): *Teiwel* ‘diabo’, *Tinte* ‘tinta’, *traurich* ‘triste’, *toofe* ‘batizar’, *teier* ‘caro’, *Tante* ‘tia’, *tausend unn tante* ‘mil e tantos’

<d> (sem aspiração): *dumm* ‘bobo’, *denke* ‘pensar’, *dummlle* ‘apressar-se’, *Deckel* ‘tampa’, *de best* ‘o melhor’

<g> *gut*, *Gaul* ‘cavalo’, *gewinne* ‘ganhar’, *Glick* ‘sorte’, *gille*, *gewwe* ‘dar’, *Guri* ‘guri’, *Goode* ‘jardim, horta’, *brige* ‘brigar’, *Bricke* ‘pontes’, *de greest* ‘o maior’

<ng> *bang* ‘com medo’, *lang* ‘por muito tempo’ (exceção: *lank* /lank/ ‘longo’), *Finger* ‘dedo’, *lenger* ‘mais longo’, *angle* ‘pescar’, *Engel* ‘anjo’, *Springersaleb* ‘ungüento Springer’, *onfange* ‘começar’, *Jung* ‘rapaz’, *jinger* (exceção: *jung* /junk/ ‘jovem’)

<nk> *Bank* ‘banco’, *Benk* ‘bancos’, *lank* ‘longo’, *krank* ‘doente’, *lenke* ‘guiar’, *Lenk*, *flink* ‘hábil’, *Onkel* ‘tio’

<ck> *Mick* ‘mosca’, *verrickt* ‘louco’, *Brick*, *Wecker* ‘despertador’, *Becker* ‘padeiro’, *packe* ‘conseguiur’, *backe* ‘assar’, *Backe* ‘bochecha’, *Seckel* ‘bolso’

<k> *kaputt* ‘estragado’, *Kunne* ‘cliente, cara’, *koofe* ‘comprar’, *Kui* ‘cuia’, *Kisse* ‘travesseiro’, *Kanecker* ‘caneca’, *Kerrich* ‘igreja’

<sp> *vespreche* ‘prometer’, *Spinneweb* ‘teia de aranha’, *spassich* ‘estranho, engraçado’, *gesproch* ‘falado’

<st> *Steier* ‘imposto’, *Stros* ‘estrada’, *Gestank* ‘fedor’, *ufsteie* ‘levantar’, *vestehn* ‘compreender’,
Stihl ‘cadeiras’, *Stimm* ‘voz, voto’

<sch> *Schul* ‘escola’, *fosch* ‘forte’, *veschreiwe* ‘receitar’, *schneide* ‘cortar’, *Schmea* var. *Schmier*
‘marmelada, doce para passar no pão, chimia’

<ch> *ich* ‘eu’, *richtich* ‘correto’, *schlecht* ‘ruim’, *noch* ‘ainda’, *Tischtuch* ‘toalha de mesa’, *jachte*
‘caçar’, *Hietche* ‘chapéuzinho’ (compare-se *Hittche* ‘cabaninha’)

<m> *mechtich* ‘muito’, *mim* ‘com o’ (compare-se *mit’dem*), *om Enn* ‘no fim’, *amenn* ‘talvez’,
brumme ‘rosnar’, *Teebumb* ‘bomba de chimarrão’, *Boddem* var. *Bodem* var. *Borrem* ‘chão’

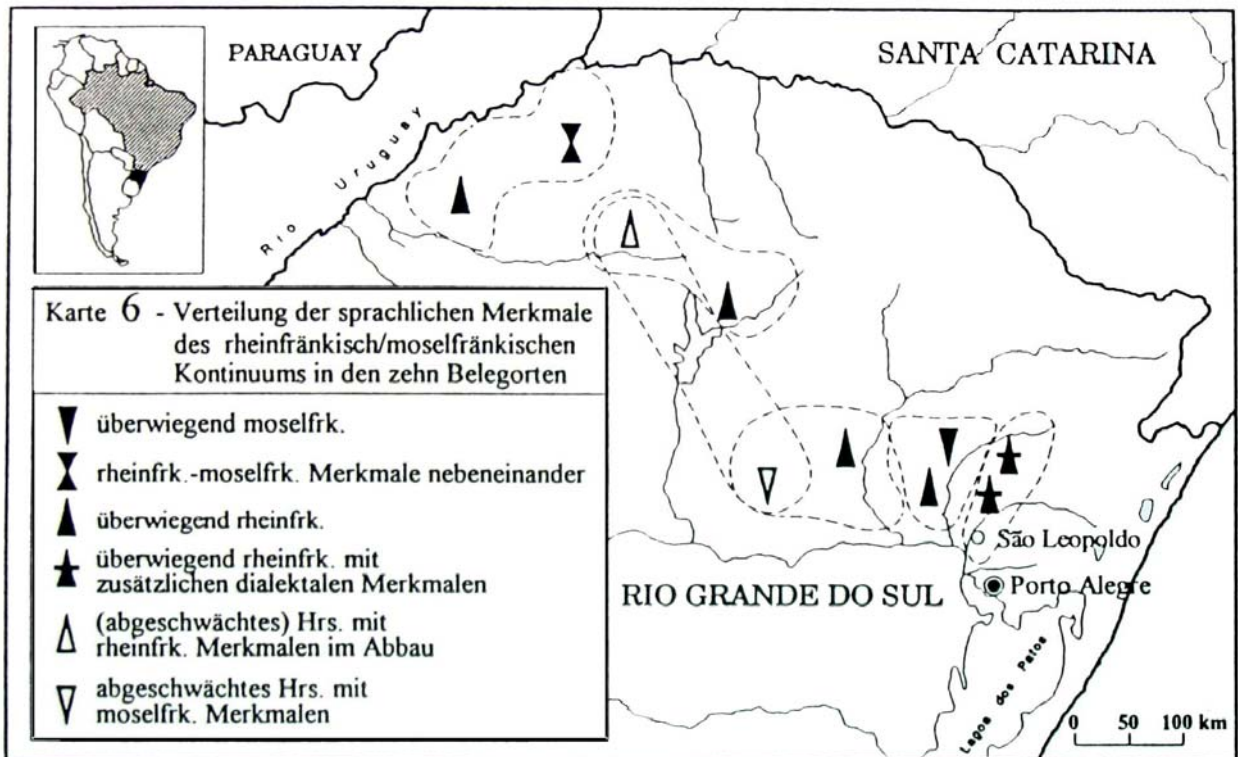
<n> *Schreibnoome* ‘sobrenome’, *Wand* ‘parede’, *onnanner* ‘um ao outro’, *Indruck* ‘impressão’

Referências bibliográficas

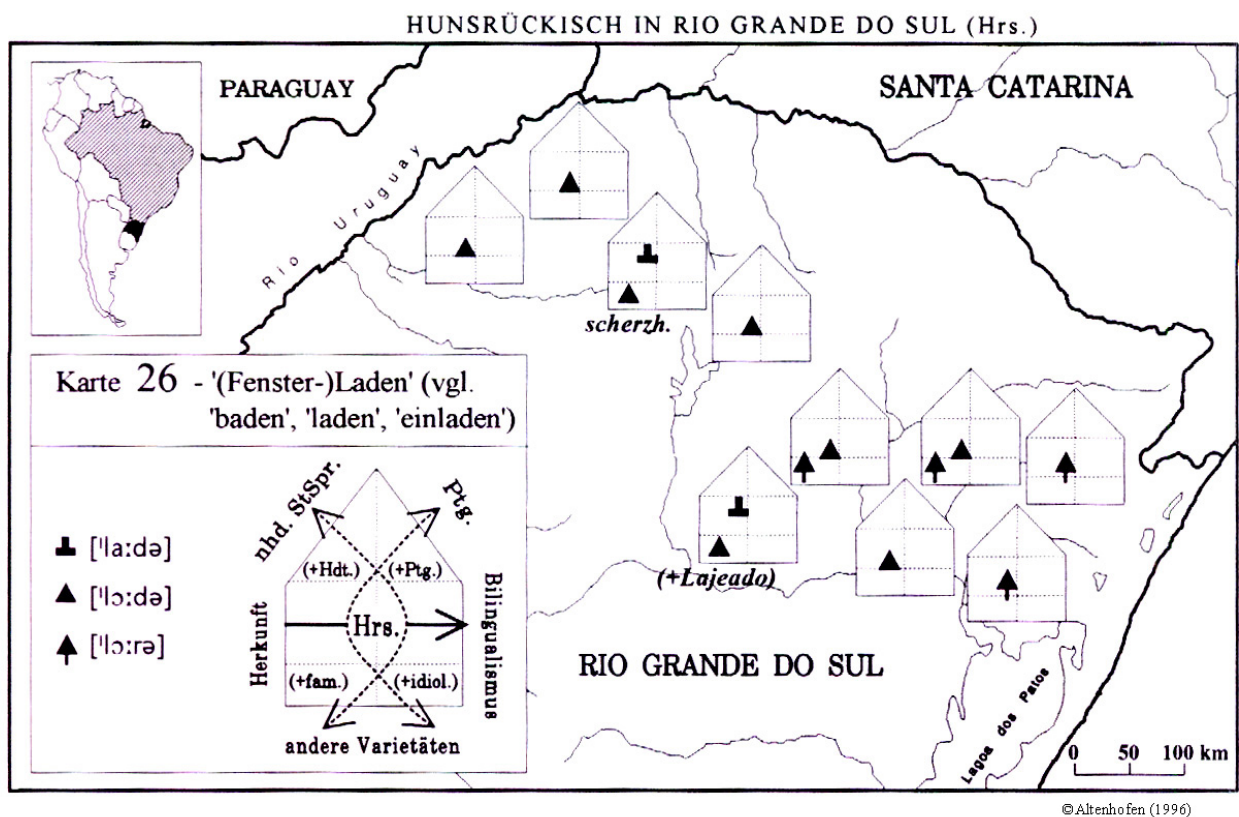
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart : Steiner, 1996. 444 p. (Mainzer Studien zur Sprach- und Volksforschung; 21.)
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *A constituição do corpus para um “Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata”*. In: Martius-Staden-Jahrbuch, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004.
- COLLISCHONN, Wolfgang Hans. Coluna *Deutsche Sprache*, no jornal *O Informativo*, de Lajeado - RS.
- Coluna *Der Friedolin*, no jornal *Correio Rio-Grandense*, de Caxias do Sul – RS.
- Coluna no jornal semanal *Primeira Hora*, de Bom Princípio – RS.
- Coluna *Hunsrücker aus Rondon*, no jornal *Evangelische Zeitung*, editado em Porto Alegre (?).
- COSERIU, Eugenio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México : Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982. 44 p.
- FLACH, José Inácio. *Unsa gut deutsch Kolonie*. Nova Petrópolis: Sociedade União Popular Theodor Amstad, 2004.
- GROSS, Alfredo. *Hunsrücker Mundart in Brasilien. Dialektgedichte und Schriften in deutscher und portugiesischer Sprache*. Porto Alegre : S.e., 2001. 88 p.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *História da imigração alemã para crianças*. Porto Alegre : EST; Correio Riograndense, 1996. 126 p. [edição trilingüe português-alemão-diaeto Hunsrückisch]
- RAMBO, Pe. Balduino. *O rebento do carvalho: contos dialetais (1937 a 1961)*. Trad. Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo (RS) : Ed. UNISINOS, 2002. v. 1 [340 p.], v. 2 [358 p.]
- SPOHR, Norberto. Textos no *Familienkalender*, almanaque anual editado em Porto Alegre – RS.

Textos em Hunsrückisch no *Brummbär-Kalender*, editado entre 1931 e 1935, em Arroio do Meio
- RS, por Alfons Brod

Textos em Hunsrückisch no *Sankt Paulusblatt*, periódico mensal editado pela Sociedade União
Popular Theodor Amstad, em Nova Petrópolis – RS.



Mapa da tipologia do Hunsrückisch falado no Rio Grande do Sul, segundo Altenhofen (1996).



Mapa da variação de [a^ɛ] e [ɔ^ɛ], segundo Altenhofen (1996).

A TRADIÇÃO ESCRITA DO HUNSRÜCKISCH

Gerson Roberto Neumann ¹

A pesquisa da produção oral – e seus aspectos lingüísticos em si – do grupo falante de dialeto Hunsrückisch no Brasil, originário da região que compreende o oeste da atual Alemanha e presente no nosso contexto a partir do intenso fluxo migratório ocorrido a partir da segunda década do século XIX, tem sido a ênfase das pesquisas do Prof. Dr. Cléo V. Altenhofen,² do Setor de Alemão do Instituto Letras da UFRGS. Por Hunsrückisch entende-se, citando Altenhofen,

uma variedade supra-regional do alemão falado no sul do Brasil que tem por base um contínuo dialetal formado essencialmente pelo francônio-renano e pelo francônio-moselano, originários de áreas situadas na Renânia Central, e que recebem, no novo meio, uma forte influência do português e de outras variedades em contato.³

A produção oral de cada grupo está intimamente ligada à sua forma de expressão oral, e desta forma a identificação identitária caracteriza o sentimento de pertencimento, de ligação a determinado grupo em detrimento do sentimento de ser diferente, mesmo dentro de um país. No caso específico do dialeto Hunsrückisch, estamos tratando de um dialeto ainda bastante praticado no Brasil, apesar de a imigração alemã para o Brasil ter iniciado a quase dois séculos. Também por isso, por essa prática lingüística ainda se manter presente em comunidades de falantes desse dialeto, julga-se fundamental estudá-lo de forma mais sistemática. No livro *O rebento do carvalho. Contos dialetais – vol 1*, do Padre Balduino Rambo, traduzido pelo seu irmão professor Arthur B. Rambo recentemente e publicado em edição bilíngüe pela Ed. Unisinos, lê-se o que Balduino escreveu no seu diário, no dia 29/06/49, sobre a importância do dialeto para ele. A citação a seguir é retirada da dissertação de mestrado de Isabel C. Arendt na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – *Representação do colono teuto-brasileiro católico através da negação do outro nos*

¹ UFRGS/ IHSL

² ALTENHOFEN, Cléo Vilson. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart, Steiner, 1996. XVIII, 444 p. com 12 ilustrações e 77 mapas, além de um resumo em português. (Mainzer Studien zur Sprach- und Volksforschung; 21.); Idem, *A constituição do corpus para um “Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata In: Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 51, p. 135-165, 2004; Idem, *O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo (em alemão e português)*. In: *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 49, p. 141-161, 2002.

³ “Hunsrückisch ist der Oberbegriff für eine überregionale Varietät des Deutschen in Rio Grande do Sul / Südbrasilien, die ein Dialektkontinuum darstellt, dessen sprachliche Konstitution auf eine rhein-/moselfränkische Basis zurückgeht und eine Vielfalt sprachkontaktbedingter Elemente anderer deutscher Dialekte sowie insbesondere solche des Portugiesischen einschließt.” (Altenhofen 1996: 27)

escritos de Pe. Balduino Rambo, S.J., na qual estudou as cartas de fundo ficcional em dialeto dirigidas ao público leitor, geralmente das comunidades coloniais.

Como sempe prende-me o teor épico da minha língua materna. É apenas nos dialetos que ainda vive toda a força criadora e inteiriça da épica, sendo que deles brota a árvore da língua artística, (árvore) que se cobre mais e mais de torpor, quanto mais, ao crescer para o alto, ela se insere no mundo do intelecto [sic] ou da razão. Quem não ama seu dialeto, não aprendeu o espírito vivo da língua.⁴

Sobre a produção de textos nesse caso, que não são muitos, recorremos a uma outra citação, na qual se reflete sobre o assunto. Trata-se de Luiz Carlos Borges, num interessante texto em que estuda a oralidade discursiva do mito dos Guaraní Mbyá. Segundo o autor, “o narrador tem por função (re)textualizar o texto da tradição, de forma que ele não é somente autor mas o autor de uma nova versão e, ao mesmo tempo, seu comentador.”⁵ Isso que Borges afirma, certamente foi realizado pelos escritores do dialeto Hunsrückisch. Por isso a importância da análise da tradição, uma vez que nela estão contidos os resultados das reflexões de escritores sobre a problemática em questão, sendo elas sobre a forma como pode ser reproduzida em palavras escritas a expressão oral (palavras faladas) de um grupo ou também sobre a adequação a formas escritas já existentes, quando já houve alguma forma de reprodução escrita de determinado dialeto.

O dialeto Hunsrückisch praticamente inexistente na forma escrita, sendo mais conhecido, portanto, como uma língua oral. Como existem, porém, expressões isoladas dessa produção também na forma escrita, produzidas geralmente a partir de experiências lingüísticas particulares, resultados de pesquisas individuais, o Grupo de Estudos do Hunsrückisch – ESCRITHU – propõe-se a refletir sobre a forma escrita e a fixar regras para uma escrita do Hunsrückisch. Nesse sentido, a existência de um “guia” para a escrita do Hunsrückisch poderia estimular a mais falantes, incluindo jovens, a produzirem textos escritos (literários em prosa e em verso, peças teatrais, textos teóricos, ou seja, a produção de qualquer forma textual em Hunsrückisch) e, com isso, registrarem aspectos e experiências da língua e da cultura local. Atualmente observa-se uma tendência crescente de criação de grupos de teatro em dialeto, o que constitui uma iniciativa particular de reflexão sobre a cultura da comunidade. Além disso, uma proposta de escrita adequada e padronizada pode contribuir para uma maior uniformização dos modos de escrever esse dialeto essencialmente falado e, inclusive, ajudar na escolarização das crianças falantes desse dialeto como língua materna. Não se pretende, e isso é importante destacar aqui, realizar a aplicação dessa forma escrita do dialeto em escolas. Quer-

⁴ A citação foi extraída da publicação da autora e não da dissertação apresentada à universidade. ARENDT, Isabel C. e SILVA, Haiké R. Kleber da. *Representação do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 144.

⁵ BORGES, Luiz Carlos. Os Guaraní Mbyá e a oralidade discursiva do mito. In: FERNANDES, Frederico A. G. (Org.) *Oralidade e Literatura. Manifestações e abordagens no Brasil*. Londrina: Eduel, 2003, p.12.

se sim, valorizar os pré-conhecimentos no dialeto de alunos que ingressarem nas escolas, pois trata-se de crianças que convivem naturalmente com o bilingüismo e que, portanto, devem poder e ser orientados para tirarem proveito desse privilégio.

Outro aspecto que destaca a importância do tema é a discussão, em andamento no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sobre a criação de um Livro das Línguas Brasileiras, para registrar e reconhecer as cerca de 180 línguas indígenas e mais de 30 línguas de imigração faladas no Brasil como sendo “patrimônio cultural imaterial” do país. Com isso, tem crescido a importância de os falantes dessas línguas organizarem-se em torno de suas questões lingüísticas e promoverem a reflexão sobre as mesmas e a sua preservação, assim como o estudo da história e da cultura local de cada comunidade, em grande parte veiculada no e pelo dialeto. Pela primeira vez na história, os falantes autores desse plurilingüismo que representa a verdadeira face do Brasil tiveram voz e visibilidade no âmbito do Estado, em um Seminário realizado em março passado na Câmara dos Deputados, em Brasília.⁶ Também o professor Cléo V. Altenhofen juntamente com a bolsista e mestrande Jaqueline Frey, do Instituto de Letras da UFRGS, foram convidados para participarem desse encontro, no qual apresentaram um texto científico – certamente um dos únicos e primeiros desse gênero no Brasil, uma vez que o dialeto Hunsrück, quando produzido em forma escrita, geralmente costuma tematizar situações cômicas e hilárias – intitulado “Das bresilionische Deutsch unn die deutsche Bresilioner: en Hunsrikisch Red fo die Sprocherechte”⁷, lido por Jaqueline, na mesa-redonda “A experiência das comunidades lingüísticas brasileiras”. O reconhecimento de línguas de imigração, como o Hunsrückisch, como “línguas brasileiras” tem sido, por isso, exaltado como a grande contribuição do projeto, visto que cria um novo espaço de discussão e de reflexão em torno do significado e do valor histórico e social dessas línguas, além de garantir os direitos lingüísticos aos falantes na escola e na sociedade. A questão da escrita do Hunsrückisch desperta, nesse contexto, como uma lacuna ainda a ser melhor preenchida.

Entra em questão aqui uma velha e relevante preocupação: a de se estar perdendo um conhecimento e uma habilidade lingüística de difícil aprendizagem na escola, que tem na escrita um recurso utilíssimo para dar vazão aos sentimentos em torno da língua materna. E mesmo um professor de português e de alemão podem valer-se desse instrumento para explicar diferenças lingüísticas em relação ao dialeto, sejam elas gramaticais ou meramente de ordem vocabular. Neste sentido, também os preconceitos lingüísticos, por exemplo que “Hunsrückisch não é língua, que é

⁶ Trata-se do Seminário Legislativo sobre a Criação do Livro de Registo das Línguas, promovido em Brasília, na Câmara dos Deputados pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística – IPOL – entre os dias 07 - 09 de março de 2006.

⁷ Tradução: “O alemão brasileiro e o brasileiro alemão: uma fala em Hunsrückisch em defesa dos direitos lingüísticos”.

língua de colono, ou língua quebrada (*vebrochne Deitsch*)”, devidos à incompreensão do que realmente caracteriza e define uma língua, podem ser melhor combatidos com o auxílio do recurso da escrita. Vale ressaltar que as pesquisas do bilingüismo – da capacidade de uso de duas línguas – têm mostrado que, quanto melhor conhecemos e entendemos nossa língua materna, tanto melhor aprendemos outras línguas. Isso significa que quanto melhor e sem medo um falante conhecer e valorizar sua língua materna, o Hunsrückisch, tanto mais facilmente aprenderá o português e outras línguas, e tanto melhor poderá ser sua socialização e escolarização, isto é, a formação como cidadão seguro e confiante de si.

O tema, contudo, é bastante complexo, uma vez que para se chegar à proposta mais elaborada de uma escrita para o Hunsrückisch, vários fatores têm de ser considerados, envolvendo por exemplo: a variação interna do próprio Hunsrückisch (por exemplo, qual variante deve-se adotar?), a natureza e a finalidade da escrita enquanto convenção social (para que se quer tal escrita e para que serve uma escrita?), a vinculação histórica do dialeto (de onde provém o dialeto que falamos?) e o sistema de referência para a sua ortografia (de qual sistema de escrita partir, se do alemão ou do português?). Para se chegar a primeiros resultados, há ainda um longo caminho a perseguir, incluindo uma compreensão melhor do que constitui o Hunsrückisch hoje dentro de suas diversas aplicações: seu uso no contexto social, os aspectos históricos, sua importância cultural e antropológica, seu valor na realidade econômica dos falantes, entre outros aspectos. Os argumentos que se levantou aqui mostram que o empreendimento é digno de toda atenção, nos mais diversos segmentos da sociedade, pois já faz algum tempo que o Hunsrückisch deixou de ser “língua apenas de colono”, para ser cada vez mais também língua de outras classes sociais. E, mesmo que continuasse sendo uma língua de colonos, mereceria a nossa atenção pela sua importância, antes ignorada. O Hunsrückisch ultrapassou as fronteiras das comunidades colonias e hoje é possível encontrar falantes desse dialeto em diversos setores da sociedade brasileira, o que por si só já é um dado de grande importância, pois houve uma transposição dessas fronteiras e um crescimento intelectual de muitos elementos desse contexto, sem que tivessem que ocorrer perdas lingüísticas por parte desses falantes.

Para se chegar à elaboração de uma proposta de escrita para o Hunsrückisch, parece fundamental, como defende o grupo ESCRITHU, considerar a tradição escrita já existente em Hunsrückisch, como um ponto de partida. Desta forma, conforme Borges, “ao [se] mencionar a tradição, o que fica implicado é o acervo narrativo próprio do grupo, os diversos gêneros e a interdiscursividade/ intertextualidade,”⁸ esses transmitidos na língua materna desses falantes, ou

⁸ BORGES, L. C. 2003, p.13.

seja, em dialeto. Certamente muitas pessoas, principalmente os falantes mais idosos dessas comunidades, lembram-se dos contos do Pe. Balduino Rambo, publicados em Hunsrückisch no almanaque “Die Fahne des Heiligen Ignatius”. Uma coletânea desses contos foi reunida e publicada pela Editora da UNISINOS. Nesse momento, pretendemos enumerar as fontes que servem como referência ao grupo ESCRITHU para a fixação da tradição escrita já existente em Hunsrückisch, para, a partir do estudo de cada uma dessas formas de expressão escrita, definir parâmetros para a estruturação do que julgamos ser a forma escrita mais adequada para a transcrição da produção Hunsrückisch. Inicialmente citaremos as obras de autores alemães, uma vez que estamos tratando de um dialeto, cuja matriz é alemã. Além da análise das diferentes formas de expressar o Hunsrückisch na forma escrita, tem-se aí a reunião das obras escritas no referido dialeto, o que poderá servir para outros estudos relacionados à essa rica expressão oral. Como no século XIX as possibilidades de publicação não eram tantas como as que se passou a ter com o desenvolvimento industrial, tanto na Alemanha como no Brasil, para muitos escritores a única possibilidade de publicação estava nos almanaques ou jornais que geralmente eram publicados anualmente. Também o poder de compra dos colonos, grande maioria leitora desses textos, impedia a compra de livros de leitura, mas como se lê no livro *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*,

apesar de tudo, todo o colono mesmo que more na picada mais afastada na mata virgem, embora nunca leia um livro, talvez nem assine um jornal em companhia com um outro, por um hábito que lhe vem de longe, compra um almanaque, a fim de se manter a par do calendário de festas, das fases da lua e outros tantos assuntos.⁹

Nessa apresentação do material publicado em Hunsrückisch, passaremos primeiro aos livros e depois aos jornais, almanaques e calendários.

Das fontes em Hunsrück localizadas até o presente momento que servem para a montagem do *corpus* da tradição no nosso projeto, registramos os seguintes:

LIVROS:

ROTTMANN, Peter Joseph. **Gedichte in Hunsrücker Mundart**. 3. vermehrte Aufl. Simmern: Joh. Maurer, 1863.

⁹ CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul. Über. Arthur B. Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 291.

Peter Joseph Rottmann (1799 - 1881)¹⁰, da localidade de Simmern, no Hunsrück, passou toda a sua vida no coração do Hunsrück e lá escreveu um importante livro, reproduzindo para a forma escrita o que ouvia as pessoas dizerem nas suas conversas cotidianas, obviamente em dialeto Hunsrückisch.

A primeira edição do seu livro *Gedichte in Hunsrücker Mundart*, ou *Rottmannbuch*, como muitos o conheciam, é de 1840, período da emigração alemã para o Brasil. Por dois poemas abordarem a emigração ou a possibilidade de emigração de pessoas do Hunsrück para o Brasil, optamos por um exemplo em que isso aparece: o poema “Der Abschied”

Lisekett.

Willst Dau, Hannes, noh Bresilje ziehe,
Wo Deich Schlange unn die Affen kriehe?
Ach, dann stehrbt gewiss Dei Liesekett!
Wer sall meich dann bei die Spielleit fehre,
Wann eich naunder meine Kerl verleere?
Geh, eich wullt, datt Deich der Deiwel hätt!¹¹

É importante salientar que Peter J. Rottmann continua sendo ainda hoje uma relevante referência para as pesquisas sobre produções escritas em dialeto tanto na Alemanha como no Brasil, no seu caso do Hunsrückisch. Rottmann sempre foi uma pessoa pública em Simmern, primeiro como advogado autônomo e depois como prefeito. Na segunda parte da sua vida profissional, Rottmann viu-se confrontado com a emigração em massa da sua cidade e de toda a região do Hunsrück, tendo como objetivo principalmente o Brasil. Por isso as suas duas poesias que tematizam a emigração para o Brasil possuem uma posição contrária à saída para terras brasileiras. No recorte apresentado acima, temos Hannes, tentando dizer a Lisekett que vale a pena ir para o Brasil, trabalhar lá por um tempo e voltar para casar com ela. No segundo poema, que apresentaremos a seguir, o velho pai tenta convencer o filho a não seguir os outros rumo ao Brasil, que ele seja o que seu pai também fizera. No poema “Der alte Vater an seinen Sohn” lê-se:

Vor-em Schaffe grauel nitt!
Dann Dau siehst jo alle Ritt,
Datt die Faule nitt bestehn
Unn dann noh Bresilje gehn.¹²

¹⁰ Mais informações sobre a biografia do poeta Peter Joseph Rottmann, ver NEUMANN, Gerson Roberto. *Brasilien ist nicht weit von hier! Die Thematik der deutschen Auswanderung nach Brasilien in der deutschen Literatur im 19. Jahrhundert (1800-1871)*. Vol. 1909, Frankfurt a. Main: Peter Lang, 2005 (Europäische Hochschulschriften).

¹¹ ROTTMANN, P. J. 1863, p. 2 – 3. Abaixo do título, no livro, pode-se ler que o poema é uma paródia do poema “A despedida de Heitor”, de Friedrich Schiller.

A importância do dialeto de Peter J. Rottmann está menos nas semelhanças com o dialeto falado no contexto brasileiro e mais no fato de ser a matriz alemã do falado no Brasil, que por sua vez teve que recorrer a auxílios da língua portuguesa em muitas situações – por falta de palavras que pudessem definir determinados objetos, novos para os imigrantes, por exemplo – e assim fez surgir uma forma lingüística híbrida, o Hunsrückisch. Comparando-se a forma escrita de Rottmann com as dos autores que se apresentará a seguir, poderemos ver que há grandes diferenças. A presença de Rottmann como primeira referência no estudo da tradição no dialeto Hunsrückisch é, contudo, imprescindível devido à sua importância.

RAMBO, Balduino, SJ. **O rebento do carvalho. Contos dialetais.** Ed. Bilíngüe, tradução e contextualização de Arthur B. Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002.

Balduino Rambo já foi citado acima por sua importância como um dos primeiros “intelectuais-colonos” a produzir contos em dialeto Hunsrückisch. Rambo nasceu numa das comunidades de imigração alemã no Rio Grande do Sul, onde se falava o dialeto Hunsrückisch, em Tupandi, no dia 11 de agosto de 1905, filho de pais colonos. Saiu do campo para estudar, adquirindo vasto conhecimento, mas nunca deixou de praticar o dialeto, pelo contrário passou a produzir nele. Conforme Arthur B. Rambo, quando fala de Balduino e “os contos no seu contexto”, diz que os contos dele “têm um segundo objetivo não menos importante: descrever o mundo rural, seus personagens, a vida em família, a comunidade, a religiosidade, etc., no dialeto de que se utilizavam os atores do cotidiano desse universo.” E continua afirmando que “o autor escolheu este caminho para chamar a atenção para este mundo sobre a sua própria identidade e torná-lo consciente de sua própria importância e do seu valor.”¹³

Os contos de Rambo foram publicados no “Die Fahne des Heiligen Ignatius”. Entre os anos de 1937 a 1962 foram publicados 21 contos, reunidos e traduzidos por Arthur B. Rambo, foram publicados em forma de livro bilíngüe em 2002.

A seguir citaremos um exemplo da forma dialetal adotada por Rambo. A meu ver, dos escritores em Hunsrückisch no Brasil, Rambo é um dos que mais se aproxima do alemão Peter J. Rottmann. Para quem não sabe o que vem a ser um “Mollekopp”, abaixo segue a descrição de Bambo:

En Mollekopp, dat is en Krot, wo noch keen richtig Krott is, wo awer nochemol en ausgewachsene Krot werre will. Unn wat die Mollekepp sinn, dat ware et erscht

¹² ROTTMANN, P. J. 1863, p. 4 – 5. Como no poema anterior de Rottmann, nesse também é apresentada uma observação, dizendo tratar-se de uma paródia de outro poema “Sohn, hier hast Du meinen Speer.”

¹³ RAMBO, B., SJ. *O rebento do carvalho. Contos dialetais.* Ed. Bilíngüe, tradução e contextualização de Arthur B. Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2002, p. 10.

alles Mollekeppcher, unn die Mollekeppcher die komme aus de Aier geschlupt,
wo die Krotte in de Kimpel lehe, wenn sie lang genug gschrait, gesung, gegloppt
unn gebollert hon.¹⁴

GROSS, Alfredo. **Hunsrücker Mundart in Brasilien. Dialektgedichte und Schriften in deutscher und Portugiesischer Sprache.** Porto Alegre: Própria, 2001.

Trata-se de um pequeno livro de poemas de Alfredo Gross em dialeto Hunsrückisch, no qual, além de apresentar os seus poemas, o autor traça um rápido panorama do contexto imigratório alemão no Rio Grande do Sul, dedicando especial atenção à prática da língua, no caso do Hunsrückisch. De Gross tomamos o trecho de um poema que já denuncia o valor dado ao dialeto: “Hunsricker Mundart-Lied”

Die schen Hunsricker Sproch,
die soll mol lewe hoch!
Die darf die Bach net runner gehn,
weil die is unser Sproch¹⁵

FLACH, José Inácio. **Unsa gut deitsch Kolonie.** Nova Petrópolis: Sociedade União Popular Theodor Amstad, 2004.

Com Flach temos novamente uma obra em prosa, na qual o autor relata sobre situações do cotidiano colonial onde se pratica o dialeto Hunsrückisch. Flach escreve sobre temas como “Die Plantasch” (a roça), “En Sterbefall” (um falecimento) ou “Das Milchgescheft” (a venda de leite). Assim como Rambo, o autor dedica seu livro aos colonos, que, segundo ele, com o seu trabalho e sua força de vontade auxiliaram no crescimento do nosso país. José Inácio Flach nasceu em Bom Princípio, município próximo à localidade de onde partiu Rambo. Pode-se imaginar que Flach certamente tenha sido leitor de Rambo e deve também tê-lo usado como referência para a escrita de seus textos. Outra semelhança entre os dois é que, assim como Rambo, Flach também atuou como professor, ou seja, é uma pessoa que pensa e reflete o seu mundo e o contexto no qual está inserido.

A seguir, citaremos o trecho em que o autor dedica, em dialeto, o livro aos colonos:

¹⁴ RAMBO, B. 2002, p. 258.

¹⁵ GROSS, A. *Hunsrücker Mundart in Brasilien. Dialektgedichte und Schriften in deutscher und Portugiesischer Sprache.* Porto Alegre: Própria, 2001, 69.

Das Buch ‘Unsa Gut Deitsch Kolonie’ iss, also, en Behauptung von de Dankbarkeit fa alle gute Bauaschleit wo dorch iha Arwed on Schweiss, sei’s wo’s will, das Fundament von de Entwicklung on’m Fortschritt von unserem Vaterland, schon dorch hunatachzig Joha, dohia uf dea Seit von’m Atlantische Ozean ufbaue.¹⁶

Além desse recorte, no qual o autor dedica a sua obra, cabe também apresentar outro pequeno trecho, no qual seja possível perceber a forma que o autor usou para dar caráter um menos literário, mas destaca um cunho antropológico, às suas pequenas histórias sobre as colônias interioranas onde ainda se fala Hunsrückisch. Para tal, escolhemos o texto “Unsa Schul – Die Pfarrschul”:

Die Bicha wo’ma kaaf hatt fa dren se lenne, ware ganz gewenlich. Das eascht Joha hatt’n Buch wo mit de Buchstabe a, e, i, o, u on v angafang hatt. Gleich demnoch ware schon Buchstabe sammegesetzt; va, ve, vi, vo, vu. On do aach schon portugiesische Wertcha: “ovo, uva, ave, vovo” on so weita.¹⁷

ALMANAQUES:

Brummbär-Kalender (O Almanaque Resmungão) foi publicado de 1931 a 1935, editado em Arroio do Meio. Trata-se de um pequeno almanaque, muito simpático pela sua apresentação, por ser pequeno e com interessantes histórias acompanhadas geralmente por belas ilustrações. O almanaque caracteriza-se pelo seu caráter humorístico, os textos nele publicados, porém, não abordam somente temas de humor.

Tratando-se de almanaques que publicaram textos em Hunsrückisch, temos no *Brummbär-Kalender* uma das principais referências relativas à questão. Lamentável é que seu período de circulação tenha se resumido somente a seis anos. Hoje vemos a iniciativa do editor Alfons Brod como muito inovadora e de grande importância, na época, porém, certamente não deve ter sido muito aplaudido por publicar em Hunsrückisch, pois no discurso a prioridade da comunidade germânica no Brasil estava em manter viva a *língua materna* e por tal entendia-se o Hochdeutsch (alemão padrão). Pode-se questionar se a conclusão prematura das atividades editoriais do almanaque pode ter sido motivada por uma possível reprovação de setores da sociedade devido ao fato de publicarem em Hunsrückisch, o que na época teoricamente pouco contribuía para o crescimento cultural das comunidades alemãs no Brasil. Trata-se de uma suposição que pode vir a

¹⁶ FLACH, J. I. *Unsa gut deitsch Kolonie*. Nova Petrópolis: Sociedade União Popular Theodor Amstad, 2004, contracapa do livro.

¹⁷ Idem, 2004, p. 19.

ser respondida ao longo das pesquisas em torno do dialeto falado no contexto de prática alemã brasileiro.

A seguir uma breve citação do conto “Familie Kampfhahn off’m Kindchebesuch”, de autoria de M. R. Schauren, de Povoado Sério, no Brummbär-Kalender de 1932:

Off’m Gäseberg, de wo en halb Stonn hinnig de Klosterpikad leihd, soll Sonndags bei Knollebachs Hannes, morjens Kenndaaf un meddags Kindcheskaffe sinn. Dazu wor aach de Kampfhahn Peter aus de Klosterpikad met seiner Fraa, de Gret, enngelad gebb. De Hannes hat geschribb:”¹⁸

O *Sankt Paulusblatt* é outro importante divulgador de textos em dialeto Hunsrückisch. Foi fundado em 1912 e é publicado até hoje e, segundo Arthur B. Rambo, “entre os anos de 1947 e 1960 este periódico mensal significou o instrumento mais comprometido com a tentativa de retomar o teuto-brasileirismo na sua forma original.”¹⁹ Nesse período Balduino Rambo foi um dos grandes contribuidores para a revista. Nesse período Rambo escreveu 123 cartas, uma correspondência fictícia em dialeto Hunsrück. Além disso, a revista *Skt. Paulusblatt* oferece até hoje a oportunidade para qualquer pessoa de publicar seu texto, também em dialeto. O revista, de orientação católica, traz textos diversificados (ficcionais ou não), algumas poesias, notas informativas, avisos, relatos.

A seguir transcreveremos dois pequenos recortes em dialeto para mostrar que dentro da própria *Skt. Paulusblatt* há espaço para a diversidade de expressão do Hunsrückisch. O primeiro texto fala da bebida tradicional dos gaúchos, o chimarrão, que por sua vez não possui uma palavra no alemão padrão, em Hunsrückisch Therezinha Vier – a autora do texto – escreve-a da seguinte forma:

... Do sin ich an das Chimarrong mache gang. Awer Verflukt un zugenäht wo die traurich Bumb net gashtobt. Wenn man jo len iss wes ma alsmo sich net se helfe, awa die annere konnte es och net.²⁰

Já Werner Stoffel escreve um texto sobre o próprio dialeto, como já é possível constatar no título: “Mundart vom Vorderhunsrück. Wie dä Schnäirasch Uuba säine Änkelcha die Wäihnachtsgeschicht vazealt hot”. Trata-se de uma variante dentro do dialeto Hunsrückisch menos praticada no Rio Grande do Sul, mas que também deve ser observada pela pesquisa da tradição do grupo ESCRITHU para a elaboração do seu guia. A seguir um trecho desse texto:

Iwwa Muasche es ganz ruut die Sonn onnagang, langsam esset Oomend woa. Ganz henna on met ruure Käpp sen die Schnäirisch-Kenna von Ubbahause vom schlittchefahre heimkomm on hon sich bäi iarem Uuba närrageloof, dä en da

¹⁸ SCHAUREN, M. R. “Familie Kampfhahn off’m Kindchebesuch”. In: *Brummbär-Kalender 1931-1935*. Alfons Brod (Ed.). Arroio do Meio. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1932.

¹⁹ RAMBO, A. B. in: RAMBO, B. 2002, p. 14.

²⁰ VIER, T. “De Chimarrong” In: *Skt-Paulusblatt*, n. 69, ano 84, set. 1996, p. 8.

warrem Stuff em Dämmalich am gliinije Oowe gesess hot on bißje engenickt woa.²¹

Outra revista, também de orientação católica e que ainda hoje publica seus textos orientados a uma comunidade leitora de textos em Alemão, Hunsrückisch e Português, é o *Familien-Kalender*. Nessa mesma revista Balduino Rambo escreveu os seus textos, reunidos hoje em livro. Desta extraímos, a título de exemplificação, um trecho de um texto atual. Interessante é a constatação que um colaborador muito assíduo de textos em Hunsrückisch para a revista é o professor Norberto A. Spohr, que reside na Paraíba. Outro colaborador muito assíduo também está bastante distante do contexto mais comum da prática do dialeto Hunsrückisch, a região sul, onde ocorreu a grande imigração alemã. Trata-se de Pedro I. Hahn, que reside no Rio de Janeiro. A seguir um pequeno exemplo do Hunsrückisch de Spohr, no texto “Jesus unn de Peda”:

Jesus unn de Peda wore, von jung an, gute Freinde. Peda hot sei Nickelche mit Fischrei verdient, unn Jesus hot seinem Vater in de Tischlerei geholf. Eine Samstag honn se sich wie imma, an de ‘Kerrich’ antroff.²²

JORNAIS

Também os jornais foram e continuam sendo usados para dar voz a pessoas que querem publicar suas produções em Hunsrückisch. Algumas já conquistaram um merecido espaço e reconhecimento pela sua produção. Maria Noemia B. Assmann, de Feliz, escreve regularmente no jornal *Primeira Hora*. No artigo “Tih Taytxe Inwanre In Siht Prasilye”, ela escreve:

Im yahrkank 1820 wahre fihl paure in sälte sohne fon Taytxlant in krehster noht. Ihr lant wahr tsimlich aus kenutst. “Adubo químico” hats in thene tsayte noch khäns káp.²³

Da mesma forma Wolfgang Hans Collischonn escreve seus textos em jornais. No *Correio Rio-Grandense*, de Caxias do Sul – RS, o autor escreve na coluna “Der Friedolin”, representando o Centro de Apoio a Pesquisas e Encontros familiares (Capef), de Lajeado – RS. No artigo “Die hunsricka wore imma knicksich”, o autor diz o seguinte:

²¹ STOFFEL, W. “Mundart vom Vorderhunsrück. Wie dä Schnäirasch Uuba säine Änkelcha die Wäihnachtsgeschicht vazealt hot” In: *Skt-Paulusblatt*, n. 69, ano 84, set. 1996, p. 6.

²² SPOHR, N. A. “Jesus unn de Peda.” In: *Familien-Kalender*, 2003, p. 134.

²³ ASSMANN, M. N. B. “Tih Taytxe Inwanre In Siht Prasilye.” In: *Primeira Hora*, n. 669, ano 12, 20 de jul. de 2006, p. 12.

In de Zeite vom Schetulio wo ma kee Gasoline kriecht hot weil Kriech woa, do hot unsa Nochba sich mol en Rees uff die Serra voagenomm. Ea und sei Froa wollte sich doch mol die neie Kolonie ongucke wo so viel Leit von unsa Gechend hingezoh sinn.²⁴

Collischonn também contribui com a coluna *Deutsche Sprache*, no Jornal *O Informativo*, de Lajeado – RS. No texto “Politik”, Collischonn escreve o seguinte:

Mein Compater João hot in de ganze Wintamonate nix vun sich siehn ore heere geloss. Ea hat so en abscheiliche Huschte un do wollt ea liewa in sei worm Kich bleiwe un Zeitung lese. Awa am erschte Sonntach im September, wie’s wärma is gebb, do is ea doch nochmol bei mia moie komm.²⁵

Também fora do estado do Rio Grande do Sul existe produção de textos em dialeto para jornais, sendo que de um deles temos informação e queremos destacar neste momento algumas linhas desta importante coluna – *Ein Hunsrücker aus Rondon* – do Jornal *Evangelische Zeitung*, jornal esse impresso em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Os textos dessa coluna não possuem título, sendo sempre a referência o nome da já conhecida coluna. A seguir um trecho dessa produção:

Wie gut un voateilhaft, wenn ma vaschiedne Zeitunge lest. Was ein net bringt, steht in de annre drin. Un wenn so’n Zeitung noch am Platz gedruckt werd wo Hunsricker wohne, is se noch interessante.²⁶

Certamente devem existir outras produções em Hunsrückisch país afora, mas tentamos reunir aqui brevemente alguns exemplos que são importantes para a fixação de um *corpus* que tomamos como a tradição para, a partir desses modelos, podermos pensar uma forma de fixar o modo de escrever em Hunsrückisch. Desta forma, poderíamos ter acessíveis muitas outras vozes, trazendo ao grande público – leitor dessa expressão prioritariamente oral – mais uma possibilidade de leitura, uma expressão também artística de um grupo que muitas vezes não teve voz. A estruturação da escrita do Hunsrückisch também poderia possibilitar a muitos falantes dessa língua a expressão escrita da mesma, o que até hoje não lhes foi possível.

A reflexão em torno da estruturação da forma escrita do Hunsrückisch acontece num momento em que muito se pensa sobre o futuro dessa expressão oral, única no mundo, resultado do contato dos imigrantes alemães, principalmente da região do Hunsrück, com o brasileiro. O Hunsrückisch está vivo e merece a nossa atenção, não somente lingüístico-literária, mas também sociológica, histórica, antropológica e política.

²⁴ COLLISCHONN, W. H. “Die hunsricka wore imma knicksich.” In: *Correio Rio-Grandense*. Caxias do Sul. Infelizmente não dispomos dos dados bibliográficos completos desse artigo.

²⁵ COLLISCHONN, W. H. “Politik.” In: *O Informativo*. Lajeado. s.n., s.a., 13 de set. de 2003, s.p.

²⁶ A. S. “Der Hunsrücker aus Rondon.” In: *Evangelische Zeitung*. Porto Alegre, s.n. s.a., 3 a 16 de ago. De 1986, p. 16.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, Isabel C. **Representação do colono teuto-brasileiro católico através da negação do outro nos escritos de Pe. Balduino Rambo, S.J.** Dissertação do Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, RS., 1998.

FLACH, José Inácio. **Unsa gut deitsch Kolonie.** Nova Petrópolis: Sociedade União Popular Theodor Amstad, 2004.

GROSS, Alfredo. **Hunsrücker Mundart in Brasilien. Dialektgedichte und Schriften in deutscher und portugiesischer Sprache.** Porto Alegre : S.e., 2001. 88 p.

RAMBO, Pe. Balduino. **O rebento do carvalho: contos dialetais (1937 a 1961).** Trad. Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo (RS) : Ed. UNISINOS, 2002. v. 1 [340 p.], v. 2 [358 p.] (Coleção Fisionomia Gaúcha, 6.)

ROTTMANN, Peter Joseph. **Gedichte in Hunsrücker Mundart.** 3. vermehrte Aufl. Simmern: Joh. Maurer, 1863.

Coluna *Der Friedolin*, no jornal *Correio Rio-Grandense*, de Caxias do Sul – RS.

Coluna *Deutsche Sprache*, no jornal *O Informativo*, de Lajeado – RS.

Coluna no jornal semanal *Primeira Hora*, de Bom Princípio – RS.

Coluna *Hunsrücker aus Rondon*, no jornal *Evangelische Zeitung*, editado em Porto Alegre (?).

Textos em Hunsrückisch no *Brummbär-Kalender*, editado entre 1931 e 1935, em Arroio do Meio - RS, por Alfons Brod, e que se constituía prioritariamente de textos – poemas e contos – de cunho humorístico.

Textos no *Familien-Kalender*, almanaque anual editado em Porto Alegre – RS.

Textos em Hunsrückisch no *Sankt Paulusblatt*, periódico mensal editado pela Sociedade União Popular Theodor Amstad, em Nova Petrópolis – RS.

IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA EDUCAÇÃO E NA MANUTENÇÃO DO *HUNSRÜCKISCH* EM COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS

Maria Nilse Schneider¹

1. Introdução

Este estudo insere-se na área da Sociolingüística, mais precisamente, nos estudos de bilingüismo, atitudes e concepções lingüísticas e política lingüística. Primeiramente, apresento uma síntese da história educacional de três comunidades teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul: Linha Júlio de Castilhos, Morro da Manteiga e Tupandi². Em seguida, discuto algumas implicações da política lingüística, principalmente as da repressão lingüística do Estado Novo (1937 - 1945), na educação e na manutenção do *Hunsrückisch*³ (doravante Hrs.) nestas comunidades. Na discussão focalizo atitudes e concepções lingüísticas (crenças e mitos) em relação à variedade Hrs. e seus falantes e ao aprendizado do português em escolas de comunidades plurilíngües de contato alemão-português.

A extensão geográfica do município de Tupandi é de 59 km², que são divididos entre a sede e oito pequenas comunidades rurais. Segundo o censo do IBGE, em 2002, o município possui 2.958 habitantes⁴, dos quais 80% moram em zona rural e a maioria se concentra nas comunidades supracitadas. E, segundo o levantamento do Programa de Saúde da Família, feito pela prefeitura em 2003, o município possui 3.249 habitantes, dos quais 798 são alunos de suas três escolas municipais e uma estadual. Com a sua emancipação político-administrativa, pela Lei 8.602 de 09/05/1988, Tupandi atraiu investimentos externos e expandiu as suas atividades econômicas - resumidas à agricultura familiar - para suinocultura, avicultura e agroindústria, através de convênios com cooperativas e indústrias. Além disso,

¹ Doutoranda em Aquisição da Linguagem do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e bolsista da CAPES. E-mail: maria.schneider@ufrgs.br

² Até 1939, esta localidade atendia pelo nome de São Salvador. Neste ano, passou a chamar-se Natal até 1945, quando recebeu o nome de Tupandi.

³ A variedade *Hunsrückisch* concebo conforme Altenhofen (1996: 27), que a define como um *continuum* dialetal que, além de sua base advinda do contato intralingual entre o francônio-renano e o francônio-moselano da região de origem da Alemanha, engloba uma gama de elementos de outros dialetos alemães e, principalmente, do português. Com este termo o autor se refere à variedade de alemão supra-regional, falada no Rio Grande do Sul e no sul do Brasil.

⁴ www.terra gaucha. com. br, agosto/2005.

atraiu a instalação de uma filial de uma indústria calçadista e de uma fábrica de móveis que, recentemente, passou a trabalhar com exportação. A sua expansão econômica viabilizou a sua inserção no mercado (inter) nacional, o que desencadeou a transformação de sua realidade sociolinguística e educacional e motivou uma mudança em sua política linguística, conforme mostrarei no decorrer do texto.

2. A história educacional de três comunidades teuto-brasileiras ⁵

De acordo com o ‘Livro Tombo’ da Igreja Matriz, a população do município de Tupandi provém das regiões de Mosela e do *Hunsrück*, na Alemanha. Em 1856, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram em Tupandi, eles primeiramente tiveram que derrubar a mata virgem para poderem construir as suas casas. Em 1860, Tupandi contava com 20 famílias de imigrantes alemães, que logo se preocuparam com a educação de seus filhos e construíram a sua escola-capela para possibilitar-lhes o acesso ao conhecimento, uma questão central nas comunidades teuto-brasileiras. Em 1866, este número já havia se elevado para 80 famílias, as quais construíram a capela da sede que, mais tarde, cedeu lugar à construção da atual Igreja Matriz do município, que foi construída entre 1877 e 1883 com a contribuição direta, em trabalho ou recursos financeiros, dos próprios membros da comunidade. A orientação religiosa era feita por padres Jesuítas que dominavam a língua alemã.

Segundo o ‘Livro de Crônicas das Irmãs Franciscanas’ (inicialmente escrito em “alemão gramatical” e mais tarde traduzido para o português), em 1875 o município de Montenegro, ao qual pertenciam, entre outras, as comunidades do município de Tupandi, possuía apenas uma escola paroquial e uma estadual. Em 1892, passou a ter duas escolas estaduais, uma para os meninos e outra para as meninas, que recebiam uma educação diferenciada. Enquanto as meninas eram educadas para permanecer na comunidade e serem boas mães, esposas e donas de casa, os meninos recebiam uma educação formal e eram preparados para sair e continuar os seus estudos.

Em 1915, Montenegro contava com apenas três escolas estaduais e onze escolas paroquiais que, em geral, foram construídas e financiadas pelos membros das comunidades e, primeiramente, funcionavam como escola-capela, como as das comunidades deste estudo:

⁵ Os dados desta seção foram extraídos do Livro Tombo da Igreja Matriz, Livro de Crônicas das Irmãs Franciscanas e da monografia de Kemper (2004) do Curso de História da UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos. Além disso, consultei órgãos públicos e entrevistei alguns moradores mais antigos destas comunidades.

Tupandi, Linha Júlio de Castilhos e Morro da Manteiga. Estas comunidades fundaram as suas primeiras escolas em 1856, 1877 e 1892, respectivamente, as quais hoje são escolas municipais e atendem pelos nomes: Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco; Escola Municipal de Ensino Fundamental Alvarenga Peixoto e Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Balduíno Rambo⁶, cujo nome foi escolhido pela comunidade do Morro da Manteiga, em 1971, em homenagem a um filho seu cuja história de vida muito os orgulha. Nas duas últimas escolas, as aulas eram ministradas concomitantemente para as quatro turmas até a década de 50, i.e., na modalidade multisseriada, que então foi substituída pela bisseriada, a qual se manteve na Escola Pe. Balduíno Rambo até 1989, e na Escola Alvarenga Peixoto vigora até hoje porque ela possui apenas 18 alunos.

Em 1915, a escola de Tupandi foi entregue às Irmãs Franciscanas que, juntamente com o empenho e o trabalho da comunidade, em 1932 inauguraram a ‘Escola Paroquial’, a qual funcionou nesta modalidade até 1953, quando passou a ser particular e posteriormente, em 1988, tornou-se municipal. Em 1939, a escola de Tupandi passou a oferecer a 5ª série, assim permanecendo até 1972, quando entrou em vigor a Reforma do Ensino de acordo com a Lei número 5692/72. Com esta reforma, finalmente, a escola passou a contar com recursos estaduais e federais e começou a introduzir, gradativamente, as demais séries do Ensino Fundamental, o que aumentou a sua demanda de professores, que foi suprida pela admissão de “professores leigos” (não-religiosas), sendo que desde 1915 as aulas eram ministradas apenas por religiosas. Finalmente, em 1991, com o empenho das autoridades municipais, o governador Sinval Guazzelli, sob o decreto número 33.828, criou a ‘Escola Estadual de 2º Grau de Tupandi’, que funciona no mesmo prédio da escola municipal e atende os alunos do 2º Grau: a conquista educacional mais almejada pelos seus munícipes.

Em síntese, na história educacional destas comunidades transparece uma política lingüística excludente que, primeiramente, se manifesta pela total indiferença dos governos para com a sua educação, uma vez que não providenciavam professores para as pequenas comunidades rurais de imigrantes e, desta forma, negavam-lhes o seu direito ao aprendizado do português - a língua pátria. Tal indiferença e o desejo de manter as suas raízes culturais constituíam as principais razões para que ministrassem as aulas, primordialmente, em “alemão

⁶Entre outras obras, escreveu 21 contos em *Hunsrückisch*, que foram traduzidos e publicados em versão bilíngüe por Arthur Blásio Rambo (2002).

gramatical”⁷ que, ao lado do Hrs., era a língua de domínio de alguns membros destas comunidades. Esta modalidade de ensino prevaleceu até 1939, quando o Estado Novo, sob o pretexto da nacionalização do ensino, substituiu a indiferença pela repressão lingüística e lhes exigiu o domínio da língua pátria, cujo acesso ao aprendizado lhes fora até então negado. A indiferença e a repressão lingüística governamental tiveram implicações na educação e na manutenção da variedade Hrs., o que discutirei a seguir.

3. Implicações da política lingüística na educação e na manutenção do *Hunsrückisch*

O conceito de política lingüística, em geral, é usado em referência a um conjunto de medidas governamentais e/ou institucionais, que visam fomentar a vitalidade e a manutenção de uma variedade lingüística e/ou a sua padronização. Todavia, esta perspectiva parece desconsiderar que as medidas político-lingüísticas, em geral, se revelam construtivas e inclusoras para uns e, simultaneamente, destrutivas e excludentes para outros como, por exemplo, as medidas de repressão lingüística do Estado Novo que, ao proibir o uso das línguas alóctones, impõe também a estigmatização social às variedades alóctones e aos seus falantes (grupos minoritários), particularmente às diferentes variedades da língua alemã e aos seus falantes, que até mesmo foram perseguidos e presos em função de sua expressão lingüística e cultural. Concernente à política lingüística para com a língua e cultura de grupos minoritários, Romaine (1995) afirma que “a política tradicional adotada pela maioria das nações, quer implicitamente assumida ou explicitada, em relação a vários grupos minoritários que falam uma língua diferente, tem sido a erradicação de sua língua nativa/cultura e a assimilação da língua majoritária”.

A história educacional e sociolingüística das comunidades deste estudo, primeiramente monolíngües em alemão e atualmente bilíngües em alemão-português⁸, corrobora a afirmação de Romaine. Especialmente durante o Estado Novo, quando o governo ditatorial de Getúlio Vargas, fundamentado na ideologia ‘uma língua, uma nação’, impôs uma estreita vinculação entre língua e nação e, sob o pretexto da nacionalização do ensino, adotou práticas proibitivas e prescritivas com as quais visava à aculturação e à assimilação das minorias lingüísticas, ao invés de sua integração. É possível afirmar que, nos anos que antecederam e durante a II

⁷O termo “alemão gramatical” é usado pela comunidade e no ‘Livro Tombo’ em referência ao alemão “padrão”.

⁸ Com o termo ‘alemão-português’ refiro-me às variedades: *Hunsrückisch* e português vernáculo local.

Guerra Mundial, o Estado Novo travou uma guerra étnico-lingüística no Brasil, uma vez que as suas práticas de repressão às línguas alóctones⁹, particularmente à língua alemã, chegaram até mesmo a cunhar o conceito jurídico “crime idiomático” (Oliveira, 2000: 87).

De um lado, a ideologia do governo que, por entender o pluralismo cultural e, principalmente, o esforço dos teuto-brasileiros para manter a sua identidade lingüística e cultural como uma “traição à pátria brasileira” (Mailer, 2002: 113) e uma ameaça à unidade e à integridade da nação, sob o pretexto da nacionalização do ensino, impôs a proibição do alemão e o uso exclusivo do português - a língua “oficial” e “padrão” - em lugares públicos e escolas. Com tal medida, visava à erradicação da língua e cultura nativas dos teuto-brasileiros e cobrava-lhes fidelidade à sua cidadania brasileira, da qual eles não tinham dúvida alguma. Paralelamente à perseguição das línguas alóctones havia a exaltação da língua portuguesa, uma vez que ao seu ensino conferia-se a função cívica de “abrasileiramento” (Altenhofen, 2004: 88) e o seu domínio era associado ao patriotismo e à moralidade. Apregoava-se que era uma “obrigação moral falar o idioma do país que dá o pão, [e que] os bons brasileiros dominam o idioma português” (Fiori, 2004: 80). Ademais, o governo ditatorial de Getúlio Vargas desencadeou o desmantelamento das “escolas étnicas”, as quais, sobretudo as de pequenas comunidades rurais, em grande parte, haviam surgido em função da indiferença do Estado para com a educação da população de imigrantes e seus descendentes, entre eles os teuto-brasileiros.

De outro lado, os teuto-brasileiros, a quem o Estado primeiramente negou o acesso ao aprendizado do português, de repente, com a proibição do alemão em lugares públicos, viram-se destituídos de sua língua e, em certa medida, de seu direito à fala em vários cenários sociais, pois, para inúmeros cidadãos teuto-brasileiros, esta era a única língua que dominavam. Assim, para os teuto-brasileiros, a assimilação forçada significava uma ameaça à sua identidade cultural e lingüística, uma vez que lhes era exigido uma substituição lingüística e cultural, com a qual se visava à sua assimilação também no nível político. A repressão lingüística teve conseqüências desastrosas para a educação, conforme veremos no decorrer do texto.

A história educacional das comunidades, deste estudo, foi marcada pela indiferença dos governos e pela repressão lingüística do Estado Novo, e ambos os fenômenos

⁹ O termo *alóctone* abarca as línguas dos imigrantes: alemão, árabe, francês, italiano, japonês, etc.

contribuíram para o fomento e a veiculação de mitos e preconceitos lingüísticos que, por sua vez, desvelam “a discriminação econômica e a ideologia da exclusão social” (Bagno, 1999: 15). O preconceito lingüístico “resulta da ignorância e do estabelecimento de diferenças valorativas baseadas em processos históricos de exclusão e privilégio, capazes de produzir com eficiência e ganho de poder um estigma que deixará exposto àquele que o carrega a todo tipo de avaliação negativa” (Britto, 2004: 131). É, portanto, no plano subjetivo das avaliações das variantes e/ou variedades lingüísticas dos falantes, que o preconceito lingüístico cresce e se fortalece. E as instituições educacionais, por estarem atreladas à ideologia do poder, constituem um ambiente potencial para o fomento e a veiculação de mitos e preconceitos lingüísticos.

Concernente à política lingüística, a história educacional das comunidades deste estudo pode ser dividida em três períodos. O primeiro período inicia-se em 1856, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães em Tupandi, e se estende até 1939. Neste período, a discriminação econômica e a ideologia de exclusão social se manifesta pela indiferença dos governos para com a sua educação e a infra-estrutura em setores como construção de estradas, meios de transporte coletivo e saúde pública. Diante da indiferença do Estado, os próprios membros da comunidade contribuíram com recursos financeiros e construíram toda a infra-estrutura comunitária e educacional (escolas, igrejas e centros comunitários), além de providenciarem professores, os quais elaboravam os materiais didáticos com recursos da comunidade e o apoio das Irmãs Franciscanas, a partir de 1915.

Em 1915, as Irmãs Franciscanas introduziram o ensino de português, que figurava apenas como disciplina obrigatória. Até 1939, as aulas eram ministradas, primordialmente, em “alemão gramatical” e as três escolas ofereciam apenas até a 4ª série. Esta modalidade prevaleceu, em parte, devido à falta de salas de aula e de professores, bem como devido à falta de estradas e meios de transporte. A restrita infra-estrutura rodoviária dificultava o acesso aos centros urbanos e às escolas públicas e a vinda de professores (que dominassem o português) de outros municípios, particularmente, para as escolas da Linha Júlio de Castilhos e do Morro da Manteiga. Assim, os seus alunos terminavam os estudos com grande deficiência na compreensão e na fala da língua portuguesa. Diante desse conflito, as franciscanas ressaltavam a importância da língua materna e simultaneamente defendiam a necessidade do ensino de português e a adoção de materiais didáticos adequados à realidade local. Assim, os materiais didáticos eram elaborados pelos professores, primeiramente, apenas

em “alemão gramatical” e, a partir de 1915, começou-se a ensinar canções em português, além do já conhecido hino nacional, com o qual professavam a sua cidadania brasileira e sua fidelidade à pátria.

Segundo vários depoimentos¹⁰ de professores e moradores locais mais antigos, naquela época, optou-se por esta forma de ensino porque: (1) quase toda a população destas comunidades era imigrante ou descendente alemão e, praticamente, monolíngüe em Hrs.; (2) durante as primeiras décadas, a maioria dos professores não dominava o português e (3) quase todas as Irmãs Franciscanas que lecionavam em Tupandi, desde 1915, eram descendentes de imigrantes alemães. Assim, em virtude de a maioria da população local dominar o Hrs. e, eventualmente, também o alemão padrão, as franciscanas mantiveram o ensino, primordialmente, em “alemão gramatical”, para facilitar a aprendizagem e a assimilação dos ensinamentos cristãos.

O **segundo** período da história educacional destas comunidades foi marcado pela repressão lingüística do Estado Novo, cuja política lingüística fomentou mitos e preconceitos lingüísticos como, por exemplo, que a proibição do alemão favoreceria o aprendizado do português. Com a proibição do alemão, o Estado Novo majorou drasticamente a discrepância existente entre a realidade sociolingüística e educacional das comunidades teuto-brasileiras e as exigências do sistema educacional, que historicamente serve à ideologia do poder, que impõe uma estreita vinculação entre língua e nação. Nas escolas deste estudo, a proibição do alemão, em maior ou menor grau, se manteve de forma explícita até 1988. Tal repressão lingüística gerou conflitos identitários e educacionais e, em alguma medida, tirou o direito à fala de seus alunos no cenário escolar, conforme transparece no comentário escrito pela professora Tália:

Como professora, certa vez fui chamada pela Secretaria da Educação por ter explicado certos conteúdos em alemão para os meus alunos, e um pai ter-me denunciado. Perguntei então para minha supervisora: quando um (filho) aluno não passa no fim do ano, os pais me perguntam por que isso aconteceu. Eles não se preocupam em relação ao seu filho não ter entendido, em certos momentos, a minha explicação em português. A Secretaria neste

¹⁰ Nos comentários dos participantes utilizo pseudônimos, conforme é recomendado pelos estudos etnográficos (Erickson, 1989: 250 - 4).

momento me disse: acho que vou arrumar tuas malas e te exportar para a Alemanha. Isso aconteceu em anos anteriores quando pertencíamos a outro município.¹¹(Tália, 09/12/04).

Este comentário desvela o conflito dos professores destas comunidades, advindo da negação de sua realidade sociolingüística pela própria sociedade local e pelas autoridades educacionais, neste caso, por uma autoridade da Secretaria de Educação que, partindo de uma perspectiva monolíngüe, contraria a realidade plurilíngüe e as necessidades educacionais destas comunidades. Para poder avançar em direção ao uso adequado do português sem ferir a identidade do aluno, é essencial que o professor conheça precisamente as bases sobre quais irá co-construir conhecimentos e que ele parta da variedade de língua do aluno (Ammon e Loewer, 1977: 12 ss.). Isto é fundamental para uma “prática pedagógica culturalmente sensível” (Erickson, 1987 e Bortoni, 1995) como a de Tália que, ao contrário da autoridade educacional, parte de uma perspectiva plurilíngüe e explica certos conteúdos em alemão, em aula. Uma perspectiva plurilíngüe freqüentemente parece ser combatida nas aulas de língua portuguesa, porque seus professores estão atrelados às regras das instituições educacionais que, por sua vez, constituem um *locus* potencial para o fomento da ideologia do poder.

Fundamentados na ideologia do poder, a comunidade e a autoridade da Secretaria de Educação parecem ignorar esta necessidade local e, erroneamente, recriminam a atitude inclusora de Tália, uma vez que continuam exigindo a proibição do alemão e o uso exclusivo do português em sala de aula. Presa ao mito de que a “proibição do alemão facilitaria o aprendizado do português” (inculcado pelo Estado Novo) e revestida do poder que o seu cargo lhe confere, a autoridade chega ao extremo de querer excluir Tália do corpo docente e ‘exportá-la’ (como se fosse uma mercadoria) para o país de seus ascendentes. Com tal atitude ela não apenas fere a identidade étnico-lingüística de Tália como também fere a sua dignidade humana ao tratá-la como um produto de ‘exportação’ e descartável, por não usar exclusivamente o português em aula, por negar-se a seguir uma regra que considera absurda. Aqui vale destacar que o poder de força de seu preconceito aumenta por ser expresso por alguém que exerce poder na estrutura educacional do município. Exclusividade pressupõe

¹¹ Até 1989 esta escola pertencia a um município vizinho.

exclusão, no comentário acima, dos falantes da língua alemã, mais precisamente, da variedade Hrs. e da identidade cultural a ela vinculada. Com sua atitude preconceituosa e excludente, a autoridade de educação confronta Tália com um paradoxo, pois lhe cobra uma atitude excludente, quando se ensina que todo profissional de educação deve promover a inclusão social.

A repressão lingüística do Estado Novo fomentou e incutiu mitos e preconceitos lingüísticos no imaginário coletivo, os quais geraram conflitos identitários e educacionais que perduram até hoje, conforme podemos observar nos comentários a seguir: “Aqui têm muitos alunos que falam só alemão em casa e eu notei que eles geralmente fazem mais trocas de letras” (Meire, 24/05/04). Dos 20 professores da Pré-escola à quarta série das escolas deste estudo, 14 (70%) ligaram a “troca de letras” ao fato de os alunos falarem alemão em casa e 8 (40%), em maior ou menor grau, mostraram-se contra o uso do alemão em aula como, por exemplo, Leila: “A língua oficial é o português, portanto, em sala de aula deve-se falar o português, exceto nas aulas de alemão. Nas dependências pode-se falar alemão, desde que todos do grupo entendam” (Leila, 18/11/04). Até mesmo os professores que falam bastante alemão em aula no fundo ainda parecem crer que estão fazendo algo errado ao falar alemão neste cenário, como Tália: “Então a gente fica entre o certo e o errado, mas coloca entre esses dois primeiro o aluno” (Tália, 9/12/04). Em síntese, os comentários de Leila, Meire e Tália desvelam o impacto negativo da proibição do alemão na educação das comunidades teuto-brasileiras e o quanto ela contribuiu para inculcar uma perspectiva monolíngüe e purista no imaginário coletivo. Estes e outros mitos e preconceitos lingüísticos devem ser desconstruídos através de um debate aberto e dentro de uma perspectiva sociolingüística.

O terceiro período inicia-se em 1988 com a emancipação político-administrativa de Tupandi, que desencadeou o aumento de suas atividades sócio-econômicas e a sua inserção no mercado (inter) nacional, o que contribuiu para transformar a sua realidade sociolingüística, conforme revela a afirmação de um vendedor local: “Hoje Tupandi já tem muita gente de fora que veio em busca de emprego e não sabe falar alemão” (Ivo, 09/05/04). A prefeitura não possui um levantamento estatístico sobre a origem étnica de sua população, mas estima que cerca de 95% da população de Tupandi e 98% das demais comunidades são descendentes de imigrantes alemães.

Assim, compus duas amostras com sujeitos das cinco gerações das três comunidades para traçar um perfil da dinâmica lingüística nestas comunidades. A primeira amostra abarca a

1ª, 2ª, 3ª e 4ª gerações e é constituída por 19 professores e seus ascendentes, i.e., desde os seus bisavós paternos e maternos até a sua geração, o que totaliza 209 sujeitos, dos quais 190 são sujeitos indiretos, pois as informações sobre eles foram obtidas através dos 19 professores. Com esta amostra obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 1		alemão padrão		Hrs.	português	
Geração/ n°. sujeitos		falam	não falam	falam	falam	não falam
1ª	76 (bisavós)	34 (45%)	42 (55%) ¹	64 (84%) 12 (16%) ¹	60 (79%) ¹	16 (21 %)
2ª	76 (avós)	30 (39%)	46 (61%)	76 (100%)	36 (47%) ²	40 (53%)
3ª	38 (pais)	4 (11%)	34 (89%)	38 (100%)	34 (89%)	4 (11%)
4ª	19 (professores)	2 (11%)	17 (89%)	19 (100%)	19 (100%)	0 (0%)

Legenda: 1- não souberam informar se seus bisavós falavam: alemão padrão, Hrs. e português;
2 - 24% desses avós sabem falar apenas um pouco em português.

Com a segunda amostra, desejamos obter apenas um perfil do grau de domínio do Hrs. pela 5ª geração, mais precisamente por parte dos 312 alunos da pré-escola à quarta série das três escolas deste estudo. Apenas 2 desses alunos (provenientes da Alemanha) dominam o alemão padrão e os demais estão começando a aprendê-lo. A maioria ingressou com um razoável domínio de português na escola. Com esta amostra obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 2	Você <u>sabe</u> falar (tudo, muito, pouco ¹² ou nada) em alemão?			
Grau de domínio do Hrs.	tudo	muito	pouco	nada
Número de alunos: 312	62 (20%)	108 (35%)	97 (31%)	45 (14 %)

Em síntese¹³, os resultados das duas amostras revelam uma gradual substituição lingüística: o aumento gradativo da aquisição do português por parte das gerações trouxe

¹²Ao fazer esta pergunta expliquei que deveriam considerar como ‘pouco’ caso soubessem apenas algumas frases ou palavras nesta variedade.

¹³ Devido ao espaço limitado, neste artigo apresento apenas uma síntese. Uma análise mais aprofundada sairá em meu estudo de doutorado (Atitudes e concepções lingüísticas de professores em

consigo um paralelo declínio no domínio, sobretudo, do “alemão gramatical”, mas também do Hrs.. Há fortes indícios que levam a crer que a dinâmica lingüística nestas comunidades começa com o monolingüismo em alemão e passa pelo bilingüismo alemão-português¹⁴ que, por sua vez, está caminhando em direção ao monolingüismo em português. Contudo, na 5ª geração, observa-se um alto grau de domínio e manutenção do Hrs., o que, em parte, se deve à indiferença do Estado para com a educação destas pequenas comunidades rurais até 1939.

Trata-se, portanto, de pequenas comunidades rurais com alto grau de bilingüismo alemão-português, cujos membros, em geral, se dizem alemães e cidadãos brasileiros. Esta distinção histórica entre etnia e cidadania originou um estranhamento para a tradição luso-brasileira e um constante tensionamento, que gerou nos teuto-brasileiros a necessidade de reafirmarem constantemente a sua cidadania brasileira. Neste município, em maior ou menor grau, esta tensão estendeu-se de forma velada desde 1856, quando da chegada dos imigrantes alemães em Tupandi, até 1988, quando da emancipação político-administrativa do município. Principalmente durante o Estado Novo, a sua população convivia com a tensão entre afirmar a sua identidade lingüística e cultural e a busca pela sua integração plena no contexto brasileiro através do domínio da língua pátria - o português.

A emancipação político-administrativa de Tupandi trouxe consigo: 1) “pessoas de fora” que não sabem alemão, o que aumentou o contato entre o Hrs. e o português e despertou um sentimento de perda de sua língua étnica e 2) uma maior autonomia para as autoridades educacionais locais, o que viabilizou a sua interferência na política lingüística e as levou a sair em defesa de sua “riqueza cultural” (Ane, 17/11/04) através da introdução do ensino do alemão “padrão” nas três escolas do município, a partir de 1989. Para 19 (95%) dos 20 professores da pré-escola à quarta série, a escola deve preservar o folclore e as tradições da cultura alemã, e 13 (65%) defendem o aumento do número de aulas de alemão e gostariam de aprender o alemão padrão para poder falar “o alemão correto” ou “o alemão gramatical”. Já o interesse em manter o Hrs.¹⁵ - a variedade não-padrão e muitas vezes estigmatizada até pela própria comunidade -, é muito menor, tendo em vista, por exemplo, que apenas 5 (25%) professores lêem, às vezes, os textos em Hrs. do jornal ‘Primeira Hora’ de Bom Princípio, município vizinho.

escolas de comunidades plurilíngües de contato alemão-português), cujo término está previsto para abril/2007.

¹⁴ Com o termo alemão-português refiro-me às variedades Hrs. e português vernáculo local.

¹⁵ Uma discussão sobre a estigmatização do Hrs. pode ser encontrada em meu estudo de doutorado.

A introdução do ensino de alemão “padrão”, por um lado, contribuiu para: 1) uma maior valorização da língua e cultura nativas dos teuto-brasileiros, em maior ou menor grau, sufocadas desde 1939; 2) uma gradual mudança de atitudes em direção à aceitação do uso de alemão em sala de aula e 3) a desconstrução de mitos e preconceitos lingüísticos, fomentados pela política lingüística repressiva e excludente do Estado Novo, conforme revela a afirmação da professora Tália: “Hoje eu não proíbo mais o alemão em aula e sempre quando necessário eu falo alemão” (Tália, 15/11/04). Por outro lado, com a introdução do ensino de alemão “padrão”, a variedade Hrs. e seus falantes passaram a concorrer com o prestígio e o *status* social e jurídico conferido às variedades “padrão” e aos seus falantes, conforme transparece no comentário de uma das professoras de alemão: “Eu gostaria de ter com quem falar o *Standarddeutsch* [alemão padrão], mas aqui todo mundo só fala esta coisa horrorosa” (Leila, 17/11/04). Também no comentário da professora Mara e de uma aluna, referindo-se à sua professora de alemão, transparece a valoração negativa do Hrs.: “A nossa professora disse que o alemão que nós falamos não é o certo” (Diário de campo, 18/05/04); “O alemão que nós falamos não é o alemão correto, o gramatical” (Mara, 18/05/04). A valoração negativa do Hrs. pelas gerações mais jovens no cenário escolar consolida o preconceito contra esta variedade local e aponta para um processo de substituição lingüística (*language shift*) ou de troca do uso habitual de uma variedade por outra (Weinreich, 1953, apud Gal, 1982: 228).

Em síntese, nas escolas deste estudo, o ensino de alemão “padrão” se revela como instrumento, com o qual, por um lado, se promove a valorização das raízes culturais de suas comunidades e se reforça o prestígio e o *status* social e jurídico desta variedade e, por outro lado, se atualiza a crença da maioria de seus munícipes que, em geral, destacam que não falam “o alemão correto” ou “o alemão gramatical”. Esta crença, portanto, passou a ser fomentada e veiculada também nas instituições educacionais que, em geral, constituem um ambiente potencial para a (re)produção de mitos e preconceitos lingüísticos.

À história educacional e sociolingüística das comunidades deste estudo e ao seu alto grau de domínio da variedade Hrs. subjaz uma política lingüística excludente e repressiva que, quer explícita ou implicitamente assumida, visava à aculturação e à substituição lingüística. Até 1939, a indiferença do Estado para com a educação da população dos imigrantes destas pequenas comunidades rurais negou-lhes o seu direito ao aprendizado formal do português. Isto contribuiu para manter o Hrs. como a única língua de domínio para a maioria de seus membros, o que fortaleceu enormemente a vitalidade e a manutenção desta variedade. O

Estado Novo (1937 - 1945) substituiu esta indiferença pela repressão às línguas alóctones, e ao proibir o uso do alemão e impor o uso exclusivo do português em lugares públicos, tirou dos teuto-brasileiros o seu direito à fala nestes cenários, pois, na época, para a maioria dos membros destas comunidades, esta era a única língua de seu domínio. A política lingüística do Estado Novo, portanto, silenciou a expressão lingüística e cultural dos teuto-brasileiros e, paralelamente, impôs a estigmatização social às diferentes variedades da língua alemã e aos seus falantes, o que manifesta a sua discriminação cultural e a sua ideologia da exclusão social. Do mesmo modo, fomentou e incutiu mitos e preconceitos lingüísticos no imaginário coletivo, os quais, mesmo após quase sete décadas (1939 - 2004), em alguma medida, ainda transparecem nas atitudes lingüísticas do corpo docente e discente destas escolas. Contudo, também a repressão lingüística parece ter contribuído para a manutenção do Hrs., pois a proibição do alemão em lugares públicos fortaleceu o seu uso no cenário familiar. Proibir alguém de falar a sua língua materna original significa destituí-lo de uma parte de sua identidade cultural, que lhe é muito cara e, portanto, a proibição do alemão constituía uma barreira, e não um estímulo (conforme apregoava o Estado Novo), para aprender o português.

Concluindo, este estudo desvela o impacto negativo da repressão lingüística do Estado Novo na educação das comunidades teuto-brasileiras e mostra que a dinâmica lingüística numa sociedade é determinada muito mais pelas suas necessidades reais de comunicação, dentro e a partir dos contextos sócio-históricos e sociolingüísticos das diferentes comunidades de fala, do que pela imposição de medidas proibitivas e prescritivas. Além disso, mostra que as instituições educacionais, por estarem atreladas à ideologia do poder, constituem um *locus* potencial para o fomento e a veiculação de mitos e preconceitos lingüísticos, que refletem a ideologia da exclusão social subjacente às políticas lingüísticas. E, por fim, atenta para a necessidade de se desconstruir estes e outros mitos e preconceitos lingüísticos através de um debate aberto e dentro de uma perspectiva sociolingüística.

Referências Bibliográficas

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. **Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil**. In: Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI), Frankfurt a. M., n. 1(3), 2004, p. 83 - 93.

_____. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen**. Stuttgart: Steiner, 1996. 444 p. (Mainzer Studien zur Sprach-und Volksforschung, 21).

AMMON, Ulrich, Uwe Loewer. **Dialekt/Hochsprache Kontrastiv. Sprachhefte für den Deutschunterricht Schwäbisch**. Düsseldorf: Schwann, 1977.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Rio Grande do Sul. **Os novos municípios do Rio Grande do Sul: Tupandi**. Porto Alegre, 1988.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris & DETTONI, Rachel do Valle. **Diversidades lingüísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível**. In: Cox, Maria Inês, Assis-Peterson, Ana A. (Orgs.) *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 81 - 103.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **O ensino escolar da língua portuguesa como política lingüística: ensino de escrita x ensino de norma**. In: Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI), Frankfurt a. M., n. 1(3), 2004, p. 119 -140.

ERICKSON, Frederick. **Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement**. In: *Anthropology & Education Quartely*. 18 (4), 1987, p. 335 - 356.

_____. **Metodos cualitativos de investigacion sobre la ensinanza**. M.C. Wittrock (orgs.). *La Investigación de la enseñanza, II: Metodos cualitativos y de observación*. Barcelona: Paidós, 1989, p. 195 - 301.

FIORI, Neide Almeida. **Poder, idioma e educação no Brasil dos anos 1930/1940: reflexões envolvendo Alemanha e Estados Unidos**. In: Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI), Frankfurt a. M., n. 1(3), 2004, p. 71 - 81.

GAL, Susan. **Variation and Change in Patterns of speaking: Language Shift in Austria**. In: SANKOFF, David (ed.). *Linguistic Variation: Models and Methods*. New York, San Francisco, London: Academic Press, 1982.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002 (www.terraGaucha.com.br).

- KEMPER, Adriane. **Pesquisa histórica da educação no município de Tupandi**. Monografia do Curso de História da UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo, 2004.
- MAILER, Valéria Contrucci de Oliveira. **Por uma política lingüística para o alemão em Blumenau**. In: Anais do V Congresso Brasileiro de Professores de Alemão & II Congresso de Professores de Alemão do Mercosul. São Leopoldo: ABRAPA/DAAD, 2003, p. 113 -120.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico**. In: O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico. Florianópolis: Insular, 2000, p. 83 - 92.
- RAMBO, Pe. Balduino. **O rebento do carvalho: contos dialetais**. Tradução e contextualização de Arthur Blásio Rambo. Ed. bilíngüe. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.
- ROMAINE, Suzanne. **Bilingualism**. University of Oxford: Blackwell Publishers, 1995.
- WEINREICH, Uriel. **Languages in contact. Findings and problems**. 7th Printing. The Hague, Paris, Mouton, 1970 [1953}.

BRASIL E ESTADOS NA ÓTICA DE MOOG E VERÍSSIMO

*Enildo de Moura Carvalho**

Os dois autores que procuro analisar, Vianna Moog e Érico Veríssimo, pertencem à geração de intelectuais das décadas de 1930 – 40¹. Embora a obra de Moog, “Bandeirantes e Pioneiros”², tenha sido publicada em 1954. Pertencer à geração de 1930 significa estar inserido num contexto diversificado em se tratando da realidade brasileira da época, pois paralelo a questões políticas e econômicas que se faziam efervescentes na época, havia um movimento iniciado com a semana de arte moderna em 1922, disposto a reler a formação cultural brasileira. Esta geração de intelectuais bradava pela redescoberta do Brasil, pela localização de uma nova “brasilidade”³, desejavam compreender o Brasil, suas identidades, suas possibilidades de desenvolvimento.

Por parte dos romancistas, este engajamento aflorou em seus romances de apelo social. Enquanto boa parte de ensaístas e cientistas sociais recorriam à discussão modernidade/tradição ibérica, e ao comparativo com parâmetros internacionais, primeiramente europeus, e por último, norte-americanos. Havia também uma progressiva tendência de olhar a formação brasileira pela via cultural e sua diversidade e não mais pela ótica das teorias raciais que vigoraram desde a segunda metade do século XIX.

Neste contexto, Moog e Veríssimo iniciavam suas publicações e seus primeiros sucessos literários começaram a surgir. Por conta de tais sucessos (Um rio imita o Reno e Olhai os lírios dos campos), os autores foram convidados pela fundação Guggenheim a visitar os Estados Unidos. A partir dessas viagens e permanência naquele país, os dois autores produziram suas obras comparativas entre Brasil e Estados Unidos. Tais obras, como já citei, “Gato preto em campo de

* Mestre pela Universidade do Vale dos Sinos. Bolsista da CAPES, 2006.

¹ Alfredo Bosi afirma que não é fácil separar os momentos internos do período que vem de 1930 até nossos dias. Entretanto, o autor utiliza algumas periodizações visando melhor compreender os novos rumos que foram se delineando na intelectualidade brasileira da época. “Estão aí as obras que de 30 a 40 e a 50 mostram à sociedade que novas angústias e novos projetos informavam o artista e o obrigavam a definir-se na trama do mundo contemporâneo.” BOSI, 1984, p. 438. Assim, utilizarei a categoria “geração de 1930-40”, embora Moog tenha publicado *Bandeirantes e pioneiros* em 1954.

² MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. A primeira edição deste livro é de 1954.

³ Marcos Napolitano diz que brasilidade é uma tentativa de responder sobre o enigma: “o que é o Brasil, o que são os brasileiros? [...] alguns dos momentos mais fecundos das artes e da reflexão intelectual em nosso país foram aqueles que se debruçaram sobre esse problema e, antes de expressá-lo objetivamente, tentaram equacioná-lo.” NAPOLITANO, 2003, p. 306.

neve” e “A volta do gato preto” ⁴de Veríssimo e “Bandeirantes e Pioneiro” de Moog, constituem, assim, o centro desta análise que proponho.

Esta relação com os Estados Unidos remete a outro aspecto da geração 30-40, que era a crescente projeção deste país junto aos países da América do Sul e, naturalmente, ao Brasil. A preocupação central dos norte-americanos nesta época, Segunda Guerra Mundial, era ampliar os laços comerciais e neutralizar possíveis influências nazifascistas ou mesmo comunistas. Assim, diversas visitas culturais, artísticas e de pesquisas foram trocadas entre brasileiros e norte-americanos.

Vale dizer que a trajetória de Moog e Veríssimo se conduz, por vezes em aproximação um do outro, por vezes em distanciamentos. Moog formou-se advogado, tornou-se funcionário público no início da década de 1930 e ocupou uma cadeira na academia brasileira de letras em 1945. Isto correspondia provavelmente, segundo Sérgio Miceli, aos interesses do Estado, pois pertencia ao quadro de funcionários intelectuais. Ao passo que Veríssimo não se formou em curso superior, nunca fora chamado a integrar a Academia Brasileira de Letras. O mérito de Veríssimo foi o de ter conseguido ser empregado na Editora Globo de Porto Alegre no princípio dos anos trinta. Ali conciliou trabalho e suas primeiras produções literárias (Miceli, 2001, p. 183).

Outra questão que remonta aos anos de 1930 diz respeito ao estilo ensaístico que os dois adotaram em suas respectivas obras. O ensaio se constituía num estilo largamente utilizado pela geração de 1930-40 e permitia a seus autores construir um discurso flexível entre a narrativa literária e a produção científica. Todavia, o ensaio não era uma construção universitária e, por isso, acabou perdendo espaço, na medida em que a universidade crescia no Brasil.

A respeito disso, Lúcia Lippi de Oliveira afirma que *Bandeirantes e Pioneiros*, parece uma obra mais representativa da atualidade brasileira do que daquela época, cuja perspectiva universitária optara pelo discurso econômico, caro à corrente marxista. Nas últimas décadas, todavia, há uma predisposição em resgatar a produção ensaística daquela geração em aproximação com a história, a narrativa literária e suas figuras de linguagem, caso da metáfora, significativa no discurso dos autores, especialmente Veríssimo (Oliveira, 2000, p. 104).

Assim, ao comparar Brasil e Estados Unidos tendo por base a formação religiosa dos dois países, Moog ressalta o estilo ensaístico em sua recusa da interpretação determinista. O autor questiona as diversas correntes deterministas (geografia de Ratzel, Spencer, positivismo de Comte,

⁴ VERÍSSIMO, Érico. **Gato preto em campo de neve**. 23. ed. São Paulo: Globo, 1998b. A primeira publicação desta obra ocorreu em 1941. VERÍSSIMO, Érico. **A volta do gato preto**. 18. ed. São Paulo: Globo, 1998a. Em 1947, circulou a primeira edição desta obra.

Hegel ou Marx, além das teorias raciais) a respeito de suas reais possibilidades compreensivas. Na visão de Moog, nem mesmo a formação religiosa de Brasil e Estados Unidos assume status determinante. Antes, a história se faz mediante a contribuição de todas as áreas do conhecimento, diz Moog (Moog, 1969, p. 50). Veríssimo compartilha deste olhar e ressalta que “a vida é feita de miríades de pequenas coisas”, de modo que o intelectual deve saber atuar em várias frentes, especialmente no trânsito entre o amadorismo e o profissional. Além disso, Veríssimo alerta que sua interpretação da realidade brasileira e norte-americana é de um romancista e não de um cientista social (Veríssimo, 1998a, p. 344).

Com esta intenção, Moog elabora sua comparação, tomando como referência o desenvolvimento desigual de Brasil e Estados Unidos (o que ele chama de desenvolvimento em progressão aritmética no Brasil contra um desenvolvimento em progressão geográfica nos EUA). Para investigar tal questão, o autor posiciona os Estados Unidos dentre os países formados sob a égide da reforma protestante e da modernidade, enquanto o Brasil continuava atrelado à tradição católica Ibérica, logo, deficitário de um sentido racional de desenvolvimento. O ensaio de Moog, neste caso, se aproxima de Sérgio Buarque de Holanda, que afirma a aventura, o desvalor do trabalho e o catolicismo conservador do brasileiro em seu “Raízes do Brasil”⁵. Neste caso, tanto Moog quanto Buarque refletem a sociologia Weberiana, para quem a razão moderna está vinculada à reforma religiosa. Assim, para Vianna Moog, a intenção nacionalista, escravocrata e capitalista parece mais evidente no pioneiro norte-americano do que no bandeirante brasileiro.

A aproximação com Buarque, no entanto, é intercalada com distanciamentos, pois enquanto “Raízes do Brasil” reconhece na falta de uma razão moderna a positividade da errância e da aventura do bandeirante, pois ocupou o território brasileiro num misto de cordialidade e compadrios, “Bandeirantes e Pioneiros” aponta o contrário, na medida em que visualiza na cordialidade e na miscigenação brasileira uma das fontes do desajustamento psicológico do brasileiro. Isto não invalida, no entanto, as virtudes que, por vezes, Moog atribui à miscigenação brasileira, o que faz lembrar Gilberto Freyre⁶. Dessa forma, Vianna Moog não exalta o bandeirante da região sudeste e sul, como fazem autores como Sérgio Buarque, da mesma forma como não o faz em relação ao bandeirante miscigenado do nordeste.

Érico Veríssimo, por seu lado, visualiza em seu comparativo dois Brasis, como se focasse um caleidoscópico. Ora vê um Brasil em déficit frente aos indicativos modernizantes, ora vê neste mesmo déficit a positividade brasileira. É como se concordasse com Sérgio Buarque no discurso da

⁵ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

⁶ Ver FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 12. ed. Brasília: UNB, 1963.

“falta” e com Gilberto Freyre, quando assinala as virtudes da tradição ibérica herdadas à formação cultural brasileira.

Para Moog, a comparação do bandeirante com o pioneiro norte-americano serve como via condutora de seu enfoque hierarquizado. Um olhar que remonta a chegada das famílias inglesas na América do Norte e seu ideal de desenvolvimento orgânico ante a vinda de portugueses degradados com fins espoliativos para as terras brasileiras. Enquanto lá os pioneiros e descendentes construíram a nação sob os ideais da modernidade e da fé calvinista, o brasileiro, herdeiro da tradição portuguesa, optou pelo desapego no trabalho orgânico, pela sorte no jogo e no jeito, que contorna e não desbrava. Daí o surgimento do mazombo, que se caracteriza em voltar as costas ao Brasil em suas virtudes e mazelas e manter-se focado nas inovações européias. Para Moog, Aleijadinho constitui um raro exemplo em favor do desenvolvimento e modernidade, exemplo que não se reproduz no meio social brasileiro. Em razão disto, a simbologia de Aleijadinho o faz mais parecido com o norte-americano (Moog, 1969, p. 122, 124, e 125).

Outras simbologias da cena brasileira e norte-americana são mencionadas por Veríssimo em suas memórias e metáforas, caso de Pedro Malazartes e o jabuti, o malandro, personagens que opõe a malícia e a esperteza do brasileiro ao pensamento lógico do norte-americano, cujos sinais se reproduzem na sociedade produtiva, honesta e pautada na afirmação do indivíduo, das normas e convenções, contra os vícios da tradição brasileira. As metáforas e relatos episódicos de Veríssimo são ricos neste sentido (caso dos seus demônios internos, e da discussão com o garçom no trem) (Veríssimo, 1998a, p. 496).

Todavia, Veríssimo se mostra resignado ao reconhecer que esta mesma herança católica ibérica garante ao brasileiro sua possibilidade de libertar-se dos círculos de giz, das grades de ferro condutoras da modernidade, sob as quais os norte-americanos parecem gravemente submetidos. Por conta do iberismo, neste caso, o brasileiro se faz permissivo à miscigenação, detém um sentimento de solidariedade e convivência, cuja opção pelo ócio, ao invés do trabalho orgânico, garante seu bom costume de passear em volta de praças e cafés, conversando sobre mulheres, futebol, política e demais amenidades.

Dessa forma, reconhecer a brasilidade, como desejavam Moog e Veríssimo no decorrer das décadas posteriores à Semana de Arte Moderna e ao centenário de independência do país, talvez corresponda a uma verdade que não está fixa na tradição ibérica e nem na modernidade, mas entre ambos, como se estivesse antecipando Homi Bhabha e a identidade construída no “entre-lugar”⁷.

⁷ Ver BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte, UFMG, 2003, p. 20.

Para Moog, o entre-lugar comporta uma certa evolução do iberismo em direção ao pensamento moderno, caso de uma nova ética do trabalho trazida ao Brasil pela imigração alemã e italiana. Acrescente-se a isto o maior reconhecimento do Brasil no cenário internacional em razão de sua produção intelectual e artística das primeiras décadas do século XX, produção inovadora, uma vez que acolhia o Brasil em suas cores, jeitos, em seu “mulatismo”, em que a afirmação do indivíduo ocorre em paralelo às relações sociais de intimidade e compadrio.

COTIDIANO E LAZER NA REGIÃO COLONIAL ITALIANA

Adelmir Fiabani¹

Um dos primeiros núcleos de povoamento italiano no Rio Grande do Sul foi o atual município de Caxias do Sul. Mais tarde, povoaram Bento Gonçalves, Antonio Prado, Veranópolis, Farroupilha, Guaporé e outras. Aos poucos, foram atingindo a região da encosta do Planalto e os Aparados da Serra.

Para Loraine S. Giron, “a imigração italiana iria completar o povoamento, ocupando as encostas superiores do Planalto, já que as inferiores eram ocupadas pelos imigrantes alemães, introduzidos a partir de 1825. Os indígenas, à medida que a povoação se processava, retiravam-se em direção ao vale do Uruguai”.²

Os atuais municípios de Água Santa, Charrua, Ibiaçá e Tapejara foram colonizados por imigrantes italianos, alemães e poloneses. Na luta pela terra, os descendentes de europeus disputaram o espaço com os nativos. Este encontro de etnias fez surgir uma cultura nova mesclada de valores.

Nossa pesquisa visa analisar o cotidiano dos imigrantes italianos desde sua chegada na região do Planalto, que se deu no final do século XIX, e mais intensamente no início do século XX. Portanto, priorizamos as fontes orais e os valorosos trabalhos de Ismael Vannini, Mário Maestri, Loraine Giron e Darci Zanolla.

Nosso objeto de estudo concentra-se nas relações entre as famílias, seus afazeres, lazer e religiosidade. Foram ouvidos filhos e netos descendentes de imigrantes italianos, situados na faixa etária que varia de 70 a 94 anos de idade.

Cotidiano e lazer na Região Colonial Italiana

Os colonos eram acostumados desde pequenos a trabalhar. No entanto, encontramos relatos que identificam momentos de lazer entre os descendentes de italianos na região do Planalto Médio. As festas religiosas, as corridas de cavalos, os jogos de bocha, os rituais de passagem e o futebol marcaram muitos dos finais de semana dessas comunidades. Nessas ocasiões havia comunicação e troca de experiências entre os colonos e seus familiares.

1 Historiador, mestre pela Universidade de Passo Fundo, doutorando pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, autor de *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes* [1532-2004]. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

² GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Parlenda, 1994. p. 29.

O trabalho era a prioridade. No entanto, as pessoas buscavam divertir-se e descontraírem-se mesmo trabalhando. Os mutirões quase sempre acabavam com comes e bebes, danças e muitos risos. Muita canja de galinha (*brodo*) foi tomada por ocasião dos aniversários.

As festas comunitárias eram aguardadas com ansiedade. Na oportunidade, as pessoas se encontravam cada qual com suas intenções. Os casados e os mais vividos queriam conversar, matar a saudade, cantar. Por sua vez, os mais jovens dedicavam-se aos jogos, danças, namoro, etc.

Muito trabalho, pouco lazer

A chegada dos colonizadores foi marcada pela dificuldade e pelo trabalho. Praticamente tudo estava por fazer. Os colonos tiveram que abrir as primeiras “picadas”, derrubar o mato e construir suas casas. Mais tarde foram construídas as primeiras igrejas, escolas e salões. Na verdade, o lazer era atividade secundária, mas quando existia, acontecia, sobretudo, nas sedes dos povoados.

Conforme Ismael Vannini, “a derrubada da mata para dar lugar às plantas e às habitações era feita a machado. Na ausência de serras mais aprimoradas, as grandes toras da araucária eram lascadas, produzindo as *tole de spaco*, matéria-prima de uma arquitetura rudimentar”.³

Percebemos que o trabalho foi a essência no cotidiano dos primeiros colonos. Mas não só de trabalho vivia o homem. Trabalhava, rezava e divertia-se. A oração e a diversão ajudaram a enfrentar a dura realidade encontrada na região. Distante do povoado, as capelas tornaram-se ponto de encontro comunitário, sobretudo aos domingos.

Ao tratar do papel da Igreja na Região Colonial Italiana, Loraine assinalou que “os colonos construíam as ‘capelas’ em sistema de mutirão, trabalhando aos domingos. Um oferecia o terreno (sem a respectiva escritura), outro os pinheiros, outros as pedras, e em pouco tempo a construção estava concluída”.⁴

Havia forte ligação entre a religião e o lazer. Nas capelas, linhas e povoados a presença da igreja regravava a vida das pessoas. Na verdade, o dia-a-dia dos homens e mulheres estava ligado de uma forma ou de outra pela programação religiosa. Além do conforto espiritual, as missas serviam de pretexto para sair de casa, usar uma roupa diferente, ou seja, sair da rotina de trabalho que se repetia dia após dia.

Ao tratar da criança e jovem *oriundi* na terra do café, Bassanezi e Scott relatam que “as fotos e os documentos registram muito pouco sobre o mundo do lazer, dos folguedos, dos brinquedos e

³ VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS: Vanini (1906-1970)*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 123.

⁴ GIRON. *As sombras do [...]*. Op. cit. p. 53.

brincadeiras”. As lembranças “demonstram que, na vida, em geral bastante dura, que levavam os pequenos *oriundi* pobres, havia espaço – para uns mais, para outros menos – para brincadeiras e lazer”.⁵

Não era diferente na região colonial italiana no Rio Grande do Sul. Praticamente não encontramos registros sobre o lazer. As recordações são ricas em relatos sobre brincadeiras entre famílias, nas comunidades, mas sempre em segundo plano. Primeiro vinha o trabalho.

Nos povoados ou sedes das comunidades ocorriam os encontros, sobretudo, as festas religiosas, casamentos, procissões, etc. As festas programadas eram aguardadas com ansiedade. Os acontecimentos esporádicos como os casamentos quebravam a rotina das comunidades especialmente das famílias envolvidas. Trabalhavam dias e dias preparando os comes e bebes servidos nas cerimônias.

Casamentos

Para que ocorresse o casamento, havia a necessidade de um bom namoro. Essa era a regra. Segundo Vannini, “em uma sociedade camponesa cristã de molde patriarcal como a ítalo-gaúcha, o namoro deveria respeitar a moral e a boa conduta”.⁶ Geralmente os rapazes e moças encontravam-se nas festas e nos bailes. Começava o namoro, fase que antecedia ao noivado, concluindo-se com o matrimônio.

Durante o namoro existia profundo respeito entre os casais. A distância física limitava o conhecimento do corpo do outro. Segundo as normas religiosas, os namorados deviam manter-se castos até o casamento. Todo contato físico era tido como pecado. Sexo antes do casamento, nem pensar. Aliás, só no pensamento.

Para Arlindo Itacir Battistel, o beijo era considerado pecado. Era escandaloso namorados beijarem-se. Principalmente as moças deveriam zelar para não se desmoralizarem moralmente, com comportamentos inconvenientes.⁷

No namoro o homem passava a freqüentar a casa da pretendente somente com o consentimento do pai desta. Nas primeiras décadas do século XX, o namoro era com a presença dos pais, principalmente da mãe da moça, que era uma espécie de garçonne, servindo chimarrão e doces aos pretendentes. Os encontros aconteciam principalmente ao domingo à tarde. Não podia prolongar-se após a meia-noite.

⁵ BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo e SCOTT, Ana Silvia Volpi. Criança e jovem *oriundi* na terra do café, no final do século XIX e início do século XX. In BASSANEZI, M. S. C. B. Família e força de trabalho no colonato. Subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. **Textos Nepo** 8. Campinas, NEPO/UNICAMP, 1986.

⁶ VANNINI. *O sexo, o vinho [...]*. Op. cit. p. 179.

⁷ BATTISTEL, Arlindo Itacir. Colônia italiana religião e costumes. P. 28. In VANNINI. *O sexo, o vinho [...]*. Op. cit. p. 157.

Nas sedes paroquiais, as missas aconteciam principalmente no domingo pela parte da manhã. Muitos jovens conheceram seus pretendentes nestes eventos religiosos. Entre uma ladainha e outra, cruzavam-se os olhares e começava o relacionamento. Devido a escassez de padres, nas linhas, capelas e povoados, as missas ocorriam quando o sacerdote visitava a região. Nestas ocasiões realizavam-se os casamentos, batizados, etc.

Interromper um namoro que começara há algum tempo não era triste só para os interessados. Os pais da moça também ficavam abatidos e decepcionados. Uma moça que trocava de namorado era tida como moça ‘falada’. Não raro encontramos casais que se conheceram, namoraram e casaram-se. Na realidade, não sabemos se os cônjuges efetivaram o casamento em nome do amor ou se casavam para honrar um compromisso assumido. A afinidade sexual acontecia com o decorrer do casamento. Caso contrário, só poderia haver acomodação da situação, visto que era vergonhoso separar-se.

Quanto ao noivado, não poderia ser muito longo. A moça só visitava os futuros sogros um ou dois meses antes do casamento. Na ocasião, as noivas conheciam o lugar onde iriam morar após o casamento.

Encontramos depoimentos que revelam a decepção das moças ao ver a realidade da propriedade do noivo, muito diferente da imagem descrita pelo pretendente. Na tentativa de ganhar a confiança dos pais da noiva e desta principalmente, o noivo valorizava os bens que possuía. A noiva ao ver a dura realidade ficava decepcionada, mas não poderia voltar atrás.

Na zona colonial italiana do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, a família da noiva responsabilizava-se pelo dote. A moça levava para a futura residência as roupas de cama, as roupas individuais e alguns pertences. As famílias mais abastadas davam para a filha que ia se casar a máquina de costura. Também poderia receber uma novilha ou vaca para fornecer leite e uma porca para ‘começar’ a primeira criação de suínos.

Devido à ausência de salões para festas, a comemoração dos casamentos era realizada na casa de um dos cônjuges. Normalmente, aquele que possuía mais condições materiais. Os noivos e os convidados dirigiam-se para a igreja e para o cartório civil a cavalo ou de carroça puxada por mulas. Os que moravam mais próximo iam a pé. A festa durava dois ou três dias. Dependia das condições das famílias. Nessas ocasiões, tomava-se muito vinho. A alimentação era preparada com antecedência. As mães, irmãs, cunhadas, vizinhas passavam a semana cozinhando amendoim, bolachas, bolinhos, doces, pão, rapadura, e outros. O churrasco não podia faltar. O almoço principal ocorria no sábado. No entanto, como alguns dos convidados vinham de longe, a festa continuava no domingo.

Algumas famílias encontraram uma alternativa para economizar nas festas. Casavam dois filhos no mesmo dia. Pelo menos alguns dos convidados participavam de dois casamentos e davam menos gastos com a comida. Vários casamentos no mesmo dia também podem ser atribuídos à falta de padres na região. As visitas dos sacerdotes eram mais espaçadas.

A regra geral era casar virgem. No entanto, muitas moças carregavam no ventre parte do dote. Moça grávida não podia casar vestida de roupa branca, nem véu e grinalda. Mas só acontecia quando era descoberto. Na maioria das vezes, o ‘segredo’ só era desvendado por ocasião do nascimento do primeiro filho. “O caráter central do casamento, a valorização dos filhos, os laços familiares intercomunitários, etc. determinavam que o matrimônio do pai da criança fosse a solução quase natural à gravidez de uma jovem solteira, o que permitia dar à luz um filho legítimo. Esses saudáveis primogênitos ‘prematureos’ eram designados como *setemins*”.⁸

Nos primeiros dias após o casamento, a mãe da noiva visitava a nova residência de sua filha e levava como presente uma galinha, dependendo da época, uma galinha choca com pintos. Era consenso que após o casamento logo viria a primeira gravidez. As senhoras afirmavam: “questa quá te fará bene piui a vanti”. Na verdade, as mães já estavam preparando a moça para a vinda de um novo membro. As mulheres que davam a luz costumavam alimentar-se de canja de galinha nas primeiras semanas após o parto.

A adaptação aos novos costumes demorava um certo tempo. Muita coisa mudava na vida da mulher recém casada. A ausência dos pais, o trabalho, os hábitos, tudo acontecia num só momento. A convivência com a sogra, cunhados e cunhadas nem sempre foi amistosa. Os relatos confirmam que para a moça casar significava amar também na dor.

A entrada de um novo membro para as famílias da época significava mais uma boca para alimentar, mas também, mais um braço para a lavoura. Lembramos que o ingresso de uma pessoa estranha à família era positivo devido à experiência acumulada que ela levava. Muitas receitas de pão,ucas, novos pratos, novas sementes, novos costumes eram introduzidos na família do noivo pela noiva. Nem sempre as sugestões da noiva eram bem vindas principalmente quando aumentavam as despesas da casa.

Encontramos casos em que a chegada da mulher recém casada na futura família alterou os hábitos de higiene na casa. As roupas de cama passaram a serem lavadas semanalmente, quando antes eram lavadas mensalmente. “*Questa dona me frua tuto el saon*”. Os pais do filho recém casado recomendavam que orientasse a sua esposa para fazer economia, principalmente na comida e na limpeza. “*Se lá dona non tiene de conto, non adianta ti lavorare*”.

⁸ VANNINI. *O sexo, o vinho [...]*. Op. cit. p. 114.

A experiência da mulher que entrava no seio da nova família era fundamental para o aprimoramento de atividades que pela rotina tornavam-se estagnadas. Novos chás, remédios caseiros, receitas, novas variedades de parreiras, hortaliças, novas fórmulas para fazer sabão, salame, e outros. Às vezes, a nova família recebia costureiras, bordadeiras, moças que tinham outras habilidades. O contrário também acontecia. As moças que entravam numa casa que tinha hábitos diferentes, com o tempo, transmitiam o conhecimento adquirido aos seus pais e irmãos. Ensinavam como trabalhar, construir, proceder com animais, etc.

As festas religiosas

A religião influenciava na rotina das famílias na zona colonial italiana. As festas religiosas aconteciam periodicamente e reuniam toda a comunidade. Era a oportunidade de se encontrar e de trocar informações, contar as novidades, apresentar os novos membros da família, encontrar pretendentes, acertar as contas.

As festas duravam vários dias. Eram realizadas as procissões culminando com missas ou cultos. Os eventos serviam para ‘renovar’ a fé e perpetuar o domínio da religião. Muitos casamentos eram realizados nas festas, visto que, na oportunidade o sacerdote se fazia presente. Após a reza, jogava-se cartas, bochas, *mora*, eram realizadas corridas de cavalos e, mais recentemente, jogava-se futebol.

Aos domingos ou dias de festa e viagens usavam-se roupas um pouco melhores. Eram feitas de brim especial, melhor. Os mais abastados tinham um terno (fatiota) de casemira preta ou de cor escura. Os homens não podiam freqüentar a igreja ou outro evento importante sem usar o casaco. As mulheres usavam vestidos de chita estampada. A saia descia obrigatoriamente até o meio da canela. Os vestidos, às vezes, eram longos até os tornozelos. As mangas iam até abaixo do cotovelo. Os meninos usavam calça curta com suspensórios (*le tirache*), em geral do mesmo tecido.⁹

Muitos acertos de contas aconteciam nas festas. As desavenças e rugas entre vizinhos acabavam sendo resolvidas no local. O acentuado consumo de bebidas alcoólicas alterava os ânimos e tudo era resolvido ‘no tapa’. Não raro, aconteceram mortes que marcaram a história de algumas comunidades.

A violência também era motivada por posições ideológicas. O próprio Estado “vivia em contínuas revoluções e conflitos políticos, que tinham suas amargas conseqüências também no interior. Apontamos aqui as revoluções de 1923, 1930 e 1932. Todas elas, por onde passaram,

⁹ Cf. ZANOLLA, Darcy. [Org.]. *Água Santa: raízes e história de uma comunidade (1943-1993)*. Água Santa: Gráfica Editora UPF, 1994. p.50-1.

deixaram a marca da violência. Muitos agricultores participavam obrigados e ou outros se refugiavam por semanas e meses no interior dos matos”.¹⁰

Nas festas comunitárias a alimentação era preparada pelas senhoras da comunidade. Sempre havia aquelas que se destacavam como especialistas em algum tipo de prato. O churrasco era o prato principal. A bebida preferida era o vinho. Na realidade, este abundava na região. Na maioria das casas havia parreirais, assim sendo, não faltava vinho, nem ocasião para bebê-lo.

Trabalhos na roça

No início da colonização havia muito mato. Eram feitas as derrubadas das árvores e retirava-se a madeira. Os galhos e folhas eram queimados e, no ano seguinte, as terras eram lavradas com arado de tração animal, puxado por burros, mulas e bois.

O milho e o feijão eram plantados com o sacho (bastão de madeira com a ponta revestida com metal). Para os colonos italianos era “*el sponchon*”. O trigo era semeado, incorporado à terra com arado ou grade.

Para os afazeres da roça, as mulheres usavam proteção para os braços e pernas – *le gambare*. Essas proteções eram presas ou fixadas por um elástico. Para economizar tecido, as senhoras utilizavam as pernas das calças usadas pelos maridos para confeccionar *le gambare*. Os homens vestiam camisa e calça de tecido grosseiro. Quando rasgavam, eram remendadas. Segundo as senhoras entrevistadas, muitas vezes não se conseguia distinguir o tecido original da calça devido a grande quantidade de remendos.

Havia muita solidariedade entre as famílias. Os agricultores trocavam dias de serviço para plantar e colher. Muitas vezes, o mutirão era feito aos sábados. Ao meio dia havia churrasco de leitão ou ovelha. Não raro, terminava o dia com dança.

Por ocasião do plantio ou colheita do trigo, o trabalho na roça começava de madrugada. A esposa, quando ia para a roça, levava o café. Era a primeira refeição de quem estava trabalhando há algumas horas. Servia-se café com leite, polenta, salame, queijo, nata, bolacha, geléias, etc. Mesmo entre os colonos mais pobres, a dieta alimentar não era precária. Polenta, queijo e *radichi* não faltavam na mesa. O momento do café, tomado na roça, tinha uma conotação especial. Era um encontro, onde falava-se da colheita, das perspectivas, dos problemas da família e também dos vizinhos.

A mulher agricultora fazia todos os trabalhos da casa, cuidava dos animais domésticos e, ainda acompanhava o marido na roça. Esta saga era diária, também quando estava grávida. Às

¹⁰ Id. ib. p. 57.

vezes, trabalhava até na última semana da gestação. O homem raramente ajudava a mulher nos afazeres domésticos.

À mulher cabia igualmente um papel essencial e único na economia familiar colonial: de reprodutora biológica da unidade familiar, uma função, salvo engano, ainda não objeto de estudos sistemáticos no relativo à imigração colonial no sul do Brasil. Em todas essas tarefas, a mulher encontrava-se sob a autoridade indiscutida do marido.¹¹

Quando um casal tinha filhos, a mulher levava os mesmos junto para a roça. Colocava-os dentro de um cesto ou em cima de panos ou pelegos, à sombra de uma árvore ou dos pés de milho. A partir dos seis ou sete anos as crianças começavam a trabalhar. A mãe retornava para casa um pouco antes do meio-dia para preparar o almoço. Após o almoço, jantar e aos domingos, a mulher aproveitava o tempo para lavar e passar roupa.

Cotidiano

Na verdade, a jornada de trabalho duro era amenizada com cantigas e anedotas. “Muitas vezes as famílias, quando estavam na roça, cantavam e os vizinhos respondiam cantando também”.¹² Pela parte da noite havia o costume de fazer “*filó*” ou *serão*. Uma ou mais famílias visitava a família vizinha. “Os homens jogavam cartas. As mulheres conversavam ou tomavam chimarrão, comiam pipocas, amendoim e ‘*grostolli*’ [espécie de bolo frito]. No inverno comiam pinhão e batata doce. As crianças brincavam no pátio da casa, principalmente em noite de luar”.¹³

Os *serões* ou ‘*filós*’ serviam para reforçar os laços entre as famílias. Na ocasião, as pessoas trocavam experiências, descontraíam-se e, também cultivavam as tradições que os antepassados haviam trazido da Europa. Muitas verdades e fantasias eram compartilhadas.

Havia também as visitas surpresas. Os motivos eram os mais variados, ou seja, aniversários, comemoração do fim da colheita, homenagem a familiares, entre outros. Na ocasião tomava-se o ‘*brodo*’. O ‘*brodo*’ era a canja de galinha temperada com queijo ralado. Depois era servida a carne ‘*lessa*’, ou seja, a carne da galinha utilizada para fazer a canja. Quando havia um colono sovina na comunidade, os vizinhos encarregavam-se de furtar-lhe as galinhas e ‘presentear-lo’ com o ‘*brodo*’. É claro que o homenageado desconfiava que havia sido enganando. Mas depois das galinhas mortas..., não restava alternativa, senão participar da festa com bom humor.

Na época da vindima, os colonos faziam o *serão* para tomar vinho doce e comer ‘*sugo*’, creme feito com suco da uva.

¹¹ VANNINI. *O sexo, o vinho [...]*. Op. cit. p. 97.

¹² ZANOLLA. *Água Santa [...]*. Op. cit. p.53.

¹³ Id. ib. p. 52

Outro costume muito difundido entre os colonos era o de presentear as famílias vizinhas com pedaço de carne, ou salame, ou torresmo, por ocasião da carneação de suínos. Encontramos relatos da existência de famílias bondosas que trocavam alimentos como: as primeiras ervilhas colhidas, tomates, pepinos, feijão, vagens, as primeiras frutas, etc. O costume era reforçado se sabiam da existência de uma mulher grávida por perto. Lá iam as senhoras com as ‘*esportas*’ cheias de guloseimas (frutas, geléias, marmeladas, melado, rapadura).

A família

O chefe da família era o pai. A mulher era totalmente controlada pelo marido. Falava sempre depois e devia obediência cega a ele. O homem, chefe da casa, era chamado de senhor. As gerações que sucederam aos primeiros colonizadores foram perdendo esta característica.

A esposa e as famílias eram ouvidas na hora dos grandes negócios ou quando passavam a enfrentar grandes problemas. A posse e administração do dinheiro eram exclusivas do marido. Geralmente, a mulher não ficava sabendo da situação financeira da família. Quando precisasse de dinheiro tinha que pedir ao marido.

Segundo Vannini, “os valores cristãos apoiavam a submissão da família – a mais importante célula econômica colonial – à autoridade patriarcal. O modelo de família patriarcal de produção era sustentado pelo discurso cristão. A família unida, submetida ao patriarca, significava continuidade e sucesso da empresa colonial”.¹⁴

Os filhos não podiam responder aos pais, nem deveriam intrometer-se na conversa dos adultos ou ficar presentes quando havia visitas. Nas refeições, quando havia visitas, os filhos menores comiam na cozinha e os maiores não deviam falar a não ser quando solicitados. Os filhos eram ensinados a tratar os pais e demais pessoas por senhor, especialmente os idosos. Deviam saudar as pessoas, mesmo as desconhecidas, além de pedir licença aos pais para tudo.

GLOSSÁRIO¹⁵

Brodo: canja de galinha temperada com queijo e servida em xícaras.

Esporta: espécie de sacola feita com tranças de palha de trigo. Servia para guardar e transportar pequenos objetos.

¹⁴ VANNINI. *O sexo, o vinho [...]*. Op. cit. p. 110.

¹⁵ Palavras encontradas na fala dos entrevistados com seus respectivos significados.

Filó: passeio feito à noite na casa de um vizinho. Poderia envolver jogos, comes e bebes, danças, etc. A palavra também é empregada para designar a jornada de trabalho noturna.

Gambare: proteção para braços e pernas. Era usada pelas mulheres quando trabalhavam na roça e na horta. Protegia dos espinhos, insetos, etc. Feitas de tecido, podendo ser a perna da calça dos homens.

Grostolli: bolinho de farinha de trigo frito na banha. Conhecido também como calça virada.

Lessa: carne de galinha ou de gado cozida na água que serviu para fazer a canja.

Oriundi: oriundo.

Setemins: bebês nascidos prematuros, com sete meses de gestação.

Spaco: quebrar, lascar.

Sponchon: instrumento agrícola usado para plantar grãos. Era um bastão com uma das pontas mais fina, revestida por uma estrutura de metal que facilitava a penetração na terra.

Sugo: creme feito com o suco da uva.

Tirache: suspensório. Utilizado para sustentar no corpo as calças ou bermudas.

Tole: tábuas.

Referências Bibliográficas

BASSANEZI, M. S. C. B. **Família e força de trabalho no colonato. Subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Textos Nepo 8.** Campinas, NEPO/UNICAMP, 1986.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Parlenda, 1994.

VANNINI, Ismael Antônio. **O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS: Vanini (1906-1970).** Passo Fundo: UPF, 2003.

ZANOLLA, Darcy. [Org.]. **Água Santa: raízes e história de uma comunidade (1943-1993).** Água Santa: Gráfica Editora UPF, 1994.

Entrevistas:

A. C. – Ibiaçá

D. F. – Tapejara

D. Z. – Água Santa

E. G. – Charrua

H. A. – Tapejara

J. A. – Tapejara

L. F. – Tapejara

L. M. – Charrua
L. M. – Erechim
L. T. M. F. – Tapejara
M. F. – Tapejara
M. P. – Água Santa
P. M. M. – Charrua
R. B. – Tapejara
T. A. – Tapejara
T. C. – Ibiaçá
T. F. – Ibiaçá

FESTAS DE “FAMÍLIA”: GENEALOGIAS E MEMÓRIA PATRIMONIAL IMATERIAL

João Carlos Tedesco¹

Esse estudo faz parte de um projeto de pesquisa sobre memória de grupos coletivos na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, o qual discute, principalmente, sobre festas genealógicas (“de famílias”). Nesse contexto festivo, queremos entender qual o papel da memória étnica, sua racionalidade e sua simbologia, sua mística e sua ritualidade.

1- A festa da memória

A função da memória é conservar, através das lembranças e dos *esquecimentos*, o passado do indivíduo da forma mais apropriada e mais fiel. Ribeiro afirma que “A memória da festa é um dado essencial na fixação de conhecimentos que ali são aprendidos, experimentados e fruídos. E o que, de certo modo, assegura a sua repetição. É lembrada na memória e antecipada na imaginação”.²

Ao conservar certas informações, remetemos um conjunto de funções psíquicas através das quais conservamos e atualizamos informações passadas. O “processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desse vestígio”.³ Muitos autores já disseram que falar de memória é evocar o esquecimento, os silêncios, os não-ditos, os excluídos, o dizível e o indizível, revelar resistências silenciosas, etc.

Ribeiro salienta que no contexto da festividade acontecem atividades e rituais que unem os nós da tessitura festiva.⁴ O incentivo, a oportunidade desse “conjunto festivo-ritual possui dimensões ou aspectos que vão desde os ecológicos e históricos até os estéticos ou religiosos, passando pelos políticos, sociais ou simbólicos, formam um feixe de relações capazes de converter a experiência festiva em situação de aprendizagem”.⁵

As comemorações, os monumentos de memória auxiliam, bem ou mal, na formação de uma identidade individual, no sentido coletivo de pertencimento. A memória patrimonial passou a ser entendida e relacionada como a seleção e atribuição de determinados valores que passam a se tornar representação

¹ Professor do Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo

² RIBEIRO, C. M. P. J. *Festa & identidade: como se fez a Festa da Uva*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, p. 41.

³ LE GOFF, J. *Memória*. Lisboa: Einaudi, 1984, p.12.

⁴ RIBEIRO, op., cit. p. 44.

⁵ Idem.

social e histórica, isto é, uma imagem presente, e algo ausente ou distante. Seu valor está em representar a identidade de determinado grupo, cidade, nação, etnia, agrupamento cultural, de determinado evento, ou período histórico ao qual pertenceu.

Malgrado sua complexidade tipológica, suas múltiplas manifestações e significados histórico-culturais, antropológicos, religiosos, profanos, etc., é possível dizer que as *festas* podem aproximar o homem a dimensões *divinas*, podem colaborar para *afastá-lo*, correlacioná-lo ao irracional, ao simbólico, a representações coletivas, dentre outras, porém, em geral, as várias instâncias práticas e simbólicas das mesmas estão em estreita vinculação como o trabalho e com o ócio, carregadas de subjetividade e alegria; podem agregar ou separar ambas dimensões, serem públicas ou privadas, oficiais, informais e populares, comunitárias ou familiares.

As festas possuem correlações com tempos sociais, coletivos, particulares, lineares, cíclicos (safras, calendário, relógio...); expressam a multiplicidade de experiências do homem com o tempo, com o espaço, com os fatos, com o extraordinário, com a natureza humana (vida, morte...), com ideologias e visões de mundo, com a história do homem e sua construção social, com a vida em sociedade, com saberes, fazeres e afazeres, com a natureza, etc.⁶

Rituais de celebrações religiosas, míticas, cerimônias oficiais, de memória objetual e de lembrança; comilanças, canções, genealogias, desfiles, etc., alimentam as festas. A experiência e a aprendizagem das festas estão alimentadas, em geral, por condições de prazer, pela anormalidade, pelo não-cotidiano (porém, não se desloca e nem se distancia, em significados ritualísticos e objetais, do mesmo), pelo tempo, espaço e atividade de alegria, da dramatização, da surpresa, da previsibilidade, da transgressão, da fruição (consumo, imagens, contatos, alegria, divertimento...), da imaginação, da repetição como inovação/expectativa, do tamanho (número de participantes), dos inúmeros dispositivos simbólicos (espaço adequado, limpeza, enfeites, bebida, gastronomia, música...), do social e sociabilidade, da participação e partilha, igualdade e diferença (poder, hierarquia econômica...), etc.

A festa agrega patrimônios, aliás, sua expressão *tradicional*, lhe dá esse caráter. Seus horizontes simbólicos são *carregados* de significados, em geral, coletivos e que produzem e reproduzem, em meio e através de objetos, dimensões imateriais, ou, como alguns analistas preferem chamar de intangíveis.⁷

⁶ Ver VALERI, V. Festa. In: *Religião – rito*. Porto: Casa da Moeda, 1994, v. 3, p. 402-414; também, RIBEIRO, C. M. P. J. *Festa & identidade...*

⁷ Ver FONSECA, M. C. L. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-

Não é nosso objetivo fazer apanhados históricos e analíticos sobre a festa; não teríamos a mínima condição possível para isso. Nosso intento é apenas e, de uma forma simples e sintética, pontuar alguns aspectos de festas que têm conotação étnica no momento atual, no caso de cunho étnico-cultural e familiar de origem italiana.

2 - Festejos étnicos

A partir dos anos 80, mas com intensidade a partir da década de 1990, percebemos que tem havido, na região colonial, principalmente na região da chamada Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, uma intensa dinâmica de festejos étnicos, considerados de *cultura italiana*. Há, sem dúvida, um fenômeno festivo que se alimenta por dimensões étnico-culturais de forma mais informal, ou mais institucionalizada; mais comunitária, ou mais familiar (de grupos parentais e de pequenos municípios), dentre outras esferas.

Percebemos e, isso nos motivou para o estudo, de que há uma intensa expressão ritualística na forma de festejos nos quais estão presentes, em geral, formas lingüísticas dialetais (comumente de influência do norte e nordeste da Itália), de costumes culinários, vestimentas, enfeites, coloridos, objetos, atividades presentes e passadas em correlação com a cultura considerada *italiana*; desfiles, músicas, comilanças, concursos, feiras; identificações de modalidades, evocação de atos passados vividos pelos imigrantes e seus descendentes, com tentativas de reconstituição; formas de vividos, regramentos sociais, familiares, morais e religiosos; festas de cunho parental com árvores genealógicas ampliadas, porém, em geral, temporalmente limitadas pelo ato e momento da emigração (uma árvore em que as raízes não são tão profundas, “estão mais por cima e são mais fáceis de derrubar também”, como nos disse um organizador de uma dessas festas de família).

A reconstrução das identidades é fruto do confronto do velho com o novo, num processo constante de reelaboração dos critérios de autovalidação pública dos indivíduos, de sua situação social, das transformações conjunturais, do cotidiano vivido por indivíduos e grupos sociais. É desse modo que entendemos que, na identidade e na memória, permeiam noções de construção, de seleção, de registro, de significados, de criação e de consciência subjetiva. A construção da memória é dinâmica, um esforço de significação, não só de seleção, mas de reinterpretação sucessiva do passado. Compreendemos que a

76. Ver, também, MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

imagem que o indivíduo tem de si mesmo é o produto de sua experiência social, de sua convivência com o meio e das formas de mediação simbólica dessas experiências. As lembranças formam-se na pessoa, na convivência com o social, no âmbito das relações formais e informais, pelas diversas comunicações lingüísticas e culturais. A identidade faz-se na vivência, na convivência, enfim, nas experiências vividas, rememoradas e armazenadas. As festas étnicas, nesse sentido, colaboram e muito para produzir, reproduzir e redefinir essa imagem.

As festas étnicas, ao mesmo tempo em que são carregadas de saudosismo, fechando-se em *seu tempo*, historicizam-se e centralizam-se pelo veio da cultura e da etnia, servem-se mercantilmente, do passado, ou seja, buscam-se apresentar e negociar objetos artesanais, utensílios para sua *função* ornamental, gastronomias “das nonas”, ou as “que a mãe fazia antigamente”, presentificam-se cenários e rituais através de desfiles, de feiras, de momentos de comilanças (como é o caso dos jantares italianos, em geral realizados em comunidades do meio rural para adaptar as fontes de matéria-prima gastronômicas com o cenário comum de seu desenvolvimento e vivido), bem como de formatos lingüísticos (dialetos, ou melhor, dialeto vêneto projetado e projetivo através do *talian*) que rastreados e simbolizados, que ganham *corpo*, respaldo e exigências nesses momentos festivos.

A memória cultural e étnica pode sofrer discontinuidades e, muitas tradições e eventos podem ser inventados, numa tentativa de estabelecer a continuidade do processo histórico, redefinindo e contemporizando para legitimar uma história desejada.⁸

É nesse sentido que a festividade, o comemorar, o reencontrar memórias vividas, exemplificam experiências temporais em interação, identidades valorizadas, porém, em geral, pouco historicizadas e contextualizadas.

É a partir de necessidades de ritos, símbolos e vivências de memórias coletivas que é possível imaginar uma ética e uma política de memória coletiva que têm, na experiência, nos vividos *vividos* ou inventados, sua mediação. Sabemos que em todas as culturas e as etnias existem sempre práticas mais ou menos ritualizadas com as quais cada grupo social ensina aos seus membros a arte da exteriorização/narração da memória.⁹

As narrações ritualísticas formam esquemas que permitem entender a realidade e auxiliam na produção da percepção do mundo. Nas festas étnicas e/ou de “famílias” narram-se tempos históricos,

⁸ LUCENA, C, T. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.

⁹ YEATS, F. *L'arte della memoria*. Torino: Einaudi, 1972.

percepções de mundos separados espacial e etnicamente por mais de um século, vivências reais, saudosistas e/ou nostálgicas. Intercâmbios culturais, mercantis, simbólicos (vínculos temporais e parentais, linguagens dialetais...), ideológicos e políticos, oficiais e/ou informais, são, em geral, promovidos nesses momentos públicos de festejos. Desse modo, as festas podem servir de tradição, tradução, acomodação, crítica e redefinição de horizontes culturais e étnicos.

É por isso que, ao tentar refletir algo sobre a questão da memória, da família e da etnia cultural que determinadas festas dimensionam, é muito mais do que buscar cruzar temporalidades; é perceber sujeitos e eventos que querem ser, ao seu modo, testemunho da história; é localizar, no tempo e no espaço, raízes e ações que o presente e o passado remoto desvalorizaram, como é o caso do parentesco, da consangüinidade, de compadrios, de famílias extensivas, de ressentimentos, de ações significativas no tempo. É nesse sentido que a memória faz referência a uma idéia de persistência ou reinvocação de uma realidade de uma maneira intacta e continua.¹⁰ A lembrança recoloca a esperança na capacidade de recuperar alguma coisa que se possuía, um tempo que se esqueceu.

3 - As festas genealógicas, “de família”

Entendemos que as festas genealógicas buscam transmitir, por meio de uma temporalidade, a priori definida (que, em geral, é o período pós-emigração do país de origem), identidade e singularidade de um corpo parental disperso multi-territorial, multi-cultural e multi-étnico. Entendemos que a genealogia pode expressar um rito histórico-cultural e temporal de agregação, de coletividade, de auto-representação étnica, de exaltação coletiva, mas que se produziu por feitos individuais (troncos que migraram), ou seja, seu caráter de exemplaridade, mas, acima de tudo, busca reativar e revalorizar a estrutura simbólica (não mais *prática*) do parentesco.¹¹

A família e, sua dimensão cíclica, se renova pelos nomes, pois está presente nesse processo a noção de transmissão e culto a uma tradição temporal e familiar, o domínio público da vida social e, em geral, econômica. Não há dúvida de que o nome/sobrenome possui uma valorização simbólica na dimensão étnica da cultura. É por isso que a memória da grande família (família-tronco) se apresenta como

¹⁰ JEDLOWSKI, P. Memória. In: *Rassegna Italiana di Sociologia*, XXXVIII, n 1, gen.-marz. 1997, pp. 135-146.

¹¹ Ver WOORTMANN, E. Árvore da memória. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, 1994, p. 113-131.

um complexo de referências simbólicas imaginadas na esfera da integração/desintegração, felicidade/desgosto, continuidade/descontinuidades, no encontro esporádico/distanciamento.¹²

Dito isso, vamos ver mais de perto alguns aspectos *funcionais*, as dimensões e rituais mais comuns, alguns dos possíveis significados e intenções das ditas “festas de família”.

Alguns rituais comuns

Nas festas que participamos sempre há um grupo que prepara, em geral, o do espaço hospedeiro. Porém, o início mesmo se realiza com o desejo de encontro manifesto publicamente por alguém de uma família, em geral considerada importante em termos públicos e/ou econômicos, que já possui um prévio levantamento feito de sua árvore genealógica.

É comum a presença de religiosos nessa primeira atividade, considerada por nós como de pesquisa das raízes do parentesco constituído a partir dos últimos anos do espaço de origem e por um tempo longo no espaço hospedeiro.

Todos os eventos que participamos, segundo pessoas presentes, as quais dialogamos, começou mais ou menos assim: “alguém lançou a idéia, alguém que já tinha feito de sua família, por interesse pessoal, pra saber de onde e de quem veio, pra saber para si, né. Daí lançou a idéia e outros foram se agregando [...], até que saiu. Hoje já conseguimos reunir mais de seiscentas pessoas, já se tornou obrigatória a festa da família”.¹³

Em geral, existem os *notáveis* das famílias que, ao que pudemos constatar, são religiosos (padres e freiras) e profissionais liberais bem-sucedidos (advogados, funcionários públicos), historiadores *dilettantes* e outros interessados que procuram obter cidadania italiana, daí, enveredaram pela pesquisa mais profunda dos ramos e troncos genealógicos. Porém, todos os organizadores entrevistados deram ênfase e importância ao “resgate do parentesco”, o qual é considerado por eles em decadência, principalmente no meio urbano. Pareceu-nos que a justificativa maior dos encontros gira em torno da necessidade de produzir rituais agregadores, ainda que de uma forma fragmentária e com uma temporalidade burocratizada e definida, de (re)valorização da dimensão prática e simbólica (talvez mais essa que aquela) do parentesco. Como o patrimônio imaterial do parentesco tem dificuldade em possuir

¹² WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

¹³ Entrevistado aleatório no momento de uma “festa de família” na cidade de Veranópolis - RS.

um *lugar* de memória, é interessante, para não perdê-lo, que se criem tempos e espaços para sua ritualização.

A presença de pessoas dedicadas ao campo religioso no seio do que podemos chamar de *família ampliada* apresentou-se como lugar comum em todas as festas que visitamos e, foram, em geral, esses que lançaram a idéia e conseguiram, com auxílio de conhecidos e de pessoas influentes e com condições (econômicas, de acesso a informática, a mídia e outras formas mais informais), uma maneira de viabilizar o primeiro encontro. Esse é o considerado mais difícil, “os outros vêm por consequência desse”.

Os rituais mais comuns presentes nos eventos presenciados são, então, a preparação (local apropriado, convite, confirmação, compra do ingresso e as formas de deslocamento) com o auxílio de recursos técnicos de informação e comunicação, a organização para o *deslocamento* em comitivas locais/regionais, a recepção e credenciamento (feitas em geral por jovens).

Logo após a recepção inicial no cenário e na oficialidade de presença, é contemplado um dos pontos altos do encontro que é a dimensão religiosa do evento (em geral, missa com a presença de um número significativo de padres e freiras, bem como participantes religiosos da Itália, em geral das regiões de origem da emigração). Nessa desenvolvem-se muitos rituais, além dos tradicionais do campo litúrgico, adaptados ao horizonte étnico, à exaltação da cultura, homenagens a pessoas mais idosas, informações acrescidas à composição da árvore genealógica, cantos e partes litúrgicas dialetais, comumente em vêneto.

A celebração litúrgica é por excelência uma mescla de rituais de dimensões históricas, do vivido cotidiano do passado, de ações e temporalidades marcantes. Os cantos e as encenações, bem como as rezas em dialeto e/ou em italiano gramatical (sendo essas compreendidas por um número reduzido de pessoas, “só os mais antigos sabem disso”, nos disse um jovem participante), são carregados de nostalgias, sentimentos de pertencimento, de vividos em sacrifício, porém, com superações – “e difícil a gente conseguir se segurar (não chorar) numa missa assim”.

Os objetos de memória, subjetiva e objetivamente, dependendo do contexto, dos grupos e significados em questão, possuem um poder evocativo, ao mesmo tempo em relação de reciprocidade. “Os objetos dão uma certeza que advém de sua materialidade, do fato que quando queremos relembrar eles estão prontos, como passivos recipientes da nossa projeção, das nossas interpretações dos eventos passados. Se pode, portanto, sublinhar que os objetos são dotados de um poder de memória que lhes rende significados. Esse poder, obviamente, não deriva do objeto enquanto tal, mas do fato que ele incorpora e projeta significados importantes para a pessoa que o adquiriu, recebeu ou encontrou, numa situação e/ou

contexto particulares que se quer recordar. É através desses objetos que se cria uma continuidade entre passado e presente, e através deles que se mantém viva a lembrança do passado”.¹⁴

É bom repetir que a celebração religiosa é a parte central da festa, pois é nesse momento que se fortalece o espírito da fé dos antepassados, o compromisso com a vida e a dimensão da crença religiosa, por isso é muito bem organizada, ritualizada em torno de símbolos étnicos, mesclados aos de cunho religioso. Como já dissemos, em geral na homilia, exalta-se o trabalho dos pioneiros, o sacrifício em meio as dificuldades e aos limites, dá-se muita ênfase à esfera familiar, produzem-se discursos críticos às formas modernas de vida principalmente no meio urbano, à desvalorização do parentesco, da memória dos nonos e dos bisnonos, dentre outras dimensões que a atualidade se mostra diferenciada, crítica e problemática.

A celebração eucarística é a celebração dos rituais históricos produtores de vividos e de nostalgias de antepassados; é o momento que mais marca e é expresso pela fala de participantes: “é o que vale a pena”, “uma missa dessas dá pra ficar dois meses depois sem precisar ir na missa”, “não conseguia me segurar sem chorar lembrando da nona, das encenações que foram feitas”, “a gente lembra de antigamente”, “isso é que vale a pena, vale a pena vir só pela missa”...

Após a celebração, há momentos para o intercâmbio e interconhecimento, para falas informais, encontros aleatórios. Esses são motivados, quando da apresentação geral feita no ato litúrgico pela identificação local/regional dos participantes, após visualizados, saudados com uma salva de palmas por todos.

Feita essa preliminar de contatos, é chegada a hora da refeição (almoço). Em geral, essa é feita no salão da comunidade e/ou bairro (paroquial). A organização dessa parte, nos últimos anos, segundo entrevistados, passou a ser terceirizada para reduzir o trabalho dos organizadores e permitir que os membros possam interagir com os demais e, “é o que dá mais trabalho e dor de cabeça”. Grupos locais, da própria paróquia e/ou comunidade, organizam o cenário e a gastronomia, orientados pelo grupo organizador do evento.

Em meio à comilança que, em geral, é muito farta e com gastronomia típica, “o mais tradicional possível eles querem” nos disse um dos responsáveis pela gastronomia (sopa de capeletti, pão, queijo, vinho, carnes de galinha e de gado, massas, saladas, temperos, doces, e outros), porém, em geral e, para melhor contentamento e redução de trabalho, é servido um farto churrasco de carne de bovina, suína e de aves; ouve-se músicas italianas em dialeto ou não, contam-se causos, piadas, apresentam-se pessoas,

¹⁴JEDLOWSKI, P. *Il senso del passato*. Milano: Angeli, 1991, p. 55.

prestam-se homenagens, exaltam-se determinados feitos econômicos ou religiosos de alguém, ou, então, apresentam-se e explicam-se as ampliações e a confecção da árvore genealógica (a qual, em geral, é produzida em uma folha e entregue para todos no ato de chegada e também no ato da saída para preenchimento e devolução com o intuito de ir aperfeiçoando e atualizando-a). Essa produção visual da pesquisa genealógica, ainda que seja resumida e com apenas os principais *ramos* que compõem a árvore, apresenta-se de fundamental importância, pois permite uma visão *estrutural* do parentesco, uma localização e identificação específica, além da dimensão de uma construção histórica de algo que pode ser caracterizado e simbolizado como *patrimônio* coletivo do grupo pertencente.

Ainda no cenário ritualístico da parte *profana* da festa, abrem-se espaços para o intercâmbio, para palavra livre, para “beber e conversar”, para a música e a dança típicas ou não (percebemos que, em geral, estão presentes músicas gauchescas em meio as italianas e dialetais, o que acaba, intencionalmente ou não, por refletir os horizontes de assimilação, identidade presente, contribuição étnica e cultural, também de italianos, etnias e culturas *abertas* às mudanças e aos contatos sociais e temporais...), para apresentação de algum grupo teatral ou de coreografia (em geral com crianças que ritualizam músicas de sucesso no presente e não necessariamente de etnia italiana), para exposição de alguns objetos expressivos de memória vividos e percebidos e significados por alguém, brasões de família (explicam-se esses), concursos de piadas em dialeto, cantos e jogos populares expressivos da etnia, da vida, em geral, do meio rural.

Não podemos esquecer isso, ou seja, o rural é a base, a fonte e a origem de todo o processo histórico e vivido do acervo considerado étnico, porém, em geral, manifestado em tom de arcaico, atrasado, ridicularizado pela ingenuidade na condução de alguns aspectos do cotidiano vivido. Vimos que as piadas representam e manifestam esse mundo dos limites, do atraso, porém, e isso é o mais importante, já foi superado, evoluído pelos frutos da modernidade técnica e da urbanização. Essa conotação preconceituosa colabora ainda mais para dicotomizar o colono e o cidadão e perder a perspectiva histórica em que as vivências culturais se constituem.

Desse modo, torna-se bem visível, em todas as festas que participamos, a forte presença e reconstituição simbólica objetual e de formas de vida do meio rural. As festas possuem forte dimensão agrarista, ou melhor, talvez, agrícola, da região colonial. É visível a existência e a confecção de um eixo que simboliza a vida camponesa (na família, na roça, na comunidade...) com seus utensílios e sua utilidade. A própria alimentação, os causos, as músicas, as piadas, a forma dialetal, outros rituais, mesmo

alguns litúrgicos, buscam expressar esse horizonte do vivido histórico. Exorciza-se trajetórias individuais e coletivas dos limites, do sacrifício, da fome... pela mesa farta e pela expressão ritual da abundância, da fertilidade, do progressismo, processos esses, em geral, desenvolvidos por cidadãos em espaços urbanos. O interessante disso é que tanto na dimensão dos rituais sagrados quanto nos *profanos*, essas representações do cenário rural se apresentam.

No momento do ofertório na celebração litúrgica são oferecidos produtos da terra, instrumentos de trabalho tradicionais (em geral, hoje, *disfuncionais*), frutos do trabalho na vida rural. Profano e sagrado se imbricam e se ritualizam em comunhão com a vida junto ao campo da produção rural e, essa, expressiva de forma camponesa, de vida simples, sem as técnicas atuais.

Acreditamos que esses elementos, no seu conjunto, expressam a memória da emoção em torno da saudade, dos símbolos que manifestam a coexistência temporal e espacial de tempos passados, valores, ideais, desejos de continuidade, ao mesmo de contraposição simbólica ao que a atualidade apresenta.¹⁵

A socialização de alguns significados possíveis

As festas de “família”, as homenagens presentes, em situações de recordação, costuram simbolicamente, objetos, discursos, tempo, espaços, fatos, etc, que manifestam trajetórias, mitos fundadores, valorizações de grupos, sobrenomes, etc. Alguém nos disse que “hoje os parentes se encontram ou quando morre alguém, ou em festa de casamento, nesse ainda olha lá, por isso esse tipo de encontro é uma forma de fazer frente a essa falta de contato entre a gente”. Refaz-se, com isso, a eficácia da simbologia do vivido, da saudade, do tempo e do espaço do trabalho e do não-trabalho, porém como fruto e culminância de uma re-atualização da sociabilidade comunitária, da consciência de que algo se esvaiu no e com o tempo principalmente os vínculos, a prática do parentesco.¹⁶

O sobrenome sobrevive a isso tudo, ou seja, às transformações; carrega simbologias de força, de resistência, de importância pública seja no campo econômico, ou em situações históricas marcantes, porém, necessita ser ritualizado, evocado, lembrado e valorizado por um coletivo que se identifica.

A festa em família, com seus rituais preparados, até quase institucionalizados, querem desenvolver horizontes públicos do sobrenome, de sociabilidades, engajamentos, viver o compadrio, responsabilidades históricas e hierarquias complementares, progresso e evolução social.

¹⁵ LUCENA, 1999, op., cit.

¹⁶ ECKERT, C. Saudade em festa e a ética da lembrança. In: *Estudos Feministas*, n. 1, 1997, pp. 182–192.

Nos primeiros tempos da colônia, a festa religiosa reconciliava as relações dos homens, seu trabalho, sua vida pessoal, as colheitas, os problemas cotidianos, etc., com o sobrenatural, o sagrado, com a tradição comunitária, mas, acima de tudo, religiosa – “festa sem o religioso, sem uma boa missa não era e não é festa, por isso que a missa vem ainda hoje sempre antes da carne, das comilanças; primeiro o lado espiritual, né, depois daí, sim, o lado material”.¹⁷ A festa fazia parte do horizonte da cultura local, da cultura de origem popular, a qual permitia inovar ritos, porém, sem perverter por completo a dimensão da repetição/tradição, do “sempre foi assim”, de algo que quer ser propriedade de grupo, de *forças* locais/regionais, que quer tornar-se patrimônio intangível e/ou imaterial.

Não há dúvidas de que as festas de “família” apresentam uma “estrutura de significados”¹⁸ carregada de nostalgia pessoal-grupal, intencionada em constituir, ainda que circunstancialmente, memória coletiva de uma família, replicada no tempo por gerações sucessivas; busca vivificar a memória individual na dimensão de uma coletiva, estruturar, nem que seja simbolicamente, o parentesco por meio de uma descendência, de uma árvore genealógica significando raízes (em geral encobertas!), troncos, galhos, ramos, brotos novos (esses, expressando preocupação pela sua *fragilidade* no tempo e em relação às coisas que o tempo presente apresenta!), folhas e galhos que se desprendem, sementes que, se bem cuidadas, podem gerar novas árvores, bem como se incorporar às já existentes.

Há, sem dúvida, a constituição de uma *família ampliada* que se interconhece nesse momento da festa, interage, se torna pública para o coletivo identitário em constituição. Intercambiam-se mundos visíveis e invisíveis, pois, além das dimensões da *família consanguínea*, da forte dimensão da família e do meio rural, do viés patriarcal, patrilinear e patrifocal da genealogia, é, também, um espaço e um esforço de legitimar novas situações de mobilidade social (muitos ao se referirem a nós quando da saudação diziam – “ah, você é o professor da faculdade”; não ouvimos ninguém dizer “ah, você é o agricultor tal”. Era mais comum ouvir “aquele lá é o...” fulano de tal que possui tal coisa de destaque – granja, funcionário graduado da empresa tal, foi prefeito de tal lugar - etc), diferenças entre velhos e novos ricos urbanos e os colonos, uma etno-história que nasce da imigração (colonização) e etno-memória temporal no/do Brasil (em geral, não se constituem linguagens ritualísticas expressivas da Itália dos emigrantes e dos que

¹⁷ Anotações de conversas informais numa das “festas de família” em Vila Lângaro e Serafina Corrêa - RS.

¹⁸ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ficaram). Ou melhor, o que queremos dizer é que se falam e se apresentam pouco simbolicamente das vicissitudes, das frustrações, da origem e da descendência.¹⁹

Já falamos que o sobrenome estabelece correlações com a dimensão pública, com a presença de uma história e uma temporalidade, que ao ser transmitida entre gerações, pode tornar-se patrimônio cultural, estrutura parental com valores, obrigações, reciprocidades, representações culturais, biológicas e morais. É por isso que as recordações de cunho étnico-cultural possibilitam radicar a existência no passado e reforçar a identidade presente, garantir o enraizamento espaço-temporal e dimensões trans e multi-temporais; podem produzir pertencimento social e cultural, redes simbólicas e memória de vivências coletivas.²⁰

Já falamos que o que nos chama a atenção ao analisar tanto as festas de “família” e as festas étnicas de espaços municipais, é a forte dimensão da apresentação de instrumentos de trabalho rural, os quais, pela sua substituição, ganham performance de objetos de memória, objetos esses que tinham conotação negativa e depreciada, passam a ser expressivos da memória do campo genealógico.

A memória genealógica nas festas de “família” não se encerra em seu sentido consanguíneo e de parentesco. Entendemos que “todas as sociedades ao longo de sua história de representação articula imagens e idéias de representação coletiva, através do qual constroem sua identidade. Articula-se, assim, todo um imaginário social que inclui uma visão sobre o passado, a construção de personagens-símbolos e a atribuição de valores, características e hábitos a povos que habitam uma determinada região”,²¹ por isso envolvem memórias compartilhadas, patrimônios coletivos, necessidade de reconhecimento social e cultural.

Considerações finais

Podemos concluir dizendo que as festas produzem um certo *familismo* no grupo participante em razão de sentimentos de pertencimento e de integração ainda que o grupo todo tenha um nível de interconhecimento muito incipiente, ramificados em múltiplos sobrenomes, culturas e etnias; é uma forma encontrada de enfrentamento à incipiente possibilidade de visita cotidiana que caracterizava as famílias nos tempos da colônia, à dispersão territorial do parentesco, à quase completa desvinculação simbólica que

¹⁹ WOORTMANN, E. Árvore da memória. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, 1994, p. 113–131.

²⁰ WOORTMANN, E. *Árvore da memória...*

²¹ PESAVENTO, S. J. Gaúcho: a integração do múltiplo. In: KERN, A. et al. *Rio Grande do Sul*. Continente múltiplo. Porto Alegre: Riocel, 1993, p. 17.

o parentesco exerce hoje principalmente entre as ramificações mais *distanciadas* da árvore e frente ao quase total desconhecimento da rede parental das gerações mais jovens;

- As festas transformam-se em momentos e oportunidades para unir tempos, espaços e pessoas desconhecidas e variadas; uma excelente oportunidade para valorizar idosos, relembrar vividos, correlacionar redes de parentesco (a pergunta *clássica* feita nos encontros é, em dialeto, “sito de qui ti”? – de quem você é? ou você descende de que ramo da árvore?), comparar tempos, fazer os mais jovens saberem algo do passado de seus nonos/bisnonos;

- Os encontros, também, servem para revalorizar o sobrenome, renovar e ampliar a *árvore*, agregar os *ramos novos* e os dispersos, compreender a base genealógica comum, dar maior publicização local/regional a um sobrenome;

- Os rituais desenvolvidos são considerados importantes para renovar a cultura, cultuar a esfera étnica considerada e centralizada na base da cultura dos descendentes de imigrantes;

- Tivemos a impressão que a modernização precisa fazer aparecer seu contraponto, ou seja, reconstituir processos tradicionais de vida, de trabalho, de condições de sociabilidade familiar e comunitária para se justificar, para aparecer; ou melhor, para se fazer existir; precisa cruzar temporalidades. O novo, o progressismo, só é expressivo se mostrar sua linearidade, sua evolução, mas para se fazer sentir, cultua formas tradicionais superadas pela mesma dinâmica que o memoriza; incrivelmente, na nossa forma de pensar, pujança e exaltação necessitam de seu contraponto.

- Ficamos com a impressão, também, da existência de uma intensa dimensão da memória afetiva e nostálgica desenvolvida nas festas, a qual possui uma eficácia simbólica capaz de produzir e transmitir significados ao coletivo e, ao mesmo tempo, permite sustentar o grupo, constituindo-se quase como que um *micro-monumento simbólico itinerante e mult-espacial* através do sobrenome/tronco familiar.

- No específico relacionado à cultura étnica, percebemos que há muito pouco conteúdo expressivo oralmente pelos idosos referentes a colônia-mãe, escassa identificação da comunidade com a pátria-mãe, porém há um certo pertencimento vêneto que se embasa na presença do componente familiar, do parentesco e da importância do fenômeno religiosos, de sua ideologização em torno do regramento da vida, porém do sentimento de culpa pelo desregramento efetivo existente do mesmo no seio familiar, individual e comunitário.

- Sabemos que as comemorações e os monumentos de memória podem auxiliar na formação de uma identidade individual, no sentido coletivo do *pertencimento*, enquanto testemunho concreto de um

passado pessoal e familiar.²² A memória patrimonial pode ser entendida e relacionada com a seleção e atribuição de determinados valores que passam a se tornar representação social e histórica, ou seja uma relação estabelecida entre um objeto material/simbólico ou imagem presente e algo ausente. Sua significação não está apenas nas suas características físicas e morfológicas, mas no que passará a representar, como a identidade de determinado grupo, cidade nação, etnia, agrupamento cultural, determinado evento, período histórico ao qual pertenceu.²³

- As lembranças culturais servem a um grupo ou a uma comunidade para radicar a sua própria existência no passado e fortalecer, desse modo, a identidade presente. Nesse sentido, a construção que o presente faz do passado passa a ser importante. Na análise de Eckcert²⁴, a disposição em transmitir aos filhos e netos o prenome e o nome de família não satisfaz apenas a um culto de uma tradição familiar, mas está também diretamente referida à inserção da família em sociedade. É através do sobrenome que se estabelece a relação da família com o domínio público da vida social. Porém o trabalho coliga-se com a dimensão histórica do nome. A esfera do trabalho (sacrifício, o ganho econômico e a redenção social como decorrentes deste), da mobilidade espacial, da vida familiar, do progressismo e dos vínculos comunitários envolvendo neste âmbito a dimensão religiosa, solidária e parental, criaram uma espécie de pré-destinação étnica para a modernidade produtiva e econômica que se implantava no país.

- Os eventos necessitam de narração, do re-contar. A presença das pessoas nas festas de “famílias”, as gerações diferentes, os vínculos sociais, econômicos e políticos diferenciados, narram processos sociais e temporalidades que, ainda que dispersas, possuem significados aproximativos, dimensões temporais ainda que não explícitas, transformam-se em eventos de memória coletiva.

- A festa nasce motivada pelo desejo da sociabilidade realimentando o trabalho de memória coletiva, num jogo de reciprocidade pertencente a um tempo cíclico. É desse modo que em vez de ser assediada pelas lembranças e petrificações por signos preservados, a memória se abre à temporalidade presente para romper os riscos de sua mórbida permanência.²⁵ É desse modo que se torna inevitável que muitos objetos e locais permanecerão em ruínas, abandonados à natureza ou ao seu destino de resíduos.²⁶

- Não podemos deixar de dizer também que as festas de “família” representam um esforço e dinamismo de grupos em se constituir num *corpo* cultural e biológico consangüíneo ainda que muito

²²Ver na *Revista Ciências & Letras*, n. 31 e 32, Porto Alegre, 2001, vários textos sobre educação patrimonial.

²³LE GOFF, J. *Memoria...* op., cit.

²⁴ECKERT, C. Saudade em festa e a ética da lembrança. In: *Estudos Feministas*, n. 1, 1997, pp. 182–192.

²⁵JEUDY, H.P. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

²⁶Idem, p. 126.

distanciados do sentido prático e funcional do parentesco, o qual tinha muito a ver com a esfera da família, do trabalho, dos vínculos matrimoniais (propriedade da terra e das benfeitorias), da honra e da simbologia cultural (o qual passava a ser entendido na sua dimensão biológica) do sangue. Esforços são realizados por pequenos grupos que se propõem a organizá-las no sentido de que sejam expressivas “de origem”, ou seja, ainda que, no conjunto dos membros que participam, esteja presente a dimensão multi-cultural e multi-étnica, a *italianidade* se faça sentir e seja o ponto de convergência e dívida do presente para com o passado.

- Enfim, temos a consciência de que festas fazem parte da história social e cultural da humanidade; suas dimensões e significados mudam no decorrer do tempo; traduções e tradições culturais se mesclam e se significam no/com o tempo; surgem como necessidade de reprodução, inovação e transtemporalidade; buscam valorizar coisas e imagens e, com isso protegem e/ou evitam o perigo de sua destruição.²⁷ As festas, assim como toda a memória imaterial e/ou intangível, circula entre as dimensões de valor (significados atualizados e atrativos) e perigo (esfera da perda, da desagregação); compreender seus ritos, (re)atualizações e (re)ações numa dimensão histórico-cultural significa, também, contextualizá-las nas dinâmicas da própria sociedade que estão inseridas e que auxiliam enquanto grupo coletivo em seus quadros de memória.

Referências bibliográficas

ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ASSMANN, A. Ricordare. **Forme e mutamenti della memoria culturale**. Bologna: Il Mulino, 2001.

CHAGAS, M. C. **Patrimônio e memória**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n 31.

COLTRO, D. **Mondo contadino: società, lavoro, feste e riti agrari del lunario Veneto**. Venezia: Arsenale Editrice, 1982.

COSTA, R.; BATTISTEL, A. **Assim vivem os italianos. Vida, história, cantos, comidas e estórias**. V. 1, Porto Alegre: EDUCS/EST, 1982.

ECKERT, C. **Saudade em festa e a ética da lembrança**. In: Estudos Feministas, n. 1, 1997, pp. 182–192.
FONSECA, M. C. L. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

²⁷ ARANTES, A. A. (Org.). *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- GAGNEBIN, J. M. **Verdade e memória do passado**. Projeto História. São Paulo (17), nov. 1998.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GIOVANAZ, M. M. de A. **Ativista da preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Ciências & Letras. Porto Alegre, n 31.
- JEDLOWSKI, P. **Il senso del passato**. Milano: Angeli, 1991.
- _____. **Memoria**. Rassegna Italiana di Sociologia, XXXVIII, n 1, gen.-marz. 1997, p. 135-146.
- JEUDY, H.P. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- LE GOFF, J. **Documento/monumento**, In: Enciclopédia Einaudi. Torino: Einaudi, 1981.
- _____. **Memória**. Lisboa: Einaudi, 1984.
- LUCENA, C, T. **Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes**. Belo Horizonte: Arte e Ciência, 1999.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas**. In; Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, 1974.
- OLIVEN, R. G. **Patrimônio intangível: considerações iniciais**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.77-80, cit. p. 79.
- PESAVENTO, S. J. **Gaúcho: a integração do múltiplo**. In: KERN, A. et al. Rio Grande do Sul. Continente múltiplo. Porto Alegre: Riocel, 1993.
- PINTO, J. P. **Os muitos tempos da memória**. Projeto história, São Paulo, n. 17, 1998.
- POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998.
- RHODEN, L. F. **O patrimônio imaterial: algumas reflexões sobre o registro**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n 31.
- RIBEIRO, C. M. P. J. **Festa & identidade: como se fez a Festa da Uva**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- _____. **Paese de cucagna ou país das maravilhas**. In: MAESTRI, M., et al, **Nós italos-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo/Caxias do Sul: UPF Editora/EDUCS, 2003.
- VALERI, V. **Festa**. In: Religião – rito. Porto: Casa da Moeda, 1994, v. 3, p. 402-414.

WOORTMANN, E. **Árvore da memória**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 92, 1994, p. 113–131.

YEATS, F. **L'arte della memoria**. Torino: Einaudi, 1972.

ITALIANIDADES EM TRÂNSITO: BREVES DIGRESSÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PESQUISA ETNOGRÁFICA ENTRE GRUPOS ÉTNICOS

Maria Catarina Chitolina Zanini*

Este *paper* tem por objetivo efetuar algumas breves considerações acerca das possibilidades metodológicas no estudo de grupos étnicos¹ e também de certos cuidados éticos necessários à obtenção e publicação dos dados de tais pesquisa. As considerações aqui apresentadas são oriundas de pesquisa etnográfica realizada entre descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul de 1997 a 2001 e retomada em 2006². Algumas das questões que hoje me proponho enquanto pesquisadora³ de descendentes de imigrantes italianos (e também como descendente de italianos) são fruto de reflexões sobre as possibilidades que a etnografia nos abre no conhecimento do “outro” e sobre os cuidados e mazelas dessa mesma penetração. Como dimensionar o que é pertinente ao conhecimento antropológico e o que não é? Como dimensionar, como já nos alertava Becker (1977), o que é permitido na publicação dos dados? Como dimensionar o impacto de nossos estudos para os grupos e indivíduos pesquisados? São questões para as quais não tenho resposta. Tenho, contudo, reflexões e um histórico de “retenção de informações” que me propus como um trato de “consciência íntima”. Isso seria científico? Penso que sim.

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFSM.

¹ Considero os descendentes de imigrantes italianos da região central do Rio Grande do Sul como grupos étnicos no sentido de que auto-atribuem-se e são reconhecidos como possuidores de sinais adscritivos específicos (cfe.Barth, 2000). O que reivindicam, num sentido geral, é uma origem distinta da dos demais membros da sociedade brasileira. Considero, inclusive, que, nas dinâmicas societárias contemporâneas, há uma constante etnização de grupos culturais distintos no contexto da sociedade nacional, o que me permite utilizar esta categorização, mas não sem salientar suas complexidades.

² Esses primeiros anos de minha pesquisa etnográfica resultaram em minha tese de doutorado denominada Italianidade no Brasil meridional- a trajetória da italianidade no Brasil meridional, defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da USP.

³ Ressalto que, além da categorização de pesquisadora/professora, outras categorizações me acompanharam em todo o trabalho de campo, como, por exemplo, o fato de eu ser mulher e também descendente de imigrantes italianos. Marcas que me fizeram, em vários momentos, refletir acerca do “fazer etnográfico”, suas subjetividades e possibilidades. Outro aspecto particular de minha pesquisa de campo é que, em 1997, eu estava grávida de meu primeiro filho, o que fazia com que algumas entrevistas tivessem muito direcionamento à questão da maternidade, gestações etc... Depois de algum tempo, quando retornei a campo, as perguntas giravam em torno do neném e dos cuidados com ele. Material que pretendo, ainda, analisar.

A pesquisa etnográfica

Quando iniciei minha pesquisa entre descendentes de imigrantes italianos urbanos, a maior parte deles pertencentes às entidades italianas locais, minha forma de abordagem era informal e aleatória. Estava, então, no ano de 1997. Comecei a participar das diversas atividades propostas nas entidades, tais como cursos, jantares, festas etc. Já fazia o curso de Língua e Cultura Italiana desde 1996, o que havia me permitido conhecer algumas pessoas e entender um pouco a dinâmica do que denominava de um “movimento étnico local”, então objeto de minha pesquisa. Aos poucos fui apresentando os objetivos de meu estudo aos descendentes e fazendo algumas entrevistas⁴. Meu marido freqüentava aulas de italiano em outro horário, o que alargava meu universo de conhecidos e de pessoas que tinham “gosto” pelas coisas italianas ou “dos italianos” (quando não eram descendentes). Da observação participante às abordagens mais direcionadas, com entrevistas de roteiro semi-estruturado, fui conhecendo um pouco melhor as italianidades locais.

Contudo, posso dizer que a pesquisa só me possibilitou um determinado envolvimento que me fez mergulhar no universo de meus pesquisados no momento em que comecei a entrar na casa das pessoas.⁵ Essa entrada nos domínios domésticos se deu devido ao tamanho de minhas “conversas” com alguns descendentes, os quais possuíam poucos horários para as entrevistas da antropóloga e de suas bolsistas, afinal, muitas dessas entrevistas se espalhavam por horas, outras por dias e até semanas de “prosa”. Assim, fui sendo convidada a conhecer pessoas mais disponíveis, os *nonnos*, as *nonnas*, os tios e tias mais idosos, já aposentados alguns, os quais teriam mais tempo para me contar “dos antigos”. E, com estes, o gosto pelo pesquisar assumiu uma proporção que eu desconhecia até o momento em minha vida acadêmica. Esse envolvimento foi tamanho que, posso dizer, até hoje não consigo dimensionar a força que teve sobre minha formação profissional (e pessoal). Foram muitos os conhecimentos adquiridos, muitas as partilhas de lembranças, muitas as angústias, temores e ressentimentos que aprendi a reconhecer como parte de uma vivência que extrapolava as trajetórias individuais. Estas faziam parte de uma determinada forma de ser que remetia aos valores da italianidade.

⁴ Contava então com a colaboração de três bolsistas de iniciação científica, Bruna Spezia Mello, Angélica de Medeiros Rios e Lucimar Georgen que, com sua dedicação e jovialidade, muito contribuíram com minha pesquisa.

⁵ Já escrevi, inclusive, artigo refletindo acerca da relação entre a casa e o encontro etnográfico, que está publicado na Revista Travessia.

Foi na casa dessas pessoas que conheci e reconheci um culto específico à ancestralidade e a uma italianidade renovada, retrabalhada e ressemantizada por entre gerações, a qual considerava a posição de classe atual do descendente, seu estilo de vida e vínculo com “as origens”. Até hoje, sou convidada a visitar as pessoas e trocar um pouco de “prosa” com elas, contato que estou estabelecendo novamente este ano. Bem, enfim, essas relações sociais que se estabeleceram entre pesquisador e pesquisado me mostraram várias leituras sociais, entre elas, a vontade que esses homens e mulheres tinham de contar suas histórias, de partilhar o que haviam feito, passado e aprendido em suas vidas. Talvez para eles, em algum sentido, pensar sobre seus vínculos étnicos tenha sido um exercício lúdico que permitiu um auto-encontro, aspecto que foi analisado em minha tese de doutorado.

A italianidade, nas representações a mim narradas, misturava-se a um determinado modo de vida e concepção de mundo que se tornavam difíceis de discernir, por vezes, tamanho era seu vínculo aos domínios familiares e domésticos. A ordem de mundo italiana se misturava às regras do catolicismo, de bom convívio, de sentimentos e afeições à ancestralidade e à família. O pertencimento era marcado por sentimentos de orientação no mundo e também por configurações de que ser italiano representava ser portador de determinadas características adscritivas específicas. Enfim, narrando suas trajetórias de vida, essas pessoas me permitiram conhecer, por meio de suas memórias, as opções que haviam feito em suas existências e por quais critérios haviam selecionado determinados caminhos e não outros. Mas, o que a mim interessava era conhecer e compreender a estrutura argumentativa das justificativas que atribuíam para suas atuais condições de vida, além de no que o fato de ser descendente de imigrantes italianos havia marcado ou não essas trajetórias pessoais. Fui, assim, sendo introduzida em universos vários, o masculino, o feminino, o das classes médias, o dos camponeses, o dos operários urbanos, o dos jovens e crianças. Afinal, era essa a italianidade que eu queria conhecer, aquela que orienta condutas individuais por seleções baseadas na origem e não necessariamente ligadas aos vínculos de cidadania jurídico-política.

Nas casas da maior parte desses descendentes havia espaços nos quais ficavam “arquivados” os traços de pertencimento. Espaço este delimitado em paredes, cantos, gavetas, baús, salas de jantar, cristaleiras, cozinhas, álbuns de fotografias, guarda-roupas, relógios, livros, painéis e um sem número de objetos que expostos ou, por vezes, muito

bem guardados encerravam sacralidade, eram portadores de *mana* (cfe. Mauss, 1974, p.138). Dependendo da condição econômica do descendente, as fotos dos antigos poderiam ter sido recuperadas e expostas em salas de estar e de jantar. Por vezes, as gerações mais novas produziam retratos seus com roupas dos *nonnos* e das *nonnas*, usavam técnicas específicas de envelhecimento de imagens, faziam molduras imensas e ostentavam essas fotografias em salas de estar. Por vezes, eram as fotos da trajetória de ascensão econômica ou social que ficavam mais visíveis como as de formaturas e os símbolos da italianidade se diluíam entre símbolos do catolicismo e outros mais direcionados à família e às redes de parentesco e afinidades.

A etnografia das casas me possibilitou conhecer inúmeras possibilidades do pertencimento estar ali resguardado, ora exposto, ora guardado como uma relíquia, que só poderia ser manuseada e compartilhada em situações muito específicas. Assim, encontrei receitas, rezas, benzeduras, fotos, documentos, santinhos, objetos que serviam para o devaneio e não para a apreciação simples e fugaz. Dias atrás, ao retornar a campo, um descendente refez parte da trajetória da família, partindo de um móvel que estava em sua casa e que havia pertencido aos antepassados e à história daquele lugar. Enfim, a relação que se estabelece entre o pertencimento e o *locus* no qual ele é invocado é um aspecto que continua a me fascinar na pesquisa, porque é algo que perpassa gerações.

A pesquisa etnográfica, por pressupor convívio e contato direto com os grupos estudados, é extremamente rica na investigação de grupos étnicos, pois nos possibilita tanto encontrar os “imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1984, p.29), como também diferenciar piscadas de piscadelas (cfe. Geertz, 1989). O fato de eu também ser descendente sempre me acompanhou em campo, pois a minha italianidade dialogava com essas formas que eu considerava diversas da minha, mas em alguns aspectos, extremamente similares, tais como na preocupação exagerada com a família, com os valores cristãos, o sustento material, o trabalho, a ascensão social, a educação dos filhos, entre outros. Estranhar e familiarizar foi um exercício constante. Não sei até que ponto bem-sucedido, mas sempre invocado.

A pesquisa bibliográfica e documental: cuidados e disciplina

A etapa bibliográfica e documental da pesquisa foi fundamental para eu compreender quem eram os imigrantes italianos que vieram para a região central do Rio Grande do Sul em finais do século XIX. Foi uma migração familiar, de camponeses em sua maioria. Foi católica também, em grande parte, apesar da força que a maçonaria teve nos primeiros tempos da colônia Silveira Martins. Os emigrados eram, majoritariamente, provenientes do Norte da Itália (vênetos, mantovanos, feltrinos, friulanos, trentinos) e vinham para a América na expectativa de ascensão social e de se tornarem proprietários de terras.

A pesquisa no Arquivo Histórico de Santa Maria me possibilitou, de várias maneiras (pelos jornais, publicações diversas, livros de atas, processos etc), o ingresso nas linguagens históricas do processo migratório e, também, o acompanhamento das mudanças pelas quais a categoria de italiano passara ao longo da história riograndense e brasileira. Contudo, gostaria de efetuar breves observações acerca do que compreendo ser vital que o antropólogo busque em documentos históricos ou mesmo na literatura produzida pelos migrantes, que são, também, documentos. O que eu buscava nos documentos de época eram elementos que permitissem compreender melhor a italianidade contemporânea e suas variações ao longo do processo colonizador. Porém, observava que, para compreendê-la, era necessário um conhecimento temporal maior. Então, naquele passado, busquei encontrar as representações sociais vigentes. Perguntava-me: quais eram as negociações efetuadas entre os universos culturais do migrante, que estava se transformando em imigrante e proprietário, e a sociedade regional e nacional mais ampla, ao longo das primeiras décadas de convívio na região. Fui conhecendo os bastidores, o que era narrado, de que forma, quem era citado, como apareceram os primeiros migrantes, de forma eram alcunhados. Enfim, eram muitas as questões que lançava sobre os variados “documentos”.

Esses documentos me permitiram compreender também o “cenário” das diferentes épocas. Fui auxiliada nisso, também, por uma literatura local que era (e ainda é) produzida por historiadores e por migrantes e seus descendentes. Considerados os filtros ideológicos necessários, a pesquisa documental, longe de ser por mim compreendida como um fato dado, foi, antes, alvo de múltiplas leituras e interpretações. Os registros são também frutos de disputas por poder, o que jamais deve ser negligenciado numa pesquisa documental. Um

dos maiores cuidados necessários é não conceder, por completo, uma autoridade que os “documentos” não possuem de antemão. Penso que os documentos devem ser etnografados, no sentido de se buscar neles jogos de relações, de lhes emprestar uma dinâmica, para além dos registros que encerram. É claro que para isso é necessário um domínio relativo da historiografia local, regional e nacional, o que demanda tempo e dedicação.

Infelizmente, ainda não estão merecidamente estudados os grupos étnicos da região central do Rio Grande do Sul (poloneses, sírio-libaneses, alemães, afro-descendentes, japoneses, portugueses, espanhóis, austríacos e outros), que têm uma história fantástica de migração e convívio com a sociedade brasileira. Considerando-se uma certa disciplina de trabalho, penso que a pesquisa documental é, em relação ao estudo de grupos étnicos, um acréscimo importante, inclusive para melhor se poder interpretar as narrativas contemporâneas de pertencimento.

Outra fonte maravilhosa de pesquisa no trabalho com descendentes são as cartas⁶. Tive acesso a algumas delas durante minha pesquisa de campo. Escritas em italiano, algumas por religiosos, outras por parentes e amigos mais letrados, tratavam da vida doméstica, dos ciclos de nascimento e morte e das dificuldades do processo migratório. Em nível local, foi publicada, em 2001, a obra *Povoadores da IV Colônia* (Righi et al), na qual há uma quantidade imensa de cartas a serem ainda analisadas.⁷ Para Menezes, a análise de cartas é ainda mais rica em sociedades pouco letradas, pois o ato de escrever e ler cartas se torna uma tarefa comunitária, “não se restringindo às fronteiras individuais e familiares” (2002, p.114). Penso que assim deve ter sido nos primórdios do processo migratório e colonizador local, no qual as cartas recebidas e enviadas deveriam ser um acontecimento solidariamente compartilhado e também uma das poucas formas de contato entre imigrantes e os que haviam permanecido na terra natal (cfe.Seyferth, 2005, p.19-20).

Em suma, a pesquisa documental, desde que circunscrita aos objetivos da pesquisa, torna-se uma fonte generosa de informações, as quais muito auxiliam o etnógrafo a entender o grupo e os indivíduos “no presente”, sem, contudo, encerrar a compreensão

⁶ Como ressalta Seyferth, “... no século XIX e na maior parte do século XIX, as cartas eram, muitas vezes, a única forma de contato pessoal e direto dos emigrantes com seus parentes, vizinhos ou amigos que ficaram na “terra natal” (ou que emigraram para outros países ou retornaram)” (2005, p.19-20).

⁷ Uma orientanda minha de graduação, Daniele de Bona Puntel, desenvolveu monografia sobre algumas dessas cartas.

destes no decurso histórico limitado da pesquisa etnográfica, que é temporalmente recortada.

Memórias, advertências e situacionalidades

Compreendo que o estudo das memórias, ressaltados os cuidados que se deve ter com estas, é fundamental para melhor compreender determinados grupos étnicos que não produziram, sobre si mesmos, uma discursividade historicizada ou mesmo geracional. O trabalho com as memórias nos permite conhecer mais profundamente as trajetórias individuais e as formas de negociação adotadas pelos indivíduos migrantes no convívio com a sociedade envolvente. Por memória, compreendem-se as narrativas do passado que são efetuadas no presente (Halbwachs, 1990). Elas são, portanto, leituras contemporâneas do passado, partindo de uma determinada situação e posição social atual. O passado (vivido ou imaginado) é, assim, uma interpretação possibilitada pelos enquadramentos sobre ele processados. Não são, nem verdadeiras e nem falsas, como muitos alegam, apenas resultados de encontros: encontros entre sujeitos no processo da pesquisa, encontro de temporalidades, encontro de mundos, por vezes. Considerando-se seu caráter de fabulação como narrativa (Ricoeur, 1994) e suas limitações do ponto de vista histórico, pode-se dizer que, para o antropólogo, as memórias são fonte inesgotável de pesquisa. Elas revelam processos de articulação de significados do presente, dialogam com categorias do passado, remexem nas construções tempo-espaciais. Logo, são de uma riqueza simbólica e interpretativa sem fim. Requerem, também, do pesquisador, determinadas disciplinas como, por exemplo, um conhecimento prévio dos agentes e das hierarquias locais, bem como da historicidade dos mesmos. Selecionar informantes para trabalhar com memórias é outro processo complexo. Por vezes, são eles que nos selecionam. Lidar com as informações também não é um trabalho livre de problematizações. Muitas vezes, o convívio intenso pela etnografia favorece uma maior “intimidade narrativa” que, pode nos colocar até em situações constrangedoras. Saber trabalhar sobre elas é algo igualmente importante. Algumas das pessoas que pesquisei, apesar de ter lhes entregue as entrevistas manuscritas, não me retornaram as mesmas.⁸ Creio que nunca as leram. Penso que, para elas, o processo

⁸ E, mesmo as que me retornaram, nunca acrescentaram ou subtraíram nada de suas narrativas, o que me fazia pensar, cada vez mais, que o encontro etnográfico é algo singular no estudo das memórias.

de rememoração fazia sentido ali, num encontro entre seres humanos. A palavra escrita não teria a mesma tessitura.

O anonimato “em cena”

Usar ou não os nomes históricos das pessoas pesquisadas que não se incomodariam em ser identificadas nos relatórios e publicações de nossas pesquisas? Este foi um dilema que acompanhou tanto a escrita da tese como a publicação de artigos posteriores com relação aos descendentes de imigrantes italianos que investiguei. Optei, por uma questão de “comodidade ética”, por usar pseudônimos para todos os informantes, o que, confesso, não foi uma decisão fácil. Sempre perguntava, ao efetuar as entrevistas, se a pessoa queria se identificar por seu nome ou queria usar pseudônimo. Em termos quantitativos, posso dizer que havia os indiferentes, provavelmente porque não sabiam claramente o que um antropólogo faz com tudo o que dizem. Outros sabedores preferiam não ser identificados e, outros, como carreiras já públicas, queriam ter seus nomes registrados em meu estudo. Foi um difícil dilema para mim. Paradoxo, pois o trabalho científico nos coloca como ouvidores e analisadores ao mesmo tempo. Como analisar relações entre noras e sogras sem ferir sentimentos? Como analisar mágoas de herança sem querer expor as pessoas? Como lidar com tantas concepções diferentes acerca da italianidade? Perguntava-me. Enfim, foram muitas as encruzilhadas. Parte desses conflitos ético-metodológicos se tornaram possíveis pela pesquisa etnográfica, que me possibilitou conviver mais intimamente com algumas famílias (nucleares e extensas). Se, por um lado, a intimidade favorece nossos estudos e pesquisas, por outro, pelo menos para mim, foi um fardo difícil de suportar em alguns momentos. A pesquisa me colocou em face de outra questão fantástica: eu era uma mulher e descendente de imigrantes italianos também. Portanto, havia assuntos dos quais os entrevistados acreditavam que eu poderia estar a par. Não analisei padrões de sexualidade em minha tese e nem conflitos de herança mais abertamente, apesar de serem questões recorrentes. Questões de herança eram abordadas, em especial, pelas mulheres, as quais foram tradicionalmente alijadas do patrimônio familiar que preconizava que a herança deveria ser dividida entre homens.

Muitos dos problemas epistemológicos e metodológicos a que o trabalho de campo me expôs foram corajosamente analisados por Fonseca (2005). Partindo desse texto

pretendo refletir também, neste espaço, acerca do uso da etnografia com grupos de migrantes e acerca de algumas questões que a antropologia contemporânea, de cunho mais reflexivo, aponta-nos. Para Fonseca, alguns dos dilemas da etnografia, ao invés de estimular pesquisadores, têm provocado, segundo ela, “um tipo de paralisia” (2005, p.1), um desestímulo. Posso dizer que fui vítima ou protagonista dessa “paralisia”. Penso que, quando há um envolvimento efetivo com informantes, que são pessoas com as quais se convive, troca e se partilha, além de dados, afetos e conhecimentos, não somente sobre nossos objetos de pesquisa, mas também sobre a vida, torna-se difícil o estranhamento que a linguagem acadêmica e o trabalho científico exigem. Concordo com Fonseca ao problematizar a questão do anonimato, pois “longe de ser de interesse secundário” (ibidem, p.1), a forma como nomeamos os nativos define qual tipo de etnografia estamos propondo. Assim, ao consentirmos ingenuamente com o anonimato, poderemos também estar reforçando estereótipos que gostaríamos de questionar (cfe.Fonseca, ibidem, p.6). Será que as pessoas têm realmente algo a esconder? Como proceder?

São muitas as questões, algumas delas já levantadas também por Howard Becker em seu texto *Problemas na Publicação de Estudos* (1977), já referido anteriormente. Nesse artigo, fruto dos questionamentos de uma tradição sociológica inovadora em termos de pesquisa empírica como era a dos descendentes da *Escola de Chicago*, o autor se indagava acerca de como tornar públicas pesquisas de campo e quais interesses seriam mais afetados na publicação destas, se os do grupo pesquisado ou os da ciência (do pesquisador). Concordo com Fonseca ao dizer que “a desigualdade política- entre quem descreve e quem é descrito- é parte integrante do texto” (2005, p.5). Portanto, será que, ao assinar um consentimento ou permitir verbalmente que utilizemos suas falas e existências em nossas pesquisas, nossos informantes sabem realmente o que podemos fazer com elas?⁹ Ou, como alerta Becker (1977), classificar o que é um dano ou um “sofrimento” na utilização de dados de pesquisa pode ser resolvido na medida em que o pesquisador conhece suficientemente o grupo que estudou e saiba dimensionar as conseqüências. Mas, será que isso basta? Como ressaltado pelo autor, muitas vezes, o dilema do que tornar público ou não num relatório ou numa publicação científica continua sendo “uma questão de

⁹ Discussões interessantes sobre alguns desses dilemas se encontram na obra *Antropologia e Ética*, organizada por Ceres Victora et al.

juízo individual” (ibidem, p.156). Portanto, temos que assumir tais responsabilidades, não sem conhecer as complexidades que envolvem todo o processo do fazer etnográfico, do estar, do ouvir, até a escrita dos diários de campo e sua posterior formatação em linguagem acadêmica.¹⁰

Considerações Finais

Podem os dilemas acima apresentados desencorajar estudos etnográficos? Talvez. Conforme exposto por Fonseca (2005) e por mim neste breve *paper*, caberá à consciência individual do antropólogo o fardo de decidir sobre seu fazer etnográfico. Fardo este que será mais leve para alguns que para outros, mas, penso, motivo de reflexão para todos. O trabalho com documentos de terceiros (literatura, notícias, documentos históricos, entre outros) pode realmente aliviar nosso mal-estar, mas não nos isenta de que, em alguns de nossos estudos, os sujeitos se tornam abstratos demais. Pode ser que os processos de nomeação dos antropólogos em seus escritos em breve poderão, também, tornar-se objetos de pesquisa.

Enfim, as questões expostas servem como reforço à constante atualização na escolha de técnicas metodológicas e ao cuidado que devemos ter ao processar e publicar nossos estudos. Não é uma obstrução ao trabalho antropológico, é antes um convite à reflexão sobre a complexidade do “fazer etnográfico” como um todo.

Bibliografia

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000. p. 25-67.

BECKER, Howard S. Problemas na publicação de estudos de campo. IN: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p.137-157.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, v.39, n.1, p.13-37, 1996.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

¹⁰ Questões já, de certa forma, bem amadurecidas na antropologia contemporânea brasileira e internacional (cfe. Geertz, 2002; Clifford, 2002; Cardoso de Oliveira, 1996; Rocha e Eckert, 1998; Marcus, 1994 e Lagrou, 1994, entre tantos outros).

FONSECA, Claudia. “O anonimato e o texto antropológico: Mazelas éticas na etnografia “em casa”. Texto apresentado na Mesa redonda Trayectorias y diversidad: las estrategias en investigacion etnográfica: un analisis comparativo”. *CD VI Ram*. Montevideo, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *Obras e vida. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LAGROU, Elsje Maria. Hermenêutica e etnografia – uma reflexão sobre o uso da metáfora da textualidade para “ler” e “inscrever” culturas ágrafas. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, v.37, p.35-55, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos na Nova Guiné Melanésia*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARCUS, George. O que vem (logo) depois do “pós”: o caso da etnografia. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, v.37, p.7-34, 1994.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Vol1. São Paulo: EPU, 1974.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB, 2002.

PUNTEL, Daniela de Bona. *Lettere imigranti: análise de cartas de imigrantes italianos da quarta colônia no século XIX*. Santa Maria, 2004. Monografia de graduação. Bacharelado em Ciências Sociais, UFSM.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994.

RIGHI, José Vicente et al. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

ROCHA, Ana Luiza et al. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, v.41, n.2, p.107-136, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. IN: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri et al. *Estudos Migratórios- perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSar, 2005. p. 13-51

VICTORA, Ceres. *Antropologia e Ética*. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil meridional- a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. São Paulo, 2002. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP.

_____. Guardiões de memórias. *Revista Travessia*, São Paulo, ano XVII, n.49, p. 19-23, 2004.

MIGNA TERRA - MIGRANTES ITALIANOS E FASCISMO NA CIDADE DE SÃO PAULO (1922/1935)

*José Renato de Campos Araújo**

Esta comunicação resume a estrutura da tese defendida em outubro de 2003 no programa de doutorado em Ciências Sociais do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, que contou com a orientação da Profa. Dra. Teresa Sales. Este atual texto é uma versão da Introdução e das Considerações Finais do trabalho citado acima.

Este trabalho, além de buscar cumprir os objetivos formais de toda tese de doutorado, representa um passo adiante num longo processo de estudos sobre as trajetórias do grupo migrante italiano fixado na cidade de São Paulo, tendo sido iniciado em 1991 com a inserção deste autor como estagiário no grupo de estudos “*História Social da Imigração na Cidade de São Paulo*”, sediado no IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo). Ao longo de toda a década de 90, foram produzidos vários trabalhos sobre as mais diversas etnias que compõem o mosaico multicultural da cidade de São Paulo. Entre elas, devemos destacar a ‘sírio-libanesa’ (Truzzi, 1992 e 1997), a japonesa (Sakurai, 1993 e 2000), a armênia (Grün, 1992), a espanhola (Klein, 1994) e a própria italiana (Salles, 1997 e Araújo, 2000), além de trabalhos sobre o relacionamento interétnico na cidade (Fausto et al., 1995 e Truzzi, 2001).

Sem dúvida, esta tese é fruto de discussões teóricas e, principalmente, dos incentivos recebidos dos colegas. Mas a trajetória intelectual individual de que este trabalho resulta foi igualmente marcada por meu ingresso no programa de mestrado em Sociologia, do IFCH/UNICAMP em 1993. Naquele momento, definia-se o estudo da migração italiana na cidade de São Paulo como objeto estruturante de minha carreira, enquanto pesquisador em Ciências Sociais. O aceite do projeto (nascido a partir de discussões dentro do IDESP) representava minha primeira entrada no universo do processo de construção da etnicidade italiana em solo paulistano (objeto central deste atual estudo), ainda que, naquele momento inicial, nem o conceito de etnicidade fosse claro ou até mesmo conhecido.

No âmbito desta trajetória, a abordagem que analisa fenômenos migratórios utilizando a noção de construção de etnicidade começou a transformar-se em questão de pesquisa, na medida em

* Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH - Universidade de São Paulo zrenato@usp.br

que passamos a analisar qual significado da história do Palestra Itália para a ‘comunidade italiana’ paulistana, tendo a pesquisa inicial resultado no trabalho de mestrado que, sem dúvida nenhuma, é o ponto de partida para esta tese, posto que sua questão primordial nasceu, justamente, da arguição de sua banca avaliadora.

Durante a exposição realizada pelo Prof. Dr. Michael Hall¹, foi-me apontada uma perspectiva que naquele trabalho fora deixada de lado. Segundo a análise desse argüidor, o contexto político em que o grupo migrante italiano estava inserido na cidade de São Paulo, durante a primeira metade do século XX, era desprezado naquela dissertação. Uma de suas falhas, segundo a mesma análise, era não dar importância ao contexto político do grupo, e, principalmente, não debater o significado do regime fascista para os migrantes envolvidos no processo de construção de uma identidade baseada em laços étnicos. Michael Hall deixava-me assim uma pista bastante valiosa, ao enfatizar que a compreensão do processo de construção da italianidade em terras paulistanas estaria incompleta, sem o estudo do real significado do fenômeno fascista, ocorrido entre 1922 e 1943, para o grupo fixado na cidade de São Paulo.

Dessa maneira nascia a motivação inicial desta tese, remetendo ao seu objetivo central: analisar de maneira consistente o debate em torno da construção da etnicidade italiana na cidade de São Paulo², por meio da análise do papel representado pelo regime fascista para a construção de tais laços étnicos.

¹ - A defesa do mestrado intitulado “*Imigração e Futebol: o Caso Palestra Itália*” ocorreu em 16 de agosto de 1996 e a banca de avaliação foi composta, além do Prof. Dr. Michael Hall, pelo Prof. Dr. Nicolau Sevcenko e pela Profa. Dra. Teresa Sales (orientadora).

² - Ou italianidade, para o senso comum.

A partir deste objetivo, foi construído, em primeiro lugar, um projeto de pesquisa³, baseado na hipótese central de que o grupo migrante italiano somente se reconheceria enquanto uma comunidade de bases étnicas a partir do momento em que o regime fascista estruturou-se na península itálica, havendo se tornado um regime de governo empreendedor de um projeto político de construção e consolidação da nação italiana. Cabe dizer que tal idéia até então ainda não havia sido estabelecida no contexto de uma península itálica recém unificada⁴. Além disso, era preciso levar em conta a contemporaneidade do fenômeno migratório italiano e a unificação política da península, fatos que deixaram profundas marcas no grupo migrante, como veremos neste trabalho.

Partimos da premissa de que, até aquele momento histórico (emergência do fascismo), a idéia de um grupo italiano coeso e com alguma homogeneidade no que diz respeito às origens étnicas de seus integrantes, não existia na cidade de São Paulo e provavelmente em nenhum outro lugar do mundo que tenha recebido um contingente expressivo de migrantes oriundos da península itálica, durante o período do fenômeno migratório de massa, ocorrido entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Assim sendo, para a validação de nossa hipótese de trabalho foi desenhada uma investigação com o objetivo de compreender o caráter do fenômeno fascista na cidade de São Paulo, entre aqueles indivíduos procedentes da península itálica. Para tanto, buscamos fontes capazes de expressar o real impacto desse sistema de governo que perdurou por aproximadamente 20 anos na estrutura estatal

³ - A pesquisa que originou esta tese de doutorado foi iniciada com a apresentação do projeto de pesquisa "*Etnicidade e Conflito: O*

Grupo Italiano na Cidade de São Paulo nas Décadas de 30 e 40' apresentado a linha de pesquisa Cultura e Política do programa de

doutorado em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp.

⁴ - A idéia de uma nova nação toma consistência quando comparamos a história italiana com contexto europeu de unificações nacionais.

italiana. A pesquisa que dá suporte a esta tese está centrada na busca de subsídios para a compreensão das ações do governo fascista no seio desse grupo migrante e de como estas foram recebidas por ele.

Deste modo, determinamos o foco inicial de nossa investigação nas relações diplomáticas entre Brasil e Itália pois, sem dúvida, para compreender o caráter das ações do governo fascista para os ‘italianos’ aqui radicados e suas reais conseqüências para o próprio grupo, o contato diplomático entre os dois países nos pareceu primordial, uma vez que, para o governo italiano relacionar-se com o grupo migrante fixado em São Paulo, seria fundamental o estreitamento das relações diplomáticas com o Brasil.

A busca por dados para a comprovação de nossa hipótese de trabalho iniciou-se por definir qual fonte seria utilizada para a análise das relações diplomáticas entre Brasil e Itália, fato que naturalmente levou ao contato com o Arquivo Histórico do Itamaraty, local onde está depositado farto material diplomático referente ao governo brasileiro, como veremos adiante.

Inicialmente essa seria a única fonte de dados para a tese, mas as próprias características dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty encaminharam nossa pesquisa a construir nova fonte documental. Durante o levantamento dos dados diplomáticos, detectamos uma nova possibilidade de investigação que, sem dúvida, dotaria de maior consistência um trabalho que tem os objetivos ora expostos, uma vez que, restringindo nossa pesquisa somente a dados diplomáticos, o objetivo de compreender as conseqüências das ações fascistas no interior do grupo migrante seria, forçosamente, abandonado. Isto porque a natureza dos dados encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty é de outra ordem, expressando fatos, intenções e atos governamentais, não atingindo assim a realidade cotidiana de grupos migrantes.

Assim sendo, era necessário construir uma nova fonte de documentos, os quais pudessem expressar um pouco da vida do migrante italiano na cidade de São Paulo. Para tanto, a imprensa étnica apresentava-se como uma possibilidade capaz de atender a esse objetivo. Ainda mais se esta tivesse por temas, em sua cobertura jornalística, algumas das ações nascidas do relacionamento diplomático entre os dois países, principalmente no que diz respeito a determinados eventos patrocinados pelas autoridades diplomáticas italianas com a anuência da diplomacia brasileira. Refiro-me aqui a episódios que movimentaram a ‘comunidade italiana’ nas primeiras décadas do século XX e que haviam sido localizados dentro da documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Desta forma, mais uma fonte era determinada como meio de atingirmos os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa. Determinava-se que alguns eventos voltados à ‘comunidade

italiana', tratados com certa prioridade pelas autoridades diplomáticas de ambos países, seriam alvo de investigação através das páginas da imprensa étnica paulistana, da qual foi destacado o periódico *Fanfulla* como o mais representativo e o que poderia atender às intenções de pesquisa.

Portanto esta tese está fundamentada em duas fontes distintas: 1- dados sobre o relacionamento diplomático entre Brasil e Itália; 2- notícias publicadas na imprensa étnica sobre a realização de eventos organizados por autoridades italianas em solo paulistano.

I. Levantamento de dados: Itamaraty e Fanfulla

Ainda dentro do espírito de introduzir o leitor em nosso universo de pesquisa, devemos demonstrar qual a metodologia empregada para o levantamento de nossos dados e, ao mesmo tempo, a partir de nossa exposição metodológica, aproximarmo-nos dos dados coletados no Arquivo Histórico do Itamaraty, alicerce desta tese.

A coleta de dados foi realizada e determinada a partir da hipótese de que o Estado Italiano fascista (1922/1944) foi o condutor de um processo histórico, no sentido de consolidar a idéia da nação italiana⁵ no plano de sua política interna, por meio de ações que geraram uma contrapartida na política externa italiana, principalmente no que se referia à ligação entre o Estado italiano e sua diáspora. Portanto nossa pesquisa procurou mapear qual o caráter dessas ações voltadas para o grupo fixado na cidade de São Paulo (o mais significativo do Brasil⁶), tentando uma aproximação com as principais

⁵ - Esse processo histórico é aqui entendido nos termos colocados por Eric Hobsbawm (1984) quando analisa diversos processos

históricos europeus, denominando-os "invenção das tradições".

⁶ - Cenni, 1975; Alvim, 1986; Trento, 1988 entre outros

posições da diplomacia italiana⁷ e com o modo como esta entendia a receptividade do grupo a estas ações. Para tanto, definimos que seria possível realizar o mapeamento da atuação da diplomacia italiana através de seu relacionamento com a representação brasileira em Roma (embaixada). Esta definição deu-se por dois motivos básicos:

I – Para o governo italiano perpetuar alguma ação junto aos grupos migrantes espalhados pelo Brasil seria necessário o consentimento do governo brasileiro, fato que sem dúvida colocava a embaixada em Roma como o primeiro contato entre o governo fascista (através de seu Ministério das Relações Exteriores e, em muitos casos, pelo próprio Benito Mussolini) e os diversos governos brasileiros do período histórico.

II – Por ser a embaixada um dos espaços nos quais a política externa italiana era discutida a partir da perspectiva brasileira, já que uma das funções das embaixadas é monitorar e interpretar as posições políticas de um país e/ou governo dentro das relações internacionais de um determinado período.

A partir destas duas posições, pudemos definir nossa fonte documental: a documentação diplomática produzida pela representação brasileira em Roma, a qual está depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, local onde encontramos toda a documentação produzida pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro (Itamaraty), e que atualmente está dividido em duas sedes distintas localizadas respectivamente na cidade do Rio de Janeiro e em Brasília.

A documentação diplomática brasileira produzida entre os anos de 1822 (Independência do Brasil) e 1959 (último ano em que a cidade do Rio de Janeiro foi capital da República) está depositada

⁷ - Para sermos precisos historicamente, o *Partito Nazionale Fascista (PNF)* somente conseguirá estender seus tentáculos até o

corpo diplomático italiano depois de alguns anos da chegada de Mussolini ao poder. Bertonha (1998) afirma que o processo de

fascistização do *Ministero degli Affari Esteri* somente ocorrerá no período entre 1925 e 1929.

no Palácio Itamaraty, na região central do Rio de Janeiro⁸, enquanto que a documentação produzida pelo ministério mais recentemente encontra-se à disposição em sua atual sede, localizada em Brasília. Devido ao período estudado neste trabalho, a documentação consultada foi aquela localizada no Rio de Janeiro, já que o acervo documental utilizado foi o produzido pela embaixada brasileira em Roma durante o período entre 1922 e 1935.

Antes de explicarmos a periodização de nossa base documental, parece-nos necessário descrever as características gerais da documentação depositada em tal arquivo. Basicamente, os documentos disponíveis para consulta do público são, de modo geral, correspondências entre o ministério e suas missões diplomáticas, repartições consulares ou escritórios de representação espalhados pelos países com os quais o Brasil mantém ou manteve relações diplomáticas ou ainda documentos produzidos nos contatos com representações estrangeiras no Brasil.

Nossa primeira tarefa nesse arquivo foi selecionar todos os documentos relativos à Itália, e ainda uns poucos documentos que versam sobre a problemática da imigração, como por exemplo sobre Congressos Internacionais de Imigração em que o Brasil mandou representantes ou correspondências dirigidas à antiga Diretoria do Serviço de Povoamento.

⁸ - O Palácio Itamaraty foi construído em meados do século XIX pelo filho do primeiro Barão de Itamaraty, e tombado em 1938.

Durante o período 1889 a 1898, abrigou a sede dos primeiros governos republicanos, passando a ser sede do Ministério das Relações Exteriores em 1899, condição que perdurou até 1970, data da mudança do ministério para Brasília. Atualmente a imponente edificação localizada na Avenida Marechal Floriano 196, ao lado da estação ferroviária da Central do Brasil, do antigo Ministério da Guerra e em frente ao Campo de Santana, abriga, além do Arquivo Histórico do Itamaraty, o Museu Histórico e Diplomático, uma mapoteca e a unidade do Ministério das Relações Exteriores no estado do Rio de Janeiro (MRE, 2002).

O primeiro contato com esse material deu-se com a intenção de definir uma série histórica de documentos afinados com os objetivos da pesquisa – mapear o relacionamento diplomático entre Brasil e Itália no período para vislumbrar as posições e ações do governo italiano em relação ao grupo migrante fixado no Brasil, no geral, e em São Paulo, especialmente. Para tanto, através de pequenas amostras aleatórias ⁹ de cada conjunto documental, pudemos entender qual o caráter de cada tipo de documento depositado no referido arquivo, conforme os quadros abaixo relacionados:

Documentação do Arquivo histórico do Itamaraty – Relações Brasil-Itália (1922/1950)

Quadro I

Missões Diplomáticas - ROMA

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
1. <i>Ofícios</i>	1922-1950
2. Despachos	1922-1950
3. Telegramas Recebidos	1922-1926 1931-1950
4. Telegramas Expedidos	1922-1950
5. Telegramas Cópias	1927-1930
6. Cartas-Telegramas Recebidos	1946-1950
7. Cartas-Telegramas Expedidos	1946-1950

⁹ - Estas amostras aleatórias foram construídas através do seguinte critério: para cada tipo documental, escolhemos aleatoriamente um mês para uma breve análise do caráter dos documentos.

Quadro II
Repartições Consulares na Itália

CIDADE	TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
Catânia (Gênova)	8. Não Especificado	1922-1924
	9. <i>Ofícios</i>	1922-1930
Florença	10. Despachos e Índices	1922-1930
	11. Cartas-Telegramas Expedidos	1950
	12. <i>Ofícios</i>	1922-1930
	13. Despachos	1931-1950
Gênova	14. Cartas-Telegramas Recebidos	1946-1950
	15. Cartas-Telegramas Expedidos	1946-1950
	16. Telegramas Recebidos	1931-1950
	17. Telegramas Expedidos	1931-1950
	18. <i>Ofícios</i>	1922-1950
	19. Despachos	1922-1950
Livorno	20. Cartas-Telegramas Expedidos	1946-1949
	21. Telegramas Recebidos	1922-1948
	22. Telegramas Expedidos	1922-1950
Messina (Gênova)	23. Não Especificado	1924
	24. <i>Ofícios</i>	1922-1950
	25. Despachos	1922-1932
Milão	26. Cartas-Telegramas Recebidos	1947-1950
	27. Cartas-Telegramas Expedidos	1946-1950

	28.Telegramas Recebidos	1922-1950
	29.Telegramas Expedidos	1922-1950
Milazzo (Gênova)	30.Não Especificado	1924
	31. <i>Ofícios</i>	1922-1950
	32.Despachos	1922-1941
Nápoles	33.Cartas-Telegramas Recebidos	1946-1950
	34.Cartas-Telegramas Expedidos	1946-1950
	35.Telegramas Recebidos	1922-1950
	36.Telegramas Expedidos	1922-1950
Palermo	37. <i>Ofícios</i>	1922-1934
	38.Despachos	1922-1928 1931-1935
	39.Telegramas	1922-1928
Roma	40. <i>Ofícios</i>	1922-1950
	41.Despachos	1922-1930
	42.Cartas-Telegramas Recebidos	1946-1950
	43.Cartas-Telegramas Expedidos	1946-1950
	44.Telegramas Recebidos	1922-1930
	45.Telegramas Expedidos	1922-1930
Savona (Gênova)	46.Não Especificado	1925-1930
Trieste	47. <i>Ofícios</i>	1922-1942
	48.Despachos	1922-1941
	49.Telegramas Recebidos	1922-1942
	50.Telegramas Expedidos	1922-1942
Turim	51. <i>Ofícios</i>	1922-1931
	52.Despachos	1922-1932

	53.Telegramas Recebidos	1931-1932
	54.Telegramas	1922-1930
	55. <i>Ofícios</i>	1922-1932
	56.Despachos	1922-1931
	57.Telegramas	1922-1930
Veneza		

Quadro III

Congressos ou Órgãos Internacionais

INSTITUIÇÃO	TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
58.Comissão Internacional de Emigração	Relatórios	s/i
59.Iª Conferência Internacional de Emigração e Imigração — Roma	Relatórios	1924
60.IIª Conferência Internacional de Emigração e Imigração — Havana	Relatórios	1928

Quadro IV

Cartas de Chancelaria e de Gabinete

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
61.Recebidas	1922-1926
62.Expedidas (minutas)	1922-1926
63.Expedidas (maço único)	1927-1930

Quadro V
Notas de Governo a Governo

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
64.Telegramas Recebidos	1922-1950
65.Telegramas Expedidos	1922-1950
66.Recebidas	1931-1950
67.Expedidas	1931-1950

Quadro VI
Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
68.Notas e Telegramas Recebidos	1922-1950
69.Notas e Telegramas Expedidos	1922-1950
70.Vários Documentos	s/d

Quadro VII
Repartições Públicas Federais

ÓRGÃO	TIPO DE DOCUMENTAÇÃO	PERÍODO
Conselho de Imigração e Colonização	71.Telegramas Recebidos	1938-
	72.Telegramas Expedidos	1950
Diretoria do Serviço de Povoamento	73.Sem especificação	1938-1950

Após a consulta às amostras aleatórias, pudemos definir com maior precisão qual tipo documental seria utilizado em nossa pesquisa – os *Ofícios* recebidos pelo Ministério das Relações Exteriores, remetidos pela embaixada brasileira em Roma. Isto porque, ao analisarmos as características de cada série documental, definimos que esse grupo seria o mais significativo como fonte, dentro de nossos objetivos de pesquisa. Essa definição deu-se pelo fato de que essa série documental em particular mostrava-se a mais rica em informações passíveis de análise, como demonstraremos abaixo.

Numa análise superficial dos quadros acima listados, vemos que os *Ofícios* referem-se a 11 linhas (15% do total) dos Quadros I e II, portanto uma parte minoritária de todo material depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty e relacionado ao contato diplomático entre as duas nações. Mas, ao tomarmos contato com o teor desses documentos, constatamos a riqueza desse grupo documental, enfatizada pelo volume de dados e pela qualidade das informações contidas em suas milhares de páginas.

Nas outras séries, a quantidade e qualidade de informações revelaram-se muito menores, devido às características de cada documento. Na leitura dos quadros acima relacionados, constata-se a existência de um total de 73 séries documentais depositadas no Arquivo Histórico do Itamaraty e vinculadas à relação diplomática entre Brasil e Itália, das quais 37 séries referem-se a *Telegramas*, *Cartas-Telegramas* ou *Notas e Telegramas* (50,7%), documentos com uma linguagem pouco desenvolvida, já que nesse tipo de meio de comunicação encontramos textos curtos, marcados por uma linguagem extremamente truncada, fato que *per si* diminuiria nossa capacidade de análise¹⁰.

Outro grupo com algum destaque quantitativo é formado pelos Despachos, reunindo também 11 linhas de nossos quadros (15% sobre o total). Esses documentos referem-se às cartas remetidas pelo ministro aos embaixadores ou cônsules e que são, na realidade, os rascunhos (escritos à mão pelo

¹⁰ - Outro fato que corrobora para a importância dos *Ofícios* entre as séries documentais é que constatamos diversas referências a

troca de *Ofícios* entre embaixada e ministério em muitos telegramas consultados; principalmente quando os assuntos são

importantes e necessitam de maiores explicações e detalhes.

próprio ministro ou por sua assessoria) das cartas que seriam remetidas ao exterior. Os originais dessas correspondências muito provavelmente estão arquivados nas sedes da embaixada e dos consulados na Itália. Mas como nosso objetivo é entender as demandas vindas da Itália para o governo brasileiro, esses documentos desviariam a pesquisa de seus objetivos. As respostas e as intenções dos governos brasileiros também transparecem nos *Ofícios*, pois os embaixadores sempre são obrigados a responder aos pedidos e solicitações, utilizando-se para tal fim desse tipo de documento que, quando consultado de forma seqüencial e cronológica, nos informa o suficiente sobre as posições do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

Entre as séries documentais selecionadas, encontramos 4 séries com a rubrica *Não especificado* (5,5%) e que na realidade referem-se a documentos esparsos que não formam uma série uniforme, com características que não os encaixam nos outros grupos documentais, caracterizando-os como exceções, fato que nos afastaria dos objetivos de nossa pesquisa ao impossibilitar uma análise cronológica e seqüencial, fundamental para entendermos as principais questões presentes no relacionamento diplomático entre as duas nações.

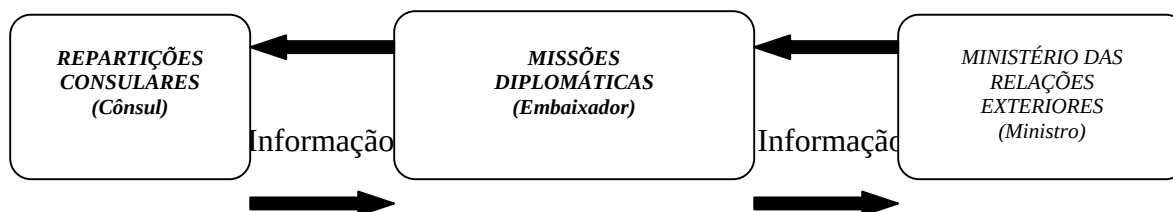
Ainda encontramos 3 séries documentais sobre a participação brasileira em congressos internacionais ou órgãos internacionais relacionados à problemática migratória (4,1%), como exposto no Quadro III, e que também foram selecionados para análise dos dados devido a sua relevância para nossos objetivos.

Definimos que a documentação originária das repartições consulares não seriam objeto de análise, pelo fato de boa parte desses documentos referirem-se a prestações de contas ou constituírem-se de documentos burocráticos relacionados à administração desses órgãos. Os documentos com análise de conjuntura ou relatórios sobre questões regionais importantes seriam repassados pelo embaixador ao Ministério das Relações Exteriores através de *Ofícios* específicos, onde encontramos o relato das questões levantadas pelos cônsules espalhados pela península itálica.

Portanto as principais questões que poderiam ser vislumbradas nos documentos consulares também seriam encontradas nos *Ofícios*. Com isso, a leitura de documentos de todas as repartições consulares, além de elevar enormemente o trabalho de pesquisa, não nos acrescentaria novos elementos para análise, devido ao fluxo de informações entre as representações brasileiras seguir a hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, como podemos ver no fluxograma abaixo:

FIGURA I

Trâmite de Informações entre Representações Diplomáticas



Portanto, a série documental selecionada para consulta foi a dos *Ofícios* remetidos pela embaixada de Roma. Com isso, definimos os *Ofícios* como sendo o principal meio de comunicação direta entre o embaixador de uma missão diplomática e o ministro das relações exteriores. Desse modo, encontramos nesses documentos a comunicação oficial das notícias e informações dos trabalhos daquela missão e de suas repartições consulares subordinadas.

Com isso imaginamos que a pesquisa nessa série documental deveria acontecer através da consulta à totalidade dos referidos documentos, com o objetivo de mapear as relações diplomáticas entre Brasil e Itália e construir uma interpretação que coloca a questão migratória e a formação da etnicidade italiana como um dos pilares do relacionamento intergovernamental no período.

Decidido o tipo documental, o próximo passo seria definir a periodização de nossa consulta. Como vemos nos quadros expostos, a documentação selecionada para definir qual metodologia seria desenhada inicia-se em 1922 (ano da chegada ao poder de Benito Mussolini na Itália), chegando até o ano de 1950 (fim da década de 40, período proposto inicialmente pelo projeto de pesquisa). Mas, mesmo restringindo-nos a somente uma série documental (*Ofícios*), o volume de documentos a serem consultados seria muito grande¹¹.

¹¹ - Segundo estimativa realizada no momento inicial de nossa pesquisa, o total de *Ofícios* recebidos pelo Ministério das Relações

Exteriores brasileiro alcançaria a cifra 5.824 cartas. A estimativa levou em consideração uma média de 4 *Ofícios* remetidos por

semana pela embaixada de Roma, número determinado pela consulta inicial, durante 28 anos (1922-1950). Ao levarmos em

Além do problema do volume de documentos a serem consultados, definimos que, para a realização de nossos objetivos, seria desnecessário consultar todos os documentos relativos a todo período do governo fascista que se estendia de 1922, início do governo de Benito Mussolini, a 1942, quando ocorre o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Itália, devido ao alinhamento brasileiro com os Aliados e ao conseqüente envio de tropas brasileiras, justamente para o palco italiano da guerra.

Nossa intenção nesta pesquisa era construir uma nova perspectiva para o entendimento das relações diplomáticas entre os dois países, perspectiva esta na qual a política de construção da italianidade seria um dos objetivos centrais da chancelaria italiana. Com isso, definimos que os anos iniciais do governo fascista e a consolidação desse regime de governo já nos bastaria para vislumbrarmos nossos objetivos. Entendemos que a análise minuciosa da toda documentação produzida pela embaixada brasileira em Roma durante um período significativo, dentro do processo histórico que elevou o *Partito Nazionale Fascista* (PNF) à chefia do governo italiano e o período de consolidação deste regime, já nos bastaria para que entendêssemos os objetivos e as linhas mestras do posicionamento fascista perante suas relações exteriores.

Dessa maneira, os objetivos de nossa pesquisa seriam melhor atingidos com uma periodização menor do que a totalidade dos anos em que Benito Mussolini governou com mãos de ferro a península itálica (1922-1943¹²). Conseqüentemente definimos que o período para nossa pesquisa iniciar-se-ia em

conta, numa estimativa conservadora, uma média de 2 páginas datilografadas para cada ofício, o número de páginas a serem consultadas aproximar-se-ia de 11.000.

¹² - O longo governo de Benito Mussolini na península itálica durou, rigorosamente, até o dia 25/7/1943, data na qual o líder

‘supremo’ do *PNF* foi preso com o consentimento do rei da Itália, que articulara com alguns líderes fascistas uma saída honrosa do

conflito bélico, depois de verem as tropas anglo-americanas desembarcar na Sicília e serem aclamadas como libertadoras pela

1922, ano da chegada ao poder do *Duce*, estendendo-se até 1935, quando o regime fascista não só já estava consolidado, como impunha-se como única alternativa política ao Estado Italiano, dentro de seu contexto histórico, como é o ano em que a Itália fascista realizava sua maior aventura imperialista antes da eclosão da IIª Guerra Mundial - a Guerra da Absínia - numa clara demonstração de suas intenções expansionistas no concerto das nações do período.

Ao analisarmos a obra de Renzo De Felice (1965, 1966, 1968, 1974, 1981, 1996a, 1996b, 1997), observamos que a invasão do reino etíope marcará o auge da consolidação do regime fascista italiano no plano interno e será a primeira ação que, no plano externo, demonstrará que o discurso expansionista de Mussolini traria conseqüências reais para o equilíbrio europeu do entre guerras. Com isso, a Itália de 1935 demonstrava ao mundo que a decepção com os armistícios que colocaram fim ao primeiro conflito mundial do século XX não traria somente conseqüências internas para sua península.

população local. A alternativa encontrada pelos líderes italianos era a deposição do *duce* e a assinatura de um armistício com os

Aliados em 8/9/1943, fato que se revelou no abandono do comando das tropas italianas e no abandono de Roma pelo rei e pelo

governo Badoglio (líder fascista que substituíra Benito Mussolini). O *duce*, depois de libertado da prisão durante uma ação

espetacular das forças alemãs numa estação de esqui no norte da Itália, onde Mussolini fora encarcerado, rumo para o Vêneto

onde funda a República Social Italiana (ou República de Saló, retratada esplendidamente por Pier Paolo Pasolini no filme *Saló ou*

120 dias de Sodoma), títere do comando alemão instalado no Norte da Itália, para ser fuzilado em 27/4/1945 (Trento, 1993).

A não participação italiana no espólio da I^a Guerra Mundial criava não só as condições sociais e políticas¹³ para o fascismo assumir o controle do Estado italiano, como também marcava profundamente o discurso fascista nos anos iniciais deste regime de governo (Hobsbawn, 1995)¹⁴, no qual Benito Mussolini sempre pontuou a necessidade expansionista da Itália, posição reiterada pela documentação diplomática consultada. E a invasão da Etiópia em 1935 será, nesse sentido, uma evidência real de que o discurso expansionista sairia do campo da retórica. É importante enfatizar neste momento que, dentro das palavras e das ações do regime de Benito Mussolini, no que se refere à expansão do reino italiano, as diásporas italianas ocupariam um lugar de destaque, fato que será explorado no decorrer desta tese.

Com o desenho de nossa metodologia de pesquisa esboçado, pudemos iniciar a fase de levantamento de dados no Arquivo Histórico do Itamaraty levando em conta o seguinte parâmetro: a

¹³ - Condições que se refletiam na extrema instabilidade política italiana do início dos anos 20 (Paris, 1993; Trento, 1993, Gentile & De Felice, 1988).

¹⁴ - Hobsbawn, ao se aproximar de uma explicação para a emergência do nazi-fascismo na década de 20, relaciona intimamente o discurso nacionalista presente nas plataformas políticas dos líderes do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*NSDAP*) e no Partido Nacional Fascista (*PNF*) com as consequências do fim da I^a Guerra Mundial. A Alemanha sofrera sérias e graves retaliações por ser a grande derrotada e a Itália, por não ter sido atendida em suas pretensões como uma das nações vitoriosas, situações que geraram grande insatisfação devido às crises econômicas surgidas a partir das participações dessas nações naquele conflito armado.

leitura da totalidade dos *Ofícios* postados pela embaixada brasileira em Roma entre 1922 e 1935. Tal levantamento resultou na seleção de 615 *Ofícios*, dos quais as informações mais relevantes foram aos poucos armazenadas num banco de dados¹⁵ para futura análise.

Nesta parte da pesquisa, já iniciávamos as análises de nosso material pois, enquanto selecionávamos os documentos mais relevantes, elaborávamos um resumo do conteúdo de cada *Ofício*, com o objetivo de inseri-lo no banco de dados, armazenando, assim, as informações dentro de uma ‘ficha padrão’, idealizada para facilitar a futura e aprofundada análise dos dados, tal qual o modelo

abaixo: **FIGURA II**

Ficha Padrão – Catalogação de Ofícios

DATA	TIPO DE DOCUMENTO	MINISTRO	EMBAIXADOR
16/11/22	OFÍCIOS	Felix Pacheco	Souza Dantas
DESCRIÇÃO			
Longa carta, relatando em detalhes a insurreição fascista, a queda do governo constitucional e a subida ao poder de Benito Mussolini. Claramente favorável ao fascismo, demonstra certa admiração à organização do Partido Fascista. Deixa claro que deseja o fim da instabilidade na política italiana, e enxerga em Mussolini e no fascismo a força e ação necessária para isto. Entendia o Ministério Facta como fraco e inábil. No fim relata que já se encontrara com Mussolini e que conversaram sobre o problema emigratório. Segundo o embaixador, questão importante que os governos anteriores não tiveram força para enfrentá-lo. Afirma que Mussolini estaria disposto a tornar intensa a emigração sobretudo para o Brasil. Remete recortes de jornais sobre a insurreição fascista.			
ASSUNTO I	Política Italiana	ASSUNTO II	Migrações
OBSERVAÇÃO			

Como podemos ver na Figura II, as informações contidas nos documentos consultados foram aos poucos coligidas, sendo necessária uma primeira análise para esse procedimento de pesquisa. Em cada ficha, resumíamos o documento e, sem dúvida, o interpretávamos antes das informações serem

¹⁵ - Para a confecção deste banco de dados foi utilizado o programa Microsoft Access 2000.

armazenadas. Além do resumo, catalogávamos cada ficha através de palavras-chaves¹⁶ que nos possibilitariam, num segundo momento, o agrupamento dos documentos durante a análise dos dados. É importante esclarecer que a definição das palavras-chaves foi realizada num segundo momento, após a consulta de todos os documentos de nosso período, pois somente depois de lidas todas as fichas em conjunto pudemos definir cada palavra-chave, totalizando assim 20 entradas diferentes, como veremos mais adiante.

A partir do momento em que começamos a ter contato com os dados diplomáticos, vislumbrou-se uma nova perspectiva metodológica para nossa pesquisa. Os dados diplomáticos mostravam-se muito ricos, mas não atingiam completamente nossos objetivos, pois a realidade cotidiana do grupo migrante fixado em São Paulo não transparecia plenamente neles. Tornava-se necessária assim a construção de uma alternativa para a consecução desses mesmos objetivos.

Também estávamos em busca de alguma pista de como os órgãos oficiais do regime fascista italiano relacionavam-se com o grupo migrante da cidade de São Paulo. Ou seja, se levássemos em conta a máxima Itália=Fascismo¹⁷, na qual toda a literatura especializada nesse período histórico da Itália resume o espírito e as ações desse regime de governo, estaríamos buscando, nos documentos diplomáticos, elementos que nos fornecessem um panorama geral do lugar que os migrantes ocupavam naquela Itália das décadas de 20 e 30.

Entre os documentos selecionados em nossa pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty, alguns em especial chamaram nossa atenção; eram solicitações (e/ou retransmissões de pedidos oficiais do governo fascista em forma de ofícios) para que o governo brasileiro desse especial atenção a alguns eventos que contavam com o apoio e/ou subsídio direto do regime fascista. Os documentos relacionados a esses eventos representam 3,46% de todo material levantado nessa fonte, como podemos ver na tabela abaixo:

¹⁶ - Como podemos ver na Figura II as palavras-chaves foram inseridas nos campos Assunto I, Assunto II e Assunto III; portanto

cada documento foi catalogado em até três palavras-chaves diferentes.

¹⁷ - No capítulo III discutimos a acepção deste binômio na península itálica das décadas de 20 e 30.

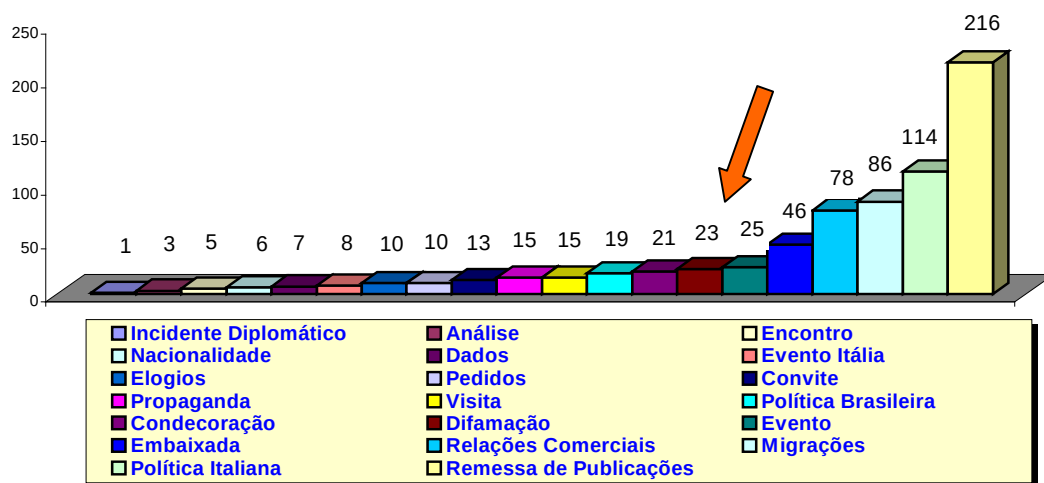
TABELA I**DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTOS – ARQUIVO ITAMARATY**

	ASSUNTOS DOS DOCUMENTOS	NÚMERO DE DOCUMENTOS	PORCENTUAL
1.	Análise	3	0,42%
2.	Condecoração	21	2,91%
3.	Convite	13	1,80%
4.	Dados	7	0,97%
5.	Difamação	23	3,19%
6.	Elogios	10	1,39%
7.	Embaixada	46	6,37%
8.	Encontro	5	0,69%
9.	Evento Brasil	25	3,46%
10.	Evento Itália	8	1,11%
11.	Incidente Diplomático	1	0,14%
12.	Migrações	86	11,91%
13.	Nacionalidade	6	0,83%
14.	Pedido	10	1,39%
15.	Política Brasileira	19	2,63%
16.	Política Italiana	114	15,79%
17.	Propaganda	15	2,08%
18.	Relações Comerciais	78	10,80%
19.	Remessa de Publicações	216	29,92%
20.	Visita	15	2,08%

Fonte: Pesquisa Documental.

GRÁFICO I

DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTOS – ARQUIVO ITAMARATY (NÚMEROS ABSOLUTOS)



Fonte:

Pesquisa Documental.

Apesar de constatar a baixa relevância quantitativa para os documentos sobre tais eventos (sexta posição entre os assuntos de maior incidência), quando analisamos os textos dos vinte e cinco documentos referidos, concluímos que estes poderiam servir como base para mais uma etapa de nossa pesquisa. Com as informações catalogadas nesses documentos, construímos mais um procedimento de pesquisa com o objetivo de analisar as consequências reais das ações diplomáticas para o grupo migrante fixado na cidade de São Paulo. Para tanto, acompanharíamos o desenrolar desses eventos através da imprensa étnica, a qual, sem dúvida, dar-nos-ia uma boa impressão de como eram recebidas pelo grupo migrante as ações do corpo diplomático italiano.

Com isso, acreditamos que acompanhar o desenrolar desses eventos na cidade de São Paulo poderia fornecer-nos indícios acerca da validade de nossas hipóteses de trabalho, principalmente para aquelas que se referem à construção de uma identidade étnica italiana em indivíduos que ainda não reconheciam a Itália como Estado Nacional unitário e como fonte de valores e costumes que, supostamente, alicerçavam sua etnicidade. Em outras palavras, tais eventos são aqui entendidos como meio de nos aproximarmos das ações do governo fascista para transformar o grupo migrante da cidade de São Paulo em ‘italianos’, já que o próprio fascismo colocava essa tarefa como a principal de suas

representações diplomáticas, como bem demonstra toda a bibliografia internacional¹⁸ sobre a atuação do fascismo junto aos diversos grupos migrantes espalhados pelo mundo.

Para a realização de tal intento, determinamos que a imprensa étnica seria um instrumento privilegiado. Assim elegemos o *Fanfulla*¹⁹ como nossa fonte de pesquisa. Tal escolha baseou-se na idéia colocada por quase toda a bibliografia sobre italianos em São Paulo, a qual aponta esse periódico como o mais importante do grupo, ou pelo menos o de maior visibilidade, devido principalmente à sua grande circulação.

Considerações Finais

Para finalizarmos esta comunicação, gostaríamos de enfatizar os principais elementos dos argumentos desenvolvidos na tese. Referimo-nos às noções nascidas do teste de nossa hipótese de trabalho, a qual procuramos, ao longo todo o texto, dispor como a argamassa que une as diversas peças por nós manejadas durante a elaboração desta tese.

Para tanto, é importante lembrar que nosso objetivo neste trabalho não foi esgotar a discussão acerca da influência do regime fascista italiano, no contexto do grupo migrante fixado na cidade de São Paulo, mas criar uma nova perspectiva para a análise desse fenômeno, ao introduzir a questão da formação da etnicidade italiana no mesmo local como um aspecto analítico relevante para a referida questão, ponto de vista inovador frente à bibliografia já consolidada, no que tange ao debate sobre as razões para o sucesso relativo do regime fascista entre indivíduos e diversos sub-grupos que compunham o que se convencionou chamar ‘colônia (ou comunidade) italiana’, denominada nos capítulos desta tese “grupo migrante italiano”.

¹⁸ - Para um bom balanço da bibliografia internacional sobre este problema, consultar os trabalhos de Bertanha (1998 e 1999).

¹⁹ - Importante destacar a obra de Marina Consolmagno (1993) como a principal fonte para a compreensão da importância desse periódico, apesar da mesma centrar análise num período diverso do aqui analisado.

Essa nova perspectiva analítica determina o quão importante foi a transformação da imagem da Itália que, sem dúvida, o fascismo conseguiu cultivar entre os migrantes advindos da península itálica e radicados na cidade de São Paulo. Desse modo, o mesmo regime de governo logrou instalar, principalmente nos discursos das autoridades italianas, um caráter positivo nessa imagem de nação, fato este muito bem recebido pelos migrantes fixados em território brasileiro, ávidos por essa mesma positividade e que a souberam manejar como trunfo dentro do ‘jogo’ étnico que se desenrolava numa sociedade multiétnica, como era a paulistana da primeira metade do século XX.

Tal caráter positivo fora um dos objetivos da política externa fascista, como demonstramos no capítulo IV, pelo menos durante o período iniciado com a Marcha sobre Roma, em outubro de 1922, e que se estendeu até 1935, ano da invasão da Abissínia, a mais significativa aventura imperialista italiana antes da eclosão da IIª Guerra Mundial, período coberto por nossa pesquisa.

A referida positividade fora igualmente utilizada de forma instrumental pelo governo de Benito Mussolini, com a intenção de transformar a imagem da península itálica, um dos objetivos primordiais da política externa fascista bem como uma oportunidade efetiva do Estado italiano aproximar-se de sua enorme diáspora (dentro da qual o contingente fixado em São Paulo ganhava especial relevância, dado seu volume). Essa aproximação emerge dos documentos diplomáticos como uma tentativa de abrir portas para as pretensões imperiais do reino italiano.

Mais do que criar laços com grupos que tinham suas origens datadas do final do século XIX ou que eram compostos majoritariamente por descendentes, seria pois necessário criar nesses locais algo próximo daquilo que Anderson (1989) denominou *comunidades políticas imaginadas*, com um elemento acrescido a esse processo – o da distância territorial existente entre a nação e sua ‘comunidade’.

Tal percurso levou-nos a recorrer ao clássico da Antropologia Social “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*” de Frederik Barth (1998), utilizando-o assim como uma das bases teóricas de nosso argumento, visto que a mesma obra permite-nos refletir sobre processos de construções de etnicidades nos quais o contato entre grupos é parte fundante de toda comunidade de base étnica, característica central em todo e qualquer fenômeno de deslocamento populacional de massas, tal como o fora o fenômeno migratório iniciado nos últimos trinta anos do século XIX e que se estenderia até a década de 30 do século XX, palco histórico e social no qual a Itália viria desempenhar um dos principais papéis.

A aproximação da nação italiana de sua diáspora teve algum êxito somente a partir do momento em que o regime de Benito Mussolini soube reinstalar sua península no centro das relações

internacionais, pelo menos no nível do discurso e por meio de uma incansável propaganda, a qual sem dúvida manipulava todo um conjunto simbólico específico capaz de azeitar um processo histórico interno que, por décadas, patinara na instabilidade política da península itálica – o contexto de sua unificação.

Esse conjunto simbólico seria especialmente manuseado em relação aos negócios exteriores da Itália, processo no qual ganharia destaque uma série de eventos técnicos, científicos e culturais patrocinados ao redor do mundo pelo governo fascista italiano, com o Cone Sul recebendo atenção especial. Os referidos eventos foram detalhadamente analisados no capítulo III deste trabalho, momento no qual buscamos uma aproximação com o clima de uma São Paulo que não ficaria incólume a tais ações.

A partir de um exame mais minucioso, começamos a compreender que ações desse tipo conseguiram, de algum modo, atingir os objetivos arquitetados pelas autoridades italianas, tocando assim os corações e as mentes ‘italianas’ fixadas em territórios estrangeiros, principalmente ao reforçar o binômio Itália=Fascismo, largamente difundido no interior do território italiano e que, em terras estrangeiras, assumiria uma forma não prevista por aqueles que o administravam. Pois, apesar dos esforços concentrados pelas mesmas autoridades, a resposta do grupo migrante fixado em São Paulo não se consubstanciou numa adesão ideológica ao regime, tendo gerado uma simpatia difusa por todo o grupo, o qual utilizava a imagem da Itália fascista como um trunfo em seu contato com a sociedade receptora, como foi demonstrado no capítulo IV.

Ao constatarmos que os corações e mentes de nosso objeto de estudo foram assim atingidos pelas ações das autoridades fascistas, demos um passo à frente, procedendo à análise das relações diplomáticas entre Brasil e Itália com o fito de aprofundar nossa compreensão desses objetivos e de nos aproximarmos ainda mais da perspectiva italiana para o fenômeno migratório.

Assim deparamo-nos com uma noção instrumental do fenômeno migratório, já que o governo fascista - como ficaria claro ao longo de nossa análise da extensa documentação diplomática depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty - enxergava a possibilidade de sobrepor a tais ações seus objetivos imperialistas de expansão ao fenômeno migratório, dado concreto e irrefutável quando o fascismo ascende ao poder na península itálica.

Nas próprias palavras de Mussolini e de sua chancelaria, o fenômeno migratório era vital para a Itália, tanto em termos de equilíbrio demográfico, como e principalmente no sentido de estabelecer uma porta de entrada para a expansão territorial do reino de Vittorio Emanuele III. Ficou-nos pois evidente

o quão fundamentais eram as políticas de criação e consolidação da italianidade pelo mundo afora, pois de que outro modo pensar e expressar suas pretensões expansionistas - que utilizavam os grupos migrantes como meio para logr  -las - em locais onde o sentimento de ser italiano ainda era pouco consistente e factível ? Contudo as pretensões fascistas encontrariam uma dificuldade não prevista pelas políticas forjadas para tal fim : o uso instrumental da italianidade pelo grupo migrante fixado em São Paulo.

Sem d  vida nenhuma, o fascismo ganharia adeptos entre os ‘italianos’ fixados na cidade de São Paulo, contudo não no sentido da conversão ideológica pretendida pelas autoridades ligadas ao *PNF*. O binômio It  lia=Fascismo funcionaria assim em terras tropicais a partir de uma perspectiva completamente diversa daquela difundida na Itália, criando a positividade de ser italiano numa sociedade em que, até então, essa categoria era encoberta pelo preconceito e pelo desprezo. Ser fascista, ou pelo menos simpatizante contemplativo do regime, dotava o migrante de um trunfo importante numa sociedade – a brasileira - que valorizava grupos estrangeiros que aceitassem participar de seu processo assimilatório, assunto amplamente discutido no capítulo II deste trabalho.

Portanto, o fascismo credenciava o grupo migrante a reivindicar uma posi  o de destaque dentro do caldeamento cultural brasileiro, no que foi prontamente atendido em suas aspira  es por parte das autoridades brasileiras, que sempre idealizaram o processo assimilacionista de migrantes no Brasil como ocorrendo por meio da miscigena  o entre o nativo e elementos com elevada moral e cultura, imagem amplamente apregoada e difundida pelas autoridades fascistas, ao vincularem o regime de Benito Mussolini    tradi  o do Império Romano, berço da civiliza  o ocidental.

O próprio grupo migrante italiano, a partir daquele momento histórico, começava a fazer questão de conectar-se    na  o italiana, e sua adesão, ainda que parcial, ao regime fascista era a única forma capaz de estabelecer uma ponte com a Itália, idéia que a própria propaganda fascista não se cansava de repetir, a fim de consolid  -la nas mentes e nos cora  es dos indivíduos que compunham esse grupo social de base étnica.

Assim sendo, qual migrante não gostaria de conquistar a ‘credencial’, dentro do contato étnico cotidiano t  pico da sociedade paulistana das décadas de 20 e 30, de ser originário de uma pátria que, por exemplo, em 1935, indicava o líder supremo do movimento fascista para concorrer ao Pr  mio Nobel da Paz (Ofícios – Roma, 14/1/1935) ? Ou, pelo menos, de ser identificado com um dos bastiões da civiliza  o ocidental, como apregoava o fascismo, no seio de uma sociedade que enxergava o

fenômeno migratório como uma das vias primordiais para alcançar a modernidade e o desenvolvimento
- eterna utopia em terras tapuias?

Referências Bibliográficas

I. Livros, Teses, Dissertações e Artigos

ALVIM, Zuleika – 1986 – **Brava Gente! Os Italianos em São Paulo** – São Paulo : Editora Brasiliense.

AMORIM, Aluizio B. – 2000 – **Nazismo em Santa Catarina** – Florianópolis : Editora Insular.

ANDERSON, Benedict – 1989 – **Nação e Consciência Nacional** – São Paulo : Editora Ática.

ANDRADE, Mário – 1986 – **Macunaíma. O Herói sem Nenhum Caráter.** – 22^a edição, Belo Horizonte : Editora Itatiaia.

ANTUNES, P. C. Azevedo – 1926 – **Eugenia e Imigração** – São Paulo : Faculdade de Medicina de São Paulo, Tese de Doutorado.

ARAÚJO, José Renato de Campos – 1999 – “*Associações e Etnia: O Palestra Itália*” in **Travessia. Revista do Migrante**, 34 – CEM. Centro de Estudos do Migrante : São Paulo.

ARAÚJO, José Renato de Campos & **SALLES**, Maria do Rosário R. – 1999 – “*Abdelmalek Sayad, um “Escrivão Público”*” in **Revista USP**, 41 – São Paulo : Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, José Renato de Campos – 2000 – **Imigração e Futebol: O Caso Palestra Itália** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

AZEVEDO, Célia Maria M. de – 1987 – **Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites. Século XIX** – Rio de Janeiro : Paz e Terra.

BACELAR, Jeferson – 1994 – **Galegos no Paraíso Racial** – Salvador : Ianamá / CEAO / CED

BAILY, Samuel L. & **RAMELLA**, Franco (editors) – 1988 – **One Family, Two Worlds. An Italian Family's Correspondence Across the Atlantic, 1901–1922** – New Brunswick and London : Rutgers University Press.

BANANÉRE, Juó – 1966 - **La Divina Incrência** – 2^a. edição, São Paulo : Editor Folco Masucci.

BANTON, Michael – 1977 – **A Idéia de Raça** – Lisboa : Edições 70

BARTH, Frederik – 1998 – “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*” in **POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. – Teorias da Etnicidade** – São Paulo : Editora da Unesp.

BASTOS, Elide Rugai – 1986 – **Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira** - São Paulo : PUC/SP, Tese de Doutorado

BASTOS, Élide Rugai & **MORAES**, João Quartim (orgs.) – 1993 – **O Pensamento de Oliveira Vianna** – Campinas : Editora da UNICAMP.

BASTOS, Elide Rugai – 1993 – “*Oliveira Vianna e a Sociologia no Brasil*” in **BASTOS**, Élide Rugai & **MORAES**, João Quartim (orgs.) – **O Pensamento de Oliveira Vianna** – Campinas : Editora da UNICAMP.

BERTONHA, João Fábio – 1998 – **Sobre o Signo do Fascio: o Fascismo, os Imigrantes Italianos e o Brasil, 1922–1943** – Campinas : IFCH/UNICAMP, Tese de Doutorado.

BERTONHA, João Fábio – 1999 – **Sob a Sombra de Mussolini. Os Italianos de São Paulo e a Luta Contra o Fascismo, 1919–1945** – São Paulo : Annablume Editora : FAPESP.

BOLAFFI, Gabriel – 2000 – **A Saga da Comida. Receitas e História.** – São Paulo : Editora Record.

BOSI, Ecléa – 1994 – **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos** – São Paulo : Companhia das Letras.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues – 1986 – **Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência Cultural** – São Paulo : Editora Brasiliense.

CANNISTARO, Philip V. – 1975 – “*Fascism and Italian-Americans in Detroit, 1933–1935*” in **International Migration Review**, IX:1, Spring.

CANO, Wilson – 1983 – **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo** – São Paulo : Editora T. A. Queiroz.

CAPELATO, Maria Helena & **PRADO**, Maria Ligia - 1980 - **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal “O Estado de São Paulo”** - São Paulo : Alfa-Ômega.

CAPELATO, Maria Helena - 1989 - **Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945** - São Paulo : Editora Brasiliense.

CARELLI, Mário – 1988 – **Carcamano e Comendadores: Os Italianos de São Paulo. Da Realidade à Ficção.** – São Paulo : Editora Ática.

CARNEIRO, Maria L. Tucci – 1995 – **O Anti-Semitismo na Era Vargas** – São Paulo : Editora Brasiliense.

CARNEIRO, Maria L. Tucci – 1997 – **Livros Malditos, Idéias Proibidas. O Deops e as Minorias Silenciadas** – São Paulo : Estação Liberdade / Arquivo do Estado / SEC.

CARVALHO, José Murilo de – 1987 – **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República Que Não Foi** – São Paulo : Companhia das Letras

CARVALHO, José Murilo de – 1993 – **A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil** – São Paulo : Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de – 1993 – “*A Utopia de Oliveira Vianna*” in **BASTOS**, Élide Rugai & **MORAES**, João Quartim (orgs.) – **O Pensamento de Oliveira Vianna** – Campinas : Editora da UNICAMP.

CASTELLS, Manuel – 1999a – **A Sociedade em Rede** – São Paulo : Editora Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel – 1999b – **O Poder da Identidade** – São Paulo : Editora Paz e Terra.

CECCHI, Camilo – 1957 – “*Estudo Comparativo da Assimilação e Marginalidade do Imigrante Italiano*” in **Sociologia**, XIX:2, São Paulo.

CECCHI, Camilo – 1959 – “*Determinantes e Características da Emigração Italiana*” in **Sociologia**, XXI:1, São Paulo.

CECCHI, Camilo – 1967 – “*L’Identificazione Etnica Nella Seconda e Terza Generazione Degli Emigrati*” in **Studi Emigrazione**, Giugno, Anno IV, Roma.

CENNI, Franco – 1975 – **Italianos no Brasil** – São Paulo : Editora Martins Fontes/Edusp.

CERVO, Amado L. – 1992 – **O Brasil e a Itália. O Papel da Diplomacia.** – Brasília : Editora da UnB.

CHIARINI, Ana Maria – 1992 – **Imigrantes e Italiani All’Estero: Os Diferentes Caminhos da Italianidade** – Campinas : IFCH/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, Dep. de Antropologia.

CONSOLMAGNO, Marina – 1993 – **Fanfulla: Perfil de um Jornal de Colônia (1893-1915)** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Área de História Social.

CONSTANTINO, Núnica S. – 1986 – “*Italianos em Núcleos Urbanos e na Capital do Rio Grande do Sul*” in **Estudos Ibero-Americanos**, XII:1/julho, Porto Alegre.

CORRÊA, Anna Maria Martinez – 1976 – **A Rebelião de 1924 em São Paulo** – São Paulo : HUCITEC.

CORRÊA, Mariza – 1988 – “*Traficantes do Excêntrico. Os Antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60*” in **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 6, São Paulo.

CORNWELL, John – 2000 – **O Papa de Hitler. A História Secreta de Pio XII** – Rio de Janeiro : Editora Imago.

COULON, Alain – 1995 – **A Escola de Chicago** – Campinas : Papirus Editora.

CUNHA, Euclides – 1946 – **Os Sertões (Campanha de Canudos)** – 19ª edição, Rio de Janeiro : Livraria Francisco Alves.

CUNHA, Olívia M. G. da – 1999 – “*Sua Alma em sua Palma: Identificando a ‘raça’ e Inventando a Nação*” in **PANDOLFI**, Dulce (org.) – **Repensando o Estado Novo** – Rio de Janeiro : Editora FGV.

CUNHA, Manoela Carneiro da – 1986 – **Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade** – São Paulo : Editora Brasiliense/EDUSP.

DA MATTA, Roberto – 1979 – “*Você sabe com quem está falando?*” In **DA MATTA**, Roberto – **Carnavais, malandros e heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro** – Rio de Janeiro : Zahar Editores

DA MATTA, Roberto – 1984 – **Relativizando: Uma Introdução a Antropologia Social** – Petrópolis : Editora Vozes.

DAVIS, Mike – 1990 – **City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles** – New York and London : Verso.

DE BONI, Luis (org.) – 1990 – **A Presença Italiana no Brasil** – Porto Alegre : Editora da Escola Superior de Teologia / Fondazione Giovanni Agnelli.

DEAN, Warren – 1971 – **A Industrialização de São Paulo** – São Paulo : DIFEL.

DEAN, Warren – 1974 – **Remittances of Italian Immigrants: from Brazil, Argentina, Uruguay and USA, 1884-1914.** – New York : New York University

DE FELICE, Renzo – 1965 – **Mussolini il Rivoluzionario : 1883-1920** – 5ª ed. - Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1966 - **Mussolini il Fascista. La Conquista Del Potere : 1921-1925** – Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1968 – **Mussolini il Fascista. L’Organizzazione dello Stato Fascista (1925-1929)** – Torino : Einaudi

DE FELICE, Renzo – 1974 – **Mussolini il Duce. Gli anni del consenso: 1929-1936** - Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1981 – **Mussolini il Duce. Lo Stato totalitario: 1936-1940** – Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1996a – **Mussolini L’Alleato. L’Italia in Guerra, 1940-1943 : dalla guerra breve alla guerra lunga** - Torino : Einaudi.

DE FELICE, Renzo – 1996b – **L’Italia in Guerra, 1940-1943 : crisi e agonia del regime** – Torino : Einaudi

DE FELICE, Renzo – 1997 – **La Guerra Civile, 1943-1945** – Torino : Einaudi.

DE PINEDO, F. – 1928 – **Mi Vuelo Atraves del Atlantico y de las Dos Americas** – Buenos Aires : Bibliofilo

DEVOTO, Fernando e ROSOLI, Gianfausto – 1985 – “*Participacion y Conflictos en las Sociedades Italianas de Socorros Mutuos*” in ***La Inmigración Italiana en la Argentina*** – Buenos Aires : Editorial Biblos.

DI LEONARDO, Micaela – 1984 – **The Varieties of Ethnic Experience. Kinship, Class, and Gender Among California Italian–Americans** – London : Cornell University Press Ltd..

DIEGUES Jr., Manuel – 1964 – **Imigração, Urbanização e Industrialização: Estudo Sobre Alguns Aspectos da Contribuição Cultural do Imigrante no Brasil** – Rio de Janeiro : Centro de Pesquisas Educacionais/ Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC.

DURHAM, Eunice Ribeiro – 1960 – **Assimilação e Mobilidade: História do Imigrante Italiano em um Município Paulista** – São Paulo : IEB/USP.

DURKHEIM, Emile – 1996 – **As Formas Elementares da Vida Religiosa** – São Paulo : Editora Martins Fontes.

FAUSTO, Boris – 1978 – **Revolução de 1930: Historiografia e História.** – São Paulo : Editora Brasiliense.

FAUSTO, Boris – 1983 – **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890–1920)** – São Paulo : Difel Difusão Editorial S.A..

FAUSTO, Boris – 1984 – **Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880–1924)** – São Paulo : Editora Brasiliense.

FAUSTO, Boris – 1991 – **Historiografia da Imigração para São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

FAUSTO, Boris; TRUZZI, Oswaldo; GRÜN, Roberto & SAKURAI, Célia – 1995 – **Imigração e Política em São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré/Editora da UFSCar.

FAUSTO, Boris – 1997 – **Negócios e Ócios. Histórias da Imigração** – São Paulo : Companhia das Letras.

FELDMAN–BIANCO, Bela – 1992 – “*Multiple layers of time and space: the construction of class, ethnicity, and nationalism among Portuguese immigrants.*” in **GLICK–SHILLER, N.; BASCH, L. & BLANC–SZANTON, C.** – **Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered** – New York : The New York Academy of Sciences.

FELDMAN–BIANCO, Bela – 1995 – “*The state, saudade and dialectics of desterritorialization and retorritorialization*” in **Oficina do CES**, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, vol46.

FELDMAN-BIANCO, Bela & **HUSE**, Donna. – 1993 – “*A saudade cultural e experiências de imigrantes portugueses na intersecção cultural. Identidade, Imigração e Memória.*” in **Publicação do Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná**, Maio.

FLORENZANO, Éverton & **JARDIM Jr.**, David – 1998 – **Dicionário Ediouro. Italiano-Português, Português-Italiano** – 10ª edição, São Paulo : Ediouro.

FOERSTER, Robert F. – 1919 – **The Italian Emigration of Our Times** – Cambridge : Mass.

FONSECA, Cristina – 2001 – **La Divina Increnca / Juó Bananère. O Abuso da Blague** – São Paulo : Editora 34.

FREYRE, Gilberto de Mello – 1936 – **Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal** – 2ª edição – Rio de Janeiro : Editora Schmidt

GABACCIA, Donna R. – 1984 – **From Sicily to Elizabeth Street. Housing and Social Change Among Italian Immigrants, 1880–1930** – Albany : Staty University of New York Press.

GALLO, Max – 1966 – **L'Italie de Mussolini. Vingt ans d'ère Fasciste** – Paris : Verviers, Gérard et Cie.

GENTILE, Emilio & **DE FELICE**, Renzo – 1988 – **A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo** – São Paulo : Ícone Editora.

GLICK-SHILLER, N.; **BASCH**, L. & **BLANC-SZANTON**, C. – 1992 – **Towards a Transnational Perspective on Migration. Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered** – New York : The New York Academy of Sciences.

GRÜN, Roberto – 1992 – **Negócios e Famílias: Armênios em São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

GUIBERNAU, Montserrat – 1997 – **Nacionalismos. O Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX.** – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor.

HALL, Michael – 1979 – “*Italianos em São Paulo*” in **Anais do Museu Paulista**, 29, São Paulo.

HALL, Michael – 1989 – **Trabalhadores Imigrantes** – Série Trabalhadores, Campinas : Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Campinas.

HARVEY, David – 1992 – **A Condição Pós Moderna** – São Paulo : Edições Loyola.

HOBSBAWM, Eric – 1984 – **A Invenção das Tradições** – Rio de Janeiro : Editora Paz e erra.

HOBSBAWM, Eric – 1991 – **Nações e Nacionalismo desde 1780** – Rio de Janeiro : Editora az e Terra.

HOBBSBAWM, Eric – 1995 – **A Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914–1991)** – São Paulo : Companhia das Letras.

HOLLOWAY, Thomas – 1984 – **Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886–1934** – Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra.

HOMEM, Maria Cecília Naclerio – 1982 – **A Ascensão do Imigrante e a Verticalização de São Paulo: O Prédio Martinelli e sua História** – São Paulo : FFCHL/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. História,.

HUTTER, Lucy Maffei – 1972 – **Imigração Italiana em São Paulo (1880–1889): Os Primeiros Contatos do Imigrante com o Brasil** – São Paulo : IEB/USP.

HUTTER, Lucy Maffei – 1982 – **Imigração Italiana em São Paulo (1902–1914). O Processo Imigratório** – São Paulo : IEB/USP.

IANNI, Constantino – 1963 – **Homens sem Paz: Os Conflitos e os Bastidores da Imigração** – São Paulo : DIFEL.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – 1941 – **Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Restrospectivos nº 1.** – Separata do Anuário Estatístico do Brasil. Ano V. 1939/1940. Rio de Janeiro.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – 1987 – **Estatísticas Históricas do Brasil** – Séries Estatísticas Retrospectivas, Volume 3; Séries Econômicas, Demográficas e Sociais (1550 a 1985). Rio de Janeiro.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA – 1991 – **História Geral da Aeronáutica Brasileira, V. 2** – Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica : Rio de Janeiro.

KEHL, R. – 1929 – **Lições de Eugenia** – Rio de Janeiro : Editora Livraria Francisco Alves.

KLEIN, Herbert S. – 1989 – “*A Integração dos Imigrantes Italianos no Brasil, na Argentina e Estados Unidos*” in **Novos Estudos**, 25. CEBRAP. São Paulo.

KLEIN, Herbert S. – 1994 – **A Imigração Espanhola no Brasil** – São Paulo : Editora Sumaré.

LESSER, Jeffrey – 1995 – **O Brasil e a Questão Judaica** – Rio de Janeiro : Editora Imago.

LESSER, Jeffrey – 2001 - **A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil** – São Paulo : Editora Unesp.

LOVE, Joseph – 1982 – **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889–1937** – Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra,.

LUCA, Tânia Regina de – 1988 – **O Mutualismo em São Paulo: O Sonho do Futuro Assegurado** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. de História.

LUIZETTO, Flávio – 1975 – **Os Constituintes em Face da Imigração. Estudo sobre o Preconceito e a Discriminação Racial e Étnica na Constituinte de 1934** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. de História.

MARAM, Sheldom – 1979 – **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário no Brasil**, Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra.

MARQUES, Vera Regina B. – 1994 – **A Medicalização da Raça. Médicos, Educadores e Discurso Eugênico** – Campinas : Editora da Unicamp.

MARTINS, José de Souza – 1973 – **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário** – São Paulo : Editora Pioneira.

MARTINS, José de Souza – 1981 – “*Empresários e Trabalhadores de Origem Italiana no Desenvolviemnto Industrial Brasileiro, Entre 1880 e 1914: O Caso de São Paulo*” in **Dados** 2:24. Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza – 1973 – **Conde Matarazzo. O Empresário e a Empresa** – São Paulo : HUCITEC.

MARTINS, José de Souza – 1992 – **Subúrbio: Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo.** – São Paulo : HUCITEC.

MILLIET, Sergio – 1938 – **Roteiro do Café: Análise Histórico-Demográfica da Expansão Cafeeira no Estado de São Paulo** – São Paulo:[s.n.].

MOTTA, Marly Silva da – 1992 – **A Nação faz Cem Anos. A Questão Nacional no Centenário da Independência** – Rio de Janeiro : CPDOC / Editora da Fundação Getúlio Vargas.

MUSSOLINI, Benito – 1934 – **Scritti e discorsi** – Milano : Ulrico Hoepli.

NANNE, Kaíke – 1997 – “*JAHÚ - a aventura do pioneiro esquecido*” in **Os Caminhos da Terra**. Editora Peixes : São Paulo

NELLI, Humbert S. – 1983 – **From Immigrants to Ethnics. The Italian Americans** – New York : Oxford University Press.

NEWTON, Ronald C. – 1992 – “*¿Patria? ¿Cuál Patria?. Italo-argentinos y Germano-argentinos en la era de la renovación nacional fascista, 1922-1945*” in **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, 22 – Buenos Aires : CEMLA.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha – 1984 – **Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil** – São Paulo : Centro de Estudos Nipo-Brasileiros : Massao Ohno Editor.

NOVAIS, Fernando A. – 1998 – **História da Vida Privada no Brasil (v.3). República: da Belle Epoque a Era do Rádio** – São Paulo : Companhia das Letras.

- ORTIZ**, Renato – 1985 – **Cultura Brasileira e a Identidade Nacional** – São Paulo : Brasiliense.
- PANDOLFI**, Dulce (org.) – 1999 – **Repensando o Estado Novo** – Rio de Janeiro : Editora FGV.
- PARIS**, Robert – 1993 – **As Origens do Fascismo** – São Paulo : Editora Perspectiva.
- PETERSEN**, W.; **NOVAK**, M. & **GLEASON**, P. – 1982 – **Concepts of Ethnicity** – Harvard University Press : Cambridge
- PINTO**, Maria Inez M. B. – 1984 – **Cotidiano e Sobrevivência. A vida do trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890 a 1914** – São Paulo : FFLCH/USP, Tese de Doutorado, Dep. História.
- PIORE**, M. – 1979 – **Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies** – Cambridge : Cambridge University Press.
- PIORE**, Michael J. & **SABEL**, Charles – 1984 – **The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity** – New York : Basic Books, Inc., Publishers.
- PRADO Jr.**, Caio – 1983 – **A Cidade de São Paulo. Geografia e História** – Coleção Tudo é História nº 78, São Paulo : Editora Brasiliense.
- POUTIGNAT**, P. & **STREIFF-FENART**, J. – 1998 – **Teorias da Etnicidade** – São Paulo : Editora da Unesp.
- REIS**, Rossana Reis & **SALES**, Teresa (orgs.) – 1999 – **Cenas do Brasil Migrante** – São Paulo : Boitempo Editorial.
- RIBEIRO**, Maria Therezinha Janine – 1985 – **Desejado e Temido. Preconceito contra o Imigrante Italiano na Primeira República** – São Paulo : FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, Dep. de História.
- RIOS**, José Arthur – 1958. "*Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*" in **Sociologia**, 20: 3 e 4, São Paulo.
- ROBSON**, Mark – 1992 – **Italy: Liberalism and Fascism 1870-1945** - London : Hodder & Stoughton.
- ROCHER**, Guy – 1976 – **Talcott Parsons e a Sociologia Americana** – Rio de Janeiro : Editora Francisco Alves.
- ROSOLI**, Gianfausto (org) – 1987 – **Emigrazione Europee e Popolo Brasiliano** – Roma : Centro Studi Emigrazione.
- ROSOLI**, Gianfausto – 1987 – "*Le relazioni tra Italia e Brasile e le questioni dell'emigrazione (1889-1896)*" in **ROSOLI**, Gianfausto (org) – **Emigrazione Europee e Popolo Brasiliano** – Roma : Centro Studi Emigrazione.

SAKURAI, Célia – 1993 – **Romanceiro da Imigração Japonesa** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

SAKURAI, Célia – 2000 – **Imigração Tutelada: os Japoneses no Brasil** – Campinas : Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP,.

SALES, Teresa – 1998 – **Brasileiros Longe de Casa** – São Paulo : Cortez Editora.

SALLES, Maria do Rosário R. – 1997 – **Médicos Italianos em São Paulo (1890-1930)** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré.

SALGADO, Plínio – 1926 – **O Estrangeiro (Chronica da Vida Paulista)** – São Paulo : Helios Ltda.

SANTOS, Carlos J. F. dos – 1998 – **Nem Tudo Era Italiano. São Paulo e Pobreza (1890 – 1915)** – São Paulo : Annablume/FAPESP.

SANTOS, Miriam de Oliveira – 2002 – **A influência da Festa da Uva na construção da identidade dos ‘italianos’ de Caxias do Sul** – mimeo, Caxambu : XXVI Encontro Anual AMPOCS.

SANTOS, Viviane T. – 2001 – **Os Seguidores do Duce: os Italianos Fascistas no Estado de São Paulo (Módulo V – Italianos)** – São Paulo : Arquivo do Estado/Imprensa Oficial.

SASSEN, Saskia – 1991 – **The Global City** – Princeton, N.J. : Princeton University Press.

SASSEN, Saskia – 1994 – **Cities in a World Economy** – California : Pine Forge Press, Thousand Oaks.

SASSEN, Saskia – 1988 – **The Mobility of Labor and Capital. A Study in International Investment and Labor Flow** – Cambridge : Cambridge University Press.

SAYAD, Abdelmalek – 1999 – **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade** – São Paulo : EDUSP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, – 1993 – **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930** – São Paulo, SP : Companhia das Letras.

SEGRE, Claudio G. – 1990 – **Italo Balbo. A Fascist Life** – Berkeley : The University California Press.

SEITENFUS, Ricardo A. S. – 1990 – “*As Relações entre Brasil e Itália no Período 1918-1939*” in **DE BONI, Luis A.(org.) A Presença Italiana no Brasil, vol.II.** – Porto Alegre, Torino : Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli.

SEVCENKO, Nicolau – 1992 – **Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20** – São Paulo : Companhia das Letras.

SEVCENKO, Nicolau– 1998 – “*O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso*” in **NOVAIS**, Fernando A. – **História da Vida Privada no Brasil (v.3). República: da Belle Epoque a Era do Rádio**– São Paulo : Companhia das Letras.

SEYFERTH, Giralda – 1982 – **Nacionalismo e Identidade Étnica** – Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura.

SEYFERTH, Giralda – 1994 – “*A Identidade Teuto-Brasileira numa Perspectiva Histórica*” in **MAUCH**, C. & **VASCONCELLOS**, N. (org.) – **Os Alemães no Sul do Brasil** – Canoas : Editora da ULBRA.

SEYFERTH, Giralda – 1999 – “*Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*” in **PANDOLFI**, Dulce (org.) – **Repensando o Estado Novo** – Rio de Janeiro : Editora FGV.

SEYFERTH, Giralda – 2000 – **Assimilação dos Imigrantes no Brasil: Inconstâncias de um Conceito Problemático** – mimeo, Petrópolis : XXIV Encontro Anual ANPOCS

SEYFERTH, Giralda – prelo – “*Colonização e Política Imigratória no Brasil Imperial*” in **SALES**, Teresa & **SALLES**, Maria do R. R. (orgs.) – **Políticas Migratórias - América Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior** – São Paulo : Editora Sumaré/FAPESP.

SKIDMORE, T. – 1989 – **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro** – São Paulo : Paz e Terra.

STOLCKE, Verena & **HALL**, Michael – 1984 – “*A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo*” in **Revista Brasileira de História – À Lucta, Trabalhadores!** – São Paulo : Editora Marco Zero,.

TILLY, Charles – 1990 – “*Transplanted Networks*” in **YANS-McLAUGHLIM**, Virginia – **Immigration Reconsidered. History, Sociology and Politics.** – New York : Oxford University Press.

TOSCANO, Mario – 1980 – “*Il Fascismo e L’Estado Novo*” in **DE FELICE**, Renzo – **L’Emigrazione Italiana in Brasile (1880–1978)** – Fondazione Giovanni Agnelli, Torino.

TRENTO, Ângelo – 1988 – **Do Outro Lado do Atlântico** – São Paulo : Nobel/Instituto de Cultura de San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro.

TRENTO, Ângelo – 1993 – **Fascismo Italiano** – São Paulo : Editora Ática.

TRUZZI, Oswaldo – 1990 – “*Imigrantes Italianos no Interior de São Paulo*”, in **DE BONI**, Luis A.(org.) **A Presença Italiana no Brasil, vol.II.** – Porto Alegre, Torino : Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli.

TRUZZI, Oswaldo – 1992 – **De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo** – São Paulo : Fapesp/Editora Sumaré..

TRUZZI, Oswaldo – 1997 – **Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo** – São Paulo : Hucitec

TRUZZI, Oswaldo – 2001 – “*Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo*” in **Revista Estudo Históricos**, 28:2001/2, CPDOC/FGV.

VALERIO, Gianina – 1960 – “*A Emigração Italiana para o Brasil (Notas e Observações)*” in **Revista de História**, 40:Separata, São Paulo.

VIANNA, Oliveira – 1932 – **Raça e Assimilação** – São Paulo : Editora Nacional.

WATERS, Mary C. – 1990 – **Ethnic Options: Choosing Identities in America** – Berkeley, Los Angeles : University of California Press.

WEBER, Max – 1944 – **Economia y Sociedad** – Ciudad del México : Fondo de Cultura Económica.

WILLEMS, Emílio – 1940 – **Assimilação e Populações Marginais no Brasil** – São Paulo : Editora Nacional.

YANS-McLAUGHLIM, Virginia – 1990 – **Immigration Reconsidered. History, Sociology and Politics** – New York, Oxford University Press.

ZORBAUGH, H. – 1929 – **The Gold Coast and the Slum: A Sociological Study of Chicago's near North Side** – Chicago, University of Chicago Press.

II. Documentos Eletrônicos

ABL (Academia Brasileira de Letras) – 2002a – www.academia.org.br
(*página visitada e utilizada: <http://www.academia.org.br/imortais.htm> verbete – Coelho Neto*)

ABL (Academia Brasileira de Letras) – 2002b – www.academia.org.br
(*página visitada e utilizada: <http://www.academia.org.br/imortais.htm> verbete – José Carlos de Macedo Soares*)

ANPI (Associazione Nazionale Partigiani D'Italia) – 2002 – www.anpi.it

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil) – 2002 – www.cpdoc.fgv.br
(*página visitada e utilizada: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, Biografias - verbete - Fernando de Azevedo*)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – 2001 – **Censo Demográfico 2000** – www.ibge.gov.br

MICHAELIS – 2003 – Editora Melhoramentos – www.uol.com.br/michaelis
(*página visitada. <http://www.uol.com.br/michaelis/expressoes.htm>*)

MINISTERO DELLA DIFESA – 2002 – www.difesa.it

(página visitada e utilizada:
[www.aeronautica.difesa.it/Storia/personaggi/personaggi\(De%20Pinedo\).html](http://www.aeronautica.difesa.it/Storia/personaggi/personaggi(De%20Pinedo).html))

MRE (Ministério das Relações Exteriores) – 2002 – www.mre.gov.br

(página visitada e utilizada:

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/estrut/eorg/unidest/pitarj/apresent.htm#museu>)

PROSSIGA (MCT/CNPq/IBICT)– 2002 – www.prossiga.br

(página visitada e utilizada: <http://www4.prossiga.br/chagas/traj/links/textos/arthur.html>)

USP (Universidade de São Paulo) – 2002a – www.usp.br

(página visitada e utilizada <http://www.usp.br/fm/sobre/historico/historico.htm>)

USP (Universidade de São Paulo) – 2002b – www.usp.br

(página visitada e utilizada <http://netsim.fm.usp.br/dim/homepage/b214/iof.htm>)

II. Dicionários

AMENDOLA, João – 1961 - **Dicionário Italiano Português** – São Paulo : Editora Fulgor.

HOUAISS, Antônio; **VILLAR**, Mauro de S. & **FRANCO**, Francisco M. de M. – 2001 – **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – 1ª Edição, Rio de Janeiro : Editora Objetiva.

OS DEZ PRIMEIROS ANOS DA IMIGRAÇÃO RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Arthur Bl. Rambo

Considerações introdutórias.

A transposição de migrantes, emigrantes ou imigrantes, dependendo do ponto de vista que se olha, vem acompanhado de duas dimensões. De um lado o migrante que parte para não retornar, em outras palavras, de estabelecer-se em outra parte, país ou continente, deixa para trás toda uma história e pouco a pouco distancia-se das suas raízes. Em contrapartida é forçado a se inserir num outro ambiente geográfico, num outro contexto social, numa outra tradição cultural.

Esta caminhada dos imigrantes assume proporções mais ou menos acentuadas de acordo com as situações em que essa trajetória acontece. De importância no caso, é sem dúvida, a distância que separa a terra de origem da terra do destino. E neste particular cabe um papel importante à época histórica em que aconteceu a imigração. Estes dois fatores combinados significam um dos elementos talvez mais decisivos e radicais que determinam o ritmo do afastamento das raízes e a inserção na nova realidade. Exemplificando. O emigrante que no século dezoito partia da Europa viajava para a América do Norte, por ex., em veleiros e depois passava meses, anos e até o resto da vida sem se comunicar com os parentes e amigos da terra de origem. Retornar em definitivo ou para uma visita nem pensar. Entre o ponto de partida de a terra de destino, a barreira intransponível do oceano, a erradicação de um lado era inevitável e o enraizamento do outro acontecia compulsoriamente, acompanhado de todos os traumas imagináveis. Com os emigrantes do começo do século que dispunham navios a vapor para cruzar o oceano e trens para levá-los para o interior das novas terras, mudara por completo e para melhor.

Um outro fator não pode ser esquecido quando se acompanha os emigrantes que vão estabelecer-se numa terra estranha, é a transposição para um ambiente geográfico diferente. A relevância desta questão assume proporções mais ou menos dramáticas, na medida e que o meio ambiente das terras de origem apresenta características distantes daquelas do destino. Assim por ex., os imigrantes que se estabeleceram nos Estados e Canadá encontraram florestas com uma composição fitogeográfica parecida com a Europa. A maioria das espécies de árvores e a distribuição relativa, tanto das coníferas com das de folhas dos dois continentes, eram bastante semelhantes. O mesmo já não se podia afirmar

do Sul do Brasil. As terras destinadas aos imigrantes estavam cobertas por uma floresta pluvial impenetrável, composta por espécimes desconhecidas para o europeu, e nelas viviam animais, pássaros e insetos também estranhos. Para os imigrantes do sul do Brasil acresceu ainda a necessidade de adaptação á inversão das estações no ciclo anual e a ausência de invernos rigorosos com neve e muito gelo.

Os desafios da primeira década

O primeiro desafio consistiu em aprender a lidar com a mata, como derrubá-la e como livrar-se dos troncos e galhos, para conquistar o chão arável. Neste contexto estabeleceram-se os primeiros contatos com os luso-brasileiros e os índios da região. Deles copiaram os métodos de como criar condições para sobreviver e consolidar a sua situação nessas condições adversas. Aprenderam a limpar o mato com foice para depois derrubar as árvores grandes. Para remover árvores, e arbustos depois de secos os imigrantes recorreram ao método indígena da coivara, a queima do material seco.

O segundo problema a ser resolvido foi mais complicado, porém, de um significado cultural muito mais profundo. Referimo-nos à transferência dos referenciais simbólicos, ligados à floresta, suas árvores, plantas e animais da Europa, para a mata, às árvores, as plantas e animais do Sul do Brasil. A importância do conjunto de processos que acontecem neste particular, não raro escapam ao historiador ou são considerados como de importância menor. Acontece, porém, aí residem elementos explicativos relevantes quando se pretende entender a gênese e a dinâmica dos processos culturais. Começa por aí que o homem vive numa relação existencial, simbiótica com o meio geográfico em que se encontra, tanto a nível biológico, quanto no psicológico, cultural e religioso. É neste sentido que a relação com a natureza, a relação exploratória, a relação prazerosa, a relação hostil, o clima de mistério, moldam os traços e os contornos da paisagem em que o imigrante construiu a sua nova terra natal, a sua nova "Heimat", a sua nova querência. E assim o entorno geográfico deixa de significar um mero potencial para garantir a subsistência, para transformar-se numa paisagem humanizada que chega a um nível tal de abstração que se fala na "paisagem como sendo um estado de espírito."

A outra gama de surpresas que espera o imigrante na sua chegada, são os homens, os povos e as culturas que o esperam. Nenhuma das ondas imigratórias dos últimos séculos encontrou as terras de destino despovoadas. Na América do Norte entraram em condições de superioridade numérica e, principalmente, tecnológica. Os nativos terminaram massacrados, os sobreviventes confinados em

reservas e as culturas reduzidas a curiosidades antropológicas.

Com os imigrantes alemães, italianos, poloneses aqui no sul do Brasil, as coisas deram-se de maneira bem diferente. Encontraram os luso-brasileiros há quase um século solidamente instalados na Província de São Pedro. Concentravam em suas mãos o poder econômico nas estâncias de gado, no comércio com a movimentação de tropas e com as caravanas de mulas que levavam cargas de charque e de couros até as praças do centro do país. Neste contexto os imigrantes alemães foram destinadas as chamadas terras devolutas, numa situação de grupo minoritário. A justaposição geográfica com o entorno luso-brasileiro e o aparente isolamento étnico, cultural e lingüístico, social e político, levaram à interpretação equivocada do imigrante alemão enquistado, fechado sobre si mesmo em suas picadas, irredento, refratário a uma abertura para o mundo que não fosse o dele, desinteressado e alienado das movimentações sociais e políticas em sua volta. Por muito tempo prevaleceu a falsa idéia do imigrante que venceu sozinho e apesar de tudo os desafios da sobrevivência num contexto geográfico e humano hostil, vítima das convulsões sociais e das guerras que intranqüilizaram o sul do Brasil durante o século dezanove. Nada mais equivocado do que esta compreensão da história da imigração alemã.

O trabalho pioneiro mais consistente nesta revisão da relação dos imigrantes alemães com a realidade geográfica e social em que foram inseridos, é o de Marcos Justo Tramontini, uma das grandes esperanças da nova geração de historiadores da imigração, prematuramente falecido de câncer em 2.004. Para a sua tese de doutorado defendida na PUCRS, reuniu um vasto arsenal de fontes de documentos que desmontam a idealização do imigrante alemão quase como que um mero objeto, espectador, vítima, sobrevivente apesar de tudo, das vicissitudes circunstanciais em que foi obrigado a tentar uma nova vida em terras brasileiras. Nesta minha colaboração para o XVII Simpósio de Imigração e Colonização quero apresentar as informações e os registros guardados há pouco mais de um século na sua versão original em alemão, publicada no jornal "Deutsches Volksblatt" de Porto Alegre, no final da década de 1890. Trata-se de uma longa série publicada no citado jornal sob o título "Crônica de Bom Jardim" (Ivoti). Na verdade trata-se de uma minuciosa história regional do vale do Caí e Sinos do século dezanove, escrita pelo Pe. Carl Schlitz, SJ, por um tempo pároco daquela freguesia. Obteve as informações da boca de sobreviventes dos primeiros imigrantes e documentos escritos da época.

O contato com os luso-brasileiros

Nestes dez primeiros anos da imigração os contatos com o mundo luso-brasileiro deram-se no plano da adoção de culturas e hábitos alimentares que, em grande parte formariam a base da subsistência quotidiana e movimentariam em grande parte a economia durante todo o século dezenove e, mesmo ainda hoje, são essenciais. Reproduzo aqui mais ou menos fielmente o que o Pe. Schlitz anotou. Os primeiros contatos com o novo mundo se deram, portanto, no tipo de agricultura que praticavam e na adoção de novos hábitos de alimentação. A este respeito os informantes do Pe. Schlitz descreveram o primeiro contato com a nova terra, destacando que foram alojados num acampamento onde esperaram ansiosamente pelo dia em que lhes seria indicado o local em que construiriam a nova querência:

Aqui ficamos acampados e esperamos ansiosamente pelo dia em que nos seria indicado o local que nos fora destinado. Juno ao Passo na futura São Leopoldo, atravessamos rio e, a pé fomos levados pelo campo até o pé do morro do Lehm. Lá estavam as 26 colônias cobertas de mata fechada a nós destinadas." (D. V. 22.12.1896)

O campo que se vê hoje já existia e estendia-se até o Portão, com uma diferença. O capim aveia cobria-o até perder de vista e nele pastavam numerosas manadas de vacas, bois e cavalos. E que animais! Visivelmente gordos robustos e belos, como hoje só aqui e acolá se podem observar. O gado pertencia a duas estâncias imperiais. Uma situava-se no arroio Wainz e a outra no local onde hoje mora Lourenço Torres. Alumas famílias já se haviam fixado aí. Eram Meclenburgueses, entre elas um certo Berghan, que mais tarde deu o nome à picada. (D. V. 22.12.1896)

Como se pode ver fixaram-se numa área limítrofe ao campo entregue a luso-brasileiros criadores de gado e praticantes de uma agricultura complementar. E os produtos desta agricultura complementar pôs, sem tardar, os imigrantes em contato com este mundo.

Nos domingos marchávamos num longa fila até o Portão, a fim de buscar laranjas para toda a semana. Na segunda feira cedo cada qual providenciava por mantimentos para toda a semana, que consistia, na maioria dos casos, em abóboras compradas na Estância. (...). "No lugar das maravilhas de hoje o hóspede se deparava com o mingau de abóbora e farinha de milho grossa, que durante muito tempo foram os inseparáveis companheiros de mesa. Mesmo que a refeição não tivesse uma aparência apetitosa, ia-

se a ela com não menos entusiasmo e todos exibiam boas energias como o exigiam as tarefas do dia. (D. V. 25.12.1896)

No momento em que um eito de mato fora derrubado para dar lugar às primeiras roças, o imigrante era obrigado a submeter-se a todo um novo aprendizado, cultivando espécies para ele totalmente desconhecidas.

As plantas medravam magnificamente. No início era o feijão de cor, aipim e as indefectíveis abóboras. Desde cedo providenciou-se pelo cultivo de laranjeiras. (...). (D.V. 01.01.1897)

Ao aipim, às abóboras e feijão de cor, somaram-se em breve o feijão preto, a mandioca, o milho, a batata doce e os respectivos subprodutos.

Um dos grandes problemas do começo da imigração era a falta de dinheiro vivo para comprar terras, mercadorias, alimentos, roupas e animais. Esta realidade pôs os primeiros colonos em contato direto com o mundo luso inclusive a língua portuguesa. Vale a pena reproduzir aqui o que o autor das "Crônicas" conta de uma experiência neste sentido.

O grande obstáculo do nosso progresso estava na falta de dinheiro vivo. Com os preços irrisórios da época era possível adquirir tudo com facilidade. Mas como ganhá-lo? Tínhamos ouvido falar que no interior era possível adquirir um bom pedaço de terra, com um contrato de trabalho junto aos grandes estancieiros. Três homens de Bom Jardim aventuraram-se deste tipo de trabalho. Foram Friedrich Cremer, um certo Neulinger e Johannes Finger, na época com 15 anos. Encontraram trabalho na estância do major Adolfo, dez horas distante de São Gabriel. Era uma estância no velho estilo, várias léguas quadradas, na qual eram criados mais de 20.000 cabeças de gado, entre vacas, bois, mulas e em torno de 3.000 cavalos. A estância estava subdivida nos assim chamados currais. Fomos colocados no curral do Pedr. O nosso trabalho consistia, como conta Johann Finger, em abrir valas e abrir uma comprida taipa de pedra. Passamos dez meses nos familiarizando com a vida, os costumes, os hábitos e também um pouco com a língua dos brasileiros. Aquela vida representou para nós uma mudança bem agradável. Comparando a comida com a da mata virgem, vivíamos na abundância. Cada três dias abatia-se uma ou mais reses, havendo carne de sobra.

Aprendemos a fazer churrasco e com o muito treino tornamo-nos mestres nesta arte.
(D.V. 01.01.1879)

Um pouco mais adiante o informante completa a avaliação sobre a estadia na estância:

O que aqui deve ser ressaltado de modo especial, é o fato de que nossa permanência 10 meses no interior da Província, rendeu-nos uma bela soma, para levar de volta para a nossa picada. Com 100 mil réis no bolso foi possível adquirir mais para as nossas famílias do que hoje com cinco contos. É o que aconteceu. Compramos um cavalo e algumas vacas e o trabalho em casa tomou um ritmo acelerado. Porcos e galinhas podiam ser comprados por uns trocados, sob a condição de levar as moedas de bronze para o ato da compra. A maior parte do dinheiro foi gasto em questão de pouco tempo, mas bem bem empregado. Podíamos olhar para o futuro com mais ânimo e mais esperança. (D.V. 08.01.1897)

Como se pode ver nestas poucas amostras que o contato dos imigrantes com o mundo luso e a cultura estancieira se deu deste o início de forma direta e desde muito cedo. Uma outra observação do cronista nos dá uma idéia um pouco mais completa deste contato inicial entre os imigrantes e luso-brasileiros.

Os brasileiros receberam os adventícios com certa demonstração de amizade e, na medida do possível, prestimosos na melhoria das condições. O alemão ouvia com espanto quando, ao admirar o cavalo de um brasileiro, ouvia as palavras: O cavalo é seu. E não se tratava de palavras vazias. No sentido mais cavalheiresco o brasileiro não teria aceito de volta o seu presente. Só mais tarde a generosidade dos filhos da terra sofreu um certo esfriamento. O alemão não imitou o seu modo de proceder, limitando-se a aceitar presentes... (D.V. 12.01.1897)

O contato com os luso-brasileiros deu-se também de uma forma menos visível, porém, constante, a partir do momento em que os colonos alemães dispuseram de algum dinheiro vivo. Adquiriam os animais de tração, de montaria e carga, bois, cavalos e mulas, fornecidos pelas estâncias. Consolidou-se assim um ativo e permanente intercâmbio entre os luso-brasileiros e os imigrantes. Não há necessidade de grandes provas que, num vai e vem constante destes, fluem as simpatias e antipatias étnicas de um

lado para o outro. E, no meio destes entendimentos e desentendimentos, traços culturais culturais estabelecem-se de um lado e de outro e o entendimento se processa aos poucos pelo aprendizado da língua portuguesa por um número crescente de imigrantes e seus filhos.

O contato com os negros escravos

Acontece que os imigrantes alemães conviveram durante os 65 primeiros anos, até o final do Império, com o regime escravocrata. Pergunta-se que tipo de relacionamento tiveram com os negros escravos? Começa por aí que, por lei, o imigrante era proibido de ter escravos. Sabe-se, entretanto, por farta documentação que esta proibição não impediu que muitos imigrantes de maiores posses, como comerciantes, artesão e até colonos mais bem sucedidos, comprassem seus escravos. Dispunham deles como qualquer senhor luso-brasileiro, amparados pelas regras e leis oficiais que regulamentavam o regime escravocrata. O autor da nossa "Crônica" chega a afirmar que no momento em que o imigrante reunia 100 mil réis, pensava logo em comprar um escravo. E na relação senhor alemão e escravo negro o tratamento costumava ser menos desumano do que entre os luso-brasileiros, o que não muda em nada a essência da coisa. Também neste relacionamento quem sempre pagava o tributo mais pesado era obviamente o escravo negro. No que toca mais diretamente o relacionamento étnico constata-se que em não poucos casos o escravo adotava os costumes dos donos, inclusive a língua e o nome. A "Crônica" registra, por exemplo, o caso de um escravo de nome "Adam Baluth". Este não é um fato único. Outros encontram-se registrados em documentos da época. Mas não é aqui o lugar para entrarmos mais a fundo na questão.

O contato com os índios

Para completar o quadro das relações interétnicas nos primeiros 10 anos da imigração alemã, não pode faltar uma referência ao contato com os nativos da região. Não há necessidade de insistir que este contato se deu em termos muito diferentes daquele com os luso-brasileiros e os negros escravos. Os colonos alemães foram assentados em terras até então ocupadas pelos índios. Estes foram-se retirando na medida em que a colonização avançava. É óbvio e compreensível que neste processo acontecessem encontros diretos, sempre hostis entre as duas partes. Os contatos foram marcados por ataques a propriedades de colonos, mortes de parte a parte, seqüestros de mulheres e crianças por parte dos

índios. A reação dos nativos é perfeitamente compreensível pois estavam sendo espoliados de suas terras. Da parte dos colonos é compreensível também, porque adquiriram as terras de acordo com regras e leis oficiais de posse vigentes na época. O contexto em se deu a disputa consolidou entre os colonos alemães uma avaliação de todo em todo desfavorável ao índio. Provam-no os qualificativos que costumavam empregar aos se referir a eles: bugre, selvagem, feroz, filho do mato, pagão, comedor de gente ...

Conclusão

Como conclusão pode-se afirmar que os imigrantes alemães ao se estabelecerem na região de São Leopoldo e arredores, numa situação de isolamento e abandono total, não passa de uma unilateral da questão. Uma revisão feita nesta visão, baseada em fontes e documentos da época, mostraram que não era bem este o caso. Marcos Justo Tramontini e outros estudiosos, foram responsáveis por esta revisão histórica. A presente comunicação pretende ser uma contribuição para o debate, com dados extraídos do pouca conhecida "Crônica de Bom Jardim" de autoria do Pe. Carl Schlitz, publicada no "Deutsches Volksblatt" entre 1896 e 1898.

CONFLITOS CULTURAIS ENTRE DESCENDENTES DE IMIGRANTES E RECÉM-IMIGRADOS

Andrea Helena Petry Rahmeier

A partir de 1824, diversas levas de imigrantes alemães vieram habitar tanto o Rio Grande do Sul quanto algumas outras partes do Brasil. Os primeiros imigrantes chegaram antes de ter sido consolidado o processo da unificação alemã, isto é, antes de 1871. No início do século XIX, existia a Confederação Alemã, estados alemães sob a liderança da Prússia criaram direitos alfandegários em comum. Esta organização aos poucos foi fornecendo as bases para a unificação territorial. Em 1866, após o conflito entre a Áustria e a Prússia, a primeira foi excluída da Confederação. Em 1871, após a guerra franco-prussiana, conclui-se a unificação política dos territórios do sul e do norte sob a hegemonia do rei da Prússia. A área territorial daquele momento era muito similar à atual, com exceção do espaço da Prússia Oriental, que hoje pertence à Polônia. Bismark foi o homem forte do imperador Guilherme I da Prússia, de 1861 a 1888. (PERRY, 1985, p. 513 a 521). Somente ao final do século XIX, as legislações regionais vão se adaptando e constituindo-se nacionais. Quer dizer, apenas no século XX teremos uma estrutura política consistente no território alemão, passando a ser uma nação¹ estruturada a partir do sentimento de nacionalismo², que já existia antes da sua constituição.

Tendo em mente que na Alemanha houve diversas situações políticas no transcorrer do século XIX, podemos concluir, que os imigrantes que chegaram aqui, em 1824, não possuíam a mesma vivência política dos que vieram ao final do século XIX.

Outro fato que não pode ser esquecido é que a cultura é dinâmica, tanto a nível interno, resultante da própria dinâmica do grupo, quanto externo, resultante do contato com outros sistemas culturais (LARAIA, 2002, p. 96). Conseqüentemente não é estática e, portanto, não podemos dizer que o imigrante e seus descendentes que viveram aqui desde a década de 1820 tenham a mesma cultura dos que imigraram em 1910. Então a partir de 1824, os indivíduos que imigraram constituíram-se em um grupo com dinâmica própria e que ao mesmo tempo entrava em contato com outros grupos culturais, resultando desta interação novas expressões culturais.

¹ Neste conceito adoto a definição de Guibernau a Nação é formada por “um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar. Desse modo, ‘a nação’ inclui cinco dimensões: psicológica (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica”, isto é, na Nação a cultura é produzida, transmitida e recebida (1997, p. 56 e p. 154).

² Na atual produção intelectual ainda existe uma diversidade de versões sobre o tema, sendo o livro Um mapa da questão nacional (edição original de 1996) um bom exemplo. Adoto a definição de Guibernau (1997, p. 56) que define nacionalismo como o “[...]sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum.”

Além disso, também havia um rememorar de uma Alemanha do passado com a qual poucas pessoas mantiveram um contato maior que o de enviar e receber cartas. Fora o fato de que os primeiros imigrantes estavam mais preocupados com a sobrevivência.

Outro importante fator neste contexto é a concepção de nação que os europeus tinham. Na Alemanha, o nacionalismo foi baseado na idéia de uma origem (etnia) e uma cultura em comum (língua, e outras características), que Hobsbawm (1990, p. 92-93) denominou protonacionalismo, que era um sentimento anterior à constituição do estado alemão. Para muitos imigrantes os conceitos de nacionalismo e nação se confundiram, haja vista que as características em comum dentro do território alemão levaram à criação de uma única estrutura política. Já na América³, mais especificamente o Brasil, uma estrutura política estabelecida pela elite tentou criar um sentimento nacional, inclusive através da imposição de normas e leis aos que ainda não tinham características consideradas ideais ao estado nacional brasileiro, principalmente no período das guerras mundiais.

Então, na Alemanha até 1850 já havia concepções de uma origem em comum, mas não havia sido constituído politicamente o Estado alemão e no Brasil tínhamos um estado nacional sem um sentimento de origem em comum. Conseqüentemente, houve conflitos ideológicos entre os imigrantes e os nacionais e entre as diversas levas de imigrantes e descendentes.

Com a vinda das novas levas de imigrantes (pós 1870), constituiu-se um conflito cultural com os imigrantes e descendentes que já estavam aqui há algumas décadas. Os novos imigrantes, também denominados de *Reichsdeutsche*, consideravam-se mais cultos e religiosos que os descendentes de alemães que aqui viviam, caracterizavam-nos como ignorantes, bêbados, assimilados e com pouca disciplina religiosa (MAGALHÃES, 1998, p. 32).

Para o pesquisador Emílio Willems, que publicou seu trabalho em 1946, intitulado *A aculturação dos alemães no Brasil*,

“as perdas que o patrimônio cultural dos imigrantes alemães sofreu no Brasil impressionaram não poucos observadores. Estes, no

³Tanto para Anderson (1989, p. 77), quanto para Hobsbawm (1990, p. 33), a criação das Nações Americanas foi um processo político/revolucionário de libertação nacional, isto é, a criação de estados, que não gerou imediatamente o sentimento de pertencimento a uma Nação. Vale ressaltar que, na América, a língua não foi um elemento de diferenciação da antiga metrópole, não sendo, conforme Anderson (1989, p. 57), “[...] sequer um tema nessas antigas lutas pela libertação nacional”. Estes dois autores fazem uma análise do processo de criação do estado nacional e da nação no território americano.

Já Guibernau, no seu trabalho não analisa a América, mas sua definição de Estado Nacional aproxima-se do que estes governantes tentaram fazer “[...] um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de Estado que possui o monopólio, do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os. [...] o Estado nacional procura criar uma Nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente. [...]” (1997, p. 56).

entanto, esperavam encontrar, inconscientemente talvez, a cultura germânica intacta, ignorando ou não levando na devida consideração que, de um lado, a interrupção dos contatos com o país de origem e, de outro lado, a luta pela sobrevivência em circunstâncias sobremaneira difíceis, são fatores cuja ação se conjugava freqüentemente para produzir o que se poderia chamar desnivelamento cultural. Em função do meio físico e social mais estreito, o horizonte cultura de muitos teuto-brasileiros sofreu uma contração muito sensível.” (WILLEMS, 1980, p. 180).

O autor tem a concepção de que houve uma perda cultural e tenta compreender o que a propiciou. Segundo o pesquisador⁴, seria a falta de contato com a Alemanha e a luta pela sobrevivência que proporcionaram um desnivelamento cultural, isto é, a cultura alemã trazida se alterou em função do meio. Todavia, questiono, no ponto de vista de quem houve um desnivelamento cultural? Pela visão expressa observa-se que havia um desejo de predominância dos traços culturais trazidos da Alemanha.

Na seqüência do texto, citado acima, Willems transcreve palavras do Frei Fritz, em cujo discurso transparece sua interpretação negativa do cotidiano dos descendentes de imigrantes alemães que viviam no Brasil há algumas gerações e uma argumentação para o desnivelamento cultural:

“Superstição, feitiço (benzeduras etc.) e alcoolismo acham um terreno fértil. A linguagem é rude e cheia de obscenidades, não por malícia mas simplesmente porque faltam expressões ou circunlóquios adequados. O mesmo observador verificou que caridade, cavalheirismo e hospitalidade eram muito reduzidos. O horizonte cultural desses alemães da mata virgem é, mesmo em seus graus mais elevados, muito primitivo [...]” (WILLEMS, idem, p. 180).

Com estas e outras colocações similares, o autor tentou evidenciar as diferenças culturais. Em outro trecho, o pesquisador (WILLEMS, idem, p. 163) afirma que a inovação cultural somente seria possível com o advento de novos imigrantes, sem estes, os que aqui estavam, não conheceriam as novas técnicas agrícolas européias. Então, deixa claro, que os recém-migrados trariam a renovação técnica e cultural necessária. Quer dizer, o autor compreendia que havia culturas desenvolvidas e outras em desenvolvimento e, nesta estaria a brasileira.

Outro historiador que se preocupou em discutir o sentimento de pertencimento e as trocas culturais dos imigrantes foi Jean Roche, que esteve pesquisando no Brasil, na década de 1950. Este, em sua obra, questiona a afirmação de diversos autores, defendendo que havia sido o

⁴ Emílio Willems, nascido em Colônia, Alemanha, no ano de 1905. Conclui os estudos naquele país, tendo cursado o doutorado em Berlim. Emigrou para o Brasil em 1931 e em 1937 ingressou na USP através de concurso público (1980, orelha de capa). O autor não deixa de ser um imigrante alemão da elite intelectual que veio para o Brasil na década de 1930.

isolamento das colônias que permitiu a preservação dos traços culturais alemães e que nas cidades se processou a fusão das etnias.⁵ Com argumentação coerente o autor justifica sua hipótese.

“É certo que o isolamento na frente florestal estreitou o horizonte cultural dos colonos. A necessidade de sobreviver num meio asfíxiante e o desejo de melhorar uma posição social precária orientaram, portanto, o colono para preocupações essencialmente utilitárias e tiveram como resultado uma mercantilização da vida dos teuto-brasileiros, uma espécie de egoísmo materialista. Os autores alemães deploram não só o abandono das virtudes morais individuais, mas também a perda do sentimento da solidariedade étnica, pois a competição econômica divide a comunidade antes de opô-la a outros grupos de origem diferente. Denunciaram não apenas a sede de lucro dos comerciantes, que exploram os colonos, senão também a especulação de certos teuto-brasileiros com as terras, em detrimento de seus patrícios.

Principalmente essa concepção materialista da vida teria provocado, ao mesmo tempo que um obscurecimento da consciência étnica, um regressão da instrução, uma queda do nível cultural, uma ignorância surpreendente das coisas e das gentes da Alemanha. Falou-se, colocando-se do ponto de vista alemão, de uma degenerescência intelectual motivada pelo clima, alcoolismo, superstição, etc. A prova disso seria fornecida pelos choques que se produzem quando imigrantes recém-chegados da Alemanha deparam com os colonos teuto-brasileiros: encontram homens da mesma origem mas de nacionalidade brasileira, que se comportam como cidadãos brasileiros, que falam português, que tem costumes muito diferentes, que lhes parecem ‘bárbaros’. Não existem mesmo nomes de batismo preferidos dos colonos teuto-rio-grandense que não surpreendam os alemães. Evidentemente, diferem daqueles dos rio-grandenses, mas já não são ‘alemães’.

Se os teuto-brasileiros sentem a surpresa e o desprezo dos recém-chegados, que têm a superioridade de vir da Alemanha, com um horizonte de vida mais amplo e um patrimônio técnico e cultural maior, chamam-os Neudeutsche e não os acolhem favoravelmente. (ROCHE, 1969, p. 651).

Baseando-se nas afirmações deste historiador, poderíamos dizer que as características preservadas pelos habitantes do meio rural estão mais próximas da Alemanha rememorada, mas estes também interagiram com a população local. Quer dizer, o pesquisador, mesmo não trabalhando com os conceitos antropológicos de cultura, entende que a cultura é dinâmica, tanto dentro do próprio grupo como em contato com outros grupos.

A transcrição acima nos faz refletir muitas outras situações, como por exemplo, sobre as afirmações de alcoolismo e superstição. O pesquisador baseou-se em quatro autores para fazer

⁵ Outros autores trabalham com esta mesma hipótese desenvolvendo-a, entre eles René Gertz e Marcos Justo Tramontini.

estas afirmações, três deles publicaram seus livros em alemão⁶, provavelmente sejam alemães natos ou recém imigrados e um deles é Emílio Willems⁷, que escreveu em português, mas é um imigrante. A análise transcrita acima demonstra claramente que alguns imigrantes do século XX desejavam que os descendentes de imigrantes tivessem estado em contato permanente com o território alemão, mas não perceberam que estes indivíduos trocaram de pátria por estarem necessitando de novas oportunidades. Além disso, imigrar em 1800 do território da atual Alemanha possibilitava o entendimento de uma realidade política local e que em 1900 já havia outra realidade política, que passava a ser nacional. Também, parece que os recém-chegados não se deram conta de que muitos já estavam no Brasil a mais de três gerações, então os laços familiares e de amizade já haviam desaparecido. Era possível a busca por alguma informação da política através de jornais, mas nem todos tinham condições de comprá-lo, e o que houve foi a manutenção do linguajar que conheciam, um dos inúmeros dialetos do território alemão, que não era a língua oficial (o alemão gramatical/*Hochdeutsch*).

Apesar de existirem diferenças, esses indivíduos tinham uma descendência germânica e traços culturais em comum, como idioma, religião, características sociais, entre outros elementos. Esses fatores fizeram com que o discurso da elite intelectual dos imigrantes alemães e seus descendentes, tanto posterior, quanto anterior a 1870, formassem discursivamente um grupo étnico, que em teoria teriam as mesmas características. Estes discursos como veremos foram publicados na imprensa brasileira em língua alemã, que poderia ser das mais variadas modalidades, entre eles, almanaques, livros didáticos e de leituras, cancionários, brochuras comemorativas e tantos outros.

Os traços culturais dos descendentes de alemães não eram/são homogêneos, existiram/existem muitas diferenças, mas independente de qual Estado nacional estivessem, eram e são considerados como um grupo de estrangeiros. Mas, em algumas regiões do Brasil, a elite intelectual de origem alemã tentou homogenizar a cultura dos descendentes de imigrantes, principalmente entre 1880 e 1940. A intenção era de criar uma identidade alemã dual, a teuto-brasileira.⁸ As características teuto, conforme o discurso ligado a esta identidade, eram imutáveis, herdadas, permanente e de valor positivo. A condição de brasileiro era reservada para o âmbito dos direitos e deveres de cidadão (SILVA, 2005, p. 30). Isto é, se considerava étnica e culturalmente alemão, e econômica e politicamente brasileiro. Esta identidade foi uma criação

⁶ São eles Collin-Ross, Porzelt e Grothe.

⁷ Texto analisado anteriormente.

⁸ Jeffrey Lesser (2001) chama de sociedades hifenizadas. Grützmann (2003, p. 117) lembra que esta identidade hifenizada (teuto-brasileira) não era um movimento exclusivo do Brasil, mas sim houve grupos de imigrantes em outros países que consideraram-se pertencentes culturalmente a Alemanha e política e economicamente ao país que adotaram.

posteriore à unificação alemã.⁹ A identidade teuto-brasileira para os germanistas do início do século XX tinha algumas noções pertinentes, uma delas era o *Volkstum*, a essência da qual é formada o povo, por isto era considerado imutável, pois não importava onde se havia nascido, mas sim sua descendência (GRÜTZMANN, 2003, p. 124). A outra é *Deutschtum*, que seria a essência do povo alemão, que é traduzida por germanidade (SILVA, 2005, p. 34). Então, o germanismo no Rio Grande do Sul defendia esta ideologia étnica-nacional, onde prevalecia a germanidade, que era a identidade cultural alemã e o pertencimento ao povo alemão, que seria a situação existencial dos imigrantes e seus descendentes para a sobrevivência, a qual exigia a participação, o pertencimento político e econômico ao território brasileiro, isto é o ser brasileiro. Neste caso, tornou-se um grupo que estava constantemente negociando sua identidade.¹⁰

No que se refere à questão dos contatos culturais e dos relacionamentos inter-étnicos, Seyferth (2002a, p. 131) lembra que a imprensa em língua alemã¹¹ publicou matérias com críticas à perspectiva da “mistura racial”, porque acreditavam que seria quebrada a unidade orgânica do grupo, isto é, era contrário aos ideais germanistas. Sant’ana afirmou que “*no Rio Grande do Sul, o germanismo atua representativa e fundamentalmente através da imprensa em alemão[...]*” (1991, p. 424). Tanto Grützmann (1999) quanto Gertz (1994) lembram que o discurso germanista era produzido pelos intelectuais germanistas e expresso nos meios de comunicação, tornando possível sua análise, mas não possibilitando a avaliação da participação da população em geral.

Um destes meios de comunicação do grupo étnico foi os *Kalendern* – publicação anual em forma de almanaque, com vários textos¹² abordando as mais diferentes temáticas. Um dos almanaques estudados por Grützmann (2002, 2003) foi *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeiden in Brasilien*, que defendia a manutenção da língua alemã¹³ como forma de preservação dos valores de origem e de ser a essência do grupo, além de ser a possibilidade de ligação de todos os alemães do mundo (GRÜTZMANN, 2002, p. 312). Nos *Kalendern*, conforme Grützmann (2003, p. 162), a difusão dos ideais germanistas geralmente eram de forma curta, através de poesias, aforismo e mandamentos, possibilitava aos editores encaixá-los em locais estratégicos. A diagramação dos textos, especialmente junto ao calendário e à publicidade,

⁹ Heike Silva, lembra que esta construção identitária é anterior as bases do pensamento antropológico atual sobre identidade (2005, p. 33).

¹⁰ Conforme Grützmann (2003, p. 126), a ideologia germanista não era a mesma no decorrer dos anos, mas muitas idéias eram parecidas.

¹¹ Desde a metade do século XIX, no Rio Grande do Sul existiam publicações de periódicos em língua alemã.

¹² Os textos poderiam ser tanto poesias como canções. Grützmann atribui ao canto “[...]a propriedade de espelhar a germanidade de modo cristalino e a capacidade de atuar sobre as emoções e as atitudes do ser humano.[...]” (2003, p. 138).

¹³ Conforme Silva (2005, p. 165), em 1900, o Turnerbund recusa a inclusão de um sócio porque ele não falava em alemão e não era casado com uma alemã ou de origem. Este é apenas um dos exemplos de associações de origem alemã que prevê em seus estatutos a necessidade de se falar em alemão.

favoreciam o contato repetido dos leitores. O discurso germanista¹⁴ argumentava que a preservação e a perpetuação dos valores alemães seriam os ingredientes que iriam garantir uma maior dedicação dos imigrantes e seus descendentes e, como resultado, proporcionaria progresso e bem-estar ao Brasil (GRÜTZMANN, idem, p. 130 e 131). O que se percebe é a existência de uma elite intelectual de descendência alemã na zona urbana¹⁵ discutindo os ideais assimilacionistas e de Nação, então em voga. Mas, não podemos afirmar que a população rural pensava assim, o que reforça esta idéia são as observações de Sant’ana:

“A língua gramatical alemã seria o elemento de conservação fantasmática da unidade da raça e do sangue. Apesar de os Kalender terem adquirido um bom alcance no meio colonial, sua postura era suficientemente germanófila para que, assim como no discurso político, selecionasse da realidade superlativa o que interessava ou não aos seus princípios: ‘(...) são comuns as crônicas e poesias que procuram ridicularizar a linguagem do teuto-brasileiro, particularmente a do camponês, formada por diversos dialetos alemães e pela introdução de inúmeros vocábulos portugueses’. O grande outro epopéico, enquanto fundamento das condições de possibilidade de uma unidade cultural, não conseguiria incorporar a diversidade dialetal e construtiva, por exemplo, da colônia rural. Nesse ínterim, o português ‘neologizado’ comprometia a pureza da repetição do mesmo epopéico e a diversidade dialetal, não raramente, tornava-se uma grosseria [...]” (1991, p. 439 e 440).

Como podemos observar, havia a intenção de criar uma unidade cultural, para isto era necessário negar a diversidade cultural dos colonos¹⁶ e valorizar o ideal de cultura alemã. A forma de repetir este ideal era apresentado nas mais diversas roupagens, tecendo aos leitores/ouvintes uma teia constante de envolvimento (GRÜTZMANN, 2003, p. 164-165).

Sergio Sant’ana (1991, p. 98) em sua tese de doutorado observou que o alemão falado pelos descendentes de imigrantes alemães não é o mesmo. A elite letrada falava o alemão gramatical, mas a população falava os diversos dialetos existentes nas diversas regiões da Alemanha da qual haviam emigrado. O autor lembra que todos eram considerados de descendência alemã, não havia uma distinção entre os dialetos e o *Hochdeutsch*. O pesquisador, também trabalhou com a idéia de cultura dinâmica, isto é, os imigrantes e seus descendentes interagem com a população local, uma das suas abordagens com esta ótica foi à lingüística.

¹⁴ Não podemos considerar o germanismo como parte do pan-germanismo, pois houve conflito entre os ideólogos dos dois movimentos (SILVA, 2005, p. 183 a 187 e 192). Outro dado que reforça este pensamento é que os teuto-brasileiros defendiam o pertencimento ao Brasil de forma política e econômica.

¹⁵ Conforme Woortmann, o que para a elite urbana “[...] deve ser lembrado é dado pela Alemanha do presente e pela história que a formou. Influenciada pelo Pan-Germanismo até a Segunda Grande Guerra e pela imagem de uma Alemanha que se distingue, em sua percepção, pela capacidade de ‘ressurgir das cinzas’, é ela, potência econômica e tecnológica, que se faz presente. É em função dessa Alemanha do presente que buscam raízes passadas para legitimar ideologicamente a posição social alcançada.” (2000, p. 233). Neste caso, o presente reforça a idéia de relembrar o passado deste povo, dando maior incentivo aos ideais germanistas.

¹⁶ Sant’ana, concluiu “[...]a grande disparidade entre uma sociedade rural e uma urbana é que, nesta última, o discurso do germanismo existia com mais objetividade” (1991, p. 344).

Sant'ana observou que novas palavras foram criadas, a partir da junção do alemão e do português, por exemplo: *moskite* e *mate-tee* (1991, p. 104). Este último dado, provavelmente, na concepção de muitos imigrantes novos deve ter sido considerado um retrocesso cultural.

No que tange à arquitetura dos descendentes de alemães, deve ser lembrado de que ela não era/é uniforme, pois cada imigrante quando construía sua casa, a fez conforme sua vivência, isto é, observou as diferenças regionais. Tanto que o processo identitário arquitetônico ficava restrito à pequena região da qual pertencia a aldeia e não ao país Alemanha.

Na tentativa dos germanistas de criarem a idéia de uma única cultura alemã, divulgou-se que a arquitetura germânica na construção de casas se restringia ao estilo enxaimel (*Fackwerk*). Conforme Sant'ana, o

“fato símbolo da tentativa de homogenizar o significado ‘casa alemã’, ocorreu em 1940, quando o arquiteto Theo Wiederspahn reforma a casa da “Feitoria Velha”, núcleo de chegada dos primeiros imigrantes em 1824, em São Leopoldo. O arquiteto prega sarrafos sobre as paredes, procurando simular um ‘Fachwerk’ (enxaimel). Seu objetivo era caracterizar a casa como ‘alemã’ ” (idem, p. 241).

Então, os germanistas buscavam a unidade da língua, a base familiar, as características estético-físicas, como indicadores da superioridade racial-cultural, incluindo nisto uma capacidade sobre-humana para o trabalho, a coragem dos colonizadores e a vitória econômica. Por outro lado, se condenava a heterogeneidade dos falares, o casamento interétnico, à diversidade de construções, enfim, qualquer comportamento que pudesse sugerir um ‘abrasiliarse’ ou ‘caboclar-se’.¹⁷ Podemos dizer que o germanismo suportava a heterogeneidade da cultura rural para selecionar o que interessava com a intenção de criar a idéia de uma cultura alemã homogênea, através do discurso da repetição do alemão ideal (SANT'ANA, idem, p. 455 e 467).

GERMANISMO X NAZISMO

¹⁷ Grützmann (2003, p. 154 a 155), ao analisar alguns poemas editados nos *Kalendern*, também observou o desejo de não haver a mistura racial. Um dos poemas utilizados foi o de Oberacker, intitulado *Die deutsche Eiche in Brasilien*, publicado em 1924 no *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien*. Transcrito a seguir:

“Será que não deveria destruir sua [carvalho] coroa / e enxertar em seus galhos ramos de palmeira? / Eles não percebem que são provocados pelo Mal, / que com eles dança suas danças de tolo. / Jamais misturar o que não é da mesma essência, / jamais praticar um sacrilégio contra a natureza: / isso seria para o carvalho e para a palmeira / para ambos um eterno dano”.

Se entre as diversas levas de imigrantes existiram diferenças, imaginem entre estes e os habitantes do território nacional brasileiro. Uma das principais divergências era a própria concepção jurídica de nacionalidade. No Brasil existia e existe o conceito denominado de *jus soli*, significando que todo aquele nascido em território brasileiro automaticamente adquiria a nacionalidade brasileira. Já na Alemanha, para se definir a cidadania, considerava-se o *jus sanguinis*. Isto significa que era de nacionalidade alemã todo aquele que descendesse de cidadão alemão. Então, além de todas as querelas que havia entre as levas de imigrantes, ainda existiam concepções díspares de nacionalidade entre os alemães e o governo Brasileiro.

Seguindo nas observações destas diferenças, Herman Gottlieb Dohms, pastor da Igreja Evangélica e presidente do Sínodo entre 1935 e 1956, filho de imigrantes que teve sua formação colegial e acadêmica quase exclusivamente na Alemanha¹⁸, entendia que,

[...] Estado e Nação são coisas distintas! Não permitimos que nenhum Estado nos prescreva nosso modo de ser. Temos nossa maneira de ser de raiz mais profunda do que a da política estatal. Temo-la por dádiva de Deus e preservamo-la, segundo o santo mandamento como herança de sangue e do espírito: honra pai e mãe! [...] (DOHMS, 2001, p. 238-239).

A partir do texto de Dohms (elemento da elite intelectual teuta), vemos que Estado e Nação eram apresentados como termos distintos, pois, apesar de os descendentes serem cidadãos brasileiros e aqui viverem – sendo o Brasil querência e pátria –, deveriam continuar a pertencer à Nação alemã por laços culturais (Dohms, 2001, p. 242-243), formando uma unidade orgânica. A concepção de Nação apresentada por Dohms era similar à desenvolvida na Alemanha daquele período e da discussão teórica sobre este tema. Então, consideravam juridicamente integrantes da nação alemã as pessoas que haviam saído do seu país e ao mesmo tempo, estas eram cidadãos do Brasil como um estado nacional. Por este motivo, houve conflitos diplomáticos em 1939.

O grupo étnico de descendência alemã¹⁹, conforme o discurso da elite intelectual, desejava ser cidadão brasileiro em termos políticos e ser teuto culturalmente, pois queriam preservar os valores herdados – “*Deutschtum*” (DREHER, 1984, p. 104). Os defensores dessa concepção não admitiam um grande envolvimento nos partidos políticos, pois temiam que houvesse uma perda de valores culturais (GERTZ, 1987, p. 29). Conforme Seyferth (1982, p. 126), o germanismo pregava apenas a integração ao Estado brasileiro, “*através de uma vinculação política e econômica*”. Isto é, a vinculação cultural era com o estado alemão, do qual sentiam-se pertencentes.

¹⁸ Dohms nasceu em 1887 em Sapiranga, aos 11 anos foi enviado para a Alemanha, onde permaneceu por 15 anos, voltando ao Brasil em 1914 (DOHMS, 2001, p. 7 a 34).

¹⁹ Já os imigrantes italianos tinham como base étnica “a vida ao redor da religião Católica” (NODARI, 1999, p. 166), o que os aproximava da cultura nacional, por terem a religião que, por muito tempo, foi a oficial no Brasil.

Neste sentido, conforme Sant'ana (1991, p. 626)

“o espaço encontrado pelo nazismo era enorme, pois a semântica das instituições já permitia a abordagem fantasmática. Fica difícil separar o discurso nazista do germanista durante a década de 1930, inclusive, o que mais parecia irritar o teuto-brasileiro nos agentes nazistas, era o fato destes quererem se apropriar, em originalidade de uma gama de significações. Mas se os agentes nazistas eram muitas vezes acusados de arrogantes em sua retórica discursiva, raramente o conteúdo de seu discurso seria questionado por um germanista[...].”

Por tudo isto, não pode nos surpreender a proximidade entre germanismo e nazismo na década de 1930²⁰, pois para ambos o *Deutschtum* era o elemento essencial do grupo de descendentes de imigrantes. Isto é, valorizavam a unidade da família alemã, a superioridade na capacidade para o trabalho, a perfeição e beleza da raça, o valor da consciência comunitária, a língua alemã, etc. Por isto ficava quase impossível de ser tratado separadamente, no sentido de diferenciar onde termina o nazismo e começa o germanismo²¹. (SANT'ANA, idem, p. 635). Todavia, alguns intelectuais de origem alemã foram contrários aos ideais do nacional-socialismo²², por justamente não aceitarem a tentativa de cooptação política dos teuto-brasileiros, por outro lado, permaneciam teuto-brasileiros, isto é se consideravam vinculados política e economicamente ao Brasil e culturalmente a Alemanha (*Volkstum*).

A preservação consciente do “*Deutschtum*” ou do Germanismo²³ no Rio Grande do Sul teve maior adesão entre a elite urbana, eram indivíduos bilíngües (falavam o alemão mais puro/gramatical e o português) e estavam integrados a sua condição de cidadão brasileiro. A preservação da língua é/era uma das formas de demonstrar a germanidade, pois, entre outras coisas, era um dos canais de perpetuação dos traços culturais.²⁴ Por outro lado, os grupos de trabalhadores rurais não foram contrários aos ideais, mas não tiveram uma dedicação especial à causa, pois continuavam utilizando a língua que aprendiam dos pais e na escola, que em geral era um dos dialetos, trabalhavam na roça com sua família, pouco iam a cidade ou a vila e não tinha

²⁰ Conforme Sant'ana (1991, p. 588) : os dados referentes a movimentos discursivos (nazismo, germanismo e integralismo) nos meios de comunicação eram inferiores as informações das atividades culturais como Kerbs, Tiros, Festas, Cantos, etc.). Sendo que foram estas que sofreram a grande repressão da Campanha de Nacionalização.

²¹ Este trabalho não está discutindo o movimento nazista, mas sim a proximidade entre este e o germanismo.

²² Entre eles, Aloys Friederichs, Arnaldo Bercht e Gastão Englert. Estes tentaram demonstrar que não eram alemães no exterior, mas sim brasileiros de sangue alemão (SILVA, 2005, p. 253).

²³ Conforme Gertz (1987, p. 105), o *Deutschtum* praticamente não era contrário ao nacional-socialismo como ideologia, pois onde os nazistas destacavam os aspectos étnicos da doutrina, não havia problema em ser seguido pelos germanistas.

²⁴ Para Sant'ana, a Alemanha era rememorada com o objetivo de manter uma unidade cultural, pois ela não estava presente na realidade. A colônia alemã culturalmente era essencialmente discurso (1994, p. 30), pois “[...] a presença da pátria-mãe no imaginário teuto-brasileiro na forma de pequenas narrativas metafóricas, já que no campo simbólico ela está ausente[...]” (SANT'ANA, idem, p. 22)

consciência da sua condição de brasileiro.²⁵ Pelas características apresentadas e pelo fato do governo brasileiro, no período do Estado Novo, entender que um dos traços culturais do povo brasileiro seria a utilização do idioma português, nesta ótica, os camponeses, aparentemente eram os que mais precisavam de políticas assimilacionistas e de nacionalização. Todavia, ao analisar os meios de comunicação do grupo de descendência alemã da época, percebe-se que foi a elite intelectual, a qual na sua maioria vivia em área urbana, que discutia e difundia a filosofia e os ideais germânicos, mas que visivelmente estava nacionalizada, pois falava o português. Entre os diversos textos publicados, no período do primeiro governo de Vargas (1930-1945), na imprensa gaúcha em língua alemã, existem diversos textos valorizando a preservação da cultura e do idioma alemão, Grützmann traduziu vários poemas que marcam bem as concepções existentes, entre eles temos o seguinte:

*Quem for de descendência alemã, escutai essas palavras:
Lembra-vos de que sois germanos!
Recordai-vos sempre em mundo estrangeiro
Do vosso Sangue.
Vós sois uma parte do autêntico povo
Na distante terra dos antepassados.
Contemplai-o unido, feliz, animado
Em marcha para o novo rumo.
Ernest Niemeyer²⁶ (apud GRÜTZMANN, 1999, p. 69)*

O germanismo não valorizava a cultura colonial-regional em sua heterogeneidade, mas sim fixava-se no discurso da repetição do alemão ideal, criando uma unidade cultural. A heterogeneidade e o fato da maioria dos imigrantes estarem na zona rural fizeram com que sofressem a tentativa de homogeneização tanto por parte do germanismo, quanto da nacionalização, sucumbido duplamente. Como discursivamente o germanismo homogeneizou os descendentes de imigrantes alemães como sendo da nação alemã e como alemã foi reprimida pela ação nacionalizadora. Então, foram tratados, principalmente os colonos considerados de descendência alema, por não saberem português, como alemães e por isto deveriam ser nacionalizados (SANT'ANA, 1991, p. 815). Já os imigrantes e seus descendentes na zona urbana, que faziam parte da elite intelectual e que produziram o discurso germanista, por falarem português, não eram vistos como um perigo, pois eram considerados assimilados, utilizavam o idioma nacional.

No contexto apresentado, observa-se que entre os chamados teuto-brasilerios existiram muitas divergências. Estas não impediram a criação de uma identidade em comum, mesmo que as

²⁵ Jean Roche (p. 648) possibilita a interpretação que as sociedades da zona rural tinham facilitado a adaptação dos colonos ao meio rural, conseqüentemente uma forma de resistência ao 'Deutschtum'.

²⁶ A referência em alemão: NIEMEYER, Ernest. Den Deutschen in der Fremde. Kalender für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo, 1938, p. 46.

características não tenham sido iguais. No que se refere ao discurso germanistas, em razão dos seus ideais (*Volkstum* e *Deutschtum*) houve muita aproximação com o nazismo, por causa da preservação da essência da qual ele é formado, que seria a germânica. Tudo isto, fez com que os imigrantes e seus descendentes que não falassem alemão, neste caso os colonos, fossem considerados isolados e não assimilados, necessitando, na ótica do Estado Novo, um processo de nacionalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DOHMS, Hermann. **Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos**. Martin N. Dreher (org.). Porto Alegre: PUC, 2001.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal/ Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

GERTZ, Rene Ernani. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.

_____. **O fascismo no sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismo: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1999, Tese (Doutorado em Letras) – PUC/RS.

_____. O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no Germanismo. In: **História Unisinos**. São Leopoldo: Unisinos, v. 7, n.º 8, jul/dez., 2003, p. 115 a 170.

_____. Deus, germanidade, pátria. In: DREHER, Martin (org.) **Seminários: Igrejas, imigrantes e restauração**. Porto Alegre: Est/Cehilla, 2002, p. 308 a 334.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2001.

MAGALHÃES, Marionilde Breopohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil.** Campinas/São Paulo: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998.

NODARI, Eunice Sueli. **A Renegociação da Etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)**” Porto Alegre, 1999, Tese (Doutorado em História) – PPGH PUC/RS.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande Do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969, (2 volumes).

SANT’ANA, Sergio Bairon Blanco. **História palinódica (significações culturais de um regionalidade teuto-brasileira).** Tese de Doutorado. São Paulo: Dep. De História da FFCH-USP, 1991.

_____. O Fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão. **Revista História.** São Paulo, nº129-131, ago-dez/93 a ago-dez/94, p. 19 a 30.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos.** Ano 6, n. 14. Porto Alegre: UFRGS.IFCH, nov. 2000, p. 143 a 176.

_____. Colonização, imigração e questão racial no Brasil. **Revista USP.** nº 53, março a maio, 2002, p. 117 a 149.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica: ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajai.** Florianópolis: Fcc, 1982.

SILVA, Heike R. Kleber da. **A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friederichs (1868-1950).** Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2005.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira. 1824-1850.** São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre: UFRGS.IFCH, Ano 6, nº 14. nov. 2000, p. 205 a 238.

REPRESENTAÇÕES DE GERMANIDADE NO “JORNAL GERAL PARA O PROFESSOR”*

Isabel Cristina Arendt*

Entre 1902 e 1938, professores e pastores atuantes na escola evangélico-luterana no Rio Grande do Sul, predominantemente alocados em meio urbano, constroem a representação do que devia ser esta escola, seus professores, buscando torná-la instrumento do germanismo, valendo-se da imprensa, no caso, a *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul; Vereinsblatt des Deutschen Evangelischen Lehrervereins in Rio Grande do Sul* [Jornal Geral para o Professor no RS, Boletim da Associação de Professores Alemães Evangélicos no Rio Grande do Sul] – ALZ. Seu público leitor era composto, especialmente, por professores das escolas privadas alemãs e comunitárias de confissão evangélico-luterana.

A edição deste jornal insere-se no contexto do início do século XX, no Rio Grande do Sul, quando ocorreu a criação de duas associações de professores de diferentes confissões religiosas: a católica e a evangélico-luterana. A primeira é a Associação de Professores Alemães-Brasileiros Católicos do Rio Grande do Sul [*Deutschbrasilianischer Katholischer Lehrerverein in Rio Grande do Sul*], que congregava professores paroquiais católicos, com o objetivo de promover o ensino e as escolas, bem como defender os interesses destes professores e elaborar material didático para suas escolas. A segunda é a Associação de Professores Alemães Evangélicos do Rio Grande do Sul [*Deutscher Evangelischer Lehrerverein von Rio Grande do Sul – DELV*], cuja finalidade era reunir professores atuantes em escolas alemãs-brasileiras evangélicas, fomentando estas escolas e apoiando seus professores.

Verificamos que os redatores e articulistas do ALZ construíam e enfatizavam, por um lado, a necessidade de esta escola oferecer uma formação para o exercício da cidadania brasileira, entendida como pertença ao estado brasileiro; e, por outro lado, enfatizavam imagens e representações em torno do que deveria ser a escola “alemã-brasileira”, pretendendo garantir que, por meio desta escola, a população de imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul mantivesse a germanidade/*Deutschtum* (Arendt, 2005). No presente artigo, visamos apresentar o conceito de germanidade representado pelos editores e articulistas desse periódico, bem como

* Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo-RS. Assistente de Pesquisa – Acervo Documental sobre Imigração e Cooperativismo, Biblioteca da UNISINOS, São Leopoldo-RS.

Participação em pesquisas sobre história da imigração alemã no Brasil.

e-mail: isaarendt@uol.com.br

isabela@unisinisinos.br

abordar os elementos de diferenciação étnica por eles enfatizados. Mostramos, desta forma, o quanto o ALZ estava afinado com as propostas do germanismo e acompanhava o debate ideológico em torno de conceitos-chave que norteavam as discussões dos germanistas no período.

A análise toma como princípio norteador o conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier, para quem representações podem ser entendidas como percepções do social, idéias que indicam o que os seus autores pensam que a sociedade é, ou como gostariam que fosse. (Chartier, 1990:19). Segundo o autor, as representações do mundo social são construídas e “sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. E reforça:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990:17)

Outro conceito norteador é o de identidade étnica, baseado em Poutignat e Streiff-Fenart, para quem a etnicidade

não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou grupos, mas como uma forma de organização ou como um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e situações. (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998:124-125)

De acordo com estes autores, a identidade étnica é mais dinâmica do que estática, passível de transformações e redefinições. Conforme Stuart Hall salienta em seus estudos, “a identidade é um lugar que se assume, a partir de determinada posição e contexto, e não uma essência ou uma substância a ser examinada” (Hall, 2002). Operamos, ainda, com os conceitos de gerenciamento e negociação da identidade, respectivamente conforme Greverus (1981:223-232) e Lesser (2001). “Gerenciamento da identidade”, conforme Greverus, é entendido como uma forma de imposição através da qual determinados grupos utilizam características étnicas como demarcadores de diferenciação em relação a outros grupos, visando reafirmar a sua identidade (Greverus, 1981:223)¹. Entendemos que, ao longo de seus quase quarenta anos de circulação, os redatores e articulistas do jornal ALZ gerenciam a identidade de seus leitores, impondo-lhes a germanidade e uma identidade específica de escola e professor. Em alguns períodos, porém, passam a negociá-la, valendo-se de estratégias de negociação, com o objetivo de manter o projeto de escola privada “alemã” e “evangélica”, baseada no fomento da germanidade e na formação da cidadania brasileira.

Desde meados do século XIX, o conceito “germanidade” passou a ter centralidade, vindo acompanhado de elementos demarcadores, expressos em representações e imagens construídas e enfatizadas na imprensa em língua alemã editada no Brasil (Grützmann, 2003a). Os sujeitos e

autores destas representações são alimentados pelas revoluções de 1848, pela entrada dos *Brummer* (1850) e pela fundação do Reino Alemão (1871). Manifestações de fomento à germanidade, porém, são mais intensas durante a I Guerra Mundial e durante as comemorações do primeiro centenário da imigração alemã. Aqui surgem com força, expressões que manifestam “sentimento étnico”. É, por isso, que no período entre-guerras vamos encontrar as mais extremadas manifestações de exaltação da etnia, que culminarão nos anos posteriores à ascensão do nacional-socialismo ao poder (1933). Os esforços de Getúlio Vargas, na busca pela formação do estado nacional, provocarão negociação de identidade nacional (Lesser, 2001) por parte dos diversos grupos étnicos que compunham a sociedade brasileira.

Nesse contexto, movimentam-se os germanistas, valendo-se da imprensa em língua alemã no Brasil, para, antes da implantação da política nacionalizadora no Estado Novo, construir, demarcar e, sobretudo, gerenciar a identidade alemã, a germanidade/*Deutschtum*. No presente artigo ocupamo-nos com as representações de germanidade veiculadas no ALZ. Antes, porém, apresentamos de que forma este conceito vem sendo abordado pela historiografia.

GERMANISMO E GERMANIDADE

A germanidade (*Deutschtum/Volkstum*) é uma das categorias centrais do germanismo, corrente de pensamento que se difundiu no Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX e durante as primeiras quatro décadas do século XX. Diversos autores ocuparam-se, recentemente, com o tema no Brasil, dentre eles Seyferth (1982), Dreher (1984), Paiva (1984), Gertz (1987), Kreutz (1991), Magalhães (1993), Dickie (1996), Grützmann (1999), Meyer (2000) e Gans (2004). Antes de 1945, somente Emilio Willems (1940) ofereceu estudo que mereça ser levado em conta.

As raízes do germanismo estão calcadas em concepções gestadas no pensamento romântico-nacionalista alemão (Mosse, 1979), em torno da definição e construção do nacionalismo alemão, inicialmente definida por Herder (1744-1803). Alguns dos representantes mais significativos do pensamento étnico-nacional alemão, e em cujas idéias e fontes se baseiam os germanistas, são Friedrich Schleiermacher (1768-1834), Johann Gottlieb Fichte (1762-1813), Ernst Moritz Arndt (1769-1860) e Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852). No final do século XIX, são acrescentados ao pensamento romântico-nacionalista alemão pressupostos das teorias raciais, radicalizadas pelo nacional-socialismo nas décadas de 30 e 40 do século XX (Grützmann, 2001:68,74).

O germanismo vai se difundir no Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX, e expressa, segundo Seyferth, uma ideologia de caráter etnocêntrico, incorporando “a ideologia nacional alemã formulada no início do século XIX”, cuja premissa básica consiste em que

o povo alemão não precisa estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma nação. [...] A nação é concebida como um fenômeno étnico-cultural; uma cidadania não-alemã não constitui obstáculo à fidelidade nacional de um indivíduo de origem teuta (Seyferth, 1982b:94-95).

Willems (1940:140ss) afirma que o germanismo pretende a “conservação de caracteres culturais, raciais e sociais dos grupos de origem germânica”. Para Paiva (1984:158-9), corresponde ao *Deutschbrasilianertum*, a “ideologia da teuto-brasilidade” [*Deutsch-brasilianische Ideologie*], definida por construções intelectuais e organizacionais divulgadas na imprensa em língua alemã e fomentadas por associações alemãs-brasileiras, após a Primeira Guerra Mundial, baseada na ideologia étnica alemã [*völkische Ideologie*]. O autor salienta que havia defensores da “*deutschbrasilianisches Eigenleben*” entre católicos e protestantes, mas o estreito vínculo do protestantismo na Alemanha com a ideologia étnica levou intelectuais ligados à Igreja Evangélica Alemã no Brasil a defenderem esta ideologia com mais afinco. O autor afirma, ainda, que esse pensamento “alemão-brasileiro” deve-se ao trabalho conjunto de intelectuais vindos do Reino Alemão [*reichsdeutsche Intellektuelle*] e a alemães-brasileiros atuantes em escolas e igrejas no sul do Brasil. Os professores e pastores alemães, que vinham atuar nas escolas e comunidades evangélico-alemãs no Brasil, traziam, além de formação especializada, a teoria racial então cientificamente válida, bem como uma elaboração aistórica do “ser alemão” (Paiva, 1984:160). Ainda segundo Paiva, o contato de escolas e comunidades “alemãs-brasileiras” e organizações culturais e religiosas alemãs estreita-se no início do século XX, quando são fundadas as associações de professores no Rio Grande do Sul e a “*Ortsgruppe Hamburg*” do VDA (1984:160). No final do século XIX e início do século XX, estava crescendo também a influência do pensamento étnico sobre o sistema escolar alemão (Mosse, 1979:163-184), o que se refletiu na formação desses professores e pastores que vinham atuar nas escolas e comunidades alemãs no Brasil.

O germanismo, segundo Grützmann, “denomina a essência do povo germânico de germanidade” (Grützmann, 1999:78). O povo é componente essencial do ideário germanista e, conforme esta autora, “concebido como uma grande família, uma comunidade baseada na descendência e ligada essencialmente por laços culturais e raciais” (Grützmann, 1999:69). A germanidade, conforme Seyferth, constitui-se de elementos como a língua alemã e a herança de sangue (Seyferth, 1982b:94-95). Além destes, Grützmann aponta ainda para outros elementos definidores da germanidade, a canção, as virtudes e a *Heimat*, reunidos sob a denominação *Deutschtum* e/ou *Volkstum* (Grützmann, 1999:67).

Gertz (1987), Gans (1996) e Grützmann (1999) afirmam que o germanismo estava mais enraizado nas camadas superiores da população de imigrantes alemães e descendentes. Gertz constatou que o germanismo é uma ideologia que atrai sobretudo as elites e seus aliados. Deve-se

destacar que este germanismo tem uma função voltada especialmente para as relações de dominação entre os próprios teutos e de forma alguma representa uma oposição ao *status quo* político no Brasil (Gertz, 1987:109).

Os defensores do germanismo, segundo Grützmann, geralmente “ocupavam posição de liderança, entre eles, comerciantes, jornalistas, teólogos, pastores, médicos, advogados e professores, alguns com titulação universitária, grande parte residente em Porto Alegre e São Leopoldo” (Grützmann, 2003b:1). Observe-se que se trata de elementos predominantemente urbanos. Pretendendo “garantir a coesão interna do grupo étnico” e o “projeto de “restauração da germanidade” (Grützmann, 1999) entre os imigrantes e seus descendentes ou sua (re)germanização (Meyer, 2000), o germanismo visava a alcançar três objetivos principais: a identidade, a comunidade (*Volksgemeinschaft*) e a continuidade, ou seja, a conservação da essência germânica (Grützmann, 1999:91-114). Ainda Grützmann (2003a), assim como Dickie (1996), salienta que o germanismo

do mesmo modo que a ideologia étnica, não constitui uma unidade fechada do ponto de vista das formulações teóricas, mas está matizado pelas proposições oriundas de diversas perspectivas teóricas e de diferentes vertentes, entre elas as defendidas por católicos, evangélicos e livre-pensadores, e pela intensidade das posições tomadas em relação à questão étnico-nacional. (Grützmann, 2003a:119)

Por outro lado, é importante salientar, ainda conforme Grützmann, que as idéias do germanismo foram

articuladas, em diferentes momentos históricos, a outras correntes de pensamento e marcadores sociais, entre eles, de gênero e de classe (Meyer, 2000), ligações essas que se pautaram por diversos interesses econômicos, políticos e sociais dos envolvidos na construção das representações identitárias. (Grützmann, 2003a:119)

No Rio Grande do Sul, os ideólogos do germanismo, vinculados a diferentes vertentes, a partir da segunda metade do século XIX, discutem a situação do grupo alemão no Brasil, valendo-se especialmente da imprensa. Como bem apontam Grützmann (1999) e Meyer (2000), esta servia-lhes como um meio de divulgação das representações identitárias e fronteiras étnicas para esse grupo e, especialmente, para construir e reforçarem uma identidade étnica estanque, considerando-a uma herança que não poderia ser modificada, ignorando o que efetivamente define a etnicidade: a sua dinâmica, passível de constantes transformações².

Predominantemente três vertentes do germanismo são registradas pela historiografia. Maria A. S. Dickie denomina-as de retóricas, considerando-as

diferenciadas, sequenciais e simultâneas, vindas de ‘fora’, e que, ao se expressarem, passaram a ser elementos importantes na construção da vida e do **ethos** dos colonos, colocando em perspectiva a vida construída e regada ao longo do período anterior. Estas retóricas foram a expressão de três projetos culturais que queriam modificar a visão de mundo dos colonos, de acordo com metas claras e

definidas. [...] Os três autores destes projetos – e destas retóricas – foram pastores luteranos vindos da Alemanha, após 1864; os padres jesuítas alemães, radicados em São Leopoldo desde 1850; e os alemães, conhecidos como **Brummer**, chegados ao RS a partir de 1852, dos quais alguns se haviam espalhado, como profissionais, pelas linhas coloniais e outros tinham permanecido em Porto Alegre (Dickie, 1996:245) [grifos no original] .

Abordamos, no presente texto, a vertente dos evangélico-luteranos entre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul. A imprensa é uma instância fundamental utilizada para fomentar a germanidade. Ela englobava os almanaques³, os jornais *Deutsche Post* (1880-1928), o *Sonntagsblatt der Riograndenser Synode*, impressos publicados pela editora de Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo, e o jornal ALZ.

Entre os principais teóricos da vertente evangélica do germanismo, deparamo-nos com Wilhelm Rotermund e Hermann Dohms, ambos pastores e presidentes do Sínodo Riograndense (tendo atuado respectivamente em 1874-1918 e 1914-1956), com larga atuação no magistério. As formulações teóricas de W. Rotermund ocorrem antes e durante a Primeira Guerra Mundial. H. G. Dohms terá sua produção publicada e difundida após este período.

Uma questão é comum às três vertentes defensoras da germanidade: pretendem que a população de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães seja brasileira no tocante à cidadania, preservando, porém, a identidade étnico-nacional alemã, sintetizada na “germanidade” [*Deutschtum/Volkstum*]. Especialmente nas primeiras quatro décadas do século XX, os descendentes de imigrantes alemães, especificamente os evangélicos luteranos, estão submetidos, de um lado, à influência dos ideólogos do germanismo, que pretendem a (re)germanização desse grupo, valendo-se das instâncias citadas acima, especialmente periódicos; e, de outro lado, à influência do governo nacional e estadual que pretendem a construção de uma identidade nacional coletiva e a supressão de diferenças étnicas, sendo a escola um dos instrumentos utilizados para formar o cidadão desejável. Esses objetivos serão intensificados na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que pretende a nacionalização do elemento estrangeiro e a supressão de qualquer grupo etnicamente homogêneo, defendendo a “mistura das raças” para a formação do povo brasileiro.⁴

Trata-se, porém, de um aspecto que não pode ser homogeneizado, e a análise aprofundada das fontes impressas permite-nos encontrar conflitos e divergências em torno do tema (Gertz, 1991:18). A seguir analisamos, portanto, o ALZ para verificar que conceito de germanidade é representado e que elementos são enfatizados pelos editores e articulistas desse periódico.

REPRESENTAÇÕES SOBRE GERMANIDADE [*DEUTSCHTUM*] NO ALZ

Enquanto a intelectualidade brasileira estava ocupada, a partir da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, com a construção de laços de pertencimento "capazes de difundir um sentimento de brasilidade" (Luca, 1999:33), os ideólogos do germanismo escrevem para a população descendente de imigrantes alemães, visando a interromper ou impedir o processo de "abrasileiramento", construindo e reforçando a germanidade, mediante um processo de gerenciamento da identidade do imigrante alemão e de seus descendentes. Buscamos, a seguir, verificar de que forma os redatores e articulistas do ALZ o fazem, que mecanismos de gerenciamento da identidade de seu leitor utilizam e que compreensão de germanidade veiculam. Cientes de que desde meados do século XIX vem sendo veiculadas compreensões de germanidade, lembramos que a fonte a ser analisada se limita ao período das primeiras quatro décadas do século XX.

No período de 1902 a 1917, as representações de germanidade são veiculadas, principalmente na forma de aforismos⁵, de caráter normativo, impondo e/ou direcionando condutas relativas à preservação da germanidade/*Deutschtum*. Essa estratégia, utilizada pelos editores do ALZ para divulgar suas concepções, é uma prática já verificada em outros periódicos, jornais e almanaques.⁶ Através de sua constante repetição, pretende-se que determinadas formulações passem a ser bem comum dos leitores, passando a direcionar seus posicionamentos e práticas. Na década de 1920, ainda predominam os aforismos, porém já há algumas discussões em artigos mais teóricos, os quais predominam efetivamente nas páginas do ALZ nos anos de 1930.

No que se refere ao período anterior a 1920, o conceito "germanidade" é pouco trabalhado pelos redatores e articulistas, especialmente no período da Primeira Guerra, em que predomina o fomento da consciência étnico-nacional alemã. Neste sentido, os redatores citam aforismos dos mais conhecidos teóricos alemães, no que se refere à construção de conceitos sobre a nação alemã (Fichte e Lagarde), da área da literatura alemã (Goethe) ou de autoridades alemãs, como o próprio Imperador Guilherme II (ALZ, fev. 1915:1; maio 1916:1). Seguem alguns exemplos em que predomina a ênfase sobre conceitos caros a esses pensadores e políticos alemães na sua definição de nação alemã:

Somente aquele para quem seu próprio *Volkstum* é sagrado respeita e honra outro *Volkstum*! (E. Ertl., 1914:1)

Tende piedade de vossa Pátria,
Valorosos alemães, é tempo de agir!
Esta é a hora do levante
Para alcançar a liberdade. Deus assim o quer.
Vinde cá, quem coração de homem tenha! (Hutten, 1916:1)

Ser um povo significa ter consciência de uma aflição comum.
Paul de Lagarde (1916:1)

Utilizam aforismos escritos ao povo alemão, o que denota o afinamento dos editores com o projeto germanista, pois efetivamente consideram seus leitores pertencentes à categoria “povo alemão”. No segundo exemplo, em que o leitor é convocado a lutar e apoiar o país de origem: o Império Alemão. No que se refere ao terceiro exemplo, salientamos que, conforme Mosse (1979:40), Paul de Lagarde (1827-1891) é um dos principais ideólogos do *Volkstum* no século XIX. Duas contribuições suas fizeram dele um dos maiores representantes da ideologia étnica: “sua ênfase na espiritualidade [*Geistigkeit*], na existência de uma fé germânica que unia todos os alemães na rede do povo e os ligava a Deus, bem como a apresentação das diversas formas de anti-semitismo” (Mosse, 1979:48), nas quais o judeu vai representar as formas mais abjetas do anti-alemão.

Em meio a uma maioria de aforismos, aparecem alguns poucos textos teóricos, como o de Karl Nötzel, cujo título também é imperativo: *Du bist Deutscher!* [Tu és alemão!]. O autor enfatiza a língua como elemento do *Volkstum*, cita marcadores e diferenciadores como honestidade, justiça, discrição e bondade.

Orgulhas-te de ser alemão, não por te considerares, como alemão, superior a outras nações. Orgulhas-te de ser alemão, porque te orgulhas de ser um ser humano. E te orgulhas de ser um ser humano, pois isto significa uma grande responsabilidade perante Deus e perante as pessoas, talvez perante toda a criação. Uma responsabilidade no presente e no futuro mais distante. (Nötzel, 1915:6)

Este texto, mas também diversos dos aforismos lembrados colocam, já neste período de 1915, a ênfase na *Schöpfungsordnung* [ordem da criação], teoria em que o pertencimento a um povo, no caso o alemão, está condicionado à ordem de Deus e, conforme a análise de Dreher, “raça, sangue, idioma, etnia são tidas por dádivas da criação de Deus e, como tais, devem ser santificadas” (Dreher, 1984:217). Os povos não são apresentados como resultado de longo processo histórico, mas correspondem a uma intenção original de Deus, quando, seguindo o mito contido em Gênesis 11, texto no qual é relatada a torre de Babel, sua construção e sua destruição por Deus, seguida da confusão de línguas que dá origem aos povos – se vê os povos como entidades criadas por Deus desde tempos míticos. Voltar-se contra essa vontade de Deus, não mantendo as peculiaridades étnicas é pecado, desobediência. Assim, também o casamento com pessoa de outra etnia é desobediência.

Segundo Manfred Jacobs, desde o Pietismo alemão e, especialmente desde Herder (1744-1803), teólogo influenciado pelo Pietismo que formulou esta concepção em sua obra “Idéias relativas à História da Humanidade” [*Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*], estabelece-se estreita relação entre história e revelação [*Offenbarung*], espírito do povo [*Volksgeist*]

e espírito de Deus [*Gottesgeist*]. No século XIX, Schleiermacher, também teólogo protestante e pai da hermenêutica moderna, acrescenta a essa concepção o entendimento de que “a comunidade cristã e o povo [são] ordem da criação de Deus”. Nesta concepção, cada povo, também o alemão,

[...] teria acesso à mensagem bíblica de acordo com seu caráter espiritual. Ali renunciava-se a transição da proclamação cristã para a religiosidade étnica, assim como a oposição entre o Velho Testamento e a idéia do *Volksnomos* alemão que os Cristãos Alemães (*Deutsche Christen*) e Wilhelm Stapel retomaram em 1933. (Jacobs, 1970:106-7)

É dentro desta tradição que também Fichte entende povo como uma “revelação histórica de Deus, desenvolvendo-se conforme uma determinada lei da criação” (Tilgner, 1966:48), quando apresenta seu conceito de nação no oitavo “Discurso à nação alemã”. A teologia étnico-nacional, no entanto, tornou-se relevante na história alemã apenas após a Primeira Guerra, que Tilgner chama de “catástrofe alemã de 1918”. Segundo ele, apenas no século XX, “a teologia nacional-religiosa de povo foi radicalizada e tornada também teologicamente relevante na ligação de germanidade e cristianismo” (Tilgner, 1966:14).

Verificamos, portanto, que na busca por representações de germanidade, encontramos, na estratégia da publicação de aforismos – utilizada pelos editores do ALZ – efetivamente a intenção de fomentar em seus leitores a manutenção de uma identidade étnico-nacional alemã, bem como fomentar o sentimento de unidade e de pertença ao “povo alemão”. Era reflexo de um nacionalismo entre outros nacionalismos do período, dos mesmos nacionalismos que patrocinaram a I Guerra. Suas formulações ainda são distintas do que virá após 1920.

Na década de 20, o conceito de germanidade [*Deutschtum/Volkstum*] está mais nitidamente expresso no editorial do primeiro número de 1920, escrito pelo então redator do ALZ, Friedrich Strothmann, que ocupou essa função entre 1920 e 1925. Nele, verificamos a presença de elementos de diferenciação étnica, ou de fronteira étnica, conforme Barth, acionados pelo grupo para diferenciar-se frente ao “outro”. Os elementos demarcadores utilizados pelo redator são a capacidade de trabalho, a “maneira de ser alemã” e a “peculiaridade de seu povo”. Está presente também um dos pressupostos da ideologia étnico nacional-alemã, segundo a qual os alemães eram sempre alemães, não importando o país em que vivessem. O redator afirma o pertencimento eterno ao povo alemão, “seja sob carvalhos, seja sob palmeiras”, representando a imagem da manutenção da identidade, portanto da idéia da imutabilidade da germanidade, bem como sua condição naturalizada. (Grützmann, 2003a). Defende, ainda, que a juventude é portadora e deve ser transmissora desses demarcadores. O redator enfatiza a importância da formação do professor a partir dessa concepção, solicitando trabalho em conjunto: “Andemos unidos em sua direção e esperemos grandes coisas de nosso trabalho para nós e para nosso povo” (Strothmann, 1920:1).

Mesmo já tendo citado o seguinte trecho do editorial no capítulo anterior, entendemos que é pertinente repeti-lo aqui:

Se com destemor preservarmos o que pode preservar a nós e a nosso povo, com forças reunidas – o Reino nos há de ser preservado, pois o Reino está em nós. Fomos chamados à vida da terra alemã, seja sob carvalhos, seja sob palmeiras. Conosco peregrina o Volkstum tal como a sombra com o corpo, a cor com o tecido, o perfume com a flor. E o destino é tão determinante, que ninguém pode alcançar verdadeira grandeza, a não ser que destaque a peculiaridade de seu povo. Por isso, façamos ascender a juventude com entusiasmo fervoroso, por meio de palavras embalantes e exemplo esplendoroso, em direção aos ideais como formação moral-religiosa, pessoal e nacional. (Strothmann, 1920:1)

Relacionado ao contexto do Pós-Guerra, segue outro exemplo em que mais uma vez é acionada a temática da unidade do povo alemão:

Pentecostes alemão – Dia alemão
Nossa alma está em chamas,
Venha o que vier
Os alemães permanecem firmes juntos.
Um juramento frente ao perigo extremo
Nos une, seja qual for nossa linhagem
E a união até a morte
Honramos fielmente. (Frobenius, 1923:1)

Uma citação de Guilherme II determina modelos de conduta a quem pertencesse ao povo alemão, exigindo mais patriotismo. É o que encontramos no trecho a seguir, retirado de um texto do ex-imperador alemão, referindo-se ao período posterior à Primeira Guerra. Lamenta a falta de alegria [*Freude*] e orgulho [*Stolz*] dos alemães com relação ao seu *Vaterland*, por isso foram oprimidos:

Se os alemães de todas as classes e posições tivessem sido educados para a alegria e o orgulho perante sua pátria, uma tal auto-humilhação de um povo grandioso seria inconcebível. Esta humilhação, que, por certo, nos foi imposta sob condições específicas, extremamente difíceis, é ainda menos compreensível quando pensamos que a juventude alemã, apesar de excessivamente estudada e não tão fortalecida pelo esporte como a juventude inglesa, conseguiu feitos brilhantes, nunca antes alcançados [...]. Que o povo alemão nunca perca da memória essa personificação do seu melhor ser e que procure com todas as forças seguir-lhe o exemplo, assimilando, de forma perene, o verdadeiro espírito alemão. (Wilhelm II., 1923:1)

A menção do texto de Guilherme II está a serviço das tendências nacionalistas alemãs, inconformadas com o desfecho da Guerra e contrárias à social-democracia da República de Weimar que irão, mais tarde, agregar-se ao nacional-socialismo e que, no Brasil, apoiarão a ideologia nazi-fascista (Dreher, 1984:126-127). Por fim, apontamos para outro elemento da germanidade acionado, nestas duas décadas, pelos articulistas e redatores: a língua alemã. A este elemento dedicamos uma abordagem específica na parte final deste texto.

Na década de 30, são freqüentes os textos teóricos em que os articulistas abordam claramente o que entendem por germanidade. Tratam da questão, porém, sempre associada à condição de cidadania brasileira, afirmando que não poderia haver melhor patriota do que o “alemão-brasileiro”. Neste sentido, Culmann argumenta que na manutenção de seu *Volkstum*, “no cultivo da índole e da essência alemã”, bem como mantendo a cultura de origem [*Stammeskultur*] e tradições e origem [*Stammesstraditionen*] está a melhor contribuição da população descendente de alemães para a formação de uma cultura brasileira. Passa pela escola, pelo professor, a manutenção do *Volkstum*, enfatiza o articulista. Sugere duas formas de mantê-lo: através das canções em língua alemã⁷ e através da *Familienkunde* [genealogia]. No que se refere à última, argumenta o autor que ela poderá servir ao conhecimento da *Volkskunde* [geografia humana], pois era preciso, segundo ele, conhecer e estudar a história e a contribuição dos “alemães-brasileiros” para a nação brasileira, seja na indústria, no comércio, na escola, na igreja, na vida associativa, no esporte, na arte, no teatro e na música. Demarcar estas contribuições e fortalecer a consciência tradicional (ALZ, abr. 1930:3) do grupo no presente e no futuro consistiam em objetivos centrais. No que se refere ao teatro, os redatores do ALZ passam, a partir de então a publicar artigos específicos em que são sugeridas formas de se trabalhar teatro e *Volkslieder* [canções populares] na escola e nas festas, especialmente na comemoração do 25 de julho⁸, a partir de 1934. Da mesma forma, o tema *Familienkunde*, que já vinha sendo tratado em 1926, volta a ganhar espaço nas páginas do ALZ, e, após 1933, passa a ser designado por *Ahnenkunde* [estudo dos ancestrais], já no contexto das teorias raciais em voga na vigência do nacional-socialismo.

Ainda em 1931, Kramer, então presidente da Associação de Professores, insiste no que chama de “enraizamento no *Volkstum*”, o que deveria ser alcançado via crianças na escola. Argumenta que os alunos das escolas “alemãs-brasileiras” são nascidos no Brasil, e devem ser educados para a cidadania brasileira, porém são “brasileiros de origem alemã”, e, desta forma, “pertenciam ao grande povo alemão, espalhado por todo mundo” (Kramer, 1931:8).

Em artigo de Karl Fouquet (1931:2) sobre o quinto Congresso Escolar [5. *Schultag*], realizado em Porto Alegre, naquele ano, enfatiza especialmente a fala de Alberto Bins, que afirma a importância de manter “língua, costumes e cultura herdada dos pais”. Vale-se, portanto, do recurso da autoridade, pois Bins era então prefeito de Porto Alegre.

Verificamos que o ano de 1933 marcou uma alteração significativa no ALZ, pois, além de discutir a questão do *Deutschtum/Volkstum*, passa a veicular conceitos então em discussão no início do III Reich alemão e da ascensão do nacional-socialismo ao poder. Trata-se de textos pontuais sobre o pensamento étnico [*Volksgedanken*], o qual se sobrepunha ao estado nacional, e sobre a ideologia do *Blut und Boden* [sangue e solo]. Exemplo disso é o texto de Dohms (1933:3). As

idéias e os conceitos tratados por Dohms estão nitidamente relacionados àqueles em voga na Alemanha daquele período, e vão desde os conceitos de povo, religião e comunidade até a ideologia do Sangue e Solo [*Blut und Boden*]. Segundo Dohms, a “revolução” que estava acontecendo na Alemanha não era de um acontecimento apenas de ordem política, mas dizia respeito aos alemães de todo o mundo, significando “uma nova ligação do nosso povo daqui com todo o povo alemão.” (Dohms, 1933:3)

Os articulistas passam, então, e especialmente em 1937, a considerar “sangue” outro elemento da germanidade. A partir de então são utilizados, com maior frequência, artigos teóricos em que se discutem conceitos como *Volk*, *Staat*, *Nation*, *Rasse* [povo, estado, nação, raça], diretamente relacionados com a história alemã e escritos tanto por autores brasileiros (por ex., Dohms e Andrä) como, e principalmente, por alemães (caso do ano de 1937, em que esses textos teóricos são retirados de obras de autores alemães ou de periódicos alemães, porém sem informação da data da publicação). A matriz dessas idéias está em Lagarde e outros pensadores alemães que retomam e ressignificam idéias do romantismo alemão (Herder e Fichte). Estreitando o vínculo com a pátria-mãe, Alemanha, o ALZ continua, também, publicando textos referentes aos ícones da cultura alemã, como por exemplo, quando lembra os 50 anos de falecimento de Richard Wagner ou fala sobre sua cidade natal, Bayreuth (Rothacker, 1933:1-3; Beidler, 1933:3-4).

A partir deste período, os redatores e articulistas passam a utilizar o conceito *Volkstum* com mais frequência do que *Deutschtum*. Verificamos, também, variação no conteúdo do conceito. Em 1934, *Volkstum* engloba dois elementos fundamentais: uma língua comum (a língua materna) a todos os membros e uma cultura única e comum:

Volkstum expressa-se acima de tudo numa língua comum entre todos os seus membros, na língua materna, e numa determinação cultural uniforme, ou melhor, numa convicção nas forças e capacidades próprias. Dessa determinação cultural, no entanto, forma-se uma estrutura harmônica de relações culturais, as quais, em conjunto com a língua, podemos considerar como uma característica étnica distinta, em outras palavras, uma conjugação e conformidade internas entre as mais diferentes expressões da vida. (Holder, 1934:6)

Holder considera expressões do *Volkstum*: “Usos e costumes, música e dança, festas e o cotidiano, as roupas típicas e os utensílios, a construção das casas e a forma de conduzir os negócios, enfim, todas aquelas coisas que conferem à vida um estilo étnico próprio” (Holder, 1934:6). Concordando com ele, Erich Fausel, reforça a importância do ensino da etnologia alemã [*deutsche Volkskunde*]. Ele o faz exemplificando outras regiões onde há população alemã, como a Transilvânia e o Sul do Tirol, demonstrando que, assim como aquela população valorizava a “*deutsche Volkskunde*”, os “alemães-brasileiros” também não poderiam se excluir, pois estavam mais atrelados ao povo alemão do que alguns pensavam, por demarcadores, que “encontram-se nos

menores detalhes, em expressões do dia-a-dia aparentemente sem importância, em palavras e gestos, na maneira de pensar e organizar a vida, na vontade de trabalho e na auto-estima daí proveniente.” (Fausel, 1935:1).

Há, neste texto de Fausel, uma proposta clara de continuidade, outro objetivo do germanismo – além da unidade e da identidade apontados por Grützmann⁹ (1999), bem como uma delimitação de fronteira étnica. Fausel traduz esses demarcadores em ações a serem seguidas pelos “alemães-brasileiros”. Sugere que continuem construindo casas em estilo alemão, mantenham os jardins floridos e limpos, preservem suas canções populares e reaprendam a cantar, o que, dentre outras pequenas ações, poderia manter o *Volkstum* (Grützmann, 1999). O objetivo seria a unidade de toda a população alemã-brasileira por meio da *Volkskunde*, a ser veiculada pelos professores, educadores e amigos do *Volkstum*:

Ela deverá assim fornecer meios e material de trabalho a todos os professores e educadores, a todos os amigos e a todos aqueles que acreditam no *Volkstum*, e deverá estimular cada pessoa alemã que aqui vive e fazer com que sua difícil vida como teuto-brasileiro valha a pena, não apenas para si mesmo, mas pela causa do *Volkstum*”. (Fausel, 1935:1)

Importante é, segundo Fausel, pensar no todo, para que cada parte tenha significado. O todo é o *Volkstum*, e cada indivíduo devia fazer sua parte para mantê-lo.

Além de enfatizar demarcadores da identidade alemã, outra estratégia utilizada pelos editores do ALZ, é a publicação de normas de conduta, para persuadirem o leitor e se assegurarem de que os seus propósitos fossem alcançados. Em 1936, o ALZ publica decálogo, que apresentamos a seguir, elaborado originalmente pelo *Deutscher Nationalbund* para os norte-americanos, “há muitos anos”. O argumento do redator é de que está sendo reproduzido, pois serve também para os descendentes de alemães no Brasil naquele momento, em 1936. Normas de conduta eram reutilizadas e ressignificadas, portanto, em outro momento histórico e em outro país. Vejamos seu teor:

1. Demonstre e declare ser alemão, mesmo se no momento isto possa não parecer vantajoso.
2. Fale e escreva alemão nos contatos com alemães.
3. Leia jornais e livros alemães; o desejo de aprender inglês não deve levar à negligência de sua maravilhosa língua materna.
4. Promova o uso da língua alemã em sua família e ensine alemão ao seus filhos. Eles lhe serão gratos por isto no futuro.
5. Não mexa um pontinho sequer em seu nome de família alemão, o qual tem o mesmo direito à memória dos ancestrais nos Estados Unidos como os nomes de família irlandeses e ingleses. Seu nome alemão é seu estandarte pessoal.
6. Como membro de um partido político, exija internamente a mesma consideração para os alemães como aquela dada a outras nacionalidades.
7. Dedique um dia do ano ao seu *Volkstum*, participando com toda a sua família nos festejos do dia alemão.

8. Não inveje o sucesso de seus companheiros alemães. Pelo contrário, faça de tudo para ajudá-los.
9. Coloque suas aptidões pessoais à disposição da promoção das causas maiores do movimento americano-alemão.
10. Participe em associações ligadas a agremiações maiores em nível municipal e estadual, para promover os interesses da germanidade americano-alemã. (*Zehn Gebote für den Deutschamerikaner*. In: ALZ, v.33, n.8, p.11, ago. 1936)

Grützmann, que já analisou este decálogo, aponta para a relação do mesmo com o decálogo bíblico, contendo inclusive o “mesmo número de ordens proferidas no imperativo” (Grützmann, 2003a:145). Este decálogo, na forma de mandamentos, bem como os aforismos, são, segundo a autora, uma forma de criar resistência às mudanças, fortalecendo a unidade e a integração do grupo. Chamamos atenção para um elemento da germanidade enfatizado neste decálogo: a língua alemã, tanto falada como escrita. Além disso, salientam condutas, como a não alteração do nome de família, a participação de festas e de associações. Afinal, acima de tudo, “ser alemão”.

Na década de 1930, os conceitos-chave da ideologia étnico-nacional difundida na Alemanha, bem como do germanismo, são discutidos também sob o pretexto dos preparativos para as comemorações em torno do 25 de julho, data em que era lembrada a chegada dos primeiros imigrantes a São Leopoldo, considerada “Unser Tag” [Nosso dia]. É o caso do texto de Helmut Andrä, que desempenhava a função de diretor e professor de escola e era um dos ideólogos do germanismo, cujos textos são encontrados com relativa frequência nas páginas do ALZ da década de 1930. O texto comentado a seguir refere-se ao 25 de julho de 1937. Nele, Andrä discute os conceitos *Volkstum* [germanidade] – *Volksgemeinschaft* [comunidade étnica] – *Brasildeutscher* [alemães do Brasil]. Entende *Volkstum* não como teoria, mas como prática, e afirma que a força do *Volkstum* está na comunidade [*Gemeinschaft*]. É necessário, segundo ele, perguntar-se: *Podemos fazer parte tanto do Volkstum alemão como do brasileiro?* (Andrä, 1937:2). Responde que não se pode pertencer a dois *Volkstum* e argumenta que no Brasil fala-se de brasilidade apenas como algo a ser alcançado no futuro: “Não existe uma comunidade étnica brasileira baseada na raça e no sangue”. E continua, afirmando que “não somos minoria [...]. Queremos ser fiéis ao país que nos acolheu, [...] pelo qual trabalhamos pela ordem e progresso, mas também precisamos permanecer fiéis aos nossos costumes, nossa língua, ao sangue alemão de nossos antepassados [...]”. A esta identidade seu leitor deve pertencer. Reforça, ainda, que o futuro da germanidade no Brasil depende da educação, “também da educação de nossos jovens como bons cidadãos”. As instituições responsáveis pela tarefa da educação seriam, ainda conforme Andrä, a escola e a igreja. Finaliza seu artigo com uma convocação aos “alemães-brasileiros”: “Que a germanidade brasileira se apresente! Homens responsáveis, para a frente de batalha! Mestres e operários, avancem com a construção de nossa germanidade!” (Andrä, 1937:2).

No mesmo número do ALZ, Gustav Schreiber reforça o esclarecimento dos conceitos *Volkstum* [germanidade] e *Volksgemeinschaft* [comunidade étnica]¹⁰. Entende que a germanidade/*Volkstum* apenas poderá ser expressa em comunidade [*Gemeinschaft*] e através da língua alemã. Schreiber vale-se desse conceito para dirigir um apelo ao grupo: que lutasse e agüentasse em circunstâncias difíceis. Certamente se referia a alterações no sistema escolar, como a que fôra desencadeada com a Constituição de 1934, ou seja, o uso da língua portuguesa em sala de aula. Afinado com o entendimento do projeto germanista, em que a língua portuguesa poderia representar a perda da germanidade/ *Deutschtum/Volkstum*, o autor escreve:

Como foi salientado no artigo do colega Andrä, nossa comunidade étnica poderá, basicamente, apenas como comunidade cultural avançar na solução das tarefas que neste momento lhe foram impostas. Em primeiro lugar, figura a proteção de nossa **escola com um programa próprio de conteúdo étnico, levando em conta plenamente sua situação condicionada pelo Estado (brasileiro)** [grifo do original] (Schreiber, 1937:3-4).

Além de definir germanidade e recorrer a modelos de como o leitor deveria fomentá-la, como abordamos até aqui, há referência a anti-modelos ou modelos que não deram certo: é o caso da colonização alemã em Torres e na Serra. O articulista que se refere a Torres, de certa forma repete o que a historiografia sobre imigração alemã no Estado já vinha afirmando, por exemplo na obra sobre os *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul* (2000). Em artigo de 1936, Theobald Dick enfatiza a pobreza e o sofrimento de “pessoas de nosso sangue e de nossa espécie, irmãos, em outras palavras, que levam uma vida de atraso e pobreza, quase diríamos, vegetam.” (Dick, 1936:4)

Atribui esse atraso e essa pobreza ao isolamento em que vivia a população e propõe uma arrecadação de dinheiro para auxiliar a localidade de São Pedro de Alcântara para erguer uma escola. Dessa forma, segundo Dick (1936:4), “teriam contato com nossos métodos de trabalho, acostuariam-se novamente com usos e costumes alemães, enfim, seriam novamente incorporados em nosso *Volkstum*”. E convoca todos os “alemães-brasileiros” a colaborarem na organização dessa escola, pois dessa forma poderiam evitar que aquela população se afastasse definitivamente do grupo e do *Deutschtum/Volkstum*.

Outro exemplo de preocupação com a “perda da identidade/*Volkstum* é a “juventude descendente de alemães na Serra”. Falke reclama do afastamento da juventude descendente de alemães de seu *Volkstum*, culpando a escola e os professores. Estes deviam ensinar a música alemã, não permitindo a entrada de outras músicas, como tango, fox e rumba, difundidas na América. E afirma não ter perdido a esperança de que também na Serra “o metal nobre do *Volkstum* alemão apareça” (Falke, 1936:5).

O termo “*Deutschbrasilianertum*” também é encontrado no ALZ dos anos 30. Lembramos que, conforme Paiva (1984), este conceito corresponde ao de germanidade/*Deutschtum*. No periódico citado, encontramos mais referências ao *Deutschtum* do que a algo que Paiva designa de “*Deutschbrasilianertum*”. Dick, Fausel, Fräger e Holder são alguns dos autores que usam o termo *Deutschbrasilianertum* ao invés de *Deutschtum*. Theobald Dick (1933:1-2), apesar de afirmar que o Brasil “[...] para nós, que aqui nascemos, [...] não é mais o assim chamado ‘país de hospedagem’, o ‘segundo lar’, para nós o Brasil é o primeiro, o único lar, além do qual não conhecemos nenhum [...]”, enfatiza a contribuição dos alemães ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul e não aceita que essa população seja relegada a “cidadãos de segunda ou até terceira classe”. Admite, porém, que “é lógico que, naturalmente, devemos nos ajustar ao *Volkstum* brasileiro, tanto quanto possível, acima de tudo precisamos aprender o idioma”. Ele propõe, ainda, que o esforço da população descendente de alemães devia ser mais no sentido de “cuidadosamente cultivar e prezar os bons usos e costumes de nossos antepassados e, com o tempo, fundi-los com os bons usos e costumes luso-brasileiros para formar um novo *Volkstum*, o rio-grandense”. Poderíamos considerar, a partir dessa última afirmação, que Dick é o único articulista do ALZ a expressar a aceitação de uma tradução cultural para a população imigrante ou descendente de alemães, negociando com a nova cultura em que viviam, sem que fosse assimilada por ela e sem perder completamente sua identidade, vinculada ainda a seu lugar de origem e suas tradições, porém, sem a ilusão de um retorno ao passado (Hall, 2003:88). Fausel (1935:1), por sua vez, usa o termo *Deutschbrasilianertum*, porém trata da continuidade do projeto germanista, como abordamos acima. Holder (1934:6) considera os colonos o cerne do *Deutschbrasilianertum*, ou seja, vigora apenas no meio rural.

Outro conceito difundido pelo ALZ é *Heimat*, termo que começa a ser tematizado em larga escala desde o Romantismo alemão, no século XIX. É no final do século XIX e até meados do século XX que a ideologização do conceito, mas também sua instrumentalização atingirão seu auge. É nesse período que passa a ser “elemento aglutinador e definidor da identidade nacional e do povo alemão e adquirindo importância capital na ideologia étnica alemã” (Grützmann, 1999:75-76). Torna-se, então, matriz identitária e descritor da essência germânica no Brasil, mormente na década de 1930, quando na vigência da ideologia do sangue e do solo, há radicalização do conceito (Ibid.:72-78).

Em 1937, comentando conferência proferida por Karl Götz, realizada em São Leopoldo, o comentarista salienta o poder da união dos que vivem longe da *Heimat*, ou seja, da terra natal e ancestral:

Que potência seríamos, segundo disse o poeta Karl Götz em sua palestra recentemente proferida em São Leopoldo, se entre todos nós que vivemos longe do *Heimat* uma vez irrompesse o sentimento de ligação fraterna e todos os irmãos no exterior pudessem ser capazes de olhar para sua adorada Alemanha, como o fazem crianças agradecidas para sua mãe. Seríamos invencíveis!

[...]

Mas é assim mesmo, nós alemães somos um povo estranho. (*Gedanken nach einem Dichtervortrag* (at). In: ALZ, mar/abr. 1937, n.1-2, p.8-9).

Karl Götz, poeta, viaja, certamente a serviço de alguma organização de incentivo à manutenção da germanidade, e causou tal impacto no comentarista que este vale-se das palavras do visitante para convocar o leitor a se unir e “aprender a enxergar nossos irmãos com outros olhos. [...] Rapidamente perceberemos que o caminho ao coração de nossos irmãos de sangue não é tão cheio de pedras”. Convida seu leitor a não olhar para as individualidades, afirmando que assim veremos “que todos têm, mais ou menos, o desejo de pertencer a nossa grande família alemã”. Veicula, portanto, a unidade pretendida para englobar toda a população de imigrantes e descendentes de alemães no mundo na categoria “povo alemão”. E sugere:

Quanto mais procurarmos preservar o contato honesto e profundo com nossos irmãos, tanto mais suportável faremos nossa própria vida. A inveja, a busca desenfreada por prestígio e todo conflito pessoal devem desaparecer diante da grande tarefa comum que nos foi confiada pela pátria-mãe. Todo nosso pensamento e ambição deveriam estar direcionados para a meta que vislumbramos diante de nós: uma Alemanha unida, com a força de cem milhões! (*Gedanken nach einem Dichtervortrag* (at). In: ALZ, n.1-2, mar/abr. 1937:8-9).

Um dos únicos articulistas a considerar *Heimat* o Brasil é Theobald Dick (1933:1-2), afirmando que: “[...] para nós que nascemos aqui, o Brasil não é mais o assim chamado ‘país de hospedagem’, o ‘segundo lar’, para nós o Brasil é o primeiro, o único lar, além do qual não conhecemos nenhum outro”. Por trás das colocações de Dick encontramos resistência à ideologia alemã contida no conceito tradicional de *Heimat*. Como ainda veremos, Dick não vai se opor à inserção de alemães e descendentes no Brasil. Antes, vê o fato como lógico e natural.

Outro autor trata da necessidade da *deutsch-brasilianische Volkskunde*. O conceito *Volkskunde*, etnologia também tem suas raízes no acento dado às ciências naturais no século XIX e está interessado, no contexto em que o estudamos, nos estudos relativos à teoria de superioridade ou inferioridade racial:

Uma *Heimatkunde* sem etnologia [*Volkskunde*] é, no sentido exato da palavra, desprovida de sangue. Justamente pelo fato de que, aqui entre nós, o sangue e a terra não convivem naquela harmonia ancestral como na Alemanha, justamente porque aqui cada um tem um *Heimat* do sangue e um da terra, uma terra materna e uma terra paterna, por todos esses motivos uma *Heimatkunde* não pode apenas versar sobre a paisagem ou, no máximo, sobre a colônia, ela deve também procurar oferecer uma representação da singularidade e da autodeterminação de nosso *Volkstum*. (*An alle Leser!* In: ALZ, Porto Alegre, v.32, n.12, ago. 1935:4-6.)

O trecho citado reflete o que se encontra no ALZ, na década de 1930, ou seja, textos em que está presente a ideologia do solo e do sangue [*Blut und Bodenideologie*], em vigor na Alemanha nessa mesma década. Nesse texto, propõe-se a vinculação do descendente de alemães a duas concepções de pátria: *Mutter- und Vaterland*, também já verificado por Meyer (2000) e Grützmann (1999). Meyer explica essa questão como uma relação entre nacionalidade alemã e cidadania brasileira, que, segundo a ótica dos germanistas, deveria ser a “relação desejável, produtiva e harmônica de dois entes distintos e complementares”: a terra natal e a pátria, para gerar “o sujeito e a cultura teuto-brasileira” (Meyer, 2000:87). Grützmann afirma que:

O germanismo também defende a harmonização entre a conservação e o cumprimento dos deveres inerentes aos imigrantes e a seus descendentes, residentes e nascidos no Brasil, sem prejuízo de ambas as partes, a partir da separação entre nacionalidade e cidadania. A nacionalidade, de acordo com a sua concepção, decorre de laços étnicos e culturais. [...] Sua ocorrência encontra-se desvinculada de um Estado de fronteiras políticas e geográficas delimitadas, podendo estabelecer-se em qualquer país. [...] A cidadania, ao contrário, configura-se numa categoria política e acidental que não modifica a essência do indivíduo, na medida em que essa é concedida pela ascendência étnica e cultural (Grützmann, 1999:96-97).

Verificamos que há, também nas páginas do ALZ, a mesma intenção dos ideólogos do germanismo, já estudados por Grützmann, de “regermanizar” a população descendente de imigrantes alemães, pois na prática o processo da “desgermanização” ou a “*Brasilianisierung*” [abrasileiramento] estava há muito em andamento, como também afirma Meyer (2000).

LÍNGUA ALEMÃ

No ideário germanista, a língua tem relevância, por ser considerada “o espelho e a transmissora da essência alemã, sendo vista como um autêntico repositório do caráter nacional” (Grützmann, 1999:80). Este entendimento da língua nacional está ancorado na premissa romântica defendida por Herder. A partir deste entendimento, ainda conforme Grützmann, a língua torna-se um “mecanismo de diferenciação entre os demais povos e nações” (Idem:80). O próprio uso da língua alemã nas publicações, como no caso do ALZ, é uma forma de conservar a língua materna no Brasil, mantendo o vínculo com a cultura alemã (Idem:65).

A língua foi, portanto, como mostram os estudos de Meyer e Grützmann, o elemento central acionado pelo ideário germanista no processo de construção da diferenciação e identificação dos imigrantes e descendentes. Recuperamos a seguir a discussão teórica a respeito desse elemento demarcador nas diferentes décadas de circulação do ALZ. Acompanhamos, ainda, e buscamos

apresentar o entendimento dos articulistas do ALZ da relação língua alemã e língua portuguesa, ambas acionadas para compor o que entendem ser um bom cidadão brasileiro.

Esse entendimento é defendido desde 1906 até a década de 30 no ALZ. Acentua-se a discussão, mesmo dentro do próprio grupo, nesta última década, em função da nova política educacional brasileira, então implantada, e que culmina com a política de nacionalização durante o governo Vargas, quando o ensino da língua portuguesa passa a ser mais exigido pelas autoridades brasileiras da área educacional, a partir do que prevê a Constituição de 1934. No ALZ, essa discussão perpassa as quatro décadas de sua publicação, e a ênfase reside na afirmação de que “a língua e o caráter alemães são características que devem prevalecer aqui no Brasil”.

No ALZ, uma das primeiras discussões e representações em torno da língua alemã pode ser verificada em 1914. Em artigo sobre as funções das aulas de língua alemã, aponta-se para a necessidade de conhecer perfeitamente a língua alemã, considerada a língua materna [*Muttersprache*]. Negligenciá-la seria o primeiro caminho para o afastamento do próprio *Volkstum*. Com este argumento, pretende-se que a “escola alemã” se responsabilize pelo ensino correto da *Muttersprache*, sobrepondo-a aos dialetos [*Mundart*] utilizados pelos alunos. (*Die Aufgaben des deutschen Sprachunterrichts*. In: ALZ, v. 13, n. 4, p. 1-3, abr. 1914, p.1). Esta é uma forma de homogeneização, que, conforme Meyer (2000:67) chama atenção, estava a cargo da escola. Já em 1906, o ALZ reproduz uma palestra de Theodor Matthias (1906), reitor de um ginásio alemão, sobre o espírito alemão na escola alemã, da qual retira o argumento de que o jovem deve cultivar língua alemã ao invés do seu dialeto. Na prática, recomenda a elaboração e utilização de um *Lesebuch*, nestas escolas, o qual poderia ser então um ao mesmo tempo o meio para ensinar a *Muttersprache*, também uma forma de manter os alunos em contato com a “cultura alemã” (Antonius, 1908:1-2).

Ainda em 1914, há um artigo em que o ALZ reserva à língua portuguesa não apenas um segundo plano, tratando-a ainda como língua estrangeira nas escolas “alemãs-brasileiras” [*deutsch-brasilianische Schulen*]. É o caso de um relatório anual da Escola Sinodal, de Santa Cruz do Sul, com 187 alunos em 1914, em que há referência sobre as línguas estrangeiras oferecidas: “além do português também o francês (Verschiedenes. In: ALZ, v.14, n.3, mar. 1915:6). Em 1916, os argumentos vão no sentido de considerar que a língua servia para educar pessoas diligentes [*tüchtigen Menschen*], dependendo, porém, do seu vínculo com o espírito de “nosso *Volkstum*”, apenas viável mediante o uso da *angestammten Muttersprache* [língua ancestral]: “Acima de tudo, queremos educar nossos filhos a se tornarem pessoas diligentes, no espírito de nosso *Volkstum* e de nossos antepassados, e isto só é possível na língua materna ancestral, a língua que fala ao coração e à mente de cada um.” (In: ALZ, v.15, n.9, jun. 1916, p.2)

A argumentação segue no sentido de afirmar o caráter do ser humano como mais importante do que sua língua. Lembra que não considera o caráter alemão superior, mas que se deve ensinar dentro dos “traços distintivos das características de cada etnia. [...] Somos mediadores natos entre o Brasil e nossa amiga Alemanha”. E amar aos dois países seria bom para ambos: “Assim podemos unir o amor ao Brasil, o país de nosso futuro, com a fidelidade à Alemanha, o país de nosso passado, para o bem dos dois países.” (Joinville. In: ALZ, v. 15, n.9, jun. 1916:2.)

Os articulistas convocam, em nome do *Volkstum*, pais e professores para colocarem seu projeto pedagógico em prática, visando a garantir a aprendizagem e manutenção do uso da língua alemã. Junto aos pais argumentam que é necessário apoio aos alunos no lar: “Sozinhos não podemos garantir o domínio da língua alemã das crianças. Os caros pais de nossas crianças devem nos ajudar e cooperar no mesmo sentido, também em casa, na família.” (Der Verwaltungsbericht des Vorstandes des Vereins Deutsche Schule S. Paulo. In: ALZ, v.15, n.4, abr. 1916:3).

Nos anos em que o governo brasileiro faz uma primeira nacionalização das escolas “estrangeiras”, em 1916 e 1917, o que se deve às tensões decorrentes da posição que o Brasil tomou durante a Primeira Guerra Mundial, os articulistas do ALZ passam a admitir a cobrança por estarem em país cuja língua é o português, portanto seus filhos teriam que aprendê-la! Também concordam com isso, porém seus argumentos seguem no sentido de que já estavam fazendo o possível para ensiná-la. A partir de então, a língua começa a ser entendida como fundamento da cidadania, admitindo a necessidade da aprendizagem da língua portuguesa, não negligenciando, porém, em nome da manutenção da “essência” e identidade alemã dentro do grupo.

Na década de 1920, há um movimento inicial de apoio ao ensino e conhecimento da língua portuguesa, alegando questões de ordem prática, como verificamos na seguinte citação:

O amor à pátria, que deve ser aprendida na escola, encontrará sua aplicação prática mais tarde na vida. [...] O aluno de hoje ocupará seu lugar na vida econômica e social como soldado, eleitor, funcionário. Nestas duas esferas, no entanto, é necessário conhecer a língua nacional. Por direito histórico, esta língua é o português. (In: ALZ, n.5, maio de 1920, p.3.)

Admite-se o ensino da língua portuguesa em disciplinas como história e geografia do Brasil, porém logo é apresentado o argumento de que os alunos praticamente não entendem a matéria, por compreenderem pouco a língua portuguesa, sendo necessário, portanto, explicar o mesmo conteúdo em língua alemã, o que demanda tempo. Em artigo de Clara Sauer, professora em Lomba Grande, esta solicita que o ensino de história não seja apenas em língua portuguesa, pois os alunos apenas repetiam o conteúdo sem entendê-lo. Devia haver, segundo ela, explicações em língua alemã, e sugere o livro *Deutsches Lesebuch* como material didático suficiente, caso apresentasse mais conteúdo sobre a história brasileira (Sauer, 1924:3-4).

Ainda em 1922, são comemoradas as publicações de material didático em língua alemã: “A partir da idéia de que o aluno deve entender tudo o que lê, Dr. Teixeira¹¹ editou uma cartilha para os alunos que não falam o português como língua materna, em que todas as frases acompanham a tradução para o alemão” (Händler, 1922:4). Händler também comemora a 5ª edição da *Vollständige Grammatik der portugiesischen Sprache* de Dr. W. Rotermund, muito usada em “nossas escolas”, conforme palavras dele. Trata-se também de uma obra que aborda a estrutura da língua portuguesa, porém em língua alemã.

Schreiber escreve sobre o perigo da língua portuguesa tornar-se a língua corrente entre os descendentes de alemães. Reforçava, então, a unidade das escolas “alemãs-brasileiras” em torno da questão. Era necessário, segundo ele, decidir sobre qual das duas línguas deveria ser a língua materna. Seu argumento a favor da língua alemã prevalecer como idioma materno estava baseado na vontade daquela população, pois:

Nós teuto-brasileiros, ao insistirmos em preservar o idioma alemão entre nós, prestamos um serviço inestimável ao Brasil, e cada brasileiro terá orgulho de ter-nos entre suas fileiras, pois verá em nós uma pessoa igual a si, alguém que compreendeu, assim como ele próprio, a importância de valorizar a maneira de ser e os costumes dos pais, a fidelidade maior que uma pessoa pode prestar a si mesma, e à qual, uma vez testada, sua alma permanecerá fiel, cumprindo fielmente seu dever à pátria e trabalhando para sua honra. (Schreiber, 1926:3)

No início da década de 1930, encontramos reações de professores que solicitam mais cursos para os professores coloniais [*Kolonielehrer*], para que pudessem aperfeiçoar especialmente seus conhecimentos de língua portuguesa, mas também os de língua alemã

[...] para que, em sua profissão, ele possa colocar-se plenamente em pé de igualdade ao lado de seu colega brasileiro e para que, através do cumprimento do dever fiel e consciente, possa contribuir para erguer o prestígio dos professores e, principalmente, dos *Kolonielehrer* e do nosso *Deutschum*. (Hoffmann, 1931:5)

Como resposta, afirma-se que o professor deveria conhecer primeiramente a metodologia e, em segundo lugar, a língua portuguesa. Concorde-se que todo professor devia dominar a língua de seu país, mas sugere-se aprendê-la em casa, pois não seria viável organizar um curso específico. Otto Albrecht recomenda, para solucionar a precariedade de conhecimento da língua nacional, encontros mensais entre os professores, com palestras e discussão em língua portuguesa sobre História e Geografia do Brasil e a língua do país:

Figuram em primeira linha aquelas áreas de conhecimento a serem abordadas no ensino nacional: História do Brasil, Geografia do Brasil, Língua do País. Após cada palestra, segue uma discussão. Cada palestra deve ser apresentada por escrito e pode, eventualmente, ser lida pelo palestrante. Idioma: Português. (Albrecht, 1931:8-8)

Apesar de alguns posicionamentos no sentido de incentivar o ensino da língua portuguesa, predomina a idéia da necessidade primeira de aprendizagem da língua alemã. Enfatiza-se o duplo valor que tem para o país ter cidadãos que conheçam duas línguas, pois “quem aprende dois idiomas é uma pessoa duplamente valiosa, duas vezes mais valiosa para quem? Para a pátria!” (Kramer, 1931:8). O argumento está centrado na questão de que continuar aprendendo e ensinando a língua alemã apenas poderia ser vantajoso para o país, não afetando sua condição de cidadãos brasileiros. Kramer segue, enfatizando a necessidade de os filhos de imigrantes e descendentes aprenderem ambas as línguas. Admite-se, porém, o ensino da língua portuguesa apenas para finalidades práticas, na sua condição de cidadãos brasileiros:

[...] As crianças que vocês confiam a esta escola são criadas em dois idiomas. Não ensinamos apenas alemão, mas, desde o início, as crianças também aprendem o idioma das autoridades, do comércio e dos negócios, a língua da terra – a bela, sonora língua portuguesa. (Kramer, 1931:8)

Destaca-se, pois, a língua portuguesa apenas como necessidade prática do aluno das escolas evangélicas. Ele deveria conhecer seu país e sua língua, pois desta forma poderia ocupar futuramente um lugar na vida econômica e social como soldado, eleitor, funcionário público.

Na década de 1930, autores e editores insistem na continuidade dessa condição, argumentando que a língua alemã como língua estrangeira facilmente seria perdida entre a população de origem alemã. Valem-se do argumento de que a língua alemã é idioma materno entre a população imigrante e descendente de alemães no Brasil:

Como língua estrangeira, grande parte da população de origem alemã perderia o alemão. Temos o dever, como descendentes de alemães, de continuar trabalhando para o progresso de nossa pátria, com as qualidades de nossa maneira de ser alemã, como até aqui vem ocorrendo, com aquelas mesmas qualidades que serviram de recomendação ao chamamento de nossos antepassados para esta terra e que somente permanecem vivas em nós por meio do idioma”. (Schreiber, 1934:5-6)

Se alguns indivíduos dominarem a língua alemã, isso não seria suficiente, alega-se, pois, seria como uma pequena onda no mar. Era necessário que uma massa [*Volksmasse*] a conhecesse. Além disso, era preciso conhecer a língua para manter o vínculo direto com a Alemanha e com o *Volkstum*, mediante uma característica essencial: a alma alemã, a serviço de si própria e do país em que viviam:

Só nos resta a possibilidade de dependermos de nós mesmos, de confiar em nossa capacidade de ação, pois todas as características do modo de ser alemão, responsáveis pelo prestígio do povo alemão no mundo, e que também foram fundamentais para seu chamado para esta terra, ainda estão vivas entre nós, pelo menos entre aqueles que passaram pelo nosso sistema escolar, e até hoje isso significa quase todos, para que possamos defender firmemente a característica própria do nosso *Volkstum*, o sentimento pelo qual prestamos o mais alto dever à nossa pátria e acima de tudo também a nós mesmos. (Schreiber, 1934:5-6)

Em seu discurso em favor da língua alemã, o autor salienta que esta não poderia ceder espaço ao ensino da língua portuguesa, pois a medida prejudicaria a qualidade de ensino daquela (Schreiber, 1934:5-6). Para alcançar seus objetivos, a escola possivelmente não estava tendo espaço suficiente para o ensino da língua alemã, o que faz com que os articulistas novamente aleguem ser esta também uma responsabilidade e dever dos pais:

[...] Entre os deveres dos pais perante as crianças está também a educação para a comunidade alemã, pois esta já inicia na casa dos pais. Mais tarde, na escola, agrega-se a esse trabalho a educação para a cidadania. Herdamos de nossos antepassados um bem sagrado da comunidade étnica [*Volksgemeinschaft*], a língua materna, mas a amarga realidade é que, em termos de manutenção e zelo com a língua materna, muito pecamos. (Schulz: 1935:7-8)

Já em artigo de 1934, considera-se que a língua portuguesa não é nem língua estrangeira, nem língua materna [*Die portugiesische Sprache ist nicht Fremdsprache, ist nicht Muttersprache...*]. Significa, conforme o autor do artigo, “a primeira condição para nossa prosperidade aqui, a primeira condição para o sucesso de nossas lutas” (Schreiber, 1934:5). Mas nem por isso deveria ocupar o lugar da língua alemã na escola, afirma-se nesse mesmo artigo, não-assinado.

O único artigo em que podemos encontrar um posicionamento enfático com relação ao ensino da língua portuguesa é o de Willy Fuchs¹¹. Segundo ele, é importante, sim, o ensino da língua portuguesa. Relata, inclusive, em dois artigos, como organizou e qual foi a programação de duas “Noites Brasileiras” [*Brasilianische Abende*], como as designou, apresentadas em 1933 e 1934, na escola em que lecionava naquele período, no município de Candelária. As apresentações dos alunos eram feitas em língua portuguesa, pretendendo demonstrar que os alunos das escolas alemães-brasileiras também tinham condições de realizar um “evento totalmente na santa língua da nossa pátria” (Fuchs, 1935 (9):11; (10):3-5). Fuchs enfatiza sua discordância com relação à prática, adotada por colegas, que traduzem textos de autores brasileiros para o alemão, utilizando-os então como material de leitura. Não admite também a aplicação de melodias alemãs às músicas brasileiras (Fuchs, 1935(10):3-5). No entanto, prevalece a idéia, já compartilhada pelos autores citados, de que conhecer a índole dos “irmãos luso-brasileiros” não representa, segundo ele, um perigo para o “nosso Volkstum”. Citando seu colega Schreiber¹², afirma que dessa forma professores e alunos não apenas demonstrariam que conhecem a língua do país, mas também honrariam “os primeiros colonizadores do Rio Grande do Sul”, obtendo assim compreensão para suas ações junto aos luso-brasileiros, de quem não tinham nada a esconder (Fuchs, 1935(10):4). Afirma ainda que o poder público tinha o direito e o dever de verificar o que estava sendo realizado pelos cidadãos

descendentes de alemães, o que seria viável mediante o uso da língua portuguesa (Fuchs, 1935(9):11).

Os posicionamentos são, por vezes, quase contraditórios: o próprio Schreiber, citado por Fuchs, escreve sobre a necessidade de domínio, por parte do professor, do conhecimento pleno da língua alemã, com o objetivo, segundo ele, de alimentar o sentimento de piedade/devoção e manter acesa a lembrança dos antepassados (Schreiber, 1936:13). Schreiber defende, em um texto publicado em 1934, o ensino da língua alemã nas escolas, pois, segundo ele, esta é necessária para os “alemães-brasileiros” que, conforme ele, “são brasileiros, que querem manter a língua alemã como língua-mãe para ser fiéis à sua origem. Como brasileiros, precisam aprender a língua portuguesa, que é a língua de sua pátria” (Schreiber, 1934:1). Os textos desse professor caracterizam-se predominantemente pela argumentação em favor do uso corrente da língua alemã nas escolas comunitárias evangélicas. Os acontecimentos e a postura do governo brasileiro na década de 1930, porém, acirram essa discussão, e Schreiber passa a justificar a necessidade da língua alemã, aceitando a língua portuguesa como essencial. Ele reivindica o uso da língua alemã, argumentando que os descendentes dos imigrantes já a usam há mais de um século no país, sem que houvesse questionamento anterior. Em dezembro de 1935, Schreiber lamenta que o Estado brasileiro esteja desconsiderando a escola que denomina “alemã-brasileira”, que, segundo ele, está cumprindo com seu papel de inserção na sociedade brasileira, ensinando em língua portuguesa. Em 1936, busca argumentos para salientar a importância da Associação de Professores e do Sínodo Riograndense como entidades atuantes em prol da cidadania brasileira, por terem fundado o *Lehrerseminar* [Seminário para a Formação de Professores], o qual “teve um significado decisivo para as nossas escolas alemãs-brasileiras e uma ação patriótica do maior valor civilizatório, pois munuiu as escolas, pouco a pouco, com professores preparados para levar a língua nacional até o último canto da colônia” (Schreiber, 1936:11-13).

Um argumento central consiste na afirmação da língua alemã como língua materna [*Muttersprache*] das crianças descendentes de imigrantes alemães. Preservá-la, aprendê-la era considerado essencial para o “bem do nosso país” [*Wohl unseres Vaterlandes*]. Este argumento serve, por sua vez, para justificar a necessidade de se ter “escola para nós alemães-brasileiros” [*Schule für uns Deutschbrasilianer*]. E enviar as crianças a essas escolas é tido como obrigação de todos os “alemães-brasileiros [*Deutschbrasilianer*], “que sabem o que devem aos nossos antepassados, à Heimat, à pátria e a seus filhos como educadores [...]” (Schreiber, 1936:2).

Outro argumento a favor da língua alemã, mais intensamente acionado nesta década de 1930, é o fato de a língua permitir o vínculo com a cultura alemã e o conhecimento dos heróis nacionais alemães. Consideram o ensino da língua alemã um dever para qualquer “alemão-

brasileiro”, pois a língua que a mãe fala é a única a tocar o coração da criança e, unicamente, por meio dela, podem ser transmitidos os valores. O idioma materno [*Muttersprache*], além disso, seria o elo mais forte com o *Volkstum*, um aspecto que implica uma questão de gênero, conforme apontam Meyer e Grützmann. No ideário germanista, conforme explica Meyer, a Alemanha representava a mãe [*Mutterland*], “a que nutria e cria, produzindo e reproduzindo o seu alimento cultural”, ao passo que o Brasil era o pai [*Vaterland*], “quem conferia a cidadania ao sujeito, ou seja, concedia-lhe o registro em que o reconhecimento da paternidade oficializava sua condição de ‘filho legítimo do país’” (Meyer, 2000:88). A língua alemã, portanto, era a “língua da mãe”, que transmitia/construía os valores culturais e a crença religiosa, modulava os sentimentos mais íntimos e os afetos familiares.” (Ibid.:88). Os descendentes de alemães têm um dever em relação aos seus antepassados, ou seja, têm uma herança, frente à qual cada alemão-brasileiro tem o dever de preservá-la e repassá-la, é novamente lembrado ao leitor. Vejamos a seguir trechos de uma palestra, pelo visto realizada em língua portuguesa, pois também está escrita nesta língua:

[...] O cidadão brasileiro de origem alemã considera não só como direito, mas também como dever, ensinar aos filhos a língua materna. Pois quem quer educar, isto é, despertar nas crianças as virtudes humanas, deve tocar no coração; e para isto é preciso falar a língua em que lhes fala a própria mãe.

[...]

A língua alemã é que nos permite desfrutar os bens espirituais de uma velha cultura e animar-nos pelo exemplo dos heróis de uma grande nação, da qual somos descendentes. Tendo os imigrantes alemães tanto contribuído para o desenvolvimento do nosso querido Rio Grande do Sul, queremos conservar em nossos filhos as virtudes que a eles asseguravam o êxito nessa árdua tarefa. (Köbler, 1936:13)

No mesmo texto ainda aparece a argumentação de que a manutenção da língua ancestral é ação “patriótica”. Quem conhece duas línguas pode melhor servir sua pátria, é melhor cidadão brasileiro:

Ninguém deve ignorar a necessidade de ensinar aos filhos a língua vernacula. Mas para cultivar a língua dos antepassados, também tem razões que são razões patrióticas. É notório que um homem que fala duas ou mais línguas, pode servir a sua pátria melhor do que outro. Eu me sinto feliz por saber que, neste ponto, estou em conformidade com nosso distinto prefeito municipal.

[...]

Queremos educar os nossos filhos para serem patriotas leais brasileiros, conscientes e orgulhosos de sua descendência.

Deste modo, trazendo para o Brasil a[*sic*] proveito da cultura alemã, e as boas qualidades da raça germânica, serão eles destinados a ficarem os intérpretes da amizade entre as duas nações, a brasileira e alemã. (Köbler, 1936:13)

Também em 1937, continua-se salientando a necessidade do ensino da língua alemã como fundamental, pois se trata de um “bem herdado” (Bk. [Wiebke?], 1937:7-8). Neste ano, a língua é citada enfaticamente nos textos teóricos sobre *Volkstum e Volksgemeinschaft*, como um componente

da germanidade, ao qual precisam ser fiéis, além do *Volkstum, Sitten* [costumes] e sangue alemães (Andrä, 1937:3).

Em artigo de 1938, momento em que os redatores passam a publicar artigos em que defendem as escolas “alemãs-brasileiras” no sentido de estarem cumprindo com sua obrigação, no que se refere à formação de “bons cidadãos brasileiros”, demonstram, a partir de um levantamento estatístico, que efetivamente ensinavam a língua portuguesa, com uma média de 40 %, variando de 28 a 43 % da carga horária semanal, dependendo do tipo de escolas. As escolas que compõem a estatística somam 298 escolas “alemãs-brasileiras evangélicas”, das quais 259 rurais, 35 escolas complementares [*gehobene Schulen*], 4 secundárias. São informadas respectivamente 43,3% da carga horária em língua portuguesa nas escolas rurais, 36,18% nas “gehobene Schulen”, 28,84% nas secundárias. O articulista informa também que 96,6% dos alunos das escolas rurais consideravam “alemão” seu idioma materno [*Muttersprache*], 85,85% das escolas complementares [*gehobene Schulen*] e 92,27% das secundárias (Rother, 1938).

Perpassa, portanto, os artigos do ALZ a dupla função da língua alemã: manter a germanidade, mantendo vínculo com o país de origem, e fazer dessa população descendente de alemães bons ou melhores cidadãos brasileiros.

* Este artigo é resultante de um capítulo da tese de doutoramento em história (Arendt, 2005).

¹ Também Grützmann vem operando com este conceito em seus estudos (Grützmann, 2002).

² Lembremos novamente Stuart Hall: “a identidade é um lugar que se assume, a partir de determinada posição e contexto, e não uma essência ou uma substância a ser examinada” (Hall, 2002) e Poutignat e Streiff-Fenart, para quem a etnicidade “não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou grupos, mas como uma forma de organização ou como um princípio de divisão do mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e situações. (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998:124-125).

³ Os principais almanaques relacionados a essa vertente são *Kalender für die Deutschen in Brasilien* [Almanaque para os Alemães no Brasil] (1881-1918; 1920-1941) e *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien* [Almanaque para as Comunidades Evangélicas Alemãs no Brasil] (1922-1941). (Grützmann, 2004:48-90).

⁴ Cf. LESSER, a “raça” brasileira a partir da mistura de povos “foi muitas vezes entendida como uma união (e não uma mistura) de diferentes identidades, como a criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados, e não um grupo étnico e uniforme” (2001:22).

⁵ Cf. Grützmann (2003:145) aforismos são utilizados no ideário germanista, porque “citações e palavras de ordem, principalmente de autores alemães, possuem funções delimitadora e disciplinadora dos valores a serem constantemente lembrados e praticados, assumindo o papel de guia de boa conduta.”

⁶ A inserção de aforismos, bem como citações, consiste segundo Grützmann, em uma estratégia utilizada para favorecer a releitura e fácil memorização, pois normalmente são colocados na primeira página do periódico. (Grützmann, 2001:105; 2003:115-169)

⁷ A análise da canção como instrumento de cultivo e fomento da germanidade é tema da tese de Grützmann (1999).

⁸ Lembremos que, a partir de 1934, ano em que o 25 de Julho foi decretado feriado estadual, como Dia do Colono, o leitor é lembrado em quase todos os números do ALZ, sobre a importância deste dia para a manifestação da germanidade, especialmente quando se aproxima do mês de julho. A expressão de

lembrança ou quase ordem “*Denkt an den 25. Juli!*” aparece de forma destacada nas páginas do ALZ daqueles anos. Veja-se mais detalhes sobre as comemorações do 25 de julho em Weber (2004).

⁹ A autora salienta que “formar a população germânica para a conservação de sua essência constitui não apenas uma tentativa de coesão interna, mas, acima de tudo, uma condição de sobrevivência do grupo étnico” (Grützmann, 1999:101).

¹⁰ Segundo Grützmann (1999:110) *Volksgemeinschaft*/comunidade étnica significa uma comunidade nacional imaginária “composta pela reunião de todos os descendentes de alemães espalhados pelo mundo”.

¹¹ Nasceu em 1911, estudou no Seminário para Formação de Professores, atuou em Candelária e em São Leopoldo, executando o cargo de secretário da diretoria da Associação de Professores a partir de 1935. Reside há vários anos em São Leopoldo.

¹² Formado no *Evangelisches Lehrerseminar* [Seminário Evangélico de Formação de Professores], em Santa Cruz do Sul, a partir de 1915, lecionou em escola particular de Cachoeira do Sul. Em 1935, assumiu a presidência da Associação de Professores Evangélicos Alemães no RS, permanecendo no cargo até 1938 e alternando as funções de presidente e vice-presidente da entidade.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Isabel Cristina. Representações de germanidade, escola e professor no *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul* [Jornal Geral para o Professor no RS]. Doutorado em História, Programa de Pós-Graduação em História - UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2005

CEM ANOS DE GERMANIDADE - 1824-1924. Trad. por Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1990. (Coleção Memória e Sociedade)

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. Afetos e circunstâncias; um estudo sobre os Mucker e seu tempo. USP: 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UNIVERSIDADE DE São Paulo, 1996, 520p.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade.** São Leopoldo: Sinodal, 1984.

EMMERICH, Wolfgang. Zur Kritik der Volkstumsideologie. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 1971.

GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX; 1850-1889.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René. **O perigo alemão.** Porto Alegre: UFRGS, 1991.

GREVERUS, Ina-Maria. Ethnizität und Identitätsmanagement. **Schweizerische Zeitschrift für Soziologie**, n.7, 1981. p.223-232.

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul:** a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, PUCRS, 1999. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, Curso de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do RGS, 1999.

GRÜTZMANN, Imgart. “Do que tu herdaste dos teus antepassados, deves apropriar-te, a fim de desfrutá-lo: o germanismo e suas especificidades.” Relatório de pesquisa apresentado à FAPERGS. Porto Alegre, maio de 2001.

GRÜTZMANN, Imgart. Imagens em resistência: a nacionalização e a germanidade. In: **Anais do VI Encontro Estadual de História** - ANPUH-RS, 2002. CD-Rom

GRÜTZMANN, Imgart. O carvalho entre palmeiras: representações e estratégias identitárias no germanismo. **História Unisinos**, Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, v.7, n.8, 2003a. p.115-169.

GRÜTZMANN, Imgart. “Em todo amor ao Brasil, manter a fidelidade ao modo de ser alemão”: as canções em língua alemã e a construção de identidades. In: **Anais do Simpósio Nacional da ANPUH**, João Pessoa, julho de 2003b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: D&A, 2002.

HERDER, Johann Gottfried. Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit; Textausgabe. Wiesbaden: R. Löwit.

JACOBS, M. Die Entwicklung des deutschen Nationalgedankens von der Reformation bis zum deutschen Idealismus. In: Zilleßen, H. (Hg.) Volk – Nation – Vaterland; der deutsche Protestantismus und der Nationalismus. 2.ed. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1970, p.106-7.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial; magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional; imigrantes, minoria e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Edit. UNESP, 2001.

LUCA, Tania de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. **Alemanha mãe-pátria distante**. Campinas: UNICAMP, 1993. (Tese de Doutorado).

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Identidades traduzidas; cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul**. UFRGS: 1999. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação, UFRGS, 1999. [publicada em 2000, São Leopoldo: Ed. Sinodal]

MOSSE, Georg. Ein Volk, ein Reich, ein Führer; die völkischen Ursprünge des Nationalsozialismus. Königstein/Ts.: Athenäum, 1979.

PAIVA, César. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik**. 1984. Dissertation (Doktors der Philosophie) – Universität Hamburg.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Trad. por Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.124-125.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n.36-37, 20 de out. de 1982b. p.94-95.

TILGNER, Wolfgang. *Volksnomostheologie und Schöpfungsglaube; ein Beitrag zur Geschichte des Kirchenkampfes*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1966.

WEBER, Roswithia. As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul; o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil; estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes**. São Paulo: Nacional, 1940.

Fontes primárias

ALBRECHT, Otto. In: **ALZ**, Porto Alegre, v.28, n.7, p. 8-9, julho 1931.

An alle Leser! In: **ALZ**, Porto Alegre, v.32, n.12, p. 4-6, ago. 1935.

ANDRÄ, Helmut. Zum kommenden 25. Juli. In: **ALZ**, n. 4-5, p. 1-3, jun. 1937.

ANTONIUS, J. Was soll das deutsche Lesebuch in der Volksschule leisten? In: **ALZ**, v. 7, n. 9, p. 1-2, set. 1908.

BEIDLER, Dr. Franz W. *Die Wagnerstadt Bayreuth*. In: **ALZ**, v. 30, n. 5, p. 3-4, maio 1933.

BK. [WIEBKE?] Wie versuche ich die eingewurzelten Sprachfehler zu bekämpfen? In: **ALZ**, n. 1-2, p. 7-8, mar/abr. 1937.

DER VERWALTUNGSBERICHT DES Vorstandes des Vereins Deutsche Schule S. Paulo. In: **ALZ**, v.15, n.4, p. 3, abr. 1916.

DICK, Theobald. Versinkendes Volkstum. In: **ALZ**, Porto Alegre, v.33, n.5, p.3-4, maio 1936.

DICK, Theobaldo. Der 25. Juli – Seine Bedeutung für uns Deutschbrasilianer. In: **ALZ**, v.30, n.4, p. 1-2, abr. 1933.

DIE AUFGABEN des deutschen Sprachunterrichts. In: **ALZ**, v. 13, n. 4, p. 1-3, abr. 1914.

DOHMS, H. Neuer Zusammenklang. In: **ALZ**, v.30, n.10, P. 3, out. 1933.

E. Ertl. Volkstum, Volk, Vaterland. ALZ, v.13, n.5, p. 1, maio 1914.

FALKE. Untersuchung über die Gründe der Abkehr der deutschstämmigen Jugend der Serra vom eigenen Volkstum. In: **ALZ**, Porto Alegre, v.33, n.7, p.4-5, jul.1936.

FAUSEL, Dr. Volkskunde des Deutschbrasilianertums. In: ALZ, v.32, n.1, p. 1, jan. 1935.

FOUQUET, Karl. Der 5. Schultag in Porto Alegre. In: ALZ, v. 28, n. 3-4, p. 2-7, mar.-abr. 1931.

FROBENIUS, Else. Der deutsche Tag. In: ALZ, v. 20, n.8, p.1, ago. 1923.

FUCHS, Willy. Der brasilianische Abend, eine Veranstaltung unserer deutschbras. Schule. In: ALZ, n.9, p. 11, set. 1935.

FUCHS, Willy. Der brasilianische Abend, eine Veranstaltung unserer deutschbras. Schule. In: ALZ, n.10, p. 3-5, out. 1935.

GEDANKEN NACH EINEM DICHTERVORTRAG (at). In: ALZ, n.1-2, p.8-9, mar/abr. 1937,.

HÄNDLER, Karl. Jahresbericht der Generalversammlung des Deutschen Evangelischen Lehrervereins in Porto Alegre, den 5. Januar 1922, erstattet vom Vorsitzenden (Schluß). In: ALZ, v.19, n.2, p. 4, fev. 1922.

HOFFMANN, Max. Ferienkurse für Kolonielehrer. In: ALZ, v.28, n.1-2, p. 5, jan.-fev. 1931.

H---r. [HOLDER]. Zukunftsfragen des deutsch-brasilianischen Schulwesens. In: ALZ, v.31, n.2, p. 6, fev. 1934.

HUTTEN, Ullrich v. Wahlspruch. In: ALZ, v.15, n.4, p. 1, abr. 1916.

JOINVILLE. In: ALZ, v.15, n.9, p. 2, jun. 1916.

KÖBLER, Karl. Ansprache, gehalten bei einem Fest zum Besten der deutsch-brasilianischen Schule in Aguas Frias, Munizip Irahay. In: ALZ, v.33, n.6, p. 13, jun. 1936.

KRAMER. Die Ziele des deutschbrasilianischen Schulwesens; Rede gehalten anlässlich der Einweihung der deutschen Vereinschule Ijuhy. In: ALZ, v.28, n.10, p. 8, out. 1931.

LAGARDE, Paul de. Wahlspruch. In: ALZ, v.15, n.6, Juni, 1916, p.1.

MATTHIAS, Theodor. Eine Mahnung an die deutsche Jugend. In: ALZ, v. 6, n. 3, set. 1906.

NÖTZEL, Karl. Du bist Deutscher! In: ALZ, v.14, n.2, fev. 1915, p.6.

ROTHACKER, Eugen. Zum fünfzigsten Todestag Richard Wagners. In: ALZ, v. 30, n. 5, maio 1933, p.1-3

ROTHER. Laßt Zahlen sprechen! ALZ, n.5-6, 1938.

SAUER, Clara. Zum brasilianischen Geschichtsunterricht in unseren Schulen. In: **ALZ**, Santa Cruz, v.21, n.1, p. 3-4, jan. 1924.

SCHREIBER, Gustav. Deutschbrasilianer. In: **ALZ**, n.12, p.1, dez. 1934.

SCHREIBER, Gustav. Grundlinien der Entwicklung der evangelischen deutschbrasilianischen Schulinstitute. In: **ALZ**, n.2, p.11-13, fev. 1936.

SCHREIBER, Gustav. Volksgemeinschaft. In: **ALZ**, n.4-5, p.3-4, jun. 1937.

SCHREIBER, Gustav. Wie ist der portugiesische Unterricht in den Kolonieschulen fruchtbar zu gestalten? In: **ALZ**, v.23, n.3, p. 3, mar. 1926.

SCHREIBER. Portugiesisch in der deutsch-brasilianischen Schule. In: **ALZ**, v.31, n.4, p. 5-6, abr. 1934.

SCHULZ, E. Elternhaus und Schule. In: **ALZ**, Porto Alegre, v.32, n.4, p. 7-8, abril 1935.

STROTHMANN, Fr. In: **ALZ**, n.1, p. 1, jan. 1920.

VERSCHIEDENES. In: **ALZ**, v.14, n.3, p. 6, mar. 1915.

WAHLSPRUCH. In: **ALZ**, v.15, n.5, p. 1, maio 1916.

WILHELM II. Ereignisse und Gestalten S. 154. In: **ALZ**, Santa Cruz, n.2, p.1, fev. 1923.

ZEHN GEBOTE für den Deutschamerikaner. In: **ALZ**, v.33, n.8, p.11, ago. 1936.

O LÍDER DOS IMIGRANTES: POR UMA BIOGRAFIA A KARL VON KOSERITZ (1834-1890)

*Marines Dors*¹

A escrita de biografias

Atualmente, vários historiadores têm voltado seus olhares para a micro-história. A biografia, considerada, durante muito tempo, entre inúmeras definições, como um gênero menor, recebe, em reação aos enfoques estruturalistas, a atenção dos historiadores e desperta, cada vez mais, o interesse dos leitores. Trata-se de um fenômeno que pode ser facilmente verificável através da observação de uma livraria ou sebo, onde encontramos, com relativo destaque, uma estante ocupada por grande variedade de obras biográficas.

Na tentativa de compreender o gosto dos leitores pelos textos biográficos, Schmidt (1997) indica a massificação e a perda de referências ideológicas e morais da sociedade contemporânea. Para este historiador, as pessoas procuram inspirações nas biografias, em exemplos de resistência ou de valores e padrões morais. De acordo com Ricci (2000), nos encontramos em meio a uma onda e furor por revelações íntimas e fofocas sobre a vida pessoal de ídolos que extravasa o universo das publicações de biografias, estando presentes nas mais diversas seções de jornais e revistas no Brasil.

Desde Plutarco, debates relevantes foram travados sobre a produção de biografias. Contemporaneamente, a revalorização deste gênero “aqueceu” as discussões, pois há uma perspectiva de renovação da escrita biográfica tradicional. Isto se deve aos novos aportes teóricos e metodológicos experimentados pela história, em especial pela história política, mas também ao entendimento de que os indivíduos não são modelos de coerência, continuidade e racionalidade. Em consequência, segundo Azevedo (2000, p. 131):

Essa abordagem da história política e, indiretamente da biografia, implicou a necessidade de renovação das fontes, forçando o alargamento da documentação que vai

¹ Mestranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Contato: marimaisdors@zipmail.com.br

encontrar, em arquivos privados e correspondências, filão precioso para que se processe um mergulho profundo na vida do personagem.

Para Xavier (2000), uma parte desta impressão de novidade, em relação à produção biográfica atual, deve-se à posição diferenciada que tende a ocupar frente a biografias tradicionais que normalmente enfatizavam o caráter exemplar dos grandes homens. Nesse tipo de biografia, os destinos individuais explicavam ou permitiam melhor compreensão sobre as escolhas nacionais. A história era, assim, dotada de sentido através das ações dos “grandes homens”. Prost (*apud* SCHMIDT, 2003, p. 63), explica que

esta não é mais exatamente a mesma biografia e não é mais apenas aquela dos grandes homens: ela busca menos determinar a influência do indivíduo sobre os eventos do que compreender, através dele, a interferência de lógicas e a articulação de redes complementares.

Obviamente, o biógrafo não se exime de ser historiador, tendo, portanto, que articular conceitos e discutir a lógica do conhecimento histórico, independe do fato de biografar um personagem de “grande vulto” ou uma pessoa menos conhecida (RICCI, 2000, p. 154).

Cabe lembrar que, seguramente, a escrita de biografias não é realizada, somente, por historiadores. A incorporação do elemento ficcional e o uso de técnicas e estilos narrativos são constatados por Schmidt (1997) como aproximações entre biografias produzidas por historiadores, jornalistas e literatos. Todavia, a biografia histórica tem características específicas, que foram identificadas pelo autor: a) na história sempre se procede a crítica (interna e externa) das fontes; b) há um cuidado com a precisão formal; c) a invenção é restrita a possibilidades historicamente definidas e limitadas e d) a narração e explicação não se excluem, sendo utilizadas no esclarecimento de questões ou contextos mais amplos.

Para Azevedo (2000, p. 133), atualmente, a biografia é um modelo de escrita da história nitidamente definido. Uma vez que possui metodologia explicitada, a biografia se destina a uma construção relevante sobre hipóteses cujos pressupostos serão atestados. Assim, seu objetivo principal passa a ser a compreensão de uma época, que vai se revelando aos poucos, mas que é

permanente, capaz de indicar diferenças e perceber a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida.

Feitas tais considerações, cabe dizer que o principal desafio na escrita de uma biografia diz respeito à necessidade de recuperar, como assinala Schmidt (1996), a *tensão*, e não a oposição, entre o indivíduo e seu contexto social e histórico.

A noção de contexto nas biografias foi analisada por Levi (1998), que menciona orientações diversas para a abordagem de tal questão. De acordo com ele (1998, p. 179), as biografias devem ter espaço para refletir sobre: as incoerências entre as próprias normas no seio de cada sistema social; o tipo de racionalidade atribuído aos atores e a relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem.

Além disso, nas biografias, há o risco de que o contexto seja apresentado como algo rígido, como uma tela pronta e acabada, onde o biografado e os demais personagens seriam simplesmente “encaixados” (SCHMIDT, 2000, p. 123-124). Mas também existe a possibilidade, possível de ser revertida como resultado satisfatório, de “‘deixar-se guiar pelo indivíduo estudado’: suas experiências, relações sociais, interpretações de mundo, metáforas, posturas diante do amor e da amizade, etc.” Note-se que o emprego de tal perspectiva não implica uma narração limitada às ações do personagem, mas sim tomá-lo como fio condutor da “intriga”, recuperando, a seguir: os espaços de sociabilidade por onde circulava e procurando descobrir como estes exerceram influência sobre ele, as leituras realizadas e sua reelaboração pessoal, os códigos de moral da época e suas interpretações ou manipulações próprias. Conforme Levi (1998, p. 180), a biografia é o campo ideal para verificar o caráter intersticial da liberdade de que dispõe os indivíduos e, ainda, para analisar como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão livres de contradições.

Levillain (1996, p. 176) assegura que a biografia histórica é o meio mais eficaz de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, bem como de experimentar o tempo como prova da vida.

Revisando escritos sobre Koseritz: figura de destaque na imprensa e sociedade imperial brasileira

Notoriamente, uma questão presente em inúmeras biografias é a da representatividade. Vários biógrafos buscam verificar até que ponto as vivências e representações da personagem são representativas da cultura de sua classe. Schmidt (1993, p. 109) explica que “as novas ‘histórias de vida’ procuram resgatar os indivíduos enfocados como um microcosmos de sua época, sua classe e sua cultura”.

A construção de uma biografia de Karl von Koseritz pode ser uma via de acesso possível à história da imigração no Rio Grande do Sul e no Brasil, durante o século XIX, como um dos defensores precursores dos direitos dos imigrantes.

Conforme Xavier (2000) e Silva (2003), partindo de trajetórias particulares também é possível se chegar às redes de relações mais amplas e visualizar diferentes aspectos do social, muitas vezes não revelados se não fosse reduzido o foco do olhar.

De acordo com Silva (2003), é pequena a produção de estudos biográficos no campo da história da imigração alemã, principalmente no que se refere a trabalhos produzidos no meio acadêmico. Considerando-se a liderança e a atuação política, e ainda as idéias contidas no liberalismo filosófico de Koseritz, cabe lembrar que este personagem ainda não foi biografado por um historiador.

O nome de Karl von Koseritz é citado, nas obras historiográficas cujo enfoque seja a imigração, sobretudo a alemã; em obras sobre o período do Segundo Império; e também referentes à imprensa e o jornalismo no Brasil. Obras imprescindíveis para o estudo da imigração como a de Emílio Willems (1980) ou de Jean Roche (1969), utilizam como fontes para suas pesquisas, artigos publicados em jornais, ou nos almanaques, de autoria de Koseritz.

Na análise empreendida por Silva (2003) são citados como trabalhos de cunho biográfico sobre Koseritz, a saber: o primeiro, escrito em 1937 por Reinhard Köhne – *Karl von Koseritz e os inícios da política teuto-brasileira*; o segundo de autoria de Carlos Henrique Oberacker, datado de 1938, *Karl von Koseritz e a luta da população de origem alemã por sua posição político-estatal e étnico-política no império brasileiro*. Tais estudos, embora produzidos na mesma época, diferenciam-se, pois, quanto ao grau de tendência, do biografado, ao germanismo (SILVA, 2003, p. 146). Foram escritas, ainda, duas sucintas biografias por Carneiro (1959) e Oberacker (1961). Gertz (*apud* SILVA 2003, p. 146) ressalta que “uma biografia de Karl de von Koseritz ainda está por ser escrita”.

Note-se que o trabalho de Carneiro pode ser classificado como uma biografia tradicional, buscando engrandecer e evitar o esquecimento de uma vida tão “interessante”, pois, segundo o autor “não há talvez na história do teuto-brasileirismo figura mais curiosa e rica (...) em ninguém se manifestou, com mais vivacidade e urgência, o desejo de participação na vida pública provincial e nacional”.

Entre as obras de Carneiro (1959) e Oberacker (1961) encontram-se discordâncias, por exemplo, em relação à data de nascimento de Koseritz, datada pelo primeiro de 7 de junho de 1830 e, pelo segundo autor como 3 de fevereiro de 1834, data esta comprovada por certidão de nascimento. Ambas narrativas resumem a trajetória de vida do personagem, citando apenas fatos mais marcantes, jornais onde publicou, alguns títulos de obras e, por fim, expondo as idéias defendidas por Koseritz.

Na biografia escrita por Oberacker encontramos um pouco de contextualização e explicação, além disso, a obra parece ter sido embasada por uma pesquisa. Este autor faz uso de citações e notas para situar as informações incorporadas ao seu texto. Mas Gilberto Velho afirma que

fazer pesquisa significa buscar ir além das aparências e da superfície dos fenômenos. Caracteriza-se por um esforço continuado, aprofundado e de longo prazo na busca de estabelecer relações entre existências individuais, sistemas de relações sociais, construção e transformação de instituições, continuidade e mudança, ação social e geral.²

Contudo, o livro escrito por Oberacker (1961, p. 20), não está isento de críticas, por exemplo, quando afirma que Koseritz “ainda menino já se sentia atraído pela política” cria um sentido de ilusório, é preciso considerar que nossas vidas não têm um sentido imanente, uma coerência e um fim. Schmidt (2003, p. 69) adverte que

a biografia não pode ser narrada como a revelação de um sentido já dado a priori ou como a realização de um plano pré-fixado e conhecido pelo historiador que parte de uma visão retrospectiva. Cabe então ao biógrafo acompanhar o fazer-se do indivíduo ao longo

² VELHO, Gilberto. “Ciências Sociais e biografia individual”. Aula Inaugural do curso de graduação em Ciências Sociais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. 06 mar. 2006. 9 p.

de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso.

Na perspectiva da renovação teórico-metodológica das biografias cada historiador deve estar atento para não imputar uma coerência artificial à vida estudada e deixar de lado os “desde pequeno” e os “sempre” que só reforçam a ilusão biográfica (BOURDIEU *apud* SCHMIDT, 2004, p. 139).

É preciso lembrar que ambas biografias de Koseritz, embora sejam de escrita tradicional – escritas com a finalidade de preservar a memória de um “grande líder imigrante” que tinha uma “missão histórico-cultural” – constituem-se como fontes relevantes de apoio e informação que auxiliarão em futuras pesquisas sobre este personagem.

Motter (1998), em sua dissertação de mestrado, estuda as relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na Assembléia Legislativa Provincial Rio-grandense. Para empreender esta análise, a autora resume as idéias e práticas políticas defendidas por Karl von Koseritz.

Há, ainda, um estudo mais recente que abrange a atuação como jornalista de Koseritz (DILLENBURG, 1998), listando suas obras e trazendo de maneira bastante resumida a cronologia do personagem.

Percebe-se a inexistência de um estudo sobre a vida cotidiana, a convivência com sua família e amigos, enfim, o espaço privado da vida de Koseritz raramente é enfocado, as narrativas encontradas e citadas, privilegiam sua atuação política, enaltecendo-a.

Após mencionar tais trabalhos sobre Koseritz, resta, em síntese, demonstrar que o personagem é um intelectual, visto que é criador e transmissor de idéias, inclusive pelo exercício do jornalismo, e ainda, por ter sido um indivíduo engajado na vida da cidade, atuando como líder e representante político dos imigrantes³.

³ Bobbio (1997, p. 120) explica que “após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais, de manifestos, de cartas públicas”. Sabe-se, contudo, que a noção de intelectual “é de contornos fluídos e se transforma com o tempo indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida” (GOMES, 1993). Chamamos intelectuais, de maneira genérica, a um “conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de idéias” (BOBBIO, 1997, p. 109). Sirinelli (1996, p. 242) garante que se deve defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes que desembocam em duas acepções de intelectual: uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, e outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. Esta segunda definição ampara-se na idéia de engajamento na vida da cidade, como ator, testemunha ou consciência. Nesta definição, sublinha-se sua notoriedade eventual ou sua “especialização” reconhecida pela sociedade em que vive – especialização esta que legitima e até mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade – a qual o intelectual põe a serviço da causa que defende. Ainda segundo o autor, (1996, p. 243), o historiador do político deve

Koseritz um intelectual no Brasil: em defesa da germanidade

Karl Julius Christian Adelbert Heinrich Ferdinand, ou simplesmente Carlos von Koseritz, nasceu em 3 de fevereiro de 1834 (OBERACKER, 1961), na cidade de Dessau, capital do ducado de Anhalt, filho primogênito de João Carlos Frederico e Wilhelmina Carolina. O imigrante chegou ao Brasil em 1852, país que, desde então, se tornou sua nova pátria.

Willems (1980) explica que os imigrantes e seus descendentes, com sua atitude de abstenção política, sofreram uma mudança com a chegada de grupos de intelectuais alemães, erradicados por causa do insucesso da revolução liberal de 1848. Era a "Legião Alemã", conhecida popularmente como os "Brummer", soldados e oficiais – quase que exclusivamente elementos cultos – que chegaram no Brasil em 1852. "Vinhão sobrepor-se à população germânica como elite intelectual, exercendo, principalmente, as funções de jornalista e professor. Esses homens tinham, naturalmente, uma visão social mais larga da situação social dos imigrantes" (WILLEMS, 1980, p. 371). Koseritz integrava este grupo.

Naturalizou-se brasileiro, casou-se com Zeferina Maria de Vasconcelos, com quem teve quatro filhos. Morou em cidades como Rio Grande e Pelotas, aprendendo o ofício do jornalismo e, quando foi para Porto Alegre, com sua família, já era um nome abalizado na imprensa.

Koseritz, ao longo de sua vida escreveu para jornais como: *Noticiador* e *Brado do Sul*, ambos de Pelotas; *O povo*, *Eco do Sul*, *Ramilhete Rio-Grandense* e *Deutsche Einwander* (O Imigrante Alemão), publicados em Rio Grande; já em Porto Alegre o número de jornais em que colaborou ou dirigiu destaca-se, *Deutsche Zeitung*, *Sentinela do Sul*, *A Lanterna*, *A Acácia*, *Eco do Ultramar*, *O Combate*, *A Reforma*, *Koseritz Deutsche Zeitung*, *Gazeta de Porto Alegre*, *Jornal do Comércio*, *A Ordem*, *Neue Deutsche Zeitung*, *Der Hinkende Teufel* (O diabo coxo), *Neuer Der Hinkende Teufel*. Produziu também dois calendários, a saber: *Koseritz Deutscher Volkskalender* e *Calendário Anual*. Fundou e colaborou na edição de revistas: *Die Ausstellung* e *Revista do Paternon Literário*.

Note-se que Koseritz escrevia fluentemente tanto em Alemão quanto em Português, mas segundo Oberacker (1961), jamais se matriculou em uma universidade. No entanto,

partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, "no sentido fotográfico do termo".

aparentemente, dedicou-se a preencher as lacunas de sua formação intelectual, como sugere Oberacker. Carneiro (1959) resume assim a ideologia de Koseritz: anti-clericalismo, monismo e anti-francesismo.

Conforme Dillemburg (1998) o envolvimento de Koseritz na política, no jornalismo, na literatura, no magistério e na ciência, marcou indelevelmente essas áreas por suas posições e subjetivismo. O intelectual foi autor de vários romances⁴ e obras de cunho científico.⁵

Segundo o próprio Koseritz ele possuía apenas um objetivo em sua atuação como jornalista ”a elevação do elemento teuto neste país, a defesa dos seus interesses e as condições de seu progresso” (KOSERITZ *apud* OBERACKER, 1961, p. 44).

Koseritz divulgava e advogava princípios liberais – tanto no aspecto filosófico como no político e econômico – em resumo, eram suas as seguintes idéias: a integração dos imigrantes teutos e seus descendentes ao Brasil através da participação política e do exercício da cidadania; a missão do povo alemão de realizar no mundo o enobrecimento da humanidade; a imigração maciça dos alemães para o Brasil; a cooperação econômica dos imigrantes alemães, fomentando e fortalecendo as relações comerciais entre Brasil e Alemanha; melhoria dos meios de transporte e desenvolvimento das vias fluviais e marítimas; expansão industrial e exploração de recursos naturais; expansão do sistema escolar na região colonial; estimulava o aprendizado de português entre os imigrantes e seus descendentes para sua efetiva participação política; organização dos serviços religiosos e pela formação das comunidades confessionais; campanha pela equiparação dos direitos religiosos; necessidade da preservação e defesa da língua e cultura alemãs pelos que fossem teutos no Brasil; exigia a naturalização em massa por parte dos imigrantes e uma participação ativa dos teutos naturalizados e natos na administração e na vida política do país; julgava ser prematuro no Brasil o regime republicano.

Koseritz , no ano de 1883, foi eleito para a Assembléia Provincial, atuando aí até a proclamação da República. Destacou-se como orador e incentivador da integração entre teutos e lusos. Por defender o sistema de governo monárquico, ocupando cargos de diretor de redação do órgão do Partido Liberal e líder do seu partido, Koseritz esteve em situação de tensão, podendo

⁴ *Nini*, 1859; *Inês*, 1860; *Laura*, 1873; *A donzela de Veneza*, 1874; *A véspera da batalha*, 1875; *Um drama no mar*, 1863; *Memórias de uma cantora*, 1872 (DILLENBURG, 1998, p. 25).

⁵ *Resumo da economia nacional*, 1870; *Conselhos aos que emigram para o Brasil*, s/d; *Bosquejos etnológicos*, 1884; *A terra e o homem à luz da moderna ciência*, 1884; *Resumo da história universal*, 1856; *Relatório das colônias da província*, 1867; *A igreja e o estado*, 1873 (DILLENBURG, 1998, p. 25).

ser preso ou expulso do país. Após trabalhar buscando a ordem e a tranquilidade, retirou-se para um período de descanso, junto com sua família, em Pedras Brancas. Em 14 de maio de 1890 foi preso, porque seus opositores republicanos, então no poder, assim designaram. Durante 8 dias foi mantido em cativeiro sob a mira de armas. Foi libertado graças a inúmeros protestos feitos por seus amigos. Mas, no dia 30 de maio morreu por causa de um ataque cardíaco, em Porto Alegre.

Os imigrantes alemães, bem como a sociedade rio-grandense, perdem, assim, um de seus intelectuais e defensores. Note-se que durante sua trajetória, como líder dos imigrantes, Koseritz conseguiu vários avanços em relação à situação em que se encontravam os colonos. Ocorreram, a partir da proclamação da República, a separação entre Igreja e Estado, dando completa liberdade de consciência e religião aos protestantes; a introdução do casamento e registro civil; a grande naturalização (isto é, a todas as pessoas domiciliadas no Brasil foi conferido o direito de cidadão brasileiro; além disto, pode-se citar, ainda, “a equiparação dos teutos, formal e politicamente... a parcial ativação política dos teutos, o fortalecimento da consciência cultural e a sua agregação política na nação brasileira...” (OBERACKER, 1961, p. 69).

Como afirma Carneiro (1959, p. 47), Koseritz contribuiu para aproximar da vida brasileira as populações dos núcleos coloniais. Enfim, “Koseritz foi inquestionavelmente um líder, líder que manteve ‘firmes todos os laços espirituais com a Alemanha’, mas que, na esfera política, decididamente, aderiu ao Brasil” (CARVALHO *apud* OBERACKER, 1961, p. 6).

Bibliografia

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. Biografia e gênero. In: GUAZZELLI, César A. B. PETERSEN, Sílvia R. F. SCHMIDT, Benito B. XAVIER, Regina C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 131-146.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da história oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-191.

CARNEIRO, José Fernando. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre: IEL, 1959. (Cadernos do Rio Grande10).

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Carlos von Koseritz*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1998.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERRERA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Org.) *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: REMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 141-184.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 225-249.

MOTTER, Ana Elisete. *As relações entre as bancadas teuta e luso-brasileira na assembléia legislativa provincial rio-grandense (1881-1889)*. São Leopoldo, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. *Karl von koseritz*. São Paulo: Anhambi, 1961.

RICCI, Magda. Como se faz um vulto na História do Brasil. In: GUAZZELLI, César A. B. PETERSEN, Sílvia R. F. SCHMIDT, Benito B. XAVIER, Regina C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 147-160.

ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMIDT, B. B. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: v. 2, n. 3; 2003, p. 57 - 72.

____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: *História Unisinos*: São Leopoldo: Unisinos, v. 8, n. 10, 2004, p. 131-142.

____. A biografia Histórica: o 'retorno' do gênero e a noção de 'contexto'. In: GUAZZELLI, César A. B. PETERSEN, Sílvia R. F. SCHMIDT, Benito B. XAVIER, Regina C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 121-129.

____. Antônio Guedes Coutinho: o cotidiano e as idéias de um militante operário no Rio Grande na virada do século. In: ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 109-113.

____. Construindo biografias. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: n. 19; 1997, p. 3-19.

____. O Gênero Biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. v. 6. Porto Alegre: 1996, p.165-192.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. Biografando um imigrante: mas por que Jacob Aloys Friederichs? In: *Métis: história & cultura*. Caxias do Sul: v. 2, n. 3; 2003, p. 141 - 159.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231-269.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

____. *Ciências Sociais e biografia individual* (aula inaugural do curso de graduação em Ciências Sociais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em 6 de março de 2006).

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no Brasil*: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

XAVIER, Regina Célia Lima. O desafio do trabalho biográfico. In: In: GUAZZELLI, César A. B. PETERSEN, Sílvia R. F. SCHMIDT, Benito B. XAVIER, Regina C. L. (Orgs.) *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 161-173.

